PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7261/2021 - Quinta-feira, 11 de Novembro de 2021

PRESIDENTE
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
VICE-PRESIDENTE
Des. RONALDO MARQUES VALLE
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desª. EZILDA PASTANA MUTRAN
Des. RONALDO MARQUES VALLE
Desª. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
Desª. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
Desª. EVA DO AMARAL COELHO
Desª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

DESEMBARGADORES

RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO
MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
RICARDO FERREIRA NUNES
LEONARDO DE NORONHA TAVARES
CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR
DIRACY NUNES ALVES
RONALDO MARQUES VALLE
GLEIDE PEREIRA DE MOURA
JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE
LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO
MAIRTON MARQUES CARNEIRO
EZILDA PASTANA MUTRAN
MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA
ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
ROSI MARIA GOMES DE FARIAS
EVA DO AMARAL COELHO

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
Plenário da Seção de Direito Público
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargadora Diracy Nunes Alves (Presidente)
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Plenário da Seção de Direito Privado
Sessões às quintas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior (Presidente)

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às terças-feiras
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães (Presidente)
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Juiz Convocado José Torquato de Araújo de Alencar

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura (Presidente)
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Diracy Nunes Alves
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário (Presidente)
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto

SEÇÃO DE DIREITO PENAL
Plenário da Seção de Direito Penal
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargador Mairton Marques Carneiro (Presidente)
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias
Desembargadora Eva do Amaral Coelho

1ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira (Presidente)
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

2ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha (Presidente)
Desembargador Ronaldo Marques Vale

3ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às quintas-feiras
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos (Presidente)
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Eva do Amaral Coelho

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA ---- 6
VICE-PRESIDÊNCIA ---- 21
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA ---- 22
COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS ---- 37
SECRETARIA JUDICIÁRIA ---- 42
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ 49
CEJUSC
PRIMEIRO CEJUSC BELÉM ---- 320
TURMAS DE DIREITO PENAL
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ ---- 322
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
SECRETARIA DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 324
COORDENAÇÃO GERAL DA UPJ DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA CAPITAL - UPJ
TURMAS RECURSAIS ---- 325
DIVISÃO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS E JURISPRUDÊNCIA ---- 326
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS ---- 332
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ---- 333
FÓRUM CÍVEL
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 334
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 3 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 336
SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 512
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 8 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - 531
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA ---- 628
FÓRUM CRIMINAL
DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL ---- 635
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 637
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 639
SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 640
SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 643
SECRETARIA DA 11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 655
SECRETARIA DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ---- 657
SECRETARIA DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ---- 665
SECRETARIA DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER --- 668
SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER -- 674
SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO ---- 677
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ---- 705
FÓRUM DE ICOARACI
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 706
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 711
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 731
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 734
FÓRUM DE ANANINDEUA
SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA ---- 742
SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE ANANINDEUA ---- 784
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 823
FÓRUM DE BENEVIDES
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 834
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES ---- 836
FÓRUM DE MARITUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA ---- 837

EDITAIS
COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 876
UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS ---- 878
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO ---- 882
COMARCA DE ABAETETUBA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA ---- 883
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA ---- 888
COMARCA DE MARABÁ
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ ---- 889
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 890
COMARCA DE SANTARÉM
UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL ---- 891
UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM ---- 892
COMARCA DE ALTAMIRA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 893
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 896
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ALTAMIRA ---- 897
COMARCA DE CASTANHAL
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL ---- 924
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL ---- 935
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL ---- 965
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL ---- 966
COMARCA DE BARCARENA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA ---- 972
COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ ---- 980
COMARCA DE ITAITUBA
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA ---- 982
COMARCA DE RURÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS ---- 987
COMARCA DE REDENÇÃO
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO ---- 988
COMARCA DE DOM ELISEU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU ---- 997
COMARCA DE JURUTI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI ---- 999
COMARCA DE ORIXIMINA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA ---- 1001
COMARCA DE OBIDOS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OBIDOS ---- 1002
COMARCA DE CAPANEMA
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA ---- 1017
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA ---- 1019
COMARCA DE GOIANÉSIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA DO PARÁ ---- 1020
COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ ---- 1054
COMARCA DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS ---- 1055
COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 1058
COMARCA DE MOJÚ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ ---- 1060
COMARCA DE ACARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ACARÁ ---- 1069
COMARCA DE MUANÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MUANÁ ---- 1092
COMARCA DE SANTARÉM NOVO
SECRETARIA VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO ---- 1094
COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA 1ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA ---- 1096
COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI ---- 1097
COMARCA DE BAIÃO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BAIÃO ---- 1116
COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE ---- 1119
COMARCA DE BRAGANÇA
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA ---- 1121
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA ---- 1125
COMARCA DE AURORA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AURORA DO PARÁ ---- 1130
COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA ---- 1154
COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA ---- 1156
COMARCA DE ITUPIRANGA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ITUPIRANGA ---- 1157
COMARCA DE PONTA DE PEDRAS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PONTA DE PEDRAS ---- 1167
COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO ---- 1168
COMARCA DE SOURE
GABINETE DA VARA ÚNICA DE SOURE ---- 1171
COMARCA DE PRIMAVERA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA ---- 1176
COMARCA DE CAMETÁ
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ ---- 1179
COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS ---- 1182
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM ---- 1193
COMARCA DE PEIXE - BOI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PEIXE - BOI ---- 1206
COMARCA DE AUGUSTO CORREA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA ---- 1214
COMARCA DE BREVES
SECRETARIA DA 1ª VARA DE BREVES ---- 1215
COMARCA DE CURUÇÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURUÇÁ ---- 1216
COMARCA DE LIMOEIRO DO AJURU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE LIMOEIRO DO AJURU ---- 1221
COMARCA DE MÃE DO RIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO ---- 1224
COMARCA DE PORTO DE MOZ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PORTO DE MOZ ---- 1225
COMARCA DE PRAINHA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRAINHA ---- 1232
COMARCA DE SALVATERRA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA ---- 1234
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA ---- 1241
COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO ---- 1242
COMARCA DE VIGIA
SECRETARIA DA VARA UNICA DE VIGIA ---- 1272
COMARCA DE VISEU
SECRETARIA DA VARA UNICA DE VISEU ---- 1273
COMARCA DE ANAPU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ANAPU ---- 1274
COMARCA DE ELDORADO DOS CARAJÁS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ELDORADO DOS CARAJÁS ---- 1280

PRESIDÊNCIA

A Exma. Sra. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

PORTARIA N° 3789/2021-GP, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021.

Regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, a 19ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, a ocorrer no período de 22 a 26 de novembro de 2021.

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º da Resolução CNJ 254 do Conselho Nacional de Justiça, que trata sobre o Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa", cujo objetivo é aprimorar e tornar mais célere e eficiente a prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, valendo-se de esforços institucionais concentrados de julgamento e de ações multidisciplinares voltadas ao combate da violência contra as mulheres;

CONSIDERANDO o resultado das etapas anteriores do Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa", as quais foram realizadas nas unidades judiciárias do Poder Judiciário paraense;

CONSIDERANDO que a Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça prevê que a Justiça Estadual deve priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres;

CONSIDERANDO que a Portaria CNJ nº 135, de 6 de maio de 2021, instituiu e regulamentou o Prêmio CNJ de Qualidade - Ano 2021, tendo previsto, na Seção II do Eixo da Produtividade, o objetivo de "conferir maior celeridade processual ao julgamento dos casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e ao julgamento das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha" e, no eixo dos Dados e Tecnologia, estipulou a aferição da alimentação do DataJud, para que as variáveis e os indicadores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e as Medidas Protetivas de Urgência correspondam aos dados informados no sistema Justiça em Números, conforme a Resolução CNJ nº 254/2018 e a Lei nº 13.827/2019;

Art. 1º Regulamentar, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (PJPA), a 19ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, a ocorrer no período de 22 a 26 de novembro de 2021, nos termos da Resolução CNJ nº 254/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Art. 2º Os(as) magistrados(as) do PJPA que possuam tramitando, em seus acervos, processos criminais que versem sobre violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio deverão impulsioná-los, em regime de esforço concentrado, no período mencionado no art. 1º desta Portaria, com a realização de audiências e prolação de sentenças, decisões interlocutórias e despachos, bem como promovendo as baixas processuais necessárias.

Art. 3º Participarão da 19ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, em 1º e 2º graus, as unidades judiciárias que tenham competência para processar e julgar os feitos de violência doméstica e familiar contra a mulher e de feminicídio.

Art. 4º Os(as) magistrados(as) deverão enviar, antecipadamente, o respectivo plano de ação à Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica (CEVID) através do correio eletrônico cevid@tjpa.jus.br, devendo tal documento explicitar as atividades que serão realizadas, em regime de esforço concentrado.

Art. 5º Para fins de cientificação do Conselho Nacional de Justiça, no decorrer da 19ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, as informações referentes aos feitos movimentados deverão ser inseridas,

diariamente, no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) e/ou no sistema Libra.

Art. 6º O plano de ação deverá referenciar o quantitativo de processos de violência doméstica em tramitação e a produtividade a ser alcançada, no período de 22 a 26 de novembro de 2021, com a indicação fundamentada da necessidade de desenvolvimento de atividades laborais além do expediente forense regular, podendo o horário ser estendido até as 16 (dezesseis) horas, na mencionada semana.

Art. 7º O trabalho extraordinário será realizado pelo(a) magistrado(a), com o auxílio de diretor(a) de Secretaria, do(a) assessor(a) e de um(a) servidor(a) efetivo(a) da unidade judiciária vinculado(a) à atividade finalística.

§1° Na 19ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, os(as) magistrados(as) que comprovarem a necessidade de atuação após as 14 (quatorze) horas durante toda a Semana do esforço concentrado, terão direito a 02 (dois) dias de folga, devendo requerer tal concessão à CEVID - por meio de envio de documento, através do sistema Siga-Doc, com a indicação do número desta Portaria -, a qual realizará a respectiva análise e tramitação à Secretaria de Gestão de Pessoas para as providências cabíveis.

§ 2º Os(as) servidores(as) ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada que atuarem durante toda a semana do esforço concentrado ultrapassando o horário regular do expediente forense em até no mínimo 02 (duas) horas diárias, farão jus a 02 (duas) folgas, desde que comprove por meio da ficha de frequência do ponto on-line, bem como do relatório constante no Anexo II, sua efetiva participação e produtividade nos processos exclusivos de violência doméstica, (imprescindível à concessão).

§ 3º O(a) servidor(a) efetivo(a) não ocupante de cargo em comissão ou função gratificada perceberá compensação pecuniária consistente no pagamento de até 2 (duas) horas extras diárias, no período de 22 a 26 de novembro de 2021, desde que comprove por meio da ficha de frequência do ponto on-line, bem como do relatório constante no Anexo II, sua efetiva participação e produtividade nos processos exclusivos de violência doméstica (imprescindível à concessão).

Art. 8º Concluída a 19ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, os requerimentos previstos nos parágrafos 2º e 3º do art. 7º desta Portaria deverão ser encaminhados à CEVID, por meio do sistema Siga-Doc, com a indicação do nome completo e da matrícula do(a) servidor(a), comprovante de frequência e relatório de produtividade da unidade judiciária referente aos feitos que envolvam violência doméstica contendo o número de processos trabalhados na semana devidamente identificados, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização da ação, para análise e posterior encaminhamento à Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 9º No período de 22 a 26 de novembro de 2021, os(as) magistrados(as) e/ou diretores(as) de Secretaria devem preencher os dados referentes a números de julgamentos, audiências, plenários do júri realizados, medidas protetivas concedidas, sentenças proferidas e outras atividades para a produção de estatísticas por meio de formulário do CNJ.

Parágrafo único. O formulário mencionado no caput deste artigo deverá ser enviado para o correio eletrônico cevid@tjpa.jus.br, até às 14 (quatorze) horas do dia 29 de novembro de 2021, estando tal documento disponível no portal externo do TJPA, na página da CEVID, a qual pode ser acessada pelo caminho http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-Estadual-das-Mulheres-em-Situacao-de-Violencia-Domestica-e-Familiar/403257-atos-normativos.xhtml.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

FORMULÁRIO REFERENTE À 19 ª SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

(PRAZO FINAL PARA ENVIO: 29/11/2021)		
QUESTIONARIO 19ª Semana da Justiça Pela Paz em Casa		QUANT
1	QAPAJ - Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação realizadas na Semana	
2	QARR - Quantidade de Audiências do Art. 16 da Lei Maria da Penha realizadas na Semana0	
3	QAIR - Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana	
4	QDP - Quantidade de Despachos proferidos na Semana	
5	QMPC - Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana	
6	QMPD - Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas (Decisões denegando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana	
7	QMPR - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas (Decisões revogando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor previamente concedidas ou homologas pelo Juízo) na Semana	
8	QMPCAPH - Quantidade de Medidas Protetivas homologadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial	

9	QMPCAPR - Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas na semana e que foram determinadas por Autoridade Policial	
10	Número de magistrados que atuaram na Semana	
11	Número de servidores que atuaram na Semana	
12	Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos	
13	SentCCMCVD - Total de Sentenças de Conhecimento com resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana	
14	SentCSMCVD - Total de Sentenças de Conhecimento sem resolução de mérito em violência doméstica contra a mulher na Semana	
15	SentCCMCrimFem - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com resolução de mérito em Feminicídio na Semana	
16	SentCSMCrimFem - Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem resolução de mérito em Feminicídio na Semana	
17	CpCVD - Casos Pendentes de Conhecimento em violência doméstica contra a mulher	
18	CpCCrimFem - Casos Pendentes de Conhecimento Criminais em Feminicídio	

ANEXO II- RELATÓRIO PÓS SEMANA

Nº PROCESSO	SERVIDOR RESPONSAVEL

PLANO DE AÇÃO PRÉ-SEMANA DA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

O quê	ESFORÇO CONCENTRADO PARA A 18ª SEMANA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA		
Quando	22 a 26/11/2020		
Por que Objetivo do trabalho	Impulsionar a resolução das demandas de violência doméstica e familiar contra a mulher e promover a baixa de acervo visando aprimorar e tornar mais efetiva a prestação jurisdicional		
Magistrado/ Magistrada Nome do gestor			
Unidade Judiciária Área(s) responsável (is) pela execução			
Como Descrição das atividades suficientes e necessárias ao atingimento do objetivo	Atividade/Ação	Data	Qnt.
	1.Audiências	Durante a semana	
	2.Sentenças	Durante a semana	
	3.Decisões interlocutórias	Durante a semana	
	4.Despachos	Durante a semana	
	5. Cumprimento das decisões do Magistrado	Durante a semana	
	6. Outros feitos (discriminar)		
	7. Ações extra judiciais		
7. Haverá necessidade de trabalho extraordinário?	( ) Sim ( ) Não		

8. Pessoas envolvidas	

*A pauta de audiências no período de 09 a 13 de março já havia sido preenchida, previamente, com feitos de outra natureza, impossibilitando, destarte, o agendamento de novas audiências.

Sugestão:

- Apresentar o número de audiências a serem realizadas;

- Apresentar estimativas de sentenças a serem proferidas na Semana;

- Apresentar o número de despachos realizados;

- Apresentar Quantidade de Medidas Protetivas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana.

- Apresentar Quantidade de Sessões do Júri realizadas na Semana.

- Apresentar estimativas de julgamentos em processos de Feminicídio.

- Apresentar número de baixas processuais.

- Apresentar ações preventivas para o enfrentamento à violência doméstica (palestras, seminários, etc)

PORTARIA Nº 3790/2021, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2021.

CONSIDERANDO a composição da Comissão Permanente de Avaliação Documental do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme Portaria nº 2959/2021-GP, de 15 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 2960/2020-GP, de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a Comissão de Gestão da Memória do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

CONSIDERANDO, por fim, o expediente protocolizado sob nº PA-MEM-2021/14277,

Art. 1º Dispensar, a pedido, o servidor ESDRAS CHARLES FAVACHO TORRES, Analista Judiciário, de integrar a Comissão de Gestão da Memória do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Comissão Permanente de Avaliação Documental do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a contar de 22 de outubro de 2021.

PORTARIA N° 3791/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de férias do Juiz de Direito Sílvio César dos Santos Maria,

DESIGNAR a Juíza de Direito Rosana Lúcia de Canelas Bastos, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 15ª Vara Cível e Empresarial da Capital, no período de 11 a 30 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3792/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Cosme Ferreira Neto,

DESIGNAR a Juíza de Direito Karise Assad Ceccagno, titular da 5ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 4ª Vara Cível e Empresarial de Santarém e Direção do Fórum, nos dias 11 e 12 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3793/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Blenda Nery Rigon,

DESIGNAR a Juíza de Direito Cristina Sandoval Collyer, titular da 3ª Vara Criminal da Capital, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 2ª Vara Criminal da Capital, no dia 12 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3794/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Gerson Marra Gomes,

DESIGNAR o Juiz de Direito Alexandre José Chaves Trindade, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara do Juizado Especial Cível de Santarém, no dia 12 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3795/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Gerson Marra Gomes,

DESIGNAR o Juiz de Direito Roberto Rodrigues Brito Junior, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, no dia 12 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3796/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o afastamento funcional do Juiz de Direito Flávio Oliveira Lauande,

DESIGNAR o Juiz de Direito Alexandre Rizzi, titular da 1ª Vara Criminal de Santarém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara de Execução Penal de Santarém, no período de 16 a 19 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3797/2021-GP. Belém, 09 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Tainá Monteiro da Costa,

DESIGNAR o Juiz de Direito João Valério de Moura Junior, titular da 1ª Vara Criminal de Rondon do Pará, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível de Rondon do Pará, no período de 16 a 19 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3805/2021-GP. Belém, 10 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Gabriel Costa Ribeiro,

Art. 1º DESIGNAR a Juíza de Direito Luciana Maciel Ramos, Auxiliar de 3ª entrância, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara de Carta Precatória Cível da Capital, no dia 12 de novembro do ano de 2021.

Art. 2º DESIGNAR a Juíza de Direito Luciana Maciel Ramos, Auxiliar de 3ª entrância, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara de Carta Precatória Cível da Capital, no período de 16 a 19 de novembro do ano de 2021.

Art. 3º DESIGNAR a Juíza de Direito Luciana Maciel Ramos, Auxiliar de 3ª entrância, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara de Carta Precatória Cível da Capital, no dia 22 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3806/2021-GP. Belém, 10 de novembro de 2021.

Considerando o Projeto desenvolvido pela Ouvidoria Agrária intitulado ¿Casamento Comunitário¿, conforme expediente siga doc nº PA-MEM-2021/37621,

RETIFICAR a Portaria Nº 3398/2021-GP, autorizando a Juíza de Direito Rubilene Silva Rosário a promover a cerimônia de celebração de casamento civil, a ser realizada em 20 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3807/2021-GP. Belém, 10 de novembro de 2021.

Considerando o pedido de autorização para celebrar casamento, protocolizado sob o Nº PA-REQ-2021/12399,

AUTORIZAR o Juiz de Direito Lauro Fontes Júnior a celebrar o casamento de Yuri da Costa Vale e Júlia Maria de Miranda Ada Amorim, a ser realizado no dia 26 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3808/2021-GP. Belém, 10 de novembro de 2021.

Considerando o pedido de suspensão, em caráter voluntário, de férias da Juíza de Direito Kátia Parente Sena,

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 3587/2021-GP, que designou a Juíza de Direito Luciana Maciel Ramos, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 4ª Vara da Fazenda da Capital e UPJ das 1ª a 5ª Varas da Fazenda Pública da Capital, a contar de 06 de novembro do ano de 2021.

Art. 2º DESIGNAR a Juíza de Direito Luciana Maciel Ramos, Auxiliar de 3ª Entrância, para auxiliar, sem prejuízo de suas designações anteriores, a 4ª Vara da Fazenda da Capital, no período de 06 a 11 de novembro do ano de 2021.

PORTARIA N° 3809/2021-GP. Belém, 10 de novembro de 2021.

Considerando o gozo de folgas, por compensação de plantão, da Juíza de Direito Haila Haase de Miranda,

DESIGNAR o Juiz de Direito Antônio Francisco Gil Barbosa, titular da Comarca de Vigia, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Comarca de Santo Antônio do Tauá, no dia 11 de novembro do ano de 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE

RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (TJ/PA)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS(AS) APROVADOS(AS) Nº 05

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **Célia Regina de Lima Pinheiro**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, torna pública a convocação dos(as) aprovados(as) no concurso público, conforme itens a seguir:

1 - Relação de candidatos(as) convocados(as):

CARGO 05: ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Região: Central (Comarca: Belém)

Classificação	Candidato Convocado
2º	LEONIDAS CARNEIRO DA PONTE (Candidato desistiu da vaga por meio do PA-MEM-2021/42758)
3º	THAISA MACHADO MARQUES COSTA (Candidata solicitou final de fila por meio do PA-MEM-2021/42924)
4º	MARTA SANTANA MIRANDA MOURA (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo(a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

CARGO 06: ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Região: 9ª - Cametá (Comarca: Oeiras do Pará)

Classificação	Candidato Convocado
9º	WILLIAM NAKAGAWA (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo(a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

CARGO 12: AUXILIAR JUDICIÁRIO

Região: 3ª - Abaetetuba (Comarca: Igarapé-Miri)

Classificação	Candidato Convocado
4º	THAMIRES PINTO RODRIGUES (Candidata desistiu da vaga por meio do PA-MEM-2021/42898)

5º	MAIRA OLIVEIRA DA SILVA (Candidata não pode prover a vaga da classificação geral, pois proveu a mesma como candidata negra atendendo a convocação do Edital de Convocação nº 04)
6º	JOAO VICTOR CAVALCANTE BITTENCOURT (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo(a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

Região: 5ª - Capanema (Comarca: Garrafão do Norte e Viseu)

Classificação	Candidato Convocado
7º	LIDIA MAYUMI OKABE SEKI (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)
8º	DAIANE DE SOUSA RODRIGUES (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

Região: 6ª - Paragominas (Comarca: Mãe do Rio)

Classificação	Candidato Convocado
32º 3º - Candidato(a) Negro(a)	ORLENE RAFAELA SANTOS RODRIGUES (Vaga destinada a candidato(a) negro(a), em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

Região: 8ª - Breves (Comarca: Chaves)

Classificação	Candidato Convocado
15º	EDERLY FERREIRA GONCALVES (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04 que solicitou final de fila por meio do PA-MEM-2021/41034)

Região: 10ª - Tucuruí (Comarca: Novo Repartimento)

Classificação	Candidato Convocado
10º	LUIZ FERNANDO COSTA MACIEL

	(Candidato desistiu da vaga por meio do PA-MEM-2020/36035)
11º	LINDALBERTO DE JESUS ANTEIRO (Candidato não pode prover a vaga da classificação geral, pois proveu a mesma como candidato negro atendendo a convocação do Edital de Convocação nº 01)
12º	ALLAN LEAO PANTOJA (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04 que solicitou final de fila por meio do PA-MEM-2021/40609)

Região: 11ª - Marabá (Comarca: Eldorado do Carajás)

Classificação	Candidato Convocado
53º 4º - Candidato(a) Negro(a)	JOABE ALVES DA COSTA (Vaga destinada a candidato(a) negro(a), em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04 que solicitou final de fila por meio do PA-MEM-2021/42042)
12º	MATEUS PEREIRA DE MOURA (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

Região: 12ª - Xinguara (Comarca: Ourilândia do Norte)

Classificação	Candidato Convocado
21º 3º - Candidato(a) Negro(a)	GIORGIO SOARES DE OLIVEIRA (Vaga destinada a candidato(a) negro(a), em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

Região: 14ª - Altamira (Comarca: Senador José Porfírio)

Classificação	Candidato Convocado
8º	NATASHIA PAULA BEDE MAIA DE CASTRO (Candidata desistiu da vaga por meio do PA-MEM-2021/42815)
9º	DENNISON DUARTE MURY (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

Região: 15ª - Santarém (Comarca: Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná)

Classificação	Candidato Convocado
92º 3º - Candidato(a) Negro(a)	NORMA GOMES BATISTA (Vaga destinada a candidato(a) negro(a), em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04 que solicitou final de fila por meio do PA-MEM-2021/40996)
11º	HELLEN SANTOS BORGES DE LIMA (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04 que solicitou final de fila por meio do PA-MEM-2021/39318)
12º	ERIC SCHNAIDER NERY DA ROCHA (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

CARGO 13: AUXILIAR JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: PROGRAMADOR DE COMPUTADOR

Região: Central (Comarca: Belém)

Classificação	Candidato Convocado
11º	CARLOS TIAGO NASCIMENTO GOMES (Vaga destinada a ampla concorrência, em virtude do não provimento pelo (a) candidato(a) convocado(a) no Edital de Convocação nº 04)

2 - Os(as) candidatos(as) convocados(as) neste edital deverão enviar a documentação digitalizada (formato **pdf**) relacionada no **Anexo 1** para o e-mail admissao.dap@tjpa.jus.br e comparecer no período de **11/11/2021 a 25/11/2021,** no horário de 08:00 às 14:00h, **mediante prévio agendamento telefônico**, à Divisão de Administração de Pessoal - DAP (Rua Doutor Malcher, s/n - esquina com a Trav. Félix Roque, Bairro: Cidade Velha, Belém/PA, CEP: 66.050-080) **para apresentar os documentos originais para validação (não serão aceitas cópias simples ou autenticadas)**.

3 - Ainda no período mencionado, **também mediante prévio agendamento telefônico junto ao Serviço Médico, Serviço Odontológico e Serviço Psicossocial,** o(a) candidato(a) será submetido(a) à inspeção médica realizada pela Junta de Saúde do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mediante a apresentação de laudo médico, de sanidade física e mental, além dos exames laboratoriais e complementares, que correrão às expensas do(a) candidato(a) (**Anexo 2**).

4 - O não comparecimento do(a) interessado(a) no prazo previsto acarretará a eliminação no concurso e a perda da vaga do referido cargo.

Belém/PA, 10 de novembro de 2021.

Desembargadora **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

ANEXO 1

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PELOS(AS) CANDIDATOS(AS) CONVOCADOS(AS)

O(a) candidato(a) convocado(a) **deverá agendar o horário e a data de entrega da documentação nos telefones 3252-8021 e 3252-8022.**

I- Relação de Documentos a serem digitalizados e encaminhados em PDF:

1. Curriculum Vitae;

2. Uma foto 3x4;

3. Comprovante de situação cadastral do CPF;

4. Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações, se for o caso.

5. Escritura pública de união estável, se for o caso;

6. Comprovante de residência.

7. Comprovante de escolaridade;

8. Comprovante do Tipo Sanguíneo e Fator RH;

9. Cédula de Identidade;

10. Certificado de Reservista ou de Dispensa de Corporação (apenas para os candidatos do sexo masculino);

11. Título de eleitor;

12. Comprovante de votação na última eleição ou certidão de quitação eleitoral;

13. Registro no órgão de classe específico, se for o caso;

14. Documento que contenha o número de inscrição no PIS ou PASEP, salvo se for o primeiro emprego do(a) candidato(a);

15. Caso o(a) candidato(a) o possua NIS, NIT, PIS, ou PASEP é obrigatório o comprovante de consulta de Qualificação Cadastral - eSocial no endereço eletrônico http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml sem indicação de irregularidades a serem sanadas;

16. Cópia da última Declaração de Imposto de Renda, com o respectivo recibo, e as devidas atualizações e/ou complementações ou, no caso do(a) candidato(a) não ser declarante, **declaração de bens** firmada de próprio punho;

17. Declaração de acumulação de cargo ou função pública, ou sua negativa (próprio punho - apresentar no dia da posse);

18. Cópia do requerimento de exoneração ou vacância de cargo não acumulável devidamente protocolado (apresentar até o dia da posse);

19. Autorização para acesso a Declaração de Imposto de Renda;

20. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (formulário do TJ);

21. Certidão de nascimento, CPF e RG dos filhos e/ou dependentes, original ou cópia autenticada (incluídos ou não no IR), com o nome igual ao do CPF;

22. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (formulário do TJ);

23. Certidão Negativa fornecida pela Justiça Federal (original ou da internet);

24. Certidão Negativa fornecida pela Justiça Militar Federal (original ou da internet);

25. Certidão negativa fornecida pela Repartição Criminal da Justiça Estadual (original ou da internet);

26. Certidão Negativa fornecida pela Justiça Militar Estadual emitida no Estado de origem do candidato (original ou da internet);

27. Certidão ou declaração negativa da Justiça Eleitoral (Crimes eleitorais);

28. Certidão ou declaração do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça (original ou da internet);

29. Relação das funções e cargos de direção que exerça ou tenha exercido nos dois anos anteriores em órgãos ou empresas ou instituições públicas ou privadas, no Brasil ou no Exterior;

30. Declaração unificada (conforme formulário encaminhado ao e-mail do(a) candidato(a);

31. Caso o(a) candidato(a) exerça cargo público com vínculo efetivo no Estado do Pará, e este seja inacumulável com o cargo que ocupará neste TJPA, é obrigatória a apresentação de documento que indique o regime previdenciário para o qual é contribuinte (FINANPREV/FUNPREV);

ANEXO 2

II- Relação de Exames a serem realizados no TJ/PA

Além da documentação referida o(a) candidato(a) convocado(a) deverá agendar a realização dos seguintes exames:

1- Exame Psicológico: realizado pelo **Serviço de Apoio Psicossocial do TJPA**

End: Rua Doutor Malcher, s/n - esquina com a Trav. Félix Roque, Bairro: Cidade Velha, Belém/PA, CEP: 66.050-080

Tel: (91) 3252-8015 ou 3252-8016

2- Exame Odontológico: realizado pelo **Serviço Odontológico do TJPA**

End: Tv. Joaquim Távora, 341 - 2º andar. Cidade Velha - Belém/PA

Tel: (91) 3205-2244

3- Exame Médico Pré-Admissional: realizado pela **Junta de Saúde do TJPA**

End: Tv. Joaquim Távora, 341 - 1º andar. Cidade Velha - Belém/PA

Tel: (91) 3205-2206 ou 3205-2293

Para realizar o exame médico de que trata o item 3, o(a) candidato(a) convocado(a) **deverá comparecer munido dos seguintes exames e Laudos Complementares:**

1. Hemograma completo

2. Glicemia em jejum

3. Colesterol total

4. Triglicerídeos

5. TGP e TGO

6. Uréia e Creatinina

7. VDRL

8. Tipagem Sanguínea e Fator RH

9. Urina Tipo 1

10. Raio X de Tórax, em P.A e Perfil, com Laudo Médico

11. Eletrocardiograma em repouso, com Laudo Médico

12. Laudo Médico de Avaliação Oftalmológica

13. Laudo Médico de Avaliação Psiquiátrica, emitido por médico com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), observando os itens constantes do e-mail enviado ao(a) candidato(a)

14. Laudo Médico comprobatório da Necessidade Especial, se PNE.

VICE-PRESIDÊNCIA

RESENHA DE DISTRIBUI??O - 10/11/2021 A 10/11/2021 -

Magistrado: MARIA EDWIGES MIRANDA LOBATO
Secretaria: 1ª TURMA DE DIREITO PENAL
Processo: 0004505-09.2019.8.14.0000 Distribuicao: 10/11/2021
A??o: Apelação Criminal
Vara: 1ª TURMA DE DIREITO PENAL
Valor:0.0 Situa??o: REDISTRIBUIDO
Fundamento: CAP. LEGAL: ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06. TENDO EM VISTA QUE NA COMARCA DE IGARAPE-AÇÚ OS PROCESSOS JÁ CORREM VIA PJE A PRESENTE CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE 2º GRAU TORNOU OS AUTOS ELETRÔNICOS EM FÍSICOS PARA A APRECIAÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE, TENDO RECEBIDO O MESMO O Nº 0800148-84.2019.814.0021 - PJE. ACOMPANHA 01 MÍDIA.
Partes: APELANTE: JEAN VINICIUS DO NASCIMENTO PEREIRA
APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 0000474.46.2021.2.00.0814

PROCESSADO: ANTÔNIO ALBERTO TAVEIRA DOS SANTOS

EMENTA:

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ¿ INOBSERVÂNCIA DAS PRESCRIÇÕES NORMATIVAS INSERTAS NOS ARTIGOS 165, 167 e 175 DO CÓDIGO DE NORMAS DO PARÁ - SUSPENSÃO.

DECIDO.

O presente Processo Administrativo foi instruído de maneira rigorosa e de acordo com a legislação pertinente, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa previstos no art. 5 º, LV e LIV da Constituição Federal e no art. 187 da Lei nº 5. 810/94.

Analisando o relatório da comissão processante, verificou-se preponderar opinião pela penalidade administrativa de suspensão por 10 (dez) dias ao processado, considerando que não se verificar reincidência na conduta do oficial processado.

Dessa feita, tendo em vista que este Órgão Censor não pode ser omisso às irregularidades reclamadas, devendo atuar em prol do estrito cumprimento da lei e promovendo a devida apuração dos fatos, ei por bem corroborar com o entendimento firmado pela comissão Processante, APLICANDO a penalidade de SUSPENSÃO por 10 (dez) dias ao Sr. ANTÔNIO ALBERTO TAVEIRA DOS SANTOS, Oficial da Serventia Extrajudicial da Comarca de Acará, nos termos do art. 1.205, III do NR e art. 30, X, XI c/c art. 33, III c/c art. 34 da Lei 8935/94.

Expeça-se a competente Portaria.

Publique-se e intime-se.

Sirva a presente decisão como ofício.

À Secretaria para as providências pertinentes.

Dê-se ciência as partes.

Proceda-se as anotações de praxe na Divisão Judiciária.

Belém/PA, 10 de novembro de 2021.

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora Geral de Justiça

PROCESSO: 0003013-82.2021.2.00.0814

REQUERENTE: MARILENE DA CUNHA FARIAS GOMES, COORDENADORA

GERAL DE ARRECADAÇÃO - TJPA.

REQUERIDOS: CARTÓRIO DO ÚNICO OFICIO DE IPIXUNA DO PARÁ; CARTÓRIO DE IPIXUNA DO PARÁ - VILA BADAJÓS; CARTÓRIO DO ÚNICO OFICIO DE DOM ELISEU; CARTÓRIO DO ÚNICO OFICIO DE MÃE DO RIO; E CARTÓRIO DO ÚNICO OFICIO DE PARAGOMINAS.

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - SERVENTIA EXTRAJUDICIAL ¿ INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DISCIPLINAR - AUSÊNCIA DE RESPOSTA DO CARTÓRIO REQUERIDO ¿ APRESENTADA JUSTIFICATIVA ¿ RECONSIDERAÇÃO EM PARTE.

DECISÃO: Trata-se de expediente por meio do qual a Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Arrecadação Extrajudicial comunica que as serventias extrajudiciais do Único Oficio de Ipixuna do Pará; Cartório de Ipixuna do Pará - Vila Badajós; Único Oficio de Dom Eliseu; Único Oficio de Mãe do Rio; e o Único Oficio de Paragominas não responderam ao questionário solicitado de aferição de informações tecnológica, no intuito de implementar o selo digital.

Esta Corregedoria Geral solicitou informações às serventias mencionadas (Despacho ID 671767, em 04/08/2021), havendo resposta positiva apenas da serventia do Único Ofício de Paragominas.

Constatando ausência de resposta por parte das serventias do Único Oficio de Ipixuna do Pará; Cartório de Ipixuna do Pará - Vila Badajós; Único Oficio de Dom Eliseu; e Único Oficio de Mãe do Rio, esta Corregedoria determinou expedir novamente ofício (Despacho ID749919, em 10/09/2021) no intuito de sanar a referida ausência de resposta, novamente, sem sucesso, conforme certidão id nº 850129.

Diante de tais fatos, esta Corregedoria proferiu decisão (ID879134) determinando abertura de PAD em face dos oficiais titulares do Único Oficio de Ipixuna do Pará; Cartório de Ipixuna do Pará - Vila Badajós e Único Oficio de Dom Eliseu.

Já em relação à serventia de Mãe do Rio, por se tratar de serventia vaga, manifestou-se pela perda da interinidade, por quebra de confiança, encaminhando à Presidência do TJPA para decisão final.

Neste momento, apresentado Pedido de Reconsideração da interina de Mãe do Rio (ID928583), Sra. Maria dos Santos Oliveira Reis, apresentando a resposta anteriormente não encaminhada e esclarecendo que a serventia já está utilizando o selo digital desde 01/09/2021.

Por fim, apresentada resposta referente à serventia de Dom Eliseu (ID931422), registrando também utilizar o selo digital desde 01/09/2021 e justificando a ausência de resposta em razão de problemas no acesso ao sistema malote digital.

É o relatório. Decido. Analisando os pedidos apresentados por meio dos IDs 928583 e 931422, observo que a quebra de confiança e o não atendimento prioritário das requisições deste Órgão que deram ensejo à abertura de procedimento disciplinar (Dom Eliseu) e manifestação de perda da interinidade (Mãe do Rio).

Ocorre que, analisando os autos, o fato de constarem vários requeridos ensejou certa confusão até mesmo por parte desta Corregedoria na correta intimação dos ora peticionantes (oficiais de Mãe do Rio e Dom Elizeu).

Isso porque, constato que no sistema PJeCOR enquanto as demais serventias envolvidas foram intimadas dos dois despachos desta Corregedoria, as duas ora recorrentes somente foram intimadas uma única vez.

Obviamente, isso, por si só, não seria causa para reconsideração da decisão ora questionada, haja vista não ser dever desta Corregedoria a reiteração de suas ordens, mas sim do oficial em atender prioritariamente e dentro do prazo as intimações realizadas por este Órgão Censor.

Entretanto, não há que se olvidar que o principal intento dos autos foi alcançado, tendo ambas as serventias iniciado o uso do selo digital desde 1º de setembro próximo passado, antes mesmo do despacho ID 749919, o que demonstra a não intenção em desobedecer ordem desta Corregedoria, mas apenas falha quanto ao correto uso do sistema PJeCOR.

Dessa forma, privilegiando a satisfação da pretensão inicial dos autos, **RECONSIDERO a Decisão ID879134 quanto às serventias extrajudiciais de Mãe do Rio e Dom Eliseu**, para não mais me manifestar pela perda da interinidade (Mãe do Rio) e ordem de abertura de procedimento administrativo disciplinar em face de seu titular (Dom Eliseu), **determinando** o arquivamento do expediente em relação a estas serventias.

Outrossim, **RECOMENDO** a tais oficiais que acessem diariamente o sistema PJeCOR, uma vez que se trata do sistema oficial de tramitação dos expedientes desta Corregedoria, sendo obrigação de todos os notários e registradores o seu regular acesso e utilização.

Por fim, **quanto aos demais termos da decisão ID879134, MANTENHO-OS** na sua integralidade, determinando à Secretaria que dê continuidade às medidas cabíveis para instauração do Procedimento Administrativo Disciplinar em face dos titulares do Cartório do Único Oficio de Ipixuna do Pará e Cartório de Ipixuna do Pará - Vila Badajós, inclusive com a criação de autos específicos no sistema PJEeCOR.

Ciência às partes e à Presidência do TJPA.

À Secretaria para os devidos fins.

Mantenha-se o arquivamento no âmbito desta Corregedoria do presente.

Belém, 09/11/2021.

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0003288-31.2021.2.00.0814

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR

RECLAMANTE: AUGUSTO OTAVIANO DA COSTA MIRANDA (ADVOGADO- OAB/PA 8.968)

RECLAMADO: EXMO. SR. DR. WILSON DE SOUZA CORRÊA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÁ/PA

INTERESSADA: CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

REF. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N.º 0007299-23.2021.2.00.0000

EMENTA: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR COM DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DETERMINOU A APURAÇÃO DA ALEGADA RECUSA AO ATENDIMENTO. RECUSA AO ATENDIMENTO NÃO COMPROVADA E REFUTADA PELO MAGISTRADO RECLAMADO. ARQUIVAMENTO.

Decido:

Considerando que as demais questões foram anteriormente apuradas por esta Corregedoria-Geral de Justiça (decisão Id. 796245), analisa-se apenas a questão remanescente, qual seja, a alegada recusa do Magistrado reclamado em atender ao Advogado reclamante.

Ocorre que além de não restar comprovada a recusa do Magistrado, tampouco a tentativa de agendamento do mencionado atendimento, o Juiz de Direito ainda salientou que integra o grupo de risco do novo corona vírus (COVID-19), sendo autorizado pela D. Presidência do TJ/PA a realizar suas atividades judicantes em teletrabalho e que tem realizado atendimentos utilizando as ferramentas recomendadas pelo TJ/PA ao atravessar a crise sanitária gerada pela pandemia.

Além disso, o Magistrado destacou que tanto os advogados quanto os jurisdicionados possuem amplo acesso ao Fórum da Comarca de Acará/PA.

Nesse sentido, a jurisprudência é pacífica, inclusive do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), *in verbis*:

¿**RECURSO ADMINISTRATIVO. REPRESENTAÇÕES CONTRA MAGISTRADOS E JUÍZES LEIGOS DE JUIZADO ESPECIAL**. *ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NA APURAÇÃO. PRESIDENTE DA COMISSÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO.* **AUSÊNCIA DE PROVAS**.

1. Todo cidadão é parte legítima para denunciar irregularidades perante a Administração Pública, devendo a Autoridade Pública, em decorrência do princípio da legalidade a que se encontra adstrita, ao tomar conhecimento de desvios de conduta, no desempenho de atividade administrativa, determinar sua apuração.

2. **Se não há, porém, qualquer argumentação lógica e consistente, acompanhada de um princípio de prova que dê um mínimo de plausibilidade à acusação, não se justifica a adoção de qualquer pedido de providências pelo Conselho Nacional de Justiça, sob pena de estimular-se o denuncismo ou a imputação leviana**.

3. Recurso desprovido.¿ (CNJ, PP 00005366020082000000, Rel. Cons. Francisco Cesar Asfor Rocha, j. 24/06/2008) (grifo nosso)

¿**ADMINISTRATIVO. CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA. REPRESENTAÇAO CONTRA MAGISTRADO**. *AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO.* **ÔNUS DA PROVA.** *RECURSO DESPROVIDO.*

1. Dentre os deveres dos magistrados podemos citar os contidos na Constituição Federal *de 1988; no art.* 35*, da Lei Complementar n.º 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura* LOMAN*); art.* 125*, do* CPC *e art.* 251*, do* CPP*. Já as vedações estão no art.* 95*,* parágrafo único*,* I-*VI, da* CF/88*. Em relação às penas administrativas disciplinares aplicáveis é possível mencionar as previstas nos arts.* 42 *e* 49*, da LC n.º* 35 */79; no art.* 133*, do* CPC *e na Resolução n.º* 30*/07, do CNJ. No caso, tais normas não foram violadas pela conduta objurgada do julgador monocrático, razão pela qual não há que se falar em justa causa capaz de fundamentar a presente representação;*

2. Não houve qualquer mácula na atuação funcional do magistrado que recusou fundamentadamente a expedição dos alvarás. Pensar de modo diverso é desprezar o princípio do livre convencimento motivado do juiz, insculpido no art. 131*, do* CPC*, o que não se admite no presente caso;*

3. **Quanto à conduta do magistrado, o recorrente não se desincumbiu do ônus de provar a existência dos fatos que alegou, razão pela qual não há que se falar na procedência das suas acusações***, com fulcro no art.* 333*,* I*, do* CPC*; Recurso desprovido.¿* (TJ/ES, Processo nº 100080045212, Conselho da Magistratura, Rel. Des. Arnaldo Santos Souza, j. 26/01/2009) (grifo nosso)

Desse modo, não restando configurada a ocorrência de qualquer das hipóteses que possibilitem a intervenção desta Corregedoria-Geral de Justiça, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** dos presentes autos de reclamação disciplinar com fulcro no §3º do art. 91 do Regimento Interno do TJ/PA.

Dê-se ciência às partes e ao Conselho Nacional de Justiça nos autos do Pedido de Providências n.º 0007299-23.2021.2.00.0000.

Sirva a presente decisão como Ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém(PA), 09 de novembro de 2021.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0007312-22.2021.2.00.0000

REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO

REQUERENTE: FILEMON DIONISIO FILHO

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª TURMA RECURSAL PERMANENTE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO TJ/PA

REMETENTE: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. ART. 5º, LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MOROSIDADE SANADA POR IMPULSO PROCESSUAL. ARQUIVAMENTO.

DECIDO.

Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção é o prosseguimento do Processo nº 0800016-85.2021.8.14.9000.

Ocorre que, consoante às informações prestadas pela magistrada, aliada às colhidas por meio de consulta ao sistema PJE, observo que a morosidade reclamada não mais subsiste, uma vez que o processo, objeto do presente expediente, obteve impulso, uma vez que foi incluído na pauta de julgamento do dia 01/12/2021.

Diante do exposto, considerando não haver a princípio qualquer outra medida a ser tomada por este Órgão Correcional, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** da presente reclamatória, com fulcro no art. 9º, § 2º

da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Dê-se ciência às partes.

Utilize-se cópia do presente como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém, 09 de novembro de 2021.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0006990-02.2021.2.00.0814

REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO

REQUERENTE: MARIA LÚCIA URBANO SARMANHO

ADVOGADO: ANTÔNIO JODILSOM PRAZERES SARMANHO OAB/PA Nº 26.803

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

REF.: PROC. N. 0006016.26.2000.8.14.0301 (LIBRA)

EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. IMPULSO PROCESSUAL. MOROSIDADE SANADA. PARTE IDOSA. RECOMENDAÇÃO. ARQUIVAMENTO.

DECIDO.

Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção era que fosse dado impulso aos autos do processo n.º 0006016.26.2000.8.14.0301.

Consoante consulta realizada ao sistema Libra em 22/06/2021, verificou-se os autos do processo n.º .0006016.26.2000.8.14.0301, obtiveram despacho em 27/10/2021, dando o Juízo impulso ao feito em questão e satisfazendo a pretensão exposta pela requerente junto a este Órgão Correcional.

Assim, cuidando a demanda judicial de interesse de pessoa idosa, e tendo em vista o Art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal c/c o Art.71 da Lei 10.741/2003 ¿ Estatuto do Idoso, cabe a este Órgão Correcional **RECOMENDO** ao Juízo requerido, que continue a priorizar o andamento do processo em questão, objetivando célere e efetiva prestação jurisdicional, fim maior deste Poder.

Por fim, considerando não haver qualquer outra medida a ser adotada por esta Corregedoria-Geral de Justiça, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** da presente representação por excesso de prazo, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Dê-se ciência às partes requerente e requerida.

Utilize-se cópia da presente decisão como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém (PA), 09 de novembro de 2021.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 0002487-18.2021.2.00.0814

REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO

REQUERENTE: RICARDO FORTES DA COSTA

REQUERIDO: JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BELÉM

REF.: PROC. N. 0245270-13.2016.8.14.0301

EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. PROCESSO JUDICIAL MONITORADO POR ESTA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA. PROCESSO COM TRAMITAÇÃO REGULARIZADA. ARQUIVAMENTO.

DECIDO.

Analisando os fatos apresentados pelo requerente, percebe-se que a sua real intenção era o julgamento dos autos nº 0245270-13.2016.8.14.0301.

Ocorre que, no âmbito do monitoramento acerca do andamento do feito em questão, em consulta ao Sistema Libra realizada em 09/11/2021, pude contatar que os autos referenciados foram sentenciados em 06/08/2021, não mais subsistindo a morosidade reclamada, uma vez que obtiveram impulso, retomando a marcha regular e satisfazendo a pretensão exposta pelo requerente junto ao Órgão Correcional.

Diante de todo o exposto, considerando não haver a princípio qualquer outra medida a ser adotada por este Órgão Correcional, **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO** da presente representação por excesso de prazo, com fulcro no art. 9º, § 2º da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

Dê-se ciência às partes.

Utilize-se cópia do presente como ofício.

À Secretaria para os devidos fins.

Belém (PA), 09 de novembro de 2021.

Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

Corregedora-Geral de Justiça

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 0002630-41.2020.2.00.0814

PROCESSADO: ANTÔNIO OSCAR DEMÉTRIO

EMENTA:

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ¿ PENDÊNCIAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E PAGAMENTOS DO FRC E FRJ - SUSPENSÃO.

DECISÃO / OFÍCIO Nº /2021- /CGJ

Trata-se de Processo Administrativo instaurado em face do Sr. Antônio Oscar Demétrio, oficial do Cartório do 2º Ofício de Tucuruí com vistas a apurar o reiterado descumprimento das normativas pelo referido Tabelião/Registrador, quais sejam, envio de informações errôneas/incompletas que ensejaram ¿pendências obrigacionais da serventia do 2º Ofício de Tucuruí para com o TJPA com valores já apurados (líquidos), que em resumo representam os seguintes valores: FRJ - R$60.387,32 (sessenta mil, trezentos e oitenta e sete reais e trinta e dois centavos), FRC - R$11.314,71(onze mil, trezentos e catorze reais e setenta e um centavos), totalizando um débito de R$71.702,03(setenta mil, setecentos e dois reais e três centavos), sem os acréscimos moratórios¿.

Concluído os trabalhos da Comissão Processante, o Presidente, M.M. Juiz Jurandir da Silva Rebello Júnior, encaminhou o relatório final (id nº 790814) para apreciação desta Corregedoria.

É o Relatório.

DECIDO.

O presente Processo Administrativo foi instruído de maneira rigorosa e de acordo com a legislação pertinente, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa previstos no art. 5 º, LV e LIV da Constituição Federal e no art. 187 da Lei nº 5. 810/94.

Analisando o relatório da comissão processante, verificou-se preponderar opinião pela penalidade administrativa de suspensão por 120 (cento e vinte) dias ao processado.

Dessa feita, tendo em vista que este Órgão Censor não pode ser omisso às irregularidades reclamadas, devendo atuar em prol do estrito cumprimento da lei e promovendo a devida apuração dos fatos, ei por bem corroborar com o entendimento firmado pela comissão Processante, APLICANDO a penalidade de SUSPENSÃO por 120 (centro e vinte) dias ao Sr. ANTÔNIO OSCAR DEMÉTRIO, Oficial da Serventia Extrajudicial do 2º Ofício de Tucuruí, nos termos do art. art. 1.201, III, do Código de Normas.

Expeça-se a competente Portaria.

Publique-se e intime-se.

Sirva a presente decisão como ofício.

À Secretaria para as providências pertinentes.

Dê-se ciência às partes.

Proceda-se as anotações de praxe na Divisão Judiciária.

Belém/PA, data da assinatura eletrônica.

ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA *Corregedora Geral de Justiça*

PROCESSO: 0005412-21.2020.2.00.0814

Pedido de Providências

Requerente: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Requerido: Responsável Interina do Cartório do Único Ofício de Vila dos Cabanos

DECISÃO: (...) Da análise da prestação de contas juntada pela Seplan, verifica-se que foram apresentadas justificativas ou documentos para cada omissão apontada, mas todas as solicitações feitas foram ¿parcialmente atendidas¿. Consta a ressalva que a análise feita não encerra eventuais novas falhas identificadas inclusive em inspeções presenciais. Deve-se salientar que o vínculo entre o Tribunal de Justiça e os interinos designado para responder temporariamente pelas serventias extrajudiciais é precário e, portanto, depende do preenchimento de uma série de requisitos. Do não atendimento deles, é possível a dispensa do interino sem procedimento administrativo disciplinar prévio, ante a quebra da relação de confiança que deve ser preservada entre TJ e indicado. Por esta razão, recomenda-se enfaticamente à interina que observe de forma rigorosa à observância de suas obrigações cotidianas, como, por exemplo, a prestação de contas a ser apresentada à Secretaria de Planejamento, de forma a manter a preservação do vínculo com o Tribunal de Justiça e não gerar sobrecarga dispensável de trabalho aos setores de fiscalização e a esta Corregedoria de Justiça. Feita a recomendação, determino o arquivamento deste expediente. Em caso de reincidência da interina que gere nova comunicação de inadimplência a esta Corregedoria de Justiça, determino que a existência deste expediente seja informada, tanto pela Seplan quanto pela Secretaria-Geral desta Corregedoria de Justiça em novo processo eventualmente instaurado para a mesma finalidade, a fim de ser identificada a reincidência. Dê-se ciência às partes. Sirva esta como ofício. À Secretaria-Geral para as providências. Após, arquive-se. Belém, 09 de novembro de 2021. Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha Corregedora-Geral de Justiça

PjeCor Nº 0001734-61.2021.2.00.0814

REQUERENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDO: CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE ICOARACI

DECISÃO: (...) Inicialmente, observo que a questão apresentada possui parâmetro no feito apreciado pelo Conselho Nacional de Justiça sob o número PP 0010624-11.2018.2.00.0000, em 17/09/2019. Na ocasião, o Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins, destacou a diferença entre direito de obter

certidão e direito de obter certidão gratuitamente. Enquanto este é individual e pessoal. Aquele, detém natureza geral e universal. O Ministro acrescentou ainda que envolvendo-se o benefício da justiça gratuita é necessário se entender que este direito não é absoluto, sendo restrito a situações específicas relativas ao direito da pessoa humana, definindo o rol a ser cumprida a gratuidade de taxas, qual seja: registro civil de nascimento, certidão de óbito, nada consta cível e nada consta criminal. Segue trecho do *decisium*: No que tange à gratuidade de certidão, o cerne da questão posta nestes autos se restringe em verificar o alcance da norma do art. 5º, XXXIV, b, da Constituição Federal, que possui a seguinte redação: XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: (...) b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal; Conforme já decidido pelo Conselheiro Rui Stoco, relator do PP 721, julgado em 18.12.2007, *¿Segundo a dicção do art. 5º, XXXIV, ¿b¿ da Constituição Federal o direito de obter certidão é geral e universal; todavia o direito de obter certidão gratuitamente é individual e pessoal. A regra do art. 5º, inciso XXXIV da Lei Maior revela que a gratuidade não é regra absoluta. Só se beneficiam dela quando destinada à defesa de direitos ou ao esclarecimento formal de situações peculiares e individualizadas ou, como diz o preceito, a ¿situações de interesse pessoal¿.¿* Pode-se extrair do precedente do Conselho Nacional de Justiça que o direito de obter certidão é universal, mas a norma constitucional que garante a sua gratuidade se refere apenas àquelas destinadas à defesa de interesse pessoal. Ou seja, a gratuidade de taxas se refere às certidões destinadas a qualquer direito relativo à pessoa humana, não se refere a qualquer direito da pessoa. Assim, devem ser gratuitas as seguintes certidões: a) o registro civil de nascimento; b) a certidão de óbito; c) nada consta cível; e d) nada consta criminal. Corroborando com tal entendimento, no âmbito estadual, a lei referente ao Fundo de Apoio ao Registro Civil do Estado do Pará (Lei Estadual nº 6831/2006) apenas ressarce os serviços relacionados a registro civil de nascimento e óbito, em nada subsidiando as demais gratuidades aqui questionadas, como é o caso da averbação. Esclarecida a distinção entre o direito de obter certidão e o benefício da gratuidade, este, como já exposto, restrito aos direitos relativos à pessoa humana, conclui-se que outra forma de interpretação não há, sob pena de se estabelecer que toda e qualquer certidão estaria abarcada ao benefício da gratuidade. Isso porque, em regra, todas as certidões visam, de alguma forma, à defesa de direitos. Ademais não há que se confundir a natureza dos serviços notariais e registrais, exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, nos termos do art. 236, da CF, de forma que não é pertinente igualá-los às repartições públicas contidas na isenção constitucional do art. 5º, XXXIV. Quer-se dizer com isso que o texto constitucional se destina às repartições públicas e não aos serviços delegados. Nesse ponto, acrescenta-se que, por se tratar de tributo, qualquer interpretação acerca de isenção deve se dar de forma literal, conforme art. 111, II, do CTN, não sendo possível ampliação por meio da esfera administrativa do rol constitucional e legalmente definido. Sobre o assunto, também há análise recente do Conselho Nacional de Justiça, agora no PP nº 0005578-41.2018.2.00.0000, com Acórdão datado de 21/10/2019: RECURSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. EFEITO SUSPENSIVO. INAPLICABILIDADE. GRATUIDADE NA EMISSÃO DE CERTIDÕES PARA DEFESA DE DIREITOS PATRIMONIAIS. IMPOSSIBILIDADE. 1. (...) 2. O direito de obter certidão é universal, mas a norma constitucional que garante a sua gratuidade se refere apenas àquelas destinadas à defesa de interesse pessoal, ou seja, a gratuidade de taxas se refere às certidões destinadas a qualquer direito relativo à pessoa humana. 3. A gratuidade constitucional não se refere a qualquer direito de que a pessoa seja titular, como ocorreu na pretensão do caso concreto, em que se visava averiguar a existência de registro imobiliário em nome do cidadão. O direito de propriedade é um direito patrimonial que, embora relacionado à pessoa que seja seu titular, não é relativo à pessoa humana. 4. Não é possível interpretar a norma constitucional tributária que estabeleceu a gratuidade de uma taxa de forma ampliativa para alcançar uma hipótese não prevista expressamente, seja na Constituição ou na lei. 5. Manutenção da decisão que revogou a determinação de caráter geral ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a concessão de gratuidade na expedição de certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal nos serviços notariais e de registro fora das hipóteses legalmente previstas. Recurso administrativo improvido. Acrescenta-se ainda especificamente quanto ao Provimento nº 004/2013 ¿ CJRMB/CJCI, trata-se de normativo que traça previsão acerca da emissão da certidão de nascimento, sem qualquer inclusão referente ao ato de averbação posterior ao registro. À Secretaria para os devidos fins. Dê-se ciência as partes. Utilize-se cópia do presente como ofício. Belém, 09 de novembro de 2021. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA** *Corregedora Geral de Justiça*

PROCESSO: 0001821-17.2021.2.00.0814

REQUERENTE: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

INTERESSADOS: OFÍCIO DE ABEL FIGUEIREDO E TABELIONATO DE CURIONÓPOLIS

DECISÃO: (...) Analisando os fatos narrados pela SEPLAN, observa-se questão emergente sobre o balanço do Projeto de Implantação do Selo
digital nas Serventias Extrajudiciais do Estado do Pará, comunicando que a implantação
nas Comarcas do Interior iniciará pelo Polo Marabá, do qual o seu cartório é
integrante. Ademais, vale salientar que esta Corregedoria tem o conhecimento de que os Cartórios do 2º Tucuruí, Único Ofício do Bairro da Paz de Parauapebas, já entraram no programa do Selo Digital, que somente os Cartório de Abel Figueredo da comarca de Rondon e o Tabelionato de Títulos de Curionópolis não aderiram ao Selo digital. Observa-se que não há justificativa plausível das serventias que ainda não se adequaram com a nova programação do Selo Digital, o Cartório de Abel Figuereido não apresentou empresa responsável pelo gerenciamento de seus atos, e o Tabelionato de Títulos de Curionópolis, na pessoa do Sr. Antônio
Carlos Apolinário afirma que a serventia não foi instalada, contudo essa serventia. Diante do lapso temporal, além do tempo suficiente para se adequar na programação de implantação do selo digital informada pela Secretaria de Planejamento Coordenação e Finança. **DETERMINO** a inclusão das referidas serventias supramencionadas no polo de Castanhal, com Reunião de Abertura da Implantação prevista para o dia 01/01/2022. implementação do Selo Digital deverá ser solucionada junto à SEPLAN. Por fim, considerando que todas as medidas foram adotadas por esta Corregedoria de Justiça, determino o **arquivamento** destes autos. À Secretaria para os devidos fins. Utilize-se cópia do presente como ofício. Belém, 09 de novembro de 2021. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA** *Corregedora Geral de Justiça*

PROCESSO Nº 0002355-92.2020.2.00.0814

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

REQUERIDO: CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE PRAINHA E CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE MEDICILÂNDIA

DECISÃO: (...) Analisando a documentação acostada aos presentes autos, observa-se que o imóvel em questão correspondia à Matrícula n. 543 do Cartório do Único Ofício de Prainha, mas em face da mudança de circunscrição, esta foi encerrada, após comunicação da abertura de nova matrícula no Cartório do Único Ofício de Medicilândia, conforme Certidão id 129411. No Cartório do Único Ofício de Medicilândia, o imóvel passou a ser objeto da Matrícula n. 2120, que foi encerrada de acordo com os termos do art. 1.060 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, após a realização da averbação de georreferenciamento do imóvel, o que deu ensejo à abertura da Matrícula n. 2125 na mesma serventia, conforme informações contidas no ofício id 129641. Em atenção ao despacho id 330980, o Titular do Cartório do Único Ofício de Medicilândia encaminhou a este Órgão as Certidões das Matrículas ns. 2120 (id 363184) e 2125 (id 363185), ocasião em que restou evidenciada informação anteriormente prestada pelo Oficial da serventia, referente ao encerramento da Matrícula n. 2120. Em relação à Matrícula n. 2125, foi possível

constatar que a mesma foi bloqueada e cancelada com base, respectivamente, nos Provimentos ns. 013/2006 e 002/2010, ambos da então Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, consoante averbações 2 e 3. Diante desse contexto, é importante esclarecer que embora seja de competência dos Juízos das Varas Agrárias apreciar e decidir questões envolvendo demandas administrativas de registro de imóveis de terras rurais, cabendo à Corregedoria-Geral de Justiça exercer a função recursal e disciplinar, conforme entendimento firmado nos autos do Processo n. 0003902-70.2020.2.00.0814, entendo que com o encerramento da Matrícula n. 543 do Cartório do Único Ofício de Prainha e da Matrícula n. 2120 do Cartório do Único Ofício de Medicilândia, bem como o cancelamento da Matrícula n. 2125 do Cartório do Único Ofício de Medicilândia, demonstrados nos autos através das Certidões ids 129411, 363184 e 363185, resta prejudicado o pedido de análise sobre a regularidade das referidas matrículas. Por mais que seja possível a requalificação da Matrícula n. 2125, nos termos do Provimento Conjunto n. 004/2021 ¿ CJCI/CJRMB, junto ao Oficial de Registro do Cartório do Único Ofício de Medicilândia, isto somente será viável mediante a apresentação de Título de Terra original ou Certidão original, fornecidos nos últimos 90 dias pelos Órgãos de Terras do Estado ou da União, que atestem a regularidade do destacamento do imóvel do patrimônio público, seus limites e confrontações; caso contrário eventual pedido de requalificação de matrícula não deverá prosperar. Ademais, é importante ressaltar que na hipótese de a Matrícula n. 2125 do Cartório do Único Ofício de Medicilândia ser requalificada, esta permanecerá bloqueada até o deferimento do pedido de desbloqueio, que obrigatoriamente deverá ser analisado pelo Juiz da Vara Agrária competente, consoante os termos do art. 7º do Provimento Conjunto n. 004/2021 ¿ CJCI/CJRMB, ocasião em que será verificado o regular destacamento do imóvel do patrimônio público. Todavia, caso o requerente ainda tenha interesse que se proceda à análise das matrículas imobiliárias acima referenciadas, deve submeter a questão aos Juízes Agrários de Santarém e Altamira. Quanto ao aspecto disciplinar, examinando as certidões das referidas matrículas (ids 129411, 363184 e 363185) e a Nota Informativa (id 377697) apresentada por setor deste Órgão Correcional, observa-se que aquelas já haviam sido abertas quando os atuais delegatários de Prainha e Medicilândia assumiram os serviços, de modo que não podem ser responsabilizados por eventuais irregularidades cometidas por seus antecessores, restando, assim prejudicada a adoção de qualquer medida disciplinar. Posto isso, prestados os devidos esclarecimentos, após dar ciência desta decisão ao requerente, bem como ao Ministério Público Federal, fazendo referência ao Processo n. 1.23.003.000319/2020-25, **proceda-se ao arquivamento dos presentes autos.** Utilize-se cópia do presente como ofício. À Secretaria para os devidos fins. Belém, 09 de novembro de 2021. **DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**
Corregedora Geral de Justiça

PJECOR Nº 0003893-74.2021.2.00.0814

REQUERENTE: CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE TRACUATEUA

DECISÃO: (...) Após analisar as informações constantes nos autos, ei por bem DEFERIR o pedido de prorrogação de prazo nos termos solicitados. Ato contínuo, **DETERMINO** a inclusão do Cartório do Único Ofício de Tracuateua , no polo de Castanhal, com data de início da utilização de Selo Digital dia 01/01/2022. Ressalto, ainda, que qualquer dúvida para utilização e implementação do Selo Digital deverá ser solucionada junto à SEPLAN. Por fim, considerando que todas as medidas foram adotadas por esta Corregedoria de Justiça, determino o arquivamento destes autos. Dê-se ciência à requerente e a SEPLAN. Sirva a presente decisão como ofício. À Secretaria para os devidos fins. Após, arquive-se. Belém, 09 de novembro de 2021. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA** *Corregedora de Justiça*

PJECOR Nº 0003264-03.2021.2.00.0814

REQUERENTE: RECEITA FEDERAL DO BRASIL

REQUERIDO: CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

DECISÃO: (...) Atenta ao pedido, observo adoção de todas as medidas pertinentes a esta Corregedoria, restando clara a existência de fortes indícios de irregularidade no registro tardio em referência. Por outro lado, o Provimento CNJ nº 28, que dispõe sobre o registro tardio de nascimento por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, em seu art. 15, § 2º, determina que: § 2º. O Oficial, suspeitando de fraude ou constatando a duplicidade de registros depois da lavratura do registro tardio de nascimento, **comunicará o fato ao Juiz Corregedor Permanente, ou ao Juiz competente na forma da organização local, que, após ouvir o Ministério Público, adotará as providências que forem cabíveis**. (grifo meu) Dessa forma, **determino** ao atual oficial da serventia extrajudicial de São Geraldo do Araguaia que adote imediatamente as providências cabíveis para o cancelamento do registro tardio, nos termos do Provimento CNJ nº 28, inclusive fazendo constar tal providência em eventual pedido de certidão referente a tal assento. Por fim, exaurida a atuação desta Corregedoria, **determino** encaminhamento de cópia integral dos autos ao requerente, com as informações coletadas até então, para conhecimento e providências cabíveis, reforçando a existência de fortes indícios de irregularidade no registro. Utilize-se cópia do presente como ofício. À Secretaria para os devidos fins. Após, arquive-se. Belém, 09 de novembro de 2021. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA** *Corregedora Geral de Justiça*

PJeCOR Nº 0003912-80.2021.2.00.0814

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ENVOLVIDOS: OFICIAIS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

DECISÃO: (...) Ciente das pendências apresentadas nos anexos (id¿s nºs 932103 e 932104), ressalto ser responsabilidade do Oficial de Registro Civil do Cartório informar ao INSS a relação dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas na Serventia. Tal obrigação advém do art. 68, caput, da Lei nº 8.212/91 ¿ Lei Geral da Previdência Social, in verbis: ¿Art. 68. O Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais remeterá ao INSS, em até 1 (um) dia útil, pelo Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc) ou por outro meio que venha a substituí-lo, a relação dos nascimentos, dos natimortos, dos casamentos, dos óbitos, das averbações, das anotações e das retificações registradas na serventia¿ Ainda, mesmo no caso de não haver sido registrado nenhum nascimento, natimorto, casamento, óbito ou averbações, anotações e retificações no mês, deverá o Oficial comunicar este fato ao INSS, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente (art. 68 § 4º da mesma lei). O descumprimento da obrigação imposta e o fornecimento de informação inexata sujeitarão o Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais às penalidades disciplinares próprias de suas atribuições, bem como às previstas no art. 92 da Lei Geral da Previdência e ação regressiva do INSS em razão dos danos, nestes termos: ¿§ 5º O descumprimento de qualquer obrigação imposta neste artigo e o fornecimento de informação inexata sujeitarão o Titular do Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais, além de outras penalidades previstas, à penalidade prevista no art. 92 desta Lei e à ação regressiva proposta pelo INSS, em razão dos danos sofridos¿. Impende ressaltar que as informações encaminhadas por meio das Centrais de Envio de Registros Civis-CER, que é apenas um meio de envio, não eximem o Oficial de nenhuma das obrigações constantes do artigo 68 da Lei 8.212/91. Tal forma de envio deve ser verificada pelo Oficial no SIRC quanto ao prazo e a qualidade das informações, bem como a data a ser considerada deve ser conforme a data de entrada no SIRC e não do envio à CER. Por fim, em que pese tais obrigações citadas, recentemente, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da relatoria da Excelentíssima Ministra Thereza de Assis, Corregedora Nacional de Justiça, deferiu liminar nos autos do

Pedido de Providências de nº 0000272-86.2021.2.00.000, em que figura como requerente a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais, no sentido de: 1. suspender o compartilhamento de dados pessoais pelos Registradores Civis de Pessoas Naturais com o SIRC (Sistema Nacional de Informações de Registro Civil) acerca de anotações, averbações e retificações até ulterior normatização por esta Colenda Corregedoria Nacional de Justiça, o que já está em curso, com o Grupo de Estudos criado pela Portaria CNJ nº 60 (Cria Grupo de Estudos para elaboração de estudos e de propostas voltadas à adequação dos serviços notariais e de registro à Lei Federal nº 13.709/2018); e 2. determinar a vedação de repasse de informações ao SIRC quanto a registros pretéritos, atualmente exigida pelo Poder Executivo sob o pretexto de cumprimento do disposto no art. 68 da Lei nº 8.212/91 no tocante aos dados de averbações, anotações e retificações relativas a atos não integrantes de sua base de dados. Dessa forma, apenas no que tange às anotações, averbações e retificações, bem como repasse de informações de registros pretéritos, encontram-se suspensas/vedadas no momento em razão da decisão indicada. Por todo exposto, considerando os dispositivos legais indicados, que são cogentes em relação à atuação dos registradores de pessoas naturais, **NOTIFIQUE-SE** os Oficiais das serventias de Registro Civil do Estado constantes na listagem apresentada, para conhecimento e adoção das providências cabíveis para solução das pendências identificadas, bem como adequem com urgência os procedimentos internos da serventia para cumprimento integral do normativo em evidência, tudo em consonância também da liminar proferida no PP nº 0000272-86.2021.2.00.000 . Utilizem o presente como ofício. À Secretaria para os devidos fins. Após, arquive-se. Belém, 09 de novembro de 2021. **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA** Corregedora Geral de Justiça

COMUNICADO N.º 146/2021-CGJ

A Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**, Corregedora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais;

COMUNICA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários de Justiça e a quem mais possa interessar, para conhecimento e devidos fins, que, conforme teor do PJECOR 0003454-63.2021.2.00.0814, foi comunicada pelo Cartório Val-de-Cães (5º Ofício de Notas de Belém) a inutilização de papel de segurança para aposição de Apostila de Haia, com sequenciamento sob o número A7464109.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

Belém, PA, data registrada no sistema.

Desa**. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

Corregedora-Geral de Justiça

COMUNICADO N.º 147/2021-CGJ

A Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**, Corregedora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais;

COMUNICA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários de Justiça e a quem mais possa interessar, para conhecimento e devidos fins, que, conforme teor do PJECOR 0003612-21.2021.2.00.0814, foi comunicada pelo Cartório Val-de-Cães (5º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais de Belém) a inutilização de papel de segurança para aposição de Apostila de Haia, com sequenciamento sob o número A7464157.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

Belém, PA, data registrada no sistema.

Desa**. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

Corregedora-Geral de Justiça

COMUNICADO N.º 148/2021-CGJ

A Desembargadora **ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**, Corregedora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais;

COMUNICA aos MM. Juízes de Direito, Membros do Ministério Público, Advogados, Notários e Registradores, Serventuários de Justiça e a quem mais possa interessar, para conhecimento e devidos fins, que, conforme teor do PJECOR 0003129-88.2021.2.00.0814, foi comunicada pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Tucuruí a ocorrência de fraude consistente na utilização de carimbo, papel, fé pública nº de matrícula, livro e fls. falsos, inclusive com a utilização de selos dos anos de 2015 e 2017. Comprovam o alegado com certidão exarada no Livro bº 2-AA-C, fls. 181, onde consta o registro da Matrícula 6856 do 1º Ofício de Tucuruí.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

Belém, PA, data registrada no sistema.

Desa**. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA**

Corregedora-Geral de Justiça

COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS

PRECATÓRIO nº 013/2019

PROCESSO DE ORIGEM nº 0034885-58.2014.8.14.0301

CREDOR(A): Marco Antônio de Araújo Paiva

ADVOGADO(A): Ione Arrais Oliveira (OAB/PA nº 3609)

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nassr Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Intimem-se as partes, a começar pelo(a) credor(a), para se manifestarem no prazo de oito dias sobre o **percentual de 25% de deságio legal** para liquidação do crédito por acordo, conforme cálculos de fl.84, uma vez que no requerimento de fl.79 consta o percentual de 20%, devendo a parte credora informar também o seu CPF para transferência do crédito.

Transcorrido o prazo, juntem-se as peças eventualmente apresentadas e certifique-se o ocorrido, observando-se, no mais, a decisão de fl.89.

Na hipótese de impugnação aos cálculos, retornem-me os autos conclusos.

Provisione-se o crédito (art.32 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça).

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº 018/2019

PROCESSO DE ORIGEM nº 0030433-73.2012.8.14.0301

CREDOR(A): Giovanni Campos da Silva

ADVOGADO(A): Beatriz Pereira Leitão (OAB/PA nº 11230)

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nassr Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Intimem-se as partes, a começar pelo(a) credor(a), para se manifestarem no prazo de oito dias sobre o **percentual de 25% de deságio legal** para liquidação do crédito por acordo, conforme cálculos de fl.33/34, uma vez que no requerimento de fl.28 consta o percentual de 20%, devendo a parte credora informar também conta bancária para transferência do crédito.

Transcorrido o prazo, juntem-se as peças eventualmente apresentadas e certifique-se o ocorrido, observando-se, no mais, a decisão de fl.36.

Na hipótese de impugnação aos cálculos, retornem-me os autos conclusos.

Provisione-se o crédito (art.32 da Resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça).

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº 034/2017

PROCESSO DE ORIGEM nº 0015935-90.2009.8.14.0301

CREDOR(A): Luiz Celso Acácio Barbosa

ADVOGADO(A): Pojucan Tavares Advocacia S/S

Oswaldo Pojucan Tavares Júnior ¿ OAB/PA nº 1392

Pollyana do Carmo Sarmanho Tavares ¿ OAB/PA nº 24072

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nassr Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Oficie-se novamente ao(a) relator(a) da ação rescisória (processo nº **0805072-41.2018**.8.14.0000), solicitando informação sobre eventual decisão que possa repercutir neste precatório, que está em fase de pagamento por ordem cronológica de apresentação, **conforme determinado na decisão de fl.120**. Com o ofício a ser expedido, junte-se cópia do documento de fl.121.

Atendida a providência determinada no parágrafo anterior, **voltem-me os autos conclusos.**

Mantenha-se o **crédito provisionado** (fl.125).

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO: nº 042/2021

PROCESSO DE ORIGEM: nº 0004396-97.2016.8.14.0000

CREDOR(A): Lauro Martins Viana Neto

ADVOGADO(A): Antônio José Mattos (OAB/PA nº 4906) e Manoele Carneiro Portela (OAB/PA nº 24970)

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Retifiquem-se os cálculos de fls.164/166, levando em conta o disposto na **nova redação** do **§2º do art.74 da Resolução nº 303/2019** do Conselho Nacional de Justiça.

Em seguida, intimem-se as partes para se manifestarem sobre os novos cálculos no prazo sucessivo de oito dias, a começar pelo(a) credor(a).

Transcorrido o prazo, junte-se e/ou certifique-se o ocorrido e, não havendo impugnação, cumpram-se os termos da decisão de fl.168.

Na hipótese de impugnação aos cálculos, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO: nº 054/2020

PROCESSO DE ORIGEM: nº 0036498-95.2009.8.14.0301

CREDOR(A): Célia Pereira França

ADVOGADO(A): Dalmério Mendes Dias (OAB/PA nº 13130)

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR GERAL: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA Nº 14800

DESPACHO

Retifiquem-se os cálculos de fls.65/67, levando em conta o disposto na **nova redação** do **§2º do art.74 da Resolução nº 303/2019** do Conselho Nacional de Justiça.

Em seguida, intimem-se as partes para se manifestarem sobre os novos cálculos no prazo sucessivo de oito dias, a começar pelo(a) credor(a).

Transcorrido o prazo, junte-se e/ou certifique-se o ocorrido e, não havendo impugnação, cumpram-se os termos da decisão de fl.69.

Na hipótese de impugnação aos cálculos, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se.

Belém-PA, 09 de novembro de 2021.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE

Juiz Auxiliar da Presidência do TJPA

Coordenadoria de Precatórios (CPREC)

Portaria nº 624/2021-GP

PRECATÓRIO nº 021/2014

PROCESSO DE ORIGEM: nº 0000772-96.1990.814.0051

CREDOR(A): Terezinha Araújo Sabat

ADVOGADO(A): José Ronaldo Dias Campos ¿ OAB/PA nº 3234

ENTE DEVEDOR: Município de Santarém-PA

PROCURADORIA: Paula Danielle Teixeira Lima Piazza (OAB/PA nº 15197) e Elizabete Alves Uchôa (OAB/PA nº 10425)

DECISÃO

Indefiro o requerimento de fl.339. pelos motivos já expostos no despacho de fl. 336, acrescido do disposto nas informações de fls. 332 e 341 ¿ 342.

Intime-se o ente devedor para **depositar o valor remanescente**, conforme cálculos de fls.341 - 342, **disponibilizando-se-lhe a respectiva guia de depósito**.

Publique-se.

Belém-PA, 10 de novembro de 2021.

Leonardo de Farias Duarte

juiz auxiliar da Presidência, designado para a

Coordenadoria de Precatórios (Portaria nº 624/2021-GP)

SECRETARIA JUDICIÁRIA

ATA DE SESSÃO

41ª Sessão Ordinária do TRIBUNAL PLENO, realizada no dia **3 de novembro de 2021**, por videoconferência, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador **RONALDO MARQUES VALLE.** Presentes os(as) Exmos.(as) Srs.(as) Desembargadores(as): **RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES, VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA, CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO, RICARDO FERREIRA NUNES, LEONARDO DE NORONHA TAVARES, MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR, DIRACY NUNES ALVES, GLEIDE PEREIRA DE MOURA, JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO, MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO, MAIRTON MARQUES CARNEIRO, EZILDA PASTANA MUTRAN, MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR, ROSI MARIA GOMES DE FARIAS, EVA DO AMARAL COELHO e os Juízes Convocados ALTEMAR DA SILVA PAES, AMÍLCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES e JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR.** Desembargadores justificadamente ausentes **LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO, VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA, MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS, CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO, ROBERTO GONÇALVES DE MOURA e ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA.** Presente, também, o Exmo. Sr. Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva, Procurador de Justiça. Lida e aprovada à unanimidade, a Ata da Sessão anterior, foram iniciados os trabalhos na seguinte ordem, às 9h5min.

PALAVRA FACULTADA

O Exmo. Sr. Desembargador Ronaldo Marques Valle, Presidente em exercício, fez uso da palavra para dizer da alegria em estar presidindo pela primeira vez a sessão do Tribunal Pleno, em razão da ausência justificada da Exma. Sra. Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, que encontra-se em compromisso institucional fora do Estado. Em seguida, registrou ser esta a primeira sessão em que o Exmo. Sr. Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes comparece na qualidade de Decano da Corte, salientando a competência e o compromisso do agora mais antigo membro desta Casa de Justiça, rogando a Deus Pai que o ilumine nessa nova missão. O Exmo. Sr. Desembargador Ricardo Ferreira Nunes, na qualidade de irmão do Exmo. Sr. Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, pediu a palavra para registrar sua alegria em vê-lo como membro mais antigo da Corte, desejando que Deus Pai ilumine o seu caminho. A Exma. Sra. Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha registrou o apreço que tem pelo Exmo. Sr. Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, desejando que Deus o conceda muita sabedoria na condução dos trabalhos como Decano do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). O Exmo. Sr. Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto, da mesma forma, lembrou que o novo Decano será o porto seguro do TJPA a partir de agora, rogando a Deus que conduza o seu caminho. A Exma. Sra. Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque desejou sucesso ao novo Decano da Corte, ressaltando que o TJPA será conduzido com excelência e seriedade. O Exmo. Sr. Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior aderiu às demais manifestações, no sentido de pedir a Deus que conduza o mais novo Decano da Corte. A Exma. Sra. Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães parabenizou o Exmo. Sr. Desembargador Ronaldo Marques Valle pela presidência da sessão e o Exmo. Sr. Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes pelo posto de mais novo Decano do TJPA. O Exmo. Sr. Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior pediu a proteção de Deus na condução da missão do novo Decano, parabenizando, ainda, o Exmo. Sr. Desembargador Ronaldo Marques Valle pelo exercício da presidência. O Exmo. Sr. Dr. José Torquato de Araújo Alencar, igualmente, registrou o duplo parabéns pelo Exmo. Sr. Desembargador Ronaldo Marques Valle por estar exercendo a presidência desta Corte e pelo Exmo. Sr. Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes por passar a ocupar o posto de Decano do TJPA, pedindo bênçãos de Deus na condução de suas jornadas. O Exmo. Sr. Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes pediu a palavra para agradecer a deferência e dizer que conta com o apoio de todos na árdua missão de conduzir os trabalhos desta Corte de Justiça.

PARTE ADMINISTRATIVA EXTRA-PAUTA

1 - REQUERIMENTO de afastamento formulado pela Magistrada Talita Danielle Fialho Messias dos Santos, Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Santa Luzia do Pará, para fins de conclusão do Curso de Mestrado, pelo período de 60 (sessenta) dias, nos termos do artigo 10 da Resolução nº 16/2009 (SIGA-DOC PA-MEM-2021/39046).

- Impedimento: Des. Ricardo Ferreira Nunes

Decisão: à unanimidade, requerimento deferido.

2 ¿ MINUTA DE RESOLUÇÃO que institui a Política e o Sistema de Governança em Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (SIGA-DOC PA-PRO-2021/03138).

Decisão: à unanimidade, aprovada a minuta de resolução, nos termos do voto do Relator.

3 ¿ MINUTA DE RESOLUÇÃO que altera a Resolução nº 19, de 15 de setembro de 2021, que instituiu a Política de Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais no Poder Judiciário do Estado do Pará (SIGA-DOC PA-PRO-2021/02177).

Decisão: à unanimidade, aprovada a minuta de resolução, nos termos do voto do Relator.

4 ¿ MINUTA DE RESOLUÇÃO que altera a Resolução nº 16, de 17 de outubro de 2018, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para instituir o Cadastro Eletrônico de Administradores Judiciais (CEAJ) (SIGA-DOC PA-PRO-2021/02852).

Decisão: adiado em razão da ausência justificada da Exma. Sra. Desa. Rosileide Maria da Costa Cunha.

PARTE ADMINISTRATIVA

1 - Procedimento de Investigação Preliminar - Comarca de BELÉM (0012175-69.2017.8.14.0000) - SAPCOR nº 2015.7.000535-2

Requerente: Corregedoria Geral de Justiça

Requerido: Gláucio Arthur Assad

RELATORA: CORREGEDORA-GERAL DE JUSTIÇA

Decisão:

- Na 33ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida em 20/9/2017, após a Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior apresentar voto pelo arquivamento do Procedimento de Investigação Preliminar, o Exmo. Sr. Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto pediu vista dos autos.

- Na 34ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida em 27/9/2017, adiado a pedido do Magistrado-vistor.

- Na 35ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida em 4/10/2017, o Magistrado-vistor apresentou voto arguindo, de ofício, a preliminar de prejudicialidade externa, suspendendo o curso do Procedimento de Investigação Preliminar até a conclusão do Processo Administrativo de aposentadoria por incapacidade nº 0008668-03.2017.8.14.0000. Por maioria, acolhida a preliminar de prejudicialidade externa, suspendendo o curso do Procedimento de Investigação Preliminar até a conclusão do Processo Administrativo de aposentadoria por incapacidade mencionado, vencida a Exma. Sra. Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior, que manteve o voto pelo arquivamento do Procedimento de Investigação Preliminar.

Decisão: adiado em razão da ausência justificada da Exma. Sra. Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha.

PROCESSO JUDICIAL¿ELETRÔNICO PAUTADO¿(PJe)

1 ¿ Ação Direta de Inconstitucionalidade (Processo Judicial Eletrônico nº 0807591-86.2018.8.14.0000)

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requerido: Município de Ourilândia do Norte

Requerida: Câmara Municipal de Ourilândia do Norte (Adv. Thatielly de Oliveira Alencar ¿ OAB/PA 30740-B)

Interessado: Estado do Pará (Procurador-Geral do Estado do Pará Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA 14800)

Procurador-Geral de Justiça: César Bechara Nader Mattar Júnior

RELATORA: DESA. EZILDA PASTANA MUTRAN

- Na 40ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, ocorrida em 27/10/2021, adiado a pedido da Relatora.

- Suspeição: Des. Rômulo José Ferreira Nunes

Decisão: à unanimidade, ADI julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 4º e do Anexo I da Lei nº 379/2007, do Município de Ourilândia do Norte, nos termos do voto da Relatora.

E como, nada mais houvesse, foi encerrada a Sessão, às 9h42min, lavrando eu, Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário, a presente Ata, que subscrevi.

Desembargador RONALDO MARQUES VALLE

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em exercício

ATA DE SESSÃO

20ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA de 2021, realizada em **27 de outubro de 2021**, por videoconferência, sob a presidência do Exmo. Sr. Desembargador **MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE.** Presentes os Exmos. Srs. Desembargadores **MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, EZILDA PASTANA MUTRAN, ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA, ROSI MARIA GOMES DE FARIAS e EVA DO AMARAL COELHO.** Desembargadores justificadamente ausentes **CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO e RONALDO MARQUES VALLE**. Presente, também, o Exmo. Sr. Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior, Procurador-Geral de Justiça. Lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram iniciados os trabalhos na seguinte ordem, às 12h32min.

JULGAMENTO PAUTADO

1 - Recurso Administrativo (Processo Eletrônico nº 0806893-75.2021.8.14.0000) - SIGILOSO

Recorrentes: (Advs. Sabato Giovani Megale Rossetti ¿ OAB/PA 2774, Francisco Brasil Monteiro Filho ¿ OAB/PA 11604, Rafael Oliveira Lima ¿ OAB/PA 21059, Savio Leonardo de Melo Rodrigues ¿ OAB/PA

12985, Mauricio Blanco de Almeida ¿ OAB/PA 10375, Cecilia Brasil Nassar Blagitz ¿ OAB/PA 15168-B, Carla de Oliveira Brasil Monteiro ¿ OAB/PA 9116, André Luiz Trindade Nunes ¿ OAB/PA 17317)

Recorrida: Corregedoria Geral de Justiça

RELATORA: DESA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

- Na 19ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura, ocorrida em 13/10/2021, adiado por determinação da Presidência, devendo o feito ser pautado para a 1ª Sessão Extraordinária do Conselho da Magistratura, a se realizar em 20/10/2021.

- Na 1ª Sessão Extraordinária do Conselho da Magistratura, ocorrida em 20/10/2021, adiado a pedido da Relatora.

Decisão: adiado em razão da ausência de quórum.

E como, nada mais houvesse, foi encerrada a Sessão às 12h33min, lavrando eu, Jonas Pedroso Libório Vieira, Secretário Judiciário, a presente Ata, que subscrevi.

Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Presidente da 20ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura

EDITAL Nº 5/2021-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 3ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento da **2ª Vara do Tribunal do Júri** ¿ Comarca da **Capital**, pelo critério de **antiguidade** ¿ 3ª Entrância:

1 ¿ A vacância originária da Unidade Judiciária ora ofertada ocorreu em 27/10/2021, ante a Aposentadoria Compulsória do magistrado Raimundo Moisés Alves Flexa , através da Portaria nº 3653/2021-GP publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 27/10/2021, razão pela qual se deflagra o presente certame, consoante as balizas estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acerca da alternância entre as formas de movimentação na carreira da magistratura (remoção e promoção), bem como os critérios de provimento de cargo vago (antiguidade e merecimento);

2- O presente Edital de 1ª Remoção por antiguidade se apresenta como precedente à Promoção por merecimento, em conformidade com o art. 81, § 2º, da Lei Complementar nº 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional ¿ LOMAN) e com a Resolução/TJPA nº 9/2018, publicada no Diário da Justiça do dia 8/6/2018, com redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019;

3- De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

4- Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

5- O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

6- Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 10 de novembro de 2021. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 55/2021-SJ. CONCURSO DE PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 2ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **PROMOÇÃO** para provimento da **Vara Única** ¿ Comarca de **Oriximiná**, pelo critério de **antiguidade** ¿ 2ª Entrância:

1 ¿ A vacância originária da Unidade Judiciária ora ofertada ocorreu em 20/9/2021, ante a Remoção do magistrado Ramiro Almeida Gomes, através da Portaria nº 78/2021-SJ, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 13/9/2021, razão pela qual se deflagra o presente certame, consoante as balizas estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acerca da alternância entre as formas de movimentação na carreira da magistratura (remoção e promoção), bem como os critérios de provimento de cargo vago (antiguidade e merecimento);

2- O presente Edital de Promoção por antiguidade se apresenta como subsequente ao Edital nº 54/2021-SJ, de Promoção por merecimento à 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Xinguara, em conformidade com o art. 81, § 2º, da Lei Complementar nº 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional ¿ LOMAN) e com a Resolução/TJPA nº 9/2018, publicada no Diário da Justiça do dia 8/6/2018, com redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019;

3- Tendo em vista a decisão unânime do Tribunal Pleno, em 15/5/2019, por ocasião da apreciação do documento registrado, no Sistema Siga-DOC, sob o código PA-EXT2019/02689, **considera-se como data da vacância para fins de publicação do presente edital o dia 7/10/2021**, ocasião em que ocorreu a prejudicialidade do anterior procedimento de movimentação voltado ao provimento da Unidade Judiciária em questão;

4- De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

5- Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

6- O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos

decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

7- Os pedidos devem vir instruídos na forma dos arts. 10 e 11 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 10 de novembro de 2021. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 56/2021-SJ. CONCURSO DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO DE 2ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **PROMOÇÃO** para provimento à **Vara Cível** ¿ Comarca de **Novo Progresso**, pelo critério de **merecimento** ¿ 2ª Entrância:

1 ¿ A vacância originária da Unidade Judiciária ora ofertada ocorreu em 6/7/2020, ante a Remoção da magistrada Tainá Monteiro da Costa, através da Portaria nº 31/2020-SJ, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/7/2020, razão pela qual se deflagra o presente certame, consoante as balizas estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acerca da alternância entre as formas de movimentação na carreira da magistratura (remoção e promoção), bem como os critérios de provimento de cargo vago (antiguidade e merecimento);

2- O presente Edital de Promoção por merecimento se apresenta como subsequente ao Edital nº 53/2021-SJ, de 1ª Remoção à Vara Cível da Comarca de Novo Progresso, ante a prejudicialidade, em conformidade com o art. 81, § 2º, da Lei Complementar nº 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional ¿ LOMAN) e com a Resolução/TJPA nº 9/2018, publicada no Diário da Justiça do dia 8/6/2018, com redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019;

3- Tendo em vista a decisão unânime do Tribunal Pleno, em 15/5/2019, por ocasião da apreciação do documento registrado, no Sistema Siga-DOC, sob o código PA-EXT2019/02689, **considera-se como data da vacância para fins de publicação do presente edital o dia 20/10/2021**, ocasião em que ocorreu a prejudicialidade do anterior procedimento de movimentação voltado ao provimento da Unidade Judiciária em questão;

4 - De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

5 ¿ Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

6 - O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

7- Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 10 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em

6/6/2019. Belém, 10 de novembro de 2021. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

EDITAL Nº 57/2021-SJ. CONCURSO DE REMOÇÃO POR ANTIGUIDADE DE 2ª ENTRÂNCIA. Por deliberação da Douta Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, **acham-se** abertas, em cumprimento ao disposto no art. 192 do Código Judiciário do Estado, na Secretaria Judiciária deste Tribunal, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste, as inscrições de Juízes de Direito que, tendo atendido as condições legais até o último dia do prazo de inscrição, pretendam requerer **REMOÇÃO** para provimento à **Vara Criminal** ¿ Comarca de **Itaituba**, pelo critério de **antiguidade** ¿ 2ª Entrância:

1 ¿ A vacância originária da Unidade Judiciária ora ofertada ocorreu em 25/3/2021, ante a Remoção do magistrado Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade, através da Portaria nº 48/2021-SJ, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 25/3/2021, razão pela qual se deflagra o presente certame, consoante as balizas estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acerca da alternância entre as formas de movimentação na carreira da magistratura (remoção e promoção), bem como os critérios de provimento de cargo vago (antiguidade e merecimento);

2- O presente Edital de 1ª Remoção por antiguidade se apresenta como precedente à Promoção por Merecimento, em conformidade com o art. 81, § 2º, da Lei Complementar nº 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional ¿ LOMAN) e com a Resolução TJPA nº 9/2018, publicada no Diário da Justiça do dia 8/6/2018, com redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019;

3- Tendo em vista a decisão unânime do Tribunal Pleno, em 15/5/2019, por ocasião da apreciação do documento registrado, no Sistema Siga-DOC, sob o código PA-EXT2019/02689, **considera-se como data da vacância para fins de publicação do presente edital o dia 9/11/2021**, haja vista que nesta se reconheceu a prejudicialidade do anterior procedimento de movimentação voltado ao provimento da Unidade Judiciária em questão;

4- De acordo com a implantação e obrigatoriedade do Sistema Integrado de Movimentação da Carreira da Magistratura (PROMAG), as inscrições devem ser feitas em conformidade com o art. 9º, da Resolução TJPA nº 9, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário da Justiça Eletrônico do dia 8/6/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019, sendo vedada a inscrição pelo Sistema Siga-DOC;

5- Ocorrendo uma das exceções previstas no caput do art. 9º da Resolução TJPA nº 9/2018, a inscrição via e-mail funcional deve ser dirigida à Secretaria Judiciária, exclusivamente pelo endereço eletrônico secjud.magistrado@tjpa.jus.br;

6- O presente edital está de acordo com o art. 8º e art. 12 da Resolução TJPA nº 9/2018, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 8/6/2018, assim como amolda-se à interpretação do STF sobre o art. 189 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei Estadual nº 5.008/1981) ¿ nos termos decididos na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4788/PA ¿, estando o processamento em consonância com as balizas traçadas pelo CNJ, v. g., no Procedimento de Controle Administrativo 0003114-78.2017.2.00.0000;

7- Os pedidos devem vir instruídos na forma do art. 35 da Resolução TJPA nº 9/2018, com a redação conferida pela Resolução TJPA nº 4/2019, de 5/6/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, em 6/6/2019. Belém, 10 de novembro de 2021. **JONAS PEDROSO LIBÓRIO VIEIRA**, Secretário Judiciário.

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA EM VIDEOCONFERÊNCIA DA 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **38ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2021, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, A SER REALIZADA POR MEIO DE **VIDEOCONFERÊNCIA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2021, ÀS 09H00,** CONFORME PORTARIA CONJUNTA Nº 1/2020 ¿ GP-VP-CGJ, DE 29/04/2020, QUE REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS EM VIDEOCONFERÊNCIA, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR**, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE

Ordem 001

Processo 0800689-20.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

POLO ATIVO

AGRAVANTE CESAR ANTONIO GUSTAVO

ADVOGADO FERNANDO ANTONIO PESSOA DA SILVA - (OAB 20460-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CARLOS ALBERTO FLECK

ADVOGADO GERSON ANTONIO FERNANDES - (OAB PA4824-A)

AGRAVADO HOMERO GONÇALVES COSTA

ADVOGADO GERSON ANTONIO FERNANDES - (OAB PA4824-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 002

Processo 0005064-68.2016.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

POLO ATIVO

AGRAVANTE SEBASTIAO TORQUATO SOARES

ADVOGADO RAFAEL ANDRADE BIANGULO - (OAB TO7421)

ADVOGADO PAULO DIAS DA SILVA - (OAB PA11324-A)

ADVOGADO JOAO MARQUES EVANGELISTA - (OAB GO11333)

ADVOGADO FERNANDO ANTONIO PESSOA DA SILVA - (OAB 20460-A)

ADVOGADO ROSA KEILLA SOUSA DE SOUZA - (OAB PA9229-A)

AGRAVANTE CESAR ANOTONIO GUSTAVO

ADVOGADO RAFAEL ANDRADE BIANGULO - (OAB TO7421)

ADVOGADO PAULO DIAS DA SILVA - (OAB PA11324-A)

ADVOGADO JOAO MARQUES EVANGELISTA - (OAB GO11333)

AGRAVANTE JOEL ANTONIO GALVAO SOARES

ADVOGADO RAFAEL ANDRADE BIANGULO - (OAB TO7421)

ADVOGADO PAULO DIAS DA SILVA - (OAB PA11324-A)

ADVOGADO JOAO MARQUES EVANGELISTA - (OAB GO11333)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CARLOS ROBERTO FLECK

ADVOGADO OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR - (OAB PA3259-A)

ADVOGADO DIOGO SEIXAS CONDURU - (OAB PA13542-A)

ADVOGADO GERSON ANTONIO FERNANDES - (OAB PA4824-A)

Ordem 003

Processo 0803833-02.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

POLO ATIVO

AGRAVANTE CARLOS ROBERTO FLECK

ADVOGADO RODOLFO MEIRA ROESSING - (OAB PA12719-A)

ADVOGADO MARCIO VANDERLEI LINO - (OAB PA00000A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CESAR ANTONIO GUSTAVO

PROCURADOR PAULO DIAS DA SILVA

ADVOGADO PAULO DIAS DA SILVA - (OAB PA11324-A)

AGRAVADO SEBASTIÃO TORQUATO SOARES

PROCURADOR PAULO DIAS DA SILVA

ADVOGADO PAULO DIAS DA SILVA - (OAB PA11324-A)

AGRAVADO JOEL ANTONIO GALVÃO SOARES

PROCURADOR PAULO DIAS DA SILVA

ADVOGADO PAULO DIAS DA SILVA - (OAB PA11324-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 004

Processo 0809702-09.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Compra e Venda

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVADO/AGRAVANTE FERNANDO CESAR REYER

ADVOGADO STENIO RAYOL ELOY - (OAB PA13106-A)

AGRAVADO/AGRAVANTE ANGELA MARCIA BAZZONI REYER

ADVOGADO STENIO RAYOL ELOY - (OAB PA13106-A)

POLO PASSIVO

AGRAVANTE/AGRAVADO SANGARIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO ROLAND RAAD MASSOUD - (OAB PA5192-A)

AGRAVANTE/AGRAVADO PACARANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ADVOGADO ROLAND RAAD MASSOUD - (OAB PA5192-A)

Ordem 005

Processo 0805886-48.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE OSMAR PEREIRA FEITOSA

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

AGRAVANTE GILVANETE LOPES FEITOSA

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO LIGIA SILVEIRA KESSLER ROCHA - (OAB DF23567-A)

ADVOGADO LEANDRO HENRIQUE PERES ARAUJO PIAU - (OAB DF21697)

ADVOGADO MAURICIO BARBOSA FIGUEIREDO - (OAB PA9281-A)

ADVOGADO ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIRO - (OAB PA12436-A)

ADVOGADO PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO - (OAB PA14665-A)

ADVOGADO LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUES - (OAB PA4670-A)

Ordem 006

Processo 0806024-15.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE ALACERDO ARAUJO MARTINS

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO LIGIA SILVEIRA KESSLER ROCHA - (OAB DF23567-A)

ADVOGADO MARILIA CABRAL SANCHES - (OAB PA9367-A)

ADVOGADO LEANDRO HENRIQUE PERES ARAUJO PIAU - (OAB DF21697)

ADVOGADO MAURICIO BARBOSA FIGUEIREDO - (OAB PA9281-A)

Ordem 007

Processo 0805891-70.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE MANOEL FERREIRA FEITOSA

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

AGRAVANTE TELMA MARIA DIAS DE SOUSA

ADVOGADO MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS - (OAB PA14931-A)

ADVOGADO ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES - (OAB PA6942-A)

ADVOGADO MARILETE CABRAL SANCHES - (OAB PA13390-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO LIGIA SILVEIRA KESSLER ROCHA - (OAB DF23567-A)

ADVOGADO MAURICIO BARBOSA FIGUEIREDO - (OAB PA9281-A)

ADVOGADO LEANDRO HENRIQUE PERES ARAUJO PIAU - (OAB DF21697)

ADVOGADO ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIRO - (OAB PA12436-A)

ADVOGADO PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO - (OAB PA14665-A)

ADVOGADO LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUES - (OAB PA4670-A)

Ordem 008

Processo 0800418-74.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO IDALIA MARIA DA SILVA MUSSI

ADVOGADO PATRICIA DE NAZARE MUSSI PINHEIRO - (OAB PA6773-A)

Ordem 009

Processo 0800240-57.2021.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

EMBARGANTE/AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

ADVOGADO LUCAS SOUZA CHAVES - (OAB PA26498-E)

POLO PASSIVO

EMBARGADO/AGRAVADO ARTEMISA AZEVEDO DA FONSECA

ADVOGADO HERALDO GUILHERME BRAZ GODINHO - (OAB PA29869-A)

Ordem 010

Processo 0008398-76.2017.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Inventário e Partilha

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVADO/AGRAVANTE MANOEL ALVES PEREIRA JUNIOR

ADVOGADO CARIMI HABER CEZARINO CANUTO - (OAB PA12038-A)

ADVOGADO MARINETHE DE FREITAS CORREA - (OAB PA17219-A)

AGRAVADO/AGRAVANTE FABIO JOSE MENEZES PEREIRA

ADVOGADO EMERSON MAURICIO CORREIA DIAS - (OAB PA27730-A)

ADVOGADO DACILVANIA DA ROCHA PORTELA - (OAB PA24719-A)

ADVOGADO VERA LUCIA FARACO MACIEL - (OAB PA5087-A)

ADVOGADO MARIA TEREZA SOEIRO FONSECA - (OAB PA5216-A)

AGRAVADO/AGRAVANTE VANDA MENEZES

ADVOGADO PAULO DAVID PEREIRA MERABET - (OAB PA12211-A)

ADVOGADO EMERSON MAURICIO CORREIA DIAS - (OAB PA27730-A)

ADVOGADO DACILVANIA DA ROCHA PORTELA - (OAB PA24719-A)

ADVOGADO VERA LUCIA FARACO MACIEL - (OAB PA5087-A)

ADVOGADO MARIA TEREZA SOEIRO FONSECA - (OAB PA5216-A)

AGRAVADO/AGRAVANTE ROSALIA MARTINS DOREA

ADVOGADO CARIMI HABER CEZARINO CANUTO - (OAB PA12038-A)

ADVOGADO MARINETHE DE FREITAS CORREA - (OAB PA17219-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO VERONICA MARIA MACEDO PEREIRA

AGRAVADO ESPOLIO DE MANOEL ALVES PEREIRA

ADVOGADO MARINETHE DE FREITAS CORREA - (OAB PA17219-A)

AGRAVADO MANOEL ALVES PEREIRA NETTO

AGRAVADO JULIANA DE BRITTO MELLO

AGRAVADO PEDRO RIBEIRO ANAISSE

AGRAVANTE/AGRAVADO MARCELO MENEZES PEREIRA

ADVOGADO ALEXANDRE PEREIRA BONNA - (OAB PA18939-A)

AGRAVADO EMPRESA VIACAO GUAJARA LTDA

ADVOGADO RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

AGRAVADO BRUNO NOBRE PEIXOTO

ADVOGADO RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

AGRAVANTE/AGRAVADO VALERIA CRISTINA MACEDO PEREIRA

ADVOGADO ALEXANDRE PEREIRA BONNA - (OAB PA18939-A)

AGRAVANTE/AGRAVADO FERNANDO RICARDO MACEDO PEREIRA

ADVOGADO ALEXANDRE PEREIRA BONNA - (OAB PA18939-A)

AGRAVADO PAULO ALEXANDRE DE ALMEIDA BATISTA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MARCELLA MENEZES PESSOA PEREIRA

ADVOGADO EMERSON MAURICIO CORREIA DIAS - (OAB PA27730-A)

ADVOGADO PAULO DAVID PEREIRA MERABET - (OAB PA12211-A)

Ordem 011

Processo 0804367-72.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Adjudicação Compulsória

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE CIBELLY DOS SANTOS BORBA

ADVOGADO CAIO GODINHO REBELO BRANDAO DA COSTA - (OAB PA18002-A)

ADVOGADO SAVIO BARRETO LACERDA LIMA - (OAB PA11003-A)

ADVOGADO LEONARDO NASCIMENTO RODRIGUES - (OAB PA13152-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ADEMIL LOPES GOUVEA

ADVOGADO ALBERTO LOPES MAIA FILHO - (OAB PA7238-A)

ADVOGADO THIAGO AUGUSTO TROMPS RODRIGUES - (OAB PA20221-A)

ADVOGADO INGRID THAINA LISBOA DA COSTA - (OAB PA27381-A)

ADVOGADO ANTONIO CARLOS AIDO MACIEL - (OAB PA7009-A)

Ordem 012

Processo 0049591-12.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

POLO ATIVO

APELANTE CELIO SIMOES DE SOUZA

ADVOGADO GISANY PANTOJA QUARESMA - (OAB PA23198-A)

ADVOGADO DENNIS VERBICARO SOARES - (OAB PA9685-A)

APELANTE BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

PROCURADORIA BANCO DO BRASIL S/A

POLO PASSIVO

APELADO BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

PROCURADORIA BANCO DO BRASIL S/A

APELADO CELIO SIMOES DE SOUZA

ADVOGADO GISANY PANTOJA QUARESMA - (OAB PA23198-A)

ADVOGADO DENNIS VERBICARO SOARES - (OAB PA9685-A)

Ordem 013

Processo 0079935-73.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Imissão na Posse

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

APELANTE BEATRIZ VALE DA SILVA

ADVOGADO ALVIMAR PIO APARECIDO JUNIOR - (OAB PA22451-A)

ADVOGADO ANA CELIA SILVA CARNEIRO - (OAB PA3853-A)

ADVOGADO JOSIEL DE LIMA ABREU - (OAB PA21489-A)

ADVOGADO AFONSO HENRIQUE REBELO FURTADO - (OAB PA19197-A)

POLO PASSIVO

APELADO SUZY CARNEIRO SOARES

ADVOGADO CAMILA PEREIRA FERREIRA MAUES - (OAB PA672-A)

Ordem 014

Processo 0010609-09.2013.8.14.0006

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Busca e Apreensão

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE PAULO CUSTODIO GOMES DE OLIVEIRA

ADVOGADO KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

ADVOGADO JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS - (OAB SP156187-A)

ADVOGADO TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMA - (OAB AL7312-S)

ADVOGADO CARLO ANDRE DE MELLO QUEIROZ - (OAB PA25485-A)

ADVOGADO ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - (OAB PA24871-A)

PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

Ordem 015

Processo 0033379-56.2015.8.14.0028

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Erro Médico

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVADO/APELANTE MARCELO FERREIRA BEZERRA

ADVOGADO MAGALI DA SILVA SANTA ROSA - (OAB PA4677-A)

AGRAVADO/APELANTE CENTRO DE OFTALMOLOGIA AVANCADA DA AMAZONIA LTDA - ME

ADVOGADO MAGALI DA SILVA SANTA ROSA - (OAB PA4677-A)

AGRAVANTE/APELANTE DILCIMAR DA CRUZ NEGRAO

ADVOGADO WILSON MARTINS - (OAB PA19893-A)

POLO PASSIVO

AGRAVANTE/APELADO DILCIMAR DA CRUZ NEGRAO

ADVOGADO WILSON MARTINS - (OAB PA19893-A)

AGRAVADO/APELADO CENTRO DE OFTALMOLOGIA AVANCADA DA AMAZONIA LTDA - ME

ADVOGADO MAGALI DA SILVA SANTA ROSA - (OAB PA4677-A)

AGRAVADO/APELADO MARCELO FERREIRA BEZERRA

ADVOGADO MAGALI DA SILVA SANTA ROSA - (OAB PA4677-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO SELSON FERNANDO SI LVA FERREIRA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 016

Processo 0000900-74.2009.8.14.0301

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Perdas e Danos

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE/APELANTE DIARIOS DO PARA LTDA

ADVOGADO ANA PAULA PEREIRA MARTINS - (OAB PA28999)

ADVOGADO BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA - (OAB PA18940-A)

ADVOGADO PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - (OAB PA18950-A)

ADVOGADO DANIELA LUANDA SILVA FARIAS

POLO PASSIVO

AGRAVADO/APELADO DIEGO GONCALVES MORAIS

ADVOGADO DANIELA LUANDA SILVA FARIAS - (OAB PA11523-A)

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL DA 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

38ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2021, DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A SER

REALIZADA por meio da ferramenta **plenário virtual**, sistema pje, **com início às 14h Do dia 22 de NOVEMBRO de 2021 e término às 14h do dia 29 de NOVEMBRO de 2021**, FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. **José Maria Teixeira do Rosário**, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJE):

Ordem: 001

Processo: 0803902-29.2021.8.14.0000

Classe Judicial: AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal: Contratos Administrativos

Relator(a): Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: B.A. MEIO AMBIENTE LTDA

ADVOGADO: BERNARDO PIQUEIRA DE ANDRADE LOBO SOARES - (OAB PA26707-A)

ADVOGADO: BRUNA FAIZ KÜSTER GUIMARÃES - (OAB PA29059)

ADVOGADO: LUÍS ANTÔNIO GOMES DE SOUZA MONTEIRO DE BRITO - (OAB PA19905-A)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE: MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Ordem: 002

Processo: 0802199-97.2020.8.14.0000

Classe Judicial: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal: Liminar

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

AGRAVANTE: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem: 003

Processo: 0800633-17.2020.8.14.0032

Classe Judicial: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal: Assistência à Saúde

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE: VALDETE CARVALHO DO NASCIMENTO

ADVOGADO: HIGO LUIS NASCIMENTO PEREIRA - (OAB PA25189-A)

ADVOGADO: RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO - (OAB PA26925-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PA

PROCURADORIA: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

RECORRIDO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

Ordem: 004

Processo: 0801160-13.2021.8.14.0006

Classe Judicial: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal: Garantias Constitucionais

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE: VARA DE FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA PA

PROCURADORIA: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

Ordem: 005

Processo: 0800210-33.2020.8.14.0040

Classe Judicial: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal: FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO: MARIA LINDINALVA DA SILVA SOUSA

ADVOGADO: ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO: ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO: MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Ordem: 006

Processo: 0800770-54.2019.8.14.0025

Classe Judicial: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal: Assistência à Saúde

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

RECORRIDO: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Ordem: 007

Processo: 0876138-51.2018.8.14.0301

Classe Judicial: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal: Assistência à Saúde

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

JUÍZO RECORRENTE: MERIZETE BISPO DOS SANTOS

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Ordem: 008

Processo: 0035760-38.2008.8.14.0301

Classe Judicial: REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal: Improbidade Administrativa

Relator(a): Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

POLO ATIVO

JUÍZO RECORRENTE: JUÍZO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

RECORRIDO: DUCIOMAR GOMES DA COSTA

ADVOGADO: SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RECORRIDO: PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Ordem: 009

Processo: 0000347-32.2004.8.14.0065

Classe Judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal: Rescisão

Relator(a): Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE XINGUARA

POLO PASSIVO

RECORRIDO: MUNICÍPIO DE ÁGUA AZUL DO NORTE

PROCURADORIA: PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA AZUL DO NORTE

RECORRIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S A EMBRATEL

ADVOGADO: RAFAEL GONÇALVES ROCHA - (OAB 41486-A)

REPRESENTANTE: PROCURADORIA DA CLARO/EMBRATEL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Ordem: 010

Processo: 0810095-08.2019.8.14.0040

Classe Judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal: FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: ANA MARIA DA SILVA PAIXÃO

ADVOGADO: ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO: MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

ADVOGADO: ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

Ordem: 011

Processo: 0810688-37.2019.8.14.0040

Classe Judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal: FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) : Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

Assunto Principal: FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

POLO ATIVO

APELANTE: JOSÉ OSVALDO ABREU DE LIMA

ADVOGADO: ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO: ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO: MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Ordem: 012

Processo: 0800147-32.2020.8.14.0032

Classe Judicial: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal: Assistência à Saúde

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA: PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

Ordem: 013

Processo: 0050072-97.2000.8.14.0301

Classe Judicial: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal: Concessão

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: MARIA DOS ANJOS MOREIRA DA CRUZ

ADVOGADO: JOÃO BRITO DE MORAES FILHO - (OAB PA14-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

Ordem: 014

Processo: 0809427-37.2019.8.14.0040

Classe Judicial: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal: FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: ROSINALVA DA LUZ SILVA

ADVOGADO: ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO: MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

ADVOGADO: ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: NELSON PEREIRA MEDRADO

Ordem: 015

Processo: 0809679-40.2019.8.14.0040

Classe Judicial: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal: FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: RAIMUNDO LOPES DA SILVA

ADVOGADO: ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO: MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

ADVOGADO: ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Ordem: 016

Processo: 0808888-47.2017.8.14.0006

Classe Judicial: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal: Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA PA

PROCURADORIA: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

POLO PASSIVO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - MPPA

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

TERCEIRO INTERESSADO: JOSÉ INÁCIO DA SILVA ALVES

Ordem: 017

Processo: 0843339-18.2019.8.14.0301

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Assistência à Saúde

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: LELIS ALEXANDRE VIDAL PANTOJA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

APELADO: ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO: HOSPITAL OPHIR LOYOLA

ADVOGADO: LEONARDO NASCIMENTO RODRIGUES - (OAB PA13152-A)

PROCURADORIA: PROCURADORIA JURÍDICA DO HOSPITAL OPHIR LOYOLA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR: MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

Ordem: 018

Processo: 0804131-36.2020.8.14.0028

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Entidades de atendimento

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: ALINE DA CONCEIÇÃO SILVA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: MUNICÍPIO DE MARABÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MARABÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Ordem: 019

Processo: 0810984-64.2019.8.14.0006

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Assistência à Saúde

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

APELADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO: MARIA JOELINA ARAÚJO BARRAL

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Ordem: 020

Processo: 0001506-66.2015.8.14.0051

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Concessão

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO: RAISSA DAIANE DE SOUZA OLIVEIRA

ADVOGADO: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

APELADO: JUAN MAXIMUS DE SOUZA OLIVEIRA

ADVOGADO: DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Ordem: 021

Processo: 0002334-21.2014.8.14.0076

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Pagamento Atrasado / Correção Monetária

Sustentação Oral: Não

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: MUNICÍPIO DE ACARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: MARIA DAS GRACAS CORREA

ADVOGADO: RAIMUNDA DE NAZARETH CARVALHO AMORIM - (OAB PA6105-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Ordem: 022

Processo: 0021208-97.2010.8.14.0301

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Exame de Saúde e/ou Aptidão Física

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: ENEAS DIAS DE ASSUNÇÃO NETO

ADVOGADO: KEILE CRISTINE DAS NEVES MONTEIRO - (OAB PA15127-A)

POLO PASSIVO

APELADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

Ordem: 023

Processo: 0000523-73.2015.8.14.0049

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Admissão / Permanência / Despedida

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: MUNICÍPIO DE SANTA ISABEL DO PARA

ADVOGADO: LUIZA TUMA DA PONTE SILVA - (OAB PA19064-A)

ADVOGADO: GEORGIA DANIERE LOBATO MOURA - (OAB PA26659-A)

PROCURADORIA: MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: ROSELY GOMES DA SILVA

ADVOGADO: ABELARDO DA SILVA CARDOSO - (OAB PA3237-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Ordem: 024

Processo: 0033058-51.2010.8.14.0301

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Empregado Público / Temporário

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE: VILZA MARIA COSTA FONSECA

ADVOGADO: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

POLO PASSIVO

APELADO: VILZA MARIA COSTA FONSECA

ADVOGADO: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

APELADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Ordem: 025

Processo: 0801032-68.2019.8.14.0133

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: CLAUCINDA JUSTINIANO COSTA

ADVOGADO: TAYLA CRYSTAL MONTEIRO SILVA - (OAB PA27073)

ADVOGADO: MARIA CINTIA SANTOS DE QUEIROZ - (OAB PA26899-A)

POLO PASSIVO

APELADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DE MARITUBA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

Ordem: 026

Processo: 0001992-11.2011.8.14.0045

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Admissão / Permanência / Despedida

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: MUNICÍPIO DE REDENCAO

ADVOGADO: FERNANDA DE SOUZA TEODORO - (OAB PA12069-A)

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

POLO PASSIVO

APELADO: JOAQUIM BARBOSA DIAS

ADVOGADO: RAIMUNDA AMORIM FERREIRA - (OAB GO41620-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA

Ordem: 027

Processo: 0002693-28.2010.8.14.0070

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: MARIA JOSÉ PAIVA ABREU

ADVOGADO: BRASIL RODRIGUES DE ARAÚJO - (OAB PA20-A)

POLO PASSIVO

APELADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

Ordem: 028

Processo: 0801933-02.2017.8.14.0070

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Gratificação Natalina/13º salário

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: VERA LUCIA PEREIRA DE SOUZA

ADVOGADO: MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

ADVOGADO: LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES - (OAB PA23422-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

PROCURADORIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

Ordem: 029

Processo: 0003653-64.2007.8.14.0045

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Admissão / Permanência / Despedida

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

ADVOGADO: FERNANDA DE SOUZA TEODORO - (OAB PA12069-A)

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

POLO PASSIVO

APELADO: EMERVONE DA SILVA LIMA

ADVOGADO: JANE DA CUNHA MACHADO RESENDE - (OAB PA12065-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Ordem: 030

Processo: 0028725-17.2014.8.14.0301

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Prescrição e Decadência

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO: CELIA MARIA DA SILVA

APELADO: MARIA COELHO DA SILVA

APELADO: MARIA DE JESUS RIBEIRO

APELADO: MARILENE SANTOS DE SOUZA

APELADO: FRANCISCA COELHO DA SILVA

ADVOGADO: JADER NILSON DA LUZ DIAS - (OAB PA5273-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA

Ordem: 031

Processo: 0017195-75.2015.8.14.0076

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Pagamento Atrasado / Correção Monetária

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: MUNICÍPIO DE ACARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: PATRICIA DO SOCORRO DE SOUZA LUZ

ADVOGADO: DRIELY TATYAYA COSTA DA FONSECA SOARES - (OAB PA7446-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

Ordem: 032

Processo: 0800955-40.2019.8.14.0301

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Admissão / Permanência / Despedida

Relator(a): Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

POLO ATIVO

APELANTE: DENISE MAUÉS DE OLIVEIRA LOBATO

ADVOGADO: WAGNER LOBATO BRITO - (OAB PA8748-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR: WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Ordem: 033

Processo: 0804487-63.2018.8.14.0040

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa

Relator(a): Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

POLO ATIVO

APELANTE: ESTADO DO PARA - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

APELANTE: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: CONSTRUTORA E TRANSPORTADORA CARVALHO LTDA

ADVOGADO: ROBERTO SILVA AMARANTE - (OAB GO309-A)

ADVOGADO: EVERSON GOMES CAVALCANTI - (OAB PE17226-S)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

Ordem: 034

Processo: 0041925-91.2014.8.14.0301

Classe Judicial: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Enquadramento

Relator(a): Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

POLO ATIVO

APELANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES DO FISCO ESTADUAL DO PARA

ADVOGADO: LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA - (OAB PA8289-A)

POLO PASSIVO

APELADO: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA EM VIDEOCONFERÊNCIA DA 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **37ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2021, DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A SER REALIZADA POR MEIO DE **VIDEOCONFERÊNCIA NO DIA 08 DE NOVEMbro DE 2021, ÀS 09H00,** CONFORME PORTARIA CONJUNTA Nº 1/2020 ¿ GP-VP-CGJ, DE 29/04/2020, QUE REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS EM VIDEOCONFERÊNCIA, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. **José Maria Teixeira do Rosário**, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSOS ELETRÔNICOS ¿ PJE

Ordem: 001

Processo: 0800363-25.2021.8.14.0010

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Homicídio Simples

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

APELANTE: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO: D. S. D. N.

ADVOGADO: EZEQUIEL MARQUES DOS SANTOS - (OAB PA27872-A)

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

Ordem: 002

Processo: 0800213-69.2020.8.14.0013

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Ato Infracional

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

APELANTE: A. C. G.

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIO NONATO FALÂNGOLA

Ordem: 003

Processo: 0801514-29.2021.8.14.0009

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Decorrente de Violência Doméstica

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

APELANTE: A. D. B. S.

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: NELSON PEREIRA MEDRADO

Ordem: 004

Processo: 0800099-78.2019.8.14.0074

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Favorecimento de Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual de Vulnerável

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

APELANTE: M. P. D. S.

ADVOGADO: THAIS DANTAS ALVES - (OAB PA26352-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Ordem: 005

Processo: 0035002-15.2015.8.14.0301

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO/PASSIVO

APELANTE/APELADO: JHENNIFER BEMERGUY OLIVEIRA DA SILVEIRA

APELANTE/APELADO: DANILO AZEVEDO DA SILVEIRA

APELANTE/APELADO: MICHELLE CHRISTINE BEMERGUY OLIVEIRA

ADVOGADO: MAXIMILIANO DE ARAUJO COSTA - (OAB PA16804-A)

APELANTE/APELADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE/APELADO: FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARA

PROCURADORIA: PROCURADORIA DA FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMPA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

Ordem: 006

Processo: 0800923-29.2019.8.14.0109

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Pensão

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

APELANTE: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

APELADO: JOSÉ LOPES DA COSTA

ADVOGADO: CÍRIA NAZARÉ DO SOCORRO BATISTA DOS SANTOS - (OAB PA10855-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

Ordem: 007

Processo: 0005388-52.2012.8.14.0015

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Acumulação de Cargos

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO/PASSIVO

APELANTE/APELADO: MIGUEL APOLIANO COUTINHO

APELANTE/APELADO: ANA MARIA SOUSA MIRANDA

ADVOGADO: KLEBER CICERO FARIAS SANTOS - (OAB PA14889-A)

APELANTE/APELADO: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA

Ordem: 008

Processo: 0001489-71.2019.8.14.0089

Classe Judicial: APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal: Roubo (art. 157)

Relator(a): Desembargador LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO

POLO ATIVO

APELANTE: R. D. S. L.

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA

PROCURADORIA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA EM

PLENÁRIO VIRTUAL DA 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **37ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2021, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, A SER REALIZADA por meio da ferramenta **plenário virtual**, sistema pje, **com início às 14h Do dia 22 de NOVEMBRO de 2021 e término às 14h do dia 29 de NOVEMBRO de 2021**, FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. **JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR**, PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE

Ordem 001

Processo 0805990-11.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Obrigações

Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

POLO ATIVO

AGRAVANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO - (OAB PA14665-A)

ADVOGADO LUIZA CHRISTINE COSTA DE AQUINO - (OAB PA22715-A)

ADVOGADO FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVES - (OAB PA12358-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

AGRAVADO PARAMADEIRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRA EIRELI

ADVOGADO ARTHUR RIBEIRO DE FREITAS - (OAB PA20804-A)

ADVOGADO MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO - (OAB PA18305-A)

Ordem 002

Processo 0810240-87.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - (OAB PA21078-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO FERDINANDO DE SOUZA FIALHO JUNIOR

ADVOGADO SAVIO BARRETO LACERDA LIMA - (OAB PA11003-A)

ADVOGADO CAIO GODINHO REBELO BRANDAO DA COSTA - (OAB PA18002-A)

Ordem 003

Processo 0811281-55.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ELIETE COSTA DE SOUZA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 004

Processo 0806932-09.2020.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

POLO ATIVO

embargante/AGRAVANTE MONACO MOTOCENTER PARTICIPACOES LTDA

ADVOGADO RICARDO TURBINO NEVES - (OAB MT12454-A)

POLO PASSIVO

embargado/AGRAVADO ROSA LIDIA DA COSTA SOUZA

ADVOGADO RODRIGO MONTEIRO BARATA - (OAB PA14377-A)

Ordem 005

Processo 0804507-72.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

POLO ATIVO

AGRAVANTE JOSE DE RIBAMAR ANDRADE

ADVOGADO MARCOS ANTONIO DE SOUZA - (OAB RN8867-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JAVIER MARCELO CAHUANA VILLEGAS

ADVOGADO RAIMUNDO ALVES DE SOUZA JUNIOR - (OAB PA9905-A)

ADVOGADO PATRICIA PAULA AQUINO DA SILVA - (OAB PA27282)

ADVOGADO JULIO CEZAR BEGOT SOUZA - (OAB PA25728-A)

AGRAVADO ZENON ANTONIO CAHUANA VILLEGAS

ADVOGADO RAIMUNDO ALVES DE SOUZA JUNIOR - (OAB PA9905-A)

ADVOGADO PATRICIA PAULA AQUINO DA SILVA - (OAB PA27282)

ADVOGADO JULIO CEZAR BEGOT SOUZA - (OAB PA25728-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 006

Processo 0808789-56.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Penhora / Depósito/ Avaliação

Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

POLO ATIVO

AGRAVANTE SAO FRANCISCO INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPAS DA AMAZONIA LTDA - ME

ADVOGADO JOAO VICTOR BARROS SANTANA - (OAB SP448106)

ADVOGADO FRANCISCO RODRIGUES MELO JUNIOR - (OAB PE26791)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ATLAS AQUISICAO DE DIREITOS LTDA

ADVOGADO TULIO VENTURINI DE SOUZA - (OAB SP389783)

ADVOGADO YURI LOBAO BARBOSA - (OAB SE9718)

ADVOGADO JOAO VICTOR BARROS SANTANA - (OAB SP448106)

ADVOGADO DANILO ARAGAO SANTOS - (OAB SP392882)

Ordem 007

Processo 0806883-31.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Cédula de Produto Rural

Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

POLO ATIVO

AGRAVANTE SAO PEDRO COMERCIALIZACAO DE GRAOS LTDA

ADVOGADO RAFAEL MACHADO SIMOES PIRES - (OAB RS101262)

POLO PASSIVO

AGRAVADO PRODUTECNICA NORDESTE COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA

ADVOGADO MATHEUS CARRIEL HONORIO - (OAB MS13431)

ADVOGADO JOAO BATISTA FERRAIRO HONORIO - (OAB SP115461)

AGRAVADO PRODUTECNICA NORTE COMERCIO DE DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA

ADVOGADO MATHEUS CARRIEL HONORIO - (OAB MS13431)

ADVOGADO JOAO BATISTA FERRAIRO HONORIO - (OAB SP115461)

Ordem 008

Processo 0811284-44.2019.8.14.0000

Classe Judicial embargos de declaração em AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Aquisição

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

embargante/AGRAVANTE HELINEY NUNES RESENDE

ADVOGADO SIDNEY RESENDE NETO - (OAB TO5513-A)

POLO PASSIVO

embargado/AGRAVADO GERALDINO VAZ DA COSTA

ADVOGADO JANE DA CUNHA MACHADO RESENDE - (OAB PA12065-A)

ADVOGADO SERGIO LUIZ SANTANA - (OAB PA102-A)

Ordem 009

Processo 0800722-39.2020.8.14.0000

Classe Judicial embargos de declaração em AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Expropriação de Bens

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

embargante/AGRAVANTE CAMILLO ULIANA

ADVOGADO LUIS ANTONIO GOMES DE SOUZA MONTEIRO DE BRITO - (OAB PA19905-A)

ADVOGADO BERNARDO PIQUEIRA DE ANDRADE LOBO SOARES - (OAB PA26707-A)

embargante/AGRAVANTE MARLENE DEPRA ULIANA

ADVOGADO LUIS ANTONIO GOMES DE SOUZA MONTEIRO DE BRITO - (OAB PA19905-A)

ADVOGADO BERNARDO PIQUEIRA DE ANDRADE LOBO SOARES - (OAB PA26707-A)

embargante/AGRAVANTE POSTO PARAGOMINAS LTDA

ADVOGADO LUIS ANTONIO GOMES DE SOUZA MONTEIRO DE BRITO - (OAB PA19905-A)

ADVOGADO BERNARDO PIQUEIRA DE ANDRADE LOBO SOARES - (OAB PA26707-A)

POLO PASSIVO

embargado/AGRAVADO IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.

ADVOGADO GUIDO ROGERIO MACEDO SILVEIRA FILHO - (OAB RJ073755)

PROCURADORIA IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.

Ordem 010

Processo 0808634-24.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

AGRAVANTE TIM CELULAR S.A.

ADVOGADO THIAGO LUIS CARBALLO ELIAS - (OAB SP234865)

ADVOGADO CRISTIANO CARLOS KOZAN - (OAB SP183335)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MGM DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA

ADVOGADO PAULO GERMANO AUTRAN NUNES DE MESQUITA - (OAB CE18964)

Ordem 011

Processo 0803944-78.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Fixação

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

AGRAVANTE C.L.D.C.J.

ADVOGADO PATRICK LIMA DE MATTOS - (OAB PA14400-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO G.C.P.D.N.

PROCURADOR JOAO BOSCO DO NASCIMENTO JUNIOR

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 012

Processo 0803519-51.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB PA16837-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO GABRIEL MESQUITA

Ordem 013

Processo 0809802-61.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Fornecimento de Medicamentos

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/AGRAVANTE SARA LIMA DOS SANTOS

REPRESENTANTE ELANE PATRICIA CRUZ LIMA

ADVOGADO JORGE MAURO OLIVEIRA DE MEDEIROS - (OAB PA007710)

POLO PASSIVO

agravante/AGRAVADO UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO LUCAS SOUZA CHAVES - (OAB PA26498-E)

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

Ordem 014

Processo 0801685-47.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE SIME ELGRABLY DE MELO E SILVA

ADVOGADO FERNANDO VASCONCELOS MOREIRA DE CASTRO NETO - (OAB PA6255-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO - (OAB PA14011-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S/A

Ordem 015

Processo 0809745-77.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prescrição e Decadência

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE LUIZ CARLOS TEIXEIRA CHAVES

ADVOGADO ANTONIO ARAUJO DE OLIVEIRA JUNIOR - (OAB PA14279-A)

ADVOGADO JAMILLY GLAUCY CARVALHO SOUZA - (OAB PA24924-A)

ADVOGADO LAYNNA LIDIA LEITE NEIVA - (OAB PA24905-A)

ADVOGADO JULIO MACHADO DOS SANTOS - (OAB PA15330-A)

ADVOGADO REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA - (OAB PA1746-A)

ADVOGADO CARLOS ALBERTO NUNES ZACCA - (OAB PA991-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ION ELOI DE ARAUJO VIDIGAL

ADVOGADO ION ELOI DE ARAUJO VIDIGAL - (OAB PA3275-A)

ADVOGADO HELDER IAN SOUZA VIDIGAL - (OAB 179810-A)

Ordem 016

Processo 0808218-22.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Custas

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE VILBERTO VIEIRA DA SILVA

ADVOGADO EZEQUIAS MENDES MACIEL - (OAB PA567-A)

AGRAVANTE EDELZUITA NOVAES SILVA

ADVOGADO EZEQUIAS MENDES MACIEL - (OAB PA567-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO AMAZONIA HORTIGRANGEIRA IND COM LTDA - ME

ADVOGADO VANDUIR JOSE DE LIMA - (OAB PA3504-A)

Ordem 017

Processo 0802431-75.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB PA16837-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JANISON SILVA DOS SANTOS

Ordem 018

Processo 0802917-60.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO TELMA CRISTINA COSTA GARCIA

ADVOGADO JOSE DE SOUZA PINTO FILHO - (OAB PA13974-A)

ADVOGADO PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS PINTO - (OAB PA29376-A)

Ordem 019

Processo 0802616-16.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alienação Fiduciária

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/AGRAVANTE MARIANO DE SOUSA LUNA

ADVOGADO ALINE PAMPOLHA TAVARES - (OAB PA23058-A)

POLO PASSIVO

agravante/AGRAVADO BANCO ITAUCARD S.A.

ADVOGADO ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - (OAB PA24871-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 020

Processo 0803537-72.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alienação Fiduciária

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

ADVOGADO GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI - (OAB PA20951-A)

PROCURADORIA AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

POLO PASSIVO

AGRAVADO JEFFERSON TAVARES PAIXAO

Ordem 021

Processo 0802505-32.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO TANIA DE FATIMA D ALMEIDA COSTA

ADVOGADO JORGE FACIOLA DE SOUZA NETO - (OAB PA18232-A)

Ordem 022

Processo 0800970-68.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

ADVOGADO LUCAS SOUZA CHAVES - (OAB PA26498-E)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ALBINO DE SOUSA LIMA

ADVOGADO PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS PINTO - (OAB PA29376-A)

ADVOGADO JOSE DE SOUZA PINTO FILHO - (OAB PA13974-A)

Ordem 023

Processo 0811277-18.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO RICARDO MENDONCA DE MORAES

ADVOGADO RENATA MENDONCA DE MORAES - (OAB PA24943-A)

Ordem 024

Processo 0811328-63.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alienação Fiduciária

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (OAB PA13846-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO LOURDES MARIA BANDEIRA DA CONCEICAO

Ordem 025

Processo 0807780-30.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Fixação

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE FLAVIA DA SILVA PRUDENTE

ADVOGADO GLEYDSON DA SILVA ARRUDA - (OAB TO2215-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ORIMAR PAULINO DA SILVA

PROCURADOR DYEGO DE OLIVEIRA ROCHA

Ordem 026

Processo 0806158-76.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO IARA FERNANDES DOS SANTOS DA SILVA

PROCURADOR ALEXANDRE ALY PARAGUASSU CHARONE

Ordem 027

Processo 0810343-60.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO AYAN FERNANDES ARAGAO VINAGRE

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADO DANIELLA FERNANDES ARAGAO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 028

Processo 0803092-88.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CARLOS ALBERTO TALINI DOS SANTOS

ADVOGADO HENRIQUE COURA DE BRITTO PEREIRA - (OAB DF38587-A)

Ordem 029

Processo 0802301-85.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Compra e Venda

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIARIA 323 - SPE LTDA

ADVOGADO JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR - (OAB SP152165-A)

AGRAVANTE RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A

ADVOGADO JOSE WALTER FERREIRA JUNIOR - (OAB SP152165-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ALESSANDRA DA SILVA SOUZA

ADVOGADO PRISCILA MELO DE LIMA COSTA - (OAB PA6439-A)

Ordem 030

Processo 0804917-67.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB PA16837-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO RENAN RONNEY FERREIRA DA SILVA

Ordem 031

Processo 0806872-36.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE VALERIA MEDEIROS MENDONCA

ADVOGADO MARCELLA NOBRE ALARCAO - (OAB PA30358-A)

ADVOGADO ROMULO RAPOSO SILVA - (OAB PA14423-A)

ADVOGADO ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES - (OAB PA10367-A)

ADVOGADO WANESSA OLIVEIRA SILVA - (OAB PA23411-A)

AGRAVANTE ROBERTA MEDEIROS DE REZENDE

ADVOGADO MARCELLA NOBRE ALARCAO - (OAB PA30358-A)

ADVOGADO ROMULO RAPOSO SILVA - (OAB PA14423-A)

ADVOGADO ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES - (OAB PA10367-A)

ADVOGADO WANESSA OLIVEIRA SILVA - (OAB PA23411-A)

AGRAVANTE FLAVIA BASTOS DE MEDEIROS

ADVOGADO MARCELLA NOBRE ALARCAO - (OAB PA30358-A)

ADVOGADO ROMULO RAPOSO SILVA - (OAB PA14423-A)

ADVOGADO ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES - (OAB PA10367-A)

ADVOGADO WANESSA OLIVEIRA SILVA - (OAB PA23411-A)

AGRAVANTE MARIA CECILIA BASTOS DE MEDEIROS

ADVOGADO MARCELLA NOBRE ALARCAO - (OAB PA30358-A)

ADVOGADO ROMULO RAPOSO SILVA - (OAB PA14423-A)

ADVOGADO ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES - (OAB PA10367-A)

ADVOGADO WANESSA OLIVEIRA SILVA - (OAB PA23411-A)

AGRAVANTE ADRIANA BASTOS DE MEDEIROS

ADVOGADO MARCELLA NOBRE ALARCAO - (OAB PA30358-A)

ADVOGADO ROMULO RAPOSO SILVA - (OAB PA14423-A)

ADVOGADO ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES - (OAB PA10367-A)

ADVOGADO WANESSA OLIVEIRA SILVA - (OAB PA23411-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS BATISTA TORRES DE CASTRO

ADVOGADO FABIO LUIS FERREIRA MOURAO - (OAB PA7760-A)

Ordem 032

Processo 0805663-03.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Fixação

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE N.A.D.L.

ADVOGADO RANDELLA GISELE DE ALMEIDA RODRIGUES - (OAB AM16083)

ADVOGADO TATIANE MEDINA OLIVEIRA - (OAB AM6336)

ADVOGADO LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS - (OAB AM5641-A)

ADVOGADO RICARDO DA CUNHA COSTA - (OAB AM5737)

ADVOGADO DANUZA DO VALE CAMPOS - (OAB PA23687-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO H.C.P.D.S.

ADVOGADO MARIA RAIMUNDA PRESTES MAGNO REIS - (OAB PA4397-A)

AGRAVADO L.S.D.S.D.L.

ADVOGADO MARIA RAIMUNDA PRESTES MAGNO REIS - (OAB PA4397-A)

AGRAVADO I.F.D.L.D.S.D.L.

ADVOGADO MARIA RAIMUNDA PRESTES MAGNO REIS - (OAB PA4397-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 033

Processo 0810154-19.2019.8.14.0000

Classe Judicial agravo interno em PETIÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Aquisição

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/REQUERENTE EURICO BARBOSA DOS SANTOS

ADVOGADO ANDREY MONTENEGRO DE SA - (OAB PA9138-A)

POLO PASSIVO

agravado/REQUERIDO NEUZA MARIA SANTOS CORDEIRO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 034

Processo 0809756-38.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Fixação

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE MIRLENY IZABEL BRASIL LEITE

ADVOGADO LENICE PINHEIRO MENDES - (OAB PA8715-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO THIAGO SANTOS MAGALHAES

ADVOGADO SAMARA DAYANE SOUZA DE MIRANDA - (OAB PA996-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 035

Processo 0806685-28.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Juros

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/AGRAVANTE CLAUDIO RICARDO ALVES DE ARAUJO

ADVOGADO FABIO TAVARES DE JESUS - (OAB PA9777-A)

ADVOGADO CLAUDIO RICARDO ALVES DE ARAUJO - (OAB PA6624-A)

POLO PASSIVO

agravante/AGRAVADO JADER NILSON DA LUZ DIAS

ADVOGADO CARLOS JOSE AMORIM DA SILVA - (OAB PA14498-A)

ADVOGADO JADER NILSON DA LUZ DIAS - (OAB PA5273-A)

Ordem 036

Processo 0805755-73.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO IONILDE DA SILVA OLIVEIRA

PROCURADOR RENILDE DA SILVA OLIVEIRA OLIVEIRA COSTA

Ordem 037

Processo 0803412-41.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Inventário e Partilha

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE ELIENAI DOS SANTOS PEREIRA

ADVOGADO ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA - (OAB PA4771-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO JACINTO SEMIAO DE LIMA

Ordem 038

Processo 0804525-93.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB PA16837-A)

PROCURADORIA VOLKSWAGEN

POLO PASSIVO

AGRAVADO EVANDINA GONCALVES SOUZA

Ordem 039

Processo 0801644-17.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/AGRAVANTE VALE S.A.

ADVOGADO DANIELLE SERRUYA SORIANO DE MELLO - (OAB PA17830-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO NETO - (OAB PA12816-A)

PROCURADORIA VALE S/A

POLO PASSIVO

agravante/AGRAVADO VALDIVINO DE SOUZA

ADVOGADO JOSE BATISTA GONCALVES AFONSO - (OAB PA10611-A)

ADVOGADO LARISSA GABRIELE DA COSTA TAVARES - (OAB PA22142-A)

ADVOGADO ANDREIA APARECIDA SILVERIO DOS SANTOS - (OAB PA19428-A)

agravante/AGRAVADO EDIMILSON DE SOUSA SILVA

ADVOGADO JOSE BATISTA GONCALVES AFONSO - (OAB PA10611-A)

ADVOGADO LARISSA GABRIELE DA COSTA TAVARES - (OAB PA22142-A)

ADVOGADO ANDREIA APARECIDA SILVERIO DOS SANTOS - (OAB PA19428-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 040

Processo 0806735-20.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB PA16837-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO BRENO NEVES SOARES

Ordem 041

Processo 0809656-83.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Multa Cominatória / Astreintes

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE EMPRESA DE TRANSPORTES NOVA MARAMBAIA LTDA

ADVOGADO RAIMUNDO BESSA JUNIOR - (OAB PA11163-A)

ADVOGADO NATALIN DE MELO FERREIRA - (OAB PA15468-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MARIA JOSE LIRA DO NASCIMENTO

ADVOGADO FERNANDO NEVES DA SILVA - (OAB PA26278-A)

Ordem 042

Processo 0806731-80.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

ADVOGADO AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - (OAB PA16837-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO RAIMUNDA LOPES DA SILVA

Ordem 043

Processo 0800622-50.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Família

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE C.C.P.

ADVOGADO VITOR LUIZ CARDOSO - (OAB PA22664)

POLO PASSIVO

AGRAVADO J.P.D.M.F.

ADVOGADO PATRICIA NAZARE DOS SANTOS FERREIRA - (OAB PA29996)

ADVOGADO MARISTER SANTOS DA COSTA - (OAB PA26541-A)

PROCURADOR P.N.D.S.F.

PROCURADOR M.S.D.C.

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 044

Processo 0804837-69.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA

ADVOGADO ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO LORENA LOPES ROCHA

ADVOGADO COLUMBANO FEIJO - (OAB SP346653)

Ordem 045

Processo 0800416-36.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO YURI RODRIGUES SANTOS

ADVOGADO LUCAS FONSECA CUNHA - (OAB PA29438-A)

Ordem 046

Processo 0811201-91.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE FRANCISCO MICCIONE FILHO

ADVOGADO GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA - (OAB PA21313-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

ADVOGADO THAIS ABRUNHEIRO TRINDADE DOS SANTOS - (OAB PA17068-A)

AGRAVADO GUNDEL INCORPORADORA LTDA.

ADVOGADO MAISA PINHEIRO CORREA VON GRAPP - (OAB PA11606-A)

ADVOGADO ISIS KRISHINA REZENDE SADECK - (OAB PA9296-A)

Ordem 047

Processo 0804846-31.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Intimação / Notificação

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/AGRAVANTE JOSE MIRANDA CRUZ

ADVOGADO ERICO RODOLFO ABREU DE OLIVEIRA - (OAB DF24405)

ADVOGADO JOAO PAULO TODDE NOGUEIRA - (OAB DF28502-A)

POLO PASSIVO

agravante/AGRAVADO MARCIO CRISPIM DE LACERDA SAMPAIO MIRANDA

ADVOGADO LENO NERES DE SOUSA - (OAB 7261-A)

agarvante/AGRAVADO PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA NETO

ADVOGADO LENO NERES DE SOUSA - (OAB 7261-A)

agavante/AGRAVADO MARCELO WESLEY MIRANDA CRUZ

ADVOGADO LENO NERES DE SOUSA - (OAB 7261-A)

agravante/AGRAVADO JOSE MIRANDA CRUZ JUNIOR

ADVOGADO LENO NERES DE SOUSA - (OAB 7261-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 048

Processo 0805339-13.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alteração de capital

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE HIROSHI YAMADA

ADVOGADO ANTONIO ARAUJO DE OLIVEIRA JUNIOR - (OAB PA14279-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO TAGIDE MOTOCICLETAS LTDA

ADVOGADO SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604-A)

AGRAVADO Y YAMADA SA COMERCIO E INDUSTRIA

ADVOGADO SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604-A)

AGRAVADO FERNANDO TERUO YAMADA

ADVOGADO SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604-A)

AGRAVADO BERNARDO JUNJI CARNEIRO YAMADA

Ordem 049

Processo 0805144-57.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Tutela Provisória

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE HIROSHI YAMADA

ADVOGADO REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA - (OAB PA1746-A)

ADVOGADO MAISA MESQUITA DE ALMEIDA - (OAB PA19150-A)

ADVOGADO ANTONIO ARAUJO DE OLIVEIRA JUNIOR - (OAB PA14279-A)

ADVOGADO LAURENO LINS DE CARVALHO JUNIOR - (OAB PA24174-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO TAGIDE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA

ADVOGADO SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604-A)

AGRAVADO Y YAMADA SA COMERCIO E INDUSTRIA

ADVOGADO SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604-A)

AGRAVADO FERNANDO TERUO YAMADA

ADVOGADO SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI - (OAB PA2774-A)

ADVOGADO CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO - (OAB PA9116-A)

ADVOGADO FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO - (OAB PA11604-A)

AGRAVADO BERNARDO JUNJI CARNEIRO YAMADA

AGRAVADO ROBERTA AKIKO CARNEIRO YAMADA

Ordem 050

Processo 0808291-91.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Alienação Fiduciária

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO FLAVIO NEVES COSTA - (OAB SP153447-A)

PROCURADORIA VOLKSWAGEN

POLO PASSIVO

AGRAVADO PAULO KENNEDY DA SILVA OLIVEIRA

Ordem 051

Processo 0801064-84.2019.8.14.0000

Classe Judicial embargos de declaração em AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Antecipação de Tutela / Tutela Específica

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

embargado/AGRAVANTE L.F.D.S.

ADVOGADO BRUNA CRISTINE DE MIRANDA SANTOS - (OAB PA21667-A)

ADVOGADO HUGO PINTO BARROSO - (OAB PA12727-A)

ADVOGADO ROGERIO MATOS MARTINS - (OAB PA20558-A)

embargado/AGRAVANTE K.L.F.D.S.

ADVOGADO BRUNA CRISTINE DE MIRANDA SANTOS - (OAB PA21667-A)

ADVOGADO HUGO PINTO BARROSO - (OAB PA12727-A)

ADVOGADO ROGERIO MATOS MARTINS - (OAB PA20558-A)

POLO PASSIVO

embargante/AGRAVADO U.D.B.C.D.T.M.

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

Ordem 052

Processo 0809267-64.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO interno em agravo DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Guarda

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

AGRAVANTE K.D.S.M.

ADVOGADO FABRICIO QUARESMA DE SOUSA - (OAB PA23237-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO R.F.F.

Ordem 053

Processo 0806680-69.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

POLO ATIVO

AGRAVANTE RICARDO VINICIUS FERREIRA GUERRA

ADVOGADO IZABELLA ALVES DIAS - (OAB PR85979)

ADVOGADO CELSO LUIZ TENORIO ARAUJO - (OAB PR41480)

ADVOGADO MARIANA RIBAS FADEL - (OAB PR85625)

AGRAVANTE ANTONIO DA SILVA PINTO

ADVOGADO IZABELLA ALVES DIAS - (OAB PR85979)

ADVOGADO CELSO LUIZ TENORIO ARAUJO - (OAB PR41480)

ADVOGADO MARIANA RIBAS FADEL - (OAB PR85625)

POLO PASSIVO

AGRAVADO EDNER APARECIDO FERRI

PROCURADOR RAFAELE DALMAGRO

AGRAVADO CLAUDIA RAQUEL BENOSSI

PROCURADOR RAFAELE DALMAGRO

Ordem 054

Processo 0805213-55.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

POLO ATIVO

AGRAVANTE WILHAMES PAES RODRIGUES

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO PARQUE DAS PALMEIRAS EMPREENDIMENTOS LTDA

ADVOGADO ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR - (OAB PA9117-A)

Ordem 055

Processo 0000267-48.2018.8.14.0107

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

POLO ATIVO

agravante/APELANTE IRACEMA ALVES MARCIEIRA

ADVOGADO THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES - (OAB MA10288-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A

ADVOGADO CAROLINA DE ROSSO AFONSO - (OAB 195972-A)

Ordem 056

Processo 0006777-53.2013.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Alienação Fiduciária

Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

POLO ATIVO

agravante/APELANTE ADMIR CORREA DE SOUSA JUNIOR

ADVOGADO KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO BANCO ITAUCARD S.A.

ADVOGADO ANTONIO BRAZ DA SILVA - (OAB PA20638-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 057

Processo 0002867-59.2015.8.14.0006

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Interpretação / Revisão de Contrato

Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

POLO ATIVO

agravante/APELANTE REGINALDO COSTA GOMES

ADVOGADO HAROLDO SOARES DA COSTA - (OAB PA18004-A)

ADVOGADO KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE - (OAB PE20397-A)

ADVOGADO JOAO FRANCISCO ALVES ROSA - (OAB BA17023-A)

ADVOGADO CAMILA DE ANDRADE LIMA - (OAB BA29889-A)

PROCURADORIA VOLKSWAGEN

Ordem 058

Processo 0019289-29.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Doação

Relator(a) Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

POLO ATIVO

APELANTE IRENE MESSIAS DE SALES

ADVOGADO REBECA FONSECA DINIZ - (OAB PA23812-A)

APELANTE JAMIL MORENO SALES

ADVOGADO REBECA FONSECA DINIZ - (OAB PA23812-A)

POLO PASSIVO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

Ordem 059

Processo 0877871-52.2018.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abatimento proporcional do preço

Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

POLO ATIVO

embargante/APELANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

embargado/APELADO TANIA MARA BRASIL SANTOS

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 060

Processo 0815111-04.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Relator(a) Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDO DA COSTA CARANHA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE ROZENILDE COELHO COSTA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO BANCO ITAUCARD S.A.

ADVOGADO GUSTAVO GONCALVES GOMES - (OAB PA20666-A)

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 061

Processo 0006527-35.2013.8.14.0005

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

embargante/APELANTE MARIA VIEIRA DE SOUSA

ADVOGADO MANUEL CARLOS GARCIA GONCALVES - (OAB PA6492-A)

embargante/APELANTE MARIA JOSE MOURA DE SOUSA

ADVOGADO MANUEL CARLOS GARCIA GONCALVES - (OAB PA6492-A)

ADVOGADO CLEUTON DA SILVA BARROS - (OAB PA17789-A)

POLO PASSIVO

embargado/APELADO ERONILDO RODRIGUES DE SOUZA

embargado/APELADO EVANDRO RODRIGUES DE SOUZA

embargado/APELADO EDNA DA SILVA SANTOS

ADVOGADO MAURICIO MOURA COSTA - (OAB SP4849-A)

ADVOGADO MICHEL OLIVEIRA SILVA DE MELO - (OAB PA7866-A)

ADVOGADO ARNALDO GOMES DA ROCHA - (OAB PA004770-A)

embargado/APELADO MARIO RODRIGUES CAMBUHY

ADVOGADO GREGORY WAGNER NUNES CARNEIRO DE OLIVEIRA - (OAB DF36812-A)

Ordem 062

Processo 0002149-79.2014.8.14.0044

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acidente de Trânsito

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

embargante/APELANTE HORIZONTE LOGISTICA LTDA

ADVOGADO CHEDID GEORGES ABDULMASSIH - (OAB SP9678-A)

ADVOGADO THIAGO AZEVEDO ROLA - (OAB PA13367-A)

ADVOGADO MICHEL FERRO E SILVA - (OAB PA7961-A)

embargado/APELANTE ARMANDO FERREIRA DA COSTA

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO LISBOA DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA4354-A)

embargado/APELANTE VALDIRENE SANTA BRIGIDA DO MAR

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO LISBOA DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA4354-A)

embargado/APELANTE JOHNNY DO MAR COSTA

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO LISBOA DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA4354-A)

embargado/APELANTE AMANDA NOELLY MAR DA COSTA

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO LISBOA DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA4354-A)

POLO PASSIVO

embargado/APELADO AMANDA NOELLY MAR DA COSTA

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO LISBOA DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA4354-A)

embargado/APELADO ARMANDO FERREIRA DA COSTA

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO LISBOA DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA4354-A)

embargante/APELADO HORIZONTE LOGISTICA LTDA

ADVOGADO FERNANDO MELO CARNEIRO - (OAB PR42088)

ADVOGADO CHEDID GEORGES ABDULMASSIH - (OAB SP9678-A)

ADVOGADO THIAGO AZEVEDO ROLA - (OAB PA13367-A)

ADVOGADO MICHEL FERRO E SILVA - (OAB PA7961-A)

embargado/APELADO JOHNNY DO MAR COSTA

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO LISBOA DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA4354-A)

embargado/APELADO VALDIRENE SANTA BRIGIDA DO MAR

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO LISBOA DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA4354-A)

Ordem 063

Processo 0004758-79.2016.8.14.0039

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

embargante/APELANTE BANPARÁ

ADVOGADO LETICIA DAVID THOME - (OAB PA10270-A)

PROCURADORIA BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A - BANPARÁ

POLO PASSIVO

embargado/APELADO ELENI ESCOLASTICA DOS SANTOS

ADVOGADO MAXIELY SCARAMUSSA BERGAMIN - (OAB PA12399-A)

ADVOGADO LETICIA DAVID THOME - (OAB PA10270-A)

Ordem 064

Processo 0811146-13.2020.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

embargado/APELANTE BERLIM INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

ADVOGADO MARINA GALLETTI SILVA - (OAB PA23686-A)

embargado/APELANTE CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

ADVOGADO MARINA GALLETTI SILVA - (OAB PA23686-A)

POLO PASSIVO

embargante/APELADO MARCOS ROBERT DA SILVA RIBEIRO

ADVOGADO DALIANA SUANNE SILVA CASTRO - (OAB PA20234-A)

Ordem 065

Processo 0006768-23.2015.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

embargante/APELANTE COINBRA CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAO BRAZ LIMITADA - ME

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188)

ADVOGADO ANA LAURA BARBOSA NUNES - (OAB PA29613-A)

embargado/APELANTE VERA SANTANA FERNANDEZ DE MENDONCA

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188)

ADVOGADO ANA LAURA BARBOSA NUNES - (OAB PA29613-A)

embargado/APELANTE FERNANDO FRANCA DE MENDONCA

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188)

ADVOGADO ANA LAURA BARBOSA NUNES - (OAB PA29613-A)

embargante/APELANTE CIT CONSTRUTORA E INCORPORADORA TECNICA LTDA - ME

ADVOGADO ADALBERTO SILVA - (OAB PA10188)

ADVOGADO THIAGO LUIZ AMARAL SILVA - (OAB PA24472-A)

ADVOGADO LOYANNE BATISTA DA SILVA - (OAB PA21580-A)

ADVOGADO JACQUELINE MARIA MALCHER MARTINS - (OAB PA14965-A)

ADVOGADO ANA LAURA BARBOSA NUNES - (OAB PA29613-A)

POLO PASSIVO

embargado/APELADO BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - (OAB PA15201-A)

Ordem 066

Processo 0036521-30.2012.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

APELANTE ONCOLOGICA BRASIL S/S LTDA

ADVOGADO MICHEL FERRO E SILVA - (OAB PA7961-A)

POLO PASSIVO

APELADO NORTE SERVICOS E LOCACAO LTDA - EPP

ADVOGADO FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA - (OAB PA10758-A)

Ordem 067

Processo 0000863-62.2005.8.14.0115

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

APELANTE A.J. SOUZA PINTO COMERCIAL LTDA - EPP

ADVOGADO ARIOVALDO HERBERT DA CRUZ - (OAB PR08292)

APELANTE BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]

ADVOGADO JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

ADVOGADO ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA - (OAB PA10176-A)

POLO PASSIVO

APELADO A.J. SOUZA PINTO COMERCIAL LTDA - EPP

ADVOGADO ARIOVALDO HERBERT DA CRUZ - (OAB PR08292)

APELADO BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]

ADVOGADO JONAS HENRIQUE BAIMA PINHEIRO - (OAB PA20936-A)

ADVOGADO MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES - (OAB PA13209-A)

ADVOGADO ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA - (OAB PA10176-A)

Ordem 068

Processo 0004632-77.2016.8.14.0023

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Investigação de Paternidade

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

APELANTE ALBERTO CARLOS LIMA

ADVOGADO THIAGO RAMOS DO NASCIMENTO - (OAB PA15502-A)

ADVOGADO CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES - (OAB PA18060-A)

POLO PASSIVO

APELADO ALCINEIDE NASCIMENTO DE LIMA

APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 069

Processo 0055766-90.2013.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO

POLO ATIVO

APELANTE DILERMANDO MENESCAL JUNIOR

ADVOGADO JOSE BRANDAO FACIOLA DE SOUZA - (OAB PA11853-A)

ADVOGADO PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA - (OAB PA5586-A)

POLO PASSIVO

APELADO CONDOMINIO DO EDIFICIO FATIMA

ADVOGADO FRANCIMAR BENTES GOMES - (OAB PA4577-A)

ADVOGADO SEVERINO ANTONIO ALVES - (OAB PA11857-A)

ADVOGADO ALINA PINHEIRO SAMPAIO - (OAB PA11508-A)

Ordem 070

Processo 0808593-98.2019.8.14.0051

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/APELANTE MARIA GORETE VASCONCELOS

ADVOGADO ALEX FERNANDES DA SILVA - (OAB MS17429-A)

ADVOGADO FABIO IGOR CORREA LOPES - (OAB PA22998-A)

POLO PASSIVO

agravante/APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB PA20601-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S/A

Ordem 071

Processo 0013751-19.2016.8.14.0005

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Seguro

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ADVOGADO MARILIA DIAS ANDRADE - (OAB PA14351-A)

ADVOGADO LUANA SILVA SANTOS - (OAB PA16292-A)

PROCURADORIA SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

POLO PASSIVO

agravado/APELADO GLORIA HYZUNY M LAIGNIER

ADVOGADO JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR - (OAB PA14737-A)

Ordem 072

Processo 0016917-81.2017.8.14.0051

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Investigação de Paternidade

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/APELANTE C.C.S.

ADVOGADO ELIAKIM LOPES AMORIM - (OAB PA26033)

agravado/APELANTE C.G.S.T.

ADVOGADO ELIAKIM LOPES AMORIM - (OAB PA26033)

POLO PASSIVO

agravante/APELADO L.A.D.A.T.

ADVOGADO JONATAS DE SOUSA SANCHES - (OAB PA29989)

ADVOGADO TAIS NASCIMENTO DA SILVA - (OAB 31615-A)

ADVOGADO VANESSA DOS SANTOS SOARES - (OAB 30428-A)

ADVOGADO CAYO DOS SANTOS PEREIRA - (OAB PA6949-A)

ADVOGADO ALEXANDRE SCHERER - (OAB PA10138-A)

Ordem 073

Processo 0003080-96.2014.8.14.0201

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contratos Bancários

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE BANCO ITAUCARD S.A.

ADVOGADO ANTONIO BRAZ DA SILVA - (OAB PA20638-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

agravado/APELADO MARCIA KEYNNA BORGES DE SOUZA

ADVOGADO FABIO GOMIDES BORGES - (OAB PA19787-S)

Ordem 074

Processo 0861081-56.2019.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/APELANTE CLAUDOMIRO QUEIROZ DOS SANTOS

ADVOGADO JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO - (OAB PA7261-A)

agravante/APELANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

agravante/APELADO UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

agravado/APELADO CLAUDOMIRO QUEIROZ DOS SANTOS

ADVOGADO JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO - (OAB PA7261-A)

Ordem 075

Processo 0129483-98.2015.8.14.0032

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/APELANTE EDIL DA CONCEICAO BRAZAO

ADVOGADO CARIM JORGE MELEM NETO - (OAB PA13789-A)

POLO PASSIVO

agravante/APELADO TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

ADVOGADO ELADIO MIRANDA LIMA - (OAB RJ86235-A)

ADVOGADO VERA LUCIA LIMA LARANJEIRA - (OAB PA17196-B)

PROCURADORIA OI S/A

Ordem 076

Processo 0006659-70.2019.8.14.5150

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Responsabilidade Civil

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE NELSON PINTO

ADVOGADO NELSON PINTO - (OAB PA3153-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO DEBORAH PINTO OLIVEIRA

ADVOGADO RODRIGO PINTO OLIVEIRA - (OAB PA21369-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 077

Processo 0207306-83.2016.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/APELANTE FABIO AZEVEDO FONSECA

ADVOGADO MAURICIO ALBUQUERQUE COELHO - (OAB PA15326-A)

ADVOGADO ARIANI DE NAZARE AFONSO NOBRE BARROS - (OAB PA11889-A)

ADVOGADO ADRIANA AFONSO NOBRE - (OAB PA11962-A)

agravante/APELANTE CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

agravante/APELANTE BERLIM INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

POLO PASSIVO

agravante/APELADO CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

agravante/APELADO BERLIM INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

agravado/APELADO FABIO AZEVEDO FONSECA

ADVOGADO ADRIANA AFONSO NOBRE - (OAB PA11962-A)

Ordem 078

Processo 0016596-21.2016.8.14.0006

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Alienação Fiduciária

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (OAB PA13846-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO ROGERIO CHAVANTE DE SOUZA

Ordem 079

Processo 0828392-22.2020.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abatimento proporcional do preço

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO CAMILA DE ANDRADE LIMA - (OAB BA29889-A)

ADVOGADO MARCOS DANILO VASCONCELLOS DOS SANTOS - (OAB PE46401-A)

ADVOGADO CARIN HOSOE - (OAB SP243169-A)

PROCURADORIA VOLKSWAGEN

POLO PASSIVO

agravado/APELADO JANIELSON BARBOSA LIMA

ADVOGADO KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

Ordem 080

Processo 0809109-21.2019.8.14.0051

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

REPRESENTANTE ITAU UNIBANCO S.A.

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

agravado/APELADO MARIA ARCANGELA SILVA DE MIRANDA

ADVOGADO ALEX FERNANDES DA SILVA - (OAB MS17429-A)

ADVOGADO FABIO IGOR CORREA LOPES - (OAB PA22998-A)

Ordem 081

Processo 0800085-25.2019.8.14.0097

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Empréstimo consignado

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/APELANTE BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO - (OAB RJ60359-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

POLO PASSIVO

agravante/APELADO DANIEL MONTEIRO DA SILVA

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

ADVOGADO BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

ADVOGADO GLEIDSON DOS SANTOS RODRIGUES - (OAB PA22635-A)

Ordem 082

Processo 0081085-55.2016.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Promessa de Compra e Venda

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE LUXEMBURGO INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO MARIA EDA GIL ALVES VALE

ADVOGADO ALMIR CONCEICAO CHAVES DE LEMOS - (OAB PA14902-A)

Ordem 083

Processo 0047687-59.2012.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Interpretação / Revisão de Contrato

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE MARIA DE LOURDES PORTILHO DEMETRIO FERREIRA

ADVOGADO KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO ITAU S/A

ADVOGADO ANTONIO BRAZ DA SILVA - (OAB PA20638-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 084

Processo 0008616-50.2012.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Interpretação / Revisão de Contrato

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/APELANTE ADERCILIO AMORIM DAMASCENO

ADVOGADO BRENDA FERNANDES BARRA - (OAB PA13443-A)

POLO PASSIVO

agravante/APELADO BANCO ITAUCARD S/A

ADVOGADO ANTONIO BRAZ DA SILVA - (OAB PA20638-A)

PROCURADORIA ITAÚ UNIBANCO S.A.

Ordem 085

Processo 0060832-51.2013.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Interpretação / Revisão de Contrato

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB PA28178-A)

ADVOGADO CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (OAB PA13846-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO JOCIVALDO LADISLAU BATISTA

ADVOGADO GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI - (OAB PA28178-A)

ADVOGADO BIANCA DOS SANTOS - (OAB SC794-S)

Ordem 086

Processo 0018979-69.2016.8.14.0006

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Rescisão do contrato e devolução do dinheiro

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE LUIS MACARIO DE OLIVEIRA NETO

ADVOGADO KENIA SOARES DA COSTA - (OAB PA15650-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO BANCO PAN S.A.

ADVOGADO CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - (OAB PA13846-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

Ordem 087

Processo 0862286-57.2018.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Irregularidade no atendimento

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO SONIA MARIA TRINDADE ABDON

ADVOGADO CASSIO LUIZ JANUARIO ALMEIDA - (OAB MA8014-A)

Ordem 088

Processo 0810775-49.2020.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Práticas Abusivas

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravado/APELANTE OLIVIA OLINDINA DE LIMA JACOB

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

POLO PASSIVO

agravante/APELADO UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

ADVOGADO LUCAS SOUZA CHAVES - (OAB PA26498-E)

Ordem 089

Processo 0832910-89.2019.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO

ADVOGADO DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - (OAB PA11270-A)

ADVOGADO LUCAS SOUZA CHAVES - (OAB PA26498-E)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO MARGARETE VASQUES TEIXEIRA

ADVOGADO ARTHUR AUGUSTO PINHEIRO MARINHO - (OAB PE35289-A)

ADVOGADO ROSINES ROLIM - (OAB SP292893-A)

Ordem 090

Processo 0055606-36.2011.8.14.0301

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Compra e Venda

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE GAFISA SPE-65 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.

ADVOGADO DANIEL BATTIPAGLIA SGAI - (OAB SP214918-A)

POLO PASSIVO

agravado/APELADO PAULO WANDERLEY CORREA NORMANDO

ADVOGADO RONDINELI FERREIRA PINTO - (OAB PA10389-A)

agravado/APELADO LIANA PAULA LOPES NOBRE

ADVOGADO RONDINELI FERREIRA PINTO - (OAB PA10389-A)

Ordem 091

Processo 0807322-29.2018.8.14.0006

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acessão

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE ANTONIO AFONSO DO NASCIMENTO

ADVOGADO ANA CARLA CORDEIRO DE JESUS MINDELLO - (OAB PA17227-A)

ADVOGADO IARA CARDOSO SOUSA - (OAB PA20093-A)

POLO PASSIVO

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

Ordem 092

Processo 0800127-20.2020.8.14.0039

Classe Judicial agravo interno em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Compra e Venda

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

agravante/APELANTE BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB PA20601-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

agravado/APELADO ANA MARIA DOS SANTOS FRUTUOSO

ADVOGADO RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA - (OAB TO4018-A)

ADVOGADO MARCILIO NASCIMENTO COSTA - (OAB TO1110-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

Ordem 093

Processo 0398666-10.2016.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

embargante/APELANTE BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]

ADVOGADO HUMBERTO SOUZA MIRANDA PINTO - (OAB PA2942-A)

POLO PASSIVO

embargado/APELADO FRIVASA FRIGORIFICO VALE DO TAPANA SA

ADVOGADO ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR - (OAB PA9117-A)

ADVOGADO RAUL YUSSEF CRUZ FRAIHA - (OAB PA19047-A)

Ordem 094

Processo 0019566-84.2013.8.14.0301

Classe Judicial embargos de declaração em APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Interpretação / Revisão de Contrato

Relator(a) Desembargadora MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE

POLO ATIVO

embargante/APELANTE BANCO VOLKSWAGEN S.A.

ADVOGADO MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE - (OAB PE20397-A)

ADVOGADO JOAO FRANCISCO ALVES ROSA - (OAB BA17023-A)

ADVOGADO CAMILA DE ANDRADE LIMA - (OAB BA29889-A)

PROCURADORIA VOLKSWAGEN

POLO PASSIVO

embargado/APELADO HELOISA HELENA DE SOUZA QUEIROZ

ADVOGADO BRENDA FERNANDES BARRA - (OAB PA13443-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 095

Processo 0029638-96.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Material

Relator(a) Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

POLO ATIVO

APELANTE HYUNDAI CAOA DO BRASIL LTDA

ADVOGADO DIEGO SABATELLO COZZE - (OAB SP252802-A)

ADVOGADO TATYANA BOTELHO ANDRE - (OAB SP170219-A)

ADVOGADO MARCELO DE OLIVEIRA ELIAS - (OAB SP8868-A)

POLO PASSIVO

APELADO HUMBERTO ANTONIO EISAKU TANOUE

ADVOGADO ARMANDO GRELO CABRAL - (OAB PA4869-A)

Ordem 096

Processo 0003325-88.2007.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Esbulho / Turbação / Ameaça

Relator(a) Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

POLO ATIVO

APELANTE SIDNEY MOREIRA DE SOUZA

ADVOGADO DAGBERTO NOGUEIRA DA SILVA - (OAB PA6108-A)

POLO PASSIVO

APELADO MANOEL DA DONA LINDAURA

ADVOGADO VALBER CARLOS MOTTA CONCEICAO - (OAB PA9729-A)

ADVOGADO MARDEN WALLESON SANTOS DE NOVAES - (OAB TO2898-A)

APELADO ZEMAR

ADVOGADO VALBER CARLOS MOTTA CONCEICAO - (OAB PA9729-A)

ADVOGADO MARDEN WALLESON SANTOS DE NOVAES - (OAB TO2898-A)

APELADO JOSE SOARES DE BRITO

ADVOGADO VALBER CARLOS MOTTA CONCEICAO - (OAB PA9729-A)

ADVOGADO MARDEN WALLESON SANTOS DE NOVAES - (OAB TO2898-A)

APELADO TINHA DO JOSE FAZ TUDO

ADVOGADO VALBER CARLOS MOTTA CONCEICAO - (OAB PA9729-A)

ADVOGADO MARDEN WALLESON SANTOS DE NOVAES - (OAB TO2898-A)

APELADO LURDINHA E OUTROS

ADVOGADO VALBER CARLOS MOTTA CONCEICAO - (OAB PA9729-A)

ADVOGADO MARDEN WALLESON SANTOS DE NOVAES - (OAB TO2898-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 097

Processo 0829047-96.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Inadimplemento

Relator(a) Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR

POLO ATIVO

APELANTE IRMAOS DIAMANTINO COMERCIO DE VEICULOS E UTILITARIOS LTDA

ADVOGADO MADSON ANTONIO BRANDAO DA COSTA JUNIOR - (OAB PA17510-A)

ADVOGADO DANIEL DE MEIRA LEITE - (OAB PA12969-A)

ADVOGADO BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - (OAB PA8770-A)

POLO PASSIVO

APELADO TIAGO DOS SANTOS ASSIS

ADVOGADO BRUNO DOS SANTOS ASSIS - (OAB DF54430-A)

APELADO BANCO RCI BRASIL S.A

ADVOGADO AURELIO CANCIO PELUSO - (OAB PR32521-A)

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA EM VIDEOCONFERÊNCIA DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A **38ª SESSÃO ORDINÁRIA** DE 2021, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A SER REALIZADA POR MEIO DE **VIDEOCONFERÊNCIA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2021, ÀS 09H30,** CONFORME PORTARIA CONJUNTA Nº 1/2020 ¿ GP-VP-CGJ, DE 29/04/2020, QUE REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS EM VIDEOCONFERÊNCIA, NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), FOI PAUTADO, PELO EXMO. SR. DES. PRESIDENTE DA TURMA, O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE

Ordem 001

Processo 0804491-21.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Competência do Órgão Fiscalizador

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE S.D.S.S.

ADVOGADO JOSE VINICIUS FREIRE LIMA DA CUNHA - (OAB PA14884-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADO MUNICIPIO DE ALTAMIRA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA

AGRAVADO HOSPITAL DAS CLINICAS DE ALTAMIRA LTDA - EPP

ADVOGADO RENATA OLIVEIRA PIRES - (OAB PA13568-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 002

Processo 0807457-88.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Violação aos Princípios Administrativos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE PEDRO ABILIO TORRES DO CARMO

ADVOGADO POLLYANNA FERNANDA MOTA DE QUEIROZ BENEVIDES - (OAB PA16107)

ADVOGADO ELY BENEVIDES DE SOUSA NETO - (OAB PA12502)

AGRAVANTE RAIMUNDO MARIA MIRANDA DE ALMEIDA

ADVOGADO POLLYANNA FERNANDA MOTA DE QUEIROZ BENEVIDES - (OAB PA16107)

ADVOGADO ELY BENEVIDES DE SOUSA NETO - (OAB PA12502)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 003

Processo 0806557-08.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Penhora / Depósito/ Avaliação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE MARTHA FATIMA SORIA GALVARRO KURI

ADVOGADO ANDRE LUIZ MORAES DA COSTA - (OAB PA15413-A)

ADVOGADO CAIO CESAR DIAS SANTOS - (OAB PA20131-A)

ADVOGADO JOSE VICTOR FAYAL ALMEIDA - (OAB PA20622-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 004

Processo 0805932-37.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE RAFAEL CASSIANO BONFADA

ADVOGADO DIEGO CELSO CORREA LIMA - (OAB PA23753)

ADVOGADO JULIANA CASTRO BECHARA - (OAB PA14082')

ADVOGADO JOANAINA DE PAIVA RODRIGUES - (OAB PA17967-A)

ADVOGADO JACOB KENNEDY MAUES GONCALVES - (OAB PA18476-A)

ADVOGADO SHIRLEY VIANA MARQUES - (OAB PA14940-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 005

Processo 0800678-83.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Indisponibilidade de Bens

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE S.M.

ADVOGADO RAFAEL FRANCISCO LORENSINI ADURENS DINIZ - (OAB SP146964)

POLO PASSIVO

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 006

Processo 0806663-67.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Indisponibilidade de Bens

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

IMPETRANTE CONSTRUFOX - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA

ADVOGADO ANDRE LUIZ MORAES DA COSTA - (OAB PA15413-A)

ADVOGADO ANTONIO MILEO GOMES JUNIOR - (OAB PA20900-A)

ADVOGADO CAIO CESAR DIAS SANTOS - (OAB PA20131-A)

ADVOGADO JOSE VICTOR FAYAL ALMEIDA - (OAB PA20622-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 007

Processo 0807831-07.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE CONSTRUTORA LORENZONI LTDA

ADVOGADO FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA - (OAB PA11946-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 008

Processo 0808349-31.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE REFRIGERANTES GAROTO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ADVOGADO AMANDA HOLANDA FERREIRA - (OAB PA25583-A)

ADVOGADO BIANCA RIBEIRO LOBATO - (OAB PA701-A)

ADVOGADO PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - (OAB PA18950-A)

ADVOGADO ARTHUR SISO PINHEIRO - (OAB PA17657-A)

ADVOGADO MURILLO GUERREIRO SOUZA - (OAB PA20720-A)

AGRAVANTE CONAL CONCENTRADOS NATURAIS LTDA

ADVOGADO AMANDA HOLANDA FERREIRA - (OAB PA25583-A)

ADVOGADO BIANCA RIBEIRO LOBATO - (OAB PA701-A)

ADVOGADO PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - (OAB PA18950-A)

ADVOGADO ARTHUR SISO PINHEIRO - (OAB PA17657-A)

ADVOGADO MURILLO GUERREIRO SOUZA - (OAB PA20720-A)

AGRAVANTE FABIO RESQUE VIEIRA

ADVOGADO AMANDA HOLANDA FERREIRA - (OAB PA25583-A)

ADVOGADO BIANCA RIBEIRO LOBATO - (OAB PA701-A)

ADVOGADO PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - (OAB PA18950-A)

ADVOGADO ARTHUR SISO PINHEIRO - (OAB PA17657-A)

ADVOGADO MURILLO GUERREIRO SOUZA - (OAB PA20720-A)

AGRAVANTE MARCELO RESQUE VIEIRA

ADVOGADO AMANDA HOLANDA FERREIRA - (OAB PA25583-A)

ADVOGADO BIANCA RIBEIRO LOBATO - (OAB PA701-A)

ADVOGADO PAULA ANDREA MESSEDER ZAHLUTH - (OAB PA18950-A)

ADVOGADO ARTHUR SISO PINHEIRO - (OAB PA17657-A)

ADVOGADO MURILLO GUERREIRO SOUZA - (OAB PA20720-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 009

Processo 0805322-06.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Tutela Provisória

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA

ADVOGADO JOAO GUILHERME DMYTRACZENKO FRANCO - (OAB SP364636)

ADVOGADO PRISCILLA DE MENDONCA SALLES - (OAB SP254808)

ADVOGADO LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA - (OAB RJ112310)

ADVOGADO LEANDRO GONCALVES DE OLIVEIRA - (OAB SP347198)

AGRAVANTE INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA

ADVOGADO JOAO GUILHERME DMYTRACZENKO FRANCO - (OAB SP364636)

ADVOGADO PRISCILLA DE MENDONCA SALLES - (OAB SP254808)

ADVOGADO LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA - (OAB RJ112310)

ADVOGADO LEANDRO GONCALVES DE OLIVEIRA - (OAB SP347198)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 010

Processo 0804807-68.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Revogação/Concessão de Licença Ambiental

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

IMPETRANTE ASSOCIACAO DOS MORADORES E PRODUTORES QUILOMBOLAS DO ABACATAL-AURA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADO EQUATORIAL TRANSMISSORA 7 SPE S.A.

ADVOGADO BERNARDO BARBOSA PIMENTEL PESSOA - (OAB MG112729)

ADVOGADO ALEXANDRE OHEB SION - (OAB RJ108153)

ADVOGADO WALNEY CHRISTIAN DE MEDEIROS SILVA - (OAB MA8791)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 011

Processo 0810872-79.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal 1/3 de férias

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE PINHEIRO COMERCIO IMPORTACAO, EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA

ADVOGADO ANDRE VIANA GARRIDO - (OAB CE28651)

ADVOGADO RAPHAEL AYRES DE MOURA CHAVES - (OAB CE16077-A)

ADVOGADO JOSE ELOY DA COSTA NETO - (OAB CE30732)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 012

Processo 0800114-87.2020.8.14.0017

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Agências/órgãos de regulação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ANTONIO JOSE DE ARAUJO JUNIOR

ADVOGADO FLAVIO CORREIA FERREIRA - (OAB TO5516-A)

POLO PASSIVO

APELADO DELEGADO DA RECEITA ESTADUAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 013

Processo 0853255-13.2018.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICIPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 014

Processo 0028439-39.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Impedimento / Detenção / Prisão

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE NILTON TEIXEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO RICARDO JERONIMO DE OLIVEIRA FROES - (OAB PA8376-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

REPRESENTANTE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

Ordem 015

Processo 0803148-65.2020.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE FRANCIMAR DA SILVA GALUCIO

ADVOGADO INGRID THEREZA FRANKLIN ROCHA - (OAB 25856-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE DE OLIVEIRA REBELO - (OAB 16988-A)

ADVOGADO ROSE MELRY MACEIO DE FREITAS ABREU - (OAB PA28877-A)

ADVOGADO JONIEL VIEIRA DE ABREU - (OAB PA19582-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICIPIO DE SANTAREM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTERIO PUBLICO

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL, DO ANO DE 2021, DA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO:

FAÇO PÚBLICO A QUEM INTERESSAR POSSA QUE, PARA A 38ª SESSÃO ORDINÁRIA EM PLENÁRIO VIRTUAL, DO ANO DE 2021, DA EGRÉGIA 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, A SE REALIZAR POR MEIO DA FERRAMENTA PLENÁRIO VIRTUAL, COM INÍCIO ÀS 14H00 DO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2021 E TÉRMINO ÀS 14H00 DO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2021, FOI PAUTADO O JULGAMENTO DOS SEGUINTES FEITOS:

PROCESSOS ELETRÔNICOS¿PJE

Ordem 001

Processo 0806644-61.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Violação aos Princípios Administrativos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE JOCENILDE OLIVEIRA DA SILVA

ADVOGADO SAVIO LEONARDO DE MELO RODRIGUES - (OAB PA12985-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 002

Processo 0804844-95.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Afastamento do Cargo

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE JOSE AUGUSTO SACRAMENTO LEAO

ADVOGADO AGERICO HILDO VASCONCELOS DOS SANTOS - (OAB PA27964-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 003

Processo 0808641-16.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Edital

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

ADVOGADO ROBERIO ABDON D OLIVEIRA - (OAB PA7698-A)

ADVOGADO IVAN LIMA DE MELLO - (OAB PA16487-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO LOCALSOFT SERVICOS INFORMATICA LTDA - ME

ADVOGADO LUIZ PAULO SANTOS MARTINS - (OAB PA30016-A)

ADVOGADO NADILA CLEOPATRA DE AGUIAR BRAZAO - (OAB PA386-A)

ADVOGADO NAIARA CRISTINA COSTA DA SILVA LEITE - (OAB PA21612-A)

ADVOGADO FRANCISCO LEITE DA SILVA NETO - (OAB PA19189-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 004

Processo 0802414-39.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Penhora / Depósito/ Avaliação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE S. E S. N.

ADVOGADO SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO - (OAB PA13339-A)

ADVOGADO ALEXANDRE COUTINHO DA SILVEIRA - (OAB PA13303-A)

ADVOGADO AFONSO MARCIUS VAZ LOBATO - (OAB PA8265-A)

ADVOGADO GABRIELA DE SOUZA MENDES - (OAB PA28864-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 005

Processo 0805729-12.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Poluição

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR PAULA SUELY DE ARAUJO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO VALENTIM LUCAS DE OLIVEIRA

AGRAVADO RAIMUNDO NONATO F DE BRITO

AGRAVADO NIVALDO DO NASCIMENTO RAMOS

AGRAVADO MUNICÍPIO DE SALVATERRA

PROCURADORIA PROCURADORIA DE SALVATERRA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 006

Processo 0806859-37.2020.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal ICMS/Importação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

IMPETRANTE DISMOBRAS IMPORT., EXPORT. E DISTRIB. DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS S/A

ADVOGADO LEONARDO DE LIMA NAVES - (OAB MG91166-A)

PROCURADORIA RICARDO ELETRO

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 007

Processo 0801945-27.2020.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal ICMS/Importação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE NESTLE BRASIL LTDA.

ADVOGADO EDUARDO MARTINELLI CARVALHO - (OAB SP183660)

ADVOGADO MARCELE BARILE MONTEIRO MACHADO - (OAB PA16371-A)

ADVOGADO EDISSANDRA PEREIRA ALVES - (OAB PA19264-A)

ADVOGADO MARCELO BEZ DEBATIN DA SILVEIRA - (OAB SP237120)

ADVOGADO MARINA DE ALMEIDA SCHMIDT - (OAB SP357664)

ADVOGADO PATRICIA ELIZABETH WOODHEAD - (OAB SP309128)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADO COORDENADOR DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DE GRANDES CONTRIBUINTES - CEEAT-GC

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 008

Processo 0801355-16.2021.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Comercialização e/ou Utilização sem Restrições de Medicamentos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 009

Processo 0800711-44.2019.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Valor da Causa

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE IANETAMA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA

ADVOGADO DANIEL RODRIGUES CRUZ - (OAB PA12915-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO COORDENADOR DO CERAT SEFA

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 010

Processo 0805736-67.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Classificação e/ou Preterição

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE TAINA KELLY DAS NEVES GONÇALVES

ADVOGADO BEATRIZ MOTA BERTOCCHI - (OAB PA25318-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CARLOS ALBERTO SANTOS GOMES - PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SALVATERRA/PA

AGRAVADO MUNICÍPIO DE SALVATERRA

PROCURADORIA PROCURADORIA DE SALVATERRA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 011

Processo 0804644-54.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Piso Salarial

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE FELISMINA DIAS DE OLIVEIRA

ADVOGADO PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR - (OAB PA12598-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 012

Processo 0805713-24.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Internação/Transferência Hospitalar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO MARIA COSTA DA SILVA

ADVOGADO HELIANE DOS SANTOS PAIVA - (OAB PA21971-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 013

Processo 0802327-83.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Assistência à Saúde

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

ADVOGADO LORENA DE PAULA REGO SALMAN - (OAB PA012337)

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 014

Processo 0808730-05.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Exame de Saúde e/ou Aptidão Física

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE OSCAR BRUNO MACIEL DE ABREU

ADVOGADO JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO - (OAB PA14426-A)

AGRAVANTE EDUARDO VICTOR EGUCHI MESQUITA

ADVOGADO JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO - (OAB PA14426-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO CENTRO DE PERICIAS CIENTIFICAS RENATO CHAVES

ADVOGADO FERNANDA MARIN CORDERO DA SILVA - (OAB 11737-A)

PROCURADORIA CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - AUTARQUIA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 015

Processo 0808561-18.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Acumulação de Cargos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO PROTENORTE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA

ADVOGADO MONIQUE POLASTRO CARVALHO - (OAB SP335479-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 016

Processo 0810041-31.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Acumulação de Cargos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE BANCO PAN S.A.

ADVOGADO ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - (OAB PA24871-A)

PROCURADORIA BANCO PAN S.A.

POLO PASSIVO

AGRAVADO ODENILDA ALVES OLIVEIRA CABRAL

ADVOGADO WELLINGTON CARDOSO DE REZENDE - (OAB MG169084-A)

ADVOGADO MARCEL HENRIQUE OLIVEIRA DUARTE - (OAB PA18260-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 017

Processo 0808881-68.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Estaduais

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.

ADVOGADO PEDRO PAULO DE REZENDE PORTO FILHO - (OAB SP147278-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO DIRETOR DE FISCALIZACAO TRIBUTARIA DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARÁ

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 018

Processo 0809120-43.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Custas

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

ADVOGADO EROTIDES MARTINS REIS NETO - (OAB PA23351)

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO ROCHAEL ONOFRE MEIRA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 019

Processo 0800321-06.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Assistência à Saúde

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

ADVOGADO LORENA DE PAULA REGO SALMAN - (OAB PA012337)

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 020

Processo 0802216-36.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

AGRAVANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO FRANCISCO JOSE ALFAIA DE BARROS

AGRAVADO MOISES PORTELA DA SILVA

AGRAVADO MARIA SILVIA MARTINS COMARU LEAL

ADVOGADO CINTHYA MARIA MIRANDA LOBATO MARTINS - (OAB 8343-A)

AGRAVADO MUNICÍPIO DE OBIDOS

PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 021

Processo 0806435-29.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Concurso Público / Edital

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 022

Processo 0808702-03.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Voluntária

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

AGRAVANTE PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM

AGRAVANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AGRAVANTE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM

POLO PASSIVO

AGRAVADO TANIA REGIA SARGES DA SILVA

ADVOGADO LUANA SILVA SANTOS - (OAB PA16292-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 023

Processo 0805973-04.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Responsabilidade da Administração

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 024

Processo 0800690-97.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 025

Processo 0802668-12.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Unidade de terapia intensiva (UTI) / unidade de cuidados intensivos (UCI)

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO MARIA DANIELE DE MORAES CORREA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 026

Processo 0808939-37.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Litigância de Má-Fé

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO ADELSON JERONIMO GAMA

ADVOGADO CLEBIA DE SOUSA COSTA - (OAB PA13915-A)

ADVOGADO ANA CAVALCANTE NOBREGA DA CRUZ - (OAB PA17842-A)

ADVOGADO FERNANDO AUGUSTO STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA26132-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 027

Processo 0804734-62.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE PARAISO COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS LTDA - ME

ADVOGADO ANA CRISTINA CASANOVA CAVALLO - (OAB SP125734)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 028

Processo 0800919-91.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE SOUZA CRUZ LTDA

ADVOGADO FABIO DE OLIVEIRA MANGELLI - (OAB RJ124107)

ADVOGADO SEBASTIAO DE PAULA ALMEIDA - (OAB RJ16776)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 029

Processo 0805128-69.2021.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal ICMS/Importação

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

AGRAVANTE MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA

ADVOGADO TERCIO CHIAVASSA - (OAB SP138481)

ADVOGADO LIVIA MARIA DIAS BARBIERI - (OAB SP331061-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 030

Processo 0810211-37.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO CIRIO CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL

ADVOGADO JOSE VICTOR FAYAL ALMEIDA - (OAB PA20622-A)

AGRAVADO EMPRESA DE ENGENHARIA E HOTEIS GUAJARA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL - ME

ADVOGADO JOSE VICTOR FAYAL ALMEIDA - (OAB PA20622-A)

Ordem 031

Processo 0000294-66.2015.8.14.0000

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Fornecimento de Energia Elétrica

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

ADVOGADO ANIZIO GALLI JUNIOR - (OAB PA13889-A)

PROCURADORIA EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A

POLO PASSIVO

AGRAVADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 032

Processo 0804176-61.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Benefícios em Espécie

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE IGEPREV

PROCURADOR VAGNER ANDREI TEIXEIRA LIMA

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO AFONSO SEBASTIAO VASCONCELOS SANTOS

ADVOGADO ELTON HENRIQUE CUNHA LIMA - (OAB PA27168)

ADVOGADO IVAN LIMA DE MELLO - (OAB PA16487-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 033

Processo 0803217-27.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Hospitais e Outras Unidades de Saúde

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 034

Processo 0802555-92.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Abono de Permanência

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

AGRAVADO RICARDO ALVES DE OLIVEIRA

ADVOGADO GUSTAVO PERES RIBEIRO - (OAB PA16606-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 035

Processo 0801859-56.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Custas

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE MIGUEL LOPES DOS SANTOS FILHO

ADVOGADO FLAVIO PALMEIRA ALMEIDA - (OAB GO39253-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 036

Processo 0812190-97.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Assistência Judiciária Gratuita

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE DARELLI DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA

ADVOGADO JULIO CHRISTIAN LAURE - (OAB SP155277)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 037

Processo 0812390-07.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Assistência Judiciária Gratuita

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE DEISE DE SENA MARTINS

ADVOGADO BIANCA ANDREA DA COSTA PEREIRA - (OAB PA26120-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MUNICÍPIO DE CURUCA

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE CURUÇÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 038

Processo 0803842-90.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Estatuto da criança e do adolescente

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE FASEPA FASEPA - FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PROCURADORIA FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - FASEPA

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 039

Processo 0805746-82.2019.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Contratos Administrativos

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE EDMAR CRUZ LIMA

ADVOGADO DENIZE MELO DA SILVA - (OAB PA20843-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 040

Processo 0809736-18.2018.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Atos Administrativos

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

AGRAVANTE LINHAS DE MACAPA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ADVOGADO KONRADO ALEXANDRE NEVES MOURA - (OAB PA8328-A)

AGRAVANTE LINHAS DE XINGU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

ADVOGADO KONRADO ALEXANDRE NEVES MOURA - (OAB PA8328-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 041

Processo 0877766-75.2018.8.14.0301

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Medidas de proteção

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUIZO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

POLO PASSIVO

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO M. F. G. C. E.

ADVOGADO KLEHYDYFF ALVES DE MIRANDA - (OAB PA9640-A)

ASSISTENTE KLEHYDYFF ALVES DE MIRANDA

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 042

Processo 0800037-54.2020.8.14.0025

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE VARA ÚNICA DE ITUPIRANGA

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA - PREFEITURA MUNICIPAL

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA - PA

RECORRIDO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA - PA

RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 043

Processo 0008371-26.2014.8.14.0024

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAITUBA

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE ITAITUBA

PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA

RECORRIDO LINOELMA CARVALHO COSTA

ADVOGADO JOSELIA AMORIM LIMA PAIVA - (OAB PA9639-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 044

Processo 0009114-49.2018.8.14.0136

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

JUIZO RECORRENTE LUIS FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE CANAA DOS CARAJAS PARA

RECORRIDO SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA SESPA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MUNICÍPIO DE CANAA DOS CARAJAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 045

Processo 0800469-52.2020.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Violação aos Princípios Administrativos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

JUIZO RECORRENTE JARDEL VASCONCELOS CARMO

POLO PASSIVO

RECORRIDO JOSE EUDES CALDERARO VIEIRA

ADVOGADO CARIM JORGE MELEM NETO - (OAB PA13789-A)

ADVOGADO PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS - (OAB PA8409-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 046

Processo 0804113-76.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE EUNILSON RODRIGUES OLIVEIRA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

POLO PASSIVO

APELADO SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

APELADO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 047

Processo 0800011-74.2019.8.14.0095

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Assistência Médico-Hospitalar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO PREFEITURA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

RECORRIDO MUNICÍPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 048

Processo 0814055-33.2017.8.14.0301

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Interesse Particular

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE ELIANE CARVALHO MOURA

ADVOGADO JOSE DA COSTA TOURINHO NETO - (OAB PA20677-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

RECORRIDO SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM

ADVOGADO RAIMUNDO SABBA GUIMARAES NETO - (OAB PA11729-A)

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 049

Processo 0800347-10.2018.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Assistência à Saúde

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 050

Processo 0801082-90.2020.8.14.0123

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Assistência à Saúde

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE VARA ÚNICA DA COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO

POLO PASSIVO

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO/PA

RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

INTERESSADO RAIMUNDO DA GRACA DE SOUZA

Ordem 051

Processo 0856144-37.2018.8.14.0301

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Medidas de proteção

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUIZO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

POLO PASSIVO

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 052

Processo 0800350-62.2018.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONTE ALEGRE

POLO PASSIVO

RECORRIDO ELOIZA LEAL DE CARVALHO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

RECORRIDO PATRICIA SILVA DA SILVA

ADVOGADO OTACILIO DE JESUS CANUTO - (OAB PA12633-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 053

Processo 0800754-74.2018.8.14.0045

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Concurso Público / Edital

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO

POLO PASSIVO

RECORRIDO CARLO IAVÉ FURTADO ARAÚJO

RECORRIDO CARLOS EDILSON TEIXEIRA DO NASCIMENTO

ADVOGADO LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO - (OAB PA28648-A)

ADVOGADO MARCELO GOMES BORGES - (OAB PA21133-A)

RECORRIDO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 054

Processo 0800277-13.2020.8.14.0035

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Gratificações Estaduais Específicas

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÓBIDOS

POLO PASSIVO

RECORRIDO IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO MIRACELMA DE SOUZA BRELAZ

ADVOGADO CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO - (OAB PA14011-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 055

Processo 0877325-94.2018.8.14.0301

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Medidas de proteção

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUIZO DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO PEDRO GUILHERME COELHO DE MATOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 056

Processo 0031939-16.2014.8.14.0301

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Ingresso e Concurso

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE JUÍZO DA 4ª VARA DE FAZENDA DA CAPITAL

POLO PASSIVO

RECORRIDO PAULO SERGIO NASCIMENTO FARIAS

ADVOGADO MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

ADVOGADO EDUARDA NADIA NABOR TAMASAUSKAS - (OAB PA22330-A)

ADVOGADO ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 057

Processo 0040028-65.2015.8.14.0051

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Demissão ou Exoneração

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE SANTAREM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

RECORRIDO ROGERIO PEREIRA BATISTA

ADVOGADO ANA CAROLINE LOPES DA COSTA - (OAB PA19583-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 058

Processo 0801222-85.2020.8.14.0136

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Pessoa Idosa

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE CANAA DOS CARAJAS

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MUNICÍPIO DE CANAA DOS CARAJAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 059

Processo 0801028-18.2019.8.14.0008

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Abuso de Poder

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE CHARLES VIANA DA CUNHA

ADVOGADO KATIA MARIA REIS DA FONSECA - (OAB PA15021-A)

POLO PASSIVO

RECORRIDO MUNICÍPIO DE BARCARENA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA

RECORRIDO PRESIDENTE DO CMDCA E DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

ADVOGADO RAIMUNDO REIS DE ALMEIDA - (OAB PA15967-A)

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARCARENA-PA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 060

Processo 0800225-60.2019.8.14.0032

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Anulação e Correção de Provas / Questões

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PA

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADORIA PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

POLO PASSIVO

RECORRIDO MARLENA DE CARVALHO SANCHES

ADVOGADO JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ - (OAB PA13143-A)

ADVOGADO OTACILIO DE JESUS CANUTO - (OAB PA12633-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 061

Processo 0800686-53.2019.8.14.0025

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Assistência à Saúde

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

RECORRIDO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

RECORRIDO PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPIRANGA

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA PREFEITURA DE MARABÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 062

Processo 0854027-73.2018.8.14.0301

Classe Judicial REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL

Assunto Principal Sistema Remuneratório e Benefícios

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

JUIZO RECORRENTE : JUÍZO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE BELÉM

POLO PASSIVO

RECORRIDO FELISMINA CORDOVIL VIANA

RECORRIDO MARIA EDILENE DOS SANTOS ABREU

RECORRIDO THOMAS MORIA EL DOS SANTOS DO COUTO ABREU

RECORRIDO HERMES ARIEL DOS SANTOS DO COUTO ABREU

RECORRIDO TAMARA DE CASSIA DOS SANTOS DO COUTO ABREU

RECORRIDO EGREENE ALDERINE DOS SANTOS DO COUTO ABREU

RECORRIDO MARIA DIVALDA MENDONCA ARRAES

RECORRIDO MARIA LUCIA MELO CAVALEIRO DE MACEDO

RECORRIDO HILDA VEIGA BEZERRA

RECORRIDO ODEIZE OLIVEIRA FEIO

ADVOGADO RONALDO SERGIO ABREU DA COSTA - (OAB PA6795-A)

ADVOGADO SAVIO BARRETO LACERDA LIMA - (OAB PA11003-A)

RECORRIDO SUB-GERENTE DO CATEN/IGEPREV/PA

RECORRIDO PROCURADOR-CHEFE DO IGEPREV/PA

RECORRIDO IGEPREV

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 063

Processo 0011160-19.2011.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO GILMAR BERTOLDO MAIA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 064

Processo 0015876-18.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DA QUARTA VARA DE FAZENDA DA CAPITAL

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MARIA ODETE FELIX CAVALCANTE

ADVOGADO GABRIELA ELLERES VASQUES - (OAB PA920-A)

Ordem 065

Processo 0001378-98.2012.8.14.0003

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DA SEXTA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTAREM

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO RAIMUNDO DE SOUSA

ADVOGADO ALEXANDRE SCHERER - (OAB PA10138-A)

Ordem 066

Processo 0011979-53.2011.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO BENEDITO ESPINDOLA PADILHA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 067

Processo 0026358-25.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO CARLOS ALBERTO DA SILVA

ADVOGADO ALEXANDRA DA COSTA NEVES - (OAB PA17905-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 068

Processo 0026945-81.2010.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MIGUEL COSTA DA SILVA

ADVOGADO MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

ADVOGADO ELAINE SOUZA DA SILVA - (OAB PA7030-A)

Ordem 069

Processo 0000344-70.2012.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CIVEL DA COMARCA DE BRAGANCA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO EDILSON REIS DE SOUSA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem 070

Processo 0001771-38.2011.8.14.0074

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CIVEL DA COMARCA DE TAILANDIA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ROSIVALDO DO SOCORRO DA SILVA SANTOS

ADVOGADO MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

Ordem 071

Processo 0012825-70.2011.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE FRANCISCO FABIANO MASCENA DE FREITAS

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE TUCURUI

POLO PASSIVO

APELADO FRANCISCO FABIANO MASCENA DE FREITAS

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO FRANCISCO FABIANO MASCENA DE FREITAS

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 072

Processo 0000837-59.2012.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DA 4ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ALTAMIRA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO VALDEMIR MARQUES CARDOSO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 073

Processo 0004865-09.2013.8.14.0014

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE CAPITAO POCO PA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FRANCISCO MONTEIRO SILVA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR HAMILTON NOGUEIRA SALAME

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 074

Processo 0000346-40.2012.8.14.0009

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CIVEL DA COMARCA DE BRAGANCA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO JANAILSON MATOS ALVES

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem 075

Processo 0006859-29.2011.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações Estaduais Específicas

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MARIA ILMA DA SILVA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR HAMILTON NOGUEIRA SALAME

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 076

Processo 0005247-40.2012.8.14.0045

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ELTON EDUARDO DE SOUSA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 077

Processo 0013788-78.2011.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações Estaduais Específicas

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MARIA FRANCINETH DE OLIVEIRA FEITOSA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 078

Processo 0001467-73.2013.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ARTHUR FRANCISCO SOUZA DA COSTA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 079

Processo 0011624-43.2011.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Vícios Formais da Sentença

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA COMARCA DE PARAGOMINAS

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MAURO MOREIRA BRANDAO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 080

Processo 0027530-65.2012.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO HILDSON REDONDO SILVA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 081

Processo 0002742-27.2011.8.14.0008

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CIVEL DE BARCARENA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO RAIMUNDO NONATO COELHO CRUZ

ADVOGADO ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

Ordem 082

Processo 0000472-45.2011.8.14.0003

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Juros

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE ALENQUER

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ANTONIO XIMENES DA PONTE

ADVOGADO ALEXANDRE SCHERER - (OAB PA10138-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 083

Processo 0001125-44.2011.8.14.0004

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DA VARA UNICA DE ALMEIRIM

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE ALEXANDRE DE CASTRO EVANGELISTA FILHO

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO ALEXANDRE DE CASTRO EVANGELISTA FILHO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO ALEXANDRE DE CASTRO EVANGELISTA FILHO

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 084

Processo 0003853-47.2012.8.14.0061

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DA PRIMEIRA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUI

APELANTE MANUEL MARIA GOMES BAIA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MANUEL MARIA GOMES BAIA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

APELADO ESTADO DO PARÁ

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MANUEL MARIA GOMES BAIA

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 085

Processo 0002098-58.2011.8.14.0049

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE AMILTON DE SENA BARRETO

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO AMILTON DE SENA BARRETO

ADVOGADO ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO AMILTON DE SENA BARRETO

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 086

Processo 0003624-83.2013.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA 8ª VARA CIVEL DE SANTAREM

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FRANCISCO FONSECA PEDROSO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 087

Processo 0854044-75.2019.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Militar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE AFONSO CARDIAS ALVES

ADVOGADO VITOR DE ASSIS VOSS - (OAB PA26038-A)

ADVOGADO MARVYN KEVIN VALENTE BRITO - (OAB PA27217-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 088

Processo 0824162-39.2017.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Descontos Indevidos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO MARISE COSTA RODRIGUES

ADVOGADO ANDERSON COSTA RODRIGUES - (OAB PA9880-A)

ADVOGADO ALFREDO ALVES RODRIGUES JUNIOR - (OAB PA225-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 089

Processo 0030866-79.2015.8.14.0040

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MARILENE DOS REIS OLIVEIRA

ADVOGADO NICOLAU MURAD PRADO - (OAB PA14774-A)

ADVOGADO TATHIANA ASSUNCAO PRADO - (OAB PA14531-A)

ADVOGADO THAIENE VIEIRA DE ARAUJO - (OAB PA18247-A)

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

APELADO MARILENE DOS REIS OLIVEIRA

ADVOGADO TATHIANA ASSUNCAO PRADO - (OAB PA14531-A)

ADVOGADO NICOLAU MURAD PRADO - (OAB PA14774-A)

ADVOGADO THAIENE VIEIRA DE ARAUJO - (OAB PA18247-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 090

Processo 0808257-69.2018.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Entidades de atendimento

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

ADVOGADO EUNICE DOS SANTOS FARO - (OAB PA14312-A)

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO G. C. D. N.

TERCEIRO INTERESSADO G. C. D. N.

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 091

Processo 0806795-04.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JOSE LUIS DE MORAIS

ADVOGADO MARIANA CORREA LOBO - (OAB PA25917-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 092

Processo 0800425-09.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE CLEDILSON SILVA MARQUES

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 093

Processo 0006546-91.2017.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Entidades de atendimento

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

APELADO SAMUEL RIBEIRO DOS SANTOS SILVA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 094

Processo 0001394-21.2007.8.14.0070

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Títulos da Dívida Pública

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

POLO PASSIVO

APELADO RENATA RIBEIRO SIQUEIRA

ADVOGADO IVAN MORAES FURTADO JUNIOR - (OAB PA13953-A)

ADVOGADO IVAN MORAES FURTADO - (OAB PA3740-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 095

Processo 0000763-80.2015.8.14.0043

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PORTEL

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTEL

POLO PASSIVO

APELADO MARINES MOREIRA

ADVOGADO INDIRA GANDHI DA SILVA LIMA - (OAB PA18282-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 096

Processo 0804953-86.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MARIA AGUIAR DE SOUSA

ADVOGADO MARIANA CORREA LOBO - (OAB PA25917-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 097

Processo 0810748-83.2017.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Fornecimento de Medicamentos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

POLO PASSIVO

APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 098

Processo 0800344-60.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 099

Processo 0803444-23.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO NECI ALVES PEREIRA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 100

Processo 0847782-12.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Servidor Público Civil

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE JOSIMAR NEUSA BATISTA DE ANDRADE

ADVOGADO DILERMANO DE SOUZA BENTES - (OAB PA16396-A)

POLO PASSIVO

APELADO DIRETOR GERAL DO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES"

ADVOGADO FERNANDA MARIN CORDERO DA SILVA - (OAB 11737-A)

PROCURADORIA CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - AUTARQUIA

APELADO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FADESP

ADVOGADO LUIS FELLIPE DOS SANTOS PEREIRA - (OAB PA19222-A)

APELADO FADESP

ADVOGADO LUIS FELLIPE DOS SANTOS PEREIRA - (OAB PA19222-A)

APELADO CENTRO DE PERICIAS CIENTIFICAS RENATO CHAVES

ADVOGADO FERNANDA MARIN CORDERO DA SILVA - (OAB 11737-A)

PROCURADORIA CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - AUTARQUIA

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO CENTRO DE PERICIAS CIENTIFICAS RENATO CHAVES

PROCURADORIA CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA - AUTARQUIA

TERCEIRO INTERESSADO FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 101

Processo 0800584-49.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO MANOEL LEONIDAS LAUSA DO NASCIMENTO

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 102

Processo 0801691-31.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO ARLINDA PEREIRA RAMOS

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 103

Processo 0800588-86.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE ANTONIA SUZETE CAVALCANTE DE OLIVEIRA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 104

Processo 0010732-94.2016.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL S.A.

ADVOGADO MARCOS AUGUSTO LEONARDO RIBEIRO - (OAB MG88304-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 105

Processo 0810392-15.2019.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO JOSE DE RIBAMAR NUNES

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 106

Processo 0802298-44.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO WILLIAM BRITO DOS SANTOS

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 107

Processo 0800801-92.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO HELENA DE FATIMA OLIVEIRA

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 108

Processo 0802461-87.2021.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO SELMA COSTA SANTOS

ADVOGADO MARIANA CORREA LOBO - (OAB PA25917-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 109

Processo 0809947-94.2019.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO CICERO SUARES NETA

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 110

Processo 0030612-02.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Prorrogação

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

APELANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO B.A. MEIO AMBIENTE LTDA

ADVOGADO ALLAN ROCHA OLIVEIRA DA SILVA - (OAB PA21461-A)

ADVOGADO ALESSANDRA APARECIDA SALES DE OLIVEIRA - (OAB PA17352-A)

ADVOGADO ALESSANDRO PUGET OLIVA - (OAB PA11847-A)

ADVOGADO MICHELLE NUNES PEREIRA - (OAB PA11358-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 111

Processo 0810254-48.2019.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO JOSE ALVES VIEIRA

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 112

Processo 0800331-61.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO CLEONICE FERREIRA ROCHA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 113

Processo 0015045-64.2017.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Dívida Ativa

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

REPRESENTANTE BANCO BRADESCO SA

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S/A

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB PA20601-A)

ADVOGADO KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI - (OAB PA15674-A)

PROCURADORIA BANCO BRADESCO S/A

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 114

Processo 0007885-85.2017.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO BANCO BRADESCO SA

ADVOGADO WILSON SALES BELCHIOR - (OAB PA20601-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 115

Processo 0816888-87.2018.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Edital

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA

ADVOGADO CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO - (OAB PA3312-A)

ADVOGADO RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER - (OAB PA18941-A)

ADVOGADO THIAGO LIMA DE SOUZA - (OAB PA17623-A)

APELANTE DP BARROS - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA

ADVOGADO CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO - (OAB PA3312-A)

ADVOGADO RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER - (OAB PA18941-A)

ADVOGADO THIAGO LIMA DE SOUZA - (OAB PA17623-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO DIRETOR GERAL DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO (NGTM)

APELADO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO (NGTM)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

REPRESENTANTE INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 116

Processo 0803261-52.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO JOSE ENEIAS RIBEIRO BATISTA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

REPRESENTANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

Ordem 117

Processo 0006573-79.2014.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO GUILHERME MESSIAS CAVALLEIRO DE MACEDO - (OAB PA450-A)

Ordem 118

Processo 0009235-82.2009.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO EDINALDO DA MOTA PIMENTEL

ADVOGADO MARIA TEREZA SOEIRO FONSECA - (OAB PA5216-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 119

Processo 0032287-78.2007.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Descontos Indevidos

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE IGEPREV

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO REGINA RAIOL TRINDADE

ADVOGADO ANA CLAUDIA CORDEIRO DE ABDORAL LOPES - (OAB PA7901-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 120

Processo 0006971-27.2013.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE JUIZO DE DIREITO DA 8ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SANTAREM - PA

POLO PASSIVO

APELADO DAMASIO SOUSA DO NASCIMENTO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 121

Processo 0032140-81.2015.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO NELIO CLAUDIO CAVALCANTE DA SILVA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 122

Processo 0001816-42.2011.8.14.0074

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MOISES EDSON DUARTE SOUSA

ADVOGADO ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI - (OAB PA7985-A)

Ordem 123

Processo 0070027-63.2015.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO JALMIR ALMEIDA DE MORAES

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem 124

Processo 0012936-12.2013.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE REGINALDO HERMINIO DA SILVA

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

APELADO REGINALDO HERMINIO DA SILVA

ADVOGADO CARLOS JOSE CORREA DE LIMA - (OAB PA234-A)

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ESTADO DO PARÁ

TERCEIRO INTERESSADO REGINALDO HERMINIO DA SILVA

Ordem 125

Processo 0006370-90.2013.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO EDIVALDO RIBEIRO DA FONSECA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem 126

Processo 0006028-91.2013.8.14.0024

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO CIRO COSTA CARDOSO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem 127

Processo 0036546-77.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ROBERTO SANTANA TEIXEIRA

ADVOGADO ADALBERTO DE ANDRADE RAMOS - (OAB PA14654-A)

Ordem 128

Processo 0064113-54.2015.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO JONH LENNON PEREIRA SOBRINHO DA SILVA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DO PERPETUO SOCORRO VELASCO DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 129

Processo 0002092-90.2011.8.14.0133

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE SILVIO FERNANDO FERRAZ DOS SANTOS

ADVOGADO MARIA CLAUDIA SILVA COSTA - (OAB PA13085-A)

ADVOGADO ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA - (OAB PA9083-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 130

Processo 0005984-94.2012.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO JOAO ARNALDO SOARES OLIVEIRA

ADVOGADO JOSE AUGUSTO COLARES BARATA - (OAB PA16932-A)

Ordem 131

Processo 0000477-67.2011.8.14.0003

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FABIO DE LIMA OLIVEIRA

ADVOGADO ALEXANDRE SCHERER - (OAB PA10138-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 132

Processo 0010971-06.2013.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO VALDENIR AZEVEDO BARROS

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 133

Processo 0034610-17.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO PAULO ROBERTO VALE PEREIRA CARNEIRO FILHO

Ordem 134

Processo 0006862-81.2011.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO JUCINEI LOPES DUARTE

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 135

Processo 0001413-97.2011.8.14.0066

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO EDVALDO DOS SANTOS AMARAL

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 136

Processo 0001748-77.2013.8.14.0024

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FABIA COSTA FERREIRA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 137

Processo 0055600-92.2012.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acumulação de Proventos

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE RAIMUNDO NONATO MENEZES PEREIRA

ADVOGADO JOSE AUGUSTO COLARES BARATA - (OAB PA16932-A)

POLO PASSIVO

APELADO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ IGEPREV

APELADO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 138

Processo 0001531-13.2012.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE LORENE DE FATIMA MONTEIRO DO CARMO

ADVOGADO HELIO PESSOA OLIVEIRA - (OAB PA7982-A)

POLO PASSIVO

APELADO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

APELADO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 139

Processo 0007465-88.2014.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ROBSON RENAN BEZERRA DE ANDRADE

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 140

Processo 0003618-77.2015.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ALFEU TEIXEIRA ROCHA NETO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 141

Processo 0008486-07.2014.8.14.0005

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ANDRE DAMASCENO SILVA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem 142

Processo 0006699-95.2015.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ANDREIA MARTINS ROCHA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem 143

Processo 0037829-38.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO SILVIO FILGUEIRA GALVAO

ADVOGADO JOSE AUGUSTO COLARES BARATA - (OAB PA16932-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DO SOCORRO PAMPLONA LOBATO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 144

Processo 0062122-43.2015.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO VICTOR MATHEUS DOS SANTOS SILVA

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem 145

Processo 0003183-94.2012.8.14.0065

Classe Judicial AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Adicional de Interiorização

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FERNANDO JOSE GONCALVES BISPO

ADVOGADO DENNIS SILVA CAMPOS - (OAB PA15811-A)

Ordem 146

Processo 0865058-90.2018.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Adicional por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO NILCE LEA BANDEIRA DE SOUZA

ADVOGADO LIGIA MARIA SOBRAL NEVES - (OAB PA41-A)

ADVOGADO SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 147

Processo 0001183-05.2017.8.14.0144

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Prestação de Serviços

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE QUATIPURU

ADVOGADO JEFFERSON ALMEIDA SILVA - (OAB PA1-A)

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE QUATIPURU

POLO PASSIVO

APELADO PAULO NATALINO RAMOS ALMEIDA

ADVOGADO SAMAYA SILVA BARGAXIA - (OAB PA24979-A)

Ordem 148

Processo 0032860-38.2015.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações e Adicionais

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MARIA PALMIRA FURTADO CARDOSO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

APELADO MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 149

Processo 0846342-15.2018.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Execução Contratual

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO HABIB DECORACOES DE ITAJUBA LTDA - EPP

ADVOGADO RODRIGO SANTANA BITTENCOURT - (OAB MG85274-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 150

Processo 0800248-44.2020.8.14.0008

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Piso Salarial

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JEANEY JORGE REGO ANDRADE

ADVOGADO LUCAS SANTOS LIMA - (OAB PA26495-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 151

Processo 0051029-78.2012.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento Atrasado / Correção Monetária

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO LINDALVA GASPAR CORREA DE ALMEIDA

ADVOGADO MAURO CHAVES PASSARINHO PINTO DE SOUZA - (OAB PA9310)

ADVOGADO MARCELO NAZARENO LIMA ARRIFANO - (OAB SP269085-A)

APELADO OSWALDO GABRIEL CORREA DE ALMEIDA JUNIOR

APELADO THELMA DE JESUS GASPAR CORREA DE ALMEIDA

APELADO TEREZINHA DE JESUS DE ALMEIDA RODRIGUES

APELADO TANIA LUZIA GASPAR CORREA DE ALMEIDA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 152

Processo 0803273-33.2020.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Adicional de Insalubridade

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ROBERTA DOS SANTOS ARAUJO

ADVOGADO INGRID THEREZA FRANKLIN ROCHA - (OAB 25856-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE DE OLIVEIRA REBELO - (OAB 16988-A)

ADVOGADO ROSE MELRY MACEIO DE FREITAS ABREU - (OAB PA28877-A)

ADVOGADO JONIEL VIEIRA DE ABREU - (OAB PA19582-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE SANTAREM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Ordem 153

Processo 0804004-56.2018.8.14.0000

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Moradia

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE SECRETARIO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

APELANTE MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO LUCIANA OLIVEIRA DE ARAUJO

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 154

Processo 0092630-59.2015.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Licenças

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ROBSON WILSON DOS SANTOS

ADVOGADO PAULO IVAN BORGES SILVA - (OAB PA10341-A)

POLO PASSIVO

APELADO COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO DIRETOR DE PESSOAL DA PMPA

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 155

Processo 0808314-87.2018.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Saneamento

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 156

Processo 0800220-93.2019.8.14.0046

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abono Pecuniário (Art. 78 Lei 8.112/1990)

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE RONDON DO PARA

ADVOGADO JUANUBIO DE JESUS CONCEICAO - (OAB PA29601-A)

ADVOGADO DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FERNANDO BEZERRA DOS SANTOS

ADVOGADO SEBASTIANA APARECIDA SERPA SOUZA SAMPAIO - (OAB PA7035-A)

ADVOGADO RONALD VALENTIM GOMES SAMPAIO - (OAB PA5936-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 157

Processo 0800888-08.2019.8.14.0097

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Anulação e Correção de Provas / Questões

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE THIANA PINHO ARAUJO

ADVOGADO MARIA DO ROSARIO NONATO ARANHA - (OAB PA23386-A)

POLO PASSIVO

APELADO INSTITUTO BEZERRA NELSON LTDA

APELADO PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 158

Processo 0058102-33.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Serviços

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE SUELY REGINA FERREIRA AGUIAR CATETE

APELANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO VANDERLEA DO SOCORRO LOPES DE SOUSA COSTA

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 159

Processo 0803173-78.2020.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MARIA LINDINALVA FERNANDES MENDES

ADVOGADO INGRID THEREZA FRANKLIN ROCHA - (OAB 25856-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE DE OLIVEIRA REBELO - (OAB 16988-A)

ADVOGADO ROSE MELRY MACEIO DE FREITAS ABREU - (OAB PA28877-A)

ADVOGADO JONIEL VIEIRA DE ABREU - (OAB PA19582-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE SANTAREM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 160

Processo 0803042-06.2020.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ALINE SANTOS SILVA

ADVOGADO INGRID THEREZA FRANKLIN ROCHA - (OAB 25856-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE DE OLIVEIRA REBELO - (OAB 16988-A)

ADVOGADO JONIEL VIEIRA DE ABREU - (OAB PA19582-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE SANTAREM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 161

Processo 0008902-44.2017.8.14.0045

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE GUSTAVO LOPES DOS SANTOS

ADVOGADO KLLECIA KALHIANE MOTA COSTA - (OAB PA19301-A)

APELANTE MUNICÍPIO DE PAU D ARCO

ADVOGADO ALVA RINE ALVES DA SILVA - (OAB PA10918-A)

APELANTE MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO

POLO PASSIVO

APELADO GUSTAVO LOPES DOS SANTOS

ADVOGADO KLLECIA KALHIANE MOTA COSTA - (OAB PA19301-A)

APELADO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 162

Processo 0800811-22.2017.8.14.0015

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Defeito, nulidade ou anulação

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE CARLOS FEITOSA DE CASTRO - PREFEITO DE SÃO JOÃO DA PONTA

ADVOGADO OLENKA NEUZA SERRAO COLARES - (OAB PA21389-A)

ADVOGADO DANIEL BORGES PINTO - (OAB PA4436-A)

APELANTE PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTA

ADVOGADO OLENKA NEUZA SERRAO COLARES - (OAB PA21389-A)

ADVOGADO ALANO LUIZ QUEIROZ PINHEIRO - (OAB PA10826-A)

ADVOGADO DANIEL BORGES PINTO - (OAB PA4436-A)

ADVOGADO WILLIAM GOMES PENAFORT DE SOUZA - (OAB PA13369-A)

POLO PASSIVO

APELADO LEANDRO HOLANDA E SILVA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO ELLEM TAMIRES RIBEIRO DA SILVA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO ANDREIA FERREIRA MORAES

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO ANA LUCIA SILVA FREITAS

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO MICHELLE DO SOCORRO DA SILVA EVANGELISTA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO ELENILSON FERREIRA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO THAMIRES LAIS DA SILVA CORDOVIL

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO ALBIRENE SOARES ANDRADE

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO MARIA DARCIANE DOS SANTOS BATISTA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO MARICELY DA COSTA MENINEA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO EVANIA DO VALE MOURA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO SUELEN PATRICIA SILVA DA SILVA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO ANA CAROLINA RODRIGUES DA CRUZ

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO MARCUS VINICIUS ANGELIM DE AZEVEDO

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO NAYARA PALLOMA SANTOS SILVA

ADVOGADO BRANDON SOUZA DA PIEDADE - (OAB PA19845-A)

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO ISMAEL LAUNE SOUSA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO ALINE DO SOCORRO OLIVEIRA MESQUITA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO LEILA DO SOCORRO PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO MANOEL FRANCO DA SILVA JUNIOR

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO RENATA MATOS SILVA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO SHIRLENE DE JESUS BORGES DE SOUSA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

APELADO SUELLEM COSTA BARBOSA

ADVOGADO CLIVIA BARARUA SOLANO - (OAB PA21862-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ MPPA

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 163

Processo 0800278-41.2019.8.14.0032

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acidente de Trânsito

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE DHOUSES SOUZA DE SOUZA

ADVOGADO PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS - (OAB PA8409-A)

ADVOGADO CARIM JORGE MELEM NETO - (OAB PA13789-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 164

Processo 0820447-18.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Assistência Médico-Hospitalar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 165

Processo 0008837-47.2010.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acumulação de Cargos

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO LEONARDO BORGES MILHOMEM

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 166

Processo 0115180-71.2015.8.14.0067

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações Municipais Específicas

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE EDSON GONCALVES SILVA

ADVOGADO THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA - (OAB PA17456-A)

APELANTE MARIA OSIENE PINTO LOUZADA

ADVOGADO THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA - (OAB PA17456-A)

APELANTE LEDI ELINE DE SOUSA BRAGA MELO

ADVOGADO THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA - (OAB PA17456-A)

APELANTE ANGELA CRISTINA OTONI CUNHA

ADVOGADO THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA - (OAB PA17456-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 167

Processo 0000721-77.2013.8.14.0018

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento Atrasado / Correção Monetária

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE JOAQUINA VALMISA EVANGELISTA MATOS

ADVOGADO DOMINGOS SAVIO CAVALCANTE GONDIM - (OAB PA14527-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELADO JOAQUINA VALMISA EVANGELISTA MATOS

ADVOGADO DOMINGOS SAVIO CAVALCANTE GONDIM - (OAB PA14527-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 168

Processo 0000588-87.2007.8.14.0004

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificação Natalina/13º salário

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JOSE ASSUNÇÃO LOPES

ADVOGADO ANTONIO DOS SANTOS PAES - (OAB PA10185-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM - PREFEITURA MUNICIPAL

APELADO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM-PA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR NELSON PEREIRA MEDRADO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 169

Processo 0008238-65.2016.8.14.0136

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MARIA ZILDA ALVES VIEIRA

ADVOGADO PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA - (OAB PA14538-A)

ADVOGADO LUCIANO SATURNINO DA MOTA - (OAB PA479-A)

POLO PASSIVO

APELADO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

ADVOGADO KARLA IZABEL DE OLIVEIRA PINTO - (OAB PA14506-A)

APELADO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 170

Processo 0831489-64.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Aposentadoria

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS JUCA

ADVOGADO FERNANDO HENRIQUE MENDONÇA MAIA - (OAB PA18238-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 171

Processo 0800001-63.2020.8.14.0105

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE WENDEL JOSE DE SOUZA MADEIRO

ADVOGADO WENDEL JOSE DE SOUZA MADEIRO - (OAB PA24031-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 172

Processo 0006823-61.2012.8.14.0015

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO DANILSON DA CONCEICAO TEIXEIRA

Ordem 173

Processo 0000562-47.2008.8.14.0039

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO CIBRA MADEIREIRA LTDA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 174

Processo 0806428-82.2020.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pessoa Idosa

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA PA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 175

Processo 0004844-79.2012.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Liminar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JOAO CARNEIRO PINHO FILHO

ADVOGADO WILLIAM MORAES DA SILVA - (OAB PA9420-A)

POLO PASSIVO

APELADO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 176

Processo 0851504-54.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Aposentadoria

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

APELANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

APELANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM

APELANTE MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO MANOEL CORREA DE MIRANDA NETO

ADVOGADO LUANA SILVA SANTOS - (OAB PA16292-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 177

Processo 0000276-49.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO LINA JULIETA SOUZA COELHO DE SOUZA

ADVOGADO SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA5627-A)

ADVOGADO SANDRA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO - (OAB PA22048-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 178

Processo 0806634-89.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Acidente de Trânsito

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE FRANCISCO ALCY RODRIGUES DA SILVA

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 179

Processo 0801203-15.2021.8.14.0049

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Roubo (art. 157)

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE N. D. S. C.

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE D. F. N.

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO ZAQUEUS DA SILVA EVANGELISTA

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIO NONATO FALANGOLA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 180

Processo 0837196-81.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Medidas de proteção

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO JOSE DO CARMO SMITH MESQUITA FILHO

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 181

Processo 0842979-54.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Medidas de proteção

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MAX LEONARDO DA COSTA NASCIMENTO

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 182

Processo 0000242-57.2018.8.14.0035

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE OBIDOS

PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO FRANCINALDO BATISTA DA SILVA

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 183

Processo 0810102-73.2017.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Multas e demais Sanções

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JOEL SOARES DA CUNHA

ADVOGADO RENATO DA SILVA NEVES - (OAB PA12819-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 184

Processo 0803639-47.2019.8.14.0006

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Assistência Médico-Hospitalar

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE ANANINDEUA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA PA

PROCURADORIA MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR LEILA MARIA MARQUES DE MORAES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 185

Processo 0867471-76.2018.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Diárias e Outras Indenizações

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ANDRESSA DOURADO RODRIGUES

ADVOGADO VIVIANE MARQUES DE OLIVEIRA - (OAB PA22208-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 186

Processo 0820801-43.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Diárias e Outras Indenizações

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE HIGO DENERSON VANZELER TAVARES

ADVOGADO CAMILA VANZELER TAVARES - (OAB PA29866)

ADVOGADO VIVIANE MARQUES DE OLIVEIRA - (OAB PA22208-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 187

Processo 0006783-26.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Promoção / Ascensão

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

ADVOGADO MONICA MARIA LAUZID DE MORAES - (OAB PA8836-A)

APELANTE MUNICÍPIO DE BELEM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO MARIA OLIVEIRA DE LIMA

ADVOGADO JADER NILSON DA LUZ DIAS - (OAB PA5273-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 188

Processo 0002370-68.2008.8.14.0013

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dívida Ativa

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO JAMISON MELO DA SILVA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 189

Processo 0826130-36.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Adicional por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO SIMONE FARIAS HOUAT

ADVOGADO RENATO JOAO BRITO SANTA BRIGIDA - (OAB PA6947-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 190

Processo 0801854-47.2020.8.14.0028

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Auxílio-Acidente (Art. 86)

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JOSE MORAES SOUSA

ADVOGADO AGENOR PINHEIRO LEAL - (OAB PA16352-A)

ADVOGADO MARLY SANTOS LEAL - (OAB PA21085-A)

POLO PASSIVO

APELADO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADORIA PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 191

Processo 0803292-39.2020.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MARIA EDINALVA SOUSA REIS

ADVOGADO INGRID THEREZA FRANKLIN ROCHA - (OAB 25856-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE DE OLIVEIRA REBELO - (OAB 16988-A)

ADVOGADO ROSE MELRY MACEIO DE FREITAS ABREU - (OAB PA28877-A)

ADVOGADO JONIEL VIEIRA DE ABREU - (OAB PA19582-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE SANTAREM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 192

Processo 0803123-52.2020.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Redistribuição

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE VANIA MARIA TEIXEIRA DA SILVA

ADVOGADO INGRID THEREZA FRANKLIN ROCHA - (OAB 25856-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE DE OLIVEIRA REBELO - (OAB 16988-A)

ADVOGADO JONIEL VIEIRA DE ABREU - (OAB PA19582-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE SANTAREM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 193

Processo 0818072-44.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abuso de Poder

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE JULIO CESAR DA CRUZ REGO

ADVOGADO CARLOS JEANDRO DA CRUZ REGO - (OAB MA14501-A)

ADVOGADO JUCELIA PAULA DE SOUSA SENA - (OAB MA12347-A)

POLO PASSIVO

APELADO SUSIPE

APELADO ESTADO DO PARÁ

APELADO SEAP- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 194

Processo 0003178-63.2014.8.14.0110

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização Trabalhista

Relator(a) Desembargadora EZILDA PASTANA MUTRAN

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE GOIANESIA DO PARA

PROCURADORIA PROGEM

POLO PASSIVO

APELADO FABIANE SILVA OLIVEIRA

ADVOGADO MARCIO DE SOUZA BRAGA - (OAB PA3980-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 195

Processo 0000214-17.2003.8.14.0035

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificações Municipais Específicas

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE OBIDOS

PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS

POLO PASSIVO

APELADO MADALENA AMARANTE DE SOUSA

ADVOGADO IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO - (OAB PA8177-A)

APELADO MARILSA AUZIER DE MENDONCA BARROS

ADVOGADO IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO - (OAB PA8177-A)

APELADO CILENE AMARAL DE SOUZA

ADVOGADO IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO - (OAB PA8177-A)

APELADO EDEMIRA DA COSTA SIQUEIRA

ADVOGADO IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO - (OAB PA8177-A)

Ordem 196

Processo 0000991-06.2001.8.14.0024

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE ITAITUBA

PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA

POLO PASSIVO

APELADO MADEREIRA CUPARI LTDA

ADVOGADO SEMIR FELIX ALBERTONI - (OAB PA27-A)

ADVOGADO MAURILO TRINDADE DA ROCHA JUNIOR - (OAB PA9273-A)

ADVOGADO HELIO ANTONIO MACHADO - (OAB PA95-A)

ADVOGADO JOAO DUDIMAR DE AZEVEDO PAXIUBA - (OAB PA10783-A)

ADVOGADO CLEUDE FERREIRA PAXIUBA - (OAB PA11625-A)

Ordem 197

Processo 0005696-13.2017.8.14.0048

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MAURICIO ROBERTO COSTA ARAUJO

ADVOGADO JULIANA RIOS VAZ MAESTRI - (OAB PA14702-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE SALINOPOLIS

ADVOGADO BRENDA DA SILVA ASSIS ARAUJO - (OAB PA15692-A)

ADVOGADO LORENA CRISTINA DE ARAUJO BRITO - (OAB PA22552-A)

Ordem 198

Processo 0008141-91.2018.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Honorários Advocatícios

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA JURÍDICA DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO PRISCILA DA SILVA SANTOS MALHEIROS

DEFENSORIA DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 199

Processo 0803086-25.2020.8.14.0051

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Indenização por Dano Moral

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE ELCINEIA DA SILVA FREITAS

ADVOGADO INGRID THEREZA FRANKLIN ROCHA - (OAB 25856-A)

ADVOGADO MARIA DE NAZARE DE OLIVEIRA REBELO - (OAB 16988-A)

ADVOGADO JONIEL VIEIRA DE ABREU - (OAB PA19582-A)

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE SANTAREM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

Ordem 200

Processo 0015017-02.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Enquadramento

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO MARLUCE PEREIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO MIGUEL KARTON CAMBRAIA DOS SANTOS - (OAB PA10800-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 201

Processo 0026490-19.2010.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO MARIA IRACEMA NOBREGA DE ARAUJO

ADVOGADO MAURO AUGUSTO RIOS BRITO - (OAB PA8286-A)

Ordem 202

Processo 0801684-39.2020.8.14.0040

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE PARAUAPEBAS

POLO PASSIVO

APELADO LUIS GONZAGA SILVA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

Ordem 203

Processo 0825462-36.2017.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Concessão

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO YURI TOCANTINS FERREIRA

ADVOGADO GERUSA TEIXEIRA GARDELINE - (OAB PA22410-A)

ADVOGADO LELIA MENDES DE FRANCA - (OAB PA25248-A)

OUTROS INTERESSADOS

ASSISTENTE ROSSILVIA MORAIS TOCANTINS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

Ordem 204

Processo 0040004-05.2011.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Pagamento Atrasado / Correção Monetária

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO WELLINGTON GUILHERME CORREA PINHEIRO

ADVOGADO JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO - (OAB PA14426-A)

ADVOGADO SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA - (OAB PA8707-A)

Ordem 205

Processo 0000162-29.2018.8.14.0024

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Anulação

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE ITAITUBA

PROCURADORIA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA

POLO PASSIVO

APELADO RENATO DA SILVA

ADVOGADO GLEYDSON ALVES PONTES - (OAB PA12347-A)

Ordem 206

Processo 0001406-79.2002.8.14.0015

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dívida Ativa

Relator(a) Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

POLO ATIVO

APELANTE ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO F.A.CASIMIRO - ME

ADVOGADO ELIOMAR FERREIRA DE ANDRADE - (OAB PA91-A)

ADVOGADO LEIDE MARCIA LIMA GOMES - (OAB RJ86795-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 207

Processo 0000251-90.2006.8.14.0018

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Recursos Minerais

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE VALE S.A.

ADVOGADO GABRIEL SEIJO LEAL DE FIGUEIREDO - (OAB SP202022-S)

ADVOGADO CARLOS DAVID ALBUQUERQUE BRAGA - (OAB SP132306-A)

ADVOGADO LUIZ PHILIPE NARDY NASCIMENTO - (OAB MG133106)

ADVOGADO MARCELO MENDO GOMES DE SOUZA - (OAB MG45952-A)

PROCURADORIA VALE S/A

POLO PASSIVO

APELADO DNPM - DEPARTAMENTO NASCIONAL DE PRODUCAO MINERAL

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 208

Processo 0003342-48.2016.8.14.0501

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Poluição

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE SINDICATO DE HOTEIS RESTA BARES E SIMILARES DO EST PARA

ADVOGADO SUZIANE XAVIER AMERICO - (OAB PA17673-A)

POLO PASSIVO

APELADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO FOME DE LANCHE

TERCEIRO INTERESSADO BARRACA EMPATA

TERCEIRO INTERESSADO QUADRA DO BARULHO

TERCEIRO INTERESSADO PARAZINHO

TERCEIRO INTERESSADO BAR ALTAS HORAS

TERCEIRO INTERESSADO BARRACA CANAA

TERCEIRO INTERESSADO BIRINIGHT DRINKS

TERCEIRO INTERESSADO RR LANCHES

TERCEIRO INTERESSADO BUBAS LANCHES

TERCEIRO INTERESSADO BAR E LANCHONETE DA MARCIA

TERCEIRO INTERESSADO THAYLLAS BAR

TERCEIRO INTERESSADO ESCOLA DE SAMBA PELES VERMELHAS

TERCEIRO INTERESSADO BAR E LANCHONETE RECANTO DOS TAMARINOS E OUTROS

TERCEIRO INTERESSADO LANCHE DO PEDRO

Ordem 209

Processo 0059075-17.2016.8.14.0301

Classe Judicial EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Licenciamento / Exclusão

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE ANTONIO PORTAL LOPES JUNIOR

ADVOGADO DELCINEY D OLIVEIRA CAPUCHO JUNIOR - (OAB PA20053-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 210

Processo 0848509-05.2018.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Demissão ou Exoneração

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE SUPERINTENDENTE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

APELANTE SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO RENATO MATOS PARENTE

ADVOGADO ALAN CHAVES BATISTA - (OAB PA25187-A)

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 211

Processo 0003647-89.2017.8.14.0018

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Obrigação de Fazer / Não Fazer

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE CURIONOPOLIS

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CURIONÓPOLIS

POLO PASSIVO

APELADO VANDERLI ALVES

APELADO VANEIDE FERREIRA DE SOUZA MARQUES

APELADO JOILSON VIEIRA DOS SANTOS

APELADO GILVA VIEIRA E SOUSA

APELADO TANIA MORAIS DA SILVA

APELADO DENICE FERREIRA DOS SANTOS

APELADO SILVANIA PEREIRA DE SOUSA

APELADO FELIPE JOSE DE CAMARGO ALVES

APELADO ELIENE PEREIRA DA SILVA

APELADO CLEUZIANA BATISTA LIMA

APELADO VALDEIRES MARIA ROCHA SILVA

APELADO RICARDO VIANA DE OLIVEIRA

APELADO SOLANGE DE SOUSA SANTOS

APELADO LUIZ MARCELO MONTEIRO ASSUNCAO

APELADO FRANCISCA SILVA BELO

APELADO VALDELICIA PAULA PARREIRA GUIMARAES

APELADO EDILSON DOS SANTOS CHAVES

APELADO JOAO BATISTA NERES DA SILVA

APELADO ANTONIO RIBEIRO DA SILVA

APELADO ISAEL TEIXEIRA LOBAO

APELADO IRISLENE SOUSA ALMEIDA DE OLIVEIRA

APELADO LUCIA REGINA PEREIRA DOS SANTOS

APELADO JARDEANE COSTA GARROS

APELADO ISAURA MARQUES RIBEIRO SOUSA

APELADO LEILA DA SILVA REIS

APELADO KELY LIMA DA SILVA

APELADO JOAO DE DEUS ALBINO

APELADO CLEUDES SOARES FERREIRA

APELADO NILTOMAR PEREIRA LOPES

APELADO LIDIAN ALVES SILVA

APELADO GILSILANE MENDES BORGES

APELADO MARIA RITA DA SILVA ROSA

APELADO RAIMUNDO NONATO FERREIRA DA SILVA

APELADO JESUILA SANTANA BARROS

ADVOGADO ULISSES VIANA DA SILVA DE MATOS MAIA - (OAB PA20351-A)

ADVOGADO WENDEL LIMA BEZERRA - (OAB PA27209-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 212

Processo 0801930-47.2017.8.14.0070

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificação Natalina/13º salário

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE LUIZ CAVALCANTE DA SILVA

ADVOGADO MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

ADVOGADO LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES - (OAB PA23422-A)

APELANTE MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

ADVOGADO LUANA PATRICIA VASCONCELOS COSTA - (OAB PA28691-A)

PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

POLO PASSIVO

APELADO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

ADVOGADO LUANA PATRICIA VASCONCELOS COSTA - (OAB PA28691-A)

PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

APELADO LUIZ CAVALCANTE DA SILVA

ADVOGADO LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES - (OAB PA23422-A)

ADVOGADO MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 213

Processo 0801645-54.2017.8.14.0070

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Gratificação Natalina/13º salário

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

ADVOGADO LUANA PATRICIA VASCONCELOS COSTA - (OAB PA28691-A)

PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

APELANTE ELIZABETH DO SOCORRO VASCONCELOS COSTA

ADVOGADO LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES - (OAB PA23422-A)

ADVOGADO MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

POLO PASSIVO

APELADO ELIZABETH DO SOCORRO VASCONCELOS COSTA

ADVOGADO LUCIANA DOLORES MIRANDA GUIMARÃES - (OAB PA23422-A)

ADVOGADO MAURICIO PIRES RODRIGUES - (OAB PA20476-A)

APELADO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

ADVOGADO LUANA PATRICIA VASCONCELOS COSTA - (OAB PA28691-A)

PROCURADORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 214

Processo 0807872-80.2016.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Concessão

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO SEBASTIAO IVAN RODRIGUES DA CONCEICAO

ADVOGADO FABIANA ARAUJO MACIEL - (OAB PA14056-A)

ADVOGADO THELMA DE CASSIA CASTRO DOS REIS - (OAB 14677-A)

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 215

Processo 0801343-30.2017.8.14.0133

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Admissão / Permanência / Despedida

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA

ADVOGADO RICARDO AFONSO ALHO CORREA - (OAB PA13909-A)

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DE MARITUBA

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DE MARITUBA

POLO PASSIVO

APELADO ADRIELI SOUSA DA SILVA

ADVOGADO EDEMIA DIAS BARBOSA - (OAB PA20619-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 216

Processo 0006974-94.2016.8.14.0109

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Dano ao Erário

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE ANTONIO NILTON DE ALBUQUERQUE

ADVOGADO JOSE ALEXANDRE BUCHACRA ARAUJO FILHO - (OAB PA27254-A)

POLO PASSIVO

APELADO JOSE CLAIRTON MARINHO CRUZ

ADVOGADO CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS - (OAB BA9650-A)

APELADO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANCA DO PIRIA

ADVOGADO CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS - (OAB BA9650-A)

PROCURADORIA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 217

Processo 0004190-83.2015.8.14.0076

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE ACARA

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ACARÁ

POLO PASSIVO

APELADO PAULO SERGIO BARBOSA DE ALENCAR

ADVOGADO LUANA MIRANDA HAGE - (OAB PA14143)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 218

Processo 0057048-08.2009.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO FUNDACAO PUBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLNICAS GASPAR VIANNA

PROCURADORIA FUNDAÇÃO HOSPITAL DAS CLÍNICAS GASPAR VIANNA

APELADO ODILEIA DOS SANTOS ALMEIDA

ADVOGADO REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA - (OAB PA1746-A)

ADVOGADO PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 219

Processo 0800054-29.2020.8.14.0110

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE GOIANESIA DO PARA

PROCURADORIA PROGEM

POLO PASSIVO

APELADO ANTONIO GOMES DE SOUSA

ADVOGADO ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - (OAB PA13228-A)

ADVOGADO ADEMIR DONIZETI FERNANDES - (OAB PA10107-A)

ADVOGADO MARCELO SANTOS MILECH - (OAB PA15801-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 220

Processo 0000037-65.2002.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Concessão

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

POLO PASSIVO

APELADO INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

APELADO MARIA DE NAZARE CHAAR CHAVES

ADVOGADO ANAMARIA CHAVES STILIANIDI - (OAB PA922-A)

ADVOGADO JOSE GONCALVES CHAVES - (OAB PA2961-A)

APELADO NAGIB HACHEM CHAAR CHAVES

ADVOGADO ANAMARIA CHAVES STILIANIDI - (OAB PA922-A)

ADVOGADO JOSE GONCALVES CHAVES - (OAB PA2961-A)

APELADO CEZARINA CHAAR HACHEM CHAVES

ADVOGADO ANAMARIA CHAVES STILIANIDI - (OAB PA922-A)

ADVOGADO JOSE GONCALVES CHAVES - (OAB PA2961-A)

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 221

Processo 0023678-62.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

REPRESENTANTE PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIAL

POLO PASSIVO

APELADO TITO RAMIRO PASTANA DE OLIVEIRA

ADVOGADO THATIANA ARAUJO RIBAS DE SOUZA - (OAB PA11364-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 222

Processo 0064322-47.2014.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Férias

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE ONEIDE BASTOS FARINHA

ADVOGADO FLORINDO ANTONIO DE CARVALHO AYRES - (OAB PA10883-A)

POLO PASSIVO

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

TERCEIRO INTERESSADO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR TEREZA CRISTINA BARATA BATISTA DE LIMA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 223

Processo 0006450-03.2018.8.14.0053

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Nulidade

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE MUNICÍPIO DE SAO FELIX DO XINGU

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO XINGU

POLO PASSIVO

APELADO JOAO MOREIRA DE CARVALHO

ADVOGADO WALTER WENDELL CARNEIRO DA COSTA - (OAB PA10933-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 224

Processo 0816561-11.2019.8.14.0301

Classe Judicial APELAÇÃO CÍVEL

Assunto Principal Abuso de Poder

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

APELANTE JENA DE JESUS JOSE FARIAS

ADVOGADO ANDREA DOS SANTOS COSTA - (OAB 25378-A)

ADVOGADO ROMULO PALHETA LEMOS MOTA - (OAB 27808-A)

POLO PASSIVO

APELADO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

APELADO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

REPRESENTANTE INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Ordem 225

Processo 0802120-21.2020.8.14.0000

Classe Judicial AGRAVO DE INSTRUMENTO

Assunto Principal Custas

Relator(a) Desembargadora ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA

POLO ATIVO

AGRAVANTE ELIZABETE DIAS DOS SANTOS OLIVEIRA

ADVOGADO FLAVIO PALMEIRA ALMEIDA - (OAB GO39253-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA

PROCURADORIA PROCURADORIA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADOR JORGE DE MENDONCA ROCHA

PROCURADORIA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO

RESENHA JUDICIAL

37ª Sessão Ordinária de 2021 da 2ª Turma de Direito PRIVADO, realizada por meio de **videoconferência no dia 09 de NOVEMBRO de 2021,** sob a presidência dA exmA. srA. desA. **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**. PRESENTES OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES: **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, RICARDO FERREIRA NUNES, GLEIDE PEREIRA DE MOURA, JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES** E **JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR.** REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO: PROCURADOR DE JUSTIÇA **WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO.** SESSÃO INICIADA ÀS 09:30H.

PARTE ADMINISTRATIVA

A PRESIDENTE DA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, EXMA. DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, INVOCANDO A PROTEÇÃO DE NOSSO DEUS E SENHOR, DECLAROU ABERTA A 37ª SESSÃO ORDINÁRIA POR VIDEOCONFERÊNCIA DA 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, DO ANO DE 2021, ÀS 09H30MIN. INICIALMENTE, FACULTADA A PALAVRA AOS DEMAIS INTEGRANTES DA TURMA, ACERCA DA APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR, NÃO HAVENDO EMENDAS, DECLAROU APROVADA. A SESSÃO ENCERROU-SE ÀS 16:00H.

PROCESSOS ELETRÔNICOS - PJE

ORDEM: 001

PROCESSO: 0804374-30.2021.8.14.0000

CLASSE JUDICIAL: AGRAVO DE INSTRUMENTO

ASSUNTO PRINCIPAL: OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

AGRAVANTE: FEDERACAO DAS UNIMEDS DA AMAZONIA-FED. DAS SOC. COOP. DE TRAB. MED. DO ACRE, AMAPA, AMAZONAS, PARÁ, RONDO E RORAIMA

ADVOGADO: LEIDSON FLAMARION TORRES MATOS - (OAB PB13040)

ADVOGADO: HERMANO GADELHA DE SA - (OAB PB8463)

ADVOGADO: YAGO RENAN LICARIAO DE SOUZA - (OAB PB23230-A)

POLO PASSIVO

AGRAVADO: VALQUIRIA DOS SANTOS RAMOS

ADVOGADO: RAPHAELLA ARANTES ARIMURA - (OAB SP361873)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

TURMA JULGADORA: DESES. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, GLEIDE PEREIRA DE MOURA E JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, JULGA PREJUDICADO O AGRAVO INTERNO E, NO MÉRITO, CONHECE O RECURSO E NEGA PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO.

ORDEM: 002

PROCESSO: 0002679-50.1998.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: EFEITO SUSPENSIVO / IMPUGNAÇÃO / EMBARGOS À EXECUÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADOR RICARDO FERREIRA NUNES

POLO ATIVO

APELANTE: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A

ADVOGADO: LEONARDO MENDES CRUZ - (OAB BA25711-A)

APELANTE: EDUARDO AZEVEDO P PERPETUO SOCORRO

ADVOGADO: ARMANDO FERREIRA RODRIGUES FILHO - (OAB PA9-A)

ADVOGADO: ANA FLAVIA DE MORAES GUERREIRO - (OAB PA4894-A)

ADVOGADO: HELDER LUIS SILVA PANTOJA - (OAB PA4679-A)

POLO PASSIVO

APELADO: EDUARDO AZEVEDO P PERPETUO SOCORRO

ADVOGADO: ARMANDO FERREIRA RODRIGUES FILHO - (OAB PA9-A)

ADVOGADO: HELDER LUIS SILVA PANTOJA - (OAB PA4679-A)

ADVOGADO: ANA FLAVIA DE MORAES GUERREIRO - (OAB PA4894-A)

APELADO: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A

ADVOGADO: LEONARDO MENDES CRUZ - (OAB BA25711-A)

ADVOGADO: JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR - (OAB PA14035-A)

TURMA JULGADORA: DESES. RICARDO FERREIRA NUNES, MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES E GLEIDE PEREIRA DE MOURA

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, REJEITA A PRELIMINAR DE NÃO

CONHECIMENTO DO RECURSO E, NO MÉRITO, CONHECE OS RECURSOS, NEGA PROVIMENTO AO RECURSO MANEJADO POR PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. E DÁ PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO POR EDUARDO AZEVEDO PERPÉTUO SOCORRO, NOS TERMOS DO VOTO

ORDEM: 003

PROCESSO: 0011812-72.2005.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: RESPONSABILIDADE CIVIL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: ROYAL COMERCIO E TRANSPORTE DE PETROLEO LTDA - ME

ADVOGADO: AGNALDO BORGES RAMOS JUNIOR - (OAB PA11634-A)

POLO PASSIVO

APELADO: MARIA AUXILIADORA BARRA MARTINS

ADVOGADO: BENEDITO MARQUES DA ROCHA - (OAB PA3180-A)

APELADO: MANOEL GALDINO DE MATOS

ADVOGADO: BENEDITO MARQUES DA ROCHA - (OAB PA3180-A)

APELADO: TEGRASA - TERRA GRANDE AGROPECUARIA S/A

ADVOGADO: BENEDITO MARQUES DA ROCHA - (OAB PA3180-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS

TURMA JULGADORA: DESES. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, GLEIDE PEREIRA DE MOURA E JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, ACOLHE A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO, ANTE A DESERÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO.

ORDEM: 004

PROCESSO: 0029080-03.2009.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: DEFEITO, NULIDADE OU ANULAÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: SUELY NAZARE ARAUJO CAVALEIRO DE MACEDO

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BARBOSA PINHEIRO - (OAB PA7851-A)

APELANTE: RAIMUNDA CELIA ARAUJO CAVALEIRO DE MACEDO

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BARBOSA PINHEIRO - (OAB PA7851-A)

APELANTE: BENVINDA MONTEIRO DE ARAUJO - EPP

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BARBOSA PINHEIRO - (OAB PA7851-A)

APELANTE: HELIANA MARIA DE ARAUJO TELES

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BARBOSA PINHEIRO - (OAB PA7851-A)

POLO PASSIVO

APELADO: CLÍNICA DO BEBE LTDA

ADVOGADO: ALMERINDO AUGUSTO DE VASCONCELLOS TRINDADE - (OAB PA1069-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: JORGE DE MENDONCA ROCHA

TURMA JULGADORA: DESES. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, GLEIDE PEREIRA DE MOURA E JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, ACOLHE A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA E, NO MÉRITO, CONHECE O RECURSO E DÁ PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO.

ORDEM: 005

PROCESSO: 0026427-91.2010.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO DO PREJUÍZO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: CENTRO NACIONAL DE NAVEGACAO TRANSATLANTICA

ADVOGADO: AMANDA IZABEL DE BORTOLE - (OAB SP424257)

ADVOGADO: REBECA ARRUDA GOMES - (OAB SP310295-A)

ADVOGADO: CHEDID GEORGES ABDULMASSIH - (OAB SP9678-A)

POLO PASSIVO

APELADO: PRATICAGEM DA BACIA AMAZONICA ORIENTAL S/S LTDA

ADVOGADO: SERGIO AUGUSTO AZEVEDO ROSA - (OAB PA11203-A)

APELADO: UNIAO DOS PRATICOS DA B. AMAZ. ORIENTAL LTDA

ADVOGADO: SERGIO AUGUSTO AZEVEDO ROSA - (OAB PA11203-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA: ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

TURMA JULGADORA: DESES. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, GLEIDE PEREIRA DE MOURA E JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, CONHECE O RECURSO E DÁ PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO.

ORDEM: 006

PROCESSO: 0002586-76.2013.8.14.0070

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: CLEONICE LOPES MARTINS

ADVOGADO: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

ADVOGADO: DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA - (OAB PA12614-A)

ADVOGADO: GLEIDSON DOS SANTOS RODRIGUES - (OAB PA22635-A)

ADVOGADO: BRENO FILIPPE DE ALCANTARA GOMES - (OAB PA21820-A)

POLO PASSIVO

APELADO: BIOPALMA DA AMAZONIA S.A. REFLORESTAMENTO INDUSTRIA E COMERCIO

ADVOGADO: RENAN AZEVEDO SANTOS - (OAB PA18988-A)

ADVOGADO: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO - (OAB PA3210-A)

APELADO: C PINHEIRO DO COUTO ME

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADORA MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUSA

TURMA JULGADORA: DESES. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, GLEIDE PEREIRA DE MOURA E JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, EM HARMONIA COM O PARECER MINISTERIAL, REJEITA A PRELIMINAR DE NULIDADE DE SENTENÇA E, NO MÉRITO, CONHECE O RECURSO E NEGA PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO.

ORDEM: 007

PROCESSO: 0012985-82.2015.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: COMPRA E VENDA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: MARCIA PEREIRA MACIEL

ADVOGADO: WILSON JOSE DE SOUZA - (OAB PA11238-A)

ADVOGADO: ROMUALDO BACCARO JUNIOR - (OAB PA11734-A)

APELANTE: AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.

ADVOGADO:LUCAS NUNES CHAMA - (OAB PA16956-A)

ADVOGADO: FABIO RIVELLI - (OAB PA21074-A)

APELANTE: TEMPO INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO: GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

APELANTE: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO: GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

POLO PASSIVO

APELADO: AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.

ADVOGADO: LUCAS NUNES CHAMA - (OAB PA16956-A)

ADVOGADO: FABIO RIVELLI - (OAB PA21074-A)

APELADO: TEMPO INCORPORADORA LTDA

ADVOGADO: GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

APELADO: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA

ADVOGADO: GUSTAVO FREIRE DA FONSECA - (OAB PA12724-A)

ADVOGADO: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL - (OAB PA13179-A)

APELADO: MARCIA PEREIRA MACIEL

ADVOGADO: WILSON JOSE DE SOUZA - (OAB PA11238-A)

ADVOGADO: ROMUALDO BACCARO JUNIOR - (OAB PA11734-A)

OUTROS INTERESSADOS

INTERESSADO: CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELÉM-PA

TURMA JULGADORA: DESES. GLEIDE PEREIRA DE MOURA, MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES E JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, REJEITA AS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E CERCEAMENTO DE DEFESA E, NO MÉRITO, CONHECE DE AMBOS OS RECURSOS, NEGA PROVIMENTO AO RECURSO MANEJADO POR AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A, TEMPO INCORPORADORA LTDA, CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA E DÁ PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO POR MÁRCIA PEREIRA MACIEL, NOS TERMOS DO VOTO

ORDEM: 008

PROCESSO: 0007343-31.2015.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: HAPVIDA ASSISTENCIA MÉDICA LTDA

ADVOGADO: ISAAC COSTA LAZARO FILHO - (OAB CE18663-A)

POLO PASSIVO

APELADO: JANETE DO SOCORRO VALOIS DE SOUZA

DEFENSORIA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: MARIO NONATO FALANGOLA

TURMA JULGADORA: DESES. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, GLEIDE PEREIRA DE MOURA E JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, CONHECE O RECURSO E DÁ PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO.

ORDEM: 009

PROCESSO: 0800124-14.2018.8.14.0014

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: CONTRATOS BANCÁRIOS

RELATOR(A): DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: SERVIO TULIO DE BARCELOS - (OAB PA21148-A)

PROCURADORIA: BANCO DO BRASIL S/A

POLO PASSIVO

APELADO: ALUIZIO ARAUJO GOMES

APELADO: ALONSO RAMOS DE MOURA

APELADO: OZILEIDE TIMOTEO RAMOS

APELADO: JOSE EDINALDO LOPES GOMES

APELADO: MARINALVA DA SILVA GOMES

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: JORGE DE MENDONCA ROCHA

TURMA JULGADORA: DESES. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, GLEIDE PEREIRA DE MOURA E JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, CONHECE O RECURSO E DÁ PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO.

ORDEM: 010

PROCESSO: 0002888-52.2017.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVELA

ASSUNTO PRINCIPAL: GUARDA

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: L. M. Y. DE P.

ADVOGADO: HEITOR LUCAS ALVES CAETANO CABRAL - (OAB PA24936-A)

ADVOGADO ALBANO HENRIQUES MARTINS JUNIOR - (OAB PA6324-A)

ADVOGADO: BRUNO BRASIL DE CARVALHO - (OAB PA9665-A)

POLO PASSIVO

APELADO: G. F. O. E S.

ADVOGADO: DANUZA DO VALE CAMPOS - (OAB PA23687-A)

ADVOGADO: TEODOMIRO CANTUARIA FILHO - (OAB PA1552-A)

ADVOGADO: EDILSON OLIVEIRA E SILVA - (OAB PA859-A)

OUTROS INTERESSADOS

AUTORIDADE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO

TURMA JULGADORA: DESES. GLEIDE PEREIRA DE MOURA, JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES E JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, CONHECE OS RECURSOS DE APELAÇÃO E ADESIVO E NEGA PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO.

ORDEM: 011

PROCESSO: 0826630-73.2017.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: DEFEITO, NULIDADE OU ANULAÇÃO

RELATOR(A): DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA

POLO ATIVO

APELANTE: R. M. J.

ADVOGADO: MARIO SERGIO PINTO TOSTES - (OAB PA3352-A)

ADVOGADO: GILCILEIA DE NAZARE BRITO MONTE SANTO - (OAB PA8592-A)

ADVOGADO: MAISA PINHEIRO CORREA VON GRAPP - (OAB PA11606-A)

POLO PASSIVO

APELADO: R. M.

ADVOGADO: RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER - (OAB PA18941-A)

ADVOGADO: CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO - (OAB PA3312-A)

ADVOGADO: BETHANIA DO SOCORRO GUIMARAES BASTOS CAVALEIRO DE MACEDO - (OAB PA11084-A)

APELADO: R. M. K.

ADVOGADO: RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER - (OAB PA18941-A)

ADVOGADO: CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO - (OAB PA3312-A)

ADVOGADO: BETHANIA DO SOCORRO GUIMARAES BASTOS CAVALEIRO DE MACEDO - (OAB PA11084-A)

TURMA JULGADORA: DESES. GLEIDE PEREIRA DE MOURA, JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES E JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, CONHECE O RECURSO E NEGA

PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO.

ORDEM: 012

PROCESSO: 0844332-27.2020.8.14.0301

CLASSE JUDICIAL: APELAÇÃO CÍVEL

ASSUNTO PRINCIPAL: PENHORA / DEPÓSITO/ AVALIAÇÃO

RELATOR(A): JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES

POLO ATIVO

APELANTE: IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS

ADVOGADO: DANIELA LOPES GUGLIANO BENAGLIA MUNHOZ - (OAB SP130441-A)

ADVOGADO: ANACELI LACERDA MARIN - (OAB SP198607-A)

ADVOGADO: DENNIS BENAGLIA MUNHOZ - (OAB SP92541-A)

ADVOGADO: BRENDA DA SILVA ASSIS ARAUJO - (OAB PA15692-A)

ADVOGADO: CARLA NOURA TEIXEIRA - (OAB SP285115-A)

POLO PASSIVO

APELADO: SM COMUNICACOES LTDA

ADVOGADO: MARIO SERGIO PINTO TOSTES - (OAB PA3352-A)

ADVOGADO: GILCILEIA DE NAZARE BRITO MONTE SANTO - (OAB PA8592-A)

TURMA JULGADORA: DESES.MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES, JUIZ CONVOCADO AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARÃES E JUIZ CONVOCADO JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

DECISÃO: A TURMA JULGADORA, À UNANIMIDADE, REJEITA AS PRELIMINARES SUSCITADAS E, NO MÉRITO, CONHECE O RECURSO E DÁ PARCIAL PROVIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO.

CEJUSC

PRIMEIRO CEJUSC BELÉM

SESSÃO PRESENCIAL DE CONCILIAÇÃO/MEDIAÇÃO 1º CEJUSC DA CAPITAL, LOCAL: 1º ANDAR DO FÓRUM CÍVEL, AO LADO DO GABINETE DA 1ª VARA DE FAMÍLIA.

DIA 19/11/2021

HORÁRIO: 09:00

7ª VARA

PROCESSO 0819851-34.2019.8.14.0301

AÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: J C F

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: W P D O

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

DIA 19/11/2021

HORÁRIO: 11:00H

7ª VARA

PROCESSO 0818607-70.2019.8.14.0301

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: E C S S C

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: A R P

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

TURMAS DE DIREITO PENAL

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PENAL - UPJ

SECRETARIA ÚNICA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL TURMAS PENAIS
COMUNICADO REFERENTE SESSÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

A Bela. Tânia Maria da Costa Martins, Secretária Geral da UPJ das Turmas Penais do TJ/Pa, torna público a quem possa registrar interesse, e em especial aos Exmos. Advogados acerca de adiamento (peticionamento referente aos processos abaixo destacados), que conforme determinação da Exma. **Desa. VANIA BITAR, PRESIDENTE DA EGRÉGIA 2ª TURMA DE DIREITO PENAL,** consoante comunicação proferida pelos Exmos. **Desembargadores RÔMULO NUNES e RONALDO VALLE** que durante a 12ª Sessão Ordinária ¿ 2021, por Videoconferência ocorrida em 09.11.2021(terça-feira), pela Colenda Turma supracitada, **houve adiamento de julgamento dos processos abaixo listados e destacado verbalmente que mencionado julgamento FOI ADIADO PARA PRÓXIMA SESSÃO A OCORRER POR VIDEOCONFERÊNCIA NA DATA DE 23.11.2021, COM INÍCIO PREVISTO ÀS 09H.**
Anota-se, por oportuno, que a referida Sessão com respectiva pauta de julgamento, será reanunciada e importa observar aos Exmos. Advogados, que ao ocorrer reanúncio dos feitos outrora pautados, deve ser observado o que dispõe o artigo 3º, caput, § 1º da Portaria Conjunta nº 01/2020-GP/VP/CGJ, **no que se destaca ao interessado em sustentar oralmente o dever em acessar o endereço eletrônico <https://consultas.tjpa.jus.br/push/login> até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da mencionada sessão, a qual será republicada em data oportuna**, para efetuar respectiva inscrição**. Tal observância se destaca, também**, ao(s) patrono(s) no(s) feito(s) abaixo listado(s), em que houve inscrição para sustentação oral; devendo então, inscrever-se novamente.
Eventuais dúvidas poderão ser sanadas no sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal: http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Secretaria-de-Informatica/611283-sustentacao-oral-advogados.xhtml

PROCESSOS ADIADOS (sistema Libra) EM SESSÃO OUTRORA OCORRIDA

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - COMARCA DE BELÉM (0011423-87.2019.8.14.0401)
JULGAMENTO REFERENTE RECURSO MINISTERIAL- **SISTEMA LIBRA**
(OBS.: Recurso em Sentido Estrito também sob mesmo número, o qual foi interposto por Réus contra pronúncia, anota-se julgamento ocorrido pela Colenda Turma e se encontra com Embargos opostos. Há interposição RESP nos referidos autos).
RECORRENTE: MINISTÉRIO PUBLICO
RECORRIDO: IAN NOVIC CORREA RODRIGUES
REPRESENTANTE(S): OAB 18307 - CARLOS FELIPE ALVES GUIMARAES (ADVOGADO)
OAB 19922 - IVANILDO FERREIRA ALVES (ADVOGADO)
RECORRIDO: EDIVALDO DOS SANTOS SANTANA
REPRESENTANTE(S): OAB 21497 - VALERIA LIMA DE MORAES (ADVOGADO)
RECORRIDO: JOSE MARIA DA SILVA NORONHA
REPRESENTANTE(S): OAB 8984 - JANDER HELSON DE CASTRO VALE (ADVOGADO)
RECORRIDO: JONATAN ALBUQUERQUE MARINHO
REPRESENTANTE(S):OAB 7164 - AGNALDO WELLINGTON SOUZA CORREA (ADVOGADO)
RECORRIDO: LEONARDO FERNANDES DE LIMA
REPRESENTANTE(S): OAB 21391 - ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO (ADVOGADO)
RECORRIDO: WELLINGTON ALMEIDA OLIVEIRA
REPRESENTANTE(S): OAB 29234 - VIVIANE DE SOUZA DAS NEVES (ADVOGADO)
RECORRIDO: PEDRO JOSIMAR NOGUEIRA DA SILVA
REPRESENTANTE(S): OAB 11216 - JADER BENEDITO DA PAIXAO RIBEIRO (ADVOGADO)
PROCURADORA DE JUSTICA: MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO

RELATOR: DES. ROMULO NUNES

APELAÇÃO CRIMINAL - COMARCA DE BELÉM (0000901-69.2017.8.14.0401). SISTEMA LIBRA
OBS.: Processo retirado de pauta da 32ª sessão ordinária/2021, consoante determinação Exmo. Relator(peticionamento Advogado).
APELANTE: HERALDO VASQUES LIRA*****
REPRESENTANTE(S): OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEAO (ADVOGADO)
APELADO: JUSTIÇA PUBLICA
PROCURADOR(A) DE JUSTICA: DR(A) MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES
REVISORA: DESA VANIA BITAR
RELATOR: DES RONALDO VALLE

(*****) nome(s) do(s) réu(s) escrito(s) por extenso, conforme determinação da Egrégia Turma, de acordo com decisão do Superior Tribunal de Justiça.

Sendo o que competia publicar acerca da determinação em comento. Secretaria Única da Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Penal do TJ/Pa. **Belém, 10 de novembro de 2021.**

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

SECRETARIA DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA Nº 001/2021

A Dra**. CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHO**, Juíza de Direito da 10ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, no uso de suas atribuições legais.

FAZ SABER a todos quantos este Edital virem, ou dele notícia tiverem, que no dia **07 de dezembro de 2021, do horário de 08 às 14 horas**, esta 10ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, será submetida à **Correição Periódica Ordinária**, a ser realizada pela MM Juíza Titular **Dra. Carmen Oliveira de Castro Carvalho**, em conformidade com o disposto no artigo 171 do Código Judiciário do Estado do Pará, cujo trabalho abrangerá todos os serviços lotados nesta 10ª Vara do Juizado Especial Cível, podendo serem recebidas na secretaria quaisquer reclamações sobre os serviços prestados pela 10ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém e sua serventia, pelas partes interessadas, advogados, defensores públicos, promotores de justiça e pela sociedade em geral. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e estes não aleguem ignorância, será o presente publicado no prédio onde funciona esta 10ª Vara do Juizado Especial, localizado na Av. Rômulo Maiorana, n.º 1366, Marco, CEP: 66.093-673, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, bem como será publicado no Diário de Justiça do Estado, na forma da lei. Belém (PA), 08 de novembro de 2021. Eu, ____, Maria do Socorro Carvalho da Silva, Analista Judiciária lotada na 10 Vara do Juizado Especial Cível de Belém, nos termos do Provimento nº 006/2006-CGJ e Provimento nº 008/2014-CJRMB, digitei e subscrevi.

CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHO

Juíza de Direito Titular da 10ª Vara do Juizado Especial Cível

COORDENAÇÃO GERAL DA UPJ DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA CAPITAL - UPJ TURMAS RECURSAIS

Número do processo: 0063775-41.2013.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Participação: REQUERIDO Nome: FERNANDO OLIVEIRA BORDALLO PEDRO Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LUZENILDO MOURAO CAVALCANTE OAB: 8337/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAULO SERGIO DE LIMA PINHEIRO OAB: 8726/PA Participação: AUTORIDADE Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Participação: PROCURADOR Nome: MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS OAB: null

DECISÃO

Devolvam-se os autos ao juízo origem, em razão da prestação jurisdicional desta Corte ter se exaurido com a prolação do Acórdão (id. 15939540, cabendo, portanto, ao juízo de primeiro grau a condução dos autos visando a sua finalização.

Publique-se. Intimem-se.

Belém, 9 de novembro de 2021.

Des. Roberto Gonçalves de Moura

Relator

ACÓRDÃO: 219168 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00114238720198140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Recurso em Sentido Estrito em: RECORRENTE/RECORRIDO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA RECORRENTE/RECORRIDO:IAN NOVIC CORREA RODRIGUES Representante(s): OAB 18307 - CARLOS FELIPE ALVES GUIMARAES (ADVOGADO) OAB 19922 - IVANILDO FERREIRA ALVES (ADVOGADO) RECORRENTE/RECORRIDO:EDIVALDO DOS SANTOS SANTANA Representante(s): OAB 21497 - VALERIA LIMA DE MORAES (ADVOGADO) RECORRENTE/RECORRIDO:JOSE MARIA DA SILVA NORONHA Representante(s): OAB 8984 - JANDER HELSON DE CASTRO VALE (ADVOGADO) RECORRENTE/RECORRIDO:JONATAN ALBUQUERQUE MARINHO Representante(s): OAB 7164 - AGNALDO WELLINGTON SOUZA CORREA (ADVOGADO) RECORRENTE/RECORRIDO:LEONARDO FERNANDES DE LIMA Representante(s): OAB 21391 - ANDREZA PEREIRA DE LIMA ALONSO (ADVOGADO) RECORRIDO:WELLINGTON ALMEIDA OLIVEIRA Representante(s): OAB 29234 - VIVIANE DE SOUZA DAS NEVES (ADVOGADO) RECORRENTE:JAISON COSTA SERRA Representante(s): OAB 14143 - LUANA MIRANDA HAGE (ADVOGADO) OAB 20187 - LUCAS SA SOUZA (ADVOGADO) OAB 27046 - FERNANDO ALBERTO CAVALEIRO DE MACEDO BARRA (ADVOGADO) RECORRIDO:PEDRO JOSIMAR NOGUEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 11216 - JADER BENEDITO DA PAIXAO RIBEIRO (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA DO SOCORRO CARVALHO MENDO EMENTA: . EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ¿CRIME DO BAR DA WANDA¿ OU ¿CHACINA DO GUAMÁ¿. 1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS POR PEDRO JOSIMAR NOGUEIRA DA SILVA. EMBARGANTE QUE NÃO INTERPÔS RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONTRA PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL EM OPOR OS DECLARATÓRIOS CONTRA O ACÓRDÃO IMPUGNADO. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. I. O embargante não interpôs recurso em sentido estrito contra a decisão de pronúncia, logo não tem interesse recursal em opor embargos de declaração contra o acórdão que julgou o recurso em sentido estrito ajuizado pelos demais réus. II. Recurso não conhecido. Decisão unânime. 2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS POR LEONARDO FARIAS DE LIMA. PRONÚNCIA FUNDAMENTADA EM PROVAS COLHIDAS EXCLUSIVAMENTE NO INQUÉRITO POLICIAL. DESCABIMENTO. MATÉRIA JÁ DISCUTIDA QUANDO DO JULGAMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. OMISSÃO DO ACÓRDÃO POR NÃO TER SE MANIFESTADO SOBRE A ADMISSIBILIDADE DA QUALIFICADORA. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. I. O Argumento referente à circunstância de que a decisão de pronúncia teria sido motivada tão somente nas provas colhidas no inquérito policial foi devidamente enfrentado e rejeitado quando do julgamento em recurso em sentido estrito, motivo pelo qual não pode ser reapreciado em sede de embargos de declaração, porque não se prestam ao reexame do material probatório. II. A qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima teve a sua admissão justificada na decisão de pronúncia no momento em que foram reconhecidos os indícios de autoria, bem como requerente não se desincumbiu de demonstrar que esta era incabível na hipótese dos autos, não havendo, pois, omissão do acórdão nesse sentido. III. Embargos conhecidos e rejeitados. Decisão unânime. 3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS POR EDIVALDO DOS SANTOS SANTANA. OMISSÃO DO ACÓRDÃO POR NÃO TER ENFRENTADO AS PRELIMINARES DE NULIDADE E A TESE DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. DESCABIMENTO. ARGUMENTOS DEVIDAMENTE ENFRENTADOS E REJEITADOS. PRONÚNCIA MOTIVADA EM DEPOIMENTOS COLHIDOS EXCLUSIVAMENTE EM INQUÉRITO POLICIAL. SÚPLICA JÁ ENFRENTADA NO JULGAMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE NÃO SE PRESTAM À ANÁLISE DE MATÉRIAS JÁ DISCUTIDAS E REJEITADAS NO JULGAMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. I. As preliminares de nulidade e a tese de impronúncia por insuficiência de provas foram devidamente apreciadas tanto na pronúncia quando pelo acórdão embargado, motivo pelo qual não há qualquer omissão a ser sanada. II. O argumento referente à circunstância da decisão de pronúncia ter sido motivada em elementos colhidos exclusivamente no inquérito policial foi apreciado e rejeitado no acórdão embargado, motivo pelo qual não pode ser rediscutido em sede de embargos de declaração. III. Embargos conhecidos e rejeitados. Decisão unânime.

4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS POR JONATHAN ALBUQUERQUE MARINHO. CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO QUE MANTEVE A DECISÃO DE PRONÚNCIA AINDA QUE NÃO HOUVESSE PROVAS DO ENVOLVIMENTO DO RECORRENTE NO CRIME. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE DEVEM SANAR CONTRADIÇÕES DO PRÓPRIO ACÓRDÃO EMBARGADO E NÃO ENTRE ESTE E AS PROVAS PRODUZIDAS NO PROCESSO. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME. I. Os embargos de declaração se prestam para sanar contradições que prejudicam o entendimento do acórdão embargado e não entre este e as provas produzidas no processo, motivo pelo qual o argumento referente à insuficiência de provas para pronunciar o embargante não pode ser realizado em sede de embargos declaratórios. II. Embargos conhecidos e rejeitados. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 219169 COMARCA: SANTA IZABEL DO PARÁ DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00027521120128140049 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:JOSIEL CORREA DA SILVA Representante(s): MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) APELANTE:LUCIVALDO CHARCHAR QUEIROZ Representante(s): MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ANA TEREZA ABUCATER EMENTA: . RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. NEGATIVA DE AUTORIA E AUSÊNCIA DE PROVAS. NÃO OCORRÊNCIA. PROVAS IRREFUTÁVEIS DE TRAFICÂNCIA. REDUÇÃO DA PENA-BASE DE OFÍCIO EM FACE DO RECORRENTE LUCIVALDO CHARCHAR QUEIROZ. 1. O tráfico de drogas é crime praticado de modo sub-reptício, clandestino, por isso especial atenção e valor deve ser conferida a prova indireta colhida, principalmente se harmonizada com o contexto da instrução. 2. As declarações dos agentes penitenciários que realizaram a diligência de apreensão do entorpecente, quando se mostrar congruente com o conjunto probatório dos autos, é hábil a embasar a sentença condenatória, eis que, deve ser valorado como depoimento de qualquer outro cidadão. 3. Viável a reforma de ofício da pena-base imposta ao recorrente Lucivaldo Charchar Queiroz, vez que, operada a necessária reforma na fundamentação dos vetores do art. 59 do Código Penal, apenas uma circunstância judicial foi desfavorável ao recorrente devendo a pena ser redimensionada para um patamar próximo do mínimo legal, ou seja, 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão em face do acusado. 4. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME

ACÓRDÃO: 219170 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00208207820168140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:ALESSANDRO WILLIAMES SOUSA DE ABREU Representante(s): ANTONIO QUARESMA (DEFENSOR) APELANTE:RODRIGO DE ASSIS COELHO DE SOUSA Representante(s): ANTONIO QUARESMA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:CLAUDIO BEZERRA DE MELO EMENTA: . RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE RECURSAL SUSCITADA EM CONTRARRAZÕES PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. NÃO ACOLHIMENTO. PRISÃO DOMICILIAR EM FACE DO ACUSADO RODRIGO DE ASSIS COELHO DE SOUSA. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDO AFETO À VARA DE EXECUÇÃO PENAL COMPETENTE PARA ANALISAR O PEDIDO. APLICAÇÃO DA ATENUANTE DA MENOR IDADE RELATIVA EM PROL DO APELANTE ALESSANDRO WILLIAMES SOUSA DE ABREU PARA QUE A PENA FIQUE ABAIXO DO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. RÉU MAIOR DE 21 ANOS À ÉPOCA DOS FATOS. 1. Vigora nos tribunais o entendimento de que, tendo o recurso sido interposto no prazo legal, como no caso, a apresentação tardia das razões recursais constitui-se mera irregularidade. Julgados do STJ. Preliminar rejeitada. 2. O pedido de prisão domiciliar não pode ser conhecido, eis que tal pleito deve ser aviado perante a Vara de Execução Penal da Região Metropolitana de Belém. 3. Inviável a aplicação da atenuante da menor idade relativa prevista no art. 65, I do Código Penal, uma vez que o apelante, à época dos fatos, já contava com mais de 23 anos de idade, o que impede sua aplicação como que a sua defesa. 4. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME

ACÓRDÃO: 219171 COMARCA: PONTA DE PEDRAS DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00006498620068140042 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:BERNARDINO DE JESUS

FERREIRA RIBEIRO Representante(s): OAB 10375 - MAURICIO BLANCO DE ALMEIDA (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ANA TEREZA ABUCATER EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. PECULATO. PRELIMINAR DE INOBSERVÂNCIA DO RITO PREVISTO NO ART. 2º DO DECRETO LEI 201/67. RÉU QUE NÃO OSTENTAVA O CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL POR OCASIÃO DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. INAPLICABILIADE DO PROCEDIMENTO ESPECIAL. MÁCULA NÃO CARACTERIZADA. ABSOLVIÇÃO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOLO EVIDENCIADO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O procedimento previsto no art. 2º do Decreto Lei nº 201/1967, que determina a notificação do acusado para apresentar defesa preliminar escrita antes do recebimento da denúncia, não se aplica a ex-detentor do mandato de prefeito municipal à época da exordial acusatória. 2. Julga-se procedente a imputação de peculato, na medida em que o recorrente na qualidade de Gestor Público, se apropriou de valores públicos em proveito próprio. No caso, o apelante, deliberadamente e por três vezes, sacou a quantia de R$ 75,000.00 (setenta e cinco mil reais), do Convênio 106/2002 realizado com a SEDUC em proveito próprio, incorrendo nas sanções do art. 312 do CP. Atitude dolosa bem evidenciada nos autos, a inviabilizar a absolvição. 3. Inexiste erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena, pois, se constatado que o magistrado singular observou, prudentemente, os requisitos do art. 59 do CP, bem como foi obedecido o critério trifásico para a dosimetria da pena, não havendo qualquer reparo a ser feito, restando, portanto, imune de reforma. 4. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 219172 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00163359120118140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:A. F. M. Representante(s): JANE TELVIA DOS SANTOS AMORIM (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. INOCORRÊNCIA. LAUDO PERICIAL ATESTANDO INEXITÊNCIA DE VESTÍGIOS. IRRELEVÂNCIA. CONDENAÇÃO MANTIDA 1) Ainda que o laudo pericial conclua pela inexistência de vestígios, a absolvição do acusado não se torna medida inexorável, pois, por si só, não afasta a materialidade do delito de estupro, especialmente quando a consumação do referido crime se der por intermédio da prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal, como no caso em apreço (acusado acariciou a vagina da menor), não havendo que se falar em absolvição quando o estupro se mostra comprovadamente delineado, devendo se salientar que, em tal crime, muitas vezes cometido às escondidas, a declaração da vítima assume elevada eficácia probatória, mormente quando coerente e corroborada pelas demais evidências dos autos. Assim, não há que se falar em insuficiência probatória à condenação, quando a prova testemunhal produzida nos autos encontra harmonia com as demais coligidas no bojo do processo, apontando, com indispensável segurança a culpabilidade penal do apelante no crime em questão, tornando-se, assim, inviável a pretensão absolutória calcada no princípio do in dubio pro reo; 2) RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO

ACÓRDÃO: 219173 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00034256120138140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:C. E. E. Representante(s): OAB 9421 - SERGIO AUGUSTO DE CASTRO FONSECA (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. 1) ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. INOCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO MANTIDA. 2) AFASTAMENTO DO ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CRIME PERPETRADO EM 2008. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 5º, XL, CF/88. RETROATIVIDADE DA LEI PENAL MAIS BENEFÍCA. 1) Ainda que o laudo pericial conclua pela inexistência de vestígios, a absolvição do acusado não se torna medida inexorável, pois, por si só, não afasta a materialidade do delito de estupro, especialmente quando a consumação do referido crime se der por intermédio da prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal, como no caso em apreço (acusado acariciou a vagina da menor), não havendo que se falar em absolvição quando o estupro se mostra comprovadamente delineado, devendo se salientar que, em tal crime, muitas vezes cometido às escondidas, a declaração da vítima assume elevada eficácia probatória, mormente quando coerente e corroborada pelas demais evidências dos autos. Assim, não há que se falar em insuficiência probatória à condenação, quando a prova testemunhal produzida nos autos encontra harmonia com as demais

coligidas no bojo do processo, apontando, com indispensável segurança a culpabilidade penal do apelante no crime em questão, tornando-se, assim, inviável a pretensão absolutória calcada no princípio do in dubio pro reo; 2) O crime em voga foi cometido em 2008, anterior a publicação da Lei nº 12.015/2009, que introduziu o estupro de vulnerável no Código Penal. Inobstante a referida legislação, ao tipificar o delito de atentado violento ao pudor contra vítima menor de 14 anos, previsto no art. 214 do Código Penal, como 'estupro de vulnerável' (art. 217-A do Código Penal), tenha determinado o recrudescimento da pena, deve ela retroagir, por ser mais benéfica, uma vez que também determinou a revogação da causa de aumento prevista no art. 9º da Lei 8.072/90. 3) RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO

ACÓRDÃO: 219174 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00022414820178140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL APELADO:ANDRE SOUZA DE SOUZA Representante(s): ALEX MOTA NORONHA (DEFENSOR) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. CONCEDIDA ABSOLVIÇÃO. RECURSO MINISTERIAL: 1) DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. PROCEDÊNCIA. CASSAÇÃO DO VEREDICTO. 1. A decisão do Júri Popular não foi condizente com as provas existentes nos autos, sendo possível anulá-la sob o pálio de contrariedade ao acervo probatório. É cediço que a decisão prolatada pelo Conselho de Sentença é soberana, prevalecendo sempre que haja algum substrato probatório que a dê suporte, sendo certo que a decisão contrária à prova dos autos é aquela totalmente divorciada do caderno processual, soando absurda, abusiva e sem qualquer amparo, o que se constata no caso em tela, devendo a decisão ser anulada. Isto porque, os jurados proferiram veredicto sem respaldo nas provas produzidas, porquanto ao desferir golpe no pescoço da vítima não se enquadra na concepção de utilização de meios moderados exigidos para configuração da legítima defesa, restando demonstrado que ele excedeu dolosamente em sua conduta. 2. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, determinando que o réu seja submetido a novo Júri.

ACÓRDÃO: 219175 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00027337919978140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:E. S. P. Representante(s): OAB 19745 - MARCOS HENRIQUE MACHADO BISPO (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ADELIO MENDES DOS SANTOS EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. 1) CONCESSÃO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA COM ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE. 2) ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. INOCORRÊNCIA. PRESENÇA DE LAUDO PERICIAL QUE ATESTA OS FATOS DESCRITOS NA EXORDIAL EM CONSONÂNCIA COM O DEPOIMENTO DA VÍTIMA E TESTEMUNHAS. 1) A condenação do réu nas custas processais é medida que se impõe, conforme previsão do art. 804 do CPP, podendo a eventual isenção do pagamento destas ser avaliada pelo juízo da execução penal, a quem compete aferir a situação econômica do apenado no momento do adimplemento do título condenatório 2) Devidamente apurada a autoria e materialidade do crime de estupro, notadamente pelo laudo do exame de corpo de delito e pelas declarações da vítima, incabível o acolhimento do pedido de absolvição por insuficiência de provas. 3) RECURSO CONHECIDO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO: 219176 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00208146020108140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:MARCIO HENRIQUE DO CARMO AVELAR Representante(s): FABIO PIRES NAMEKATA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA DO SOCORRO CARVALHO MENDO EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. 1) AUSÊNCIA DE PROVAS DE AUTORIA: ABSOLVIÇÃO. INVIABILIADADE. DEPOIMENTOS FIRMES E COESOS DOS POLICIAIS QUE DILIGENCIARAM O FLAGRANTE DELITO. VALIDADE PROBATÓRIA. 1) O juízo a quo apontou provas concretas da materialidade e autoria delitiva, apoiando-se em todo o conjunto probatório produzido e acostado aos autos, não havendo que se falar em absolvição por insuficiência de provas. Os depoimentos prestados pelos Policiais não foram contraditórios e a defesa não colecionou aos autos qualquer prova da

imparcialidade dos depoentes, bem como as provas da fase policial foram complementadas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa na fase judicial. A ausência de flagrante da comercialização do entorpecente não afasta a incidência do art. 33 da Lei de Drogas, quando a quantidade de drogas apreendidas (10,332G) de cocaína), a forma de seu acondicionamento e o próprio entorpecente apreendido (altamente viciante e de fácil aquisição do usuário), não deixam dúvidas acerca da destinação da droga ao comércio, objetivando a venda e não o uso. 2) RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO

ACÓRDÃO: 219177 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00030978020158140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE/APELADO:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL APELADO/APELANTE:ALEXANDRE BRENO MONTEIRO SANTOS Representante(s): ALEXANDRE MARTINS BASTOS (DEFENSOR) REINALDO MARTINS JUNIOR (DEFENSOR) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:GERALDO DE MENDONCA ROCHA EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. RECURSO MINISTERIAL. 1) INCIDÊNCIA DA MAJORANTE USO DE ARMA. APLICABILIDADE. DESNECESSÁRIA APREENSÃO E PERÍCIA DA ARMA EMPREGADA NO CRIME. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 2) RECURSO DEFENSIVO. DOSIMETRIA, REDUÇÃO DA PENA-BASE. INAPLICABILIDADE. CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE OBEDECIDOS. 3) AFASTAMENTO DA MAJORANTE DO CONCURSO DE PESSOAS. IMPOSSIBILIDADE. COMPROVAÇÃO DO LIAME SUBJETIVO ENTRE OS AGENTES 1) A apreensão da arma utilizada no cometimento do crime de roubo, bem como a realização de perícia são prescindíveis à caracterização da causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º, I, do Código Penal, porquanto basta que fique comprovado nos autos a efetiva utilização do artefato durante a empreitada delituosa, como no caso, pelo depoimento da vítima. (Súmula nº 14 TJPA), tornando imperiosa a condenação pela referida majorante; 2) Sendo certeira a valoração dos critérios do art. 59, do CP, feita pelo julgador, de onde demonstrou de forma expressa a constância de aspectos desfavoráveis aos réus, tornando irrepreensível a questão, pois atento aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, necessidade e suficiência à reprovação e prevenção do crime, incabível a fixação da pena-base no mínimo legal, vez que basta uma circunstância judicial desfavorável para que ela seja afastada do mínimo permitido, na esteira do disposto na Súmula nº 23 do E. TJE-PA. 3) Observa-se que o depoimento da vítima é firme e esclarecedor quanto ao modus operandi do delito, sendo enfática quanto a quantidade de agentes que perpetraram a grave ameaça, tornando impossível o afastamento da majorante 4) RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDO O RECURSO MINISTERIAL E IMPROVIDO O DEFENSIVO, para aplicar a majorante atinente ao uso de arma de fogo, tornando a pena concreta e definitiva em 06 (seis) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 10 dias-multa

ACÓRDÃO: 219178 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00024702520168140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ APELADO:HAROLDO PAIXÃO ROCHA ALMEIDA Representante(s): GIANE DE ANDRADE BUBOLA LIMA (DEFENSOR) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 34 LEI 11.343/06. GUARDAR OBJETOS DESTINADOS À FABRICAÇÃO DE DROGAS. ABSOLVIÇÃO. RECURSO MINISTERIAL. PEDIDO DE CONDENAÇÃO. PROCEDÊNCIA. ACERVO PROBATÓRIO VASTO E COESO. IRRELEVÂNCIA DE RETRATAÇÃO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA. 1. O fato dos dois adolescentes se retratarem em juízo e não reconhecerem o acusado como autor do crime, por si só, não possui o condão de afastar a autoria delitiva e culminar na manutenção da absolvição do acusado, especialmente quando os depoimentos dos policiais que atuaram na Operação Gêneses corroboram as provas produzidas no Inquérito Policial, consubstanciada na apreensão na residência do réu de uma sacola plástica contendo: 01 balança de precisão apresentando resquícios de cocaína, 01 pacote de sacos plásticos e 01 tubo contendo bicarbonato de sódio, constituindo substrato para a condenação. Os depoimentos prestados pelos Policiais não foram contraditórios e a defesa não colecionou aos autos qualquer prova da imparcialidade dos depoentes, bem como as provas foram colhidas sob o crivo do contraditório e da ampla defesa 2) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, condenando o réu a pena de 05 anos de reclusão e 1300 dias-multa, a ser cumprida no regime semiaberto

ACÓRDÃO: 219179 COMARCA: BONITO DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO:

00012839420138140080 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:A. C. N. Representante(s): MAURO PINHO DA SILVA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:GERALDO DE MENDONCA ROCHA EMENTA: . APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. 1) PRELIMINAR JUNTADA DE DOCUMENTO. INADMISSIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 2) ABSOLVIÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA DELITIVA. INOCORRÊNCIA. PRESENÇA DE LAUDO PERICIAL QUE ATESTA OS FATOS DESCRITOS NA EXORDIAL EM CONSONÂNCIA COM O DEPOIMENTO DA VÍTIMA. 1) O réu tinha conhecimento da gravação de conversa clandestina quando da realização da audiência de instrução e julgamento, mantendo-se silente quanto a sua juntada aos autos na fase do 402 do CPP, somente requerendo tal providência em sede razões recursais, operando-se, portanto, a preclusão consumativa, vez que não se trata de juntada de documentos novos. 2) Devidamente apurada a autoria e materialidade do crime de estupro, notadamente pelo laudo do exame de corpo de delito e pelas declarações da vítima, incabível o acolhimento do pedido de absolvição por insuficiência de provas. 3) RECURSO CONHECIDO IMPROVIDO

ACÓRDÃO: 219180 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00092712520148140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAIMUNDO HOLANDA REIS CÂMARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELADO:O. S. C. Representante(s): OAB 29433 - JOAQUIM DANTAS NETO (ADVOGADO) ASSISTENTE DE ACUSACAO:ROSA MONTE MACAMBIRA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:CLAUDIO BEZERRA DE MELO APELANTE:T. A. A. Representante(s): OAB 4971 - ROSA MADALENA GUIMARAES MONTE MACAMBIRA (ADVOGADO) EMENTA: . EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 214 (ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR), C/C ART. 224, ALÍNEAS ¿A¿ E ¿C¿, ART. 226, II, E ART. 69, TODOS DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO VENTILADA NA MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL. PRELIMINAR REJEITADA. PLEITO CONDENATÓRIO POSTULADO PELA ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO. TESE IMPROCEDENTE. PROVAS TRAZIDAS AOS AUTOS DEMASIADAMENTE CARENTES, NÃO SÓ PARA DEMONSTRAR A MATERIALIDADE DO CRIME ALEGADO, MAS TAMBÉM A PRETENSA AUTORIA APONTADA Á PARTE APELADA. NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO AO CASO EM ESTUDO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 219181 COMARCA: SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ DATA DE JULGAMENTO: -- PROCESSO: 00002814220168140094 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAIMUNDO HOLANDA REIS CÂMARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELADO:JUSTICA PUBLICA APELANTE:JOSE RODRIGUES DE SOUSA BARBOSA Representante(s): OAB 19356 - ECIVALDO PAIXAO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 21320 - OSVALDO CHARLES DA SILVA LEMOS (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:DULCELINDA LOBATO PANTOJA EMENTA: . EMENTA: APELAÇÃO PENAL. ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. SENTENÇA CONDENATÓRIA. REQUERIDA ABSOLVIÇÃO, POR ALEGADA NEGATIVA DE AUTORIA. PRETENSÃO INFUNDADA. CONFIRMADO NOS AUTOS QUE A DROGA APREENDIDA, 46 PAPELOTES DE MACONHA, ERA DE PROPRIEDADE DO APELANTE, ISSO TUDO PROVADO PELOS DEMAIS DEPOIMENTOS TRAZIDOS AOS AUTOS. REQUERIDA REANÁLISE DA DOSIMETRIA PENAL. PRETENSÃO PROCEDENTE. DOSIMETRIA PENAL REFEITA E IMPOSTA PENA UM POUCO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL PERMITIDO, HAJA VISTA QUE NA DOSIMETRIA FORMULADA PELO JUÍZO A QUO, O MESMO CONSIDEROU ALGUMAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS, QUE JÁ FAZEM PARTE DO PRÓPRIO TIPO PENAL, COMO DESFAVORÁVEIS AO APELANTE, O QUE NÃO SE MOSTROU RAZOÁVEL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

A Ilustríssima Senhora **MARIA DE LOURDES CARNEIRO LOBATO,** Secretária de Gestão de Pessoas deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria nº 5903/2019-GP, **RESOLVE:**

PORTARIA nº PA-PGP-2021/01685 . Belém, 10 de novembro de 2021.

Considerando o disposto no art. 26 da Lei Estadual n° 5.810/1994;

Considerando o disposto na Resolução n° 002/2016-GP, que dispõe sobre a concessão de licença para estudo aos servidores no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a realização do processo seletivo relativo à concessão para licença para estudo aberto pelo Edital n° 01/2021-TJPA, cujo resultado foi publicado pelo Edital n° 02/2021 - TJPA;

Considerando os Processos n° PA-MEM-2021/17282 e PA-MEM-2021/42446.

Art.1º. Conceder licença para estudo à servidora **ROZANI UCHOA SILVA,** Oficial de Justiça Avaliador, matrícula 118435, no período de 01 de março de 2022 a 31 de janeiro de 2025.

Parágrafo único: Após o término da licença, a servidora deverá reassumir sua função no prazo máximo de 15 (quinze) dias, conforme disposto no art. 26, I da Resolução n° 002/2016-GP.

Art.2º. A servidora deverá observar os deveres previstos no art. 11 da Resolução n° 002/2016-GP.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

AVISO Nº 220/2021-CGA

A Coordenadoria Geral de Arrecadação - CGA - AVISA o cancelamento do selo de segurança abaixo descrito, requerido pelo Cartório Único Ofício, da Comarca de Capitão Poço.

PA-EXT-2020/04744.

TIPO DE SELO	NUMERAÇÃO	SÉRIE
RECONHECIMENTO DE FIRMA	002.307.497	I

Belém, 11/11/2021

Arthur Conrado de Melo Neto

Coordenador Geral de Arrecadação

FÓRUM CÍVEL

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00150303020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 AUTOR:EDSON SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 22234 - PAULO ROBERTO BARBOSA CAMPOS (ADVOGADO) AUTOR:FIRMO VITORIO DA TRINDADE AUTOR:JOAO DE DEUS TEIXEIRA AMARAL E OUTROS Representante(s): OAB 7683 - NILSON PAIXAO GOMES (ADVOGADO) OAB 7855 - FERNANDO CONCEICAO DO VALE CORREA JUNIOR (ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 4560 - MARIA CHRISANTINA SA SOUZA (ADVOGADO) OAB 20861-A - THIAGO QUINTINO (ADVOGADO) OAB 14084 - ELINALDO LUZ SANTANA (ADVOGADO) . PROCESSO: 0015030-30.2013.814.0301 SENTENÃA EM EMBARGOS DE DECLARAÃÃO Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÃÃO opostos por EDSON SANTOS DA SILVA, JOÃO OLIVEIRA, JOSÃ EDSON CARDOSO PIMENTEL, JOSÃ FLÃVIO DOS SANTOS MACIEL, JOSÃ SANTOS DA SILVA E LUIZ GUILHERME OLIVEIRA ROSA em face da DECISÃO de fl. 407, publicada em 13/10/2021, que deferiu o pedido formulado pelos advogados identificados em fl. 396, referente ao bloqueio do percentual sobre o valor requerido, atÃ© o momento da liquidaÃ§Ã£o da sentenÃ§a, argumentando que paira controvÃ©rsia apenas acerca da exigibilidade dos honorÃ¡rios contratuais. Arrazoam que a decisÃ£o embargada autorizou, erroneamente, a constriÃ§Ã£o do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os honorÃ¡rios contratados. PorÃ©m, aduzem que persiste discussÃ£o acerca dos referidos honorÃ¡rios, ao tempo que sustentam que o labor do patrono anterior nÃ£o foi realizada a contento, motivo pelo qual, diante da revogaÃ§Ã£o dos poderes, a controvÃ©rsia dos honorÃ¡rios pactuados devem ocorrer em aÃ§Ã£o autÃ´noma, ensejando, assim, a reforma da decisÃ£o objurgada. Requerem provimento dos aclaratÃ³rios. Sucintamente relatado. DECIDO. Inicialmente, cumpre-me observar que o presente recurso nÃ£o persegue efeito infringente em face da DecisÃ£o hostilizada, mas sim, complementar ao seu texto, demonstrando-se pois, despicienda manifestaÃ§Ã£o da parte embargada quanto aos seus termos por nÃ£o haver qualquer prejuÃ-zo a mesma. Assiste razÃ£o aos Embargantes. Ã cediÃ§o que os embargos declaratÃ³rios tÃªm por finalidade completar decisÃ£o omissa ou aclarÃ¡-la, dissipando obscuridades ou contradiÃ§Ãµes que ela, eventualmente, contenha. Possui carÃ¡ter integrativo da decisÃ£o atacada e nÃ£o substitutivo dela. A obscuridade, a contradiÃ§Ã£o ou a omissÃ£o passÃ-vel de exame nos embargos de declaraÃ§Ã£o, contudo, devem estar presentes no prÃ³prio texto da decisÃ£o embargada e, nÃ£o em elementos que, porventura, constem dos autos, da doutrina ou da jurisprudÃªncia. O cerne da questÃ£o cinge-se ao fato de que nÃ£o houve especificaÃ§Ã£o expressa na DecisÃ£o (fl. 407) quanto Ã natureza dos honorÃ¡rios a ser bloqueado por ocasiÃ£o da LiquidaÃ§Ã£o de SentenÃ§a. Compulsando os autos, de fato verifico que houve a revogaÃ§Ã£o dos poderes anteriormente conferidos aos peticionantes de fl. 396, e que subsiste discussÃ£o acerca da exigibilidade dos HonorÃ¡rios Contratados com o causÃ-dico substituÃ-do pelos embargantes, eis que desde o ano de 2016 vem sendo representados por novos patronos. Tais elementos ensejam cautela deste JuÃ-zo quanto Ã Ordem de constriÃ§Ã£o relativa aos honorÃ¡rios contratuais. Portanto nÃ£o sendo a presente aÃ§Ã£o, via adequada para discutir os dispositivos contratuais derivados das obrigaÃ§Ãµes eventualmente pactuadas entre Constituinte e constituÃ-dos, Ã© que torna-se passÃ-vel de reconhecimento a indicada elucidaÃ§Ã£o a fim de integralizar o decisum ora confrontado. NÃ£o Ã© outro o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a acerca da matÃ©ria: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÃNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÃMULAS 282 E 356 DO STF. ART.Â 535Â DOÂ CPC. NEGATIVA DE PRESTAÃÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. APRECIAÃÃO DE DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE.Â HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. DISTRIBUIÃÃO ENTRE OS ADVOGADOS QUE ATUARAM NA CAUSA. NECESSIDADE DEÂ AÃÃOÂ AUTÃNOMA.Â (...). 5. A controvÃ©rsia quanto aoÂ percentualÂ deÂ honorÃ¡riosÂ advocatÃ-cios que cadaÂ advogadoÂ que atuou na causa deve receber, tendo em vista aÂ revogaÃ§Ã£o do mandato e substituiÃ§Ã£o dos causÃ-dicos, deve ser solucionada emÂ aÃ§Ã£o autÃ´noma. 6. Recursos especiais a que se nega provimento. (REsp 766.279/RS, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/10/2005, DJ 18/09/2006 p. 278)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.Â HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. EXECUÃÃO. DIREITO AUTÃNOMO DOÂ ADVOGADO. DIVERGÃNCIA JURISPRUDENCIAL. CONFRONTAÃÃO ANALÃTICA. NÃ£o hÃ¡ contrariedade dos arts.Â 23Â eÂ 24Â da Lei nÂºÂ 8.906/94 na hipÃ³tese em que o acÃ³rdÃ£o recorrido, ante a peculiaridade do caso concreto consubstanciada naÂ revogaÃ§Ã£oÂ do mandato outorgado aoÂ advogadoÂ ora recorrente e a ulterior transaÃ§Ã£o entre as partes com a participaÃ§Ã£o do novo causÃ-dico, conclui que a controvÃ©rsia daÃ- originada quanto ao direito aosÂ honorÃ¡riosÂ advocatÃ-cios deve ser solucionada emÂ aÃ§Ã£oÂ autÃ´noma. A divergÃªncia jurisprudencial deve ser demonstrada por meio da confrontaÃ§Ã£o analÃ-tica dos julgados. Recurso Especial a que se nega provimento. (REsp 556570/SP, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2004, DJ 17/05/2004 p. 301). No mesmo sentido, os Tribunais Regionais se posicionam: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÃÃO DE SENTENÃA. FAZENDA PÃBLICA. REVOGACAO DE MANDATO.Â HONORÃRIOSÂ ADVOCATÃCIOS CONTRATUAIS. RESERVA. DESCABIMENTO. 1. Aplicadas as disposiÃ§Ãµes previstas no CÃ³digo de Processo Civil de 1973, em razÃ£o do teor do art.Â 14Â doÂ CÃ³digo de Processo Civil de 2015. 2. No caso em tela hÃ¡ que se considerar nÃ£o sÃ³ a determinaÃ§Ã£o prevista no art.Â 22,Â Â§ 4Âº, da Lei nÂºÂ 8.906/94, mas tambÃ©m que inexiste um consenso entre a parte exeqÃ¼ente e o procurador destituÃ-do, na medida em que houve aÂ revogaÃ§Ã£oÂ do mandato a ele outorgado. Neste contexto, eventual controvÃ©rsia atinente aosÂ honorÃ¡riosÂ advocatÃ-cios contratuais deve ser dirimida emÂ aÃ§Ã£oÂ prÃ³pria, e nÃ£o nos autos do presente recurso. RECURSO DESPROVIDO. UNÃNIME. (Agravo de Instrumento NÂº 70068811751, VigÃ©sima Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Hilbert Maximiliano Akihito Obara, Julgado em 25/04/2017). Diante do exposto, conheÃ§o dos embargos de declaraÃ§Ã£o e os provejo para completar o texto da decisÃ£o fl. 407, especificando na parte dispositiva do item 1, que o bloqueio deferido incida apenas sobre a verba decorrente dos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia ora reivindicados, mantendo-a inalterada nos demais termos. Intimem-se. BelÃ©m, 08 de Novembro de 2021. Rosana LÃºcia de Canelas bastos JuÃ-za de direito titular 1Âª VCE da Capital

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA 1ª UPJ VARAS CIVEL,EMPRES,ORFÃO,INTERDITO, AUSENTE,RESIDUO,ACID DO TRABALHO,REG PUBLICO - VARA: 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00000556820108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010000549 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) REU:EDUARDO AUGUSTO F. SOARES Representante(s): OAB 4777 - EDUARDO AUGUSTO FERREIRA SOARES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando que certificado o trÃ¢nsito em julgado, INTIME-SE a parte interessada para, nos termos do art. 513, Â§ 1Âº do CPC, acaso se faÃ§a necessÃ¡rio, dar inÃ-cio Ã FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, que deverÃ¡ fazÃª-lo diretamente no sistema PJE, por meio do cadastro prÃ³prio, atentando-se para efetuar a distribuiÃ§Ã£o por dependÃªncia ao presente feito. Â Â Â Â Â EsclareÃ§a-se, desde logo, que deverÃ¡ observadas os requisitos contidos no CÃ³digo de Processo Civil bem como instruir o feito com os documentos e cÃ³pias necessÃ¡rios a viabilizar o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Quanto ao presente processo fÃ-sico, DEVERÃ O MESMO SER REMETIDO AO SETOR DE ARQUIVO, a fim de evitar que haja duplicidade de execuÃ§Ãµes em razÃ£o da mesma decisÃ£o judicial, observadas as formalidades de praxe e em tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00000638320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810001971 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:KEUFFER COMERCIAL LTDA Representante(s): ROSOMIRO ARRAIS (ADVOGADO) OAB 7760 - FABIO LUIS FERREIRA MOURAO (ADVOGADO) OAB 15234 - SIMONE HATHERLY ARRAIS DE CASTRO FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:J C BAR E RESTAURANTE LTDA Representante(s): OAB 15007 - ELLEN LARISSA ALVES MARTINS (ADVOGADO) OAB 19559 - RAISSA DIAS BIOCALTI RODRIGUES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÊncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00000786320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610002327 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:EDILSON PINTO SOARES EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) MARIA ROSINEIDE ALVES DE LIMA (ADVOGADO) KATARINA ROBERTA MOUSINHO DE MATOS BRANDAO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â

Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00003026520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410010661 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) MARIA DO PERPETUO SOCORRO RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) MANOEL AGAPITO MAIA FILHO (ADVOGADO) REU:ADNIR SARMENTO PINTO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00004500420048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410017500 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:IMPORTADORA HOLANDA LTDA AUTOR:MASO INDUSTRIAL S.A Representante(s): ROSOMIRO ARRAIS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00008301519988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810011017 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 11529 - GIOVANNI DOS ANJOS PICKERELL (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) ADVOGADO:BENEDITO ROCHA ADVOGADO:MARIA DEUSA ANDRADE DA SILVA REU:FERNANDO ANTONIO DE ABREU PINTO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â

INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00008577419988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810011366 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 ENVOLVIDO:RAIMUNDA MARIA LEITE BORGES Representante(s): OAB 28135 - BRUNO LAUZID KLEINLEIN LINS (ADVOGADO) INVENTARIADO:ODNALRO CRUZ VIDEIRA AUTOR:ODNALRO CRUZ VIDEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 28135 - BRUNO LAUZID KLEINLEIN LINS (ADVOGADO) AUTOR:FABIANA BORGES VIDEIRA DE OLVIEIRA Representante(s): OAB 28135 - BRUNO LAUZID KLEINLEIN LINS (ADVOGADO) AUTOR:THIAGO BORGES VIDEIRA. DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INVENTÃRIO ajuizada porÂ Raimunda Maria Leite BorgesÂ em razÃ£o do falecimento de Odnalro Cruz Videira.Â Â Â Â Â O feito foi redistribuÃ-do ao JuÃ-zo da 10Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital, o qual, atravÃ©s da decisÃ£o Ã s fls. 95/95v, declinou da competÃªncia para apreciar o feito ante a existÃªncia de Â¿Â INTERESSE DE ÃRFÃO MENORÂ¿. Â Â Â Â Â Autos conclusos. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Observa-se de plano que, diversamente do que afirmou o juÃ-zo declinante, a INCAPACIDADE CIVIL deÂ forma genÃ©ricaÂ nÃ£o Ã© condiÃ§Ã£o suficiente a atrair a competÃªncia deste JuÃ-zo especializado, nos termos do art. 105 da Lei 5.008/91 c/c a ResoluÃ§Ã£o nÂª 023/2007, que se limita ao casos que envolvem ÃRFÃOS, INTERDITOS E AUSENTES. Â Â Â Â Â Constata-se que, desde o ajuizamento da lide, o menor se encontra representado por sua genitora, nÃ£o existindo, portanto, orfandade na medida em que esta estÃ¡ adstrita ao falecimento de ambos os genitores, condiÃ§Ã£o que colocaria o menor em situaÃ§Ã£o de risco, o que nÃ£o se verifica neste caso. Â Â Â Â Â Assim, esta demanda detÃ©m carÃ¡ter eminentemente patrimonial, atinente a direito individual e disponÃ-vel em que se pretende discutir acerca dos bens deixados pelo de cujus, o que atrai de forma absoluta a competÃªncia das Varas CÃ-veis Comuns responsÃ¡veis pela apreciaÃ§Ã£o de feitos de SUCESSÃO. Â Â Â Â Â Exalce-se que, conforme PRECEDENTES RECENTES do E. TJPA, o JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, Interditos e Ausentes estÃ¡ vinculado Ã s aÃ§Ãµes em que o menor seja Ã³rfÃ£s bilateral, visto que, nos casos em que se encontra representado por uma dos genitores, nÃ£o hÃ¡ situaÃ§Ã£o de risco a ensejar a competÃªncia da vara especializada, tratando-se, na verdade, de aÃ§Ã£o meramente patrimonial, como o caso presente. Neste sentido, em recente decisÃ£o MonocrÃ¡tica da Des. MARIA DO CÃO MACIEL COUTINHO, Relatora no CONFLITO DE COMPETÃNCIA nÂº 0800448-41.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo no processo de inventÃ¡rio nÂº 0832493-39.2019.8.14.0301, restou estabelecida a competÃªncia do JuÃ-zo primevo (11Âª VCE da Capital) que declinou a competÃªncia em aÃ§Ã£o de natureza cÃ-vel, CUJA INTEGRA DO ACÃRDÃO FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO. Observo, por fim, que o mesmo entendimento foi esposado pelo E. TJPA nos Conflitos de CompetÃªncia de nÂº 0804922-55.2021.8.14.0000, 0804984-95.2021.8.14.0000 e 0802435-15.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo, em cujo bojo os Des. Relatores entenderam que a competÃªncia Ã© do juÃ-zo sucessÃ³rio quando o menor estiver representado por um de seus genitores, como no caso presente. ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados, balizada pelos precedentes firmados pelo E. TJPA e em prestÃ-gio aos PrincÃ-pios da EficiÃªncia e Celeridade Processual, DEVOLVO OS AUTOS AO JUÃZO ORIGINÃRIO (10Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital), por ser o competente para apreciar o feito. Â Diligencie-se. Cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 03 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00009050719978140301 PROCESSO ANTIGO: 19971001288 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:NAGIB CHARONE FILHO AUTOR:ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 138723 - RICARDO NEGRAO (ADVOGADO) REU:SENCO SOCIEDADE DE ENGIND E COMLTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE

SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00009162320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 5109 - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 1910 - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:SILVA E SILVA COM. E REP. E SERVIÇOS LTDA EXECUTADO:ALEXANDRE DE SOUZA COELHO EXECUTADO:ULISSES DE SOUZA COELHO EXECUTADO:SILVA E SILVA COMERCIO COM REP E SERVICOS LTDA EXECUTADO:ANTÔNIO MARCOS FELIPE DA SILVA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00009248820108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010013039 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:ARITANA AMAZON TUR LTDA EPP EXECUTADO:ALAN SERRUYA EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00009324820108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010013196 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o:

Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:EDUARDO PEREZ BOULLOSA JUNIOR Representante(s): OAB 21442 - THIAGO BARBOSA BASTOS REZENDE (ADVOGADO) OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) REU:JOSE DE LIMA JUNIOR Representante(s): OAB 6987 - SANTINO SIROTHEAU CORREA JUNIOR (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando que jÃ¡ deferido o pedido e, inclusive, realizado o recolhimento das custas pertinentes, RETORNEM OS AUTOS CONCLUSOS PARA REALIZAÃÃO DE DILIGÃNCIA atravÃ©s dos sistemas judiciais (INFOJUD/RENAJUD/SISBAJUD) requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00010030520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 151056 - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARCELO SILVA DE SOUZA Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARCELO SILVA DE SOUZA - ME Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00010468620028140301 PROCESSO ANTIGO: 199610149210 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) AUTOR:JOSE CANDIDO RIBEIRO NETO Representante(s): OAB 3601 - JOSE CANDIDO RIBEIRO NETO (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os autos de aÃ§Ã£o originalmente distribuÃ-das Ã 1Âª Vara CÃ-vel, vindo aportar na 3Âª Vara CÃ-vel por forÃ§a das declaraÃ§Ãµes de suspeiÃ§Ã£o acostadas Ã fl. 61 dos autos dos Embargos Ã AÃ§Ã£o MonitÃ³ria NÂº. 0001078-23.2002.8.14.0301. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, considerando que a competÃªncia Ã© definida no momento do registro ou da distribuiÃ§Ã£o da petiÃ§Ã£o inicial, nos termos do art. 43 do CPC, e que resta superada a suspeiÃ§Ã£o uma vez que o(a) Magistrado(a) que prolatou a decisÃ£o de fls. 61 nos autos retromencionados nÃ£o mais responde pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital, DEVOLVO os autos a este JuÃ-zo Natural, por ser competente para processar o feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int., dil. e cumpra-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â Â Â Â Â SS PROCESSO: 00010644319958140301 PROCESSO ANTIGO: 199510014697 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) SERGIO JORGE DIAS FEITOSA (ADVOGADO) ORLANDO WALLACE DA SILVA E MOTA (ADVOGADO) ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILIO (ADVOGADO) PEDRO TOURINHO TUPINANBA (ADVOGADO) REU:MARIA AMELIA DIAS DA COSTA REU:LUSIGNAN DIAS DA COSTA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM:

TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00010653320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410039025 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:SILVIO KOS BURLAMAQUI DE MIRANDA Representante(s): OAB 3177 - MAURO MENDES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 6788 - MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:BANCO BCN S/A Representante(s): OAB 7961 - MICHEL FERRO E SILVA (ADVOGADO) OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) REU:NEWTON BULAMARQUI DE MIRANDA JUNIOR Representante(s): OAB 6607 - EMANUEL AMARAL DOS SANTOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00010782320028140301 PROCESSO ANTIGO: 199610056463 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S/A Representante(s): OAB 6168 - LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (ADVOGADO) OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) RUI FRAZAO SOUSA (ADVOGADO) REU:JOSE CANDIDO RIBEIRO NETO Representante(s): OAB 3601 - JOSE CANDIDO RIBEIRO NETO (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº0001078-23.2002.8.14.0301 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam os autos de aÃ§Ã£o originalmente distribuÃ-das Ã 1Âª Vara CÃ-vel, vindo aportar na 3Âª Vara CÃ-vel por forÃ§a das declaraÃ§Ãµes de suspeiÃ§Ã£o acostadas Ã fl. 61 dos autos dos Embargos Ã AÃ§Ã£o MonitÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, considerando que a competÃªncia Ã© definida no momento do registro ou da distribuiÃ§Ã£o da petiÃ§Ã£o inicial, nos termos do art. 43 do CPC, e que resta superada a suspeiÃ§Ã£o uma vez que o(a) Magistrado(a) que prolatou a decisÃ£o de fls. 61 nÃ£o mais responde pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital, DEVOLVO os autos a este JuÃ-zo Natural, por ser competente para processar o feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int., dil. e cumpra-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â Â Â Â Â SS PROCESSO: 00011970520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:IZABELA CRISTINE DOS SANTOS Representante(s): OAB 5216 - MARIA TEREZA SOEIRO FONSECA (ADVOGADO) OAB 11492 - JORGE MANUEL TAVARES FERREIRA MENDES (ADVOGADO) INVENTARIADO:JOSÉ CARLOS ANDRADE DE ARAÚJO. Ã©SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que

os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CUSTAS NA FORMA DA LEI. Â Â Â Â Â DEIXO DE CONDENAR A PARTE AUTORA ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, considerando tratar-se de matÃ©ria reconhecida de ofÃ-cio por este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº1do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 1Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se PROCESSO: 00012781420038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310027203 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 5109 - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 1910 - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) REU:FLORIPA AGROINDUSRIAL LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00012784320098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910029386 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ADMA JORGE EREIRO AUTOR:NATALIA INAGAKI DE ALBUQUERQUE Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS

(ADVOGADO) OAB 36635 - NEWTON LEOPOLDO DA CAMARA NETO (ADVOGADO) AUTOR:ESPOLIO DE SELISMAN DINAJA GOMES AUTOR:LAERCIO FLAVIO PINHEIRO GOMES REU:BANCO BRADESCO SA Representante(s): IONE ARRAIS OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) AUTOR:ANDRE LUIZ EREIRO GOMES AUTOR:BINKO UTHIYAMA INAGAKI AUTOR:VANESSA DE NAZARE EREIRO GOMES AUTOR:LAURO COUITI INAGAKI FILHO AUTOR:ESPOLIO DE LAURO COUITI INAGAKI AUTOR:ESPOLIO DE PAULO MOTTA DE CASTRO AUTOR:MARCOS PARRY DE CASTRO Representante(s): OAB 14.245-A - THAISA CRISTINA CANTONI FRANCA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 00012784320098140301 DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â 1. Tendo em vista a multiplicidade de autores e os reiterados petitÃ³rios atravessados pelo banco RÃ©u que, ora noticiam a realizaÃ§Ã£o de acordo, ora requerem a desconsideraÃ§Ã£o do pedido de homologaÃ§Ã£o, ora requer a desconsideraÃ§Ã£o do pedido de desconsideraÃ§Ã£o, provocando inaceitÃ¡vel imbrÃ³glio no processo, determino que se INTIMEM AS PARTES para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ESCLAREÃAM de forma objetiva e individualizadaÂ a realizaÃ§Ã£o ou nÃ£o de acordo com cada um dos autores, requerendo o que entender de direito para cada caso, instruindo-se com o termo de acordo respectivo, se for o caso, sob as penas legais. Â Â Â Â Â 2. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00014151620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810044393 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO FIAT SA Representante(s): OAB 15458 - THIAGO NONATO SILVA VARGAS (ADVOGADO) OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 18691-A - JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (ADVOGADO) REU:PAULO RENATO LIMA GUIMARAES Representante(s): MARIA DO SOCORRO GUIMARAES (ADVOGADO) . Ã©SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, em virtude de mudanÃ§a de endereÃ§o, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â DEIXO DE CONDENAR A PARTE AUTORA ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista que sequer efetuada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS, eventualmente pendente de recolhimento, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do

art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº1do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡,Â 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL 1Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se PROCESSO: 00014258020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:IVANETE DO SOCORRO ABRAÇADO AMARAL Representante(s): OAB 5041 - FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA (ADVOGADO) REU:MADRI INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) OAB 15410-A - CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:PDG VENDAS Representante(s): OAB 12268 - CASSIO CHAVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) OAB 15410-A - CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0001425-80.2014.8.14.0301 Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de pedido de CUMPRIMENTO DE SENTENÃA apresentado por IVANETE DO SOCORRO ABRAÃADO AMARAL em razÃ£o da sentenÃ§a prolatada Ã fls.321/325 dos autos, a qual julgou parcialmente procedente o pleito autoral. As partes exequentes acostam planilha atualizada do dÃ©bito Ã s fls. 330/331. Â Â Â Â Â Ãs fls. 334/339, a parte executada arguiu, em sÃ-ntese, a impossibilidade de processamento do feito em razÃ£o da aprovaÃ§Ã£o do plano de recuperaÃ§Ã£o judicial da rÃ©, nos autos do processo nÂº 1016422-34.2017.8.26.0100, em tramite junto ao JuÃ-zo da 1Âª Vara de FalÃªncias e RecuperaÃ§Ãµes Judiciais e Conflitos do Foro Central da Comarca de SÃ£o Paulo. Â Â Â Â Â Nada mais sendo requerido, os autos retornaram conclusos.Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Inicialmente, cabe destacar que a executada estÃ¡ em regime de RecuperaÃ§Ã£o Judicial e obteve a aprovaÃ§Ã£o do Plano de RecuperaÃ§Ã£o, a ele submetendo-se os crÃ©ditos anteriores a 06 de dezembro de 2017, conforme sentenÃ§a colacionada aos autos Ã s fls. 340/347. Â Â Â Â Â No caso em exame, possÃ-vel verificar que o fato gerador do dano que ensejou a condenaÃ§Ã£o ocorreu em dezembro/2012, ou seja, em data ANTERIOR ao pedido de recuperaÃ§Ã£o judicial da executada, deferida em 06/12/2017. Â Â Â Â Â Assim, a obrigaÃ§Ã£o Ã© anterior ao deferimento do plano de recuperaÃ§Ã£o, razÃ£o pela qual se sujeita aos seus efeitos (art. 49 da Lei nÂº 11.101/05), NÃO sendo, portanto, permitido o processamento do cumprimento de sentenÃ§a pelo credor no presente juÃ-zo. Trata-se, pois de crÃ©dito concursal. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar igualmente que a parte requerida/executada nÃ£o trouxe quaisquer elementos de impugnaÃ§Ã£o frente ao cÃ¡lculo apresentado ou quanto ao valor indicado como devido pela exequente. Â Â Â Â Â Ocupou-se, portanto, em questionar aspectos formais, como a competÃªncia do JuÃ-zo e a possibilidade de adoÃ§Ã£o de medidas constritivas, por outro juÃ-zo, que nÃ£o o responsÃ¡vel pela apreciaÃ§Ã£o da recuperaÃ§Ã£o judicial. Â Â Â Â Â NÃ£o merece razÃ£o os argumentos trazidos pelo rÃ©u. Isto porque, em relaÃ§Ã£o Ã prevenÃ§Ã£o decorrente da existÃªncia de aÃ§Ã£o de recuperaÃ§Ã£o judicial, a Ãºnica hipÃ³tese de prevenÃ§Ã£o do juÃ-zo da recuperaÃ§Ã£o judicial na Lei 11.101/05 se dÃ¡ em Â¿qualquer outro pedido de recuperaÃ§Ã£o judicial ou de falÃªncia, relativo ao mesmo devedorÂ¿, de sorte que, as demais aÃ§Ãµes deverÃ£o tramitar nos juÃ-zos competentes, salvo aquelas hipÃ³teses de execuÃ§Ã£o ou constriÃ§Ã£o de bens, conforme reconhecido pela lei e jurisprudÃªncia aplicÃ¡veis Ã matÃ©ria. Â Â Â Â Â Assim, o reconhecimento do valor devido e a extinÃ§Ã£o da fase de execuÃ§Ã£o, com a declaraÃ§Ã£o do valor devido, compete ao JuÃ-zo originÃ¡rio, o qual, porÃ©m, fica impossibilitado de realizar quaisquer atos constritivos, tendo em vista que, em se tratando de empresa em fase de recuperaÃ§Ã£o judicial, cabe ao JuÃ-zo universal dispor acerca de seu patrimÃ´nio, de modo que torne viÃ¡vel o plano de soerguimento da referida empresa, conforme entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a: Â AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÃNCIA. PRELIMINAR AFASTADA. COMPETÃNCIA INTERNA. SEGUNDA SEÃÃO DO STJ. PRECEDENTES. MÃRITO: EXECUÃÃO FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÃÃO JUDICIAL. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÃÃO SISTEMÃTICO-TELEOLÃGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. MANUTENÃÃO DA ATIVIDADE ECONÃMICA. COMPETÃNCIA DO JUÃZO RECUPERACIONAL PARA OS ATOS QUE IMPLIQUEM RESTRIÃÃO PATRIMONIAL. PRECEDENTES ESPECÃFICOS DA SEGUNDA SEÃÃO DO STJ. MANUTENÃÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgInt no CC 157.507/PE, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÃÃO, julgado em

08/08/2018, DJe 14/08/2018) Â Â Â Â Â Com a propositura do pedido de RecuperaÃ§Ã£o Judicial, a regra do concurso de credores estabelecida pela Lei 11.101/05 Ã© de que o crÃ©dito deve se submeter ao Plano de RecuperaÃ§Ã£o Judicial, sob pena de se criar situaÃ§Ãµes vantajosas em relaÃ§Ã£o a todos os demais credores em iguais condiÃ§Ãµes, em clara ofensa ao princÃ-pio par conditio creditorum. Â Â Â Â Â No caso concreto, tendo o crÃ©dito sido constituÃ-do por sentenÃ§a transitada em julgado, a parte deverÃ¡ promover a sua respectiva HabilitaÃ§Ã£o no processo de RecuperaÃ§Ã£o Judicial, nos termos do art. 9Âº da Lei 11.101/05, para a sua inclusÃ£o no Quadro Geral de Credores e conseguinte pagamento conforme o Plano de RecuperaÃ§Ã£o Judicial, conforme jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a: DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÃÃO JUDICIAL. APROVAÃÃO DO PLANO. NOVAÃÃO. EXECUÃÃES INDIVIDUAIS AJUIZADAS CONTRA A RECUPERANDA. EXTINÃÃO. 1. A novaÃ§Ã£o resultante da concessÃ£o da recuperaÃ§Ã£o judicial apÃ³s aprovado o plano em assembleia Ã© sui generis, e as execuÃ§Ãµes individuais ajuizadas contra a prÃ³pria devedora devem ser extintas, e nÃ£o apenas suspensas. 2. Isso porque, caso haja inadimplemento da obrigaÃ§Ã£o assumida por ocasiÃ£o da aprovaÃ§Ã£o do plano, abrem-se trÃªs possibilidades: (a) se o inadimplemento ocorrer durante os 2 (dois) anos a que se refere o caput do art. 61 da Lei n. 11.101/2005, o juiz deve convolar a recuperaÃ§Ã£o em falÃªncia; (b) se o descumprimento ocorrer depois de escoado o prazo de 2 (dois) anos, qualquer credor poderÃ¡ pedir a execuÃ§Ã£o especÃ-fica assumida no plano de recuperaÃ§Ã£o; ou (c) requerer a falÃªncia com base no art. 94 da Lei. 3. Com efeito, nÃ£o hÃ¡ possibilidade de a execuÃ§Ã£o individual de crÃ©dito constante no plano de recuperaÃ§Ã£o - antes suspensa - prosseguir no juÃ-zo comum, mesmo que haja inadimplemento posterior, porquanto, nessa hipÃ³tese, se executa a obrigaÃ§Ã£o especÃ-fica constante no novo tÃ-tulo judicial ou a falÃªncia Ã© decretada, caso em que o credor, igualmente, deverÃ¡ habilitar seu crÃ©dito no juÃ-zo universal. 4. Recurso especial provido. (STJ - REsp: 1272697 DF 2011/0195696-6, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 02/06/2015, T4 - QUARTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 18/06/2015). Grifei. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, nÃ£o mais podendo os atos executÃ³rios prosseguiram perante este JuÃ-zo e nÃ£o tendo havido qualquer impugnaÃ§Ã£o quanto ao valor declarado como devido, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do art. 924, III do CPC. Â Â Â Â Â DEIXO DE CONDENAR AMBAS AS PARTES AO PAGAMENTO DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, considerando que a impugnaÃ§Ã£o foi apresentada por simples petiÃ§Ã£o, nos termos do artigo 917, Â§1Âº do CPC/15, nÃ£o sendo cabÃ-vel, ainda, a condenaÃ§Ã£o em verbas sucumbenciais e custas, conforme pacÃ-fico entendimento da jurisprudÃªncia. Â Â Â Â Â Por fim, EXPEÃA-SE CARTA DE CRÃDITO em nome dos autores na monta dos valores informados Ã fl. 330/331 dos autos, os quais devem ser devidamente atualizados, a fim de se habilitarem perante o processo nÂº 1016422-34.2017.8.26.0100, em tramite junto ao JuÃ-zo da 1Âª Vara de FalÃªncias e RecuperaÃ§Ãµes Judiciais e Conflitos do Foro Central da Comarca de SÃ£o Paulo, considerando tratar-se de JuÃ-zo Universal. Â Â Â Â Â P. R. I. C. Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, observadas as cautelas de praxe e, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema processual. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA., 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â SS PROCESSO: 00014469720108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010020547 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:INDIANAPOLIS COMERCIO E SERVICOS DE MOTOCICLETAS LTDA Representante(s): OAB 14110 - SERGIO LEITE CARDOSO FILHO (ADVOGADO) OAB 10932 - CARLOS AUGUSTO DE PAIVA LEDO (ADVOGADO) OAB 16676 - OTAVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELO (ADVOGADO) OAB 23152 - ANA CAROLINA COURA BASTOS (ADVOGADO) OAB 15000 - BRENO LOBATO CARDOSO (ADVOGADO) EXECUTADO:ELETRO CRED COMERCIO E SERVICOS DE MOTOCICLETAS LTDA EXECUTADO:JAMIL SALIM DE FREITAS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos

autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃza Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00015452420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710049683 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 09/11/2021 EMBARGANTE:JOSE WILSON SHERRING DA ROCHA Representante(s): JOAO BOSCO OLIVEIRA DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 265873 - NATHASHA AMARAL DA ROCHA (ADVOGADO) JOAO BOSCO OLIVEIRA DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 265873 - NATHASHA AMARAL DA ROCHA (ADVOGADO) EMBARGADO:CONDOMINIO DO EDIFICIO CARMEN. ÃPROCESSO NÂº 0001545-24.2007.8.14.0301 Â Â Â Â Â SENTENÃA. Â Â Â Â Â VISTOS. Â Tratam os presentes autos de EMBARGOS DE TERCEIRO, opostos por JosÃ© Wilson Sherring da Rocha em face de CondomÃnio do Edificio Carmem, visando combater a execuÃ§Ã£o na aÃ§Ã£o sumÃ¡ria de cobranÃ§a proposta pela o ora embargado. Â Â Â Â Â Autos sentenciados Ã s fls. 62/67. Â Â Â Â Â Interposto recurso de apelaÃ§Ã£o (68/71), o qual fora dado provimento para desconstituir a sentenÃ§a, vide fls. 103/104. Â Â Â Â Â Â Ã fl. 110, considerando o tempo de paralisaÃ§Ã£o do processo, este juÃzo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para o embargante manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â Procedida a intimaÃ§Ã£o pessoal no endereÃ§o na inicial, a parte autora nÃ£o foi localizada em virtude de inconsistÃªncia de endereÃ§o (nÃ£o existe o nÃºmero), conforme certificado Ã fl. 113. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada nÃ£o diligenciou mais no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â CabÃvel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃzo. Â Â Â Â Â Saliente-se tambÃ©m ser dever das partes, manter o endereÃ§o atualizado nos autos, de modo que, caberia a parte autora desincumbir-se do Ã´nus previsto no art. 77, V do CPC, o que tambÃ©m deixou de fazÃª-lo. Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA ao pagamento das custas processuais, eventualmente pendentes de recolhimento, bem como ao pagamento de HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, Â§2Âº, do CPC/2015, salientando que, sendo a parte BENEFICIÃRIA DA JUSTIÃA GRATUITA, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃtimos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº[1] do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃza de Direito Titular da 3Âª Vara CÃvel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â [1] Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se. PROCESSO: 00017081119998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910027205 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA FERNANDA MARTINS DE OLIVEIRA Representante(s): PATRICIA HANNA MEIRA (ADVOGADO) OAB 18634 - KARINA TUMA MAUES (ADVOGADO) REU:JOSE RAIMUNDO COSTA DA SILVA REU:IVETE MARIALVA MORAES. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o

fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃzo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃza Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00019595820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REU:EDEN LUIS NUNES DOS REIS Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:ALINE FARIAS DO NASCIMENTO. p. 0001959-58.2013.8.14.0301 Â Â Â Â Â SENTENÃA. Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A em face de ALINNE FARIAS DO NASCIMENTO e EDEN LUIS NUNES DOS REIS, todos qualificados nos autos da aÃ§Ã£o em epÃgrafe. Â Â Â Â Â A parte autora foi intimada para emendar a petiÃ§Ã£o inicial, considerando a necessidade de apresentaÃ§Ã£o do original do contrato avenÃ§ado entre as partes, documento essencial Ã propositura da aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, sob pena de indeferimento da exordial, conforme decisÃ£o de fl. 43. Â Â Â Â Â Devidamente intimada para proceder a juntada de documento essencial ao deslinde da presente aÃ§Ã£o, o requerente deixou de atender ao comando judicial, insurgindo-se por meio de juntada de cÃ³pias (certidÃ£o fl. 44). Â Â Â Â Â Autos conclusos. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, o autor nÃ£o cumpriu o que lhe fora determinado, nem tampouco hÃ¡ notÃcia nos autos de que tenha apresentado recurso recebido com efeito suspensivo, limitando-se tÃ£o somente a anexar cÃ³pia do contrato estipulado entre as partes. Â Â Â Â Â O parÃ¡grafo Ãºnico do art. 321 do CPC prevÃª, expressamente, que a inicial serÃ¡ indeferida acaso nÃ£o realizada a emenda Ã inicial, conforme ocorreu no caso em tela. Â Â Â Â Â Note-se, que a determinaÃ§Ã£o de emenda nÃ£o se trata de mero requisito formal, considerando que a ausÃªncia de documentos que subsidiem e esclareÃ§am o pleito contido em sede de inicial, trata-se de requisito indispensÃ¡vel Ã propositura da aÃ§Ã£o, a fim de que reste comprovado o interesse de agir do autor. Â Â Â Â Â Nesta via, imperioso esclarecer que a petiÃ§Ã£o inicial defeituosa e mal instruÃda, quando o autor nÃ£o providencia a sua emenda e nÃ£o a instruÃ corretamente, EM QUE PESE TENHA SIDO OPORTUNIZADA SUA REGULARIZAÃÃO, impossibilita o exame da pretensÃ£o nela deduzida, constituindo-se vÃcio insanÃ¡vel que conduz Ã extinÃ§Ã£o processual, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Ã comezinho que o imenso acervo processual que avanÃ§a sobre os tribunais pÃ¡trios supera, em muito, os recursos humanos disponÃveis, sendo dever nÃ£o sÃ³ do Estado, mas especialmente das partes, diante deste cenÃ¡rio, cooperar simbioticamente a fim de evitar a perpetuaÃ§Ã£o de aÃ§Ãµes que nÃ£o observam sequer o mÃnimo necessÃ¡rio para seu regular desenvolvimento, especialmente de natureza indenizatÃ³ria, de modo a desencorajar Â¿aventuras jurÃdicasÂ¿ que superlotam o JudiciÃ¡rio e causam nefastos danos a direitos transindividuais da sociedade como um todo. Â Â Â Â Â De mais a mais, o mero descumprimento da decisÃ£o de emenda, sem a interposiÃ§Ã£o de recurso, impÃµe a aplicaÃ§Ã£o da sanÃ§Ã£o processual prevista no art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, qual seja o indeferimento da exordial. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, e, por tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 330, IV c/c artigo 320 e 321, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, INDEFIRO PETIÃÃO INICIAL e em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, I do CÃ³digo de Processo Civil/2015. Â Â Â Â Â Tendo em vista a constituiÃ§Ã£o de advogado pela demandada com consequente triangularizaÃ§Ã£o processual, e em atendimento ao princÃpio da sucumbÃªncia, CONDENO A PARTE REQUERENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, Â§2Âº, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº[1] do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Atente-se a Secretaria deste JuÃzo quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃtimos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â DESAPENSE-SE o processo revisional nÂº. 0032757-36.2012.8.14.0301 dos presentes autos, porquanto a propositura da aÃ§Ã£o revisional nÃ£o impede a configuraÃ§Ã£o da mora do devedor, o que afasta a alegaÃ§Ã£o de prejudicialidade no julgamento das demandas, nos termos da sÃºmula 380 do STJ. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente

certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema processual. BelÃ©m/PA., 05 de novembro de 2021. Â VALDEISE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital SS Â Â Â Â Â [1] Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se. PROCESSO: 00022093620048140301 PROCESSO ANTIGO: 20041007713 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:TOJA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA AUTOR:CIMENTOS DO BRASIL SA CIBRASA Representante(s): OAB 6655 - CYNTHIA SERRUYA (ADVOGADO) OAB 10988 - MONICA ARAUJO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 5717 - ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO (ADVOGADO) OAB 7895 - TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA (ADVOGADO) OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 7747 - ALAN HENRIQUE TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) OAB 10836 - ROBERTA JANAINA RODRIGUES PEREIRA MAUES (ADVOGADO) OAB 2534 - ALBERTO ALCEBIADES DE ALMEIDA PORTELLA NETTO (ADVOGADO) OAB 113-B - EDUARDO VITOR GONCALVES COUTINHO (ADVOGADO) OAB 17917 - FABIANA PORTELA ARAUJO (ADVOGADO) OAB 23343 - AMANDA REBELO BARRETO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00023507320078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710073757 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 EXEQUENTE:LAISA MASSARA D ALMEIDA Representante(s): OAB 14802-A - LUIZ FERNANDO MAUES OLIVIERA (ADVOGADO) OAB 12867 - LUIZ ISMAELINO VALENTE (ADVOGADO) EXECUTADO:RICARDO BRASIL VIANA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00023621019938140301 PROCESSO ANTIGO: 199310020404 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO ECONOMICO SA Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) REU:ENDECO - ENGENHARIA LTDA. Representante(s): OAB 1499 - MARIA DAS GRACAS RIBEIRO SAMPAIO (ADVOGADO) INTERESSADO:ESPOLIO DE HARLEY NOGUEIRA VIEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 6788 - MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE

DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00023891020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:YASUDA SEGUROS SA Representante(s): OAB 17376 - EDER DO VALE PALHETA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18363 - MARIETA RODRIGUES CAVALLERO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 255381-A - JORGE ANTONIO DANTAS SILVA (ADVOGADO) OAB 144.573 - FRANCISCO FERNANDO LOBO QUINTAS (ADVOGADO) REQUERIDO:PAULO EDUARDO FARIAS BRASILIENSE Representante(s): OAB 6255 - FERNANDO VASCONCELOS M DE CASTRO NETO (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 00023891020138140301 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CHAMO O FEITO A ORDEM: REGULARIZE-SE OS DADOS DO PROCESSO QUE TRATA DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS MOVIDO PELO ADVOGADO/EXEQUENTE FERNANDO VASCONCELOS MOREIRA DE CASTRO NETO EM FACE DA EMPRESA EXECUTADA SOMPO SEGURIS S/A, de tudo certificando nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. INTIME-SE O EXEQUENTE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca da impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a (fls. 128/132), sob as penas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Vencido o prazo encimado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e, estando digitalizados os autos e retificados os dados do processo, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. BelÃ©m/PA, 08 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00024691820058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510083138 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:ARNOBIO RIBEIRO DE NOVAES EXEQUENTE:ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS BATISTA TORRES DE CASTRO Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15234 - SIMONE HATHERLY ARRAIS DE CASTRO FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANDRE SANTOS MAONTEIRO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00024766720098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910058476

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:DOMICIANA DIAS FARIAS Representante(s): OAB 12746-A - ALISSON VINICIUS ARAUJO DA SILVA (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO S.A. Representante(s): OAB 178033 - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) AUTOR:ESPOLIO DE PERICLES DA MOTTA OLIVEIRA Representante(s): OAB 12746-A - ALISSON VINICIUS ARAUJO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:LUIS EMILIO MARTIN DE MELLO Representante(s): OAB 12746-A - ALISSON VINICIUS ARAUJO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DA PENHA ARRUDA DUMONT Representante(s): OAB 12746-A - ALISSON VINICIUS ARAUJO DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:OSCAR VIDAL MARTINS Representante(s): OAB 12746-A - ALISSON VINICIUS ARAUJO DA SILVA (ADVOGADO) HERDEIRO:EDIGLEUMA DE LOURDES FERREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 12746-A - ALISSON VINICIUS ARAUJO DA SILVA (ADVOGADO) HERDEIRO:PERICLES OLIVEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 12746-A - ALISSON VINICIUS ARAUJO DA SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0002476-67.2009.8.14.0301 SENTENÃA. VISTOS. Tratam os presentes autos de AÃO ORDINÃRIA proposta por DOMICIANA DIAS FARIAS, MARIA DA PENHA ARRUDA DUMONT, PERICLES DA MOTA OLIVEIRA, LUIZ EMIDIO MARTIN DE MELLO, OSCAR VIDAL MARTINS devidamente qualificados nos autos da aÃ§Ã£o em epÃ-grafe contra BANCO BRADESCO S/A. Ãs fls. 239/240, petiÃ§Ã£o apresentada pelas requerentes MARIA DA PENHA ARRUDA DUMONT e LUIZ EMIDIO MARTIN DE MELLO, requerendo homologaÃ§Ã£o de acordo. Ãs fls. 250/251, 257/260, 265/267, petiÃ§Ãµes apresentadas pela rÃ© requerendo homologaÃ§Ã£o de acordo com os autores MARIA DA PENHA ARRUDA DUMONT e LUIZ EMIDIO MARTIN DE MELLO, informando que o acordo foi integralmente cumprido, juntando o comprovante de pagamento em favor dos autores e requer HOMOLOGAÃÃO DE ACORDO. Â Â Â Â Â Nada mais sendo requerido, os autos vieram conclusos para julgamento. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. No caso em apreÃ§o, verifica-se que Luiz Emidio Martin de Mello e Maria da Penha Arruda Dumont, celebraram acordo extrajudicial com objetivo de pÃ´r fim Ã presente aÃ§Ã£o. Â Considerando que o acordo firmado entre as partes se encontra em consonÃ¢ncia com as exigÃªncias legais, deve ser homologado, impondo-se extinÃ§Ã£o do processo, a teor do que dispÃµe o CÃ³digo Processual Civil. O artigo 200, caput, do CÃ³digo de Processo Civil determina: Os atos das partes consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, modificaÃ§Ã£o ou extinÃ§Ã£o de direitos processuais. Â Â Â Â Â Posto isso, HOMOLOGO POR SENTENÃA o presente acordo, para que produza seus efeitos jurÃ-dicos e legais entre as partes subscritoras, em tudo observadas as cautelas da lei e, consequentemente, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fundamento no artigo 487, inciso III, alÃ-nea Â¿bÂ¿, do CPC/2015. Â Â Â Â Â DEVERÃO SER OBSERVADAS AS CONDIÃÃES ESTIPULADAS NO ACORDO, NO TOCANTE AS CUSTAS E HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. Â Â Â Â Â Em contrapartida, havendo transaÃ§Ã£o e nada tendo as partes disposto quanto Ã s despesas, estas serÃ£o divididas igualmente (art. 90, Â§2Âº do CPC), salientando-se que, se a transaÃ§Ã£o ocorrer antes da sentenÃ§a, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. (art. 90, Â§3Âº do CPC). Â Â Â Â Â Por fim, atente-se que sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC.Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00027751119998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910043081 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 211648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:HILARIO ALVARO RODRIGUES REU:RAIMUNDA LIDIA DA COSTA RODRIGUES REU:NATURA NAVTRANSE TURISMO AMAZONIA LTDA ADVOGADO:JOSE MAURICIO MENASSEH NAHON.. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem

ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00029401719978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710044920 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) ADVOGADO:EDMUNDO PINHEIRO JUNIOR REU:ORLANDO CRUZ DA SILVA REU:CLEONICE QUEIROZ DA SILVA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00030127420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Multa em: 09/11/2021 EXEQUENTE:PANIFICADORA E DISTRIBUIDORA VITAPAN LTDA ME Representante(s): OAB 15007 - ELLEN LARISSA ALVES MARTINS (ADVOGADO) OAB 14198 - STELA FERNANDA GONCALVES PIRES (ADVOGADO) EXECUTADO:ANNA MARCIA BASTOS ROCHA Representante(s): OAB 8314 - NAPOLIS MORAES DA SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00031873420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA DO SOCORRO OLIVEIRA FEITOSA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO FIBRA SA Representante(s): OAB 18335-A - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Embora o art. 12 do novo CPC determine a ordem cronolÃ³gica de conclusÃ£o para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§as, parÃ¡grafo 2Âº, I e IV

do NCPC dispÃµe que as sentenÃ§as proferidas em audiÃªncia, homologatÃ³rias de acordo ou de improcedÃªncia liminar do pedido e as sentenÃ§as terminativas estÃ£o excluÃ-das da regra prevista no caput do mesmo artigo. Â Â Â Â Â Isso revela que o legislador optou por distinguir as situaÃ§Ãµes em que, pelo grau de simplicidade e rapidez com que uma sentenÃ§a pode ser proferida, seria injustificÃ¡vel que se aguardasse a prolaÃ§Ã£o de decisÃ£o em outros casos, em que a elaboraÃ§Ã£o do julgado tende a tomar mais tempo do juiz. Â Â Â Â Â NO CASO EM APREÃO, a parte autora requereu a DESISTÃNCIA da aÃ§Ã£o, de sorte que, a parte rÃ©, anuiu ao pedido formulado. Â Â Â Â Â A desistÃªncia consiste em faculdade processual conferida ao autor e se atrela intimamente Ã amplitude do exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Com efeito, nÃ£o se pode exigir, contra a vontade da parte, o prosseguimento de um feito, especialmente quando estÃ£o em jogo direitos disponÃ-veis, como os patrimoniais. Â Â Â Â Â No caso vertente, a parte autora declara nÃ£o existir mais interesse no prosseguimento do feito, sendo desnecessÃ¡ria a anuÃªncia do requerido, tendo em vista que, nÃ£o foi citado. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, HOMOLOGO o pedido de desistÃªncia, e, em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â SEM CUSTAS NEM HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe e dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00031929020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 12450 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIS FERNANDO SOUZA RODRIGUES Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) . DECISÃO VISTOS, ETC. 1. Considerando que o bem objeto da aÃ§Ã£o de busca e apreensÃ£o nÃ£o foi encontrado; considerando que se trata de bem mÃ³vel, de fÃ¡cil deterioraÃ§Ã£o em razÃ£o do prÃ³prio decurso do tempo; e, considerando ainda, que o valor do dÃ©bito em atraso encontra-se discriminado em planilha nos autos, CONVERTO A AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÃÃO DE EXECUÃÃO. Assim, ADOTE A UPJ as providÃªncias necessÃ¡rias, devendo alterar no sistema LIBRA a `classe processualÂ¿ da presente aÃ§Ã£o, fazendo constar que se trata de execuÃ§Ã£o, para fins de regularizaÃ§Ã£o processual, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos. 2. DEFIRO eventual pedido de substituiÃ§Ã£o do polo ativo, desde que colacionado aos autos comprovante da cessÃ£o de crÃ©dito em favor do terceiro, observadas as cautelas de praxe, que deverÃ¡ ser juntada no mesmo prazo concedido por este JuÃ-zo no item 3 da presente decisÃ£o. Adote a UPJ as providÃªncias necessÃ¡rias no tocante a alteraÃ§Ã£o do polo ativo na capa dos autos, bem como, no sistema, a fim de evitar confusÃ£o e tumulto processual. ApÃ³s, certifique-se. 3. Remetam-se os autos Ã UNAJ para cÃ¡lculo de eventuais custas judiciais pertinentes ou remanescentes e, apÃ³s, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas legais, juntar aos autos: a) o comprovante de pagamento de custas, se houver; b) a planilha atualizada do dÃ©bito; c) a via original do contrato a ser executado, caso esteja a exordial de busca e apreensÃ£o instruÃ-da apenas com a cÃ³pia do tÃ-tulo, haja vista a observÃ¢ncia estrita ao PRINCÃPIO DA CARTULARIDADE prÃ³prio das aÃ§Ãµes de execuÃ§Ã£o, acaso nÃ£o juntado ao processo. d) o endereÃ§o atualizado do rÃ©u, caso este nÃ£o tenha sido localizado naquele constante nos autos, esclarecendo-se, desde logo, que deverÃ¡ comprovar que esgotou todas as tentativas para localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para que, eventualmente, haja deferimento de consulta de endereÃ§o por meio dos sistemas eletrÃ´nicos. Saliente-se, ainda, que formulado pedido neste sentido, deverÃ¡ a parte interessada efetuar o recolhimento das custas pertinentes, sob pena de extinÃ§Ã£o. 4. Cumpridas as determinaÃ§Ãµes anteriores no prazo estabelecido, o que deve ser certificado, CITE-SE o executado para, no prazo de 03 (trÃªs) dias, efetuar o pagamento da dÃ-vida (CPC, art. 829), conforme planilha de dÃ©bito, alÃ©m de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, fixados no patamar de 10% (dez por cento) do valor total da execuÃ§Ã£o, ressalvando-se que, em caso de pagamento integral no prazo suso, ficam os honorÃ¡rios reduzidos pela metade (CPC, art. 827, Â§1Âº). 5. Citado o executado e verificado o nÃ£o pagamento no prazo assinalado, proceda-se o Sr. Oficial de JustiÃ§a Ã penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens para satisfaÃ§Ã£o do dÃ©bito, considerando, se for o caso, a indicaÃ§Ã£o de bens feita na exordial e, ainda, observando os bens garantidos em hipoteca, penhor ou outro direito real de garantia, de tudo lavrando-se auto, com intimaÃ§Ã£o do executado, bem como de seu cÃ´njuge, acaso a penhora recaia sobre bens imÃ³veis. NÃ£o havendo indicaÃ§Ã£o de bens pelo exequente, observe-se, preferencialmente, a ordem estabelecida no art. 835 do CPC. 6. Efetivada a citaÃ§Ã£o e realizada a penhora, intime(m)-se o(s) exequente(s) para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe(m) como

pretende(m) expropriar os bens constritos e, no mesmo prazo, caso este(s) bem(s) esteja(m) garantido(s) por hipoteca, penhor, outro direito real de garantia ou sob alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, providencie(m) os meios para realizaÃ§Ã£o de intimaÃ§Ã£o dos interessados, nos termos do art. 799 do CPC, sob as penas legais. 7. Havendo pedido quanto a utilizaÃ§Ã£o de forÃ§a policial, o deferimento ficarÃ¡ adstrito Ã comprovada necessidade, a ser certificada pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a. 8. NÃ£o encontrado o(a)s executado(a)s, porÃ©m, havendo bens de sua titularidade, determino ao Sr. Oficial de JustiÃ§a que proceda ao arresto de tantos quantos bastem para garantir a execuÃ§Ã£o, seguindo o processo na forma do art. 830 do CÃ³digo de Processo Civil. 9. NÃ£o localizados bens para arresto ou penhora ou restando frustrada a citaÃ§Ã£o, intime(m)-se o(s) exequente(s) para que, no prazo de 05 (cinco), regularize(m) a citaÃ§Ã£o e indique (m) bens para expropriaÃ§Ã£o, sob pena de reconhecimento de abandono e consequente extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. ApÃ³s, conclusos. 10. O prazo para interposiÃ§Ã£o de embargos Ã© de 15 dias, a contar da data de juntada aos autos do mandado cumprido, na forma do art. 231, II, do CPC. 11. Havendo requerimento neste sentido, fica autorizada a expediÃ§Ã£o de CertidÃ£o ao exequente para os fins preceituados no art. 799, IX do CPC, adstrito ao recolhimento prÃ©vio das custas pertinentes. O NÃO CUMPRIMENTO DOS ITENS 2 E/OU 3 DA PRESENTE DECISÃO INVIABILIZA O CUMPRIMENTO DOS DEMAIS ITENS DA PRESENTE DECISÃO, DEVENDO OS AUTOS VIREM IMEDIATAMENTE CONCLUSOS PARA SENTENÃA. Â Int., dil. e cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. BelÃ©m/PA,Â 9 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital ServirÃ¡ esta como MANDADO, nos termos do Provimento nÂº 11/2009-CJRMB, DiÃ¡rio da JustiÃ§a nÂº 4294 de 11/03/09, bem como, servirÃ¡ como intimaÃ§Ã£o por meio do DiÃ¡rio EletrÃ´nico, nos termos da ResoluÃ§Ã£o n. 014/07/2009. PROCESSO: 00032741719988140301 PROCESSO ANTIGO: 19981004717 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 09/11/2021 ADVOGADO:MARIA DE FATIMA RANGEL CANTO AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): ALLAN PINGARILHO (ADVOGADO) ADVOGADO:JOSE RAIMUNDO FARIAS CANTO REU:FRANCISCO DA SILVA SANTOS ADVOGADO:PAULO GIROUX REU:FRANCISCO DA SILVA SANTOS - ME REU:CARMEM MARIA DE QUADROS CASTANHO SANTOS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00033025520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 AUTOR:JOSE LINO FARO BARROS Representante(s): OAB 10662 - JAQUELINE NORONHA DE M FILOMENO KITAMURA (ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . p.0003302-55.2014.8.14.0301. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. 1.Â Â Â Â Â REMETAM-SE os presentes autos Ã CONTADORIA DO JUÃZO para fins de atualizaÃ§Ã£o dos cÃ¡lculos de fls. 173/177. 2.Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 3.Â Â Â Â Â ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o, deve a UPJ se atentar para a criaÃ§Ã£o/fixaÃ§Ã£o das etiquetas Â¿CONSULTA SISTEMA JUDICIALÂ¿ e Â¿EXPURGOS INFLACIONÃRIOSÂ¿, devendo os autos digitais serem armazenados na referida pasta. Â 4.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo e estando o feito devidamente

certificado, RETORNEM CONCLUSOS. Int., dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00034201620058140301 PROCESSO ANTIGO: 20051010753 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERIDO:ARMANDO DA SILVA SOARES Representante(s): OAB 22738 - HAMILTON GABRIEL SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) REQUERENTE:ANTONIO SERGIO BARATA DA SILVA Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando que certificado o trÃ¢nsito em julgado, INTIME-SE a parte interessada para, nos termos do art. 513, Â§ 1Âº do CPC, acaso se faÃ§a necessÃ¡rio, dar inÃ-cio Ã FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, que deverÃ¡ fazÃª-lo diretamente no sistema PJE, por meio do cadastro prÃ³prio, atentando-se para efetuar a distribuiÃ§Ã£o por dependÃªncia ao presente feito. Â Â Â Â Â EsclareÃ§a-se, desde logo, que deverÃ¡ observadas os requisitos contidos no CÃ³digo de Processo Civil bem como instruir o feito com os documentos e cÃ³pias necessÃ¡rios a viabilizar o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Quanto ao presente processo fÃ-sico, DEVERÃ O MESMO SER REMETIDO AO SETOR DE ARQUIVO, a fim de evitar que haja duplicidade de execuÃ§Ãµes em razÃ£o da mesma decisÃ£o judicial, observadas as formalidades de praxe e em tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00035866320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:JAILENE SHIRLY BRASIL ROCHA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÊncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00036760820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 13935 - MARCIO JOSE ISAKSON NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:LARISSA FERREIRA ROSSO NELSON. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÊncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-

SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00036906319938140301 PROCESSO ANTIGO: 199310030617 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:HARLEY NOGUEIRA VIEIRA JUNIOR Representante(s): MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) MAURO MENDES DA SILVA (ADVOGADO) REU:FLAVIO DE AZEVEDO LOBATO FILHO REU:RAFAEL LEVY REQUERIDO:ENDECO ENGENHARIA E DECORACOES LTDA Representante(s): OAB 7302 - GUILHERME HENRIQUE ROCHA LOBATO (ADVOGADO) OAB 1569 - JOSE AUGUSTO TORRES POTIGUAR (ADVOGADO) ADVOGADO:CARLOS EDUARDO ALVES DE MENDONCA AUTOR:MASSA FALIDA DO BANCO COMERCIAL BANCESA SA Representante(s): OAB 1572 - PAULO RUBENS XAVIER DE SA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00037786420128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 14835 - MANOEL AGAPITO MAIA FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:C P C MARTINS SERVIÇOS REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP Representante(s): OAB 2003 - ABRAHAM ASSAYAG (ADVOGADO) OAB 12172 - MARCOS JAYME ASSAYAG (ADVOGADO) EXECUTADO:ARMANDO JOSÉ CORREA MARTINS FILHO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00039912119988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810057237 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA Representante(s): OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 6557 - JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 9432 - LUCYANA PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 12364 - LENISE AYRES PEREIRA (ADVOGADO) OAB 16338 - KETTY LEE CARVALHO LIMA (ADVOGADO) OAB 20836 - MARCIA REGINA GARCIA DE MIRANDA (ADVOGADO) OAB 24423 - LUDMILA CAROLINA STAGGEMEIER (ADVOGADO) OAB 24842 - LARISSA CARNEIRO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26777 - WILLAME JOSE NASCIMENTO DA SILVA (ADVOGADO) REU:JOAQUIM

FONSECA NAV IND E COM SA REU:JOPE DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00040178519988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810057620 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 REU:BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S.A. Representante(s): OAB 5781 - LUIS CARLOS SILVA MENDONCA (ADVOGADO) AUTOR:JORGE ANTONIO SALHEB AUTOR:OSVALDINA PENEDO SALHEB AUTOR:IND. E COM. DE MADEIRAS CACULA LTDA. Representante(s): OAB 23221 - MANUEL ALBINO RIBEIRO DE AZEVEDO JUNIOR (ADVOGADO) EXEQUENTE:LUIS CARLOS DA SILVA MENDONCA Representante(s): OAB 5781 - LUIS CARLOS SILVA MENDONCA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 829, Â§ 2Âº do CPC: A penhora recairÃ¡ sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo juiz, mediante demonstraÃ§Ã£o de que a constriÃ§Ã£o proposta lhe serÃ¡ menos onerosa e nÃ£o trarÃ¡ prejuÃ-zo ao exequenteÂ¿. (grifou-se) Â Â Â Â Â Portanto, que cabe Ã parte autora indicar sobre quais bens deverÃ¡ recair a penhora, tendo em vista que, os interesses tutelados pelo Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o se confundem, necessariamente, com os da exequente, nÃ£o sendo cabÃ-vel que se coloque todo o organismo judiciÃ¡rio a serviÃ§o do credor apenas para localizar bens do executado, mormente quando nÃ£o hÃ¡ evidÃªncia da existÃªncia de bens passÃ-veis de serem constritos Â Â Â Â Â Assim, tem-se que Ã© Ã´nus da parte autora adotar as diligÃªncias cabÃ-veis, bem como, postular a adoÃ§Ã£o daquelas medidas que julgar necessÃ¡rias Ã satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito perseguido, quedando-se inerte, portanto, o exequente, em cumprir com seu dever processual. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos ao norte alinhavados, considerando a inexistÃªncia de bens em nome do(a) executado(a), determino a SUSPENSÃO DO PROCESSO por 01 (UM) ANO, nos termos do art. 921, III, Â§ 1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo e nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o, com fulcro no art. 921, Â§ 2Âº do CPC, ARQUIVEM-SE OS AUTOS, observadas as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08/11/2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00042923919928140301 PROCESSO ANTIGO: 199210057280 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) REU:BELFAR REPRESENTACOES LTDA REU:RUY RAMOS TRINDADE REU:DISTRIB DE MEDICAMENTOS SAO LUIZ LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para

apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00044423920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010062920 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:UGUI GAMA DE AVELAR AUTOR:INEZ ANDRADE GORAYEB Representante(s): OAB 2979 - JOSE MARIA VIANNA OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 22524 - ANDRESSA LORENA DA SILVA OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:CELIA APRARECIDA ALVES PINA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00047212320018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110058667 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 AUTOR:DELTA PUBLICIDADE SA Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 14400 - PATRICK LIMA DE MATTOS (ADVOGADO) OAB 17682 - FELIPE FADUL LIMA (ADVOGADO) OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) REU:PATH ITTS INFORMATICA E TELECOM SERVIÇE LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00047246520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 EXEQUENTE:EMILIA MONTEIRO MAIA BASILIO EXEQUENTE:MARIA DE FATIMA MAIA BASILIO EXEQUENTE:FERNANDO MAIA BASILIO Representante(s): OAB 10662 - JAQUELINE NORONHA DE M FILOMENO KITAMURA (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15.201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 00047246520148140301 DESPACHO VISTOS. 1. Considerando que o Supremo Tribunal Federal validou o acordo firmado entre FederaÃ§Â¿o Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a Advocacia-Geral da UniÂ¿o (AGU), o Banco Central (Bacen), o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a Frente Brasileira Pelos Poupadores (Febrapo), sobre os planos econÃ´micos Bresser de 1987, VerÂ¿o de 1989 e Collor 2 de 1991 e face a primazia da soluÃ§Â¿o consensual do conflito, do princÃ-pio da razoÃ¡vel duraÃ§Â¿o do processo e da celeridade processual, oportunizo a parte autora a adesÂ¿o ao acordo por meio da plataforma https://www.pagamentodapoupanca.com.br/ no prazo de 30 (trinta) dias, perÃ-odo no qual o processo ficarÃ¡ SUSPENSO. 2. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade

processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. ApÃ³s, decorrido o prazo, de tudo certificado, voltem conclusos. Intimem-se. BelÃ©m, PA, 10 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM PROCESSO: 00047288020108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010079461 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:JOAO CARLOS AZEVEDO SANTOS Representante(s): OAB 17932 - ALLANA GATTI DA ROCHA (ADVOGADO) DR. ERICK MACHADO CARRICO CORREA (ADVOGADO) REU:JOSE CARLOS DOS ANJOS MOREIRA Representante(s): GIOVANNI DOS ANJOS PICKERELL (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00048882720048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410165606 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:CIMENTOS DO BRASIL S/A - CIBRASA Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23343 - AMANDA REBELO BARRETO (ADVOGADO) REU:MARIA DE FATIMA PINHEIRO LIMA. DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando que DESNECESSÃRIA A CONCLUSÃO, cumpra-se a decisÃ£o jÃ¡ proferida por este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT.. DIL. E CUMPRA-SE. Em seguida, observadas as cautelas de praxe e estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o, ACASO SE FAÃA NECESSÃRIO.Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00051902220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 16307 - ABEL PEREIRA KAHWAGE (ADVOGADO) OAB 18717 - STEFANO RIBEIRO DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) REU:JOAO JOSE ROCHA DA TRINDADE. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido formulado. Para tanto, INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas pertinentes Ã diligÃªncia requerida, viabilizando o escorreito prosseguimento do feito, salientando-se, desde logo, que o nÃ£o recolhimento ensejarÃ¡ a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00052667820178140301 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:EMPRESA DE PRATICAGEM DO RIO PARÁ E PORTOS DA REGIÃO S/S LTDA Representante(s): OAB 15461 - KAROANE BEATRIZ CAMPELO LOPES (ADVOGADO) EXECUTADO:COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Representante(s): OAB 63503 - ANTONIO FRANCISCO SOBRAL SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 19470 - EUGENIO COUTINHO DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 102831 - LUCIANO PENNA LUZ (ADVOGADO) OAB 24943 - RENATA MENDONÇA DE MORAES (ADVOGADO) OAB 197600 - MARCELO MUNIZ NASCIMENTO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS, ETC. Â Â Â Â Â Considerando a proposta de acordo formulado pela parte e tendo em vista a possibilidade de conciliaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte adversa para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se quanto a petiÃ§Ã£o constante nos autos, requerendo o que lhe competir. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â DIL., INT. E CUMPRA-SE. Decorrido o prazo legal, estando o feito devidamente certificado, fazendo-se necessÃ¡rio, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00052669820058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510161934 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:RAMON FRANCISCO SARIA LABRA EXECUTADO:NUGESA - EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA Representante(s): OAB 9047 - MARCELO PEREIRA E SILVA (ADVOGADO) OAB 6796 - REGINA FATIMA LEMOS ALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:SIRIA LUCIA MANSUR SARIA EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA S/A Representante(s): ANA MARGARIDA GODINHO (ADVOGADO) OAB 1780 - ANA MARIA FRAGOSO TOSCANO (ADVOGADO) OAB 8489 - ANA LUCIA BARBOSA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 11274 - PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) ANTONIO PAULO DA COSTA NUNES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00054706920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610182799 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:GRANBEL TELEFONIA CELULAR LTDA Representante(s): OAB 6801 - JEAN CARLOS DIAS (ADVOGADO) OAB 13007 - BRENO PECK DE BARROS MELLO (ADVOGADO) REU:AMAZONIA CELULAR S/A Representante(s): OAB 17196-B - VERA LUCIA LIMA LARANJEIRA (ADVOGADO) OAB 13867-A - ALEXANDRE MIRANDA LIMA (ADVOGADO) EXEQUENTE:MIRANDA LIMA ADVOGADOS Representante(s): OAB 86235 - ELADIO MIRANDA LIMA (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS. 1. INTIME-SE o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar oÂ valor atualizado do dÃ©bito, bem como requerer o que entender de direito, salientando-seÂ que, caso requeira aÂ realizaÃ§Ã£o de diligÃªncias atravÃ©s de sistemas judiciais (INFOJUD/RENAJUD/SISBAJUD)Â deverÃ£o ser recolhidasÂ previamenteÂ as custas pertinentes, se for o caso, informando dados suficientes para a realizaÃ§Ã£o da diligÃªncia por este JuÃ-zo. 2. Considerando aÂ Portaria nº 1304/2021Â Â¿ GP deste E. TJPA; tendo em vista a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva;

DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, tal como sua migraÃ§Ã£o ao Sistema de Processo EletrÃ´nico Â¿ PJE, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto; Â Â Â Â Â Diligencie-se. Cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 03 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00054792119928140301 PROCESSO ANTIGO: 199210100080 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S/A Representante(s): OAB 6240 - CEZAR ESCOCIO DE FARIA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 8489 - ANA LUCIA BARBOSA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 8562 - ROSIMAR SOCORRO DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO) OAB 12350 - VICTOR HUGO MAGNO E SILVA (ADVOGADO) OAB 11274 - PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) REU:ALUMIL-INDUSTRIA COM.E REPRES. LTDA REU:DEUZARINA MARIA DO SOCORRO CARVALHO REU:CLAUDIONOR COLLYER CARVALHO INTERESSADO:CEZAR COLLYER CARVALHO Representante(s): OAB 26058 - CEZAR VILLAR MAGALHÃES PANTOJA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00055973620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 22463 - ANTONIO ROQUE ALBUQUERQUE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 292207 - FABIO OLIVEIRA DUTRA (ADVOGADO) OAB 217291 - WALDIR LUIZ BULGARELLI (ADVOGADO) EXECUTADO:ANSELMO RENATO CARLOS DA SILVA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00056735520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:ACEPA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARÁ. Representante(s): OAB 5875 - KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) OAB 20220 - REBECCA BENTES (ADVOGADO) REQUERIDO:DIOGO LENO BEZERRA DO ROSARIO Representante(s): OAB 21630 - THYAGO ALBERTO BARRA VELOSO (ADVOGADO) OAB 22932 - WANDER CLEYDSON MIRANDA MENEZES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO

CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00058910920118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:ROSOMIRO ARRAIS Representante(s): OAB 977 - ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS B.T.DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 15352 - BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO (ADVOGADO) OAB 15234 - SIMONE HATHERLY ARRAIS DE CASTRO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 30178 - CAMILA DE FATIMA SANTOS IMBIRIBA (ADVOGADO) REU:JOSE RIBAMAR PEIXOTO JUNIOR. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00059073920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710180172 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:HIGH LUX METALURGICA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Representante(s): OAB 5875 - KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) OAB 3934 - ISAAC RAMIRO BENTES (ADVOGADO) REU:ICEPAR INDUSTRIA COMERCIO E ENGENHARIA DO PARA LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00060014620028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210068806

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:LEON HEIMER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 19352 - BRUNO BEZERRA DE SOUZA (ADVOGADO) REU:MARIA ANGELA KIRCHNER MORAES Representante(s): OAB 3180 - BENEDITO MARQUES DA ROCHA (ADVOGADO) REU:JOSUAN PIASSI MORAES Representante(s): OAB 3180 - BENEDITO MARQUES DA ROCHA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00060907819978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710092940 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 REU:CLAUDIO JOSE MACHADO E SILVA ADVOGADO:GEORGE S. VIANA ARAUJO AUTOR:BRADESCO LEASING S/A- ARRENDA MERCANTIL Representante(s): OAB 15.201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:COMPUGRAPH-FORM. CONTINUOS E SERV.GRAF. AUTOR:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15.201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . DECISÃO VISTOS, ETC. 1. Considerando que o bem objeto da aÃ§Ã£o de busca e apreensÃ£o nÃ£o foi encontrado; considerando que se trata de bem mÃ³vel, de fÃ¡cil deterioraÃ§Ã£o em razÃ£o do prÃ³prio decurso do tempo; e, considerando ainda, que o valor do dÃ©bito em atraso encontra-se discriminado em planilha nos autos, CONVERTO A AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÃÃO DE EXECUÃÃO. Assim, ADOTE A UPJ as providÃªncias necessÃ¡rias, devendo alterar no sistema LIBRA a `classe processualÂ¿ da presente aÃ§Ã£o, fazendo constar que se trata de execuÃ§Ã£o, para fins de regularizaÃ§Ã£o processual, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos. 2. DEFIRO eventual pedido de substituiÃ§Ã£o do polo ativo, desde que colacionado aos autos comprovante da cessÃ£o de crÃ©dito em favor do terceiro, observadas as cautelas de praxe, que deverÃ¡ ser juntada no mesmo prazo concedido por este JuÃ-zo no item 3 da presente decisÃ£o. Adote a UPJ as providÃªncias necessÃ¡rias no tocante a alteraÃ§Ã£o do polo ativo na capa dos autos, bem como, no sistema, a fim de evitar confusÃ£o e tumulto processual. ApÃ³s, certifique-se. 3. Remetam-se os autos Ã UNAJ para cÃ¡lculo de eventuais custas judiciais pertinentes ou remanescentes e, apÃ³s, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas legais, juntar aos autos: a) o comprovante de pagamento de custas, se houver; b) a planilha atualizada do dÃ©bito; c) a via original do contrato a ser executado, caso esteja a exordial de busca e apreensÃ£o instruÃ-da apenas com a cÃ³pia do tÃ-tulo, haja vista a observÃ¢ncia estrita ao PRINCÃPIO DA CARTULARIDADE prÃ³prio das aÃ§Ãµes de execuÃ§Ã£o, acaso nÃ£o juntado ao processo. d) o endereÃ§o atualizado do rÃ©u, caso este nÃ£o tenha sido localizado naquele constante nos autos, esclarecendo-se, desde logo, que deverÃ¡ comprovar que esgotou todas as tentativas para localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para que, eventualmente, haja deferimento de consulta de endereÃ§o por meio dos sistemas eletrÃ´nicos. Saliente-se, ainda, que formulado pedido neste sentido, deverÃ¡ a parte interessada efetuar o recolhimento das custas pertinentes, sob pena de extinÃ§Ã£o. 4. Cumpridas as determinaÃ§Ãµes anteriores no prazo estabelecido, o que deve ser certificado, CITE-SE o executado para, no prazo de 03 (trÃªs) dias, efetuar o pagamento da dÃ-vida (CPC, art. 829), conforme planilha de dÃ©bito, alÃ©m de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, fixados no patamar de 10% (dez por cento) do valor total da execuÃ§Ã£o, ressalvando-se que, em caso de pagamento integral no prazo suso, ficam os honorÃ¡rios reduzidos pela metade (CPC, art. 827, Â§1Âº). 5. Citado o executado e verificado o nÃ£o pagamento no prazo assinalado, proceda-se o Sr. Oficial de JustiÃ§a Ã penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens para satisfaÃ§Ã£o do dÃ©bito, considerando, se for o caso, a indicaÃ§Ã£o de bens feita na exordial e, ainda, observando os bens garantidos em hipoteca, penhor ou outro direito real de garantia, de tudo lavrando-se auto, com intimaÃ§Ã£o do executado, bem como de seu cÃ´njuge, acaso a penhora recaia sobre bens

imÃ³veis. NÃ£o havendo indicaÃ§Ã£o de bens pelo exequente, observe-se, preferencialmente, a ordem estabelecida no art. 835 do CPC. 6. Efetivada a citaÃ§Ã£o e realizada a penhora, intime(m)-se o(s) exequente(s) para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe(m) como pretende(m) expropriar os bens constritos e, no mesmo prazo, caso este(s) bem(s) esteja(m) garantido(s) por hipoteca, penhor, outro direito real de garantia ou sob alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, providencie(m) os meios para realizaÃ§Ã£o de intimaÃ§Ã£o dos interessados, nos termos do art. 799 do CPC, sob as penas legais. 7. Havendo pedido quanto a utilizaÃ§Ã£o de forÃ§a policial, o deferimento ficarÃ¡ adstrito Ã comprovada necessidade, a ser certificada pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a. 8. NÃ£o encontrado o(a)s executado(a)s, porÃ©m, havendo bens de sua titularidade, determino ao Sr. Oficial de JustiÃ§a que proceda ao arresto de tantos quantos bastem para garantir a execuÃ§Ã£o, seguindo o processo na forma do art. 830 do CÃ³digo de Processo Civil. 9. NÃ£o localizados bens para arresto ou penhora ou restando frustrada a citaÃ§Ã£o, intime(m)-se o(s) exequente(s) para que, no prazo de 05 (cinco), regularize(m) a citaÃ§Ã£o e indique (m) bens para expropriaÃ§Ã£o, sob pena de reconhecimento de abandono e consequente extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. ApÃ³s, conclusos. 10. O prazo para interposiÃ§Ã£o de embargos Ã© de 15 dias, a contar da data de juntada aos autos do mandado cumprido, na forma do art. 231, II, do CPC. 11. Havendo requerimento neste sentido, fica autorizada a expediÃ§Ã£o de CertidÃ£o ao exequente para os fins preceituados no art. 799, IX do CPC, adstrito ao recolhimento prÃ©vio das custas pertinentes. O NÃO CUMPRIMENTO DOS ITENS 2 E/OU 3 DA PRESENTE DECISÃO INVIABILIZA O CUMPRIMENTO DOS DEMAIS ITENS DA PRESENTE DECISÃO, DEVENDO OS AUTOS VIREM IMEDIATAMENTE CONCLUSOS PARA SENTENÃA. Â Int., dil. e cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. BelÃ©m/PA,Â 9 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital ServirÃ¡ esta como MANDADO, nos termos do Provimento nÂº 11/2009-CJRMB, DiÃ¡rio da JustiÃ§a nÂº 4294 de 11/03/09, bem como, servirÃ¡ como intimaÃ§Ã£o por meio do DiÃ¡rio EletrÃ´nico, nos termos da ResoluÃ§Ã£o n. 014/07/2009. PROCESSO: 00063472820058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510196767 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:JESULINDO DE OLIVEIRA TORRES Representante(s): OAB 1551 - MARIA DIVONEY CARNEIRO LEDO (ADVOGADO) OAB 18471 - LUCAS VIEIRA TORRES (ADVOGADO) AUTOR:RENATO LOBATO DE MORAES Representante(s): SOSTENES ALVES DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 3321 - RUI GUILHERME CARVALHO AQUINO (ADVOGADO) OAB 7707 - ADRIANA AQUINO DE MIRANDA POMBO (ADVOGADO) TERCEIRO:RITA DE CASSIA BORBA VIEIRA Representante(s): OAB 10409 - MARK IMBIRIBA DE CASTRO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00065814420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:CLIMAZON INDUSTRIAL LTDA Representante(s): OAB 46582 - MARCIO LOUZADA CARPENA (ADVOGADO) EXECUTADO:RN GONCALVES COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu

interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00066386720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 3967 - MILENE SOARES BENTES (ADVOGADO) OAB 13339 - SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARLY SILVA DA CONCEIÇÃO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00066561420048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410226010 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:MM. COMERCIO DE PETROLEO LTDA Representante(s): OAB 10758 - FRANCINALDO FERNANDES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 14360 - NAPOLEAO NICOLAU DA COSTA NETO (ADVOGADO) OAB 11714 - JOSE ASSUNCAO MARINHO DOS SANTOS FILHO (ADVOGADO) OAB 18916 - PIETRO MANESCHY GASPARETTO (ADVOGADO) REQUERIDO:ELEICAO 2002 - C.W..H.P.D.J. Representante(s): OAB 15317 - WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23444 - WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS NETO (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0006656-14.2004.8.14.0301 Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â DEIXO DE APRECIAR o pedido de fl. retro, considerando que, conforme jÃ¡ pontuado na sentenÃ§a de fl. 315/315v, em face da qual nÃ£o fora interposto qualquer impugnaÃ§Ã£o, o JuÃ-zo da 5Âª Vara CÃ-vel e Empresarial ficou responsÃ¡vel pela expediÃ§Ã£o do alvarÃ¡ em favor da parte interessada, nÃ£o havendo mais necessidade de prolaÃ§Ã£o de qualquer pronunciamento judicial, considerado que, a obrigaÃ§Ã£o restarÃ¡ integralmente satisfeita naqueles autos, o qual, inclusive, jÃ¡ fora expedido, conforme se infere de consulta realizada na presente data. Â Â Â Â Â Assim, estando o feito devidamente certificado, observadas as cautelas de praxe e o trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA., 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â RP PROCESSO: 00068471319948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410071984 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Sumário em: 09/11/2021 AUTOR:VANIA CRISTINA DA SILVA FERREIRA ALVE Representante(s): OAB 12977 - TAYANNA PEREIRA CARNEIRO DELGADO (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REU:ODINEIA COELHO PANTOJA Representante(s): OAB 5949 - CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS,

observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando que jÃ¡ deferido o pedido e, inclusive, realizado o recolhimento das custas pertinentes, RETORNEM OS AUTOS CONCLUSOS PARA REALIZAÃÃO DE DILIGÃNCIA atravÃ©s dos sistemas judiciais (INFOJUD/RENAJUD/SISBAJUD) requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 4 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00068975720178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Interdição/Curatela em: 09/11/2021 REQUERENTE:AMELIA JOSEFINA FARIAS ALVES Representante(s): OAB 23143 - LEILA GOMES GAYA (ADVOGADO) OAB 23509 - LEOMARA BARROS RODRIGUES (ADVOGADO) INTERDITANDO:ALESANDRO LUIZ ALVES DA COSTA. PROCESSO NÂº 00068975720178140301 Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INTERDIÃÃO C/C TUTELA DE URGENCIA LIMINAR (curatela provisÃ³ria), ajuizado por AMELIA JOSEFINA FARIAS ALVES em face de ALESANDRO LUIZ ALVES DA COSTA, na condiÃ§Ã£o de mÃ£e do (a) interditando (a). Â Â Â Â Â A requerente informa que o (a) interditando (a) Ã© portador (a) de enfermidade que a torna incapaz para a prÃ¡tica dos atos da vida civil, juntando documentos para comprovar o alegado, especialmente o laudo mÃ©dico, assinado por psiquiatra, indicando ser o curatelado portador (a) de CID 10 F20.0 (Esquizofrenia ParanÃ³ide), vide pg. 58. Â Â Â Â Â Deferida a justiÃ§a gratuita, pg 14. Â Â Â Â Â Concedida a curatela provisÃ³ria em nome de AMELIA JOSEFINA FARIAS ALVES, conforme decisÃ£o de pg. 18/18-V. Â Â Â Â Â AudiÃªncia de interrogatÃ³rio e oitiva do requerente, conforme termo de audiÃªncia de pg. 18/18-V., com expediÃ§Ã£o do termo de compromisso de curatela provisÃ³ria pg. 19. Â Â Â Â Â AtravÃ©s da pg 20, a Defensoria PÃºblica na qualidade de Curador Especial, apresentou contestaÃ§Ã£o, pugnando pela total improcedÃªncia do pedido de Curatela. Â Â Â Â Â AtravÃ©s da pg 60/61, o MinistÃ©rio PÃºblico, manifesta-se pela decretaÃ§Ã£o da interdiÃ§Ã£o definitiva de ALESANDRO LUIZ ALVES DA COSTA. Â Â Â Â Â A inicial encontra-se instruÃ-da com os documentos necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com DeficiÃªncia, alterando e revogando diversos dispositivos do CÃ³digo Civil (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanÃ§as estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vÃ¡rios institutos do Direito de FamÃ-lia, como o casamento, a interdiÃ§Ã£o e a curatela. Â Â Â Â Â Â O artigo 3Âº, do CÃ³digo Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redaÃ§Ã£o: Â Â Â Â Â Â¿SÃ£o absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I - os menores de dezesseis anos; II - os que, por enfermidade ou deficiÃªncia mental, nÃ£o tiverem o necessÃ¡rio discernimento para a prÃ¡tica desses atos; III - os que, mesmo por causa transitÃ³ria, nÃ£o puderem exprimir sua vontadeÂ¿. (grifo nosso). Â Â Â Â Â Todos os incisos do artigo 3Âº, do CÃ³digo Civil, foi revogado pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu caput passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes. Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o existe mais, apÃ³s o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispÃµe o seu artigo 6Âº, in verbis: Â Â Â Â Â Â¿Art. 6Âº A deficiÃªncia nÃ£o afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: Â Â Â Â Â I - casar-se e constituir uniÃ£o estÃ¡vel; Â Â Â Â Â II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; Â Â Â Â Â III - exercer o direito de decidir sobre o nÃºmero de filhos e de ter acesso a informaÃ§Ãµes adequadas sobre reproduÃ§Ã£o e planejamento familiar; Â Â Â Â Â IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilizaÃ§Ã£o compulsÃ³ria; Â Â Â Â Â V - exercer o direito Ã famÃ-lia e Ã convivÃªncia familiar e comunitÃ¡ria; e Â Â Â Â Â VI - exercer o direito Ã guarda, Ã tutela, Ã curatela e Ã adoÃ§Ã£o, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoasÂ¿. (grifo nosso). Â Â Â Â Â Como conseqÃ¼ÃªncIa, nÃ£o hÃ¡ que se falar mais em interdiÃ§Ã£o por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro. Â Â Â Â Â Todas as pessoas com deficiÃªncia, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil. Â Â Â Â Â As pessoas naturais, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispÃµe o artigo 4Âº, III, do CÃ³digo Civil, in verbis: Â Â Â Â Â Â¿Art. 4Âº SÃ£o incapazes, relativamente a certos atos, ou Ã maneira de os exercer: Â Â Â Â Â (...) Â Â Â Â Â III - aqueles que, por causa transitÃ³ria ou permanente, nÃ£o puderem exprimir sua vontade;Â¿ Â Â Â Â Â A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4Âº, do CÃ³digo Civil, estÃ£o sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo CÃ³digo, om a redaÃ§Ã£o dada pela Lei 13.146/2015, assim dispÃµe: Â Â Â Â Â Â¿Art. 1.767. EstÃ£o sujeitos a curatela: Â Â Â Â Â I - aqueles que, por causa transitÃ³ria ou permanente, nÃ£o puderem exprimir sua vontade.Â¿ Â Â Â Â Â Assim, face Ã s alteraÃ§Ãµes introduzidas no CÃ³digo Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada

relativamente incapaz e ser decretada a sua interdiÃ§Ã£o, sujeitando-a Ã curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentenÃ§a, os atos da vida civil que a mesma pode ou nÃ£o praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador. Â Â Â Â Â O escopo da interdiÃ§Ã£o Ã© proteger a pessoa interditada e conferir seguranÃ§a jurÃ-dica aos atos jurÃ-dicos em que haja sua intervenÃ§Ã£o, por si ou com a assistÃªncia. Â Â Â Â Â Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatÃ-vel com as disposiÃ§Ãµes contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem assistÃªncia do curador, o que tambÃ©m deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalÃ-ssimos pelo ordenamento jurÃ-dico. Â Â Â Â Â No caso, dadas as informaÃ§Ãµes mÃ©dicas, penso que o (a) interditando (a) deve ser impedido de praticar, por si, os atos da vida civil que importem na assunÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazÃª-lo com a assistÃªncia do (a) curador (a), salvo aqueles considerados personalÃ-ssimos, como o exercÃ-cio do direito ao voto e outros. Â Â Â Â Â ISTO POSTO, decido o seguinte: Â Â Â Â Â ReconheÃ§o a incapacidade relativa do (a) interditando (a) ALESANDRO LUIZ ALVES DA COSTA, e, com fundamento no artigo 4Âº, III, do CÃ³digo Civil, decreto-lhe a interdiÃ§Ã£o, nomeando-lhe curadora a senhora AMELIA JOSEFINA FARIAS ALVES, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo CÃ³digo; Â Â Â Â Â Salvo os considerados personalÃ-ssimos pelo ordenamento jurÃ-dico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistÃªncia do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazÃª-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); Â Â Â Â Â A (s) curadoras, ora nomeada (s), deverÃ¡ comparecer na secretaria o JuÃ-zo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; Â Â Â Â Â A (s) curadora (s), nÃ£o tem poderes para vender, permutar e onerar bens imÃ³veis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) nÃ£o tem poderes para contrair emprÃ©stimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restriÃ§Ãµes devem constar nos termos de curatela Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se Mandado de Registro da presente InterdiÃ§Ã£o e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do CartÃ³rio de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se mandado de averbaÃ§Ã£o para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdiÃ§Ã£o e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Â Â Â Â Â Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdiÃ§Ã£o e curatela, do (a) interditado (a). Â Â Â Â Â Caso seja eleitor, expeÃ§a-se oficio ao CartÃ³rio Eleitoral comunicando da sentenÃ§a que decretou interdiÃ§Ã£o e curatela, do (a) interditado (a). Â Â Â Â Â Custas pelo autor, caso nÃ£o seja beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Transitada em julgado, cumprida a decisÃ£o, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se em conformidade com o art.755, Â§3Âº, do CPC. Registre-se. Intimem-se. DÃª ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Cumpra-se. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s, com o trÃ¢nsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA; Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital J.E.T.E. PROCESSO: 00071511119978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710117566 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:OCRIM PRODUTOS ALIMENTICIOS S A Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) ADVOGADO:OPHIR CAVALCANTE JUNIOR REU:J H ROGDRIGUES FRAZAO Representante(s): JOSE DA SILVA SALDANHA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da

Capital PROCESSO: 00073298319928140301 PROCESSO ANTIGO: 199210123467 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 INTERESSADO:MARCELO MARINHO MEIRA MATOS Representante(s): OAB 4534 - MARCELO MARINHO MEIRA MATTOS (ADVOGADO) AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REU:CHARLES FIDELIS SOBRAL REU:CARLOS FIDELIS SOBRAL REU:DISTRIBUIDORA SAO FIDELIS LTDA Representante(s): OAB 6788 - MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) REU:CLAUDIA DO SOCORRO FIDELIS DE ARAUJO REU:HAMIRALDO ANTONIO RODRIGUES DE ARAUJO Representante(s): OAB 7368 - WILSON NEVES MONTEIRO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00073384320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:MÁRCIA JEANE FERREIRA DE AVIZ. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00074289720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710225366 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:LUCIANO DA COSTA OLIVEIRA EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) EXECUTADO:L C OLIVEIRA ME. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste

E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00075268420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210087394 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO ITAU S/A Representante(s): OAB 151056 - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REU:C F SANTOS COMERCIAL. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Embora o art. 12 do novo CPC determine a ordem cronolÃ³gica de conclusÃ£o para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§as, parÃ¡grafo 2Âº, I e IV do NCPC dispÃµe que as sentenÃ§as proferidas em audiÃªncia, homologatÃ³rias de acordo ou de improcedÃªncia liminar do pedido e as sentenÃ§as terminativas estÃ£o excluÃ-das da regra prevista no caput do mesmo artigo. Â Â Â Â Â Isso revela que o legislador optou por distinguir as situaÃ§Ãµes em que, pelo grau de simplicidade e rapidez com que uma sentenÃ§a pode ser proferida, seria injustificÃ¡vel que se aguardasse a prolaÃ§Ã£o de decisÃ£o em outros casos, em que a elaboraÃ§Ã£o do julgado tende a tomar mais tempo do juiz. Â Â Â Â Â NO CASO EM APREÃO, antes mesmo de realizada a citaÃ§Ã£o da requerida, a parte autora requereu a DESISTÃNCIA da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â A desistÃªncia consiste em faculdade processual conferida ao autor e se atrela intimamente Ã amplitude do exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Com efeito, nÃ£o se pode exigir, contra a vontade da parte, o prosseguimento de um feito, especialmente quando estÃ£o em jogo direitos disponÃ-veis, como os patrimoniais. Â Â Â Â Â No caso vertente, a parte autora declara nÃ£o existir mais interesse no prosseguimento do feito, sendo desnecessÃ¡ria a anuÃªncia do requerido, tendo em vista que, nÃ£o foi citado. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, HOMOLOGO o pedido de desistÃªncia, e, em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â SEM CUSTAS NEM HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, considerando que nÃ£o formalizada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe e dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00075313820018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110093217 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 REU:EDIVALDO EDISON PANTOJA DA SILVA Representante(s): OAB 17308 - VIRGILIO ALBERTO AZEVEDO MOURA (ADVOGADO) OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) AUTOR:SINDICATO DOS EMP. EST. BANCÁRIOS PARÁ E AMAPÁ Representante(s): OAB 5623 - MARY LUCIA DO CARMO XAVIER COHEN (ADVOGADO) JOSE MARINHO GEMAQUE JUNIOR (ADVOGADO) ADRIANA NENO DE CARVALHO (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0007531-38.2001.8.14.0301 DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃAO MONITÃRIA, convertida em AÃÃO DE EXECUÃÃO ajuizada por SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÃRIOS NOS ESTADOS DO PARÃ E AMAPÃ em face de EDIVALDO EDISON PANTOJA DA SILVA, visando a cobranÃ§a de acordo extrajudicial. Â Â Â Â Â Determinado o prosseguimento do feito, este JuÃ-zo efetuou constriÃ§Ã£o atravÃ©s do BACENJUD, ocasiÃ£o em que efetuou o bloqueio de R$-3.592,64 (fl. 94/95), nÃ£o tendo, no entanto, naquela oportunidade, realizado a transferÃªncia do numerÃ¡rio. Â Â Â Â Â Oportunizado que a parte requerida se manifestasse quanto a impenhorabilidade dos valores, salientando que as quantias bloqueadas seriam oriundas de verba salarial, e, portanto, impenhorÃ¡veis, razÃ£o pela qual, postulou o desbloqueio das quantias. Â Â Â Â Â Autos conclusos. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â PrevÃª o art. art. 833, IV do CPC a impenhorabilidade dos vencimentos, os subsÃ-dios, os soldos, os salÃ¡rios, as remuneraÃ§Ãµes, os proventos de aposentadoria, as pensÃµes, os pecÃºlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua famÃ-lia, os ganhos de trabalhador autÃ´nomo e os honorÃ¡rios de profissional liberal, ressalvado o Â§ 2Âº, de sorte que, Ã© baseado em tal dispositivo que o executado pleiteia a liberaÃ§Ã£o das quantias bloqueadas via BACENJUD. Â Â Â Â Â De imediato, constata-se que o bloqueio foi realizado em fevereiro/2017 e a impugnaÃ§Ã£o apresentada apenas em marÃ§o/2017, ocasiÃ£o em que, a parte alega a impenhorabilidade da constriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Ocorre que, nÃ£o basta a simples alegaÃ§Ã£o da impenhorabilidade para que seja efetuado o desbloqueio de valores. EsclareÃ§a-se: deveria o rÃ©u comprovar que os valores bloqueados, de fato, eram provenientes de verba salarial, o que deixou de

fazÃª-lo, tendo em vista que, nÃ£o colacionou aos autos, por exemplo, qualquer documento que comprovasse os valores mensalmente percebidos, bem como, que estes seriam depositados na conta objeto de bloqueio. Â Â Â Â Â Em verdade, a parte nÃ£o trouxe nenhum elemento passÃ-vel de apreciaÃ§Ã£o por este JuÃ-zo, olvidado o Ã´nus processual que lhe compete, havendo, pois, de arcar com as consequÃªncias de sua prÃ³pria omissÃ£o. Â Â Â Â Â Ademais, jÃ¡ transcorrido mais de 04 (quatro) anos (!) desde o bloqueio, a verba constrita perdeu o carÃ¡ter alimentar e nesta oportunidade, prevalece a utilidade da execuÃ§Ã£o, em respeito ao PrincÃ-pio do Melhor Interesse do Credor, razÃ£o pela qual, este JuÃ-zo, nesta oportunidade, efetuou a transferÃªncia dos valores objeto de bloqueio. Junte-se o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Neste diapasÃ£o, pelos fundamentos ao norte alinhavados, INDEFIRO o pedido de desbloqueio formulado pelo rÃ©u, considerando que nÃ£o comprovada nenhuma das hipÃ³teses previstas no art. 833 do CPC, devendo o feito prosseguir, em sede de execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â 2. Desta forma, considerando que houve o bloqueio parcial da quantia devida em favor do exequente, e, tendo em vista que a parte executada nÃ£o apresentou qualquer impugnaÃ§Ã£o quanto ao valor objeto de execuÃ§Ã£o, tratando-se, em consequÃªncia, de verba incontroversa, EXPEÃA-SE ALVARÃ em favor da parte autora, tendo em vista que jÃ¡ transferido para subconta vinculada ao processo, recolhidas eventuais custas que se faÃ§am necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â 3. Ato contÃ-nuo, INTIME-SE o Exequente, para, no prazo de 15 (quinze) dias. NOMEAR os bens a serem penhorados devendo envidar esforÃ§os na sua localizaÃ§Ã£o, sob pena de aplicaÃ§Ã£o do art. 921 do CPC, bem como, atualizar o valor do dÃ©bito, observando que parte do valor jÃ¡ foi objeto de bloqueio por este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Ressalte-se, desde logo ao Exequente que nÃ£o Ã© permitido por este JuÃ-zo a expediÃ§Ã£o de livre mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o para constriÃ§Ã£o de bens que eventualmente sejam localizados em nome do executado. Â Â Â Â Â Ora, dispÃµe o art. 829, Â§ 2Âº do CPC: A penhora recairÃ¡ sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelo executado e aceitos pelo juiz, mediante demonstraÃ§Ã£o de que a constriÃ§Ã£o proposta lhe serÃ¡ menos onerosa e nÃ£o trarÃ¡ prejuÃ-zo ao exequente. (grifou-se) Â Â Â Â Â Portanto, que cabe Ã PARTE INTERESSADA indicar sobre quais bens deverÃ¡ recair a penhora, tendo em vista que, os interesses tutelados pelo Poder JudiciÃ¡rio nÃ£o se confundem, necessariamente, com os da exequente, nÃ£o sendo cabÃ-vel que se coloque todo o organismo judiciÃ¡rio a serviÃ§o do credor apenas para localizar bens do executado, mormente quando nÃ£o hÃ¡ evidÃªncia da existÃªncia de bens passÃ-veis de serem constritos Â Â Â Â Â Ademais, ao exequente cabe o interesse maior de localizar e indicar bens do executado ou de seus corresponsÃ¡veis para a satisfaÃ§Ã£o da dÃ-vida, tornando desnecessÃ¡ria a realizaÃ§Ã£o de diligÃªncias que tÃ£o somente ensejarÃ£o o retardamento processual e contrariarÃ¡ os PRINCÃPIOS DA ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAL, observadas, ainda, as restriÃ§Ãµes legais impostas pelo disposto no art. 832 e 833 do NCPC. Â Â Â Â Â Int., dil e cumpra-se. Decorrido o prazo e havendo manifestaÃ§Ã£o, VENHAM OS AUTOS CONCLUSOS PARA APRECIAÃÃO. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â RP PROCESSO: 00081969520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510254648 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 EXEQUENTE:MARCOS MARCELINO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO S/C LTDA Representante(s): OAB 18029 - ANDRESA SOUZA COSTA (ADVOGADO) OAB 25103 - LIVIA DA SILVA DAMASCENO (ADVOGADO) EXECUTADO:JOLENE TAVARES DE SOUSA Representante(s): OAB 6976 - CARLOS JOSE DE AMORIM PINTO (ADVOGADO) OAB 6858 - PAULO ANDRE VIEIRA SERRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00082521020148140301 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:GERALDO TOCANTINS PENNA Representante(s): OAB 1821 - SUZANA CHRISTINA DIAS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 16465 - FELIPE GARCIA LISBOA BORGES (ADVOGADO) EXECUTADO:CLEO COUTO COSTA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00084371920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 14305 - CARLOS GONDIM NEVES BRAGA (ADVOGADO) OAB 7248 - ALLAN RODRIGUES FERREIRA (ADVOGADO) REU:JOAO DA SILVA BEIRAO. DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o processo se encontra fase de cumprimento de sentenÃ§a e considerando que o prÃ³prio exequente interessado quedou-se inerte, constata-se que nÃ£o hÃ¡ qualquer pronunciamento judicial pendente de ser proferido, fazendo-se necessÃ¡rio o IMEDIATO ARQUIVAMENTO PROVISÃRIO DO FEITO, atentando-se a parte interessada ao decurso do prazo prescricional. INT. DIL. E CUMPRA-SE. Estando o feito devidamente certificado, ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00087234219948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410098303 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DE CREDITO NACIONAL SA Representante(s): MARIA DO PERPETUO SOCORRO RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) MANOEL AGAPITO MAIA FILHO (ADVOGADO) OAB 9348-A - NELSON WILLIANS FRANTONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:DOMINGOS AMARAL ACATAUASSU NUNES REU:CCA - CONSTRUÇÃO CIVIL DA AMAZONIA LTDA TERCEIRO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . Ã© Â Â Â Â Â DESPACHO. Â Â Â Â Â VISTOS. 1.Â Â Â Â Â Considerando os arts. 09 e 10 do CPC, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, bem como, solicitar o que lhe competir; 2.Â Â Â Â Â Considerando aÂ Portaria nÂº 1304/2021Â Â¿ GP deste E. TJPA, tendo em vista a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual, considerando ainda o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva, DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, tal como sua migraÃ§Ã£o ao Sistema de Processo EletrÃ´nico Â¿ PJE, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Diligencie-se. Cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL SERVE O PRESENTE DESPACHO, COMO MANDADO/ CARTA CITAÃÃO/ INTIMAÃÃO, nos termos do Provimento nÂº 03/2009 da CJRMB Â¿ TJE/PA, com a redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 011/2009 daquele ÃrgÃ£o Correcional. PROCESSO: 00087977620048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410297152 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERIDO:AGOSTINHA MARIA VIEIRA NICOLAU REQUERIDO:MANOEL JOSE NICOLAU JUNIOR REQUERIDO:SALAO TOPO CORT COMERCIO REPRES. E SERV. LTDA REQUERENTE:BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) CESAR BARROS COELHO SARMENTO (ADVOGADO) RAIMUNDO KULKAMP (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO

CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00088526319988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810148577 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 11481 - RUI FRAZAO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 1780 - ANA MARIA FRAGOSO TOSCANO (ADVOGADO) OAB 7690 - DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 12610 - MILTON SOUZA FIGUEIREDO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 16381 - BRAHIM BITAR DE SOUSA (ADVOGADO) REU:PAULO ROBERTO STUDART GOMES REU:STUDART PESCADOS ASSOCIADOS LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00091899820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610305119 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:SUYANE DE SOUZA FELIPE Representante(s): SUYANE DE SOUZA FELIPE (ADVOGADO) EXECUTADO:SOTERRA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA LTDA Representante(s): MAURIM LAMEIRA VERGOLINO (ADVOGADO) EXECUTADO:ABRAAO DOS SANTOS WARISS EXECUTADO:ABRAAO DOS SANTOS WARISS JUNIOR. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00092062220158140301 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:AMINTAS VIANA NAHUM Representante(s): OAB 15958 - RAFAELLA MACHADO NAHUM STRADELLA (ADVOGADO) OAB 16349 - MARIA VILMA GONCALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:C C S CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00092697620178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ZACARIAS BARATA SOUZA Representante(s): OAB 46296 - LEONARDO FERNANDES LOPES DAVILA (ADVOGADO) REU:BANCO PANAMERICANO S/A. PROCESSO NÂº 00092697620178140301 SENTENÃA Vistos, etc. ZACARIAS BARATA SOUZA propÃ´s ALÃAO REVISIONAL em face de BANCO PANAMERICANO S/A, todos qualificados nos autos. Conferido ao autor prazo para comprovar a hipossuficiÃªncia financeira ou recolher custas iniciais, ainda que de forma parcelada, a fim de viabilizar o recebimento da exordial e o prosseguimento do feito. No entanto, injustificadamente, o autor se quedou inerte, conforme certidÃ£o retro. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. DispÃµe o art. 485, inciso IV do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando verificar a ausÃªncia de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Conforme se infere da decisÃ£o proferida nos autos, este JuÃ-zo determinou a comprovaÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia ou RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS, necessÃ¡rias ao escorreito prosseguimento do feito. NO CASO EM APREÃO, constata-se que, apesar de intimada, a parte autora se quedou inerte deixando de recolher as custas processuais ou demonstrar o preenchimento dos requisitos para deferimento da justiÃ§a gratuita, inviabilizando o andamento processual, demonstrando o descaso em diligenciar e cumprir com o dever processual que lhe compete, conforme previsto no art. 77, IV do CPC. Neste cenÃ¡rio, o feito se encontra obstacularizado, sem possibilidade de evoluÃ§Ã£o regular para anÃ¡lise do mÃ©rito, padecendo de pressupostos de desenvolvimento vÃ¡lido concernente Ã ausÃªncia de recolhimento de custas processuais. Exalce-se que, o processo nÃ£o pode ficar parado a bel prazer das partes, especialmente que, fixado prazo por este JuÃ-zo para cumprimento de diligÃªncias, cabia Ã parte cumprir o comando judicial ou demonstrar a impossibilidade de o fazÃª-lo.Â A inÃ©rcia da parte diante do comando especÃ-fico para regularizar o feito, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir a desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Ã cediÃ§o que a imensa demanda que avanÃ§a sobre os tribunais pÃ¡trios supera, em muito, o capital humano disponÃ-vel. Diante de tal cenÃ¡rio, Ã© imperioso reconhecer-se que o comportamento patentemente desidioso do autor causa nefastos defeitos danosos para alÃ©m da esfera patrimonial, atingindo direitos transindividuais da sociedade como um todo, com a perpetuaÃ§Ã£o de aÃ§Ãµes que superlotam o Poder JudiciÃ¡rio, notadamente quando padeceu o interesse processual pela satisfaÃ§Ã£o da pretensÃ£o por outros meios. Olvidou o autor que o PRINCÃPIO DA COOPERAÃÃO nÃ£o se impÃµe somente ao JudiciÃ¡rio, mas a todos os operadores do direito De mais a mais, o mero descumprimento do comando judicial impÃµe a aplicaÃ§Ã£o da sanÃ§Ã£o processual prevista no art. 290 c/c 321, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, qual seja o indeferimento da exordial e cancelamento da distribuiÃ§Ã£o. Desta feita, nos termos do art. 290 c/c art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico e art. 330, IV do CPC, INDEFIRO a petiÃ§Ã£o inicial e julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fulcro no art. 485, I do CPC, com o cancelamento da distribuiÃ§Ã£o. Sem custas. Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, observadas as formalidades legais. Sobrevindo apelaÃ§Ã£o, certifique-se e, estando os autos digitalizados, remetam-se ao E. TJPA, com as homenagens

de estilo. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM PROCESSO: 00093692119998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910157208 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS PCG BRASIL MULTICARTEIRA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) EXECUTADO:CENTRAL PESCA LTDA EXECUTADO:WILSON KATSUYUKI AZUMA EXECUTADO:EDILEIA PEREIRA DE SALES Representante(s): LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL - DEF. PUBLICA (DEFENSOR) EXECUTADO:WILSON YUJI NAGASHIMA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00099096620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510307075 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:GENIR MIRANDA LOUREIRO EXECUTADO:JOAO NEVES LOUREIRO EXECUTADO:SUPERMERCADO KI PRECO LTDA EXECUTADO:BENEDITO NEVES LOUREIRO EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 2309 - ANA MARGARIDA SILVA LOUREIRO GODINHO (ADVOGADO) OAB 9346 - VITOR MANOEL SILVA DE MAGALHAES (ADVOGADO) OAB 11274 - PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) ANDRE ALBERTO SOUZA SOARES (ADVOGADO) SAMUEL NYSTRON DE ALMEIDA BRITO (ADVOGADO) IZABELA RIBEIRO RUSSO RODRIGUES (ADVOGADO) MARLENE DE NAZARE AMARAL LOPES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00102343020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (DEFENSOR) REU:V L SANTANA COMERCIO REPRESENTAÇÕES - ME REU:VASCO LOPES SANTANA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu

interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00102671520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ANDERSON FREITAS CORREIA Representante(s): OAB 15786-B - ELIDA APARECIDA PIVETA BORGES (ADVOGADO) REU:EDILBERTO MAGALHAES DE SOUZA Representante(s): OAB 12226 - WELLYDA CARLA ROSA BARCELOS (ADVOGADO) REU:ISRAEL FREITAS DE SOUSA Representante(s): OAB 23465 - TIAGO MENDES LOPES (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 4 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00102909220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:FLAVIO QUADROS DA SILVA Representante(s): OAB 19717 - FERNANDA LARA COIADO (ADVOGADO) OAB 22478 - ALINE CRISTINA LOBO DE SOUSA (ADVOGADO) REU:LIDER SEGURADORA SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE COBRANÃA na qual a parte pleiteia receber suposta diferenÃ§a devido a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o decorrente de acidente automobilÃ-stico, fruto do seguro DPVAT, ocasiÃ£o em que, houve o deferimento da prova pericial. Â Â Â Â Â No entanto, da leitura da inicial, sequer Ã© possÃ-vel identificar os danos que dariam direito ao pleito formulado e justificariam o pagamento de novos valores em favor da parte autora, uma vez que, da leitura da exordial e dos documentos coligidos aos autos, nÃ£o se pode, nem mesmo, identificar a extensÃ£o das lesÃµes sofridas pelo requerente.Â Â Â Â Â Â I\ltrchnobstante possa ser considerado que ao autor, nÃ£o cabe especificar o valor a ser percebido em razÃ£o das sequelas sofridas, CERTAMENTE, A ELE CABE DEMONSTRAR AS CONSEQUÃNCIAS DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO E O GRAU DE INVALIDEZ/SEQUELAS QUE LHE FORAM CAUSADAS, conforme Ã´nus processual previsto no art. 373, I do CPC. Â Â Â Â Â NÃ£o se estÃ¡ exigindo da parte autora o esgotamento dos elementos probatÃ³rios e tampouco pretende-se impedir eventual instruÃ§Ã£o do processo. No entanto, Ã© dever do Juiz zelar pelo escorreito prosseguimento do feito, de modo que, da leitura da inicial, a parte sequer narra qual seria a extensÃ£o das sequelas que deixou de ser considerada pela seguradora, da mesma forma, que tampouco classifica os danos sofridos, demonstrando que, por exemplo, ao invÃ©s de enquadrar-se no `parÃ¢metro a, como pretendido e pago pela seguradoraÂ¿ enquadrar-se-ia no `parÃ¢metro b, conforme pleiteado em sede de inicialÂ¿. Â Â Â Â Â Neste sentido, TORNO SEM EFEITO a perÃ-cia designada e em consequÃªncia, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO, nos termos do art. 355, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Desde logo, considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 27 que determina a necessidade de

recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte para fins de recolhimento, sob pena de imediata extinÃ§Ã£o do processo, com fulcro no art. 485, IV do CPC, acaso se faÃ§a necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â INT. DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, decorrido o prazo e estando o feito devidamente certificado, RETORNEM conclusos para apreciaÃ§Ã£o. BelÃ©m/PA,Â 3 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00103710720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA ALICE OLIVEIRA MACHADO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00103763820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410348351 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL DO PARA- ACEPA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:MAURO SANTOS FERREIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00104778120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710323079 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 09/11/2021 EXECUTADO:LAERTE ALMEIDA DE FIGUEIREDO Representante(s): OAB 9554 - CARLOS VALERIO DOS SANTOS NETO (ADVOGADO) EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 12335 - DOMINGOS PADILHA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 15703 - ALEXANDRE ARAUJO MAUES (ADVOGADO) OAB 11433-A - MOISES BATISTA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 14089 - RAFAEL DE SOUSA BRITO (ADVOGADO) OAB 17051 - SERGIO SILVA LIMA (ADVOGADO) OAB 18291 - JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (ADVOGADO) OAB 11432-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) DOMINGOS PADILHA DA SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL,

OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00104996820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710323665 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) OAB 11215 - FABRICIO BENTES CARVALHO (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:MARLENE DOS SANTOS ALVES. PROCESSO NÂº.0010499-68.2007.8.14.0301 SENTENÃA CHAMO O FEITO Ã ORDEM: TORNO SEM EFEITO O DESPACHO DE FL. 71 DOS AUTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Versam os autos sobre AÃÃO MONITÃRIA ajuizada por HSBC BANK BRASIL S/A- MULTIPLO em face de MARLENE DOS SANTOS ALVES, baseada em CONTRATO DE ABERTURA DE CONTA, em cujo bojo o autor, apÃ³s 14 (QUATORZE) anos de processamento do feito, nÃ£o providenciou a citaÃ§Ã£o da parte rÃ©, a despeito do dever legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 67, foi prolatado despacho determinando a citaÃ§Ã£o da parte demandada em 12.06.2007. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 69, foi colacionado aos autos em 02.08.2007 o AR, no qual restou infrutÃ-fera a citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada a se manifestar, a parte autora requereu a citaÃ§Ã£o por meio de oficial de justiÃ§a em 17.07.2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JULGO O FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NOS TERMOS DO ART. 355 DO NCPC. Â Â Â Â Â Cabe salientar que prevalece no Superior Tribunal de JustiÃ§a a orientaÃ§Ã£o de que o prazo prescricional para ajuizamento de aÃ§Ã£o monitÃ³ria fundada em contrato de abertura de crÃ©dito em conta Ã© quinquenal, na forma do art. 206, Â§ 5Âº, I, do CÃ³digo Civil (JurisprudÃªncia em Teses - EdiÃ§Ã£o nÂº 18). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Constata-se que desde o ajuizamento da demanda em 16.05.2007, atÃ© a presente data, ou seja, apÃ³s o transcurso temporal de mais de 14 (quatorze) anos, nÃ£o se obteve Ãªxito em localizar e citar a parte requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destaque-se ainda que, apÃ³s instada a se manifestar acerca da citaÃ§Ã£o infrutÃ-fera (fl. 69), a parte autora tÃ£o somente requereu a citaÃ§Ã£o por intermÃ©dio de oficial de justiÃ§a em 17.07.2015, sendo evidente o transcurso do prazo prescricional quinquenal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, se todas as diligÃªncias requeridas ao Poder JudiciÃ¡rio foram efetuadas na forma e nos termos da lei processual e se, ainda assim, a citaÃ§Ã£o vÃ¡lida nÃ£o se verificou, nÃ£o tendo sido formulado TEMPESTIVAMENTE o pedido para citaÃ§Ã£o por edital, a decretaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido a jurisprudÃªncia pÃ¡tria tem se manifestado: Â Â Â Â Â Â Â Â Â EXECUÃÃO POR QUANTIA CERTA- Instrumento particular de contrato de financiamento (Capital de Giro) - SentenÃ§a que reconheceu a prescriÃ§Ã£o intercorrente da execuÃ§Ã£o, declarando-a extinta com fundamento no artigo 924, V, do CPC - Recurso do credor - ExecuÃ§Ã£o iniciada em junho de 2007 - AusÃªncia de citaÃ§Ã£o de todos os executado, exigida por forÃ§a do art. 614, I, do CPC/73, vigente Ã Ã©poca - AusÃªncia de requerimento de citaÃ§Ã£o por edital - InterrupÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o nÃ£o verificada - AplicaÃ§Ã£o das disposiÃ§Ãµes do artigo 219, Â§ 4Âº, do CÃ³digo de Processo Civil de 1973, vigente Ã Ã©poca - Instrumento particular de contrato de financiamento (Capital de Giro) - A pretensÃ£o do credor consubstanciada no tÃ-tulo para haver o seu pagamento prescreve em cinco anos, a teor do disposto no art. 206, Â§ 5Âº, I, do CÃ³digo Civil - ConsumaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o de direito material - SentenÃ§a de extinÃ§Ã£o mantida pelos seus prÃ³prios fundamentos - RECURSO NÃO PROVIDO.(TJ-SP 00319890420078260576 SP 0031989-04.2007.8.26.0576, Relator: Spencer Almeida Ferreira, Data de Julgamento: 28/06/2018, 38Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Data de PublicaÃ§Ã£o: 28/06/2018) (grifos apostos) Â Â Â Â Â Â Â Â Â CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÃÃO DE TÃTULO EXTRAJUDICIAL. CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO. PRESCRIÃÃO TRIENAL. PRAZO PREVISTO NA LEI UNIFORME DE GENÃBRA. PRESCRIÃÃO. OCORRÃNCIA. NÃO INTERRUPÃÃO. FALTA DE CITAÃÃO VÃLIDA. AUSÃNCIA DE REQUERIMENTO DO AUTOR PARA A CITAÃÃO POR EDITAL. 1. De acordo com o artigo 44 da Lei 10.357/91 aplica-se Ã s cÃ©dulas de crÃ©dito bancÃ¡rio, no que couber, a legislaÃ§Ã£o

cambial. Esta lei nÃ£o fixa prazo prescricional, portanto, na ausÃªncia de prazo especÃ-fico para o tÃ-tulo de crÃ©dito tem incidÃªncia o art. 70 da Lei Uniforme de GenÃ©bra, norma geral do direito cambiÃ¡rio, que fixa o prazo prescricional de 3 (trÃªs) anos. 2. O termo inicial do prazo trienal deve ser contado da data de vencimento da Ãºltima parcela. 3. A citaÃ§Ã£o vÃ¡lida interrompe a prescriÃ§Ã£o e a interrupÃ§Ã£o retroagirÃ¡ Ã data da propositura da aÃ§Ã£o. Contudo, para que a prescriÃ§Ã£o seja interrompida com a citaÃ§Ã£o, deve ser realizada dentro do prazo Legal. ÂO despacho do juiz que ordenar a citaÃ§Ã£o interrompe o curso do prazo prescricional (CC, 202, I) quando o ato citatÃ³rio for efetuado dentro dos prazos de dez atÃ© noventa dias previstos nos Â§Â§ 2Âº e 3Âº do CPC, hipÃ³tese em que a interrupÃ§Ã£o retroagirÃ¡ Ã data da propositura da aÃ§Ã£o. Acaso efetuada fora destes prazos, a data da interrupÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o serÃ¡ a da citaÃ§Ã£o vÃ¡lidaÂ (AcÃ³rdÃ£o n.839115, 20090111583103APC, Relator: LEILA ARLANCH, Revisor: GISLENE PINHEIRO, 2Âª Turma CÃ-vel, Data de Julgamento: 26/11/2014, Publicado no DJE: 16/12/2014. PÃ¡g.: 116). 4. Se todas as diligÃªncias requeridas ao Poder JudiciÃ¡rio foram efetuadas na forma e nos termos da lei processual e se, ainda assim, citaÃ§Ã£o vÃ¡lida nÃ£o se verificou, nÃ£o tendo sido formulado pedido para citaÃ§Ã£o por edital, nenhum reparo Ã sentenÃ§a deve ser realizado, que reconheceu, de ofÃ-cio, a prescriÃ§Ã£o. 5. Recurso conhecido e desprovido.(TJ-DF - APC: 20090610120597, Relator: MARIA IVATÃNIA, Data de Julgamento: 26/08/2015, 1Âª Turma CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE : 18/09/2015 . PÃ¡g.: 111) (grifos apostos) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Saliente-se que a parte autora nÃ£o adotou as diligÃªncias que lhe competia com vistas a viabilizar o prosseguimento do feito atravÃ©s da TEMPESTIVA citaÃ§Ã£o por edital POR CULPA ÃNICA E EXCLUSIVA DA PARTE INTERESSADA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o fosse apenas isto, olvida a parte autora do Ã´nus que lhe cabe, posto que, apÃ³s transcorrido longo lapso temporal, tenta TRANSFERIR ao Poder JudiciÃ¡rio o Ã´nus quanto Ã tentativa de localizaÃ§Ã£o da parte executada, sequer tendo a cÃºria de demonstrar que envidou esforÃ§os para a localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o atualizado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao judiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em face de execuÃ§Ãµes de diligÃªncias que nÃ£o sÃ£o de sua atribuiÃ§Ã£o constitucional originÃ¡ria. Ora, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus de localizar as partes.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Repise-se, olvidou o autor que lhe compete realizar todas as diligÃªncias no sentido de localizar o rÃ©u, vez que, Ã DE SEU ENCARGO INSTRUMENTALIZAR O PROCESSO. Â Â Â Â Â Â Â Â Observe-se que nÃ£o hÃ¡ nenhuma causa interruptiva ou suspensiva da prescriÃ§Ã£o, havendo se operado nos termos do antigo CÃ³digo Civil no seu art. 172 e ss, que prescreve a propositura aÃ§Ã£o, deferida pelo juiz, interrompe a prescriÃ§Ã£o, mas a citaÃ§Ã£o do devedor deve ser feita com observÃ¢ncia do disposto no art. 240, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim prevÃª o art. 240 do antigo CPC: Art. 240. A citaÃ§Ã£o vÃ¡lida, ainda quando ordenada por juÃ-zo incompetente, induz litispendÃªncia, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nÂº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (CÃ³digo Civil) . Â§ 1Âº A interrupÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o, operada pelo despacho que ordena a citaÃ§Ã£o, ainda que proferido por juÃ-zo incompetente, retroagirÃ¡ Ã data de propositura da aÃ§Ã£o. Â§ 2Âº Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providÃªncias necessÃ¡rias para viabilizar a citaÃ§Ã£o, sob pena de nÃ£o se aplicar o disposto no Â§ 1Âº. (grifos apostos) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, constata-se que a PRESCRIÃÃO se encontra configurada ante a ausÃªncia de citaÃ§Ã£o por inÃ©rcia do credor, o qual deixou de adotar as diligÃªncias necessÃ¡rias ao andamento do feito, sendo certo que, in casu, o tÃ-tulo de crÃ©dito perdeu a sua forÃ§a executiva pelo transcurso de prazo superior ao previsto para a prescriÃ§Ã£o, ocorrendo o reconhecimento da PRESCRIÃÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO A PRESCRIÃÂ¿O, e DECRETO EXTINTO O PROCESSO, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, II do CPC. Desta forma, resta revogada a liminar anteriormente deferida por este juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUSTAS NA FORMA DA LEI. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. Certificado o trÃ¢nsito em julgado, observadas as cautelas de praxe, ARQUIVEM-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novemvro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE Â Â Â Â Â Â Â Â Â SS PROCESSO: 00105507220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 211648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:VANGUARDA PROPAGANDA LTDA REU:ALCINDO ANTONIO DA SILVA CAVALCANTE REU:ELENILDA VITERBINO CAVALCANTE REU:FRANCISCO ANTONIO CAVALCANTE FILHO REU:LILIA IEDA CHAVES CAVALCANTE. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â

CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00107486819978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710223281 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) SERGIO FACIOLA DE SOUZA MENDONCA (ADVOGADO) SIMONE CRISTINA ANGELIM DE AZEVEDO (ADVOGADO) REU:AFONSO MARCAL GALVAO REU:ANA LEIDA MONTEIRO MARCAL REU:TEREZINHA DE JESUS CARDOSO MARCAL REU:A. A. COMERCIAL DE NEGOCIOS LTDA Representante(s): OAB 3180 - BENEDITO MARQUES DA ROCHA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00110833120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA SA Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17917 - FABIANA PORTELA ARAUJO (ADVOGADO) OAB 23343 - AMANDA REBELO BARRETO (ADVOGADO) REQUERIDO:A C SARDINHA - ME. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o

feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00110966120018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110138231 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO BANCO DA AMAZÔNIA Representante(s): OAB 11481 - RUI FRAZAO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 6557 - JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 16381 - BRAHIM BITAR DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 3085 - ADELMIRA CARNEIRO MAIA (ADVOGADO) OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REU:ALISON MIRANDA SANTOS REU:EMA AGROPECUARIA S/A. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00111711119988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810183029 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO BANDEIRANTES S/A Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REU:KASSEMONDEL DE LIMA GARCIA INTERESSADO:BANCO UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A Representante(s): OAB 1141-A - CELSO DAVID ANTUNES (ADVOGADO) OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00111910819988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810183305 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:JORGE FERNANDO DE CAMPOS ALMEIDA REU:PAULO SERGIO ARAUJO VAZ REU:RAIMUNDA MIRANDA VAZ REU:AUTO PECAS CIDADE NOVA LTDA Representante(s): OAB 9087 - PAULO ANDRE CORDOVIL PANTOJA (ADVOGADO) REU:MARIA DO SOCORRO BRAGA ALMEIDA REU:RAIMUNDO NONATO BATISTA DA SILVA ADVOGADO:ELIANA ALCANTARINO MENESCAL ADVOGADO:RAIMUNDO DELIO ARAUJO PAIVA OAB/PA 7100. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para

manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00112753119968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610181578 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA S.A. Representante(s): OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) OAB 12501 - CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES (ADVOGADO) REU:EMPRAM-EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA REU:SILVIO CHAMIE CHADY REU:CESAR AUGUSTO BRASIL MEIRA REU:SERGIO CHAMIE CHADY REU:SANDRA CHADY MEIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00113462520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810340478 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Depósito em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO FINASA SA Representante(s): OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) REU:CHIRLENE OLIVEIRA DOS SANTOS. Ã©SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, em virtude deÂ inconsistÃªncia de endereÃ§o, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir

INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â DEIXO DE CONDENAR A PARTE AUTORA ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista que sequer efetuada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS, eventualmente pendente de recolhimento, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº1do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡,Â 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL 1Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se PROCESSO: 00113903320058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510352369 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:VALE QUEIROZ COMERCIO REPRESENTACOES E COSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 7164 - AGNALDO WELLINGTON SOUZA CORREA (ADVOGADO) EXEQUENTE:ALCIDEMAR GUIMARAES LEAL Representante(s): OAB 5949 - CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00116442620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:EDNA SUELI GARCIA DE LIMA Representante(s): OAB 13724 - ALBA CRISTINA BRAGA CARDOSO NORAT (ADVOGADO) OAB 27466 - GABRIELLA KAROLINA DA ROCHA TRINDADE (ADVOGADO) REU:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 10328 - CLISTENES DA SILVA VITAL (ADVOGADO) OAB 13460 - ANDREA SOLANO DIAS (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da

sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00119060520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:CONDOMINIO RESIDENCIAL GLAUCIA FONSECA Representante(s): OAB 1888 - MARIOLITO COSTA DE CARVALHO (ADVOGADO) REU:JORGE ANTONIO AMÉRICO DE CASTRO. PROCESSO NÂº 00119060520148140301 DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora PESSOALMENTE para HABILITAR NOVO ADVOGADO NO PROCESSO, com vista a renÃºncia de fls. 56, bem como manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da PRESCRIÃÃO, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito na forma da lei. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00119166420078140301 PROCESSO ANTIGO: 20071036811 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) REU:ASSOCIACAO BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) OAB 12964 - THIAGO WISNIEWSKI MARTINI (ADVOGADO) AUTOR:BENEDITA MAIA DE ABREU Representante(s): GLAUCILENE SANTOS CABRAL (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 00119166420078140301 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. INTIME-SE O EXEQUENTE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca da determinaÃ§Ã£o de fls. 341, informando se houve ou nÃ£o a adesÃ£o ao acordo com o executado por meio da Plataforma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Vencido o prazo encimado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e, estando DIGITALIZADOS OS AUTOS e retificados os dados do processo, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. BelÃ©m/PA, 10 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00121924620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:JAIRO PORTAL DOS SANTOS Representante(s): OAB 25751 - RAFAEL AIRES DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REU:NET TV VIRTUA Representante(s): OAB 16538-A - RAFAEL GONCALVES ROCHA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo

com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 9 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00124251220018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110153732 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:COND. ED. QUINTA DE EVORA Representante(s): ELIZEU LIMA SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12600 - ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZ (ADVOGADO) REU:IVAN PEDRO XAVIER DE SA Representante(s): OAB 5441 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) OAB 14483 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23219 - BIANCA PUTY PANTOJA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 00124251220018140301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO-MANDADO VISTOS. 1 Diante do pedido retro, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 15 (quinze), apresentar certidÃ£o atualizada do imÃ³vel penhorado, a fim de viabilizar a penhora por termo nos autos, conforme art. 838 do CPC. 2. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 3. Cumpridas as determinaÃ§Ãµes anteriores e estando digitalizados os autos, certifique-se o ocorrido e retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM PROCESSO: 00124919120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO CITIBANK S.A Representante(s): OAB 15161 - NATASHA FRAZAO MONTORIL (ADVOGADO) REU:SOLANGE DOURADO FRANCA. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante

nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 9 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00125081420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710387273 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:AMAZONAS DECORACOES E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 4577 - FRANCIMAR BENTES GOMES (ADVOGADO) OAB 6845 - MARCIO MARQUES GUILHON (ADVOGADO) OAB 23705 - FRANCINALDO RODRIGUES DA SILVA (ADVOGADO) REU:HELENA MONTEIRO E SILVA. PROCESSO NÂº. 0012508-14.2007.8.14.0301. DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. 1-Â Â Â Â Â Considerando que os presentes autos encontram-se em fase de cumprimento de sentenÃ§a e tendo em vista que a parte interessada se quedou inerte, conforme certificado Ã s fls. 76/verso, e nÃ£o tendo o exequente se dignado a indicar bens do executado passÃ-veis de penhora, com fulcro no art. 921, III c/c Â§1Âº do CPC, SUSPENDA-SE O FEITO, pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual restarÃ¡Â suspensaÂ a prescriÃ§Ã£o. 2-Â Â Â Â Â Decorrido o prazoÂ susoÂ sem que seja localizado o devedor ou bens penhorÃ¡veis, certifique-se e ARQUIVEM-SE os autos, na forma do art. 921, Â§2Âº do CPC, com as cautelas legais e baixa no sistema processual pertinente, retomando-se a contagem do prazo de prescriÃ§Ã£o (Â§3Âº). Devem os autos permanecerem acautelados na UPJ, INDEPENDENTEMENTE de conclusÃ£o. 3-Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva;Â DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. BelÃ©m/PA., 05 de novembro de 2021. Â VALDEISE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00125118320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) EXECUTADO:TEC CENTER CELULARES LTDA - ME EXECUTADO:VERA LUCIA GARRIDA DA SILVA EXECUTADO:JOSE AGRIPINO DA SILVA EXECUTADO:MARLON ELVIS BASTOS PALHETA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias

do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00125489220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 13339 - SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) REU:LUIZ ALBERTO GONCALVES DE ASSIS JUNIOR Representante(s): OAB 16007 - SANDRO CHRISTIAN DIAS CORREA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00126077220018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110156042 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:ALBERICO PIMENTEL FILHO REU:FRANCISCA RUTH M. DE OLIVEIRA PEDROSA Representante(s): OAB 2755 - MARIA DE NAZARE MOURA FERREIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:ALBERNETY FREITAS PIMENTEL Representante(s): OAB 11487 - ADAILSON JOSE DE SANTANA (ADVOGADO) INTERESSADO:FLAVIO CLAUDIO FREITAS PIMENTEL Representante(s): OAB 11487 - ADAILSON JOSE DE SANTANA (ADVOGADO) INTERESSADO:JANETE FREITAS PIMENTEL Representante(s): OAB 11487 - ADAILSON JOSE DE SANTANA (ADVOGADO) OAB 8650 - ROBERTO CARLOTA DE VASCONCELOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00127341420108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010193922 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ADELMIRA CARNEIRO MAIA Representante(s): OAB 3085 - ADELMIRA CARNEIRO MAIA (ADVOGADO) REU:BANCO AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 7865 - ANDRE ALBERTO SOUZA SOARES (ADVOGADO) OAB 1788 - LUIZ PAULO SANTOS ALVARES (ADVOGADO) OAB 12610 - MILTON SOUZA FIGUEIREDO JUNIOR (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando que DESNECESSÃRIA A

CONCLUSÃO, cumpra-se a decisÃ£o jÃ¡ proferida por este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT.. DIL. E CUMPRA-SE. Em seguida, observadas as cautelas de praxe e estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o, ACASO SE FAÃA NECESSÃRIO.Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00128845019928140301 PROCESSO ANTIGO: 199210146040 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA Representante(s): OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 9432 - LUCYANA PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 6557 - JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 23365 - RICARDO FERREIRA PORTO (ADVOGADO) REU:TRANSGUAMA TRANSP COM LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00131184720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610437681 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:KEUFFER COMERCIAL LTDA Representante(s): ROSOMIRO ARRAIS (ADVOGADO) MARCIO ARRAIS (ADVOGADO) EXECUTADO:LUIZ FERREIRA COSTA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00131639719968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610209557 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO BRADESCO S.A. Representante(s): OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 16130 - GUSTAVO NUNES PAMPLONA (ADVOGADO) OAB 12600 - ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZ (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 19311 - DELMA CAMPOS PEREIRA (ADVOGADO) OAB 11432-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) MARIA DO P. S. RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) REU:ILDEBRANDO BARBOSA TEIXEIRA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES

BARRA (ADVOGADO) REU:LINCON SERVICOS GERAIS LTDA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) OAB 24797 - EDUARDO MARCELO AIRES VIANA (ADVOGADO) REU:MARIA DE FATIMA TORRES TEIXEIRA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00132767520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810401329 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:ANTONIO NELSON DA COSTA NUNES AUTOR:LIDER - SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 9393 - TYENAY DE SOUSA TAVARES (ADVOGADO) OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 10831 - ROBERTO CARLOS DE SOUSA LOPES (ADVOGADO) OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando que jÃ¡ deferido o pedido e, inclusive, realizado o recolhimento das custas pertinentes, RETORNEM OS AUTOS CONCLUSOS PARA REALIZAÃÃO DE DILIGÃNCIA atravÃ©s dos sistemas judiciais (INFOJUD/RENAJUD/SISBAJUD) requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00132785720038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310172701 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 REQUERIDO:MARIA SOCORRO PRACIANO PONTES REQUERENTE:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 16637-A - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:CLOVIS RODRIGUES REQUERIDO:ITAPIPOCA COMERCIO DE FRUTAS LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando que jÃ¡ deferido o pedido e, inclusive, realizado o recolhimento das custas pertinentes, RETORNEM OS AUTOS CONCLUSOS PARA REALIZAÃÃO DE DILIGÃNCIA atravÃ©s dos sistemas judiciais (INFOJUD/RENAJUD/SISBAJUD) requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 4 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00134263420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO ORIGINAL SA Representante(s): OAB 86908 - MARCELO LALONI TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:CARLOS ALBERTO DA ROCHA CAMPOS Representante(s): OAB 11876 - ALBERTO FRANCO PIMENTEL BELEZA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO

CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00135184719958140301 PROCESSO ANTIGO: 199510191102 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO ECONOMICO S/A Representante(s): OAB 1572 - PAULO RUBENS XAVIER DE SA (ADVOGADO) REU:LIBERATO MAGNO DA SILVA CASTRO REU:ESPOLIOI DE ANTONIO ARAUJO REIS COUTINHO Representante(s): OAB 939 - PEDRO BATISTA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 19645 - MARIA DO CARMO MELO BRAGA (ADVOGADO) REU:MARIA DE JESUS ELOI DANTAS Representante(s): BRUNO FABRICIO VALENTE (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00135838420038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310180704 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:ACELINA MARIA CALDERARO NEVES Representante(s): OAB 7636 - ALBERTINI ULTIMO DA ROCHA ATHAYDE (ADVOGADO) OAB 21610 - SAULO DOMINGOS DE MELO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 23192 - LEONARDO PAULO RASSY SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:HOSPITAL DO CORAÇÃO DO PARÁ S/C LTDA Representante(s): OAB 6778 - MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za

Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00136800720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:MP CONSTRUÇÕES LTDA Representante(s): OAB 17838 - JOAO BOSCO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:SINART SOCIEDADE NACIONAL DE APOIO RODOVIARIO E TURISTICO LTDA Representante(s): OAB 14110 - SERGIO LEITE CARDOSO FILHO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00137397219988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810223164 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 10742 - ALICE CRISTINA DE SOUZA COELHO (ADVOGADO) OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE FERNANDO PAES DE VASCONCELOS Representante(s): OAB 7679 - ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Embora o art. 12 do novo CPC determine a ordem cronolÃ³gica de conclusÃ£o para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§as, parÃ¡grafo 2Âº, I e IV do NCPC dispÃµe que as sentenÃ§as proferidas em audiÃªncia, homologatÃ³rias de acordo ou de improcedÃªncia liminar do pedido e as sentenÃ§as terminativas estÃ£o excluÃ-das da regra prevista no caput do mesmo artigo. Â Â Â Â Â Isso revela que o legislador optou por distinguir as situaÃ§Ãµes em que, pelo grau de simplicidade e rapidez com que uma sentenÃ§a pode ser proferida, seria injustificÃ¡vel que se aguardasse a prolaÃ§Ã£o de decisÃ£o em outros casos, em que a elaboraÃ§Ã£o do julgado tende a tomar mais tempo do juiz. Â Â Â Â Â NO CASO EM APREÃO, antes mesmo de realizada a citaÃ§Ã£o da requerida, a parte autora requereu a DESISTÃNCIA da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â A desistÃªncia consiste em faculdade processual conferida ao autor e se atrela intimamente Ã amplitude do exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Com efeito, nÃ£o se pode exigir, contra a vontade da parte, o prosseguimento de um feito, especialmente quando estÃ£o em jogo direitos disponÃ-veis, como os patrimoniais. Â Â Â Â Â No caso vertente, a parte autora declara nÃ£o existir mais interesse no prosseguimento do feito, sendo desnecessÃ¡ria a anuÃªncia do requerido, tendo em vista que, nÃ£o foi citado. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, HOMOLOGO o pedido de desistÃªncia, e, em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â SEM CUSTAS NEM HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, considerando que nÃ£o formalizada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe e dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00139551920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:VIVA BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ÓPTICOS LTDA Representante(s): OAB 3771 - PEDRO JOSE COELHO PINTO (ADVOGADO) OAB 14883 - ANDREIA CAROLLINE LIMA PINTO (ADVOGADO) REU:ROCHOTICA COMERCIO LTDA EPP Representante(s): OAB 6197 - ARACI FEIO SOBRINHA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias

para tanto. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando que jÃ¡ deferido o pedido e, inclusive, realizado o recolhimento das custas pertinentes, RETORNEM OS AUTOS CONCLUSOS PARA REALIZAÃÃO DE DILIGÃNCIA atravÃ©s dos sistemas judiciais (INFOJUD/RENAJUD/SISBAJUD) requeridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00140828219978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710272639 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11481 - RUI FRAZAO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 7308 - JOSIANE MARIA MAUES DA COSTA FRANCO (ADVOGADO) OAB 11274 - PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) OAB 16381 - BRAHIM BITAR DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 24471 - PATRICIA LIA ARAUJO DE MACEDO (ADVOGADO) OAB 25707 - SABRINA SOUZA DO NASCIMENTO MAIA (ADVOGADO) OAB 9432 - LUCYANA PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REU:LUCIA DE FATIMA PINHEIRO HEREDIA Representante(s): OAB 8697 - FABRIZIO SANTOS BORDALLO (ADVOGADO) REU:JOSE ALFREDO HEREDIA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00142785119968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610225664 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:PAPELARIA SANTA TEREZINHA LTDA Representante(s): MARIA INACIA LOBATO FERREIRA (ADVOGADO) EXEQUENTE:KSR COMERCIO E IND. DE PAPEL S/A Representante(s): OAB 3847 - ELIETE DE SOUZA COLARES (ADVOGADO) OAB 15118 - NELIZA APARECIDA BARBOSA DE CASTRO SOUZA (ADVOGADO) OAB 17925 - THIAGO MARTINS MERGULHAO (ADVOGADO) OAB 95353 - ELLEN COELHO VIGNINI (ADVOGADO) OAB 247816 - NELSON COELHO VIGNINI (ADVOGADO) OAB 257198 - WILLIAM CARMONA MAYA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00143249119958140301 PROCESSO ANTIGO: 199510202715 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 2309 - ANA MARGARIDA SILVA LOUREIRO GODINHO (ADVOGADO) OAB 5865 - MARCAL MARCELLINO DA

SILVA NETO (ADVOGADO) OAB 7690 - DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 8562 - ROSIMAR SOCORRO DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO) OAB 13590-B - DANIEL SOLUM FRANCO MAUES (ADVOGADO) OAB 13559 - MARCEL LEDA NORONHA MACEDO (ADVOGADO) REU:MARCOS JOSE GOMES BAIA REU:CARLOS AUGUSTO PEREIRA RODRIGUES Representante(s): OAB 7414 - EDSON ANTONIO SIROTHEAU SERIQUE (ADVOGADO) REU:JOSE CARLOS PINHEIRO RODRIGUES REU:FRIGORIFICO BELA VISTA LTDA REU:LEIDIANE DO SOCORRO FURTADO RODRIGUES. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00143872820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710447671 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:SOCIEDADE CIVIL COLEGIO MODERNO Representante(s): OAB 1410 - THADEU DE JESUS E SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANNA CLAUDIA JINKINGS MARTINS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00144643619988140301 PROCESSO ANTIGO: 199610003466 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: EXECUCAO em: 09/11/2021 ADVOGADO:MARCIO OLIVAR BRANDAO ADVOGADO:MANOEL TOCANTINS LOBATO REU:DROGANOSSA LTDA. AUTOR:COSFARMA-PROD.COSM.E FARM. BELEM LTDA.. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT.,

DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00145083220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:MC CONSTRUCTION CHEMICALS BRASIL INDSTRIA E COMRCIO LTDA Representante(s): OAB 183437 - MARIA CAROLINA FERRAZ CAFARO (ADVOGADO) OAB 329864 - THALITA BRUNELLI DE PAULO (ADVOGADO) REQUERIDO:GEOMIX SERVICOS DE CONCERTO LTDA REQUERIDO:GEOMIX SERVICOS DE CONCRETO LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00148791119948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410183630 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S A Representante(s): OAB 3737 - ELIANA VALDEREZ AZEVEDO MONTEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ANEZIO SANTOS DA CRUZ EXECUTADO:ANTENOR FONSECA DE OLIVEIRA. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo

interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 9 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00151304320178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 AUTOR:FRANCISCO EXPEDITO PORTELA CAVALCANTE Representante(s): OAB 15585 - DANILO LANOA COSENZA (ADVOGADO) OAB 22714 - MATHEUS TOFOLO CARNEIRO (ADVOGADO) REU:MARIA DA CONCEICAO FERREIRA. PROCESSO NÂ° 0015130-43.2017.8.14.0301 Â Â Â Â Â SENTENÃA. Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos de AÃÃO MONITÃRIA, proposta por FRANCISCO EXPEDITO PORTELA CAVALCANTE em face de MARIA DA CONCEIÃÃO O FERREIRA todos devidamente qualificados nos autos da aÃ§Ã£o em epÃ-grafe. Â Â Â Â Â AtravÃ©s da petiÃ§Ã£o Ã s fls. 29/32, as partes requerem a HOMOLOGAÃÃO DO ACORDO firmado, demonstrando a ausÃªncia de interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Nada mais sendo requerido, os autos vieram conclusos para julgamento. Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Analisando os autos, verifica-se que Ã s fls. 29/32, as partes celebraram acordo extrajudicial com o objetivo encerrar Ã presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Considerando que o acordo firmado entre as partes se encontra em consonÂ¢ncia com as exigÃªncias legais, deve ser homologado, impondo-se extinÃ§Ã£o do processo, a teor do que dispÃµe o CÃ³digo Processual Civil. Â Â Â Â Â O artigo 200, caput, do CÃ³digo de Processo Civil determina: Os atos das partes consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, modificaÃ§Ã£o ou extinÃ§Ã£o de direitos processuais. Â Â Â Â Â Posto isso, HOMOLOGO POR SENTENÃA o presente acordo, para que produza seus efeitos jurÃ-dicos e legais entre as partes subscritoras, em tudo observadas as cautelas da lei e, consequentemente, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fundamento no artigo 487, inciso III, alÃ-nea Â¿bÂ¿, do CPC/2015. Â Â Â Â Â DEVERÃO SER OBSERVADAS AS CONDIÃÃES ESTIPULADAS NO ACORDO, NO TOCANTE AS CUSTAS E HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. Â Â Â Â Â Em contrapartida, havendo transaÃ§Ã£o e nada tendo as partes disposto quanto Ã s despesas, estas serÃ£o divididas igualmente (art. 90, Â§2Âº do CPC), salientando-se que, se a transaÃ§Ã£o ocorrer antes da sentenÃ§a, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. (art. 90, Â§3Âº do CPC). Â Â Â Â Â Por fim, atente-se que sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC.Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00154128620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) REQUERIDO:LEVI FERNANDES MORAIS. SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Embora o art. 12 do novo CPC determine a ordem cronolÃ³gica de conclusÃ£o para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§as, parÃ¡grafo 2Âº, I e IV do NCPC dispÃµe que as sentenÃ§as proferidas em audiÃªncia, homologatÃ³rias de acordo ou de improcedÃªncia liminar do pedido e as sentenÃ§as terminativas estÃ£o excluÃ-das da regra prevista no caput do mesmo artigo. Â Â Â Â Â Isso revela que o legislador optou por distinguir as situaÃ§Ãµes em que, pelo grau de simplicidade e rapidez com que uma sentenÃ§a pode ser proferida, seria injustificÃ¡vel que se aguardasse a prolaÃ§Ã£o de decisÃ£o em outros casos, em que a elaboraÃ§Ã£o do julgado tende a tomar mais tempo do juiz. Â Â Â Â Â NO CASO EM APREÃO, antes mesmo de realizada a citaÃ§Ã£o da requerida, a parte autora requereu a DESISTÃNCIA da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â A desistÃªncia consiste em faculdade processual conferida ao autor e se atrela intimamente Ã amplitude do exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Com efeito, nÃ£o se pode exigir, contra a vontade da parte, o prosseguimento de um feito, especialmente quando estÃ£o em jogo direitos disponÃ-veis, como os patrimoniais. Â Â Â Â Â No caso vertente, a parte autora declara nÃ£o existir mais interesse no prosseguimento do feito, sendo desnecessÃ¡ria a anuÃªncia do requerido, tendo em vista que, nÃ£o foi citado. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, HOMOLOGO o pedido de desistÃªncia, e, em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â SEM

CUSTAS NEM HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, considerando que nÃ£o formalizada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe e dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00154387420108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010231988 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:VALCICLEIA S DE MENEZES COMERCIO EPP EXEQUENTE:SHEYLA VIVIANE CARDELA DA SILVA Representante(s): OAB 7369 - ROSANA TRINDADE TOCANTINS SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00154654619928140301 PROCESSO ANTIGO: 199210159296 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S/A. - BASA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 8489 - ANA LUCIA BARBOSA DA SILVA (ADVOGADO) REU:RAIMUNDO DO LIVRAMENTO MAGNO PANTOJA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00154919719968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610244296 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:ADILSON GALVAO VERCOSA Representante(s): OAB 7862 - HERCULES DA ROCHA PAIXAO (ADVOGADO) REU:SINDDOS EMPESTBANCARIOS DO PAAP Representante(s): OAB 5623 - MARY LUCIA DO CARMO XAVIER COHEN (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias

do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00154921619978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710293447 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial contra a Fazenda Públi em: 09/11/2021 AUTOR:AGENCIA BANCO DO ESTADO DO PARA BANPARA DE CASTANHAL Representante(s): OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) ALLAN F. DA S. PINGARILHO (ADVOGADO) REU:ALEXANDRE BARBOSA DA CUNHA ARAUJO Representante(s): OAB 6110 - ANTONIO VILLAR PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 7330 - RENATA MILENE SILVA PANTOJA (ADVOGADO) OAB 5441 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) OAB 6110 - ANTONIO VILLAR PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 7330 - RENATA MILENE SILVA PANTOJA (ADVOGADO) OAB 5441 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) REU:JOAO BATISTA PAES DE MOURA REU:A. J. COMERCIO DE PAPEL LTDA.. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00156043019928140301 PROCESSO ANTIGO: 199210160113 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S/A. Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) REU:GINGA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00157353620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510495755 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 REPRESENTANTE:MARIA HELENA BEIRAO LOPES Representante(s): OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) OAB 19988-B - FERNANDA VIEIRA DA GAMA MALCHER (ADVOGADO) REU:BOMFRIO COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA AUTOR:ESPOLIO DE LUCINDA BEIRAO LOPES Representante(s): OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA

GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) OAB 19988-B - FERNANDA VIEIRA DA GAMA MALCHER (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido formulado. Para tanto, INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas pertinentes Ã diligÃªncia requerida, viabilizando o escorreito prosseguimento do feito, salientando-se, desde logo, que o nÃ£o recolhimento ensejarÃ¡ a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00162000520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810495033 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIACAO ULYSSES PEREIRA Representante(s): RAQUEL NETTO LOBATO (ADVOGADO) OAB 12998 - BRUNO NATAN ABRAHAM BENCHIMOL (ADVOGADO) OAB 15812 - SAUL FALCAO BEMERGUY (ADVOGADO) REU:JOANA DARC GONÇALVES FERREIRA Representante(s): OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00163338220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Sumário em: 09/11/2021 AUTOR:MARCIO SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 11503 - LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL (DEFENSOR PÚBLICO - NEAH) OAB 29808 - ANA CAROLINA MONTEIRO PEREIRA BRANCO (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO SEGUROS Representante(s): OAB 15366 - LIVIA VIEIRA SANTOS (ADVOGADO) OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) OAB 18295 - ANTONIO ALEX CAVALCANTE ROCHA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: Cadastre-se o presente feito como PRIORIDADE no sistema, tendo em vista tratar-se de feito incluso na META 02 DO CNJ, ao qual deve ser assegurado celeridade processual. ApÃ³s, certifique-se. Â Â Â Â Â 2. Da mesma forma, RENUMEREM-SE os autos a contar da fl. 180, a fim de evitar tumulto e confusÃ£o processual, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias, em tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â 3. DESNECESSÃRIA a produÃ§Ã£o de pericial, considerando que, nÃ£o fosse apenas as duas ausÃªncias causadas pela parte autora, que deixou de comparecer aos exames designados; JÃ HÃ NOS AUTOS LAUDO PERICIAL, expedido pelo Centro de PerÃ-cia Renato Chaves, conforme se infere dos documentos colacionados pela prÃ³pria parte autora, razÃ£o pela qual, TORNO SEM EFEITO a decisÃ£o de fl. 162/162v no tocante Ã necessidade de realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia mÃ©dica. Â Â Â Â Â Da mesma forma, em observÂ¢ncia ao contraditÃ³rio e a ampla defesa, INTIME-SE a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se quanto ao laudo pericial anexado aos autos pela parte autora, a fim de evitar futuras arguiÃ§Ãµes de nulidade processual. Â Â Â Â Â 4. Desde logo, estando o feito em ordem e tratando-se de matÃ©ria de direito que prescinde da produÃ§Ã£o de outras provas, nos termos do art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. Â Â Â Â Â 5. Considerando o disposto na Lei nº. 8.328/2015, especialmente o art. 27 que determina a necessidade de recolhimento

prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte para fins de recolhimento, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo, com base no art. 485 do CPC, acaso se faÃ§a necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. Adotas as providÃªncias cabÃ-veis, conclusos para SENTENÃA. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08/11/2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â RP PROCESSO: 00168866720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810519164 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:AMBEV COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) AUTOR:WALDIR FERREIRA DE AQUINO JUNIOR Representante(s): OAB 12339 - WANAIA TOME DE NAZARE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 12339 - WANAIA TOME DE NAZARE ALMEIDA (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÃÃO opostos por COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÃRICAS em razÃ£o da sentenÃ§a proferida por este JuÃ-zo Ã fl. 310, arguindo o embargante, a ocorrÃªncia de omissÃ£o e/ou contradiÃ§Ã£o e/ou omissÃ£o no julgado, tendo sido oportunizado ao embargado, a apresentaÃ§Ã£o de manifestaÃ§Ã£o, conforme se infere de leitura dos autos. Â Â Â Â Â Alega a parte embargante a ausÃªncia de fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios advocatÃ-cios em razÃ£o da extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â O embargado apresentou manifestaÃ§Ã£o (fls. 322/325), pugnando o nÃ£o cabimento da fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, ao argumento de que o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o se deu dentro do prazo estipulado legalmente. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â De imediato, cabÃ-vel pontuar que para a interposiÃ§Ã£o de recurso de embargos de declaraÃ§Ã£o, faz-se necessÃ¡rio que estejam presentes os requisitos do art. 1.022 do CPC, de modo que, sua finalidade visa a integralizaÃ§Ã£o do julgado, na hipÃ³tese de serem constatadas hipÃ³teses de omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o ou obscuridade. Â Â Â Â Â Ora, a interposiÃ§Ã£o dos embargos, portanto, exige que o JuÃ-zo venha a se manifestar sobre pontos antes nÃ£o analisados pela decisÃ£o, ou, ainda, esclarecer eventual contradiÃ§Ã£o ou obscuridade que tenha ocorrido, ensejando, consequentemente, sua correÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â NO CASO EM APREÃO, entretanto, os presentes embargos visam a reforma do julgado, tendo em vista que a parte nÃ£o demonstrou Ãªxito em comprovar a ocorrÃªncia de nenhuma das hipÃ³teses legais que justificasse a apresentaÃ§Ã£o do presente recurso.Â¿ Â¿ Â Â Â Â Â Em verdade, com a interposiÃ§Ã£o dos presentes embargos, busca a embargante rediscussÃ£o da matÃ©ria fÃ¡tica e jurÃ-dica, inviÃ¡vel por meio dos embargos de declaraÃ§Ã£o, os quais, somente devem ser utilizados nas restritas hipÃ³teses legais, conforme alhures mencionado, devendo atentar-se a embargante que a natureza e funÃ§Ã£o dos aclaratÃ³rios Ã© apenas de integralizar o julgado. Â Â Â Â Â A irresignaÃ§Ã£o do embargante, entÃ£o, nÃ£o estÃ¡ amparada na existÃªncia de contradiÃ§Ã£o/omissÃ£o/obscuridade na sentenÃ§a, mas sim, na discordÃ¢ncia acerca do prÃ³prio conteÃºdo decisÃ³rio. Â Â Â Â Â A redaÃ§Ã£o exposta no art. 523, Â§1Âº do CPC Ã© cristalina quanto ao tema: Â Â Â Â Â Art. 523. No caso de condenaÃ§Ã£o em quantia certa, ou jÃ¡ fixada em liquidaÃ§Ã£o, e no caso de decisÃ£o sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentenÃ§a far-se-Ã¡ a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o dÃ©bito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Â Â Â Â Â Â§ 1Âº NÃ£o ocorrendo pagamento voluntÃ¡rio no prazo do caput , o dÃ©bito serÃ¡ acrescido de multa de dez por cento e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de dez por cento. Â Â Â Â Â Ainda nos termos da sÃºmula 517 do STJ: Â¿ SÃ£o devidos honorÃ¡rios advocatÃ-cios no cumprimento de sentenÃ§a, haja ou nÃ£o impugnaÃ§Ã£o, depois de escoado o prazo para pagamento voluntÃ¡rio, que se inicia apÃ³s a intimaÃ§Ã£o do advogado da parte executada." Â Â Â Â Â Por conseguinte, somente sÃ£o devidos os honorÃ¡rios advocatÃ-cios 15 (quinze) dias apÃ³s a intimaÃ§Ã£o do advogado da parte executada. Â Â Â Â Â No caso em comento, a intimaÃ§Ã£o para o cumprimento da sentenÃ§a ocorreu no dia 26/11/2019 (fl.284/verso), tendo a obrigaÃ§Ã£o sido adimplida em 11/12/2019 (fl. 294) e, portanto, tempestivamente. Â Â Â Â Â Neste sentido, a jurisprudÃªncia pÃ¡tria corrobora com o entendimento: ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel. AÃ§Ã£o de cumprimento de sentenÃ§a.Cumprimento voluntÃ¡rio. ExtinÃ§Ã£o do feito. Pleito para condenaÃ§Ã£o ao pagamento de honorÃ¡rios. Impossibilidade.ObrigaÃ§Ã£o adimplida voluntaria e tempestivamente. SÃºmula 517 STJ. 1. "SÃºmula 517: SÃ£o devidos honorÃ¡rios advocatÃ-cios no cumprimento de sentenÃ§a, haja ou nÃ£o impugnaÃ§Ã£o, depois de escoado o prazo para pagamento voluntÃ¡rio, que se inicia apÃ³s a intimaÃ§Ã£o do advogado da parte executada." 2. Em caso de adimplemento voluntÃ¡rio da condenaÃ§Ã£o Ã© descabida a fixaÃ§Ã£o de novos honorÃ¡rios advocatÃ-cios. (TJ-RS - AI: 70049826217 RS, Relator: Jorge Maraschin dos Santos, Data de Julgamento: 29/08/2012, VigÃ©sima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 31/08/2012).3. Recurso conhecido e nÃ£o provido. (TJPR - 12Âª C.CÃ-vel - AC - 1623159-9 - Curitiba - Rel.: Juiz Luciano Carrasco Falavinha Souza -

UnÃ¢nime - J. 26.07.2017. (TJ-PR - APL: 16231599 PR 1623159-9 (AcÃ³rdÃ£o), Relator: Juiz Luciano Carrasco Falavinha Souza, Data de Julgamento: 26/07/2017, 12Âª CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ: 2090 14/08/2017) (grifos apostos) Â Â Â Â Â Desta forma, inexistindo as hipÃ³teses de cabimento dos embargos de declaraÃ§Ã£o, nÃ£o Ã© possÃ-vel reverter o entendimento da decisÃ£o vergastada, por meio do recurso interposto. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados, conheÃ§o, vez que tempestivos, porÃ©m, REJEITO os embargos de declaraÃ§Ã£o oposto, tendo em vista que nÃ£o preenchidos nenhum dos requisitos contidos no art. 1.022 do CPC. Â Â Â Â Â P.R.I. Cumprida integralmente a sentenÃ§a proferida nos presentes autos, transitado em julgado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â SS PROCESSO: 00169258419958140301 PROCESSO ANTIGO: 199510241629 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO SAFRA SA Representante(s): CARLOS FERRO (ADVOGADO) REU:ORLANDO SOARES DE LIMA REU:ROLNORTE ROLAMENTO DO NORTE LTDA. Representante(s): FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS MOYA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00169345120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:OZIEL ARAGAO DOS SANTOS Representante(s): OAB 16924 - FELIPE JOSE DA PALMA DE ALMEIDA MAIA (ADVOGADO) OAB 18888 - CELYCE DE CARVALHO CARNEIRO (ADVOGADO) OAB 17303 - LUDMILLA VIANA SOARES BORDALLO (ADVOGADO) REU:WALMONT FERREIRA PIMENTEL FILHO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00170384920118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 12999 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:SOERGA ENGENHARIA LTDA REU:ESPOLIO DE ABDIAS ARRUDA DO AMARAL REU:LAURA FIGUEIREDO DO AMARAL REU:EMILIO GUTIERREZ PORPINO MARTINS REU:ANA

MARIA DE ALMEIDA MARTINS TERCEIRO:ERMELINDA FONSECA Representante(s): OAB 16488 - RENAN ASSUNCAO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00172267120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610808303 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:JOSE GOMES MARTINS Representante(s): OAB 220245 - ANDERSON DIAS DE MENEZES (ADVOGADO) EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00176591920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510558735 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA DE SANTANNA FILIZZOLA GOMIDE Representante(s): OAB 12500 - MARIANA FILIZZOLA GOMIDE (ADVOGADO) MARIA DE SANTANA FILIZZOLA GOMIDE (ADVOGADO) REU:KATIA CRISTINA RODRIGUES DE ARAUJO LIMA Representante(s): OAB 21288 - THIAGO DI LYOON PEDROSA VILLALBA (ADVOGADO) FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS MOYA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido formulado. Para tanto, INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas pertinentes Ã diligÃªncia requerida, viabilizando o escorreito prosseguimento do feito, salientando-se, desde logo, que o nÃ£o recolhimento ensejarÃ¡ a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00178185120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução

de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI Representante(s): OAB 56630 - GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 14371 - MIZZI GOMES GEDEON (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE MARIA GOMES DA ROCHA EXECUTADO:MARILDA PEREIRA DA ROCHA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00178340520128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 AUTOR:TÁGIDE ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA Representante(s): OAB 5031 - MARIANA DE LOURDES FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) REU:MAX ROGÉRIO LEITE MATOS. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 9 de

novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00178680920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:RAIMUNDO MACEDO DOS REIS REQUERENTE:BANCO ORIGINAL Representante(s): OAB 86908 - MARCELO LALONI TRINDADE (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00184838320018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110221355 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:ANTONIO CUNHA COUTINHO Representante(s): OAB 6777 - PORFIRIA LUCIA CARNEIRO DE LIMA (ADVOGADO) AUTOR:FUNDO DE INV EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS PCG Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando que certificado o trÃ¢nsito em julgado, INTIME-SE a parte interessada para, nos termos do art. 513, Â§ 1Âº do CPC, acaso se faÃ§a necessÃ¡rio, dar inÃ-cio Ã FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, que deverÃ¡ fazÃª-lo diretamente no sistema PJE, por meio do cadastro prÃ³prio, atentando-se para efetuar a distribuiÃ§Ã£o por dependÃªncia ao presente feito. Â Â Â Â Â EsclareÃ§a-se, desde logo, que deverÃ¡ observadas os requisitos contidos no CÃ³digo de Processo Civil bem como instruir o feito com os documentos e cÃ³pias necessÃ¡rios a viabilizar o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Quanto ao presente processo fÃ-sico, DEVERÃ O MESMO SER REMETIDO AO SETOR DE ARQUIVO, a fim de evitar que haja duplicidade de execuÃ§Ãµes em razÃ£o da mesma decisÃ£o judicial, observadas as formalidades de praxe e em tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00185123020108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010276984 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Apelação Cível em: 09/11/2021 EXECUTADO:CELINA AIRES LISBOA HENDERSON EXECUTADO:JOSE AGUINALDO PERES HENDERSON E SILVA EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:J.A.P.H. SILVA ME. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00186943020178140301 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ASIA SHIPPING TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA Representante(s): OAB 209676 - RIVALDO SIMOES PIMENTA (ADVOGADO) REU:HZY IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00190186920038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310357543 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:M M COMERCIO DE PETROLEO LTDA Representante(s): OAB 4919 - SEBASTIAO BARROS DO REGO BAPTISTA (ADVOGADO) OAB 18916 - PIETRO MANESCHY GASPARETTO (ADVOGADO) OAB 23583 - NATHALIA ALMEIDA HIPOLITO (ADVOGADO) REU:JOAO PIMENTEL CORREA REU:TEREZINHA DE ARAUJO CORREA Representante(s): OAB 5178 - BENEDITO CORDEIRO NEVES (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº0019018-69.2003.8.14.0301 DESPACHO MANDADO DE INTIMAÃÃO PAGAMENTO VOLUNTÃRIO VISTOS. Â Â Â Â Â Pagas as custas pertinentes, se for o caso, INTIME(M)-SE o(s) EXECUTADO(S) para pagar voluntariamente o valor total da dÃ-vida, no prazo de 15 (quinze) dias (atravÃ©s de seu advogado), sob pena de incidÃªncia de multa de 10% sobre o valor e de imediata PENHORA DE TANTOS BENS QUANTOS BASTEM PARA GARANTIR A EXECUÃÃO. Â Â Â Â Â FICA ADVERTIDO E CIENTE O EXECUTADO, que transcorrido o prazo acima, terÃ¡ o prazo de 15 dias, independentemente de nova intimaÃ§Ã£o ou formalizaÃ§Ã£o de penhora conforme art. 525 CPC do CPC, para oferecer IMPUGNAÃÃO, limitando-se a defesa ao disposto no Â§ 1Âº do artigo 525 do CPC. Â Â Â Â Â Â¿ Â Â Â Â Â Intime-se. Diligencie-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â SS Â Â Â Â Â SERVE A PRESENTE COMO MANDADO NOS TERMOS DO PROVIMENTO DA CJRMB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ o presente, por cÃ³pia digitada, como despacho, mandado/carta de citaÃ§Ã£o/intimaÃ§Ã£o PROCESSO: 00191326519938140301 PROCESSO ANTIGO: 199110070817 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 12501 - CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES (ADVOGADO) OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) OAB 12501 - CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES (ADVOGADO) OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) REU:ATALAIA HOTEL LTDA Representante(s): OAB 1132 - MIGUEL BRASIL CUNHA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-

SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00192709620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:JEFFERSON BARBOSA DO COUTO ROCHA Representante(s): OAB 7862 - HERCULES DA ROCHA PAIXAO (ADVOGADO) REU:NÚCLEO DE PREVENÇÃO CARDIOLÓGICO LTDA REU:FRANK DE OLIVEIRA BANDEIRA LOPES. p.0019270-96.2012.8.14.0301. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentenÃ§a e foi certificado nos autos que o prÃ³prio exequente interessado quedou-se inerte. Â Â Â Â Â Â Sendo assim, nÃ£o hÃ¡ mais qualquer pronunciamento judicial pendente de ser proferido nos presentes autos, ARQUIVE-SE PROVISORIAMENTE O FEITO, atentando-se a parte interessada ao decurso do prazo prescricional, observadas as cautelas de praxe, de tudo certificado nos autos. . Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00193562820038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310369647 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:YOLANDA DE ALMEIDA MAIA REU:EROTHILDES DE VASCONCELOS MAIA AUTOR:BANCO DA AMAZONIA Representante(s): OAB 7788 - NAZARE DE FATIMA SANTOS DOMINGUES (ADVOGADO) OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÊncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00193979320028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210229767 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:J CRUZ ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 12728 - CARLOS FELIPE BAIDEK (ADVOGADO) OAB 12727 - HUGO PINTO BARROSO (ADVOGADO) OAB 19049 - THIAGO SAMPAIO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 20372 - FERNANDA CASTRO SEGTOWICH (ADVOGADO) OAB 21776 - OSWALDO FERNANDES NAZARETH NETO (ADVOGADO) AUTOR:MANOEL RUFINO MATOS OLIVEIRA Representante(s): OAB 8585 - DIONE ROSIANE SENA LIMA DA CONCEICAO (ADVOGADO) AUTOR:DEBORA DAVID DAS NEVES Representante(s): OAB 8141 - SIDENEU OLIVEIRA DA CONCEICAO FILHO (ADVOGADO) AUTOR:MANOEL RUFINO DAVID DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 8585 - DIONE ROSIANE SENA LIMA DA CONCEICAO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÊncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de

novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00195884519998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910289307 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A Representante(s): OAB 25711 - LEONARDO MENDES CRUZ (ADVOGADO) REU:LEILA CALNAGLI GAERTNER REU:COMPETROL COM. E TRANSPORTES LTDA REU:LIRIO GAERTNER Representante(s): OAB 25388 - MARCO HENRIQUE SUL SANTANA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00198085420018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110235108 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO RURAL SA Representante(s): OAB 357.590 - CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (ADVOGADO) REU:ROMULO SERGIO DA SILVEIRA GENU Representante(s): OAB 5781 - LUIS CARLOS SILVA MENDONCA (ADVOGADO) OAB 7430 - MARIA AMELIA FERREIRA LOPES (ADVOGADO) REU:Ma. DA GRACA BECKMAN GENU. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00199194720048140301 PROCESSO ANTIGO: 200310671381 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Embargos à Execução em: 09/11/2021 EMBARGANTE:J H RODRIGUES FRAZAO EMBARGANTE:MARIA DE LOURDES RODRIGUES FRAZAO Representante(s): JOSE DA SILVA SALDANHA (ADVOGADO) EMBARGADO:OCRIM SA PRODUTOS ALIMENTICIOS Representante(s): OPHIR CAVALCANTE JUNIOR (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando

o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00200413520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:SISTEMA EDUCACIONAL ACROPOLE BELEM LTDA Representante(s): OAB 11902 - LUCIANO SANTOS DE OLIVEIRA GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:EDIONEDI JARDIM LIMA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00202498720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 AUTOR:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 21801 - ALAN FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 20107-A - GIULIO ALVARENGA REALE (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REU:GERALDO COELHO DE SOUZA ARAUJO. DECISÃO VISTOS, ETC. 1. Considerando que o bem objeto da aÃ§Ã£o de busca e apreensÃ£o nÃ£o foi encontrado; considerando que se trata de bem mÃ³vel, de fÃ¡cil deterioraÃ§Ã£o em razÃ£o do prÃ³prio decurso do tempo; e, considerando ainda, que o valor do dÃ©bito em atraso encontra-se discriminado em planilha nos autos, CONVERTO A AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM AÃÃO DE EXECUÃÃO. Assim, ADOTE A UPJ as providÃªncias necessÃ¡rias, devendo alterar no sistema LIBRA a `classe processualÂ¿ da presente aÃ§Ã£o, fazendo constar que se trata de execuÃ§Ã£o, para fins de regularizaÃ§Ã£o processual, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos. 2. DEFIRO eventual pedido de substituiÃ§Ã£o do polo ativo, desde que colacionado aos autos comprovante da cessÃ£o de crÃ©dito em favor do terceiro, observadas as cautelas de praxe, que deverÃ¡ ser juntada no mesmo prazo concedido por este JuÃ-zo no item 3 da presente decisÃ£o. Adote a UPJ as providÃªncias necessÃ¡rias no tocante a alteraÃ§Ã£o do polo ativo na capa dos autos, bem como, no sistema, a fim de evitar confusÃ£o e tumulto processual. ApÃ³s, certifique-se. 3. Remetam-se os autos Ã UNAJ para cÃ¡lculo de eventuais custas judiciais pertinentes ou remanescentes e, apÃ³s, INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas legais, juntar aos autos: a) o comprovante de pagamento de custas, se houver; b) a planilha atualizada do dÃ©bito; c) a via original do contrato a ser executado, caso esteja a exordial de busca e apreensÃ£o instruÃ-da apenas com a cÃ³pia do tÃ-tulo, haja vista a observÃ¢ncia estrita ao PRINCÃPIO DA CARTULARIDADE prÃ³prio das aÃ§Ãµes de execuÃ§Ã£o, acaso nÃ£o juntado ao processo. d) o endereÃ§o atualizado do rÃ©u, caso este nÃ£o tenha sido localizado naquele constante nos autos, esclarecendo-se, desde logo, que deverÃ¡ comprovar que esgotou todas as tentativas para localizaÃ§Ã£o do rÃ©u para que, eventualmente, haja deferimento de consulta de endereÃ§o por meio dos sistemas eletrÃ´nicos. Saliente-se, ainda, que formulado pedido neste sentido, deverÃ¡ a parte interessada efetuar o recolhimento das custas pertinentes, sob pena de extinÃ§Ã£o. 4. Cumpridas as determinaÃ§Ãµes anteriores no prazo estabelecido, o que deve ser certificado, CITE-SE o executado para, no prazo de 03 (trÃªs) dias, efetuar o pagamento da dÃ-vida (CPC, art. 829), conforme planilha de dÃ©bito, alÃ©m de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, fixados no patamar de 10% (dez por cento) do valor total da execuÃ§Ã£o, ressalvando-se que, em caso de pagamento integral no prazo suso, ficam os honorÃ¡rios reduzidos pela metade (CPC, art. 827, Â§1Âº). 5. Citado o executado e verificado o nÃ£o pagamento no

prazo assinalado, proceda-se o Sr. Oficial de JustiÃ§a Ã penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens para satisfaÃ§Ã£o do dÃ©bito, considerando, se for o caso, a indicaÃ§Ã£o de bens feita na exordial e, ainda, observando os bens garantidos em hipoteca, penhor ou outro direito real de garantia, de tudo lavrando-se auto, com intimaÃ§Ã£o do executado, bem como de seu cÃ´njuge, acaso a penhora recaia sobre bens imÃ³veis. NÃ£o havendo indicaÃ§Ã£o de bens pelo exequente, observe-se, preferencialmente, a ordem estabelecida no art. 835 do CPC. 6. Efetivada a citaÃ§Ã£o e realizada a penhora, intime(m)-se o(s) exequente(s) para que, no prazo de 05 (cinco) dias, informe(m) como pretende(m) expropriar os bens constritos e, no mesmo prazo, caso este(s) bem(s) esteja(m) garantido(s) por hipoteca, penhor, outro direito real de garantia ou sob alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, providencie(m) os meios para realizaÃ§Ã£o de intimaÃ§Ã£o dos interessados, nos termos do art. 799 do CPC, sob as penas legais. 7. Havendo pedido quanto a utilizaÃ§Ã£o de forÃ§a policial, o deferimento ficarÃ¡ adstrito Ã comprovada necessidade, a ser certificada pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a. 8. NÃ£o encontrado o(a)s executado(a)s, porÃ©m, havendo bens de sua titularidade, determino ao Sr. Oficial de JustiÃ§a que proceda ao arresto de tantos quantos bastem para garantir a execuÃ§Ã£o, seguindo o processo na forma do art. 830 do CÃ³digo de Processo Civil. 9. NÃ£o localizados bens para arresto ou penhora ou restando frustrada a citaÃ§Ã£o, intime(m)-se o(s) exequente(s) para que, no prazo de 05 (cinco), regularize(m) a citaÃ§Ã£o e indique (m) bens para expropriaÃ§Ã£o, sob pena de reconhecimento de abandono e consequente extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. ApÃ³s, conclusos. 10. O prazo para interposiÃ§Ã£o de embargos Ã© de 15 dias, a contar da data de juntada aos autos do mandado cumprido, na forma do art. 231, II, do CPC. 11. Havendo requerimento neste sentido, fica autorizada a expediÃ§Ã£o de CertidÃ£o ao exequente para os fins preceituados no art. 799, IX do CPC, adstrito ao recolhimento prÃ©vio das custas pertinentes. O NÃO CUMPRIMENTO DOS ITENS 2 E/OU 3 DA PRESENTE DECISÃO INVIABILIZA O CUMPRIMENTO DOS DEMAIS ITENS DA PRESENTE DECISÃO, DEVENDO OS AUTOS VIREM IMEDIATAMENTE CONCLUSOS PARA SENTENÃA. Â Int., dil. e cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. BelÃ©m/PA,Â 9 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital ServirÃ¡ esta como MANDADO, nos termos do Provimento nÂº 11/2009-CJRMB, DiÃ¡rio da JustiÃ§a nÂº 4294 de 11/03/09, bem como, servirÃ¡ como intimaÃ§Ã£o por meio do DiÃ¡rio EletrÃ´nico, nos termos da ResoluÃ§Ã£o n. 014/07/2009. PROCESSO: 00204891020048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410692758 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:SILVIO KOS BURLAMAQUI DE MIRANDA EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00207352020038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310414210 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 ADVOGADO:ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO AUTOR:CIMENTOS DO BRASIL - CIBRASA Representante(s): FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) ALBERTO ALCEBIADES DE ALMEIDA PORTELLA NETTO (ADVOGADO) EDUARDO VITOR GONCALVES COUTINHO (ADVOGADO) OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) ADVOGADO:FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR REU:TOJA MATERIAIS DE CONST. REP. LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE,

CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00208209319938140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Embargos à Execução em: 09/11/2021 EMBARGANTE:ENDECO ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 5132 - RUI GUILHERME TRINDADE TOCANTINS (ADVOGADO) EMBARGADO:BANCO ECONOMICO S.A. Representante(s): OAB 1572 - PAULO RUBENS XAVIER DE SA (ADVOGADO) INTERESSADO:ESPOLIO DE HARLEY NOGUEIRA VIEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 6788 - MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00211262220178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:PAULO OVIDIO GOMES AMADOR Representante(s): OAB 3830 - JOAO ARMANDO DE SOUZA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 25095 - ELIANA NOBRE DE BRITO PEREIRA PONCADILHA GUIMARAES (ADVOGADO) REU:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 12358 - FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 18329 - JIMMY SOUZA DO CARMO (ADVOGADO) OAB 13734 - MICHELLE CARVALHO TELES (ADVOGADO) . Processo nº 0021126-22.2017.8.14.0301. SENTENÃA Â Â Â Â Â Os presentes autos em epÃ-grafe versam sobre AÃÂ¿O INDENIZATÃRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS ajuizada por PAULO OVÃDIO GOMES AMADOR em face de CELPA S/A. Â Â Â Â Â A parte requerente alega que possui um imÃ³vel rural localizado no municÃ-pio de Salvaterra, na ilha do MarajÃ³, onde realizou solicitaÃ§Â¿o de energia pelo programa do Governo Federal Â¿Luz para TodosÂ¿ em 21.07.2004. Sustenta que apÃ³s o prazo de 13 anos, nÂ¿o teria seu pedido atendido. Aduz que no ano de 2016 empresa requerida causou prejuÃ-zos em sua propriedade, derrubando diversas Ã¡rvores e causando erosÂ¿es no solo sob a argumentaÃ§Â¿o de proporcionar Â¿luz no campoÂ¿. Por fim, pleiteou: a) danos materiais no valor de R$ 50.000,00; b) danos morais no importe de R$ 50.000,00. Â Â Â Â Â Ã fl. 31, foi deferida a gratuidade de justiÃ§a Ã parte autora. Â Â Â Â Â Em sede de contestaÃ§Â¿o (fls. 72/84), a demandada pugnou pela total improcedÃªncia da lide alegando as seguintes matÃ©rias preliminares: a) ImpugnaÃ§Â¿o Ã gratuidade de justiÃ§a; b) impugnaÃ§Â¿o ao valor da causa c) ilegitimidade passiva da concessionÃ¡ria de energia elÃ©trica. No mÃ©rito, alegou que o programa federal ainda estaria em andamento e que descaberia indenizaÃ§Â¿o por danos materiais e morais. Â Â Â Â Â Ã fls. 85/95, a parte autora apresentou rÃ©plica, ratificando os termos da exordial. Â Â Â Â Â Instadas a se manifestarem, as partes requereram depoimento pessoal e a anÃ¡lise pericial o imÃ³vel. Â Â Â Â Â Ã a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Nos termos do artigo 355, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil/2015,

Ã© cabÃ-vel o julgamento antecipado da lide, pois a controvÃ©rsia em debate comporta julgamento independentemente da produÃ§Ã£o de outras provas, porquanto suficientes para a soluÃ§Ã£o da lide a prova documental jÃ¡ produzida. Â Â Â Â Â Nesse passo, a jurisprudÃªncia tem reconhecido ser perfeitamente cabÃ-vel o julgamento antecipado da lide, assinalando: "JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - SuficiÃªncia dos elementos constantes dos autos - ProduÃ§Ã£o de prova desnecessÃ¡ria - Cerceamento de defesa inexistente - Recurso extraordinÃ¡rio nÃ£o conhecido - DecisÃ£o mantida" (STF, RT 624/239). Da preliminar de impugnaÃ§Â¿o Ã gratuidade de justiÃ§a. Â Â Â Â Â Considerando os termos do art.5Âº, LXXIV, da ConstituiÃ§Â¿o Federal, que dispÂ¿e do dever do Estado de prestar assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursos, conclui-se que no pedido de concessÂ¿o da gratuidade nÂ¿o se exige o estado de misÃ©ria absoluta, razÂ¿o pela qual decido pela concessÂ¿o da justiÃ§a gratuita Ã¡ parte autora, uma vez que se presume ser verdadeira a alegaÃ§Â¿o de insuficiÃªncia deduzida exclusivamente por pessoa natural, nos termos do Â§3Âº do art. 99 do CPC. Â Â Â Â Â Ademais, a parte requerente nÂ¿o apresentou qualquer prova idÃ´nea capaz de afastar a presunÃ§Â¿o legalmente estabelecida, motivo pelo qual REJEITO a impugnaÃ§Â¿o Ã¡ gratuidade de justiÃ§a. Da preliminar de impugnaÃ§Â¿o ao valor da causa. Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 292 do CPC, o valor da causa Ã© aferido da seguinte forma: Â Art. 292. O valor da causa constarÃ¡ da petiÃ§Â¿o inicial ou da reconvenÃ§Â¿o e serÃ¡: Â Â Â Â Â (...) Â Â Â Â Â V - na aÃ§Â¿o indenizatÃ³ria, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido; Â Â Â Â Â VI - na aÃ§Â¿o em que hÃ¡ cumulaÃ§Â¿o de pedidos, a quantia correspondente Ã soma dos valores de todos eles; Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, considerando que o pleito indenizatÃ³rio material corresponde a R$50.000,00 e o extrapatrimonial a R$ 50.000,00, tem-se que a somatÃ³ria de ambos equivale a R$ 100.000,00. Desta forma, o valor da causa preencheu os ditames estabelecidos do art. 292 do CPC. Â Â Â Â Â Qualquer outro exame probatÃ³rio dos pleitos requeridos em exordial serÃ¡ devidamente analisado no mÃ©rito da decisÂ¿o, nÂ¿o havendo que se falar em sede de impugnaÃ§Â¿o acerca do acervo probatÃ³rio dos pedidos. Portanto, REJEITO a presente impugnaÃ§Â¿o. Preliminar de ilegitimidade passiva. Â Â Â Â Â Â A requerida arguiu sua ilegitimidade passiva, posto que a responsabilidade para planejamento e gestÂ¿o de polÃ-tica de universalizaÃ§Â¿o do acesso e uso de energia elÃ©trica seria do Estado. Â Â Â Â Â Â No que tange ao tema, o Governo Federal, por meio do Decreto nÂº 4.873/20031, instituiu o Programa Nacional de UniversalizaÃ§Â¿o do Acesso e Uso da Energia ElÃ©trica, denominado Â¿Luz para TodosÂ¿, objetivando o fornecimento de energia elÃ©trica Ã s regiÂ¿es que ainda nÂ¿o dispunham de acesso a este serviÃ§o pÃºblico essencial. Â Â Â Â Â Â No plano retromencionado a concessionÃ¡ria de energia elÃ©trica recebe as solicitaÃ§Â¿es para instalaÃ§Â¿o do serviÃ§o de energia elÃ©trica e as repassa ao ComitÃª Gestor Estadual (CGE), para que este, analisando aspectos de conveniÃªncia e oportunidade, defina prioridades, dentro de um cronograma. Por conseguinte, a Rede Celpa, por ser a destinatÃ¡ria dos pedidos de solicitaÃ§Â¿o de fornecimento de energia, tem legitimidade para figurar no polo passivo da lide, razÂ¿o pela qual REJEITO a presente preliminar. Â Â Â Â Â Ultrapassadas as preliminares passo ao mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â O CERNE DA LIDE VERSA SOBRE A POSSÃVEL RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONCESSIONÃRIA DE ENERGIA ELÃTRICA NA DEMORA EM DAR CUMPRIMENTO AO Â¿PROGRAMA LUZ PARA TODOSÂ¿ Ã UNIDADE CONSUMIDORA DA PARTE AUTORA. Â Â Â Â Â Â No que se refere ao programa supramencionado, tem-se que se trata de programa de universalizaÃ§Ã£o do fornecimento de energia elÃ©trica, cuja destinaÃ§Ã£o visa ao atendimento da populaÃ§Ã£o carente, a qual nÃ£o dispÃµe deste serviÃ§o essencial. Â Â Â Â Â Para fins de enquadramento, Ã© necessÃ¡rio que o imÃ³vel atenda aos requisitos previstos na Lei nÂº 10.438/022 para que o consumidor tenha custo zero com as instalaÃ§Ãµes necessÃ¡rias para fornecimento de energia elÃ©trica. Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, a pretensÃ£o do Autor encontra esteio em polÃ-tica pÃºblica de implementaÃ§Ã£o programada, sob a gerÃªncia de Ã³rgÃ£o pertencente Ã organizaÃ§Ã£o administrativa da UniÃ£o. Assim, a atuaÃ§Ã£o do Poder JudiciÃ¡rio deve se ater estritamente Ã observÃ¢ncia dos ditames legais, a fim de haja respeito ao princÃ-pio jurÃ-dico da SeparaÃ§Ã£o dos Poderes. Â Â Â Â Â Â Verifica-se ainda que o Decreto 9.357 prorrogou por mais quatro anos o programa Â¿Luz para TodosÂ¿. O programa foi lanÃ§ado em 2003 e iria vigorar atÃ© 2018. Com o decreto, agora foi estendido atÃ© 2022. Portanto, o programa federal se encontra em pleno andamento e execuÃ§Â¿o. Â Â Â Â Â Â Sendo assim, nÂ¿o Ã© cabÃ-vel compelir a concessionÃ¡ria a fornecer energia elÃ©trica em prazo inferior ao fixado pela agÃªncia reguladora do setor. Â Â Â Â Â Â A jurisprudÃªncia pÃ¡tria possui o mesmo entendimento: AÃÂ¿O CIVIL PÃBLICA. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÃTRICA. COMUNIDADE RURAL. COMPETÃNCIA DA JUSTIÃA ESTADUAL. CONDIÃÂ¿ES DA AÃÂ¿O. PRESENÃA. PROGRAMA LUZ PARA TODOS. POLÃTICA PÃBLICA. INTERVENÃÂ¿O JUDICIAL. LIMITES. 1. A JustiÃ§a Estadual Ã© competente para julgar aÃ§Â¿o civil pÃºblica proposta contra concessionÃ¡ria objetivando o fornecimento de energia elÃ©trica Ã comunidade rural. 2. As condiÃ§Â¿es

da aÃ§Â¿o sÂ¿o verificadas in status assertionis, nÂ¿o se confundindo com o mÃ©rito da pretensÂ¿o. 3. NÂ¿o cabe ao JudiciÃ¡rio, substituindo-se ao administrador, estabelecer prazos distintos daqueles fixados para atendimento das metas do Programa de UniversalizaÃ§Â¿o Luz para Todos, alterando o cronograma de implementaÃ§Â¿o de uma polÃtica pÃºblica estabelecida pelo Governo Federal. 4. A dignidade da pessoa humana e a essencialidade do serviÃ§o nÂ¿o podem ser os Ãºnicos fundamentos para compelir a concessionÃ¡ria a fornecer energia elÃ©trica em prazo inferior ao fixado pela agÃªncia reguladora do setor. 5. Apelo conhecido e parcialmente provido. Maioria. (TJ-MA - APL: 0575122014 MA 0000211-14.2014.8.10.0124, Relator: PAULO SÃRGIO VELTEN PEREIRA, Data de Julgamento: 16/06/2015, QUARTA CÃMARA CÃVEL, Data de PublicaÃ§Â¿o: 22/06/2015) (grifos apostos) Â Â Â Â Â Em hipÃ³tese semelhante, decidiu MONOCRATICAMENTE a Desembargadora Edineia Tavares do E. TJPA, neste mesmo sentido: EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÃÂ¿O CÃVEL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E IMPOSSIBILIDADE JURÃDICA DO PEDIDO AFASTADAS. SENTENÃA RECORRIDA QUE CONDENOU A APELANTE Ã OBRIGAÃÂ¿O DE FAZER CONSISTENTE NA EXTENSÂ¿O DA REDE SECUNDÃRIA PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÃTRICA AO APELADO. IMPOSSIBILIDADE. IMÃVEL RURAL. PROGRAMA Â¿LUZ PARA TODOSÂ¿. VIGÃNCIA DO PRAZO PARA EXPANSÂ¿O DA REDE DE ENERGIA. AUSÃNCIA DE ILEGALIDADE. POLÃTICA PÃBLICA. NECESSIDADE DE LIMITAÃÂ¿O DA INTERVENÃÂ¿O DO PODER JUDICIÃRIO. 1. Havendo retorno patrimonial Ã concessionÃ¡ria do serviÃ§o de fornecimento de energia elÃ©trica pelo alcance de novos consumidores, resta evidenciada sua legitimidade passiva ad causam. 2. O pleito do Autor, ao versar sobre a concessÂ¿o de bem essencial Ã mÃnima qualidade de vida, encontra respaldo nos valores e princÃpios consagrados pela ConstituiÃ§Â¿o da RepÃºblica, nÂ¿o havendo falar em impossibilidade jurÃdica do pedido. 3. NÂ¿o se pode obrigar a Apelante a arcar com todo o custo para a extensÂ¿o da rede de energia para atender tÂ¿o somente a um consumidor, uma vez que o mesmo nÂ¿o fez prova de que estÃ¡ sendo preterido em relaÃ§Â¿o a outros consumidores que, porventura, se encontrem na mesma situaÃ§Â¿o. 4. A pretensÂ¿o do Autor/Apelado se apoia em polÃtica pÃºblica de implementaÃ§Â¿o programada, sob a gerÃªncia de Ã³rgÂ¿o pertencente Ã organizaÃ§Â¿o administrativa da UniÂ¿o, o que faz com que a interferÃªncia do Poder JudiciÃ¡rio se revista de especial cautela, a fim de evitar desrespeito ao PrincÃpio da SeparaÃ§Â¿o dos Poderes. 5. Recurso de apelaÃ§Â¿o conhecido e provido. DECISÂ¿O MONOCRÃTICA A EXMA. SRA. DESEMBARGADORA EDINÃA OLIVEIRA TAVARES (apelaÃ§Â¿o cÃvel n 0000026-26.2011.8.14.0073) Â Â Â Â Â Por conseguinte, tendo em vista que a prorrogaÃ§Ã£o do programa federal para o ano de 2022, nÃ£o hÃ¡ que se falar em responsabilidade civil por omissÃ£o, porquanto a atuaÃ§Ã£o da demandada deve atender Ã s normas pÃºblicas Ã s quais estÃ¡ submetida. Do dispositivo. Â Â Â Â Â Ante o exposto, pelos fatos e fundamento ao norte alinhavados e por tudo o mais que nos autos consta, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, porquanto o programa federal Â¿Luz para TodosÂ¿ teve sua vigÃªncia prorrogada atÃ© o ano de 2022. Â Â Â Â Â Â CONDENO a parte autora em custas e despesas processuais e honorÃ¡rios sucumbenciais, que fixo em 10% do valor atualizado da causa, com a exequibilidade suspensa apenas em caso de gratuidade de justiÃ§a, eventualmente, jÃ¡ deferida nos autos. Â Â Â Â Â Â Havendo apelaÃ§Â¿o, intime-se o apelado para apresentar, caso queira, contrarrazÂ¿es, no prazo legal. ApÃ³s, certifique-se e encaminhem-se os autos ao E. Tribunal de JustiÃ§a do Estado do para ParÃ¡ para os devidos fins. Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃza de Direito da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â SS Â PÃ¡gina de 9Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: 1upjcivelbelem@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: PraÃ§a Felipe Patroni, s/n - 1Âº andar - FÃRUM CÃVEL DE BELÃMÂ CEP: 66.015-260Â Â Bairro: Cidade VelhaÂ Â Fone: (91)3205-2233 PROCESSO: 00212183820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810662400 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:FABIANO CAVALCANTE DIAS Representante(s): LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR) REU:TELEMAR NORTE LESTE - S/A. Representante(s): OAB 3210 - PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) JESSIKA SIMONELLY ANDRADE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11671 - ELIENE ALVES DA SILVA SANTOS (ADVOGADO) OAB 86235 - ELADIO MIRANDA LIMA (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando que certificado o trÃ¢nsito em julgado, INTIME-SE a parte interessada para, nos termos do art. 513, Â§ 1Âº do CPC, acaso se faÃ§a necessÃ¡rio, dar inÃcio Ã FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, que deverÃ¡ fazÃª-lo diretamente no sistema PJE, por meio do cadastro prÃ³prio, atentando-se para efetuar a distribuiÃ§Ã£o por dependÃªncia ao presente feito. Â Â Â Â Â Recolham-se, desde logo, eventualmente custas pendentes de pagamento, acaso se faÃ§a necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â

EsclareÃ§a-se, que deverÃ¡ observadas os requisitos contidos no CÃ³digo de Processo Civil bem como instruir o feito com os documentos e cÃ³pias necessÃ¡rios a viabilizar o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Quanto ao presente processo fÃ-sico, DEVERÃ O MESMO SER REMETIDO AO SETOR DE ARQUIVO, a fim de evitar que haja duplicidade de execuÃ§Ãµes em razÃ£o da mesma decisÃ£o judicial, observadas as formalidades de praxe e em tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00212700620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510682980 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:RAIMUNDO FERNANDES EXEQUENTE:BANCO AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 7535 - SAMUEL NYSTRON DE ALMEIDA BRITO (ADVOGADO) OAB 7547 - MARLENE DE NAZARE AMARAL LOPES (ADVOGADO) OAB 7308 - JOSIANE MARIA MAUES DA COSTA FRANCO (ADVOGADO) OAB 8370 - MARIA ROSINEIDE ALVES DE LIMA (ADVOGADO) OAB 8562 - ROSIMAR SOCORRO DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO) OAB 9346 - VITOR MANOEL SILVA DE MAGALHAES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:THIAGO FERNANDES. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00213053820018140301 PROCESSO ANTIGO: 198510008035 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 8769 - ALEXANDRE DIAS FONTENELE (ADVOGADO) OAB 11663 - WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) REU:MAIAME MADEREIRA ITALIA AMERICANA INDLT Representante(s): OAB 1132 - MIGUEL BRASIL CUNHA (ADVOGADO) OAB 169034 - JOEL FERREIRA VAZ FILHO (ADVOGADO) OAB 1132 - MIGUEL BRASIL CUNHA (ADVOGADO) OAB 169034 - JOEL FERREIRA VAZ FILHO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00213070220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910464508 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO ABN AMRO REAL S/A Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) CRISTINE GOUVEA DE ARAUJO

(ADVOGADO) STELA FERNANDA GONCALVES PIRES (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA GORETTI NUNES UGULINO EXECUTADO:HERBERTH UGULINO DA COSTA EXECUTADO:E D COMERCIO E DISTRIBUIDORA DO NORTE LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00213174120048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410722159 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:HIGIELIMP COM. LTDA-ME. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00214208720038140301 PROCESSO ANTIGO: 199310173192 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 EMBARGANTE:RAPHAEL LEVY EMBARGANTE:ENDECO ENGENHARIA E DECORACOES LTDA EMBARGADO:BANCO COMERCIAL BANCESA SA Representante(s): OAB 1572 - PAULO RUBENS XAVIER DE SA (ADVOGADO) EMBARGANTE:HARLEY NOGUEIRA VIEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 6788 - MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) EMBARGANTE:FLAVIO DE AZEVEDO LOBATO FILHO. PROCESSO NÂº 0021420-87.2003.8.14.0301 DECISÃO-MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CHAMO O FEITO A ORDEM: REGULARIZE-SE OS DADOS DO PROCESSO DE FORMA QUE CONSTE SE TRATAR DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS MOVIDO PELOS HERDEIROS DE PAULO RUBENS XAVIER DE SÃ EM FACE DE ENDECO ENGENHARIA LTDA, de tudo certificando nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Em face da petiÃ§Ã£o de fls. 173/175 e da CertidÃ£o de Ã³bito de fls. 180, SUSPENDO O PROCESSO, nos termos do art. 689 do CPC, para fins de instaurar o incidente de HABILITAÃÃO dos herdeiros do exequente PAULO RUBENS XAVIER DE SÃ, devidamente qualificados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Mediante o prÃ©vio recolhimento das custas cabÃ-veis pela parte exequente, CITE-SE a empresa executada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pronunciem-se acerca do pedido de habilitaÃ§Ã£o constante Ã s fls. 173/175, conforme art. 690 do CPC, devendo, em caso de impugnaÃ§Ã£o, apresentar as provas/documentos pertinentes, no mesmo prazo, sob as penas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o

processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. Vencido o prazo encimado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e, estando digitalizados os autos e retificados os dados do processo, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. BelÃ©m/PA, 08 de Novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM PROCESSO: 00218690520098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910474391 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REPRESENTANTE:MARIA DE LOURDES CARVALHO PANTOJA Representante(s): OAB 7009 - ANTONIO CARLOS AIDO MACIEL (ADVOGADO) REU:HAROLDO MARTINS SILVA Representante(s): OAB 6769 - IVONE SILVA DA COSTA LEITAO (ADVOGADO) AUTOR:D. S. S. Representante(s): OAB 7002 - JACIRA OLIVEIRA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 25751 - RAFAEL AIRES DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REU:POLICLINICA DR LAURO MAGALHAES Representante(s): OAB 6769 - IVONE SILVA DA COSTA LEITAO (ADVOGADO) OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0021869-05.2009.8.14.0301 Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: RETIRE-SE O SIGILO PROCESSUAL atribuÃ-do ao presente feito, em razÃ£o do nÃ£o preenchimento dos pressupostos para a tramitaÃ§Ã£o em segredo de justiÃ§a (artigo 189, do CPC), observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â AtravÃ©s da petiÃ§Ã£o de fl. 215/216 a patrona do requerido Haroldo Martins e Silva vem noticiar ao JuÃ-zo o Ã³bito do rÃ©u, ocorrido em 2019, isto Ã©, mais de 01 (um) ano ANTES da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a. NÃ£o bastasse isto, pleiteia, em nome prÃ³prio, a suspensÃ£o do feito e a nulidade dos atos processuais praticados apÃ³s o seu falecimento. Â Â Â Â Â Neste sentido, INDEFIRO o pedido formulado, considerando que a parte se quedou inerte quanto ao ser DEVER PROCESSUAL de informar nos autos, na primeira oportunidade cabÃ-vel o falecimento do requerido, permitindo que o processo prosseguisse sem que este JuÃ-zo tivesse conhecimento do Ã³bito. Â Â Â Â Â NÃ£o fosse apenas isto, ao invÃ©s de habilitar os herdeiros ou espÃ³lio do falecimento, a causÃ-dica ocupa-se em requerer a suspensÃ£o em nome prÃ³prio, olvidando o Ã´nus que lhe cabe quanto Ã regularizaÃ§Ã£o do polo passivo da lide, com a habilitaÃ§Ã£o dos sucessores naturais do falecido. Â Â Â Â Â Exalce-se que, ainda que acolhido o argumento trazido na petiÃ§Ã£o de fl. 215/216v de que houve a suspensÃ£o imediata da lide com o falecimento, o prÃ³prio decurso do prazo, sem qualquer peticionamento da parte a fim de informar a este JuÃ-zo o ocorrido, fez precluir o direito, tendo em vista que, nÃ£o se mostra razoÃ¡vel a suspensÃ£o do feito, por aproximadamente 02 (dois) anos, a bel prazer da parte rÃ©, tendo esta portanto, permitido o decurso do prazo sem adotar as providÃªncias oportunas, nÃ£o podendo, deste modo, beneficiar-se de sua prÃ³pria falha processual. Â Â Â Â Â O descaso com os processos Ã© tanto, que sequer foi colacionado aos autos do processo nÂº 0020729-03.2010.8.14.0301 a mesma informaÃ§Ã£o, inobstante os feitos encontrem-se apensados e versem exatamente sobre a mesma matÃ©ria, distinguindo-se, tÃ£o somente, em razÃ£o da parte autora ser diferente (em um, figura no polo ativo o filho e no outro a filha da falecida). Â Â Â Â Â Neste sentido, INDEFIRO o pedido formulado através da petiÃ§Ã£o de fl. 215/216, mantendo integralmente os termos da sentenÃ§a jÃ¡ proferida. Â Â Â Â Â CUMPRA-SE INTEGRALMENTE A DECISÃO, INCLUSIVE COM A REMESSA DOS AUTOS AO E. TJPA, CONSIDERANDO A INTERPOSIÃÃO DE RECURSO DE APELAÃÃO. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08/11/2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â RP PROCESSO: 00219825420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 09/11/2021 REQUERENTE:FABIANA DE FATIMA LIMA DOS SANTOS Representante(s): OAB 3701 - CLODOMIR ASSIS ARAUJO (ADVOGADO) OAB 22552 - LORENA CRISTINA DE ARAUJO BRITO (ADVOGADO) OAB 16019 - RAFAEL MELO BATISTA (ADVOGADO) REQUERIDO:RONIE CLEI GOUVEIA DO NASCIMENTO REQUERIDO:DANIELLE VAZ LEAO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva;

DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00220463520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ERNANI DOS SANTOS FERREIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00220637120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:PATRICIA COLARES SANTOS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00221711820038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310461964 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA - ACEPA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) REU:HULDENIZE LIMA COSTA DOS SANTOS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â

Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00224036420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510721431 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:RENATO LOBATO DE MORAES Representante(s): SOSTENES ALVES DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 3321 - RUI GUILHERME CARVALHO AQUINO (ADVOGADO) OAB 7707 - ADRIANA AQUINO DE MIRANDA POMBO (ADVOGADO) EXECUTADO:JESULINDO OLIVEIRA TORRES Representante(s): OAB 18471 - LUCAS VIEIRA TORRES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00224151720018140301 PROCESSO ANTIGO: 199610097366 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) ADVOGADO:FRANCISCO POMPEU BRASIL FILHO ADVOGADO:MARIA DEUSA ANDRADE DA SILVA REU:MARCIA DE ALMEIDA TUMA REU:HELIANY DE ALMEIDA TUMA REU:H L M MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 4433 - FRANCISCO POMPEU BRASIL FILHO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00225475220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:LEDA RAIMUNDA BARREIROS DE SOUZA Representante(s): OAB 5441 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) OAB 21092 - ANDRE PENNA SOUZA (ADVOGADO) REU:VIACAO PRINCESA DO SALGADO TRANSPORTE E TURISMO LTDA Representante(s): OAB 19769 - MARCO AURELIO DE MELO NOGUEIRA (ADVOGADO) . p. 0022547-52.2011.8.14.0301. Â DECISÃO Vistos. Â Â Â Â Â A parte exequente apresentou petiÃ§Ã£o Ã

s fls. 159/163, requerendo o redirecionamento da execuÃ§Ã£o para os sÃ³cios da empresa executada. Juntou documentaÃ§Ã£o Ã fls.164/168 comprovando o alegado e qualificando os sÃ³cios com os seus respectivos endereÃ§os. Â Â Â Â Â Â Ã a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DECIDO. Â Â Â Desde jÃ¡ entendo preenchidos os requisitos caracterizadores da desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica, nos termos do art. 50 do CC (InsuficiÃªncia patrimonial e desvio de finalidade ou confusÃ£o patrimonial por meio de fraude ou do abuso de direito), conforme exposto na petiÃ§Ã£o de fls. 159/163 dos autos.Â Â Â Â Desta forma, considerando que a empresa VIAÃÃO TRASNPORTE E TURISMO LTDA , possui situaÃ§Ã£o Â¿INAPTAÂ¿ perante a RECEITA FEDERAL- OMISSÃO DE DECLARAÃÃES (FL. 164) e, com o intuito de se evitar protelarem diligÃªncias inÚteis ou desnecessÃ¡rias, porquanto a presente aÃ§Ã£o Ã© movida igualmente em face de pessoa jurÃ-dica extinta, DEFIRO o incidente de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica apresentado em desfavor da parte executada, suspendendo-se o andamento da execuÃ§Ã£o no tocante Ã s pessoas alvo do presente incidente, atÉ o seu julgamento. Â Â Â Tendo em vista que a parte exequente se encontra amparada pelos benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita, CITEM-SE os sÃ³cios da empresa executada para manifestaÃ§Ã£o e apresentaÃ§Ã£o de provas cabÃ-veis, em 15 (quinze) dias. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Comunique-se ao distribuidor para que proceda Ã s anotaÃ§Ãµes devidas. Cumprido os itens acima especificados, certifique-se e voltem-me conclusos os autos. P.R.I.C. . BelÉm, 09 de Novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za de Direito da 3Âª VCE da Capital SS SERVIRÃ O PRESENTE, POR CÃPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO, CARTAÂ E OFÃCIO. PROCESSO: 00226757020108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010340143 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:GLORIA APARECIDA DE ATAIDE BECHARA EXEQUENTE:ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA S.A Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23343 - AMANDA REBELO BARRETO (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAO PICHARA DE OLIVEIRA EXECUTADO:J. PICHARA DE OLIVEIRA - ME. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÊncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÉm/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00227187020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:JOSE ANTONIO PINTO Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 12828 - FABIO RODRIGUES MOURA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 6171 - MARCO ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) OAB 13940-B - DEBORA KALINE DE LUNA TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 22339 - JOSE DE LIMA MENDES JUNIOR (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0022718-70.2011.8.14.0301 Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS, ETC. Â Â Â Â Â Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÃÃO no qual a parte embargante pretende a expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡, para liberaÃ§Ã£o dos valores depositados em subconta vinculada ao processo, tendo sido, inclusive, oportunizado manifestaÃ§Ã£o pela parte adversa. Â Â Â Â Â Ã o sucinto relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â O art. 1.022, I do NCPC estabelece o cabimento de embargos de declaraÃ§Ã£o para esclarecer omissÃ£o, obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o em decisÃ£o judicial, bem como para corrigir erro material e suprir omissÃ£o. Â Â Â Â Â Ocorre a omissÃ£o, quando a sentenÃ§a deixa de pronunciar-se sobre questÃ£o concernente ao litÃ-gio, que deveria ser decidida ao passo que a contradiÃ§Ã£o ocorre, quando colidem proposiÃ§Ãµes constantes da fundamentaÃ§Ã£o do julgado, ou entre esta e o seu dispositivo. A obscuridade se dÃ¡, por sua vez, na existÊncia de argumentos nÃ£o aclarados pelo JuÃ-zo que norteiam a decisÃ£o proferida e resultam em uma fundamentaÃ§Ã£o inconclusiva Â Â Â Â Â NO CASO EM APREÃO, o embargante

sustenta a ocorrÃªncia de omissÃ£o em razÃ£o deste JuÃ-zo nÃ£o ter se manifestado acerca da expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ quanto aos valores depositados em JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Neste sentido, constatada a existÃªncia de erro material na referida decisÃ£o, necessÃ¡ria se faz a anÃ¡lise do pedido formulado, no tocante Ã liberaÃ§Ã£o de valores em favor da parte autora. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, conheÃ§o dos embargos, e, no mÃ©rito, ACOLHO-OS, com fulcro no art. 1.022 do CPC, fazendo a presente decisÃ£o, parte integrante da sentenÃ§a de fl. 364. Â Â Â Â Â Assim, EXPEÃA-SE, imediatamente, ALVARÃ EM FAVOR DA PARTE AUTORA, quanto aos valores depositados em subconta vinculada ao presente feito, devidamente corrigido e atualizado, recolhidas eventuais custas que se faÃ§am necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Mantido os demais termos da decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â RP PROCESSO: 00228443020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA - ACEPA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:CLAUDIA REGINA DOS PRAZERES CLAUDINO DE MELO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00228705220178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA DE FATIMA CARVALHO REIS Representante(s): OAB 13644 - WALAQ SOUZA DE LIMA (ADVOGADO) REU:MARIZA CARDOSO CAPORAL DOS SANTOS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00233764920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510753153 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:EMPRESA DE TRANSPORTES AERO CLUB LTDA EXEQUENTE:ARRAIS E OLIVEIRA ADVOGADOS SS Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 23349 - ACACIO NETO CORREA BASTOS (ADVOGADO) OAB 23956 - LUANA DE FATIMA LUCAS BEZERRA (ADVOGADO) OAB 25318 - BEATRIZ MOTA BERTOCCHI (ADVOGADO) EXECUTADO:GUILHERME FERNANDO DOS SANTOS AZEVEDO EXECUTADO:MARCELO FERNANDO DOS SANTOS AZEVEDO EXECUTADO:FERNANDO

JORGE DOS SANTOS AZEVEDO EXECUTADO:MARCELINO DE AZEVEDO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00234495120048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410799017 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:J. C. CARVALHO DE OLIVEIRA LTDA EXECUTADO:JOAO CARLOS CARVALHO DE OLIVEIRA EXECUTADO:MIGUEL NEY CARVALHO OLIVEIRA EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): JOSE NAZARENO N. LIMA (ADVOGADO) OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 16130 - GUSTAVO NUNES PAMPLONA (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 12600 - ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZ (ADVOGADO) OAB 16503 - ANDREA OYAMA NAKANOME (ADVOGADO) OAB 19311 - DELMA CAMPOS PEREIRA (ADVOGADO) MANOEL AGAPITO MAIA FILHO (ADVOGADO) MARIA DO P. S. RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) ANNA KARINA DE FIGUEIREDO SANTOS (ADVOGADO) ROMULO SERRAO RODRIGUES (ADVOGADO) MARIA DO P. S. RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) SILAS SANTOS ANTONIO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00235627620098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910508744 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:D AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EXECUTADO:ADILSON SANDRE ULIANA REQUERENTE:ITAPEVA VII MULTICART FUNDO INVEST DIREITOS CREDITORIOS Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de

adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00236422020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 16130 - GUSTAVO NUNES PAMPLONA (ADVOGADO) OAB 17055 - BRUNA CRISTINA PASTANA MUTRAN (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:VITOR HUGO LEAL. DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando que DESNECESSÃRIA A CONCLUSÃO, cumpra-se a decisÃ£o jÃ¡ proferida por este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT.. DIL. E CUMPRA-SE. Em seguida, observadas as cautelas de praxe e estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o, ACASO SE FAÃA NECESSÃRIO.Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00236587320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410805921 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA Representante(s): OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) IONE ARRAIS OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 7760 - FABIO LUIS FERREIRA MOURAO (ADVOGADO) FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:SANTA MARIA DE BELEM TRANSPORTE LTDA EXECUTADO:SELMA ALIETE CABRAL CARVALHO EXECUTADO:JOSE LICINIO ARAUJO CARVALHO Representante(s): OAB 9167 - DANIEL KONSTADINIDIS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e

intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 9 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00237019420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610686824 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:INCOR INSTITUTO DO CORACAO DO PARA LTDA EXEQUENTE:WHITE MARTINS GASES IND NORTE SA Representante(s): OAB 22023 - ADIMILSON SALGADO VIEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00237144120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 AUTOR:CARLOS ALBERTO CHERMONT Representante(s): OAB 16019 - RAFAEL MELO BATISTA (ADVOGADO) OAB 12209 - MARCIO ANDRE AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 14106 - THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA DE MESQUITA (ADVOGADO) REU:BRUNO MOTA VASCONCELOS Representante(s): OAB 9166 - BRUNO MOTA VASCONCELOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, em virtude de mudanÃ§a de endereÃ§o, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â DEIXO DE

CONDENAR A PARTE AUTORA ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista que sequer efetuada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS, com fulcro no art. 90 do CPC/2015, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº1do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 1 Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se PROCESSO: 00237208320108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010358815 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA - ACEPA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:ROSEMARY REBELO PEREIRA Representante(s): OAB 7330 - RENATA MILENE SILVA PANTOJA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00238794920178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA S A Representante(s): OAB 24408-A - RAFAEL FURTADO AYRES (ADVOGADO) EXECUTADO:R. CORRÊA GOMES EXECUTADO:RAIMUNDO CORREA GOMES Representante(s): OAB 19024 - DARIO RAMOS PEREIRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00239727620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510773177 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:KEUFFER COMERCIAL

LTDA Representante(s): ROSOMIRO ARRAIS (ADVOGADO) EXECUTADO:DAGOBERTO VOLTAIRE DIAS DE BARROS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00240431420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:FABIO SALIM LIMA NOBRE Representante(s): OAB 7453 - DANIEL BARROS E SILVA RAMOS (ADVOGADO) OAB 27157 - PAULO VIEIRA HADAD MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:NEXT CHALLENGE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA LAVANDERIA E COZI Representante(s): OAB 315.244 - DANILO ORENGA CONCEICAO (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando que foi apresentada contestaÃ§Ã£o tempestivamente, conforme certidÃ£o de fl. 85, TORNO SEM EFEITO a decisÃ£o de fl. 91 dos autos que decretou a revelia da parte requerida. 2.Â Â Â Â Â Estando o feito em ordem e tratando-se de matÃ©ria de direito que prescinde da produÃ§Ã£o de outras provas alÃ©m das que jÃ¡ estÃ£o acostadas aos autos, nos termos do art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 3.Â Â Â Â Â Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 27 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte para fins de recolhimento. 4.Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva;Â DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, certifique-se e voltem-me conclusos os autos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. . BelÃ©m, 09 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00241066420048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410824666 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:ARNOBIO RIBEIRO DE NOVAES AUTOR:ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS BATISTA TORRES DE CASTRO Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15234 - SIMONE HATHERLY ARRAIS DE CASTRO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 7760 - FABIO LUIS FERREIRA MOURAO (ADVOGADO) REU:ANDRE SANTOS MONTEIRO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para

apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00241337620118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA-ACEPA Representante(s): OAB 13339 - SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:CAIO MUNIZ RIBEIRO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00243368620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ANELINA MAFRA PIRES Representante(s): OAB 17069 - ADRIANA LEAL FERREIRA (ADVOGADO) REU:AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SA Representante(s): OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) OAB 344871 - VINICIUS CARDOSO COSTA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES Representante(s): OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) OAB 344871 - VINICIUS CARDOSO COSTA LOUREIRO (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REU:BRADESCO SEGUROS Representante(s): OAB 19390-A - RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00244116220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:FERNANDO DO CARMO SILVA MIRANDA Representante(s): OAB 13727 - THIAGO GLAYSON RODRIGUES DOS PASSOS (ADVOGADO) OAB 14541 - DANIEL BARROS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 13727 - THIAGO GLAYSON RODRIGUES DOS PASSOS (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0024411-62.2013.8.14.0301 Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. INDEFIRO o pedido de prova pericial requerido pela parte autora no petitÃ³rio retro, com fulcro no art. 370 do CPC, uma vez que inÃºtil ao deslinde da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Veja-se. Segundo asseverou o autor, a perÃ-cia teria como objetivo confirmar a ` incidÃªncia de capitalizaÃ§Ã£o mensal vedada pela

SÃºmula 121 do STF `. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Contudo, diversamente do que alegado pelo autor, a capitalizaÃ§Ã£o mensal de juros NÃO Ã VEDADA nos contratos firmados com as instituiÃ§Ãµes financeiras apÃ³s a ediÃ§Ã£o da MP nÂº 2.170-36/01, como no caso dos autos, estando a SÃºmula 121 do STF hÃ¡ muito superada com relaÃ§Ã£o aos contratos bancÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No RE 592.377, a Suprema Corte decidiu o Tema n. 33, da qual se extrai a permissÃ£o da capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, o que foi corroborado pela SÃºmula nÂº 539 (Tema Repetitivo 246) do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta sorte, ainda que o expert concluÃ-sse que hÃ¡, de fato, a capitalizaÃ§Ã£o de juros mensal no contrato vergastado pelo autor, tal fato nÃ£o influiria no mÃ©rito da lide, vez que a capitalizaÃ§Ã£o Ã© permitida, de modo que a diligÃªncia seria inteiramente inÃºtil, implicando tÃ£o somente no retardamento do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, a discussÃ£o travada nos autos, que se resume Ã suposta cobranÃ§a de juros abusivos e de capitalizaÃ§Ã£o mensal de juros, demanda tÃ£o somente anÃ¡lise do contrato avenÃ§ado entre as partes e a aplicaÃ§Ã£o dos Procedentes Qualificados dos Tribunais Superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, tratando-se de demanda de consumo e considerando que a instituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria detÃ©m melhores condiÃ§Ãµes para tanto, INTIME-SE o banco rÃ©u para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente: a) a cÃ³pia do contrato objeto desta aÃ§Ã£o; b) o extrato financeiro do emprÃ©stimo; e c) a taxa de juros pactuada no mercado, em MAIO/2008, nos Contratos de MÃºtuo Pessoal, sob as penas legais. Â Â Â Â Â 2. Assim, entendo que encerrada a fase de instruÃ§Ã£o processual, nÃ£o sendo mais necessÃ¡ria a produÃ§Ã£o de outras provas, que nÃ£o aquelas jÃ¡ produzidas em JuÃ-zo, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO, nos termos do art. 355, I do CPC. Â Â Â Â Â 3. Remetam-se os autos a UNAJ, para fins de recolhimentos das custas processuais eventualmente pendentes de recolhimento, acaso se faÃ§o necessÃ¡rio e, apÃ³s, INTIME-SE a parte autora para recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de EXTINÃÃO DO FEITO SME RESOLUÃÃO DO MÃRITO, salvo se militar sob o pÃ¡lio da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â 4. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â 5. Vencido o prazo suso e digitalizados os autos, certifique-se o ocorrido e RETORNEM CONCLUSOS PARA SENTENÃA. Â Â Â Â Â Int., dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00244410420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710762574 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REU:HAMRAN ELMESCANY SOBRINHO AUTOR:HELEMILZE WANDA PINHEIRO FEITOSA RODRIGUES Representante(s): EMILIA DE FATIMA FARINHA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 8271 - BERNARDINO LOBATO GRECO (ADVOGADO) OAB 20754 - LUCIANA CORREA SOUZA (ADVOGADO) OAB 23331 - AMANDA MAIA RAMALHO (ADVOGADO) OAB 24930 - LARISSA LASSANCE GRANDIDIER (ADVOGADO) OAB 28394 - DEBORA DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) OAB 20198 - FELIPE GUIMARAES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:ELMESCANY IMOVEIS E ADVOCACIA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00244962020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710764661 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:INDUSTRIA E COMERCIO UNIVERSAL LTDA

EXEQUENTE:SERDAN IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA Representante(s): OAB 11238 - WILSON JOSE DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11734 - ROMUALDO BACCARO JUNIOR (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00246393720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:A H M FRAIHA & CIA LTDA. EXECUTADO:NEMER MELO FRAIHA EXECUTADO:ANDRESSA HELENA MELO FRAIHA EXECUTADO:PAULO ROBERTO VALE FRAIHA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00247071920118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:ANA ALCOLUMBRE MOURA Representante(s): OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) REU:MARLICE MONTEIRO ROSÁRIO REU:LUCILENE PESTANA PEREIRA REU:JOSE MARIA COUTINHO DA SILVA REU:ROSANGELA MARIA LOBATO PINHEIRO REU:SIDNEY JORGE QUEIROZ GOMES DA SILVA. DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Tendo em vista que jÃ¡ deferido o pedido e, inclusive, realizado o recolhimento das custas pertinentes, RETORNEM OS AUTOS CONCLUSOS PARA REALIZAÃÃO DE DILIGÃNCIA atravÃ©s dos sistemas judiciais (INFOJUD/RENAJUD/SISBAJUD) requeridos. Â Â Â Â Â Â Considerando aÂ Portaria nÂº 1304/2021Â Â¿ GP deste E. TJPA, tendo em vista a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual, considerando ainda o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva, DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, tal como sua migraÃ§Ã£o ao Sistema de Processo EletrÃ´nico Â¿ PJE, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Diligencie-se. Cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 08 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00251862820108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010382905 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Processo de Execução em: 09/11/2021 EXECUTADO:ZILDA MENDES MACHADO EXEQUENTE:BANCO DO

ESTADO DO PARA S.A - BANPARA Representante(s): OAB 11663 - WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) OAB 17640 - MYLLENA BORBUREMA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ANTONIO PEDRO CRAVO MACHADO EXECUTADO:OSINETE MENDES MACHADO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00252124120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Sumário em: 09/11/2021 REQUERENTE:PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Representante(s): OAB 13637 - LUCIJANE FURTADO DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 11935 - JOSE MOURAO NETO (ADVOGADO) OAB 5627 - SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO (ADVOGADO) REQUERIDO:ELIM NAZARÉ DOS SANTOS CHAVES Representante(s): OAB 24954 - FADIA YASMIN COSTA MAURO (ADVOGADO) OAB 26232 - EDUARDO LOURIVAL MOURA FURTADO (ADVOGADO) DENUNCIADO:HELTON DOS SANTOS CHAVES Representante(s): LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRIGEN (DEFENSOR) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00252233720108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010383698 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:COOPEMATER-COOPERATIVA DE ECON E CRED MUTUO DOS EMP DA SEC ESP DE PRODUCAO Representante(s): OAB 9354 - GEORGE SILVA VIANA DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 23532 - LILIAN MARIA DIAS SILVA ARAÚJO (ADVOGADO) EXECUTADO:EDUARDO BENICIO GOMES. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar

economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00254749020038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310577555 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) FABIO GUY LUCAS MOREIRA - PROCURADOR (ADVOGADO) REU:EDUARDO MARQUES E SILVA Representante(s): JOELSON DOS SANTOS MONTEIRO (ADVOGADO) REU:JOSE HAROLDO RUFFEIL FARIAS Representante(s): JOELSON DOS SANTOS MONTEIRO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00256221620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710800902 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:SANDRA SIMONY AMARAL DE OLIVEIRA EXECUTADO:DANIEL PAULO SERIQUE EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): MARIA DO P. S. RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) WANESSA KATAOKA MOURA (ADVOGADO) EXECUTADO:PARAMATUR VIAGENS E TURISMO LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00258968820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:SUZANE SARAIVA GONZAGA DA SILVA Representante(s): OAB 15506 - KASSIANA RENE GOMES (ADVOGADO) OAB 15534 - GEANE GOMES DE SA CORDEIRO (ADVOGADO) AUTOR:JOSE LEAO GONZAGA Representante(s): OAB 15220 - PEDRO BARREIROS DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 15506 - KASSIANA RENE GOMES (ADVOGADO) OAB 15534 - GEANE GOMES DE SA CORDEIRO (ADVOGADO) OAB 18501-B - PAULO SERGIO CAMARA PEREIRA (ADVOGADO) REU:FRANCISCO XAVIER GOMES DA SILVA

Representante(s): OAB 953 - DONATO CARDOSO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 7473 - LILIANE ALMEIDA DE SOUZA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº.0025896-88.2011.8.14.0301. DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. 1-Â Â Â Â Â Considerando que os presentes autos encontram-se em fase de cumprimento de sentenÃ§a e tendo em vista que as partes quedaram-se inertes quantos aos comandos legais impostos na decisÃ£o proferida Ã s fl. 213, e nÃ£o tendo o exequente se dignado a indicar bens do executado passÃveis de penhora, com fulcro no art. 921, III c/c Â§1Âº do CPC, SUSPENDA-SE O FEITO, pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual restarÃ¡Â suspensaÂ a prescriÃ§Ã£o. 2-Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazoÂ susoÂ sem que seja localizado o devedor ou bens penhorÃ¡veis, certifique-se e ARQUIVEM-SE os autos, na forma do art. 921, Â§2Âº do CPC, com as cautelas legais e baixa no sistema processual pertinente, retomando-se a contagem do prazo de prescriÃ§Ã£o (Â§3Âº). Devem os autos permanecerem acautelados na UPJ, INDEPENDENTEMENTE de conclusÃ£o. 3-Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃzo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva;Â DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. BelÃ©m/PA., 04 de novembro de 2021. Â VALDEISE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃza de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00267786920038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310622871 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO ITAU S/A Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) PAULO SERGIO HAGE HERMES (ADVOGADO) MAURICIO COIMBRA CUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REU:CARINA PANTOJA PINTO REU:CEL COMERCIO LTDA. p. 0026778-69.2003.8.14.0301. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando o transcurso do prazo de 01 (um) ano sem localizaÃ§Â¿o de bens penhorÃ¡veis, conforme assinalado em decisÂ¿o de fl.77 e certidÂ¿o de fl. 78, e tendo em vista que nÂ¿o hÃ¡ mais qualquer pronunciamento judicial pendente de ser proferido nos presentes autos, ARQUIVE-SE O FEITO, atentando-se a parte interessada ao decurso do prazo prescricional, observadas as cautelas de praxe, de tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Ressalto que o feito nÃ£o serÃ¡ desarquivado com pedidos sem fundamento e indicaÃ§Ã£o ESPECÃFICA de bens. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 05 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃza Titular da 3Âª VCE da Capital SS Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: 1upjcivelbelem@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: PraÃ§a Felipe Patroni, s/n - 1Âº andar - FÃRUM CÃVEL DE BELÃMÂ CEP: 66.015-260Â Â Bairro: Cidade VelhaÂ Â Fone: (91)3205-2233 PROCESSO: 00272882820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710853943 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:CINARA LEILA PEREIRA MOTA EXEQUENTE:UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): CLAUDIA DOCE COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 17288 - ADRIANO GUALTIERO TONETTI (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃzo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃza Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00274778420128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:F J DA SILVA E PORTELA LTDA ME Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. PROCESSO NÂº

0027477-81.2012.8.14.0301 DESPACHO VISTOS, ETC. 1. CUMPRA-SE INTEGRALMENTE a decisÃ£o de fls. 144, certificando acerca da tempestividade ou nÃ£o da contestaÃ§Ã£o apresentada pela parte rÃ©, conforme determinado. 2. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 3. DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00280086820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:ILMA LUCIA DA SILVA Representante(s): OAB 19993 - SILVIO EVERTON OLIVEIRA DA SILVA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BRUXELAS INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 131693 - YUN KI LEE (ADVOGADO) REQUERIDO:PDG REALTY SA Representante(s): OAB 131693 - YUN KI LEE (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00282242520088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081083952 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:EBF FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) OAB 9678 - CHEDID GEORGES ABDULMASSIH (REP LEGAL) OAB 13300 - VANESSA NERIS BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 17497 - MARCELO COUTO DOS SANTOS BRASIL (ADVOGADO) VANESSA NERIS BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:AGROPECUARIA VALE DO RIO URIDEUA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00282731220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTANDER SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:FABRICA SOBERANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA INTERESSADO:ITAPEVA FUNDO DE INVESTIMENTOS DE DIREITO CREDITORIO

Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00288830720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710905835 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:FRANCISCO SANTOS DE OLIVEIRA EXECUTADO:ELIELSON MEIRELES LOPES EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA SA BANPARA Representante(s): OAB 17640 - MYLLENA BORBUREMA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00290213920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Consignação em Pagamento em: 09/11/2021 AUTOR:ROSINALDO BARROS VAZ Representante(s): OAB 15837 - SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) REU:ADM. DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA. Representante(s): OAB 7069 - SILVIA VALERIA PINTO SCAPIN (ADVOGADO) . Ã©SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, em virtude de mudanÃ§a de endereÃ§o/endereÃ§o desconhecido/endereÃ§o insuficiente, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o

nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA ao pagamento das custas processuais, eventualmente pendentes de recolhimento, bem como ao pagamento de HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, Â§2Âº, do CPC/2015, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº1do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡,Â 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL 1Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se PROCESSO: 00292815420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710917905 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:ELISSANDRA DA SILVA RODRIGUES ALVES EXECUTADO:W & E COMERCIO E TRANSPORTE DE FRIOS LTDA ME EXECUTADO:WANDERCY DE SOUSA ALVES EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 17295 - LEONARDO SOUSA FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00292900920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710918010 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 15048 - LUIZ OTAVIO SOUZA FERREIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 17295 - LEONARDO SOUSA FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:MARITELMA PEREIRA SILVA DE ALMEIDA EXECUTADO:MARIA DO PERPETUO SOCORRO ANDRADE EXECUTADO:BELPA COMERCIAL LTDA EXECUTADO:RIVALDO GONCALVES DE OLIVEIRA JUNIOR EXECUTADO:ROSALIA GOMES DA COSTA BARROS EXECUTADO:GILDA MARIA DA COSTA BARROS Representante(s): OAB 5441 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAO BARROS DO NASCIMENTO EXECUTADO:CLAUDIONOR MORAES DE ALMEIDA Representante(s): OAB 5441 - ANTONIO CARLOS SILVA PANTOJA (ADVOGADO) EXECUTADO:GILBERTO CARLOS DA COSTA BARROS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM

FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00296486220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710928316 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:ANA RITA DA CONCEICAO MATNI EXEQUENTE:ACEPA - ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Representante(s): OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26113 - IGOR FONSECA DE MORAES (ADVOGADO) BRENDA MELO DA SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00299203120018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110361856 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:ALMERINDA LOBATO TORRES Representante(s): OAB 9162 - CELIA SYMONNE FILOCREAO GONCALVES (DEFENSOR) OAB 13600-A - AUGUSTO SEIKI KOZU (ADVOGADO) AUTOR:LABORATORIO PAULO C. AZEVEDO Representante(s): OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) OAB 16705 - DANIELLE PEREIRA VIEIRA (ADVOGADO) OAB 23858 - ALESSANDRA DA GAMA MALCHER GODINHO (ADVOGADO) DRª. ANA KARINA TUMA MELO (ADVOGADO) REU:ALCY SOARES NASCIMENTO Representante(s): OAB 7777 - ALMYR CARLOS DE MORAIS FAVACHO (ADVOGADO) JEAN CARLO ALBUQUERQUE BRAZAO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para

apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00306167220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710956094 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:VERUSKA MAUES DE SOUZA LEAO EXEQUENTE:MUTUA ASSISTENCIA PROFISSIONAIS ENGENHARIA ARQUITETURA AGRONOMIA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:ANDRE PINTO LEAO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00306276820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:NORTE GERADORES IMP EXP E LOCACAO DE MAQUINAS LTDA Representante(s): OAB 15837 - SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20066 - THIAGO CORDEIRO GABY (ADVOGADO) REQUERIDO:CASARAO EMPRESA DE CONSTRUCOES LTDA. DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00310246420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:GISELLE PURIFICAO ALVES Representante(s): OAB 7068 - AMARILDO DA SILVA LEITE (ADVOGADO) OAB 8328 - KONRADO ALEXANDRE NEVES MOURA (ADVOGADO) OAB 17887 - PAULO HENRIQUE PEREIRA CARNEIRO (ADVOGADO) INVENTARIADO:RENATO LI MA FIALHO HERDEIRO:RENATO GABRIEL Representante(s): OAB 10659 - TIAGO TRAJANO OLIVEIRA DANTAS (ADVOGADO) HERDEIRO:EDÉSIO DE OLIVEIRA FIALHO Representante(s): OAB 10659 - TIAGO TRAJANO OLIVEIRA DANTAS (ADVOGADO) HERDEIRO:RAFAEL OLIVEIRA FIALHO Representante(s): OAB 10659 - TIAGO TRAJANO OLIVEIRA DANTAS (ADVOGADO) HERDEIRO:LINDA MARINA OLIVEIRA FIALHO BORGES Representante(s): OAB 10659 - TIAGO TRAJANO OLIVEIRA DANTAS (ADVOGADO) HERDEIRO:DEBORA FERREIRA DE FARIA FIALHO Representante(s): OAB 7068 - AMARILDO DA SILVA LEITE (ADVOGADO) INTERESSADO:ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DE IMOVEIS DO CONDOMINIO PARQUE Representante(s): OAB 11532 - RAUL DA SILVA MOREIRA NETO (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INVENTÃRIO em que hÃ¡ interesse de

menor(es) que, desde o ajuizamento da lide, encontra(m)-se representado(s) por sua genitora, nÃ£o existindo, portanto, orfandade na medida em que esta estÃ¡ adstrita ao falecimento de ambos os genitores, o que nÃ£o se verifica neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, esta demanda detÃ©m carÃ¡ter eminentemente patrimonial, atinente a direito individual e disponÃ-vel em que se pretende discutir acerca dos bens deixados pelo de cujus, o que atrai de forma absoluta a competÃªncia das Varas CÃ-veis Comuns responsÃ¡veis pela apreciaÃ§Ã£o de feitos de SUCESSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exalce-se que a menoridade de forma genÃ©rica nÃ£o Ã© condiÃ§Ã£o suficiente a atrair a competÃªncia deste JuÃ-zo, nos termos do art. 105 da Lei 5.008/91 c/c a ResoluÃ§Ã£o nÂª 023/2007. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ de se esclarecer que esta Vara tem competÃªncia para processar e julgar os inventÃ¡rios e arrolamentos em que foram interessados, por qualquer modo, ÃRFÃOS MENORES E INTERDITOS, nos termos do art. 105, inciso I, alÃ-nea Â¿aÂ¿ do CÃ³digo JudiciÃ¡rio Estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Saliente-se, no entanto, NÃO SER ESTE O CASO DOS AUTOS, tendo em vista que o(s) menor(es) impÃºbere(s) se encontra(m) devidamente representado(s) por seu(sua) genitor(a) supÃ©rstite, conforme alhures mencionado, nÃ£o se enquadrando, portanto, na condiÃ§Ã£o de Ã³rfÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A PRINCIPÃO, TRATANDO-SE DE AÃÃO DE NATUREZA SUCESSÃRIA, PRESSUPÃE-SE QUE A PARTE REQUERENTE SEMPRE SERÃ ÃRFÃ DE UM DE SEUS GENITORES, JUSTAMENTE EM RAZÃO DA PRÃPRIA NATUREZA JURÃDICA DA DEMANDA, de sorte que, para que seja atraÃ-da a competÃªncia deste JuÃ-zo, necessÃ¡rio se faz que ambos os genitores do menor envolvido jÃ¡ tenham falecido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RaciocÃ-nio diversa provocaria o TERATOLÃGICO esvaziamento da competÃªncia da vara de sucessÃµes. Isto porque os inventÃ¡rios e arrolamentos que nÃ£o envolvem menor e/ou interdito, em regra, resolvem-se de forma EXTRAJUDICIAL, enquanto aqueles que envolvem menor e interditos seriam indistintamente transferidos a vara especializada de Ã³rfÃ£os, mesmo que este menor esteja propriamente representado e protegido pelo genitor sobrevivente, culminando no total esvaziamento das varas de sucessÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste diapasÃ£o importante relembrar que o surgimento do Juiz de ÃrfÃ£os no ImpÃ©rio, nasceu da necessidade de amparar menores de idade civil que nÃ£o possuÃ-ssem ambos os pais, sem representante legal. Salutar o estudo da origem e aÂ mens legis: Â¿O Juizado de ÃrfÃ£os, como tambÃ©m era chamado, foi igualmente instalado na colÃ´nia portuguesa na AmÃ©rica e, atÃ© o sÃ©culo XVIII, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os era exercido pelo Juiz OrdinÃ¡rio6, indivÃ-duo que nÃ£o era, necessariamente, bacharel em Direito. PorÃ©m, com o aumento da populaÃ§Ã£o na colÃ´nia, foi regulamentado, em maio de 1731, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os no Brasil. Em Porto Alegre, esse cargo foi criado em 26 de janeiro de 1806, teve sua reorganizaÃ§Ã£o administrativa em 1927, com o CÃ³digo de Menores, e sua completa reformulaÃ§Ã£o das atividades em 1933, ano em que foi criado o Juizado de Menores pela intendÃªncia municipal. Pela forma da lei vigente essas pessoas, necessitavam de um adulto legalmente constituÃ-do por esse JuÃ-zo como seu representante e responsÃ¡vel (OrdenaÃ§Ãµes Portuguesas, Afonsinas, Manuelinas e Filipinas). A base do direito brasileiro, por muito tempo, teve como cerne as OrdenaÃ§Ãµes Filipinas, que entraram em vigÃªncia por meio da Lei de 19 de janeiro de 1603, em Portugal, e mantiveram-se, mesmo com a IndependÃªncia do Brasil, em 1822. Â¿porque os bens dos Ã³rfÃ£os andam em mÃ¡ arrecadaÃ§Ã£o, trabalhem-se os juÃ-zes, a que dele Ã© dado cargo especial, ou os ordinÃ¡rios, onde juÃ-zes especiais deste nÃ£o houver, de saberem logo todos os menores, e Ã³rfÃ£os que hÃ¡ na cidade, e termos;Â e aos que tutores nÃ£o sÃ£o dados, que lhes deem logo; e faÃ§am fazer partiÃ§Ãµes de seus bens, e os entregar aos tutores por conta, e recado, e inventÃ¡rio feito por escrivÃ£o de seu oficio; e para nÃ£o se poderem seus bens alhear, faÃ§am logo um livro, e ponham-se nos armÃ¡rios na arca da cidade, ou vila, em que escrevam o tutor que Ã© dado ao menor, e quando Ã© treledado [sic], o inventÃ¡rio de todos os bens, que o menor acontecem [sic] (Ord. Fil. liv. 1, tit. 26, Â§33).Â¿ (sublinhei) Em Porto Alegre, onze de janeiro de 1870, terÃ§a-feira. Nesse dia, foi dada a entrada ao processo de Tutela nÃºmero 922 no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os da 2Âª Vara de Porto Alegre. Nessa aÃ§Ã£o, Francisco Coelho Barreto informava que, em dezembro do ano anterior, havia falecido Margarida Candida da Silva Bueno, viÃºva, mÃ£e de quatro filhos legÃ-timos: Eduardo, Pedro, Ermelinda e Saturnina1, os quais estavam desamparados, sem nenhum outro familiar que pudesse cuidar deles, pois os demais nem mesmo teriam podido dar Ã falecida uma Â¿sepulturaÂ¿. No JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os, havia dois tipos de curadores: O Curador Geral de ÃrfÃ£os e o Curador de ÃrfÃ£os. O primeiro, que jÃ¡ apresentamos, era aquele que deveria desempenhar a funÃ§Ã£o de Promotor PÃºblico no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os e recebia o nome composto de Curador Geral de ÃrfÃ£os (SOARES, 1906, p. XX); o segundo era um encargo atribuÃ-do pelo Juiz de ÃrfÃ£os a uma pessoa para cuidar de um incapaz (independente da idade), no que dizia respeito Ã administraÃ§Ã£o de seus bens e/ou recursos. Geralmente, a responsabilidade atribuÃ-da ao curador envolvia pessoas maiores de idade que nÃ£o tinham condiÃ§Ãµes legais ou de saÃºde, ou eram avaliadas assim, como os indÃ-genas que eram definidos como incapazes pela legislaÃ§Ã£o e deveriam receber curador. O Curador Geral de ÃrfÃ£os Ã©, segundo a definiÃ§Ã£o de Oscar de Macedo Soares,

ex-Promotor PÃºblico, o funcionÃ¡rio do MinistÃ©rio PÃºblico legalmente nomeado para defender todos aqueles que sÃ£o inÃ¡beis para estar em JuÃ-zo e em nome deles falar e requerer, promovendo os seus direitos e evitando assim os danos que resultar-lhes-iam em caso de abandono (SOARES, 1906, cap. II, p. 4). Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os trechos acima transcritos foram extraÃ-dos do artigo: Â JustiÃ§a OrfanolÃ³gica no final do sÃ©culo XIX: Â o JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os de Porto Alegre - Â Revista Brasileira de HistÃ³ria " CiÃªncias Sociais - RBHCSÂ Vol. 9 NÂº 18, julho - dezembro de 2017 acessado no link https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10754, estando o PDF Ã-nsito e fazendo parte desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, essa enriquecedora histÃ³ria do JuÃ-zo de Ã³rfÃ£os pode ser encontrada no Arquivo nacional e a histÃ³ria Luso-Brasileira, no link http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5201&Itemid=344. Â (acessado nesta data) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como observado em todo o estudo sobre surgimento do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, os menores de idade, que jÃ¡ haviam perdido pai e mÃ£e, necessitavam de uma pessoa legalmente constituÃ-da que os representasse, tanto que, havia Curadores oficiais nos referidos JuÃ-zos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, O E. TJPA VEM DECIDINDO REITERADAMENTE que a competÃªncia do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, Interditos e Ausentes estÃ¡ vinculado Ã s aÃ§Ãµes em que o menor seja Ã³rfÃ£o BILATERAL, visto que, nos casos em que se encontra representado por uma dos genitores, NÃO HÃ SITUAÃÃO DE RISCO a ensejar a competÃªncia da vara especializada, tratando-se, na verdade, de aÃ§Ã£o meramente patrimonial, como neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, em recente decisÃ£o MonocrÃ¡tica da Des. MARIA DO CÃO MACIEL COUTINHO, Relatora no CONFLITO DE COMPETÃNCIA nÂº 0800448-41.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo no processo de inventÃ¡rio nÂº 0832493-39.2019.8.14.0301, restou estabelecida a competÃªncia do JuÃ-zo primevo (11Âª VCE da Capital) que declinou a competÃªncia em aÃ§Ã£o de natureza cÃ-vel, CUJA INTEGRA DO ACÃRDÃO FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo, por fim, que o mesmo entendimento foi esposado pelo E. TJPA nos Conflitos de CompetÃªncia de nÂº 0804922-55.2021.8.14.0000, 0804984-95.2021.8.14.0000 e 0802435-15.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo, em cujo bojo os Des. Relatores entenderam que a competÃªncia Ã© do juÃ-zo sucessÃ³rio quando o menor estiver representado por um de seus genitores, como no caso presente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal raciocÃ-nio, portanto, deverÃ¡ ser aplicado tambÃ©m Ã presente lide, sendo salutar ressaltar, ainda, que a criaÃ§Ã£o de varas de competÃªncia privativa visa garantir o bem-estar do interessado que, devido a orfandade, a interdiÃ§Ã£o ou a ausÃªncia, encontra-se em situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade, o que nÃ£o se verifica no caso em apreÃ§o, uma vez que os menores estÃ£o devidamente assegurados atravÃ©s da representaÃ§Ã£o legal do(a) genitor(a), tornando despicienda, portanto, a manutenÃ§Ã£o do feito junto a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e pelos precedentes RECENTES (2021) do E. TJPA, DECLARO A INCOMPETÃNCIA deste JuÃ-zo para processar e julgar o feito e determino que os autos sejam redistribuÃ-dos a uma das VARAS CÃVES COM COMPETÃNCIA PARA APRECIAR E JULGAR OS FEITOS DE SUCESSÃO, tudo com fundamento no art. 64,Â§3Âº do CPC, dando-se a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int., dil. e cumpra-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00311675420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810898104 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:CELSO CORREA RODRIGUES Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) REU:MARIA LUIZA DE JESUS LOPES AUTOR:LIDER - SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido formulado. Para tanto, INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas pertinentes Ã diligÃªncia requerida, viabilizando o escorreito prosseguimento do feito, salientando-se, desde logo, que o nÃ£o recolhimento ensejarÃ¡ a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO:

00312341820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ELISANGELA CLAUDIA DE MEDEIROS MOREIRA Representante(s): OAB 18899-B - LUIS ANDRE FERREIRA DA CUNHA (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 119859 - RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) REU:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 119859 - RUBENS GASPAR (ADVOGADO) OAB 76696 - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) OAB 21779 - GLACY KELLY BACELAR GUIMARAES (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00314533120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Renovatória de Locação em: 09/11/2021 REQUERENTE:BIG BEN DISTRIBUIDORA LTDA Representante(s): OAB 14702 - JULIANA RIOS VAZ MAESTRI (ADVOGADO) REQUERIDO:IRMAOS TEIXEIRAS LDTA Representante(s): OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando que DESNECESSÃRIA A CONCLUSÃO, cumpra-se a decisÃ£o jÃ¡ proferida por este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT.. DIL. E CUMPRA-SE. Em seguida, observadas as cautelas de praxe e estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o, ACASO SE FAÃA NECESSÃRIO.Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00316331820128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:HABITAT INTERMEDIAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA Representante(s): OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 18281 - GUSTAVO MOREIRA PAMPLONA (ADVOGADO) OAB 19675 - MARIA IDALUCIA DE OLIVEIRA REIS (ADVOGADO) REU:MD. CONSTRUTORA LTDA Representante(s): OAB 2837 - ISOMAR FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) . DECISÃO. Â Â Â Â Â VISTOS. 1.Â Â Â Â Â Estando o feito em ordem e tratando-se de matÃ©ria de direito que Â prescinde a produÃ§Ã£o de outras provas, nos termos do art. 355, I do Â CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO; 2.Â Â Â Â Â Ã UNAJ, para cÃ¡lculo das custas finais, nos termos do que dispÃµe Â art. 27 da Lei Estadual nÂº 8.328/2015; 3.Â Â Â Â Â Havendo custas a serem recolhidas, INTIME-SE a parte autora Â para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas Â pendentes, juntando comprovantes nos autos; 4.Â Â Â Â Â Considerando aÂ Portaria nÂº 1304/2021Â Â¿ GP deste E. Â TJPA; Â tendo em vista a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do Â CNJ, Â a fim de assegurar economia e celeridade processual; Â considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos Â jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A Â DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, tal como sua migraÃ§Ã£o ao Â Sistema de Processo EletrÃ´nico Â¿ PJE, observadas as cautelas de Â praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as Â providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Intime-se. Diligencie-se.Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â

VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00316360220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) EXECUTADO:P M B KANZAKI ME . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00321403920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810919538 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:PAULO MAURÍCIO ROSÁRIO DE MELO Representante(s): OAB 9304 - ALESSANDRO PIMENTEL QUEIROZ (ADVOGADO) OAB 10577 - MARCIA DE ARAUJO ASSUNCAO (ADVOGADO) EXECUTADO:OSCAR NIVALDO DOS SANTOS PIMENTA EXECUTADO:CANP SAUDE S/C LTDA Representante(s): OAB 12028 - MARCELLA REGINA GRUPPI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:SOCIEDADE BENEFICENTE SAO BRAZ. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00321550620108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:EDIVALDO MAUÉS CARVALHO Representante(s): OAB 7747 - ALAN HENRIQUE TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) OAB 8867 - BRUNO TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) REU:ESPOLIO DELIO DALLA BERNARDINA AUTOR:LIA NAZARETH MELLO ALEIXO Representante(s): OAB 8867 - BRUNO TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:GILDA MARIA DA SILVA DALLA BERNARDINA Representante(s): OAB 9875 - RENNEE DVILMONT NONATO CONDE (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste

E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00324415220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) EXECUTADO:HUMBERTO BARRETO DOS SANTOS FILHO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00326230920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 16793 - RODRIGO OSCAR RAMOS DE MELO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 37378 - GENESSY GOUVEA DE MATTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:L DA SILVA VIEIRA EXECUTADO:LILIANY DA SILVA VIEIRA. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Embora o art. 12 do novo CPC determine a ordem cronolÃ³gica de conclusÃ£o para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§as, parÃ¡grafo 2Âº, I e IV do NCPC dispÃµe que as sentenÃ§as proferidas em audiÃªncia, homologatÃ³rias de acordo ou de improcedÃªncia liminar do pedido e as sentenÃ§as terminativas estÃ£o excluÃ-das da regra prevista no caput do mesmo artigo. Â Â Â Â Â Isso revela que o legislador optou por distinguir as situaÃ§Ãµes em que, pelo grau de simplicidade e rapidez com que uma sentenÃ§a pode ser proferida, seria injustificÃ¡vel que se aguardasse a prolaÃ§Ã£o de decisÃ£o em outros casos, em que a elaboraÃ§Ã£o do julgado tende a tomar mais tempo do juiz. Â Â Â Â Â NO CASO EM APREÃO, antes mesmo de realizada a citaÃ§Ã£o da requerida, a parte autora requereu a DESISTÃNCIA da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â A desistÃªncia consiste em faculdade processual conferida ao autor e se atrela intimamente Ã amplitude do exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Com efeito, nÃ£o se pode exigir, contra a vontade da parte, o prosseguimento de um feito, especialmente quando estÃ£o em jogo direitos disponÃ-veis, como os patrimoniais. Â Â Â Â Â No caso vertente, a parte autora declara nÃ£o existir mais interesse no prosseguimento do feito, sendo desnecessÃ¡ria a anuÃªncia do requerido, tendo em vista que, nÃ£o foi citado. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, HOMOLOGO o pedido de desistÃªncia, e, em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â SEM CUSTAS NEM HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, considerando que nÃ£o formalizada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe e dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00326294520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:CONDOMINIO DO EDIFICIO PALACIO DO RADIO Representante(s): OAB 7760 - FABIO LUIS FERREIRA MOURAO (ADVOGADO) REU:ESPOLIO

DE OTAVIO MOREIRA DA CUNHA Representante(s): OAB 4905 - ANTONIO FLAVIO PEREIRA AMERICO (ADVOGADO) OAB 7682 - KATIA REGINA PEREIRA AMERICO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido formulado. Para tanto, INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas pertinentes Ã diligÃªncia requerida, viabilizando o escorreito prosseguimento do feito, salientando-se, desde logo, que o nÃ£o recolhimento ensejarÃ¡ a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00327573620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:EDEN LUIS NUNES DOS REIS Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Estando o feito em ordem e tratando-se de matÃ©ria de direito que prescinde da produÃ§Ã£o de outras provas alÃ©m das que jÃ¡ estÃ£o acostadas aos autos, nos termos do art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2.Â Â Â Â Â Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 27 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte para fins de recolhimento. 3.Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva;Â DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, certifique-se e voltem-me conclusos os autos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. . BelÃ©m, 05 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00333353320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:OCRIM S/A PRODUTOS ALIMENTÍCIOS Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) EXECUTADO:PANIFICADORA SERRA DA ESTRELA LTDA ME. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00337253220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:NEVES B GONCALVES EXECUTADO:MARCELA IRIS SILVA GONCALVES. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA,

ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00337397420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711045151 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:JULIO CEZAR DOS SANTOS PATRICIO EXECUTADO:ROBERTO HESKETH CAVALLEIRO DE MACEDO Representante(s): OAB 1366 - ANTONIO MILEO GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA LEONOR GOMES CAVALLEIRO DE MACEDO EXECUTADO:FAISAL AGROPECUARIA LTDA EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA - BASA Representante(s): OAB 6558 - ATILA ALCYR PINA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 7308 - JOSIANE MARIA MAUES DA COSTA FRANCO (ADVOGADO) OAB 7690 - DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 8489 - ANA LUCIA BARBOSA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 8562 - ROSIMAR SOCORRO DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO) OAB 11274 - PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:ROBERTO HESKETH CAVALLEIRO DE MACEDO JUNIOR Representante(s): OAB 1366 - ANTONIO MILEO GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA DAS GRACAS R PATRICIO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00339493620098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910736361 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:RICARDO ELOY SANGALLI EXECUTADO:R E SANGALLI COM IMP EXP MADEIRAS EXEQUENTE:BANCO ABN AMRO REAL SA Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos

autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00339965020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711052891 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Petição Cível em: 09/11/2021 ENVOLVIDO:C. L. S. C. Representante(s): MILTON F. CHAGAS (ADVOGADO) AUTOR:MARIA AUXILIADORA SILVA DOS SANTOS. PROCESSO NÂº 0033996-50.2007.8.14.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE ALVARÃ, na qual a parte interessada pretende o levantamento de valores deixados por pessoa falecida, matÃ©ria esta afeta ao DIREITO DAS SUCESSÃES e, por conseguinte, nÃ£o incluÃ-da na competÃªncia desta vara. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Constata-se que, desde o ajuizamento da lide, o menor se encontra representado por seu genitor, nÃ£o existindo, portanto, orfandade na medida em que esta estÃ¡ adstrita ao falecimento de ambos os genitores, o que nÃ£o se verifica neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, esta demanda detÃ©m carÃ¡ter eminentemente patrimonial, atinente a direito individual e disponÃ-vel em que se pretende discutir acerca dos bens deixados pelo de cujus, o que atrai de forma absoluta a competÃªncia das Varas CÃ-veis Comuns responsÃ¡veis pela apreciaÃ§Ã£o de feitos de SUCESSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exalce-se que a menoridade de forma genÃ©rica nÃ£o Ã© condiÃ§Ã£o suficiente a atrair a competÃªncia deste JuÃ-zo, nos termos do art. 105 da Lei 5.008/91 c/c a ResoluÃ§Ã£o nÂª 023/2007. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ de se esclarecer que esta Vara tem competÃªncia para processar e julgar os inventÃ¡rios e arrolamentos em que foram interessados, por qualquer modo, ÃRFÃOS MENORES E INTERDITOS, nos termos do art. 105, inciso I, alÃ-nea Â¿aÂ¿ do CÃ³digo JudiciÃ¡rio Estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Saliente-se, no entanto, NÃO SER ESTE O CASO DOS AUTOS, tendo em vista que o(s) menor(es) impÃºbere(s) se encontra(m) devidamente representado(s) por seu(sua) genitor(a) supÃ©rstite, conforme alhures mencionado, nÃ£o se enquadrando, portanto, na condiÃ§Ã£o de Ã³rfÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A PRINCIPÃO, TRATANDO-SE DE AÃÃO DE NATUREZA SUCESSÃRIA, PRESSUPÃE-SE QUE A PARTE REQUERENTE SEMPRE SERÃ ÃRFÃ DE UM DE SEUS GENITORES, JUSTAMENTE EM RAZÃO DA PRÃPRIA NATUREZA JURÃDICA DA DEMANDA, de sorte que, para que seja atraÃ-da a competÃªncia deste JuÃ-zo, necessÃ¡rio se faz que ambos os genitores do menor envolvido jÃ¡ tenham falecido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RaciocÃ-nio diversa provocaria o TERATOLÃGICO esvaziamento da competÃªncia da vara de sucessÃµes. Isto porque os inventÃ¡rios e arrolamentos que nÃ£o envolvem menor e/ou interdito, em regra, resolvem-se de forma EXTRAJUDICIAL, enquanto aqueles que envolvem menor e interditos seriam indistintamente transferidos a vara especializada de Ã³rfÃ£os, mesmo que este menor esteja propriamente representado e protegido pelo genitor sobrevivente, culminando no total esgotamento das varas de sucessÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste diapasÃ£o importante relembrar que o surgimento do Juiz de ÃrfÃ£os no ImpÃ©rio, nasceu da necessidade de amparar menores de idade civil que nÃ£o possuÃ-ssem ambos os pais, sem representante legal. Salutar o estudo da origem e aÂ mens legis: Â¿O Juizado de ÃrfÃ£os, como tambÃ©m era chamado, foi igualmente instalado na colÃ´nia portuguesa na AmÃ©rica e, atÃ© o sÃ©culo XVIII, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os era exercido pelo Juiz OrdinÃ¡rio6, indivÃ-duo que nÃ£o era, necessariamente, bacharel em Direito. PorÃ©m, com o aumento da populaÃ§Ã£o na colÃ´nia, foi regulamentado, em maio de 1731, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os no Brasil. Em Porto Alegre, esse cargo foi criado em 26 de janeiro de 1806, teve sua reorganizaÃ§Ã£o administrativa em 1927, com o CÃ³digo de Menores, e sua completa reformulaÃ§Ã£o das atividades em 1933, ano em que foi criado o Juizado de Menores pela intendÃªncia municipal. Pela forma da lei vigente essas pessoas, necessitavam de um adulto legalmente constituÃ-do por esse JuÃ-zo como seu representante e responsÃ¡vel (OrdenaÃ§Ãµes Portuguesas, Afonsinas, Manuelinas e Filipinas). A base do direito brasileiro, por muito tempo, teve como cerne as OrdenaÃ§Ãµes Filipinas, que entraram em vigÃªncia por meio da Lei de 19 de janeiro de 1603, em Portugal, e mantiveram-se, mesmo com a IndependÃªncia do Brasil, em 1822. Â¿porque os bens dos Ã³rfÃ£os andam em mÃ¡ arrecadaÃ§Ã£o, trabalhem-se os juÃ-zes, a que dele Ã© dado cargo especial, ou os ordinÃ¡rios, onde juÃ-zes especiais deste nÃ£o houver, de saberem logo todos os menores, e Ã³rfÃ£os que hÃ¡ na cidade, e termos;Â e aos que tutores nÃ£o sÃ£o dados, que lhes deem logo; e faÃ§am fazer partiÃ§Ãµes de seus bens, e os entregar aos tutores por conta, e recado, e inventÃ¡rio feito por escrivÃ£o de seu oficio; e para nÃ£o se poderem seus bens alhear, faÃ§am logo um livro, e ponham-se nos armÃ¡rios na arca da cidade, ou vila, em que escrevam o tutor que Ã© dado ao menor, e quando Ã© treledado [sic], o inventÃ¡rio de todos os bens, que o menor acontecem [sic] (Ord. Fil. liv. 1, tit. 26, Â§33).Â¿ (sublinhei) Em Porto Alegre, onze de janeiro de 1870, terÃ§a-feira. Nesse dia, foi dada a entrada ao processo de Tutela nÃºmero 922 no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os da 2Âª Vara de Porto Alegre. Nessa aÃ§Ã£o, Francisco Coelho Barreto informava que, em dezembro do ano anterior, havia falecido Margarida Candida da Silva Bueno, viÃºva, mÃ£e de quatro filhos legÃ-timos: Eduardo, Pedro, Ermelinda e Saturnina1, os quais estavam

desamparados, sem nenhum outro familiar que pudesse cuidar deles, pois os demais nem mesmo teriam podido dar Ã falecida uma Â¿sepulturaÂ¿. No JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os, havia dois tipos de curadores: O Curador Geral de ÃrfÃ£os e o Curador de ÃrfÃ£os. O primeiro, que jÃ¡ apresentamos, era aquele que deveria desempenhar a funÃ§Ã£o de Promotor PÃºblico no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os e recebia o nome composto de Curador Geral de ÃrfÃ£os (SOARES, 1906, p. XX); o segundo era um encargo atribuÃ-do pelo Juiz de ÃrfÃ£os a uma pessoa para cuidar de um incapaz (independente da idade), no que dizia respeito Ã administraÃ§Ã£o de seus bens e/ou recursos. Geralmente, a responsabilidade atribuÃ-da ao curador envolvia pessoas maiores de idade que nÃ£o tinham condiÃ§Ãµes legais ou de saÃºde, ou eram avaliadas assim, como os indÃ-genas que eram definidos como incapazes pela legislaÃ§Ã£o e deveriam receber curador. O Curador Geral de ÃrfÃ£os Ã©, segundo a definiÃ§Ã£o de Oscar de Macedo Soares, ex-Promotor PÃºblico, o funcionÃ¡rio do MinistÃ©rio PÃºblico legalmente nomeado para defender todos aqueles que sÃ£o inÃ¡beis para estar em JuÃ-zo e em nome deles falar e requerer, promovendo os seus direitos e evitando assim os danos que resultar-lhes-iam em caso de abandono (SOARES, 1906, cap. II, p. 4). Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os trechos acima transcritos foram extraÃ-dos do artigo: Â JustiÃ§a OrfanolÃ³gica no final do sÃ©culo XIX: Â o JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os de Porto Alegre - Â Revista Brasileira de HistÃ³ria " CiÃªncias Sociais - RBHCSÂ Vol. 9 NÂº 18, julho - dezembro de 2017 acessado no link https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10754, estando o PDF Ã-nsito e fazendo parte desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, essa enriquecedora histÃ³ria do JuÃ-zo de Ã³rfÃ£os pode ser encontrada no Arquivo nacional e a histÃ³ria Luso-Brasileira, no link http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5201&Itemid=344 Â (acessado nesta data) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como observado em todo o estudo sobre surgimento do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, os menores de idade, que jÃ¡ haviam perdido pai e mÃ£e, necessitavam de uma pessoa legalmente constituÃ-da que os representasse, tanto que, havia Curadores oficiais nos referidos JuÃ-zos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, o E. TJPA vem decidindo REITERADAMENTE que a competÃªncia do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, Interditos e Ausentes estÃ¡ vinculado Ã s aÃ§Ãµes em que o menor seja Ã³rfÃ£o BILATERAL, visto que, nos casos em que se encontra representado por uma dos genitores, NÃO HÃ SITUAÃÃO DE RISCO a ensejar a competÃªncia da vara especializada, tratando-se, na verdade, de aÃ§Ã£o meramente patrimonial, como neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, no bojo dos Conflitos Negativo de CompetÃªncia suscitados por este JuÃ-zo de nÂº 0802435-15.2021.8.14.0000, 0804984-95.2021.8.14.0000 e 0804922-65.2021.8.14.0000, os Desembargadores Relatores, Ã unanimidade, reconheceram a competÃªncia do JuÃ-zo de SucessÃ£o em AÃ§Ã£o de AlvarÃ¡ em que o menor esteja representado por um de seus genitores. A INTEGRA DO ACÃRDÃO DO PROCESSO NÂº 0802435-15.2021.8.14.0000 FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO (segue Ã fl. subsequente). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal raciocÃ-nio, portanto, deverÃ¡ ser aplicado tambÃ©m Ã presente lide, sendo salutar ressaltar, ainda, que a criaÃ§Ã£o de varas de competÃªncia privativa visa garantir o bem-estar do interessado que, devido a orfandade, a interdiÃ§Ã£o ou a ausÃªncia, encontra-se em situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade, o que nÃ£o se verifica no caso em apreÃ§o, uma vez que os menores estÃ£o devidamente assegurados atravÃ©s da representaÃ§Ã£o legal do(a) genitor(a), tornando despicienda, portanto, a manutenÃ§Ã£o do feito junto a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e pelos precedentes RECENTES (2021) do E. TJPA, DECLARO A INCOMPETÃNCIA deste JuÃ-zo para processar e julgar o feito e determino que os autos sejam redistribuÃ-dos a uma das VARAS CÃVES COM COMPETÃNCIA PARA APRECIAR E JULGAR OS FEITOS DE SUCESSÃO, tudo com fundamento no art. 64,mÂ§3Âº do CPC, dando-se a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int., dil. e cumpra-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00340969320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BRANDY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA Representante(s): OAB 42067 - OTACILIO BATISTA LEITE (ADVOGADO) REQUERIDO:V L C L DE CARVALHO ME VERA LUCIA COSTA LONDRES DE CARVALHO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a

Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00341616920018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110409500 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 6240 - CEZAR ESCOCIO DE FARIA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 7308 - JOSIANE MARIA MAUES DA COSTA FRANCO (ADVOGADO) OAB 25498 - JOSE VALDEMAR MONTEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 10396 - EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANCO (ADVOGADO) DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) MARLENE DE NAZARE AMARAL LOPES (ADVOGADO) ADVOGADO:ANTONIO PAULO DA COSTA NUNES REU:AGROPECUARIA BEBEDOURO SA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00342127020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 12999 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:BAIA DO GUAJARA VIAGENS E TURISMO LTDA EXECUTADO:VINICIUS MAGALHAES VIANA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00342472220108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:J.G.B INCORPORAÇÃO E LOTEAMENTO DE IMÓVEIS LTDA Representante(s): OAB 9824 - MARPIA CALLEGARI (ADVOGADO) REU:LUCIA CORREA LIMA Representante(s): OAB 6747 - ELIZABETH COSTA COUTINHO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se

encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 9 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00345391720108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 14188 - GUSTAVO PRATA MENDES (ADVOGADO) OAB 23283 - TAMIRES VASCONCELOS TAVARES (ADVOGADO) EXECUTADO:ANDERSON DE ARAÚJO CARVALHO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00348096820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:DINAMICA FOMENTO MERCANTIL SS LTDA

Representante(s): OAB 8901 - LUCIANA MARTINS GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:SAMBURA PESCA LTDA EXECUTADO:VIGIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA EXECUTADO:JOAO LUIZ DE SOUZA EXECUTADO:FERNANDO ANTONIO FERREIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00348478420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810981511 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:AFONSO MARCAL & CIA LTDA - EPP EXEQUENTE:MAKARU INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Representante(s): OAB 8232 - JOSE MARIO DA COSTA SILVA (ADVOGADO) OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00348495320078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711075520 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:EDVALDO SOARES DO NASCIMENTO AUTOR:FUNDO DE INVESTIMENTOS E DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA III NAO PADRONIZADO Representante(s): OAB 357590 - CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS

BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00350597220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 16130 - GUSTAVO NUNES PAMPLONA (ADVOGADO) OAB 12999 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO RASSY TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 14835 - MANOEL AGAPITO MAIA FILHO (ADVOGADO) OAB 9348-A - NELSON WILLIANS FRANTONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:COMPRA FACIL BRASIL REP. COM E DISTRIBUICAO LTDA EXECUTADO:EDUARDO DE OLIVEIRA DUARTE EXECUTADO:ANDREA MADI DUARTE. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00354526020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:KATUN BRASIL COMÉRCIO, SUPRIMENTOS, PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA Representante(s): OAB 262935 - ANA PAULA GIARDINA (ADVOGADO) EXECUTADO:MILLANA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -EPP Representante(s): OAB 4618 - EDNA MARIA MARINHO TAVARES VILELA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00355008220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:MARCELINO MEDEIROS Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAUCARD SA. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Conforme decisÃ£o proferida nos autos, este JuÃ-zo determinou o recolhimento das custas processuais pertinentes a propiciar o regular andamento processual, porÃ©m, a parte autora quedou-se inerte, conforme devidamente certificado nos autos, inviabilizando o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso IV do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando verificar a ausÃªncia de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Â Â Â Â Â Conforme se infere da decisÃ£o proferida nos autos, este JuÃ-zo determinou o RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS, que viabilizariam a realizaÃ§Ã£o de diligÃªncias necessÃ¡rias prosseguimento do processo. Â Â Â Â Â NO

CASO EM APREÃO, no entanto, constata-se que apesar de devidamente intimada, a parte autora se quedou inerte deixando de recolher as custas processuais, inviabilizando o andamento processual, demonstrando o descaso da autora em diligenciar e cumprir com o dever processual que lhe compete, conforme previsto no art. 77, IV do CPC. Â Â Â Â Â Neste cenÃ¡rio, o feito se encontra obstaculizado, sem possibilidade de evoluÃ§Ã£o regular para anÃ¡lise do mÃ©rito, padecendo de pressupostos de desenvolvimento vÃ¡lido concernente Ã ausÃªncia de recolhimento de custas processuais. Â Â Â Â Â Exalce-se que, o processo nÃ£o pode ficar parado a bel prazer das partes, especialmente que, fixado prazo por este JuÃ-zo para cumprimento de diligÃªncias, cabia Ã parte cumprir o comando judicial ou demonstrar a impossibilidade de o fazÃª-lo.Â Â Â Â Â Â A inÃ©rcia da parte diante do comando especÃ-fico para regularizar o feito, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir a desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Ademais, ainda que eventualmente tenha formulado pedido de prorrogaÃ§Ã£o de prazo, conforme petiÃ§Ã£o constante nos autos, a parte interessada deixou de diligenciar nos autos, inobstante tenha decorrido, hÃ¡ muito, o prazo requerido. Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que a imensa demanda que avanÃ§a sobre os tribunais pÃ¡trios supera, em muito, o capital humano disponÃ-vel. Diante de tal cenÃ¡rio, Ã© imperioso reconhecer-se que o comportamento patentemente desidioso do autor causa nefastos defeitos danosos para alÃ©m da esfera patrimonial, atingindo direitos transindividuais da sociedade como um todo, com a perpetuaÃ§Ã£o de aÃ§Ãµes que superlotam o Poder JudiciÃ¡rio, notadamente quando padeceu o interesse processual pela satisfaÃ§Ã£o da pretensÃ£o por outros meios. Â Â Â Â Â Olvidou o autor que o PRINCÃPIO DA COOPERAÃÃO nÃ£o se impÃµe somente ao JudiciÃ¡rio, mas a todos os operadores do direito Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, considerando que verificada a ausÃªncia de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, inciso IV do CPC. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E DE HONORÃRIOS ADVOCATICIOS, caso a parte rÃ© tenha constituÃ-do advogado para representar seus interesses no presente feito, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa, considerando o disposto no art. 85, Â§2Âº do CPC. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Ficam as partes advertidas de que em caso de nÃ£o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, o crÃ©dito delas decorrente sofrerÃ¡ atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e incidÃªncia dos demais encargos legais e serÃ¡ encaminhado para inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00356806920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711101599 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:JOAO LEONARDO VILLELA DA SILVEIRA EXECUTADO:JUNIA MARA ALMEIDA SILVEIRA EXEQUENTE:HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) OAB 12911 - DENIS VINICIUS RODRIGUES RENAULT (ADVOGADO) OAB 11215 - FABRICIO BENTES CARVALHO (ADVOGADO) OAB 28125-A - CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00358173420018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110428329

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 ADVOGADO:ROSOMIRO ARRAIS AUTOR:CONGREGDAS FILHAS DA IMAC CONCEICAO Representante(s): OAB 977 - ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS B.T.DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 15352 - BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO (ADVOGADO) OAB 20978 - ELNA CRISTINA VIEGAS DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 0977 - ROSOMIRO ARRAIS (ADVOGADO) REU:ANTONIO AMAURI DA CRUZ. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00358803120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210426062 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:FUND. DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS-FUNCEF Representante(s): OAB 29981 - BRENDA KARINE LISBOA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 130686 - JUSUVENNE LUIS ZANINI (ADVOGADO) REU:SILVANA COSTA DE SENA REU:RAIMUNDO CANUTO DE SENA FILHO Representante(s): MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00359903720108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 09/11/2021 EMBARGADO:BANCO DE CREDITO NACIONAL SA Representante(s): OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 14835 - MANOEL AGAPITO MAIA FILHO (ADVOGADO) EMBARGANTE:WALDEMAR VIEIRA Representante(s): ALEXANDRE GIANNI DUTRA RIBEIRO (DEFENSOR) EMBARGADO:CCA - CONSTRUÇÃO CIVIL DA AMAZONIA LTDA EMBARGADO:DOMINGOS AMARAL ACATAUASSU NUNES. ÃPROCESSO NÂº 0035990-37.2010.8.14.0301 Â Â Â Â Â SENTENÃA. Â Â Â Â Â VISTOS. Â Tratam os presentes autos de EMBARGOS DE TERCEIRO, opostos por Valdemar Vieira em face de Banco Nacional de CrÃ©dito S/A e OUTROS, visando combater o processo nÂº 0008723-42.1994.8.14.0301 Â Â Â Â Â Â Ã fl. 36, este juÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para o embargante manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Â Â Â Â Â Procedida a intimaÃ§Ã£o pessoal no endereÃ§o na inicial, a parte autora nÃ£o foi localizada em virtude de mudanÃ§a de endereÃ§o (fl. 39), conforme certificado Ã fl. 40. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a

causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada nÃ£o diligenciou mais no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Saliente-se tambÃ©m ser dever das partes, manter o endereÃ§o atualizado nos autos, de modo que, caberia a parte autora desincumbir-se do Ã´nus previsto no art. 77, V do CPC, o que tambÃ©m deixou de fazÃª-lo. Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA ao pagamento das custas processuais, eventualmente pendentes de recolhimento, bem como ao pagamento de HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, Â§2Âº, do CPC/2015, salientando que, sendo a parte BENEFICIÃRIA DA JUSTIÃA GRATUITA, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº[1] do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â [1] Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se. PROCESSO: 00360290420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 13339 - SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO (ADVOGADO) OAB 20288 - LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCOS VINICIUS BARBOSA FERNANDES. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00361032920118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) EXECUTADO:AERO WAL TAXI AEREO LTDA EXECUTADO:WALTER MENEZES PINHEIRO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â

Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00365354820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): OAB 8975 - CLAUDIA DOCE SILVA COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) OAB 17288 - ADRIANO GUALTIERO TONETTI (ADVOGADO) EXECUTADO:ANA ANGELICA PINHEIRO COSTA SANTIAGO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00367412320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811024261 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:RONALDO JOSE ABRANCHES GOMES Representante(s): OAB 8002 - JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO (ADVOGADO) AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA BANPARA Representante(s): OAB 11936 - ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL PERACCHI (ADVOGADO) OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DOS SANTOS (ADVOGADO) WALCIMARA ALINE MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00369477620118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO ITAÚ S/A Representante(s): OAB 22112-A - CARLOS ALBERTO BAIAO (ADVOGADO) OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) EXECUTADO:REFLECTOR COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO LTDA Representante(s): OAB 18238 - FERNANDO HENRIQUE MENDONCA MAIA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE AUGUSTO MORGADO FERREIRA Representante(s): OAB 18238 - FERNANDO HENRIQUE MENDONCA MAIA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â

CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00370952020098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910824215 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:J. B. S. ARAUJO JUNIOR - ME EXEQUENTE:HITACHI AR CONDICIONADO DO BRASIL LTDA Representante(s): PAULO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00372741120178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:THELMA EUGENIA MARQUES CORDERO Representante(s): OAB 25487 - NELSON PAULO SIMÕES NASSER (ADVOGADO) OAB 20208 - HELIO DE XEREZ E OLIVEIRA GOES JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:GAFISA SPE 65 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Representante(s): OAB 214918 - DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (ADVOGADO) REQUERIDO:AZEVEDO BARBOSA CONSULTORIA DE IMOVEIS LTDA Representante(s): OAB 19067 - LUCAS GOMES BOMBONATO (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â RESERVO-ME para apreciar o pedido formulado, considerando a ausÃªncia de documentos suficientes a comprovar os fatos trazidos pela parte interessada. Assim, INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar aos autos documentos suficientes a fim de comprovar o alegado, bem como, formular os requerimentos pertinentes ao escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Int. dil. e cumpra-se. ApÃ³s, decorrido o prazo e estando o feito devidamente certificado, conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10/11/2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00373088820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:YOSSEF KABACZNIK Representante(s): OAB 6255 - FERNANDO VASCONCELOS M DE CASTRO NETO (ADVOGADO)

EXECUTADO:MAJER AGROFLORESTAL LTDA Representante(s): OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00375426520178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 18942 - MARINA RODRIGUES VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:LAURA BRAGA BENTES. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â AtravÃ©s da petiÃ§Ã£o de fl. retro, as partes requerem a homologaÃ§Ã£o do acordo firmado, demonstrando a ausÃªncia de interesse no prosseguimento do feito, salvo eventual descumprimento por quaisquer das partes. Â Â Â Â Â O artigo 200, caput, CPC dispÃµe: Os atos das partes consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, modificaÃ§Ã£o ou extinÃ§Ã£o de direitos processuais. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos ao norte alinhavados, e por tudo mais que dos autos constas, HOMOLOGO POR SENTENÃA o acordo formulado entre as partes, para que produza seus efeitos jurÃ-dicos e legais, em tudo observadas as cautelas da lei e, consequentemente, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso III, alÃ-nea b, do CPC. Â Â Â Â Â DEVERÃO SER OBSERVADAS AS CONDIÃÃES ESTIPULADAS NO ACORDO, NO TOCANTE AS CUSTAS E HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. Â Â Â Â Â Em contrapartida, havendo transaÃ§Ã£o e nada tendo as partes disposto quanto Ã s despesas, estas serÃ£o divididas igualmente (art. 90, Â§2Âº do CPC), salientando-se que, se a transaÃ§Ã£o ocorrer antes da sentenÃ§a, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. (art. 90, Â§3Âº do CPC). Â Â Â Â Â Por fim, atente-se que sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Ademais, EXPEÃA-SE, imediatamente, eventuais ALVARÃS que se faÃ§am necessÃ¡rios, nos termos avenÃ§ado entre as partes, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, atentando-se que os valores deverÃ£o ser devidamente corrigidos e atualizados, acaso de faÃ§a necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA,Â 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00376701320078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711167228 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:FRANCISCA RAIMUNDA DA SILVA CASSIANO EXEQUENTE:CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 56630 - GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS (ADVOGADO) OAB 14371 - MIZZI GOMES GEDEON (ADVOGADO) EXECUTADO:NILTON DA SILVA CASSIANO Representante(s): OAB 10432 - LEILIANA SOARES LIMA (DEFENSOR) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a

Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00377418820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910841524 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:ALLIANZ SEGUROS S/A Representante(s): OAB 5627 - SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO (ADVOGADO) OAB 5741 - LIGIA MARIA SOBRAL NEVES (ADVOGADO) OAB 11935 - JOSE MOURAO NETO (ADVOGADO) OAB 22048 - SANDRA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO (ADVOGADO) REU:DALTON HOSTALACIO Representante(s): OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00378775520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:CONSULTEC CONSULTORIA E TECNOLOGIA LTDA Representante(s): OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) OAB 1490 - YOLENE DE AZEVEDO BARROS (ADVOGADO) REU:SUPERMIX CONCRETO SA Representante(s): OAB 76507 - ADELIA DE ARAUJO GONCALVES (ADVOGADO) OAB 78.019 - JULIANA CARVALHO MOL (ADVOGADO) REU:ALIANA CONSULTORIA MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 76507 - ADELIA DE ARAUJO GONCALVES (ADVOGADO) OAB 208425 - MARCO AURELIO DIAS MACHADO (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00379012520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Sumário em: 09/11/2021 AUTOR:LIDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 16307 - ABEL

PEREIRA KAHWAGE (ADVOGADO) REU:MARIA DE NAZARE LUZ. Ã© Â Â Â Â Â DECISÃO. Â Â Â Â Â VISTOS. 1.Â Â Â Â Â Considerando que decorrido o prazo da citaÃ§Ã£o, os requeridos permaneceram inertes, DECRETO A REVELIA DO(S) RÃU(S), nos termos do art. 345 do CPC e, desde logo, NOMEIO, O DOUTO DEFENSOR PÃBLICO DESTA COMARCA COMO CURADOR PARA FINS DE SUAS DEFESAS E DEMAIS ATOS ULTERIORES DE DIREITO; 2.Â Â Â Â Â Apresentada contestaÃ§Ã£o, INTIMEM-SE a parte AUTORA para apresentar manifestaÃ§Ã£o no prazo legal; 3.Â Â Â Â Â Acaso nÃ£o cumprido o item 2, INTIME-SE pessoalmente a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca de seu interesse quanto ao prosseguimento do feito, requerendo o que lhe competir, bem como atualizar o valor do dÃ©bito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito com base no art. 485, III do CPC; 4.Â Â Â Â Â Considerando aÂ Portaria nÂº 1304/2021Â Â¿ GP deste E. Â TJPA; tendo em vista a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do Â CNJ, Â a fim Â de assegurar economia e celeridade processual; Â considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos Â jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o Â processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS Â PRESENTES AUTOS, tal como sua migraÃ§Ã£o ao Â Sistema de Processo Â EletrÃ´nico Â¿ PJE, observadas as cautelas de Â praxe e em tudo certificado Â nos autos, devendo a UPJ adotar as Â providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Intime-se. Diligencie-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00380265620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 16793 - RODRIGO OSCAR RAMOS DE MELO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:J RIBEIRO LIMA ME EXECUTADO:JOSELMA RIBEIRO LIMA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00382033020108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 7024 - ANTONIO PAULO DA COSTA NUNES (ADVOGADO) OAB 11274 - PATRICIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (ADVOGADO) REU:JULIO MARCOS RODRIGUES LOBATO Representante(s): OAB 3956 - MARIA DE NAZARE RUSSO RAMOS (DEFENSOR) REU:MARIA AMELIA RODRIGUES LOBATO Representante(s): OAB 3956 - MARIA DE NAZARE RUSSO RAMOS (DEFENSOR) REU:JULIO SAMPAIO LOBATO Representante(s): OAB 3956 - MARIA DE NAZARE RUSSO RAMOS (DEFENSOR) . DECISÃO. Â Â Â Â Â VISTOS. 1.Â Â Â Â Â ApÃ³s, INTIME-SE a parte autora, no prazo 15 (quinze) dias, para apresentar manifestaÃ§Ã£o sobre os embargos monitÃ³rios; 2.Â Â Â Â Â Estando o feito em ordem e tratando-se de matÃ©ria de direito que Â prescinde a produÃ§Ã£o de outras provas, nos termos do art. 355, I do Â CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO; 3.Â Â Â Â Â Ã UNAJ, para cÃ¡lculo das custas finais, nos termos do que dispÃµe Â art. 27 da Lei Estadual nÂº 8.328/2015; 4.Â Â Â Â Â Havendo custas a serem recolhidas, INTIME-SE a parte autora Â para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas Â pendentes, juntando comprovantes nos autos; 5.Â Â Â Â Â Considerando aÂ Portaria nÂº 1304/2021Â Â¿ GP deste E. Â TJPA; Â tendo em vista a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do Â CNJ, Â a fim de assegurar economia e celeridade processual; Â considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos Â jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A Â DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, tal como sua migraÃ§Ã£o ao Â Sistema de Processo EletrÃ´nico Â¿ PJE, observadas as cautelas de Â praxe e em tudo

certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as Â providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Intime-se. Diligencie-se.Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00385140620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:REGINA AURORA PINHEIRO NORONHA Representante(s): OAB 14491 - ALYNE MARCELY FERNANDES DE SOUZA (ADVOGADO) INVENTARIADO:PAULO MOACIR NONATO INTERESSADO:MARIA DE LOURDES A MONTEIRO Representante(s): OAB 14537 - GABRIELLE MARTINS SILVA MAUES (ADVOGADO) INTERESSADO:DANILO AUGUSTO NORONHA NONATO Representante(s): OAB 5382 - PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:PAULO HENRIQUE LOPES NONATO Representante(s): OAB 5382 - PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:E. W. C. N. Representante(s): OAB 5382 - PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INVENTÃRIO em que hÃ¡ interesse de menor(es) que, desde o ajuizamento da lide, encontra(m)-se representado(s) por sua genitora, nÃ£o existindo, portanto, orfandade na medida em que esta estÃ¡ adstrita ao falecimento de ambos os genitores, o que nÃ£o se verifica neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, esta demanda detÃ©m carÃ¡ter eminentemente patrimonial, atinente a direito individual e disponÃ-vel em que se pretende discutir acerca dos bens deixados pelo de cujus, o que atrai de forma absoluta a competÃªncia das Varas CÃ-veis Comuns responsÃ¡veis pela apreciaÃ§Ã£o de feitos de SUCESSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exalce-se que a menoridade de forma genÃ©rica nÃ£o Ã© condiÃ§Ã£o suficiente a atrair a competÃªncia deste JuÃ-zo, nos termos do art. 105 da Lei 5.008/91 c/c a ResoluÃ§Ã£o nÂª 023/2007. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ de se esclarecer que esta Vara tem competÃªncia para processar e julgar os inventÃ¡rios e arrolamentos em que foram interessados, por qualquer modo, ÃRFÃOS MENORES E INTERDITOS, nos termos do art. 105, inciso I, alÃ-nea Â¿aÂ¿ do CÃ³digo JudiciÃ¡rio Estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Saliente-se, no entanto, NÃO SER ESTE O CASO DOS AUTOS, tendo em vista que o(s) menor(es) impÃºbere(s) se encontra(m) devidamente representado(s) por seu(sua) genitor(a) supÃ©rstite, conforme alhures mencionado, nÃ£o se enquadrando, portanto, na condiÃ§Ã£o de Ã³rfÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A PRINCIPÃO, TRATANDO-SE DE AÃÃO DE NATUREZA SUCESSÃRIA, PRESSUPÃE-SE QUE A PARTE REQUERENTE SEMPRE SERÃ ÃRFÃ DE UM DE SEUS GENITORES, JUSTAMENTE EM RAZÃO DA PRÃPRIA NATUREZA JURÃDICA DA DEMANDA, de sorte que, para que seja atraÃ-da a competÃªncia deste JuÃ-zo, necessÃ¡rio se faz que ambos os genitores do menor envolvido jÃ¡ tenham falecido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RaciocÃ-nio diversa provocaria o TERATOLÃGICO esvaziamento da competÃªncia da vara de sucessÃµes. Isto porque os inventÃ¡rios e arrolamentos que nÃ£o envolvem menor e/ou interdito, em regra, resolvem-se de forma EXTRAJUDICIAL, enquanto aqueles que envolvem menor e interditos seriam indistintamente transferidos a vara especializada de Ã³rfÃ£os, mesmo que este menor esteja propriamente representado e protegido pelo genitor sobrevivente, culminando no total esvaziamento das varas de sucessÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste diapasÃ£o importante relembrar que o surgimento do Juiz de ÃrfÃ£os no ImpÃ©rio, nasceu da necessidade de amparar menores de idade civil que nÃ£o possuÃ-ssem ambos os pais, sem representante legal. Salutar o estudo da origem e aÂ mens legis: Â¿O Juizado de ÃrfÃ£os, como tambÃ©m era chamado, foi igualmente instalado na colÃ´nia portuguesa na AmÃ©rica e, atÃ© o sÃ©culo XVIII, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os era exercido pelo Juiz OrdinÃ¡rio6, indivÃ-duo que nÃ£o era, necessariamente, bacharel em Direito. PorÃ©m, com o aumento da populaÃ§Ã£o na colÃ´nia, foi regulamentado, em maio de 1731, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os no Brasil. Em Porto Alegre, esse cargo foi criado em 26 de janeiro de 1806, teve sua reorganizaÃ§Ã£o administrativa em 1927, com o CÃ³digo de Menores, e sua completa reformulaÃ§Ã£o das atividades em 1933, ano em que foi criado o Juizado de Menores pela intendÃªncia municipal. Pela forma da lei vigente essas pessoas, necessitavam de um adulto legalmente constituÃ-do por esse JuÃ-zo como seu representante e responsÃ¡vel (OrdenaÃ§Ãµes Portuguesas, Afonsinas, Manuelinas e Filipinas). A base do direito brasileiro, por muito tempo, teve como cerne as OrdenaÃ§Ãµes Filipinas, que entraram em vigÃªncia por meio da Lei de 19 de janeiro de 1603, em Portugal, e mantiveram-se, mesmo com a IndependÃªncia do Brasil, em 1822. Â¿porque os bens dos Ã³rfÃ£os andam em mÃ¡ arrecadaÃ§Ã£o, trabalhem-se os juÃ-zes, a que dele Ã© dado cargo especial, ou os ordinÃ¡rios, onde juÃ-zes especiais deste nÃ£o houver, de saberem logo todos os menores, e Ã³rfÃ£os que hÃ¡ na cidade, e termos;Â e aos que tutores nÃ£o sÃ£o dados, que lhes deem logo; e faÃ§am fazer partiÃ§Ãµes de seus bens, e os entregar aos tutores por conta, e recado, e inventÃ¡rio feito por escrivÃ£o de seu oficio; e para nÃ£o se poderem seus bens alhear, faÃ§am logo um livro, e ponham-se nos armÃ¡rios na arca da cidade, ou vila, em que escrevam o tutor que Ã© dado ao menor, e quando Ã© treledado [sic], o inventÃ¡rio de todos os bens, que o menor acontecem [sic] (Ord. Fil. liv. 1, tit. 26, Â§33).Â¿ (sublinhei) Em Porto Alegre, onze de janeiro de 1870, terÃ§a-feira. Nesse dia, foi dada a entrada ao processo de Tutela

nÃºmero 922 no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os da 2Âª Vara de Porto Alegre. Nessa aÃ§Ã£o, Francisco Coelho Barreto informava que, em dezembro do ano anterior, havia falecido Margarida Candida da Silva Bueno, viÃºva, mÃ£e de quatro filhos legÃ-timos: Eduardo, Pedro, Ermelinda e Saturnina1, os quais estavam desamparados, sem nenhum outro familiar que pudesse cuidar deles, pois os demais nem mesmo teriam podido dar Ã falecida uma Â¿sepulturaÂ¿. No JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os, havia dois tipos de curadores: O Curador Geral de ÃrfÃ£os e o Curador de ÃrfÃ£os. O primeiro, que jÃ¡ apresentamos, era aquele que deveria desempenhar a funÃ§Ã£o de Promotor PÃºblico no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os e recebia o nome composto de Curador Geral de ÃrfÃ£os (SOARES, 1906, p. XX); o segundo era um encargo atribuÃ-do pelo Juiz de ÃrfÃ£os a uma pessoa para cuidar de um incapaz (independente da idade), no que dizia respeito Ã administraÃ§Ã£o de seus bens e/ou recursos. Geralmente, a responsabilidade atribuÃ-da ao curador envolvia pessoas maiores de idade que nÃ£o tinham condiÃ§Ãµes legais ou de saÃºde, ou eram avaliadas assim, como os indÃ-genas que eram definidos como incapazes pela legislaÃ§Ã£o e deveriam receber curador. O Curador Geral de ÃrfÃ£os Ã©, segundo a definiÃ§Ã£o de Oscar de Macedo Soares, ex-Promotor PÃºblico, o funcionÃ¡rio do MinistÃ©rio PÃºblico legalmente nomeado para defender todos aqueles que sÃ£o inÃ¡beis para estar em JuÃ-zo e em nome deles falar e requerer, promovendo os seus direitos e evitando assim os danos que resultar-lhes-iam em caso de abandono (SOARES, 1906, cap. II, p. 4). Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os trechos acima transcritos foram extraÃ-dos do artigo: Â JustiÃ§a OrfanolÃ³gica no final do sÃ©culo XIX: Â o JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os de Porto Alegre - Â Revista Brasileira de HistÃ³ria " CiÃªncias Sociais - RBHCSÂ Vol. 9 NÂº 18, julho - dezembro de 2017 acessado no link https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10754, estando o PDF Ã-nsito e fazendo parte desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, essa enriquecedora histÃ³ria do JuÃ-zo de Ã³rfÃ£os pode ser encontrada no Arquivo nacional e a histÃ³ria Luso-Brasileira, no link http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5201&Itemid=344. Â (acessado nesta data) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como observado em todo o estudo sobre surgimento do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, os menores de idade, que jÃ¡ haviam perdido pai e mÃ£e, necessitavam de uma pessoa legalmente constituÃ-da que os representasse, tanto que, havia Curadores oficiais nos referidos JuÃ-zos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, O E. TJPA VEM DECIDINDO REITERADAMENTE que a competÃªncia do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, Interditos e Ausentes estÃ¡ vinculado Ã s aÃ§Ãµes em que o menor seja Ã³rfÃ£o BILATERAL, visto que, nos casos em que se encontra representado por uma dos genitores, NÃO HÃ SITUAÃÃO DE RISCO a ensejar a competÃªncia da vara especializada, tratando-se, na verdade, de aÃ§Ã£o meramente patrimonial, como neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, em recente decisÃ£o MonocrÃ¡tica da Des. MARIA DO CÃO MACIEL COUTINHO, Relatora no CONFLITO DE COMPETÃNCIA nÂº 0800448-41.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo no processo de inventÃ¡rio nÂº 0832493-39.2019.8.14.0301, restou estabelecida a competÃªncia do JuÃ-zo primevo (11Âª VCE da Capital) que declinou a competÃªncia em aÃ§Ã£o de natureza cÃ-vel, CUJA INTEGRA DO ACÃRDÃO FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo, por fim, que o mesmo entendimento foi esposado pelo E. TJPA nos Conflitos de CompetÃªncia de nÂº 0804922-55.2021.8.14.0000, 0804984-95.2021.8.14.0000 e 0802435-15.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo, em cujo bojo os Des. Relatores entenderam que a competÃªncia Ã© do juÃ-zo sucessÃ³rio quando o menor estiver representado por um de seus genitores, como no caso presente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal raciocÃ-nio, portanto, deverÃ¡ ser aplicado tambÃ©m Ã presente lide, sendo salutar ressaltar, ainda, que a criaÃ§Ã£o de varas de competÃªncia privativa visa garantir o bem-estar do interessado que, devido a orfandade, a interdiÃ§Ã£o ou a ausÃªncia, encontra-se em situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade, o que nÃ£o se verifica no caso em apreÃ§o, uma vez que os menores estÃ£o devidamente assegurados atravÃ©s da representaÃ§Ã£o legal do(a) genitor(a), tornando despicienda, portanto, a manutenÃ§Ã£o do feito junto a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e pelos precedentes RECENTES (2021) do E. TJPA, DECLARO A INCOMPETÃNCIA deste JuÃ-zo para processar e julgar o feito e determino que os autos sejam redistribuÃ-dos a uma das VARAS CÃVES COM COMPETÃNCIA PARA APRECIAR E JULGAR OS FEITOS DE SUCESSÃO, tudo com fundamento no art. 64,Â§3Âº do CPC, dando-se a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int., dil. e cumpra-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00386755520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTANDER BRASIL S/A Representante(s): OAB 15799 - DIEGO FELIPE REIS PINTO (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE AUGUSTO MORGADO FERREIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA,

ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00392579520108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): OAB 8975 - CLAUDIA DOCE SILVA COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 17288 - ADRIANO GUALTIERO TONETTI (ADVOGADO) REU:ANA LUCIA DE OLIVEIRA LIMA REU:REGINA CELIA NUNES DE OLIVEIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00394085020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:CONSORCIO MARCOS MARCELINO Representante(s): OAB 8289 - LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 1872 - LUIZ SANTIAGO RIBEIRO ALVES FILHO (ADVOGADO) OAB 15450-B - GUILHERME MESSIAS CAVALLEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) OAB 7504 - MARCELO PONTE FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 24657 - MARIANA DE SOUZA MARTINS (ADVOGADO) OAB 25103 - LIVIA DA SILVA DAMASCENO (ADVOGADO) EXECUTADO:ISMAELINA FONSECA FRANCA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00397144120108140301 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 894-B - PAULO HENRIQUE FERREIRA (ADVOGADO) OAB 24521 - FLAVIA DE ALBUQUERQUE LIRA (ADVOGADO) OAB 14304 - KARLA FABIOLA ALMEIDA VELOSO (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REU:LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS TERCEIRO:BANCO SANTANDER. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00398291120118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) REU:MGG DOS SANTOS - ME REU:MARIA GORETE GARCIA DOS SANTOS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00406986820108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:OURINVEST SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÃO NA COMPRA DE OURO EXECUTADO:VINIVIUS MAGALHAES VIANA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo

certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00407872620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:JOSÉ LUIZ DE ALMEIDA ARAUJO Representante(s): OAB 2979 - JOSE MARIA VIANNA OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 16128 - DIEGO NERY DE MENEZES (ADVOGADO) OAB 22524 - ANDRESSA LORENA DA SILVA OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:JULIETA TEREZINHA BELO CHAGAS Representante(s): OAB 6538 - ANTONIO MARIA BEZERRA (ADVOGADO) OAB 7968 - JOAO DAIBES DE CAMPOS JUNIOR (ADVOGADO) REU:JOSE CARLOS AMARAL DE LIMA Representante(s): OAB 6538 - ANTONIO MARIA BEZERRA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0040787-26.2013.8.14.0301 DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS, ETC. Â Â Â Â Â A parte executada narra que foi bloqueada a quantia originÃ¡ria de conta poupanÃ§a existente no BANCO DO BRASIL, razÃ£o pela qual, requer o desbloqueio da conta com a liberaÃ§Ã£o dos valores, considerando a impenhorabilidade dos valores bloqueados. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifica-se que em junho/2021 foi determinada ordem de bloqueio por este JuÃ-zo, tendo sido bloqueado na conta bancÃ¡ria do executado o total de R$-35.085,17 (trinta e cinco mil, oitenta e cinco reais e dezessete centavos) no Banco do Brasil, a teor do previsto no art. 833, X do CPC, a saber: Art. 833. SÃ£o impenhorÃ¡veis: [...] X - a quantia depositada em caderneta de poupanÃ§a, atÃ© o limite de 40 (quarenta) salÃ¡rios-mÃ-nimos; Â Â Â Â Â A fim de comprovar as alegaÃ§Ãµes trazidas aos autos, foram juntados aos autos documentos suficientes a comprovar a impenhorabilidade da quantia objeto de constriÃ§Ã£o, tendo a parte interessada se desincumbido do Ã´nus probatÃ³rio que lhe competia, ao demonstrar que veracidade das informaÃ§Ãµes trazidas aos autos, conforme previsÃ£o legal. Â Â Â Â Â Note-se que, o CPC respalda o devedor quanto Ã impenhorabilidade de quantia atÃ© o valor de 40 salÃ¡rios-mÃ-nimos, situaÃ§Ã£o esta, verificada no caso em apreÃ§o, razÃ£o pela qual, imperiosa a necessidade de liberaÃ§Ã£o da quantia, antes mesmo de ouvida a parte adversa. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos ao norte alinhavados, tendo em vista que os valores bloqueados jÃ¡ foram transferidos Ã subconta vinculada ao processo, determino o levantamento da quantia equivalente a R$-35.085,17, devidamente corrigida e atualizada, DEVENDO SER, OPORTUNAMENTE, EXPEDIDO ALVARÃ EM FAVOR DA PARTE EXECUTADA. Â Â Â Â Â Recolham-se eventuais custas que se faÃ§am necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â 2. Noutro sentido, considerando que interposta impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) manifestar-se acerca do excesso de execuÃ§Ã£o arguido pelo executado, requerendo, na mesma oportunidade, o que lhe competir, indicando novos bens passÃ-veis de penhora, bem como, atualizar o valor do dÃ©bito. Â Â Â Â Â Int. dil. e cumpra-se. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, conclusos para apreciaÃ§Ã£o. BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital RP PROCESSO: 00407950320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REU:BANCO BRADESCO SA AUTOR:ANTONIO SABA GUIMARAES FILHO Representante(s): OAB 15166 - ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (ADVOGADO) . p. 0040795-03.2013.8.14.0301. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS ETC. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO ORDINÃRIA REVISIONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO ajuizada por ANTONIO SABA GUIMARÃES FILHO em face de BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora para dar prosseguimento ao feito, foi exarada certidÃ£o por oficia de justiÃ§a atestando a nÃ£o localizaÃ§Ã£o do mesmo em razÃ£o da mudanÃ§a de domicilio (fl. 28). Â Â Â Â Â Intimado o advogado da parte autora, este quedou-se inerte (fl. 31). Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â A inÃ©rcia da parte diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â NO CASO EM COMENTO, constata-se que a parte autora nÃ£o mais teve qualquer interesse no andamento do feito, tendo deixado de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia para o regular processamento do feito, vez que nÃ£o manifestou interesse em prosseguir com o processo. Â Â Â Â Â Cumpre esclarecer que constitui dever da parte manter seu endereÃ§o atualizado nos autos, para comunicaÃ§Ã£o dos atos processuais, devendo ser comunicado ao juÃ-zo qualquer alteraÃ§Ã£o, consoante exegese do art. 274, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC, sob pena de presumirem-se vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes remetidas ao endereÃ§o declinado na exordial. Â Â

Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Custas na forma da lei. Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº[1] do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Atente-se a Secretaria deste JuÃ-zo quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema processual. BelÃ©m/PA., 09 de novembro de 2021. Â VALDEISE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00413542320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 16130 - GUSTAVO NUNES PAMPLONA (ADVOGADO) OAB 17055 - BRUNA CRISTINA PASTANA MUTRAN (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:M G MARTINS ME EXECUTADO:CHRISTIAN VIEIRA COSTA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00413886820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811117800 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:ROSA MARIA REIS FERREIRA Representante(s): OAB 19327 - YANA FIGUEIREDO RIBEIRO (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R.hoje, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antes de iniciada a fase de cumprimento, a parte executada comprovou o cumprimento voluntÃ¡rio da condenaÃ§Ã£o, estando o referido valor na conta judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, EXPEÃA-SE alvarÃ¡ judicial, em favor do exequente, ou apartado, caso haja pedido neste sentido no que se refere aos honorÃ¡rios sucumbenciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o havendo mais qualquer pronunciamento judicial pendente de ser proferido, ARQUIVE-SE IMEDIATAMENTE O FEITO, observando-se as cautelas de praxe, de tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â SS PROCESSO: 00418141520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:HSBC BANK BRASIL S/A Representante(s): OAB 22463 - ANTONIO ROQUE ALBUQUERQUE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 91811 - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REU:SILVANA AMELIA VASCONCELOS DA SILVA. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Embora o art. 12 do novo CPC determine a ordem cronolÃ³gica de conclusÃ£o para a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§as, parÃ¡grafo 2Âº, I e IV do NCPC dispÃµe que as sentenÃ§as proferidas em audiÃªncia, homologatÃ³rias de acordo ou de improcedÃªncia liminar do pedido e as sentenÃ§as terminativas estÃ£o excluÃ-das da regra prevista no caput do mesmo artigo. Â Â Â Â Â Isso revela que o legislador optou por distinguir as situaÃ§Ãµes em que, pelo grau de simplicidade e rapidez com que uma sentenÃ§a pode ser proferida, seria injustificÃ¡vel que se aguardasse a prolaÃ§Ã£o de decisÃ£o em outros casos, em que a elaboraÃ§Ã£o do julgado tende a tomar mais tempo do juiz. Â Â Â Â Â NO CASO EM APREÃO, antes mesmo de realizada a citaÃ§Ã£o da

requerida, a parte autora requereu a DESISTÃNCIA da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â A desistÃªncia consiste em faculdade processual conferida ao autor e se atrela intimamente Ã amplitude do exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Com efeito, nÃ£o se pode exigir, contra a vontade da parte, o prosseguimento de um feito, especialmente quando estÃ£o em jogo direitos disponÃ-veis, como os patrimoniais. Â Â Â Â Â No caso vertente, a parte autora declara nÃ£o existir mais interesse no prosseguimento do feito, sendo desnecessÃ¡ria a anuÃªncia do requerido, tendo em vista que, nÃ£o foi citado. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, HOMOLOGO o pedido de desistÃªncia, e, em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â SEM CUSTAS NEM HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, considerando que nÃ£o formalizada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe e dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00418428020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:HSBC BANK BRASIL S/A Representante(s): OAB 22463 - ANTONIO ROQUE ALBUQUERQUE JUNIOR (ADVOGADO) REU:JOSUE DA SILVA GOMES. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00421658920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010155419 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:HSBC SEGUROS BRASIL SA Representante(s): OAB 9167 - DANIEL KONSTADINIDIS (ADVOGADO) OAB 19353 - BRUNO NOVAES B CAVALCANTI (ADVOGADO) OAB 14599 - ALESSANDRO CRISTIANO DA COSTA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 33.670 - LUCAS DE HOLANDA CAVALCANTI CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MILTON MARTINS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 5146 - ADEMAR GALVAO DE LIMA NETO (ADVOGADO) LITISCONSORTE:MILTON MARTINS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 9266 - MILTON MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) REU:VITOR GREY PINTO MATEUS Representante(s): RONDINELLI FERREIRA PINTO (ADVOGADO) OAB 10024 - FABIO COMECANHA DE LIMA (ADVOGADO) MARCUS ALEXANDRE FONTEL DE OLIVEIRA (ADVOGADO) LITISCONSORTE:SALIM FAREZ BOUEZ NETO Representante(s): OAB 7607 - CRISTINA CUNHA GONCALVES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o

feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00422692820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811142162 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) DOUGLAS OLEGARIO SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:IVANETE MENEZES DA CONCEICAO Representante(s): OAB 14110 - SERGIO LEITE CARDOSO FILHO (ADVOGADO) OAB 15000 - BRENO LOBATO CARDOSO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00428933820008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010163955 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) ADVOGADO:FABRICIO OLIVEIRA REU:MARIO EUGENIO MAGALHAES M. DA SILVA Representante(s): OAB 9910 - ANA CARLA CAL FREIRE DE SOUZA (ADVOGADO) REU:EQUATORIAL PESCA E EXPORTACAO LTDA Representante(s): OAB 9910 - ANA CARLA CAL FREIRE DE SOUZA (ADVOGADO) REU:MARIA INEZ C. MAGALHAES Representante(s): OAB 9910 - ANA CARLA CAL FREIRE DE SOUZA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00431147120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811163605 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REPRESENTANTE:VERA LUCIA SOUZA ALMEIDA AUTOR:COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DA REGI Representante(s): OAB 9354 - GEORGE SILVA VIANA DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 23532 - LILIAN MARIA DIAS SILVA ARAÚJO (ADVOGADO) REU:OSVALDO CARDOSO DO NASCIMENTO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no

prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00432694420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO INTERMEDIUM SA Representante(s): OAB 98981 - JOAO ROAS DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:SADRAQUE WESLEY MESAQUE TEIXEIRA ROCHA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00436967120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811178042 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIADO:LAURA ALVES DA COSTA OLIVEIRA INVENTARIANTE:FRANCISCO DAS CHAGAS DE OLIVEIRA Representante(s): ALCIDES ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA - DEF. PUBLICO (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Â CHAMO O FEITO Ã ORDEM: REVOGO o despacho de fl. 84 dos autos. Â Â Â Â Â Â Inobstante o feito estar sendo patrocinado pela Defensoria PÃºblica, deve esta envidar esforÃ§os para providenciar o andamento processual com a comprovaÃ§Ã£o de recolhimento do ITCMD e a apresentaÃ§Ã£o do esboÃ§o de partilha, porquanto a mesma representa juridicamente os interesses das partes autoras. Â Â Â Â Â Â Desta forma, INTIME-SE pessoalmente as partes autoras interessadas, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca de seu interesse e para dar andamento ao feito, requerendo o que lhe competir e, adotando, desde logo, as diligÃªncias que lhe competem, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo, com base no art. 485, III do CPC. Â Â Â Â Â Cumpra-se. . BelÃ©m, 05 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00440257520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811187415 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO BRADESCO S.A Representante(s): OAB 15101-A - OSMARINO JOSE DE MELO (ADVOGADO) OAB 15403-B - MICHELE ANDREA DA ROCHA OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:RAIMUNDO DIAS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos

jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00443443220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811195393 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REU:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 15048 - LUIZ OTAVIO SOUZA FERREIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) AUTOR:REINALDO CORREA COUTO Representante(s): RAFAEL CHAVES BEZERRA (ADVOGADO) OAB 4901 - MARCELO GONCALVES CHAVES (ADVOGADO) DJALMA DE ALCANTRA GONCALVES CHAVES (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, em virtude de mudanÃ§a de endereÃ§o, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â DEIXO DE CONDENAR A PARTE AUTORA ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista que sequer efetuada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS, com fulcro no art. 90 do CPC/2015, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº1do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 1 Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se PROCESSO: 00447856520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 17578 - ALBERTO ALVES DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:DAMIAO S DE OLIVEIRA ME EXECUTADO:TANIA DE MOURA LINS DE OLIVEIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA

CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÊncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00448315420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:CELSO CORREA RODRIGUES Representante(s): OAB 19337 - JOYSE GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:OSMAR CORREA RODRIGUES Representante(s): OAB 8697 - FABRIZIO SANTOS BORDALLO (ADVOGADO) OAB 14035 - JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:JOAO CORREA RODRIGUES REQUERIDO:LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA REQUERIDO:OSCAR CORREA RODRIGUES Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 17352 - ALESSANDRA APARECIDA SALES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11847 - ALESSANDRO PUGET OLIVA (ADVOGADO) OAB 18938 - EUGEN BARBOSA ERICHSEN (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº0044831-54.2014.8.14.0301 Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â VISTOS, ETC. Â Â Â Â Â Â Trata-se de embargos de declaraÃ§Ã£o opostos pelo embargante OSCAR CORREA RODRIGUES, parte demandada, sustentando OMISSÃO com relaÃ§Ã£o Ã sentenÃ§a prolatadas nos autos Ã fl. 237 dos autos. Â Â Â Â Â Â A embargante alega que houve omissÃ£o com relaÃ§Ã£o Ã fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios advocatÃ-cios em favor da parte demandada, porquanto houve extinÃ§Ã£o da lide por desistÊncia da causa pela parte autora. Â Â Â Â Â Â Instada a se manifestar, a parte autora se quedou inerte (fl. 248) Â Â Â Â Â Â Â a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Conheço dos embargos, porque tempestivos e no mÃ©rito lhes ACOLHO. Explico. Â Â Â Â Â Â Pela anÃ¡lise dos argumentos trazidos pela parte embargante, vÃª-se que a sentenÃ§a embargada de fato nÃ£o ressalvou o pedido quanto Ã condenaÃ§Ã£o em honorÃ¡rios sucumbenciais pertencentes Ã parte demandada. Â Â Â Â Â Desta forma, hÃ¡ omissÃ£o na sentenÃ§a de fl. 237. A desistÊncia da aÃ§Ã£o apÃ³s a citaÃ§Ã£o e o efetivo ingresso do advogado do rÃ©u no processo acarreta, para o autor desistente, o dever de suportar os honorÃ¡rios do advogado da parte contrÃ¡ria, a teor do disposto no art. 90, caput, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â O artigo 90, caput, do CÃ³digo de Processo Civil , dispÃµe que "se o processo terminar por desistÊncia ou reconhecimento do pedido, as despesas e honorÃ¡rios serÃ£o pagos pela parte que desistiu ou reconheceu". Â Â Â Â Â Por conseguinte, acolho os embargos declaratÃ³rios para declarar a seguinte redaÃ§Ã£o aditiva e corretiva Ã sentenÃ§a de fl. 237: Â¿(...) Condeno a parte autora desistente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que fixo, com base no artigo 85, Â§ 2Âº do CPC, em 10% sobre o valor atualizado da causa.Â¿ Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado, ARQUIVE-SE. Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â SS PROCESSO: 00449591120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO SANTANDER SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 14974 - CARLA RENATA DE OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) OAB 13536 - CELSO MARCON (ADVOGADO) REU:DAVID RICARDO BAETA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 19439 - ROBERTA CAROLINA CINTRA RAMOS (ADVOGADO) OAB 22854 - EMANUEL PEDRO VICTOR RIBEIRO DE ALCANTARA (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos

jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00450368320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:JOSE ORLANDO RODRIGUES DE ALMEIDA Representante(s): OAB 19197 - AFONSO HENRIQUE REBELO FURTADO (ADVOGADO) EXECUTADO:ISMAEL PINHEIRO DA SILVEIRA PINTO EXECUTADO:ELISA ELANE DE OLIVEIRA PINTO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00450924820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:OCRIM SA PRODUTOS ALIMENTICIOS Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA DO SOCORRO RODRIGUES MAGALHAES. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00452774920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010193968 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S/A Representante(s): OAB 10176 - ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 10176 - LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 24318-A - ELOI CONTINI (ADVOGADO) OAB 24338 - GABRIELLE EDWARDS VIEIRA (ADVOGADO) JOSE CELIO SANTOS LIMA (ADVOGADO) ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (ADVOGADO) ADVOGADO:JOSE CELIO SANTOS LIMA REU:MARIFRANCE DO SOCORRO SACRAMENTO SILVA Representante(s): DELCIO JOSE COHEN SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO N. 00452774920008140301 DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o originariamente distribuÃ-da ao antigo JuÃ-zo da 11Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital (atual 4Âº Vara

CÃ-vel e Empresarial da Capital), o qual, apÃ³s JULGAR o feito (fls.30/33), determinou a redistribuiÃ§Ã£o dos autos, que aportou a princÃ-pio na 6Âª Vara CÃ-vel e, em seguida, na 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital. Â Â Â Â Â Segundo dispunha o art. 87 do CPC/73, vigente Ã Ã©poca do ajuizamento, a competÃªncia Ã© determinada no momento em que a aÃ§Ã£o Ã© proposta, sendo irrelevantes as modificaÃ§Ãµes do estado e do direito ocorridas posteriormente. Â Â Â Â Â Nesta linha de intelecÃ§Ã£o, resta evidente que a competÃªncia da 11Âª Vara CÃ-vel para a presente causa foi determinada no momento do ajuizamento da aÃ§Ã£o, na medida em que a matÃ©ria discutida nos autos Ã© de natureza cÃ-vel e estava (e permanece) incluÃ-da na competÃªncia daquele JuÃ-zo, tanto assim que prolatou sentenÃ§a (fls. 30/33), nÃ£o havendo, sequer, decisÃ£o declaratÃ³ria de incompetÃªncia a justificar a redistribuiÃ§Ã£o determinada Ã s fls. 36. Â Â Â Â Â Ã clarividente, portanto, a incompetÃªncia da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial para processar e julgar os feitos, tendo sido equivocada a redistribuiÃ§Ã£o dos autos a despeito da competÃªncia jÃ¡ fixada anteriormente, em grave ofensa ao PrincÃ-pio do Juiz Natural, o que importaria em nulidade do feito. Â Â Â Â Â ISTO POSTO, por todo o exposto e por tudo mais do que dos autos consta, DECLARO A INCOMPETÃNCIA deste JuÃ-zo para processar e julgar o feito e DETERMINO a remessa dos autos a 4Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital (antiga 11Âª Vara CÃ-vel), por ser a competente para apreciar o feito, com fulcro no art. 64, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Int., dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00455515320108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REU:CONSTRUTORA VILA DEL REY LTDA Representante(s): OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:AURA RITA CASTRO SILVA Representante(s): OAB 9757 - MARIO GOMES DE FREITAS JUNIOR (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 05 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â VM PROCESSO:

00466621120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:CAPITAL FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 8901 - LUCIANA MARTINS GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:FLY AÇAI DO PARÁ IND.ALIM. E BEBIDAS S/A Representante(s): OAB 19084-A - ANA BETHANIA DOS ANJOS OLIVEIRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00467011020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199210006332 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Embargos à Execução em: 09/11/2021 REU:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) ADVOGADO:MAURO MENDES AUTOR:DISTRIBUIDORA SAO FIDELIS LTDA Representante(s): OAB 3177 - MAURO MENDES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 6788 - MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00467094820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 166349 - GIZA HELENA COELHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESPECIALMED ESP MED COM E REP LTDA EXECUTADO:JULIANA CARNEIRO SIMAO DE MENDONCA EXECUTADO:IVALDO ROLIM DE MENDONCA JR. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em

proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00467614420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 89457 - EGBERTO HERNANDES BLANCO (ADVOGADO) OAB 25727-A - CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (ADVOGADO) OAB 120410 - ALEXANDRE MARQUES SILVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS MAGNO PEREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â R.hoje, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antes de iniciada a fase de cumprimento, a parte executada comprovou o cumprimento voluntÃ¡rio da condenaÃ§Ã£o, estando o referido valor na conta judicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, EXPEÃA-SE alvarÃ¡ judicial, em favor do exequente, ou apartado, caso haja pedido neste sentido no que se refere aos honorÃ¡rios sucumbenciais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o havendo mais qualquer pronunciamento judicial pendente de ser proferido, ARQUIVE-SE IMEDIATAMENTE O FEITO, observando-se as cautelas de praxe, de tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â SS PROCESSO: 00469055220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911080064 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS EXEQUENTE:CARLOS ALBERTO DO CARMO SANTOS Representante(s): OAB 8206 - MARCIA DA SILVA ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 14856 - FELIPE LEAO FERRY (ADVOGADO) OAB 12071-A - VIRNA DO SOCORRO RODRIGUES C A LINS (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 20694 - RUDA ROCHA DE SOUZA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00472107920098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911087565 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:FRP VEICULOS Representante(s): OAB 6414 - ROBERTA HELENA MEDEIROS MESQUITA MORAES (ADVOGADO) MONICA MARIA LAUZID DE MORAES (ADVOGADO) REU:MARCELO FERNANDO DOS SANTOS AZEVEDO AUTOR:PATRICK WILLIAM DA SILVA SOUZA Representante(s): OAB 9166 - BRUNO MOTA VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 15246 - KALLYD DA SILVA MARTINS (ADVOGADO) DENILSON REIS DE OEIRAS (ADVOGADO) ROMULO FONTENELLE MORBACH (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a

Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00474659120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO FIAT SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REU:RABIBI ALVES OLIVEIRA Representante(s): OAB 3023 - MARIA DO SOCORRO PINTO DE ANDRADE (ADVOGADO) . p.0047465-91.2012.8.14.0006. Â Â Â Â Â SENTENÃA. Â Â Â Â Â VISTOS. Â Trata-se de AÃÃO MONITÃRIA ajuizada por BANCO FIAT S/A em face de RABIBI ALVES OLIVEIRA, todos qualificados nos autos da aÃ§Ã£o em epÃ-grafe Â Â Â Â Â Foi proferida decisÃ£o (fl. 80) determinando Ã parte autora a apresentaÃ§Ã£o do contrato correto em nome da parte requerida, sob pena de extinÃ§Ã£o da lide. Â Â Â Â Â Ã fl. 83, foi exarada certidÃ£o atestando o nÃ£o cumprimento da decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Desta forma, passo ao julgamento da lide no estado em que se encontra, nos termos do art. 355 do CPC. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso IV do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando verificar a ausÃªncia de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Â Â Â Â Â Sabido que cabe a parte autora diligenciar junto ao processo a fim de assegurar que seja alcanÃ§ada sua finalidade, resultando na satisfaÃ§Ã£o do dÃ©bito, objeto discutido no presente feito. Â Â Â Â Â Olvidou o autor que o princÃ-pio da cooperaÃ§Ã£o nÃ£o se impÃµe somente ao JudiciÃ¡rio, mas a todos os operadores do direito. Â Â Â Â Â Desta forma, a falta de atendimento Ã determinaÃ§Ã£o de juntada de contrato original em nome da parte requerida, importa na extinÃ§Ã£o do processo por falta de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular, haja vista que este constitui documento essencial para a propositura da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Nesse sentido: APELAÃÃO CÃVEL. NEGÃCIOS JURÃDICOS BANCÃRIOS. AÃÃO MONITÃRIA. EXTINÃÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DE MÃRITO. DESCUMPRIMENTO DA DETERMINAÃÃO JUDICIAL. JUNTADA DOS CONTRATOS IMPRESCINDÃVEIS AO DESLINDE DO FEITO. Ã inteiramente possÃ-vel a revisÃ£o dos contratos em cobranÃ§a, em sede de aÃ§Ã£o monitÃ³ria, competindo Ã parte demandada, em sede de embargos, apontar cobranÃ§a abusiva de encargos etc, para o afastamento dos excessos eventualmente apurados. Assim, sem a juntada dos contratos pela autora, e isso foi oportunizado em mais de uma vez, mostra-se correta a sentenÃ§a de extinÃ§Ã£o do feito, com base no artigo 485, IV, do CPC. Prova a ser trazida pelo autor da monitÃ³ria que Ã© da espÃ©cie escrita (art. 700, caput, CPC) (...) (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70077341055, DÃ©cima Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Julgado em 24/05/2018) (TJ-RS - AC: 70077341055 RS, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Data de Julgamento: 24/05/2018, DÃ©cima Oitava CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia 28/05/2018) (grifos apostos) Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos consta, ante a ausÃªncia de pressupostos de desenvolvimento vÃ¡lido do processo, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, IV, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Tendo em vista a constituiÃ§Ã£o de advogado pela demandada com consequente triangulariza Ã§Ã£o processual, e em atendimento ao princÃ-pio da sucumbÃªncia, CONDENO A PARTE REQUERENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, Â§2Âº, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº[1] do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Atente-se a Secretaria deste JuÃ-zo quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema processual. BelÃ©m/PA., 09 de novembro de 2021. Â VALDEISE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital SS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â [1] Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se. PROCESSO: 00476907720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO ITAUCARD SA Representante(s):

OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 13536 - CELSO MARCON (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) REU:REGIA MARIA DE SOUSA SANTOS Representante(s): OAB 9166 - BRUNO MOTA VASCONCELOS (ADVOGADO) . DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Considerando que inobstante devidamente citada, a parte rÃ© nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o, DECRETO A REVELIA DA REQUERIDA, nos termos do art. 344, do CPC. 2.Â Â Â Â Â Estando o feito em ordem e tratando-se de matÃ©ria de direito que prescinde da produÃ§Ã£o de outras provas alÃ©m das que jÃ¡ estÃ£o acostadas aos autos, nos termos do art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 3.Â Â Â Â Â Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 27 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte para fins de recolhimento. 4.Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva;Â DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, certifique-se e voltem-me conclusos os autos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. . BelÃ©m, 09 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00479797320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 EXEQUENTE:JORGE ELIAS MANSOUR ABUCATER Representante(s): OAB 10662 - JAQUELINE NORONHA DE M FILOMENO KITAMURA (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00482473020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:MARIA IONA SACRAMENTO DA SILVA Representante(s): OAB 7770 - JOAO BATISTA VIEIRA DOS ANJOS (ADVOGADO) OAB 7875 - JAMIL GAMA SOUZA (ADVOGADO) OAB 7807 - FRANCISCO SARMENTO CAVALCANTE (ADVOGADO) OAB 7888 - JORGE OTAVIO LEMOS MENDONCA (ADVOGADO) OAB 7808 - MARIA IONA SACRAMENTO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:PATRI DEZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 5963 - CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (ADVOGADO) OAB 68997 - JORGE YAMANISKI FILHO (ADVOGADO) OAB 3467 - KEYTH YARA PONTES PINA (ADVOGADO) OAB 25276-A - GLÁUCIO BENTES GONÇALVES NETO (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ

adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00484072620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:COMPANHIA DOCAS DO PARÁ Representante(s): OAB 17863 - TAINARA BENTO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 2925 - MARIA DA CONCEICAO CAMPOS CEI (ADVOGADO) EXECUTADO:COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - MATRIZ. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00490106520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ELY SALIM KHAYAT Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 12817 - ANDRE LUIS BITAR DE LIMA GARCIA (ADVOGADO) OAB 14400 - PATRICK LIMA DE MATTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:JESULINDO DE OLIVEIRA TORRES. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob

condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 9 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00495386520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:LOANA LIA GENTIL ULIANA Representante(s): OAB 2443 - DARCY DALBERTO ULIANA (ADVOGADO) REQUERIDO:TAM LINHAS AEREAS Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00497724720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:CRISTIANO DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 11015 - MANOEL PEDRO LOPES DE SOUSA (ADVOGADO) REU:POLIENGE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 10660 - MARCELO AUGUSTO SEIXAS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: Cadastre-se o presente feito como PRIORIDADE no sistema processual, tendo em vista tratar-se de feito incluso na META 02 DO CNJ, ao qual deve ser assegurado celeridade processual. ApÃ³s, certifique-se. Â Â Â Â Â 2. Considerando que inobstante devidamente intimado, o advogado subscrevente da contestaÃ§Ã£o nÃ£o regularizou sua representaÃ§Ã£o, estando, pois, a rÃ©, sem advogado habilitado nos presentes autos, DECRETO A REVELIA DA REQUERIDA, nos termos do art. 344 do CPC. Â Â Â Â Â Desta forma, DESENTRANHE-SE DOS AUTOS A PETIÃÃO PROTOCOLADA sob o nÂº 2019.04498328-54, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos presentes autos. Â Â Â Â Â 3. Considerando o longo decurso do tempo, INTIME-SE pessoalmente a parte autora, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Â Â Â Â Â 4. ApÃ³s, havendo manifestaÃ§Ã£o, considerando que nÃ£o apresentada contestaÃ§Ã£o e tratando-se de parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO, nos termos do art. 355, I do CPC. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. Adotadas as providÃªncias cabÃ-veis, conclusos para SENTENÃA. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08/11/2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â RP PROCESSO: 00507522820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 24346-A - DAVID SOMBRA PEIXOTO (ADVOGADO) OAB 29473-A - FLAVIO NEVES COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:PLENOTETO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 13749 - KARINA DE NAZARE RAMOS CORVELO (ADVOGADO) REQUERIDO:SIPRIANO FERRAZ SANTOS Representante(s): OAB 13749 - KARINA DE NAZARE RAMOS CORVELO (ADVOGADO) REQUERIDO:WILSON FERRAZ FILHO Representante(s): OAB 13749 - KARINA DE NAZARE RAMOS CORVELO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â

Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00511604120108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:ANDREIA COIMBRA LOBO TAVARES Representante(s): OAB 20305 - CAROLLINE DA SILVA MARTINS (ADVOGADO) INVENTARIADO:CHRISTIANO JOAO PINHEIRO TAVARES INTERESSADO:ESCRITORIO POJUCAN TAVARES ADVOCACIA SS Representante(s): OAB 20305 - CAROLLINE DA SILVA MARTINS (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INVENTÃRIO em que hÃ¡ interesse de menor(es) que, desde o ajuizamento da lide, encontra(m)-se representado(s) por sua genitora, nÃ£o existindo, portanto, orfandade na medida em que esta estÃ¡ adstrita ao falecimento de ambos os genitores, o que nÃ£o se verifica neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, esta demanda detÃ©m carÃ¡ter eminentemente patrimonial, atinente a direito individual e disponÃ-vel em que se pretende discutir acerca dos bens deixados pelo de cujus, o que atrai de forma absoluta a competÃªncia das Varas CÃ-veis Comuns responsÃ¡veis pela apreciaÃ§Ã£o de feitos de SUCESSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exalce-se que a menoridade de forma genÃ©rica nÃ£o Ã© condiÃ§Ã£o suficiente a atrair a competÃªncia deste JuÃ-zo, nos termos do art. 105 da Lei 5.008/91 c/c a ResoluÃ§Ã£o nÂª 023/2007. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ de se esclarecer que esta Vara tem competÃªncia para processar e julgar os inventÃ¡rios e arrolamentos em que foram interessados, por qualquer modo, ÃRFÃOS MENORES E INTERDITOS, nos termos do art. 105, inciso I, alÃ-nea Â¿aÂ¿ do CÃ³digo JudiciÃ¡rio Estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Saliente-se, no entanto, NÃO SER ESTE O CASO DOS AUTOS, tendo em vista que o(s) menor(es) impÃºbere(s) se encontra(m) devidamente representado(s) por seu(sua) genitor(a) supÃ©rstite, conforme alhures mencionado, nÃ£o se enquadrando, portanto, na condiÃ§Ã£o de Ã³rfÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A PRINCIPÃO, TRATANDO-SE DE AÃÃO DE NATUREZA SUCESSÃRIA, PRESSUPÃE-SE QUE A PARTE REQUERENTE SEMPRE SERÃ ÃRFÃ DE UM DE SEUS GENITORES, JUSTAMENTE EM RAZÃO DA PRÃPRIA NATUREZA JURÃDICA DA DEMANDA, de sorte que, para que seja atraÃ-da a competÃªncia deste JuÃ-zo, necessÃ¡rio se faz que ambos os genitores do menor envolvido jÃ¡ tenham falecido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RaciocÃ-nio diversa provocaria o TERATOLÃGICO esvaziamento da competÃªncia da vara de sucessÃµes. Isto porque os inventÃ¡rios e arrolamentos que nÃ£o envolvem menor e/ou interdito, em regra, resolvem-se de forma EXTRAJUDICIAL, enquanto aqueles que envolvem menor e interditos seriam indistintamente transferidos a vara especializada de Ã³rfÃ£os, mesmo que este menor esteja propriamente representado e protegido pelo genitor sobrevivente, culminando no total esvaziamento das varas de sucessÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste diapasÃ£o importante relembrar que o surgimento do Juiz de ÃrfÃ£os no ImpÃ©rio, nasceu da necessidade de amparar menores de idade civil que nÃ£o possuÃ-ssem ambos os pais, sem representante legal. Salutar o estudo da origem e aÂ mens legis: Â¿O Juizado de ÃrfÃ£os, como tambÃ©m era chamado, foi igualmente instalado na colÃ´nia portuguesa na AmÃ©rica e, atÃ© o sÃ©culo XVIII, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os era exercido pelo Juiz OrdinÃ¡rio6, indivÃ-duo que nÃ£o era, necessariamente, bacharel em Direito. PorÃ©m, com o aumento da populaÃ§Ã£o na colÃ´nia, foi regulamentado, em maio de 1731, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os no Brasil. Em Porto Alegre, esse cargo foi criado em 26 de janeiro de 1806, teve sua reorganizaÃ§Ã£o administrativa em 1927, com o CÃ³digo de Menores, e sua completa reformulaÃ§Ã£o das atividades em 1933, ano em que foi criado o Juizado de Menores pela intendÃªncia municipal. Pela forma da lei vigente essas pessoas, necessitavam de um adulto legalmente constituÃ-do por esse JuÃ-zo como seu representante e responsÃ¡vel (OrdenaÃ§Ãµes Portuguesas, Afonsinas, Manuelinas e Filipinas). A base do direito brasileiro, por muito tempo, teve como cerne as OrdenaÃ§Ãµes Filipinas, que entraram em vigÃªncia por meio da Lei de 19 de janeiro de 1603, em Portugal, e

mantiveram-se, mesmo com a IndependÃªncia do Brasil, em 1822. Â¿porque os bens dos Ã³rfÃ£os andam em mÃ¡ arrecadaÃ§Ã£o, trabalhem-se os juÃ-zes, a que dele Ã© dado cargo especial, ou os ordinÃ¡rios, onde juÃ-zes especiais deste nÃ£o houver, de saberem logo todos os menores, e Ã³rfÃ£os que hÃ¡ na cidade, e termos;Â e aos que tutores nÃ£o sÃ£o dados, que lhes deem logo; e faÃ§am fazer partiÃ§Ãµes de seus bens, e os entregar aos tutores por conta, e recado, e inventÃ¡rio feito por escrivÃ£o de seu oficio; e para nÃ£o se poderem seus bens alhear, faÃ§am logo um livro, e ponham-se nos armÃ¡rios na arca da cidade, ou vila, em que escrevam o tutor que Ã© dado ao menor, e quando Ã© treledado [sic], o inventÃ¡rio de todos os bens, que o menor acontecem [sic] (Ord. Fil. liv. 1, tit. 26, Â§33).Â¿ (sublinhei) Em Porto Alegre, onze de janeiro de 1870, terÃ§a-feira. Nesse dia, foi dada a entrada ao processo de Tutela nÃºmero 922 no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os da 2Âª Vara de Porto Alegre. Nessa aÃ§Ã£o, Francisco Coelho Barreto informava que, em dezembro do ano anterior, havia falecido Margarida Candida da Silva Bueno, viÃºva, mÃ£e de quatro filhos legÃ-timos: Eduardo, Pedro, Ermelinda e Saturnina1, os quais estavam desamparados, sem nenhum outro familiar que pudesse cuidar deles, pois os demais nem mesmo teriam podido dar Ã falecida uma Â¿sepulturaÂ¿. No JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os, havia dois tipos de curadores: O Curador Geral de ÃrfÃ£os e o Curador de ÃrfÃ£os. O primeiro, que jÃ¡ apresentamos, era aquele que deveria desempenhar a funÃ§Ã£o de Promotor PÃºblico no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os e recebia o nome composto de Curador Geral de ÃrfÃ£os (SOARES, 1906, p. XX); o segundo era um encargo atribuÃ-do pelo Juiz de ÃrfÃ£os a uma pessoa para cuidar de um incapaz (independente da idade), no que dizia respeito Ã administraÃ§Ã£o de seus bens e/ou recursos. Geralmente, a responsabilidade atribuÃ-da ao curador envolvia pessoas maiores de idade que nÃ£o tinham condiÃ§Ãµes legais ou de saÃºde, ou eram avaliadas assim, como os indÃ-genas que eram definidos como incapazes pela legislaÃ§Ã£o e deveriam receber curador. O Curador Geral de ÃrfÃ£os Ã©, segundo a definiÃ§Ã£o de Oscar de Macedo Soares, ex-Promotor PÃºblico, o funcionÃ¡rio do MinistÃ©rio PÃºblico legalmente nomeado para defender todos aqueles que sÃ£o inÃ¡beis para estar em JuÃ-zo e em nome deles falar e requerer, promovendo os seus direitos e evitando assim os danos que resultar-lhes-iam em caso de abandono (SOARES, 1906, cap. II, p. 4). Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os trechos acima transcritos foram extraÃ-dos do artigo: Â JustiÃ§a OrfanolÃ³gica no final do sÃ©culo XIX: Â o JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os de Porto Alegre - Â Revista Brasileira de HistÃ³ria " CiÃªncias Sociais - RBHCSÂ Vol. 9 NÂº 18, julho - dezembro de 2017 acessado no link https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10754, estando o PDF Ã-nsito e fazendo parte desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, essa enriquecedora histÃ³ria do JuÃ-zo de Ã³rfÃ£os pode ser encontrada no Arquivo nacional e a histÃ³ria Luso-Brasileira, no link http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5201&Itemid=344. Â (acessado nesta data) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como observado em todo o estudo sobre surgimento do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, os menores de idade, que jÃ¡ haviam perdido pai e mÃ£e, necessitavam de uma pessoa legalmente constituÃ-da que os representasse, tanto que, havia Curadores oficiais nos referidos JuÃ-zos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, O E. TJPA VEM DECIDINDO REITERADAMENTE que a competÃªncia do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, Interditos e Ausentes estÃ¡ vinculado Ã s aÃ§Ãµes em que o menor seja Ã³rfÃ£o BILATERAL, visto que, nos casos em que se encontra representado por uma dos genitores, NÃO HÃ SITUAÃÃO DE RISCO a ensejar a competÃªncia da vara especializada, tratando-se, na verdade, de aÃ§Ã£o meramente patrimonial, como neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, em recente decisÃ£o MonocrÃ¡tica da Des. MARIA DO CÃO MACIEL COUTINHO, Relatora no CONFLITO DE COMPETÃNCIA nÂº 0800448-41.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo no processo de inventÃ¡rio nÂº 0832493-39.2019.8.14.0301, restou estabelecida a competÃªncia do JuÃ-zo primevo (11Âª VCE da Capital) que declinou a competÃªncia em aÃ§Ã£o de natureza cÃ-vel, CUJA INTEGRA DO ACÃRDÃO FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo, por fim, que o mesmo entendimento foi esposado pelo E. TJPA nos Conflitos de CompetÃªncia de nÂº 0804922-55.2021.8.14.0000, 0804984-95.2021.8.14.0000 e 0802435-15.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo, em cujo bojo os Des. Relatores entenderam que a competÃªncia Ã© do juÃ-zo sucessÃ³rio quando o menor estiver representado por um de seus genitores, como no caso presente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal raciocÃ-nio, portanto, deverÃ¡ ser aplicado tambÃ©m Ã presente lide, sendo salutar ressaltar, ainda, que a criaÃ§Ã£o de varas de competÃªncia privativa visa garantir o bem-estar do interessado que, devido a orfandade, a interdiÃ§Ã£o ou a ausÃªncia, encontra-se em situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade, o que nÃ£o se verifica no caso em apreÃ§o, uma vez que os menores estÃ£o devidamente assegurados atravÃ©s da representaÃ§Ã£o legal do(a) genitor(a), tornando despicienda, portanto, a manutenÃ§Ã£o do feito junto a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e pelos precedentes RECENTES (2021) do E. TJPA, DECLARO A INCOMPETÃNCIA deste JuÃ-zo para processar e julgar o feito e determino que os autos sejam redistribuÃ-dos a uma das VARAS CÃVES COM COMPETÃNCIA PARA APRECIAR E JULGAR OS FEITOS DE SUCESSÃO, tudo com fundamento no art.

64,Â§3Âº do CPC, dando-se a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int., dil. e cumpra-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital Â Â Â Â Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 00515427120108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 EXCIPIENTE:MILTON MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 9266 - MILTON MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) EXECUTADO:HSBC SEGUROS BRASIL S/A Representante(s): OAB 9167 - DANIEL KONSTADINIDIS (ADVOGADO) EXECUTADO:SALIM FAREZ BOUEZ NETO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00525404320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:LUDI COMERCIO DE MATERIAL DE TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA Representante(s): OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) OAB 15255 - JOAO ROGERIO DA SILVA RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:T C ENGENHARIA LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00527315920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:GOLDEN SHOPPING EMPREENDIMENTOS LTDA Representante(s): OAB 4534 - MARCELO MARINHO MEIRA MATTOS (ADVOGADO) REU:ZINDA LOBATO GOUVEA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de

adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00534397520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:LISSANDRA MARIA KLAUTAU COLARES CAMARGO Representante(s): OAB 3321 - RUI GUILHERME CARVALHO AQUINO (ADVOGADO) OAB 7707 - ADRIANA AQUINO DE MIRANDA POMBO (ADVOGADO) OAB 26150 - ARTUR DA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) AUTOR:KIGLEY NONATO DA ROCHA COLARES CAMARGO Representante(s): OAB 8453 - CASSIO SOUZA DE BRITO (ADVOGADO) OAB 18448 - LUANA NELY PINHEIRO E SILVA (ADVOGADO) OAB 21253 - BRUCE LEAL DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 26150 - ARTUR DA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) REU:SILVANA RODRIGUES DA COSTA Representante(s): OAB 10671 - ODUVALDO SERGIO DE SOUZA SEABRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00535817920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 25731 - MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BLUE TOUCH COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA REQUERIDO:MANOEL DO VALE ALVES REQUERIDO:MARIA DA CONSOLACAO DIAS ALVES REQUERIDO:MARIA JANDIR DIAS CAVALCANTE REQUERIDO:NILSON CARNEIRO CAVALCANTE. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00541536920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA BENEDITA MENDES GOMES

Representante(s): OAB 15421-B - LIDIANNE KELLY NASCIMENTO RODRIGUES (ADVOGADO) REU:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 9 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00543127120098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911247789 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ACEPA ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Representante(s): OAB 13339 - SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:DANUBIA BORGES PEREIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da

Capital PROCESSO: 00547117520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 25196-A - EDSON ROSAS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 25197-A - LUCIA CRISTINA PINHO ROSAS (ADVOGADO) EXECUTADO:OTICA JAMILY LTDA - ME EXECUTADO:MARIA EUNICE SOARES FERREIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00549185320008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010308290 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:ELIANA TAVORA LIMA FERNANDES DE SOUZA Representante(s): OAB 9116 - CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 9.116 - CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) REU:JOAQUIM HERMANO NEVES Representante(s): OAB 9223 - ADRIANA LIE OKAJIMA INAGAKI (ADVOGADO) AUTOR:RAIMUNDO JOSE SANTOS MOTA Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REU:CLEOMAR FERNANDES SOUZA EXEQUENTE:FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO Representante(s): OAB 11604 - FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) INTERESSADO:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 14415 - ALINE SOUZA SERRA (ADVOGADO) OAB 213581 - SAMARA FRANCIS CORREIA DIAS (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0054918-53.2000.8.14.0301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA-MANDADO VISTOS. 1. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÃA MOVIDO POR RAIMUNDO JOSÃ SANTOS MOTA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme consignado na decisÃ£o de fls. 301, a fase de cumprimento de sentenÃ§a foi instaurada pelo exequente Raimundo JosÃ© Santos Mota apÃ³s decorrido 10 (dez) anos do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a prolatada em seu favor, razÃ£o pela qual foi oportunizado ao exequente a manifestaÃ§Ã£o acerca da ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, prestigiando o PrincÃ-pio da NÃ£o Surpresa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, diante da inÃ©rcia do exequente, JULGO O FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NOS TERMOS DO ART. 354 DO CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo o entendimento firmado pelo STF no Enunciado de SÃºmula nÂº 150 ` Prescreve a execuÃ§Ã£o no mesmo prazo de prescriÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o ` . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, compete Ã parte vencedora a execuÃ§Ã£o da sentenÃ§a no mesmo prazo que lhe incumbia o ajuizamento da aÃ§Ã£o principal, uma vez que nÃ£o se cogita se tratar de caso de imprescritibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, dispÃµe o art. 202, parÃ¡grafo Ãºnico do CÃ³digo Civil que ` a prescriÃ§Ã£o interrompida recomeÃ§a a correr da data do ato que a interrompeu, ou do Ãºltimo ato do processo para a interromper `. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, no caso dos autos, a prescriÃ§Ã£o que fora interrompida pelo despacho que ordenou a citaÃ§Ã£o recomeÃ§ou a contagem a partir do trÃ¢nsito em julgado, por ser este o Ãºltimo ato do processo, ocasiÃ£o em que surgiu para os autores a pretensÃ£o executiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste caso, o prazo prescricional referente Ã aÃ§Ã£o principal era de 05 (cinco) anos, conforme art. 178, Â§10Âº, IV do CÃ³digo Civil de 1916, em vigor Ã Ã©poca do ajuizamento da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, considerando o mesmo prazo para a execuÃ§Ã£o da sentenÃ§a, impende reconhecer que a pretensÃ£o executÃ³ria resta prescrita, uma vez que, evidentemente, transcorreu mais de 05 (cinco) anos desde o trÃ¢nsito em julgado (2003) atÃ© a inauguraÃ§Ã£o da fase executiva (2013). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÃRIO. EXECUÃÃO DE TÃTULO JUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÃBLICA. PRAZO PRESCRICIONAL. MARCO INICIAL. DATA DO TRÃNSITO EM JULGADO. SÃMULA 150/STF. 1. Ã pacÃ-fico o entendimento do STJ no sentido de que o prazo para propositura de execuÃ§Ã£o contra a Fazenda PÃºblica, nos termos do art. 1Âº do Decreto 20.910/1932 e da SÃºmula 150 do Supremo Tribunal Federal, Ã© de cinco anos, contados do trÃ¢nsito em julgado do processo de conhecimento, momento em

que o tÃ-tulo executivo se torna lÃ-quido e certo, ante a incidÃªncia do princÃ-pio da actio nata. Precedentes. 2. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no AREsp 530.094/ES, Rel. Ministro SÃRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/05/2021, DJe 06/05/2021) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO A PRESCRIÃÂ¿O DA PRETENSÃO EXECUTIVA de RAIMUNDO JOSÃ SANTOS MOTA em face de JOAQUIM HERMANO NEVES e, em consequÃªncia, DECRETO EXTINTA A EXECUÃÃO neste ponto, nos termos do art. 924, III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUSTAS PELO EXEQUENTE. Deixo de condenar qualquer das partes ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista tratar-se de matÃ©ria reconhecida de ofÃ-cio por este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se ao necessÃ¡rio para recolhimento das custas processuais, se houver. Em caso de nÃ£o recolhimento no prazo legal, CERTIFIQUE-SE e EXPEÃA-SE o necessÃ¡rio para o Setor de ArrecadaÃ§Ã£o do E. TJPA e Ã Procuradoria Geral do Estado, para as providÃªncias cabÃ-veis, de tudo certificando nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Transcorrendo in albis o prazo recursal, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado. 2. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÃA DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS MOVIDO POR FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO. CHAMO O FEITO A ORDEM: REGULARIZEM-SE os dados do processo de modo que conste se tratar de CUMPRIMENTO DE SENTENÃA DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS movido pelo ADVOGADO/EXEQUENTE FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO em face de RAIMUNDO JOSÃ SANTOS MOTA, de tudo certificando nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Manifestou o exequente o interesse na alienaÃ§Ã£o por meio de leilÃ£o judicial e prosseguimento da execuÃ§Ã£o. Sobre a realizaÃ§Ã£o de leilÃ£o para alienaÃ§Ã£o de bens mÃ³veis, dispÃµe o art. 730, do CÃ³digo de Processo Civil: Art. 730. Nos casos expressos em lei, nÃ£o havendo acordo entre os interessados sobre o modo como se deve realizar a alienaÃ§Ã£o do bem, o juiz, de ofÃ-cio ou a requerimento dos interessados ou do depositÃ¡rio, mandarÃ¡ alienÃ¡-lo em leilÃ£o, observando-se o disposto na SeÃ§Ã£o I deste CapÃ-tulo e, no que couber, o disposto nos arts. 879 a 903. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante a possibilidade de realizaÃ§Ã£o de leilÃ£o, tal medida nÃ£o hÃ¡ de ser imposta ao Poder JudiciÃ¡rio, cujos interesses que tutela nÃ£o se confundem, necessariamente, com os da parte exequente, a quem incumbe o Ã´nus de promover a venda dos referidos bens por iniciativa particular, nÃ£o sendo plausÃ-vel que se coloque todo o organismo judiciÃ¡rio a serviÃ§o do credor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, preceitua o art. 879 do CPC: Art. 879. A alienaÃ§Ã£o far-se-Ã¡:Â Â I - por iniciativa particular;Â (...) Art. 880. NÃ£o efetivada a adjudicaÃ§Ã£o, o exequente poderÃ¡ requerer a alienaÃ§Ã£o por sua prÃ³pria iniciativa ou por intermÃ©dio de corretor ou leiloeiro pÃºblico credenciado perante o Ã³rgÃ£o judiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vale dizer, a ausÃªncia da alienaÃ§Ã£o particular constitui requisito objetivo para a realizaÃ§Ã£o da hasta pÃºblica. Portanto, temos que o rol insculpido no art. 879 do CPC nÃ£o Ã© alternativo, neste sentido destaco a seguinte jurisprudÃªncia: `(...) ALIENAÃÃO PARTICULAR DO IMÃVEL DADO EM GARANTIA. FAZENDA PÃBLICA COMO CREDORA. OBEDIÃNCIA Ã ORDEM PREVISTA NO ART. 647 DO CPC. INTELIGÃNCIA DO ART. 685-C DO CPC. PRECEDENTE DESTA CORTE REGIONAL. 1. ApelaÃ§Ã£o contra decisÃ£o a quo que, em fase de execuÃ§Ã£o de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, indeferiu o pedido da Fazenda Nacional de designaÃ§Ã£o de hasta pÃºblica (...) a alienaÃ§Ã£o particular nÃ£o sÃ£o meras possibilidades que a lei pÃµe Ã disposiÃ§Ã£o do credor, podendo assim, ao seu livre talante, optar ou nÃ£o pelo seu exercÃ-cio. Com a nova sistemÃ¡tica imposta pela Lei nÂº 11.382/2006 Ã execuÃ§Ã£o civil, para se deferir a hasta pÃºblica de bem penhorado Ã© necessÃ¡rio manifestaÃ§Ã£o do exeqÃ¼ente que demonstre seu desinteresse em adjudicar o bem, alÃ©m de exposiÃ§Ã£o fundamentada dos motivos que impedem a realizaÃ§Ã£o de sua alienaÃ§Ã£o particular, uma vez que o rol insculpido no art. 647 do CPC nÃ£o Ã© alternativo" (cf. sentenÃ§a). 3. "Anteriormente, o art. 700 do CPC previa a alienaÃ§Ã£o por iniciativa particular como procedimento excepcional, admissÃ-vel apenas quando frustradas as tentativas de alienaÃ§Ã£o em hasta pÃºblica, o que justifica as restriÃ§Ãµes previstas no diploma normativo. Todavia, o mencionado preceito veio a ser revogado pela Lei 11.382/2006, que introduziu, dentre outros, o art. 685-C ao CPC, alterando a ordem de preferÃªncia dos procedimentos de expropriaÃ§Ã£o. Ã desnecessÃ¡ria a regulamentaÃ§Ã£o do dispositivo (art. 685-C, Â§ 3Âº, do CPC), por se tratar de norma autoaplicÃ¡vel. A providÃªncia Ã© salutar por atender ao princÃ-pio da disponibilidade que o credor tem hoje na execuÃ§Ã£o, evitar maiores delongas do processo e tornar efetiva a satisfatividade da obrigaÃ§Ã£o. Cabe ao credor ter consciÃªncia desses novos paradigmas". (AGTR 84.240/RN, Segunda Turma, Rel. Des. Federal FRANCISCO BARROS DIAS, DJe 05.10.2009). 4. ApelaÃ§Ã£o e remessa oficial, tida por interposta, nÃ£o providas. (AC nÂº 420547/RN, 3Âª Turma do TRF da 5Âª RegiÃ£o, Rel. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. j. 19.05.2011, unÃ¢nime, DJe 24.05.2011). ` Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, da conjugaÃ§Ã£o dos artigos acima, entenda-se que a ordem legal estabelecida, a saber ADJUDICAÃÃO, ALIENAÃÃO PARTICULAR E ALIENAÃÃO JUDICIAL, Ã© OBRIGATÃRIA, nÃ£o uma faculdade do exequendo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A alienaÃ§Ã£o particular, como modalidade autÃ´noma de expropriaÃ§Ã£o, deve ocorrer preferencialmente antes da hasta pÃºblica que,

por sua vez, tem-se revelado burocrÃ¡tica e dispendiosa, com a publicaÃ§Ã£o de editais, a demora, o elevado custo e sobretudo e o baixo preÃ§o que comumente se alcanÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, homenageia-se o princÃ-pio da menor onerosidade da execuÃ§Ã£o, que prestigia sobremaneira referida modalidade expropriatÃ³ria por ser, notadamente, menos dispendiosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido de expropriaÃ§Ã£o do bem penhorado mediante leilÃ£o por hasta pÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do desinteresse manifestado Ã s fls. 303, PROCEDO AO DESBLOQUEIO do veÃ-culo penhorado nos autos, conforme recibo que segue Ã fl. subsequente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE o exequente FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO para, no prazo de 15 (quinze), manifestar-se sobre o interesse na adjudicaÃ§Ã£o ou na alienaÃ§Ã£o particular do bem imÃ³vel, devendo, no mesmo prazo, apresentar certidÃ£o atualizada do imÃ³vel penhorado, sob as penas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vencido o prazo encimado, CERTIFIQUE-SE o ocorrido e, estando digitalizados os autos e retificados os dados do processo, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. BelÃ©m/PA, 08 de Novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM PROCESSO: 00551552720098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911262159 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO ABN AMRO REAL SA Representante(s): OAB 43621 - ALEXANDRE DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 200158 - NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (ADVOGADO) EXECUTADO:ALMIR FURTADO PESSOA Representante(s): OAB 5867 - CARLOS FERNANDO GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00556522020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:DALVA DE JESUS TRINDADE ALVES Representante(s): OAB 5659 - JAIME DOS SANTOS ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) INVENTARIADO:VITAL MATOS ALVES. Ã©SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo.

Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CUSTAS NA FORMA DA LEI. Â Â Â Â Â DEIXO DE CONDENAR A PARTE AUTORA ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, considerando tratar-se de matÃ©ria reconhecida de ofÃ-cio por este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº1do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 1Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se PROCESSO: 00556651920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 151056-S - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:YOLANDA KATIA BRANCO FRAIHA. Ã©Processo NÂº: 0055665-19.2014.8.14.0301 SENTENÃA VISTOS. Â Â Â Â Â HSBC Bank Brasil S/A ajuizou AÃÃO MONITÃRIA em face de Yolanda Katia Branco Fhaiha todos qualificados nos autos da aÃ§Ã£o em epÃ-grafe. Â Â Â Â Â Ã fl. 127, antes da citaÃ§Ã£o da parte rÃ©, o autor formulou pedido de desistÃªncia e consequÃªncia extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Nada mais sendo requerido, os autos vieram conclusos para julgamento. Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Diz o CÃ³digo de Processo Civil Brasileiro: Art. 200. Os atos das partes consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, modificaÃ§Ã£o ou extinÃ§Ã£o de direitos processuais. ParÃ¡grafo Ãºnico. A desistÃªncia da aÃ§Ã£o sÃ³ produzirÃ¡ efeitos apÃ³s homologaÃ§Ã£o judicial. Â Â Â Â Â No caso em tela a parte autora requereu desistÃªncia da aÃ§Ã£o Ã fl. 127, demonstrando a falta de interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â A desistÃªncia consiste em faculdade processual conferida a parte autora e se atrela intimamente Ã amplitude do exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Com efeito, nÃ£o se pode exigir, contra a vontade da parte, o prosseguimento de um feito, especialmente quando estÃ£o em jogo direitos disponÃ-veis, como os patrimoniais, nÃ£o restando alternativa ao julgador, senÃ£o a prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a terminativa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o tema pondera o mestre AntÃ´nio ClÃ¡udio da Costa Machado1: Â¿A desistÃªncia do processo Ã© ato incondicionado do autor enquanto nÃ£o for apresentada defesa; torna-se condicionado ao assentimento do rÃ©u a partir do instante em que esse ofereÃ§a resposta (tanto no procedimento ordinÃ¡rio como no sumÃ¡rio). A desistÃªncia e seus motivos e o eventual assentimento do rÃ©u nÃ£o sÃ£o objetos de fiscalizaÃ§Ã£o judicial (exceto se tratar de lide que verse sobre direitos indisponÃ-veis), mas para produzir seus efeitos dependem de homologaÃ§Ã£o do magistradoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos ao norte alinhados,Â homologoÂ o pedido de desistÃªncia formulado pela parte autora, e, em consequÃªncia, DECLAROÂ EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento de custas, eventualmente pendente de recolhimento, com fulcro no art. 90 do CPC/2015, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Deixo de condenar a parte autora ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista que sequer efetuada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº do CPC2, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe,

ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema processual. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 08 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital DAL 1 CÃ³digo de Processo Civil Interpretado, 5Âª EdiÃ§Ã£o, Manoel, 2006. 2 Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se. 1 PROCESSO: 00557235620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Embargos de Terceiro Cível em: 09/11/2021 EMBARGANTE:CNE COMERCIAL NORTE EQUIPAMENTOS LTDA Representante(s): OAB 1087 - JOSE MARIA TUMA HABER (ADVOGADO) EMBARGADO:ANTONIO JOAQUIM DUARTE Representante(s): OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 6557 - JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 00557235620138140301 DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuidam-se os autos de EMBARGOS DE DECLARAÃÃO, com efeitos infringentes, manejados pelo embargado em face da decisÃ£o interlocutÃ³ria de fls. 107 que decretou sua revelia tendo em vista que protocolou equivocadamente sua contestaÃ§Ã£o nos autos diversos dos presentes, alegando suposta contradiÃ§Ã£o do decisum. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConheÃ§o dos presentes aclaratÃ³rios, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A jurisprudÃªncia assente na Corte CidadÃ£ Ã© no sentido de que a contradiÃ§Ã£o capaz de autorizar a reforma pela via dos embargos de declaraÃ§Ã£o Ã© somente aquela que ocorre entre as proposiÃ§Ãµes e conclusÃµes do prÃ³prio julgado, ou seja, interna ao prÃ³prio teor da sentenÃ§a, e NÃO entre esta e outros atos ocorridos no processo (EDcl no AgInt no REsp 1.737.151/RS, REsp 1180835/GO e EDcl no AgRg no AREsp 575.844/GO). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante deste cenÃ¡rio, sem maiores delongas, nÃ£o se vislumbra o vÃ-cio alegado. A decisÃ£o vergastada, de forma clara e escorreita, decretou a revelia do embargado uma vez que deixou de apresentar a contestaÃ§Ã£o nos autos dentro do prazo legal, de sorte que nÃ£o hÃ¡ que se falar em contradiÃ§Ã£o entre as proposiÃ§Ãµes da decisÃ£o e sua conclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os embargos de terceiros Ã© processo inteiramente autÃ´nomo, logo, o ato de protocolizar a peÃ§a de defesa em autos diversos destes configura erro grosseiro e inescusÃ¡vel, incabÃ-vel de convalidaÃ§Ã£o pelo JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O que se verifica, em verdade, Ã© o inconformismo do embargante quanto a soluÃ§Ã£o dada ao caso pelo JuÃ-zo, o que deverÃ¡ ser veiculado mediante a proposiÃ§Ã£o do meio recursal pertinente, nÃ£o podendo servir os aclaratÃ³rios de supedÃ¢neo para o nÃ-tido propÃ³sito de reforma do decisum, impondo-se rejeitar os embargos que visam somente os efeitos infringentes (EDcl no AgRg no Ag 1161963/SP, do EDcl no REsp 1116460/SP e do EDcl no AgRg no AREsp 37136/SC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, CONHEÃO dos embargos de declaraÃ§Ã£o, contudo, NEGO-LHES PROVIMENTO, mantendo a decisÃ£o de fls. 107 nos termos em que foi proferida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUMPRA-SE integralmente a decisÃ£o e, apÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int. Dil. Cumpra-se. Estando os autos em ordem e nÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o desta decisÃ£o, retornem conclusos para SENTENÃA. BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM PROCESSO: 00557966220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:CENTRO EDUCACIONAL MENINO DE JESUS LTDA Representante(s): OAB 8419 - FRANCISCO LINDOLFO COELHO DOS SANTOS (ADVOGADO) REU:JANE DO SOCORRO RODRIGUES MORAES Representante(s): OAB 11503 - LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL (DEFENSOR) . P. 0055796-62.2012.8.14.0301. SENTENÃAÂ VISTOS.Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER C/C INDENIZAÃÃO POR DANO MATERIAL E MORAL COM PEDIDO LIMINAR DE ANTECIPAÃÃO DE TUTELA ajuizada porÂ CENTRO EDUCACIONAL MENINO JESUS LTDAÂ em face deÂ SOCORRO RODRIGUES MORAES. Â Â Â Â Â Â A parte autora alega que em 15 de novembro de 20103, a requerida transferiu a propriedade de suas cotas partes para a sociedade civil Centro Educacional Menino Jesus LTDA e que, desde entÃ£o estaria se recusando o competente instrumento particular de transferÃªncia das referidas cotas. Por fim pleiteou: a) a condenaÃ§Ã£o em obrigaÃ§Ã£o de fazer (assinatura do instrumento de transferÃªncia de cota parte junto Ã JUCEPA e demais Ã³rgÃ£os competentes); b) danos morais. Â Â Â Â Â Â Ã fl. 25 dos autos, foi proferida decisÃ£o concedendo a tutela antecipada Ã parte autora. Â Â Â Â Â Â Ã fl. 41, a parte requerida compareceu Ã audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o e promoveu a assinatura dos documentos necessÃ¡rios Ã transferÃªncia de cotas. Â Â Â Â Â Â Em sede de contestaÃ§Ã£o (fl. 42/48), a parte demandada pugnou

pela total improcedÃªncia da lide, alegando a inexistÃªncia de dano e a ausÃªncia de recusa Ã¡ obrigaÃ§Ã£o de fazer. Â Â Â Â Â Â Instada a apresentar rÃ©plica, a parte autora se quedou inerte (fl. 61). Â Â Â Â Â Â Ã a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JULGO O FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NOS TERMOS DO ART. 355 DO NCPC. 1.Â Â Â Â Â Da obrigaÃ§Ã£o de fazer. AusÃªncia de pretensÃ£o resistida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte autora intenta a condenaÃ§Ã£o da requerida em obrigaÃ§Ã£o de fazer, consistente na assinatura de documentos necessÃ¡rios Ã efetivaÃ§Ã£o da transferÃªncia das cotas partes, as quais foram objeto de contrato de compra e venda, ao argumento de que a demandada estaria se recusando a dar cumprimento ao negÃ³cio jurÃ-dico firmado contratualmente.Â Â Â Da leitura dos autos, constata-se que a parte autora nÃ£o apresentou os documentos necessÃ¡rios a suprir a condiÃ§Ã£o de procedibilidade e prosseguibilidade da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â A norma inserta no art. 17 do CPC condiciona o direito de qualquer aÃ§Ã£o Ã existÃªncia de interesse de agir, sendo esta desdobrada no binÃ´mio necessidade- adequaÃ§Ã£o, conforme leciona Humberto Theodoro: Â¿O interesse processual, em suma, exige a conjugaÃ§Ã£o do binÃ´mio necessidade e adequaÃ§Ã£o, cuja presenÃ§a cumulativa Ã© sempre indispensÃ¡vel para franquear Ã parte a obtenÃ§Ã£o da sentenÃ§a de mÃ©rito. Assim, nÃ£o se pode, por exemplo, postular declaraÃ§Ã£o de validade de um contrato se o demandado nunca a questionou (desnecessidade da tutela jurisdicional), nem pode o credor, mesmo legÃ-timo, propor aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, se o tÃ-tulo de que dispÃµe nÃ£o Ã© um tÃ-tulo executivo na definiÃ§Ã£o da lei (inadequaÃ§Ã£o do remÃ©dio processual eleito pela parte).Â¿ (THEODORO JR., Humberto. 2016. EdiÃ§Ã£o 56). Â Â Â Â Â Â Doutrinariamente, sabe-se que oÂ interesse de agir corresponde ao biÃ´nimo: necessidade e adequaÃ§Ã£o, assim definidos: i) Necessidade ou Utilidade da AÃ§Ã£o:Â a prestaÃ§Ã£o jurisdicional deve serÂ um meio necessÃ¡rioÂ para a soluÃ§Ã£o da lide, ou seja, o processo deve ser o mecanismoÂ necessÃ¡rio e Ãºtil para a parte ter seu conflito resolvido. ii)Â AdequaÃ§Ã£o da AÃ§Ã£o:Â O instrumento usado pelo autor deve ser o adequado, o menos gravoso. Logo, sendo possÃ-vel a soluÃ§Ã£o via administrativa, nÃ£o hÃ¡ de se falar em pretensÃ£o resistida. Â Â Â Â Â Â NÃ£o se questiona, tÃ£o menos se objetiva cercear o direito de aÃ§Ã£o constitucionalmente assegurado. Tanto o Ã© que o autor o exerceu quando peticionou perante este JuÃ-zo. O que se exige Ã© que se cumpram osÂ requisitosÂ mÃ-nimosÂ e necessÃ¡rios para o regular prosseguimento da demanda. CircunstÃ¢ncias bem diferentes. Â Â Â Â Â Â Assim, inobstante oportunizado que a parte autora demonstrasse aÂ necessidadeÂ da tutela jurisdicional e a resistÃªncia oferecida pela rÃ©, por meio documentos comprobatÃ³rios, nÃ£o se desincumbiu do seu Ã´nus, nos termos do art. 373, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â AO CONTRÃRIO, a parte autora sequer juntou qualquer notificaÃ§Ã£o extrajudicial ou AR endereÃ§ado Ã requerida exigindo a assinatura da documentaÃ§Ã£o necessÃ¡ria ou comunicando-lhe o referido fato. Â Â Â Â Â Â Inobstante o exposto, a parte requerida nÃ£o alegou nenhum Ã³bice em audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o realizada (fl. 41), tendo, Ã ocasiÃ£o, procedido Ã assinatura de toda a documentaÃ§Ã£o apresentada pela autora. Â Â Â Â Â Â Assim, pela documentaÃ§Ã£o acostada, claramente restou demonstrada a ausÃªncia de pretensÃ£o resistida pela parte requerida e a ausÃªncia de legÃ-timo interesse processual na presente demanda. 2.Â Â Â Â Â Dos danos morais. NÃ£o cabimento. Â Â Â Â Â Â Pleiteia ainda a parte autora indenizaÃ§Ã£o extrapatrimonial em razÃ£o do suposto descumprimento contratual da requerida. Â Â Â Â Â Â Conforme exposto em tÃ³pico anterior, nÃ£o subsiste razÃ£o ao pleito de indenizaÃ§Ã£o por danos morais ante Ã ausÃªncia de pretensÃ£o resistida Ã lide pela parte requerida. 3.Â Â Â Â Â Do dispositivo. Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados e, por tudo mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, I e VI, do CPC, posto que nÃ£o cumpridas as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o, por ausÃªncia de interesse processual (ausÃªncia de pretensÃ£o resistida). Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que fixo, com base no artigo 85, Â§ 2Âº do CPC, em 10% sobre o valor atualizado da causa Â Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo legal e, apÃ³s, remetam-se os autos ao E. TJPA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema processual. BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00559256720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REU:ESPOLIO DE SILVIA CONCEIÇÃO DO AMARAL ROCHA Representante(s): OAB 12764 - SOLANGE MARIA ALVES MOTA SANTOS (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0055925-67.2012.8.14.0301 DESPACHO MANDADO DE INTIMAÃÃO

PAGAMENTO VOLUNTÃRIO VISTOS. 1.Â Â Â Â Â INTIME(M)-SE o(s) devedor(es), atravÃ©s de CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO (CPC, artigo 513, Â§ 4Âº), para no prazo de 15 (quinze) dias Ãºteis (CPC, artigo 219, caput) realizar o adimplemento voluntÃ¡rio da obrigaÃ§Ã£o corporificada na sentenÃ§a; 2.Â Â Â Â Â NÃ£o cumprida a obrigaÃ§Ã£o, o dÃ©bito serÃ¡ acrescido de multa de 10% e tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado no valor de 10% por cento e serÃ¡ realizada a penhora de tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, acrescido de juros, custas e demais despesas, devendo, para tanto, decorrido o prazo de pagamento e certificado o nÃ£o adimplemento, ser intimado o credor a fim de atualizar a dÃ-vida e indicar bens Ã penhora (arts. 524 e 831, CPC); 3.Â Â Â Â Â Fica advertido o devedor que tambÃ©m Ã© seu dever apontar quais sÃ£o e onde se encontram os bens sujeitos Ã penhora e seus respectivos valores, e, acaso intimado, se mantenha inerte sem justificativa, este JuÃ-zo poderÃ¡ considerar sua omissÃ£o, ato atentatÃ³rio Ã dignidade da JustiÃ§a (artigo 772, II E 774, V, NCPC), com a consequente aplicaÃ§Ã£o da multa; 4.Â Â Â Â Â Considerando aÂ Portaria nÂº 1304/2021Â Â¿ GP deste E. Â TJPA; Â tendo em vista a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do Â CNJ, Â a fim de assegurar economia e celeridade processual; Â considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos Â jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A Â DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, tal como sua migraÃ§Ã£o ao Â Sistema de Processo EletrÃ´nico Â¿ PJE, observadas as cautelas de Â praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as Â providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Intime-se. Diligencie-se.Â Cumpra-se. BelÃ©m-ParÃ¡, 03 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital DAL SERVE O PRESENTE DESPACHO, COMO MANDADO/ CARTA CITAÃÃO/ INTIMAÃÃO, podendo a sua autenticidade ser comprovada no site www.tj.pa.gov.br em consulta de 1Âº grau Comarca de BelÃ©m. PROCESSO: 00562910920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Sumário em: 09/11/2021 AUTOR:SANDRO MOREIRA GONCALVES Representante(s): OAB 16015 - INES RAPHAELA BEZERRA MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 13370 - ALESSANDRO DOS SANTOS COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO SEGUROS SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) REU:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00574290620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERIDO:UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) AUTOR:RAIMUNDO CAMURCA DE MENEZES Representante(s): OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:SIDNEY PEREIRA BACURY Representante(s): OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em

proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00591246320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DAYCOVAL SA Representante(s): OAB 8125 - LAZARO JOSE GOMES JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:ESPOLIO DE CARLOS ALBERTO DE FREITAS BEZERRA DA SILVA Representante(s): OAB 19105 - INGRID LUANA CUNHA DE AZEVEDO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00596762820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:ARIANE SOMBRA SOARES MATHNE BASTOS Representante(s): OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) OAB 19047 - RAUL YUSSEF CRUZ FRAIHA (ADVOGADO) INVENTARIADO:RODRIGO SILVA BASTOS. PROCESSO NÂº 0059676-28.2013.8.14.0301 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INVENTÃRIO ajuizada porÂ Ariane Sombra Soares Mathne BastosÂ em razÃ£o do falecimento de Rodrigo Silva Bastos. Â Â Â Â Â O feito foi inicialmente distribuÃ-do a este JuÃ-zo, onde foi processado, em razÃ£o da existÃªncia de herdeiro menor de idade. Â Â Â Â Â Autos conclusos. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Constata-se que, desde o ajuizamento da lide, o menor se encontra representado por sua genitora, nÃ£o existindo, portanto, orfandade na medida em que esta estÃ¡ adstrita ao falecimento de ambos os genitores, condiÃ§Ã£o que colocaria o menor em situaÃ§Ã£o de risco, o que nÃ£o se verifica neste caso. Â Â Â Â Â Assim, esta demanda detÃ©m carÃ¡ter eminentemente patrimonial, atinente a direito individual e disponÃ-vel em que se pretende discutir acerca dos bens deixados pelo de cujus, o que atrai de forma absoluta a competÃªncia das Varas CÃ-veis Comuns responsÃ¡veis pela apreciaÃ§Ã£o de feitos de SUCESSÃO. Â Â Â Â Â Exalce-se que, conforme PRECEDENTES RECENTES do E. TJPA, o JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, Interditos e Ausentes estÃ¡ vinculado Ã s aÃ§Ãµes em que o menor seja Ã³rfÃ£s bilateral, visto que, nos casos em que se encontra representado por uma dos genitores, nÃ£o hÃ¡ situaÃ§Ã£o de risco a ensejar a competÃªncia da vara especializada, tratando-se, na verdade, de aÃ§Ã£o meramente patrimonial, como o caso presente. Neste sentido, em recente decisÃ£o MonocrÃ¡tica da Des. MARIA DO CÃO MACIEL COUTINHO, Relatora no CONFLITO DE COMPETÃNCIA nÂº 0800448-41.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo no processo de inventÃ¡rio nÂº 0832493-39.2019.8.14.0301, restou estabelecida a competÃªncia do JuÃ-zo primevo (11Âª VCE da Capital) que declinou a competÃªncia em aÃ§Ã£o de natureza cÃ-vel, CUJA INTEGRA DO ACÃRDÃO FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO. Observo, por fim, que o mesmo entendimento foi esposado pelo E. TJPA nos Conflitos de CompetÃªncia de nÂº 0804922-55.2021.8.14.0000, 0804984-95.2021.8.14.0000 e 0802435-15.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo, em cujo bojo os Des. Relatores entenderam que a competÃªncia Ã© do juÃ-zo sucessÃ³rio quando o menor estiver representado por um de seus genitores, como no caso presente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados, balizada pelos precedentes firmados pelo E. TJPA e em prestÃ-gio aos PrincÃ-pios da EficiÃªncia e

Celeridade Processual, DECLARO A INCOMPETÃNCIA deste JuÃ-zo para processar e julgar o feito, determino que os autos sejam redistribuÃ-dos a uma das VARAS CÃVEIS COM COMPETÃNCIA PARA APRECIAR E JULGAR OS FEITOS DE SUCESSÃO, nos termos da ResoluÃ§Ã£o nÂº. 023/2007 Â¿ GP, deste E.TJPA, dando-se a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Diligencie-se. Cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00597869020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:MARIO ANDRE GOMES DE LIMA Representante(s): OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 20970 - IVANA BRUNA NABOR TAMASAUSKAS (ADVOGADO) OAB 28572 - LUIZ WANDERLEY OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:CLEIDIANE PEREIRA LIMA Representante(s): OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 23664 - WENDERSON CARLOS PINTO MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido formulado. Para tanto, INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas pertinentes Ã diligÃªncia requerida, viabilizando o escorreito prosseguimento do feito, salientando-se, desde logo, que o nÃ£o recolhimento ensejarÃ¡ a extinÃ§Ã£o do feito, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00624604120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Arrolamento Sumário em: 09/11/2021 REQUERENTE:ALLIANZ SEGUROS S/A Representante(s): OAB 5627 - SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO (ADVOGADO) OAB 11935 - JOSE MOURAO NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:LOCAVEL SERVIÇOS LTDA Representante(s): OAB 8553 - MARCELO ARAUJO SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00626183320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:INFINITY FOMENTO MERCANTIL LTDA Representante(s): OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17387 - ARTHUR CRUZ NOBRE (ADVOGADO) OAB 19047 - RAUL YUSSEF CRUZ FRAIHA (ADVOGADO) OAB 21442 - THIAGO BARBOSA BASTOS REZENDE (ADVOGADO) EXECUTADO:NALDYR JESUS SANTIAGO SOUZA NETO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito,

no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00626677420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA VALQUIRIA CASTELLO BRANCO OLIVEIRA Representante(s): OAB 323926 - PAOLA ALBUQUERQUE JORGE MELEM (ADVOGADO) OAB 21685 - ALEX ALBUQUERQUE JORGE MELEM (ADVOGADO) REU:RUBIO FERNANDO DE FREITAS COSTA Representante(s): OAB 5154 - EVANDRO DE OLIVEIRA COSTA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00627188520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA Representante(s): OAB 7768 - JOSE AUGUSTO FERREIRA MARTINS (ADVOGADO) REQUERIDO:CCB - CONSTRUTORA CASTELO BRANCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA REQUERIDO:FUJITA ENGENHARIA LTDA. Representante(s): OAB 30121 - LARISSA FREITAS RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 13371-A - RAUL AMARAL JUNIOR (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o houve requerimento de cumprimento de sentenÃ§a e tendo em vista que o prÃ³prio exequente interessado quedou-se inerte quando instado a se manifestar (certidÃ£o fl. 63), constata-se que nÃ£o hÃ¡ qualquer pronunciamento judicial pendente de ser proferido, ARQUIVE-SE O FEITO, atentando-se a parte interessada ao decurso do prazo prescricional, observadas as cautelas de praxe, de tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Ressalto que o feito nÃ£o serÃ¡ desarquivado com pedidos sem fundamento e indicaÃ§Ã£o ESPECÃFICA de bens. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 09 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 00634341520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:BETÂNIA DE CÁSSIA RIBEIRO PERNA Representante(s): OAB 19099 - YASMIN PINHEIRO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) REQUERIDO:RIO MENDONZA EMPREENDIMENTOS SPE LTDA Representante(s): OAB 14810 - THEO SALES REDIG (ADVOGADO) REQUERIDO:MARKO ENGENHARIA E COMERCIO IMOBILIARIO LTDA Representante(s): OAB 6324 - ALBANO HENRIQUES MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14810 - THEO SALES REDIG (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste

E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00661544720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 24872-A - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) EXECUTADO:FLAVIO AUGUSTO GONCALVES DE OLIVEIRA FILHO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00664711620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 AUTOR:MARILENA CARMONA SANTOS SILVA Representante(s): OAB 11960 - ANDRE LUIZ SERRAO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 18608 - EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR (ADVOGADO) REU:JEAN GLEISE FARIAS DA SILVA. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, em virtude de mudanÃ§a de endereÃ§o, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO

EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â DEIXO DE CONDENAR A PARTE AUTORA ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista que sequer efetuada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS, com fulcro no art. 90 do CPC/2015, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº1do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 1 Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se PROCESSO: 00666233020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Embargos à Execução em: 09/11/2021 EMBARGANTE:RAIMUNDO JOSE SANTOS MOTA Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) EMBARGADO:ANGELA CONCEICAO DE OLIVEIRA MONTEIRO. PROCESSO NÂº 0066623-30.2015.8.14.0301 SENTENÃA Vistos, etc. RAIMUNDO JOSÃ SANTOS MOTA propÃ´s EMBARGOS Ã EXECUÃÃO em face de ANGELA CONCEIÃÃO DE OLIVEIRA MONTEIRO, todos qualificados nos autos. AtravÃ©s da decisÃ£o de fls. 11, foi conferido ao autor prazo para comprovar a hipossuficiÃªncia financeira ou recolher custas iniciais, ainda que de forma parcelada, a fim de viabilizar o recebimento da exordial e o prosseguimento do feito paralisado desde 2015. No entanto, injustificadamente, o embargante se quedou inerte, conforme certidÃ£o retro. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. DispÃµe o art. 485, inciso IV do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando verificar a ausÃªncia de pressupostos de constituiÃ§Ã£o e de desenvolvimento vÃ¡lido e regular do processo. Conforme se infere da decisÃ£o proferida nos autos, este JuÃ-zo determinou a comprovaÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia ou RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS, necessÃ¡rias ao escorreito prosseguimento do feito. NO CASO EM APREÃO, constata-se que, apesar de intimada, a parte embargante se quedou inerte deixando de recolher as custas processuais ou demonstrar o preenchimento dos requisitos para deferimento da justiÃ§a gratuita, inviabilizando o andamento processual, demonstrando o descaso em diligenciar e cumprir com o dever processual que lhe compete, conforme previsto no art. 77, IV do CPC. Neste cenÃ¡rio, o feito se encontra obstacularizado, sem possibilidade de evoluÃ§Ã£o regular para anÃ¡lise do mÃ©rito, padecendo de pressupostos de desenvolvimento vÃ¡lido concernente Ã ausÃªncia de recolhimento de custas processuais. Exalce-se que, o processo nÃ£o pode ficar parado a bel prazer das partes, especialmente que, fixado prazo por este JuÃ-zo para cumprimento de diligÃªncias, cabia Ã parte cumprir o comando judicial ou demonstrar a impossibilidade de o fazÃª-lo.Â A inÃ©rcia da parte diante do comando especÃ-fico para regularizar o feito, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir a desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Ã cediÃ§o que a imensa demanda que avanÃ§a sobre os tribunais pÃ¡trios supera, em muito, o capital humano disponÃ-vel. Diante de tal cenÃ¡rio, Ã© imperioso reconhecer-se que o comportamento patentemente desidioso do autor causa nefastos defeitos danosos para alÃ©m da esfera patrimonial, atingindo direitos transindividuais da sociedade como um todo, com a perpetuaÃ§Ã£o de aÃ§Ãµes que superlotam o Poder JudiciÃ¡rio, notadamente quando padeceu o interesse processual pela satisfaÃ§Ã£o da pretensÃ£o por outros meios. Olvidou o autor que o PRINCÃPIO DA COOPERAÃÃO nÃ£o se impÃµe somente ao JudiciÃ¡rio, mas a todos os operadores do direito De mais a mais, o mero descumprimento do comando judicial impÃµe a aplicaÃ§Ã£o da sanÃ§Ã£o processual prevista no art. 290 c/c 321, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, qual seja o indeferimento da exordial e cancelamento da distribuiÃ§Ã£o. Desta feita, nos termos do art. 290 c/c art. 321, parÃ¡grafo Ãºnico e art. 330, IV do CPC, INDEFIRO a petiÃ§Ã£o inicial e julgo extinto o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fulcro no art. 485, I do CPC, com o cancelamento da distribuiÃ§Ã£o. Sem custas. Sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, DESAPENSEM-SE e ARQUIVEM-SE os autos, observadas as formalidades legais. Sobrevindo apelaÃ§Ã£o, certifique-se e, estando os autos digitalizados, remetam-se ao E. TJPA, com as homenagens de estilo. P.R.I.C. BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM PROCESSO: 00667803720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução

de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 22112-A - CARLOS ALBERTO BAIAO (ADVOGADO) OAB 25254 - GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS (ADVOGADO) EXECUTADO:CENTRO CAR COMERCIO DE VEICULOS LTDA ME EXECUTADO:HELDER SIDNEY DIAS CABRAL. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00670093120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:OSMAR SCARAMUSSA Representante(s): OAB 8798-B - MARIO ALVES CAETANO (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA VILLAGE LTDA Representante(s): OAB 10720 - ERIK LUIZ DE NUNES VALENTE (ADVOGADO) OAB 10937 - RAPHAEL MAUES OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 14802-B - LUIZ FERNANDO MAUES OLIVIERA (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 4 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00726511420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANNA KAROLINE PINHEIRO DE SOUZA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-

SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00736099720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 17578 - ALBERTO ALVES DE MORAES (ADVOGADO) OAB 103.587 - JOSE QUAGLIOTTI SALAMONE (ADVOGADO) OAB 89774 - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) REQUERIDO:MONICA TEIXEIRA CHAVES INTERESSADO:OMNI SA CREDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 217897 - NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00797737820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 211808 - LUIZ ALCESTE DEL CISTIA THONON FILHO (ADVOGADO) OAB 210.867 - CARINA MOISES MENDONCA (ADVOGADO) REQUERIDO:HIPER ATACADO PONTO CERTO LTDA REQUERIDO:INDUSTRIA E COMERCIO DO PONTO LTDA REQUERIDO:JORGE PEREIRA DE OLIVEIRA. Ã© Â Â Â Â Â DESPACHO. Â Â Â Â Â VISTOS. 1.Â Â Â Â Â Considerando os arts. 09 e 10 do CPC, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, bem como, solicitar o que lhe competir; 2.Â Â Â Â Â Considerando aÂ Portaria nÂº 1304/2021Â Â¿ GP deste E. TJPA, tendo em vista a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual, considerando ainda o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva, DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, tal como sua migraÃ§Ã£o ao Sistema de Processo EletrÃ´nico Â¿ PJE, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Diligencie-se. Cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL SERVE O PRESENTE DESPACHO, COMO MANDADO/ CARTA CITAÃÃO/ INTIMAÃÃO, nos termos do Provimento nÂº 03/2009 da CJRMB Â¿ TJE/PA, com a redaÃ§Ã£o dada pelo Provimento nÂº 011/2009 daquele ÃrgÃ£o Correcional. PROCESSO: 00808421920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI Representante(s): OAB 14371 - MIZZI GOMES GEDEON (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE ROBERTO LOBAO DA COSTA EXECUTADO:ANA JULIA SOUZA DA COSTA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em

proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00818765820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:MARCELO DO ESPIRITO SANTO RENTE Representante(s): OAB 9365-A - MARCELO NAZARENO LIMA ARRIFANO (ADVOGADO) EXECUTADO:LUIS CARLOS MAIA PINHEIRO JUNIOR. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00829935520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:EDIVALDO DE MIRANDA MEIRELES Representante(s): OAB 10662 - JAQUELINE NORONHA DE M FILOMENO KITAMURA (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00896138320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARÁ - ADEPA EXECUTADO:ANDREZA DUTRA GOMES DA SILVA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o

fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 00965937520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:CELSO MOREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 21269 - YASMIN BARROS MONTEIRO DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 17067 - MELINA SILVA GOMES BRASIL DE CASTRO (ADVOGADO) INVENTARIADO:MARCIA CRISTINA GOMES DE SOUZA DA SILVA. PROCESSO NÂº 0096593-75.2015.8.14.0301 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INVENTÃRIO E PARTILHA DE BENS, que consta menor na condiÃ§Ã£o de herdeiro(a) do de cujus. Â Â Â Â Â O feito foi inicialmente distribuÃ-do a este JuÃ-zo, onde foi processado, em razÃ£o da existÃªncia de herdeiro menor de idade. Â Â Â Â Â Autos conclusos. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Constata-se que, desde o ajuizamento da lide, o(s) menor(es) se encontra(m) representado(s) por seu(a) genitor(a), nÃ£o existindo, portanto, orfandade na medida em que esta estÃ¡ adstrita ao falecimento de ambos os genitores, condiÃ§Ã£o que colocaria o menor em situaÃ§Ã£o de risco, o que nÃ£o se verifica neste caso. Â Â Â Â Â Assim, esta demanda detÃ©m carÃ¡ter eminentemente patrimonial, atinente a direito individual e disponÃ-vel em que se pretende discutir acerca dos bens deixados pelo de cujus, o que atrai de forma absoluta a competÃªncia das Varas CÃ-veis Comuns responsÃ¡veis pela apreciaÃ§Ã£o de feitos de SUCESSÃO. Â Â Â Â Â Exalce-se que, conforme PRECEDENTES RECENTES do E. TJPA, o JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, Interditos e Ausentes estÃ¡ vinculado Ã s aÃ§Ãµes em que o menor seja Ã³rfÃ£s bilateral, visto que, nos casos em que se encontra representado por uma dos genitores, nÃ£o hÃ¡ situaÃ§Ã£o de risco a ensejar a competÃªncia da vara especializada, tratando-se, na verdade, de aÃ§Ã£o meramente patrimonial, como o caso presente. Neste sentido, em recente decisÃ£o MonocrÃ¡tica da Des. MARIA DO CÃO MACIEL COUTINHO, Relatora no CONFLITO DE COMPETÃNCIA nÂº 0800448-41.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo no processo de inventÃ¡rio nÂº 0832493-39.2019.8.14.0301, restou estabelecida a competÃªncia do JuÃ-zo primevo (11Âª VCE da Capital) que declinou a competÃªncia em aÃ§Ã£o de natureza cÃ-vel, CUJA INTEGRA DO ACÃRDÃO FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO. Observo, por fim, que o mesmo entendimento foi esposado pelo E. TJPA nos Conflitos de CompetÃªncia de nÂº 0804922-55.2021.8.14.0000, 0804984-95.2021.8.14.0000 e 0802435-15.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo, em cujo bojo os Des. Relatores entenderam que a competÃªncia Ã© do juÃ-zo sucessÃ³rio quando o menor estiver representado por um de seus genitores, como no caso presente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados, balizada pelos precedentes firmados pelo E. TJPA e em prestÃ-gio aos PrincÃ-pios da EficiÃªncia e Celeridade Processual, DECLARO A INCOMPETÃNCIA deste JuÃ-zo para processar e julgar o feito, determino que os autos sejam redistribuÃ-dos a uma das VARAS CÃVEIS COM COMPETÃNCIA PARA APRECIAR E JULGAR OS FEITOS DE SUCESSÃO, nos termos da ResoluÃ§Ã£o nÂº. 023/2007 Â¿ GP, deste E.TJPA, dando-se a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Diligencie-se. Cumpra-se. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital Â Â Â Â Â DAL PROCESSO: 00967054420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:ANA PAULA DA SILVA CORREA Representante(s): OAB 15391 - AMANDA LOPES GANTUSS (ADVOGADO) OAB 17325 - DJULI BARBOSA SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 23495 - MARCIO RAFAEL GAZZINEO (ADVOGADO) REQUERIDO:FACULDADE PAN AMAZONICA- FAPAN Representante(s): OAB 15783 - NELSON BRUNO DE REGO VALENCA (ADVOGADO) OAB 19.976 - DANIEL CIDRAO FROTA (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando

o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 4 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 00971060920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 21377 - CAMILA DE PAULA RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 3056 - MAURO PAULO GALERA MARI (ADVOGADO) REQUERIDO:L C LTDA REQUERIDO:LIVIO ARAUJO BARROS REQUERIDO:CECILIA GALLETTI BARROS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 01002606920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:RAIMUNDO RAMOS REPRESENTANTE:SILENE DA PAIXAO LIMA Representante(s): OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº0100260-69.2015.8.14.0301 SENTENÃA Â VISTOS. Â Â Trata-se de ALVARÃ JUDICIAL ajuizada por RAIMUNDO RAMOS, por sua curadora, SILENE DA PAIXÃO, em cujo bojo pretende alcanÃ§ar autorizaÃ§Ã£o judicial para contrataÃ§Ã£o de emprÃ©stimo em nome do curatelado junto ao Banco do Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Instado a apresentar parecer, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu que a curadora acostasse documentaÃ§Ã£o comprobatÃ³ria da dÃ-vida a qual se buscava pagar e quanto ao percentual de comprometimento dos proventos do curatelado (fl. 19). Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, a parte autora compareceu aos autos para manifestar interesse no prosseguimento da lide (fl. 26). Â Â Â Â Â Nada mais sendo requerido, os autos retornaram conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â Promove-se o julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, I do CPC. Â Â Â Â Â No caso em exame, o curatelado e seu curador objetivam autorizaÃ§Ã£o judicial para contrataÃ§Ã£o de emprÃ©stimo na quantia significativa, aproximadamente, R$-50.000,000, o qual seria convertido exclusivamente em benefÃ-cio do prÃ³prio interditado (pagamento de dÃ-vidas). Â Â Â Â Â Nos termos do art. 1.741 c/c Arts. 1774 e 1781 do CCB, a administraÃ§Ã£o dos bens do curatelado deve atender aos seus interesses, sendo administrado com zelo e boa-fÃ© sob a inspeÃ§Ã£o do Estado-Juiz. Â Â Â Â Â Assim, a assunÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ãµes perante terceiro pela curatelada com comprometimento dos valores que recebe para sua mantenÃ§a somente pode ser autorizada quando restar incontestavelmente comprovada a real necessidade em seu benefÃ-cio, pois o seu patrimÃ´nio e seus interesses devem ser plenamente resguardados.Â Â Â Nesse sentido, verifica-se que a parte autora requereu genericamente em exordial a concessÃ£o de emprÃ©stimo para fins de quitaÃ§Ã£o de dÃ-vidas do curatelado. No entanto, sequer foram especificadas as dÃ-vidas ou mesmo foram colacionados documentos comprobatÃ³rios dos dÃ©bitos. Â Â Â Â Â Em verdade, mesmo instada a se manifestar acerca dos questionamentos levantados pelo MinistÃ©rio PÃºblico (fl. 19), a parte autora se quedou deliberadamente inerte, conforme certidÃ£o de fl. 23. Ademais, quando a parte autora enfim compareceu aos autos, o fez tÃ£o somente para manifestar seu interesse no prosseguimento da lide (fl. 26), ignorando por completo as requisiÃ§Ãµes realizadas pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â NO

CASO EM APREÃO, cabÃ-vel pontuar ainda que, a parte autora nÃ£o demonstrou nos autos que tentou solucionar a lide administrativamente, isto Ã©, que tenha diligenciado junto Ã instituiÃ§Ã£o financeira a fim de demonstrar a incapacidade da requerente em contrair os referidos emprÃ©stimos e de que tenha ocorrido a sua efetiva recusa. Â Â Â Â Â Â Desta forma, nÃ£o tendo se desincumbido do Ã´nus probatÃ³rio previsto no art. 373, I do CPC, especialmente que, em demandas cuja responsabilidade seja objetiva, o autor da demanda nÃ£o estÃ¡ dispensado de forma absoluta de demonstrar o fato constitutivo de seu direito, sendo necessÃ¡rio o mÃ-nimo de prova para que esteja configurada. Â Â Â Â Â Â Ora, diariamente o Poder JudiciÃ¡rio Ã© assolado de aÃ§Ãµes distribuÃ-das nas mais diversas comarcas, pleiteando a revisÃ£o de contratos em razÃ£o da contraÃ§Ã£o indisciplinada de emprÃ©stimos, causando uma preocupaÃ§Ã£o constante aos tribunais quanto Ã necessidade de observÃ¢ncia dos interesses dos envolvidos, especialmente, quando se estÃ¡ diante de pessoa interditada judicialmente. Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, ante a nÃ£o comprovaÃ§Ã£o dos fatos aduzidos na exordial, INDEFIRO o pedido de expediÃ§Ã£o de alvarÃ¡ nos moldes requeridos. Em consequÃªncia, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 487, I do CPC. Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ o que se falar em condenaÃ§Ã£o em custas nem honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s, com o trÃ¢nsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe.Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021 Â VALDEISE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da CapitalÂ SS PROCESSO: 01003386320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:AIRESCOM TRANSPORTADORA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAAO LTDA ME Representante(s): OAB 10778 - MANOEL FRANCISCO PASCOAL JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE FERNANDES BEZERRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÊncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 01007647520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 22728-A - WASHINGTON LUIZ DE MIRANDA DOMINGUES TRANM (ADVOGADO) REQUERIDO:PAULO VICTOR DOS SANTOS SILVA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÊncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 01077071120158140301 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) OAB 12501 - CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:LUIZ CESAR SANTOS MACEDO EXECUTADO:VALDEMILSON RODRIGO FARIAS NASCIMENTO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 01101128320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:CARLOS DIEGO SILVA DOS ANJOS Representante(s): OAB 15587 - FELIPE MARINHO ALVES (ADVOGADO) OAB 18790-A - TIAGO VASCONCELOS ALVES (ADVOGADO) OAB 25929 - HIAN CARVALHO OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 01303263220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:SISTEMA EDUCACIONAL ACROPOLE BELEM LTDA Representante(s): OAB 11902 - LUCIANO SANTOS DE OLIVEIRA GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:MAURICIO FERREIRA DA SILVA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ

adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 01347441320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:PLINIO LOPES ANDRIANI Representante(s): OAB 16913 - ADRIELY APARECIDA ANDRIANI (ADVOGADO) OAB 22675 - EDERSON ANTUNES GAIA (ADVOGADO) OAB 8867 - BRUNO TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) REQUERIDO:COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO UNIMED BELEM Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 13367 - THIAGO AZEVEDO ROLA (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 01361122320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:EMERSON DA CONCEICAO DOS SANTOS Representante(s): OAB 90322 - SABRINA BORGES (ADVOGADO) REU:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE COBRANÃA na qual a parte pleiteia receber suposta diferenÃ§a devido a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o decorrente de acidente automobilÃ-stico, fruto do seguro DPVAT, ocasiÃ£o em que, houve o deferimento da prova pericial. Â Â Â Â Â No entanto, da leitura da inicial, sequer Ã© possÃ-vel identificar os danos que dariam direito ao pleito formulado e justificariam o pagamento de novos valores em favor da parte autora, uma vez que, da leitura da exordial e dos documentos coligidos aos autos, nÃ£o se pode, nem mesmo, identificar a extensÃ£o das lesÃµes sofridas pelo requerente.Â Â Â Â Â Â I\ltrchnobstante possa ser considerado que ao autor, nÃ£o cabe especificar o valor a ser percebido em razÃ£o das sequelas sofridas, CERTAMENTE, A ELE CABE DEMONSTRAR AS CONSEQUÃNCIAS DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO E O GRAU DE INVALIDEZ/SEQUELAS QUE LHE FORAM CAUSADAS, conforme Ã´nus processual previsto no art. 373, I do CPC. Â Â Â Â Â NÃ£o se estÃ¡ exigindo da parte autora o esgotamento dos elementos probatÃ³rios e tampouco pretende-se impedir eventual instruÃ§Ã£o do processo. No entanto, Ã© dever do Juiz zelar pelo escorreito prosseguimento do feito, de modo que, da leitura da inicial, a parte sequer narra qual seria a extensÃ£o das sequelas que deixou de ser considerada pela seguradora, da mesma forma, que tampouco classifica os danos sofridos, demonstrando que, por exemplo, ao invÃ©s de enquadrar-se no `parÃ¢metro a, como pretendido e pago pela seguradoraÂ¿ enquadrar-se-ia no `parÃ¢metro b, conforme pleiteado em sede de inicialÂ¿. Â Â Â Â Â Neste sentido, TORNO SEM EFEITO a perÃ-cia designada e em consequÃªncia, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO, nos termos do art. 355, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Desde logo, considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 27 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte para fins de recolhimento, sob pena de imediata extinÃ§Ã£o do processo, com fulcro no art. 485, IV do CPC, acaso se faÃ§a necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â INT. DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, decorrido o prazo e estando o feito devidamente certificado, RETORNEM conclusos para apreciaÃ§Ã£o. BelÃ©m/PA,Â 3 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 01772523720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Despejo

por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 09/11/2021 REQUERENTE:JORGE SALIM SAB ABUD Representante(s): OAB 14139 - DANIEL LIMA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 16662 - JOAO JORGE DE OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MAURIDETE VELASCO DA PENHA REQUERIDO:RAIMUNDA ODETE DA COSTA VELASCO DE AZEVEDO REQUERIDO:MAURICIO UBIRAJARA VELASCO DE AZEVEDO. PROCESSO NÂº.0177252-37.2016.8.14.0301 SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Versam os autos sobre AÃÂ¿O ORDINÃRIA DE EXECUÃÂ¿O DE ALUGUEIS ATRASADOS C/C PEDIDO DE LIMINAR ajuizada por JORGE SALIM SAB ABUD em face de MAURIDETE VELASCO DA PENHA, MAURÃCIO UBIRAJARA VELASCO DE AZEVEDO E RAIMUNDA ODETE DA COSTA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 35, foi prolatado despacho determinando o recolhimento de custas no prazo de 05 (cinco) dias em 17.08.2018. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 38, foi exarada certidÂ¿o atestando o nÂ¿o recolhimento das custas legalmente exigidas em 28.03.2019. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 40, a parte exequente recolheu as custas necessÃ¡rias em 09.04.2019 e requereu o uso de sistemas informatizados para localizar endereÃ§o da parte demandada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã fl. 43, foi proferido despacho no qual fora oportunizada a defesa da parte demandada quanto a ocorrÃªncia da prescriÃ§Â¿o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 44 o autor manifestou-se quanto a prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã a sÃ-ntese do necessÃ¡rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â JULGO O FEITO NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, NOS TERMOS DO ART. 355 DO NCPC. Â Â Â Â Â Incialmente, cabe salientar que a cobranÃ§a de aluguÃ©is de prÃ©dios urbanos ou rÃºsticos com base em CONTRATO escrito tem prazo prescricional de TRÃS ANOS, conforme artigo 206, Â§ 3Âº, inciso I , do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o, o contrato de locaÃ§Â¿o findou em 01.09.2015, conforme descrito em exordial, tendo a presente demanda sido distribuÃ-da em 30.03.2016. Â Â Â Â Â Â Frise-se que incumbe ao autor viabilizar a citaÃ§Â¿o da parte rÃ©, impulsionando o feito neste propÃ³sito (CPC, art. 240, Â§2Âº), independentemente de intimaÃ§Â¿o do JuÃ-zo, vez que se trata de obrigaÃ§Â¿o ex lege, o que nÂ¿o ocorreu no presente caso em que a citaÃ§Â¿o somente se tornou possÃ-vel mais de 03 (trÃªs) anos desde o ajuizamento da lide, com o efetivo recolhimento das custas para TENTATIVA DE LOCALIZAÃÃO DO RÃU PELO SISTEMA INFOJUD. Â Â Â Â Â Â Gravosa Ã© a total desÃ-dia do autor quanto a adoÃ§Â¿o das diligÃªncias pertinentes, provocando demora do processo por tempo muito superior ao razoÃ¡vel, perÃ-odo no qual nÂ¿o adotou a postura positiva para o correto ajuizamento da aÃ§Â¿o e consequente formaÃ§Â¿o integral da lide, em clara demonstraÃ§Â¿o de desinteresse em impulsionar o feito.Â Â Â Â Â Â O que se reconhece, portanto, Ã© que, devendo a parte adotar providÃªncia necessÃ¡ria, esta deixou de fazÃª-lo dentro do prazo legal, ensejando a ocorrÃªncia da prescriÃ§Â¿o da pretensÂ¿o, uma vez que deixou transcorrer mais de trÃªs anos entre a inadimplÃªncia atÃ© a data em que finalmente viabilizou a citaÃ§Â¿o da parte rÃ©, impedindo, assim, a interrupÃ§Â¿o do prazo prescricional, conforme art. 219, Â§4Âº do CPC/73 (art. 240, Â§2Âº, CPC/15), POR CULPA ÃNICA E EXCLUSIVA DO AUTOR. Â Â Â Â Â Nesta linha de intelecÃ§Â¿o, pela norma inserta nos arts. 202 e 203 do CÃ³digo Civil Brasileiro, a ausÃªncia de citaÃ§Â¿o do executado no processo impÃµe a NÂ¿O INTERRUPÃÂ¿O DA PRESCRIÃÂ¿O. Â Â Â Â Â Dispunha o art. 219, caput c/c Â§1Âº do CPC/73 (art. 240 do CPC/15) que a citaÃ§Â¿o vÃ¡lida interrompe a prescriÃ§Â¿o, a qual retroage a data do ajuizamento da aÃ§Â¿o. Por sua vez, o Â§Â§2Âº e 4Âº do mesmo dispositivo impunha ao autor a obrigaÃ§Â¿o de viabilizar a citaÃ§Â¿o do rÃ©u no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de que nÂ¿o se interrompa o prazo prescricional, quando a demora decorrer de culpa do autor. Â Â Â Â Â No caso dos autos, embora a aÃ§Â¿o tenha sido proposta dentro do prazo prescricional, o autor INVIABILIZOU a realizaÃ§Â¿o da citaÃ§Â¿o do rÃ©u, uma vez que propÃ´s a aÃ§Ã£o, sem ter a cÃºria de adotar as providÃªncias imediatas para citaÃ§Ã£o, deixando decorrer tempo mais do que suficiente para adotar as diligÃªncias pertinentes ao escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Portanto, considerando-se como prazo prescricional aplicÃ¡vel ao caso aquele previsto no art. 206, Â§3Âº, I do CC/02, a saber de 03 (trÃªs) anos, conforme alhures pontuado, tem-se que incontestavelmente se operou a PRESCRIÃÂ¿O DA PRETENSÂ¿O EXORDIAL, pela nÃ£o interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional ANTE A AUSÃNCIA DE CITAÃÂ¿O POR CULPA EXCLUSIVA DO AUTOR QUE NÂ¿O A VIABILIZOU. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO A PRESCRIÃÂ¿O, e DECRETO EXTINTO O PROCESSO, com resoluÃ§Â¿o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, II do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resta revogada tutela ou liminar porventura anteriormente deferida por este juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CUSTAS NA FORMA DA LEI. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. Certificado o trÃ¢nsito em julgado, observadas as cautelas de praxe, ARQUIVEM-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE Â PÃ¡gina de 4Â FÃ³rum de: BELÃMÂ Â Email: 1upjcivelbelem@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: PraÃ§a Felipe Patroni, s/n - 1Âº andar -

FÃRUM CÃVEL DE BELÃMÂ CEP: 66.015-260Â Â Bairro: Cidade VelhaÂ Â Fone: (91)3205-2233 PROCESSO: 01793266420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 12501 - CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESPOLIO DE JOAO SOUTO BARREIROS EXECUTADO:MARLENE ALMEIDA BRITO EXECUTADO:DIONICE BARREIROS DA SILVA EXECUTADO:JOAO LUIZ BRITO BARREIROS EXECUTADO:DIOVANA BRITO BARREIROS EXECUTADO:JOAO CARLOS BRITO BARREIROS EXECUTADO:DIVONE BRITO BARREIROS. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 01882973820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 REQUERENTE:CAIXA DA PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI Representante(s): OAB 14371 - MIZZI GOMES GEDEON (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO NONATO MARIA MOTA. DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Considerando que DESNECESSÃRIA A CONCLUSÃO, cumpra-se a decisÃ£o jÃ¡ proferida por este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT.. DIL. E CUMPRA-SE. Em seguida, observadas as cautelas de praxe e estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o, ACASO SE FAÃA NECESSÃRIO.Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 02042409520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 2309 - ANA MARGARIDA SILVA LOUREIRO GODINHO (ADVOGADO) OAB 10396 - EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANCO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) EXECUTADO:J M DE OLIVEIRA ROUPAS E CALCADOS LTDA ME EXECUTADO:JAILTON PINHEIRO DE OLIVEIRA EXECUTADO:MARIA DIODEILA SERAFIN OLIVEIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo

certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 02452562920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:CARLOS ANTONIO FERNANDES FILHO Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS (ADVOGADO) OAB 90322 - SABRINA BORGES (ADVOGADO) REU:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE COBRANÃA na qual a parte pleiteia receber suposta diferenÃ§a devido a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o decorrente de acidente automobilÃ-stico, fruto do seguro DPVAT, ocasiÃ£o em que, houve o deferimento da prova pericial. Â Â Â Â Â No entanto, da leitura da inicial, sequer Ã© possÃ-vel identificar os danos que dariam direito ao pleito formulado e justificariam o pagamento de novos valores em favor da parte autora, uma vez que, da leitura da exordial e dos documentos coligidos aos autos, nÃ£o se pode, nem mesmo, identificar a extensÃ£o das lesÃµes sofridas pelo requerente.Â Â Â Â Â Â I\ltrchnobstante possa ser considerado que ao autor, nÃ£o cabe especificar o valor a ser percebido em razÃ£o das sequelas sofridas, CERTAMENTE, A ELE CABE DEMONSTRAR AS CONSEQUÃNCIAS DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO E O GRAU DE INVALIDEZ/SEQUELAS QUE LHE FORAM CAUSADAS, conforme Ã´nus processual previsto no art. 373, I do CPC. Â Â Â Â Â NÃ£o se estÃ¡ exigindo da parte autora o esgotamento dos elementos probatÃ³rios e tampouco pretende-se impedir eventual instruÃ§Ã£o do processo. No entanto, Ã© dever do Juiz zelar pelo escorreito prosseguimento do feito, de modo que, da leitura da inicial, a parte sequer narra qual seria a extensÃ£o das sequelas que deixou de ser considerada pela seguradora, da mesma forma, que tampouco classifica os danos sofridos, demonstrando que, por exemplo, ao invÃ©s de enquadrar-se no `parÃ¢metro a, como pretendido e pago pela seguradoraÂ¿ enquadrar-se-ia no `parÃ¢metro b, conforme pleiteado em sede de inicialÂ¿. Â Â Â Â Â Neste sentido, TORNO SEM EFEITO a perÃ-cia designada e em consequÃªncia, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO, nos termos do art. 355, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Desde logo, considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 27 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte para fins de recolhimento, sob pena de imediata extinÃ§Ã£o do processo, com fulcro no art. 485, IV do CPC, acaso se faÃ§a necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â INT. DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, decorrido o prazo e estando o feito devidamente certificado, RETORNEM conclusos para apreciaÃ§Ã£o. BelÃ©m/PA,Â 3 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 02492601220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:HERMESSOM MARIANO DE JESUS DOS REIS Representante(s): OAB 90.323 - SABRINA BORGES (ADVOGADO) REU:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 02522610520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021

REQUERENTE:MULTIMARCAS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Representante(s): OAB 142.918 - PAULO CESAR PARDI FACCIO (ADVOGADO) REQUERIDO:LOCAL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS E HONORARIOS ADVOCATICIOS, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de recurso de ApelaÃ§Ã£o, INTIME-SE a parte Apelada para apresentar contrarrazÃµes, caso queira, no prazo legal. ApÃ³s, estando o feito digitalizado, ao E. TJE/PA, com as homenagens de estilo. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. BelÃ©m-ParÃ¡, 9 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital P R O C E S S O : 0 2 6 2 2 5 6 4 2 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 21377 - CAMILA DE PAULA RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 128.341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:A I M FIRMIANO ME EXECUTADO:ANTONIO ILDO MOREIRA FIRMIANO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS

BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 02622607920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:AYMORE CREDITO FINANCEIRO E INV SA Representante(s): OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) OAB 20636-A - PATRICIA PONTAROLI JANSEN (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:VIVIANE DE OLIVEIRA MAGALHAES Representante(s): OAB 28562 - VICTORIA SANTOS DE MEDEIROS (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Considerando que nÃ£o houve requerimento de cumprimento de sentenÃ§a pela parte exequente apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, constata-se que nÃ£o hÃ¡ qualquer pronunciamento judicial pendente de ser proferido, ARQUIVE-SE O FEITO, atentando-se a parte interessada ao decurso do prazo prescricional, observadas as cautelas de praxe, de tudo certificado nos autos. Â Â Â Â Â Â Ressalto que o feito nÃ£o serÃ¡ desarquivado com pedidos sem fundamento e indicaÃ§Ã£o ESPECÃFICA de bens. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 09 de novembro de 2021. VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 02792833820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:DARILSON MORAES SOUZA Representante(s): OAB 17402 - YURI DE BORGONHA MONTEIRO RAIOL (ADVOGADO) OAB 96864 - FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 28083 - PAMELA ISADORA REIS FIGUEIREDO (ADVOGADO) REU:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) REU:BANCO BMG Representante(s): OAB 96864 - FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO) REU:BANCO BONSUCESSO Representante(s): OAB 96864 - FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â AtravÃ©s da petiÃ§Ã£o de fl. retro, as partes requerem a homologaÃ§Ã£o do acordo firmado, demonstrando a ausÃªncia de interesse no prosseguimento do feito, salvo eventual descumprimento por quaisquer das partes. Â Â Â Â Â O artigo 200, caput, CPC dispÃµe: Os atos das partes consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, modificaÃ§Ã£o ou extinÃ§Ã£o de direitos processuais. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fatos ao norte alinhavados, e por tudo mais que dos autos constas, HOMOLOGO POR SENTENÃA o acordo formulado entre as partes, para que produza seus efeitos jurÃ-dicos e legais, em tudo observadas as cautelas da lei e, consequentemente, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, inciso III, alÃ-nea b, do CPC. Â Â Â Â Â DEVERÃO SER OBSERVADAS AS CONDIÃÃES ESTIPULADAS NO ACORDO, NO TOCANTE AS CUSTAS E HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. Â Â Â Â Â Em contrapartida, havendo transaÃ§Ã£o e nada tendo as partes disposto quanto Ã s despesas, estas serÃ£o divididas igualmente (art. 90, Â§2Âº do CPC), salientando-se que, se a transaÃ§Ã£o ocorrer antes da sentenÃ§a, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver. (art. 90, Â§3Âº do CPC). Â Â Â Â Â Por fim, atente-se que sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Ademais, EXPEÃA-SE, imediatamente, eventuais ALVARÃS que se faÃ§am necessÃ¡rios, nos termos avenÃ§ado entre as partes, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, atentando-se que os valores deverÃ£o ser devidamente corrigidos e atualizados, acaso de faÃ§a necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â P.R.I.C. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA,Â 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 02833349220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:VIACAO GUAJARA LTDA Representante(s): OAB 10286-B - ALEXANDRE EMILIO MARTINS AMARAL (ADVOGADO) REQUERIDO:ANDRE LUIZ NAUA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias

do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 03322722120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:DEBORA DIAS CARDOSO Representante(s): OAB 19376 - ELIANA DO CARMO SILVA PINHO (ADVOGADO) OAB 21136 - ALBERTO MELO LIMA (ADVOGADO) OAB 18710 - PEDRO HENRIQUE GOMES DE FREITAS (ADVOGADO) OAB 29571 - JHONATA GONÇALVES MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:DESTAQUE COMERCIO E SERVICOS DE COMUNICACOES GRAFICAS LTDA ME Representante(s): OAB 25762 - SANDRA MARIA TAVARES BORGES (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0332272-21.2016.8.14.0301 DESPACHO VISTOS. 1. Diante da decisÃ£o prolatada Ã s fls. 34, do teor da petiÃ§Ã£o de fls. 35 e da frustraÃ§Ã£o da diligÃªncia de fls. 49/50, INTIME-SE a exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente novo endereÃ§o da parte executada, de modo a viabilizar sua intimaÃ§Ã£o, visto que Ã© Ã´nus que lhe incumbe, sob as penas legais. 2. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 3. Vencido o prazo encimado, certifique-se o ocorrido e retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Int. Dil. Cumpra-se. BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM PROCESSO: 03743347620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERIDO:MARIA RUTH CONDURU VIEIRA Representante(s): OAB 13974 - JOSE DE SOUZA PINTO FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:GUILHERME OTAVIO DE ARAUJO E SOUZA Representante(s): OAB 10604 - KELLY CRISTINA GARCIA SALGADO TEIXEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:ESPOLIO DE FERNANDO STELIO SALGADO DE ARAUJO E SOUZA Representante(s): OAB 12591 - REYNALDO JORGE CALICE AUAD (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº.0374334-76.2016.8.14.0301. DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. 1-Â Â Â Â Â Considerando que os presentes autos encontram-se em fase de cumprimento de sentenÃ§a e tendo em vista que as partes quedaram-se inertes quantos aos comandos impostos (certidÃ£o fl. 68), e nÃ£o tendo o exequente se dignado a indicar bens do executado passÃ-veis de penhora, com fulcro no art. 921, III c/c Â§1Âº do CPC, SUSPENDA-SE O FEITO, pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual restarÃ¡Â suspensaÂ a prescriÃ§Ã£o. 2-Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazoÂ susoÂ sem que seja localizado o devedor ou bens penhorÃ¡veis, certifique-se e ARQUIVEM-SE os autos, na forma do art. 921, Â§2Âº do CPC, com as cautelas legais e baixa no sistema processual pertinente, retomando-se a contagem do prazo de prescriÃ§Ã£o (Â§3Âº). Devem os autos permanecerem acautelados na UPJ, INDEPENDENTEMENTE de conclusÃ£o. 3-Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva;Â DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. BelÃ©m/PA., 09 de novembro de 2021. Â VALDEISE MARIA REIS BASTOSÂ JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 04066357620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:MARCIA SANTOS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 23724 - ERICK ALAN SANTOS DE CASTRO (ADVOGADO) INVENTARIADO:JOSE RODOLFO DE OLIVEIRA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INVENTÃRIO em que hÃ¡ interesse de menor(es) que, desde o ajuizamento da lide, encontra(m)-se representado(s) por sua genitora, nÃ£o existindo, portanto, orfandade na medida em que esta estÃ¡ adstrita ao falecimento de ambos os genitores, o que nÃ£o se verifica neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, esta demanda detÃ©m carÃ¡ter eminentemente patrimonial, atinente a direito individual e disponÃ-vel em que se pretende discutir acerca dos bens deixados pelo de cujus, o que atrai de forma absoluta a competÃªncia das Varas CÃ-veis Comuns responsÃ¡veis pela apreciaÃ§Ã£o de feitos de SUCESSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exalce-se que a menoridade de forma genÃ©rica nÃ£o Ã© condiÃ§Ã£o suficiente a atrair a competÃªncia deste JuÃ-zo, nos

termos do art. 105 da Lei 5.008/91 c/c a ResoluÃ§Ã£o nÂª 023/2007. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡ de se esclarecer que esta Vara tem competÃªncia para processar e julgar os inventÃ¡rios e arrolamentos em que foram interessados, por qualquer modo, ÃRFÃOS MENORES E INTERDITOS, nos termos do art. 105, inciso I, alÃ-nea Â¿aÂ¿ do CÃ³digo JudiciÃ¡rio Estadual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Saliente-se, no entanto, NÃO SER ESTE O CASO DOS AUTOS, tendo em vista que o(s) menor(es) impÃºbere(s) se encontra(m) devidamente representado(s) por seu(sua) genitor(a) supÃ©rstite, conforme alhures mencionado, nÃ£o se enquadrando, portanto, na condiÃ§Ã£o de Ã³rfÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A PRINCIPÃO, TRATANDO-SE DE AÃÃO DE NATUREZA SUCESSÃRIA, PRESSUPÃE-SE QUE A PARTE REQUERENTE SEMPRE SERÃ ÃRFÃ DE UM DE SEUS GENITORES, JUSTAMENTE EM RAZÃO DA PRÃPRIA NATUREZA JURÃDICA DA DEMANDA, de sorte que, para que seja atraÃ-da a competÃªncia deste JuÃ-zo, necessÃ¡rio se faz que ambos os genitores do menor envolvido jÃ¡ tenham falecido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RaciocÃ-nio diversa provocaria o TERATOLÃGICO esvaziamento da competÃªncia da vara de sucessÃµes. Isto porque os inventÃ¡rios e arrolamentos que nÃ£o envolvem menor e/ou interdito, em regra, resolvem-se de forma EXTRAJUDICIAL, enquanto aqueles que envolvem menor e interditos seriam indistintamente transferidos a vara especializada de Ã³rfÃ£os, mesmo que este menor esteja propriamente representado e protegido pelo genitor sobrevivente, culminando no total esvaziamento das varas de sucessÃµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste diapasÃ£o importante relembrar que o surgimento do Juiz de ÃrfÃ£os no ImpÃ©rio, nasceu da necessidade de amparar menores de idade civil que nÃ£o possuÃ-ssem ambos os pais, sem representante legal. Salutar o estudo da origem e aÂ mens legis: Â¿O Juizado de ÃrfÃ£os, como tambÃ©m era chamado, foi igualmente instalado na colÃ´nia portuguesa na AmÃ©rica e, atÃ© o sÃ©culo XVIII, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os era exercido pelo Juiz OrdinÃ¡rio6, indivÃ-duo que nÃ£o era, necessariamente, bacharel em Direito. PorÃ©m, com o aumento da populaÃ§Ã£o na colÃ´nia, foi regulamentado, em maio de 1731, o cargo de Juiz de ÃrfÃ£os no Brasil. Em Porto Alegre, esse cargo foi criado em 26 de janeiro de 1806, teve sua reorganizaÃ§Ã£o administrativa em 1927, com o CÃ³digo de Menores, e sua completa reformulaÃ§Ã£o das atividades em 1933, ano em que foi criado o Juizado de Menores pela intendÃªncia municipal. Pela forma da lei vigente essas pessoas, necessitavam de um adulto legalmente constituÃ-do por esse JuÃ-zo como seu representante e responsÃ¡vel (OrdenaÃ§Ãµes Portuguesas, Afonsinas, Manuelinas e Filipinas). A base do direito brasileiro, por muito tempo, teve como cerne as OrdenaÃ§Ãµes Filipinas, que entraram em vigÃªncia por meio da Lei de 19 de janeiro de 1603, em Portugal, e mantiveram-se, mesmo com a IndependÃªncia do Brasil, em 1822. Â¿porque os bens dos Ã³rfÃ£os andam em mÃ¡ arrecadaÃ§Ã£o, trabalhem-se os juÃ-zes, a que dele Ã© dado cargo especial, ou os ordinÃ¡rios, onde juÃ-zes especiais deste nÃ£o houver, de saberem logo todos os menores, e Ã³rfÃ£os que hÃ¡ na cidade, e termos;Â e aos que tutores nÃ£o sÃ£o dados, que lhes deem logo; e faÃ§am fazer partiÃ§Ãµes de seus bens, e os entregar aos tutores por conta, e recado, e inventÃ¡rio feito por escrivÃ£o de seu oficio; e para nÃ£o se poderem seus bens alhear, faÃ§am logo um livro, e ponham-se nos armÃ¡rios na arca da cidade, ou vila, em que escrevam o tutor que Ã© dado ao menor, e quando Ã© treledado [sic], o inventÃ¡rio de todos os bens, que o menor acontecem [sic] (Ord. Fil. liv. 1, tit. 26, Â§33).Â¿ (sublinhei) Em Porto Alegre, onze de janeiro de 1870, terÃ§a-feira. Nesse dia, foi dada a entrada ao processo de Tutela nÃºmero 922 no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os da 2Âª Vara de Porto Alegre. Nessa aÃ§Ã£o, Francisco Coelho Barreto informava que, em dezembro do ano anterior, havia falecido Margarida Candida da Silva Bueno, viÃºva, mÃ£e de quatro filhos legÃ-timos: Eduardo, Pedro, Ermelinda e Saturnina1, os quais estavam desamparados, sem nenhum outro familiar que pudesse cuidar deles, pois os demais nem mesmo teriam podido dar Ã falecida uma Â¿sepulturaÂ¿. No JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os, havia dois tipos de curadores: O Curador Geral de ÃrfÃ£os e o Curador de ÃrfÃ£os. O primeiro, que jÃ¡ apresentamos, era aquele que deveria desempenhar a funÃ§Ã£o de Promotor PÃºblico no JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os e recebia o nome composto de Curador Geral de ÃrfÃ£os (SOARES, 1906, p. XX); o segundo era um encargo atribuÃ-do pelo Juiz de ÃrfÃ£os a uma pessoa para cuidar de um incapaz (independente da idade), no que dizia respeito Ã administraÃ§Ã£o de seus bens e/ou recursos. Geralmente, a responsabilidade atribuÃ-da ao curador envolvia pessoas maiores de idade que nÃ£o tinham condiÃ§Ãµes legais ou de saÃºde, ou eram avaliadas assim, como os indÃ-genas que eram definidos como incapazes pela legislaÃ§Ã£o e deveriam receber curador. O Curador Geral de ÃrfÃ£os Ã©, segundo a definiÃ§Ã£o de Oscar de Macedo Soares, ex-Promotor PÃºblico, o funcionÃ¡rio do MinistÃ©rio PÃºblico legalmente nomeado para defender todos aqueles que sÃ£o inÃ¡beis para estar em JuÃ-zo e em nome deles falar e requerer, promovendo os seus direitos e evitando assim os danos que resultar-lhes-iam em caso de abandono (SOARES, 1906, cap. II, p. 4). Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os trechos acima transcritos foram extraÃ-dos do artigo: Â JustiÃ§a OrfanolÃ³gica no final do sÃ©culo XIX: Â o JuÃ-zo dos ÃrfÃ£os de Porto Alegre - Â Revista Brasileira de HistÃ³ria " CiÃªncias Sociais - RBHCSÂ Vol. 9 NÂº 18, julho - dezembro de 2017 acessado no link https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10754, estando o PDF Ã-nsito e fazendo parte desta decisÃ£o.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, essa enriquecedora histÃ³ria do JuÃ-zo de Ã³rfÃ£os pode ser encontrada no Arquivo nacional e a histÃ³ria Luso-Brasileira, no link http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5201&Itemid=344. Â (acessado nesta data) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como observado em todo o estudo sobre surgimento do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, os menores de idade, que jÃ¡ haviam perdido pai e mÃ£e, necessitavam de uma pessoa legalmente constituÃ-da que os representasse, tanto que, havia Curadores oficiais nos referidos JuÃ-zos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mesmo sentido, O E. TJPA VEM DECIDINDO REITERADAMENTE que a competÃªncia do JuÃ-zo de ÃrfÃ£os, Interditos e Ausentes estÃ¡ vinculado Ã s aÃ§Ãµes em que o menor seja Ã³rfÃ£o BILATERAL, visto que, nos casos em que se encontra representado por uma dos genitores, NÃO HÃ SITUAÃÃO DE RISCO a ensejar a competÃªncia da vara especializada, tratando-se, na verdade, de aÃ§Ã£o meramente patrimonial, como neste caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, em recente decisÃ£o MonocrÃ¡tica da Des. MARIA DO CÃO MACIEL COUTINHO, Relatora no CONFLITO DE COMPETÃNCIA nº 0800448-41.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo no processo de inventÃ¡rio nº 0832493-39.2019.8.14.0301, restou estabelecida a competÃªncia do JuÃ-zo primevo (11ª VCE da Capital) que declinou a competÃªncia em aÃ§Ã£o de natureza cÃ-vel, CUJA INTEGRA DO ACÃRDÃO FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA DECISÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo, por fim, que o mesmo entendimento foi esposado pelo E. TJPA nos Conflitos de CompetÃªncia de nº 0804922-55.2021.8.14.0000, 0804984-95.2021.8.14.0000 e 0802435-15.2021.8.14.0000, suscitado por este JuÃ-zo, em cujo bojo os Des. Relatores entenderam que a competÃªncia Ã© do juÃ-zo sucessÃ³rio quando o menor estiver representado por um de seus genitores, como no caso presente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal raciocÃ-nio, portanto, deverÃ¡ ser aplicado tambÃ©m Ã presente lide, sendo salutar ressaltar, ainda, que a criaÃ§Ã£o de varas de competÃªncia privativa visa garantir o bem-estar do interessado que, devido a orfandade, a interdiÃ§Ã£o ou a ausÃªncia, encontra-se em situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade, o que nÃ£o se verifica no caso em apreÃ§o, uma vez que os menores estÃ£o devidamente assegurados atravÃ©s da representaÃ§Ã£o legal do(a) genitor(a), tornando despicienda, portanto, a manutenÃ§Ã£o do feito junto a este JuÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e pelos precedentes RECENTES (2021) do E. TJPA, DECLARO A INCOMPETÃNCIA deste JuÃ-zo para processar e julgar o feito e determino que os autos sejam redistribuÃ-dos a uma das VARAS CÃVES COM COMPETÃNCIA PARA APRECIAR E JULGAR OS FEITOS DE SUCESSÃO, tudo com fundamento no art. 64,Â§3Âº do CPC, dando-se a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int., dil. e cumpra-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular da 3ª VCE da Capital Â Â Â Â Â Â Â Â HM PROCESSO: 04226875020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:TAMANCO DO PARA INDUSTRIA E COMERCIO DE BIOMASSA LTDA REQUERIDO:GEERTJAN CARL ALFREDO PASCAL BORG REQUERIDO:BENEDITA PANTOJA FERREIRA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3ª VCE da Capital PROCESSO: 04366364420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:LUIZ CARLOS COSTA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 22695 - DIORGENES MENEZES SERRAO (ADVOGADO) REU:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â ApÃ³s o

ajuizamento da lide, considerando que os autos se encontravam paralisados, este JuÃ-zo determinou a intimaÃ§Ã£o pessoal para a parte autora manifestar-se quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo. Entretanto, o(a) requerente nÃ£o foi localizado(a) no endereÃ§o da inicial, em virtude de mudanÃ§a de endereÃ§o, conforme certificado nos autos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. PASSO A DECIDIR. Â Â Â Â Â DispÃµe o art. 485, inciso III do CÃ³digo de Processo Civil, que o juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando a parte autora nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe competir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â No caso vertente, constata-se que a parte interessada deixou de diligenciar no feito, quedando-se inerte em seu dever processual, demonstrando assim a falta de interesse no andamento do feito, caracterizando abandono do processo. Â Â Â Â Â Saliente-se que o art. 77, V do CPC prevÃª que Ã© DEVER das partes ` declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereÃ§o residencial ou profissional onde receberÃ£o intimaÃ§Ãµes, atualizando essa informaÃ§Ã£o sempre que ocorrer qualquer modificaÃ§Ã£o temporÃ¡ria ou definitiva Â¿. Â Â Â Â Â CabÃ-vel pontuar que, de acordo com parÃ¡grafo Ãºnico, do art. 274 do CPC, sÃ£o presumidas vÃ¡lidas as intimaÃ§Ãµes dirigidas ao endereÃ§o constante nos autos, ainda que nÃ£o recebida pessoalmente pelo interessado, se a modificaÃ§Ã£o de endereÃ§o nÃ£o for informada ao juÃ-zo. Â Â Â Â Â Assim, conclui-se que parte nÃ£o teve mais qualquer interesse no andamento do feito, considerando que deixou de cumprir diligÃªncia que lhe incumbia, ao nÃ£o indicar o endereÃ§o atualizado, inviabilizando a realizaÃ§Ã£o de sua intimaÃ§Ã£o e o escorreito prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â InadmissÃ-vel a intenÃ§Ã£o de atribuir ao JudiciÃ¡rio mais atividades do que jÃ¡ possui, causando assim, acÃºmulo de trabalho, mais processos se arrastando por longo decurso tempo em razÃ£o de feitos abandonados, sendo certo que, nÃ£o se justifica que pretenda transferir INTEGRALMENTE ao JudiciÃ¡rio o Ã´nus pela sua paralisaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, pelos fundamentos ao norte alinhavados e por tudo mais que dos autos constam, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â DEIXO DE CONDENAR A PARTE AUTORA ao pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, tendo em vista que sequer efetuada a triangulaÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â CONDENO A PARTE AUTORA AO PAGAMENTO DE CUSTAS, com fulcro no art. 90 do CPC/2015, salientando que, sendo a parte beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita, as obrigaÃ§Ãµes decorrentes de sua sucumbÃªncia ficarÃ£o sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Atente-se a UPJ, quanto a atualizaÃ§Ã£o das procuraÃ§Ãµes e substabelecimentos de modo que as publicaÃ§Ãµes e intimaÃ§Ãµes recaiam em nome dos advogados com poderes legÃ-timos de representaÃ§Ã£o das partes. Â Â Â Â Â Havendo interposiÃ§Ã£o de RECURSO DE APELAÃÃO, considerando o 485, Â§ 7Âº1do CPC, retornem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. ApÃ³s, transitado em julgado, estando o feito devidamente certificado e observadas as cautelas de praxe, ARQUIVE-SE, dando-se a respectiva baixa no sistema LIBRA. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-ParÃ¡, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEISE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital 1 Interposta a apelaÃ§Ã£o em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terÃ¡ 5 (cinco) dias para retratar-se PROCESSO: 05066955720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXECUTADO:A F ROCHA TURISMO LTDA-ME EXECUTADO:CARLOS ALEXANDRE JORGE DA ROCHA EXEQUENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 05156394820168140301 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Monitória em: 09/11/2021 REQUERENTE:ALESSANDRA MARIA SILVA Representante(s): OAB 10958 - ALINE DA COSTA AMANAJAS (ADVOGADO) OAB 21263 - ISABELA DANGLARS DE ALMEIDA LIMA (ADVOGADO) OAB 23207 - JOLBE ANDRES PIRES MENDES (ADVOGADO) REQUERIDO:DEISE CRISTINA PANTOJA DOS SANTOS. Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Constata-se que inobstante devidamente intimado, a parte interessada nÃ£o indicou bens passÃ-veis de penhora e sequer se manifestou acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, ocupando-se em requerer a adoÃ§Ã£o de diligÃªncias pelo Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Note-se que, Ã© Ã´nus da parte autora adotar as diligÃªncias cabÃ-veis, bem como, postular a adoÃ§Ã£o daquelas medidas que julgar necessÃ¡rias Ã satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito perseguido, quedando-se inerte, portanto, o exequente, em cumprir com seu dever processual. Â Â Â Â Â Desta forma, tendo em vista a inexistÃªncia de bens em nome do executado, determino a SUSPENSÃO DO PROCESSO por 01 (um ano), nos termos do art. 921, III, Â§ 1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo e nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o, com fulcro no art. 921, Â§ 2Âº do CPC, ARQUIVEM-SE OS AUTOS, observadas as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 05416700820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:FERNANDA SHEYZE SANTOS DAVILA GOULART Representante(s): OAB 18459-B - LUIZ CARLOS DAMOUS DA CUNHA (ADVOGADO) REQUERENTE:ROBERTO LEITE D AVILA GOULART Representante(s): OAB 18459-B - LUIZ CARLOS DAMOUS DA CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS SA REQUERIDO:SARRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Considerando que a parte autora indicou novo endereÃ§o, RENOVEM-SE AS DILIGÃNCIAS, devendo a citaÃ§Ã£o da requerida CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S.A ocorrer por meio de oficial de justiÃ§a nos endereÃ§os indicados na petiÃ§Ã£o de fl. 235 dos autos. 2.Â Â Â Â Â INTIMEM-SE as partes autoras para que no prazo de 05 (cinco) dias manifestem interesse no prosseguimento do feito com relaÃ§Ã£o Ã requerida SARRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÃRIOS LTDA e indiquem endereÃ§o atualizado para fins de citaÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva;Â DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias determinadas, certifique-se e voltem-me conclusos os autos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. . BelÃ©m, 09 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito da 3Âª VCE da Capital SS PROCESSO: 05876662920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA DE FATIMA SOUZA VILLACORTA Representante(s): OAB 28259 - VERENA SALVIANO TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 13284 - PATRICIA LIMA BAHIA FARIAS FERNANDES (ADVOGADO) REU:LEAL MOREIRA IMOBILIARIA LTDA Representante(s): OAB 24335 - RAISSA VIEIRA LIZE (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REU:IMPERIAL INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 24335 - RAISSA VIEIRA LIZE (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar

devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 06156351920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ROBINSON CESAR BAHIA MERCES AUTOR:ROSE MARY DA SILVA PINHEIRO AUTOR:EDNA MARLENE MIRANDA TOURAO AUTOR:ELIZABETH CRISTINA GIL NASCIMENTO AUTOR:NILSON SANTOS AUTOR:CRISTIAN FRAGA DA SILVA AUTOR:EVALDA POMPEU PINTO AUTOR:ALESSANDRA MARIA MENDONÇA DE OLIVEIRA AUTOR:NELSON GUILHERME VIANA DIAS AUTOR:FABRICIO CELSO SAMPAIO DE ANDRADE Representante(s): OAB 20797 - ITALO BENEDITO DA CRUZ MAGALHAES (ADVOGADO) REU:ASPGE ASSOCIACAO DOS SERVIDORES DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ASSOCIACAO DE PROCURADORES DO ESTADO PARA APEPA Representante(s): OAB 13339 - SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 06636589320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ANA MARIA ALMEIDA DA SILVA Representante(s): OAB 14742 - GIOVANY HENRIQUE SALES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 23431 - FABRICIO FERREIRA RIBEIRO (ADVOGADO) AUTOR:CINTHYA DA SILVA BELEZA Representante(s): OAB 14742 - GIOVANY HENRIQUE SALES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20558 - ROGERIO MATOS MARTINS (ADVOGADO) OAB 23431 - FABRICIO FERREIRA RIBEIRO (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 21483 - JESSICA PINHEIRO ALVES (ADVOGADO) OAB 16637-A - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 3 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 06646375520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:MONTECARLO VEICULOS LTDA Representante(s): OAB 16286 - ELIELTON JOSE ROCHA SOUSA (ADVOGADO) OAB 22892 - DIOGO CAMPOS LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:GERSON CONCECAO MARTINS DA SILVA REQUERIDO:ROSEMERY TILLMANN DA SILVA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE

PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 07067208620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) EXECUTADO:M DE M PIO COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS EXECUTADO:MARCIA DE MELLO PIO. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital PROCESSO: 07167291020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Arrolamento Comum em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:WALDETE PINTO FARIA Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) INVENTARIADO:LAIRES AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:LUIS AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:MARLENE PINTO RIBEIRO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:RAIMUNDO AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:RAIMUNDO CRISTOVAO AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:ROBERTO AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:SELMA AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:SUELY AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:WALDELIZA PINTO SOUTO MAIOR Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:WALDIVIA AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:WALDIZA AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:WALTER AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:WANDA AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) REQUERENTE:WILLIAM FERNANDO AMORAS PINTO Representante(s): OAB 17828 - CARMELITA PINTO FARIA (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0716729-10.2016.8.14.0301 Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE INVENTÃRIO distribuÃ-do a este JuÃ-zo especializado em razÃ£o da existÃªncia de herdeiro incapaz/interditado, Sr. William Fernando Amoras Pinto, neto, que se encontra representado por sua genitora Marlene Pinto Ribeiro, filha/herdeira da

Inventariada. Â Â Â Â Â Decerto, inexistindo testamento, guarda/tutela ou adoÃ§Ã£o, resta evidente que o incapaz NÃO Ã herdeiro da inventariada, que sequer era sua curadora, conforme parecer do parquet acostado Ã s fls. 100/102, que corretamente consignou que ` dentre os descendentes, os em grau mais prÃ³ximo excluem os mais remotos `. Â Â Â Â Â Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial acostado Ã s fls. 100/102 para reconhecer a ILEGITIMIDADE do Sr. WILLIAM FERNANDO AMORAS PINTO, neto da de cujus, uma vez que NÃO Ã herdeiro da inventariada posto que viva sua genitora, esta, sim, herdeira. Â Â Â Â Â Desta forma, hÃ¡ de se reconhecer que, desde o princÃ-pio, nÃ£o hÃ¡ nos autos interesse de menor Ã³rfÃ£o, de interdito ou de ausente a justificar a atraÃ§Ã£o a este JuÃ-zo, tratando-se, na verdade, de matÃ©ria afeta ao DIREITO DAS SUCESSÃES. Â Â Â Â Â Pelo exposto, DECLARO A INCOMPETÃNCIA deste JuÃ-zo para processar e julgar o presente feito e determino sua REDISTRIBUIÃÃO a uma das Varas de SucessÃµes da comarca da Capital, tudo com fundamento no art. 64, Â§3Â°, do CPC/2015. Â Â Â Â Â Int. Cumpra-se, dando-se a respectiva baixa no sistema. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS JuÃ-za Titular da 3Âª VCE da Capital HM PROCESSO: 07216276620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:AGENCIA BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:LOS BRANDÃO - LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA Representante(s): OAB 11960 - ANDRE LUIZ SERRAO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:AFONSO LORENCO LAVAREDA AMARO Representante(s): OAB 11960 - ANDRE LUIZ SERRAO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 18608 - EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR (ADVOGADO) . DESPACHO VISTOS, ETC. 1. Com fulcro no art. 355, I do CPC, ANUNCIO O JULGAMENTO ANTECIPADO DO FEITO. 2. Considerando o disposto na Lei nÂº. 8.328/2015, especialmente o art. 271 que determina a necessidade de recolhimento prÃ©vio das custas, para fins de prolaÃ§Ã£o de sentenÃ§a de mÃ©rito, REMETAM-SE OS AUTOS Ã UNAJ, para cÃ¡lculo de custas finais, devendo, em seguida, ser intimada a parte autora para fins de recolhimento em 15 (quinze) dias, SOB PENA DE EXTINÃÃO DO FEITO. 3. ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. 4. NÃ£o havendo impugnaÃ§Ã£o e transcorridos os prazos, certifique-se o ocorrido e, DIGITALIZADOS OS AUTOS, retornem conclusos para SENTENÃA. Int. dil. e cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 5 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital 1 Art. 27. No momento da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a ou do acÃ³rdÃ£o as custas processuais devem estar devidamente quitadas, sob pena de responsabilidade do(s) magistrado(s), salvo os casos de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita ou isenÃ§Ãµes legais. PROCESSO: 07676792320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): VALDEISE MARIA REIS BASTOS A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:PRO-TEGER FOMENTO COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 18764 - DANIELY MOREIRA PIMENTEL (ADVOGADO) REQUERIDO:GPG FELICIO COMERCIO E REPRESENTACOES REQUERIDO:GIOVANNA GURGEL FELICIO DA FONSECA. Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â VISTOS. Â Â Â Â Â Â CHAMO A ORDEM: TRATANDO-SE DE PROCESSO CONVERTIDO EM EXECUÃÃO OU EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, ADOTE A UPJ AS PROVIDÃNCIAS NECESSÃRIAS NO TOCANTE A RETIFICAÃÃO DA CLASSE PROCESSUAL, OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE, CERTIFICANDO NOS AUTOS. Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para manifestar-se acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, especificamente quanto Ã ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, quer originÃ¡ria, quer intercorrente, devendo ainda, no mesmo prazo, adotar desde logo as diligÃªncias que lhe competirem ou sua impossibilidade de o fazÃª-lo, a fim de demonstrar seu interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, considerando a Portaria nÂº 1304/2021 - GP deste E. TJPA; considerando a necessidade de adequar-se Ã s exigÃªncias do CNJ, a fim de assegurar economia e celeridade processual; considerando o interesse deste JuÃ-zo em proporcionar aos jurisdicionados uma tramitaÃ§Ã£o processual mais efetiva; DETERMINO A DIGITALIZAÃÃO DOS PRESENTES AUTOS, observadas as cautelas de praxe e em tudo certificado nos autos, devendo a UPJ adotar as providÃªncias necessÃ¡rias para tanto. Â Â Â Â Â INT., DIL. E CUMPRA-SE. ApÃ³s, estando o feito devidamente certificado, retornem conclusos para apreciaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 9 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â VALDEÃSE MARIA REIS BASTOS Â Â Â Â Â JuÃ-za Titular 3Âª VCE da Capital

SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00013269420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910030424 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:LUIS EMIDIO MARTIN DE MELLO Representante(s): OAB 3194 - ANTONIO LUCIO MARTIN DE MELLO (ADVOGADO) AUTOR:OSSIAM CORREA DE ALMEIDA Representante(s): OAB 5865 - MARCAL MARCELLINO DA SILVA NETO (ADVOGADO) OAB 8250 - MARIA DE FATIMA RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 73904 - ISRAEL ROCKENBACH (ADVOGADO) AUTOR:CARLOS AUGUSTO FREDERICO MARTIN DE MELLO Representante(s): OAB 3194 - ANTONIO LUCIO MARTIN DE MELLO (ADVOGADO) AUTOR:LAERCIO PONTES FRANCES REU:BANCO BRADESCO S.A Representante(s): OAB 126504 - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO (ADVOGADO) OAB 257.220 - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) OAB 15674-A - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) GISELE CARVALHO DE ALMEIDA (ADVOGADO) AUTOR:ANTONIO LUCIO MARTIN DE MELLO Representante(s): OAB 3194 - ANTONIO LUCIO MARTIN DE MELLO (ADVOGADO) OAB 73904 - ISRAEL ROCKENBACH (ADVOGADO) AUTOR:MARISANTA COUTINHO DA SILVA AUTOR:RAIMUNDO VASCONCELOS DA PONTES AUTOR:MARIA SOUSA MARTIN DE MELLO Representante(s): OAB 3194 - ANTONIO LUCIO MARTIN DE MELLO (ADVOGADO) AUTOR:ESPOLIO DE RAYMUNDO CORREA DE ALMEIDA NETO Representante(s): OAB 5865 - MARCAL MARCELLINO DA SILVA NETO (ADVOGADO) OAB 8250 - MARIA DE FATIMA RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 12008 - MAURA POLIANA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0001326-94.2009.8.14.0301 Exequente: Â ESPÃLIO DE OSSIAM CORREA DE ALMEIDA e outros Executado:Â BANCO BRADESCO S.A Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Analisando-se os autos, verifica-se que a parte executada firmou acordo com os seguintes autores: MARISANTA COUTINHO DA SILVA (fls. 294/295); RAIMUNDO VASCONCELOS DA PONTES (fls. 296/297); LAERCIO PONTES FRANCES (fls. 302/303); e ESPÃLIO DE PEDRO JOSÃ MARTIN DE MELLO (fls. 332/333). Â Â Â Â Â Â Pois bem, sobre a transaÃ§Ã£o, esta consiste em um negÃ³cio jurÃ-dico pelo qual os sujeitos litigantes resolvem pÃ´r fim ao pleito mediante concessÃµes mÃºtuas (art.Â 840Â doÂ CÃ³digo Civil): Â¿Art. 840. Ã lÃ-cito aos interessados prevenirem ou terminarem o litÃ-gio mediante concessÃµes mÃºtuasÂ¿. Â Â Â Â Â Â Ademais, dispÃµe o art. 200 do CPC: Â¿Art. 200. Os atos das partes, consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, a modificaÃ§Ã£o ou a extinÃ§Ã£o de direitos processuaisÂ¿. Â Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que Ã© possÃ-vel a homologaÃ§Ã£o de acordo a qualquer tempo, inclusive apÃ³s sentenÃ§a de mÃ©rito, Ã luz do disposto no art. 3Âº, Â§Â§ 2Âº e 3Âº, e no art. 139, inciso V, ambos do CPC: Â¿Art. 3Âº NÃ£o se excluirÃ¡ da apreciaÃ§Ã£o jurisdicional ameaÃ§a ou lesÃ£o a direito. (...) Â§ 2Âº O Estado promoverÃ¡, sempre que possÃ-vel, a soluÃ§Ã£o consensual dos conflitos. Â§ 3Âº A conciliaÃ§Ã£o, a mediaÃ§Ã£o e outros mÃ©todos de soluÃ§Ã£o consensual de conflitos deverÃ£o ser estimulados por juÃ-zes, advogados, defensores pÃºblicos e membros do MinistÃ©rio PÃºblico, inclusive no curso do processo judicialÂ¿. Â¿Art. 139. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Ãµes deste CÃ³digo, incumbindo-lhe: (...) V - promover, a qualquer tempo, a autocomposiÃ§Ã£o, preferencialmente com auxÃ-lio de conciliadores e mediadores judiciaisÂ¿; Â Â Â Â Â Â Conforme relatado, os autores MARISANTA COUTINHO DA SILVA (fls. 294/295); RAIMUNDO VASCONCELOS DA PONTES (fls. 296/297); LAERCIO PONTES FRANCES (fls. 302/303); e ESPÃLIO DE PEDRO JOSÃ MARTIN DE MELLO (Fls. 332/333) e o Banco rÃ©u requerem a homologaÃ§Ã£o do acordo firmado, de modo que o presente feito deve o processo ser extinto com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, apenas com relaÃ§Ã£o aos referidos autores, nos termos do art.487,Â III,Â bÂ doÂ CPC. Vejamos: Â¿Art. 487. HaverÃ¡ resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito quando o juiz: (...) III - homologar: b) a transaÃ§Ã£oÂ¿; Â Â Â Â Â Â Diante disso, homologo o acordo firmado entre os autores MARISANTA COUTINHO DA SILVA (fls. 294/295); RAIMUNDO VASCONCELOS DA PONTES (fls. 296/297); LAERCIO PONTES FRANCES (fls. 302/303); e ESPÃLIO DE PEDRO JOSÃ MARTIN DE MELLO (Fls. 332/333) e o Banco rÃ©u, e por consequÃªncia, julgo extinto o cumprimento de sentenÃ§a, sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito com fundamento no art. 487, inciso III, Â¿bÂ¿, do CÃ³digo de Processo Civil, apenas com relaÃ§Ã£o aos referidos autores, devendo prosseguir o feito apenas quanto ao espÃ³lio de OSSIAM CORRÃA DE ALMEIDA. Â Â Â Â Â Quanto ao autor espÃ³lio de OSSIAM CORRÃA DE ALMEIDA, verifica-se que o acordo celebrado no NÃºcleo de MediaÃ§Ã£o, apenas estava presente o EspÃ³lio de OSSIAN CORRÃA DE ALMEIDA, sem que tenha havido qualquer referÃªncia aos demais autores, o que gerou dÃºvida se os valores acordados estÃ£o corretos. Â Â Â Â Â

Diante disso, intime-se o Banco rÃ©u, por seu advogado habilitado dos autos, a fim de que informe se realmente o acordo firmado no NÃºcleo de MediaÃ§Ã£o (fls. 242/243) Ã© referente apenas ao EspÃ³lio de OSSIAN CORRÃA DE ALMEIDA e se concorda com a liberaÃ§Ã£o dos valores depositados em juÃ-zo (extrato da subconta em anexo) em favor do referido espÃ³lio, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Saliente-se que o silÃªncio da parte rÃ© implicarÃ¡ em anuÃªncia ao acordo. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 06 de outubro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00016266720178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 20399 - MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22654-A - WILLIAM CARMONA MAYA (ADVOGADO) REQUERIDO:DELAZERI E AURELIANO LTDA ME REQUERIDO:OSMAR DELAZERI REQUERIDO:MARYZELLIA AURELIANO DE MOTA. Compulsando os autos, verifico que a secretaria nÃ£o cumpriu o determinado Ã s fls. 93. Â Â Â Â Â Â Desta forma, devolvam-se os autos a Secretaria para que providencie a citaÃ§Ã£o dos executados nos endereÃ§os informados na petiÃ§Ã£o de fls. 86/87, porÃ©m, a citaÃ§Ã£o deve ser efetivada nos moldes do que fora determinado na decisÃ£o de fls. 46. Â Â Â Â Â Â Passo a analisar os pedidos formulados pelo exequente Ã s fls. 106/107. Â Â Â Â Â Â O exequente requer o bloqueio de valores oriundos de planos de previdÃªncia privada. Â Â Â Â Â Â Ã plenamente possÃ-vel a penhora dos planos de previdÃªncia privada, pois nÃ£o estÃ£o arrolados nos incisos do artigo 833 do CPC que trata das verbas impenhorÃ¡veis, cabendo ao devedor comprovar que utiliza tais valores para subsistÃªncia familiar. Â Â Â Â Â Â Este Ã© o entendimento do STJ. Â¿O saldo de depÃ³sito em PGBL -Plano Gerador de BenefÃ-cio Livre nÃ£o ostenta nÃ-tido carÃ¡terÂ alimentar,Â constituindoÂ aplicaÃ§Ã£oÂ financeiraÂ deÂ longoÂ prazo,Â deÂ relevanteÂ naturezaÂ de poupanÃ§aÂ previdenciÃ¡ria,Â porÃ©mÂ susceptÃ-velÂ deÂ penhora.Â OÂ mesmoÂ sucedeÂ comÂ valoresÂ em cadernetaÂ deÂ poupanÃ§aÂ eÂ outrosÂ tiposÂ deÂ aplicaÃ§Ãµes eÂ investimentos,Â que,Â emboraÂ possamÂ ter originalmenteÂ naturezaÂ alimentar,Â provindoÂ deÂ remuneraÃ§Ã£oÂ mensalÂ percebidaÂ peloÂ titular, perdem essa caracterÃ-stica no decorrer do tempo, justamente porque nÃ£o foram utilizados para manutenÃ§Ã£o do empregado e de sua famÃ-lia noperÃ-odo em que auferidos, passando a se constituir em investimento ou poupanÃ§aÂ¿ (REsp 1121719/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÃJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 27/04/2011) Â¿a impenhorabilidadeÂ dosÂ valores depositados em fundo de previdÃªncia privada complementar deve ser aferida pelo Juiz casuisticamente, de modo que, se as provas dos autos revelarem a necessidade de utilizaÃ§Ã£o do saldo para a subsistÃªncia do participante e de sua famÃ-lia, caracterizada estarÃ¡ a sua natureza alimentar, na forma do art. 649, IV, do CPCÂ¿ (REsp 1121426/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 20/03/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da ordem de preferÃªncia da penhora estabelecida no artigo 835 do CPC, deixo para analisar o pedido de penhora dos valores imobiliÃ¡rios listados os incisos I ao X do art. 2Âº da Lei nÂº 6.385/76, apÃ³s resposta acerca de possÃ-veis valores a tÃ-tulo de previdÃªncia privada. Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, determino: Â Â Â Â Â Â 1 - CitaÃ§Ã£o dos executados nos endereÃ§os informados na petiÃ§Ã£o de fls. 86/87, porÃ©m, a citaÃ§Ã£o deve ser efetivada nos moldes do que fora determinado na decisÃ£o de fls. 46. Â Â Â Â Â Â 2 - ExpediÃ§Ã£o de ofÃ-cios para CONFEDERAÃÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGUROS GERAIS, PREVIDÃNCIA PRIVADA E VIDA, SAÃDE SUPLEMENTAR E CAPITALIZAÃÃO (CNseg) - localizada na Rua Senador Dantas, nÂº 74, 13Âº andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-205 e para SUPERINTENDÃNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP) - localizada na Avenida Presidente Vargas, nÂº 730, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-900 e para SUPERINTENDÃNCIA NACIONAL DE PREVIDÃNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC) - localizada no Setor BancÃ¡rio Norte, Quadra 2, Bloco N, 08Âª andar, BrasÃ-lia/DF, CEP 70040-020, para que estas instituiÃ§Ãµes bloqueiem e informem a este juÃ-zo os valores oriundos de Planos de PrevidÃªncia Privada eventualmente existentes em nome dos executados OSMAR DELAZERI - CPF: 621.013.159-04 e MARYZELLIA AURELIANO DE MOTA - CPF: 870.967.652-04. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, titular da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00019615720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610065523 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 09/11/2021 AUTOR:WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S.A Representante(s): OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) OAB 17761 - ARIAM TORRES FEREIRA (ADVOGADO) OAB 20164 - ALVARO AUGUSTO RODRIGUES NETO (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) LEONIDAS BABROSA BARROS (ADVOGADO) WILSON JOSE DE SOUZA (ADVOGADO)

REU:DUARTE & FONSECA CIA LTDA ADVOGADO:PATYELLE FERREIRA FARIAS. Considerando que as tentativas de localizaÃ§Ã£o de bens da executada foram infrutÃferas, cumpra-se a parte final da decisÃ£o de fls. 203/204, suspendendo a execuÃ§Ã£o pelo prazo de 1(um) ano para que o exequente indique bens do executado Ã penhora, sob pena de arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, titular da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00035797320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410122416 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Petição Cível em: 09/11/2021 INVENTARIADO:VERA LUCIA LIMA DOS SANTOS INVENTARIADO:ORLANDO MARTINS DOS SANTOS INVENTARIANTE:MARCELO LIMA DOS SANTOS Representante(s): ANA KARINA TUMA MELO (ADVOGADO) . Processo nÂº 0003579-73.2004.8.14.0301 ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Tendo em vista o pedido de fls. 145-146, ficam intimadas as partes para se manifestar acerca do desarquivamento dos autos. BelÃ©m-PA, 09 de novembro de 2021. Â ______________________________ DIRETOR DE SECRETARIA PROCESSO: 00036949220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 09/11/2021 AUTOR:ALVARO VEIGA Representante(s): OAB 14669 - ZILLANDA KATARINNA LEITE PEREIRA (ADVOGADO) REU:MARIA DE NAZARE FERNANDES BARRA Representante(s): OAB 1983 - RUBENS NASCIMENTO MOTA (ADVOGADO) . 0003694-92.2014.814.0301 ATO ORDINATÃRIO Â AtravÃ©s do ato ordinatÃ³rio disciplinado no Provimento 006/2006 - CRMB, Â§2, inciso XXIV, que delega poderes a este Diretor de Secretaria, para praticar atos de administraÃ§Ã£o e expediente, sem carÃ¡ter decisÃ³rio: Fica intimado o(a) advogado(a): Zillanda Katarinna Leite Pereira, OAB-PA 14669, para restituir em 03 (trÃªs) dias (CPC 234 Â§ 2Âº), os autos do processo acima mencionado, retirado em: 12/02/2019, sob pena de em caso de descumprimento, o fato ser comunicado ao JuÃzo do feito para aplicaÃ§Ã£o das medidas previstas no artigo 234 Â§ 3Âº, 4Âº ou Â§ 5Âº do CPC/2015. BelÃ©m,Â 09.11.2021. Â Edmilton Pinto Sampaio Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diretor de Secretaria. PROCESSO: 00061061119938140301 PROCESSO ANTIGO: 198610000818 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: EXECUÇÃO em: 09/11/2021 AUTOR:HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO Representante(s): OAB 21296 - DANIEL ANTONIO SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) OAB 22738 - HAMILTON GABRIEL SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) OAB 23478 - TRICIA FONSECA CARDOSO RODRIGUES E SOUZA (ADVOGADO) OAB 3560 - NELSON RIBEIRO DE MAGALHAES E SOUZA (ADVOGADO) ADRIANA GUALBERTO BERNARDES (ADVOGADO) ANTONIO CRISTINO MENDES (ADVOGADO) JOSE ALFREDO DA SILVA SANTANA (ADVOGADO) REU:BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S A BANERJ Representante(s): PAULO DE TARSO RAMOS RIBEIRO (ADVOGADO) SANNY CASTELO BRANCO DE SOUZA (ADVOGADO) NELSON DE FIGUEIREIDO RIBEIRO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 182.107 - ALFREDO D B MIGLIORE (ADVOGADO) OAB 286.495 - CLAUDIA REGINA FIGUEIRA (ADVOGADO) OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) . AUTOS DE AÃÃO CÃVEL Processo nÂº. 0006106-11.1993.8.14.0301 (Libra) DESPACHO - DEFIRO o pedido de prazo de 5 dias para a juntada de instrumentos de mandado dos advogados do executado BANCO BRADESCO BERJ S/A, cujos patronos devem receber intimaÃ§Ã£o nos endereÃ§os jÃ¡ declinados Ã fl.826 - final, dos autos, e em nome dos dois primeiros subscritores da petiÃ§Ã£o conforme informado. - Posteriormente, diga o exequente, tambÃ©m em 5 dias, quanto Ã alegaÃ§Ã£o prejudicial incidental de PRESCRIÃÃO INTERCORRENTE. - Conclusos, apÃ³s, para os demais ulteriores. - Intimem-se. - Cumpra-se. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Juiz AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Titular da 6Âª Vara CÃvel Empresarial e Registros PÃºblicos de BelÃ©m PROCESSO: 00082976220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910184411 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REU:ALEX JOAO ANUNCIACAO BARBOSA Representante(s): EMANUEL DO NASCIMENTO BATALHA (ADVOGADO) AUTOR:BANCO SAFRA S/A Representante(s): JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA (ADVOGADO) . R. H. Analisando os presentes autos, verifica-se que, em decisÃ£o de fls. 238/239, o STJ determinou a nulidade dos atos processuais desde a constituiÃ§Ã£o do advogado Victor S. Dias, OAB/PA nÂ° 8.045. Mencionada constituiÃ§Ã£o ocorreu Ã s fls. 115/116, estando o feito em fase recursal. Por conseguinte, encaminhem-se os presentes autos ao TJPA, para o Gabinete do Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, a fim de que seja procedida a anÃ¡lise do recurso de fls. 112. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃvel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00084460520178140301

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:PRIMAFER INDUSTRIAL Representante(s): OAB 22819 - ANDRE ARAUJO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 6977 - RITA PERONDI (ADVOGADO) REQUERIDO:E J COELHO DA SILVA. ExpeÃ§a-se mandado de citaÃ§Ã£o para o segundo endereÃ§o constante da petiÃ§Ã£o de fls. 31, na Rod. BR-316. Recolha o Requerente as custas do ato, em 15 dias, sob pena de extinÃ§Ã£o. ApÃ³s, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00086708620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 09/11/2021 REQUERENTE:JOSE BALBINO VIEIRA LOPES Representante(s): OAB 5154 - EVANDRO DE OLIVEIRA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANCORA CONSTRUCOES E INCORPORADORA LTDA. Deve o Requerente apresentar o pedido de cumprimento de sentenÃ§a, nos moldes do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento dos presentes autos. Apresentado o requerimento, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. NÃ£o apresentado, arquivem-se, independentemente de nova conclusÃ£o. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00103605020108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010157720 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:TIAGO PEREIRA PIMENTEL Representante(s): LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) REU:CONEXAO VIAGENS E TURISMO LTDA - ME Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) . DECISÃO 1. Assim dispÃµe o art. 21, da Lei estadual nÂ° 8.328/2015: ``Art. 21. Antes da distribuiÃ§Ã£o da petiÃ§Ã£o inicial, no primeiro e no segundo grau cÃ-vel, Ã© necessÃ¡rio o pagamento das custas processuais iniciais, que compreendem os seguintes atos obrigatÃ³rios: I - taxa judiciÃ¡ria; II - atos do distribuidor; III- atos do contador; IV - atos da secretaria judiciÃ¡ria; V - expediÃ§Ã£o de mandados; VI - publicaÃ§Ãµes no DJE; VII - despesa com serviÃ§o de postagem. Â§ 1Âº. A taxa judiciÃ¡ria Ã© calculada no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor da causa nas aÃ§Ãµes de 1Âº e 2Âº grau, tendo como piso e teto os valores fixados na Tabela anexa; Â§ 2Âº. Os mandados sÃ£o considerados atos obrigatÃ³rios nas aÃ§Ãµes em que a citaÃ§Ã£o inicial for necessÃ¡ria e, quando realizada por correio, inclui a despesa com serviÃ§o de postagem. Â§ 3Âº. Nas aÃ§Ãµes em que a legislaÃ§Ã£o exigir o cumprimento da citaÃ§Ã£o inicial por meio de oficial de justiÃ§a, a parte deve recolher o valor previsto no art. 4Âº, inciso VI desta Lei. Â§ 4Âº. Nos feitos em que figurar mais de um requerido, a expediÃ§Ã£o dos mandados deve ser cobrada em quantitativo correspondente ao nÃºmero de requeridos, independentemente dos respectivos endereÃ§os. Â§ 5Âº. Nas aÃ§Ãµes de mandado de seguranÃ§a, para a expediÃ§Ã£o das notificaÃ§Ãµes Ã autoridade coatora e ao Ã³rgÃ£o de representaÃ§Ã£o judicial da pessoa jurÃ-dica demandada, deve ser recolhido individualmente o valor equivalente Ã s custas do mandado, expedindo-se tantos mandados quantos forem o nÃºmero de autoridades coatoras e respectivos Ã³rgÃ£os de representaÃ§Ã£o judicial. Â§ 6Âº. A conversÃ£o das aÃ§Ãµes de Busca e ApreensÃ£o e das aÃ§Ãµes MonitÃ³rias em executivas, nÃ£o enseja a cobranÃ§a de custas processuais iniciais, mas apenas as demais custas que se fizerem necessÃ¡rias no andamento do processo. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017) Â§ 7Âº. Nas fases de cumprimento de sentenÃ§a e de liquidaÃ§Ã£o da sentenÃ§a incidem apenas custas processuais intermediÃ¡rias necessÃ¡rias a satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito. Â§ 8Âº. Na reconvenÃ§Ã£o, nas execuÃ§Ãµes de sentenÃ§a contra a Fazenda PÃºblica e nas impugnaÃ§Ãµes, exceto as previstas no art. 41, inciso X, sÃ£o devidas as custas processuais previstas no caput, com exceÃ§Ã£o do inciso IIÂ¿ (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017) Â§ 9Âº. O procedimento de alvarÃ¡ de autorizaÃ§Ã£o para pesquisa mineral deve ser distribuÃ-do, submetendo-se ao recolhimento das custas processuais iniciais. Â§10. Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos casos de execuÃ§Ã£o/cumprimento provisÃ³rio de sentenÃ§aÂ¿Â¿ (grifou-se). O art. 41, X, da lei de custas, referido pelo Â§8Âº, do art. 21, dispÃµe: ``Art. 41. NÃ£o hÃ¡ incidÃªncia de custas processuais: (...) X - na contestaÃ§Ã£o, na arguiÃ§Ã£o de incompetÃªncia, nas impugnaÃ§Ãµes ao valor da causa e Ã assistÃªncia judiciÃ¡ria; (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂ°. 8.583/2017) (...)Â¿Â¿ Assim, com fundamento no art. 21, Â§8Âº, da lei acima transcrita, verifica-se que sÃ£o devidas as custas processuais para a apreciaÃ§Ã£o do incidente de impugnaÃ§Ã£o do cumprimento de sentenÃ§a. Recolha o impugnante as custas da impugnaÃ§Ã£o, em 15 dias, sob pena de nÃ£o conhecimento do incidente. 2. Recolhidas as custas, deve a Secretaria exarar ato ordinatÃ³rio para que, em 15 dias, as Requerentes se manifestem do incidente. 3. ApÃ³s, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021.

AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00110423020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:EVANILDE GOMES FRANCO Representante(s): OAB 8755 - HUMBERTO LUIZ DE CARVALHO COSTA (ADVOGADO) REU:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA REU:MADRI INCORPORADORA LTDA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â EVANILDE GOMES FRANCO ingressou com AÃÃO ORDINÃRIA em face de CONSTRUTORA LEAL MOREIRA e MADRI INCORPORADORA LTDA, pelos motivos indicados na inicial. Â Â Â Â Â Foi pleiteada a desistÃªncia da aÃ§Ã£o (fls. 88). Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO: Â Â Â Â Â Sobre a desistÃªncia, cabe dizer que esta se dÃ¡ quando o autor abre mÃ£o do processo, sendo certo que, diante disso, o processo deva ser extinto sem apreciaÃ§Ã£o do mÃ©rito, consoante art. 485, VIII do CÃ³digo de Processo Civil: Art. 485 - O juiz nÃ£o resolverÃ¡ o mÃ©rito quando: VIII - Homologar a desistÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Segue ainda o teor do art. 200 do mesmo diploma legal: Art. 200 - Os atos das partes, consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, a modificaÃ§Ã£o ou a extinÃ§Ã£o de direitos processuais. ParÃ¡grafo Ãºnico - A desistÃªncia da aÃ§Ã£o sÃ³ produzirÃ¡ efeito apÃ³s homologaÃ§Ã£o judicial. Â Â Â Â Â No que diz respeito Ã s custas processuais, o CPC enfatiza: Art. 90. Proferida sentenÃ§a com fundamento em desistÃªncia, em renÃºncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorÃ¡rios serÃ£o pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu. Â Â Â Â Â Ademais, impÃµe-se o cancelamento da distribuiÃ§Ã£o, o que acarreta a aplicaÃ§Ã£o do art. 22 da Lei Estadual 8328/2015 ao caso concreto: Art. 22. O cancelamento da distribuiÃ§Ã£o nÃ£o isenta o autor do recolhimento das custas processuais, salvo o caso de indeferimento do pedido prÃ©vio de assistÃªncia judiciÃ¡ria gratuita. (grifos nossos) Â Â Â Â Â Dessa forma, resta acolhido o pedido da parte requerente, com a consequente extinÃ§Ã£o do feito em decorrÃªncia da desistÃªncia. Â Â Â Â Â Isto posto, homologo a desistÃªncia da aÃ§Ã£o, conforme o solicitado pela Requerente, para os fins do art. 200 e parÃ¡grafo Ãºnico do cÃ³digo de processo civil. Consequentemente, extingo o feito sem julgamento no art. 485, VIII do CPC. Â Â Â Â Â Custas, se houver, a cargo da Requerente, nos termos do art. 90 do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â NÃ£o havendo o pagamento das custas processuais no prazo de 15 (quinze) dias da publicaÃ§Ã£o desta, intime-se a parte autora pessoalmente para o adimplemento no prazo de 10 (dez) dias. Persistindo a inÃ©rcia, extraia-se, a Secretaria Judicial, independentemente de nova conclusÃ£o, a respectiva certidÃ£o para inscriÃ§Ã£o do dÃ©bito na DÃ-vida Ativa do Estado. Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de trÃ¢nsito em julgado e cumpridas as diligÃªncias referentes Ã s custas processuais, certifique-se, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00119369520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410401753 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Petição Cível em: 09/11/2021 AUTOR:OLIVAR RODRIGUES SARAIVA Representante(s): MICHELLE NUNES PEREIRA (ADVOGADO) MANUELA OLIVEIRA DOS ANJOS (ADVOGADO) REU:JOSE LOBATO MAIA AUTOR:MARIA SUELY MAIA SARAIVA Representante(s): MICHELLE NUNES PEREIRA (ADVOGADO) ADVOGADO:MICHELLE NUNES PEREIRA. R. H. Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado. ApÃ³s, arquivem-se os autos. Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00166442119998140301 PROCESSO ANTIGO: 19991024544 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REU:BANCO BRADESCO SA ADVOGADO:MARCIO MARQUES GUILHON ADVOGADO:LILIA RENATA CARVALHO AUTOR:FREITAS & LEMOS LTDA Representante(s): MARCIO MARQUES GUILHON (ADVOGADO) AUTOR:ANA MARIA FREITAS DE LEMOS. R. H. Certifique-se o trÃ¢nsito ApÃ³s, arquivem-se os autos. Custas pagas, conforme fls. 164/165. Â BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00176472620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Apelação Cível em: 09/11/2021 REQUERIDO:THIAGO DA SILVA MARTINS AUTOR:ITAPEVA XII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITORIO NAO PADRONIZADO Representante(s): OAB 20107-A - GIULIO ALVARENGA REALE (ADVOGADO) . Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada por ITAPEVA VII em face de THIAGO DA SILVA MARTINS. O Autor requereu a desistÃªncia do feito, tudo nos moldes do petitÃ³rio de fls. 169. Relatados. Decido. Respaldado no que preceitua o art. 485, VIII do CPC, homologo por sentenÃ§a, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos o pedido de desistÃªncia formulado pelo

Autor. DÃª-se a devida baixa junto Ã Distribuidora do JuÃ-zo. Nesta oportunidade, este juÃ-zo procede a retirada da restriÃ§Ã£o inserida perante o RENAJUD Custas jÃ¡ pagas, conforme fls. 174. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00197001420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 10153 - ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CASTRO (ADVOGADO) OAB 15504 - JULIANA FRANCO MARQUES (ADVOGADO) OAB 21593 - MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (ADVOGADO) OAB 24647-A - STENIA RAQUEL ALVES DE MELO (ADVOGADO) OAB 24872-A - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:OSIEL LEONARDO DOS SANTOS Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . Atento aos presentes autos, verifica-se que as partes entabularam acordo as fls. 162/165, que nÃ£o foi homologado e, Ã s fls. 180, o banco requereu a apreensÃ£o do bem. Assim, intime-se a parte Requerente, por diÃ¡rio de justiÃ§a, para esclarecer o ocorrido e se manifestar sobre a subsistÃªncia do mencionado acordo, bem como da petiÃ§Ã£o de fls. 181/186, tudo no prazo de 10 dias. ApÃ³s, escoado o prazo, voltem os autos conclusos para apreciaÃ§Ã£o com urgÃªncia. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00219768120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:REGINALDO FERREIRA PANTOJA Representante(s): OAB 12123 - CLAUDIO DE SOUZA MIRALHA PINGARILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:SÍNTESE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 11003 - SAVIO BARRETO LACERDA LIMA (ADVOGADO) OAB 13152 - LEONARDO NASCIMENTO RODRIGUES (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 17/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00238021120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 09/11/2021 REQUERENTE:JOSE CARLOS DE SA Representante(s): OAB 1888 - MARIOLITO COSTA DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 14813 - BRUNA DE GUAPINDAIA BRAGA (ADVOGADO) OAB 17450 - ERICK BRAGA BRITO (ADVOGADO) OAB 20060 - IZABELA DA COSTA LINHARES VIDEIRA SAUMA (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO DE BORJA DOS SANTOS PINHEIRO REQUERIDO:ALLAN CAMILO DOS SANTOS PINHEIRO Representante(s): OAB 5727 - MARCIA DO SOCORRO RODRIGUES MIRANDA (ADVOGADO) . 1. Atento aos presentes autos, chamo o feito Ã ordem para dar a parte Requerida ciente da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a de fls. 60/61 por meio da Defensoria PÃºblica Ã s fls. 66, uma vez que inaplicÃ¡vel o art. 186, Â§2Â°, do CPC, dado que a ciÃªncia do ato nÃ£o depende de providÃªncia ou informaÃ§Ã£o que somente possa ser realizada ou prestada pela parte. 2. Atento ao petitÃ³rio de fls. 80/81, verifica-se que nÃ£o constou da publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a de fls. 60/61 nome da patrona de ALLAN CAMILO DOS SANTOS PINHEIRO, assim deve a referida sentenÃ§a ser republicada: ``Processo de nÂº 0023802-11.2015.814.0301 Autor: JOSÃ CARLOS DE SÃ Requeridos: FRANCISCO DE BORJA DOS SANTOS PINHEIRO e ALLAN CAMILO DOS SANTOS PINHEIRO SENTENÃA JOSÃ CARLOS DE SÃ, devidamente qualificado nos autos de nÂº 0023802-11.2015.814.0301, ajuizou AÃÂ¿O DE RESCISÂ¿O CONTRATUAL C/C DESPEJO C/C COBRANÃA contra FRANCISCO DE BORJA DOS SANTOS PINHEIRO e ALLAN CAMILO DOS SANTOS PINHEIRO, tambÃ©m devidamente qualificados nos autos (fls. 2/10). Narra, em sÃ-ntese, que celebrou, em Agosto/2011, Contrato de LocaÃ§Â¿o Residencial com FRANCISCO DE BORJA DOS SANTOS PINHEIRO, tendo como avalista ALLAN CAMILO DOS SANTOS PINHEIRO. Ocorre que a partir do ano de 2014 o locatÃ¡rio deixou de pagar os alugueis, alÃ©m de se recusar a desocupar o imÃ³vel objeto do contrato. Considerando o exposto, requer a) a rescisÂ¿o do contrato celebrado entre as partes; b) a imediata entrega do imÃ³vel, com a expediÃ§Â¿o de ordem de despejo; c) o pagamento do valor de R$16.144,00 (dezesseis mil, cento e quarenta e quatro reais), referente aos alugueis inadimplidos, bem como os que vencerem apÃ³s o

ajuizamento do feito. Juntou documentos em fls. 11/18. FRANCISCO DE BORJA DOS SANTOS PINHEIRO apresentou ContestaÃ§Â¿o (fls. 22/27) em que assume a dÃ-vida em questÂ¿o, justificando-a sob o argumento de que passa por grave situaÃ§Â¿o financeira, que o impossibilitou de adimplir com suas obrigaÃ§Â¿es. Requer, tambÃ©m, a concessÂ¿o do benefÃ-cio da gratuidade judiciÃ¡ria. JOSÃ CARLOS DE SÃ informou que houve a desocupaÃ§Â¿o do imÃ³vel objeto da lide em 10/11/2016, momento em que pleiteou o prosseguimento do feito, em fl. 43. ALLAN CAMILO DOS SANTOS PINHEIRO apresentou ContestaÃ§Â¿o (fl. 58) informando sua condiÃ§Â¿o de avalista e irmÂ¿o do locatÃ¡rio, alÃ©m de pleitear a designaÃ§Â¿o de audiÃªncia de conciliaÃ§Â¿o. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Da anÃ¡lise dos autos, verifica-se que diante da litigiosidade entre as partes e, notadamente, informaÃ§Â¿es prestadas em fl. 43, eventual audiÃªncia de conciliaÃ§Â¿o restaria infrutÃ-fera, motivo pelo qual indefiro o pedido. Na mesma lÃ³gica, tratando-se de matÃ©ria de direito e documental, nÂ¿o se verifica a necessidade produÃ§Â¿o de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CÃ³digo de Processo Civil. A hipÃ³tese Ã© de procedÃªncia dos pedidos contidos na exordial. Compulsando os autos, verifica-se que ao autor requer maneja a pretensÂ¿o de rescisÂ¿o contratual e despejo por falta de pagamento. A inadimplÃªncia mostra-se incontroversa, dada a confissÂ¿o do prÃ³prio requerida em sede de ContestaÃ§Â¿o. O pedido do autor - despejo por nÂ¿o pagamento de alugueis atrasados - encontra seu fundamento no art. 9Âº, III, da Lei nÂº 8.245/91, que preleciona: Art. 9Âº A locaÃ§Â¿o tambÃ©m poderÃ¡ ser desfeita: [...] III - em decorrÃªncia da falta de pagamento do aluguel e demais encargos; Confessada a inadimplÃªncia da parte requerida, verifica-se a procedÃªncia do pedido de rescisÂ¿o do contrato de locaÃ§Â¿o e consequente desocupaÃ§Â¿o do imÃ³vel. No que concerne ao dÃ©bito, caso as partes queiram transacionar quanto ao seu valor, poderÂ¿o fazÃª-lo a qualquer tempo. Isso posto, JULGO PROCEDENTES os pedidos contidos na exordial para a) rescindir o contrato celebrado entre as partes; b) decretar o despejo do requerido FRANCISCO DE BORJA DOS SANTOS PINHEIRO; c) condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento dos alugueis no valor de R$16.144,00 (dezesseis mil, cento e quarenta e quatro reais), devido a quando do ajuizamento da demanda, bem como os valores vencidos a tÃ-tulo de aluguel e encargos atÃ© a data de efetiva desocupaÃ§Â¿o (10/11/2016), os quais devem ser atualizados pelo IGP-M e mais juros moratÃ³rios simples de 0,5% (meio por cento) ao mÃªs a contar de cada um dos vencimentos, , na forma dos artigos 9Âº, III, e 62, I, da Lei nÂº 8245/96 e art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorÃ¡rios advocatÃ-cios sucumbenciais que fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Â¿o. Defiro, incidentalmente, o pedido de concessÂ¿o do benefÃ-cio da gratuidade judiciÃ¡ria a FRANCISCO DE BORJA DOS SANTOS PINHEIRO, conforme requerido em sede de contestaÃ§Â¿o. Havendo apelaÃ§Â¿o, intime-se o apelado para apresentar contrarrazÂ¿es, caso queira. Decorrido o prazo legal, independentemente de manifestaÃ§Â¿o ou nova conclusÂ¿o, certifique-se e encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, para os devidos fins. Na hipÃ³tese de trÂ¢nsito em julgado, certifique-se, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Â¿o e arquivem-se os autos. P. R. I. C. BelÃ©m-PA, 19 de marÃ§o de 2020. ALESSANDRO OZANAN Juiz de DireitoÂ¿Â¿ Deve constar na publicaÃ§Ã£o a patrona constante das fls. 58/59. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00242419720108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010367171 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:BANCO SAFRA S/A Representante(s): OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12785 - MARIA DAS GRACAS MAUES DA GAMA (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) AUTOR:JOSE MARCOS RODRIGUES GARCIA Representante(s): SAMIR ABFADILL TOUTENGE JUNIOR (ADVOGADO) LARA CASTANHEIRA IGLEZIAS DIAS (ADVOGADO) . Processo nÂº: Â 0024241-97.2010.8.14.0301 Requerente: Â JOSE MARCOS RODRIGUES GARCIA Requerido: Â BANCO SAFRA S/A SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de cumprimento de sentenÃ§a referente aos honorÃ¡rios sucumbenciais (fl. 478). Â Â Â Â Â Â Foi acolhida em parte a impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a, para o fim de reconhecer o excesso na execuÃ§Ã£o (fls. 490/492). Â Â Â Â Â Â A parte exequente apresentou nova planilha, requerendo o pagamento do valor de R$ 21.728,21 (vinte e um mil, setecentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos) (fls. 494/497). Â Â Â Â Â Â A parte executada efetuou o depÃ³sito do valor de R$ 31.089,13 (trinta e um mil, oitenta e nove reais e treze centavos) (fls. 505/507). Â Â Â Â Â Â Posteriormente, a parte executada peticionou requerendo o chamamento do feito Ã ordem, haja vista que houve um equÃ-voco ao depositar o valor de R$ 31.089,13 (trinta e um mil, oitenta e nove reais e treze centavos), devendo ser restituÃ-da do valor de R$ 9.360,92 (nove mil, trezentos e sessenta reais e noventa e dois centavos) (fls. 513/515). Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Verifica-se que houve um equÃ-voco do advogado da parte executada, haja vista que realizou o depÃ³sito

do valor de R$ 31.089,13 (trinta e um mil, oitenta e nove reais e treze centavos) (fls. 505/507), sendo que o valor do cumprimento de sentenÃ§a Ã© de R$ 21.728,21 (vinte e um mil, setecentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos) (fls. 494/497). Â Â Â Â Â Diante disso, a fim de evitar maiores celeumas e entraves processuais, bem como para garantir o devido processo legal e a boa-fÃ© processual, o valor depositado erroneamente deve ser devolvido Ã parte executada. Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que a parte executada efetuou o depÃ³sito voluntÃ¡rio do valor objeto do cumprimento de sentenÃ§a, deve ser expedido o respectivo alvarÃ¡, com a consequente extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Isso posto, com fulcro no art. 526, Â§ 3Âº, do CPC, declaro satisfeita a obrigaÃ§Ã£o referente aos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia devidos pelo executado BANCO SAFRA S/A Ã parte exequente, e, via de consequÃªncia, extingo o processo. Â Â Â Â Â Â Assim, expeÃ§a-se alvarÃ¡ judicial em benefÃ-cio: Â Â Â Â Â Â a) de JOSE MARCOS RODRIGUES GARCIA no valor de R$ 2.472,83 (dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e trÃªs centavos) referente ao ressarcimento das custas judiciais, a ser acrescido de eventuais rendimentos, ou seja, 7,97%. Â Â Â Â Â Â b) da patrona da parte autora, LARA CASTANHEIRA IGLEZIAS DIAS, OAB/PA 12.721 (procuraÃ§Ã£o de fl. 19), no valor de R$ 19.255,38 (dezenove mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e trinta e oito centavos), referente aos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia, acrescido de eventuais rendimentos, ou seja, 61,93%. Â Â Â Â Â Â c) da parte executada, BANCO SAFRA S/A, no valor de R$ 9.360,92 (nove mil, trezentos e sessenta reais e noventa e dois centavos), referente ao valor depositado em excesso, acrescido de eventuais rendimentos, ou seja, 30,1%. Â Â Â Â Â Â Autorizo, desde jÃ¡, a transferÃªncia dos referidos montantes para conta bancÃ¡ria de titularidade do beneficiÃ¡rio do alvarÃ¡, desde que assim o requeira por meio de petiÃ§Ã£o nos autos onde informem os dados bancÃ¡rios para transferÃªncia. Â Â Â Â Â Instrua-se o alvarÃ¡ com o extrato atualizado da subconta judicial. Â Â Â Â Â Â Cumpridas todas as determinaÃ§Ãµes aqui postas e nada mais havendo, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m-PA, 05 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m P R O C E S S O : 0 0 2 7 0 0 2 6 0 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ANTONIO BARBOSA DE LIMA Representante(s): OAB 11462 - JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO (DEFENSOR) REU:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 19832-A - CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (ADVOGADO) OAB 20364 - ELOISA QUEIROZ ARAUJO (ADVOGADO) OAB 6171 - MARCO ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) OAB 62192 - JOAO THOMAZ P GONDIM (ADVOGADO) . Intime-se o Banco Santander S/A para que se manifeste sobre a certidÃ£o de fls. 92, esclarecendo em qual banco, agÃªncia e conta foi transferido o valor de R$ 10.358,87 (dez mil, trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e sete centavos). Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, titular da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00310255420118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 09/11/2021 AUTOR:FARIAS & GONCALVES LTDA ME (LUMEPLACAS) Representante(s): OAB 2995 - PAULO SERGIO HAGE HERMES (ADVOGADO) OAB 5703 - JOSE FREITAS NAVEGANTES NETO (ADVOGADO) OAB 31660 - MARCELA RIBEIRO PADINHA (ADVOGADO) REU:PMDB- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO Representante(s): OAB 1469 - ROBERTO ZAHLUTH DE CARVALHO (ADVOGADO) . Processo nÂº Â 0031025-54.2011.8.14.0301 Autor: Â FARIAS " GONCALVES LTDA ME (LUMEPLACAS) RÃ©u: Â Â PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Foi acolhida a apelaÃ§Ã£o e julgado improcedentes os pedidos formulados na petiÃ§Ã£o inicial (fls. 302/304), tendo transitado em julgado (fl. 427). Â Â Â Â Â Â A parte exequente/rÃ© requereu o cumprimento de sentenÃ§a dos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia (fls. 434/439). Â Â Â Â Â Â Assim, tendo em vista que o pedido de cumprimento de sentenÃ§a atendeu aos requisitos previstos no art. 524 do CPC, intime-se o executado/autor, pelo DiÃ¡rio da JustiÃ§a, na pessoa de seu advogado constituÃ-do nos autos, nos termos do art. 513, Â§ 2Âº, inciso I, do CPC, para o pagamento do dÃ©bito no valor de R$ 97.867,01 (noventa e sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e um centavo), referente aos honorÃ¡rios de sucumbÃªncia arbitrados na sentenÃ§a, no prazo de 15 (quinze) dias Ãºteis, sob pena de multa de 10% e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios advocatÃ-cios de 10% sobre o valor do dÃ©bito, na forma do Â§ 1Âº do artigo 523 do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Advirta-se, ainda, que o pagamento no prazo assinalado a isenta da multa e dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios da fase de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Caso ocorra pagamento, intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se dÃ¡ quitaÃ§Ã£o do dÃ©bito, possibilitando a resoluÃ§Ã£o da fase de cumprimento de sentenÃ§a. Ressalto de que seu silÃªncio importarÃ¡ em anuÃªncia em relaÃ§Ã£o Ã satisfaÃ§Ã£o integral do dÃ©bito.

Â Â Â Â Â Â Caso a quantia nÃ£o seja suficiente para a quitaÃ§Ã£o, caberÃ¡ ao credor trazer, no mesmo prazo, planilha discriminada e atualizada do dÃ©bito, jÃ¡ abatido o valor depositado, acrescida da multa e dos honorÃ¡rios sobre o remanescente, na forma do artigo 523, Â§ 2Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, ratificando o pedido de penhora jÃ¡ apresentado, para decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Cientifico o executado de que, transcorrido o prazo sem o pagamento voluntÃ¡rio, iniciam-se os 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimaÃ§Ã£o, apresente, nos prÃ³prios autos, sua impugnaÃ§Ã£o, na forma do artigo 525 do CÃ³digo de Processo Civil, que somente poderÃ¡ versar sobre as hipÃ³teses elencadas em seu parÃ¡grafo primeiro, observando-se em relaÃ§Ã£o aos cÃ¡lculos os parÃ¡grafos 4Âº e 5Âº. Â Â Â Â Â Â Recolha, o exequente, custas intermediÃ¡rias para a prÃ¡tica das diligÃªncias determinadas bem como as que eventualmente encontrarem-se pendentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00312124420098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091067526 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REP LEGAL:MARIA JOSE PINHEIRO PAULO EXECUTADO:M J P PAULO CIA LTDA - ME REP LEGAL:MANOEL ALCINDO BARROS EXEQUENTE:TRIBANCO - MARTINS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS Representante(s): JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JR (ADVOGADO) EXEQUENTE:MARTINS COMERCIO E SERVICO DE DISTRIBUICAO S/A Representante(s): OAB 6557 - JOSE AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 9432 - LUCYANA PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 25707 - SABRINA SOUZA DO NASCIMENTO MAIA (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 24/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00314568320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:LINDALVA DE ALMEIDA ANTUNES Representante(s): OAB 11503 - LUCIANA SANTOS FILIZZOLA BRINGEL (DEFENSOR) REU:ROBERTO DE TAL E OUTROS Representante(s): OAB 21509 - DAYANA RAQUEL DINIZ MANARI (ADVOGADO) REU:TSUGIO TESHIMA Representante(s): OAB 21509 - DAYANA RAQUEL DINIZ MANARI (ADVOGADO) . R. H. 1. Analisando os presentes autos, verifica-se que a pedido da Defensoria PÃºblica, este juÃ-zo intimou a parte Requerente pessoalmente para que especificasse as provas que pretendia produzir, tendo a intimaÃ§Ã£o restado infrutÃ-fera, sob o fundamento de que a Autora nÃ£o reside mais no endereÃ§o indicado na inicial. Encaminhem-se os autos para a Defensoria PÃºblica a fim de que requeira o que de direito, bem como se manifeste a respeito de eventual extinÃ§Ã£o do feito sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito por abandono. 2. Caso a Defensoria PÃºblica, pugne pelo prosseguimento do feito, digitalizem-se os presentes autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00316461720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Agravo de Instrumento em: 09/11/2021 EXEQUENTE:ADELMIRA CARNEIRO MAIA Representante(s): OAB 3085 - ADELMIRA CARNEIRO MAIA (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 7547 - MARLENE DE NAZARE AMARAL LOPES (ADVOGADO) OAB 7690 - DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 10210 - WALTER SILVEIRA FRANCO (ADVOGADO) . R. H. 1. Analisando os presentes autos, verifica-se que estes se encontram em condiÃ§Ãµes de difÃ-cil manuseio e ainda apensados aos recursos de agravo de instrumento jÃ¡ definitivamente julgados pelo TJPA, assim, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, deve a Secretaria proceder ao devido arquivamento dos mencionados recursos e o traslado da petiÃ§Ã£o destes, das decisÃµes proferidas, da certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado para os autos a que se referirem, com a devida certificaÃ§Ã£o do traslado. 2. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos

para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE, tudo apÃ³s o devido cumprimento do item 1 desta decisÃ£o. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 22/10/2021. 3. Deve a presente decisÃ£o ser cumprida com a maior prioridade possÃ-vel, dado que a Requerente Ã© idosa. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00318326920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA DE NAZARE LIMA DA CRUZ AUTOR:MAURILLO CRUZ DE ATHAYDE Representante(s): OAB 10882 - LECTICIA CRUZ MARCHETTO (ADVOGADO) REU:IMPERIAL INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . SENTENÃA I - RelatÃ³rio Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Maria de NazarÃ© Lima da Cruz e Maurillo Cruz de Athayde ajuizaram a presente demanda em face de Imperial Incorporadora LTDA igualmente qualificada, pelos motivos indicados na inicial. Â Â Â Â Â Â As partes envolvidas peticionaram requerendo homologaÃ§Ã£o de acordo, com a extinÃ§Ã£o do processo (fls. 152/154). Â Â Â Â Â Â Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. II - FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Sobre a transaÃ§Ã£o, esta consiste em um negÃ³cio jurÃ-dico pelo qual os sujeitos litigantes resolvem pÃ´r fim ao pleito mediante concessÃµes mÃºtuas (art.Â 840Â doÂ CÃ³digo Civil): Art. 840. Ã lÃ-cito aos interessados prevenirem ou terminarem o litÃ-gio mediante concessÃµes mÃºtuas. Â Â Â Â Â Â Ademais, dispÃµe o art. 200 do CPC: Art. 200. Os atos das partes, consistentes em declaraÃ§Ãµes unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituiÃ§Ã£o, a modificaÃ§Ã£o ou a extinÃ§Ã£o de direitos processuais. Â Â Â Â Â Â O presente feito deve o processo ser extinto com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, tendo em vista a transaÃ§Ã£o realizada pelas partes (fls.152/154), nos termos do art.487,Â III,Â bÂ doÂ CPC. Vejamos: Art. 487. HaverÃ¡ resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito quando o juiz: (...) III - homologar: b) a transaÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â Â Dessa forma, resta extinto o feito atravÃ©s da homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o. III - Dispositivo Â Â Â Â Â Isto posto, homologo a transaÃ§Ã£o celebrada pelos litigantes para que esta produza seus efeitos jurÃ-dicos e legais. Consequentemente, julgo extinto o processo, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, III, b do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Atentem-se as partes que a presente homologaÃ§Ã£o confere ao acordo firmado entre as partes, forÃ§a de tÃ-tulo executivo judicial, razÃ£o pela qual seu descumprimento enseja execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 515 do CPC. Â Â Â Â Â Cada parte arcarÃ¡ com as custas processuais atÃ© entÃ£o despendidas, arcando a parte rÃ© com eventuais custas ou despesas processuais remanescentes, nos termos do item 09 do acordo. Em nÃ£o havendo o recolhimento das custas, extrai-se a secretaria judicial certidÃ£o para fins de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa da Fazenda Estadual. Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, baixe-se o registro de distribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m P R O C E S S O : 0 0 3 2 3 3 4 0 8 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REU:BANCO FIBRA SA AUTOR:LEONARDO DE PAIVA CHAVES Representante(s): OAB 15903 - JULLY CLEIA FERREIRA OLIVEIRA (ADVOGADO) . R. H. Analisando os presentes autos, verifica-se a interposiÃ§Ã£o de embargos de declaraÃ§Ã£o Ã s fls. 81/86, interposto pela parte Requerente, questionando a decisÃ£o de fls. 77/80. Era o que se tinha a relatar. Passa-se a decidir. Nos termos do art. 1.022, do CPC/2015, cabem Embargos de DeclaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento e/ou corrigir erro material. O Embargante nÃ£o demonstrou as hipÃ³teses de cabimento dos Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, quais sejam a omissÃ£o, contradiÃ§Ã£o, obscuridade ou erro material que se mostra presente, rediscutindo, em essÃªncia, o mÃ©rito da decisÃ£o recorrida. Tal articulaÃ§Ã£o mostra incabÃ-vel, devendo a parte Embargante manejar o recurso cabÃ-vel para referida rediscussÃ£o do mÃ©rito. Ex positis, este juÃ-zo desacolhe os Embargos de DeclaraÃ§Ã£o opostos. 2. Considerando que a tutela de urgÃªncia pode ser revogada a qualquer tempo, este juÃ-zo verifica que a tutela de urgÃªncia foi indeferida, sob o argumento de nÃ£o caracterizaÃ§Ã£o a priori de qualquer abusividade contratual, logo, nÃ£o hÃ¡ qualquer utilidade em determinar a parte Requerente que deposite em juÃ-zo o valor das parcelas do contrato, assim, este juÃ-zo revoga a determinaÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o das parcelas constante da decisÃ£o de fls. 77/80. 3. Digitalize-se os presentes autos, migrando-os para o PJE. 4. Dada a ocorrÃªncia da pandemia da Covid-19 e com o objetivo de resguardar/preservar a vida e a saÃºde das partes, advogados, servidores e juÃ-zes, bem como todos os atores deste processo, fica dispensada a

realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o prevista no art. 334 do CPC, ressalvando-se que, se durante o trÃ¢mite processual ocorrer a vontade de ambas as partes, desde de que manifestado expressamente, este JuÃ-zo poderÃ¡ designar ato processual (art. 139, V, CPC) para fins de autocomposiÃ§Ã£o em momento oportuno. PoderÃ¡ a Requerida, no prazo da defesa, apresentar sua proposta conciliatÃ³ria, caso exista. 4. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o do feito, cite-se a parte Requerida para, no prazo de 15 dias, contestar a presente demanda, sob pena de revelia (CPC/2015, art. 344); 5. Inverte-se o Ã´nus da prova, uma vez que a matÃ©ria em apreciaÃ§Ã£o Ã© de Ã-ndole consumerista, sendo a parte Requerente hipossuficiente (CDC, art. 6Â°, VIII). 6. Serve a cÃ³pia da presente decisÃ£o de mandado ou carta de citaÃ§Ã£o e ofÃ-cio (Provimento nÂ° 003/2009-CJRMB). BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00328786120008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010127619 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA BANPARA Representante(s): OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) OAB 7226 - ORLANDO WALLACE DA SILVA E MOTA (ADVOGADO) ADVOGADO:ORLANDO WALLACE DA SILVA E MOTA REU:ELIZONETE SOARES QUEIROZ. DECISÃO 1. Considerando a inexistÃªncia de medidas urgentes, aguardem-se os autos em Secretaria atÃ© o julgamento do conflito de competÃªncia. 2. ApÃ³s, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00345273020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 09/11/2021 REQUERENTE:MAURO SEBASTIÃO BORBA LIMA Representante(s): OAB 14871 - LEONARDO MAIA NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 8430-E - ANA CATARINE SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ARTHUR POMPILIO RAMOS MACIEL Representante(s): OAB 18364 - PAMELLA REJANE KEMPER CAMPANHARO (ADVOGADO) REQUERIDO:LEDA DIAMANTINA FERNANDES DE OLIVEIRA. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 24/09/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00347788220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Monitória em: 09/11/2021 AUTOR:FERNANDO AMERICO MEDEIROS BRASIL Representante(s): OAB 5567 - JOAQUIM NEVES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:GEORGE FERREIRA DE CASTRO Representante(s): OAB 4577 - FRANCIMAR BENTES GOMES (ADVOGADO) OAB 3985 - CARLOS ANTONIO DA SILVA FIGUEIREDO (ADVOGADO) . R. H. Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a parte Requerente, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, recolher as custas da prÃ¡tica do ato determinado Ã s fls. 490. Â Â Â Â Â Â Â Faculta-se a parte Requerida o pagamento das custas do ato, uma vez que a penhora recaiu sobre bem de sua propriedade. Â Â Â Â Â Â Â Cumprida decisÃ£o de fls. 490, arquivem-se os autos. BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00364190520098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910805661 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 AUTOR:SAFRA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 206339 - FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (ADVOGADO) OAB 22978 - ALLAN FERNANDO LIMA PASTOR (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) BRENO CEZAR CASSEB PRADO (ADVOGADO) REU:MARIA DA CONCEICAO FARIAS. Processo nÂº: Â 0036419-05.2009.8.14.0301 Requerente: Â SAFRA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL Requerido: Â MARIA DA CONCEICAO FARIAS DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc.Â Â Â Â Â Â Â Foi indeferida a conversÃ£o em aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o (fls. 121/122). Â Â Â Â Â Â A parte autora requereu a conversÃ£o da aÃ§Ã£o em perdas e danos, e por consequÃªncia, intimar o executado a pagar o valor de R$ 6.352,42. Â Â Â Â Â Â Pois bem, verifica-se que o presente feito se trata de aÃ§Ã£o de reintegraÃ§Ã£o de posse com fundamento em contrato de arrendamento mercantil, regido pelo Decreto-Lei nÂº 911/1969. Â Â Â Â Â Â Saliente-se que nÃ£o Ã© possÃ-vel a conversÃ£o da aÃ§Ã£o

em perdas e danos conforme requerido pela parte autora, haja vista que a presente aÃ§Ã£o Ã© um procedimento especial previsto no Decreto-Lei nÂº 911/1969, bem como a conversÃ£o em perdas e danos deveria obedecer ao rito comum e nÃ£o ao rito de execuÃ§Ã£o, haja vista o pedido de perdas e danos deve ser apurado pelo devido processo legal, uma vez que, por si sÃ³, nÃ£o Ã© um tÃ-tulo executivo. Â Â Â Â Â NÃ£o obstante, analisando-se os autos, verifica-se que houve error in procedendo, ou seja, erro de procedimento, uma vez que foi indeferida a conversÃ£o da presente aÃ§Ã£o em execuÃ§Ã£o, negando vigÃªncia Ã s normas previstas no Decreto-Lei nÂº 911/1969. Â Â Â Â Â Acerca das operaÃ§Ãµes de arrendamento mercantil, dispÃµe o Decreto-Lei nÂº 911/1969: Â¿Art. 2Âº, Â§ 4Âº.Â Os procedimentos previstos noÂ caputÂ e no seu Â§ 2oÂ aplicam-se Ã s operaÃ§Ãµes de arrendamento mercantil previstas na forma da Lei noÂ 6.099, de 12 de setembro de 1974Â¿. (...) Â¿Art. 3Âº, Â§ 15. Â As disposiÃ§Ãµes deste artigo aplicam-se no caso de reintegraÃ§Ã£o de posse de veÃ-culos referente Ã s operaÃ§Ãµes de arrendamento mercantil previstas na Lei noÂ 6.099, de 12 de setembro de 1974Â¿. Â Â Â Â Â Â Portanto, aplica-se o disposto no Decreto-Lei nÂº 911/1969 no caso de reintegraÃ§Ã£o de posse de veÃ-culos referente Ã s operaÃ§Ãµes de arrendamento mercantil. Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, o veÃ-culo objeto dos nÃ£o foi localizado, tampouco a parte rÃ© foi localizada para fins de citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Acerca da possibilidade da conversÃ£o do pedido em aÃ§Ã£o executiva, dispÃµe o art. 4Âº do Decreto-Lei nÂº 911/1969: Â¿Art. 4ÂºÂ Se o bem alienado fiduciariamente nÃ£o for encontrado ou nÃ£o se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversÃ£o do pedido de busca e apreensÃ£o em aÃ§Ã£o executiva, na forma prevista no CapÃ-tulo II do Livro II da Lei noÂ 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - CÃ³digo de Processo CivilÂ¿. Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, nÃ£o foi localizado o automÃ³vel objeto da reintegraÃ§Ã£o de posse, de modo que Ã© possÃ-vel a conversÃ£o em aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Diante disso, chamo o feito Ã ordem, para tornar sem efeito a decisÃ£o de fls. 121/122, e converto a presente aÃ§Ã£o de reintegraÃ§Ã£o de posse em aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 4Âº do Decreto-Lei nÂº 911/1969. Â Â Â Â Â Â Cite-se a executada, por oficial de justiÃ§a, no endereÃ§o de fl. 123, para pagar a dÃ-vida no importe de R$ 92.808,00 (noventa e dois mil, oitocentos e oito reais), conforme planilha de cÃ¡lculos de fl. 102, mais custas e despesas processuais, alÃ©m de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, fixados no patamar de 10% (dez por cento) do valor total da dÃ-vida, no prazo de 3 (trÃªs) dias, a contar da citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Determino que, do mandado, conste a ordem de penhora e avaliaÃ§Ã£o a ser cumprida pelo Oficial de JustiÃ§a tÃ£o logo verificado o nÃ£o pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimaÃ§Ã£o da parte Executada. (Â¿Art. 835. A penhora observarÃ¡, preferencialmente, a seguinte ordem: I - dinheiro, em espÃ©cie ou em depÃ³sito ou aplicaÃ§Ã£o em instituiÃ§Ã£o financeira; II - tÃ-tulos da dÃ-vida pÃºblica da UniÃ£o, dos Estados e do Distrito Federal com cotaÃ§Ã£o em mercado; III - tÃ-tulos e valores mobiliÃ¡rios com cotaÃ§Ã£o em mercado; IV - veÃ-culos de via terrestre; V - bens imÃ³veis; VI - bens mÃ³veis em geral; VII - semoventes; VIII - navios e aeronaves; IX - aÃ§Ãµes e quotas de sociedades simples e empresÃ¡rias; X - percentual do faturamento de empresa devedora; XI - pedras e metais preciosos; XII - direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria em garantia; XIII - outros direitos.Â¿). Â Â Â Â Â NÃ£o encontrada a parte Executada, porÃ©m havendo bens de sua titularidade, determino ao Sr. Oficial de JustiÃ§a que proceda ao arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execuÃ§Ã£o, seguindo o processo na forma do art. 830, do CÃ³digo de Processo Civil (Â¿Art. 830. Â Se o oficial de justiÃ§a nÃ£o encontrar o executado, arrastar-lhe-Ã¡ tantos bens quantos bastem para garantir a execuÃ§Ã£o. Â§ 1ÂºÂ Nos 10 (dez) dias seguintes Ã efetivaÃ§Ã£o do arresto, o oficial de justiÃ§a procurarÃ¡ o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultaÃ§Ã£o, realizarÃ¡ a citaÃ§Ã£o com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. Â§ 2ÂºÂ Incumbe ao exequente requerer a citaÃ§Ã£o por edital, uma vez frustradas a pessoal e a com hora certa. Â§ 3ÂºÂ AperfeiÃ§oada a citaÃ§Ã£o e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-Ã¡ em penhora, independentemente de termo.Â¿). Â Â Â Â Â As citaÃ§Ãµes, intimaÃ§Ãµes e penhoras poderÃ£o realizar-se no perÃ-odo de fÃ©rias forenses, ou nos feriados ou dias Ãºteis mesmo antes das 6 (seis) e depois das 20 (vinte) horas, observado o disposto no art. 5Âº, inciso XI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â A parte Executada deverÃ¡ ter ciÃªncia de que, nos termos do art. 827, Â§1Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorÃ¡rios advocatÃ-cios poderÃ£o ser reduzidos pela metade. (Â¿Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixarÃ¡, de plano, os honorÃ¡rios advocatÃ-cios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. Â§ 1ÂºÂ No caso de integral pagamento no prazo de 3 (trÃªs) dias, o valor dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios serÃ¡ reduzido pela metade.Â¿). Â Â Â Â Â Caso a parte interponha Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o, devem os mesmos serem distribuÃ-dos por dependÃªncia e instruÃ-dos com cÃ³pias das peÃ§as processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Fica a parte Executada advertida de que a rejeiÃ§Ã£o dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderÃ¡ acarretar na elevaÃ§Ã£o dos

honorÃ¡rios advocatÃ-cios, multa em favor da parte, alÃ©m de outras penalidades previstas em lei. Â Â Â Â Â Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte Exequente poderÃ¡ requerer diretamente Ã Serventia a expediÃ§Ã£o de certidÃ£o, nos termos do art. 828 (Â¿Art. 828. O exequente poderÃ¡ obter certidÃ£o de que a execuÃ§Ã£o foi admitida pelo juiz, com identificaÃ§Ã£o das partes e do valor da causa, para fins de averbaÃ§Ã£o no registro de imÃ³veis, de veÃ-culos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade.), que servirÃ¡ tambÃ©m aos fins previstos no art. 782, Â§ 3Âº (Â§ 3ÂºÂ A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusÃ£o do nome do executado em cadastros de inadimplentes.Â¿), todos do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 08 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00396117520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) OAB 12501 - CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:EMPRESA NACIONAL DE CONSTRUCOES LTDA EXECUTADO:GLAUBER AUGUSTO FERREIRA JARDIM EXECUTADO:LINDOLFO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR EXECUTADO:JAIR DIAS DOS SANTOS. R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 20/08/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00402174820108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 AUTOR:SAFRA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 13106 - STENIO RAYOL ELOY (ADVOGADO) OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) REU:SELMA MENDES LIBORIO. Defere-se o pedido de dilaÃ§Ã£o de prazo de 10 dias para o pagamento das custas especificadas Ã s fls. 199. ApÃ³s, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. Em seguida, cumpra-se a expediÃ§Ã£o da carta precatÃ³ria. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00420367520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 09/11/2021 REQUERENTE:ABINADAB CASTRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 6459 - ALEX ANDREY LOURENCO SOARES (ADVOGADO) OAB 7440 - NELSON FRANCISCO MARZULLO MAIA (ADVOGADO) OAB 15519 - PEDRO SARRAFF NUNES DE MORAES (ADVOGADO) OAB 21541 - DIEGO OLIVEIRA TELLES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO CORREIA REQUERIDO:ENACO EMPRESA NACIONAL DE CONSTRUCAO. R. H. Intime-se o Requerente, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, para se manifestar a respeito de seu interesse no prosseguimento do feito, bem como se manifestar da certidÃ£o de fls. 77, requerendo o que de direito, sob pena de extinÃ§Ã£o. Caso haja necessidade de prosseguimento do feito, digitalizem-se os presentes autos. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00445928420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA DE FATIMA BECKMAN DA SILVA MONTEIRO Representante(s): OAB 14169 - JOAO BOSCO PINHEIRO LOBATO JUNIOR (ADVOGADO) REU:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 14261 - SILAS DUTRA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 13671 - GILVANA RODRIGUES PEREIRA (ADVOGADO) OAB 16982 - PAOLA KASSIA FERREIRA SALES (ADVOGADO) OAB 19357 - CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO (ADVOGADO) OAB 17917 - FABIANA PORTELA ARAUJO (ADVOGADO) OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 32786 - LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (ADVOGADO) . O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte executada interpÃ´s Recurso Especial sob o nÂº 0003897-16.2016.814.0000 e que no juÃ-zo de admissibilidade proferido pelo TJPA houve a concessÃ£o de efeito suspensivo ao mesmo, determino a

suspensÃ£o do feito atÃ© julgamento do RESP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na mesma oportunidade, considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, titular da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00484170220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 09/11/2021 REQUERENTE:ANTONIO MARIA FONSECA PEREIRA REQUERENTE:MARIA DA GRACA GADELHA SIMAS PEREIRA Representante(s): OAB 14035 - JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ESPOLIO DE AFONSO TIAGO PINTO SIMAS ENVOLVIDO:COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRACAO DA AREA METROPOLITA DE BELEM CODEM Representante(s): OAB 16544 - IGOR NOVOA DOS SANTOS VELASCO AZEVEDO (ADVOGADO) . Processo nÂº 00484170220148140301 Requerente: AntÃ´nio Maria Fonseca Pereira e Maria da GraÃ§a Gadelha Simas Pereira. Requerido: EspÃ³lio de Afonso Tiago Pinto Simas. DespachoÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o ExtraordinÃ¡ria, proposta por AntÃ´nio Maria Fonseca Pereira e Maria da GraÃ§a Gadelha Simas Pereira, comÂ finalidade de ver declarada a propriedade do imÃ³vel localizado na Avenida Governador Jose Malcher, 998, apartamento nÂº 801, EdifÃ-cio Lourival. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma, a parte autora, que reside no bem usucapiendo, com Â¿animus dominiÂ¿, hÃ¡ mais de 15 (quinze) anos (a partir do ano de 1991). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alegam que tramita, no Tribunal de JustiÃ§a do Rio de Janeiro, a aÃ§Ã£o de inventÃ¡rio (Processo nÂº 0056734-75.2014.819.0001), em que o bem usucapiendo Ã© objeto de partilha, o que motivou o pedido de tutela de urgÃªncia para o bloqueio de matrÃ-cula do imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise dos autos, vÃª-se manifestaÃ§Ã£o da CODEM (fls.144 e ss.), com apresentaÃ§Ã£o da peÃ§a de contestaÃ§Ã£o, afirmando ser titular do domÃ-nio direto do bem. A UniÃ£o e o ITERPA (fls. 123 e 172) afirmaram desinteresse no feito. Os cartÃ³rios de imÃ³veis do 1Âº e 2Âº ofÃ-cios se manifestaram (fls. 139 e 170) sendo que apenas o CartÃ³rio do 2Âº oficio mostrou bens pertencentes a Afonso Tiago Pinto Simas. RÃ©plica dos Autores as fls. 175 e ss. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que se tem a relatar. Passa-se a decisÃ£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1-Â Deve, a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer a que tÃ-tulo adentrou no bem usucapiendo, pois apenas evidenciou, na exordial, que passou a residir no bem no ano de 1991. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Certifique, a Secretaria do JuÃ-zo, se a parte RÃ© foi citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso nÃ£o tenha ocorrido o ato mencionado, determino a expediÃ§Ã£o de carta, com aviso de recebimento, em mÃ£os prÃ³prias, para a citaÃ§Ã£o da inventariante Teresinha Botelho Pinto Simas (Representante do espÃ³lio de Afonso Tiago Pinto Simas), para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente defesa nos autos da UsucapiÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Quanto ao pedido de Tutela, vÃª-se que o feito tramita desde o ano de 2014 e, aparentemente, a parte Requerida nÃ£o foi citada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, na certidÃ£o juntada aos autos (fls. 170), pelo cartÃ³rio do 2Âº oficio, apesar de afirmar que o bem usucapiendo localiza-se no EdifÃ-cio Lourival Ferreira, sendo de propriedade do espolio do de cujus, percebeu-se divergÃªncia para na do imÃ³vel, explico: Na exordial, consta que o prÃ©dio Lourival Ferreira tem numeraÃ§Ã£o 998 (fls. 02). JÃ¡ na CertidÃ£o do cartÃ³rio de ImÃ³veis do 2Âº oficio (fls. 170), verifica-se a numeraÃ§Ã£o 506, o que evidencia a disparidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, no momento, deixo de deferir a tutela pretendida, de bloqueio de matrÃ-cula, porÃ©m determino que seja inserido, na matrÃ-cula do imÃ³vel usucapiendo (localizado na Avenida Governador JosÃ© Malcher, nÂº 998, apto 801, bairro NazarÃ©, EdifÃ-cio Lourival Ferreira), a averbaÃ§Ã£o de que tramita neste JuÃ-zo da 6Âª Vara CÃ-vel a aÃ§Ã£o de usucapiÃ£o de nÃºmero 00484170220148140301, em que sÃ£o partes AntÃ´nio Maria Fonseca Pereira e Maria da GraÃ§a Gadelha Simas Pereira (autores) e EspÃ³lio de Afonso Tiago Pinto Simas (RÃ©u). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Para tanto, deve, a parte Requerente, fornecer cÃ³pia do registro da MatrÃ-cula do imÃ³vel, objeto da usucapiÃ£o, para que o JuÃ-zo determine a averbaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Oficie-se ao CartÃ³rio do 2Âº Oficio de imÃ³veis, por malote digital, para que esclareÃ§a o nÃºmero do imÃ³vel apontado na certidÃ£o de fls. 170 (localizado na avenida Governador JosÃ© Malcher), se trata da numeraÃ§Ã£o 506 ou do nÃºmero 998, conforme indicado na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte, ao ofÃ-cio, cÃ³pia da certidÃ£o de fls. 170, a fim de instruir a pesquisa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5- No mesmo sentido, expeÃ§a-se ofÃ-cio, por malote digital ao cartÃ³rio do 3Âº oficio de imÃ³veis da capital para que certifique se o imÃ³vel localizado na Avenida Governador JosÃ© Malcher, nÂº 998, apto 801, bairro NazarÃ©, EdifÃ-cio Lourival Ferreira estÃ¡ matriculado na respectiva serventia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso se encontre o registro do imÃ³vel, forneÃ§a, ao JuÃ-zo, o nome de seu proprietÃ¡rio e o nÃºmero do CPF/MF. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital. PROCESSO: 00493221620108140301 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 09/11/2021 AUTOR:JOSEPHINA EMMI Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTA DO DO PARA (ADVOGADO) REU:INACIA NAZARE DA SILVA ENVOLVIDO:CODEM COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRACAO DA AREA METROPOLITANA BELEM Representante(s): OAB 15215 - LORENA MAMEDE NAPOLEAO (ADVOGADO) OAB 13759 - LUCILEIA RODRIGUES FAYAL (ADVOGADO) OAB 15215 - LORENA MAMEDE NAPOLEAO ALVAREZ (ADVOGADO) . Processo: 0049322-16.2010.8.14.0301 Autor(a): JOSEPHINA EMMI RÃ©: INÃCIA NAZARÃ DA SILVA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que, atÃ© o presente momento, nÃ£o foram cumpridas as determinaÃ§Ãµes contidas nos itens 2 do despacho de fls. 229/230 destes autos; 2.Â Â Â Â Â ExpeÃ§am-se ofÃ-cios, por malote digital, aos CartÃ³rios de ImÃ³veis do 1Âº, 2Âº e 3Âº OfÃ-cios da Capital para que informem se o bem usucapiendo (localizado na Avenida Serzedelo Correa, 276, Vila Julieta, casa 114, Batista Campos, Cep: 66025-650, BelÃ©m-PA) estÃ¡ matriculado em seus livros, certificando, tambÃ©m o nome de eventual proprietÃ¡rio. 3.Â Â Â Â Â Em face do exposto, fica cancelada a audiÃªncia outrora designada par a data de 20/10/2021, Ã s 11 horas, a qual serÃ¡ redesignada assim que cumpridas todas as determinaÃ§Ãµes aqui estabelecidas. 4.Â Â Â Â Â Recolha, a parte autora, eventuais custas pendentes, no prazo de 10 (dez) dias, ficando desde jÃ¡ advertida de que o pagamento Ã© condiÃ§Ã£o de cumprimento das diligÃªncias. 5.Â Â Â Â Â Intime-se. 6.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitalizada, como mandado, carta e ofÃ-cio. BelÃ©m-PA, 05 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m/PA PROCESSO: 00499150720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:OSIEL LEONARDO DOS SANTOS Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO VOLKSWAGEM S.A. Representante(s): OAB 15504 - JULIANA FRANCO MARQUES (ADVOGADO) . DECISÃO Arquivem-se os presentes autos, uma vez que o feito jÃ¡ foi extinto sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito e decisÃ£o transitou em julgado. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00530600320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 3056 - MAURO PAULO GALERA MARI (ADVOGADO) EXECUTADO:MAURICIO GOMES PINA EXECUTADO:CRISTINA GHIZONI DECINI. Processo nº:Â 0053060-03.2014.8.14.0301 Exequente: Â BANCO BRADESCO SA Executado:Â Â MAURICIO GOMES PINA e outro DECISÃO Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Analisando-se os autos, verifica-se que os rÃ©us ainda nÃ£o foram citados, bem como foi infrutÃ-fera a tentativa de arresto. Â Â Â Â Â Â Oficie-se por malote digital o juÃ-zo deprecado a fim de que informe se houve o cumprimento da referida carta precatÃ³ria. Â Â Â Â Â Com relaÃ§Ã£o ao executado MAURICIO GOMES PINA, o qual mais uma vez foi infrutÃ-fera a citaÃ§Ã£o (fl. 72), intime-se a parte autora para informar o endereÃ§o atualizado, ou requeira o que entender de direito, no prazo de 15 dias. Â Â Â Â Â Â NÃ£o obstante, tendo em vista que nÃ£o foi localizado o executado ou bens penhorÃ¡veis, suspendo a execuÃ§Ã£o pelo prazo de 01 ano, nos termos do art. 921, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de suspensÃ£o, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhorÃ¡veis, serÃ¡ determinado o arquivamento dos autos, nos termos do art. 921, Â§2Âº do CPC. Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Augusto CÃ©sar da Luz Cavalcante Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00580873520128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 EXEQUENTE:BANCO SANTANDER BRASIL S/A Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 17295 - LEONARDO SOUSA FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:F. H. P. DISTRIBUIDORA DE RECARGAS DE CELULAR . Defiro o pedido de inclusÃ£o do avalista no polo passivo na demanda, determinando, ato contÃ-nuo a citaÃ§Ã£o dos executados H.P. DISTRIBUIDORA DE RECARGAS DE CELULAR e JORGE RODRIGUES BAIA para pagar a dÃ-vida no importe de R$ 219.830,20 (duzentos e dezenove mil, oitocentos e trinta reais e vinte centavos), mais custas e despesas processuais, alÃ©m de honorÃ¡rios advocatÃ-cios, fixados no patamar de 10% (dez por cento) do valor total da dÃ-vida, no prazo de 3 (trÃªs) dias, a contar da citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Determino que, do mandado, conste a ordem de penhora e avaliaÃ§Ã£o a ser cumprida pelo Oficial de JustiÃ§a tÃ£o logo verificado o nÃ£o pagamento no prazo assinalado, de tudo

lavrando-se auto, com intimaÃ§Ã£o da parte Executada. (Â¿Art. 835. A penhora observarÃ¡, preferencialmente, a seguinte ordem: I - dinheiro, em espÃ©cie ou em depÃ³sito ou aplicaÃ§Ã£o em instituiÃ§Ã£o financeira; II - tÃ-tulos da dÃ-vida pÃºblica da UniÃ£o, dos Estados e do Distrito Federal com cotaÃ§Ã£o em mercado; III - tÃ-tulos e valores mobiliÃ¡rios com cotaÃ§Ã£o em mercado; IV - veÃ-culos de via terrestre; V - bens imÃ³veis; VI - bens mÃ³veis em geral; VII - semoventes; VIII - navios e aeronaves; IX - aÃ§Ãµes e quotas de sociedades simples e empresÃ¡rias; X - percentual do faturamento de empresa devedora; XI - pedras e metais preciosos; XII - direitos aquisitivos derivados de promessa de compra e venda e de alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria em garantia; XIII - outros direitos.Â¿). Â Â Â Â Â Â NÃ£o encontrada a parte Executada, porÃ©m havendo bens de sua titularidade, determino ao Sr. Oficial de JustiÃ§a que proceda ao arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execuÃ§Ã£o, seguindo o processo na forma do art. 830, do CÃ³digo de Processo Civil (Â¿Art. 830. Se o oficial de justiÃ§a nÃ£o encontrar o executado, arrastar-lhe-Ã¡ tantos bens quantos bastem para garantir a execuÃ§Ã£o. Â§ 1Âº Nos 10 (dez) dias seguintes Ã efetivaÃ§Ã£o do arresto, o oficial de justiÃ§a procurarÃ¡ o executado 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultaÃ§Ã£o, realizarÃ¡ a citaÃ§Ã£o com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido. Â§ 2Âº Incumbe ao exequente requerer a citaÃ§Ã£o por edital, uma vez frustradas a pessoal e a com hora certa. Â§ 3Âº AperfeiÃ§oada a citaÃ§Ã£o e transcorrido o prazo de pagamento, o arresto converter-se-Ã¡ em penhora, independentemente de termo.Â¿). Â Â Â Â Â Â As citaÃ§Ãµes, intimaÃ§Ãµes e penhoras poderÃ£o realizar-se no perÃ-odo de fÃ©rias forenses, ou nos feriados ou dias Ãºteis mesmo antes das 06 (seis) e depois das 20 (vinte) horas, observado o disposto no art. 5Âº, inciso XI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â A parte Executada deverÃ¡ ter ciÃªncia de que, nos termos do art. 827, Â§1Âº, do CÃ³digo de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorÃ¡rios advocatÃ-cios poderÃ£o ser reduzidos pela metade. (Â¿Art. 827. Ao despachar a inicial, o juiz fixarÃ¡, de plano, os honorÃ¡rios advocatÃ-cios de dez por cento, a serem pagos pelo executado. Â§ 1Âº No caso de integral pagamento no prazo de 3 (trÃªs) dias, o valor dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios serÃ¡ reduzido pela metade.Â¿). Â Â Â Â Â Â Caso a parte interponha Embargos Ã ExecuÃ§Ã£o, devem os mesmos serem distribuÃ-dos por dependÃªncia e instruÃ-dos com cÃ³pias das peÃ§as processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Fica a parte Executada advertida de que a rejeiÃ§Ã£o dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderÃ¡ acarretar na elevaÃ§Ã£o dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios, multa em favor da parte, alÃ©m de outras penalidades previstas em lei. Â Â Â Â Â Â Serve a Presente como Carta, Mandado ou OfÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, titular da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BelÃ©m PROCESSO: 00615182820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911389474 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021 AUTOR:B V FINANCEIRA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) FLAVIA DE ALBUQUERQUE LIRA (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE FERREIRA (ADVOGADO) REU:MARIA DE LOURDES CATANHEDE BEZERRA. DECISÃO 1. Atento aos presentes autos, verifica-se que a Requerida foi citada, entretanto, o bem nÃ£o foi apreendido, assim, intime-se o Requerente, por meio de seu Procurador, para, no prazo de 15 dias, requerer o que de direito, inclusive deve se manifestar sobre eventual conversÃ£o em execuÃ§Ã£o. 2. ApÃ³s, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00645615120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Embargos à Execução em: 09/11/2021 EMBARGADO:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) EMBARGANTE:EMPRESA NACIONAL DE CONSTRUCOES LTDA Representante(s): OAB 13132 - BRUNO ALMEIDA DE ARAUJO COSTA (ADVOGADO) OAB 8346 - ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) . R. H. Considerando o cronograma de digitalizaÃ§Ã£o dos processos fÃ-sicos instituÃ-do por este Tribunal, bem como considerando que atualmente o gabinete deste juÃ-zo estÃ¡ analisando os processos conclusos em dezembro de 2020, com vistas a possibilitar a anÃ¡lise dos autos de forma adequada, bem como garantir maior celeridade processual e amplo acesso dos autos para as partes e seus procuradores, proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o do feito, migrando-o para o PJE. ApÃ³s a digitalizaÃ§Ã£o dos autos, voltem os autos conclusos para que este juÃ-zo possa analisar as questÃµes processuais pendentes, sem prejuÃ-zo da conclusÃ£o do feito procedida em 20/08/2021. Junte-se eventuais petiÃ§Ãµes pendentes.Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de

2021. AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01056164520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:VILMA CAVALCANTE TAVARES Representante(s): OAB 16765-B - JOHNY FERNANDES GIFFONI (DEFENSOR) REU:UNIMED BELEM Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 17618 - STELLA FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) . Encaminhem-se os presentes autos para a Defensoria PÃºblica a fim de que esta possa tomar ciÃªncia da sentenÃ§a proferida. Havendo necessidade de prosseguimento do feito, digitalizem-se os autos, migrando-os para o PJE. BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01225819820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 09/11/2021 AUTOR:CARLOS EVANDRO DE PAIVA SANTOS Representante(s): OAB 18843 - KARLA THAMIRIS NORONHA TOMAZ (ADVOGADO) OAB 25201 - RAISSA SOARES QUARESMA (ADVOGADO) OAB 20970 - IVANA BRUNA NABOR TAMASAUSKAS (ADVOGADO) REU:COMPANHIA DE HABITACAO DO ESTADO DO PARA - COHAB Representante(s): OAB 8781 - LIGIA DOS SANTOS NEVES (ADVOGADO) . Processo nÂº 01225819820158140301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerente: Carlos Evandro de Paiva Santos. Requerido: Companhia de HabitaÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡ (COHAB). Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o ExtraordinÃ¡rio, com objetivo de ver declarada a propriedade do imÃ³vel localizado na Passagem Dalva, nÂº 902, bairro Marambaia, CEP: 66.623-610, cidade de BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifica-se, nos autos, as manifestaÃ§Ãµes das Fazendas PÃºblicas, pelo desinteresse jurÃ-dico no feito (fls. 70, 131 e 145); as certidÃµes dos CartÃ³rios dos 1Âº e 2Âº ofÃ-cios de imÃ³veis da capital; croqui incompleto do bem usucapiendo; edital de citaÃ§Ã£o para os eventuais interessados; citaÃ§Ã£o e defesa da RÃ© COHAB (fls. 75 e ss.); citaÃ§Ã£o de todos os confinantes, com exceÃ§Ã£o de AntÃ´nia Santos (fls. 154). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resta ausente a juntada de planta geogrÃ¡fica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que se tem a relatar. Passa-se a decisÃ£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Intime-se pessoalmente, a parte autora, para que, sob pena de extinÃ§Ã£o do feito, manifeste-se, em 15 (quinze) dias sobre a certidÃ£o de fls. 154 (verso), informando o nome e endereÃ§o do segundo confinante dos fundos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- ExpeÃ§a-se ofÃ-cio, por malote digital, ao CartÃ³rio de ImÃ³veis do 3Âº OfÃ-cio da Capital para que informe se o bem usucapiendo (Passagem Dalva, nÂº 902, bairro Marambaia, CEP: 66.623-610, cidade de BelÃ©m-PA) estÃ¡ registrado na respectiva serventia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique, tambÃ©m, se a COHAB- Companhia de HabitaÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡ Ã© proprietÃ¡ria do imÃ³vel em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Sob pena de extinÃ§Ã£o do feito, junte, a parte Requerente, a planta GeogrÃ¡fica do imÃ³vel, no prazo de 60 (sessenta) dias, com suas caracterÃ-sticas e confrontaÃ§Ãµes, localizaÃ§Ã£o, Ã¡rea, logradouro, nÃºmero, sua designaÃ§Ã£o cadastral, se houver, confinantes, dentre outras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â EsclareÃ§o que a planta geogrÃ¡fica Ã© documento indispensÃ¡vel para o exercÃ-cio do contraditÃ³rio e ampla defesa dos confinantes, das Fazendas PÃºblicas, assim como servirÃ¡ como parÃ¢metro para eventual registro de matrÃ-cula no CartÃ³rio de Registro de imÃ³veis, em caso de procedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve a presente como carta, mandado ou ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital. PROCESSO: 01347363620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:ADMINISTRADOR DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:RAPHAELA CRISTINA DIAS DO NASCIMENTO. Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada por ADMINISTRADORA DE CONSÃRCIO NACIONAL HONDA LTDA. em face de RAPHAELA CRISTINA DIAS DO NASCIMENTO. O Autor requereu a desistÃªncia do feito, tudo nos moldes do petitÃ³rio de fls. 76. Relatados. Decido. Respaldado no que preceitua o art. 485, VIII do CPC, homologo por sentenÃ§a, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos o pedido de desistÃªncia formulado pelo Autor. DÃª-se a devida baixa junto Ã Distribuidora do JuÃ-zo. Nesta oportunidade, este juÃ-zo procede a retirada da restriÃ§Ã£o inserida perante o RENAJUD. Custas jÃ¡ pagas, conforme fls. 83/88. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. BelÃ©m, data registrada no sistema. AUGUSTO CÃSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito da 6Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 03182696120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 09/11/2021 AUTOR:MAGNO RODRIUES PEDREIRA LAPA Representante(s): OAB 10299 - CLAUDINE RIBEIRO DE OLIVEIRA MARTINS (DEFENSOR) REQUERIDO:MARIO NICOLAU ACATAUASSU NUNES REQUERIDO:COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRACAO DA

AREA DE BELEM - CODEM Representante(s): OAB 16544 - IGOR NOVOA DOS SANTOS VELASCO AZEVEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO CARLOS DE SENA E SILVA REQUERIDO:JOAO GOMES DO NASCIMENTO ENVOLVIDO:MARCIO LIMA DA SILVA Representante(s): OAB 16333 - ANDRE LUIS DA SILVA ALVES (ADVOGADO) . Processo nÂº 03182696120168140301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerente: Magno Rodrigues Pedreira Lapa Requeridos: Mario Nicolau de Leal Martins e MÃ¡xima Martins Acatauassu Nunes. Despacho Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o ExtraordinÃ¡ria, com objetivo de ver declarada a propriedade do imÃ³vel localizado na Avenida Dr. Freitas, nÂº 3284, bairro Marco, CEP: 66.087-810, BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega, a parte autora, que o bem foi adquirido por seu avÃ³, o Senhor Nelson paulino da Silva. ApÃ³s o falecimento do proprietÃ¡rio, o imÃ³vel foi ocupado pela genitora do requerente e, por fim, resta sob posse do Autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s despacho, os autos foram instruÃ-dos com: as manifestaÃ§Ãµes da UniÃ£o e CODEM (fls. 181 e 149), sendo que a primeira, afirmou ausÃªncia de interesse. JÃ¡ a Companhia de HabitaÃ§Ã£o, apresentou defesa alegando ser titular do domÃ-nio direto do bem usucapiendo; citaÃ§Ã£o dos confinantes JoÃ£o Carlos, FabrÃ-cio Igor e JoÃ£o Gomes (fls. 174, 191, 194), com apresentaÃ§Ã£o de defesas apenas de Marcio e JoÃ£o Carlos, no sentido de nada terem a opor; certidÃ£o do cartÃ³rio de imÃ³veis do 1Âº OfÃ-cio (fls.147). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que se tem a relatar. Passa-se a decisÃ£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Em consulta ao acervo desta Vara, verificou-se que nos autos nÂº 0837238-62.2019.8.14.0301 (PJE) foi informado o endereÃ§o do rÃ©u MÃ¡rio Nicolau (Av. Governador Jose Malcher, nÂº 909 NazarÃ©, Ed. belo Horizonte, apto 401, MunicÃ-pio BelÃ©m/Pa). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, expeÃ§a-se mandado para o endereÃ§o informado, com objetivo de citar os RÃ©us. Uma vez citados Mario Nicolau de Leal Martins e MÃ¡xima Martins Acatauassu Nunes, apresentem defesa, no prazo e 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Junte-se ao mandado a cÃ³pia da inicial e da planta de fls. 23/25. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Reitere expediente, por malote digital, ao CartÃ³rio de ImÃ³veis do 2Âº e 3Âº OfÃ-cios da Capital para que informem se o imÃ³vel localizado na Avenida Dr. Freitas, nÂº 3284, bairro Marco, CEP: 66.087-810, BelÃ©m-PA estÃ¡ matriculado o oficialato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Reitere o expediente ao Instituto ITERPA, anexando cÃ³pia da inicial e da planta do bem, indagando a Autarquia sobre eventual interesse no bem usucapiendo, bem como advertindo que a ausÃªncia de resposta poderÃ¡ resultar em eventuais perdas patrimoniais a AdministraÃ§Ã£o PÃºblica Estadual, assim como futura responsabilizaÃ§Ã£o do gestor.Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Face ao princÃ-pio da boa-fÃ© processual, intime-se a parte autora para informar ao JuÃ-zo, no prazo de 15 (quinze) dias, os nomes e endereÃ§os de eventuais herdeiros de seu avÃ³, Sr. Nelson Paulino da Silva, pessoa que adquiriu a posse do bem usucapiendo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve a presente como carta, mandado ou ofÃ-cio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital. PROCESSO: 05746276220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE A??o: Usucapião em: 09/11/2021 AUTOR:JOSE PEREIRA DE SOUZA REU:MANOEL DA SILVA NUNES REU:COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRACAO DA AREA METROPOLITANA DE BELEM CODEM Representante(s): OAB 16544 - IGOR NOVOA DOS SANTOS VELASCO AZEVEDO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:EDILSON GONCALVES NASCIMENTO ENVOLVIDO:LIDIA MARIA DE SOUZA SOBRINHO ENVOLVIDO:VANOR JOSE NASCIMENTO. Processo nÂº 05746276220168140301 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requerente: JosÃ© Pereira de SouzaÂ Requerida: Manoel da Silva Nunes e CODEM - Companhia de Desenvolvimento da Ãrea Metropolitana de BelÃ©m DespachoÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de UsucapiÃ£o OrdinÃ¡rio, comÂ finalidade de ver declarada a propriedade do imÃ³vel localizado na Travessa EnÃ©as Pinheiro, nÂº 1118, entre Marques de Herval e Visconde de InhaÃºma, BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise minuciosa dos autos, vÃª-se que a juntada do croqui de fls. 30, que nÃ£o traz toda as informaÃ§Ãµes necessÃ¡rias para a instruÃ§Ã£o da lide, eis que as dimensÃµes restam ausentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, temos o pedido fundamentado na modalidade ordinÃ¡ria, sem a apresentaÃ§Ã£o de tÃ-tulo aparentemente viÃ¡vel para o registro do bem no CartÃ³rio de imÃ³veis (vide fls.31). Â Â Â Â Â Â Â Â Â As certidÃµes de fls. 26 e 84, afirmam que o bem usucapiendo nÃ£o estÃ¡ matriculado nas circunscriÃ§Ãµes do 1Âº e 2Âº ofÃ-cios de imÃ³veis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que se tem a relatar. Passa-se a decisÃ£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1-Â Vejo que a parte Requerente pleiteia a UsucapiÃ£o OrdinÃ¡ria, fulcrada no art. 1.242 do CC/02. Acontece que nÃ£o consta dos autos o justo tÃ-tulo, requisito fundamental da modalidade escolhida pelo Requerente, motivo pelo qual recebo a presente na modalidade extraordinÃ¡ria, em virtude do Demandante alegar ser possuidor do bem por mais de 15 (quinze) anos, atualmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deve, a Secretaria, retificar a modalidade da demanda no Sistema Libra e na Capa dos autos para UsucapiÃ£o ExtraordinÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Conforme anÃ¡lise, o croqui juntado as fls. 30 resta incompleto para instruir o feito. Assim, junte, o autor, nos termos dos art. 320, art. 321 e art. 330, IV do CPC c/c art. 173 e art. 176 da Lei de Registros

PÃºblicos, a planta GeogrÃ¡fica do imÃ³vel, com coordenadas geogrÃ¡ficas ou UTM da Ã¡rea, dimensÃµes do bem, localizaÃ§Ã£o do imÃ³vel, confinantes, dentre outras, no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â EsclareÃ§o que a planta geogrÃ¡fica Ã© documento indispensÃ¡vel para o exercÃ-cio do contraditÃ³rio e ampla defesa dos confinantes, das Fazendas PÃºblicas, assim como servirÃ¡ de parÃ¢metro para eventual registro de matrÃ-cula no CartÃ³rio de Registro de imÃ³veis, em caso de procedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Dou por citado o lindeiro Edilson GonÃ§alves do Nascimento, conforme certidÃ£o de fls. 103, em que constatou-se a recusa em assinar o mandado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4- Proceda-se a citaÃ§Ã£o do lindeiro do lado direito do bem usucapiendo (avenida Visconde de InhaÃºma, nÂº 1629, bairro Pedreira, BelÃ©m-PA), na pessoa dos atuais ocupantes, nos termos do art. 246, Â§3Âº do CPC, para que apresentem defesas, no prazo de 15 (quinze) dias, caso entendam necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5- Indique, a parte autora, o nome e endereÃ§o do confinante dos fundos do bem usucapiendo, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 246, Â§3Âº doÂ CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 6- ExpeÃ§a-se ofÃ-cio, por malote digital, ao CartÃ³rio de ImÃ³veis do 3Âº OfÃ-cio da Capital, para que informe se existe registro do bem localizado na Travessa EnÃ©as Pinheiro, nÂº 1118, entre Marques de Herval e Visconde de InhaÃºma, BelÃ©m-PAMaria . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso se encontre o registro do imÃ³vel, forneÃ§a, ao JuÃ-zo, o nome de seu proprietÃ¡rio e o numero do CPF/MF. Â Â Â Â Â Â Â Â Â De forma alternativa, caso nÃ£o encontrado o registro do bem, certifique de existem imÃ³veis registrados em nome de Maria Pinheiro Maciel ou Manoel da Silva Nunes Â Â Â Â Â Â Â Â Â 7- ExpeÃ§a-se ofÃ-cio, por malote digital, aos CartÃ³rios de ImÃ³veis do 1Âº e 2ÂºÂº OfÃ-cio da Capital, para que informe se existem imÃ³veis registrados em nome de Maria Pinheiro Maciel ou Manoel da Silva Nunes nas serventias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, data registrada no Sistema. Augusto Cesar da Luz Cavalcante Juiz de Direito, Titular da 6Âª vara CÃ-vel da Capital.

RESENHA: 04/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA 2ª UPJ VARAS CIVEIS E EMPRESARIAL - COMERCIO E SUCESSAO - VARA: 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00003002020068140301 PROCESSO ANTIGO: 20061000950 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 8200-B - ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (ADVOGADO) OAB 18292 - BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (ADVOGADO) REU:WELLINGTON LUIS REBELO DOS SANTOS REU:AGEFFLIO SALES DA GAMA REU:PREST SERVICE LTDA. TRATA-SE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE, pois, os Executados, na forma do art. 513, Â§2Âº, inciso I, do CPC, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenaÃ§Ã£o, liquidado Ã s fls. retro, acrescido de custas, se houver, sob pena de nÃ£o o fazendo ser acrescida a multa de 10% (dez por cento) e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, caput e Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE os Exequentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomarem providÃªncias no sentido de recolherem as custas processuais necessÃ¡rias Ã realizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os (as) devedores (as) poderÃ£o oferecer bens Ã penhora, juntando prova da propriedade, se for bem imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o ocorrendo o pagamento, EXPEÃA-SE mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, seguindo-se os atos de expropriaÃ§Ã£o, na forma do art. 523, Â§ 3Âº do CPC, dando prioridade ao bloqueio online das contas da executada, caso tenha sido requerido pelo exequente (art. 854 do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tornando-se indisponÃ-veis os ativos financeiros, INTIME-SE a devedora na forma do art. 854, Â§2Âº, do CPC, bem como o exequente para se manifestar sobre a penhora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima sem que haja o pagamento voluntÃ¡rio do dÃ©bito, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os Executados apresentem, nos prÃ³prios autos, a impugnaÃ§Ã£o, consoante o art. 525 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ como mandado nos termos do art. 1Âº, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00004351120108140301 PROCESSO ANTIGO: 20101000611 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:VENCESLAU SILVA DOS SANTOS Representante(s): WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:JOSE BATISTA DA SILVA Representante(s): MARIA JOSE CABRAL CAVALLI (ADVOGADO) . INTIME-SE o Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao requerimento do cumprimento de sentenÃ§a observando os pressupostos arrolados no art. 524 do CPC, sob pena de arquivamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo in albis, CERTIFIQUE-SE e ARQUIVE-SE; caso contrÃ¡rio, retornem os autos conclusos para ulterior deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimar e cumprir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00027627520128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:GERSON BARRETO PEREIRA Representante(s): OAB 4939 - ELANE DA SILVA CHAVES (ADVOGADO) INVENTARIADO:MARIA BERTINA BARRETO PEREIRA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00029302519958140301 PROCESSO ANTIGO: 19951003998 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 REU:EDITH MARIA GARICA DE OLIVEIRA Representante(s): WILSON VELASCO (ADVOGADO) AUTOR:DOMINGOS DE SOUZA LINS Representante(s): OAB 13373 - ANA PRISCILLA DE ANDRADE LINS (ADVOGADO) OAB 13687 - ARYANNE LUCIA DA COSTA MONTEIRO (ADVOGADO) . Tendo em vista o teor da certidÃ£o de fl. 292, INTIME-SE a instituiÃ§Ã£o financeira Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer diligÃªncias outras a fim de dar prosseguimento Ã satisfaÃ§Ã£o do dÃ©bito, sob pena de arquivamento do feito e deflagraÃ§Ã£o do termo a quo da prescriÃ§Ã£o intercorrente, nos termos do art. 921, Â§4-A, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Findo o prazo, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso contrÃ¡rio, isto Ã©, transcorrido o prazo in albis, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimar e

cumprir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00051036920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:TANIA TEIXEIRA NOGUEIRA Representante(s): OAB 5041 - FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA (ADVOGADO) REU:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 3210 - PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 4670 - LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUES (ADVOGADO) . Tratam-se os autos da AÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/C DANOS MORAIS E ANTECIPAÃÃO DA TUTELA movida por TÃNIA TEIXEIRA NOGUEIRA em face de CENTRAIS ELÃTRICAS DO PARÃ S.A (REDE CELPA) atual EQUATORIAL. Â Â Â Â Â Â Informa o autor que foi surpreendido com a cobranÃ§a de R$ 786,06 (setecentos e oitenta e seis reais e seis centavos). Â Â Â Â Â Â Alega que Ã© responsÃ¡vel pela UC 92346099. Â Â Â Â Â Â Pediu tutela antecipada que fora deferida pelo juÃ-zo para que o rÃ©u se abstivesse de proceder o corte da energia sob pena de aplicaÃ§Ã£o de multa. Â Â Â Â Â Â Tutela deferida compelindo o requerido a se abster de efetivar o corte de energia elÃ©trica do autor. Â Â Â Â Â Â Devidamente citada, a rÃ© contestou a contento em fls. 49/64, alegando ser legÃ-tima a cobranÃ§a guerreada, pugnando pela total improcedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica da autora em fls. 105/118. Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Defiro o benefÃ-cio da JustiÃ§a Gratuita a autora nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015.Â Â Â Â Â Â Entendo ser a matÃ©ria de fÃ¡cil anÃ¡lise e apreciaÃ§Ã£o, neste sentido a demanda merece ser julgada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelaÃ§Ã£o de consumo: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente a rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Do julgamento do INCIDENTE DE RESOLUÃÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR Â Â Â Â Â Importante destacar que a presente aÃ§Ã£o se amolda a matÃ©ria debatida em sede de INCIDENTE DE RESOLUÃÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS - IRDR (12085) - 0801251-63.2017.8.14.0000, o que atrairia a suspensÃ£o do feito atÃ© que fosse dirimido o impasse ali suscitado. Entretanto, houve decisÃ£o naqueles autos, cujo teor colaciono o que importa a soluÃ§Ã£o desta controvÃ©rsia: [...] 2.3. Depreende-se que o objeto do IRDR nÃ£o corresponde Ã pretensÃ£o de invalidaÃ§Ã£o de normas regulatÃ³rias, mas tÃ£o somente se as formas de atuaÃ§Ã£o da CELPA atendem Ã s determinaÃ§Ãµes concretas inseridas naquele ato normativo editado pela autarquia. 2.4. Embora haja semelhanÃ§as entre a funÃ§Ã£o plÃºrima do IRDR e os efeitos decorrentes das sentenÃ§as proferidas em aÃ§Ãµes (demandas) coletivas, nÃ£o parece adequado conceituar o IRDR como um tipo de demanda (aÃ§Ã£o). Ademais, as aÃ§Ãµes civis pÃºblicas propostas perante a subseÃ§Ã£o judiciÃ¡ria paraense da JustiÃ§a Federal nÃ£o apresentam causas de pedir e pedidos precisamente idÃªnticos aos que se discute neste incidente processual. 2.5. NÃ£o hÃ¡ qualquer exigÃªncia legal de que o julgamento de admissibilidade do IRDR seja precedido de intimaÃ§Ã£o pessoal da parte para se manifestar nos autos, atÃ© mesmo porque o juÃ-zo de admissibilidade do IRDR se restringe a verificaÃ§Ã£o dos requisitos do art. 976, do CPC, sem implicar prejuÃ-zo efetivo. 3. Em relaÃ§Ã£o Ã s demandas que discutem a apuraÃ§Ã£o de consumo de energia nÃ£o registrado e, consequentemente, a validade das cobranÃ§as realizadas a partir dessas inspeÃ§Ãµes, fixa-se as seguintes teses: a) A formalizaÃ§Ã£o do Termo de OcorrÃªncia de InspeÃ§Ã£o (TOI) serÃ¡ realizada na presenÃ§a do consumidor contratante ou de seu representante legal, bem como de qualquer pessoa ocupante do imÃ³vel no momento da fiscalizaÃ§Ã£o, desde que plenamente capaz e devidamente identificada; b) Para fins de comprovaÃ§Ã£o de consumo nÃ£o registrado (CNR) de energia elÃ©trica e para validade da cobranÃ§a daÃ- decorrente a concessionÃ¡ria de energia estÃ¡ obrigada a realizar prÃ©vio procedimento administrativo, conforme os arts. 115, 129, 130 e 133, da ResoluÃ§Ã£o nÂº. 414/2010, da ANEEL, assegurando ao consumidor usuÃ¡rio o efetivo contraditÃ³rio e a ampla defesa; e, c) Nas demandas relativas ao consumo nÃ£o registrado (CNR) de energia elÃ©trica, a prova da efetivaÃ§Ã£o e regularidade do procedimento administrativo disciplinado na ResoluÃ§Ã£o nÂº. 414/2010, incumbirÃ¡ Ã concessionÃ¡ria de energia elÃ©trica. Â Â Â Â Â Muito embora o presente incidente ainda nÃ£o tenha chegado ao seu desiderato com o trÃ¢nsito em julgado, a presente decisÃ£o aqui exposta ipsis litteris informa os pressupostos em que deverÃ¡ se pautar, a priori, as decisÃµes em curso que guardam identidade com a celeuma. Assim sendo, observando o lastro probatÃ³rio documental acostado aos autos, entendo que as teses na

decisÃ£o acima destacadas/grifadas estÃ£o presentes na presente demanda, o que inclina este magistrado a analisar o mÃ©rito da mesma. Â Â Â Â Â Â Superada estas informaÃ§Ãµes, passo ao mÃ©rito. 1.Â Â Â Â Â Da InexistÃªncia de DÃ©bito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, observa-se que o autor junta documentos que atestam sua fatura que entende indevida. AlÃ©m disso, junta outros documentos, como Termo de OcorrÃªncia de InspeÃ§Ã£o em fls. 24/27. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De sua parte, o rÃ©u juntou histÃ³rico de consumo do autor, planilha de cÃ¡lculos de revisÃ£o de faturamento, bem como processo de fiscalizaÃ§Ã£o de cobranÃ§a com documentos nas pÃ¡ginas seguintes, onde consta em fls. 75/86 o Termo de OcorrÃªncia de InspeÃ§Ã£o - TOI. A unilateralidade da confecÃ§Ã£o do TOI nÃ£o foi suprida pela realizaÃ§Ã£o de prova pericial em JuÃ-zo, sendo certo que as partes ainda que nÃ£o tenham requerido expressamente a produÃ§Ã£o de tal prova, nÃ£o fica este juÃ-zo adstrito a tal perÃ-cia, podendo prolatar sua sentenÃ§a com os documentos que entende suficientes para seu convencimento.Â A juntada do seu laudo de inspeÃ§Ã£o faz prova tÃ£o somente unilateral do seu alegado e pleiteado pela autora conforme sugere a InversÃ£o do Ãnus da prova. E assim, sigo as decisÃµes colacionadas abaixo: Â¿EMENTA - APELAÃÃO CÃVEL. RELAÃÃO CONSUMERISTA. IRREGULARIDADE DA COBRANÃA DE RECUPERAÃÃO DE CONSUMO CONSTATADA ATRAVÃS DO TOI - TERMO DE OCORRÃNCIA DE IRREGULARIDADE. 1 -Â Para se caracterizar a irregularidade na conduta do consumidor nÃ£o se mostra suficiente a simples lavratura do TOI (Termo de OcorrÃªncia de Irregularidade),Â jÃ¡ que unilateral, malfere as garantias constitucionais do devido processo legal, ampla defesa e contraditÃ³rio. 2 - Necessidade de prova pericial. NÃ£o foi possÃ-vel a realizaÃ§Ã£o de prova pericial,Â uma vez que o relÃ³gio violado foi retirado da residÃªncia do autor hÃ¡ muito tempo pelos prepostos da parte rÃ©. NÃ£o sendo possÃ-vel a comprovaÃ§Ã£o de irregularidade no faturamento da energia elÃ©trica utilizada pelo autor, incabÃ-vel a cobranÃ§a dos valores relativos a dÃ-vida apurada pela concessionÃ¡ria do serviÃ§o pÃºblico no TOI. (...). 5 - RECURSO A QUE SE DÃ PARCIAL PROVIMENTO. (Processo: APL 00145402520098190037 RJ 0014540-25.2009.8.19.0037 - ÃrgÃ£o Julgador: VIGÃSIMA QUARTA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR - PublicaÃ§Ã£o: 24/03/2014 - Julgamento: 16 de Janeiro de 2014 - Relator: DES. ROBERTO GUIMARAES)Â¿. (destaquei) Â¿EMENTA - PRESTAÃÃO DE SERVIÃOS - ENERGIA ELÃTRICA - TERMO DE OCORRÃNCIA DE IRREGULARIDADE - TOI.Â DeclaraÃ§Ã£o de emissÃ£o unilateral. O TOI, por si sÃ³, nÃ£o Ã© suficiente para comprovar a irregularidade do medidor. Fraude nÃ£o comprovada. AusÃªncia de contraditÃ³rio acerca da suposta irregularidade.Â Ãnus probatÃ³rio nÃ£o desvencilhado. SentenÃ§a mantida. Recurso improvido. (Processo: APL 90005413620088260506 SP 9000541-36.2008.8.26.0506 - ÃrgÃ£o Julgador: 8Âª CÃ¢mara ExtraordinÃ¡ria de Direito Privado - PublicaÃ§Ã£o: 15/10/2014 - Julgamento: 8 de Outubro de 2014 - Relator: FÃ¡bio PodestÃ¡)Â¿. (destaquei) Â¿EMENTA - APELAÃÃO. CONSUMIDOR. TERMO DE OCORRÃNCIA DE IRREGULARIDADE.Â FALTA DE NOTIFICAÃÃO PRÃVIA E DE PERÃCIA TÃCNICA. DÃBITO APURADO UNILATERALMENTE. NULIDADE DO TOI. (...).Â ConcessionÃ¡ria que deixou de notificar previamente o consumidor sobre a vistoria, bem como nÃ£o solicitou perÃ-cia tÃ©cnica no momento da lavratura do TOI e nÃ£o efetuou perÃ-cia no aparelho de mediÃ§Ã£o substituÃ-do. NÃ£o atendidos os comandos do art. 72 da ResoluÃ§Ã£o 414/2010 da ANEEL. TOI que nÃ£o ostenta presunÃ§Ã£o de veracidade. (...). (Processo: APL 00910999720108190001 RJ 0091099-97.2010.8.19.0001 - ÃrgÃ£o Julgador: VIGÃSIMA TERCEIRA CAMARA CIVEL/ CONSUMIDOR - PublicaÃ§Ã£o: 15/01/2015 - Julgamento: 7 de Janeiro de 2015 - Relator: DES. MARIA LUIZA DE FREITAS CARVALHO)Â¿. (destaquei). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Embora demonstrada oscilaÃ§Ã£o de consumo no perÃ-odo apontado como irregular, a recorrente nÃ£o logrou Ãªxito em comprovar a existÃªncia de irregularidade no medidor indicando cabalmente que se tratava de uma fraude produzida pelo autor, pois deixou de trazer sequer laudo que ateste a existÃªncia da alegada violaÃ§Ã£o do lacre, o que ensejaria a indicaÃ§Ã£o de provÃ¡vel violaÃ§Ã£o e fraude. AlÃ©m disso, o TOI juntado aos autos encontra-se maculada pela cÃ³pia nÃ£o sendo muito legÃ-vel o que lÃ¡ estÃ¡ escrito. Este magistrado nÃ£o identificou a assinatura da autora, o que aponta que esta nÃ£o estava presente no momento da inspeÃ§Ã£o, o que desrespeita a ResoluÃ§Ã£o 414/10 da ANEEL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o, portanto, que os valores foram indevidamente cobrados em fatura do autor, impondo-se Ã rÃ© o Ã´nus do ilÃ-cito. Sob estes fundamentos, resta patente a conduta ilÃ-cita desenvolvida pela instituiÃ§Ã£o requerida, sendo medida que se impÃµem o estabelecimento da prestaÃ§Ã£o reparatÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, devem ser declarados tÃ£o somente inexistentes os dÃ©bitos mencionados. 2.Â Â Â Â Â Dano moral: Â Â Â Â Â Quanto aos danos morais, embora seja cediÃ§o que a simples situaÃ§Ã£o tivesse gerado inconvenientes Ã requerente, alÃ©m disso seu nome foi indevidamente inscrito em banco de dados de restriÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Outrossim, Ã© cediÃ§o a irritaÃ§Ã£o que os consumidores muitas vezes enfrentam diante da abusividade dos serviÃ§os prestados por serviÃ§os de energia, o que muitas vezes dÃ¡ margem ao dano moral, ainda mais quando o nome do consumidor Ã© posto indevidamente em

cadastro de inadimplentes, impedindo que este realize muitas outras transaÃ§Ãµes comerciais. Bem como, se hÃ¡ corte no fornecimento de energia. O que nÃ£o se configurou no caso em anÃ¡lise. Â Â Â Â Â Assim, em relaÃ§Ã£o aos danos morais, deve se levar em consideraÃ§Ã£o que a lei autoriza a se pleitear a sua indenizaÃ§Ã£o sempre que um incidente altere o equilÃ-brio emocional, crie constrangimento ou atrapalhe a rotina de uma pessoa, sendo que, para a fixaÃ§Ã£o do valor de tal indenizaÃ§Ã£o, devem ser analisadas as peculiaridades de cada caso, fixando um valor que represente uma puniÃ§Ã£o ao ofensor, e ao mesmo tempo, uma compensaÃ§Ã£o razoÃ¡vel ao ofendido. Â Â Â Â Â Este magistrado tem que a situaÃ§Ã£o experimentada pela parte autora nÃ£o transcende a Ã³rbita do mero aborrecimento, notadamente porque nÃ£o houve suspensÃ£o indevida de um serviÃ§o de carÃ¡ter essencial. AliÃ¡s, pelas regras de experiÃªncia comum, hÃ¡ de se convir que um episÃ³dio dessa natureza causa inÃºmeros transtornos a qualquer pessoa, sendo inarredÃ¡vel, portanto, a obrigaÃ§Ã£o de indenizar caso houvesse corte no fornecimento de energia o que, repiso, nÃ£o ocorreu. A rÃ©, portanto, nÃ£o procedeu com o corte, cumprindo com o determinado em sede de liminar. Â Â Â Â Â Neste sentido, o dano moral nÃ£o Ã© cabÃ-vel, como bem demonstra o julgado a seguir: APELAÃÃO CÃVEL. DIREITO PÃBLICO NÃO ESPECIFICADO. INTERRUPÃÃO DO SERVIÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÃTRICA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. Para a configuraÃ§Ã£o do dever de indenizar por lesÃ£o moral, nos exatos termos do art. 927 do CÃ³digo Civil, impÃµe-se a prova escorreita do dano causado, pois, in casu, o prejuÃ-zo nÃ£o decorre simplesmente do fato. Dano moral nÃ£o configurado.APELAÃÃO DESPROVIDA. (TJ-RS - AC: 70058417197 RS, Relator: Eduardo Uhlein, Data de Julgamento: 26/08/2015, Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 15/09/2015). Â Â Â Â Â Logo, nÃ£o vislumbro, no caso em apreÃ§o, a configuraÃ§Ã£o dos danos morais. 3.Â Â Â Â Â Dispositivo: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensÃ£o autoral para confirmar os efeitos da antecipaÃ§Ã£o da tutela provisÃ³ria de urgÃªncia, bem como para: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1) DECLARAR a inexistÃªncia do dÃ©bito questionado nos autos, este no valor de R$ 786,06 (setecentos e oitenta e seis reais e seis centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2) DETERMINAR que a parte RÃ© retire de seus arquivos quaisquer dÃ©bitos lÃ¡ existentes em nome da parte autora tÃ£o somente quanto aos valores que aqui se discute. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, condeno o rÃ©u Ã s custas processuais e aos honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 20% (dez por cento) sobre o valor total do dÃ©bito considerado inexistente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como o autor sucumbiu na parte dos danos morais, condeno-o igualmente ao pagamento das custas processuais e aos honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 20% (dez por cento) sobre o valor total do dÃ©bito considerado inexistente, que ficarÃ£o suspensos em face da mesma ser hipossuficiente nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00052397120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REU:THADEU ALMIR GOUVEA DE MORAES AUTOR:FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS PCG BRASIL MULTICARTEIRA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) . Vistos, etc.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DE BUSCA E APREENSÃO interposta por AYMORÃ CRÃDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A em face de THADEU ALMIR GOUVEA DE MORAES objetivando a procedÃªncia da aÃ§Ã£o com a consequente consolidaÃ§Ã£o da propriedade e a posse plena e exclusiva do veÃ-culo com o proprietÃ¡rio fiduciÃ¡rio (autor/credor). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma, em sÃ-ntese, o requerente ter celebrado com a parte requerida contrato de financiamento com garantia de alienaÃ§Ã£o, entregando o veÃ-culo descrito na inicial, conforme documentos juntados nos autos. Em contrapartida, a parte requerida se comprometeu a efetuar o pagamento atravÃ©s das parcelas mensais estabelecidas no contrato. Contudo, nÃ£o honrou a obrigaÃ§Ã£o assumida, deixando de pagar a parcela estipuladas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A liminar foi deferida e o bem apreendido e depositado consoante Auto de ApreensÃ£o acostado aos autos, Ã s fls. 37. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citado a parte rÃ©, nÃ£o contestou os termos da inicial, certidÃ£o de fls.40. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observa-se que a parte rÃ© apesar de devidamente citada nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o nos termos da certidÃ£o de fls. 40. Assim, faz nascer Ã presunÃ§Ã£o de veracidade dos fatos alegados pela autora, nos termos 344 do CPC. Por consequÃªncia, o feito comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, hÃ¡ nos autos documentos que corroboram o alegado pela parte autora, em especial o contrato e notificaÃ§Ã£o extrajudicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre destacar que a parte rÃ© nÃ£o se manifestou sobre nenhum dos fundamentos sustentados pelo autor, mesmo sendo devidamente citado. Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, como os documentos juntados aos autos corroboram o alegado pela parte autora, a procedÃªncia do pedido Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cinge-se a controvÃ©rsia em verificar se a liminar concedida deve ser confirmada para consolidar a posse e a propriedade do bem nas mÃ£os do autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã s provas, o autor demonstrou ter celebrado contrato de abertura de crÃ©dito com a parte rÃ©, garantido por alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange Ã existÃªncia da dÃ-vida, o autor alegou que o rÃ©u deixou de pagar parcelas referentes ao contrato e pelo que se depreende do disposto no decreto 911/1969, no Â§1Âº art. 3Âº, apÃ³s cinco dias do cumprimento do mandado consolidar-se-Ã£o a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimÃ´nio do credor fiduciÃ¡rio, e mesmo que ocorra a purgaÃ§Ã£o da mora, pois com o atraso configurado no art. 2Âº Â§3Âº, do mesmo diploma legal, a mora ou inadimplemento das obrigaÃ§Ãµes contratuais facultam ao credor cobrar todas as obrigaÃ§Ãµes contratuais, dando por vencido o contrato integral. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, a mora restou configurada por meio da notificaÃ§Ã£o extrajudicial, estando, portanto, devidamente preenchidos os requisitos previstos no art. 3Âº do Decreto-Lei 911/69. Assim, o deferimento da liminar de busca e apreensÃ£o Ã© medida que se impÃµe, com a consequente procedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido Ã© a jurisprudÃªncia, confira-se: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÃÃO FIDUCIÃRIA. BUSCA E APREENSÃO. MORA CONFIGURADA. 1. Foi comprovado o inadimplemento do contrato pelo requerido e a sua constituiÃ§Ã£o em mora, por meio de notificaÃ§Ã£o extrajudicial. 2. Preenchidos os requisitos previstos no artigo 3Âº do Decreto-Lei n. 911/1969, deve ser confirmada a liminar deferida na instÂncia de origem. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravo de Instrumento NÂº 70068142546, DÃ©cima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: MÃ¡rio Crespo Brum, Julgado em 03/02/2016) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em suma a aÃ§Ã£o Ã© procedente nos termos do art.1Âº, Â§Â§ 4Âº, 5Âº e 6Âº c/c art. 2Âº e 3Âº, Â§5Âº, todos do Decreto-Lei 911/69. O autor deverÃ¡ vender o bem e aplicar o produto da venda no pagamento do seu crÃ©dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 487, I do CPC, para, na forma do art.3Âº do Decreto-Lei 911/69, consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do veÃ-culo descrito na petiÃ§Ã£o inicial nas mÃ£os do proprietÃ¡rio fiduciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 85 do CPC, condeno o rÃ©u no pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, que fixo em 10% do valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, determino o arquivamento do feito depois de quitadas as custas, procedendo Ã s anotaÃ§Ãµes e baixas devidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00052578720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:JOSE RAIMUNDO DA SILVA COSTA AUTOR:ANNA MARIA BRITO FALCAO COSTA Representante(s): OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 20148 - THALES KEMIL PINHEIRO VICENTE (ADVOGADO) REU:EXITO ENGENHARIA LTDA. Tratam-se os autos de AÃÃO DE ANULAÃÃO DE CLÃUSULA CONTRATUAL C/C OBRIGAÃÃO DE DAR E REPARAÃÃO POR DANOS MORAIS movida por JOSPE RAIMUNDO DA SILVA COSTA e ANNA MARIA BRITO FALCÃO COSTA em face de ÃXITO ENGENHARIA LTDA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a inicial, os Requerentes firmaram contrato de promessa de compra e venda de bem imÃ³vel na planta, denominado EdifÃ-cio Residencial Vicent van Gogh, apartamento 202, localizado na Travessa Curuzu, nÂº 1934, nos termos e condiÃ§Ãµes especificados no contrato. Entretanto, no dia 21.12.2009, prÃ³ximo Ã data prevista para entrega do imÃ³vel, as partes dissolveram o negÃ³cio atravÃ©s de distrato de promessa de compra e venda, pactuando-se que a restituiÃ§Ã£o dos valores liquidados ocorreria apÃ³s a alienaÃ§Ã£o da unidade objeto do distrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destacaram ainda que atÃ© o momento do ajuizamento da aÃ§Ã£o, a obra nÃ£o havia sido concluÃ-da, mantendo-se, assim, a situaÃ§Ã£o de inadimplemento por parte da construtora, circunstÂncia que teria trazido danos extrapatrimoniais Ã esfera jurÃ-dica dos consumidores, ora requerentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esta razÃ£o, pleiteiam, alÃ©m da nulidade da clÃ¡usula contratual que impÃµe a condicionante mencionada, a reparaÃ§Ã£o pelos danos morais que lhes sobrevieram. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicial acompanhada de documentos (fls. 13/35). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Citada (fl. 40), a Requerida contestou os termos da aÃ§Ã£o. Preliminarmente, argumentou acerca da necessidade de suspensÃ£o do processamento da aÃ§Ã£o, haja vista que deferida em seu favor a recuperaÃ§Ã£o judicial. No mÃ©rito, asseverou inexistir nulidade que contamine a clÃ¡usula segunda do distrato, seja porque livremente pactuada, seja porque, na seara contratual, deve ser observado o princÃ-pio do pacta sun servanda, que obriga o cumprimento dos termos avenÃ§ados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que toca ao dano moral, destacou que a situaÃ§Ã£o trazida pelos autores nÃ£o passa de mera

Â¿chateaÃ§Ã£oÂ¿ do cotidiano, o que nÃ£o caracteriza dano extrapatrimonial passÃ-vel de reparaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 69/75 atravÃ©s da qual os Requerentes ratificaram os termos da inicial e pugnaram pela procedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instadas as partes a se manifestarem acerca da produÃ§Ã£o de provas outras, o prazo transcorreu in albis (vide certidÃ£o de fl. 87), razÃ£o pela qual, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC, procedo ao julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que merece relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminar. Da suspensÃ£o do processo em virtude do deferimento da RecuperaÃ§Ã£o Judicial - Lei 11.101/05. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registra-se que o processamento da recuperaÃ§Ã£o judicial da pessoa jurÃ-dica devedora foi deferido antes da entrada em vigor da Lei 14.112/20, que promoveu sensÃ-veis alteraÃ§Ãµes na Lei 11.101/05, inclusive quanto ao regramento do art. 6Âº e Â§Â§, que trata das disposiÃ§Ãµes comuns Ã recuperaÃ§Ã£o judicial e Ã falÃªncia, especialmente, no que diz respeito Ã suspensÃ£o das aÃ§Ãµes e execuÃ§Ãµes em curso contra o ente coletivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, aplica-se, Ã espÃ©cie, a redaÃ§Ã£o original do art. 6Âº, Â§4Âº, da Lei 11.101/05, segundo o qual Â¿na recuperaÃ§Ã£o judicial, a suspensÃ£o de que trata oÂ caputÂ deste artigo em hipÃ³tese nenhuma excederÃ¡ o prazo improrrogÃ¡vel de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperaÃ§Ã£o, restabelecendo-se, apÃ³s o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas aÃ§Ãµes e execuÃ§Ãµes, independentemente de pronunciamento judicial.Â¿ (negritei). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, tal suspensÃ£o Ã© cabÃ-vel quando se tratar de quantia lÃ-quida, o que nÃ£o ocorre nos presentes autos, devendo, portanto, a aÃ§Ã£o ter o seu regular prosseguimento. Confira-se o disposto no art. 6Âº, Â§1Âº, da Lei n. 11.101/2005: Art. 6Âº A decretaÃ§Ã£o da falÃªncia ou o deferimento do processamento da recuperaÃ§Ã£o judicial suspende o curso da prescriÃ§Ã£o e de todas as aÃ§Ãµes e execuÃ§Ãµes em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sÃ³cio solidÃ¡rio. Â§1Âº TerÃ¡ prosseguimento no juÃ-zo no qual estiver se processando a aÃ§Ã£o que demandar quantia ilÃ-quida.Â¿ (grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, impÃµe-se o prosseguimento do feito tornado lÃ-quida a condenaÃ§Ã£o para, apÃ³s, extrair a certidÃ£o de crÃ©dito a ser oportunamente habilitada pelo Exequente no juÃ-zo universal, razÃ£o pela qual REJEITO o pedido formulado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da RelaÃ§Ã£o de consumo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente aos rÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MÃ©rito. Da nulidade da clÃ¡usula contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A CLÃUSULA SEGUNDA do distrato de fls. 19/21 estabelece que Â¿as partes aqui identificadas, de comum acordo e em conformidade com as clÃ¡usulas contratuais avenÃ§adas, convencionam fixar como devoluÃ§Ã£o os valores pagos pela DISTRANTE na forma pactuada, a importÃ¢ncia de R$80.573,09 (oitenta mil quinhentos e setenta e trÃªs reais e nove centavos). O pagamento do valor acima pactuado serÃ¡ combinado com os DISTRATANTES no endereÃ§o da DISTRATADA, assim que for vendida a unidade objeto do presente distrato e sua quitaÃ§Ã£o serÃ¡ efetivada atravÃ©s de recibo prÃ³prio, assinado pelas partes. [...]Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os termos do dispositivo em questÃ£o, fica evidente que a empreendedora-rÃ© colocou os consumidores, ora Requerentes, em situaÃ§Ã£o de desvantagem exagerada, incompatÃ-vel com a boa fÃ© objetiva, princÃ-pio que deve orientar o plexo de negÃ³cios existentes em uma sociedade complexa, globalizada, como a que estamos inseridos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse passo, nÃ£o Ã© crÃ-vel que a rÃ© condicione a restituiÃ§Ã£o de capital que nÃ£o lhe pertence Ã concretizaÃ§Ã£o de negÃ³cios com terceiros, sobretudo porque a obra sequer foi concluÃ-da, mesmo passados mais de 14 (quatorze) anos, fato incontroverso, nos termos do art. 374, inciso III, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O lapso temporal decorrido sem que tenha sido realizada a restituiÃ§Ã£o do capital dos consumidores, embasada na condicionante contratual, impregna a clÃ¡usula contratual de nulidade tal que a torna insuscetÃ-vel de operar efeitos, portanto, de pleno direito, consoante preleciona o art. 51, inciso IV, do CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dano moral Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A doutrina tem conceituado o dano moral como uma ofensa decorrente de conduta ilÃ-cita que pode causar - mas nÃ£o necessariamente - sentimentos de dor, tristeza, vexame, humilhaÃ§Ã£o, amargura, sofrimento, angÃºstia e depressÃ£o ou que ultraje valores fundamentais protegidos pelo texto constitucional, cujos efeitos inevitavelmente atingem o nÃºcleo de dignidade do ser humano (TARTUCE, FlÃ¡vio. Manual de Direito Civil. 9 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense. SÃ£o Paulo: MÃTODO, 2019. p. 458). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destacando a virada constitucional implementada em 1988 acerca do tema, o Ministro Luis Felipe SalomÃ£o, em seu voto-

condutor nos autos do Recurso Especial nÂº 1.245.550/MG, assevera que a ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica Â¿deu ao homem lugar de destaque, realÃ§ou seus direitos e fez deles o fio condutor de todos os ramos jurÃ-dicos. A dignidade humana pode ser considerada, assim, um direito constitucional subjetivo - essÃªncia de todos os direitos personalÃ-ssimos - e Ã© o ataque a esse direito que se convencionou a chamar de dano moralÂ¿ (STJ, REsp 1.245.550/MG, Rel. Min. Luis Felipe SalomÃ£o, j. 17.03.2015, DJe 16.04.2015). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sob a Ã³tica das relaÃ§Ãµes contratuais no ramo imobiliÃ¡rio, hÃ¡ nÃ£o se desconhece a farta jurisprudÃªncia do STJ que consagrou o entendimento segundo o qual o mero inadimplemento ou simples quebra contratual nÃ£o gera o dever de reparabilidade por dano moral. Precedentes: STJ - AgInt no AREsp: 1566142 SP 2019/0241510-3, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 18/05/2020, T4 - QUARTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 21/05/2020; STJ - AgInt no REsp: 1842417 RJ 2019/0303018-1, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 22/06/2020, T4 - QUARTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 26/06/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Todavia, nÃ£o Ã© o que deve prevalecer na hipÃ³tese sub examine. A decisÃ£o de adquirir imÃ³vel prÃ³prio traz consigo, por vezes, uma sÃ©rie de restriÃ§Ãµes que exige do adquirente/promissÃ¡rio comprador a readequaÃ§Ã£o do seu planejamento financeiro, muitas vezes realizando cortes e remanejamento de receita, tudo isso com vistas a cumprir a obrigaÃ§Ã£o assumida no instrumento contratual exatamente na forma como pactuado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A empresa-rÃ©, ao contrÃ¡rio, valendo-se se sua posiÃ§Ã£o de detentora do capital, dos meios de produÃ§Ã£o e de estrutura institucional que lhe coloca em posiÃ§Ã£o de vantagem frente ao consumidor, estabeleceu clÃ¡usula contratual que impÃµe prazo indeterminado ao cumprimento da obrigaÃ§Ã£o, privando ilicitamente os Requerentes do capital que sÃ£o titulares [que, diga-se, permanece na esfera de disponibilidade da empresa sem custo algum], subtraindo-lhes a paz, o sossego e, sobretudo, causando-lhes angustia por tempo juridicamente relevante [repisa-se, por mais de quatorze anos], conduta que nÃ£o pode ser tolerada pelo Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispositivo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ex positis, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial para, preliminarmente, REJEITAR a pretensÃ£o de suspensÃ£o de processamento do feito, o que o faÃ§o com espeque no art. art. 6Âº, Â§4Âº, da Lei 11.101/05, e, no mÃ©rito, com supedÃ¢neo no art. 51, inciso IV, do CDC, DECRETAR a nulidade da clÃ¡usula segunda, do distrato de fls. 19/21, e CONDENAR a rÃ© a restituir aos autores, de forma integral e de uma sÃ³ vez, o valor constante da clÃ¡usula segunda, incidindo-se juros de mora a contar da citaÃ§Ã£o (art. 405 do CC) e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a contar de cada desembolso (art. 389 do CC). A correÃ§Ã£o monetÃ¡ria observarÃ¡ o INCC atÃ© a data da citaÃ§Ã£o, momento que serÃ¡ calculada juntamente com os juros de mora pelo IPCA ou por qual deles for mais favorÃ¡vel ao consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENO a rÃ© ao pagamento dos danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros de mora a contar da citaÃ§Ã£o (art. 405 do CC) e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria desde a data do arbitramento nos termos da SÃºmula n. 362 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a rÃ© ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (DEZ por cento) sobre o valor total da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85, Â§ 2Âº c/c art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita ao regime do art. 523, Â§ 1Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00052754520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ROBERTO DA SILVA ARAGAO Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO VOTORANTIM SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REU:BCV BANCO DE CREDITO E VAREJO SA Representante(s): OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (ADVOGADO) OAB 63440 - MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (ADVOGADO) REU:AGIPLAN FINANCEIRA SA CFI Representante(s): OAB 20601-A - WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE REVISÃO DE CLÃUSULA CONTRATUAL E REDEFINIÃÃO DE MARGEM CONSIGNÃVEL C/C REPETIÃÃO DE INDÃBITO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ajuizada por ROBERTO DA SILVA ARAGÃO em face de BANCO VOTORNTIM S/A, BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, BCV - BANCO DE CREDITO E VAREJO S/A, AGIPLAN FINANCEIRA S/A CFI. Â Â Â Â Â Alega o autor, como causa de pedir, que celebrou quatro contratos de empréstimos consignados com os bancos demandados e um outro com desconto em conta corrente junto ao AGIPLAN Financeira S/A CFI. Que reconhece os empréstimos, porém alega abusividade nas taxas de

cobranÃ§a praticadas pelos bancos. Que buscou contato com os rÃ©us no intuito de renegociar suas dÃ-vidas com a reduÃ§Ã£o do valor das parcelas, pois estava com dificuldades financeiras, em razÃ£o das diversas consignaÃ§Ãµes em seu contracheque. Que nÃ£o obteve sucesso na sua tentativa de soluÃ§Ã£o amigÃ¡vel para o problema. Que os bancos rÃ©us nÃ£o estÃ£o observando o limite de 30% do valor dos seus vencimentos para fazer o desconto do valor das parcelas. Â Â Â Â Â Assim, o autor requereu sejam os rÃ©us liminarmente compelidos a suspender os referidos contratos de consignaÃ§Ã£o e/ou limitar o valor das parcelas dos emprÃ©stimos contratados pelo autor Ã quantia correspondente a 30% dos seus vencimentos. No mÃ©rito, requer: 1) a confirmaÃ§Ã£o da liminar; 2) a condenaÃ§Ã£o dos rÃ©us a pagarem a autora compensaÃ§Ã£o por dano moral; reajustamento das taxas abusivas, como expurgos, etc. Ainda requer a repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito ao pagamento das referidas taxas consideradas abusivas. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Liminarmente foi deferido que o rÃ©u se abstivesse de incluir o nome do autor em cadastros de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Determinou-se, tambÃ©m, que os rÃ©us apresentassem os determinados contratos. Â Â Â Â Â AGIPLAN contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 34/48. Banco Bradesco Financiamentos S/A contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 66/85 e 166/185. Â Â Â Â Â Em audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, fls. 121, nÃ£o houve acordo. Â Â Â Â Â BCV - BANCO DE CRÃDITO E VAREJO S/A contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 151/156. BV Financeira S/A CrÃ©dito, Financiamento e Investimento contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 231/241. Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 256/258, 259/266, 268/272, 273/277. Â Â Â Â Â Minuta de acordo entre o autor e o requerido Banco Votorantim S/A Ã s fls. 278/280. Comprovante de pagamento do acordo, fls. 281/282. Â Â Â Â Â Pedido de retificaÃ§Ã£o de polo passivo, de Banco AGIPLAN S/A para Banco AGIBANK S/A, fls. 296/297. Â Â Â Â Â A Ãºltima manifestaÃ§Ã£o das partes foi no sentido de nÃ£o ter interesse na conciliaÃ§Ã£o, pleiteando o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Objetiva a parte autora ver limitados os descontos efetuados em sua folha de pagamento sobre emprÃ©stimos realizados, no patamar de 30% (trinta por cento), e, ser indenizada pelos danos morais a serem suportados. Ainda, pleiteia repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito em face da cobranÃ§a das taxas que entende abusivas. Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes Ã© de consumo, sendo impositiva a aplicaÃ§Ã£o do CÃ³digo de Defesa do Consumidor.Â Â Â Â Â A questÃ£o nÃ£o Ã© nova nos Tribunais. Trata-se do chamado super endividamento, sendo pacÃ-fico nesses casos o entendimento da jurisprudÃªncia no sentido de limitar os descontos a 30% dos ganhos do trabalhador. Nestes termos colaciono a jurisprudÃªncia, deste tribunal: PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO EMPRÃSTIMO CONSIGNADO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO LIMITE FIXADO EM 30% - SERVIDOR PÃBLICO MILITAR RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . Assiste razÃ£o ao ora agravante, posto que em relaÃ§Ã£o Ã condiÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia do mesmo, o carÃ¡ter alimentar de sua remuneraÃ§Ã£o, bem como a nÃ£o juntada do contrato de financiamento (que poderia fazer prova do alegado pelo ora agravado), restou o entendimento de que deve ser firmado os descontos para consignaÃ§Ã£o conforme o Decreto nÂº 6386/08: no percentual de 30% sobre o salÃ¡rio do servidor militar. Destarte, hÃ¡ necessidade de ser observado o limite de 30%, contudo, o ora agravante possui outros emprÃ©stimos com outros Bancos que perfazem 14.82% de sua renda, assim, para o caso em apreÃ§o deverÃ¡ ser considerado o percentual de 15,18% para desconto em folha de pagamento. (TJ-PA - AI: 201330086005 PA, Relator: MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO, Data de Julgamento: 08/11/2013, 1Âª CÃMARA CÃVEL ISOLADA, Data de PublicaÃ§Ã£o: 12/11/2013) Â Â Â Â Â Por sua vez, o EgrÃ©gio Superior Tribunal de JustiÃ§a editou em 26.02.2018 a SÃºmula 603, dispondo que: Â¿Ã vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensÃ£o, os salÃ¡rios, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mÃºtuo (comum) contraÃ-do, ainda que haja clÃ¡usula contratual autorizativa, excluÃ-do o emprÃ©stimo garantido por margem salarial consignÃ¡vel, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal especÃ-fico e admite a retenÃ§Ã£o de percentual". Â Â Â Â Â Tanto a doutrina quanto a jurisprudÃªncia tÃªm considerado que os contratos de emprÃ©stimo firmados com desconto em folha mostram-se vÃ¡lidos e legÃ-timos, jÃ¡ que, em regra, buscam atender a um interesse comum das partes contratantes. Entretanto, tal direito nÃ£o pode ser exercido de forma ilimitada. Â Â Â Â Â O prestÃ-gio ao princÃ-pio da Pacta Sunt Servanda nÃ£o pode ser arguido de forma indiscriminada como uma entidade teÃ³rica absoluta, afinal nÃ£o tem o condÃ£o de limitar a subsistÃªncia do contratante, sob pena de lhe ser atingido na dignidade humana. Entendo que os rendimentos do consumidor nÃ£o podem ser substancialmente retidos, para pagamento de dÃ©bitos. Ã importante inferir que este magistrado se orienta no sentido de firmar seu convencimento sob a perspectiva de que os descontos devem ser limitados a 30% dos ganhos lÃ-quidos, em respeito ao PrincÃ-pio da Dignidade da Pessoa Humana, uma vez que o consumidor necessita do mÃ-nimo para sobreviver, Ã© o que se denomina doutrinariamente de Teoria do MÃ-nimo Existencial. Os Direitos Humanos prevalecem sobre as relaÃ§Ãµes privadas de cunho econÃ´mico, afinal, devem sempre prevalecer em respeito ao prÃ³prio texto constitucional que lhe assegura. Â Â Â Â Â Importante salientar,

contudo que nÃ£o Ã© exigÃ-vel que a instituiÃ§Ã£o financeira arque com as consequÃªncias do mau uso, pelo contratante, do emprÃ©stimo concedido. No entanto, cabe a ela a ponderaÃ§Ã£o dos riscos inerentes aos contratos que celebra, bem analisando a capacidade de endividamento do cliente. Se observa que o mesmo jÃ¡ estÃ¡ com seus vencimentos comprometidos, por que conhecer novo emprÃ©stimo? Cabe sim Ã s InstituiÃ§Ãµes Financeiras igualmente informarem seus clientes acerca da impossibilidade do emprÃ©stimo sob pena de sempre se recorrer ao judiciÃ¡rio, posto saber que o mesmo nÃ£o conseguirÃ¡ honrar com seus compromissos afetando seu mÃ-nimo existencial. Â Â Â Â Â Sendo assim, Ã© mais do que razoÃ¡vel que os descontos de parcelas de emprÃ©stimo nÃ£o ultrapassem 30% (trinta por cento) sobre o valor lÃ-quido dos rendimentos, jÃ¡ que, desta forma, estarÃ¡ preservada a livre vontade das partes e tambÃ©m a parcela alimentar do salÃ¡rio. Colaciono: APELAÃÃO CÃVEL. DIREITO CIVIL. SERVIDOR FEDERAL. EMPRÃSTIMO CONSIGNADO. PERDA SALARIAL. MARGEM CONSIGNÃVEL. READEQUAÃÃO DO VALOR DAS PARCELAS DESCONTOS NO CONTRACHEQUE. LIMITAÃÃO A 30% DA RENDA BRUTA. 1. Os descontos em folha de pagamento dos servidores pÃºblicos relativos a emprÃ©stimos consignados devem ser limitados ao percentual de 30% do seu rendimento bruto, abatidos os descontos compulsÃ³rios (Lei 8.112/90 45 e Decreto 3.297/1999 11). 2. Havendo reduÃ§Ã£o da remuneraÃ§Ã£o em razÃ£o da alteraÃ§Ã£o da funÃ§Ã£o comissionada antes recebida pelo servidor, Ã© necessÃ¡ria a readequaÃ§Ã£o do valor das parcelas do emprÃ©stimo consignado a fim de obedecer ao limite legal da margem consignÃ¡vel. 3. Deu-se provimento ao apelo. (TJ-DF 07181936820198070007 DF 0718193-68.2019.8.07.0007, Relator: SÃRGIO ROCHA, Data de Julgamento: 05/11/2020, 4Âª Turma CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 23/11/2020. PÃ¡g.: Sem PÃ¡gina Cadastrada.) Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que o devedor nÃ£o pode se escusar de suas obrigaÃ§Ãµes alegando mero descontrole financeiro, mas igualmente tambÃ©m nÃ£o podem ser executados em seus exatos termos os contratos que importem em uma onerosidade excessiva ao consumidor, colocando-o em estado de insolvÃªncia. Repiso, cabe Ã InstituiÃ§Ã£o Financeira, com seu corpo tÃ©cnico e burocrÃ¡tico, orientar seus clientes quanto aos seus limites financeiros. NÃ£o deve perseguir somente o lucro. Â Â Â Â Â Destarte, mostra-se cabÃ-vel a limitaÃ§Ã£o de descontos pleiteada, porque, mesmo que os descontos tenham sido objeto de livre estipulaÃ§Ã£o pelos contratantes conforme contrato acostados aos autos, nÃ£o podem as InstituiÃ§Ãµes Financeiras descontar a quase integralidade do salÃ¡rio do contratante por se tratar de verba necessÃ¡ria Ã sua sobrevivÃªncia e de sua famÃ-lia. Posto ter ficado nÃ-tido e indelÃ©vel que estÃ¡ tendo e muito o comprometimento dos seus vencimentos, conforme se analisa das folhas de pagamentos apresentadas. Â Â Â Â Â Como jÃ¡ se aventou alhures, tal conduta importa em flagrante afronta ao princÃ-pio da dignidade da pessoa humana, assegurado pelo art. 1Âº, III da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â As Ãºnicas arguiÃ§Ãµes que merecem consideraÃ§Ã£o das contestaÃ§Ãµes e merecem ser afastadas com relaÃ§Ã£o ao autor Ã© a que diz respeito aos juros remuneratÃ³rios e as demais taxas que este entende abusivas. Vejamos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos Juros remuneratÃ³rios e Juros moratÃ³rios e demais cobranÃ§as que se discutem ser abusivas: PrincÃ-pio da Pacta Sunt Servanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a tem entendido tambÃ©m que nÃ£o se aplica o art. 591 c/c 406 do CÃ³digo Civil aos contratos bancÃ¡rios, nÃ£o estando submetidos Ã limitaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios. Apenas os juros moratÃ³rios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mÃªs para os contratos bancÃ¡rios nÃ£o regidos por legislaÃ§Ã£o especÃ-fica. Rememorando, juros remuneratÃ³rios sÃ£o aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuiÃ§Ã£o pela disponibilidade do numerÃ¡rio, enquanto que juros moratÃ³rios sÃ£o aqueles estipulados como uma forma de puniÃ§Ã£o pelo atraso no cumprimento da obrigaÃ§Ã£o estabelecida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a SÃºmula 596 do STF, as instituiÃ§Ãµes financeiras nÃ£o se sujeitam tambÃ©m Ã limitaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipÃ³teses especÃ-ficas. SÃ£o possÃ-veis que sejam pactuados juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, sem que essa clÃ¡usula, por si sÃ³, seja invÃ¡lida. Ã necessÃ¡rio analisar se os Ã-ndices aplicÃ¡veis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente entÃ£o se possa falar em revisÃ£o por parte do judiciÃ¡rio do que fora aventado pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m do que, ainda que a obrigaÃ§Ã£o tenha por objeto prestaÃ§Ã£o divisÃ-vel, nÃ£o pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim nÃ£o se ajustou, conforme dispÃµe o art. 314 do CÃ³digo Civil Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, nossos tribunais tÃªm pacificado o entendimento de que na aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestaÃ§Ã£o que se obrigou, pois, o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber coisa diversa da que lhe Ã© devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÃÃO DE VIOLAÃÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÃDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÃDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. NÃ£o hÃ¡ violaÃ§Ã£o

ao artigo 535, II do CPC quando o acÃ³rdÃ£o examinou as questÃµes controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram Ã s conclusÃµes assumidas. 2. A consignaÃ§Ã£o em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigaÃ§Ã£o, mediante o depÃ³sito da quantia ou da coisa devida, e sÃ³ poderÃ¡ ter forÃ§a de pagamento se concorrerem "em relaÃ§Ã£o Ã s pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais nÃ£o Ã© vÃ¡lido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulaÃ§Ã£o de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o Ã© possÃ-vel o uso da aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento para depÃ³sito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignaÃ§Ã£o exige que o depÃ³sito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigaÃ§Ã£o, pois "o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber a prestaÃ§Ã£o diversa da que lhe Ã© devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial nÃ£o-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe SalomÃ£o, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÃÃO CÃVEL. ENSINO PARTICULAR. AÃÃO DE COBRANÃA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÃBITO. AUSÃNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÃÃO DE DAR VALOR LÃQUIDO. SENTENÃA MANTIDA. MÃ©rito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensÃ£o de eficÃ¡cia preponderantemente condenatÃ³ria, tal como na aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, analisa-se existÃªncia do direito, constituindo-se um tÃ-tulo executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual Ã© exigÃ-vel de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crÃ©dito na fase de conhecimento e constituÃ-do o tÃ-tulo executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigaÃ§Ã£o existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurÃ-dica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os crÃ©ditos consolidados mediante a via judicial nÃ£o sÃ£o passÃ-veis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida Ã© do credor, inexistindo possibilidade jurÃ-dica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigaÃ§Ã£o de dar valor lÃ-quido e exigÃ-vel de pronto. Logo, a obrigaÃ§Ã£o constituÃ-da nÃ£o Ã© alternativa, cuja opÃ§Ã£o de escolha da prestaÃ§Ã£o a ser dada Ã© do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrÃ¡rio, se estÃ¡ diante de estipulaÃ§Ã£o certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor nÃ£o pode ser obrigado a aceitar o pagamento do dÃ©bito de forma diversa do avenÃ§ado e reconhecida como devida. InteligÃªncia do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, nÃ£o hÃ¡ embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela rÃ©. Negado provimento ao apelo (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035000751, Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÃRIA. CARTÃO DE CRÃDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÃBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÃ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÃÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÃÃO DO JUDICIÃRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÃÃO DA DÃVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso CÃ-vel nÂº 71002857431, Terceira Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais RS, Relator: EugÃªnio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso, como em muitos outros, vem tratar de matÃ©ria jÃ¡ pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificaÃ§Ã£o dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudÃªncia jÃ¡ entendeu nÃ£o aplicÃ¡vel para o caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora o judiciÃ¡rio nÃ£o pode ser furtar de apreciar perigo de lesÃ£o, o caso nÃ£o requer apenas a apreciaÃ§Ã£o do que realmente pode ser tido como pertinente para juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido: AÃ§Ã£o revisional de contrato bancÃ¡rio - alegaÃ§Ãµes genÃ©ricas que tÃªm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado -Â inexistÃªncia de limitaÃ§Ã£o, constitucional ou legal, de cobranÃ§a de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistÃªncia de abusividade na capitalizaÃ§Ã£o dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissÃ£o de permanÃªncia, desde que nÃ£o se cumule com a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria - Acolhimento parcial tÃ£o sÃ³ do recurso do rÃ©u (ApelaÃ§Ã£o com RevisÃ£o n.Âº 1.177.643-7, 11Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Tribunal de JustiÃ§a SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, o entendimento do STJ autoriza a aplicaÃ§Ã£o de juros compostos, nÃ£o havendo irregularidade alguma nessa aplicaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â AliÃ¡s, tambÃ©m, Ã© pacifico o entendimento jurisprudencial que Ã© permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, in verbis: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO MONITÃRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÃVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÃÃO. INOCORRÃNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÃNCIA DE AÃÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juÃ-zo para obter a tutela pretendida, conferindo

utilidade e eficÃ¡cia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituiÃ§Ã£o financeira possui interesse processual, em razÃ£o do inadimplemento do instrumento particular de confissÃ£o de dÃ-vida assumido pelo correntista e que nÃ£o se constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial. PRESCRIÃÃO: A cobranÃ§a de dÃ-vida oriunda de contrato de confissÃ£o de dÃ-vida, sob a Ã©gide do CÃ³digo Civil de 1916, obedece Ã prescriÃ§Ã£o vintenÃ¡ria, nos termos de seu art. 177. Sob a Ã³tica do CÃ³digo de 2002, ante a incorporaÃ§Ã£o de novas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o ao Diploma, a prescriÃ§Ã£o passa a ser qÃ¼inqÃ¼enal e regulada pelo inciso I, do Â§5Âº, do art. 206. De acordo com a regra de transiÃ§Ã£o prevista no art. 2.028, do CC/02, se nÃ£o transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fÃ³rmula do CÃ³digo derrogado, conta-se a prescriÃ§Ã£o pelas disposiÃ§Ãµes do novo Digesto Civil, com termo `a quo no inÃ-cio de sua vigÃªncia (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescriÃ§Ã£o. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viÃ¡vel a revisÃ£o de toda a relaÃ§Ã£o contratual, em caso de sucessÃ£o negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crÃ©dito em conta-corrente e confissÃ£o de dÃ-vida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisÃ£o. JUROS REMUNERATÃRIOS: A modificaÃ§Ã£o da clÃ¡usula contratual relativa Ã taxa de juros remuneratÃ³rios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequÃ-voca, abusividade, o que nÃ£o se verifica no caso. CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS. A cobranÃ§a da capitalizaÃ§Ã£o mensal dos juros Ã© permitida em contratos firmados posteriormente Ã ediÃ§Ã£o da MP nÂ° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nÂº 2.170-36/2000. Caso em que nÃ£o se verifica a incidÃªncia do encargo sobre o dÃ©bito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA: Apenas pode ser mantida para o perÃ-odo da inadimplÃªncia, afastando-se, contudo, os demais encargos: correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora, juros remuneratÃ³rios e multa moratÃ³ria. REPETIÃÃO DO INDÃBITO: CompensaÃ§Ã£o/RepetiÃ§Ã£o do indÃ©bito possÃ-veis, decorrentes da revisÃ£o do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a sÃºmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplÃªncia, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissÃ£o de permanÃªncia). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035925189, DÃ©cima Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Marco AurÃ©lio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, eventual capitalizaÃ§Ã£o e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobranÃ§a de juros no momento da inadimplÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto o pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsÃ£o do autor, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam os demais pedidos indeferidos em face do PrincÃ-pio da Pacta Sunt Servanda inclinando-me a entender que as demais tarifas de cadastro, taxa de gravame e seguro por nÃ£o estarem encartadas nas vedaÃ§Ãµes previstas na legislaÃ§Ã£o regente (ResoluÃ§Ãµes 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneraÃ§Ã£o pelo serviÃ§o prestado pela instituiÃ§Ã£o financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranÃ§as legÃ-timas, sendo certo que somente com a demonstraÃ§Ã£o cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro Ã© que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que nÃ£o ocorreu no caso presente. NÃ£o vislumbro abusividade de qualquer natureza, nÃ£o podendo se mencionar indevido nem tÃ£o pouco repetiÃ§Ã£o por indÃ©bito que nÃ£o subsiste. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, total legalidade das tarifas cobradas, inclusive os tributos concernentes de IOF - Imposto sobre operaÃ§Ãµes financeiras e TAC - Taxa de abertura de crÃ©dito. Colaciono: EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL - EMBARGOS Ã EXECUÃÃO - CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO - TÃTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - POSSIBILIDADE - EXECUÃÃO INSTRUÃDA COM A PLANILHA DE DÃBITO - JUNTADA DE EXTRATOS DEMONSTRANDO A EVOLUÃÃO DO SALDO DEVEDOR - NÃO HÃ NECESSIDADE - COMISSÃO DE PERMANÃNCIA - COBRANÃA - CABIMENTO - VALOR - SOMA DOS ENCARGOS REMUNERATÃRIOS E MORATÃRIOS PACTUADOS SEM CUMULAÃÃO COM QUALQUER OUTRO ENCARGO - SEGURO DE VIDA - COBERTURA PARA MORTE E ACIDENTES PESSOAIS - SEGURADO - EMITENTE DO TÃTULO - PESSOA JURÃDICA - ILEGALIDADE - EXCLUSÃO - INCIDÃNCIA DE IOF - LEGALIDADE - Nos termos do art. 28 da Lei 10.931/04, a cÃ©dula de crÃ©dito bancÃ¡rio Ã© considerada tÃ-tulo executivo extrajudicial

desde que a evoluÃ§Ã£o do saldo devedor esteja demonstrada em planilha de cÃ¡lculo ou extratos de conta corrente - A comissÃ£o de permanÃªncia pode ser cobrada atÃ© o limite da soma da taxa de juros remuneratÃ³rios contratados com a taxa de juros de mora (limitados a 12% ao ano), mais a multa contratual (limitada a 2%), sem cumulaÃ§Ã£o com qualquer outro encargo - O contrato de seguro possui interpretaÃ§Ã£o restritiva - Ã abusiva e ilegal a inclusÃ£o de seguro de vida como garantia do contrato de mÃºtuo, quando o sinistro coberto Ã© a morte ou a invalidez permanente e total do emitente do tÃ-tulo, que Ã© uma pessoa jurÃ-dica e, por esse motivo, jamais sofrerÃ¡ esses sinistros, razÃ£o pela qual tem direito Ã compensaÃ§Ã£o dos valores que pagou a titulo de prÃªmio com o valor executado. - O IOF deve ser recolhido e repassado pelas InstituiÃ§Ãµes Financeiras, quando da concessÃ£o do crÃ©dito, nos termos da Lei nÂº 9.779/99. (TJ-MG - AC: 10479110117682002 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 10/09/2020, Data de PublicaÃ§Ã£o: 22/09/2020). AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE REVISÃO DE CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO. COBRANÃA DA TAXA DE ABERTURA DE CRÃDITO (TAC) E DA TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÃ (TEC). 1. "Nos contratos bancÃ¡rios celebrados atÃ© 30.4.2008 (fim da vigÃªncia da ResoluÃ§Ã£o CMN 2.303/96) era vÃ¡lida a pactuaÃ§Ã£o das tarifas de abertura de crÃ©dito (TAC) e de emissÃ£o de carnÃª (TEC), ou outra denominaÃ§Ã£o para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto" (REsp 1251331/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÃÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013). 2. Conforme consta na petiÃ§Ã£o inicial, o contrato sub judice foi firmado em 30/1/2008, quando ainda estava vigente a ResoluÃ§Ã£o CMN 2.303/96, que permitia a cobranÃ§a da Tarifa de Abertura de crÃ©dito (TAC) e da Tarifa de EmissÃ£o de CarnÃª (TEC). 3. No que se refere Ã TAC, nÃ£o restou devidamente comprovado no acÃ³rdÃ£o o abuso na cobranÃ§a da referida Taxa, por meio da invocaÃ§Ã£o de parÃ¢metros objetivos de mercado e circunstÃ¢ncias do caso concreto, Ã luz do entendimento jurisprudencial consolidado, motivo pelo qual foi determinada a reforma do acÃ³rdÃ£o nesse ponto, a fim de permitir a sua cobranÃ§a. 4. Por outro lado, nÃ£o se mostra devida a cobranÃ§a da TEC na espÃ©cie, haja vista que o acÃ³rdÃ£o consigna expressamente que a referida tarifa nÃ£o foi prevista contratualmente. Para desconstituir a convicÃ§Ã£o formada pelas instÂ¢ncias ordinÃ¡rias a esse respeito, far-se-ia necessÃ¡rio incursionar no substrato fÃ¡tico-probatÃ³rio dos autos, bem como na interpretaÃ§Ã£o de clÃ¡usula contratual, o que Ã© defeso a este Tribunal nesta instÂ¢ncia especial, conforme se depreende do teor dos Enunciados sumulares n. 5 e 7 do STJ. 5. A revisÃ£o do quantitativo em que autor e rÃ©u decaÃ-ram do pedido para fins de aferiÃ§Ã£o de sucumbÃªncia recÃ-proca ou mÃ-nima implica o reexame de matÃ©ria fÃ¡tico-probatÃ³rio, incidindo a SÃºmula nÂº 7/STJ. 6. Agravo interno nÃ£o provido. (STJ - AgInt no REsp: 1479743 SC 2014/0228566-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 24/10/2017, T4 - QUARTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 06/11/2017). Â Â Â Â Â Do emprÃ©stimo consignado e demais mÃºtuos. Â Â Â Â Â A possibilidade de limitaÃ§Ã£o dos descontos decorrentes de emprÃ©stimos consignados em folha de pagamento ao patamar de 30% (trinta por cento) dos rendimentos dos servidores possui previsÃ£o da Lei nÂº 10.820/2003 e jurisprudÃªncia unÃ-ssona acerca do assunto. A Lei nÂº 10.820/2003, que dispÃµe sobre a autorizaÃ§Ã£o para desconto de prestaÃ§Ãµes em folha de pagamento, evidencia, por meio de sua ementa e seu artigo 1Âº, que o referido regramento somente Ã© aplicÃ¡vel para os emprÃ©stimos consignados. Filio-me ao entendimento de que os emprÃ©stimos consignados em folha de pagamento possuem natureza jurÃ-dica diversa dos demais emprÃ©stimos bancÃ¡rios decorrentes de crÃ©dito pessoal e, por isso, nÃ£o se submetem Ã s mesmas regras e limitaÃ§Ãµes legais daqueles. Consoante anÃ¡lise das provas carreadas aos autos, verifica-se que o Requerente contraiu emprÃ©stimos na modalidade consignada e na modalidade com desconto em conta corrente. Â Â Â Â Â Ressalta-se, por oportuno, que os negÃ³cios jurÃ-dicos em questÃ£o foram todos adquiridos de forma voluntÃ¡ria pelo requerente, sem ter sido evidenciado qualquer vÃ-cio de consentimento, sendo de sua responsabilidade os danos decorrentes de seus atos de contrataÃ§Ã£o. Por oportuno, verifico que os descontos referentes ao emprÃ©stimo consignado sÃ³ podem ser considerados desarrazoados se estiverem sendo realizados fora do limite legal de 30% (trinta por cento). Â Â Â Â Â ConvÃ©m ressaltar que sÃ³ quanto ao emprÃ©stimo consignado hÃ¡ de ser reconhecida a abusividade fora dos parÃ¢metros legais do limite de 30%. Devendo ser reconhecido, portanto, a distinÃ§Ã£o entre os contratos na modalidade consignado com os demais mÃºtuos celebrados com desconto em conta concorrente. Â Â Â Â Â De pronto, esclareÃ§o que entendo que nÃ£o se aplica o limite de 30% previsto para emprÃ©stimos consignados em folha de pagamento aos emprÃ©stimos realizados para desconto nÃ£o compulsÃ³rios de prestaÃ§Ãµes na conta corrente do consumidor, tendo em vista que se tratam de modalidades distintas, razÃ£o pela qual as referidas parcelas nÃ£o podem ser somadas Ã queles consignadas no contracheque para fins de apuraÃ§Ã£o da margem consignÃ¡vel. Â Â Â Â Â Acompanho a jurisprudÃªncia do STJ: "DESCONTO DE MÃTUO FENERATÃCIO EM CONTA-CORRENTE. AGRAVO INTERNO. JULGAMENTO AFETADO PARA PACIFICAÃÃO NO ÃMBITO DO STJ. DESCONTO

IRRETRATÃVEL E IRREVOGÃVEL EM FOLHA E DESCONTO EM CONTA-CORRENTE. HIPÃTESES DIVERSAS, QUE NÃO SE CONFUNDEM. APLICAÃÃO, POR ANALOGIA, DA LIMITAÃÃO LEGAL AO EMPRÃSTIMO CONSIGNADO. IMPOSSIBILIDADE. Â Â CONTRATO DE CONTA-CORRENTE. CARACTERÃSTICA. INDIVISIBILIDADE DOS LANÃAMENTOS. DÃBITO AUTORIZADO. REVOGAÃÃO DA AUTORIZAÃÃO, COM TODOS OS CONSECTÃRIOS DO INADIMPLEMENTO. FACULDADE DO CORRENTISTA, MEDIANTE SIMPLES REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. 1. Em se tratando de mero desconto em conta-corrente - e nÃ£o compulsÃ³rio, em folha, que possui lei prÃ³pria -, descabe aplicaÃ§Ã£o da analogia para aplicaÃ§Ã£o de soluÃ§Ã£o legal que versa acerca dos descontos consignados em folha de pagamento. 2. No contrato de conta-corrente, a instituiÃ§Ã£o financeira se obriga a prestar serviÃ§os de crÃ©dito ao cliente, por prazo indeterminado ou a termo, seja recebendo quantias por ele depositadas ou por terceiros, efetuando cobranÃ§as em seu nome, seja promovendo pagamentos diversos de seu interesse, condicionados ao saldo existente na conta ou ao limite de crÃ©dito concedido. Cuida-se de operaÃ§Ã£o passiva, mediante a qual a instituiÃ§Ã£o financeira, na qualidade de responsÃ¡vel/administradora, tem o dever de promover lanÃ§amentos. 3. Por questÃ£o de praticidade, seguranÃ§a e pelo desuso do pagamento de despesas em dinheiro, costumeiramente o cliente centraliza, na conta-corrente, todas suas rendas e despesas pessoais, como, v.g., salÃ¡rio, eventual trabalho como autÃ´nomo, rendas de aluguel, luz, Ã¡gua, telefone, tv a cabo, cartÃ£o de crÃ©dito, seguro, eventuais prestaÃ§Ãµes de mÃºtuo feneratÃ-cio, tarifa de manutenÃ§Ã£o de conta, cheques, boletos variados e diversas despesas com a instituiÃ§Ã£o financeira ou mesmo com terceiros, com dÃ©bito automÃ¡tico em conta. 4. Como incumbe Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras, por dever contratual, prestar serviÃ§o de caixa, realizando operaÃ§Ãµes de ingresso e egressos prÃ³prias da conta-corrente que administram automaticamente, nÃ£o cabe, sob pena de transmudaÃ§Ã£o do contrato para modalidade diversa de depÃ³sito, buscar, aprioristicamente, saber a origem de lanÃ§amentos efetuados por terceiros para analisar a conveniÃªncia de efetuar operaÃ§Ã£o a que estÃ£o obrigadas contratualmente, referente a lanÃ§amentos de dÃ©bitos variados, autorizados e/ou determinados pelo correntista. 5. Consoante o art. 3Âº, Â§ 2Âº, da ResoluÃ§Ã£o do CMN n. 3.695/2009, com a redaÃ§Ã£o conferida pela ResoluÃ§Ã£o CMN n. 4.480/2016, Ã© vedada Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras a realizaÃ§Ã£o de dÃ©bitos em contas de depÃ³sito e em contas de pagamento sem prÃ©via autorizaÃ§Ã£o do cliente. O cancelamento da autorizaÃ§Ã£o referida no caput deve surtir efeito a partir da data definida pelo cliente ou, na sua falta, a partir da data do recebimento pela instituiÃ§Ã£o financeira do pedido pertinente. 6. Com efeito, na linha da regulamentaÃ§Ã£o conferida Ã matÃ©ria pelo CMN, caso nÃ£o tenha havido revogaÃ§Ã£o da autorizaÃ§Ã£o previamente concedida pelo correntista para o desconto das prestaÃ§Ãµes do mÃºtuo feneratÃ-cio, deve ser observado o princÃ-pio da autonomia privada, com cada um dos contratantes avaliando, por si, suas possibilidades e necessidades, vedado ao Banco reter - sponte propria, sem a prÃ©via ou atual anuÃªncia do cliente - os valores, substituindo-se ao prÃ³prio JudiciÃ¡rio. 7. Agravo interno nÃ£o provido. (AgInt no REsp 1500846/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÃÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 01/03/2019)" Â "(...) 1. Segundo jÃ¡ consignado na decisÃ£o agravada, a jurisprudÃªncia deste Tribunal Superior firmou-se no sentido de que a modalidade de emprÃ©stimo com pagamento em dÃ©bito na conta-corrente mantida pela instituiÃ§Ã£o financeira Ã© distinta do emprÃ©stimo mediante consignaÃ§Ã£o em folha de pagamento, nÃ£o se sujeitando, assim, ao limite de 30% (trinta por cento) previsto no art. 1Âº, Â§ 1Âº, da Lei nÂº 10.820/03. Â Referido entendimento foi inclusive pacificado pela Segunda SeÃ§Ã£o desta Corte Superior no AgInt no REsp nÂº 1.500.846/DF, julgado em 12/12/18.(...) (AgInt no AREsp 1427803/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019) Â Â Â Â Â Assim, razÃ£o nÃ£o assiste ao autor. O prÃ³prio autor informa que o crÃ©dito foi obtido por emprÃ©stimo amortizado em conta-corrente. Â Â Â Â Â Nesse sentido: EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO ANULATÃRIA DE DÃBITO C/C RESTITUIÃÃO DE VALORES, DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÃÃO DE TUTELA - EMPRÃSTIMO PESSOAL COM DÃBITO EM CONTA-CORRENTE E EMPRÃSTIMO COM CONSIGNAÃÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO - REGRAMENTO DISTINTO - INAPLICABILIDADE DO LIMITE ESTABELECIDO PARA EMPRÃSTIMOS CONSIGNADOS - PRECEDENTES DO STJ. NÃ£o se aplica o limite de 30% previsto para emprÃ©stimos consignados em folha de pagamento aos emprÃ©stimos realizados para desconto nÃ£o compulsÃ³rios de prestaÃ§Ãµes na conta corrente do consumidor, por se tratar de modalidades distintas, razÃ£o pela qual referidas parcelas nÃ£o podem ser somadas Ã queles consignadas no contracheque para fins de apuraÃ§Ã£o da margem consignÃ¡vel. (TJ-MG - AC: 10000190385617001 MG, Relator: Claret de Moraes, Data de Julgamento: 14/07/0019, Data de PublicaÃ§Ã£o: 30/07/2019). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dos Danos Morais. Â Â Â Â Â Para que haja a responsabilizaÃ§Ã£o civil do requerido Ã© necessÃ¡ria a presenÃ§a de trÃªs requisitos, quais sejam: ilicitude da conduta, nexo de causalidade e dano. Ou seja, o direito Ã reparaÃ§Ã£o do dano depende da

concorrÃªncia de trÃªs requisitos, quais sejam, fato lesivo voluntÃ¡rio, causado pelo agente por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia, imperÃ-cia ou imprudÃªncia; ocorrÃªncia de um dano patrimonial ou moral; nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Como diante do caso nÃ£o hÃ¡ conduta lesiva a ser imputada aos rÃ©us, nÃ£o hÃ¡ que se falar em responsabilidade civil no que tange aos direitos morais. Â Â Â Â Â As partes pactuaram de livre e espontÃ¢nea vontade os termos da consignaÃ§Ã£o, e assim nÃ£o hÃ¡ que se falar em lesÃ£o subjetiva, posto que a bilateralidade fora realizada de forma livre e espontÃ¢nea, sem vÃ-cios anulatÃ³rios e ou eivados de nulidade, como coaÃ§Ã£o ou qualquer outra conduta que possa ter maculado a lisura do contrato. Â Â Â Â Â Nestes termos indefiro o pedido de Danos Morais por nÃ£o estar provado o dano subjetivo desproporcional e desarrazoado a frente e licitude do pactuado entre as partes. Â Â Â Â Â Da homologaÃ§Ã£o de acordo em relaÃ§Ã£o ao Banco Votorantim S/A Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifica-se que houve acordo entre as partes, Ã s fls. 278/280, inclusive com o comprovante de pagamento juntado Ã s fls. 281/282. Â Â Â Â Â Assim, HOMOLOGO o acordo de vontades, juntado aos autos, para que produza seus efeitos, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, somente em relaÃ§Ã£o aos acordantes, nos termos do art. 487, III, b, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â As partes acordantes, ficam dispensadas do pagamento das custas processuais proporcionais remanescentes, se houver, conforme alude o Art. 90, Â§ 3Â° do CPC. Â Â Â Â Â Do Dispositivo Â Â Â Â Â De todo o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos do autor, extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito na forma do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil apenas para determinar que os rÃ©us readaptem o valor da prestaÃ§Ã£o do contrato de emprÃ©stimo consignado, de modo que os mesmos fiquem limitados a 30% dos rendimentos lÃ-quidos da parte autora, expedindo-se ofÃ-cio ao Ã³rgÃ£o pagador competente, para que limite o valor dos descontos, na forma da decisÃ£o ora proferida. Â Â Â Â Â Indefiro a reduÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios, isto porque a estipulaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, por si sÃ³, nÃ£o indica abusividade. Entretanto, deve o mesmo ser readaptado Ã s condiÃ§Ãµes do autor nos termos desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Indefiro os demais pedidos autorais, remanescendo legÃ-timo apenas o pedido concernente a limitaÃ§Ã£o de 30% dos consignados, nos termos da fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Declaro a distinÃ§Ã£o entre os contratos consignados com limitaÃ§Ã£o legal de 30% e os demais mÃºtuos celebrados com desconto em conta corrente. Assim, mantÃ©m o limite dos 30% apenas em relaÃ§Ã£o ao emprÃ©stimo na modalidade consignada na qual se incide legalmente o limite de 30%, sendo a modalidade com desconto em conta corrente excluÃ-da do somatÃ³rio para se aferir o limite informado. Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia recÃ-proca, as despesas processuais serÃ£o rateadas e cada parte arcarÃ¡ com os honorÃ¡rios advocatÃ-cios de seus respectivos patronos, fixados em 10% sobre o valor da causa, com ressalva do art.98 e seguintes do CPC/2015 e art. 12, da Lei 1.060/50, em relaÃ§Ã£o Ã parte autora, beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00082171620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 09/11/2021 REQUERENTE:JOAO MIGUEL MIRANDA DA SILVA Representante(s): OAB 17167 - MARCEL CEZAR DA CRUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:FIT SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) OAB 22237-A - RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA TENDA SA Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) OAB 22237-A - RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:GAFISA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) OAB 22237-A - RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER C/C REPETIÃÃO DE INDÃBITO C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA movida por JOÃO MIGUEL MIRANDA DA SILVA em face da CONSTRUTORA TENDA S/A; FIT 10 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÃRIOS LTDA e GAFISA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÃRIOS LTDA. Â Â Â Â Â Informa os autores que em agosto de 2012 a primeira requerida apresentou uma promoÃ§Ã£o denominada CASA NOVA - CARRO ZERO realizado no Supermercado Formosa da Augusto Montenegro em um feirÃ£o. Alega que atraÃ-do pela promoÃ§Ã£o e com o interesse igualmente de adquirir a casa nova, dirigiu-se atÃ© ao local e escolheu o empreendimento CondomÃ-nio Mirante do Parque, localizado na Rodovia Augusto Montenegro, KM 03. Adquiriu o imÃ³vel efetuando em 31 de agosto de 2012 pagamento referente a entrada ficando o remanescente a ser pago apÃ³s aprovaÃ§Ã£o do financiamento junto Ã Caixa EconÃ´mica Federal. Â Â Â Â Â Alega ainda que acreditou ter atingido todos os requisitos da promoÃ§Ã£o para receber o veÃ-culo,

mas fora informado que sÃ³ receberia apÃ³s aprovaÃ§Ã£o do aludido financiamento. ApÃ³s muito aguardo foi informado que nÃ£o mais receberia o veÃ-culo, posto que a assinatura do contrato nÃ£o correu nos 30 dias de vigÃªncia da promoÃ§Ã£o. Indignado, retornou ao estabelecimento da primeira requerida e mais uma vez lhe informaram que nÃ£o teria direito ao veÃ-culo posto o processo de pagamento do registro de imÃ³vel nÃ£o ocorrer durante 90 dias, uma das condiÃ§Ãµes previstas no regulamento da promoÃ§Ã£o.Â Informa que seria impossÃ-vel que assim se procedesse jÃ¡ que recebeu o boleto bancÃ¡rio para pagamento do registro de imÃ³veis somente seis meses apÃ³s o inÃ-cio do vÃ-nculo. Â Â Â Â Â Â Informa que caso nÃ£o optasse pelo veÃ-culo, o preÃ§o final do imÃ³vel seria reduzido, o que nÃ£o ocorreu. Diante do exposto, ingressou com a presente demanda pleiteando a entrega do prÃªmio ou o valor correspondente, mais danos morais, mais a devoluÃ§Ã£o de quantia em dobro referente aos juros de atraso da obra, mais danos materiais que entende no aporte de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais). Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o em fls. 60/83, alegando total improcedÃªncia da demanda uma vez que, de fato, o autor nÃ£o adquiriu a unidade dentro do prazo da promoÃ§Ã£o, nÃ£o havendo que se falar em responsabilidade civil. Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, observa-se manifestaÃ§Ã£o das requeridas ainda em fls. 278/288 ratificando a improcedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Â O autor nada mais trouxe aos autos. Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Passo a fundamentar e decidir. Â Â Â Â Â Inicialmente convÃ©m esclarecer que muito embora haja uma determinaÃ§Ã£o com carÃ¡ter organizacional do Novo CÃ³digo de Processo Civil de julgamento dos processos por ordem cronolÃ³gica de conclusÃ£o, justifica-se o julgamento deste feito de forma prioritÃ¡ria tendo em vista que o tema em discussÃ£o jÃ¡ foi sedimentado pelos Tribunais, possibilitando o julgamento de processos em bloco em consonÃ¢ncia ao que dispÃµe o art. 12, Â§ 2Âº, II do CPC. Â Â Â Â Â Tendo em vista que o conjunto probatÃ³rio colacionado aos autos Ã© suficiente para a formaÃ§Ã£o do convencimento do juÃ-zo, sendo desnecessÃ¡ria a produÃ§Ã£o de outras provas, promovo o julgamento antecipado dos pedidos, nos termos do art. 355, I, do CPC. Â Â Â Â Â Passo ao exame do mÃ©rito uma vez presentes os pressupostos processuais e os requisitos de admissibilidade da demanda. Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de IndenizaÃ§Ã£o por Danos Materiais e Morais por Atraso em Entrega de ImÃ³vel. Â Â Â Â Â Compulsando os autos infere-se que nÃ£o hÃ¡ qualquer controvÃ©rsia acerca do contrato entabulado entre as partes, bem como do atraso na entrega do imÃ³vel, cingindo-se a controvÃ©rsia Ã responsabilidade ou nÃ£o das rÃ©s pelo referido atraso. Â Â Â Â Â Passo a anÃ¡lise das seguintes questÃµes: Â Â Â Â Â RelaÃ§Ã£o de consumo: Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente as rÃ©s. Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Do MÃ©rito Â Â Â Â No caso vertente, nÃ£o hÃ¡ qualquer dÃºvida acerca do atraso relativo Ã entrega da unidade imobiliÃ¡ria objeto do contrato, sendo tal fato incontroverso. Â Â Â Â Ã luz do art. 389 do CÃ³digo Civil o nÃ£o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o implica a responsabilizaÃ§Ã£o do devedor por perdas e danos, juros, atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e honorÃ¡rios de advogado. De igual forma, o art. 393 do mesmo diploma legal, dispÃµe que o devedor somente nÃ£o responderÃ¡ quando os prejuÃ-zos resultarem de caso fortuito ou forÃ§a maior. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acompanhando o mesmo princÃ-pio, nÃ£o Ã© razoÃ¡vel qualquer argumento que pretenda justificar um atraso alÃ©m da prorrogaÃ§Ã£o jÃ¡ admitida, uma vez que as empresas devem realizar estudos ambientais e de mercado e, no caso em epÃ-grafe, nÃ£o hÃ¡ qualquer fato que se apresente como excludente de responsabilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, conforme entendimento do STJ, atrasos na conclusÃ£o da obra decorrentes de escassez de mÃ£o de obra, greve ou mesmo burocracia da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica nÃ£o podem ser caracterizados como caso fortuito ou forÃ§a maior. Trata-se de situaÃ§Ã£o que diz respeito aos riscos da prÃ³pria atividade do fornecedor (fortuito interno). Assim sendo, caracterizado estÃ¡ o inadimplemento contratual da rÃ© em razÃ£o do atraso na entrega da unidade imobiliÃ¡ria. Â Â Â Â Afora o atraso do imÃ³vel, tem-se que reconhecer a nÃ£o entrega do veÃ-culo ao autor que firmou o contrato na esperanÃ§a de adquirir nÃ£o sÃ³ o imÃ³vel, mas o aludido veÃ-culo que importa em verdadeiro prÃªmio. Â Â Â Â Ã certo que o art. 37 do CÃ³digo de Defesa do Consumidor dispÃµe que Ã© enganosa a propaganda realizada com o objetivo de confundir o consumidor e induzi-lo a formular falsa expectativa a respeito de produto oferecido. Â Â Â Â Nessa trilha, em face das expectativas que alega ter criado o autor acerca da natureza do imÃ³vel anunciado como objeto principal do contrato que se prometera um veÃ-culo, cumpre destacar que a rÃ© anunciou a promoÃ§Ã£o, conforme se verifica em fls. 29/31. Ressalta-se tambÃ©m a existÃªncia de informaÃ§Ã£o expressa sobre a venda do

imÃ³vel dando como espÃ©cie de prÃªmio o aludido automÃ³vel, o que nÃ£o ocorreu por culpa do prÃ³prio requerido em proceder com os trÃ¢mites cÃ©leres para aquisiÃ§Ã£o do bem principal. Â Â Â Â Vale ressaltar que a prÃ³pria publicidade alegadamente enganosa orienta o consumidor a ler a regulamentaÃ§Ã£o completa da promoÃ§Ã£o, na qual sÃ£o apresentadas, de forma categÃ³rica, as condiÃ§Ãµes gerais de sua realizaÃ§Ã£o, assim, deveria estar expresso no regulamento que em caso de demora no contrato de financiamento, por exemplo, o autor nÃ£o adquiriria o automÃ³vel, o que nÃ£o ocorre no caso. Â Â Â Â Â A matÃ©ria por ora analisada nÃ£o apresenta maiores complexidades: o autor adquiriu um bem, pagou o preÃ§o justo combinado para iniciar os tramites da aquisiÃ§Ã£o do imÃ³vel e lhe foi anunciado uma promoÃ§Ã£o que vinculava o aceite do contrato com a entrega de um veÃ-culo e o rÃ©u se negou a cumprir as obrigaÃ§Ãµes assumidas, qual seja, a tradiÃ§Ã£o do veÃ-culo objeto da promoÃ§Ã£o em face da afirmaÃ§Ã£o do contrato de compra e venda de imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Cumpre esclarecer que na distribuiÃ§Ã£o das provas no Ã¢mbito do processo civil o Ã´nus da prova pode ser atribuÃ-do pelo legislador, pelo juiz ou por convenÃ§Ã£o das partes. Segundo a distribuiÃ§Ã£o legislativa, compete, em regra, a cada uma das partes o Ã´nus de fornecer os elementos de prova das alegaÃ§Ãµes de fato que fizer. A parte que alega deve buscar os meios necessÃ¡rios para convencer o juiz da veracidade do fato deduzido como base da sua pretensÃ£o/exceÃ§Ã£o, uma vez que Ã© a maior interessada no seu reconhecimento e acolhimento. JÃ¡ ao rÃ©u cabe a parte de contradizer os argumentos do autor com provas sÃ³lidas que levem o magistrado a se posicionar em favor da improcedÃªncia da demanda. Assim, ao autor cabe o Ã´nus da prova do fato constitutivo do seu direito e ao rÃ©u a prova do fato extintivo, impeditivo ou modificativo deste mesmo direito. Â Â Â Â Â Â Pois bem, de toda a fundamentaÃ§Ã£o deste magistrado atÃ© aqui exposta, importante esclarecer que o autor nÃ£o se eximiu de juntar amplo lastro probatÃ³rio de seu direito, tais como contrato e o anÃºncio da promoÃ§Ã£o, dentre outros documentos. Da sua parte, o rÃ©u nada trouxe de substancial que elidisse as declaraÃ§Ãµes do autor. Â Â Â Â Â Uma vez tendo a responsabilidade civil verificada, cabe aferir o quantum indenizatÃ³rio em face do dano oportunizado pela nÃ£o entrega efetiva do veÃ-culo ao autor. Importante esclarecer que em nenhum momento processual o rÃ©u comprova a entrega do bem ao autor. Assim, entendo justo que o dano material seja o valor atualizado do automÃ³vel anunciado ou a entrega efetiva do mesmo, a critÃ©rio do requerido, ficando esta uma obrigaÃ§Ã£o alternativa. Â Â Â Â Â Â No que diz respeito aos danos morais, hÃ¡ de se vislumbrar o prejuÃ-zo do autor igualmente, isso porque ele investiu em um sonho de adquirir o veÃ-culo conjuntamente com o imÃ³vel, fez financiamento neste sentido, adimpliu com parcelas e mesmo assim nÃ£o recebeu o almejado bem. Para o arbitramento do valor devem ser levados em consideraÃ§Ã£o o grau de lesividade da conduta ofensiva e a capacidade econÃ´mica da parte pagadora, a fim de se fixar uma quantia moderada, que nÃ£o resulte inexpressiva para o causador do dano. De tudo o que os autos me levou a entender, tenho como razoÃ¡vel e proporcional, ainda mais tendo em conta o deferimento do pedido dos danos materiais, a quantia de R$ 3.000,00 (trÃªs mil reais) a tÃ-tulo de danos morais. Â Por fim, no que diz respeito aos danos materiais que alude em face da demora da entrega do imÃ³vel por provÃ¡vel cobranÃ§a indevida pleiteando repetiÃ§Ã£o de indÉbito, passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto o pedido de repetiÃ§Ã£o de indÉbito, tenho que os valores que entende indevidos pela parte autora nÃ£o procedem, nÃ£o assistindo razÃ£o a requerente quanto a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato no que tange a este ponto. Se o autor almejasse a resoluÃ§Ã£o do contrato seria um ponto, mas pelo que entendo tÃ£o somente requer que lhe seja restituÃ-do os valores que pagou no perÃ-odo em que deixou de usufruir o imÃ³vel ainda nÃ£o entregue, ficando incompleto o pedido autoral quanto a este ponto, pois nÃ£o especifica se o que pretende Ã© lucros cessantes pela demora da entrega ou restituiÃ§Ã£o de valores pagos por ter alugado outro imÃ³vel enquanto aguardava a entrega efetiva de seu imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÉbito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÉbito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam os demais pedidos indeferidos em face do PrincÃ-pio da Pacta Sunt Servanda no que concerne aos danos materiais e a aludida repetiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â DO DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a aÃ§Ã£o e extingo o feito com resoluÃ§Ã£o de mÉrito na forma do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil, para: Â Â Â Â Â - Condenar o rÃ©u a entregar o veÃ-culo informado na promoÃ§Ã£o ou pagar ao autor o valor atualizado do mesmo de acordo com a tabela FIPE. Â Â Â Â Â -

Condenar o rÃ©u ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o de danos morais no valor de R$ 3.000,00 (trÃªs mil reais), com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria nos termos da sÃºmula 362 do STJ. Â Â Â Â Â - Condenar o rÃ©u ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85, Â§ 2Âº c/c art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC. Â Â Â Â Â Pela sucumbÃªncia parcial do autor, condeno-o igualmente ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenaÃ§Ã£o, cuja obrigaÃ§Ã£o ficarÃ¡ suspensa em face do mesmo ser amparado pela gratuidade judiciÃ¡ria a que alude o art. 98 e seguintes do CPC. Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita ao regime do art. 523, Â§ 1Âº, do CPC, caso nÃ£o ocorra recurso a contento. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00089268520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:SUZIANE RAMOS Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO PANAMERICANO S/A Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Revisional de Contrato de Financiamento c/c RepetiÃ§Ã£o de IndÃ©bito c/c Pedido de Tutela Antecipada dentre outros movido por SUZIANE RAMOS em face de BANO PANAMERICANO S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, ou seja, emprÃ©stimo com veÃ-culo dado em garantia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora em sua inicial, vem alegando inÃºmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este caso nÃ£o Ã© singular, pelo contrÃ¡rio, hÃ¡ muitos que tramitam neste juÃ-zo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos especÃ-ficos, mas que na essÃªncia sÃ£o as mesmas questÃµes a serem enfrentadas como capitalizaÃ§Ã£o de juros, comissÃ£o de permanÃªncia, aplicaÃ§Ã£o da sÃºmula 121 do STF, condenaÃ§Ã£o em devoluÃ§Ã£o do valor paga indevidamente em dobro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte contestou Ã s fls. 54/72. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 91/96. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora haja uma determinaÃ§Ã£o do diploma processual, com carÃ¡ter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronolÃ³gica por conclusÃ£o, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispÃµe o art. 12, Â§2Âº, II do CPC, ou seja, o juÃ-zo jÃ¡ possui entendimento firmando e o mÃ©rito se repete em vÃ¡rios outros, mais precisamente em dezenas. Â Assim, passo a anÃ¡lise das questÃµes de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, DEFIRO ao autor os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A MatÃ©ria Eminentemente De Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â O conjunto probante dos autos foi suficiente para firmar o entendimento deste magistrado e estamos diante de uma matÃ©ria eminentemente de direito, onde se analisou os contratos e documentos contratuais juntados pelas partes, sendo dispensada a dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria proposta pela parte neste quesito uma vez que entendo ser meramente protelatÃ³ria. Assim, colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÃÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. PROVA PERICIAL CONTÃBIL. DESNECESSIDADE QUANDO SE TRATA DE MATÃRIA EMINENTEMENTE DE DIREITO. AGRAVO IMPROVIDO. (Agravo de Instrumento NÂº 70006395511, DÃ©cima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Julgado em 22/05/2003) (TJ-RS - AG: 70006395511 RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Data de Julgamento: 22/05/2003, DÃ©cima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, no caso em tela, a matÃ©ria enfrentada Ã© eminentemente de direito, a produÃ§Ã£o de prova contÃ¡bil nÃ£o tem o condÃ£o de oferecer conhecimento de novos fatos, alÃ©m daqueles consignados atravÃ©s do instrumento firmado entre as partes, jÃ¡ que o instrumento obrigacional contÃ©m as informaÃ§Ãµes suficientes para o conhecimento e deslinde da matÃ©ria. AlÃ©m disso, a aÃ§Ã£o revisional de contrato conduz-se, em oportunidade apropriada, Ã fase de liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, em que serÃ¡ realizada perÃ-cia para cÃ¡lculo de reajustamento da relaÃ§Ã£o de dÃ©bito e crÃ©dito das partes, jÃ¡ tendo por norte o conteÃºdo das alteraÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfrentado este ponto, passemos aos demais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veÃ-culo com a rÃ©, tipo CDC. Contrato no qual o veÃ-culo, objeto da compra, fica como garantia do emprÃ©stimo cedido pela credora fiduciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o que se estabeleceu entre as partes Ã© uma relaÃ§Ã£o consumerista, sendo o autor o consumidor e o rÃ©u o fornecedor. O que se configura pela relaÃ§Ã£o financeira existente entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato do qual se pretende a revisÃ£o Ã© de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciaÃ§Ã£o mais apurada, para

que nÃ£o desnature o contrato, ou seja, nÃ£o se deve revisar clÃ¡usulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vÃ-cio ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condiÃ§Ã£o nÃ£o avenÃ§ada previamente, mas restringe-se apenas revisÃ£o de condiÃ§Ãµes que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercÃ-cio hermenÃªutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal contrato Ã© a expressÃ£o contemporÃ¢nea do modo de produÃ§Ã£o e comÃ©rcio massificado. Modo este que se reflete diretamente na construÃ§Ã£o dos instrumentos contratuais, como a elaboraÃ§Ã£o de clÃ¡usula estipuladas unilateralmente, superando o exercÃ-cio dialÃ©tico, em uma participaÃ§Ã£o direta dos sujeitos envolvidos na construÃ§Ã£o do texto contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pressuposto fundamental do contrato Ã© indubitavelmente o exercÃ-cio da vontade e esta nÃ£o estÃ¡ ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restriÃ§Ã£o na participaÃ§Ã£o direta na elaboraÃ§Ã£o das clÃ¡usulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessÃ£o do crÃ©dito para financiamento, no caso, de veÃ-culos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vontade se manifesta no ato de aderir ou nÃ£o Ã s condiÃ§Ãµes previamente apresentadas pela instituiÃ§Ã£o concessiva do crÃ©dito financeiro. O objeto do contrato Ã© o dinheiro investido na aquisiÃ§Ã£o do respectivo veÃ-culo, o qual Ã© dado em seguranÃ§a, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos manifesta-se a legislaÃ§Ã£o: CPC. Art. 190.Â Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposiÃ§Ã£o, Ã© lÃ-cito Ã s partes plenamente capazes estipular mudanÃ§as no procedimento para ajustÃ¡-lo Ã s especificidades da causa e convencionar sobre os seus Ã´nus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. ParÃ¡grafo Ãºnico.Â De ofÃ-cio ou a requerimento, o juiz controlarÃ¡ a validade das convenÃ§Ãµes previstas neste artigo, recusando-lhes aplicaÃ§Ã£o somente nos casos de nulidade ou de inserÃ§Ã£o abusiva em contrato de adesÃ£o ou em que alguma parte se encontre em manifesta situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de AdesÃ£o Â Art. 54. Contrato de adesÃ£o Ã© aquele cujas clÃ¡usulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviÃ§os, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteÃºdo. Â Â§ 1Â° A inserÃ§Ã£o de clÃ¡usula no formulÃ¡rio nÃ£o desfigura a natureza de adesÃ£o do contrato. Â Â§ 2Â° Nos contratos de adesÃ£o admite-se clÃ¡usula resolutÃ³ria, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no Â§ 2Â° do artigo anterior. Â Â§ 3o Os contratos de adesÃ£o escritos serÃ£o redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legÃ-veis, cujo tamanho da fonte nÃ£o serÃ¡ inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensÃ£o pelo consumidor.Â (RedaÃ§Ã£o dada pela nÂº 11.785, de 2008) Â Â§ 4Â° As clÃ¡usulas que implicarem limitaÃ§Ã£o de direito do consumidor deverÃ£o ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fÃ¡cil compreensÃ£o. CC Art. 421. A liberdade de contratar serÃ¡ exercida em razÃ£o e nos limites da funÃ§Ã£o social do contrato. Art. 422. Os contratantes sÃ£o obrigados a guardar, assim na conclusÃ£o do contrato, como em sua execuÃ§Ã£o, os princÃ-pios de probidade e boa-fÃ©. Art. 423. Quando houver no contrato de adesÃ£o clÃ¡usulas ambÃ-guas ou contraditÃ³rias, dever-se-Ã¡ adotar a interpretaÃ§Ã£o mais favorÃ¡vel ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesÃ£o, sÃ£o nulas as clÃ¡usulas que estipulem a renÃºncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negÃ³cio. Art. 425. Ã lÃ-cito Ã s partes estipular contratos atÃ-picos, observadas as normas gerais fixadas neste CÃ³digo. Art. 426. NÃ£o pode ser objeto de contrato a heranÃ§a de pessoa viva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela natureza do contrato de adesÃ£o, vÃª-se que as possibilidades de revisÃ£o das clÃ¡usulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fÃ©, tendo em vista o que dispÃµe o CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em acrÃ©scimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tÃ£o importante quanto a estrutura do contrato Ã© o ato volitivo das partes, que fazem a opÃ§Ã£o com conhecimento prÃ©vio dos termos estabelecidos, sendo que estes sÃ³ podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fÃ©, e isso, entendo, como engano deliberado, simulaÃ§Ã£o ou mesmo fraude, que de modo inevitÃ¡vel limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, estÃ¡ viciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcanÃ§am com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de carÃ¡ter, porque nÃ£o afirmar, metafÃ-sico, digo com isso: o dinheiro, o crÃ©dito nÃ£o possui corpo, porÃ©m, influÃªncia de forma substancial nas vidas das pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Qualquer homem de consciÃªncia mediana sabe que o lucro Ã© o objetivo das empresas, porÃ©m, o lucro nÃ£o pode ser ofensivo Ã moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituiÃ§Ãµes estatais, forjadas no liberalismo, uma funÃ§Ã£o precÃ-pua de nÃ£o permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que nÃ£o possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesÃ£o, com suas condiÃ§Ãµes, estÃ£o de acordo com as previsÃµes legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se verifica no contrato, as clÃ¡usulas foram

previamente apresentadas e as condiÃ§Ãµes estipuladas pela rÃ© para a concessÃ£o do crÃ©dito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestaÃ§Ã£o volitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos princÃ-pios da boa fÃ© e da funÃ§Ã£o social do contrato, de modo algum, tais princÃ-pios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposiÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de clÃ¡usulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso quero dizer que nÃ£o se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciÃ¡rio de cumprir com as prestaÃ§Ãµes contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A boa-fÃ© Ã© conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressÃ£o da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesÃ£o, se resume no contratar ou nÃ£o, como jÃ¡ dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em anÃ¡lise, a parte autora jÃ¡ sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos atÃ© o final do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salvo melhor juÃ-zo, nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas ou condiÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a opÃ§Ã£o que restou Ã parte autora foi contratar ou nÃ£o contratar, e mesmo sabendo das condiÃ§Ãµes que pretende revisar por meio de aÃ§Ã£o judicial, decidiu por um ato voluntÃ¡rio comprometer-se com as clÃ¡usulas contratuais. Confira-se a jurisprudÃªncia: APELAÃÃO EM AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÃÃES: MÃRITO: ALEGAÃÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÃUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÃMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÃTICA DECIDIDA Ã LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÃÃO? FRUIÃÃO DO BEM? JUROS ATINENTES Ã TAXA MÃDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÃÃES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÃÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÃNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConstruÃ-da tal premissa, enfrento as questÃµes que este juÃ-zo acompanha em entendimento os tribunais superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antes da anÃ¡lise dos demais pontos, insta esclarecer que pelo conjunto probante apresentado Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Juros de 12% a.a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que as instituiÃ§Ãµes pÃºblicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senÃ£o vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÃDITO. DÃVIDA. AÃÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÃÃO. COMISSÃES. I. As administradoras de cartÃ£o de crÃ©dito inserem-se entre as instituiÃ§Ãµes financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. NÃ£o se aplica a limitaÃ§Ã£o de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartÃ£o de crÃ©dito. III. AusÃªncia de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensÃ£o deduzida pela parte. IV. Recurso especial nÃ£o conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÃRIOS. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria no perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissÃ£o de permanÃªncia pode ser contratada para o perÃ-odo de inadimplÃªncia, nÃ£o cumulada com juros remuneratÃ³rios, correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da SÃºmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisÃ³rio agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria do perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisÃ³rio agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nossos tribunais superiores tÃªm decidido que nÃ£o se pode falar de abusividade na pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios sÃ³ pelo fato de a estipulaÃ§Ã£o

ultrapassar 12% ao ano. Ao contrÃ¡rio, a abusividade destes sÃ³ pode ser declarada, caso a caso, Ã vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da mÃ©dia do mercado na praÃ§a do emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Juros Compostos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O entendimento do STJ autoriza a aplicaÃ§Ã£o de juros compostos, nÃ£o havendo irregularidade alguma nessa aplicaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â AliÃ¡s, tambÃ©m, Ã© pacifico o entendimento jurisprudencial que Ã© permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, in verbis: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO MONITÃRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÃVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÃÃO. INOCORRÃNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÃNCIA DE AÃÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juÃ-zo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficÃ¡cia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituiÃ§Ã£o financeira possui interesse processual, em razÃ£o do inadimplemento do instrumento particular de confissÃ£o de dÃ-vida assumido pelo correntista e que nÃ£o se constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial. PRESCRIÃÃO: A cobranÃ§a de dÃ-vida oriunda de contrato de confissÃ£o de dÃ-vida, sob a Ã©gide do CÃ³digo Civil de 1916, obedece Ã prescriÃ§Ã£o vintenÃ¡ria, nos termos de seu art. 177. Sob a Ã³tica do CÃ³digo de 2002, ante a incorporaÃ§Ã£o de novas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o ao Diploma, a prescriÃ§Ã£o passa a ser qÃ¼inqÃ¼enal e regulada pelo inciso I, do Â§5Âº, do art. 206. De acordo com a regra de transiÃ§Ã£o prevista no art. 2.028, do CC/02, se nÃ£o transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fÃ³rmula do CÃ³digo derrogado, conta-se a prescriÃ§Ã£o pelas disposiÃ§Ãµes do novo Digesto Civil, com termo `a quo no inÃ-cio de sua vigÃªncia (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescriÃ§Ã£o. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viÃ¡vel a revisÃ£o de toda a relaÃ§Ã£o contratual, em caso de sucessÃ£o negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crÃ©dito em conta-corrente e confissÃ£o de dÃ-vida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisÃ£o. JUROS REMUNERATÃRIOS: A modificaÃ§Ã£o da clÃ¡usula contratual relativa Ã taxa de juros remuneratÃ³rios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequÃ-voca, abusividade, o que nÃ£o se verifica no caso. CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS. A cobranÃ§a da capitalizaÃ§Ã£o mensal dos juros Ã© permitida em contratos firmados posteriormente Ã ediÃ§Ã£o da MP nÂ° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nÂº 2.170-36/2000. Caso em que nÃ£o se verifica a incidÃªncia do encargo sobre o dÃ©bito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA: Apenas pode ser mantida para o perÃ-odo da inadimplÃªncia, afastando-se, contudo, os demais encargos: correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora, juros remuneratÃ³rios e multa moratÃ³ria. REPETIÃÃO DO INDÃBITO: CompensaÃ§Ã£o/RepetiÃ§Ã£o do indÃ©bito possÃ-veis, decorrentes da revisÃ£o do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a sÃºmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplÃªncia, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissÃ£o de permanÃªncia). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035925189, DÃ©cima Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Marco AurÃ©lio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, eventual capitalizaÃ§Ã£o e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobranÃ§a de juros no momento da inadimplÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Juros remuneratÃ³rios e Juros moratÃ³rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a tem entendido tambÃ©m que nÃ£o se aplica o art. 591 c/c 406 do CÃ³digo Civil aos contratos bancÃ¡rios, nÃ£o estando submetidos Ã limitaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios. Apenas os juros moratÃ³rios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mÃªs para os contratos bancÃ¡rios nÃ£o regidos por legislaÃ§Ã£o especÃ-fica. Rememorando, juros remuneratÃ³rios sÃ£o aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuiÃ§Ã£o pela disponibilidade do numerÃ¡rio, enquanto que juros moratÃ³rios sÃ£o aqueles estipulados como uma forma de puniÃ§Ã£o pelo atraso no cumprimento da obrigaÃ§Ã£o estabelecida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a SÃºmula 596 do STF, as instituiÃ§Ãµes financeiras nÃ£o se sujeitam tambÃ©m Ã limitaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipÃ³teses especÃ-ficas. SÃ£o possÃ-veis que sejam pactuados juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, sem que essa clÃ¡usula, por si sÃ³, seja invÃ¡lida. Ã necessÃ¡rio analisar se os Ã-ndices aplicÃ¡veis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente entÃ£o se possa falar em revisÃ£o por parte do judiciÃ¡rio do que fora aventado pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m do que, ainda que a obrigaÃ§Ã£o tenha por objeto prestaÃ§Ã£o divisÃ-vel, nÃ£o pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim nÃ£o se ajustou, conforme dispÃµe o art. 314 do CÃ³digo Civil Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, nossos tribunais tÃªm pacificado o entendimento de que na aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestaÃ§Ã£o que se obrigou, pois, o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber coisa diversa da que lhe Ã© devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÃÃO DE VIOLAÃÃO AOS ARTIGOS

334 E 335, I DO NOVO CÃDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÃDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. NÃ£o hÃ¡ violaÃ§Ã£o ao artigo 535, II do CPC quando o acÃ³rdÃ£o examinou as questÃµes controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram Ã s conclusÃµes assumidas. 2. A consignaÃ§Ã£o em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigaÃ§Ã£o, mediante o depÃ³sito da quantia ou da coisa devida, e sÃ³ poderÃ¡ ter forÃ§a de pagamento se concorrerem "em relaÃ§Ã£o Ã s pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais nÃ£o Ã© vÃ¡lido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulaÃ§Ã£o de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o Ã© possÃ-vel o uso da aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento para depÃ³sito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignaÃ§Ã£o exige que o depÃ³sito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigaÃ§Ã£o, pois "o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber a prestaÃ§Ã£o diversa da que lhe Ã© devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial nÃ£o-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe SalomÃ£o, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÃÃO CÃVEL. ENSINO PARTICULAR. AÃÃO DE COBRANÃA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÃBITO. AUSÃNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÃÃO DE DAR VALOR LÃQUIDO. SENTENÃA MANTIDA. MÃ©rito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensÃ£o de eficÃ¡cia preponderantemente condenatÃ³ria, tal como na aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, analisa-se existÃªncia do direito, constituindo-se um tÃ-tulo executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual Ã© exigÃ-vel de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crÃ©dito na fase de conhecimento e constituÃ-do o tÃ-tulo executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigaÃ§Ã£o existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurÃ-dica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os crÃ©ditos consolidados mediante a via judicial nÃ£o sÃ£o passÃ-veis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida Ã© do credor, inexistindo possibilidade jurÃ-dica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigaÃ§Ã£o de dar valor lÃ-quido e exigÃ-vel de pronto. Logo, a obrigaÃ§Ã£o constituÃ-da nÃ£o Ã© alternativa, cuja opÃ§Ã£o de escolha da prestaÃ§Ã£o a ser dada Ã© do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrÃ¡rio, se estÃ¡ diante de estipulaÃ§Ã£o certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor nÃ£o pode ser obrigado a aceitar o pagamento do dÃ©bito de forma diversa do avenÃ§ado e reconhecida como devida. InteligÃªncia do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, nÃ£o hÃ¡ embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela rÃ©. Negado provimento ao apelo (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035000751, Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÃRIA. CARTÃO DE CRÃDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÃBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÃ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÃÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÃÃO DO JUDICIÃRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÃÃO DA DÃVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso CÃ-vel nÂº 71002857431, Terceira Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais RS, Relator: EugÃªnio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso, como em muitos outros, vem tratar de matÃ©ria jÃ¡ pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificaÃ§Ã£o dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudÃªncia jÃ¡ entendeu nÃ£o aplicÃ¡vel para o caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora o judiciÃ¡rio nÃ£o pode ser furtar de apreciar perigo de lesÃ£o, o caso nÃ£o requer apenas a apreciaÃ§Ã£o do que realmente pode ser tido como pertinente para juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido: AÃ§Ã£o revisional de contrato bancÃ¡rio - alegaÃ§Ãµes genÃ©ricas que tÃªm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado -Â inexistÃªncia de limitaÃ§Ã£o, constitucional ou legal, de cobranÃ§a de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistÃªncia de abusividade na capitalizaÃ§Ã£o dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissÃ£o de permanÃªncia, desde que nÃ£o se cumule com a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria - Acolhimento parcial tÃ£o sÃ³ do recurso do rÃ©u (ApelaÃ§Ã£o com RevisÃ£o n.Âº 1.177.643-7, 11Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Tribunal de JustiÃ§a SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. RepetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto o pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsÃ£o da autora, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por

fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam os demais pedidos indeferidos em face do PrincÃ-pio da Pacta Sunt Servanda inclinando-me a entender que as demais tarifas de cadastro, taxa de gravame e seguro por nÃ£o estarem encartadas nas vedaÃ§Ãµes previstas na legislaÃ§Ã£o regente (ResoluÃ§Ãµes 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneraÃ§Ã£o pelo serviÃ§o prestado pela instituiÃ§Ã£o financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranÃ§as legÃ-timas, sendo certo que somente com a demonstraÃ§Ã£o cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro Ã© que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que nÃ£o ocorreu no caso presente. NÃ£o vislumbro abusividade de qualquer natureza, nÃ£o podendo se mencionar indevido nem tÃ£o pouco repetiÃ§Ã£o por indÃ©bito que nÃ£o subsiste. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Todos esses elementos sÃ£o objetos que podem ou nÃ£o configurar o direito alegado pelo autor, entretanto como versa sobre demanda repetitiva a qual este magistrado jÃ¡ tem consolidado seu entendimento, ficam as fundamentaÃ§Ãµes aptas naquilo que for correspondente a demanda. Caso haja outras irregularidades no contrato, estas nÃ£o foram objeto do pedido, tendo em vista que toda fundamentaÃ§Ã£o das partes se restringiu as matÃ©rias que sÃ£o comumente enfrentadas em aÃ§Ãµes da mesma natureza. Assim, amolda-se ao caso aquilo que for de correspondÃªncia e que, pela anÃ¡lise dos autos se restringiu o dispositivo que abaixo se prolata. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo improcedente o pedido do autor, extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art.487, I do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios nos termos do art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, em 10% do valor da causa, cuja cobranÃ§a ficarÃ¡ suspensa, posto ser o autor beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO JuÃ-za de Direito da 8 Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00092080320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610305937 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 DENUNCIADO:BANCO BRADESCO SEGUROS Representante(s): OAB 12077 - ADRIANO PALERMO COELHO (ADVOGADO) REU:FATIMA DE NAZARE BARAUNA MAGNO Representante(s): IVAN MORAES FURTADO (ADVOGADO) LITISCONSORTE:WILLIAM MACHADO DA CRUZ EXECUTADO:MARCELO DA COSTA EXEQUENTE:IVAN MORAES FURTADO Representante(s): OAB 3740 - IVAN MORAES FURTADO (ADVOGADO) . TRATA-SE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE, pois, os Executados, na forma do art. 513, Â§2Âº, inciso I, do CPC, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenaÃ§Ã£o, liquidado Ã s fls. retro, acrescido de custas, se houver, sob pena de nÃ£o o fazendo ser acrescida a multa de 10% (dez por cento) e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, caput e Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE os Exequentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomarem providÃªncias no sentido de recolherem as custas processuais necessÃ¡rias Ã realizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os (as) devedores (as) poderÃ£o oferecer bens Ã penhora, juntando prova da propriedade, se for bem imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o ocorrendo o pagamento, EXPEÃA-SE mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, seguindo-se os atos de expropriaÃ§Ã£o, na forma do art. 523, Â§ 3Âº do CPC, dando prioridade ao bloqueio online das contas da executada, caso tenha sido requerido pelo exequente (art. 854 do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tornando-se indisponÃ-veis os ativos financeiros, INTIME-SE a devedora na forma do art. 854, Â§2Âº, do CPC, bem como o exequente para se manifestar sobre a penhora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima sem que haja o pagamento voluntÃ¡rio do dÃ©bito, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os Executados apresentem, nos prÃ³prios autos, a impugnaÃ§Ã£o, consoante o art. 525 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ como mandado nos termos do art. 1Âº, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00096972219948140301 PROCESSO ANTIGO: 198610002861 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:ANA CLELIA CARVALHO GUIMARAES Representante(s): OAB 2424 - MIGUEL OVIDIO CORREA BATISTA (ADVOGADO)

REU:FRANCISCO BATISTA GUEDES Representante(s): OAB 9208 - ANDREA CARLA DA SILVA MARQUES PAIVA (ADVOGADO) REU:DOMINGAS CORREIA GUEDES. Primeiramente, registra-se que o processamento dos presentes autos somente ocorrerÃ¡ em relaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a que tem como objeto o pagamento dos honorÃ¡rios sucumbenciais arbitrados em favor do causÃ-dico Dr. Miguel Ouvidio Correa Batista. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse passo, tendo em vista que o Advogado/Exequente requereu prioridade na tramitaÃ§Ã£o por se tratar de pessoa idosa e que, nÃ£o obstante tenha informado no requerimento de fls. 422/423, nÃ£o instruiu a petiÃ§Ã£o com cÃ³pia de documento que demonstre sua condiÃ§Ã£o, INTIME-SE o Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, acoste cÃ³pia do documento de identificaÃ§Ã£o para fins de concessÃ£o da prioridade de tramitaÃ§Ã£o dos presentes autos, conforme determinado pelo art. 71 da Lei 10.741/03. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acostado o referido documento, DETERMINO seja o feito processado sob regime de prioridade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que a tentativa de bloqueio via Sistema BACEJUD Ã s fls.Â restou frustrada, INTIME-SE o Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer diligÃªncias outras a fim de dar prosseguimento Ã satisfaÃ§Ã£o do dÃ©bito, sob pena de arquivamento do feito e deflagraÃ§Ã£o do termo a quo da prescriÃ§Ã£o intercorrente, nos termos do art. 921, Â§4-A, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto ao Executado FRANCISCO BATISTA GUEDES FILHO, INTIME-O para, no prazo de 15 (quinze) dias, indique bens passÃ-veis de penhora suficientes Ã satisfaÃ§Ã£o do dÃ©bito, sob pena de imposiÃ§Ã£o de multa por ato atentatÃ³rio Ã dignidade da JustiÃ§a, nos termos do art. 774, inciso V, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Findo o prazo, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimar e cumprir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00098429020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ANTONIO SOARES REIS Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 6171 - MARCO ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) . Visto etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C PEDIDO DE IMPEDIMENTO DE NEGATIVAÃÃO JUNTO AOS ÃRGÃOS LEGAIS COMO SPC E SERASA E PROIBIÃÃO TÃCITA DE REINTEGRAÃÃO DE POSSE PELO RITO ORDINÃRIO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA movida por ANTONIO SOARES REIS em face de BANCO SANTANDER LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, em face das informaÃ§Ãµes acostados em fls. 145/146, hÃ¡ de se reconhecer a perda do objeto pela liquidaÃ§Ã£o do contrato que deu ensejo a presente aÃ§Ã£o, informa que o requerente quitou o contrato nº 70008003440. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, verifica-se a ausÃªncia de interesse processual. Logo, a presente lide perde o seu objeto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, julgo extinto o feito, sem a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fulcro no art. 485, inciso VI do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas. Sem honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquivando-se os autos em seguida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00136424620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610455013 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Processo de Execução em: 09/11/2021 AUTOR:KEUFFER COMERCIAL LTDA Representante(s): ROSOMIRO ARRAIS (ADVOGADO) OAB 15352 - BARBARA ARRAIS DE CASTRO CARVALHO (ADVOGADO) REU:KALEB DE LIMA CARIPUNAS. CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio-Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00176965720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:RONALD MEIGUINS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 15411 - HAILTON OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) REU:HOSPITAL BENEFICIENCIA NIPO BRASILEIRA AMAZONICO Representante(s): OAB 9752 - ALEXANDRE SALES SANTOS (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE INDENIZAÃÃOPOR DANOS MORAIS E ESTÃTICOS E PATRIMONIAIS proposta por RONALD MEIGUINS DE OLIVEIRA em face de HOSPITAL BENEFICÃNCIA NIPO BRASILEIRA, visando a reparaÃ§Ã£o por danos morais com indenizaÃ§Ã£o no valor de sessenta salÃ¡rios mÃ-nimos e indenizaÃ§Ã£o por danos estÃ©ticos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a Autora que sofreu acidente durante a prÃ¡tica de skate nos idos do ano de 2010. Informa que se dirigiu Ã requerida o qual possui plano de saÃºde da mesma para averiguar a existÃªncia ou nÃ£o de lesÃ£o buscando,

portanto, auxÃ-lio mÃ©dico. Informa que foi atendido preliminarmente por um mÃ©dico plantonista que a princÃ-pio informou-lhe que se tratava de uma pequena luxaÃ§Ã£o, informando-lhe para ficar tranquilo, podendo a lesÃ£o ser curada com gelo e antiinflamatÃ³rios. Â Â Â Â Â Â Informa em seguida que observando que os medicamentos nÃ£o estavam ajudando com a sua melhora, retornou a emergÃªncia, na qual outro mÃ©dico o indicou marcaÃ§Ã£o com ortopedista. Alega o autor que ligou para a centram de atendimento para reclamar do mau atendimento que tinha recebido, posto ainda sentir muita dor. Uma semana apÃ³s, conseguindo uma consulta com ortopedista e traumatologista, o mesmo observou que era caso de operaÃ§Ã£o imediata. Â Â Â Â Â Â Diante de todo o informado, ingressou com a presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Foi deferida a justiÃ§a gratuita e a inversÃ£o do Ã´nus da prova. Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o Ã s fls. 45/63. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica, fls. 98/99, em que a autora reiterou os argumentos iniciais e pleiteia perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia, as partes requereram prova pericial, o que foi deferido e nomeado perito conforme em fls. 168. Â Â Â Â Â Â Laudo pericial, Ã s fls. 176/186. Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o das partes em fls. 190/192 (assistente tÃ©cnico do requerido) e fls. 193/196 (do requerente). Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Fica indeferida a remarcaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o, tendo em vista que o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, na forma do art. 355, inciso I do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â O contrato objeto da lide estÃ¡ sujeito Ã disciplina do CÃ³digo de ProteÃ§Ã£o e Defesa do Consumidor (art. 3Âº, Â§ 2Âº), por constituir modalidade de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os fornecida no mercado de consumo mediante remuneraÃ§Ã£o, subsumindo-se Ã s normas da Lei 8078/90 e do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â A demanda versa sobre mÃ¡ prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, logo, a rÃ©, somente se eximirÃ¡ de sua responsabilidade, que Ã© do tipo objetiva, se comprovar a ocorrÃªncia de uma das hipÃ³teses contidas no Â§3Âº do artigo 14 do CDC. Â Â Â Â Â Â Como dito a responsabilidade civil do hospital e plano de saÃºde na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os mÃ©dicos Ã© objetiva, segundo o caput do art. 14 do CDC, respondendo ambos de forma solidÃ¡ria pelos atos culposos praticados pelo mÃ©dico. Â Â Â Â Â Â Assim, embora a responsabilidade da rÃ© seja objetiva, somente responderÃ¡ caso constatada a existÃªncia de culpa de seu preposto (mÃ©dico), mormente porque a responsabilidade deste Ã© subjetiva, nos termos do art. 14, Â§ 4Âº, do CDC. Â Â Â Â Â Â Sobre o ato ilÃ-cito, o CÃ³digo Civil, em seu art. 186, estabelece: Â Â Â Â Â Â "Art. 186. Aquele que, por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia ou imprudÃªncia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilÃ-cito". Â Â Â Â Â Â Partindo desses pressupostos, Ã© vÃ¡lido citar a liÃ§Ã£o de Caio MÃ¡rio da Silva Pereira sobre responsabilidade civil, segundo a qual: "Em princÃ-pio, a responsabilidade civil pode ser definida como fez o nosso legislador de 1916:"a obrigaÃ§Ã£o de reparar o dano imposta a todo aquele que, por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia ou imprudÃªncia, violar direito ou causar prejuÃ-zo a outrem (CÃ³digo Civil, art. 159). Deste conceito, extraem-se os requisitos essenciais: a) em primeiro lugar, a verificaÃ§Ã£o de uma conduta antijurÃ-dica, que abrange comportamento contrÃ¡rio a direito, por comissÃ£o ou por omissÃ£o, sem necessidade de indagar se houve ou nÃ£o o propÃ³sito de mal-fazer; b) em segundo lugar, a existÃªncia de um dano, tomada a expressÃ£o no sentido de lesÃ£o a um bem jurÃ-dico, seja este de ordem material ou imaterial, de natureza patrimonial ou nÃ£o-patrimonial; c) e em terceiro lugar, o estabelecimento de um nexo de causalidade entre uma e outro, de forma a precisar-se que o dano decorre da conduta antijurÃ-dica, ou, em termos negativos, que sem a verificaÃ§Ã£o do comportamento contrÃ¡rio a direito nÃ£o teria havido o atentado ao bem jurÃ-dico", analisemos os fatos dos autos. (In InstituiÃ§Ãµes de Direito Civil, vol. I, 19Âª ed., Rio de Janeiro, Forense: 2000, pÃ¡g. 420) Â Â Â Â Â Â Dos autos, extrai-se, que as condutas realizadas, pelos prepostos da requerida, foram negligentes, tendo em vista que o atendimento de maneira corriqueira sem prestar atenÃ§Ã£o nas diligÃªncias necessÃ¡rias nÃ£o detectou a gravidade da lesÃ£o da autora no primeiro momento, quando deveria. A demora para realizaÃ§Ã£o da cirurgia da qual a autora necessitava, ocasionou na evoluÃ§Ã£o das dores do autor, o que poderia levar a um quadro de complicaÃ§Ãµes mais sÃ©rias. O laudo mÃ©dico apresentado pela requerente em fls. 85 corrobora com suas alegaÃ§Ãµes. As guias acostadas em fls. 86/87 atestam que o autor sofreu trauma e submeteu-se Ã cirurgia, tendo sido requisitado o seguinte procedimento: Â¿RECUPERAÃÃO FUNCIONAL PÃS-OPERATÃRIA OU PÃS-IMOBILIZAÃÃESÂ¿. Logo, o que alega o autor na inicial foi sustentada pelas provas por ele colacionadas aos autos. Â Â Â Â Â Â No que concerne ao laudo pericial mÃ©dico apresentado em fls. 176/185 reafirmaram a lesÃ£o do autor, apontando, contudo, Ã uma gravidade mitigada pelo tratamento recebido. Na resposta aos quesitos do requerente hÃ¡ informaÃ§Ã£o de que ficou evidenciado a luxaÃ§Ã£o acromioclavicular esquerda e do requerido. As respostas quanto aos quesitos do requerido demonstram no item 4 a existÃªncia da referida luxaÃ§Ã£o, aponta que, ipsis litteris: Â¿O raio X do ombro esquerdo, feito na emergÃªncia do hospital, jÃ¡ revela a luxaÃ§Ã£o acromioclavicularÂ¿. Ou seja, Ã Ã©poca do atendimento fora identificada a lesÃ£o, entÃ£o, por que nÃ£o orientaram o paciente devidamente quanto ao tratamento imediato que deveria

receber, inclusive orientado se era ou nÃ£o caso cirÃºrgico? Entendo que, neste ponto, houve sim falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o passÃ-vel de gerar os danos pleiteados pelo autor. Â Â Â Â Â Â Logo, se observada a sequÃªncia da ocorrÃªncia dos eventos, conforme narrado acima, tem-se como evidente a negligÃªncia do preposto da requerida, e que por ele a mesma responde objetivamente. Â Â Â Â Â Â E, embora o laudo pericial nÃ£o demonstre de forma cabal a ratificaÃ§Ã£o dos direitos de uma ou de outra parte, jÃ¡ que suas respostas parecem ser favorÃ¡veis a ambas as partes, para o livre convencimento deste juÃ-zo, valer-se-Ã¡ igualmente de outros elementos de prova existente nos autos, a teor do art. 479 do Novo CPC. Â Â Â Â Â Â Assim, passa-se Ã apuraÃ§Ã£o dos danos sofridos. Â Â Â Â Â Â Quanto ao dano moral, como se sabe, esse emerge sempre que for atingido o ofendido como pessoa, nÃ£o se cogitando de lesÃ£o ao seu patrimÃ´nio, razÃ£o pela qual dispensa prova em concreto, existindo in re ipsa, tratando-se de presunÃ§Ã£o absoluta. Â Â Â Â Â Â Ã lesÃ£o que integra os direitos da personalidade, tal como vida, liberdade, intimidade, privacidade, honra, imagem, identificaÃ§Ã£o pessoal, integridade fÃ-sica e psÃ-quica, etc. Enfim, a dignidade da pessoa humana, fundamento constitucional da RepÃºblica Federativa Brasileira, Ã© que pode, mas nÃ£o necessariamente, acarretar Ã vÃ-tima dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Configura dano moral aquele que, fugindo Ã normalidade, interfira intensamente no comportamento psicolÃ³gico do indivÃ-duo, causando-lhe afliÃ§Ãµes, angÃºstia e desequilÃ-brio em seu bem estar. Â Â Â Â Â Â No presente caso, Ã© inconteste o dano moral sofrido pela autora, em razÃ£o da demora para realizaÃ§Ã£o da cirurgia que ficou constatada e da forma corriqueira com que foi dado o atendimento na emergÃªncia, que disso desencadeou uma sÃ©rie de eventos que levaram o autor a danos transcendentes Ã esfera patrimonial. Importante que se esclareÃ§a, entretanto, que aqui se estarÃ¡ mensurando a gravidade da lesÃ£o junto com a falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Da leitura dos laudos apresentados e da apresentaÃ§Ã£o da manifestaÃ§Ã£o do assistente tÃ©cnico do requerido em fls. 190/193, entendo que apesar de levar a crer que o atendimento do autor foram acertadas, discordo com o que atestam, sobretudo com relaÃ§Ã£o a manifestaÃ§Ã£o do assistente da requerida que apresentou uma manifestaÃ§Ã£o rasa e sem prova alguma, por Ã³bvio que agiria nos interesses da contratada. PorÃ©m, levando-se em conta tudo o que consta dos autos, de tudo o que se demonstrou com o amplo lastro probatÃ³rio juntado na inicial, este juÃ-zo entende sim que houve falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. Â Â Â Â Â Â Quanto ao dano estÃ©tico, as fotografias apresentadas, bem como o laudo pericial, demonstram que a autora nÃ£o possui deformidades e cicatrizes permanentes e extensas na regiÃ£o da lesÃ£o, o que, a meu sentir, nÃ£o Ã© suficiente para que ele tenha vergonha de se expor ou o tenha levado a um dano estÃ©tico contundente ao ponto de lhe ser dado procedente tal pleito. Â Â Â Â Â Â Por conseguinte, mister analisar o quantum indenizatÃ³rio em relaÃ§Ã£o aos danos morais tÃ£o somente. Â Â Â Â Â Â A quantificaÃ§Ã£o do dano moral permanece a cargo da doutrina e da jurisprudÃªncia, predominando no Direito Brasileiro o critÃ©rio do arbitramento judicial (art. 944 CC), tendo-se em conta que a sua reparaÃ§Ã£o tem duplo carÃ¡ter: compensatÃ³rio para a vÃ-tima e punitivo para o ofensor. Â Â Â Â Â Â Sobre o tema, Caio MÃ¡rio da Silva Pereira leciona: "A - de um lado, a idÃ©ia de puniÃ§Ã£o ao infrator, que nÃ£o pode ofender em vÃ£o a esfera jurÃ-dica alheia...; B - de outro lado proporcionar a vÃ-tima uma compensaÃ§Ã£o pelo dano suportado, pondo-lhe o ofensor nas mÃ£os uma soma que nÃ£o Ã© pretium dolores, porÃ©m uma ensancha de reparaÃ§Ã£o da afronta..." (InstituiÃ§Ãµes de Direito Civil, 16Âª ed. Forense, pÃ¡g. 242). Â Â Â Â Â Â A fixaÃ§Ã£o deve dar-se com prudente arbÃ-trio, para que nÃ£o haja enriquecimento Ã custa do empobrecimento alheio, mas tambÃ©m para que o valor nÃ£o seja irrisÃ³rio. As decisÃµes de nossos tribunais tÃªm assentado o posicionamento de que: "A indenizaÃ§Ã£o por dano moral Ã© arbitrÃ¡vel, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vÃ-tima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa" (RT 706/67). "A indenizaÃ§Ã£o haverÃ¡ de ser suficientemente expressiva para compensar a vÃ-tima pelo sofrimento, tristeza ou vexame sofrido e penalizar o causador do dano, levando em conta ainda a intensidade da culpa e a capacidade econÃ´mica dos ofensores" (COAD, Bol. 31/94, p. 490, nÂº. 66.291). Â¿Para a fixaÃ§Ã£o do dano moral o julgador pode usar de certo arbÃ-trio, devendo, porÃ©m, levar em conta as condiÃ§Ãµes pessoais do ofendido e do ofensor" (RJTJRS, 127/411). Â Â Â Â Â Â Portanto, atento ao princÃ-pio da prudÃªncia e Ã s peculiaridades do caso sub judice, jÃ¡ apontadas, ausente o critÃ©rio objetivo de fixaÃ§Ã£o da verba indenizatÃ³ria por danos morais, hei por bem fixar o valor da indenizaÃ§Ã£o em R$ 8.000,00 (oito mil reais), quantia que nÃ£o configura uma premiaÃ§Ã£o, nem mesmo uma importÃ¢ncia insuficiente para concretizar a pretendida reparaÃ§Ã£o civil, uma vez que, de tudo o que se analisou dos autos, houve falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, contudo nÃ£o ao ponto de causar um dano irreversÃ-vel Ã saÃºde do autor que lhe tenha extirpado das atividades laborativas, bem como nÃ£o fora identificado o dano estÃ©tico. Â Â Â Â Â Assim, me digno a aplicar o quantum a tÃ-tulo de danos morais informados tÃ£o somente pela falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, que deveria ter sido mais diligente e atenciosos, devendo ter informado ao autor

da necessidade cirÃºrgica logo de inÃ-cio, porÃ©m, repiso, como nÃ£o houve um dano imensurÃ¡vel Ã integridade fÃ-sica do autor, entendo por bem fixar o valor informado a tÃ-tulo pedagÃ³gico, para que os estabelecimentos de saÃºde capacitem melhor seus funcionÃ¡rios, muitas vezes mÃ©dicos, a atenderem de forma mais diligente e cuidadosa, pois sabemos que mÃ©dicos que trabalham na ala de urgÃªncia e emergÃªncia, apesar do estresse que sofrem, muitas vezes nÃ£o fazem um bom atendimento, porÃ©m sabemos que os vencimentos sÃ£o satisfatÃ³rios, o que nÃ£o justifica o pÃ©ssimo atendimento dos mesmos nestas ocasiÃµes. Importante que as instituiÃ§Ãµes busquem oferecer uma capacitaÃ§Ã£o de seus funcionÃ¡rios, principalmente mÃ©dicos, que priorize o atendimento humano, integral e diligente do paciente que Ã© usuÃ¡rio pagador do serviÃ§o, atÃ© porque nÃ£o estamos diante de um serviÃ§o de saÃºde pÃºblica, mas particular. Â Â Isto posto, na forma do art. 487, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais para condenar a rÃ© a pagar Ã autora a quantia de R$-8.000,00 (oito mil reais), a tÃ-tulo de danos morais, cujo valor serÃ¡ corrigido desde o arbitramento e com juros de mora de 1% ao mÃªs, desde o evento danoso (SÃºmula 54 do STJ).Â Â Â Â Â Â Â Condeno a rÃ© ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, estes fixados em 20% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Como a autora sucumbiu em parte do pedido, condeno Ã mesma da mesma forma aplicada ao rÃ©u sucumbente, entretanto mantenho suspensa a exigibilidade sucumbencial tendo em vista ser amparado pela justiÃ§a gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Â Â Â Â Â Determino o arquivamento do feito apÃ³s o transcurso do prazo recursal, procedendo Ã s anotaÃ§Ãµes e baixas devidas. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00188095620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Produção Antecipada da Prova em: 09/11/2021 REQUERENTE:CS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA ME Representante(s): OAB 11673 - DANIELLE SILVA DE ANDRADE LIMA GUERRA (ADVOGADO) REQUERIDO:GAFISA SPE 51 E. IMOB. LTDA Representante(s): OAB 214.918 - DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (ADVOGADO) . Vistos. Â Â Â Â Â Trata-se de MEDIDA CAUTELAR DE PRODUCAO ANTECIPADA DE PROVAS movida por CS COMÃRCIO DE COMBUSTÃVEIS LTDA ME em face de GAFISA SPE 51 E IMOBILIÃRIA LTDA. Â Â Â Â Â Vistos e Examinados estes autos de AÃÃO CAUTELAR DE PRODUÃÃO ANTECIPADA DE PROVAS, registrados sob o nÂº 0018809-56.2014.8.14.0301, em que Ã© autor CS COMÃRCIO DE COMBUSTÃVEIS LTDA ME e rÃ©u GAFISA SPE 51 E IMOBILIÃRIA LTDA. Â Â Â Â Â A autora, devidamente qualificado na petiÃ§Ã£o inicial, ajuizou a presente AÃ§Ã£o Cautelar De ProduÃ§Ã£o Antecipada De Provas em face do rÃ©u, com o propÃ³sito de que liminarmente fosse determinada a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia para vistoriar o aludido imÃ³vel. Â Â Â Â Â Alegou para tanto que a prova pericial Ã© imprescindÃ-vel para atestar as condiÃ§Ãµes da unidade que adquiriu para que a aÃ§Ã£o principal seja instruÃ-a e assim ratifique o direito que lÃ¡ pleitearÃ¡. Â Â Â Â Â Pediu a procedÃªncia dos pedidos e juntou documentos de fls. 48/69. Â Â Â Â Â Foi deferida a medida liminar e nomeado perito, fls. 72, cumprindo-se a diligÃªncia Ã s fls. 92/107. Â Â Â Â Â Ã fl. 111/117 houve manifestaÃ§Ã£o da requerida pugnando pela nulidade da perÃ-cia e da autora em fls. 123/124, pleiteando a recusa da mediaÃ§Ã£o dentre outras. Â Â Â Â Â Documentos subsequentes. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Tratam os autos de medida cautelar de produÃ§Ã£o antecipada de prova, que se regulara pelos artigos 846, do antigo CÃ³digo de Processo Civil. A prova pericial pretendida pela autora foi realizada conforme a lei, tendo sido dada oportunidade Ã s partes para que se manifestassem. Â Â Â Â Â Trata-se, pois, de mero procedimento preparatÃ³rio. Ensina a doutrina de Humberto Theodoro JÃºnior que: "O processo tem ordinariamente um momento ou uma fase reservada Ã prova dos fatos alegados pelas partes. HÃ¡ circunstÂ¢ncias excepcionais, no entanto, que autorizam a parte a promover, antes do momento processual adequado, a coleta dos elementos de convicÃ§Ã£o necessÃ¡rios Ã instruÃ§Ã£o da causa. SÃ£o casos em que a parte exerce a 'pretensÃ£o Ã seguranÃ§a da prova', sem, contudo, antecipar a pretensÃ£o do direito substancial. O interesse que autoriza a aÃ§Ã£o cautelar na espÃ©cie relaciona apenas com a obtenÃ§Ã£o preventiva da 'documentaÃ§Ã£o de estado de fato que possa vir a influir, de futuro, na instruÃ§Ã£o da causa". Â Â Â Â Â E continua: "Nos casos mencionados, promovem-se 'apenas as diligÃªncias tendentes a fixar por meio de exames periciais (ou inquiriÃ§Ãµes), situaÃ§Ãµes transeuntes que convÃ©m deixar fixadas, para servirem de prova na aÃ§Ã£o futura'. Registrando fatos sensÃ-veis, esse tipo de medida tem efeito acautelatÃ³rio, apenas, valendo como meio hÃ¡bil para preservar a prova do perigo que a ameaÃ§a, perigo de desaparecimento pelo decurso do tempo. Configura aquela espÃ©cie de tutela preventiva que CARNELUTT denomina processo cautelar antecipatÃ³rio, ao qual pertencem tambÃ©m o arresto e o seqÃ¼estro. Enquanto, porÃ©m, nestas Ãºltimas medidas a antecipaÃ§Ã£o se refere a atos executivos, nas providÃªncias do art. 846 refere-se a atos instrutÃ³rios. A aÃ§Ã£o antecipatÃ³ria Ã© genuinamente cautelar, quando movida em carÃ¡ter

preparatÃ³rio, pois satisfaz Ã necessidade emergencial de evitar ou superar perigo de se tornar impossÃ-vel ou deficiente a produÃ§Ã£o da prova se se tiver de aguardar a propositura da aÃ§Ã£o principal e a chegada da fase probatÃ³ria normal. Como a finalidade do processo Ã© a justa composiÃ§Ã£o do litÃ-gio e esta sÃ³ Ã© satisfeita mediante a descoberta da verdade, a medida que vise a tutelar a comprovaÃ§Ã£o antecipada da verdade serve indubitavelmente mais ao processo que propriamente ao interesse ou ao direito subjetivo da parte. Essa medida fica, pois, precoordenada Ã melhor e mais Ãºtil atuaÃ§Ã£o do processo, como instrumento da justa composiÃ§Ã£o da lide, seja a soluÃ§Ã£o final mais favorÃ¡vel ao que pede a medida cautelar, ou seja contrÃ¡ria Ã sua pretensÃ£o." (in "Processo Cautelar" 4Âª ed. Editora UniversitÃ¡ria de Direito, pÃ¡gs. 303/304). Â Â Â Â Â Ou seja, em razÃ£o da prÃ³pria natureza da medida que, em linha de rigor tÃ©cnico, constitui procedimento de jurisdiÃ§Ã£o voluntÃ¡ria, nÃ£o hÃ¡ lugar para decisÃµes de mÃ©rito. A parte limita-se a salvaguardar o perigo de perecimento da prova que haverÃ¡ de sustentar futura pretensÃ£o no devido processo legal. A perÃ-cia, entÃ£o, nÃ£o Ã© medida preparatÃ³ria igual ou semelhante Ã s outras, porque sua finalidade nÃ£o Ã© servir de base a qualquer aÃ§Ã£o, mas sim, o que Ã© diferente, preparar com antecedÃªncia uma prova que venha a tornar-se impossÃ-vel ou muito difÃ-cil na ocasiÃ£o apropriada. Â Â Â Â Â Nestes autos, tendo havido a regularidade processual e finda a realizaÃ§Ã£o da prova pericial, Ã© cabÃ-vel sua homologaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â De todo o exposto, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, a prova pericial realizada nestes autos, autorizando Ã s partes a obtenÃ§Ã£o de certidÃµes e fotocÃ³pias. Nestes termos, julga-se EXTINTO o presente feito, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Condeno a rÃ© ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85, Â§ 2Âº c/c art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00209054320038140301 PROCESSO ANTIGO: 20031042035 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Execução de Título Judicial em: 09/11/2021 REU:JOSE LUIS GOMES DOS SANTOS AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S A Representante(s): FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REU:RAIMUNDO NONATO DA LUZ SILVA REU:MARIONALDO MIRANDA MACIEL. Tendo em vista o teor do art. 513, Â§2Âº, do CPC, bem assim que a referida intimaÃ§Ã£o sÃ³ poderÃ¡ ser realizada pela via editalÃ-cia apÃ³s esgotadas as tentativas de localizaÃ§Ã£o dos devedores, INDEFIRO o pleito de fls. 113/114. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE a instituiÃ§Ã£o financeira Exequente para que apresente o endereÃ§o onde os devedores poderÃ£o ser localizados, no prazo de 15 (quinze) dias, ou requeira diligÃªncias outras a fim de dar prosseguimento Ã satisfaÃ§Ã£o do dÃ©bito, sob pena de arquivamento do feito e deflagraÃ§Ã£o do termo a quo da prescriÃ§Ã£o intercorrente, nos termos do art. 921, Â§4-A, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Findo o prazo, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso contrÃ¡rio, isto Ã©, transcorrido o prazo in albis, arquivem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimar e cumprir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00210097920118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ARLENSON BATISTA DA SILVA Representante(s): OAB 13370 - ALESSANDRO DOS SANTOS COSTA (ADVOGADO) REU:BRADESCO SEGUROS S.A Representante(s): OAB 12504 - ADRIANE CRISTYNA KUHN (ADVOGADO) REU:SEGURADORA LIDER SA Representante(s): OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Trata-se de AÃO DE COBRANÃA DE DIFERENÃA DE SEGURO DPVAT movido por ARLENSON BATISTA DA SILVA em face de BRADESCO SEGUROS S/A e LÃDER SRGURADORA S/A. Â Â Â Â Â Alega brevemente a autora que foi vÃ-tima de acidente de trÂ¢nsito em 10 de outubro de 2009 tendo sofrido debilidade que entende ser permanente. Informa que fez contrato de seguro DPVAT com a requerida e por conta do aludido acidente requer a indenizaÃ§Ã£o que lhe assiste por direito, que lhe foi negada no valor integral. Ingressou com a presente demanda pleiteando o pagamento da diferenÃ§a. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Devidamente citada a requerida apresentou contestaÃ§Ã£o em fls. 49/65 arguindo ausÃªncia de documentos indispensÃ¡veis a propositura da aÃ§Ã£o, que pagou efetivamente o correto em face da lesÃ£o sofrida, inclina-se pela improcedÃªncia do pedido do autor, alÃ©m de outros pedidos, como apresentaÃ§Ã£o de nova perÃ-cia mÃ©dica. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â RÃ©plica da autora em fls. 92/119. Â Â Â Â Â AudiÃªncia realizada em 01 de dezembro de 2014, nÃ£o houve possibilidade de acordo. Â Â Â Â Â DecisÃ£o determinando

nomeaÃ§Ã£o e realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia em fls. 134/136. Â Â Â Â Â Laudo pericial apresentado em fls. 156/159. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Em que pese as aÃ§Ãµes de cobranÃ§a de seguro DPVAT tratarem-se, geralmente, de questÃµes meramente de direito, faz-se necessÃ¡rio, ao mÃ-nimo, o laudo pericial para que se possa medir o grau e extensÃ£o da lesÃ£o e da invalidez. Nestes termos, a perÃ-cia do IML nÃ£o fora apresentada, porÃ©m o laudo pericial de lavra do IML nÃ£o Ã© documento essencial ao manejo de AÃ§Ã£o em que se vindica o pagamento de indenizaÃ§Ã£o decorrente do Seguro ObrigatÃ³rio. Colaciono: EMENTA: AÃÃO DE COBRANÃA. DPVAT. PROVA PERICIAL - PRECLUSÃO - LAUDO DO IML - DOCUMENTO NÃO ESSENCIAL Ã PROPOSITURA DA AÃÃO - COMPLEMENTAÃÃO - INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÃNCIA DE LAUDO PERICIAL E LAUDO DO IML - RELATÃRIO MÃDICO PRODUZIDO UNILATERALMENTE - IMPUGNAÃÃO PELA PARTE RÃ - AUSÃNCIA DE PROVA DE QUE O GRAU DE INCAPACIDADE Ã SUPERIOR AO RECONHECIDO PELA SEGURADORA - COMPLEMENTAÃÃO - IMPROCEDÃNCIA DO PEDIDO. - O laudo pericial de lavra do IML nÃ£o Ã© documento essencial ao manejo de AÃ§Ã£o em que se vindica o pagamento de indenizaÃ§Ã£o decorrente do Seguro ObrigatÃ³rio - A indenizaÃ§Ã£o do seguro obrigatÃ³rio DPVAT por invalidez permanente deve ser calculada em valor proporcional Ã extensÃ£o da incapacidade do beneficiÃ¡rio - Para fins de recebimento de seguro DPVAT, o grau da invalidez deve ser comprovado - Se a parte nÃ£o requereu a produÃ§Ã£o da prova pericial em tempo oportuno, nÃ£o pode fazÃª-lo na fase seguinte, em face da preclusÃ£o - O relatÃ³rio mÃ©dico, produzido unilateralmente pela parte autora e impugnado pela rÃ© nÃ£o Ã© suficiente para demonstrar que o grau de incapacidade do autor Ã© superior ao reconhecido pela Seguradora - Preliminares rejeitadas - Apelo nÃ£o provido. (TJ-MG - AC: 10105140258655001 MG, Relator: Cabral da Silva, Data de Julgamento: 24/11/2015, Data de PublicaÃ§Ã£o: 04/12/2015). Â Â Â Â Â Muito embora o presente laudo nÃ£o seja obrigatÃ³rio, Ã© importante que o autor traga outros laudos que ateste a invalidez permanente almejada. Na inicial o referido pleiteante junta a comprova de alguns procedimentos realizados, mas sem perÃ-cia avaliativa alguma. Ademais, este magistrado ainda que se filie pela jurisprudÃªncia acima informada, entende que laudo oficial diverso do IML deve colaborar para a elucidaÃ§Ã£o dos fatos e trazer de maneira cabal a prova da gravidade permanente do autor, daÃ- a necessidade de ter sido determinada perÃ-cia. Â Â Â Â Â O laudo mÃ©dico acostado em fls. 18 atesta que o autor foi submetido a procedimento cirÃºrgico de osteossÃ-ntese local, recebendo alta mÃ©dica em 15 de marÃ§o de 2011. De fato, carecia de um laudo mais especÃ-fico atestando a extensÃ£o do dano e o grau da lesÃ£o sofrida, se permanente, parcial, completa, etc. Isso porque o laudo de exameÂ de corpo de delito apresentado em fls. 19 nÃ£o foi muito claro quanto a incapacidade permanente para o trabalho, apenas atestou deformidade permanente, mas nÃ£o especificando se tal deformidade permanente seria total, parcial. No que consta do mesmo, o autor teve debilidade permanente das funÃ§Ãµes do membro superior direita, porÃ©m restava um laudo mais conclusivo para confrontar com o apresentado. Â Â Â Â Â O laudo pericial apresentado, entÃ£o determinado por este juÃ-zo, em fls. 156 e seguintes, em suas conclusÃµes foi claro: Â¿[...] b) Entretanto, a vÃ-tima atualmente, apresenta quadro de invalidez permanente, decorrente do acidente relatado na exordial; Â¿. (fls. 158). Ao responder aos quesitos o perito igualmente confirmou no item 7 que a invalidez Ã© incompleta, com sequela de grau intensa com repercussÃ£o de 75% de perda da funÃ§Ã£o. Importante frisar que a perda gerou invalidez incompleta com repercussÃ£o de 75% de perda da funÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â O seguro obrigatÃ³rio de responsabilidade civil de veÃ-culos automotores de via terrestre encontra-se regulado pela Lei nÂº 6.194/74 e tem por finalidade dar cobertura a danos causados por veÃ-culos nos casos de morte, invalidez permanente, parcial ou total, por acidente e despesas com assistÃªncia mÃ©dica. Â Â Â Â Â Â Â A legislaÃ§Ã£o assim dispÃµe: Â Â Â Â Â Lei nÂº 6.194, de 19 de dezembro de 1974. DispÃµe sobre Seguro ObrigatÃ³rio de Danos Pessoais causados por veÃ-culos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou nÃ£o. Art. 1Âº A alÃ-nea b do artigo 20, do Decreto-lei nÂº 73, de 21 de novembro de 1966, passa a ter a seguinte redaÃ§Ã£o: "Art. 20. ..... b) - Responsabilidade civil dos proprietÃ¡rios de veÃ-culos automotores de vias fluvial, lacustre, marÃ-tima, de aeronaves e dos transportadores em geral." Art. 2Âº Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-lei nÂº 73, de 21 de novembro de 1966, a alÃ-nea l nestes termos: [...] Art. 5Âº O pagamento da indenizaÃ§Ã£o serÃ¡ efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existÃªncia de culpa, haja ou nÃ£o resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. Â§ 3o NÃ£o se concluindo na certidÃ£o de Ã³bito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, serÃ¡ acrescentada a certidÃ£o de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto mÃ©dico legal, independentemente de requisiÃ§Ã£o ou autorizaÃ§Ã£o da autoridade policial ou da jurisdiÃ§Ã£o do acidente. Â Â Â Â Â Â Â Nessa perspectiva, os laudos periciais apresentados sÃ£o suficientes para a instauraÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o de cobranÃ§a obrigatÃ³ria do seguro DPVAT, posto comprovarem a existÃªncia do dano como consequÃªncia do acidente

automobilÃ-stico de natureza grave, com grau de permanÃªncia parcial completa. Ã o que consta na perÃ-cia. Â Â Â Â Â Â Â Sobre o tema, AÃÃO DE COBRANÃA SEGURO DPVAT. BOLETIM DE OCORRÃNCIA. NEXO DE CAUSALIDADE. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. SUCUMBÃNCIA RECÃPROCA. A elaboraÃ§Ã£o de Boletim de OcorrÃªncia em data posterior ao sinistro, nÃ£o afasta, por si sÃ³, o direito Ã indenizaÃ§Ã£o do seguro DPVAT, se o acidente e o nexo de causalidade puderem ser constatados atravÃ©s de outros meios de prova. Tendo a seguradora decaÃ-do de parte do pedido, deve arcar com as custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios na proporÃ§Ã£o de sua sucumbÃªncia. Os honorÃ¡rios de sucumbÃªncia devem ser fixados observando-se o grau de zelo do profissional, o lugar de prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, a natureza e importÂ¢ncia da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviÃ§o. (TJ-MG - AC: 10035170047928001 MG, Relator: EstevÃ£o Lucchesi, Data de Julgamento: 11/06/0019, Data de PublicaÃ§Ã£o: 26/06/2019) EMENTA: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DE PROCEDIMENTO COMUM - COBRANÃA - SEGURO OBRIGATÃRIO DPVAT - BOLETIM DE OCORRÃNCIA - INADIMPLÃNCIA - SÃMULA 257 STJ - HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. O boletim de ocorrÃªncia goza de presunÃ§Ã£o juris tantum de verdade, ou seja, seu conteÃºdo prevalece atÃ© prova convincente em sentido contrÃ¡rio. NÃ£o hÃ¡ que se falar em inaplicabilidade da SÃºmula 257 do STJ ou em compensaÃ§Ã£o de crÃ©ditos, mesmo que o proprietÃ¡rio do veÃ-culo esteja inadimplente quanto ao prÃªmio do seguro, e nÃ£o cabe falar em relaÃ§Ã£o de prestaÃ§Ã£o e contraprestaÃ§Ã£o, pois deve ser observado o carÃ¡ter social do seguro DPVAT. Os juros de mora, na aÃ§Ã£o de cobranÃ§a visando Ã complementaÃ§Ã£o do pagamento do seguro DPVAT, sÃ£o devidos a partir da citaÃ§Ã£o (SÃºmula 426 do STJ). Os honorÃ¡rios advocatÃ-cios de sucumbÃªncia devem ser arbitrados com observÃ¢ncia aos critÃ©rios legais. (TJ-MG - AC: 10000191118603001 MG, Relator: JosÃ© FlÃ¡vio de Almeida, Data de Julgamento: 11/11/0019, Data de PublicaÃ§Ã£o: 18/11/2019) Â Â Â Â Â A celeuma da questÃ£o Ã© saber se a autora faz jus ao recebimento do valor de atÃ© R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) conforme dispÃµe a lei sobre Seguro ObrigatÃ³rio - DPVAT, que Ã© bem clara sobre a cobertura desse seguro, bem como o valor deste, no caso de invalidez permanente com perda funcional completa, quando aduz em seu art. 3Â°, inciso I, que: Art. 3Âº Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2Âº desta lei compreendem as indenizaÃ§Ãµes por morte, invalidez permanente e despesas de assistÃªncia mÃ©dica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: II - atÃ© R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (IncluÃ-do pela Lei nÂº 11.482, de 2007). (grifos nossos). Â Â Â Â Â Logo, sendo completa, leva-se em consideraÃ§Ã£o o seguinte dispositivo da mencionada lei: Â§ 1o No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverÃ£o ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesÃµes diretamente decorrentes de acidente e que nÃ£o sejam suscetÃ-veis de amenizaÃ§Ã£o proporcionada por qualquer medida terapÃªutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensÃ£o das perdas anatÃ´micas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (IncluÃ-do pela Lei nÂº 11.945, de 2009). (ProduÃ§Ã£o de efeitos). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatÃ´mica ou funcional serÃ¡ diretamente enquadrada em um dos segmentos orgÂ¢nicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenizaÃ§Ã£o ao valor resultante da aplicaÃ§Ã£o do percentual ali estabelecido ao valor mÃ¡ximo da cobertura; e (IncluÃ-do pela Lei nÂº 11.945, de 2009). (ProduÃ§Ã£o de efeitos). Â Â Â Â Â Assim, a Lei n. 6.194/74, que disciplina o seguro obrigatÃ³rio de danos pessoais causados por veÃ-culos automotores de via terrestre, estabelece a indenizaÃ§Ã£o para os casos de invalidez permanente, conforme o enquadramento da perda anatÃ´mica ou funcional prevista em tabela anexa, incluÃ-da pela Lei n. 11.945/2009. Na hipÃ³tese de invalidez parcial permanente, a indenizaÃ§Ã£o securitÃ¡ria serÃ¡ paga de forma proporcional ao grau da invalidez, Ã© o que ensina a SÃºmula n. 474 do STJ. Â Â Â Â Â No caso em apreÃ§o temos uma invalidez permanente parcial, incompleta com repercussÃ£o de 75% de perda ou funÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Sobre o valor da indenizaÃ§Ã£o, vale registrar que o art. 3Âº da Lei n. 6.194/1974, alterada pelas Leis n. 11.482/2007 e 11.945/2009, aplicÃ¡veis Ã espÃ©cie, dispÃµe que a vÃ-tima de danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT, que tenha sofrido invalidez permanente, pode pleitear o recebimento de indenizaÃ§Ã£o no valor mÃ¡ximo de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais): Art. 3Âº Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2Âº desta Lei compreendem as indenizaÃ§Ãµes por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistÃªncia mÃ©dica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - atÃ© R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - atÃ© R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso Ã vÃ-tima - no caso de despesas de assistÃªncia mÃ©dica e suplementares devidamente comprovadas. O Â§ 1Âº do artigo acima transcrito determina a forma de cÃ¡lculo da indenizaÃ§Ã£o por invalidez permanente, nos seguintes termos: Â§ 1Âº No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverÃ£o ser enquadradas na tabela

anexa a esta Lei as lesÃµes diretamente decorrentes de acidente e que nÃ£o sejam suscetÃ-veis de amenizaÃ§Ã£o proporcionada por qualquer medida terapÃªutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensÃ£o das perdas anatÃ´micas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (grifos nossos). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatÃ´mica ou funcional serÃ¡ diretamente enquadrada em um dos segmentos orgÃ¢nicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenizaÃ§Ã£o ao valor resultante da aplicaÃ§Ã£o do percentual ali estabelecido ao valor mÃ¡ximo da cobertura; II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, serÃ¡ efetuado o enquadramento da perda anatÃ´mica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parÃ¡grafo, procedendo-se, em seguida, Ã reduÃ§Ã£o proporcional da indenizaÃ§Ã£o que corresponderÃ¡ a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussÃ£o intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de mÃ©dia repercussÃ£o, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussÃ£o, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (IncluÃ-do pela Lei nÂº 11.945, de 2009). (ProduÃ§Ã£o de efeitos). Â Â Â Â Â A lei e a tabela aludida sÃ£o enfÃ¡ticas, em caso de Invalidez Permanente Total o prÃªmio securitÃ¡rio Ã© de 100% no valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Em sendo o caso de Invalidez Permanente Parcial Completa o prÃªmio securitÃ¡rio a ser pago depende de percentuais que variam caso a caso. O valor da indenizaÃ§Ã£o corresponderÃ¡ ao percentual do segmento corporal com perda anatÃ´mica ou funcional previsto diretamente na tabela sobre o LMI em vigor. No caso em tela, a tabela a que expÃµe a lei se amolda no art. 3Âº, Â§1Âº, inciso II, posto ter sido uma invalidez permanente incompleta com espectro de 75% da perda ou funÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Sabe-se que em caso de perda funcional incompleta aplica-se os valores percentuais informados na lei, tendo como referÃªncia o valor pago a tÃ-tulo de perda funcional completa. Portanto, a perda anatÃ´mica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mÃ£os tem como aporte o valor de R$ 9.450,00, como Ã© incompleta, o valor devido corresponde a 75% deste valor. Logo, efetuando os cÃ¡lculos necessÃ¡rios chegaremos a um valor de R$ 7.097, 05 (sete mil e noventa e sete reais e cinco centavos). Â Â Â Â Â Logo, de todo o exposto e com estes fundamentos Ã© que me digno a conceder ao autor o pagamento de da indenizaÃ§Ã£o do seguro obrigatÃ³rio DPVAT, nos termos aqui fundamentados. Assim, o montante indenizatÃ³rio que deverÃ¡ ser corresponder a 75% (percentual de debilidade do membro) apontado na tabela anexa a lei 6.194 /74 x 70% (percentual indicado no inciso II, Â§ 1Âº do art. 3 da Lei 6.194 /74 para invalidez permanente de repercussÃ£o mÃ©dia x R$ 13.500,00 (valor indenizÃ¡vel) = R$ 7.097,50 (sete mil e noventa e sete reais e cinquenta centavos). Abatido o valor pago administrativamente, qual seja, R$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), resta o montante de R$ 5.409,55 (cinco mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos) a serem pagos pela seguradora ao segurado. Â Â Â Â Â Por tais motivos e considerando o mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTES os pedidos contidos na peÃ§a preambular para condenar a rÃ© ao pagamento de 75% (cem por cento) do total mÃ¡ximo da cobertura para perda anatÃ´mica funcional completa de um dos membros superiores que Ã© R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), descontando-se o que eventualmente jÃ¡ foi pago e assim complementando a diferenÃ§a do valor, qual seja, R$ 5.409,55 (cinco mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos), valor este a ser corrigido monetariamente, a partir da incidÃªncia do evento danoso e os juros de mora a partir da citaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Condeno a parte rÃ© ao pagamento de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Quitadas as custas e certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem que seja requerido o cumprimento de sentenÃ§a, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00224123520178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ROBERTO DA SILVA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL S.A Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de uma AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO E PEDIDO DE TUTELA DE PROVISÃRIA movido por ROBERTO DA SILVA em face de BANCO DO BRASIL S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, ou seja, emprÃ©stimo com veÃ-culo dado em garantia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora em sua inicial, vem alegando inÃºmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este caso nÃ£o Ã© singular, pelo contrÃ¡rio, hÃ¡ muitos que tramitam neste juÃ-zo, que com pequenas singularidades, possuem

pedidos especÃ-ficos, mas que na essÃªncia sÃ£o as mesmas questÃµes a serem enfrentadas como capitalizaÃ§Ã£o de juros, comissÃ£o de permanÃªncia, aplicaÃ§Ã£o da sÃºmula 121 do STF, condenaÃ§Ã£o em devoluÃ§Ã£o do valor paga indevidamente em dobro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte rÃ© contestou os termos da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditÃ³rio, manifestaram-se nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes nÃ£o querem produÃ§Ã£o de provas e como as questÃµes envolvem fundamentalmente questÃµes contratuais os autos vieram conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora haja uma determinaÃ§Ã£o do diploma processual, com carÃ¡ter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronolÃ³gica por conclusÃ£o, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispÃµe o art. 12, Â§2Âº, II do CPC, ou seja, o juÃ-zo jÃ¡ possui entendimento firmando e o mÃ©rito se repete em vÃ¡rios outros, mais precisamente em dezenas. Â Assim, passo a anÃ¡lise das questÃµes de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro ao autor os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veÃ-culo com a rÃ©, tipo CDC. Contrato no qual o veÃ-culo, objeto da compra, fica como garantia do emprÃ©stimo cedido pela credora fiduciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o que se estabeleceu entre as partes Ã© uma relaÃ§Ã£o consumerista, sendo o autor o consumidor e o rÃ©u o fornecedor. O que se configura pela relaÃ§Ã£o financeira existente entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato do qual se pretende a revisÃ£o Ã© de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciaÃ§Ã£o mais apurada, para que nÃ£o desnature o contrato, ou seja, nÃ£o se deve revisar clÃ¡usulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vÃ-cio ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condiÃ§Ã£o nÃ£o avenÃ§ada previamente, mas restringe-se apenas revisÃ£o de condiÃ§Ãµes que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercÃ-cio hermenÃªutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal contrato Ã© a expressÃ£o contemporÃ¢nea do modo de produÃ§Ã£o e comÃ©rcio massificado. Modo este que se reflete diretamente na construÃ§Ã£o dos instrumentos contratuais, como a elaboraÃ§Ã£o de clÃ¡usula estipuladas unilateralmente, superando o exercÃ-cio dialÃ©tico, em uma participaÃ§Ã£o direta dos sujeitos envolvidos na construÃ§Ã£o do texto contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pressuposto fundamental do contrato Ã© indubitavelmente o exercÃ-cio da vontade e esta nÃ£o estÃ¡ ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restriÃ§Ã£o na participaÃ§Ã£o direta na elaboraÃ§Ã£o das clÃ¡usulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessÃ£o do crÃ©dito para financiamento, no caso, de veÃ-culos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vontade se manifesta no ato de aderir ou nÃ£o Ã s condiÃ§Ãµes previamente apresentadas pela instituiÃ§Ã£o concessiva do crÃ©dito financeiro. O objeto do contrato Ã© o dinheiro investido na aquisiÃ§Ã£o do respectivo veÃ-culo, o qual Ã© dado em seguranÃ§a, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos manifesta-se a legislaÃ§Ã£o: CPC. Art. 190.Â Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposiÃ§Ã£o, Ã© lÃ-cito Ã s partes plenamente capazes estipular mudanÃ§as no procedimento para ajustÃ¡-lo Ã s especificidades da causa e convencionar sobre os seus Ã´nus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. ParÃ¡grafo Ãºnico.Â De ofÃ-cio ou a requerimento, o juiz controlarÃ¡ a validade das convenÃ§Ãµes previstas neste artigo, recusando-lhes aplicaÃ§Ã£o somente nos casos de nulidade ou de inserÃ§Ã£o abusiva em contrato de adesÃ£o ou em que alguma parte se encontre em manifesta situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de AdesÃ£o Â Art. 54. Contrato de adesÃ£o Ã© aquele cujas clÃ¡usulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviÃ§os, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteÃºdo. Â Â§ 1Â° A inserÃ§Ã£o de clÃ¡usula no formulÃ¡rio nÃ£o desfigura a natureza de adesÃ£o do contrato. Â Â§ 2Â° Nos contratos de adesÃ£o admite-se clÃ¡usula resolutÃ³ria, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no Â§ 2Â° do artigo anterior. Â Â§ 3o Os contratos de adesÃ£o escritos serÃ£o redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legÃ-veis, cujo tamanho da fonte nÃ£o serÃ¡ inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensÃ£o pelo consumidor.Â (RedaÃ§Ã£o dada pela nÂº 11.785, de 2008) Â Â§ 4Â° As clÃ¡usulas que implicarem limitaÃ§Ã£o de direito do consumidor deverÃ£o ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fÃ¡cil compreensÃ£o. CC Art. 421. A liberdade de contratar serÃ¡ exercida em razÃ£o e nos limites da funÃ§Ã£o social do contrato. Art. 422. Os contratantes sÃ£o obrigados a guardar, assim na conclusÃ£o do contrato, como em sua execuÃ§Ã£o, os princÃ-pios de probidade e boa-fÃ©. Art. 423. Quando houver no contrato de adesÃ£o clÃ¡usulas ambÃ-guas ou contraditÃ³rias, dever-se-Ã¡ adotar a interpretaÃ§Ã£o mais favorÃ¡vel ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesÃ£o, sÃ£o nulas as clÃ¡usulas que estipulem a renÃºncia antecipada do aderente a direito

resultante da natureza do negÃ³cio. Art. 425. Ã lÃ-cito Ã s partes estipular contratos atÃ-picos, observadas as normas gerais fixadas neste CÃ³digo. Art. 426. NÃ£o pode ser objeto de contrato a heranÃ§a de pessoa viva. Â Â Â Â Â Â Â Â Pela natureza do contrato de adesÃ£o, vÃª-se que as possibilidades de revisÃ£o das clÃ¡usulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fÃ©, tendo em vista o que dispÃµe o CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em acrÃ©scimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tÃ£o importante quanto a estrutura do contrato Ã© o ato volitivo das partes, que fazem a opÃ§Ã£o com conhecimento prÃ©vio dos termos estabelecidos, sendo que estes sÃ³ podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fÃ©, e isso, entendo, como engano deliberado, simulaÃ§Ã£o ou mesmo fraude, que de modo inevitÃ¡vel limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, estÃ¡ viciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcanÃ§am com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de carÃ¡ter, porque nÃ£o afirmar, metafÃ-sico, digo com isso: o dinheiro, o crÃ©dito nÃ£o possui corpo, porÃ©m, influÃªncia de forma substancial nas vidas das pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Qualquer homem de consciÃªncia mediana sabe que o lucro Ã© o objetivo das empresas, porÃ©m, o lucro nÃ£o pode ser ofensivo Ã moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituiÃ§Ãµes estatais, forjadas no liberalismo, uma funÃ§Ã£o precÃ-pua de nÃ£o permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que nÃ£o possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesÃ£o, com suas condiÃ§Ãµes, estÃ£o de acordo com as previsÃµes legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se verifica no contrato, as clÃ¡usulas foram previamente apresentadas e as condiÃ§Ãµes estipuladas pela rÃ© para a concessÃ£o do crÃ©dito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestaÃ§Ã£o volitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos princÃ-pios da boa fÃ© e da funÃ§Ã£o social do contrato, de modo algum, tais princÃ-pios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposiÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de clÃ¡usulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso quero dizer que nÃ£o se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciÃ¡rio de cumprir com as prestaÃ§Ãµes contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A boa-fÃ© Ã© conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressÃ£o da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesÃ£o, se resume no contratar ou nÃ£o, como jÃ¡ dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em anÃ¡lise, a parte autora jÃ¡ sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos atÃ© o final do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salvo melhor juÃ-zo, nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas ou condiÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a opÃ§Ã£o que restou Ã parte autora foi contratar ou nÃ£o contratar, e mesmo sabendo das condiÃ§Ãµes que pretende revisar por meio de aÃ§Ã£o judicial, decidiu por um ato voluntÃ¡rio comprometer-se com as clÃ¡usulas contratuais. Confira-se a jurispriudencia: APELAÃÃO EM AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÃÃES: MÃRITO: ALEGAÃÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÃUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÃMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÃTICA DECIDIDA Ã LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÃÃO? FRUIÃÃO DO BEM? JUROS ATINENTES Ã TAXA MÃDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÃÃES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÃÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÃNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConstruÃ-da tal premissa, enfrento as questÃµes que este juÃ-zo acompanha em entendimento os tribunais superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Juros de 12% a.a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que as instituiÃ§Ãµes pÃºblicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senÃ£o vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÃDITO. DÃVIDA. AÃÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÃÃO. COMISSÃES. I. As administradoras de cartÃ£o de crÃ©dito inserem-se entre as instituiÃ§Ãµes financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. NÃ£o se aplica a limitaÃ§Ã£o de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartÃ£o de crÃ©dito. III. AusÃªncia de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensÃ£o deduzida pela parte. IV. Recurso especial nÃ£o conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM

RECURSO ESPECIAL. AÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÃRIOS. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria no perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissÃ£o de permanÃªncia pode ser contratada para o perÃ-odo de inadimplÃªncia, nÃ£o cumulada com juros remuneratÃ³rios, correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da SÃºmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisÃ³rio agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria do perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisÃ³rio agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nossos tribunais superiores tÃªm decidido que nÃ£o se pode falar de abusividade na pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios sÃ³ pelo fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano. Ao contrÃ¡rio, a abusividade destes sÃ³ pode ser declarada, caso a caso, Ã vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da mÃ©dia do mercado na praÃ§a do emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Juros Compostos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O entendimento do STJ autoriza a aplicaÃ§Ã£o de juros compostos, nÃ£o havendo irregularidade alguma nessa aplicaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â AliÃ¡s, tambÃ©m, Ã© pacifico o entendimento jurisprudencial que Ã© permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, in verbis: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO MONITÃRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÃVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÃÃO. INOCORRÃNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÃNCIA DE AÃÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juÃ-zo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficÃ¡cia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituiÃ§Ã£o financeira possui interesse processual, em razÃ£o do inadimplemento do instrumento particular de confissÃ£o de dÃ-vida assumido pelo correntista e que nÃ£o se constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial. PRESCRIÃÃO: A cobranÃ§a de dÃ-vida oriunda de contrato de confissÃ£o de dÃ-vida, sob a Ã©gide do CÃ³digo Civil de 1916, obedece Ã prescriÃ§Ã£o vintenÃ¡ria, nos termos de seu art. 177. Sob a Ã³tica do CÃ³digo de 2002, ante a incorporaÃ§Ã£o de novas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o ao Diploma, a prescriÃ§Ã£o passa a ser qÃ¼inqÃ¼enal e regulada pelo inciso I, do Â§5Âº, do art. 206. De acordo com a regra de transiÃ§Ã£o prevista no art. 2.028, do CC/02, se nÃ£o transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fÃ³rmula do CÃ³digo derrogado, conta-se a prescriÃ§Ã£o pelas disposiÃ§Ãµes do novo Digesto Civil, com termo `a quo no inÃ-cio de sua vigÃªncia (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescriÃ§Ã£o. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viÃ¡vel a revisÃ£o de toda a relaÃ§Ã£o contratual, em caso de sucessÃ£o negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crÃ©dito em conta-corrente e confissÃ£o de dÃ-vida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisÃ£o. JUROS REMUNERATÃRIOS: A modificaÃ§Ã£o da clÃ¡usula contratual relativa Ã taxa de juros remuneratÃ³rios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequÃ-voca, abusividade, o que nÃ£o se verifica no caso. CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS. A cobranÃ§a da capitalizaÃ§Ã£o mensal dos juros Ã© permitida em contratos firmados posteriormente Ã ediÃ§Ã£o da MP nÂ° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nÂº 2.170-36/2000. Caso em que nÃ£o se verifica a incidÃªncia do encargo sobre o dÃ©bito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA: Apenas pode ser mantida para o perÃ-odo da inadimplÃªncia, afastando-se, contudo, os demais encargos: correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora, juros remuneratÃ³rios e multa moratÃ³ria. REPETIÃÃO DO INDÃBITO: CompensaÃ§Ã£o/RepetiÃ§Ã£o do indÃ©bito possÃ-veis, decorrentes da revisÃ£o do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a sÃºmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplÃªncia, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissÃ£o de permanÃªncia). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035925189, DÃ©cima Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Marco AurÃ©lio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, eventual capitalizaÃ§Ã£o e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobranÃ§a de juros no momento da inadimplÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Juros remuneratÃ³rios e Juros moratÃ³rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a tem entendido tambÃ©m que nÃ£o se aplica o art. 591 c/c 406 do CÃ³digo

Civil aos contratos bancÃ¡rios, nÃ£o estando submetidos Ã limitaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios. Apenas os juros moratÃ³rios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mÃªs para os contratos bancÃ¡rios nÃ£o regidos por legislaÃ§Ã£o especÃ-fica. Rememorando, juros remuneratÃ³rios sÃ£o aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuiÃ§Ã£o pela disponibilidade do numerÃ¡rio, enquanto que juros moratÃ³rios sÃ£o aqueles estipulados como uma forma de puniÃ§Ã£o pelo atraso no cumprimento da obrigaÃ§Ã£o estabelecida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a SÃºmula 596 do STF, as instituiÃ§Ãµes financeiras nÃ£o se sujeitam tambÃ©m Ã limitaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipÃ³teses especÃ-ficas. SÃ£o possÃ-veis que sejam pactuados juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, sem que essa clÃ¡usula, por si sÃ³, seja invÃ¡lida. Ã necessÃ¡rio analisar se os Ã-ndices aplicÃ¡veis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente entÃ£o se possa falar em revisÃ£o por parte do judiciÃ¡rio do que fora aventado pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m do que, ainda que a obrigaÃ§Ã£o tenha por objeto prestaÃ§Ã£o divisÃ-vel, nÃ£o pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim nÃ£o se ajustou, conforme dispÃµe o art. 314 do CÃ³digo Civil Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, nossos tribunais tÃªm pacificado o entendimento de que na aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestaÃ§Ã£o que se obrigou, pois, o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber coisa diversa da que lhe Ã© devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÃÃO DE VIOLAÃÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÃDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÃDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. NÃ£o hÃ¡ violaÃ§Ã£o ao artigo 535, II do CPC quando o acÃ³rdÃ£o examinou as questÃµes controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram Ã s conclusÃµes assumidas. 2. A consignaÃ§Ã£o em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigaÃ§Ã£o, mediante o depÃ³sito da quantia ou da coisa devida, e sÃ³ poderÃ¡ ter forÃ§a de pagamento se concorrerem "em relaÃ§Ã£o Ã s pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais nÃ£o Ã© vÃ¡lido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulaÃ§Ã£o de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o Ã© possÃ-vel o uso da aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento para depÃ³sito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignaÃ§Ã£o exige que o depÃ³sito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigaÃ§Ã£o, pois "o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber a prestaÃ§Ã£o diversa da que lhe Ã© devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial nÃ£o-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe SalomÃ£o, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÃÃO CÃVEL. ENSINO PARTICULAR. AÃÃO DE COBRANÃA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÃBITO. AUSÃNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÃÃO DE DAR VALOR LÃQUIDO. SENTENÃA MANTIDA. MÃ©rito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensÃ£o de eficÃ¡cia preponderantemente condenatÃ³ria, tal como na aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, analisa-se existÃªncia do direito, constituindo-se um tÃ-tulo executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual Ã© exigÃ-vel de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crÃ©dito na fase de conhecimento e constituÃ-do o tÃ-tulo executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigaÃ§Ã£o existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurÃ-dica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os crÃ©ditos consolidados mediante a via judicial nÃ£o sÃ£o passÃ-veis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida Ã© do credor, inexistindo possibilidade jurÃ-dica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigaÃ§Ã£o de dar valor lÃ-quido e exigÃ-vel de pronto. Logo, a obrigaÃ§Ã£o constituÃ-da nÃ£o Ã© alternativa, cuja opÃ§Ã£o de escolha da prestaÃ§Ã£o a ser dada Ã© do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrÃ¡rio, se estÃ¡ diante de estipulaÃ§Ã£o certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor nÃ£o pode ser obrigado a aceitar o pagamento do dÃ©bito de forma diversa do avenÃ§ado e reconhecida como devida. InteligÃªncia do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, nÃ£o hÃ¡ embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela rÃ©. Negado provimento ao apelo (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035000751, Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÃRIA. CARTÃO DE CRÃDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÃBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÃ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÃÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÃÃO DO JUDICIÃRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÃÃO DA DÃVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso CÃ-vel nÂº 71002857431, Terceira

Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais RS, Relator: EugÃªnio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso, como em muitos outros, vem tratar de matÃ©ria jÃ¡ pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificaÃ§Ã£o dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudÃªncia jÃ¡ entendeu nÃ£o aplicÃ¡vel para o caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora o judiciÃ¡rio nÃ£o pode ser furtar de apreciar perigo de lesÃ£o, o caso nÃ£o requer apenas a apreciaÃ§Ã£o do que realmente pode ser tido como pertinente para juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido: AÃ§Ã£o revisional de contrato bancÃ¡rio - alegaÃ§Ãµes genÃ©ricas que tÃªm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado -Â inexistÃªncia de limitaÃ§Ã£o, constitucional ou legal, de cobranÃ§a de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistÃªncia de abusividade na capitalizaÃ§Ã£o dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissÃ£o de permanÃªncia, desde que nÃ£o se cumule com a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria - Acolhimento parcial tÃ£o sÃ³ do recurso do rÃ©u (ApelaÃ§Ã£o com RevisÃ£o n.Âº 1.177.643-7, 11Âª CÂ¢mara de Direito Privado, Tribunal de JustiÃ§a SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. ComissÃ£o de permanÃªncia Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda que nÃ£o seja aventado a questÃ£o da ComissÃ£o de permanÃªncia, insta esclarecer acerca deste ponto, que deverÃ¡ ser considerada se porventura esteja estipulada em contrato, devendo ser entendida como abusiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a Ãºnica clausula abusiva em contratos desta natureza Ã© a que prevÃª cumulaÃ§Ã£o de cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia com juros moratÃ³rios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento), conforme decisÃµes reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÃRIOS. APELAÃÃO CÃVEL. NEGÃCIOS JURÃDICOS BANCÃRIOS. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO. APLICAÃÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÃNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÃTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÃRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÃÃO. CARACTERIZAÃÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÃRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. - CÃ³digo de Defesa do Consumidor: O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel aos negÃ³cios jurÃ-dicos firmados entre as instituiÃ§Ãµes financeiras e os usuÃ¡rios de seus produtos e serviÃ§os (art. 3Â°, Â§ 2Â°, CDC). - InversÃ£o do Ã´nus da prova: Na revisÃ£o de contratos submetidos Ã disciplina jurÃ-dica do CDC, admite-se a inversÃ£o do Ã´nus da prova, em favor do tomador do crÃ©dito, quando constatada a hipossuficiÃªncia deste ou a verossimilhanÃ§a das suas alegaÃ§Ãµes. - Inexigibilidade do tÃ-tulo executivo: NÃ£o obstante a inversÃ£o do Ã´nus da prova, indispensÃ¡vel a produÃ§Ã£o de prova mÃ-nima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuÃ-dos Ã contrataÃ§Ã£o. - Juros RemuneratÃ³rios: a) CabÃ-vel a revisÃ£o da taxa de juros remuneratÃ³rios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: Ã possÃ-vel a cobranÃ§a das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e nÃ£o revestidas de abusividade. - CapitalizaÃ§Ã£o de Juros: A capitalizaÃ§Ã£o de juros, nas operaÃ§Ãµes bancÃ¡rias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida ProvisÃ³ria nÂº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nÂº. 2.170. - CaracterizaÃ§Ã£o da mora: Na ausÃªncia de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratÃ³rios: Juros moratÃ³rios 1% ao mÃªs. Multa 2%. - ComissÃ£o de PermanÃªncia: Ã valida a estipulaÃ§Ã£o de cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia. IncidÃªncia das SÃºmulas 294 e 296 do STJ. Ã, no entanto, vedada a cumulaÃ§Ã£o com demais encargos moratÃ³rios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70041421959, Primeira CÂ¢mara Especial CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÃDITO. APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÃCIO. JUROS REMUNERATÃRIOS E MORATÃRIOS. CAPITALIZAÃÃO. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÃÃO E/OU REPETIÃÃO DO INDÃBITO. INSCRIÃÃO NOS ÃRGÃOS DE PROTEÃÃO AO CRÃDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÃNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposiÃ§Ãµes do CÃ³digo de Defesa do Consumidor aplicam-se Ã s relaÃ§Ãµes negociais relativas aos cartÃµes de crÃ©dito das instituiÃ§Ãµes financeiras. 2. RevisÃ£o contratual: Ã© vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de clÃ¡usulas, de ofÃ-cio, em contratos bancÃ¡rios Exegese da SÃºmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratÃ³rios: inexiste abusividade na cobranÃ§a de juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. CapitalizaÃ§Ã£o mensal: a capitalizaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios, com periodicidade inferior a um ano, por instituiÃ§Ãµes financeiras, Ã© permitida nos contratos bancÃ¡rios celebrados a partir de 31 de marÃ§o de 2000, data da publicaÃ§Ã£o da primitiva ediÃ§Ã£o da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. ComissÃ£o de permanÃªncia, juros de mora e multa: a comissÃ£o de permanÃªncia Ã© legal e pode ser exigida desde que pactuada e nÃ£o cumulada com outros encargos moratÃ³rios ou remuneratÃ³rios previstos para a situaÃ§Ã£o de inadimplÃªncia,

observado o limite Ã soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobranÃ§a, todavia, nÃ£o de forma cumulada aos juros remuneratÃ³rios, juros de mora, multa moratÃ³ria e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, cuja anÃ¡lise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestaÃ§Ã£o nesse sentido na inicial, configurando-se inovaÃ§Ã£o recursal pelo autor. 7. RepetiÃ§Ã£o do indÃ©bito: na forma simples ou pela correspondente compensaÃ§Ã£o Ã© admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. InscriÃ§Ã£o nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito: a inscriÃ§Ã£o do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito mostra-se lÃ-cita nos casos de reconhecida inadimplÃªncia. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterizaÃ§Ã£o do dano moral alegado, Ã© inviÃ¡vel deferir-se a reparaÃ§Ã£o, o que se verifica na hipÃ³tese dos autos. 9. SucumbÃªncia: redimensionados os Ã´nus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nº 70041216722, Primeira CÃ¢mara Especial CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, hÃ¡ prova nos autos de que o rÃ©u tenha cobrado valores indevidos com relaÃ§Ã£o Ã cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia cumulada com juros de mora e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5. RepetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto o pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsÃ£o da autora, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam os demais pedidos indeferidos em face do PrincÃ-pio da Pacta Sunt Servanda inclinando-me a entender que as demais tarifas de cadastro, taxa de gravame e seguro por nÃ£o estarem encartadas nas vedaÃ§Ãµes previstas na legislaÃ§Ã£o regente (ResoluÃ§Ãµes 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneraÃ§Ã£o pelo serviÃ§o prestado pela instituiÃ§Ã£o financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranÃ§as legÃ-timas, sendo certo que somente com a demonstraÃ§Ã£o cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro Ã© que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que nÃ£o ocorreu no caso presente. NÃ£o vislumbro abusividade de qualquer natureza, nÃ£o podendo se mencionar indevido nem tÃ£o pouco repetiÃ§Ã£o por indÃ©bito que nÃ£o subsiste. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Todos esses elementos sÃ£o objetos que podem ou nÃ£o configurar o direito alegado pelo autor, entretanto como versa sobre demanda repetitiva a qual este magistrado jÃ¡ tem consolidado seu entendimento, ficam as fundamentaÃ§Ãµes aptas naquilo que for correspondente a demanda. Caso haja outras irregularidades no contrato, estas nÃ£o foram objeto do pedido, tendo em vista que toda fundamentaÃ§Ã£o das partes se restringiu as matÃ©rias que sÃ£o comumente enfrentadas em aÃ§Ãµes da mesma natureza. Assim, amolda-se ao caso aquilo que for de correspondÃªncia e que, pela anÃ¡lise dos autos se restringiu o dispositivo que abaixo se prolata. Â Â Â Â Â Por fim, requer a devoluÃ§Ã£o da quantia cobrada ilegalmente. Nessa linha, por ter sido considerada ilegal apenas a cumulaÃ§Ã£o da comissÃ£o de permanÃªncia com os juros moratÃ³rios e multa, o valor a ser restituÃ-do a esse tÃ-tulo poderÃ¡ ser fixado em sede de liquidaÃ§Ã£o por arbitramento (art. 509, I, do CPC/15). Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES, os pedidos do autor somente para excluir a possibilidade de o banco de cobrar comissÃ£o de permanÃªncia cumulada com juros de mora e multa no perÃ-odo de inadimplÃªncia, ficando permitida apenas a cobranÃ§a isolada da comissÃ£o de permanÃªncia; bem como para determinar que o requerido restitua ao autor a quantia paga Ã quele tÃ-tulo, a ser calculada em sede de liquidaÃ§Ã£o por arbitramento. Consequentemente, julgo extinto o presente processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios nos termos do art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, em 10% do valor da causa, cuja cobranÃ§a ficarÃ¡ suspensa, posto ser o autor beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00275719520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:JOÃO NAGIB DOS SANTOS Representante(s): OAB 6945 -

WELLINGTON FARIAS MACHADO (ADVOGADO) INVENTARIADO:SAMUEL NAGIB RIBEIRO SANTOS. CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00290101020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ALAN MAURICIO TRINDADE DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO HSBC BANK BRASIL SA Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de uma AÃ§Ã£o de RevisÃ£o de ClÃ¡usula c/c RepetiÃ§Ã£o de IndÃ©bito c/c Pedido de Tutela Antecipada movidos por ALAN MAURICIO TRINDADE DE OLIVEIRA em face de ORDINÃRIO BANCO HSBC BANK BRASIL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes firmaram contrato de emprÃ©stimo pessoal no valor de R$ 52.036,06 (cinquenta e dois mil trinta e seis reais e seis centavos), com pagamento fixado em trinta e seis parcelas. Informa que depois da vigÃ©sima parcela a autora nÃ£o conseguiu mais honrar com os valores em face de estar enfrentando grave crise financeira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora em sua inicial, vem alegando inÃºmeras irregularidades/abusividades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este caso nÃ£o Ã© singular, pelo contrÃ¡rio, hÃ¡ muitos que tramitam neste juÃ-zo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos especÃ-ficos, mas que na essÃªncia sÃ£o as mesmas questÃµes a serem enfrentadas como capitalizaÃ§Ã£o de juros, comissÃ£o de permanÃªncia, aplicaÃ§Ã£o da sÃºmula 121 do STF, condenaÃ§Ã£o em devoluÃ§Ã£o do valor paga indevidamente em dobro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte rÃ© contestou os termos da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditÃ³rio, manifestaram-se nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes ao longo da demanda nÃ£o chegaram em nenhum acordo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes nÃ£o querem produÃ§Ã£o de provas e como as questÃµes envolvem fundamentalmente questÃµes contratuais os autos vieram conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora haja uma determinaÃ§Ã£o do diploma processual, com carÃ¡ter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronolÃ³gica por conclusÃ£o, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispÃµe o art. 12, Â§2Âº, II do CPC, ou seja, o juÃ-zo jÃ¡ possui entendimento firmando e o mÃ©rito se repete em vÃ¡rios outros, mais precisamente em dezenas. Â Assim, passo a anÃ¡lise das questÃµes de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, DEFIRO ao autor os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A MatÃ©ria Eminentemente De Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Indefiro eventual pedido de perÃ-cia contÃ¡bil posto que o conjunto probante dos autos foi suficiente para firmar o entendimento deste magistrado e estamos diante de uma matÃ©ria eminentemente de direito, onde se analisou os contratos e documentos contratuais juntados pelas partes, sendo dispensada a dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria proposta pela parte neste quesito uma vez que entendo ser meramente protelatÃ³ria. Assim, colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÃÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. PROVA PERICIAL CONTÃBIL. DESNECESSIDADE QUANDO SE TRATA DE MATÃRIA EMINENTEMENTE DE DIREITO. AGRAVO IMPROVIDO. (Agravo de Instrumento NÂº 70006395511, DÉcima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Julgado em 22/05/2003) (TJ-RS - AG: 70006395511 RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Data de Julgamento: 22/05/2003, DÉcima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, no caso em tela, a matÉria enfrentada Ã© eminentemente de direito, a produÃ§Ã£o de prova contÃ¡bil nÃ£o tem o condÃ£o de oferecer conhecimento de novos fatos, alÉm daqueles consignados atravÉs do instrumento firmado entre as partes, jÃ¡ que o instrumento obrigacional contÉm as informaÃ§Ãµes suficientes para o conhecimento e deslinde da matÉria. AlÉm disso, a aÃ§Ã£o revisional de contrato conduz-se, em oportunidade apropriada, Ã fase de liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, em que serÃ¡ realizada perÃ-cia para cÃ¡lculo de reajustamento da relaÃ§Ã£o de dÉbito e crÉdito das partes, jÃ¡ tendo por norte o conteÃºdo das alteraÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelaÃ§Ã£o de Consumo e ExplanaÃ§Ã£o Geral acerca Da Natureza Contratual Celebrada Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veÃ-culo com a rÉ, tipo CDC. Contrato no qual o veÃ-culo, objeto da compra, fica como garantia do emprÉstimo cedido pela credora fiduciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o que se estabeleceu entre as partes Ã© uma relaÃ§Ã£o consumerista, sendo o autor o consumidor e o rÉu o fornecedor. O que se configura pela relaÃ§Ã£o financeira existente entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato do qual se pretende a revisÃ£o Ã© de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciaÃ§Ã£o mais apurada, para que nÃ£o desnature o contrato, ou seja, nÃ£o se deve revisar clÃ¡usulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vÃ-cio ou ato que leve o consumidor

a ser surpreendido com qualquer condiÃ§Ã£o nÃ£o avenÃ§ada previamente, mas restringe-se apenas revisÃ£o de condiÃ§Ãµes que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercÃ-cio hermenÃªutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal contrato Ã© a expressÃ£o contemporÃ¢nea do modo de produÃ§Ã£o e comÃ©rcio massificado. Modo este que se reflete diretamente na construÃ§Ã£o dos instrumentos contratuais, como a elaboraÃ§Ã£o de clÃ¡usula estipuladas unilateralmente, superando o exercÃ-cio dialÃ©tico, em uma participaÃ§Ã£o direta dos sujeitos envolvidos na construÃ§Ã£o do texto contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pressuposto fundamental do contrato Ã© indubitavelmente o exercÃ-cio da vontade e esta nÃ£o estÃ¡ ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restriÃ§Ã£o na participaÃ§Ã£o direta na elaboraÃ§Ã£o das clÃ¡usulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessÃ£o do crÃ©dito para financiamento, no caso, de veÃ-culos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vontade se manifesta no ato de aderir ou nÃ£o Ã s condiÃ§Ãµes previamente apresentadas pela instituiÃ§Ã£o concessiva do crÃ©dito financeiro. O objeto do contrato Ã© o dinheiro investido na aquisiÃ§Ã£o do respectivo veÃ-culo, o qual Ã© dado em seguranÃ§a, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos manifesta-se a legislaÃ§Ã£o: CPC. Art. 190.Â Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposiÃ§Ã£o, Ã© lÃ-cito Ã s partes plenamente capazes estipular mudanÃ§as no procedimento para ajustÃ¡-lo Ã s especificidades da causa e convencionar sobre os seus Ã´nus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. ParÃ¡grafo Ãºnico.Â De ofÃ-cio ou a requerimento, o juiz controlarÃ¡ a validade das convenÃ§Ãµes previstas neste artigo, recusando-lhes aplicaÃ§Ã£o somente nos casos de nulidade ou de inserÃ§Ã£o abusiva em contrato de adesÃ£o ou em que alguma parte se encontre em manifesta situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de AdesÃ£o Â Art. 54. Contrato de adesÃ£o Ã© aquele cujas clÃ¡usulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviÃ§os, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteÃºdo. Â Â§ 1Â° A inserÃ§Ã£o de clÃ¡usula no formulÃ¡rio nÃ£o desfigura a natureza de adesÃ£o do contrato. Â Â§ 2Â° Nos contratos de adesÃ£o admite-se clÃ¡usula resolutÃ³ria, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no Â§ 2Â° do artigo anterior. Â Â§ 3o Os contratos de adesÃ£o escritos serÃ£o redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legÃ-veis, cujo tamanho da fonte nÃ£o serÃ¡ inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensÃ£o pelo consumidor.Â (RedaÃ§Ã£o dada pela nº 11.785, de 2008) Â Â§ 4Â° As clÃ¡usulas que implicarem limitaÃ§Ã£o de direito do consumidor deverÃ£o ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fÃ¡cil compreensÃ£o. CC Art. 421. A liberdade de contratar serÃ¡ exercida em razÃ£o e nos limites da funÃ§Ã£o social do contrato. Art. 422. Os contratantes sÃ£o obrigados a guardar, assim na conclusÃ£o do contrato, como em sua execuÃ§Ã£o, os princÃ-pios de probidade e boa-fÃ©. Art. 423. Quando houver no contrato de adesÃ£o clÃ¡usulas ambÃ-guas ou contraditÃ³rias, dever-se-Ã¡ adotar a interpretaÃ§Ã£o mais favorÃ¡vel ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesÃ£o, sÃ£o nulas as clÃ¡usulas que estipulem a renÃºncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negÃ³cio. Art. 425. Ã lÃ-cito Ã s partes estipular contratos atÃ-picos, observadas as normas gerais fixadas neste CÃ³digo. Art. 426. NÃ£o pode ser objeto de contrato a heranÃ§a de pessoa viva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela natureza do contrato de adesÃ£o, vÃª-se que as possibilidades de revisÃ£o das clÃ¡usulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fÃ©, tendo em vista o que dispÃµe o CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em acrÃ©scimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tÃ£o importante quanto a estrutura do contrato Ã© o ato volitivo das partes, que fazem a opÃ§Ã£o com conhecimento prÃ©vio dos termos estabelecidos, sendo que estes sÃ³ podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fÃ©, e isso, entendo, como engano deliberado, simulaÃ§Ã£o ou mesmo fraude, que de modo inevitÃ¡vel limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, estÃ¡ viciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcanÃ§am com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de carÃ¡ter, porque nÃ£o afirmar, metafÃ-sico, digo com isso: o dinheiro, o crÃ©dito nÃ£o possui corpo, porÃ©m, influÃªncia de forma substancial nas vidas das pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Qualquer homem de consciÃªncia mediana sabe que o lucro Ã© o objetivo das empresas, porÃ©m, o lucro nÃ£o pode ser ofensivo Ã moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituiÃ§Ãµes estatais, forjadas no liberalismo, uma funÃ§Ã£o precÃ-pua de nÃ£o permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que nÃ£o possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesÃ£o, com suas condiÃ§Ãµes, estÃ£o de acordo com as previsÃµes legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se verifica no contrato, as clÃ¡usulas foram previamente apresentadas e as condiÃ§Ãµes estipuladas pela rÃ© para a concessÃ£o do crÃ©dito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestaÃ§Ã£o volitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Quanto aos princÃ-pios da boa fÃ© e da funÃ§Ã£o social do contrato, de modo algum, tais princÃ-pios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposiÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de clÃ¡usulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso quero dizer que nÃ£o se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciÃ¡rio de cumprir com as prestaÃ§Ãµes contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A boa-fÃ© Ã© conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressÃ£o da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesÃ£o, se resume no contratar ou nÃ£o, como jÃ¡ dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em anÃ¡lise, a parte autora jÃ¡ sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos atÃ© o final do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salvo melhor juÃ-zo, nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas ou condiÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a opÃ§Ã£o que restou Ã parte autora foi contratar ou nÃ£o contratar, e mesmo sabendo das condiÃ§Ãµes que pretende revisar por meio de aÃ§Ã£o judicial, decidiu por um ato voluntÃ¡rio comprometer-se com as clÃ¡usulas contratuais. Confira-se a jurispriudencia: APELAÃÃO EM AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÃÃES: MÃRITO: ALEGAÃÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÃUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÃMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÃTICA DECIDIDA Ã LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÃÃO? FRUIÃÃO DO BEM? JUROS ATINENTES Ã TAXA MÃDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÃÃES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÃÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÃNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConstruÃ-da tal premissa, enfrento as questÃµes que este juÃ-zo acompanha em entendimento os tribunais superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antes da anÃ¡lise dos demais pontos, insta esclarecer que pelo conjunto probante apresentado Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abusividade das ClÃ¡usulas Contratuais e demais taxas desarrazoadas e RepetiÃ§Ã£o de IndÃ©bito Â Â Â Â Â Â Â Â Â A respeito pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, a legislaÃ§Ã£o pÃ¡tria preceitua que quem recebe pagamento indevido deve devolvÃª-lo, sob pena de locupletamento. Sendo, portanto, dois os requisitos, a saber, a cobranÃ§a extrajudicial indevida de dÃ-vida e o efetivo pagamento do indÃ©bito. Art. 876 - Todo aquele que recebeu o que lhe nÃ£o era devido fica obrigado a restituir; obrigaÃ§Ã£o que incumbe Ã quele que recebe dÃ-vida condicional antes de cumprida a condiÃ§Ã£o. (cÃ³digo civil de 2002). Art. 42 - Na cobranÃ§a de dÃ©bitos, o consumidor inadimplente nÃ£o serÃ¡ exposto a ridÃ-culo, nem serÃ¡ submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaÃ§a. ParÃ¡grafo Ãºnico - O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito Ã repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros legais, salvo hipÃ³tese de engano justificÃ¡vel. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento ao entendimento jurisprudencial que vem sendo formado sobre o tema, entendo que a devoluÃ§Ã£o deve se dar em dobro nos casos em que sÃ£o cobrados valores acima do previsto em contrato, posto que configura a mÃ¡-fÃ© do rÃ©u a cobranÃ§a infringindo clÃ¡usula contratual. Entendo que o contrato pactuado livremente pelas partes nÃ£o guarnece de abusividade alguma. Neste sentido, quanto ao pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento dos valores do emprÃ©stimo, de acordo com a previsÃ£o da autora, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo se houvesse a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, nÃ£o hÃ¡ que se falar em devoluÃ§Ã£o em dobro pois nÃ£o restaram configurados os elementos propostos pelo CDC, e nem hÃ¡ que se alegar a abusividade dos juros remuneratÃ³rios, tendo em vista que a taxa de juros de crÃ©dito pessoal cobrada ao tempo do contrato nÃ£o pode ser considerada abusiva. Quanto a cumulaÃ§Ã£o de encargos para a fase de inadimplÃªncia

devemos rever a jurisprudÃªncia do STJ. Citamos os seguintes enunciados das sÃºmulas da jurisprudÃªncia dominante do Tribunal superior: SÃºmula nÂº 30: A comissÃ£o de permanÃªncia e a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sÃ£o inacumulÃ¡veis. SÃºmula nÂº 296: Os juros remuneratÃ³rios, nÃ£o cumulÃ¡veis com a comissÃ£o de permanÃªncia, sÃ£o devidos no perÃ-odo de inadimplÃªncia, Ã taxa mÃ©dia de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado. SÃºmula nÂº 472: A cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia - cujo valor nÃ£o pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratÃ³rios e moratÃ³rios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratÃ³rios, moratÃ³rios e da multa contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, permite-se cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia, juros moratÃ³rios, juros remuneratÃ³rios, multa contratual e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, desde que a cobranÃ§a dos referidos encargos nÃ£o seja cumulada, posto que se revela inadmissÃ-vel a coexistÃªncia da comissÃ£o de permanÃªncia com outros encargos moratÃ³rios, sob pena da ocorrÃªncia do bis in idem. Como no caso em tela, restou demonstrado que nÃ£o houve cumulaÃ§Ã£o dos referidos encargos, portanto, nÃ£o hÃ¡ que se falar em ilegalidade. A jurisprudÃªncia Ã© assente em casos como esses. Colaciono: APELAÃÃO CÃVEL - EMBARGOS DO DEVEDOR - INSTITUIÃÃO FINANCEIRA - CAPITALIZAÃÃO - PACTUAÃÃO EXPRESSA - POSSIBILIDADE - COBRANÃA DE COMISSÃO DE PERMANÃNCIA NÃO CUMULADA COM DEMAIS ENCARGOS - LEGALIDADE. As normas do CDC sÃ£o aplicÃ¡veis Ã s relaÃ§Ãµes estabelecidas com instituiÃ§Ãµes financeiras conforme prevÃª a SÃºmula 297 do STJ. ApÃ³s a ediÃ§Ã£o da MP 1963-17, a capitalizaÃ§Ã£o mensal de juros Ã© possÃ-vel, desde que expressamente pactuada no instrumento contratual. Ã possÃ-vel a cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia, desde que contratada entre as partes e limitada Ã taxa do contrato, vedada apenas sua cumulaÃ§Ã£o com juros remuneratÃ³rios, moratÃ³rios e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Recurso parcialmente provido. Restando comprovado atravÃ©s de laudo pericial nÃ£o ter havido a cobranÃ§a cumulada da comissÃ£o de permanÃªncia, devem os embargos ser julgados improcedentes. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel 1.0145.10.050259-3/001, Relator(a): Des.(a) EstevÃ£o Lucchesi , 14Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 09/02/2012, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 17/02/2012). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, o requerente questiona clÃ¡usulas contratuais que foram livremente pactuadas pelas partes e que estÃ£o em consonÃ¢ncia com a atual jurisprudÃªncia do STJ, nÃ£o se vislumbrando, a princÃ-pio, abusividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inclusive, o Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que nÃ£o se pode falar de abusividade na pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios sÃ³ pelo fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar, por exemplo, 12% ao ano - como no presente. Ao contrÃ¡rio, a abusividade destes sÃ³ pode ser declarada, caso a caso, Ã vista de taxa comprovadamente discrepante, de modo substancial, da mÃ©dia do mercado na praÃ§a do emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AliÃ¡s, tambÃ©m Ã© pacifico o entendimento jurisprudencial no sentido de que Ã© permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, in verbis: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.Â AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO COM PACTO DE ALIENAÃÃO FIDUCIÃRIA. JUROS REMUNERATÃRIOS PACTUADOS. CAPITALIZAÃÃO DE JUROS. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. TARIFAS BANCÃRIAS. MORA CONFIGURADA.Â AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal de origem consignou que a taxa de juros praticada pela InstituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria deveria observar a taxa mÃ©dia de mercado apurada pelo Banco central para o perÃ-odo de contrataÃ§Ã£o, nÃ£o sendo abusiva a taxa de juros pactuada. Rever este entendimento implicaria no reexame do acervo fÃ¡tico-probatÃ³rio da demanda, o que Ã© vedado pelo teor da SÃºmula 7 do STJ. 2. "Ã permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados apÃ³s 31.3.2000, data da publicaÃ§Ã£o da Medida ProvisÃ³ria n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." (REsp 973.827/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÃÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012). 3. Admite-se a comissÃ£o de permanÃªncia durante o perÃ-odo de inadimplemento contratual, Ã taxa mÃ©dia dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (SÃºmula nÂº 294/STJ), desde que nÃ£o cumulada com a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria (SÃºmula nÂº 30/STJ), com os juros remuneratÃ³rios (SÃºmula nÂº 296/STJ) e moratÃ³rios, nem com a multa contratual. 4. Agravo regimental nÃ£o provido. (AgRg no AgRg no AREsp 613.726/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 14/05/2015) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destaque-se que o precedente citado se amolda perfeitamente ao caso, porquanto se trata igualmente de aÃ§Ã£o revisional de contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conclui-se, desta forma, que inexiste abusividade liminarmente detectada na taxa de juros cobrada, assim como na capitalizaÃ§Ã£o de juros, na medida em que nos contratos bancÃ¡rios Ã© permitida tanto uma como outra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o bastasse, as taxas de juros sÃ£o fiscalizadas pelo Banco Central com vistas a controlar o consumo e a inflaÃ§Ã£o, pelo que nÃ£o pode o interesse particular sobrepor-se ao interesse coletivo, sobretudo quando nÃ£o comprovou na inicial o desacordo entre a taxa mÃ©dia de mercado e a cobrada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sabe-se, tambÃ©m, que este nÃ£o Ã© um

serviÃ§o necessÃ¡rio, portanto, cabia ao consumidor a opÃ§Ã£o da compra e a verificaÃ§Ã£o de taxa menor existente no mercado, sendo certo que lhe foi dada a oportunidade de analisar os termos do contrato por ele assinado, tendo o autor ciÃªncia do valor das prestaÃ§Ãµes fixas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ImpossÃ-vel, pois, a procedÃªncia dos pedidos do autor de modo que este magistrado deve respeitar a autonomia da vontade das partes nÃ£o se podendo ignorar os termos do contrato celebrado livremente entre as partes. Assim, declaro ausente de abusividade as clÃ¡usulas por ora questionadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica indeferida igualmente os demais pedidos, tudo nos termos do fundamento contido neste decisum. Isso porque o julgador nÃ£o estÃ¡ obrigado a responder a todas as questÃµes suscitadas pelas partes, quando jÃ¡ tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisÃ£o. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questÃµes capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusÃ£o adotada na decisÃ£o, o que entendo que pelo que se fundamentou, o convencimento jÃ¡ foi firmado. Â Â Â Â Â Do Dispositivo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios nos termos do art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, em 10% do valor da causa, cuja cobranÃ§a ficarÃ¡ suspensa, posto ser o autor beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00304917620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:LUIZ CLAUDIO BEZERRA BASTOS Representante(s): OAB 13600-A - AUGUSTO SEIKI KOZU (DEFENSOR) REU:CONSORCIO NACIONAL MARCOS MARCELINO Representante(s): OAB 25103 - LIVIA DA SILVA DAMASCENO (ADVOGADO) . Entendo que a matÃ©ria, aparentemente, nÃ£o parece ser de difÃ-cil apreciaÃ§Ã£o, porÃ©m, em respeito ao devido processo legal, como acima dito, deve ser oportunizado Ã s partes a manifestaÃ§Ã£o sobre eventual interesse na produÃ§Ã£o de provas que entendam ser fundamental para a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, ressaltando que a manifestaÃ§Ã£o deve estar de acordo com os deveres das partes, elencado no diploma processual (art. 77 do CPC) e aplicaÃ§Ã£o da penalidade lÃ¡ estabelecida, como ato atentatÃ³rio dignidade da justiÃ§a, em caso de descumprimento dos deveres. Â Â Â Â Â Tomo como pontos controvertidos os apresentados na inicial, pelo autor, e na contestaÃ§Ã£o, pelo rÃ©u, os quais serÃ£o objeto da decisÃ£o, posto que a delimitaÃ§Ã£o do tema a ser enfrentado e resolvido no julgamento de mÃ©rito estÃ£o apresentados nas respectivas peÃ§as. Â Â Â Â Â Assim, determino que as partes se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre interesse na produÃ§Ã£o de provas e acerca de eventual audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, justificando o requerimento. Caso contrÃ¡rio, pedido sem fundamento sobre a utilidade do ato processual a ser realizado para deslinde do processo, serÃ¡ considerado ato protelatÃ³rio, sendo a parte condenada por prÃ¡tica de ato atentatÃ³rio a dignidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Caso as partes requeiram prova testemunhal no mesmo ato apresente o devido rol das testemunhas, devendo vir o feito concluso para Â¿designaÃ§Ã£o de audiÃªnciaÂ¿. Â Â Â Â Â Ausente de manifestaÃ§Ã£o das partes e/ou com manifestaÃ§Ã£o pela desnecessidade de produÃ§Ã£o de qualquer tipo de prova, deve o processo vir concluso para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Voltem os autos para decisÃ£o. Â Â Â Â Â Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Juiz de Direito pela 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00330422920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:SIMONE SOARES PEDROSA Representante(s): OAB 12078 - MONICA LIMA DE NORONHA KUSER LEHMKUHL (ADVOGADO) REU:GAFISA EMPREENDIMENTOS SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 214918 - DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (ADVOGADO) . TRATA-SE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE, pois, a executada, na forma do art. 513, Â§2Âº, inciso I, do CPC, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenaÃ§Ã£o, liquidado Ã s fls. retro, acrescido de custas, se houver, sob pena de nÃ£o o fazendo ser acrescida a multa de 10% (dez por cento) e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, caput e Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE os Exequentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomarem providÃªncias no sentido de recolherem as custas processuais necessÃ¡rias Ã realizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os (as) devedores (as) poderÃ£o oferecer bens Ã penhora, juntando prova da propriedade, se for bem imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o ocorrendo o pagamento, EXPEÃA-SE mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, seguindo-se os atos de expropriaÃ§Ã£o, na forma do art. 523, Â§ 3Âº do CPC, dando prioridade ao bloqueio online das contas da executada, caso tenha sido requerido pelo exequente (art. 854 do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tornando-se indisponÃ-veis os ativos

financeiros, INTIME-SE a devedora na forma do art. 854, Â§2Âº, do CPC, bem como o exequente para se manifestar sobre a penhora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima sem que haja o pagamento voluntÃ¡rio do dÃ©bito, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os Executados apresentem, nos prÃ³prios autos, a impugnaÃ§Ã£o, consoante o art. 525 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ como mandado nos termos do art. 1Âº, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00348480220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ANDREA CRISTINA PEREIRA DE MELO Representante(s): OAB 8045 - VICTOR TADEU DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) REU:ANDREA GONCALVES PEDRO DA SILVA Representante(s): OAB 120689 - LUCIANA CONCEICAO SICUTTI E SOUZA (ADVOGADO) . ANDRÃIA CRISTINA PEREIRA DE MELO ingressou com PETIÃÃO DE HERANÃA em face de ANDRÃA GONÃALVES PEDRO DA SILVA. Â Â Â Â Â Â Alega na inicial que era companheira de MANOEL PEDRO DA SILVA que veio a falecer em 2011 deixando um veÃ-culo FIAT Modelo PÃ¡lio 2008 Placas HJG-9085, cuja posse encontra-se com a requerida que depois de muita insistÃªncia levou o bem Ã Minas Gerais, sob a alegaÃ§Ã£o que o venderia e depositaria em favor da requerente o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Alega que em consulta ao DETRAN tomou conhecimento de que o mesmo se encontra transferido, porÃ©m a requerida jamais lhe fez o depÃ³sito da parte que lhe cabia. Â Â Â Â Â Â Assim, ingressou com a presente demanda pleiteando parte do valor que ficou estipulado com a requerida em virtude da transferÃªncia do veÃ-culo informado, mais juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Devidamente citada, a requerida apresentou contestaÃ§Ã£o em fls. 49/51 colocando contra as alegaÃ§Ãµes da autora, aduz que a requerente expÃµe fatos que nÃ£o condizem com a realidade, alega que atualmente nÃ£o possui condiÃ§Ãµes para realizar o pagamento do dÃ©bito de uma Ãºnica vez, tendo em vista que Ã© divorciada e tem dois filhos, porÃ©m alude que pretende adimplir com o acordado. Â Â Â Â Â Em rÃ©plica de fls. 69/71 a autora nÃ£o aceita a proposta e pretende que seja adimplido a parte do acordado entre as mesmas. Â Â Â Â Â AudiÃªncia prejudicada pela ausÃªncia das partes. Â Â Â Â Â Juntaram documentos. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Muito embora a autora tenha ingressado com PetiÃ§Ã£o de HeranÃ§a, o caso mais se amolda em uma ObrigaÃ§Ã£o simples de Fazer em face de um acordo verbal pactuado entre as partes. Isso porque a PetiÃ§Ã£o de HeranÃ§a pressupÃµe alguns requisitos que nÃ£o estÃ£o observados, como a pressuposiÃ§Ã£o da existÃªncia de um InventÃ¡rio, seja ordinÃ¡rio ou por arrolamento, que jamais fora provado por qualquer das partes. Subsiste tÃ£o somente uma espÃ©cie de um acordo verbal estipulado entre as partes no qual a requerente ao promover a venda do veÃ-culo do de cujus repassaria o aporte de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em favor da autora. Formula proposta para a autora. Â Â Â Â Â Da narrativa dos fatos apresentada pela requerida quando da ContestaÃ§Ã£o interessante notar que a mesma reconhece que haveria de repassar determinado valor a requerente, mas nÃ£o o fez de uma Ãºnica vez posto nÃ£o ter condiÃ§Ãµes para tanto por se encontrar em situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade economia, sendo mÃ£e de dois filhos. Alega que tem interesse em adimplir a dÃ-vida. Â Â Â Â Â Entendo, portanto, estar caracterizado o reconhecimento jurÃ-dico do pedido. O reconhecimento jurÃ-dico do pedido deve ser entendido como a postura do rÃ©u que confirma os fatos e as consequÃªncias jurÃ-dicas pretendidas pelo autor em sua petiÃ§Ã£o inicial. A variante oposta a esta postura do rÃ©u Ã© a renÃºncia, pelo autor, do direito sobre o qual se funda a Â¿aÃ§Ã£oÂ¿ e, do que consta nos autos, contrastando as peÃ§as das partes, vislumbro o reconhecimento do pedido formulado pelo autor, isto porque a prÃ³pria parte requerida reconhece a dÃ-vida e pretende honrar com o seu compromisso de adimpli-la. Sobre o reconhecimento jurÃ-dico do pedido, colaciono: PROCESSUAL CIVIL. AÃÃO RESCISÃRIA. SENTENÃA PROFERIDA EM PROCESSO INSTAURADO POR AÃÃO MONITÃRIA. ART. 485, INCISOS V E VI, DO CPC. PROVA DA FALSIDADE DO CHEQUE. RECONHECIMENTO PELO RÃU DA PROCEDÃNCIA DO PEDIDO. RESCISÃO DA SENTENÃA. JUÃZO RESCISÃRIO. RECONHECIMENTO DA INEXISTÃNCIA DE RELAÃÃO JURÃDICA ENTRE AS PARTES. IMPROCEDÃNCIA DO PEDIDO MONITÃRIO. 1. Comprovado pela autora, durante o curso do processo instaurado pela aÃ§Ã£o rescisÃ³ria, que a assinatura aposta no cheque prescrito que aparelhou a aÃ§Ã£o monitÃ³ria e embasou a sentenÃ§a que atribuiu executividade ao tÃ-tulo Ã© falsa, afigura-se cabÃ-vel a rescisÃ£o da sentenÃ§a, com fundamento no art. 485, inciso VI, do CPC. 2. Na anÃ¡lise do juÃ-zo rescisÃ³rio, uma vez constatada a falsidade do tÃ-tulo que embasava a aÃ§Ã£o monitÃ³ria, impÃµe-se o reconhecimento da inexistÃªncia de relaÃ§Ã£o jurÃ-dica entre as partes e o julgamento de improcedÃªncia do pedido. 3. AÃ§Ã£o rescisÃ³ria julgada procedente. (TJ-DF - ARC: 20150020099898, Relator: ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, Data de Julgamento: 19/10/2015, 2Âª CÃ¢mara CÃ-vel, Data de

PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE : 28/10/2015 . PÃ¡g.: 128). Â Â Â Â Â O rÃ©u expressamente, reconhece ao direito que se funda a presente aÃ§Ã£o consubstanciado no direito de o autor ter direito ao recebimento da importÂncia relativa a venda de um veÃ-culo que pertencia ao de cujus. Ainda que o acordo tenha sido verbal o mesmo Ã© vÃ¡lido se ficar comprovado nos autos, o que ocorreu em face do prÃ³prio reconhecimento da requerente. A autora fez prova igualmente da sua condiÃ§Ã£o de companheira do de cujus, de modo que a mesma assiste direito ressarcitÃ³rio por ser herdeira daquele e de participar como tal dos bens deixados pelo autor da heranÃ§a. Acosta sua declaraÃ§Ã£o de uniÃ£o estÃ¡vel em fls. 15/17. Â Â Â Â Â De todo o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos da autora, extinguindo o processo, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, III, CPC/2015, e assim condenar a requerida a restituir em favor da autora o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com incidÃªncia de juros de 1% (um por cento) ao mÃªs a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a ser atualizada pelo Ã-ndice INPC.Â Â Â Â Â Â Condeno a requerida/sucumbente em custas processuais e honorÃ¡rios, que fixo em 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, nos termos do artigo 85, Â§ 2Âº, do NCPC, cuja exigibilidade ficarÃ¡ suspensa em face de ser amparada pela justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂnsito em julgado, arquive-se os autos, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00376197420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:JOSUE FARIAS DE SOUSA Representante(s): OAB 4896 - NILZA MARIA PAES DA CRUZ (DEFENSOR) REU:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . Entendo que a matÃ©ria, aparentemente, nÃ£o parece ser de difÃ-cil apreciaÃ§Ã£o, porÃ©m, em respeito ao devido processo legal, como acima dito, deve ser oportunizado Ã s partes a manifestaÃ§Ã£o sobre eventual interesse na produÃ§Ã£o de provas que entendam ser fundamental para a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, ressaltando que a manifestaÃ§Ã£o deve estar de acordo com os deveres das partes, elencado no diploma processual (art. 77 do CPC) e aplicaÃ§Ã£o da penalidade lÃ¡ estabelecida, como ato atentatÃ³rio dignidade da justiÃ§a, em caso de descumprimento dos deveres. Â Â Â Â Â Tomo como pontos controvertidos os apresentados na inicial, pelo autor, e na contestaÃ§Ã£o, pelo rÃ©u, os quais serÃ£o objeto da decisÃ£o, posto que a delimitaÃ§Ã£o do tema a ser enfrentado e resolvido no julgamento de mÃ©rito estÃ£o apresentados nas respectivas peÃ§as. Â Â Â Â Â Assim, determino que as partes se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre interesse na produÃ§Ã£o de provas e acerca de eventual audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, justificando o requerimento. Caso contrÃ¡rio, pedido sem fundamento sobre a utilidade do ato processual a ser realizado para deslinde do processo, serÃ¡ considerado ato protelatÃ³rio, sendo a parte condenada por prÃ¡tica de ato atentatÃ³rio a dignidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Caso as partes requeiram prova testemunhal no mesmo ato apresente o devido rol das testemunhas, devendo vir o feito concluso para Â¿designaÃ§Ã£o de audiÃªnciaÂ¿. Â Â Â Â Â Ausente de manifestaÃ§Ã£o das partes e/ou com manifestaÃ§Ã£o pela desnecessidade de produÃ§Ã£o de qualquer tipo de prova, deve o processo vir concluso para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Voltem os autos para decisÃ£o. Â Â Â Â Â Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Juiz de Direito pela 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00377384520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:NORDISK TIMBER LTDA Representante(s): OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) OAB 18941 - RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER (ADVOGADO) REU:D. D. CARVALHO SERVICOS LTDA Representante(s): OAB 10176 - LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) . TRATA-SE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE, pois, o Executado, na forma do art. 513, Â§2Âº, inciso I, do CPC, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenaÃ§Ã£o, liquidado Ã s fls. retro, acrescido de custas, se houver, sob pena de nÃ£o o fazendo ser acrescida a multa de 10% (dez por cento) e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, caput e Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE o Exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomar providÃªncias no sentido de recolherem as custas processuais necessÃ¡rias Ã realizaÃ§Ã£o do ato ou comprovar os requisitos necessÃ¡rias Ã concessÃ£o da gratuidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os (as) devedores (as) poderÃ£o oferecer bens Ã penhora, juntando prova da propriedade, se for bem imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o ocorrendo o pagamento, EXPEÃA-SE mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, seguindo-se os atos de expropriaÃ§Ã£o, na forma do art. 523, Â§ 3Âº do CPC, dando prioridade ao bloqueio online das contas da executada, caso tenha sido requerido pelo exequente (art. 854 do CPC). Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Tornando-se indisponÃ-veis os ativos financeiros, INTIME-SE a devedora na forma do art. 854, Â§2Âº, do CPC, bem como o exequente para se manifestar sobre a penhora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima sem que haja o pagamento voluntÃ¡rio do dÃ©bito, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os Executados apresentem, nos prÃ³prios autos, a impugnaÃ§Ã£o, consoante o art. 525 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ como mandado nos termos do art. 1Âº, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00378418120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:AMAZÔNIA, CRIAÇÃO DE CAMARÃO EM ÁGUAS DOCE LTDA Representante(s): OAB 14446 - DANIEL FEIO DA VEIGA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:TIBÉRIO SOARES E RODRIGUES DE OLIVEIRA REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A Representante(s): OAB 11701 - FERNANDO DE JESUS GURJAO SAMPAIO NETO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA movida por AMAZÃNIA, CRIAÃÃO DE CAMARÃO EM ÃGUA DOCES LTDA. e TIBÃRIO SOARES E RODRGIGUES DE OLIVEIRA em face de BANCO DO ESTADO DO PARÃ S/A. Â Â Â Â Â Â Informa o autor que firmou com o requerido contratoÂ para abertura de crÃ©dito na modalidade CÃDULA RURAL PIGNORATÃCIA E HIPOTECÃRIA estipulando aporte de recursos prÃ³prios da Empresa no valor de R$ 81.427,66 (oitenta e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos) e aporte de recursos do Banco produtor no valor de R$ 386.727,14 (trezentos e oitenta e seis mil, setecentos e vinte e sete reais e quatorze centavos), referente ao valor do crÃ©dito deferido para implantaÃ§Ã£o de empreendimento rural compreendendo um laboratÃ³rio comercial de larvicultura e engorda de camarÃµes no municÃ-pio de Benevides/PA. Â Â Â Â Â Â Informa que o crÃ©dito mencionado Ã© oriundo de recurso proveniente do Fundo para Desenvolvimento SustentÃ¡vel da Base Produtiva do Estado do Para Lei 6.345/2000 e regulamentado pelo Decreto Estadual n. 5.062/2001, que cria o Banco Produtor, um protocolo cuja funÃ§Ã£o estÃ¡ demonstrada nas aludidas leis. Alega entÃ£o que, mediante assinatura de CÃ©dula Rural PignoratÃ-cia e HipotecÃ¡ria o requerido comprometeu-se a liberar o crÃ©dito em quatro parcelas tal como informado na inicial. A primeira parcela em 01 de outubro de 2009 e a Ãºltima em janeiro de 2010. Informa ainda que a construÃ§Ã£o do laboratÃ³rio teve inÃ-cio em outubro de 2009, porÃ©m informa que houve demora na apresentaÃ§Ã£o do Projeto ao Banco do Produtor, ocorrida em 2007, sendo o mesmo aprovado somente em outubro de 2009, sendo que neste perÃ-odo os valores de insumos aumentaram consideravelmente. Alega intempÃ©ries naturais, como liberaÃ§Ã£o dos recursos em perÃ-odo de inverno, obstaculizando a produÃ§Ã£o, dentre outros. Â Â Â Â Â Â Por fim, alega que todos esses fatores levaram o autor atrasar a conclusÃ£o do Projeto, sendo concluÃ-do somente em outubro de 2011 e os valores foram sendo liberados Ã medida que o projeto ia sendo efetivado. Informa que o requeiro mesmo sabendo de todas as intempÃ©ries optou por postergar a liberaÃ§Ã£o da Ãºltima parcela do financiamento para o dia 25 de outubro de 2011, o que acarretaria a prorrogaÃ§Ã£o automÃ¡tica do prazo de carÃªncia por igual perÃ-odo, o que nÃ£o ocorreu, recebendo inclusive notificaÃ§Ã£o do SERASA comunicando a abertura de restriÃ§Ã£o de cadastro em nome de um dos sÃ³cios da empresa. Â Â Â Â Â Â Em face de todo o informado pleiteia danos materiais e morais, aqueles a tÃ-tulo de lucros cessantes pela demora na aprovaÃ§Ã£o do projeto e liberaÃ§Ã£o dos valores creditÃ-cios que gerou perdas de seis meses no aporte de R$ 179.643,10 (cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e trÃªs reais e dez centavos).Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Devidamente citada, a parte requerida apresentou contestaÃ§Ã£o em fls. 88/104 pleiteando a improcedÃªncia da demanda, alegando que a negativaÃ§Ã£o do nome da autora Ã© devida, nÃ£o podendo se falar em abusividade e logo em danos morais ou patrimoniais. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica em fls. 157/184. Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia infrutÃ-fera. Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â QuestÃµes Preliminares Â Â Â Â Â Em sede de preliminar, rejeito a arguiÃ§Ã£o e ilegitimidade, posto que o que se estÃ¡ discutindo na aÃ§Ã£o Ã© a negativaÃ§Ã£o indevida do nome da autora no SERASA por parte da requerida que foi quem, de fato, fez a aludida inscriÃ§Ã£o. Assim, hÃ¡ de se reconhecer a legitimidade da rÃ© para figurar no polo passivo. NÃ£o se estÃ¡ aqui a discutir o crÃ©dito em si ou uma provÃ¡vel abusividade da cobranÃ§a do prazo de carÃªncia, ainda que este argumento seja o embasamento para a inscriÃ§Ã£o no Ã³rgÃ£o de restriÃ§Ã£o ao crÃ©dito. Â Â Â Â Â No que concerne a arguiÃ§Ã£o da impossibilidade de se demandar em nome prÃ³prio direito alheio entendo igualmente nÃ£o existir razÃ£o no que alega o requerido, pois ainda que a negativaÃ§Ã£o do nome tenha sido feita em nome dos avalistas da operaÃ§Ã£o e nÃ£o do sÃ³cio em si, quem sofreu com os prejuÃ-zos da suposta inscriÃ§Ã£o indevida junto ao SERASA foi a empresa que Ã© a autora da aÃ§Ã£o e nÃ£o o sÃ³cio individualmente considerado. Â Â Â Â Â Por fim, com relaÃ§Ã£o a prorrogaÃ§Ã£o

automÃ¡tica do prazo de carÃªncia entendo nÃ£o ser uma questÃ£o de preliminar, posto que embasarÃ¡ a anÃ¡lise da responsabilidade do requerido, pois se verificar que assiste razÃ£o a requerida quanto a este ponto a responsabilidade restarÃ¡ afastada, a inscriÃ§Ã£o serÃ¡ devida e a demanda julgada improcedente. Â Â Â Â Â Do MÃ©rito - Dos Danos Materiais e Morais Â Â Â Â Â O cerne da questÃ£o gira em torno da possibilidade ou nÃ£o da prorrogaÃ§Ã£o do perÃ-odo de carÃªncia (36 meses) para inÃ-cio do pagamento do crÃ©dito financiado em face do atraso da conclusÃ£o do projeto por parte da requerente. Significa dizer que, se o crÃ©dito nÃ£o fora liberado integralmente antes do atraso, o perÃ-odo de carÃªncia entÃ£o deveria comeÃ§ar a correr apÃ³s a liberaÃ§Ã£o da Ãºltima parcela que ocorreu em 25 de outubro de 2011 e nÃ£o da data constante inicialmente no contrato que era em 01 de janeiro de 2010. Logo, o prazo que pretende a autora para iniciar o pagamento do financiamento deveria ser 25 de outubro de 2014. Â Â Â Â Â Entretanto os fatos narrados pelo autor se confrontados com seu pedido, nÃ£o pleiteia a desconstituiÃ§Ã£o de possÃ-vel abusividade na cobranÃ§a do inÃ-cio do pagamento do financiamento antes do perÃ-odo de carÃªncia que entendia devido, mas o ressarcimento dos danos materiais a tÃ-tulo de lucros cessantes em relaÃ§Ã£o ao que deveria ter lucrado, caso as atividades nÃ£o tivessem sido paralisadas em face da negativaÃ§Ã£o do nome da empresa junto ao SERASA que o impediu de obter crÃ©dito para desenvolvimento de suas atividades. Aqui, cabe-nos discutir a responsabilidade da requerida em face da aludida paralisaÃ§Ã£o em face da negativaÃ§Ã£o; Â Â Â Â Â No que concerne aos danos morais, pleiteia igualmente valor condizente com o que transcende a esfera patrimonial igualmente em face da negativaÃ§Ã£o informada. Â Â Â Â Â Resta, portanto, saber se a inscriÃ§Ã£o do nome dos avalistas que causou prejuÃ-zo Ã empresa autora foi abusiva ou nÃ£o e isso por conta da carÃªncia automÃ¡tica a que alude a autora, ou seja, o prazo de carÃªncia a que arguiu a requerente na exordial Ã© devida? O contrato estipula a prorrogaÃ§Ã£o da aludida carÃªncia? Â Â Â Â Â Para que haja a responsabilizaÃ§Ã£o civil do requerido Ã© necessÃ¡ria a presenÃ§a de trÃªs requisitos, quais sejam: ilicitude da conduta, nexo de causalidade e dano. Ou seja, o direito Ã reparaÃ§Ã£o do dano depende da concorrÃªncia de trÃªs requisitos, quais sejam, fato lesivo voluntÃ¡rio, causado pelo agente por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia, imperÃ-cia ou imprudÃªncia; ocorrÃªncia de um dano patrimonial ou moral; nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Â Â Â Â Â Informa a requerente que deveria ocorrer automaticamente o perÃ-odo de carÃªncia de 36 (trinta e seis) meses a partir da data da liberaÃ§Ã£o da Ãºltima parcela de crÃ©dito firmada em cÃ©dula rural pignoratÃ-cia e hipotecÃ¡ria, que ocorreu em 25 de outubro de 2011 e nÃ£o em 01 de janeiro de 2009. A demora na liberaÃ§Ã£o do crÃ©dito, informa o autor, que decorreu de vÃ¡rios fatores, dentre outros, fatores naturais e demora na aprovaÃ§Ã£o do projeto. Analisando os fatos e os documentos neste quesito, entendo que o atraso na realizaÃ§Ã£o e finalizaÃ§Ã£o da construÃ§Ã£o do laboratÃ³rio para criaÃ§Ã£o do camarÃ£o, o projeto em si, ocorreu nÃ£o por culpa exclusiva da requerente, parece-me que houve uma confluÃªncia de contingÃªncias que levou ao atraso. Â Â Â Â Â De outro turno analisando detidamente o contrato apresentado em fls. 13/18 nÃ£o consta expressamente nenhuma clÃ¡usula de prorrogaÃ§Ã£o automÃ¡tica do perÃ-odo de carÃªncia para inÃ-cio do pagamento do financiamento, ou seja, sem que tal previsÃ£o estivesse no contrato a mesma sÃ³ poderia ser aventada se ocorresse culpa exclusiva da requerida em liberar os valores o que entendo que no caso em apreÃ§o nÃ£o ocorreu. O que se entende dos autos Ã© que a empresa autora igualmente teve dificuldades de ordem econÃ´mica e natural que nÃ£o podem ser imputadas de maneira exclusiva ao requerido, de modo que a fez nÃ£o cumprir com as etapas estabelecidas no projeto, postergando a liberaÃ§Ã£o dos valores por parte da requerida, assim entendo que a prorrogaÃ§Ã£o automÃ¡tica a que entende devida o requerente nÃ£o procede. AlÃ©m do mais, o pedido que consubstancia a aÃ§Ã£o refere-se Ã negativaÃ§Ã£o do nome dos avalistas no SERASA que gerou prejuÃ-zo Ã empresa e se tal foi abusiva em face da cobranÃ§a Â¿antecipadaÂ¿ do financiamento. Entendo que nÃ£o hÃ¡ abusividade da nÃ£o prorrogaÃ§Ã£o aludida e assim nÃ£o hÃ¡ que se falar igualmente em abusividade na inscriÃ§Ã£o do nome da autora no cadastro de inadimplentes. Â Â Â Â Â Entendo, assim, que nÃ£o hÃ¡ que se falar em danos materiais da requerida em face da autora, posto a negativaÃ§Ã£o no SERASA ser medida consequente do inadimplemento, atÃ© porque nÃ£o se estÃ¡ discutindo aqui cobranÃ§a indevida. Â Â Â Â Â Se nÃ£o hÃ¡ que se falar em responsabilidade civil, prejudicada fica a arguiÃ§Ã£o do dano moral. O dano moral pressupÃµe um prejuÃ-zo causado Ã orbita de direitos que nÃ£o se circunscreve a valores materiais ou privados, porÃ©m, atingem de forma indiscriminada a pessoa naquilo que lhe Ã© mais caro - com a devida licenÃ§a poÃ©tico-jurÃ-dica - : Sua parcela de individualidade que estÃ¡ assentada em princÃ-pios que suportam o que Ã© fundamental no ser humano, que o torna diferente dos outros animais e das outras pessoas, que Ã© essencialmente voltada para uma vida digna, que o integra a sua coletividade e que o vincula ao mundo de maneira viÃ¡vel enquanto personalidade criativa e dinÃ¢mica. Sem isto, Ã© a dor do menoscabo, da discriminaÃ§Ã£o, da injustiÃ§a, da sensaÃ§Ã£o de que estamos sendo vilipendiados covardemente diante de uma situaÃ§Ã£o

da qual nÃ£o podemos oferecer resistÃªncia. Â Â Â Â Â A jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a reconhece em um de seus inÃºmeros acÃ³rdÃ£os a respeito do tema que: Â¿Na atual sistemÃ¡tica constitucional, o conceito de dano moral deve levar em consideraÃ§Ã£o, eminentemente, a dignidade da pessoa humana - vÃ©rtice valorativo e fundamental do Estado DemocrÃ¡tico de Direito - conferindo-se Ã lesÃ£o de natureza extrapatrimonial dimensÃµes mais amplas, em variadas perspectivas. O dano experimentado pelo ofendido qualifica-se como dano psÃ-quico, conceituado pelo ilustre Desembargador RUI STOCO como o distÃºrbio ou perturbaÃ§Ã£o causado Ã pessoa atravÃ©s de sensaÃ§Ãµes anÃ-micas desagradÃ¡veis (...), em que a pessoa Ã© atingida na sua parte interior, anÃ-mica ou psÃ-quica, atravÃ©s de inÃºmeras sensaÃ§Ãµes dolorosas e importunastes, como, por exemplo, a ansiedade, a angÃºstia, o sofrimento, a tristeza, o vazio, o medo, a inseguranÃ§a, o desolamento e outros (Tratado de Responsabilidade Civil, SÂ¿o Paulo, RT, 2007, p. 1.678)Â¿ (Embargos de DivergÃªncia em REsp nÂº 1.127.913/RS (2013/0076325-0), Corte Especial do STJ, Rel. NapoleÃ£o Nunes Maia Filho. j. 04.06.2014, DJe 05.08.2014). Â Â Â Â Â Estas sÃ£o as premissas para a condenaÃ§Ã£o em danos morais. Uma matriz principiolÃ³gica que alberga uma sÃ©rie de possibilidades, uma vez que o ser humano nÃ£o se cansa de criar novas formas de ofender a prÃ³pria espÃ©cie. Â Â Â Â Â Afinal, da leitura dos autos em que direÃ§Ã£o se volta a premissa acima exposta? Considero que nÃ£o assiste razÃ£o a parte autora tendo em vista que nÃ£o restou comprovado a ocorrÃªncia do alegado dano material e moral, porque ficou rompido o nexo causal afeto Ã responsabilidade civil, pois nÃ£o houve negativa ou falha na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, nÃ£o hÃ¡ que se falar em dano subjetivo. Â Â Â Â Â A presente decisÃ£o levou em consideraÃ§Ã£o somente os pedidos da exordial, assim, evitando julgamento extra-petita, logo, restringiu-se ao pedido de dano moral e da declaraÃ§Ã£o da inexistÃªncia do dÃ©bito, ainda que a improcedÃªncia seja a medida a ser tomada diante da fragilidade do caso. Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da autora, extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito na forma do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, bem como honorÃ¡rios, que arbitro em 10% do valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quitadas as custas e certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00446285820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:RODRIGO PIRES SORIA AUTOR:JOANICE DUARTE LUCENA Representante(s): OAB 22221-B - MARCIO KISIOLAR VAZ FERREIRA (ADVOGADO) OAB 22220-B - ALINE CRIZEL VAZ FERREIRA (ADVOGADO) REU:GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES Representante(s): OAB 84367 - MARCIO VINICIUS COSTA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) . Trata-se dos autos da AÃÃO DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS movida por RODRIGO PIRES SORIA e JOANICE LUCENA SORIA em face de GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES. Â Â Â Â Â Alegam as autoras que compraram passagens aÃ©reas para a Cidade do Rio de Janeiro, com chegada programada para o dia 30/01/2014 e retorno para BelÃ©m dia 03/02/2014. Â Â Â Â Â Informam que a viagem era exclusivamente para a celebraÃ§Ã£o do casamento religioso que ocorreria um dia apÃ³s sua chegada na cidade. Aduzem que, levaram apenas vestuÃ¡rios essenciais a serem utilizados na celebraÃ§Ã£o do casamento religioso. Â Â Â Â Â Mencionam que o noivo Ã© portador de deficiÃªncia fÃ-sica, portanto, suas roupas sÃ£o feitas sob medidas, inclusive a utilizada no dia da cerimÃ´nia. Â Â Â Â Â Ao chegar na Cidade do Rio de Janeiro, nÃ£o encontraram suas malas, assim foram registrar uma ocorrÃªncia na qual os funcionÃ¡rios da empresa registraram um relatÃ³rio de Irregularidade com bagagem, informando o extravio da mesma. Â Â Â Â Â Explicam que a empresa ofereceu uma indenizaÃ§Ã£o parcial no valor de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais), o qual fora aceito pelas demandantes visto o receio de nÃ£o receber nada posteriormente. Â Â Â Â Â As autoras alegaram que falaram com as supervisoras e nada foi resolvido. Juntou documentos. Â Â Â Â Â A requerida devidamente citada, contestou Ã s fls. 38/108. Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 111/122 Â Â Â Â Â Sem interesse na audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o e nem na produÃ§Ã£o de provas, as partes requereram o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ o que se falar em ilegitimidade do autor, as partes sÃ£o legÃ-timas, possuem interesse processual e estÃ£o devidamente representadas. A petiÃ§Ã£o inicial Ã© apta, inteligÃ-vel e corresponde Ã natureza da demanda, sendo possÃ-vel compreender os motivos que levaram a parte autora a se socorrer do Poder JudiciÃ¡rio. Â Â Â Â Â Assim, o feito comporta julgamento imediato, nos moldes do artigo 355, inciso I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Ã incontroverso que o extravio da bagagem da parte demandante. Â Â Â Â Â A controvÃ©rsia cinge-se Ã verificaÃ§Ã£o de, em razÃ£o do extravio, as requerentes terem

sofrido dano moral. Â Â Â Â Â O dano moral caracteriza-se como a ofensa ou violaÃ§Ã£o dos bens de ordem moral de uma pessoa, tais sejam o que se referem Ã sua liberdade, Ã sua honra, Ã sua saÃºde (mental ou fÃ-sica), Ã sua imagem. Â Â Â Â Â A oportunidade da reparaÃ§Ã£o do prejuÃ-zo por dano moral Ã© gerada na hipÃ³tese de o indivÃ-duo entender que foi lesado a sua privacidade, que sua dignidade foi ofendida, que seu espirito foi abalado por aÃ§Ã£o de outrem que nÃ£o considerou sua condiÃ§Ã£o de humano digno de respeito, pelo valor mais Ã-ntimo e caro Ã toda a humanidade, ou seja, a humanidade que reside em cada sujeito. Â Â Â Â Â No caso em tela, as requerentes juntaram lastro probatÃ³rio convincente acerca de suas alegaÃ§Ãµes, de modo que a maioria do alegado ficou por conta dos fatos narrados e dos documentos acostados aos autos. Â Â Â Â Â Â Â O pedido concernente ao dano moral merece prosperar Â Â Â Â Â Â Â Comprovada a desÃ-dia da rÃ©, quando do extravio da bagagem, uma vez que o direito de informaÃ§Ã£o, asseverado no CDC, restou descumprido, causando-lhes diversos transtornos e, inclusive, prejuÃ-zo financeiro. Nesse diapasÃ£o, se mostra caracterizada a violaÃ§Ã£o a direito de personalidade, passÃ-vel de indenizaÃ§Ã£o por dano moral. Â Â Â Â Â Â Â Deve ser destacado que a requerida nÃ£o comprovou que o extravio das malas decorreu por culpa dos autores, Ã´nus processual que lhe cabia em razÃ£o da inversÃ£o do Ã´nus da prova determinada pelo CDC. Â Â Â Â Â Por sua vez a requerida, em contestaÃ§Ã£o, nÃ£o impugnou especificadamente a matÃ©ria aventada na exordial, nem trouxe documentos probantes do seu direito, apenas juntou uma contestaÃ§Ã£o genÃ©rica. Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o o Ã´nus daÂ provaÂ incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito (CPC, art. 333, I); e ao rÃ©u aÂ provaÂ dos fatos extintivos, impeditivos ou modificativos do direito alegado (inciso II do art. 333, CPC). No caso dos autos, o autor se desincumbiu do Ã´nus que lhes competia comprovando de forma satisfatÃ³ria, por meio deÂ provaÂ documental. Em contra partida, o requerido se limitou em contestar a aÃ§Ã£o sem produzir qualquerÂ provaÂ no sentido de comprovar suas alegaÃ§Ãµes, ou seja, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado pelo autor. Â Â Â Â Â Neste sentido: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/C REPETIÃÃO DE INDÃBITO E DANOS MORAIS - EMPRÃSTIMO CONSIGNADO - VALIDADE DA CONTRATAÃÃO - NÃO COMPROVADA -AUSÃNCIA DO CONTRATO E DO REPASSE DO VALOR SUPOSTAMENTE CONTRATADO - DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - MINORAÃÃO DO QUANTUM ARBITRADO - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO. NÃ£o hÃ¡ nos autos contrato nem mesmo o comprovante de cumprimento da ordem de pagamento feita Ã autora/apelada, restando evidente que a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica nÃ£o restou demonstrada, e versando os autos sobre relaÃ§Ã£o consumerista, o banco nÃ£o se desincumbiu em comprovar que a contrataÃ§Ã£o foi legÃ-tima, conclui-se que os valores descontados do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da autora, sÃ£o ilegais. Dessa forma, a ausÃªncia de efetiva prova da transaÃ§Ã£o permite conferir verossimilhanÃ§a Ã alegaÃ§Ã£o de que os descontos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio sÃ£o nulos, fazendo jus Ã declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia dos dÃ©bitos ensejando a repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito de forma simples e a condenaÃ§Ã£o em danos morais, como declarado na sentenÃ§a objurgada. No que tange ao dano moral, nÃ£o se pode olvidar que os descontos indevidos na pensÃ£o previdenciÃ¡ria da apelante ocasionaram-lhe a reduÃ§Ã£o de seu mÃ³dico benefÃ-cio e, por conseguinte, a restriÃ§Ã£o indireta Ã constituiÃ§Ã£o de relaÃ§Ãµes creditÃ-cias com terceiros, porÃ©m, a indenizaÃ§Ã£o fixada em R$3.000,00 (trÃªs mil reais), demonstra-se razoÃ¡vel e proporcional a atender aos critÃ©rios de reparaÃ§Ã£o do dano, ao grau de culpa, Ã extensÃ£o do prejuÃ-zo e Ã condiÃ§Ã£o social dos envolvidos. (TJ-MS - AC: 08131374220198120001 MS 0813137-42.2019.8.12.0001, Relator: Des. Divoncir Schreiner Maran, Data de Julgamento: 16/07/2020, 1Âª CÂ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 21/07/2020). Â Â Â Â Â Â Â O desrespeito a direito de personalidade restou configurado, nÃ£o somente pelo abalo Ã tranquilidade psÃ-quica, mas tambÃ©m diante do descaso com os consumidores que nÃ£o restam atendidos pela omissÃ£o da Companhia AÃ©rea em dar devida soluÃ§Ã£o aos problemas por eles enfrentados e pelas desÃ-dias das supervisoras. Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentindo, APELAÃÃO CÃVEL - DIREITO DO CONSUMIDOR - AÃÃO INDENIZATÃRIA - CONTRATO DE TRANSPORTE AÃREO - FALHA NA PRESTAÃÃO DO SERVIÃO - PASSAGEM COM GRAFIA INSUFICIENTE - CONTRATANTE IMPEDIDA DE EMBARCAR EM VOO - COMPRA DE NOVA PASSAGEM NO VALOR DE R$ 1.175,07 - DANOS MATERIAIS - IMPORTE INDENIZATÃRIO POR DANOS MATERIAIS FIXADO EM R$ 1.175,07 - OFENSA A DIREITOS DA PERSONALIDADE - DANOS MORAIS CONFIGURADOS - IMPORTE INDENIZATÃRIO POR DANOS MORAIS FIXADO EM R$ 4.685,00 - VALOR MANTIDO - HONORÃRIOS RECURSAIS - RECURSO IMPROVIDO. 1. Caso tenha a empresa aÃ©rea a possibilidade de verificar dados probantes concernentes Ã identidade da contratante, em se omitindo relativamente Ã cooperaÃ§Ã£o para a perfeita prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os, configura-se serviÃ§o prestado defeituosamente. Conduta irregular verificada. 2. Verificado e devidamente comprovado prejuÃ-zo de ordem material decorrente de falha na prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, Ã© cabÃ-vel indenizaÃ§Ã£o por danos materiais. 3. Na hipÃ³tese em que restar configurada

conduta irregular apta a causar danos a direitos da personalidade, ficam configurados danos morais. 4. O valor fixado a tÃ-tulo de indenizaÃ§Ã£o por danos morais nÃ£o deve ser fixado em patamar elevado, capaz de aparentar enriquecimento indevido para o ofendido, tampouco diminuto, a ponto de se tornar inÃ³cuo aos objetivos do instituto da responsabilidade civil. Observadas as circunstÂ¢ncias fÃ¡ticas do caso em concreto, estando o valor compensatÃ³rio fixado pelo juÃ-zo a quo de acordo com os princÃ-pios da razoabilidade e proporcionalidade, deve ser mantido o importe indenizatÃ³rio (R$ 4.685,00). 5. Recurso improvido. (TJ-PE - AC: 4898104 PE, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 04/12/2019, 5Âª CÂ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 20/12/2019) Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito na forma do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil e condeno o rÃ©u o pagamento de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com base na sÃºmula do TJ NÂº 343, a serem rateados igualmente a cada uma dos autoras. Com juros de mora a contar da citaÃ§Ã£o (art. 405 do CPC) e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria desde a data do arbitramento nos termos da SÃºmula n. 362 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, condeno o rÃ©u, por fim, ao pagamento de custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios do advogado do autor, que fixo em 20% sobre o valor total da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85, Â§ 2Âº c/c art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC. Â Â Â Â Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 23 de janeiro de 2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00460602020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:JANETE COIMBRA ANSELMO Representante(s): OAB 11239 - ISAIAS DA COSTA MOTA (ADVOGADO) OAB 14265 - WERLIANE DE FATIMA NABICA COELHO (ADVOGADO) REU:COLEGIO DE ENSINO MEDIO SOPHOS S/S LTDA Representante(s): OAB 4749 - CADMO BASTOS MELO JUNIOR (ADVOGADO) REU:INSTITUTO PRO EDUCAR Representante(s): OAB 18466 - LUIZ GUSTAVO DIAS FERREIRA (ADVOGADO) . TRATA-SE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE, pois, os Executados, na forma do art. 513, Â§2Âº, inciso I, do CPC, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenaÃ§Ã£o, liquidado Ã s fls. retro, acrescido de custas, se houver, sob pena de nÃ£o o fazendo ser acrescida a multa de 10% (dez por cento) e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, caput e Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â INTIMEM-SE os Exequentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, tomarem providÃªncias no sentido de recolherem as custas processuais necessÃ¡rias Ã realizaÃ§Ã£o do ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Os (as) devedores (as) poderÃ£o oferecer bens Ã penhora, juntando prova da propriedade, se for bem imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o ocorrendo o pagamento, EXPEÃA-SE mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, seguindo-se os atos de expropriaÃ§Ã£o, na forma do art. 523, Â§ 3Âº do CPC, dando prioridade ao bloqueio online das contas da executada, caso tenha sido requerido pelo exequente (art. 854 do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Tornando-se indisponÃ-veis os ativos financeiros, INTIME-SE a devedora na forma do art. 854, Â§2Âº, do CPC, bem como o exequente para se manifestar sobre a penhora. Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima sem que haja o pagamento voluntÃ¡rio do dÃ©bito, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os Executados apresentem, nos prÃ³prios autos, a impugnaÃ§Ã£o, consoante o art. 525 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ como mandado nos termos do art. 1Âº, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00493073820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 AUTOR:FABIO MARQUES VIEGAS AUTOR:MARCIA CRISTINA RODRIGUES VIEGAS Representante(s): OAB 5586 - PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) OAB 18845 - RENAN SENA SILVA (ADVOGADO) REU:MADRI INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 13871-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . TRATA-SE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE, pois, a Executada, na forma do art. 513, Â§2Âº, inciso I, do CPC, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenaÃ§Ã£o, liquidado Ã s fls. retro, acrescido de custas, se houver, sob pena de nÃ£o o fazendo ser acrescida a multa de 10% (dez por cento) e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, caput e Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Os (as) devedores (as) poderÃ£o oferecer bens Ã penhora, juntando prova da propriedade, se for bem imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o ocorrendo o pagamento, EXPEÃA-SE mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, seguindo-se os atos de expropriaÃ§Ã£o, na forma do art. 523, Â§ 3Âº do CPC, dando prioridade ao bloqueio online das contas da executada, caso tenha sido requerido pelo exequente (art. 854 do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Tornando-se

indisponÃ-veis os ativos financeiros, INTIME-SE a devedora na forma do art. 854, Â§2Âº, do CPC, bem como o exequente para se manifestar sobre a penhora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima sem que haja o pagamento voluntÃ¡rio do dÃ©bito, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os Executados apresentem, nos prÃ³prios autos, a impugnaÃ§Ã£o, consoante o art. 525 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ como mandado nos termos do art. 1Âº, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00548286120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:CS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA ME Representante(s): OAB 11673 - DANIELLE SILVA DE ANDRADE LIMA GUERRA (ADVOGADO) REQUERIDO:GAFISA SPE -51 E IMOB LTDA Representante(s): OAB 220907 - GUSTAVO CLEMENTE VILELA (ADVOGADO) OAB 178268-A - GUSTAVO PINHEIRO GUIMARAES PADILHA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO ORDINÃRIA DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS movida por CS COMÃRCIO DE COMBUSTÃVEIS LTDA ME em face de GAFISA SPE - 51 E. IMOB. LTDA. Â Â Â Â Â Alega a autora que em 2013 iniciou tratativas com a requerida para adquirir imÃ³vel do empreendimento PARC PARADISO CONDOMINIO RESORT, tendo custado R$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), tendo sido efetuado o pagamento Ã prazo e fechado a assinatura do contrato em 21 de novembro de 2012. Tendo sido quitado o imÃ³vel, em fevereiro de 2013 iniciou-se as cobranÃ§as relativas a entrega das chaves. Alega que recebeu as mesmas em 12 de abril de 2013, tendo a oportunidade de proceder a vistoria do mesmo e ressaltado que haviam problemas aparentes constatados, tendo sido informado que pelo mesmo que tudo seria resolvido. Em novembro de 213 informa que na intenÃ§Ã£o de se mudar ao apartamento ordenou a limpeza pois atÃ© entÃ£o o mesmo estando fechado nunca fora sido habitado. Informa que desde entÃ£o foram detectados muitos problemas e que arcou com os custos e prejuÃ-zos para sanar os referidos problemas. Â Â Â Â Â Â De todo o que relata, pleiteou danos materiais no montante de R$ 11.369,09 (onze mil, trezentos e sessenta e nove reais e nove centavos) mais danos morais. Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o da parte requerida em fls. 141/153, inclinando-se pela improcedÃªncia da demanda. Alega decadÃªncia do direito alegado, falta do interesse de agir, mais nulidade do laudo pericial. Â Â Â Â Â Â RÃ©plica em fls. 228/229, pleiteando julgamento antecipado do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Da AnÃ¡lise das Preliminares Â Â Â Â Â O requerido argui falta no interesse de agir. Sabe-se que este tema se insere em uma das condiÃ§Ãµes de aÃ§Ã£o, ou seja, Ã© um requisito para o exercÃ-cio regular da aÃ§Ã£o, o que ao lado dos pressupostos processuais, constituem os elementos a serem apreciados no juÃ-zo de admissibilidade para o exame e julgamento do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verificamos que o autor ingressou com a presente demanda a instruindo de forma regular, colacionando os documentos que entendeu corroborar com suas alegaÃ§Ãµes. O interesse de agir Ã© uma condiÃ§Ã£o para o exercÃ-cio da aÃ§Ã£o, de ordem estritamente processual e que nÃ£o determina a existÃªncia ou nÃ£o do interesse substancial juridicamente protegido, mas, se estiver presente juntamente com a legitimidade ad causam e, os pressupostos processuais possibilitam ao juiz o exame do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em falta no interesse de agir da requerida, motivo que estÃ¡ autorizado o magistrado a seguir com a demanda para anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â No que concerne a decadÃªncia aludida, afasto de plano por expresso entendimento do Tribunal Superior que o prazo para pedido de indenizaÃ§Ã£o por falhas aparentes em imÃ³vel tem prazo prescricional de dez anos. Entende o STJ, ao analisar o REsp 1721694, que na falta de prazo especÃ-fico do CÃ³digo de Defesa do Consumidor que regule a pretensÃ£o de indenizaÃ§Ã£o por inadimplemento contratual, aplica-se o prazo prescricional geral de dez anos fixado pelo artigo 205 do CC/2002. Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em prescriÃ§Ã£o ou decadÃªncia da pretensÃ£o autoral. Â Â Â Â Â RelaÃ§Ã£o de consumo Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente as rÃ©s. Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor, bem como a InversÃ£o do Ãnus da Prova. Â Â Â Â Â Do MÃ©rito Â Â Â Â Â A prova mais cabal dos autos cinge-se a partir do laudo pericial apresentado quando da AÃ§Ã£o Cautelar de AntecipaÃ§Ã£o de Prova (Processo NÂº 0018809-56.2014.8.14.0301). O aludido laudo pericial corrobora com as pretensÃµes do autor, demonstrando a responsabilidade civil do requerido. Â Â Â Â Â Cinge-se a MatÃ©ria sobre a possibilidade de imputar a responsabilidade Ã

requerida de danos materiais e morais em face de vÃ-cios aparentes da unidade imobiliÃ¡ria adquirida. Â Â Â Â Â Para que haja a responsabilizaÃ§Ã£o civil do requerido Ã© necessÃ¡ria a presenÃ§a de trÃªs requisitos, quais sejam: ilicitude da conduta, nexo de causalidade e dano. Ou seja, o direito Ã reparaÃ§Ã£o do dano depende da concorrÃªncia de trÃªs requisitos, quais sejam, fato lesivo voluntÃ¡rio, causado pelo agente por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia, imperÃ-cia ou imprudÃªncia; ocorrÃªncia de um dano patrimonial ou moral; nexo de causalidade entre o dano e o comportamento do agente. Estando presente tais elementos hÃ¡ de ser reconhecida ou nÃ£o a responsabilidade perquirida. Â Â Â Â Â Diante do laudo pericial apresentado nos autos da AÃ§Ã£o Cautelar de AntecipaÃ§Ã£o de Prova (Processo NÂº 0018809-56.2014.8.14.0301) e apresentados nestes autos, hÃ¡ de se reconhecer a responsabilidade da requerida. Â Â Â Â Â Cuidando-se de vÃ-cio oculto, o prazo decadencial para reclamar a reparaÃ§Ã£o inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito, conforme preceitua o art. 26, Â§ 3Âº, do CDC, e, conforme relatado nos autos, os autores, a todo tempo, relataram Ã construtora o problema existente no apartamento, requerendo assistÃªncia tÃ©cnica para reparaÃ§Ã£o, no entanto, os reparos realizados em nada sanaram o vÃ-cio. Â Â Â Â Â Inexiste qualquer prova de mau uso ou falta de manutenÃ§Ã£o da parte hidrÃ¡ulica do prÃ©dio. Em mesmo sentido, saliento que ao consumidor deve ser assegurado o desfrute integral do bem, cabendo a quem figura da relaÃ§Ã£o de consumo, a responsabilidade pela reparaÃ§Ã£o, em caso de vÃ-cio. Desta forma, resta aplicÃ¡vel o art. 18, Â§1Âº, inciso I, do CDC, que faculta ao consumidor exigir a substituiÃ§Ã£o do produto por outro da mesma espÃ©cie, em perfeitas condiÃ§Ãµes, ou em nÃ£o sendo possÃ-vel o conserto do vÃ-cio de construÃ§Ã£o, em aplicaÃ§Ã£o do inciso II do mesmo artigo, a restituiÃ§Ã£o imediata da quantia paga, com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, sem prejuÃ-zo das perdas e danos. E assim, os danos materiais apresentados devem ser reconhecidos no aporte de 11.369,09 (onze mil, trezentos e sessenta e nove reais e nove centavos), nos valores comprovados nos autos, conforme recibo, por exemplo, acostado em fls. 111. Os danos materiais devem ser comprovados o que foram feitos a contento pela parte alegante. Â Â Â Â Â Por fim, no que diz respeito aos danos morais, especificamente no quantum ao valor da indenizaÃ§Ã£o, deve-se observar os princÃ-pios da proporcionalidade e razoabilidade, de modo que atenda Ã s finalidades punitiva, repressiva e compensatÃ³ria, analisando, ainda, a capacidade econÃ´mica do ofensor e do ofendido. O valor arbitrado deve servir para reparar o dano sofrido sem, contudo, ensejar enriquecimento ilÃ-cito. Atualmente, o Superior Tribunal de JustiÃ§a vem defendendo a fixaÃ§Ã£o de parÃ¢metros jurisprudenciais para a quantificaÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o, na busca de uma padronizaÃ§Ã£o do tema. Â Â Â Â Â A diversidade de valores Ã© prejudicial ao sistema jurÃ-dico como um todo, pois gera inconsistÃªncia das condenaÃ§Ãµes e quebra de expectativa das vÃ-timas lesadas, que ficam sem parÃ¢metros do valor de sua reparaÃ§Ã£o e veem essa quantificaÃ§Ã£o mudar a medida que cada recurso Ã© julgado. Nestes termos, tenho como justo e equitativo o arbitramento do valor a tÃ-tulos de danos morais no aporte de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).Â Â Â Â Â Â Por fim, no que diz respeito ao pedido de nulidade do laudo pericial, inclino-me a rejeitÃ¡-lo, pois, primeiramente, Ã© importante salientar que a prova pericial Ã© admissÃ-vel quando for necessÃ¡rio demonstrar no processo algum fato que dependa de conhecimento especial, devendo o perito trazer aos autos opiniÃµes tÃ©cnicas e cientÃ-ficas a respeito dos fatos, de maneira a elucidar as questÃµes postos sob julgamento. Ã certo que o juiz singular nÃ£o estÃ¡ adstrito ao laudo pericial, podendo chegar a outro convencimento ao analisar as demais provas dos autos. Todavia, ao impugnar o laudo pericial, deve a parte trazer aos autos elementos suficientes que contraponham Ã sua conclusÃ£o, pois, ele Ã© elaborado por pessoa idÃ´nea, a qual, contando com a confianÃ§a do juiz, Ã© convocada para, no processo, esclarecer pontos que exijam conhecimento de tÃ©cnico especial. Do que entendo das arguiÃ§Ãµes do autor, inclino-me a considera-las tÃ£o somente insatisfaÃ§Ã£o pelo mesmo lhe ter sido desfavorÃ¡vel e assim, mantenho o laudo apresentado em seu inteiro teor por entender idÃ´neo e tecnicamente correto que concluiu haver um problema gravÃ-ssimo nas instalaÃ§Ãµes hidro-sanitÃ¡rias da unidade 2804, que Ã© a unidade discutida, e que causou inÃºmeros problemas a mesma. Tais conclusÃµes corroboram a responsabilidade civil da requerida nos termos do jÃ¡ fundamentado neste decisum. Â Â Â Â Â DO DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Do exposto, nos termos do artigo 487, I, do NCPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para: Â Â Â Â Â CONDENAR a rÃ© ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o de danos materiais no valor de R$ 11.369,09 (onze mil, trezentos e sessenta e nove reais e nove centavos) com incidÃªncia de juros de 1% (um por cento) ao mÃªs a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a ser atualizada pelo Ã-ndice INPC.Â Â Â Â Â Â CONDENAR a requerida a pagar ao autor a importÃ¢ncia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) relativamente aos danos morais, com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC e juros de 1% ao mÃªs a partir da sentenÃ§a, consoante sÃºmula 362 do STJ. Â Â Â Â Â Condeno a requerida/sucumbente em custas processuais e honorÃ¡rios, que fixo em 10% sobre o valor da condenaÃ§Ã£o, nos termos do artigo 85, Â§ 2Âº, do NCPC. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se os autos, com

as cautelas legais. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00556476620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:WASHINGTON LUIZ DA COSTA PEREIRA Representante(s): OAB 6150-A - JOSE LUIZ MESSIAS SALES (ADVOGADO) AUTOR:FÁTIMA DA COSTA PEREIRA Representante(s): OAB 6150-A - JOSE LUIZ MESSIAS SALES (ADVOGADO) INVENTARIADO:ANTERO DE OLIVEIRA PEREIRA INVENTARIADO:ALDERINA DA COSTA PEREIRA INTERESSADO:ANTERO BOSCO DA COSTA PEREIRA Representante(s): OAB 12529 - MARIANA NONATO OLIVEIRA ALVES (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio-Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00568087720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:WANDA MARIA PORTAL MIRANDA Representante(s): OAB 17570 - ARIADNE OLIVEIRA MOTA DURANS (ADVOGADO) REU:BANCO SAFRA S/A Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de uma AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria de AnÃ¡lise e RevisÃ£o de Contrato BancÃ¡rio com Pedido de Tutela Antecipada e ConsignaÃ§Ã£o em Pagamento dentre outros pedidos movidos por WANDA MARIA PORTAL MIRANDA em face de BANCO SAFRA S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, ou seja, emprÃ©stimo com veÃ-culo dado em garantia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora em sua inicial, vem alegando inÃºmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este caso nÃ£o Ã© singular, pelo contrÃ¡rio, hÃ¡ muitos que tramitam neste juÃ-zo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos especÃ-ficos, mas que na essÃªncia sÃ£o as mesmas questÃµes a serem enfrentadas como capitalizaÃ§Ã£o de juros, comissÃ£o de permanÃªncia, aplicaÃ§Ã£o da sÃºmula 121 do STF, condenaÃ§Ã£o em devoluÃ§Ã£o do valor paga indevidamente em dobro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte rÃ© contestou os termos da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditÃ³rio, manifestaram-se nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes nÃ£o querem produÃ§Ã£o de provas e como as questÃµes envolvem fundamentalmente questÃµes contratuais os autos vieram conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora haja uma determinaÃ§Ã£o do diploma processual, com carÃ¡ter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronolÃ³gica por conclusÃ£o, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispÃµe o art. 12, Â§2Âº, II do CPC, ou seja, o juÃ-zo jÃ¡ possui entendimento firmando e o mÃ©rito se repete em vÃ¡rios outros, mais precisamente em dezenas. Â Assim, passo a anÃ¡lise das questÃµes de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ratifico e, assim, defiro ao autor os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A MatÃ©ria Eminentemente De Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desde jÃ¡ indefiro eventual pedido de perÃ-cia contÃ¡bil posto que o conjunto probante dos autos foi suficiente para firmar o entendimento deste magistrado e estamos diante de uma matÃ©ria eminentemente de direito, onde se analisou os contratos e documentos contratuais juntados pelas partes, sendo dispensada a dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria proposta pela parte neste quesito uma vez que entendo ser meramente protelatÃ³ria. Assim, colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÃÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. PROVA PERICIAL CONTÃBIL. DESNECESSIDADE QUANDO SE TRATA DE MATÃRIA EMINENTEMENTE DE DIREITO. AGRAVO IMPROVIDO. (Agravo de Instrumento NÂº 70006395511, DÃ©cima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Julgado em 22/05/2003) (TJ-RS - AG: 70006395511 RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Data de Julgamento: 22/05/2003, DÃ©cima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, no caso em tela, a matÃ©ria enfrentada Ã© eminentemente de direito, a produÃ§Ã£o de prova contÃ¡bil nÃ£o tem o condÃ£o de oferecer conhecimento de novos fatos, alÃ©m daqueles consignados atravÃ©s do instrumento firmado entre as partes, jÃ¡ que o instrumento obrigacional contÃ©m as informaÃ§Ãµes suficientes para o conhecimento e deslinde da matÃ©ria. AlÃ©m disso, a aÃ§Ã£o revisional de contrato conduz-se, em oportunidade apropriada, Ã fase de liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, em que serÃ¡ realizada perÃ-cia para cÃ¡lculo de reajustamento da relaÃ§Ã£o de dÃ©bito e crÃ©dito das partes, jÃ¡ tendo por norte o conteÃºdo das alteraÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfrentado este ponto, passemos aos demais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veÃ-culo com a rÃ©, tipo CDC. Contrato no qual o veÃ-culo, objeto da compra, fica como garantia do

emprÃ©stimo cedido pela credora fiduciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o que se estabeleceu entre as partes Ã© uma relaÃ§Ã£o consumerista, sendo o autor o consumidor e o rÃ©u o fornecedor. O que se configura pela relaÃ§Ã£o financeira existente entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato do qual se pretende a revisÃ£o Ã© de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciaÃ§Ã£o mais apurada, para que nÃ£o desnature o contrato, ou seja, nÃ£o se deve revisar clÃ¡usulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vÃ-cio ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condiÃ§Ã£o nÃ£o avenÃ§ada previamente, mas restringe-se apenas revisÃ£o de condiÃ§Ãµes que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercÃ-cio hermenÃªutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal contrato Ã© a expressÃ£o contemporÃ¢nea do modo de produÃ§Ã£o e comÃ©rcio massificado. Modo este que se reflete diretamente na construÃ§Ã£o dos instrumentos contratuais, como a elaboraÃ§Ã£o de clÃ¡usula estipuladas unilateralmente, superando o exercÃ-cio dialÃ©tico, em uma participaÃ§Ã£o direta dos sujeitos envolvidos na construÃ§Ã£o do texto contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pressuposto fundamental do contrato Ã© indubitavelmente o exercÃ-cio da vontade e esta nÃ£o estÃ¡ ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restriÃ§Ã£o na participaÃ§Ã£o direta na elaboraÃ§Ã£o das clÃ¡usulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessÃ£o do crÃ©dito para financiamento, no caso, de veÃ-culos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vontade se manifesta no ato de aderir ou nÃ£o Ã s condiÃ§Ãµes previamente apresentadas pela instituiÃ§Ã£o concessiva do crÃ©dito financeiro. O objeto do contrato Ã© o dinheiro investido na aquisiÃ§Ã£o do respectivo veÃ-culo, o qual Ã© dado em seguranÃ§a, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos manifesta-se a legislaÃ§Ã£o: CPC. Art. 190.Â Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposiÃ§Ã£o, Ã© lÃ-cito Ã s partes plenamente capazes estipular mudanÃ§as no procedimento para ajustÃ¡-lo Ã s especificidades da causa e convencionar sobre os seus Ã´nus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. ParÃ¡grafo Ãºnico.Â De ofÃ-cio ou a requerimento, o juiz controlarÃ¡ a validade das convenÃ§Ãµes previstas neste artigo, recusando-lhes aplicaÃ§Ã£o somente nos casos de nulidade ou de inserÃ§Ã£o abusiva em contrato de adesÃ£o ou em que alguma parte se encontre em manifesta situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de AdesÃ£o Â Art. 54. Contrato de adesÃ£o Ã© aquele cujas clÃ¡usulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviÃ§os, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteÃºdo. Â Â§ 1Â° A inserÃ§Ã£o de clÃ¡usula no formulÃ¡rio nÃ£o desfigura a natureza de adesÃ£o do contrato. Â Â§ 2Â° Nos contratos de adesÃ£o admite-se clÃ¡usula resolutÃ³ria, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no Â§ 2Â° do artigo anterior. Â Â§ 3o Os contratos de adesÃ£o escritos serÃ£o redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legÃ-veis, cujo tamanho da fonte nÃ£o serÃ¡ inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensÃ£o pelo consumidor.Â (RedaÃ§Ã£o dada pela nº 11.785, de 2008) Â Â§ 4Â° As clÃ¡usulas que implicarem limitaÃ§Ã£o de direito do consumidor deverÃ£o ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fÃ¡cil compreensÃ£o. CC Art. 421. A liberdade de contratar serÃ¡ exercida em razÃ£o e nos limites da funÃ§Ã£o social do contrato. Art. 422. Os contratantes sÃ£o obrigados a guardar, assim na conclusÃ£o do contrato, como em sua execuÃ§Ã£o, os princÃ-pios de probidade e boa-fÃ©. Art. 423. Quando houver no contrato de adesÃ£o clÃ¡usulas ambÃ-guas ou contraditÃ³rias, dever-se-Ã¡ adotar a interpretaÃ§Ã£o mais favorÃ¡vel ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesÃ£o, sÃ£o nulas as clÃ¡usulas que estipulem a renÃºncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negÃ³cio. Art. 425. Ã lÃ-cito Ã s partes estipular contratos atÃ-picos, observadas as normas gerais fixadas neste CÃ³digo. Art. 426. NÃ£o pode ser objeto de contrato a heranÃ§a de pessoa viva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela natureza do contrato de adesÃ£o, vÃª-se que as possibilidades de revisÃ£o das clÃ¡usulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fÃ©, tendo em vista o que dispÃµe o CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em acrÃ©scimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tÃ£o importante quanto a estrutura do contrato Ã© o ato volitivo das partes, que fazem a opÃ§Ã£o com conhecimento prÃ©vio dos termos estabelecidos, sendo que estes sÃ³ podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fÃ©, e isso, entendo, como engano deliberado, simulaÃ§Ã£o ou mesmo fraude, que de modo inevitÃ¡vel limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, estÃ¡ viciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcanÃ§am com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de carÃ¡ter, porque nÃ£o afirmar, metafÃ-sico, digo com isso: o dinheiro, o crÃ©dito nÃ£o possui corpo, porÃ©m, influÃªncia de forma substancial nas vidas das pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Qualquer homem de consciÃªncia mediana sabe que o lucro Ã© o objetivo das empresas, porÃ©m, o lucro nÃ£o pode ser ofensivo Ã moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as

instituiÃ§Ãµes estatais, forjadas no liberalismo, uma funÃ§Ã£o precÃ-pua de nÃ£o permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que nÃ£o possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesÃ£o, com suas condiÃ§Ãµes, estÃ£o de acordo com as previsÃµes legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se verifica no contrato, as clÃ¡usulas foram previamente apresentadas e as condiÃ§Ãµes estipuladas pela rÃ© para a concessÃ£o do crÃ©dito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestaÃ§Ã£o volitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos princÃ-pios da boa fÃ© e da funÃ§Ã£o social do contrato, de modo algum, tais princÃ-pios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposiÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de clÃ¡usulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso quero dizer que nÃ£o se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciÃ¡rio de cumprir com as prestaÃ§Ãµes contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A boa-fÃ© Ã© conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressÃ£o da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesÃ£o, se resume no contratar ou nÃ£o, como jÃ¡ dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em anÃ¡lise, a parte autora jÃ¡ sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos atÃ© o final do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salvo melhor juÃ-zo, nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas ou condiÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a opÃ§Ã£o que restou Ã parte autora foi contratar ou nÃ£o contratar, e mesmo sabendo das condiÃ§Ãµes que pretende revisar por meio de aÃ§Ã£o judicial, decidiu por um ato voluntÃ¡rio comprometer-se com as clÃ¡usulas contratuais. Confira-se a jurispriudencia: APELAÃÃO EM AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÃÃES: MÃRITO: ALEGAÃÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÃUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÃMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÃTICA DECIDIDA Ã LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÃÃO? FRUIÃÃO DO BEM? JUROS ATINENTES Ã TAXA MÃDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÃÃES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÃÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÃNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConstruÃ-da tal premissa, enfrento as questÃµes que este juÃ-zo acompanha em entendimento os tribunais superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Juros de 12% a.a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que as instituiÃ§Ãµes pÃºblicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senÃ£o vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÃDITO. DÃVIDA. AÃÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÃÃO. COMISSÃES. I. As administradoras de cartÃ£o de crÃ©dito inserem-se entre as instituiÃ§Ãµes financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. NÃ£o se aplica a limitaÃ§Ã£o de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartÃ£o de crÃ©dito. III. AusÃªncia de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensÃ£o deduzida pela parte. IV. Recurso especial nÃ£o conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÃRIOS. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria no perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissÃ£o de permanÃªncia pode ser contratada para o perÃ-odo de inadimplÃªncia, nÃ£o cumulada com juros remuneratÃ³rios, correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da SÃºmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisÃ³rio agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria do perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisÃ³rio agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j.

02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nossos tribunais superiores tÃªm decidido que nÃ£o se pode falar de abusividade na pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios sÃ³ pelo fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano. Ao contrÃ¡rio, a abusividade destes sÃ³ pode ser declarada, caso a caso, Ã vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da mÃ©dia do mercado na praÃ§a do emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Juros Compostos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O entendimento do STJ autoriza a aplicaÃ§Ã£o de juros compostos, nÃ£o havendo irregularidade alguma nessa aplicaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â AliÃ¡s, tambÃ©m, Ã© pacifico o entendimento jurisprudencial que Ã© permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, in verbis: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO MONITÃRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÃVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÃÃO. INOCORRÃNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÃNCIA DE AÃÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juÃ-zo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficÃ¡cia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituiÃ§Ã£o financeira possui interesse processual, em razÃ£o do inadimplemento do instrumento particular de confissÃ£o de dÃ-vida assumido pelo correntista e que nÃ£o se constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial. PRESCRIÃÃO: A cobranÃ§a de dÃ-vida oriunda de contrato de confissÃ£o de dÃ-vida, sob a Ã©gide do CÃ³digo Civil de 1916, obedece Ã prescriÃ§Ã£o vintenÃ¡ria, nos termos de seu art. 177. Sob a Ã³tica do CÃ³digo de 2002, ante a incorporaÃ§Ã£o de novas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o ao Diploma, a prescriÃ§Ã£o passa a ser qÃ¼inqÃ¼enal e regulada pelo inciso I, do Â§5Âº, do art. 206. De acordo com a regra de transiÃ§Ã£o prevista no art. 2.028, do CC/02, se nÃ£o transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fÃ³rmula do CÃ³digo derrogado, conta-se a prescriÃ§Ã£o pelas disposiÃ§Ãµes do novo Digesto Civil, com termo `a quo no inÃ-cio de sua vigÃªncia (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescriÃ§Ã£o. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viÃ¡vel a revisÃ£o de toda a relaÃ§Ã£o contratual, em caso de sucessÃ£o negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crÃ©dito em conta-corrente e confissÃ£o de dÃ-vida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisÃ£o. JUROS REMUNERATÃRIOS: A modificaÃ§Ã£o da clÃ¡usula contratual relativa Ã taxa de juros remuneratÃ³rios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequÃ-voca, abusividade, o que nÃ£o se verifica no caso. CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS. A cobranÃ§a da capitalizaÃ§Ã£o mensal dos juros Ã© permitida em contratos firmados posteriormente Ã ediÃ§Ã£o da MP nÂ° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nÂº 2.170-36/2000. Caso em que nÃ£o se verifica a incidÃªncia do encargo sobre o dÃ©bito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA: Apenas pode ser mantida para o perÃ-odo da inadimplÃªncia, afastando-se, contudo, os demais encargos: correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora, juros remuneratÃ³rios e multa moratÃ³ria. REPETIÃÃO DO INDÃBITO: CompensaÃ§Ã£o/RepetiÃ§Ã£o do indÃ©bito possÃ-veis, decorrentes da revisÃ£o do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a sÃºmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplÃªncia, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissÃ£o de permanÃªncia). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035925189, DÃ©cima Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Marco AurÃ©lio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, eventual capitalizaÃ§Ã£o e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobranÃ§a de juros no momento da inadimplÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Juros remuneratÃ³rios e Juros moratÃ³rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a tem entendido tambÃ©m que nÃ£o se aplica o art. 591 c/c 406 do CÃ³digo Civil aos contratos bancÃ¡rios, nÃ£o estando submetidos Ã limitaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios. Apenas os juros moratÃ³rios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mÃªs para os contratos bancÃ¡rios nÃ£o regidos por legislaÃ§Ã£o especÃ-fica. Rememorando, juros remuneratÃ³rios sÃ£o aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuiÃ§Ã£o pela disponibilidade do numerÃ¡rio, enquanto que juros moratÃ³rios sÃ£o aqueles estipulados como uma forma de puniÃ§Ã£o pelo atraso no cumprimento da obrigaÃ§Ã£o estabelecida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a SÃºmula 596 do STF, as instituiÃ§Ãµes financeiras nÃ£o se sujeitam tambÃ©m Ã limitaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipÃ³teses especÃ-ficas. SÃ£o possÃ-veis que sejam pactuados juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, sem que essa clÃ¡usula, por si sÃ³, seja invÃ¡lida. Ã necessÃ¡rio analisar se os Ã-ndices aplicÃ¡veis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente entÃ£o se possa falar em revisÃ£o por parte do judiciÃ¡rio do que fora aventado pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m do que, ainda que a obrigaÃ§Ã£o tenha por objeto prestaÃ§Ã£o divisÃ-vel, nÃ£o pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim nÃ£o se ajustou, conforme dispÃµe o art. 314 do CÃ³digo Civil Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, nossos tribunais tÃªm pacificado o entendimento de que na aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento a parte deve depositar exatamente a

prestaÃ§Ã£o que se obrigou, pois, o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber coisa diversa da que lhe Ã© devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÃÃO DE VIOLAÃÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÃDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÃDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. NÃ£o hÃ¡ violaÃ§Ã£o ao artigo 535, II do CPC quando o acÃ³rdÃ£o examinou as questÃµes controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram Ã s conclusÃµes assumidas. 2. A consignaÃ§Ã£o em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigaÃ§Ã£o, mediante o depÃ³sito da quantia ou da coisa devida, e sÃ³ poderÃ¡ ter forÃ§a de pagamento se concorrerem "em relaÃ§Ã£o Ã s pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais nÃ£o Ã© vÃ¡lido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulaÃ§Ã£o de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o Ã© possÃ-vel o uso da aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento para depÃ³sito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignaÃ§Ã£o exige que o depÃ³sito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigaÃ§Ã£o, pois "o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber a prestaÃ§Ã£o diversa da que lhe Ã© devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial nÃ£o-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe SalomÃ£o, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÃÃO CÃVEL. ENSINO PARTICULAR. AÃÃO DE COBRANÃA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÃBITO. AUSÃNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÃÃO DE DAR VALOR LÃQUIDO. SENTENÃA MANTIDA. MÃ©rito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensÃ£o de eficÃ¡cia preponderantemente condenatÃ³ria, tal como na aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, analisa-se existÃªncia do direito, constituindo-se um tÃ-tulo executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual Ã© exigÃ-vel de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crÃ©dito na fase de conhecimento e constituÃ-do o tÃ-tulo executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigaÃ§Ã£o existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurÃ-dica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os crÃ©ditos consolidados mediante a via judicial nÃ£o sÃ£o passÃ-veis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida Ã© do credor, inexistindo possibilidade jurÃ-dica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigaÃ§Ã£o de dar valor lÃ-quido e exigÃ-vel de pronto. Logo, a obrigaÃ§Ã£o constituÃ-da nÃ£o Ã© alternativa, cuja opÃ§Ã£o de escolha da prestaÃ§Ã£o a ser dada Ã© do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrÃ¡rio, se estÃ¡ diante de estipulaÃ§Ã£o certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor nÃ£o pode ser obrigado a aceitar o pagamento do dÃ©bito de forma diversa do avenÃ§ado e reconhecida como devida. InteligÃªncia do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, nÃ£o hÃ¡ embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela rÃ©. Negado provimento ao apelo (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035000751, Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÃRIA. CARTÃO DE CRÃDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÃBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÃ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÃÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÃÃO DO JUDICIÃRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÃÃO DA DÃVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso CÃ-vel nÂº 71002857431, Terceira Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais RS, Relator: EugÃªnio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso, como em muitos outros, vem tratar de matÃ©ria jÃ¡ pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificaÃ§Ã£o dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudÃªncia jÃ¡ entendeu nÃ£o aplicÃ¡vel para o caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora o judiciÃ¡rio nÃ£o pode ser furtar de apreciar perigo de lesÃ£o, o caso nÃ£o requer apenas a apreciaÃ§Ã£o do que realmente pode ser tido como pertinente para juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido: AÃ§Ã£o revisional de contrato bancÃ¡rio - alegaÃ§Ãµes genÃ©ricas que tÃªm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado -Â inexistÃªncia de limitaÃ§Ã£o, constitucional ou legal, de cobranÃ§a de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistÃªncia de abusividade na capitalizaÃ§Ã£o dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissÃ£o de permanÃªncia, desde que nÃ£o se cumule com a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria - Acolhimento parcial tÃ£o sÃ³ do recurso do rÃ©u (ApelaÃ§Ã£o com RevisÃ£o n.Âº 1.177.643-7, 11Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Tribunal de JustiÃ§a SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. ComissÃ£o de permanÃªncia Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda que nÃ£o seja aventado, porÃ©m hÃ¡ este ponto expresso no contrato, a questÃ£o da ComissÃ£o de permanÃªncia, insta esclarecer acerca deste ponto,

que deverÃ¡ ser considerada se porventura esteja estipulada em contrato, devendo ser entendida como abusiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a Ãºnica clausula abusiva em contratos desta natureza Ã© a que prevÃª cumulaÃ§Ã£o de cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia com juros moratÃ³rios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento), conforme decisÃµes reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÃRIOS. APELAÃÃO CÃVEL. NEGÃCIOS JURÃDICOS BANCÃRIOS. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO. APLICAÃÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÃNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÃTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÃRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÃÃO. CARACTERIZAÃÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÃRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. - CÃ³digo de Defesa do Consumidor: O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel aos negÃ³cios jurÃ-dicos firmados entre as instituiÃ§Ãµes financeiras e os usuÃ¡rios de seus produtos e serviÃ§os (art. 3Â°, Â§ 2Â°, CDC). - InversÃ£o do Ã´nus da prova: Na revisÃ£o de contratos submetidos Ã disciplina jurÃ-dica do CDC, admite-se a inversÃ£o do Ã´nus da prova, em favor do tomador do crÃ©dito, quando constatada a hipossuficiÃªncia deste ou a verossimilhanÃ§a das suas alegaÃ§Ãµes. - Inexigibilidade do tÃ-tulo executivo: NÃ£o obstante a inversÃ£o do Ã´nus da prova, indispensÃ¡vel a produÃ§Ã£o de prova mÃ-nima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuÃ-dos Ã contrataÃ§Ã£o. - Juros RemuneratÃ³rios: a) CabÃ-vel a revisÃ£o da taxa de juros remuneratÃ³rios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: Ã possÃ-vel a cobranÃ§a das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e nÃ£o revestidas de abusividade. - CapitalizaÃ§Ã£o de Juros: A capitalizaÃ§Ã£o de juros, nas operaÃ§Ãµes bancÃ¡rias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida ProvisÃ³ria nÂº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nÂº. 2.170. - CaracterizaÃ§Ã£o da mora: Na ausÃªncia de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratÃ³rios: Juros moratÃ³rios 1% ao mÃªs. Multa 2%. - ComissÃ£o de PermanÃªncia: Ã valida a estipulaÃ§Ã£o de cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia. IncidÃªncia das SÃºmulas 294 e 296 do STJ. Ã, no entanto, vedada a cumulaÃ§Ã£o com demais encargos moratÃ³rios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70041421959, Primeira CÃ¢mara Especial CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÃDITO. APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÃCIO. JUROS REMUNERATÃRIOS E MORATÃRIOS. CAPITALIZAÃÃO. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÃÃO E/OU REPETIÃÃO DO INDÃBITO. INSCRIÃÃO NOS ÃRGÃOS DE PROTEÃÃO AO CRÃDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÃNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposiÃ§Ãµes do CÃ³digo de Defesa do Consumidor aplicam-se Ã s relaÃ§Ãµes negociais relativas aos cartÃµes de crÃ©dito das instituiÃ§Ãµes financeiras. 2. RevisÃ£o contratual: Ã© vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de clÃ¡usulas, de ofÃ-cio, em contratos bancÃ¡rios Exegese da SÃºmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratÃ³rios: inexiste abusividade na cobranÃ§a de juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. CapitalizaÃ§Ã£o mensal: a capitalizaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios, com periodicidade inferior a um ano, por instituiÃ§Ãµes financeiras, Ã© permitida nos contratos bancÃ¡rios celebrados a partir de 31 de marÃ§o de 2000, data da publicaÃ§Ã£o da primitiva ediÃ§Ã£o da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. ComissÃ£o de permanÃªncia, juros de mora e multa: a comissÃ£o de permanÃªncia Ã© legal e pode ser exigida desde que pactuada e nÃ£o cumulada com outros encargos moratÃ³rios ou remuneratÃ³rios previstos para a situaÃ§Ã£o de inadimplÃªncia, observado o limite Ã soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobranÃ§a, todavia, nÃ£o de forma cumulada aos juros remuneratÃ³rios, juros de mora, multa moratÃ³ria e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, cuja anÃ¡lise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestaÃ§Ã£o nesse sentido na inicial, configurando-se inovaÃ§Ã£o recursal pelo autor. 7. RepetiÃ§Ã£o do indÃ©bito: na forma simples ou pela correspondente compensaÃ§Ã£o Ã© admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. InscriÃ§Ã£o nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito: a inscriÃ§Ã£o do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito mostra-se lÃ-cita nos casos de reconhecida inadimplÃªncia. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterizaÃ§Ã£o do dano moral alegado, Ã© inviÃ¡vel deferir-se a reparaÃ§Ã£o, o que se verifica na hipÃ³tese dos autos. 9. SucumbÃªncia: redimensionados os Ã´nus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70041216722, Primeira CÃ¢mara Especial CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, hÃ¡ prova nos autos de que o rÃ©u tenha cobrado valores indevidos com relaÃ§Ã£o Ã cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia cumulada com juros de mora e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5. RepetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto o pedido de

repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsÃ£o da autora, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam os demais pedidos indeferidos em face do PrincÃ-pio da Pacta Sunt Servanda inclinando-me a entender que as demais tarifas de cadastro, taxa de gravame e seguro por nÃ£o estarem encartadas nas vedaÃ§Ãµes previstas na legislaÃ§Ã£o regente (ResoluÃ§Ãµes 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneraÃ§Ã£o pelo serviÃ§o prestado pela instituiÃ§Ã£o financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranÃ§as legÃ-timas, sendo certo que somente com a demonstraÃ§Ã£o cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro Ã© que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que nÃ£o ocorreu no caso presente. NÃ£o vislumbro abusividade de qualquer natureza, nÃ£o podendo se mencionar indevido nem tÃ£o pouco repetiÃ§Ã£o por indÃ©bito que nÃ£o subsiste. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remanesce tÃ£o somente abusividade em face da cobranÃ§a da ComissÃ£o de PermanÃªncia estipulada em contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Todos esses elementos sÃ£o objetos que podem ou nÃ£o configurar o direito alegado pelo autor, entretanto como versa sobre demanda repetitiva a qual este magistrado jÃ¡ tem consolidado seu entendimento, ficam as fundamentaÃ§Ãµes aptas naquilo que for correspondente a demanda. Caso haja outras irregularidades no contrato, estas nÃ£o foram objeto do pedido, tendo em vista que toda fundamentaÃ§Ã£o das partes se restringiu as matÃ©rias que sÃ£o comumente enfrentadas em aÃ§Ãµes da mesma natureza. Assim, amolda-se ao caso aquilo que for de correspondÃªncia e que, pela anÃ¡lise dos autos se restringiu o dispositivo que abaixo se prolata. Â Â Â Â Â Por fim, requer a devoluÃ§Ã£o da quantia cobrada ilegalmente. Nessa linha, por ter sido considerada ilegal apenas a cumulaÃ§Ã£o da comissÃ£o de permanÃªncia com os juros moratÃ³rios e multa, o valor a ser restituÃ-do a esse tÃ-tulo poderÃ¡ ser fixado em sede de liquidaÃ§Ã£o por arbitramento (art. 509, I, do CPC/15). Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES, os pedidos do autor somente para excluir a possibilidade de o banco de cobrar comissÃ£o de permanÃªncia cumulada com juros de mora e multa no perÃ-odo de inadimplÃªncia, ficando permitida apenas a cobranÃ§a isolada da comissÃ£o de permanÃªncia; bem como para determinar que o requerido restitua ao autor a quantia paga Ã quele tÃ-tulo, a ser calculada em sede de liquidaÃ§Ã£o por arbitramento. Consequentemente, julgo extinto o presente processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios nos termos do art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, em 10% do valor da causa, cuja cobranÃ§a ficarÃ¡ suspensa, posto ser o autor beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00569066220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 44698 - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:JM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA REQUERIDO:MAURICIO MORAES VIANNA REQUERIDO:ADRIANO MORAES VIANNA. Trata-se de AÃO DE COBRANÃA movida por BANCO DO BRASIL S/A em face de JM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; MAURICIO MORAES VIANNA e ADRIANO MORAES VIANNA. Â Â Â Â Â A autora alega que o requerido se tornou inadimplente em face de valores relativos a abertura de crÃ©dito - BB Giro Empresa Flex pelo contrato nÂº 307.407.039, cujo dÃ©bito atÃ© a propositura da aÃ§Ã£o chegou a R$ 68.444,80 (sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos). Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â ContestaÃ§Ã£o do requerido em fls. 42/51 pleiteando a total improcedÃªncia da demanda, negando a existÃªncia da dÃ-vida informada. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â RÃ©plica da autora em fls. 62/68. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de CobranÃ§a. A aÃ§Ã£o de cobranÃ§a tem o objetivo de cobrar uma dÃ-vida de alguÃ©m. Assim, existindo uma dÃ-vida vencida, a aÃ§Ã£o de cobranÃ§a pode ser utilizada para forÃ§ar o devedor a realizar o pagamento. Â Â Â Â Â Com efeito, hÃ¡ nos autos documentos que corroboram o alegado pela

parte autora. Cumpre destacar que a parte rÃ© se manifestou sobre os fundamentos sustentados pelo autor, mas nÃ£o conseguiu refutar a contento o que a autora demonstrou. A autora juntou amplo lastro probatÃ³rio, fazendo prova do alegado, conforme os documentos acostados, especificamente o contrato de abertura de crÃ©dito em fls. 10/17, a notificaÃ§Ã£o extrajudicial da requerida em fls. 23/28, dentre outros. O requerido de seu turno nÃ£o juntou documentos que fizessem desconstituir o direito alegado pela autora. Â Â Â Â Â Neste diapasÃ£o, cumpre esclarecer que na distribuiÃ§Ã£o das provas no Ã¢mbito do processo civil o Ã´nus da prova pode ser atribuÃ-do pelo legislador, pelo juiz ou por convenÃ§Ã£o das partes. Segundo a distribuiÃ§Ã£o legislativa, compete, em regra, a cada uma das partes o Ã´nus de fornecer os elementos de prova das alegaÃ§Ãµes de fato que fizer. A parte que alega deve buscar os meios necessÃ¡rios para convencer o juiz da veracidade do fato deduzido como base da sua pretensÃ£o/exceÃ§Ã£o, uma vez que Ã© a maior interessada no seu reconhecimento e acolhimento. JÃ¡ ao rÃ©u cabe a parte de contradizer os argumentos do autor com provas sÃ³lidas que levem o magistrado a se posicionar em favor da improcedÃªncia da demanda. Assim, ao autor cabe o Ã´nus da prova do fato constitutivo do seu direito e ao rÃ©u a prova do fato extintivo, impeditivo ou modificativo deste mesmo direito. Analisando os autos, entendo que o autor comprovou com documentos sÃ³lidos o seu direito, juntado documentos essenciais para sustentar suas alegaÃ§Ãµes. Da sua parte, os rÃ©us nada trouxeram de contundente que pudesse afastar sua responsabilidade contratual. Â Â Â Â Â Ã certo que a inadimplÃªncia da Requerida configura ato ilÃ-cito, vez que causa prejuÃ-zos ao Requerente devendo, portanto promover a reparaÃ§Ã£o por todos os danos causados, nos termos do artigoÂ 389Â doÂ CC, artigoÂ 186Â combinado com o artigoÂ 927Â doÂ Novo CÃ³digo CivilÂ Brasileiro. Â Â Â Â Â Prelecionam os citados artigos: Art. 389. NÃ£o cumprida a obrigaÃ§Ã£o, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria segundo Ã-ndices oficiais regularmente estabelecidos, e honorÃ¡rios de advogado. Art. 186.Â Aquele que, por aÃ§Ã£o ou omissÃ£o voluntÃ¡ria, negligÃªncia ou imprudÃªncia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilÃ-cito. Art. 927.Â Aquele que, por ato ilÃ-cito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a reparÃ¡-lo. Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ dÃºvidas que a aÃ§Ã£o voluntaria da requerida, qual seja a inadimplÃªncia no cumprimento da sua obrigaÃ§Ã£o de pagar com sua parte contratual, a contraprestaÃ§Ã£o do contrato de emprÃ©stimo, e demais encargos violou direito e causou danos a autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, compulsando os autos e em face dos fundamentos jÃ¡ aventados, restou demonstrado o prejuÃ-zo suportado pela autora e, nestes termos, a AÃ§Ã£o de CobranÃ§a, devidamente instruÃ-da, merece lograr procedÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, julgo PROCEDENTE o pedido com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito na forma do art. 485, I, do CÃ³digo de Processo Civil para condenar os rÃ©us ao pagamento do valor de R$ 68.444,80 (sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), acrescido de juros de mora contados a partir da citaÃ§Ã£o e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a contar da prolaÃ§Ã£o da presente sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Condeno, ainda, os mesmos ao pagamento das despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado e certificado o integral recolhimento das custas, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00570001020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:SILVA RODRIGUES E SILVA RODRIGUES LTDA ME Representante(s): OAB 7960 - HILDEMAN ANTONIO ROMERO COLMENARES JR (ADVOGADO) OAB 23831 - ANNA CAROLINE FERREIRA LISBOA (ADVOGADO) REU:BANCO RODOBENS SA Representante(s): OAB 208972 - THIAGO TAGLIAFERRO LOPES (ADVOGADO) OAB 210.137 - LEANDRO GARCIA (ADVOGADO) . Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de uma AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria de AnÃ¡lise e RevisÃ£o de Contrato BancÃ¡rio com Pedido de Tutela Antecipada e ConsignaÃ§Ã£o em Pagamento dentre outros pedidos movidos por SILVA RODRIGUES E SILVA RODRIGUES LTDA - ME em face de BANCO RODOBENS S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, ou seja, emprÃ©stimo com veÃ-culo dado em garantia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora em sua inicial, vem alegando inÃºmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este caso nÃ£o Ã© singular, pelo contrÃ¡rio, hÃ¡ muitos que tramitam neste juÃ-zo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos especÃ-ficos, mas que na essÃªncia sÃ£o as mesmas questÃµes a serem enfrentadas como capitalizaÃ§Ã£o de juros, comissÃ£o de permanÃªncia, aplicaÃ§Ã£o da sÃºmula 121 do STF, condenaÃ§Ã£o em devoluÃ§Ã£o do valor paga indevidamente em dobro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte rÃ© contestou os termos da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditÃ³rio, manifestaram-se nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A

audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes nÃ£o querem produÃ§Ã£o de provas e como as questÃµes envolvem fundamentalmente questÃµes contratuais os autos vieram conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora haja uma determinaÃ§Ã£o do diploma processual, com carÃ¡ter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronolÃ³gica por conclusÃ£o, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispÃµe o art. 12, Â§2Âº, II do CPC, ou seja, o juÃ-zo jÃ¡ possui entendimento firmando e o mÃ©rito se repete em vÃ¡rios outros, mais precisamente em dezenas. Â Assim, passo a anÃ¡lise das questÃµes de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ratifico e, assim, defiro ao autor os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A MatÃ©ria Eminentemente De Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desde jÃ¡ indefiro eventual pedido de perÃ-cia contÃ¡bil posto que o conjunto probante dos autos foi suficiente para firmar o entendimento deste magistrado e estamos diante de uma matÃ©ria eminentemente de direito, onde se analisou os contratos e documentos contratuais juntados pelas partes, sendo dispensada a dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria proposta pela parte neste quesito uma vez que entendo ser meramente protelatÃ³ria. Assim, colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÃÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. PROVA PERICIAL CONTÃBIL. DESNECESSIDADE QUANDO SE TRATA DE MATÃRIA EMINENTEMENTE DE DIREITO. AGRAVO IMPROVIDO. (Agravo de Instrumento NÂº 70006395511, DÃ©cima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Julgado em 22/05/2003) (TJ-RS - AG: 70006395511 RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Data de Julgamento: 22/05/2003, DÃ©cima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, no caso em tela, a matÃ©ria enfrentada Ã© eminentemente de direito, a produÃ§Ã£o de prova contÃ¡bil nÃ£o tem o condÃ£o de oferecer conhecimento de novos fatos, alÃ©m daqueles consignados atravÃ©s do instrumento firmado entre as partes, jÃ¡ que o instrumento obrigacional contÃ©m as informaÃ§Ãµes suficientes para o conhecimento e deslinde da matÃ©ria. AlÃ©m disso, a aÃ§Ã£o revisional de contrato conduz-se, em oportunidade apropriada, Ã fase de liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, em que serÃ¡ realizada perÃ-cia para cÃ¡lculo de reajustamento da relaÃ§Ã£o de dÃ©bito e crÃ©dito das partes, jÃ¡ tendo por norte o conteÃºdo das alteraÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfrentado este ponto, passemos aos demais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veÃ-culo com a rÃ©, tipo CDC. Contrato no qual o veÃ-culo, objeto da compra, fica como garantia do emprÃ©stimo cedido pela credora fiduciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o que se estabeleceu entre as partes Ã© uma relaÃ§Ã£o consumerista, sendo o autor o consumidor e o rÃ©u o fornecedor. O que se configura pela relaÃ§Ã£o financeira existente entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato do qual se pretende a revisÃ£o Ã© de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciaÃ§Ã£o mais apurada, para que nÃ£o desnature o contrato, ou seja, nÃ£o se deve revisar clÃ¡usulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vÃ-cio ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condiÃ§Ã£o nÃ£o avenÃ§ada previamente, mas restringe-se apenas revisÃ£o de condiÃ§Ãµes que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercÃ-cio hermenÃªutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal contrato Ã© a expressÃ£o contemporÃ¢nea do modo de produÃ§Ã£o e comÃ©rcio massificado. Modo este que se reflete diretamente na construÃ§Ã£o dos instrumentos contratuais, como a elaboraÃ§Ã£o de clÃ¡usula estipuladas unilateralmente, superando o exercÃ-cio dialÃ©tico, em uma participaÃ§Ã£o direta dos sujeitos envolvidos na construÃ§Ã£o do texto contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pressuposto fundamental do contrato Ã© indubitavelmente o exercÃ-cio da vontade e esta nÃ£o estÃ¡ ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restriÃ§Ã£o na participaÃ§Ã£o direta na elaboraÃ§Ã£o das clÃ¡usulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessÃ£o do crÃ©dito para financiamento, no caso, de veÃ-culos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vontade se manifesta no ato de aderir ou nÃ£o Ã s condiÃ§Ãµes previamente apresentadas pela instituiÃ§Ã£o concessiva do crÃ©dito financeiro. O objeto do contrato Ã© o dinheiro investido na aquisiÃ§Ã£o do respectivo veÃ-culo, o qual Ã© dado em seguranÃ§a, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos manifesta-se a legislaÃ§Ã£o: CPC. Art. 190.Â Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposiÃ§Ã£o, Ã© lÃ-cito Ã s partes plenamente capazes estipular mudanÃ§as no procedimento para ajustÃ¡-lo Ã s especificidades da causa e convencionar sobre os seus Ã´nus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. ParÃ¡grafo Ãºnico.Â De ofÃ-cio ou a requerimento, o juiz controlarÃ¡ a validade das convenÃ§Ãµes previstas neste artigo, recusando-lhes aplicaÃ§Ã£o somente nos casos de nulidade ou de inserÃ§Ã£o abusiva em contrato de adesÃ£o ou em que alguma parte se encontre em manifesta situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de AdesÃ£o Â Art. 54. Contrato de adesÃ£o Ã© aquele cujas clÃ¡usulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas

unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviÃ§os, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteÃºdo. Â Â§ 1Â° A inserÃ§Ã£o de clÃ¡usula no formulÃ¡rio nÃ£o desfigura a natureza de adesÃ£o do contrato. Â Â§ 2Â° Nos contratos de adesÃ£o admite-se clÃ¡usula resolutÃ³ria, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no Â§ 2Â° do artigo anterior. Â Â§ 3o Os contratos de adesÃ£o escritos serÃ£o redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legÃ-veis, cujo tamanho da fonte nÃ£o serÃ¡ inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensÃ£o pelo consumidor.Â (RedaÃ§Ã£o dada pela nÂº 11.785, de 2008) Â Â§ 4Â° As clÃ¡usulas que implicarem limitaÃ§Ã£o de direito do consumidor deverÃ£o ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fÃ¡cil compreensÃ£o. CC Art. 421. A liberdade de contratar serÃ¡ exercida em razÃ£o e nos limites da funÃ§Ã£o social do contrato. Art. 422. Os contratantes sÃ£o obrigados a guardar, assim na conclusÃ£o do contrato, como em sua execuÃ§Ã£o, os princÃ-pios de probidade e boa-fÃ©. Art. 423. Quando houver no contrato de adesÃ£o clÃ¡usulas ambÃ-guas ou contraditÃ³rias, dever-se-Ã¡ adotar a interpretaÃ§Ã£o mais favorÃ¡vel ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesÃ£o, sÃ£o nulas as clÃ¡usulas que estipulem a renÃºncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negÃ³cio. Art. 425. Ã lÃ-cito Ã s partes estipular contratos atÃ-picos, observadas as normas gerais fixadas neste CÃ³digo. Art. 426. NÃ£o pode ser objeto de contrato a heranÃ§a de pessoa viva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela natureza do contrato de adesÃ£o, vÃª-se que as possibilidades de revisÃ£o das clÃ¡usulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fÃ©, tendo em vista o que dispÃµe o CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em acrÃ©scimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tÃ£o importante quanto a estrutura do contrato Ã© o ato volitivo das partes, que fazem a opÃ§Ã£o com conhecimento prÃ©vio dos termos estabelecidos, sendo que estes sÃ³ podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fÃ©, e isso, entendo, como engano deliberado, simulaÃ§Ã£o ou mesmo fraude, que de modo inevitÃ¡vel limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, estÃ¡ viciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcanÃ§am com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de carÃ¡ter, porque nÃ£o afirmar, metafÃ-sico, digo com isso: o dinheiro, o crÃ©dito nÃ£o possui corpo, porÃ©m, influÃªncia de forma substancial nas vidas das pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Qualquer homem de consciÃªncia mediana sabe que o lucro Ã© o objetivo das empresas, porÃ©m, o lucro nÃ£o pode ser ofensivo Ã moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituiÃ§Ãµes estatais, forjadas no liberalismo, uma funÃ§Ã£o precÃ-pua de nÃ£o permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que nÃ£o possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesÃ£o, com suas condiÃ§Ãµes, estÃ£o de acordo com as previsÃµes legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se verifica no contrato, as clÃ¡usulas foram previamente apresentadas e as condiÃ§Ãµes estipuladas pela rÃ© para a concessÃ£o do crÃ©dito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestaÃ§Ã£o volitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos princÃ-pios da boa fÃ© e da funÃ§Ã£o social do contrato, de modo algum, tais princÃ-pios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposiÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de clÃ¡usulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso quero dizer que nÃ£o se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciÃ¡rio de cumprir com as prestaÃ§Ãµes contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A boa-fÃ© Ã© conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressÃ£o da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesÃ£o, se resume no contratar ou nÃ£o, como jÃ¡ dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em anÃ¡lise, a parte autora jÃ¡ sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos atÃ© o final do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salvo melhor juÃ-zo, nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas ou condiÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a opÃ§Ã£o que restou Ã parte autora foi contratar ou nÃ£o contratar, e mesmo sabendo das condiÃ§Ãµes que pretende revisar por meio de aÃ§Ã£o judicial, decidiu por um ato voluntÃ¡rio comprometer-se com as clÃ¡usulas contratuais. Confira-se a jurispriudencia: APELAÃÃO EM AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÃÃES: MÃRITO: ALEGAÃÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÃUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÃMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÃTICA DECIDIDA Ã LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÃÃO? FRUIÃÃO DO BEM? JUROS ATINENTES Ã TAXA MÃDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÃÃES

FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÃÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÃNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConstruÃ-da tal premissa, enfrento as questÃµes que este juÃ-zo acompanha em entendimento os tribunais superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Juros de 12% a.a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que as instituiÃ§Ãµes pÃºblicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senÃ£o vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÃDITO. DÃVIDA. AÃÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÃÃO. COMISSÃES. I. As administradoras de cartÃ£o de crÃ©dito inserem-se entre as instituiÃ§Ãµes financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. NÃ£o se aplica a limitaÃ§Ã£o de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartÃ£o de crÃ©dito. III. AusÃªncia de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensÃ£o deduzida pela parte. IV. Recurso especial nÃ£o conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÃRIOS. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria no perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissÃ£o de permanÃªncia pode ser contratada para o perÃ-odo de inadimplÃªncia, nÃ£o cumulada com juros remuneratÃ³rios, correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da SÃºmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisÃ³rio agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria do perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisÃ³rio agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nossos tribunais superiores tÃªm decidido que nÃ£o se pode falar de abusividade na pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios sÃ³ pelo fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano. Ao contrÃ¡rio, a abusividade destes sÃ³ pode ser declarada, caso a caso, Ã vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da mÃ©dia do mercado na praÃ§a do emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Juros Compostos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O entendimento do STJ autoriza a aplicaÃ§Ã£o de juros compostos, nÃ£o havendo irregularidade alguma nessa aplicaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â AliÃ¡s, tambÃ©m, Ã© pacifico o entendimento jurisprudencial que Ã© permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, in verbis: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO MONITÃRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÃVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÃÃO. INOCORRÃNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÃNCIA DE AÃÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juÃ-zo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficÃ¡cia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituiÃ§Ã£o financeira possui interesse processual, em razÃ£o do inadimplemento do instrumento particular de confissÃ£o de dÃ-vida assumido pelo correntista e que nÃ£o se constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial. PRESCRIÃÃO: A cobranÃ§a de dÃ-vida oriunda de contrato de confissÃ£o de dÃ-vida, sob a Ã©gide do CÃ³digo Civil de 1916, obedece Ã prescriÃ§Ã£o vintenÃ¡ria, nos termos de seu art. 177. Sob a Ã³tica do CÃ³digo de 2002, ante a incorporaÃ§Ã£o de novas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o ao Diploma, a prescriÃ§Ã£o passa a ser qÃ¼inqÃ¼enal e regulada pelo inciso I, do Â§5Âº, do art. 206. De acordo com a regra de transiÃ§Ã£o prevista no art. 2.028, do CC/02, se nÃ£o transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fÃ³rmula do CÃ³digo derrogado, conta-se a prescriÃ§Ã£o pelas disposiÃ§Ãµes do novo Digesto Civil, com termo `a quo no inÃ-cio de sua vigÃªncia (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescriÃ§Ã£o. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viÃ¡vel a revisÃ£o de toda a relaÃ§Ã£o contratual, em caso de sucessÃ£o negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crÃ©dito em conta-corrente e confissÃ£o de dÃ-vida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisÃ£o. JUROS REMUNERATÃRIOS: A modificaÃ§Ã£o da clÃ¡usula contratual relativa Ã taxa de juros remuneratÃ³rios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequÃ-voca, abusividade, o que nÃ£o se verifica no caso. CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS. A cobranÃ§a da capitalizaÃ§Ã£o mensal dos juros Ã© permitida em contratos firmados posteriormente Ã ediÃ§Ã£o da

MP nÂ° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nÂº 2.170-36/2000. Caso em que nÃ£o se verifica a incidÃªncia do encargo sobre o dÃ©bito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA: Apenas pode ser mantida para o perÃ-odo da inadimplÃªncia, afastando-se, contudo, os demais encargos: correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora, juros remuneratÃ³rios e multa moratÃ³ria. REPETIÃÃO DO INDÃBITO: CompensaÃ§Ã£o/RepetiÃ§Ã£o do indÃ©bito possÃ-veis, decorrentes da revisÃ£o do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a sÃºmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplÃªncia, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissÃ£o de permanÃªncia). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035925189, DÃ©cima Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Marco AurÃ©lio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, eventual capitalizaÃ§Ã£o e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobranÃ§a de juros no momento da inadimplÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Juros remuneratÃ³rios e Juros moratÃ³rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a tem entendido tambÃ©m que nÃ£o se aplica o art. 591 c/c 406 do CÃ³digo Civil aos contratos bancÃ¡rios, nÃ£o estando submetidos Ã limitaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios. Apenas os juros moratÃ³rios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mÃªs para os contratos bancÃ¡rios nÃ£o regidos por legislaÃ§Ã£o especÃ-fica. Rememorando, juros remuneratÃ³rios sÃ£o aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuiÃ§Ã£o pela disponibilidade do numerÃ¡rio, enquanto que juros moratÃ³rios sÃ£o aqueles estipulados como uma forma de puniÃ§Ã£o pelo atraso no cumprimento da obrigaÃ§Ã£o estabelecida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a SÃºmula 596 do STF, as instituiÃ§Ãµes financeiras nÃ£o se sujeitam tambÃ©m Ã limitaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipÃ³teses especÃ-ficas. SÃ£o possÃ-veis que sejam pactuados juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, sem que essa clÃ¡usula, por si sÃ³, seja invÃ¡lida. Ã necessÃ¡rio analisar se os Ã-ndices aplicÃ¡veis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente entÃ£o se possa falar em revisÃ£o por parte do judiciÃ¡rio do que fora aventado pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m do que, ainda que a obrigaÃ§Ã£o tenha por objeto prestaÃ§Ã£o divisÃ-vel, nÃ£o pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim nÃ£o se ajustou, conforme dispÃµe o art. 314 do CÃ³digo Civil Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, nossos tribunais tÃªm pacificado o entendimento de que na aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestaÃ§Ã£o que se obrigou, pois, o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber coisa diversa da que lhe Ã© devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÃÃO DE VIOLAÃÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÃDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÃDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. NÃo hÃ¡ violaÃ§Ã£o ao artigo 535, II do CPC quando o acÃ³rdÃ£o examinou as questÃµes controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram Ã s conclusÃµes assumidas. 2. A consignaÃ§Ã£o em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigaÃ§Ã£o, mediante o depÃ³sito da quantia ou da coisa devida, e sÃ³ poderÃ¡ ter forÃ§a de pagamento se concorrerem "em relaÃ§Ã£o Ã s pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais nÃ£o Ã© vÃ¡lido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulaÃ§Ã£o de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o Ã© possÃ-vel o uso da aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento para depÃ³sito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignaÃ§Ã£o exige que o depÃ³sito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigaÃ§Ã£o, pois "o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber a prestaÃ§Ã£o diversa da que lhe Ã© devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial nÃ£o-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe SalomÃ£o, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÃÃO CÃVEL. ENSINO PARTICULAR. AÃÃO DE COBRANÃA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÃBITO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÃÃO DE DAR VALOR LÃQUIDO. SENTENÃA MANTIDA. MÃ©rito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensÃ£o de eficÃ¡cia preponderantemente condenatÃ³ria, tal como na aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, analisa-se existÃªncia do direito, constituindo-se um tÃ-tulo executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual Ã© exigÃ-vel de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crÃ©dito na fase de conhecimento e constituÃ-do o tÃ-tulo executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigaÃ§Ã£o existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurÃ-dica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os crÃ©ditos consolidados mediante a via judicial nÃ£o sÃ£o passÃ-veis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida Ã© do credor, inexistindo possibilidade jurÃ-dica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigaÃ§Ã£o de dar valor lÃ-quido e exigÃ-vel de

pronto. Logo, a obrigaÃ§Ã£o constituÃ-da nÃ£o Ã© alternativa, cuja opÃ§Ã£o de escolha da prestaÃ§Ã£o a ser dada Ã© do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrÃ¡rio, se estÃ¡ diante de estipulaÃ§Ã£o certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor nÃ£o pode ser obrigado a aceitar o pagamento do dÃ©bito de forma diversa do avenÃ§ado e reconhecida como devida. InteligÃªncia do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, nÃ£o hÃ¡ embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela rÃ©. Negado provimento ao apelo (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035000751, Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÃRIA. CARTÃO DE CRÃDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÃBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÃ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÃÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÃÃO DO JUDICIÃRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÃÃO DA DÃVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso CÃ-vel nÂº 71002857431, Terceira Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais RS, Relator: EugÃªnio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso, como em muitos outros, vem tratar de matÃ©ria jÃ¡ pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificaÃ§Ã£o dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudÃªncia jÃ¡ entendeu nÃ£o aplicÃ¡vel para o caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora o judiciÃ¡rio nÃ£o pode ser furtar de apreciar perigo de lesÃ£o, o caso nÃ£o requer apenas a apreciaÃ§Ã£o do que realmente pode ser tido como pertinente para juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido: AÃ§Ã£o revisional de contrato bancÃ¡rio - alegaÃ§Ãµes genÃ©ricas que tÃªm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado -Â inexistÃªncia de limitaÃ§Ã£o, constitucional ou legal, de cobranÃ§a de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistÃªncia de abusividade na capitalizaÃ§Ã£o dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissÃ£o de permanÃªncia, desde que nÃ£o se cumule com a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria - Acolhimento parcial tÃ£o sÃ³ do recurso do rÃ©u (ApelaÃ§Ã£o com RevisÃ£o n.Âº 1.177.643-7, 11Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Tribunal de JustiÃ§a SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. ComissÃ£o de permanÃªncia Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda que nÃ£o seja aventado, porÃ©m hÃ¡ este ponto expresso no contrato, a questÃ£o da ComissÃ£o de permanÃªncia, insta esclarecer acerca deste ponto, que deverÃ¡ ser considerada se porventura esteja estipulada em contrato, devendo ser entendida como abusiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a Ãºnica clausula abusiva em contratos desta natureza Ã© a que prevÃª cumulaÃ§Ã£o de cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia com juros moratÃ³rios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento), conforme decisÃµes reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÃRIOS. APELAÃÃO CÃVEL. NEGÃCIOS JURÃDICOS BANCÃRIOS. EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. CÃDULA DE CRÃDITO BANCÃRIO. APLICAÃÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÃNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÃTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÃRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÃÃO. CARACTERIZAÃÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÃRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. - CÃ³digo de Defesa do Consumidor: O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel aos negÃ³cios jurÃ-dicos firmados entre as instituiÃ§Ãµes financeiras e os usuÃ¡rios de seus produtos e serviÃ§os (art. 3Â°, Â§ 2Â°, CDC). - InversÃ£o do Ã´nus da prova: Na revisÃ£o de contratos submetidos Ã disciplina jurÃ-dica do CDC, admite-se a inversÃ£o do Ã´nus da prova, em favor do tomador do crÃ©dito, quando constatada a hipossuficiÃªncia deste ou a verossimilhanÃ§a das suas alegaÃ§Ãµes. - Inexigibilidade do tÃ-tulo executivo: NÃ£o obstante a inversÃ£o do Ã´nus da prova, indispensÃ¡vel a produÃ§Ã£o de prova mÃ-nima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuÃ-dos Ã contrataÃ§Ã£o. - Juros RemuneratÃ³rios: a) CabÃ-vel a revisÃ£o da taxa de juros remuneratÃ³rios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: Ã possÃ-vel a cobranÃ§a das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e nÃ£o revestidas de abusividade. - CapitalizaÃ§Ã£o de Juros: A capitalizaÃ§Ã£o de juros, nas operaÃ§Ãµes bancÃ¡rias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida ProvisÃ³ria nÂº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nÂº. 2.170. - CaracterizaÃ§Ã£o da mora: Na ausÃªncia de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratÃ³rios: Juros moratÃ³rios 1% ao mÃªs. Multa 2%. - ComissÃ£o de PermanÃªncia: Ã valida a estipulaÃ§Ã£o de cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia. IncidÃªncia das SÃºmulas 294 e 296 do STJ. Ã, no entanto, vedada a cumulaÃ§Ã£o com demais encargos moratÃ³rios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70041421959, Primeira CÃ¢mara Especial CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÃDITO. APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÃCIO. JUROS

REMUNERATÃRIOS E MORATÃRIOS. CAPITALIZAÃÃO. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÃÃO E/OU REPETIÃÃO DO INDÃBITO. INSCRIÃÃO NOS ÃRGÃOS DE PROTEÃÃO AO CRÃDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÃNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposiÃ§Ãµes do CÃ³digo de Defesa do Consumidor aplicam-se Ã s relaÃ§Ãµes negociais relativas aos cartÃµes de crÃ©dito das instituiÃ§Ãµes financeiras. 2. RevisÃ£o contratual: Ã© vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de clÃ¡usulas, de ofÃ-cio, em contratos bancÃ¡rios Exegese da SÃºmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratÃ³rios: inexiste abusividade na cobranÃ§a de juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. CapitalizaÃ§Ã£o mensal: a capitalizaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios, com periodicidade inferior a um ano, por instituiÃ§Ãµes financeiras, Ã© permitida nos contratos bancÃ¡rios celebrados a partir de 31 de marÃ§o de 2000, data da publicaÃ§Ã£o da primitiva ediÃ§Ã£o da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. ComissÃ£o de permanÃªncia, juros de mora e multa: a comissÃ£o de permanÃªncia Ã© legal e pode ser exigida desde que pactuada e nÃ£o cumulada com outros encargos moratÃ³rios ou remuneratÃ³rios previstos para a situaÃ§Ã£o de inadimplÃªncia, observado o limite Ã soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobranÃ§a, todavia, nÃ£o de forma cumulada aos juros remuneratÃ³rios, juros de mora, multa moratÃ³ria e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, cuja anÃ¡lise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestaÃ§Ã£o nesse sentido na inicial, configurando-se inovaÃ§Ã£o recursal pelo autor. 7. RepetiÃ§Ã£o do indÃ©bito: na forma simples ou pela correspondente compensaÃ§Ã£o Ã© admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. InscriÃ§Ã£o nos Ã³rgÃ£os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito: a inscriÃ§Ã£o do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito mostra-se lÃ-cita nos casos de reconhecida inadimplÃªncia. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterizaÃ§Ã£o do dano moral alegado, Ã© inviÃ¡vel deferir-se a reparaÃ§Ã£o, o que se verifica na hipÃ³tese dos autos. 9. SucumbÃªncia: redimensionados os Ã´nus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nº 70041216722, Primeira CÃ¢mara Especial CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, hÃ¡ prova nos autos de que o rÃ©u tenha cobrado valores indevidos com relaÃ§Ã£o Ã cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia cumulada com juros de mora e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5. RepetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto o pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsÃ£o da autora, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam os demais pedidos indeferidos em face do PrincÃ-pio da Pacta Sunt Servanda inclinando-me a entender que as demais tarifas de cadastro, taxa de gravame e seguro por nÃ£o estarem encartadas nas vedaÃ§Ãµes previstas na legislaÃ§Ã£o regente (ResoluÃ§Ãµes 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneraÃ§Ã£o pelo serviÃ§o prestado pela instituiÃ§Ã£o financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranÃ§as legÃ-timas, sendo certo que somente com a demonstraÃ§Ã£o cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro Ã© que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que nÃ£o ocorreu no caso presente. NÃ£o vislumbro abusividade de qualquer natureza, nÃ£o podendo se mencionar indevido nem tÃ£o pouco repetiÃ§Ã£o por indÃ©bito que nÃ£o subsiste. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remanesce tÃ£o somente abusividade em face da cobranÃ§a da ComissÃ£o de PermanÃªncia estipulada em contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Todos esses elementos sÃ£o objetos que podem ou nÃ£o configurar o direito alegado pelo autor, entretanto como versa sobre demanda repetitiva a qual este magistrado jÃ¡ tem consolidado seu entendimento, ficam as fundamentaÃ§Ãµes aptas naquilo que for correspondente a demanda. Caso haja outras irregularidades no contrato, estas nÃ£o foram objeto do pedido, tendo em vista que toda fundamentaÃ§Ã£o das partes se restringiu as matÃ©rias que sÃ£o comumente enfrentadas em aÃ§Ãµes da mesma natureza. Assim, amolda-se ao caso aquilo que for de correspondÃªncia e que, pela anÃ¡lise dos autos se restringiu o dispositivo que abaixo se prolata. Â Â Â Â Â Por fim, requer a devoluÃ§Ã£o da quantia cobrada ilegalmente. Nessa linha, por ter sido considerada ilegal apenas a cumulaÃ§Ã£o da comissÃ£o de permanÃªncia com os juros moratÃ³rios e multa, o valor a

ser restituÃ-do a esse tÃ-tulo poderÃ¡ ser fixado em sede de liquidaÃ§Ã£o por arbitramento (art. 509, I, do CPC/15). Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES, os pedidos do autor somente para excluir a possibilidade de o banco de cobrar comissÃ£o de permanÃªncia cumulada com juros de mora e multa no perÃ-odo de inadimplÃªncia, ficando permitida apenas a cobranÃ§a isolada da comissÃ£o de permanÃªncia; bem como para determinar que o requerido restitua ao autor a quantia paga Ã quele tÃ-tulo, a ser calculada em sede de liquidaÃ§Ã£o por arbitramento. Consequentemente, julgo extinto o presente processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art. 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios nos termos do art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, em 10% do valor da causa, cuja cobranÃ§a ficarÃ¡ suspensa, posto ser o autor beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00639110420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:JUAN JAMBERT DIAS Representante(s): OAB 6801 - JEAN CARLOS DIAS (ADVOGADO) OAB 20237 - PAMELA FALCAO CONCEICAO (ADVOGADO) REQUERIDO:ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 13752 - DENISE PINHEIRO SANTOS (ADVOGADO) OAB 19332 - KAMILA KAUATI MARINHO FERREIRA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) . TRATA-SE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÃA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE, pois, a Executada, na forma do art. 513, Â§2Âº, inciso I, do CPC, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante da condenaÃ§Ã£o, liquidado Ã s fls. retro, acrescido de custas, se houver, sob pena de nÃ£o o fazendo ser acrescida a multa de 10% (dez por cento) e, tambÃ©m, de honorÃ¡rios de advogado de 10% (dez por cento) nos termos do art. 523, caput e Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os (as) devedores (as) poderÃ£o oferecer bens Ã penhora, juntando prova da propriedade, se for bem imÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o ocorrendo o pagamento, EXPEÃA-SE mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, seguindo-se os atos de expropriaÃ§Ã£o, na forma do art. 523, Â§ 3Âº do CPC, dando prioridade ao bloqueio online das contas da executada, caso tenha sido requerido pelo exequente (art. 854 do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tornando-se indisponÃ-veis os ativos financeiros, INTIME-SE a devedora na forma do art. 854, Â§2Âº, do CPC, bem como o exequente para se manifestar sobre a penhora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima sem que haja o pagamento voluntÃ¡rio do dÃ©bito, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os Executados apresentem, nos prÃ³prios autos, a impugnaÃ§Ã£o, consoante o art. 525 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A cÃ³pia deste despacho servirÃ¡ como mandado nos termos do art. 1Âº, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 05 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00644012620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:ISABEL RODRIGUES DA LUZ REQUERENTE:ALEX DA LUZ PANTOJA Representante(s): OAB 1286 - HAROLDO FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:TITULARES DA FIRMA DE CORRETAGEM DE IMOVEIS LTDA. Em Ato de fls. 57, fora determinado a parte se manifestar nos autos. Tratando-se de Cumprimento de SentenÃ§a, no qual jÃ¡ houvera pesquisa de valores por meio do BACENJUD, a qual restou infrutÃ-fera, o exequente nada trouxe de novo em fls. retro, tÃ£o somente pleiteando prosseguimento do feito, sem indicar bens a penhora, dentre outros. Assim sendo, SUSPENDO O PROCESSO pelo prazo de 01 (um) ano de acordo com o art. 921, III, Â§1Âº do CPC, objetivando que o exequente indique bens suscetÃ-veis de penhora. Nos termos do Â§Â§ seguintes do mesmo artigo, advirto e determino: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â§2Âº Decorrido o prazo mÃ¡ximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhorÃ¡veis, o juiz ordenarÃ¡ o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â§3Âº Os autos serÃ£o desarquivados para prosseguimento da execuÃ§Ã£o se a qualquer tempo forem encontrados bens penhorÃ¡veis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â§4Âº Decorrido o prazo de que trata o Â§1Âº sem manifestaÃ§Ã£o do exequente, comeÃ§a a correr o prazo de prescriÃ§Ã£o intercorrente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â§5o O juiz, depois de ouvidas as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, poderÃ¡, de ofÃ-cio, reconhecer a prescriÃ§Ã£o de que trata o Â§ 4o e extinguir o processo. Â Â Â Â Â Intime-se, expedindo o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Determino a remessa dos autos Ã DigitalizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00666349320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERIDO:JOAO LUIZ FERREIRA DA SILVA

RODRIGUES Representante(s): OAB 7960 - HILDEMAN ANTONIO ROMERO COLMENARES JR (ADVOGADO) OAB 23831 - ANNA CAROLINE FERREIRA LISBOA (ADVOGADO) REQUERENTE:BANCO BANKPAR SA Representante(s): OAB 235738 - ANDRE NIETO MOYA (ADVOGADO) . CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00670984920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANC BRADESCO FINANCIAMENTOS SA BANCO FINASA SA Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DA GLORIA PAIVA CAVALCANTE Representante(s): OAB 14861 - FABIANE SISO LEMOS (ADVOGADO) . Por cautela, antes do julgamento do feito, certifique-se a secretaria sobre a tempestividade da contestaÃ§Ã£o de fls. 63/85. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, em respeito Ã Portaria Conjunta nÂº 03/2018-GP/VP de 11.09.2018 e Portaria 1833/2020/GP que institui o Sistema de DigitalizaÃ§Ã£o e VirtualizaÃ§Ã£o do 1Âº e 2Âº Graus do Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, recentemente nomeado de Sistema de DigitalizaÃ§Ã£o e VirtualizaÃ§Ã£o do Estado do ParÃ¡ com a Portaria 1304/2021/GP, determino: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remetam-se os autos ao Centro de DigitalizaÃ§Ã£o para que proceda a conversÃ£o dos autos fÃ-sicos em eletrÃ´nicos para o sistema PJE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 00809634720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:HERMINIO LISBOA DA SILVA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO GMAC S A Representante(s): OAB 23123-A - ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (ADVOGADO) . Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de uma AÃ§Ã£o OrdinÃ¡ria de RevisÃ£o de Contrato de Financiamento c/c RepetiÃ§Ã£o de IndÉbito c/c Pedido de Tutela Antecipada dentre outros pedidos movidos por HERMINIO LISBOA DA SILVA em face de BANCO GMAC S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienaÃ§Ã£o fiduciÃ¡ria, ou seja, emprÉstimo com veÃ-culo dado em garantia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora em sua inicial, vem alegando inÃºmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este caso nÃ£o Ã© singular, pelo contrÃ¡rio, hÃ¡ muitos que tramitam neste juÃ-zo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos especÃ-ficos, mas que na essÃªncia sÃ£o as mesmas questÃµes a serem enfrentadas como capitalizaÃ§Ã£o de juros, comissÃ£o de permanÃªncia, aplicaÃ§Ã£o da sÃºmula 121 do STF, condenaÃ§Ã£o em devoluÃ§Ã£o do valor paga indevidamente em dobro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte rÃ© contestou os termos da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditÃ³rio, manifestaram-se nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes nÃ£o querem produÃ§Ã£o de provas e como as questÃµes envolvem fundamentalmente questÃµes contratuais os autos vieram conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora haja uma determinaÃ§Ã£o do diploma processual, com carÃ¡ter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronolÃ³gica por conclusÃ£o, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispÃµe o art. 12, Â§2Âº, II do CPC, ou seja, o juÃ-zo jÃ¡ possui entendimento firmando e o mÉrito se repete em vÃ¡rios outros, mais precisamente em dezenas. Â Assim, passo a anÃ¡lise das questÃµes de mÉrito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ratifico e, assim, defiro ao autor os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A MatÉria Eminentemente De Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desde jÃ¡ indefiro pedido de perÃ-cia contÃ¡bil em fls. retro posto que o conjunto probante dos autos foi suficiente para firmar o entendimento deste magistrado e estamos diante de uma matÉria eminentemente de direito, onde se analisou os contratos e documentos contratuais juntados pelas partes, sendo dispensada a dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria proposta pela parte neste quesito uma vez que entendo ser meramente protelatÃ³ria. Assim, colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÃÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. PROVA PERICIAL CONTÃBIL. DESNECESSIDADE QUANDO SE TRATA DE MATÃRIA EMINENTEMENTE DE DIREITO. AGRAVO IMPROVIDO. (Agravo de Instrumento NÂº 70006395511, DÉcima Quarta CÂ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Julgado em 22/05/2003) (TJ-RS - AG: 70006395511 RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Data de Julgamento: 22/05/2003, DÉcima Quarta CÂ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, no caso em tela, a matÉria enfrentada Ã© eminentemente de direito, a produÃ§Ã£o de prova contÃ¡bil nÃ£o

tem o condÃ£o de oferecer conhecimento de novos fatos, alÃ©m daqueles consignados atravÃ©s do instrumento firmado entre as partes, jÃ¡ que o instrumento obrigacional contÃ©m as informaÃ§Ãµes suficientes para o conhecimento e deslinde da matÃ©ria. AlÃ©m disso, a aÃ§Ã£o revisional de contrato conduz-se, em oportunidade apropriada, Ã fase de liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, em que serÃ¡ realizada perÃ-cia para cÃ¡lculo de reajustamento da relaÃ§Ã£o de dÃ©bito e crÃ©dito das partes, jÃ¡ tendo por norte o conteÃºdo das alteraÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enfrentado este ponto, passemos aos demais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veÃ-culo com a rÃ©, tipo CDC. Contrato no qual o veÃ-culo, objeto da compra, fica como garantia do emprÃ©stimo cedido pela credora fiduciÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o que se estabeleceu entre as partes Ã© uma relaÃ§Ã£o consumerista, sendo o autor o consumidor e o rÃ©u o fornecedor. O que se configura pela relaÃ§Ã£o financeira existente entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato do qual se pretende a revisÃ£o Ã© de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciaÃ§Ã£o mais apurada, para que nÃ£o desnature o contrato, ou seja, nÃ£o se deve revisar clÃ¡usulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vÃ-cio ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condiÃ§Ã£o nÃ£o avenÃ§ada previamente, mas restringe-se apenas revisÃ£o de condiÃ§Ãµes que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercÃ-cio hermenÃªutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal contrato Ã© a expressÃ£o contemporÃ¢nea do modo de produÃ§Ã£o e comÃ©rcio massificado. Modo este que se reflete diretamente na construÃ§Ã£o dos instrumentos contratuais, como a elaboraÃ§Ã£o de clÃ¡usula estipuladas unilateralmente, superando o exercÃ-cio dialÃ©tico, em uma participaÃ§Ã£o direta dos sujeitos envolvidos na construÃ§Ã£o do texto contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pressuposto fundamental do contrato Ã© indubitavelmente o exercÃ-cio da vontade e esta nÃ£o estÃ¡ ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restriÃ§Ã£o na participaÃ§Ã£o direta na elaboraÃ§Ã£o das clÃ¡usulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessÃ£o do crÃ©dito para financiamento, no caso, de veÃ-culos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vontade se manifesta no ato de aderir ou nÃ£o Ã s condiÃ§Ãµes previamente apresentadas pela instituiÃ§Ã£o concessiva do crÃ©dito financeiro. O objeto do contrato Ã© o dinheiro investido na aquisiÃ§Ã£o do respectivo veÃ-culo, o qual Ã© dado em seguranÃ§a, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos manifesta-se a legislaÃ§Ã£o: CPC. Art. 190.Â Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposiÃ§Ã£o, Ã© lÃ-cito Ã s partes plenamente capazes estipular mudanÃ§as no procedimento para ajustÃ¡-lo Ã s especificidades da causa e convencionar sobre os seus Ã´nus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. ParÃ¡grafo Ãºnico.Â De ofÃ-cio ou a requerimento, o juiz controlarÃ¡ a validade das convenÃ§Ãµes previstas neste artigo, recusando-lhes aplicaÃ§Ã£o somente nos casos de nulidade ou de inserÃ§Ã£o abusiva em contrato de adesÃ£o ou em que alguma parte se encontre em manifesta situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de AdesÃ£o Â Art. 54. Contrato de adesÃ£o Ã© aquele cujas clÃ¡usulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviÃ§os, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteÃºdo. Â Â§ 1Â° A inserÃ§Ã£o de clÃ¡usula no formulÃ¡rio nÃ£o desfigura a natureza de adesÃ£o do contrato. Â Â§ 2Â° Nos contratos de adesÃ£o admite-se clÃ¡usula resolutÃ³ria, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no Â§ 2Â° do artigo anterior. Â Â§ 3o Os contratos de adesÃ£o escritos serÃ£o redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legÃ-veis, cujo tamanho da fonte nÃ£o serÃ¡ inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensÃ£o pelo consumidor.Â (RedaÃ§Ã£o dada pela nÂº 11.785, de 2008) Â Â§ 4Â° As clÃ¡usulas que implicarem limitaÃ§Ã£o de direito do consumidor deverÃ£o ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fÃ¡cil compreensÃ£o. CC Art. 421. A liberdade de contratar serÃ¡ exercida em razÃ£o e nos limites da funÃ§Ã£o social do contrato. Art. 422. Os contratantes sÃ£o obrigados a guardar, assim na conclusÃ£o do contrato, como em sua execuÃ§Ã£o, os princÃ-pios de probidade e boa-fÃ©. Art. 423. Quando houver no contrato de adesÃ£o clÃ¡usulas ambÃ-guas ou contraditÃ³rias, dever-se-Ã¡ adotar a interpretaÃ§Ã£o mais favorÃ¡vel ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesÃ£o, sÃ£o nulas as clÃ¡usulas que estipulem a renÃºncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negÃ³cio. Art. 425. Ã lÃ-cito Ã s partes estipular contratos atÃ-picos, observadas as normas gerais fixadas neste CÃ³digo. Art. 426. NÃ£o pode ser objeto de contrato a heranÃ§a de pessoa viva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela natureza do contrato de adesÃ£o, vÃª-se que as possibilidades de revisÃ£o das clÃ¡usulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fÃ©, tendo em vista o que dispÃµe o CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em acrÃ©scimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tÃ£o importante quanto a estrutura do contrato Ã© o ato volitivo das partes, que fazem a opÃ§Ã£o com conhecimento prÃ©vio dos termos estabelecidos, sendo que estes sÃ³ podem ser alterados quando

afrontosamente ofendem a boa-fÃ©, e isso, entendo, como engano deliberado, simulaÃ§Ã£o ou mesmo fraude, que de modo inevitÃ¡vel limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, estÃ¡ viciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcanÃ§am com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de carÃ¡ter, porque nÃ£o afirmar, metafÃ-sico, digo com isso: o dinheiro, o crÃ©dito nÃ£o possui corpo, porÃ©m, influÃªncia de forma substancial nas vidas das pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Qualquer homem de consciÃªncia mediana sabe que o lucro Ã© o objetivo das empresas, porÃ©m, o lucro nÃ£o pode ser ofensivo Ã moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituiÃ§Ãµes estatais, forjadas no liberalismo, uma funÃ§Ã£o precÃ-pua de nÃ£o permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que nÃ£o possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesÃ£o, com suas condiÃ§Ãµes, estÃ£o de acordo com as previsÃµes legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se verifica no contrato, as clÃ¡usulas foram previamente apresentadas e as condiÃ§Ãµes estipuladas pela rÃ© para a concessÃ£o do crÃ©dito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestaÃ§Ã£o volitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos princÃ-pios da boa fÃ© e da funÃ§Ã£o social do contrato, de modo algum, tais princÃ-pios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposiÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de clÃ¡usulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso quero dizer que nÃ£o se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciÃ¡rio de cumprir com as prestaÃ§Ãµes contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A boa-fÃ© Ã© conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressÃ£o da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesÃ£o, se resume no contratar ou nÃ£o, como jÃ¡ dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em anÃ¡lise, a parte autora jÃ¡ sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos atÃ© o final do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salvo melhor juÃ-zo, nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas ou condiÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a opÃ§Ã£o que restou Ã parte autora foi contratar ou nÃ£o contratar, e mesmo sabendo das condiÃ§Ãµes que pretende revisar por meio de aÃ§Ã£o judicial, decidiu por um ato voluntÃ¡rio comprometer-se com as clÃ¡usulas contratuais. Confira-se a jurisprudÃªncia: APELAÃÃO EM AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÃÃES: MÃRITO: ALEGAÃÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÃUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÃMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÃTICA DECIDIDA Ã LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÃÃO? FRUIÃÃO DO BEM? JUROS ATINENTES Ã TAXA MÃDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÃÃES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÃÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÃNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConstruÃ-da tal premissa, enfrento as questÃµes que este juÃ-zo acompanha em entendimento os tribunais superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Juros de 12% a.a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que as instituiÃ§Ãµes pÃºblicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senÃ£o vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÃDITO. DÃVIDA. AÃÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÃÃO. COMISSÃES. I. As administradoras de cartÃ£o de crÃ©dito inserem-se entre as instituiÃ§Ãµes financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. NÃ£o se aplica a limitaÃ§Ã£o de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartÃ£o de crÃ©dito. III. AusÃªncia de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensÃ£o deduzida pela parte. IV. Recurso especial nÃ£o conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÃÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÃRIOS. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria no perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissÃ£o de permanÃªncia pode ser contratada para o perÃ-odo de inadimplÃªncia, nÃ£o cumulada com juros remuneratÃ³rios, correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora e multa

contratual (enunciados ns. 294 e 296 da SÃºmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisÃ³rio agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovaÃ§Ã£o do desequilÃ-brio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o sÃ³ fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionÃ¡ria do perÃ-odo (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisÃ³rio agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, nossos tribunais superiores tÃªm decidido que nÃ£o se pode falar de abusividade na pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios sÃ³ pelo fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar 12% ao ano. Ao contrÃ¡rio, a abusividade destes sÃ³ pode ser declarada, caso a caso, Ã vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da mÃ©dia do mercado na praÃ§a do emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Juros Compostos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O entendimento do STJ autoriza a aplicaÃ§Ã£o de juros compostos, nÃ£o havendo irregularidade alguma nessa aplicaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â AliÃ¡s, tambÃ©m, Ã© pacifico o entendimento jurisprudencial que Ã© permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, in verbis: APELAÃÃO CÃVEL. AÃÃO MONITÃRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÃVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÃÃO. INOCORRÃNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÃNCIA DE AÃÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juÃ-zo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficÃ¡cia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituiÃ§Ã£o financeira possui interesse processual, em razÃ£o do inadimplemento do instrumento particular de confissÃ£o de dÃ-vida assumido pelo correntista e que nÃ£o se constitui tÃ-tulo executivo extrajudicial. PRESCRIÃÃO: A cobranÃ§a de dÃ-vida oriunda de contrato de confissÃ£o de dÃ-vida, sob a Ã©gide do CÃ³digo Civil de 1916, obedece Ã prescriÃ§Ã£o vintenÃ¡ria, nos termos de seu art. 177. Sob a Ã³tica do CÃ³digo de 2002, ante a incorporaÃ§Ã£o de novas hipÃ³teses de prescriÃ§Ã£o ao Diploma, a prescriÃ§Ã£o passa a ser qÃ¼inqÃ¼enal e regulada pelo inciso I, do Â§5Âº, do art. 206. De acordo com a regra de transiÃ§Ã£o prevista no art. 2.028, do CC/02, se nÃ£o transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fÃ³rmula do CÃ³digo derrogado, conta-se a prescriÃ§Ã£o pelas disposiÃ§Ãµes do novo Digesto Civil, com termo `a quo no inÃ-cio de sua vigÃªncia (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescriÃ§Ã£o. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viÃ¡vel a revisÃ£o de toda a relaÃ§Ã£o contratual, em caso de sucessÃ£o negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crÃ©dito em conta-corrente e confissÃ£o de dÃ-vida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisÃ£o. JUROS REMUNERATÃRIOS: A modificaÃ§Ã£o da clÃ¡usula contratual relativa Ã taxa de juros remuneratÃ³rios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequÃ-voca, abusividade, o que nÃ£o se verifica no caso. CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS. A cobranÃ§a da capitalizaÃ§Ã£o mensal dos juros Ã© permitida em contratos firmados posteriormente Ã ediÃ§Ã£o da MP nÂ° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nÂº 2.170-36/2000. Caso em que nÃ£o se verifica a incidÃªncia do encargo sobre o dÃ©bito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA: Apenas pode ser mantida para o perÃ-odo da inadimplÃªncia, afastando-se, contudo, os demais encargos: correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, juros de mora, juros remuneratÃ³rios e multa moratÃ³ria. REPETIÃÃO DO INDÃBITO: CompensaÃ§Ã£o/RepetiÃ§Ã£o do indÃ©bito possÃ-veis, decorrentes da revisÃ£o do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a sÃºmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplÃªncia, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissÃ£o de permanÃªncia). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035925189, DÃ©cima Sexta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Marco AurÃ©lio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, eventual capitalizaÃ§Ã£o e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobranÃ§a de juros no momento da inadimplÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3- Juros remuneratÃ³rios e Juros moratÃ³rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Superior Tribunal de JustiÃ§a tem entendido tambÃ©m que nÃ£o se aplica o art. 591 c/c 406 do CÃ³digo Civil aos contratos bancÃ¡rios, nÃ£o estando submetidos Ã limitaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios. Apenas os juros moratÃ³rios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mÃªs para os contratos bancÃ¡rios nÃ£o regidos por legislaÃ§Ã£o especÃ-fica. Rememorando, juros remuneratÃ³rios sÃ£o aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuiÃ§Ã£o pela disponibilidade do numerÃ¡rio, enquanto que juros moratÃ³rios sÃ£o aqueles estipulados como uma forma de puniÃ§Ã£o pelo atraso no cumprimento da obrigaÃ§Ã£o estabelecida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De acordo com a SÃºmula 596 do STF, as instituiÃ§Ãµes financeiras nÃ£o se sujeitam tambÃ©m Ã limitaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios estipulada

na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipÃ³teses especÃ-ficas. SÃ£o possÃ-veis que sejam pactuados juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, sem que essa clÃ¡usula, por si sÃ³, seja invÃ¡lida. Ã necessÃ¡rio analisar se os Ã-ndices aplicÃ¡veis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente entÃ£o se possa falar em revisÃ£o por parte do judiciÃ¡rio do que fora aventado pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m do que, ainda que a obrigaÃ§Ã£o tenha por objeto prestaÃ§Ã£o divisÃ-vel, nÃ£o pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim nÃ£o se ajustou, conforme dispÃµe o art. 314 do CÃ³digo Civil Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido, nossos tribunais tÃªm pacificado o entendimento de que na aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestaÃ§Ã£o que se obrigou, pois, o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber coisa diversa da que lhe Ã© devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÃÃO DE CONSIGNAÃÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÃÃO DE VIOLAÃÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÃDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÃDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. NÃ£o hÃ¡ violaÃ§Ã£o ao artigo 535, II do CPC quando o acÃ³rdÃ£o examinou as questÃµes controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram Ã s conclusÃµes assumidas. 2. A consignaÃ§Ã£o em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigaÃ§Ã£o, mediante o depÃ³sito da quantia ou da coisa devida, e sÃ³ poderÃ¡ ter forÃ§a de pagamento se concorrerem "em relaÃ§Ã£o Ã s pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais nÃ£o Ã© vÃ¡lido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulaÃ§Ã£o de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o Ã© possÃ-vel o uso da aÃ§Ã£o de consignaÃ§Ã£o em pagamento para depÃ³sito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignaÃ§Ã£o exige que o depÃ³sito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigaÃ§Ã£o, pois "o credor nÃ£o Ã© obrigado a receber a prestaÃ§Ã£o diversa da que lhe Ã© devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial nÃ£o-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe SalomÃ£o, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÃÃO CÃVEL. ENSINO PARTICULAR. AÃÃO DE COBRANÃA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÃBITO. AUSÃNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÃÃO DE DAR VALOR LÃQUIDO. SENTENÃA MANTIDA. MÃ©rito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensÃ£o de eficÃ¡cia preponderantemente condenatÃ³ria, tal como na aÃ§Ã£o de cobranÃ§a, analisa-se existÃªncia do direito, constituindo-se um tÃ-tulo executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual Ã© exigÃ-vel de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crÃ©dito na fase de conhecimento e constituÃ-do o tÃ-tulo executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigaÃ§Ã£o existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurÃ-dica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os crÃ©ditos consolidados mediante a via judicial nÃ£o sÃ£o passÃ-veis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida Ã© do credor, inexistindo possibilidade jurÃ-dica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigaÃ§Ã£o de dar valor lÃ-quido e exigÃ-vel de pronto. Logo, a obrigaÃ§Ã£o constituÃ-da nÃ£o Ã© alternativa, cuja opÃ§Ã£o de escolha da prestaÃ§Ã£o a ser dada Ã© do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrÃ¡rio, se estÃ¡ diante de estipulaÃ§Ã£o certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor nÃ£o pode ser obrigado a aceitar o pagamento do dÃ©bito de forma diversa do avenÃ§ado e reconhecida como devida. InteligÃªncia do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, nÃ£o hÃ¡ embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela rÃ©. Negado provimento ao apelo (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel nÂº 70035000751, Quinta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÃRIA. CARTÃO DE CRÃDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÃBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÃ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÃÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÃÃO DO JUDICIÃRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÃÃO DA DÃVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso CÃ-vel nÂº 71002857431, Terceira Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais RS, Relator: EugÃªnio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso, como em muitos outros, vem tratar de matÃ©ria jÃ¡ pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificaÃ§Ã£o dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudÃªncia jÃ¡ entendeu nÃ£o aplicÃ¡vel para o caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora o judiciÃ¡rio nÃ£o pode ser furtar de apreciar perigo de lesÃ£o, o caso nÃ£o requer apenas a apreciaÃ§Ã£o do que realmente pode ser tido como pertinente para juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido: AÃ§Ã£o revisional de contrato bancÃ¡rio - alegaÃ§Ãµes genÃ©ricas que tÃªm por objetivo

modificar o que foi livremente pactuado -Â inexistÃªncia de limitaÃ§Ã£o, constitucional ou legal, de cobranÃ§a de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistÃªncia de abusividade na capitalizaÃ§Ã£o dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissÃ£o de permanÃªncia, desde que nÃ£o se cumule com a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria - Acolhimento parcial tÃ£o sÃ³ do recurso do rÃ©u (ApelaÃ§Ã£o com RevisÃ£o n.Âº 1.177.643-7, 11Âª CÃ¢mara de Direito Privado, Tribunal de JustiÃ§a SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. RepetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto o pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsÃ£o da autora, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam os demais pedidos indeferidos em face do PrincÃ-pio da Pacta Sunt Servanda inclinando-me a entender que as demais tarifas de cadastro, taxa de gravame e seguro por nÃ£o estarem encartadas nas vedaÃ§Ãµes previstas na legislaÃ§Ã£o regente (ResoluÃ§Ãµes 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneraÃ§Ã£o pelo serviÃ§o prestado pela instituiÃ§Ã£o financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranÃ§as legÃ-timas, sendo certo que somente com a demonstraÃ§Ã£o cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro Ã© que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que nÃ£o ocorreu no caso presente. NÃ£o vislumbro abusividade de qualquer natureza, nÃ£o podendo se mencionar indevido nem tÃ£o pouco repetiÃ§Ã£o por indÃ©bito que nÃ£o subsiste. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remanesce tÃ£o somente abusividade em face da cobranÃ§a da ComissÃ£o de PermanÃªncia estipulada em contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Todos esses elementos sÃ£o objetos que podem ou nÃ£o configurar o direito alegado pelo autor, entretanto como versa sobre demanda repetitiva a qual este magistrado jÃ¡ tem consolidado seu entendimento, ficam as fundamentaÃ§Ãµes aptas naquilo que for correspondente a demanda. Caso haja outras irregularidades no contrato, estas nÃ£o foram objeto do pedido, tendo em vista que toda fundamentaÃ§Ã£o das partes se restringiu as matÃ©rias que sÃ£o comumente enfrentadas em aÃ§Ãµes da mesma natureza. Assim, amolda-se ao caso aquilo que for de correspondÃªncia e que, pela anÃ¡lise dos autos se restringiu o dispositivo que abaixo se prolata. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, requer a devoluÃ§Ã£o da quantia cobrada ilegalmente. Nessa linha, por ter sido considerada ilegal apenas a cumulaÃ§Ã£o da comissÃ£o de permanÃªncia com os juros moratÃ³rios e multa, o valor a ser restituÃ-do a esse tÃ-tulo poderÃ¡ ser fixado em sede de liquidaÃ§Ã£o por arbitramento (art. 509, I, do CPC/15) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo improcedente o pedido do autor, extinguindo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, na forma do art.487, I do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios nos termos do art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico do CPC, em 10% do valor da causa, cuja cobranÃ§a ficarÃ¡ suspensa, posto ser o autor beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita, nos termos do art. 98, Â§3Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco Antonio Lobo Castelo Branco Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00855094820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS A??o: Inventário em: 09/11/2021 INVENTARIANTE:KATIA MARIA BARBOZA BANDEIRA OLIVEIRA Representante(s): OAB 10449 - JOSEANE ROCHA GODOY SANTANA (DEFENSOR) INVENTARIADO:ANTONIO DE AZEVEDO BANDEIRA INVENTARIADO:ODILIA BARBOZA BANDEIRA. CERTIDÃO Â Â Â Â Â CERTIFICO, que a sentenÃ§a prolatada nos presentes autos, transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. BRUNO JACKSON DE VASCONCELOS Analista JudiciÃ¡rio- Mat.61280 2Âª UPJ PROCESSO: 00878573920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:RUI RODRIGUES MACHADO Representante(s): OAB 12243 - RAFAELA LAUANDE MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 18939 - ALEXANDRE PEREIRA BONNA (ADVOGADO) REU:SONIA MARIA DOS SANTOS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Trata-se de AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE NÃO

FAZER C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA movida por RUI RODRIGUES MACHADO em face de SONIA MARIA DOS SANTOS. Â Â Â Â Â Alega a parte autora que Ã© Pastor da igreja do evangelho quadrangular, possuidor do terreno onde estÃ¡ situada uma das igrejas, na rua Newton Miranda, n 928-A, Bairro Castanheira. Â Â Â Â Â Informa que a compra deste terreno foi consubstanciada em contrato particular de promessa de compra e venda. Aduz que a referida venda fora celebrada pelo anterior possuidor e sua esposa. Â Â Â Â Â Esclarece que pretende construir um muro na sua propriedade, delimitando o imÃ³vel da igreja e da sua residÃªncia, porem vem sendo frustrado pelas atitudes da rÃ©, posto possuir problemas pessoais com os autores desde a construÃ§Ã£o do templo religioso. Â Â Â Â Â ExpÃµem que a requerida construiu uma fossa que invade parte do terreno da igreja, alegando que o terreno e de sua propriedade. Informa que, como pretendia construir um muro fora amparado pelo termo de conduta celebrado com a promotoria do meio ambiente, onde o reclamante se comprometeu a edificar o muro em referÃªncia. Â Â Â Â Â Aponta que por nÃ£o concordar com a referida construÃ§Ã£o, a requerida jogou pedras, pedaÃ§os de madeiras atingindo as pessoas que lÃ¡ estavam presentes, bem como, proferiu palavras debaixo calÃ£o e ameaÃ§as a parte autora. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Devidamente citada a requerida apresentou contestaÃ§Ã£o em fls. 41/51 se colocando contra os argumentos alegando que nÃ£o houve ilÃ-cito, dentre outros argumentos. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â ConciliaÃ§Ã£o Ã s fls. 93, determinando a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia no imÃ³vel em questÃ£o. Â Â Â Â Â Laudo pericial Ã s fls. 118/127. Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o ao laudo pericial Ã s fls. 133/135, da parte autora e 137 da parte requerida. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Primeiramente, defiro o pedido de JustiÃ§a Gratuita em favor do rÃ©u nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Â Â Â Â Â A matÃ©ria versada nos autos requer a produÃ§Ã£o de provas eminentemente documentais, sendo unicamente de direito a questÃ£o sob anÃ¡lise, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I do CPC. Â Â Â Â Â Cinge-se a controvÃ©rsia sobre obrigaÃ§Ã£o de nÃ£o fazer, qual seja, para que o requerido se abstenha de impedir a construÃ§Ã£o de muro divisÃ³rio nos limites de sua propriedade, delimitando o terreno da igreja e a residÃªncia da requerida. Â Â Â Â Â Importante salientar que o proprietÃ¡rio pode levantar em seu terreno as construÃ§Ãµes que lhe aprouver, salvo o direito dos vizinhos e os regulamentos administrativos (art. 1.299, CC). Assim sendo, estamos aqui diante de direito de vizinhanÃ§a se a construÃ§Ã£o da fossa requerida afetou tais direitos. Â Â Â Â Â Restando demonstrado que a construÃ§Ã£o na propriedade do requerido tem trazido prejuÃ-zos Ã propriedade vizinha do requerente, impÃµe-se a analisar o conjunto probatÃ³rio colacionado nos autos, observando-se se Ã© o caso da imposiÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o de fazer ou nÃ£o. Â Â Â Â Â Em sua contestaÃ§Ã£o, entretanto, o rÃ©u alega que o requerente tentou invadir seu imÃ³vel, com a destruiÃ§Ã£o da fossa construÃ-da por este. Â Â Â Â Â O laudo pericial acostado aos autos concluiu Ã s fls. 118/127, consta que a fosse da requerida nÃ£o invade o terreno ocupado peala igreja Quadrangular, de interesse do requerente. Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o a destruiÃ§Ã£o da fossa, segundo o laudo apresentado, nÃ£o hÃ¡ quaisquer resquÃ-cios de demoliÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o merecem prosperar os pedidos, haja vista ausÃªncia de ato ilÃ-cito praticado pelo rÃ©u. Ademais, o muro ainda nem fora construÃ-do, conforme conclusÃ£o do laudo pericial. Â Â Â Â Â No que tange aos danos morais, inclino-me a desconsiderar, julgando o pedido improcedente, porque do conjunto probatÃ³rio nÃ£o restou provado dano subjetivo direito e nÃ£o estamos diante de uma presunÃ§Ã£o de danos morais in re ipsa. Â Â Â Â Â Ante o exposto, o que mais dos autos consta e PrincÃ-pios de Direito aplicÃ¡veis Ã espÃ©cie, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO formulado na inicial pelo autor, nos termos em que foi formulado, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito nos termos do art. 487, I, CPC, para condenar o requerido a se abster de realizar qualquer impedimento para a construÃ§Ã£o do muro que divide seu imÃ³vel e o imÃ³vel da Igreja Quadrangular, sob pena de pagamento de multa diÃ¡ria de R$ 50,00 (cinquenta reais) atÃ© o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem executados em sede de cumprimento de sentenÃ§a, caso o requerido nÃ£o proceda com o cumprimento desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Ainda, proceda o autor, caso queira, a construÃ§Ã£o do muro dentro dos limites de sua propriedade, levando em consideraÃ§Ã£o as mediÃ§Ãµes descritas no laudo pericial, sob pena de demoliÃ§Ã£o, caso haja qualquer construÃ§Ã£o fora dos limites estabelecidos. Â Â Â Â Â Julgo improcedente os danos morais, impondo ao autor os efeitos da sucumbÃªncia recÃ-proca, isto porque a improcedÃªncia do pedido de indenizaÃ§Ã£o por danos morais, correspondente Ã metade do conteÃºdo econÃ´mico da causa ocasiona a sucumbÃªncia recÃ-proca. Â Â Â Â Â Assim, condeno o rÃ©u ao pagamento das despesas processuais (rateadas com o autor) e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 20% do valor da causa, cuja cobranÃ§a fica sobrestada em face as partes serem beneficiÃ¡rias da JustiÃ§a Gratuita. Â Â Â Â Â Em face da sucumbÃªncia recÃ-proca, condeno o autor (rateados com o rÃ©u) ao pagamento das despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro no valor de 20% sobre o valor da causa, os quais suspendo por serem as partes serem beneficiarias da justiÃ§a gratuitas. Â Â Â Â Â Publique-se.

Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Transitada em julgado esta decisÃ£o, arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Marco AntÃ´nio Lobo Castelo Branco Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 01000813820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:ANTONIO VINICIUS CORREA BARBOSA Representante(s): OAB 13926 - THIAGO DE SOUZA PAMPLONA (ADVOGADO) REQUERIDO:BERLIM INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE DEVOLUÃÃO DAS PARCELAS PAGAS C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E REPETIÃÃO DE INDÃBITO DE TAXA DE CORRETAGEM movido por ANTONIO VINICIOS CORREA BARBOSA em face de BELIM INCORPORADORA LTDA e CONSTRUTORA LEAL MOREIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informa a autora que celebrou em 31.12.2010 com a requerida Â¿Instrumento Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda de Unidade AutÃ´noma e Outros PactosÂ¿ tendo por objeto o imÃ³vel descrito na inicial, ficando estipulado o valor de R$ 248.410,00 (duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e dez reais). Â Â Â Â Â Alega obscuridade da requerida em proceder os trÃ¢mites do inÃ-cio das obras, que segundo consta nÃ£o estava sequer com a fundaÃ§Ã£o pronta. Informa que acreditava que a obra estaria pronta em Junho de 2014, mas nÃ£o foi o que ocorreu. Â Â Â Â Â Desse modo, pleiteia a procedÃªncia desta aÃ§Ã£o para que seja rescindido o contrato e devolvido os valores concernentes aos valores jÃ¡ pagos, alÃ©m dos danos morais concernentes aos infortÃºnios suportados pelo atraso da obra. Â Â Â Â Â Inconformada com a situaÃ§Ã£o, ingressou com a presente demanda rescisÃ³ria, pleiteando danos materiais e morais. Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Devidamente citado o requerido apresentou contestaÃ§Ã£o em fls. 71/138 inclinando-se pela total improcedÃªncia da demanda, contradizendo os argumentos da autora. Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 142/174. Â Â Â Â Â AudiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, infrutÃ-fera Ã s fls. 179. Â Â Â Â Â Intimados sobre provas a produzir, ambas as partes requereram o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio.Â DECIDO. Â Â Â Â Â A rescisÃ£o contratual Ã© forma de extinÃ§Ã£o dos contratos por motivos posteriores Ã sua celebraÃ§Ã£o, em que se divide em resoluÃ§Ã£o, quando os motivos da extinÃ§Ã£o se referem ao descumprimento contratual, e em resiliÃ§Ã£o, quando hÃ¡ um distrato, um comum acordo, ou de forma unilateral, quando a lei permitir, para pÃ´r fim Ã relaÃ§Ã£o estabelecida por meio do contrato. Â Â Â Â Â O presente caso trata-se de hipÃ³tese em que pleita-se a rescisÃ£o na modalidade resoluÃ§Ã£o tÃ¡cita, que, de maneira, especifica, depende de provimento judicial para o seu reconhecimento. A saber, a clÃ¡usula resolutiva tÃ¡cita geralmente interliga-se aos motivos do exceptio non adimpleti contractus, em que, uma parte pode deixar de cumprir sua obrigaÃ§Ã£o enquanto a outra nÃ£o cumprir a que lhe incube. Seria, de certa forma, uma defesa existente para o bom manejo dos contratos. Todavia, esta demanda situa-se na vertente de que o imÃ³vel objeto do contrato nÃ£o chegou a ser tomado posse pelo promitente, o que ensejaria ao Autor o direito de ressarcimento das quantias pagas, em virtude da necessidade de retornarem ao status quo do momento de realizaÃ§Ã£o contrato. Â Â Â Â Â Pois bem, ponto controverso na demanda cinge-se nas alegaÃ§Ãµes de que o contrato nÃ£o fora adimplido em seu inteiro teor, porque a requerida se recusou a fazer a assinatura do financiamento do imÃ³vel, impossibilitando a autora de efetivar a compra do imÃ³vel almejado. Acontece que, para caracterizar a clÃ¡usula resolutiva em comento, nÃ£o Ã© necessÃ¡rio que se avalie a forma com que o bem foi devolvido e se foi devolvido, mas sim, se houve ou nÃ£o cumprimento do contrato discutido. Urge ressaltar que nÃ£o hÃ¡ no contrato clÃ¡usula de arrependimento, tÃ£o pouco clÃ¡usula penal que eventualmente viesse a impedir o ressarcimento dos valores pagos, sendo assim, a resoluÃ§Ã£o, para ser conhecida, depende de interpelaÃ§Ã£o judicial. Â Â Â Â Â Do Dano Material: Lucros Cessantes Â Â Â Â Â Os danos materiais compreendem-se em dano emergente e lucros cessantes. A primeira modalidade, jÃ¡ resolvida supra, se dÃ¡ em razÃ£o dos danos percebidos de maneira especÃ-fica, comprovados o nexo causal e a conduta do agente que ensejou os referidos danos. JÃ¡ a segunda, Ã© uma garantia ao lesado que comprova ter sido frustrado, devido ao dano causado, em uma percepÃ§Ã£o de lucros certeira, iminente. Â Â Â Â Â Pois bem, no caso dos autos, tendo o autor cumprido a sua obrigaÃ§Ã£o contratual e, por outro lado, sendo impossibilitado de desfrutar do bem em razÃ£o do inadimplemento da parte vendedora, deixou de auferir um lucro almejado, entendendo fazer jus portanto, Ã compensaÃ§Ã£o financeira por lucros cessantes, jÃ¡ que teve que arcar com despesas de aluguel nesse sentido. Entretanto, em leitura aos autos, nÃ£o vislumbro documentos hÃ¡beis a provar o tempo de duraÃ§Ã£o do efetivo prejuÃ-zo em face da nÃ£o tomada de posse do bem imÃ³vel, bem como inexiste no arcabouÃ§o probatÃ³rio referÃªncia de que este seria, inequivocamente, o valor a ser percebido caso o imÃ³vel estivesse em seu perfeito estado apto para moradia. Importante ressaltar que, os

lucros cessantes devem ser comprovados pela parte que a pleiteia, logo nÃ£o hÃ¡ documentos que guiem a uma linha de raciocÃ-nio que pudesse providenciar o reconhecimento de tais institutos, alÃ©m de que nÃ£o houve prova de contrato de aluguel que ensejaria o valor da reparaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de lucros cessantes. Â Â Â Â Â Destarte, indefiro o pedido de lucros cessantes. Â Â Â Â Â DevoluÃ§Ã£o integral das parcelas: Â Â Â Â Â Tratando-se de resoluÃ§Ã£o contratual fundada no inadimplemento por culpa exclusiva da construtora e nÃ£o por desistÃªncia ou inadimplemento do promissÃ¡rio comprador, a devoluÃ§Ã£o integral das parcelas Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Nesse sentido foi aprovada pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a em 26/08/2015 a SÃºmula n. 543, in verbis: Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese de resoluÃ§Ã£o de contrato de promessa de compra e venda de imÃ³vel submetido ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituiÃ§Ã£o das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento. Â Â Â Â Â Assim sendo, em outras palavras, resolvendo-se o contrato, as partes devem retornar ao status que ante. Deve, portanto, ser restituÃ-da ao autor a quantia por ele paga sem qualquer retenÃ§Ã£o por parte das rÃ©s. Â Â Â Â Â Da comissÃ£o de corretagem: Â Â Â Â Â De maneira geral, sabe-se que Ã© comum na praxe imobiliÃ¡ria a cobranÃ§a da taxa de corretagem antes mesmo do cliente adquirir o imÃ³vel, nos casos em que o consumidor necessita de financiamento junto a uma instituiÃ§Ã£o financeira para concluir o contrato e conseguir pagar o imÃ³vel e, assim, muitas imobiliÃ¡rias e construtoras vem cobrando este valor antecipadamente, e quando o consumidor nÃ£o consegue o financiamento do imÃ³vel, estas empresas se recusam a devolver o valor. Â Â Â Â Â A presente sentenÃ§a nÃ£o adentrarÃ¡ em fundamentaÃ§Ãµes especÃ-ficas com relaÃ§Ã£o as arguiÃ§Ãµes da autora, posto que fixarÃ¡ a extinÃ§Ã£o da demanda com fulcro na prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o da autora. Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese dos autos, a questÃ£o relativa Ã prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o de restituiÃ§Ã£o dos valores pagos a tÃ-tulo de comissÃ£o de corretagem ou de serviÃ§o de assistÃªncia tÃ©cnico-imobiliÃ¡ria, prescreveria em trÃªs anos, conforme Art. 206, Â§3Â°, IV, do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Sobre esse tema, jÃ¡ restou decidido pelas Turmas Recursais: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÃÃO IMOBILIÃRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÃNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. SERVIÃO DE ASSESSORIA TÃCNICO-IMOBILIÃRIA (SATI). CLÃUSULA DE TRANSFERÃNCIA DA OBRIGAÃÃO AO CONSUMIDOR. PRESCRIÃÃO TRIENAL DA PRETENSÃO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. 1. TESE PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015: 1.1. IncidÃªncia da prescriÃ§Ã£o trienal sobre a pretensÃ£o de restituiÃ§Ã£o dos valores pagos a tÃ-tulo de comissÃ£o de corretagem ou de serviÃ§o de assistÃªncia tÃ©cnico-imobiliÃ¡ria (SATI), ou atividade congÃªnere (art. 206, Â§ 3Âº, IV, CC). 1.2. AplicaÃ§Ã£o do precedente da Segunda SeÃ§Ã£o no julgamento do Recurso Especial n. 1.360.969/RS, concluÃ-do na sessÃ£o de 10/08/2016, versando acerca de situaÃ§Ã£o anÃ¡loga. 2. CASO CONCRETO: 2.1. Reconhecimento do implemento da prescriÃ§Ã£o trienal, tendo sido a demanda proposta mais de trÃªs anos depois da celebraÃ§Ã£o do contrato. 2.2. Prejudicadas as demais alegaÃ§Ãµes constantes do recurso especial. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (STJ - REsp: 1551956 SP 2015/0216171-0, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 24/08/2016, S2 - SEGUNDA SEÃÃO, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 06/09/2016). EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA DE IMÃVEL NA PLANTA. MCMV. COMISSÃO DE CORRETAGEM. PRESCRIÃÃO TRIENAL IMPLEMENTADA. INCIDÃNCIA DO DISPOSTO NO ART. 206, Â§ 3Âº, IV, DO CÃDIGO CIVIL. DECISÃO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. (RECURSO ESPECIAL NÂº 1.551.956/SP) QUE PACIFICOU A QUESTÃO. EXTINÃÃO DO FEITO, COM APRECIAÃÃO DE MÃRITO. JUROS DE OBRA. ATRASO NA ENTREGA EVIDENCIADO. RESPONSABILIDADE DAS RÃS A INDENIZAR OS PREJUÃZOS MATERIAIS SUPORTADOS PELO CONTRATANTE A TÃTULO DE JUROS DE OBRA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. INOCORRÃNCIA DE LESÃO AOS ATRIBUTOS PERSONALÃSSIMOS DOS RECORRENTES. SENTENÃA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE ANTE A CONFIGURAÃÃO DE INOVAÃÃO RECURSAL E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso CÃ-vel, NÂº 71005423363, Terceira Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais, Relator: Giuliano Viero Giuliato, Julgado em: 29-08-2019) PROCESSO CIVIL. DIREITO CIVIL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. EXTINÃÃO CONTRATUAL. DESCUMPRIMENTO. COMISSÃO DE CORRETAGEM. ILEGALIDADE. LOCUPLETAMENTO ILÃCITO. PRESCRIÃÃO TRIENAL. OCORRÃNCIA. LITIGÃNCIA DE MÃ-FÃ. ALTERAÃÃO DA VERDADE DOS FATOS. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURADOS. ÃNUS SUCUMBENCIAIS. MANUTENÃÃO. 1. Trata-se de apelaÃ§Ã£o contra a sentenÃ§a que reconheceu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o de ressarcimento dos valores pagos a tÃ-tulo de comissÃ£o de corretagem e julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando as rÃ©s ao pagamento de R$ 10.189,85 (dez mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), tendo como improcedentes os pleitos de condenaÃ§Ã£o em danos morais e litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. 2. O prazo

prescricional para a devoluÃ§Ã£o da comissÃ£o de corretagem, quando se discute a ilegalidade da parcela, Ã© de 03 anos, nos termos do artigo 206, Â§3Âº, do CÃ³digo Civil. Entendimento sufragado no REsp nÂº 1.551.956/SP, julgado pela sistemÃ¡tica dos recursos repetitivos, o qual sedimentou a controvÃ©rsia acerca do prazo aplicÃ¡vel, ao fundamento de que a aÃ§Ã£o em que se busca a devoluÃ§Ã£o por abusividade da referida taxa configura ressarcimento por enriquecimento ilÃ-cito. 3. O comprovante de depÃ³sito apresentado pelas apeladas Ã© o mesmo colacionado Ã demanda que discute o valor devido em razÃ£o da rescisÃ£o contratual referente a outra unidade imobiliÃ¡ria, consoante reconhecido na r. sentenÃ§a recorrida. Verificando-se que houve alteraÃ§Ã£o da verdade dos fatos, revela-se cabÃ-vel a incidÃªncia da multa prevista no artigo 18 do CÃ³digo de Processo Civil de 1973, vigente Ã Ã©poca da sentenÃ§a. 4. Embora o descumprimento contratual e a demora na restituiÃ§Ã£o dos valores devidos gerem transtornos e dissabores, nÃ£o sÃ£o passÃ-veis de indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos morais, tratando-se de meros aborrecimentos cotidianos a que todos estÃ£o suscetÃ-veis. 5. Estando os Ã´nus sucumbenciais distribuÃ-dos proporcionalmente ao Ãªxito das partes na demanda, nÃ£o hÃ¡ se falar em redistribuiÃ§Ã£o. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido. (AcÃ³rdÃ£o n.1048367, 20170110434958APC, Relator: SANDOVAL OLIVEIRA 2Âª TURMA CÃVEL, Data de Julgamento: 20/09/2017, publicado no DJE: 25/09/2017. PÃ¡g.: 135/146) Â Â Â Â Â Desta forma, restou devidamente comprovado que a proposta de compra de imÃ³vel foi assinada em 31 de dezembro de 2010 (fl. 41/42). Por fim, hÃ¡ juntada do documento de Recibo referente a Corretagem, indicando a aceitaÃ§Ã£o em 31 de dezembro de 2010 (fl. 62).Â Assim, nÃ£o hÃ¡ o que se falar em pagamento camuflado da comissÃ£o, bem como, na ilicitude do pagamento, como bem descrito nas teses dos tribunais trazidas para esta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Assim sendo, hÃ¡ de ser reconhecida a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o, posto ter o autor ingressado com o pedido de restituiÃ§Ã£o da respectiva taxa somente em 2015, quando jÃ¡ se escorreu o prazo para requerer o ressarcimento, ou seja, quando a prescriÃ§Ã£o jÃ¡ houvera alcanÃ§ado seu desiderato. Â Â Â Â Â Do dano moral Â Â Â Â Â Quanto aos danos morais, embora seja cediÃ§o que o simples descumprimento contratual nÃ£o gera o direito a indenizar pela violaÃ§Ã£o do patrimÃ´nio subjetivo do autor, Ã© necessÃ¡rio que se explicite que este caso nÃ£o se trata de simples descumprimento de contrato, mas de inadimplÃªncia qualificada, de inadimplemento que atrasa a vida do autor, de impontualidade que nÃ£o se justifica pelo caso fortuito. Cuida-se, portanto, de hipÃ³tese de violaÃ§Ã£o do direito do autor Ã prosseguir sua vida sem atropelos e sem a angÃºstia de se ver privado dos resultados e investimento cuja adimplÃªncia de sua parte se fez presente na expectativa de usar e gozar o domÃ-nio de seu patrimÃ´nio que lhe foi obstado sem justificativa. Â Â Â Â Â Diante do caso analisado, a autora empreendeu esforÃ§os para adquirir o tÃ£o almejado imÃ³vel e no aguardo de ter o financiamento aprovado, nÃ£o fora por culpa exclusiva da requerida juntamente com o corretor, assim, frustrou-se a expectativa da casa prÃ³pria. O dano moral, portanto, hÃ¡ de ser reconhecido. Â Â Â Â Â Assim, com supedÃ¢neo na norma geral argumentada na fundamentaÃ§Ã£o da sentenÃ§a passo a individualizÃ¡-la nos seguintes termos: Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Ante o exposto,Â JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEÂ o pedido inicial, julgando extinto o processo, com julgamento do mÃ©rito, com base no art. 487, I do NCPC.Â Â Â Â Â Â 1) declarando rescindido o contrato por culpa exclusiva da requerida, com a exclusÃ£o de eventuais dÃ©bitos futuros existentes em desfavor do Requerente; Â Â Â Â Â 3) condenar a rÃ© a restituir a autora, de forma integral e de uma sÃ³ vez, incidindo-se juros de mora a contar da citaÃ§Ã£o (art. 405 do CPC) e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a contar de cada desembolso (art. 389 do CC). Â Â Â Â Â 4) condenar o rÃ©u a danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros de mora a contar da citaÃ§Ã£o (art. 405 do CPC) e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria desde a data do arbitramento nos termos da SÃºmula n. 362 do STJ. Â Â Â Â Â Ficam indeferidos os demais pedidos. Â Â Â Â Â Considerando que a parte autora sucumbiu em parte mÃ-nima do seu pedido condeno a rÃ© ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85, Â§ 2Âº c/c art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC. Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita ao regime do art. 523, Â§ 1Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Nos compromissos de compra e venda de unidades imobiliÃ¡rias anteriores Ã Lei nÂº 13.786/2018, em que Ã© pleiteada a resoluÃ§Ã£o do contrato por iniciativa do promitente comprador de forma diversa da clÃ¡usula penal convencionada, os juros de mora incidem a partir do trÃ¢nsito em julgado da decisÃ£o. Entretanto, em caso de rescisÃ£o de contrato de compra e venda de imÃ³vel, como no presente caso, a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria das parcelas pagas, para efeitos de restituiÃ§Ã£o, incide a partir de cada desembolso. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Â Â Â Â Â Â Certifique o trÃ¢nsito eÂ ARQUIVEM-SEÂ os presentes autos. Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 01051250420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO

A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:SIDNEY BEZERRA SILVA Representante(s): OAB 11700 - MARCIO MURILO CAVALCANTE DE LIMA (ADVOGADO) OAB 16489 - MARCIO DE FARIAS FIGUEIRA (ADVOGADO) REU:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) . Trata-se de AÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO CUMULADA COM INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÃÃO DE INDÃBITO movida por SIDNEY BEZERRA SILVA em face de BANCO DO ESTADO DO PARÃ S/A - BANPARÃ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega o autor que foi surpreendido com dois emprÃ©stimos realizados junto ao requerido, um no valor de R$-30.030,60 em 60 parcelas de R$-500,51 e o outro no valor de R$-18.661,73 a ser pago em 60 parcelas de R$-548,94, os quais alega nÃ£o ter adquirido. Assim, requereu liminarmente a suspensÃ£o dos descontos, no mÃ©rito a nulidade dos referidos emprÃ©stimos indenizaÃ§Ã£o por danos morais, repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito e inversÃ£o do Ã´nus da prova. Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A liminar deixou de ser apreciada antes do contraditÃ³rio, sendo deferido os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citado, o requerido contestou a aÃ§Ã£o Ã s fls. 48/70, alegando que o autor contraiu voluntariamente os contratos de emprÃ©stimo, juntado os contratos e aduzindo que a assinatura dos mesmos coincide com o cartÃ£o de autografo cadastrado no Banco. Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RÃ©plica Ã s fls. 106/113. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes nÃ£o requereram provas, requerendo o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AplicaÃ§Ã£o do CÃ³digo de Defesa do Consumidor ao caso e demais consectÃ¡rios Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o Ã inversÃ£o do Ã´nus da prova nas relaÃ§Ãµes consumeristas, a regra, ou a falta de regra especÃ-fica, fez com que a maioria absoluta da doutrina concluÃ-sse por ser atÃ© a sentenÃ§a, inclusive na prÃ³pria sentenÃ§a, o momento adequado para que o juiz decida sobre a fixaÃ§Ã£o do Ã´nus da prova. Assim, cabe ao fornecedor adotar uma postura mais ativa no tocante Ã produÃ§Ã£o da prova nas relaÃ§Ãµes de consumo, sob pena de sua inÃ©rcia ter como corolÃ¡rio uma indenizaÃ§Ã£o pelo simples fato de que poderia ter produzido prova em contrÃ¡rio, mas nÃ£o o fez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, perfeitamente cabÃ-vel a inversÃ£o do Ã´nus da prova neste feito, pois presentes os elementos do art. 6Âº, VIII do CDC; exceto quanto a dano moral propriamente dito, cuja prova incumbe Ã parte requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na presente lide, hÃ¡ uma relaÃ§Ã£o de consumo, enquadrando-se as partes nos conceitos de consumidor e fornecedor, constantes dos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei n. 8.078/90, aplicÃ¡veis, por conseguinte, os preceitos de tal diploma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do MÃ©rito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A parte requerida acosta a aprovaÃ§Ã£o do pedido de emprÃ©stimo do requerente, conforme documento dos autos, ali consta a assinatura do requerente aderindo aos contratos de emprÃ©stimo e repactuaÃ§Ãµes. Assim, vislumbro que o referido contrato se traveste da natureza de um verdadeiro contrato de adesÃ£o, onde a parte jÃ¡ sabe, antes de contratar, os valores e clÃ¡usulas ali estipuladas. EstÃ¡ expresso ali que o valor a ser pago, o inÃ-cio e fins das parcelas, alÃ©m da assinatura coincidente com o cartÃ£o de autÃ³grafo do autor junto ao banco. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tÃ£o importante quanto a estrutura do contrato Ã© o ato volitivo das partes, que fazem a opÃ§Ã£o com conhecimento prÃ©vio dos termos estabelecidos, sendo que estes sÃ³ podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fÃ©, e isso, entendo, como engano deliberado, simulaÃ§Ã£o ou mesmo fraude, que de modo inevitÃ¡vel limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, estÃ¡ viciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcanÃ§am com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de carÃ¡ter, porque nÃ£o afirmar, metafÃ-sico, digo com isso: o dinheiro, o crÃ©dito nÃ£o possui corpo, porÃ©m, influÃªncia de forma substancial nas vidas das pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Qualquer homem de consciÃªncia mediana sabe que o lucro Ã© o objetivo das empresas, porÃ©m, o lucro nÃ£o pode ser ofensivo Ã moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituiÃ§Ãµes estatais, forjadas no liberalismo, uma funÃ§Ã£o precÃ-pua de nÃ£o permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que nÃ£o possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesÃ£o, com suas condiÃ§Ãµes, estÃ£o de acordo com as previsÃµes legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se verifica no contrato, as clÃ¡usulas foram previamente apresentadas e as condiÃ§Ãµes estipuladas pela rÃ© para a concessÃ£o do crÃ©dito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestaÃ§Ã£o volitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos princÃ-pios da boa fÃ© e da funÃ§Ã£o social do contrato, de modo algum, tais princÃ-pios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposiÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de clÃ¡usulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso quero dizer que nÃ£o se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou

impossibilidade do devedor fiduciÃ¡rio de cumprir com as prestaÃ§Ãµes contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A boa-fÃ© Ã© conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressÃ£o da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesÃ£o, se resume no contratar ou nÃ£o, como jÃ¡ dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em anÃ¡lise, a parte autora jÃ¡ sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos atÃ© o final do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salvo melhor juÃ-zo, nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhum elemento que comprovem que a parte autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas ou condiÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a opÃ§Ã£o que restou Ã parte autora foi contratar ou nÃ£o contratar, e mesmo sabendo das condiÃ§Ãµes que pretende revisar por meio de aÃ§Ã£o judicial, decidiu por um ato voluntÃ¡rio comprometer-se com as clÃ¡usulas contratuais. Confira-se a jurisprudÃªncia: APELAÃÃO EM AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÃÃES: MÃRITO: ALEGAÃÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÃUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÃMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÃTICA DECIDIDA Ã LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÃÃO? FRUIÃÃO DO BEM? JUROS ATINENTES Ã TAXA MÃDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÃÃES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÃÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÃNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConstruÃ-da tal premissa, enfrento as questÃµes que este juÃ-zo acompanha em entendimento os tribunais superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A respeito pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, a legislaÃ§Ã£o pÃ¡tria preceitua que quem recebe pagamento indevido deve devolvÃª-lo, sob pena de locupletamento. Sendo, portanto, dois os requisitos, a saber, a cobranÃ§a extrajudicial indevida de dÃ-vida e o efetivo pagamento do indÃ©bito. Art. 876 - Todo aquele que recebeu o que lhe nÃ£o era devido fica obrigado a restituir; obrigaÃ§Ã£o que incumbe Ã quele que recebe dÃ-vida condicional antes de cumprida a condiÃ§Ã£o. (cÃ³digo civil de 2002). Art. 42 - Na cobranÃ§a de dÃ©bitos, o consumidor inadimplente nÃ£o serÃ¡ exposto a ridÃ-culo, nem serÃ¡ submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaÃ§a. ParÃ¡grafo Ãºnico - O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito Ã repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros legais, salvo hipÃ³tese de engano justificÃ¡vel. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento ao entendimento jurisprudencial que vem sendo formado sobre o tema, entendo que a devoluÃ§Ã£o deve se dar em dobro nos casos em que sÃ£o cobrados valores acima do previsto em contrato, posto que configura a mÃ¡-fÃ© do rÃ©u a cobranÃ§a infringindo clÃ¡usula contratual. Entendo que o contrato pactuado livremente pelas partes nÃ£o guarnece de abusividade alguma. Neste sentido, quanto ao pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento dos valores do emprÃ©stimo, de acordo com a previsÃ£o da parte autora, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo se houvesse a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ImpossÃ-vel, pois, a procedÃªncia dos pedidos do autor de modo que este magistrado deve respeitar a autonomia da vontade das partes nÃ£o se podendo ignorar os termos do contrato celebrado livremente entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica indeferida igualmente os demais pedidos, tudo nos termos do fundamento contido neste decisum. Isso porque o julgador nÃ£o estÃ¡ obrigado a responder a todas as questÃµes suscitadas pelas partes, quando jÃ¡ tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisÃ£o. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questÃµes capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusÃ£o adotada na decisÃ£o, o que entendo que pelo que se fundamentou, o convencimento jÃ¡ foi firmado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do Dispositivo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral e resolvido o mÃ©rito, na forma do art. 487, I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o Autor ao pagamento das despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% do valor da causa, cuja cobranÃ§a fica sobrestada em face de o mesmo ser beneficiÃ¡rio da JustiÃ§a Gratuita, nos termos da decisÃ£o de ID. 12281498. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de

Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 01500863020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:JOAQUIM SOARES CARDOSO JUNIOR Representante(s): OAB 6302 - MARCIA MARIA TEIXEIRA CIUFFI (ADVOGADO) OAB 11998 - PAULA TAVARES DE MORAES (ADVOGADO) OAB 5206 - JARBAS VASCONCELOS DO CARMO (ADVOGADO) OAB 17670 - MAYARA LUCIA DE SOUZA NASCIMENTO (ADVOGADO) REU:FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS Representante(s): OAB 4111-B - KLEDSON DE MOURA LIMA (ADVOGADO) OAB 3999-B - BRUNO NOLASCO DE VCARVALHO (PROCURADOR(A)) REU:EDUCON-SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO CONTINUADA LTDA REU:IDPE - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL & EMPRESARIAL LTDA - IDPE. Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista o alegado em contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 75/91 e petiÃ§Ã£o de fls. 160/164, acolho a preliminar arguida e reconheÃ§o a incompetÃªncia deste Vara CÃ-vel para processar e julgar o presente feito, tendo em vista que uma das rÃ©s, qual seja, a FundaÃ§Ã£o Universidade do Tocantins - UNITINS Ã© pessoa jurÃ-dica de direito pÃºblico, assim tratando-se de competÃªncia absoluta que detectada deve ser declarada, determino sua redistribuiÃ§Ã£o a uma das Varas da Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em homenagem ao princÃ-pio da celeridade processual determino PRIORIDADE na remessa Ã redistribuiÃ§Ã£o bem como que seja feita com as cautelas de praxe, inclusive juntando toda e qualquer peÃ§a que porventura ainda nÃ£o esteja nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se baixa nos registros do processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimar e cumprir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 02462505720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Infância e Juventude em: 09/11/2021 REQUERENTE:GEANDRE GOMES CAVALCANTE Representante(s): OAB 11700 - MARCIO MURILO CAVALCANTE DE LIMA (ADVOGADO) OAB 21545 - LIVIA MARIA DA COSTA SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 10744 - EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (ADVOGADO) OAB 10676 - PAULO ROBERTO AREVALO BARROS FILHO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO CUMULADA COM INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÃÃO DE INDÃBITO movida por GEANDRE GOMES CAVALCANTE em face de BANCO DO ESTADO DO PARÃ S/A. Â Â Â Â Â Alega o autor ser funcionÃ¡rio pÃºblico tendo procurado o requerido para negociar seus dÃ©bitos com o requerente, alega que buscou junto ao Banco a realizaÃ§Ã£o de um acordo de ConfissÃ£o de DÃ-vida que englobasse todos os valores que o requerente deve ao requerido. Alega que o requerido condicionou a realizaÃ§Ã£o da quitaÃ§Ã£o de dÃ-vida com a assinatura de um suposto contrato de emprÃ©stimo de R$ 51.089,82 (cinquenta e um mil oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos) a serem pagas em sessenta parcelas de R$ 1.486,55 (mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), confiando no requerido o autor entÃ£o realizou a assinatura do aludido emprÃ©stimo. Informa que jamais recebeu o referido valor. Alega igualmente apÃ³s assinatura do Contrato Consignado, efetuou a quitaÃ§Ã£o decorrente do saldo devedor apurado nas operaÃ§Ãµes de CartÃ£o de CrÃ©dito, BANPARACARD, CONSIGNADO, SAZONAL por meio de contrato de confissÃ£o de dÃ-vida, pago em cem parcelas no valor de R$ 2.031,69 (dois mil, trinta e um reais e sessenta e nove centavos), assinando o termo de confissÃ£o de dÃ-vida em 19 de janeiro de 2016. Alega que embora a requerida esteja fazendo o desconto dos valores retro mencionados, ainda permanece o desconto do emprÃ©stimo consignado no contracheque do autor no aporte de R$ 1.486,55 (mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), sendo assim, alega impossibilidade de pagamento dos aludidos emprÃ©stimos, que fica sem condiÃ§Ãµes.Â Â Â Â Â Â Diante de todo o exposto, informa vÃ¡rios inconvenientes e ingressou com a presente aÃ§Ã£o pleiteando tutela antecipada, alÃ©m de danos morais e outros. Â Â Â Â Â A parte requerida apresentou contestaÃ§Ã£o em fls. 94/111 alegando que os fatos alegados pela autora nÃ£o condizem com a verdade, que a mesma contraiu emprÃ©stimos de livre espontÂ¢nea vontade, nÃ£o tendo sido coagido nem levado a celebrar outros emprÃ©stimo, alÃ©m da confissÃ£o alegada, juntou o extrato contÃ¡bil do autor onde atesta os emprÃ©stimos (OperaÃ§Ã£o nÂº 21717 do dia 19/01/2015 no valor de R$ 73.2020,81 e OperaÃ§Ã£o nÂº 532005 do dia 19/01/2015 no valor de R$ 51.089,82), que juntos totalizavam o valor total da dÃ-vida do autor quando dos primeiros emprÃ©stimos no aporte de R$ 122.021,97 (cento e vinte e dois mil, vinte e um reais e noventa e sete centavos). Alega ainda regularidade nos descontos, dentre outras arguiÃ§Ãµes, quedando-se pela improcedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â RÃ©plica em fls. 150/157. Â Â Â Â Â Despacho saneador em fls. 159, no qual a apartes pleiteiam julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Cinge-se a matÃ©ria sobre a regularidade nos descontos que foram efetuados em contracheque da autora, na qual a mesma alega ser abusiva, posto informar que foi levada a assinar um dos contratos

de emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Da relaÃ§Ã£o de consumo Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente aos rÃ©us., pois o demandante Ã© consumidor do produto emprÃ©stimo bancÃ¡rio (elemento objetivo da relaÃ§Ã£o de consumo) fornecido pela demandada. Ademais, estÃ¡ presente o elemento teleolÃ³gico da relaÃ§Ã£o de consumo consistente na finalidade com a qual o consumidor adquire produtos ou contrata serviÃ§o, qual seja, a de destinatÃ¡rio final. Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. O CDC rege as operaÃ§Ãµes bancÃ¡rias, inclusive as de mÃºtuo ou de abertura de crÃ©dito, pois relaÃ§Ãµes de consumo. O produto da empresa de banco Ã© o dinheiro ou o crÃ©dito, bem juridicamente consumÃ-vel, sendo, portanto, fornecedora; e consumidor o mutuÃ¡rio ou creditado. SÃºmula 297 do STJ: Â¿O CÃ³digo de Defesa do Consumidor Ã© aplicÃ¡vel Ã s instituiÃ§Ãµes financeiras.Â¿. Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Da InversÃ£o do Ãnus da Prova Â Â Configurada a relaÃ§Ã£o de consumo hÃ¡ de se reconhecer em face do desequilÃ-brio tÃ©cnico a referida inversÃ£o. Importante salientar que o consumidor apresentou a prova inequÃ-voca com os documentos juntados nos autos que efetuou o pagamento do boleto contestado. Assim, a prova da mÃ¡-fÃ© ficou caracterizada e o consumidor acabou fazendo prova do que deveria ser do fornecedor. Â Â Sabe-se que conforme o artigo 6Âº, VIII, do CDC, aplica-se o instituto da inversÃ£o do Ã´nus da prova ao direito consumerista, diante da hipossuficiÃªncia da parte consumidora. Em razÃ£o disso, a aplicaÃ§Ã£o do instituto da inversÃ£o do Ã´nus da prova Ã© a medida que se impÃµe ao caso. Â Â RelaÃ§Ã£o de Consumo e ExplanaÃ§Ã£o Geral acerca Da Natureza Contratual Celebrada Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de emprÃ©stimos, na modalidade AdesÃ£o e que atrai os auspÃ-cios do CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o que se estabeleceu entre as partes Ã© uma relaÃ§Ã£o consumerista, sendo o autor o consumidor e o rÃ©u o fornecedor. O que se configura pela relaÃ§Ã£o financeira existente entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato do qual se pretende a revisÃ£o Ã© de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciaÃ§Ã£o mais apurada, para que nÃ£o desnature o contrato, ou seja, nÃ£o se deve revisar clÃ¡usulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vÃ-cio ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condiÃ§Ã£o nÃ£o avenÃ§ada previamente, mas restringe-se apenas revisÃ£o de condiÃ§Ãµes que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercÃ-cio hermenÃªutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal contrato Ã© a expressÃ£o contemporÃ¢nea do modo de produÃ§Ã£o e comÃ©rcio massificado. Modo este que se reflete diretamente na construÃ§Ã£o dos instrumentos contratuais, como a elaboraÃ§Ã£o de clÃ¡usula estipuladas unilateralmente, superando o exercÃ-cio dialÃ©tico, em uma participaÃ§Ã£o direta dos sujeitos envolvidos na construÃ§Ã£o do texto contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pressuposto fundamental do contrato Ã© indubitavelmente o exercÃ-cio da vontade e esta nÃ£o estÃ¡ ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restriÃ§Ã£o na participaÃ§Ã£o direta na elaboraÃ§Ã£o das clÃ¡usulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessÃ£o do crÃ©dito para emprÃ©stimos consignados.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vontade se manifesta no ato de aderir ou nÃ£o Ã s condiÃ§Ãµes previamente apresentadas pela instituiÃ§Ã£o concessiva do crÃ©dito financeiro. O objeto do contrato Ã© o dinheiro investido na aquisiÃ§Ã£o dos referidos emprÃ©stimos, o qual enseja cobranÃ§a de juros, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos manifesta-se a legislaÃ§Ã£o: CPC. Art. 190.Â Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposiÃ§Ã£o, Ã© lÃ-cito Ã s partes plenamente capazes estipular mudanÃ§as no procedimento para ajustÃ¡-lo Ã s especificidades da causa e convencionar sobre os seus Ã´nus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. ParÃ¡grafo Ãºnico.Â De ofÃ-cio ou a requerimento, o juiz controlarÃ¡ a validade das convenÃ§Ãµes previstas neste artigo, recusando-lhes aplicaÃ§Ã£o somente nos casos de nulidade ou de inserÃ§Ã£o abusiva em contrato de adesÃ£o ou em que alguma parte se encontre em manifesta situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de AdesÃ£o Â Art. 54. Contrato de adesÃ£o Ã© aquele cujas clÃ¡usulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviÃ§os, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteÃºdo. Â Â§ 1Â° A inserÃ§Ã£o de clÃ¡usula no formulÃ¡rio nÃ£o desfigura a natureza de adesÃ£o do contrato. Â Â§ 2Â° Nos contratos de adesÃ£o admite-se clÃ¡usula resolutÃ³ria, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no Â§ 2Â° do artigo anterior. Â Â§ 3o Os contratos de adesÃ£o escritos serÃ£o redigidos em termos claros e

com caracteres ostensivos e legÃ-veis, cujo tamanho da fonte nÃ£o serÃ¡ inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensÃ£o pelo consumidor.Â (RedaÃ§Ã£o dada pela nÂº 11.785, de 2008) Â Â§ 4Â° As clÃ¡usulas que implicarem limitaÃ§Ã£o de direito do consumidor deverÃ£o ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fÃ¡cil compreensÃ£o. CC Art. 421. A liberdade de contratar serÃ¡ exercida em razÃ£o e nos limites da funÃ§Ã£o social do contrato. Art. 422. Os contratantes sÃ£o obrigados a guardar, assim na conclusÃ£o do contrato, como em sua execuÃ§Ã£o, os princÃ-pios de probidade e boa-fÃ©. Art. 423. Quando houver no contrato de adesÃ£o clÃ¡usulas ambÃ-guas ou contraditÃ³rias, dever-se-Ã¡ adotar a interpretaÃ§Ã£o mais favorÃ¡vel ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesÃ£o, sÃ£o nulas as clÃ¡usulas que estipulem a renÃºncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negÃ³cio. Art. 425. Ã lÃ-cito Ã s partes estipular contratos atÃ-picos, observadas as normas gerais fixadas neste CÃ³digo. Art. 426. NÃ£o pode ser objeto de contrato a heranÃ§a de pessoa viva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela natureza do contrato de adesÃ£o, vÃª-se que as possibilidades de revisÃ£o das clÃ¡usulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fÃ©, tendo em vista o que dispÃµe o CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em acrÃ©scimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tÃ£o importante quanto a estrutura do contrato Ã© o ato volitivo das partes, que fazem a opÃ§Ã£o com conhecimento prÃ©vio dos termos estabelecidos, sendo que estes sÃ³ podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fÃ©, e isso, entendo, como engano deliberado, simulaÃ§Ã£o ou mesmo fraude, que de modo inevitÃ¡vel limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, estÃ¡ viciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcanÃ§am com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de carÃ¡ter, porque nÃ£o afirmar, metafÃ-sico, digo com isso: o dinheiro, o crÃ©dito nÃ£o possui corpo, porÃ©m, influÃªncia de forma substancial nas vidas das pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Qualquer homem de consciÃªncia mediana sabe que o lucro Ã© o objetivo das empresas, porÃ©m, o lucro nÃ£o pode ser ofensivo Ã moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituiÃ§Ãµes estatais, forjadas no liberalismo, uma funÃ§Ã£o precÃ-pua de nÃ£o permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que nÃ£o possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesÃ£o, com suas condiÃ§Ãµes, estÃ£o de acordo com as previsÃµes legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se verifica no contrato, as clÃ¡usulas foram previamente apresentadas e as condiÃ§Ãµes estipuladas pela rÃ© para a concessÃ£o do crÃ©dito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestaÃ§Ã£o volitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos princÃ-pios da boa fÃ© e da funÃ§Ã£o social do contrato, de modo algum, tais princÃ-pios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposiÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de clÃ¡usulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso quero dizer que nÃ£o se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciÃ¡rio de cumprir com as prestaÃ§Ãµes contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A boa-fÃ© Ã© conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressÃ£o da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesÃ£o, se resume no contratar ou nÃ£o, como jÃ¡ dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em anÃ¡lise, a parte autora jÃ¡ sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos atÃ© o final do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salvo melhor juÃ-zo, nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas ou condiÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a opÃ§Ã£o que restou Ã parte autora foi contratar ou nÃ£o contratar, e mesmo sabendo das condiÃ§Ãµes que pretende revisar por meio de aÃ§Ã£o judicial, decidiu por um ato voluntÃ¡rio comprometer-se com as clÃ¡usulas contratuais. Confira-se a jurispriudencia: APELAÃÃO EM AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÃÃES: MÃRITO: ALEGAÃÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÃUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÃMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÃTICA DECIDIDA Ã LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÃÃO? FRUIÃÃO DO BEM? JUROS ATINENTES Ã TAXA MÃDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÃÃES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÃÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÃNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConstruÃ-da tal premissa, enfrento as questÃµes que este juÃ-zo acompanha em entendimento os tribunais superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antes da anÃ¡lise dos demais

pontos, insta esclarecer que pelo conjunto probante apresentado quedo-me pela total licitude das clÃ¡usulas contratuais estipuladas no contrato de adesÃ£o por ora discutido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abusividade das ClÃ¡usulas Contratuais e demais taxas desarrazoadas e RepetiÃ§Ã£o de IndÃ©bito Â Â Â Â Â Â Â Â Â A respeito pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, a legislaÃ§Ã£o pÃ¡tria preceitua que quem recebe pagamento indevido deve devolvÃª-lo, sob pena de locupletamento. Sendo, portanto, dois os requisitos, a saber, a cobranÃ§a extrajudicial indevida de dÃ-vida e o efetivo pagamento do indÃ©bito. Art. 876 - Todo aquele que recebeu o que lhe nÃ£o era devido fica obrigado a restituir; obrigaÃ§Ã£o que incumbe Ã quele que recebe dÃ-vida condicional antes de cumprida a condiÃ§Ã£o. (cÃ³digo civil de 2002). Art. 42 - Na cobranÃ§a de dÃ©bitos, o consumidor inadimplente nÃ£o serÃ¡ exposto a ridÃ-culo, nem serÃ¡ submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaÃ§a. ParÃ¡grafo Ãºnico - O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito Ã repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros legais, salvo hipÃ³tese de engano justificÃ¡vel. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento ao entendimento jurisprudencial que vem sendo formado sobre o tema, entendo que a devoluÃ§Ã£o deve se dar em dobro nos casos em que sÃ£o cobrados valores acima do previsto em contrato, posto que configura a mÃ¡-fÃ© do rÃ©u a cobranÃ§a infringindo clÃ¡usula contratual. Entendo que o contrato pactuado livremente pelas partes nÃ£o guarnece de abusividade alguma. Neste sentido, quanto ao pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento dos valores do emprÃ©stimo, de acordo com a previsÃ£o da autora, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo se houvesse a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, nÃ£o hÃ¡ que se falar em devoluÃ§Ã£o em dobro pois nÃ£o restaram configurados os elementos propostos pelo CDC, e nem hÃ¡ que se alegar a abusividade dos juros remuneratÃ³rios, tendo em vista que a taxa de juros de crÃ©dito pessoal cobrada ao tempo do contrato nÃ£o pode ser considerada abusiva. Quanto a cumulaÃ§Ã£o de encargos para a fase de inadimplÃªncia devemos rever a jurisprudÃªncia do STJ. Citamos os seguintes enunciados das sÃºmulas da jurisprudÃªncia dominante do Tribunal superior: SÃºmula nÂº 30: A comissÃ£o de permanÃªncia e a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sÃ£o inacumulÃ¡veis. SÃºmula nÂº 296: Os juros remuneratÃ³rios, nÃ£o cumulÃ¡veis com a comissÃ£o de permanÃªncia, sÃ£o devidos no perÃ-odo de inadimplÃªncia, Ã taxa mÃ©dia de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado. SÃºmula nÂº 472: A cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia - cujo valor nÃ£o pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratÃ³rios e moratÃ³rios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratÃ³rios, moratÃ³rios e da multa contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, permite-se cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia, juros moratÃ³rios, juros remuneratÃ³rios, multa contratual e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, desde que a cobranÃ§a dos referidos encargos nÃ£o seja cumulada, posto que se revela inadmissÃ-vel a coexistÃªncia da comissÃ£o de permanÃªncia com outros encargos moratÃ³rios, sob pena da ocorrÃªncia do bis in idem. Como no caso em tela, restou demonstrado que nÃ£o houve cumulaÃ§Ã£o dos referidos encargos, portanto, nÃ£o hÃ¡ que se falar em ilegalidade. A jurisprudÃªncia Ã© assente em casos como esses. Colaciono: APELAÃÃO CÃVEL - EMBARGOS DO DEVEDOR - INSTITUIÃÃO FINANCEIRA - CAPITALIZAÃÃO - PACTUAÃÃO EXPRESSA - POSSIBILIDADE - COBRANÃA DE COMISSÃO DE PERMANÃNCIA NÃO CUMULADA COM DEMAIS ENCARGOS - LEGALIDADE. As normas do CDC sÃ£o aplicÃ¡veis Ã s relaÃ§Ãµes estabelecidas com instituiÃ§Ãµes financeiras conforme prevÃª a SÃºmula 297 do STJ. ApÃ³s a ediÃ§Ã£o da MP 1963-17, a capitalizaÃ§Ã£o mensal de juros Ã© possÃ-vel, desde que expressamente pactuada no instrumento contratual. Ã possÃ-vel a cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia, desde que contratada entre as partes e limitada Ã taxa do contrato, vedada apenas sua cumulaÃ§Ã£o com juros remuneratÃ³rios, moratÃ³rios e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Recurso parcialmente provido. Restando comprovado atravÃ©s de laudo pericial nÃ£o ter havido a cobranÃ§a cumulada da comissÃ£o de permanÃªncia, devem os embargos ser julgados improcedentes. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel 1.0145.10.050259-3/001, Relator(a): Des.(a) EstevÃ£o Lucchesi , 14Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 09/02/2012, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 17/02/2012). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, o requerente questiona clÃ¡usulas contratuais que foram livremente pactuadas pelas partes e que estÃ£o em consonÃ¢ncia com a atual jurisprudÃªncia do STJ, nÃ£o se vislumbrando, a princÃ-pio, abusividade. Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Â Â Inclusive, o Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que nÃ£o se pode falar de abusividade na pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios sÃ³ pelo fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar, por exemplo, 12% ao ano - como no presente. Ao contrÃ¡rio, a abusividade destes sÃ³ pode ser declarada, caso a caso, Ã vista de taxa comprovadamente discrepante, de modo substancial, da mÃ©dia do mercado na praÃ§a do emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AliÃ¡s, tambÃ©m Ã© pacifico o entendimento jurisprudencial no sentido de que Ã© permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias, in verbis: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.Â AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO COM PACTO DE ALIENAÃÃO FIDUCIÃRIA. JUROS REMUNERATÃRIOS PACTUADOS. CAPITALIZAÃÃO DE JUROS. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. TARIFAS BANCÃRIAS. MORA CONFIGURADA.Â AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal de origem consignou que a taxa de juros praticada pela InstituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria deveria observar a taxa mÃ©dia de mercado apurada pelo Banco central para o perÃ-odo de contrataÃ§Ã£o, nÃ£o sendo abusiva a taxa de juros pactuada. Rever este entendimento implicaria no reexame do acervo fÃ¡tico-probatÃ³rio da demanda, o que Ã© vedado pelo teor da SÃºmula 7 do STJ. 2. "Ã permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados apÃ³s 31.3.2000, data da publicaÃ§Ã£o da Medida ProvisÃ³ria n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." (REsp 973.827/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÃÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012). 3. Admite-se a comissÃ£o de permanÃªncia durante o perÃ-odo de inadimplemento contratual, Ã taxa mÃ©dia dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (SÃºmula nÂº 294/STJ), desde que nÃ£o cumulada com a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria (SÃºmula nÂº 30/STJ), com os juros remuneratÃ³rios (SÃºmula nÂº 296/STJ) e moratÃ³rios, nem com a multa contratual. 4. Agravo regimental nÃ£o provido. (AgRg no AgRg no AREsp 613.726/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 14/05/2015) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destaque-se que o precedente citado se amolda perfeitamente ao caso, porquanto se trata igualmente de aÃ§Ã£o revisional de contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conclui-se, desta forma, que inexiste abusividade liminarmente detectada na taxa de juros cobrada, assim como na capitalizaÃ§Ã£o de juros, na medida em que nos contratos bancÃ¡rios Ã© permitida tanto uma como outra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o bastasse, as taxas de juros sÃ£o fiscalizadas pelo Banco Central com vistas a controlar o consumo e a inflaÃ§Ã£o, pelo que nÃ£o pode o interesse particular sobrepor-se ao interesse coletivo, sobretudo quando nÃ£o comprovou na inicial o desacordo entre a taxa mÃ©dia de mercado e a cobrada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sabe-se, tambÃ©m, que este nÃ£o Ã© um serviÃ§o necessÃ¡rio, portanto, cabia ao consumidor a opÃ§Ã£o da compra e a verificaÃ§Ã£o de taxa menor existente no mercado, sendo certo que lhe foi dada a oportunidade de analisar os termos do contrato por ele assinado, tendo o autor ciÃªncia do valor das prestaÃ§Ãµes fixas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ImpossÃ-vel, pois, a procedÃªncia dos pedidos do autor de modo que este magistrado deve respeitar a autonomia da vontade das partes nÃ£o se podendo ignorar os termos do contrato celebrado livremente entre as partes. Assim, declaro ausente de abusividade as clÃ¡usulas por ora questionadas. Â Â Â Â Â Do MÃ©rito: Da IndenizaÃ§Ã£o dos Danos Materiais e Morais. Â Â Â Â Â Muito embora estejamos diante de um pedido indenizatÃ³ria na seara da responsabilidade civil, o cerne da questÃ£o aqui debatida Ã© determinar se os emprÃ©stimos sÃ£o devidos ou abusivos. Isso porque em sede de contestaÃ§Ã£o a empresa requerida fez prova do alegado e juntou comprovante dos contratos de emprÃ©stimos realizados pela autora , sendo OperaÃ§Ã£o nÂº 21717 do dia 19/01/2015 no valor de R$ 73.202,81 (setenta e trÃªs mil, duzentos e dois reais e oitenta e um centavos) e OperaÃ§Ã£o nÂº 532005 do dia 19/01/2015 no valor de R$ 51.089,82 (cinquenta e um mil, oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos), que juntos totalizavam o valor total da dÃ-vida do autor quando dos primeiros emprÃ©stimos no aporte de R$ 122.021,97 (cento e vinte e dois mil, vinte e um reais e noventa e sete centavos), referentes aos dÃ©bitos de CartÃ£o de CrÃ©dito, BANPARACARD, CONSIGNADO, SAZONAL. Assim, nota-se que ambos contratos se referem ao aporte de valores para a quitaÃ§Ã£o da dÃ-vida do autor. Â Â Â Â Â De pronto, esclareÃ§o que, ainda que o autor tivesse pleiteado a reduÃ§Ã£o dos emprÃ©stimos para se amoldar ao limite legal de 30%, entendo que nÃ£o se aplica o limite de 30% previsto para emprÃ©stimos consignados em folha de pagamento aos emprÃ©stimos realizados para desconto nÃ£o compulsÃ³rios de prestaÃ§Ãµes na conta corrente do consumidor, tendo em vista que se tratam de modalidades distintas, razÃ£o pela qual as referidas parcelas nÃ£o podem ser somadas Ã queles consignadas no contracheque para fins de apuraÃ§Ã£o da margem consignÃ¡vel, o que nÃ£o foi pedido pelo autor, que reservou em alegar tÃ£o somente que foi levado a assinar um contrato de emprÃ©stimo e que nunca recebeu valor relativo ao emprÃ©stimo concernente a OperaÃ§Ã£o de nÂº 532005, CÃ©dula de CrÃ©dito BancÃ¡rio - Consignado SEAD NÂº 3286152. Â Â Â Â Â Â Â Importante salientar que o requerido nÃ£o se eximiu de fazer a comprova de que, de fato, os valores que o autor alega jamais ter recebidos, foram disponibilizados na conta do autor, conforme lastro

probatÃ³rio juntado em fls. 148 (frente e verso), dentre outros. Â Â Â Â Â Nesse contexto, estamos diante do que se convenciona chamar de Pacta Sunt Servanda, onde as partes realizaram contrato livremente, aceitando o que ali se estipula, tendo cada um arcando com sua contraprestaÃ§Ã£o. De tudo o que se observa, o requerido apresentou todos os documentos necessÃ¡rios para contradizer os fatos alegados pela autora. Imputando-lhe a InversÃ£o do Ãnus da Prova, o rÃ©u nÃ£o se desincumbiu de comprovar os fatos entÃ£o aventados. Logo, estando o contrato de adesÃ£o lÃ-cito e livremente aceito pelo autor, conforme documentos acostados em fls.116/117 (CÃ©dula de CrÃ©dito BancÃ¡rio - Consignado SEAD NÂº 3286152) e Contrato Particular de ConfissÃ£o de NovaÃ§Ã£o de DÃ-vida em fls. 118/119 e nÃ£o havendo prova alguma de que o requerido agiu de mÃ¡-fÃ© levando o autor a assinar contrato de emprÃ©stimo, nÃ£o hÃ¡ que se falar em ato ilÃ-cito praticado pelo requerido, quebrando-se o nexo de causalidade e afastando-se a responsabilidade civil almejada. Assim, cai por terra pedido de danos materiais e morais alegados, bem como repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito pleiteado. ForÃ§oso reconhecer a improcedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Dispositivo Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo improcedente o pedido inicial, extinguindo o feito, com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Condeno, ainda, o Autor ao pagamento das custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, mas suspendo sua exigibilidade, nos termos do art. 12 da Lei nÂº 1.060/1950, em razÃ£o de tratar-se de beneficiÃ¡rio da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 02842875620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:JOSÉ MARIA MORAES JUNIOR Representante(s): OAB 7448 - MANOEL DE JESUS SILVA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:RAQUEL SILVA TAVARES SOUZA Representante(s): OAB 13134 - ANTONIO DOS SANTOS GAMA JUNIOR (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO ORDINÃRIA DE OBRIGAÃÃO DE FAZER proposta por JOSÃ MARIA MORAES JUNIOR em desfavor de RAQUEL SILVA TAVARES SOUZA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega o autor que adquiriu o veÃ-culo Citroen/C3 EXCL 1.4 Flex, ano 2010/2011, 5P/82CV/1360CC, Chassi 935FCKFVYBB558683, Placa NTB 3192, junto Ã Auto Porte VeÃ-culos, com a ciÃªncia de que o mesmo estava alienado Ã Caixa EconÃ´mica Federal em nome da Requerida. Assim, apÃ³s dirigiu-se a CEF e com a anuÃªncia do titular do financiamento foi gerado o boleto para quitaÃ§Ã£o. Ocorre, que mesmo com a quitaÃ§Ã£o do financiamento do veÃ-culo adquirido, a requerida se recusa a entregar o CRV e proceder a transferÃªncia do mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, requereu a obrigaÃ§Ã£o de fazer para que a RÃ© assinasse o documento de transferÃªncia do veÃ-culo e a retirada do bloqueio administrativo lanÃ§ado junto ao DETRAN/PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a inicial juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pleito antecipatÃ³rio inicialmente nÃ£o foi acolhido, consoante decisÃ£o de fls. 60. Mas depois no curso da instruÃ§Ã£o foi acolhida a antecipaÃ§Ã£o, em relaÃ§Ã£o ao pedido do DETRAN/PA emitir boleto para o licenciamento do veÃ-culo em questÃ£o, fls. 63. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia, fls. 77, apenas compareceu a rÃ©, ausente o autor, a quem foi aplicada multa de 1% sobre a vantagem econÃ´mica pretendida pela ausÃªncia injustificada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi determinada novamente a expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao DETRAN para emissÃ£o de novo boleto de licenciamento anual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em nova audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, ausente a parte rÃ©, fls. 97/98. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se aqui de aÃ§Ã£o que tem por objeto reconhecimento de obrigaÃ§Ã£o de fazer e consequente ordem em tal sentido, passando ao exame do mÃ©rito, e nesse exame o resultado aponta para a procedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Incontroversa a negociaÃ§Ã£o havida entre as partes, de que o autor, adquiriu veÃ-culo junto Ã Auto Porte VeÃ-culos, e o mesmo estava em nome da Requerida. Ã certo ainda que a requerida nÃ£o providenciou a transferÃªncia do veÃ-culo para o nome do autor, mesmo tendo este quitado o financiamento do referido veÃ-culo, o que seria o correto e se constitui na praxe em negÃ³cios de tal natureza, esse permanecendo em nome da requerida junto ao DETRAN, conforme se observa dos documentos dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerida, mesmo presente espontaneamente na audiÃªncia nÃ£o apresentou defesa nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A inÉrcia da requerida Ã© inaceitÃ¡vel vez que sem dÃºvida gera grande prejuÃ-zos ao autor, pois como ele refere, nÃ£o tem a propriedade plena do bem, em que pese ter sua posse e ter pago por isso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, o reconhecimento da obrigaÃ§Ã£o de fazer referente Ã transferÃªncia do veÃ-culo para o nome do autor Ã© pertinente. Desta feita, determino que em 30 (trinta) dias a requerida transfira o veÃ-culo Citroen/C3 EXCL 1.4 Flex, ano 2010/2011, 5P/82CV/1360CC, Chassi 935FCKFVYBB558683, Placa NTB 3192 para o nome do autor. E desde logo enseja-se a previsÃ£o de

multa diÃ¡ria para o caso de descumprimento desse prazo em qualquer das diligÃªncias cuja realizaÃ§Ã£o seja afeta Ã requerida e nÃ£o ao DETRAN/PA. Essa penalizaÃ§Ã£o desde logo determino em R$-1.000,00 (mil reais) ao dia de descumprimento, limitando-a em seu total a R$-30.000,00 (trinta mil reais), que foi o preÃ§o de venda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTE O EXPOSTO, julgo procedente a aÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer que JOSÃ MARIA promove contra RAQUEL SILVA TAVARES SOUZA, determinando Ã requerida que em 30 (trinta) dias proceda a transferÃªncia do veÃ-culo em questÃ£o para o nome do autor, pena de multa diÃ¡ria para o caso de descumprimento no valor de R$-1.000,00 (mil reais) desse prazo em qualquer das diligÃªncias cuja realizaÃ§Ã£o lhe seja afeta e nÃ£o ao prÃ³prio DETRAN, desde logo delimitada a penalizaÃ§Ã£o no seu total em R$-30.000,00 (trinta mil reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte rÃ© ao pagamento das custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que, equitativamente, fixo em 10% do valor da causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 03392917820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:LILIANE DA SILVA CARDOSO Representante(s): OAB 16253 - ANTONIO BARBOSA DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO) OAB 25118 - ANTONIO MOREIRA DE SOUZA NETO (ADVOGADO) REU:EMPRESA TIM CELULAR SA REU:QUANTA SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA ME Representante(s): OAB 14800 - RICARDO NASSER SEFER (ADVOGADO) OAB 23230 - FELIPE JALES RODRIGUES (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE RESTITUIÃÃO DE QUANTIAS PAGAS C/C REPAÃÃO DE DANOS MATERIAISE MORAIS C/C PEDIDO DE ANTECIPAÃÃO DE TUTELA movida por LILIANA DA ILVA CARDOSO em face de TIM CELULAR S.A e QUANTA SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA-ME (GRENFIX). Â Â Â Â Â Alega a autora que adquiriu no dia 19/12/2015 um aparelho telefÃ´nico celular, marca Apple, modelo Iphone 5c 8GB - Branco, pela quantia de R$ 1.648,00 (hum mil seiscentos e quarenta e oito reais) para o seu prÃ³prio uso. Â Â Â Â Â Aduz que apÃ³s 108 dias de uso comeÃ§ou a apresentar defeitos consistente no display inviabilizando o uso e a realizaÃ§Ã£o e recebimento de chamadas. Informa que enviou todos os esforÃ§os para encaminhar o aparelho para assistÃªncia tÃ©cnica, e sÃ³ apÃ³s o dia 19/05/2016 em nome do marido da autora. Â Â Â Â Â Esclarece que jÃ¡ havia enviado para a autorizada e a mesma se recusou em fornecer a ordem de serviÃ§o solicitada. Se recusando de receber o aparelho alegando mau uso e que nÃ£o estaria na garantia. Â Â Â Â Â ConciliaÃ§Ã£o infrutÃ-fera Ã s fls. 26. Â Â Â Â Â Devidamente citado o rÃ©u, QUANTA SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA-ME, contestou conforme fls. 44. E a segunda requerida nÃ£o contestou a aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â RelaÃ§Ã£o de consumo: Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente aos rÃ©us. Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Da Revelia. Â Â Â Â Â Devidamente citado, a rÃ© TIM CELULAR S.A, nÃ£o apresentou defesa ou contestaÃ§Ã£o, assim, declaro a revelia da referida rÃ©. Â Â Â Â Â o silÃªncio da rÃ© faz presumir verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial, autorizando o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Observa-se que a parte rÃ© apesar de devidamente citada, conforme recebimento de AR recebido, fls. 25, nÃ£o apresentou contestaÃ§Ã£o. Assim, faz nascer Ã presunÃ§Ã£o de veracidade dos fatos alegados pela autora, nos termos 344 do CPC em funÃ§Ã£o da revelia do rÃ©u. Â Â Â Â Â Sendo assim, apesar da posiÃ§Ã£o de inegÃ¡vel vantagem em que se encontra o autor, uma vez que estÃ¡ dispensado de qualquer esforÃ§o para provar os fatos afirmados, Ã revelia do rÃ©u, por si sÃ³, nÃ£o determina a procedÃªncia da demanda. Â Â Â Â Â Enfrentado esta fundamentaÃ§Ã£o acerca da revelia, passo Ã decisÃ£o. Â Â Â Â Â Do MÃ©rito. Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o indenizatÃ³ria, pautada em vÃ-cio do produto, ainda na vigÃªncia da garantia e no seu nÃ£o reparo no prazo estabelecido pelo artigo 18, Â§ 1Âº, CDC. Â Â Â Â Â Nesse particular, verifica-se que a compra se deu no dia 19 de dezembro de 2015 e, apesar de a Autora ter afirmado que os defeitos tiveram inÃ-cio cerca de quatro meses depois, nÃ£o hÃ¡ qualquer prova nesse sentido. Â Â Â Â Â A OS de fls. 3577 nos permite concluir que o defeito ocorreu, em verdade, Ã s vÃ©speras do dia 19/05/2016, quando da entrada do produto em assistÃªncia tÃ©cnica. Â Â Â Â Â Nesse contexto, por expressa disposiÃ§Ã£o legal, cuidando-se de vÃ-cio de bem durÃ¡vel, a questÃ£o rege-se pelos artigos 18 e 20 do CÃ³digo de Defesa do Consumidor, havendo responsabilidade

solidÃ¡ria e objetiva entre o fabricante e os fornecedores dos produtos ou dos serviÃ§os. Estes somente se isentam comprovando que o defeito decorreu de culpa do consumidor. Â Â Â Â Â Desse modo, in casu, o Ã´nus da prova cabe Ã s requeridas, na condiÃ§Ã£o de fornecedora e assistÃªncia tÃ©cnica do produto. Â Â Â Â Com efeito, no caso em exame, merece acolhimento a pretensÃ£o do Autor, pois incontroversa a aquisiÃ§Ã£o do aparelho celular, o defeito apresentado poucos meses apÃ³s a compra, bem como, a ausÃªncia de conserto por parte da assistÃªncia tÃ©cnica, ou outra soluÃ§Ã£o pela comerciante.Â Â Â Â Â Assim, constatado o vÃ-cio no produto, tendo o mesmo sido analisado pela assistÃªncia tÃ©cnica autorizada, sem a devida soluÃ§Ã£o do problema, o consumidor faz jus Ã substituiÃ§Ã£o deste por outro da mesma espÃ©cie, em perfeitas condiÃ§Ãµes de uso, nos termos do art. 18, Â§ 1Âº, inciso I do CDC. Â Â Â Â A 1Âª requerida nÃ£o se manifestou sobre nenhum dos fundamentos sustentados pelo autor, mesmo sendo devidamente citada conforme AR Ã s fls. 25 dos autos. Â Â Â Â Verifico que a 2Âª. RÃ© nÃ£o comprovou, quando lhe cabia, por forÃ§a do disposto no artigo 6Âº, VIII, CDC, que o aparelho nÃ£o apresentava imagem (fls. 21) em virtude de mÃ¡ utilizaÃ§Ã£o por parte do consumidor. Assim, forÃ§oso reconhecer a verossimilhanÃ§a das alegaÃ§Ãµes autorais de que o defeito apresentado Ã© um vÃ-cio do produto, nÃ£o podendo ser atribuÃ-do ao mau uso, ainda mais em vista da condiÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia, bem como da presunÃ§Ã£o de boa-fÃ© de que goza o consumidor. Â Â Â Â Deve ser destacado que a requerida nÃ£o comprovou que o defeito no aparelho decorreu por culpa da autora, Ã´nus processual que lhe cabia em razÃ£o da inversÃ£o do Ã´nus da prova determinada pelo CDC. Â Â Â Â Por sua vez a requerida, em contestaÃ§Ã£o, nÃ£o impugnou especificadamente a matÃ©ria aventada na exordial, nem trouxe documentos probantes do seu direito, apenas juntou uma contestaÃ§Ã£o genÃ©rica. Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o o Ã´nus daÂ provaÂ incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito (CPC, art. 333, I); e ao rÃ©u aÂ provaÂ dos fatos extintivos, impeditivos ou modificativos do direito alegado (inciso II do art. 333, CPC). No caso dos autos, o autor se desincumbiu do Ã´nus que lhes competia comprovando de forma satisfatÃ³ria, por meio deÂ provaÂ documental. Em contra partida, o requerido se limitou em contestar a aÃ§Ã£o sem produzir qualquerÂ provaÂ no sentido de comprovar suas alegaÃ§Ãµes, ou seja, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado pelo autor. Â Â Â Â Â Neste sentido: APELAÃÃO CÃVEL - AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/C REPETIÃÃO DE INDÃBITO E DANOS MORAIS - EMPRÃSTIMO CONSIGNADO - VALIDADE DA CONTRATAÃÃO - NÃO COMPROVADA -AUSÃNCIA DO CONTRATO E DO REPASSE DO VALOR SUPOSTAMENTE CONTRATADO - DANO MORAL - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - MINORAÃÃO DO QUANTUM ARBITRADO - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO IMPROVIDO. NÃ£o hÃ¡ nos autos contrato nem mesmo o comprovante de cumprimento da ordem de pagamento feita Ã autora/apelada, restando evidente que a relaÃ§Ã£o jurÃ-dica nÃ£o restou demonstrada, e versando os autos sobre relaÃ§Ã£o consumerista, o banco nÃ£o se desincumbiu em comprovar que a contrataÃ§Ã£o foi legÃ-tima, conclui-se que os valores descontados do benefÃ-cio previdenciÃ¡rio da autora, sÃ£o ilegais. Dessa forma, a ausÃªncia de efetiva prova da transaÃ§Ã£o permite conferir verossimilhanÃ§a Ã alegaÃ§Ã£o de que os descontos em seu benefÃ-cio previdenciÃ¡rio sÃ£o nulos, fazendo jus Ã declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia dos dÃ©bitos ensejando a repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito de forma simples e a condenaÃ§Ã£o em danos morais, como declarado na sentenÃ§a objurgada. No que tange ao dano moral, nÃ£o se pode olvidar que os descontos indevidos na pensÃ£o previdenciÃ¡ria da apelante ocasionaram-lhe a reduÃ§Ã£o de seu mÃ³dico benefÃ-cio e, por conseguinte, a restriÃ§Ã£o indireta Ã constituiÃ§Ã£o de relaÃ§Ãµes creditÃ-cias com terceiros, porÃ©m, a indenizaÃ§Ã£o fixada em R$3.000,00 (trÃªs mil reais), demonstra-se razoÃ¡vel e proporcional a atender aos critÃ©rios de reparaÃ§Ã£o do dano, ao grau de culpa, Ã extensÃ£o do prejuÃ-zo e Ã condiÃ§Ã£o social dos envolvidos. (TJ-MS - AC: 08131374220198120001 MS 0813137-42.2019.8.12.0001, Relator: Des. Divoncir Schreiner Maran, Data de Julgamento: 16/07/2020, 1Âª CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 21/07/2020). Â Â Â Â Â Se a rÃ© o alega, deveria provÃ¡-lo - como nÃ£o o fez, concluo que houve defeito oculto no aparelho que autoriza a aplicaÃ§Ã£o do artigo 18 do CÃ³digo de Defesa do Consumidor - por isso tem a autora o direito de receber o valor pago pelo produto. Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao dano moral, de tudo o que consta nos autos, a matÃ©ria versa eminentemente sobre aspectos contratuais e o autor alega inconvenientes que sugerem danos subjetivos, se vislumbrando prejuÃ-zos que levam a entender um dano que ultrapassou a esfera patrimonial na magnitude do quantum pleiteado. Â Â Â Â Â Sabe-se que o arbitramento se entrelaÃ§a com o instituto dos danos morais, posto serem arbitrados de maneira subjetiva pelo magistrado levando-se em consideraÃ§Ã£o os fatos e a matÃ©ria. Logo, no que diz respeito aos danos morais, me inclino a decidir favorÃ¡vel ao autor, porÃ©m arbitrando um quantum razoÃ¡vel. Â Â Â Â Â No ponto, Ã vista da inexistÃªncia de parÃ¢metros legais, o julgador deve observar os princÃ-pios da proporcionalidade e razoabilidade. Outrossim, deve atentar para a natureza jurÃ-dica da indenizaÃ§Ã£o, que deve constituir uma pena ao causador do dano e, concomitantemente, compensaÃ§Ã£o ao lesado,

alÃ©m de cumprir seu cunho pedagÃ³gico sem caracterizar enriquecimento ilÃ-cito.Â Â Â Â Â Â Neste contexto, entendo que o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) Ã© suficiente para compensar os transtornos suportados pelo Autor, e desestimular as RÃ©s, a no futuro, praticarem atos semelhantes. Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a aÃ§Ã£o e extingo o feito com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito na forma do art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil, para condenar as RÃ©s, solidariamente: 1)Â Â Â Â Â Ao reembolso da quantia de R$ 1.648,00 (hum mil seiscentos e quarenta e oito reais) dispendida na compra do aparelho celular, devidamente atualizado, a contar do evento danoso. 2)Â Â Â Â Â Ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a tÃ-tulo de danos morais, com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo INPC e juros de 1% ao mÃªs a partir da sentenÃ§a/arbitramento, consoante sÃºmula 362 do STJ. Â Â Â Â Â 3) Mantenho a multa cominada a 1Â° rÃ©, com multa de 1% da vantagem econÃ´mica pretendida pela autora, devido Ã ausÃªncia na audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, sem qualquer justificativa, considerando o que dispÃµe o art. 334, Â§ 4Â°, I do CPC. Â Â Â Â Â Assim, condeno as rÃ©s ao pagamento das despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 20% do valor da condenaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â BelÃ©m 05 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 03743104820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:GABRIELY JUSTINO DE CARVALHO Representante(s): OAB 17288 - ADRIANO GUALTIERO TONETTI (ADVOGADO) OAB 25751 - RAFAEL AIRES DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO UNIMED BELEM Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 24609 - RAPHAEL NOGUEIRA VON PAUMGARTTEN (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO DE OBRIGAÃÃO DE FAZER C/C INDENIZAÃÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA movida por GRABRIELY JUSTINO DE CARVALHO representada por seu genitor Jean Carlo Alves de Carvalho em face de UNIMED BELÃM COOPERATIVA DE TRABALHO MÃDICO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega a parte autora que aderiu ao plano de saÃºde do requerida, e que apÃ³s foi diagnosticada com lÃºpus eritematoso disseminado (CID M329) que evoluiu para nefrite e sÃ-ndrome nefrÃ³tica, necessidade com urgÃªncia de tratamento com pulsoterapia, esse que foi negado pela requerida sob a legaÃ§Ã£o de que a parte autora ainda estava cumprindo a carÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ingressou com a presente demanda para compelir o requerido a lhe prestar a cobertura do tratamento indicado e indenizaÃ§Ã£o por danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tutela deferida em fls. 40. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada, a requerida apresentou contestaÃ§Ã£o (fls. 71/94). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Agravo de instrumento com decisÃ£o acostada aos autos em fls. 154/156. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em audiÃªncia nÃ£o houve conciliaÃ§Ã£o, as partes apresentaram alegaÃ§Ãµes finais e requereram o julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer c/c pedido de tutela antecipada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos infere-se que nÃ£o hÃ¡ qualquer controvÃ©rsia acerca do contrato de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o de saÃºde entabulado entre as partes, bem como da necessidade de, Ã Ã©poca, ter dado toda a assistÃªncia ao autor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a anÃ¡lise das seguintes questÃµes: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelaÃ§Ã£o de consumo: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente aos rÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Ainda persiste com tranquilidade a visÃ£o de que a relaÃ§Ã£o do usuÃ¡rio com o plano de saÃºde comum Ã© de natureza consumerista, atraindo a aplicaÃ§Ã£o das normas do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A matÃ©ria gravita em torno de um dos bens mais caros ao ser humano, qual seja, a vida, isto Ã©, saÃºde. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sabe-se que o direito Ã saÃºde estÃ¡ Ã-nsito no rol dos direitos e garantias fundamentais da ConstituiÃ§Ã£o Federal, em seu art. 6Âº, que trata dos direitos sociais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Art. 6Âº SÃ£o direitos sociais a educaÃ§Ã£o, a saÃºde, a alimentaÃ§Ã£o, o trabalho, a moradia, o lazer, a seguranÃ§a, a previdÃªncia social, a proteÃ§Ã£o Ã maternidade e Ã infÃ¢ncia, a assistÃªncia aos desamparados, na forma desta ConstituiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adiante, a Carta Constitucional disciplina a SaÃºde no art. 196, dispondo o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Art. 196. A saÃºde Ã© direito de todos e dever do Estado, garantido mediante polÃ-ticas

sociais e econÃ´micas que visem Ã reduÃ§Ã£o do risco de doenÃ§a e de outros agravos e ao acesso universal e igualitÃ¡rio Ã s aÃ§Ãµes e serviÃ§os para sua promoÃ§Ã£o, proteÃ§Ã£o e recuperaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Ministro Celso de Mello manifestou-se quanto ao Direito Ã saÃºde e a obrigaÃ§Ã£o do poder pÃºblico em concedÃª-lo em sua completude: O direito Ã saÃºde - alÃ©m de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas representa consequÃªncia constitucional indissociÃ¡vel do direito Ã vida. O Poder PÃºblico, qualquer que seja a esfera constitucional de sua atuaÃ§Ã£o no plano da organizaÃ§Ã£o federativa brasileira, nÃ£o pode mostrar-se indiferente ao problema da saÃºde da populaÃ§Ã£o, sob pena de incidir, ainda que por omissÃ£o, em censurÃ¡vel comportamento inconstitucional O direito pÃºblico subjetivo Ã saÃºde traduz bem jurÃ-dico constitucionalmente tutelado, cuja integridade deve velar, de maneira responsÃ¡vel, o Poder PÃºblico (federal, estadual ou municipal) - polÃ-ticas sociais e econÃ´micas que visem garantir a plena consecuÃ§Ã£o dos objetivos proclamados no art. 196 da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica: (RE 271.286/RS). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem, a controvÃ©rsia existente diz respeito a possibilidade de o plano de saÃºde da autora arcar com os custos deferidos em sede de liminar, especificamente no que concerne ao fornecimento de pulsoterapia em face da doenÃ§a que acomete a parte autora. Ou seja, em confirmar a liminar. Com relaÃ§Ã£o a temÃ¡tica, hÃ¡ farta jurisprudÃªncia reconhecendo, em casos semelhantes, o direito da autora. Vejamos: AÃÃO COMINATÃRIA E INDENIZATÃRIA. PLANO DE SAÃDE. ATENDIMENTO QUE EVOLUIU PARA INTERNAÃÃO. EMERGÃNCIA. RECUSA DE COBERTURA. PERÃODO DE CARÃNCIA. DANO MORAL. NÃO COMPROVAÃÃO. I - A recusa na internaÃ§Ã£o da autora para realizaÃ§Ã£o de pulsoterapia com corticosteroide endovenoso, sob o argumento de que ela ainda estava no perÃ-odo de carÃªncia, foi ilÃ-cita, por se tratar de atendimento de emergÃªncia, resultante de lesÃµes multifocais cerebrais e na superfÃ-cie dorsal da medula espinhal associadas a quadro de substrato desmielinizante, arts. 12, inc. V, alÃ-nea c, e 35-C, inc. I, ambos da Lei 9.656/98. Mantido o julgamento de procedÃªncia do pedido cominatÃ³rio. II - A recusa indevida de cobertura Ã© ilÃ-cito contratual, que, por si sÃ³, nÃ£o enseja compensaÃ§Ã£o moral. Os fatos vivenciados pela apelada-autora, embora tenham gerado angÃºstia e ansiedade, nÃ£o fugiram Ã normalidade a ponto de interferir no seu estado psicolÃ³gico e emocional, com violaÃ§Ã£o aos seus direitos de personalidade. Improcedente o pedido de indenizaÃ§Ã£o por danos morais. III - ApelaÃ§Ã£o parcialmente provida. (TJ-DF 07050011820218070001, Relator: ANA MARIA AMARANTE, PresidÃªncia, Data de PublicaÃ§Ã£o: 27/10/2021) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, entendo que a autora fazia (e faz) jus ao custeio dos serviÃ§os deferidos em sede de liminar, sendo a recusa da rÃ© injustificÃ¡vel, nÃ£o sustentando a informaÃ§Ã£o de que a parte autora estava em perÃ-odo de carÃªncia, entendendo tal orientaÃ§Ã£o abusiva. AlÃ©m do mais, na peÃ§a de contestaÃ§Ã£o o rÃ©u nÃ£o juntou documentos capazes de contradizer os argumentos do autor. Subsiste, via de regra, a distribuiÃ§Ã£o do Ã´nus probatÃ³rio prevista no art. 333 do CPC, razÃ£o pela qual cabe ao rÃ©u a prova do fato impeditivo do direito do autor, o que nÃ£o fez o requerido nestes autos. Todavia, tratando-se de relaÃ§Ã£o de consumo e demonstrada a hipossuficiÃªncia tÃ©cnica do consumidor embargante, aplica-se o instituto da inversÃ£o do Ã´nus da prova, previsto no art. 6Âº, VIII, do CDC e, ainda assim, nada foi provado pela parte requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor pleiteou obrigaÃ§Ã£o de fazer que fora deferido em sede de liminar e cumprido pela requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o aos danos morais, entendo que a recusa indevida de cobertura Ã© ilÃ-cito contratual, que, por si sÃ³, nÃ£o enseja compensaÃ§Ã£o moral. Os fatos vivenciados pela parte autora, embora tenham gerado angÃºstia e ansiedade, nÃ£o fugiram Ã normalidade a ponto de interferir no seu estado psicolÃ³gico e emocional, com violaÃ§Ã£o aos seus direitos de personalidade. Assim, julgo improcedente o pedido de indenizaÃ§Ã£o por danos morais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Do Dispositivo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, julgo PARCIALMENE PROCEDENTE a pretensÃ£o da parte autora, confirmando a liminar em sua plenitude. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a parte rÃ© ao pagamento das custas, despesas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios que, equitativamente, fixo em 10% do valor da causa, tendo em vista a sucumbÃªncia mÃ-nima da parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita ao regime do art. 523, Â§ 1Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 03914318920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:MAURO GUTEMBERGUE NASCIMENTO BRANCH Representante(s): OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) AUTOR:DULCIRENE PEREIRA LAU BRANCH Representante(s): OAB 18988 - RENAN AZEVEDO SANTOS (ADVOGADO) REU:COLARES CONSTRUTORA E INCORPORADORA SOCIEDADE SIMPLES

LTDA Representante(s): OAB 3847 - ELIETE DE SOUZA COLARES (ADVOGADO) OAB 25240 - CAROLAINE CAVALCANTE DO NASCIMENTO (ADVOGADO) . Tratam-se os autos de AÃO ORDINÃRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÃÃO DE PARCELAS PAGAS E INDENIZAÃÃO POR PERDAS E DANOS E PEDIDO DE TUTLA PROVISÃRIA movida por MAURO GUTEMBERGUE NASCIMENTO BRANCH e DULCIRENE PEREIRA LAU BRANCH em face de COLARES CONSTRUTORA E INCORPORADORA SOCIEDADE SIMPLES LTDA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo a inicial, os Requerentes firmaram contrato de promessa de compra e venda de bem imÃ³vel na planta, localizado no empreendimento CondomÃ-nio Miami Garden Residence, apartamento 802, Torre Two, nos termos e condiÃ§Ãµes especificados no contrato. Entretanto, decorrido o prazo fixado para entrega da obra e realizada a contraprestaÃ§Ã£o com a qual se obrigou perante a empreendedora, o imÃ³vel objeto do contrato, mesmo apÃ³s prorrogaÃ§Ã£o em virtude de clÃ¡usula contratual de tolerÃ¢ncia, nÃ£o foi entregue. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, sustenta que a clÃ¡usula que prevÃª a prorrogaÃ§Ã£o do prazo para entrega do imÃ³vel e aquela que permite a dilaÃ§Ã£o do prazo para conclusÃ£o das obras sÃ£o abusivas. Relata, por fim, que tentou diversas vezes receber o que lhe Ã© devido, sem alcanÃ§ar sucesso em seus intentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, pleiteia a procedÃªncia desta aÃ§Ã£o para que seja rescindido o contrato e devolvido os valores jÃ¡ pagos, alÃ©m dos danos morais em decorrÃªncia dos infortÃºnios suportados pelo atraso da obra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sede de contestaÃ§Ã£o, fls. 81/95, a requerida aduz, preliminarmente, o chamamento ao processo do Banco do Brasil S/A ao argumento de que o atraso na obra se deu em virtude da nÃ£o liberaÃ§Ã£o, pelo banco, de financiamento previamente contratado/aprovado, o que teria inviabilizado a entrega do empreendimento. No mÃ©rito, refuta todo o alegado na peÃ§a inicial, defendendo a total improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juntou documentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O autor apresentou rÃ©plica em fls. 96/99. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que merece relato. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preliminar. Do chamamento ao processo do Banco do Brasil S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã descabida a intervenÃ§Ã£o de terceiros pleiteada pela Requerida. Nos termos do art. 130, incisos I a III, do CÃ³digo de Processo Civil, Ã© admissÃ-vel o chamamento ao processo, provocado pelo rÃ©u: i) do afianÃ§ado, na aÃ§Ã£o em que o fiador Ã© rÃ©u; ii) de um dos fiadores, quando a aÃ§Ã£o Ã© proposta contra um ou alguns deles; iii) dos devedores solidÃ¡rios, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dÃ-vida comum; o que, evidentemente, nÃ£o Ã© a hipÃ³tese dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ no instrumento particular de promessa de compra e venda clÃ¡usula que condicione a conclusÃ£o da obra no prazo estabelecido ao financiamento pretendido pela pessoa jurÃ-dica requerida. A instituiÃ§Ã£o financeira, igualmente, nÃ£o assumiu obrigaÃ§Ã£o perante os Requerentes, inexistindo entre ambos relaÃ§Ã£o jurÃ-dica que os vincule, tampouco prestou fianÃ§a que garantisse eventuais prejuÃ-zos financeiros provenientes de inadimplemento contratual pela empreendedora. Sendo descabida, portanto, a intervenÃ§Ã£o do Banco do Brasil S/A no presente litÃ-gio, REJEITO o pedido de chamamento ao processo pleiteado pela Requerida. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da RelaÃ§Ã£o de consumo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O caso em tela demonstra, claramente, a existÃªncia de relaÃ§Ã£o de consumo entre as partes, amoldando-se elas aos conceitos de consumidor e de fornecedor, previstos, respectivamente, nos artigos 2Âº e 3Âº, da Lei 8.078/90. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HÃ¡, portanto, em relaÃ§Ã£o aos autos, clara vulnerabilidade (tÃ©cnica, jurÃ-dica, fÃ¡tica e informacional) frente aos rÃ©us. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O enquadramento do autor como consumidor se dÃ¡, sobretudo, pelo fato de que a cadeia de produÃ§Ã£o e comercializaÃ§Ã£o do bem encerrou-se em suas mÃ£os. Nesse sentido Ã© o entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, deve aplicar ao caso o CÃ³digo de Defesa do Consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MÃ©rito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de RescisÃ£o Contratual c/c IndenizaÃ§Ã£o por Danos Materiais e Morais por Atraso em Entrega de ImÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos infere-se que nÃ£o hÃ¡ qualquer controvÃ©rsia acerca do contrato entabulado entre as partes, bem como do atraso na entrega do imÃ³vel, cingindo-se a controvÃ©rsia Ã responsabilidade ou nÃ£o dos rÃ©us pelo referido atraso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da comissÃ£o de corretagem Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De maneira geral, sabe-se que Ã© comum na praxe imobiliÃ¡ria a cobranÃ§a da taxa de corretagem antes mesmo do cliente adquirir o imÃ³vel, nos casos em que o consumidor necessita de financiamento junto a uma instituiÃ§Ã£o financeira para concluir o contrato e conseguir pagar o imÃ³vel e, assim, muitas imobiliÃ¡rias e construtoras vem cobrando este valor antecipadamente, e quando o consumidor nÃ£o consegue o financiamento do imÃ³vel, estas empresas se recusam a devolver o valor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na hipÃ³tese dos autos, a questÃ£o relativa Ã prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o de restituiÃ§Ã£o dos valores pagos a tÃ-tulo de comissÃ£o de corretagem ou de serviÃ§o de assistÃªncia tÃ©cnico-imobiliÃ¡ria, prescreve em trÃªs anos, conforme art. 206, Â§3Â°, IV, do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre esse tema, jÃ¡ restou decidido pelas Turmas Recursais:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. INCORPORAÃÃO IMOBILIÃRIA. VENDA DE UNIDADES AUTÃNOMAS EM ESTANDE DE VENDAS. CORRETAGEM. SERVIÃO DE ASSESSORIA TÃCNICO-IMOBILIÃRIA (SATI). CLÃUSULA DE TRANSFERÃNCIA DA OBRIGAÃÃO AO CONSUMIDOR. PRESCRIÃÃO TRIENAL DA PRETENSÃO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. 1. TESE PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015: 1.1. IncidÃªncia da prescriÃ§Ã£o trienal sobre a pretensÃ£o de restituiÃ§Ã£o dos valores pagos a tÃ-tulo de comissÃ£o de corretagem ou de serviÃ§o de assistÃªncia tÃ©cnico-imobiliÃ¡ria (SATI), ou atividade congÃªnere (art. 206, Â§ 3Âº, IV, CC). 1.2. AplicaÃ§Ã£o do precedente da Segunda SeÃ§Ã£o no julgamento do Recurso Especial n. 1.360.969/RS, concluÃ-do na sessÃ£o de 10/08/2016, versando acerca de situaÃ§Ã£o anÃ¡loga. 2. CASO CONCRETO: 2.1. Reconhecimento do implemento da prescriÃ§Ã£o trienal, tendo sido a demanda proposta mais de trÃªs anos depois da celebraÃ§Ã£o do contrato. 2.2. Prejudicadas as demais alegaÃ§Ãµes constantes do recurso especial. 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (STJ - REsp: 1551956 SP 2015/0216171-0, Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 24/08/2016, S2 - SEGUNDA SEÃÃO, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 06/09/2016). EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA DE IMÃVEL NA PLANTA. MCMV. COMISSÃO DE CORRETAGEM. PRESCRIÃÃO TRIENAL IMPLEMENTADA. INCIDÃNCIA DO DISPOSTO NO ART. 206, Â§ 3Âº, IV, DO CÃDIGO CIVIL. DECISÃO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. (RECURSO ESPECIAL NÂº 1.551.956/SP) QUE PACIFICOU A QUESTÃO. EXTINÃÃO DO FEITO, COM APRECIAÃÃO DE MÃRITO. JUROS DE OBRA. ATRASO NA ENTREGA EVIDENCIADO. RESPONSABILIDADE DAS RÃS A INDENIZAR OS PREJUÃZOS MATERIAIS SUPORTADOS PELO CONTRATANTE A TÃTULO DE JUROS DE OBRA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. INOCORRÃNCIA DE LESÃO AOS ATRIBUTOS PERSONALÃSSIMOS DOS RECORRENTES. SENTENÃA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE ANTE A CONFIGURAÃÃO DE INOVAÃÃO RECURSAL E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO. (Recurso CÃ-vel, NÂº 71005423363, Terceira Turma Recursal CÃ-vel, Turmas Recursais, Relator: Giuliano Viero Giuliato, Julgado em: 29-08-2019) PROCESSO CIVIL. DIREITO CIVIL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. EXTINÃÃO CONTRATUAL. DESCUMPRIMENTO. COMISSÃO DE CORRETAGEM. ILEGALIDADE. LOCUPLETAMENTO ILÃCITO. PRESCRIÃÃO TRIENAL. OCORRÃNCIA. LITIGÃNCIA DE MÃ-FÃ. ALTERAÃÃO DA VERDADE DOS FATOS. DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURADOS. ÃNUS SUCUMBENCIAIS. MANUTENÃÃO. 1. Trata-se de apelaÃ§Ã£o contra a sentenÃ§a que reconheceu a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o de ressarcimento dos valores pagos a tÃ-tulo de comissÃ£o de corretagem e julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando as rÃ©s ao pagamento de R$ 10.189,85 (dez mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), tendo como improcedentes os pleitos de condenaÃ§Ã£o em danos morais e litigÂncia de mÃ¡-fÃ©. 2. O prazo prescricional para a devoluÃ§Ã£o da comissÃ£o de corretagem, quando se discute a ilegalidade da parcela, Ã© de 03 anos, nos termos do artigo 206, Â§3Âº, do CÃ³digo Civil. Entendimento sufragado no REsp nÂº 1.551.956/SP, julgado pela sistemÃ¡tica dos recursos repetitivos, o qual sedimentou a controvÃ©rsia acerca do prazo aplicÃ¡vel, ao fundamento de que a aÃ§Ã£o em que se busca a devoluÃ§Ã£o por abusividade da referida taxa configura ressarcimento por enriquecimento ilÃ-cito. 3. O comprovante de depÃ³sito apresentado pelas apeladas Ã© o mesmo colacionado Ã demanda que discute o valor devido em razÃ£o da rescisÃ£o contratual referente a outra unidade imobiliÃ¡ria, consoante reconhecido na r. sentenÃ§a recorrida. Verificando-se que houve alteraÃ§Ã£o da verdade dos fatos, revela-se cabÃ-vel a incidÃªncia da multa prevista no artigo 18 do CÃ³digo de Processo Civil de 1973, vigente Ã Ã©poca da sentenÃ§a. 4. Embora o descumprimento contratual e a demora na restituiÃ§Ã£o dos valores devidos gerem transtornos e dissabores, nÃ£o sÃ£o passÃ-veis de indenizaÃ§Ã£o a tÃ-tulo de danos morais, tratando-se de meros aborrecimentos cotidianos a que todos estÃ£o suscetÃ-veis. 5. Estando os Ã´nus sucumbenciais distribuÃ-dos proporcionalmente ao Ãªxito das partes na demanda, nÃ£o hÃ¡ se falar em redistribuiÃ§Ã£o. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido. (AcÃ³rdÃ£o n.1048367, 20170110434958APC, Relator: SANDOVAL OLIVEIRA 2Âª TURMA CÃVEL, Data de Julgamento: 20/09/2017, publicado no DJE: 25/09/2017. PÃ¡g.: 135/146) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta forma, considerando que o pagamento da taxa discutida ocorreu quando da celebraÃ§Ã£o do contrato (vide fls. 39/50), isto Ã©, no dia 28.11.2011, e que a presente demanda foi ajuizada no dia 07.07.2016, ultrapassado, pois, os 03 (trÃªs) anos a que se refere o art. 206, Â§3Âº, inciso IV, do CÃ³digo Civil, a pretensÃ£o dos autores restou fulminada pela prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Da clÃ¡usula que prevÃª o prazo de tolerÂncia de 180 (cento e oitenta) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso vertente, nÃ£o hÃ¡ qualquer dÃºvida acerca do atraso relativo Ã entrega da unidade imobiliÃ¡ria objeto do contrato, sendo tal fato incontroverso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã luz do art. 389 do CÃ³digo Civil o nÃ£o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o implica a responsabilizaÃ§Ã£o do devedor por perdas e danos, juros, atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria e honorÃ¡rios de advogado. De igual forma, o art. 393 do mesmo diploma legal,

dispÃµe que o devedor somente nÃ£o responderÃ¡ quando os prejuÃ-zos resultarem de caso fortuito ou forÃ§a maior. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Entretanto, cabe destacar que a previsÃ£o contratual de prazo de tolerÃ¢ncia de 180 (cento e oitenta) dias mostra-se razoÃ¡vel ao negÃ³cio jurÃ-dico em tela, tendo em vista que estamos diante de produto complexo e a referida prorrogaÃ§Ã£o tem a finalidade de fazer frente Ã s intercorrÃªncias comuns em obras do porte da realizada pela rÃ©, pois hÃ¡ a ocorrÃªncia de eventuais imprevistos atinentes Ã construÃ§Ã£o, incluindo a morosidade administrativa na expediÃ§Ã£o do habite-se, configuram a razÃ£o pela qual se admite a referida prorrogaÃ§Ã£o. Logo, tal consideraÃ§Ã£o, alÃ©m de amparada na jurisprudÃªncia, pauta-se em um critÃ©rio de razoabilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Logo, nÃ£o hÃ¡ que se falar de nulidade passÃ-vel de correÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Todavia, nÃ£o Ã© razoÃ¡vel qualquer argumento que pretenda justificar um atraso alÃ©m da prorrogaÃ§Ã£o jÃ¡ admitida, uma vez que as empresas devem realizar estudos ambientais e de mercado e, no caso em epÃ-grafe, nÃ£o hÃ¡ qualquer fato que se apresente como excludente de responsabilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, nÃ£o obstante legal a clÃ¡usula em questÃ£o, caracterizado estÃ¡ o inadimplemento contratual da rÃ© em razÃ£o do atraso na entrega da unidade imobiliÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devolução integral das parcelas Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratando-se de resoluÃ§Ã£o contratual fundada no inadimplemento por culpa exclusiva da construtora e nÃ£o por desistÃªncia ou inadimplemento do promissÃ¡rio comprador, a devoluÃ§Ã£o integral das parcelas Ã© medida que se impÃµe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido foi aprovada pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a em 26/08/2015 a SÃºmula n. 543, in verbis: Na hipÃ³tese de resoluÃ§Ã£o de contrato de promessa de compra e venda de imÃ³vel submetido ao CÃ³digo de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituiÃ§Ã£o das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, em outras palavras, resolvendo-se o contrato, as partes devem retornar ao status que ante. Deve, portanto, ser restituÃ-da ao autor a quantia por ele paga sem qualquer retenÃ§Ã£o por parte das rÃ©s. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dano moral Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos danos morais, embora seja cediÃ§o que o simples descumprimento contratual nÃ£o gera o direito a indenizar pela violaÃ§Ã£o do patrimÃ´nio subjetivo do autor, Ã© necessÃ¡rio que se explicite que este caso nÃ£o se trata de simples descumprimento de contrato, mas de inadimplÃªncia qualificada, de atraso que atrasa a vida do autor, de impontualidade que nÃ£o se justifica pelo caso fortuito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se, portanto, de hipÃ³tese de violaÃ§Ã£o do direito do autor Ã prosseguir sua vida sem atropelos e sem a angÃºstia de se ver privado dos resultados e investimento cuja adimplÃªncia de sua parte se fez presente na expectativa de usar e gozar o domÃ-nio de seu patrimÃ´nio que lhe foi obstado sem justificativa. Â Perdas e danos (lucros cessantes) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, tendo o autor cumprido a sua obrigaÃ§Ã£o contratual e, por outro lado, sendo impossibilitado de desfrutar do bem em razÃ£o do atraso na entrega do imÃ³vel, deixou de auferir um lucro almejado, fazendo jus, portanto, Ã compensaÃ§Ã£o financeira por lucros cessantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vejamos a jurisprudÃªncia: RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. COMISSÃO DE CORRETAGEM. PRESCRIÃÃO. REVISÃO. SÃMULA 7/STJ. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA. LUCROS CESSANTES. INCC. CORREÃÃO DO SALDO DEVEDOR. INAPLICABILIDADE. APÃS CONFIGURADO O ATRASO. 1. A questÃ£o da prescriÃ§Ã£o encontra Ã³bice na SÃºmula 7/STJ, uma vez que as instÂncias ordinÃ¡rias nÃ£o apontaram o termo inicial do prazo. 2. De acordo com o entendimento desta Corte, a ausÃªncia de entrega do imÃ³vel na data acordada no contrato firmado entre as partes acarreta o pagamento de indenizaÃ§Ã£o por lucros cessantes, tendo em vista a impossibilidade de fruiÃ§Ã£o do imÃ³vel durante o tempo da mora. IncidÃªncia da SÃºmula 83/STJ (AgRg no AREsp 689.877/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÃJO, QUARTA TURMA, julgado em 01.03.2016, DJe 10.03.2016). 3. Este Tribunal Superior entende ser inaplicÃ¡vel o INCC para correÃ§Ã£o do saldo devedor apÃ³s o transcurso da data limite para entrega da obra. Precedentes. 4. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ, Recurso Especial nÂº 1.505.303/SP (2014/0281479-4), Rel. Luis Felipe SalomÃ£o. DJe 07.12.2016). (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, conforme entendimento deste EgrÃ©gio TJPA o valor dos lucros cessantes corresponde a 0,5% do valor do imÃ³vel descrito no contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, confira-se: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATRASO NA ENTREGA DE IMÃVEL. PRORROGAÃÃO DE 180 DIAS. POSSIBILIDADE. LUCROS CESSANTES. APLICAÃÃO DE 0,5% DO VALOR DO IMÃVEL. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. PRECEDENTES. 1- A previsÃ£o contratual da tolerÃ¢ncia de 180 (cento e oitenta) dias na entrega da obra nÃ£o se afigura abusiva, sendo vÃ¡lida e legal; 2- O valor arbitrado a tÃ-tulo de lucros cessante de 0,5% (cinco dÃ©cimos por cento) do valor do imÃ³vel Ã© razoÃ¡vel e proporcional; 3- Agravo Interno conhecido e desprovido.Â (2016.04908368-41, 168.803, Rel. CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª CÃMARA CÃVEL ISOLADA, Julgado em 2016-11-07, Publicado em 2016-12-07). (Grifo nosso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ainda, diferentemente do que

alegam as rÃ©s, nÃ£o Ã© pelo fato de o autor nÃ£o ter comprovado que iria alugar o imÃ³vel a terceiros que os lucros cessantes devem ser afastados. Ora, se o consumidor, diante do atraso na entrega da obra por culpa dos fornecedores, ficou impossibilitado de gozar do bem, Ã© evidente que deixou de auferir um benefÃ-cio econÃ´mico. Assim, o valor dos lucros cessantes corresponde a 0,5% do valor do imÃ³vel descrito no contrato. Â Â Â Â Â Multa Penal MoratÃ³ria Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pretende o autor a condenaÃ§Ã£o da rÃ© ao pagamento da multa moratÃ³ria prevista apenas em desfavor do consumidor, silente no contrato em desfavor da construtora/incorporadora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã pacÃ-fico o entendimento sobre a aplicaÃ§Ã£o analÃ³gica/reversa de multa moratÃ³ria de 2% (dois por cento) sob o valor atualizado do imÃ³vel, por cada mÃªs de atraso na entrega do imÃ³vel em desfavor das incorporadoras/construtoras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido: AÃÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PERDAS E DANOS. CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. PAGAMENTO DAS PRESTAÃÃES PELO PROMITENTE COMPRADOR. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO PARA A ENTREGA DO IMÃVEL. INADIMPLÃNCIA DA CONSTRUTORA. APLICAÃÃO DA CLÃUSULA PENAL EM FAVOR DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. SENTENÃA REFORMADA EM PARTE. 1. O inadimplemento da construtora na entrega da obra, no prazo previsto no contrato, torna justificÃ¡vel o nÃ£o pagamento das demais parcelas, pelo promitente comprador, desde que o atraso na construÃ§Ã£o seja desmotivado e nÃ£o haja concretas expectativas para o seu encerramento. 2. A clÃ¡usula penal, estabelecida para sancionar o inadimplemento culposo, embora tenha sido prevista contratualmente para favorecer apenas a construtora, deve tambÃ©m ser aplicada em benefÃ-cio do consumidor, sob pena de estimularem-se prestaÃ§Ãµes desproporcionais que violariam o devido equilÃ-brio contratual e o respeito ao princÃ-pio da isonomia entre os contratantes. (TJ-PR - AC: 846904 PR ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel - 0084690-4, Relator: AccÃ¡cio Cambi, Data de Julgamento: 23/02/2000, 6Âª CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 20/03/2000 DJ: 5596) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, conforme comprovado nos autos, o atraso na entrega imobiliÃ¡ria decorreu de culpa da rÃ©. Por conseguinte, havendo no contrato clÃ¡usula penal para o caso de descumprimento do contrato, deve ela incidir (art. 408 e seguintes do CC.) para ambas as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No tocante Ã discussÃ£o quanto Ã possibilidade de se acumular lucros cessantes com clÃ¡usula penal, Ã© preciso distinguir a clÃ¡usula penal moratÃ³ria da clÃ¡usula penal compensatÃ³ria. A primeira busca punir o inadimplente por sua mora; a segunda, por sua vez, busca compensar um prejuÃ-zo causado Ã parte. Nessa trilha, o pedido de lucros cessantes somente nÃ£o poderÃ¡ ser acumulado com a clÃ¡usula penal compensatÃ³ria, pois ambos possuem a mesma natureza jurÃ-dica (compensaÃ§Ã£o pelo prejuÃ-zo), o que nÃ£o Ã© o caso dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratando-se, in casu, de clÃ¡usula penal moratÃ³ria, a acumulaÃ§Ã£o mostra-se possÃ-vel, devendo-se aplicar a multa prevista na clÃ¡usula contratual acima mencionada desde o fim do prazo de prorrogaÃ§Ã£o atÃ© a data de entrega efetiva do bem. Â Â Â Â Â Â Dispositivo: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial para, preliminarmente, REJEITAR a pretensÃ£o de chamamento ao processo do Banco do Brasil S/A, e no mÃ©rito: a)Â Â Â Â Â DECRETAR a resoluÃ§Ã£o do contrato de compromisso de compra e venda; b)Â Â Â Â Â Nos termos do art. 206, Â§3Âº, inciso IV, do CÃ³digo Civil, DECLARAR prescrita a pretensÃ£o de ressarcimento dos valores pagos a tÃ-tulo de `taxa de corretagemÂ¿; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c) CONDENAR a rÃ© a restituir ao autor, de forma integral e de uma sÃ³ vez, os valores pagos, inclusive a tÃ-tulo de sinal, incidindo-se juros de mora a contar da citaÃ§Ã£o (art. 405 do CC) e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria a contar de cada desembolso (art. 389 do CC). A correÃ§Ã£o monetÃ¡ria observarÃ¡ o INCC atÃ© a data da citaÃ§Ã£o, momento que serÃ¡ calculada juntamente com os juros de mora pelo IPCA ou por qual deles for mais favorÃ¡vel ao consumidor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â d) CONDENAR a rÃ© ao pagamento dos danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros de mora a contar da citaÃ§Ã£o (art. 405 do CC) e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria desde a data do arbitramento nos termos da SÃºmula n. 362 do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â e) Considerando que a multa contratual deve incidir sobre a parcela do inadimplemento, conforme clÃ¡usula 6.2, `cÂ¿, do instrumento contratual de fls. 39/50, e que a obrigaÃ§Ã£o assumida perante o consumidor nÃ£o foi cumprida, CONDENO a requerida ao pagamento de multa, em reverso, de 2% (dois) sobre o valor do imÃ³vel, corrigido e atualizado, conforme previsto na clÃ¡usula 6.2, `cÂ¿. Â Â Â Â Â Â f)Â CONDENAR a rÃ© ao pagamento de lucros cessantes no valor correspondente a 0,5% do valor do contrato apresentado na inicial devido por cada mÃªs de atraso, contados a partir do 181Âº dia apÃ³s a data prevista para a entrega da obra e atÃ© a data da publicaÃ§Ã£o deste decisusm. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam indeferidos eventuais demais pedidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a rÃ© ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 85, Â§ 2Âº c/c art. 86, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os Requerentes estÃ£o desincumbidos de quaisquer responsabilidades sobre as unidades imobiliÃ¡rias em destaque, especialmente quanto as taxas condominiais, luz, IPTU, etc., os quais

serÃ£o de inteira responsabilidade da rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a sujeita ao regime do art. 523, Â§ 1Âº, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, nÃ£o havendo requerimentos, dÃª-se baixa e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Capital PROCESSO: 03986679220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:FLAVIO DOS SANTOS FREITAS Representante(s): OAB 13741 - ALEX DA SILVA BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO PARA BANPARA Representante(s): OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BONSSUCESO SA Representante(s): OAB 96864 - FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (ADVOGADO) . Trata-se de AÃÃO ORDINÃRIA REVISIONAL DE CONTRATO C/C REPETIÃÃO DE INDÃBITO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÃNCIA movida por FLÃVIO DOS SANTOS FREITAS em face de BANCO DO ESTADO DO PARÃ S/A e BANCO BONSUCESSO S/A. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes firmaram contrato de emprÃ©stimo pessoal com consignaÃ§Ã£o em contracheque nos valores e formas de pagamento informados na exordial. Informa a autora que o total dos emprÃ©stimos comprometem cerca de 62% do saldo da autora, levando-a a uma situaÃ§Ã£o de penÃºria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora em sua inicial, vem alegando ainda inÃºmeras irregularidades/abusividades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Este caso nÃ£o Ã© singular, pelo contrÃ¡rio, hÃ¡ muitos que tramitam neste juÃ-zo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos especÃ-ficos, mas que na essÃªncia sÃ£o as mesmas questÃµes a serem enfrentadas como capitalizaÃ§Ã£o de juros, comissÃ£o de permanÃªncia, aplicaÃ§Ã£o da sÃºmula 121 do STF, condenaÃ§Ã£o em devoluÃ§Ã£o do valor paga indevidamente em dobro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citada a parte rÃ© contestou os termos da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditÃ³rio, manifestaram-se nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes ao longo da demanda nÃ£o chegaram em nenhum acordo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â As partes nÃ£o querem produÃ§Ã£o de provas e como as questÃµes envolvem fundamentalmente questÃµes contratuais os autos vieram conclusos para sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Muito embora haja uma determinaÃ§Ã£o do diploma processual, com carÃ¡ter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronolÃ³gica por conclusÃ£o, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispÃµe o art. 12, Â§2Âº, II do CPC, ou seja, o juÃ-zo jÃ¡ possui entendimento firmando e o mÃ©rito se repete em vÃ¡rios outros, mais precisamente em dezenas. Â Assim, passo a anÃ¡lise das questÃµes de mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente, confirmo ao autor os benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A MatÃ©ria Eminentemente De Direito Â Â Â Â Â Â Â Â Â Indefiro eventual pedido de perÃ-cia contÃ¡bil posto que o conjunto probante dos autos foi suficiente para firmar o entendimento deste magistrado e estamos diante de uma matÃ©ria eminentemente de direito, onde se analisou os contratos e documentos contratuais juntados pelas partes, sendo dispensada a dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria proposta pela parte neste quesito uma vez que entendo ser meramente protelatÃ³ria. Assim, colaciono: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÃÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. PROVA PERICIAL CONTÃBIL. DESNECESSIDADE QUANDO SE TRATA DE MATÃRIA EMINENTEMENTE DE DIREITO. AGRAVO IMPROVIDO. (Agravo de Instrumento NÂº 70006395511, DÃ©cima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Julgado em 22/05/2003) (TJ-RS - AG: 70006395511 RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Data de Julgamento: 22/05/2003, DÃ©cima Quarta CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: DiÃ¡rio da JustiÃ§a do dia) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, no caso em tela, a matÃ©ria enfrentada Ã© eminentemente de direito, a produÃ§Ã£o de prova contÃ¡bil nÃ£o tem o condÃ£o de oferecer conhecimento de novos fatos, alÃ©m daqueles consignados atravÃ©s do instrumento firmado entre as partes, jÃ¡ que o instrumento obrigacional contÃ©m as informaÃ§Ãµes suficientes para o conhecimento e deslinde da matÃ©ria. AlÃ©m disso, a aÃ§Ã£o revisional de contrato conduz-se, em oportunidade apropriada, Ã fase de liquidaÃ§Ã£o de sentenÃ§a, em que serÃ¡ realizada perÃ-cia para cÃ¡lculo de reajustamento da relaÃ§Ã£o de dÃ©bito e crÃ©dito das partes, jÃ¡ tendo por norte o conteÃºdo das alteraÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â RelaÃ§Ã£o de Consumo e ExplanaÃ§Ã£o Geral acerca Da Natureza Contratual Celebrada Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de emprÃ©stimos, na modalidade AdesÃ£o e que atrai os auspÃ-cios do CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A relaÃ§Ã£o que se estabeleceu entre as partes Ã© uma relaÃ§Ã£o consumerista, sendo o autor o consumidor e o rÃ©u o fornecedor. O que se configura pela relaÃ§Ã£o financeira existente entre as partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O contrato do qual se pretende a revisÃ£o Ã© de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciaÃ§Ã£o mais apurada, para que nÃ£o desnature o contrato, ou seja, nÃ£o se deve revisar clÃ¡usulas contratuais a partir do pressuposto absoluto

de que houve vÃ-cio ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condiÃ§Ã£o nÃ£o avenÃ§ada previamente, mas restringe-se apenas revisÃ£o de condiÃ§Ãµes que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercÃ-cio hermenÃªutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tal contrato Ã© a expressÃ£o contemporÃ¢nea do modo de produÃ§Ã£o e comÃ©rcio massificado. Modo este que se reflete diretamente na construÃ§Ã£o dos instrumentos contratuais, como a elaboraÃ§Ã£o de clÃ¡usula estipuladas unilateralmente, superando o exercÃ-cio dialÃ©tico, em uma participaÃ§Ã£o direta dos sujeitos envolvidos na construÃ§Ã£o do texto contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pressuposto fundamental do contrato Ã© indubitavelmente o exercÃ-cio da vontade e esta nÃ£o estÃ¡ ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restriÃ§Ã£o na participaÃ§Ã£o direta na elaboraÃ§Ã£o das clÃ¡usulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessÃ£o do crÃ©dito para emprÃ©stimos consignados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vontade se manifesta no ato de aderir ou nÃ£o Ã s condiÃ§Ãµes previamente apresentadas pela instituiÃ§Ã£o concessiva do crÃ©dito financeiro. O objeto do contrato Ã© o dinheiro investido na aquisiÃ§Ã£o dos referidos emprÃ©stimos, o qual enseja cobranÃ§a de juros, em caso de inadimplemento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos manifesta-se a legislaÃ§Ã£o: CPC. Art. 190.Â Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposiÃ§Ã£o, Ã© lÃ-cito Ã s partes plenamente capazes estipular mudanÃ§as no procedimento para ajustÃ¡-lo Ã s especificidades da causa e convencionar sobre os seus Ã´nus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. ParÃ¡grafo Ãºnico.Â De ofÃ-cio ou a requerimento, o juiz controlarÃ¡ a validade das convenÃ§Ãµes previstas neste artigo, recusando-lhes aplicaÃ§Ã£o somente nos casos de nulidade ou de inserÃ§Ã£o abusiva em contrato de adesÃ£o ou em que alguma parte se encontre em manifesta situaÃ§Ã£o de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de AdesÃ£o Â Art. 54. Contrato de adesÃ£o Ã© aquele cujas clÃ¡usulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviÃ§os, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteÃºdo. Â Â§ 1Â° A inserÃ§Ã£o de clÃ¡usula no formulÃ¡rio nÃ£o desfigura a natureza de adesÃ£o do contrato. Â Â§ 2Â° Nos contratos de adesÃ£o admite-se clÃ¡usula resolutÃ³ria, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no Â§ 2Â° do artigo anterior. Â Â§ 3o Os contratos de adesÃ£o escritos serÃ£o redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legÃ-veis, cujo tamanho da fonte nÃ£o serÃ¡ inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensÃ£o pelo consumidor.Â (RedaÃ§Ã£o dada pela nÂº 11.785, de 2008) Â Â§ 4Â° As clÃ¡usulas que implicarem limitaÃ§Ã£o de direito do consumidor deverÃ£o ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fÃ¡cil compreensÃ£o. CC Art. 421. A liberdade de contratar serÃ¡ exercida em razÃ£o e nos limites da funÃ§Ã£o social do contrato. Art. 422. Os contratantes sÃ£o obrigados a guardar, assim na conclusÃ£o do contrato, como em sua execuÃ§Ã£o, os princÃ-pios de probidade e boa-fÃ©. Art. 423. Quando houver no contrato de adesÃ£o clÃ¡usulas ambÃ-guas ou contraditÃ³rias, dever-se-Ã¡ adotar a interpretaÃ§Ã£o mais favorÃ¡vel ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesÃ£o, sÃ£o nulas as clÃ¡usulas que estipulem a renÃºncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negÃ³cio. Art. 425. Ã lÃ-cito Ã s partes estipular contratos atÃ-picos, observadas as normas gerais fixadas neste CÃ³digo. Art. 426. NÃ£o pode ser objeto de contrato a heranÃ§a de pessoa viva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pela natureza do contrato de adesÃ£o, vÃª-se que as possibilidades de revisÃ£o das clÃ¡usulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fÃ©, tendo em vista o que dispÃµe o CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em acrÃ©scimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tÃ£o importante quanto a estrutura do contrato Ã© o ato volitivo das partes, que fazem a opÃ§Ã£o com conhecimento prÃ©vio dos termos estabelecidos, sendo que estes sÃ³ podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fÃ©, e isso, entendo, como engano deliberado, simulaÃ§Ã£o ou mesmo fraude, que de modo inevitÃ¡vel limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, estÃ¡ viciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o Ã© desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcanÃ§am com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de carÃ¡ter, porque nÃ£o afirmar, metafÃ-sico, digo com isso: o dinheiro, o crÃ©dito nÃ£o possui corpo, porÃ©m, influÃªncia de forma substancial nas vidas das pessoas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Qualquer homem de consciÃªncia mediana sabe que o lucro Ã© o objetivo das empresas, porÃ©m, o lucro nÃ£o pode ser ofensivo Ã moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituiÃ§Ãµes estatais, forjadas no liberalismo, uma funÃ§Ã£o precÃ-pua de nÃ£o permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que nÃ£o possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesÃ£o, com suas condiÃ§Ãµes, estÃ£o de acordo com as previsÃµes legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo que se verifica no contrato, as clÃ¡usulas foram previamente apresentadas e as condiÃ§Ãµes estipuladas pela rÃ© para a concessÃ£o do crÃ©dito,

clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestaÃ§Ã£o volitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto aos princÃ-pios da boa fÃ© e da funÃ§Ã£o social do contrato, de modo algum, tais princÃ-pios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposiÃ§Ã£o da hipossuficiÃªncia, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de clÃ¡usulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com isso quero dizer que nÃ£o se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciÃ¡rio de cumprir com as prestaÃ§Ãµes contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A boa-fÃ© Ã© conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressÃ£o da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesÃ£o, se resume no contratar ou nÃ£o, como jÃ¡ dito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em anÃ¡lise, a parte autora jÃ¡ sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos atÃ© o final do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Salvo melhor juÃ-zo, nÃ£o hÃ¡ nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificaÃ§Ã£o das clÃ¡usulas ou condiÃ§Ãµes contratuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a opÃ§Ã£o que restou Ã parte autora foi contratar ou nÃ£o contratar, e mesmo sabendo das condiÃ§Ãµes que pretende revisar por meio de aÃ§Ã£o judicial, decidiu por um ato voluntÃ¡rio comprometer-se com as clÃ¡usulas contratuais. Confira-se a jurisprudÃªncia: APELAÃÃO EM AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÃCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÃÃES: MÃRITO: ALEGAÃÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÃUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÃMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÃTICA DECIDIDA Ã LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÃÃO? FRUIÃÃO DO BEM? JUROS ATINENTES Ã TAXA MÃDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÃÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÃÃES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÃÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÃNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, ÃrgÃ£o Julgador 2Âª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConstruÃ-da tal premissa, enfrento as questÃµes que este juÃ-zo acompanha em entendimento os tribunais superiores. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Antes da anÃ¡lise dos demais pontos, insta esclarecer que pelo conjunto probante apresentado quedo-me pela total licitude das clÃ¡usulas contratuais estipuladas no contrato de adesÃ£o por ora discutido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Necessidade da LimitaÃ§Ã£o dos EmprÃ©stimos Consignados a 30% Â Â Â Â Â A questÃ£o nÃ£o Ã© nova nos Tribunais. Trata-se do chamado superendividamento, sendo pacÃ-fico nesses casos o entendimento da jurisprudÃªncia no sentido de limitar os descontos a 30% dos ganhos do trabalhador. Nestes termos colacionoÂ jurisprudÃªncia deste tribunal: PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO EMPRÃSTIMO CONSIGNADO DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO LIMITE FIXADO EM 30% - SERVIDOR PÃBLICO MILITAR RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . Assiste razÃ£o ao ora agravante, posto que em relaÃ§Ã£o Ã condiÃ§Ã£o de hipossuficiÃªncia do mesmo, o carÃ¡ter alimentar de sua remuneraÃ§Ã£o, bem como a nÃ£o juntada do contrato de financiamento (que poderia fazer prova do alegado pelo ora agravado), restou o entendimento de que deve ser firmado os descontos para consignaÃ§Ã£o conforme o Decreto nÂº 6386/08: no percentual de 30% sobre o salÃ¡rio do servidor militar. Destarte, hÃ¡ necessidade de ser observado o limite de 30%, contudo, o ora agravante possui outros emprÃ©stimos com outros Bancos que perfazem 14.82% de sua renda, assim, para o caso em apreÃ§o deverÃ¡ ser considerado o percentual de 15,18% para desconto em folha de pagamento. (TJ-PA - AI: 201330086005 PA, Relator: MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO, Data de Julgamento: 08/11/2013, 1Âª CÃMARA CÃVEL ISOLADA, Data de PublicaÃ§Ã£o: 12/11/2013) Â Â Â Â Â Por sua vez, o EgrÃ©gio Superior Tribunal de JustiÃ§a editou em 26.02.2018 a SÃºmula 603, dispondo que: Â¿Ã vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensÃ£o, os salÃ¡rios, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mÃºtuo (comum) contraÃ-do, ainda que haja clÃ¡usula contratual autorizativa, excluÃ-do o emprÃ©stimo garantido por margem salarial consignÃ¡vel, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal especÃ-fico e admite a retenÃ§Ã£o de percentual". Â Â Â Â Â Â Tanto a doutrina quanto a jurisprudÃªncia tÃªm considerado que os contratos de emprÃ©stimo firmados com desconto em folha mostram-se vÃ¡lidos e legÃ-timos, jÃ¡ que, em regra, buscam atender a um interesse comum das partes contratantes. Entretanto, tal direito nÃ£o pode ser exercido de forma ilimitada. Â Â Â Â Â O prestÃ-gio ao princÃ-pio da Pacta Sunt Servanda nÃ£o pode ser arguido de forma indiscriminada como uma entidade teÃ³rica absoluta, afinal nÃ£o tem o condÃ£o de limitar a subsistÃªncia do contratante, sob pena de lhe ser atingido na dignidade humana. Entendo que os rendimentos do consumidor nÃ£o podem ser substancialmente retidos, para pagamento de dÃ©bitos. Ã

importante inferir que este magistrado se orienta no sentido de firmar seu convencimento sob a perspectiva de que os descontos devem ser limitados a 30% dos ganhos lÃ-quidos, em respeito ao PrincÃ-pio da Dignidade da Pessoa Humana, uma vez que o consumidor necessita do mÃ-nimo para sobreviver, Ã© o que se denomina doutrinariamente de Teoria do MÃ-nimo Existencial. Os Direitos Humanos prevalecem sobre as relaÃ§Ãµes privadas de cunho econÃ´mico, afinal, devem sempre prevalecer em respeito ao prÃ³prio texto constitucional que lhe assegura. Â Â Â Â Â Importante salientar, contudo que nÃ£o Ã© exigÃ-vel que a instituiÃ§Ã£o financeira arque com as consequÃªncias do mau uso, pelo contratante, do emprÃ©stimo concedido. No entanto, cabe a ela a ponderaÃ§Ã£o dos riscos inerentes aos contratos que celebra, bem analisando a capacidade de endividamento do cliente. Se observa que o mesmo jÃ¡ estÃ¡ com seus vencimentos comprometidos, por que conhecer novo emprÃ©stimo? Cabe sim Ã s InstituiÃ§Ãµes Financeiras igualmente informarem seus clientes acerca da impossibilidade do emprÃ©stimo sob pena de sempre se recorrer ao judiciÃ¡rio, posto saber que o mesmo nÃ£o conseguirÃ¡ honrar com seus compromissos afetando seu mÃ-nimo existencial. Â Â Â Â Â Sendo assim, Ã© mais do que razoÃ¡vel que os descontos de parcelas de emprÃ©stimo nÃ£o ultrapassem 30% (trinta por cento) sobre o valor lÃ-quido dos rendimentos, jÃ¡ que, desta forma, estarÃ¡ preservada a livre vontade das partes e tambÃ©m a parcela alimentar do salÃ¡rio. Colaciono: APELAÃÃO CÃVEL. DIREITO CIVIL. SERVIDOR FEDERAL. EMPRÃSTIMO CONSIGNADO. PERDA SALARIAL. MARGEM CONSIGNÃVEL. READEQUAÃÃO DO VALOR DAS PARCELAS DESCONTOS NO CONTRACHEQUE. LIMITAÃÃO A 30% DA RENDA BRUTA. 1. Os descontos em folha de pagamento dos servidores pÃºblicos relativos a emprÃ©stimos consignados devem ser limitados ao percentual de 30% do seu rendimento bruto, abatidos os descontos compulsÃ³rios (Lei 8.112/90 45 e Decreto 3.297/1999 11). 2. Havendo reduÃ§Ã£o da remuneraÃ§Ã£o em razÃ£o da alteraÃ§Ã£o da funÃ§Ã£o comissionada antes recebida pelo servidor, Ã© necessÃ¡ria a readequaÃ§Ã£o do valor das parcelas do emprÃ©stimo consignado a fim de obedecer ao limite legal da margem consignÃ¡vel. 3. Deu-se provimento ao apelo. (TJ-DF 07181936820198070007 DF 0718193-68.2019.8.07.0007, Relator: SÃRGIO ROCHA, Data de Julgamento: 05/11/2020, 4Âª Turma CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE : 23/11/2020 . PÃ¡g.: Sem PÃ¡gina Cadastrada.) Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que o devedor nÃ£o pode se escusar de suas obrigaÃ§Ãµes alegando mero descontrole financeiro, mas igualmente tambÃ©m nÃ£o podem ser executados em seus exatos termos os contratos que importem em uma onerosidade excessiva ao consumidor, colocando-o em estado de insolvÃªncia. Repiso, cabe Ã InstituiÃ§Ã£o Financeira, com seu corpo tÃ©cnico e burocrÃ¡tico, orientar seus clientes quanto aos seus limites financeiros. NÃ£o deve perseguir somente o lucro. Â Â Â Â Â Destarte, mostra-se cabÃ-vel a limitaÃ§Ã£o de descontos pleiteada, porque, mesmo que os descontos tenham sido objeto de livre estipulaÃ§Ã£o pelos contratantes conforme contrato acostados aos autos, nÃ£o podem as InstituiÃ§Ãµes Financeiras descontar a quase integralidade do salÃ¡rio do contratante por se tratar de verba necessÃ¡ria Ã sua sobrevivÃªncia e de sua famÃ-lia. Posto ter ficado nÃ-tido e indelÃ©vel que estÃ¡ tendo e muito o comprometimento dos seus vencimentos, conforme se analisa das folhas de pagamentos apresentadas. Â Â Â Â Â Como jÃ¡ se aventou alhures, tal conduta importa em flagrante afronta ao princÃ-pio da dignidade da pessoa humana, assegurado pelo art. 1Âº, III da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Abusividade das ClÃ¡usulas Contratuais e demais taxas desarrazoadas e RepetiÃ§Ã£o de IndÃ©bito Â Â Â Â Â Â Â Â Â A respeito pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, a legislaÃ§Ã£o pÃ¡tria preceitua que quem recebe pagamento indevido deve devolvÃª-lo, sob pena de locupletamento. Sendo, portanto, dois os requisitos, a saber, a cobranÃ§a extrajudicial indevida de dÃ-vida e o efetivo pagamento do indÃ©bito. Art. 876 - Todo aquele que recebeu o que lhe nÃ£o era devido fica obrigado a restituir; obrigaÃ§Ã£o que incumbe Ã quele que recebe dÃ-vida condicional antes de cumprida a condiÃ§Ã£o. (cÃ³digo civil de 2002). Art. 42 - Na cobranÃ§a de dÃ©bitos, o consumidor inadimplente nÃ£o serÃ¡ exposto a ridÃ-culo, nem serÃ¡ submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaÃ§a. ParÃ¡grafo Ãºnico - O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito Ã repetiÃ§Ã£o do indÃ©bito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros legais, salvo hipÃ³tese de engano justificÃ¡vel. (CÃ³digo de Defesa do Consumidor). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Atento ao entendimento jurisprudencial que vem sendo formado sobre o tema, entendo que a devoluÃ§Ã£o deve se dar em dobro nos casos em que sÃ£o cobrados valores acima do previsto em contrato, posto que configura a mÃ¡-fÃ© do rÃ©u a cobranÃ§a infringindo clÃ¡usula contratual. Entendo que o contrato pactuado livremente pelas partes nÃ£o guarnece de abusividade alguma. Neste sentido, quanto ao pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, tenho que a determinaÃ§Ã£o do pagamento dos valores do emprÃ©stimo, de acordo com a previsÃ£o da autora, compromete a argumentaÃ§Ã£o de devoluÃ§Ã£o de valores pagos a maior. Mesmo porque nÃ£o entendo ser necessÃ¡rio a revisÃ£o do contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplÃªncia das prestaÃ§Ãµes, aplicando-se taxas, juros e capitalizaÃ§Ã£o em valores acima do previsto no contrato para esta situaÃ§Ã£o especÃ-fica, estarÃ-amos

diante de motivos para revisar cÃ¡lculos que estariam eventualmente contrÃ¡rios as regras do contrato. De outra feita, nada hÃ¡ no contrato, salvo se houvesse a cumulaÃ§Ã£o de comissÃ£o de permanÃªncia e juros moratÃ³rios, uma comum nestes contratos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, prevista no parÃ¡grafo Ãºnico do Art. 42 do CDC, tem como requisito a presenÃ§a de dolo ou culpa ou mÃ¡-fÃ© do credor. Ausente qualquer desses requisitos, nÃ£o hÃ¡ que se falar em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, nÃ£o hÃ¡ que se falar em devoluÃ§Ã£o em dobro pois nÃ£o restaram configurados os elementos propostos pelo CDC, e nem hÃ¡ que se alegar a abusividade dos juros remuneratÃ³rios, tendo em vista que a taxa de juros de crÃ©dito pessoal cobrada ao tempo do contrato nÃ£o pode ser considerada abusiva. Quanto a cumulaÃ§Ã£o de encargos para a fase de inadimplÃªncia devemos rever a jurisprudÃªncia do STJ. Citamos os seguintes enunciados das sÃºmulas da jurisprudÃªncia dominante do Tribunal superior: SÃºmula nÂº 30: A comissÃ£o de permanÃªncia e a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria sÃ£o inacumulÃ¡veis. SÃºmula nÂº 296: Os juros remuneratÃ³rios, nÃ£o cumulÃ¡veis com a comissÃ£o de permanÃªncia, sÃ£o devidos no perÃ-odo de inadimplÃªncia, Ã taxa mÃ©dia de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado. SÃºmula nÂº 472: A cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia - cujo valor nÃ£o pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratÃ³rios e moratÃ³rios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratÃ³rios, moratÃ³rios e da multa contratual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, permite-se cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia, juros moratÃ³rios, juros remuneratÃ³rios, multa contratual e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria, desde que a cobranÃ§a dos referidos encargos nÃ£o seja cumulada, posto que se revela inadmissÃ-vel a coexistÃªncia da comissÃ£o de permanÃªncia com outros encargos moratÃ³rios, sob pena da ocorrÃªncia do bis in idem. Como no caso em tela, restou demonstrado que nÃ£o houve cumulaÃ§Ã£o dos referidos encargos, portanto, nÃ£o hÃ¡ que se falar em ilegalidade. A jurisprudÃªncia Ã© assente em casos como esses. Colaciono: APELAÃÃO CÃVEL - EMBARGOS DO DEVEDOR - INSTITUIÃÃO FINANCEIRA - CAPITALIZAÃÃO - PACTUAÃÃO EXPRESSA - POSSIBILIDADE - COBRANÃA DE COMISSÃO DE PERMANÃNCIA NÃO CUMULADA COM DEMAIS ENCARGOS - LEGALIDADE. As normas do CDC sÃ£o aplicÃ¡veis Ã s relaÃ§Ã£µes estabelecidas com instituiÃ§Ã£µes financeiras conforme prevÃª a SÃºmula 297 do STJ. ApÃ³s a ediÃ§Ã£o da MP 1963-17, a capitalizaÃ§Ã£o mensal de juros Ã© possÃ-vel, desde que expressamente pactuada no instrumento contratual. Ã possÃ-vel a cobranÃ§a de comissÃ£o de permanÃªncia, desde que contratada entre as partes e limitada Ã taxa do contrato, vedada apenas sua cumulaÃ§Ã£o com juros remuneratÃ³rios, moratÃ³rios e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Recurso parcialmente provido. Restando comprovado atravÃ©s de laudo pericial nÃ£o ter havido a cobranÃ§a cumulada da comissÃ£o de permanÃªncia, devem os embargos ser julgados improcedentes. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel 1.0145.10.050259-3/001, Relator(a): Des.(a) EstevÃ£o Lucchesi , 14Âª CÃMARA CÃVEL, julgamento em 09/02/2012, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 17/02/2012). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, o requerente questiona clÃ¡usulas contratuais que foram livremente pactuadas pelas partes e que estÃ£o em consonÃ¢ncia com a atual jurisprudÃªncia do STJ, nÃ£o se vislumbrando, a princÃ-pio, abusividade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inclusive, o Superior Tribunal de JustiÃ§a jÃ¡ pacificou o entendimento de que nÃ£o se pode falar de abusividade na pactuaÃ§Ã£o dos juros remuneratÃ³rios sÃ³ pelo fato de a estipulaÃ§Ã£o ultrapassar, por exemplo, 12% ao ano - como no presente. Ao contrÃ¡rio, a abusividade destes sÃ³ pode ser declarada, caso a caso, Ã vista de taxa comprovadamente discrepante, de modo substancial, da mÃ©dia do mercado na praÃ§a do emprÃ©stimo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AliÃ¡s, tambÃ©m Ã© pacifico o entendimento jurisprudencial no sentido de que Ã© permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros pelas instituiÃ§Ã£µes bancÃ¡rias, in verbis: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.Â AÃÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ABERTURA DE CRÃDITO COM PACTO DE ALIENAÃÃO FIDUCIÃRIA. JUROS REMUNERATÃRIOS PACTUADOS. CAPITALIZAÃÃO DE JUROS. COMISSÃO DE PERMANÃNCIA. TARIFAS BANCÃRIAS. MORA CONFIGURADA.Â AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal de origem consignou que a taxa de juros praticada pela InstituiÃ§Ã£o bancÃ¡ria deveria observar a taxa mÃ©dia de mercado apurada pelo Banco central para o perÃ-odo de contrataÃ§Ã£o, nÃ£o sendo abusiva a taxa de juros pactuada. Rever este entendimento implicaria no reexame do acervo fÃ¡tico-probatÃ³rio da demanda, o que Ã© vedado pelo teor da SÃºmula 7 do STJ. 2. "Ã permitida a capitalizaÃ§Ã£o de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados apÃ³s 31.3.2000, data da publicaÃ§Ã£o da Medida ProvisÃ³ria n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." (REsp 973.827/RS, Rel. p/ AcÃ³rdÃ£o Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÃÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012). 3. Admite-se a comissÃ£o de permanÃªncia durante o perÃ-odo de inadimplemento contratual, Ã taxa mÃ©dia dos juros de mercado, limitada ao percentual fixado no contrato (SÃºmula nÂº 294/STJ), desde que nÃ£o cumulada com a correÃ§Ã£o monetÃ¡ria (SÃºmula nÂº 30/STJ), com os juros remuneratÃ³rios (SÃºmula nÂº 296/STJ) e moratÃ³rios, nem com a multa contratual. 4. Agravo regimental nÃ£o provido.

(AgRg no AgRg no AREsp 613.726/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 14/05/2015) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destaque-se que o precedente citado se amolda perfeitamente ao caso, porquanto se trata igualmente de aÃ§Ã£o revisional de contrato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conclui-se, desta forma, que inexiste abusividade liminarmente detectada na taxa de juros cobrada, assim como na capitalizaÃ§Ã£o de juros, na medida em que nos contratos bancÃ¡rios Ã© permitida tanto uma como outra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o bastasse, as taxas de juros sÃ£o fiscalizadas pelo Banco Central com vistas a controlar o consumo e a inflaÃ§Ã£o, pelo que nÃ£o pode o interesse particular sobrepor-se ao interesse coletivo, sobretudo quando nÃ£o comprovou na inicial o desacordo entre a taxa mÃ©dia de mercado e a cobrada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sabe-se, tambÃ©m, que este nÃ£o Ã© um serviÃ§o necessÃ¡rio, portanto, cabia ao consumidor a opÃ§Ã£o da compra e a verificaÃ§Ã£o de taxa menor existente no mercado, sendo certo que lhe foi dada a oportunidade de analisar os termos do contrato por ele assinado, tendo o autor ciÃªncia do valor das prestaÃ§Ãµes fixas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ImpossÃ-vel, pois, a procedÃªncia dos pedidos do autor de modo que este magistrado deve respeitar a autonomia da vontade das partes nÃ£o se podendo ignorar os termos do contrato celebrado livremente entre as partes. Assim, declaro ausente de abusividade as clÃ¡usulas por ora questionadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ficam indeferidos igualmente os demais pedidos, tudo nos termos do fundamento contido neste decisum. Isso porque o julgador nÃ£o estÃ¡ obrigado a responder a todas as questÃµes suscitadas pelas partes, quando jÃ¡ tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisÃ£o. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questÃµes capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusÃ£o adotada na decisÃ£o, o que entendo que pelo que se fundamentou, o convencimento jÃ¡ foi firmado. Â Â Â Â Â Do Dispositivo Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, nos termos do art. 487, I, do CPC, apenas para determinar que os rÃ©us readaptem o valor da prestaÃ§Ã£o do contrato de emprÃ©stimo consignado, de modo que os mesmos fiquem limitados a 30% dos rendimentos lÃ-quidos da parte autora, expedindo-se ofÃ-cio ao Ã³rgÃ£o pagador competente, para que limite o valor dos descontos, na forma da decisÃ£o ora proferida. Â Â Â Â Â Considerando a sucumbÃªncia recÃ-proca, as despesas processuais serÃ£o rateadas e cada parte arcarÃ¡ com os honorÃ¡rios advocatÃ-cios de seus respectivos patronos, fixados em 20% sobre o valor da causa, com ressalva do art. 98 e seguintes do CPC/2015 (com respeito ao art. 12, da antiga Lei 1.060/50), em relaÃ§Ã£o Ã parte autora, beneficiÃ¡ria da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Registre-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito da 8Âª Vara CÃ-vel e Empresarial

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2 VARA DA FAZENDA

RESENHA: 20/10/2021 A 20/10/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 0 6 7 2 1 2 0 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 20/10/2021---EXEQUENTE:TANIA SERRAT FERREIRA DE VILHENA SIMÕES COSTA Representante(s): OAB 15499 - MARCELO CUNHA HOLANDA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA EXECUTADO:TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 20 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 9 1 3 6 7 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 20/10/2021---EXEQUENTE:OLGA LIDIA CUNHA CORDEIRO Representante(s): OAB 12291 - CAMILA CORREA TEIXEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 20 de outubro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

RESENHA: 05/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 4 8 8 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o:

Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:SILVANA MARTINS SANTANA DE SOUZA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007549120138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:PAULO JOSE CASTRO DE SOUZA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007557620138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:BENEDITO DOS SANTOS ARAUJO JUNIOR Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.

Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007566120138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---EXEQUENTE:FABRICIO PEREIRA CORREA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007765220138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARIA DO CEU CHAVES DA SILVA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00007851420138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARCO ANTONIO CARVALHO QUARESMA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos

Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00011957220138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:DEUZA MARIA PEREIRA COSTA Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00012147820138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:IVANA PINHEIRO SANTOS Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00024238220138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:SUELY MARIA MACHADO PEREIRA Representante(s): OAB 15941 - ISAAC SERIQUE DA COSTA NASCIMENTO (ADVOGADO) EXECUTADO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00027737020138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:LUIZ ALBERTO ARAUJO ORANDI Representante(s): OAB 15338 - ROBERT SOUZA DA ENCARNACAO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

PROCESSO: 00028585620138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:IEDA SALOMÃO DA CRUZ ROCHA Representante(s): OAB 12291 - CAMILA CORREA TEIXEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.

Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 4 5 7 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:MARIA DIONICE CAMARAO BEM ZAQUEM Representante(s): OAB 1283 - FERNANDO DA SILVA GONCALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 6 1 3 9 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021---EXEQUENTE:AMARO BARRETO DA ROCHA KLAUTAU Representante(s): OAB 14546 - MARIO DAVI OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 7 4 4 5 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:JOAQUIM DE FREITAS PALHETA Representante(s): OAB 9200 - MANUELA OLIVEIRA DOS ANJOS (ADVOGADO) OAB 18012 - CAROL ROBERTA NUNES ARAUJO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que

não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 3 7 4 7 1 0 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:CLAUDOMIRO BARBOSA JUNIOR Representante(s): OAB 9200 - MANUELA OLIVEIRA DOS ANJOS (ADVOGADO) OAB 18012 - CAROL ROBERTA NUNES ARAUJO (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

P R O C E S S O : 0 0 0 4 7 4 5 7 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOAO BATISTA LOPES DO NASCIMENTO A??o: Execução de Título Judicial em: 05/11/2021---EXEQUENTE:RONALDO LUCIA MENEZES Representante(s): OAB 17711 - JOAO VITOR MENDONCA DE MOURA (ADVOGADO) EXECUTADO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA
Trata-se de Execução do Título Judicial/Embargos à Execução oriundo do Processo nº 0008829-05.1999.8.14.0301, em que são partes o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém no Município de Belém ¿ SISPEMB ¿ e o Estado do Pará.
O título foi rescindido pelo Tribunal de Justiça - Ação Rescisória com o mesmo número -, motivando recursos para o Superior Tribunal de Justiça (AREsp 1316039) e Supremo Tribunal Federal (ARE 1299939), ambos já alcançados pela coisa julgada.
A execução/cumprimento de sentença e embargos, pressupõe a existência de título, o que não mais existe.
Em consequência, julgo extinto o processo.
Sem custas, em razão do pedido de gratuidade, ora deferido.
Sem honorários, considerando que o Estado do Pará deu causa ao surgimento do feito.
Transitada em julgado, arquive-se o processo.
Belém, 5 de novembro de 2021
João Batista Lopes do Nascimento
Juiz da 2ª Vara da Fazenda

FÓRUM CRIMINAL

DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL

A Excelentíssima Doutora **ANGELA ALICE ALVES TUMA**, Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital, no uso de suas atribuições legais etc.

PORTARIA nº 125/2021-DFCri

CONSIDERANDO o expediente protocolado n.º **REQ-2021/12428**

RELOTAR o SERVIDOR DANIEL JOSÉ PORTAL SALGADO ABDELNOR, Analista Judiciário, matrícula 5540-9, junto a Secretaria da 4ª Vara Criminal da Capital, a contar do dia 12/11/2021.

Publique-se, Registre-se. Cumpra-se. Belém, 10 de novembro de 2021.

ANGELA ALICE ALVES TUMA

Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital

PORTARIA Nº 96/2021-Plantão/DFCrim

Considerando o disposto na Resolução nº. 013/2009-GP, publicada no DJ 4363, de 25/06/2009, e na Resolução 021/2009-GP, publicada no DJE 4416, de 10/09/2009, e a Resolução n.º 16/2016-GP, publicada no DJE 5980, de 2/06/2016, que tratam do serviço de Plantão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Considerando a Portaria n.º 110/2016-DFCri, de 16/12/16, que alterou a Portaria n.º 070/2016-DFCri

Considerando o Sigadoc n.º OFI-2017/13165, autorizando o 2º servidor de Secretaria aos finais de semana e feriados;

Resolve:

Art. 1º Divulgar a escala de PLANTÃO DO FÓRUM CRIMINAL, para o mês de **NOVEMBRO/2021:**

DIAS	HORÁRIO	MAGISTRADO	SERVIDORES
19, 20 e 21/11	Dia: 19/11- 14h às 17h Dias: 20 a 21/11- 08h às 14h	11ª Vara Criminal da Capital **Dr.Alda Gessyane Monteiro de Souza Tuma , Juíza Titular ou substituto.**	**Diretor (a) de Secretaria:** Isabela Ribeiro Lamarão **Assessor(a) de Juiz**: Marlon Thiago de Amorim Ribeiro **Servidor de Secretaria:** Roneisy Cristina Melo da Silva

			Oficiais de Justiça: Samuel Luiz de Souza Junior(19/11) Vanessa Braga Rocha Furtado(19/11) Alain Gianni Vilhena Barros(19/11 sobreaviso) Samuel Luiz de Souza Junior(20 e 21/11) Marcos Paulo Leal Borges (20 e 21/11 sobreaviso) **Operadores Sociais:** Dilcele Fernandes de Oliveira Pother Furtado: Pedagogia/VEP Lauriene Araújo de Oliveira: Serviço Social/VEPMA Karla Dalmaso: Psicóloga/VEP

Art. 2º Poderá haver alteração desta Portaria a qualquer momento a critério da Administração, para se adequar ao que determina o Art. 10, da Resolução 013/2009-GP.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Belém, 09 de outubro de 2021.

ANGELA ALICE ALVES TUMA

Juíza Diretora do Fórum Criminal da Capital

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00006212820188140801 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ELIANE DO SOCORRO PINTO DOS SANTOS DENUNCIADO:HERALDO PEREIRA DA COSTA DENUNCIADO:LIDUINA PINTO DOS SANTOS Representante(s): OAB 9079 - DILSON JOSE BASTOS DE LEMOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:WELLINGTON HENRIQUE SANTOS DA SILVA VITIMA:A. B. S. VITIMA:A. C. C. VITIMA:L. J. S. C. VITIMA:M. R. S. P. . TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 9 (nove) dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de BelÃ©m, capital do Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncias, presidida pelo ExmÂº. DR. MURILO LEMOS SIMÃO, juiz de direito que responde por esta 1Âª Vara Criminal da Capital, comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, infra-assinado. Presentes os representantes do MinistÃ©rio PÃºblico, DrÂª. LÃLIAM PATRÃCIA DUARTE DE SOUZA GOMES, e da Defensoria PÃºblica, DR. ALAN FERREIRA DAMASCENO (ambos remotamente). Ausentes os acusados Eliane (intimada, fls. 111-verso) e Heraldo (nÃ£o intimado, fls. 111-verso). Presentes as vÃ-timas Leda e Aroldo. Em seguida, passou-se Ã oitiva da vÃ-tima AROLDO COSTA CASTRO, RG nÂº 1927941, 3Âª via SSP/PA, e LEDA JULIA COSTA CASTRO, RG nÂº 33839312Âª via SSP/PA. Em DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA, o juiz assim decidiu: 1- Decretou a revelia dos rÃ©us Eliane do Socorro Pinto dos Santos e Heraldo Pereira da Costa, nos termos do art. 367 do CPP. 2- Determinou a expediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao JuÃ-zo Deprecado para que nos informe sobre a oitiva da vÃ-tima Agnaldo e da testemunha Maria Raimunda. 3- Devolvida a carta, determinou vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. 4- Decorrido o prazo de 40 (quarenta) dias sem manifestaÃ§Ã£o do JuÃ-zo Deprecado, determinou vista ao MinistÃ©rio PÃºblico. Nada mais havendo, deu-se este termo findo. Reinaldo Alves Dutra, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitou. Juiz(a) de Direito _____ PROCESSO: 00010093020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MURILO LEMOS SIMAO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:HERNANDE DA LUZ RIBEIRO Representante(s): OAB 27449 - LUCIETE DOS SANTOS TAVARES (ADVOGADO) VITIMA:A. G. C. Representante(s): OAB 18882 - DANIELA AZEVEDO DE SOUSA FAGUNDES LEITE (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) . Proc. 0001009-30.2019.8.14.0401 TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 9 (nove) dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de BelÃ©m, capital do Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncias, presidida pelo ExmÂº. Dr. MURILO LEMOS SIMÃO, juiz de direito respondendo por esta 1Âª Vara Criminal da Capital, comigo Auxiliar JudiciÃ¡rio, infra-assinado. Presente a Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dra. LILIAM PATRÃCIA DUARTE DE SOUZA GOMES (remotamente). Presente (fisicamente) o denunciado Hernande, acompanhado de sua advogada, Dra. LUCIETE DOS SANTOS TAVARES, OAB/PA nÂº 27449. Presente a vÃ-tima Alexandre acompanhado de sua advogada, Dra. DANIELA AZEVEDO DE SOUSA FAGUNDES LEITE, OAB/PA nÂº 18882. A advogada da vÃ-tima pediu prazo de 5 (cinco) dias para apresentar procuraÃ§Ã£o, o que foi deferido pelo juiz. A seguir, o ministÃ©rio PÃºblico propÃ´s a suspensÃ£o condicional do processo, conforme consta nas fls. 55-verso, propondo a reparaÃ§Ã£o do dano no valor de cinco mil e quinhentos reais, conforme manifestaÃ§Ã£o feita em audiÃªncia pela vÃ-tima. Instado, o rÃ©u, orientado por sua advogada, nÃ£o aceitou a proposta. A seguir, dando seguimento ao processo, foi colhido o depoimento da testemunha de defesa JOSY HELENA TRINDADE AMOEDO, RG nÂº 3341058 2Âª via PC/PA. O depoimento consta em mÃ-dia em anexo. Em seguida, passou-se ao interrogatÃ³rio do rÃ©u que declarou chamar-se HERNANDE DA LUZ RIBEIRO, RG nÂº 2202813 â 2Âª Via SSP/PA (qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio na mÃ-dia em anexo). Instadas, as partes nÃ£o requereram diligÃªncias, tendo o ministÃ©rio pÃºblico solicitado prazo para apresentar memoriais. DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: Vista ao MinistÃ©rio PÃºblico, ao assitente de acusaÃ§Ã£o e Ã defesa para apresentarem memoriais no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias. Reinaldo Alves Dutra, Auxiliar JudiciÃ¡rio, digitou. Juiz de Direito _____ PROCESSO: 00163552120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:FELIPE ALEXANDRE DE SA DOS SANTOS Representante(s): OAB 19691 - PAULO SERGIO DE SOUZA BORGES FILHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATORIO Em cumprimento a DeterminaÃ§Ã£o da MM. Juiz, com base no Provimento nÂº 006/2006, art. 1Âº, Â§ 1Âº, inciso I: 1Âº - Fica redesignado o dia 07/12/2021 Ã s 09h30min para a audiÃªncia de InstruÃ§Ã£o e Julgamento, em razÃ£o de readequaÃ§Ã£o de pauta. 2Âº - Cumpram-se as diligÃªncias. 3Âº - Cientes os presentes. BelÃ©m, 09

de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria 1Âª Vara Criminal de BelÃ©m P R O C E S S O : 0 0 2 5 0 9 4 1 7 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 09/11/2021 INDICIADO:PATRICIA ALMEIDA CARDOSO VITIMA:M. S. S. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 19 de JANEIRO de 2022, ÃS 10h30min referente ao processo de nÂº 00250941720188140401. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital P R O C E S S O : 0 0 2 8 9 2 6 2 4 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SIMONE FEITOSA DE SOUZA A??o: Inquérito Policial em: 09/11/2021 INDICIADO:MAURICIO DAMASCENO DE SA VITIMA:H. A. B. . ATO ORDINATÃRIO AtravÃ©s deste, fica intimado (a) (s) o (a) (s) o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica da AudiÃªncia de HomologaÃ§Ã£o de Acordo de NÃ£o PersecuÃ§Ã£o Penal, a ser realizada no dia 18 de JANEIRO de 2022, ÃS 10h00min referente ao processo de nÂº 00289262420198140401. BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Simone Feitosa de Souza Diretora de Secretaria da 1Âª Vara Penal da Capital

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

ATO ORDINATÓRIO
PROCESSO: 0008394-92.2020.8.14.0401 DENUNCIADO(A)(S): MARCOS MACIEL DA SILVA RIBEIRO, LUAN BRITO DO ROSARIO e DEBORA MARCELE COSTA DOS SANTOS ADVOGADO(A)(S): JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO (OAB - 8002)
Fica(m) intimado(a)(s), neste ato, o(a)(s) susodito(a)(s) advogado(a)(s) acerca da audiência designada, nos supraditos autos, para o dia 19/01/2022 às 10 horas e 00 minutos. Ademais, fica intimado o advogado para justificar a sua ausência na audiência do dia 20.10.2021, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de pagamento de multa. Belém (PA), 10 de novembro de 2021. Alessandro Heryky Silva da Silva Analista Judiciário da 2ª Vara Criminal de Belém (PA) (assino, consoante o art. 1º, §1º, IX, do Prov. n.º 06/2006-CJRMB, alterado pelo Prov. n.º 08/2014-CJRMB).

SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 29/10/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 5ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00052029320168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ A??o: Procedimento Comum em: 03/11/2021 INDICIADO:LEONARDO COSTA ARAUJO Representante(s): OAB 6601 - DILERMANDO OLIVEIRA FILHO (ADVOGADO) OAB 6818 - MANOEL BARROS MOREIRA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ SECRETARIA DA 5Âª VARA CRIMINAL DE BELÃM Rua TomÃ¡zia PerdigÃ£o, nÂº. 310, Largo SÃ£o JoÃ£o, 1Âº andar, sala 114, BelÃ©m - ParÃ¡. EDITAL, COM PRAZO DE PRAZO 15 (QUINZE) DIAS, EXTRAÃDO DOS AUTOS DE AÃÃO PENAL, PROCESSO N.0005202-93.2016.814.0401, QUE O MINISTÃRIO PÃBLICO MOVE EM FACE DE SILVANA MENEZES SERRÃO, NA FORMA ABAIXO: Â Â Â Â Â O Dr. JACKSON JOSÃ SODRÃ FERRAZ , MMÂº. Juiz de Direito do Estado do ParÃ¡, Titular da 5Âª Vara Criminal faz saber aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que tendo em vista a sentenÃ§a condenatÃ³ria proferida nos autos do processo nÂº 0025480-18.2016.8140401, bem como a existÃªncia de bens apreendidos vinculados que jÃ¡ nÃ£o tem relevÃ¢ncia para o processo, expede-se o presente EDITAL, para que o rÃ©u LEONARDO COSTA ARAUJO, caso queira, compareÃ§a nesta secretaria a fim deÂ restituir a quantia de R$1.760,00 (hum mil setecentos e sessenta reais) referente Ã subconta nÂº 1601107565. E, para que ninguÃ©m no futuro possa alegar ignorÃ¢ncia, serÃ¡ o presente publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade de BelÃ©m, Capital do Estado do ParÃ¡, secretaria da 5Âª. Vara Criminal, aos 27 (vinte e sete) dias do mÃªs de 10 (outubro) do ano de 2021. Â Â Â Â Â Eu, ValÃ©ria de NazarÃ© Feio Alvares da Silva, Analista JudiciÃ¡rio da 5Âª VPJS, o digitei e subscrevi. JACKSON JOSÃ SODRÃ FERRAZ Juiz de Direito Titular da 5Âª Vara Criminal da Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00126825420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:C. U. C. DENUNCIADO:STEPHANY MARIA DA SILVA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GMARQUES MELO SILVA Representante(s): OAB 2796-B - ELI GOMES DA SILVA FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZOROASTRO AUGUSTO TEIXEIRA Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:GUSTAVO CUNHA SILVA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:PRISCILLA RAVILLA PORTO CHAGAS Representante(s): OAB 11604 - FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 16125 - PEDRO ALVES CHAGAS FILHO (ADVOGADO) OAB 21059 - RAFAEL OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Homologo a proposta de suspensÃ£o condicional do processo aceita pelos Acusados 1) STHEFANY MARIA DA SILVA; 2) GMARQUES MELO SILVA; 3) GUSTAVO CUNHA SILVA , cujas condiÃ§Ãµes constam Ã fl. 1650-verso, nos termos do Art. 89 da Lei 9.099/95, para que surta seus jurÃ-dicos e legais efeitos.Â Â Ressalto aos Acusados que a suspensÃ£o serÃ¡ revogada se, no curso do prazo, vierem a ser processados por outro crime (Art. 89, Â§3Âº da Lei 9.099/95). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em caso de cometimento de novo crime pelos Acusados, remetam-se os autos conclusos para anÃ¡lise, ou se decorrido o perÃ-odo de prova sem qualquer incidente, remetam-se os autos para extinÃ§Ã£o da punibilidade.Â Â P.R.I.Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. JACKSON JOSÃ SODRÃ FERRAZ Juiz de Direito Titular da 2Âº Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00126825420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:C. U. C. DENUNCIADO:STEPHANY MARIA DA SILVA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GMARQUES MELO SILVA Representante(s): OAB 2796-B - ELI GOMES DA SILVA FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZOROASTRO AUGUSTO TEIXEIRA Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:GUSTAVO CUNHA SILVA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:PRISCILLA RAVILLA PORTO CHAGAS Representante(s): OAB 11604 - FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 16125 - PEDRO ALVES CHAGAS FILHO (ADVOGADO) OAB 21059 - RAFAEL OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a grande maioria dos RÃ©us aceitou o acordo do Art. 89 da Lei 9.099/95, e que se cuida dos mesmos fatos, determino a reuniÃ£o dos processos 0012700-75.2018.814.0401 e 0012682-54.2018.814.0401. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por efeito, determino o cancelamento do tombo e arquivamento dos referidos autos, devendo a secretaria judicial acautelar nos

autos remanescentes (principal) os documentos divergentes pertencentes aos autos acautelados, em tudo certificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. Â JACKSON JOSÃ SODRÃ FERRAZ Â Juiz de Direito Titular da 5Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00127007520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:C. U. C. AUTORIDADE POLICIAL:DPC - ROGERIO LUZ MORAIS DENUNCIADO:JOSE ROSA JUNIOR Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LIGIA RIBEIRO DIAS Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:VERONICA CHRISTOVAO PEIXOTO Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:JORDANA BATISTA TEIXEIRA E SALES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:ANA FLAVIA CORREIA EVARISTO Representante(s): OAB 33.791 - GUILHERME CORREIA EVARISTO (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a grande maioria dos RÃ©us aceitou o acordo do Art. 89 da Lei 9.099/95, e que se cuida dos mesmos fatos, determino a reuniÃ£o dos processos 0012700-75.2018.814.0401 e 0012682-54.2018.814.0401. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por efeito, determino o cancelamento do tombo e arquivamento dos referidos autos, devendo a secretaria judicial acautelar nos autos remanescentes (principal) os documentos divergentes pertencentes aos autos acautelados, em tudo certificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. Â JACKSON JOSÃ SODRÃ FERRAZ Â Juiz de Direito Titular da 5Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00127007520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 VITIMA:O. E. VITIMA:C. U. C. AUTORIDADE POLICIAL:DPC - ROGERIO LUZ MORAIS DENUNCIADO:JOSE ROSA JUNIOR Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LIGIA RIBEIRO DIAS Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:VERONICA CHRISTOVAO PEIXOTO Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:JORDANA BATISTA TEIXEIRA E SALES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:ANA FLAVIA CORREIA EVARISTO Representante(s): OAB 33.791 - GUILHERME CORREIA EVARISTO (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Homologo a proposta de suspensÃ£o condicional do processo aceita pelos Acusados 1) JOSÃ ROSA JUNIOR e 2) LIGIA RIBEIRO DIAS, cujas condiÃ§Ãµes constam Ã fl. 1642-verso, nos termos do Art. 89 da Lei 9.099/95, para que surta seus jurÃ-dicos e legais efeitos.Â Â Ressalto aos Acusados que a suspensÃ£o serÃ¡ revogada se, no curso do prazo, vierem a ser processados por outro crime (Art. 89, Â§3Âº da Lei 9.099/95). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em caso de cometimento de novo crime pelos Acusados, remetam-se os autos conclusos para anÃ¡lise, ou se decorrido o perÃ-odo de prova sem qualquer incidente, remetam-se os autos para extinÃ§Ã£o da punibilidade.Â Â P.R.I.Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. JACKSON JOSÃ SODRÃ FERRAZ Juiz de Direito Titular da 2Âº Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00177044020118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:GLEISON ALVES MOREIRA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:TIAGO VINICIUS SILVA FERNANDES Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:VERONICA DA SILVA SOARES Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANA CARLA MILHOMEM VIANA Representante(s): OAB 27893 - GUSTAVO MACHADO SOARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:DEBORA MARQUES GONCALVES Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANNA KARLA RIBEIRO SOUZA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GUSTAVO CUNHA SILVA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:STEPHANY MARIA DA SILVA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GMARQUES MELO SILVA Representante(s): OAB 2796-B - ELI GOMES DA SILVA FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZOROASTRO AUGUSTO TEIXEIRA Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:LIGIA RIBEIRO DIAS Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:VERONICA CHRISTOVAO PEIXOTO Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:JORDANA BATISTA TEIXEIRA E SALES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:ANA FLAVIA CORREIA EVARISTO Representante(s): OAB 33.791 - GUILHERME CORREIA EVARISTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE ROSA JUNIOR Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. VITIMA:C. U. C. AUTORIDADE POLICIAL:DPC - ROGERIO

LUZ MORAIS DENUNCIADO:PRISCILLA RAVILLA PORTO CHAGAS Representante(s): OAB 11604 - FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 16125 - PEDRO ALVES CHAGAS FILHO (ADVOGADO) OAB 21059 - RAFAEL OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se os interessados para se manifestar acerca dos bens apreendidos de fl. 3478, apresentando os documentos pertinentes no prazo de 10 dias, sob pena de decretaÃ§Ã£o de perdimento ou destruiÃ§Ã£o do mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. Â JACKSON JOSÃ SODRÃ FERRAZ Â Juiz de Direito Titular da 5Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00177044020118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 03/11/2021 DENUNCIADO:GLEISON ALVES MOREIRA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:TIAGO VINICIUS SILVA FERNANDES Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:VERONICA DA SILVA SOARES Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANA CARLA MILHOMEM VIANA Representante(s): OAB 27893 - GUSTAVO MACHADO SOARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:DEBORA MARQUES GONCALVES Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANNA KARLA RIBEIRO SOUZA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GUSTAVO CUNHA SILVA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:STEPHANY MARIA DA SILVA Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:GMARQUES MELO SILVA Representante(s): OAB 2796-B - ELI GOMES DA SILVA FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZOROASTRO AUGUSTO TEIXEIRA Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:LIGIA RIBEIRO DIAS Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:VERONICA CHRISTOVAO PEIXOTO Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) DENUNCIADO:JORDANA BATISTA TEIXEIRA E SALES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:ANA FLAVIA CORREIA EVARISTO Representante(s): OAB 33.791 - GUILHERME CORREIA EVARISTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE ROSA JUNIOR Representante(s): OAB 9512 - HELIO FRANCISCO DE MIRANDA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. VITIMA:C. U. C. AUTORIDADE POLICIAL:DPC - ROGERIO LUZ MORAIS DENUNCIADO:PRISCILLA RAVILLA PORTO CHAGAS Representante(s): OAB 11604 - FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 16125 - PEDRO ALVES CHAGAS FILHO (ADVOGADO) OAB 21059 - RAFAEL OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a grande maioria dos RÃ©us aceitou o acordo do Art. 89 da Lei 9.099/95, e que se cuida dos mesmos fatos, determino a reuniÃ£o dos processos 0012700-75.2018.814.0401 e 0012682-54.2018.814.0401. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por efeito, determino o cancelamento do tombo e arquivamento dos referidos autos, devendo a secretaria judicial acautelar nos autos remanescentes (principal) os documentos divergentes pertencentes aos autos acautelados, em tudo certificado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021. Â JACKSON JOSÃ SODRÃ FERRAZ Â Juiz de Direito Titular da 5Âª Vara Criminal de BelÃ©m PROCESSO: 00027657420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: W. B. L. Representante(s): OAB 14169 - JOAO BOSCO PINHEIRO LOBATO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13676 - JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) VITIMA: L. M. C. VITIMA: A. C. M. P. VITIMA: C. P. F. AUTOR: A. R. M. P.

SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 8ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00014426820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:ELIELTON TAVARES DOS SANTOS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:DEYVISON BRUNO VIEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:A. H. F. R. PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - RELATÃRIO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL, por meio da 7Âª Promotoria de JustiÃ§a do JuÃ-zo Singular Criminal, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes institucionais, ofereceu DENÃNCIA contra ELIELTON TAVARES DOS SANTOS, brasileiro, paraense, filho de Ana Leila Sousa Tavares e Everaldo Nogueira dos Santos, nascido em 15/08/1993, portador de RG nÂº 6395899 PC/PA, residente e domiciliado na Monte Serrat, nÂ° 60, GuamÃ¡, BelÃ©m/PA e contra DEYVISON BRUNO VIEIRA DOS SANTOS, brasileiro, paraense, filho de Maristela Silva Vieira e Raimundo de NazarÃ© Silva LeitÃ£o dos Santos, nascido em 28/05/1992, portador de RG nÂº 6215819 PC/PA, residente e domiciliado na Silva, nÂ° 128, entre JoÃ£o de Deus e 20 de fevereiro, GuamÃ¡, BelÃ©m/PA. , por infringÃªncia ao tipo penal descrito nos Art. 157, Â§ 2Âº, incisos I e II, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depreende-se da presente peÃ§a acusatÃ³ria que, no dia 17 de janeiro de 2018, por volta das 19h, a vÃ-tima, que Ã© mÃ©dico, estava saindo do hospital Maternidade do Povo, local onde trabalha, em seu veÃ-culo automotor, quando foi abordado pelos denunciados, que estavam em uma motocicleta. O denunciado Elielton Tavares desceu da garupa da motocicleta e portando arma de fogo, anunciou o assalto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, a referida vÃ-tima levantou as mÃ£os para o alto, segurando seu aparelho celular em uma delas. EntÃ£o os indivÃ-duos subtraÃ-ram-lhe o celular e quando ele colocou as mÃ£os no bolso para entregar a chave do seu veÃ-culo aos assaltantes, escutou o barulho de tiros vindo por trÃ¡s dele que foram efetuados por um transeunte nÃ£o identificado. Com isso, o denunciado que portava arma de fogo revidou os tiros, deixando a vÃ-tima em meio a um fogo cruzado. Em seguida, os denunciados empreenderam fuga na motocicleta. A vÃ-tima informou que o denunciado Deyvison Bruno estava vestido com os caracteres de moto taxista quando o abordou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma guarniÃ§Ã£o da ROTAM avistou os acusados trafegando em alta velocidade, momento em que a guarniÃ§Ã£o realizou abordagem nos assaltantes e verificou que estes estavam baleados. Diante disso, eles foram encaminhados para a seccional, onde a vÃ-tima os reconheceu como autores do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls.88 e 89, consta termo da audiÃªncia de custÃ³dia, onde foi decidida a conversÃ£o da prisÃ£o em flagrante em prisÃ£o preventiva dos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â A denÃºncia foi protocolada em 05 de fevereiro de 2018, tendo sido recebida neste JuÃ-zo no dia 07 de fevereiro de 2018, com determinaÃ§Ã£o de citaÃ§Ã£o dos rÃ©us para apresentarem resposta Ã acusaÃ§Ã£o, nos termos do art. 396 do CPP, e diligÃªncias requeridas pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls.147 a 150, consta resposta Ã acusaÃ§Ã£o feita pela defesa de Elielton Tavares dos Santos, onde requereu a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria do acusado, reiteraÃ§Ã£o do pedido de substituiÃ§Ã£o da prisÃ£o por medida cautelar diversa e o arrolamento das testemunhas mencionadas na resposta Ã acusaÃ§Ã£o. Ã fl.185, consta manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, onde se manifesta pelo indeferimento do pedido de revogaÃ§Ã£o de prisÃ£o preventiva de Elielton. Tal pedido foi negado por este magistrado Ã fl. 186/187. Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls.166 a 169, consta resposta Ã acusaÃ§Ã£o feita pela defesa do rÃ©u Deyvison Bruno Vieira dos Santos, onde ela requereu que fossem ouvidas as testemunhas arroladas posteriormente e que houvesse a revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o cautelar. Ãs fls.171 e 172, o MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se pelo indeferimento do pedido de revogaÃ§Ã£o de prisÃ£o preventiva feito pela defesa de Deyvison. Os pedidos feitos pela defesa de Deyvison foram negados por este magistrado Ã s fls. 173/175. Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 189 a 191, consta decisÃ£o em habeas corpus liberatÃ³rio com pedido de liminar feito em favor de Deyvison Bruno Vieira dos Santos, que denegou a medida liminar pleiteada. Â Â Â Â Â Â Â Â No dia 05 de abril de 2018, foi realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, onde foram ouvidas a vÃ-tima ALLAN HENRIQUE FERNANDES RENDEIRO e as testemunhas de acusaÃ§Ã£o PABLO CAMPOS ARANEDA, RUAN CARLOS ALVES DE SOUZA e MARCOS SILVANO COUTINHO DE OLIVEIRA, e realizado o interrogatÃ³rio dos acusados DEYVISON BRUNO VIEIRA DOS SANTOS e ELIELTON TAVARES DOS SANTOS. Nada foi requerido na fase do art. 402 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls.203 a 205, constam memoriais finais feito pelo MinistÃ©rio PÃºblico, onde este requer a procedÃªncia in totum da denÃºncia e a consequente condenaÃ§Ã£o dos acusados ELIELTON TAVARES DOS SANTOS e DEYVISON BRUNO

VIEIRA DOS SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls.206 a 214, consta pedido de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva em favor de Deyvison Bruno Vieira dos Santos. Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls.215 a 220, constam memoriais finais pela defesa de Elielton Tavares dos Santos, onde requer a absolviÃ§Ã£o do acusado por insuficiÃªncia de provas, que em caso de condenaÃ§Ã£o seja aplicado o regime de pena semiaberto com aplicaÃ§Ãµes das sÃºmulas 444/STJ e sÃºmulas 17 a 19 do TJE-PA e que seja revogada a prisÃ£o cautelar. Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls.221 a 228, consta alegaÃ§Ãµes finais pela defesa de Deyvison Bruno Vieira dos Santos, em que requer a absolviÃ§Ã£o do acusado, ou, alternativamente, a fixaÃ§Ã£o da pena base no mÃ-nimo legal, a desqualificaÃ§Ã£o de roubo qualificado para o de roubo simples na forma tentada, a dispensa do pagamento das custas do processo, a dispensa ou fixaÃ§Ã£o da pena de multa com base no mÃ-nimo legal que a lei estabelece, que o regime inicial de pena seja o aberto e que, em caso de condenaÃ§Ã£o, seja concedido o direito do acusado recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 229 e 230, o MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou pelo deferimento dos pleitos de revogaÃ§Ã£o de prisÃ£o preventiva de ambos os acusados. Tais pleitos foram deferidos pelo juÃ-zo Ã s fls.231 e 232. Â Â Â Â Â Â Â Â Foi feito pedido de retirada de monitoramento eletrÃ´nico pela defesa de Elielton Ã s fls.247 e 248, e pela defesa de Deyvison Ã s fls.257 e 258. O MinistÃ©rio PÃºblico se manifestou de forma favorÃ¡vel a tais pedidos, os quais foram acolhidos pelo magistrado Ã fl.255 e 262, respectivamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â II - FundamentaÃ§Ã£o: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de denÃºncia formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico para apurar a prÃ¡tica do crime definido no art. 157, Â§ 2Âº, I e II, do CPB, supostamente praticado pelos acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao caso nÃ£o se apresentam preliminares. Passo, pois, ao exame de mÃ©rito da aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em instruÃ§Ã£o processual foi ouvida a vÃ-tima ALLAN HENRIQUE FERNANDES RENDEIRO que relatou que trabalha no hospital Maternidade do Povo, onde foi fazer um atendimento que terminou por volta de 19h. E quando foi atravessar a rua para pegar seu carro, parou uma motocicleta Bross preta com dois indivÃ-duos, e o que estava na frente usava uma roupa de moto taxista. Que o carona desceu da moto e sacou a arma e disse para dar a chave do carro ou iria matÃ¡-lo. Que o meliante pegou seu celular e quando ele colocou a mÃ£o em seu bolso para pegar a chave do seu carro, uma pessoa que estava atrÃ¡s dele teria efetuado aproximadamente dois tiros. Disse que entÃ£o o assaltante tambÃ©m atirou. Disse que nÃ£o conseguiu sequer se mexer. Que os policiais conseguiram pegar os dois motoqueiros pela terra firme jÃ¡ baleados, quando estavam tentando empreender fuga. Mencionou nÃ£o ter dÃºvidas que os acusados sÃ£o os autores do delito. Que Elielton era o garupa e Deyvison era o piloto da moto. Disse que seu celular nÃ£o foi restituÃ-do. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha PABLO CAMPOS ARANEDA, policial militar, relatou que nÃ£o viu o assalto. Que sÃ³ ouviu por rÃ¡dio que dois elementos no Bairro da Trindade realizaram um assalto e que um deles estava baleado. Que esses dois elementos eram os acusados. Mencionou que o celular da vÃ-tima nÃ£o estava mais com eles nem a arma de fogo. Que a pessoa que atirou por trÃ¡s da vÃ-tima nÃ£o foi encontrada. Disse que as cÃ¡psulas nÃ£o foram encontradas. Que o meliante foi baleado na perna. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha RUAN CARLOS ALVES DE SOUZA, policial militar, disse os acusados estavam na motocicleta. Que prenderam os acusados no Bairro do Condor, ambos estavam baleados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha MARCOS SILVANO COUTINHO DE OLIVEIRA, policial militar, relatou que nÃ£o presenciou o assalto. Que avistou os rÃ©us passarem em alta velocidade em uma motocicleta. Realizou entÃ£o abordagem e verificou que ao menos um deles estava baleado. Que ouviu pela fonia que ocorreu um assalto e que uma pessoa teria atirado nos assaltantes. Disse que nÃ£o encontraram arma de fogo nem o celular da vÃ-tima. Mencionou que os acusados negaram ter realizado o assalto, que foram pedir uma informaÃ§Ã£o, mas que a pessoa teria pensado ser um assalto e atirou contra eles. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado ELIELTON TAVARES DOS SANTOS, em seu interrogatÃ³rio negou as acusaÃ§Ãµes. Disse que a vÃ-tima que efetuou os disparos contra eles. Mencionou que nÃ£o pegou celular nenhum. Que no dia estava com Deyvison em uma motocicleta e quando estavam prÃ³ximos da maternidade do povo, por terem pego uma rua errada, foram pedir uma informaÃ§Ã£o para a vÃ-tima, mas que esta de repente sacou uma arma e comeÃ§ou a atirar contra eles. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado DEYVISON BRUNO VIEIRA DOS SANTOS, em seu interrogatÃ³rio negou as acusaÃ§Ãµes. Disse que a vÃ-tima que lhe baleou. Que possivelmente foi uma arma de calibre pequeno. Mencionou que tanto ele quanto Elielton foram baleados. Disse que estava trabalhando de moto taxi no momento do fato. Disse que pegou uma corrida com Elielton, seu conhecido, mas que chegou em um momento em que se perderam e entÃ£o pediram informaÃ§Ã£o para a vÃ-tima, mas que esta teria se assustado e atirou contra eles. Alegou que nunca praticou o assalto. Mencionou que nunca tinha visto a vÃ-tima antes. Que o projÃ©til estÃ¡ alojado na sua coxa esquerda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme se observa, em que pese a tese de negativa de autoria formulada pela defesa, as provas constantes nos autos, em especial o reconhecimento efetuado pela vÃ-tima Allan Henrique Fernandes Rendeiro, dos acusados como sendo os indivÃ-duos que,

mediante uso de arma de fogo, realizaram o assalto, se revelou coerente com as demais provas dos autos, especialmente os depoimentos prestados pelos policiais que efetuaram a prisÃ£o dos denunciados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A bem da verdade, a palavra das vÃ-timas, em consonÃ¢ncia com o contexto probatÃ³rio constante nos autos, Ã© suficiente para o decreto condenatÃ³rio, nos termos do que afirma a jurisprudÃªncia pacÃ-fica: PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO. PALAVRA DA VÃTIMA. CONFISSAO. CONJUNTO PROBATÃRIO. DOSIMETRIA DA PENA. CIRCUNSTÃNCIA JUDICIAL E ATENUANTE DA CONFISSAO E DA MENOR IDADE DE 21 ANOS. 1) A palavra da vÃ-tima jungida a outros elementos de prova, possui especial relevo e prepondera para impor a condenaÃ§Ã£o do infrator, mÃ¡xime nas situaÃ§Ãµes tais como as constantes dos autos, que envolve crime contra o patrimÃ´nio e hÃ¡ a expressa confissÃ£o do rÃ©u. (...) 5) Apelo provido em parte. (TJ-AP - APL: 47838820118030002 AP, Relator: RUI GUILHERME DE VASCONCELLOS SOUZA FILHO, Data de Julgamento: 03/05/2012, CÃMARA ÃNICA, Data de PublicaÃ§Ã£o: no DJE N.Âº 85 de Sexta, 11 de Maio de 2012) (grifo nÃ£o autÃªntico). APELAÃÃO CRIMINAL - ROUBO CIRCUNSTANCIADO - CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL - PALAVRA DA VÃTIMA - CONDENAÃÃO MANTIDA. I. A confissÃ£o extrajudicial do acusado e os outros elementos de prova, especialmente os depoimentos das testemunhas, embasam o decreto condenatÃ³rio. II. Em crimes contra o patrimÃ´nio, a palavra do ofendido merece especial relevÂ¢ncia e estÃ¡ coerente com o conjunto probatÃ³rio. III. Parcial provimento para reduzir a pena pecuniÃ¡ria. (TJ-DF - APR: 20130510148577, Relator: SANDRA DE SANTIS, Data de Julgamento: 11/06/2015, 1Âª Turma Criminal, Data de PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE: 19/06/2015 . PÃ¡g.: 48) (grifo nÃ£o autÃªntico). APELAÃÃO - CRIME DE ROUBO - AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS - PALAVRAS DA VÃTIMA - ELUCIDAÃÃO DOS FATOS E RECONHECIMENTO DO AGENTE - CONFISSÃO DO ACUSADO - CONDENAÃÃO MANTIDA. Em sede de crimes patrimoniais, que geralmente sÃ£o praticados na clandestinidade, configura-se preciosa a palavra da vÃ-tima para elucidaÃ§Ã£o dos fatos e reconhecimento do agente, mormente quando nÃ£o hÃ¡ nada nos autos que demonstre que o ofendido tenha inventado tais fatos com a simples intenÃ§Ã£o de prejudicar o acusado. As declaraÃ§Ãµes da vÃ-tima, somadas Ã confissÃ£o do acusado, sÃ£o provas mais que suficientes da autoria do crime, nÃ£o havendo espaÃ§o para absolviÃ§Ã£o. (TJ-MG - APR: 10433130011623001 MG, Relator: SÃ¡lvio Chaves, Data de Julgamento: 26/06/2014, CÃ¢maras Criminais / 7Âª CÃMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 04/07/2014) (grifo nÃ£o autÃªntico). APELAÃÃO. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS COM RELAÃÃO AO RÃU ROMÃRIO FERREIRA. PALAVRA DAS VÃTIMAS. ROUBO CONSUMADO. INVERSÃO DA POSSE. REFAZIMENTO DA DOSIMETRIA DA PENA. REGIME FECHADO. PROVA ORAL NÃO APTA PARA A CONDENAÃÃO DOS RÃUS FILIPE DE SOUZA, GABRIEL DONIZETE E RODRIGO DE MORAES. IMPROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL E PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO DEFENSIVO. 1. Materialidade e autoria comprovadas com relaÃ§Ã£o ao crime de roubo duplamente majorado. As circunstÂ¢ncias do caso concreto indicam o dolo adequado Ã espÃ©cie do rÃ©u RomÃ¡rio Ferreira. 2. A autoria do crime restou comprovada pelas provas coligidas aos autos, alÃ©m de ter sido o rÃ©u reconhecido, pessoalmente, pela vÃ-tima e pela testemunha arrolada pela acusaÃ§Ã£o. Validade. O reconhecimento que a vÃ-tima efetua, da pessoa do seu roubador, assume fundamental importÂ¢ncia, eis que, em sede de crime de roubo, normalmente tocado de clandestinidade, a palavra da vÃ-tima Ã© a Ãºnica na qual pode a autoridade judiciÃ¡ria fiar-se, Ã falta de testemunhas presenciais. Precedentes do TJSP. [...] (TJ SP - TJ-SP - ApelaÃ§Ã£o APL 30013638820138260333 SP 3001363-88.2013.8.26.0333 (TJ-SP); Data de publicaÃ§Ã£o: 20/01/2016) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalte-se que, nos termos da pacÃ-fica jurisprudÃªncia, Ã© plenamente possÃ-vel como meio de prova a admissÃ£o de depoimento de policial militar que prendeu o acusado em flagrante delito. Nesse sentido: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. TRÃFICO DE DROGAS. CONDENAÃÃO. DEPOIMENTOS DE POLICIAIS. CREDIBILIDADE. COERÃNCIA COM O CONJUNTO PROBATÃRIO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. 1. Ressalvada pessoal compreensÃ£o diversa, uniformizou o Superior Tribunal de JustiÃ§a ser inadequado o writ em substituiÃ§Ã£o a recursos especial e ordinÃ¡rio, ou de revisÃ£o criminal, admitindo-se, de ofÃ-cio, a concessÃ£o da ordem ante a constataÃ§Ã£o de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia. 2. Orienta-se a jurisprudÃªncia no sentido de que os depoimentos dos agentes policiais merecem credibilidade como elementos de convicÃ§Ã£o, mÃ¡xime quando corroborados com outras provas produzidas nos autos, situaÃ§Ã£o da espÃ©cie, constituindo-se, assim, elemento apto a respaldar as condenaÃ§Ãµes. (...) (STJ - HC: 206282 SP 2011/0105418-9, Relator: Ministro NEFI CORDEIRO, Data de Julgamento: 12/05/2015, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 26/05/2015) (grifo nÃ£o autÃªntico). (...) 1. Conforme entendimento desta Corte, sÃ£o vÃ¡lidos e revestidos de eficÃ¡cia probatÃ³ria o testemunho prestado por policiais envolvidos com a aÃ§Ã£o investigativa, mormente quando em harmonia com as demais provas e confirmados em juÃ-zo,

sob a garantia do contraditÃ³rio. (...) 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 366258 MG 2013/0249573-0, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 11/03/2014, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 27/03/2014) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Outrossim, a tese de negativa de autoria, mostra-se frÃ¡gil diante do contexto probatÃ³rio uma vez que nÃ£o Ã© verossÃ-mil a teoria de que a vÃ-tima, um mÃ©dico saindo de seu trabalho no hospital, estivesse armado e pronto para atirar em um desconhecido que se aproximasse. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante mencionar que, em que pese a arma usada no crime nÃ£o ter sido apreendida e periciada, Ã© prescindÃ-vel para fins de reconhecimento da majorante em comento a apreensÃ£o e a realizaÃ§Ã£o da perÃ-cia na arma, desde que se evidencie nos autos a existÃªncia de um conjunto probatÃ³rio que permitam ao julgador formar convicÃ§Ã£o no sentido da efetiva utilizaÃ§Ã£o de arma pelo agente do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, a vÃ-tima foi categÃ³rica em afirmar que um dos acusados utilizava-se de uma arma de fogo na prÃ¡tica do delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, os arestos abaixo transcritos do colendo Superior Tribunal de JustiÃ§a embasam o presente entendimento: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÃPRIO. DESCABIMENTO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÃNIMO. MAUS ANTECEDENTES. ACRÃSCIMO MOTIVADO. REINCIDÃNCIA. QUANTUM DE AUMENTO. FUNDAMENTAÃÃO IDÃNEA. ARMA DE FOGO. AUSÃNCIA DE APREENSÃO E PERÃCIA. COMPROVAÃÃO POR OUTROS MEIOS DE PROVA. POSSIBILIDADE. CRIME COMETIDO MEDIANTE UMA SÃ AÃÃO. DUAS VÃTIMAS. INEXISTÃNCIA DE CRIME ÃNICO. CONCURSO FORMAL. EXASPERAÃÃO BASEADA APENAS NO NÃMERO DE CAUSAS DE AUMENTO. FUNDAMENTAÃÃO INIDÃNEA. SÃMULA N. 443/STJ. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÃCIO. Ã pacÃ-fico o entendimento dessa Corte Superior no sentido de que a incidÃªncia da majorante referente Ã utilizaÃ§Ã£o de arma prescinde da apreensÃ£o e perÃ-cia no objeto, quando comprovada sua utilizaÃ§Ã£o, por outros meios de prova, tais como a palavra da vÃ-tima ou mesmo de testemunhas. (...). (HC 194624/RJ, Rel. Min. Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE), Sexta Turma, j. 20/02/2014, p. DJe 15/04/2014) (grifo nÃ£o autÃªntico). EMENTA: HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ARMA DE FOGO. APREENSÃO E PERÃCIA. PRESCINDIBILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. CONCURSOS DE DUAS MAJORANTES. NÃO-DEMONSTRADAS CIRCUNSTÃNCIAS CONCRETAS QUE INDIQUEM A NECESSIDADE DE EXASPERAÃÃO DA PENAL ALÃM DA FRAÃÃO MÃNIMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. CRIME ÃNICO. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO. OFENSA A PATRIMÃNIOS DE VÃTIMAS DIVERSAS. CONCURSO FORMAL. MEMBROS DA MESMA FAMÃLIA. IRRELEVÃNCIA. REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. RÃU REINCIDENTE. PENA SUSPERIOR A 4 ANOS. ART. 33, Â§ 2Âº, A, DO CÃDIGO PENAL. REGIME INICIAL FECHADO. SÃMULA 269/STJ. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. 1- Ã prescindÃ-vel a apreensÃ£o e perÃ-cia da arma de fogo para a caracterizaÃ§Ã£o da causa de aumento de pena do crime de roubo prevista no art. 157, Â§ 2Âº, I, do CÃ³digo Penal, quando outros elementos comprovem sua utilizaÃ§Ã£o. 2, 3, 4, 5, 6 e 7- (...) (HC 99528/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, j. 15/10/2009, p. DJe 16/11/2009) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante mencionar que, em que pese o inciso I do Â§ 2Âº do art. 157 do CPB atualmente esteja revogado, o uso de arma de fogo continua sendo qualificadora, agora prevista no Â§ 2Âº-A, I, do art. 157 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Destarte, nÃ£o se trata, pois, de abolitio criminis, e, considerando que o Â§ 2Âº-A, inciso I, do art. 157 do CPB somente entrou em vigor em 24/04/2018, aplicÃ¡vel a pena estabelecida no inciso I do Â§ 2Âº do art. 157 do CPB, posto que o crime foi praticado em 02/10/2014, nÃ£o podendo a lei retroagir para prejudicar o rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o tema, afirma a jurisprudÃªncia: RECURSO DE AGRAVO DE EXECUÃÃO PENAL. DECISÃO QUE POSTERGA ANÃLISE DE PEDIDO. RECURSO DO APENADO.Â 1. ROUBO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. ALTERAÃÃO LEGISLATIVA (LEI 13.654/18). REVOGAÃÃO DE DISPOSITIVO (CP, ART. 157, Â§ 2Âº, I). DESLOCAMENTO LEGAL (CP, ART. 157, Â§ 2Âº-A, I). CONTINUIDADE NORMATIVO-TÃPICA. NOVATIO LEGIS IN PEJUS. ULTRATIVIDADE DA LEI BENÃFICA (CF, ART. 5Âº, XL, E CP, ART. 2Âº). 2. ROUBO DUPLAMENTE CIRCUNSTANCIADO. PENA. FRAÃÃO MÃNIMA.Â 1. Apesar de a Lei 13.654/18 ter revogado o inciso I do Â§ 2Âº do art. 157 do CÃ³digo Penal, a causa especial de aumento de pena relativa ao emprego de arma de fogo no crime de roubo continua a ser figura tÃ-pica, porquanto apenas foi deslocada para seu Â§ 2Âº-A, I e, tratando-se de inovaÃ§Ã£o legal de conteÃºdo mais gravoso, deve-se observar a ultratividade da lei anterior benÃ©fica quanto aos crimes praticados na vigÃªncia do inciso revogado. 2. Se, por conta da presenÃ§a de duas causas de aumento do Â§ 2Âº do art. 157 do CÃ³digo Penal a pena foi aumentada no mÃ-nimo patamar legal de 1/3 na terceira fase da dosimetria do crime de roubo, o afastamento de uma delas nÃ£o traria efeito redutivo algum.Â RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Agravo de ExecuÃ§Ã£o Penal n. 0010943-52.2018.8.24.0018, de ChapecÃ³, rel. Des. SÃ©rgio Rizelo, Segunda CÃ¢mara Criminal, j. 27-11-2018) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â

Â AlÃ©m disso, no presente caso, incide a qualificadora prevista no art. 157, Â§ 2Âº, inciso II, do CPB, tendo em vista que a prova oral colhida na instruÃ§Ã£o criminal revela cabalmente que o delito foi praticado em concurso por ambos os acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Acrescente-se que, no presente caso, o crime de roubo teve consumaÃ§Ã£o integral, vez que os assaltantes obtiveram a posse da res furtiva e empreenderam fuga. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre a consumaÃ§Ã£o do delito de roubo, afirma a jurisprudÃªncia do STJ: ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO USO DE ARMA E PELO CONCURSO DE AGENTES. SUFICIÃNCIA DE PROVAS. CONDENAÃÃO. DESCLASSIFICAÃÃO. TENTATIVA. IMPOSSIBILIDADE. CONSUMAÃÃO. DOSIMETRIA. REVISÃO. CIRCUNSTÃNCIAS. AFASTAMENTO. PENA. QUANTUM. MANUTENÃÃO. PARCIAL PROVIMENTO. I - Deve ser mantida a condenaÃ§Ã£o pela prÃ¡tica do crime de roubo quando as provas colhidas na instruÃ§Ã£o, notadamente a declaraÃ§Ã£o firme e coesa das vÃ-timas, aliada aos demais elementos probatÃ³rios, comprovam ser o rÃ©u o autor do delito. II - InviÃ¡vel a desclassificaÃ§Ã£o do delito de roubo consumado para a modalidade tentada quando a prova colhida na instruÃ§Ã£o demonstra que o rÃ©u subtraiu a res e a repassou ao comparsa que empreendeu fuga, a demonstrar que houve transferÃªncia da posse do bem. [...] (TJ DF - Processo: Â APR 20130111572687 DF 0040005-41.2013.8.07.0001; Relator(a): NILSONI DE FREITAS; Julgamento: 31/07/2014; ÃrgÃ£o Julgador: 3Âª Turma Criminal; PublicaÃ§Ã£o: Publicado no DJE : 07/08/2014 . PÃ¡g.: 183) (grifo nÃ£o autÃªntico). HABEAS CORPUS. PENAL. CRIME DE ROUBO. CONSUMAÃÃO. POSSE TRANQUILA DA COISA SUBTRAÃDA. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL E DO PRETÃRIO EXCELSO. TESE DE QUE A ARMA DE FOGO ESTARIA DESMUNICIADA. AUSÃNCIA DE INTERESSE. REGIME PRISIONAL SEMIABERTO. LEGALIDADE. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO. 1. No que se refere Ã consumaÃ§Ã£o do crime de roubo, esta Corte e o Supremo Tribunal Federal adotam a teoria da apprehensio, tambÃ©m denominada de amotio, segundo a qual considera-se consumado o mencionado delito no momento em que o agente obtÃ©m a posse da res furtiva, ainda que nÃ£o seja mansa e pacÃ-fica e/ou haja perseguiÃ§Ã£o policial, sendo prescindÃ-vel que o objeto do crime saia da esfera de vigilÃ¢ncia da vÃ-tima. (...) 4. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa extensÃ£o, denegado. (STJ - Processo: HC 216291 SP 2011/0196885-7; Relator(a): Ministra LAURITA VAZ; Julgamento: 13/08/2013; ÃrgÃ£o Julgador: T5 - QUINTA TURMA) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, restam comprovadas a materialidade e a autoria da aÃ§Ã£o ilÃ-cita, nÃ£o deixando margem de dÃºvidas quanto Ã responsabilidade criminal dos acusados quanto Ã prÃ¡tica do crime previsto no art. 157, Â§ 2Âº, incisos I e II, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - CONCLUSÃO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto: Â Â Â Â Â Â Â Â Â JULGO PROCEDENTE A DENÃNCIA, para CONDENAR os rÃ©us ELIELTON TAVARES DOS SANTOS, brasileiro, paraense, filho de Ana Leila Sousa Tavares e Everaldo Nogueira dos Santos, nascido em 15/08/1993, portador de RG nº 6395899 PC/PA, residente e domiciliado na Monte Serrat, nÂ° 60, GuamÃ¡, BelÃ©m/PA e DEYVISON BRUNO VIEIRA DOS SANTOS, brasileiro, paraense, filho de Maristela Silva Vieira e Raimundo de NazarÃ© Silva LeitÃ£o dos Santos, nascido em 28/05/1992, portador de RG nÂº 6215819 PC/PA, residente e domiciliado na Silva, nÂ° 128, entre JoÃ£o de Deus e 20 de fevereiro, GuamÃ¡, BelÃ©m/PA, nas sanÃ§Ãµes punitivas previstas no artigo 157, Â§ 2Âº, incisos I e II, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar a dosimetria da pena a ser a aplicada aos acusados, atendendo ao disposto nos arts. 59 e 68 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â EM RELAÃÃO AO RÃU ELIELTON TAVARES DOS SANTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade do rÃ©u em nada acrescenta Ã pena, porque nÃ£o hÃ¡ elementos que possam aumentar a reprovabilidade da aÃ§Ã£o alÃ©m daqueles inerentes ao tipo em comento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado nÃ£o possui outros antecedentes criminais (certidÃ£o de fl. 81). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ elementos para se aferir a conduta social e a personalidade do acusado, razÃ£o pela qual sÃ£o consideradas circunstÃ¢ncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O motivo do delito Ã© a busca de lucro fÃ¡cil, em detrimento da vÃ-tima, sendo, pois, circunstÃ¢ncia neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias e as consequÃªncias do crime sÃ£o inerentes ao crime. Trata-se, pois, de circunstÃ¢ncia neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, o comportamento da vÃ-tima, em nada contribuiu para a conduta do rÃ©u, sendo circunstÃ¢ncia judicial neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, com base nas circunstÃ¢ncias judiciais supramencionadas, fixo a pena base do acusado em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e 10 (dez) dias multa, sendo o dia multa Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo nacional, considerando a pena privativa de liberdade aplicada, as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Penal, a gravidade do delito e a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do denunciado (artigo 49, Â§ 1Âº, do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u nÃ£o apresenta contra si circunstÃ¢ncias agravantes ou atenuantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presentes as causas de aumento previstas no art. 157, Â§ 2Âº, incisos I e II, do CPB, tendo em vista que o crime foi cometido com emprego de uma arma de fogo e mediante o concurso de duas pessoas, impondo maior temor Ã vÃ-tima e reduzindo ainda mais a possibilidade de reaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, confirmada a referida causa de aumento e ausentes causas de diminuiÃ§Ã£o de pena, aumento a pena em 5/12 (cinco doze avos), FIXANDO-A EM

05 (CINCO) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 14 (QUATORZE) DIAS MULTA, sendo o dia multa Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo nacional, considerando a pena privativa de liberdade aplicada, as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Penal, a gravidade do delito e a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do denunciado (artigo 49, Â§1Âº, do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime inicial: Fixo o regime inicial fechado para a pena privativa de liberdade, nos termos do que determina o artigo 33, Â§ 2Âº, alÃ-nea a, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, o acusado ainda nÃ£o preenche os requisitos estabelecidos pelo art. 387, Â§ 2Âº, do CPP (detraÃ§Ã£o), cabendo Ã Vara de ExecuÃ§Ãµes Penais a aplicaÃ§Ã£o, no momento oportuno. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Porque incabÃ-vel, em face do quantum da pena fixada e da grave ameaÃ§a exercida, deixo de proceder Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade imposta ao rÃ©u por restritiva de direitos, nos termos do art. 44 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere Ã reparaÃ§Ã£o mÃ-nima de danos prevista no art. 387, IV, do CPP, deixo de fixÃ¡-la, tendo em vista a inexistÃªncia de pedido formal na denÃºncia, nos termos do que afirma a jurisprudÃªncia do STJ (AgRg no AREsp 311.784/DF, Rel. Ministro SebastiÃ£o Reis JÃºnior, Sexta Turma, julgado em 05/08/2014; REsp 1265707/RS, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 27/05/2014; AgRg no REsp 1428570/GO, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, julgado em 08/04/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face de responder ao processo solto e nÃ£o se verificar a presenÃ§a dos pressupostos previstos no art. 312 do CPP, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade, se por outro motivo nÃ£o estiver preso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â EM RELAÃÃO AO RÃU DEYVISON BRUNO VIEIRA DOS SANTOS Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade do rÃ©u em nada acrescenta Ã pena, porque nÃ£o hÃ¡ elementos que possam aumentar a reprovabilidade da aÃ§Ã£o alÃ©m daqueles inerentes ao tipo em comento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado nÃ£o possui outros antecedentes criminais (certidÃ£o de fl. 80). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ elementos para se aferir a conduta social e a personalidade do acusado, razÃ£o pela qual sÃ£o consideradas circunstÃ¢ncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O motivo do delito Ã© a busca de lucro fÃ¡cil, em detrimento da vÃ-tima, sendo, pois, circunstÃ¢ncia neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias e as consequÃªncias do crime sÃ£o inerentes ao crime. Trata-se, pois, de circunstÃ¢ncia neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, o comportamento da vÃ-tima, em nada contribuiu para a conduta do rÃ©u, sendo circunstÃ¢ncia judicial neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, com base nas circunstÃ¢ncias judiciais supramencionadas, fixo a pena base do acusado em 04 (quatro) anos de reclusÃ£o e 10 (dez) dias multa, sendo o dia multa Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo nacional, considerando a pena privativa de liberdade aplicada, as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Penal, a gravidade do delito e a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do denunciado (artigo 49, Â§ 1Âº, do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u nÃ£o apresenta contra si circunstÃ¢ncias agravantes ou atenuantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presentes as causas de aumento previstas no art. 157, Â§ 2Âº, incisos I e II, do CPB, tendo em vista que o crime foi cometido com emprego de uma arma de fogo e mediante o concurso de duas pessoas, impondo maior temor Ã vÃ-tima e reduzindo ainda mais a possibilidade de reaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, confirmada a referida causa de aumento e ausentes causas de diminuiÃ§Ã£o de pena, aumento a pena em 5/12 (cinco doze avos), FIXANDO-A EM 05 (CINCO) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 14 (QUATORZE) DIAS MULTA, sendo o dia multa Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo nacional, considerando a pena privativa de liberdade aplicada, as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Penal, a gravidade do delito e a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do denunciado (artigo 49, Â§1Âº, do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime inicial: Fixo o regime inicial fechado para a pena privativa de liberdade, nos termos do que determina o artigo 33, Â§ 2Âº, alÃ-nea a, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, o acusado ainda nÃ£o preenche os requisitos estabelecidos pelo art. 387, Â§ 2Âº, do CPP (detraÃ§Ã£o), cabendo Ã Vara de ExecuÃ§Ãµes Penais a aplicaÃ§Ã£o, no momento oportuno. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Porque incabÃ-vel, em face do quantum da pena fixada e da grave ameaÃ§a exercida, deixo de proceder Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade imposta ao rÃ©u por restritiva de direitos, nos termos do art. 44 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere Ã reparaÃ§Ã£o mÃ-nima de danos prevista no art. 387, IV, do CPP, deixo de fixÃ¡-la, tendo em vista a inexistÃªncia de pedido formal na denÃºncia, nos termos do que afirma a jurisprudÃªncia do STJ (AgRg no AREsp 311.784/DF, Rel. Ministro SebastiÃ£o Reis JÃºnior, Sexta Turma, julgado em 05/08/2014; REsp 1265707/RS, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 27/05/2014; AgRg no REsp 1428570/GO, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, julgado em 08/04/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face de responder ao processo solto e nÃ£o se verificar a presenÃ§a dos pressupostos previstos no art. 312 do CPP, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade, se por outro motivo nÃ£o estiver preso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada a presente decisÃ£o em julgado, lance-lhe o nome no rol dos culpados, com expediÃ§Ã£o necessÃ¡ria ao cumprimento da pena e remessa a VEP competente, com as comunicaÃ§Ãµes de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pagamento da pena de multa deverÃ¡ ser realizado no prazo de 10 (dez) dias a contar do trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, sob pena de execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno os vencidos nas custas, nos termos do

que afirma o art. 804 do CPP. Fica suspensa, contudo, a exigibilidade da referida cobranÃ§a, em virtude da concessÃ£o dos benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita ao denunciado, haja vista a sua condiÃ§Ã£o econÃ´mica, nos termos da Lei nÂº 1.060/50 e do art. 98 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se todos os procedimentos de praxe em casos desta natureza. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00296912920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:J. Q. N. DENUNCIADO:PEDRO PAULO DOS SANTOS RODRIGUES Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATÃRIO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL, atravÃ©s da 7Âª Promotoria de JustiÃ§a do JuÃ-zo Singular, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes institucionais, ofereceu DENÃNCIA contra PEDRO PAULO DOS SANTOS RODRIGUES, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nÂº 5855510-2 PC/PA, nascido em 02/11/1992, filho de Rita de CÃ¡ssia dos Santos Rodrigues, por infringÃªncia ao artigo 180, caput, e 311, ambos do CPB, c/c art. 244-B do ECA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consta, na presente exordial acusatÃ³ria, que, no dia 19/12/2018, Policiais Militares foram acionados por denÃºncia de um veÃ-culo roubado dentro de um Motel chamado Â¿Pousada MimusÂ¿, para onde se dirigiram e encontraram o acusado em um dos boxes, dentro do veÃ-culo jÃ¡ sem placa, e acompanhado pela menor de idade Maria Karoline Sarai de Sousa, que havia recebido a quantia de R$150,00 (cento e cinquenta reais). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Mister esclarecer que, primordialmente, a denÃºncia foi ofertada em desfavor de Thiago Silva Rodrigues, brasileiro, paraense, filho de Joselita da Silva Rodrigues, portador da Carteira de Identidade nÂº 6873984 SSP/PA, residente e domiciliado na Passagem SÃ£o Benedito, nÂº 52, Bairro Sacramenta, BelÃ©m/PA. A denÃºncia foi protocolada em 26/02/2019 tendo sido recebida neste JuÃ-zo no dia 07/03/2019, com determinaÃ§Ã£o de citaÃ§Ã£o de Thiago Silva Rodrigues para apresentar resposta Ã acusaÃ§Ã£o, nos termos do art. 396 do CPP (fl. 86). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado, por intermÃ©dio de Defensor PÃºblico, apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o Ã s fls. 96/102, requerendo perÃ-cia sobre os dados papiloscÃ³picos do acusado, por defender que os dados de Thiago estariam sendo indevidamente usados pela pessoa Pedro Paulo dos Santos Rodrigues, sendo este o verdadeiro autor dos fatos imputados no presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, com fulcro Ã s fls. 110, este juÃ-zo determinou a confrontaÃ§Ã£o das assinaturas e identidades criminais dos envolvidos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 135 dos autos consta laudo da perÃ-cia papiloscÃ³pica realizada, que concluiu a real identidade do interno, preso pelo crime constante da presente denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do resultado da perÃ-cia, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu Ã s fls. 143 a retificaÃ§Ã£o do autor. O que foi deferido por este juÃ-zo Ã s fls. 144. Sendo o rÃ©u citado pessoalmente Ã s fls. 147, com apresentaÃ§Ã£o de defesa pela Defensoria PÃºblica Ã s fls. 150/151. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por nÃ£o se tratar de hipÃ³tese de inÃ©pcia da denÃºncia e por nÃ£o se apresentarem quaisquer das hipÃ³teses de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria elencadas no art. 397 e seus incisos da Lei Adjetiva Penal, Ã s fls. 152 foi determinado o prosseguimento do feito, com a designaÃ§Ã£o de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em instruÃ§Ã£o processual, foram ouvidas as testemunhas de acusaÃ§Ã£o Edilson Luis Santana Monteiro, Adriano de Oliveira Pacheco, Adriano Ferreira de Souza, e feito o interrogatÃ³rio do rÃ©u, cujos depoimentos constam gravados em mÃ-dia Ã s fls. 158. O MP desistiu da oitiva da pessoa que estava em companhia do acusado no momento de sua apreensÃ£o. Na fase do art. 402 do CPP, as partes nada requereram. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãs fls. 161/166 o MinistÃ©rio PÃºblico apresentou memoriais finais, requerendo a procedÃªncia da denÃºncia e a consequente CONDENAÃÃO do rÃ©u pelo delito tipificado no artigo 180 e 311, do CPB c/c 244-B do ECA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa, por sua vez, apresentou memoriais finais Ã s fls. 167/169, pugnando pela desclassificaÃ§Ã£o do crime previsto no art. 244-B do ECA, a configuraÃ§Ã£o de tentativa do crime previsto no art. 311 do CPB, e que, em caso de condenaÃ§Ã£o, aplique-se ao rÃ©u a atenuante da confissÃ£o, prevista no art. 65, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de denÃºncia formulada pelo MinistÃ©rio PÃºblico para apurar a prÃ¡tica dos crimes definidos nos artigos 180, 311, do CÃ³digo Penal Brasileiro, c/c art. 244-B do Estatuto da CrianÃ§a e do Adolescente, supostamente praticados pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao caso nÃ£o se apresentam preliminares. Passo, pois, ao exame de mÃ©rito da aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO MÃRITO Â Â Â Â Â Â Â Â Â DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 311 e 180, CAPUT, DO CPB Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u Ã© acusado da prÃ¡tica dos seguintes crimes: Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 180, caput, do CP, prevÃª: ReceptaÃ§Ã£o Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito prÃ³prio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fÃ©, a adquira, receba ou oculte: Pena - reclusÃ£o, de um a quatro anos, e multa.Â AdulteraÃ§Ã£o de sinal

identificador de veÃ-culo automotor Art. 311 - Adulterar ou remarcar nÃºmero de chassi ou qualquer sinal identificador de veÃ-culo automotor, de seu componente ou equipamento: Pena - reclusÃ£o, de trÃªs a seis anos, e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante a instruÃ§Ã£o processual, foram inquiridas as testemunhas arroladas bem como realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Edilson Luis Santana Monteiro declarou que no dia 19/12/2018 estava em ronda no Bairro da Pedreira e foi acionado por volta das 18:00 pelo proprietÃ¡rio do veÃ-culo que havia sido roubado, posto que este havia recebido informaÃ§Ãµes de que o automÃ³vel estaria dentro de um motel; afirmou que ao chegarem ao local a vÃ-tima jÃ¡ os aguardava em frente ao local; ao adentrarem, encontraram o acusado, que estava com o veÃ-culo e placas de carro, tanto a original quanto placas falsas; que no momento do crime o acusado reconheceu que era o autor do roubo do veÃ-culo; que o acusado estava em companhia de uma menor que aparentava ter entre 16 e 17 anos e informou que recebeu R$150,00 para ajudar a trocar a placa do carro;Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Adriano de Oliveira Pacheco ratificou os termos de que encontraram o acusado, acompanhado de uma menor de idade, em posse do veÃ-culo roubado, mas que o acusado nÃ£o confessou que havia roubado o veÃ-culo, estava apenas fazendo o Â¿serviÃ§oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A testemunha Adriano Ferreira de Souza declarou que os fatos ocorreram como relatado na denÃºncia; que ao adentrarem no motel fizeram a prisÃ£o do acusado e que, de fato, foi constatada a situaÃ§Ã£o das placas sendo trocadas; que nÃ£o se recorda de o acusado ter assumido o roubo do veÃ-culo; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seu interrogatÃ³rio o acusado afirmou que Ã© verdadeira a acusaÃ§Ã£o de que estava com o carro pois um rapaz ofereceu R$200,00 para que ele trocasse a placa do veÃ-culo, que quando chegou, a moÃ§a jÃ¡ estava dentro do veÃ-culo, que ela era uma Â¿garota de programaÂ¿ mas que nÃ£o era menor de idade, que ela teria por volta de 25 anos e nÃ£o iria ser encontrada pela justiÃ§a pois ela deu nome e endereÃ§o falsos, e atualmente acha que ela estÃ¡ residindo em SÃ£o Paulo; que nÃ£o a contratou para trocar a placa do veÃ-culo; mas acha que ela jÃ¡ estava contratada pelos rapazes que fizeram a encomenda de trocar a placa do carro; que ele nÃ£o chegou a trocar a placa pois logo que entrou no Motel a polÃ-cia chegou.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais constam nos presentes autos: Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Ãs fls. 22, BOP nÂº 000352/2018103959-0, que noticia o roubo do veÃ-culo Hyundai HB20, placa QDB8415, de propriedade de Ana Rosa Rodrigues Dias, na data de 19/12/2018. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Ã fl. 26, consta cÃ³pia do Certificado de Registro e Licenciamento de VeÃ-culo do referido automÃ³vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Ã fl. 24, termo de exibiÃ§Ã£o e apreensÃ£o, informando que foi apreendida em poder do acusado - o qual identificou-se na ocasiÃ£o como Thiago Silva Rodrigues - o veÃ-culo constante do BOP supra mencionado, alÃ©m da placa QDO-3470 e de alicate. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Laudo de nÂº 2019-01.000018-CCP, juntado Ã s fls. 81/87 confeccionado por peritos criminais oficiais do Centro de PerÃ-cias CientÃ-ficas Renato Chaves - Instituto de CriminalÃ-stica, o qual atestam as boas condiÃ§Ãµes de uso de alicate marca Black " Decker. Â Â Â Â Â Â Â Â Â - Laudo de nÂº 2019.01.000001-MEX, juntado Ã s fls. 88/91 confeccionado por peritos criminais oficiais do Centro de PerÃ-cias CientÃ-ficas Renato Chaves - Instituto de CriminalÃ-stica, referente Ã placa QDO-3470 encontrada com o acusado no momento de sua apreensÃ£o, o qual informa que esta nÃ£o obedece Ã s normas do CONTRAN. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme se observa, os depoimentos prestados em JuÃ-zo pelas testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o sÃ£o unÃ-ssonos e coerentes com o constante nos autos e ratificaram que o acusado foi encontrado em poder do veÃ-culo que havia sido roubado em data anterior, tendo sido constatado, ainda, que pretendia fazer a troca da placa do veÃ-culo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, da anÃ¡lise das provas supramencionadas, tenho que restou devidamente comprovado que o acusado praticou o delito tipificado no artigo 180 do CPB, pois, incabÃ-vel a tese de que nÃ£o tinha conhecimento da origem ilÃ-cita do bem, haja vista que a posse injustificada inverte o Ã´nus da prova, sobretudo quando confessou que foi pago para praticar um ato ilÃ-cito, qual seja, falsificar a identificaÃ§Ã£o do veÃ-culo, trocando sua placa original por uma placa irregular. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o tema, afirma a jurisprudÃªncia: RECURSO DE APELAÃÃO CRIMINAL - RECEPTAÃÃO QUALIFICADA - CONDENAÃÃO - IRRESIGNAÃÃO DEFENSIVA - PLEITO ABSOLUTÃRIO - ALEGADO DESCONHECIMENTO DA ORIGEM ILÃCITA DO AUTOMÃVEL ADQUIRIDO - DESCABIMENTO - VERSÃO INVEROSSÃMIL APRESENTADA PELO RECORRENTE - COMPROVAÃÃO DO EXERCÃCIO DA ATIVIDADE COMERCIAL INFORMAL - PRESENÃA DO DOLO EVENTUAL - INVERSÃO DO ÃNUS DA PROVA - PRISÃO EM FLAGRANTE NA POSSE DE VEÃCULO COM RESTRIÃÃES JUDICIAIS - CONDENAÃÃO MANTIDA - APELO DESPROVIDO. O elemento subjetivo do tipo de receptaÃ§Ã£o qualificada Ã© o dolo eventual, isso significando dizer que, nÃ£o Ã© necessÃ¡rio que o agente tenha efetivo conhecimento de que o objeto tenha origem criminosa, uma vez que o dever saber, descrito no Â§ 1Âº, do art. 180 do Estatuto Repressivo, expressa tÃ£o somente um juÃ-zo de dÃºvida a respeito da realidade, nÃ£o se exigindo, assim, a certeza sobre a proveniÃªncia ilÃ-cita da coisa, porquanto se subentende que a pessoa, estando inserida no ramo comercial, conheÃ§a ou ao menos suspeite quando uma coisa nÃ£o tem origem legal, devendo adotar as cautelas necessÃ¡rias,

situaÃ§Ã£o, essa, nÃ£o verificada no caso em comento. No crime de receptaÃ§Ã£o, cabe ao acusado demonstrar, indene de dÃºvidas, que adquiriu o bem ou o detÃ©m legitimamente, haja vista que a posse injustificada inverte o Ã´nus da prova, sobretudo quando apresenta versÃ£o inverossÃ-mil diante das circunstÂncias que norteiam o caso. (TJ MT -Â Ap 108841/2014, DES. LUIZ FERREIRA DA SILVA, TERCEIRA CÃMARA CRIMINAL, Julgado em 09/09/2015, publicado no DJE 18/09/2015) (grifo nÃ£o autÃªntico). RECEPTAÃÃO. RES APREENDIDA NA POSSE DO RECEPTADOR. INVERSÃO DO ÃNUS DA PROVA. ABSOLVIÃÃO. INADMISSIBILIDADE. 1 - Restando comprovada a origem criminosa da res apreendida em poder do receptador, inverte-se o Ã´nus da prova, cabendo ao mesmo demonstrar, de forma inequÃ-voca, que a adquiriu legitimamente. NÃ£o logrando Ãªxito em comprovar a origem lÃ-cita da coisa, nÃ£o hÃ¡ se falar em absolviÃ§Ã£o ou desclassificaÃ§Ã£o para a modalidade culposa. 2- Recurso desprovido. (TJ MG - Processo APR 10338120120799001 MG; ÃrgÃ£o Julgador: CÂ¢maras Criminais / 3Âª CÃMARA CRIMINAL; PublicaÃ§Ã£o: 16/05/2014; Julgamento: 6 de maio de 2014; Relator: AntÃ´nio Armando dos Anjos) (grifo nÃ£o autÃªntico). APELAÃÃO CRIMINAL - RECEPTAÃÃO - ART. 180, CAPUT DO CP - ABSOLVIÃÃO - IMPOSSIBILIDADE - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - RES COMPROVADAMENTE DE ORIGEM ILÃCITA - INVERSÃO DO ÃNUS DA PROVA - CONJUNTO PROBATÃRIO HARMONIOSO - CONDENAÃÃO QUE SE IMPÃE. - Havendo provas contundentes de que o agente tinha ciÃªncia tratar-se o bem adquirido de produto de crime, mormente pelas circunstÂncias que envolveram a aÃ§Ã£o delitiva, imperiosa a sua condenaÃ§Ã£o pelo delito tipificado no art. 180 do CÃ³digo Penal. - A mera alegaÃ§Ã£o de desconhecimento da origem ilÃ-cita da res nÃ£o Ã© hÃ¡bil Ã absolviÃ§Ã£o, pois aquele que compra itens sem nenhuma precauÃ§Ã£o autoriza o entendimento de que sabia da sua origem ilÃ-cita ou irregular, ainda mais, quando deixa de apresentar informaÃ§Ãµes e documentos comprobatÃ³rios de que os adquiriu legitimamente. (TJ MG - Processo APR 10040090921665001 MG; ÃrgÃ£o Julgador: CÂ¢maras Criminais / 6Âª CÃMARA CRIMINAL; PublicaÃ§Ã£o: 07/06/2013; Julgamento: 28 de maio de 2013; Relator: Jaubert Carneiro Jaques) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ademais, ainda que nÃ£o tenha sido descoberto o autor do crime de que proveio o bem, a receptaÃ§Ã£o Ã© punÃ-vel, nos termos do que afirma o Â§ 4Âº do art. 180, in verbis: Â§ 4Âº - A receptaÃ§Ã£o Ã© punÃ-vel, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importante acrescentar que, nos termos da pacÃ-fica jurisprudÃªncia, Ã© plenamente possÃ-vel como meio de prova a admissÃ£o de depoimento dos policiais que prenderam o acusado em flagrante delito. Nesse sentido: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. TRÃFICO DE DROGAS. CONDENAÃÃO. DEPOIMENTOS DE POLICIAIS. CREDIBILIDADE. COERÃNCIA COM O CONJUNTO PROBATÃRIO. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. 1. Ressalvada pessoal compreensÃ£o diversa, uniformizou o Superior Tribunal de JustiÃ§a ser inadequado o writ em substituiÃ§Ã£o a recursos especial e ordinÃ¡rio, ou de revisÃ£o criminal, admitindo-se, de ofÃ-cio, a concessÃ£o da ordem ante a constataÃ§Ã£o de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia. 2. Orienta-se a jurisprudÃªncia no sentido de que os depoimentos dos agentes policiais merecem credibilidade como elementos de convicÃ§Ã£o, mÃ¡xime quando corroborados com outras provas produzidas nos autos, situaÃ§Ã£o da espÃ©cie, constituindo-se, assim, elemento apto a respaldar as condenaÃ§Ãµes. (...) (STJ - HC: 206282 SP 2011/0105418-9, Relator: Ministro NEFI CORDEIRO, Data de Julgamento: 12/05/2015, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 26/05/2015) (grifo nÃ£o autÃªntico). (...) 1. Conforme entendimento desta Corte, sÃ£o vÃ¡lidos e revestidos de eficÃ¡cia probatÃ³ria o testemunho prestado por policiais envolvidos com a aÃ§Ã£o investigativa, mormente quando em harmonia com as demais provas e confirmados em juÃ-zo, sob a garantia do contraditÃ³rio. (...) 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 366258 MG 2013/0249573-0, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 11/03/2014, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 27/03/2014) (grifo nÃ£o autÃªntico). PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO QUALIFICADO. ALEGAÃÃO DE CONFISSÃO INFORMAL. FUNDAMENTAÃÃO DEFICIENTE. VERBETE N. 284 DA SÃMULA DO STF. CONDENAÃÃO AMPARADA NO DEPOIMENTO DE POLICIAIS. MEIO DE PROVA IDÃNEO. PRECEDENTE. VERBETE N. 83 DA SÃMULA DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO. - A desconexÃ£o do conteÃºdo normativo do dispositivo com as razÃµes do recurso especial configura deficiÃªncia de fundamentaÃ§Ã£o, a convocar a incidÃªncia do verbete n. 284 da SÃºmula do STF. - O depoimento de policiais constitui elemento idÃ´neo a embasar o Ã©dito condenatÃ³rio quando em conformidade com as demais provas dos autos. Precedente. - Incide o enunciado n. 83 desta Corte quando a decisÃ£o proferida pelo Tribunal de origem encontra-se em harmonia com a jurisprudÃªncia deste Tribunal Superior. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 404817 SP 2013/0331266-1, Relator: Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), Data de Julgamento: 04/02/2014, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 24/02/2014) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã de

se observar, todavia, que o acusado nÃ£o chegou a concluir seu intento, pois como demonstram as provas constantes dos autos, a polÃ-cia chegou ao local antes que fosse possÃ-vel concluir a substituiÃ§Ã£o das placas. Â Assim, nÃ£o hÃ¡ que se falar em fragilidade ou falta de provas em relaÃ§Ã£o Ã materialidade dos delitos ou Ã autoria delituosa, uma vez que as provas apresentadas durante a instruÃ§Ã£o criminal corroboram com as colhidas na fase inquisitorial, sendo incontroversa quanto Ã materialidade e a autoria da aÃ§Ã£o ilÃ-cita, nÃ£o deixando margem de dÃºvidas quanto Ã responsabilidade criminal do denunciado quanto aos crimes tipificados no art. 180, caput, e 311, este na forma tentada, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CRIME TIPIFICADO NO ART. 244-B DA LEI NÂº 8.069/90 (ECA) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afirma o art. 244-B da Lei nÂº 244-B da Lei nÂº 8.069/90: Art. 244-B.Â Corromper ou facilitar a corrupÃ§Ã£o de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infraÃ§Ã£o penal ou induzindo-o a praticÃ¡-la: Pena - reclusÃ£o, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em anÃ¡lise do que consta nos presentes autos, verifico que nÃ£o foi apresentado qualquer documento de identificaÃ§Ã£o da pessoa que acompanhava o acusado no momento de sua apreensÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, na denÃºncia consta que se trata de menor Maria Karolina Sarai Sousa, de 17 anos, entretanto ela nÃ£o compareceu em juÃ-zo e nem foi localizada para ser intimada, sendo que o oficial de justiÃ§a certificou Ã s fls. 156 que ela seria pessoa desconhecida no local da diligÃªncia. O acusado, em seu interrogatÃ³rio, declarou que sua acompanhante nÃ£o era menor e que nÃ£o era verdade que seu nome era Maria Karolina. Ã de se observar que, conforme se viu nos autos, o prÃ³prio acusado tambÃ©m havia se identificado com o nome de outra pessoa contra quem foi feita a denÃºncia originalmente.Â Portanto, nÃ£o Ã© possÃ-vel afirmar com certeza ser realmente Maria Carolina o nome real da acompanhante e nÃ£o hÃ¡ provas concretas da sua menoridade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, a prova resumiu-se Ã s declaraÃ§Ãµes das testemunhas de que a acompanhante aparentava ser menor de idade, entretanto nem mesmo eles afirmaram com certeza este fato, e tambÃ©m nÃ£o foi colhida sua identificaÃ§Ã£o civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, como o julgador deve ficar adstrito Ã s provas carreadas aos autos, nÃ£o podendo fundamentar a decisÃ£o em elementos estranhos a ele, insuficientes sÃ£o as provas para condenar o acusado por este crime em especial, devendo ser aplicado o princÃ-pio basilar do direito penal denominado in dubio pro reo, na dÃºvida, em favor do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O artigo 386, incisos II e VII, do CPP, dispÃµe: Art. 386. O juiz absolverÃ¡ o rÃ©u, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheÃ§a:Â II - nÃ£o haver prova da existÃªncia do fato; [...] VII - nÃ£o existir prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o (...). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em comentÃ¡rio ao supra colacionado dispositivo legal, afirma Guilherme de Souza Nucci: Prova insuficiente para a condenaÃ§Ã£o: Ã© outra consagraÃ§Ã£o do princÃ-pio da prevalÃªncia do interesse do rÃ©u - in dubio pro reo. Se o juiz nÃ£o possui provas sÃ³lidas para a formaÃ§Ã£o do seu convencimento, sem poder indica-las na fundamentaÃ§Ã£o da sua sentenÃ§a, o melhor caminho Ã© a absolviÃ§Ã£o. (NUCCI, Guilherme de Souza. CÃ³digo de Processo Penal Comentado. 13. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 795-796). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segue manifestaÃ§Ã£o da jurisprudÃªncia pÃ¡tria acerca do tema: PENAL. PROCESSUAL PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSO (CP: ARTS. 304 E 297). SENTENÃA ABSOLUTÃRIA (CPP: ART. 386, III). AUTORIA. INSUFICIÃNCIA DE PROVAS ABSOLVIÃÃO POR OUTROS FUNDAMENTOS (CPP: ART. 386, VII). APELAÃÃO DESPROVIDA. 1. Meros indÃ-cios ou conjecturas nÃ£o bastam para um decreto condenatÃ³rio, visto que, no processo penal a busca Ã© pela verdade real. 2. Na hipÃ³tese de inexistir prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o, nos termos do art. 386, VII, do CPP, a absolviÃ§Ã£o Ã© a medida que se impÃµe. 3. ApelaÃ§Ã£o desprovida. (TRF-1 - ACR: 00044640320044013900, Relator: JUIZ FEDERAL PABLO ZUNIGA DOURADO (CONV.), Data de Julgamento: 03/02/2015, QUARTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: 20/02/2015) (grifo nÃ£o autÃªntico). PENAL. PROCESSO PENAL. REVISÃO CRIMINAL. TRÃFICO E ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO. DÃVIDAS QUANTO Ã AUTORIA DO CRIME. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÃÃO POR FALTA DE PROVAS. ART. 386, VII, CPP. PROCEDÃNCIA DO PEDIDO REVISIONAL. 1. NÃ£o obstante durante a fase inquisitorial, bem como judicialmente, tenham sido colhidos diversos depoimentos, a prova testemunhal nÃ£o se mostrou harmÃ´nica e segura, de modo a autorizar um decreto condenatÃ³rio com relaÃ§Ã£o ao aqui requerente. 2. Inexistindo provas cabais produzidas na esfera judicial a autorizar a condenaÃ§Ã£o, impÃµe-se a aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio in dubio pro reo, e, por consequÃªncia, a absolviÃ§Ã£o por ausÃªncia de provas da autoria delitiva, nos termos do art. 386, inciso VII, do CÃ³digo de Processo Penal. 3. RevisÃ£o criminal procedente. Unanimemente Â¿. (TJ-MA - RVCR: 0181322014 MA 0003150-48.2014.8.10.0000, Relator: JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO, Data de Julgamento: 27/02/2015, CÃMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de PublicaÃ§Ã£o: 16/03/2015) (grifo nÃ£o autÃªntico). Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONCLUSÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÃNCIA, para: Â Â Â Â Â Â Â Â Â CONDENAR o rÃ©u PEDRO PAULO DOS SANTOS RODRIGUES, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nÂº 5855510-2 PC/PA, nascido em

02/11/1992, filho de Rita de CÃ¡ssia dos Santos Rodrigues, nas sanÃ§Ãµes punitivas previstas no artigo 180 e 311, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AbsolvÃª-lo da acusaÃ§Ã£o do art. 244-B, do ECA, por nÃ£o existir prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o, de conformidade com o artigo 386, inciso VII, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a analisar a dosimetria da pena a ser a aplicada ao acusado, atendendo ao disposto nos arts. 59 e 68 do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â COM RELAÃÃO Ã PRÃTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 180, CAPUT, DO CPB (RECEPTAÃÃO) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade do rÃ©u em nada acrescenta Ã pena, porque nÃ£o hÃ¡ elementos que possam aumentar a reprovabilidade da aÃ§Ã£o alÃ©m daqueles inerentes ao tipo em comento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado apresenta outros antecedentes criminais (fls. 159), havendo, inclusive condenaÃ§Ã£o, entretanto o trÃ¢nsito em julgado Ã© posterior aos fatos em apuraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o reconhecimento de maus antecedentes, afirma a jurisprudÃªncia: Â¿[...] A condenaÃ§Ã£o por fato anterior, mas com trÃ¢nsito em julgado posterior ao crime em anÃ¡lise justifica o reconhecimento dos maus antecedentes. Precedentes. [...]Â¿ (STJ - HABEAS CORPUS HC 281662 RS 2013/0370156-0 (STJ); Data de publicaÃ§Ã£o: 03/04/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ elementos para se aferir a conduta social e a personalidade do acusado, bem como os motivos do delito, razÃ£o pela qual sÃ£o consideradas circunstÃ¢ncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias e as consequÃªncias do crime sÃ£o comuns ao delito em tela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, o comportamento da vÃ-tima, evidentemente, em nada contribuiu para a conduta do rÃ©u, sendo circunstÃ¢ncia judicial neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, com base nas circunstÃ¢ncias judiciais supramencionadas, fixo a pena base do acusado em 02 (dois) e 06 (seis) meses) anos de reclusÃ£o e 10 (dez) dias multa, sendo o dia multa Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo nacional, considerando a pena privativa de liberdade aplicada, as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Penal, a gravidade do delito e a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do denunciado (artigo 49, Â§ 1Âº, do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u nÃ£o apresenta contra si circunstÃ¢ncias agravantes, por outro. Por outro lado, faz jus Ã aplicaÃ§Ã£o da atenuante contida no artigo 65, inciso III, alÃ-nea Â¿dÂ¿, do CPB, por sua confissÃ£o em juÃ-zo, motivo pelo qual, atenuo a reprimenda em 06 (seis) meses, fixando-a definitivamente 02 (dois) anos de reclusÃ£o e 10 (dez) dias multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â COM RELAÃÃO Ã PRÃTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 311, CAPUT, DO CPB (ADULTERAÃÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÃCULO AUTOMOTOR) Â Â Â Â Â Â Â Â Â A culpabilidade do rÃ©u em nada acrescenta Ã pena, porque nÃ£o hÃ¡ elementos que possam aumentar a reprovabilidade da aÃ§Ã£o alÃ©m daqueles inerentes ao tipo em comento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado apresenta outros antecedentes criminais (fls. 159), havendo, inclusive condenaÃ§Ã£o, entretanto o trÃ¢nsito em julgado Ã© posterior aos fatos em apuraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobre o reconhecimento de maus antecedentes, afirma a jurisprudÃªncia: Â¿[...] A condenaÃ§Ã£o por fato anterior, mas com trÃ¢nsito em julgado posterior ao crime em anÃ¡lise justifica o reconhecimento dos maus antecedentes. Precedentes. [...]Â¿ (STJ - HABEAS CORPUS HC 281662 RS 2013/0370156-0 (STJ); Data de publicaÃ§Ã£o: 03/04/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ elementos para se aferir a conduta social e a personalidade do acusado, bem como os motivos do delito, razÃ£o pela qual sÃ£o consideradas circunstÃ¢ncias neutras. Â Â Â Â Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias e as consequÃªncias do crime sÃ£o comuns ao delito em tela. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, o comportamento da vÃ-tima (o Estado), evidentemente, em nada contribuiu para a conduta do rÃ©u, sendo circunstÃ¢ncia judicial neutra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, com base nas circunstÃ¢ncias judiciais supramencionadas, fixo a pena-base do acusado em 03 (trÃªs) anos e seis meses de reclusÃ£o e 20 (vinte) dias-multa, sendo o dia-multa Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo nacional, considerando a pena privativa de liberdade aplicada, as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Penal, a gravidade do delito e a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do denunciado (artigo 49, Â§ 1Âº, do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u nÃ£o apresenta contra si circunstÃ¢ncias, por outro. Por outro lado, faz jus Ã aplicaÃ§Ã£o da atenuante contida no artigo 65, inciso III, alÃ-nea Â¿dÂ¿, do CPB, por sua confissÃ£o em juÃ-zo, motivo pelo qual, atenuo a reprimenda em 06 (seis) meses, fixando-a definitivamente 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o e 20 (vinte) dias multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presente a causa de diminuiÃ§Ã£o da pena prevista no art. 14, II, do CP, tendo em vista que a execuÃ§Ã£o do crime foi iniciada, mas nÃ£o se consumou por circunstÃ¢ncias alheias Ã vontade do agente. No caso dos autos, considerando-se que o acusado estava com as placas jÃ¡ confeccionadas, faltando apenas coloca-las no veÃ-culo, em face do Â¿iter criminisÂ¿ percorrido deve a pena ser reduzida em Â½ (metade) em face da tentativa, fraÃ§Ã£o que se mostra condizente com o parÃ¡grafo Ãºnico do art. 14 do CP. Com isso, resta a pena em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusÃ£o e 10 (dez) dias multa, sendo o dia multa Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo nacional, considerando a pena privativa de liberdade aplicada, as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Penal, a gravidade do delito e a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do denunciado (artigo 49, Â§ 1Âº, do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DO CONCURSO MATERIAL DE CRIMES (ART. 69 DO CPB) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme jÃ¡ mencionado, os crimes pelos quais o acusado foi condenado, quais sejam, os previstos no art. 180, caput, e no art. 311,

caput, ambos do CPB, foram praticados em concurso material, nos termos do que afirma o art. 69 do CPB, haja vista que o agente, mediante mais de uma aÃ§Ã£o, praticou dois crimes, nÃ£o idÃªnticos, devendo ser aplicada cumulativamente as penas em que haja incorrido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, somando-se as penas aplicadas ao rÃ©u, quais sejam, a) 02 (dois) anos de reclusÃ£o e 10 (dez) dias multa; e b) 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusÃ£o e 10 (dez) dias multa; FIXO DEFINITIVAMENTE A PENA DO ACUSADO EM 03 (TRÃS) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO E 20 (VINTE) DIAS MULTA, sendo o dia multa Ã razÃ£o de 1/30 do salÃ¡rio mÃ-nimo nacional, considerando a pena privativa de liberdade aplicada, as circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Penal, a gravidade do delito e a situaÃ§Ã£o econÃ´mica do denunciado (artigo 49, Â§1Âº, do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime inicial: Fixo o regime inicial aberto para a pena privativa de liberdade, com base no artigo 33, Â§ 2Âº, alÃ-nea Â¿cÂ¿, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SubstituiÃ§Ã£o da pena: Preenchidos os requisitos previstos no artigo 44 do CPB, substituo a pena privativa de liberdade aplicada ao rÃ©u por uma pena restritiva de direitos de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, nos termos dos artigos 46 e 55 do CÃ³digo Penal, cabendo Ã VEPMA a definiÃ§Ã£o da instituiÃ§Ã£o onde o rÃ©u prestarÃ¡ os serviÃ§os, cumulada com uma de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, no valor de trÃªs salÃ¡rios mÃ-nimos nacionais, a ser prestada em favor de entidade beneficente ou assistencial, cabendo igualmente Ã VEPMA a definiÃ§Ã£o da instituiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, o acusado ainda nÃ£o preenche os requisitos estabelecidos pelo art. 387, Â§ 2Âº, do CPP (detraÃ§Ã£o), cabendo Ã VEPMA a aplicaÃ§Ã£o, no momento oportuno. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere Ã reparaÃ§Ã£o mÃ-nima de danos prevista no art. 387, IV, do CPP, deixo de fixÃ¡-la, tendo em vista a inexistÃªncia de pedido formal na denÃºncia, nos termos do que afirma a jurisprudÃªncia do STJ (AgRg no AREsp 311.784/DF, Rel. Ministro SebastiÃ£o Reis JÃºnior, Sexta Turma, julgado em 05/08/2014; REsp 1265707/RS, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 27/05/2014; AgRg no REsp 1428570/GO, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, julgado em 08/04/2014). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em face do acusado responder ao processo solto e nÃ£o se verificar a presenÃ§a dos pressupostos previstos no art. 312 do CPP, bem como a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade, se por outro motivo nÃ£o estiver preso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada a presente decisÃ£o em julgado, lance-lhe o nome no rol dos culpados, com expediÃ§Ã£o necessÃ¡ria ao cumprimento da pena e remessa a VEP competente, com as comunicaÃ§Ãµes de estilo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O pagamento da pena de multa deverÃ¡ ser realizado no prazo de 10 (dez) dias a contar do trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, sob pena de execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adotem-se todos os procedimentos de praxe em casos desta natureza. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o vencido nas custas, nos termos do que afirma o art. 804 do CPP. Fica suspensa, contudo, a exigibilidade da referida cobranÃ§a, em virtude da concessÃ£o dos benefÃ-cios da justiÃ§a gratuita ao denunciado, haja vista a sua condiÃ§Ã£o econÃ´mica, nos termos da Lei nÂº 1.060/50 e do art. 98 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches Â Â Â Â Â Juiz de Direito Titular da 8Âª Vara Criminal da Capital

SECRETARIA DA 11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 03/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA DA 11ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 11ª VARA CRIMINAL DE BELEM
P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 8 7 7 2 2 0 1 3 8 1 4 0 6 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---QUERELADO:RAIMUNDO NONATO DA SILVA PEREIRA Representante(s): OAB 15239 - ELSON JUNIOR CORREA COELHO (ADVOGADO) OAB 15984 - ENDEL ELSON CORREA COELHO (ADVOGADO) QUERELANTE:CARLOS MARX TONINI Representante(s): OAB 1011 - CARLOS BALBINO TORRES POTIGUAR (ADVOGADO) OAB 3236 - JOSE MANOEL MENDES PEDRO (ADVOGADO) OAB 4843 - MANOEL MARQUES DA SILVA NETO (ADVOGADO) OAB 7861 - MARIALDA DE AZEVEDO BEZERRA (ADVOGADO) OAB 9140 - LUCYANA SOARES PINTO (ADVOGADO) OAB 11991 - FABIO DAYWE FREIRE ZAMORIM (ADVOGADO) . R.H. Proceder a digitalizaÃ§Ã£o dos autos. Este JuÃ-zo determina a remessa dos autos ao substituto legal, posto que por motivos supervenientes nÃ£o possui mais isenÃ§Ã£o de Ã¢nimo para presidir o feito. INT. BelÃ©m/PA, 03 de novembro de 2021 DRÂª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA JuÃ-za de Direito Titular da 11Âª Vara Penal da Capital
P R O C E S S O : 0 0 0 9 0 7 3 7 3 2 0 1 2 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---MENOR:VITIMA MENOR DE IDADE DENUNCIADO:GEOVANE VILHENA SALES Representante(s): OAB 0004 - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCELO HENRIQUE CONCEICAO GONCALVES Representante(s): OAB 2951 - JOSE MARIA PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:A. P. E. VITIMA:D. V. E. . R.H Face a petiÃ§Ã£o protocolada em 27 de outubro do ano em curso, este JuÃ-zo esclarece que a SentenÃ§a fora prolatada em 29 de marÃ§o de 2016, que houve a interposiÃ§Ã£o do Recurso de ApelaÃ§Ã£o pela Defensoria PÃºblica que entretanto fora improvido e assim mantida a SentenÃ§a condenatÃ³ria, conforme decisÃ£o contida no V. AcÃ³rdÃ£o 173.398, que transitou em julgado. Assim, este JuÃ-zo monocrÃ¡tico em cumprimento ao V. AcÃ³rdÃ£o mencionado e face o cumprimento do mandado de prisÃ£o em 30 de setembro do corrente ano, decorrente de SentenÃ§a condenatÃ³ria, expediu os documentos pertinentes Ã Vara de ExecuÃ§Ã£o Penal. ApÃ³s este sucinto relato, este JuÃ-zo esclarece que nÃ£o Ã© o competente para apreciar o requerimento protocolado em 27 de outubro do ano em curso, posto que jÃ¡ encerrada a sua competÃªncia. NÃ£o havendo mais providÃªncias a cumprir, proceder as devidas anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivando o feito, com baixa na distribuiÃ§Ã£o. INT. BelÃ©m/PA, 04 de novembro de 2021 DRÂª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA JuÃ-za de Direito Titular da 11Âª Vara Penal da Capital
P R O C E S S O : 0 0 1 8 1 0 2 7 4 2 0 1 7 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---VITIMA:S. P. S. DENUNCIADO:ANNTONY SILVA DE LIMA Representante(s): OAB 19592 - JOSUE SAMIR CORDEIRO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. R.H CUMPRA-SE a respeitÃ¡vel decisÃ£o transitada em julgado nos termos do V. AcÃ³rdÃ£o 218187. ApÃ³s, proceder a digitalizaÃ§Ã£o dos autos. INT. BelÃ©m/PA, 04 de outubro de 2021 DRÂª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA JuÃ-za de Direito Titular da 11Âª Vara Penal da Capital
P R O C E S S O : 0 0 2 4 3 1 2 4 4 2 0 1 7 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---VITIMA:A. L. S. M. DENUNCIADO:CHARLES VIEIRA MACEDO Representante(s): OAB 12192 - DIOGO COSTA ARANTES (DEFENSOR) REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. R.H CUMPRA-SE a respeitÃ¡vel decisÃ£o de fls,187/188, transitada em julgado conforme V. AcÃ³rdÃ£o 216383. Em seguida, proceder a digitalizaÃ§Ã£o do feito. INT. BelÃ©m/PA, 04 de outubro de 2021 DRÂª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA JuÃ-za de Direito Titular da 11Âª Vara Penal da Capital
P R O C E S S O : 0 0 0 4 7 9 5 5 3 2 0 1 7 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021---DENUNCIADO:FELIPE ELIZEU SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 16904 - MAURO ROBERTO MENDES DA COSTA JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . R.H Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado

de fl. 131, bem como o acÃ³rdÃ£o de fls. 122/124 que absolveu o rÃ©u, deve a secretaria adotar todas as providÃªncias cabÃ-veis e proceder com o arquivamento do feito e respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o apÃ³s todas as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021 Dra. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA JuÃ-za de Direito Titular da 11Âª Vara Penal da Capital

P R O C E S S O : 0 0 0 8 4 9 6 8 5 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021---VITIMA:M. C. M. VITIMA:I. L. B. S. DENUNCIADO:JEAN DA SILVA MOREIRA Representante(s): OAB 22620 - JOSE HUGO BOTELHO MARQUES (ADVOGADO) DENUNCIADO:DAVID MACAMBIRA CAMPELO DE ARAUJO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:ANDRE FELIPE DA COSTA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) ASSISTENTE DE ACUSACAO:PABLO MORYSON MASTOP DO REGO. R.H Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado de fl. 358, deve a secretaria adotar todas as providÃªncias cabÃ-veis para o cumprimento da pena do(s) condenado(s), expedindo os documentos pertinentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se o feito com a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021 Dra. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA JuÃ-za de Direito Titular da 11Âª Vara Penal da Capital

P R O C E S S O : 0 0 1 3 8 6 4 7 5 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA A??o: Inquérito Policial em: 05/11/2021---VITIMA:A. M. Z. S. M. DENUNCIADO:ANDERSON SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:FRANCISCO PEREIRA MESSIAS NETO Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . R.H Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado de fl. 161, deve a secretaria adotar todas as providÃªncias cabÃ-veis para o cumprimento da pena do(s) condenado(s), expedindo os documentos pertinentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se o feito com a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021 Dra. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA JuÃ-za de Direito Titular da 11Âª Vara Penal da Capital

P R O C E S S O : 0 0 2 3 7 3 8 8 4 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 05/11/2021---DENUNCIADO:ALEX FERREIRA SOUZA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:O. E. . R.H Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado de fl. 143, deve a secretaria adotar todas as providÃªncias cabÃ-veis para o cumprimento da pena do(s) condenado(s), expedindo os documentos pertinentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se o feito com a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021 Dra. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA JuÃ-za de Direito Titular da 11Âª Vara Penal da Capital

P R O C E S S O : 0 0 3 7 5 7 1 7 7 2 0 1 5 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021---DENUNCIADO:IDALINO BECKMAN DA SILVA Representante(s): OAB 8269 - PAULO DE TARSO DE SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JULIO FABIO DOS SANTOS MACIEIRA Representante(s): OAB 12192 - DIOGO COSTA ARANTES (DEFENSOR) VITIMA:M. N. E. . R.H Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de trÃ¢nsito em julgado de fl. 491, deve a secretaria adotar todas as providÃªncias cabÃ-veis para o cumprimento da pena do(s) condenado(s), expedindo os documentos pertinentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se o feito com a respectiva baixa na distribuiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Int. BelÃ©m, 05 de novembro de 2021 Dra. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA JuÃ-za de Direito Titular da 11Âª Vara Penal da Capital

SECRETARIA DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

RESENHA: 03/11/2021 A 03/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE BELEM - VARA: 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE BELEM PROCESSO: 00008012020158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMAR SILVA PEREIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021 DENUNCIADO:BENEDITO NEI FERREIRA QUEIROZ Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 20687 - ALLAN DE SOUZA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 20959 - JULIANNE ESPIRITO SANTO MACEDO (ADVOGADO) DENUNCIADO:GILMAR GONZAGA CARDOSO Representante(s): OAB 9363 - AMADEU PINHEIRO CORREA FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCOS FRANCO SOARES Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 20687 - ALLAN DE SOUZA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 20959 - JULIANNE ESPIRITO SANTO MACEDO (ADVOGADO) DENUNCIADO:THIAGO PANTOJA DE CARVALHO Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 20687 - ALLAN DE SOUZA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 20959 - JULIANNE ESPIRITO SANTO MACEDO (ADVOGADO) VITIMA:L. P. L. Representante(s): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) VITIMA:J. J. P. L. Representante(s): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) TERCEIRO:MARCOS FRANCO SOARES PROMOTOR:DR JOSE RUI DE ALMEIDA BARBOZA. Processo n. 0000801-20.2015.814.0067. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusados: (1) Benedito Nei Ferreira Queiroz, (2) Gilmar Gonzaga Cardoso, (3) Marcos Franco Soares e (4) Thiago Pantoja de Carvalho. VÃ-timas: JosÃ© JÃºnior Pontes de Lemos e Leandro dos Prazeres Lemos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em obediÃªncia Ã decisÃ£o do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Ã s fls. 541/550 Â¿ volume III, para que nova dosimetria seja feita por este juÃ-zo criminal, DECIDO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Tendo em vista os critÃ©rios legais dos artigos 59 e 68, ambos do CPB, pelo que, passo a proferir a dosimetria da pena de forma individualizada dos rÃ©us em relaÃ§Ã£o aos crimes tipificados nos art. 121,Â§2Âº, incisos I e IV c/c art. 29 e art. 288, todos do CÃ³digo Penal: (1) BENEDITO NEI FERREIRA QUEIROZ, o rÃ©u agiu com culpabilidade em grau mÃ¡ximo, com intensidade de dolo, uma vez que atingiram as vÃ-timas com diversos disparos de arma de fogo, conforme laudos de necropsia de fls. 114/115 dos autos; antecedentes: possui antecedentes criminais, dentre os quais, condenaÃ§Ã£o por posse e porte ilegal de armas e homicÃ-dio, nÃ£o sendo primÃ¡rio na forma da lei; conduta social nÃ£o avaliada nos autos, mas conforme folhas de antecedentes criminais, pode-se afirmar que o rÃ©u possui comportamento voltado para a prÃ¡tica de delitos, crimes esses, todos praticados, em sua maioria, com violÃªncia e grave ameaÃ§a Ã pessoa; possui personalidade nÃ£o avaliada nos autos, mas, a meu ver, pessoa de comportamento e perfil psicolÃ³gico voltado a prÃ¡tica de delitos; os motivos: homicÃ-dios praticados com caracterÃ-sticas relacionadas Ã associaÃ§Ã£o criminosa e milÃ-cia privada, sob o pretexto de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o pÃºblico - guardas-municipais; as circunstÂ¢ncias, considero que os rÃ©us se uniram para a prÃ¡tica de crimes dolosos contra a vida, podendo-se afirmar que os rÃ©us tÃªm comportamento criminoso; as consequÃªncias do crime lhes sÃ£o desfavorÃ¡veis, sobretudo diante do resultado morte das vÃ-timas; considero que as vÃ-timas nÃ£o concorreram para a prÃ¡tica dos crimes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, FIXO a PENA-BASE em 26 (vinte e seis) anos de reclusÃ£o para cada um dos crimes tipificados no art. 121, Â§2Âº, incisos I e IV c/c art. 29, todos do CP, e 03 (trÃªs) anos para crime tipificado no art. 288, do CP, para o condenado (1) BENEDITO NEI FERREIRA QUEIROZ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u (2) GILMAR GONZAGA CARDOSO, o rÃ©u agiu com culpabilidade em grau mÃ¡ximo, com intensidade de dolo, uma vez que atingiram as vÃ-timas com diversos disparos de arma de fogo, conforme laudos de necropsia de fls. 114/115 dos autos; antecedentes: possui antecedentes criminais, dentre os quais, condenaÃ§Ã£o por posse e porte ilegal de armas, Ã© primÃ¡rio na forma da lei; conduta social nÃ£o avaliada nos autos, mas conforme folhas de antecedentes criminais, pode-se afirmar que o rÃ©u possui comportamento voltado para a prÃ¡tica de delitos, crimes esses, todos praticados, em sua maioria, com violÃªncia e grave ameaÃ§a Ã pessoa; possui personalidade nÃ£o avaliada nos autos, mas, a meu ver, pessoa de comportamento e perfil psicolÃ³gico voltado a prÃ¡tica de delitos; os motivosÂ homicÃ-dio praticado com caracterÃ-sticas relacionadas Ã associaÃ§Ã£o criminosa e milÃ-cia privada, sob o pretexto de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o pÃºblico - guardas-municipais; as circunstÂ¢ncias, considero que os rÃ©us se uniram para a prÃ¡tica de crimes dolosos contra a vida, podendo-se afirmar que os rÃ©us tÃªm comportamento criminoso; as consequÃªncias do crime lhes sÃ£o desfavorÃ¡veis, sobretudo diante do resultado morte das vÃ-timas; considero que as vÃ-timas nÃ£o concorreram para a prÃ¡tica dos crimes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, FIXO a PENA-BASE em 26 (vinte e seis) anos de reclusÃ£o para o crime

tipificado no art. 121, Â§2Âº, incisos I e IV c/c art. 29, todos do CP, e 03 (trÃªs) anos para crime tipificado no art. 288, do CP, para o condenado (2) GILMAR GONZAGA CARDOSO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u (3) MARCOS FRANCO SOARES, o rÃ©u agiu com culpabilidade em grau mÃ¡ximo, com intensidade de dolo, uma vez que atingiram as vÃ-timas com diversos disparos de arma de fogo, conforme laudos de necropsia de fls. 114/115 dos autos; antecedentes: nÃ£o possui antecedentes criminais, Ã© primÃ¡rio na forma da lei; conduta social nÃ£o avaliada nos autos; possui personalidade nÃ£o avaliada nos autos; os motivos homicÃ-dios praticados com caracterÃ-sticas relacionadas Ã associaÃ§Ã£o criminosa e milÃ-cia privada, sob o pretexto de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o pÃºblico - guardas-municipais; as circunstÃ¢ncias, considero que os rÃ©us se uniram para a prÃ¡tica de crimes dolosos contra a vida, podendo-se afirmar que os rÃ©us tÃªm comportamento criminoso; as consequÃªncias do crime lhes sÃ£o desfavorÃ¡veis, sobretudo diante do resultado morte das vÃ-timas; considero que as vÃ-timas nÃ£o concorreram para a prÃ¡tica dos crimes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, FIXO a PENA-BASE em 26 (vinte e seis) anos de reclusÃ£o para cada um dos crimes tipificados no art. 121, Â§2Âº, incisos I e IV c/c art. 29, todos do CP, e 03 (trÃªs) anos em relaÃ§Ã£o ao crime tipificado no art. 288, do CP, para o condenado (3) MARCOS FRANCO SOARES. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u (4) THIAGO PANTOJA DE CARVALHO agiu com culpabilidade em grau mÃ¡ximo, com intensidade de dolo, uma vez que atingiram as vÃ-timas com diversos disparos de arma de fogo, conforme laudos de necropsia de fls. 114/115 dos autos; antecedentes: possui antecedentes criminais, dentre os quais, condenaÃ§Ã£o por posse e porte ilegal de armas, Ã© primÃ¡rio na forma da lei; conduta social nÃ£o avaliada nos autos, mas conforme folhas de antecedentes criminais, pode-se afirmar que o rÃ©u possui comportamento voltado para a prÃ¡tica de delitos, crimes esses, todos praticados, em sua maioria, com violÃªncia e grave ameaÃ§a Ã pessoa; possui personalidade nÃ£o avaliada nos autos, mas, a meu ver, pessoa de comportamento e perfil psicolÃ³gico voltado a prÃ¡tica de delitos; os motivos homicÃ-dios praticados com caracterÃ-sticas relacionadas Ã associaÃ§Ã£o criminosa e milÃ-cia privada, sob o pretexto de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o pÃºblico - guardas-municipais; as circunstÃ¢ncias, considero que os rÃ©us se uniram para a prÃ¡tica de crimes dolosos contra a vida, podendo-se afirmar que os rÃ©us tÃªm comportamento criminoso; as consequÃªncias do crime lhes sÃ£o desfavorÃ¡veis, sobretudo diante do resultado morte das vÃ-timas; considero que as vÃ-timas nÃ£o concorreram para a prÃ¡tica dos crimes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, FIXO a PENA-BASE em 26 (vinte e seis) anos de reclusÃ£o para cada um dos crimes tipificados no art. 121, Â§2Âº, incisos I e IV c/c art. 29, todos do CP, e 03 (trÃªs) anos para crime tipificado no art. 288, do CP, para o condenado (4) THIAGO PANTOJA DE CARVALHO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Seguindo na dosimetria da pena, passo a segunda fase, nÃ£o existem nos autos circunstÃ¢ncia atenuante, nem tampouco agravantes emÂ desfavor dos rÃ©us (1) Benedito Nei Ferreira Queiroz, (2) Gilmar Gonzaga Cardoso, (3) Marcos Franco Soares e (4) Thiago Pantoja de Carvalho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. Na terceira fase da dosimetria, nÃ£o existem causas de diminuiÃ§Ã£o ou de aumento da pena em favor e/ou desfavor dos rÃ©us (1) Benedito Nei Ferreira Queiroz, (2) Gilmar Gonzaga Cardoso, (3) Marcos Franco Soares e (4) Thiago Pantoja de Carvalho. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, aplico a pena definitiva, concreta e final no patamar de: 52 (cinquenta e dois) anos de reclusÃ£o para aos crimes tipificados no art. 121,Â§2Âº, incisos I e IV, c/c art. 29, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro; e de 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o para o crime tipificado no art. 288, do CP, em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u (1) BENEDITO NEI FERREIRA QUEIROZ; 26 (vinte e seis) anos de reclusÃ£o para ao crime tipificado no art. 121,Â§2Âº, incisos I e IV, c/c art. 29, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro; e de 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o para o crime tipificado no art. 288, do CP, em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u (2) GILMAR GONZAGA CARDOSO; 52 (cinquenta e dois) anos de reclusÃ£o para aos crimes tipificados no art. 121,Â§2Âº, incisos I e IV, c/c art. 29, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro; e de 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o para o crime tipificado no art. 288, do CP, em relaÃ§Ã£o ao rÃ©uÂ (3) MARCOS FRANCO SOARES; eÂ 52 (cinquenta e dois) anos de reclusÃ£o para aos crimes tipificados no art. 121,Â§2Âº, incisos I e IV, c/c art. 29, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro; e de 03 (trÃªs) anos de reclusÃ£o para o crime tipificado no art. 288, do CP, em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u (4) THIAGO PANTOJA DE CARVALHO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4. Pelo exposto e em razÃ£o da fundamentaÃ§Ã£o acima,Â CONDENO os rÃ©us: (1) BENEDITO NEI FERREIRA QUEIROZ Ã pena de 55 (cinquenta e cinco) anos de reclusÃ£o, (2) GILMAR GONZAGA CARDOSO Ã pena de 29 (vinte e nove) anos de reclusÃ£o; (3) MARCOS FRANCO SOARES Ã pena de 55 (cinquenta e cinco) anos de reclusÃ£o e (4) THIAGO PANTOJA DE CARVALHO Ã pena de 55 (cinquenta e cinco) anos de reclusÃ£o, que deverÃ£o ser cumprida inicialmente em regime fechado, ex vi do artigo 33, Â§ 2Âº, letra a, do CÃ³digo Penal Brasileiro, no Sistema PenitenciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, pena esta que torno definitiva, concreta e final.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5. NEGO aos condenados o direito de apelar em liberdade da presente decisÃ£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 6. Intimem-se. BelÃ©m, 03 de novembro de 2021. Juiz EDMAR SILVA PEREIRA Titular da 1Âª Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca da Capital PROCESSO: 00021473220198140401 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMAR SILVA PEREIRA A??o: Inquérito Policial em: 03/11/2021 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:R. S. E. S. . AUTOS DE INQUÃRITO POLICIAL. Processo n. 0002147-32.2019.8.14.0401.Â Autos de InquÃ©rito Policial n. 00013/2018.100285-2. VÃ-tima: Rogerio de Souza e Silva. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, 1.Â Â Â Â Â Tratam os autos de inquÃ©rito policial que na noite de 15.11.2018, a vÃ-tima foi morta a tiros desferidos por pessoas nÃ£o identificadas, fato ocorrido na Avenida Engenheiro Fernando Guilhon, no perÃ-metro compreendido entre Vila GurjÃ£o e Avenida Bernardo SayÃ£o, bairro dos Jurunas, nesta capital.Â 2.Â Â Â Â Â Em manifestaÃ§Ã£o constante nos autos, o representante do Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico requer o seu arquivamento diante da ausÃªncia de indÃ-cios suficientes de autoria. 3.Â Â Â Â Â Sendo assim, hei por bem, de forma concisa e sucinta, acolher o pedido ministerial para determinar o ARQUIVAMENTO do presente inquÃ©rito policial, ressalvada a hipÃ³tese dos artigos 18 e 28 do CÃ³digo de Processo Penal. 4.Â Â Â Â Â Em havendo armas e/ou bens apreendidos e vinculados a estes autos, deve a secretÃ¡ria do juÃ-zo oficiar ao setor competente para que lhe seja dada a devida destinaÃ§Ã£o, ou seja, ao ExÃ©rcito Brasileiro para destruiÃ§Ã£o, ex vi do artigo 25, da Lei n. 10.826/2003, caso nÃ£o seja de um Ã³rgÃ£o de seguranÃ§a pÃºblica. Em sendo pertencente a Ã³rgÃ£o de SeguranÃ§a PÃºblica, que o setor competente deste E. tribunal proceda com a devida destinaÃ§Ã£o. 5.Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, arquive-se. 6.Â Â Â Â Â Cumpra-se. BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. Juiz EDMAR SILVA PEREIRA Titular da 1Âª Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca da Capital PROCESSO: 00035039620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMAR SILVA PEREIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021 DENUNCIADO:ALDEMAR DE JESUS DA SILVA E SILVA Representante(s): OAB 27100 - CLAUDIO DA SILVA SANTOS (ADVOGADO) VITIMA:F. V. S. PROMOTOR:DR JOSE RUI DE ALMEIDA BARBOZA. Processo n. 0003503-96.2018.814.0401. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Acusado: Aldemar de Jesus da Silva e Silva. VÃ-tima: FÃ¡bio Veloso da Silva. Â DECISÃO Â¿ MANDADO DE INTIMAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos,Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL, por meio de um de seus representantes legais, com base em inquÃ©rito policial, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes constitucionais, ofereceu em 11.07.2018 denÃºncia contra o acusado ALDEMAR DE JESUS DA SILVA E SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, como incurso nas condutas previstas no art. 121, Â¿caputÂ¿, do CÃ³digo Penal Brasileiro, sob a acusaÃ§Ã£o de que no dia 13.10.2017, por volta das 22:30 horas, na Passagem Padre Marcos, bairro dos TelÃ©grafo Sem Fio, nesta capital, ter tentado contra a vida da vÃ-tima FÃ¡bio Veloso da Silva, com o uso de arma de fogo.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Materialidade do fato fls. 74/75 Â¿ volume I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Recebimento da denÃºncia em 10.08.2018 (fl.113 Â¿ volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â CitaÃ§Ã£o pessoal do rÃ©u (fl. 119 Â¿ volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resposta Ã acusaÃ§Ã£o apresentada Ã s fls. 121/125 Â¿ volume I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia designada para o dia 25.09.2019 (fl. 136 Â¿ volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia realizada no dia 25.09.2019. Na ocasiÃ£o, foram ouvidas duas testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Ato contÃ-nuo, em face da ausÃªncia das demais testemunhas arroladas pelo Parquet, o juÃ-zo redesignou a audiÃªncia para o dia 27.04.2020 (mÃ-dia de fl. 161 Â¿ volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia designada para o dia 27.04.2020, em razÃ£o da pandemia do COVID-19, conforme certificado Ã fl. 175 Â¿ volume I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o redesignada para o dia 17.02.2021 (fl. 177 Â¿ volume I). AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o redesignada para o dia 24.02.2021 (fl. 209 Â¿ volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â OfÃ-cio nÂº 639/2020-SUSAC/DPM/PC-PA encaminhado pela Delegada Diretora da 1Âª SU Sacramente, Dra. Maria Cristina Valle Esteves, a este juÃ-zo, informando o B.O. registrado sob o nÃºmero 00005/2020.101468-0, para fins de ciÃªncia e providÃªncias cabÃ-veisÂ (fls. 173/174 Â¿ volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico pugnando pela decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva em desfavor do rÃ©u Aldemar de Jesus da Silva e Silva, considerando as informaÃ§Ãµes apresentadas aos autos por meio do ofÃ-cio acima mencionado (fls. 178/179 Â¿ volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o decretando a prisÃ£o preventiva do rÃ©u Aldemar de Jesus da Silva e Silva (fls. 180/181 Â¿ volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pedido de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva formulado pelo patrono do rÃ©u (fls. 182/193 Â¿ volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ManifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico recepcionando o pedido de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva formulado pela defesa do rÃ©u, Ã s fls. 205/206 Â¿ volume I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DecisÃ£o prolatada por este juÃ-zo deferindo o pedido de revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva e aplicando medidas cautelares diversas da prisÃ£o em desfavor do rÃ©u (fl. 210 - volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia realizada em 24.02.2021. Na ocasiÃ£o, verificou-se a ausÃªncia de duas testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o, contudo, em face da presenÃ§a das testemunhas arroladas pela defesa e sem oposiÃ§Ã£o de qualquer das partes, o juÃ-zo realizou a oitiva de 03 (trÃªs) testemunhas arroladas pela defesa. Ato contÃ-nuo, o juÃ-zo redesignou a audiÃªncia para o dia 26.05.2021, para oitiva das testemunhas faltantes arroladas pela acusaÃ§Ã£o e das demais testemunhas arroladas pela defesa, bem

com qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio do rÃ©u e memoriais orais e decisÃ£o (fl. 235 Â¿ volume II). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia designada para o dia 26.05.2021 restou prejudicada em face da ausÃªncia das testemunhas arroladas pelo Parquet e pela defesa, razÃ£o pela qual o juÃ-zo redesignou a audiÃªncia para o dia 27.11.2021 (fl. 248 Â¿ volume II). Â Â Â Â Â Â Â Â Â AudiÃªncia realizada em 27.11.2021. Na oportunidade, verificou-se a ausÃªncia das testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o. Dada a palavra ao membro do MinistÃ©rio PÃºblico, este dispensou, nesta fase processual, a oitiva das testemunhas faltantes, pedido que estou homologado pelo juÃ-zo. Ato contÃ-nuo, realizou-se a oitiva de uma testemunha arrolada pela defesa. Dada a palavra ao patrono do rÃ©u para se manifestar em relaÃ§Ã£o a outra testemunha faltante, a defesa requereu, nesta fase processual, a dispensa da mesma, pedido que restou homologado pelo juÃ-zo. Ato contÃ-nuo, realizou-se a qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio do rÃ©u. O juÃ-zo deu por encerrada a instruÃ§Ã£o processual e , a pedido, converteu os memoriais orais em escritos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico, com fulcro no art. 414 do CÃ³digo de Processo Penal, requereu a impronÃºncia do rÃ©u Aldemar de Jesus da Silva e Silva (fls. 259/261 Â¿ volume II). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em alegaÃ§Ãµes finais, a defesa do acusado requereu a sua impronÃºncia (fls. 262/269 Â¿ volume II). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando atentamente os autos, Ã© cediÃ§o que a decisÃ£o de impronÃºncia Ã© linearmente oposta Ã de pronÃºncia, ou seja, para aquela, requisitos negativos foram estabelecidos pelo legislador ordinÃ¡rio na lei processual penal, para que o Estado-juiz ao proclamar inadmissÃ-vel a acusaÃ§Ã£o contra o acusado o faÃ§a diante da ausÃªncia da prova de existÃªncia do crime e/ou indÃ-cios suficientes de autoria ou de participaÃ§Ã£o (art. 414, CPP).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Enquanto a existÃªncia da infraÃ§Ã£o penal Ã© a materialidade, os indÃ-cios de autoria sÃ£o os apontamentos colhidos atravÃ©s de um raciocÃ-nio lÃ³gico, durante a fase judicial, que auxiliam a formaÃ§Ã£o do convencimento do juiz para admitir a acusaÃ§Ã£o e, por consequÃªncia, submeter o rÃ©u a julgamento perante o Tribunal Popular. Logo, Ã© de bom alvitre afirmar que indÃ-cios sÃ£o elementos reais que devem ser provados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, embora a materialidade delitiva esteja comprovada no laudo de lesÃ£o corporal, juntado Ã s fls. 74/75 Â¿ volume II, a meu ver, estÃ£o ausentes os indÃ-cios suficientes autorizadores da pronÃºncia, pelo que passo a expor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Durante a fase de instruÃ§Ã£o processual, foram ouvidas (05) cincoÂ testemunhas, sendo 01 (uma) arrolada pela acusaÃ§Ã£o e 04 (quatro) arroladas pela defesa, bem como foi ouvida a vÃ-tima. Em juÃ-zo, os depoimentos colhidos sob o manto do contraditÃ³rio e da ampla defesa nÃ£o se mostraram aptos a comprovar os indÃ-cios de autoria da conduta imputada ao rÃ©u. AlÃ©m disso, na audiÃªncia de qualificaÃ§Ã£o e interrogatÃ³rio, o rÃ©u negou a autoria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto e por tudo que dos autos consta, hei por bem, de forma concisa e sucinta, com fundamento no art. 414 do CÃ³digo de Processo Penal, IMPRONUNCIAR, como impronunciado tenho, o nacional ALDEMAR DE JESUS DA SILVA E SILVA, brasileiro, solteiro, filho de Marluce Pinheira da Silva, residente e domiciliado na Rua Nova, Vila Cidade Jardim, casa 13, bairro da Pedreira, nesta capital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo, portanto, de submetÃª-lo a julgamento perante o 1Âº EgrÃ©gio Tribunal do JÃºri da Comarca da Capital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito, REVOGO todas as medidas cautelares diversas da prisÃ£o aplicadas outrora, vide decisÃ£o de fls. 210 Â¿ volume II, em razÃ£o da presente decisÃ£o de impronÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o rÃ©u pessoalmente e por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a decisÃ£o de impronÃºncia, determino o arquivamento dos autos, com posterior baixa na distribuiÃ§Ã£o, bem como, que seja oficiado Ã Policia Civil para que tome conhecimento desta e providencie a consequente retirada do indiciamento do acusado ALDEMAR DE JESUS DA SILVA E SILVA, caso exista na presente aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. Juiz EDMAR SILVA PEREIRA Titular da 1Âª Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca da Capital PROCESSO: 00134068519988140401 PROCESSO ANTIGO: 199820162522 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMAR SILVA PEREIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021 DENUNCIADO:GEOVANI PEREIRA CAVALCANTE Representante(s): OAB 6290 - CELSO LUIZ REIS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) VITIMA:H. Q. R. PROMOTOR:JOSE RUI DE ALMEIDA BARBOZA. Processo n. 0013406-85.1998.8.14.0401 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: Geovani Pereira Cavalcante. VÃ-tima: HÃ©lito Queiroz Ribeiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, atravÃ©s de um de seus representantes legais, com base em inquÃ©rito policial, ofereceu em 26.07.2000, denÃºncia contra o acusado GEOVANI PEREIRA CAVALCANTE, jÃ¡ qualificado nos autos, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 121, Â§ 2Â°, inciso II e IV, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro (fls. 2/5 - volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DenÃºncia recebida em 23 de agosto de 2000 (fl. 144 - volume I) Â Laudo de Exame Pericial de Sanidade Mental acostado Ã s fls. 139/142 - volume I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A requerimento da defesa (fls. 172/173 - volume I), o juÃ-zo instaurou Incidente de Insanidade Mental em 12.09.03 (fl. 174/175 - volume I), bem como suspendeu o processo na forma do Â§

2Â° do Art. 149 do CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese a determinaÃ§Ã£o do juÃ-zo o laudo pericial nÃ£o foi elaborado pelo CPC Renato Chaves, conforme ofÃ-cio nÂ° 0077/2007 (fl. 184 -volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico Estadual requereu em 13.06.2008 o encaminhamento do acusado Geovani Pereira Cavalcante ao CPC Renato Chaves a fim de ser submetido a novo Exame de Sanidade Mental (fls. 187/188 - volume I), pelo que foi deferido e instaurado novamente Incidente de Insanidade Mental pelo juÃ-zo (fls. 190/191 - volume I). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo PsiquiÃ¡trico-Legal (fls. 257/262 e 278 - volume II) Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o, que a pretensÃ£o punitiva estatal, ainda que seja um direito exclusivo e indelegÃ¡vel, Ã© delimitada pelo fator tempo, devendo, para nÃ£o perdÃª-la, agir o Estado dentro de prazos determinados pelo direito material e processual penal, em prol da aplicabilidade de um princÃ-pio fundamental para a formaÃ§Ã£o de um Estado DemocrÃ¡tico de Direito, qual seja, o princÃ-pio do devido processo legal.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, o rÃ©u GEOVANI PEREIRA CAVALCANTE incorreu nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 121, Â§ 2Â°, inciso II e IV, cuja pena em abstrato Ã© de 12 a 30 anos, razÃ£o pela qual a prescriÃ§Ã£o ocorre em 20 anos, nos termos do art. 109 do CP, inciso I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nessa senda, considerando que o fato ocorreu no dia 04 de outubro de 1998 e, tendo em vista o recebimento da denÃºncia (fl. 144 - volume I) que ocorreu em 23 de agosto de 2000, o qual interrompeu o prazo prescricional ex vi do art. 117, inciso I; considerando ainda que da data do primeiro marco interruptivo atÃ© o presente momento transcorreu mais de 20 anos sem que o prazo prescricional tenha sido suspenso ou interrompido neste interregno, verifica-se, assim, que a pretensÃ£o punitiva do Estado se exauriu 23 de agosto de 2020, pelo que, deve-se aplicar o instituto da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, ao Estado-juiz nÃ£o Ã© mais permitido continuar a persecutio criminis in judicio em relaÃ§Ã£o ao acusado GEOVANI PEREIRA CAVALCANTE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto e por tudo que dos autos consta, hei por bem, de forma concisa e sucinta, considerando a manifestaÃ§Ã£o do MinistÃ©rio PÃºblico, DECRETAR, por forÃ§a dos artigos 107, IV e 109, I, todos do CÃ³digo Penal, A EXTINÃÃO DA PUNIBILIDADE, como o tenho feito, no que concerne ao crime imputado ao nacional GEOVANI PEREIRA CAVALCANTE, brasileiro, paraense, policial militar, filho de Sergio Moraes Pereira e Antonia Cavalcante Pereira, Residente no Conjunto Maguari, nÂ° s/n, Alameda 06, bairro de Icoaraci, nesta capital, para que produza seus efeitos legais e jurÃ-dicos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em havendo armas e/ou bens apreendidos e vinculados a estes autos, deve a secretÃ¡ria do juÃ-zo oficiar ao setor competente para que lhe seja dada a devida destinaÃ§Ã£o, ou seja, ao ExÃ©rcito Brasileiro para destruiÃ§Ã£o, ex vi do artigo 25, da Lei n. 10.826/2003, caso nÃ£o seja de um Ã³rgÃ£o de seguranÃ§a pÃºblica. Em sendo pertencente a Ã³rgÃ£o de SeguranÃ§a PÃºblica, que o setor competente deste E. tribunal proceda com a devida destinaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â EXPEÃA-SE O COMPETENTE CONTRAMANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â ESTA DECISÃO SERVE COMO CONTRAMANDADO EM FAVOR DO RÃU GEOVANI PEREIRA CAVALCANTE, SE POR OUTRO MOTIVO NÃO TIVER SIDO DECRETADA PRISÃO EM DESFAVOR DO RÃU SUPRACITADO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado a presente decisÃ£o, dÃª-se baixa na distribuiÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o ao denunciado GEOVANI PEREIRA CAVALCANTE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se tudo que for necessÃ¡rio para o fiel cumprimento desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. BelÃ©m, 28 de outubro de 2021 Juiz EDMAR SILVA PEREIRA Titular da 1Âª Vara do Tribunal do JÃºri Comarca da Capital PROCESSO: 00143463320128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMAR SILVA PEREIRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021 VITIMA:A. J. P. S. DENUNCIADO:WILILAYO ALEIXO PEREIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:MARCELO REGIS DE SOUZA AGUIAR Representante(s): OAB 7562 - JAIME CARNEIRO COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:SAMIR COSTA ASSUNCAO Representante(s): OAB 7562 - JAIME CARNEIRO COSTA (ADVOGADO) VITIMA:D. C. N. Representante(s): OAB 7829 - NEY GONCALVES DE MENDONCA JUNIOR (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 16968 - ANTONIO FERNANDO CARVALHO DOS SANTOS NETO (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 14600 - NEYLER MARTINS DE MENDONCA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) PROMOTOR:DR JOSE RUI DE ALMEIDA BARBOZA AUTOR:A JUSTICA PUBLICA. Ã©Processo n. 0014346-33.2012.814.0401. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico. Acusado: Wililayo Aleixo Pereira e outros. VÃ-timas: Diogo Costa do Nascimento e Adailson JÃºnior PeÃ§anha da Silva.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECISÃO Â¿ MANDADO DE INTIMAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em obediÃªncia Ã decisÃ£o da 2Âª Turma de Direito Penal do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, AcÃ³rdÃ£o n. 213.868 (fls. 815/820 Â¿ volume III), que conheceu e acolheu parcialmente o recurso em sentido estrito interposto pelo acusado Wililayo Aleixo Pereira, bem como estendeu seus efeitos ao corrÃ©u Samir Costa AssunÃ§Ã£o, ex vi do art. 580, do CPP,Â passo a decidir, ainda que sucintamente, a respeito das qualificadoras narradas na denÃºncia: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. O MinistÃ©rio PÃºblico requereu a pronÃºncia do rÃ©u Wililayo Aleixo Pereira como incurso nas penas

do artigo 121, Â§ 2Âº, II e IV, c/c artigo 14, II, do CP (fls. 471/477 volume II), portanto, mantendo as mesmas qualificadoras narradas na denÃºncia.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Qualificadoras narradas na denÃºncia: 121, Â§ 2Âº, II e IV, c/c artigo 14, II, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã cediÃ§o que as qualificadoras do delito de homicÃ-dio somente podem ser excluÃ-das quando se revelarem manifestamente improcedentes, sob pena de usurpaÃ§Ã£o da competÃªncia do Tribunal do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, as qualificadoras do artigo 121, Â§ 2Âº, II e IV, do CÃ³digo Penal, mencionadas na denÃºncia, nÃ£o estÃ£o descartadas pelas provas colhidas na instruÃ§Ã£o. Ao revÃ©s, cotejando com parcimÃ´nia o conjunto fÃ¡tico probatÃ³rio carreado aos autos (mÃ-dia de fls. 402 Â¿ volume II), constata-se a existÃªncia de provas idÃ´neas aptas a ensejar a submissÃ£o das qualificadoras Ã apreciaÃ§Ã£o do Conselho de SentenÃ§a, juÃ-zo natural da causa. Nesse sentido: Â¿AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO PENAL. TRIBUNAL DO JÃRI. PRONÃNCIA. CIRCUNSTÃNCIA QUALIFICADORA. AFASTAMENTO. INEXISTÃNCIA DE SUBSTRATO FÃTICO. POSSIBILIDADE. REVISÃO. SÃMULA 7/STJ. INVIABILIDADE. ACÃRDÃO IMPUGNADO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÃNCIA VIGENTE. AGRAVO IMPROVIDO.Â Â 1. Na prolaÃ§Ã£o da decisÃ£o de pronÃºncia, cabe ao juiz verificar a existÃªncia da materialidade delitiva e dos indÃ-cios suficientes de autoria aptos a remeter os autos do processo para julgamento perante o Tribunal Popular. Precedentes.Â 2. Este Superior Tribunal de JustiÃ§a possui jurisprudÃªncia permitindo a excepcional exclusÃ£o das qualificadoras, na fase de pronÃºncia, desde que manifestamente improcedentes, sob pena de violaÃ§Ã£o Ã competÃªncia do Tribunal do JÃºri. Precedentes.Â (...)Â (AgRg no REsp 1687971/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 14/12/2018). AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÃDIO QUALIFICADO. PRONÃNCIA. EXCESSO DE LINGUAGEM NO ACÃRDÃO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. NÃO OCORRÃNCIA. QUALIFICADORA. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A decisÃ£o interlocutÃ³ria de pronÃºncia Ã© um mero juÃ-zo de admissibilidade da acusaÃ§Ã£o, em que nÃ£o Ã© exigida, neste momento processual, prova incontroversa da autoria do delito, pois bastam a existÃªncia de indÃ-cios suficientes de que o rÃ©u seja seu autor e a certeza quanto Ã materialidade do crime. 2. Quando se fala de excesso de linguagem, tem-se em vista, particularmente, a decisÃ£o de pronÃºncia, pois Ã© a peÃ§a que encerra a primeira fase do procedimento inerente aos crimes dolosos contra a vida e sobre a qual irÃ¡ girar o debate perante os jurados. 3. A jurisprudÃªncia estendeu o alcance desse dever de sobriedade da linguagem tambÃ©m para os acÃ³rdÃ£os de recursos interpostos contra a pronÃºncia. 4. A Corte estadual nÃ£o proferiu juÃ-zo peremptÃ³rio acerca dos fatos pelos quais o acusado foi pronunciado, na medida em que utiliza linguagem que indica juÃ-zo de plausibilidade a fim de justificar a impossibilidade de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria. 5.Â Verificado que as qualificadoras nÃ£o se mostram manifestamente improcedentes ou descabidas, pois baseadas em provas do processo, devidamente apontadas pelas instÃ¢ncias a quo, compete ao Conselho de SentenÃ§a decidir se incide o art. 121, 2Âº, I e IV, do CP, sob pena de usurpaÃ§Ã£o da competÃªncia do Tribunal do JÃºri. 6. Ausentes fatos novos ou teses jurÃ-dicas diversas que permitam a anÃ¡lise do caso sob outro enfoque, deve ser mantida a decisÃ£o agravada. 7. Agravo regimental parcialmente provido. (AgRg no REsp 922039/SP, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, SEXTAÂ TURMA, julgado em 24/08/2021 DJe 30/08/2021). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, constatado que as qualificadoras possuem suporte nos elementos fÃ¡ticos e probatÃ³rios colacionados ao bojo processual, motivo pelo qual nÃ£o podem ser decotadas, devendo sua efetiva incidÃªncia ser aferida pelo Conselho de SentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, diante do in dubio pro societate, hei por bem, de forma concisa e sucinta, com fundamento no art. 413 do CÃ³digo de Processo Penal, PRONUNCIAR, como pronunciado tenho, os nacionais Wililayo Aleixo Pereira e Samir Costa AssunÃ§Ã£o, jÃ¡ qualificados nos autos, como incurso nas penas do artigo 121, Â§ 2Âº, II e IV c/c art. 14, II, ambos do CÃ³digo Penal, para que sejam submetidos a julgamento pelo 1Âº Tribunal do JÃºri da Comarca da Capital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preclusa a decisÃ£o de pronÃºncia, imediatamente, dÃª-se vista ao promotor de justiÃ§a, Dr. Rui Barboza, e em seguida, ao advogado, defensor pÃºblico, Dr. Domingos Lopes Pereira (rÃ©u Wililayo Aleixo Pereira), e Dr. Jaime Carneiro Costa, OAB/PA n. 7.562 (rÃ©u Samir Costa AssunÃ§Ã£o), para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irÃ£o depor em plenÃ¡rio (mÃ¡ximo de cinco), podendo juntar documentos e requerer diligÃªncias (art. 422, CPP). Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Cumpra-se. BelÃ©m, 26 de outubro de 2021. Juiz EDMAR SILVA PEREIRA Titular da 1Âª Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca da Capital P R O C E S S O : 0 0 1 7 7 6 6 7 0 2 0 1 7 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMAR SILVA PEREIRA A??o: Inquérito Policial em: 03/11/2021 INDICIADO:JOAO PAULO AVIZ SANTOS VITIMA:F. A. P. F. . AUTOS DE INQUÃRITO POLICIAL. Processo n. 0017766-70.2017.8.14.0401.Â Autos de InquÃ©rito Policial n. 00412/2017.100089-3. VÃ-tima: Filipe Augusto Palhano Ferraz. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, 1.Â Â Â Â Â Tratam os

autos de inquÃ©rito policial que na manhÃ£ de 03.06.2017, a vÃ-tima foi morta a tiros desferidos por JoÃ£o Paulo Aviz Santos e outra pessoa nÃ£o identificada, fato ocorrido na Rua SÃ£o Bento entre a Travessa SÃ£o Pedro e a Rua BetÃ¢nia, bairro do Bengui, nesta capital. 2.Â Â Â Â Â Em manifestaÃ§Ã£o constante nos autos, o representante do Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico requer o seu arquivamento diante da ausÃªncia de indÃ-cios suficientes de autoria. 3.Â Â Â Â Â Sendo assim, hei por bem, de forma concisa e sucinta, acolher o pedido ministerial para determinar o ARQUIVAMENTO do presente inquÃ©rito policial, ressalvada a hipÃ³tese dos artigos 18 e 28 do CÃ³digo de Processo Penal. 4.Â Â Â Â Â Em havendo armas e/ou bens apreendidos e vinculados a estes autos, deve a secretÃ¡ria do juÃ-zo oficiar ao setor competente para que lhe seja dada a devida destinaÃ§Ã£o, ou seja, ao ExÃ©rcito Brasileiro para destruiÃ§Ã£o, ex vi do artigo 25, da Lei n. 10.826/2003, caso nÃ£o seja de um Ã³rgÃ£o de seguranÃ§a pÃºblica. Em sendo pertencente a Ã³rgÃ£o de SeguranÃ§a PÃºblica, que o setor competente deste E. tribunal proceda com a devida destinaÃ§Ã£o. 5.Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, arquive-se. 6.Â Â Â Â Â Cumpra-se. BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. Juiz EDMAR SILVA PEREIRA Titular da 1Âª Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca da Capital PROCESSO: 00181961720208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMAR SILVA PEREIRA A??o: Inquérito Policial em: 03/11/2021 VITIMA:A. P. P. VITIMA:L. F. S. G. INDICIADO:CARLOS DENNYN SILVA MATA. Processo n. 0018196-17.2020.8.14.0401. InquÃ©rito Policial n. 00003/2020.100680-1. Indiciado: Carlos Dennyn Silva Mata. VÃ-timas: Luiz Francisco Silva Gama e AbraÃ£o Pinheiro Pantoja. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de InquÃ©rito Policial em que se apura o crime tipificado no artigo 121, c/c art. 14, II, todos do CÃ³digo Penal brasileiro, no qual figura como indiciado CARLOS DENNYN SILVA MATA, e como vÃ-timas, LUIZ FRANCISCO SILVA GAMA E ABRAÃO PINHEIRO PANTOJA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Submetidos os autos Ã apreciaÃ§Ã£o do nobre Promotor de JustiÃ§a do Tribunal do JÃºri, este entendeu ser crime praticado contra a pessoa, qual seja, lesÃ£o corporal, requerendo ao final de sua manifestaÃ§Ã£o, a remessa dos autos ao juÃ-zo singular. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â RELATADO SUCINTAMENTE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, conclui-se que, da apuraÃ§Ã£o dos fatos investigados, a conduta perpetrada pelo indiciado nÃ£o se trata de crime doloso contra a vida, mas crime contra a pessoa, qual seja, lesÃ£o corporal, cujo processamento Ã© estranho Ã competÃªncia deste JuÃ-zo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, e por tudo que dos autos consta, hei por bem, de forma concisa e sucinta, acatar a manifestaÃ§Ã£o do nobre Representante do ÃrgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico que pugna pela ratificaÃ§Ã£o do pedido de exceÃ§Ã£o de incompetÃªncia acostado Ã¡s fls. 41/42, para em consequÃªncia, JULGAR INCOMPETENTE este JuÃ-zo Criminal - Tribunal do JÃºri, para apreciar e julgar o presente ilÃ-cito penal, determinando finalmente, que sejam os presentes autos, remetidos Ã DistribuiÃ§Ã£o da RepartiÃ§Ã£o Criminal, para posterior encaminhamento ao JuÃ-zo Singular competente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao ÃrgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Cumpra-se. BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. Juiz EDMAR SILVA PEREIRA Titular da 1Âª Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca da Capital PROCESSO: 00249553120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDMAR SILVA PEREIRA A??o: Inquérito Policial em: 03/11/2021 INVESTIGADO:EM APURACAO VITIMA:A. A. R. . AUTOS DE INQUÃRITO POLICIAL. Processo n. 0024955-31.2019.8.14.0401.Â Autos de InquÃ©rito Policial n. 00011/2018.100280-0. VÃ-tima: Alax Acioly Rodrigues. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, 1.Â Â Â Â Â Tratam os autos de inquÃ©rito policial que na manhÃ£ de 22.09.2018, a vÃ-tima foi morta a tiros desferidos por pessoas nÃ£o identificadas, fato ocorrido na Â¿Oficina do ÃndioÂ¿, localizada na Passagem Miracy, no perÃ-metro compreendido entre Rua Nova e Canal do Acampamento, nÂ° 15B, bairro da Pedreira, nesta capital. 2.Â Â Â Â Â Em manifestaÃ§Ã£o constante nos autos, o representante do Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico requer o seu arquivamento diante da ausÃªncia de indÃ-cios suficientes de autoria. 3.Â Â Â Â Â Sendo assim, hei por bem, de forma concisa e sucinta, acolher o pedido ministerial para determinar o ARQUIVAMENTO do presente inquÃ©rito policial, ressalvada a hipÃ³tese dos artigos 18 e 28 do CÃ³digo de Processo Penal. 4.Â Â Â Â Â Em havendo armas e/ou bens apreendidos e vinculados a estes autos, deve a secretÃ¡ria do juÃ-zo oficiar ao setor competente para que lhe seja dada a devida destinaÃ§Ã£o, ou seja, ao ExÃ©rcito Brasileiro para destruiÃ§Ã£o, ex vi do artigo 25, da Lei n. 10.826/2003, caso nÃ£o seja de um Ã³rgÃ£o de seguranÃ§a pÃºblica. Em sendo pertencente a Ã³rgÃ£o de SeguranÃ§a PÃºblica, que o setor competente deste E. tribunal proceda com a devida destinaÃ§Ã£o. 5.Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes de praxe, arquive-se. 6.Â Â Â Â Â Cumpra-se. BelÃ©m, 28 de outubro de 2021. Juiz EDMAR SILVA PEREIRA Titular da 1Âª Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca da Capital

SECRETARIA DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

EDITAL DE FIXAÇÃO DO CORPO DE JURADOS

PARA O PERÍODO DE 2021

A Exma. Sra. Dra. **ANGELA ALICE ALVES TUMA,** MMª. Juíza de Direito, Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

Faz saber a todos a todos que lerem o presente Edital ou dele tomarem conhecimento que, no dia 10 de novembro de 2021, após a análise deste juízo, foi **dispensada a jurada PRISCILA DE SOUZA TEIXEIRA** (que fazia parte do corpo de jurados titulares, conforme edital publicado no DJ 18.08.2021), tendo sido, em plenário, **sorteado, entre os suplentes, o jurado CARLOS DE FREITAS RODRIGUES,** o qual passará a exercer a função de Jurado Titular. Assim sendo, fixo o CORPO DE JURADOS da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, conforme lista abaixo, contendo o nome **de 25 (vinte e cinco) jurados** TITULARES que atuarão nas sessões de julgamentos do ano de 2021 ou reunião extraordinária (referente aos meses de agosto a dezembro), nos termos do artigo 433 do Código de Processo Penal, conforme lista abaixo, para conhecimento de todos:

JURADOS TITULARES

Nº	**NOME**	PROFISSÃO	INSTITUIÇÃO
1	**ALEXANDRE LIMA XAVIER**	BANCÁRIO	CEF
2	**ANTONIO CRUZ DE OLIVEIRA**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
3	**CARLOS DE FREITAS RODRIGUES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
4	**CLAUDIO AZEVEDO DA SILVA**	TECNICO EM ESTRADAS	SEMOB
5	**DION SANTOS RUA**	AUDITOR FISCAL	RECEITA FEDERAL
6	**ELIANE MARIA SILVA DA SILVA**	SOCIOLOGA	COSANPA
7	**ELIELDER DO CARMO PEREIRA**	SERVENTE	SEDUC
8	**EWERTON DO ESPIRITO SANTO MORAES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
9	**FABIO BENEDITO FILO CREAO GARCIA PEREIRA**	TECNICO A - MEDICINA CARDIOLOGICA	UEPA
10	**FERNANDO PEREIRA CARDOSO**	OPERADOR MAQUINA COPIADORA	UFPA
11	**JOAO ROBERTO PIMENTEL PINTO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
12	**JONAS MELO NEVES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
13	**JORGE LUIZ OLIVEIRA PANTALEÃO**	ASSISTENTE CULTURAL-OPERADOR DE LUZ	SECULT

14	**JOSIVALDO CASTELO BRANCO FIGUEIREDO**	TECNICO EM MECANICA	SEMOB
15	**KASSIANA RENE GOMES**	ASSESSORA JURÍDICA	SEDUC
16	**KEYLIANE SOARES P. DA SILVA**	ASSISTENTE COMERCIAL	COSANPA
17	**LADYANE MARTINS DE SOUSA**	SECRETARIO	SEDUC
18	**LIDIANE PALHETA MIRANDA DOS SANTOS**	TECNICO A - TERAPIA OCUPACIONAL	UEPA
19	**LUANA CAMILLY PASTANA DE BARROS**	FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS	SEFA
20	**MARCOS ANTONIO CANDIDO**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
21	**MARCUS VINICIUS SILVA DA COSTA**	TECNICO EM EDIFICACAO	SEMOB
22	**MARLI DA CONCEICAO MARQUES**	NÍVEL MÉDIO	TCE
23	**MATHEUS CREÃO FERNANDES**	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	IBAMA
24	**RICARDO TABOSA DOS REIS ALEIXO**	ANALISTA TRIBUTÁRIO	RECEITA FEDERAL
25	**WILTON LIGEIRO DE SOUZA**	ESCREVENTE DATILOGRAFO	SEDUC

Ressaltando-se que os demais jurados que não foram dispensados e tampouco constam como titulares, permanecem na qualidade de Jurados Suplentes, que poderão a vir atuar nas sessões da reunião de julgamentos do ano de 2021 ou reunião extraordinária (referente aos meses de agosto a dezembro), caso eventualmente sejam sorteados em virtude da necessidade de substituição de jurado titular, conforme lista abaixo, para conhecimento de todos:

JURADOS SUPLENTES

Nº	**NOME**	PROFISSÃO	INSTITUIÇÃO
1	**BENEDITO GAMA DE OLIVEIRA**	VIGILANTE	UFPA
2	**EDSON FERREIRA DE MORAES**	ALMOXARIFE	UFPA
3	**ELIANE RICARDO FADOUL SARAIVA**	BIBLIOTECONOMISTA	UEPA
4	**JONNATHAN HENRIQUE DE SENA VEIGA**	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	ADEPARÁ
5	**LUCIANO DA SILVA LOPES**	MOTORISTA	SEMOB
6	**LUCIVALDO SOUZA MARQUES**	FUNCIONÁRIO	CORREIOS
7	**MARISTELA MELO E SILVA**	SECRETARIO	SEDUC

Para que não seja alegada ignorância, leva-se ao conhecimento de todos através da expedição do presente Edital, a ser publicado no Diário de Justiça eletrônico e afixado no lugar de costume, Fórum

Criminal da Capital. Eu, Iaf Martins, Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, o digitei. Belém-PA, 10 de novembro de 2021.

ANGELA ALICE ALVES TUMA

Juíza de Direito

Titular da 3ª Vara Criminal do Tribunal do Júri de Belém

SECRETARIA DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

PROCESSO N. 00001241620198140401

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 15 DIAS O Exmo. Sr. Dr. João Augusto de Oliveira Jr., Juiz de Direito da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que tramita perante esta Vara Especializada os autos de Medidas Protetivas de Urgência autuados sob o nº 0000124-16.2019.8.14.0401, em que figuram como requerente CRISTIANICE DE NATAL PANTOJA e como requerido ALDO VICENTE CABRAL FILHO, RG 5786457 PC/PA, CPF: 594.059.373-00, nascido em 25/10/1975. E em cumprimento à Decisão judicial, expede-se o presente EDITAL, cuja finalidade é a INTIMAÇÃO do REQUERIDO acima nominado, para ciência da Sentença de fls. 36 e, transcorrido o prazo, sem efetivação do regular pagamento das custas processuais nos termos do artigo 46 da Lei Estadual nº 8.328/15, determino o encaminhamento do crédito referente às custas processuais para inscrição em Dívida Ativa, com atualização monetária e incidência de demais encargos legais. SENTENÇA (...) DISPOSITIVO Ante o exposto, considerando a peculiaridades do caso sub judice e por tudo mais que dos autos consta, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil e mantenho as medidas protetivas de urgência deferida em decisão liminar, às fls. 14, devendo ser observado o prazo de 1 (um) ano de validade. Intime-se a vítima por via postal, com aviso de recebimento, preferencialmente virtual, no endereço informado nos autos, reputando-se válida a intimação encaminhada ao referido endereço independente do resultado da diligência. Após, certifique o trânsito em julgado e arquivem-se. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais, à secretaria para que providencie os expedientes necessários, nos termos Lei 8328/2015. Cientifique-se o Ministério Público. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Belém, 13 de março de 2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito respondendo 1º Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. O(s) intimando(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar, caso queira, cujo prazo será contado após o término do prazo deste edital. O presente edital será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Eu, _____, Nívea Maria Aracaty Lobato, Auxiliar Judiciário da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, digitei e subscrevi. CUMPRA-SE. Belém, . JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR. Juíza de Direito Titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO N. 00015055920198140401

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 15 DIAS O Exmo. Sr. Dr. João Augusto de Oliveira Jr., Juiz de Direito da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que tramita perante esta Vara Especializada os autos de Medidas Protetivas de Urgência autuados sob o nº 0001505-59.2019.8.14.0401, em que figuram como requerente PAULA RODRIGUES DA SILVA RUA e como requerido WALDECY ALKEMIM FERREIRA, RG 1819653 PC/PA, CPF: 297.218.062-34, nascido em 22/07/1967. E em cumprimento à Decisão judicial, expede-se o presente EDITAL, cuja finalidade é a INTIMAÇÃO do REQUERIDO acima nominado, para ciência da Sentença de fls. 39/39-v e, transcorrido o prazo, sem efetivação do regular pagamento das custas processuais nos termos do artigo 46 da Lei Estadual nº 8.328/15, determino o encaminhamento do crédito referente às custas processuais para inscrição em Dívida Ativa, com atualização monetária e incidência de demais encargos legais. SENTENÇA (...) DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para manter as medidas protetivas de urgência deferida em decisão liminar pelo prazo de 1 (um) ano contado a partir da publicação desta decisão, em consequência, DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverá ser comunicada a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Transcorrido referido

prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência. Intime-se a requerente e o requerido por via postal, com aviso de recebimento, preferencialmente virtual, no endereço informado nos autos, reputando-se válida a intimação encaminhada ao referido endereço independente do resultado da diligência, nos termos do artigo 274, parágrafo único do Código de Processo Civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais, no prazo de 15 dias, conforme art. 46 do Regimento de Custas (Lei 8.328/2015). Na hipótese de não pagamento das custas no prazo legal, o crédito correspondente será encaminhado para inscrição em dívida ativa e sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. São válidas as intimações feitas à parte devedora no endereço residencial ou profissional informado nos autos, bem como as feitas pelo Diário da Justiça, conforme §1º do art. 46 da Lei 8.328/2015. Determino que a Secretaria promova todos os atos necessários ao regular cumprimento desta decisão. Ciente o MP. Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se promovendo-se as baixas no sistema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém/PA 16/03/2020. LUCIANA MACIEL RAMOS Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O(s) intimando(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar, caso queira, cujo prazo será contado após o término do prazo deste edital.O presente edital será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Eu, _____, Nívea Maria Aracaty Lobato, Auxiliar Judiciário da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, digitei e subscrevi. CUMPRA-SE. Belém, . JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR. Juíza de Direito Titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO N. 00050609620198145150

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 15 DIAS O Exmo. Sr. Dr. João Augusto de Oliveira Jr., Juiz de Direito da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que tramita perante esta Vara Especializada os autos de Medidas Protetivas de Urgência autuados sob o nº 00050609620198145150, em que figuram como requerente MONICA TAMIRES QUEIROZ DA COSTA e como requerido MARCEL BRITO DA SILVA, RG 5621534 PC/PA, CPF: 921.022.472-87, nascido em 20/05/1990. E em cumprimento à Decisão judicial, expede-se o presente EDITAL, cuja finalidade é a INTIMAÇÃO do REQUERIDO acima nominado, para ciência da Sentença de fls. 33/33-v e, transcorrido o prazo, sem efetivação do regular pagamento das custas processuais nos termos do artigo 46 da Lei Estadual nº 8.328/15, determino o encaminhamento do crédito referente às custas processuais para inscrição em Dívida Ativa, com atualização monetária e incidência de demais encargos legais. SENTENÇA (...) DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para manter as medidas protetivas de urgência deferida em decisão liminar pelo prazo de 1 (um) ano contado a partir da publicação desta decisão, em consequência, DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverá ser comunicada a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Transcorrido referido prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência. Intime-se a requerente e o requerido por via postal, com aviso de recebimento, preferencialmente virtual, no endereço informado nos autos, reputando-se válida a intimação encaminhada ao referido endereço independente do resultado da diligência, nos termos do artigo 274, parágrafo único do Código de Processo Civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais, no prazo de 15 dias, conforme art. 46 do Regimento de Custas (Lei 8.328/2015). Na hipótese de não pagamento das custas no prazo legal, o crédito correspondente será encaminhado para inscrição em dívida ativa e sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. São válidas as intimações feitas à parte devedora no endereço residencial ou profissional informado nos autos, bem como as feitas pelo Diário da Justiça, conforme §1º do art. 46 da Lei 8.328/2015. Determino que a Secretaria promova todos os atos necessários ao regular cumprimento desta decisão. Ciente o MP. Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se promovendo-se as baixas no sistema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém/PA 13/11/2019. LUCIANA MACIEL RAMOS Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. O(s) intimando(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para

se manifestar, caso queira, cujo prazo será contado após o término do prazo deste edital. O presente edital será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Eu, _____, Nívea Maria Aracaty Lobato, Auxiliar Judiciário da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, digitei e subscrevi. CUMPRA-SE. Belém, . JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR. Juíza de Direito Titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO 00012455720208145150
ADVOGADO: RAIMUNDO CÉLIO VIANA DE CARVALHO, OAB /PA 13.087

DESPACHO Insurge-se A Requerente contra Sentença desse Juízo e, verificando sua legitimidade, interesse recursal, o cabimento do recurso interposto, sua adequação, tempestividade, inexistência de fato impeditivo e extintivo, bem como a regularidade formal, RECEBO A APELAÇÃO, devendo: I ¿ Nos termos do art. 1010, §1º, CPC, intime-se o apelado, por seu, Procurador Judicial, para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. II ¿ Após, apresentadas ou não as contrarrazões, remetam-se os autos à Instância Superior. Belém, 28 de outubro de 2021 JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR JUIZ DE DIREITO TITULAR 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

PROCESSO N. 00092809120208140401
ADVOGADO: ALÍPIO RODRIGUES SERRA, OAB/PA 8927

SENTENÇA TAIANE CARDOSO DO NASCIMENTO, devidamente qualificada nos autos, vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, com incidência na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, ingressou com pedido de medidas protetivas de urgência em face de JONNATHA IURE SOUZA CORREA. Em decisão liminar foram deferidas as medidas de proteção pretendidas pela requerente (decisão cadastrada no sistema LIBRA sob o n° 2020.01324736-37).020.01324736-37 O requerido, regularmente intimado, apresentou contestação, através de advogado habilitado, requerendo a revogação das medidas (documento de n° 2020.01357661-08). Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela pela manutenção das medidas protetivas concedidas liminarmente, extinguindo o processo com resolução do mérito. Vieram-me os autos conclusos. É o RELATÓRIO. DECIDO. DO MÉRITO Entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente para a apreciação da manutenção e/ou revogação da medida protetiva de urgência. Tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. A ocorrência traz a descrição da violência sofrida pela vítima, a qual deu ensejo a decisão liminar concessiva das medidas protetivas de urgência, perdurando-se até o presente momento. Consigno que a medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06 visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando-lhe, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). O requerido em sua defesa requereu a revogação das medidas protetivas, porém sem trazer suporte probatório mínimo, razão pela qual indefiro o pedido. Conforme assevera o artigo 335 do CPC, incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir. Assim, reforço que os argumentos do requerido não são suficientes para revogar as medidas já concedidas em sede liminar. Analisando os fatos alegados pelas partes, em cotejo com as provas trazidas, bem como do Parecer do Ministério Público, tenho que o pedido da autora merece procedência. Vale ressaltar que a jurisprudência pátria, ao tratar da valoração da prova consistente no depoimento da ofendida, já se firmou no sentido de que a palavra da vítima, nos delitos que envolvem violência de gênero no âmbito doméstico e familiar, merece credibilidade, mormente quando amparada por outros elementos

probatórios trazidos aos autos. Vejamos: APELAÇÃO CRIMINAL. LESÕES CORPORAIS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS. CONDENAÇÃO. RECURSO DEFENSIVO. ARTIGO 129, §9º, C/C ARTIGO 61, INCISO II, ALÍNEA `A DO CP. ARTIGOS 5º E 7º DA LEI 11.340/06. SENTENÇA CONDENATÓRIA. INVOCAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA. PRETENSÃO À ABOLVIÇÃO. Na espécie, diante do relato firme e coerente da vítima, somado à prova técnica, temse que não há dúvidas quanto à autoria delitiva imputada ao recorrente. Impende, também, referir que nos delitos praticados contra a mulher, no âmbito da unidade doméstica (incidência da Lei 11.340/06, intitulada "Lei Maria da Penha"), é de suma importância a palavra da vítima para a elucidação dos fatos. Correta, assim, a decisão fustigada, a qual analisou perfeitamente a prova coligida aos autos. Inexistente, pois, condição para que se processe a reforma do decidir combatido, sob o prisma da insuficiência probatória. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Crime Nº 70034895565, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Laís Rogéria Alves Barbosa, Julgado em 23/09/2010). Demais, anoto que as lides domésticas e familiares, por serem relações jurídicas continuativas, aptas a perdurarem no tempo e, por isso, passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Em vista disso a sentença que as resolve não transita materialmente em julgado, ou seja, se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar e de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para manter as medidas protetivas de urgência deferida em decisão liminar pelo prazo de 1(um) ano contado a partir da publicação desta decisão, em consequência, DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverá ser comunicada a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Transcorrido referido prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência. Intime-se a requerente e o requerido por via postal, com aviso de recebimento, preferencialmente virtual, no endereço informado nos autos, reputando-se válida a intimação encaminhada ao referido endereço independente do resultado da diligência, nos termos do artigo 274, parágrafo único do Código de Processo Civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais, no prazo de 15 dias, conforme art. 46 do Regimento de Custas (Lei 8.328/2015). Na hipótese de não pagamento das custas no prazo legal, o crédito correspondente será encaminhado para inscrição em dívida ativa e sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais pela Secretaria de Estado da Fazenda. São válidas as intimações feitas à parte devedora no endereço residencial ou profissional informado nos autos, bem como as feitas pelo Diário da Justiça, conforme §1º do art. 46 da Lei 8.328/2015. Determino que a Secretaria promova todos os atos necessários ao regular cumprimento desta decisão. Ciente o Ministério Público e Defesa. Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se promovendo-se as baixas no sistema. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém/PA, 19 de outubro de 2020. LUCIANA MACIEL RAMOS Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 15 DIAS O Exmo. Sr. Dr. João Augusto de Oliveira Jr., Juiz de Direito da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que tramita perante esta Vara Especializada os autos de Medidas Protetivas de Urgência autuados sob o nº 0014788-86.2018.8.14.0401, em que figuram como requerente NATHALI CARDOSO COSTA e como requerido BRUNO CAVALEIRO MENDES, RG 3434307 PC/PA, CPF: 786.177.072+91, nascido em 02/08/1984. E em cumprimento à Decisão judicial, expede-se o presente EDITAL, cuja finalidade é a INTIMAÇÃO do REQUERIDO acima nominado, dos termos da decisão proferida nos respectivos autos, que pode ser visualizada integralmente no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, mas que aplicou de imediato a(s) seguinte(s) medidas(s) protetiva(s) de urgência, em relação ao agressor: SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de autos de pedido de Medidas Protetivas de Urgência, encaminhados pela Autoridade Policial em favor de NATHALI CARDOSO COSTA, vítima de violência doméstica e familiar, onde consta como agressor BRUNO CAVALEIRO MENDES, todos qualificados nos autos. Foram deferidas por este Juízo Medidas Protetivas de Urgência em favor da vítima. A vítima foi intimada, assim como o requerido. O requerido apresentou não apresentou contestação. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. A Lei nº 11.340, que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher, estabeleceu medidas protetivas em face das vítimas dos delitos previstos, cabendo ao juiz conhecer do pedido e decidir a respeito da necessidade das medidas protetivas de urgência, que poderão ser deferidas de imediato sem

oitiva das partes ou do Ministério Público. Para tanto, como medida cautelar, basta que se verifiquem os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora. A medida foi deferida liminarmente, já que, naquele momento, verificava-se a presença dos requisitos ensejadores, devendo-se, por hora, avaliar a necessidade de sua conservação, levando em consideração que o fato que deu origem ao presente procedimento, já encontrando-se superado pelo tempo. Considerando o entendimento de que as medidas protetivas possuem caráter satisfativo e prescindem da existência ou ajuizamento de outra ação, ressalto que, atingindo, de imediato, seu objetivo e exaurindo-se em seu cumprimento, devem as mesmas serem arquivadas. Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça: DEIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006 , observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso Especial não provido. (STJ ¿ Resp: 1419421 GO 2013/0355585-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4 ¿ QUARTA TURMA, Data de Publicação: Dje 07/04/2014 (grifei)) Deste modo, deferida a medida, após seu cumprimento, qualquer outra discussão a respeito das consequências penais ou cíveis, deverá ser feita através do ajuizamento das respectivas Ações no foro competente, sendo desnecessária a tramitação da presente medida que já atingiu seu objetivo imediato e não apresenta mais interesse (necessidade + utilidade) processual. Ante o exposto, considerando a peculiaridades do caso sub judice e por tudo mais que dos autos consta, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil e mantenho as medidas protetivas de urgência deferida em decisão liminar, às fls. 08, devendo ser observado o prazo de 1 (um) ano de validade. Condeno as custas processais, conforme Lei 8328/2015. Intime-se a vítima por via postal, com aviso de recebimento, preferencialmente virtual, no endereço informado nos autos, reputando-se válida a intimação encaminhada ao referido endereço independente do resultado da diligência. Após, certifique o trânsito em julgado e arquivem-se. Cientifique-se o Ministério Público. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Belém, 08 de abril de 2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito respondendo 1º Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. DECISÃO Verifica-se dos autos que, por equívoco, este Juízo deferiu justiça gratuita ao Requerido sem que houvesse requerimento pelo mesmo, motivo pelo o que, chamo processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 57. Outrossim, verifica-se dos autos que o Requerido não fora localizado no endereço indicado nos autos (fls. 54), assim, promova a intimação editalícia do Requerido para recolhimento de custas e, em não havendo pagando, determino, desde logo, nos termos do artigo 46 da Lei Estadual nº 8.328/15, determino o encaminhamento do crédito referente às custas processuais para inscrição em Dívida Ativa, com atualização monetária e incidência de demais encargos legais. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Belém/PA, 30 de setembro de 2021 JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR JUIZ DE DIREITO TITULAR 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER O(s) intimando(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar (em) sobre o pedido, caso queira, cujo prazo será contado após o término do prazo deste edital. O presente edital será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Eu, _____, Nívea Maria Aracaty Lobato, Auxiliar Judiciário da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, digitei e subscrevi. CUMPRA-SE. Belém, . JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR. Juíza de Direito Titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO N. 00067513620198140401

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 15 DIAS O Exmo. Sr. Dr. João Augusto de Oliveira Jr., Juiz de Direito da

1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que tramita perante esta Vara Especializada os autos de Medidas Protetivas de Urgência autuados sob o nº 0006751-36.2019.8.14.0401, em que figuram como requerente CILENE GOMES LIMAe como requerido ALUIZO SOUSA DE MACEDO, RG 5304007 PC/PA, CPF: 084.049.172-72, nascido em 16/06/1947. E em cumprimento à Decisão judicial, expede-se o presente EDITAL, cuja finalidade é a INTIMAÇÃO do REQUERIDO acima nominado, para ciência da Sentença de fls. 33/34 que pode ser visualizada integralmente no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e, transcorrido o prazo, sem efetivação do regular pagamento das custas processuais nos termos do artigo 46 da Lei Estadual nº 8.328/15, determino o encaminhamento do crédito referente às custas processuais para inscrição em Dívida Ativa, com atualização monetária e incidência de demais encargos legais: SENTENÇA (...) DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para manter as medidas protetivas de urgência deferida em decisão liminar pelo prazo de 1(um) ano contado a partir da publicação desta decisão, em consequência, DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverão ser comunicadas a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Transcorrido referido prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência. Intime-se a requerente e o requerido por via postal, com aviso de recebimento, preferencialmente virtual, no endereço informado nos autos, reputando-se válida a intimação encaminhada ao referido endereço independente do resultado da diligência, nos termos do artigo 274, parágrafo único do Código de Processo Civil. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais. Determino que a Secretaria promova todos os atos necessários ao regular cumprimento desta decisão. Ciente o MP. Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se promovendo-se as baixas no sistema. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 30 de Abril de 2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher O(s) intimando(s) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar, caso queira, cujo prazo será contado após o término do prazo deste edital. O presente edital será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. Eu, _____, Nívea Maria Aracaty Lobato, Auxiliar Judiciário da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, digitei e subscrevi. CUMPRA-SE. Belém, . JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR. Juíza de Direito Titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM - MULHER DE BELEM - VARA: 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM -MULHER DE BELEM PROCESSO: 00000378920218140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021 REQUERENTE:JESSYCA WALESKA DAS NEVES OLIVEIRA Representante(s): OAB 3555 - DORIVALDO DE ALMEIDA BELEM (ADVOGADO) OAB 22551 - ANDREZA FERREIRA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 15873 - MICHELE ANDREA TAVARES BELEM (ADVOGADO) OAB 30580 - LUIS FELIPPE DE CASTRO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ARNALDO MANOEL VIANA DOS SANTOS Representante(s): OAB 14013 - PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS OLIVEIRA (DEFENSOR PÚBLICO - NEAH) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima, em 09/09/2021, compareceu na Secretaria deste juÃ-zo e declarou que ainda tem interesse nas medidas protetivas concedidas em seu favor, ocasiÃ£o em que requereu a prorrogaÃ§Ã£o sua prorrogaÃ§Ã£o e informou que o requerido tem descumprido as medidas que lhe foram impostas, mas que serÃ¡ melhor esclarecido por um de seus advogados habilitados nos autos. NÃ£o juntou comprovaÃ§Ã£o do descumprimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Patrulha Maria de Penha juntou formulÃ¡rio com informaÃ§Ã£o de descumprimento das medidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorridos 02 meses, desde o comparecimento da vÃ-tima em juÃ-zo, nÃ£o foi apresentada nenhuma manifestaÃ§Ã£o de seus advogados constituÃ-dos e nem a juntada de documentos e/ou testemunhas acerca da informaÃ§Ã£o de descumprimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando a inÃ©rcia da vÃ-tima e tendo em vista o lapso temporal decorrido, sem que se tenha provas robustas sobre o descumprimento das medidas protetivas, tenho que esta nÃ£o restou devidamente caracterizada, pelo que deixo de determinar as providÃªncias necessÃ¡rias, dentre as quais, advertÃªncia, multa e/ou a prisÃ£o preventiva do agressor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por uma questÃ£o de cautela, prorrogo a inclusÃ£o da vÃ-tima no Programa Patrulha Maria da Penha, pelo prazo de 04 meses, a contar desta decisÃ£o. Escoado o prazo, sem requerimento de sua prorrogaÃ§Ã£o, proceda-se o seu desligamento do programa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias necessÃ¡rias, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00000450320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 VITIMA:S. M. S. P. DENUNCIADO:ANDERSON ANDRADE CORDOVIL Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . DELIBERAÃÃO: 1. Encerrada a instruÃ§Ã£o processual, faÃ§am-se os autos conclusos para sentenÃ§a. 2. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00000814520208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021 REQUERENTE:ELMA CHRISTIANE E SILVA SOUSA REQUERIDO:CHRISTIAN FERNANDO E SILVA SOUSA Representante(s): OAB 1286 - HAROLDO FERNANDES (ADVOGADO) OAB 21503 - OLDEMAR PEREIRA ALVES (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o feito jÃ¡ se encontra sentenciado, com o trÃ¢nsito em julgado, inclusive com a prorrogaÃ§Ã£o das medidas protetivas jÃ¡ expiradas, retornem os autos ao arquivo. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021. OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00001713420128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021 REQUERIDO:AILTON ARAUJO PALHETA REQUERENTE:THAIS COELHO DE VILHENA Representante(s): THAIS COELHO DE VILHENA (DEFENSOR) AUTORIDADE POLICIAL:DPC - FERNANDA DA SILVA PEREIRA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido de desarquivamento, como requer a vÃ-tima, pelo prazo de 05 dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos ao arquivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021. Â OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00022666820208145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021 REQUERENTE:SANDRA

FERREIRA DA CRUZ REQUERIDO:WELLINGTON CARLOS BRASIL TRINDADE. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DesnecessÃ¡ria a intimaÃ§Ã£o da vÃ-tima para informar o novo endereÃ§o do requerido, como requer o MinistÃ©rio PÃºblico, eis que cabe Ã s partes atualizar os seus endereÃ§os sempre que houver mudanÃ§a (art. 77, V, c/c o parÃ¡grafo Ãºnico do art. 274, ambos do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, considerando que nÃ£o foi interposto recurso da sentenÃ§a de fl. 34, declaro o trÂ¢nsito em julgado e determino o arquivamento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m - Pa, 09 de novembro de 2021. Â OTÃVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE Juiz de Direito da 3Âª VVDFM PROCESSO: 00023547020158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:A. M. C. C. DENUNCIADO:PATRICK FERREIRA MALCHER Representante(s): OAB 21467 - ADERSON ZYNATO SOARES LOBAO (ADVOGADO) AUTOR:A REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO. TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, apÃ³s o cumprimento das diligÃªncias decorrentes da sentenÃ§a condenatÃ³ria transitada em julgado, do que para constar fiz este termo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00049869320208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:DIRCEU MOREIRA BARBOSA VITIMA:R. O. R. . DELIBERAÃÃO: 1. Defiro o pedido formulado em audiÃªncia pelo ÃrgÃ£o Ministerial. 2. EXPEÃA-SE Mandado de ConduÃ§Ã£o Coercitiva para que a vÃ-tima RAIANE OLIVEIRA REIS e a testemunha ROZIETH DE MENDONCA OLIVEIRA compareÃ§am na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o que remarco para o dia 22 de MARÃO de 2022, Ã s 10h00. 3. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00055268320168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:JOAO LOIOLA ALMEIDA VITIMA:M. J. C. S. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÂ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00058000820208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 INDICIADO:LUCIO ANTONIO COSTA TRINDADE VITIMA:J. M. S. . DELIBERAÃÃO: 1. Defiro os pedidos formulados em audiÃªncia. DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre as ausÃªncias de intimaÃ§Ã£o da vÃ-tima e da(s) testemunha(s) nÃ£o localizadas pelo Oficial de JustiÃ§a. 2. Retornando os autos com a manifestaÃ§Ã£o ministerial, caso insista em suas oitivas, intimem-se na forma requerida pelo Parquet. 3. Sem prejuÃ-zo, remarco esta audiÃªncia de instruÃ§Ã£o para o dia 23 de MARÃO de 2022, Ã s 09h30. 4. Fica desde jÃ¡ autorizado o cumprimento do(s) mandado(s) em regime de plantÃ£o/urgÃªncia. 5. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021, Dr. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00072046520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:BRUNO CONTE TAVARES DE SOUSA VITIMA:P. S. R. S. . CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00145519120148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 VITIMA:A. S. S. DENUNCIADO:LUIS OTAVIO ALVES DE SOUZA. CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos

fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00152455020208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 VITIMA:J. G. C. C. DENUNCIADO:KLEBER RICARDO DA ROCHA SILVA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em que pese o pedido de citaÃ§Ã£o por edital do acusado, em pesquisa ao sistema SIEL foi localizado no seguinte endereÃ§o: Conjunto ParaÃ-so dos PÃ¡ssaros, Rio Anapu, Qd. 62, nÂº 16, bairro: Maracangalha, BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma determino a renovaÃ§Ã£o das diligÃªncias de CITAÃÃO do rÃ©u no endereÃ§o declinado acima. DeverÃ¡ o Sr. Oficial de JustiÃ§a observar que, independentemente de autorizaÃ§Ã£o judicial, poderÃ¡ proceder a citaÃ§Ã£o do rÃ©u aos domingos e feriados, ou nos dias Ãºteis, fora do horÃ¡rio normal expediente, nos termos do art. 212, Â§ 2Â°, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Advirta-se ao Sr. Oficial de JustiÃ§a, que caso seja verificado que o rÃ©u esteja se ocultando para ser citado, deverÃ¡ proceder sua citaÃ§Ã£o por hora certa, nos termos do art. 362, do CPP, c/c o art. 252, do CPC e nÃ£o meramente informar que a parte nÃ£o estava no momento da diligÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em sendo procedido a citaÃ§Ã£o por hora certa, cumpra-se a determinaÃ§Ã£o do art. 254, do CPC, cientificando o rÃ©u, atravÃ©s dos Correios (SPE), ou outro meio disposto em lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada a citaÃ§Ã£o e decorrido o prazo legal para a apresentaÃ§Ã£o da resposta escrita, sem que o rÃ©u constitua advogado, encaminhem-se os autos, ao(Ã) Defensor(a) PÃºblica vinculado a esta Unidade JudiciÃ¡ria, que fica nomeado para proceder a defesa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m (Pa), 09 de novembro de 2021. OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque Juiz de Direito da 3Âª Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00157434920208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OTAVIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 VITIMA:J. F. M. DENUNCIADO:DANIEL MARVEN DIAS DE OLIVEIRA. DELIBERAÃÃO: 1. Encerrada a instruÃ§Ã£o processual, faÃ§am-se os autos conclusos para sentenÃ§a. 2. Intimados os presentes. BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021, OtÃ¡vio dos Santos Albuquerque. Juiz de Direito. PROCESSO: 00265908120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:LEANDRO CARDOSO SANTOS VITIMA:R. B. N. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00346297220158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 09/11/2021 VITIMA:S. C. P. DENUNCIADO:ADRIANO DA CONCEICAO LOPES. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentenÃ§a prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido Ã© verdade e dou fÃ©. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Â Â Â Â Â Â Nesta data, faÃ§o o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razÃ£o do trÃ¢nsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Â Â Â Â Â BelÃ©m,Â 9 de novembro de 2021. LetÃ-cia Scortegagna Auxiliar JudiciÃ¡rio da 3Âª Vara de ViolÃªncia Â DomÃ©stica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB

SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELEM - VARA: VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELEM PROCESSO: 00006018220208140052 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO RODRIGUES DE MENDONCA FREIRE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:D. R. A. C. O. D. DENUNCIADO:A. P. S. Representante(s): OAB 26354 - CICERO MARCOS LOPES DO ROSARIO (ADVOGADO) OAB 10481 - SOLANGE HELENA TERRA RODRIGUES (ADVOGADO) DENUNCIADO:D. M. B. Representante(s): OAB 29323 - CAMILA SILVA MELO (ADVOGADO) DENUNCIADO:J. N. N. DENUNCIADO:C. M. S. Representante(s): OAB 20721 - KATHIANE DA SILVA ALBUQUERQUE (ADVOGADO) PROMOTOR(A):MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ VaraÂ deÂ CombateÂ ao crime organizado- BelÃ©m AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO Autos nÂº 0000601-82.2020.814.0052 (LIBRA) Autor.........: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u............: JULIO DO NASCIMENTO NONATO, DHECIANE MARTINS BOGEA e outros. Data/hora..:Â 05/11/2021, ÃS 09h e 15min. Â TERMO DE AUDIÃNCIA Aos 05 dias do mÃªs de NOVEMBRO do ano de 2021, nesta Cidade de BelÃ©m, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara de Combate ao Crime Organizado de BelÃ©m, no FÃ³rum criminal local, onde se achavam presentes Dr. EDUARDO RODRIGUES DE MENDONÃA FREIRE, MM. Juiz de Direito, comigo o(a) servidor(a), abaixo assinado. Presente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico DR. THIAGO RIBEIRO SANANDRES. Presente o Representante da Defensoria PÃºblica DR. FLORIANO BARBOSA JUNIOR (via Plataforma Microsoft Teams, na defesa do rÃ©u JULIO DO NASCIMENTO NONATO. ABERTA A AUDIÃNCIA, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a PRESENÃA dos rÃ©us: ACLÃBIO PEREIRA DA SILVA, acompanhando dos DRS. HILDEBRANDO SABA GUIMARAES JUNIOR (OAB/PA 24538) e SOLANGE HELENA TERRA RODRIGUES (OAB/MS 10481) (ambos via Microsoft Teams); JÃLIO DO NASCIMENTO NONATO, acompanhado da Defensoria PÃºblica; DHECIANE MARTINS BOGEA, acompanhada da Dra. CAMILA SILVA MELO - OAB/PA 29323, que pediu prazo para juntada de procuraÃ§Ã£o, o que foi deferido pelo MM Juiz. AUSÃNCIA DE CLEYDE MACEDO DA SILVA, porÃ©m, presente sua advogada, Dra. KATHIANE DA SILVA ALBUQUERQUE (OAB/PA 20721). Ademais, considerando que, conforme certidÃ£o de fl. 93, a rÃ© nÃ£o informou seu novo endereÃ§o, o MM. Juiz decretou sua REVELIA, consoante artigo 367, do CPP. Presente(s) a(s) testemunha(s) arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico ANTONIA DANIELA DA CONCEIÃÃO DE OLIVEIRA (via Microsoft teams, de GARRAFÃO DO NORTE), ALESSANDRO DOS SANTOS CARDOSO (IPC) e JOSÃ EDINALDO DE SOUZA LEAL (IPC). Em seguida, passou-se a ouvir a INFORMANTE arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico ANTONIA DANIELA DA CONCEIÃÃO DE OLIVEIRA qualificada nos autos. Em seguida, passou-se a ouvir a Testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico ALESSANDRO DOS SANTOS CARDOSO qualificado nos autos. Testemunha compromissada e advertida das penas do crime de falso testemunho (art. 342, CP). Em seguida, passou-se a ouvir a Testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico JOSÃ EDINALDO DE SOUZA LEAL qualificado nos autos. Testemunha compromissada e advertida das penas do crime de falso testemunho (art. 342, CP). CONSTATOU-SE A AUSÃNCIA DA(S) TESTEMUNHA(S) ARROLADA(S) PELO MP, ERISSON FELIPE SEBRENSKI LEAL (DPC) e ALEXANDRE SOUZA MATA (IPC). O MP INSISTE DA OITIVA DAS TESTEMUNHAS FALTOSAS, O QUE FOI DEFERIDO PELO MM JUIZ. Ao fim, o MM. Juiz proferiu a seguinte DELIBERAÃÃO EM AUDIÃNCIA: 1) Segue juntado aos autos DVD; 2) Redesigno audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento em continuaÃ§Ã£o para o dia 13 DE DEZEMBRO DE 2021, Ã s 09H15MIN; 3) PROCEDAM-SE ÃS INTIMAÃÃES E OFÃCIOS NECESSÃRIOS 4) SAEM OS PRESENTES INTIMADOS. Nada mais havendo. Eu, ____ Eide Pantoja, auxiliar judiciÃ¡ria, conferi e assino. JUIZ DE DIREITO: ____ MINISTÃRIO PÃBLICO:____ DEFENSORIA PÃBLICA (VIA PLATAFORMA MICROSOFT TEAMS) RÃ:____ Â RÃU:____ RÃU:____ ADVOGADO DR HILDEBRANDO: VIA MICROSOFT TEAMS ADVOGADA DRA. SOLANGE HELENA TERRA RODRIGUES: VIA MICROSOFT TEAMS ADVOGADA: ____ ADVOGADA:

_____ TESTEMUNHAS ALESSANDRO DOS SANTOS CARDOSO (IPC):_____ JOSÃ EDINALDO DE SOUZA LEAL (IPC):_____ ANTONIA DANIELA DA CONCEIÃÃO DE OLIVEIRA (via Microsoft teams): DVD (CD) PROCESSO: 00024169120168140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO RODRIGUES DE MENDONCA FREIRE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:QUESIA PEREIRA CABRAL DOREA DENUNCIADO:JHONAS MARGALHO GONCALVES Representante(s): OAB 26081 - IVANESSA PARENTE DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 28792 - BRENDA MARGALHO DA ROSA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EZEQUIAS RODRIGUES FEITOSA Representante(s): OAB 11495 - WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANO (ADVOGADO) OAB 17057 - ALTINO CRUZ E SILVA (ADVOGADO) OAB 24665 - KARIANA MACHADO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLEIDIANE DE BRITO SERRAO Representante(s): OAB 5610 - ALBERTO VIDIGAL TAVARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:LAURO JUNIOR VIANA CARVALHO Representante(s): OAB 5610 - ALBERTO VIDIGAL TAVARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCK WILLIANS TEIXEIRA DO NASCIMENTO DENUNCIADO:RUTE ALMEIDA DE FARIAS Representante(s): OAB 19290 - FERNANDO AUGUSTO ALBUQUERQUE MORAES (ADVOGADO) . VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. 1.Â Â Â Â Â Certifique, a secretaria, acerca da devoluÃ§Ã£o das cartas precatÃ³rias expedidas, assim como se foram frutÃ-feras ou infrutÃ-feras, antes da redesignaÃ§Ã£o da audiÃªncia. 2.Â Â Â Â Â P.R.I.C., expedindo o necessÃ¡rio. Â Â Â BelÃ©m/PA, data cadastrada no sistema. Â Â Â Â Â Eduardo Rodrigues de MendonÃ§a Freire Juiz de Direito Titular da Vara de Combate ao Crime Organizado Documento assinado digitalmente PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00132162720208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDUARDO RODRIGUES DE MENDONCA FREIRE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA GAECO REQUERIDO:MEDIDA CAUTELAR SIGILOSA DENUNCIADO:ALBERTO BELTRAME DENUNCIADO:PETER CASSOL SILVEIRA Representante(s): OAB 23263 - EMY HANNAH RIBEIRO MAFRA (ADVOGADO) OAB 10686 - CLODOMIR ASSIS ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) DENUNCIADO:CINTIA DE SANTANA ANDRADE TEIXEIRA Representante(s): OAB 15814 - ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DANIEL JACKSON PINHEIRO COSTA Representante(s): OAB 16989 - MAISSA ASSUNÇÃO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ FELIPE FERNANDES Representante(s): OAB 17317 - ANDRE LUIZ TRINDADE NUNES (ADVOGADO) OAB 21059 - RAFAEL OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 9116 - CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 2774 - SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI (ADVOGADO) OAB 11604 - FRANCISCO BRASIL MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCISCO LEANDRO RODRIGUES ROCHA DENUNCIADO:DEBORA PINHEIRO MESQUITA Representante(s): OAB 20648 - LUCIDY MONTEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:CARLOS EDUARDO DE SOUSA LIMA Representante(s): OAB 20648 - LUCIDY MONTEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLAUDIA CRISTINA SILVA MACHADO Representante(s): OAB 12401 - ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES (ADVOGADO) . VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. O MP-GAECO (em sua antiga composiÃ§Ã£o) ingressou, perante este juÃ-zo especializado, com medida cautelar de busca e apreensÃ£o domiciliar, sequestro e bloqueio de bens, ativos e outros pedidos descritos no pleito de fls. 64/111, da medida cautelar de nÂº 0008494-47.2020.8.14.0401, pelos motivos de fato e direito lÃ¡ articulados, alegando, em sÃ-ntese, a existÃªncia de uma organizaÃ§Ã£o criminosa que agiria no seio da Secretaria de Estado de SaÃºde PÃºblica do ParÃ¡, sem requerer qualquer medida de prisÃ£o inicialmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. O MP requereu, destarte, inicialmente, apenas medida cautelar de busca e apreensÃ£o domiciliar, sequestro e bloqueio de bens e ativos e outros pedidos descritos no pleito de fls. 64/111, tendo este juÃ-zo deferido apenas em parte os pleitos, por vislumbrar a necessidade de aprofundamento das investigaÃ§Ãµes e por haver indÃ-cios de irregularidades cometidas, em um juÃ-zo perfunctÃ³rio, em cogniÃ§Ã£o nÃ£o exauriente, tais como indÃ-cios de sobrepreÃ§o na contrataÃ§Ã£o, assim como direcionamento na contrataÃ§Ã£o da empresa DISPARÃ HOPITALAR COMERCIAL E SERVIÃOS LTDA, ausÃªncia de publicaÃ§Ã£o do extrato de dispensa de licitaÃ§Ã£o, contrariando, em um juÃ-zo prefacial, tal conduta, princÃ-pios relativos ao tema como o da impessoalidade, isonomia, legalidade, da moralidade, publicidade e da eficiÃªncia, no entanto, quanto ao pedido de sequestro de bens e valores, indeferiu o pleito, com os elementos que dispunha naquele instante, posto que, a despeito de haver indÃ-cios de sobrepreÃ§o e outras irregularidades, o MP-GAECO (antiga composiÃ§Ã£o) nÃ£o observou os procedimentos bÃ¡sicos para se chegar a quÃ£o acima do valor referencial de mercado a contrataÃ§Ã£o combatida teria ocorrido, nos moldes preconizados pela jurisprudÃªncia sobre o tema e pelo TCU para se chegar, com maior precisÃ£o, a tais valores e

percentuais, durante o Ã¡pice da pandemia no Estado, bem como do eventual prejuÃ-zo experimentado pelos cofres pÃºblicos, o que era necessÃ¡rio para o citado bloqueio, atÃ© para se chegar ao prejuÃ-zo supostamente experimentado pela administraÃ§Ã£o pÃºblica, como dito, tudo, repita-se, na forma da jurisprudÃªncia pÃ¡tria e orientaÃ§Ã£o do TCU, inclusive sequer requereu o MP, tambÃ©m, ou juntou, a perÃ-cia de sobrepreÃ§o, como poderia ocorrer. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segue decisÃ£o que indeferiu em parte o pleito, no ponto, registrando-se que, inicialmente, este juÃ-zo deferiu em parte as buscas, bem como a proibiÃ§Ã£o da empresa DISPARÃ de participar de licitaÃ§Ã£o ou contratar diretamente com o poder pÃºblico, pelo prazo de 06 meses. Â¿(...) DO PEDIDO DE SEQUESTRO/BLOQUEIO/INDISPONIBILIDADE DE BENS E VALORES/ATIVOS. A despeito do parquet afirmar que, in casu, trata-se de suposto superfaturamento, observa-se que, na verdade, trata-se na espÃ©cie de indicativos de sobrepreÃ§o na contrataÃ§Ã£o sub examen, cujo conceito legal Ã© conferido pelo art. 31, Â§1Âº, da Lei n.Âº 13303/16, aplicÃ¡vel por analogia na espÃ©cie, in verbis: Â§ 1Âº Para os fins do disposto no caput, considera-se que hÃ¡: I - sobrepreÃ§o quando os preÃ§os orÃ§ados para a licitaÃ§Ã£o ou os preÃ§os contratados sÃ£o expressivamente superiores aos preÃ§os referenciais de mercado, podendo referir-se ao valor unitÃ¡rio de um item, se a licitaÃ§Ã£o ou a contrataÃ§Ã£o for por preÃ§os unitÃ¡rios de serviÃ§o, ou ao valor global do objeto, se a licitaÃ§Ã£o ou a contrataÃ§Ã£o for por preÃ§o global ou por empreitada; Assim, extrai-se, do dispositivo legal, que o sobrepreÃ§o ocorre quando os preÃ§os orÃ§ados para licitaÃ§Ã£o ou os preÃ§os contratados sÃ£o expressivamente superiores aos preÃ§os referencias de mercado. Pois bem. Na espÃ©cie, a despeito de constar nos autos a informaÃ§Ã£o de que, dias antes da contrataÃ§Ã£o, teria sido realizada pesquisa e compra, pelo poder pÃºblico, com preÃ§os e valores bem abaixo da venda realizada, em torno de R$ 7,20 o frasco de 500 ml, e outra, no mesmo mÃªs, pela quantia de 4,99, com, destarte, indicativos de sobrepreÃ§o na compra de Ã¡lcool em gel da empresa DISPARÃ HOSPITALAR COMERCIAL E SERVIÃOS LTDA., nÃ£o fora demonstrada pelo MinistÃ©rio PÃºblico a ocorrÃªncia de estudos comparativos ou pesquisas de mercado realizadas Ã Ã©poca para se chegar a valores mais aproximados, nos moldes preconizados pelo moderno entendimento sobre o tema, com ampla pesquisa, com o fito de se decretar o sequestro de bens, ativos etc., o que seria necessÃ¡rio, registrando-se que nÃ£o pode o juÃ-zo determinar o sequestro de ativos financeiros que extrapolem exacerbadamente o valor estimado como prejuÃ-zo aos cofres pÃºblicos e eventuais multas, conforme a novel lei de abuso de autoridade, sendo recomendÃ¡vel, para chegar o mais prÃ³ximo desses valores, observar o moderno entendimento sobre o tema. Sobre o tema, a doutrina abalizada, a jurisprudÃªncia do TCU e de outros Tribunais de Contas do PaÃ-s, assim como a prÃ³pria atual orientaÃ§Ã£o do TCU, constante do sÃ-tio: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1tu7UVWhFHEJ:https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3FfileId%3D8A8182A15454C22F015458F003AC340A+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br, denominado PREÃO DE REFERÃNCIA EM COMPRAS PÃBLICAS, a partir da fl. 06, passa a desmistificar a questÃ£o dos Â¿trÃªs orÃ§amentosÂ¿ ou, mutatis mutandis, pesquisas em quatro situaÃ§Ãµes/empresas, muito menos em apenas duas, exigindo uma ampla pesquisa de preÃ§os, com o fito de se estimar, diante de detalhamento, com adequado e alto grau de precisÃ£o, o valor praticado no mercado de uma determinada contrataÃ§Ã£o. Deve, mutatis mutandis, a anÃ¡lise dos valores que seriam praticados no mercado, ser mais ampla, profunda e precisa possÃ-vel, seguindo, repise-se, a doutrina abalizada sobre tema, assim como a jurisprudÃªncia do TCU e de Tribunais de Contas do PaÃ-s. Aduz o estudo: Â¿2. DESMISTIFICANDO OS Â¿TRÃS ORÃAMENTOSÂ¿ A legislaÃ§Ã£o exige, na fase interna da licitaÃ§Ã£o, uma Â¿ampla pesquisa de preÃ§osÂ¿. Lei 8.666/93, art. 15, Â§ 1Âº: O registro de preÃ§os serÃ¡ precedido de ampla pesquisa de mercado. Lei 8.666/93, art. 43, IV: ...conformidade de cada proposta (...)com os preÃ§os correntes no mercado... Lei 10.520/01, art. 3Âº, III: dos autos do procedimento constarÃ£o (...) o orÃ§amento, elaborado pelo Ã³rgÃ£o ou entidade promotora da licitaÃ§Ã£o, dos bens ou serviÃ§os a serem licitados . Decreto 3555/00, art. 8Âº, Â§ 2Âº, II: ...propiciar a avaliaÃ§Ã£o do custo pela AdministraÃ§Ã£o, diante de orÃ§amento detalhado, considerando os preÃ§os praticados no mercado... Mediante especificaÃ§Ã£o clara e objetivado que se pretende, o Ã³rgÃ£o comprador deve buscar referÃªncias para estimar, com grau adequado de precisÃ£o, o valor praticado no mercado. Sem prescriÃ§Ã£o normativa sobre a forma de estimar o preÃ§o de mercado, a cultura administrativa foi se consolidando num costume Â¿verdadeiramente arraigadoÂ¿ de Â¿consultar trÃªs ou quatro pessoas que atuem no ramo do objeto a ser licitado, pedindo a eles que encaminhem orÃ§amento informal. DaÃ- a entidade administrativa faz uma mÃ©dia dos orÃ§amentos recebidosÂ¿ (Niebuhr, 2007). Estudos recentes comprovaram esse costume (Cabral, 2008; Costa e Silva, 2009; Shuch, 2010). Uma das causas desse comportamento Ã© a falta generalizada de planejamento dos Ã³rgÃ£os pÃºblicos, que comeÃ§am suas licitaÃ§Ãµes quando jÃ¡ estÃ£o necessitando do bem ou serviÃ§o, de tal forma que Â¿restringem-se a fazer apenas o mÃ-nimo recomendado pelos Ã³rgÃ£os de controle, ou seja, a

obtenÃ§Ã£o de trÃªs orÃ§amentos e o cÃ¡lculo da mÃ©dia aritmÃ©tica desses valoresÂ¿ (Shuch, 2010:40). A referÃªncia mais detalhada sobre Â¿preÃ§o de mercadoÂ¿ e Â¿pesquisa de preÃ§osÂ¿ em compras pÃºblicas tem sido a jurisprudÃªncia do Tribunal de Contas da UniÃ£o (TCU), Ã³rgÃ£o de Controle Externo, incumbido de fiscalizar todas as licitaÃ§Ãµes do Governo Federal. (...) Autor de um estudo comparativo das compras privadas e pÃºblicas, Alexandre Motta reforÃ§a a opiniÃ£o de que a coleta de trÃªs orÃ§amentos Ã© metodologicamente frÃ¡gil:... a coleta de trÃªs propostas apresentadas por possÃ-veis fornecedores, nÃ£o sugere um elevado grau de confiabilidade, necessÃ¡rio para posteriores processos de avaliaÃ§Ã£o. (Motta, 2010, p. 118). Outros autores tÃªm opiniÃµes ainda mais contundentes. Correa (2005), por exemplo, acredita que nenhum fornecedor revelarÃ¡, de fato, o preÃ§o que irÃ¡ propor na licitaÃ§Ã£o, apresentando, na fase de estimativa, propostas comerciais infladas, o que leva a variaÃ§Ãµes muito grandes dos valores obtidos em propostas comerciais, comprometendo seriamente a validade da mÃ©dia aritmÃ©tica para embasar a tomada de decisÃ£o. Niebuhr (2007) compartilha desse entendimento (...) Por isso o TCU vem recomendando (AcÃ³rdÃ£o 2.816/2014-P) nÃ£o restringir a pesquisa de preÃ§os a cotaÃ§Ãµes de potenciais fornecedores, adotando tambÃ©m outros parÃ¢metros e promovendo aÃ§Ãµes de capacitaÃ§Ã£o em estimativa de preÃ§os, a partir de pesquisas em mÃ-dia e sites especializados, compras e registros pÃºblicos, portais oficiais, banco de preÃ§os, tabelas de fabricantes. Foi nessa linha que o Governo Federal editou a InstruÃ§Ã£o Normativa SLTI/MPOG nÂº 05/2014Â¿. Na espÃ©cie e mutatis mutandis, ressai, destarte, que, para se inferir, com maior precisÃ£o, o quÃ£o acima do preÃ§o referencial de mercado a compra em questÃ£o teria sido feita, com a indicaÃ§Ã£o de percentual e valores de prejuÃ-zo aos cofres pÃºblicos, com base no moderno entendimento colacionado e na busca da verdade real, seria necessÃ¡rio que o i.Â parquet realizasse o estudo com a mais ampla base de dados. Nem se diga que tal entendimento nÃ£o se aplica na espÃ©cie, porque nÃ£o se estaria contratando, uma vez que, como jÃ¡ dito, o que se busca na espÃ©cie Ã© chegar, na busca da verdade real, ao valor de mercado praticado Ã Ã©poca da contrataÃ§Ã£o e, em caso de confirmaÃ§Ã£o de sobrepreÃ§o na mesma, o quÃ£o acima do valor de mercado a aludida contrataÃ§Ã£o teria ocorrido, assim como o valor mais preciso do eventual prejuÃ-zo aos cofres pÃºblicos, observando-se, repita-se, o moderno entendimento sobre o tema. Registre-se que, em caso de dificuldades operacionais e/ou tÃ©cnicas, pode o R. parquet valer-se do apoio tÃ©cnico da DECOR - Delegacia especializada no Combate Ã Corrupção -, e que possui convÃªnio de apoio tÃ©cnico com o TCM, ou do prÃ³prio TCM diretamente, e/ou do IML. Pelo exposto, em virtude de haver indicativos de sobrepreÃ§o na compra em comento, no entanto, por nÃ£o se vislumbrar a observÂncia do moderno entendimento sobre o tema para se chegar, com maior precisÃ£o, a tais valores e percentuais, durante o Ã¡pice da pandemia no Estado, bem como do eventual prejuÃ-zo aos cofres pÃºblicos, INDEFIRO, por ora, o pleito, podendo o tema ser revisitado quando do eventual cumprimento do moderno entendimento sobre o tema. Registre-se que este juÃ-zo, antes de indeferir o pleito, iria abrir vistas ao douto MP para que o mesmo trouxesse ao juÃ-zo o quÃ£o em percentuais e valores eventualmente os preÃ§os contratados estariam acima do preÃ§o referencial de mercado, com o respectivo valor do eventual prejuÃ-zo aos cofres pÃºblicos, nos termos do moderno entendimento acerca do tema, sobre como se chegar a tais valores, no entanto, exsurge, da decisÃ£o R. decisÃ£o monocrÃ¡tica de segundo grau, que esta determinou que este juÃ-zo analisasse logo os pleitos. DA PROIBIÃÂ¿O DE PARTICIPAR DE LICITAÃÂ¿O OU CONTRATAR DIRETAMENTE COM O PODER PÃBLICO, PELO PRAZO DE 06 MESES No que toca ao pleito em questÃ£o, ressai, diante das provas apresentadas atÃ© este instante, que o mesmo merece acolhida, na medida em que se visa evitar a eventual continuidade da malversaÃ§Ã£o do dinheiro pÃºblico, quando existem fundadas possibilidades de que as condutas, com indicativos de ilegalidade, continuem a ser praticadas. A medida encontra, ainda, amparo na jurisprudÃªncia sobre o tema e no disposto no art. 319, VI, do CPP. Neste sentido: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÃA. CRIME DE PECULATO. MEDIDA CAUTELAR PENAL. PROIBIÃÂ¿O DE CONTRATAR COM O PODER PÃBLICO. MEDIDA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÃNCIA DE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Segundo dispÃµe o art. 282 do CÃ³digo de Processo Penal, as medidas cautelares "deverÃ£o ser aplicadas observando-se: I - a necessidade para aplicaÃ§Ã£o da lei penal, para a investigaÃ§Ã£o ou a instruÃ§Ã£o criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prÃ¡tica de infraÃ§Ãµes penais; II - adequaÃ§Ã£o da medida Ã gravidade do crime, circunstÂncias do fato e condiÃ§Ãµes pessoais do indiciado ou acusado". 2. O art. 319 do CÃ³digo de Processo Penal traz um rol de medidas cautelares, que podem ser aplicadas pelo magistrado, independentemente de provocaÃ§Ã£o da acusaÃ§Ã£o, em substituiÃ§Ã£o Ã prisÃ£o, sempre observando o binÃ´mio proporcionalidade e adequaÃ§Ã£o. 3. No caso em exame, a imposiÃ§Ã£o da medida cautelar estÃ¡ devidamente fundamentada, pois evidenciada a necessidade e a adequaÃ§Ã£o jÃ¡ que, tratando-se de crime contra a administraÃ§Ã£o pÃºblica (art. 312 do CP - peculato), no contexto de contratos

administrativos firmados com o ente estatal, Ã© lÃ³gico e razoÃ¡vel o impedimento de celebraÃ§Ã£o de novos contratos para fornecimento de produtos e serviÃ§os com o Estado do Tocantins. 4. Nos termos do voto condutor do acÃ³rdÃ£o, diante das provas carreadas nos autos, havendo evidÃªncias suficientes a apontar a suposta prÃ¡tica de ilÃ-citos perpetrados, o impedimento visa a garantir a completa interrupÃ§Ã£o da prÃ¡tica delitiva, a bem da ordem pÃºblica, obstando a continuidade e reiteraÃ§Ã£o dos delitos em apuraÃ§Ã£o. 5. NÃ£o se verifica hipÃ³tese de teratologia ou abuso de poder no conteÃºdo da decisÃ£o atacada, a justificar o provimento do recurso por esta Corte. 6. Agravo regimental nÃ£o provido. (STJ - AgRg no RMS: 59921 TO 2019/0025221-7, Relator: Ministro RIBEIRO DANTAS, Data de Julgamento: 13/08/2019, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 19/08/2019). RECURSO ORDINÃRIO EM MANDADO DE SEGURANÃA. MEDIDA CAUTELAR PENAL. PROIBIÃÂ¿O DE CONTRATAR COM O PODER PÃBLICO. SUSPEITA DE COMETIMENTO DOS DELITOS PREVISTOS NOS ARTS. 89, CAPUT, 92, CAPUT, 96, I, DA LEI 8.666/1993 E 288, CAPUT, DO CÃDIGO PENAL. NECESSIDADE DE EVITAR A REITERAÃÂ¿O DELITIVA. POSSIBILIDADE. AUSÃNCIA DE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA NA DECISÂ¿O IMPETRADA. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÃA NÂ¿O PROVIDO. 1. A lei processual penal autoriza a imposiÃ§Ã£o de medidas cautelares pelo magistrado, mesmo de ofÃ-cio e inaudita altera pars, tanto com o objetivo de garantir a aplicaÃ§Ã£o da lei penal, quanto com o de possibilitar a coleta de provas e de evitar a prÃ¡tica ou a reiteraÃ§Ã£o de infraÃ§Ãµes penais, sem que tais medidas impliquem violaÃ§Ã£o a direitos garantidos constitucionalmente, como, p. ex., o direito ao contraditÃ³rio e Ã ampla defesa, que podem ser exercidos em momento diferido, ou ao livre exercÃ-cio da atividade empresarial que, inclusive, somente Ã© amparado por garantia constitucional quando a atividade Ã© lÃ-cita e exercida sem abuso. 2. A imposiÃ§Ã£o de suspensÃ£o do direito de contratar com o Poder PÃºblico, amparada no art. 319, VI, do CPP, Ã© medida salutar que visa a evitar a continuidade da malversaÃ§Ã£o do dinheiro pÃºblico, quando existem fundadas possibilidades de que as condutas delitivas continuem a ser praticadas e existem de indÃ-cios de crimes de natureza financeira. O mesmo se diga da proibiÃ§Ã£o de renovaÃ§Ã£o de contrato. Precedentes: RHC 42.049/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 17/12/2013, DJe 03/2/2014; HC 313.769/MS, Rel. Ministro SEBASTIÂ¿O REIS JÃNIOR, Sexta Turma, julgado em 1Âº/10/2015, DJe 26/10/2015; RMS 46.358/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 31/10/2014; RHC 72.439/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, julgado em 13/9/2016, DJe 20/9/2016; AgRg no RMS 59.921/TO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 19/08/2019 e RHC 101.746/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 25/10/2019. 2. SituaÃ§Ã£o em que a empresa impetrante e seu administrador sÃ£o investigados por suspeita de envolvimento em dispensa ilegal de licitaÃ§Ã£o, sob o falso pretexto de necessidade de contrataÃ§Ã£o emergencial, assim como por prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os de suporte ao ServiÃ§o MÃ³vel de Atendimento de UrgÃªncia - SAMU sem nenhum vÃ-nculo contratual e por envolvimento em conluio com agentes pÃºblicos (dentre eles o Presidente da CÃ¢mara Municipal de Vereadores e o SecretÃ¡rio de SaÃºde do MunicÃ-pio) e com outras empresas para fraudar licitaÃ§Ãµes municipais na Ã¡rea de saÃºde, determinando de antemÃ£o os ganhadores, atuando para burlar edital e combinando sobrepreÃ§o. 3. A imposiÃ§Ã£o da medida de suspensÃ£o do exercÃ-cio de atividade econÃ´mica ou financeira de pessoa fÃ-sica ou jurÃ-dica (dentro da qual se enquadra a proibiÃ§Ã£o de contratar com o Poder PÃºblico, que nada mais Ã© do que uma limitaÃ§Ã£o parcial da atividade econÃ´mica) demanda, ao mesmo tempo, a identificaÃ§Ã£o de indÃ-cios de crimes de natureza financeira e da possibilidade de reiteraÃ§Ã£o delitiva. Precedentes. 4. Apresentados pelo MinistÃ©rio PÃºblico indÃ-cios suficientes de conluio entre a impetrante, outras empresas e agentes pÃºblicos para fraudar licitaÃ§Ãµes, bem como para contratar por meio de dispensa de licitaÃ§Ã£o ilegal, nÃ£o se revela necessÃ¡rio, para a concessÃ£o da medida cautelar, que sejam apresentadas provas exaustivas e detalhadas dos delitos, atÃ© porque se espera que sejam colhidas ao longo da investigaÃ§Ã£o. (...) (HC 392.096/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 17/4/2018, DJe 27/4/2018). 6. NÃ£o se revela desproporcional a proibiÃ§Ã£o de contratar com o Poder PÃºblico sem fixaÃ§Ã£o de prazo definido e estendida ao Ã¢mbito do Estado, se interceptaÃ§Ãµes telefÃ´nicas e contratos juntados aos autos revelam o interesse da empresa impetrante em expandir suas atividades para outros MunicÃ-pios e se existe o risco de restabelecimento de esquemas criminosos envolvendo a corrupÃ§Ã£o de agentes pÃºblicos para o sucesso em licitaÃ§Ãµes. 7. Ã mÃ-ngua de prova em contrÃ¡rio, a proibiÃ§Ã£o de contratar com o Poder PÃºblico nÃ£o representa risco Ã sobrevivÃªncia da empresa, pois nÃ£o a impede de exercer sua atividade econÃ´mica, contratando com outros clientes que nÃ£o o Estado. 8. Recurso em mandado de seguranÃ§a a que se nega provimento. (STJ - RMS: 60090 RS 2019/0043225-2, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Data de Julgamento: 05/11/2019, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 12/11/2019). RECURSO

ORDINÃRIO EM MANDADO DE SEGURANÃA. MEDIDA CAUTELAR PENAL. PROIBIÃÂ¿O DE CONTRATAR COM O PODER PÃBLICO. NECESSIDADE DE EVITAR A REITERAÃÂ¿O DELITIVA. POSSIBILIDADE. AUSÃNCIA DE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA NA DECISÂ¿O IMPETRADA. 1. A suspensÃ£o da contrataÃ§Ã£o da empresa, com amparo no art. 319, VI, do CPP, Ã© medida salutar para evitar a continuidade da malversaÃ§Ã£o do dinheiro pÃºblico, quando existem fundadas possibilidades de que as condutas delitivas continuem a ser praticadas e existem indÃ-cios de crimes de natureza financeira. O mesmo se diga da proibiÃ§Ã£o de renovaÃ§Ã£o de contrato. Precedentes: RHC 42.049Â¿SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17Â¿12Â¿2013, DJe 03Â¿02Â¿2014; HC 313.769Â¿MS, Rel. Ministro SEBASTIÂ¿O REIS JÃNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 01Â¿10Â¿2015, DJe 26Â¿10Â¿2015; RMS 46.358Â¿PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 14Â¿10Â¿2014, DJe 31Â¿10Â¿2014; RHC 72.439Â¿DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 13Â¿09Â¿2016, DJe 20Â¿09Â¿2016. 2. SituaÃ§Ã£o em que a auditoria realizada por Ã¡rea tÃ©cnica especializada na averiguaÃ§Ã£o de preÃ§os e forma de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os relacionados Ã Ã¡rea de saÃºde (in casu, Contrato que se destinava Ã prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os de processamento de roupas para os hospitais regi nais do Estado) apresenta indÃ-cios fortes da existÃªncia de graves irregularidades tanto na contrataÃ§Ã£o quanto na execuÃ§Ã£o dos contrato celebrados entre a impetrante e o Estado do Tocantins, ao longo os anos em que os contratos foram investigados, totalizando cobr nÃ§as e pagamentos indevidos que chegariam a R$ 101.930.089,21. 3. Agravo regimental contra a decisÃ£o que indeferiu a liminar prejudicado pelo julgamento do mÃ©rito do recurso. 4. Recurso a que se nega provimento." (RMS 55.648Â¿TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27Â¿02Â¿2018, DJe de 09Â¿03Â¿2018). Grifos do signatÃ¡rio. Pelo exposto e, ademais, em atenÃ§Ã£o aos princÃ-pios da necessidade e adequaÃ§Ã£o, DEFIRO o pleito, na forma requerida. Com o cumprimento dos mandados e a deflagraÃ§Ã£o da operaÃ§Ã£o, retire-se o sigilo da mesma, com observÂ¢ncia da SÃºmula Vinculante n.Âº 14, do STF, que dispÃµe: Â¿Ã© direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, jÃ¡ documentados em procedimento investigatÃ³rio realizado por Ã³rgÃ£o com competÃªncia de polÃ-cia judiciÃ¡ria, digam respeito ao exercÃ-cio do direito de defesa (...)Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. O MP-GAECO (em sua antiga composiÃ§Ã£o), apÃ³s o narrado, nÃ£o apresentou qualquer recurso, mas tÃ£o somente um pedido de reconsideraÃ§Ã£o (indeferido pelo colegiado da vara), em 28/09/2020, sem consertar os equÃ-vocos cometidos nas investigaÃ§Ãµes, jÃ¡ citados, deixando de indicar, com maior precisÃ£o, o quÃ£o acima do preÃ§o referencial de mercado a compra em questÃ£o teria sido feita, com a indicaÃ§Ã£o de percentual e valores de prejuÃ-zo aos cofres pÃºblicos, com base no moderno entendimento colacionado e na busca da verdade real, nem muito menos realizou pesquisas em mÃ-dia e sites especializados, de compras e registros pÃºblicos, portais oficiais, banco de preÃ§os, tabelas de fabricantes, acrescentando pedidos de prisÃ£o, sem qualquer elemento novo com o condÃ£o de autorizar a mesma. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3.Ocorre que o MP-GAECO (antiga composiÃ§Ã£o), com o avanÃ§ar das investigaÃ§Ãµes, nÃ£o sÃ³ apresentou equÃ-vocos em relaÃ§Ã£o ao pedido de bloqueio de bens, mas passou tambÃ©m a incorrer em outros equÃ-vocos, com incoerÃªncias e contradiÃ§Ãµes, assim como idas e vindas, ante Ã ausÃªncia de profundidade, quiÃ§Ã¡ anÃ¡lise/visÃ£o investigativa, o que acabou por afetar a melhor soluÃ§Ã£o dos fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4.A exemplo, Ã© o caso de ALBERTO BELTRAME e PETER CASSOL que, inicialmente, foram excluÃ-dos das investigaÃ§Ãµes, mas que depois foram incluÃ-dos no procedimento investigatÃ³rio, ao que tudo indica, pelos mesmos motivos que jÃ¡ tinham sido excluÃ-dos outrora, posto que, no inÃ-cio das investigaÃ§Ãµes, o MP entendeu que a ratificaÃ§Ã£o de atos de procedimento reputado como ilegal nÃ£o teria o condÃ£o de que os mesmos estivessem envolvidos em crimes, citando jurisprudÃªncia sobre simples menÃ§Ã£o a nome, apesar de tal entendimento nÃ£o estar em consonÂ¢ncia com a jurisprudÃªncia pÃ¡tria, que trata de hipÃ³tese de interceptaÃ§Ãµes etc., onde se faz simples menÃ§Ã£o a nome de um pessoa, sem indÃ-cios mais veementes de prÃ¡tica de crime, o que nÃ£o era o caso dos autos, entrementes,Â ao que que tudo indica, como jÃ¡ observado, pelos mesmos motivos que outrora nÃ£o figuraram nas investigaÃ§Ãµes inicialmente, foram incluÃ-dos nas mesmas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 5.Nesta senda, em um juÃ-zo perfunctÃ³rio, preliminar, baseado em indÃ-cios, o mesmo estaria ocorrendo com JOAQUIM MARGALHO, vez que, no meio do procedimento investigativo, a situaÃ§Ã£o apresentava incongruÃªncias, contradiÃ§Ãµes, incoerÃªncias e dÃºvidas constantes do PIC, considerando que, mesmo alegando oÂ MP que JOAQUIM MARGALHO seria sÃ³cio de uma empresa que seria beneficiÃ¡ria do esquema criminoso, o Ã³rgÃ£o persecutor incluiu o outro sÃ³cio nas investigaÃ§Ãµes, qual seja, o senhor LUIS FELIPE FERNANDES, no entanto nÃ£o incluiu o senhor JOAQUIM MARGALHO em seus pleitos, com a mÃ¡xima vÃªnia, sem uma justificativa plausÃ-vel, mas apenas com argumentos genÃ©ricos que nÃ£o se prestavam para excluÃ--lo das investigaÃ§Ãµes e dos pedidos, pois como explicar que um dos sÃ³cios de uma empresa beneficiÃ¡ria

de um suposto esquema criminoso teria sido beneficiado pelo aludido esquema e o outro nÃ£o!? Â Â Â Â Â Â Â Â Â 6.NÃ£o havia que se confundir, ademais, com a devida vÃªnia, medidas investigativas determinadas de ofÃ-cio pelo juÃ-zo (que nÃ£o ocorreram), com a hipÃ³tese de quando o MinistÃ©rio PÃºblico narra condutas criminosas e deixa de incluir no pleito e investigaÃ§Ãµes pessoas ligadas a empresas investigadas, encetando suas aÃ§Ãµes em apenas um sÃ³cio, com justificativas genÃ©ricas, indo de encontro (e nÃ£o ao encontro) ao princÃ-pio da vedaÃ§Ã£o ao comportamento contraditÃ³rio (venire contra factum proprium), do dever de isonomia e de coerÃªncia que devem pautar a atuaÃ§Ã£o do operador do direito, seja ele quem for. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 7.O que havia nos autos era a narrativa de fatos supostamente delituosos e o magistrado, dentro desse contexto, decide de determinada forma, com base nas provas, na lei e no seu livre convencimento motivado, aliÃ¡s, Ã© comezinha e antiga a regraÂ do narra mim factum dabu tibi jus, jura novit curia, - narra-me o fato que te darei o Direito, o juiz conhece o Direito -, bastando a narrativa dos fatos para que o magistrado exerÃ§a o seu livre convencimento, nÃ£o se confundido tal direito e dever com agir de ofÃ-cio, investigar ou algo do gÃªnero. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 8.O sistema acusatÃ³rio nÃ£o Ã© carta branca para a inobservÂ¢ncia dos princÃ-pios basilares do processo penal e dos relativos Ã s investigaÃ§Ãµes, dentre eles o da obrigatoriedade, coerÃªncia, isonomia etc., repise-se, exercendo o magistrado a anÃ´mala funÃ§Ã£o fiscalizadora de tais princÃ-pios. Em outras palavras, o sistema acusatÃ³rio nÃ£o constitui carta branca para se fazer o que bem entender, sem qualquer obrigaÃ§Ã£o e sem dar qualquer satisfaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de controle e Ã sociedade, contrariando, ademais, princÃ-pios basilares e tÃ£o caros ao Estado democrÃ¡tico de direito, criando, ademais, verdadeira confusÃ£o e tumulto nas investigaÃ§Ãµes. O MP pode muito, mas nÃ£o pode tudo, pois estÃ¡ estritamente atrelado, em suas aÃ§Ãµes, ao ordenamento jurÃ-dico pÃ¡trio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã inegÃ¡vel que apÃ³s a constituiÃ§Ã£o de 1988 o MP foi fortalecido, porÃ©m isso nÃ£o lhe conferiu um poder ilimitado, sem qualquer controle e fiscalizaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 9.O comportamento contraditÃ³rio Ã© vedado, assim como deve-se agir com ISONOMIA, havendo que se ter, ademais, coerÃªncia (Dworkin) de aÃ§Ãµes dos autores do processo e do prÃ³prio procedimento inquisitorial, sob pena de se cair em descrÃ©dito as investigaÃ§Ãµes e quiÃ§Ã¡ resultar em severas injustiÃ§as e impunidades. A coerÃªncia e a isonomia sÃ£o pedras fundamentais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 10.Ressalte-se, por oportuno, que, como corolÃ¡rio do princÃ-pio da obrigatoriedade, devem os Ã³rgÃ£os oficiais atuarem compulsoriamente contra quem tiver envolvimento no delito, nÃ£o tendo disponibilidade, destarte, de quem investigar ou nÃ£o, de escolha, mesmo sob o inaplicÃ¡vel e combalido argumento de tÃ¡tica, face ao princÃ-pio da obrigatoriedade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 11.Mesmo que se admitisse o argumento genÃ©rico e frÃ¡gil da Â¿tÃ¡ticaÂ¿, ela deveria ser explicitada para o juÃ-zo. Como se daria!? Qual o motivo!? Enfim, as cartas deveriam estar na mesa, nÃ£o se admitindo aÃ§Ãµes sob o manto de alegaÃ§Ãµes genÃ©ricas, desprovidas de qualquer explicaÃ§Ã£o e efeito prÃ¡tico, senÃ£o bastaria uma simples alegaÃ§Ã£o genÃ©rica de Â¿tÃ¡ticaÂ¿ paraÂ eventualmente nÃ£o se incluir alguÃ©m em investigaÃ§Ãµes, a despeito de haver indÃ-cios para tanto, solapando o princÃ-pio da obrigatoriedade, do dever de agir, de investigar, enfim, as aÃ§Ãµes, mesmos dos investigadores, devem ser justificadas, para que o prÃ³prio sistema tenha uma lÃ³gica, uma racionalidade, coerÃªncia e isonomia, assim como haja a prÃ³pria aceitaÃ§Ã£o social. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 12.Nesta senda, Ã© consabido que o ordenamento jurÃ-dico pÃ¡trio nÃ£o permite a escolha pelo Ã³rgÃ£o persecutor de quem deva ou nÃ£o investigar, quando presentes os requisitos legais, nÃ£o se confundindo, ainda, a atividade fiscalizatÃ³ria que exerce o magistrado diante do princÃ-pio da obrigatoriedade e do seu corolÃ¡rio, com eventual ofensa ao sistema acusatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 13.Renato Brasileiro de Lima, in Manual de Processo Penal, Volume Ãºnico, 6Âª ediÃ§Ã£o revista, ampliada e atualizada, Editora JusPODIVM, pÃ¡gina 251, leciona acerca do princÃ-pio da obrigatoriedade: Â¿(...). De acordo com o princÃ-pio da obrigatoriedade da aÃ§Ã£o penal pÃºblica, tambÃ©m denominado de legalidade processual, aos Ã³rgÃ£os persecutÃ³rios criminais nÃ£o se reserva qualquer critÃ©rio polÃ-tico ou de utilidade social para decidir se atuarÃ£o ou nÃ£o. (...). Esse princÃ-pio impÃµe um dever de atuaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os oficiais encarregados da investigaÃ§Ã£o (CPP, art. 5Âº) e da aÃ§Ã£o penal (CPP, art. 24), nos crimes de aÃ§Ã£o penal pÃºblica. Por forÃ§a dele, tanto a PolÃ-cia investigativa quanto o MinistÃ©rio PÃºblico devem agir compulsoriamente para apurar e denunciar a infraÃ§Ã£o, respectivamente. NÃ£o contam com nenhuma disponibilidade, ao contrÃ¡rio, vale o dever de persecuÃ§Ã£o e de acusaÃ§Ã£o. (...).Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â 14.Acrescente-se a isso que Ã© absolutamente pacÃ-fico o dever do magistrado exercer a sua atividade anÃ´mala de fiscal do princÃ-pio da obrigatoriedade, entendimento esse inclusive pacificado do Ã¢mbito do STJ. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste sentido: RECURSO EM HABEAS CORPUS. INQUÃRITO POLICIAL. IRREGULARIDADES NA APLICAÃÃO DE VERBAS FEDERAIS. TRÃMITE DIRETO ENTRE MINISTÃRIO PÃBLICO E POLÃCIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AUSÃNCIA DE DISTRIBUIÃÃO A DESEMBARGADOR. PRINCÃPIO ACUSATÃRIO. FUNÃÃES DO JUIZ NA INVESTIGAÃÃO. FISCAL DO PRINCÃPIO DA

OBRIGATORIEDADE E DE GARANTIAS. AUSÃNCIA DE PREJUÃZO AO INVESTIGADO. 1. Nos termos da jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a, admite-se o trÃ¢mite direto do inquÃ©rito entre o Ã³rgÃ£o acusador e a polÃ-cia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo. Precedentes. 2. O processo penal brasileiro Ã© inspirado no princÃ-pio acusatÃ³rio, com sede no art. 129, I, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, segundo o qual as funÃ§Ãµes de acusaÃ§Ã£o e julgamento estÃ£o distribuÃ-das a diferentes Ã³rgÃ£os estatais. Assim, considerando que o inquÃ©rito policial se destina ao MinistÃ©rio PÃºblico, na fase investigativa, cumpre ao juiz a observÃ¢ncia de duas tarefas: a de fiscal do princÃ-pio da obrigatoriedade e a de juiz de garantias. 3. O trÃ¢mite direto entre Ã³rgÃ£o acusatÃ³rio e polÃ-cia, alÃ©m de prestigiar o princÃ-pio acusatÃ³rio, nÃ£o prejudica as funÃ§Ãµes jurisdicionais, pois qualquer medida invasiva dependerÃ¡ de autorizaÃ§Ã£o judicial, ocasiÃ£o na qual poderÃ¡ ser distribuÃ-do o feito a um relator, sem nenhum prejuÃ-zo ao investigado. 4. Recurso em habeas corpus improvido. (STJ - RHC: 88570 PE 2017/0215246-5, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÃNIOR, Data de Julgamento: 25/06/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 02/08/2019). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 15.Note-se que o prÃ³prio julgado do STJ ressalta que cumpre ao Juiz, mesmo na fase investigativa, ser fiscal do princÃ-pio da obrigatoriedade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 16.Poderia entÃ£o o investigador incluir e excluir quem quisesse das investigaÃ§Ãµes, sem prestar contas a ninguÃ©m!? A resposta Ã© um retumbante nÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 17.Veja-se que nÃ£o se estava em um juÃ-zo condenatÃ³rio ou absolutÃ³rio, a anÃ¡lise aqui era perfunctÃ³ria, preliminar, prefacial, baseada em indÃ-cios, dado o momento investigativo em que se encontrava o feito, no entanto havia situaÃ§Ãµes que nÃ£o poderiam passar Ã margem do julgador e que devem ser levadas em conta na hora de decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 18.Como jÃ¡ dito, o dever de coerÃªncia deve pautar as atividades dos operadores do direito e de todos que atuam no feito, sendo que no procedimento em comento, havia algumas incongruÃªncias e incoerÃªncias que nÃ£o poderiam passar despercebidas pelo magistrado em sua atividade fiscalizatÃ³ria do procedimento investigativo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 19.NÃ£o Ã© concebÃ-vel, ademais, qualquer interpretaÃ§Ã£o que visasse controlar a atividade jurisdicional no sentido de decidir somente de determinada forma. O magistrado, antes de tudo, Ã© garantidor dos direitos fundamentais, exerce a funÃ§Ã£o fiscalizatÃ³ria do princÃ-pio da obrigatoriedade e do seu corolÃ¡rio, do dever de agir dos Ã³rgÃ£os persecutÃ³rios contra todos, devendo, inclusive, sempre fundamentar as suas decisÃµes, como Ã© consabido, sendo que somente magistrados livres para decidir Ã© que se coadunam com o estado democrÃ¡tico de direito e com o bom direito. O judiciÃ¡rio Ã© a Ãºltima trincheira. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 20.Extraia-se, destarte, do procedimento investigatÃ³rio que, passados alguns meses das investigaÃ§Ãµes e apÃ³s a expediÃ§Ã£o de mandados de busca pelo juÃ-zo, ainda sem notÃ-cia de cumprimento, a despeito doÂ MP alegar urgÃªncia dos pleitos e de ter instaurado o PIC somente aproximadamente 3 meses apÃ³s os fatos, vez que os mesmos se passaram na segunda quinzena de marÃ§o e o PIC fora instaurado em 1Âº de junho de 2020, exsurgia que, a despeito do presente feito estar Ã Ã©poca em segredo de justiÃ§a, as notÃ-cias referentes Ã s investigaÃ§Ãµes jÃ¡ se encontram em vÃ¡rios blogs e sites de grande leitura, tais como o https://www.romanews.com.br/cidade/integrantes-do-conselho-de-farmacia-querem-afastar-presidente-acusado/94466/ http://www.portalsantarem.com.br/noticias/conteudo/presidente-do-conselho-de-farmacia-do-para-e-acusado-de-integrar-esquema-de-fraudes-na-sespa/73701, publicaÃ§Ãµes datadas de 02/10/2020, de modo que nÃ£o havia mais que se falar em elemento surpresa de medidas acaso deferidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 21.Exsurgia, destarte, que o deferimento, naquele instante, ao menos das medidas invasivas, teria mais um efeito midiÃ¡tico do que instrumental Ã s investigaÃ§Ãµes, sendo que, por Ã³bvio, tal situaÃ§Ã£o englobaria empresas que teriam sido beneficiadas no suposto esquema criminoso e que seriam atingidas pelas investigaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 22.Estas, inclusive, jÃ¡ poderiam ter sido incluÃ-das anteriormente nas investigaÃ§Ãµes, caso houvesse uma investigaÃ§Ã£o com mais profundidade ab initio, com quebras de sigilos fiscais, bancÃ¡rios, relatÃ³rios do COAF etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 23.Nem se diga que tais empresas somente vieram Ã tona com as colaboraÃ§Ãµes premiadas, inclusive homologadas pelo juÃ-zo, posto que seria razoÃ¡vel que as mesmas jÃ¡ poderiam ter sido identificadas com quebras de sigilo e outras aÃ§Ãµes efetuadas em data anterior, considerando-se que, inclusive, conforme fls. 390 e 390-v, as transferÃªncias bancÃ¡rias a que refere-se o pleito em determinado momento datam de 15/05/2020. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 24.A exemplo, tambÃ©m ALBERTO BELTRAME e PETER CASSOL, que sÃ³ foram incluÃ-dos nas investigaÃ§Ãµes aproximadamente 3 meses apÃ³s o tombamento do PIC e aproximadamente 6 meses apÃ³s os fatos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 25.A ausÃªncia do elemento surpresa, como Ã© consabido, frustra a possibilidade do encontro da prova e, mesmo que estas sejam encontradas porventura, nÃ£o terÃ£o mais a higidez, a confiabilidade, a fidedignidade e a integridade necessÃ¡ria a instruir o feito na busca da verdade real, afigurando-se, como jÃ¡ dito, que a medida nÃ£o teria a eficÃ¡cia necessÃ¡ria, porÃ©m, mais um efeito midiÃ¡tico do que instrumental Ã s investigaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 26.NÃ£o bastasse, registre-se que, com relaÃ§Ã£o a ALBERTO

BELTRAME e PETER CASSOL, estes jÃ¡ tinham sido alvos de operaÃ§Ãµes deflagradas perante o STJ (OperaÃ§Ã£o Para Bellum), inclusive com o deferimento de buscas etc., conforme se extrai do link https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/10/pf-realiza-operacao-para-apurar-fraudes-na-compra-de-respiradores-em-belem.ghtml, de modo que o material probatÃ³rio que poderia ter sido encontrado com os mesmos jÃ¡ tinha sido colhido e esgotado, bastando, para tanto, um simples pedido de compartilhamento de provas, junto ao STJ, realizado pelo parquet, com o fito de se colher o elemento probatÃ³rio que desejava, de maneira que nÃ£o bastasse a ausÃªncia do elemento surpresa, tambÃ©m por este motivo, em relaÃ§Ã£o a ambos, nÃ£o se verificava a eficÃ¡cia da medida, tendo, repita-se, mais um efeito midiÃ¡tico do que instrumental ao processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 27.A surpresa e a sigilosidade, como ressaltado, sÃ£o imprescindÃ-veis para a eficÃ¡cia mÃ-nima da medida que ora se pleiteia, o que, repise-se, nÃ£o mais se verifica no caso sub examen, neste instante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 28.Na ApelaÃ§Ã£o Criminal NÂº 5051398-15.2011.404.7000/PR, que teve como Relatora a juÃ-za CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI, do Tribunal Regional Federal da 4Âª RegiÃ£o, fora ressaltado no ponto: Â Â Â Â Â Â Â Â Â (...). Perceba-se que a principal caracterÃ-stica da busca e apreensÃ£o Ã© a surpresa, de forma que ao investigado nÃ£o seja dada a oportunidade de se desfazer dos bens e objetos do crime. (...)Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 29.TambÃ©m como jÃ¡ demonstrado, em meados de outubro de 2020, as investigaÃ§Ãµes acabaram por nÃ£o ter mais o elemento surpresa esperado, presente Ã Ã©poca quando do deferimento dos mandados de busca, expedidos no final de julho de 2020 e que, repita-se, sem cumprimento no prazo pelo MP, o que afetou a melhor soluÃ§Ã£o dos fatos, de modo que verificava-se que nÃ£o estava mais presente o elemento surpresa para que medidas invasivas como a busca tivessem a eficÃ¡cia necessÃ¡ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 30.Insta registrar que, em investigaÃ§Ãµes relativas a organizaÃ§Ãµes criminosas, como afirmava o MP existir na espÃ©cie, nÃ£o existem somente os meios investigativos ordinÃ¡rios e comuns para se investigar, sendo, inclusive, os preferÃ-veis aqueles constantes da Lei nÂº 12.850/13, nÃ£o se podendo fazer letra morta dos meios investigativos hÃ¡ muito utilizados em outros paÃ-ses e no Brasil, e que foram incorporados em nosso ordenamento jurÃ-dico pÃ¡trio com atraso e que os investigadores podem fazer uso, repise-se, mormente diante do cenÃ¡rio de ineficÃ¡cia que as buscas teriam ante Ã ausÃªncia, jÃ¡ naquele instante, do elemento surpresa, presente quando do deferimento do pleito ainda em meados de julho de 2020, sendo certo que, como jÃ¡ ressaltado, nÃ£o havia notÃ-cia de cumprimento dos mandados de busca por parte do MP atÃ© aquele momento, a despeito do Ã³rgÃ£o persecutor reiteradamente alegar urgÃªncia da medida e ter instaurado o PIC somente aproximadamente 3 meses depois da ocorrÃªncia dos fatos e parte dos investigados terem sido incluÃ-dos, aproximadamente, 6 meses depois dos fatos, concluindo-se, destarte, que as buscas seriam ineficazes pelos motivos expostos, sendo cediÃ§o que o juiz pode indeferir provas consideradas impertinentes para o momento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nestes termos, segue decisÃ£o do colegiado da vara: Â¿(...) Trata-se de pedidos de busca e apreensÃ£o, de reconsideraÃ§Ã£o do bloqueio/sequestro de bens e valores, bem como de prisÃ£o temporÃ¡ria e, alternativamente, prisÃ£o preventiva, em que o i. parquet aponta, em sÃ-ntese, a existÃªncia de diversas ilegalidades em procedimentos de dispensa de licitaÃ§Ã£o para a aquisiÃ§Ã£o de materiais para a prevenÃ§Ã£o ao COVID-19, realizados pela Secretaria de Estado de SaÃºde PÃºblica do ParÃ¡, envolvendo uma suposta organizaÃ§Ã£o criminosa, que contaria com a participaÃ§Ã£o de funcionÃ¡rios pÃºblicos, empresas, seus representantes e intermediÃ¡rios, que atuariam no seio da Secretaria de Estado de SaÃºde PÃºblica do ParÃ¡. Narra o MinistÃ©rio PÃºblico, destarte, que, em decorrÃªncia do trabalho investigativo, fora constatada a existÃªncia de um esquema criminoso por meio do qual seus operadores praticaram, de forma reiterada, dispensas de licitaÃ§Ã£o supostamente fraudulentas, com sobrepreÃ§o, direcionamento, montagem posterior de procedimento licitatÃ³rio, entrega parcial e/ou com objeto desviado, alÃ©m de outras supostas ilegalidades narradas no pleito, sempre com o intuito de gerar lucro para a suposta organizaÃ§Ã£o criminosa. Segundo o parquet, fora criada uma espÃ©cie de consÃ³rcio criminoso para a aquisiÃ§Ã£o de materiais para a prevenÃ§Ã£o ao COVID-19, por meio de dispensas de licitaÃ§Ã£o, dentre as quais se destaca, na presente medida cautelar, a contrataÃ§Ã£o alegadamente fraudulenta da empresa DISPARÃ HOSPITALAR COMERCIAL E SERVIÃOS LTDA., para aquisiÃ§Ã£o de frascos de Ã¡lcool em gel etÃ-lico hidratado 70Âº INPM, pela Secretaria de SaÃºde do Estado do ParÃ¡, mediante procedimento supostamente fraudulento, que teria sido perpetrado pelos investigados ALBERTO BELTRAME, PETER CASSOL SILVEIRA e CINTIA DE SANTANA ANDRADE TEIXEIRA, entÃ£o integrantes do nÃºcleo polÃ-tico da suposta organizaÃ§Ã£o criminosa Ã Ã©poca dos fatos, juntamente com os investigados que integrariam o nÃºcleo empresarial, DANIEL JACKSON PINHEIRO COSTA, LUIZ FELIPE FERNANDES, JOAQUIM BARBOSA MARGALHO, FRANCISCO LEANDRO RODRIGUES COSTA, CLÃUDIA CRISTINA SILVA MACHADO e MARIA DE LOURDES SILVA MACHADO, sÃ³cios das empresas beneficiadas pelo pretenso esquema criminoso - DOM MEDIA COMUNICAÃÃO, MARKETING " TECNOLOGIA LTDA., PINHEIRO E FERNANDES LTDA.,

CONSTRUTORA KARAJÃS LTDA. e CENTRO SUL ENGENHARIA LTDA. -, alÃ©m dos investigados DOUGLAS ALAN GUIDIO DE MORAES, RAPHAEL GUSTAVO GUIDIO DE MORAES e ANDRE RICARDO OHANA, sÃ³cios das empresas que forneceram frascos de Ã¡lcool em gel para a empresa DISPARÃ HOSPITALAR COMERCIAL E SERVIÃOS LTDA. Ãs fls. 513/514, fora juntado aos autos ofÃ-cio remetido pelo Superior Tribunal de JustiÃ§a. Ã o breve relatÃ³rio. DECIDO. DO PEDIDO DE SEQUESTRO E BLOQUEIO DE BENS E ATIVOS Cuida-se a espÃ©cie de simples reiteraÃ§Ã£o de pedido jÃ¡ indeferido por este juÃ-zo especializado Ã s fls. 304/317, sem que tenha havido o devido cumprimento, pelo i. MP, do entendimento sobejamente demonstrado pelo juÃ-zo naquele decisum, com base em farta doutrina e pacÃ-fica jurisprudÃªncia sobre o tema, assim como orientaÃ§Ãµes do TCU. Ã cediÃ§o que o objetivo da constriÃ§Ã£o de bens dos investigados Ã© assegurar a indenizaÃ§Ã£o dos prejuÃ-zos que teriam sido causados ao erÃ¡rio pelas condutas criminosas. A medida, entÃ£o, tem o carÃ¡ter de verdadeira garantia para a eventual indenizaÃ§Ã£o ao erÃ¡rio pÃºblico dos prejuÃ-zos causados, mais eventuais multas penais e custas processuais, nÃ£o podendo, todavia, incidir sobre a totalidade do contrato, posto que nÃ£o hÃ¡ que se conceber que o fornecimento de Ã¡lcool em gel, em meio a uma pandemia, seria desnecessÃ¡rio, e nem hÃ¡ por parte do MP a imputaÃ§Ã£o de que o serviÃ§o nÃ£o teria sido prestado ao menos parcialmente. O que hÃ¡ nos autos, noutro giro, em um juÃ-zo perfunctÃ³rio, sÃ£o indicativos de prÃ¡tica de sobrepreÃ§o e de outras ilegalidades jÃ¡ expendidas no decisum de fls. 304/317, porÃ©m, a despeito de oportunizado, o MP nÃ£o cumpriu as necessÃ¡rias balizas para se chegar, ao menos de forma aproximada neste instante, ao prejuÃ-zo que teria sido experimentado pela administraÃ§Ã£o pÃºblica, como o fez em outros procedimentos semelhantes, tornando, destarte, impossÃ-vel, ao menos neste momento, o sequestro de valores e bens. Com efeito, em procedimento inclusive jÃ¡ adotado pelo MinistÃ©rio PÃºblico em outras operaÃ§Ãµes jÃ¡ deflagradas e jÃ¡ sem sigilo, a exemplo da OperaÃ§Ã£o TransparÃªncia - Fase 3, o i. parquet adotou o pacifico entendimento esposado pelo juÃ-zo, nÃ£o havendo, pois, em observÃ¢ncia ao princÃ-pio da isonomia e da seguranÃ§a jurÃ-dica, motivos para se adotar entendimento diverso neste procedimento e no ponto. Como jÃ¡ ressaltado, gize-se que as medidas assecuratÃ³rias objetivam garantir a reparaÃ§Ã£o do dano produzido, na espÃ©cie, eventual prejuÃ-zo ao erÃ¡rio, como tambÃ©m o pagamento das custas processuais e eventual pena de multa, em caso de condenaÃ§Ã£o, sendo decretadas com base em estimativa provisÃ³ria de valor nesta fase. TambÃ©m como jÃ¡ observado, requer o MinistÃ©rio PÃºblico, em seu pedido de reconsideraÃ§Ã£o, o bloqueio total de valores relativos ao contrato celebrado pela AdministraÃ§Ã£o PÃºblica e a empresa DISPARÃ HOSPITALAR COMERCIAL E SERVIÃOS LTDA, com o provÃ¡vel entendimento que o mesmo seria nulo, e , de fato, hÃ¡ indicativos de que o Ã©, no entanto, a despeito de interessante tal entendimento, o fato Ã© que a jurisprudÃªncia pacÃ-fica do paÃ-s Ã© no sentido de que somente devem ser bloqueados/sequestrados os valores experimentados pela AdministraÃ§Ã£o PÃºblica a tÃ-tulo de prejuÃ-zo, assim como eventuais custas processuais e multas penais, sob pena de enriquecimento ilÃ-cito da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica. Em outras palavras, segundo o entendimento pacÃ-fico dos Tribunais do PaÃ-s, nÃ£o Ã© porque o contrato seria nulo que todo o valor referente ao mesmo, em sua integralidade, deve ser bloqueado/sequestrado, mas sim, repise-se, os valores equivalentes ao prejuÃ-zo suportado pela AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, mais eventuais multas penais e custas processuais. A despeito de ser passivo de algumas crÃ-ticas tal entendimento, o fato Ã© que Ã© este o que prevalece pacificamente na jurisprudÃªncia, inclusive do Ã¢mbito dos Tribunais Superiores e hÃ¡ que ser acatado. Neste sentido, Ã© a farta jurisprudÃªncia, inclusive do STJ: PETIÃÃO NÂº 13.254 - PR (2020/0025179-8) RELATOR: MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO REQUERENTE: CAMINHOS DO PARANÃ S/A ADVOGADOS : ROBERTO BRZEZINSKI NETO E OUTRO (S) - PR025777 AMIR JOSÃ FINOCCHIARO SARTI - RS006509 SAULO SARTI - RS061799 REQUERIDO: MINISTÃRIO PÃBLICO FEDERAL DECISÃO Trata-se de pedido de tutela provisÃ³ria requerida por CAMINHOS DO PARANÃ S/A visando dar efeito suspensivo ao recurso especial que interpÃ´s contra acÃ³rdÃ£o prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4Âª RegiÃ£o, ementado nos seguintes termos (e-STJ fls. 35/36): OPERAÃÃO INTEGRAÃÃO II. MEDIDAS ASSECURATÃRIAS. INOCORRÃNCIA DA ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA. INEXISTÃNCIA DE DECISÃO EXTRA PETITA. DESNECESSIDADE DE PERÃCIA PARA ESTIMATIVA DE REPARAÃÃO MÃNIMA DOS DANOS. INDEPENDÃNCIA DE ESFERA CÃVEL E CRIMINAL. IMPRESCINDIBILIDADE DAS MEDIDAS ASSECURATÃRIAS PATRIMONIAIS. ABRANGÃNCIA DO DANO E DAS PENAS DE MULTA. INDISPONIBILIDADADE DOS ATIVOS FINANCEIROS. 1. Nos termos do art. 4Âº da Lei nÂº 9.613/98, havendo indÃ-cios da infraÃ§Ã£o penal as medidas assecuratÃ³rias devem ser postuladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, com vistas Ã constriÃ§Ã£o de bens, direitos e valores que representem proveitos ou produtos do crime. 2. A constriÃ§Ã£o dos bens da pessoa jurÃ-dica Ã© medida cautelar adequada para assegurar o ressarcimento dos danos decorrentes da conduta criminosa, em tese praticada por intermÃ©dio de seus executivos, em benefÃ-cio da empresa. (...) 6. A existÃªncia de AÃ§Ã£o

Civil PÃºblica nÃ£o impede a decretaÃ§Ã£o das medidas assecuratÃ³rias na esfera criminal, diante da independÃªncia das instÂncias cÃ-vel e criminal. 7. As medidas assecuratÃ³rias objetivam garantir o pagamento do dano e tambÃ©m das penas de multa, sendo decretadas com base em estimativa provisÃ³ria de valor, com o propÃ³sito de assegurar lastro patrimonial na hipÃ³tese de condenaÃ§Ã£o. (...) (Grifei.) Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipaÃ§Ã£o liminar da tutela recursal. Publique-se. Intimem-se. BrasÃ-lia, 19 de fevereiro de 2020. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO Relator (STJ - Pet: 13254 PR 2020/0025179-8, Relator: Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ 20/02/2020). DIREITO SANCIONADOR. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MEDIDA ACAUTELATÃRIA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS DO ACIONADO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÃNCIA DE DEMONSTRAÃÃO DO VALOR DEVIDO A SER BLOQUEADO. IMPOSSIBILIDADE DE INDISPONIBILIDADE DO VALOR TOTAL DO CONTRATO, QUANDO A CORTE DE ORIGEM RECONHECE QUE GRANDE PARTE DO SERVIÃO FOI EFETIVAMENTE PRESTADO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PROVIDO, PARA AFASTAR A INDISPONIBILIDADE DE BENS DECRETADA, POR AUSÃNCIA DE APURAÃÃO DO EVENTUAL DANO AO ERÃRIO. 1. A indisponibilidade deve estar adstrita ao dano efetivamente causado, ou seja, o atraso na prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o, e nÃ£o em todo o contrato, sob pena da Municipalidade se enriquecer ilicitamente, haja vista que foi reconhecida a prestaÃ§Ã£o do serviÃ§o. O bloqueio patrimonial do acionado em abstrato, sem nenhuma prÃ©via apuraÃ§Ã£o de qual seria o valor do eventual dano, constitui um rematado abuso de poder, porquanto se estÃ¡ constrangendo valores positivos, sem que se tenha ideia alguma, sequer por estimativa, de qual seria a expressÃ£o quantitativa do dano a ser oposto. 2. Agravo em Recurso Especial do Particular provido, para afastar a indisponibilidade de bens decretada, por ausÃªncia de apuraÃ§Ã£o do eventual dano ao erÃ¡rio (AREsp. 752.686Â¿RS, Min. Rel. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 06.06.2018). PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÃÃO CRIMINAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÃNCIA. INAUDITA ALTERA PARS. DANO AMBIENTAL. IMPRESCRITIBILIDADE. MEDIDA ASSECURATÃRIA DE INDISPONIBILIDADE DE BENS. REQUISITOS CONFIGURADORES PRESENTES. AÃO CAUTELAR. NATUREZA ACESSÃRIA DEPENDENTE DA AÃÃO PRINCIPAL. COMUNICABILIDADE DOS EFEITOS DA CONSTRIÃÃO. LIMITAÃÃO DO BLOQUEIO DE BENS NO VALOR DA INDENIZAÃÃO DEFINIDO NA SENTENÃA CONDENATÃRIA PROFERIDA NA AÃÃO PRINCIPAL. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 3. DispÃµe o Estatuto Processual Repressivo, em seus artigos 134 e seguintes, sobre a adoÃ§Ã£o de medidas destinadas ao pagamento da pena de multa, custas processuais e de eventual ressarcimento de danos Ã vÃ-tima. No caso, visa-se garantir os efeitos patrimoniais de eventual sentenÃ§a condenatÃ³ria. Assim, qualquer bem do acusado pode ser constrito, nÃ£o se aplicando a regra do mencionado art. 125. Exige-se tÃ£o somente a existÃªncia do delito e indÃ-cios de autoria, sem prejuÃ-zo da demonstraÃ§Ã£o de sua necessidade. (...) 8. Recurso de ApelaÃ§Ã£o parcialmente provido. (TRF-1 - APR: 00099227820154013200, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES, TERCEIRA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: 19/11/2018). PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÃA. OPERAÃÃO LAMA ASFÃLTICA. INVESTIGAÃÃO POLICIAL. SEQUESTRO. DECRETAÃÃO. BLOQUEIO DE BENS E ATIVOS FINANCEIROS. ART. 4Âº DO DECRETO-LEI N. 3.240/1941. CRIME QUE RESULTA PREJUÃZO PARA A FAZENDA PÃBLICA. REPARAÃÃO AO ERÃRIO. DECISÃO GENÃRICA E ABSTRATA. INVIABILIZAÃÃO DO EXERCÃCIO DAS ATIVIDADES ECONÃMICAS LÃCITAS. OFENSA AOS PRINCÃPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. EXCESSO DE PRAZO VERIFICADO. 1. A medida prevista no art. 4Âº do Decreto-Lei n. 3.240/1941 deve ser suficiente para a garantia do ressarcimento dos prejuÃ-zos e atingir o seu objetivo, qual seja, atender ao princÃ-pio da proporcionalidade e da razoabilidade. O manejo indiscriminado da referida medida, sem particularizaÃ§Ã£o do que seria resultado de atos teoricamente praticados pelo ora agravante, ao fundamento Ãºnico de resguardar os interesses da Fazenda PÃºblica, nÃ£o pode ser admitido. 2. Na hipÃ³tese dos autos, apesar de, em tese, ser cabÃ-vel a referida medida, revela-se absolutamente desproporcional e genÃ©rica a decisÃ£o que a decretara, pois, na forma em que foi imposta, tornou inviÃ¡vel a subsistÃªncia do agravante, bem como o exercÃ-cio de suas atividades econÃ´micas lÃ-citas, mostrando-se desproporcional e irrazoÃ¡vel. Na espÃ©cie, houve arresto das contas bancÃ¡rias do agravante, atÃ© o valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhÃµes de reais), de forma solidÃ¡ria para cada um dos investigados, o que jÃ¡ se afigura desproporcional para servir de garantia ao pagamento de um dano que nÃ£o foi individualizado pelo MinistÃ©rio PÃºblico. 3. Outrossim, indica o Ã³rgÃ£o ministerial que os fatos suspeitos tiveram origem no ano de 2007; a decisÃ£o de bloqueio data de 2017, abrangendo toda a renda auferida pelo agravante e perdura atÃ© a presente data, o que claramente fere o princÃ-pio da razoabilidade. (...) 5. Agravo regimental provido, a fim de conceder a seguranÃ§a postulada, assegurando ao ora agravante o direito de movimentar as suas contas bancÃ¡rias. (STJ - AgRg no RMS:

60870 MS 2019/0142555-8, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 24/09/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 11/10/2019). Para se chegar ao valor do prejuÃ-zo experimentado pela AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, torna-se imperioso trazer Ã baila o conceito legal de sobrepreÃ§o, conferido pelo art. 31, Â§1Âº, da Lei n.Âº 13.303/16, aplicÃ¡vel por analogia na espÃ©cie, in verbis: Â§ 1Âº Para os fins do disposto no caput, considera-se que hÃ¡: I - sobrepreÃ§o quando os preÃ§os orÃ§ados para a licitaÃ§Ã£o ou os preÃ§os contratados sÃ£o expressivamente superiores aos preÃ§os referenciais de mercado, podendo referir-se ao valor unitÃ¡rio de um item, se a licitaÃ§Ã£o ou a contrataÃ§Ã£o for por preÃ§os unitÃ¡rios de serviÃ§o, ou ao valor global do objeto, se a licitaÃ§Ã£o ou a contrataÃ§Ã£o for por preÃ§o global ou por empreitada; Assim, extrai-se, do dispositivo legal, que o sobrepreÃ§o ocorre quando os preÃ§os orÃ§ados para licitaÃ§Ã£o ou os preÃ§os contratados sÃ£o expressivamente superiores aos preÃ§os referencias de mercado. Sobre o tema, a doutrina abalizada, a jurisprudÃªncia do TCU e de outros Tribunais de Contas do PaÃ-s, assim como a prÃ³pria atual orientaÃ§Ã£o do TCU, constante do sÃ-tio: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1tu7UVWhFHEJ:https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3FfileId%3D8A8182A15454C22F015458F003AC340A+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br, denominado PREÃO DE REFERÃNCIA EM COMPRAS PÃBLICAS, a partir da fl. 06, passa a desmistificar a questÃo dos Â¿trÃªs orÃ§amentosÂ¿ ou, mutatis mutandis, pesquisas em quatro situaÃ§Ãµes/empresas, muito menos em apenas duas, exigindo uma ampla pesquisa de preÃ§os, com o fito de se estimar, diante de detalhamento, com adequado e alto grau de precisÃ£o, o valor praticado no mercado de uma determinada contrataÃ§Ã£o. Com efeito, conforme o moderno entendimento que serÃ¡ transcrito a seguir, deve a anÃ¡lise dos valores que seriam praticados no mercado ser mais ampla, profunda e precisa possÃ-vel, seguindo, repise-se, a doutrina abalizada sobre tema, assim como a jurisprudÃªncia do TCU e de Tribunais de Contas do PaÃ-s. Aduz o estudo: Â¿2. DESMISTIFICANDO OS Â¿TRÃS ORÃAMENTOSÂ¿ A legislaÃ§Ã£o exige, na fase interna da licitaÃ§Ã£o, uma Â¿ampla pesquisa de preÃ§osÂ¿. Lei 8.666/93, art. 15, Â§ 1Âº: O registro de preÃ§os serÃ¡ precedido de ampla pesquisa de mercado. Lei 8.666/93, art. 43, IV: ...conformidade de cada proposta (...)com os preÃ§os correntes no mercado... Lei 10.520/01, art. 3Âº, III: dos autos do procedimento constarÃ£o (...) o orÃ§amento, elaborado pelo Ã³rgÃ£o ou entidade promotora da licitaÃ§Ã£o, dos bens ou serviÃ§os a serem licitados . Decreto 3555/00, art. 8Âº, Â§ 2Âº, II: ...propiciar a avaliaÃ§Ã£o do custo pela AdministraÃ§Ã£o, diante de orÃ§amento detalhado, considerando os preÃ§os praticados no mercado... Mediante especificaÃ§Ã£o clara e objetivado que se pretende, o Ã³rgÃ£o comprador deve buscar referÃªncias para estimar, com grau adequado de precisÃ£o, o valor praticado no mercado. Sem prescriÃ§Ã£o normativa sobre a forma de estimar o preÃ§o de mercado, a cultura administrativa foi se consolidando num costume Â¿verdadeiramente arraigadoÂ¿ de Â¿consultar trÃªs ou quatro pessoas que atuem no ramo do objeto a ser licitado, pedindo a eles que encaminhem orÃ§amento informal. DaÃ- a entidade administrativa faz uma mÃ©dia dos orÃ§amentos recebidosÂ¿ (Niebuhr, 2007). Estudos recentes comprovaram esse costume (Cabral, 2008; Costa e Silva, 2009; Shuch, 2010). Uma das causas desse comportamento Ã© a falta generalizada de planejamento dos Ã³rgÃ£os pÃºblicos, que comeÃ§am suas licitaÃ§Ãµes quando jÃ¡ estÃ£o necessitando do bem ou serviÃ§o, de tal forma que Â¿restringem-se a fazer apenas o mÃ-nimo recomendado pelos Ã³rgÃ£os de controle, ou seja, a obtenÃ§Ã£o de trÃªs orÃ§amentos e o cÃ¡lculo da mÃ©dia aritmÃ©tica desses valoresÂ¿ (Shuch, 2010:40). A referÃªncia mais detalhada sobre Â¿preÃ§o de mercadoÂ¿ e Â¿pesquisa de preÃ§osÂ¿ em compras pÃºblicas tem sido a jurisprudÃªncia do Tribunal de Contas da UniÃ£o (TCU), Ã³rgÃ£o de Controle Externo, incumbido de fiscalizar todas as licitaÃ§Ãµes do Governo Federal. (...) Autor de um estudo comparativo das compras privadas e pÃºblicas, Alexandre Motta reforÃ§a a opiniÃ£o de que a coleta de trÃªs orÃ§amentos Ã© metodologicamente frÃ¡gil:... a coleta de trÃªs propostas apresentadas por possÃ-veis fornecedores, nÃ£o sugere um elevado grau de confiabilidade, necessÃ¡rio para posteriores processos de avaliaÃ§Ã£o. (Motta, 2010, p. 118). Outros autores tÃªm opiniÃµes ainda mais contundentes. Correa (2005), por exemplo, acredita que nenhum fornecedor revelarÃ¡, de fato, o preÃ§o que irÃ¡ propor na licitaÃ§Ã£o, apresentando, na fase de estimativa, propostas comerciais infladas, o que leva a variaÃ§Ãµes muito grandes dos valores obtidos em propostas comerciais, comprometendo seriamente a validade da mÃ©dia aritmÃ©tica para embasar a tomada de decisÃ£o. Niebuhr (2007) compartilha desse entendimento (...) Por isso o TCU vem recomendando (AcÃ³rdÃ£o 2.816/2014-P) nÃ£o restringir a pesquisa de preÃ§os a cotaÃ§Ãµes de potenciais fornecedores, adotando tambÃ©m outros parÃ¢metros e promovendo aÃ§Ãµes de capacitaÃ§Ã£o em estimativa de preÃ§os, a partir de pesquisas em mÃ-dia e sites especializados, compras e registros pÃºblicos, portais oficiais, banco de preÃ§os, tabelas de fabricantes. Foi nessa linha que o Governo Federal editou a InstruÃ§Ã£o Normativa SLTI/MPOG nÂº 05/2014Â¿. Registre-se que investigaÃ§Ãµes desse espectro, no Ã¢mbito federal, sÃ£o realizadas por uma forÃ§a tarefa, em regra

incluindo o TCU, CGU, PolÃ-cia Federal e MinistÃ©rio PÃºblico Federal. Inclusive, algumas vezes, no Ã¢mbito estadual, o prÃ³prio MinistÃ©rio PÃºblico jÃ¡ realizou operaÃ§Ãµes com auxÃ-lio do TCM:Â https://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/100446441/belem-e-mocajuba-operacao-conjunta-mp-policia-civil-e-tcm-efetuam-priso Ã costumeira, tambÃ©m, a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia de sobrepreÃ§o e/ou superfaturamento. Inobstante nÃ£o ser indispensÃ¡vel tal perÃ-cia, hÃ¡ que se observar, no mÃ-nimo, as regras bÃ¡sicas atinentes ao tema para se chegar, ainda que em carÃ¡ter provisÃ³rio, ao prejuÃ-zo experimentado pela AdministraÃ§Ã£o. Registre-se, ainda, que, em caso de dificuldades operacionais e/ou tÃ©cnicas, pode o R. parquet valer-se do apoio tÃ©cnico do TCE ou do TCM diretamente, e/ou do prÃ³prio IML, sendo, inclusive, possÃ-vel a realizaÃ§Ã£o de perÃ-cia de sobrepreÃ§o, como Ã© consabido e como jÃ¡ dito, no entanto atÃ© o presente momento nÃ£o tomou as medidas cabÃ-veis para tanto. A tÃ-tulo de exemplo, aplica-se, no caso sub examen, mutatis mutandis, semelhante entendimento, com as adaptaÃ§Ãµes necessÃ¡rias, entendimento este consolidado na jurisprudÃªncia pÃ¡tria, em relaÃ§Ã£o a servidor temporÃ¡rio que Ã© contratado ilegalmente pela AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, hipÃ³tese na qual nÃ£o Ã© obrigado a devolver os rendimentos percebidos se o serviÃ§o fora efetivamente prestado, sob pena de enriquecimento ilÃ-cito da AdministraÃ§Ã£o. Neste sentido: CONTRATAÃÃO PELA ADMINISTRAÃÃO PÃBLICA SEM A PRÃVIA REALIZAÃÃO DE CONCURSO PÃBLICO. PERÃODO POSTERIOR Ã CARTA MAGNA DE 1988. NULIDADE. SALDO DE SALÃRIOS PELOS DIAS TRABALHADOS. ApÃ³s a Carta Magna de 1988, Ã© nula a contrataÃ§Ã£o para a investidura em cargo ou emprego pÃºblico sem prÃ©via aprovaÃ§Ã£o em concurso pÃºblico. Tal contrato gera, tÃ£o-somente, o direito ao pagamento dos salÃ¡rios pelos dias efetivamente trabalhados, sob pena de enriquecimento sem causa do Poder PÃºblico. Agravo desprovido (AI 497.984-AgR, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, 30.9.2005). APELAÃÃO CÃVEL. CONTRATAÃÃO TEMPORÃRIA. RECONHECIMENTO DE VÃNCULO COM O PODER PÃBLICO ESTADUAL. PAGAMENTO DO TERÃO DE FÃRIAS E DÃCIMO TERCEIRO SALÃRIO. CABIMENTO PARA OS SERVIDORES TEMPORÃRIOS. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO PODER PÃBLICO. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO IMPROVIDO. 1. Afigura-se dever bÃ¡sico da AdministraÃ§Ã£o PÃºblica manter registro de todos que lhe prestam serviÃ§os de maneira direta ou interposta, sob pena de ser chamada a responder pela retribuiÃ§Ã£o devida pelos trabalhos que lhe renderam frutos. 2. Recusar as verbas remuneratÃ³rios pelos trabalhos prestados implicaria enriquecimento sem causa do Poder PÃºblico que se beneficiaria gratuitamente de serviÃ§o prestado, Ã tÃ-tulo oneroso, por particular. 3. Imperioso o pagamento do terÃ§o de fÃ©rias e dÃ©cimo terceiro salÃ¡rio, sob pena de enriquecimento sem causa do Estado. Precedentes do Superior Tribunal de JustiÃ§a. 4. Recurso conhecido e improvido. (TJ-AM - APL: 00503554420108040012 AM 0050355-44.2010.8.04.0012, Relator: Maria do PerpÃ©tuo Socorro Guedes Moura, Data de Julgamento: 13/07/2015, Segunda CÃ¢mara CÃ-vel, Data de PublicaÃ§Ã£o: 13/07/2015). Portanto, considerando-se que nÃ£o hÃ¡ que se afirmar, prima facie, que o fornecimento de Ã¡lcool em gel em meio a uma pandemia nÃ£o era necessÃ¡rio, assim como que nÃ£o hÃ¡ sequer alegaÃ§Ã£o nos autos de que os frascos de Ã¡lcool em gel nÃ£o teriam sido fornecidos, ao menos de maneira parcial, a despeito de haver indicativos de sobrepreÃ§o e de outras ilegalidades praticadas no procedimento de dispensa, como jÃ¡ mencionado, no entanto sem a demonstraÃ§Ã£o, ao menos provisÃ³ria, do prejuÃ-zo experimentado pela administraÃ§Ã£o, com as balizas atinentes ao tema, extrai-se que demonstra-se inviÃ¡vel o sequestro/bloqueio de bens/ativos neste instante, repita-se, diante da ausÃªncia de cumprimento por parte do MinistÃ©rio PÃºblico para se chegar a valores aproximados, jÃ¡, inclusive, oportunizada a correÃ§Ã£o outrora, em decisÃ£o datada de 28/07/2020. Anote-se que o prejuÃ-zo eventualmente experimentado pela administraÃ§Ã£o pÃºblica Ã© de ordem material, entÃ£o, por Ã³bvio, Ã© que necessita ser quantificado ao menos provisoriamente, em virtude do carÃ¡ter preliminar da fase na qual se encontra o presente feito. A exemplo, em um simples acidente de trÃ¢nsito, aquele que experimenta um prejuÃ-zo material deve, ao menos, obter orÃ§amentos para se alcanÃ§ar uma mÃ©dia de valores para pleitear indenizaÃ§Ã£o, nÃ£o sendo razoÃ¡vel a adoÃ§Ã£o de entendimento diverso na espÃ©cie, em que foram movimentados altos valores, mormente considerando-se que nÃ£o fora realizada uma anÃ¡lise prÃ©via pelo TCE ou perÃ-cia de sobrepreÃ§o, como ocorre nos feitos do Ã¢mbito da justiÃ§a federal, como jÃ¡ mencionado, que contam com forÃ§a tarefa de TCU, CGU, PF e MPF, exsurgindo que faz-se necessÃ¡rio que ao menos o i. MP realize o cÃ¡lculo nos moldes preconizados pelo TCU para se ter seguranÃ§a, ao menos provisoriamente, dos valores que seriam reputados como prejuÃ-zo, ressaltando-se que o bloqueio, como tambÃ©m jÃ¡ dito alhures, pode atingir o prejuÃ-zo, multas e custas do processo, no entanto, repise-se o mesmo (prejuÃ-zo experimentado pela AdministraÃ§Ã£o) deve ser ao menos provisoriamente quantificado pelo MinistÃ©rio pÃºblico, nos moldes preconizados. Inobstante, acrescente-se que Ã© cediÃ§o que a medida em comento deve ser pautada pelo critÃ©rio da proporcionalidade e nÃ£o deve ser exorbitante, devendo se chegar a uma estimativa dos valores correspondentes ao efetivo prejuÃ-zo suportado pela

AdministraÃ§Ã£o PÃºblica em virtude da suposta prÃ¡tica delitiva e, consequentemente, seja determinado o montante a ser efetivamente bloqueado, em quantia que, repise-se, nÃ£o seja exorbitante em relaÃ§Ã£o ao referido prejuÃ-zo. Ainda neste sentido: PROCESSO PENAL. SEQUESTRO DE BENS. ART. 126 DO CPP. CONSTRIÃÃO DE TODO PATRIMÃNIO DOS INVESTIGADOS. IMPOSSIBILIDADE. DECRETO-LEI N. 3240/41. CRIMES PRATICADOS EM DETRIMENTO DO ERÃRIO. CONSTRIÃÃO DE PATRIMÃNIO LÃCITO. ESTIMATIVA. CRITÃRIO DE PROPORCIONALIDADE. 1. O art. 126 do CPP, por si sÃ³, nÃ£o autoriza a constriÃ§Ã£o de todo o patrimÃ´nio das pessoas fÃ-sicas e jurÃ-dicas sob investigaÃ§Ã£o. 2. Nada obstante, viÃ¡vel a manutenÃ§Ã£o da medida constritiva de sequestro de bens, com supedÂ¢neo na previsÃ£o contida no Decreto-Lei n. 3240/41, instituto que prevÃª a possibilidade de constriÃ§Ã£o de patrimÃ´nio lÃ-cito para fins de ressarcimento da Fazenda PÃºblica, nos crimes contra ela praticados. 3. A estimativa dos valores constritos deve se pautar pelo critÃ©rio da proporcionalidade, nÃ£o se mostrando adequada a constriÃ§Ã£o de valor exorbitante para assegurar o pagamento das reprimendas pecuniÃ¡rias, nÃ£o se admitindo o sequestro de bens em tal monta que acarrete a impossibilidade de subsistÃªncia dos investigados. 4. No caso em anÃ¡lise, adequado acolher o pedido para determinar a liberaÃ§Ã£o dos valores constantes nas contas das pessoas jurÃ-dicas e nas contas correntes das pessoas fÃ-sicas impetrantes, mantendo-se a constriÃ§Ã£o patrimonial quanto aos demais bens mÃ³veis e imÃ³veis titularizados pelos investigados. (Mandado de SeguranÃ§a (Turma) 5013241-50.2013.4.04.0000, JOSÃ PAULO BALTAZAR JUNIOR, TRF4 - SÃTIMA TURMA, D.E. 12/02/2014.). Como jÃ¡ dito diversas vezes, o douto parquet nÃ£o forneceu ao juÃ-zo, ao menos por estimativa concreta nos autos, os valores referentes ao prejuÃ-zo experimentado pela AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, fazendo alusÃ£o, tÃ£o somente, ao montante integral recebido pela empresa, em virtude do fornecimento dos frascos de Ã¡lcool em gel etÃ-lico hidratado 70Âº INPM, tornando-se inviÃ¡vel o deferimento do pleito. Pelo exposto, INDEFERIMOS tal pleito. Nada obsta que o tema possa ser revisitado, caso haja o cumprimento por parte do MP das balizas alusivas ao tema, jÃ¡ expendidas de forma exaustiva, registrando-se que vÃ¡rios dos investigados jÃ¡ tiveram bens bloqueados, seja na OperaÃ§Ã£o TransparÃªncia - Fase 3, jÃ¡ sem sigilo, em trÂ¢mite nesta vara especializada, seja na operaÃ§Ã£o Â¿Para BellumÂ¿, que tramita no Ã¢mbito do STJ, de maneira que nÃ£o hÃ¡ que se falar em prejuÃ-zo ou possibilidade de dissipaÃ§Ã£o de patrimÃ´nio. DOS PEDIDOS DE BUSCA E APREENSÃO Primeiramente, insta registrar, que o juÃ-zo tem dado a maior celeridade possÃ-vel ao feito, dentro do critÃ©rio da razoabilidade, considerando-se que trata-se de feito complexo, que envolve inÃºmeros investigados e empresas, com inÃºmeros documentos e pedidos extensos, realizados pelo parquet, tendo o juÃ-zo determinado o retorno dos autos ao i. MP, como um dos motivos, devido a atividade fiscalizatÃ³ria que o magistrado exerce, de forma anÃ´mala, quanto ao devido cumprimento princÃ-pio da obrigatoriedade, da integridade e o dever de coerÃªncia, rememorando-se, na espÃ©cie, as liÃ§Ãµes do renomado e saudoso Ministro da Suprema Corte Americana, Ronald Dworkin, ao tratar da integridade do direito, lecionava: Â¿A integridade Ã© uma terceira virtude polÃ-tica, ao lado da justiÃ§a e do devido processo legal, a qual se refere ao compromisso de que o governo aja de modo coerente e fundamentado em princÃ-pios com todos os seus cidadÃ£os, a fim de estender a cada um os padrÃµes fundamentais de justiÃ§a e equidade (Dworkin, 2007).Â¿, nÃ£o havendo, pois, que se confundir a observÂ¢ncia da atividade fiscalizatÃ³ria que o magistrado deve exercer quanto a tais princÃ-pios, mesmo na fase investigativa, com eventual tomada de protagonismo com relaÃ§Ã£o Ã s investigaÃ§Ãµes, o que nÃ£o operou-se na espÃ©cie. Destarte, Ã© a partir da interpretaÃ§Ã£o jurÃ-dica insatisfatÃ³ria das teorias positivistas que surge a teoria do direito como integridade, o qual pretende satisfazer simultaneamente as exigÃªncias da seguranÃ§a e aceitabilidade racional dos operadores do direito, mormente, ao dever de coerÃªncia, inclusive dos Ã³rgÃ£os persecutores. Assim, o dever de coerÃªncia Ã© cogente, estando intimamente ligado com o princÃ-pio da igualdade e do ideal de justiÃ§a. O juÃ-zo o fez tambÃ©m (determinar o retorno dos autos ao i. MP), nÃ£o sÃ³ devido Ã atividade fiscalizatÃ³ria do princÃ-pio da obrigatoriedade, mas sobretudo para dirimir dÃºvidas e incongruÃªncias constantes do procedimento investigatÃ³rio, considerando-se, de mais a mais, que os magistrados sÃ£o os que decidirÃ£o os pleitos, sÃ£o os destinatÃ¡rios da prova. Diante desse contexto, nÃ£o podem solicitar maiores explicaÃ§Ãµes para eventuais incongruÃªncias, incoerÃªncias e dÃºvidas constantes do procedimento investigatÃ³rio!? Registre-se que o juÃ-zo, inclusive, tem oportunizado a correÃ§Ã£o do pleito, posto que, como bem ressaltado no decisum de fls. 414/416, em sua parte final, o eventual deferimento de medidas invasivas em relaÃ§Ã£o aos demais investigados, por Ã³bvio, frustraria o elemento surpresa que deve pautar as referidas medidas invasivas, tais como buscas e apreensÃµes, prisÃµes etc., em relaÃ§Ã£o a eventual investigado nÃ£o incluÃ-do, no entanto que havia indicativos de prÃ¡tica de crime, possibilitando ao MinistÃ©rio PÃºblico apresentar as devidas justificativas para sÃ³ entÃ£o tomar uma decisÃ£o em relaÃ§Ã£o a todos os investigados, e nÃ£o de forma fatiada, em prol da prÃ³pria razoabilidade, por questÃµes lÃ³gicas e prÃ¡ticas. Ressalte-se, por oportuno, que, como corolÃ¡rio do princÃ-pio da

obrigatoriedade, devem os Ã³rgÃ£os oficiais atuarem compulsoriamente contra quem tiver envolvimento no delito, nÃ£o tendo disponibilidade, destarte, de quem investigar ou nÃ£o, de escolha, mesmo sob o inaplicÃ¡vel e combalido argumento de tÃ¡tica, face ao multicitado princÃ-pio da obrigatoriedade. Mesmo que se admitisse o argumento genÃ©rico e frÃ¡gil da Â¿tÃ¡ticaÂ¿, ela deveria ser explicitada para o juÃ-zo. Como se daria!? Qual o motivo!? Enfim, as cartas devem estar na mesa, nÃ£o se admitindo aÃ§Ãµes sob o manto de alegaÃ§Ãµes genÃ©ricas, desprovidas de qualquer explicaÃ§Ã£o e efeito prÃ¡tico, senÃ£o bastaria uma simples alegaÃ§Ã£o genÃ©rica de Â¿tÃ¡ticaÂ¿ paraÂ eventualmente nÃ£o se incluir alguÃ©m em investigaÃ§Ãµes, a despeito de haver indÃ-cios para tanto, solapando o princÃ-pio da obrigatoriedade, do dever de agir, de investigar, enfim, as aÃ§Ãµes, mesmos dos investigadores, devem ser justificadas, para que o prÃ³prio sistema tenha uma lÃ³gica, uma racionalidade e coerÃªncia, assim como haja a prÃ³pria aceitaÃ§Ã£o social. Nesta senda, Ã© consabido que o ordenamento jurÃ-dico pÃ¡trio nÃ£o permite a escolha pelo Ã³rgÃ£o persecutor de quem deva ou nÃ£o investigar, quando presentes os requisitos legais, nÃ£o se confundindo, ainda, a atividade fiscalizatÃ³ria que exerce o magistrado diante do princÃ-pio da obrigatoriedade e do seu corolÃ¡rio, com eventual ofensa ao sistema acusatÃ³rio. Renato Brasileiro de Lima, in Manual de Processo Penal, Volume Ãºnico, 6Âª ediÃ§Ã£o revista, ampliada e atualizada, Editora JusPODIVM, pÃ¡gina 251, leciona acerca do princÃ-pio da obrigatoriedade: Â¿(...). De acordo com o princÃ-pio da obrigatoriedade da aÃ§Ã£o penal pÃºblica, tambÃ©m denominado de legalidade processual, aos Ã³rgÃ£os persecutÃ³rios criminais nÃ£o se reserva qualquer critÃ©rio polÃ-tico ou de utilidade social para decidir se atuarÃ£o ou nÃ£o. (...). Esse princÃ-pio impÃµe um dever de atuaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os oficiais encarregados da investigaÃ§Ã£o (CPP, art. 5Âº) e da aÃ§Ã£o penal (CPP, art. 24), nos crimes de aÃ§Ã£o penal pÃºblica. Por forÃ§a dele, tanto a PolÃ-cia investigativa quanto o MinistÃ©rio PÃºblico devem agir compulsoriamente para apurar e denunciar a infraÃ§Ã£o, respectivamente. NÃ£o contam com nenhuma disponibilidade, ao contrÃ¡rio, vale o dever de persecuÃ§Ã£o e de acusaÃ§Ã£o. (...).Â¿ Acrescente-se a isso que Ã© absolutamente pacÃ-fico o dever do magistrado exercer a sua atividade anÃ´mala de fiscal do princÃ-pio da obrigatoriedade, entendimento esse inclusive pacificado do Ã¢mbito do STJ. Neste sentido: RECURSO EM HABEAS CORPUS. INQUÃRITO POLICIAL. IRREGULARIDADES NA APLICAÃÃO DE VERBAS FEDERAIS. TRÃMITE DIRETO ENTRE MINISTÃRIO PÃBLICO E POLÃCIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AUSÃNCIA DE DISTRIBUIÃÃO A DESEMBARGADOR. PRINCÃPIO ACUSATÃRIO. FUNÃÃES DO JUIZ NA INVESTIGAÃÃO. FISCAL DO PRINCÃPIO DA OBRIGATORIEDADE E DE GARANTIAS. AUSÃNCIA DE PREJUÃZO AO INVESTIGADO. 1. Nos termos da jurisprudÃªncia do Superior Tribunal de JustiÃ§a, admite-se o trÃ¢mite direto do inquÃ©rito entre o Ã³rgÃ£o acusador e a polÃ-cia, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio da duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo. Precedentes. 2. O processo penal brasileiro Ã© inspirado no princÃ-pio acusatÃ³rio, com sede no art. 129, I, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, segundo o qual as funÃ§Ãµes de acusaÃ§Ã£o e julgamento estÃ£o distribuÃ-das a diferentes Ã³rgÃ£os estatais. Assim, considerando que o inquÃ©rito policial se destina ao MinistÃ©rio PÃºblico, na fase investigativa, cumpre ao juiz a observÃ¢ncia de duas tarefas: a de fiscal do princÃ-pio da obrigatoriedade e a de juiz de garantias. 3. O trÃ¢mite direto entre Ã³rgÃ£o acusatÃ³rio e polÃ-cia, alÃ©m de prestigiar o princÃ-pio acusatÃ³rio, nÃ£o prejudica as funÃ§Ãµes jurisdicionais, pois qualquer medida invasiva dependerÃ¡ de autorizaÃ§Ã£o judicial, ocasiÃ£o na qual poderÃ¡ ser distribuÃ-do o feito a um relator, sem nenhum prejuÃ-zo ao investigado. 4. Recurso em habeas corpus improvido. (STJ - RHC: 88570 PE 2017/0215246-5, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÃNIOR, Data de Julgamento: 25/06/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 02/08/2019). Note-se que o prÃ³prio julgado do STJ ressalta que cumpre ao Juiz, mesmo na fase investigativa, ser fiscal do princÃ-pio da obrigatoriedade. NÃ£o bastasse, veja-se que, em sede de ofÃ-cio ao Ministro do STJ, Francisco FalcÃ£o, Relator da operaÃ§Ã£o Â¿Para BellumÂ¿ e Â¿S.O.S.Â¿, o juÃ-zo suscitou questÃ£o reflexa que esbarra no cumprimento do princÃ-pio da obrigatoriedade, na medida em que haveria, tambÃ©m possÃ-vel conexÃ£o com outro feito que lÃ¡ tramita, eventualmente incluindo os ora investigados nas investigaÃ§Ãµes que tramitam no Ã¢mbito do STJ, tendo o nobre Ministro nÃ£o indicado eventual ofensa ao sistema acusatÃ³rio, tanto que nÃ£o hÃ¡ qualquer menÃ§Ã£o a tal situaÃ§Ã£o, posto que Ã© claro, no CPP, em seu artigo 28, que se utiliza por analogia em alguns momentos, o poder de fiscalizaÃ§Ã£o que exerce o magistrado diante do cumprimento do princÃ-pio da obrigatoriedade e do dever de compulsoriamente agir dos Ã³rgÃ£os persecutores, do de coerÃªncia etc., nÃ£o sendo qualquer ofensa ao citado princÃ-pio observaÃ§Ãµes de eventual inobservÃ¢ncia, mesmo porque nÃ£o hÃ¡ no ordenamento jurÃ-dico pÃ¡trio qualquer poder absoluto, sem fiscalizaÃ§Ã£o e sem freios. Poderia entÃ£o o investigador incluir e excluir quem quisesse das investigaÃ§Ãµes, sem prestar contas a ninguÃ©m!? Veja-se que nÃ£o se estÃ¡ em um juÃ-zo condenatÃ³rio ou absolutÃ³rio, a anÃ¡lise aqui Ã© perfunctÃ³ria, preliminar, prefacial, baseada em indÃ-cios, dado o momento investigativo em que se encontra o feito, no entanto hÃ¡ situaÃ§Ãµes que nÃ£o podem passar Ã margem do julgador e que devem ser levadas em

conta na hora de decidir. Como jÃ¡ dito, o dever de coerÃªncia deve pautar as atividades dos operadores do direito e de todos que atuam no feito, sendo que no procedimento em comento, hÃ¡ algumas incongruÃªncias e incoerÃªncias que nÃ£o podem passar despercebidas pelo magistrado em sua atividade fiscalizatÃ³ria do procedimento investigativo. NÃ£o Ã© concebÃ-vel, ademais, qualquer interpretaÃ§Ã£o que vise controlar a atividade jurisdicional no sentido de decidir somente de determinada forma. O magistrado, antes de tudo, Ã© garantidor dos direitos fundamentais, exerce a funÃ§Ã£o fiscalizatÃ³ria do princÃ-pio da obrigatoriedade e do seu corolÃ¡rio, do dever de agir dos Ã³rgÃ£os persecutÃ³rios contra todos, devendo, inclusive, sempre fundamentar as suas decisÃµes, como Ã© consabido, sendo que somente magistrados livres para decidir Ã© que se coadunam com o estado democrÃ¡tico de direito e com o bom direito. O judiciÃ¡rio Ã© a Ãºltima trincheira. Em verdade, com a devida vÃªnia, como jÃ¡ ressaltado, a despeito do empenho dos investigadores, vislumbra-se que, nas investigaÃ§Ãµes, houve certas incongruÃªncias, inconsistÃªncias e idas e vindas, ante Ã ausÃªncia de profundidade, quiÃ§Ã¡ anÃ¡lise/visÃ£o investigativa, o que acabou por afetar a melhor soluÃ§Ã£o dos fatos. A exemplo, Ã© o caso de ALBERTO BELTRAME e PETER CASSOL que, inicialmente, foram excluÃ-dos das investigaÃ§Ãµes, mas que depois foram incluÃ-dos no procedimento investigatÃ³rio, ao que tudo indica, pelos mesmos motivos que jÃ¡ haviam sido excluÃ-dos, posto que, no inÃ-cio das investigaÃ§Ãµes, o i. MP entendeu que a ratificaÃ§Ã£o de atos de procedimento reputado como ilegal nÃ£o teria o condÃ£o de que os mesmos estivessem envolvidos em crimes, citando jurisprudÃªncia sobre simples menÃ§Ã£o a nome, apesar de tal entendimento nÃ£o estar em consonÃ¢ncia com a jurisprudÃªncia pÃ¡tria, que trata de hipÃ³tese de interceptaÃ§Ãµes etc., onde se faz simples menÃ§Ã£o a nome de um pessoa, sem indÃ-cios mais veementes de prÃ¡tica de crime, o que nÃ£o Ã© o caso dos autos, entrementes,Â ao que que tudo indica, como jÃ¡ observado, pelos mesmos motivos que outrora nÃ£o figuraram nas investigaÃ§Ãµes as aludidas pessoas, foram incluÃ-dos nas mesmas, a despeito do juÃ-zo ter indicado o equÃ-voco Ã Ã©poca. Nesta senda, em um juÃ-zo perfunctÃ³rio, preliminar, baseado em indÃ-cios, o mesmo estaria ocorrendo com JOAQUIM MARGALHO, vez que, no meio do procedimento investigativo, a situaÃ§Ã£o apresenta incongruÃªncias, contradiÃ§Ãµes, incoerÃªncias e dÃºvidas constantes do PIC, considerando que, mesmo alegando o i. MP que JOAQUIM MARGALHO seria sÃ³cio de uma empresa que seria beneficiÃ¡ria do esquema criminoso, o douto Ã³rgÃ£o persecutor incluiu o outro sÃ³cio nas investigaÃ§Ãµes, qual seja, o senhor LUIS FELIPE FERNANDES, no entanto nÃ£o incluiu o senhor JOAQUIM MARGALHO em seus pleitos, com a mÃ¡xima vÃªnia, sem uma justificativa plausÃ-vel atÃ© o momento, mas apenas com argumentos genÃ©ricos que nÃ£o se prestam para excluÃ--lo das investigaÃ§Ãµes e de pedidos, pois como explicar que um dos sÃ³cios de uma empresa beneficiÃ¡ria de um suposto esquema criminoso teria sido beneficiado pelo aludido esquema e o outro nÃ£o!? NÃ£o hÃ¡ que se confundir, ademais, com a devida vÃªnia, medidas investigativas determinadas de ofÃ-cio pelo juÃ-zo (que nÃ£o ocorreram), com a hipÃ³tese de quando o MinistÃ©rio PÃºblico narra condutas criminosas e deixa de incluir no pleito e investigaÃ§Ãµes pessoas ligadas a empresas investigadas, encetando suas aÃ§Ãµes em apenas um sÃ³cio, com justificativas genÃ©ricas, indo de encontro (e nÃ£o ao encontro) ao princÃ-pio da vedaÃ§Ã£o ao comportamento contraditÃ³rio (venire contra factum proprium), do dever de isonomia e de coerÃªncia que devem pautar a atuaÃ§Ã£o do operador do direito, seja ele quem for. O que hÃ¡ nos autos Ã© a narrativa de fatos supostamente delituosos e o magistrado, dentro desse contexto, decide de determinada forma, com base nas provas, na lei e no seu livre convencimento motivado, aliÃ¡s, Ã© comezinha e antiga a regraÂ do narra mim factum dabu tibi jus, jura novit curia, - narra-me o fato que te darei o Direito, o juiz conhece o Direito -, bastando a narrativa dos fatos para que o magistrado exerÃ§a o seu livre convencimento, nÃ£o se confundido tal direito e dever com agir de ofÃ-cio, investigar ou algo do gÃªnero. O sistema acusatÃ³rio nÃ£o Ã© carta branca para a inobservÃ¢ncia dos princÃ-pios basilares do processo penal e dos relativos Ã s investigaÃ§Ãµes, repise-se, exercendo o magistrado a anÃ´mala funÃ§Ã£o fiscalizadora de tais princÃ-pios. Como jÃ¡ dito, o comportamento contraditÃ³rio Ã© vedado, havendo que se ter coerÃªncia de aÃ§Ãµes dos autores do processo e do prÃ³prio procedimento inquisitorial, sob pena de se cair em descrÃ©dito as investigaÃ§Ãµes e quiÃ§Ã¡ resultar em severas injustiÃ§as e impunidades. A coerÃªncia e a isonomia sÃ£o pedras fundamentais. Extrai-se do procedimento investigatÃ³rio que, passados alguns meses das investigaÃ§Ãµes e apÃ³s a expediÃ§Ã£o de mandados de busca pelo juÃ-zo, ainda sem notÃ-cia de cumprimento, a despeito do r. MP alegar urgÃªncia dos pleitos e de ter instaurado o PIC somente aproximadamente 3 meses apÃ³s os fatos, vez que os mesmos se passaram na segunda quinzena de marÃ§o e o PIC fora instaurado em 1Âº de junho de 2020, exsurge que, a despeito do presente feito estar em segredo de justiÃ§a, as notÃ-cias referentes Ã s investigaÃ§Ãµes jÃ¡ se encontram em vÃ¡rios blogs e sites de grande leitura, tais como o https://www.romanews.com.br/cidade/integrantes-do-conselho-de-farmacia-querem-afastar-presidente-acusado/94466/Â e

http://www.portalsantarem.com.br/noticias/conteudo/presidente-do-conselho-de-farmacia-do-para-e-acusado-de-integrar-esquema-de-fraudes-na-sespa/73701, publicaÃ§Ãµes datadas de 02/10/2020, de modo que nÃ£o hÃ¡ mais que se falar em elemento surpresa de medidas acaso deferidas. Exsurge, destarte, que o deferimento, neste instante, ao menos das medidas invasivas, teria mais um efeito midiÃ¡tico do que instrumental Ã s investigaÃ§Ãµes, sendo que, por Ã³bvio, tal situaÃ§Ã£o engloba empresas que teriam sido beneficiadas no suposto esquema criminoso e que seriam atingidas pelas investigaÃ§Ãµes. Estas, inclusive, jÃ¡ poderiam ter sido incluÃ-das anteriormente nas investigaÃ§Ãµes, caso houvesse uma investigaÃ§Ã£o com mais profundidade ab initio, com quebras de sigilos fiscais, bancÃ¡rios, relatÃ³rios do COAF etc. Nem se diga que tais empresas somente vieram Ã tona com as colaboraÃ§Ãµes premiadas, inclusive homologadas pelo juÃ-zo, posto que seria razoÃ¡vel que as mesmas jÃ¡ poderiam ter sido identificadas com quebras de sigilo e outras aÃ§Ãµes efetuadas em data anterior, considerando-se que, inclusive, conforme fls. 390 e 390-v, as transferÃªncias bancÃ¡rias a que refere-se o pleito em determinado momento datam de 15/05/2020. A exemplo, tambÃ©m ALBERTO BELTRAME e PETER CASSOL, que sÃ³ foram incluÃ-dos nas investigaÃ§Ãµes aproximadamente 3 meses apÃ³s o tombamento do PIC e aproximadamente 6 meses apÃ³s os fatos. A despeito do empenho investigativo na tentativa de apurar os fatos e da gravidade dos delitos apurados na espÃ©cie, como jÃ¡ dito, nÃ£o se pode desconsiderar que hÃ¡ algumas incongruÃªncias nas investigaÃ§Ãµes, tais como a nÃ£o inclusÃ£o de todos os supostos envolvidos ab initio, a despeito de haver elementos para tanto, tais como ALBERTO BELTRAME e PETER CASSOL, alÃ©m da nÃ£o verificaÃ§Ã£o das empresas envolvidas no suposto esquema criminoso, tambÃ©m ab initio, apesar de possÃ-vel a identificaÃ§Ã£o com simples quebras de sigilos bancÃ¡rios e outros meios investigativos, repise-se, considerando-se que as transferÃªncias bancÃ¡rias a que alude o i. MP, em determinado ponto, datam de 15/05/2020 (fl. 390), sendo que algumas dessas incongruÃªncias ainda nÃ£o foram dirimidas, outras apareceram no curso das investigaÃ§Ãµes, jÃ¡ apontadas alhures, alÃ©m do que o elemento surpresa acabou por nÃ£o mais coexistir, sendo necessÃ¡rio o aprofundamento das investigaÃ§Ãµes por parte do MinistÃ©rio PÃºblico, utilizando-se dos meios requisitÃ³rios e outros dos quais dispÃµe, inclusive dirimindo as suas dÃºvidas quanto Ã participaÃ§Ã£o de JOAQUIM MARGALHO no suposto esquema criminoso, pelo que nÃ£o resta outra alternativa ao juÃ-zo senÃ£o o indeferimento do pleito. A ausÃªncia do elemento surpresa, como Ã© consabido, frustra a possibilidade do encontro da prova e, mesmo que estas sejam encontradas porventura, nÃ£o terÃ£o mais a higidez, a confiabilidade, a fidedignidade e a integridade necessÃ¡ria a instruir o feito na busca da verdade real, afigurando-se, como jÃ¡ dito, que a medida nÃ£o teria a eficÃ¡cia necessÃ¡ria, porÃ©m, mais um efeito midiÃ¡tico do que instrumental Ã s investigaÃ§Ãµes. NÃ£o bastasse, registre-se que, com relaÃ§Ã£o a ALBERTO BELTRAME e PETER CASSOL, estes jÃ¡ foram alvos de operaÃ§Ãµes deflagradas perante o STJ (OperaÃ§Ã£o Para Bellum), inclusive com o deferimento de buscas etc., conforme se extrai do link https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/10/pf-realiza-operacao-para-apurar-fraudes-na-compra-de-respiradores-em-belem.ghtml, de modo que o material probatÃ³rio que poderia ter sido encontrado com os mesmos jÃ¡ fora colhido e esgotado, bastando, para tanto, um simples pedido de compartilhamento de provas, junto ao STJ, realizado pelo parquet, com o fito de se colher o elemento probatÃ³rio que deseja, de maneira que nÃ£o bastasse a ausÃªncia do elemento surpresa, tambÃ©m por este motivo, em relaÃ§Ã£o a ambos, nÃ£o se verificaria a eficÃ¡cia da medida, tendo, repita-se, mais um efeito midiÃ¡tico do que instrumental ao processo. A surpresa e a sigilosidade, como ressaltado, sÃ£o imprescindÃ-veis para a eficÃ¡cia mÃ-nima da medida que ora se pleiteia, o que, repise-se, nÃ£o mais se verifica no caso sub examen, neste instante. Na ApelaÃ§Ã£o Criminal NÂº 5051398-15.2011.404.7000/PR, que teve como Relatora a juÃ-za CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI, do Tribunal Regional Federal da 4Âª RegiÃ£o, fora ressaltado no ponto: (...). Perceba-se que a principal caracterÃ-stica da busca e apreensÃ£o Ã© a surpresa, de forma que ao investigado nÃ£o seja dada a oportunidade de se desfazer dos bens e objetos do crime. (...)Â¿. TambÃ©m como jÃ¡ demonstrado, em meados de outubro do corrente ano, as investigaÃ§Ãµes acabaram por nÃ£o ter mais o elemento surpresa esperado, presente Ã Ã©poca quando do deferimento dos mandados de busca, expedidos no final de julho de 2020 e que, repita-se, ainda sem notÃ-cia de cumprimento, de modo que verifica-se que nÃ£o mais presente o elemento surpresa para que medidas invasivas como a busca tivessem a eficÃ¡cia necessÃ¡ria. Nesse contexto, como jÃ¡ observado, nÃ£o bastasse a atual ausÃªncia do elemento surpresa, associado Ã s dÃºvidas e incongruÃªncias relativas Ã s investigaÃ§Ãµes, assim como idas e vindas, tais como o exemplo de ALBERTO BELTRAME e PETER CASSOL, seria de bom alvitre, assim, o aprofundamento das investigaÃ§Ãµes pelos meios que o i. MP dispÃµe, assim como os meios disponÃ-veis na lei nÂº 12.850/13, tais como a aÃ§Ã£o controlada etc.,Â ou mesmo eventuais pedidos de quebra de sigilo, relatÃ³rios do COAF, para que entÃ£o as investigaÃ§Ãµes possam evoluir dentro do espectro fÃ¡tico-probatÃ³rio e em observÃ¢ncia aos princÃ-pios que norteiam o tema. Insta registrar que, em

investigaÃ§Ãµes relativas a organizaÃ§Ãµes criminosas, como afirma o r. MP existir na espÃ©cie, nÃ£o existem somente os meios investigativos ordinÃ¡rios e comuns para se investigar, sendo, inclusive, os preferÃ-veis aqueles constantes da Lei nÂº 12.850/13, nÃ£o se podendo fazer letra morta dos meios investigativos hÃ¡ muito utilizados em outros paÃ-ses e que foram incorporados em nosso ordenamento jurÃ-dico pÃ¡trio com atraso e que os investigadores podem fazer uso, repise-se, mormente diante do cenÃ¡rio de ineficÃ¡cia que as buscas teriam ante Ã ausÃªncia, neste instante, do elemento surpresa, presente quando do deferimento do pleito ainda em meados de julho de 2020, sendo certo que, como jÃ¡ ressaltado, nÃ£o hÃ¡ notÃ-cia de cumprimento dos mandados de busca por parte do r. MP atÃ© o momento, a despeito do nobre Ã³rgÃ£o persecutor reiteradamente alegar urgÃªncia da medida e ter instaurado o PIC somente aproximadamente 3 meses depois da ocorrÃªncia dos fatos e parte dos investigados terem sido incluÃ-dos, aproximadamente, 6 meses depois dos fatos, concluindo-se, destarte, que as buscas seriam ineficazes pelos motivos expostos, sendo cediÃ§o que o juiz pode indeferir provas consideradas impertinentes para o momento. No dizer de Cleber Masson e VinÃ-cius MarÃ§al, ambos promotores de JustiÃ§a, sendo o primeiro mestre e doutor em direito penal, e o segundo ex-Delegado de polÃ-cia do Distrito Federal: Â¿(...) Os crimes de rua, que sÃ£o os praticados pelas pessoas de classes sociais desfavorecidas (a exemplo dos furtos executados por miserÃ¡veis, andarilhos e mendigos), sÃ£o cometidos aos olhos da sociedade, em locais supervisionados pelo Estado (praÃ§as, parques, favelas etc.), e, por essa razÃ£o, sÃ£o frequentemente objeto das instÃ¢ncias de proteÃ§Ã£o (PolÃ-cia, MinistÃ©rio PÃºblico e Poder JudiciÃ¡rio). Esses delitos, tambÃ©m etiquetados como crimes do colarinho azul 1, sÃ£o, portanto, na imensa maioria das vezes, cometidos sem as artimanhas e engenharias tÃ-picas das sofisticadas organizaÃ§Ãµes criminosas. Estas nÃ£o atuam de forma amadora. Bem ao contrÃ¡rio. Com efeito, a estrutura das organizaÃ§Ãµes criminosas, a tÃ-pica divisÃ£o de tarefas entre os membros do grupo, o foco tantas vezes presente nos crimes do colarinho branco (`white collar crimeÂ¿) e o nÃ-vel de profissionalismo dos seus integrantes, todas essas circunstÃ¢ncias amalgamadas sÃ£o reveladoras do surgimento das cifras douradas do Direito Penal, indicativas da diferenÃ§a apresentada entre a criminalidade real e a criminalidade conhecida e enfrentada pelo Estado. Raramente existem registros envolvendo delitos dessa natureza, o que inviabiliza a persecuÃ§Ã£o penal e acarreta a impunidade das pessoas privilegiadas no Ã¢mbito econÃ´mico, especialmente quando envolvidas nos meandros das organizaÃ§Ãµes criminosas. Sendo assim, Ã© impensÃ¡vel cogitar a possibilidade de utilizaÃ§Ã£o exclusiva dos tradicionais mÃ©todos de investigaÃ§Ã£o (p. ex.: requisiÃ§Ã£o de documentos, oitiva de testemunhas, busca e apreensÃµes etc.) para o desvendar de uma organizaÃ§Ã£o criminosa. Somente com a adoÃ§Ã£o de tÃ©cnicas especiais de investigaÃ§Ã£o Ã© possÃ-vel, assim mesmo com dificuldade, revelar-se em minÃºcias o foco e o modo de atuaÃ§Ã£o da criminalidade organizada, bem como a identidade dos seus membros. A esse respeito, bem ASSENTOU AntÃ´nio Scarance Fernandes ser `[...] essencial para a sobrevivÃªncia da organizaÃ§Ã£o criminosa que ela impeÃ§a a descoberta dos crimes que pratica e dos membros que a compÃµem, principalmente dos seus lÃ-deres. Por isso ela atua de modo a evitar o encontro de fontes de prova de seus crimes: faz com que desapareÃ§am os instrumentos utilizados para cometÃª-los e com que prevaleÃ§a a lei do silencia entre seus componentes; intimida testemunhas; rastreia por meio de tecnologias avanÃ§adas os locais onde se reÃºne para evitar interceptaÃ§Ãµes ambientais; usa telefones e celulares de modo a dificultar a interceptaÃ§Ã£o, preferindo conversar por meio de dialetos ou lÃ-nguas menos conhecidas. Por isso, os Estados viram-se na contingÃªncia de criar formas especiais de descobrir as fontes de provas, de conservÃ¡-las e de permitir a produÃ§Ã£o diferenciada da prova para proteger vÃ-timas, testemunhas e colaboradoresÂ¿. Nesse contexto, a lei do Crime Organizado, em seu art. 3Âº, preconizou que, em qualquer fase da persecuÃ§Ã£o penal - ou seja, no Ã¢mbito da investigaÃ§Ã£o criminal ou do processo penal -, serÃ£o permitidos, sem prejuÃ-zo de outros jÃ¡ previstos em lei, os seguintes meios de obtenÃ§Ã£o de prova: `Art. 3Âº [...]. I - colaboraÃ§Ã£o premiada; II - captaÃ§Ã£o ambiental de sinais eletromagnÃ©ticos, Ã³pticos ou acÃºsticos; III - aÃ§Ã£o controlada; IV - acesso a registros de ligaÃ§Ãµes telefÃ´nicas e telemÃ¡ticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados pÃºblicos ou privados e a informaÃ§Ãµes eleitorais ou comerciais; V - interceptaÃ§Ã£o de comunicaÃ§Ãµes telefÃ´nicas e telemÃ¡ticas, nos termos da legislaÃ§Ã£o especÃ-fica; VI - afastamento dos sigilos financeiro, bancÃ¡rio e fiscal, nos termos da legislaÃ§Ã£o especÃ-fica; VII- infiltraÃ§Ã£o, por policiais, em atividade de investigaÃ§Ã£o, na forma do art. 11; VIII - cooperaÃ§Ã£o entre instituiÃ§Ãµes e Ã³rgÃ£os federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informaÃ§Ãµes de interesse da investigaÃ§Ã£o ou da instruÃ§Ã£o criminalÂ¿. Por Ã³bvio, a utilizaÃ§Ã£o desses meios especiais de obtenÃ§Ã£o de prova deverÃ¡ obedecer Ã s regras legais e constitucionais. Num Estado Constitucional e DemocrÃ¡tico de Direito, em que sua Carta Magna homenageia o sistema processual acusatÃ³rio e um conjunto de garantias fundamentais ao investigado/processado, Ã© comezinha a percepÃ§Ã£o segundo a qual as intromissÃµes do Estado na

esfera privada dos cidadÃ£os, especialmente na seara criminal, sÃ³ podem existir dentro dos estritos lindes normativos.Â A busca pela eficiÃªncia nÃ£o pode jamais atropelar inconstitucionalmente direitos e garantias fundamentais. (...) Entretanto, o surgimento de novas modalidades criminosas, a especializaÃ§Ã£o das organizaÃ§Ãµes criminosas no cometimento de crimes societÃ¡rios, contra o sistema financeiro e a AdministraÃ§Ã£o PÃºblica, conjugada com a profissionalizaÃ§Ã£o e o aperfeiÃ§oamento das tÃ©cnicas de lavagem de dinheiro, estÃ¡ a reclamar mudanÃ§as nÃ£o apenas relacionadas ao modo de investigar(...). Nesse caminho, festejamos a corajosa liÃ§Ã£o do magistrado federal Paulo Augusto Moreira Lima, no sentido de que: `A anÃ¡lise do modus operandi destes `velhos delitosÂ¿ Ã© suficiente a demonstrar que raramente virÃ£o Ã tona por confissÃ£o, prova testemunhal ou flagrante. Se os julgadores se contentarem apenas com esse tipo de prova, assistiremos a uma saraivada sem fim de absolviÃ§Ãµes, pois a experiÃªncia demonstra que nos casos pertinentes Ã macrocriminalidade impera forte cÃ³digo de silÃªncio na instruÃ§Ã£o criminal. Assim, a nÃ£o compreensÃ£o de que as novas formas criminosas nÃ£o podem ser demonstradas pelos meios clÃ¡ssicos de prova resulta, no mais das vezes, na exigÃªncia de produÃ§Ã£o de prova impossÃ-vel (diabÃ³lica), o que acaba por conduzir ao reconhecimento de nulidades e absolviÃ§Ãµes (...) (MASSOM, Cleber; MARÃAL, VinÃ-cius. Crime Organizado- 3Âª ed. Rio de Janeiro: Forense; SÃ£o Paulo: MÃ©todo, 2016, p.107/111). Os ditos crimes do colarinho azul fazem alusÃ£o Ã cor dos macacÃµes utilizados pelos operÃ¡rios norte-americanos da dÃ©cada de 1940, como citado pelos aludidos autores na mencionada obra. A despeito do MinistÃ©rio PÃºblico mencionar a eventual ocorrÃªncia de crime lavagem de capitais, nÃ£o se verifica, atÃ© o momento, aÃ§Ãµes investigativas encetadas a desvendar tal espÃ©cie de delito, posto que pedidos de busca, bloqueio de valores e prisÃµes, per si, como Ã© consabido, nÃ£o tÃªm o condÃ£o de desvendar tais delitos, devendo as investigaÃ§Ãµes para descortinar tais crimes serem mais sofisticadas, com o fito de seguir o caminho do dinheiro, o que poderia Â¿quebrarÂ¿ a alegada organizaÃ§Ã£o criminosa, na comezinha regra follow the Money (siga o dinheiro). Ã cediÃ§o que a lavagem de dinheiro nasceu das organizaÃ§Ãµes criminosas, sendo uma das teorias mais aceitas para o surgimento da expressÃ£o Â¿lavagem de dinheiroÂ¿, a que se refere ao mafioso Al Capone que, em 1928, teria comprado uma cadeia de lavanderias em Chicago formando a empresa de fachada Sanitary Cleaning Shops. No dizer de Marcelo Mendroni, que atuou, de 1997 a 2002, no GAECO, do MinistÃ©rio PÃºblico de SÃ£o Paulo, onde foi responsÃ¡vel pela reestruturaÃ§Ã£o da ideologia da atuaÃ§Ã£o do Promotor de JustiÃ§a no campo da investigaÃ§Ã£o criminal: Â¿(...) As organizaÃ§Ãµes criminosas e a lavagem de dinheiro nÃ£o coexistem separadamente. NÃ£o Ã© possÃ-vel imaginar uma organizaÃ§Ã£o criminosa que nÃ£o pratique a lavagem do dinheiro obtido ilicitamente, como forma de inviabilizar a continuidade dos crimes, sempre de maneira mais aprimoradaÂ¹. Exemplificando, o dinheiro conseguido com o trÃ¡fico de drogas Ã© utilizado para a estruturaÃ§Ã£o de meios cada vez mais sofisticados de esconderijo para o transporte de mais entorpecentes, para a viabilizaÃ§Ã£o de prÃ¡tica de corrupÃ§Ã£o de funcionÃ¡rios de escalÃµes mais altos, para a aquisiÃ§Ã£o de negÃ³cios lÃ-citos que servem de escudo para a obtenÃ§Ã£o de outros fundos, de forma a proporcionar a dissimulaÃ§Ã£o da origem ilÃ-cita daqueles, para Â¿contratarÂ¿ mais funcionÃ¡rios dispostos a se exporem e testas de ferro que viabilizem a ocultaÃ§Ã£o dos verdadeiros `chefesÂ¿, para o aprimoramento da distribuiÃ§Ã£o etcÂ². Ã utilizado como verdadeiro `investimentoÂ¿, servindo, evidentemente, tambÃ©m para proporcionar vida luxuosa aos `donos do negÃ³cioÂ¿. As organizaÃ§Ãµes criminosas operam sempre sobre o eixo dinheiro-poder. O dinheiro gera o poder e vice-versa, o poder gera dinheiro. O dinheiro mantÃ©m e motiva a prÃ¡tica dos crimes e mantÃ©m ativas as organizaÃ§Ãµes criminosas de forma que os seus chefes fazem tudo para esconder e proteger o dinheiro, produto dos ilÃ-citosÂ³. Assim, pode-se dizer que toda organizaÃ§Ã£o criminosa precisa e necessariamente pratica a lavagem de dinheiro, mas o inverso nÃ£o Ã© sempre verdadeiro, pois nem sempre quem lava dinheiro pertence a uma organizaÃ§Ã£o criminosa. Ã possÃ-vel imaginar um Ãºnico funcionÃ¡rio pÃºblico que recebe alto valor de corrupÃ§Ã£o e pratica algum ato de ocultaÃ§Ã£o ou dissimulaÃ§Ã£o, o que significa que, sem pertencer a uma organizaÃ§Ã£o criminosa qualquer, praticou o crime de lavagem de dinheiro. Da atuaÃ§Ã£o com caracterÃ-stica permanente das organizaÃ§Ãµes criminosas na prÃ¡tica de lavagem de dinheiro decorre o ciclo `criminal-legalÂ¿, com a subdivisÃ£o do seu produto, que acaba sendo aplicado tanto para incrementar e/ou ampliar as atividades criminosas, como tambÃ©m em negÃ³cios jÃ¡ considerados `lÃ-citosÂ¿ PELLEGRINI, Angiolo; COSTA JR., Paulo JosÃ© da. Criminalidade organizada. JurÃ-dica Brasileira, 1999. p. 55, comentam: Â¿DÃ¡-se entÃ£o o enorme acÃºmulo de capitais mediante o exercÃ-cio das mais disparatadas atividades lÃ-citas, antes de todas o trÃ¡fico de estupefacientes, as extorsÃµes, a participaÃ§Ã£o na construÃ§Ã£o de obras pÃºblicas mediante o recurso sistemÃ¡tico Ã s subempreitadas. Tudo isso comportou um maior interesse para ser defendido pelas vÃ¡rias quadrilhas, nÃ£o mais ancoradas sobre o territÃ³rio, mas visando gestÃµes estratÃ©gicas nas atividades econÃ´mico-financeiras, cuidando de lavar o dinheiro quente,

mesmo fora do estado. [...] Os muitos caminhos seguidos pela criminalidade organizada, no reinvestimento dos lucros ilicitamente obtidos, tornam particularmente difÃ-cil um completo controle do fenÃ´meno `reciclagemÂ¿. Com efeito, o contÃ-nuo desenvolvimento das associaÃ§Ãµes criminosas, tendente ao aperfeiÃ§oamento de novas tÃ©cnicas de ganho, nÃ£o mais circunscritas ao territÃ³rio nacional, determinaram uma dificuldade objetiva na apuraÃ§Ã£o de dados relativos ao fenÃ´menoÂ¿. Sobre o tema, vf.: ZAGARIS, Bruce. Dollar diplomacy international enforcement of money movement and related matters - a United States perspective. George Washington Journal of Internacional Law and Economics, v. 22, p. 465-522, 1989. Veja-se tambÃ©m: BLUNDEN, Bob. The Money Launderers. Gloucestershire/UK: Management Books, 2000. p. 17: Â¿This multi-billion-pound business allows the organised crime `executive managersÂ¿ to bribe and recruit accountants, lawyers, bankers and employees within those organizations that can process the proceeds of their criminal activityÂ¿. Veja-se o comentÃ¡rio de HAMPTON, Alan. Suspicious Activity Reports Disclosure and Protection. U.S. Attorneys Bulletin, U.S. Department of Justice, Sept. 2007, v. 55, nÂº 5, p.48: Â¿The profits which drive the criminal organization, and the financial tools which criminals use to protect those profits, are the main points of vulnerability. Money motivates the crime; money keeps the organization going; protecting the money is the criminalÂ¿s chief concern. A financial investigation follows the money in order to take down the criminal, as well as the whole enterprise that supports the criminal activity. In focusing on the economic organization and motivation of the criminal enterprises, financial investigations emerge as powerful tool in the law enforcement arsenal RYAN, Patrick J. Organized crime. California: ABC-Clio, 1995, p. 18: Â¿The scope of money laundering problem is as large as the profits from criminal activity - every criminal group needs to launder money.Â¿ (Â¿) (MENDRONI, Marcelo. Crime de lavagem de dinheiro-4Âª ed. SÃ£o Paulo: Atlas, 2018, p. 33/35). Ainda no dizer de MARCELO MENDRONI, in CRIME ORGANIZADO, 6Âª ediÃ§Ã£o, editora Atlas, revista, atualizada e ampliada, pÃ¡g. 38/40: Â¿(...). O crime de terceiro nÃ-vel - lavagem de dinheiro, sempre. Ã por aÃ- que devem ser voltados os maiores esforÃ§os e concentrada a maior atenÃ§Ã£o por parte dos Ã³rgÃ£os de persecuÃ§Ã£o. Ã exatamente sensibilizando, atenuando ou neutralizando os ganhos ilÃ-citos da organizaÃ§Ã£o criminosa que se logra Ãªxito para o enfraquecimento da empresa criminosa. A falta de dinheiro diminui o poder da empresa, externo e interno. Diminui consequentemente a forÃ§a intimidatÃ³ria e a capacidade de operacionalizaÃ§Ã£o dos delitos principais e secundÃ¡rios. Enfraquece o prÃ³prio respeito e obediÃªncia internos da organizaÃ§Ã£o e acaba gerando a corrosÃ£o de suas estruturas. Crime de lavagem de dinheiro Ã© fator absolutamente necessÃ¡rio a qualquer organizaÃ§Ã£o criminosa, que, de uma forma ou de outra precisa processar os ganhos ilÃ-citos revestindo-lhes de aparÃªncia lÃ-cita. Ã o Ãºnico presente em todas, necessariamente. Ã possÃ-vel afirmar que toda organizaÃ§Ã£o criminosa pratica crime de lavagem de dinheiro. A recÃ-proca nÃ£o Ã© verdadeira, entretanto, jÃ¡ que nem todo agente que pratica lavagem de dinheiro pertence a organizaÃ§Ã£o criminosa. As organizaÃ§Ãµes criminosas agem, cada vez mais, infiltrando-se no Ã¢mbito da economia legal. Duas sÃ£o as razÃµes principais. Em primeiro lugar porque pretendem que os seus ganhos ilÃ-citos tenham `configuraÃ§Ã£oÂ¿ de legais para que possam ser livremente utilizados. Isto lhes permite ingressar na seara do ordenamento jurÃ-dico astuciosamente, para dele se prevalecer. Com bens reconhecidos pelo ordenamento jurÃ-dico como `legaisÂ¿, os agentes criminosos podem comercializÃ¡-los e obter as garantias legais, especialmente referentes ao seu Direito de Propriedade. Bens tidos como `ilÃ-citosÂ¿, ao contrÃ¡rio, alÃ©m de nÃ£o contarem com a proteÃ§Ã£o do ordenamento jurÃ-dico, sÃ£o passÃ-veis de sequestro e confisco. Por outro lado, os ganhos ilÃ-citos e assim considerados sÃ³ tÃªm viabilidade de reaplicaÃ§Ã£o no prÃ³prio sistema criminoso, nÃ£o sendo aceitos no Ã¢mbito dos negÃ³cios previstos em Lei. JÃ¡ os bens e valores tidos como `legaisÂ¿ sÃ£o admitidos para investimento de forma livre e ampla, seja no mercado financeiro, como de imÃ³veis, valores etc. Com a infiltraÃ§Ã£o nos negÃ³cios legais, os agentes se veem livre do risco de sequestro/confisco, e ainda podem produzir a desejada riqueza `legalizadaÂ¿, sem contestaÃ§Ã£o das Autoridades. IncontÃ¡veis sÃ£o as tÃ©cnicas utilizadas para a prÃ¡tica de lavagem de dinheiro. Dentre elas, as mais comuns, estÃ£o: EstruturaÃ§Ã£o (smurfing); Mescla (commingling); Empresa-fachada; Empresa-fictÃ-cia; Compra de bens; Contrabando de dinheiro; TransferÃªncia de fundos; Compra/troca de ativos ou instrumentos monetÃ¡rios; Venda fraudulenta de propriedade imobiliÃ¡ria; Centros Off-Shore; Bolsas de Valores; Companhias seguradoras; Jogos e sorteios; Outras operaÃ§Ãµes comerciais; AquisiÃ§Ã£o de antiguidade e objetos de arte; Processo falso; EmprÃ©stimo falso; AquisiÃ§Ã£o de bilhete de loteria premiado. (...)Â¿. Assim, pelo exposto, considerando que nÃ£o mais se verifica, na espÃ©cie, a presenÃ§a do elemento surpresa, bem como diante das dÃºvidas e incongruÃªncias constantes do PIC, INDEFERIMOS O PEDIDO de busca e apreensÃ£o. Em tempo: registre-se que hÃ¡ a necessidade do MinistÃ©rio PÃºblico observar as disposiÃ§Ãµes da ResoluÃ§Ã£o nÂº 181/2017, do CNMP, em sua integralidade, inclusive o disposto no art. 13, da citada ResoluÃ§Ã£o. O presente feito Ã© oriundo do Procedimento InvestigatÃ³rio Criminal

SIMP nÂº 000026-130/2020, instaurado em 01/06/2020, pela Portaria nÂº 04/2020-MPPA/GAECO/NCIC, conforme fls. 112/115. Ã consabido que o PIC deve ser concluÃ-do no prazo de 90 dias, sendo que, caso as investigaÃ§Ãµes se protraiam por perÃ-odo superior, torna-se necessÃ¡rio que se realizem prorrogaÃ§Ãµes, mediante decisÃ£o fundamentada do membro do MinistÃ©rio PÃºblico responsÃ¡vel, nos termos do art. 13, da ResoluÃ§Ã£o nÂº 181/2017, do CNMP, in verbis: Art. 13. O procedimento investigatÃ³rio criminal deverÃ¡ ser concluÃ-do no prazo de 90 (noventa) dias, permitidas, por igual perÃ-odo, prorrogaÃ§Ãµes sucessivas, por decisÃ£o fundamentada do membro do MinistÃ©rio PÃºblico responsÃ¡vel pela sua conduÃ§Ã£o. Ocorre que nÃ£o se extrai dos autos qualquer prorrogaÃ§Ã£o fundamentada do PIC em comento por parte do r. GAECO, tendo sido esgotado o prazo de 90 dias para conclusÃ£o do PIC hÃ¡ mais de 2 meses, sem que, repita-se, haja notÃ-cia do cumprimento do citado art. 13. Com relaÃ§Ã£o ao pedido de renovaÃ§Ã£o do prazo para cumprimento dos mandados de busca e apreensÃ£o jÃ¡ deferidos por este juÃ-zo especializado, por forÃ§a do decisum de fls. 304/317, registre-se que a medida fora deferida em 28/07/2020, data na qual ainda se fazia presente, na espÃ©cie, o elemento surpresa, sendo certo que, atÃ© a presente data, nÃ£o hÃ¡ notÃ-cia do cumprimento, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, dos mandados expedidos no dia 29/07/2020 e recebidos pelo parquet em 07/08/2020, a despeito do parquet reiteradamente alegar urgÃªncia para cumprimento das medidas requeridas no presente feito. Considerando que nÃ£o mais se vislumbra, in casu, a coexistÃªncia do elemento surpresa, como jÃ¡ ressaltado, pelos motivos jÃ¡ sobejamente expostos, conclui-se que, na mesma senda que as buscas ora pleiteadas, jÃ¡ nÃ£o se mostraria eficaz a renovaÃ§Ã£o ora requerida, em virtude do lapso temporal e, como jÃ¡ mencionado, pelas notÃ-cias das investigaÃ§Ãµes jÃ¡ terem se alastrado em blogs e sites de grande leitura, pelo que INDEFERIMOS O PEDIDO de renovaÃ§Ã£o do prazo para cumprimento dos mandados de busca e apreensÃ£o jÃ¡ deferidos por este juÃ-zo especializado, bem como, por consequÃªncia, REVOGAMOS A DETERMINAÃÃO DE FLS. 304/317, TÃO SOMENTE NA PARTE RELATIVA AO DEFERIMENTO DAS BUSCAS. DA PRISÃO TEMPORÃRIA/PREVENTIVA DOS INVESTIGADOS Renato Brasileiro de Lima, in Manual de Processo Penal, Volume Ãnico, 6Âª ediÃ§Ã£o, revista atualizada, editora juspodivm, pÃ¡g. 1011, conceitua o instituto da prisÃ£o temporÃ¡ria: Â¿(...). Cuida-se de espÃ©cie de prisÃ£o cautelar decretada pela autoridade judiciÃ¡ria competente durante a fase preliminar de investigaÃ§Ãµes, com prazo preestabelecido de duraÃ§Ã£o, quando a privaÃ§Ã£o de liberdade de locomoÃ§Ã£o do indivÃ-duo for indispensÃ¡vel para a obtenÃ§Ã£o de elementos de informaÃ§Ãµes quanto Ã autoria e materialidade das infraÃ§Ãµes penais mencionadas no art. 1Âº, inciso III, da Lei nÂº 7.960/89, assim como em relaÃ§Ã£o aos crimes hediondos e equiparados (Lei nÂº 8.072/90, art. 2Âº, Â§4Âº), viabilizando a instauraÃ§Ã£o da persecutio criminis in judicio. Como espÃ©cie de medida cautelar, visa assegurar a eficÃ¡cia das investigaÃ§Ãµes - tutela-meio -, para, em momento posterior, fornecer elementos informativos capazes de justificar o oferecimento de uma denÃºncia, fornecendo justa causa para a instauraÃ§Ã£o de um processo penal, e, enfim, garantir eventual sentenÃ§a condenatÃ³ria - tutela-fim.Â¿ AÂ prisÃ£o temporÃ¡ria Ã© medida excepcional e deve ser revestida do carÃ¡ter de imprescindibilidade, nos termos do art. 1Âº, I, da lei nÂº 7960/89, sendo que na espÃ©cie, nÃ£o fora demonstrada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, de maneira suficiente e concreta, ao menos por ora, a imprescindibilidade da medida cautelar em comento para as investigaÃ§Ãµes, nÃ£o tendo evidenciado, pois, o douto parquet, a tÃ-tulo de exemplo, elementos concretos no sentido de que os ora investigados estejam ocultando provas ou obstruindo de alguma forma as investigaÃ§Ãµes, ameaÃ§ando testemunhas etc. Acerca da imprescindibilidade das investigaÃ§Ãµes, Renato Brasileiro de Lima, in Manual de Processo Penal, Volume Ãnico, 6Âª ediÃ§Ã£o, revista atualizada, editora juspodivm, pÃ¡g. 1012: Â¿(...). Deve a autoridade demonstrar ao juiz o que faz ser considerado `imprescindÃ-velÂ¿ o encarceramento do suspeito para elucidar o fato delituoso, como, por exemplo, a ocultaÃ§Ã£o de provas, o aliciamento ou a ameaÃ§a Ã s testemunhas, a impossibilidade de se proceder ao reconhecimento do acusado por se encontrar em local incerto, etc. Ao decretar a prisÃ£o temporÃ¡ria, deve o juiz ter sempre em mente o princÃ-pio da proporcionalidade, notadamente em seu segundo subprincÃ-pio, qual seja, o da necessidade, devendo se questionar se nÃ£o existe outra medida cautelar diversa da prisÃ£o menos gravosa. Em outras palavras, se uma busca e apreensÃ£o jÃ¡ se apresentar idÃ´nea a atingir o objetivo desejado, nÃ£o se faz necessÃ¡ria uma prisÃ£o temporÃ¡ria; se a conduÃ§Ã£o coercitiva do acusado para o reconhecimento pessoal jÃ¡ se apresentar apta a alcanÃ§ar o fim almejado, nÃ£o se afigura correto escolher medida mais gravosa consubstanciada na privaÃ§Ã£o da liberdade de locomoÃ§Ã£o do acusado; se uma das medidas cautelares diversas da prisÃ£o do art. 319 do CPP jÃ¡ for suficiente para tutelar as investigaÃ§Ãµes, como, por exemplo, a proibiÃ§Ã£o de manter contato com a pessoa determinada, ou a suspensÃ£o do exercÃ-cio de funÃ§Ã£o pÃºblica, deve o magistrado se abster de decretar a prisÃ£o temporÃ¡ria. ImpÃµe-se, portanto, interpretar extensivamente o art. 282, Â§6Âº, e o art. 310, II, ambos do CPP, com redaÃ§Ã£o determinada pela Lei nÂº 12.403/11, o sentido de que, quando as

medidas cautelares diversas da prisÃ£o se revelarem adequadas ou suficientes para tutelar as investigaÃ§Ãµes, a prisÃ£o temporÃ¡ria nÃ£o poderÃ¡ ser decretada. Prestando-se a prisÃ£o temporÃ¡ria a resguardar, tÃ£o somente, a integridade das investigaÃ§Ãµes, forÃ§oso Ã© concluir que, uma vez recebida a denÃºncia, nÃ£o mais subsiste o decreto de prisÃ£o temporÃ¡ria, devendo o denunciado ser colocado em liberdade, salvo se sua prisÃ£o preventiva for decretada. PrisÃ£o temporÃ¡ria, por conseguinte, somente na fase prÃ©-processual. (...)Â¿. Assim, extrai-se que a prisÃ£o temporÃ¡ria nÃ£o Ã© cabÃ-vel no momento, primeiramente diante das incongruÃªncias jÃ¡ apontadas alhures, e depois porque o r. MP parte de argumentos genÃ©ricos para embasar o pleito. A exemplo, cita-se o caso de DANIEL JACKSON, que teria publicado em uma rede social que o seu celular teria passado por uma tentativa de clonagem, alegando o MinistÃ©rio PÃºblico que, ao que tudo indica, o investigado teria mudado de nÃºmero Â¿para nÃ£o deixar rastro das conversas e diÃ¡logos criminosos (provavelmente apagando o conteÃºdo), e que pudessem incriminÃ¡-loÂ¿. Ora, a despeito de levantar alguma suspeita de tal conduta, meras suspeitas nÃ£o autorizam a prisÃ£o, como Ã© consabido. Inclusive, em caso que tramita no Superior Tribunal de JustiÃ§a, aparentemente similar ao apurado no presente feito, no entanto nÃ£o conexo (conforme ofÃ-cio do STJ de fl. 514), o Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, analisando a questÃ£o em sede de liminar em habeas corpus, revogou a prisÃ£o de investigados com base no entendimento de que meras ilaÃ§Ãµes, destituÃ-das de elementos concretos que lhes sirvam de fundamento, nÃ£o teriam o condÃ£o de embasar o decreto constritivo, nos seguintes termos e no ponto: Â¿(...) medidas constritivas de liberdade dessa natureza reclamam que o ato judicial seja devidamente fundamentado em elementos concretos. Nesse sentido: HC nÂº 98.673/SP, Segunda Turma, Relatora a Ministra Ellen Gracie, DJe de 29/10/09; HC nÂº 99.043/PE, Segunda Turma, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 9/9/10; e HC nÂº 100.184/MG, Primeira Turma, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe de 1Âº/10/10, entre outros. (...) Como bem decidiu o eminente Ministro Celso de Mello, Â¿a mera suposiÃ§Ã£o, fundada em simples conjecturas, nÃ£o pode autorizar a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o cautelar de qualquer pessoa. - A decisÃ£o que ordena a privaÃ§Ã£o cautelar da liberdade nÃ£o se legitima quando desacompanhada de fatos concretos que lhe justifiquem a necessidade, nÃ£o podendo apoiar-se, por isso mesmo, na avaliaÃ§Ã£o puramente subjetiva do magistrado de que a pessoa investigada ou processada, se em liberdade, poderÃ¡ delinqÃ¼ir, ou interferir na instruÃ§Ã£o probatÃ³ria, ou evadir-se do distrito da culpa, ou, entÃ£o, prevalecer-se de sua particular condiÃ§Ã£o social, funcional ou econÃ´mico-financeira para obstruir, indevidamente, a regular tramitaÃ§Ã£o do processo penal de conhecimento. - PresunÃ§Ãµes arbitrÃ¡rias, construÃ-das a partir de juÃ-zos meramente conjecturais, porque formuladas Ã margem do sistema jurÃ-dico, nÃ£o podem prevalecer sobre o princÃ-pio da liberdade, cuja precedÃªncia constitucional lhe confere posiÃ§Ã£o eminente no domÃ-nio do processo penal.Â¿ (HC nÂº 102.124/RJ, Segunda Turma, DJe de 14/11/12 - grifos nossos) Portanto, essas circunstÃ¢ncias, quando analisadas em conjunto, fragilizam substancialmente, a meu ver, a legitimidade dessa modalidade de prisÃ£o cautelar, que foi prorrogada na hipÃ³tese. Nesse diapasÃ£o, defiro a liminar para suspender a decisÃ£o questionada, na parte em que prorrogou a prisÃ£o temporÃ¡ria do paciente.Â¿ Ora, se o prÃ³prio STF, em caso similar, decidiu no sentido de que nÃ£o seria cabÃ-vel a prisÃ£o temporÃ¡ria com base em conjecturas e nÃ£o reconheceu elementos para a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o cautelar, nÃ£o caberia a este juÃ-zo de primeiro grau, repita-se, em caso bastante similar, contrariar o entendimento da Suprema Corte brasileira. Ã consabido, outrossim, que mais de 15 mil pessoas tÃªm seus celulares clonados diariamente no Brasil (https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/10/16/e-golpe-mais-de-15-mil-brasileiros-tem-seus-whatsapp-clonados-por-dia.htm), nÃ£o se podendo conceber tal argumento genÃ©rico como permissivo para um decreto de prisÃ£o em relaÃ§Ã£o ao representado DANIEL JACKSON e, muito menos, estender tal presunÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o aos demais investigados. Quanto aos demais investigados, com a devida vÃªnia, na mesma senda, o r. MP sequer indica concretamente em que os mesmos atrapalhariam as investigaÃ§Ãµes, alegando tÃ£o somente que, diante da conduta de DANIEL JACKSON de postar em rede social que seu nÃºmero de celular teria passado por uma tentativa de clonagem, Â¿nÃ£o haveria como nÃ£o se inferir a grande probabilidade dos demais investigados virem a apagar as informaÃ§Ãµes telemÃ¡ticas de outros dispositivos que, individualmente, possuam armazenadas em nuvemÂ¿, afigurando-se, com a devida vÃªnia, novamente,Â argumentaÃ§Ãµes genÃ©ricas, sem apresentar elementos concretos e especÃ-ficos, que nÃ£o se prestam para a decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o temporÃ¡ria, conforme jurisprudÃªncia pacÃ-fica sobre o tema, inclusive da Suprema Corte Brasileira. NÃ£o verificado, portanto, neste instante, o requisito da imprescindibilidade da prisÃ£o temporÃ¡ria, nÃ£o se podendo fazer uma ilaÃ§Ã£o de que existiria risco concreto de destruiÃ§Ã£o de provas pelo simples fato de um dos investigados mencionar em uma rede social que teria sido vÃ-tima de tentativa de clonagem de seu nÃºmero de celular, sendo ainda mais desprovida de ressonÃ¢ncia concreta nos autos a alegaÃ§Ã£o de que seria alta a probabilidade de que os outros investigados, que

sequer realizaram tais declaraÃ§Ãµes, teriam tal conduta. Anote-se que aqui nÃ£o se estÃ¡ absolvendo ou condenando alguÃ©m, somente nÃ£o foram apresentados pelo MinistÃ©rio PÃºblico elementos bastantes e necessÃ¡rios para o deferimento do pleito neste instante, mormente ao se considerar que a segregaÃ§Ã£o cautelar Ã© medida extrema e excepcional. Pelo exposto, de tudo que dos autos consta e do livre convencimento motivado que formo, INDEFERIMOS os pedidos de prisÃ£o temporÃ¡ria. Quanto aos pedidos de prisÃ£o preventiva, registre-se, incialmente, que Renato Brasileiro de Lima, in Manual de Processo Penal, Volume Ãnico, 6Âª ediÃ§Ã£o, 2018, revista atualizada, editora juspodivm, pÃ¡g. 967, assim conceitua o instituto: Â¿(...). CONCEITO DE PRISÃO PREVENTIVA: Cuida-se de espÃ©cie de prisÃ£o cautelar decretada pela autoridade judiciÃ¡ria competente, mediante representaÃ§Ã£o da autoridade policial ou requerimento do MinistÃ©rio PÃºblico, do querelante ou do assistente, em qualquer fase das investigaÃ§Ãµes ou do processo criminal (nesta hipÃ³tese, tambÃ©m pode ser decretada de ofÃ-cio pelo magistrado), sempre que estiverem preenchidos os requisitos legais (CPP, art. 313) e ocorrerem os motivos autorizadores listados no art. 312 do CPP, e desde que se revelem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisÃ£o (CPP, art. 319). (...)Â¿. Sic. Compulsando detidamente os autos, com a devida vÃªnia, o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o apresentou elementos concretos para fundamentar o decreto preventivo, inclusive PETER CASSOL e ALBERTO BELTRAME jÃ¡ foram exonerados e nÃ£o ocupam mais cargos no Governo do Estado, respectivamente, desde 10/06/2020 e 01/08/2020, nÃ£o se podendo, como Ã© consabido, decretar prisÃµes preventivas com base em argumentaÃ§Ãµes genÃ©ricas, sendo cediÃ§o, de mais a mais, que medidas cautelares diversas da prisÃ£o sÃ£o preferÃ-veis na sistemÃ¡tica do CPP. Quanto aos demais representados, o MinistÃ©rio PÃºblico afirma, tambÃ©m genericamente, que a prisÃ£o preventiva seria necessÃ¡ria para garantir a instruÃ§Ã£o processual, sob a alegaÃ§Ã£o de que estariam a perturbar e a impedir a produÃ§Ã£o de provas, no sentido, inclusive, de apagar vestÃ-gios do crime ou mesmo destruir documentos e ajustar versÃµes, de modo a dificultar a descoberta dos fatos e as suas respectivas participaÃ§Ãµes nos fatos em apuraÃ§Ã£o. Alega o i. MP, ademais, que os representados realizariam reuniÃµes para desenvolverem combinaÃ§Ã£o de versÃµes, bem como que teria sido relatada pelos colaboradores a ocorrÃªncia de ameaÃ§as. Ocorre que, na espÃ©cie, tais alegaÃ§Ãµes nÃ£o encontram ressonÃ¢ncia concreta nos autos atÃ© este instante, nÃ£o se prestando para fundamentar a segregaÃ§Ã£o cautelar dos ora representados. Quanto Ã notÃ-cia de que os investigados estariam reiterando na prÃ¡tica delitiva, contratando novamente com o poder pÃºblico, com novos empenhos repassados aos investigados colaboradores, conforme mencionado pelo douto parquet, de fato hÃ¡ indicativos nos autos de tal fato, no entanto registre-se que, como Ã© consabido e jÃ¡ dito, as medidas cautelares diversas da prisÃ£o sÃ£o preferÃ-veis Ã prisÃ£o preventiva, caso sejam suficientes para atingir a finalidade colimada. Neste sentido: RECURSO ORDINÃRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÃÃO CRIMINOSA. FRAUDE A LICITAÃÃO. LAVAGEM DE DINHEIRO. CORRUPÃÃO ATIVA E PASSIVA. FALSIDADE IDEOLÃGICA. PRISÃO CAUTELAR SUBSTITUÃDA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO IMPOSTAS PELO TRIBUNAL ESTADUAL. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. ADEQUAÃÃO. RECURSO ORDINÃRIO DESPROVIDO. I - A Lei n. 12.403/2011 alterou significativamente dispositivos do CÃ³digo de Processo Penal, notadamente os artigos 319 e 320, nos quais estabeleceu-se a possibilidade de imposiÃ§Ã£o de medidas alternativas Ã prisÃ£o cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critÃ©rios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada. II - Em outras palavras, o intuito almejado pela novel legislaÃ§Ã£o foi criar medidas menos gravosas do que a excepcional prisÃ£o cautelar, que possibilitem, diante de cada situaÃ§Ã£o, a liberdade de locomoÃ§Ã£o do agente, atingindo-se a finalidade, mediante estabelecimento de medida alternativa, que antes apenas seria possÃ-vel com a imposiÃ§Ã£o de prisÃ£o cautelar. III - Na hipÃ³tese, parece-me consentÃ¢neo com os princÃ-pios da razoabilidade, proporcionalidade e adequaÃ§Ã£o, a manutenÃ§Ã£o das medidas cautelares impostas, as quais foram estabelecidas de maneira suficiente aos fins visados, quais sejam, para impedir a reiteraÃ§Ã£o delitiva dos recorrentes e interromper a atividade de organizaÃ§Ã£o criminosa voltada Ã prÃ¡tica de crimes contra a administraÃ§Ã£o pÃºblica, em virtude de indÃ-cios suficientes de que os recorrentes "se organizaram para fraudar a licitaÃ§Ã£o e, depois de vencido o certame, passaram a compartilhar grande soma de dinheiro do contribuinte (ultrapassa os R$ 100.000,00/mÃªs)" de maneira reiterada. Precedentes. Recurso ordinÃ¡rio desprovido. (STJ - RHC: 119242 PI 2019/0307944-0, Relator: Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), Data de Julgamento: 07/11/2019, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 26/11/2019) HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. CRIMES DE FRAUDE EM LICITAÃÃES, DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÃÃO, FALSIFICAÃÃO DE DOCUMENTOS, ADVOCACIA ADMINISTRATIVA, CRIME CONTRA A ORDEM FINANCEIRA E LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO DOMICILIAR. TESE NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM.

SUPRESSÃO DE INSTÃNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÃNCIA. ELEMENTOS CONCRETOS. SUPOSIÃÃES. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. POSSIBILIDADE. 1. Sob pena de supressÃ£o de instÃ¢ncia, esta Corte nÃ£o pode examinar questÃ£o nÃ£o debatida nas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias (prisÃ£o domiciliar). 2. PrisÃ£o preventiva fundada em meras suposiÃ§Ãµes, sem indicaÃ§Ã£o concreta de como o paciente, solto, poderÃ¡ criar obstÃ¡culos Ã instruÃ§Ã£o processual ou reiterar. 3. NÃ£o indicou a decisÃ£o que decretou a prisÃ£o do paciente qual dos investigados teria ameaÃ§ado testemunha, nÃ£o sendo, portanto, esse argumento suficiente para autorizar a prisÃ£o. 4. Possibilidade de substituiÃ§Ã£o da prisÃ£o por outras medidas cautelares. 5. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensÃ£o, ordem concedida para substituir a prisÃ£o do paciente por outras cautelares - proibiÃ§Ã£o de acesso aos Ã³rgÃ£os pÃºblicos (art. 319, II, do CPP); proibiÃ§Ã£o de contato com as testemunhas (art. 319, III, do CPP); e comparecimento em juÃ-zo nas condiÃ§Ãµes fixadas pelo Juiz do feito (art. 319, I, do CPP). Outras cautelares podem ser fixadas pelo Juiz da causa, desde que fundamentadas. (STJ - HC: 483828 MS 2018/0332762-0, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÃNIOR, Data de Julgamento: 12/03/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 25/03/2019). Renato Brasileiro de Lima, in Manual de Processo Penal, Volume Ãnico, 6Âª ediÃ§Ã£o, 2018, revista atualizada, editora juspodivm, pÃ¡g. 972/973: Â¿(...). Pressupostos para a decretaÃ§Ã£o da preventiva: como toda e qualquer medida cautelar, a prisÃ£o preventiva tambÃ©m estÃ¡ condicionada Ã presenÃ§a concomitante do fumus boni iuris, aqui tambÃ©m denominado de fumus comissi delicti, e do periculum in mora (periculum libertatis). Com a entrada em vigor da Lei nÂº 12.403/11, para alÃ©m da demonstraÃ§Ã£o do fumus comissi delicti, consubstanciado pela prova da materialidade e indÃ-cios suficientes de autoria ou de participaÃ§Ã£o, e do periculum libertatis (garantia da ordem pÃºblica, da ordem econÃ´mica, conveniÃªncia da instruÃ§Ã£o criminal ou garantia de aplicaÃ§Ã£o da lei penal), tambÃ©m passa a ser necessÃ¡ria a demonstraÃ§Ã£o da ineficÃ¡cia ou da impossibilidade de aplicaÃ§Ã£o de qualquer das medidas cautelares diversas da prisÃ£o. Nesse sentido, o art. 282, Â§ 6Âº, do CPP, estabelece que a prisÃ£o preventiva serÃ¡ determinada quando nÃ£o for cabÃ-vel a sua substituiÃ§Ã£o por outra medida cautelar. Na mesma linha, o art. 310, inciso II, do CPP, autoriza a conversÃ£o da prisÃ£o em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisÃ£o. Pode-se dizer, entÃ£o, que o novo sistema de medidas cautelares pessoais trazidos pela Lei nÂº 12.403/11 evidencia que as medidas cautelares diversas da prisÃ£o sÃ£o preferÃ-veis em relaÃ§Ã£o Ã prisÃ£o preventiva, dentro da Ã³tica de que sempre se deve privilegiar os meios menos gravosos e restritivos de direitos fundamentais. Tem-se aÃ-, na dicÃ§Ã£o de BadarÃ³, a caracterÃ-stica da preferibilidade das medidas cautelares diversas da prisÃ£o, da qual decorre a consequÃªncia de que, diante da necessidade da tutela cautelar, a primeira opÃ§Ã£o deverÃ¡ ser sempre uma das medidas previstas nos arts. 319 e 320. Por outro lado, como reverso da moeda, a prisÃ£o preventiva passa a funcionar como a extrema ratio, somente podendo ser determinada quando todas as outras medidas alternativas se mostrarem inadequadas. Portanto, o magistrado sÃ³ poderÃ¡ decretar a prisÃ£o preventiva quando nÃ£o existirem outras medidas menos invasivas ao direito de liberdade do acusado por meio das quais tambÃ©m seja possÃ-vel alcanÃ§ar os mesmos resultados desejados pela prisÃ£o cautelar. (...)Â¿. Sobre medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisÃ£o, leciona Renato Brasileiro de Lima,Â in Manual de Processo Penal, Volume Ãnico, 6Âª ediÃ§Ã£o, revista atualizada, editora juspodivm, pÃ¡g. 1039: Â¿(...). Como visto anteriormente, seguindo a orientaÃ§Ã£o do direito comparado, e com o objetivo de superar a lÃ³gica maniqueÃ-sta, de tudo ou nada, a Lei nÂº 12.403/11 ampliou de maneira significativa o rol de medidas cautelares pessoais diversas da prisÃ£o cautelar, proporcionando ao juiz a escolha da providÃªncia mais ajustada ao caso concreto, dentro de critÃ©rios de legalidade e de proporcionalidade. Ã a concretizaÃ§Ã£o do princÃ-pio da adaptabilidade no marco de uma tutela jurisdicional diferenciada. Trata-se, conforme leciona Bedaque, `de adaptar a prÃ³pria prestaÃ§Ã£o jurisdicional e seus instrumentos ao objetivo desejado. Como este varia em cada situaÃ§Ã£o apresentada ao Ã³rgÃ£o jurisdicional, nÃ£o se justifica manter-se inalterÃ¡vel o tipo de tutela. Assim Ã© que, na busca de alternativas para o cÃ¡rcere cautelar, ou seja, a previsÃ£o legal de outras medidas coercitivas que o substituam como menor dano para a pessoa humana, porÃ©m como similar garantia da eficÃ¡cia do processo, o art. 319 do CPP passou a elencar 09 (nove) medidas cautelares diversas da prisÃ£o (...)Â¿. (Grifos do signatÃ¡rio). Destarte, a prisÃ£o preventiva Ã© medida excepcional e somente serÃ¡ decretada quando nÃ£o for cabÃ-vel a sua substituiÃ§Ã£o por outra medida cautelar, e, de leitura do art. 282, Â§6Âº, do CPP, exsurge que as medidas cautelares diversas da prisÃ£o, na espÃ©cie e primus ictus oculi, bastam para evitar eventual reiteraÃ§Ã£o criminosa por parte dos investigados. Neste sentido: HABEAS CORPUS. ORGANIZAÃÃO CRIMINOSA. CONCUSSÃO. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULUM LIBERTATIS. ORGANIZAÃÃO CRIMINOSA FORMADA POR POLICIAIS CIVIS. PERICULOSIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÃBLICA. AUSÃNCIA DE CONTEMPORANEIDADE.

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. 1. A prisÃ£o preventiva constitui medida excepcional ao princÃ-pio da nÃ£o culpabilidade, cabÃ-vel, mediante decisÃ£o devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existÃªncia de circunstÂncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do CÃ³digo de Processo Penal. 2. HipÃ³tese em que a decisÃ£o de primeiro grau nÃ£o apresentou argumentos suficientes Ã manutenÃ§Ã£o da prisÃ£o cautelar, o que caracteriza nÃ-tido constrangimento ilegal. A imposiÃ§Ã£o de prisÃ£o, sem indicaÃ§Ã£o de reiteraÃ§Ã£o e com possibilidade concreta de se prolongar por anos (48 os denunciados), Ã© desproporcional, podendo a segregaÃ§Ã£o ser substituÃ-da por cautelares outras nos termos do art. 319 do CÃ³digo de Processo Penal. 3. A prisÃ£o cautelar deve ser imposta somente como ultima ratio, sendo ilegal a sua determinaÃ§Ã£o quando suficiente a aplicaÃ§Ã£o de medidas cautelares alternativas. No caso, a decisÃ£o impugnada nÃ£o afastou, fundamentadamente, com relaÃ§Ã£o ao paciente, a possibilidade de aplicaÃ§Ã£o das medidas cautelares previstas no art. 319 do CÃ³digo de Processo Penal. 4. A falta de contemporaneidade, considerando a data dos crimes imputados ao paciente e a data em que foi determinada a sua prisÃ£o, nos termos da jurisprudÃªncia desta Casa e do prÃ³prio Supremo Tribunal Federal, desautoriza a restriÃ§Ã£o mais drÃ¡stica. Precedentes. 5. Ordem concedida a fim de substituir a prisÃ£o preventiva imposta ao paciente, decretada nos autos do Processo n. 00216668920188190206, impondo-lhe as medidas cautelares previstas no CÃ³digo de Processo Penal, em seu art. 319, consistentes em: a) comparecimento periÃ³dico em juÃ-zo, no prazo e nas condiÃ§Ãµes fixadas pelo JuÃ-zo de primeiro grau, para informar e justificar atividades; b) proibiÃ§Ã£o de ausentar-se da comarca sem autorizaÃ§Ã£o judicial; c) proibiÃ§Ã£o de manter qualquer tipo de contato com os corrÃ©us e com as testemunhas; d) suspensÃ£o do exercÃ-cio de funÃ§Ã£o pÃºblica; e e) monitoraÃ§Ã£o eletrÃ´nica, sem prejuÃ-zo da aplicaÃ§Ã£o de outras cautelas pela instÂncia a quo, ou de decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, em caso de descumprimento de qualquer das obrigaÃ§Ãµes impostas por forÃ§a das cautelares ou caso haja motivos concretos e supervenientes para tanto. (STJ - HC: 480274 RJ 2018/0310827-7, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÃNIOR, Data de Julgamento: 07/05/2019, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJe 14/05/2019). Assim, conclui-se que, sob a Ã³tica do postulado dos princÃ-pios da proporcionalidade, da necessidade, da razoabilidade e da adequaÃ§Ã£o, tenho como possÃ-vel e suficiente, ao menos neste instante, a aplicaÃ§Ã£o de medidas cautelares diversas da prisÃ£o aos ora representados/investigados. Nesta senda, conclui-se que as medidas cautelares diversas da prisÃ£o relativas Ã proibiÃ§Ã£o dos investigados contratarem com o poder pÃºblico pelo prazo de um ano, seja pessoalmente, seja pelas empresas investigadas ou por quaisquer outras em que porventura integrem o quadro societÃ¡rio, mesmo na condiÃ§Ã£o de sÃ³cios ocultos, da manutenÃ§Ã£o de seus endereÃ§os atualizados, a obrigatoriedade de comparecerem a todos os atos processuais que eventualmente venham a ser praticados, a proibiÃ§Ã£o de manterem contato com os outros investigados e com eventuais testemunhas, salvo se forem parentes/cÃ´njuges, sÃ³ que nesta hipÃ³tese deve ser comprovado o vÃ-nculo, em atenÃ§Ã£o aos princÃ-pios da proporcionalidade, razoabilidade e adequaÃ§Ã£o, para assegurar as investigaÃ§Ãµes e eventual instruÃ§Ã£o processual, assim como, dada a gravidade dos crimes ora apurados, sÃ£o bastantes tais medidas cautelares diversas da prisÃ£o, pelo menos neste instante, com observÂncia, outrossim, do disposto no art. 282, do CPP. Pelo exposto, de tudo que dos autos consta e do livre convencimento motivado que formamos, INDEFERIMOS, tambÃ©m, os pedidos de prisÃ£o preventiva, todavia, em observÂncia aos princÃ-pios da proporcionalidade, da necessidade, da razoabilidade, adequaÃ§Ã£o, bem como para a necessidade da investigaÃ§Ã£o criminal e a eventual instruÃ§Ã£o processual, com fulcro no art. 282, do CPP, FIXAMOS como medidas cautelares diversas da prisÃ£o aos representados/investigados ALBERTO BELTRAME, PETER CASSOL SILVEIRA, CÂNTIA DE SANTANA ANDRADE TEIXEIRA, DANIEL JACKSON PINHEIRO COSTA, LUIZ FELIPE FERNANDES e FRANCISCO LEANDRO RODRIGUES ROCHA, as seguintes: a) proibiÃ§Ã£o dos investigados contratarem com o poder pÃºblico pelo prazo de 1 ano, seja pessoalmente, seja pelas empresas investigadas ou por quaisquer outras em que porventura integrem o quadro societÃ¡rio, mesmo na condiÃ§Ã£o de sÃ³cios ocultos; b) manutenÃ§Ã£o de seus endereÃ§os atualizados; c) obrigatoriedade de comparecerem a todos os atos processuais que eventualmente venham a ser praticados; d) proibiÃ§Ã£o de manterem contato com os outros investigados e com eventuais testemunhas, salvo se forem parentes/cÃ´njuges, sÃ³ que nesta hipÃ³tese devendo ser comprovado o vÃ-nculo. Os grifos constantes deste decisum sÃ£o dos signatÃ¡rios. NÃ£o Ã© demais lembrar que, caso venham nos autos elementos concretos indicativos e os requisitos necessÃ¡rios para o deferimento da prisÃ£o temporÃ¡ria e, quiÃ§Ã¡, da preventiva, nada obsta que o tema possa eventualmente ser revisitado a posteriori. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. CiÃªncia ao parquet. BelÃ©m/PA, 10 de novembro de 2020. HEYDER T. DA S. FERREIRA EDUARDO R. DE M. FREIREÂ LÃBIO A. MOURA Â Juiz de DireitoÂ Juiz

de DireitoÂ Juiz de DireitoÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 31. Extrai-se, dessa forma, que afigura-se esdrÃºxula e descabida qualquer alegaÃ§Ã£o de entrave pelo juÃ-zo Ã s investigaÃ§Ãµes, ou de ausÃªncia de leitura dos autos, ou de desconsideraÃ§Ã£o das provas, nÃ£o se podendo querer controlar a atividade jurisdicional com conclusÃµes e afirmaÃ§Ãµes esdrÃºxulas, absurdas e sem amparo, sob pena de responsabilidade, alÃ©m do que isso nÃ£o se coaduna com a grandeza que o Ã³rgÃ£o ministerial possui, que deve se utilizar da boa tÃ©cnica, nem isso contribui para o respeito que os operadores do direito devem conservar reciprocamente, rememorando-se a cÃ©lebre fraseÂ de Paul ValÃ©ry:Â Â¿Quem nÃ£o pode atacar o argumento ataca o argumentador.Â¿ Pelo contrÃ¡rio, ao que se extrai, com a mÃ¡xima vÃªnia, Ã© que hÃ¡ indicativos de carÃªncia da adequada e completa compreensÃ£o dos autos e das prÃ³prias investigaÃ§Ãµes, bem como das orientaÃ§Ãµes pacÃ-ficas constantes da jurisprudÃªncia e do TCU sobre o tema pelo MP-GAECO (em sua antiga composiÃ§Ã£o), por isso Ã© recomendÃ¡vel o estudo contÃ-nuo e Ã¡rduo, bem como a constante atualizaÃ§Ã£o dos operadores do direito, mormente em investigaÃ§Ãµes complexas, como no caso sub examen, alÃ©m do desprendimento em reconhecer eventuais equÃ-vocos, afinal, qualquer um pode errar, o erro Ã© Ã-nsito ao ser humano e poderia ser corrigido, considerando-se, de mais a mais, que, a despeito demonstrado os equÃ-vocos ,o MP-GAECO (antiga composiÃ§Ã£o) insistiu nos erros e nÃ£o os corrigiu, alÃ©m do que nÃ£o cumpriu os mandados de busca, inicialmente, deferidos pelo juÃ-zo, no prazo dilatado concedido, e, com o avanÃ§o das investigaÃ§Ãµes, passou a incorrer nÃ£o sÃ³ no equÃ-voco quanto ao pleito de bloqueio de bens, mas tambÃ©m em outros, alguns jÃ¡ citados, contrariando o princÃ-pio da obrigatoriedade, da coerÃªncia, isonomia e tumultuando o bom andamento das investigaÃ§Ãµes, como dito, o que nÃ£o poderia Ã margem da atividade fiscalizatÃ³ria anÃ´mala que exerce o magistrado do procedimento investigatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â TambÃ©m como jÃ¡ ressaltado, o MP pode muito, mas nÃ£o pode tudo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 32. Contra esta decisÃ£o o MP-GAECO (antiga composiÃ§Ã£o) interpÃ´s recurso de apelaÃ§Ã£o em 20/11/2020, tendo o Dr. Lucas do Carmo, que respondia pela vara durante as fÃ©rias do titular recebido a mesma, de maneira monocrÃ¡tica, no efeito devolutivo em 25/112020 (e nÃ£o tambÃ©m no suspensivo), devolvendo, pois, a questÃ£o ao Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 33. Ocorre que, de maneira heterodoxa e pouco usual, o MP-GAECO (antiga composiÃ§Ã£o), com grosseiro equÃ-voco, consabido desde os bancos acadÃªmicos, com indicativos de afronta Ã regras comezinhas do direito e mais do que basilares, com a mÃ¡xima vÃªnia, ingressou com a reiteraÃ§Ã£o do pleito a este juÃ-zo, em 27/11/2020, apesar da interposiÃ§Ã£o de apelaÃ§Ã£o jÃ¡ recebida (com pedido de antecipaÃ§Ã£o de tutela Ã instÂncia superior), procedimento que acabou por tumultuar ainda mais o feito, com devida vÃªnia, posto que o MP nÃ£o aguardou o julgamento da apelaÃ§Ã£o, interposta perante a instÂncia superior, combatendo a decisÃ£o colegiada deste juÃ-zo, estando, inclusive, a questÃ£o devolvida ao Tribunal de JustiÃ§a, face ao efeito devolutivo da apelaÃ§Ã£o e a prÃ³pria interposiÃ§Ã£o de tal recurso, com, ademais, o pouco usual oferecimento de denÃºncia, simploriamente e de forma precipitada, ainda com as investigaÃ§Ãµes em curso e uma apelaÃ§Ã£o pendente de julgamento relativa Ã s referidas investigaÃ§Ãµes (com possÃ-vel resultado do julgamento que poderia culminar em diligÃªncias que poderiam alterar ou confirmar a opinio delicti do MP, afinal, Ã© razoÃ¡vel e o de costume que se espere o tÃ©rmino das investigaÃ§Ãµes para se formar a opinio delicti e eventualmente se ofertar a denÃºncia), apenas repetindo (o novo pedido) os argumentos jÃ¡ indeferidos por este juÃ-zo especializado e objeto de apelaÃ§Ã£o, jÃ¡ recebida, repise-se, acabando tal severo equÃ-voco procedimental, ao que tudo indica, por usurpar a competÃªncia do Tribunal de JustiÃ§a para julgar a mesma matÃ©ria objeto da apelaÃ§Ã£o, acabando por ocasionar o equÃ-voco do magistrado Lucas do Carmo, que, em 14/12/2020, deferiu em parte o pleito, ingressando na seara (matÃ©ria) do que serÃ¡ julgado pelo Tribunal de JustiÃ§a, no recurso de apelaÃ§Ã£o, decisÃ£o que afigurou, com a mÃ¡xima vÃªnia e como dito, em usurpar a competÃªncia do Tribunal de JustiÃ§a para julgar a matÃ©ria objeto do recurso de apelaÃ§Ã£o, interposto pelo prÃ³prio MP-GAECO (na sua antiga composiÃ§Ã£o). Â Â Â Â Â Â Â Â Â 34. Observe-se, ainda, que o recurso de apelaÃ§Ã£o nÃ£o sobe ao Tribunal por instrumento, como Ã© consabido, tendo o Dr. Lucas do Carmo inclusive apenas acolhido em parte os pleitos formulados pelo MP (a exemplo das seis prisÃµes requeridas, onde somente uma foi deferida, inclusive revogada logo depois pelo Tribunal de JustiÃ§a), devendo os autos, pois, seguirem de forma completa ao Tribunal para a apreciaÃ§Ã£o da apelaÃ§Ã£o interposta pelo prÃ³prio MP, como Ã© costumeiro, nÃ£o se podendo, ao que se extrai, prosseguir com a aÃ§Ã£o penal, se a quase totalidade dos autos (cautelar, PIC etc.) teriam que ir ao Tribunal para o julgamento da apelaÃ§Ã£o interposta. Pergunta-se, o que processo somente seguiria com a aÃ§Ã£o penal, sem as demais provas e o PIC?! Isso inegavelmente causaria nulidade do feito, posto que as partes nÃ£o teriam acesso aos autos de maneira completa, mormente a defesa, alÃ©m da obviedade ululante de falta de lÃ³gica em tal procedimento, com a devida vÃªnia, afinal, como tramitar o feito com o processo incompleto, com parte dele neste juÃ-zo e parte na instÂncia superior? Â Â Â Â Â Â Â Â Â 35. Veja que no

sistema jurÃ-dico hÃ¡ lÃ³gica e racionalidade. Ora, se no primeiro indeferimento, o MP nÃ£o recorreu, houve a preclusÃ£o da matÃ©ria, e, ainda, reiterou o pleito ao prÃ³prio juÃ-zo, sem cumprir as determinaÃ§Ãµes lÃ¡ contidas, novamente indeferido pelo colegiado dos trÃªs magistrados da vara; posteriormente, apelou e ingressou com nova reiteraÃ§Ã£o, alÃ©m de oferecer precipitadamente a denÃºncia, como jÃ¡ observado, sendo que, dessa forma, tal conduta heterodoxa e pouco usual afrontou, ainda, o princÃ-pio da unirrecorribilidade das decisÃµes judiciais, posto que nÃ£o caberia a quase simultÃ¢nea interposiÃ§Ã£o do recurso de apelaÃ§Ã£o ao Tribunal e do novo pedido de reiteraÃ§Ã£o do pleito a este juÃ-zo. Ora, se recorreu ao Tribunal, caberia aguardar tal posicionamento, nÃ£o se podendo recorrer ao mesmo tempo de uma decisÃ£o para duas instÃ¢ncias distintas, esperando quiÃ§Ã¡ quem darÃ¡ provimento ao pleito, o que causou um ainda maior tumulto e confusÃ£o ao feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 36. Gize-se, ademais, que, como a mÃ¡xima vÃªnia, a contradiÃ§Ã£o salta aos olhos, na medida em que, se o magistrado, Dr. Lucas do Carmo de Jesus, recebeu o recurso de apelaÃ§Ã£o apenas no efeito devolutivo (e nÃ£o tambÃ©m no suspensivo), mas apÃ³s deferiu em parte o pleito jÃ¡ indeferido por este juÃ-zo, ensejou tal atitude por conferir verdadeiro efeito suspensivo ativo ao pleito de reiteraÃ§Ã£o, como se apelaÃ§Ã£o o fosse, sendo que, ademais, tal poder somente Ã© conferido Ã instÃ¢ncia superior, in casu, ao Tribunal de JustiÃ§a, em casos excepcionais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 37. O volume de irregularidades nÃ£o para por aÃ-, nÃ£o hÃ¡, ainda, notÃ-cia nos autos do cumprimento, pelo MP-GAECO (antiga composiÃ§Ã£o), do disposto no art. 13, da ResoluÃ§Ã£o n.Âº 181, do CNMP, que trata do PIC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, dispÃµe o citado artigo: Â Â¿Art. 13. O procedimento investigatÃ³rio criminal deverÃ¡ ser concluÃ-do no prazo de 90 (noventa) dias, permitidas, por igual perÃ-odo, prorrogaÃ§Ãµes sucessivas, por decisÃ£o fundamentada do membro do MinistÃ©rio PÃºblico responsÃ¡vel pela sua conduÃ§Ã£oÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 38. Desta feita, face Ã s contradiÃ§Ãµes, tumulto e error in procedendo do MP- GAECO (em sua antiga composiÃ§Ã£o) e do prÃ³prio magistrado Lucas do Carmo, prolator da decisÃ£o de fls. 116/167, face, ademais, aos indicativos de usurpaÃ§Ã£o da competÃªncia do Tribunal de JustiÃ§a pela citada decisÃ£o, outrossim, por ser matÃ©ria de ordem pÃºblica, CHAMAMOS O FEITO Ã ORDEM para: Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) declarar a nulidade da decisÃ£o de fls. 116/167, da lavra do magistrado Dr. Lucas do Carmo de Jesus, devendo ser desentranhados dos autos os elementos colhidos com as aludidas buscas, nos termos do art. 157, do CPP, bem como restituÃ-dos os bens e documentos objeto das citadas buscas, julgando-se, destarte, prejudicado o pleito de fls. 371/379; Â Â Â Â Â Â Â Â Â B) e, por consequÃªncia, tornar sem efeito o recebimento da denÃºncia, dada a nulidade declarada e porque os autos, em sua integralidade, necessitam subir Ã instÃ¢ncia superior para o julgamento da apelaÃ§Ã£o, nÃ£o podendo o feito tramitar neste juÃ-zo especializado de maneira incompleta (sem o PIC, que subsidiou as investigaÃ§Ãµes e a prÃ³pria denÃºncia etc.), sob pena de nulidade, ressaltando-se que, como dito, foi aÃ§odada e prematura a propositura da aÃ§Ã£o penal, assim como o seu recebimento, quando ainda as investigaÃ§Ãµes estavam em curso, com, ademais, recurso de apelaÃ§Ã£o pendente de apreciaÃ§Ã£o pelo Tribunal de JustiÃ§a do Estado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 39. Tendo em vista que jÃ¡ fora ofertada denÃºncia pelo parquet - MP-GAECO (antiga composiÃ§Ã£o), acabando o procedimento precipitado e que tumultuou o feito, bem como a decisÃ£o da lavra do Dr. Lucas, por descortinar a narrativa constante das investigaÃ§Ãµes, como tambÃ©m, ademais, as prÃ³prias provas constantes dos autos (PIC), que estavam sob sigilo, inclusive a prÃ³pria denÃºncia ofertada demonstra as provas e consideraÃ§Ãµes constantes do PIC, a exemplo da citaÃ§Ã£o constante da denÃºncia de fl. 74, dentre outras, outro severo equÃ-voco na conduÃ§Ã£o das investigaÃ§Ãµes pelo antigo MP-GAECO, corroborado pelo fato de que, conforme jÃ¡ demonstrado, as investigaÃ§Ãµes, de maneira heterodoxa, jÃ¡ eram citadas em blogs de considerÃ¡vel leitura pela populaÃ§Ã£o, ressai que nÃ£o hÃ¡ que se falar mais em qualquer surpresa ou propriamente em sigilo das investigaÃ§Ãµes, tendo a operaÃ§Ã£o sido deflagrada inclusive, pelo que retiramos o sigilo do PIC e de outros autos que porventura ainda estejam sob sigilo, revogamos, em parte, o decisum de fl. 551, dos autos de nÂº 0008494-47.2020.8.14.0401, da decisÃ£o da lavra do Dr. Lucas do Carmo, e determinamos que intimem-se os acusados para, no prazo legal, oferecerem contrarrazÃµes. A seguir, remeta-se os autos (em sua integralidade) ao EgrÃ©gio TJE/PA, com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 40. Alfim, rememorando-se DWORKIN, ressalte-se que agir com coerÃªncia e isonomia Ã© um dever, e nÃ£o uma escolha, hÃ¡ determinaÃ§Ãµes legais que nÃ£o podem ser inobservadas, posto que constituem-se nÃ£o em uma escolha, mas em um dever (have a duty to) de reconhecer e fazer vigorar certos padrÃµes, sob pena de nulidades e invariavelmente impunidades. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HaverÃ¡ coerÃªncia e isonomia se os mesmos preceitos e princÃ-pios que foram aplicados para alguns investigados o forem para os casos idÃªnticos; mais do que isso, estarÃ¡ assegurada a integridade do Direito. A coerÃªncia assegura a igualdade, isto Ã©, que os diversos casos e hipÃ³teses terÃ£o a igual consideraÃ§Ã£o por parte dos investigadores, sendo que isso somente pode ser alcanÃ§ado por meioÂ de um holismo interpretativo. CoerÃªncia significa igualdade de apreciaÃ§Ã£o do caso e igualdade de

tratamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo Dworkin: Â¿A integridade exige que se construam argumentos de forma integrada ao conjunto do Direito, constituindo uma garantia contra arbitrariedades interpretativasÂ¿-DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a SÃ©rio. SÃ£o Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 78. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Grifos dos signatÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 41. P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m/PA, data registrada no sistema. HEYDER T. DA S. FERREIRAÂ EDUARDO R. DE M. FREIREÂ LÃBIO A. MOURA Â Juiz de DireitoÂ Juiz de DireitoÂ Juiz de Direito PÃ¡gina de 61

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

RESENHA: 05/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA COMARCA DA CAPITAL - VARA: 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA COMARCA DA CAPITAL PROCESSO: 00009463920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: D. P. M. F. T. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) MENOR: V. M. I. DENUNCIADO: J. A. C. F. F. T. Representante(s): OAB 19769 - MARCO AURELIO DE MELO NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21044 - LYLIAN LEAL GARCIA (ADVOGADO) DENUNCIANTE: M. P. E. P.

FÓRUM DE ICOARACI

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00001629020128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CHRISTIANE BRUNO A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REU:PARÁ ALIMENTOS DO MAR LTDA Representante(s): OAB 11271 - GUSTAVO AZEVEDO ROLA (ADVOGADO) OAB 14268 - ALESSANDRA LIMA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 1069 - ALMERINDO AUGUSTO DE VTRINDADE (ADVOGADO) OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 13747 - VANESSA DA SILVA MARTINS (ADVOGADO) OAB 16496 - EVELYN LIMA DE ANDRADE (ADVOGADO) AUTOR:ATIVOS SA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS Representante(s): OAB 27403-A - MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (ADVOGADO) TERCEIRO:PARA ALIMENTOS DO MAR LTDA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m e de acordo com o que dispÃµe o Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se Ã resposta negativa do SISBAJUD, ou, requeira o que entender de direito, para o regular prosseguimento do feito. Decorrido o prazo acima assinalado, sem manifestaÃ§Ã£o, independentemente de novo Ato OrdinatÃ³rio, serÃ¡ feito a sua intimaÃ§Ã£o pessoal, via postal, com o mesmo propÃ³sito. Â BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021. CHRISTIANE BRUNO Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00023159620128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA NELMA DOS SANTOS Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) OAB 8898 - ADONIS JOAO PEREIRA MOURA (ADVOGADO) OAB 12722 - FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JR (ADVOGADO) OAB 17975 - PEDRO ERNESTO MEIRELES SOARES (ADVOGADO) OAB 18470 - RHUBENS NELSON GONCALVES LAREDO (ADVOGADO) OAB 20745 - EWERTON PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) OAB 20747 - PAMELA VIDAL SILVA (ADVOGADO) REU:REPAR RECICLAGEM INSDUSTRIAL DE RESIDUOS DE ANIMAIS LTDA Representante(s): OAB 18060 - CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m e nos termos do Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a parte rÃ©/apelada REPAR-RECICLAGEM INDUSTRIAL DE RESÃDUOS DE ANIMAIS LTDA, atravÃ©s de seu advogado, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente as suas contrarrazÃµes ao Recurso de ApelaÃ§Ã£o interposto pela parte requerente/apelante MARIA NELMA DOS SANTOS (fls. 343/365), nos termos do Art. 1010, Â§ 1Âº do NCPC. Â Icoaraci(PA), 09 de novembro de 2021. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281 PROCESSO: 00023765420128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:JOAQUIM MARINHO Representante(s): OAB 14408 - VERENA DE NOVOA MERGULHAO (ADVOGADO) OAB 12722 - FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JR (ADVOGADO) OAB 17395 - JOANA LUIZA SILVA FRANCA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 18834 - CARLOS DE SENNA MENDES NETO (ADVOGADO) OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) OAB 20745 - EWERTON PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) REU:REPAR RECICLAGEM INSDUSTRIAL DE RESIDUOS DE ANIMAIS LTDA Representante(s): OAB 14745 - RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 15502 - THIAGO RAMOS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 18060 - CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m e nos termos do Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a parte rÃ©/apelada REPAR - RECICLAGEM INDUSTRIAL DE RESÃDUOS DE ANIMAIS LTDA, atravÃ©s de seu advogado, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente as suas contrarrazÃµes ao Recurso de ApelaÃ§Ã£o interposto pela parte autora/apelante JOAQUIM MARINHO (fls. 211/229), nos termos do Art. 1010, Â§ 1Âº do NCPC. Â Icoaraci(PA), 09 de novembro de 2021. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281 PROCESSO: 00023790920128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS A??o:

Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:APARECIDA DE JESUS MENDES DANTAS Representante(s): OAB 12722 - FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JR (ADVOGADO) OAB 17395 - JOANA LUIZA SILVA FRANCA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 17799-B - NICIANNE BENEDITA PORTILHO GOMES (ADVOGADO) OAB 18834 - CARLOS DE SENNA MENDES NETO (ADVOGADO) OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) OAB 20378 - DANIELA PUGET FREITAS (ADVOGADO) OAB 20745 - EWERTON PEREIRA SANTOS (ADVOGADO) REU:REPAR RECICLAGEM INSDUSTRIAL DE RESIDUOS DE ANIMAIS LTDA Representante(s): OAB 14745 - RICARDO SINIMBU DE LIMA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 15502 - THIAGO RAMOS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 18060 - CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m e nos termos do Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a parte rÃ©/apelada REPAR-RECICLAGEM INDUSTRIAL DE RESÃDUOS DE ANIMAIS LTDA, atravÃ©s de seu advogado, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente as suas contrarrazÃµes ao Recurso de ApelaÃ§Ã£o interposto pela parte requerente/apelante APARECIDA DE JESUS MENDES DANTAS (fls. 256/279), nos termos do Art. 1010, Â§ 1Âº do NCPC. Â Icoaraci(PA), 09 de novembro de 2021. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281 PROCESSO: 00024816020148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:GLEISE MARIA MORAES CORDEIRO Representante(s): OAB 8104 - SIMONE DO SOCORRO PESSOA VILAS BOAS (ADVOGADO) OAB 8707 - SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 16932 - JOSE AUGUSTO COLARES BARATA (ADVOGADO) OAB 23237 - FABRICIO QUARESMA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 23487 - CAROLINE PINHEIRO DIAS (ADVOGADO) REU:FABRICIO DA SILVA DE FREITAS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . ATO ORDINATÃRIO Nos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando que existe uma petiÃ§Ã£o protocolizada sob o nÂº 2021.00472287-27, vinculada para este processo, no dia 16/03/2021(SUBSTABELECIMENTO), nÃ£o localizada na secretaria para ser juntada. Intimo a parte autora atravÃ©s de seus advogados, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se nos autos, informando se referida petiÃ§Ã£o Ã© de sua autoria, juntando uma cÃ³pia, ou, se houve erro no setor de protocolo, visando o andamento processual.Â Icoaraci(PA), 09 de novembro de 2021. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281 PROCESSO: 00025534720148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:ROND INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 19891-A - JOSE WILSON CARDOSO DINIZ (ADVOGADO) REU:PORTOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 208972 - THIAGO TAGLIAFERRO LOPES (ADVOGADO) OAB 149367 - GABRIELA PAIXAO DE ARAGAO GESTEIRA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:RONEDE SILVA DOS SANTOS. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m e nos termos do Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a parte requerente ROND INDÃSTRIA E COMÃRCIO DE MADEIRAS LTDA, atravÃ©s de seu advogado, via publicaÃ§Ã£o no DJEN, para no prazo de 15 (quinze) dias, promover o recolhimento das custas finais apuradas pela UNAJ, equivalente a R$ 224,42 (Duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e dois centavos), sob pena de ser encaminhado o seu nome para inscriÃ§Ã£o na DÃ-vida Ativa do Estado. Transcorrido o prazo acima assinalado, sem manifestaÃ§Ã£o, serÃ¡ feita a sua intimaÃ§Ã£o pessoal, via postal, independentemente de novo Ato OrdinatÃ³rio. Icoaraci(PA), 09 de novembro de 2021. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281 PROCESSO: 00025636520118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CHRISTIANE BRUNO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 AUTOR:PAULO CESAR PENA COIMBRA Representante(s): OAB 5568-E - ALIDA SWAMY BENTO DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 4315 - EMANUEL DE JESUS CAMPOS (ADVOGADO) OAB 29967 - RUBENS JOSÉ GARCIA PENA JUNIOR (ADVOGADO) REU:IGOR FERNANDO LIMA PACHECO Representante(s): OAB 8796 - EDNILSON GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m e de acordo com o que dispÃµe o Art. 152, VI, do NCPC: Em cumprimento ao item 3. Da r. decisÃ£o de fl. 55, intimo o Executado, por seu advogado, para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, impugnar o bloqueio realizado via SISBAJUD, de fl. 49/49-v. Decorrido o prazo acima assinalado, sem manifestaÃ§Ã£o, independentemente de novo Ato OrdinatÃ³rio, serÃ¡ feito a sua intimaÃ§Ã£o pessoal, via postal, com o mesmo propÃ³sito. Â BelÃ©m (PA), 09 de novembro de 2021. CHRISTIANE BRUNO

Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00026723720168140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS A??o: Procedimento Sumário em: 09/11/2021 AUTOR:LAILTON RAIOL DA SILVA Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI FRANCA (ADVOGADO) OAB 22966 - AMANDA DE CASSIA SOUZA DO CARMO (ADVOGADO) OAB 19735 - BRUNO ALEX SILVA DE AQUINO (ADVOGADO) REU:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) PERITO:DRA FILOMENA BRANDAO BARROSO REBELLO. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando que existe uma petiÃ§Ã£o protocolizada sob o nÂº 2019.05204082-11, vinculada para este processo, no dia 16/12/2019, nÃ£o localizada na secretaria para ser juntada. Intimo as partes autora e rÃ©, atravÃ©s de seus advogados, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se nos autos, informando se referida petiÃ§Ã£o Ã© de suas autorias, juntando uma cÃ³pia, ou, se houve erro no setor de protocolo, visando o andamento processual.Â Icoaraci(PA), 09 de novembro de 2021. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281 PROCESSO: 00036618220128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:GRACIETE DE FARIAS SOUTO Representante(s): OAB 13232-B - JOAO PERES DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR) REU:FACULDADE DE EDUCACAO SUPERIOR DO PARA FAESPA REU:INSTITUTO DE EDUCACAO TEOLOGICA OMEGA SS LTDA FAESPA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m e nos termos do Art. 152, VI, do NCPC: Intime-se pessoalmente a parte requerida, via posta, para, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o recolhimento das custas finais apuradas pela UNAJ, equivalente a R$ 3.525,60 (trÃªs mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), para cada uma, sob pena de ser encaminhado o seu nome para inscriÃ§Ã£o na DÃ-vida Ativa do Estado. Transcorrido o prazo acima assinalado, sem manifestaÃ§Ã£o, serÃ¡ feita a sua intimaÃ§Ã£o pessoal, via postal, independentemente de novo Ato OrdinatÃ³rio. Icoaraci(PA), 09 de novembro de 2021. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281 PROCESSO: 00037212120138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:LUIZ ALAN ASSUNCAO GOUVEIA Representante(s): OAB 15630 - CARLA DE ARAUJO LIMA (ADVOGADO) OAB 17910 - CARLOS RENATO NASCIMENTO DAS NEVES (ADVOGADO) REU:F OLIVEIRA NASCIMENTO E CIA LTDA Representante(s): OAB 9047 - MARCELO PEREIRA E SILVA (ADVOGADO) OAB 12428 - FLAVIA DE AGUIAR CORREA (ADVOGADO) OAB 10163 - RODRIGO DE AZEVEDO LEITE (ADVOGADO) OAB 9442 - RUBENS BRAGA CORDEIRO (ADVOGADO) OAB 12955 - RAQUEL BENTES CORREA (ADVOGADO) OAB 6104 - ANA CRISTINA ALMEIDA DE SOUZA NERY (ADVOGADO) OAB 19304 - MARCIA NOBRE PEIXOTO E SILVA (ADVOGADO) LITISDENUNCIADO:SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m e nos termos do Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a parte autora/apelada LUIZ ALAN ASSUNÃÃO GOUVEIA, atravÃ©s de seu advogado, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente as suas contrarrazÃµes aos Recursos de ApelaÃ§Ãµes interpostos pelas partes requeridas/apelantes ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S/A (fls. 328/351) e F. OLIVEIRA NASCIMENTO E CIA. LTDA (Fls. 328/351), nos termos do Art. 1010, Â§ 1Âº do NCPC. Â Icoaraci(PA), 09 de novembro de 2021. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281 PROCESSO: 00040232120118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SERGIO RICARDO LIMA DA COSTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:MARIA DA CONCEICAO BERNARDES PEREIRA Representante(s): OAB 8352 - LAURA DO ROSARIO COSTA SILVA (ADVOGADO) OAB 22414 - MAYCO MICHEL DA SILVA COELHO (ADVOGADO) REU:MAGNO DUARTE SIMOES Representante(s): OAB 14403 - ARMANDO AQUINO ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) REU:GERSONITA MEIRELES SIMOES Representante(s): OAB 6845 - MARCIO MARQUES GUILHON (ADVOGADO) OAB 9805 - MAURO MARQUES GUILHON (ADVOGADO) REU:MARIA DE FATIMA OLIVEIRA Representante(s): OAB 16931 - ANA AUGUSTA NACIFF NEVES DUARTE (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº. 0004023-21.2011.8.14.0201 AÃÃO REIVINDICATÃRIA DE IMISSÃO DE POSSE AUTOR: MARIA DA CONCEIÃÃO BERNARDES PEREIRA RÃU: MAGNO DUARTE SIMÃES e outro. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a sentenÃ§a proferida no processo nÂº 0004875-11.2012.8.14.0201, intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05

(cinco) dias, sob pena de extinÃ§Ã£o sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito por falta de interesse. 2.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo acima assinalado, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, nesse Ãºltimo caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos. 3.Â Â Â Â Â Intime-se e cumpra-se. Distrito de Icoaraci (PA), 05 de novembro de 2021. EDNA MARIA DE MOURA PALHA JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00048751120128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EDNA MARIA DE MOURA PALHA A??o: Interdito Proibitório em: 09/11/2021 AUTOR:MAGNO DUARTE SIMOES Representante(s): OAB 14403 - ARMANDO AQUINO ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:GERSONITA MEIRELES SIMOES Representante(s): OAB 6845 - MARCIO MARQUES GUILHON (ADVOGADO) REU:MARIA DA CONCEICAO BERNARDES PEREIRA Representante(s): OAB 22414 - MAYCO MICHEL DA SILVA COELHO (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº. 0004875-11.2012.8.14.0201 PROCEDIMENTO COMUM CIVEL AUTOR: MAGNO DUARTE SIMÃES RÃU: MARIA DA CONCEIÃÃO BERNARDES PEREIRA SENTENÃA Â Trata-se de PROCEDIMENTO COMUM CIVEL, com pedido expresso de liminar envolvendo as partes acima identificadas, devidamente qualificadas nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Determinada a intimaÃ§Ã£o da parte autora (fls. 159) para informar e-mail para acesso a audiÃªncia por videoconferÃªncia. Foi tentada a intimaÃ§Ã£o atravÃ©s do oficial de justiÃ§a de fls. 160 no qual retornou AR (fls. 162) informando que MUDOU-SE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, observa-se que se configura a falta de interesse da parte autora quanto Ã tutela jurisdicional, prevista no art. 485, VI do CPC, tendo em vista que o autor nÃ£o comparece em JuÃ-zo nem peticiona nos autos, bem como requerer o que entendesse de direito nÃ£o mais apresentou qualquer manifestaÃ§Ã£o processual. Acrescente-se que o princÃ-pio constitucional da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, previsto no art. 5Âº, inciso LXXVIII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, deve ser observado tambÃ©m pelas partes e advogados, e nÃ£o somente pelo Poder JudiciÃ¡rio, que se encontra notoriamente sobrecarregado diante do considerÃ¡vel aumento da litigiosidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Vislumbra-se, assim, no caso em comento, a ofensa ao mencionado princÃ-pio constitucional, considerando que a parte autora, maior interessada no andamento do presente processo, deixou de diligenciar no sentido do andamento do feito e sua inÃ©rcia diante de deveres e Ã´nus processuais, ocasiona prejuÃ-zo do interesse de outros jurisdicionados que cumprem com o dever processual no sentido da celeridade na tramitaÃ§Ã£o de seu processo. Â Â Â Â Â Â Â Ademais, nÃ£o podem os presentes autos permanecer por tempo indeterminado na Secretaria, pois, como visto o impulso oficial nÃ£o cabe somente ao JudiciÃ¡rio, devendo ser cumprido por todos os integrantes da relaÃ§Ã£o jurÃ-dica existente. Â Â Â Â Â Â Â Â Caracterizada, portanto, ofensa ao mencionado princÃ-pio da duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo previsto no art. 5Âº, inciso LXXVIII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal, bem como a FALTA DE INTERESSE DE AGIR, impÃµe-se a extinÃ§Ã£o do presente processo por descumprir o dever processual do art. 77, IV do CPC e por superveniente desinteresse processual do autor, dando causa a extinÃ§Ã£o do processo, devendo arcar com as despesas processuais (principio da causalidade). Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fundamento no art. 485, VI e art. 77, V do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Como esta aÃ§Ã£o poderÃ¡ ser intentada novamente, na forma doÂ Artigo 486 do CÃ³digo de Processo Civil/2015, fica desde logo autorizado o desentranhamento dos documentos anexos a exordial, mediante recibo e substituiÃ§Ã£o por cÃ³pia nos autos, Ã custa do requerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Como esta aÃ§Ã£o poderÃ¡ ser intentada novamente, na forma doÂ Artigo 486 do CÃ³digo de Processo Civil/2015, fica desde logo autorizado o desentranhamento dos documentos anexos a exordial, mediante recibo e substituiÃ§Ã£o por cÃ³pia nos autos, Ã custa do requerente. Â Â Â Â Â Custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios na forma do art. 485, Â§2Âº do CPC, cuja obrigaÃ§Ã£o fica sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, conforme previsÃ£o no art. 98, Â§3Âº, do mesmo diploma legal, eis que a parte autora Ã© beneficiÃ¡ria da justiÃ§a da justiÃ§a gratuita. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal e adotadas as providÃªncias de praxe e arquivar os autos. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Icoaraci (PA), 08 de novembro de 2021 EDNA MARIA DE MOURA PALHA JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 01396202020158140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 AUTOR:DENIZ PAZ AMORIM Representante(s): OAB 12572 - SERGIO AUGUSTO DE CASTRO BARATA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:VIACAO ICOARACI PARA LTDA Representante(s): OAB 24948 - CAMILLA MORAES RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:VIACAO PRINCESA DO SALGADO TRANSPORTE E TURISMO LTDA REQUERIDO:EXPRESSO MARAJOARA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. ATO ORDINATÃRIO Nos termos do Provimento nÂº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de JustiÃ§a da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m: Considerando que existe uma petiÃ§Ã£o protocolizada sob o nÂº 2020.0076570306, vinculada para este processo, no dia 05/03/2021, nÃ£o localizada na secretaria para

ser juntada. Intimo as partes autora e rÃ©, atravÃ©s de seus advogados, via publicaÃ§Ã£o no DJE, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se nos autos, informando se referida petiÃ§Ã£o Ã© de suas autorias, juntando uma cÃ³pia, ou, se houve erro no setor de protocolo, visando o andamento processual.Â Icoaraci(PA), 09 de novembro de 2021. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI

RESENHA: 01/10/2021 A 31/10/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: 1ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00003438120188140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/10/2021 INDICIADO:JUREMA NASCIMENTO DE CASTRO COUTINHO Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 29110 - SWYANAMIN GREGORIO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) INDICIADO:ZIRALDO GOUVEIA COUTINHO Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 29110 - SWYANAMIN GREGORIO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) VITIMA:C. S. N. S. INDICIADO:ENDY BRENDA DE CASTRO COUTINHO INDICIADO:WALACE PEREIRA JAQUES. SENTENÃA PROCESSO NÂº 00003438120188140201 AUTOS DE AÃÃO PENAL CAPITULAÃÃO PENAL: ARTIGO 330 DO CPB. DENUNCIADO: ENDY BRENDA DE CASTRO COUTINHO JUÃZA SENTENCIANTE: REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Vistos e analisados para sentenÃ§a. Trata-se de AÃÃO PENAL movida em face de ENDY BRENDA DE CASTRO COUTINHO, devidamente qualificado nos autos, por suposta prÃ¡tica do delito tipificado no artigo 330 do CPB. PorÃ©m, conforme se relata, verificou-se que os mesmos fatos jÃ¡ foram objeto de apuraÃ§Ã£o nos autos do processo criminal nÂ° 0002423-63.2017.8.14.0941, o qual tramitava no Juizado Especial Criminal de Icoaraci (JECRIM), sendo proferido julgamento no sentido do arquivamento, porquanto ausÃªncia de justa causa, tendo a referida sentenÃ§a transitada em julgado e formado coisa julgada material (fl.45/46). ApÃ³s vista dos autos, o ÃrgÃ£o Ministerial devolveu ao JuÃ-zo requerendo a extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o do bis in idem, alegando que a lei brasileira nÃ£o admite que o indivÃ-duo seja processado criminalmente por delito pelo qual jÃ¡ foi julgado, consagrando a regra do non bis in idem: nÃ£o se pune duas vezes um acusado pelo mesmo crime. Sendo assim, Ã© necessÃ¡rio que se evite a litispendÃªncia e que ENDY BRENDA DE CASTRO COUTINHO seja novamente processada e venha a ser julgada pelo mesmo fato delituoso. RELATEI. DECIDO. A AÃ§Ã£o Penal Ã© de prerrogativa do Estado que o faz por meio do MinistÃ©rio PÃºblico e, se o ÃrgÃ£o Ministerial nÃ£o formou convicÃ§Ã£o para dar continuidade a aÃ§Ã£o penal, pedindo sua extinÃ§Ã£o, por verificar que os fatos em questÃ£o jÃ¡ foram objeto de outro processo (nÂ° 0002423-63.2017.8.14.0941), nÃ£o cabendo ao juiz se imiscuir na esfera de atribuiÃ§Ãµes do ÃrgÃ£o que tem a exclusividade na propositura da aÃ§Ã£o penal, pois tal ingerÃªncia Ã© totalmente incompatÃ-vel com sistema acusatÃ³rio inaugurado com a ConstituiÃ§Ã£o de 1988 que em seu art. 129 estabelece que dentre as funÃ§Ãµes institucionais do MinistÃ©rio PÃºblico estÃ¡ a de PROMOVER, PRIVATIVAMENTE, A AÃÃO PÃBLICA, NA FORMA DA LEI. Ora, se compete, privativamente, ao MinistÃ©rio PÃºblico, promover a aÃ§Ã£o penal pÃºblica a conclusÃ£o lÃ³gica Ã© de que somente a ele cabe decidir sobre tal propositura, analisando, por Ã³bvio, os requisitos para tal. Ã luz da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988, que adotou o sistema acusatÃ³rio, pode-se afirmar que o art. 28 do CPP (editado sob a Ã©gide de um sistema inquisitorial), nÃ£o foi recepcionado pela Carta Republicana de 1988. De modo que, inaugurado o sistema acusatÃ³rio com a ConstituiÃ§Ã£o de 1988 manter hÃ-gido o art. 28 do CPP Ã© clara violaÃ§Ã£o ao modelo consagrado pelo Constituinte. Ã, portanto, inadmissÃ-vel no atual sistema adotado pela vigente ConstituiÃ§Ã£o que o JudiciÃ¡rio realize o controle de legalidade sobre uma funÃ§Ã£o da qual nÃ£o Ã© competente, ou seja, nÃ£o Ã© sua a opinio delicti, nÃ£o constituindo sua funÃ§Ã£o achar ou deixar de achar que se deve ou nÃ£o permanecer com a aÃ§Ã£o penal. Descumprindo a norma constitucional, o juiz estarÃ¡ atuando como parte e violando o sistema acusatÃ³rio. Entendo que a intervenÃ§Ã£o do JudiciÃ¡rio acerca da continuaÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o penal, constitui evidente usurpaÃ§Ã£o de competÃªncia constitucional no Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico. A competÃªncia atribuÃ-da ao parquet, como uma das suas funÃ§Ãµes institucionais, atravÃ©s do art. 129, I da CF/88 Ã© clarÃ-ssima, verbis: Art. 129. SÃ£o funÃ§Ãµes institucionais do MinistÃ©rio PÃºblico: I - promover, privativamente, a aÃ§Ã£o penal pÃºblica, na forma da lei Ademais, no presente caso, o Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico fundamenta seu pleito no princÃ-pio do NON BIS IN IDEM, de modo que hÃ¡ vedaÃ§Ã£o da possibilidade de que alguÃ©m seja processado e, principalmente, condenado em duas oportunidades pela prÃ¡tica do mesmo fato criminoso. Posto isso, com fundamento no art. 107, IV, do CÃ³digo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ENDY BRENDA DE CASTRO COUTINHO pelo crime do artigo 330 do CPB. P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, certifique-se e arquive-se. Icoaraci, 04 de outubro de 2021. REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara Criminal de Icoaraci BelÃ©m/PA PROCESSO: 00003438120188140201 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/10/2021 INDICIADO:JUREMA NASCIMENTO DE CASTRO COUTINHO Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 29110 - SWYANAMIN GREGORIO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) INDICIADO:ZIRALDO GOUVEIA COUTINHO Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 29110 - SWYANAMIN GREGORIO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) VITIMA:C. S. N. S. INDICIADO:ENDY BRENDA DE CASTRO COUTINHO INDICIADO:WALACE PEREIRA JAQUES. SENTENÃA PROCESSO NÂº 0000343-81.2018.8.14.0201 AUTOS DE AÃÃO PENAL CAPITULAÃÂ¿O PENAL: ARTIGO 129, CAPUT, 329, Â§1Âº, 140 C/C 141, II, TODOS DO CPB. DENUNCIADO: ZIRALDO GOUVEIA COUTINHO JUÃZA SENTENCIANTE: REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Vistos e analisados para sentenÃ§a. Trata-se de AÃÃO PENAL movida em face de ZIRALDO GOUVEIA COUTINHO, devidamente qualificado nos autos, por suposta prÃ¡tica do delito tipificado no artigo 129, caput, 329, Â§1Âº, 140 c/c 141, II, todos do CPB. Vieram os autos conclusos. RELATEI. DECIDO. De acordo com o art. 61, do CÃ³digo de Processo Penal: Â¿Em qualquer fase do processo, o Juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverÃ¡ declarÃ¡-lo de ofÃ-cioÂ¿. No presente caso, observa-se a existÃªncia de uma prejudicial de mÃ©rito, consistente na extinÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva estatal pela ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva. Quanto aos crimes de lesÃ£o corporal (art.129 do CPB) e injÃºria de servidor pÃºblico (art. 140 e 141, inciso II do CPB), observa-se que o primeiro tem como pena mÃ¡xima em abstrato 01 (um) ano de detenÃ§Ã£o, logo tem como prazo prescricional 04 (quatro) anos de acordo com o artigo 109, inciso V, do CPB. Tendo o fato ocorrido em 07/06/2017 (fl.02) e a denÃºncia recebida em 21/05/2021 (fl.04/05), observa-se que o crime na verdade nÃ£o se encontra prescrito, de acordo com cÃ¡lculos do CNJ. JÃ¡ em relaÃ§Ã£o ao delito do artigo 140, este possui a pena mÃ¡xima em abstrato de 06 (seis) meses de detenÃ§Ã£o, tendo como prazo de prescriÃ§Ã£o 03 (trÃªs) anos de acordo com o artigo 109, inciso VI, do CPB. Ainda com a causa de aumento de 1/3 do artigo 141, inciso II, do CPB, o delito permanece com o mesmo prazo de prescriÃ§Ã£o penal, logo nota-se que o lapso temporal entre a data do fato e o recebimento da denÃºncia foi de fato fulminado, estando o crime prescrito em 06/06/2020. A tÃ-tulo de esclarecimento, o crime de resistÃªncia qualificada pelo qual ZIRALDO tambÃ©m foi denunciado (artigo 329, Â§1Âº, do CPB) nÃ£o se encontra prescrito, pois a pena mÃ¡xima em abstrato Ã© de 03 (trÃªs) anos, operando-se a prescriÃ§Ã£o somente em 08 (oito) anos, conforme o artigo 109, inciso IV, do cÃ³digo penal brasileiro. A prescriÃ§Ã£o Ã© a perda do direito de punir do Estado pelo decurso do tempo com o objetivo de dar seguranÃ§a e tranquilidade nas relaÃ§Ãµes sociais, pois uma pretensÃ£o nÃ£o pode perdurar eternamente, evitando-se, assim uma instabilidade nas relaÃ§Ãµes sociais. Isto posto, com fundamento no art.61 do CÃ³digo de Processo Penal e artigos 107 inciso IV e 109 inciso VI, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ZIRALDO GOUVEIA COUTINHO pelo crime do artigo 140 c/c artigo 141, inciso II, ambos do CPB. P.R.I.C. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, certifique-se e arquive-se. Icoaraci, 30 de setembro de 2021. REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara Criminal de Icoaraci BelÃ©m/PA PROCESSO: 00022845220048140201 PROCESSO ANTIGO: 200420443092 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/10/2021 DENUNCIADO:LUAN PIMENTEL BARBOSA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA:R. M. M. B. DENUNCIADO:LEOMILTON RIBEIRO RODRIGUES Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA:S. J. S. L. . PROCESSO NÂº 0002284-52.2004.8.14.0201 S E N T E N Ã A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal, movida contra LEOMILTON RIBEIRO RODRIGUES e LUAN PIMENTEL BARBOSA, devidamente qualificado nos autos, em que foi denunciado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 157, Â§2Âº, II, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O fato conforme narrado na denÃºncia ocorreu em 19/10/2004, a denÃºncia foi recebida em 10/12/2004. ApÃ³s a regular instruÃ§Ã£o do processo, em 18/10/2007 a aÃ§Ã£o foi julgada procedente, havendo o juÃ-zo em sentenÃ§a condenado os acusados nos termos da denÃºncia, Ã pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o e multa de 40 (quarenta) dias-multa, fl. 118/126. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi interposto recurso de apelaÃ§Ã£o pelo ÃrgÃ£o Ministerial, de modo que o acÃ³rdÃ£o do Tribunal julgou no sentido de reformar a decisÃ£o anterior, modificando a pena dos acusados, fixando a pena de LEONILTON em 07(sete) anos e 04(quatro) meses de reclusÃ£o e 48 (quarenta e oito) dias-multa, enquanto para LUAN de 06(seis) anos e 08(oito) meses de reclusÃ£o e 44(quarenta e quatro) dias-multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, dispÃµe o art. 110 do CÃ³digo Penal, que apÃ³s a prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria considera-se, para aferiÃ§Ã£o do prazo prescricional, a pena em concreto estabelecida pelo juÃ-zo na sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, verifico a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o executÃ³ria. Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Em Tratado de Direito Penal, leciona Cezar Roberto Bitencourt: (...) A prescriÃ§Ã£o retroativa leva em consideraÃ§Ã£o a pena aplicada, in concreto, na sentenÃ§a ou acÃ³rdÃ£o condenatÃ³rio, contrariamente Ã prescriÃ§Ã£o in abstrato, que tem como referÃªncia o mÃ¡ximo de pena cominada ao delito. (...) ob.cit.Vol. I pg. 772 Ed. Saraiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, de acordo com o artigo 117, inciso IV, do cÃ³digo penal, a Ãºltima causa interruptiva de prescriÃ§Ã£o foi a data de publicaÃ§Ã£o do acÃ³rdÃ£o condenatÃ³rios recorrÃ-vel, sendo dia 10/07/2009 (fl.Â 234). A pena modificada e fixada na decisÃ£o do Tribunal para LEONILTON Ã© de 07(sete) anos e 04(quatro) meses e para LUAN de 06(seis) anos e 08(oito) meses de reclusÃ£o, de modo que, pela regra do art. 109 inciso III do CPB, a prescriÃ§Ã£o operar-se-Ã¡ em 12 (doze) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, em relaÃ§Ã£o ao acusado LEOMILTON RIBEIRO RODRIGUES, este juÃ-zo nÃ£o mais tem competÃªncia para proferir qualquer decisÃ£o a este, visto que o processo pertence a vara de execuÃ§Ãµes desde 2016 conforme guia de recolhimento definitivo de fl. 274. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que nÃ£o existindo outras causas interruptivas ou suspensivas da prescriÃ§Ã£o, constata-se que a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria ocorreu em 09/07/2021 ao acusado LUAN PIMENTEL BARBOSA, conforme o art. 110 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando a perda do jus puniendi do Estado, em decorrÃªncia da causa extintiva da punibilidade consistente na prescriÃ§Ã£o, com fundamento nos artigos 107, inciso IV, 109, III e art. 110, Â§ 1Âº, todos do CPB, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do sentenciado LUAN PIMENTEL BARBOSA, relativamente ao crime imputado no presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino ao senhor Diretor de Secretaria que adote as providÃªncias determinadas nos artigos 389 a 392 do CPP, bem como encaminhe Ã Vara de ExecuÃ§Ã£o cÃ³pias desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 04 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara Criminal Â Â Â Â Â Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00003438120188140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/10/2021 INDICIADO:JUREMA NASCIMENTO DE CASTRO COUTINHO Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 29110 - SWYANAMIN GREGORIO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) INDICIADO:ZIRALDO GOUVEIA COUTINHO Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 29110 - SWYANAMIN GREGORIO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) VITIMA:C. S. N. S. INDICIADO:ENDY BRENDA DE CASTRO COUTINHO INDICIADO:WALACE PEREIRA JAQUES. DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Considerando a Defesa apresentada pelo rÃ©u ZIRALDO GOUVEIA COUTINHO, fl. 71/88 a 46 e o disposto no art. 397 do CPP, decido: Quanto Ã preliminar de inÃ©pcia da inicial sustentada pela defesa de ZIRALDO GOUVEIA COUTINHO, a rejeito, uma vez que a exordial, embora de forma sucinta, descreve o fato imputado, havendo individualizaÃ§Ã£o da conduta supostamente praticada pelo denunciado, perfeitamente amoldada aos delitos do artigo 129, caput, do CPB, c/c artigo 329, Â§1Âº, do CPB, c/c artigo 29 do CPB, descrevendo, ainda, data, hora, local e dinÃ¢mica do delito. As demais alegaÃ§Ãµes trazidas pelo advogado do rÃ©u constituem o prÃ³prio mÃ©rito da causa, logo, com relaÃ§Ã£o ao pleito de exercÃ-cio regular do direito, trata-se de matÃ©ria meritÃ³ria que poderÃ¡ ser melhor analisada apÃ³s a produÃ§Ã£o de provas pelas partes na ocasiÃ£o prÃ³pria, razÃ£o pela qual, por ora, rejeito a preliminar. 2.Â Â Â Â Â Considerando a Defesa apresentada pelo rÃ©u WALLACE PEREIRA JAQUES, fl. 100/113 e o disposto no art. 397 do CPP, decido: Quanto Ã preliminar de inÃ©pcia da inicial sustentada pela defesa de WALLACE PEREIRA JAQUES, a rejeito, uma vez que a exordial, ainda que sucinta, descreve o fato imputado, havendo individualizaÃ§Ã£o da conduta supostamente praticada pelo denunciado, perfeitamente amoldada ao delito do art. 329, Â§1Âº, do CPB, descrevendo, ainda, data, hora, local e dinÃ¢mica do delito. As demais alegaÃ§Ãµes trazidas pelo advogado do rÃ©u constituem o prÃ³prio mÃ©rito da causa, logo, com relaÃ§Ã£o ao pleito de atipicidade da conduta delitiva e de exercÃ-cio regular do direito, trata-se de matÃ©ria meritÃ³ria que poderÃ¡ ser melhor analisada apÃ³s a produÃ§Ã£o de provas pelas partes na ocasiÃ£o prÃ³pria, razÃ£o pela qual, por ora, rejeito as preliminares. 3.Â Â Â Â Â Considerando a Defesa apresentada pela rÃ© JUREMA NASCIMENTO DE CASTRO COUTINHO, fl. 118/132 e o disposto no art. 397 do CPP, decido: Quanto Ã preliminar de inÃ©pcia da inicial sustentada pela defesa de JUREMA NASCIMENTO DE CASTRO COUTINHO, a rejeito, uma vez que a exordial, ainda que sucinta, descreve o fato imputado, havendo individualizaÃ§Ã£o da conduta supostamente praticada pelo denunciado, perfeitamente amoldada ao delito do art. 329, Â§1Âº, do CPB, descrevendo, ainda, data, hora, local e dinÃ¢mica do delito. As demais alegaÃ§Ãµes trazidas pelo advogado da rÃ© constituem o prÃ³prio mÃ©rito da causa, logo, com relaÃ§Ã£o ao pleito de atipicidade da conduta delitiva e de exercÃ-cio regular do direito, trata-se de matÃ©ria meritÃ³ria que poderÃ¡ ser melhor analisada apÃ³s a produÃ§Ã£o de provas pelas partes na ocasiÃ£o prÃ³pria, razÃ£o

pela qual, por ora, rejeito as preliminares. 4.Â Â Â Â Â Diante do exposto, nÃ£o havendo outras alegaÃ§Ãµes dos acusados e considerando que os fatos narrados constituem crimes, nÃ£o vislumbro nenhuma das hipÃ³teses descritas nos artigos 395 e 397 do CPP, destarte nÃ£o hÃ¡ fundamentos legais para a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria do acusado. Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento e determino Ã Secretaria que a inclua na pauta de audiÃªncias para o primeiro dia desimpedido, devendo na ocasiÃ£o constar dos autos as certidÃµes criminais do acusado, bem como todas as diligÃªncias determinadas (art. 400 CPP). INTIMEM-SE AS PARTES E AS DEMAIS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELO MINISTÃRIO PÃBLICO E PELA DEFESA. Requisite-se as testemunhas policiais e o acusado caso se encontre preso. Fica autorizada, desde logo, a expediÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria para cumprimento de diligÃªncias. Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. P.R.I.C. Icoaraci, 04 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00015946620208140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/10/2021 VITIMA:F. D. S. S. INDICIADO:HERICK MURILO SALES DA SILVA. DECISÃO Considerando a Defesa apresentada pelo rÃ©u HERICK MURILO SALES DA SILVA, fl. 14/18 e o disposto no art. 397 do CPP, decido: NÃ£o hÃ¡ preliminares hÃ¡ decidir. No mÃ©rito, a defesa do rÃ©u HERICK MURILO SALES DA SILVA nÃ£o traz provas de causas excludentes da ilicitude do fato nem de excludente da culpabilidade do denunciado. O fato narrado constitui crime e nÃ£o Ã© caso de extinÃ§Ã£o da punibilidade, de modo que nÃ£o vislumbro nenhuma das hipÃ³teses descritas nos artigos 395 e 397 do CPP, destarte nÃ£o hÃ¡ fundamentos legais para a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria do acusado. Ademais, as alegaÃ§Ãµes trazidas pelo advogado do rÃ©u constituem o prÃ³prio mÃ©rito da causa, logo, tratando-se de matÃ©ria meritÃ³ria, deverÃ¡ ser analisada apÃ³s a produÃ§Ã£o de provas pelas partes na ocasiÃ£o prÃ³pria. Desse modo, designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento e determino Ã Secretaria que a inclua na pauta de audiÃªncias para o primeiro dia desimpedido, devendo na ocasiÃ£o constar dos autos as certidÃµes criminais do acusado, bem como todas as diligÃªncias determinadas (art. 400 CPP). INTIMEM-SE AS PARTES E AS DEMAIS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELO MINISTÃRIO PÃBLICO E PELA DEFESA. Requisite-se as testemunhas policiais e o acusado caso se encontre preso. Fica autorizada, desde logo, a expediÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria para cumprimento de diligÃªncias. Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. P.R.I.C. Icoaraci, 28 de setembro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00023212520208140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/10/2021 QUERELANTE:PRISCILA SILVA DA ROCHA Representante(s): OAB 26820 - ESTEVÃO NATA NASCIMENTO DOS SANTOS (ADVOGADO) QUERELADO:SIMONE CRISTIANE. Processo nÂº 0002321-25.2020.8.14.0201 Â DESPACHO Vistas a defesa para dar prova da publicaÃ§Ã£o referente a retrataÃ§Ã£o, conforme se manifesta Ã fl.29. ApÃ³s, conclusos. Icoaraci, 04 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00030668420208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/10/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CARLOS ADRIANIS SOARES DELGADO Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . DECISÃO Considerando a Defesa apresentada pelo rÃ©u CARLOS ADRIANIS SOARES DELGADO, fl. 21/22 e o disposto no art. 397 do CPP, decido: NÃ£o hÃ¡ preliminares hÃ¡ decidir. No mÃ©rito, a defesa do rÃ©u CARLOS ADRIANIS SOARES DELGADO nÃ£o traz provas de causas excludentes da ilicitude do fato nem de excludente da culpabilidade do denunciado. O fato narrado constitui crime e nÃ£o Ã© caso de extinÃ§Ã£o da punibilidade, de modo que nÃ£o vislumbro nenhuma das hipÃ³teses descritas nos artigos 395 e 397 do CPP, destarte nÃ£o hÃ¡ fundamentos legais para a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria do acusado. Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento e determino Ã Secretaria que a inclua na pauta de audiÃªncias para o primeiro dia desimpedido, observando-se a prioridade de tramitaÃ§Ã£o por se tratar de rÃ©u preso, devendo na ocasiÃ£o constar dos autos as certidÃµes criminais do acusado, bem como todas as diligÃªncias determinadas (art. 400 CPP). INTIMEM-SE AS PARTES E AS DEMAIS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELO MINISTÃRIO PÃBLICO E PELA DEFESA. Requisite-se as testemunhas policiais e o acusado caso se encontre preso. Fica autorizada, desde logo, a expediÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria para cumprimento de diligÃªncias. Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. P.R.I.C. Icoaraci, 28 de setembro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00036115120158140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/10/2021

VITIMA:O. E. DENUNCIADO:WALTER PANTOJA DA SILVA. PROCESSO NÂº 0003611-51.2015.8.14.0201. DESPACHO Estando o rÃ©u devidamente citado e apresentado resposta a acusaÃ§Ã£o Ã fl.06, determinou-se a realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, porÃ©m impossÃ-vel sua realizaÃ§Ã£o conforme certidÃ£o de fl. 13. AlÃ©m do mais, com a verificaÃ§Ã£o pelo Ã³rgÃ£o ministerial sobre a impossibilidade de realizaÃ§Ã£o do acordo de nÃ£o persecuÃ§Ã£o penal (ANPP) e prosseguimento do feito, determino que a audiÃªncia seja redesignada, para o primeiro dia desimpedido, devendo a Secretaria desta unidade proceder a inclusÃ£o em pauta. INTIMEM-SE AS PARTES E AS DEMAIS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELO MINISTÃRIO PÃBLICO E PELA DEFESA. Requisite-se as testemunhas policiais e o acusado caso se encontre preso. Fica autorizada, desde logo, a expediÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria para cumprimento de diligÃªncias. Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. Icoaraci, 28 de setembro de 2021. REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci. PROCESSO: 00099520220208140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Inquérito Policial em: 05/10/2021 VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:LEANDRO PALHETA SANTOS GONCALVES Representante(s): OAB 28712 - THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK (ADVOGADO) INDICIADO:GRACIELE DOS SANTOS Representante(s): OAB 28712 - THAMIRES PRISCILA DE SENA HAICK (ADVOGADO) . Processo nÂº 0009952-02.2020.8.14.0401 Â DESPACHO Considerando o documento de fl.66, ratifico o documento expedido pela Secretaria dessa unidade Ã fl.65, de modo a se revogar a utilizaÃ§Ã£o de tornozeleira eletrÃ´nica para os acusados LEANDRO PALHETA SANTOS GONÃALVES e GRACIELE DOS SANTOS. Icoaraci, 27 de setembro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00128684320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/10/2021 DENUNCIADO:LAURIVALDO FIGUEIREDO DOS SANTOS VITIMA:O. E. . Processo nÂº 0012868-43.2019.8.14.0401 Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Conforme manifestaÃ§Ã£o do ÃrgÃ£o Ministerial Ã fl.73, a Secretaria desta unidade para proceder com a devoluÃ§Ã£o da Carteira Nacional de HabilitaÃ§Ã£o do requerente LAURIVALDO FIGUEIREDO DOS SANTOS juntado nos autos do IPL Ã fl.54. Oficie o DETRAN e intime a defesa da decisÃ£o. 2.Â Â Â Â Â Considerando os termos da resoluÃ§Ã£o de nÂº 18/2021 deste EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a, Ã secretaria para inclusÃ£o da audiÃªncia de ANPP em pauta, conforme determinado Ã fl.07. Â Â Â Â Â Icoaraci, 30 de setembro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00132452420138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/10/2021 DENUNCIADO:DENILSON FERREIRA DE SOUZA DENUNCIADO:EDUARDO DARLAN JARDIM VITIMA:C. L. G. . Processo nÂº 0013245-24.2013.8.14.0401 Â DESPACHO Â Â Â Â Â Certifique-se o Senhor diretor de secretaria quanto Ã existÃªncia de procuraÃ§Ã£o outorgado ao advogado subscrevente. Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Icoaraci, 20 de setembro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00228698720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Inquérito Policial em: 05/10/2021 VITIMA:A. J. P. . Processo nÂº 0022869-87.2019.8.14.0401 Â Â Â D E C I S Ã O Â Â O inquÃ©rito policial, instaurado por portaria, teve como objetivo de apurar a possÃ-vel ocorrÃªncia do crime de trÃ¡fico de drogas e associaÃ§Ã£o para o trÃ¡fico, os quais, segundo as investigaÃ§Ãµes policiais, vem ocorrendo em demasia neste distrito de Icoaraci/BelÃ©m/PA Consoante o apurado, no dia 19 de junho de 2018, o policial civil KLEYSON SOUZA DE AZEVEDO tomou conhecimento da possÃ-vel ocorrÃªncia de prÃ¡ticas criminosas envolvendo trÃ¡fico de drogas, homicÃ-dios e roubos neste distrito de Icoaraci/BelÃ©m/PA ApÃ³s diligÃªncias, chegou-se ao nome do nacional NAYAN RENATO SOARES DE MOURA como sendo o responsÃ¡vel pelo trÃ¡fico de drogas ocorrido na passagem do Furo do Maguari, bairro Campina, enquanto que os conhecidos como Â¿BOCAÂ¿ e Â¿NALDOÂ¿ seriam os responsÃ¡veis pelos ilÃ-citos praticados na invasÃ£o Tocantins e, por fim, LEANDRO PEREIRA FERNANDES, vulgo Â¿LECO" ou "VERDINHOÂ¿, o responsÃ¡vel pela regiÃ£o das Aguas Negras. AlÃ©m disso, tambÃ©m foi apurado que tais suspeitos seriam mandantes de inÃºmeros homicÃ-dios realizados em Icoaraci, bem como poderiam integrar um dos braÃ§os da facÃ§Ã£o criminosa carioca denominada "Comando Vermelho, tendo CLAUDIO AUGUSTO DA SILVA DUARTE, vulgo "CLAUDINHO", como o lÃ-der supremo, tudo de acordo com a documentaÃ§Ã£o de fls. 05/12. Ainda durante as investigaÃ§Ãµes, os agentes da lei conversaram com informantes e usuÃ¡rios de entorpecentes consumidores das drogas vendidas por tais suspeitos, obtendo-se os nomes e apelidos acima descritos, inclusive captando alguns numerais de telefone, os quais seriam supostamente utilizados por tais criminosos para lograr Ãªxito em suas empreitadas criminosas. Contudo, em contato com as

operadoras dos dados cadastrais, observou-se que os nÃºmeros auferidos estavam cadastrados em nomes de terceiros, o que dificultou sobremaneira a qualificaÃ§Ã£o dos verdadeiros autores dos crimes, tudo de acordo com a documentaÃ§Ã£o de fls. 13/24. Diante das diligÃªncias supramencionadas nÃ£o terem logrado o resultado esperado, a autoridade policial requereu Ã Vara Penal dos inquÃ©ritos Policiais de BelÃ©m medida cautelar de quebra de sigilo telefÃ´nico e de interceptaÃ§Ã£o telefÃ³nica convergente a relaÃ§Ã£o dos nÃºmeros obtidos no decorrer das investigaÃ§Ãµes, bem como outras diligÃªncias necessÃ¡rias, conforme se contempla em representaÃ§Ã£o de fls. 38/46, pleitos estes deferidos pelo JuÃ-zo daquela Vara (fl. 53). Cumpre destacar que, diante de todo o contexto abordado atÃ© aqui, a Policia Civil deflagrou a operaÃ§Ã£o denominada "Black Waters", a se concretizar no perÃ-odo de 14/02/2019 a 02/03/2019. No entanto, em auto circunstanciado de fls. 67/69-v, verificou-se que dentre os Ã¡udios dos alvos a maioria nÃ£o possuÃ-a relevÃ¢ncia, enquanto outros jÃ¡ estavam inutilizados, fazendo com que os analistas sugerissem pelo encerramento da operaÃ§Ã£o, haja vista nÃ£o terem encontrado elementos suficientes para a materializaÃ§Ã£o do crime de trÃ¡fico de drogas. Em acrÃ©scimo a isto, a autoridade policial informou que, devido Ã demora entre o inÃ-cio das investigaÃ§Ãµes e a operacionalizaÃ§Ã£o da intercepÃ§Ã£o telefÃ´nica, a grande maioria dos alvos nÃ£o estavam mais utilizando os numerais dos telefones apontados, prejudicando, assim, as investigaÃ§Ãµes, razÃ£o pela qual a autoridade policial requereu o arquivamento do inquÃ©rito, conforme documento de fl. 72. Por fim, o ÃrgÃ£o Ministerial se manifesta Ã fl.78/79 ratificando o entendimento da autoridade policial e requerendo o arquivamento da peÃ§a policial. Ã o relato. Decido. A AÃ§Ã£o Penal Ã© de prerrogativa do Estado que o faz por meio do MinistÃ©rio PÃºblico e, se o ÃrgÃ£o Ministerial nÃ£o formou convicÃ§Ã£o para deflagrar a aÃ§Ã£o penal, pedindo o arquivamento do inquÃ©rito, por nÃ£o verificar na prova indiciÃ¡ria elementos capazes de demonstrar justa causa para o ajuizamento da aÃ§Ã£o penalÂ ou, como no presente caso, a falta de indÃ-cios de autoria e de materialidade do crime de trÃ¡fico de drogas e de associaÃ§Ã£o para o trÃ¡fico (art.33, caput, c/c art.35, ambos da lei nÂº11.343/2006) , nÃ£o cabe ao juiz se imiscuir na esfera de atribuiÃ§Ãµes do ÃrgÃ£o que tem a exclusividade na propositura da aÃ§Ã£o penal, pois tal ingerÃªncia Ã© totalmente incompatÃ-vel com sistema acusatÃ³rio inaugurado com a ConstituiÃ§Ã£o de 1988 que em seu art. 129 estabelece que dentre as funÃ§Ãµes institucionais do MinistÃ©rio PÃºblico estÃ¡ a deÂ PROMOVER, PRIVATIVAMENTE, A AÃÃO PÃBLICA, NA FORMA DA LEI. Ora, se compete, privativamente, ao MinistÃ©rio PÃºblico, promover a aÃ§Ã£o penal pÃºblica a conclusÃ£o lÃ³gica Ã© de que somente a ele cabe decidir sobre tal propositura, analisando, por Ã³bvio, os requisitos para tal. Ã luz da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988, que adotou o sistema acusatÃ³rio, pode-se afirmar que o art. 28 do CPP (editado sob a Ã©gide de um sistema inquisitorial), nÃ£o foi recepcionado pela Carta Republicana de 1988. De modo que, inaugurado o sistema acusatÃ³rio com a ConstituiÃ§Ã£o de 1988 manter hÃ-gido o art. 28 do CPP Ã© clara violaÃ§Ã£o ao modelo consagrado pelo Constituinte. Ã, portanto, inadmissÃ-vel no atual sistema adotado pela vigente ConstituiÃ§Ã£o que o JudiciÃ¡rio realize o controle de legalidade sobre uma funÃ§Ã£o da qual nÃ£o Ã© competente, ou seja, nÃ£o Ã© sua aÂ opinio delicti, nÃ£o constituindo sua funÃ§Ã£o achar ou deixar de achar que se deve ou nÃ£o oferecer denÃºncia. Descumprindo a norma constitucional, o juiz estarÃ¡ atuando como parte e violando o sistema acusatÃ³rio. Em conformidade com a ConstituiÃ§Ã£o Federal/1988, o controle acerca do arquivamento ou nÃ£o do inquÃ©rito policial deverÃ¡ ser realizado pelo prÃ³prio MinistÃ©rio PÃºblico atravÃ©s dos Ã³rgÃ£os da AdministraÃ§Ã£o Superior do mesmo. Entendo que a intervenÃ§Ã£o do JudiciÃ¡rio acerca do oferecimento da aÃ§Ã£o penal, constitui evidente usurpaÃ§Ã£o de competÃªncia constitucional no Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico. A competÃªncia atribuÃ-da aoÂ parquet,Â como uma das suas funÃ§Ãµes institucionais, atravÃ©s do art. 129, I da CF/88 Ã© clarÃ-ssima, verbis: Â Â Â¿Art. 129. SÃ£o funÃ§Ãµes institucionais do MinistÃ©rio PÃºblico: I - promover, privativamente, a aÃ§Ã£o penal pÃºblica, na forma da leiÂ¿ Â Ademais, no presente caso, o Ã³rgÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico fundamenta seu pleito na insuficiÃªncia de provas da autoria e de materialidade, o que resulta na ausÃªncia de elementos de convicÃ§Ã£o para o oferecimento de eventual peÃ§a acusatÃ³ria.Â Posto isso, considerando que o titular da aÃ§Ã£o penal nÃ£o constatou nos autos de investigaÃ§Ã£o elementos que formem sua convicÃ§Ã£o para o oferecimento da denÃºncia acolho a manifestaÃ§Ã£o Ministerial, por seus fundamentos, HOMOLOGO SEU REQUERIMENTO E DETERMINO O ARQUIVAMENTO dos presentes autos de IPL observadas as formalidades legais e atentando-se para o que dispÃµe o art.28 do CPP e a sÃºmula nÂº 524 do STF. Â¿SÃºmula 524: ARQUIVADO O INQUÃRITO POLICIAL, POR DESPACHO DO JUIZ, A REQUERIMENTO DO PROMOTOR DE JUSTIÃA, NÃO PODE A AÃÃO PENAL SER INICIADA, SEM NOVAS PROVAS.Â¿ DÃª-se ciÃªncia desta decisÃ£o Ã autoridade policial, esclarecendo que poderÃ¡ a mesma proceder a novas investigaÃ§Ãµes, se de outras provas tiver notÃ-cias, em conformidade com o art. 18 do CPP. Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes e preclusas as vias impugnatÃ³rias, arquive-se. P.R.I.C. Icoaraci, 05 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Reijjane Ferreira de Oliveira JuÃ-za de Direito

Titular da 1Âª Vara Criminal de Icoaraci Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00001914320128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/10/2021 DENUNCIADO:CLODOALDO DE OLIVEIRA GALVAO VITIMA:J. P. S. . 1Âª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO NÂº 0000191-43.2012.8.14.0201 DECISÃO Â Â Â Â Â O ponto refere-se Ã contradiÃ§Ã£o quanto ao fato de ter sido constatado na sentenÃ§a um erro material. Â Â Â Â Â Observa-se que, ao final do documento cadastrado no sistema LIBRA, hÃ¡ um parÃ¡grafo que nÃ£o corresponde Ã sentenÃ§a (fl.40), eis que, apÃ³s ter condenado o acusado Ã pena de 02 (dois) anos de reclusÃ£o, mais pena de multa, a ser cumprida inicialmente em regime aberto - a qual fora substituÃ-da pela prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, persiste, mesmo apÃ³s a data e assinatura desta juÃ-za, parÃ¡grafo julgando improcedente a denÃºncia e absolvendo o acusado, o que frontalmente contradiz o restante da sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Logo, o correto a se dizer Ã© que tal trecho seja desconsiderado do restante do corpo do texto, o que Ã© possÃ-vel que seja corrigido de ofÃ-cio por este JuÃ-zo, jÃ¡ que trata- se de erro material da sentenÃ§a e que a toda evidencia e estÃ¡ em contradiÃ§Ã£o com toda a fundamentaÃ§Ã£o decisÃ³ria. Â Â Â Â Â DispÃµe o art.494, inciso I do CPC: Â Â Â Â Art. 494. Â Publicada a sentenÃ§a, o juiz sÃ³ poderÃ¡ alterÃ¡-la: Â Â Â Â I - Para corrigir-lhe, de ofÃ-cio ou a requerimento da parte, inexatidÃµes materiais ou erros de cÃ¡lculo; Â Â Â Â II - Por meio de embargos de declaraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â E ainda seguindo orientaÃ§Ã£o jurisprudencial: Â¿- O erro material ocorre quando, a toda evidÃªncia, o texto da sentenÃ§a nÃ£o traduz a vontade do julgador; nesse caso, a correÃ§Ã£o pode ser feita pelo prÃ³prio juiz, mesmo que jÃ¡ tenha ocorrido o trÃ¢nsito em julgado. (AI 2066-88, 2Âª TC TJMS, Rel. Des. MARCO ANTÃNIO CÃNDIA, in DJMS 2520, 17.3.89, p. 5).Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isso posto, determino, com fulcro no art.494, inciso I do CPC, a retificaÃ§Ã£o do erro material constante na sentenÃ§a, devendo-se desconsiderar o trecho: Â¿ISTO POSTO, forte no artigo 386, VII do CPP Julgo Improcedente a denÃºncia e ABSOLVO o rÃ©u CLODOALDO DE OLIVEIRA GALVÃO, qualificado nos autos, pelo delito estelionato, na formaÂ do artigo 171, do CPB. Custas pelo Estado. PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. E CUMPRA O SR. DIRETOR DE SECRETARIA O DISPOSTO NOS ARTIGOS 389 a 392 DO CPP.Â Certificado o trÂ¢nsito em julgado arquivem-se os autos. Icoaraci, 13 de agosto de 2021. Reijjane Ferreira de OliveiraJuÃ-za de Direito da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci Â¿ (fl.40). Â Â Â Â Â No mais a sentenÃ§a deve persistir em todos os seus termos. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Icoaraci, 13 de outubro de 2021. Reijjane Ferreira de Oliveira JuÃ-za de Direito da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00075553220138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 13/10/2021 DENUNCIADO:COURO DO NORTE LTDA VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:FRANCISCO MARCELO BATISTA BARBOSA. DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Considerando a Defesa apresentada conjuntamente pelos rÃ©us COURO DO NORTE LTDA. e FRANCISCO MARCELO BATISTA BARBOSA, fl. 10/35 e o disposto no art. 397 do CPP, decido: Em primazia, as alegaÃ§Ãµes trazidas pelo advogado dos rÃ©us constituem o prÃ³prio mÃ©rito da causa, logo, com relaÃ§Ã£o ao pleito de atipicidade da conduta delitiva e de exercÃ-cio regular do direito, trata-se de matÃ©ria meritÃ³ria que poderÃ¡ ser melhor analisada apÃ³s a produÃ§Ã£o de provas pelas partes na ocasiÃ£o prÃ³pria, razÃ£o pela qual, por ora, rejeito as preliminares. Quanto ao pleito da ausÃªncia de provas suficientes para a denÃºncia, a rejeito, uma vez que a exordial, se utilizando das provas em evidÃªncia, consegue descrever condutas que se amoldam ao delito do artigo 54, Â§2Âº, V, da Lei nÂº 9605/98 (lei de crimes ambientais), alÃ©m de que pode o ÃrgÃ£o Acusador se utilizar de outros meios de prova atÃ© o final da instruÃ§Ã£o processual para afirmar autoria e materialidade do fato tÃ-pico em comento.Â Diante do exposto, nÃ£o havendo outras alegaÃ§Ãµes dos acusados e considerando que os fatos narrados constituem crimes, nÃ£o vislumbro nenhuma das hipÃ³teses descritas nos artigos 395 e 397 do CPP, destarte nÃ£o hÃ¡ fundamentos legais para a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria dos acusados. Designo a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento e determino Ã Secretaria que a inclua na pauta de audiÃªncias para o primeiro dia desimpedido, devendo na ocasiÃ£o constar dos autos as certidÃµes criminais dos acusados, bem como todas as diligÃªncias determinadas (art. 400 CPP). INTIMEM-SE AS PARTES E AS DEMAIS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELO MINISTÃRIO PÃBLICO E PELA DEFESA. Requisite-se as testemunhas policiais e o acusado caso se encontre preso. Fica autorizada, desde logo, a expediÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria para cumprimento de diligÃªncias. Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. P.R.I.C. Icoaraci, 05 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00008944720108140201 PROCESSO ANTIGO: 201020003145 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/10/2021 VITIMA:D. M. C. A. DENUNCIADO:FABIO DA SILVA SOUZA. Processo nÂº 0000894-47.2010.8.14.0201 Â Â DECISÃO Considerando o recurso apresentado por FABIO DA SILVA SOUZA (fl. 108-v), RECEBO a apelaÃ§Ã£o em

seus efeitos devolutivo e suspensivo. DÃª-se vista dos autos Ã s partes para oferecimento de razÃµes e contrarrazÃµes e, apÃ³s, remetam-se os autos Ã Superior InstÃ¢ncia, com as cautelas legais. P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci, 14 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00021176420118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/10/2021 DENUNCIADO:JOSE LEANDRO DAVI DA SILVA Representante(s): OAB 1111111 - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA:G. M. S. . Processo nÂº 0002117-64.2011.8.14.0201 Â Â DECISÃO Considerando o recurso apresentado por JOSÃ LEANDRO DAVI DA SILVA (fl. 159-V), RECEBO a apelaÃ§Ã£o em seus efeitos devolutivo e suspensivo. DÃª-se vista dos autos Ã s partes para oferecimento de razÃµes e contrarrazÃµes e, apÃ³s, remetam-se os autos Ã Superior InstÃ¢ncia, com as cautelas legais. P.R.I.Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci, 14 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00030018820128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/10/2021 DENUNCIADO:NAIB AMIM DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 7043 - RAIMUNDO NONATO CORREA DIAS (ADVOGADO) VITIMA:O. E. VITIMA:T. O. C. VITIMA:T. O. C. VITIMA:M. B. S. S. VITIMA:M. S. M. . Processo nÂº 0003001-88.2012.8.14.0201 Â Â DECISÃO Considerando o recurso apresentado por NAIB AMIM DO NASCIMENTO (fls. 231-v, 234/238), RECEBO a apelaÃ§Ã£o em seus efeitos devolutivo e suspensivo. DÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para oferecimento de contrarrazÃµes ao presente recurso e, apÃ³s, remetam-se os autos Ã Superior InstÃ¢ncia, com as cautelas legais. P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci, 14 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00031906620128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/10/2021 INDICIADO:ROLANDO MAURO SILVA DA SILVA INDICIADO:R. S. N. VITIMA:M. A. M. INDICIADO:ROMEU SILVA NATIVIDADE. Processo nÂº 0003190-66.2012.8.14.0201 Â Â DECISÃO Considerando o recurso apresentado por ROLANDO MAURO SILVA DA SILVA e ROMEU SILVA DA NATIVIDADE (fl. 128-v), RECEBO a apelaÃ§Ã£o em seus efeitos devolutivo e suspensivo. DÃª-se vista dos autos Ã s partes para oferecimento de razÃµes e contrarrazÃµes e, apÃ³s, remetam-se os autos Ã Superior InstÃ¢ncia, com as cautelas legais. P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci, 14 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00042576620128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/10/2021 INDICIADO:FRANCISCO HELIO DA COSTA Representante(s): OAB 14662 - DEBORA DO COUTO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 17402 - YURI DE BORGONHA MONTEIRO RAIOL (ADVOGADO) INDICIADO:RODRIGO CEZAR BORGES DE PAULA VITIMA:T. N. E. T. L. . Processo nÂº 0004257-66.2012.8.14.0201 Â Â DECISÃO Considerando o recurso apresentado por RODRIGO CEZAR BORGES DE PAULA (fl. 75-v), RECEBO a apelaÃ§Ã£o em seus efeitos devolutivo e suspensivo. DÃª-se vista dos autos Ã s partes para oferecimento de razÃµes e contrarrazÃµes e, apÃ³s, remetam-se os autos Ã Superior InstÃ¢ncia, com as cautelas legais. P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci, 14 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00109816820128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/10/2021 DENUNCIADO:RAFAEL SOARES DA SILVA Representante(s): OAB 4305 - RAIMUNDO RUBENS FAGUNDES LOPES (ADVOGADO) OAB 12595 - GLAUCILENE SANTOS CABRAL (ADVOGADO) OAB 12389 - ANA PAULA MORAES DA CUNHA ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:NIELSON SANTOS DOS SANTOS Representante(s): OAB 5676 - LADISLEY DA COSTA SAMPAIO (ADVOGADO) VITIMA:M. C. P. S. . Processo nÂº 0010981-68.2012.8.14.0401 Â Â DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Considerando o recurso apresentado por NIELSON SANTOS DOS SANTOS (fl. 92-v), RECEBO a apelaÃ§Ã£o em seus efeitos devolutivo e suspensivo. DÃª-se vista dos autos Ã s partes para oferecimento de razÃµes e contrarrazÃµes e, apÃ³s, remetam-se os autos Ã Superior InstÃ¢ncia, com as cautelas legais. P.R.I. Cumpra-se. 2.Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao sentenciado RAFAEL SOARES DA SILVA, dÃª vista ao ÃrgÃ£o Ministerial para se manifestar sobre a certidÃ£o de fl.97. Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci, 14 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de

Icoaraci PROCESSO: 00157458720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/10/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DOUGLAS CLAUDIO COSTA DE CAMPOS. Processo nº 0015745-87.2018.8.14.0401 Â Â DECISÃO Considerando o recurso apresentado por DOUGLAS CLAUDIO COSTA DE CAMPOS (fl. 42-v), RECEBO a apelaÃ§Ã£o em seus efeitos devolutivo e suspensivo. DÃª-se vista dos autos Ã s partes para oferecimento de razÃµes e contrarrazÃµes e, apÃ³s, remetam-se os autos Ã Superior InstÃ¢ncia, com as cautelas legais. P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci, 14 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00183669120178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/10/2021 DENUNCIADO:MARCIO HENRIQUE VILHENA DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:A. C. O. E. . Processo nº 0018366-91.2017.8.14.0401 Â Â DECISÃO Considerando o recurso apresentado por MARCIO HENRIQUE VILHENA DA SILVA (fl. 63-v), RECEBO a apelaÃ§Ã£o em seus efeitos devolutivo e suspensivo. DÃª-se vista dos autos Ã s partes para oferecimento de razÃµes e contrarrazÃµes e, apÃ³s, remetam-se os autos Ã Superior InstÃ¢ncia, com as cautelas legais. P.R.I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci, 14 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00257088520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 14/10/2021 INDICIADO:ANGLESTON SANTOS PEREIRA Representante(s): OAB 18721 - ELIONAI LIMA NEGIDIO (ADVOGADO) OAB 6907 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO (ADVOGADO) INDICIADO:ALESSANDRO LIMA GARCIA INDICIADO:MAIKO VINICIO GONCALVES DA SILVA VITIMA:W. P. R. VITIMA:A. M. P. S. VITIMA:D. G. S. . Processo nº 0025708-85.2019.8.14.0401 DENUNCIADO: MAIKO VINICIO GONÃALVES DA SILVA SENTENÃA Â Â Â Â Tratam-se os autos de AÃ§Ã£o Penal em que o MinistÃ©rio PÃºblico oferece denÃºncia contra o nacional MAIKO VINICIO GONÃALVES DA SILVA pelo delito previsto no artigo 157, Â§2Âº, II, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Foi juntada certidÃ£o de Ã³bito do denunciado Ã fl. 11-v. Â Â Â Â O MP manifestou-se pela extinÃ§Ã£o da punibilidade consistente na morte do agente, prevista no art.107, inciso I do CPB, fl. 25. Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Ante a constataÃ§Ã£o do evento morte, conforme declaraÃ§Ã£o de Ã³bito referida, com fulcro no art. 62 do CÃ³digo de Processo Penal e 107, I, do CÃ³digo Penal, ACOLHO A MANIFESTAÃÃO DO ÃRGÃO MINISTERIAL E DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RÃU MAIKO VINICIO GONÃALVES DA SILVA. Â Â Â Â Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa nos registros relativamente ao referido acusado. BelÃ©m, 14 de outubro de 2021. REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA JuÃza de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci. PROCESSO: 00009867220108140201 PROCESSO ANTIGO: 201020003765 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/10/2021 VITIMA:E. E. C. L. DENUNCIADO:ALAN PEREIRA DO NASCIMENTO DENUNCIADO:THALLYSON CHERMONT MENDES SILVA. PROCESSO Nº 0000986-72.2010.8.14.0201 S E N T E N Ã A Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal, movida contra THALLYSON CHERMONT MENDES SILVA, devidamente qualificado nos autos, em que foi denunciado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 157, Â§3Âº, in fine, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O fato conforme narrado na denÃºncia ocorreu em 18/02/2010, a denÃºncia foi recebida em 11/03/2010. ApÃ³s a regular instruÃ§Ã£o do processo, em 28/02/2014 a aÃ§Ã£o foi julgada procedente, porÃ©m o juÃzo em sentenÃ§a condenou o acusado com base no tipo penal do artigo 155, Â§4Âº, II, do CPB, Ã pena de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o e multa de 30 (trinta) dias-multa, fl. 189/203. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A decisÃ£o judicial foi publicada no DiÃ¡rio de JustiÃ§a EletrÃ´nico do TJE/PA em 01/09/2021 (fls.214/217-v) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o breve relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, dispÃµe o art. 110 do CÃ³digo Penal, que apÃ³s a prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a condenatÃ³ria considera-se, para aferiÃ§Ã£o do prazo prescricional, a pena em concreto estabelecida pelo juÃzo na sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, verifico a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o executÃ³ria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em Tratado de Direito Penal, leciona Cezar Roberto Bitencourt: (...) A prescriÃ§Ã£o retroativa leva em consideraÃ§Ã£o a pena aplicada, in concreto, na sentenÃ§a ou acÃ³rdÃ£o condenatÃ³rio, contrariamente Ã prescriÃ§Ã£o in abstrato, que tem como referÃªncia o mÃ¡ximo de pena cominada ao delito. (...) ob.cit.Vol. I pg. 772 Ed. Saraiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, de acordo com o artigo 117, inciso IV, do cÃ³digo penal, a Ãºltima causa interruptiva de prescriÃ§Ã£o foi a data de recebimento da denÃºncia, sendo dia 11/03/2010 (fl. 05). A pena fixada na decisÃ£o do Tribunal para THALLYSON CHERMONT MENDES SILVA Ã© de 04

(quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusÃ£o e multa de 30 (trinta) dias-multa, de modo que, pela regra do art. 109 inciso III do CPB, a prescriÃ§Ã£o operar-se-Ã¡ em 12 (doze) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã necessÃ¡rio aqui ressalvar que o sentenciado era a Ã©poca do fato menor de 21 anos de idade, o que faz com que o prazo prescricional seja reduzido Ã metade, conforme dispÃµe o artigo 115 do cÃ³digo penal. Portanto, o prazo da prescriÃ§Ã£o serÃ¡ de 06 (seis) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, verifico que o lapso entre a data de recebimento da denuncia e a publicaÃ§Ã£o da sentenÃ§a penal condenatÃ³ria foi fulminado, pois jÃ¡ foi decorrido o prazo previsto no artigo 109, III, c/c artigo 115 do cÃ³digo penal, de modo que a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o executÃ³ria ocorreu em 10/03/2016 ao acusado THALLYSON CHERMONT MENDES SILVA, conforme o art. 110 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, considerando a perda do jus puniendi do Estado, em decorrÃªncia da causa extintiva da punibilidade consistente na prescriÃ§Ã£o, com fundamento nos artigos 107, inciso IV, 109, III c/c artigo 115 e art. 110, Â§ 1Âº, todos do CPB, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do sentenciado THALLYSON CHERMONT MENDES SILVA, relativamente ao crime imputado no presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino ao senhor Diretor de Secretaria que adote as providÃªncias determinadas nos artigos 389 a 392 do CPP, bem como encaminhe Ã Vara de ExecuÃ§Ã£o cÃ³pias desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â BelÃ©m, 18 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara Criminal Â Â Â Â Â Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00245750820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Procedimento Comum em: 20/10/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CLEVERTON JACO DOS SANTOS LIMA. Processo nÂº 0024575-08.2019.8.14.0401 Â DECISÃO Considerando a Defesa apresentada pelo rÃ©u, fls. 14/15, decido: I - NÃ£o hÃ¡ preliminares suscitadas. II - Para o recebimento da denÃºncia o juiz exerce apenas um juÃ-zo de prelibaÃ§Ã£o, sendo suficiente um suporte probatÃ³rio mÃ-nimo que aponte a materialidade e indÃ-cios de autoria. Estando a denÃºncia lastreada nos autos do inquÃ©rito policial, tem-se o suporte probatÃ³rio mÃ-nimo para que seja admitida a aÃ§Ã£o penal. Embora sucinta, a denÃºncia narra os fatos e contÃ©m os elementos mÃ-nimos necessÃ¡rios que possibilitam Ã denunciada o exercÃ-cio pleno de sua defesa. A imputaÃ§Ã£o feita Ã denunciada configura conduta tÃ-pica, a denÃºncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP e nÃ£o vislumbro nenhuma das hipÃ³teses previstas no art. 395 do CPP, portanto nÃ£o hÃ¡ motivos para sua rejeiÃ§Ã£o in limine. No mÃ©rito, a defesa do rÃ©u CLEVERTON JACÃ DOS SANTOS LIMA nÃ£o traz provas de causas excludentes da ilicitude do fato nem de excludente da culpabilidade. O fato narrado constitui crime e nÃ£o Ã© caso de extinÃ§Ã£o da punibilidade, de modo que nÃ£o vislumbro nenhuma das hipÃ³teses descritas nos artigos 395 e 397 do CPP, destarte nÃ£o hÃ¡ fundamentos legais para a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria da acusada. Pelo exposto, RECEBO A DENÃNCIA e determino Ã Secretaria da Vara que inclua em pauta a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o primeiro dia desimpedido, devendo na ocasiÃ£o constar dos autos as certidÃµes criminais da acusada, bem como todas as diligÃªncias determinadas (art.400 CPP). INTIMEM-SE AS PARTES E AS DEMAIS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELO MINISTÃRIO PÃBLICO E PELA DEFESA. Requisite-se as testemunhas policiais. Fica autorizada, desde logo, a expediÃ§Ã£o de carta precatÃ³ria para cumprimento de diligÃªncias. Cientifique-se o MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa. P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Icoaraci, 20 de outubro de 2021. Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Â JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00268133420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 20/10/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:SAMUEL VITOR DA CRUZ COSTA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . SENTENÃA AÃÂ¿O PENAL - JUIZO SINGULAR Processo nÂº 0026813-34.2018.8.14.0401Â CRIME DE TRÃFICO DE DROGAS- Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006 AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃU: SAMUEL VITOR DA CRUZ COSTA ADVOGADO: DEFENSORIA PÃBLICA JUÃZA SENTENCIANTE: REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Vistos e examinados hoje para SentenÃ§a. O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, com base no inquÃ©rito policial, ajuizou AÃ§Ã£o Penal, contra SAMUEL VITOR DA CRUZ COSTA, devidamente qualificado nos autos, denunciando-o como incurso nas sanÃ§Ãµes do Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Narra a denÃºncia, em sÃ-ntese: Â¿(...) no dia 12 de novembro de 2018, por volta das 17h, uma guarniÃ§Ã£o da PolÃ-cia Militar que estava de plantÃ£o, trafegando pela Rodovia Arthur Bernardes, bairro Paracuri, neste Distrito, avistou o ora denunciado e realizou sua abordagem. Durante a abordagem, os policiais realizaram a revista do indiciado e foi encontrado em poder do mesmo 01 (uma) sacola contendo 465,6 (quatrocentos e sessenta e cinco gramas) da substÂ¢ncia Tetrahidrocanabinol, vulgarmente conhecida como Maconha. Diante do constatado, o ora denunciado foi conduzido Ã Seccional de Icoaraci, para as providÃªncias legais. (...)Â¿ Ao final, o Parquet requereu o recebimento da denÃºncia para que o rÃ©u seja processado atÃ© a sentenÃ§a final como incurso nas sanÃ§Ãµes penais do Art. 33 da Lei nÂº

11.343/2006. Na ocasiÃ£o, o MinistÃ©rio PÃºblico arrolou 03 (trÃªs) testemunhas para serem ouvidas em juÃ-zo (fla.02/03). Laudo ToxicolÃ³gico Definitivo (fl.04). Despacho determinando a notificaÃ§Ã£o do acusado para apresentaÃ§Ã£o de defesa preliminar, fl.17. Defesa preliminar apresentada por advogado constituÃ-do, fls.23/24. A denÃºncia com o rol de testemunhas foi recebida em 27/02/2019, sendo designada data para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fl.27). Termo de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, fl.36/38. Ao tÃ©rmino da instruÃ§Ã£o criminal nÃ£o foram requeridas diligÃªncias. Em sede de alegaÃ§Ãµes finais, na forma de memoriais, o MinistÃ©rio PÃºblico, apÃ³s breve relato do processo, ao analisar depoimentos das testemunhas, aduziu que o binÃ´mio materialidade-autoria restou comprovado pelos depoimentos das testemunhas em sede policial e em JuÃ-zo, os quais foram coerentes e firmes ao narrarem a atitude criminosa do denunciado. Ademais, o laudo toxicolÃ³gico constata que a substÂncia em questÃ£o se trata maconha, substÂncia entorpecente. Alega que as provas colhidas na fase investigativa, foram ratificadas em juÃ-zo. Ao final, o R.M.P. requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado nos termos da denÃºncia, fls.42/46. O acusado, em sede de alegaÃ§Ãµes finais, por meio da Defensoria PÃºblica, apÃ³s breve relato dos fatos, alegou que o acusado confessou o crime em juÃ-zo, razÃ£o pela qual requereu a aplicaÃ§Ã£o da pena em grau mÃ-nimo, a atenuante de confissÃ£o, sendo afastada a sÃºmula 231, STJ, bem como seja reconhecida a causa especial de diminuiÃ§Ã£o prevista no art.33, Â§4Âº, da Lei nÂº 11.343/2006, com reduÃ§Ã£o da pena em 2/3(dois terÃ§os), fls.47/49. Relatei. Passo a fundamentar e decidir. O MinistÃ©rio PÃºblico imputa a SAMUEL VITOR DA CRUZ COSTA, qualificado nos autos, a prÃ¡tica do delito de trÃ¡fico de drogas, nos termos do Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal MATERIALIDADE. O Laudo ToxicolÃ³gico Definitivo de fl.04, de anÃ¡lise tÃ©cnica dos materiais apreendidos: 465,6 gramas de erva seca resultou positivo para Maconha e foi apreendida em poder do acusado. DA AUTORIA DOS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS OSVALDO MORAES DE MELO, Policial Militar, declarou que estava em um PM Box junto com outros Policiais e viu quando o acusado passou em uma bicicleta e acelerou quando viu os Policiais, o que despertou suspeita e os levou a abordÃ¡-lo. Seguira, o acusado, que continuou a acelerar e entrou numa passagem. O acusado largou a bicicleta e saiu correndo. O acusado foi alcanÃ§ado pelos Policiais e com ele encontraram maconha, tanto na bicicleta quando em suas roupas. Afirmou que o acusado nÃ£o era conhecido da PolÃ-cia e que ele disse que cumpria ordens de transportar a droga. Chegou a mostrar um Ã¡udio no celular com as ordens. AILTON BERGUE DE OLIVEIRA, Policial Militar, declarou que o acusado trafegava pela Rodovia Arthur Bernardes em alta velocidade e que ele nÃ£o parou quando foi ordenado, acelerando sua bicicleta. Por esta razÃ£o, os Policiais Passaram a persegui-lo e depois encontraram dentro de seu short uma sacola contendo maconha. TambÃ©m encontraram droga em sua bicicleta. O acusado disse que estava transportando para uma pessoa que os repassaria a um presÃ-dio. DO INTERROGATÃRIO DO ACUSADO Em juÃ-zo, o acusado confessou que transportava a droga, pois passava por uma difÃ-cil situaÃ§Ã£o financeira e sua mÃ£e estava doente. Afirmou que naquele dia, apÃ³s ter recebido a ordem de parar, largou a bicicleta mais Ã frente e foi alcanÃ§ado pelos Policiais que o revistaram e encontraram a droga com ele. Disse que entregaria a droga a uma mulher na orla de Icoaraci e que receberia R$100,00 (cem reais) pelo serviÃ§o. Em sÃ-ntese, as testemunhas ouvidas em juÃ-zo, Policiais Militares que atuaram na prisÃ£o do acusado, bem como este Ãºltimo confirmaram os fatos narrados na denÃºncia. Conforme relatado nos autos, Policiais Militares estavam em um PM Box situado na Av. Arthur Bernardes, bairro Paracuri, neste Distrito, quando avistaram o acusado trafegando em alta velocidade em uma bicicleta. Ao perceber que tinha sido notado pelos Policiais, o acusado acelerou a bicicleta, o que gerou suspeita dos agentes que passaram a persegui-lo. Mais adiante, o acusado chegou a entrar em uma passagem antes de saltar da bicicleta. Abordado, foi revistado pelos Policiais Militares, que com ele encontraram a quantidade de 465,6g (quatrocentos e sessenta e cinco gramas e seis miligramas) de maconha, tanto escondida nas vestes do acusado quanto em sua bicicleta. O acusado afirmou que apenas realizava o transporte de drogas aquela vez e o fazia por dificuldade financeira, que iria entregar a droga a uma mulher, na orla de Icoaraci. Em juÃ-zo, o acusado ratificou o narrado pelos Policiais Militares, tendo confessado o crime em seu interrogatÃ³rio. Logo, nÃ£o resta dÃºvida da ocorrÃªncia do crime, conforme os termos da denÃºncia, sendo o decreto condenatÃ³rio medida que se impÃµeÂ ao denunciado. DA APLICAÃÂ¿O DO DISPOSTO NO ART. 33, PARÃGRAFO 4Âº, DA LEI NÂº. 11.343/2006: VÃª-se que o disposto no art. 33, Â§ 4Âº da lei n. 11.343/2006 permite a reduÃ§Ã£o da pena quando o agente Ã© primÃ¡rio, de bons antecedentes e nÃ£o se dedique Ã s atividades criminosas, nem integre organizaÃ§Ã£o criminosa, que Ã© o chamado trÃ¡fico ocasional. O autor Guilherme de Souza Nucci, no livro Leis Penais e Processuais Penais comentada dispÃµe que se o agente Ã© primÃ¡rio, com bons antecedentes, nÃ£o hÃ¡ cabimento em se imaginar a dedicaÃ§Ã£o a tal tipo de atividade ilÃ-cita (pg.331). No caso em tela, nota-se pela certidÃ£o de fls.51 que o acusado Ã©

primÃ¡rio e nÃ£o responde a outros processos criminais. Assim, torna-se possÃ-vel a reduÃ§Ã£o de pena prevista no Â§4Âº do artigo 33, Lei n.Âº 11.343/2006 Assim, por ser primÃ¡rio, sem antecedentes criminais e por nÃ£o haver provas de que se dedique Ã s atividades criminosas ou que integre organizaÃ§Ã£o criminosa, incide a causa especial de diminuiÃ§Ã£o da pena prevista no Â§ 4Âº do art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. CONCLUSÂ¿O. Isto Posto e por tudo que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE A DENÃNCIA e, com fundamento no art. 387, do CPP, CONDENO o denunciado SAMUEL VITOR DA CRUZ COSTA, jÃ¡ qualificado nos autos, nas sanÃ§Ãµes do art. 33, Â§4Âº da Lei nÂº 11.343/2006 (trÃ¡fico de drogas). DA DOSIMETRIA DA PENA Nos termos do art. 5Âº, XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do CÃ³digo Penal c/c art.42 da Lei 11.343/206 passo Ã fixaÃ§Ã£o da pena a ser imposta Ã acusada. DO CRIME DE TRÃFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LEI NÂº 11.343/2006) A culpabilidade expressada pela reprovabilidade de sua conduta, nÃ£o excede a previsibilidade que mereÃ§a exasperaÃ§Ã£o da pena. Quanto aos antecedentes, deve-se esclarecer que somente serÃ£o consideradas as condenaÃ§Ãµes definitivas por crime anterior Ã prÃ¡tica do fato descrito nos autos e que nÃ£o impliquem em reincidÃªncia. NÃ£o hÃ¡ nos autos certidÃ£o de condenaÃ§Ã£o transitada em julgado, portanto, nÃ£o hÃ¡ o que se valorar. Afere-se a conduta social do rÃ©u pela caracterizaÃ§Ã£o dos diversos papÃ©is que desempenha na comunidade que integra. No caso, nada foi apurado. A personalidade por sua vez, Ã© delineada pela reuniÃ£o de elementos hereditÃ¡rios, socioambientais e psicolÃ³gicos. Na espÃ©cie, nÃ£o hÃ¡ elementos aptos a identificar que o rÃ©u tenha personalidade voltada ao crime ou perigosa. Os motivos, nÃ£o restaram esclarecidos, presumindo-se serem os inerentes ao crime de trÃ¡fico de entorpecentes, portanto, neutros. Quanto Ã s circunstÃ¢ncias, nÃ£o hÃ¡ nada de relevante, portanto neutras; consequÃªncias embora graves por afetar demasiadamente a saÃºde pÃºblica, no presente caso foram minimizadas pela apreensÃ£o da droga. Considerando que as circunstÃ¢ncias judiciais sÃ£o todas favorÃ¡veis levando emÂ conta ainda a quantidade e a natureza da droga, fixo a pena-base no mÃ-nimo legal, em 05(cinco) anos de reclusÃ£o. Na segunda etapa da dosimetria da sanÃ§Ã£o, observo que o acusado faz jus Ã atenuante prevista no art.65, inciso III, alÃ-nea Â¿dÂ¿, uma vez que confessou o crime em JuÃ-zo. No entanto, por forÃ§a da sÃºmula 231 do STJ a qual veda a fixaÃ§Ã£o da pena aquÃ©m do mÃ-nimo legal nesta fase da dosimetria, e a jurisprudÃªncia do nosso tribunal Ã© pacÃ-fica de que nÃ£o pode ser afastada a referida sÃºmula, assim, fica a pena inalterada nesta fase. NÃ£o hÃ¡ agravantes. Na terceira fase, nÃ£o hÃ¡ causas de aumento de pena, pelo que permanece a pena inalterada. DA CAUSA DE PRIVILÃGIO DO Â§ 4Âº DO ART. 33 DA LEI NÂº 11.343/2006. Por ser primÃ¡rio e sem antecedentes criminais e nÃ£o haver provas de que se dedique a atividades criminosas ou que integre organizaÃ§Ã£o criminosa, incide a causa especial de diminuiÃ§Ã£o da pena prevista no Â§ 4Âº do art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006, em face do que diminuo a pena em seu grau mÃ¡ximo ou seja na fraÃ§Ã£o de 2/3 (dois terÃ§os), tornando-a definitiva, por ausÃªncia de qualquer outra causa de modificaÃ§Ã£o, em 01(um) ano e 08(oito) meses de reclusÃ£o. Quanto Ã pena de multa, fixo-a em 500 (quinhentos) dias-multa, com base nas circunstÃ¢ncias judiciais jÃ¡ analisadas e na situaÃ§Ã£o financeira do rÃ©u, no valor unitÃ¡rio de um trigÃ©simo do salÃ¡rio-mÃ-nimo vigente Ã Ã©poca do fato. (art. 49 Â§ 1Âº do CP), diminuindo-a na mesma proporÃ§Ã£o da aplicada a pena corporal em face da causa especial de diminuiÃ§Ã£o, na fraÃ§Ã£o de 2/3(dois terÃ§os), passando a mesma para 166(cento e sessenta e seis) dias multa. Quanto ao regime inicial de cumprimento da pena: O Supremo Tribunal Federal ao decidir em 23.02.2006, o Habeas Corpos n. 82.959 declarou inconstitucional o dispositivo legal que impedia a progressÃ£o de regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos e assemelhados art. 2Âº, Â§1Âº da Lei nÂº 8.072/90, conforme Ementa: PENA REGIME DE CUMPRIMENTO PROGRESSÂ¿O RAZÂ¿O DE SER. A ProgressÃ£o no regime de cumprimento da pena, nas espÃ©cies fechado, semiaberto e aberto, tem como razÃ£o maior a ressocializaÃ§Ã£o do preso que, mais dia ou menos dia, voltarÃ¡ ao convÃ-vio social. PENA CRIMES HEDIONDOS REGIME DE CUMPRIMENTO PROGRESSÂ¿O ÃBICE ARTIGO 2Âº, Â§ 1Âº, DA LEI NÂº 8.072/90 INCONSTITUCIONALIDADE EVOLUÃÂ¿O JURISPRUDENCIAL. Conflita com a garantia da individualizaÃ§Ã£o da pena artigo 5Âº, inciso XLVI, da ConstituiÃ§Ã£o Federal a imposiÃ§Ã£o, mediante norma, do cumprimento da pena em regime integralmente fechado. Nova inteligÃªncia do princÃ-pio da individualizaÃ§Ã£o da pena, em evoluÃ§Ã£o jurisprudencial, assentada a inconstitucionalidade do artigo 2Âº, Â§ 1Âº, da Lei nÂº 8.072/90. VÃª-se assim que nÃ£o hÃ¡ impedimento para que o rÃ©u condenado por crime de trÃ¡fico de drogas, que, pelo quantum da pena e pelas condiÃ§Ãµes pessoais na forma prevista no Â§ 3Âº do art. 33 do CÃ³digo Penal, possa desde o inÃ-cio cumprir a pena em regime aberto. Regime de cumprimento inicial da pena- ABERTO. DA SUBSTITUIÃÂ¿O DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE . O regime prisional aberto, visa primordialmente a ressocializaÃ§Ã£o do/da apenado(a) e na aplicaÃ§Ã£o e execuÃ§Ã£o da pena o Estado deverÃ¡ buscar a efetividade e eficÃ¡cia da mesma, entende esta magistrada, que apesar da vedaÃ§Ã£o do art. 44 da Lei nÂº 11.343/2006, o melhor no

presente caso Ã© a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritivas de diretos, na forma prevista no art. 44 do CÃ³digo Penal. HÃ¡ que se ressaltar que o PlenÃ¡rio do STF, ao julgar o HC 97.256/RS, de relatoria do ministro Ayres Britto, julgou inconstitucional o art. 44 da Lei 11.343/2006 na parte em que vedava a possibilidade da substituiÃ§Ã£o da pena, determinando o exame pelo JuÃ-zo de origem do preenchimento dos requisitos legais para a referida conversÃ£o. TambÃ©m ao julgar o ARE 663.261/SP em que foi relator o Min. Luiz Fux, com repercussÃ£o geral, o PlenÃ¡rio do STF reafirmou ser inconstitucional a vedaÃ§Ã£o legal de substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos nos crimes de trÃ¡fico de entorpecentes (DJe 6.2.2013). De modo que jÃ¡ havendo declaraÃ§Ã£o incidental de inconstitucionalidade da expressÃ£o Â¿vedada a conversÃ£o em penas restritivas de direitosÂ¿, deve ser reconhecida, diante da avaliaÃ§Ã£o do caso concreto, a possibilidade da concessÃ£o do benefÃ-cio da substituiÃ§Ã£o da pena, segundo os requisitos do art. 44 do CP. Nesse sentido a decisÃ£o da Segunda Turma do STF em Habeas Corpus de Relatoria do Min. Gilmar Mendes. HABEAS CORPUS 130.074 SÂ¿O PAULO RELATOR : MIN. GILMAR MENDES PACTE.(S) :ALEX MATHEUS SANTOS PAULINO IMPTE.(S) :DEFENSORIA PÃBLICA DO ESTADO DE SÂ¿O PAULO PROC.(A/S)(ES) :DEFENSOR PÃBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÂ¿O PAULO COATOR(A/S)(ES) :SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÃA] Habeas corpus. 2. TrÃ¡fico de drogas. ApreensÃ£o de 15 g de cocaÃ-na. CondenaÃ§Ã£o. FixaÃ§Ã£o do regime inicial semiaberto. Vedada a substituiÃ§Ã£o da pena, nos termos do art. 44 do CP. 3. A quantidade de droga apreendida nÃ£o configura expressiva quantia a ensejar a imposiÃ§Ã£o de regime mais gravoso, pois nÃ£o serviu para exasperar a pena-base, bem como nÂ¿o impediu a incidÃªncia da causa especial de diminuiÃ§Ã£o previstaÂ no artigo 33, Â§ 4Âº, da Lei n. 11.343/2006, no patamar mÃ¡ximo. 4. A pena final (1 ano e 8 meses de reclusÃ£o) e as circunstÃ¢ncias da individualizaÃ§Ã£o, tal como avaliadas nas instÃ¢ncias ordinÃ¡rias, permitem o regime inicial aberto e, tambÃ©m, a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, diante da inconstitucionalidade das restriÃ§Ãµes dos artigos 33, Â§ 4Âº, e 44 da Lei n. 11.343/2006 (HC 97.256/RS, rel. Min. Ayres Britto, DJe 16.12.2010 e ARE 663.261/SP, rel. Min. Luiz Fux, com repercussÃ£o geral, DJe 6.2.2013). 5. Ordem concedida, confirmando a liminar deferida, para fixar o regime aberto para o inÃ-cio do cumprimento da pena e determinar a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos, a serem estabelecidas pelo JuÃ-zo das ExecuÃ§Ãµes Criminais. Destarte, porque preenche os requisitos do artigo 44, do CÃ³digo Penal procedo Ã substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade do acusado por duas restritivas de direitos, consubstanciadas em PRESTAÃÂ¿O DE SERVIÃOS Ã COMUNIDADE OU A ENTIDADES PÃBLICAS, art. 43, inciso V do CPB Ã razÃ£o de 01(uma) hora de tarefa por dia de condenaÃ§Ã£o, (art. 46 C. P.B) e obrigaÃ§Ã£o de frequentar reuniÃµes em instituiÃ§Ã£o de prevenÃ§Ã£o a uso de drogas, pelo menos uma vez por semana, durante o mesmo perÃ-odo da pena substituÃ-da. A pena restritiva de direitos imposta converter-se-Ã¡ em privativa de liberdade se ocorrer o descumprimento injustificado das obrigaÃ§Ãµes impostas - parÃ¡grafo 4Âº do art. 44 do CÃ³digo Penal. ART. 387 Â§ 2Âº CPP- Do tempo de prisÃ£o provisÃ³ria. NÃ£o obstante o perÃ-odo de prisÃ£o provisÃ³ria do rÃ©u ser de 03 (trÃªs) meses, deixo de computÃ¡-lo para os fins do disposto no art. 387 Â§ 2Âº do CPP com redaÃ§Ã£o da lei nÂº 12.736/2012, uma vez que foi fixado o regime inicial aberto, bemÂ como a substituiÃ§Ã£o da pena para restritivas de direitos, portanto nÃ£oÂ haverÃ¡ qualquer alteraÃ§Ã£o no regime fixado. DA DROGA APREENDIDA. Quanto Ã droga apreendida, determino ao Senhor Delegado que se ainda nÂ¿o tiver sido incinerada, que adote as providÃªncias para a incineraÃ§Ã£o da mesma, com observÃ¢ncia das formalidades legais. CUSTAS PROCESSUAIS: Condeno o rÃ©u, ainda, ao pagamento das custas processuais, e sendo o mesmo assistido pela Defensoria PÃºblica, o isento do pagamento, com fundamento no art. 5Âº LXXIV da CF. PROVIDENCIAS PARA A SECRETARIA. Determino a Secretaria que adote as providÃªncias previstas nos artigos 389 a 392 do CPP . No caso de o rÃ©u nÃ£o ser localizado para ser intimado da SentenÃ§a, certificado que estÃ¡ em local incerto e nÂ¿o sabido, faÃ§a-se a intimaÃ§Ã£o por edital, na forma legal. Oportunamente, apÃ³s o trÃ¢nsito em julgado desta decisÂ¿o, determino que a Secretaria tome as seguintes providÃªncias.: a) Encaminhe a Guia de ExecuÃ§Â¿o Definitiva; b) lance o nome do sentenciado no rol dos culpados; c) Cadastre a informaÃ§Ã£o no sistema do Tribunal Regional Eleitoral para os fins do disposto no artigo 15, III, da ConstituiÃ§Ã£o da RepÃºblica; d) Oficie ao Ã³rgÂ¿o encarregado da estatÃ-stica criminal, informando da condenaÃ§Â¿o da rÃ©(CPP, art. 809); e) cumpridas todas as diligÃªncias, certifique e Arquive os autos. PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE - O RÃU NA FORMA PREVISTA EM LEI E CUMPRA O SR. DIRETOR DE SECRETARIA O DISPOSTO NOS ARTIGOS 389 a 392 DO CPP.Â P.R.I.C. Icoaraci (PA), 19 de outubro de 2021 . Â Â Â Â Â Â Â Â REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci Â Comarca de BelÃ©m PROCESSO: 00074116420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:EDIVANDRO SILVA

NASCIMENTO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:JOAO FRANCISCO NASCIMENTO DOS SANTOS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . SENTENÃA AÃÂ¿O PENAL - JUIZO SINGULAR Processo nÂº 0007411-64.2018.8.14.0401 CRIME DE TRÃFICO DE DROGAS- Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006 AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃUS: EDIVANDRO SILVA NASCIMENTO Â Â Â Â Â Â JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS NASCIMENTO DEFENSORIA PÃBLICA JUÃZA SENTENCIANTE: REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Vistos e examinados hoje para SentenÃ§a. O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, com base no inquÃ©rito policial, ajuizou AÃ§Ã£o Penal, contra EDIVANDRO SILVA NASCIMENTO eÂ JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS NASCIMENTO, devidamente qualificado nos autos, denunciando-o como incurso nas sanÃ§Ãµes do Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Narra a denÃºncia, em sÃ-ntese: Â¿(...) no dia 31 de marÃ§o de 2018, por volta das 10h30min, a guarniÃ§Ã£o da Policia Militar (VTR 1005), composta pelos PMs: ALEX CONCEIÃÃO DA SILVA, DENIS LUCAS ALMEIDA DA COSTA e FLÃVIO MURILO DOS SANTOS ROCHA realizava rondas ostensivas nas ruas de Icoaraci e ao passarem pela rua CoronelÂ JuvÃªncio, no bairro do Cruzeiro, Ã¡rea de intensa comercializaÃ§Ã£o de entorpecentes, presenciaram dois suspeitos em via pÃºblica, EDIVANDRO SILVA NASCIMENTO, vulgo `PirataÂ¿ e JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS NASCIMENTO, sendo que o primeiro ao perceber a presenÃ§a da VTR, tentou se desfazer se um embrulho jogando para o interior de uma casa atravÃ©s de um balancinho, porÃ©m uma parte deste ficou presa na estrutura do balancinho e outra caiu para o interior da casa. ApÃ³s serem detidos e minuciosamente revistados, foi encontrado UM EMBRULHO PLÃSTICO ESVERDEADO SEMELHANTE A `MACONHAÂ¿ (...)Â¿ Ao final, o Parquet requereu o recebimento da denÃºncia para que os rÃ©us sejam processados atÃ© a sentenÃ§a final como incurso nas sanÃ§Ãµes penais do Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Na ocasiÃ£o, o MinistÃ©rio PÃºblico arrolou 03 (trÃªs) testemunhas para serem ouvidas em juÃ-zo (fl.02/03). Despacho determinando a notificaÃ§Ã£o dos acusados para apresentaÃ§Ã£o de defesa preliminar, fl.04. Defesa preliminar apresentada pela Defensoria PÃºblica, fls.18/19. A denÃºncia com o rol de testemunhas foi recebida em 01/07/2019, sendo designada data para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fl.20). Termo de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, fl.30. Ao tÃ©rmino da instruÃ§Ã£o criminal nÃ£o foram requeridas diligÃªncias. Em sede de alegaÃ§Ãµes finais, na forma de memoriais, o MinistÃ©rio PÃºblico, apÃ³s breve relato do processo, ao analisar depoimentos das testemunhas, aduziu que a materialidade delitiva restou demonstrada pelo auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o, laudo de toxicolÃ³gico de constataÃ§Ã£o e laudo toxicolÃ³gico definitivo. A autoria delitiva restou comprovada pelos depoimentos das testemunhas de acusaÃ§Ã£o colhidos em juÃ-zo. Ao final, o R.M.P. requereu a condenaÃ§Ã£o dos acusados nos termos da denÃºncia, fls.36/39. As alegaÃ§Ãµes finais dos acusados foram apresentadas pela Defensoria PÃºbica, a qual, apÃ³s breve relato dos fatos, alegou que a quantidade de droga apreendida Ã© muito pequena e que nÃ£o hÃ¡ indÃ-cios do crime de trÃ¡fico. Aduziu que a Ã¡rea onde os acusados foram encontrados Ã© de intensa comercializaÃ§Ã£o de drogas, o que pressupÃµe que consumidores poderiam ser encontrados tambÃ©m, e que nÃ£o havia denÃºncia de investigaÃ§Ã£o de trÃ¡fico ou mesmo observaÃ§Ã£o prÃ©via do local para detectar movimentaÃ§Ã£o estranha. TambÃ©m nÃ£o foram encontrados quaisquer materiais que indicassem que os acusados praticassem o comÃ©rcio de drogas, razÃ£o pela qual requereu a desclassificaÃ§Ã£o do crime para o do art.28 da Lei nÂº 11.343/06, eis que as circunstÃ¢ncias apontam que os acusados se tratam de usuÃ¡rios de drogas. Alternativamente, em caso se condenaÃ§Ã£o, requereu o reconhecimento de trÃ¡fico privilegiado, com substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, fls.42/47. Relatei. Passo a fundamentar e decidir. O MinistÃ©rio PÃºblico imputa a EDIVANDRO SILVA NASCIMENTO e JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS NASCIMENTO, qualificado nos autos, a prÃ¡tica do delito de trÃ¡fico de drogas, nos termos do Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. MATERIALIDADE. O Laudo ToxicolÃ³gico Definitivo de fl.38, de anÃ¡lise tÃ©cnica dos materiais apreendidos: 33 (trinta e trÃªs) petecas confeccionadas em pedaÃ§o de saco plÃ¡stico transparente, contendo em seus interiores erva seca prensada, pesando no totalÂ 33 gramas, a qual resultou positivamente para o entorpecente maconha. DA AUTORIA DOS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS ALEX CONCEIÃÃO DA SILVA, Policial Militar, declarou que realizava ronda na rua Coronel JuvÃªncio Sarmento quando perceberam dois jovens tentando se desfazer de algo. Eles jogaram o objeto, que ficou preso no balancim de uma casa. Dada a possibilidade tratar-se de entorpecentes, os dois foram encaminhados Ã Delegacia. Afirmou nÃ£o lembrar a quantidade e o tipo de drogas, mas que estava fracionada e nÃ£o lembra se havia dinheiro. DENIS LUCAS ALMEIDA DA COSTA, Policial Militar, afirmou que realizavam ronda quando avistaram os acusados, que tentaram se desfazer de algo pelo balancim de uma casa, o que lhes chamou atenÃ§Ã£o. Os abordaram e encontraram a droga presa no balancim. Disse que uma parte da droga ficou para dentro

da casa e que nÃ£o conseguiram recuperar, pois a casa estava trancada. NÃ£o encontraram drogas com os acusados, mas viram quando eles tentaram jogar as drogas fora pelo balancim. NÃ£o lembra se encontraram dinheiro com os acusados. DO INTERROGATÃRIO DO ACUSADO Os acusados nÃ£o compareceram em JuÃ-zo para audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, apesar de intimados para o ato, de modo que o processo seguiu sem suas presenÃ§as nos termos do art. 367 do CPP (fl.30) Na instruÃ§Ã£o criminal, foram colhidos os depoimentos de dois policiais que participaram das diligÃªncias que culminaram na prisÃ£o em flagrante dos acusados. Em juÃ-zo, os depoimentos foram unÃ-ssonos no sentido de demonstrar que os agentes da seguranÃ§a pÃºblica realizavam ronda ostensiva nas imediaÃ§Ãµes do bairro do Cruzeiro, neste Distrito, ocasiÃ£o em que avistaram os dois denunciados em atitude suspeita,(sic) enquanto tentavam se desfazer de algo pelo balancim de uma residÃªncia, fato que chamou a atenÃ§Ã£o dos Policiais. OsÂ Policiais, entÃ£o abordaram os denunciados, momento em que identificaram parte da substÃ¢ncia presa no balancim da casa, que observaram tratar-se de maconha 33 (trinta e trÃªs) limÃµezinhos de maconha. Os acusados foram levados em seguida Ã Seccional de Icoaraci. AlÃ©m da apreensÃ£o dessa quantidade da substÃ¢ncia conhecida por maconha, nenhuma outra prova foi produzida nos autos a comprovar que a mesma se destinava ao comÃ©rcio ilÃ-cito. Embora conste auto de apreensÃ£o de substÃ¢ncia entorpecente ilÃ-cita, (maconha), entendo que assiste razÃ£o Ã Defensoria PÃºblica em pedir a absolviÃ§Ã£o dos acusados, duma feita que nÃ£o restou cabalmente provado haverem efetivamente praticado a conduta que lhes Ã©Â imputada na denÃºncia, que Ã© de trÃ¡fico de drogas,Â eis que os depoimentos das testemunhas arroladas foram unÃ-ssonos no sentido de que nÃ£o presenciaram qualquer ato dos acusados que demonstre que estariam vendendo drogas ou que aquela droga seria para comercializar. Ademais sequer ficou esclarecido a quem pertencia a droga apreendida, pois nÃ£o foi esclarecido qual dos acusados tinha o tal embrulho que foi tentado se desfazer e ficado preso no balancim de uma casa. Ressalte-se que, conforme afirmado pelos Policiais Militares, aquela Ã¡rea Ã© de intenso trÃ¡fico de drogas, porÃ©m nenhum outro pertence foi encontrado em poder dos denunciados, nem foi apontado que os mesmos estivessem prÃ³ximos de outras pessoas que pudessem ser compradores da droga. O direito penal nÃ£o pode operar com incertezas, o decreto condenatÃ³rio exige seguranÃ§a na prova produzida, o que nÃ£o ocorre no presente caso, restando prejudicada a atribuiÃ§Ã£o da autoria aos rÃ©us, devendo pois, prevalecer o princÃ-pio in dubio pro reo, corolÃ¡rio do princÃ-pio constitucional de presunÃ§Ã£o de inocÃªncia. No Estado democrÃ¡tico de Direito, incumbe ao estado provar as acusaÃ§Ãµes que imputa ao denunciado. No presente caso o Estado Representado pelo MinistÃ©rio PÃºblico na aÃ§Ã£o penal imputa ao rÃ©u o crime de trÃ¡fico de entorpecentes, no entanto, ao fim daÂ instruÃ§Ã£o criminal nÃ£o restou provado que os rÃ©us tivessem a droga para fins de trÃ¡fico ilÃ-cito. Nesse sentido vejam-se os julgados: Â¿NÃ£o houve flagrante quanto a nenhum ato de venda, mas tÃ£o somente a apreensÃ£o dos entorpecentes. A quantidade de tÃ³xico apreendida Ã© Ã-nfima e nÃ£o caracteriza, por si sÃ³, o crime de trÃ¡fico, que exigiria, para esse fim, a comprovaÃ§Ã£o de atos inequÃ-vocos do comÃ©rcio ilÃ-cito, o que aqui nÃ£o se demonstrou. NÃ£o foi encontrado qualquer objeto que pudesse indicar a finalidade mercantil da droga. Nada hÃ¡ de concreto nos autos que aponte ser o apelante traficante. Meros indÃ-cios ou presunÃ§Ãµes nÃ£o se conjugam com o restante da prova e, portanto, nÃ£o autorizam o decreto condenatÃ³rio. (TJSP; APL 0068452-34.2008.8.26.0050; Ac. 5203705; SÂ¿o Paulo; DÃ©cima Sexta CÃ¢mara de Direito Criminal; Rel. Des.Newton Neves; Julg. 07/06/2011; DJESP 29/07/2011)Â¿ Â¿TrÃ¡fico de Entorpecentes SentenÃ§a que desclassificou a imputaÃ§Ã£o para o delito tipificado no art. 28, da Lei 11.343/06 Recurso Ministerial CondiÃ§Ã£o de usuÃ¡rio que veio a autenticada. Prova frÃ¡gil, no entanto, acerca da efetiva mercancia. DÃºvida razoÃ¡vel que deve favorecer a defesa. DesclassificaÃ§Ã£o para o art. 28 da Lei nÂº 11.343/06 mantidaÂ a pena imposta com critÃ©rio, Recurso desprovido (TJSP;Â ApelaÃ§Ã£o 0031786-14.2014.8.26.0506; Relator:Marcelo Gordo ; ÃrgÃ£o Julgador: 12Âª, CÃ¢mara de Direito Criminal; Foro de RibeirÃ£o Preto - 4Âª Vara Criminal; Data do Julgamento: 21/06/2017; Data de Registro 29/11/2017). RevisÃ£o Criminal. TrÃ¡fico de drogas. 2,74g de crack. 1. Fragilidade do conjunto probatÃ³rio com relaÃ§Ã£o Ã autoria imputada ao rÃ©u. Em que pese a materialidade do delito restar comprovada, a autoria se mostra duvidosa. 2. Inexistindo prova de que o entorpecente destinava-se a trÃ¡fico ilÃ-cito, a desclassificaÃ§Ã£o para o delito previsto no artigo 28, da Lei 11.343/06, Ã© a soluÃ§Ã£o que se impÃµe. RevisÃ£o criminal deferida, para desclassificar a conduta imputada a Denis Roberto Teixeira, tendo-o como incurso no artigo 28, da Lei nÂº. 11.343/06, e aplicar a pena de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade pelo prazo de cinco meses. (TJ-SP - RVCR: 00258316020178260000 SP 0025831-60.2017.8.26.0000, Relator: Kenarik Boujikian, Data de Julgamento: 13/08/2018, 1Âº Grupo de Direito Criminal, Data de PublicaÃ§Ã£o: 28/08/2018) Como se vÃª pelos julgados acima, para que se configure o crime tipificado no art. 33 da Lei nÂº 11.343/06, nÃ£o basta a apreensÃ£o de droga e a quantidade por si sÃ³ nÃ£o Ã© suficiente, para tal configuraÃ§Ã£o, sendo indispensÃ¡vel que seja provada a destinaÃ§Ã£o

da droga, porquanto, a presunÃ§Ã£o de que seja para o comÃ©rcio ilÃ-cito nÃ£o Ã© admissÃ-vel e nÃ£o pode autorizar o decreto condenatÃ³rio, que exige provas concretas e induvidosas. No presente caso, nada hÃ¡ nos autos que indique concreta e induvidosamente serem os rÃ©us traficantes, portanto, resta inviabilizado o decreto condenatÃ³rio, porque indÃ-cios e presunÃ§Ã£o nÃ£o o autorizam. CONCLUSÂ¿O. Diante do exposto, por nÃ£o haver prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o, com fundamento nos art. 386, inciso III do CPP, julgo IMPROCEDENTE a aÃ§Ã£o penal e, via de consequÃªncia, ABSOLVO EDIVANDRO SILVA NASCIMENTO e JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS NASCIMENTO, jÃ¡ qualificados nos autos, da imputaÃ§Ã£o tipificada no art. 33, da Lei nÂº 11.343/2006. Custas pelo Estado. PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. E CUMPRA O SR. DIRETOR DE SECRETARIA O DISPOSTO NOS ARTIGOS 389 a 392 DO CPP.Â NÃ£o havendo interposiÃ§Ã£o de recurso, procedam-se todas as comunicaÃ§Ãµes e as anotaÃ§Ãµes de estilo. Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Icoaraci, 28 de outubro de 2021. REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00158774720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021 VITIMA:O. E. INDICIADO:MARCINALDO PEREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 25973 - OTAVIO AUGUSTO SOARES LEITE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 26858 - NADILSON CARDOSO DAS NEVES (ADVOGADO) . SENTENÃA AÃÂ¿O PENAL - JUIZO SINGULAR Processo nÂº 0015877-47.2018.8.14.0401 CRIME DE TRÃFICO DE DROGAS- Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006 AUTOR: MINISTÃRIO PÃBLICO RÃU: MARCINALDO PEREIRA DE SOUZA ADVOGADO: RENAN LOBATO COSTA OAB/PA: 24.436 JUÃZA SENTENCIANTE: REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA Vistos e examinados hoje para SentenÃ§a. O MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DO PARÃ, com base no inquÃ©rito policial, ajuizou AÃ§Ã£o Penal, contra MARCINALDO PEREIRA DE SOUZA, devidamente qualificado nos autos, denunciando-o como incurso nas sanÃ§Â¿es do Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Narra a denÃºncia, em sÃ-ntese: Â¿(...) no dia 15 de julho de 2018, por volta das 16h30min, Policiais Militares, que se encontravam na Avenida Beira-Mar, calÃ§adÃ£o da Praia Grande, bairro SÃ£o JoÃ£o do Outeiro, para a `operaÃ§Ã£o verÃ£oÂ¿, quando avistaram o ora denunciado em atitude suspeita, e decidiram fazer a sua abordagem, sendo encontrado em sua posse 10 (dez) embrulhos da droga, vulgarmente conhecida como maconha. Diante do constatado, o ora denunciado foi conduzido Ã S.U. de Icoaraci, para as providÃªncias legais. (...)Â¿ Ao final, o Parquet requereu o recebimento da denÃºncia para que o rÃ©u seja processado atÃ© a sentenÃ§a final como incurso nas sanÃ§Ãµes penais do Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Na ocasiÃ£o, o MinistÃ©rio PÃºblico arrolou 03 (trÃªs) testemunhas para serem ouvidas em juÃ-zo (fl.02/03). Despacho determinando a notificaÃ§Ã£o do acusado para apresentaÃ§Ã£o de defesa preliminar, fl.05. Defesa preliminar apresentada por advogado constituÃ-do, fls.10/13. A denÃºncia com o rol de testemunhas foi recebida em 25/10/2018, sendo designada data para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fl.14). Termo de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, fl.25. Ao tÃ©rmino da instruÃ§Ã£o criminal nÃ£o foram requeridas diligÃªncias. Em sede de alegaÃ§Ãµes finais, na forma de memoriais, o MinistÃ©rio PÃºblico, apÃ³s breve relato do processo, ao analisar depoimentos das testemunhas, aduziu que o binÃ´mio materialidade-autoria restou comprovado pelos depoimentos das testemunhas em sede policial e em JuÃ-zo, os quais foram coerentes e firmes a narraram a atitude criminosa do denunciado. Diz ainda, que o laudo toxicolÃ³gico constata razoÃ¡vel quantidade de maconha, encontrada no chapÃ©u do acusado. Ao final, o R.M.P. requereu a condenaÃ§Ã£o do acusado nos termos da denÃºncia, fls.30/37. Em alegaÃ§Ãµes finais, o acusado, por meio de advogado constituÃ-do, apÃ³s breve relato dos fatos, alegou que inexistem indÃ-cios de autoria e que hÃ¡ apenas presunÃ§Ãµes de que a droga encontrada se destinava Ã comercializaÃ§Ã£o, eis que os depoimentos dos policiais nÃ£o foram claros no sentido de afirmar que o acusado foi encontrado traficando drogas naquela ocasiÃ£o, razÃ£o pela qual a Defesa requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado pela insuficiÃªncia de provas e aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio in dubio pro reo. Alternativamente, requereu a desclassificaÃ§Ã£o do crime do art.33 da Lei nÂº 113.343/06 para o art.28 do mesmo diploma legal, fls.39/42. Relatei. Passo a fundamentar e decidir. O MinistÃ©rio PÃºblico imputa a MARCINALDO PEREIRA DE SOUZA, qualificado nos autos, a prÃ¡tica do delito de trÃ¡fico de drogas, nos termos do Art. 33 da Lei nÂº 11.343/2006. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal. MATERIALIDADE. O Laudo ToxicolÃ³gico Definitivo de fl.38, de anÃ¡lise tÃ©cnica dos materiais apreendidos: 10 (DEZ) porÃ§Ãµes confeccionadas em papel alumÃ-nio, contendo em seu interior erva seca prensada, pesando no total 13,50g (treze gramas e quinhentos miligramas). O material em questÃ£o Ã© constituÃ-do por restos de folhas, talos, hastes e sementes, de coloraÃ§Ã£o verde castanho. DA AUTORIA DOS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS GABRIEL MILTON TRINDADE DA COSTA, Policial Militar, declarou que realizavam abordagens de rotina e que foram informados por populares da ocorrÃªncia de trÃ¡fico, sendo que lhes foram dadas as

caracterÃ-sticas fÃ-sicas dos suspeitos. Passaram a abordar indivÃ-duos com as mesmas caracterÃ-sticas, sendo encontrado em poder do acusado, mais especificamente em seu chapÃ©u, uma quantidade de maconha. Disse que alÃ©m da droga, nada mais foi encontrado. GABRIEL COELHO FERREIRA FRANCO, Policial Militar, afirmou que o acusado estava no calÃ§adÃ£o de Outeiro e que foi abordado porque ele tinha caracterÃ-sticas fÃ-sicas parecidas com as dos suspeitos de trÃ¡fico de drogas na regiÃ£o, conforme informado por populares. Realizada revista ao acusado, a testemunha encontrou maconha em seu chapÃ©u. NÃ£o recorda o que o acusado disse. DO INTERROGATÃRIO DO ACUSADO Em JuÃ-zo, o acusado preferiu fazer uso se seu direito constitucional de permanecer calado. Na instruÃ§Â¿o criminal, foram colhidos os depoimentos de policiais que participaram das diligÃªncias que culminaram na prisÃ£o em flagrante do acusado. Em juÃ-zo, os depoimentos foram unÃ-ssonos no sentido de demonstrar que os agentes chegaram ao acusado por meio de denÃºncia genÃ©rica de trÃ¡fico no calÃ§adÃ£o de Outeiro. Segundo os policiais, populares informaram as caracterÃ-sticas fÃ-sicas dos suspeitos de comercializarem drogas na regiÃ£o, tendo os agentes, em consequÃªncia, passado a realizar abordagens a todos aqueles cuja descriÃ§Ã£o fÃ-sica fosse compatÃ-vel. O acusado foi abordado e revistado, tendo sido encontrada com ele a quantidade de 10 (dez) embrulhos de maconha, os quais estavam escondidos em seu chapÃ©u. Disseram, ainda, nÃ£o terem visto o acusado comercializando drogas ou que tenham apreendido quaisquer objetos que assim o denotassem, tais como dinheiro, arma ou anotaÃ§Ãµes. Em JuÃ-zo, o acusado permaneceu calado, fazendo uso de seus direito constitucional ao silÃªncio. Assim, embora conste auto de apreensÃ£o de substÂ¢ncia entorpecente ilÃ-cita, (maconha), entendo que assiste razÃ£o Ã Defesa em pedir a absolviÃ§Ã£o, duma feita que nÃ£o restou cabalmente provado haver o denunciado efetivamente praticado a conduta que lhe Ã©Â imputada na denÃºncia, que Ã© de trÃ¡fico de drogas,Â eis que os depoimentos das testemunhas arroladas foram unÃ-ssonos no sentido de que nÃ£o presenciaram qualquer ato do acusado que demonstre que estaria vendendo drogas ou que aquela droga seria para comercializar. O direito penal nÃ£o pode operar com incertezas, o decreto condenatÃ³rio exige seguranÃ§a na prova produzida, o que nÃ£o ocorre no presente caso, restando prejudicada a atribuiÃ§Ã£o da autoria ao rÃ©u, para o crime que lhe Ã© imputado na denÃºncia, devendo pois, prevalecer o princÃ-pio in dubio pro reo, corolÃ¡rio do princÃ-pio constitucional de presunÃ§Ã£o de inocÃªncia. No Estado democrÃ¡tico de Direito, incumbe ao estado provar as acusaÃ§Ãµes que imputa ao denunciado. No presente caso o Estado Representado pelo MinistÃ©rio PÃºblico na aÃ§Ã£o penal imputa ao rÃ©u o crime de trÃ¡fico de entorpecentes, no entanto, ao fim da instruÃ§Ã£o criminal nÃ£o restou provado que o rÃ©u tivesse a droga para fins de trÃ¡fico ilÃ-cito. Nesse sentido vejam-se os julgados: Â¿NÃ£o houve flagrante quanto a nenhum ato de venda, mas tÃ£o somente a apreensÃ£o dos entorpecentes. A quantidade de tÃ³xico apreendida Ã© Ã-nfima e nÃ£o caracteriza, por si sÃ³, o crime de trÃ¡fico, que exigiria, para esse fim, a comprovaÃ§Ã£o de atos inequÃ-vocos do comÃ©rcio ilÃ-cito, o que aqui nÃ£o se demonstrou. NÃ£o foi encontrado qualquer objeto que pudesse indicar a finalidade mercantil da droga. Nada hÃ¡ de concreto nos autos que aponte ser o apelante traficante. Meros indÃ-cios ou presunÃ§Ãµes nÃ£o se conjugam com o restante da prova e, portanto, nÃ£o autorizam o decreto condenatÃ³rio. (TJSP; APL 0068452-34.2008.8.26.0050; Ac. 5203705; SÂ¿o Paulo; DÃ©cima Sexta CÃ¢mara de Direito Criminal; Rel. Des.Newton Neves; Julg. 07/06/2011; DJESP 29/07/2011)Â¿ Como se vÃª pelos julgados citados, para que se configure o crime tipificado no art. 33 da Lei nÂº 11.343/06, nÃ£o basta a apreensÃ£o de droga e a quantidade por si sÃ³ nÃ£o Ã© suficiente, para tal configuraÃ§Ã£o, sendo indispensÃ¡vel que seja provada a destinaÃ§Ã£o da droga, porquanto, a presunÃ§Ã£o de que seja para o comÃ©rcio ilÃ-cito nÃ£o Ã© admissÃ-vel e nÃ£o pode autorizar o decreto condenatÃ³rio, que exige provas concretas e induvidosas. No presente caso, nada hÃ¡ nos autos que indique concreta e induvidosamente ser o rÃ©u traficante, portanto, resta inviabilizado o decreto condenatÃ³rio, porque indÃ-cios e presunÃ§Ã£o nÃ£o o autorizam. Ademais, a abordagem ao acusado, nÃ£o restou devidamente esclarecida em que consistiu a atitude suspeita, havendo os agentes da seguranÃ§a pÃºblico se limitado a dizer que havia informaÃ§Ãµes de populares da existÃªncia de trÃ¡fico na Ã¡rea e entÃ£o passaram a fazer abordagens generalizadas das pessoas com provÃ¡veis caracterÃ-sticas informadas. Ã sabido que para a abordagem de qualquer indivÃ-duo em via pÃºblica para busca pessoal, nos mesmos moldes da busca domiciliar, sem mandado de busca e apreensÃ£o somente poderÃ¡ ocorrer, de forma excepcional, se demonstradaÂ fundada suspeita. A busca pessoal encontra amparo legal nos artigos 240 Â§ 2Âº e 244 do CÃ³digo de Processo Penal Art. 240.Â A busca serÃ¡ domiciliar ou pessoal. Â§ 2Âº Proceder-se-Ã¡ Ã busca pessoal quando houver fundada suspeita de que alguÃ©m oculte consigo arma proibida ou objetos mencionados nas letras b a f e letra h do parÃ¡grafo anterior. Art. 244.Â A busca pessoal independerÃ¡ de mandado, no caso de prisÃ£o ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papÃ©is que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar. Veja-se que a norma legal que autoriza a busca pessoal,

independente de mandado judicial, condiciona o ato, a existÃªncia de fundada suspeita. A lei nÃ£o traz termos inÃ³cuos, se exige fundada suspeita, nÃ£o se pode simplesmente ignorar tal requisito, ainda mais quando se trata de direito penal em que hÃ¡ que se observar o princÃ-pio da legalidade estrita e as garantias fundamentais asseguradas na ConstituiÃ§Ã£o Federal. Como jÃ¡ dito os policiais que realizaram a busca pessoal do acusado nÃ£o disseram em que consistiu a fundada suspeita, sequer disseram que caracterÃ-sticas teriam sido dadas por informantes, de modo que nÃ£o se verifica em nenhuma hipÃ³tese, a justa causa, motivos concretos que demonstrassem a fundada suspeita para que os policiais abordassem o acusado em via pÃºblica e fizessem a busca pessoal. Ao cidadÃ£o comum tudo o que a lei nÃ£o proÃ-ba lhe Ã© permitido. Ao agente pÃºblico sÃ³ lhe Ã© permitido fazer o que lei determina. Se a lei sÃ³ admite a busca pessoal em caso de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papÃ©is que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar, sem que haja fundada suspeita nos moldes descritos na Lei, nÃ£o pode a polÃ-cia abordar imotivadamente uma pessoa na rua e fazer busca pessoal. A liberdade de locomoÃ§Ã£o Ã© assegurada na ConstituiÃ§Ã£o Federal, que diz no art. 5Âº XV - Ã© livre a locomoÃ§Ã£o no territÃ³rio nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; NÃ£o havia, no presente caso, qualquer denÃºncia, nem mesmo anÃ´nima, acerca de possÃ-vel conduta criminosa do acusado que justificasse sua abordagem em via pÃºblica e busca pessoal, estando assim ausente a fundada suspeita conforme exige o art. 244 Â§ 2ÂºÂ do CPP. A busca pessoal apenas pode ser realizada: A)mediante mandado de busca e apreensÃ£o, expedido pelo Poder JudiciÃ¡rio, ou B) sem mandado judicial, nos exatos termos do art. 244, CPP. No presente caso, nÃ£o havia mandado de busca e apreensÃ£o. Quanto ao art. 244, nÃ£o vislumbro a presenÃ§a de "fundada suspeita", conforme exigido para a realizaÃ§Ã£o da busca pessoal. Como se depreende dos depoimentos dos policiais militares que realizaram a busca pessoal no acusado e fizeram sua prisÃ£o em flagrante delito, a dinÂ¢mica da busca pessoal realizada no rÃ©u nÃ£o observou o disposto no art. 244 do CPP. A ConstituiÃ§Ã£o Federal, instituiu um sistema de garantias gerais dentre as quais as garantias penais e processuais penais. Cabe ao Poder JudiciÃ¡rio assegurar essas garantias. A forÃ§a normativa da ConstituiÃ§Ã£o enuncia que seus princÃ-pios devem irradiar por todo o ordenamento jurÃ-dico. No Estado DemocrÃ¡tico de Direito o Poder JudiciÃ¡rio Ã© o garantidor dos direitos fundamentais. Por Estado DemocrÃ¡tico de direito entende-se um estado constitucional, em que os direitos e garantias fundamentais de cada pessoa nÃ£o podem ser afastados ao bel-prazer dos agentes estatais. (Casara, 2018).1 Ã certo que nÃ£o hÃ¡ uma definiÃ§Ã£o objetiva e concreta do que seja Â¿fundada suspeitaÂ¿Â para Guilherme Nucci Ã© (...) requisito essencial e indispensÃ¡vel para a realizaÃ§Ã£o da busca pessoal, consistente na revista do indivÃ-duo. Suspeita Ã© uma desconfianÃ§a ou suposiÃ§Ã£o, algo intuitivo e frÃ¡gil, por natureza, razÃ£o pela qual a norma exige fundada suspeita, que mais concreto e seguros. Assim quando um policial desconfiar de alguÃ©m, nÃ£o poderÃ¡ valer-se, unicamente, de sua experiÃªncia ou pressentimento, necessitando, ainda, de algo mais palpÃ¡vel, como a denÃºncia feita por terceiro de que a pessoa porta o instrumento usado para cometimento do delito, bem como pode ele mesmo visualizar uma saliÃªncia sob a blusa do sujeito, dando nÃ-tida impressÃ£o de se tratar de um revÃ³lver. (...) (NUCCI, Guilherme Souza, 2008, p.501). Veja-se que nos autos nada disso restou demonstrado. A JurisprudÃªncia inclusive do STF tem decidido no sentido de exigir-se elementos concretos que demonstrem a fundada suspeita como se vÃª na seguinte Ementa (recurso em sentido estrito 81.305-4 2001 Â¿EMENTA: HABEAS CORPUS. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÃNCIA LAVRADO CONTRA O PACIENTE. RECUSA A SER SUBMETIDO A BUSCA PESSOAL. JUSTA CAUSA PARA A AÃÃO PENAL RECONHECIDA POR TURMA RECURSAL DE JUIZADO ESPECIAL. CompetÃªncia do STF para o feito jÃ¡ reconhecida por esta Turma no HC n.Âº 78.317. Termo que, sob pena de excesso de formalismo, nÃ£o se pode ter por nulo por nÃ£o registrar as declaraÃ§Ãµes do paciente, nem conter sua assinatura, requisitos nÃ£o exigidos em lei.Â A "fundada suspeita", prevista no art.Â 244Â do CPP, nÃ£o pode fundar-se em parÃ¢metros unicamente subjetivos, exigindo elementos concretos que indiquem a necessidade da revista, em face do constrangimento que causa.Â AusÃªncia, no caso, de elementos dessa natureza, que nÃ£o se pode ter por configurados na alegaÃ§Ã£o de que trajava, o paciente, um "blusÃ£o" suscetÃ-vel de esconder uma arma, sob risco de referendo a condutas arbitrÃ¡rias ofensivas a direitos e garantias individuais e caracterizadoras de abuso de poder. Habeas corpus deferido para determinar-se o arquivamento do Termo. No STJ o entendimento Ã© o mesmo. AgRg no AREsp 1689512 / SC AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIALÂ 2020/0085821-4 Relator(a) Ministro NEFI CORDEIRO (1159) ÃrgÃ£o Julgador T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 18/08/2020 Data da PublicaÃ§Ã£o/Fonte DJe 26/08/2020 Ementa AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÃÃO SUFICIENTE. RECONSIDERAÃÃO. OMISSÃO E CONTRADIÃÃO. NÃO OCORRÃNCIA. TRÃFICO DE DROGAS. BUSCA VEICULAR.FUNDADA

SUSPEITA. AUSÃNCIA DE DADOS CONCRETOS. PARÃMETROS UNICAMENTE SUBJETIVOS. AFIRMAÃÃES GENÃRICAS. ACUSADO JÃ CONHECIDO NA GUARNIÃÃO POLICIAL. DENÃNCIAS DE USUÃRIOS NÃO OFICIALIZADAS. NOTÃCIAS DE QUE O AUTOMÃVELÂ ERA UTILIZADO PARA A PRÃTICA DO CRIME. VIOLAÃÃO AO ART. 240, Â§ 2Âº DO CPP. OCORRÃNCIA. PROVAS ILÃCITAS. ABSOLVIÃÃO. AGRAVO PROVIDO.Â 1. Impugnada suficientemente a decisÃ£o de inadmissÃ£o do recurso especial, deve ser conhecido o agravo.Â 2. Se a questÃ£o referente Ã nulidade da busca pessoal foi apreciada pela Corte de origem no julgamento dos embargos declaratÃ³rios, com a integraÃ§Ã£o do acÃ³rdÃ£o embargado neste ponto, nÃ£o se verifica a ocorrÃªncia de violaÃ§Ã£o ao art. 619 do CPP, por omissÃ£o ou contradiÃ§Ã£o.Â 3. Nos termos do art. 240, Â§ 2Âº, do CPP, para a realizaÃ§Ã£o de busca pessoal pela autoridade policial, Ã© necessÃ¡ria a presenÃ§a de fundada suspeita no sentido de que a pessoa abordada esteja na posse de arma proibida, objetos ou papÃ©is que constituam corpo de delito.Â 4. A mera indicaÃ§Ã£o de que o acusado, primÃ¡rio e sem antecedentes, era conhecido da guarniÃ§Ã£o pela prÃ¡tica do crime de trÃ¡fico de drogas, tendo em vista que diversos usuÃ¡rios jÃ¡ assumiram ter comprado drogas de Lucas, fatos estes que nunca foram oficializados porque referidas pessoas tÃªm muito medo, jÃ¡ que se trata de traficante supostamente faccionado, bem como de haver notÃ-cias deÂ que referido automÃ³vel seria utilizado para a prÃ¡tica do crime de trÃ¡fico de drogas, nÃ£o se revela suficiente para justificar a busca pessoal. 5. NÃ£o tendo havido a indicaÃ§Ã£o sobre a instauraÃ§Ã£o de procedimento investigatÃ³rio prÃ©vio ou de que, no momento da abordagem, havia dado concreto sobre a existÃªncia de fundada suspeita a autorizar a busca veicular, verifica-se a ocorrÃªncia de ilegalidade, estando ausente de razoabilidade considerar que, por si sÃ³, meros parÃ¢metros subjetivos, embasados em presunÃ§Ãµes ou suposiÃ§Ãµes, advindas de denÃºncias de usuÃ¡rios nÃ£o oficializadas, enquadrem-se na excepcionalidade da revista pessoal. 6. Se nÃ£o amparada pela legislaÃ§Ã£o a revista pessoal realizada pelos agentes de seguranÃ§a, vislumbra-se a ilicitude da prova, e, nos termos do art. 157 do CPP, deve ser desentranhado dos autos o termo de busca e apreensÃ£o das drogas, alÃ©m dos laudos preliminares e de constataÃ§Ã£o da droga referentes Ã busca pessoal realizada no veÃ-culo do acusado. Consequentemente, afasta-se a prova de existÃªncia do fato, nos termos do art. 386, II, do CPP. 7. Agravo regimental provido para declarar ilegal a apreensÃ£o da droga, e, consequentemente, absolver o agravante LUCAS GARCIA, nos termos do art. 386, II, do CPP. AcÃ³rdÃ£o Vistos, relatados e discutidos os autos em que sÃ£o partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de JustiÃ§a, na conformidade dos votos e das notas taquigrÃ¡ficas a seguir, por unanimidade, dar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, SebastiÃ£o Reis JÃºnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator. Processo REsp 1576623 / RS RECURSO ESPECIAL 2016/0003404-9 Relator(a) Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ (1158) ÃrgÃ£o Julgador T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 08/10/2019 Data da PublicaÃ§Ã£o/Fonte DJe 14/10/2019 Ementa RECURSOÂ ESPECIAL.Â TRÃFICOÂ DEÂ DROGAS.Â BUSCA PESSOAL. AUSÃNCIA FUNDADASÂ SUSPEITAS.Â ILICITUDEÂ DA PROVA OBTIDA. AUSÃNCIA DE PROVAS SUFICIENTESÂ PARAÂ CONCLUIRÂ PELAÂ CONDENAÃÃO.Â ABSOLVIÃÃO.Â RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. NÃ£o hÃ¡ violaÃ§Ã£o do art. 619 do CÃ³digo de Processo Penal, quando o TribunalÂ aÂ quoÂ explicita,Â deÂ formaÂ claraÂ eÂ fundamentada,Â os elementos de sua convicÃ§Ã£o, suficientes Ã soluÃ§Ã£o da controvÃ©rsia. 2.Â AÂ permissÃ£oÂ para a revista pessoal em caso de fundada suspeita decorre de desconfianÃ§a devidamente justificada pelas circunstÃ¢ncias doÂ casoÂ concreto de que o indivÃ-duo esteja na posse de armas ou de outrosÂ objetosÂ ouÂ papÃ©isÂ queÂ constituamÂ corpoÂ deÂ delito, evidenciando-seÂ aÂ urgÃªnciaÂ deÂ seÂ executarÂ aÂ diligÃªncia.Â Ã necessÃ¡rio,Â pois,Â queÂ ela (a suspeita) seja fundada em algum dado concretoÂ que justifique, objetivamente, a invasÃ£o na privacidade ou na intimidade do indivÃ-duo. 3.Â SeÂ nÃ£oÂ haviaÂ fundadasÂ suspeitasÂ paraÂ a realizaÃ§Ã£o de busca pessoal no acusado, nÃ£o hÃ¡ como se admitir que a mera constataÃ§Ã£o de situaÃ§Ã£o de flagrÃ¢ncia, posterior Ã revista do indivÃ-duo, justifique aÂ medida. Por tal razÃ£o, Ã© atÃ© irrelevante perquirir se, no caso, a policialÂ militar, por estar de fÃ©rias, tinha ou nÃ£o atribuiÃ§Ã£o para aÂ realizaÃ§Ã£oÂ doÂ ato,Â porque,Â aindaÂ queÂ se entenda, de maneiraÂ inequÃ-vocaÂ eÂ porÂ forÃ§aÂ doÂ dispostoÂ no art. 144 da ConstituiÃ§Ã£o Federal,Â queÂ policiaisÂ militares devem exercer suas funÃ§Ãµes mesmo quandoÂ estejam de fÃ©rias, fato Ã© que nÃ£o havia razÃµes concretas que justificassem a adoÃ§Ã£o da referida medida. 4.Â AÂ descoberta,Â aÂ posteriori,Â deÂ umaÂ situaÃ§Ã£o de flagrante - apreensÃ£oÂ deÂ 48Â g de maconha, 4,5 g de crack e 3,5 g de cocaÃ-na - nÃ£oÂ passouÂ deÂ meroÂ acaso,Â motivoÂ peloÂ qualÂ nÃ£oÂ tem eficÃ¡cia probatÃ³riaÂ aÂ provaÂ obtidaÂ ilicitamente,Â por meio de violaÃ§Ã£o de norma constitucional (CF, art. 5Âº, X). 5.Â OÂ TribunalÂ deÂ origem considerou que a apreensÃ£o de drogas, no localÂ daÂ abordagem,Â nÃ£oÂ ficou devidamente confirmada pelo acervo fÃ¡tico-probatÃ³rioÂ carreadoÂ aosÂ autos,Â motivoÂ peloÂ qual reputou devidaÂ aÂ absolviÃ§Ã£o do rÃ©u, com fulcro no art. 386, VII, do

CÃ³digo deÂ ProcessoÂ Penal.Â Para entender de forma diversa e concluir pela existÃªncia de provas suficientes para a condenaÃ§Ã£o do ora recorrido, seriaÂ necessÃ¡rioÂ oÂ reexameÂ deÂ provas,Â providÃªncia incabÃ-vel em recurso especial, nos termos do enunciado na SÃºmula n. 7 do STJ. 6. Recurso especial nÃ£o provido. AcÃ³rdÃ£o Vistos e relatados estes autos em que sÃ£o partes as acima indicadas, acordamÂ osÂ MinistrosÂ daÂ SextaÂ Turma,Â porÂ unanimidade,Â negar provimentoÂ aoÂ recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.Â Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e SebastiÃ£o Reis JÃºnior votaram com o Sr. Ministro Relator.Ausente, justificadamente, o Sr. MInistro Nefi Cordeiro. CONCLUSÂ¿O. Como se vÃª o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o trouxeÂ aos autos provas concretas e robustas para o decreto condenatÃ³rio, ademais a prova que deu origem Ã denÃºncia foi obtida pela revista pessoal ao acusado a qual nÃ£o obedeceu os requisitos previstos na Lei Processual Penal, o que nulifica a prova.Â Diante do exposto, por nÃ£o haver prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o, com fundamento nos art. 386, inciso III do CPP, julgo IMPROCEDENTE a aÃ§Ã£o penal e, via de consequÃªncia, ABSOLVO MARCINALDO PEREIRA DE SOUZA, jÃ¡ qualificado nos autos, da imputaÃ§Ã£o tipificada no art. 33, da Lei nÂº 11.343/2006. Custas pelo Estado. PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. E CUMPRA O SR. DIRETOR DE SECRETARIA O DISPOSTO NOS ARTIGOS 389 a 392 DO CPP.Â NÃ£o havendo interposiÃ§Ã£o de recurso, procedam-se todas as comunicaÃ§Ãµes e as anotaÃ§Ãµes de estilo. Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Icoaraci, 28 de outubro de 2021. REIJJANE FERREIRA DE OLIVEIRA JuÃ-za de Direito titular da 1Âª Vara Criminal Distrital de Icoaraci 1 Casara Rubens R.R. Estado pÃ³s-democrÃ¡tico:neo-obscurantismo e gestÃ£o dos indesejÃ¡veis. 3Âª ed-Rio de Janeiro: CivilizaÃ§Ã£o Brasileira, 2018 p. 61 PROCESSO: 00066967920148140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. S. O. VITIMA: D. C. S. N. VITIMA: B. C. D. V. DENUNCIADO: R. P. T. DENUNCIADO: A. C. S. S. Representante(s): OAB 23379 - LOURIVAL DE MOURA SIMOES DE FREITAS (ADVOGADO) DENUNCIADO: S. M. A.

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 15 dias

A **Dra. CLÁUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci**, Comarca de Belém, Estado do Pará, na forma da lei, FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo se processa a Ação Penal n.º 0005624-18.2018.8.14.0201, em que é réu o(a) Sr. MARCOS ALESSANDRO GAMA PANTOJA, denunciado como incurso nas penas do **art. 147 do CPB**. E, como não tenha sido possível citá-lo pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com prazo de 15 (quinze) dias, para que **o(s) denunciado(s):** MARCOS ALESSANDRO GAMA PANTOJA, **DENUNCIADO :** MARCOS ALESSANDRO GAMA PANTOJA **ENDEREÇO:** CJ COHAB, TV S-6, Nº 2010 / BELÉM/PA, **BAIRRO:** Campina De Icoaraci (Icoaraci), o(s) qual(is) encontra(m)-se atualmente em lugar incerto e não sabido, sob as penas da Lei responda(m) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Ficando ciente(s) que, uma vez não apresentada a referida defesa no prazo legal, ser-lhe-á(o) nomeado o Defensor Público vinculado a esta vara para oferecê-la e igual procedimento será adotado se declarar(em) que não possui(em) advogado constituído. E, para que chegue ao conhecimento de todos e, notadamente, do referido acusado, mandou-se passar o presente edital, na forma da Lei. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, Comarca de Belém, 10 de novembro de 2021. Eu, ..., José Arnaldo Costa Silva, Analista Judiciário da 3ª Vara Penal de Icoaraci, o digitei.

Dra. CLÁUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO

Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Com prazo de 15 (quinze) dias

A **Dra. CLÁUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO,** JUIZA DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI, COMARCA DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC...

Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que tramita por esta 3ª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci, Comarca de Belém, os autos processuais de número 0003622-07.2020.8.14.0201 **(Medidas Protetivas)**, que tem como partes, Requerente: T. K. M. R e Requerido: RONALDO PEGADO RAAD. E por este, de ordem do Excelentíssima Sra. Juíza Dra. **Cláudia Regina Moreira Favacho**, fica RONALDO PEGADO RAAD, em razão da sua não localização para fins de intimação pessoal, **INTIMADO** para que compareça na Secretaria deste Juízo, no prazo de assinalado neste edital, para que tome ciência da sentença prolatada nos autos do processo em referência. Fica ciente o(a) intimando(a), uma vez que não compareça junto a este juízo no prazo fixado, que será considerado o presente edital como intimação válida. Assim, para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, na forma da Lei. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, Comarca de Belém, 10 de novembro de 2021. Eu, ..., José Arnaldo Costa Silva, Analista Judiciário da 3ª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci, o digitei.

Dra. CLÁUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO

Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Com prazo de 60 (sessenta) dias

A **Dra. CLÁUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO,** JUIZA DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI, COMARCA DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC...

Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que tramita por esta 3ª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci, Comarca de Belém, os autos processuais de número **0015783-36.2017.8.14.0401 (Ação Penal)**, que tem como denunciados: **VANDER DO ROSARIO LIMA e LEANDRO PEREIRA FERNANDES,** o primeiro pela prática dos delitos previstos no arts. 147, 150, 157, § 2º, I e II, 163, § único, I, e 288, todos, do Código Penal Brasileiro c/c art. 1º, alínea a da Lei nº 9.455/1997 (Tortura) e art. 14 da Lei nº 10.826/2003, e o segundo pela prática dos delitos previstos no arts. 147, 150, 157, § 2º, I e II, 163, § único, I, e 288, todos do Código Penal Brasileiro c/c art. 1º, alínea a da Lei nº 9.455/1997 (Tortura). E por este, de ordem da Excelentíssima Sra. Juíza Dra. **Cláudia Regina Moreira Favacho**, fica o réu, **VANDER DO ROSARIO LIMA**, devidamente qualificado nos autos do processo em referência, diante da impossibilidade de a este intimar pessoalmente, porquanto residente e domiciliado em local incerto e não sabido, **INTIMADO(A)** a comparecer à Secretaria do Juízo da 3ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, no prazo de **60 (sessenta)** dias, a fim de tomar ciência da sentença **absolutória** prolatada nos autos do processo acima mencionado. Fica ciente o(a) intimando(a), uma vez que não compareça junto a este juízo no prazo legal, que será considerado o presente edital como intimação válida para todos os fins. Para conhecimento de todos e do referido réu, expediu-se o presente edital. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, Comarca de Belém, 10 de novembro de 2021. Eu, ..., José Arnaldo Costa Silva, Analista Judiciário da 3ª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci, o digitei.

Dra. CLÁUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO

Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Dra. CLAUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO, MMa. Juíza de Direito, Titular da 3ª Vara Penal Distrital de Icoaraci, no uso de suas atribuições legais etc...

Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que tramita por esta 3ª Vara Penal Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, os autos processuais de número 0001402-17.2012.8.14.0201, que tem como denunciado(s) o(s) nacional(is) ELISEU SOUSA CARDOSO como incurso nas penas do art. 217-A do CPB. E por este, de ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a) de Direito, Dr(a). Claudia Regina Moreira Favacho, fica(m) intimado(s) o(s) DR. WALTER GOMES FERREIRA (OAB - 4708), patrono(a) do(s) acusado(s), a comparecer à Secretaria da 3ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, localizada no Fórum

Pretor Tavares Cardoso, sito à Rua Manuel Barata, nº 1107 ¿ Bairro da Ponta Grossa, Distrito de Icoaraci, para retirar(em) os autos em secretaria, a fim de apresentar Alegações Finais, nos autos do referido processo, no prazo legal, a contar desta publicação ou, caso não seja mais o representante do acusado, apresentar instrumento de renúncia em conformidade com as exigências legais. FICA(M) CIENTE(S) O(S) INTIMANDO(S), E DESDE JÁ ADVERTIDOS, QUE, UMA VEZ NÃO PROCEDIDA JUNTO A ESTE JUÍZO A REFERIDA MANIFESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL, ESTARÁ(ÃO) SUJEITO(S) À APLICAÇÃO DE MULTA PREVISTA NO ART. 265, CAPUT, DO CPP. O PRESENTE EDITAL SERÁ CONSIDERADO COMO INTIMAÇÃO VÁLIDA PARA TODOS OS FINS LEGAIS. Assim, para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, na forma da Lei. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, Comarca de Belém, aos 10 (dez) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um (2021). Eu, ..., José Arnaldo Costa Silva, Analista Judiciário da 3ª Vara Penal de Icoaraci, o digitei. CLAUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO, JUÍZA DE DIREITO TITULAR, 3ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI.

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0801193-97.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de MARIMAR GOMES LOPES**, brasileiro(a),nascido(a) aos 04/06/1988, portador(a) do RG nº 5951755 PC/PA e CPF nº 981.198.262-72; filho(a) de Osimar Miranda Lopes e Maria Benedita Mendes Gomes, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 8149, Liv A-30, Fls. 78, no Cartório de Registro Civil de Limoeiro do Ajurú, Comarca do Estado do Pará, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **MARIA BENEDITA MENDES GOMES**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 3055774 PC/PA e CPF nº 572.634.342-53, residente e domiciliado(a), na Passagem Castro Alves nº 222, CEP: 66.813-005, Campina, Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801193-97.2021.8.14.0301), tendo como autor (a) **MARIA BENEDITA MENDES GOMES** e como interditando (a) **MARIMAR GOMES LOPES,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos dezenove (19) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0801402-03.2020.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de IDARINA COELHO DOS SANTOS**, brasileiro(a),nascido(a) aos 13/05/1941, portador(a) do RG nº 3059278 PC/PA e CPF nº 057.813.292-34; filho(a) de Benjamim Martins Coelho e Maria Raquel Martins Coelho, cujo registro de casamento foi feito sob o nº 26859, Liv 326, Fls. 71 V, no Cartório de Registro Civil do 1º Distrito de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ANA DO SOCORRO COELHO DOS SANTOS**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 1987605 PC/PA e CPF nº 375.861.652-20, residente e domiciliado(a), na Travessa da Soledade nº 12-A, CEP: 66.812-038, Ponta Grossa, Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801402-03.2020.8.14.0301), tendo como autor (a) **ANA DO SOCORRO COELHO DOS SANTOS** e como interditando (a) **IDARINA COELHO DOS SANTOS,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos dezenove (19) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0801172-24.2021.8.14.0201

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, **a INTERDIÇÃO de RENATA CRISTINA MIRANDA BATISTA**, brasileiro(a), nascido(a) aos 18/02/1983, portador(a) do RG nº 5225417 PC/PA e CPF nº 917.240.312-87; filho(a) de Amadeu Campos Batista Júnior e Lucia Helena da Silva Miranda, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 36958, Liv A-33, Fls. 214, no Cartório de Registro Civil do 1º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço que seu curador(a) que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **LUCIA HELENA DA SILVA MIRANDA**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 2188539 PC/PA e CPF nº 212.846.872-87, residente e domiciliado(a), no Conjunto Cohab, Travessa N-6, nº 49, CEP: 66.813-760, Campina/Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801172-24.2021.8.14.0301), tendo como autor (a) **LUCIA HELENA DA SILVA MIRANDA** e como interditando (a) **RENATA CRISTINA MIRANDA BATISTA,** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte e um (21) dias do mês de outubro do ano de dois e vinte e um (2021). Eu, Kátia Cristina Corrêa da Fonseca, Analista Judiciário, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

PROC.: 0802113-71.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **GABRIELLE BIANK DE OLIVEIRA PANTOJA**, nascido (a) em 11.07.1996, filho(a) de Miraneide de Oliveira Pantoja, portador (a) do RG nº 8041661/PC/PA, cujo registro

de nascimento foi feito sob a matrícula nº 066431 01 55 1996 1 00081 381 0086837 47, no Cartório de Registro Civil do 1º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **MARILUCIA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUSA,** portadora do RG n.º 5882352/2ª VIA e do CPF n.º 005.692.922-63**,** residente e domiciliada no Conjunto COHAB, Travessa S Quatro, nº 97, Campina, Icoaraci/Belém/PA, CEP: 66.813-400, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0802113-71.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **MARILUCIA DO SOCORRO OLIVEIRA DE SOUSA** e como interditado(a) **GABRIELLE BIANK DE OLIVEIRA PANTOJA**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0802401-19.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **ADELMA SUELY SOUZA OLIVEIRA**, nascido (a) em 31.10.1984, filho(a) de Adelson Dias de Oliveira e de Bazilia da Silva Souza, portador (a) do RG nº 4884324/2ª VIA/PC/PA e do CPF nº 869.050.742-68, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 196.908, às Fls. 28, do Livro nº 232-A, no Cartório de Registro Civil do 2º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ADELSON DIAS DE OLIVEIRA,** portador do RG n.º 7326614 e do CPF n.º 171.700.362-15**,** TELEFONE: 98830-9424, residente e domiciliado na Passagem do Campo, Res. Uchiteua, Maracacuera, CEP: 66.800-000, Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0802401-19.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **ADELSON DIAS DE OLIVEIRA** e como interditado(a) **ADELMA SUELY SOUZA OLIVEIRA**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 09 (nove) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801098-67.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **BENEDITO SILVA ANDRÉ**, nascido (a) a 11.08.1961, filho(a) de Aladio Barbosa André e de Maria Raimunda da Silva André, portador (a) do RG nº 3341392/4ª VIA/PC/PA, cujo registro foi feito sob a matrícula única nº 066050015519882000352060010216 15, no Cartório de Registro Civil de Icoaraci/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **CAMILA ROSA ANDRE**, portador do RG n.º 5830141/3ª VIA/PC/PA e do CPF n.º 000.573.772-94, residente e domiciliado na Rua Alacid Nunes, 120 CMB, Casa C, Tenoné, CEP: 66.820-020, Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801098-67.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **CAMILA ROSA ANDRE** e como interditado **BENEDITO SILVA ANDRÉ**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 17 (dezessete) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

RANIELSON OFIR TRINDADE MORAES

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801053-97.2020.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **ALEXANDRE BARREIROS DE JESUS**, nascido (a) a 01/04/1969, filho(a) de Anfilofio Barbosa de Jesus e de Maria José Barreiros de Jesus, portador (a) do RG nº 7960385/PC/PA, CPF nº 702.657.962-29, cujo registro de nascimento foi feito no Cartório do 10º Registro Civil de Pessoas Naturais do Rio de Janeiro/RJ, sob o nº 160450, do Livro nº 268, às Fls. 239, residente e

domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **RUY BARREIROS DA ROCHA**, portador do RG n.º 2763592 e do CPF n.º 000.873.432-15, residente e domiciliada à Travessa Benjamim Constante, nº 845, Ed. Lyon, Reduto, CEP 66.653-040, Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801053-97.2020.8.14.0201), tendo como autor (a) **RUY BARREIROS DA ROCHA** e como interditado **ALEXANDRE BARREIROS DE JESUS**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 18 (dezoito) dia do mês de agosto de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801255-40.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **ANDREA DO NASCIMENTO CONCEIÇÃO**, nascido (a) a 06.04.1983, filho(a) de José Nilson Silva Conceição e de Maria da Conceição do Nascimento Conceição, portador (a) do RG nº 4841008/2ª VIA/PC/PA, cujo registro foi feito sob o nº 27.298, no Liv. A-24, às Fls. 79, no Cartório de Registro Civil do 4º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **JOEL PINTO CORDEIRO**, portador do RG n.º 2549705/3ªVIA/PC/PA e do CPF n.º 598.861.102-87, residente e domiciliado na TV Dois, LT JD Amazonex, 18, QD 06, Maracacuera, Belém/PA - CEP: 66.815-270, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801255-40.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **JOEL PINTO CORDEIRO** e como interditado(a) **ANDREA DO NASCIMENTO CONCEIÇÃO**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801594-96.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **ANA CARMÉLIA DA CONCEIÇ¿O MACEDO**, nascido (a) a 16.09.1964, filho(a) de Cornélio Antônio das Neves e Francisca Martins das Neves, portador (a) do RG nº. 4028010/2ª VIA/PC/PA, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 82.093, Livro nº 72, Fls. nº 295, no Cartório de Registro Civil de Icoaraci/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **MILTON ROBERTO DA SILVA PEREIRA,** companheiro da interditada, portador do RG n.º 2698539/3ª VIA/PC/PA e do CPF n.º 212.912.682-00**,** residente e domiciliado na Rua Santa Izabel, Quadra 1828, nº 16, Ponta Grossa, CEP: 66.812-500, Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801594-96.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **MILTON ROBERTO DA SILVA PEREIRA** e como interditado(a) **ANA CARMÉLIA DA CONCEIÇ¿O MACEDO**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0801648-96.2020.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **MANOEL RUBENS DA SILVA GURJÃO**, portador do RG nº

295826/2ª. VIA/PC/PA e do CPF nº 109.627.862-68, nascido (a) a 14.10.1946, filho(a) de Manoel Gregório Gurjão Filho e de Merandolina da Silva Gurjão, cujo registro foi feito sob o n° 35.828, do Livro n° 374, às Fls. 19-V, no Cartório de Registro Civil do 1º Ofício de Belém/PA, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ISABELA OLIVEIRA GURJÃO GARCIA**, portadora do RG nº 2825011/2ª VIA/PC/PA e do CPF nº 582.963.872-04 endereço eletrônico isabela_g_garcia@hotmail.com, residente e domiciliada Rua 8 de Maio, Passagem São Luiz, Alameda Vitória, nº 12, CEP: 66.811-750, Icoaraci/Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0801648-96.2020.8.14.0201), tendo como autor (a) **ISABELA OLIVEIRA GURJÃO GARCIA** e como interditado(a) **MANOEL RUBENS DA SILVA GURJÂO**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 21 (vinte e um) dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

PROC.: 0802112-86.2021.8.14.0201

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Dr. **CHARLES MENEZES BARROS**, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, A INTERDIÇÃO DE **NOEME SILVA DE ARAÚJO**, portador do RG nº 239089/SSP/AP e do CPF nº 529.434.962-00, nascido (a) a 16.02.1966, filho(a) de Isabel Silva de Araújo, cujo registro foi feito sob o n° 37.008, do Livro n° 59-A, às Fls. 39-V, no Cartório de Registro Civil de Macapá/AP, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ANTÔNIO SILVA DE ARAÚJO,** portador do RG n.º 035300/SSP/AP e do CPF n.º 146.474.782-20**,** TELEFONE: 99146-8670, residente e domiciliado na Rua L-1 quadra S, nº 160, conjunto Paracuri II, Paracuri, CEP: 66.811-765, Belém/PA, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0802112-86.2021.8.14.0201), tendo como autor (a) **ANTÔNIO SILVA DE ARAÚJO** e como interditado(a) **NOEME SILVA DE ARAÚJO**. Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Márcia C. Pantoja Nunes, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretor(a) de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Icoaraci.

FÓRUM DE ANANINDEUA

SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA

RESENHA: 05/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PUBLICA DE ANANINDEUA - VARA: VARA DA FAZENDA PUBLICA DE ANANINDEUA

PROCESSO: 00004017220008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010003950 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA NACIONAL Representante(s): PROCURADOR DA FAZENDA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TRANSMARAJOARA TRANSPORTES LTDA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00005060620088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810002490 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:CARREIRA PNEUS LTDA Representante(s): OAB 2003 - ABRAHAM ASSAYAG (ADVOGADO) OAB 12172 - MARCOS JAYME ASSAYAG (ADVOGADO) . EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADO: CARREIRA PNEUS LTDA CNPJ: 02.179.246/0001-06 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em relaÃ§Ã£o Ã empresa. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano,

contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00006682720068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610004456 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): ALEKSEY CARDOSO (ADVOGADO) REU:FERNANDES & MOURA LTDA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00006905620088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810003381 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 REQUERENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): JOSE EDUARDO CERGUEIRA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:M R A DA CUNHA. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADO: M R A DA CUNHA CNPJ: 03.009.245/0001-78 SÃCIA: MARIA ROSIMAR ALVES DA CUNHA CPF: 510.268.642-91 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em relaÃ§Ã£o a empresa e a sÃ³cia, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e da sÃ³cia com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em face da empresa e da sÃ³cia. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00008326320148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 19217 - ERIKA MATIAS ROCHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ALEX M ROCHA PRESTADORA DE SERVICOS. DECISÃO Considerando o requerimento da Fazenda PÃºblica, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o pelo prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo supra, vistas Ã exequente para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO

CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 05/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00009111320128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:PLASPEL IND E COM DE RECICLAVEIS LTDA. DECISÃO Considerando o requerimento da Fazenda PÃºblica, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o pelo prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo supra, vistas Ã exequente para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 05/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00011236419968140006 PROCESSO ANTIGO: 199610010218 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:A UNIAO PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL REU:J HOLANDA TOME ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA PUBLICA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00011706519988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810008354 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): BARBARA NOBRE DE FARIA (ADVOGADO) REU:INCA INDUSTRIA CERAMICA DA AMAZONIA S.A ADVOGADO:PAULO T.DIAS KLAUTAU FILHO - PROCURADOR. Autos de EXECUÃÃO FISCAL SENTENÃA ESTADO DO PARÃ ajuizou a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face da parte Executada, visando Ã cobranÃ§a do crÃ©dito inscrito em dÃvida ativa acostada a inicial. Estando em termos a inicial, este juÃzo determinou a citaÃ§Ã£o da parte executada. ApÃ³s vista dos autos, a Fazenda exequente pediu desistÃªncia com base na Lei nÂº 8.870/2019. Ã relatÃ³rio. Decido. Tendo em vista a promulgaÃ§Ã£o da Lei Estadual nÂº 8.870/2019 que Â¿autoriza o Poder Executivo Estadual, por meio da Procuradoria-Geral do Estado - PGE, a nÃ£o ajuizar ou desistir de aÃ§Ãµes de execuÃ§Ã£o fiscalÂ¿ quando o valor atualizado do dÃ©bito consolidado do contribuinte for igual ou inferior a 15.000 (quinze mil) Unidades PadrÃ£o Fiscal do Estado do ParÃ¡ - UPF-PA (art. 1Âº, inciso IV), amoldando-se o caso concreto ao permissivo legal, uma vez que a presente execuÃ§Ã£o visa a recuperaÃ§Ã£o aos cofres pÃºblicos do valor de R$ 2.579,71 (dois mil quinhentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), entendo cabÃvel o pedido de desistÃªncia. Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistÃªncia e, por conseguinte, JULGO EXTINTA A EXECUÃÂ¿O SEM RESOLUÃÂ¿O DO MÃRITO, com fulcro no art. 485, inciso VIII do CPC c/c artigo 26 da LEF e artigo 1Âº, inciso IV da Lei nÂº 8.870/2019/PA. Sem honorÃ¡rios e sem custas, na forma do artigo 26 da LEF. Publique-se, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquive-se, haja vista que a Fazenda Estadual informa a desnecessidade de intimaÃ§Ã£o pessoal. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00012095920078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710005908 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ROGERIO BARBOSA QUEIROZ (ADVOGADO) REU:M R A DA CUNHA EXECUTADO:MARIA ROSIMAR ALVES DA CUNHA. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADO: M R A DA CUNHA CNPJ: 03.009.245/0001-78

SÃCIA: MARIA ROSIMAR ALVES DA CUNHA CPF: 510.268.642-91 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em relaÃ§Ã£o a empresa e a sÃ³cia, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e da sÃ³cia com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em face da empresa e da sÃ³cia. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00012818920128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 12837 - PAULA PINHEIRO TRINDADE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:L P BARBOSA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO ME. DecisÃ£o Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Certifique-se acerca da apresentaÃ§Ã£o de Embargos. Â Â Â Â Caso negativo, defiro e determino que seja procedida a conversÃ£o em renda dos valores bloqueados (fl.37) em favor da Exequente, considerando os dados informados pela Fazenda. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio para a conversÃ£o. Â Â Â Â Ato contÃnuo, Ã Exequente para requerer o que lhe competir no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena do art. 40 da Lei 6.830/90. Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intimem-se.Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§am-se os expedientes que forem necessÃ¡rios, servirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como mandado/ofÃcio/carta precatÃ³ria para as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias (Provimento nÂº 003/2009-CJCI-TJPA). Ananindeua - PA, 05 de novembro de 2021. Adelino Arrais Gomes da Silva Juiz(a) de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00012838219988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810009246 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:AUTO PECAS CAPANEMA LTDA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00015783620068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610011089 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o:

Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUMBERTUS FERNAN GUIMARAES (ADVOGADO) REU:AL LOPES E CIA LTDA EXECUTADO:ALBANIRA LIMA LOPES EXECUTADO:JOSE IRINALDO DE SOUZA ROCHA. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADOS: AL LOPES E CIA LTDA CNPJ: 63.870.000/0003-24 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JOSE IRINALDO DE SOUZA ROCHA CPF: 493.240.713-00 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÂ¿O DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÂ¿O, PENHORA, AVALIAÃÂ¿O, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 27/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00018000620028140006 PROCESSO ANTIGO: 200210018291 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:CAIXA ECONOMICA FEDERAL REU:ESTUFAS DA AMAZONIA LTDA. ME REU:MIGUEL MARCIO MORENO AGOSTINHO ADVOGADO:MARCELLA DA SILVA PEIXOTO. EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: ESTUFAS DA AMAZÃNIA LTDA ME CNPJ: 22.954.655/0001-31 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD para a localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o do executado. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 05/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00020042720108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 12837 - PAULA PINHEIRO TRINDADE (PROCURADOR(A))

EXECUTADO:THALHIDDY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDDA EXECUTADO:CLAUDIO GOMES PEREIRA EXECUTADO:GILVAN SOARES RODRIGUES. EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADA: THALHIDDY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA CNPJ: 06.958.618/0005-79 SÃCIO 1: CLÃUDIO GOMES PEREIRA CPF: 857.254.717-72 SÃCIO 2: GILVAN SOARES RODRIGUES CPF: 686.832.947-49 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, da empresa e dos sÃ³cios, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e dos sÃ³cios com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 9. Decorridos cinco anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados Ã Fazenda PÃºblica, para os fins do que dispÃµe o art. 40, Â§4Âº da LEF. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 0 5 2 2 2 0 1 0 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 12837 - PAULA PINHEIRO TRINDADE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:THALHIDDY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDDA EXECUTADO:CLAUDIO GOMES PEREIRA EXECUTADO:GILVAN SOARES RODRIGUES. EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADA: THALHIDDY DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA CNPJ: 06.958.618/0005-79 SÃCIO 1: CLÃUDIO GOMES PEREIRA CPF: 857.254.717-72 SÃCIO 2: GILVAN SOARES RODRIGUES CPF: 686.832.947-49 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, da empresa e dos sÃ³cios, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e dos sÃ³cios com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera

a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 9. Decorridos cinco anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados Ã Fazenda PÃºblica, para os fins do que dispÃµe o art. 40, Â§4Âº da LEF. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00020361120038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310011537 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:IMAÇO S\A - INDUSTRIA METALURGICA Representante(s): OAB 2203 - MANOEL JOSE MONTEIRO SIQUEIRA (ADVOGADO) . SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00027553420098140006 PROCESSO ANTIGO: 200910009578 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (ADVOGADO) OAB 7100 - RAIMUNDO DELIO DE ARAUJO PAIVA (ADVOGADO) EXECUTADO:SERTOPLAN-SERVICOS TOPOGRAFICOS E PLANEJA,MENTO LTDA Representante(s): OAB 8891 - RAPHAEL SAMPAIO VALE (ADVOGADO) OAB 7100 - RAIMUNDO DELIO DE ARAUJO PAIVA (ADVOGADO) OAB 15441-B - DIEGO SAMPAIO SOUSA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â Â DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Tendo em vista a inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ãµes relativas a bens da Executada sobre os quais possa recair a penhora, bem como o requerimento da Exequente, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 40 da Lei 6830/80. 2.Â Â Â Â Â Decorrido um ano da presente decisÃ£o e nÃ£o sendo localizados bens do devedor, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 3.Â Â Â Â Â Decorridos cinco anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados Ã Fazenda PÃºblica, para os fins do que dispÃµe o art. 40, Â§4Âº da LEF. Cumpra-se. Â AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00031431320088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810015831 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 REQUERENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) REQUERIDO:DIAP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E PRODUTOS LTDA EXECUTADO:JOSE DA COSTA CARDOSO EXECUTADO:MAX MOREIRA DA SILVA. EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADO: DIAP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E PRODUTOS LTDA CNPJ: 04.062.039/0001-94 SÃCIO 1: JOSÃ DA COSTA CARDOSO

CPF: 430.524.872-72 SÃCIO 2: MAX MOREIRA DA SILVA CPF: 669.205.582-20 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa e dos sÃ³cios, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e dos sÃ³cios com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em relaÃ§Ã£o Ã empresa e dos sÃ³cios. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 8 1 9 1 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXECUTADO:QUARESMA & MATTEIS LTDA - ME EXEQUENTE:A UNIAO FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . SENTENÃA Trata-se de ExecuÃ§Ã£o Fiscal proposta pela FAZENDA PÃBLICA NACIONAL em face de QUARESMA " MATTEIS LTDA - ME, objetivando a cobranÃ§a da importÃ¢ncia das CDAÂ¿s acostadas Ã inicial. A Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que nÃ£o hÃ¡ causa suspensiva ou interruptiva de prescriÃ§Ã£o intercorrente em relaÃ§Ã£o Ã s CDA 43.652.752-9 bem como informou o pagamento do dÃ©bito relativo Ã CDA 39.227.415-9. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. Quanto Ã CertidÃ£o de DÃvida Ativa 43.652.752-9 Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisÃ³rio do presente feito, este juÃzo teve o cuidado de, em razÃ£o de possÃvel prescriÃ§Ã£o intercorrente, ouvir a Fazenda pÃºblica a respeito (Â§4Âº do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescriÃ§Ã£o do crÃ©dito exequendo. Da decisÃ£o que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da sÃºmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trÃ¢mite processual por tempo superior ao prazo prescricional do tÃtulo executado, motivado por desÃdia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescriÃ§Ã£o intercorrente do crÃ©dito fiscal em relaÃ§Ã£o Ã CDA 43.652.752-9, nos termos do art. 40 Â§Â§2Â°, 3Â° e 4Â° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC, em relaÃ§Ã£o a esta. Quanto Ã CertidÃ£o de DÃvida Ativa 39.227.415-9 CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN, in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN, em relaÃ§Ã£o Ã CDA 39.227.415-9. Havendo custas judiciais, intime-se o executado para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE os autos. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO,

MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 05/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00034981020008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010034202 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:COMERCIO E RETIFICA DE MOTORES MENDONCA LTDA Representante(s): OAB 18291 - JULIA FERREIRA BASTOS SILVA (ADVOGADO) . SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00036055720008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010035363 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:A FAZENDA NACIONAL REU:COMERCIO E RET DE MOTORES MENDONCA LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00040810520008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010040071 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Processo de Execução em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:COM E RETIFICA DE MOTORES MENDONCA LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00040917320018140006 PROCESSO ANTIGO: 200110031900 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:A FAZENDA NACIONAL REU:M.T REPRESENTACOES LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o

Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00040943220098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:O ESTADO Representante(s): OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:JOSE RIBAMAR FRETAS LOIOLA Representante(s): OAB 5399 - EMANOEL O DE ALMEIDA FILHO (ADVOGADO) . EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADO: JOSÃ RIBAMAR FREITAS LOIOLA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 9. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00041010220008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010040286 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:FRANCOSTA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA EXECUTADO:IVAN DA SILVA COSTA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos

se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00041041620068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610029131 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 REQUERENTE:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ADRIANA FRANCO BORGES (ADVOGADO) REQUERIDO:CARREIRA PNEUS LTDA Representante(s): OAB 2003 - ABRAHAM ASSAYAG (ADVOGADO) OAB 12172 - MARCOS JAYME ASSAYAG (ADVOGADO) . EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADO: CARREIRA PNEUS LTDA CNPJ: 02.179.246/0001-06 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em relaÃ§Ã£o Ã empresa. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00041495320008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010040811 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:TURBO FREIO COMERCIO E SERVI¿OS LTDA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00042809820018140006 PROCESSO ANTIGO: 200110034176 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:IMAÇO S\A - INDUSTRIA METALURGICA Representante(s): OAB 2203 - MANOEL JOSE MONTEIRO SIQUEIRA (ADVOGADO) . SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00045272520148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NT TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00045826820178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 11468 - JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DFIBRA INDUSTRIA DE PIAS E TANQUES LTDA EPP. DecisÃ£o Â Â Â Â Â Vistos. Â Â Â Â Â Tendo em vista que em pesquisa realizada junto ao SISBAJUD, verificou-se que os valores encontrados, por estes nÃ£o serem suficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o deve ser desbloqueado o valor encontrado, nos moldes do art. 836 do CPC. Â Â Â Â Â E considerando que a quantia bloqueada Ã© irrisÃ³ria e nÃ£o cobriria os custos da operacionalizaÃ§Ã£o do ato processual, deve o executado apresentar proposta de pagamento e/ou de parcelamento do dÃ©bito, sob pena de ser realizado constriÃ§Ãµes nos sistemas disponibilizados por este Magistrado. Assim, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando o desbloqueio deles ao executado. ExpeÃ§am-se os alvarÃ¡s, caso necessÃ¡rios. Â Â Â Â Â INTIME-SE a exequente, mediante remessa dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intimem-se. Â Â Â Â Â ExpeÃ§am-se os expedientes que forem necessÃ¡rios, servirÃ¡ a presente, por cÃ³pia digitada, como mandado/ofÃcio/carta precatÃ³ria para as comunicaÃ§Ãµes necessÃ¡rias (Provimento nÂº 003/2009-CJCI-TJPA). Â Â Â Â Â Ananindeua/PA, 05 de novembro de 2021 ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00052532820038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310027170 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:SEMAP SERVICOS E COMERCIO LTDA ME. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem

a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00052770520038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310027419 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:ENCOL S.A ENGENHARIA COM.E INDUSTRIA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00053043820118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 12837 - PAULA PINHEIRO TRINDADE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:COMTRABEL COMERCIAL DE TRATORES ACESSORIOS BELEM LTDA EXECUTADO:FAUSTO CASSIO VASQUES HEREDIA EXECUTADO:JOAO HOROZIMBO LEITE. EXEQUENTE: FAZENDA ESTADUAL EXECUTADA: CAMTRABEL COMERCIAL DE TRATORES E ACESSÃRIOS BELÃM LTDA CNPJ: 14.068.589/0001-74 DECISÂ¿O INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÂ¿o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÂ¿o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÂ¿o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Â¿o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Â¿o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Â¿o com a indicaÃ§Â¿o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÂ¿o da execuÃ§Â¿o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÂ¿o nÂ¿o importara na interrupÃ§Â¿o do prazo prescricional. 5. INDEFIRO o pedido de bloqueio de veÃculo via RENAJUD, em razÃ£o do ano de fabricaÃ§Ã£o dos veÃculos encontrados remontar aos anos de 1991, 1993, 1996 e 2002, se revelando inÃ³cua a realizaÃ§Ã£o de penhora e avaliaÃ§Ã£o de veÃculo antigo, de baixo valor venal, possivelmente bastante deteriorado pelo tempo e de difÃcil alienaÃ§Ã£o. . Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÂ¿O DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÂ¿O, PENHORA, AVALIAÃÂ¿O, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 04/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00053554520058140006 PROCESSO ANTIGO: 200510037557 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): TATIANA SELIGMANN

LEDO (ADVOGADO) REU:M E L COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA REU:JOSE DE SOUSA MONTEIRO REU:MARCONI GARCIA LISBOA. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADO: M E L COMÃRCIO E REPRESENTAÃÃO LTDA CNPJ: 03.212.146/0001-99 SÃCIO 1: JOSÃ DE SOUSA MONTEIROÂ SÃCIO 2: MARCONI GARCIA LISBOA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa e dos sÃ³cios, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e dos sÃ³cios com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00053579020038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310028178 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:SEMAP SERVICOS E COMERCIO LTDA ME. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00053718320068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610038976 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): ROGERIO BARBOSA QUEIROZ (ADVOGADO) REU:M R A DA CUNHA. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADO: M R A DA CUNHA CNPJ: 03.009.245/0001-78 SÃCIA: MARIA ROSIMAR ALVES DA CUNHA CPF: 510.268.642-91 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em relaÃ§Ã£o a empresa e a sÃ³cia, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes

e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e da sÃ³cia com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em face da empresa e da sÃ³cia. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00053727820068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610038984 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): ROGERIO BARBOSA QUEIROZ (ADVOGADO) REU:M R A DA CUNHA. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADO: M R A DA CUNHA CNPJ: 03.009.245/0001-78 SÃCIA: MARIA ROSIMAR ALVES DA CUNHA CPF: 510.268.642-91 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em relaÃ§Ã£o a empresa e a sÃ³cia, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e da sÃ³cia com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em face da empresa e da sÃ³cia. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00056733820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:VIA PREMOLDADOS DE CONCRETOS LTDA. EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADO: VIA PREMOLDADOS DE CONCRETOS LTDA CNPJ: 09.068.120/0001-03 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/ 2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 2.Â Â Â Â Â DEFIRO o bloqueio via RENAJUD do(s) veÃculo(s) existentes em nome da Executada. Aguarde-se e junte-se a resposta. 3.Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se vista ao Exequente, para os requerimentos que entender cabÃveis, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se. Cumpra-se. AS

DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00058656820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MAURO DOS SANTOS LEONIDAS. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00058983820008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010058197 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:FRANCOSTA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:IVAN DA SILVA COSTA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00059098020008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010058428 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:FRANCOSTA MAT DE CONSTRUCAO LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:IVAN DA SILVA COSTA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00059479420168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA A??o: Embargos à Execução Fiscal em: 05/11/2021 EMBARGADO:ESTADO DO PARA EMBARGANTE:RAFAEL WILLIAM BRANDAO DOS SANTOS EMBARGANTE:SONIA MARIA MENDONCA DE SOUZA Representante(s): OAB 13170 - LUCIANA SILVA RASSY (DEFENSOR) .

DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o dos embargos de fls. retro, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e arquive-se com as cutelas de praxe. 2.Â Â Â Â Â Proceda a secretaria a comunicaÃ§Ã£o ao juÃzo deprecado, acerca do arquivamento. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 03/09/2021. LUIZ AUGUSTO DA ENCARNAÃÃO MENNA BARRETO PEREIRA Juiz de Direito respondendo pela Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00061551520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MR UNIFORMES E EQUIPAMENTOS PROT LTDA ME. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: MR UNIFORMES E EQUIPAMENTOS PROT LTDA CNPJ: 17.440.003/0001-49 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00061654019998140006 PROCESSO ANTIGO: 199910034879 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 11791 - CAIO GRACO NUNES DE SA PEREIRA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:A CAMELO DE MORAIS CIA LTDA Representante(s): OAB 2837 - ISOMAR FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) . Â Â Â Â Â DECISÃO 1.Â Â Â Â Â ÃS fls. retro a Exequente informou o parcelamento do dÃ©bito exequendo. 2.Â Â Â Â Â Considerando-se que o parcelamento do dÃ©bito traz como consequÃªncia jurÃdica a suspensÃ£o de exigibilidade do crÃ©dito tributÃ¡rio, com supedÃ¢neo no art. 151, VI do CTN, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o pelo prazo de 1 (UM) ANO. 3.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo supra, vistas Ã exequente para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00063800620138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXECUTADO:L R CONSTRUÇÃO CIVIL E RODOVIÁRIA LTDA EPP Representante(s): OAB 5567 - JOAQUIM NEVES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente.

Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 0 6 4 0 3 5 1 2 0 1 0 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): JONATHAS MACEDO SAMPAIO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SC BARATA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 0 6 4 2 0 6 8 2 0 0 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 1 1 0 0 5 6 7 1 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:M. T. REPRESENTACOES LTDA. ADVOGADO:GERSON DA COSTA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 0 6 4 3 5 2 0 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXECUTADO:TELMA CRISTINA GUERREIRO PINTO BARROSO EXEQUENTE:A UNIAO FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . Â Â Â Â Â DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Ãs fls. retro a Exequente informou o parcelamento do dÃ©bito exequendo. 2.Â Â Â Â Â Considerando-se que o parcelamento do dÃ©bito traz como consequÃªncia jurÃdica a suspensÃ£o de exigibilidade do crÃ©dito tributÃ¡rio, com supedÃ¢neo no art. 151, VI do CTN, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o pelo prazo de 1 (UM) ANO. 3.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo supra, vistas Ã exequente para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 0 6 7 7 5 6 8 2 0 0 7 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 7 1 0 0 3 9 6 8 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): BRUNO ALVES PINHEIRO - PROCURADOR (ADVOGADO) REU:AUTO POSTO TERMINAL LTDA. SENTENÃA A Exequente propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face da parte Executada, objetivando a cobranÃ§a

da importÃ¢ncia da(s) CDA(s) acostada(s) Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Fazenda PÃºblica requerer a extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o, em virtude de do cancelamento da CertidÃ£o de DÃvida Ativa. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. O art. 26 da Lei 6.830/80 assevera que `se antes da decisÃ£o de primeira instÂ¢ncia, a inscriÃ§Ã£o de DÃvida Ativa for, a qualquer tÃtulo, cancelada, a execuÃ§Ã£o fiscal serÃ¡ extinta, sem qualquer Ã´nus para a parteÂ¿. Diante disso, com fulcro no art. 26 da Lei 6.830/80, para que produza os seus jurÃdicos e legais efeitos, DECLARO, por sentenÃ§a, EXTINTA a presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal. Sem qualquer Ã´nus para as partes, por forÃ§a do art. 26 da LEF. Tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o, por encontrar-se o executado quite com a Fazenda PÃºblica, nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa `ex officioÂ¿. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, certifique-se e arquivem-se, anotando-se as devidas baixas. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 05/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00070172020148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 17182 - GUSTAVO TAVARES MONTEIRO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DFIBRA INDUSTRIA DE PIAS E TANQUES LTDA EPP. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ANANINDEUA VARA DA FAZENDA PÃBLICA EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: DFIBRA INDUSTRIA DE PIAS E TANQUES LTDA EPP CNPJ: 07.523.934/0001-57 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Anexo o resultado. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s as informaÃ§Ãµes eletrÃ´nicas, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar bens penhorÃ¡veis, sob pena do art. 40 da LEF. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 05/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00074236320048140006 PROCESSO ANTIGO: 200410049131 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): PROTOGENES ELIAS DA SILVA (ADVOGADO) REU:D. DE A. MARQUES COMERCIO E DISTRIBUIDORA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00077140820068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610055821 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ROGERIO BARBOSA QUEIROZ (ADVOGADO) REU:SOLVENTES E LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA EXECUTADO:AFONSO CELSO MARINHO DE AZEVEDO EXECUTADO:ARLINDO LIMA PEDREIRA. EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADO: SOLVENTES E LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA CNPJ: 63.858.344/0001-56 SÃCIO 1: AFONSO CELSO MARINHO DE AZEVEDO SÃCIO 2: ARLINDO LIMA PEDREIRA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa e dos sÃ³cios, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores

penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e dos sÃ³cios com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00077255820118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:WALTER FERREIRA RIBEIRO. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00078144820048140006 PROCESSO ANTIGO: 200410052118 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 REQUERENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): TATIANA SELIGMANN LEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:M R A DA CUNHA. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADO: M R A DA CUNHA CNPJ: 03.009.245/0001-78 SÃCIA: MARIA ROSIMAR ALVES DA CUNHA CPF: 510.268.642-91 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em relaÃ§Ã£o a empresa e a sÃ³cia, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e da sÃ³cia com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015,

bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em face da empresa e da sÃ³cia. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00080237020048140006 PROCESSO ANTIGO: 200410053760 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): PROTOGENES ELIAS DA SILVA (ADVOGADO) REU:LOCAMILA LTDA.. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Considerando o requerimento da Fazenda PÃºblica, DETERMINO A MANUTENÃÃO DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS PROVISORIAMENTE, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 2Âº, da portaria MF nÂº 75, de 22/03/12, alterada pela portaria MF nÂº130, de 19/04/2012, sem nova intimaÃ§Ã£o, tendo em vista tratar-se de pedido formulado pela prÃ³pria exequente. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00082264620058140006 PROCESSO ANTIGO: 200510059428 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): ISAAC RAMIRO BENTES (ADVOGADO) EXECUTADO:JACYMAR LUIZ MACEDO DE SOUZA Representante(s): OAB 28346-B - LUANA FERREIRA MENEZES (ADVOGADO) . SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00082354320078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710048908 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:MC COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 12492 - ELENE TAVARES DE TAVARES (ADVOGADO) OAB 21028 - MARCUS VINICIUS BOTELHO BRITO (ADVOGADO) . Autos de EXECUÃÃO FISCAL SENTENÃA ESTADO DO PARÃ ajuizou a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face da parte Executada, visando Ã cobranÃ§a do crÃ©dito inscrito em dÃvida ativa acostada a inicial. Estando em termos a inicial, este juÃzo determinou a citaÃ§Ã£o da parte executada. ApÃ³s vista dos autos, a Fazenda exequente pediu desistÃªncia com base na Lei nÂº 8.870/2019. Ã relatÃ³rio. Decido. Tendo em vista a promulgaÃ§Ã£o da Lei Estadual nÂº 8.870/2019 que Â¿autoriza o Poder Executivo Estadual, por meio da Procuradoria-Geral do Estado - PGE, a nÃ£o ajuizar ou desistir de aÃ§Ãµes de execuÃ§Ã£o fiscalÂ¿ quando o valor atualizado do dÃ©bito consolidado do contribuinte for igual ou inferior a 15.000 (quinze mil) Unidades PadrÃ£o Fiscal do Estado do ParÃ¡ - UPF-PA (art. 1Âº, inciso IV), amoldando-se o caso concreto ao permissivo legal, uma vez que a presente execuÃ§Ã£o visa a recuperaÃ§Ã£o aos cofres pÃºblicos do valor de R$ 2.579,71 (dois mil quinhentos e setenta e nove reais e setenta e um centavos), entendo cabÃvel o pedido de desistÃªncia. Ante o exposto, HOMOLOGO o pedido de desistÃªncia e, por conseguinte, JULGO EXTINTA A EXECUÃÂ¿O SEM RESOLUÃÂ¿O DO MÃRITO, com fulcro no art. 485, inciso VIII do CPC c/c artigo 26 da LEF e artigo 1Âº, inciso IV da Lei nÂº 8.870/2019/PA. Sem honorÃ¡rios e sem custas, na forma do artigo 26 da LEF. Publique-se, certifique-se o trÂ¢nsito em julgado e arquive-se, haja vista que a Fazenda Estadual informa a desnecessidade de intimaÃ§Ã£o pessoal. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS

GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00086888520068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610062735 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) REU:SOLVENTES E LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA REU:AFONSO CELSO MARINHO DE AZEVEDO REU:ARLINDO LIMA PEDREIRA. EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADO: SOLVENTES E LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA CNPJ: 63.858.344/0001-56 SÃCIO 1: AFONSO CELSO MARINHO DE AZEVEDO SÃCIO 2: ARLINDO LIMA PEDREIRA DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa e dos sÃ³cios, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa e dos sÃ³cios com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http://www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00088732020108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA HELENA LIMA MONTEIRO. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art. 26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00088942520068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610063858 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 REQUERENTE:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Representante(s): CLAUDIANE REBONATTO LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:TRANSPORTES MARITUBA LTDA. EXEQUENTE: CAIXA ECONÃMICA FEDERAL - CEF EXECUTADO: TRANSPORTES MARITUBA LTDA

CNPJ: 050.322.14/0001-63 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1.Â Â Â Â Â DEFIRO o bloqueio via RENAJUD do(s) veÃculo(s) existentes em nome da Executada Aguarde-se e junte-se a resposta. Â 2.Â Â Â Â Â DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. 3. ApÃ³s, dÃª-se vista ao Exequente, para os requerimentos que entender cabÃveis, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 9 3 8 7 6 9 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXECUTADO:BARATA TRANSPORTES LTDA EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 19217 - ERIKA MATIAS ROCHA (PROCURADOR(A)) . Â Â Â Â Â DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Ãs fls. retro a Exequente informou o parcelamento do dÃ©bito exequendo. 2.Â Â Â Â Â Considerando-se que o parcelamento do dÃ©bito traz como consequÃªncia jurÃdica a suspensÃ£o de exigibilidade do crÃ©dito tributÃ¡rio, com supedÃ¢neo no art. 151, VI do CTN, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o pelo prazo de 1 (UM) ANO. 3.Â Â Â Â Â Decorrido o prazo supra, vistas Ã exequente para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 0 9 4 2 8 3 6 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXECUTADO:SINGULAR INCORPORACOES LTDA EXEQUENTE:A UNIAO FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN. Havendo custas judiciais, intime-se o(a) executado(a) para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 0 9 4 8 3 5 5 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXECUTADO:ICOMAP INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS PARAENSE LTDA Representante(s): OAB 13527 - MARCELO PACHECO MACHADO (ADVOGADO) OAB 13449 - OSLY DA SILVA FERREIRA NETO (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 12840 - MYRZA TANDAYA NYLANDER BRITO (PROCURADOR(A)) . EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADO: ICOMAP INDUSTRIA E COMÃRCIO DE MADEIRAS PARAENSE LTDA CNPJ: 04.760.435/0001-95 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em relaÃ§Ã£o a empresa, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente,

no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD em face da empresa. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00095126020078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710056307 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): ALEKSEY LANTER CARDOSO (ADVOGADO) EXECUTADO:AMPLITEC CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA EXECUTADO:MANOEL PANTOJA MARQUES. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Considerando o requerimento da Fazenda PÃºblica, DETERMINO A MANUTENÃÃO DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS PROVISORIAMENTE, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 2Âº, da portaria MF nÂº 75, de 22/03/12, alterada pela portaria MF nÂº130, de 19/04/2012, sem nova intimaÃ§Ã£o, tendo em vista tratar-se de pedido formulado pela prÃ³pria exequente. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00097764320098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANTONIA LUCIA DA SILVA PALHETA. 00097764320098140006 SENTENÃA A UNIÃO ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal contra ANTÃNIA LÃCIA DA SILVA PALHETA, EM 30/09/2009, objetivando a cobranÃ§a da importÃ¢ncia representada pela certidÃ£o da dÃvida ativa de fls. 02/09. Em 23/03/2010, foi determinada a citaÃ§Ã£o da executa, diligÃªncia esta cumprida em 26/04/2010. Em outubro de 2010, os autos foram remetidos ao JuÃzo Federal. Em 2011, houve o retorno do feito Ã esta comarca. Em 2014 houve a apreciaÃ§Ã£o de pedidos de constriÃ§Ã£o de bens, os quais restaram infrutÃferos, tendo a Exequente tomado ciÃªncia no mesmo ano. ApÃ³s o esgotamento das tentativas de localizaÃ§Ã£o de bens os autos foram suspensos e determinado ao Arquivamento provisÃ³rio da ExecuÃ§Ã£o. Pela petiÃ§Ã£o de fl. 47, o espÃ³lio da executada ANTÃNIA LÃCIA DA SILVA PALHETA interpÃµe exceÃ§Ã£o de prÃ©-executividade, na qual informa o Ã³bito da executada e argui a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o originÃ¡ria e de prescriÃ§Ã£o intercorrente direito de cobranÃ§a, pelo que requereu a EXTINÃÃO da execuÃ§Ã£o fiscal. Ã fl. 55, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista reconhecer a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. Compulsando os autos, observo procedente a alegaÃ§Ã£o do espÃ³lio excipiente no tocante a prescriÃ§Ã£o intercorrente, situaÃ§Ã£o esta corroborada pelo reconhecimento da Fazenda exequente, uma vez que decorrido mais de 5 anos, nÃ£o houve a localizaÃ§Ã£o de bens passÃveis de abarcar o dÃ©bito, nos termos do art. 40 Â§Â§ 1Âº e 2Âº da Lei n. 6.830/80 - LEF. Por fim, ressalta-se o prazo de 1 (um) ano de suspensÃ£o do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no artigo acima mencionado tem inÃcio automaticamente na data da ciÃªncia da Fazenda PÃºblica a respeito da nÃ£o localizaÃ§Ã£o do devedor ou da inexistÃªncia de bens penhorÃ¡veis no endereÃ§o fornecido - que no caso dos autos se deu em 2014 - entendimento consolidado pelo STJ, no julgamento doÂ Resp. nÂº 1.340.553/ RS, sob a sistemÃ¡tica dos Recursos Repetitivos POSTO ISTO, ACOLHO parcialmente a

ExceÃ§Ã£o de PrÃ©-executividade interposta, diante da PRESCRIÃÃO INTERCORRENTE do crÃ©dito fiscal, e decreto, consequentemente, EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos dos arts. 40 Â§Â§1Â° e 2ÂºÂ° da Lei 6.830 e art. 487, II do CPC. Sem honorÃ¡rios e isento de custas, ante a sucumbÃªncia da Fazenda PÃºblica. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 04 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 0 0 6 6 7 4 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Apelação Cível em: 05/11/2021 REQUERENTE:ALEXANDRE GALDINO DE ALMEIDA Representante(s): OAB 14651 - PAULO OLIVEIRA PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ANANINDEUA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13081 - ANTONIO ROBERTO VICENTE DA SILVA (PROCURADOR(A)) . 00100667420118140006 SENTENÃA Trata-se de processo em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÃA em que visa o autor a execuÃ§Ã£o da decisÃ£o monocrÃ¡tica de fls. 310/319 que julgou parcialmente procedente a aÃ§Ã£o reconhecendo o direito o de temporÃ¡rio aos depÃ³sitos de FGTS no perÃodo de 17/01/2006 a 15/01/2009, fixando ainda honorÃ¡rios sucumbenciais no valor de 10%, bem como o AcordÃ£o de fl.338 que aplicou multa de 1,5 % do valor da causa por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. O autor/exequente indicou como devido o valor de R$ 4.463,26 (quatro mil seiscentos e trÃªs reais e vinte e seis centavos), sendo que de tal valor a importÃ¢ncia de R$ 3.390,60 (trÃªs mil trezentos e noventa reais e sessenta centavos) refere-se a condenaÃ§Ã£o, mais R$666,91 (seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos) referente Ã condenaÃ§Ã£o por litigÃ¢ncia deÂ mÃ¡-fÃ©, acrescentando-se, por fim 10% (dez por cento) correspondente aos honorÃ¡rios sucumbenciais. Ãs fls. 359/369 o executado apresentou impugnaÃ§Ã£o Ã execuÃ§Ã£o arguindo excesso de execuÃ§Ã£o, pois sustentou que deve ser aplicada a Â¿TRÂ¿ na atualizaÃ§Ã£o dos cÃ¡lculos, indicando como correto o valor de R$ 2.596,29 (dois mil quinhentos e noventa e seis e vinte e nove centavos). Os autos foram encaminhados ao contador do juÃzo para aferiÃ§Ã£o de cÃ¡lculos nos parÃ¢metros determinantes na sentenÃ§a de fl. 261/264, bem como nas decisÃµes de fls. 310/318 e AcÃ³rdÃ£o de fls. 338/340, tendo sido apresentados os cÃ¡lculos apontando como devido o valor de R$ 5.685,04 (cinco mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos) referente ao pagamento das verbas devidas Ã parte Autora; R$ 568,50 (quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) a tÃtulo de honorÃ¡rios advocatÃcios e, por fim, R$ 695,83 (seiscentos e noventa cinco reais e oitenta e trÃªs centavos) a tÃtulo de multa por litigÃ¢ncia de mÃ¡-fe. (fl.375). Instadas as partes a se manifestarem quanto aos cÃ¡lculos, o exequente pleiteou a homologaÃ§Ã£o dos cÃ¡lculos do juÃzo e o MunicÃpio ratificou a impugnaÃ§Ã£o apresentada anteriormente. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Cabe o julgamento antecipado do mÃ©rito, nos termos do artigo 355, inciso I do CÃ³digo de Processo Civil. Em sÃntese, o debate processual consiste em saber se o exequente e o contador judicial utilizaram os Ãndices aplicÃ¡veis contra a fazenda pÃºblica na confecÃ§Ã£o dos cÃ¡lculos, jÃ¡ que os exequentes entendem que o correto seria a aplicaÃ§Ã£o do IPCA-E e o executado defende a aplicaÃ§Ã£o da TR. Da impugnaÃ§Ã£o. Verifica-se que o MunicÃpio de Ananindeua, quando da impugnaÃ§Ã£o, arguiu excesso de execuÃ§Ã£o fundamentada na aplicaÃ§Ã£o indevida de Ãndices de correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e juros contra a Fazenda, passo a analisar os tÃ³picos das decisÃµes transitadas em julgado, a fim de verificar se foram aplicados Ãndices diversos. A decisÃ£o monocrÃ¡tica, que reformou parcialmente a sentenÃ§a de proferida nos autos, nÃ£o mencionou quanto a aplicaÃ§Ã£o do Ãndice de juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Assim, a discussÃ£o a respeito do Ãndice a ser aplicado contra a Fazenda PÃºblica em decorrÃªncia de condenaÃ§Ãµes judiciais foi tema bastante debatido, motivo pelo qual, tal discussÃ£o chegou ao E. STF atravÃ©s do RE nÂº 870.947/SE, onde se reconheceu a repercussÃ£o geral da matÃ©ria (TEMA 810 - Â¿Validade da correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e dos juros moratÃ³rios incidentes sobre as condenaÃ§Ãµes impostas Ã Fazenda PÃºblica, conforme previstos no art. 1Âº-F da Lei 9.494/1997, com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.960/2009Â¿). O Supremo Tribunal Federal certificou, em 31/03/2020, o trÃ¢nsito em julgado, ocorrido em 03/03/2020, do acÃ³rdÃ£o de mÃ©rito da questÃ£o constitucional suscitada no Leading Case RE nÂº 870947, do respectivo Tema 810, cuja tese foi firmada nos seguintes termos: Â¿1) O art. 1Âº-F da Lei nÂº 9.494/97, com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratÃ³rios aplicÃ¡veis a condenaÃ§Ãµes da Fazenda PÃºblica, Ã© inconstitucional ao incidir sobre dÃ©bitos oriundos de relaÃ§Ã£o jurÃdico-tributÃ¡ria, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda PÃºblica remunera seu crÃ©dito tributÃ¡rio, em respeito ao princÃpio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5Âº, caput); quanto Ã s condenaÃ§Ãµes oriundas de relaÃ§Ã£o jurÃdica nÃ£o-tributÃ¡ria, a fixaÃ§Ã£o dos juros moratÃ³rios segundo o Ãndice de

remuneraÃ§Ã£o da caderneta de poupanÃ§a Ã© constitucional, permanecendo hÃgido, nesta extensÃ£o, o disposto no art. 1Âº-F da Lei nÂº 9.494/97 com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/09; e 2) O art. 1Âº-F da Lei nÂº 9.494/97, com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria das condenaÃ§Ãµes impostas Ã Fazenda PÃºblica segundo a remuneraÃ§Ã£o oficial da caderneta de poupanÃ§a, revela-se inconstitucional ao impor restriÃ§Ã£o desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5Âº, XXII), uma vez que nÃ£o se qualifica como medida adequada a capturar a variaÃ§Ã£o de preÃ§os da economia, sendo inidÃ´nea a promover os fins a que se destinaÂ¿. Ou seja, entendeu-se inconstitucional a aplicaÃ§Ã£o do artigo 1Âº-F da Lei nÂº 9494/97 no que se refere apenas a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria, devendo ser aplicado o Ãndice que mais se aproxima da realidade, ou seja, o IPCA-E. Dessa feita, verifica-se que o cÃ¡lculo do contador do juÃzo de fl. 375 atendeu perfeitamente ao que determinou o STF, uma vez que nÃ£o houve menÃ§Ã£o sobre o assunto na decisÃ£o exequenda. Portanto, a decisÃ£o que ora se impÃµe Ã© a de homologaÃ§Ã£o dos cÃ¡lculos do contador judicial, pois corretos e mais recentes. Ante o Exposto, REJEITO a impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a e, por conseguinte, HOMOLOGO os cÃ¡lculos de fls. 375 para que surtam seus efeitos legais; Certificado o TrÂ¢nsito em Julgado e pagas as custas necessÃ¡rias, EXPEÃA-SE: 1. RequisiÃ§Ã£o de Pequeno Valor - RPV em favor de ALEXANDRE GALDINO DE ALMEIDA, por se tratar de quantia de pequeno valor, na forma do art. 2Âº da ResoluÃ§Ã£o nÂº 007/2005-GP-TJE, devendo ser expedido ofÃcio requisitÃ³rio na forma do art. 100 da CF c/c art. 87 do ADCT, para pagamento das quantias de R$ 5.685,04 (cinco mil seiscentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos) e R$ 695,83 (seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e trÃªs centavos) a tÃtulo de valor principal e multa por litigÂ¢ncia de mÃ¡-fÃ©. 2. RequisiÃ§Ã£o de Pequeno Valor - RPV em favor de PAULO OLIVEIRA PINHEIRO, com inscriÃ§Ã£o na OAB-PA sob o nÂº 14.651, por se tratar de quantia de pequeno valor, na forma do art. 2Âº da ResoluÃ§Ã£o nÂº 007/2005-GP-TJE, devendo ser expedido ofÃcio requisitÃ³rio na forma do art. 100 da CF c/c art. 87 do ADCT, para pagamento da quantia de R$ 568,50 (quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos) referentes aos honorÃ¡rios sucumbenciais. Assim, EXPEÃAM-SE REQUISIÃÃES PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÃÃO DE PEQUENO VALOR (RPV), a ser realizado no prazo de 02 (dois) meses, contados da entrega da requisiÃ§Ã£o, mediante depÃ³sito na agÃªncia de banco oficial mais prÃ³xima da residÃªncia do Exequente, na forma do art. 535, Â§ 3Âº, II do NCPC. ApÃ³s a expediÃ§Ã£o dos OfÃcios RequisitÃ³rios e a comprovaÃ§Ã£o do recebimento por parte da autoridade competente, ARQUIVEM-SE os autos. Intimem-se as partes, respeitando-se as prerrogativas da Fazenda PÃºblica. P. R. I. Â Ananindeua-Pa, 21 de outubro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 0 4 6 4 9 5 2 0 0 9 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): BRUNO ALVES PINHEIRO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:J ANTONIO SILVA ME. DECISÃO Considerando o requerimento da Fazenda PÃºblica, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o pelo prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo supra, vistas Ã exequente para manifestaÃ§Ã£o. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 05/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua PROCESSO: 00109320720108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:HYSTEC ASSISTENCIA TECNICA EM VEICULOS PESADOS LTDA. DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Considerando o requerimento da Fazenda PÃºblica, DETERMINO A MANUTENÃÃO DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS PROVISORIAMENTE, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 2Âº, da portaria MF nÂº 75, de 22/03/12, alterada pela portaria MF nÂº130, de 19/04/2012, sem nova intimaÃ§Ã£o, tendo em vista tratar-se de pedido formulado pela prÃ³pria exequente. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 1 1 1 9 9 0 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:CARLOS ALBERTO NOVAES CARDOSO.

DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Considerando o requerimento da Fazenda PÃºblica, DETERMINO A MANUTENÃÃO DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS PROVISORIAMENTE, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 2Âº, da portaria MF nÂº 75, de 22/03/12, alterada pela portaria MF nÂº130, de 19/04/2012, sem nova intimaÃ§Ã£o, tendo em vista tratar-se de pedido formulado pela prÃ³pria exequente. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 1 1 6 7 4 9 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DOMINGOS DE JESUS CORREA ARAUJO. ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN. Havendo custas judiciais, intime-se o(a) executado(a) para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 1 1 7 4 4 1 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:MARIA DE NAZARE C DE SAO PEDRO. ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN. Havendo custas judiciais, intime-se o(a) executado(a) para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 1 1 7 8 7 8 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OCIDEMAR SIQUEIRA SANTIAGO. ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924,

inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN. Havendo custas judiciais, intime-se o(a) executado(a) para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 1 4 9 1 3 9 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSA EDILA SANTOS SILVA. Â Â Â Â Â Â DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Tendo em vista a inexistÃªncia nos autos de informaÃ§Ãµes relativas a bens da Executada sobre os quais possa recair a penhora, bem como o requerimento da Exequente, DETERMINO A SUSPENSÃO do curso da execuÃ§Ã£o, nos termos do art. 40 da Lei 6830/80. 2.Â Â Â Â Â Decorrido um ano da presente decisÃ£o e nÃ£o sendo localizados bens do devedor, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 3.Â Â Â Â Â Decorridos cinco anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados Ã Fazenda PÃºblica, para os fins do que dispÃµe o art. 40, Â§4Âº da LEF. Cumpra-se. Â AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 1 6 5 4 1 9 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARINETE RIBEIRO FERREIRA. ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN. Havendo custas judiciais, intime-se o(a) executado(a) para proceder ao pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de nova inscriÃ§Ã£o em dÃvida ativa. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 2 5 7 3 2 6 2 0 0 9 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE ANANINDEUA Representante(s): OAB 10849 - DIANA LOUISE TEIXEIRA PINTO E PINHEIRO DA SILVA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA DA CONCEICAO DANTAS PEREIRA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente, tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art.26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 19/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00126308920128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXECUTADO:HYDROBOMBA COMERCIO E SERVICOS LTDA EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Considerando o requerimento da Fazenda PÃºblica, DETERMINO A MANUTENÃÃO DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS PROVISORIAMENTE, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 2Âº, da portaria MF nÂº 75, de 22/03/12, alterada pela portaria MF nÂº130, de 19/04/2012, sem nova intimaÃ§Ã£o, tendo em vista tratar-se de pedido formulado pela prÃ³pria exequente. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00136761920088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810081353 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública em: 05/11/2021 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE ANANINDEUA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10849 - DIANA LOUISE TEIXEIRA PINTO E PINHEIRO DA SILVA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:WEB ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 12729 - AUGUSTO LOBATO POTIGUAR (ADVOGADO) . 0013676-19.2008.814.0006 SENTENÃA Trata-se de processo em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÃA, no qual o Exequente pleiteia o pagamento da quantia de R$ 3.237,06 referente aos honorÃ¡rios sucumbenciais arbitrado na sentenÃ§a de fl. 157/158. O Executado apresentou impugnaÃ§Ã£o intempestiva. Em seguida, a decisÃ£o de fl.220 homologou os cÃ¡lculos apresentados pela Exequente, sendo determinado a expediÃ§Ã£o de RPV para pagamento do valor pleiteado. Decorrido o prazo para pagamento, o exequente peticionou, informando a nÃ£o quitaÃ§Ã£o do aludido valor, pugnando pelo cumprimento da obrigaÃ§Ã£o. Em decorrÃªncia do tempo transcorrido, foi determinado o envio dos autos ao contador para apuraÃ§Ã£o da importÃ¢ncia devida. ManifestaÃ§Ã£o do contador acostada Ã s fls. 230/233, na qual foi apresentados dois cÃ¡lculos: o primeiro no valor de R$2.771,66, com correÃ§Ã£o monetÃ¡ria pelo IPCA-E e juros de aplicados Ã poupanÃ§a, conforme entendimento da Suprema Corte; e o segundo, na quantia de 3.921,67, com correÃ§Ã£o tambÃ©m pelo IPCA- E, contudo, com aplicaÃ§Ã£o de juros de mora de 1%, conforme cÃ¡lculo apresentado pela exequente. Intimada as partes para manifestaÃ§Ã£o sobre os cÃ¡lculos, o exequente indicou como devido o segundo valor e o ente municipal apontou como correto o primeiro cÃ¡lculo mencionado pelo contador. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Em sÃntese, o debate processual no momento consiste em saber qual Ãndice referente aos juros de mora deve ser aplicado Ã quantia a ser paga pelo executado, jÃ¡ que o Exequente entende que o correto seria a aplicaÃ§Ã£o de mora de 1% e o Executado defende a aplicaÃ§Ã£o da TR, conforme apontado pelo contador judicial. Compulsando os autos, observo que a SentenÃ§a exequenda, confirmada em sede de segundo grau, nÃ£o mencionou quanto a aplicaÃ§Ã£o do Ãndice de juros e correÃ§Ã£o monetÃ¡ria. Assim, a discussÃ£o a respeito do Ãndice a ser aplicado contra a Fazenda PÃºblica em decorrÃªncia de condenaÃ§Ãµes judiciais foi tema bastante debatido, motivo pelo qual, tal celeuma chegou ao E. STF atravÃ©s do RE nÂº 870.947/SE, onde se reconheceu a repercussÃ£o geral da matÃ©ria (TEMA 810 - Â¿Validade da correÃ§Ã£o monetÃ¡ria e dos juros moratÃ³rios incidentes sobre as condenaÃ§Ãµes impostas Ã Fazenda PÃºblica, conforme previstos no art. 1Âº-F da Lei 9.494/1997, com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei 11.960/2009Â¿). O Supremo Tribunal Federal certificou, em 31/03/2020, o trÂ¢nsito em julgado do julgamento ocorrido em 03/03/2020, do qual foi proferido o acÃ³rdÃ£o de mÃ©rito da questÃ£o constitucional suscitada no Leading Case RE nÂº 870947, do respectivo Tema 810, cuja tese foi firmada nos seguintes termos: Â¿1) O art. 1Âº-F da Lei nÂº 9.494/97, com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratÃ³rios aplicÃ¡veis a condenaÃ§Ãµes da Fazenda PÃºblica, Ã© inconstitucional ao incidir sobre dÃ©bitos oriundos de relaÃ§Ã£o jurÃdico-tributÃ¡ria, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda PÃºblica remunera seu crÃ©dito tributÃ¡rio, em respeito ao princÃpio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5Âº, caput); quanto Ã s condenaÃ§Ãµes oriundas de relaÃ§Ã£o jurÃdica nÃ£o-tributÃ¡ria, a fixaÃ§Ã£o dos juros moratÃ³rios segundo o Ãndice de remuneraÃ§Ã£o da caderneta de poupanÃ§a Ã© constitucional, permanecendo hÃgido, nesta extensÃ£o, o disposto no art. 1Âº-F da Lei nÂº 9.494/97 com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/09; e 2) O art. 1Âº-F da Lei nÂº 9.494/97, com a redaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria das condenaÃ§Ãµes impostas Ã Fazenda PÃºblica segundo a remuneraÃ§Ã£o oficial da caderneta de poupanÃ§a, revela-se inconstitucional ao impor restriÃ§Ã£o desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5Âº, XXII), uma vez que nÃ£o se

qualifica como medida adequada a capturar a variaÃ§Ã£o de preÃ§os da economia, sendo inidÃ´nea a promover os fins a que se destinaÂ¿. Ou seja, entendeu-se inconstitucional a aplicaÃ§Ã£o do artigo 1Âº-F da Lei nÂº 9494/97 no que se refere apenas a atualizaÃ§Ã£o monetÃ¡ria, devendo ser aplicado o Ãndice que mais se aproxima da realidade, ou seja, o IPCA-E, permanecendo, em relaÃ§Ã£o ao juros de mora, a aplicaÃ§Ã£o do Ãndice de remuneraÃ§Ã£o da caderneta de poupanÃ§a. Dessa feita, verifica-se que o primeiro cÃ¡lculo do contador do juÃzo, no valor de 2.771,66 (dois mil setecentos e setenta e um mil e sessenta e seis centavos, de fl. 233, atendeu perfeitamente ao que determinou o STF, uma vez que nÃ£o houve menÃ§Ã£o sobre o assunto na decisÃ£o exequenda. Ante o Exposto, chamo Ã ordem a decisÃ£o de fl. 220, e, por conseguinte, HOMOLOGO o primeiro cÃ¡lculo apresentado pelo contador judicial de fls. 233, pois corretos e mais recentes, para que surtam seus efeitos legais; Certificado o TrÃ¢nsito em Julgado e pagas as custas necessÃ¡rias, EXPEÃA-SE: 1. RequisiÃ§Ã£o de Pequeno Valor - RPV em favor de GUILHERME HENRIQUE ROCHA LOBATO por se tratar de quantia de pequeno valor, na forma do art. 2Âº da ResoluÃ§Ã£o nÂº 007/2005-GP-TJE, devendo ser expedido ofÃcio requisitÃ³rio na forma do art. 100 da CF c/c art. 87 do ADCT, para pagamento da quantias no valor de 2.771,66 (dois mil setecentos e setenta e um mil e sessenta e seis centavos, os quais devem ser atualizados pelo executado atÃ© a data efetiva do pagamento, referentes aos honorÃ¡rios sucumbenciais. Assim, EXPEÃA-SE A REQUISIÃÃO PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÃÃO DE PEQUENO VALOR (RPV), a ser realizado no prazo de 02 (dois) meses, contados da entrega da requisiÃ§Ã£o, mediante depÃ³sito na agÃªncia de banco oficial mais prÃ³xima da residÃªncia do Exequente, na forma do art. 535, Â§ 3Âº, II do NCPC. ApÃ³s a expediÃ§Ã£o dos OfÃcios RequisitÃ³rios e a comprovaÃ§Ã£o do recebimento por parte da autoridade competente, ARQUIVEM-SE os autos. Intimem-se as partes, respeitando-se as prerrogativas da Fazenda PÃºblica. P. R. I. Â Ananindeua-Pa, 26 de outubro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

PROCESSO: 00137646420088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810082062 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 AUTOR:MUNICIPIO ANANINDEUA - PREFEITURA Representante(s): DIANA LOUISE TEIXEIRA PINTO (ADVOGADO) REU:EMOPS HIGIENE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA. EXEQUENTE: MUNICÃPIO DE ANANINDEUA EXECUTADO: EMOPS HIGIENE E SEGURANÃA DO TRABALHO LTDA CNPJ: 04.103.735/0001-00 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. 5. Mantenho a decisÃ£o agravada em todos os seus termos, por seus prÃ³prios fundamentos. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00144103020138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXECUTADO:MARIO JORGE SILVA PEREIRA EXEQUENTE:A UNIAO FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Considerando o requerimento da Fazenda PÃºblica, DETERMINO A MANUTENÃÃO DO ARQUIVAMENTO DOS AUTOS PROVISORIAMENTE, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 2Âº, da portaria MF nÂº 75, de 22/03/12, alterada pela portaria MF nÂº130, de 19/04/2012, sem nova intimaÃ§Ã£o, tendo em vista tratar-se de pedido formulado pela prÃ³pria

exequente. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFICIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 5 de novembro de 2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 1 4 8 7 5 3 4 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021 EXECUTADO:AMAZON VIDROS LTDA EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 11468 - JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (PROCURADOR(A)) . EXEQUENTE: FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL EXECUTADA: AMAZON VIDROS LTDA CNPJ: 34.678.805/0001-00 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro da empresa, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Em relaÃ§Ã£o ao pedido de inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, em face da empresa com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂº 5990/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 5. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Sem prejuÃzo do acima determinado, com fulcro no art.185-A do CTN, procedi a indisponibilidade de bens imÃ³veis registrados em nome do executado, atravÃ©s do sistema http: // www.indisponibilidadedebens.org/. Restando frutÃfera a diligÃªncia, dar-se-Ã¡ prosseguimento a execuÃ§Ã£o fiscal. 8. De outro modo, restando negativa a indisponibilidade e nÃ£o sendo localizados bens do devedor pelo exequente dentro do prazo de um ano, contado da presente decisÃ£o, arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, Â§2Âº da LEF. 9. Por fim, DEFIRO o pedido formulado pela exequente, realizando pesquisa via sistema INFOJUD. Tratando-se de documentos sigilosos, decreto segredo de justiÃ§a nos presentes autos, com o escopo de proteger o sigilo dos documentos de uso reservado aqui existentes, ressaltando que a referida documentaÃ§Ã£o serÃ¡ juntada aos autos, dentro de envelope lacrado. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 20/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 2 2 0 9 1 4 6 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLAUCIO ARTHUR ASSAD A??o: Embargos à Execução Fiscal em: 05/11/2021 EMBARGADO:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EMBARGANTE:TRANSALIANCA TRANSP DE CARGAS E ENCOM LTDA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PROCESSO N 0022091-46.2016.8.14.0006 SENTEN A A DEFENSORIA P BLICA, na condi o de curadora especial de TRANSALIAN A - TRANSPORTADORA DE CARGAS E ENCOMENDAS, apresentou EMBARGOS EXECU O em face do Exequente, tendo como objeto o processo de execu o fiscal n 0007806-75.2008.8.14.0006. Baseiam-se os Embargos, na exist ncia de prescri o. A Fazenda N O apresentou impugna o. R plica apresentada. o relat rio. Decido. O feito est em ordem e cabe julgamento antecipado da Lide por se tratar de mat ria de direito e de fato que prescinde de produ o de provas em audi ncia, nos termos do art. 355, I do NCPC. Conforme certificado pelo Cart rio Judicial, o Embargado foi devidamente intimado e n o apresentou contesta o, motivo pelo qual DECRETO a REVELIA, nos termos do artigo 344 do C digo de Processo Civil, por m sem seu efeito material, nos moldes do artigo 345, inciso II do mesmo

diploma legal. Aduz a embargante ocorr ncia de prescri o, sob alega o de que entre a constitui o do cr dito e a cita o do executado decorreu per odo maior que cinco anos. Nos termos do art. 174 do C digo Tribut rio Nacional - CTN, a prescri o a extin o do direito, pertencente ao credor, da a o de cobran a do cr dito tribut rio pelo decurso do prazo de 5 anos, contado da data da sua constitui o definitiva. Ressaltando-se que o par grafo nico do citado artigo (reda o conferida pela da Lei Complementar 115/2005) disciplina que, na execu o fiscal, o despacho que ordena a cita o uma das causas de interrup o da prescri o. Contudo, a Certid o de D vida Ativa (CDA) goza das presun es de certeza e liquidez, al m de ter efeito de prova pr - constitu da, pois, em rela o a ela, deve-se observar o rigor formal, previsto na Lei 6.830/80, e, por se tratar de ato administrativo, verifica-se, ainda, a presun o de legalidade inerente sua pr tica pela Administra o P blica. Dessa forma, cabe ao executado demonstrar, por prova inequ voca, eventuais v cios que a maculam, nos termos do art. 3 da Lei n. 6.830/80. No entanto, observo que a excipiente n o trouxe elementos capazes de minar as presun es de certeza e liquidez da CDA, o que nos leva conclus o de que o d bito exequendo est regularmente inscrito. No tocante alega o do excipiente, o artigo 174 do CTN se refere prescri o do direito de agir, ou seja, prescri o do direito da Uni o, Estado ou Munic pio de executar o cr dito tribut rio e a Execu o fiscal. De acordo com o dispositivo em comento, deve o ente federativo exercer o seu direito de a o dentro do prazo de cinco anos, contados da data da constitui o definitiva do d bito. No caso em tela, a observo que a constitui o definitiva do cr dito se deu com o/a lan amento/notifica o/declara o, donde se deduz que o direito de a o foi regularmente exercido, dentro do lapso temporal estabelecido para tanto. Cedi o que a Fazenda P blica disp e de cinco anos para efetuar a cobran a do cr dito tribut rio, contados a partir da sua constitui o definitiva, a teor do disposto no art. 174, caput, do CTN. Portanto, verifica-se que o direito de a o foi regularmente exercido, dentro do lapso temporal estabelecido para tanto. Ademais, a jurisprud ncia do Superior Tribunal de Justi a firmou entendimento no sentido de que a interrup o do prazo prescricional retroage data da propositura da a o, quando a demora imputada exclusivamente ao Poder Judici rio. Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUT RIO. AGRAVO REGIMENTAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC N O CONFIGURADA. EXECU O FISCAL. PRESCRI O. INTERRUP O. ART. 174 DO CTN. INTERPRETA O EM CONJUNTO COM O ART. 219, 1 , DO CPC. RESPONSABILIDADE PELA DEMORA NA CITA O. S MULA 7 STJ. 1. A solu o integral da controv rsia, com fundamento suficiente, n o caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. A Primeira Se o do STJ, por ocasi o do julgamento do Recurso Especial 1.120.295-SP, representativo de controv rsia, de relatoria do Ministro Luiz Fux, consignou entendimento de que a interrup o da prescri o no momento da propositura da demanda somente se configura quando realizada a cita o tempestivamente (art. 174 do CTN, na reda o anterior LC 118 2005) ou, ainda que de forma intempestiva, quando a demora decorrer de culpa do Poder Judici rio. 3. No tocante in rcia na efetiva o do ato citat rio, o Tribunal local constatou que "o processo ficou muito tempo paralisado sem que a Fazenda P blica se manifestasse no feito, o que denota a des dia da Administra o P blica, ao inv s do zelo que se espera da mesma ao representar os interesses indispon veis" (fl. 53, e-STJ). A reforma dessa conclus o pressup e revolvimento f tico-probat rio (S mula 7 STJ). 4. Agravo Regimental n o provido"(STJ, AgRg no AREsp 80.127 BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22 05 2014). EX POSITIS, ante os fundamentos acima JULGO IMPROCEDENTES os Embargos com fundamento no art. 487, I, do NCPC. Deixo de condenar o Embargante nas custas e honor rios advocat cios, haja vista que se trata de r u revel, citado por edital, ao qual foi nomeado curador especial, no caso a Defensoria P blica do Estado do Par , tendo sido formulado o pedido de justi a gratuita que ora defiro. PROSSIGA-SE NA EXECU O. INTIME-SE o Exequente pessoalmente na execu o fiscal para manifestar-se no feito no estado em que se encontra. Junte-se c pia da presente senten a no processo de execu o fiscal. P.R.I.C. Ap s o tr nsito em julgado e formalidades legais, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIR O DE OFICIO, MANDADO DO CITA O, PENHORA, AVALIA O, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua-PA, 21/01/2021. GL UCIO ASSAD Juiz de Direito respondendo pela Vara da Fazenda P blica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 2 2 1 1 4 8 9 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLAUCIO ARTHUR ASSAD A??o: Embargos à Execução Fiscal em: 05/11/2021 EMBARGADO:ESTADO DO PARA EMBARGANTE:TRANSALIANCA TRANSPORTADORA DE CARGAS E ENCOMENDAS LTDA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PROCESSO N 0022114-89.2016.8.14.0006 SENTEN A A DEFENSORIA P BLICA, na condi o de curadora especial de TRANSALIAN A - TRANSPORTADORA DE CARGAS E ENCOMENDAS, apresentou EMBARGOS EXECU O em face do Exequente, tendo como objeto o processo de execu o fiscal n 0008679-33.2006.8.14.0006. Baseiam-se os Embargos, na exist ncia de prescri o. A Fazenda apresentou impugna

o. R plica apresentada. o relat rio. Decido. O feito est em ordem e cabe julgamento antecipado da Lide por se tratar de mat ria de direito e de fato que prescinde de produ o de provas em audi ncia, nos termos do art. 355, I do NCPC. Aduz a embargante ocorr ncia de prescri o, sob alega o de que entre a constitui o do cr dito e a cita o do executado decorreu per odo maior que cinco anos. Nos termos do art. 174 do C digo Tribut rio Nacional - CTN, a prescri o a extin o do direito, pertencente ao credor, da a o de cobran a do cr dito tribut rio pelo decurso do prazo de 5 anos, contado da data da sua constitui o definitiva. Ressaltando-se que o par grafo nico do citado artigo (reda o conferida pela da Lei Complementar 115/2005) disciplina que, na execu o fiscal, o despacho que ordena a cita o uma das causas de interrup o da prescri o. Contudo, a Certid o de D vida Ativa (CDA) goza das presun es de certeza e liquidez, al m de ter efeito de prova pr -constitu da, pois, em rela o a ela, deve-se observar o rigor formal, previsto na Lei 6.830/80, e, por se tratar de ato administrativo, verifica-se, ainda, a presun o de legalidade inerente sua pr tica pela Administra o P blica. Dessa forma, cabe ao executado demonstrar, por prova inequ voca, eventuais v cios que a maculam, nos termos do art. 3 da Lei n. 6.830/80. No entanto, observo que a excipiente n o trouxe elementos capazes de minar as presun es de certeza e liquidez da CDA, o que nos leva conclus o de que o d bito exequendo est regularmente inscrito. No tocante alega o do excipiente, o artigo 174 do CTN se refere prescri o do direito de agir, ou seja, prescri o do direito da Uni o, Estado ou Munic pio de executar o cr dito tribut rio e a Execu o fiscal. De acordo com o dispositivo em comento, deve o ente federativo exercer o seu direito de a o dentro do prazo de cinco anos, contados da data da constitui o definitiva do d bito. No caso em tela, a observo que a constitui o definitiva do cr dito se deu com o/a lan amento/notifica o/declara o, donde se deduz que o direito de a o foi regularmente exercido, dentro do lapso temporal estabelecido para tanto. Cedi o que a Fazenda P blica disp e de cinco anos para efetuar a cobran a do cr dito tribut rio, contados a partir da sua constitui o definitiva, a teor do disposto no art. 174, caput, do CTN. Portanto, verifica-se que o direito de a o foi regularmente exercido, dentro do lapso temporal estabelecido para tanto. Ademais, a jurisprud ncia do Superior Tribunal de Justi a firmou entendimento no sentido de que a interrup o do prazo prescricional retroage data da propositura da a o, quando a demora imputada exclusivamente ao Poder Judici rio. Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUT RIO. AGRAVO REGIMENTAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC N O CONFIGURADA. EXECU O FISCAL. PRESCRI O. INTERRUP O. ART. 174 DO CTN. INTERPRETA O EM CONJUNTO COM O ART. 219, 1 , DO CPC. RESPONSABILIDADE PELA DEMORA NA CITA O. S MULA 7 STJ. 1. A solu o integral da controv rsia, com fundamento suficiente, n o caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. A Primeira Se o do STJ, por ocasi o do julgamento do Recurso Especial 1.120.295-SP, representativo de controv rsia, de relatoria do Ministro Luiz Fux, consignou entendimento de que a interrup o da prescri o no momento da propositura da demanda somente se configura quando realizada a cita o tempestivamente (art. 174 do CTN, na reda o anterior LC 118 2005) ou, ainda que de forma intempestiva, quando a demora decorrer de culpa do Poder Judici rio. 3. No tocante in rcia na efetiva o do ato citat rio, o Tribunal local constatou que "o processo ficou muito tempo paralisado sem que a Fazenda P blica se manifestasse no feito, o que denota a des dia da Administra o P blica, ao inv s do zelo que se espera da mesma ao representar os interesses indispon veis" (fl. 53, e-STJ). A reforma dessa conclus o pressup e revolvimento f tico-probat rio (S mula 7 STJ). 4. Agravo Regimental n o provido"(STJ, AgRg no AREsp 80.127 BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22 05 2014). EX POSITIS, ante os fundamentos acima JULGO IMPROCEDENTES os Embargos com fundamento no art. 487, I, do NCPC. Deixo de condenar o Embargante nas custas e honor rios advocat cios, haja vista que se trata de r u revel, citado por edital, ao qual foi nomeado curador especial, no caso a Defensoria P blica do Estado do Par , tendo sido formulado o pedido de justi a gratuita que ora defiro. PROSSIGA-SE NA EXECU O. INTIME-SE o Exequente pessoalmente na execu o fiscal para manifestar-se no feito no estado em que se encontra. Junte-se c pia da presente senten a no processo de execu o fiscal. P.R.I.C. Ap s o tr nsito em julgado e formalidades legais, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIR O DE OFICIO, MANDADO DO CITA O, PENHORA, AVALIA O, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua-PA, 21/01/2021. GL UCIO ASSAD Juiz de Direito respondendo pela Vara da Fazenda P blica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 2 2 1 1 5 7 4 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): GLAUCIO ARTHUR ASSAD A??o: Embargos à Execução Fiscal em: 05/11/2021 EMBARGADO:FAZENDA ESTADUAL EMBARGANTE:TRANSALIANCA TRANSPORTADORA DE CARGAS E ENCOMENDAS LTDA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PROCESSO N 0022115-74.2016.8.14.0006 SENTEN A A DEFENSORIA P BLICA, na condi o de curadora especial de TRANSALIAN A - TRANSPORTADORA DE CARGAS E ENCOMENDAS, apresentou EMBARGOS

EXECU O em face do Exequente, tendo como objeto o processo de execu o fiscal n 0005816-89.2006.8.14.0006. Baseiam-se os Embargos, na exist ncia de prescri o. A Fazenda apresentou impugna o. R plica apresentada. o relat rio. Decido. O feito est em ordem e cabe julgamento antecipado da Lide por se tratar de mat ria de direito e de fato que prescinde de produ o de provas em audi ncia, nos termos do art. 355, I do NCPC. Aduz a embargante ocorr ncia de prescri o, sob alega o de que entre a constitui o do cr dito e a cita o do executado decorreu per odo maior que cinco anos. Nos termos do art. 174 do C digo Tribut rio Nacional - CTN, a prescri o a extin o do direito, pertencente ao credor, da a o de cobran a do cr dito tribut rio pelo decurso do prazo de 5 anos, contado da data da sua constitui o definitiva. Ressaltando-se que o par grafo nico do citado artigo (reda o conferida pela da Lei Complementar 115/2005) disciplina que, na execu o fiscal, o despacho que ordena a cita o uma das causas de interrup o da prescri o. Contudo, a Certid o de D vida Ativa (CDA) goza das presun es de certeza e liquidez, al m de ter efeito de prova pr -constitu da, pois, em rela o a ela, deve-se observar o rigor formal, previsto na Lei 6.830/80, e, por se tratar de ato administrativo, verifica-se, ainda, a presun o de legalidade inerente sua pr tica pela Administra o P blica. Dessa forma, cabe ao executado demonstrar, por prova inequ voca, eventuais v cios que a maculam, nos termos do art. 3 da Lei n. 6.830/80. No entanto, observo que a excipiente n o trouxe elementos capazes de minar as presun es de certeza e liquidez da CDA, o que nos leva conclus o de que o d bito exequendo est regularmente inscrito. No tocante alega o do excipiente, o artigo 174 do CTN se refere prescri o do direito de agir, ou seja, prescri o do direito da Uni o, Estado ou Munic pio de executar o cr dito tribut rio e a Execu o fiscal. De acordo com o dispositivo em comento, deve o ente federativo exercer o seu direito de a o dentro do prazo de cinco anos, contados da data da constitui o definitiva do d bito. No caso em tela, a observo que a constitui o definitiva do cr dito se deu com o/a lan amento/notifica o/declara o, donde se deduz que o direito de a o foi regularmente exercido, dentro do lapso temporal estabelecido para tanto. Cedi o que a Fazenda P blica disp e de cinco anos para efetuar a cobran a do cr dito tribut rio, contados a partir da sua constitui o definitiva, a teor do disposto no art. 174, caput, do CTN. Portanto, verifica-se que o direito de a o foi regularmente exercido, dentro do lapso temporal estabelecido para tanto. Ademais, a jurisprud ncia do Superior Tribunal de Justi a firmou entendimento no sentido de que a interrup o do prazo prescricional retroage data da propositura da a o, quando a demora imputada exclusivamente ao Poder Judici rio. Nesse sentido: "PROCESSUAL CIVIL E TRIBUT RIO. AGRAVO REGIMENTAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC N O CONFIGURADA. EXECU O FISCAL. PRESCRI O. INTERRUP O. ART. 174 DO CTN. INTERPRETA O EM CONJUNTO COM O ART. 219, 1 , DO CPC. RESPONSABILIDADE PELA DEMORA NA CITA O. S MULA 7 STJ. 1. A solu o integral da controv rsia, com fundamento suficiente, n o caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. A Primeira Se o do STJ, por ocasi o do julgamento do Recurso Especial 1.120.295-SP, representativo de controv rsia, de relatoria do Ministro Luiz Fux, consignou entendimento de que a interrup o da prescri o no momento da propositura da demanda somente se configura quando realizada a cita o tempestivamente (art. 174 do CTN, na reda o anterior LC 118 2005) ou, ainda que de forma intempestiva, quando a demora decorrer de culpa do Poder Judici rio. 3. No tocante in rcia na efetiva o do ato citat rio, o Tribunal local constatou que "o processo ficou muito tempo paralisado sem que a Fazenda P blica se manifestasse no feito, o que denota a des dia da Administra o P blica, ao inv s do zelo que se espera da mesma ao representar os interesses indispon veis" (fl. 53, e-STJ). A reforma dessa conclus o pressup e revolvimento f tico-probat rio (S mula 7 STJ). 4. Agravo Regimental n o provido"(STJ, AgRg no AREsp 80.127 BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22 05 2014). EX POSITIS, ante os fundamentos acima JULGO IMPROCEDENTES os Embargos com fundamento no art. 487, I, do NCPC. Deixo de condenar o Embargante nas custas e honor rios advocat cios, haja vista que se trata de r u revel, citado por edital, ao qual foi nomeado curador especial, no caso a Defensoria P blica do Estado do Par , tendo sido formulado o pedido de justi a gratuita que ora defiro. PROSSIGA-SE NA EXECU O. INTIME-SE o Exequente pessoalmente na execu o fiscal para manifestar-se no feito no estado em que se encontra. Junte-se c pia da presente senten a no processo de execu o fiscal. P.R.I.C. Ap s o tr nsito em julgado e formalidades legais, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIR O DE OFICIO, MANDADO DO CITA O, PENHORA, AVALIA O, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua-PA, 21/01/2021. GL UCIO ASSAD Juiz de Direito respondendo pela Vara da Fazenda P blica de Ananindeua

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 5 5 8 5 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TRANSPORTES URBANOS TROPICAL LTDA. PROCESSO NÂº. 0000755-85.2011.8.14.0006 EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:

TRANSPORTES URBANOS TROPICAL LTDA ENDEREÃO: AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/N, ENTRE PASSAGEM SANTOS DUMONT E PASSAGEM VILA NOVA, BAIRRO: SACRAMENTA, CEP: 66.113-190, BELÃM/PA. EXECUTADA: DOLORES DA CUNHA BARATA (ENDEREÃO: AV. DR. FREITAS, PASSAGEM 03 DE OUTUBRO, NÂº 307, BAIRRO: SACRAMENTA, CEP: 66.123-640, BELÃM/PA). ExecuÃ§Ã£o Fiscal DESPACHO 1.Â Â Â Â Â CITE-SE os(as) sÃ³cios(as) Executados(as) no(s) endereÃ§o(s) indicado(s) acima, por de CARTA DE CITAÃÃO POSTAL, para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao pagamento do valor da dÃvida, mais custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃcios os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, ou garantir a execuÃ§Ã£o, sob pena de penhora ou arresto na forma da Lei nÂº 6.830/80. 2.Â Â Â Â Â DeverÃ¡ o valor das custas judiciais ser pago em separado mediante boleto bancÃ¡rio expedido pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o deste FÃ³rum (UNAJ), o qual deverÃ¡ ser retirado na Secretaria da Vara da Fazenda desta Comarca. Advirto que nÃ£o pagamento das custas judiciais, mesmo jÃ¡ havendo sido paga a dÃvida pela executada apÃ³s o ajuizamento desta aÃ§Ã£o, implicarÃ¡ em NOVA INSCRIÃÃO DA DÃVIDA ATIVA. 3.Â Â Â Â Â APÃS, citada a parte executada e nÃ£o sendo paga a dÃvida, nem garantida a execuÃ§Ã£o no prazo legal, proceda o Sr. Oficial de JustiÃ§a com a penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens do devedor suficientes para garantir a execuÃ§Ã£o. 4.Â Â Â Â Â Penhorados ou arrestados bens da parte executada, deverÃ¡ o Oficial desde logo proceder sua avaliaÃ§Ã£o, segundo o valor de mercado, devendo o valor da avaliaÃ§Ã£o constar do termo ou auto de penhora. 5.Â Â Â Â Â O executado poderÃ¡, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimaÃ§Ã£o da penhora. 6.Â Â Â Â Â APÃS, restando a citaÃ§Ã£o postal negativa e/ou positiva. Fica conclusos para restriÃ§Ã£o dos ativos financeiros. Intimem-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. ANANINDEUA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 2 3 8 0 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TRANSPORTES URBANOS TROPICAL LTDA EPP. PROCESSO NÂº. 0002023-80.2013.8.14.0006 EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: TRANSPORTES URBANOS TROPICAL LTDA ENDEREÃO: AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/N, ENTRE PASSAGEM SANTOS DUMONT E PASSAGEM VILA NOVA, BAIRRO: SACRAMENTA, CEP: 66.113-190, BELÃM/PA. EXECUTADA: DOLORES DA CUNHA BARATA (ENDEREÃO: AV. DR. FREITAS, PASSAGEM 03 DE OUTUBRO, NÂº 307, BAIRRO: SACRAMENTA, CEP: 66.123-640, BELÃM/PA). ExecuÃ§Ã£o Fiscal DESPACHO 1.Â Â Â Â Â CITE-SE os(as) sÃ³cios(as) Executados(as) no(s) endereÃ§o(s) indicado(s) acima, por de CARTA DE CITAÃÃO POSTAL, para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao pagamento do valor da dÃvida, mais custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃcios os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, ou garantir a execuÃ§Ã£o, sob pena de penhora ou arresto na forma da Lei nÂº 6.830/80. 2.Â Â Â Â Â DeverÃ¡ o valor das custas judiciais ser pago em separado mediante boleto bancÃ¡rio expedido pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o deste FÃ³rum (UNAJ), o qual deverÃ¡ ser retirado na Secretaria da Vara da Fazenda desta Comarca. Advirto que nÃ£o pagamento das custas judiciais, mesmo jÃ¡ havendo sido paga a dÃvida pela executada apÃ³s o ajuizamento desta aÃ§Ã£o, implicarÃ¡ em NOVA INSCRIÃÃO DA DÃVIDA ATIVA. 3.Â Â Â Â Â APÃS, citada a parte executada e nÃ£o sendo paga a dÃvida, nem garantida a execuÃ§Ã£o no prazo legal, proceda o Sr. Oficial de JustiÃ§a com a penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens do devedor suficientes para garantir a execuÃ§Ã£o. 4.Â Â Â Â Â Penhorados ou arrestados bens da parte executada, deverÃ¡ o Oficial desde logo proceder sua avaliaÃ§Ã£o, segundo o valor de mercado, devendo o valor da avaliaÃ§Ã£o constar do termo ou auto de penhora. 5.Â Â Â Â Â O executado poderÃ¡, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimaÃ§Ã£o da penhora. 6.Â Â Â Â Â APÃS, restando a citaÃ§Ã£o postal negativa e/ou positiva. Fica conclusos para restriÃ§Ã£o dos ativos financeiros. Intimem-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. ANANINDEUA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 3 0 5 3 5 3 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TRANSPORTES URBANOS TROPICAL LTDA

EPP. PROCESSO NÂº. 0003053-53.2013.8.14.0006 EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: TRANSPORTES URBANOS TROPICAL LTDA ENDEREÃO: AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/N, ENTRE PASSAGEM SANTOS DUMONT E PASSAGEM VILA NOVA, BAIRRO: SACRAMENTA, CEP: 66.113-190, BELÃM/PA. EXECUTADA: DOLORES DA CUNHA BARATA (ENDEREÃO: AV. DR. FREITAS, PASSAGEM 03 DE OUTUBRO, NÂº 307, BAIRRO: SACRAMENTA, CEP: 66.123-640, BELÃM/PA). ExecuÃ§Ã£o Fiscal DESPACHO 1.Â Â Â Â Â CITE-SE os(as) sÃ³cios(as) Executados(as) no(s) endereÃ§o(s) indicado(s) acima, por de CARTA DE CITAÃÃO POSTAL, para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao pagamento do valor da dÃvida, mais custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃcios os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, ou garantir a execuÃ§Ã£o, sob pena de penhora ou arresto na forma da Lei nÂº 6.830/80. 2.Â Â Â Â Â DeverÃ¡ o valor das custas judiciais ser pago em separado mediante boleto bancÃ¡rio expedido pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o deste FÃ³rum (UNAJ), o qual deverÃ¡ ser retirado na Secretaria da Vara da Fazenda desta Comarca. Advirto que nÃ£o pagamento das custas judiciais, mesmo jÃ¡ havendo sido paga a dÃvida pela executada apÃ³s o ajuizamento desta aÃ§Ã£o, implicarÃ¡ em NOVA INSCRIÃÃO DA DÃVIDA ATIVA. 3.Â Â Â Â Â APÃS, citada a parte executada e nÃ£o sendo paga a dÃvida, nem garantida a execuÃ§Ã£o no prazo legal, proceda o Sr. Oficial de JustiÃ§a com a penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens do devedor suficientes para garantir a execuÃ§Ã£o. 4.Â Â Â Â Â Penhorados ou arrestados bens da parte executada, deverÃ¡ o Oficial desde logo proceder sua avaliaÃ§Ã£o, segundo o valor de mercado, devendo o valor da avaliaÃ§Ã£o constar do termo ou auto de penhora. 5.Â Â Â Â Â O executado poderÃ¡, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimaÃ§Ã£o da penhora. 6.Â Â Â Â Â APÃS, restando a citaÃ§Ã£o postal negativa e/ou positiva. Fica conclusos para restriÃ§Ã£o dos ativos financeiros. Intimem-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. ANANINDEUA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00034067720098140006 PROCESSO ANTIGO: 200910013371 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 12837 - PAULA PINHEIRO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:CAMTRABEL COMERCIAL DE TRATORES E ACESSORIOS BELEM LTDA EXECUTADO:FAUSTO CASSIO VASQUES HEREDIA EXECUTADO:JOAO HOROZIMBO LEITE. EXEQUENTE: FAZENDA ESTADUAL EXECUTADA: CAMTRABEL COMERCIAL DE TRATORES E ACESSÃRIOS BELÃM LTDA CNPJ: 14.068.589/0001-74 DECISÂ¿O INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÂ¿o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÂ¿o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÂ¿o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Â¿o, nos moldes do art. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Â¿o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Â¿o com a indicaÃ§Â¿o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÂ¿o da execuÃ§Â¿o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÂ¿o nÂ¿o importara na interrupÃ§Â¿o do prazo prescricional. 5. INDEFIRO o pedido de bloqueio de veÃculo via RENAJUD, em razÃ£o do ano de fabricaÃ§Ã£o dos veÃculos encontrados remontar aos anos de 1991, 1993, 1996 e 2002, se revelando inÃ³cua a realizaÃ§Ã£o de penhora e avaliaÃ§Ã£o de veÃculo antigo, de baixo valor venal, possivelmente bastante deteriorado pelo tempo e de difÃcil alienaÃ§Ã£o. . Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÂ¿O DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÂ¿O, PENHORA, AVALIAÃÂ¿O, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 04/10/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00036278620028140006 PROCESSO ANTIGO: 200210037181 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o:

Execução Fiscal em: 08/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:TRANSPORTADORA HELDER LTDA ADVOGADO:GERSON DA COSTA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente, tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art.26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00036335620028140006 PROCESSO ANTIGO: 200210037270 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:TRANSPORTADORA HELDER LTDA ADVOGADO:GERSON DA COSTA. SENTENÃA A EXEQUENTE ingressou perante este JuÃzo com a presente execuÃ§Ã£o fiscal, objetivando a cobranÃ§a da certidÃ£o da dÃvida ativa acostada Ã inicial. Pela petiÃ§Ã£o de fl. retro, vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, tendo em vista a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. A situaÃ§Ã£o que se verifica nestes autos se enquadra na hipÃ³tese prevista no Art. 487, II do CPC, daÃ porque em virtude da prescriÃ§Ã£o intercorrente, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÃÃO COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO. Finalmente, tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o por encontrar-se o dÃ©bito prescrito nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa ex officio. Sem mais custas e honorÃ¡rios advocatÃcios (LEF, art.26). Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00053535520058140006 PROCESSO ANTIGO: 200510037531 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): TATIANA SELIGMANN LEDO (ADVOGADO) REU:J PARAENSE SILVA COMERCIO. DESPACHO Cumpra-se SentenÃ§a de fls. retro. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. ANANINDEUA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00058685720128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VITORIA REGIA EXPORTADORA LTDA Representante(s): OAB 4854 - LEONIDAS GONCALVES DE ALCANTARA (ADVOGADO) . EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADA: VITÃRIA RÃGIA EXPORTADORA LTDA CNPJ: 04.811.242/0001-16 R$ 695.439,22 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de

bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 13/09/2021. LUIZ AUGUSTO DA ENCARNAÃÃO MENNA BARRETO PEREIRA Juiz de Direito respondendo pela Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 5 8 9 3 0 3 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE ANANINDEUA Representante(s): OAB 14051 - JOSE GOMES VIDAL JUNIOR (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DANIEL FERNANDES DA SILVA ME EXECUTADO:DANIEL FERNANDES DA SILVA. EXEQUENTE: MUNICÃPIO DE ANANINDEUA EXECUTADO: DANIEL FERNANDES DA SILVA ME CPF: 281.066.952-04 R$ 77.900.94 Â DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, em face da empresa ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD para a localizaÃ§Ã£o do endereÃ§o do executado. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo a parte executada ser intimada atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. Â 4. Havendo a indicaÃ§Ã£o de bens, defiro, desde logo, a expediÃ§Ã£o de mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o, apÃ³s o recolhimento dos valores referentes ao transporte do Oficial de JustiÃ§a. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 5 9 4 5 2 7 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA A??o: Embargos à Execução Fiscal em: 08/11/2021 EMBARGANTE:RAFAEL WILLIAM BRANDAO DOS SANTOS Representante(s): OAB 13170 - LUCIANA SILVA RASSY (DEFENSOR) EMBARGANTE:SONIA MARIA MENDONCA EMBARGADO:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a decisÃ£o dos embargos de fls. retro, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a e arquive-se com as cutelas de praxe. 2.Â Â Â Â Â Proceda a secretaria a comunicaÃ§Ã£o ao juÃzo deprecado, acerca do arquivamento. 3.Â Â Â Â Â Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 03/09/2021. LUIZ AUGUSTO DA ENCARNAÃÃO MENNA BARRETO PEREIRA Juiz de Direito respondendo pela Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 0 7 6 8 0 8 9 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 19217 - ERIKA MATIAS ROCHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SEMAP SERVICOS E COMERCIO LTDA ME. SENTENÃA A Exequente propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face da parte Executada, objetivando a cobranÃ§a da importÃ¢ncia da(s) CDA(s) acostada(s) Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Fazenda PÃºblica requerer a extinÃ§Ã£o da execuÃ§Ã£o, em virtude do cancelamento da CertidÃ£o de DÃvida Ativa. Ã, em suma, o relatÃ³rio. DECIDO. O art. 26 da Lei 6.830/80 assevera que `se antes da decisÃ£o de primeira instÂ¢ncia, a inscriÃ§Ã£o de DÃvida Ativa for, a qualquer tÃtulo, cancelada, a execuÃ§Ã£o fiscal serÃ¡ extinta, sem qualquer Ã´nus para a parteÂ¿. Diante disso, com fulcro no art. 26 da Lei 6.830/80, para que produza os seus juridicos e legais efeitos, DECLARO, por sentenÃ§a, EXTINTA a presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal. Sem qualquer Ã´nus para as partes, por forÃ§a do art.26 da LEF. Tratando-se de decisÃ£o que apenas reconhece a extinÃ§Ã£o, por encontrar-se o executado quite com a Fazenda PÃºblica, nÃ£o se faz necessÃ¡ria a remessa `ex officioÂ¿. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, certifique-se e arquivem-se,

anotando-se as devidas baixas. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00076856420118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TRANSPORTES URBANOS TROPICAL LTDA. PROCESSO NÂº. 0007685-64.2011.8.14.0006 EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL EXECUTADO: TRANSPORTES URBANOS TROPICAL LTDA ENDEREÃO: AVENIDA PEDRO ALVARES CABRAL, S/N, ENTRE PASSAGEM SANTOS DUMONT E PASSAGEM VILA NOVA, BAIRRO: SACRAMENTA, CEP: 66.113-190, BELÃM/PA. EXECUTADA: DOLORES DA CUNHA BARATA (ENDEREÃO: AV. DR. FREITAS, PASSAGEM 03 DE OUTUBRO, NÂº 307, BAIRRO: SACRAMENTA, CEP: 66.123-640, BELÃM/PA). ExecuÃ§Ã£o Fiscal DESPACHO 1.Â Â Â Â Â CITE-SE os(as) sÃ³cios(as) Executados(as) no(s) endereÃ§o(s) indicado(s) acima, por de CARTA DE CITAÃÃO POSTAL, para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao pagamento do valor da dÃvida, mais custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃcios os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, ou garantir a execuÃ§Ã£o, sob pena de penhora ou arresto na forma da Lei nÂº 6.830/80. 2.Â Â Â Â Â DeverÃ¡ o valor das custas judiciais ser pago em separado mediante boleto bancÃ¡rio expedido pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o deste FÃ³rum (UNAJ), o qual deverÃ¡ ser retirado na Secretaria da Vara da Fazenda desta Comarca. Advirto que nÃ£o pagamento das custas judiciais, mesmo jÃ¡ havendo sido paga a dÃvida pela executada apÃ³s o ajuizamento desta aÃ§Ã£o, implicarÃ¡ em NOVA INSCRIÃÃO DA DÃVIDA ATIVA. 3.Â Â Â Â Â APÃS, citada a parte executada e nÃ£o sendo paga a dÃvida, nem garantida a execuÃ§Ã£o no prazo legal, proceda o Sr. Oficial de JustiÃ§a com a penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens do devedor suficientes para garantir a execuÃ§Ã£o. 4.Â Â Â Â Â Penhorados ou arrestados bens da parte executada, deverÃ¡ o Oficial desde logo proceder sua avaliaÃ§Ã£o, segundo o valor de mercado, devendo o valor da avaliaÃ§Ã£o constar do termo ou auto de penhora. 5.Â Â Â Â Â O executado poderÃ¡, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimaÃ§Ã£o da penhora. 6.Â Â Â Â Â APÃS, restando a citaÃ§Ã£o postal negativa e/ou positiva. Fica conclusos para restriÃ§Ã£o dos ativos financeiros. Intimem-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. ANANINDEUA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00107698020078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710063956 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 REQUERENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) REQUERIDO:MENDONCA SANTANA TRANSPORTE LTDA EXECUTADO:SONIA MARIA MENDONCA DE SOUZA EXECUTADO:RAFAEL WILLIAM BRANDAO DOS SANTOS. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: MENDONÃA SANTANA TRANSPORTE LTDA CNPJ: 01.404.027/0001-02 SÃCIO/EXECUTADO: RAFAEL WILLIAM BRANDÃO DOS SANTOS CPF: 943.382.212-91 SÃCIA/EXECUTADA: SÃNIA MARIA MENDONÃAS DE SOUZA CPF: 735.099.812-00 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, com arrimo no

art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Por fim, INDEFIRO a pesquisa via INFOJUD e o pedido de indisponibilidade de bens da parte executada, uma vez que Ã© Ã´nus da exequente diligenciar Ã procura de bens suficientes para satisfazer a obrigaÃ§Ã£o, como a existÃªncia de veÃculo em nome do(a) executado(a), sendo a requisiÃ§Ã£o judicial de informaÃ§Ãµes medida excepcional. Do contrÃ¡rio, implicaria transferir ao Poder JudiciÃ¡rio um dever que nÃ£o lhe Ã© atribuÃdo, atrasando-se assim a soluÃ§Ã£o de demandas em razÃ£o da necessidade de consulta a uma infinidade de Ã³rgÃ£os para atender a recorrentes pedidos da mesma natureza. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 03/09/2021. LUIZ AUGUSTO DA ENCARNAÃÃO MENNA BARRETO PEREIRA Juiz de Direito respondendo pela Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00122735020088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810071370 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 AUTOR:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): JOSE EDUARDO CERGUEIRA GOMES (ADVOGADO) REU:MENDONCA SANTANA TRANSPORTES LTDA REU:SONIA MARIA MENDONCA REU:RAFAEL WILLIAM BRANDAO DOS SANTOS. EXEQUENTE: ESTADO DO PARÃ EXECUTADA: MENDONÃA SANTANA TRANSPORTE LTDA CNPJ: 01.404.027/0001-02 SÃCIO/EXECUTADO: RAFAEL WILLIAM BRANDÃO DOS SANTOS CPF: 943.382.212-91 SÃCIA/EXECUTADA: SÃNIA MARIA MENDONÃAS DE SOUZA CPF: 735.099.812-00 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. Em relaÃ§Ã£o ao pedido inclusÃ£o da parte executada no sistema SERASAJUD, DEFIRO-O, com arrimo no art. 782, Â§3Âº do CPC/2015, bem como em consonÃ¢ncia com a portaria nÂ° 5890/2017-GP e META 5 do CNJ, como meio coercitivo ao adimplemento da dÃvida. 6. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. 7. Por fim, INDEFIRO a pesquisa via INFOJUD e o pedido de indisponibilidade de bens da parte executada, uma vez que Ã© Ã´nus da exequente diligenciar Ã procura de bens suficientes para satisfazer a obrigaÃ§Ã£o, como a existÃªncia de veÃculo em nome do(a) executado(a), sendo a requisiÃ§Ã£o judicial de informaÃ§Ãµes medida excepcional. Do contrÃ¡rio, implicaria transferir ao Poder JudiciÃ¡rio um dever que nÃ£o lhe Ã© atribuÃdo, atrasando-se assim a soluÃ§Ã£o de demandas em razÃ£o da necessidade de consulta a uma infinidade de Ã³rgÃ£os para atender a recorrentes pedidos da mesma natureza. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 03/09/2021. LUIZ AUGUSTO DA ENCARNAÃÃO MENNA BARRETO PEREIRA Juiz de Direito respondendo pela Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00125095520098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE ANANINDEUA Representante(s): OAB 10849 - DIANA LOUISE TEIXEIRA PINTO E PINHEIRO DA SILVA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EMPALIMPE EMPRESA PARAENSE DE TRANSPORTE LTDA. PROCESSO NÂº

0012509-55.2009.814.0006 EXEQUENTE: MUNICÃPIO DE ANANINDEUA EXECUTADA: EMPALIMPE EMPRESA PARAENSE DE TRANSPORTE LTDA CNPJ: 08.692.732/0001-00 DECISÃO INTERLOCUTÃRIA 1. Considerando que a parte executada foi devidamente citada e nÃ£o pagou o dÃ©bito fiscal ou opÃ´s embargos, DEFIRO o pedido de penhora de dinheiro, ante a ordem prioritÃ¡ria constante no artigo 11, inciso I, da Lei nÂº 6830/80, motivo pelo qual DETERMINO e PROCEDO a penhora on-line, via SISBAJUD. 2. Restando frutÃfera a penhora, determino a imediata transferÃªncia dos valores para Subconta judicial vinculada ao processo, sem a necessidade de lavratura de termo de penhora, devendo o executado ser intimado atravÃ©s de seu representante processual ou pessoalmente, no caso de nÃ£o ter constituÃdo advogado, para, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de conversÃ£o dos valores penhorados em renda em favor do exequente. 3. Caso os valores encontrados sejam insuficientes e totalmente absorvidos pelo pagamento das custas da execuÃ§Ã£o, nos moldes do atr. 836 do CPC, determino a liberaÃ§Ã£o dos valores, efetuando desde logo o desbloqueio dos mesmos. 4. Sendo infrutÃfera a penhora de dinheiro ou sendo o valor encontrado Ãnfimo, INTIME-SE o exequente, mediante remessa eletrÃ´nica dos autos, para, querendo, providenciar o prosseguimento da execuÃ§Ã£o com a indicaÃ§Ã£o de bens passÃveis de penhora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensÃ£o da execuÃ§Ã£o com base no artigo 40 da LEF, sendo que tal suspensÃ£o nÃ£o importara na interrupÃ§Ã£o do prazo prescricional. 5. DEFIRO o bloqueio via RENAJUD. Aguarde-se e junte-se a resposta. Havendo o bloqueio proceda-se a lavratura do termo de arresto/penhora e apÃ³s, ao executado para, querendo, apresentar embargos em trinta dias. Intime-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

PROCESSO: 00139689820128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXECUTADO:TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA EXECUTADO:MUNICIPIO DE ANANINDEUA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 15805 - CID BENEDITO SACRAMENTO CUNHA (PROCURADOR(A)) . EXECUÃÃO FISCAL Processo nÂ° 0013968-98.2012.814.0006 EXEQUENTE: MUNICIPIO DE ANANINDEUA - PREFEITURA MUNICIPAL EXECUTADO: F " F TOPOGRAFIA E ENGENHARIA LTDA SÃCIO I: ALBECK JACK DOS SANTOS BEZERRA (ENDEREÃO: QUADRA TRINTA, CASA 02, CONJUNTO GERALDO PALMEIRA, BAIRRO: CENTRO, CEP: 67.033-660, ANANINDEUA/PA). SÃCIO II: LEONICE BATISTA MOREIRA (ENDEREÃO: QUADRA TRINTA, CASA 02, CONJUNTO GERALDO PALMEIRA, BAIRRO: CENTRO, CEP: 67.033-660, ANANINDEUA/PA). DESPACHO/MANDADO DE CITAÃÃO/PENHORA/AVALIAÃÃO 1. Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal movida pela Fazenda Nacional em face do(s) Executado(s). O redirecionamento fiscal para o(s) sÃ³cio(s), no caso concreto, decorre da presunÃ§Ã£o de dissoluÃ§Ã£o irregular da empresa executada em virtude de ter o Sr. Oficial de JustiÃ§a certificado que nÃ£o encontrou a empresa no local indicado junto Ã junta comercial. 2. O artigo 134, inciso VII, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional tem como solidariamente responsÃ¡vel o sÃ³cio pela dÃvida tributÃ¡ria quando impossÃvel exigir-se o cumprimento da obrigaÃ§Ã£o ao devedor principal. 3. Ademais, a SÃºmula 435 do Superior Tribunal de JustiÃ§a traz uma presunÃ§Ã£o relativa de dissoluÃ§Ã£o irregular da sociedade empresÃ¡ria quando nÃ£o encontrada no endereÃ§o fornecido ao fisco, autorizando-se o redirecionamento tributÃ¡rio ao sÃ³cio. 4. Dessa forma, entendo que deva ser redirecionada a presente execuÃ§Ã£o fiscal para os sÃ³cios em epÃgrafe. 5. CITEM-SE o(s) sÃ³cio(s) executado(s), atravÃ©s de carta de citaÃ§Ã£o postal, no endereÃ§o acima, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar o valor da dÃvida e custas processuais ou garantir a execuÃ§Ã£o, sob pena de penhora ou arresto na forma da Lei nÂº 6.830/80. 6. DeverÃ¡ o valor das custas judiciais ser pago em separado mediante boleto bancÃ¡rio expedido pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o deste FÃ³rum (UNAJ), o qual deverÃ¡ ser retirado na Secretaria da Vara da Fazenda desta Comarca. Advirto que nÃ£o pagamento das custas judiciais, mesmo jÃ¡ havendo sido paga a dÃvida pela executada apÃ³s o ajuizamento desta aÃ§Ã£o, implicarÃ¡ em NOVA INSCRIÃÃO DA DÃVIDA ATIVA. 7. APÃS, citada a parte executada e nÃ£o sendo paga a dÃvida, nem garantida a execuÃ§Ã£o no prazo legal, proceda o Sr. Oficial de JustiÃ§a com a penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens do devedor suficientes para garantir a execuÃ§Ã£o. 8. Penhorados ou arrestados bens da parte executada, deverÃ¡ o Oficial desde logo proceder sua avaliaÃ§Ã£o, segundo o valor de mercado, devendo o valor da avaliaÃ§Ã£o constar do termo ou auto de penhora. 9. A parte executada poderÃ¡, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimaÃ§Ã£o da penhora. 10. ApÃ³s, conclusos para anÃ¡lise das restriÃ§Ãµes. Intimem-se. Cumpra-se. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DO CITAÃÃO,

PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 1 3 9 8 9 7 4 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXECUTADO:RELACOM SERVICOS DE ENGENHARIA E TELECOM LTDA EXEQUENTE:MUNICIPIO DE ANANINDEUA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 15805 - CID BENEDITO SACRAMENTO CUNHA (PROCURADOR(A)) . ExecuÃ§Ã£o Fiscal SENTENÃA A FAZENDA propÃ´s a presente execuÃ§Ã£o fiscal em face do(a) Executado(a), objetivando a cobranÃ§a da(s) CDA(s) acostadas Ã inicial. Ãs fls. retro vem a Exequente requerer a extinÃ§Ã£o da presente ExecuÃ§Ã£o Fiscal, aduzindo que o Executado QUITOU a dÃvida extrajudicialmente. Ã o relatÃ³rio. DECIDO. CediÃ§o que o pagamento Ã© uma das causas extintivas do crÃ©dito tributÃ¡rio, conforme dispÃµe expressamente o art. 156, inciso I, do CTN,Â in verbais: `Art.156. Extinguem o crÃ©dito tributÃ¡rio: I - o pagamentoÂ¿. Desta feita, o pagamento do respectivo crÃ©dito na esfera administrativa, conforme informado pela Exequente, enseja a declaraÃ§Ã£o de extinÃ§Ã£o da aÃ§Ã£o judicial correlata. Ante todo o exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÃÃO, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC c/c art. 156, inciso I do CTN, COM RESOLUÃÃO DO MÃRITO, com fulcro no art. 487, III, alÃnea Â¿aÂ¿ do NCPC. Sem custas, tendo em vista, que o pagamento do dÃ©bito foi realizado antes do ajuizamento da aÃ§Ã£o. Transitado em julgado esta sentenÃ§a, ARQUIVEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. Ananindeua - PA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

P R O C E S S O : 0 0 1 4 0 0 5 2 8 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXECUTADO:RETIFICA COMERCIO E SERVICOS DE MOTORES E PECAS LTDA ME EXEQUENTE:MUNICIPIO DE ANANINDEUA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 15805 - CID BENEDITO SACRAMENTO CUNHA (PROCURADOR(A)) . PROCESSO NÂº 0014005-28.2012.8.14.0006 EXECUÃÃO FISCAL EXEQUENTE: MUNICÃPIO DE ANANINDEUA EXECUTADO: RETÃFICA COMÃRCIO E SERVIÃOS DE MOTORES E PEÃAS LTDA ME ENDEREÃO: CONJUNTO CIDADE NOVA VIII, WE 36, NÂº 03, BAIRRO: COQUEIRO, CEP: 67.133-390, ANANINDEUA/PA. DECISÃO/MANDADO DE CITAÃÃO/PENHORA/AVALIAÃÃO 1. Renovem-se as diligÃªncias citatÃ³rias do(s) executado(s) acima, desta feita por Oficial de JustiÃ§a no(s) endereÃ§o(s) acima indicado(s). Proceda a Secretaria as diligÃªncias necessÃ¡rias para o cumprimento da ordem. 2. Intime-se a exequente para efetuar o pagamento das custas do Oficial de JustiÃ§a, caso nÃ£o tenham sido pagas. 3. CITE-SE a parte executada, atravÃ©s de expediÃ§Ã£o de mandado a ser cumprida pela comarca judicial de destino, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar o valor da dÃvida, mais custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃcios os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, ou garantir a execuÃ§Ã£o, sob pena de penhora ou arresto na forma da Lei nÂº 6.830/80. 4. DeverÃ¡ o valor das custas judiciais ser pago em separado mediante boleto bancÃ¡rio expedido pela Unidade de ArrecadaÃ§Ã£o deste FÃ³rum (UNAJ), o qual deverÃ¡ ser retirado na Secretaria da Vara da Fazenda desta Comarca. Advirto que nÃ£o pagamento das custas judiciais, mesmo jÃ¡ havendo sido paga a dÃvida pela executada apÃ³s o ajuizamento desta aÃ§Ã£o, implicarÃ¡ em NOVA INSCRIÃÃO DA DÃVIDA ATIVA. 5. APÃS, citado o executado e nÃ£o sendo paga a dÃvida, nem garantida a execuÃ§Ã£o no prazo legal, proceda o Sr. Oficial de JustiÃ§a com a penhora e avaliaÃ§Ã£o de bens do devedor suficientes para garantir e execuÃ§Ã£o. 6. Penhorados ou arrestados bens da empresa executada, deverÃ¡ o Oficial desde logo proceder sua avaliaÃ§Ã£o, segundo o valor de mercado, devendo o valor da avaliaÃ§Ã£o constar do termo ou auto de penhora. 7. ApÃ³s, o resultado das citaÃ§Ãµes positivas e/ou negativas fica conclusos para restriÃ§Ãµes de ativos financeiros. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO DE OFÃCIO, MANDADO DE CITAÃÃO, PENHORA, AVALIAÃÃO, ARRESTO E REGISTRO. ANANINDEUA, 08/11/2021. ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda PÃºblica de Ananindeua DS

SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE ANANINDEUA

EDITAL DE LISTA GERAL DE JURADOS DO ANO DE 2022

A Exmª. Sra. Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, Juíza de Direito, titular da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Ananindeua, no uso de suas atribuições legais e etc.

Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, nos termos dos art. 425 e 426 do CPP, foram escolhidos para compor o alistamento geral (definitivo) dos jurados da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Ananindeua para servirem no ano de 2022, os nacionais abaixo nominados. E para que não seja alegada ignorância no presente e no futuro, expediu-se o presente edital que será afixado no átrio do Tribunal do Júri desta Comarca e será publicado na Imprensa Oficial.

	NOME DO JURADO	**CARGO**	**ORGÃO**
1	CARLOS SEIJIRO FERREIRA FUKUSHIMA	AUXILIAR MUNICIPAL	SEDEC
2	CLAUDIO COSTA ABREU	COORD TECNICO	SEDEC
3	DAYANE NASCIMENTO PENA	TECNICO MUNICIPAL	SEDEC
4	FERNANDA MORAES BARAL	COORD TECNICO	SEDEC
5	IAM CARLOS PACHECO DA SILVA	COORD TECNICO	SEDEC
6	IVELANE CATARINI ALEXANDRINO MENDES NEVES	S E C M U N D E DESENVOLV.	SEDEC
7	JEFFERSON SILVA DE OLIVEIRA	ASSESSOR TECNICO	SEDEC
8	LUZENILDE DA LUZ ALVES CAVALCANTE	ASSESSOR TECNICO	SEDEC
9	MARIO JORGE SANTOS PINHEIRO	A S S E S S O R ESTRATÉGICO	SEDEC
10	THEYLO SARMENTO DA SILVA	ASSESSOR ESPECIAL	SEDEC
	NOME DO JURADO	**CARGO**	**ÓRGÃO**
11	ALBERTO DE CASTRO SOUSA	PORTEIRO / VIGIA	SEGEF
12	ALICE MARIA GOMES DA COSTA SILVA	AUDITOR FISCAL	SEGEF
13	ANDERSON ROBERTO MAIA RODRIGUES	AUDITOR FISCAL	SEGEF
14	ANTONIA DE FATIMA DA SILVA MAIA	ASSISTENTE ADMIN.	SEGEF
15	BENEDITO CELSO DE MAGALHAES LOPES	ATENDENTE	SEGEF
16	CAROLINA GUAPINDAIA JORGE	COORD. DE PROCESSOS	SEGEF
17	EDEZIO PINHEIRO LEAL	AUDITOR FISCAL	SEGEF

18	FERNANDA FURTADO MOREIRA	ASSESSOR TÉCNICO	SEGEF
19	FRANCISCO DE ASSIS PAULA	AUDITOR FISCAL	SEGEF
20	GLEISIANA AVILA MOREIRA	ATENDENTE	SEGEF
21	JEFFERSON PATRICK DA SILVA SOUSA	ANALISTA MUNICIPAL	SEGEF
22	JESSE DA SILVEIRA LEITE	AUDITOR FISCAL	SEGEF
23	JOÃO LUCAS SILVESTRE VALINO	PORTEIRO / VIGIA	SEGEF
24	JOAO VICTOR CARDOSO	AUDITOR FISCAL	SEGEF
25	JOEL DE FREITAS GOMES	AUDITOR FISCAL	SEGEF
26	JORGE AMARAL ESTEVES	CADASTRADOR	SEGEF
27	JOSE MARIA ARVOREDO DO NASCIMENTO	MOTORISTA	SEGEF
28	KARINA SÁ ARCANJO	ASSESS. DE COMUNICAÇÃO	SEGEF
29	KIRK PAIXAO MONTEIRO	AUDITOR FISCAL	SEGEF
30	MÁRCIA REGINA COSTA ARAÚJO	ATENDENTE	SEGEF
31	MARCIO EDEMBERGUE DE ARAUJO UCHOA	ASSESSOR JURIDICO	SEGEF
33	MARCIO RAULY TEIXEIRA SANTOS	DIR. ARREC. E FISCALIZ.	SEGEF
34	MARCO ANTONIO LIMA GRADIM	CADASTRADOR	SEGEF
35	MARCOS ROGÉRIO VIEIRA PANTOJA	MOTORISTA	SEGEF
36	MARIA DE NAZARE OLIVEIRA BORGES	SERVENTE	SEGEF
37	MARIA LUIZA MENDES DOS REIS	ATENDENTE	SEGEF
38	MARIA NADIELE DA CONCEIÇÃO SILVA	ATENDENTE	SEGEF
39	MAURO HENRIQUE ALBUQUERQUE RODRIGUES	AUDITOR FISCAL	SEGEF
40	NINA CELIA MOREIRA MAFRA	ASSIST. ADMINISTRATIVO	SEGEF
41	RAIMUNDO BENEDITO SILVA DOS SANTOS	PORTEIRO / VIGIA	SEGEF
42	RENATO AFONSO GARCIA CAMPOS	COORDENADOR TÉCNICO	SEGEF
43	RENATO PANIAGUA SALES DA SILVA	ASSESSOR JURIDICO	SEGEF

44	RHUBIA SORAYA ALMEIDA DE JESUS	ATENDENTE	SEGEF
45	RICARDO BRAZ DA SILVA	COORD. SUPORTE USUÁRIO	SEGEF
46	ROBERTO ANAIRTON BRITO DA CUNHA	AUDITOR FISCAL	SEGEF
47	ROBERVAL BRITO DA CUNHA	AUDITOR FISCAL	SEGEF
48	SANDRA MARIA ASSUNCAO DA SILVA	SERVENTE	SEGEF
49	THATIANY BELMIRA ARAUJO OLIVEIRA	CADASTRADOR	SEGEF
50	VALDECI BRANDÃO ALEIXO	ATENDENTE	SEGEF
51	VANDERLEI DOS SANTOS POMPEU SERRAO	CADASTRADOR	SEGEF
52	WANESSA DE MOURA BARCELLOS	ATENDENTE	SEGEF
53	WERMESON DE PAULA ANJOS	MOTORISTA	SEGEF
	NOME DO JURADO	**CARGO**	**ÓRGÃO**
54	ADALBERTO LIMA DE FREITAS	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEHAB
55	ALCINEY VERAS OLIVEIRA	DAS-06 ASSESS. ESPECIAL	SEHAB
56	ALDAIDE JOSE NEVES ARAUJO	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEHAB
57	ALEXANDRE CESAR SANTOS GOMES	SEC. MUN. DE HABITACAO	SEHAB
58	ANA CECILIA SOARES DO NASCIMENTO	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEHAB
59	ANA SHEILA MARQUES MONTEIRO	DAS-03B ASSESS. TECNICO	SEHAB
60	ANDRESSA HERNANDEZ MAZZEI	DAS-05 ASSESSOR TECNICO	SEHAB
61	ANTONIA FALCAO ALVES	DAS-05 ASSESSOR TECNICO	SEHAB
62	ANTONIA LISANIA MARQUES DE ALMEIDA	DAS-07 ASSESS. ESTRATEGI	SEHAB
63	ANTONIO LAILSON SILVA DE SOUSA	DAS-03B COORD TECNICO	SEHAB
64	AUGUSTO ROBERTO ASSUNCAO	DAS-08 ASSESS.	SEHAB

	CAVALLERO	ESPECIAL	
65	CAROLINY FIGUEIREDO REBELO	ESTAGI. ENSINO SUPERIOR	SEHAB
66	DEREK CHRYSTIAN MONTEIRO LEITAO	DAS-03B COORD TECNICO	SEHAB
67	EDMILSON JOSE QUEIROZ NEVES	DAS-03B COORD TECNICO	SEHAB
68	FABIO WILSON OLIVEIRA DE MIRANDA	DAS-07 ASSESS. ESTRATEGI	SEHAB
69	FLAVIA REGINA SANTOS SILVA	DAS-07 ASSESS. ESTRATEGI	SEHAB
70	FRANKLIN DA COSTA LISBOA	DAS-03B COORD TECNICO	SEHAB
71	GERALDO DA SILVA	DAS-08 ASSESS. ESPECIAL	SEHAB
72	GLEIDSON HANLDE MODESTO DE OLIVEIRA	DAS-03B ASSESS. TECNICO	SEHAB
73	HILMA RAMOS LOBATO	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEHAB
74	JENNYFER KARINE PANTOJA PRADO	ESTAG. ENSINO SUPERIO	SEHAB
75	JESSICA HELENA DUARTE DE ARAUJO DA SILVA	DAS-03B ASSESS. TECNICO	SEHAB
76	JONAS DE OLIVEIRA	DAS-03B ASSESS. TECNICO	SEHAB
77	JONATHA GAMA DA SILVA	DAS-03 COORD TECNICO	SEHAB
78	JORGE NADIR GARCEZ SOUSA	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEHAB
79	JOSE WALTER PEREIRA PINHEIRO	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEHAB
80	JOSELY NAVEGANTES FARIAS	DAS-03 COORD TECNICO	SEHAB
81	JULIANE DO SOCORRO GONCALVES DE SOUZA	DAS-03 COORD TECNICO	SEHAB
82	KLEBER MURILO SOUZA E SOUSA	DAS-06 ASSESS.ESTRATEGI	SEHAB
83	MARIA ADRIANA LIMA OLIVEIRA	DAS-07 ASSESS.ESTRATEGI	SEHAB

84	MARIA DO SOCORRO BARRIGA DOS SANTOS	DAS-03 COORD PROJETO	SEHAB
85	MARIA PAULA SILVA SOUZA	ESTAG. ENSINO SUPERIO	SEHAB
86	MAX EUGENIO OLIVEIRA BRITO	DAS-03B ASSESS. TECNICO	SEHAB
87	SIBELLE EVELYN OLIVEIRA CORDEIRO	DAS-03 COORD PROJETO	SEHAB
88	VALERIA LIMA DE ASSUNCAO SILVA	ATE-03	SEHAB
	NOME DO JURADO	**CARGO**	**ÓRGÃO**
89	MURILO CARDOSO ANTÔNIO JOSÉ	ASSESSOR TÉCNICO	SELJ
90	MAIK DOS SANTOS AZEVEDO	ASSESSOR TÉCNICO	SELJ
91	TIAGO JOSÉ COSTA DA COSTA	ASSESSOR TÉCNICO	SELJ
92	ANDREA DYANE NOGUEIRA MENDES	ASSESSOR TÉCNICO	SELJ
93	ELTON ELIEDER GOIS DOS PASSOS	ASSESSOR TÉCNICO	SELJ
	NOME DO JURADO	**CARGO**	**ÓRGÃO**
94	ADALBERTO DOS SANTOS	ATE-01	SEMCAT
95	ADENILSON PINHEIRO DE SOUZA	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
96	ADRIANA ELIAS BARROS	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
97	ADRIANA FELIX DA SILVA	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
98	ADRIANA SARITA GUEDES VIEIRA	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
99	ADRIANE CRISTINA DOS R RAMOS	TECNICO MUNICIPAL	SEMCAT
100	ADRIANE DE OLIVEIRA RIBEIRO	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
101	ADRIANO GODOT DE SOUZA	ATE-02	SEMCAT
102	ADRIELLY STEFANY M DAS NEVES	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
103	AGUILON RAFAEL LOURENC BARBOSA	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
104	AGUINALDO JUNIOR C DE SOUZA	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
105	AILTON MONTEIRO DE ARAUJO	ATE-01	SEMCAT
106	ALAN JORGE BORGES GUIMARAES	ATE-03	SEMCAT

107	ALCILEIDE CRISTINA M DA CUNHA	ATE-01	SEMCAT
108	ALCINEIA ARAUJO DOS S DUARTE	ATE-03	SEMCAT
109	ALESSANDRA DA F C FERREIRA	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
110	ALESSANDRA DE CARVALHO DE LEAO	DAS-02 COORD PROJETO	SEMCAT
111	ALESSANDRA MARTINS LOPES	DAS-06 ASSESSOR ESPECIAL	SEMCAT
112	ALESSANDRA RIBEIRO XAVIER	ATE-03	SEMCAT
113	ALEX DANIEL DE J DO NASCIMENTO	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
114	ALEX JUNIOR DA SILVA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
115	ALINY PAULA S DA SILVA COSTA	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
116	ALLAN SILVA DO NASCIMENTO	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
117	ALTINEY MARISTELA F RODRIGUES	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
118	ALVARO SALOMAO ALVES GAIA	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
119	AMANDA BOTELHO ALVES	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
120	AMELIA BATISTA FIGUEIRA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
121	ANA CARLA DE ANDRADE COSTA	TECNICO MUNICIPAL	SEMCAT
122	ANA CAROLINA SOUSA MACIEL	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
123	ANA CLAUDIA VERAS COSTA	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
124	ANA DO P S RAMOS DE MORAIS	DAS-03 COORD PROJETO	SEMCAT
125	ANA LETICIA SILVA DOS SANTOS	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
126	ANA LUCIA DO ROSARIO FERREIRA	DAS-05 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
127	ANAIDA SANTANA DE OLIVEIRA	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
128	ANDERSON CLAYTON P BATISTA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
129	ANDERSON DE OLIVEIRA CUNHA	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT

130	ANDERSON MENEZES BORGES	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT
131	ANDREA ROBERTA ALVES DE LIMA	ATE-03	SEMCAT
132	ANDRESSA SOEIRO DA COSTA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
133	ANGELA ROSEMARY BRABO TEIXEIRA	ATE-01	SEMCAT
134	ANTONIO CARLOS FONSECA COSTA	ATE-01	SEMCAT
135	ANTONIO CARLOS FORTILHA GAIA	ATE-01	SEMCAT
136	ANTONIO CARLOS GOMES DA SILVA	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
137	ANTONIO ERALDO PANTOJA GOMES	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
138	ANTONIO HENRIKY S G DA SILVA	ATE-02	SEMCAT
139	BEATRIZ DA SILVA FARIAS SOUZA	E S T A G . E N S I N O SUPERIOR	SEMCAT
140	BETY CHAVES DA GAMA	E S T A G . E N S I N O SUPERIOR	SEMCAT
141	BRENDON FERREIRA CARDOSO	D A S - 0 3 B A S S E S S . TECNICO	SEMCAT
142	BRUNA JULIETH ASSIS DE PAULA	ATE-02	SEMCAT
143	CARLA PATRICIA MONTEIRO TORRES	D A S - 0 6 A S S E S S O R ESPECIAL	SEMCAT
144	CARLOS ALBERTO DE A OLIVEIRA	ATE-01	SEMCAT
145	CARLOS ALBERTO DE C FREITAS	ATE-01	SEMCAT
146	CARLOS BENEDITO MONTEIRO MAIA	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
147	CARLOS FABRICIO DA SILVA LUZ	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
148	CARLOS GILVANDRO PARENTE BRITO	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
149	CARLOS JOSE SILVA SODRE	ATE-01	SEMCAT
150	CESAR DIAS DA CUNHA	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
151	CESAR MATOS PARAGUASSU	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT
152	CHARLES NACIF BRAGA	ATE-02	SEMCAT
153	CHRISTIAN GREYCE B GOMES	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
154	CHRISTOFFER D N DE CARVALHO	ATE-01	SEMCAT

155	CIBELLE CAROLINE DE O TRINDADE	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
156	CINTHIA DO SOCORRO N NUNES	DAS-04 COORD TECNICO	SEMCAT
157	CLAUDIO DO NASCIMENTO OLIVEIRA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
158	CLAUDIO DO NASCIMENTO OLIVEIRA	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
159	CLAUDIO FREITAS RODRIGUES	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
160	CLAUDIO JUNIOR CORREA MEDEIROS	DAS-03 COORD PROJETO	SEMCAT
161	CLAYTON DA SILVA GOMES BORMANN	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
162	CLEIA DA SILVA MATOS	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
163	CLEITON DE OLIVEIRA SOBRAL	ATE-01	SEMCAT
164	CLEONICE PINHEIRO PEREIRA	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT
165	CLEYTON LUIS DOS S LONDRES	ATE-03	SEMCAT
166	CONCEICAO DE MARIA SERRA NEVES	ATE-01	SEMCAT
167	CRISTIAN KELLY MARINHO NEVES	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
168	CRISTIANE BRITO CANAVARRO	DAS-06 ASSESSOR ESPECIAL	SEMCAT
169	CRISTIANI SOUSA DO ROSARIO	DAS-05 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
170	CRISTINA FERREIRA RODRIGUES	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
171	DARIO DE SENA DIAS	DAS-06 ASSESSOR ESPECIAL	SEMCAT
172	DAYSE J DOS SANTOS VIEIRA	ATE-01	SEMCAT
173	DEBORA CHRISTINA P R GUERREIRO	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
174	DEISE DA SILVA FERNANDES	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
175	DEISIANE HOLANDA DE LIMA	ATE-01	SEMCAT
176	DENICE MENDES NEVES	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
177	DENIZE RAQUEL DE SOUZA QUADROS	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
178	DIEMESON PAES RODRIGUES	ATE-01	SEMCAT

179	DILVA DO LIVRAMENTO C MEDEIROS	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
180	DIOGENES RODRGO M DA SILVA	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT
181	DOUGLAS MENDES DE OLIVEIRA	DAS-01 COORD PROJETO	SEMCAT
182	DULCE FONSECA MARTINS	ATE-01	SEMCAT
183	EDILSON TRINDADE DOS SANTOS	ATE-02	SEMCAT
184	EDMILSON SILVA DE ARAUJO	ATE-01	SEMCAT
185	EDSON CARDOSO	ATE-02	SEMCAT
186	EDSON JUNIOR LEAL DA SILVA	ATE-02	SEMCAT
187	EDUARDO EVELIN PEREIRA	ATE-02	SEMCAT
188	EDUARDO JORGE CEJAS	DAS-03 COORD PROJETO	SEMCAT
189	ELAINE C BARROSO FERREIRA	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT
190	ELCIAS ARAUJO FREITAS NETO	DAS-02 COORD PROJETO	SEMCAT
191	ELENILDE DA LUZ FERREIRA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
192	ELENITA A F DE C MAGALHAES	DAS-06 ASSESSOR ESPECIAL	SEMCAT
193	ELIEZIO DA SILVA FREITAS	ATE-01	SEMCAT
194	ELISABETE PEREIRA DE OEIRAS	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
195	ELIZETE FREITAS DE SOUSA	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
196	ELIZIO MATEUS SILVA SANTOS	DAS-02 COORD PROJETO	SEMCAT
197	ELLEN SILVA DE LIMA	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
198	ELMA SANTIAGO RIBEIRO	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
199	ELOISE CRISTINE O DA SILVA	ATE-01	SEMCAT
200	ELSON FARIAS DIAS	ATE-01	SEMCAT
201	EMANUELLE DOS SANTOS SILVA	ATE-01	SEMCAT
202	ERALDO FERNANDO DA SILVA SOUZA	DAS-01 COORD PROJETO	SEMCAT

203	ERICA DE N S DOS SANTOS SILVA	ATE-01	SEMCAT
204	ERICA LUANA CARNEIRO GOES	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
205	ERICKA CRISTINA A C DE SOUSA	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
206	ERIKA FERNANDES CORREA	ATE-02	SEMCAT
207	EVERTON COSTA CUNHA	ATE-01	SEMCAT
208	EVILASIO DOS SANTOS PEREIRA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
209	EZENALDO JOSE P DE FREITAS	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
210	FABIO FERNANDO DE SOUSA CABRAL	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
211	FABIO LIMA DA LUZ	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT
212	FABIO LUIZ PEREIRA PANTOJA	D A S - 0 7 A S S E S S . ESTRATEGI	SEMCAT
213	FABIOLA FABIANI DA M ANDRADE	TECNICO MUNICIPAL	SEMCAT
214	FABIULA DE JESUS DE CASTRO	E S T A G . E N S I N O SUPERIOR	SEMCAT
215	FELISMINA MACEDO DE LIMA	ATE-02	SEMCAT
216	FERNANDA ALEIXO DA SILVA	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
217	FLAVIA DA CUNHA DE OLIVEIRA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
218	FLORACI GRACIETH M DA SILVA	D A S - 0 4 A S S E S S O R TECNICO	SEMCAT
219	FRANCINALVA MARIA DE O MOURA	D A S - 0 4 A S S E S S O R TECNICO	SEMCAT
220	FRANCISCO DE ASSIS C ROSAS	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
221	FRANCISCO DE SALES F LUZ FILHO	ATE-01	SEMCAT
222	FRANCISCO GOMES DE LIMA	ATE-03	SEMCAT
223	GABRIELA MONTEIRO SILVA	ATE-01	SEMCAT
224	GEIZIANY TEIXEIRA DA SILVA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
225	GISELE N DE OLIVEIRA GONZAGA	ATE-01	SEMCAT
226	GLAUCIA MAISA CORREA DE LIMA	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
227	GLAUCIMARA SILVA DO R OLIVEIRA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT

228	GLEICE H N DE ARAUJO NUNES	ATE-02	SEMCAT
229	GLEYDE MACEDO VALLE	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
230	HARIETE NAZARE N MENEZES	D A S - 0 7 A S S E S S . ESTRATEGI	SEMCAT
231	HARLEM TIAGO BEZERRA DE SALES	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
232	HELDER LUCIO L BRAGA JUNIOR	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
233	HELEODORIO DE PAULA SOUSA	ATE-01	SEMCAT
23	HELTON CRISTIANO G DE OLIVEIRA	ATE-02	SEMCAT
235	IARA CRISTINE LIMA FERREIRA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
236	IOLANDA RODRIGUES DE SOUZA	ATE-01	SEMCAT
237	IRAMILSON FERREIRA F JUNIOR	ATE-01	SEMCAT
238	IRAMILSON FERREIRA FEITOSA	ATE-03	SEMCAT
239	IRANIL MARTINS DE CARVALHO	E S T A G . E N S I N O SUPERIOR	SEMCAT
240	ISABEL INDIRA RIBEIRO LIMA	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
241	ISRAEL BAIA DO NASCIMENTO	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
242	IZABEL CRISTINA C CHAVES	ATE-02	SEMCAT
243	IZAIAS DE SOUZA	ATE-03	SEMCAT
244	JAIR REINALDO F DE SOUSA	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
245	JAKELINE DE SOUZA PINHEIRO	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
246	JANDIRA ARAUJO N MONTEIRO	E S T A G . E N S I N O SUPERIOR	SEMCAT
247	JEAN FABRICIO TAPAJO DA SILVA	ATE-01	SEMCAT
248	JEFFERSON BRUNO P BARROS	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT
249	JENNINGS LOBATO DE BRITO	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
250	JHENNIFER CORREA HOLANDA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
251	JHULLY RUANE ROMAO DOS SANTOS	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
252	JOAO BOSCO S FERNANDES JUNIOR	ATE-03	SEMCAT
253	JOAO CARLOS MARTINS DA SILVA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT

254	JOAO CARVALHO DE ARAUJO	ATE-02	SEMCAT
255	JOEL ASSUNCAO NAVEGANTES	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
256	JOELMA L RODR DOS SANTOS	ATE-01	SEMCAT
257	JOHN FOESTER CRAVO DE MORAES	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
258	JOICILENE BARRADAS DE C SILVA	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
259	JORGE LUIS DO N CARDOSO	DAS-02 COORD PROJETO	SEMCAT
260	JOSE ALBERTO DE OLIVEIRA GOMES	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
261	JOSE GUILHERME ATAIDE PINHEIRO	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
262	JOSE OLIVEIRA BATISTA	ATE-01	SEMCAT
263	JOSE ROBERTO LESTON LOPES	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
264	JUCELE REGINA BARROS CAMPOS	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
265	JUCELINO DE MELO COHEN	ATE-01	SEMCAT
266	KARINA BAIA FARIAS	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
267	KARLA MILENE S PESSOA MEIRELES	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
268	KATEANNE PAMPLONA FERREIRA	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
269	KATIA RAMOS LOPES	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
270	KELIANE LOPES DE SOUSA	ATE-02	SEMCAT
271	KETRYN DANIELY ALVES N SANTOS	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
272	KHARITA DE NAZARETH DE S COSTA	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
273	KLARA YASMIN DA SILVA JUSTINO	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
274	KLEITON DOS SANTOS PAZ	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
275	KRIZIA CAROLINE S DA SILVA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
276	LANA TURNER U DE ANDRADE DIAS	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
277	LAURA MARIA SOUZA DA SILVA	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT

278	LEA DO SOCORRO BARROS E PINA	D A S - 0 6 A S S E S S . ESTRATEGI	SEMCAT
279	LETICIA CRISTINA MATOS MENDES	D A S - 0 4 A S S E S S O R TECNICO	SEMCAT
280	LEYLA WANIA A DE ANDRADE LIMA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
281	LIA MARA LEONARDO DOS SANTOS	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
282	LIANE SANCHES DE MEDONCA	D A S - 0 7 A S S E S S . ESTRATEGI	SEMCAT
283	LILIA B DE M TOCANTINS GAIA	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
284	LILIANE DIAS BERNARDO	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
285	LILIANE PEREIRA DE SOUSA	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
286	LUANA DANTAS BALBINOT	ATE-01	SEMCAT
287	LUANY DA SILVA PEREIRA	E S T A G . E N S I N O SUPERIOR	SEMCAT
288	LUBIA ELEN VAZ	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
289	LUBIA GOMES DOS SANTOS	D A S - 0 2 C O O R D PROJETO	SEMCAT
290	LUCAS EMERSON ROSARIO TEIXEIRA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
291	LUCIANA TIETZ BARBOSA DA CRUZ	D A S - 0 4 A S S E S S O R TECNICO	SEMCAT
292	LUCIANO BORGES GOMES	ATE-03	SEMCAT
293	LUCIANO DE OLIVEIRA SANTOS	TECNICO MUNICIPAL	SEMCAT
294	LUCIENE TRINDADE VALE ABREU	ATE-01	SEMCAT
295	LUCIENNE J CORREA DE OLIVEIRA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
296	LUCYANE GORETTE DE M BARBOSA	D A S - 0 4 A S S E S S O R TECNICO	SEMCAT
297	LUIS ANTONIO CONCEICAO RIBEIRO	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
298	LUIZ AMILCAR MIRANDA BANDEIRA	TECNICO MUNICIPAL	SEMCAT
299	LUIZ CARLOS DE O GADELHA	ATE-03	SEMCAT
300	LUIZ GUILHERME SOUSA DA SILVA	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
301	LUIZA DE M DOS SANTOS PAMPLONA	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT

302	MAISA DO SOCORRO B ALMEIDA	ATE-01	SEMCAT
303	MANOEL D DA C DOS SANTOS	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
304	MANOEL DA SILVA PAIXAO	ATE-01	SEMCAT
305	MANOEL DA VERA CRUZ MONTEIRO	ATE-01	SEMCAT
306	MANOELA ROSA RAIOL	ATE-01	SEMCAT
307	MANUELLE INEZ BORGES SOUZA	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
308	MARA GIZELLE PINHEIRO FARIAS	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
309	MARA MICHELLE OLIVEIRA DE LIMA	ATE-02	SEMCAT
310	MARCEL PINHEIRO DA SILVA	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
311	MARCELA FURTADO DA SILVA	ATE-01	SEMCAT
312	MARCELA VIANA DA COSTA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
313	MARCELO BARATA DE SOUSA	ATE-01	SEMCAT
314	MARCELO ROBERTO ARRUDA ROMAO	ATE-03	SEMCAT
315	MARCIA DE NAZARE T M SARMENTO	ATE-01	SEMCAT
316	MARCIO PEREIRA GONCALVES	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
317	MARCOS ASSUNCAO LEAL	ATE-03	SEMCAT
318	MARIA APARECIDA LOUZEIRO BRAGA	ATE-01	SEMCAT
319	MARIA DA LUZ CORREA BARBOSA	ATE-02	SEMCAT
320	MARIA DE LIMA DA SILVA	ATE-02	SEMCAT
321	MARIA DE LOURDES DE L SAMPAIO	DAS-08 ASSESSOR ESPECIAL	SEMCAT
322	MARIA DE NAZARE P DOS SANTOS	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
323	MARIA DO SOCORRO A DA SILVA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
324	MARIA DO SOCORRO LUIZ DA SILVA	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
325	MARIA DO SOCORRO N MELO ABREU	ATE-02	SEMCAT
326	MARIA ESTELA SOUSA DE FREITAS	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
327	MARIA GORETT SANTOS	DAS-01 COORD PROJETO	SEMCAT

328	MARIA GRACIETE M DE SOUZA	ATE-01	SEMCAT
329	MARIA HELENA CHAVES DE ANDRADE	ATE-01	SEMCAT
330	MARIA HELENA GOMES DE CASTRO	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
331	MARIA JOSE DE R A GONCALVES	D A S - 0 3 C O O R D PROJETO	SEMCAT
332	MARIA LUCIA DA SILVA GATINHO	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
333	MARIA LUCIANE SILVA DE MELO	ATE-02	SEMCAT
334	MARIA MARGARETE O DOS SANTOS	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
335	MARIA ZILMA CRUZ	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
336	MARIANE PINHEIRO PEREIRA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
337	MARINILDE SILVA SOUSA	D A S - 0 6 A S S E S S . ESTRATEGI	SEMCAT
338	MARIZA SILVA DE ARAUJO ROCHA	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
339	MARKOS VINICIUS O SARMANHO	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
340	MARLENE PINHEIRO CASTRO	ATE-01	SEMCAT
341	MAURICIO CEZAR TEIXEIRA GAMA	D A S - 0 5 A S S E S S O R TECNICO	SEMCAT
342	MAURO ALMEIDA DA SILVA	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT
343	MAURO EVARISTO COELHO CARDOSO	ATE-03	SEMCAT
344	MAX DOUGLAS DA SILVA MOREIRA	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
345	MAYKON SILVA DOS SANTOS	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
346	MICHELE CARDIM DE SOUSA	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
347	MICHELLE DE NAZARE S CARDOSO	D A S - 0 4 A S S E S S O R TECNICO	SEMCAT
348	MILTON ANTONIO DE C ARAUJO	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
349	MIQUELLE DE FATIMA S DA SILVA	ATE-02	SEMCAT
350	MISSELENE SOCORRO P V CABRAL	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
351	NAIARA CRISTINA PAZ HENRIQUE	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
352	NATANAEL MENDES DOS SANTOS	D A S - 0 2 C O O R D PROJETO	SEMCAT

353	NAYARA FERREIRA RUIZ	D A S - 0 1 C O O R D PROJETO	SEMCAT
354	NAZARENO FARIAS SILVA	ATE-02	SEMCAT
355	NEDIA M DO S OLIVEIRA MOURA	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
356	NEY HENRIQUE DA COSTA LEITE	D A S - 0 3 C O O R D PROJETO	SEMCAT
357	NIEGE MENDES RODRIGUES	D A S - 0 6 A S S E S S O R ESPECIAL	SEMCAT
358	NIVEA DA SILVA BARBOSA	D A S - 0 2 C O O R D PROJETO	SEMCAT
359	NORBERTO JESUS NUNEZ ZAPATA	D A S - 0 2 C O O R D PROJETO	SEMCAT
360	NORMA DO SOCORRO P CARDOSO	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
361	NUBIA MARIA PINTO MARTINS	D A S - 0 1 C O O R D PROJETO	SEMCAT
362	ODINALDA DA LUZ C DE ALMEIDA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
363	ODMAR JOSE PALHETA RAMOS	ATE-01	SEMCAT
364	OLIDIA PEREIRA CALDAS	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
365	OLIVAL PEREIRA CALDAS	D A S - 0 6 A S S E S S O R ESPECIAL	SEMCAT
366	ORACINA OLIVEIRA DA SILVA	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
367	ORLANDO MODESTO ROCHA JUNIOR	ATE-01	SEMCAT
368	OSEIAS MOISES DA SILVA	ATE-02	SEMCAT
369	OZEAS MOURA DE CARVALHO	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
370	PAMELA F L DA SILVA CAXIAS	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
371	PAMELA SUELEN CARDOSO CHADA	E S T A G . E N S I N O SUPERIOR	SEMCAT
372	PAMELA ZATREPALEK DE ALMEIDA	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
373	PATRICIA DA C SOARES DA SILVA	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT
374	PATRICIA DE JESUS DE O GUEDES	ATE-03	SEMCAT
375	PATRICIA PAULA DOS SANTOS	DAS-04 COORD TECNICO	SEMCAT
376	PATRICIA TRINDADE DA SILVA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT

377	PATRICK SANDRO FARIAS DO CARMO	D A S - 0 2 C O O R D PROJETO	SEMCAT
378	PAULO AFONSO DA S FERNANDES	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
379	PAULO AUGUSTO MOTA DE ANDRADE	ATE-02	SEMCAT
380	PAULO HUMBERTO N DE PAULA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
381	PAULO JORGE DE A V JUNIOR	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
382	PAULO SERGIO TAVARES MENEZES	ATE-01	SEMCAT
383	PEDRO SANTANA DOS SANTOS	ATE-03	SEMCAT
384	PEROLA LUANA BERTOLO E SILVA	D A S - 0 4 A S S E S S O R TECNICO	SEMCAT
385	PRISCILA RAFAELLA M DA SILVA	ATE-01	SEMCAT
386	RAFAEL ARANHA DA SILVA	TECNICO MUNICIPAL	SEMCAT
387	RAFAEL MASCARENHAS DA SILVA	DAS-04 COORD TECNICO	SEMCAT
388	RAIMUNDA RODRIGUES DO CARMO	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
389	RAIMUNDA SUELY B RODRIGUES	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
390	RAIMUNDO CABRAL DOS SANTOS	ATE-02	SEMCAT
391	RAIMUNDO CLAYTON R DA SILVA	ATE-01	SEMCAT
392	RAIMUNDO NONATO CORREA FILHO	ATE-01	SEMCAT
393	RAIZA CARLA SILVA DA SILVA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
394	RAQUEL ROSA DA SILVA AVILA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
395	RAUL FELIPE CARDOSO DIAS	DAS-04 COORD TECNICO	SEMCAT
396	REGINA DO SOCORRO T DA SILVA	ATE-01	SEMCAT
397	REGINA LLUCIA R DE MENDONCA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
398	REINALDO SILVA SAMPAIO	D A S - 0 3 C O O R D PROJETO	SEMCAT
399	RENATA DE ALMEIDA LIMA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
400	RENATA GLEICY DE ANDRADE DAVID	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
401	RENATA LIMA MAIA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
402	RENATA SOUZA A DA S QUEIROZ	DAS-01 COORD TECNICO	SEMCAT

403	RENATO CARVALHO DA CUNHA	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
404	RHENDELL CHAVES DE OLIVEIRA	ATE-01	SEMCAT
405	RITA DE CASSIA SILVEIRA SANTOS	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
406	ROBERTA COUTO DA SILVA NEVES	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
407	ROBSON GARCIA DA COSTA	D A S - 0 2 C O O R D PROJETO	SEMCAT
408	RODRIGO CARDOSO DOS REIS	D A S - 0 4 A S S E S S O R TECNICO	SEMCAT
409	RODRIGO LUCIANO TAVARES AVELAR	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
410	RODRIGO RAMALHO DE OLIVEIRA	ATE-01	SEMCAT
411	ROMULO RODRIGUES FERREIRA	ATE-01	SEMCAT
412	RONALDO LIBORIO DOS SANTOS	ATE-01	SEMCAT
413	RONALDO RAMOS AMADOR MODESTO	ATE-01	SEMCAT
414	RONALT ALVES SANTOS FILHO	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
415	ROSA MARIA GONCALVES VIANA	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
416	ROSALIA DO SOCORRO M SILVA	ATE-01	SEMCAT
417	ROSANA RIBEIRO C DE LIMA	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
418	ROSANA ROSA ALVES	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
419	ROSANGELA LEAL DOS SANTOS	ATE-01	SEMCAT
420	ROSANGELA MIRANDA PAES	ATE-01	SEMCAT
421	ROSENI DE BELEM SILVA DINIZ	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
422	ROSENILDO COSTA FERREIRA	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
423	ROSIANE MARTINS BRITO	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
424	ROSIANE MONTEIRO DO A ATAIDE	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
425	ROSILENE MACIEL C DE OLIVEIRA	ATE-01	SEMCAT
426	ROSILENE SILVA LINHARES	D A S - 0 2 C O O R D PROJETO	SEMCAT
427	ROSILENE SOUZA BRANDAO	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
428	ROSY CYNTHIA COSTA SILVA	ATE-01	SEMCAT

429	RUTH MARQUES SCESARIO	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
430	SAMANTA EDRINE DO R DE SOUSA	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
431	SAMIA BEATRIZ DE O QUEIROZ	DAS-02 COORD TECNICO	SEMCAT
432	SANDRA MARIA MARQUES NUNES	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
433	SARA SOARES CELEIRO	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
434	SARAH RAISSA FREITAS MODESTO	DAS-04 COORD TECNICO	SEMCAT
435	SERGIO SILVIO DO E SANTO SODRE	ATE-01	SEMCAT
436	SERLENE MARIA LIMA NUNES BRAGA	ATE-02	SEMCAT
437	SHEILA CRISTINA S B E SILVA	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
438	SHEILA FAVACHO A CORTINHAS	ATE-01	SEMCAT
439	SHIRLEY DE JESUS D DE OLIVEIRA	ATE-01	SEMCAT
440	SILVANO CARDEAL DA S NAZARE	ATE-03	SEMCAT
441	SILVERIA DE NAZARE L M REZENDE	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
442	SILVIA LETICIA BARBOSA RAMOS	ATE-01	SEMCAT
443	SILVIA SANTOS CHAGAS FRANCA	DAS-04 ASSESSOR TECNICO	SEMCAT
444	SIMONE SOUSA CAMPINEIRO	DAS-03 COORD PROJETO	SEMCAT
445	SONIA MARIA DOS SANTOS LOPES	DAS-03 COORD PROJETO	SEMCAT
446	SORAYA DA SILVA PAIVA	ATE-03	SEMCAT
447	SUELEN POLICARPO CORDEIRO	ESTAG. ENSINO SUPERIOR	SEMCAT
448	SUELI MARIA CORREA PELERANO	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
449	TALITA OLIVEIRA DO VALE	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
450	TANIA LUNARA DE SOUZA FARIAS	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
451	TATIANA MOURA FERREIRA	DAS-03 COORD PROJETO	SEMCAT
452	TATIANA SILVA DE ANDRADE	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT

453	TATIANE LOURINHO DA S S DE B	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
454	TATIANI DO S DE S E SOUSA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
455	TATYANE MONTEIRO FARIAS	ATE-01	SEMCAT
456	TELMA DE NAZARE NASC FERREIRA	ATE-03	SEMCAT
457	TELMA NOGUEIRA BARRETO	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
458	TEREZA CARLA N S DO NASCIMENTO	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
460	TEREZINHA LUIZA DE FRANCA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
461	THAINARA FERNANDA Q DO CARMO	DAS-07 ASSESSOR ESPECIAL	SEMCAT
462	THAIS DE SOUSA RIBEIRO	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT
463	THAMIRIS CARDOSO TEIXEIRA	ATE-01	SEMCAT
464	THAYNARA JOANA DE SOUZA BARRA	AUXILIAR MUNICIPAL.	SEMCAT
465	TIAGO SILVA CALDAS AMARAL	DAS-03 COORD PROJETO	SEMCAT
466	TONI FERREIRA CAVALCANTE	ATE-02	SEMCAT
467	VALDENEZ FERREIRA RODRIGUES	ATE-03	SEMCAT
468	VANESSA DANTAS	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
469	VANESSA DE NAZARE S MARTINS	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
470	VANESSA SILVA DA SILVA	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
471	VILMA RODRIGUES DE LIMA	ATE-01	SEMCAT
472	VIRGINIA DOS REIS B DA SILVA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
473	VITOR CAVALCANTI DE MELO	ANALISTA MUNICIPAL.	SEMCAT
474	WAGNER BARCA PEREIRA	DAS-02 COORD PROJETO	SEMCAT
475	WALCIRCLEY DA SILVA ALCANTARA	CONSELHEIRO TUTELAR	SEMCAT
476	WALDENEZA MELO DE ANDRADE	DAS-01 COORD PROJETO	SEMCAT
477	WANESSA DE LIMA PEREIRA	ANALISTA MUNICIPAL	SEMCAT
478	WEBERSON MARGALHO LOBATO	DAS-03 COORD TECNICO	SEMCAT

479	WESLEY BRANDAO	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
480	WHITNEY HOUSTON F DOS SANTOS	D A S - 0 1 C O O R D PROJETO	SEMCAT
481	WILLIAM ROGER DE ABREU PALHETA	AUXILIAR MUNICIPAL	SEMCAT
482	WILLYAN KAWOMOTO DA SILVA	TECNICO MUNICIPAL.	SEMCAT
483	WILSON DE CARVALHO A SILVA	TECNICO MUNICIPAL	SEMCAT
484	YAGO ALBERTO MOURA DA SILVA	TECNICO MUNICIPAL	SEMCAT
485	ZENEIDE DO CARMO BASTOS	D A S - 0 1 C O O R D PROJETO	SEMCAT
	NOME DO JURADO	**CARGO**	**ÓRGÃO**
486	ANTONIA RODRIGUES MANÇO SOUZA	ATE - 01	SEPOF
487	ANTONIO JOSÉ SIQUEIRA FILHO	ASSESSOR TÉCNICO	SEPOF
488	CAIO CALANDRINI DE OLIVEIRA AZEVEDO	ASSESSOR ESPECIAL	SEPOF
489	CLAUDENILSON BARATA RODRIGUES	ATE - 01	SEPOF
490	EDNEIA FARIAS DE SOUSA	ASSESSOR ESPECIAL	SEPOF
491	GLEIZE CRISTINA CORREIA DOS SANTOS	ATE - 01	SEPOF
492	JOAO JOSE DE SIQUEIRA MENDES FILHO	ASSESSOR TÉCNICO	SEPOF
493	KATIA FRANCINETE COSTA PICANÇO	ASSESSOR TÉCNICO	SEPOF
494	KEILA REGIA RODRIGUES	ASSESSOR ESPECIAL	SEPOF
495	LILIANNE MARÇAL DA SILVA	TÉCNICO MUNICIPAL	SEPOF
496	LUIZ FELIPE MARTINS GASPAR	COORD. PROJETOS	SEPOF
497	LUCIANO CORRÊA DA SILVA	COORD. TÉCNICO	SEPOF
498	MARCILENE ALMEIDA DA SILVA	ASSESSOR ESPECIAL	SEPOF
499	MARIA DE SOUZA MORAES	TÉCNICO MUNICIPAL	SEPOF
500	MARIA DO BOM SOCORRO R. DA SILVA	ASSESSOR TÉCNICO	SEPOF
501	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DE LIMA DIAS	ASSESSOR TÉCNICO	SEPOF
502	WANDA BRAGA BENOLIEL	ASSESSOR TÉCNICO	SEPOF
503	WHIL ANDERSON LIMA DE OLIVEIRA	COORD. DE PROJETO	SEPOF

	NOME DO JURADO	CARGO	ÓRGÃO
504	ADA CHAVES DO NASCIMENTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	SESI
505	ADRIA KAROLINE OLIVEIRA SANTIAGO	APRENDIZ	SESI
506	ADRIANA DA SILVA GOMES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SESI
507	AILTON CONSTANTINO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	SESI
508	ALDISIO PADILHA PINHEIRO DA SILVA	PROFESSOR (4H)	SESI
509	ALEXANDRE ALBUQUERQUE DO CARMO	ASSESSOR I	SESI
510	ALEXANDRE NEVES ARAUJO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
511	ALMIR OLIVEIRA CHAGAS	VIGIA	SESI
512	ANA MELLRE AMARAL ALVARENGA	PROFESSOR (4H)	SESI
513	ANA PAULA MORAIS COSTA	PROFESSOR (4H)	SESI
514	ANA TEREZA NASCIMENTO MARTINS	VIGIA	SESI
515	ANDREA GUIMARAES DE SOUSA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
516	ANDREZA CARDOSO DE MORAES	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
517	ANGELA MARILENE BRITO CORREA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
518	ANGELICA MARIA LUCAS AMIN	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SESI
519	ANTONIO ANDERSON DE SOUSA PINHEIRO	VIGIA	SESI
520	ANTONIO RICARDO SILVA DA TRINDADE	VIGIA	SESI
521	AYLLANE EVELLYN ABREU DA PAIXÃO SANTIAGO	APRENDIZ	SESI
522	BARBARA DE MELO SOUZA OLIVEIRA	AUX. SERVIÇOS GERAIS	SESI
523	BARBARA MILLENA SANTOS DOS SANTOS	APRENDIZ	SESI
524	BARBHARA DAYANE FONSECA DA COSTA	PROFESSOR (4H)	SESI
525	BENEDITO PEREIRA SARGES	AUX. DE ALMOXARIFADO	SESI
526	BENEDITO RUBENS ALBUQUERQUE	AUX. DE SERVIÇOS	SESI

	JUNIOR	GERAIS	
527	BRENA CARVALHO DA SILVA	PROFESSOR (4H)	SESI
528	BRUNO SEBASTIAO RODRIGUES DA COSTA	PROFESSOR (4H)	SESI
529	CARLA THAIS TOMAZ OLIVEIRA	PROFESSOR (4H)	SESI
530	CARLOS EDUARDO DE SOUZA MONTELO	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	SESI
531	CARLOS RENATO DAMASCENO DOS SANTOS	PROFESSOR (4H)	SESI
532	CILEIDE TAVARES BORGES DO COUTO	TÉC. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	SESI
533	CLARA ALICE DA SILVA GUIMARAES BRASIL	PROFESSOR (4H)	SESI
534	CLAUDIA FERREIRA RIBEIRO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
535	DALZIEL COSTA MODESTO	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	SESI
536	DANUZIA RODRIGUES POMPEU	PROFESSOR (4H)	SESI
537	DAVI DE OLIVEIRA AZULINO JUNIOR	TÉC. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	SESI
538	DELCIO SANTOS DOS SANTOS	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	SESI
539	DIEMESON SOBREIRA DA SILVA	TÉC. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	SESI
540	EDER DO VALE PALHETA	GERENTE EXECUTIVO	SESI
541	EDINALDO LOUSEIRO SILVA	VIGIA	SESI
542	ELAINE SUELY DA SILVA SOUZA	PROFESSOR (8H)	SESI
543	ELBIA CUNHA DE SOUZA	PROFESSOR (4H)	SESI
544	ERIKA DO SOCORRO RAMOS DOS SANTOS	RECEPCIONISTA	SESI
545	FABIO HENRIQUE ELIZEARIO DOS SANTOS	GUARDA VIDAS ¿ INTERM.	SESI
546	FABYANNO ARAUJO DE OLIVEIRA	ASSESS DE TI-INFRAEST.	SESI
547	FERDINANDO GONÇALO LIMA DE SOUSA	MOTORISTA	SESI
548	FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA ALENCAR	MOTORISTA	SESI

549	FRANCISCO JOSE REIS AMADOR	TÉC. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	SESI
550	GEAN FERREIRA AMARO	AUX. DE ADMINISTRAÇÃO	SESI
551	GENIVALDO SOUSA DE CASTRO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
552	GLAUCIA FERNANDA DA SILVA SANTANA	TÉC. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	SESI
553	GRACELINO ALVES DE SOUZA	AUX.DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
554	HELAINE PATRICIA SANTA BRIGIDA OLIVEIRA	PROFESSOR (4H)	SESI
555	HEVERT CASSIO MAIA DE MELO	VIGIA	SESI
556	HUMBERTO BARCELOS FILHO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
557	IGOR ALESSANDRO JORGE DA SILVA	VIGIA	SESI
558	INACENILDE CORREIA DE ALMEIDA	PROFESSOR (8H)	SESI
559	ISRAEL JOSE BRAGA SILVA	PROFESSOR (8H)	SESI
560	IVAN JORGE DANTAS DE SOUZA	PROFESSOR (4H)	SESI
561	JANETE CARDOSO COSTA	PROFESSOR (4H)	SESI
562	JANICE DOS ANJOS SILVA	PROFESSOR (8H)	SESI
563	JEAN PIERRE FERREIRA CORREA	MOTORISTA	SESI
564	JESSICA BEATRIZ FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR (8H)	SESI
565	JESSICA SUELEM SILVA MARIA	PROFESSOR (8H)	SESI
566	JOAO FLAVIO PEREIRA CAMPOS	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	SESI
567	JOAO MARIA DOS REIS	VIGIA	SESI
568	JOAQUIM RANILSON SILVA DO ROSARIO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
569	JOSE ALEX DO CARMO SILVA	PROFESSOR (8H)	SESI
570	JOSE AUGUSTO DE OLIVEIRA	OPER. DE AUDIOVISUAL	SESI
571	JOSE REINALDO ROCHA DA SILVA JUNIOR	MOTORISTA	SESI

572	JOSE VITOR DE OLIVEIRA RIBEIRO	APRENDIZ	SESI
573	KASSIA PATRICIA DOS REIS FARIAS	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
574	KRIZA TEREZA SANTOS PEREIRA	PROFESSOR (4H)	SESI
575	LAPLACE PASSOS SILVA NETO	TÉC. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	SESI
576	LAURA CATARINA OLIVEIRA ATHAIDE DA SILVA	GERENTE DE ÁREA	SESI
577	LEIDIANE SOARES DA CRUZ	PROFESSOR (4H)	SESI
578	LEILA PATRICIA DA COSTA RODRIGUES BAIMA	PROFESSOR (4H)	SESI
579	LENDER SAVIO PINHEIRO GOMES	ASSESS. DE TI ¿ INFRAEST.	SESI
580	LEONARDO LIMA DE OLIVEIRA	FISIOTERAPEUTA	SESI
581	LUCAS SILVA DE ALMEIDA	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	SESI
582	LUCIMAR LOBATO DE CASTRO	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	SESI
583	LUENE CONCEIÇÃO DOS SANTOS FERREIRA	APRENDIZ	SESI
584	LUIS CARLOS VILLACORTA DA GAMA	GERENTE DE ÁREA	SESI
585	MAILSON SOUZA DA SILVA	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
586	MANOEL MARIA NAIA NETO	GERENTE DE ÁREA.	SESI
587	MARIA DE NAZARE MACIEL	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
588	MARIA RITA MEDEIROS DA SILVA	AUXILIAR DE ODONTOLOGIA	SESI
589	MARILIA BOTELHO JAIME PERNAMBUCO	ENFERMEIRO DO TRABALHO	SESI
590	MAURICIO FREITAS RIBEIRO	PROFESSOR (4H)	SESI
591	NATALIA SILVA DA SILVA	RECEPCIONISTA	SESI
592	NAYARA ARAUJO DA COSTA FIGUEIREDO	PROFESSOR (4H)	SESI
593	NEMER SMITH SAID	ENG. DE SEG. DO	SESI

		TRABALHO	
594	OSMAR DOMINGOS DA SILVA JUNIOR	VIGIA	SESI
595	OZIEL FERREIRA LUZ	PROFESSOR (8H)	SESI
596	PAULO ANDRE DA SILVA ROCHA	MERENDEIRO	SESI
597	PAULO ANDRE SANTIAGO CAMARA	PROFESSOR (4H)	SESI
598	PAULO DIEGO AQUINO DA SILVA	ASSIST. ADMINISTRATIVO	SESI
599	PAULO FRANCO PEREIRA CASTRO	VIGIA	SESI
600	RAUCY MACIEL MIRANDA	VIGIA	SESI
601	RAUL SERGIO NOGUEIRA LEAL	SECRETÁRIO ESCOLAR	SESI
602	RAYRA DE SOUZA RIBEIRO NUNES	TÉC. DE EDUCAÇÃO FÍSICA	SESI
603	REGINALDO TAVORA LIMA	PROFESSOR (8H)	SESI
604	RENATO OLIVEIRA MARQUES	VIGIA	SESI
605	ROBERTO DOS PASSOS VIANA	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	SESI
606	ROBYLSON NASCIMENTO DE SOUZA	PROFESSOR (8H)	SESI
607	RUBEM PAULO DE SOUZA SERRÃO	VIGIA	SESI
608	RUTE FERREIRA ALVES	PROFESSOR (8H)	SESI
609	SAMANTHA RAISSA CUNHA DA SILVA	PROFESSOR (4H)	SESI
610	SAMMY SILVA SALES	PROFESSOR (4H)	SESI
611	SERGIO PASTANA MARQUES	VIGIA	SESI
612	SHEYLA SARMENTO DE OLIVEIRA	ASSESSOR I	SESI
613	SIDNEY MENANDRO SILVA DE SOUZA	VIGIA	SESI
614	STELIO APRIGIO DOS SANTOS JUNIOR	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	SESI
615	SUZETE SILVA CONCEICAO	PROFESSOR (4H)	SESI
616	TEMISTOCLES GARCIA VILAR	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO	SESI
617	THAYANA FERREIRA DE SOUZA	PROFESSOR (8H)	SESI

	CAVALCANTE		
618	VANESSA LIMA PIMENTEL	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SESI
619	VERA LUCIA DE CRISTO LOBATO	PROFESSOR (8H)	SESI
620	VILSON TADEI BRITO FERREIRA	PROFESSOR (4H)	SESI
621	WALTER LUIZ DA SILVA COSTA	MOTORISTA	SESI
622	SERGIO PASTANA MARQUES	ASSIST. ADMINISTRATIVO	SESI
623	SHEYLA SARMENTO DE OLIVEIRA	APRENDIZ	SESI
624	SIDNEY MENANDRO SILVA DE SOUZA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SESI
625	STELIO APRIGIO DOS SANTOS JUNIOR	MOTORISTA	SESI
626	SUZETE SILVA CONCEICAO	PROFESSOR (4H)	SESI
627	TEMISTOCLES GARCIA VILAR	ASSESSOR I	SESI
628	THAYANA FERREIRA DE SOUZA CAVALCANTE	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	SESI
629	VANESSA LIMA PIMENTEL	VIGIA	SESI
630	VERA LUCIA DE CRISTO LOBATO	PROFESSOR (4H)	SESI
631	VILSON TADEI BRITO FERREIRA	PROFESSOR (4H)	SESI
632	WALTER LUIZ DA SILVA COSTA	VIGIA	SESI
	NOME DO JURADO	**CARGO**	**ÓRGÃO**
633	CLARICE PEREIRA BARROS DA SILVA NETA		IEC
634	DANIELA CRISTINA SOARES VIEIRA DA SILVA		IEC
635	DORIS ANGELICA DE SIQUEIRA CORREA		IEC
636	EVANDRO DUARTE DOS SANTOS		IEC
637	FABRICIO FABIO MACHADO BEZERRA		IEC
638	INAIARA IRIS DOS SANTOS ARAUJO		IEC
639	JOAO BOSCO FONSECA RODRIGUES		IEC
640	LARYSSA DE CASSIA TORK DA SILVA		IEC

641	LEILA MARIA DA SILVA FERNANDES		IEC
642	MARIA DA GRACA SANTOS DA SILVA		IEC
643	PAULIANE SILVA KEMPER		IEC
644	RICARDO JOSE DE PAULA SOUZA E GUIMARAES		IEC
645	ROSEANE DA VERA CRUZ DA ROCHA		IEC
646	BASILIO SILVA BUNA		IEC
647	BRUNO TARDELLI DINIZ NUNES		IEC
648	DANIELE FREITAS HENRIQUES		IEC
649	DARLENE DE BRITO SIMITH		IEC
650	FRANCISCO AMILTON DOS SANTOS PAIVA		IEC
651	GLEICIANE DOS SANTOS PINHEIRO		IEC
652	JOAQUIM PINTO NUNES NETO		IEC
653	LILIANE LEAL DAS CHAGAS		IEC
654	MAISSA MAIA SANTOS		IEC
655	MARCIO ROBERTO TEIXEIRA NUNES		IEC
666	ODIRLEY RAIMUNDO C. DOS SANTOS VIANA		IEC
667	ROBERTO CARLOS FEITOSA BRANDAO		IEC
668	TANIA CRISTINA ALVES DA SILVEIRA DA CUNHA		IEC
669	WALLACE OLIVEIRA ROSARIO		IEC
670	DANIEL RODRIGUES PAUXIS		IEC
671	FREDIELSON RODRIGUES ALVES		IEC
672	GERSON DE FREITAS CARNEIRO		IEC
673	GLAILSON AUGUSTO ROCHA DOS SANTOS		IEC
674	ALEX BRITO SOUZA		IEC
675	CLAUDIA MARIA REGIS VARGAS NASCIMENTO		IEC

676	DEBORA DE CASTRO COSTA		IEC
677	KARLA VALERIA BATISTA LIMA		IEC
678	LENI CELIA REIS MONTEIRO		IEC
679	LIVIA MARIA GUIMARAES DUTRA GUERRA		IEC
680	LUANA NEPOMUCENO GONDIM COSTA LIMA		IEC
681	RAIMUNDO NEGRAO COELHO		IEC
682	REBECA SALDANHA DA FONSECA NAZARE		IEC
683	SILVIA HELENA MARQUES DA SILVA		IEC
684	ANDREZA PINHEIRO MALHEIROS		IEC
685	ANTONIO JOSE MIRANDA SILVA		IEC
686	BERNARDO FARIAS DA CONCEICAO		IEC
687	MAX MOREIRA ALVES		IEC
688	ADAELSON CAMPELO MEDEIROS		IEC
689	ALINE LEMOS GOMES		IEC
690	AMILTON CESAR GOMES DA COSTA		IEC
691	ANTONIO CARLOS FERNANDES DO NASCIMENTO		IEC
692	BRUNO SANTANA CARNEIRO		IEC
693	ELIANE BRABO DE SOUSA		IEC
694	ELIVAM RODRIGUES VALE		IEC
695	GILSON BRAGA MONTE FILHO		IEC
696	KLEBER RAIMUNDO FREITAS FAIAL		IEC
697	LEDA MANI FRANCA DE ARRUDA		IEC
698	MARIA IDEBE CALDAS DA CRUZ		IEC
699	MARIA IZABEL DE JESUS		IEC
700	PEDRO DA SILVA BARROS FILHO		IEC
701	RAIMUNDA DO SOCORRO RODRIGUES PIMENTEL		IEC

702	RITANGELA SOCORRO DOS SANTOS		IEC
703	SAMARA CRISTINA CAMPELO PINHEIRO		IEC
704	THIAGO LOBATO DA ROCHA		IEC
705	VANESSA BANDEIRA DA COSTA TAVARES		IEC
706	AGUINALDO MOURA DE FREITAS		IEC
707	CHRISTIANE DE OLIVEIRA GOVEIA		IEC
708	DEOCLECIANO GALIZA PRIMO		IEC
709	EDNA CABRAL TRINDADE		IEC
710	LUCIVALDO JOAO CONCEICAO FERREIRA		IEC
711	MARIA SUELI BARROS PINHEIRO		IEC
712	NIDHIA MAIZA DE CARVALHO TAVARES		IEC
713	THIAGO VASCONCELOS DOS SANTOS		IEC
714	WALDEMAR DUARTE DA SILVA		IEC
715	ALESSANDRA ALVES POLARO LIMA		IEC
716	ANTONIO DE MOURA		IEC
717	ELAINE CRISTHINA SOUZA DE LIMA		IEC
718	EUZENI MARIA DE FATIMA COSTA DE MENEZES		IEC
719	FABIO XAVIER BARRETO		IEC
720	FERNANDO NETO TAVARES		IEC
721	IGOR BRASIL COSTA		IEC
722	IRAN BARROS COSTA		IEC
723	LUANA DA SILVA SOARES FARIAS		IEC
724	LUCIANA DAMASCENA DA SILVA		IEC
725	MIRLEIDE CORDEIRO DOS SANTOS		IEC
726	TALITA ANTONIA FURTADO MONTEIRO		IEC
727	ANA CELIA PADILHA DA SILVA		IEC
728	DIANA DAS GRACAS OLIVEIRA HENRIQUES		IEC

729	LIGIA DO SOCORRO OLIVEIRA DE LIMA		IEC
730	MARIA ALZENI SAMPAIO SOBRAL		IEC
731	MASLOVA CARNEIRO VELASCO		IEC
732	ORLANDO PEREIRA AMADOR NETO		IEC
733	POLLYANNA DE LUCENA FERREIRA SILVA		IEC
734	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BARBOSA		IEC
735	ADRIANO VIANA		IEC
736	ALLAN JONES NUNES SOUSA		IEC
737	CHARLES LINDEMBERG BARBOSA DE SOUZA		IEC
738	CIANE MONTEIRO AMORAS		IEC
739	EDSON PIRES DA SILVA		IEC
740	JEFFERSON LIMA SANTOS		IEC
741	JOSE MARIA ABRAHAO DE OLIVEIRA		IEC
742	MANOEL CORREA DE MIRANDA		IEC
743	MARCOS FELIPE CARVALHO NAZARIO		IEC
744	PAULO ROBERTO MOREIRA DA LUZ		IEC
745	PAULO SERGIO DOS SANTOS PINHEIRO		IEC
746	RAIMUNDO CARLOS ALVES FERREIRA		IEC
747	RAIMUNDO DA SILVA CARVALHO		IEC
748	ANA YECE DAS NEVES PINTO		IEC
749	LUIZ GUILHERME DE FIGUEIREDO ARAUJO		IEC
750	MARIA ALDELICE RODRIGUES GOMES		IEC
751	MARLENE CUNHA DA SILVA		IEC
752	SUSANA MIKA YAHISA		IEC
753	ADINAURA RAMOS DE CASTRO		IEC
754	LUIZ ROBERTO PEGADO DE SOUZA		IEC
755	MARCIA VALDERLY RODRIGUES FREITAS		IEC

756	ROSE MARY FERREIRA DA SILVA		IEC
757	CAROLINE BRANCO MOITA		IEC
758	JOSE EDMILSON MACHADO BASTOS JUNIOR		IEC
759	NATALIA FERNANDA GOMES		IEC
760	NORMA SUELI ALVES DOS SANTOS VIDAL		IEC
761	PRISCILA SILVA		IEC
762	ROGERIO CALDEIRA MAGALHAES		IEC
763	EDINALDO NASCIMENTO RIBEIRO		IEC

Da Função do Jurado

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I ¿ o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II ¿ os Governadores e seus respectivos Secretários;

III ¿ os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV ¿ os Prefeitos Municipais;

V ¿ os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI ¿ os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII ¿ as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII ¿ os militares em serviço ativo;

IX ¿ os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X ¿ aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no

dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua, aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um.

FABIOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO

Juíza de Direito titular da Vara do Tribunal do Júri

Comarca de Ananindeua/PA

RESENHA: 30/10/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE ANANINDEUA - VARA: VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE ANANINDEUA PROCESSO: 00003018220098140006 PROCESSO ANTIGO: 20092000271 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021 ACUSADO:JOSE MARIA FRANCA SILVA VITIMA:W.

G. A. . EDITAL DE INTIMAÃÃO SESSÃO DO JÃRI A Exma. Sra. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, JuÃ-za de Direito da Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca de Ananindeua-PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, que lhe sÃ£o conferidas por Lei etc. Faz saber, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que foi denunciado, como incurso nas penas do art. 121, Â§2Âº, II e IV, do CÃ³digo Penal Brasileiro, autos de nÂ° 0000301-82.2009.8.14.0006, o nacional: JOSE MARIA FRANÃA SILVA, brasileiro, paraense, nascido em 14/09/1981, filho de Maria do Socorro da Silva FranÃ§a e Manoel dos Santos Silva, com Ãºltimo endereÃ§o constante dos autos. Manda que se expeÃ§a o presente EDITAL, para que seja, o acusado acima qualificado, INTIMADO a comparecer Ã SessÃ£o de Julgamento do Tribunal do JÃºri a ser realizada no dia 09/12/2021, Ã s 08h00min, nesta vara, sito Ã Avenida ClÃ¡udio Sanders, 193, Centro, FÃ³rum da Comarca de Ananindeua. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua, 03 de novembro de 2021. Eu, Claudia Fernandes, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO JuÃ-za de Direito da Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00040486620138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBERSON SILVA BARROS A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021 VITIMA:L. S. C. DENUNCIADO:DANIEL CLEBSON DA SILVA VIANA DENUNCIADO:MARCLEUTON SOARES FEITOSA. De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB/TJE) Â Â Â Â Â De ordem da Exma. Sra. FabÃ-ola Urbinati Maroja Pinheiro, JuÃ-za de Direito Titular da Vara do Tribunal do JÃºri de Ananindeua, tendo em vistaÂ necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, fica REDESIGNADA A SESSÃO DO JÃRI, anteriormente agendada, para o dia 20/04/2023 Ã s 08h00min. Intimem-se as testemunhas e partes. Ananindeua, 03 de novembro de 2021. Weberson Barros Auxiliar JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00164187220168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021 VITIMA:D. A. R. DENUNCIADO:AUGUSTO LUIS DA SILVA PANTOJA Representante(s): OAB 25200 - LUIZ GUILHERME DA SILVA SACRAMENTO JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem, INTIMO o(a) advogado(a) LUIZ GUILHERME DA SILVA SACRAMENTO JUNIOR, OAB/PA 25200, habilitado(a) pelo denunciado AUGUSTO LUIS DA SILVA PANTOJA, para devolver os autos da aÃ§Ã£o penal em referÃªncia, no prazo de 72 horas, ou que comprove a devoluÃ§Ã£o, caso jÃ¡ tenha ocorrido. Ananindeua/PA, 02/11/2021 Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00183881520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBERSON SILVA BARROS A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021 ACUSADO:GLAUBERT THIAGO MESQUITA DA SILVA VITIMA:D. S. C. B. . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB/TJE) Â Â Â Â Â De ordem da Exma. Sra. FabÃ-ola Urbinati Maroja Pinheiro, JuÃ-za de Direito Titular da Vara do Tribunal do JÃºri de Ananindeua, tendo em vista tratar-se de processo em que figura rÃ©u preso, fica REDESIGNADA A SESSÃO DO JÃRI, anteriormente agendada, para o dia 01/02/2022 Ã s 08h00min. Intimem-se as testemunhas e partes. Ananindeua, 03 de novembro de 2021. Weberson Barros Auxiliar JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00000088342015814000 6 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 04/11/2021 VITIMA:J. A. M. S. DENUNCIADO:KELLYSON CAMPOS SODRE DENUNCIADO:SANDRO SOUSA CARRERA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO. EDITAL PRAZO DE 15 DIAS A Exma. Sra. Dra. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, JuÃ-za Titular da Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca de Ananindeua, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e etc. Â Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que foi denunciado pelo Exmo. Dr.(a). Promotor(a) de JustiÃ§a, KELLYSON CAMPOS SODRÃ, vulgo SATANÃS, brasileiro, nascido em 03/04/1994, CPF nÂ° 032.443.662-95, filho de Marinete Pereira Campos e Oziee Pantoja SodrÃ©, residente na Rua Paulo AssunÃ§Ã£o, nÂº 05, Lt. Warrislandia, IcuÃ--Laranjeira, Ananindeua/PA, como incurso nas penas do art. art. 121, Â§2Âº, I do CPB, referente aos autos de nÂ° 0000088-34.2015.8.14.0006, estando atualmente em local incerto e nÃ£o sabido, manda que se expeÃ§a o presente EDITAL, a fim de que ofereÃ§a a resposta escrita no prazo de 10 dias, em relaÃ§Ã£o aos fatos alegados na denÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual, podendo arrolar testemunhas, arguir preliminares e alegar tudo o que interessar Ã sua defesa, ASSIM COMO DEVERÃ DIZER SE POSSUI ADVOGADO PARTICULAR OU SE DESEJA O PATROCÃNIO DA DEFENSORIA PÃBLICA. Ananindeua, 04 de novembro de 2021. Eu, Iara Fernandes, Analista JudiciÃ¡rio, o digitei. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO JuÃ-za de Direito Titular da Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00024464020138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 04/11/2021 VITIMA:A. J. F.

DENUNCIADO:ALEXANDRE PINHEIRO ARAUJO. EDITAL DE INTIMAÃÃO SESSÃO DO JÃRI A Exma. Sra. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, JuÃ-za de Direito Titula da Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca de Ananindeua-PA, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, que lhe sÃ£o conferidas por Lei etc. Faz saber, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que foi denunciado, como incurso nas penas do art. 121 do CPB, autos de nÂ° 0002446-40.2013.8.14.0006, o nacional: ALEXANDRE PINHEIRO ARAÃJO, brasileiro, paraense, nascido em 20/10/1983, filho de Sandra Leonora Pinheiro da Silva e AntÃ´nio Lima AraÃºjo, com Ãºltimo endereÃ§o constante dos autos. Manda que se expeÃ§a o presente EDITAL, para que seja, o acusado acima qualificado, INTIMADO a comparecer Ã SessÃ£o de Julgamento do Tribunal do JÃºri a ser realizada no dia 16/12/2021, Ã s 08h00min, nesta vara, sito Ã Avenida ClÃ¡udio Sanders, 193, Centro, FÃ³rum da Comarca de Ananindeua. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua, 04 de novembro de 2021. Eu, Claudia Fernandes, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO JuÃ-za de Direito Titular da Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00071217120118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 04/11/2021 DENUNCIADO:ALDENOR PAMPLONA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7320 - HUMBERTO FEIO BOULHOSA (ADVOGADO) OAB 3366 - ANGELA MARIA FERREIRA NUNES (ADVOGADO) OAB 28347 - PAULO REINALDO SANTIAGO DO ESPIRITO SANTO (ADVOGADO) VITIMA:M. L. C. A. PROMOTOR:QUINTA PROMOTORIA DE JUSTICA DE ANANINDEUA. ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, designo SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 07/06/2022, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 04 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00094007320118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 04/11/2021 DENUNCIADO:DAVI PASSARINHO PINHEIRO VITIMA:J. N. O. . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, designo SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 16/06/2022, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 04 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00096345520118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 04/11/2021 VITIMA:V. F. S. C. DENUNCIADO:HUDSON NAZARENO DA SILVA BERNARDES. ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, designo SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 21/06/2022, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 04 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00010732620108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 05/11/2021 ACUSADO:DIEGO MANAIA FERREIRA Representante(s): OAB 14069 - MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (ADVOGADO) ACUSADO:RODRIGO CESAR DO VALE TOMASSO Representante(s): OAB 7998 - ALEXANDRE SIQUEIRA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) VITIMA:F. A. C. VITIMA:D. C. C. VITIMA:A. P. S. C. PROMOTOR:PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTICA DE ANANINDEUA. EDITAL PRAZO DE 15 DIAS Â Â Â A Exma. Sra. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, JuÃ-za de Direito Titular da Vara do Tribunal do JÃºri da Comarca de Ananindeua, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que foi denunciado pelo Exmo. Promotor(a) de JustiÃ§a, como incurso nas penas do art. 121 do CPB, referente aos autos de nÂ° 0001073-26.2010.814.0006, o nacional RODRIGO CESAR DO VALE TOMASSO, brasileiro, filho de Afonso Romi da Silva Tomasso e Leila Maria Ferreira do Vale, nascido em 01/04/1986, com Ãºltimo endereÃ§o constante nos autos. Manda que se expeÃ§a o presente EDITAL, para que seja o denunciado INTIMADO para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, se irÃ¡ constituir novo advogado ou se deseja o patrocÃ-nio da Defensoria PÃºblica. Advirta-se o acusado de que transcorrido o prazo do edital sem a sua manifestaÃ§Ã£o, serÃ¡ nomeada a Defensoria PÃºblica para atuar em sua defesa. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Ananindeua, 04 de novembro de 2021. Eu, Claudia Fernandes, Auxiliar JudiciÃ¡rio, o digitei. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO JuÃ-za de Direito da Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00011843220098140006 PROCESSO ANTIGO: 200920013840 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FABIOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 05/11/2021 VITIMA:E. S. C.

DENUNCIADO:JOSE MARIA GASPAR DA ROCHA DENUNCIADO:TIAGO JEOVA DA SILVA BRITO. Processo nÂº 00011843220098140006 Â Â Â Â Â DECISÃO Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Trata-se de processo-crime instaurado por meio de denÃºncia movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual em face dos rÃ©us JosÃ© Maria Gaspar da Rocha, vulgo Â¿DiobaÂ¿ e Tiago Jeova da Silva Brito, vulgo Â¿CaveirinhaÂ¿, qualificados na denÃºncia, como incursos nas sanÃ§Ãµes do art. 121, caput, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Consta na denÃºncia que, no dia 25.12.2008, por volta de 23:40h, em plena via pÃºblica, na Rua VitÃ³ria, Loteamento Jardim Nova Vida, bairro Ãguas Lindas, neste municÃ-pio, os denunciados ceifaram a vida da vÃ-tima Edegar SerrÃ£o Caldas Â mediante utilizaÃ§Ã£o de instrumento pÃ©rfuro-cortante. Â Â Â Â Â Narra o parquet que, no dia do crime, a vÃ-tima estava em companhia de seus amigos Luiz Carlos Leal Freire e Luiz Valdemir Franco do Nascimento, ingerindo bebida alcoÃ³lica em um barzinho, e, em dado instante, fora abordada pelos denunciados e o elemento denominado Weslen da Silva, vulgo Â¿FumaÃ§aÂ¿, ocasiÃ£o em que o denunciado JosÃ© Maria Gaspar da Rocha, munido de uma arma branca, do tipo faca, agrediu fisicamente a vÃ-tima e, posteriormente, desferiu-lhe vÃ¡rios golpes com a faca, atingindo a barriga e o tÃ³rax do ofendido. Â Â Â Â Â Segundo a denÃºncia, a vÃ-tima ainda chegou a ser socorrida pelas testemunhas Luiz Carlos Leal Freire e Luiz Valdemir Franco do Nascimento, que o levaram ao atendimento mÃ©dico, tendo sido posteriormente transferida para o Hospital Metropolitano, contudo, devido Ã gravidade dos ferimentos, nÃ£o resistiu e evoluiu a Ã³bito. Â Â Â Â Â A denÃºncia foi recebida em 29.06.2009 (fl. 57). Â Â Â Â Â O rÃ©u JosÃ© Maria Gaspar da Rocha, citado por edital, nÃ£o compareceu ao processo nem constituiu advogado, tendo sido o processo e a prescriÃ§Ã£o suspensos, bem como decretada a sua prisÃ£o preventiva, a qual foi cumprida em 19.04.2015. Â Â Â Â Â Citado pessoalmente, o rÃ©u respondeu por escrito a acusaÃ§Ã£o no prazo legal, aduzindo discordar integralmente dos termos da denÃºncia e reservando-se para apresentaÃ§Ã£o de suas teses posteriormente. Â Â Â Â Â Foi revogada a prisÃ£o preventiva do rÃ©u em 20.05.2015, tendo este assinado termo de compromisso Ã fl. 94. Â Â Â Â Â Citado por edital o rÃ©u Tiago Jeova da Silva Brito, nÃ£o compareceu ao processo nem constituiu advogado, tendo sido o processo e a prescriÃ§Ã£o suspensos. NÃ£o foi requerida a prisÃ£o preventiva do acusado nem a produÃ§Ã£o antecipada de provas urgentes atÃ© o presente momento. Â Â Â Â Â Em audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, foi ouvida uma testemunha, tendo havido desistÃªncia de oitiva das demais testemunhas nÃ£o-localizadas. Â Â Â Â Â Foi dispensada a realizaÃ§Ã£o de interrogado o rÃ©u diante da ausÃªncia do rÃ©u Ã audiÃªncia e por ter sido decretada a sua revelia (fls. 194/195).Â Â Â Â Â Â Foi carreado aos autos o laudo de necropsia. Â Â Â Â Â Â O parquet apresentou alegaÃ§Ãµes finais, por meio das quais pleiteou a pronÃºncia do acusado pela prÃ¡tica do crime previsto no art. 121, caput, do CP, por entender haver prova da materialidade e indÃ-cios suficientes de autoria. Â Â Â Â Â Â A defesa do rÃ©u requereu a impronÃºncia por insuficiÃªncia de provas e por nÃ£o se admitir a pronÃºncia com base em provas exclusivamente produzidas no inquÃ©rito policial. Â Â Â Â Â Vieram-me os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o rÃ©u manteve o seu endereÃ§o atualizado ao longo dos anos pelos quais tem respondido ao processo (fls. 94, 99 e 132), tendo comparecido, inclusive, Ã ÃºltIma audiÃªncia para a qual fora intimado (fl. 179), a qual foi redesignada sucessivamente para os dias 02/12/2019, 05/04/2021 e 25/08/2021 (fls. 185 e 190), nÃ£o havendo prova de ter sido ele intimado para tais atos, tendo sido tÃ£o-somente juntado aos autos a caderneta de acompanhamento do mesmo, a qual deixou de ser assinada, certamente por ele nÃ£o residir mais nesta comarca, mas sim no endereÃ§o por ele fornecido no Estado do MaranhÃ£o. Â Â Â Â Â Â Entretanto, na audiÃªncia do dia 25/08/2021, foi consignado no termo que o rÃ©u estivera ausente e jÃ¡ teria a revelia sido declarada, o que nÃ£o se verifica nos autos conforme acima exposto, pois, ao que tudo indica, nÃ£o fora intimada para a audiÃªncia em referÃªncia e tampouco teve a revelia decretada anteriormente. Â Â Â Â Â Â Assim, declaro nulo o processo a partir da audiÃªncia de 25/08/2021, por ter sido considerado equivocadamente revel e nÃ£o ter sido realizada a sua autodefesa por meio de interrogatÃ³rio em evidente prejuÃ-zo aos princÃ-pios do devido processo legal, ampla defesa e contraditÃ³rio. Â Â Â Â Â Ante o exposto, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o conforme pauta para interrogatÃ³rio do rÃ©u. Intimem-se o MP, o rÃ©u e a defesa. Â Â Â Â Â A audiÃªncia deverÃ¡ ser realizada por meio da plataforma TEAMS, devendo a Secretaria atentar para o fato de que o rÃ©u reside no Estado do MaranhÃ£o, devendo ser expedida carta precatÃ³ria Ã comarca onde reside com o envio do link de acesso a fim de que o ato seja realizado pelo prÃ³prio juÃ-zo deprecante. Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo, manifeste-se o MP sobre a necessidade de desmembramento do processo em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u Tiago Jeova da Silva Brito, bem como sobre eventual necessidade de decretaÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva e produÃ§Ã£o de provas urgentes quanto ao mesmo. Â Â Â Â Â Ananindeua (PA), 05 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00040515520128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WEBERSON SILVA BARROS A??o: Ação Penal de

Competência do Júri em: 05/11/2021 DENUNCIADO:JEFFERSON ANGELO DE OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 8976 - JOSE MARIA COELHO DA PAZ FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:FLAVIO OLIVEIRA DE JESUS Representante(s): OAB 21328 - GUSTAVO JOSE RIBEIRO DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. M. V. . Ã§Â ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 162, Â§4Âº do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB/TJE) Â Â Â Â Â Â De ordem da Exma. Sra. Dra. FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, JuÃ-za de Direito titular da Vara do Tribunal do JÃºri de Ananindeua, tendo em vista a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, redesigno o ato para o dia 19/10/2022 Ã s 11h30. Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico e os advogados DR. JOSE MARIA COELHO DA PAZ FILHO OAB/PA 8976 e DR. GUSTAVO JOSE RIBEIRO DA COSTA OAB/PA 21328. Ananindeua, 05 de novembro de 2021. Weberson Barros Auxiliar JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00084555220128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 05/11/2021 VITIMA:D. J. S. S. VITIMA:C. M. N. DENUNCIADO:THIAGO CALIXTO LEAL. ATO ORDINATÃRIO De ordem, considerando o nÃºmero excedente de testemunhas arroladas, abro vista ao Parquet para os fins de direito. Ananindeua/PA, 05 de novembro de 2021 Luciany Cassiano Diretora Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00085680620128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 05/11/2021 ACUSADO:RAIMUNDO FRANCISCO FERREIRA JUNIOR VITIMA:R. P. N. . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, designo SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 28/07/2022, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 05 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00000858420128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:J. R. P. DENUNCIADO:ANTONIO DEIVISON CORREA PEREIRA DENUNCIADO:HAILTON DA SILVA FURTADO DENUNCIADO:LUIS DIEGO NASCIMENTO OLIVEIRA. ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, designo SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 16/05/2023, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00008427820128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 ACUSADO:MANOEL HENRIQUE DOS SANTOS JUNIOR VITIMA:J. G. S. . ATO ORDINATÃRIO De ordem, redesigno SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÃRI para o dia 25/08/2022, Ã s 08h00. Considerando o nÃºmero excedente de testemunhas arroladas, fl. 172, abro vista ao Parquet para os fins de direito, inclusive indicando os endereÃ§os atuais das testemunhas que serÃ£o ouvidas em PlenÃ¡rio. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021 Luciany Cassiano Diretora Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00034513420128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 DENUNCIADO:EDERSON FERNANDO RIBEIRO NEVES DENUNCIADO:JONAS DAMIAO MACIEL DE OLIVEIRA VITIMA:J. C. S. VITIMA:J. W. S. B. S. . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, designo SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 30/03/2023, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00036661020128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:O. B. B. J. DENUNCIADO:IVANILDO AMARAL BORGES DENUNCIADO:RILSON DA SILVA NAZARE PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DO JURI. ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, designo SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 18/10/2022, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00049423220198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:M. F. M. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:WALLAXY DE OLIVEIRA MOURA

Representante(s): OAB 24050 - ISMAEL OLIVEIRA DE SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DOUGLAS PANTOJA SILVA Representante(s): OAB 24050 - ISMAEL OLIVEIRA DE SOUZA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 06/09/2023 Ã s 09h30min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00070776120128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 INDICIADO:E. O. F. C. VITIMA:A. A. G. DENUNCIADO:R. S. N. . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, designo SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 20/10/2022, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00120487920188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:J. L. M. S. DENUNCIADO:ALEX ROBSON SERRAO Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 30/08/2023 Ã s 10h00min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00144418420128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUCIANY MARIA CASSIANO SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:R. S. P. ACUSADO:MAYCON ARIAN DA CUNHA AVIZ. ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito Fabiola Urbinati Maroja Pinheiro, titular desta unidade, designo SessÃ£o do Tribunal do JÃºri para o dia 15/09/2022, Ã s 08h00, devendo a Secretaria cumprir as diligÃªncias necessÃ¡rias para realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Luciany Cassiano Diretora de Secretaria Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00148488020188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:R. B. L. VITIMA:N. M. L. VITIMA:I. C. A. DENUNCIADO:DIORGENES LIMA DE AVIZ DENUNCIADO:LEANDRO PINHEIRO OLIVEIRA Representante(s): OAB 28858 - MYRIAN CLAUDIA VIEIRA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCOS DO NASCIMENTO LEAL Representante(s): OAB 7448 - MANOEL DE JESUS SILVA FILHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 23/08/2023 Ã s 10h00min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00406898220158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:G. D. G. DENUNCIADO:MARCOS DE SOUZA CORREA Representante(s): OAB 11302 - JORGE MOTA LIMA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, fica designado o dia 23/08/2023 Ã s 08h30min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 08 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00002580620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IARA FERNANDES DOS SANTOS SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 09/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA SECCIONAL CIDADE NOVA VITIMA:P. S. P. F. J. DENUNCIADO:EDILTON OLIVEIRA DE MOURA Representante(s): OAB 29979 - MANOEL PINHEIRO GONÇALVES JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO De ordem da MM. JuÃ-za de Direito FABÃOLA URBINATI MAROJA PINHEIRO, Titular desta unidade, e considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, fica redesignado o dia 13/09/2023 Ã s 10h00min, para realizaÃ§Ã£o de AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO, devendo a secretaria cumprir o necessÃ¡rio para a realizaÃ§Ã£o do ato. Ananindeua/PA, 09 de novembro de 2021. Iara Fernandes Analista JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00103992120148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CAMILA BURNETT AIRES A??o:

Ação Penal de Competência do Júri em: 09/11/2021 VITIMA:A. P. R. R. VITIMA:M. V. F. R. DENUNCIADO:MARCIO RICARDO DAS NEVES SANTOS Representante(s): OAB 11957 - MAURO CESAR DA SILVA DE LIMA (ADVOGADO) . (De acordo com o art. 93, XIV da CF/88, art. 152, VI do CPC e Provimento 006/2006-CJRMB/TJE). Â ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â De ordem da MM. JuÃ-za, intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifeste sobre o item 2 do despacho de fls 64. Ananindeua/PA, 09 de novembro de 2021. Camila Burnett Auxiliar JudiciÃ¡rio Vara do Tribunal do JÃºri Comarca de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00124696920188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: VITIMA: R. P. M. DENUNCIADO: W. P. S. DENUNCIADO: D. S. M. DENUNCIADO: L. G. M. Representante(s): OAB 23745 - ADILSON FARIAS DE SOUSA (ADVOGADO)

SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

EDITAL DE INTIMAÇ¿O

00065832120208140006

PRAZO DE 05 DIAS

ACUSADO: ROMULO AUGUSTO RAMOS FERREIRA

ENDEREÇO: CONJUNTO CIDADE NOVA 2, WE-24, Nº 252 ¿ COQUEIRO ¿ ANANINDEUA/PA.

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) EMANOEL JORGE DIAS MOUTA, Juiz(a) de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ROMULO AUGUSTO RAMOS FERREIRA figura como denunciado nos autos da aç¿o penal distribuída sob o número em epígrafe, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em) intimado(s) pessoalmente, raz¿o pela qual se expede o presente EDITAL, para que COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DESIGNADA nos autos do presente processo PARA O DIA 29/11/2021 ÀS 08:30H, bem como para que, no prazo de 10 dias, constitua novo advogado ou informe se necessita do patrocínio da Defensoria Pública, ficando ciente que, transcorrido o prazo in albis, será nomeado Defensor Público para atuar em sua defesa.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, Auxiliar Judiciário, o digitei, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a).

Ananindeua, 03 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz(a) de Direito Titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O
00062385520208140006

PRAZO DE 05 DIAS

ACUSADO: EVERALDO DA LUZ MAIA

ENDEREÇO: ABELARDO CONDURU, QD-14, CASA 05 ¿ COQUEIRO ¿ ANANINDEUA/PA. CEP: 67015130.

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) EMANOEL JORGE DIAS MOUTA**, Juiz(a) de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que EVERALDO DA LUZ MAIA figura(m) como denunciado(s) nos autos da aç¿o penal distribuída sob o número** em epígrafe**, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em) intimado(s) pessoalmente, raz¿o pela qual se expede o presente EDITAL, para que** COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DESIGNADA nos autos do presente processo PARA O DIA 01/12/2021 ÀS 08:30H, bem como para que, no prazo de 10 dias, constitua novo advogado ou informe se necessita do patrocínio da Defensoria Pública, ficando ciente que, transcorrido o prazo in albis, será nomeado Defensor Público para atuar em sua defesa.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, Auxiliar Judiciário, o digitei, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a).

Ananindeua, 05 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz(a) de Direito Titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O

00061649820208140006

PRAZO DE 05 DIAS

ACUSADO: DENIS AMARAL AIRES

ENDEREÇO: CONJUNTO JADERLÂNDIA I, RUA E, Nº 56, ENTRE RUA TANCREDO NEVES E PASSAGEM LIBERDADE ¿ ATALAIA ¿ ANANINDEUA/PA.

ACUSADO: CLEBSON DE SOUSA LIMA

ENDEREÇO: CONJUNTO TERRA SANTA, RUA J, Nº 40 ¿ JADERLÂNDIA ¿ ANANINDEUA/PA.

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) EMANOEL JORGE DIAS MOUTA, Juiz(a) de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que DENIS AMARAL AIRES e CLEBSON DE SOUSA LIMA figura(m) como denunciado(s) nos autos da aç¿o penal distribuída sob o número em epígrafe, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em) intimado(s) pessoalmente, raz¿o pela qual se expede o presente EDITAL, para que COMPAREÇA À AUDIÊNCIA DE DEPOIMENTO ESPECIAL DESIGNADA nos autos do presente processo PARA O DIA 30/11/2021 ÀS 08:30H, bem como para que, no prazo de 10 dias, constitua novo advogado ou informe se necessita do patrocínio da Defensoria Pública, ficando ciente que, transcorrido o prazo in albis, será nomeado Defensor Público para atuar em sua defesa.

Eu, Vanessa Gonçalves Bentes, Auxiliar Judiciário, o digitei, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a).

Ananindeua, 03 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz(a) de Direito Titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O

Processo Nº 000.3101-02.2019.8.14.0006

PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS

Investigado(a)(s): MICHEL DAMASCENO DA PAIX¿O

Filiaç¿o: MARIA INEZ DAMASCENO DA PAIX¿O E MANOEL PEREIRA DA PAIX¿O

Data de nascimento: 16/07/1984

Último endereço: RUA SEBASTI¿O SOUZA, QUADRA 10, Nº 45, BAIRRO ÁGUAS BRANCAS, PRÓXIMO AO CEMITÉRIO TIA ZARITA, ANANINDEUA ¿ PA.

O Excelentíssimo Senhor Doutor **EMANOEL JORGE DIAS MOUTA**, Juiz de Direito titular pela 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que o(a) Investigado(a)(s) acima identificado(a)(s); fica **INTIMADO(A)(S)** para que constitua advogado particular ou indique a necessidade de patrocínio da Defensoria Pública. Ficando ciente o(a) investigado(a)(s), de que n¿o constituindo advogado particular **no prazo de 10 (dez) dias após sua intimaç¿o**, será nomeado Defensor Público.

FICA O(A) INVESTIGADO(A) INTIMADO(A) ainda para comparecer(em) à AUDIÊNCIA DE OITIVA ESPECIAL designada para o dia 02 de dezembro de 2021, às 08horas30minutos, nos moldes do artigo 10 e do artigo 12, da Lei nº 13.41/2017, bem como da Recomendaç¿o nº 33, de 23/11/2010 do CNJ, audiência que será realizada na 4ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Ananindeua, localizado na Avenida Claudio Sanders, antiga Estrada do Maguari, 193 (2º andar), bairro Centro, Ananindeua ¿ Pará.

Eu, Kátia R. da S. Motta, Auxiliar Judiciário lotada na 4ª Vara Criminal, o digitei, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a).

Ananindeua, 08 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE INTIMAÇ¿O

Processo Nº **001.1361-05.2018.8.14.0006**

PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS

Investigado(a)(s): **JO¿O MARIA DE SOUSA**

Filiaç¿o: **BENVINDA CLAUDIA DE SOUSA E PAI N¿O DECLARADO**

Data de nascimento: **16/11/1948**

Último endereço: **RUA SANTO ONOFRE, Nº 85F, BAIRRO ATALAIA, ANANINDEUA ¿ PARÁ. CEP: 67.013-848.**

O Excelentíssimo Senhor Doutor EMANOEL JORGE DIAS MOUTA, Juiz de Direito titular pela 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que o(a) Investigado(a)(s) acima identificado(a)(s); fica INTIMADO(A)(S) para que constitua advogado particular ou indique a necessidade de patrocínio da Defensoria Pública. Ficando ciente o(a) investigado(a)(s), de que n¿o constituindo advogado particular no prazo de 10 (dez) dias após sua intimaç¿o, será nomeado Defensor Público.

FICA O(A) INVESTIGADO(A) INTIMADO(A) ainda para comparecer(em) à AUDIÊNCIA DE OITIVA ESPECIAL designada para o dia **07 de dezembro de 2021, às 08horas45minutos**, nos moldes do artigo 10 e do artigo 12, da Lei nº 13.41/2017, bem como da Recomendaç¿o nº 33, de 23/11/2010 do CNJ, audiência que será realizada na 4ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Ananindeua, localizado na Avenida Claudio Sanders, antiga Estrada do Maguari, 193 (2º andar), bairro Centro, Ananindeua ¿ Pará.

Eu, Kátia R. da S. Motta, Auxiliar Judiciário lotada na 4ª Vara Criminal, o digitei, por ordem do(a) Excelentíssimo(a) Juiz(a).

Ananindeua, 10 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

Autos de nº 00011005-39.2020.8.14.0006

Requerente: ANA CARLA SEREJO DA SILVA

Requerido: WAGNER PINHEIRO DE SOUZA

Defesa: DR. MARCOS JOSÉ SIQUEIRA DAS DORES OAB/PA 14.870

SENTENÇA

Tratam os autos de medidas protetivas de urgência requeridas em raz¿o da suposta prática de violência doméstica.

Transcorrido considerável lapso temporal do referido pedido, com concess¿o das medidas requeridas, nenhuma das partes foi intimada da decis¿o.

Além disso, n¿o há qualquer notícia nos presentes autos de fato novo baseado em violência doméstica contra mulher nos moldes preceituados pela Lei nº 11.340/06.

É o breve relato. **Decido.**

É corolário de nosso ordenamento jurídico que as medidas protetivas de urgência, instituídas pela Lei nº

11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, visam resguardar a integridade física de psicológica de mulheres vítimas de delitos.

Assim, cabe ao juiz conhecer do pedido e decidir a respeito da necessidade das medidas protetivas de urgência, que poder¿o ser deferidas de imediato sem oitiva das partes ou do Ministério Público.

Para tanto, como medida cautelar, basta que se verifiquem os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora.

Nesta vereda, fica claro que a natureza jurídica destas medidas foge ao trâmite estabelecido pela lei adjetiva penal, mesmo que os fatos que lhe deram origem estejam, em regra, ligados à possível prática de crimes. Tem-se, em verdade, que as medidas protetivas de urgência possuem a mesma natureza jurídica de uma aç¿o cautelar cível satisfativa, devendo, portanto, obedecer ao rito previsto no Código de Processo Civil.

Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concess¿o de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessaç¿o ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processocrime ou aç¿o principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas ter¿o natureza de cautelar cível satisfativa, n¿o se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que n¿o se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situaç¿es que a favorecem. N¿o s¿o, necessariamente, preparatórias de qualquer aç¿o judicial. N¿o visam processos, mas pessoas (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. 3 ed. S¿o Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso Especial n¿o provido. (STJ Resp: 1419421GO 2013/0355585-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOM¿O, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4, QUARTA TURMA, Data de Publicaç¿o: Dje 07/04/2014)

Assim, evidente que o rito a ser seguido é o disposto nos artigos 305 e seguintes Código de Processo Civil.

As medidas protetivas de urgência visam assegurar à mulher em situaç¿o de risco o direito a uma vida sem violência, sendo certo que a adoç¿o da providência cautelar /satisfativa, pelo Juiz está vinculada à ocorrência iminente de probabilidade de les¿o a integridade física e psíquica da vítima.

Sabe-se que as medidas protetivas dispostas na Lei nº 11.340/2006 buscam proteger a integridade física e psicológica da mulher, contudo, na hipótese em apreço, há considerável lapso temporal entre o pedido de medidas e a presente data sem que haja qualquer notícia recente trazida aos autos de fato novo que venha determinar a manutenç¿o das medidas requeridas.

Dessa forma, é forçoso reconhecer a ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do art,485, IV do CPC.

Diante de fatos semelhantes a jurisprudência pátria já possuí decis¿es no sentido de que descaracterizada a urgência para concess¿o ou manutenç¿o das medidas protetivas. Cito:

E M E N T A - APELAÇ¿O CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - RECURSO MINISTERIAL - PLEITO PARA APLICAÇ¿O DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - INCABÍVEL - AUSÊNCIA DE REQUISITOS E N¿O SUBSISTÊNCIA DA NECESSIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS - RECURSO

IMPROVIDO. N¿o há, nos autos, elementos suficientes que indiquem a necessidade da aplicaç¿o da medida protetiva de urgência. Ademais, os fatos ocorreram há mais de um ano, n¿o havendo mais que se falar em urgência no deferimento das medidas protetivas com o objetivo de assegurar a integridade física e psicológica da mulher. Com o parecer, recurso improvido. (TJ-MS - APL: 00048802120128120029 MS 0004880-21.2012.8.12.0029, Relator: Desª. Maria Isabel de Matos Rocha, Data de Julgamento: 27/01/2015, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicaç¿o: 29/01/2015)

E, ainda:

APELAÇ¿O CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - MEDIDAS PROTETIVAS - NATUREZA CAUTELAR E AUTÔNOMA DAS MEDIDAS - DESINTERESSE DA VÍTIMA - N¿O COMPROVAÇ¿O DA NECESSIDADE. As medidas protetivas s¿o autônomas, no entanto, para o seu deferimento deve ficar demonstrado nos autos a sua real necessidade. (TJ-MG - APR: 10024083075911001 MG, Relator: Denise Pinho da Costa Val, Data de Julgamento: 29/04/2014, Câmaras Criminais / 6ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicaç¿o: 08/05/2014)

Como é sabido, a tutela de urgência será mantida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do CPC.

No caso concreto, tais requisitos n¿o mais se perfazem haja vista o transcurso do longo lapso temporal e a ausência de qualquer notícia de fato recente indicador de que ainda presente a urgência como sustentáculo fundamental ao desenvolvimento regular e válido do processo.

Sendo assim, entendo inexistente, neste momento, a necessidade e a urgência para manutenç¿o das medidas pleiteadas, e as REVOGO, e EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇ¿O DE MÉRITO, nos termos dos artigos 485, inciso IV do Código de Processo Civil.

Sem condenaç¿o em custas e honorários.

CIÊNCIA ao advogado que subscreve a petiç¿o de fl. ____ e ao Ministério Público.

Regularize-se a numeraç¿o dos autos.

Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se.

Ananindeua/PA, 18 de outubro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/PA

Autos de nº 0006224-71.2020.8.14.0006

DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA

INDEFIRO a habilitaç¿o do assistente técnico conforme requerido pela Defesa do investigado à fl. 64, haja vista a inexistência de prova pericial nos autos, pelo que resta prejudicada a necessidade de assistente técnico.

Valendo ressaltar que o ato de Produç¿o Antecipada de Provas designado à fl. 51 n¿o se trata de prova pericial a ser produzida, mas sim de depoimento especial sem dano da vítima realizado nos moldes específicos da Lei nº 13.341/17.

No mais, se n¿o houver oposiç¿o das partes, até porque se trata de processo sigiloso, o psicólogo apresentado pela Defesa poderá acompanhar o referido ato na qualidade de ouvinte.

CUMPRA-SE o necessário para a realizaç¿o da audiência designada nos autos.

INTIME-SE o Advogados Dr. GUSTAVO PASTOR PINHEIRO, OAB/PA nº 13.933, via DJe. SERVE A PRESENTE DECIS¿O COMO ATO ORDINATÓRIO.

Ananindeua (PA), 10 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua

EDITAL DE CITAÇ¿O

0004334-34.2019.8.14.0006

PRAZO DE 15 DIAS

Publicaç¿o no diário oficial:

ACUSADO: EDILSON DA SILVA PONTES, **Filiação:** MARIA ALEXANDRE DA SIILVA, GERSON ALVES DE PONTES

ACUSADO : EDILSON DA SILVA PONTES

ENDEREÇO: RUA S¿¿O PEDRO, ESTRADA DO MAGUARI, AO LADO DO CONDOM¿NIO VIT¿¿RIA / **CEP:** N¿¿O FORNECIDO **BAIRRO:** Maguari

O Excelentíssimo Senhor Doutor, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao acusado acima identificado, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E N¿O SABIDO, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em) citado(s) pessoalmente nos autos da Aç¿o Penal distribuída sob o número em epígrafe, expede-se o presente EDITAL, para que apresente RESPOSTA À ACUSAÇ¿O, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que deverá alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, tudo com fulcro nos arts. 396 e 396-A, do CPP, SOB PENA DE SUSPENS¿O DO PROCESSO E DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL.

Eu, Ana Carolina de Melo Amaral Girard, analista do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 10 de novembro de 2021

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE CITAÇ¿O
0006239-74.2019.8.14.0006

PRAZO DE 15 DIAS

Publicaç¿o no diário oficial:

ACUSADO: EDUILSON PEREIRA, **Filiação:** LUCIA PEREIRA, NAO INFORMADO

ACUSADO : EDUILSON PEREIRA

ENDEREÇO: C.N.20, QUADRA 3, ESTRADA ICU¿-GUAJAR¿, 40 HORAS / **CEP:** 67125560 **BAIRRO:** Icu¿--Guajar¿¡

O Excelentíssimo Senhor Doutor, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao acusado acima identificado, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E N¿O SABIDO, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em) citado(s) pessoalmente nos autos da Aç¿o Penal distribuída sob o número em epígrafe, expede-se o presente EDITAL, para que apresente RESPOSTA À ACUSAÇ¿O, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que deverá alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, tudo com fulcro nos arts. 396 e 396-A, do CPP, SOB PENA DE SUSPENS¿O DO PROCESSO E DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL.

Eu, Ana Carolina de Melo Amaral Girard, analista do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 10 de novembro de 2021

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE CITAÇ¿O
0006464-94.2019.8.14.0006

PRAZO DE 15 DIAS

Publicaç¿o no diário oficial:

ACUSADO: NELSON DA SILVA TABARANA JUNIOR, **Filiação:** ILZA DE LIMA TABARANA, NELSON DA SILVA TABARANA

ACUSADO : NELSON DA SILVA TABARANA JUNIOR

ENDEREÇO: ESTRADA DO AURA, RES. TORRE DO AURA, BL 11, AP 304, RUA DETRAN / **CEP:** N¿¿O FORNECIDO **BAIRRO:** ¿guas Brancas

O Excelentíssimo Senhor Doutor, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao acusado acima identificado, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E N¿O SABIDO, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em)

citado(s) pessoalmente nos autos da Aç¿o Penal distribuída sob o número em epígrafe, expede-se o presente EDITAL, para que apresente RESPOSTA À ACUSAÇ¿O, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que deverá alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, tudo com fulcro nos arts. 396 e 396-A, do CPP, SOB PENA DE SUSPENS¿O DO PROCESSO E DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL.

Eu, Ana Carolina de Melo Amaral Girard, analista do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 10 de novembro de 2021.

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE CITAÇ¿O
0008346-91.2019.8.14.0006

PRAZO DE 15 DIAS

Publicaç¿o no diário oficial:

ACUSADO: ALEXANDRE FERNANDES DA CONCEICAO, **Filiação:** AURICELIA FERNANDES DA CONCEICAO, MANOEL MARCELINO DA CONEICAO

ACUSADO: ALEXANDRE FERNANDES DA CONCEICAO

ENDEREÇO: PASSAGEM NOSSA SENHORA DE NAZARE 142 / PARQUE SERTANEJO **CEP:** N¿¿O FORNECIDO **BAIRRO:** Icu¿--Guajar¿¡

O Excelentíssimo Senhor Doutor, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao acusado acima identificado, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E N¿O SABIDO, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em) citado(s) pessoalmente nos autos da Aç¿o Penal distribuída sob o número em epígrafe, expede-se o presente EDITAL, para que apresente RESPOSTA À ACUSAÇ¿O, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que deverá alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, tudo com fulcro nos arts. 396 e 396-A, do CPP, SOB PENA DE SUSPENS¿O DO PROCESSO E DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL.

Eu, Ana Carolina de Melo Amaral Girard, analista do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 10 de novembro de 2021

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE CITAÇ¿O
0008401-42.2019.8.14.0006

PRAZO DE 15 DIAS

Publicaç¿o no diário oficial:

ACUSADO: WANDERLEI DA SILVA DOS SANTOS, **Filiação:** LEONICE DA SILVA DOS SANTOS, BENEDITO DOS SANTOS

ACUSADO : WANDERLEI DA SILVA DOS SANTOS

ENDEREÇO: RUA SETE, N. 10 ARTERIAL 5 B / EM FRENTE AO BARATAO DO PAAR **CEP:** 67145013 **BAIRRO:** Maguari

O Excelentíssimo Senhor Doutor, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao acusado acima identificado, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E N¿O SABIDO, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em) citado(s) pessoalmente nos autos da Aç¿o Penal distribuída sob o número em epígrafe, expede-se o presente EDITAL, para que apresente RESPOSTA À ACUSAÇ¿O, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que deverá alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, tudo com fulcro nos arts. 396 e 396-A, do CPP, SOB PENA DE SUSPENS¿O DO PROCESSO E DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL.

Eu, Ana Carolina de Melo Amaral Girard, analista do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 10 de novembro de 2021

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

EDITAL DE CITAÇ¿O
0012768-46.2018.8.14.0006

PRAZO DE 15 DIAS

Publicaç¿o no diário oficial:

ACUSADO: ROSIELSON AMARAL MARTINS, **Filiação:** ROSEANE DO SOCORRO AMARAL MARTINS, RAIMUNDO TADEU OLIVEIRA MARTINS

ACUSADO : ROSIELSON AMARAL MARTINS

ENDEREÇO: RUA.22 DE ABRIL,RUA-B,NÂº.22 -ICUI-GUAJARA. / **CEP:** N¿¿O FORNECIDO **BAIRRO:** Icu¿--Guajar¿¡

O Excelentíssimo Senhor Doutor, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que ao acusado acima identificado, ATUALMENTE EM LUGAR INCERTO E N¿O SABIDO, visto que n¿o foi(ram) encontrado(s) para ser(em) citado(s) pessoalmente nos autos da Aç¿o Penal distribuída sob o número em epígrafe, expede-se o presente EDITAL, para que apresente RESPOSTA À ACUSAÇ¿O, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que deverá alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, tudo com fulcro nos arts. 396 e 396-A, do CPP, SOB PENA DE SUSPENS¿O DO PROCESSO E DO CURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL.

Eu, Ana Carolina de Melo Amaral Girard, analista do judiciário, o digitei, por ordem do Excelentíssimo Juiz.

Ananindeua, 10 de novembro de 2021

EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Juiz de Direito titular da 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

ATO ORDINATÓRIO

Processo: **00139890620148140006**

DENUNCIADO: **LORRAN KAUE VIEIRA DE SOUZA**

DEFESA: **CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA ¿ OAB/PA 11.025**

DE ORDEM, do Excelentíssimo Senhor Doutor **EMANOEL JORGE DIAS MOUTA**, Juiz de Direito Titular 4ª Vara Penal de Ananindeua, nos termos da Portaria nº 09, de 08 de maio de 2018, e do Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 08/2014 ¿ CJRMB, FICA INTIMADO(A) o(a)(s) advogado(a)(s) de defesa **acima identificado(s)**, para comparecer(em) **no dia 29 de novembro de 2021, às 09:00horas,** na Secretaria da 4ª Vara Criminal do Fórum da Comarca de Ananindeua, localizado na Avenida Claudio Sanders, antiga Estrada do Maguari, 193 (2º Andar), bairro Centro, Ananindeua - Pará, a fim de participar de **AUDIENCIA DE INSTRUÇ¿O E JULGAMENTO** designada nos autos do processo em epígrafe.

Ananindeua, **11 de novembro** de 2021.

Kátia Regina da Silva Motta

Auxiliar Judiciário lotada na 4ª Vara Criminal

Comarca de Ananindeua

FÓRUM DE BENEVIDES

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº 0003814-68-2014.8.14.0097

Ação: Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Dano Moral

Requerente: Maria de Lourdes Araújo Silva

Requerida: Centrais Elétricas do Pará ¿ CELPA

Advogado: Flávio Augusto Queiroz Montalvão das Neves ¿ OAB/PA 14179

De ordem da Exma. Sra. Vanessa Ramos Couto, Juíza de Direito, Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, em atendimento ao Despacho de fls. 126-126(verso), fica designada **a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 02/02/2022, às 09:00h, renove-se as diligências necessárias.**

Benevides - PA, 10 de novembro de 2022.

Moniqui Nascimento

Auxiliar Judiciário da 1ª Vara Cível e Empresarial de Benevides-PA

Assinado de acordo com o Art. 1º, § 2º, III, do Provimento nº 06/2006, da CJRMB, modificado pelo Provimento nº 08/2014, da CJRMB.

EXECUÇÃO DE ALIMENTOS ¿ CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Processo nº: 0116719-79.2015.8.14.0097

Exequente: J.D.S.A.

Representante Legal: MARIA JOSÉ MENEZES DA SILVA

Executado: RONALDO DA SILVA ALCÂNTARA

EDITAL DE CITAÇÃO

(PRAZO DE 30 DIAS)

A Exma. Sra. Vanessa Ramos Couto, Juíza de Direito, Titular da 1ª Cível e Empresarial, desta Comarca de Benevides, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria, tramitam os AUTOS CÍVEIS DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS ¿ CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nº. **0116719-79.2015.8.14.0097**, e que, por não ter sido localizado, fica o(a) **Sr(a). RONALDO DA SILVA ALCÂNTARA,** devidamente **CITADO(A)** de todos os termos e para todos os fins, termos e atos da execução supramencionada, que lhe move o(a) Requerente, J.D.S.A., menor, devidamente representado por sua genitora, Sra. MARIA JOSÉ MENEZES DA SILVA, e, para, em 3 (três) dias, pagar o débito descriminados na exordial e planilha anexa, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o título executivo judicial junto ao competente Cartório, bem como de ser-lhe decretada a prisão pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses, cientificando-o de que, no caso de se chegar a decretação da prisão: (I) o pagamento da dívida suspende a ordem de prisão, (II) a execução da prisão, ainda que pela totalidade do tempo eventualmente determinado, não o eximirá do cumprimento da obrigação em tela, (III) o cumprimento da prisão dar-se-á em regime fechado.

Expedido nesta Cidade e Comarca de Benevides, Estado do Pará, aos 10 (dez) dias do mês de novembro do ano de 2021.

Leide Mary do Carmo Ribeiro

Diretora de Secretaria da 1ª Vara de Benevides-PA

Provimento nº. 006/2006 (Alterado pelo Provimento n°. 08/2014), art. 1º, §1º, IX, da Corregedoria-Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BENEVIDES

JUÍZA: EDILENE DE JESUS BARROS SOARES.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

(PRAZO DE 90 DIAS)

A MMa. Sra. Dra. EDILENE DE JESUS BARROS SOARES, Juíza de Direito titular da Vara da Comarca de Benevides, Estado do Pará, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo tramita o **Processo Criminal de n° 0008234-43.2019.814.0097**, tendo como Acusado(a)(s) JHORD WASHINGTON MORAES GOMES, brasileiro, paraense, nascido em 30/12/1997, Filho de Simoni Cristina Rodrigues Moraes e José Roberto Gomes. Em virtude deste(a) se encontrar em lugar incerto e no sabido, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 90 (noventa) dias, expede-se o presente Edital a fim de que intime o mesmo do inteiro teor da sentença prolatada aos quinze (15) dias de março (03) de dois mil e vinte e um (2021), nos termos do artigo 392, inciso VI do CPP c/c §1° do mesmo artigo. CUMPRA-SE. EXPEDIDO nesta Cidade e Comarca de Benevides, Estado do Pará aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Marta Maciel Pimentel, diretora de secretaria, que o digitei e segue assinado consoante Art. 1º, §1º, IX, do Provimento nº. 006/2006, c/c Art. 1º, §1º, do provimento 08/2014, da Corregedoria-Geral de Justiça da Regio Metropolitana de Belém. MARTA MACIEL PIMENTEL Diretora de Secretaria da Vara Criminal de Benevides.

PROCESSO Nº 00040671720188140097 ¿ AÇÃO PENAL - CRIME SEXUAL ¿ DENUNCIADO: DARCIMAR ANTONIO BORGES DA SILVA (ADVOGADAS MARIA DINAIR SOARES DE OLIVEIRA OAB/PA 2580/PA E MARIA LUCIA SOUSA PEREIRA PONTES OAB/PA 6850) ¿ VÍTIMA: L.C.N.B. - TERMO DE AUDIÊNCIA - DELIBERAÇÃO: Encerrada esta instrução processual. Dê-se vistas para alegações finais. Nada mais havendo, a MM. Juíza deu por encerrado o presente termo. Todas as partes que se encontram na audiência declaram que dispensam a assinatura física, levando em conta o momento da pandemia do covid-19. Valendo a assinatura do (a) magistrado (a), o qual possui fé pública, como forma de validar a presença de todas as partes. Nada mais havendo, a MMª. Juíza deu por encerrado o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

PROCESSO Nº 00082344320198140097 ¿ AÇÃO PENAL ¿ ROUBO ¿ DENUNCIADO: CHARLES WLIMIS ALMEIDA DOS SANTOS (ADV. JOÃO NELSON CAMPOS SAMPAIO OAB/PA 8002) ¿ DESPACHO: 01- O acusado ANDERSON JOSE LISBOA DOS SANTOS, está em local ignorado conforme certificado às fls.270, além de não ter constituído defensor, sendo sua defesa, patrocinada pela Defensoria Pública, providencie, a secretaria, sua intimação ficta, pelo prazo de 90 (noventa) dias, do inteiro teor da sentença. 02-Certifique-se se o acusado JHORD WASHINGTON MORAES GOMES foi intimado da sentença condenatória, caso o acusado não tenha sido localizado para ser intimado, providencie, a secretaria, sua intimação ficta, pelo prazo de 90 (noventa) dias, do inteiro teor da sentença. 03-Considerando a impetração do recurso pelo acusado CHARLES WLIMIS ALMEIDA SANTOS às fls.267, certifique-se sua tempestividade e após intime-se o patrono do referido acusado para impetrar as razoes do recurso, transcorrido in albis, intime-se o acusado informando-o acerca da inercia de seu patrono, devendo constar no referido mandado a possibilidade do acusado constituir novo advogado no prazo de 10 dias. Deve o Oficial de Justiça responsável pela diligência, certificar se o denunciado tem interesse no patrocínio da causa pela Defensoria Pública. 04 ¿ Transcorrendo o prazo in albis ou se o acusado CHARLES WLIMIS ALMEIDA SANTOS, não constituir novo advogado no prazo legal, nomeio desde logo, a Defensora Pública deste distrito, para atuar no processo e apresentar as razões recursais no prazo legal. 05-Cumprido os itens anteriores faça-se os autos conclusos para a analise do pedido de fls.264.

FÓRUM DE MARITUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - GABINETE DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE MARITUBA PROCESSO: 00000847220138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:CARLOS ALBERTO MARQUES DE SANTANA VITIMA:C. A. S. B. . DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 30.03.2022 as 09H00. INTIME-SE o acusado. ENDEREÃO: RUA LEAO DELGADO, N 850, FLORES, BENEVIDES INTIMEM-SE AS TESTEMUNHAS: - NILSON SOARES PEREIRA - DAVI ALOSO VASCONCELOS NUNES - LUIS ANTONIO DA COSTA PINHEIRO - FREDERICO VARRETO BARREIROS - PEDRO PAULO LOBATO OLIVEIRA Â SERVE O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00001256820158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 10/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOAO CLEBER CORREIA FERREIRA. DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 29.03.2022 as 11H00. REQUISITE-SE O ACUSADO REQUISITE-SE AS TESTEMUNHAS POLICIAIS MILITARES: - EDUARDO ANTONIO FARIAS DE MORAES - JOSE MARIA MIRANDA ALCANTARA - RAPHAEL DOS SANTOS MEIRELES Â SERVE O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00003300520128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 10/11/2021 DENUNCIADO:FABIO ALEXANDRE GOMES DA SILVA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO Considerando o termo de audiÃªncia de fls. 57, dÃª-se vistas Ã s partes para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais no prazo de 05 (cinco) dias. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00005621220158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:E. A. J. K. DENUNCIADO:ANDERSON NEVES PINHEIRO. DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 03.02.2022 as 09H00. INTIME-SE o acusado no endereÃ§o situado Ã Passagem SÃ£o CristovÃ£o, n.36, Bairro SÃ£o Francisco, Marituba/PA. INTIME-SE as testemunhas: - ELIEL LOUZEIRO SILVA no endereÃ§o situado Ã Rua JoÃ£o Batista, depois da rua da Ameixeira, n.10, bairro Almir Gabriel, Marituba/PA; - JOÃO PAULO NASCIMENTO DE SOUSA no endereÃ§o situado Ã Rua SÃ£o Francisco, n.134, Bairro Novo, Marituba/PA; - MARCOS VINICIUS DO CARMO CARDOSO no endereÃ§o situado Ã Terceira Rua, n.94, bairro Novo, Marituba/PA; - JEAN VITOR DE SOUSA CONCEIÃÃO no endereÃ§o situado Ã Rua SÃ£o Judas, n.140, bairro Aguas Lindas, Ananindeua/PA. - JEFFERSON BIZERRA DE ASSIS no endereÃ§o situado Ã Rua Zacarias de AssunÃ§Ã£o, CJ Fernando Correa, n.18, bairro Centro, Ananindeua/PA REQUISITE-SE as testemunhas: - MARCIA ANDREIA CAVALCANTE, servidora publica Estadual na Escola Agroindustrial Juscelino Kubitschek de Oliveira - VALDISIA CLARA CARDOSO SANTOS servidora publica Estadual na Escola Agroindustrial Juscelino Kubitschek de Oliveira INTIME-SE a testemunha de defesa: - ANTONIO JEFFERSON FERREIRA DA

SILVA no endereÃ§o situado Ã Segunda Rua, n.17, Bairro SÃ£o Francisco, Marituba/PA. SERVE O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00007838720188140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 10/11/2021 DENUNCIADO:CASSIO DOS SANTOS ALMEIDA INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:R. S. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o requerimento da defesa de fls. 338, determino Ã secretaria que realize a juntada nos autos da mÃdia do interrogatÃ³rio de JEFFERSON CLEBER FERNANDES BAIA contida nos autos de n. 0013395-91.2017.8140133 (fls.20). 2.Â Â Â Â Â DÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para que se manifeste sobre o pedido de relaxamento da prisÃ£o do acusado contido Ã s fls. 352v e sobre quanto a ausÃªncia de localizaÃ§Ã£o das testemunhas JOSE AILTON DOS SANTOS e EDUARDO DOS SANTOS PASSOS, conforme informado na certidÃ£o de fls. 330. 3.Â Â Â Â Â Em seguida, vistas Ã defesa para manifestaÃ§Ã£o quanto a ausÃªncia de intimaÃ§Ã£o das testemunhas supramencionadas. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00011442120058140133 PROCESSO ANTIGO: 199920000397 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:W. C. N. DENUNCIADO:LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA. DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 23.02.2022 as 08H30. ExpeÃ§a-se precatÃ³ria para intimaÃ§Ã£o do denunciado no endereÃ§o de fls.40 devendo constar que o mesmo poderÃ¡ participar do ato por meio de videoconferÃªncia. O acusado deve fornecer email e telefone de contato para viabilizar a participaÃ§Ã£o na audiÃªncia. INTIME-SE A VITIMA WELLINGTON CARDOSO DO NASCIMENTO SERVE O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00012272820158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:LUAN WILLIAMS FREIRE DA SILVA VITIMA:D. J. P. DENUNCIADO:IGOR FERNANDO GONÇALVES NEVES. DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 23.03.2022 as 09H00. Requisite-se o denunciado LUAN WILLIAMS FREIRE DA SILVA. Requisite-se as testemunhas policiais: - RICARDO OLIVEIRA DO ROSARIO - TADEU CESAR FERAO DA SILVA - SERGIO MURILO DOS SANTOS - ARTHUR DO ROSARIO BRAGA - VITOR HUGO DE OLIVEIRA - JOSE GERALDO DA SIVA - RAYLSON ALEXANDRE SOUZA NOBRE SERVE O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00012951220148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:LEONILSON SAAVEDRA MONTEIRO VITIMA:S. C. C. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 23.03.2022 Ã s 11h00. INTIME-SE o acusado LEONILSON SAAVERA MONTEIRO; EXPEÃA-SE carta precatÃ³ria para a oitiva da testemunha RICARDO ROMULO DOS SANTOS RIBEIRO, a deixar clara a possibilidade de realizaÃ§Ã£o de audiÃªncia via videoconferÃªncia; EXPEÃA-SE mandado de conduÃ§Ã£o coercitiva da testemunha DIEMERSON MARQUES DE OLIVEIRA. 2.Â Â Â Â Â Tendo em vista o pedido da defesa em termo de audiÃªncia em fls. 31, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para fornecer novo endereÃ§o da testemunha

Fernando Ubiraci Silva Miranda. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00013009720158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:BRUNA CONCEICAO SOUZA. DESPACHO Considerando a retomada gradual das audiÃªncias de rÃ©us soltos e a necessidade de readequaÃ§Ã£o de pauta, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 17.02.2022 as 08H30. Requisite-se as testemunhas policiais: ALEXANDRE CARNEIRO PINHEIRO WANDERSON COSTA DE SOUZA SERVE O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00014735820148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:JULIO CESAR ANDRADE SEABRA DENUNCIADO:ALEXANDRE SARAIVA DE MELO DENUNCIADO:MANOEL NAZARENO COSTA GATINHO VITIMA:R. N. L. . SENTENÃA 1.Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 07 anos desde o recebimento da denÃºncia, pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Â Â Â Â Â Â Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. Â Â Â Â Â Â Â No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃ-nimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃ-vel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o da punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃ-pio da economia processual e da instrumentalidade do processo. Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃ-zes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÂ¿O DA PRESCRIÃÂ¿O PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÂ¿O DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÂ¿O DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÂ¿O CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÂ¿O DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÂ¿O DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÂ¿O PUNITIVA NÂ¿O ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. Â Â Â Â Â Â Â E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados. ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃ-zo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃ-zos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃ-cio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃ-zes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â In

casu, desde o recebimento da denÃºncia jÃ¡ transcorreu perÃ-odo superior a 07 anos. Â Â Â Â Â Â Â E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÂ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u, bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 02 anos e 08 meses, cujo prazo prescricional seria de 08 anos, nos termos do art. 109 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada ao acusado resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Assim, no caso de eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃ-amos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o aos rÃ©us JULIO CESAR ANDRADE SEABRA e ALEXANDRE SARAIVA DE MELO, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do rÃ©u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento. Em havendo bens apreendidos de baixo valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o. Com o trÂ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registros. 2.Â Â Â Â Â Considerando que o processo se encontra suspenso em relaÃ§Ã£o denunciado MANOEL NAZARENO COSTA GATINHO, DETERMINO o desmembramento dos presentes autos em relaÃ§Ã£o ao referido acusado. Â Â Â Â Â Â Â Marituba, 10 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â AGENOR DE ANDRADE Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00017386020148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:SAMIR DA SILVA SARAIVA. SENTENÃA Compulsando os autos, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 07 anos desde o recebimento da denÃºncia, pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Â Â Â Â Â Â Â Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. Â Â Â Â Â Â Â No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de circunstÂ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃ-nimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃ-vel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o da punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃ-pio da economia processual e da instrumentalidade do processo. Â Â Â Â Â Â Â A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃ-zes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÂ¿O DA PRESCRIÃÂ¿O PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÂ¿O DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÂ¿O DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÂ¿O CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÂ¿O DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÂ¿O DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÂ¿O PUNITIVA NÂ¿O ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. Â Â Â Â Â Â Â E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados. ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃ-zo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃ-zos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃ-cio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer

resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃzes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â In casu, desde o recebimento da denÃºncia jÃ¡ transcorreu perÃodo superior a 07 anos. Â Â Â Â Â Â Â E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u, bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 03 anos, cujo prazo prescricional seria de 08 anos, nos termos do art. 109 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada ao acusado resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Assim, no caso de eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃamos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o ao rÃ©u SAMIR DA SILVA SARAIVA, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do rÃ©u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento. Em havendo bens apreendidos de baixo valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o. Com o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registros. Â Â Â Â Â Â Â Marituba, 10 de novembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â AGENOR DE ANDRADE Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito PROCESSO: 00017836420148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 10/11/2021 VITIMA:D. P. B. DENUNCIADO:SILVIO LENO GAMA RAMOS DENUNCIADO:ELIAS JUNIOR CONCEICAO FERREIRA. DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 16.02.2022 Ã s 08h30. REQUISTE-SE o acusado ELIAS JUNIOR CONCEIÃÃO, preso por outro processo na ColÃ´nia Penal AgrÃcola de Santa Izabel; INTIME-SE a testemunha ELIFRAN SOUSA LIMA, residente Ã Rua Manoel Moreira Oliveira, NÂº 423, Bairro Centro, Ananindeua - PA. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00026580520128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:SIDNEY CLEBSON DA SILVA LIMA VITIMA:O. E. . Processo: 0002658-05.2012.814.0133 AÃ§Ã£o Penal - art. 33 da lei 11.343/06 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Acusado: SIDNEY CLEBSON DA SILVA LIMA, brasileiro, paraense, nascido em 12.06.1983, filho de Maria do Socorro Silva Lima e Sandoval da Silva Lima SENTENÃA RELATÃRIO Vistos etc. O ÃrgÃ£o Ministerial denunciou SIDNEY CLEBSON DA SILVA LIMA, brasileiro, paraense, nascido em 12.06.1983, filho de Maria do Socorro Silva Lima e Sandoval da Silva Lima, pela prÃ¡tica do crime tipificado no art. 33 da Lei 11343/06. Narra Ã peÃ§a exordial, em sÃntese, que na data de 20.03.2013, por volta das 09h00, no presidio PEM II, na revista de celas, foi encontrado com o denunciado 31 trouxinhas de maconha. O denunciado foi notificado e apresentou defesa prÃ©via Ã s fls. 12/14. Revelia do acusado decretada Ã s fls. 51. Em sede de audiÃªncia de instruÃ§Ã£o, realizada em 17.10.2019, fls. 85, foi ouvida a testemunha EVALDO MAGNO. O MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva das demais testemunhas. Na fase do art. 402, as partes nada requereram. Em AlegaÃ§Ãµes Finais, o MinistÃ©rio PÃºblico, fls. 88, requereu a absolviÃ§Ã£o do acusado. A Defesa apresentou AlegaÃ§Ãµes Finais, fls. 89, onde pugnou pela absolviÃ§Ã£o do denunciado. Vieram-me os autos conclusos para decisÃ£o. FUNDAMENTAÃÃO ConcluÃda a instruÃ§Ã£o processual, estando o feito pronto para julgamento, impÃµe-se, em razÃ£o da atual fase procedimental, o exame das provas produzidas, a fim de

ser valorada a pretensÃ£o do MinistÃ©rio PÃºblico e, em contrapartida, a que resultou da defesa, de modo a ser realizada, diante dos fatos que ensejaram a presente persecuÃ§Ã£o criminal, a prestaÃ§Ã£o jurisdicional do Estado. Trata-se da apuraÃ§Ã£o da prÃ¡tica do delito de trÃ¡fico de entorpecentes, previsto no art. 33 da Lei 11343/06 praticada pelo acusado SIDNEY CLEBSON DA SILVA LIMA. MATERIALIDADE E AUTORIA Â Da anÃ¡lise do conjunto probatÃ³rio colacionado ao processo, chego Ã ilaÃ§Ã£o irrefutÃ¡vel de que a denÃºncia nÃ£o merece acolhimento no que concerne ao crime de trÃ¡fico de entorpecentes imputado ao acusado SIDNEY CLEBSON DA SILVA LIMA. Da anÃ¡lise do conteÃºdo dos autos, verifica-se que em que pese a materialidade esteja devidamente comprovada pelo Laudo ToxicolÃ³gico definitivo (fls.33 do apenso), nÃ£o restou demonstrado ser o denunciado o autor do crime. Assim, o ponto nefrÃ¡lgico do presente decisium encontra-se circunscrito na existÃªncia de prova suficiente para demonstrar a prÃ¡tica pela acusada do crime de trÃ¡fico de drogas. Lembremo-nos do princÃ-pio da persuasÃ£o (convicÃ§Ã£o) racional, tambÃ©m denominado de livre convencimento motivado , no qual o juiz nÃ£o Ã© um dÃ©spota arbitrÃ¡rio, julgando apenas de acordo com seu sentimento e impressÃ£o pessoal, e nem um sujeito passivo, mero observador de regras matemÃ¡ticas que aprioristicamente atribuem o valor da prova, mas, sim, o destinatÃ¡rio da mesma que a valora de forma fundamentada e com base nela profere sua decisÃ£o. Pois bem, Ã© o julgador quem vai caracterizar a prova como adequada e satisfatÃ³ria a demonstrar o fato perquirido, atÃ© mesmo pela inexistÃªncia do sistema tarifado de provas, o que nÃ£o implica na inviabilidade do Ã³rgÃ£o de segundo grau, eventualmente chamado a analisar a mesma questÃ£o, compreendÃª-la de forma diversa. Â¿NÃ£o existe hierarquia entre provas; cada uma delas vale pelo seu conteÃºdo e pela sua forÃ§a probante, mas de acordo com cada situaÃ§Ã£o concreta. Desde que dÃª as razÃµes do resultado a que chegou na avaliaÃ§Ã£o das provas, o juiz tem poder para, na fase instrutÃ³ria, admiti-las ou refutÃ¡-las, e para, na fase decisÃ³ria, reconhecÃª-las e aferi-las devidamente, podendo assim reconhecer um fato ou desprezÃ¡-loÂ¿.(AudiÃªncia, InstruÃ§Ã£o e Julgamento, Vallisney Souza Oliveira, Editora Saraiva, 2001, pÃ¡g. 16). Por outro lado, frisamos nÃ£o incumbir ao Estado Juiz julgamentos polÃ-ticos, encargo cabÃ-vel ao povo, quando do exercÃ-cio do voto, e ao Poder Legislativo, quando, por exemplo, delibera a respeito das contas do gestor pÃºblico ou da violaÃ§Ã£o do decoro por parlamentar. Assim sendo, nÃ£o hÃ¡ provas suficientes e adequadas a condenaÃ§Ã£o do acusado, tendo em vista que a Ãºnica testemunha ouvida em juÃ-zo nÃ£o recorda dos fatos. Dessa forma, nÃ£o hÃ¡ indÃ-cios de autoria da prÃ¡tica delitiva, uma vez que as provas produzidas perante a autoridade policial nÃ£o foram ratificadas em juÃ-zo. Aplica-se, ao caso, o princÃ-pio do in dÃºbio pro rÃ©o. Veja-se transcriÃ§Ã£o de jurisprudÃªncia nesse sentido: DIREITO PENAL, PROCESSUAL PENAL E LEI ANTIDROGAS. APELO DEFENSIVO. ART. 33 DA LEI 11.343/2006. ABSOLVIÃÃO. INEXISTÃNCIA DE PROVAS IRREFUTÃVEIS DE QUE O APELANTE TRAFICAVA. PROPRIEDADE DA DROGA APREENDIDA ATRIBUÃDA A UM ADOLESCENTE. IN DUBIO PRO REO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Apelante condenado pela prÃ¡tica do crime capitulado no art. 33 da Lei 11.343/2006, ao cumprimento de uma pena de 06 (seis) anos de reclusÃ£o, em regime inicial semi-aberto, alÃ©m do pagamento de 600 (seiscentos) dias multa, no valor unitÃ¡rio mÃ-nimo legal. 2. Pedido de AbsolviÃ§Ã£o provido. O conjunto fÃ¡tico probatÃ³rio colacionado aos autos nÃ£o fornece um juÃ-zo de certeza de que a droga apreendida pertencia ao Apelante. Ao revÃ©s, a propriedade do entorpecente foi assumida por um adolescente, nÃ£o tendo restado provado que este traficava e que ele e o Recorrente agiam em unidade de desÃ-gnios. 3. Depoimentos de Policiais que efetuaram o flagrante eivados de dÃºvidas e que nÃ£o tem aptidÃ£o de comprovar qualquer relaÃ§Ã£o do Recorrente com a droga apreendida. AbsolviÃ§Ã£o que se impÃµe, com espeque no art. 386, inciso VII, do CÃ³digo de Processo Penal. (Classe: ApelaÃ§Ã£o,NÃºmero do Processo: 0316247-82.2011.8.05.0001, Relator (a): JoÃ£o Bosco De Oliveira Seixas, Segunda CÃ¢mara Criminal - Segunda Turma, Publicado em: 10/08/2016) (TJ-BA - APL: 03162478220118050001, Relator: JoÃ£o Bosco De Oliveira Seixas, Segunda Camara Criminal - Segunda Turma, Data de PublicaÃ§Ã£o: 10/08/2016) APELAÃÃO CRIMINAL. TRÃFICO DE DROGAS. ABSOLVIÃÃO. IN DUBIO PRO REO. 1- Verificando que a prova produzida em juÃ-zo nÃ£o foi suficiente para infundir a certeza de que o processado praticou o delito narrado na denÃºncia (art. 33, caput, Lei 11.343/06), imperiosa a sua absolviÃ§Ã£o, em observÃ¢ncia ao princÃ-pio in dubio pro reo, exegese do artigo 386, inciso VII, do CÃ³digo de Processo Penal. APELO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-GO - APR: 161537420158090158, Relator: DR(A). SIVAL GUERRA PIRES, Data de Julgamento: 17/04/2018, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ 2530 de 22/06/2018) Deve, necessariamente, a sentenÃ§a condenatÃ³ria arrimar-se em provas firmes e consistentes, sob pena de fazer tabula rasa do princÃ-pio constitucional da presunÃ§Ã£o da inocÃªncia. NÃ£o Ã© outro o entendimento consolidado na jurisprudÃªncia dos tribunais pÃ¡trios: APELAÃÃO CRIMINAL - CRIME DE TRAÂ´FICO DE DROGAS - RECURSO MINISTERIAL - CONDENAÃÃO - IMPOSSIBILIDADE - MANUTENÃAO DA ABSOLVIÃAO - NECESSIDADE - FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÃRIO

PARA ALICERÃAR A DECISÃO CONDENATÃRIA - APLICAÃÃO DO PRINCÃPIO IN DUBIO PRO REO - ART. 386, VII, DO CPP. RECURSO NÃO PROVIDO. Uma sentenÃ§a condenatÃ³ria exige certeza acerca da materialidade do crime e da autoria do acusado, razÃ£o pela qual a existÃªncia de dÃºvida a respeito, por menor que seja, leva Ã possibilidade de inocentÃ¡-lo, sendo imperioso que a prolaÃ§Ã£o de um Ã©dito condenatÃ³rio se dÃª com base em provas seguras, devendo a dÃºvida militar a favor do acusado, em obediÃªncia ao princÃpio in dubio pro rÃ©u. Recurso nÃ£o provido. (TJ-MG - APR: 10231081339021001 MG, Relator: KÃ¡rin Emmerich, Data de Julgamento: 25/02/2014, CÃ¢maras Criminais / 1Âª CÃMARA CRIMINAL, Data de PublicaÃ§Ã£o: 07/03/2014) O Direito Penal nÃ£o opera com conjecturas, e a justiÃ§a penal nÃ£o se realiza a qualquer preÃ§o. NÃ£o existindo provas suficientes para a condenaÃ§Ã£o, nÃ£o pode o Juiz criminal proferir sentenÃ§a condenatÃ³ria. Existem, na verdade, limitaÃ§Ãµes impostas por valores mais altos que nÃ£o podem ser violados. Ao lume do exposto, julgo improcedente o pedido, ABSOLVENDO o rÃ©u SIDNEY CLEBSON DA SILVA LIMA, brasileiro, paraense, nascido em 12.06.1983, filho de Maria do Socorro Silva Lima e Sandoval da Silva Lima, do crime previsto no art. 33 da Lei 11343/06 com fundamento no art. 386 VII do CPP, por ausÃªncia de prova suficiente para a condenaÃ§Ã£o. Diante do teor desta sentenÃ§a, FICAM REVOGADAS as medidas cautelares anteriormente impostas ao denunciado. Sem custas e honorÃ¡rios. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, permanecendo inalterada esta decisÃ£o. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021 AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito PÃ¡gina de 4 PROCESSO: 00028128620138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:REGIANE DA SILVA CARDOSO VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA Â Â Â Â Â Â DECISÃO 1.Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que nÃ£o foi recebida a presente denÃºncia atÃ© a presente data, pelo que CHAMO O PROCESSO Ã ORDEM e determino que diante da apresentaÃ§Ã£o de defesa preliminar pelo acusado, verifico que nÃ£o foram apresentados argumentos eloquentes e aptos a propiciar a rejeiÃ§Ã£o da denÃºncia e absolviÃ§Ã£o preliminar do acusado. Assim, RECEBO A DENÃNCIA, nos termos do art. 56 da Lei 11.343/2006. 2.Â Â Â Â Â Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem designar a audiÃªncia para o dia 29.03.2022 Ã s 09h00. INTIME-SE a acusada REGIANE DA SILVA CARDOSO, residente e domiciliada Ã Rua Da Lama, prÃ³ximo a um bar; REQUISITE-SE as testemunhas policiais militares DINELSON SANTANA DE PAULA e RENAN GOMES LOPES; REQUISITE-SE a testemunha investigador de PC, JOSÃ FERNANDES PEREIRA ARRUDA. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00029208620118140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 10/11/2021 VITIMA:J. J. S. M. J. DENUNCIADO:DENIS LIMA DE ASSUNCAO. DESPACHO Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 24.03.2022 Ã s 11h00. EXPEÃA-SE mandado de intimaÃ§Ã£o para o acusado DENIS LIMA DE ASSUNÃÃO, COM A ADVERTENCIA AO SR. OFICIAL DE JUSTIÃA, de que intime-o pessoalmente e empreenda todos os meios legais para efetivar a intimaÃ§Ã£o, inclusive se proceda Ã intimaÃ§Ã£o por hora certa, caso verifique que o acusado se oculta, tudo certificado; EXPEÃA-SE mandado de conduÃ§Ã£o coercitiva para as testemunhas MARIA RENILDA SANTANA ALVES e ALINE ALVES DE BRITO. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00042230420128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:FRANCISCO ALDENIR VITOR VITIMA:A. S. F. . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando readequaÃ§Ã£o de pauta e a retomada gradual da realizaÃ§Ã£o de audiÃªncias de rÃ©us soltos, tenho por bem redesignar a audiÃªncia para o dia 24.03.2022 Ã s 08h30. INTIME-SE o acusado FRANCISCO ALDENIR VITOR, residente na BR - 316, KM 05, Rua A, Vila EsperanÃ§a, NÂº 167, Entrada pelo HSBC, Bairro Centro, Ananindeua - PA; 2.Â Â Â Â Â Sem prejuÃzo da audiÃªncia, considerando a certidÃ£o do oficial de justiÃ§a de fls. 67 e 69, a qual consta que a testemunha e a vÃtima nÃ£o residem mais nos endereÃ§os fornecidos para intimaÃ§Ã£o, bem como o ofÃcio de fl. 52, afirmando que ambas as testemunhas nÃ£o pertencem mais ao OPM, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar

sobre a insistÃªncia na oitiva das referidas. O PRESENTE DESPACHO DEVERÃ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÃÂ¿O/ REQUISIÃÂ¿O/ NOTIFICAÃÂ¿O/ OFÃCIO. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: MARITUBAÂ Â Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua Claudio Barbosa da Silva, nÂº 536Â CEP: 67.200-000Â Â Bairro: CENTROÂ Â Fone: (91)3299-8800 PROCESSO: 00045755920128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:JOSE AUGUSTO ROCHA PINHEIRO VITIMA:M. A. O. C. VITIMA:A. P. J. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o do oficial de justiÃ§a de fls. 73, a qual consta que a vÃtima nÃ£o reside mais no endereÃ§o fornecido para intimaÃ§Ã£o, dÃª-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar sobre a insistÃªncia na oitiva da referida vÃtima; 2.Â Â Â Â Â Em caso de desistÃªncia, apresente-se alegaÃ§Ãµes finais. Marituba (PA), 10 de novembro de 2021. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00114142720178140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ANTONIO NILDO DE SOUSA MOREIRA. TERMO DE AUDIÃNCIA DE PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO Autos n.: 0011414-27.2021.8.14.0133 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico RÃ©u: ANTONIO NILDO DE SOUSA MOREIRA, RG 57375822 PC/PA Defesa: Defensoria PÃºblica Aos 10 dias do mÃªs de novembro do ano de 2021, Ã s 08h30min, nesta Cidade de Marituba, Estado do ParÃ¡, na Sala de AudiÃªncia da Vara Criminal do FÃ³rum Local, onde se achava presente o Dr. AGENOR DE ANDRADE, MM. Juiz de Direito respondendo pela Vara, secretariado pelo Analista JudiciÃ¡rio. Presente o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico, Dr. RODRIGO AQUINO SILVA, e a Defensora PÃºblica, Dra. ROSÃNGELA LAZZARIN. PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO O MinistÃ©rio PÃºblico, tendo em vista a primariedade do acusado, propÃ´s a concessÃ£o do benefÃcio da suspensÃ£o condicional do processo, pelo prazo de 02 (dois) anos, mediante as condiÃ§Ãµes previstas no art. 89 da Lei Federal nÂº 9.099/1995. Aberta a audiÃªncia: a) O MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu a seguinte proposta de suspensÃ£o condicional do processo, pelo prazo de 02 (dois) anos: 1.Â Â Â Â Â Comparecimento a cada 02 (dois) meses Ã Secretaria da Vara de ExecuÃ§Ã£o Penal de BelÃ©m para informar e justificar suas atividades e informar endereÃ§o, caso mude. 2.Â Â Â Â Â NÃ£o voltar a delinquir (praticar crime ou contravenÃ§Ã£o penal). 3.Â Â Â Â Â NÃ£o se ausentar da RegiÃ£o Metropolitana de BelÃ©m por perÃodo superior a 15 (quinze) dias sem comunicar e pedir autorizaÃ§Ã£o ao JuÃzo. 4.Â Â Â Â Â Pagamento de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) em 02 (duas) parcelas de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) que deve ser realizado atÃ© o dia 10 de dezembro de 2021 (1Âª parcela) e atÃ© o dia 10 de janeiro de 2022 (2Âª parcela) do corrente ano. b) Esclareceu-se, ainda que a suspensÃ£o condicional do processo: a) serÃ¡ revogada se, no curso do prazo, o(a) beneficiÃ¡rio(a) vier a ser processado por outro crime (art. 89, Â§ 3Âº, da Lei Federal nÂº 9.099/1995); b) poderÃ¡ ser revogada se o(a) acusado(a) vier a ser processado(a), no curso do prazo, por contravenÃ§Ã£o, ou descumprir qualquer outra condiÃ§Ã£o imposta (art. 89, Â§ 4Âº, da Lei Federal nÂº 9.099/1995); c) suspende o curso do prazo prescricional durante o perÃodo de suspensÃ£o (art. 89, Â§ 6Âº, da Lei Federal nÂº 9.099/1995); d) caso nÃ£o aceita, ensejarÃ¡ a continuidade do processo (art. 89, Â§ 7Âº, da Lei Federal nÂº 9.099/1995); e) se cumprida sem revogaÃ§Ã£o, implicarÃ¡ na extinÃ§Ã£o da punibilidade do(a) acusado(a) (art. 89, Â§ 5Âº, da Lei Federal nÂº 9.099/1995). c) Em seguida e, com anuÃªncia de sua Defensora, a acusada ACEITOU a proposta de suspensÃ£o condicional do processo. DECISÃO PELO JUIZ DE DIREITO Diante do exposto: 1)Tendo em vista a concordÃ¢ncia manifestada pelo acusado com relaÃ§Ã£o Ã suspensÃ£o da aÃ§Ã£o penal e, considerando estarem satisfeitos os pressupostos legais para concessÃ£o do benefÃcio (art. 89, caput, da Lei Federal nÂº 9.099/1995), SUSPENDO A AÃÃO PENAL PELO PRAZO DE 02 ANOS, e de consequÃªncia, submeto o acusado Ã perÃodo de prova, mediante as seguintes condiÃ§Ãµes: [...] Aguarde-se o cumprimento das condiÃ§Ãµes estabelecidas, promovendo-se a conclusÃ£o dos presentes autos quando do integral cumprimento das condiÃ§Ãµes ou na hipÃ³tese de descumprimento de qualquer delas. Havendo descumprimento dos termos da suspensÃ£o condicional do processo, ou sendo o acusado processado por outro crime, certifique-se e conclusos - Art. 89, Â§3o e Â§4o, da Lei 9.099/95. Promovam-se as comunicaÃ§Ãµes obrigatÃ³rias previstas em lei. 2)ExpeÃ§a-se guia de execuÃ§Ã£o de medidas e penas alternativas. CUMPRA-SE. NADA MAIS havendo, o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu, ..., (Felipe Ramos), Analista JudiciÃ¡rio, que digitei e subscrevi. M.M. Juiz: MinistÃ©rio PÃºblico: Defesa: Acusado: PROCESSO: 00242686720078140133

PROCESSO ANTIGO: 200720002902 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 10/11/2021 VITIMA:L. D. F. M. DENUNCIADO:ISRAEL COSTA VIEIRA. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO Processo nÂº 0024268672007.2007.8.14.0133 Acusados: ISRAEL COSTA VIEIRA Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 121 do CP. Aos 10 (dez) dias do mÃªs de novembro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 12h horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente por meio virtual o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Presente o acusado ISRAEL COSTA VIEIRA. Presente a Defensoria PÃºblica, DRA. ROSÃNGELA LAZZARIN. Presente a testemunha de acusaÃ§Ã£o Sra. JESSIKA MARIA DA SILVA RG 5217120 PC PA, fone: 982398179 ou 98536-3784. Aberta a audiÃªncia, o MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva da testemunha de acusaÃ§Ã£o MAXSOEL CAMPOS GOVEA. Ademais, verificou-se que o rÃ©u Israel Costa Vieira nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o fornecido nos autos. Em seguida, passou o MM. Juiz a ouvir a testemunha de acusaÃ§Ã£o Sra. JESSIKA MARIA DA SILVA RG 5217120. Testemunha compromissada. InquiriÃ§Ã£o acostada na mÃ-dia em anexo. Em seguida, o MM. Juiz passou a qualificar o acusado perguntando: QUAL O SEU NOME? DE ONDE Ã NATURAL? QUAL O SEU ESTADO CIVIL? QUAL A SUA IDADE? QUAL SUA FILIAÃÃO? QUAL SUA RESIDÃNCIA? Passagem Clube das MÃ£es, Bairro Urizal, n. 4, Marituba-PA, fone: 91 99160-4020 Outras locais onde morou? JÃ¡ foi preso? Responde outro processo? Possui vÃ-cios? Quais atividades que jÃ¡ exerceu? SABE LER E ESCREVER? Ã ELEITOR? Possui alguma doenÃ§a grave? Dado ao interrogado o direito de entrevista reservada com a sua Advogada na forma disposta no art. 185, Â§ 2Âº do CPC e depois de cientificado da acusaÃ§Ã£o foram lhe formuladas perguntas de acordo 188 do CPP e alertado de seus direitos constitucionais, inclusive, de nÃ£o responder Ã s perguntas que lhe forem formuladas, e o seu silÃªncio nÃ£o importarÃ¡ em confissÃ£o, e nem poderÃ¡ ser interpretado em prejuÃ-zo da defesa. Ãs perguntas sobre os fatos, tendo em vista que as perguntas sobre sua pessoa foram feitas durante a sua qualificaÃ§Ã£o. InquiriÃ§Ã£o acostada na mÃ-dia em anexo. Em seguida, em atendimento ao comando do art. 402 do CPP, o MinistÃ©rio PÃºblico declarou que nÃ£o possui requerimentos. A Defesa tambÃ©m nÃ£o fez requerimentos. Em seguida, o MM. Juiz deu a palavra ao MP para alegaÃ§Ãµes finais, ocasiÃ£o em que pediu conversÃ£o em memoriais escritos. Em seguida, o MM. Juiz deu a palavra Ã Defesa para alegaÃ§Ãµes finais, ocasiÃ£o em que pediu conversÃ£o em memoriais escritos. Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir a seguinte DELIBERAÃAO: 1. Homologo o pedido de desistÃªncia de oitiva da testemunha Maxsoel Campos Govea. 2. CONVERTO as AlegaÃ§Ãµes Finais da em Memoriais, CONCEDENDO o prazo sucessivo de 05 (cinco) dias para o MinistÃ©rio PÃºblico e para a Defesa apresentÃ¡-los; 3. Junte-se certidÃ£o de antecedente atualizada; 4. ApÃ³s, autos conclusos para sentenÃ§a. Eu, ..., (Felipe Ramos) Analista JudiciÃ¡rio, que digitei, e subscrevi. Juiz de Direito: ..... Promotor de JustiÃ§a: ..... Defensora PÃºblica: ..... Testemunha: ..... PROCESSO: 00360018720078140133 PROCESSO ANTIGO: 200720003760 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 ACUSADO:ELIAS CHAAR E OUTROS VITIMA:A. S. A. E. O. E. . TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO Processo nÂº 0036001-87.2007.8.14.0133 Acusado: ELIAS CHAAR Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 157, Â§2Âº, I e II do CP. Aos 10 (dez) dias do mÃªs de novembro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h38min horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente por meio virtual o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Presentes o acusado ELIAS CHAAR. Presente a Defensora PÃºblica, DRA. ROSÃNGELA LAZZARIN. Em seguida, o MM. Juiz passou a qualificar o acusado ELIAS CHAAR, perguntando: QUAL O SEU NOME? ELIAS CHAAR DE ONDE Ã NATURAL? QUAL O SEU ESTADO CIVIL? QUAL A SUA IDADE? QUAL SUA FILIAÃÃO? QUAL SUA RESIDÃNCIA? Outras locais onde morou? JÃ¡ foi preso? Responde outro processo? Possui vÃ-cios? Quais atividades que jÃ¡ exerceu? SABE LER E ESCREVER? Ã ELEITOR? Possui alguma doenÃ§a grave? Dado aos interrogados o direito de entrevista reservada com os seus Advogados na forma disposta no art. 185, Â§ 2Âº do CPC e depois de cientificados da acusaÃ§Ã£o foram lhes formuladas perguntas de acordo 188 do CPP e alertados de seus direitos constitucionais, inclusive, de nÃ£o responder Ã s perguntas que lhe forem formuladas, e o seu silÃªncio nÃ£o importarÃ¡ em confissÃ£o, e nem poderÃ¡ ser interpretado em prejuÃ-zo da defesa. Ãs

perguntas sobre os fatos, tendo em vista que as perguntas sobre sua pessoa foram feitas durante a sua qualificaÃ§Ã£o. InquiriÃ§Ã£o acostada na mÃ-dia em anexo. Em seguida, em atendimento ao comando do art. 402 do CPP, o MinistÃ©rio PÃºblico declarou que nÃ£o possui requerimentos. A Defesa declarou que tampouco possui requerimentos. Em seguida, o MM. Juiz deu a palavra ao MP para alegaÃ§Ãµes finais, ocasiÃ£o em que requereu conversÃ£o em memoriais escritos. Em seguida, o MM. Juiz deu a palavra aos advogados de Defesa para alegaÃ§Ãµes finais, ocasiÃ£o em que requereu conversÃ£o em memoriais escritos. Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir a seguinte DELIBERAÃAO: 1. CONVERTO as AlegaÃ§Ãµes Finais em Memoriais, CONCEDENDO o prazo sucessivo de 05 (cinco) dias para o MinistÃ©rio PÃºblico e Defensoria PÃºblica apresentÃ¡-los; 2. Junte-se certidÃ£o de antecedente atualizada; 3. ApÃ³s, autos conclusos para sentenÃ§a. Eu, ..., (Felipe Ramos) Analista JudiciÃ¡rio, que digitei, e subscrevi. Juiz de Direito: ..... Promotor de JustiÃ§a: ..... Defensoria PÃºblica: ..... Acusado: ..... PROCESSO: 01275784220078140133 PROCESSO ANTIGO: 200720016838 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:DAVID MIRANDA JABOUR MANSUR VITIMA:C. M. S. . TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO Processo nÂº 0012955-26.2009.8.14.0133 Acusados: DAVID MIRANDA JABOUR MANSUR Autor: MINISTÃRIO PÃBLICO ESTADUAL CapitulaÃ§Ã£o Penal: art. 121 c/c art. 14, II do CP. Aos 10 (dez) dias do mÃªs de novembro de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11h horas nesta cidade, Comarca de Marituba, Estado do ParÃ¡, na sala de audiÃªncia deste JuÃ-zo, onde se achava presente por meio virtual o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal, o Exmo. Sr. Dr. AGENOR CASSIO NASCIMENTO DE ANDRADE. Aberta audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se a presenÃ§a do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, o Exmo. Sr. Dr. RODRIGO AQUINO SILVA. Presente o acusado DAVID MIRANDA JABOUR MANSUR. Presente a Defensoria PÃºblica, DRA. ROSÃNGELA LAZZARIN. Aberta a audiÃªncia, o MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva das testemunhas de acusaÃ§Ã£o o que foi homologado por este JuÃ-zo. Em seguida, passou a proferir a seguinte manifestaÃ§Ã£o: Â¿Analisando detidamente os autos, verifico que houve descumprimento do determinado no art. 365, parÃ¡grafo Ãºnico, do CPP, em relaÃ§Ã£o Ã citaÃ§Ã£o por edital do denunciado (fls. 42/45), pois o edital nÃ£o foi "afixado Ã porta do edifÃ-cio onde funcionar o juÃ-zo". Dessa forma, cabe ao Juiz chamar o processo Ã ordem e decretar a nulidade da citaÃ§Ã£o por edital, nos termos do art. 564, III, Â¿eÂ¿ do CPP, sendo esse o pedido expresso do MinistÃ©rio PÃºblico, atuando como fiscal da lei. Quanto ao caso concreto, observo que a denÃºncia foi recebida em 22.12.08, fl. 34. O crime pelo qual o rÃ©u responde Ã© de tentativa de homicÃ-dio: 121, caput, c/c 14, II, ambos do CP. A materialidade encontra-se provada no Laudo de lesÃ£o corporal da vÃ-tima, fl. 22. Em anÃ¡lise dos autos, verifico que nÃ£o hÃ¡ elementos, considerando os fatos concretos e elementos de informaÃ§Ã£o existentes nos autos, para aumentar a pena acima do mÃ-nimo legal, ou seja, 06 anos (nÃ£o hÃ¡, a priori, agravantes nem causas de aumento). Aplicando-se a causa de diminuiÃ§Ã£o em seu patamar intermediÃ¡rio, considerando a narrativa do caso concreto, ou seja, de metade, a pena deve ser diminuÃ-da em 03 anos. Assim, nessa perspectiva, levando-se em conta as circunstÃ¢ncias do caso concreto, a provÃ¡vel pena ficaria em torno de 03 anos. Dessa forma, a prescriÃ§Ã£o ocorreria, nos termos do art. 109, IV, do CP, em 08 (oito) anos: "em oito anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© superior a dois anos e nÃ£o excede a quatro". Ainda que, apenas para argumentar, a pena aplicada em perspectiva fosse superior a 06 anos, nÃ£o ultrapassaria a 08 anos. Ainda assim, a prescriÃ§Ã£o ocorreria em 12 anos, nos termos do art. 109, III, do CP: "em doze anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© superior a quatro anos e nÃ£o excede a oito". Lembrando, mais uma vez, que jÃ¡ se passaram mais de 12 anos desde o recebimento da denÃºncia, Ãºnica causa interruptiva da prescriÃ§Ã£o existente nos autos. Por todo o exposto, o MinistÃ©rio PÃºblico requer o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o pelos argumentos acima expostos, nos termos do art. 109, III e IV, c/c art. 107, IV, do CP. ". Dada a palavra Ã Defensoria PÃºblica, manifestou-se nos seguintes termos: Â¿Reitero o parecer do MinistÃ©rio PÃºblico em sua Ã-ntegra.Â¿. Em seguida, passou o MM. Juiz a proferir a seguinte SENTENÃA: 1.Â Considerando a manifestaÃ§Ã£o ministerial e o descumprimento do determinado no art. 365 do CPP em relaÃ§Ã£o Ã citaÃ§Ã£o por edital do denunciado DAVID MIRANDA JABOUR MANSUR, tenho por bem decretar a NULIDADE do ato contido Ã s fls. 42/45, nos termos do art. 564, III, Â¿eÂ¿ do CPP. 2. Considerando a manifestaÃ§Ã£o das partes pelo reconhecimento da prescriÃ§Ã£o virtual, verifico que jÃ¡ se passaram mais de 13 anos desde o recebimento da denÃºncia, fls. 34, pelo que passo a me manifestar sobre a ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o virtual: Primeiramente faz-se necessÃ¡rio esclarecer que o entendimento dos tribunais superiores Ã© no sentido de nÃ£o reconhecer a tese da prescriÃ§Ã£o da pena em perspectiva, por ausÃªncia de previsÃ£o legal e por entender tratar-se de uma decisÃ£o precoce. No entanto, a experiÃªncia nos julgamentos de processos desse jaez, ou seja, casos em que a existÃªncia de

circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis e a inevitÃ¡vel aplicaÃ§Ã£o da pena no mÃ-nimo legal culminavam com o reconhecimento da prescriÃ§Ã£o retroativa, plausÃ-vel aderir a essa modalidade de extinÃ§Ã£o da punibilidade, desde que uma anÃ¡lise apurada do caso nÃ£o revelasse o contrÃ¡rio. De fato, nÃ£o pode haver interesse do Estado em dar continuidade a um processo fadado Ã extinÃ§Ã£o a punibilidade. Nesse contexto destaca-se tambÃ©m o princÃ-pio da economia processual e da instrumentalidade do processo. A propÃ³sito acerca do tema, Ã© de transcrever o teor dos Enunciados do FÃ³rum Nacional dos JuÃ-zes Federais Criminais: Enunciado 15. A FALTA DE INTERESSE EM RAZÃO DA PRESCRIÃÃO PELA PENA EM PERSPECTIVA PODE SER RECONHECIDA QUANDO MANIFESTA E ADMITIDA COM PRUDENTE VALORAÃÃO DE SEGURANÃA ACERCA DA PENA MÃXIMA ADMISSÃVEL E DA EXTRAPOLAÃÃO DO TEMPO PARA SUA OCORRÃNCIA. Enunciado 36. NO CURSO DA INSTRUÃÃO CRIMINAL, CASO O MPF, INTIMADO PARA TANTO, NÃO DEMONSTRE A EXISTÃNCIA DE CIRCUNSTÃNCIAS QUE POSSAM IMPORTAR NA FIXAÃÃO DA EVENTUAL PENA EM PATAMAR NO QUAL A PRETENSÃO PUNITIVA NÃO ESTARIA PRESCRITA, O PROCESSO PODERÃ SER EXTINTO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. E, em comentÃ¡rios aos referidos Enunciados, Ã© a doutrina de Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho e Jorge AndrÃ© de Carvalho MendonÃ§a (Enunciados FONACRIM Comentados. ColeÃ§Ã£o SÃºmulas Comentadas. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. p. 30-31): Â¿O enunciado 36 propugna a extinÃ§Ã£o do processo por falta de interesse de agir quando o MinistÃ©rio PÃºblico nÃ£o demonstrar que remanesce interesse, consubstanciado no binÃ´mio necessidade-utilidade do provimento jurisdicional futuro. Trata-se de importante iniciativa que busca recolocar o tema no debate jurisprudencial. Afinal, os efeitos mais deletÃ©rios da opÃ§Ã£o jurisprudencial das Cortes Superiores em vedar peremptoriamente o juÃ-zo prospectivo da pena eventual, recaem justamente sobre os juÃ-zos de primeiro grau. SÃ£o esses que sofrem os Ã´nus de instruir processos sabidamente inviÃ¡veis, com a utilizaÃ§Ã£o das escassas datas das pautas de audiÃªncias que poderiam ser utilizadas em processos com viabilidade ainda presente. Ã de todo angustiante a um magistrado verificar o desperdÃ-cio de escassos recursos em causas que serÃ£o julgadas sem qualquer resultado Ãºtil ao autor, caso seu pedido de condenaÃ§Ã£o seja julgado procedente. Esse Ã© mais um dos inÃºmeros casos em que um diÃ¡logo mais prÃ³ximo entre magistrados do primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o e os magistrados das cÃºpulas do JudiciÃ¡rio poderia servir de esteio para uma soluÃ§Ã£o menos peremptÃ³ria. TambÃ©m por essa razÃ£o, um diÃ¡logo de mais qualidade entre Ã³rgÃ£os do MinistÃ©rio PÃºblico e juÃ-zes, com a demonstraÃ§Ã£o de que o interesse pÃºblico globalmente considerado seria melhor atendido com a adoÃ§Ã£o pontual da tese.Â¿ In casu, desde a ocorrÃªncia do fato jÃ¡ transcorreu perÃ-odo superior a 13 anos, nÃ£o sendo finalizada a instruÃ§Ã£o processual atÃ© a presente data. E, afigura-se que eventual pena definitiva, considerando as circunstÃ¢ncias judiciais favorÃ¡veis do rÃ©u, bem como a inexistÃªncia de agravantes ou causas de aumento de pena, esta nÃ£o ultrapassarÃ¡ 03 anos, tendo em vista a causa de reduÃ§Ã£o prevista no art. 14, II do CP, cujo prazo prescricional seria de 08 anos, nos termos do art. 109, IV do CP.Â Portanto, a sanÃ§Ã£o penal a ser aplicada Ã /o acusada/o resvala na prescriÃ§Ã£o com base na pena em perspectiva com consequente extinÃ§Ã£o da punibilidade. Assim, no caso de eventual condenaÃ§Ã£o, a provÃ¡vel pena aplicada seria inÃºtil visto que estarÃ-amos diante da prescriÃ§Ã£o retroativa e da extinÃ§Ã£o de sua punibilidade. Ante o exposto, diante da ausÃªncia de justa causa para o prosseguimento da aÃ§Ã£o, um dos elementos do interesse de agir e, com a finalidade de evitar o dispÃªndio de tempo e o desgaste da JustiÃ§a PÃºblica com um processo que, inevitavelmente, perderia sua utilidade, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE em relaÃ§Ã£o ao acusado DAVID MIRANDA JABOUR MANSUR, o fazendo com espeque no artigo 107, IV, do CÃ³digo Penal. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do/a rÃ©/u. Sem custas. Em havendo arma de fogo ou simulacro de arma de fogo, encaminhe-se ao Comando do ExÃ©rcito, para destruiÃ§Ã£o ou doaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os de seguranÃ§a pÃºblica ou Ã s ForÃ§as Armadas, uma vez que nÃ£o interessa mais Ã persecuÃ§Ã£o penal, como disposto no art. 25 do Estatuto do Desarmamento.Em havendo bens apreendidos de baixo valor econÃ´mico e que nÃ£o foram requeridos por nenhum interessado ao longo da instruÃ§Ã£o, determino a sua doaÃ§Ã£o para Projetos Sociais cadastrados junto ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, nos termos do art. 14, III, do Provimento n. 10/2008-CJRMB, ou, sendo imprestÃ¡veis, sua destruiÃ§Ã£o.Com o trÃ¢nsito em julgado desta decisÃ£o dÃª-se baixa em nossos registros. Em seguida, o MM Juiz determinou que o presente termo fosse encerrado. Eu, ..., (Felipe Ramos) Analista JudiciÃ¡rio, que digitei, e subscrevi. Juiz de Direito: ..... Promotor de JustiÃ§a: ..... Defensora PÃºblica: ..... Acusado: ..... PROCESSO: 00018742820128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: L. G. S. N. VITIMA: E. L. S. R. PROCESSO: 00042050720178140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal -

Procedimento Ordinário em: VITIMA: R. V. P. D. DENUNCIADO: J. C. A. Representante(s): OAB 5610 - ALBERTO VIDIGAL TAVARES (ADVOGADO) PROCESSO: 01078796120068140133 PROCESSO ANTIGO: 200620008266 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. G. J. Representante(s): OAB 3271 - JOSE MARIA DE LIMA COSTA (ADVOGADO) VITIMA: I. S. S.

EDITAL DE ALISTAMENTO DE JURADOS

EXERCÍCIO 2022

O MM. Juiz de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba, **Dr. AGENOR CÁSSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE**, **FAZ SABER** ao público em geral e a quem interessar possa que, em face das manifestações espontâneas e indicações recebidas de autoridades, repartições públicas e outras entidades locais, foram alistados em **CARÁTER DEFINITIVO**, para o ano de 2022, os cidadãos adiante relacionados, para servirem como **JURADOS** deste Tribunal, durante o citado exercício, na forma e sob as penas da lei.

01	ABDIAS SANTOS MIRANDA JUNIOR	COLABORADOR FRIBEL
02	ABEL MUNIZ GUIMARAES	COLABORADOR FRIBEL
03	ABRAAO CORREA PINHEIRO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
04	ABRAAO LINCON NASCIMENTO BARBOSA	SECRETARIO ESCOLAR- PMM
05	ABRAAO LINCON NASCIMENTO BARBOSA	COLABORADOR FRIBEL
06	ADAILTON TELES DUARTE	VIGIA- PMM
07	ADALTO COSTA DIAS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
08	ADAMILTON RODRIGUES PIQUET	MOTORISTA- PMM
09	ADELMA TEIXEIRA LEAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
10	ADENILDE DOS SANTOS BRASIL	PROFESSOR(A)- PMM
11	ADNILSON SANTOS DE ALMEIDA	VIGIA- PMM
12	ADONAY FAVACHO RAIOL	VIGIA- PMM
13	ADRIA JOELLY DA SILVA LEANDOR	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
15	ADRIANA DO SOCORRO SILVA DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
16	ALAN CORDEIRO FERNANDES	COLABORADOR FRIBEL
17	ALAN PINHEIRO DE SOUZA	COLABORADOR FRIBEL
18	ALANA CRISTINA DE SOUZA PIMENTEL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM

19	ALBERTO ANSELMO TOBIAS	VIGIA- PMM
20	ALBERTO DE SOUZA PRIMO	TECNICO EM INFORMATICA- PMM
21	ALBERTO SOUZA LIMA NETO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
22	ALBINO DA SILVA MARTINS	VIGIA- PMM
23	ALCEMIR DE OLIVEIRA SANTOS	VIGIA- PMM
24	ALCILENE GOMES DE MORAES BASTOS	PROFESSOR(A)- PMM
25	ALCIRENE DA COSTA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
26	ALDA LUCIA LOPES DO REMEDIO	EXTENSIONISTA RURAL I/A
27	ALDAIR COSTA FERREIRA	VIGIA- PMM
28	ALDEANA DE JESUS CONCEICAO DINIZ	COLABORADOR FRIBEL
29	ALDECIR AMORIM DE PAULA	PEDREIRO- PMM
30	ALDEMAURO LOPES MONTEIRO	VIGIA- PMM
31	ALINE CRISTINA VIANA MARINHO	COLABORADOR FRIBEL
32	ALINE SANTOS MODESTO	COLABORADOR FRIBEL
33	ALLEN LUIZ CARDOSO DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
34	ALMIR PEREIRA DA SILVA	ENCANADOR- PMM
35	ALVINO MORAES FURTADO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
36	ALZIMAR DURANS CARVALHO COELHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
37	AMANDA DE CASSIA SIQUEIRA PINHEIRO	AGENTE DE PORTARIA- PMM
38	AMANDA GAMA FEITOSA AUXILIAR	ADMINISTRATIVO- PMM
39	AMANDA OLIVEIRA DO ESPIRITO SANTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
40	AMANDA PINHEIRO FALCAO	PROFESSOR(A)- PMM
41	AMERICO DE OLIVEIRA PRATA	MOTORISTA- PMM
42	ANA ALICE CHAVANTE DE PAIVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
43	ANA BEATRIZ MAMEDE DE MACEDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
44	ANA CARLA RANGEL LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
45	ANA FRANCISCA DA CUNHA LIMA	EXTENSIONISTA RURAL I/A

46	ANA MARIA GOMES ROSA	PROFESSOR(A)- PMM
47	ANA MARIA GONCALVES TAVARES	AGENTE DE SERVICOS- PMM
48	ANA MARIA NUNES DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
49	ANA MARIA OLIVEIRA DE SOUSA ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
50	ANA ODETE FURTADO DE MORAES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
51	ANA PAULA BERNARDO DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
52	ANA PAULA DA SILVA AMORIM	PROFESSOR(A)- PMM
53	ANA PAULA DO AMARAL SANTA ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
54	ANA PAULA DO ESPIRITO SANTO	RECEPCIONISTA- PMM
55	ANA PAULA DO NASCIMENTO VELOZO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
56	ANA PAULA MENDES MAR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
57	ANA PAULA ROSA SOUSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
58	ANA PORCINA MOREIRA GREGORIO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
59	ANA SUELY MAIA DE OLIVEIRA	AFRE-SEFA
60	ANDERSON HINVAITT DE CASTILHO	COLABORADOR FRIBEL
61	ANDRE LUIZ LOBO DL SANTANA	COLABORADOR FRIBEL
62	ANDREA CRISTINA MODESTO DE SOUZA	COLABORADOR FRIBEL
63	ANDRELINO CORREA DA SILVA	VIGIA- PMM
64	ANDRESON RAMOS PEREIRA	PROFESSOR(A)- PMM
65	ANDRESSA DA SILVA COUTINHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
66	ANDRESSA VITORIA LIMA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
67	ANDREVAL ARAUJO DE SOUSA	VIGIA- PMM
68	ANDREY SANTA BRIGIDA MACHADO	AGENTE DE SERVICOS- PMM
69	ANGELA DA SILVEIRA VAZ	AGENTE DE PORTARIA- PMM
70	ANGELA MARIA CHAGAS DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
71	ANTONIA MARIA LIMA DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
72	ANTONIO CARLOS ROCHA DE LIMA	VIGIA- PMM

73	ANTONIO CARLOS SOUZA BRITO	AGENTE DE SERVICOS- PMM
74	ANTONIO CESAR PEREIRA MAGALHAES	PROFESSOR(A)- PMM
75	ANTONIO CEZAR ALVES BALTAZAR	AGENTE DE PORTARIA- PMM
76	ANTONIO CICERO MOTA DOS SANTOS	PROFESSOR(A)- PMM
77	ANTONIO CLAUDIO DE SOUZA CUNHA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
78	ANTONIO CLEIDY SILVA DO NASCIMENTO	VIGIA- PMM
79	ANTONIO DAMIAO AVIZ DA ROSA	VIGIA- PMM
80	ANTONIO DE FRANCA GUIMARAES PEREIRA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
81	ANTONIO EVANILSON CARNEIRO DA COSTA	VIGIA- PMM
82	ANTONIO FRANCISCO SILVA	MOTORISTA- PMM
83	ANTONIO GREGORIO GOMES JUNIOR	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
84	ANTONIO GUILHERME DA SILVA CARDOSO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
85	ANTONIO HORACIO DE SOUZA	MOTORISTA- PMM
86	ANTONIO NASCIMENTO FARIAS	COLABORADOR FRIBEL
87	ANTONIO ROGÉRIO DA SILVA DIAS	COLABORADOR FRIBEL
88	ARLINDA PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
89	ARMANDO GOMES RIBEIRO	VIGIA- PMM
90	ARMANDO RAMOS DOS PASSOS	AGENTE DE PORTARIA- PMM
91	ARMENIO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR	VIGIA- PMM
92	ARNALDO ALEX SANTOS MORAES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
93	ARNALDO PEREIRA PONTES	COLABORADOR FRIBEL
94	AROLDO LEAL DE MACEDO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
95	AROLDO MONTEIRO DOS SANTOS	VIGIA- PMM
96	AROLDO OSORIO DE SALES	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
97	ARTHUR BRITO LEAL	VIGIA- PMM
98	ARTHUR HENRIQUE LOUREIRO DA PENHA	VIGIA- PMM
99	ARTHUR ROCHA DA SILVA NORONHA	AGENTE DE PORTARIA- PMM

100	ASSUNCAO DE MARIA AQUINO MAMEDE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
101	AUGUSTO CESAR BARBOSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
102	AUGUSTO DANIEL BARATA FERREIRA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
103	BENEDITO AUGUSTO BANDEIRA FERREIRA	AFRE-SEFA
104	BILLY EUGENIO COELHO CARNEIRO	COLABORADOR FRIBEL
105	BRUNA DE OLIVEIRA PADILHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
106	BRUNA KAREN SILVA SOUSA AUXILIAR	ADMINISTRATIVO- PMM
107	BRUNA NAIONE OLIVEIRA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
108	BRUNA NAYARA DO ESPIRITO SANTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
109	BRUNO CLAYTON DE SOUZA RIBEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
110	BRUNO DE SOUSA LIMA	COLABORADOR FRIBEL
111	BRUNO MATHEUS SOARES SAMPAIO	VIGIA- PMM
112	BRUNO RAFAEL DA SILVA LIMA	VIGIA- PMM
113	BRUNO RODRIGUES FERREIRA	VIGIA- PMM
114	CAIO PINHEIRO SAMPAIO	AGENTE DE PORTARIA- PMM
115	CAMILA NONATO FONSECA MARINHO OLIVEIRA	COLABORADOR FRIBEL
116	CARLENE PEREIRA MENESES	COLABORADOR FRIBEL
117	CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-SEFA
118	CARLOS AUGUSTO DA SILVA TOBIAS	AFRE-SEFA
119	CARLOS CRISTOVAM A. DE CASTRO	AFRE-SEFA
120	CARLOS JOSE COELHO MEIRELLES	COLABORADOR FRIBEL
121	CARMEM CELIA DA SILVA CASTRO	PROFESSOR(A)- PMM
122	CARMEN CELIA FONSECA MONTEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
123	CARMEN MARIA NONATO RAMOS	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
124	CARMEN SUELY MARQUES DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-SEFA
125	CAROLINA BATISTA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
126	CASTORINA CUNHA SOUZA MELO	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM

127	CATICILENE OLIVEIRA FREITAS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
128	CELENE DOS SANTOS COSTA VIDAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
129	CELICE DA SILVA PEREIRA	ASSISTENTE SOCIAL- PMM
130	CELSO ROBYSON DANTAS RODRIGUES	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS-PMM
131	CHARDSON REBOUCAS PEREIRA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
132	CHARLES PEREIRA DOS SANTOS	COLABORADOR FRIBEL
133	CLAUDIO EMANUEL CHENE	AFRE-SEFA
134	CLECIO NERY OLIVEIRA REBELO	VIGIA- PMM
135	CLEICE ROMAO DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
136	CLEIDE LOPES MONTEIRO	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
137	CLEIDE MARCIA BARBOSA LUCAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
138	CLEIDSON MOTA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
139	CLEITON CARVALHO FERREIRA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
140	CLEITON RODRIGUES DE CARVALHO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
141	CLEMERSON RODRIGUES FREIRE	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
142	CLETO LOUREIRO DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-SEFA
143	CLEUDIVALDO SOARES DE LIMA	COLABORADOR FRIBEL
144	DALVANILSON SILVA DE ALMEIDA	COLABORADOR FRIBEL
145	DANIEL SILVA MORAES	COLABORADOR FRIBEL
146	DANIEL TADEU FIGUEIREDO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-SEFA
147	DANIELA DA CONCEICAO FROZ BATISTA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
148	DANIELA DE NAZARE ALFAIA NASCIMENTO	PROFESSOR(A)- PMM
149	DANIELA FARIAS SILVA	COLABORADOR FRIBEL
150	DANIELA SILVA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
151	DANIELE CRISTINA GOIS BIZERRA	DIGITADOR- PMM
152	DANIELE GALVAO MORAES	RECEPCIONISTA- PMM
153	DANIELLE ARCANJO DOS SANTOS DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM

154	DANIELLE CRISTINA MELRES DE SOUSA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
155	DANIELLE DE SOUZA ALVES	COLABORADOR FRIBEL
156	DANIELLE SANTOS DE FRANCA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM -
157	DANIHELLEN BASTOS DE FIGUEIREDO SILVA	DIGITADOR- PMM
158	DANILO FIGUEIREDO DOS SANTOS	VIGIA- PMM
159	DANYRLEN DO NASCIMENTO COSTA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
160	DAVI FRANCISCO DA ROCHA AMARAL	COLABORADOR FRIBEL
161	DAVI SANTANA PEREIRA MARTINS	COLABORADOR FRIBEL
162	DIEGO BENEDITO SILVA DA PAIXÀO	COLABORADOR FRIBEL
163	DIEGO XAVIER LOPES	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
164	DILBERTO ANTONIO DOS SANTOS MARTINS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
165	DILMA MACIEL DIOGO DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
166	DILTON DOS SANTOS NUNES	VIGIA- PMM
167	DINAEL BARBOSA MIRANDA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
168	DINALVA PANTOJA FARIAS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
169	DINIZ SANTOS DA SILVA FILHO	VIGIA- PMM
170	DIOGO FELIPE FERNANDES MESQUITA	PROFESSOR(A) - PMM
171	DIONEIA OLIVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) - PMM
172	DIONEIA TEIXEIRA NUNES DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
173	DIONISIO ANDRADE DE ASSUNCAO	AGENTE DE PORTARIA- PMM
174	DIRLENE MATOS DOS REIS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
175	DJALMA GOMES DA SILVA NOVAES	VIGIA- PMM
176	DJALMA MARQUES	VIGIA- PMM
177	EDELVAN SOUZA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
178	EDILSON DA PAIXAO LOPES TEIXEIRA FILHO	VIGIA- PMM
179	EDIMAR AIRES FARIAS	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
180	EDIMAR DA SILVEIRA SILVA	VIGIA- PMM

181	EDIMILSON CONCEICAO NASCIMENTO SILVA	VIGIA- PMM
182	EDINALDO DA SILVA MIRANDA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
183	EDINALDO NUNES MUNHOZ	PEDREIRO- PMM
184	EDINALDO SANTOS DA SILVA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
185	EDINALDO SOUZA MOURA	FISCAL DE OBRAS- PMM
186	EDINELMA SANTOS DE ARAUJO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
187	EDINEY SOARES TELES	OPER. DE MAQUINAS PESADAS- PMM
188	EDINO CARLOS SOUZA MELO	MOTORISTA- PMM
189	EDITELMA FERREIRA PANTOJA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
190	EDIVALDO GONCALVES SANTOS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
191	EDIVALDO LIRA LINHARES	VIGIA- PMM
192	EIIELSON SOARES FARIAS	EXTENSIONISTA RURAL I/A
193	ELANE CRISTINA DA SILVA MAFRA	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
194	ELANE CRISTINA SARGES RODRIGUES FARIAS	PROFESSOR(A) - PMM
195	ELANE DE SOUSA PINHEIRO SODRE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
196	ELANI DA SILVA MATOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
197	ELANY DOS SANTOS CARDOSO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
198	ELBA GRACIELA BARROS DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
199	ELDA GLEICE BARROS DA SILVA	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
200	ELDER MESQUITA CAVALCANTE	VIGIA- PMM
201	ELEIDIANE LENINE MELO CORREA	PROFESSOR(A) - PMM
202	ELEM CRISTINA SILVA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
203	ELEN DAIANE LOBATO COSTA	PROFESSOR(A) - PMM
204	ELEZIO DOS SANTOS MOURAO	COLABORADOR FRIBEL
205	ELIOMAR SANTA BRIGIDA DINIZ	COLABORADOR FRIBEL
206	ELIZETE CRISTINA FONSECA DA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
207	ELLEN CARLA SILVA FERREIRA	PROFESSOR(A)

208	ELMA CRISTINA SANTA BRIGIDA CONDE	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
209	ELMA LUCIA CAJUEIRO VENTURA	PROFESSOR(A) - PMM
210	ELSON DE ALMEIDA PEREIRA	AFRE-SEFA
211	ELSON DE OLIVEIRA SILVA	VIGIA- PMM
212	ELZA COSTA ANDRADE DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-SEFA
213	EVALDA SANTIAGO DE CARMO	AFRE-SEFA
214	EVANDRO MIRANDA MONTEIRO	VIGIA- PMM
215	EVANDRO MONTEIRO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
216	EVANGELA CAROLINA PENHA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
217	EVANIA BRASIL SILVA	PROFESSOR(A) - PMM
218	EVELIN MAESSA COELHO DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
219	EVELY LUCENA XAVIER	PROFESSOR(A) - PMM
220	EVELYNE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
221	EVERTON JUAN COSTA PROGENIO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
222	EVERTON SOARES FERREIRA	COLABORADOR FRIBEL
223	FABIO GONÇALVES ADRIAO	COLABORADOR FRIBEL
224	FABIO SILVA BEZERRA	COLABORADOR FRIBEL
225	FABIOLA SOUZA DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
226	FERNANDO CESAR OLIVEIRA DA SILVA	VIGIA- PMM
227	FERNANDO DEYWISON COELHO DE QUEIROZ	AGENTE DE PORTARIA- PMM
228	FERNANDO JOSE DA CONCEICAO FERREIRA	MOTORISTA- PMM
229	FERNANDO MARIANO DA SILVA JESUS	VIGIA- PMM
230	FERNANDO NAZARENO DE SOUZA MOTA	VIGIA- PMM
231	FERNANDO SOARES BRANDAO	VIGIA- PMM
232	FILIPE DE MESCOUTO KAUFFMANN	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
233	FIRMINO PALHETA DE ALMEIDA	AGENTE DE SERVICOS- PMM
234	FLAVIA CRISTINA VASQUES MOURA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM

235	FLAVIA KAROLINE SOARES RODRIGUES	PROFESSOR(A) - PMM
236	FRANCISCO MARCIO NASCIMENTO E SOUZA	COLABORADOR FRIBEL
237	FRANCISCO NARCÉLIO N.ARAÚJO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-SEFA
238	FRANK DENNY CORREA DE BRITO	VIGIA- PMM
239	FRANK MARCELO CARDOSO DE BRITO	VIGIA- PMM
240	FRANKCINATRA CORREA DE BRITO	VIGIA- PMM
241	FRANKLIN DANIEL LAMEIRA ROMA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
242	FRED WILLIAM ALFAIA SOTAO	DIGITADOR- PMM
243	GABRIEL BAIA PIMENTEL	MOTORISTA- PMM
244	GABRIEL CARVALHO XAVIER	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
245	GABRIEL DOS SANTOS SOBRAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
246	GABRIEL JAQUES GUEDES	VIGIA- PMM
247	GABRIEL NEGRAO DA CUNHA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
248	GABRIELA DA SILVA ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
249	GABRIELA SILVA DA CUNHA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
250	GABRIELE CAROLINE DA COSTA CAVALCANTE	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
251	GEANDERSON CARVALHO PANTOJA	COLABORADOR FRIBEL
252	GEFERSON JOSE CARDOSO	COLABORADOR FRIBEL
253	GEOVANNI CORDEIRO DE LIMA	COLABORADOR FRIBEL
254	GILMA LUZIA DA SILVA	EXTENSIONISTA RURAL II
255	GILVANDSON MARTINS REIS	COLABORADOR FRIBEL
256	GLAUBER FLORENÇO DA CUNHA	EXTENSIONISTA RURAL I/A
257	GLEICY FERREIRA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
258	GLEICYENE AMARAL CORREA	GEOLOGO(A) - PMM
259	GLEIDSON HERICO MIRANDA CARDOSO	VIGIA- PMM
260	GLEISON PRADO LOPES	VIGIA- PMM
261	GLEUDIANE PAIXAO FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM

262	GLEYDISON DIEGO COSTA DE SOUZA	VIGIA- PMM
263	GLEYSON DA SILVA CHAVES	PROFESSOR(A) - PMM
264	GRACIEMA ANGELUCE FALCAO DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) - PMM
265	GUSTAVO EZEQUIEL SILVA ROCHA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
266	GUTIER PEREIRA DA COSTA	VIGIA- PMM
267	HALAN PAULO MARTINS LEITE	DIGITADOR- PMM
268	HELENIZE HELENA F.LOBATO	AFRE-SEFA
269	HENRIQUE BRITO DE ARAUJO	COLABORADOR FRIBEL
270	HERNEN DIOGO OLIVEIRA DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
271	HOLLESCIO LOPES DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
272	HUMBERTO ANDRE PESSOA DE QUEIROZ	PROFESSOR(A) - PMM
273	HUMBERTO SILVA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
274	HYGSON RODRIGUES MORAES	VIGIA- PMM
275	IAN EWERTON MONTEIRO CRISTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
276	IARA MARIANA COELHO MONTEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
277	IASMIN JAMILLE MARCOS BORGES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
278	IDONEIO GOMES DA SILVA	VIGIA- PMM
279	IGOR LEONARD NUNES DA CRUZ	ASSISTENTE SOCIAL- PMM
280	ILAMARTA DA SILVA SANTOS	AGENTE DE PORTARIA- PMM
281	ILDELENE DE SOUZA BORGES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
282	ILIZONETE SILVA DE SOUZA ESTEVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
283	ILTON SILVA RODRIGUES	MOTORISTA- PMM
284	INA MARIA ALVES CORREA	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
285	INABB CONCEICAO DOS SANTOS	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
286	IVIANE COSTA DO NASCIMENTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
287	IVO FERNANDES DE OLIVEIRA	VIGIA- PMM
288	IVO TRAVACOS DA SILVEIRA	VIGIA- PMM

289	IVONETE ANDRADE DAVIS	PROFESSOR(A) - PMM
290	IVONY HOLANDA GUIMARAES	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
291	IZA MARA DA SILVA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
292	IZABELE CRISTINA FERREIRA MACIEL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
293	IZANETE LOPES DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-SEFA
294	IZANILDO SOARES CORREA	COLABORADOR FRIBEL
295	JACAINA SARLY ASSUNCAO DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
296	JACIELE RAIOL DOS SANTOS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
297	JACIRA CRISTIANE VIEIRA DE ARAUJO DE SOUZA	COLABORADOR FRIBEL
298	JACKELINE DAS CHAGAS DE CASTRO	COLABORADOR FRIBEL
299	JACQUELINE CARVALHAL CAMPELO	COLABORADOR FRIBEL
300	JADSON DA SILVA SOARES	COLABORADOR FRIBEL
301	JAQUELINE ELAINE DA SILVA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
302	JEANE MILENE GOMES DO ROSARIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
303	JEFFERSON FERNANDO SILVA JESUS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
304	JEFFERSON RODRIGO TAVARES	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
305	JEFFERSON SANTOS ARAUJO	VIGIA- PMM
306	JEFFERSON SOARES CARRERA	DIGITADOR- PMM
307	JEFFERSON SOUZA GOMES	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
308	JEOVA LOBO DE BRITO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
309	JEOVANE REIS PIRIS	ASSISTENTE SOCIAL- PMM
310	JEREMIAS DA SILVA SANTOS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
311	JEREMIAS DE SOUSA RODRIGUES	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
312	JHONNE MARQUES DE SOUSA	COLABORADOR FRIBEL
313	JOANA AMADOR TEIXEIRA	SERVENTE-SEFA
314	JOÃO ANTÔNIO FLORES NETO	AFRE-SEFA
315	JOAO DINIZ DOS SANTOS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM

316	JOAO FONSECA CARVALHO FERREIRA JUNIOR	AGENTE DE PORTARIA- PMM
317	JOAO GABRIEL CUNHA NASCIMENTO	VIGIA- PMM
318	JOAO GOMES	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
319	JOAO HENRIQUE DE BRITO OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
320	JOAO LUCIVALDO OLIVEIRA VERISSIMO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
321	JOAO LUIZ DA SILVA COSTA	PROFESSOR(A) - PMM
322	JOAO MARCIO DA SILVA	VIGIA- PMM
323	JOAO MARIA DOS REIS PEREIRA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
324	JOAO OSVALDO DE ANDRADE	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
325	JOAO PAULO ALVES BATISTA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
326	JOÃO TORRES DE OLIVEIRA	SERVENTE-SEFA
327	JOELSON HENRIQUE DA COSTA	COLABORADOR FRIBEL
328	JONIVALDO BATISTA DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
329	JORGE DIAS RAMOS	AFRE-SEFA
330	JORGE LUIZ FONSECA TACHY	AFRE-SEFA
331	JORGE TADEU FERREIRA DE LIMA	AFRE-SEFA
332	JORGIVAM REIS PIRIS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
333	JORGIVAM REIS PIRIS	AGENTE DE SERVICOS- PMM
334	JORRANE DE FREITAS FERREIRA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
335	JORRANE DE FREITAS FERREIRA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
336	JORZINALDO GOMES CORREA	TECNICO EM INFORMATICA- PMM
337	JORZINALDO GOMES CORREA	TECNICO EM INFORMATICA- PMM
338	JOSE ADILSON CARVALHO MACEDO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
339	JOSE ADILSON CARVALHO MACEDO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
340	JOSE ADRIANO DA SILVA CARVALHO	VIGIA- PMM
341	JOSE ADRIANO DA SILVA CARVALHO	VIGIA- PMM
342	JOSE ANDERSON DE LIMA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM

343	JOSE ANDERSON DE LIMA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
344	JOSE ANTONIO ALVES LOPES	VIGIA- PMM
345	JOSE ANTONIO ALVES LOPES	VIGIA- PMM
346	JOSE AUGUSTO DA SILVA RIBEIRO	COLABORADOR FRIBEL
347	JOSE HENRIQUE SILVA FERNANDES	COLABORADOR FRIBEL
348	JOSÉ LUIZ GONÇALVES FARIAS	AFRE-SEFA
349	JOSE MARIA DA SILVA SIQUEIRA	COLABORADOR FRIBEL
350	JOSE RIBAMAR PEREIRA DE SOUZA	COLABORADOR FRIBEL
351	JOSE WELLISON SILVA MORAES	COLABORADOR FRIBEL
352	JOSENILDO VANZELER DE SOUZA	COLABORADOR FRIBEL
353	JOSILEIA DASILVA DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
354	JULIANA CRISTINA DE OLIVEIRA MARTINS	COLABORADOR FRIBEL
355	KARINA MARIA DE SOUSA FALCAO	COLABORADOR FRIBEL
356	KELDLEN GONÇALVES BENTES	COLABORADOR FRIBEL
357	KELLY ALVES PEREIRA	COLABORADOR FRIBEL
358	KESSY JHONES GAMA PINTO	VIGIA- PMM
359	KETHELLEN LILIANE DA SILVA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
360	KETHLEEN CLEIDE SOARES DA SILVA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
361	KEVENNY FRANCISCO SIMIS COELHO	MOTORISTA- PMM
362	KEVIN WELLIGTON DE OLIVEIRA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
363	KEYCE PINHEIRO SAMPAIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
364	KEYLA BETANIA FERREIRA DO ROSARIO	AGENTE DE PORTARIA- PMM
365	KEZYA CAROLINA AIRES AMARAL	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
366	KLEBER ARAUJO DE AVIZ	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
367	KLEBER JOSE GOUVEIA FERREIRA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
368	KLEBER NASCIMENTO COSTA RAMOS	COLABORADOR FRIBEL- PMM
369	KLEUMA ALEXANDRE DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM

370	KLEYVANE SERRAO DIAS BARBOSA	PROFESSOR(A) - PMM
371	LADYMAR DE ALMEIDA SOUSA	MOTORISTA- PMM
372	LAIS HELENA DOS SANTOS COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
373	LANIEL DE SOUZA BELFORT	COLABORADOR FRIBEL
374	LANNA TALIA FELIPE DE MATOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
375	LARA OLIVEIRA SOUZA TELES DOS SANTOS	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
376	LARISSA CUNHA LINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
377	LARISSA DA SILVA MALAFAIA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
378	LARISSA DE PAULA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
379	LEANDRO CARLOS CASTRO DO LIVRAMENTO	COLABORADOR FRIBEL
380	LEONARDO DE JESUS CALANDRINI AZEVEDO	COLABORADOR FRIBEL
381	LEONARDO DE OLIEVIRA CAETANO	COLABORADOR FRIBEL
382	LEONARDO MORAES CASTRO	COLABORADOR FRIBEL
383	LEONARDO SILVA DO NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
384	LEONAY LEMOS DA SILVA	VIGIA- PMM
385	LEONILDES RIBEIRO SOUSA	ASSISTENTE SOCIAL- PMM
386	LEONILSON DA SILVA NUNES	OPER. DE MAQUINAS PESADAS- PMM
387	LETICIA DAIANY CARDOSO BASTOS MATOS	PROFESSOR(A) - PMM
388	LEVY SANTANA SOUSA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
389	LIA CARLA LEAL ALVES MAR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
390	LIDIANE ANDRADE DE ASSUNCAO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
391	LINO CARRERA BARBOSA	AUX. DE ADMINISTRAÇÃO- PMM
392	LINO MAHMUD DANTAS	AFRE-SEFA
393	LUIZ PAULO FERREIRA MODESTO	VIGIA- PMM
394	LUIZ PAULO FERREIRA MODESTO	VIGIA- PMM
395	LUIZ PINHEIRO BARBOSA	VIGIA- PMM
396	LUIZ PINHEIRO BARBOSA	VIGIA- PMM

397	LUIZ RICARDO DOS SANTOS SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
398	LUIZ RICARDO DOS SANTOS SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
399	LUZIA MONTEIRO SAMPAIO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
400	LUZIA MONTEIRO SAMPAIO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
401	LUZIENE DO SOCORRO DA COSTA MATOS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
402	LUZIENE DO SOCORRO DA COSTA MATOS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
403	MAGALI AZEVEDO DA SILVA	AFRE-SEFA
404	MAICON GAMA BARRETO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
405	MAICON GAMA BARRETO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
406	MAIK ANDERSON DOS SANTOS MATOS	VIGIA- PMM
407	MAIK ANDERSON DOS SANTOS MATOS	VIGIA- PMM
408	MAIK ENDERSON VIANA SOARES	VIGIA- PMM
409	MAIK ENDERSON VIANA SOARES	VIGIA- PMM
410	MAIKO BOTELHO DO NASCIMENTO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
411	MAIKO BOTELHO DO NASCIMENTO	AGENTE DE SERVICOS- PMM
412	MAIKON KEVEN NASCIMENTO DA SILVA	MOTORISTA- PMM
413	MAIKON KEVEN NASCIMENTO DA SILVA	MOTORISTA- PMM
414	MAILLA CHRISTINNE FRANCA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
415	MAILLA CHRISTINNE FRANCA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
416	MAITE SOARES DE FREITAS SILVA	PROFESSOR(A) - PMM
417	MAITE SOARES DE FREITAS SILVA	PROFESSOR(A) - PMM
418	MANOEL CARLOS DO NASCIMENTO	MOTORISTA- PMM
419	MANOEL CARLOS DO NASCIMENTO	MOTORISTA- PMM
420	MANOEL DE JESUS DA SILVA SOARES	VIGIA- PMM
421	MANOEL DE JESUS DA SILVA SOARES	VIGIA- PMM
422	MANOEL DO ESPIRITO SANTO NASCIMENTO PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
423	MANOEL DO ESPIRITO SANTO NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM

	PEREIRA	
424	MARCELINO LOPES DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇO-SEFA
425	MARCELO SILVA TEIXEIRA JUNIOR	COLABORADOR FRIBEL
426	MARCIA MARIA COSTA SANTOS	AFRE-SEFA
427	MARCIO RODRIGO RIBEIRO DE MAGALHAES	COLABORADOR FRIBEL
428	MARCO SUEL PEREIRA LIMA	COLABORADOR FRIBEL
429	MARCOS DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS	COLABORADOR FRIBEL
430	MARCOS NAZARENO CARDOSO DOS REIS	AFRE-SEFA
431	MARIA DA GLORIA LOPES DE SOUZA SOBRAL	DATILOGRAFO-SEFA
432	MARIA MARGARETE DE ARAÚJO SALOMÃO	EXTENSIONISTA RURAL I/A
433	MARIA TEREZA FERREIRA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-SEFA
434	MARINILCE DE JESUS ARAUJO DOS SANTOS FURTADO	COLABORADOR FRIBEL
435	MARIO EDSON MATOS CARVALHO	AFRE-SEFA
436	MARIO JORGE FONSECA DAS NEVES	AFRE-SEFA
437	MATHEUS ALBINO CHAVES FAVACHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
438	MATHEUS FELIPE DE OLIVEIRA DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
439	MATHEUS HENRIQUE LISBOA DA COSTA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
440	MATHEUS JACOB MAMEDE AUXILIAR	ADMINISTRATIVO- PMM
441	MATHEUS NEPOMUCENO SOUSA	DIGITADOR- PMM
442	MAURICIO COSTA CAVALCANTE	AGENTE DE PORTARIA
443	MAURICIO JUNIOR SILVA NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
444	MAURICIO NAZARE DOS SANTOS MELO	VIGIA- PMM
445	MAURO CARLOS DA SILVA FURTADO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
446	MAURO LUCIVALDO REIS SOUZA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
447	MAURO SERGIO PEREIRA CAVALCANTE	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
448	MAX ELIEL NASCIMENTO DA SILVA	VIGIA- PMM
449	MAX WISLLEY MORAES DOS SANTOS	MECANICO- PMM

450	MAXKLEY DOS ANJOS VALADARES	AGENTE DE PORTARIA- PMM
451	MAXWELL ROBERTO BEZERRA FALCÃO	EXTENSIONISTA RURAL I/A
452	MAYARA ALANI DOS SANTOS BRITO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
453	MAYARA MENEZES DE OLIVEIRA	SECRETARIO ESCOLAR- PMM
454	MAYARA MIKAELLE SOARES FERREIRA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
455	MAYARA SANTOS DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
456	MAYCK DA SILVA AGUIAR	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
457	MOISES PANTOJA MORAES	COLABORADOR FRIBEL
458	NÁCIO MAGNO FELIZ	AFRE-SEFA
459	NADILA AMANDA FERREIRA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
460	NADIR DOS SANTOS TEIXEIRA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
461	NADYA SANTA BRIGIDA	ASSISTENTE SOCIAL- PMM
462	NAGEAN BRITO FREIRE	VIGIA- PMM
463	NAGILA SOUSA GONCALVES	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
464	NAIDE MACEDO DE OLIVEIRA	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
465	NAIDY COIMBRA DOS ANJOS GONCALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
466	NAILSON MARCOS SOUZA ESPINDOLA	DIGITADOR- PMM
467	NAIRA GISSELE DE SOUZA ARANHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
468	NARA SUELY TAVARES BAIA	AFRE-SEFA
469	NARCISO CUNHA MORAES JUNIOR	SECRETARIO ESCOLAR- PMM
470	NATALIA INGRID PINHEIRO DA COSTA	PROFESSOR(A) - PMM
471	NATALINA DO SOCORRO DE LIMA DE AVIZ	AGENTE DE SERVICOS- PMM
472	NATANA DO ROSARIO CANUTO	ASSISTENTE SOCIAL- PMM
473	NATANAEL COSTA PEREIRA	VIGIA- PMM
474	NATANAEL FREITAS CORREA	PEDREIRO- PMM
475	NATANAEL MARQUES DO NASCIMENTO	AGENTE DE PORTARIA- PMM
476	NATANAEL MATOS DO ROSARIO	VIGIA- PMM

477	NAUDMA DA COSTA ESTUMANO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
478	NAYARA MYKAELLY SOARES FERREIRA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
479	NAYARA SOUSA RODRIGUES NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
480	NAZA CLEISS ALVES PEREIRA	PROFESSOR(A) - PMM
481	NAZARE FERREIRA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
482	NAZARENO FERREIRA DOS SANTOS	MOTORISTA- PMM
483	NEFITALI DOS SANTOS NETO	FRE-SEFA
484	NEIDE LENE MACHADO SOARES	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
485	NEIDE SILVA DO NASCIMENTO	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
486	NEIDIANA FERREIRA DE SOUZA	COLABORADOR FRIBEL
487	NEILANY DO NASCIMENTO CASTRO	PROFESSOR(A) - PMM
488	NELMA SILVA DE CASTRO	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
489	NELSON SEABRA GONÇALVES	AFRE-SEFA
490	OBERLANDER BARBOSA DE CASTRO	EXTENSIONISTA RURAL I/A
491	OLDECIR ESTUMANO ROTERDAN	AFRE-SEFA
492	ORIVALDO MARTINS CONCEICAO	COLABORADOR FRIBEL
493	OSMARINA ALMEIDA DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) - PMM
494	OSVALDO ARMEIRINHO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
495	OSVALDO BRITO DE SOUZA	VIGIA- PMM
496	OSVALDO CLAUDIO SANTOS TEIXEIRA	VIGIA- PMM
497	OSVALDO DA SILVA CARNEIRO	VIGIA- PMM
498	OSVANILDE DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
499	OTAVIA DE CASSIA BARROSO FALCAO	COLABORADOR FRIBEL
500	OTAVIO MENDONCA BORGES	MOTORISTA- PMM
501	OZILENE JESSICA DE ARAUJO COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
502	OZILMA DE PAULA SILVA DA COSTA	PROFESSOR(A) - PMM
503	OZIMA DA SILVA COSTA	SECRETARIO ESCOLAR- PMM

504	PABLO HENRIQUE LEITE BEZERRA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
505	PABLO NICOLAS PINHEIRO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
506	PALOMA LUIZA MAIA DE SOUZA	SECRETARIO ESCOLAR- PMM
507	PAMELA CORREIA DA SILVA	RECEPCIONISTA- PMM
508	PAMELA CRISTINA DE ABREU ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
509	PAMELA RUANA OLIVEIRA RODRIGUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
510	PATRICIA ALVES PIMENTEL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
511	PATRÍCIO COSTA DOS REIS FILHO	EXTENSIONISTA RURAL II
512	PATRICK AUGUSTO SACRAMENTO NUNES	COLABORADOR FRIBEL
513	PAULO ROGÉRIO RIBEIRO FURTADO	COLABORADOR FRIBEL
514	PAULO SERGIO LEAO GONCALVES	VIGIA- PMM
515	PAULO SERGIO MACEDO SARAIVA	VIGIA- PMM
516	PAULO SERGIO PESSOA DE LIMA	MOTORISTA- PMM
517	PAULO SERGIO RODRIGUES DIAS	VIGIA- PMM
518	PAULO SERGIO SARAIVA VILA NOVA	AGENTE DE SERVICOS- PMM
519	PAULO SERGIO SOUSA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
520	PAULO VICTOR BARBOSA PINTO	AGENTE DE PORTARIA- PMM
521	PAULO VICTOR DA SILVA LARA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
522	PAULO VITOR ALMEIDA DO CARMO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
523	PAULO VITOR SILVA DA COSTA	DIGITADOR- PMM
524	PEDRO AGILSON DOS SANTOS	VIGIA- PMM
525	PEDRO DO CARMO DOS REIS PEREIRA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
526	PEDRO EDVALDO MATOS PEREIRA	PROFESSOR(A) - PMM
527	PEDRO GILDO PEREIRA	VIGIA- PMM
528	PEDRO GONCALVES AYRES NETO	VIGIA- PMM
529	PEDRO LEILSON DA FONSECA DO NASCIMENTO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
530	PEDRO MONTEIRO DE SOUSA	VIGIA- PMM

531	PEDRO MORAIS DA SILVA	VIGIA - PMM
532	PEDRO PAULO DE BRITO NUNES	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
533	PEDRO PAULO FERREIRA BERNARDO	VIGIA- PMM
534	PEDRO PEREIRA DA SILVA	VIGIA- PMM
535	PETER NILTON BEZERRA FALCAO	DIGITADOR- PMM
536	PRISCILA DE LIMA SANTANA	PROFESSOR(A) - PMM
537	PRISCILA FEITOZA DA SILVA	PROFESSOR(A) - PMM
538	PRISCILA MIRANDA LIMA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
539	PRISCILA NAZARE DE ANDRADE FAVACHO	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
540	PRISCILA OLIVEIRA PAMPLONA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
541	PRISCILA SILVA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
542	QUESIA DOS SANTOS GONCALVES	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
543	RAFAEL CARVALHO NEVES	AGENTE DE PORTARIA- PMM
544	RAFAEL CORREA DE ASSIS	AGENTE DE PORTARIA- PMM
545	RAFAEL COSTA DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
546	RAFAELLI MARINHO FERREIRA	COLABORADOR FRIBEL
547	RAIMUNDA DA CONCEICAO FERREIRA FONSECA	AGENTE DE SERVICOS- PMM
548	RAIMUNDA DA SILVA PENHA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
549	RAIMUNDA DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
550	RAIMUNDA DOS SANTOS LIMA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
551	RAIMUNDA FIRMINO DA COSTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
552	RAIMUNDA MARCIA LINS SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
553	RAIMUNDA NAZARE BAHIA BENIGNO	ECONOMISTA- PMM
554	RAIMUNDA PEREIRA DA CONCEICAO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
555	RAIMUNDA SHEILA REIS DE LIMA VALENTE	MANIPULADOR(A) DE ALIMENTOS- PMM
556	RAIMUNDA SUELY DE OLIVEIRA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
557	RAIMUNDO JORGE COSTA SOUZA	FRE-SEFA

558	RAIMUNDO SOARES PORFIRIO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
559	RAIMUNDO SODRE DA COSTA	OPER.DE MAQUINAS PESADAS- PMM
560	RAIMUNDO TEIXEIRA SANTA BRIGIDA	PEDREIRO- PMM
561	RAIMUNDO VICENTE XAVIER	VIGIA- PMM
562	RAIRON MOREIRA DA SILVA	MOTORISTA- PMM
563	RANILSON CASSIO PINTO DOS SANTOS GUSMAO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
564	RAPHAEL DE ABREU FERREIRA	ENGENHEIRO(A) AMBIENTAL- PMM
565	RAPHAEL HEITOR DOS SANTOS COSTA	TECNICO EM INFORMATICA- PMM
566	RAQUEL SILVA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
567	RAQUELINE DE PAULA DOS SANTOS SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
568	RAVANNE SANTOS SOUZA DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
569	RAY FARIAS LOUREIRO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS
560	RAYANE CAROLINE SILVA E SILVA	SECRETARIO ESCOLAR- PMM
561	RAYZA CAROLINE PANTOJA LOPES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
562	REBECA NAVEGANTES ROSA DE MATOS	AGENTE DE PORTARIA- PMM
563	REGIANE ALVES RODRIGUES	AGENTE DE PORTARIA- PMM
564	REGIANE DA SILVA CORREA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
565	REGIANE SANTOS DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
566	REGILENA ALMEIDA DE SOUZA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
567	REGINA CELIA DA SILVA MARCELINO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
568	REGINA DIAS CARVALHO	SECRET. ESCOLAR MARITUBA- PMM
569	REGINA FATIMA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
570	REGINA PEREIRA QUADROS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
571	REGINALDO GONCALVES RODRIGUES	AGENTE DE PORTARIA- PMM
572	REGINALDO MARQUES	VIGIA- PMM
573	REGINALDO MARTINS DA SILVA	VIGIA- PMM
574	REGINALDO SANTOS DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM

575	REGINALDO SILVA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
576	REGIS WENDEL SANTOS DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
577	RENATA TAVARES DE OLIVEIRA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
578	RENNAN CUNHA MELO	COLABORADOR FRIBEL
579	RHYDLEY DANNYLO DA SILVA PEREIRA	COLABORADOR FRIBEL
580	RITA DE CASSIA ALVES JACOB	PROFESSOR(A) - PMM
581	RITA DE CASSIA DO AMARAL RAMOS	PROFESSOR(A) - PMM
582	RITA DE CASSIA DOS SANTOS BARROSO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
583	RITA DE CASSIA FONSECA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
584	ROBERTO CARDOSO ARAÚJO	FRE-SEFA
585	ROBERTO ITIRO ABE	AFRE-SEFA
586	ROBERTO ROWILSON DA SILVA CECIM	AFRE-SEFA
587	ROBERTTA CRISTINNY PINHEIRO DE SOUZA	COLABORADOR FRIBEL
588	RUBCLEYSON PADILHA AGOSTINHO	COLABORADOR FRIBEL
589	RUTH MOUZARINA BARBOSA CARVALHO RIBEIRO	COLABORADOR FRIBEL
590	SALIM BECHARA RESQUE	AGENTE DE PORTARIA-SEFA
591	SAMARA KAROLINA VEIGA ALFAIA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
592	SAMARA LORRANA FERREIRA ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
593	SAMARA SILVA RODRIGUES FIGUEREDO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
594	SAMIO DE SOUZA BARBOSA	MOTORISTA- PMM
595	SAMIRA MELINA DUTRA DA CRUZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
596	SAMMY DANTAS GARCIA	MOTORISTA- PMM
597	SAMUEL ANDRADE DE ASSUNCAO	FISCAL DE OBRAS- PMM
598	SAMUEL HENRIQUE DA COSTA SOUSA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
599	SAMUEL PEREIRA DE SOUZA NETO	AGENTE DE PORTARIA- PMM
600	SAMUEL SOUZA CARVALHO	VIGIA- PMM
601	SAMYRA ELIAS DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM

602	SANDE MILENA DA SILVA LIMA	COLABORADOR FRIBEL
603	SANDRA NAZARÉ FILGUEIRAS DE SOUZA	TÉC. EM REC. HUMANO- PMM
604	SERGIO CORREA NERI	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
605	SERGIO LUIZ MANACAS DA SILVA	PROFESSOR(A) - PMM
606	SERGIO OLIVEIRA DE ANDRADE	AGENTE DE PORTARIA- PMM
607	SERGIO VALINOTO CORREA DA SILVA	VIGIA- PMM
608	SHEILA CRISTINA PINTO DO NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
609	SHEILA DE CASSIA PEDROSO DE SOUSA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
610	SHEILA PATRICIA SOSINHO LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
611	SHEILA SANTA BRIGIDA MACHADO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
612	SHIRLEY AMORIM DE SOUSA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
613	SHIRLEY DO SOCORRO OLIVEIRA PINTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
614	SHIRLLEN PAULA TEIXEIRA BRITO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
615	SIDENEI ANTONIO DA LUZ CORECHA	MOTORIS- PMM
616	SIDNEY DORIA DE BRITO	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
617	SIDNEY WELLINGTON FIGUEIREDO BORGES	VIGIA- PMM
618	SILAS DO VALE OLIVEIRA	ELETRECISTA- PMM
619	SILMAR ANTONIO QUARESMA DO NASCIMENTO	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
620	SILMARA CRISTINA COSTA CAVALCANTE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
621	SILVANA CORREA DE ALMEIDA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
622	SILVANO OLIVEIRA DO ROSARIO	VIGIA- PMM
623	SILVIA BARBOSA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) - PMM
624	SILVIA CRISTINA DOS SANTOS E SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
625	SIMARA NAIRA SANTANA DA SILVA PEREIRA	COLABORADOR FRIBEL
626	SÔNIA MARIA DO CARMO	AFRE-SEFA
627	SUELLEN LOPES DE FREITAS	COLABORADOR FRIBEL
628	SUENY SANTOS SODRE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM

629	SUSANA COSTA DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
630	SUZANA DA SILVA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
631	SUZANA DOS SANTOS SAMPAIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
632	SUZELE PEREIRA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
633	SUZETH CONCEICAO SANTOS MACIEL	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
634	TACYA GABRIELLE SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
635	TAIANA LORENA COSTA FERNANDES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
636	TAISE LUANA AMARAL BATISTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
637	TALITA LORENA WANDERLEY NAVEGANTES	AGENTE DE PORTARIA- PMM
638	TAMARA TAXMAN NASCIMENTO CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
639	TAMIRES SANTOS COSTA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
640	TANIA CRISTINA NOGUEIRA FRANCA	PROFESSOR(A) - PMM
641	TATIANA REIS DO NASCIMENTO FREITAS	PROFESSOR(A) - PMM
642	TATIANA SANTOS DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
643	TATIANE BARREIROS LIMA	PROFESSOR(A) - PMM
644	TATIANE MARA FERREIRA COSTA	AGENTE DE PORTARIA- PMM
645	TAYANA PAULA CARDOSO DA CUNHA SARAIVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
646	TED JAX MEIRELES COELHO	VIGIA- PMM
647	TELMA LUCIA ROCHA DE ARAUJO	PROFESSOR(A) - PMM
648	TEREZA MIRANDA JABOUR MANSUR	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
649	TEREZINHA DE JESUS LIMA DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
650	TEREZINHA DE JESUS NUNES DOS SANTOS	PROFESSOR(A) - PMM
651	THAIS NAYARA TEODORA DE PAULA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
652	THALIA DO SOCORRO BARATA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
653	THAMARA DA LUZ PINHEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
654	THAMIRES ALMEIDA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
655	THARINY INGLEWYS DO ROSARIO ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM

656	VALDEMIR DA COSTA SANTOS	COLABORADOR FRIBEL
657	VALDO DA LUZ O. MARTINS	AFRE-SEFA
658	VALTER SOUZA NOVAIS	EXTENSIONISTA RURAL I/A
659	VANIA SOARES DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
660	VITOR RAFAEL GALVAO MAIA	COLABORADOR FRIBEL
661	WALDIR DE MORAES COUTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO-SEFA
662	WELLINGTON LORRAN DOS PASSOS FERREIRA	COLABORADOR FRIBEL
663	WENDELL KALLEL ROMA DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
664	WILLIAM ABREU CORREA	VIGIA- PMM
665	WILLIAM FARIAS FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
666	WILLIAM PATRICK ALMEIDA COIMBRA	VIGIA- PMM
667	WILLIAM SIDNEY SOUZA MACIEL	COLABORADOR FRIBEL
668	WILLIAM SOARES DE QUEIROZ JUNIOR	VIGIA- PMM
669	WILLIAME DA SILVA FERRAZ	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
670	WILLIAN PATRICK PEREIRA DA SILVA	COLABORADOR FRIBEL
671	YAGO PATRICK DA LUZ DE AMORIM	COLABORADOR FRIBEL
672	YAGO PINHEIRO PEREIRA	AGENTE DE SERVICOS URBANOS- PMM
673	YARA CAROLINE SILVA DE SOUZA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO- PMM
674	YASMIM CRISTINA ALVES DE ARAUJO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
675	YNGRID KAROLINE DA SILVA DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO- PMM
677	YUKE HELLEN BARBOSA DOS ANJOS	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
678	YURI RAFAEL OA SILVA MATOS	COLABORADOR FRIBEL
679	ZILMA MONTEIRO DE SOUZA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM
680	ZINAILDE TEIXEIRA	AGENTE DE SERVICOS GERAIS- PMM

E, para que não se possa alegar ignorância, mandou expedir o presente **EDITAL**, a ser publicado no Diário de Justiça Eletrônico, bem como afixado no local de costume do Fórum.

Na forma do art. 426, § 1º, do código de Processo Penal, passo a transcrever os arts. 436 a 446:

¿Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º. Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º. A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.(NR)¿

¿Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I - o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - os Governadores e seus respectivos Secretários;

III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distritais e Municipais;

IV - os Prefeitos Municipais;

V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII - os militares em serviço ativo;

IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.(NR)¿

¿Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º. Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º. O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.¿

¿Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.(NR)¿

¿Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.(NR)¿

¿Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.(NR)¿

¿Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.(NR)¿

¿Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.(NR)¿

¿Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.(NR)¿

¿Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.(NR)¿

¿Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art.445 deste código.(NR)¿

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marituba, aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e um (2021). Eu, _____José Afonso Silva Santos, Diretor de Secretaria- em exercício, o digitei.

AGENOR CÁSSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE

JUIZ DE DIREITO

EDITAIS

COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS

EDITAL DE PROCLAMAS - CARTORIO VAL DE CÃES

Faço saber por lei que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos por lei:

ALEX RODRIGO SOUSA DE OLIVEIRA e INGRID FÁTIMA SARGES DE CASTRO. Ele solteiro, Ela solteira.

ANTONIO CARLOS DA FONSECA CORDEIRO e REGINA CELIA BOMFIM DE ARAUJO. Ele viúvo, Ela solteira.

ANTONIO JOSÉ GONZALEZ VIGGIANO e MARIA DE NAZARÉ LIMA MARTINEZ. Ele solteiro, Ela divorciada.

CLARICE MARIA SIQUEIRA e DOMINGAS RIBEIRO DO AMARAL. Ele solteira, Ela solteira.

CLEITON FARIAS DE MORAIS e ROBERTA FRANCISCA MACEDO DE SOUSA. Ele solteiro, Ela solteira.

LUIZ VANDERLEI PIRES e PATRICIA PESSOA DE LIMA. Ele solteiro, Ela solteira.

WILSON FERREIRA DE SOUZA e ROSANA DE FÁTIMA SOUSA LAGE. Ele solteiro, Ela solteira.

Se alguém souber de impedimentos denuncie-o na forma da Lei. E Eu, Acilino Aragão Mendes, Oficial do Cartório Val-de-Cães, Comarca de Belém Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. Belém, 10 de novembro de 2021.

EDITAL DE PROCLAMAS - 2º OFÍCIO

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. Adriano Capela de Souza e Ana Carolina Cardoso Ramos. Ele é solteiro e Ela é solteira.

2. Edson da Silva Oliveira Junior e Hanna Vitória Fróis de Carvalho. Ele é solteiro e Ela é solteira.

3. Matheus Felipe Pedrosa Gomes e Ana Karoline dos Santos Machado. Ele é solteiro e Ela é solteira.

4. Redyvan Monteiro Miranda e Amanda Gabryelle Nunes Cardoso Mello. Ele é solteiro e Ela é solteira.

5. Edielson Souza Conceição e Joelma Mendes de Araújo. Ele é solteiro e Ela é divorciada.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém, 09 de novembro de 2021.

EDITAL DE PROCLAMAS - 3º OFÍCIO

Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador do Cartório de Registros Civil do Terceiro Ofício da Comarca de Belém, Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. JOÃO BATISTA RUIVO DE ARAUJO e LANA BEATRIZ FONSECA CONCEIÇÃO. Ele é divorciado e Ela é solteira.

2. ADIL OLIVEIRA CORDEIRO e MÍRIA LILIANE SILVA SANTOS. Ele é solteiro e Ela é solteira.

3. JAYBOT RODRIGO NICACIO MACHADO e JARINA DA SILVA LOBATO. Ele é solteiro e Ela é solteira.

4. ARTUR RODRIGUES LIMA e SHEYLA MACHADO RABELO. Ele é solteiro e Ela é solteira.

Eu, Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador, o fiz publicar.

Belém/PA, 09 de novembro de 2021.

UPJ DAS VARAS CÍVEIS E EMPRESARIAIS DA CAPITAL - 1 VARA - EDITAIS

PROCESSO: 0863923-09.2019.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0863923-09.2019.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por ANA ANGELICA DA SILVA PITANGA, portador(a) do RG: 1435473-SSP/PA e CPF: 257.834.672-00, a interdição de ROSEANE DA SILVA PITANGA, portador(a) do RG: 4371520-PC/PA 2VIA, CPF: 865.315.732-87, nascido em 25/09/1981, filho(a) de Antonio Carlos dos Santos Pitanga e Ana Angélica da Silva Pitanga, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) ROSEANE DA SILVA PITANGA, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador (a) o (a) senhor (a) ANA ANGÉLICA DA SILVA PITANGA, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) inter-ditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o juízo a fim de prestar o compro-misso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (A) curador (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (A) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) que foi decretada a inter-dição e nomeado curador(a) a(o) mesmo(a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Elei-toral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Cus-tas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devida-mente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA, VALDEISE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿

VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0847358-33.2020.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0847358-33.2020.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por HUMBERTO DA CONCEICAO OLIVEIRA JUNIOR, portador(a) do RG: 3534903-PC/PA e CPF: 155.286.692-00, a interdição de MARIA TEREZINHA BRITO OLIVEIRA, portador(a) do RG: 2082988-SSP/PA, CPF: 626.100.402-10, nascido em 28/04/1936, filho(a) de Dario Farias de Brito e Silvia da Costa Brito, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido pro-latada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) MARIA TEREZINHA BRITO OLIVEIRA, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador (a) o (a) senhor (a) HUMBERTO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA JUNIOR, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistência do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (a) curador (a) não tem poderes

para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado curador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) inter-ditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em jul-gado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em jul-gado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MARIA REIS BASTOS. Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿ VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0875958-64.2020.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 0875958-64.2020.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por MARIA JOSE SOUSA, porta-dor(a) do RG: 1546191-PC/PA 4VIA e CPF: 184.008.922-91, a interdição de MARIA DE LOURDES DA COSTA SOUSA, portador(a) do RG: 1432034-PC/PA 2VIA, CPF: 012.622.892-20, nascido em 01/07/1927, filho(a) de Antonio Pereira de Souza e Maria Jose da Costa Souza, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Reconheço a incapacidade relativa do (a) interditando (a) MARIA DE LOURDES DA COSTA SOUSA, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador (a) o (a) senhor (a) MARIA JOSÉ SOUSA, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o (a) interditado (a) impedido (a) de praticar pessoalmente, sem assistência do (a) curador (a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador (a); O (a) curador (a), ora nomeado (a), deverá comparecer na secretaria o Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; O (a) curador (a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da (o) interditada (o). O (a) curador (a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do (a) interditado (a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Cura-tela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumpri-mento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do (a) interditado (a) que foi decretada a interdição e nomeado cu-rador (a) a (o) mesmo (a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do (a) interditado (a). Caso seja eleitor, expeça-se oficio ao Cartório Eleitoral comunicando da sentença que decretou interdição e curatela, do (a) interditado (a). Custas pelo autor, caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. P.R.I.C. Após, com o trânsito em julgado, estando o feito devidamente certificado, ARQUIVEM-SE, observadas as cautelas de praxe. Belém/PA; VALDEISE MA-RIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital¿

VALDEÍSE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0839493-27.2018.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora LUCIANA MACIEL RAMOS, Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento ti-verem, que através deste Juízo

e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: 0839493-27.2018.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por JOSE CARLOS DE CARVALHO, portador(a) do RG: 3143976-PC/PA 2VIA e CPF: 488.185.262-00, a interdição de VANDERLEY PIMENTEL DE CARVALHO, portador(a) do RG: 7962834-PC/PA, CPF: 033.372-892-07, nascido em 26/11/1995, filho(a) de Jose Carlos de Carvalho e Valdiza Maria Gomes Pimentel, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdição definitiva de VANDERLEY PIMENTEL DE CARVALHO, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe Curador(a) o(a) requerente JOSE CARLOS DE CARVALHO, que deverá prestar o compromisso legal, em cujo termo deverão constar as restrições determinadas pelo juízo. O(A) curador(a) não tem poderes para vender, permutar e one-rar bens imóveis da(o) interditada(o). O(A) curador(a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a presente no Registro Civil e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 25 de maio de 2020. JOAO LOURENCO MAIA DA SIL-VA Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém¿. LUCIANA MACIEL RAMOS

Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 0805114-60.2018.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Doutora LUCIANA MACIEL RAMOS, Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital, faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento ti-verem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº PROCESSO: 0805114-60.2018.8.14.0301 da Ação de CURATELA requerida por ANA MARIA OLIVEIRA MOREIRA, portador(a) do RG: 4593586-PC/PA e CPF: 740.592.972-91, a interdição de DINARTE DE MIRANDA MOREIRA, portador(a) do RG: 0618553-SSP/PA, CPF: 010.508.422-00, nascido em 01/05/1942, filho(a) de Olavo de Lima Moreira e Barbara de Miranda Moreira, que o impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o exposto, julgo procedente o pedido e decreto a interdição definitiva de DINARTE DE MIRANDA MOREIRA, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 4º, inciso III, do Código Civil do Brasil, e de acordo com o artigo 1.775, do Código Civil do Brasil, nomeio-lhe Curador(a) o(a) requerente ANA MARIA OLIVEIRA MOREIRA, que deverá prestar o com-promisso legal, em cujo termo deverão constar as restrições determinadas pelo juízo. O(A) curador(a) não tem poderes para vender, permutar e onerar bens imóveis da(o) interditada(o). O(A) curador(a) não tem poderes para contrair empréstimos em nome do(a) interditado(a). Ditas restrições devem constar nos termos de curatela. Em razão do disposto no artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil do Brasil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil do Brasil, inscreva-se a pre-sente no registro de pessoas naturais e imediatamente publique-se no sitio do Tribunal de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) me-ses, publique-se também na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) cura-dor(a), a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Belém, 9 de agosto de 2021. VALDEISE MARIA REIS BASTOS Juíza de Direito Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém¿. LUCIANA MACIEL RAMOS

Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Capital

JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Doutor Lucas do Carmo de Jesus, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Justiça Militar do Estado do Pará, etc.,

PROCESSO 0003311-58.2016.814.0200

ACUSADO: ALAN FERREIRA DIAS

ADVOGADOS: DRS. ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (OAB-PA 13998), ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (OAB-PA 19600), JOÃO PAULO DE CASTRO DUTRA (OAB-PA 18859), KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (OAB-PA 20874), RAYSSA GABRIELLE BAGIOLI DAMMSKI (OAB-PA 26955) e JULIE REGINA TEIXEIRA MARTINS (OAB-PA 27634).

Fica(m) por meio deste INTIMADO(A)(s), o(a)(s) Advogado(a)(s) do(s) acusado(s), que os autos em questão se encontram com vista pelo prazo de 08 (oito) dias, a contar do primeiro dia útil seguinte à publicação deste, de conformidade com o artigo 428 do CPPM.

COMARCA DE ABAETETUBA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

Ação de Interdição e Curatela. Processo: **0801473-15.2017.8.14.0070** Requerente: **ELISANGELA FERREIRA DOS SANTOS** Interditando: **PEDRO PAULO FERREIRA DOS SANTOS. SENTENÇA - DISPOSITIVO**

1. **ISSO POSTO, RESOLVENDO O MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, *DECRETO* a *INTERDIÇÃO* de PEDRO PAULO FERREIRA DOS SANTOS, filho de Benedito Dias dos Santos e Maria do Carmo F dos Santos, brasileiro, portador do RG nº 2165754 PC/PA, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe curador sua irmã ELISÂNGELA FERREIRA DOS SANTOS, brasileira, portadora do RG nº 3335080 PC/PA e do CPF nº 681.065.642-15, que exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015.**
2. Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a).
3. O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na Secretaria do Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo.
4. Em atenção ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: (a) inscreva-se e anote-se a presente decisão no Registro Civil de Pessoas Naturais competente; (b) publique-se no Diário da Justiça Eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 98, § 1º, III, do CPC, em virtude do deferimento dos benefícios da justiça gratuita; (d) com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; (f) Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a).
5. **Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição e anotação da presente decisão no Registro Civil; e 3) como ofício à Receita Federal.**

Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária.

Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Abaetetuba/PA, 28 de maio de 2021.

ADRIANO FARIAS FERNANDES

JUIZ DE DIREITO

PROCESSO: 0801501-46.2018.8.14.0070

CLASSE: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: NAZARE GOMES DA SILVA (DEFENSORIA PÚBLICA) - REQUERIDA: FRANCIANE GOMES DA SILVA.

DISPOSITIVO:

ISSO POSTO, acatando o parecer favorável do Ministério Público, RESOLVENDO O MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, *DECRETO* a *INTERDIÇÃO* de FRANCIANE GOMES DA SILVA, CPF: 024.679.532-89*,* declarando-a relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe curadora NAZARE GOMES DA SILVA, CPF: 449.935.362-91, que exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015.

Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a);

O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na Secretaria do Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo, no prazo de cinco dias.

Em atenção ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: (a) inscreva-se e averbe-se a presente decisão no Registro Civil de Pessoas Naturais competente; (b) publique-se no Diário da Justiça Eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 98, § 1º, III, do CPC, em virtude do deferimento dos benefícios da justiça gratuita; (d) com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; (f) Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a).

Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição e averbação da presente decisão no

Registro Civil; e 3) como ofício à Receita Federal.

Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária.

Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo.

Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Abaetetuba/PA, 28 de maio de 2021.

<assinado digitalmente>

ADRIANO FARIAS FERNANDES

Juiz de Direito

Ação de Interdição e Curatela.
Processo: 0801891-79.2019.8.14.0070

Requerente: MARIA JOANA SILVA DE SOUZA - DEFENSORIA PÚBLICA Interditando: JERSON VILHENA DE SOUZA

DISPOSITIVO

1. **ISSO POSTO, RESOLVENDO O MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, *DECRETO* a *INTERDIÇÃO* de JERSON WILEN DE SOUZA, filho de Maria Joana Silva de Souza e Florivaldo Abreu Amaral, brasileiro, portador do RG nº 7414308 PC/PA e do CPF nº 32.818.782-88, declarando-o relativamente incapaz de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso III, do Código Civil, nomeando-lhe curador sua mãe, MARIA JOANA SILVA DE SOUZA, brasileira, portadora do RG nº n° 4743743 2° Via PC/PA e do CPF nº 736.092.772-20, que exercerá a curatela restrita aos interesses de natureza patrimonial e negocial, nos limites estabelecidos pelo art. 85 da Lei nº 13.146/2015.**
2. Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a).
3. O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na Secretaria do Juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo.
4. Em atenção ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil: (a) inscreva-se e anote-se a presente decisão no Registro Civil de Pessoas Naturais competente; (b) publique-se no Diário da Justiça Eletrônico por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias; (c) dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 98, § 1º, III,

do CPC, em virtude do deferimento dos benefícios da justiça gratuita; (d) com a confirmação da movimentação desta sentença, fica ela automaticamente publicada na rede mundial de computadores, no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará; (e) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; (f) Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a).

5. **Nos termos do Provimento 003/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, esta sentença servirá: 1) como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias; 2) como mandado para inscrição e anotação da presente decisão no Registro Civil; e 3) como ofício à Receita Federal.**

Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária.

Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Abaetetuba/PA, 28 de maio de 2021.

ADRIANO FARIAS FERNANDES

JUIZ DE DIREITO

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - GABINETE DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA
PROCESSO: 00000177719958140070 PROCESSO ANTIGO: 199510000060 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021---EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILIANS FRANTONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:QUARESMA VEIGA LTDA Representante(s): OAB 2999 - TALISMAN SECUNDINO DE MORAES SENIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:FERREIRA QUARESMA LTDA. Vistos, etc... Diante dos comprovantes de consulta RENAJUD em anexo, nÃ£o foram encontrados bens em nome dos executados. Assim, intime-se a parte exequente para indicar bens penhorÃ¡veis de propriedade dos executados, no prazo de 15 (quinze) dias. Publique-se. Abaetetuba, 10 de novembro de 2021. ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito
PROCESSO: 00009697320098140070 PROCESSO ANTIGO: 200910006300 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021---EXEQUENTE:C. S. COMERCIO E SERVICOS LTDA Representante(s): OAB 2406 - ODIVAL QUARESMA (ADVOGADO) EXECUTADO:MANSIL COMERCIO E SERVICOS LTDA. Compulsando os autos, verifico que os pedidos da petiÃ§Ã£o retro, configura a

desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica da parte executada, contudo, entendo nÃ£o ter sido feito pela via processual adequada, conforme prevÃª o artigo 133 e seguintes, do CÃ³digo de Processo Civil. Sendo assim, por ora, indefiro o pedido. Intime-se o exequente, para se manifestar requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. ApÃ³s, conclusos. Publique-se. Abaetetuba, 10 de novembro de 2021. ADRIANO FARIAS FERNANDES JUIZ DE DIREITO

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA

Abaetetuba - PA, 10 de novembro de 2021.

OF.Nº. 0141/2021

Senhor (a) Advogado (a),

Pelo presente, fica Vossa Senhoria **INTIMADO (A)** para no prazo legal**, APRESENTAR AS CONTRARRAZÕES DO RECURSO INTERPOSTO PELO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, referentes aos **AUTOS DE AÇÃO PENAL Nº. 0002657-68.2019.814.0070**, em que é acusado (a) **HÉLIO BRENO PANTOJA DO CARMO.**

Atenciosamente,

ANA MARIA DIAS RODRIGUES

DIRETORA DA SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA/PA

Ilustríssimo (a) Senhor (a):

JEFFERSON MAXIMIANO RODRIGUES ¿ OAB/PA Nº. 17.180

ABAETETUBA/PA

COMARCA DE MARABÁ

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ

RESENHA: 09/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ - VARA: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ PROCESSO: 00048855320108140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021 REQUERENTE:DONIZETE ESTEVAM GUNDIM Representante(s): CLAUDIO RIBEIRO CORREIA NETO (ADVOGADO) OAB 13598-A - ORLANDO RODRIGUES PINTO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DA AMAZONIA S/A Representante(s): OAB 10176 - ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:CACILDA CONCEICAO DE CARVALHO GUNDIM Representante(s): OAB 14283-A - SERGIO RIBEIRO CORREIA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 188.336 - CLAUDIO RIBEIRO CORREIA NETO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO: Processo: 0004885-53.2010.8.14.0028 AÃ§Ã£o: AÃÂ¿ÃÂ¿O ORDINÃÂRIA DE PRECEITO COMINATÃÂ¿RIO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS Requerentes: DONIZETE ESTEVAM GUNDIM,CACILDA CONCEICAO DE CARVALHO GUNDIM Requerido: BANCO DA AMAZONIA S/A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimo o requerente para que recolha as custas processuais devidas em 15 dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o doÂ dÃ©bito em dÃ-vida ativa, em favor da Fazenda PÃºblica Estadual. MarabÃ¡,Â 9 de novembro de 2021Â Diogo Margonar Santos da Silva Analista JudiciÃ¡rio Diretor de Secretaria da 3Â° Vara CÃ-vel PROCESSO: 00189297420168140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 REQUERENTE:SUENIR BARBOSA ALMEIDA Representante(s): OAB 19893-B - WILSON MARTINS (ADVOGADO) REQUERENTE:C. D. A. S. REQUERENTE:P. R. A. S. REQUERENTE:V. A. S. REQUERENTE:T. A. S. REQUERIDO:PHOENIX ASSESSORIA E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA Representante(s): OAB 23403-B - MYLLA LIRA LEITE (ADVOGADO) REQUERIDO:METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA METLIFE Representante(s): OAB 23748 - MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Manifeste-se o autor sobre a petiÃ§Ã£o protocolada pelo rÃ©u, no prazo legal, sob pena de preclusÃ£o. MarabÃ¡,Â 9 de novembro de 2021Â Diogo Margonar Santos da Silva Analista JudiciÃ¡rio Diretor de Secretaria da 3Â° Vara CÃ-vel PROCESSO: 00111815920148140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA A??o: Inventário em: 10/11/2021 REQUERENTE:GISLANE KARINNE MIRANDA ARANHA Representante(s): OAB 3.184 - RODRIGO DIOGO SILVA (ADVOGADO) OAB 25612-B - CORA WATZL BALBI (ADVOGADO) ENVOLVIDO:HAROLDO ARAÚJO ARANHA INVENTARIADO:A. R. B. A. Representante(s): OAB 17177 - ELIELSON SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 18040 - JESUSLANE HELAINY DE BRITO CARVALHO MILHOMEM (ADVOGADO) TERCEIRO:WALTER JOSE DA SILVA Representante(s): OAB 19397 - AMAYANNE NAARA DE SOUZA LIMA (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO: Processo: 0011181-59.2014.8.14.0028 AÃ§Ã£o: AÃÂ¿ÃÂ¿O DE INVENTÃÂRIO Requerentes: GISLANE KARINNE MIRANDA ARANHA Requerido: NÃÂ¿O INFORMADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimo o requerente para que recolha as custas processuais devidas em 15 dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o doÂ dÃ©bito em dÃ-vida ativa, em favor da Fazenda PÃºblica Estadual. MarabÃ¡,Â 10 de novembro de 2021Â Diogo Margonar Santos da Silva Analista JudiciÃ¡rio Diretor de Secretaria da 3Â° Vara CÃ-vel

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

Processo: 0006560-77.2018.8.14.0028

Denunciado(a)(s): FABIO PEREIRA QUEIROZ
Advogado: Wanderley Pereira Melo OAB/PA 17.761

DECISÃO
1- O recurso interposto pelo acusado é tempestivo, conforme certificado à fl. 142, razão pela qual RECEBO A APELAÇÃO interposta no duplo efeito ¿ devolutivo e suspensivo. 2- Intime-se a Defesa Constituída para apresentação das razões recursais no prazo legal.

PROCESSO N. 0006772-74.2013.8.14.0028

RÉUS: PAULO ROBERTO SANTOS DE ARAÚJO E OUTROS
ADVOGADO: NILTON PEREIRA ALVES OAB/PA 22.750

DECISÃO:
1. Vista dos autos às partes para alegações finais no prazo individual e sucessivo de 05 (cinco) dias

COMARCA DE SANTARÉM

UPJ DAS VARAS CRIMINAIS DE SANTARÉM - 1 VARA CRIMINAL

Processo n. 0019249-55.2016.8.14.0051

Acusado: ODAIR JOSÉ CUNHA DA SILVA

Patrono: Dr. Thiago Guimar¿es OAB/PI 6756

Despacho

Considerando que o acusado está residindo em outra comarca, bem como verificou-se a possibilidade de ser beneficiado por Acordo de N¿o Persecuç¿o Penal (ANPP), cuja proposta feita pelo MP consiste no ressarcimento das vítimas nos valores consignados no termo de audiência de fl. 85/86, **designo audiência a ser realizada via Microsoft Teams (virtual) no dia 25/05/2022 às 09:00 horas,** para fins de aceite ou n¿o da proposta por pelo acusado.

Intime-se, via resenha, o advogado Thiago Guimar¿es OAB/PI 6756, dando-lhe ciência da audiência e para que forneça seu contato telefônico ou e-mail, preferencialmente no bojo da procuraç¿o que ainda n¿o consta nos autos, objetivando o cadastrado no Microsoft Teams, plataforma que viabilizará a participaç¿o do patrono e acusado na audiência por meio do acesso ao link que será disponibilizado no dia da audiência.

Ciência ao MP.

Santarém, 27 de outubro de 2021.

Alexandre Rizzi, Juiz de Direito titular da 1ª Vara Criminal Comarca de Santarém

UPJ DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE SANTARÉM

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - GABINETE DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR DE SANTAREM - VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR - MULHER DE SANTAREM

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 7 7 6 1 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:SANDER CORREA FARIAS VITIMA:A. R. A. S. . (...) DELIBERAÃÃES FINAIS: 1.Â Â Â Â Â Uma vez encerrada a instruÃ§Ã£o processual penal, inclusive tendo sido oferecidas as alegaÃ§Ãµes finais orais de acusaÃ§Ã£o e defesa, nos termos da mÃdia audiovisual em anexo, faÃ§am-se os autos conclusos ao gabinete para sentenÃ§a. 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. RAFAEL GREHS Juiz de Direito respondendo pela Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica da Comarca de SantarÃ©m Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 0 8 8 4 1 9 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 DENUNCIADO:FABIO MARINHO SOUSA VITIMA:T. O. G. S. . (...) DELIBERAÃÃES FINAIS EM AUDIÃNCIA: 1.Â Â Â Â Â Redesigno a data de 22/03/2022, Ã s 10h30min, de forma presencial, na sala de audiÃªncias da Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica de SantarÃ©m, para continuaÃ§Ã£o da audiÃªncia, a fim de que sejam ouvidas a vÃtima e as testemunhas remanescentes; 2.Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para informar os endereÃ§os e contatos atualizados da vÃtima Tatiane OdicÃ©ia Gomes da Silva e da testemunha Amaro Joaquim Caetano Neto, no prazo legal; 3.Â Â Â Â Â ApÃ³s, proceda-se Ã intimaÃ§Ã£o da testemunha de defesa Iana Mara Marinho de Sousa, no mesmo endereÃ§o anteriormente diligenciado, bem como, Ã intimaÃ§Ã£o da vÃtima e da testemunha de acusaÃ§Ã£o, nos endereÃ§os fornecidos pelo MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. 4.Â Â Â Â Â Cumpra-se. RAFAEL GREHS Juiz de Direito respondendo pela Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica da Comarca de SantarÃ©m Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 1 0 4 4 5 9 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAFAEL GREHS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 INDICIADO:ISAC DO NASCIMENTO MOTA VITIMA:C. F. G. . (...) DELIBERAÃÃES FINAIS EM AUDIÃNCIA: 1.Â Â Â Â Â Designo, para continuaÃ§Ã£o, a data de 22/03/2022, Ã s 11h30min, a fim de que sejam ouvidos a vÃtima e a testemunha de acusaÃ§Ã£o; 2.Â Â Â Â Â Vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para que o Parquet forneÃ§a o atual endereÃ§o da vÃtima, possibilitando sua efetiva localizaÃ§Ã£o para o ato, tudo no prazo legal; 3.Â Â Â Â Â Determino a conduÃ§Ã£o coercitiva da vÃtima Carliane Ferreira GuimarÃ£es e da testemunha de acusaÃ§Ã£o Breno Augusto Repolho Marques; 4.Â Â Â Â Â Cumpra-se e expeÃ§a-se o necessÃ¡rio. RAFAEL GREHS Juiz de Direito respondendo pela Vara de ViolÃªncia DomÃ©stica da Comarca de SantarÃ©m Nada mais lido e achado conforme, este termo foi encerrado. Eu, Igor Edevaldo Alves Machado, estagiÃ¡rio, o digitei e conferi. Este termo foi integralmente lido disponibilizado, sem correÃ§Ãµes e nem requerimentos pelas partes, as quais dispensaram as suas assinaturas, nos termos da PORTARIA CONJUNTA NÂº 7/2020-GP/VP/CJRMB/CJCI. FORÃM DE SANTARÃMÂ EndereÃ§o: Avenida MendonÃ§a Furtado, S/N, Bairro Liberdade, CEP 68.040-050 Telefone: 093 3064-9222Â WhatsApp: 091 99124-8667Â E-mail: mulhersantarÃ©m@tjpa.jus.br

COMARCA DE ALTAMIRA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

O Doutor JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Altamira, Estado do Pará, na forma da lei.

FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que se processou por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara Cível, os Autos de Curatela / Interdição, Interessado: PROCESSO Nº.: 0803342-43.2019.8.14.0005 EM QUE E REQUERENTE: FRANCISCA SILVIA FIGUEIREDO SARAIVA e REQUERIDO: HEVANY SARAH FIGUEIREDO DE ALMEIDA ¿SENTENÇA Vistos, etc. FRANCISCA SILVA FIGUEIREDO DE ALMEIDA, devidamente qualificada nos autos, requereu a interdição de HEVANY SARAH FIGUEIREDO DE ALMEIDA, sua filha, alegando ser esta portadora de paralisia cerebral mista (CID 10 G 80.8), sendo incapaz de praticar atos da vida civil. Com a inicial, juntou documentos, especialmente laudo médico. Em seguida, o Juízo deferindo a curatela provisória à autora. Realizada inspeção *in loco* para entrevista do(a) interditando(a) em sua residência e oitiva da requerente, no dia 28/01/2020, oportunidade em que foi constatado o alegado na peça inicial. O Ministério Público apresentou manifestação requerendo a realização de perícia médica. A Defensoria Pública, nomeada curadora especial do(a) interditando(a), apresentou contestação por negativa geral. É o breve relatório. Decido. No caso dos autos, restou claramente demonstrada, após realização de inspeção *in loco* e oitiva da requerente, Sra. FRANCISCA SILVA FIGUEIREDO DE ALMEIDA (genitora), a procedência do pedido. No ponto, diante da verificação da condição do atual estado de saúde do(a) interditando(a), bem assim da documentação acostada aos autos, reputo desnecessária a realização de perícia. Com efeito, quando da realização da entrevista (*in loco)*, verificou-se que a inteditanda se locomove com o auxílio de cadeira de rodas e não fala, restando prejudicado o seu depoimento. Portanto, a interditanda demonstrou a sua incapacidade em gerir os atos da vida civil, o que é reforçado pela documentação juntada aos autos. Oportuno destacar que a finalidade exclusiva da curatela é o amparo e proteção para com determinadas pessoas que, em hipóteses previstas em lei e, por algum motivo, não podem sozinha gerir e administrar atos negociais de cunho econômico e patrimonial, ante a falta de capacidade intelectiva e volitiva. Tais elementos são deveras suficientes para a procedência do pedido. Passo a me manifestar sobre a incapacidade do(a) interditando(a). Com efeito, com o advento da Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), modificou-se a estrutura do Código Civil para as pessoas consideradas incapazes, com reflexos no instituto da curatela. Foram revogados os incisos II e III, do artigo 3º, do Código Civil, e novos incisos foram acrescentados aos artigos. 4º (incisos II e III) e 1767 (incisos I e III), desaparecendo a figura do incapaz maior de idade. Com isso, nosso ordenamento jurídico só contempla atualmente uma forma de incapacidade absoluta, a dos menores de 16 anos. Nesse diapasão, de acordo com a nova teoria das incapacidades, o interditando(a) é relativamente incapaz, nos termos do art. 4º, inciso III, da lei 13.146/15. Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta, nos termos do art. 4º inciso III e do artigo 1767, inciso I, do Código Civil, em consonância com a Lei nº 13.146/2015, **J**ULGO PROCEDENTE O PEDIDO PARA DECLARAR A INCAPACIDADE RELATIVA DE HEVANY SARAH FIGUEIREDO DE ALMEIDA, conforme qualificação na petição inicial e documentos juntados, para gerir e administrar atos negociais de cunho econômico e patrimonial como emprestar, transigir, dar quitação, demandar ou ser demandada, por tempo indeterminado, ante a irreversibilidade do quadro que o acomete. Por fim, nomeio a Sra. FRANCISCA SILVA FIGUEIREDO DE ALMEIDA, curadora do(a) requerido(a), considerando a sua manifestação expressa e inequívoca, observando-se os limites da curatela, nos termos do art. 1.782 do CC e art. 84 a 86 da Lei 13.146/2015**.** Em obediência ao disposto no artigo 755 § 3º do Novo Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se, de imediato, o edital no Órgão Oficial por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, atentando-se aos limites da curatela. Intime-se a requerente para, no prazo de cinco dias, prestar o compromisso a que se refere o artigo 759, do CPC. Serve esta sentença como ofício ao Sr. Oficial do Cartório de Registro Civil para que proceda à inscrição da sentença. Condeno a parte requerido em custas processuais e honorários advocatícios nos quais arbitro em 10% do valor atualizado da causa, porém suspensa em razão do art. 98, § 3º, do CPC. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público e à

Defensoria Pública. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Expeça-se o termo definitivo de Curatela. Altamira/PA, 22 de outubro de 2020. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito Titular¿. E para que não se alegue ignorância, foi expedido o presente Edital em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que será afixado no átrio do Fórum desta Comarca de Altamira, conforme determinação da lei. Dado e passado na cidade de Altamira, Estado do Pará, aos 21 de setembro de 2021. Eu Diretora da Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Altamira, subscrevo.

Maria Francisca Fortunato da Silva
Diretora de Secretaria

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - GABINETE DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA
P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 5 3 1 9 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021---REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 18292 - BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (ADVOGADO) OAB 8200-B - ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:RUI LUIS CARDOSO REQUERIDO:TANIA PARACAMPOS DE SÁ CARDOSO. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA PROCESSO N.º 0004353-19.2014.8.14.0005 DECISÃO/MANDADO DE INTIMAÇÃO Vistos, Voltando-me os autos conclusos, observo que foi deferido por este Juízo a realização de hasta pública do bem penhorado nos autos, por meio eletrônico ou virtual (fl. 91/91v), bem como foi efetivado o leilão eletrônico, no dia 16/09/2021, com arrematação do bem imóvel (fl. 103). Isto posto, RESOLVO: 1. Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de fl. 108. 2. Certifique a secretaria acerca de eventual impugnação ao leilão, no prazo legal de 10 (dez) dias, nos termos do art. 903, §2Âº, do CPC. 3. No tocante ao pedido de imissão na posse, a lei impõe que a carta de arrematação com o respectivo mandado de imissão na posse deverá¡ ser confeccionada depois de efetuado o depÃ³sito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, §1º, do CPC). Também por imposição legal, a carta de arrematação deverá¡ conter ainda a prova de pagamento do imposto de transmissão, dentre outros (art. 901, §2º, do CPC). 3.1. Intime-se, pois, o arrematante para apresentação do comprovante de pagamento do leiloeiro, das parcelas atualizadas correspondentes à arrematação, do imposto de transmissão, bem como para a prestação de garantia quanto ao valor remanescente do bem leiloado, ciente de que os bens ofertados em garantia pelo arrematante serão objeto de mandado de penhora, com as anotações e cautelas legais, permanecendo o arrematante como depositário (bens móveis) e a anotações junto à matricula perante o cartório de imóvel competente (bem imóvel), cuja garantia perdurará até a quitação final do bem arrematado, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 901, §1º e §2º, do CPC. 4. Com a resposta ao Item 3.1., intime-se o exequente para ciência e manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 9º do CPC. 5. Por fim, adotadas as providências alhures, inclusive a conclusão do procedimento de anotações das garantias, voltem-me conclusos com vistas à expedição da carta de arrematação e do mandado de imissão na posse, nos termos do art. 901, §§ 1º e 2º, do CPC. Nos termos dos Provimentos 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA, servirá esta decisão, por cópia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÇÃO. Altamira/PA, 09 de novembro de 2021. (assinado digitalmente) JOSE LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito Titular Fórum de: ALTAMIRAÂ E-mail: 1civelaltamira@tjpa.jus.br Endereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651Â CEP: 68.372-020Â Â Bairro: São Sebastião Fone:

ATO ORDINATÓRIO

INTIMAÇÃO CÍVEL

Ação de Rescisão Contratual c/c Devolução de Quantias Pagas e Pedido de Indenização por Benfeitorias c/c Dano Moral e Pedido de Tutela de Urgência Proc. nº 0007617-05.2018.814.0005
Requerente : GILANDRO COSTA LIRA

Advogado : SUELLEN RAFAELA DE MELO, OAB/PA N. 20426

Requerido: MSR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Advogado: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB/PA n. 10.652-A

Considerando as disposições contidas no Artigo 3º, § 8º, da Lei nº 8.328/2015 e Provimento nº 006/2006-CJRMB e nº 006/2009-CJCI do TJE/PA, fica intimada a requerida MSR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, através de seu advogado, ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB/PA n. 10.62-A, para que efetuar o recolhimento das custas finais pendentes.

Altamira-PA, 10 de novembro de 2021.

Antonio Ronaldo da Silva Queiroz

Atendente Judiciário ¿ Mat. 957- Prov. 008/2014-CJRMB

Comarca de Altamira

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

COMARCA DE ALTAMIRA ¿ SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA - DJE

Processo nº: 0007549-89.2017.8.14.0005

Advogado: RANNELLY CARDOSO DA SILVA, OAB, PA 24-897 OAB/PA.

De ordem da Exma. Sr.ª. **LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES** MM. Juíza de Direito Titular pela 2ª Vara Cível e Empresarial, realizo a intimação da **REQUERENTE**, por meio da sua advogada para que efetue o pagamento das custas processuais. Dado e passado nesta Cidade de Altamira.

Altamira/PÁ, 10/11/2021.

Adrieli Fadanelli de Souza

Auxiliar Judiciário

SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ALTAMIRA

RESENHA: 28/09/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL PENAL DA COMARCA DE ALTAMIRA - VARA: JUIZADO ESPECIAL PENAL DA COMARCA DE ALTAMIRA PROCESSO: 00037376820198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 05/10/2021 AUTOR DO FATO:RENAN DO SOCORRO MOREIRA SARMANHO VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0003737-68.2019.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 331 do CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do fato RENAN SOCORRO MOREIRA SARMANHO VÃ-tima O ESTADO Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 05/10/2021, Ã s 14h00min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. Luanna Karissa AraÃºjo Lopes. MinistÃ©rio PÃºblico: RAFAEL TREVISAN DAL BEM Defensor PÃºblico JOSÃ ROGÃRIO RODRIGUES MENEZES Autor do fato Ausente VÃ-tima O ESTADO 3. OCORRÃNCIAS: Â Â Iniciado os trabalhos, verificou-se a ausÃªncia do autor, em razÃ£o de nÃ£o ter sido intimado, conforme certidÃ£o de fl. 19-v. 4. DELIBERAÃÃO FINAL: Â Â Â Â Considerando que o autor nÃ£o foi intimado, conforme fls. 19-v, dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato ou requerer o que entender de direito. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), Analista JudiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito JOSÃ ROGÃRIO RODRIGUES MENEZES MinistÃ©rio PÃºblico JOSÃ ROGÃRIO RODRIGUES MENEZES Defensor PÃºblico PROCESSO: 00156403720188140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 05/10/2021 AUTOR DO FATO:JACY DA SILVA BRAGA AUTOR DO FATO:LUZIA JANAINA BRAGA ROCHA VITIMA:R. M. L. VITIMA:S. L. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR 1. DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0015640-37.2018.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 147 e 140, do CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autoras JACY DA SILVA BRAGA e LUZIA JANAINA BRAGA ROCHA vÃ-timas ROSANGELA MOURA LIMA E SAMILA LIMA DOS SANTOS Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 05/10/2021, Ã s 16h00min. 2. PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. Luanna Karissa AraÃºjo Lopes. MinistÃ©rio PÃºblico: RAFAEL TREVISAN DAL BEM Defensor PÃºblico JOSÃ ROGÃRIO RODRIGUES MENEZES Autora JACY DA SILVA BRAGA e LUZIA JANAINA BRAGA ROCHA Advogado MARCUS VINICIUS BRAGANÃA ALMEIDA SANTOS, OAB/PA 24.442 vÃ-tima ROSANGELA MOURA LIMA E SAMILA LIMA DOS SANTOS Advogado IVONALDO CASCAES LOPES JÃNIOR, OAB/PA 20.193 3. OCORRÃNCIAS: Â Â Iniciados os trabalhos, verificou-se que o Representante do MinistÃ©rio PÃºblico ofereceu a parte proposta de transaÃ§Ã£o no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) para cada uma das autoras, dividido em 5 parcelas, com vencimento nas seguintes datas: 05/11/2021, 06/12/2021, 05/01/2022, 07/02/2022 e 07/03/2022, na forma de pagamento de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, mediante boleto vinculado a conta do processo, que deverÃ¡ ser juntado aos autos para homologaÃ§Ã£o e posterior arquivamento dos autos, o qual foi aceita pelo autor. Â Â As autoras de comprometem ainda em formalizar, nesta oportunidade, o pedido de desculpa e retrataÃ§Ã£o dos fatos que deram ensejo ao processo em epÃ-grafe. 4. DELIBERAÃÃO FINAL: SENTENÃA Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Presentes os requisitos legais, impÃµe-se homologar a transaÃ§Ã£o penal acima formalizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceita de forma livre e consciente pelo autor do fato, nos termos do parÃ¡grafo 4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, com CLÃUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme previsto na SÃºmula Vinculante nÂº 35 do STF: Â¿A homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 nÃ£o faz coisa julgada material e, descumpridas suas clÃ¡usulas, retoma-se a situaÃ§Ã£o anterior, possibilitando-se ao MinistÃ©rio PÃºblico a continuidade da persecuÃ§Ã£o penal mediante oferecimento de denÃºncia ou requisiÃ§Ã£o de inquÃ©rito policialÂ¿. Â Â Â Â Â Com efeito, acerca do tema, extrai-se do voto do Min. Rel. Marco AurÃ©lio, proferido nos autos do HC nÂº 79.572/GO, julgado pela 2Âª Turma do STF, em 29/02/2000, que: a) a sentenÃ§a que aplica pena no caso do art. 76 da Lei dos Juizados Especiais Criminais nÃ£o Ã© condenatÃ³ria nem absolutÃ³ria. Ã homologatÃ³ria da transaÃ§Ã£o penal; b) tem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo judicial, como ocorre na esfera civil (art. 584, III, do CPC); c) se o autor do fato nÃ£o cumprir a

pena restritiva de direitos, como a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, o efeito Ã© a desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal; d) em consequÃªncia, os autos devem ser remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que requeira a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial ou ofereÃ§a denÃºncia. Â Â Â Â Â Em arremate, naquele mesmo feito, o EgrÃ©gio STF reconheceu que, uma vez descumprido o termo de transaÃ§Ã£o, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o de insubsistÃªncia deste Ãºltimo, retornando-se ao estado anterior, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de vir a requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou propor a aÃ§Ã£o penal, ofertando denÃºncia. Dessa forma, segundo o mesmo Tribunal, na hipÃ³tese de descumprimento do ajuste, nÃ£o hÃ¡ que se falar em transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade, posto que discreparia da garantia constitucional do devido processo legal (HC 79572 / GO - GOIÃS. HABEAS CORPUS. Relator(a):Â Min. MARCO AURÃLIO Julgamento:Â 29/02/2000. ÃrgÃ£o Julgador: Segunda Turma). Â Â Â Â Â Em outro julgado, para alÃ©m, o STF concluiu que consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. Com efeito, a jurisprudÃªncia daquela Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao Â¿status quo anteÂ¿ em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. DecisÃ£o: A Turma, por votaÃ§Ã£o unÃ¢nime, deferiu o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. (HC 88616 / RJ - RIO DE JANEIRO. Relator(a):Â Min. EROS GRAU. Julgamento: 08/08/2006. ÃrgÃ£o Julgador:Â Segunda Turma). Â Â Â Â Â Tem-se, assim, a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de seu descumprimento, o que, no entender deste magistrado, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir ao autor do fato e Ã sociedade uma prestaÃ§Ã£o jurisdicional cÃ©lere e eficaz, sem prejuÃ-zo do risco improvÃ¡vel de descumprimento do acerto, caso em que serÃ¡ retomada a tramitaÃ§Ã£o legal, vedada, entretanto, transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â Â ISTO POSTO, HOMOLOGO a TRANSAÃÃO PENAL consubstanciada no pagamento em favor de instituiÃ§Ã£o de assistÃªncia social sem fins lucrativos no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) para cada uma das autoras, dividido em 5 parcelas, com vencimento nas seguintes datas: 05/11/2021, 06/12/2021, 05/01/2022, 07/02/2022 e 07/03/2022, mediante depÃ³sito judicial, cujo comprovante deverÃ¡ ser juntado aos autos, com clausula resolutiva expressa de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â ApÃ³s o devido cumprimento da transaÃ§Ã£o penal pelo autor do fato, que o recurso seja destinado a APAE de Altamira, para a construÃ§Ã£o do centro de apoio Ã Â¿CrianÃ§a Maria MadalenaÂ¿, mediante apresentaÃ§Ã£o prÃ©via de projeto social, orÃ§amentos, prestaÃ§Ã£o de contas, dentre outros, conforme ResoluÃ§Ãµes nÂºs 154/2012 e 313/2020 do CNJ e Provimento Conjunto nÂº 003/2013 - CJRMB/CJCI - TJPA. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o boleto judicial, para o pagamento da transaÃ§Ã£o penal com vencimento nas seguintes datas para cada uma das autoras do fato, nas datas de 05/11/2021, 06/12/2021, 05/01/2022, 07/02/2022 e 07/03/2022. As autoras do fato ficaram ciente de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa novamente gozar do benefÃ-cio no prazo de 05 (cinco) anos, conforme o Â§4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â ApÃ³s o vencimento do prazo determinado e comprovado o pagamento da transaÃ§Ã£o vista dos autos ao Parquet. Â Â Â Â Â No caso de ser constatado pela Sra. Diretora de Secretaria desta Vara o descumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a finalidade especificada no mencionado julgado, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, diante da dispensa do prazo recursal. Sem custas processuais. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â¿ Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Luiz Fernando Mendes Favacho), auxiliar judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. MM. JUÃZA: _____ MinistÃ©rio PÃºblico: _____ Autores do fato: _____ Autores do fato: _____ Advogado: _____ VÃ-tima: _____ VÃ-tima: _____ Advogado: _____ PROCESSO: 00003296920198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO

ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:WELLISON SANTOS DE CASTRO VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Â JUIZADO ESPECIAL PENAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Â JECRIM Processo: 0000329-69.2019.8.14.0005 Denunciado: WELLISON SANTOS DE CASTRO Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o oferecimento da DenÃºncia Ã s fls. 02/05 dos autos, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, nos termos do art. 78 da Lei nÂº 9.099/95, para o dia 16/03/2022, Ã s 15h:40min. 2.Â Â Â Â Â Cite-se o (a) denunciado(a), consignando-se no mandado que este(a) deverÃ¡ comparecer devidamente acompanhado(a) por seu (sua) advogado (a), e que, na falta deste, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, e que deverÃ¡ trazer sua (s) testemunha (s), ou apresentar requerimento para intimaÃ§Ã£o desta (s), nos termos do art. 78, Â§ 1Âº, da Lei nÂº 9.099/95. Conste tambÃ©m, que aberta a audiÃªncia, serÃ¡ dada a palavra ao defensor para responder Ã acusaÃ§Ã£o, apÃ³s o que o Juiz receberÃ¡, ou nÃ£o, a denÃºncia ou queixa; havendo recebimento, serÃ£o ouvidas a vÃ-tima e as testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e Ã prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a (art. 81 da Lei nÂº. 9.099/95). Remeta-se tambÃ©m cÃ³pia deste Despacho ao denunciado bem como cÃ³pia da denÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico. 3.Â Â Â Â Â Intimem-se/Requisitem-se as pessoas por ventura arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, para que compareÃ§am no dia da audiÃªncia, a fim de que auxiliem a JustiÃ§a como testemunhas. 4.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00006833120188140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:CLEMERSON JURUNA SANTOS AUTOR DO FATO:JEFERSON SILVA DE JESUS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA Processo nÂº. 0000683-31.2018.8.14.0005 CapitulaÃ§Ã£o Penal: Art. 331 do CÃ³digo Penal Denunciados: CLEMERSON JURUNA SANTOS e JEFERSON SILVA DE JESUS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§3Âº, da Lei n. 9.099/95. Â Â Â Â Â Trata-se de denÃºncia ofertada para apurar prÃ¡tica de delito previsto no art. 331 do CÃ³digo Penal (desacato), em que figura como denunciados CLEMERSON JURUNA SANTOS e JEFERSON SILVA DE JESUS, tendo como vÃ-tima o ESTADO. Â Â Â Â Â Denota-se que o fato delituoso ocorrera no dia 13/01/2018 (fls.03). Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico nada manifestou quanto a certidÃ£o de fl. 66. Â Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â Â Nos termos do art. 331 do CÃ³digo Penal Â¿Desacatar funcionÃ¡rio pÃºblico no exercÃ-cio da funÃ§Ã£o ou em razÃ£o dela: Pena - detenÃ§Ã£o, de seis meses a dois anos, ou multaÂ¿. Â Â Â Â Â Ã sabido que prescreve em quatro anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© igual a um ano ou, sendo superior, nÃ£o excede a dois (art. 109, V do CP). Â Â Â Â Â Manuseando os autos, verifica-se que atÃ© a apresente data nÃ£o houve recebimento da denÃºncia de fl. 02/05. Ademais, Ã Ã©poca dos fatos narrados na representaÃ§Ã£o os denunciados possuÃ-am menos de 21 anos, o que impÃµe a reduÃ§Ã£o pela metade do prazo prescricional, nos termos do art. 115, do CPB. Â Â Â Â Â Desta feita, verifica-se que da data do fato delituoso atÃ© a presente data jÃ¡ transcorreram quase quatro 04 (quatro) anos sem que tenha ocorrido, durante a regular marcha processual, nenhuma causa interruptiva ou suspensiva da prescriÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Constata-se, portanto, de acordo com o parecer do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, a ocorrÃªncia da prescriÃ§Ã£o, com fulcro nos artigos 115 e 109, V, do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade dos denunciados, CLEMERSON JURUNA SANTOS e JEFERSON SILVA DE JESUS, em razÃ£o da prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva do Estado, com base no art. 109, V, c/c art.107, IV, todos do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Â Â Â Â Â Altamira/PA, 03/11/2021. Â Â Â Â Â LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES SODRÃ Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito Â Â Â Â Â Resp. cumul.Â pelo JECrim PROCESSO: 00014832520198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR:TIAGO DA SILVA VITIMA:C. A. O. S. VITIMA:N. G. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0001483-25.2019.8.14.0005 Autor do Fato: Tiago da Silva DESPACHO Â Â Â Â Â Considerando a manifestaÃ§Ã£o do Parquet Ã s fls. 47, intime-se o autor do fato para que, no prazo de 05 (cinco) dias, compareÃ§a na secretaria deste JuÃ-zo para tomar conhecimento da proposta de transaÃ§Ã£o penal ofertada. Â Â Â Â Â P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00019301320198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO

FATO:JAMES BARROSO NERES VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0001930-13.2019.8.14.0005 Autor do Fato: JAMES BARROSO NERES DESPACHO 1.Â Â Â Proceda-se na forma do art. 71 da Lei n. 9.099/95. 2.Â Â Â Redesigno para o dia 19/05/2022, Ã s 14h:40min, AudiÃªncia Preliminar, para Proposta de TransaÃ§Ã£o Penal. 3.Â Â Â Intime-se o(a) autor(a) do fato advertindo este(a) de que deverÃ¡ fazer-se acompanhar por advogado, devendo ser certificado pelo Oficial de JustiÃ§a a manifestaÃ§Ã£o daquele(a), caso contrÃ¡rio ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, observando-se os endereÃ§os indicados pelo Parquet Ã s fls. 19. 4.Â Â Â Venham aos autos certidÃ£o expedida pelo CartÃ³rio Distribuidor, bem como pelo CartÃ³rio Criminal, noticiando a existÃªncia de antecedentes. 5.Â Â Â Certifique a secretaria deste Juizado se o autor do fato jÃ¡ foi anteriormente beneficiado nos termos do art. 76 da Lei n. 9.099/95. 6.Â Certificando o oficial de justiÃ§a que o rÃ©u nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o constante no processo, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, independente de nova conclusÃ£o, cancelando a audiÃªncia acima designada. 7.Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00027174220198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:RODRIGO LOPES DO NASCIMENTO VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Â Â Processo nÂº. 0002717-42.2019.8.14.0005 Â Â Autor do fato: Rodrigo Lopes do Nascimento Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Defiro o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico de fls. 37. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- Intime-se o autor do fato, pessoalmente, no endereÃ§o constante dos autos para que se manifeste no prazo de 48 horas (quarenta e oito) horas acerca do nÃ£o cumprimento da transaÃ§Ã£o penal, sob pena de oferecimento de denÃºncia em seu desfavor. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Â Resp. cumul.Â pelo JECrim Â Â 01 PROCESSO: 00027465820208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:ADRIANO DA SILVA NASCIMENTO VITIMA:A. L. C. N. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0002746-58.2020.8.14.0005 Autor do Fato: ADRIANO DA SILVA NASCIMENTO DESPACHO 1.Â Â Â Proceda-se na forma do art. 71 da Lei n. 9.099/95. 2.Â Â Â Redesigno para o dia 19/05/2022, Ã s 14h:30min, AudiÃªncia Preliminar, para Proposta de TransaÃ§Ã£o Penal. 3.Â Â Â Intime-se o(a) autor(a) do fato advertindo este(a) de que deverÃ¡ fazer-se acompanhar por advogado, devendo ser certificado pelo Oficial de JustiÃ§a a manifestaÃ§Ã£o daquele(a), caso contrÃ¡rio ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico. 4.Â Â Â Venham aos autos certidÃ£o expedida pelo CartÃ³rio Distribuidor, bem como pelo CartÃ³rio Criminal, noticiando a existÃªncia de antecedentes. 5.Â Â Â Certifique a secretaria deste Juizado se o autor do fato jÃ¡ foi anteriormente beneficiado nos termos do art. 76 da Lei n. 9.099/95. 6.Â Certificando o oficial de justiÃ§a que o rÃ©u nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o constante no processo, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, independente de nova conclusÃ£o, cancelando a audiÃªncia acima designada. 7.Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00033513820198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:HILDO ALVES LIRA VITIMA:G. S. L. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo: 0003351-38.2019.8.14.0005 Autor do fato: Hildo Alves Lira DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando o endereÃ§o indicado pelo Parquet Ã s fls. 31, expeÃ§a-se carta precatÃ³ria para Comarca de SÃ£o Felix do Xingu/PA, para fins de intimaÃ§Ã£o do autor do fato para participar de audiÃªncia preliminar de proposta de transaÃ§Ã£o penal a ser designada em dia e hora pelo JuÃ-zo Deprecado. A presente missiva deverÃ¡ ser acompanhada dos documentos que instruÃ-ram o TCO alÃ©m da proposta de transaÃ§Ã£o penal ofertada Ã s fls.40. Â Â Â Â Â P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00033923920188140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:IUGUI CAETANO CANAFISTULA VITIMA:J. M. A. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nº. 0003392-39.2018.8.14.0005 DESPACHO 1-Â Â Â Â Â Ã secretaria para que proceda a transferÃªncia de valores para a conta Ãºnica vinculada a este Juizado Criminal para posterior destinaÃ§Ã£o Ã entidade beneficente. 2-Â Â Â Â Â ApÃ³s, certifique-se o que houver e arquivem-se os autos. Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira (PA), 03/11/2021. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES SODRÃ JuÃza de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: ALTAMIRAÂ Â Email: Â Â Â EndereÃ§o: Â CEP: Â Â Bairro: Â Â Fone: PROCESSO: 00040771220198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:FRANCISCO DE ASSIS FEITEIRO RIBEIRO VITIMA:R. F. R. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo: 0004077-12.2019.8.14.0005 Autor do fato: Francisco de Assis Feiteiro Ribeiro DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando o endereÃ§o indicado pelo Parquet Ã s fls.25, expeÃ§a-se carta precatÃ³ria para Comarca de VitÃ³ria do Xingu/PA, para fins de intimaÃ§Ã£o do autor do fato para participar de audiÃªncia preliminar de proposta de transaÃ§Ã£o penal a ser designada em dia e hora pelo JuÃzo Deprecado. A presente missiva deverÃ¡ ser acompanhada dos documentos que instruÃram o TCO alÃ©m da proposta de transaÃ§Ã£o penal ofertada Ã s fls.35. Â Â Â Â Â P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00045223020198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 09/11/2021 DENUNCIADO:JADER MONTEIRO PEREIRA VITIMA:A. A. R. . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Â JUIZADO ESPECIAL PENAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Â JECRIM Processo: 0004522-30.2019.8.14.0005 Denunciado: JADER MONTEIRO PEREIRA Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o oferecimento da DenÃºncia Ã s fls. 02/02v dos autos, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, nos termos do art. 78 da Lei nÂº 9.099/95, para o dia 23/03/2022, Ã s 15h:00min. 2.Â Â Â Â Â Cite-se o (a) denunciado(a), consignando-se no mandado que este(a) deverÃ¡ comparecer devidamente acompanhado(a) por seu (sua) advogado (a), e que, na falta deste, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, e que deverÃ¡ trazer sua (s) testemunha (s), ou apresentar requerimento para intimaÃ§Ã£o desta (s), nos termos do art. 78, Â§ 1Âº, da Lei nÂº 9.099/95, observando-se o endereÃ§o indicado Ã s fls. 35. Conste tambÃ©m, que aberta a audiÃªncia, serÃ¡ dada a palavra ao defensor para responder Ã acusaÃ§Ã£o, apÃ³s o que o Juiz receberÃ¡, ou nÃ£o, a denÃºncia ou queixa; havendo recebimento, serÃ£o ouvidas a vÃtima e as testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e Ã prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a (art. 81 da Lei nÂº. 9.099/95). Remeta-se tambÃ©m cÃ³pia deste Despacho ao denunciado bem como cÃ³pia da denÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico. 3.Â Â Â Â Â Intimem-se/Requisitem-se as pessoas por ventura arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, para que compareÃ§am no dia da audiÃªncia, a fim de que auxiliem a JustiÃ§a como testemunhas. 4.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00068580720198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:IAGO BRUNO DE LIMA PEREIRA VITIMA:O. E. VITIMA:W. S. X. VITIMA:L. P. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0006858-07.2019.8.14.0005 Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Diante da manifestaÃ§Ã£o retro, proceda a transferÃªncia do valor para a conta Ãºnica vinculada a este Juizado Criminal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- ApÃ³s, certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e arquive-se os autos com as cautelas de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Altamira (PA), 26/10/2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPINDOLA Â Juiz de Direito Substituto respondendo pelo Jecrim Altamira PROCESSO: 00078982420198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR:LUCAS EZEQUIEL MONTE PEGO VITIMA:A. E. B. P. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0007898-24.2019.8.14.0005 Autor do Fato: LUCAS EZEQUIEL MONTE PEGO DESPACHO 1.Â Â Â Proceda-se na forma do art. 71 da Lei n. 9.099/95. 2.Â Â Â Redesigno para o dia 19/05/2022, Ã s 14h:50min, AudiÃªncia Preliminar, para Proposta de TransaÃ§Ã£o Penal. 3.Â Â Â Intime-se o(a) autor(a)

do fato advertindo este(a) de que deverÃ¡ fazer-se acompanhar por advogado, devendo ser certificado pelo Oficial de JustiÃ§a a manifestaÃ§Ã£o daquele(a), caso contrÃ¡rio ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, observando-se os endereÃ§os indicados pelo Parquet Ã s fls. 17. 4.Â Â Â Venham aos autos certidÃ£o expedida pelo CartÃ³rio Distribuidor, bem como pelo CartÃ³rio Criminal, noticiando a existÃªncia de antecedentes. 5.Â Â Â Certifique a secretaria deste Juizado se o autor do fato jÃ¡ foi anteriormente beneficiado nos termos do art. 76 da Lei n. 9.099/95. 6.Â Certificando o oficial de justiÃ§a que o rÃ©u nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o constante no processo, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, independente de nova conclusÃ£o, cancelando a audiÃªncia acima designada. 7.Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00099396120198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:ARNALDO GOMES DA ROCHA TERCEIRO VITIMA:V. C. D. . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Â JUIZADO ESPECIAL PENAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Â JECRIM Processo: 0009939-61.2019.8.14.0005 Denunciado: Arnaldo Gomes da Rocha Terceiro Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o oferecimento da DenÃºncia Ã s fls. 02/05 dos autos, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, nos termos do art. 78 da Lei nÂº 9.099/95, para o dia 23/03/2022, Ã s 14h30min. 2.Â Â Â Â Â Cite-se o (a) denunciado(a), consignando-se no mandado que este(a) deverÃ¡ comparecer devidamente acompanhado(a) por seu (sua) advogado (a), e que, na falta deste, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, e que deverÃ¡ trazer sua (s) testemunha (s), ou apresentar requerimento para intimaÃ§Ã£o desta (s), nos termos do art. 78, Â§ 1Âº, da Lei nÂº 9.099/95, observando-se o endereÃ§o constante nos autos. Conste tambÃ©m, que aberta a audiÃªncia, serÃ¡ dada a palavra ao defensor para responder Ã acusaÃ§Ã£o, apÃ³s o que o Juiz receberÃ¡, ou nÃ£o, a denÃºncia ou queixa; havendo recebimento, serÃ£o ouvidas a vÃ-tima e as testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e Ã prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a (art. 81 da Lei nÂº. 9.099/95). Remeta-se tambÃ©m cÃ³pia deste Despacho ao denunciado bem como cÃ³pia da denÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico. 3.Â Â Â Â Â Intimem-se/Requisitem-se as pessoas por ventura arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, para que compareÃ§am no dia da audiÃªncia, a fim de que auxiliem a JustiÃ§a como testemunhas. 4.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00100374620198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 VITIMA:L. R. P. AUTOR DO FATO:ELISANDRA COSTA RODRIGUES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº.: 0010037-46.2019.8.14.0005 Autora do fato: ELISSANDRA COSTA RODRIGUES SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei n. 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado aos autos relatÃ³rios de extratos de subconta do SDJ (fl. 30) onde consta o devido recolhimento da transaÃ§Ã£o penal ofertada pelo Parquet Ã s fls. 16. Isto posto, EXTINGO A PUNIBILIDADE da autora do fato ELISSANDRA COSTA RODRIGUES, em razÃ£o do cumprimento integral do acordo, nÃ£o constando a presente como registros criminais, exceto para fins de requisiÃ§Ã£o judicial, nos termos do artigo 76, Â§ 4Âº c/c artigo 84, Â§ Ãºnico, ambos da Lei 9099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã secretaria deste Juizado Criminal para que proceda a transferÃªncia dos valores vinculados ao processo para posterior destinaÃ§Ã£o Ã entidade beneficente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Altamira/PA, 03/11/2021. Â LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES SODRÃ JuÃ-za de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim PROCESSO: 00101578920198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Inquérito Policial em: 09/11/2021 VITIMA:M. C. M. S. INDICIADO:JEFFERSON FREITAS DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0010157-89.2019.8.14.0005 Autor do Fato: JEFFERSON FREITAS DA SILVA DESPACHO 1.Â Â Â Proceda-se na forma do art. 71 da Lei n. 9.099/95. 2.Â Â Â Redesigno para o dia 19/05/2022, Ã s 15h:20min, AudiÃªncia Preliminar, para Proposta de TransaÃ§Ã£o Penal. 3.Â Â Â Intime-se o(a) autor(a) do fato advertindo este(a) de que deverÃ¡ fazer-se acompanhar por advogado, devendo ser certificado pelo Oficial de JustiÃ§a a manifestaÃ§Ã£o daquele(a), caso contrÃ¡rio ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico. Â 4.Â Â Â Venham aos autos certidÃ£o expedida pelo CartÃ³rio Distribuidor, bem como pelo CartÃ³rio Criminal, noticiando a existÃªncia de antecedentes. 5.Â Â Â Certifique a secretaria deste Juizado

se o autor do fato jÃ¡ foi anteriormente beneficiado nos termos do art. 76 da Lei n. 9.099/95. 6.Â Certificando o oficial de justiÃ§a que o rÃ©u nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o constante no processo, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, independente de nova conclusÃ£o, cancelando a audiÃªncia acima designada. 7. Intime-se Ã vÃtima. 8.Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00108743820188140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:CLAUDIO NASCIMENTO DO CARMO VITIMA:E. A. C. M. . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Â JUIZADO ESPECIAL PENAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Â JECRIM Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Processo: 0010874-38.2018.8.14.0005 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â D.h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1.Diante da manifestaÃ§Ã£o retro, Ã secretaria para que proceda a transferÃªncia dos valores consignados para conta Ãºnica vinculada a ESTE Juizado Criminal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2.ApÃ³s, certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se com as cautelas de praxe.Â Altamira (PA), 03/11/2021. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES SODRÃ Juiz de Direito Resp. pelo JECRIM. PROCESSO: 00112577920198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR:THIAGO FELIPE PEREIRA DA SILVA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0011257-79.2019.8.14.0005 Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Renove-se a expediÃ§Ã£o de ofÃcio ao JuÃzo Deprecado da Comarca de MarabÃ¡ para cumprimento do despacho de fl. 23. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Altamira (PA), 26/10/2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPINDOLA Juiz de Direito respondendo cumulativamente pelo JECRIM da Comarca de Altamira/PA PROCESSO: 00112788920188140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:NILIANE MARIA DA SILVA DA COSTA VITIMA:T. V. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0011278-89.2018.8.14.0005 DESPACHO 1-Â Â Â Â Â No que tange a manifestaÃ§Ã£o de fls. 52/53, cuido de rejeitar tendo em vista que a prescriÃ§Ã£o irÃ¡ ocorrer em agosto/2022. 2-Â Â Â Â Â Ã secretaria para que proceda a busca de endereÃ§o da autora do fato NILIANE MARIA DA SILVA DA COSTA atravÃ©s de sistema eletrÃ´nicos disponÃveis, SIEL, dentre outros. 3-Â Â Â Â Â ApÃ³s a consulta de endereÃ§os, proceda o cumprimento do despacho de fl. 48. Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira (PA), 03/11/2021. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES SODRÃ JuÃza de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: ALTAMIRAÂ Â Email: Â Â Â EndereÃ§o: Â CEP: Â Â Bairro: Â Â Fone: PROCESSO: 00116579320198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:CAMILO DO NASCIMENTO VITIMA:E. M. M. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0011657-93.2019.8.14.0005 Autor do Fato: CAMILO DO NASCIMENTO Â Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de fls. 22, vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, para apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato, no prazo de 10 (dez) dias. 2.Â Â Â Â Â Em seguida, retornem os autos conclusos. P.I.C. Â Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00120181320198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:ESMERALDA DUARTE DOS SANTOS FERREIRA VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Â JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Â JECRIM Processo nÂº 0012018-13.2019.8.14.0005 Autor do fato:Â ESMERALDA DUARTE DOS SANTOS FERREIRA DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1- Considerando OfÃcio de fl. 26/27, vista dos autos ao MPE para manifestaÃ§Ãµes, observando o laudo de fls. 32/33. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2- ApÃ³s, voltem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 26/10/2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPINDOLA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto respondendo pelo Jecrim Altamira Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: ALTAMIRAÂ Â Email: Â Â Â EndereÃ§o: Â CEP: Â Â Bairro:

Â Â Fone: PROCESSO: 00127058720198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:MACIEL FERREIRA LOPES VITIMA:G. R. S. B. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0012705-87.2019.8.14.0005 Autor do Fato: MACIEL FERREIRA LOPES DESPACHO 1.Â Â Â Proceda-se na forma do art. 71 da Lei n. 9.099/95. 2.Â Â Â Redesigno para o dia 19/05/2022, Ã s 15h:00min, AudiÃªncia Preliminar, para Proposta de TransaÃ§Ã£o Penal. 3.Â Â Â Intime-se o(a) autor(a) do fato advertindo este(a) de que deverÃ¡ fazer-se acompanhar por advogado, devendo ser certificado pelo Oficial de JustiÃ§a a manifestaÃ§Ã£o daquele(a), caso contrÃ¡rio ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, observando-se o endereÃ§o indicado pelo Parquet Ã s fls. 52. 4.Â Â Â Venham aos autos certidÃ£o expedida pelo CartÃ³rio Distribuidor, bem como pelo CartÃ³rio Criminal, noticiando a existÃªncia de antecedentes. 5.Â Â Â Certifique a secretaria deste Juizado se o autor do fato jÃ¡ foi anteriormente beneficiado nos termos do art. 76 da Lei n. 9.099/95. 6.Â Certificando o oficial de justiÃ§a que o rÃ©u nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o constante no processo, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, independente de nova conclusÃ£o, cancelando a audiÃªncia acima designada. 7.Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00127168720178140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:SANDRO DA SILVA LAGO VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Â JUIZADO ESPECIAL PENAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Â JECRIM Processo: 0012716-87.2017.8.14.0005 Denunciado: SANDRO DA SILVA LAGO Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Diante do descumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o condicional do processo pelo denunciado, determino a revogaÃ§Ã£o da medida proposta Ã s fls. 22. 2.Â Â Â Â Â Em ato contÃ-nuo, considerando o oferecimento da DenÃºncia Ã s fls. 02/05 dos autos, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, nos termos do art. 78 da Lei nÂº 9.099/95, para o dia 16/03/2022, Ã s 15h:00min. 3.Â Â Â Â Â Cite-se o (a) denunciado(a), consignando-se no mandado que este(a) deverÃ¡ comparecer devidamente acompanhado(a) por seu (sua) advogado (a), e que, na falta deste, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, e que deverÃ¡ trazer sua (s) testemunha (s), ou apresentar requerimento para intimaÃ§Ã£o desta (s), nos termos do art. 78, Â§ 1Âº, da Lei nÂº 9.099/95. Conste tambÃ©m, que aberta a audiÃªncia, serÃ¡ dada a palavra ao defensor para responder Ã acusaÃ§Ã£o, apÃ³s o que o Juiz receberÃ¡, ou nÃ£o, a denÃºncia ou queixa; havendo recebimento, serÃ£o ouvidas a vÃ-tima e as testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e Ã prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a (art. 81 da Lei nÂº. 9.099/95). Remeta-se tambÃ©m cÃ³pia deste Despacho ao denunciado bem como cÃ³pia da denÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico. 4.Â Â Â Â Â Intimem-se/Requisitem-se as pessoas por ventura arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, para que compareÃ§am no dia da audiÃªncia, a fim de que auxiliem a JustiÃ§a como testemunhas. 5.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim -01 PROCESSO: 00128781420198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:WELLINTON PEREIRA DO NASCIMENTO VITIMA:M. C. L. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0012878-14.2019.8.14.0005 Autor do Fato: WELLINTON PEREIRA DO NASCIMENTO DESPACHO 1.Â Â Â Proceda-se na forma do art. 71 da Lei n. 9.099/95. 2.Â Â Â Redesigno para o dia 19/05/2022, Ã s 14h:20min, AudiÃªncia Preliminar, para Proposta de TransaÃ§Ã£o Penal. 3.Â Â Â Intime-se o(a) autor(a) do fato advertindo este(a) de que deverÃ¡ fazer-se acompanhar por advogado, devendo ser certificado pelo Oficial de JustiÃ§a a manifestaÃ§Ã£o daquele(a), caso contrÃ¡rio ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico. 4.Â Â Â Venham aos autos certidÃ£o expedida pelo CartÃ³rio Distribuidor, bem como pelo CartÃ³rio Criminal, noticiando a existÃªncia de antecedentes. 5.Â Â Â Certifique a secretaria deste Juizado se o autor do fato jÃ¡ foi anteriormente beneficiado nos termos do art. 76 da Lei n. 9.099/95. 6.Â Certificando o oficial de justiÃ§a que o rÃ©u nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o constante no processo, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, independente de nova conclusÃ£o, cancelando a audiÃªncia acima designada. 7.Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00143582720198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o:

Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 AUTOR DO FATO:TUANE ALMEIDA LAZARO VITIMA:F. S. A. . PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Â JUIZADO ESPECIAL PENAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Â JECRIM Processo: 0014358-27.2019.8.14.0005 Denunciado: Tuane Almeida LÃ¡zaro Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o oferecimento da DenÃºncia Ã s fls. 02/05 dos autos, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, nos termos do art. 78 da Lei nÂº 9.099/95, para o dia 23/03/2022, Ã s 15h:40min. 2.Â Â Â Â Â Cite-se o (a) denunciado(a), consignando-se no mandado que este(a) deverÃ¡ comparecer devidamente acompanhado(a) por seu (sua) advogado (a), e que, na falta deste, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, e que deverÃ¡ trazer sua (s) testemunha (s), ou apresentar requerimento para intimaÃ§Ã£o desta (s), nos termos do art. 78, Â§ 1Âº, da Lei nÂº 9.099/95, observando-se o endereÃ§o constante nos autos. Conste tambÃ©m, que aberta a audiÃªncia, serÃ¡ dada a palavra ao defensor para responder Ã acusaÃ§Ã£o, apÃ³s o que o Juiz receberÃ¡, ou nÃ£o, a denÃºncia ou queixa; havendo recebimento, serÃ£o ouvidas a vÃ-tima e as testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e Ã prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a (art. 81 da Lei nÂº. 9.099/95). Remeta-se tambÃ©m cÃ³pia deste Despacho ao denunciado bem como cÃ³pia da denÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico. 3.Â Â Â Â Â Intimem-se/Requisitem-se as pessoas por ventura arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, para que compareÃ§am no dia da audiÃªncia, a fim de que auxiliem a JustiÃ§a como testemunhas. 4.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00157012920178140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Inquérito Policial em: 09/11/2021 VITIMA:A. INDICIADO:EDIMILSON ALVES DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº. 0015701-29.2017.8.14.0005 Autor do Fato: EDIMILSON ALVES DOS SANTOS DESPACHO 1.Â Â Â Proceda-se na forma do art. 71 da Lei n. 9.099/95. 2.Â Â Â Redesigno para o dia 19/05/2022, Ã s 15h:10min, AudiÃªncia Preliminar, para Proposta de TransaÃ§Ã£o Penal. 3.Â Â Â Intime-se o(a) autor(a) do fato advertindo este(a) de que deverÃ¡ fazer-se acompanhar por advogado, devendo ser certificado pelo Oficial de JustiÃ§a a manifestaÃ§Ã£o daquele(a), caso contrÃ¡rio ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, observando-se o endereÃ§o indicado pelo Parquet Ã s fls. 52. 4.Â Â Â Venham aos autos certidÃ£o expedida pelo CartÃ³rio Distribuidor, bem como pelo CartÃ³rio Criminal, noticiando a existÃªncia de antecedentes. 5.Â Â Â Certifique a secretaria deste Juizado se o autor do fato jÃ¡ foi anteriormente beneficiado nos termos do art. 76 da Lei n. 9.099/95. 6.Â Certificando o oficial de justiÃ§a que o rÃ©u nÃ£o foi encontrado no endereÃ§o constante no processo, encaminhem-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, independente de nova conclusÃ£o, cancelando a audiÃªncia acima designada. 7.Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim Â 01 PROCESSO: 00498233920158140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANDRE PAULO ALENCAR SPINDOLA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021 VITIMA:E. AUTOR DO FATO:NAILCE NE DA SILVA. PODER JUDICIÃRIO Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ Â JUIZADO ESPECIAL PENAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Â JECRIM Processo: 0049823-39.2015.8.14.0005 Denunciada: NAILCE NÃ DA SILVA Â DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Diante do descumprimento das condiÃ§Ãµes da suspensÃ£o condicional do processo pela denunciada, determino a revogaÃ§Ã£o da medida proposta Ã s fls. 45. 2.Â Â Â Â Â Em ato contÃ-nuo, considerando o oferecimento da DenÃºncia Ã s fls. 02/05 dos autos, designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, nos termos do art. 78 da Lei nÂº 9.099/95, para o dia 16/03/2022, Ã s 14h30min. 3.Â Â Â Â Â Cite-se o (a) denunciado(a), consignando-se no mandado que este(a) deverÃ¡ comparecer devidamente acompanhado(a) por seu (sua) advogado (a), e que, na falta deste, ser-lhe-Ã¡ nomeado Defensor PÃºblico, e que deverÃ¡ trazer sua (s) testemunha (s), ou apresentar requerimento para intimaÃ§Ã£o desta (s), nos termos do art. 78, Â§ 1Âº, da Lei nÂº 9.099/95. Conste tambÃ©m, que aberta a audiÃªncia, serÃ¡ dada a palavra ao defensor para responder Ã acusaÃ§Ã£o, apÃ³s o que o Juiz receberÃ¡, ou nÃ£o, a denÃºncia ou queixa; havendo recebimento, serÃ£o ouvidas a vÃ-tima e as testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e Ã prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a (art. 81 da Lei nÂº. 9.099/95). Remeta-se tambÃ©m cÃ³pia deste Despacho ao denunciado bem como cÃ³pia da denÃºncia oferecida pelo MinistÃ©rio PÃºblico. 4.Â Â Â Â Â Intimem-se/Requisitem-se as pessoas por ventura arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico, para que compareÃ§am no dia da audiÃªncia, a fim de que auxiliem a JustiÃ§a como testemunhas. 5.Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. P.I.C. Â Altamira/PA, 26 de outubro de 2021. Â Â ANDRÃ PAULO ALENCAR SPÃNDOLA Â Juiz de Direito Resp. cumul.Â pelo JECrim -01 PROCESSO: 00003302020208140005 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 13/10/2021 AUTOR DO FATO:WALQUIRIA DIAS MELO SOARES VITIMA:M. F. L. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0000330-20.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 129, CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: WALQUÃRIA DIAS MELO SOARES Vitima: MICHELLE FERREIRA LIMA Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 14:20min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Advogado SEM ADVOGADO CONSTITUÃDO Autor do Fato: WALQUÃRIA DIAS MELO SOARES 3. OCORRÃNCIAS: Â Â Iniciados os trabalhos, verificou-se a ausÃªncia da vÃ-tima MICHELLE FERREIRA LIMA, embora intimada para a audiÃªncia (certidÃ£o de fl. 20). Â Â Diante da ausÃªncia do representante do MPE, bem como a falta de proposta de transaÃ§Ã£o penal aos autores do fato, resolvo por redesignar a audiÃªncia. 4.Â Â Â Â Â DELIBERAÃÃO FINAL: SENTENÃA: Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei n. 9.099/95. Os autos noticiam a suposta prÃ¡tica do crime de ameaÃ§a (art. 139 do CP), o qual, por expressa disposiÃ§Ã£o legal, somente se processa mediante representaÃ§Ã£o do ofendido.Â AlÃ©m desta condiÃ§Ã£o de procedibilidade, a lei confere ao ofendido o prazo de 06 (seis) meses para oferecer a representaÃ§Ã£o, sob pena de decadÃªncia do seu direito de aÃ§Ã£o. DecadÃªncia, segundo Guilherme de Souza Nucci:Â Â¿Ã a perda do direito de agir, pelo decurso de determinado lapso temporal, estabelecido em lei, provocando a extinÃ§Ã£o da punibilidade do agente. Na realidade, a prescriÃ§Ã£o, quando ocorre, atinge diretamente o direito de punir do Estado, enquanto a decadÃªncia faz perecer o direito de aÃ§Ã£o, que, imediatamente, atinge o direito de punir do Estado, jÃ¡ que este nÃ£o pode prescindir do devido processo legal para aplicar a sanÃ§Ã£o penal a alguÃ©m. A decadÃªncia envolve todo tipo de aÃ§Ã£o penal privada (exclusiva ou subsidiÃ¡ria), abrangendo tambÃ©m o direito de representaÃ§Ã£o, que ocorre na aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada [...]"(NUCCI, Guilherme de Souza.Â CÃ³digo de Processo PenalÂ Comentado. 6. ed. SÃ£o Paulo. Revista dos Tribunais, 2007, p. 135/136).Â In casu, constata-se que decorreu lapso temporal superior a 06 (seis) meses, desde a data do fato (28/12/2020), sem que o ofendido (ou seu representante legal) tenha exercido o seu direito de representaÃ§Ã£o, operando-se, desta forma, a decadÃªncia, nos termos do artigo 38, do CPP. Ã de se reconhecer a decadÃªncia e aplicar-se a extinÃ§Ã£o da punibilidade ao autor do delito, providÃªncia esta que pode ser adotada de ofÃ-cio por esta autoridade judiciÃ¡ria, nos termos do artigo 61 do CÃ³digo de Processo Penal. Ante o exposto, atendendo as disposiÃ§Ãµes do artigo 103 e 107, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro, e artigo 61 e artigo 38, ambos do CÃ³digo Processo Penal Brasileiro declaro EXTINTA a punibilidade WALKIRIA DIAS MELO SOARES. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem os autos. Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, conforme orientaÃ§Ã£o expressa no Provimento n. 03/2007-CJRMP. Sem custas processuais.Â ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â¿ Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), Analista JudiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. MM. JUÃZA: _____ Autora do fato: _____ PROCESSO: 00003431920208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 13/10/2021 AUTOR DO FATO:DANIEL DE SOUZA SILVA FILHO VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0000343-19.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 180, Â§ 3Âº, CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: DANIEL DE SOUZA SILVA FILHO Vitima: O Estado Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 15:58min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Advogado Â Autor do Fato: DANIEL DE SOUZA SILVA FILHO 3. OCORRÃNCIAS: Â Â Iniciados os trabalhos, verificou-se a presenÃ§a do autor do fato DANIEL DE SOUZA SILVA FILHO. Â Â Diante da ausÃªncia do representante do MPE, bem como a falta de proposta de transaÃ§Ã£o penal aos autores do fato, resolvo por redesignar a audiÃªncia. 4. DELIBERAÃÃO FINAL: DELIBERAÃÃO: Designo audiÃªncia para o dia 12/05/2022 Ã s 14h50min; 2- Rematam-se os autos ao MPE para ciÃªncia de audiÃªncia, bem como apresentar proposta de transaÃ§Ã£o penal em favor do autor, acaso entenda cabÃ-vel a benefÃ-cio previsto na Lei 9.099; 3- Atente-se que o autor jÃ¡ saiu intimado da data de audiÃªncia, devendo comparecer independente de nova intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â¿ Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), analista judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. Luanna

Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito Daniel de Souza Silva FilhoÂ Autor do fato PROCESSO: 00003467120208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 13/10/2021 AUTOR DO FATO:DIONE PIRES VITIMA:L. S. O. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0000346-71.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 180, Â§ 3Âº, do CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: DIONES PIRES Vitima: LUCIANA SANTOS DE OLIVEIRA Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 14:40min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Advogado Dr. JOSÃ MARIA DE JESUS ROCHA, OAB/PA 15.568 Autor do Fato: DIONES PIRES vÃ-tima LUCIANA SANTOS DE OLIVIERA 5.Â Â Â Â Â OCORRÃNCIAS: Â Â Iniciados os trabalhos, verificou-se a presenÃ§a das partes autor do fato DIONES PIRES e vÃ-tima LUCIANA SANTOS DE OLIVIERA. Â Â Diante da ausÃªncia do representante do MPE, bem como a falta de proposta de transaÃ§Ã£o penal aos autores do fato, resolvo por redesignar a audiÃªncia. 4. DELIBERAÃÃO FINAL: DELIBERAÃÃO: Designo audiÃªncia para o dia 12/05/2022 Ã s 14h40min; 2- Rematam-se os autos ao MPE para ciÃªncia de audiÃªncia, bem como apresentar proposta de transaÃ§Ã£o penal em favor do autor, acaso entenda cabÃ-vel a benefÃ-cio previsto na Lei 9.099; 3. Atente-se que o autor jÃ¡ sai intimado da data de audiÃªncia, devendo comparecer independente de nova intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â¿ Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), analista judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. JuÃ-za: _____ Autor do fato:_____ Advogado: _____ VÃ-tima: _____ PROCESSO: 00003631020208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 13/10/2021 AUTOR DO FATO:ABNE KENNEDY AZEVEDO SANTOS AUTOR DO FATO:KAMILLY BOHRY CAMILO VITIMA:W. M. O. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0000363-10.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 147, CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: ABNE KENNEDY AZEVEDO SANTOS E KAMILLY BOHRY CAMILO VÃ-tima: WANDA MONTEIRO DE OLIVEIRA Advogada ANNE MAYARA OLIVIERA BATISTA, OAB/PA 24.908 Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 16:08min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Autor do Fato: ABNE KENNEDY AZEVEDO SANTOS E KAMILLY BOHRY CAMILO VÃ-tima: WANDA MONTEIRO DE OLIVEIRA Advogada ANNE MAYARA OLIVIERA BATISTA, OAB/PA 24.908 3. OCORRÃNCIAS: Â Â Iniciados os trabalhos, o autor do fato ABNE KENNEDY AZEVEDO SANTOS indicou seu endereÃ§o residencial para intimaÃ§Ãµes, sendo a Acesso 14, nÂº 59, Sudam I, Altamira/A. Â Â Diante da ausÃªncia do representante do MPE, bem como a falta de proposta de transaÃ§Ã£o penal aos autores do fato, resolvo por redesignar a audiÃªncia. 4. DELIBERAÃÃO FINAL: DELIBERAÃÃO: Designo audiÃªncia para o dia 12/05/2022 Ã s 15h00min; 2- Rematam-se os autos ao MPE para ciÃªncia de audiÃªncia, bem como apresentar proposta de transaÃ§Ã£o penal em favor dos autores, acaso entenda cabÃ-vel a benefÃ-cio previsto na Lei 9.099; 3- Atente-se que as partes jÃ¡ saÃ-ram intimados da nova data de audiÃªncia. Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â¿ Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), analista judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. JuÃ-za: _____ Autor do fato:_____ Autor do fato:_____ VÃ-tima: _____ Advogada: _____ PROCESSO: 00003683220208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 13/10/2021 AUTOR DO FATO:JOSE RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0000368-32.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 11.343/2006, art. 28 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: JOSÃ RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS Vitima: O ESTADO Data/Hora/Local: Sala de

AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 15h10min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Advogado NÃ£o hÃ¡ advogado constituÃ-dos nos autos Autor do Fato: AUSENTE VÃ-tima O ESTADO 5.Â Â Â Â Â OCORRÃNCIAS: Â Â Â Â Iniciado os trabalhos, verificou-se a ausÃªncia do MPE, bem como nÃ£o apresentou proposta de transaÃ§Ã£o nos autos. 6.Â Â Â Â Â DELIBERAÃÃO FINAL: 1- Considerando a informaÃ§Ã£o de fl. 25, oficie-se ao CartÃ³rio de pessoas Naturais de Altamira para que traga aos autos em 10 dias, a cÃ³pia da certidÃ£o de Ã³bito do autor do fato JOSÃ RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS, nascido em 05/07/1983, filho de JoselitaÂ Rodrigues dos Santos; 2- ApÃ³s, com a resposta, voltem os autos conclusos. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), analista judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00057223820208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 13/10/2021 AUTOR:CARLOS ALBERTO MARTINS AUTOR:PAULO BATISTA DA SILVA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0005722-38.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 2, da Lei 8.137/1990 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: CARLOS ALBERTO MARTINS e PAULO BATISTA DA SILVA Vitima: O Estado Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 14:10min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Advogado Â Autor do Fato: CARLOS ALBERTO MARTINS 3. OCORRÃNCIAS: Â Â Iniciados os trabalhos, verificou-se a ausÃªncia do autor do fato PAULO BATISTA DA SILVA, porÃ©m presente o autor do fato CARLOS ALBERTO MARTINS. Â Â Diante da ausÃªncia do representante do MPE, bem como a falta de proposta de transaÃ§Ã£o penal aos autores do fato, resolvo por redesignar a audiÃªncia. 4. DELIBERAÃÃO FINAL: DELIBERAÃÃO: Designo audiÃªncia para o dia 12/05/2022 Ã s 14h30min; 2- Rematam-se os autos ao MPE para ciÃªncia de audiÃªncia, bem como apresentar novo endereÃ§o do autor PAULO BATISTA DA SILVA, bem como apresentar proposta de transaÃ§Ã£o penal em favor dos autores, acaso entenda cabÃ-vel a benefÃ-cio previsto na Lei 9.099; 3- Atente-se que os autores jÃ¡ saÃ-ram intimados da data de audiÃªncia, devendo comparecer independente de nova intimaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â¿ Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), analista judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito Carlos Alberto Martins Autor do fato PROCESSO: 00081829520208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 13/10/2021 AUTOR DO FATO:JANAINA ROCHA SOUZA VITIMA:A. S. L. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0008182-95.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 147, CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: JANAÃNA ROCHA SOUZA VÃ-tima: ANTÃNIA DA SILVA LIMA Advogada PALLOMA AGUIAR PESSOA, OAB/PA 18.330 Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 16:18min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Autor do Fato: JANAÃNA ROCHA SOUZA VÃ-tima: ANTÃNIA DA SILVA LIMA Advogada PALLOMA AGUIAR PESSOA, OAB/PA 18.330 3. OCORRÃNCIAS: Â Â Iniciados os trabalhos, verificou-se a ausÃªncia do MPE, bem como a falta de proposta de transaÃ§Ã£o penal aos autores do fato, resolvo por redesignar a audiÃªncia. 4. DELIBERAÃÃO FINAL: DELIBERAÃÃO: Designo audiÃªncia para o dia 12/05/2022 Ã s 15h10min; 2- Rematam-se os autos ao MPE para ciÃªncia de audiÃªncia, bem como apresentar proposta de transaÃ§Ã£o penal em favor dos autores, acaso entenda cabÃ-vel a benefÃ-cio previsto na Lei 9.099; 3- Atente-se que as partes jÃ¡ saÃ-ram intimados da nova data de audiÃªncia. Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â¿ Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), analista judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. JuÃ-za: _____ Autor do fato: _____ VÃ-tima: _____ Advogada: _____ PROCESSO: 00084825720208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 13/10/2021 VITIMA:D. F. S. AUTOR DO FATO:CAMILA MOREIRA DE LIMA. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE

TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0008482-57.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 140, CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: CAMILA MOREIRA DE LIMA VÃ-tima: DAYANE FRANÃA DA SILVA Advogado MICHEL OLIVEIRA SILVA DE MELO, OAB/PA 17.866 Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 16:18min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Autor do Fato: AUSENTE VÃ-tima: DAYANE FRANÃA DA SILVA Advogado MICHEL OLIVEIRA SILVA DE MELO, OAB/PA 17.866 3. OCORRÃNCIAS: Â Â Iniciados os trabalhos, verificou-se a ausÃªncia de devoluÃ§Ã£o de mandado de intimaÃ§Ã£o da autora do fato. 4. DELIBERAÃÃO FINAL: DELIBERAÃÃO: 1- Oficie-se ao JuÃ-zo da Comarca de Brasil Novo para que informe quanto a intimaÃ§Ã£o da autora do fato CAMILA MOREIRA DE LIMA; 2- ApÃ³s, voltem os autos conclusos para designaÃ§Ã£o de audiÃªncia. Â Â Â Â Â ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â¿ Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), analista judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. JuÃ-za: _____ VÃ-tima: _____ Advogado: _____ PROCESSO: 00003328720208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR DO FATO:LUAN WALLACY DE BRITO VITIMA:A. E. R. S. . SENTENÃA Â Â Â Â Â A MM. JuÃ-za proferiu a seguinte decisÃ£o: Â¿homologo por sentenÃ§a o presente acordo, nos termos acima transcritos, tudo com fulcro no art. 74, da Lei n. Âº 9.099/95, considerando, assim, haver renÃºncia expressa ao direito de representaÃ§Ã£o, razÃ£o por que, determino o arquivamento dos autos, quanto aos autores do fatoÂ¿. Presentes intimados em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00003354220208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR DO FATO:MAICON CABRAL NETO VITIMA:G. A. O. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0000335-42.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 11.343/2006, art. 28 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: JOSÃ RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS Vitima: O ESTADO Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 15h10min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Advogado NÃ£o hÃ¡ advogado constituÃ-dos nos autos Autor do Fato: AUSENTE VÃ-tima O ESTADO 5.Â Â Â Â Â OCORRÃNCIAS: Â Â Â Â Iniciado os trabalhos, verificou-se a ausÃªncia do MPE, bem como nÃ£o apresentou proposta de transaÃ§Ã£o nos autos. 6.Â Â Â Â Â DELIBERAÃÃO FINAL: 1- Considerando a informaÃ§Ã£o de fl. 25, oficie-se ao CartÃ³rio de pessoas Naturais de Altamira para que traga aos autos em 10 dias, a cÃ³pia da certidÃ£o de Ã³bito do autor do fato JOSÃ RAIMUNDO RODRIGUES DOS SANTOS, nascido em 05/07/1983, filho de JoselitaÂ Rodrigues dos Santos; 2- ApÃ³s, com a resposta, voltem os autos conclusos. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), analista judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00003475620208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR DO FATO:JOSIVAN FERREIRA DA SILVA VITIMA:C. D. T. M. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0000347-56.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 180, Â§ 3Âº, CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: JOSIVAN FERREIRA DA SILVA Ofendido CARLA DENISE TENÃRIO MAGALHÃES Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 14h50min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃ-za de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Advogado NÃ£o hÃ¡ advogado constituÃ-dos nos autos Autor do Fato: AUSENTE VÃ-tima AUSENTE 5.Â Â Â Â Â OCORRÃNCIAS: Â Â Â Â Iniciado os trabalhos, verificou-se a ausÃªncia do autor do fato em razÃ£o de insuficiÃªncia de endereÃ§o. 6.Â Â Â Â Â DELIBERAÃÃO FINAL: 1- Considerando a informaÃ§Ã£o de fl. 25-v, remetam-se os autos ao MPE para apresente endereÃ§o do autor do fato, em 10 dias; 2- ApÃ³s, com a resposta, voltem os autos conclusos. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, _____(Juliana Teixeira de Souza), analista judiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00005216520208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR DO FATO:DANIEL RIBEIRO DE SOUSA VITIMA:M. B. S. . DESPACHO Â Â Â Â Â A MMÂª. JuÃ-za passou a

proferir a seguinte decisÃ£o: Â¿Acolho o pedido da genitora do autor e passo a proferir a seguinte decisÃ£o: a)Â Redesigno a audiÃªncia preliminar para o dia 12 de maio de 2022, Ã s 14:50 horas, conforme requerimento de fls. 27 dos autos; b) A audiÃªncia serÃ¡ realizada presencialmente; c)Â Intime-se o autor no endereÃ§o de fls. 26 dos autos, podendo ser localizado atravÃ©s do telefone (93) 99243-8707, conforme certidÃ£o de fls 27 dos autos. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00010611620208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR DO FATO:JACKSON JANES SANTOS BATISTA VITIMA:J. V. A. . DESPACHO Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 34-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00011478420208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR:JOSE KLINGER CHEIBUB NETO AUTOR:J K CHEIBUB EIRELI VITIMA:O. E. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Presentes os requisitos legais, impÃµe-se homologar a transaÃ§Ã£o penal acima formalizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceita de forma livre e consciente pelo autor do fato, nos termos do parÃ¡grafo 4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, com CLÃUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme previsto na SÃºmula Vinculante nÂº 35 do STF: Â¿A homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 nÃ£o faz coisa julgada material e, descumpridas suas clÃ¡usulas, retoma-se a situaÃ§Ã£o anterior, possibilitando-se ao MinistÃ©rio PÃºblico a continuidade da persecuÃ§Ã£o penal mediante oferecimento de denÃºncia ou requisiÃ§Ã£o de inquÃ©rito policialÂ¿. Â Â Â Â Â Com efeito, acerca do tema, extrai-se do voto do Min. Rel. Marco AurÃ©lio, proferido nos autos do HC nÂº 79.572/GO, julgado pela 2Âª Turma do STF, em 29/02/2000, que: a) a sentenÃ§a que aplica pena no caso do art. 76 da Lei dos Juizados Especiais Criminais nÃ£o Ã© condenatÃ³ria nem absolutÃ³ria. Ã homologatÃ³ria da transaÃ§Ã£o penal; b) tem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo judicial, como ocorre na esfera civil (art. 584, III, do CPC); c) se o autor do fato nÃ£o cumprir a pena restritiva de direitos, como a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, o efeito Ã© a desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal; d) em consequÃªncia, os autos devem ser remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que requeira a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial ou ofereÃ§a denÃºncia. Â Â Â Â Â Em arremate, naquele mesmo feito, o EgrÃ©gio STF reconheceu que, uma vez descumprido o termo de transaÃ§Ã£o, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o de insubsistÃªncia deste Ãºltimo, retornando-se ao estado anterior, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de vir a requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou propor a aÃ§Ã£o penal, ofertando denÃºncia. Dessa forma, segundo o mesmo Tribunal, na hipÃ³tese de descumprimento do ajuste, nÃ£o hÃ¡ que se falar em transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade, posto que discreparia da garantia constitucional do devido processo legal (HC 79572 / GO - GOIÃS. HABEAS CORPUS. Relator(a):Â Min. MARCO AURÃLIO Julgamento:Â 29/02/2000. ÃrgÃ£o Julgador: Segunda Turma). Â Â Â Â Â Em outro julgado, para alÃ©m, o STF concluiu que consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. Com efeito, a jurisprudÃªncia daquela Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao Â¿status quo anteÂ¿ em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. DecisÃ£o: A Turma, por votaÃ§Ã£o unÃ¢nime, deferiu o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. (HC 88616 / RJ - RIO DE JANEIRO. Relator(a):Â Min. EROS GRAU. Julgamento:Â 08/08/2006. ÃrgÃ£o Julgador:Â Segunda Turma). Â Â Â Â Â Tem-se, assim, a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de seu descumprimento, o que, no entender deste magistrado, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir ao autor do fato e Ã sociedade uma prestaÃ§Ã£o jurisdicional cÃ©lere e eficaz, sem prejuÃ-zo do risco improvÃ¡vel de descumprimento do acerto, caso em que serÃ¡ retomada a tramitaÃ§Ã£o legal, vedada, entretanto, transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â Â ISTO POSTO, HOMOLOGO a TRANSAÃÃO PENAL consubstanciada no pagamento em favor de instituiÃ§Ã£o de assistÃªncia social sem fins lucrativos no valor de R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), em Ãºnica parcela, com vencimento no dia 14/10/2021, mediante depÃ³sito judicial, cujo

comprovante deverÃ¡ ser juntado aos autos, com clausula resolutiva expressa de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â ApÃ³s o devido cumprimento da transaÃ§Ã£o penal pelo autor do fato, que o recurso seja destinado a APAE de Altamira, para a construÃ§Ã£o do centro de apoio Ã Â¿CrianÃ§a Maria MadalenaÂ¿, mediante apresentaÃ§Ã£o prÃ©via de projeto social, orÃ§amentos, prestaÃ§Ã£o de contas, dentre outros, conforme ResoluÃ§Ãµes nÂºs 154/2012 e 313/2020 do CNJ e Provimento Conjunto nÂº 003/2013 - CJRMB/CJCI - TJPA. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o boleto judicial, para o pagamento da transaÃ§Ã£o penal, com o vencimento para o dia 14/10/2021. O autor do fato fica ciente de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa novamente gozar do benefÃ-cio no prazo de 05 (cinco) anos, conforme o Â§4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â ApÃ³s o vencimento do prazo determinado e comprovado o pagamento da transaÃ§Ã£o vista dos autos ao Parquet. Â Â Â Â Â No caso de ser constatado pela Sra. Diretora de Secretaria desta Vara o descumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a finalidade especificada no mencionado julgado, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, diante da dispensa do prazo recursal em relaÃ§Ã£o a empresa J K Cheibub Eireli. Sem custas processuais. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00011703020208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR:IZIDIO ANTONIO RIBEIRO VITIMA:O. E. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Presentes os requisitos legais, impÃµe-se homologar a transaÃ§Ã£o penal acima formalizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceita de forma livre e consciente pelo autor do fato, nos termos do parÃ¡grafo 4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, com CLÃUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme previsto na SÃºmula Vinculante nÂº 35 do STF: Â¿A homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 nÃ£o faz coisa julgada material e, descumpridas suas clÃ¡usulas, retoma-se a situaÃ§Ã£o anterior, possibilitando-se ao MinistÃ©rio PÃºblico a continuidade da persecuÃ§Ã£o penal mediante oferecimento de denÃºncia ou requisiÃ§Ã£o de inquÃ©rito policialÂ¿. Â Â Â Â Â Com efeito, acerca do tema, extrai-se do voto do Min. Rel. Marco AurÃ©lio, proferido nos autos do HC nÂº 79.572/GO, julgado pela 2Âª Turma do STF, em 29/02/2000, que: a) a sentenÃ§a que aplica pena no caso do art. 76 da Lei dos Juizados Especiais Criminais nÃ£o Ã© condenatÃ³ria nem absolutÃ³ria. Ã homologatÃ³ria da transaÃ§Ã£o penal; b) tem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo judicial, como ocorre na esfera civil (art. 584, III, do CPC); c) se o autor do fato nÃ£o cumprir a pena restritiva de direitos, como a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, o efeito Ã© a desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal; d) em consequÃªncia, os autos devem ser remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que requeira a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial ou ofereÃ§a denÃºncia. Â Â Â Â Â Em arremate, naquele mesmo feito, o EgrÃ©gio STF reconheceu que, uma vez descumprido o termo de transaÃ§Ã£o, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o de insubsistÃªncia deste Ãºltimo, retornando-se ao estado anterior, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de vir a requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou propor a aÃ§Ã£o penal, ofertando denÃºncia. Dessa forma, segundo o mesmo Tribunal, na hipÃ³tese de descumprimento do ajuste, nÃ£o hÃ¡ que se falar em transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade, posto que discreparia da garantia constitucional do devido processo legal (HC 79572 / GO - GOIÃS. HABEAS CORPUS. Relator(a):Â Min. MARCO AURÃLIO Julgamento:Â 29/02/2000. ÃrgÃ£o Julgador: Segunda Turma). Â Â Â Â Â Em outro julgado, para alÃ©m, o STF concluiu que consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. Com efeito, a jurisprudÃªncia daquela Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao Â¿status quo anteÂ¿ em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. DecisÃ£o: A Turma, por votaÃ§Ã£o unÂ¢nime, deferiu o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. (HC 88616 / RJ - RIO DE JANEIRO. Relator(a):Â Min. EROS GRAU. Julgamento:Â 08/08/2006. ÃrgÃ£o Julgador:Â Segunda Turma). Â Â Â Â Â Tem-se, assim, a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de seu descumprimento, o que, no entender deste magistrado, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir ao autor do fato e Ã sociedade uma prestaÃ§Ã£o jurisdicional cÃ©lere e eficaz, sem prejuÃ-zo do risco improvÃ¡vel de descumprimento do acerto, caso em que serÃ¡ retomada a

tramitaÃ§Ã£o legal, vedada, entretanto, transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â Â ISTO POSTO, HOMOLOGO a TRANSAÃÃO PENAL consubstanciada no pagamento em favor de instituiÃ§Ã£o de assistÃªncia social sem fins lucrativos no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) dividido em 5 parcelas, com vencimento nas seguintes datas: 10/11/2021, 10/12/2021, 10/01/2022, 10/02/2022 e 10/03/2022, mediante depÃ³sito judicial, cujo comprovante deverÃ¡ ser juntado aos autos, com clausula resolutiva expressa de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â ApÃ³s o devido cumprimento da transaÃ§Ã£o penal pelo autor do fato, que o recurso seja destinado a APAE de Altamira, para a construÃ§Ã£o do centro de apoio Ã Â¿CrianÃ§a Maria MadalenaÂ¿, mediante apresentaÃ§Ã£o prÃ©via de projeto social, orÃ§amentos, prestaÃ§Ã£o de contas, dentre outros, conforme ResoluÃ§Ãµes nÂºs 154/2012 e 313/2020 do CNJ e Provimento Conjunto nÂº 003/2013 - CJRMB/CJCI - TJPA. Â Â Â Â Â Expeça-se o boleto judicial, para o pagamento da transaÃ§Ã£o penal, com o vencimento para os dias 10/11/2021, 10/12/2021, 10/01/2022, 10/02/2022 e 10/03/2022, O autor do fato fica ciente de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa novamente gozar do benefÃ-cio no prazo de 05 (cinco) anos, conforme o Â§4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â ApÃ³s o vencimento do prazo determinado e comprovado o pagamento da transaÃ§Ã£o vista dos autos ao Parquet. Â Â Â Â Â No caso de ser constatado pela Sra. Diretora de Secretaria desta Vara o descumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a finalidade especificada no mencionado julgado, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, diante da dispensa do prazo recursal. Sem custas processuais. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00014486520198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR DO FATO:JULIANO HIGOR SOUZA DOS REIS VITIMA:A. M. S. N. . DESPACHO Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 80-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00015461620208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR DO FATO:BOREU KAIAPO DA LUZ VITIMA:C. P. S. L. . DESPACHO Â Â Â Â Â Considerando que a vÃ-tima nÃ£o foi localizada e, considerando ainda, os termos do Art. 88 da Lei 9.099/95, abra-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para entender o que de direito.. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00015488320208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR DO FATO:ELIELSON DE SOUSA E SILVA VITIMA:H. N. S. . DESPACHO Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 29-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00016657420208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 AUTOR DO FATO:ISLANI ANDRADE DAMASCENO VITIMA:M. F. L. VITIMA:R. L. C. . DESPACHO Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 30-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00037540720198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 14/10/2021 VITIMA:G. G. AUTOR DO FATO:ELAIS GOMES PESSOA. DESPACHO Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 41-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â Altamira-PA, 13 de outubro de 2021 Â Â Â Â Â Luanna Karissa AraÃºjo Lopes Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00003354220208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 18/10/2021 AUTOR DO

FATO:MAICON CABRAL NETO VITIMA:G. A. O. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ JUIZADO CRIMINAL DE ALTAMIRA TERMO DE AUDIÃNCIA PRELIMINAR PROPOSTA DE TRANSAÃÃO PENAL 1.Â Â Â Â Â DADOS DO PROCESSO: Autos nÂº: 0000335-42.2020.8.14.0005 TipificaÃ§Ã£o: Art. 139, do CPB Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Autor do Fato: MAICON CABRAL NETO Vitima: GENIVALDO ABREU DE OLIVEIRA Data/Hora/Local: Sala de AudiÃªncia do Juizado Especial Criminal de Altamira em 07/10/2021, Ã s 15h10min. 3.Â Â Â Â Â PRESENTES: JuÃza de Direito: Dra. LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES. MinistÃ©rio PÃºblico: AusÃªncia Advogado NÃ£o hÃ¡ advogado constituÃdos nos autos Autor do Fato: AUSENTE VÃtima AUSENTE 3. OCORRÃNCIAS: Â Â Â Iniciados os trabalhos, verificou que a vÃtima nÃ£o apresentou seu interesse na continuidade do feito, ao passo que tentada a sua intimaÃ§Ã£o nÃ£o foi localizada no endereÃ§o informado. No mais, observo que o suposto fato delituoso ocorreu em 22/12/2019, o que demonstra em falta de interesse no prosseguimento do feito. 4.Â Â Â Â Â DELIBERAÃÃO FINAL: SENTENÃA: Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei n. 9.099/95. Os autos noticiam a suposta prÃ¡tica do crime de difamaÃ§Ã£o (art. 139 do CP), o qual, por expressa disposiÃ§Ã£o legal, somente se processa mediante representaÃ§Ã£o do ofendido.Â AlÃ©m desta condiÃ§Ã£o de procedibilidade, a lei confere ao ofendido o prazo de 06 (seis) meses para oferecer a representaÃ§Ã£o, sob pena de decadÃªncia do seu direito de aÃ§Ã£o. DecadÃªncia, segundo Guilherme de Souza Nucci:Â Â¿Ã a perda do direito de agir, pelo decurso de determinado lapso temporal, estabelecido em lei, provocando a extinÃ§Ã£o da punibilidade do agente. Na realidade, a prescriÃ§Ã£o, quando ocorre, atinge diretamente o direito de punir do Estado, enquanto a decadÃªncia faz perecer o direito de aÃ§Ã£o, que, imediatamente, atinge o direito de punir do Estado, jÃ¡ que este nÃ£o pode prescindir do devido processo legal para aplicar a sanÃ§Ã£o penal a alguÃ©m. A decadÃªncia envolve todo tipo de aÃ§Ã£o penal privada (exclusiva ou subsidiÃ¡ria), abrangendo tambÃ©m o direito de representaÃ§Ã£o, que ocorre na aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada [...]"(NUCCI, Guilherme de Souza.Â CÃ³digo de Processo PenalÂ Comentado. 6. ed. SÃ£o Paulo. Revista dos Tribunais, 2007, p. 135/136).Â In casu, constata-se que decorreu lapso temporal superior a 06 (seis) meses, desde a data do fato (22/12/2019), sem que o ofendido (ou seu representante legal) tenha exercido o seu direito de representaÃ§Ã£o, operando-se, desta forma, a decadÃªncia, nos termos do artigo 38, do CPP. Ã de se reconhecer a decadÃªncia e aplicar-se a extinÃ§Ã£o da punibilidade ao autor do delito, providÃªncia esta que pode ser adotada de ofÃcio por esta autoridade judiciÃ¡ria, nos termos do artigo 61 do CÃ³digo de Processo Penal. Ante o exposto, atendendo as disposiÃ§Ãµes do artigo 103 e 107, inciso IV, ambos do CÃ³digo Penal Brasileiro, e artigo 61 e artigo 38, ambos do CÃ³digo Processo Penal Brasileiro declaro EXTINTA a punibilidade MAICON CABRAL NETO. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem os autos. Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, conforme orientaÃ§Ã£o expressa no Provimento n. 03/2007-CJRMP. Sem custas processuais.Â ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â¿ Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Eu, ______(Juliana Teixeira de Souza), Analista JudiciÃ¡rio, digitei e subscrevi. MM. JUÃZA: ____ PROCESSO: 00011686020208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 18/10/2021 AUTOR:MIGUEL LOPES CORDEIRO AUTOR:J K CHEIBUB EIRELI VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM Processo nÂº.: 0001168-60.2020.8.14.0005 AUTOR DO FATO: MIGUEL LOPES CORDEIRO SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº, da Lei n. 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado aos autos relatÃ³rio de extrato de subconta do SDJ (fl.) onde consta o devido recolhimento do acordo transacionado Ã fl. 20/21.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, EXTINGO A PUNIBILIDADE do(a) autor do fato MIGUEL LOPES CORDEIRO em razÃ£o do cumprimento integral do acordo, nÃ£o constando a presente como registros criminais, exceto para fins de requisiÃ§Ã£o judicial, nos termos do artigo 76, Â§ 4Âº c/c artigo 84, Â§ Ãºnico, ambos da Lei 9099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se alvarÃ¡ judicial para a InstituiÃ§Ã£o Beneficente indicada nos autos (APAE). Â Â Â Â Â Â Â Â Transitada em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Altamira/PA, 14/10/2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â LUANNA KARISSA ARAÃJO LOPES SODRÃÂ JuÃza de Direito Titular da 2Âª Vara CÃvel e EmpresarialÂ da Comarca de Altamira respondendo cumulativamente pelo JeCrim Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: ALTAMIRAÂ Â Email: Â Â Â EndereÃ§o: Â CEP: Â Â Bairro: Â Â Fone: PROCESSO: 00003276520208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo

Circunstanciado em: 19/10/2021 VITIMA:S. C. F. AUTOR DO FATO:TELHAN MARCIO TELES MIRANDA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que a vÃ-tima nÃ£o foi localizada e, considerando ainda, os termos do Art. 88 da Lei 9.099/95, abra-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para entender o que de direito Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 14 de outubro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00007900720208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 19/10/2021 AUTOR DO FATO:GUSTAVO COSTA BARBOSA AUTOR DO FATO:MARCELO MACHADO DE FREITAS VITIMA:A. C. O. E. . SENTENÃA Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§3Âº, da Lei n. 9.099/95. Â Â Â Â Trata-se de procedimento instaurado para apurar a prÃ¡tica de delito previsto no art. 28 da Lei nÂº. 11.343/2006, em que figura como autores do fato Gustavo Costa Barbosa e Marcelo Machado de Freitas e como vÃ-tima o Estado. Â Â Â Â Instado a se manifestar, o representante do MinistÃ©rio PÃºblico requereu a aplicaÃ§Ã£o da pena de advertÃªncia e, posteriormente, o arquivamento dos autos. Â Â Â Â DECIDO. Â Â Â Â De acordo com o art. 28 da Lei nÂº. 11.343/2006: Â Â Â Â Quem adquirir, guardar, tiver em depÃ³sito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorizaÃ§Ã£o ou em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar serÃ¡ submetido Ã s seguintes penas: Â Â Â Â I - AdvertÃªncia sobre os efeitos das drogas; Â Â Â Â II - PrestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade; Â Â Â Â III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Â Â Â Â No caso, o entendimento jurisprudÃªncia pacifico no STJ Ã© de que nÃ£o se aplica o princÃ-pio da insignificÂ¢ncia ao delito descrito no Art. 28 da 11.343/2006, uma vez que se trata de crime de perigo abstrato contra a saÃºde pÃºblica, sendo, portanto, irrelevante a pequena quantidade substÂ¢ncia apreendida (Ag Rg no RHC 147.158/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SETA TRUMA, julgado em 25/05/2021 e publicado no dia 01/06/2021). Â Â Â Â Portanto, cabÃ-vel a aplicaÃ§Ã£o do inciso I, do Art. 28 da mencionada lei, de modo que os autores do fato devem sofrer a puniÃ§Ã£o da advertÃªncia, tendo em vista a gravidade do fato que atenta diretamente Ã saÃºde pÃºblica. Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, advirto o autor do fato sobre os efeitos das drogas como forma de garantir o cumprimento da medida, nos termos do Art. 28, inciso I, da Lei nÂº. 11.343/2006. Ciente o presente. Com relaÃ§Ã£o a ausÃªncia do autor Marcelo Machado de Freitas, abra-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Altamira-PA, 14 de outubro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00015228520208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 19/10/2021 AUTOR DO FATO:DIEGO PEREIRA DA SILVA VITIMA:A. S. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 17-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 14 de outubro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00021247620208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 19/10/2021 AUTOR DO FATO:VINICIUS DA SILVA SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 23-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 14 de outubro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00024070220208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 19/10/2021 AUTOR DO FATO:RAIMUNDO JACKSON GOMES DE OLIVEIRA VITIMA:A. S. V. VITIMA:L. R. F. V. . SENTENÃA Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Presentes os requisitos legais, impÃµe-se homologar a transaÃ§Ã£o penal acima formalizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceita de forma livre e consciente pelo autor do fato, nos termos do parÃ¡grafo 4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, com CLÃUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme previsto na SÃºmula Vinculante nÂº 35 do STF: Â¿A homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 nÃ£o faz coisa julgada material e, descumpridas suas clÃ¡usulas, retoma-se a situaÃ§Ã£o anterior, possibilitando-se ao MinistÃ©rio PÃºblico a continuidade da persecuÃ§Ã£o penal mediante oferecimento de denÃºncia ou requisiÃ§Ã£o de inquÃ©rito policialÂ¿. Â Â Â Â Com efeito, acerca do tema, extrai-se do voto do Min. Rel. Marco AurÃ©lio, proferido nos autos do HC nÂº 79.572/GO, julgado pela 2Âª Turma do STF, em 29/02/2000, que: a) a sentenÃ§a que aplica pena no caso do art. 76 da Lei dos Juizados Especiais Criminais nÃ£o Ã© condenatÃ³ria nem absolutÃ³ria. Ã homologatÃ³ria da transaÃ§Ã£o penal; b) tem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo judicial, como ocorre na esfera civil (art. 584, III, do CPC); c) se o autor do fato nÃ£o cumprir a pena restritiva de direitos, como a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, o efeito Ã© a desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal; d) em

consequÃªncia, os autos devem ser remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que requeira a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial ou ofereÃ§a denÃºncia. Â Â Â Â Em arremate, naquele mesmo feito, o EgrÃ©gio STF reconheceu que, uma vez descumprido o termo de transaÃ§Ã£o, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o de insubsistÃªncia deste Ãºltimo, retornando-se ao estado anterior, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de vir a requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou propor a aÃ§Ã£o penal, ofertando denÃºncia. Dessa forma, segundo o mesmo Tribunal, na hipÃ³tese de descumprimento do ajuste, nÃ£o hÃ¡ que se falar em transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade, posto que discreparia da garantia constitucional do devido processo legal (HC 79572 / GO - GOIÃS. HABEAS CORPUS. Relator(a):Â Min. MARCO AURÃLIO Julgamento:Â 29/02/2000. ÃrgÃ£o Julgador: Segunda Turma). Â Â Â Â Em outro julgado, para alÃ©m, o STF concluiu que consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. Com efeito, a jurisprudÃªncia daquela Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao Â¿status quo anteÂ¿ em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. DecisÃ£o: A Turma, por votaÃ§Ã£o unÃ¢nime, deferiu o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. (HC 88616 / RJ - RIO DE JANEIRO. Relator(a):Â Min. EROS GRAU. Julgamento:Â 08/08/2006. ÃrgÃ£o Julgador:Â Segunda Turma). Â Â Â Â Tem-se, assim, a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de seu descumprimento, o que, no entender deste magistrado, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir ao autor do fato e Ã sociedade uma prestaÃ§Ã£o jurisdicional cÃ©lere e eficaz, sem prejuÃ-zo do risco improvÃ¡vel de descumprimento do acerto, caso em que serÃ¡ retomada a tramitaÃ§Ã£o legal, vedada, entretanto, transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â ISTO POSTO, HOMOLOGO a TRANSAÃÃO PENAL consubstanciada no pagamento em favor de instituiÃ§Ã£o de assistÃªncia social sem fins lucrativos no valor R$ 400,00 (quatrocentos reais) dividido em 5 parcelas, com vencimento nas seguintes datas: 16/11/2021, 16/12/2021, 17/01/2022, 17/02/2022 e 17/03/2022, mediante depÃ³sito judicial, cujo comprovante deverÃ¡ ser juntado aos autos, com clausula resolutiva expressa de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â ApÃ³s o devido cumprimento da transaÃ§Ã£o penal pelo autor do fato, que o recurso seja destinado a APAE de Altamira, para a construÃ§Ã£o do centro de apoio Ã Â¿CrianÃ§a Maria MadalenaÂ¿, mediante apresentaÃ§Ã£o prÃ©via de projeto social, orÃ§amentos, prestaÃ§Ã£o de contas, dentre outros, conforme ResoluÃ§Ãµes nÂºs 154/2012 e 313/2020 do CNJ e Provimento Conjunto nÂº 003/2013 - CJRMB/CJCI - TJPA. Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o boleto judicial, para o pagamento da transaÃ§Ã£o penal, com o vencimento para os dias 16/11/2021, 16/12/2021, 17/01/2022, 17/02/2022 e 17/03/2022, O autor do fato fica ciente de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa novamente gozar do benefÃ-cio no prazo de 05 (cinco) anos, conforme o Â§4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â ApÃ³s o vencimento do prazo determinado e comprovado o pagamento da transaÃ§Ã£o vista dos autos ao Parquet. Â Â Â Â No caso de ser constatado pela Sra. Diretora de Secretaria desta Vara o descumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a finalidade especificada no mencionado julgado, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, diante da dispensa do prazo recursal. Sem custas processuais. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 14 de outubro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00029755220198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 19/10/2021 AUTOR/VITIMA:ADAELSON DE JESUS SANTOS AUTOR/VITIMA:BILL HIGOR ULIAN DE SOUSA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 43-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 14 de outubro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00046400620198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 19/10/2021 VITIMA:A. S. Q. INDICIADO:MARCONDES CAMARA DA SILVA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 43-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â

Â Altamira-PA, 14 de outubro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00052731720198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 19/10/2021 VITIMA:J. S. S. INDICIADO:EMERSON SOUZA VEIGA. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme fls. 40-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 14 de outubro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00138187620198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIKA NAZARE MONTEIRO DE OLIVEIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 21/10/2021 AUTOR DO FATO:ANALIA DE SOUZA VITIMA:C. C. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM ATO ORDINATÃRIO ABERTURA DE VISTAS DOS AUTOS AO MINISTÃRIO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA Ante o que dispÃµe o Artigo 93, inciso XIV, da CF/88, artigo 1Âº da EC nÂº 45/2004, bem como no artigo 162, Â§4Âº, do CPC; visando Ã maior celeridade processual, concernente aos atos processuais de mero expediente sem carÃ¡ter decisÃ³rio, Eu Diretora de Secretaria do JECRIM, ao final subscrito, FAÃO A ABERTURA DE VISTAS DESTES AUTOS COM 31 LAUDAS AO MINISTÃIRO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA PARA MANIFESTAÃÃO. Â Altamira, 21/10/2021. ÃRIKA NAZARÃ MONTEIRO DE OLIVEIRA SecretÃ¡ria do JECRIM em exercÃ-cio Comarca de Altamira PROCESSO: 00029738220198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIKA NAZARE MONTEIRO DE OLIVEIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 27/10/2021 AUTOR DO FATO:ERENILDO DAMIAO DA SILVA VITIMA:L. N. S. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM ATO ORDINATÃRIO ABERTURA DE VISTAS DOS AUTOS AO MINISTÃRIO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA Ante o que dispÃµe o Artigo 93, inciso XIV, da CF/88, artigo 1Âº da EC nÂº 45/2004, bem como no artigo 162, Â§4Âº, do CPC; visando Ã maior celeridade processual, concernente aos atos processuais de mero expediente sem carÃ¡ter decisÃ³rio, Eu Diretora de Secretaria do JECRIM, ao final subscrito, FAÃO A ABERTURA DE VISTAS DESTES AUTOS COM 36 LAUDAS AO MINISTÃIRO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA PARA MANIFESTAÃÃO. Â Altamira, 27/10/2021. ÃRIKA NAZARÃ MONTEIRO DE OLIVEIRA SecretÃ¡ria do JECRIM em exercÃ-cio Comarca de Altamira PROCESSO: 00089626920198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIKA NAZARE MONTEIRO DE OLIVEIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:AMANDA CONCEICAO RIBEIRO DENUNCIADO:PERPETUA DO SOCORRO LIMA DE SOUZA DENUNCIADO:EDER DA SILVA MAGALHAES DENUNCIADO:MAIDERSON VIEIRA GOMES DENUNCIADO:LAURO PEREIRA DA SILVA DENUNCIADO:GABRIELA FELIX DE OLIVEIRA VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM ATO ORDINATÃRIO ABERTURA DE VISTAS DOS AUTOS AO MINISTÃRIO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA Ante o que dispÃµe o Artigo 93, inciso XIV, da CF/88, artigo 1Âº da EC nÂº 45/2004, bem como no artigo 162, Â§4Âº, do CPC; visando Ã maior celeridade processual, concernente aos atos processuais de mero expediente sem carÃ¡ter decisÃ³rio, Eu Diretora de Secretaria do JECRIM, ao final subscrito, FAÃO A ABERTURA DE VISTAS DESTES AUTOS COM 67 LAUDAS AO MINISTÃIRO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA PARA MANIFESTAÃÃO. Â Altamira, 29/09/2021. ÃRIKA NAZARÃ MONTEIRO DE OLIVEIRA SecretÃ¡ria do JECRIM em exercÃ-cio Comarca de Altamira PROCESSO: 00100781320198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:JESSICA LIMA ROCHA VITIMA:J. A. P. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que a parte nÃ£o foi intimada, conforme certificado pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a Ã s fls. 30-v dos autos, dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato ou requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 28 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00120589220198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:FERNANDO BOTELHO MOREIRA VITIMA:N. S. B. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que as partes nÃ£o foram intimadas, conforme certificado pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a Ã s fls. 29-v e 30-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato ou requerer

o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 28 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00127811420198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:CILENE BARBOSA DE OLIVEIRA VITIMA:C. L. M. V. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando a manifestaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 28 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00127855120198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:JAIR DA SILVA BARROS VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando a ausÃªncia da parte, bem como nÃ£o houve a devoluÃ§Ã£o do mandado de intimaÃ§Ã£o nos autos, diligencie, a secretaria, junto ao oficial de JustiÃ§a, para que recolha e junte aos autos a certidÃ£o de cumprimento do respectivo mandado. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 28 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00128582320198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIKA NAZARE MONTEIRO DE OLIVEIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:ABRAAO SOUZA FIMA AUTOR DO FATO:ELAINE FLOR DA SILVA AUTOR DO FATO:HENRIQUE SOUSA DE BARROS AUTOR DO FATO:WENDER MARKLEY SANTOS DE CASTRO VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM ATO ORDINATÃRIO ABERTURA DE VISTAS DOS AUTOS AO MINISTÃRIO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA Ante o que dispÃµe o Artigo 93, inciso XIV, da CF/88, artigo 1Âº da EC nÂº 45/2004, bem como no artigo 162, Â§4Âº, do CPC; visando Ã maior celeridade processual, concernente aos atos processuais de mero expediente sem carÃ¡ter decisÃ³rio, Eu Diretora de Secretaria do JECRIM, ao final subscrito, FAÃO A ABERTURA DE VISTAS DESTES AUTOS COM 33 LAUDAS AO MINISTÃIRO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA PARA MANIFESTAÃÃO. Â Altamira, 29/09/2021. ÃRIKA NAZARÃ MONTEIRO DE OLIVEIRA SecretÃ¡ria do JECRIM em exercÃ-cio Comarca de Altamira PROCESSO: 00129994220198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 VITIMA:A. R. S. AUTOR DO FATO:MARCELO RODRIGUES DA SILVA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que as partes nÃ£o foram intimadas, conforme certificado pelo Sr. Oficial de JustiÃ§a Ã s fls. 26-v e 27-v dos autos, dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado do autor do fato ou requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 28 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00132826520198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:FABRICIO RAYRAN RODRIGUES DA SILVA VITIMA:S. N. F. S. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Presentes os requisitos legais, impÃµe-se homologar a transaÃ§Ã£o penal acima formalizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceita de forma livre e consciente pelo autor do fato, nos termos do parÃ¡grafo 4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, com CLÃUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme previsto na SÃºmula Vinculante nÂº 35 do STF: Â¿A homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 nÃ£o faz coisa julgada material e, descumpridas suas clÃ¡usulas, retoma-se a situaÃ§Ã£o anterior, possibilitando-se ao MinistÃ©rio PÃºblico a continuidade da persecuÃ§Ã£o penal mediante oferecimento de denÃºncia ou requisiÃ§Ã£o de inquÃ©rito policialÂ¿. Â Â Â Â Â Com efeito, acerca do tema, extrai-se do voto do Min. Rel. Marco AurÃ©lio, proferido nos autos do HC nÂº 79.572/GO, julgado pela 2Âª Turma do STF, em 29/02/2000, que: a) a sentenÃ§a que aplica pena no caso do art. 76 da Lei dos Juizados Especiais Criminais nÃ£o Ã© condenatÃ³ria nem absolutÃ³ria. Ã homologatÃ³ria da transaÃ§Ã£o penal; b) tem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo judicial, como ocorre na esfera civil (art. 584, III, do CPC); c) se o autor do fato nÃ£o cumprir a pena restritiva de direitos, como a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, o efeito Ã© a desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal; d) em consequÃªncia, os autos devem ser remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que requeira a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial ou ofereÃ§a denÃºncia. Â Â Â Â Â Em arremate, naquele mesmo feito, o EgrÃ©gio STF reconheceu que, uma vez descumprido o termo de transaÃ§Ã£o, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o de insubsistÃªncia deste Ãºltimo, retornando-se ao estado anterior, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de vir a requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou propor a aÃ§Ã£o penal, ofertando denÃºncia. Dessa forma, segundo o mesmo Tribunal, na

hipÃ³tese de descumprimento do ajuste, nÃ£o hÃ¡ que se falar em transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade, posto que discreparia da garantia constitucional do devido processo legal (HC 79572 / GO - GOIÃS. HABEAS CORPUS. Relator(a):Â Min. MARCO AURÃLIO Julgamento:Â 29/02/2000. ÃrgÃ£o Julgador: Segunda Turma). Â Â Â Â Â Em outro julgado, para alÃ©m, o STF concluiu que consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. Com efeito, a jurisprudÃªncia daquela Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao Â¿status quo anteÂ¿ em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. DecisÃ£o: A Turma, por votaÃ§Ã£o unÃ¢nime, deferiu o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. (HC 88616 / RJ - RIO DE JANEIRO. Relator(a):Â Min. EROS GRAU. Julgamento:Â 08/08/2006. ÃrgÃ£o Julgador:Â Segunda Turma). Â Â Â Â Â Tem-se, assim, a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de seu descumprimento, o que, no entender deste magistrado, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir ao autor do fato e Ã sociedade uma prestaÃ§Ã£o jurisdicional cÃ©lere e eficaz, sem prejuÃ-zo do risco improvÃ¡vel de descumprimento do acerto, caso em que serÃ¡ retomada a tramitaÃ§Ã£o legal, vedada, entretanto, transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â Â ISTO POSTO, HOMOLOGO a TRANSAÃÃO PENAL consubstanciada no pagamento em favor de instituiÃ§Ã£o de assistÃªncia social sem fins lucrativos no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) dividido em 6 parcelas, com vencimento nas seguintes datas: 28/10/2021, 29/11/2021, 28/12/2021, 28/01/2022, 28/02/2022 e 28/03/2022 mediante depÃ³sito judicial, cujo comprovante deverÃ¡ ser juntado aos autos, com clausula resolutiva expressa de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â ApÃ³s o devido cumprimento da transaÃ§Ã£o penal pelo autor do fato, que o recurso seja destinado a APAE de Altamira, para a construÃ§Ã£o do centro de apoio Ã Â¿CrianÃ§a Maria MadalenaÂ¿, mediante apresentaÃ§Ã£o prÃ©via de projeto social, orÃ§amentos, prestaÃ§Ã£o de contas, dentre outros, conforme ResoluÃ§Ãµes nÂºs 154/2012 e 313/2020 do CNJ e Provimento Conjunto nº 003/2013 - CJRMB/CJCI - TJPA. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o boleto judicial, para o pagamento da transaÃ§Ã£o penal, com o vencimento para os dias 28/10/2021, 29/11/2021, 28/12/2021, 28/01/2022, 28/02/2022 e 28/03/2022. O autor do fato fica ciente de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa novamente gozar do benefÃ-cio no prazo de 05 (cinco) anos, conforme o Â§4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â ApÃ³s o vencimento do prazo determinado e comprovado o pagamento da transaÃ§Ã£o vista dos autos ao Parquet. Â Â Â Â Â No caso de ser constatado pela Sra. Diretora de Secretaria desta Vara o descumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a finalidade especificada no mencionado julgado, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, diante da dispensa do prazo recursal. Sem custas processuais. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 28 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00133042620198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:JULIANA GONCALVES CARVALHO VITIMA:M. J. B. S. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando a ausÃªncia da parte, bem como nÃ£o houve a devoluÃ§Ã£o do mandado de intimaÃ§Ã£o da autora do fato, diligencie, a secretaria, junto ao oficial de JustiÃ§a da Comarca de Vitoria do Xingu-PA. para que recolha e junte aos autos a certidÃ£o de cumprimento do respectivo mandado. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 28 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00135822720198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:POLYANA VERAS PAZ VITIMA:J. H. S. S. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando a manifestaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 28 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00135849420198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:LAURO PEREIRA DA SILVA VITIMA:A. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando a ausÃªncia

justificada do representante do MinistÃ©rio PÃºblico, bem como a inexistÃªncia de proposta de transaÃ§Ã£o penal nos autos, redesigno a presente audiÃªncia para o dia 10 de novembro de 2021, Ã s 14h20min. Encaminhe-se os autos ao Parquet para apresentar a proposta de transaÃ§Ã£o penal. Presentes intimados em audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 28 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00151830520188140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ERIKA NAZARE MONTEIRO DE OLIVEIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 29/09/2021 AUTOR DO FATO:TIAGO SILVA GOMES. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE ALTAMIRA FÃRUM DESEMBARGADOR AMAZONAS PANTOJA JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL-JECRIM ATO ORDINATÃRIO ABERTURA DE VISTAS DOS AUTOS AO MINISTÃRIO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA Ante o que dispÃµe o Artigo 93, inciso XIV, da CF/88, artigo 1Âº da EC nÂº 45/2004, bem como no artigo 162, Â§4Âº, do CPC; visando Ã maior celeridade processual, concernente aos atos processuais de mero expediente sem carÃ¡ter decisÃ³rio, Eu Diretora de Secretaria do JECRIM, ao final subscrito, FAÃO A ABERTURA DE VISTAS DESTES AUTOS COM 35 LAUDAS AO MINISTÃIRO PÃBLICO DA COMARCA DE ALTAMIRA/PA PARA MANIFESTAÃÃO. Â Altamira, 29/09/2021. ÃRIKA NAZARÃ MONTEIRO DE OLIVEIRA SecretÃ¡ria do JECRIM em exercÃ-cio Comarca de Altamira PROCESSO: 00003305420198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 AUTOR DO FATO:NEILIZANGELA DE OLIVEIRA DA SILVA AUTOR DO FATO:WILLIAM FERREIRA DOS SANTOS VITIMA:S. O. C. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que os autores e a vÃ-tima nÃ£o foram intimados, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fls. 47-v, 48-v e 49-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado dos autores do fato ou requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00016841720198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 VITIMA:O. E. AUTOR DO FATO:JULIANO HIGOR SOUZA DOS REIS. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que o autor nÃ£o foi intimado, certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fls. 29-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado dos autores do fato ou requerer o que entender de direito. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00029738220198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 AUTOR DO FATO:ERENILDO DAMIAO DA SILVA VITIMA:L. N. S. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando a ausÃªncia da parte, bem como nÃ£o houve a devoluÃ§Ã£o do mandado de intimaÃ§Ã£o da autora do fato, diligencie, a secretaria, junto ao oficial de JustiÃ§a da Comarca de Brasil Novo-PA. para que recolha e junte aos autos a certidÃ£o de cumprimento do respectivo mandado. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00099006420198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 AUTOR DO FATO:MANOEL JOAQUIM DA SILVA Representante(s): OAB 14772-B - MANOELLA BATALHA DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR DO FATO:MIRACY FERREIRA RIBEIRO VITIMA:A. G. A. O. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Presentes os requisitos legais, impÃµe-se homologar a transaÃ§Ã£o penal acima formalizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceita de forma livre e consciente pelo autor do fato, nos termos do parÃ¡grafo 4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, com CLÃUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme previsto na SÃºmula Vinculante nÂº 35 do STF: Â¿A homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 nÃ£o faz coisa julgada material e, descumpridas suas clÃ¡usulas, retoma-se a situaÃ§Ã£o anterior, possibilitando-se ao MinistÃ©rio PÃºblico a continuidade da persecuÃ§Ã£o penal mediante oferecimento de denÃºncia ou requisiÃ§Ã£o de inquÃ©rito policialÂ¿. Â Â Â Â Â Com efeito, acerca do tema, extrai-se do voto do Min. Rel. Marco AurÃ©lio, proferido nos autos do HC nÂº 79.572/GO, julgado pela 2Âª Turma do STF, em 29/02/2000, que: a) a sentenÃ§a que aplica pena no caso do art. 76 da Lei dos Juizados Especiais Criminais nÃ£o Ã© condenatÃ³ria nem absolutÃ³ria. Ã homologatÃ³ria da transaÃ§Ã£o penal; b) tem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo judicial, como ocorre na esfera civil (art. 584, III, do CPC); c) se o autor do fato nÃ£o cumprir a pena restritiva de direitos, como a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, o efeito Ã© a desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal; d) em consequÃªncia, os

autos devem ser remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que requeira a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial ou ofereÃ§a denÃºncia. Â Â Â Â Â Em arremate, naquele mesmo feito, o EgrÃ©gio STF reconheceu que, uma vez descumprido o termo de transaÃ§Ã£o, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o de insubsistÃªncia deste Ãºltimo, retornando-se ao estado anterior, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de vir a requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou propor a aÃ§Ã£o penal, ofertando denÃºncia. Dessa forma, segundo o mesmo Tribunal, na hipÃ³tese de descumprimento do ajuste, nÃ£o hÃ¡ que se falar em transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade, posto que discreparia da garantia constitucional do devido processo legal (HC 79572 / GO - GOIÃS. HABEAS CORPUS. Relator(a):Â Min. MARCO AURÃLIO Julgamento:Â 29/02/2000. ÃrgÃ£o Julgador: Segunda Turma). Â Â Â Â Â Em outro julgado, para alÃ©m, o STF concluiu que consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. Com efeito, a jurisprudÃªncia daquela Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao Â¿status quo anteÂ¿ em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. DecisÃ£o: A Turma, por votaÃ§Ã£o unÃ¢nime, deferiu o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. (HC 88616 / RJ - RIO DE JANEIRO. Relator(a):Â Min. EROS GRAU. Julgamento:Â 08/08/2006. ÃrgÃ£o Julgador:Â Segunda Turma). Â Â Â Â Â Tem-se, assim, a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de seu descumprimento, o que, no entender deste magistrado, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir ao autor do fato e Ã sociedade uma prestaÃ§Ã£o jurisdicional cÃ©lere e eficaz, sem prejuÃ-zo do risco improvÃ¡vel de descumprimento do acerto, caso em que serÃ¡ retomada a tramitaÃ§Ã£o legal, vedada, entretanto, transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â Â ISTO POSTO, HOMOLOGO a TRANSAÃÃO PENAL consubstanciada no pagamento em favor de instituiÃ§Ã£o de assistÃªncia social sem fins lucrativos no valor de R$ 1.100,00 (um mil e cem) em Ãºnica parcela ao Sr Manoel Joaquim da Silva , com vencimento no 28/10/2021. JÃ¡ o autor Miracy Ferreira Ribeiro, 5 parcelas, com vencimento em 28/10/2021, 29/11/2021, 28/12/2021, 28/01/2022, 28/02/2022 mediante depÃ³sito judicial, cujo comprovante deverÃ¡ ser juntado aos autos, com clausula resolutiva expressa de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â ApÃ³s o devido cumprimento da transaÃ§Ã£o penal pelo autor do fato, que o recurso seja destinado a APAE de Altamira, para a construÃ§Ã£o do centro de apoio Ã Â¿CrianÃ§a Maria MadalenaÂ¿, mediante apresentaÃ§Ã£o prÃ©via de projeto social, orÃ§amentos, prestaÃ§Ã£o de contas, dentre outros, conforme ResoluÃ§Ãµes nÂºs 154/2012 e 313/2020 do CNJ e Provimento Conjunto nÂº 003/2013 - CJRMB/CJCI - TJPA. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o boleto judicial, para o pagamento da transaÃ§Ã£o penal, com o vencimento para os dias 28/10/2021, 29/11/2021, 28/12/2021, 28/01/2022, 28/02/2022. O autor do fato fica ciente de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa novamente gozar do benefÃ-cio no prazo de 05 (cinco) anos, conforme o Â§4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â ApÃ³s o vencimento do prazo determinado e comprovado o pagamento da transaÃ§Ã£o vista dos autos ao Parquet. Â Â Â Â Â No caso de ser constatado pela Sra. Diretora de Secretaria desta Vara o descumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a finalidade especificada no mencionado julgado, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, diante da dispensa do prazo recursal. Sem custas processuais. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00107571320198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 AUTOR DO FATO:FRANCISCO ANDRE DE SOUZA NETO VITIMA:O. E. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Presentes os requisitos legais, impÃµe-se homologar a transaÃ§Ã£o penal acima formalizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceita de forma livre e consciente pelo autor do fato, nos termos do parÃ¡grafo 4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, com CLÃUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme previsto na SÃºmula Vinculante nÂº 35 do STF: Â¿A homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 nÃ£o faz coisa julgada material e, descumpridas suas clÃ¡usulas, retoma-se a situaÃ§Ã£o anterior, possibilitando-se ao MinistÃ©rio PÃºblico

a continuidade da persecuÃ§Ã£o penal mediante oferecimento de denÃºncia ou requisiÃ§Ã£o de inquÃ©rito policialÂ¿. Â Â Â Â Â Com efeito, acerca do tema, extrai-se do voto do Min. Rel. Marco AurÃ©lio, proferido nos autos do HC nÂº 79.572/GO, julgado pela 2Âª Turma do STF, em 29/02/2000, que: a) a sentenÃ§a que aplica pena no caso do art. 76 da Lei dos Juizados Especiais Criminais nÃ£o Ã© condenatÃ³ria nem absolutÃ³ria. Ã homologatÃ³ria da transaÃ§Ã£o penal; b) tem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo judicial, como ocorre na esfera civil (art. 584, III, do CPC); c) se o autor do fato nÃ£o cumprir a pena restritiva de direitos, como a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, o efeito Ã© a desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal; d) em consequÃªncia, os autos devem ser remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que requeira a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial ou ofereÃ§a denÃºncia. Â Â Â Â Â Em arremate, naquele mesmo feito, o EgrÃ©gio STF reconheceu que, uma vez descumprido o termo de transaÃ§Ã£o, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o de insubsistÃªncia deste Ãºltimo, retornando-se ao estado anterior, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de vir a requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou propor a aÃ§Ã£o penal, ofertando denÃºncia. Dessa forma, segundo o mesmo Tribunal, na hipÃ³tese de descumprimento do ajuste, nÃ£o hÃ¡ que se falar em transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade, posto que discreparia da garantia constitucional do devido processo legal (HC 79572 / GO - GOIÃS. HABEAS CORPUS. Relator(a):Â Min. MARCO AURÃLIO Julgamento:Â 29/02/2000. ÃrgÃ£o Julgador: Segunda Turma). Â Â Â Â Â Em outro julgado, para alÃ©m, o STF concluiu que consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. Com efeito, a jurisprudÃªncia daquela Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao Â¿status quo anteÂ¿ em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. DecisÃ£o: A Turma, por votaÃ§Ã£o unÃ¢nime, deferiu o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. (HC 88616 / RJ - RIO DE JANEIRO. Relator(a):Â Min. EROS GRAU. Julgamento:Â 08/08/2006. ÃrgÃ£o Julgador:Â Segunda Turma). Â Â Â Â Â Tem-se, assim, a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de seu descumprimento, o que, no entender deste magistrado, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir ao autor do fato e Ã sociedade uma prestaÃ§Ã£o jurisdicional cÃ©lere e eficaz, sem prejuÃ-zo do risco improvÃ¡vel de descumprimento do acerto, caso em que serÃ¡ retomada a tramitaÃ§Ã£o legal, vedada, entretanto, transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â Â ISTO POSTO, HOMOLOGO a TRANSAÃÃO PENAL consubstanciada no pagamento em favor de instituiÃ§Ã£o de assistÃªncia social sem fins lucrativos no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) dividido em 5 parcelas, com vencimento nas seguintes datas: 28/10/2021, 29/11/2021, 28/12/2021, 28/01/2022, 28/02/2022, mediante depÃ³sito judicial, cujo comprovante deverÃ¡ ser juntado aos autos, com clausula resolutiva expressa de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â ApÃ³s o devido cumprimento da transaÃ§Ã£o penal pelo autor do fato, que o recurso seja destinado a APAE de Altamira, para a construÃ§Ã£o do centro de apoio Ã Â¿CrianÃ§a Maria MadalenaÂ¿, mediante apresentaÃ§Ã£o prÃ©via de projeto social, orÃ§amentos, prestaÃ§Ã£o de contas, dentre outros, conforme ResoluÃ§Ãµes nÂºs 154/2012 e 313/2020 do CNJ e Provimento Conjunto nÂº 003/2013 - CJRMB/CJCI - TJPA. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o boleto judicial, para o pagamento da transaÃ§Ã£o penal, com o vencimento para os dias 28/10/2021, 29/11/2021, 28/12/2021, 28/01/2022, 28/02/2022. O autor do fato fica ciente de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa novamente gozar do benefÃ-cio no prazo de 05 (cinco) anos, conforme o Â§4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â ApÃ³s o vencimento do prazo determinado e comprovado o pagamento da transaÃ§Ã£o vista dos autos ao Parquet. Â Â Â Â Â No caso de ser constatado pela Sra. Diretora de Secretaria desta Vara o descumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a finalidade especificada no mencionado julgado, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, diante da dispensa do prazo recursal. Sem custas processuais. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00116587820198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 AUTOR/VITIMA:ANTONIO CURUAIA AUTOR/VITIMA:MIGUEL RODRIGUES NETO. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â A MM. JuÃ-za proferiu a seguinte decisÃ£o: Â¿homologo

por sentenÃ§a o presente acordo, nos termos acima transcritos, tudo com fulcro no art. 74, da Lei n. Âº 9.099/95, considerando, assim, haver renÃºncia expressa ao direito de representaÃ§Ã£o, razÃ£o por que, determino o arquivamento dos autos, quanto aos autores do fatoÂ¿. CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito P R O C E S S O : 0 0 1 2 5 7 8 5 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 AUTOR DO FATO:ERILANDIA DE CARVALHO COSTA AUTOR DO FATO:WELLINGTON NASCIMENTO DE SOUZA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que as partes nÃ£o foram intimadas, conforme fls. 26 e 35-v dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado dos autores do fato ou requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00132973420198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 AUTOR DO FATO:WALDIMIR PEREIRA RODRIGUES VITIMA:F. S. A. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que o autor nÃ£o foi intimado, certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fls. 31 dos autos, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias, devendo, na oportunidade, apresentar endereÃ§o atualizado dos autores do fato ou requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito P R O C E S S O : 0 0 1 3 5 8 6 6 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 AUTOR DO FATO:JOSE DE SOUSA MATOS VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Considerando que o autor do fato nÃ£o aceitou a proposta de transaÃ§Ã£o penal, abra-se vista ao Parquet para manifestaÃ§Ã£o no prazo de 10 (dez) dias. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00141894020198140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES A??o: Termo Circunstanciado em: 30/09/2021 AUTOR DO FATO:YGOR DA SILVA LIMA VITIMA:A. C. O. E. . SENTENÃA Â Â Â Â Â Dispensado o relatÃ³rio, nos termos do art. 81, Â§ 3Âº da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â Presentes os requisitos legais, impÃµe-se homologar a transaÃ§Ã£o penal acima formalizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico e aceita de forma livre e consciente pelo autor do fato, nos termos do parÃ¡grafo 4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95, para que produza seus jurÃ-dicos e legais efeitos, com CLÃUSULA RESOLUTIVA EXPRESSA de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, conforme previsto na SÃºmula Vinculante nÂº 35 do STF: Â¿A homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 nÃ£o faz coisa julgada material e, descumpridas suas clÃ¡usulas, retoma-se a situaÃ§Ã£o anterior, possibilitando-se ao MinistÃ©rio PÃºblico a continuidade da persecuÃ§Ã£o penal mediante oferecimento de denÃºncia ou requisiÃ§Ã£o de inquÃ©rito policialÂ¿. Â Â Â Â Â Com efeito, acerca do tema, extrai-se do voto do Min. Rel. Marco AurÃ©lio, proferido nos autos do HC nÂº 79.572/GO, julgado pela 2Âª Turma do STF, em 29/02/2000, que: a) a sentenÃ§a que aplica pena no caso do art. 76 da Lei dos Juizados Especiais Criminais nÃ£o Ã© condenatÃ³ria nem absolutÃ³ria. Ã homologatÃ³ria da transaÃ§Ã£o penal; b) tem eficÃ¡cia de tÃ-tulo executivo judicial, como ocorre na esfera civil (art. 584, III, do CPC); c) se o autor do fato nÃ£o cumprir a pena restritiva de direitos, como a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, o efeito Ã© a desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal; d) em consequÃªncia, os autos devem ser remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico para que requeira a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito policial ou ofereÃ§a denÃºncia. Â Â Â Â Â Em arremate, naquele mesmo feito, o EgrÃ©gio STF reconheceu que, uma vez descumprido o termo de transaÃ§Ã£o, impÃµe-se a declaraÃ§Ã£o de insubsistÃªncia deste Ãºltimo, retornando-se ao estado anterior, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de vir a requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou propor a aÃ§Ã£o penal, ofertando denÃºncia. Dessa forma, segundo o mesmo Tribunal, na hipÃ³tese de descumprimento do ajuste, nÃ£o hÃ¡ que se falar em transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade, posto que discreparia da garantia constitucional do devido processo legal (HC 79572 / GO - GOIÃS. HABEAS CORPUS. Relator(a):Â Min. MARCO AURÃLIO Julgamento:Â 29/02/2000. ÃrgÃ£o Julgador: Segunda Turma). Â Â Â Â Â Em outro julgado, para alÃ©m, o STF concluiu que consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. Com efeito, a jurisprudÃªncia daquela Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao Â¿status quo anteÂ¿ em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. DecisÃ£o:

A Turma, por votaÃ§Ã£o unÃ¢nime, deferiu o pedido de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. (HC 88616 / RJ - RIO DE JANEIRO. Relator(a):Â Min. EROS GRAU. Julgamento:Â 08/08/2006. ÃrgÃ£o Julgador:Â Segunda Turma). Â Â Â Â Â Tem-se, assim, a possibilidade de desconstituiÃ§Ã£o do acordo penal no caso de seu descumprimento, o que, no entender deste magistrado, constitui a melhor posiÃ§Ã£o a fim de garantir ao autor do fato e Ã sociedade uma prestaÃ§Ã£o jurisdicional cÃ©lere e eficaz, sem prejuÃ-zo do risco improvÃ¡vel de descumprimento do acerto, caso em que serÃ¡ retomada a tramitaÃ§Ã£o legal, vedada, entretanto, transformaÃ§Ã£o automÃ¡tica da pena restritiva de direitos, decorrente de transaÃ§Ã£o, em privativa do exercÃ-cio da liberdade. Por outro lado, o cumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o ensejarÃ¡ o efeito de extinguir de imediato a punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â Â ISTO POSTO, HOMOLOGO a TRANSAÃÃO PENAL consubstanciada no pagamento em favor de instituiÃ§Ã£o de assistÃªncia social sem fins lucrativos no valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) dividido em 6 parcelas, com vencimento nas seguintes datas: 28/10/2021, 29/11/2021, 28/12/2021, 28/01/2022, 28/02/2022, mediante depÃ³sito judicial, cujo comprovante deverÃ¡ ser juntado aos autos, com clausula resolutiva expressa de que o descumprimento da referida obrigaÃ§Ã£o importarÃ¡ no prosseguimento do feito, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â ApÃ³s o devido cumprimento da transaÃ§Ã£o penal pelo autor do fato, que o recurso seja destinado a APAE de Altamira, para a construÃ§Ã£o do centro de apoio Ã Â¿CrianÃ§a Maria MadalenaÂ¿, mediante apresentaÃ§Ã£o prÃ©via de projeto social, orÃ§amentos, prestaÃ§Ã£o de contas, dentre outros, conforme ResoluÃ§Ãµes nÂºs 154/2012 e 313/2020 do CNJ e Provimento Conjunto nÂº 003/2013 - CJRMB/CJCI - TJPA. Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o boleto judicial, para o pagamento da transaÃ§Ã£o penal, com o vencimento para os dias 28/10/2021, 29/11/2021, 28/12/2021, 28/01/2022, 28/02/202. O autor do fato fica ciente de que a aplicaÃ§Ã£o da referida pena nÃ£o importarÃ¡ em reincidÃªncia, sendo registrada apenas para impedir que possa novamente gozar do benefÃ-cio no prazo de 05 (cinco) anos, conforme o Â§4Âº do artigo 76 da Lei nÂº 9.099/95. Â Â Â Â Â ApÃ³s o vencimento do prazo determinado e comprovado o pagamento da transaÃ§Ã£o vista dos autos ao Parquet. Â Â Â Â Â No caso de ser constatado pela Sra. Diretora de Secretaria desta Vara o descumprimento da transaÃ§Ã£o em questÃ£o, deverÃ¡ efetuar as providÃªncias devidas para o desarquivamento destes autos e posterior encaminhamento ao MinistÃ©rio PÃºblico para a finalidade especificada no mencionado julgado, nos termos da SÃºmula Vinculante nÂº 35/STF. Â Â Â Â Â Â Feitas as necessÃ¡rias anotaÃ§Ãµes e comunicaÃ§Ãµes, arquivem-se, diante da dispensa do prazo recursal. Sem custas processuais. ApÃ³s, venham os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Altamira-PA, 29 de setembro de 2021 Luanna Karissa AraÃºjo Lopes JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00016691420208140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial em: INDICIADO: L. V. S. VITIMA: B. S. B. F.

COMARCA DE CASTANHAL

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL

Processo n. 0002857-76.2008.8.14.0015

Embargado: BANCO DA AMAZONIA SA

Advogado: ANDRÉ ALBERTO SOUZA SOARES - OAB/PA 7865

Embargante: EMERSON FRANCISCO MARTINS PANTOJA

Advogado: MÁRIO AMÉRICO BARROS - OAB/PA 9.765

DESPACHO

1. Como o(a) credor(a) requer o cumprimento de sentença, intime-se a parte devedora para pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze dias), conforme demonstrativo apresentado pelo(a) credor(a), sob pena de aplicação da multa do art. 523, § 1º, do CPC, e de penhora e avaliação.

2. Não havendo pagamento, diga o credor, se já não o fez, se há interesse na expedição de mandado de penhora e avaliação (CPC, 523, § 3º), juntando aos autos cálculo atualizado do valor do débito.

3. Apresentado o cálculo, expeça-se mandado de penhora e avaliação (CPC, art. 523, § 3º), ressaltando que a avaliação deverá ser realizada pelo próprio Oficial de Justiça, salvo se depender de conhecimentos especializados (CPC, art. 870, caput e parágrafo único).

4. Realizada a penhora e avaliação, intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, quando poderá oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze dias.

P.R.I.C.

Castanhal, 25 de março de 2021.

CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES

Juíza Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

Serve este como Mandado de Citação/Intimação, na forma da Portaria n. 002/2009 deste Juízo, podendo a autenticidade ser verificada no site www.tjpa.jus.br (Consulta 1º Grau ¿ Comarca de Castanhal pelo número do processo acima).

Processo nº 0001098-86.2015.8.14.0015.

Requerente: IRANILDE SILVA DE MORAES

Requerido: HOSPITAL FRANCISCO MAGALHÃES LTDA

Advogado: Marcelo Pereira da Silva - OAB/PA nº 9.739

Adriana Luna Cardoso - OAB/PA nº 18.079

Requerido: WAGNER JOSEFA DE QUEIROZ MOURA

Advogado: Arthur Cruz Nobre - OAB/PA nº 17.387

Roberto Tamer Xerfan Junior - OAB/PA nº 9.117

Raul Yussef Cruz Fraiha - OAB/PA nº 19.047

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais ajuizada por IRANILDE SILVA DE MORAES contra o HOSPITAL FRANCISCO MAGALH¿ES LTDA. e WANER JOSEFA DE QUEIROZ MOURA, na qual alega, em síntese, que no dia 15/10/2014 recebeu da primeira ré um laudo para solicitação de autorização de internação de sua filha, com a finalidade de realização de uma cirurgia, que foram devidamente autorizadas pelo SUS.

Diz que no dia 27/10/2014, data marcada para a realização da referida cirurgia, a segunda ré informou à autora que não realizaria o procedimento porque o Governo não havia repassado a verba respectiva. Afirma que como a saúde e a vida de sua filha estavam em risco, procurou a Secretaria do Hospital Francisco Magalhães LTDA. e se prontificou a pagar a cirurgia, a fim de que fosse realizada de forma particular, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

Por fim, aduz que a segunda ré, ao tomar conhecimento do pagamento, imediatamente disponibilizou-se a realizar a cirurgia, mas antes rasgou o laudo de solicitação de autorização.

Diante dessa narrativa, a autora requereu a condenação dos réus pelos danos materiais, consistentes no dobro do valor pago pela cirurgia, e pelos danos morais que alegada ter sofrido.

Juntou aos autos os documentos de fls. 08-15.

Despacho inicial à fl. 17.

Citados, os réus HOSPITAL FRANCISCO MAGALH¿ES LTDA. e WANER JOSEFA DE QUEIROZ MOURA apresentaram suas contestações respectivamente às fls. 20-31, acompanhada dos documentos de fls. 32-50, e fls. 51-64, na qual alegam, em síntese, não ter havido negativa de atendimento da maneira como colocada pela autora na petição inicial, uma vez que este se deu de acordo com o Convênio realizado entre a primeira ré e a Prefeitura Municipal de Castanhal, que na época havia deixado de repassar os recursos acordados e necessários ao atendimento de procedimentos pelo SUS, razão pela qual, em razão de a primeira ré tratar-se de instituição particular, os procedimentos eletivos relacionados ao SUS foram suspensos com aviso prévio a partir do início do ano de 2015, até a regularização dos repasses, sendo mantidos os atendimentos de urgência e emergência.

Dizem que por ocasião dos fatos narrados na peça exordial, foi apenas informado à autora que a cirurgia da sua filha, que não era de urgência, nem de emergência, nem colocava de qualquer forma a sua saúde

e/ou a sua vida em risco, precisaria ser remarcada devido ao esgotamento das cotas mensais de atendimento para procedimentos eletivos, razão pela qual a autora optou por realizar a cirurgia mediante pagamento particular. Teceram ainda comentários acerca dos danos morais e sua quantificação, bem como de sua natureza jurídica, razão pela qual pugnaram pela improcedência dos pedidos autorais.

Réplica juntada às fls. 67-72.

Audiência de tentativa de conciliação infrutífera realizada à fl. 80.

Instadas as partes quanto à produção de provas, a autora requereu o julgamento antecipado da lide (fls. 87-88), enquanto as rés permaneceram inertes (fl. 91).

Foi proferida decisão saneadora à fl. 92.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Fundamento e decido.

Em que pese inicialmente a autora ter requerido junto à primeira ré atendimento pelo Convênio do SUS com a Prefeitura Municipal de Castanhal, a relação tratada nos autos é nitidamente de consumo, já que a demandante optou posteriormente por realizar o atendimento médico de forma particular, enquadrando-se tanto a autora no conceito de consumidor, quanto a primeira ré no conceito de fornecedor, segundo os arts. 2º e 3º, do Código de Defesa do Consumidor.

Assim, devem ser aplicadas ao caso todas as regras consumeristas, inclusive no tocante à inversão do ônus da prova, se cabível. Isto porque a inversão não é automática, decorrendo principalmente da verossimilhança das alegações que propriamente da hipossuficiência da parte.

No mais, trata a questão de responsabilidade civil decorrente do art. 14, do Código de Defesa do Consumidor, in verbis:

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1° O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo de seu fornecimento;

II - o resultado E os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - Que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.

§ 4° A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Por outro lado, tanto a doutrina quanto a jurisprudência já haviam definido os elementos para a caracterização da responsabilidade civil, os quais podem ser extraídos do conceito legal acima citado e expressos da seguinte forma: (i) a existência de conduta humana voluntária por ação ou por omissão; (ii) a existência de um dano patrimonial ou extrapatrimonial; e (iii) nexo de causalidade.

Além disso, via de regra, também se exige a culpa lato sensu, excetuando-se apenas os casos expressos pela legislação que configuram a responsabilidade objetiva. Na realidade, a figura da culpa deve ser entendida como fazendo parte da conduta perpetrada, ainda que se analise esta separadamente.

No caso de relação de consumo, consoante dispõe expressamente o art. 14, do CDC, a responsabilidade é objetiva, pois ¿independe da existência de culpa¿, fazendo parte exatamente da exceção legal.

Neste sentido, analisando-se pormenorizadamente cada um, temos que a conduta voluntária é o primeiro dos elementos e, nos dizeres de Rui Stoco (in Tratado de Responsabilidade Civil, 6ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2004, pág. 131):

¿O elemento primário de todo ilícito é uma conduta humana e voluntária no mundo exterior.

Esse ilícito, como atentado a um bem juridicamente protegido, interessa à ordem normativa do Direito justamente porque produz um dano. Não há responsabilidade sem um resultado danoso.

Mas a lesão a bem jurídico cuja existência se verificará no plano normativo da culpa, está condicionada à existência, no plano naturalístico da conduta, de uma ação ou omissão que constitui a base do resultado lesivo.

Não há responsabilidade civil sem determinado comportamento humano contrário à ordem jurídica.

A ação e a omissão constituem, por isso mesmo, tal como no crime, o primeiro momento da responsabilidade civil.

Parafraseando o grande Frederico Marques, a conduta humana relevante para essa responsabilização apresenta-se como ¿ação¿ ou como ¿omissão¿. Viola-se a norma jurídica, ou através de um facere (ação), ou de um non facere (omissão). ¿Uma e outra conduta se situam no campo naturalístico do comportamento humano, isto é, no mundo exterior, por serem um 'trecho da realidade' que o Direito submete, ulteriormente, a juízo de valor, no campo normativo¿ (José Frederico Marques. Tratado de Direito Penal. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1955, v. 2, p. 40-41).

Só à pessoa pode-se imputar uma ação ilícita.

Na conduta dessas pessoas só adquire relevância jurídica a ação ou omissão voluntária, como expresso no artigo 186 do Código Civil.

Mas tal afirmação comporta esclarecimento.

A voluntariedade da conduta não se confunde com a projeção da vontade sobre o resultado, isto é, o querer intencional de produzir o resultado; de assumir o risco de produzi-lo; de não querê-lo mas, ainda assim, atuar com afoiteza, com indolência ou com incapacidade manifesta. O querer intencional é matéria atinente à culpabilidade lato sensu.

...

Em resumo, os atos que passam de um centro sensório a um centro motor, produzindo o movimento sem transitarem pela zona da consciência não alcançam a dignidade de ação.

A omissão é um non facere relevante para o Direito, desde que atinja a um bem juridicamente tutelado.

Não precisa lição de Frederico Marques, a ¿omissão é uma abstração, um conceito de linhagem puramente normativa, sem base naturalística. Ela aparece, assim, no fluxo causal que liga a conduta ao evento, porque o imperativo jurídico determina um facere para evitar a ocorrência do resultado e interromper a cadeia de causalidade natural, e aquele que deveria praticar o ato exigido, pelos mandamentos da ordem jurídica, permanece inerte ou pratica ação diversa da que lhe é imposta¿ (op. cit., p. 49-50).

A omissão é uma conduta negativa. Surge porque alguém não realizou determinada ação. A sua essência está propriamente em não se ter agido de determinada forma. ¿

O segundo elemento, por sua vez, é o dano, considerado como sendo o prejuízo sofrido pela vítima do ato ilícito extracontratual. Sobre isto:

¿A doutrina é unânime em afirmar, como não poderia deixar de ser, que não há responsabilidade sem prejuízo.

O prejuízo causado pelo agente é o ¿dano¿.

O dano é, pois, elemento essencial e indispensável à responsabilização do agente, seja essa obrigação originada de ato lícito, nas hipóteses expressamente previstas; de ato ilícito, ou de inadimplemento contratual, independente, ainda, de se tratar de responsabilidade objetiva ou subjetiva.

...

Ao contrário do que ocorre no Direito Penal, que nem sempre exige um resultado danoso para estabelecer a punibilidade do agente, no âmbito civil é a extensão ou o quantum do dano que dá a dimensão da indenização.

Aliás, como anteriormente enfatizado, de forma até redundante, o art. 944 do atual Código Civil preceitua que ¿a indenização mede-se pela extensão do dano¿.

Do que se infere que, não havendo dano, não há indenização, como ressuma óbvio, pois o dano é pressuposto da obrigação de indenizar. ¿ (Stoco, Rui; ob. cit., pág. 129)

Este pode ser de natureza patrimonial ou extrapatrimonial, sendo o primeiro também chamado de dano material, enquanto este último também é chamado de dano moral.

Os danos materiais, por suas vezes, traduzem-se em lucros cessantes e danos emergentes (art. 402, do Código Civil).

Já os danos morais não são de mensuração direta, correspondendo a uma ofensa a bens e valores de ordem interna ou anímica, como a honra, a imagem, o bom nome, a intimidade, a privacidade, entre outros. São atinentes a todos os atributos da personalidade.

Devido ao grande número de ações judiciais envolvendo pedidos de danos morais, algumas considerações sobre este são necessárias, sendo relevante citar Silvio de Salvo Venosa (in ¿Direito Civil: Responsabilidade Civil¿, 3ª Edição, Editora Atlas SA, São Paulo, 2003, Coleção de Direito Civil, volume 4):

¿Muitas foram as críticas dos que, no passado, opunham-se à indenização dos danos morais. Dizia-se que havia falta de permanência em seus efeitos, dificuldade de identificação da vítima, dificuldade de avaliação do prejuízo e poder ilimitado do juiz nessa avaliação.

Atualmente, as objeções encontram-se superadas: a dificuldade de avaliação, em qualquer situação, não pode ser obstáculo à indenização. Não há necessidade de que o dano seja permanente para que seja indenizável. Como vimos, a discricionariedade do juiz é de todo o Poder Judiciário e da sociedade. A dificuldade de identificar a vítima é matéria somente probatória.

Quanto à indenização, aponta Silvio Rodrigues (2000:191): ¿O dinheiro provocará na vítima uma sensação de prazer, de desafogo, que visa compensar a dor, provocada pelo ato ilícito. Isso ainda é mais verdadeiro quando se tem em conta que esse dinheiro, provindo do agente causador do dano, que dele fica privado, incentiva aquele sentimento de vingança que, quer se queira, quer não, ainda remanesce no coração dos homens. ¿

De qualquer modo, é evidente que nunca atingiremos a perfeita equivalência entre a lesão e a indenização, por mais apurada e justa que seja a avaliação do magistrado, não importando também que existam ou não artigos de lei apontando parâmetros. Em cada caso, deve ser aferido o conceito de razoabilidade. Sempre que possível, o critério do juiz para estabelecer o quantum debeatur deverá basear-se em critérios objetivos, evitando valores aleatórios. A criação de parâmetros jurisprudenciais já vem sendo admitida no país, exercendo a jurisprudência, neste campo, importante papel de fonte formal do direito¿.

Auxiliando na fixação destes critérios para quantificação do dano moral, Carlos Roberto Gonçalves (in ¿Responsabilidade Civil¿, 7ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva, 2002, pág. 577) explicita que:

¿Pode-se afirmar que os principais fatores a serem considerados são: a) a condição social, educacional, profissional e econômica do lesado; b) a intensidade de seu sofrimento; c) a situação econômica do ofensor e os benefícios que obteve com o ilícito; d) a intensidade do dolo ou o grau de culpa; e) a gravidade e a repercussão da ofensa; e f) as peculiaridades e circunstâncias que envolveram o caso, atentando-se para o caráter antissocial da conduta lesiva¿.

O autor apenas faz algumas ressalvas (ob. cit., pág. 572) quanto a culpa concorrente do lesado, a qual ¿constitui fator de atenuação da responsabilidade do ofensor.¿ No mesmo sentido, apesar de, na grande maioria dos casos, o lesante haver obtido proveito, ¿a ausência de eventual vantagem, porém, não o isenta da obrigação de reparar o dano causado ao ofendido. ¿

Faz ainda referência às pessoas de cunho público e/ou notório, citando que:

¿Aduza-se que notoriedade e fama deste constituem fator relevante na determinação da reparação, em razão da maior repercussão do dano moral, influindo na exacerbação do quantum da condenação¿.

Por fim, o terceiro elemento é o nexo de causalidade configurado como o liame lógico-jurídico existente entre a conduta e o dano. Como explicita Sérgio Cavalieri Filho (apud Stoco, Rui; ¿Tratado de Responsabilidade Civil¿, 6ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2004, pág. 145):

¿O conceito de nexo causal não é jurídico; decorre das leis naturais, constituindo apenas o vínculo, a ligação ou relação de causa e efeito entre a conduta e o resultado (Programa de responsabilidade civil. São Paulo: Malheiros Editores, 1996, p.48).¿

No mesmo esteio de pensamento, leciona Silvio de Salvo Venosa (in ¿Direito Civil: Responsabilidade Civil¿, 3ª Edição, Editora Atlas SA, São Paulo, 2003, Coleção de Direito Civil, volume 4) que:

¿O conceito de nexo causal, nexo etiológico ou relação de causalidade deriva das leis naturais. É o liame que une a conduta do agente ao dano. É por meio do exame da relação causal que concluímos quem foi o causador do dano. Trata-se de elemento indispensável. A responsabilidade objetiva dispensa a culpa, mas nunca dispensará o nexo causal. Se a vítima, que experimentou um dano, não identificar o nexo causal que leva o ato danoso ao responsável, não há como ser ressarcida. ¿

Este nexo etiológico entre a conduta e o dano pode não se caracterizar em algumas situações específicas que, com o decorrer do tempo, foi sendo classificada pela doutrina e pela jurisprudência como excludentes da responsabilidade civil.

Na realidade, fazem parte da análise do nexo causal, pois representam um rompimento deste liame lógico-jurídico. São excludentes da responsabilidade, então, (i) caso fortuito, (ii) força maior, (iii) culpa exclusiva da vítima e, em determinados casos, (iv) fato de terceiro.

Neste sentido, Rui Stoco (ob. cit., pág. 147) expõe que:

¿Quando o sujeito passivo da relação processual afirma que o fato se deu em razão de caso fortuito, força maior, culpa exclusiva da vítima, ou até mesmo por fato de terceiro, em verdade está buscando demonstrar a inexistência de nexo de causa e efeito entre ele e o resultado, pois 'é possível que alguém se envolva em determinado evento sem que lhe tenha dado causa' (cf. Sérgio Cavalieri Filho, ob. Cit., pág. 43), hipótese em que não se lhe poderá exigir a obrigação de reparar o dano. ¿

Saliente-se apenas que, quanto a tais excludentes, não há mais grandes celeumas na doutrina e na jurisprudência quanto à sua caracterização e aplicação, excetuando-se o fato de terceiro.

Este se caracteriza por ser uma espécie de rompimento do nexo causal decorrente de fato jurígeno relacionado a terceiro. Quando a este terceiro é imputada e provada a origem do ato ilícito, não surgem problemas. Porém, quando existe, ainda que em pequena monta, participação das partes vítima e suposto causador, a constatação e quantificação da responsabilidade de cada qual é trabalho tormentoso.

Vê-se que o conceito legal prevê apenas a ocorrência das excludentes de culpa exclusiva da vítima ou fato de terceiro (culpa exclusiva de terceiro), restando dúvidas quanto às excludentes de força maior e caso fortuito, citando alguns a referência à teoria do risco integral mitigada. Porém, via de regra, admite-se apenas estas excludentes.

Portanto, a obrigação de indenizar surge apenas quando estão presentes todos os elementos acima mencionados no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor, além de estarem ausentes as excludentes de responsabilidade pelo rompimento do vínculo acima citadas.

Porém, no caso de hospitais, a princípio, exatamente pela aplicação do citado § 4º, do art. 14, do Código de Defesa do Consumidor, há que se verificar a existência de culpa dos prepostos, consoante pacífica jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça:

RESPONSABILIDADE CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. DEMONSTRAÇ¿O NOS AUTOS. FIBROPLASIA RETROENTICULAR, QUE OCASIONOU PERDA DA VIS¿O AO PACIENTE. RESPONSABILIDADE CIVIL DO HOSPITAL E DO MÉDICO POR ALEGADO ERRO CULPÁVEL. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇ¿O DA CULPA DO PROFISSIONAL DA MEDICINA E DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O DANO E O ATO COMISSIVO OU OMISSIVO. REEXAME DE PROVAS, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. 1. Não procede a alegação de que o recurso especial foi interposto a destempo, pois o acórdão dos embargos de declaração foi publicado em 2 de março de 2007 e o recurso especial, segundo afirmado, interposto no dia 19 de março de 2007. A certidão de fl. 789 esclarece que o acórdão dos embargos de declaração, de fato, foi publicado na data afirmada - sexta-feira. Todavia, como houve publicação no Diário de Justiça eletrônico, considera-se o primeiro dia útil seguinte como data da efetiva publicação. Com efeito, deve ser considerado como data de publicação o dia 5 de março de 2007 (segunda-feira), considerando-se, portanto, como o termo ad quem do prazo recursal, o dia 20 de março de 2007. 2. A obrigação do médico, em regra, é de meio, isto é, o profissional da saúde assume a obrigação de prestar os seus serviços atuando em conformidade com o estágio de desenvolvimento de sua ciência, com diligência, prudência e técnicas necessárias, utilizando os recursos de que dispõe - elementos que devem ser analisados, para aferição da culpa, à luz do momento da ação ou omissão tida por danosa, e não do presente-, de modo a proporcionar ao paciente todos os cuidados e aconselhamentos essenciais à obtenção do resultado almejado. 3. Portanto, como se trata de obrigação de meio, o resultado final insatisfatório alcançado não

configura, por si só, o inadimplemento contratual, pois a finalidade do contrato é a atividade profissional médica, prestada com prudência, técnica e diligência necessárias, devendo, para que exsurja obrigação de indenizar, ser demonstrada a ocorrência de ato, comissivo ou omissivo, caracterizado por erro culpável do médico, assim como do nexo de causalidade entre o dano experimentado pelo paciente e o ato tido por causador do dano. 4. "O reconhecimento da responsabilidade solidária do hospital não transforma a obrigação de meio do médico, em obrigação de resultado, pois a responsabilidade do hospital somente se configura quando comprovada a culpa do médico, conforme a teoria de responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais abrigada pelo Código de Defesa do Consumidor". (REsp 1.216.424/MT, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 09/08/2011, DJe 19/08/2011) 5. No caso, a Corte local apurou que a oxigeno terapia era tratamento premente e essencial à preservação da vida do autor e que "não há como estabelecer como único vínculo para a retinopatia de prematuridade a utilização da oxigeno terapia, pois além deste fator, no presente caso, a apelante também nasceu com insuficiência respiratória grave, sendo imprescindível naquele momento afastar o risco de morte" e o acórdão impugnado, com base em laudo pericial, consignou que "o oxigênio somente não é suficiente nem necessário para desencadear retinopatia da prematuridade, e o nível seguro de oxigênio ainda não foi determinado" pela Ciência, de modo que só se concebe a revisão da decisão por meio do reexame provas, obstado pela Súmula 7/STJ. 6. Recurso especial não provido. (REsp 992.821/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOM¿O, QUARTA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 27/08/2012)

Não é, porém, o caso dos autos, regendo-se a responsabilidade da primeira ré pela teoria da responsabilidade objetiva, uma vez que a alegação inicial não está relacionada a erro de profissional médico enquanto atuando como tal, ou seja, não tratam os autos de verificação da ocorrência erro médico propriamente dito, não havendo que se perquirir, portanto, a responsabilidade do profissional liberal para a caracterização da responsabilidade do hospital. De fato, no caso sob julgamento, em que pese a cirurgia da filha da autora ter sido realizada mediante pagamento, as rés demonstraram cabalmente que sua negativa inicial foi realizada de acordo com o Convênio entre a instituição particular e a Prefeitura Municipal de Castanhal para atendimento de procedimentos eletivos pelo SUS, mostrando-se plausível as suas alegações de que os atendimentos eletivos estavam sendo remarcados na época por esgotamento das cotas mensais, mantendo-se os atendimentos de urgência e de emergência sem a apresentação da guia do plano de saúde. Portanto, houve justificativa plausível para a negativa do atendimento através do Convênio do SUS, nem demonstrou a autora que sofreu danos de ordem moral em razão desse fato, razão pela qual o pedido indenizatório em face das rés deve ser julgado improcedente.

Óbvio que o ocorrido, em que pese referir-se a uma situação de saúde da filha da autora, trata-se um mero aborrecimento cotidiano, também não demonstrando a demandante que foi obrigada a pagar qualquer valor, restando clara a prestação regular do serviço da primeira ré, e, portanto, descaracterizada a hipótese de indenização por danos morais.

Ressalte-se, por fim, que não há que se falar em danos materiais consistentes no dobro do valor pago pela cirurgia, já que o serviço foi regularmente prestado, não podendo falar-se em pagamento indevido, razão pela qual os danos materiais também são improcedentes.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por IRANILDE SILVA DE MORAES contra o HOSPITAL FRANCISCO MAGALH¿ES LTDA. e WANER JOSEFA DE QUEIROZ MOURA.

Condeno a autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor da causa, que ficarão sob condição suspensão suspensiva pelo prazo de 5 (cinco) anos, diante da gratuidade deferida.

Em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo a quo (art. 1.010 do CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias.

Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões.

Assim, desde já autorizo a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para apreciação do recurso interposto.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. R. I. C.

Castanhal/PA, 07 de junho de 2021.

Dra. CÍNTIA WALKER BELTR¿O GOMES

Juíza de Direito

Processo nº 0002408-48.2006.814.0015

Exequente: ATHENABANCO FOMENTO MERCANTIL LTDA.

Advogado: Flávio Polo Neto - OAB/PA nº 150.059

Executado: V. S. COMERCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA.

Advogado:

SENTENÇA

Vistas, etc.

Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL proposta pela autora em face de V. S. COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E FILTROS LTDA**.**

Em despacho às fls. 154, o autor foi intimado para se manifestar conforme fls. 156, contudo quedou-se inerte.

Brevemente relatados, decido.

Trata-se de ação, onde no curso do processo, a parte autora, embora devidamente intimada a tomar as providências cabíveis para prosseguimento do feito, não veio a juízo se manifestar, o que denota, portanto, seu desinteresse na demanda.

Diante do exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do Art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Custas pelo autor. Em caso de não pagamento, proceda-se à inscrição em dívida ativa.

Após certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com observância das cautelas legais.

P.R.I.C.

Castanhal (PA), 16 de setembro de 2021.

CINTIA WALKER BELTR¿O GOMES

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

SERVE ESTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, NA FORMA DA PORTARIA Nº 002/2009 DESTE JUÍZO, podendo a autenticidade ser verificada no site www.tjpa.jus.br (CONSULTA http://WWW.tjpa.jus.br (CONSULTA **1º GRAU- Comarca Castanhal pelo nº do processo acima).**

Processo nº 0003110-39.2016.8.14.0015 Autos de Aç¿o de Investigaç¿o de Paternidade c/c Alimentos Requerente: J. D. T. C. representado por sua genitora MARIA DE NAZARÉ TRINDADE CASTRO **Requerido: ELIELSON FREITAS RODRIGUES Advogados: Greydson Nazareno Ramos Ferreira ¿ OAB/PA 25.061 e Felipe Eduardo Nascimento Rocha ¿ OAB/PA 29.895 SENTENÇA JULIANA DEBORAH TRINDADE CASTRO,** menor, nascida em 24.03.2004, representada por sua genitora Sra. **MARIA DE NAZARÉ TRINDADE CASTRO**, ingressou com aç¿o de investigaç¿o de paternidade c/c pedido de alimentos em face de **ELIELSON FREITAS RODRIGUES.** Consta da inicial que a genitora da requerente teve um breve relacionamento amoroso com o requerido, do qual veio a nascer o postulante. Assevera a vestibular que o genitor se recusou a reconhecer a paternidade, bem como a assumir suas responsabilidades como pai. Raz¿o pela qual a genitora ingressou com a presente aç¿o. Em fl. 13 houve uma Decis¿o Interlocutória indeferindo a fixaç¿o dos alimentos provisórios por ausência de comprovaç¿o de parentesco. O réu apresentou contestaç¿o (fls.24/28), a qual informou que houve um lapso temporal em que a menor foi concebida, por este motivo o réu aduz n¿o ser o pai da menor. Ademais, sustenta que n¿o quis registrar a criança em seu nome por n¿o ter certeza da paternidade. Referente aos alimentos, alega que ainda que fosse reconhecida a paternidade, n¿o seria possível efetuar o pagamento pleiteado pela autora, qual seja R$ 937 (novecentos e trinta e sete reais), uma vez que exerce a profiss¿o de eletricista, percebendo poucos adicionais. Reitera ainda que sua enteada depende dele economicamente, e ainda tem um filho de nome, a qual também ajuda financeiramente. Por fim, requereu a realiza¿o do DNA e, caso positivo, que fosse fixado o valor de 15% (quinze por cento) sobre o valor do salário mínimo. Às fls. 44, em parecer, o Ministério Público posicionou-se pela produç¿o de prova pericial, uma vez que que o requerido apresentou contestaç¿o informando que os fatos alegados na inicial, n¿o comprovam que ele é o pai biológico da menor, assim manifesta-se pela realiza¿o do exame de DNA. Em fl. 47 foi designada audiência para coleta de material genético, e em fl. 56 foi realizada a audiência. O material colhido foi encaminhado ao Laboratório competente. O Resultado da Análise do DNA consta às fls. 59/61 dos autos, o qual concluiu que ¿o Sr. ELIELSON FREITAS RODRIGUES é o pai biológico de JULIANA DEBORAH TRINDADE CASTRO. **É o relatório. Decido.** Para que seja declarada a paternidade em uma aç¿o de Investigaç¿o de Paternidade, é preciso que os elementos sejam puros de convicç¿o, para que o juiz, ao analisar os autos tenha noç¿o exata dos fatos. O nosso Código Civil Brasileiro, artigo 1.616, dá amparo legal para este tipo de aç¿o de investigaç¿o de paternidade e em consequência, o reconhecimento da paternidade e seus reflexos previstos na Carta Magna, artigo 6º, de 05 de outubro de 1988. As provas documentais e a prova material consubstanciada através do exame de D.N.A, confirmam de maneira indubitável a paternidade questionada. Isto posto, e por tudo o mais que dos autos constam e com fundamento no art. 1.616 do Código Civil**,** julgo procedente a presente aç¿o, **declarando** JULIANA DEBORAH TRINDADE CASTRO, filha de **ELIELSON FREITAS RODRIGUES**, e ainda com fundamento no **artigo 29, § 1º, letra ¿d¿ da Lei nº. 6.015/73, determino a averbaç¿o da paternidade no Registro de Nascimento da requerente**, para que conste a filiaç¿o de **JULIANA DEBORAH TRINDADE CASTRO,** bem como, o acréscimo do nome do genitor e conste os nomes de seus avós paternos. Expeça-se Mandado de Averbaç¿o. Reconhecida à paternidade, gera ao suplicado a obrigaç¿o de alimentar a menor. O dever de alimentar fundamenta-se no ¿**princípio da solidariedade familiar¿,** sendo obrigaç¿o personalíssima devida pelo alimentante em raz¿o do parentesco que o liga ao alimentado, visando garantir-lhe o que é necessário para sua manutenç¿o, assegurando-lhe os meios de subsistência. Imprescindível ainda será que haja proporcionalidade na fixaç¿o dos alimentos, entre as necessidades do alimentado e os recursos do alimentante. Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE para fixar a pens¿o alimentícia em 30% do salário mínimo vigente, equivalente a R$ 313,50 (trezentos e treze reais e

cinquenta centavos) até o 10º dia útil de cada mês, mediante recibo. Intime-se para o pagamento. Isento os pagamentos de custas e honorários, por ter sido deferido Justiça gratuita. P.R.I. Cumpra-se. Castanhal/PA, 16 de outubro de 2020. Cintia Walker Beltr¿o da Silva Juíza de Direito

Ato Ordinatório

Nature Amazon Ind. Com. e Exp. Ltda

Adv. Paulo Victor N. Barros, OAB-Pa 18.604

Réu: Estado do Pará

Processo nº 0086087-25.2015.814.0015

DESPACHO

RH

Intime-se o requerente, para se manifestar, no prazo de cinco (05) dias, sobre a petição de fls. 273 e a planilha de cálculo apresentados pelo Estado do Pará.

P.R.I.C.

Castanhal, 16 de m,arço de 2021.

CINTIA WALKER BELTRÃO GOMES

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal

SERVE ESTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, NA FORMA DA PORTARIA nº 002/2009 DESTE JUIZO, podendo a autenticação ser verificada no site www.tjpa.jus.br (consulta 1º grau-Comarca de Castanhal pelo nº do processo acima).

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL

PROCESSO N. 0008200-33.2013.8.14.0015

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: A.C.C.F., J.F.D.C.F., e E.C.D.C.F. representados legalmente por sua genitora ANA ALCATARA DAS CHAGAS.

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: JOÃO BATISTA CALANDRINO FERREIRA.

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Alimentos ajuizada por A.C.C.F., J.F.D.C.F., e E.C.D.C.F. representados legalmente por sua genitora ANA ALCATARA DAS CHAGAS, através da Defensoria Pública, em face de JOÃO BATISTA CALANDRINO FERREIRA, estando as partes qualificadas.

Juntou documentos às fls. 07/12.

Em despacho inicial à fl.14, este Douto Juízo arbitrou os alimentos provisório no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o salário mínimo vigente, designou audiência, deferiu os benefícios da justiça gratuita e determinou a citação pessoal do requerido e a intimação da requerente.

Citação ao réu não realizada, em razão, do mesmo não residir mais no endereço fornecido, conforme certidão de fl. 24.

Procedida a intimação da parte autora, para informar o endereço atualizado de onde o réu poderia ser encontrado, a diligência restou infrutífera, em razão, da requerente não ter sido localizada ¿ certidão de fl. 72.

Manifestação da Defensoria Pública à fl. 90, informando não conseguir contato com a autora, embora tenha tentado por vários meios.

Sendo assim, o requerente foi intimado por edital de fl. 97, entretanto não se manifestou no prazo legal (fl. 100).

Encaminhados os autos ao MP, sobreveio o parecer à fl. 101v, por meio do qual o órgão ministerial opinou pela extinção do processo na forma do art. 485, III, do NCPC.¿ ¿

É o que importa relatar. Decido.

O requerente moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que instado a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse do requerente no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, revogo decisão de fl. 14, e considerando a inércia da parte requerente no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno a parte requerente ao pagamento das custas processuais. Contudo, em razão da gratuidade deferida, suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 24 de setembro de 2021.

FRANCISCO WALTER RÊGO BATISTA
Juiz de Direito substituto,
respondendo pela 2ª Vara Cível de Castanhal/PA.

PROCESSO N. 0001422-52.2007-.814.0015

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: MARIA EDUARDA SILVA MERGULHÃO

ADVOGADO(A): EDIELCIO GUILHERME SOBRAL COSTA, OAB/PA N° 11.901

REQUERIDO: ALMIR JOSÉ DA SILVA MERGULHÃO

ADVOGADO(A): JOSÉ ROBERTO MELLO PISMEL, OAB/PA N° 6.260

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de EXECUÇÃO DE ALIMENTOS ajuizada por MARIA EDUARDA SILVA MERGULHÃO, por meio de advogado habilitado, em face de ALMIR JOSÉ DA SILVA MERGULHÃO., estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, a parte autoa foi intimada através de seu advogado, via DJe (fl. 176), para manifestar-se acerca da certidão de fl. 172.

Contudo, apesar de intimada, deixou a parte transcorrer ¿in albis¿ o prazo sem manifestação ¿ certidão de fl. 178.

Após regular tramitação do feito, foi ordenada a intimação da parte autora, para dizer sobre o seu interesse no prosseguimento do feito (fl. 179).

A parte autora foi devidamente intimada pessoalmente, conforme certidão de fl. 181, contudo deixou transcorrer ¿in albis¿ o prazo sem manifestação ¿ certidão de fl. 182.

É o relato. Decido.

O autor moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que abandonou a presente causa, tanto não movimentando o feito, quanto não atualizando o endereço onde possa ser localizado, restando frustrada a intimação a ele endereçada.

Na dicção do art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil, extingue-se o processo, sem julgamento de mérito quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, hipótese verificada no caso em apreço, de sorte a impor a extinção do processo.

Noutro norte, o parágrafo primeiro da norma em comento reza que, verificada tal hipótese, deverá a parte autora ser, pessoalmente, intimada para que supra a falta existente, sob pena de extinção do processo. O prazo observado, no caso, foi do antigo CPC (48h) vez que o despacho foi prolatado sob sua égide.

Contudo, não tendo o autor fornecido nos autos endereço o novo endereço onde possa ser localizado, restou frustrada sua intimação, de forma que fica configurado o abandono da causa por parte do requerente, na forma do artigo em referência.

Registre-se, por oportuno, que deve ser aplicada, no caso, a presunção de intimação prevista para a parte, a teor do art. 274, do NCPC.

Assim, verifica-se que há falta de interesse da parte demandante na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Deste modo, diante do desinteresse do autor no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte autora no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno o autor ao pagamento das custas processuais existentes. Contudo, defrito gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Após, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0004795-57.2011.814.0015

AÇÃO DE GUARDA

REQUERENTE: FABIO DA SILVA GUEDES

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO(A): ADAELMA GOMES DA SILVA

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Guarda ajuizada por FABIO DA SILVA GUEDES, em face de ADAELMA GOMES DA SILVA, estando as partes qualificadas.

Juntou aos autos os documentos de fls. 11/22.

Após regular tramitação do feito, foi ordenada a realização de estudo de caso na residência do requerente, o que não ocorreu em virtude do autor ter mudado de endereço (fl. 64), razão pela qual os autos foram encaminhados a Defensoria Pública para manifestação, a qual informou que não tem mais contato com sua assistida (fl. 74-v).

Em despacho de fl. 75 foi ordenada a intimação da autora, por edital, para dizer acerca de seu interesse no prosseguimento do feito.

Expedido o edital (fl. 76) deixou a autora transcorrer 'in albis' o prazo, sem manifestação, conforme certidão de fl. 79

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela aplicação do art. 485, III, do NCPC (parecer às fls. 81).

É o que importa relatar. Decido.

A autora moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir

com o feito, visto que instada a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte autora no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais. Contudo, em razão da gratuidade deferida (fl.

26) suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 18 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0006150-63.2015.814.0015

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

EXEQUENTE: P.V.R.R. legalmente representados por sua genitora PATRICIA ELAINE VIEIRA RODRIGUES

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

EXECUTADO: CLEBER AUGUSTO ANDRADE DOS REIS

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Execução de Alimentos ajuizada por P.V.R.R. legalmente representados por sua genitora PATRICIA ELAINE VIEIRA RODRIGUES, através da Defensoria Pública do Estado, em face de CLEBER AUGUSTO ANDRADE DOS REIS, estando as partes qualificadas, requerendo a citação do devedor para pagamento do débito de natureza alimentar.

Juntaram aos autos os documentos de fls. 05/10

Após regular tramitação do feito, os autos foram ancaminhados à Defensoria Pública para manifestação, contudo o referido órgão pugnou pela intimação pessoal da exequente, em virtude de não obter êxito em contato com a mesma (fl. 78).

Em manifestação de fl. 79, o Ministério Público apresentou novo endereço da parte autora e ougnou pela intimação pessoal. Contudo, o ato restou infrutífero, conforme certidão de fl .82, a qual informa que a exequente não reside no endereço indicado.

Expedido o Edital de intimação (fl. 83) deixaram os autores transcorrer 'in albis' o prazo, sem manifestação, conforme certidão de fl. 85.

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito (parecer à fl. 87).

É o que importa relatar. Decido.

Os autores moveram a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perderam o interesse de prosseguir com o feito, visto que instados a se manifestarem acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedaram-se inertes.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia dos exequentes no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno os exequentes ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021..

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0079108-47.2015-.814.0015

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

REQUERENTE: P.H.R.S., legalmente representados por sua genitora MARIA LUCIA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO.

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: RAIMUNDO JOEL SANTIAGO DE MORAES.

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE ajuizada por P.H.R.S., legalmente representados por sua genitora MARIA LUCIA RODRIGUES DA CONCEIÇÃO em face RAIMUNDO JOEL SANTIAGO DE MORAES., estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, foi ordenada a intimação da parte autora para manifestar interesse no prosseguimento da ação, sob pena de extinção do feito (fl. 36).

A parte autora não foi intimada por oficial de justiça, em razão de não localização do imóvel, conforme relata a certidão de fl. 39.

Expedido o Edital de intimação (fl. 40), deixou a autora transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 42).

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito (parecer à fl. 44).

É o que importa relatar. Decido.

Os autores moveram a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perderam o interesse de prosseguir com o feito, visto que instados a se manifestarem acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedaram-se inertes.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia dos exequentes no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno os exequentes ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021..

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0004287-83.2007-.814.0015

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

EXEQUENTE: E. H. C. N., legalmente representados por sua genitora MARCIA MARIA COSTA NUNES

EXECUTADO: SEBASTIÃO RODRIGUES

AVÓ MATERNA: MARIA JOSÉ CARDOSO (detentora da guarda de fato)

ADVOGADO(A): HILDEBRANDO SABÁ GUIMARÃES JUNIOR, OAB/PA N° 24.358

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Execução de Alimentos ajuizada por E. H. C. N., legalmente representados por sua genitora MARCIA MARIA COSTA NUNES, em face de SEBASTIÃO RODRIGUES., estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, foi ordenada a intimação da parte autora para que juntasse aos autos documentação de comprovação de concessão de guarda à avó materna (fl. 103).

Contudo, a intimação restou impossibilitada, em razão da parte autora ser usuária de drogas, conforme certidão de fl. 108.

Em despacho de fl. 109 foi determinada aintimação da reuquerente, através de Edital, bem como a intimação da avó materna, para que juntasse aos autos a documentação de regularização de guarda do infante.

Edital de intimação expedido às fls. 110.

A avó materna foi devidamente intimada às fls. 115, contudo, não apresentou manifestação, conforme fls. 116.

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito (parecer à fl. 119).

É o que importa relatar. Decido.

Os autores moveram a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perderam o interesse de prosseguir com o feito, visto que instados a se manifestarem acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedaram-se inertes.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz

presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia dos exequentes no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno os exequentes ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Ciência ao Ministério Público.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021..

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N.0004857-92.2014.814.0015

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

REQUERENTE: D. T. F. e C. T. F., legalmente representados por sua genitora RAIMUNDA JOILDA PONTES TEIXEIRA.

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: ANTONIO CARLOS SOUSA BRITO.

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE ajuizada por D. T. F. e C. T. F., legalmente representados por sua genitora RAIMUNDA JOILDA PONTES TEIXEIRA em face ANTONIO CARLOS SOUSA BRITO, estando as partes qualificadas.

Após regular tramitação do feito, foi designada audiência de coleta de DNA e ordenada a intimação das partes para comparecerem ao ato (fl.35).

A parte autora não foi intimada por oficial de justiça, em razão de não localização da autora no endereço indicado, conforme relata a certidão de fl. 48.

Expedido o Edital de intimação (fl. 50), deixou a autora transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 53).

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela extinção do processo sem resolução do mérito (parecer à fl. 54).

É o que importa relatar. Decido.

Os autores moveram a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perderam o interesse de prosseguir com o feito, visto que instados a se manifestarem acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedaram-se inertes.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia dos exequentes no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno os exequentes ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 21 de outubro de 2021..

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, repondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal/PA

PROCESSO N. 0003976-52.2010.814.0015

AÇÃO DE GUARDA

REQUERENTE: CLEONICE DE SOUZA LIMA

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO(A): ABIMAEL SOUSA DOS SANTOS

MENOR: A.C.L.S.

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Guarda ajuizada por CLEONICE DE SOUZA LIMA, em face de ABIMAEL SOUSA DOS SANTOS, estando as partes qualificadas.

Juntou aos autos os documentos de fls. 07/12

Após regular tramitação do feito, foi ordenada a intimação da parte autora para informar que informasse onde o menor estaria residindo (fl. 46).

Os autos foram encaminhados a Defensoria Pública para manifestação, a qual informou que não tem mais contato com sua assistida (fl. 47), razão pela qual foi ordenada a intimação pessoal da parte, a qual não ocorreu em virtude da mesma não mais residir no endereço indicado (fl. 52)

Em despacho de fl. 53 foi ordenada a intimação da autora, por edital, para dizer acerca de seu interesse no prosseguimento do feito.

Expedido o edital (fl. 54) deixou a autora transcorrer 'in albis' o prazo, sem manifestação, conforme certidão de fl. 57.

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela aplicação do art. 485, III, do NCPC (parecer às fls. 58/59).

É o que importa relatar. Decido.

A parte autora moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que instada a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de

agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte autora no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais. Contudo, em razão da gratuidade deferida (fl. 13) suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 18 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0001765-38.2016.814.0015

AÇÃO DE GUARDA

REQUERENTE: MARIA EUDILEIA SILVA MURUKANI

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO(A): GILBERTO MASSARU MURAKAMI

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Guarda ajuizada por MARIA EUDILEIA SILVA MURUKANI, em face de GILBERTO MASSARU MURAKAMI, estando as partes qualificadas.

Juntou aos autos os documentos de fls. 07/10

Após regular tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Setor Social, o referido órgão informou que ao entrar em contato com a pate autora, esta informou acerca do seu desinteresse em prosseguir com a ação (fl. 48), razão pela qual os autos foram encaminados a Defensoria Pública para manifestação, a qual informou que não tem mais contato com sua assistida (fl. 51).

Em despacho de fl. 54 foi ordenada a intimação pessoal da parte, que apesar de intimada (fl. 57), deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 58).

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela aplicação do art. 485, III, do NCPC (parecer às fls. 59/60).

É o que importa relatar. Decido.

A parte autora moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que instada a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte autora no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 18 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal.

PROCESSO N. 0001765-38.2016.814.0015

AÇÃO DE GUARDA

REQUERENTE: MARIA EUDILEIA SILVA MURUKANI

ADVOGADO(A): DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO(A): GILBERTO MASSARU MURAKAMI

SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Vistos etc.

Cuida-se de Ação de Guarda ajuizada por MARIA EUDILEIA SILVA MURUKANI, em face de GILBERTO MASSARU MURAKAMI, estando as partes qualificadas.

Juntou aos autos os documentos de fls. 07/10

Após regular tramitação do feito, com a remessa dos autos ao Setor Social, o referido órgão informou que ao entrar em contato com a pate autora, esta informou acerca do seu desinteresse em prosseguir com a ação (fl. 48), razão pela qual os autos foram encaminados a Defensoria Pública para manifestação, a qual informou que não tem mais contato com sua assistida (fl. 51).

Em despacho de fl. 54 foi ordenada a intimação pessoal da parte, que apesar de intimada (fl. 57), deixou transcorrer in albis o prazo para apresentar manifestação (fl. 58).

Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela aplicação do art. 485, III, do NCPC (parecer às fls. 59/60).

É o que importa relatar. Decido.

A parte autora moveu a presente ação, mas, pelo que se depreende dos autos, perdeu o interesse de prosseguir com o feito, visto que instada a se manifestar acerca de sua intenção em prosseguir com a ação, quedou-se inerte.

Deixou a parte de cumprir seus deveres processuais.

A inércia da parte diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, que é condição para o regular exercício do direito de ação.

Verifica-se, destarte, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, uma vez que abandonou o feito.

Conforme leciona Humberto Theodoro Júnior:

¿Diante do sistema do impulso oficial do processo (art. 262), o Juiz não está jungido a aguardar a provocação de interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralisação por culpa dos litigantes, de ofício, será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes),

na forma recomendada pelo § 1º do art. 267. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público.¿ (in Curso de Direito Processual Civil, 15ª ed, Forense, pg. 308).

Deste modo, diante do desinteresse da autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

¿PROCESSO CIVIL ¿ AUSÊNCIA DE ANDAMENTO PROCESSUAL POR INÉRCIA DA PARTE AUTORA ¿ 1. O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, sem que o autor tenha promovido os atos e diligências que lhe competia, é causa de extinção do processo sem Resolução de mérito (artigo 267, inciso III, do CPC). 2. Apelação da parte autora desprovida¿ (TRF 3ª R. ¿ AC 2001.03.99.047356-0 ¿ (736217) ¿ 10ª T. ¿ Rel. Des. Fed. Galvão Miranda ¿ DJU 11.10.2006 ¿ p. 691).

ANTE O EXPOSTO, considerando a inércia da parte autora no presente caso, DECRETO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Novo Código de Processo Civil.

Condeno a autora ao pagamento das custas processuais. Contudo, defiro os beneficios da gratuidade judiciária e suspendo a exigibilidade da obrigação, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Castanhal/PA, 18 de outubro de 2021.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA N. 003/2009-GJ2VCIV, podendo sua autenticidade ser comprovada no site, em consulta de 1º grau, comarca de Castanhal.

ADELINA LUIZA MOREIRA SILVA E SILVA

Juíza de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, respondendo pela 2ª Vara Cível

e Empresarial de Castanhal.

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

Processo nº 0000192-62.2016.814.0015. CRIME DE ROUBO MAJORADO. Réu: BRUNO OLIVEIRA MENEZES, brasileiro, paraense, solteiro, lavrador, 19 anos de idade, nascido em 22.08.1996, natural de Belém/PA, identidade nº 7238028 SEGUP-PA, instrução de ensino fundamental incompleto, filho de Conceição Barbosa de Menezes e de Jane Souza de Oliveira. Pelo presente, faz-se público, a quem interessar possa, que nos autos do processo-crime supramencionados fora exarada a decisão, a seguir transcrita: Iniciada a audiência, a juíza proferiu a seguinte decisão: ¿1. Considerando que o acusado Bruno Oliveira Menezes, devidamente citado por edital, não compareceu a este juízo nem constituiu advogado para o defender, **declaro-o revel**, suspendendo o processo e o curso do prazo prescricional, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, e relação a ele. 2. Considerando que na resposta à acusação do acusado Delvagner da Costa Andrade não foram arguidas nulidades nem preliminares e que não é o caso de absolvição sumária (artigo 397 do Código de Processo Penal), designo o dia 26.01.2022 às 11:30h, para realização da audiência de instrução e julgamento. 2. Intimem-se o acusado Delvagner da Costa Andrade, o ofendido e as testemunhas arroladas na denúncia. 3. Vista o Ministério Público para ciência desta decisão, bem como para requerer o que entender de direito 4. Cientifique-se a Defensoria Pública. Castanhal-PA, 03 de setembro de 2021.¿ Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo Juiz de Direito substituto, respondendo pela 1ª Vara Criminal Comarca de Castanhal¿

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

EDITAL DE CITAÇÃO

Autoridade Judiciária: LIBIO ARAUJO MOURA, MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal

Ação Penal: n° 0012779-14.2019.8.14.0015

Acusado: WELTON DE QUEIROZ MOURA

O **MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara desta Comarca, LIBIO ARAUJO MOURA**, faz saber aos que este lerem ou deste tomarem conhecimento, que pelo(a) representante do Ministério Público do Estado do Pará, foi denunciado WELTON DE QUEIROZ MOURA, nascido em 23/08/1983**,** filho de Francisco de Castro Moura e Cícera Maria de Queiroz Moura estando em lugar incerto e não sabido, e, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 15(quinze) dias, em conformidade ao art. 361 e SS do Código de Processo Penal, para que o referido réu responda a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do CPP, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as requerendo sua intimação, quando necessário, referente ao processo supra, em que foi denunciado como **incurso nas disposições do Art. 331 DO CPB, ART. 147 DO CPB** , na forma do art. 1º, I, da Lei nº 8.072/90, em caso da não apresentação de resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir advogado para tanto, fica-lhe nomeado o Defensor Público vinculado a esta vara para promoção da defesa técnica e oferecer a resposta no prazo legal, nos termos do art. 396,§2º,do Código de Processo. Eu, ... Waldenir Silva Corrêa, Analista Judiciário, o subscrevi.

Castanhal, 10 de Novembro de 2021.

LIBIO ARAUJO MOURA

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Penal

EDITAL DE CITAÇÃO

Autoridade Judiciária: LIBIO ARAUJO MOURA, MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal

Ação Penal: n° 0011811-18-2018.8.14.0015

Acusado: JOAS LUCIANO DE LIMA ARRUDA

O **MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara desta Comarca, LIBIO ARAUJO MOURA**, faz saber aos que este lerem ou deste tomarem conhecimento, que pelo(a) representante do Ministério Público do Estado do Pará, foi denunciado JOAS LUCIANO DE LIMA ARRUDA brasileiro, natural de Belém/PA, nascido em 04/05/2000, filho de ELKE ALVES DE LIMA e JOÃO LUCIANO SOARES ARRUDA**,** estando em lugar incerto e não sabido, e, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 15(quinze) dias, em conformidade ao art. 361 e SS do Código de Processo Penal, para que o referido réu responda a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do CPP, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as requerendo sua intimação, quando necessário, referente ao processo supra, em que foi denunciado como **incurso nas disposições do Art. 33 DA LEI 11.343/2006**, na forma do art. 1º, I, da Lei nº 8.072/90, em caso da não apresentação de resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir advogado para tanto, fica-lhe nomeado o Defensor Público vinculado a esta vara para promoção da defesa técnica e oferecer a resposta no prazo legal, nos termos do art. 396,§2º,do Código de Processo. Eu, ... Waldenir Silva Corrêa, Analista Judiciário, o subscrevi.

Castanhal, 10 de Novembro de 2021.

LIBIO ARAUJO MOURA

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Penal

EDITAL DE CITAÇÃO

Autoridade Judiciária: LIBIO ARAUJO MOURA, MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal

Ação Penal: n° 0009098-41.2016.8.14.0015

Acusado: JAIRO CARRERA PEREIRA

O **MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara desta Comarca, LIBIO ARAUJO MOURA**, faz saber aos que este lerem ou deste tomarem conhecimento, que pelo(a) representante do Ministério Público do Estado do Pará, foi denunciado JAIRO CARRERA PEREIRA , estando em lugar incerto e não sabido, e, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 15(quinze) dias, em conformidade ao art. 361 e SS do Código de Processo Penal, para que o referido réu responda a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do CPP, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as requerendo sua intimação, quando necessário, referente ao processo supra, em que foi denunciado como **incurso nas disposições do Art. 129§ 9° ART. 147, CPB; ART. 7 INC II DA LEI 11.340/2006** na forma do art. 1º, I, da Lei nº 8.072/90, em caso da não apresentação de resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir advogado para tanto, fica-lhe nomeado o Defensor Público vinculado a esta vara para promoção da defesa técnica e oferecer a resposta no prazo legal, nos termos do art. 396,§2º,do Código de Processo. Eu, ... Waldenir Silva Corrêa, Analista Judiciário, o subscrevi.

Castanhal, 10 de Novembro de 2021.

LIBIO ARAUJO MOURA

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Penal

EDITAL DE CITAÇÃO

Autoridade Judiciária: LIBIO ARAUJO MOURA, MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal

Ação Penal: n° 0016073-11.2018.8.14.0015

Acusado: JACKSON NASCIMENTO DA SILVA

O **MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara desta Comarca, LIBIO ARAUJO MOURA**, faz saber aos que este lerem ou deste tomarem conhecimento, que pelo(a) representante do Ministério Público do Estado do Pará, foi denunciado JACKSON NASCIMENTO DA SILVA , filho de Regina Nascimento Silva e Daniel Sebastião da Silva estando em lugar incerto e não sabido, e, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 15(quinze) dias, em conformidade ao art. 361 e SS do Código de Processo Penal, para que o referido réu responda a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do CPP, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as requerendo sua intimação, quando necessário, referente ao processo supra, em que foi denunciado como **incurso nas disposições do Art. 147, CAPUT DO CPB C/C ART 150, §DO CPB C/C ART 14, II DO CPB C/C ART 7°, II DA LEI N° 11.340/06** na forma do art. 1º, I, da Lei nº 8.072/90, em caso da não apresentação de resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir advogado para tanto, fica-lhe nomeado o Defensor Público vinculado a esta vara para promoção da defesa técnica e oferecer a resposta no prazo legal, nos termos do art. 396,§2º,do Código de Processo. Eu, ... Waldenir Silva Corrêa, Analista Judiciário, o subscrevi.

Castanhal, 10 de Novembro de 2021.

LIBIO ARAUJO MOURA

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Penal

EDITAL DE CITAÇÃO

Autoridade Judiciária: LIBIO ARAUJO MOURA, MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal

Ação Penal: nº 0006894-53.2018.8.14.0015

Acusado: GILVANE DE OLIVEIRA SARAIVA

O **MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara desta Comarca, LIBIO ARAUJO MOURA**, faz saber aos que este lerem ou deste tomarem conhecimento, que pelo(a) representante do Ministério Público do Estado do Pará, foi denunciado **GILVANE DE OLIVEIRA SARAIVA**, brasileiro RG n° 63833569, filho de MARIA PAES SARAIVA**,** estando em lugar incerto e não sabido, e, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 15(quinze) dias, em conformidade ao art. 361 e SS do Código de Processo Penal, para que o referido réu responda a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do CPP, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as requerendo sua intimação, quando necessário, referente ao processo supra, em que foi denunciado como **incurso nas disposições do Art. 330 do CPB**, na forma do art. 1º, I, da Lei nº 8.072/90, em caso da não apresentação de resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir advogado para tanto, fica-lhe nomeado o Defensor Público vinculado a esta vara para promoção da defesa técnica e oferecer a resposta no prazo legal, nos termos do art. 396,§2º,do Código de Processo. Eu, ... Waldenir Silva Corrêa, Analista Judiciário, o subscrevi.

Castanhal, 10 de Novembro de 2021.

LIBIO ARAUJO MOURA

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Penal

EDITAL DE CITAÇÃO

Autoridade Judiciária: LIBIO ARAUJO MOURA, MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal

Ação Penal: n° 0015734-52.2018.8.14.0015

Acusado: FABIO DOS SANTOS NASCIMENTO

O **MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara desta Comarca, LIBIO ARAUJO MOURA**, faz saber aos que este lerem ou deste tomarem conhecimento, que pelo(a) representante do Ministério Público do Estado do Pará, foi denunciado FABIO DOS SANTOS NASCIMENTO, nascido em 08.12.1988, filho de DIONETE

DOS SANTOS NASCIMENTO e CARIVALDO DA COSTA NASCIMENTO**,** estando em lugar incerto e não sabido, e, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 15(quinze) dias, em conformidade ao art. 361 e SS do Código de Processo Penal, para que o referido réu responda a acusação, por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do CPP, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as requerendo sua intimação, quando necessário, referente ao processo supra, em que foi denunciado como **incurso nas disposições do Art. 129 §9°C/C ART. 7°, CAPUT, I DA LEI N° 11.340/06**, na forma do art. 1º, I, da Lei nº 8.072/90, em caso da não apresentação de resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir advogado para tanto, fica-lhe nomeado o Defensor Público vinculado a esta vara para promoção da defesa técnica e oferecer a resposta no prazo legal, nos termos do art. 396,§2º,do Código de Processo. Eu, ... Waldenir Silva Corrêa, Analista Judiciário, o subscrevi.

Castanhal, 10 de Novembro de 2021.

LIBIO ARAUJO MOURA

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Penal

COMARCA DE BARCARENA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA

RESENHA: 11/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA PROCESSO: 00008345520108140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Execução Fiscal em: 11/11/2021 EXECUTADO:MARCOS NEVILLE EXEQUENTE:PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) . PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de execuÃ§Ã£o fiscal, ajuizada pela Fazenda PÃºblica. Â Â Â Â Â Â Â Foi acostado requerimento no qual a parte pleiteia a extinÃ§Ã£o do feito, uma vez que o executado quitou o dÃ©bito contido nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Diante do requerimento acostado aos autos, verifica-se que houve a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o, nÃ£o havendo mais interesse que justifique o prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº e 924, II do CPC e 156, I do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, extingo o processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, decretando a extinÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o contida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo executado. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÂ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 22 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00012439520178140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO GMAC S A Representante(s): OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE MARIA SILVA LIRA Representante(s): OAB 19479 - SUELEN KARINE BAKER CUNHA (ADVOGADO) . 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Barcarena Ã©SENTENÃA Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o, ajuizado por BANCO GMAC S/A, em que o autor peticionou pleiteando a homologaÃ§Ã£o da desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o por nÃ£o possuir mais interesse no prosseguimento do feito. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Homologo a desistÃªncia a fim de que surtam seus jurÃ-dicos e legais efeitos, pelo que extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CPC. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio Custas pelo requerente. Retire-se eventual bloqueio incidente sobre o veÃ-culo. P. R. I. C. Barcarena/PA, 21 de julho de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum da Comarca de Barcarena - ParÃ¡ Av. MagalhÃ£es Barata, s/n Â¿ Centro CEP 68.445.000, fone/fax 91-3753.1319. PROCESSO: 00014457220178140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:ROSA MARIA SILVA E SILVA Representante(s): OAB 17662 - LUCIVANE RIBEIRO PINTO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS Representante(s): OAB 18459-B - LUIZ CARLOS DAMOUS DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 20601-A - WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Vistos etc. Â Cuidam os autos de AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/C DE INDENIZAÃÃO POR DANOS MORAIS ajuizada por ROSA MARIA SILVA E SILVA, devidamente qualificado nos autos, contra BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, tambÃ©m devidamente qualificado, asseverando que nunca celebrou contraiu emprÃ©stimo consignado, contudo tomou conhecimento de emprÃ©stimo realizado em seu nome no dia 24/04/2013, no valor de R$4.209,90, dividido em 60 parcelas de R$127,56 (cento e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos). Â Por fim, postulou a procedÃªncia da aÃ§Ã£o com a confirmaÃ§Ã£o da tutela antecipada e a condenaÃ§Ã£o do requerido em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito no valor de R$5102,40 e pagamento de danos morais no valor de dez salÃ¡rios mÃ-nimos. Requereu condenaÃ§Ã£o da parte suplicada aos Ã´nus sucumbenciais legais. Juntou procuraÃ§Ã£o e documentos. Â Recebida a inicial. Determinada a citaÃ§Ã£o do

requerido, sendo designada audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o. Â Apresentada contestaÃ§Ã£o, a requerida alegou a legalidade do contrato celebrado entre as partes, a inexistÃªncia de ato ilÃcito passÃvel de indenizaÃ§Ã£o. Â Os autos vieram conclusos. Â Relatei. Decido. Â PacÃfica a aplicaÃ§Ã£o das regras do Direito do Consumidor aos contratos bancÃ¡rios, tema jÃ¡ pacificado na jurisprudÃªncia pÃ¡tria, entendimento consolidado pela Sumula 297 do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â A responsabilidade do fornecedor de serviÃ§os por danos e prejuÃzos causados aos consumidores Ã© objetiva, conforme disposto no art. 14, do CDC, cabendo ao o fornecedor de serviÃ§os a responsabilidade pela reparaÃ§Ã£o dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos Ã prestaÃ§Ã£o dos serviÃ§os, bem como por informaÃ§Ãµes insuficientes ou inadequadas sobre sua fruiÃ§Ã£o e riscos. Â Sua responsabilidade objetiva somente Ã© elidida quando prova que o dano ocorreu por culpa exclusiva do consumidor, o que nÃ£o se verifica nos autos. Â Diante das provas carreadas aos autos, nÃ£o houve a conduta irregular por parte do Banco requerido quanto Ã cobranÃ§a de emprÃ©stimo bancÃ¡rio, inexistindo, portanto, qualquer ato ou fato que fundamente o dever de indenizar. Â Ao contrÃ¡rio, o que ficou demonstrado Ã© que o autor celebrou o contrato junto ao requerido, recebendo o valor de R$4209,90 (quatro mil duzentos e nove reais e noventa centavos) em sua conta bancÃ¡ria do Banco Bradesco, datado de 24/04/2013, conforme cÃ³pia do contrato acostado aos autos, bem como demonstrativo de dÃ©bito apresentado pela parte autora Ã fl. 09. Â Assim, improcedente o pedido de repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito. De igual sorte nÃ£o merece ser acolhido o pedido de dano moral. Â Decerto que o dano moral Ã© indenizÃ¡vel, mas de forma alguma prescinde da demonstraÃ§Ã£o da efetiva ocorrÃªncia da situaÃ§Ã£o que o engendrou. No caso, entendo que nÃ£o hÃ¡ que se falar em ocorrÃªncia de dano indenizÃ¡vel. Â Pelo exposto, julgo totalmente improcedente o pedido, e em consequÃªncia extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito nos termos do art. 487, inciso I do CPC. Â Condeno a parte requerente em custas processuais e honorÃ¡rios que arbitro em 20% do valor da causa, ficando suspensa a exigibilidade do pagamento, diante do deferimento da justiÃ§a gratuita. Â P.R.I.C. Â Barcarena, 03 de setembro de 2021. CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃza de Direito Titular PROCESSO: 00018756320138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:JOSE CARLOS CARVALHO JUNIOR Representante(s): OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:NET SERVICOS DE COMUNICACAO SA Representante(s): OAB 57680 - JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (ADVOGADO) . Ã©SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃÃO DECLARATÃRIA DE INEXISTÃNCIA DE DÃBITO C/C REPARAÃÃO DE DANOS MORAIS movida por JOSÃ CARLOS CARVALHO JUNIOR em face de NET SERVIÃO DE COMUNIÃÃO S/A, alegando que contratou serviÃ§o de internet e canais fechados de televisÃ£o, tendo transferido Ã titularidade do contrato para sua ex esposa no ano de 2011, contudo passou a receber faturas com valores superiores ao contratado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que posteriormente recebeu telefonema da requerida que informada a existÃªncia de fatura em aberto no valor de R$172,11, tendo efetuado o pagamento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Que continuou a receber e-mails de cobranÃ§a da requerida mesmo apÃ³s o encerramento do seu contrato junto Ã requerida, sendo designada audiÃªncia no PROCON por duas vezes, nÃ£o tendo a requerida comparecido.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Requereu a concessÃ£o de tutela antecipada para suspensÃ£o da cobranÃ§a de dÃ©bito pela requerida. Requer ainda a total procedÃªncia da aÃ§Ã£o, declarando a inexistÃªncia do dÃ©bito, bem como a condenaÃ§Ã£o da rÃ© ao pagamento de dano moral no valor de vinte salÃ¡rios mÃnimos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regularmente citada, a requerida contestou a aÃ§Ã£o, alegando que nÃ£o hÃ¡ qualquer ilÃcito praticado pela requerida. Alega que o bloqueio da linha da autora ocorreu apenas em 11 de fevereiro de 2012, sendo devidos os valores cobrados posteriormente ao cancelamento e mudanÃ§a de titularidade. Argumenta a ausÃªncia de dano moral, uma vez que a autora tinha conhecimento de que possuÃa dÃ©bitos perante a companhia rÃ©. Requer a improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sobreveio rÃ©plica Ã contestaÃ§Ã£o, reiterando-se o contido na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determinada a especificaÃ§Ã£o de provas, requerendo o autor a produÃ§Ã£o de prova oral. O requerido pugnou pelo julgamento antecipado da lide. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Relatado. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que a relaÃ§Ã£o mantida entre o requerente e a requerida Ã© tipicamente de consumo, regendo-se pelas disposiÃ§Ãµes do CÃ³digo de Defesa do Consumidor. O

artigo 6Â°, inciso VIII, do CDC, prevÃª que haverÃ¡ inversÃ£o do Ã´nus da prova, a critÃ©rio do juiz, quando houver verossimilhanÃ§a da alegaÃ§Ã£o e hipossuficiÃªncia da parte consumidora. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os presentes autos, verifico que os dois requisitos estÃ£o presentes, pelo que determino a inversÃ£o do Ã´nus da prova. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pretende a autora a declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia de dÃ©bito cobrado pela demandada, bem como a condenaÃ§Ã£o desta ao pagamento de indenizaÃ§Ã£o pelos danos morais sofridos, sob o argumento de que o valor cobrado nÃ£o Ã© devido, ante o pedido de cancelamento e transferÃªncia de titularidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora afirma que efetuou o ultimo pagamento de dÃ©bito em aberto apÃ³s o pedido de troca de titularidade no valor de RS172,11, contudo a requerida alega que ainda hÃ¡ fatura em aberto, referente ao mÃªs de julho/2012. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, tenho por ressaltar que Ã© incontroverso o pedido de cancelamento e transferÃªncia de titularidade do consumidor do serviÃ§o prestado pela empresa requerida, sendo que o limite da celeuma se encontra estabelecido na legalidade da cobranÃ§a das faturas em aberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Insta esclarecer que ao usuÃ¡rio de serviÃ§os de telefonia, dada sua vulnerabilidade e hipossuficiÃªncia, deve ser facilitada a produÃ§Ã£o de prova, de acordo com o art. 6Âº, VIII, do CDC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, a prova cabe de provar a regularidade da cobranÃ§a a demandada, o que nÃ£o o fez. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, a requerida apenas juntou a tela da conta referente ao mÃªs de fevereiro de 2012, no valor de R$171,22, que efetivamente foi pago pelo autor, ficando o status de cancelado no contrato de n. 055010835975 (Ã fl. 60), sendo o pagamento efetuado em 12/07/2012. Em seguida, a requerida apresenta outro dÃ©bito no montante de R$103,69, datado de 20/07/2012, referente a consumo proporcional ao mÃªs de fevereiro de 20212, o qual jÃ¡ havia sido pago pelo consumidor, e, a consumo de referente ao mÃªs de julho/2012, quando o autor jÃ¡ tinha efetuado o pedido de cancelamento com a mudanÃ§a de titularidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, mostra-se ilegal a cobranÃ§a de suposto dÃ©bito em aberto, eis que jÃ¡ quitado os valores devidos pelo consumidor. Dessa forma, assiste razÃ£o a requerente neste ponto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autora nÃ£o pode ser obrigada a pagar os valores cobrados pela requerida por absoluta inconsistÃªncia do valor devido, referente ao resÃduo de fevereiro de 2012 e julho de 2012, eis que jÃ¡ efetuado o pagamento da fatura em aberto datado de 12/07/2012. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tenho, portanto, que assiste razÃ£o a autora quanto ao pedido de declaraÃ§Ã£o de inexistÃªncia do dÃ©bito cobrado pela rÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange aos danos morais, entendo que nÃ£o hÃ¡ que se falar em ocorrÃªncia de dano indenizÃ¡vel, uma vez que o nÃ£o teve seu nome negativado nos serviÃ§os de proteÃ§Ã£o ao crÃ©dito, nÃ£o demonstrando prejuÃzo ao seu crÃ©dito. Decerto que o dano moral Ã© indenizÃ¡vel, mas de forma alguma prescinde da demonstraÃ§Ã£o da efetiva ocorrÃªncia da situaÃ§Ã£o que o engendrou. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTEPROCEDENTE O PEDIDO PARA DECLARAR INEXISTENTE A DÃVIDA DO AUTOR JUNTO A EMPRESA REQUERIDA, ratificando os termos da antecipaÃ§Ã£o de tutela anteriormente deferida, e em consequÃªncia extingo o processo com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito nos termos do art. 487, inciso I do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Custas pro rata, ficando a cobranÃ§a parcialmente suspensa por ser o autor beneficiÃ¡rio da gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deixo de condenar em honorÃ¡rios advocatÃcios, em face da sucumbÃªncia recÃproca. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena, 01 de setembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃza de DireitoÂ PÃ¡gina de 5Â FÃ³rum de: BARCARENAÂ Â Email: 1civelbarcarena@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Av. MagalhÃ£es Barata, s/n.ÂºÂ CEP: 68.445-000Â Â Bairro: CentroÂ Â Fone: (91)3753-1422 PROCESSO: 00022506420138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 11/11/2021 REQUERENTE:JOAO CARVALHO MARTINS Representante(s): OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ELETROTECNICA SIQUEIRA LTDA ME. PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de indenizaÃ§Ã£o por danos morais e materiais pleiteada por JOÃO CARVALHO MARTINS em desfavor de ELETROTÃCNICA SIQUEIRA LTDA ME. Â Â Â Â Â Â Â Â Intimado, o autor nÃ£o apresentou endereÃ§o completo e atualizado do requerido. Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 485, III do CPC preceitua que o processo se extingue, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, quando a autor nÃ£o promover os atos e diligÃªncias que lhe incumbir. Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos vÃª-se que, mesmo intimado, a parte autora nÃ£o apresentou endereÃ§o completo e atualizado do demandado, o que demonstra negligÃªncia e desinteresse da parte autora. Â Â Â Â Â Â Â Â Atualmente, ao Juiz Ã© atribuÃda a tarefa de impulsionar o processo e nÃ£o assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a nÃ£o influenciar na direÃ§Ã£o do processo. NÃ£o cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofÃcio as razÃµes que as levaram a abandonar a causa. Â Â Â Â Â Â Â Â Ante a negligÃªncia da parte, nÃ£o hÃ¡

outro caminho senÃ£o a extinÃ§Ã£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, com esteio nos arts. 203, 316, 354, 485, III do CPC, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Custas pelo requerente. Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA,Â 02 de junho de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00022506420138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 11/11/2021 REQUERENTE:JOAO CARVALHO MARTINS Representante(s): OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ELETROTECNICA SIQUEIRA LTDA ME. 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Â Â Â Â Â Â Â Â© DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I- Considerando a gratuidade deferida nos autos, as custas devem ficar em condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, Â§ 3Â°, do CPC; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II- Transitado em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 08 de outubro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta Â¿ Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA Â¿ Tel (91) 3753-4049 Â¿ CEP 68.445-000 PÃ¡gina de 1 PROCESSO: 00025347020098140008 PROCESSO ANTIGO: 200910019816 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Exceção de Incompetência em: 11/11/2021 EXCEPTO:TEREZINHA DE JESUS LOBATO DE SOUZA Representante(s): CHRISTIANE ROSA (ADVOGADO) REQUERENTE:DANIEL GOMES DE SOUZA Representante(s): OAB 102210 - CHRISTIANE ROSA (ADVOGADO) EXCIPIENTE:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 96858 - DANIELLE KAHN SILVA (ADVOGADO) OAB 152961 - HUGO BENAMOR FERILLES (ADVOGADO) . PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o intitulada de Â¿exceÃ§Ã£o de incompetÃªnciaÂ¿. Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da sentenÃ§a proferida nos autos do processo nº 00025567220098140008, houve a perda superveniente do objeto deste feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº, 354, 485, VI e 493, caput do CPC, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Sem incidÃªncia de custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, haja vista nÃ£o ter havido sucumbente no processo e a extinÃ§Ã£o do procedimento nÃ£o ter sido decorrente de requerimento das partes com base emÂ desistÃªncia, renÃºncia ou reconhecimento do pedido, mas em razÃ£o da perda superveniente do objeto. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÂ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 23 de setembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00026521420148140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em: 11/11/2021 REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 14906-A - EDEMILSON KOJI MOTODA (ADVOGADO) REQUERIDO:ABEL GONCALVES AMARAL. 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Barcarena Ã©SENTENÃA Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o, ajuizado por BANCO FINASA BMC S/A, em que o autor peticionou pleiteando a homologaÃ§Ã£o da desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o por nÃ£o possuir mais interesse no prosseguimento do feito. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Homologo a desistÃªncia a fim de que surtam seus jurÃ-dicos e legais efeitos, pelo que extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CPC. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio Custas pelo requerente. Retire-se eventual bloqueio incidente sobre o veÃ-culo. P. R. I. C. Barcarena/PA, 21 de julho de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum da Comarca de Barcarena - ParÃ¡ Av. MagalhÃ£es Barata, s/n Â¿ Centro CEP 68.445.000, fone/fax 91-3753.1319. PROCESSO: 00045708720138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Exibição de Documento ou Coisa Cível em: 11/11/2021 REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 15902 - CECILIA GUENARA SILVA DA COSTA (ADVOGADO) OAB 13034 - MANUELLE LINS CAVALCANTI BRAGA (ADVOGADO) OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERENTE:DANIEL GOMES DE SOUZA Representante(s): OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:TEREZINHA DE JESUS LOBATO DE SOUZA Representante(s): OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . PÃ¡gina de 1 1Âª VARA CÃVEL E

EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o intitulada de Â¿exibiÃ§Ã£o de documento ou coisa cÃ-velÂ¿. Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o da sentenÃ§a proferida nos autos do processo nÂº 00024567220098140008, houve a perda superveniente do objeto deste feito. Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, com fulcro nos arts. 203, Â§ 1Âº, 354, 485, VI e 493, caput do CPC, extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Sem incidÃªncia de custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios, haja vista nÃ£o ter havido sucumbente no processo e a extinÃ§Ã£o do procedimento nÃ£o ter sido decorrente de requerimento das partes com base emÂ desistÃªncia, renÃºncia ou reconhecimento do pedido, mas em razÃ£o da perda superveniente do objeto. Â Â Â Â Â Â Â Em decorrÃªncia, cumpram-se as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â 1. publique-se, registre-se e intimem-se; Â Â Â Â Â Â Â 2. havendo trÂ¢nsito em julgado, arquivar, fisicamente e via LIBRA; Â Â Â Â Â Â Â 3. ocorrendo interposiÃ§Ã£o de recurso ou outra medida impugnativa, certificar a respeito da tempestividade e retornar conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 23 de setembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI Â JuÃ-za de Direito FÃ³rum Des. InÃ¡cio de Sousa Moitta - Av. MagalhÃ£es Barata, s/nÂº, Centro, Barcarena/PA - Tel (91) 3753-4049 - CEP 68.445-000 Juiz de Direito Emerson Benjamim Pereira de Carvalho. PROCESSO: 00053133420128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento de Conhecimento em: 11/11/2021 REQUERIDO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) REQUERENTE:WALTER LUIS DA CRUZ ROMANO Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) OAB 20378 - DANIELA PUGET FREITAS (ADVOGADO) . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â 1. Deixo de receber o recurso e, portanto, nÃ£o admito o seu processamento, pois nÃ£o foram atendidos os pressupostos de admissibilidade recursal. Â Â Â Â Â Â Â 2. Em relaÃ§Ã£o a gratuidade de justiÃ§a solicitada neste feito, em casos idÃªnticos ao presente, a jurisprudÃªncia do TJPA se posicionou da seguinte forma: [...] concedo Ã parte apelante os benefÃ-cios da gratuidade de justiÃ§a, eis que, nos termos do art. 90, Â§3Â° do Novo CPC, Â¿Presume-se verdadeira a alegaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia deduzida exclusivamente por pessoa naturalÂ¿. Ressalto que tal declaraÃ§Ã£o goza de presunÃ§Ã£o juris tantum, cabendo Ã parte contrÃ¡ria o Ã´nus da prova em contrÃ¡rio, havendo tambÃ©m a faculdade atribuÃ-da ao magistrado de solicitar que o requerente do benefÃ-cio comprove a impossibilidade de arcar com as custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Assim, Ã© imperioso que seja devidamente fundamentada a decisÃ£o que indeferir o pedido de justiÃ§a gratuita [...] (TJPA - APELAÃÃO - PROCESSO NÂº 0004211-74.2012.8.14.0008 -- DECISÃO MONOCRÃTICA - REL. DES. JOSÃ MARIA TEXEIRA DO ROSÃRIO; Pub. DJe 25.09.2017) Â Â Â Â Â Â Â Portanto, com base nas informaÃ§Ãµes constantes na petiÃ§Ã£o inicial, vÃª-se que a parte autora se declara estar em situaÃ§Ã£o econÃ´mica que nÃ£o lhe permite pagar os encargos processuais. Desta feita, com fulcro nos arts. 5Âº, LXXIV da CF/1988, 98, caput e 99, caput, Â§ 3Âº e 485, Â§7Âº do CÃ³digo de Processo Civil (CPC), defiro a solicitaÃ§Ã£o dos benefÃ-cios da gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â 2. Certifique-se o trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a proferida e, na hipÃ³tese de ocorrÃªncia, arquivem-se os autos, fisicamente e via LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se Â Â Â Â Â Â Â Barcarena-PA, 26 de setembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Barcarena-Pa PROCESSO: 00067516120138140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em: 11/11/2021 REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 24872-A - JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:ITALO CRISTIAN MARINHO DE SOUZ. 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Barcarena Ã©SENTENÃA Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o, ajuizado por ADMINISTRADORA DE CONSÃRCIO NACIONL HONDA LTDA, em que o autor peticionou pleiteando a homologaÃ§Ã£o da desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o por nÃ£o possuir mais interesse no prosseguimento do feito. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Homologo a desistÃªncia a fim de que surtam seus jurÃ-dicos e legais efeitos, pelo que extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CPC. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio Custas pelo requerente. Retire-se eventual bloqueio incidente sobre o veÃ-culo. P. R. I. C. Barcarena/PA, 21 de julho de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum da Comarca de Barcarena - ParÃ¡ Av. MagalhÃ£es Barata, s/n Â¿ Centro CEP 68.445.000, fone/fax 91-3753.1319. PROCESSO: 00074504720168140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Exibição de Documento ou Coisa Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:RENATA DA SILVA MORAES Representante(s): OAB 16755 - TIAGO LOPES PEREIRA (ADVOGADO)

REQUERIDO:DHENNYFER SOUZA DOS SANTOS. 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BARCARENA Â SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a parte nÃ£o se manifesta nos autos hÃ¡ mais de 03(trÃªs) anos, nÃ£o havendo qualquer movimentaÃ§Ã£o nos autos apÃ³s essa data. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o processo estÃ¡ paralisado hÃ¡ mais de 03(trÃªs) anos sem qualquer manifestaÃ§Ã£o, o que demonstra a falta de interesse no prosseguimento do feito, impÃµe-se o arquivamento do feito, pelo que julgo extinto o feito, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fundamento no art. 485, inciso III, do CÃ³digo de Processo Civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno a autora ao pagamento de custas, entretanto, estas ficam sob condiÃ§Ã£o suspensiva de exigibilidade em razÃ£o da gratuidade deferida nos autos, nos termos do art. 98, Â§ 3Â° do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 14 de setembro de 2021 Carla SodrÃ© da Mota Dessimoni JuÃza de Direito PROCESSO: 00079635420128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERIDO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA BENEDITA LOPES MACHADO Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) . DECISÃO INTERLOCUTÃRIA Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando a certidÃ£o Ã fl. 165, bem como a ausÃªncia de manifestaÃ§Ã£o da parte autora, percebe-se a ausÃªncia de interesse da parte autora no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, determino que seja certificado o trÃ¢nsito da sentenÃ§a proferida Ã s fls. 12/14. Â Â Â Â Â Â Â 2. Em relaÃ§Ã£o a gratuidade de justiÃ§a solicitada neste feito, em casos idÃªnticos ao presente, a jurisprudÃªncia do TJPA se posicionou da seguinte forma: [...] concedo Ã parte apelante os benefÃcios da gratuidade de justiÃ§a, eis que, nos termos do art. 90, Â§3Â° do Novo CPC, Â¿Presume-se verdadeira a alegaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia deduzida exclusivamente por pessoa naturalÂ¿. Ressalto que tal declaraÃ§Ã£o goza de presunÃ§Ã£o juris tantum, cabendo Ã parte contrÃ¡ria o Ã´nus da prova em contrÃ¡rio, havendo tambÃ©m a faculdade atribuÃda ao magistrado de solicitar que o requerente do benefÃcio comprove a impossibilidade de arcar com as custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃcios. Assim, Ã© imperioso que seja devidamente fundamentada a decisÃ£o que indeferir o pedido de justiÃ§a gratuita [...] (TJPA - APELAÃÃO - PROCESSO NÂº 0004211-74.2012.8.14.0008 -- DECISÃO MONOCRÃTICA - REL. DES. JOSÃ MARIA TEXEIRA DO ROSÃRIO; Pub. DJe 25.09.2017) Â Â Â Â Â Â Portanto, com base nas informaÃ§Ãµes constantes na petiÃ§Ã£o inicial, vÃª-se que a parte autora se declara estar em situaÃ§Ã£o econÃ´mica que nÃ£o lhe permite pagar os encargos processuais. Desta feita, com fulcro nos arts. 5Âº, LXXIV da CF/1988, 98, caput e 99, caput, Â§ 3Âº e 485, Â§7Âº do CÃ³digo de Processo Civil (CPC), defiro a solicitaÃ§Ã£o dos benefÃcios da gratuidade da justiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â 2. Assim, determino a arquivamento os autos, fisicamente e via LIBRA. Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se Â Â Â Â Â Â Â Barcarena-PA, 30 de setembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃza de Direito Titular da 1Âª Vara CÃvel e Empresarial de Barcarena-Pa PROCESSO: 00081401820128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERIDO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) REQUERENTE:ERIKA GEMAQUE TOMKEWITZ Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) . SENTENÃA Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Erika Gemaque Tomkewitz, qualificada na inicial, atravÃ©s de advogado particular, interpÃ´s os presentes Embargos de DeclaraÃ§Ã£o, aduzindo que, contraditÃ³ria a sentenÃ§a quanto o deferimento da justiÃ§a gratuita pelo que requer que seja suprida a omissÃ£o apontada, bem como omissa com relaÃ§Ã£o a argumentos nÃ£o apreciados na sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificada a tempestividade dos embargos. Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Passo a decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ConheÃ§o dos embargos e os acolho em parte, tendo em vista que a sentenÃ§a condenou a requerente no pagamento de custas processuais, razÃ£o pela qual, incluo a seguinte redaÃ§Ã£o na parte dispositiva da sentenÃ§a: Â¿Sem custas, deferidoÂ o pedido de justiÃ§a gratuitaÂ¿. Â No mais, persiste a sentenÃ§a tal como estÃ¡ lanÃ§ada, eis que a sentenÃ§a estÃ¡ fundamentada em disposiÃ§Ãµes legas, nÃ£o havendo omissÃ£o a ser sanada por meio de embargos de declaraÃ§Ã£o. Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se. Â Â Â Â Â Barcarena, 30 de setembro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃza de Direito PROCESSO: 00083957320128140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERIDO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) REQUERENTE:JANETE FERREIRA VALENTE Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) . DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o Ã fl. 49, certifique-se o trÃ¢nsito da sentenÃ§a proferida Ã s fls. 13/15. 2.Â Â Â Â Â Em relaÃ§Ã£o a gratuidade de justiÃ§a solicitada neste feito, em casos idÃªnticos ao presente, a jurisprudÃªncia do TJPA se posicionou da seguinte forma: [...] concedo Ã parte apelante os benefÃ-cios da gratuidade de justiÃ§a, eis que, nos termos do art. 90, Â§3Â° do Novo CPC, Â¿Presume-se verdadeira a alegaÃ§Ã£o de insuficiÃªncia deduzida exclusivamente por pessoa naturalÂ¿. Ressalto que tal declaraÃ§Ã£o goza de presunÃ§Ã£o juris tantum, cabendo Ã parte contrÃ¡ria o Ã´nus da prova em contrÃ¡rio, havendo tambÃ©m a faculdade atribuÃ-da ao magistrado de solicitar que o requerente do benefÃ-cio comprove a impossibilidade de arcar com as custas processuais e honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Assim, Ã© imperioso que seja devidamente fundamentada a decisÃ£o que indeferir o pedido de justiÃ§a gratuita [...] (TJPA - APELAÃÃO - PROCESSO NÂº 0004211-74.2012.8.14.0008 -- DECISÃO MONOCRÃTICA - REL. DES. JOSÃ MARIA TEXEIRA DO ROSÃRIO; Pub. DJe 25.09.2017). Portanto, com base nas informaÃ§Ãµes constantes na petiÃ§Ã£o inicial, vÃª-se que a parte autora se declara estar em situaÃ§Ã£o econÃ´mica que nÃ£o lhe permite pagar os encargos processuais. Desta feita, com fulcro nos arts. 5Âº, LXXIV da CF/1988, 98, caput e 99, caput, Â§ 3Âº e 485, Â§7Âº do CÃ³digo de Processo Civil (CPC), defiro a solicitaÃ§Ã£o dos benefÃ-cios da gratuidade da justiÃ§a. 3.Â Â Â Â Â Assim, determino a arquivamento os autos, fisicamente e via LIBRA. 4.Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intime-se Barcarena-PA, 30 de setembro de 2021 Â Â Â Â Â Â Â CARLA SODRÃ DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito Titular da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Barcarena-Pa PROCESSO: 00767953720158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACLENELMA FERREIRA SOUSA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 173314 - LUCIANO ZAUHY AZEVEDO (ADVOGADO) OAB 19431-A - CARLA PASSOS MELHADO COCHI (ADVOGADO) OAB 13536 - CELSO MARCON (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE MANUEL DA SILVA. ATO ORDINATÃRIO Em cumprimento ao artigo 1Âº, Â§ 2Âº, inc. XI, do Provimento 006/2009 Â¿ CJCI, e conforme determinado na sentenÃ§a proferida nos autos: - Fica a parte Requerente/Exequente intimada, atravÃ©s de seu Advogado, para proceder o devido pagamento das custas finais, no prazo de quinze(15) dias, sob pena de inscriÃ§Ã£o em dÃ-vida ativa, bem como, juntar o comprovante do pagamento nos presentes autos. Barcarena/PA,Â 10 de novembro de 2021. Aclenelma F. Sousa Diretora de Secretaria da 1Âª Vara CÃ-vel de Barcarena/PA PROCESSO: 00767953720158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 11/11/2021 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 173314 - LUCIANO ZAUHY AZEVEDO (ADVOGADO) OAB 19431-A - CARLA PASSOS MELHADO COCHI (ADVOGADO) OAB 13536 - CELSO MARCON (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE MANUEL DA SILVA. 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Barcarena Ã©SENTENÃA Trata-se de AÃ§Ã£o de Busca e ApreensÃ£o, ajuizado por BANCO ITAUCARD S/A, em que o autor peticionou pleiteando a homologaÃ§Ã£o da desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o por nÃ£o possuir mais interesse no prosseguimento do feito. Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Homologo a desistÃªncia a fim de que surtam seus jurÃ-dicos e legais efeitos, pelo que extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, VIII do CPC. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio Custas pelo requerente. Retire-se eventual bloqueio incidente sobre o veÃ-culo. P. R. I. C. Barcarena/PA, 21 de julho de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum da Comarca de Barcarena - ParÃ¡ Av. MagalhÃ£es Barata, s/n Â¿ Centro CEP 68.445.000, fone/fax 91-3753.1319. PROCESSO: 01078414420158140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI A??o: Procedimento Sumário em: 11/11/2021 REQUERENTE:PAULO ARAUJO DOS SANTOS Representante(s): OAB 19550 - LILIAN DA SILVA LEAO VAZ (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CRUZEIRO DO SUL. 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Barcarena Ã©SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o declaratÃ³ria de inexistÃªncia de dÃ©bito c/c danos morais pleiteada por PAULO ARAÃJO DOS SANTOS em face de BANCO CRUZEIRO DO SUL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O requerente peticionou, requerendo a homologaÃ§Ã£o da desistÃªncia da presente aÃ§Ã£o por nÃ£o possuir mais interesse no prosseguimento do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã O RELATÃRIO. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Homologo a desistÃªncia a fim de que surtam seus jurÃ-dicos e leais efeitos, pelo que extingo o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o exequente ao pagamento de custas, entretanto, estas ficam em condiÃ§Ã£o suspensiva de

exigibilidade, ante a gratuidade deferida nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Barcarena/PA, 01 de outubro de 2021. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI JuÃ-za de Direito FÃ³rum da Comarca de Barcarena - ParÃ¡ Av. MagalhÃ£es Barata, s/n Â¿ Centro CEP 68.445.000, fone/fax 91-3753.1319.

COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ

RESENHA: 09/11/2021 A 10/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE SANTA MARIA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE SANTA MARIA DO PARA PROCESSO: 00014631920128140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Procedimento de Conhecimento em: 09/11/2021 REQUERENTE:MARIA DE NAZARE DANIEL Representante(s): OAB 7654 - JORGE LUIS DA SILVA ALEXANDRE (ADVOGADO) OAB 22277 - TERCYO FEITOSA PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA. Processo: 00014631920128140057 DESPACHO Â Â Â Â Defiro o pedido, intime-se o requerente na pessoa de seu advogado via DJE para impulsionar no prazo de 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Transcorrido o prazo sem manifestaÃ§Ã£o, arquive-se. Â Â Â Â Publicado em gabinete. Santa Maria do ParÃ¡ (Pa), 08 de novembro de 2021. Â Ana Louise Ramos dos Santos JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de Santa Maria do ParÃ¡/Pa PROCESSO: 00064303420178140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 09/11/2021 DENUNCIADO:GLEISON RANIE DA SILVA LIMA VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Considera-se intimado o acusado, por meio de seu advogado e via DJE, para que apresente os memoriais finais no prazo de 5 (cinco) dias. NÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o do advogado constituÃ-do nos autos, intime-se pessoalmente o rÃ©u para constituir novo advogado ou informar que pretende ser assistido por advogado dativo. Manifestando o rÃ©u que pretende ser assistido por advogado dativo ou decorrido o prazo sem resposta, retornem os autos conclusos. Santa Maria do ParÃ¡ (Pa), 08 de novembro de 2021. Ana Louise Ramos dos Santos JuÃ-za de Direito Titular da Comarca de Santa Maria do ParÃ¡/Pa PROCESSO: 00001369320058140057 PROCESSO ANTIGO: 200510001205 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Ação Civil de Improbidade Administrativa em: 10/11/2021 REQUERIDO:ANTONIO NOGUEIRA DE SOUSA Representante(s): OAB 14856 - FELIPE LEAO FERRY (ADVOGADO) REPRESENTANTE:MARIFRANCA DO SOCORRO SOUZA DE OLIVEIRA REQUERENTE:MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO PARA-PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 16269-B - BRUNO HENRIQUE REIS GUEDES (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Considera-se intimado o executado, por meio de seu advogado, via DJE, para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais da impugnaÃ§Ã£o ao cumprimento de sentenÃ§a, por forÃ§a do art. 21, Â§8Âº da Lei Estadual nÂº 8.328 de 2015, sob pena de rejeiÃ§Ã£o liminar da impugnaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Publicado em gabinete. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Santa Maria Do ParÃ¡ (PA), 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ana Louise Ramos dos Santos Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00050440320168140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS A??o: Execução de Alimentos em: 10/11/2021 EXEQUENTE:J. N. S. S. EXECUTADO:ROGERIO DE MELO SARAIVA REPRESENTANTE:ANA SOUZA DE MELO Representante(s): OAB 31871 - PAULO AUGUSTO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . Autos: 0005044-03.2016.8.14.0057 SENTENÃA Vistos. Trata-se de EXECUÃÃO DE ALIMENTOS proposta por J.N.D.S.S., menor impÃºbere, representado por sua avÃ³ ANA SOUZA DE MELO, em face de ROGERIO DE MELO SARAIVA, estando as partes devidamente qualificadas na presente aÃ§Ã£o. A parte requerida vem cumprido com o pagamento mensal dos alimentos, conforme manifestaÃ§Ã£o do patrono da autora de fls. 26/27. O MinistÃ©rio PÃºblico manifestou-se favoravelmente a extinÃ§Ã£o. Vieram os autos conclusos. Ã o relato. Decido. Defiro a gratuidade. Considerando a manifestaÃ§Ã£o acostada nos presentes autos, entendo que o objeto da aÃ§Ã£o foi alcanÃ§ado. Assim, nÃ£o Ã© razoÃ¡vel postergar o feito se a obrigaÃ§Ã£o foi satisfeita. Diante do exposto, resolvo o processo conforme o art. 924, inciso II do CÃ³digo de Processo Civil. Sem custas.Â SENTENÃA PUBLICADA EM GABINETE. Registre-se. Intimem-se. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos oportunamente Â Santa Maria do ParÃ¡/PA, 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS Â JuÃ-za de Direito. PROCESSO: 00004765020108140057 PROCESSO ANTIGO: 201010003569 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: J. G. P. Representante(s): OAB 25403 - FRANCISCO SIMAO SALES PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO: N. F. C. REPRESENTANTE: G. P. A. Representante(s): OAB 25403 - FRANCISCO SIMAO SALES PINHEIRO (ADVOGADO)

COMARCA DE ITAITUBA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

Ação Penal nº. 0802667-52.2021.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réus: WEYKSON DOS ANJOS BARROS e DIEGO RAUNE SANTOS DA LUZ. **ADVOGADO(A)**: **LUCIVAN DIAS DA SILVA** (OAB/PA 29956). **INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A): LUCIVAN DIAS DA SILVA** (OAB/PA 29956)., para que no **dia 06 (seis) de dezembro de 2021, às 09h00min**, compareça à audiência de instrução e julgamento, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

Itaituba ¿ Pará, 10/11/2021.

IRENILDA PEREIRA

VARA CRIMINAL DE ITAITUBA/PA

PROCESSO. AÇÃO PENAL: **00033818920148140024** DENUNCIADO: **BERNARDINA NUNES DA SILVA. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO:** Nos termos do Art. 1º, § 2º, inc. II do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, fica(m) o(s) Advogado(s) Dhebora Araújo Mello, OAB/PA 13.420. INTIMADO(S): para que no prazo legal apresente rol de testemunhas. Elisson Proner Storti. Diretor de Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Itaituba/PA.

PROCESSO. AÇÃO PENAL: **00022837200088140024** DENUNCIADO: **ALDAIR LAGO DA CRUZ. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO:** Nos termos do Art. 1º, § 2º, inc. II do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, fica(m) o(s) Advogado(s) José Luis Pereira de Souza, OAB/PA 12.993. INTIMADO(S): para que no prazo de 2 (dois) dias apresente as razões do recurso. Elisson Proner Storti. Diretor de Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Itaituba/PA.

AÇ¿O PENAL

PROCESSO Nº 0006005-38.2019.8.14.0024

RÉU: RAIMUNDO GONÇALVES SANTIAGO FILHO

DEFESA: IGOR FREITAS DE AGUIAR, OAB/PA Nº 25.069 e LUIZ HENRIQUE GOMES FILHO, OAB/PA Nº 28.944.

SENTENÇA

Vistos e examinados os autos.

1. RELATÓRIO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ** ofereceu denúncia contra **RAIMUNDO GONÇALVES SANTIAGO FILHO**, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do **artigo 121, caput, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro (CPB): homicídio simples tentado**.

Extrai-se da denúncia (fls 02/03):

Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a responsabilidade delitiva do denunciado RAIMUNDO GONÇALVES SANTIAGO FILHO, vulgo ¿ALEXANDRE¿, no cometimento do crime de homicídio de forma tentada, tipificado no artigo 121 c/c art. 14, II, ambos do CPB, que teve como vítima MAURO GUIMARÃES GOMES.

Noticia a peça inquisitorial em anexo que, por volta das 02:20h do dia 16/06/2019, o denunciado RAIMUNDO GONÇALVES SANTIAGO FILHO, vulgo ¿ALEXANDRE¿, estava ingerindo bebida alcoólica junto com a vítima MAURO GUIMARÃES GOMES e KELVE SALES DE ARAÚJO, além de outras pessoas, ocasião em que, quando a vítima MAURO começou a reclamar com o denunciado RAIMUNDO GONÇALVES devido ter derramado um resto de cerveja que havia esquentado.

Após os questionamentos, o denunciado RAIMUNDO GONÇALVES resolveu ir embora do local e quando já estava saindo MAURO passou a xingá-lo de moleque e partiu para cima do denunciado, agarrando-a pela camisa. Logo, o denunciado, imbuído com animus necandi, sacou uma faca que portava em sua cintura e desferiu dois golpes contra a vítima MAURO.

Durante a confusão, o denunciado também acabou lesionando-se no braço e foi ao hospital, bem como a vítima MAURO foi socorrido por populares.

Policiais militares foram acionados e conseguiram capturar o imputado que foi conduzido até a delegacia de polícia e autuado em flagrante pelo crime de homicídio tentado. A vítima passou por cirurgia devido à gravidade dos ferimentos e até o momento encontra-se internado na unidade médica inconsciente.

Laudo de lesão corporal do denunciado acostado às fls.43/43-v.

A denúncia foi recebida em 12.08.2019, conforme decisão de fls. 44/45, sendo o réu citado em 27.08.2019.

Às fls. 49/53, a defesa apresentou resposta à acusação c/c pedido de revogação da prisão preventiva.

Às fls. 79/79-v, o Ministério Público se manifestou pela manutenção da prisão preventiva do réu.

Audiência de Instrução realizada em 23.10.2019, oportunidade na qual foram ouvidas as testemunhas MAURO GUIMARÃES GOMES, GEANE PEREIRA PACHECO e THIAGO RAMON DE ARAÚJO RABELO, sendo, por fim, qualificado e interrogado o réu.

Laudo de lesão corporal da vítima MAURO GUIMARÃES GOMES juntado às fls. 102/102-v.

Em sede de alegações finais orais, a representante do parquet requereu a pronúncia do acusado Raimundo Gonçalves Santiago Filho, nos termos do artigo 121, caput, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro (CPB). A defesa, em memoriais escritos, pugnou pela desclassificação do delito capitulado na denúncia para o de lesão corporal.

Vieram os autos conclusos.

É a síntese do necessário. Doravante, decido.

2. FUNDAMENTAÇ¿O

A pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação, adstrito à existência de prova da materialidade do delito e suficientes indícios da autoria, evitando-se um exame aprofundado da prova a fim de não influir indevidamente no convencimento dos jurados, que são os juízes naturais da causa. Sendo a presente fase meramente declaratória da admissibilidade da acusação, importa, no momento, em observar a existência do crime e a ocorrência de indícios da autoria.

1. Entendo que há razão, em parte, nas alegações do Ministério Público, devendo o acusado ser pronunciado para ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri pela prática pelo crime de homicídio simples tentado, nos moldes do que preceitua o artigo 413, do Código de Processo Penal (CPP), in verbis:

Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da **materialidade do fato** e da existência de **indícios suficientes de autoria ou de participação**. § 1º A fundamentação da pronúncia limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, **devendo o juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena.**

1. Nestes termos, a fim de se chegar a uma sentença de pronúncia, há que se demonstrar a conjunção de dois requisitos: **materialidade do crime** e **indícios de autoria ou participação** em relação ao réu.
2. Quanto ao primeiro, não há dúvidas de sua significação. Exige-se a certeza quanto à **materialidade do crime**, a fim de se prosseguir com a responsabilização do acusado, a qual pode ser comprovada pelo boletim de ocorrência policial (fl. 06), pelo laudo de lesão corporal da vítima (fls. 102/102-v) e pelo depoimento das testemunhas de acusação.
3. No que diz respeito à **autoria**, neste momento, o legislador contenta-se com a existência, apenas, de indícios. É que, nesta fase processual, exige-se do Julgador apenas um juízo de admissibilidade da acusação, não havendo, aqui, a aplicação do princípio in dubio pro reo, mas, sim, o princípio in dubio pro societate. No caso em tela, entendo como suficientes os depoimentos das testemunhas de acusação prestados em juízo, aliados às demais provas já produzidas e carreadas aos autos.
4. Dessa maneira, tais elementos são suficientes para o convencimento deste magistrado de que o acusado deve ser pronunciado, a fim de que seu julgamento ocorra pelo juiz natural da causa:

Tribunal do Júri.

5. Nestes termos, a Constituição de 1988, em inciso XXXVIII, artigo 5º, estabelece que o Tribunal do Júri é órgão jurisdicional competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, não cabendo ao Juízo singular adentrar profundamente no mérito da causa, sob pena de usurpação da competência constitucional do Tribunal do Povo.
6. Enfim, não se vislumbra, a priori, qualquer circunstância que exclua a antijuridicidade do fato, bem como qualquer excludente de culpabilidade, por ser o acusado claramente imputável, ter, certamente, consciência da ilicitude do fato e lhe ser, no caso em tela, exigida conduta diversa, vez que não agiu sob coação irresistível ou em obediência hierárquica.

3. DISPOSITIVO

Diante do exposto e considerando tudo o que mais dos autos consta, convencendo-me da existência do crime e de evidências de sua autoria, com fundamento do artigo 408 do Código de Processo Penal (CPP), **PRONUNCIO** o réu **RAIMUNDO GONÇALVES SANTIAGO FILHO,** já qualificado nestes autos, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, pela prática do crime de homicídio simples tentado, previsto no **artigo 121, caput, c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro (CPB),** tendo como vítima **MAURO GUIMARÃES GOMES.**

4. DISPOSIÇõES FINAIS

Por último, **DETERMINO:**

01. **CIÊNCIA** ao Ministério Público e à Defesa (Defensoria Pública ou advogado constituído);

02. **INTIME-SE** o acusado pessoalmente desta sentença;

03. Após o trânsito em julgado, **REALIZE-SE** as devidas anotações;

04. Enfim, **RETORNEM-ME** os autos para designação de Plenário do Júri.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Itaituba, PA, 15 de março de 2021.

Jacob Arnaldo Campos Farache

Juiz de Direito

Ação Penal nº. 0802481-63.2020.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réu : MAYCON DA CUNHA HOTHOVOLPHO. **ADVOGADO(A)**: **LUCAS EDUARDO DOS SANTOS LEITÃO** (OAB/PA 29.402). **INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A): LUCAS EDUARDO DOS SANTOS LEITÃO** (OAB/PA 29.402), para que no **06 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 11H00MIN**, compareça à audiência continuação da instrução, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

IRENILDA MARTA PORTO PEREIRA

Vara Criminal da Comarca de Itaituba

Ação Penal nº. 0802481-63.2020.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réu(s):MATEUS COSTA GUEDES. **ADVOGADO(A)**: FLAVIO ALBUCAR SILVA FERNANDES (OAB/PA 21.241). **INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A):** FLAVIO ALBUCAR SILVA FERNANDES (OAB/PA 21.241)), para que no **06 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 11H00MIN**, compareça à audiência de continuação da instrução, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

IRENILDA MARTA PORTO PEREIRA

Vara Criminal da Comarca de Itaituba

Ação Penal nº. 0802481-63.2020.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réu: MATEUS COSTA GUEDES. **ADVOGADO(A)**: AUGUSTO VINICIUS FERNANDES MARTINS (OAB/PA 29.575-B)). **INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A):** AUGUSTO VINICIUS FERNANDES MARTINS (OAB/PA 29.575-B), para que no **06 DE DEZMBRO DE 2021, ÀS 11H00MIN**, compareça à audiência de continuação da instrução, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

IRENILDA MARTA PORTO PEREIRA

Vara Criminal da Comarca de Itaituba

Ação Penal nº. 0802481-63.2020.8.14.0024**.** Autor: Ministério Público Estadual. Réu: MAYCON DA CUNHA HOTHOVOLPHO. **ADVOGADO(A)**: SABRINA ALVES ASSUNÇÃO (OAB/PA 27.516). **INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A):**SABRINA ALVES ASSUNÇÃO (OAB/PA 27.516), para que no **06 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 11H00MIN**, compareça à audiência de continuação da instrução, na sala de audiências da Vara Criminal de Itaituba, situada na Trav. Paes de Carvalho, nº 50, Bairro Centro, Itaituba/PA.

IRENILDA MARTA PORTO PEREIRA

Vara Criminal da Comarca de Itaituba

COMARCA DE RURÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS

DECIS¿O/DESPACHO

Trata-se de pedido de aç¿o penal instaurada pelo Ministério Público Estadual, para apurar o cometimento dos delitos previstos nos art. 33 caput e Art.35 caput, ambos da Lei 11.343/06, em favor de JORGE ALVES DA SILVA, vulgo ¿CIGARR¿O¿, ANTONIO MARCOS MORENO DA SILVA, JO¿O BORGES DE ASSUNÇ¿ORGE ALVES DA SILVA JORGE ALVES DA SILVA, vulgo ¿CABELUDO¿ E KELIMAR MARQUES DE OLIVEIRA.

Observo que consta dois processos em andamento com o mesmo número 0000350-79.2012.8.14.0073 que versam sobre os mesmos fatos e as mesmas partes, sendo que um dos processos foi digitalizado e migrado para o PJE, mas o andamento do processo físico está mais adiantado.

1. Desta feita, determino que seja digitalizado o processo físico que está mais adiantado e, por consequência junte-se aos autos do processo no PJE que está com a mesma numeraç¿o.

2. Por motivo de restruturaç¿o de pauta, redesigno a audiência de instruç¿o e julgamento designada para o dia 10/11/2021, para o dia **06 abril de 2022, às 09:00 horas,** quando proceder-se-á a tomada de declaraç¿es das testemunhas arroladas pela acusaç¿o e pela defesa, interrogando-se, em seguida, o(s) denunciado(s), acaso compareça, e procedendo-se o debate. **INTIME-SE** o acusado e as testemunhas arroladas, conforme endereços constantes nos autos.

3. Se a testemunha intimada n¿o comparecer advirto que será conduzida coercitivamente por meio de força policial, sem prejuízo das penas do crime de desobediência e aplicaç¿o de multa de um salário mínimo caso faltem injustificadamente.

4. Caso alguma testemunha resida em outra Comarca, expeça-se Carta Precatória para que seja ouvida no juízo deprecado.

Dê ciência ao Ministério Público e a Defesa do acusado, via DJE.

Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício/alvará, na forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 amos da CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.

Rurópolis/PA, 22 de outubro de 2021.

JULIANA FERNANDES NEVES

Juíza de Direito.

COMARCA DE REDENÇÃO

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE REDENÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO Nº 0002451-60.2009.814.0045

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **FRANCISCO CARLOS ANDRADE DE GODOI**

Qualificação: ignorado

Portador do CPF: 963.391.608-91 e RG:9161048-5.

Data de Nascimento: ignorado

Mãe: ignorado

Pai: ignorado

CAPITULAÇÃO: **Art.168, §1º, III do CPB.**

DATA E LOCAL DO FATO: setembro de 2006 em Pau D¿arco.

O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

FAZ SABER,

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos nove (09) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU

_____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO Nº 0002653-41.2010.814.0045

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **ANTÔNIO RAIMUNDO DOS SANTOS**

Qualificação: Brasileiro, desempregado, natural de Santa Quiteria-Ma.

Portador do CPF: 963.391.608-91 e RG:9161048-5.

Data de Nascimento: 22.01.1972

Mãe: FRANCISCA DE ASSIS DOS SANTOS

Pai: ignorado

CAPITULAÇÃO: **Art.14 da Lei nº10.826/03.**

DATA E LOCAL DO FATO: 20 de junho de 2010 em Redenção-Pa.

O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

FAZ SABER,

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos nove (09) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO Nº **0004295-76.2010.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **FRANCISCO CLEYTON GONÇALVES BRAZ**

Qualificação: Brasileiro, solteiro, autômo, natural de Capisa-PI.

Portador do CPF: 915.387.772-15 e RG:.

Data de Nascimento: 21.10.1985

Mãe: INÁCIA BRAZ DOS SANTOS

Pai: JOSÉ GONÇALVES DE SOUSA

GLEIDIAN PEREIRA DE CARVALHO

Qualificação: Brasileiro, solteiro, braçal, natural de Ourilândia do Norte-Pa.

Portador do CPF: 915.387.772-15 e RG:5059787 SSP/PA.

Data de Nascimento: 11.08.1990

Mãe: ALICE PEREIRA DE CARVALHO

Pai: ignorado

CAPITULAÇÃO: **Art.157, §2º, I e II do Código Penal.**

DATA E LOCAL DO FATO: 15 de junho de 2010 em Redenção-Pa.

O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

FAZ SABER,

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar

testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos nove (09) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0000880-79.2010.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **CLÉZIO ROCHA DA SILVA**

Qualificação: Brasileiro, solteiro, cabeleireiro, natural de Redenção-PA.

Portador do CPF: 012.097.692-71

Data de Nascimento: 05.08.1988

Mãe: Ignorado

Pai: Ignorado

CAPITULAÇÃO: **Art.155, §4º, I e IV do Código Penal.**

DATA E LOCAL DO FATO: 13 de março de 2010 em Redenção-Pa.

O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

FAZ SABER,

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial

da Vara Criminal, aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0003377-44.2007.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **Maycon José Sousa Soares**

Qualificação: Brasileiro, solteiro, funcionário público municipal, natural de Rio Maria-PA.

Portador do CPF: 851.514.912-53

Data de Nascimento: 12.08.1982

Mãe: MARIA APARECIDA SOUSA SOARES

Pai: FRANCISCO JOSÉ SOARES

CAPITULAÇÃO: **Art.157, §2º, I e II do Código Penal.**

DATA E LOCAL DO FATO: 09 de set. de 2007 em Redenção-Pa.

O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

FAZ SABER,

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0003925-83.2010.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **JOSIMAR RODRIGUES DA CRUZ**

Qualificação: Brasileiro, solteiro, braçal, natural de Conceição do Araguaia-PA.

Portador do CPF: Ignorado

Data de Nascimento: 07.03.1986

Mãe: LÍDIA RODRIGUES DA SILVA

Pai: HERMÍNIO ALVES DA CRUZ

CAPITULAÇÃO: **Art.155, caput do Código Penal.**

DATA E LOCAL DO FATO: 25 de set. de 2010 em Redenção-Pa.

O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

FAZ SABER,

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0002391-90.2010.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **NILVAN ARAÚJO DA SILVA**

Qualificação: Brasileiro, solteiro, braçal, natural de Bacabal-MA.

Portador do RG: 17797792001-5 SSP/MA

Data de Nascimento: 01.03.1981

Mãe: RAIMUNDA CORDEIRO ARAÚJO

Pai: FRANCISCO BENTO DA SILVA

CAPITULAÇÃO: **Art.217-A C/c o Art.69 do Código Penal.**

DATA E LOCAL DO FATO: Ago. Set. e out. de 2009 em Redenção-Pa.

O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

FAZ SABER,

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

EDITAL DE CITAÇÃO
(Prazo de 15 dias)

AÇÃO: AÇÃO PENAL

PROCESSO **Nº 0003402-37.2008.814.0045**

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU(S): **LEANDRO BARBOSA DE SOUSA**

Qualificação: Brasileiro, solteiro, braçal, natural de Imperatriz-MA.

Portador do CPF: ignorado

Data de Nascimento: 07.03.1988

Mãe: FRANCISCA BARBOSA DE SOUSA

Pai: Ignorado

CAPITULAÇÃO: **Art.157, §2º. I e II do Código Penal.**

DATA E LOCAL DO FATO: 18 de Set de 2008 em Redenção-Pa.

O DOUTOR BRUNO AURÉLIO S. CARRIJO, MM. Juiz de Direito da Vara Criminal desta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, no uso de suas atribuições **legais**, etc...

FAZ SABER,

a todos quanto o **presente** edital verem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria Judicial da Vara Criminal, se processam nos termos legais, denunciado pela prática do crime previsto na legislação pátrio, conforme a capitulação acima mencionada. E, constando dos autos que o(s) acusado(s)supra qualificado(a)(s) encontra(m)-se em local incerto e não sabido, motivo pelo qual expediu-se o presente **EDITAL** com prazo de 15 (quinze dias), pelo que ficará(ão) o(o) mesmo(s) devidamente **CITADO(S)** PARA QUE NO PRAZO **LEGAL**, que é de 10 (dez) dias, querendo ofereça defesa preliminar escrita, das acusações que lhe são feitas, conforme disposto no art. 396 e seguintes do CPP, devendo, nesta, indicar provas que pretende produzir durante a instrução do processo, juntar documentos e justificações, especificar provas pretendidas, requerer perícias, bem como arguir preliminares e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, por fim alegar tudo o que interessar à sua defesa para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado na porta deste Tribunal na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Redenção, Estado do Pará, pela Secretaria Judicial da Vara Criminal, aos dez (10) dias do mês de novembro (11) do ano dois mil e vinte e um (**2.021**), EU _____ (Alan Deivid da Silva Diniz), Estagiário, que digitei, conferi e subscrevo.

GLÁUCIA HELENA SILVA SOUZA

DIRETOR DE SECRETARIA, na forma do art. 1º, inciso IX do Provimento 006/2006-CJ-TJE/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 9 7 7 5 - 1 0 . 2 0 1 8 . 8 . 1 4 . 0 0 4 5 . P R O C E S S O A N T I G O : - - - . MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELYSVANNE SARAIVA ABADIA RIBEIRO. Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021. VITIMA: B. A. C.. DENUNCIADO: LUCIANO ANTONIO

ROSA DA SILVA. Representante(s): OAB/PA 18775 ¿ CLAUDIANY PEREIRA DE SOUZA MARTINS (ADVOGADO).

PROCESSO Nº 0009775-10.2018.8.14.0045 REU: LUCIANO ANTONIO ROSA DA SILVA **ATO ORDINATÓRIO** Ficam as partes, devidamente INTIMADAS da Decisão de ID. 36556864 que designou audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de novembro de 2021, às 14h00min, a ser realizada por videoconferência. Redenção/PA, 10 de novembro de 2021. Elysvanne Saraiva Abadia Ribeiro Analista Judiciário ¿ Mat. 152404

COMARCA DE DOM ELISEU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE DOM ELISEU - VARA: VARA UNICA DE DOM ELISEU PROCESSO: 00000807020008140107 PROCESSO ANTIGO: 200010002050 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ A??o: Ação Civil Pública em: 09/11/2021 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL REQUERIDO:ANTONIO JESUS DE OLIVEIRA. Despacho Â Â Â Â Â Â Proceda-se Ã digitalizaÃ§Ã£o e migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, cumpra-se o determinado pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã s fls. retro. Com a resposta, fica desde jÃ¡ ordenada a intimaÃ§Ã£o do autor para se pronunciar na forma que entender de direito. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Dom Eliseu, 09 de novembro de 2021 Â Diogo Bonfim Fernandez Â Juiz de Direito PROCESSO: 00005236920108140107 PROCESSO ANTIGO: 201010004369 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ A??o: Ação Civil Pública em: 09/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:RERIVALDO SANTOS ROCHA. Despacho Â Â Â Â Â Â Proceda-se Ã migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido ministerial de fl. retro (verso), e determino a intimaÃ§Ã£o do requerido para acostar aos autos o TAC mencionado. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Dom Eliseu, 09 de novembro de 2021 Â Diogo Bonfim Fernandez Â Juiz de Direito PROCESSO: 00009512220088140107 PROCESSO ANTIGO: 200810006484 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ A??o: EXECUÇÃO em: 09/11/2021 EXECUTADO:LIDIANE PIMENTEL FEITOSA Representante(s): OAB 20920-A - SILVINO ALMEIDA DE SOUSA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESPOLIO DE ANTONIO JESUS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 26406-A - LILIANE RISSO ZANETTIN DANIELI (ADVOGADO) EXEQUENTE:GILDA CAVALCANTE BATISTA MARTINS Representante(s): MOISES NORBERTO CORACINI (ADVOGADO) MOISES NORBERTO CORACINI (ADVOGADO) . Despacho Â Â Â Â Â Â Proceda-se Ã migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema PJe. Intimem-se as partes para que se pronunciem acerca da migraÃ§Ã£o, no prazo comum de 05(cinco) dias. Â Â Â Â Â Indefiro o pedido de prorrogaÃ§Ã£o, porquanto formulado hÃ¡ meses sem que, atÃ© a presente data, a parte tenha acostado aos autos a referida documentaÃ§Ã£o. A parte interessada, neste interregno, poderia tÃª-lo feito, mas nÃ£o o fez, manifestando seu desinteresse em atender o pedido. Afora isso, indicar outros bens a penhora. Â Â Â Â Â Fixo a multa no importe de 10%(dez por cento) do valor atualizado do dÃ©bito, nos termos do art. 774, parÃ¡grafo Ãºnico, CPC. Â Â Â Â Â Intime-se o autor para que se pronuncie acerca dos valores em aberto, e no que mais entender de direito. Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Dom Eliseu, 09 de novembro de 2021 Â Diogo Bonfim Fernandez Â Juiz de Direito PROCESSO: 00010016220198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021 MENOR:M. P. F. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) MARIA DE JESUS BITENCOURT PANTOJA FERRAZ (REP LEGAL) REQUERIDO:MUNICIPIO DE DOM ELISEU. SentenÃ§a Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Civil PÃºblica ajuizada pela Defensoria PÃºblica do Estado do ParÃ¡ contra o MunicÃ-pio de Dom Eliseu, em favor de Mateus Pantoja Ferraz, menor pÃºbere representado pela genitor Maria de Jesus Bitencourt Pantoja Ferraz. Â Â Â Â Â Despacho inicial deferindo a liminar. Â Â Â Â Â O requerido, MunicÃ-pio de Dom Eliseu, foi citado e informou o cumprimento da liminar. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â FundamentaÃ§Ã£o Â Â Â Â Â Entendo que o feito se encontra maduro para sentenÃ§a de mÃ©rito. Â Â Â Â Primeiramente, urge lanÃ§ar mÃ£o do tratamento constitucional dispensado ao tema. O art. 196, CF/88, assim dispÃµe: Art. 196. A saÃºde Ã© direito de todos e dever do Estado, garantido mediante polÃ-ticas sociais e econÃ´micas que visem Ã reduÃ§Ã£o do risco de doenÃ§a e de outros agravos e ao acesso universal e igualitÃ¡rio Ã s aÃ§Ãµes e serviÃ§os para sua promoÃ§Ã£o, proteÃ§Ã£o e recuperaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â IndubitÃ¡vel que as normas constitucionais sÃ£o dotadas de forÃ§a normativa, nÃ£o sendo meros conselhos ou mandados a serem cumpridos quando convenientes, ou sujeitos a discricionariedade do administrador. Â Â Â Â Â Tal

qual redigido no artigo, Ã© dever do poder pÃºblico, e nÃ£o escolha, garantir o serviÃ§o de saÃºde. Se assim nÃ£o fosse, seria a Carta Magna mera folha de papel, incapaz de moldar a realidade e convergir aÃ§Ãµes aos seus ditames. Â Â Â Â Â Ademais, cuida-se de direito pÃºblico subjetivo, isto Ã©, o indivÃ-duo pode exigir do poder estatal o seu cumprimento. Â Â Â Â Â Ainda segundo o mesmo artigo, cuida-se de garantia assegurada a todos, portanto, universal, nÃ£o havendo distinÃ§Ã£o quanto aos titulares do direito. Â Â Â Â Â Outrossim, o serviÃ§o deve ser prestado de forma integral, sem discriminaÃ§Ã£o quanto Ã gravidade do quadro do paciente. Ã o que se extrai dos artigos 5Âº, 6Âº e 7Âº, da lei 8.080/90. Â Â Â Â Â Portanto, seja no plano constitucional, seja no legal, hÃ¡ razÃµes jurÃ-dicas a amparar a concessÃ£o do pleito inicial. Â Â Â Â Â Â O MunicÃ-pio de Dom Eliseu fora citado e informou a satisfaÃ§Ã£o da obrigaÃ§Ã£o e apresentou Termo de fornecimento de medicamento assinado pela representante legal da crianÃ§a. Â Â Â Â Â Dispositivo. Â Â Â Â Â Â Portanto, com fulcro no art. 487, I, do CÃ³digo de Processo Civil, julgo procedente o pedido formulado na inicial. Â Â Â Â Â Â Mantenho a decisÃ£o liminar exarada. Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MunicÃ-pio de Dom Eliseu e a Defensoria PÃºblica do Estado. Â Â Â Â Â Â Sem custas e honorÃ¡rios. Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, arquivem-se. Dom Eliseu - PA, 09 de novembro de 2021. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00010232820168140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 09/11/2021 REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:ERIVAN DE JESUS CARVALHO Representante(s): OAB 14587 - TALYTA MYRELLY RAMOS DA SILVA HOLANDA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA GORETH ARAUJO DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 14587 - TALYTA MYRELLY RAMOS DA SILVA HOLANDA (ADVOGADO) REQUERIDO:DARCI BEZERRA CARVALHO Representante(s): OAB 14587 - TALYTA MYRELLY RAMOS DA SILVA HOLANDA (ADVOGADO) . Despacho Â Â Â Â Â Â Junte-se aos autos extrato Renajud, dando conta do bloqueio de veÃ-culos encontrados em nome dos executados. Â Â Â Â Â Junte-se aos autos extrato Sisbajud, dando conta da transferÃªncia do valor bloqueado para a conta judicial. Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se alvarÃ¡ de levantamento do valor, em favor do autor da aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Indefiro o pedido de intimaÃ§Ã£o dos rÃ©us acerca da renÃºncia dos poderes outorgados ao douto causÃ-dico, uma vez se tratar de incumbÃªncia do mesmo, nos termos do art. 112, CPC. Â Â Â Â Â Â Proceda-se a digitalizaÃ§Ã£o e migraÃ§Ã£o dos autos para o sistema PJe. Â Â Â Â Â Â Intime-se o autor para que se manifeste na forma que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Dom Eliseu, 09 de novembro de 2021 Â Diogo Bonfim Fernandez Â Juiz de Direito

COMARCA DE JURUTI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JURUTI

PROCESSO: 0000783-68.2017.8.14.008 ¿ Execução de Titulo Extrajudicial Requerente: BANCO DO ESATDO DO PARA S.A. Advogado: MARIA ROSA DO SOCORRO LOURUNHO DOS SANTOS OAB/PA 9127 ¿ ALLAN PINGARILHO OAB/PA 9.238 Requerido: DOMINGOS DA SILVA BATISTA E OUTROS CERTIDÃO Certifico, para os devidos fins, que em análise aos autos verifiquei a desnecessidade da emissão das custas de fls. 68/70, visto que as custas iniciais quitadas pela parte autora satisfazem os atos praticados até o momento, razão pela qual procedi seu cancelamento. Cumpre informar que, de fato, as custas de citação, penhora e avaliação correspondem à emissão de 3 diligências para cumprimento por Oficial de Justiça conforme dispõe Nota nº16 da Lei 8.328/2015 e explicado certidão de fls. 68, no entanto, ao folhear os autos é possível notar a realização apenas da Citação dos requeridos, não sendo necessário a emissão de custas de penhora e avaliação posteriores, já que não foram realizadas até o momento. No mais, a parte autora comprovou pagamento das custas intermediárias para cumprimento da expedição de carta precatória. Devolvo os autos à Secretaria Judicial para as devidas providências. Todo o referido é verdade, dou fé. Juruti/PA, 21 de outubro de 2021. KARÉM JULIANE AVELINO RÊGO Chefe de Arrecadação Local ¿ Juruti/PA Matrícula 19.038-1

PROCESSO: 0002121-19.2013.8.14.0086 ¿ Cumprimento de Sentença ¿ Requerente: ETRON ESTALEIRO TROMBETAS LTDA Advogado: DEGEORGE COLARES DE SIQUEIRA OAB/PA 15.735-A Requerido: M. HEILAND G COSTA ME Advogado: LUCILENE MARIA GOMES COSTA OAB/PA 17.180-A Requerido: ANDRADE TRANSPORTE POR NAVEGAÇÃO DE CARGA LTDA Requerido; FABIO TEIXEIRA DO NASCIMENTO Advogado: ADECLECY FERREIRA MARQUES JUNIOR OAB/PA OAB/MT 4105 ¿ FRANCIVALDO CARDOSO RODRIGUES OAB/PA 1840 CERTIDÃO Certifico, para os devidos fins de direito, que a parte exequente se manifestou dentro do prazo, e que recolheu a custa processual referente a apenas 01 pesquisa (fl. 248-v). O referido é verdade, dou fé. Juruti, 09 de novembro de 2021. Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento e Mesquita Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM. Juiz, pratico o seguinte ato ordinatório: Intime-se a parte autora para complementar as custas processuais, devendo recolhê-las em quantidade suficiente para a realização da pesquisa em nome dos 03 (três) executados, conforme requerido na petição de fl. 242. Juruti, 09 de novembro de 2021. Rosy Ellem Rodrigues do Nascimento e Mesquita Diretora de Secretaria ¿ matrícula: 143545 Comarca de Juruti.

PROCESSO: 001241-51.2018.8.14.0086 ¿ Ação Penal Procedimento Ordinário Denunciado: HOSALINA MARIA DE AZEVEDO MOURA Advogado: ANTONCIEBRA DARWICH DA SILVA OAB/PA 27.772 ¿ RAFAEL SANTOS DE MOURA OAB/PA 21.735 Denunciado: SUELEN CRISTINA RODRIGUES DA CUNHA BARBOSA Advogado: WESLEY LEAL FERREIRA OAB/PI 5.720 Vitima: R.K.D.N. Requerente: MINISTERO PUBLICO DO PARA DESPACHO-MANDADO-OFÍCIO Vistos etc., 1- Em atenção aos expedientes carreados aos autos (fls. 297, 299/300) intimem-se as rés para que se manifestem a respeito no prazo de 10 (dez) dias. 2- Transcorrido o prazo concedido, certifique-se e voltem conclusos. Servirá o presente despacho, por cópia digitada, como MANDADO/OFÍCIO, na forma do Provimento nº 03/2009, alterado pelo Provimento nº 11/2009 ambos da CJRMB. Cumpra-se com urgência. P. R. I. Juruti, 21 de outubro de 2021. Odinandro Garcia Cunha Juiz de Direito.

PROCESSO: 0008693-78.2019.8.14.0086 ¿ TCO Autor: EDUARDO AZEVEDO NUNES JUNIOR Autor: MAIZAN BRAGA PICANCO vitima: O.E. SENTENÇA-MANDADO Trata-se de TCO lavrado em face de EDUARDO AZEDO NUNES JUNIOR E MAIZAN BRAGA PICANÇO pela suposta prática do delito tipificado no art. 180, §3º do Código Penal. O MP elaborou parecer requerendo a declaração da prescrição da pretensão punitiva, considerando que entre a data da consumação do delito e a presente data, transcorreu o prazo prescricional previsto em lei, bem como requereu a devolução dos valores pagos a título de transação penal aos acusados, tendo em vista que nada da transação, a pretensão punitiva estatal encontrava-se fulminada pela prescrição. Compulsando os autos, observo que assiste razão ao

MP. Com efeito, o delito se consumou em 14/06/2016 e a prescrição ocorreu em junho de 2020. Ante o exposto, com fulcro no art. 107, IV c/c o art. 109, ambos do CP DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE DOS RÉUS EDUARDO AZEDO NUNES JUNIOR E MAIZAN BRAGA PICANÇO em relação aos fatos criminosos que lhes foram atribuídos na denúncia. Defiro o pedido de restituição dos valores recolhidos a título de transação penal aos acusados, devendo a secretaria expedir alvará de levantamento de valores em nome dos acusados. Após o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE com as baixas devidas. Intimem-se os réus para ciência da presente sentença. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Servirá a presente, por cópia digitalizada, como CARTA/MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Juruti-PA, 09 de novembro de 2021. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito

COMARCA DE ORIXIMINA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA

Processo nº0003305-21.2017.8.14.0037. ¿FURTO DENUNCIADO: THIAGO DA CONCEIÇÃO SILVEIRA(Adv. DR JOAQUIM SIMOES NETO, OAB/PA 8073). **Fica o DENUNCIADO INTIMADO ATRAVÉS DO SEU Advogado para conhecimento do inteiro teor da r. Sentença de fls. 54/55dos autos.** Oriximiná/PA 10 de novembro de 2021. Dr. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA - Juiz de Direito da comarca de Oriximiná/PA.

Processo nº 0109472-33.2015.8.14.0037. DENUNCIADO: LUCIVALDO DA SILVA NASCIMENTO (Adv. TELMA SIQUEIRA GATO OAB: 10.060). **Fica o Advogado devidamente intimado do inteiro teor da r. Sentença de fls. 57 A 60 dos autos.** Oriximiná/PA,10 DE NOVEMBRO 2021. Dr. WALLACE CARNEIRO DE SOUSA - Juiz de Direito da comarca de Oriximiná/PA.

COMARCA DE OBIDOS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OBIDOS

PROCESSO n.º 0002710-57.2019.8.14.0035. AÇÃO PENAL. AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO. RÉU: CLAUDENILSON SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO: ANTUNES MULLER VINHOTE DE VASCONCELOS ¿ OAB/PA 20.527).

SENTENÇA: III ¿ DISPOSITIVO Diante do acima exposto **JULGO IMPROCEDENTE** a pretens¿o punitiva deduzida na denúncia, para, **ABSOLVER** o réu **CLAUDENILSON SILVA DOS SANTOS, alcunha ¿Gago¿,** da acusaç¿o de infraç¿o ao art. 157, §2º, II, §2-A, I e §3º, I c/c art. 14, II do Código Penal Brasileiro, o que faço nos termos do art. 386 V e VII do Código de Processo Penal, por n¿o existir prova suficientes de autoria e materialidade delitiva. REVOGO as medidas cautelares fixadas. Transitada em julgado e mantida a absolviç¿o, dê-se baixa na culpa, oficiando à Polícia Civil para retirar dos órg¿os de estatística criminal os nomes dos autores, assim como deverá o diretor de secretaria, de igual forma, observar as cautelas necessárias no sistema do Tribunal. Após, n¿o havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado e o cumprimento integral das diligências desta sentença e, finalmente, dê-se baixa na distribuição, arquivando-se os autos. **Intime-se pessoalmente o réu e seu advogado, este último pelo DJE. Ciência pessoal ao Ministério Público do Estado do Pará.** Expedientes Necessários. SERVE A PRESENTE SENTENÇA COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO. Óbidos-PA, 30 de outubro de 2021. Clemilton Salom¿o De Oliveira. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de ÓBIDOS/PA.

PROCESSO n.º 0000148-42.2009.8.14.0035. AÇÃO PENAL. AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO. RÉU: V.D.S.S. (ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ).

SENTENÇA: III ¿ DISPOSITIVO Diante do exposto e de tudo os mais que dos autos constam, **JULGO PROCEDENTE o pedido contido na denúncia para CONDENAR o réu VALDENIR DOS SANTOS SILVA pela prática da infraç¿o penal prevista no art. 217-A do CP com a pena do revogado art. 214, parágrafo único do CP,** pelo que passo a realizar a dosimetria da pena em conformidade com o previsto pelo art. 68 do CPB. **CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CP** O grau de reprovabilidade da conduta, respeitante à **culpabilidade**, destoa da prevista na norma incriminadora, uma vez que o réu demonstrou muita frieza e insensibilidade em levar uma adolescente de 12 anos a um motel, com o ardil de dizer que se tratava de uma ¿casinha¿, o que configura alto grau de reprovaç¿o. O réu n¿o registra **antecedentes criminais**. Os elementos da **conduta social do réu n¿o foram aferidos**. A **personalidade** n¿o restou esclarecida de forma negativa. O **motivo** foi a vontade de satisfazer sua lascívia, porém, já é punido pelo tipo penal. As **circunstâncias** se encontram relatadas nos autos, merecendo censura, pois o réu estava em um quarto de motel com uma adolescente de 12 anos, com filme de pornografia sendo apresentado a ela. As **consequências n¿o** s¿o tidas como ruins. O **comportamento da vítima** em nada concorreu para o delito. Analisadas as circunstâncias judiciais, fixo a pena base em **08(oito) anos de reclus¿o, a qual torno DEFINITIVA por inexistir** circunstâncias atenuantes ou agravantes ou causas de diminuiç¿o ou aumento de pena. **DA FIXAÇ¿O DO REGIME PRISIONAL** Fixo como regime de cumprimento da pena o inicialmente **FECHADO**, conforme art. 33, §2º, ¿a¿ do CPB c/c art. 2º, §1º da Lei dos Crimes Hediondos. Neste caso, o condenado n¿o satisfaz as condiç¿es previstas no art. 44, I, do CP, vez que o crime foi cometido com violência presumida. Da mesma forma, entendo que o sursis n¿o pode ser concedido, a teor do art. 77, caput, do CP, pois fora condenado a pena privativa de liberdade superior a 2 (dois) anos. **TENDO em vista que** réu está respondendo ao processo em liberdade, CONCEDO o direito de apelar em liberdade. Considero a sanç¿o cominada necessária e suficiente para os fins a que se destina. Condeno o acusado ao pagamento de custas e despesas judiciais. Havendo o trânsito em julgado desta sentença: a) Lance-se o nome dos réus no rol dos culpados; b) Proceda-se às anotaç¿es e comunicações necessárias; c) Oficie-se ao órg¿o encarregado da estatística criminal (CPP, art. 809). Deixo de fixar indenizaç¿o mínima à vítima por n¿o ter havido pedido expresso nesse sentido. Intime-se pessoalmente o réu e a vítima para ciência desta sentença. Publique-

se. Cientifique-se ao MP. Após, n¿o havendo recurso, certifique-se o trânsito em julgado e o cumprimento integral das diligências desta presente sentença. Finalmente, dê-se baixa na distribuiç¿o, arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Óbidos-PA, 30 de outubro de 2021. Clemilton Salom¿o De Oliveira. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de ÓBIDOS/PA.

RESENHA: 08/11/2021 A 08/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE OBIDOS - VARA: VARA UNICA DE OBIDOS PROCESSO: 00000140919948140035 PROCESSO ANTIGO: 199410000097 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Ação Civil Pública em: 08/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA AUTOR REU:COMPANHIAS DE SANEAMENTO DO PARA - COSANPA. 0000014-09.1994.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§ÃµÃµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00000157219888140035 PROCESSO ANTIGO: 198810000102 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Consignação em Pagamento em: 08/11/2021 AUTOR:IMPORTADORA MAX LTDA Representante(s): OAB 15082 - FERNANDO AMARAL SARRAZIN JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ADA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 21924 - GABRIELA RODRIGUES LAGO COSTA (ADVOGADO) OAB 0542/99 - ESTEFANIA COLMANETTI E ADVOGADOS ASSOCIADOS (SOCIEDADE DE ADVOGADO) . 0000015-72.1988.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO E REMESSA AO ARQUIVO. CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a r. SENTENÃA, proferida nos presentes autos, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, tendo em vista que a as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos. Pelo que, nesta data, faÃ§o o arquivamento definitivo destes autos de ConsignaÃÂ§ÃÂ£o em Pagamento que tramitou sob nÂº. 0000015-72.1988.8.14.0035. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00000181820008140035 PROCESSO ANTIGO: 200010000806 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Mandado de Segurança Cível em: 08/11/2021 IMPETRANTE:JOSE MARIO DE SOUZA - PREFEITO MUNICIPAL Representante(s): SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI (ADVOGADO) IMPETRADO:MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL OBIDOS. 0000018-18.2000.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§ÃµÃµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00000545320018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110000938 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 08/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS - PARA AUTOR:GRACA DOS SANTOS AMARAL Representante(s): OAB 9592 - BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) . 0000054-53.2001.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§ÃµÃµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00000592820018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110001853 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 08/11/2021 AUTOR:MARIA DAS GRACAS RABELO DO NASCIMENTO REU:MUNICIPIO DE OBIDOS - PREFEITURA MUNICIPAL. 0000059-28.2001.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a

Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00000691219988140035 PROCESSO ANTIGO: 199810000522 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REU:PREFEITURA MUNICIPAL DE OBIDOS-PA Representante(s): OTAVIO AUGUSTO DE SOUZA SIMOES RODRIGUES (ADVOGADO) ANTONIO EDER JOHN DE SOUSA COELHO (ADVOGADO) AUTOR:FRANCISCA GARCIA DA SILVA. 0000069-12.1998.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00001030220018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110000798 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 08/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS - PARA AUTOR:MARIA HELENA RIBEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 8177 - IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO (ADVOGADO) OAB 7679 - ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 9427 - MARIA AUGUSTA COHEN DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 9592 - BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) . C E R T I D Ã O Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO que, nesta data, em consulta ao Sistema Libra, PJe e ao arquivo de petiÃ§Ãµes desta Secretaria, constatei que a PARTE EXEQUENTE NÃO apresentou manifestaÃ§Ã£o acerca da IMPUGNAÃÃO A EXECUÃÃO de fl. 120/124, apesar de devidamente intimados por meio de por meio de sua advogada constituÃ-da, conforme DJe de nÂº. 7161/2021 publicado em 15/06/2021. Â O referido Ã© verdade, dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãbidos - PA, 08 de novembro de 2021. Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00001039420108140035 PROCESSO ANTIGO: 201010000440 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:IDVAL MARTINS ALVES DEFENSOR PUBLICO REQUERENTE:ANTONIA CLEIDE PINHEIRO GUIMARAES REQUERIDO:JOAO BATISTA NOGUEIRA FILHO REQUERENTE:J. G. N. . 0000103-94.2010.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00001158920088140035 PROCESSO ANTIGO: 200810001301 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS ADVOGADO:ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA REQUERENTE:MANOEL OLIVEIRA TAVARES. 0000115-89.2008.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00001268120018140035 PROCESSO ANTIGO: 200110001027 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública em: 08/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS - PARA AUTOR:DEJANDIRA DE AQUINO MARQUES Representante(s): OAB 8177 - IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO (ADVOGADO) OAB 7679 - ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR (ADVOGADO) BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) . C E R T I D Ã O Â Â Â Â Â Â Â Â Â CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em consulta ao Sistema LIBRA e ao arquivo de

petiÃ§Ãµes desta Secretaria, nesta data, constatei que NÃO foi apresentada manifestaÃ§Ã£o pelas partes em atendimento ao ordinatÃ³rio de fl. 131, apesar de devidamente intimados por meio do DJe nÂº. 7.156/2021 publicado em 08/06/2021 com cÃ³pia juntado aos autos, pelo que, NÃO foi possÃ-vel expedir o RPV em cumprimento a decisÃ£o de fl. 130. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O referido Ã© verdade, dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ãbidos - PA, 08 de novembro de 2021. Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio Mat. 118.443 PROCESSO: 00001300620038140035 PROCESSO ANTIGO: 200310000647 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): TATIANA SELIGMANN LEDO (ADVOGADO) EXECUTADO:VALCY VIEIRA DE BRITO. 0000130-06.2003.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00001434620088140035 PROCESSO ANTIGO: 200810001707 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS ADVOGADO:ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA REQUERENTE:MARIA DE JESUS PINHEIRO DA SILVA. 0000143-46.2008.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00002140320098140035 PROCESSO ANTIGO: 200910001798 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA EXECUTADO:WANER ALMEIDA DE OLIVEIRA REPRESENTANTE:NELSON RUBENS ROFFEBORGES. 0000214-03.2009.8.14.0035 ATO ORDINATÃRIO Nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, tendo em vista que nÃ£o consta no sistema LIBRA a informaÃ§Ã£o acerca da restituiÃ§Ã£o dos presentes autos de nÂº 0000214-03.2009.8.14.0035 no prazo legal do ato, pelo que, PROCEDO COM A INTIMAÃÃO DO(S) ADVOGADOS(S) para que devolva-o, no prazo de 03 (trÃªs) dias, nos termos do art. 234 do CPC/2015 OU, se assim jÃ¡ fez, apresente comprovante em secretaria. Ãbidos-PA, 8 de novembro de 2021. REGINALDO CHAAR JUNIOR Analista JudiciÃ¡rio - Mat.Â 118443 PROCESSO: 00003155920088140035 PROCESSO ANTIGO: 200810003141 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS REQUERENTE:RAIMUNDO CAETANO Representante(s): ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA (ADVOGADO) REQUERENTE:RAIMUNDO CAETANO Representante(s): OAB 13253-A - ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA (ADVOGADO) . 0000315-59.2008.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO E REMESSA AO ARQUIVO. CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a r. SENTENÃA, proferida nos presentes autos, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, tendo em vista que a as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos. Pelo que, nesta data, faÃ§o o arquivamento definitivo destes autos de Procedimento Comum CÃÂ-vel que tramitou sob nÂº. 0000315-59.2008.8.14.0035. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00003416820108140035 PROCESSO ANTIGO: 201010001571 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:DEFENSORIA PUBLICA DA COMARCA DE OBIDOS PARA REQUERENTE:M. S. M. REQUERIDO:MANOEL PEREIRA MOREIRA REQUERENTE:IVANETE SANTOS DA SILVA. 0000341-68.2010.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o

processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00004433520058140035 PROCESSO ANTIGO: 200510001669 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Sumário em: 08/11/2021 ADVOGADO:ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR REQUERIDO:MUNICIPIO DE OBIDOS - PARA REQUERENTE:CLEIA GUIMARAES FRANCO Representante(s): OAB 9592 - BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) . 0000443-35.2005.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00005434920118140035 PROCESSO ANTIGO: 201110003534 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: 08/11/2021 VITIMA:O. E. AUTOR:DELEGADA DE POLICIA CIVIL DE OBIDOS INFRATOR:LUCIANO DE ARUJO BORGES. 0000543-49.2011.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00006396720078140035 PROCESSO ANTIGO: 200710005544 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021 OBSERVACAO:CARTORIO FERREIRA - 2º OFICIO PACIENTE:T. G. S. REQUERIDO:LUIZ GONZAGA BARROS TAVARES REQUERENTE:ALBA MARIA GARPAR DOS SANTOS. 0000639-67.2007.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00006452620188140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta de Ordem Cível em: 08/11/2021 DEPRECANTE:PRIMEIRA TURMA DE DIREITO PUBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO PARA DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS. 0000645-26.2018.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00007097120108140035 PROCESSO ANTIGO: 201010003931 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 INVENTARIADO:TERTULIANO DE ALMEIDA PAIVA INVENTARIANTE:SIMONE LOPES DOS SANTOS Representante(s): OAB 12411 - ALAN JONATAS SILVA DOS REIS (ADVOGADO) . 0000709-71.2010.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00007173120108140035 PROCESSO ANTIGO: 201010003999 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento

de sentença em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:IDVAL MARTINS ALVES DEFENSOR PUBLICO REQUERENTE:A. F. A. B. REQUERENTE:A. F. A. B. RECORRENTE:FRANCI LUCIA PINTO DE ARAUJO REQUERIDO:AZAMOR DE SOUZA BATISTA. 0000717-31.2010.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00007665620098140035 PROCESSO ANTIGO: 200910005873 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REQUERENTE:S. L. C. S. REPRESENTANTE:SOCORRO SHEILA RIBEIRO CERDEIRA Representante(s): IDVAL MARTINS ALVES DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO CLEY RIBEIRO DA SILVA. 0000766-56.2009.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00008097720118140035 PROCESSO ANTIGO: 201110005308 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: 08/11/2021 AUTOR:ANDREA PINHO LOPES CONSELHO TUTELAR DE CURUA INFRATOR:ARINALDO VIEIRA DA SILVA JUNIOR. 0000809-77.2011.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00008097720118140035 PROCESSO ANTIGO: 201110005308 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: 08/11/2021 AUTOR:ANDREA PINHO LOPES CONSELHO TUTELAR DE CURUA INFRATOR:ARINALDO VIEIRA DA SILVA JUNIOR. 0000809-77.2011 AR DEV PROCESSO: 00008150520098140035 PROCESSO ANTIGO: 200910006227 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE em: 08/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REPRESENTANTE:IDVAL MARTINS ALVES DEFENSOR PUBLICO MENOR:A. J. S. . 0000815-05.2009.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00008476020108140035 PROCESSO ANTIGO: 201010005143 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARIA ISOLINA AZEVEDO FERREIRA. 0000847-60.2010.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00008934520118140035 PROCESSO ANTIGO: 201110005556 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Alimentos -

Lei Especial Nº 5.478/68 em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:IDVAL MARTINS ALVES DEFENSOR PUBLICO REPRESENTANTE:CRISCIANE CARLIN SANTAREM CASTRO REQUERIDO:ELIEL SOUSA DA SILVA REQUERENTE:E. C. C. S. . 0000893-45.2011.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00009229420118140035 PROCESSO ANTIGO: 201110005746 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARIA PEREIRA RIBEIRO INTERDITANDO:MARIA JORGINA RIBEIRO DA MOTA. 0000922-94.2011.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00009641520088140035 PROCESSO ANTIGO: 200810009066 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS REQUERENTE:MARIA LEITE OLIVEIRA Representante(s): ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA (ADVOGADO) . 0000964-15.2008.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00009940420108140035 PROCESSO ANTIGO: 201010005862 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:IDVAL MARTINS ALVES - DEFENSOR PUBLICO REQUERENTE:I. S. A. REQUERIDO:NONATO PANTOJA ARAGAO REQUERENTE:R. N. S. A. REQUERENTE:I. S. A. REQUERENTE:I. S. R. REQUERENTE:RIZETE DE JESUS ARAGAO. 0000994-04.2010.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00009988120108140035 PROCESSO ANTIGO: 201010005903 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:IDVAL MARTINS ALVES DEFENSOR PUBLICO REQUERENTE:LUZIRENE ALVES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 9596 - GLAUCIA MEDEIROS DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:OLIVIO DE OLIVEIRA GOMES FILHO REQUERENTE:D. K. O. G. . 0000998-81.2010.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO E REMESSA AO ARQUIVO. CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a r. SENTENÃA, proferida nos presentes autos, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, tendo em vista que a as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos. Pelo que, nesta data, faÃ§o o arquivamento definitivo destes autos de Alimentos - Lei Especial NÃÂº 5.478/68 que tramitou sob nÂº. 0000998-81.2010.8.14.0035. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00010007120108140035 PROCESSO ANTIGO: 201010005929 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Justificação em: 08/11/2021 REQUERENTE:ANGELITA FERREIRA DA SILVA. 0001000-71.2010.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de

direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00010027420168140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:STIEMNFOPA SINDICATO DE PORTO TROMBETAS Representante(s): OAB 14093 - MARIA ROSA FIGUEIRA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:OPERADORA DE TELEFONIA CELULAR TIM Representante(s): OAB 19762 - AUCIMÁRIO RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 20335 - CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (ADVOGADO) . 0001002-74.2016.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO E REMESSA AO ARQUIVO. CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a r. SENTENÃA, proferida nos presentes autos, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, tendo em vista que a as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos. Pelo que, nesta data, faÃ§o o arquivamento definitivo destes autos de Procedimento Comum CÃÂ-vel que tramitou sob nÂº. 0001002-74.2016.8.14.0035. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00010174120088140035 PROCESSO ANTIGO: 200810009488 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: 08/11/2021 VITIMA:J. B. R. F. AUTOR REU:R. P. A. AUTOR:HENRIQUE JOSE BOA MORTE DA COSTA - DELEGADO DE POLICIA DE OBIDOS - PARA. 0001017-41.2008.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00011529420128140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Execução Fiscal em: 08/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA EXECUTADO:EULIVIO TREVISOL JUNIOR REPRESENTANTE:JOSE GALHARDO MARTINS CARVALHO. 0001152-94.2012.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00012643320118140035 PROCESSO ANTIGO: 201110007768 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REPRESENTANTE:ANTONIA CLEIDE PINHEIRO GUIMARAES REQUERIDO:JOAO BATISTA NOGUEIRA FILHO REQUERENTE:J. G. N. . 0001264-33.2011.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00013270920118140035 PROCESSO ANTIGO: 201110008162 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Exceção de Suspeição em: 08/11/2021 EXCIPIENTE:OTAVIO AUGUSTO DE SOUSA SIMOES RODRIGUES. 0001327-09.2011.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para

proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00016233720178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 08/11/2021 REQUERENTE:DIOGO FAGNER FERREIRA CORREA Representante(s): OAB 13795 - ROGERIO CORREA BORGES (ADVOGADO) OAB 24272 - PAULA JANYNE CAMPOS DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:POLIANA GOVEIA DA SILVA MENOR:Y. C. G. C. . 0001623-37.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00016233720178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 08/11/2021 REQUERENTE:DIOGO FAGNER FERREIRA CORREA Representante(s): OAB 13795 - ROGERIO CORREA BORGES (ADVOGADO) OAB 24272 - PAULA JANYNE CAMPOS DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:POLIANA GOVEIA DA SILVA MENOR:Y. C. G. C. . 0001623-37.2017 AR DEV PROCESSO: 00018388620128140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Cumprimento de sentença em: 08/11/2021 REQUERENTE:MANOEL DE OLIVEIRA TAVARES. 0001838-86.2012.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00018624120178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA VARA AGRARIA COMACA DE SANTAREM JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS REQUERENTE:LUCIANO DE JESUS FRANZOTE REQUERIDO:VITOR DE PADUA SOARES E OUTROS. 0001862-41.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00020111320128140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Busca e Apreensão em: 08/11/2021 REQUERENTE:B V FINANCEIRA S A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) VERIDIANA PRUDENCIO RAFAL (ADVOGADO) REQUERIDO:REGINA SILVA DA COSTA. 0002011-13.2012.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00021829120178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA INFANCIA E JUVENTUDE CRIMINAL DE MANAUSAM JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS VITIMA:M. R. V. B. . 0002182-91.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o

Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00022815620208140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SALETE CARDOSO TENÓRIO PEDROSO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGADO DA POLICIA CIVIL DE OBIDOS REQUERENTE:CARLA PINHEIRO BELCHIOR REQUERIDO:JOSINALDO DA SILVA LIMA. Â Â Â Â 0002281-56.2020.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifico para os devidos fins de direito, em observÃ¢ncia Ã Ordem de ServiÃ§o n.Âº 005/2021-GAB, da lavra do MM. Juiz de Direito, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, que a r. SentenÃ§a de EstabilizaÃ§Ã£o prolatada nos presentes autos TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO tendo em vista que as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos, razÃ£o pela qual procedo ao arquivamento definitivo destes autos de Medidas Protetivas de urgÃÂªncia (Lei Maria da Penha) Cri que tramitou sob nÂº. 0002281-56.2020.8.14.0035. O referido Ã© verdade; dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. Salete Cardoso TenÃ³rio Pedroso Diretora de Secretaria Provimento n.Âº 006/2009 - CJCI PROCESSO: 00028627120208140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SALETE CARDOSO TENÓRIO PEDROSO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGADO DA POLICIA CIVIL DE OBIDOS REQUERENTE:CLEUCIANE DA SILVA MOTA REQUERIDO:PEDRO DE VASCONCELOS MARINHO. Â Â Â Â 0002862-71.2020.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifico para os devidos fins de direito, em observÃ¢ncia Ã Ordem de ServiÃ§o n.Âº 005/2021-GAB, da lavra do MM. Juiz de Direito, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, que a r. SentenÃ§a de EstabilizaÃ§Ã£o prolatada nos presentes autos TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO tendo em vista que as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos, razÃ£o pela qual procedo ao arquivamento definitivo destes autos de Medidas Protetivas de urgÃÂªncia (Lei Maria da Penha) Cri que tramitou sob nÂº. 0002862-71.2020.8.14.0035. O referido Ã© verdade; dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. Salete Cardoso TenÃ³rio Pedroso Diretora de Secretaria Provimento n.Âº 006/2009 - CJCI PROCESSO: 00029074620188140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Tutela c/c Destituição do Poder Familiar em: 08/11/2021 INTERESSADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:FRANCENILDA DE SOUZA DOS SANTOS ADOLESCENTE:L. S. S. . 0002907-46.2018.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO E REMESSA AO ARQUIVO. CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a r. SENTENÃA, proferida nos presentes autos, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, tendo em vista que a as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos. Pelo que, nesta data, faÃ§o o arquivamento definitivo destes autos de Tutela c/c DestituiÃÂ§ÃÂ£o do Poder Familiar que tramitou sob nÂº. 0002907-46.2018.8.14.0035. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00029215920208140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SALETE CARDOSO TENÓRIO PEDROSO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGADO DA POLICIA CIVIL DE OBIDOS REQUERENTE:NELY SILVA DE SOUZA REQUERIDO:EMERICO SILVA DE SOUZA. Â Â Â Â 0002921-59.2020.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifico para os devidos fins de direito, em observÃ¢ncia Ã Ordem de ServiÃ§o n.Âº 005/2021-GAB, da lavra do MM. Juiz de Direito, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, que a r. SentenÃ§a de EstabilizaÃ§Ã£o prolatada nos presentes autos TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO tendo em vista que as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos, razÃ£o pela qual procedo ao arquivamento definitivo destes autos de Medidas Protetivas de urgÃÂªncia (Lei Maria da Penha) Cri que tramitou sob nÂº. 0002921-59.2020.8.14.0035. O referido Ã© verdade; dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. Salete Cardoso TenÃ³rio Pedroso Diretora de Secretaria Provimento n.Âº 006/2009 - CJCI PROCESSO: 00029265220188140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DE FAMILIA DE BOA VISTA ROR JUIZO DEPRECADO:JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA

DE OBIDOS REQUERIDO:JOSE ORZELIO ARAUJO DE LIMA. 0002926-52.2018.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00030021320178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: 08/11/2021 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL ADOLESCENTE:D. S. G. Representante(s): OAB 20527 - ANTUNES MULLER VINHOTE DE VASCONCELOS (ADVOGADO) VITIMA:A. M. F. A. . 0003002-13.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00030839320168140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021 REQUERENTE:R. B. B. P. Representante(s): OAB 16070-B - VINICIUS TOLEDO AUGUSTO (DEFENSOR) ALICE BAIMA PARA (REP LEGAL) REQUERIDO:JOSIEL VINHOTE DE SOUZA. 0003083-93.2016.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00038746720138140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Justificação em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARGARIDA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 9427 - MARIA AUGUSTA COHEN DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO TAVARES DE ANDRADE. 0003874-67.2013.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00042512820198140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): SALETE CARDOSO TENÓRIO PEDROSO A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 08/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGADO DA POLICIA CIVIL DE OBIDOS REQUERENTE:ARLETE MARIA DA SILVA BENTES REQUERIDO:AZENILDO DA SILVA BENTES. Â Â Â 0004251-28.2019.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifico para os devidos fins de direito, em observÃ¢ncia Ã Ordem de ServiÃ§o n.Âº 005/2021-GAB, da lavra do MM. Juiz de Direito, Dr. CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA, que a r. SentenÃ§a de EstabilizaÃ§Ã£o prolatada nos presentes autos TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO tendo em vista que as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos, razÃ£o pela qual procedo ao arquivamento definitivo destes autos de Medidas Protetivas de urgÃÂªncia (Lei Maria da Penha) Cri que tramitou sob nÂº. 0004251-28.2019.8.14.0035. O referido Ã© verdade; dou fÃ©. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. Salete Cardoso TenÃ³rio Pedroso Diretora de Secretaria Provimento n.Âº 006/2009 - CJCI PROCESSO: 00049647120178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA COMARCA DE ORIXIMINA PA DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS PA ENVOLVIDO:RODRIGO BENTES DA SILVA. 0004964-71.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a

Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00055120420148140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:DACILDES PEREIRA CORREA Representante(s): OAB 12803 - MARINETE GOMES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 10944 - EDILSON JOSE MOURA SENA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CURUA ESTADO DO PARA. 0005512-04.2014.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00055756320138140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Execução de Título Judicial em: 08/11/2021 REQUERENTE:BANCO GMAC SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA BELLA FIGUEIRA MARINHO DOS SANTOS. 0005575-63.2013.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO E REMESSA AO ARQUIVO. CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a r. SENTENÃA, proferida nos presentes autos, TRANSITOU LIVREMENTE EM JULGADO, tendo em vista que a as partes foram intimadas por meio de DiÃ¡rio de JustiÃ§a e transcorreu o prazo SEM impetrarem recursos. Pelo que, nesta data, faÃ§o o arquivamento definitivo destes autos de ExecuÃÂ§ÃÂ£o de TÃÂ-tulo Judicial que tramitou sob nÂº. 0005575-63.2013.8.14.0035. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00058056620178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ORIXIMINA JUIZO DEPRECADO:JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS EXECUTADO:ALDENEY ARAUJO AZEVEDO. 0005805-66.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00073455220178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE JURUTI JUIZO DEPRECADO:JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS-PA REQUERIDO:JAISON PEREIRA DA ROCHA REPRESENTANTE:ANA MARIA DA CONCEICAO CORDEIRO DE MELO. 0007345-52.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00073463720178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DE FAMILIA DE MANAUS JUIZO DEPRECADO:JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS EXEQUENTE:MARIA EDUARDA BARROS VINENTE EXECUTADO:CLEBERSON DA SILVA VINENTE. 0007346-37.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de

Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00082274820168140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA DE FAMILIA E SUCESSOES DE MANAU JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS REQUERENTE:SIMONE DE SOUZA PEREIRA REQUERIDO:JOELSON RIBEIRO CARDOSO. 0008227-48.2016.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00090481820178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Mandado de Segurança Infância e Juventude Cível em: 08/11/2021 IMPETRANTE:CAMARA MUNICIPAL DE OBIDOS Representante(s): OAB 7930 - ANDRE RAMY PEREIRA BASSALO (ADVOGADO) OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) IMPETRADO:PREFEITO MUNICIPAL DE OBIDOS. 0009048-18.2017.8.14.0035 ATO ORDINATÃRIO Nos termos dos Provimentos de nÂº. 006/2006 e 008/2014, ambos da CJRMB, e conjuntamente ao Provimento nÂº. 006/2009-CJCI, tendo em vista que nÃ£o consta no sistema LIBRA a informaÃ§Ã£o acerca da restituiÃ§Ã£o dos presentes autos de nÂº 0009048-18.2017.8.14.0035 no prazo legal do ato, pelo que, PROCEDO COM A INTIMAÃÃO DO(S) ADVOGADOS(S) para que devolva-o, no prazo de 03 (trÃªs) dias, nos termos do art. 234 do CPC/2015 OU, se assim jÃ¡ fez, apresente comprovante em secretaria. Ãbidos-PA, 8 de novembro de 2021. REGINALDO CHAAR JUNIOR Analista JudiciÃ¡rio - Mat.Â 118443 PROCESSO: 00090871520178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Auto de Apreensão em Flagrante em: 08/11/2021 VITIMA:V. N. C. ADOLESCENTE:G. S. L. Representante(s): OAB 6373 - JOSE CLAUDIO GALATE MORAES (DEFENSOR DATIVO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. 0009087-15.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00107275320178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE FAMILIA DE MANAUS AM JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE OBIDOS REQUERIDO:JOSE NILTON DE VASCONCELOS PAIVA REQUERENTE:ALLAN CRISTHIE PIMENTEL FERREIRA. 0010727-53.2017.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00353773820158140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ORIXIMINA DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS ENVOLVIDO:FRANCENILDO SILVA DE JESUS. 0035377-38.2015.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes

descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00533726420158140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Carta Precatória Cível em: 08/11/2021 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMILIA DE VOLTA REDONDA JUIZO DEPRECADO:JUIZ DA DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OBIDOS REQUERENTE:JANAINA SANTOS DOS ANJOS. 0053372-64.2015.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00833750220158140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 08/11/2021 REQUERENTE:F. I. M. M. E. I. M. R. M. Representante(s): OAB 7679 - ANTONIO EDSON DE OLIVEIRA MARINHO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:LUCIANA MARIA DA ROCHA MOUSINHO MENOR:C. Y. M. S. MENOR:D. R. M. S. MENOR:I. L. M. S. . 0083375-02.2015.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 01343684920158140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): REGINALDO CHAAR JUNIOR A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 08/11/2021 REQUERENTE:D. S. F. Representante(s): OAB 18296 - JEIFFSON FRANCO DE AQUINO (ADVOGADO) DEISIANE BARBOSA DA SILVA (REP LEGAL) REQUERIDO:DIELSON DE JESUS FERREIRA. 0134368-49.2015.8.14.0035 CERTIDÃO DE TRÃNSITO EM JULGADO PARA ARQUIVAMENTO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que em cumprimento a Ordem de ServiÃ§o Interna nÂº. 01/2021 expedida pelo Dr. Clemilton SalomÃ£o de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de Ãbidos e uma vez que o presente processo se enquadra numa das situaÃ§Ãµes descritas, procedo com o cadastro da CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO no sistema LIBRA, tendo em vista que necessÃ¡ria para proceder com o ARQUIVAMENTO no mencionado sistema de gestÃ£o processual. ÃBIDOS-PA, 8 de novembro de 2021. _____ Reginaldo Chaar Junior Analista JudiciÃ¡rio - Mat. 118443 PROCESSO: 00010422220178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: VITIMA: L. C. V. C. REPRESENTANTE: M. P. E. REPRESENTADO: J. Q. R. PROCESSO: 00012386020158140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. ADOLESCENTE: R. F. G. P. S. VITIMA: A. C. O. E. PROCESSO: 00012568120158140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: I. M. S. Representante(s): OAB 13289 - PEDRO ROMUALDO DO AMARAL BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO: A. S. F. MENOR: D. F. S. REQUERIDO: D. M. S. PROCESSO: 00012568120158140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Guarda de Infância e Juventude em: REQUERENTE: I. M. S. Representante(s): OAB 13289 - PEDRO ROMUALDO DO AMARAL BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO: A. S. F. MENOR: D. F. S. REQUERIDO: D. M. S. PROCESSO: 00017281920148140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente em: JUIZO DEPRECANTE: S. S. V. C. S. JUIZO DEPRECADO: J. D. C. O. MENOR: F. R. E. A. Representante(s): OAB 16713 - FABIO LUIZ AMARAL FARIAS (ADVOGADO) PROCESSO: 00020624320208140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: AUTORIDADE POLICIAL: D. P. C. O. REQUERENTE: D. F. B. REQUERIDO: E. P. M. PROCESSO: 00021837620178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional

em: REPRESENTANTE: M. P. E. ADOLESCENTE: N. R. E. VITIMA: A. C. O. E. PROCESSO: 00023970920138140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. ADOLESCENTE: L. A. F. S. ADOLESCENTE: R. G. A. VITIMA: W. S. L. VITIMA: S. L. M. PROCESSO: 00029269120148140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. ADOLESCENTE: R. S. S. VITIMA: A. M. P. C. PROCESSO: 00030021320178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. ADOLESCENTE: D. S. G. Representante(s): OAB 20527 - ANTUNES MULLER VINHOTE DE VASCONCELOS (ADVOGADO) VITIMA: A. M. F. A. PROCESSO: 00048012820168140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. ADOLESCENTE: D. B. S. Representante(s): OAB 6373 - JOSE CLAUDIO GALATE MORAES (ADVOGADO) VITIMA: J. C. S. S. PROCESSO: 00049014120208140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: AUTORIDADE POLICIAL: D. P. C. O. REQUERENTE: I. S. S. REQUERIDO: J. C. V. PROCESSO: 00049439020208140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Inquérito Policial em: AUTORIDADE POLICIAL: D. P. C. O. AUTOR DO FATO: T. L. VITIMA: A. C. S. P. PROCESSO: 00050328420188140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Pedido de Prisão Preventiva em: AUTORIDADE POLICIAL: D. P. C. O. INDICIADO: J. G. A. VITIMA: E. S. Q. PROCESSO: 00061073220168140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. ADOLESCENTE: E. C. F. PROCESSO: 00063036520178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: ADOLESCENTE: G. M. ADOLESCENTE: A. S. S. REPRESENTANTE: M. P. E. VITIMA: W. A. S. PROCESSO: 00065091620168140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. ADOLESCENTE: A. V. R. S. VITIMA: M. M. S. T. VITIMA: F. A. S. VITIMA: J. R. C. PROCESSO: 00069064120178140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. E. ADOLESCENTE: J. M. O. V. VITIMA: L. F. A. PROCESSO: 00177189420178140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Medidas Sócio-Educativas em: ADOLESCENTE: G. S. L. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00433747220158140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTADO: L. B. C. P. AUTOR: M. P. E. E. P. PROCESSO: 00843831420158140035 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Processo de Apuração de Ato Infracional em: ADOLESCENTE: R. S. T. ADOLESCENTE: A. D. S. A. ADOLESCENTE: M. F. ADOLESCENTE: T. T. S. ADOLESCENTE: E. S. G. S. AUTOR: M. P. E.

COMARCA DE CAPANEMA

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

PROCESSO: 00007844420188140013 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO (A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- AÇÃO : --- em: ---REQUERENTE: E. C. S. M. Representante(s): OAB 5895974/PA - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) PROCESSO Nº 0000784-44.2018.814.0013 - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/ ALIMENTOS Requerente/rep.legal: ELUIZA CRISTINA SANTOS MONTEIRO, residente e domiciliada na Rua Santa Helena, nº 3815, Bairro de Fátima, Capanema/PA. Requerido: Av. CURUA UNA, nº 1712, CASA B, Bairro: SANTÍSSIMO, CEP: 68005460, Santarém - Pará, Fones: (93) 991558260 (93) 91558260. SENTENÇA/ MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA

1. Versam os autos sobre AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE CUMULADA COM ALIMENTOS, proposto por ELUIZA CRISTINA SANTOS MONTEIRO em face de OZEMIAS PIMENTA NUNES, objetivando o reconhecimento da sua filiação e fixando alimentos a seu favor, no montante de 31,5% do salário mínimo vigente. Relata a autora, em síntese, que sua genitora teve um breve relacionamento com o investigado, e desta relação adveio seu nascimento, informando ainda, que o requerido sempre se recusou reconhecer sua paternidade voluntariamente. Devidamente citado em 16/06/2018 (fls. 18), o requerido apresentou contestação alegando em preliminar a incompetência absoluta e no mérito a improcedência do pedido. Às fls. 35 a autora afirma que não se opõe quanto á realização da coleta de material genético no domicílio do requerido. Decisão às fls. 36 afastando a arguição de incompetência do juízo e determinando a realização do exame pericial de coleta de DNA.Laudo às fls. 57/59 conclusivo pela paternidade do requerido. Às fls. 63 verso, a autora requer a procedência da ação de investigação de paternidade para obter o reconhecimento como filha do requerido, bem como fixação de alimentos no importe desde a data de citação do requerido. É o relatório. Decido. 2. O pedido deve ser JULGADO PROCEDENTE. Frente a comprovação pericial juntada aos autos às fls. 57/59, que conclui que OZEMIAS PIMENTA NUNES é pai biológico de ELUIZA CRISTINA SANTOS MONTEIRO, sendo suficiente para estabelecer a paternidade alegada, JULGO PROCEDENTE A DEMANDA e declaro a paternidade de que OZEMIAS PIMENTA NUNES em relação a ELUIZA CRISTINA SANTOS MONTEIRO, nos termos do art. 487, I do CPC, extinguindo o processo sem resolução do mérito. Condeno o requerido ao pagamento de alimentos, tendo em vista que autora foi privada de recursos por parte do pai biológico durante toda sua vida e, mesmo já tendo atingido a maioridade, cursa faculdade, declarando não possuir meios próprios de subsistência, competindo aos pais o dever de sustento, como decorrência do poder familiar, sendo certo que esses alimentos devem ser fixados na proporção entre as necessidades do alimentando e as possibilidades do alimentante. 3. Ante o exposto, resolvendo o mérito do processo nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido para: a) declarar que o réu OZEMIAS PIMENTA NUNES é o pai biológico de ELUIZA CRISTINA SANTOS MONTEIRO. b) Ao registro de nascimento da requerente ELUIZA CRISTINA SANTOS MONTEIRO deverá ser acrescentado o nome de OZEMIAS PIMENTA NUNES como pai biológico, como avós paternos WALDEMAR DE LIMA NUNES e FRANCISCA PIMENTA NUNES, devendo ser acrescido o sobrenome NUNES à requerente. C) condenar OZEMIAS PIMENTA NUNES, a pagar alimentos mensal em favor da autora o montante de 25,00% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo, que hoje corresponde à quantia de R$-275,00 (duzentos e setenta e cinco reais), devidos a partir da citação, ou seja, 16/06/2018, conforme súmula 277 do STJ. Os alimentos deverão ser pagos mediante depositado em conta da autora, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido. Dados para depósito: BANCO DO BRASIL, AG: 4735-3, CONTA POUPANÇA: 36949-7, VARIAÇÃO 51. d) Condeno o réu ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação e custas processuais, que declaro suspensa em virtude do pedido de justiça gratuita formulado ás fls. 24, que defiro nesta oportunidade. A PRESENTE SENTENÇA SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO AO CARTÓRIO COMPETENTE. Intime-se pessoalmente as partes desta decisão. Cientifique-se o Ministério Público e Defensoria Pública. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o transito em julgado, arquive-se. Capanema-PA, 28 de setembro de 2021. ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Capanema/PA

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE CAPANEMA

ATO ORDINATÓRIO - Processo nº **0002425-67-2018.8.14.0013 DENUNCIADO: JOSÉ CARLOS ALLEDI (**Advogada OZINEIRE RAMOS DE ARAUJO **OAB ¿ PA19052)** Nos termos do Art. 1º, § 2º, IV, do Provimento nº 006/2006-CJRMB c/c artigo 1º do Provimento 006/2009-CJCI, onde delega poderes ao Diretor de Secretaria para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, **fica a advogada constituída nos autos intimada para participar da audiência designada para o dia 14-12--2021, às 09:30min, que ocorrerá de forma eletrônica (por VIDEOCONFERÊNCIA), mediante aplicativo Teams, devendo o mesmo fornecer endereço de email para o encaminhamento de devido Link de acesso.** Capanema/PA, 10 de Novembro de 2021. Aldo Araujo Marinho, Mat. 115444. Vara Criminal de Capanema/PA.

ATO ORDINATÓRIO - Processo nº **0003809-31.2019.8.14.0013 ¿ RÉU:RODRIGO DOS SANTOS FREITAS (ADV. RODRIGO SILVA DA CONCEIÇÃO OAB/PA-29.003)** Nos termos do Art. 1º, § 2º, IV, do Provimento nº 006/2006-CJRMB c/c artigo 1º do Provimento 006/2009-CJCI, onde delega poderes ao Diretor de Secretaria para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, **fica o advogado constituído nos autos intimado para participar da audiência designada para o dia 16-12--2021, às 12:00min, que ocorrerá de forma eletrônica (por VIDEOCONFERÊNCIA), mediante aplicativo Teams, devendo o mesmo fornecer endereço de email para o encaminhamento de devido Link de acesso.** Capanema/PA, 10 de Novembro de 2021. Aldo Araujo Marinho, Mat. 115444. Vara Criminal de Capanema/PA.

COMARCA DE GOIANÉSIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GOIANÉSIA DO PARÁ

RESENHA: 28/10/2021 A 09/11/2021 - GABINETE DA VARA UNICA DE GOIANESIA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE GOIANESIA DO PARA PROCESSO: 00014840620078140110 PROCESSO ANTIGO: 200310000762 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: EXECUCAO FISCAL - FEDERAL em: 03/11/2021---EXECUTADO:ARLINDO MACIEL DA SILVA Representante(s): OAB 8642-A - ETURY BARROS (ADVOGADO) OAB 10148 - SAVIO KASSIO MAI (ADVOGADO) EXEQUENTE:INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA. Processo: 0001484-06.2007.8.14.0110. DECISÃ¿O 1.Â Â Â Â Â DEFIRO parcialmente o pedido deduzido na petiÃ§Ã£o de fl. 24 e intimem-se o exequente, para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar as informaÃ§Ãµes necessÃ¡rias do presente processo, tendo em vista as inÃºmeras prerrogativas processuais inerentes a fazenda pÃºblica. 2.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo sem resposta, certifique-se e intime-se o exequente, com remessa dos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo por abandono (artigo 485, inciso III do CPC). 3.Â Â Â Â Â Em seguida, tornem os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 03 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito de Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00015018520208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021---REU:WANDERSON OLIVEIRA DA SILVA REU:ORLANIEL PEREIRA DE SOUZA REU:CREUZA CARVALHO DA SILVA NETA Representante(s): OAB 19387-A - PATRICIA AYRES DE MELO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. S. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Processo: 0001501-85.2020.8.14.0110 RÃ¿US PRESOS DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Preclusa a decisÃ£o de pronÃºncia, as partes foram intimadas para se manifestarem da decisÃ£o de pronuncia. Como ambas nÃ£o optaram por recorrer, encerro a fase do procedimento comum, iniciando a fase do PlenÃ¡rio do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com fulcro no artigo 422 do CPP, intimem-se as partes na seguinte ordem: MinistÃ©rio PÃºblico, defensoria pÃºblica, com remessa dos autos e Creuza Carvalho da Silva Neta, na pessoa de sua advogada, via DJE (podendo o ato ser realizado via ato ordinatÃ³rio), respectivamente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem suas testemunhas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o feito, retornem os autos conclusos para a designaÃ§Ã£o do plenÃ¡rio do JÃºri. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 03 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00061192020138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Execução Fiscal em: 03/11/2021---EXEQUENTE:IBAMA Representante(s): OAB 9838 - ALDENOR DE SOUZA BOHADANA FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ALCIDINO PEREIRA DOS SANTOS. Processo: 0006119-20.2013.8.14.0110 Exequente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais RenovÃ¡veis - IBAMA; Executado: Alcidio Pereira dos Santos. EndereÃ§o do SÃ³cio Executado para citaÃ§Ã£o: Rua Afonso Pena, nÂº 29, Bairro Novo Horizonte, GoianÃ©sia do ParÃ¡/PA. CEP: 68639-000. DECISÃ¿O INTERLOCUTÃ¿RIA I - RELATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o de ExecuÃ§Ã£o Fiscal promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais RenovÃ¡veis - IBAMA em desfavor de Alcidio Pereira dos Santos, CPNJ: 01.657.970/0001-27, identificados e qualificados nos autos, tendo por objeto crÃ©dito tributÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Despacho determinando a citaÃ§Ã£o do requerido, fl. 30. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o executado nÃ£o foi localizado na citaÃ§Ã£o por AR bem como por oficial de justiÃ§a, fls. 31, 34 e 37, respectivamente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instada a se manifestar, a exequente requereu o redirecionamento da execuÃ§Ã£o para incluir no seu polo passivo o(s) representante(s) legal(is) da executada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o sucinto relatÃ³rio. DECIDO. II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A doutrina e a jurisprudÃªncia pÃ¡tria entendem que se a empresa deixa de funcionar no seu domicÃ-lio fiscal e nÃ£o comunica aos Ã³rgÃ£os competentes, presume-se que foi dissolvida irregularmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DomicÃ-lio tributÃ¡rio (ou fiscal) Ã© o lugar, cadastrado na repartiÃ§Ã£o tributÃ¡ria, onde o sujeito passivo poderÃ¡ ser encontrado pelo Fisco. Dessa feita, se a AdministraÃ§Ã£o TributÃ¡ria tiver que enviar uma notificaÃ§Ã£o fiscal para aquele

contribuinte, deverÃ¡ encaminhar para o endereÃ§o constante como sendo seu domicÃ-lio fiscal, sendo que as regras para a definiÃ§Ã£o do domicÃ-lio tributÃ¡rio estÃ£o previstas no art. 127 do CTN. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, se a empresa deixa de funcionar no seu domicÃ-lio fiscal, presume-se que ela contemporaneamente inexiste (foi dissolvida). Sendo dissolvida de forma irregular, o que caracteriza infraÃ§Ã£o Ã lei e permite o redirecionamento da execuÃ§Ã£o fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, por exemplo, em uma execuÃ§Ã£o fiscal, caso nÃ£o se consiga fazer a citaÃ§Ã£o da empresa, devido o fato de nÃ£o estar mais funcionando no endereÃ§o indicado como seu domicÃ-lio fiscal, serÃ¡ possÃ-vel concluir que ela foi dissolvida irregularmente, ensejando o redirecionamento da execuÃ§Ã£o, conforme entendimento sumulado do STJ: SÃºmula 435-STJ: Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicÃ-lio fiscal, sem comunicaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os competentes, legitimando o redirecionamento da execuÃ§Ã£o fiscal para o sÃ³cio-gerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo explica o Min. Mauro Campbell Marques ao comentar a origem da sÃºmula, Â¿o sÃ³cio-gerente tem o dever de manter atualizados os registros empresariais e comerciais, em especial quanto Ã localizaÃ§Ã£o da empresa e a sua dissoluÃ§Ã£o. Ocorre aÃ- uma presunÃ§Ã£o da ocorrÃªncia de ilÃ-cito. Este ilÃ-cito Ã© justamente a nÃ£o obediÃªncia ao rito prÃ³prio para a dissoluÃ§Ã£o empresarial (...)Â¿ (REsp 1 .371 .1 28-RS). Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, a empresa executada, segundo noticiou o exequente, e de acordo com o que consta dos autos, nÃ£o estÃ¡ mais funcionando em seu domicÃ-lio fiscal, razÃ£o pela qual se presume que ela deixou de existir, e, por conseguinte, foi dissolvida irregularmente, o que caracteriza infraÃ§Ã£o Ã lei, nos termos do art. 135, do CTN, jÃ¡ que o procedimento para a extinÃ§Ã£o de sociedades empresÃ¡rias Ã© disciplinado na lei, devendo ser cumpridas uma sÃ©rie de formalidades, de sorte que se essa dissoluÃ§Ã£o ocorre de forma irregular, a legislaÃ§Ã£o estÃ¡ sendo desrespeitada, o que autoriza o redirecionamento da execuÃ§Ã£o, com supedÃ¢neo no art. 135, III, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional. Como nas fls. 71/74 hÃ¡ o respectivo nome do responsÃ¡vel pela situaÃ§Ã£o cadastral, passa este a ser responsÃ¡vel tambÃ©m pelo dÃ©bito tributÃ¡rio, conforme o artigo anteriormente exposto. III - DISPOSITIVO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, DEFIRO o pedido retro para determinar o redirecionamento da presente execuÃ§Ã£o fiscal, com a inclusÃ£o do(s) representante(s) legal(is), Sr. ALCIDINO PEREIRA DOS SANTOS, da empresa executada no polo passivo da presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CITE-SE a empresa executada, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CITE(M)-SE e o(a)(s) sÃ³cio: ALCIDINO PEREIRA DOS SANTOS, pela via postal com AR, no(s) endereÃ§o(s) indicado(s) no cabeÃ§alho desta decisÃ£o e com cÃ³pia da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 7Âº, da LEF, a penhora somente Ã© autorizada em caso de nÂ¿o pagamento da dÃ-vida no prazo legal, apÃ³s a devida citaÃ§Ã£o. Assim, deixo de determinar, neste momento, o arresto cautelar de bens dos executados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se Ã alteraÃ§Ã£o na autuaÃ§Ã£o e registro para incluir no polo passivo o(s) executado(s) nomeado(s) na petiÃ§Ã£o de fls. 70. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P. R. I. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÂ¿O COMO MANDADO / CARTA PRECATÃ¿RIA / CARTA DE CITAÃ¿Ã¿O INTIMAÃ¿Ã¿O POSTAL conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3Âº e 4Âº. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 03 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡. PROCESSO: 00061807520138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Execução Fiscal em: 03/11/2021---EXEQUENTE:IBAMA Representante(s): OAB 13883-B - ALINE AMARAL ALVES (ADVOGADO) EXECUTADO:HORIZONTE MADEIRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Meta 02 CNJ Processo: 0006180-75.2013.8.14.0110. Exequente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais RenovÃ¡veis - IBAMA. Executado: Horizonte Madeiras Industria e ComÃ©rcio LTDA. DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de Â¿Embargos de DeclaraÃ§Ã£oÂ¿ opostos face da decisÃ£o proferida nestes autos (fls. 65) que indeferiu a citaÃ§Ã£o por edital, por nÃ£o esgotar todos os meios de citaÃ§Ãµes vÃ¡lidas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã fundamentaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No atual panorama do Estado DemocrÃ¡tico de Direito Ã© fÃ¡cil perceber que o indivÃ-duo que busca no judiciÃ¡rio a proteÃ§Ã£o ou reparaÃ§Ã£o de seus direitos nÃ£o estÃ¡ obrigado a satisfazer-se com as decisÃµes judiciais lhe sÃ£o conferidas pelos juÃ-zos originÃ¡rios.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim Ã© que, por lei, foram criados mecanismos de insurgÃªncias contra as citadas decisÃµes judiciais, concedendo ao jurisdicionado insatisfeito a possibilidade de ver a matÃ©ria objeto da demanda revista, seja por um Ã³rgÃ£o de instÂ¢ncia superior, seja pelo mesmo Ã³rgÃ£o prolator da decisÃ£o. SÃ£o os intitulados recursos, taxativamente expostos no art. 994 do CPC (princÃ-pio da taxatividade recursal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, a anÃ¡lise do mÃ©rito dos recursos (juÃ-zo de mÃ©rito), encarados enquanto remÃ©dios voluntÃ¡rios, idÃ´neos a

ensejar, dentro do mesmo processo, a anulaÃ§Ã£o, reforma, integraÃ§Ã£o ou o esclarecimento das decisÃµes judiciais, passa por um juÃ-zo preliminar/prÃ©vio, no bojo do qual uma sÃ©rie de requisitos necessariamente deverÃ£o estar presentes, sob pena de nÃ£o se conhecer da Â¿impugnaÃ§Ã£oÂ¿: Ã© o denominado juÃ-zo de admissibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Afim de que se tenha o juÃ-zo positivo de admissibilidade e, por consequÃªncia, se autorize a anÃ¡lise do mÃ©rito recursal, duas espÃ©cies de requisitos tÃªm sua presenÃ§a verificada: os intrÃ-nsecos, atinentes Ã existÃªncia do prÃ³prio direito de recorrer, e os extrÃ-nsecos, concernentes ao modo como o poder de recorrer estÃ¡ sendo exercido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Importa frisar, por oportuno, que ditos requisitos sÃ£o cumulativos, Ã© dizer, somente quando todos eles estÃ£o presentes Ã© que se terÃ¡ um juÃ-zo positivo de admissibilidade. Em outros termos, a ausÃªncia de um sÃ³, importa a impossibilidade de se partir para o juÃ-zo de mÃ©rito do recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No presente caso, importa-nos a anÃ¡lise, em especial, de um dos requisitos intrÃ-nsecos de admissibilidade, a saber: o cabimento. Ã¿ que, somente Ã© possÃ-vel a interposiÃ§Ã£o de determinado recurso se a lei prevÃª sua hipÃ³tese de cabimento e que o referido recurso seja correto.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Melhor dizendo, o princÃ-pio da Taxatividade impÃµe a que apenas nas hipÃ³teses previstas na lei Ã© que se pode utilizar determinado recurso contra decisÃ£o judicial, uma vez que o requisito cabimento traduz a adequaÃ§Ã£o entre o tipo de recurso eleito pelo jurisdicionado e o vÃ-cio da decisÃ£o ou a decisÃ£o atacada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diz-se isto porque, no presente caso, o recorrente opÃ´s embargos de declaraÃ§Ã£o que sem sombra de dÃºvidas carece do requisito de admissibilidade mencionado no parÃ¡grafo anterior, notadamente porque utilizou recurso manifestamente incabÃ-vel. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ que nenhuma das hipÃ³teses previstas no artigo 1022, do CPC, afigura-se presente na decisÃ£o embargada, uma vez que nela nÃ£o existem quaisquer obscuridades, contradiÃ§Ãµes, omissÃµes ou mesmo qualquer erro material, litteris: Art. 1.022. Cabem embargos de declaraÃ§Ã£o contra qualquer decisÃ£o judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradiÃ§Ã£o; II - suprir omissÃ£o de ponto ou questÃ£o sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofÃ-cio ou a requerimento; III - corrigir erro material. ParÃ¡grafo Ãºnico. Â Considera-se omissa a decisÃ£o que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunÃ§Ã£o de competÃªncia aplicÃ¡vel ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas noÂ art. 489, Â§ 1o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, os embargos de declaraÃ§Ã£o sÃ£o recurso de fundamentaÃ§Ã£o vinculada, ou seja, sÃ³ sÃ£o cabÃ-veis nas hipÃ³teses taxativamente previstas no artigo 1022 do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, o presente recurso Ã© manifestamente incabÃ-vel, na medida em que nÃ£o houve qualquer contradiÃ§Ã£o, omissÃ£o ou obscuridade na decisÃ£o proferida por este juÃ-zo, ao contrÃ¡rio do alegado pela parte embargante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na presente execuÃ§Ã£o, em especifico nas fls. 65, este juÃ-zo negou a citaÃ§Ã£o por edital por nÃ£o entender que fora esgotado todos os requisitos ou meios para proceder a citaÃ§Ã£o do executado. Compulsando os autos, verifico que sequer houve pedido de citaÃ§Ã£o via Oficial de JustiÃ§a, o que demonstra que ainda hÃ¡ outras formas de se proceder a citaÃ§Ã£o do executado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O prÃ³prio exequente, nas fls. 71-v anexa jurisprudÃªncia que para proceder a citaÃ§Ã£o por edital, Ã© necessÃ¡rio certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a ou nÃ£o exitosa os outros meios para proceder a citaÃ§Ã£o do executado. Ã¿ importante destacar que a citaÃ§Ã£o por edital Ã© a Ãºltima ratio da extrema ratio, portanto, Ã© necessÃ¡rio que todos os outros meios sejam esgotados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim Ã© que, entendo de que nÃ£o houve qualquer contradiÃ§Ã£o, omissÃ£o ou obscuridade na decisÃ£o guerreada, estando seus elementos em perfeita sintonia, razÃ£o pela qual o presente recurso deve ser rejeitado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, NÃ¿O CONHEÃ¿O dos presentes embargos de declaraÃ§Ãµes em razÃ£o da ausÃªncia de um pressuposto de admissibilidade, qual seja: o cabimento. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se o embargante, via remessa dos autos para ciÃªncia da presente decisÃ£o e se manifestar no que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 03 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡. PROCESSO: 00001423720198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---DENUNCIADO:LEVI ROMAO NUNES Representante(s): OAB 16125 - PEDRO ALVES CHAGAS FILHO (ADVOGADO) OAB 27281 - LEANDRO DOS SANTOS FREITAS (ADVOGADO) VITIMA:A. L. R. S. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 Email: 1goianesia@tjpa.jus.br 0000142-37.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o presente processo necessita da escuta especializada, determino que a Secretaria Judicial Oficie-se Ã Equipe TÃ©cnica do Setor Social do Tribunal de JustiÃ§a em TucuruÃ- (PA) para, no prazo mÃ¡ximo de 30 (trinta)

dias informar uma data disponÃ-vel para a realizaÃ§Ã£o do estudo social ao caso concreto, nos moldes do artigo 167 do ECA. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para impulsÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÃ¿O COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro 2021. Â Â Â Â Â Â JUN KUBOTA Â Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00009435020198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021---AUTOR:OSVALDO MARQUES DOS SANTOS VULGO MALARIA VITIMA:C. P. S. VITIMA:C. S. S. VITIMA:I. P. S. VITIMA:B. S. S. VITIMA:G. P. S. VITIMA:D. P. S. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 Email: 1goianesia@tjpa.jus.br 0000943-50.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o presente processo necessita da escuta especializada, determino que a Secretaria Judicial Oficie-se Ã Equipe TÃ©cnica do Setor Social do Tribunal de JustiÃ§a em TucuruÃ- (PA) para, no prazo mÃ¡ximo de 30 (trinta) dias informar uma data disponÃ-vel para a realizaÃ§Ã£o do estudo social ao caso concreto, nos moldes do artigo 167 do ECA. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para impulsÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÃ¿O COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro 2021. Â Â Â Â Â Â JUN KUBOTA Â Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00015437120198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 04/11/2021---REQUERENTE:F. H. O. N. REQUERENTE:W. F. O. REPRESENTANTE:WHILLIANS SALES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 26274 - DAVID MATOS DE SOUZA (ADVOGADO) SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:LUCIDALVA DE CRISTO FURTADO Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº: 0001543-71.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â OFICIE-SE o CartÃ³rio do Ã¿nico de OfÃ-cio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ - PA, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento desta, encaminhe a este juÃ-zo cÃ³pia de eventual CertidÃ£o de Ã¿bito de LUCIDALVA DE CRISTO FURTADO, nascida em 10/12/1988, filha de Raimundo Queiroz Furtado e Celestiana de Oliveira Pereira de Cristo, portadora do RG nÂº 5875495 PC/PA e CPF nÂº 998.266.072-15. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE A CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO OFÃCIO. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito - Titular da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00017876320208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021---AUTOR DO FATO:ABILHOMAR PEREIRA CARVALHO VITIMA:D. B. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 Email: 1goianesia@tjpa.jus.br 0001787-63.2020.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o presente processo necessita da escuta especializada, determino que a Secretaria Judicial Oficie-se Ã Equipe TÃ©cnica do Setor Social do Tribunal de JustiÃ§a em TucuruÃ- (PA) para, no prazo mÃ¡ximo de 30 (trinta) dias informar uma data disponÃ-vel para a realizaÃ§Ã£o do estudo social ao caso concreto, nos moldes do artigo 167 do ECA. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para impulsÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÃ¿O COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro 2021. Â Â Â Â Â Â JUN KUBOTA Â Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00019756620148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: EXECUÇÃO PENAL E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS em: 04/11/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL EXECUTADO:CLAUDIO DIAS DURVAL VITIMA:0. E. . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Â¿ VARA Ã¿NICA PROCESSO NÂº: 0001975-66.2014.8.14.0110. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao MinistÃ©rio PÃºblico Estadual para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00020690420208140110 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021---AUTOR:EM APURACAO VITIMA:E. V. O. S. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 Email: 1goianesia@tjpa.jus.br 0002069-04.2020.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o presente processo necessita da escuta especializada, determino que a Secretaria Judicial Oficie-se Ã Equipe TÃ©cnica do Setor Social do Tribunal de JustiÃ§a em TucuruÃ- (PA) para, no prazo mÃ¡ximo de 30 (trinta) dias informar uma data disponÃ-vel para a realizaÃ§Ã£o do estudo social ao caso concreto, nos moldes do artigo 167 do ECA. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para impulsÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÃ¿O COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro 2021. Â Â Â Â Â Â JUN KUBOTA Â Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00024285620178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---DENUNCIADO:RENILSO SARAIVA SOUSA. Processo: 0002428-56.2017.8.14.0110 DECISÃ¿O 1.Â Â Â Â Â Reitero a decisÃ£o de fl. 52, e determino a correta suspensÃ£o do processo no SISTEMA LIBRA, nos autos de aÃ§Ã£o penal no referido sistema. 2.Â Â Â Â Â Em prosseguimento, determino que a Secretaria dÃª a devida baixa/arquivamento no Auto de PrisÃ£o em Flagrante, no sistema LIBRA, para nÃ£o gerar inconsistÃªncia no sistema. 3.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡. PROCESSO: 00025134720148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Cumprimento de sentença em: 04/11/2021---EXEQUENTE:EUDES DA SILVA NUNES Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) EXECUTADO:MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA Representante(s): OAB 24021 - ANDRE SIMAO MACHADO (PROCURADOR(A)) . FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº 0002513-47.2014.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÃ¿A ajuizada por EUDES DA SILVA NUNES, em face de MUNICÃPIO DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ, ambos qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos foram sentenciados a fl. 44/49, tendo sido julgado procedente o pedido autoral (processo apenso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 03-07, o exequente Eudes da Silva Nunes requereu o cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 23-29, o executado MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡, apresentou impugnaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 45, decisÃ£o julgando totalmente improcedente a impugnaÃ§Ã£o do executado e determinando a intimaÃ§Ã£o do exequente para apresentar a planilha de cÃ¡lculo atualizada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O executado interpÃ´s agravo de Instrumento a fls. 63/76. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 85-88, decisÃ£o proferida no Agravo de Instrumento com CertidÃ£o de TrÃ¢nsito em Julgado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exequente manifestou-se a fl. 93/99 apresentando calculo atualizado observando os temas 810/STF e 905/STJ conforme acÃ³rdÃ£o referente ao agravo de instrumento que conheceu do recurso e deu provimento para reformar a decisÃ£o a quo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O executado apresentou impugnaÃ§Ã£o aos cÃ¡lculos da parte autora a fl. 103/108. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O exequente nÃ£o opÃ´s aos valores apresentados pelo executado e requereu a expediÃ§Ã£o de RPV. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o breve relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a concordÃ¢ncia da parte autora em relaÃ§Ã£o ao cÃ¡lculo apresentado pelo MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ (fls. 110-111), HOMOLOGO o cÃ¡lculo apresentado para que surtam seus efeitos legais e jurÃ-dicos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â EXPEÃ¿A-SE RPV no valor de R$2.374,00(dois mil, trezentos e setenta e quatro reais) em favor de EUDES DA SILVA NUNES, portadora da cÃ©dula de identidade RG nÂº 20932672002-7 SSP/MA, inscrito no CPF nÂº 974.753.602-10, requisiÃ§Ãµes estas a serem pagas pelo MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ no prazo mÃ¡ximo de 2 (dois) meses contados da data da entrega da requisiÃ§Ã£o nas mÃ£os da pessoa de quem o ente pÃºblico foi citado no processo, nos termos do artigo 535, Â§ 3Âº, II do CPC.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo com ou sem o pagamento da RPV, certifique-se e voltem os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a exequente, por meio de seu advogado constituÃ-do, via DJe e a Fazenda PÃºblica, pessoalmente, com carga dos autos, para a ciÃªncia da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito - Titular da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00029511020138140110

PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Contra a Fazenda Pública em: 04/11/2021---EXEQUENTE:JOAO MENDES VIANA Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) EXEQUENTE:DENIS SILVA CAMPOS EXEQUENTE:FABRICIO BACELAR MARINHO EXECUTADO:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO N.: 0002951-10.2013.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de EXECUÃ¿Ã¿O POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÃ¿BLICA DO ESTADO DO PARÃ, E A COBRANÃ¿A DE HONORÃRIOS CONTRATUAIS E DE SUCUMBÃ¿NCIA NA FORMA DE ABANDAMENTO, proposta por JoÃ£o Mendes Viana, Dennis Silva Campos e FabrÃ-cio Bacelar Marinho, em face da Fazenda PÃºblica Estadual, todos qualificados na inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os autos foram sentenciados Ã fl. 90/91, tendo sido acolhido os cÃ¡lculos apresentados pelo executado Ã s fls. 55-57, declarando extinto o presente cumprimento de sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 95, manifestaÃ§Ã£o do exequente FABÃCIO BACELAR MARINHO, alegando que tambÃ©m Ã© signatÃ¡rio, juntamente com o advogado DENNIS SILVA CAMPOS, do contrato de honorÃ¡rios (fl. 13), que ora estÃ¡ sendo pago na presente demanda via RPV. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 98-101, o executado ESTADO DO PARÃ, manifestou-se quanto ao prosseguimento do feito, alegando a necessÃ¡ria suspensÃ£o do feito, em razÃ£o da ADIN nÂº 6321. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl.102-103, DecisÃ£o indeferindo o efeito suspensivo na presente execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o breve relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a ManifestaÃ§Ã£o de fl. 95, reconheÃ§o como valor devido a parte autora JoÃ£o Mendes Viana o montante de R$ 28.260,30 (vinte e oito mil duzentos e sessenta reais e trinta centavos) e o devido aos patronos a tÃ-tulo de honorÃ¡rios sucumbenciais o valor de R$ 2.826,33 (dois mil oitocentos e vinte e seis reais e trinta centavos), - logo cada patrono receberÃ¡ R$1.413,16 (hum mil, quatrocentos e treze reais e dezesseis centavos) - totalizando a condenaÃ§Ã£o em R$ 31.086,33 (trinta e um mil e oitenta e seis reais e trinta e trÃªs centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o contrato apresentado Ã s fs.12-13, defiro o pedido de destaque de honorÃ¡rios e determino que, quando da expediÃ§Ã£o da RPV em favor do exequente, no valor acima fixado, seja realizado destacamento dos honorÃ¡rios contratuais avenÃ§ados entre o exequente e seus patronos DENNIS SILVA CAMPOS e FABRÃCIO BACELAR MARINHO, no percentual de 30% (trinta por cento), o qual perfaz o montante de R$ 8.478,09 (oito mil quatrocentos e setenta e oito reais e nove centavos), logo cada um receberÃ¡ o valor de R$ 4.239,05 (quatro mil, duzentos e trinta e nove reais e cinco centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se o trÃ¢nsito em julgado e EXPEÃ¿A-SE as respectivas RPVÂ¿s em favor da parte Exequente e dos Patronos, observada a legislaÃ§Ã£o pertinente, em especial o artigo 100 da CRFB/88, a ResoluÃ§Ã£o nÂº 007/2005 - GP e a Portaria nÂº 2239-2011-GP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpridas as diligÃªncias, arquivem-se com as providencias de praxes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se. Registra-se. Intimem-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito - Titular da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00037841820198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021---AUTOR:EDILSON BARBOSA DE OLIVEIRA VITIMA:D. A. S. VITIMA:K. Q. A. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 Email: 1goianesia@tjpa.jus.br 0003784-18.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o presente processo necessita da escuta especializada, determino que a Secretaria Judicial Oficie-se Ã Equipe TÃ©cnica do Setor Social do Tribunal de JustiÃ§a em TucuruÃ- (PA) para, no prazo mÃ¡ximo de 30 (trinta) dias informar uma data disponÃ-vel para a realizaÃ§Ã£o o estudo social ao caso concreto, nos moldes do artigo 167 do ECA. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para impulsÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÃ¿O COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro 2021. Â Â Â Â Â Â JUN KUBOTA Â Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00045480920168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---VITIMA:V. P. C. DENUNCIADO:GILSON SILVA DA ROCHA. Fls. _____ Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ ÃºPROCESSO: 0004548-092016.8.14.0110 DECISÃ¿O

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Reitero a decisÃ£o de fl. 61, e determino a correta suspensÃ£o do processo no SISTEMA LIBRA, nos autos de aÃ§Ã£o penal no referido sistema. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡. PROCESSO: 00047733420138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Execução Fiscal em: 04/11/2021---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:SITIPLAC INDUSTRIA E COMERCIO DE PAINES LTDA Representante(s): OAB 11768 - GERALDO PEZZIN (ADVOGADO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 - Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº 0004773-34.2013.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme dicÃ§Ã£o do art. 1.010, Â§3Âº do CPC, o juÃ-zo de admissibilidade que havia perante o primeiro grau de jurisdiÃ§Ã£o hoje nÃ£o mais se faz necessÃ¡rio. Assim, nÃ£o mais compete ao juÃ-zo perante o qual a apelaÃ§Ã£o Ã© interposta o exercÃ-cio de qualquer fiscalizaÃ§Ã£o, remetendo simplesmente o apelo, com a resposta, se houver, ao segundo grau de jurisdiÃ§Ã£o. Essa remessa pura e simples somente nÃ£o tem aplicabilidade se a hipÃ³tese comportar juÃ-zo de retrataÃ§Ã£o do magistrado, o que nÃ£o ocorre nos presentes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, determino a intimaÃ§Ã£o do apelado para responder, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 1.010, Â§1Âº do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Findo o prazo para a apresentaÃ§Ã£o das contrarrazÃµes, remetam-se os autos ao E. Tribunal com as nossas homenagens de praxe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Serve a presente decisÃ£o como mandado/ofÃ-cio. GoianÃ©sia do ParÃ¡ - ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito - Titular da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00067095520178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---VITIMA:V. S. R. A. VITIMA:V. S. R. A. DENUNCIADO:JOILSON ROCHA E SILVA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 Email: 1goianesia@tjpa.jus.br 0006709-55.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o presente processo necessita da escuta especializada, determino que a Secretaria Judicial Oficie-se Ã Equipe TÃ©cnica do Setor Social do Tribunal de JustiÃ§a em TucuruÃ- (PA) para, no prazo mÃ¡ximo de 30 (trinta) dias informar uma data disponÃ-vel para a realizaÃ§Ã£o do estudo social ao caso concreto, nos moldes do artigo 167 do ECA. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para impulsÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÃ¿O COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro 2021. Â Â Â Â Â Â JUN KUBOTA Â Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00068734920198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Inquérito Policial em: 04/11/2021---VITIMA:P. R. S. F. VITIMA:V. E. S. S. AUTOR DO FATO:PAULO ROBERTO FELIX Representante(s): OAB 30959 - DIEGO ADRIANO DE ARAÚJO FREIRES (ADVOGADO) OAB 31584 - RAIZA MEIRA DA FONSECA (ADVOGADO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 Email: 1goianesia@tjpa.jus.br 0006873-49.2019.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o presente processo necessita da escuta especializada, determino que a Secretaria Judicial Oficie-se Ã Equipe TÃ©cnica do Setor Social do Tribunal de JustiÃ§a em TucuruÃ- (PA) para, no prazo mÃ¡ximo de 30 (trinta) dias informar uma data disponÃ-vel para a realizaÃ§Ã£o do estudo social ao caso concreto, nos moldes do artigo 167 do ECA. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para impulsÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÃ¿O COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro 2021. Â Â Â Â Â Â JUN KUBOTA Â Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00072525820178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Execução de Alimentos Infância e Juventude em: 04/11/2021---REQUERENTE:JOABE DE ARAUJO CASTRO Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:GILSA FATIMA RIBEIRO DE ARAUJO REQUERIDO:JANIO RESENDE CASTRO. Poder JudiciÃ¡rio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ Vara Ãºnica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO NÂº: 0007252-58.2017.8.14.0110

DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a CertidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fl. 89, informando que, o executado Janio Resende Castro havia se mudado para a cidade de BrasÃ-lia-DF e no presente processo foi determinada a citaÃ§Ã£o por edital, sendo esta a Â¿Ãºltima rÃ¡tio da extrema rÃ¡tioÂ¿ conforme entendimento do EgrÃ©gio Superior Tribunal de JustiÃ§a. Desta feita, CHAMO O FEITO Ã¿ ORDEM, para tornar sem efeitos a citaÃ§Ã£o por edital. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em prosseguimento, intime-se o exequente, atravÃ©s da Defensoria PÃºblica, para que apresente cÃ¡lculo atualizado do dÃ©bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, DETERMINO a intimaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica e do MinistÃ©rio PÃºblico, sendo este na qualidade de fiscal da ordem jurÃ-dica, para que diligencie na busca do endereÃ§o do requerido, sem prejuÃ-zo de, entrar em contato com a genitora do menor para eventual auxÃ-lio na referida localizaÃ§Ã£o do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em contÃ-nuo ato, com a apresentaÃ§Ã£o de Planilha de CÃ¡lculo Atualizada do DÃ©bito e de novo endereÃ§o do executado, Ã Secretaria Judicial para que renove a diligÃªncia de citaÃ§Ã£o do executado, para no prazo de 3 (trÃªs) dias, pagar o dÃ©bito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazÃª-lo, nos termos do artigo 528, Â¿caputÂ¿, do CPC, sob pena de protesto do tÃ-tulo e prisÃ£o civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito - Titular da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00074852120188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---VITIMA:I. C. C. VITIMA:C. F. S. DENUNCIADO:RAFAEL NEGRAO DE SOUZA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Ã£ PROCESSO N.: 0007485-21.2018.8.14.0110 Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, fl. 82, vislumbro que o rÃ©u se encontra em lugar incerto e nÃ£o sabido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para, no prazo de 10 (dez) dias, informar ao juÃ-zo o endereÃ§o correto e atualizado de RAFAEL NEGRÃ¿O DE SOUZA, tendo em vista que o parquet dispÃµe de mecanismos de pesquisa e consulta de endereÃ§os das partes, ou se manifestar no que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica de GoianÃ©sia do ParÃ¡ Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00092858420188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021---REQUERENTE:GLEIZA DOS SANTOS TACIANO Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (ADVOGADO) OAB 19262 - FLAVIA BRAGA LEITE (ADVOGADO) OAB 19874-B - BRENA FERREGUETE MAGALHAES (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE NALDO MENDES DE SOUSA Representante(s): OAB 22174 - TONY EDSON DOS ANJOS DE ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERIDO:MINICIPIO DE GOIANESIA DO PARA PREFEITURA MUNICIPAL REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEMPA. Processo nÂº 0009285-84.2018.8.14.0110 Â Â Â Â Â DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE INDENIZAÃ¿Ã¿O POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C LUCROS CESSANTES EM RAZÃ¿O DE ERRO MÃ¿DICO, ajuizada por GLEIZA DOS SANTOS TACIANO, em face de JOSENALDO MENDES DE SOUSA, MUNICÃPIO DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ e MUNICÃPIO DE BELÃ¿M-PA, todos qualificados nos autos. Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 132, DecisÃ£o recebendo a inicial, deferiu os benefÃ-cios da JustiÃ§a Gratuita e determinou a citaÃ§Ã£o do requerido. Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 136-143, o requerido ESTADO DO PARÃ, apresentou CONTESTAÃ¿Ã¿O, alegando preliminarmente Ilegitimidade passiva, impugnando ao benefÃ-cio da JustiÃ§a Gratuita e o mÃ©rito. Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 146-147, a requerente apresentou endereÃ§o atualizado do requerido JOSENALDO MENDES DE SOUSA, requerendo a renovaÃ§Ã£o da diligencia de citaÃ§Ã£o deste. Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 151, a parte autora apresentou emenda Ã inicial, reconhecendo a ilegitimidade passiva do ESTADO DO PARÃ e, requerendo a inclusÃ£o no polo passivo da lide dos requeridos MUNICÃPIO DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ e MUNICÃPIO DE BELÃ¿M-PA. Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 153, DecisÃ£o acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva e, por conseguinte, extinguiu o processo sem resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito, quanto ao ESTADO DO PARÃ, nos termos do artigo 485, VI, CPC, determinando o prosseguimento do feito em relaÃ§Ã£o aos demais requeridos, devendo ser incluÃ-do no polo passivo da demanda o MUNICÃPIO DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ e o MUNICÃPIO DE BELÃ¿M-PA. Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 157-182, o requerido JOSENALDO MENDES DE SOUZA, devidamente citado, apresentou CONTESTAÃ¿Ã¿O, alegando preliminarmente a incompetÃªncia do JuÃ-zo da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ - PA e a necessÃ¡ria distribuiÃ§Ã£o do feito para Comarca de BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 196-

197, a requerente apresentou RÃ¿PLICA Ã¿ CONTESTAÃ¿Ã¿O de JOSENALDO MENDES DE SOUZA. Â Â Â Â Â Ã¿ fls. 201-228, o requerido MUNICÃPIO DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ, devidamente citado, apresentou CONTESTAÃ¿Ã¿O, alegando preliminarmente a incompetÃªncia do foro. Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 230-241, o requerido MUNICÃPIO DE BELÃ¿M-PA, devidamente citado, apresentou CONTESTAÃ¿Ã¿O, alegando preliminarmente a incompetÃªncia territorial deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Ã¿s fls. 245-246, a requerente apresentou RÃ¿PLICA Ã¿S CONTESTAÃ¿Ã¿ES supramencionadas. Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. Decido Â Â Â Â Â Com efeito, verifica-se segundo narra a inicial, que a requerente GLEIZA DOS SANTOS TACIANO, apÃ³s diagnÃ³stico de HomorroidÃ¡ria Grau II, foi encaminhada ao Hospital Nossa Senhora de NazarÃ©, no municÃ-pio de BelÃ©m-PA, onde o Dr. JOSENALDO MENDES DE SOUSA, procedeu a cirurgia, que restou maculada por erros, consequentemente causando-lhe uma sÃ©rie de danos. Â Â Â Â Â Alega-se ainda na exordial, que Ã© competÃªncia desse juÃ-zo julgar e processar o presente feito, nos termos do artigo 100, parÃ¡grafo Ãºnico, do CÃ³digo Civil Brasileiro, que aduz que nas aÃ§Ãµes de reparaÃ§Ã£o de dano sofrido em razÃ£o de delito ou acidente de veÃ-culo automotor, serÃ¡ competente o foro do domicÃ-lio do autor ou local do fato. Â Â Â Â Â Pois bem, verifica-se que a alegaÃ§Ã£o da parte autora quanto a competÃªncia desse juÃ-zo nÃ£o merece prosperar, jÃ¡ que a presente aÃ§Ã£o nÃ£o versa sobre reparaÃ§Ã£o de dano sofrido em razÃ£o de delito ou acidente de veÃ-culo automotor, e sim em virtude de erro mÃ©dico, logo, conforme o artigo 53, inciso IV, alÃ-nea a, do CÃ³digo de Processo Civil, Ã© competente o foro do lugar do ato ou fato para aÃ§Ã£o de reparaÃ§Ã£o de dano, desse modo, o lugar do ato que supostamente feriu o direito subjetivo da autora, foi no municÃ-pio de BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â De acordo com a regra alusiva Ã competÃªncia relativa insculpida no artigo 65, caput, do CPC, prorrogar-se-Ã¡ a competÃªncia relativa se o rÃ©u nÃ£o alegar a incompetÃªncia em preliminar de contestaÃ§Ã£o, o que nÃ£o se vislumbra no caso em tela jÃ¡ que tanto o requerido JOSENALDO MENDES DE SOUZA, quanto o MUNICÃPIO DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ e MUNICÃPIO DE BELÃ¿M-PA, alegaram preliminarmente a incompetÃªncia territorial deste juÃ-zo. Â Â Â Â Â Ante o exposto, ACOLHO as preliminares de incompetÃªncia deste juÃ-zo e, por conseguinte, DECLINO DA COMPETÃ¿NCIA para processar o presente feito para Comarca de BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Â Â Â Â Â Encaminhem-se os autos, procedendo-se Ã baixa em nosso sistema. Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito - Titular da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ 3 PROCESSO: 01183242120158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:EDILSON ROSA LEITE Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº Â¿ Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209 Email: 1goianesia@tjpa.jus.br 0118324-21.2015.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o presente processo necessita da escuta especializada, determino que a Secretaria Judicial Oficie-se Ã Equipe TÃ©cnica do Setor Social do Tribunal de JustiÃ§a em TucuruÃ- (PA) para, no prazo mÃ¡ximo de 30 (trinta) dias informar uma data disponÃ-vel para a realizaÃ§Ã£o do estudo social ao caso concreto, nos moldes do artigo 167 do ECA. Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para impulsÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ CÃ¿PIA DESTA DECISÃ¿O COMO MANDADO/OFÃCIO/CARTA PRECATÃ¿RIA conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 04 de novembro 2021. Â Â Â Â Â Â JUN KUBOTA Â Â Â Â Â JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 01353243420158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 04/11/2021---VITIMA:E. S. AUTORIDADE POLICIAL:D. F. B. L. DENUNCIADO:FRANCISCO LEITE DA SILVA VULGO CHICAO. Processo: 0135324-34.2015.8.14.0110. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o de fl. 543, em que informa a ausÃªncia de citaÃ§Ã£o do rÃ©u, determino a remessa ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentar novo endereÃ§o do rÃ©u, ou se manifestar no que entender de direito. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, voltem os autos conclusos para impulsÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 04 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ãºnica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00000568120108140110 PROCESSO ANTIGO: 20101000367 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021---REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANESIA - PA Representante(s): OAB 11408 - ABSOLON MATEUS DE SOUSA SANTOS (ADVOGADO) OAB 18607-A - CLERISTON GOMES

DE SA (ADVOGADO) REQUERENTE:GENOVI SALETE MORESCO Representante(s): OAB 7576 - DIOMEDES DE SOUZA CAMPOS (ADVOGADO) . FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO NÂº 0000056-81.2010.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Cumprimento de SentenÃ§a que reconhece a exigibilidade de obrigaÃ§Ã£o de pagar quantia certa em face da Fazenda PÃºblica, apresentada por GENOVI SALETE MORESCO, em face de MUNICÃPIO DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ, ambos devidamente qualificados nos autos em epÃ-grafe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a anuÃªncia da exequente Genovi Salete Moresco, em relaÃ§Ã£o ao cÃ¡lculo apresentado pelo executado MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ Ã s fls. 280/283, HOMOLOGO o cÃ¡lculo apresentado para que surtam seus efeitos legais e jurÃ-dicos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReconheÃ§o como valor devido a parte autora Genovi Salete Moresco o montante de R$ 16.403,51 (dezesseis mil, quatrocentos e trÃªs reais e cinquenta e um centavos) e o devido ao patrono a tÃ-tulo de honorÃ¡rios o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), totalizando a condenaÃ§Ã£o em R$ 16.903,51 (dezesseis mil, novecentos e trÃªs reais e cinquenta e um centavos). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â EXPEÃ¿A-SE RequisiÃ§Ã£o de Pequeno Valor, em favor da parte Exequente e do Patrono, observada a legislaÃ§Ã£o pertinente, em especial o artigo 100 da CRFB/88, a ResoluÃ§Ã£o nÂº 007/2005 - GP e a Portaria nÂº 2239-2011-GP, requisiÃ§Ãµes estas a serem pagas pelo MunicÃ-pio de GoianÃ©sia do ParÃ¡ no prazo mÃ¡ximo de 2 (dois) meses contados da data da entrega da requisiÃ§Ã£o nas mÃ£os da pessoa de quem o ente pÃºblico foi citado no processo, nos termos do artigo 535, Â§ 3Âº, II do CPC.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo com ou sem o pagamento da RPV, certifique-se e voltem os autos conclusos.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a exequente, por meio de seu advogado constituÃ-do, via DJe, e a Fazenda PÃºblica, pessoalmente, com remessa dos autos, para a ciÃªncia da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 05 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito - Titular da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00040086320138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Embargos à Execução Fiscal em: 05/11/2021---EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:CONSTRUTORA H O LTDA ME EXECUTADO:HAURY WANDERSON PAIXÃO FREITAS. Processo: 0004008-63.2013.8.14.0110. DECISÃ¿O Compulsando os autos, vislumbro que a parte executada, opÃ´s embargos a execuÃ§Ã£o, nos presentes autos, quando deveria ser em autos apensos/dependÃªncia, conforme dispÃµe artigo 914, Â§1Âº do CPC. Assim adoto as seguintes deliberaÃ§Ãµes: 1.Â Â Â Â Â Em obediÃªncia aos princÃ-pios da celeridade, economia Processual e da RazoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, determino que a Secretaria Judicial proceda a digitalizaÃ§Ã£o dos autos fÃ-sicos e a posterior migraÃ§Ã£o do Sistema PJE, assim o fazendo com fundamento no artigo 53 da portaria conjunta 001-GP/VP. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s a migraÃ§Ã£o determino que seja desentranhado as fls. 35/55, e forme novos autos de Â¿Embargos Ã ExecuÃ§Ã£oÂ¿ e apense os embargos aos presentes autos, sendo que aqueles autos (Embargos a execuÃ§Ã£o) deverÃ£o ser julgados primeiros em relaÃ§Ã£o ao processo execuÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Posteriormente, retornem os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 4.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 05 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00061625420138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021---EXEQUENTE:IBAMA Representante(s): OAB 13884-B - JOSE EDUARDO DE LUCENA FARIAS (ADVOGADO) EXECUTADO:V D MADEIRAS LTDA EPP. Processo: 0006162-54.2013.8.14.0110; Exequente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais RenovÃ¡veis - IBAMA; Executado: V D MADEIRAS LTDA EPP. DECISÃ¿O Â I - RELATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os autos de Recurso de Â¿Embargos de DeclaraÃ§Ã£oÂ¿ opostos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais RenovÃ¡veis - IBAMA em face da decisÃ£o proferida por este juÃ-zo Ã fls. 93/93-v que determinou a suspensÃ£o do presente processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos para julgamento dos embargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Era o que cabia relatar.Â II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, constata-se que Ã© hipÃ³tese de conhecimento e total provimento aos presentes embargos. Explique-se com maior vagar. II.I. JuÃ-zo de admissibilidade recursal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que estÃ£o presentes os pressupostos recursais intrÃ-nsecos e extrÃ-nsecos, na medida em que os embargos de declaraÃ§Ã£o nÃ£o se sujeitam a preparo (art. 1023 do CPC), bem como foram opostos dentro do prazo legal, conforme certidÃ£o de tempestividade do recurso expedida pela Secretaria Judicial, portanto, tempestivo os presentes embargos de declaraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Presentes tambÃ©m os demais pressupostos recursais, a saber: legitimidade e interesse recursal, regularidade formal, cabimento,

inexistÃªncia de fato impeditivo ou extintivo do direito recursal, razÃ£o pela qual os presentes embargos devem ser conhecidos por este juÃ-zo. II.II. MÃ©rito recursal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que Ã© hipÃ³tese de total procedÃªncia dos pedidos formulados nos presentes embargos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de uma simples leitura da decisÃ£o de fls. 93/93-V, hÃ¡ que se concordar com o embargante no sentido de que a decisÃ£o proferida estÃ¡ eivada de omissÃ£o, situaÃ§Ã£o a qual passo a discorrer. Â Â Â Â Â Â Â Â Â A decisÃ£o impugnada determinou a suspensÃ£o do presente feito, quando na verdade houve o pedido de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica para colocar os nomes dos sÃ³cios no polo passivo da presente lide, conforme fls. 81/91. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante de uma simples anÃ¡lise, nÃ£o hÃ¡ o que se indagar por suspensÃ£o do presente feito, tendo em vistas as provas juntadas nos autos, tem um indicio muito forte que a empresa foi dissolvida irregularmente e que Ã© possÃ-vel a satisfaÃ§Ã£o do crÃ©dito tributÃ¡rio em nome dos sÃ³cios. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que tange ao pedido de desconsideraÃ§Ã£o da personalidade jurÃ-dica, a doutrina e a jurisprudÃªncia pÃ¡tria entendem que se a empresa deixa de funcionar no seu domicÃ-lio fiscal e nÃ£o comunica aos Ã³rgÃ£os competentes, presume-se que foi dissolvida irregularmente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DomicÃ-lio tributÃ¡rio Ã© o lugar, cadastrado na repartiÃ§Ã£o tributÃ¡ria, onde o sujeito passivo poderÃ¡ ser encontrado pelo Fisco. Desta feita, se a AdministraÃ§Ã£o TributÃ¡ria tiver que enviar uma notificaÃ§Ã£o fiscal para aquele contribuinte, deverÃ¡ encaminhar para o endereÃ§o constante como sendo seu domicÃ-lio fiscal, sendo que as regras para a definiÃ§Ã£o do domicÃ-lio tributÃ¡rio estÃ£o previstas no art. 127 do CTN. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desse modo, se a empresa deixa de funcionar no seu domicÃ-lio fiscal, presume-se que ela contemporaneamente inexiste (foi dissolvida). Sendo dissolvida de forma irregular, o que caracteriza infraÃ§Ã£o Ã lei e permite o redirecionamento da execuÃ§Ã£o fiscal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, por exemplo, em uma execuÃ§Ã£o fiscal, caso nÃ£o se consiga fazer a citaÃ§Ã£o da empresa, devido o fato de nÃ£o estar mais funcionando no endereÃ§o indicado como seu domicÃ-lio fiscal, serÃ¡ possÃ-vel concluir que ela foi dissolvida irregularmente, ensejando o redirecionamento da execuÃ§Ã£o, conforme entendimento sumulado do STJ: SÃºmula 435-STJ: Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicÃ-lio fiscal, sem comunicaÃ§Ã£o aos Ã³rgÃ£os competentes, legitimando o redirecionamento da execuÃ§Ã£o fiscal para o sÃ³cio-gerente. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Segundo explica o Min. Mauro Campbell Marques ao comentar a origem da sÃºmula, Â¿o sÃ³cio-gerente tem o dever de manter atualizados os registros empresariais e comerciais, em especial quanto Ã localizaÃ§Ã£o da empresa e a sua dissoluÃ§Ã£o. Ocorre aÃ- uma presunÃ§Ã£o da ocorrÃªncia de ilÃ-cito. Este ilÃ-cito Ã© justamente a nÃ£o obediÃªncia ao rito prÃ³prio para a dissoluÃ§Ã£o empresarial (...)Â¿ (REsp. 1 .371 .1 28-RS). Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso em tela, a empresa executada, segundo noticiou o exequente, e de acordo com o que consta dos autos, nÃ£o estÃ¡ mais funcionando em seu domicÃ-lio fiscal, razÃ£o pela qual se presume que ela deixou de existir, e, por conseguinte, foi dissolvida irregularmente, o que caracteriza infraÃ§Ã£o Ã lei, nos termos do art. 135, do CTN, jÃ¡ que o procedimento para a extinÃ§Ã£o de sociedades empresÃ¡rias Ã© disciplinado na lei, devendo ser cumpridas uma sÃ©rie de formalidades, de sorte que se essa dissoluÃ§Ã£o ocorre de forma irregular, a legislaÃ§Ã£o estÃ¡ sendo desrespeitada, o que autoriza o redirecionamento da execuÃ§Ã£o, com supedÃ¢neo no art. 135, III, do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como nas fls. 90/91 hÃ¡ o instrumento do contrato de alteraÃ§Ã£o da sociedade limitada, com os respectivos sÃ³cios responsÃ¡veis pela pessoa jurÃ-dica, passa estes a serem responsÃ¡veis tambÃ©m pelo dÃ©bito tributÃ¡rio, conforme o artigo anteriormente exposto. III - DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isso, CONHEÃ¿O e DOU PROVIMENTO aos embargos de declaraÃ§Ã£o, para o fim de anular a decisÃ£o que determinou a suspensÃ£o do presente processo, considerando a omissÃ£o da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em prosseguimento, DEFIRO o pedido de fls. 81/91 para determinar o redirecionamento da presente execuÃ§Ã£o fiscal, com a inclusÃ£o do(s) representante(s) legal(is), Sra. LUCIENE ALVES EVANGELISTA (CPF: 535.464.746-00)Â e Sr. VALDNEY ALVES DOS SANTOS (CPF: 370.664.605-72) da empresa executada no polo passivo da presente aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CITE(M)-SE o(a)(s) sÃ³cios: Sra. LUCIENE ALVES EVANGELISTA (CPF: 535.464.746-00)Â e Sr. VALDNEY ALVES DOS SANTOS (CPF: 370.664.605-72), pela via postal com AR, no(s) endereÃ§o(s) indicado(s) nas fls. 88 e com cÃ³pia da inicial. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nos termos do art. 7Âº, da LEF, a penhora somente Ã© autorizada em caso de nÃ£o pagamento da dÃ-vida no prazo legal, apÃ³s a devida citaÃ§Ã£o. Assim, deixo de determinar, neste momento, o arresto cautelar de bens dos executados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Proceda-se Ã alteraÃ§Ã£o na autuaÃ§Ã£o e registro para incluir no polo passivo o(s) executado(s) nomeado(s) na petiÃ§Ã£o de fls.88. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino a remessa dos autos a fazenda pÃºblica estadual para a ciÃªncia e prosseguimento da execuÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 05 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da

Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡. PROCESSO: 00062750820138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021---EXEQUENTE:IBAMA EXECUTADO:MADEIREIRA MARANHAO LTDA. Processo: 0006275-08.2013.8.14.0110 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Tendo em vista as tentativas infrutÃ-feras proceder o adimplemento da obrigaÃ§Ã£o, intimem-se o exequente, com remessa dos autos, para se manifestar no que entender de direito. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, com ou sem resposta, certifique-se e voltem os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 05 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia PROCESSO: 00062769020138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021---EXEQUENTE:IBAMA Representante(s): OAB 3251 - MARIA DEUSDETH MARQUES VIEIRA REALE (ADVOGADO) EXECUTADO:MADEIREIRA MARANHAO LTDA. Processo: 0006276-90.2013.8.14.0110; Exequente: IBAMA; Executado: MADEIREIRA MARANHÃ¿O LTDA; EndereÃ§o do executado: Rodovia PA 236, s/n, KM 01 - Estrada, GoianÃ©sia do ParÃ¡ - CEP 68639-000. DESPACHO Intimada regulamente, a parte exequente se manifestou acerca do prosseguimento do feito e consequentemente a citaÃ§Ã£o via postal, com aviso de recebimento, assim, adoto as seguintes deliberaÃ§Ãµes: 1.Â Â Â Â Â Tratando-se de execuÃ§Ã£o fiscal, cite-se o executado, via AR para no prazo de 5 (cinco) dias contados da citaÃ§Ã£o, efetuar o pagamento do dÃ©bito exequendo ou, caso queira, no prazo mÃ¡ximo de 30 (dias) contados da garantia do juÃ-zo, oferecer embargos Ã execuÃ§Ã£o, com a ressalva de que deverÃ¡ garantir o juÃ-zo por meio de depÃ³sito judicial, nomeaÃ§Ã£o de bens Ã penhora ou seguro garantia ou fianÃ§a bancÃ¡ria (art. 9Âº e 16 da Lei 6830/80).Â 2.Â Â Â Â Â Uma vez transcorrido o prazo sem pagamento ou oposiÃ§Ã£o de embargos, certifique-se e voltem os autos conclusos para a prÃ¡tica de atos de constriÃ§Ãµes judiciais. 3.Â Â Â Â Â Cumpra-se. O PRESENTE DESPACHO JÃ SERVE COMO CARTA DE CITAÃ¿Ã¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Brasil Novo (PA), 05 de novembro de 2021. Jun Kubota Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡ PROCESSO: 00062941420138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JUN KUBOTA A??o: Execução Fiscal em: 05/11/2021---EXEQUENTE:IBAMA Representante(s): OAB 9838 - ALDENOR DE SOUZA BOHADANA FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:MADEIREIRA MARANHAO LTDA. Processo: 0006294-14.2013.8.14.0110 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intimem-se o exequente, com remessa dos autos, para se manifestar no que entender de direito nestes autos. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, com ou sem resposta, certifique-se e voltem os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 05 de novembro de 2021. JUN KUBOTA Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de JacundÃ¡ Respondendo cumulativamente pela Vara Ã¿nica da Comarca de GoianÃ©sia PROCESSO: 00000814520208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021---VITIMA:R. C. I. B. DENUNCIADO:RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0000081-45.2020.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 26 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ AcadÃªmico de direito: PABLO FERREIRA NUNES AcadÃªmico de direito: MARCIO SALES MOREIRA JUNIOR Acusado: RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA Advogado nomeado para o ato: DAVID MATOS DE SOUSA, OAB/PA 26.274 VÃ-tima: RONICY CARLOS IZIDO BALTAZAR Testemunha: ARHAMIS SAOLON DE SOUSA FIGUEIREDO AUSENTE: Testemunha: DAVI SIGUEIRA DO CARMOS Testemunha: FRANCIELTON IZIDO OLIVEIRA Aos 26 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESETES: O acusado, acompanhado do advogado nomeado para o ato; presente a vÃ-tima e a testemunha de acusaÃ§Ã£o Arhamis Saolon de Sousa Figueiredo. Verificou-se AUSENTE: As testemunhas, Davi Sigueira do Carmos, Francielton Izido Oliveira. Considerando a ausÃªncia justificada da Defensora PÃºblica desta comarca, nomeio o DAVID MATOS DE SOUSA, OAB/PA 26.274, advogado militante nesta Comarca, como defensor dativo. Passou-se a oitiva da vÃ-tima, RONICY CARLOS IZIDO BALTAZAR (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). Passou-se a oitiva da testemunha de acusaÃ§Ã£o ARHAMIS SAOLON DE SOUSA FIGUEIREDO (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). O MinistÃ©rio PÃºblico desistiu da oitiva das testemunhas DAVI SIGUEIRA DO CARMOS, FRANCIELTON IZIDO OLIVEIRA. NÃ£o houve oposiÃ§Ã£o

da defesa. O MM. Juiz homologou a desistÃªncia. Passou-se ao interrogatÃ³rio do acusado RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). As partes nÃ£o requerem nenhuma diligÃªncia. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1.Â Â Â Â Â Abra-se vistas as partes, suscetivelmente, a iniciar pelo MinistÃ©rio PÃºblico, para que no no prazo de 05 (cinco) dias, apresente AlegaÃ§Ãµes Finais por memoriais e escrito, atente-se que o acusado Ã© assistido pela Defensoria PÃºblica. 2.Â Â Â Â Â 2. Considerando a ausÃªncia de Defensor PÃºblico na Comarca e a necessidade de nomeaÃ§Ã£o do advogado dativo, cabe-se frisar sobre o fato amplamente vinculado de que o concurso pÃºblico para provimento de vagas para o cargo de Defensor PÃºblico encontra-se aberto recentemente, apÃ³s longos anos com dÃ©ficit no quadro de membros, contudo, destaque-se que um certame nesse porte atÃ© nomeaÃ§Ã£o e posse perduram, no mÃ-nimo, um ano e meio, ou seja a deficiÃªncia no quadro de membros Ã© latente. Fixo honorÃ¡rios ao advogado dativo no importe de R$ 500,00 (quinhentos) reais a serem suportados pelo Estado do ParÃ¡, nos termos da jurisprudÃªncia do E. TJPA. Nada mais havendo, mandou o MM Âº. Juiz encerrar o presente termo que lido e achado conforme vai devidamente assinado. SERVE ESTE TERMO COMO TÃTULO EXECUTIVO JUDICIAL. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Eu_____ Bruno Rodrigues da Silva (SecretÃ¡rio de audiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ VÃ-tima:_____ Acusado:_____ Advogado:_____ PROCESSO: 00003925120118140110 PROCESSO ANTIGO: 20111000266 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 08/11/2021---REQUERENTE:CARLOS ALBERTO DE LIMA Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:LEIA COSTA DA SILVA REQUERIDO:JACKSON DE LIMA REQUERIDO:MARIA CELENE DE LIMA REQUERIDO:JOSE ROBERTO ALVES DE LIMA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ TERMO DE AUDIÃ¿NCIA Processo n. Âº 0000392-51.2011.8.14.0110 - AÃ§Ã£o de AveriguaÃ§Ã£o de Paternidade Data: 27.10.2021 Hora: 11h30min PRESENÃ¿AS: Juiz: Henrique Carlos Lima Alves Pereira MinistÃ©rio PÃºblico: Thais Rodrigues Cruz Tomaz Tec. Enfermagem:Â Regiane dos Santos Lima - Coren 1134370 Requerente: Carlos Alberto de Lima AUSENTE: Requerida: Leia Costa da Silva Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se presente a parte requerente e ausente a parte requerida. Â Â Â Â Â Restou prejudicada o presente ato, tendo em vista ausÃªncia da parte requerida. Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que a requerida fora devidamente intimada, no entanto, deu-se por ausente. DELIBERAÃ¿Ã¿O: FaÃ§am-se os autos conclusos para decisÃ£o. Eu,_____ Bruno Rodrigues da Silva, (Sec. de AudiÃªncia) que digitei e subscrevi este termo. Â Â Â Â Â . Juiz: _____ Requerente: _____ PROCESSO: 00004426220208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021---VITIMA:I. J. R. DENUNCIADO:PAULO VICTOR SOUSA AMARA Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (ADVOGADO) OAB 19874-B - BRENA FERREGUETE MAGALHAES (ADVOGADO) VITIMA:L. G. C. P. VITIMA:V. L. S. DENUNCIADO:RONIEL DA SILVA SANTOS. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0000442-62.2020.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 28 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS Acusado: RONIEL DA SILVA SANTOS VÃ-tima: LUIZ GUSTAVO COSTA PEREIRA VÃ-tima: VESILANE GUSTAVO COSTA PEREIRA Testemunha: PAULO SIMÃ¿O DA SILVA BARBOSA AUSENTES: Acusado: PAULO VICTOR SOUSA AMARAL VÃ-tima: ISRAEL JODAIAS RODRIGUES VÃ-tima: DIMAEL RODRIGUES Testemunha: VICTOR SOL FARIAS DE ARAUJO Testemunha: JOSE EVANDRO SILVA NAZARÃ¿ Aos 28 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP e a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESETES No inicio da presente assentada a

Defensoria PÃºblica apresentou Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o em favor de Roniel da Silva Santos, nos seguintes termos: Â¿ MM Juiz, RONIEL DA SILVA SANTOS (94)98442-4361, jÃ¡ qualificado nos autos, vem por intermÃ©dio da Defensoria PÃºblica apresentar RESPOSTA Ã¿ AUCUSAÃ¿Ã¿O nos termos do art. 386,CPP. Preliminarmente, impugna a Defesa todos os elementos de convicÃ§Ã£o produzidos em sede de inquÃ©rito policial, por serem elementos nÃ£o produzidos sob o crivo do contraditÃ³rio. No que concerne ao mÃ©rito, apesar de na denÃºncia nÃ£o se verificar que tenha sido impugnado qualquer nÃºcleo de tipo ao Defendente, a Defesa reserva-se a impugnar os demais pontos por ocasiÃ£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento. SÃ£o os termos em que pede deferimentoÂ¿. Compulsando os autos, verifico que o acusado PAULO VICTOR SOUSA AMARAL, nÃ£o fora intimidado para presente ato, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, pois nÃ£o fora encontrado no endereÃ§o, tendo sido informado por moradores da rua que nÃ£o conhecem, presumindo-se assim, sua mudanÃ§a de residÃªncia sem comunica este juÃ-zo. Ex positis, nos termos do artigo 367 do CÃ³digo de Processo Penal, o MMÂº. Juiz decretou sua revelia. A pedido do MinistÃ©rio PÃºblico, fora determinada pelo MM. Juiz a conduÃ§Ã£o coercitiva da vÃ-tima VESILANE GUSTAVO COSTA PEREIRA, tendo em vista que fora intimada para oto e injustificadamente nÃ£o compareceu. A conduÃ§Ã£o foi frutÃ-fera. Passou-se a colher o depoimento da vÃ-tima VESILANE GUSTAVO COSTA PEREIRA (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia) Passou-se a colher o depoimento da vÃ-tima LUIZ GUSTAVO COSTA PEREIRA (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia) Passou-se a colher o depoimento da testemunha PAULO SIMÃ¿O DA SILVA BARBOSA (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia) O MinistÃ©rio PÃºblico insistiu na oitiva das testemunhas ausentes. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para que apresente o endereÃ§o atualizado das testemunhas ausentes. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ PROCESSO: 00014102920198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021--- REQUERENTE:M. L. P. S. REPRESENTANTE:VANESSA MARIA PALHANO DA SILVA Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:HENRIQUE DO NASCIMENTO MAGNO. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ TERMO DE AUDIÃ¿NCIA Processo n. Âº 0001410-29.2019.8.14.0110 - AÃ§Ã£o de AveriguaÃ§Ã£o de Paternidade Data: 27.10.2021 Hora: 09h00min PRESENÃ¿AS: Juiz: Henrique Carlos Lima Alves Pereira MinistÃ©rio PÃºblico: Thais Rodrigues Cruz Tomaz Tec. Enfermagem:Â Regiane dos Santos Lima - Coren 1134370Â Requerente: M.L.P.D.S Rep. Legal: Vanessa Maria Palhano da Silva Requerido: Henrique Nascimento Magno Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se presente a parte requerente e o requerido Â Â Â Â Â Foi realizada o exame de DNA, tendo sido coleta o material em audiÃªncia. O MM Juiz passou a seguinte DELIBERAÃ¿Ã¿O: Aguarde-se o retorno do resultado. Com o resultado, faÃ§am os autos conclusos. Ã¿ Secretaria para as providÃªncias cabÃ-veis, inclusive envio do material ao laboratÃ³rio. As partes saem devidamente intimadas. Nada mais havendo a registrar vai devidamente assinado. Nada mais havendo a registrar vai devidamente assinado por todos, Eu,_____ Bruno Rodrigues da Silva, (Sec. de AudiÃªncia) que digitei e subscrevi este termo. Â Â Â Â Â . Juiz: _____ Rep. Legal do Requerente: _____ Requerido: _____ Tec. Enfermagem:_____ PROCESSO: 00015231720188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021--- MENOR:A. K. S. REPRESENTANTE:ANGELICA SANTOS DE SOUSA Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ERINALDO SILVA ALMEIDA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209Â Email: 1goianesia@tjpa.jus. TERMO DE AUDIÃ¿NCIA I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0001523-17.2018.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 27 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00 Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA PRESENTES AO ATO: Requerente: ANNE KALLYNE SOUSA Rep. da requerente: ANGELICA SANTOS DE SOUSA Requerido: ERINALDO ALMEIDA DE SILVA Aos 27 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h00min, onde se encontrava o MM. Juiz. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESENTE: a representante da requerente, SrÂº ANGELICA SANTOS DE SOUSA e o requerido, SrÂº ERINALDO ALMEIDA DE SILVA. Iniciados os trabalhos, ficam as partes cientificadas de

que a audiÃªncia Ã© informada pelos princÃ-pios da independÃªncia, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisÃ£o informada. Ficam tambÃ©m cientificadas de que em razÃ£o do dever de sigilo, o conciliador, mediador e membros de equipe, nÃ£o podem divulgar ou depor acerca dos fatos ou elementos oriundos da audiÃªncia. Realizada a tentativa de composiÃ§Ã£o, resultou positiva, tendo resolvido as partes colocar fim ao litÃ-gio nos seguintes termos: 1. Reconhecimento de paternidade: O senhor ELINALDO DE ALMEIDA SOUZA, brasileiro, solteiro, portador do RG nÂº 7805443 PC/PA, inscrito no CPF sob o nÂº 060.372.142-71, residente na VICINAL BARONEZA, NÂº 66, filho de SIVALDO RIBEIRO DE SOUZA e LUCIMAR DE ALMEIDA DA SILVA, declara de livre e espontÃ¢nea vontade (ciente das consequÃªncias civis e criminais do ato, bem como da sua irretratabilidade) que reconhece como sua filha a pessoa de ANNE KALLYNE SOUSA. 2. Uso do nome: A filha passarÃ¡ a se chamar: ANNE KALLYNE ALMEIDA SOUSA. 3. Guarda da filha: A guarda da filha serÃ¡ exercida de forma compartilhada, com residÃªncia fixa com a genitora. 4. Direito de Visitas: O direito de visitas serÃ¡ exercido pelo pai da seguinte maneira: (a) exercerÃ¡ toda quinzena, um final de semana na residÃªncia do genitor. (c) todas as retiradas e devoluÃ§Ãµes da filha deverÃ£o ocorrer junto ao lar materno; (d) a filha passarÃ¡ os dias das mÃ£es com a mÃ£e e os dias dos pais com o pai; (e) nos anos Ã-mpares, nas festas de final de ano o natal serÃ¡ passado com a mÃ£e e o ano novo com o pai, invertendo-se nos anos pares (natal com o pai e ano novo com a mÃ£e). 5. Alimentos para a filha: O pai pagarÃ¡ alimentos em favor da filha ANNE KALLYNE ALMEIDA SOUSA, de inÃ-cio, o valor R$ 200,00 (duzentos reais). O valor serÃ¡ devido todo dia 27 de cada mÃªs, a partir do mÃªs de novembro de 2021. Os pagamentos deverÃ£o ser realizados diretamente Ã representante da alimentada. 6. Alimentos em atraso: As partes dÃ£o quitaÃ§Ã£o quanto a eventuais alimentos em atraso atÃ© o momento. As partes requerem a homologaÃ§Ã£o do acordo e renunciam ao prazo recursal. SENTENÃ¿A: Â¿Vistos, 1. Homologo por sentenÃ§a, e para que todos os efeitos legais surtam, o acordo realizado entre as partes na presente audiÃªncia, por conseguinte, nos termos do artigo 487, inciso III, alÃ-nea b, do CÃ³digo de Processo Civil julgo extinto o presente processo com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. 2. Por conseguinte, fica o senhor ELINADO DE ALMEIDA SOUZA reconhecido como pai de ANNE KALLYNE ALMEIDA SOUSA. 3. Homologo a renÃºncia ao prazo recursal, razÃ£o pela qual dou a sentenÃ§a por transitada em julgado na presente data. 4. Esta sentenÃ§a servirÃ¡ como mandado de averbaÃ§Ã£o ao CartÃ³rio de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, para que proceda Ã margem do assento de nascimento de ANNE KALLYNE SOUSA, MatrÃ-cula n.0671990155 2014 1 00037 034 0025040 45, a necessÃ¡ria averbaÃ§Ã£o, sendo que passa o filho a adotar o nome: ANNE KALLYNE ALMEIDA SOUSA, e para que fiquem constando os dados qualificativos paternos: ELINALDO DE ALMEIDA SOUZA, brasileiro, solteiro, portador do RG nÂº 7805443 PC/PA, inscrito no CPF sob o nÂº 060.372.14271, residente na VICINAL BARONEZA, NÂº 66, filho de SIVALDO RIBEIRO DE SOUZA e LUCIMAR DE ALMEIDA DA SILVA. Os demais dados deverÃ£o permanecer inalterados. O trÂ¢nsito em julgado ocorreu nesta data 27/10/202. As partes sÃ£o beneficiÃ¡rias da justiÃ§a gratuita. Registre-se. Arquive-se Nada mais. Lido e achado conforme. Termo digitado e lavrado por mim, Bruno Rodrigues da Silva _____ (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia). Juiz:_____ Rep. da requerente:_____ Requerido:_____ PROCESSO: 00028280220198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021---REQUERENTE:H. G. S. D. REPRESENTANTE:JAQUELINE DOS SANTOS DE DEUS Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:APRIGIO GOMES DA SILVA JUNIOR. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ TERMO DE AUDIÃ¿NCIA Processo n. Âº 0002828-02.2019.8.14.0110 - AÃ§Ã£o de AveriguaÃ§Ã£o de Paternidade Data: 27.10.2021 Hora: 11h30min PRESENÃ¿AS: Juiz: Henrique Carlos Lima Alves Pereira MinistÃ©rio PÃºblico: Thais Rodrigues Cruz Tomaz Tec. Enfermagem:Â Regiane dos Santos Lima - Coren 1134370Â Rep. Legal: Jaqueline dos Santos de Deus AUSENTE: Requerido: Aprigio Gomes da Silva Junior Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se presente a parte requerente e ausente o requerido Â Â Â Â Â Restou prejudicada o presente ato, pois conforme certidÃ£o de fl. 50, o requerido nÃ£o fora encontrado. DELIBERAÃ¿Ã¿O: Concedo o prazo de 15 dias para que a parte requerente forneÃ§a novo endereÃ§o do requerido, Eu,_____ Bruno Rodrigues da Silva, (Sec. de AudiÃªncia) que digitei e subscrevi este termo. Â Â Â Â Â . Juiz: _____ Rep. Legal do Requerente: _____ PROCESSO:

00028644420198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021--- REQUERENTE:DIVINO SOARES DA SILVA Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) MENOR:C. S. S. MENOR:H. C. S. S. MENOR:E. V. S. S. REQUERIDO:CLEIA DE SOUZA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ TERMO DE AUDIÃ¿NCIA Processo n. Âº 0002864-44.2019.8.14.0110 - AÃ§Ã£o de AveriguaÃ§Ã£o de Paternidade Data: 27.10.2021 Hora: 11h30min PRESENÃ¿AS: Juiz: Henrique Carlos Lima Alves Pereira MinistÃ©rio PÃºblico: Thais Rodrigues Cruz Tomaz Tec. Enfermagem:Â Regiane dos Santos Lima - Coren 1134370Â Requerente: Divino Soares da Silva AUSENTE: Requerido: Cleia Souza Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se presente a parte requerente e ausente o requerido Â Â Â Â Â Restou prejudicada o presente ato, pois conforme certidÃ£o do oficial de justiÃ§a a requerida nÃ£o fora encontrada DELIBERAÃ¿Ã¿O: Concedo o prazo de 15 dias para que a parte requerente forneÃ§a novo endereÃ§o do requerido, Eu,_____ Bruno Rodrigues da Silva, (Sec. de AudiÃªncia) que digitei e subscrevi este termo. Â Â Â Â Â . Juiz: _____ Rep. Legal do Requerente: _____ PROCESSO: 00032033720188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021--- REQUERENTE:MARIA ALICE MENDONCA Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) JOSE ALFREDO MENDONCA (CURADOR) REQUERIDO:EUGIMAR MORAES. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ TERMO DE AUDIÃ¿NCIA Processo n. Âº 0003203-37.2018.8.14.0110 - AÃ§Ã£o de AveriguaÃ§Ã£o de Paternidade Data: 27.10.2021 Hora: 11h30min PRESENÃ¿AS: Juiz: Henrique Carlos Lima Alves Pereira MinistÃ©rio PÃºblico: Thais Rodrigues Cruz Tomaz Tec. Enfermagem:Â Regiane dos Santos Lima - Coren 1134370 Requerente: Maria Alice MendonÃ§a Curador: Jose Alfredo MendonÃ§a AUSENTE: Requerente: Eugimar Moraes Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se presente a parte requerente, acompanhada de seu curador e ausente a parte requerida. Â Â Â Â Â Restou prejudicada o presente ato, tendo em vista ausÃªncia da parte requerida DELIBERAÃ¿Ã¿O: Ã¿ secretaria para que certifique a respeito da intimaÃ§Ã£o do requerido, Eu,_____ Bruno Rodrigues da Silva, (Sec. de AudiÃªncia) que digitei e subscrevi este termo. Â Â Â Â Â . Juiz: _____ Curador: _____ PROCESSO: 00033659520198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021---DENUNCIADO:CLEUDIMAR GUIMARAES PEREIRA VITIMA:E. V. R. . FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA OFERECIMENTO DE TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0003365-95.2019.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 26 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 09h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Beneficiada: CLEUDIMAR GUIMARÃ¿ES PEREIRA Aos 26 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 08h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP e a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESENTES: A beneficiada e sua advogada. A autora do fato CLEUDIMAR GUIMARÃ¿ES PEREIRA, aceitou a proposta de transaÃ§Ã£o penal ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, consistente em pagamento de meio salÃ¡rio mÃ-nimo, consistente em R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta) reais, parcelado em duas vezes, com vencimento para o dia 25 de cada mÃªs, iniciando pelo menos de novembro. SENTENÃ¿A: Vistos, etc. Segundo informaÃ§Ãµes fornecidas nesta audiÃªncia, em ratificaÃ§Ã£o ao conteÃºdo do termo circunstanciado, o autor do fato praticou, em tese, a infraÃ§Ã£o penal informada no inquÃ©rito policial anexo aos autos. O MinistÃ©rio PÃºblico, verificando que o autor do fato preenchia os requisitos objetivos e subjetivos previstos no artigo 76, Â§2Âº, da Lei 9.099/95, ofereceu proposta de TransaÃ§Ã£o Penal, em pagamento de prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, a qual restou aceita pela autora do fato, na presenÃ§a de seu defensor (art. 76, Â§ 3Âº, da Lei 9.099/95). Assim, preenchidos os requisitos legais, com fundamento no Â§ 4Âº do artigo 76 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para que produza todos os efeitos legais e retroativos Ã data de sua celebraÃ§Ã£o, a TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL firmada entre as partes e, em consequÃªncia, aplico a autora do fato

CLEUDIMAR GUIMARÃ¿ES PEREIRA a pena restritiva de direitos de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade. Caso cumprido o acordo substitutivo do processo, desde logo DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE da autora do fato CLEUDIMAR GUIMARÃ¿ES PEREIRA pelo cumprimento da medida alternativa aplicada, o que faÃ§o com fundamento no parÃ¡grafo Ãºnico do art. 84 da Lei 9.099/95, utilizado por analogia. Determino, ademais, que a aplicaÃ§Ã£o da medida nÃ£o conste dos registros criminais do autor do fato, exceto para fins de requisiÃ§Ã£o judicial (artigo 76, Â§6Âº, da Lei nÂº. 9099/95). Fica o autor do fato ciente de que o descumprimento da medida alternativa aplicada ensejarÃ¡ o prosseguimento do feito, conforme alinhada jurisprudÃªncia do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a: HABEAS CORPUS. JUIZADO ESPECIAL. TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL. EXIGÃ¿NCIA DO ATO IMPUGNADO DE QUE A HOMOLOGAÃ¿Ã¿O OCORRA SOMENTE APÃ¿S O CUMPRIMENTO DA CONDIÃ¿Ã¿O PACTUADA: CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DIREITO Ã¿ HOMOLOGAÃ¿Ã¿O ANTES DO ADIMPLEMENTO DAS CONDIÃ¿Ã¿ES ACERTADAS. POSSIBILIDADE DE INSTAURAÃ¿Ã¿O DE INQUÃ¿RITO OU DE PROPOSITURA DA AÃ¿Ã¿O PENAL. I. Consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. II. A jurisprudÃªncia desta Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao status quo ante em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. (STF, HC 88616, Relator(a):Â Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 08/08/2006, DJ 27-10-2006 PP-00064 EMENT VOL-02253-03 PP-00505 RTJ VOL-00201-03 PP-01101 RT v. 96, n. 856, 2007, p. 508-512) AÃ¿Ã¿O PENAL. Juizados Especiais Criminais. TransaÃ§Ã£o penal. Art. 76 da Lei nÂº 9.099/95. CondiÃ§Ãµes nÃ£o cumpridas. Propositura de aÃ§Ã£o penal. Possibilidade. JurisprudÃªncia reafirmada. RepercussÃ£o geral reconhecida. Recurso extraordinÃ¡rio improvido. AplicaÃ§Ã£o do art. 543-B, Â§ 3Âº, do CPC. NÃ£o fere os preceitos constitucionais a propositura de aÃ§Ã£o penal em decorrÃªncia do nÃ£o cumprimento das condiÃ§Ãµes estabelecidas em transaÃ§Ã£o penal. (STF, RE 602072 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 19/11/2009, REPERCUSSÃ¿O GERAL - MÃ¿RITO DJe-035 DIVULG 25-02-2010 PUBLIC 26-02-2010 EMENT VOL-02391-10 PP-02155 LEXSTF v. 32, n. 375, 2010, p. 451-456 RJTJRS v. 45, n. 277, 2010, p. 33-36) Dou esta por publicada e as partes por intimadas em audiÃªncia. Registre-se. Transitada em julgado, aguarde-se o cumprimento da medida alternativa. Cumprida a medida alternativa: a) promova a Secretaria as comunicaÃ§Ãµes obrigatÃ³rias previstas no CÃ³digo de Normas; b) remetam-se ao Distribuidor para as baixas necessÃ¡rias; c) arquivem-se os autos. d) Determino que o Creas encaminhe a beneficiada para o Ã³rgÃ£o pÃºblico adequado para que possa cumprir com o serviÃ§o comunitÃ¡rio. Atente-se ainda para o envio dos relatÃ³rios com a frequÃªncia da beneficiada no prazo de 02 meses. Em caso de descumprimento da medida alternativa, abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para eventual prosseguimento da aÃ§Ã£o penalÂ¿. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes. Encerrou-se a presente audiÃªncia com as formalidades legais. Termo digitado e lavrado por mim, Bruno Rodrigues da Silva _____ (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia). Juiz:_____
Autora do Fato:_____
Advogada:_____
PROCESSO: 00043656720188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:VALMIR TRAMONTIN Representante(s): OAB 25777 - YURI FERREIRA MACIEL (ADVOGADO) OAB 24019 - JEAN CARLOS GOLTARA (ADVOGADO) . FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O POR VÃDEO CONFERÃ¿NCIA I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0004365-67.2018.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 28 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Advogado: JEAN CARLOS GOLTARA, OAB/PA 24.019 AcadÃªmica de direito: DEBORA IVANA LIMA LOUSADA, 2019000374 Acusado: VALMIR TRAMONTIN Testemunha: GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Testemunha: PAULO SIMÃ¿O DA SILVA BARBOSA AUSENTE: Testemunha: RAFAEL MOTA DOS SANTOS Aos 28 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP e a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESENTE: As testemunhas Geraldo Pereira dos Santos e Paulo SimÃ£o da Silva Barbosa, o acusado Valmir Tramontin. Verificou-se

AUSENTE: A testemunha Rafael Mota dos Santos. Passou-se a oitiva da testemunha GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). Passou-se a oitiva da testemunha PAULO SIMÃ¿O DA SILVA BARBOSA (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). Â O MinistÃ©rio PÃºblico dispensou a oitiva da testemunha RAFAEL MOTA DOS SANTOS, nÃ£o houve oposiÃ§Ã£o da defesa. O MM. juiz homologou a desistÃªncia da testemunha. Passou-se o interrogatÃ³rio do acusado VALMIR TRAMONTIN (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia). Fora requerido pelo MinistÃ©rio PÃºblico a juntada do Laudo de Potencialidade Lesiva da arma apreendida com o acusado. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Defiro o pedido realizado pela representante do MinistÃ©rio PÃºblico. Oficie-se a Autoridade Policial para que proceda a juntada do Laudo Definitivo de Potencialidade Lesiva da arma apreendida constante na denÃºncia. 1. Com a juntada do Laudo. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais, em seguida Ã Defesa do Acusado para o mesmo propÃ³sito, por fim, faÃ§am-se os autos conclusos para sentenÃ§a. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ PROCESSO: 00063694820168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021---DENUNCIADO:VALDEMIR VIEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 22210 - OSCAR BARROS CAVALCANTE (ADVOGADO) . FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE PROPOSTA DE SUSPENSÃ¿O CONDICIONAL DO PROCESSO I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0006369-48.2016.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 19 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 09h30min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Beneficiado: VALDEMIR VIEIRA DA SILVA Advogada nomeada para o ato: ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO, OAB-PA 15227 Aos 19 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 09h30min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESETES: O beneficiado, acompanhado da advogada nomeada para o ato. Considerando a ausÃªncia justificada da Defensora PÃºblica desta comarca, nomeio o Dr. ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO, OAB-PA 15227, advogada militante nesta Comarca, como defensora dativa. O MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO DO ESTADO DO PARÃ oferece SUSPENSÃ¿O CONDICIONAL DO PROCESSO em favor do denunciado VALDEMIR VIEIRA DA SILVA, nos termos do art. 89 da Lei 9.099/95, com as seguintes condiÃ§Ãµes: a) proibiÃ§Ã£o de frequentar bares e locais hÃ¡ venda bebidas alcoÃ³licas; b) proibiÃ§Ã£o de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorizaÃ§Ã£o do Juiz, por prazo superior a 15 dias. c) comparecimento pessoal e obrigatÃ³rio a juÃ-zo, a cada trÃªs meses, para informar e justificar suas atividades. Os acusados e seus defensores aceitaram a proposta. A proposta fora aceita pelo acusado e pela sua defensora. SENTENÃ¿A: 1. Â¿Tendo em vista a proposta de suspensÃ£o condicional do processo pelo prazo de dois anos feita pelo MP e aceita pelo acusado e sua defensora, suspendo o processo pelo prazo de dois anos, submetendo os acusados a perÃ-odo de prova, sob as seguintes condiÃ§Ãµes: a) proibiÃ§Ã£o de frequentar bares e locais hÃ¡ venda bebidas alcoolicas; b) proibiÃ§Ã£o de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorizaÃ§Ã£o do Juiz, por prazo superior a 15 dias. c) comparecimento pessoal e obrigatÃ³rio a juÃ-zo, a cada trÃªs meses, para informar e justificar suas atividades. Fica o acusado advertido de que a suspensÃ£o serÃ¡ revogada se descumprirem qualquer uma das condiÃ§Ãµes acima impostas ou se forem processadas, no curso do perÃ-odo de provas, por outro crime ou contravenÃ§Ã£o penal. NÃ£o correrÃ¡ prescriÃ§Ã£o durante o prazo de suspensÃ£o do processo. 2. Considerando a ausÃªncia de Defensor PÃºblico na Comarca e a necessidade de nomeaÃ§Ã£o do advogado dativo, cabe-se frisar sobre o fato amplamente vinculado de que o concurso pÃºblico para provimento de vagas para o cargo de Defensor PÃºblico encontra-se aberto recentemente, apÃ³s longos anos com dÃ©ficit no quadro de membros, contudo, destaque-se que um certame nesse porte atÃ© nomeaÃ§Ã£o e posse perduram, no mÃ-nimo, um ano e meio, ou seja a deficiÃªncia no quadro de membros Ã© latente. Fixo honorÃ¡rios ao advogado dativo no importe de R$ 500,00 (quinhentos) reais a serem suportados pelo Estado do ParÃ¡, nos termos da jurisprudÃªncia do E. TJPA. Nada mais havendo, mandou o MM Âº. Juiz encerrar o presente termo que lido e achado conforme vai devidamente assinado. SERVE ESTE TERMO COMO TÃTULO EXECUTIVO JUDICIAL. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Eu_____ Bruno Rodrigues da Silva (SecretÃ¡rio de audiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____

Beneficiado:_____
Advogada:_____ PROCESSO: 00064497520178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021---VITIMA:A. B. DENUNCIADO:ANTONIO MILTON OLIVEIRA DA COSTA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0006449-75.2017.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 26 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 09h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Acusado: ANTONIO MILTO OLIVEIRA DA COSTA Testemunha: FABIO COSTA BORGES AUSENTE: VÃ-tima: ALINE BATISTA Testemunha: JULIO HONORATO DA SILVA Testemunha: FRANCINEI WARLLEN NASCIMENTO Aos 26 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 09h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESETES: O acusado, e a testemunha de acusaÃ§Ã£o Fabio Costa Borges. Verificou-se AUSENTE:Â a vÃ-tima, e as testemunhas, Julio Honorato da Silva e Francinei Warllen Nascimento. Considerando a ausÃªncia justificada da Defensora PÃºblica desta comarca, nomeio o Dr. WEILLA FREIRE DE ABREU - OAB/PA10.653-B, advogada militante nesta Comarca, como defensora dativa. No momento da oitiva da testemunha FABIO COSTA BORGES, este afirmou que nÃ£o se recorda dos fatos, mesmo apÃ³s leitura da denÃºncia. Compulsando os autos, verifico que a vÃ-tima ALINE BATISTA nÃ£o fora encontrada em seu endereÃ§o, conforme certidÃ£o de fl.64. Compulsando os autos, verifico que os policias ausentes foram devidamente intimados pelo 37Âº PelotÃ£o da PolÃ-cia Militar, conforme certidÃ£o de fl.61. Tendo em vista a ausÃªncia da vÃ-tima e das demais testemunhas, nÃ£o fora possÃ-vel o prosseguimento do ato. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para que manifeste o que entender de direito. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____
Acusado:_____ PROCESSO: 00071064620198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 08/11/2021--- REQUERENTE:D. L. S. N. Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ALINE SILVA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:RAFAEL CONCEICAO DOS SANTOS. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ TERMO DE AUDIÃ¿NCIA Processo n. Âº 0007106-46.2019.8.14.0110 - AÃ§Ã£o de AveriguaÃ§Ã£o de Paternidade Data: 27.10.2021 Hora: 11h30min PRESENÃ¿AS: Juiz: Henrique Carlos Lima Alves Pereira MinistÃ©rio PÃºblico: Thais Rodrigues Cruz Tomaz Tec. Enfermagem:Â Regiane dos Santos Lima - Coren 1134370 Rep. Legal: Aline Silva do Nascimento AUSENTE: Requerido: Rafael ConceiÃ§Ã£o dos Santos Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se presente a parte requerente e ausente o requerido Â Â Â Â Â Restou prejudicada o presente ato, pois conforme certidÃ£o doÂ Oficial de JustiÃ§a, o requerido nÃ£o fora intimado pois o endereÃ§o nÃ£o pertence Ã estÃ¡ comarca. DELIBERAÃ¿Ã¿O: Paute-se audiÃªncia de coleta de Dna conforme pauta da secretaria, Eu,_____ Bruno Rodrigues da Silva, (Sec. de AudiÃªncia) que digitei e subscrevi este termo. Â Â Â Â Â . Juiz: _____ Rep. Legal do Requerente: _____ PROCESSO: 00083467020198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021---VITIMA:F. M. T. S. S. VITIMA:M. C. C. E. S. DENUNCIADO:MARIA DO SOCORRO SILVA RODRIGUES. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA OFERECIMENTO DE TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0008346-70.2019.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 26 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 09h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Advogada: LOHANNA PEREIRA PEDROSO, OAB/TO 9458 Beneficiada: MARIA DO SOCORRO SILVA RODRIGUES Aos 26 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 08h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP e a

Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESENTES: A beneficiada e sua advogada. A autora do fato MARIA DO SOCORRO SILVA RODRIGUES, aceitou a proposta de transaÃ§Ã£o penal ofertada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, consistente em prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade, pelo prazo de 03 (trÃªs) meses, por oito horas semanais, podendo ser cumpridas em finais de semana e feriados. SENTENÃ¿A: Vistos, etc. Segundo informaÃ§Ãµes fornecidas nesta audiÃªncia, em ratificaÃ§Ã£o ao conteÃºdo do termo circunstanciado, o autor do fato praticou, em tese, a infraÃ§Ã£o penal informada no inquÃ©rito policial anexo aos autos. O MinistÃ©rio PÃºblico, verificando que o autor do fato preenchia os requisitos objetivos e subjetivos previstos no artigo 76, Â§2Âº, da Lei 9.099/95, ofereceu proposta de TransaÃ§Ã£o Penal, consistente em serviÃ§os Ã comunidade, a qual restou aceita pela autora do fato, na presenÃ§a de seu defensor (art. 76, Â§ 3Âº, da Lei 9.099/95). Assim, preenchidos os requisitos legais, com fundamento no Â§ 4Âº do artigo 76 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO, por sentenÃ§a, para que produza todos os efeitos legais e retroativos Ã data de sua celebraÃ§Ã£o, a TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL firmada entre as partes e, em consequÃªncia, aplico ao autor do fato MARIA DO SOCORRO SILVA RODRIGUES a pena restritiva de direitos de prestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade. Caso cumprido o acordo substitutivo do processo, desde logo DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE da autora do fato MARIA DO SOCORRO SILVA RODRIGUES pelo cumprimento da medida alternativa aplicada, o que faÃ§o com fundamento no parÃ¡grafo Ãºnico do art. 84 da Lei 9.099/95, utilizado por analogia. Determino, ademais, que a aplicaÃ§Ã£o da medida nÃ£o conste dos registros criminais do autor do fato, exceto para fins de requisiÃ§Ã£o judicial (artigo 76, Â§6Âº, da Lei nÂº. 9099/95). Fica o autor do fato ciente de que o descumprimento da medida alternativa aplicada ensejarÃ¡ o prosseguimento do feito, conforme alinhada jurisprudÃªncia do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de JustiÃ§a: HABEAS CORPUS. JUIZADO ESPECIAL. TRANSAÃ¿Ã¿O PENAL. EXIGÃ¿NCIA DO ATO IMPUGNADO DE QUE A HOMOLOGAÃ¿Ã¿O OCORRA SOMENTE APÃ¿S O CUMPRIMENTO DA CONDIÃ¿Ã¿O PACTUADA: CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DIREITO Ã¿ HOMOLOGAÃ¿Ã¿O ANTES DO ADIMPLEMENTO DAS CONDIÃ¿Ã¿ES ACERTADAS. POSSIBILIDADE DE INSTAURAÃ¿Ã¿O DE INQUÃ¿RITO OU DE PROPOSITURA DA AÃ¿Ã¿O PENAL. I. Consubstancia constrangimento ilegal a exigÃªncia de que a homologaÃ§Ã£o da transaÃ§Ã£o penal ocorra somente depois do adimplemento das condiÃ§Ãµes pactuadas pelas partes. II. A jurisprudÃªncia desta Corte firmou-se no sentido de que a transaÃ§Ã£o penal deve ser homologada antes do cumprimento das condiÃ§Ãµes objeto do acordo, ficando ressalvado, no entanto, o retorno ao status quo ante em caso de inadimplemento, dando-se oportunidade ao MinistÃ©rio PÃºblico de requerer a instauraÃ§Ã£o de inquÃ©rito ou a propositura de aÃ§Ã£o penal. Ordem concedida. (STF, HC 88616, Relator(a):Â Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 08/08/2006, DJ 27-10-2006 PP-00064 EMENT VOL-02253-03 PP-00505 RTJ VOL-00201-03 PP-01101 RT v. 96, n. 856, 2007, p. 508-512) AÃ¿Ã¿O PENAL. Juizados Especiais Criminais. TransaÃ§Ã£o penal. Art. 76 da Lei nÂº 9.099/95. CondiÃ§Ãµes nÃ£o cumpridas. Propositura de aÃ§Ã£o penal. Possibilidade. JurisprudÃªncia reafirmada. RepercussÃ£o geral reconhecida. Recurso extraordinÃ¡rio improvido. AplicaÃ§Ã£o do art. 543-B, Â§ 3Âº, do CPC. NÃ£o fere os preceitos constitucionais a propositura de aÃ§Ã£o penal em decorrÃªncia do nÃ£o cumprimento das condiÃ§Ãµes estabelecidas em transaÃ§Ã£o penal. (STF, RE 602072 QO-RG, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, julgado em 19/11/2009, REPERCUSSÃ¿O GERAL - MÃ¿RITO DJe-035 DIVULG 25-02-2010 PUBLIC 26-02-2010 EMENT VOL-02391-10 PP-02155 LEXSTF v. 32, n. 375, 2010, p. 451-456 RJTJRS v. 45, n. 277, 2010, p. 33-36) Dou esta por publicada e as partes por intimadas em audiÃªncia. Registre-se. Transitada em julgado, aguarde-se o cumprimento da medida alternativa. Cumprida a medida alternativa: a) promova a Secretaria as comunicaÃ§Ãµes obrigatÃ³rias previstas no CÃ³digo de Normas; b) remetam-se ao Distribuidor para as baixas necessÃ¡rias; c) arquivem-se os autos. d) Determino que o Creas encaminhe a beneficiada para o Ã³rgÃ£o pÃºblico adequado para que possa cumprir com os serviÃ§o comunitÃ¡rio. Atente-se ainda para o envio dos relatÃ³rios com a frequÃªncia da beneficiada no prazo de 03 meses. Em caso de descumprimento da medida alternativa, abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico para eventual prosseguimento da aÃ§Ã£o penalÂ¿. Nada mais. Lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelos presentes. Encerrou-se a presente audiÃªncia com as formalidades legais. Termo digitado e lavrado por mim, Bruno Rodrigues da Silva _____ (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia).

Juiz:_____

Autora do Fato:_____

Advogada:_____

PROCESSO: 00099483320188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 08/11/2021---REQUERENTE:O NASCITURO Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR)

REPRESENTANTE:SANDRA TEIXEIRA DOS SANTOS REQUERIDO:SAMUEL SILVA OLIVEIRA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ TERMO DE AUDIÃ¿NCIA Processo n. Âº 0009948-33.2018.8.14.0110 - AÃ§Ã£o de AveriguaÃ§Ã£o de Paternidade Data: 27.10.2021 Hora: 10h30min PRESENÃ¿AS: Juiz: Henrique Carlos Lima Alves Pereira MinistÃ©rio PÃºblico: Thais Rodrigues Cruz Tomaz Tec. Enfermagem:Â Regiane dos Santos Lima - Coren 1134370Â Requerente: Rep. Legal: SANDRA TEIXEIRA DOS SANTOS Requerido: SAMUEL SILVA OLIVEIRA Â Â Â Â Â Aberta a audiÃªncia, feito o pregÃ£o de praxe, verificou-se presente a parte requerente e o requerido Â Â Â Â Â Foi realizada o exame de DNA, tendo sido coleta o material em audiÃªncia. O MM Juiz passou a seguinte DELIBERAÃ¿Ã¿O: Aguarde-se o retorno do resultado. Com o resultado, faÃ§am os autos conclusos. Ã¿ Secretaria para as providÃªncias cabÃ-veis, inclusive envio do material ao laboratÃ³rio. As partes saem devidamente intimadas. Nada mais havendo a registrar vai devidamente assinado. Nada mais havendo a registrar vai devidamente assinado por todos, Eu,_____ Bruno Rodrigues da Silva, (Sec. de AudiÃªncia) que digitei e subscrevi este termo. Â Â Â Â Â . Juiz: _____ Rep. Legal do Requerente: _____ Requerido: _____ Tec. Enfermagem:_____ PROCESSO: 00104653820188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021---VITIMA:D. K. S. B. DENUNCIADO:WALLEF SANTOS COSTA. FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ AUDIÃ¿NCIA DE INSTRUÃ¿Ã¿O I.DADOS DO PROCESSO: Processo: 0010465-38.2018.8.14.0110 Data da AudiÃªncia: 28 de outubro de 2021 HorÃ¡rio: 10h00min II.PRESENTES AO ATO: Magistrado: HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Promotora: THAIS RODRIGUES CRUZ TOMAZ Defensora PÃºblica: BEATRIZ FERREIRA DOS REIS VÃ-tima: DHESSICA KETLI SILVA BARROS Testemunha: GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Testemunha: JAMMES MARCELL DA COSTA RODRIGUES Testemunha: LUCAS CORREA FERNADES II. AUSENTES: Acusado: WALLEF SANTOS COSTA Aos 28 dias do mÃªs de outubro do ano de 2021, nesta cidade e Comarca de GoianÃ©sia do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na sala de AudiÃªncias deste JuÃ-zo, Ã s 10h00min, onde se encontravam o MMÂº. Juiz de Direito, Dr. Henrique Carlos Lima Alves Pereira, presente o RMP e a Defensora PÃºblica. Feito o pregÃ£o, verificou-se PRESETES: A vÃ-tima e as testemunhas. Verificou-se AUSENTE: O acusado. Compulsando os autos, verifico que o acusado WALLEF SANTOS COSTA, nÃ£o fora intimidado para presente ato, conforme certidÃ£o de fl. 67, pois nÃ£o fora encontrado no endereÃ§o, tendo sido informado por moradores da casa que o mesmo se mudou para GoiÃ¢nia, presumindo-se assim, sua mudanÃ§a de residÃªncia sem comunica este juÃ-zo. Ex positis, nos termos do artigo 367 do CÃ³digo de Processo Penal, o MMÂº. Juiz decretou sua revelia. Passou-se a colher o depoimento da vÃ-tima DHESSICA KETLI SILVA BARROS (segue anexo mÃ-dia de audiÃªncia) No momento da oitiva da testemunha GERALDO PEREIRA DOS SANTOS, mesmo apÃ³s a leitura da denÃºncia, este afirmou nÃ£o se recordar dos fatos. No momento da oitiva da testemunha JAMMES MARCELL DA COSTA RODRIGUES, mesmo apÃ³s a leitura da denÃºncia, este afirmou nÃ£o se recordar dos fatos. No momento da oitiva da testemunha LUCAS CORREA FERNADES, mesmo apÃ³s a leitura da denÃºncia, este afirmou nÃ£o se recordar dos fatos. DELIBERAÃ¿Ã¿O: 1. Abra-se vistas ao MinistÃ©rio PÃºblico, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para apresentaÃ§Ã£o das alegaÃ§Ãµes finais, em segui Ã Defensoria PÃºblica para o mesmo propÃ³sito, por fim faÃ§am-se os autos conclusos para sentenÃ§a. Nada mais havendo. Eu_____ Bruno Rodrigues (SecretÃ¡rio de AudiÃªncia), que o digitei e subscrevi. Juiz: _____ Defensora PÃºblica:_____ VÃ-tima: _____ PROCESSO: 00001038420128140110 PROCESSO ANTIGO: 20122000066O MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:O. E. INDICIADO:VALTEIR DA SILVA ROCHA VITIMA:M. M. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Ã£ PROCESSO N.: 0000103-84.2012.8.14.0110 Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, fl. 70, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para, no prazo de 10 (dez) dias, informar ao juÃ-zo o endereÃ§o

correto e atualizado de VALTEIR DA SILVA ROCHA, tendo em vista que o parquet dispÃµe de mecanismos de pesquisa e consulta de endereÃ§os das partes, ou se manifestar no que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00007417820168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:L. R. S. DENUNCIADO:JOSE MILTON LIMA FERREIRA VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOSE ARCANJO DE MORAES NETO VITIMA:J. C. A. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO N.: 0000741-78.2016.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o acusado JOSÃ¿ ARCANJO DE MORAES NETO, nÃ£o fora citado, encontrando-se em local incerto e nÃ£o sabido, nÃ£o havendo informaÃ§Ãµes nos autos quanto ao endereÃ§o do mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, DEFIRO o requerimento feito pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã fl.71, e DETERMINO a citaÃ§Ã£o do referido acusado por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do artigo 361 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, CERTIFIQUE se o acusado constituiu advogado ou apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00007634420138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIADO:MIGUEL MANCIO REBELO VITIMA:J. S. S. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA Processo nÂº: 0000763-44.2013.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de readequaÃ§Ã£o da pauta de audiÃªncia, designo audiÃªncia para o dia 18/05/2021 Ã s 09h30min para oitiva das testemunhas, IPC EVERALDO DA SILVA QUEIROZ FILHO (testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico), lotado no municÃ-pio de Santa Izabel, fl. 157, e WAGNER MARQUES DA CUNHA (testemunha de defesa), fl. 89, neste FÃ³rum. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, ao confeccionar o mandado de intimaÃ§Ã£o, informar que a audiÃªncia poderÃ¡ ser realizada por vÃ-deo conferÃªncia. O Oficial de JustiÃ§a deve informar na certidÃ£o de devoluÃ§Ã£o do mandado o contato telefÃ´nico das testemunhas.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00010433920188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Guarda de Infância e Juventude em: 09/11/2021---REQUERENTE:JAIRO CARDOSO LAIA REQUERENTE:ELIZANGELA ALVES DE LAIA MENOR:R. G. F. S. REQUERIDO:MARIA ANTONIA FARIAS DOS SANTOS. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO N.: 0001043-39.2018.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â INTIME-SE a parte autora para impulsionar o feito e requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, faÃ§am os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O PRESENTE DESPACHO JÃ SERVE COMO OFÃCIO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00011749720078140110 PROCESSO ANTIGO: 200510001156 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: EXECUCAO FISCAL - FEDERAL em: 09/11/2021--- EXEQUENTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS EXECUTADO:JOAO MANUEL FERREIRA BRANCO EXECUTADO:INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS RONDON. PROCESSO NÂº 000117497.2007.8.14.0110 DECISÃ¿O Vistos e etc. Cuida-se de ExecuÃ§Ã£o Fiscal ajuizada pelo INSS em desfavor de INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS RONDON. Manuseando os autos, verifico que o executado nÃ£o foi citado, conforme demonstra o pedido de folha 25. Pois bem. Inicialmente, diante do seu carÃ¡ter indispensÃ¡vel ao processo quanto a formaÃ§Ã£o/integraÃ§Ã£o da relaÃ§Ã£o processual, CHAMO O FEITO Ã¿ ORDEM, PARA TORNAR SEM EFEITO A PENHORA

REALIZADA DE FOLHAS 31/32, bem como, o edital de intimaÃ§Ã£o de folha 58. AlÃ©m disso, INDEFIRO o pedido de folha 56/57. Intime-se o exequente para indicar o endereÃ§o atualizado do executado no prazo de 15 dias, ficando desde jÃ¡ ciente, que nÃ£o havendo manifestaÃ§Ã£o serÃ¡ desde logo apreciado eventual ausÃªncia de interesse processual e/ou prescriÃ§Ã£o intercorrente. Transcorrido o prazo, certifique-se e venham-me conclusos. Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09/11/2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRAJUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00012857120138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021---EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:AGUA VERDE COMERCIO E INDUSTRIA DE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 11768 - GERALDO PEZZIN (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0001285-71.2013.8.14.0110 DESPACHO Antes de apreciar o pedido de folha 71, intime-se o exequente para no prazo de 10 dias informar o valor atualizado da dÃ-vida apÃ³s o parcelamento rescindido, sob pena de indeferimento. Caso positivo, com a manifestaÃ§Ã£o venham-me conclusos. Caso negativo, transcorrido o prazo certifique-se e desde jÃ¡, SUSPENDO o feito na forma do artigo 40 da Lei nÂº 6.830/80. Decorrido o lapso de um ano, certifique-se e nÃ£o havendo comprovaÃ§Ã£o de alteraÃ§Ã£o fÃ¡tica, ou seja, a indicaÃ§Ã£o de bens em nome do executado, arquive-se o feito em escaninho prÃ³prio atÃ© o lapso temporal de prescriÃ§Ã£o (5 anos). ApÃ³s, com o decurso do lapso temporal supra, certifique-se, dÃª-se ciÃªncia a Fazenda PÃºblica para manifestaÃ§Ã£o da prescriÃ§Ã£o intercorrente. Ao apÃ³s, venham-me conclusos. Diligencie-se. Intime-se. Notifique-se. GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00013234920148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIADO:EDIVALDO DA CONCEICAO VITIMA:J. P. B. F. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA Ã£PROCESSO NÂº.: 0001323-49.2014.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos e etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico dos autos, Ã s fls. 163, o Despacho emitido pelaÂ comarca de Ananindeua/PA, informando que deixou de cumprir a Carta PrecatÃ³ria de fls. 152, em razÃ£o da Portaria nÂº 1161/2021/GP, 18 de marÃ§o de 2021, que suspendeu os prazos processuais no perÃ-odo de 19 a 23 de marÃ§o de 2021, devido o contÃ¡gio pela COVID Â¿ 19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, determino a renovaÃ§Ã£o da carta precatÃ³ria para a realizaÃ§Ã£o do interrogatÃ³rio do rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com a devoluÃ§Ã£o, ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique. Intime-se. Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE CÃ¿PIA DA PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÃ¿Ã¿O/INTIMAÃ¿Ã¿O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00019045420208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021---AUTOR DO FATO:CLEIDIELSO SOUSA ARAUJO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO N.: 0001904-54.2020.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a retomada das atividades judiciais DESIGNO , designo a audiÃªncia preliminar, nos termos dos art. 89, da Lei nÂ° 9.099/95, para o dia 19/05/2022, Ã s 09h, neste FÃ³rum. Â ApÃ³s, remetam-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para ciÃªncia; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posteriormente, acautelem-se os autos em SecretÃ¡ria para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com as demais formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00019850320208140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Termo Circunstanciado em: 09/11/2021---AUTOR DO FATO:MARIA DIVINA DOS SANTOS OLIVEIRA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO N.: 0001985-03.2020.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a retomada das atividades judiciais DESIGNO , designo a audiÃªncia preliminar, nos termos dos art. 89, da Lei nÂ° 9.099/95, para o dia 19/05/2022, Ã s 09h30min, neste FÃ³rum. Â ApÃ³s, remetam-se os autos ao MinistÃ©rio

PÃºblico para ciÃªncia; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posteriormente, acautelem-se os autos em SecretÃ¡ria para realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com as demais formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00039461320198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PACIENTE:MARIA APARECIDA DA CONCEICAO REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE. Processo: 0003946-13.2019.8.14.0110. Requerente: MINISTÃ¿RIO PÃ¿BLICO. Requerido: Estado do ParÃ¡. SENTENÃ¿A I - RELATÃ¿RIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Civil PÃºblica movida pelo MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡ em face do estado do ParÃ¡ visando o fornecimento de medicamentos a paciente MARIA APARECIDA DA CONCEIÃ¿Ã¿O. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o deferimento da medida liminar, esta foi cumprida conforme fls. 159/171; Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio Publico pugnou pelo julgamento antecipado do mÃ©rito por nÃ£o ter provas a produzir, e pelo deposito realizado pela parte requerida fls. 174/176; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Comprovante do Sistema de DepÃ³sito Judicial, nas fls. 177 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o sucinto e suficiente relato. Fundamento e decido. II - FUNDAMENTAÃ¿Ã¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos verifica-se que Ã© hipÃ³tese de extinÃ§Ã£o do processo pela perda do objeto (Art. 354 e 485, IV do CPC). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao analisar os autos, verifico que a pretensÃ£o deduzida pelo MinistÃ©rio PÃºblico foi satisfeita apÃ³s o deferimento da medida liminar, bem como, pelo deposito do valor pleiteado pelo Estado do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao efetuar o valor, o requerido pediu apresentaÃ§Ã£o de orÃ§amentos do remÃ©dio, o que foi realizado pelo MinistÃ©rio PÃºblico, conforme fls. 176/177. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, como o objetivo do presente processo foi cumprido, entendo que deve ser extinto com o reconhecimento da perda de objeto, jÃ¡ que se trata de tÃ-pico caso de liminar satisfativa, nÃ£o havendo mais o que ser apreciado, determinando assim a expediÃ§Ã£o de AlvarÃ¡ do valor depositado para a compra do medicamento. III - DISPOSITIVO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, JULGO EXTINTO o processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, com fulcro no art. 485, VI, do CPC, pela evidente perda do objeto com relaÃ§Ã£o a esta parte. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem custas e sem honorÃ¡rios na forma do artigo 17 da LACP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Consoante o valor depositado pela parte requerida (conforme fls. 177), defiro o pleito Ministerial de fls. 88 e expeÃ§a-se AlvarÃ¡ Judicial/TransferÃªncia do valor depositado no importe de R$1.343,91(mil e trezentos e quarenta e trÃªs reais e noventa e um centavos), em favor da paciente: MARIA APARECIDA DA CONCEIÃ¿Ã¿O, portadora do RG 4135141 PC/PA, inscrita no CPF/MF: 678.903.932-53, Banco CAIXA ECONOMICA FEDERAL, agencia 0924, digito 013, conta poupanÃ§a 00003422-9. DEVENDO A PACIENTE COMPROVAR O QUE O VALOR DEPOSITADO ESTÃ SENDO UTILIZADO PARA COMPRA DO MEDICAMENTO MEDIANTE NOTA FISCAL. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em prosseguimento, intime-se pessoalmente o MinistÃ©rio PÃºblico e Estado do ParÃ¡, nesta ordem, respectivamente para ciÃªncia da presente sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o havendo mais deliberaÃ§Ãµes, arquivem-se os autos. GoianÃ©sia do ParÃ¡/PA, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00043333820138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:KILMERSON MUNIZ MORAIS Representante(s): OAB 30775 - KELCILENE DE OLIVEIRA SILVA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:MARCIO JOSE MARQUES SANTOS Representante(s): OAB 30775 - KELCILENE DE OLIVEIRA SILVA (DEFENSOR DATIVO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Ã£ PROCESSO N.: 0004333-38.2013.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a retomada das atividades judiciais DESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 18/05/2022, Ã s 10h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico, o acusado e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelo Parquet e pela defesa, com atenÃ§Ã£o ao artigo 370, Â§4Âº, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as recomendaÃ§Ãµes da OrganizaÃ§Ã£o Mundial da SaÃºde Â¿ OMS, os usuÃ¡rios internos e externos sÃ£o, obrigatoriamente, submetidos aos protocolos sanitÃ¡rios, com o objetivo de resguardo da saÃºde e prevenir o contÃ¡gio pela COVID Â¿ 19 ao adentar as unidades do Poder JudiciÃ¡rio do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A SecretÃ¡ria deve especificar no mandado de intimaÃ§Ã£o a obrigatoriedade das partes de comparecerem utilizando mÃ¡scaras de proteÃ§Ã£o contra disseminaÃ§Ã£o da COVID Â¿ 19 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com as demais formalidades

legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00047089720178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ANTONIO EDSON JAQUES DA SILVA Representante(s): OAB 26274 - DAVID MATOS DE SOUZA (DEFENSOR DATIVO) . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Ã£ PROCESSO N.: 0004708-97.2017.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido ministerial de fl. 65. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a retomada das atividades judiciais DESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 18/05/2022, Ã s 10h30min. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico, o acusado e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelo Parquet e pela defesa, com atenÃ§Ã£o ao artigo 370, Â§4Âº, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as recomendaÃ§Ãµes da OrganizaÃ§Ã£o Mundial da SaÃºde Â¿ OMS, os usuÃ¡rios internos e externos sÃ£o, obrigatoriamente, submetidos aos protocolos sanitÃ¡rios, com o objetivo de resguardo da saÃºde e prevenir o contÃ¡gio pela COVID Â¿ 19 ao adentar as unidades do Poder JudiciÃ¡rio do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A SecretÃ¡ria deve especificar no mandado de intimaÃ§Ã£o a obrigatoriedade das partes de comparecerem utilizando mÃ¡scaras de proteÃ§Ã£o contra disseminaÃ§Ã£o da COVID Â¿ 19 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com as demais formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00048893520168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:WM IND E COM DE MADEIRAS LTDA EPP. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Ã£ PROCESSO N.: 0004889-35.2016.8.14.0110 Â Â Â Â Â DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, fl. 121-v, dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar no que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00061096820168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---REU:ANTONIO JOSE VIEIRA CASTRO Representante(s): ENIO PAZIN (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO N.: 0006109-68.2016.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Reitera-se o despacho retro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00071520620178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Civil Pública em: 09/11/2021---REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:GRENAL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 11768 - GERALDO PEZZIN (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Autos n.: 0007152-06.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o de fl. 61, renove-se a diligÃªncia para cumprimento do despacho de fl. 50, a fim de que o IBAMA apresente cÃ³pia de todos os documentos referentes ao Processo nÂº 02018.002536/2016-71, bem como eventuais defesas ou impugnaÃ§Ãµes e decisÃµes administrativas atÃ© a presente data, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, sob pena de aplicaÃ§Ã£o de medidas legais cabÃ-veis, inclusive incursÃ£o no crime de desobediÃªncia.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / CARTA

PRECATÃ¿RIA / OFÃCIO / CAIXA POSTAL, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3Âº e 4Âº. Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00072055020188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:EDUARDO CONCEICAO LIMA. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Ã£ PROCESSO N.: 0007828-51.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista preencher os requisitos de admissibilidade, RECEBO as apelaÃ§Ãµes criminais interpostas nos seus singulares efeitos (CPP, art. 597). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ tendo sido apresentadas as razÃµes dos recursos pelas partes apelantes, abra-se vista dos autos ao MP, para apresentaÃ§Ã£o de contrarrazÃµes no prazo comum de 8 (oito) dias, na forma do art. 600 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o teor da certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, fl. 172, bem como dÃª-se vista dos autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para, no prazo de 10 (dez) dias, informar ao juÃ-zo o endereÃ§o correto e atualizado da vÃ-tima J.P.S, tendo em vista que o parquet dispÃµe de mecanismos de pesquisa e consulta de endereÃ§os das partes, ou se manifestar no que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00078285120178140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIADO:PEDRO ADALBERTO PEREIRA Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:J. P. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ Ã£ PROCESSO N.: 0007828-51.2017.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista preencher os requisitos de admissibilidade, RECEBO as apelaÃ§Ãµes criminais interpostas nos seus singulares efeitos (CPP, art. 597). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ tendo sido apresentadas as razÃµes dos recursos pelas partes apelantes, abra-se vista dos autos ao MP, para apresentaÃ§Ã£o de contrarrazÃµes no prazo comum de 8 (oito) dias, na forma do art. 600 do CPP, bem como informar a este juÃ-zo o endereÃ§o correto e atualizado da vÃ-tima J.P.S, tendo em vista a certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a, fl. 172, ou no que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s apresentaÃ§Ã£o das contrarrazÃµes, remetam-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡, com nossos cumprimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00081076620198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIADO:CICERO DIVINO RIBEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 10653-B - WEILLIA FREIRE DE ABREU (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:J. S. S. . PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO N.: 0008107-66.2019.8.14.0110 Â Â Â Â Â DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a retomada das atividades judiciais DESIGNO audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 18/05/2022, Ã s 09h. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o MinistÃ©rio PÃºblico, o denunciado e seu defensor, bem como as testemunhas arroladas pelo Parquet e pela defesa, com atenÃ§Ã£o ao artigo 370, Â§4Âº, do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as recomendaÃ§Ãµes da OrganizaÃ§Ã£o Mundial da SaÃºde - OMS, os usuÃ¡rios internos e externos sÃ£o, obrigatoriamente, submetidos aos protocolos sanitÃ¡rios, com o objetivo de resguardo da saÃºde e prevenir o contÃ¡gio pela COVID - 19 ao adentar as unidades do Poder JudiciÃ¡rio do ParÃ¡. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A SecretÃ¡ria deve especificar no mandado de intimaÃ§Ã£o a obrigatoriedade das partes de comparecerem utilizando mÃ¡scaras de proteÃ§Ã£o contra disseminaÃ§Ã£o da COVID - 19. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se com as demais formalidades legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p.

PROCESSO: 00083054020188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:F. C. S. DENUNCIADO:JOAO BATISTA SILVA PASSOS. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PIAUÃ VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE CURIMATÃ FLS. _____= _____--- KJD NKJSFNBSABF PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO N.: 0008305-40.2018.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o acusado, JoÃ£o batista silva passos, nÃ£o fora citado, encontrando-se em local incerto e nÃ£o sabido, nÃ£o havendo informaÃ§Ãµes nos autos quanto ao endereÃ§o do mesmo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deste modo, DEFIRO o requerimento feito pelo MinistÃ©rio PÃºblico Ã fl.63, e DETERMINO a citaÃ§Ã£o do referido acusado por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do artigo 361 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decorrido o prazo, CERTIFIQUE se o acusado constituiu advogado ou apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, dÃª-se ciÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto Processo n. 0000238-08.2013.8.18.0092 p. PROCESSO: 00098660220188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Cumprimento de sentença em: 09/11/2021---REQUERENTE:MAURICIO SANTOS SILVA Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REPRESENTANTE:DIONATA OLIVEIRA SANTOS REQUERIDO:MAURO DE OLIVEIRA SILVA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PraÃ§a da BÃ-blia, s/nÂº - Bairro Centro - Fone/Fax: (94) 3779-1209Â Email: 1goianesia@tjpa.jus.br Processo nÂº0009866-02.2018.8.14.0110 DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a manifestaÃ§Ã£o de fls. 46/47, REMETAM-SE os autos a Defensoria PÃºblica para requerer o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 09 de novembro de 2021 HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00213285820158140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:R A COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME EXECUTADO:NAZILMAR SANTOS SILVA EXECUTADO:MACIEL AGUIAR SALES EXECUTADO:FRANCILEDE ALVES DE JESUS. Processo: 0021328-58.2015.8.14.0110; Exequente: Estado do ParÃ¡ - Fazenda PÃºblica Estadual; Executado: R A ComÃ©rcio de Produtos AlimentÃ-cios LTDA ME. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se a parte exequente, com remessa dos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinÃ§Ã£o do processo sem exame do mÃ©rito por abandono de causa, nos termos do artigo 485, III do CPC. 2.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo com ou sem resposta, certifique-se e voltem imediatamente os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 08 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00000697520138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 28/10/2021---EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11408 - ABSOLON MATEUS DE SOUSA SANTOS (ADVOGADO) OAB 18607-A - CLERISTON GOMES DE SA (ADVOGADO) . Processo: 0000069-75.2013.8.14.0110 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intimem-se o exequente, com remessa dos autos, para, no prazo de 30 (trinta) dias, informar a este juÃ-zo, se o executado adimpliu a obrigaÃ§Ã£o. 2.Â Â Â Â Â Transcorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, retornem os autos conclusos para deliberaÃ§Ã£o. 3.Â Â Â Â Â Cumpra-se. GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 28 de outubro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00027674920168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/10/2021--- DENUNCIADO:ANTONIO MARCOS XAVIER TIGRE VITIMA:S. A. O. . Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA Processo nÂº: 0002767-49.2016.8.14.0110 DECISÃ¿O Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a certidÃ£o do Diretor de SecretÃ¡ria, fl.129, designo audiÃªncia para o dia 10/05/2021 Ã s 09h30min para oitiva das testemunhas e vÃ-tima, fls. 04 e 58, neste FÃ³rum.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.I.C. SERVIRÃ A PRESENTE COMO

MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡, 21 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00027776420148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Comum Cível em: 28/10/2021---REQUERENTE:MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA Representante(s): OAB 18607-A - CLERISTON GOMES DE SA (ADVOGADO) OAB 24021 - ANDRE SIMAO MACHADO (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 2774 - SABATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI (ADVOGADO) OAB 5432 - SAMIR ABFADILL TOUTENGE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) . PROCESSO NÂº 0002777-64.2014.8.14.0110 DESPACHO Inicialmente, constato, que se trata de Processo de META 4, motivo pelo qual, DETERMINO nÃ£o sÃ³ a sua identificaÃ§Ã£o na capa dos autos e no sistema, caso seja possÃ-vel, bem como, SUA TRAMITAÃ¿Ã¿O DEVERÃ OCORRER DE FORMA PRIORITÃRIA, sem prejuÃ-zo da observÃ¢ncia das demais METAS estabelecidas pelo Conselho Nacional de JustiÃ§a. Ultrapassado isso, verifico que a matÃ©ria estampada nos autos Ã© de Direito e que a prova documental Ã© suficiente para o seu deslinde. Assim, intimem-se as partes, bem como, notifique o MinistÃ©rio PÃºblico para, caso queiram, apresente outras provas documentais no prazo de 15 dias. ApÃ³s, certifique-se e com ou sem resposta, venham-me conclusos. Diligencie-se. Intime-se. Notifique-se. GoianÃ©sia do ParÃ¡, 28 de outubro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00060837520138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 28/10/2021---EXEQUENTE:UNIAO DO ESTADO DO PARA EXECUTADO:NOSSA EMPRESA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRA. Comarca de GoianÃ©sia Fls. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA PROCESSO NÂ° 0006083-75.2013.8.14.0110 DECISÃ¿O INTERLOCUTÃ¿RIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o fiscal ajuizada pela UNIÃ¿O FEDERAL (FAZENDA NACIONAL) em face de NOSSA EMPRESA INDUSTRIA E COMÃ¿RCIO DE MADEIRA ambos devidamente qualificados nos autos em epigrafe. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a manifestar-se, o exequente pugnou pela suspensÃ£o da aÃ§Ã£o, fl.32 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante exposto, DEFIRO o pedido do exequente, SUSPENDO O CURSO DA EXECUÃ¿Ã¿O, pelo prazo de 01 (um) ano. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s 01 (um) ano da suspensÃ£o, vista ao exequente para se manifestar na forma do artigo 40, da LEF. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ importante ressaltar, que apÃ³s o tÃ©rmino do prazo de 01 (um) ano da suspensÃ£o, comeÃ§a a correr automaticamente o prazo da prescriÃ§Ã£o intercorrente, conforme entendimento do Superior Tribunal de JustiÃ§a, in verbis: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â (...) havendo ou nÃ£o petiÃ§Ã£o da Fazenda PÃºblica e havendo ou nÃ£o pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensÃ£o, inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicÃ¡vel (de acordo com a natureza do crÃ©dito exequendo (...) STJ. 1Âª SeÃ§Ã£o. REsp. 1.340.553-RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 12/09/2018 (recurso repetitivo) (Info 635). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, nÃ£o havendo outros bens que possam recair a penhora, desde logo, mantenho a suspensÃ£o do processo, pela fundamentaÃ§Ã£o supracitada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. GoianÃ©sia do ParÃ¡, (PA), 28 de outubro de 2021 HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00088458820188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Civil de Improbidade Administrativa em: 28/10/2021--- REQUERENTE:MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA Representante(s): OAB 24021 - ANDRE SIMAO MACHADO (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO REQUERIDO:ESPOLIO DE JOAO GOMES DA SILVA REQUERIDO:ANTONIO PEGO REQUERIDO:FLAVIO BARBOSA DOS SANTOS. PROCESSO NÂº 0008845-88.2018.8.14.0110 DESPACHO Certifique-se nos autos quais requeridos foram citados e que apresentaram defesa prÃ©via. Ademais, diligencie-se via telefone/e-mail junto ao Tribunal de Contas do Estado do ParÃ¡, objetivando as informaÃ§Ãµes solicitadas Ã folha 87. Com a juntada das informaÃ§Ãµes, abra-se vista ao MP. ApÃ³s, venham-me conclusos. GoianÃ©sia do ParÃ¡, 28 de outubro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ PROCESSO: 00006257220168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 30/10/2021---REQUERENTE:E DOS S SOUSA COMERCIO VAREJISTA DE CONFECCOES E CALCADOS ME Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO)

EURIDIANNE DOS SANTOS SOUSA (REP LEGAL) OAB 23885 - ENIO PAZIN (ADVOGADO) REQUERIDO:UNIVERSE KIDS INDUSTRIA TEXTIL EIRELI. Processo: 0000625-72.2016.8.14.0110 DESPACHO 1.Â Â Â Â Â A secretaria para certificar as informaÃ§Ãµes contidas na devoluÃ§Ã£o dos AR,s de fls. 125/126. 2.Â Â Â Â Â Caso ambas citaÃ§Ãµes tenham informaÃ§Ãµes de mudanÃ§a de endereÃ§o, determino que a parte autora seja intimada por ato ordinatÃ³rio, na pessoa de seu advogado, via DJE para apresentaÃ§Ã£o de outro endereÃ§o. 3.Â Â Â Â Â Caso a requerido tenha se negado a receber a citaÃ§Ã£o via postal, retornem os autos conclusos. 4.Â Â Â Â Â Cumpra-se. GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 30 de outubro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00010232920108140110 PROCESSO ANTIGO: 201010007206 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 30/10/2021---EXEQUENTE:ESTADO DE PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:CONQUISTA COMERCIO DE MADEIRAS LTDA EPP. Processo: 0001023-29.2010.8.14.0110 Exequente: Estado do ParÃ¡; Executado: Conquista comÃ©rcio de Madeiras LTDA DECISÃ¿O 1.Â Â Â Â Â Compulsando os autos, verifico que o presente processo estÃ¡ apenso aos autos 0003930-69.2013.8.14.0110, sendo que em ambos processos, nÃ£o foi determinando nenhum apensamento, ou nenhuma certidÃ£o explicando o motivo do ato. 2.Â Â Â Â Â Assim, determino o desapensamento do presente processo aos autos 0003930-69.2013.8.14.0110 e tambÃ©m no sistema LIBRA. 3.Â Â Â Â Â Em prosseguimento, determino que a Secretaria Judicial, certifique nesses autos, se o rÃ©u apresentou ou nÃ£o defesa, conforme certidÃ£o do Oficial de JustiÃ§a de fls. 09. 4.Â Â Â Â Â ApÃ³s, retornem os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 30 de outubro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00010812220168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Perda ou Suspensão do Poder Familiar em: 30/10/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ANTONIA MARIA DOS SANTOS MENOR:K. S. P. . PROCESSO NÂº 0001081-22.2016.8.14.0110. DECISÃ¿OÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE SUSPENSÃ¿O DO PODER FAMILIAR CUMULADA, COM COLOCAÃ¿Ã¿O EM FAMILIA SUBSTITUTA, SOB A MODALIDADE GUARDA ajuizada pelo MINISTÃ¿RIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÃ, em prol da menor KACIELLY DOS SANTOS PEREIRA, em desfavor de ANTONIA MARIA DOS SANTOS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Informação da Vara da InfÂncia e juventude do Distrito Federal cientificando que a menor KACIELLY DOS SANTOS PEREIRA, encontra-se em acolhimento institucional daquele juÃ-zo Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o RelatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto e diante do lapso temporal, CUMPRA-SE COM URGÃ¿NCIA as seguintes determinaÃ§Ãµes: Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1 - Em obediÃªncia aos princÃ-pios da celeridade, economia Processual e da RazoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, determino que a Secretaria Judicial proceda a digitalizaÃ§Ã£o dos autos fÃ-sicos e a posterior migraÃ§Ã£o do Sistema PJE, assim o fazendo com fundamento no artigo 53 da portaria conjunta 001-GP/VP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2 - ApÃ³s a migraÃ§Ã£o, envie as informaÃ§Ãµes inerentes as fls. 102, a aquele JuÃ-zo, bem como, deverÃ¡ a vara da infÂncia e juventude do Distrito Federal, informar a este juÃ-zo de GoianÃ©sia do ParÃ¡ a situaÃ§Ã£o da infante. Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / CARTA PRECATÃ¿RIA / OFÃCIO / TERMO DE GUARDA PROVISÃ¿RIA/ CARTA POSTAL, conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3Âº e 4Âº. Â GoianÃ©sia do ParÃ¡/PA, 30 de outubro de 2021 Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00020111120148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Procedimento Sumário em: 30/10/2021---REQUERENTE:SITIPLAC INDUSTRIA E COMERCIO DE PAINES LTDA Representante(s): OAB 11768 - GERALDO PEZZIN (ADVOGADO) REQUERIDO:ALVICTO OZORES NOGUEIRA E CIA LTDA Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (ADVOGADO) OAB 27781 - WESLEY MIRANDA DO CANTO (ADVOGADO) OAB 29181 - GLENDA CARVALHO WANDERLEY (ADVOGADO) . Processo: 0002011-11.2014.8.14.0110 DECISÃ¿O 1.Â Â Â Â Â Reitero a decisÃ£o de fl. retro, e determino a correta suspensÃ£o do processo no SISTEMA LIBRA. 2.Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 30 de outubro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00031560520148140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 30/10/2021---EXEQUENTE:ESTADO DE PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 15817 - DIEGO LEAO CASTELO BRANCO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:AGUIA COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA. Processo: 0003156-05.2014.8.14.0110 Apelante: ESTADO DO PARÃ Apelado: AGUIA COMÃ¿RCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Tendo em vista a interposiÃ§Ã£o do recurso de

apelaÃ§Ã£o, intimem-se o apelado via EDITAL (tendo em vista que a citaÃ§Ã£o restou infrutÃ-fera - fl. 19-v), para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar contrarrazÃµes ao Recurso de ApelaÃ§Ã£o (artigo 1.009, Â§ 2Âº do CPC). 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s a intimaÃ§Ã£o do apelado, com ou sem contrarrazÃµes, encaminhem-se os autos ao EgrÃ©gio Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ com as homenagens de estilo, independentemente de nova conclusÃ£o. O PRESENTE DESPACHO JÃ SERVE COMO INTIMAÃ¿Ã¿O POR EDITAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 30 de outubro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00039306920138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Execução Fiscal em: 30/10/2021---EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:CONQUISTA COMERCIO DE MADEIRAS LTDA EPP Representante(s): OAB 11768 - GERALDO PEZZIN (ADVOGADO) . Processo: 0003930-69.2013.8.14.0110; Exequente: UniÃ£o; Executado: Conquista ComÃ©rcio de Madeira LTDA EPP. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intimem-se o exequente, com remessa dos autos, para ciÃªncia da decisÃ£o de prÃ©-executividade, conforme fls. 67/68. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, com ou sem manifestaÃ§Ã£o, retornem os autos conclusos; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â GoianÃ©sia do ParÃ¡ (PA), 30 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito PROCESSO: 00028394120138140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: A. I. C. S. Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (DEFENSOR DATIVO) REQUERIDO: M. A. S. R. ENVOLVIDO: A. C. S. PROCESSO: 00030671120168140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---VITIMA: E. L. B. C. DENUNCIADO: V. C. C. Representante(s): OAB 11114 - HILDEBRANDO GUIMARAES BARROS NETO (ADVOGADO) AUTOR: M. P. E. P. VITIMA: H. C. O. S. PROCESSO: 00047862320198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: --- REQUERENTE: C. T. C. E. A. G. P. MENOR: D. L. L. S. REPRESENTANTE: N. L. S. REQUERIDO: T. R. P. S. PROCESSO: 00061445720188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: N. D. A. C. REPRESENTANTE: R. A. C. Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO: I. C. S. PROCESSO: 00086068420188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: E. S. S. Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (ADVOGADO) OAB 19262 - FLAVIA BRAGA LEITE (ADVOGADO) OAB 19874-B - BRENA FERREGUETE MAGALHAES (ADVOGADO) MENOR: E. G. S. S. MENOR: D. L. S. S. REQUERIDO: A. C. F. S. Representante(s): OAB 26274 - DAVID MATOS DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 30199 - VERENA KARINE OLIVEIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) PROCESSO: 00098452620188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: C. T. M. G. P. MENOR: C. S. S. MENOR: I. P. S. MENOR: C. P. S. MENOR: G. P. S. MENOR: B. S. S. MENOR: D. P. S. PROCESSO: 00100055120188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---VITIMA: A. M. L. D. DENUNCIADO: A. R. D. Representante(s): OAB 29068 - MARIA RAIMUNDA SILVA DOS SANTOS COSTA (DEFENSOR DATIVO) OAB 30199 - VERENA KARINE OLIVEIRA NASCIMENTO (ADVOGADO)

Processo nº: 0001575-96.2007.8.14.0110

Exequente: A UNIÃO

Executado: EDSON PEREIRA GONÇALVES EPP ¿ Adv. CARLOS FREDERICO CORDEIRO DOS SANTOS ¿ OAB nº 20.653

ATO ORDINATÓRIO:

Eu, Viviane Sousa, Assistente Administrativo da Vara Única da Comarca de Goianésia do Pará, no uso de minhas atribuições legais:

De ordem do MM. Juiz de Direito Substituto Respondendo pela Vara Única de Goianésia do Pará, Dr. **HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA**, intimo a parte apelada, EDSON PEREIRA GONÇALVES EPP devidamente qualificada nos autos, via DJE (Diário da Justiça Eletrônico) por meio de seu patrono CARLOS FREDERICO CORDEIRO DOS SANTOS ¿ OAB nº 20.653, para responder ao Recurso de Apelação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 1.010, §1º do CPC, nos autos do processo de nº 0001575-96.2007.8.14.0110.

Goianésia do Pará/PA, 10 de novembro de 2021.

Viviane Sousa

Assistente Administrativo

PROCESSO: 00044103720198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 10/11/2021---REQUERENTE:I. V. C. REPRESENTANTE:IVANESSA DE OLIVEIRA CONCEICAO Representante(s): SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:FRANCISCO FERREIRA DA SILVA JUNIOR. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº. 0004410-37.2019.8.14.0110 Requerente:Â I.V.C Rep. Legal: IVANESSA DE OLIVEIRA CONCEIÃ¿Ã¿O Requerido: FRANCISCO FERREIRA DA SILVA JUNIOR SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE proposta por I.V.C. neste ato representado por sua genitora na IVANESSA DE OLIVEIRA CONCEIÃ¿Ã¿O em face de FRANCISCO FERREIRA DA SILVA JUNIOR. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 31 fora designada audiÃªncia para coleta do dna para o dia 27/10/2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 38 certidÃ£o do oficial de justiÃ§a, informando que a requerente nÃ£o reside mais no local. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada sua intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora no endereÃ§o constante nos autos, entretanto, nÃ£o fora encontrada, para comparecer em audiÃªncia, tendo sido informado por domiciliados do local que a requerente nÃ£o reside mais no local. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, a meu juÃ-zo, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃ-tica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃ-zo, em homenagem aos princÃ-pios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto

PROCESSO: 00076688920188140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA

A??o: Averiguação de Paternidade em: 10/11/2021---REQUERENTE:VALCLEILSON FELICIO DA CONCEICAO Representante(s): OAB 19227 - LETICIA REGULO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS DANIEL DA SILVA CONCEICAO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº. 0007668-89.2018.8.14.0110 Requerente: VALCLEILSON FELICIO DA CONCEIÃ¿Ã¿O Requerido: C.D.S.C Rep. Legal: ROSILENE DA SILVA BORGES SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE proposta por VALCLEISON FELICIO DA CONCEIÃ¿Ã¿O em face de C.D.S.C, neste ato representado por ROSILENE DA SILVA BORGES. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 48 fora designada audiÃªncia para coleta do dna para o dia 27/10/2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 55 certidÃ£o do oficial de justiÃ§a, informando que o requerente fora intimado para o ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â No entanto, na data da presente assentada, deu-se por ausente e nÃ£o apresentou justificativa Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃcio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada sua intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora no endereÃ§o constante nos autos, para comparecer em audiÃªncia, tendo sido devidamente intimado, contudo, na data da audiÃªncia, deu-se por ausente e nÃ£o apresentou justificativa . Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, a meu juÃzo, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃtica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃzo, em homenagem aos princÃpios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÂ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Â¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto

PROCESSO: 00003831120198140110 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Averiguação de Paternidade em: 10/11/2021---REQUERENTE:FRANCISCO RAFAEL GUIMARAES PEREIRA Representante(s): OAB 15227 - ELIANE DE ALMEIDA GREGORIO (DEFENSOR DATIVO) SAMUEL OLIVEIRA RIBEIRO DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:W. R. A. P. REPRESENTANTE:RAQUEL ARAUJO CARVALHO. PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ JUÃZO DE DIREITO DA VARA Ã¿NICA DA COMARCA DE GOIANÃ¿SIA DO PARÃ/PA Processo nÂº. 0000383-11.2019.8.14.0110 Requerente: FRANCISCO RAFAEL GUIMARAES PEREIRA Requerido: W.R.A.P Rep. Legal: RAQUEL ARAUJO CARVALHO SENTENÃ¿AÂ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ¿Ã¿O DE RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS proposta por FRANCISCO RAFAEL GUIMARAES PEREIRA, em face de W.R.A.P, neste ato representando por RAQUEL ARAUJO CARVALHO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 42 fora designada audiÃªncia para coleta do dna para o dia 27/10/2021 Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ fl. 50 certidÃ£o do oficial de justiÃ§a, informando que o requerente nÃ£o fora intimado para o ato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio. DECIDO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O desenvolvimento e prosseguimento vÃ¡lido e regular dos atos processuais depende, essencialmente, do impulso processual efetivado pelas partes ou interessados. A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que Ã© condiÃ§Ã£o para o regular exercÃcio do direito de aÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, fora determinada sua intimaÃ§Ã£o pessoal da parte autora no endereÃ§o constante nos autos, para comparecer em audiÃªncia, no entanto, nÃ£o fora encontrado no seu endereÃ§o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse prisma, a meu juÃzo, tais condutas configuram o abandono da causa por ausÃªncia superveniente de interesse na resoluÃ§Ã£o da demanda.

Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse contexto, penso que a insistÃªncia no prolongamento deste feito, sÃ³ iria reforÃ§ar a nova tendÃªncia de crÃtica, por ausÃªncia de gestÃ£o processual, arcada, no sistema de justiÃ§a, apenas pelo Poder JudiciÃ¡rio e, ao final, nÃ£o se alcanÃ§aria o fim Ãºltimo que Ã© a resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, jÃ¡ que a falta de interesse, como visto, Ã© o que impera no caso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte e, se o interessado nÃ£o demonstra vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juÃzo, em homenagem aos princÃpios da razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o da demanda e da racional gestÃ£o de processos, apÃ³s as providencias legais, determinar a extinÃ§Ã£o e o arquivamento dos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, determino a EXTINÃ¿Ã¿O DO PROCESSO, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito, diante do abandono da causa, com fundamento no artigo 485, inciso III do CPC. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ãµes necessÃ¡rias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com o trÃ¢nsito em julgado, dÃª-se baixa e arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SERVIRÃ A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÃ¿Â¿O / OFÃCIO / CARTA PRECATÃ¿RIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡, ParÃ¡, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto

P R O C E S S O : 0 0 0 7 1 0 7 6 5 2 0 1 8 8 1 4 0 1 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:M. E. S. S. VITIMA:Y. S. S. DENUNCIADO:IDELVANE SILVA VULGO TINGUEIRA. Processo nÂº. 0005729-45.2016.8.14.0110 R Ã © u s : J O S E C A B R A L N O G U E I R A

_____

SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal formulada para apurar delito tipificado no Artigo 180, Â§3Âº, do CÃ³digo Penal, crime este supostamente praticado por JOSE CABRAL NOGUEIRA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, especificamente quanto ao crime definido no Artigo 180, Â§3Âº, do CÃ³digo Penal, constata-se que o fato ocorreu em 25/08/2016, isto Ã©, hÃ¡ mais de trÃªs anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Asseverava o Art. 109, do CÃ³digo Penal, Ã Ã©poca dos fatos: Â¿A prescriÃ§Ã£o antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final, salvo o disposto nos parÃ¡grafos 1Âº e 2Âº do art. 110 deste CÃ³digo, regula-se pelo mÃ¡ximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: VI - em 3 (trÃªs) anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© inferior a 1 (um) ano.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â O crime capitulado nestes autos e que estÃ¡ sendo imputado ao denunciado, possue, pena mÃ¡xima abstrata igual a 01 (um) mÃªs a 01 (um) ano de detenÃ§Ã£o, de modo que alcanÃ§ado pelo prazo prescricional contido no artigo acima citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O recebimento da denÃºncia data de 08/02/2017, o prazo prescricional do Art. 109, VI, do CÃ³digo Penal foi atingido na data de 08.02.2020. Logo extinta a pretensÃ£o punitiva do Estado quanto aos fatos em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto reconheÃ§o prescrita a pretensÃ£o punitiva do Estado, quanto ao nacional ROMARIO BATISTA DIAS, qualificados Ã s fls. 01, pela prÃ¡tica do crime capitulado no Artigo 180, Â§3Âº, do CÃ³digo Penal, e por consequÃªncia declaro extinta a punibilidade, nos moldes do Art. 107, IV c/c Art. 109, VI, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. ApÃ³s, arquivem-se com as cautelas legais. GoianÃ©sia do ParÃ¡-PA, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto

P R O C E S S O : 0 0 0 6 9 9 0 7 4 2 0 1 8 8 1 4 0 1 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---VITIMA:G. F. A. DENUNCIADO:ROMARIO BATISTA DIAS. Processo nÂº. 0006990-74.2018.8.14.0110 RÃ©us: ROMARIO BATISTA DIAS

_____

SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal formulada para apurar delito tipificado no Artigo 147, caput do CÃ³digo Penal c/c art. 5Âº e 7Âº c/c Lei 11.340/2006, crime este supostamente praticado por ROMARIO BATISTA DIAS. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando os autos, especificamente quanto ao crime definido no Artigo 147, caput c/c art. 71 do CÃ³digo Penal c/c Lei 11.340/2006, constata-se que o fato ocorreu em 19/07/2018, isto Ã©, hÃ¡ mais de trÃªs anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Asseverava o Art. 109, do CÃ³digo Penal, Ã Ã©poca dos fatos: Â¿A prescriÃ§Ã£o antes de transitar em julgado a sentenÃ§a final, salvo o disposto nos parÃ¡grafos 1Âº e 2Âº do art. 110 deste CÃ³digo, regula-se pelo mÃ¡ximo da pena

privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: VI - em 3 (trÃªs) anos, se o mÃ¡ximo da pena Ã© inferior a 1 (um) ano.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â O crime capitulado nestes autos e que estÃ¡ sendo imputado ao denunciado, possue, pena mÃ¡xima abstrata igual a 01 (um) a 06 (seis) meses de detenÃ§Ã£o, de modo que alcanÃ§ado pelo prazo prescricional contido no artigo acima citado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O recebimento da denÃºncia data de 24.09.2018, o prazo prescricional do Art. 109, VI, do CÃ³digo Penal foi atingido na data de 24.09.2021. Logo extinta a pretensÃ£o punitiva do Estado quanto aos fatos em questÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto reconheÃ§o prescrita a pretensÃ£o punitiva do Estado, quanto ao nacional ROMARIO BATISTA DIAS, qualificados Ã s fls. 01, pela prÃ¡tica do crime capitulado no Artigo 147, caput c/c art. 71 do CÃ³digo Penal c/c Lei 11.340/2006, e por consequÃªncia declaro extinta a punibilidade, nos moldes do Art. 107, IV c/c Art. 109, VI, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. ApÃ³s, arquivem-se com as cautelas legais. CUMPRA-SE COM URGÃ¿NCIA. GoianÃ©sia do ParÃ¡-PA, 09 de novembro de 2021. HENRIQUE CARLOS LIMA ALVES PEREIRA Juiz de Direito Substituto

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

ATO ORDINATÓRIO

PROCESSO 0800296-30.2020.8.14.0096

AUTOR: CIMARA CRISTINA PEREIRA MARTINS

REQUERIDOS: LUIZ CLAUDIO MATOSO BARROS E OUTROS

Nos termos do art. 1º, § 2º, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, c/c art. 1º, do art. 1º do Prov. nº 006/2009-CJCI, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, mediante ato meramente ordinatório e/ou de expediente, sem conteúdo decisório, fica o advogado SÉRGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB/PA 15837) devidamente intimado para que tome ciência do estado atual do processo e, que no tocante aos honorários contratuais, deverá ajuizar ação autônoma para pleitear seus direitos em face dos filhos do falecido que lhe contrataram para atuar na presente causa e, posteriormente, revogaram o mandato. No tocante aos honorários de sucumbência, não foram fixados, mesmo porque não há sentença proferida nos autos e provavelmente não haverá condenação, pois as partes manifestaram o desejo de conciliar.

São Francisco do Pará, 10 de novembro de 2021.

Francisco Roque Guerreiro de Oliveira

Analista Judiciário

COMARCA DE SALINÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS

RESENHA: 10/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SALINOPOLIS - VARA: VARA UNICA DE SALINOPOLIS PROCESSO: 00014013020178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 10/11/2021 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GLEYDSON LUIZ FERREIRA FIGUEIREDO Representante(s): OAB 8002 - JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO (ADVOGADO) VITIMA:A. A. L. P. . D E C I S Ã OÂ I N T E R L O C U T Ã R I A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de AÃ§Ã£o Penal em face de GLEYDSON LUIZ FERREIRA FIGUEIREDO, pela prÃ¡tica descrita no Art. 121, Â§2Âº, II, IV c/c VI, Â§2Âº-A, I, II e Â§7Âº, III do CÃ³digo Penal Brasileiro. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que trata-se de processo de rÃ©u preso, ressalto a necessidade de reanalise da prisÃ£o cautelar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se sabe, a regra em nosso ordenamento jurÃ-dico Ã© a liberdade, de modo que toda prisÃ£o antes do trÂ¢nsito em julgado de sentenÃ§a penal condenatÃ³ria reveste-se de excepcionalidade, dada sua natureza exclusivamente cautelar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A Lei nÂº 13.964/2019, de 24 de dezembro de 2019, alterou de forma substancial o CÃ³digo de Processo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Portanto, a custÃ³dia preventiva, nos termos do artigo 312, do CÃ³digo de Processo Penal, com a redaÃ§Ã£o dada pela lei acima mencionada, subordina-se Ã prova de existÃªncia do crime; indÃ-cios suficientes de autoria; e ao perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado, ao que deve aliar-se, necessariamente, uma das seguintes condiÃ§Ãµes: garantia da ordem pÃºblica; da ordem econÃ´mica; por conveniÃªncia da instruÃ§Ã£o criminal; ou para assegurar a garantia da aplicaÃ§Ã£o da lei penal, dito isso, passa-se a anÃ¡lise do caso concreto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â¿Ab initioÂ¿, cumpre analisar os pressupostos da prisÃ£o preventiva naquilo que diz respeito ao Â¿fumus comissi delictiÂ¿, o qual requer dois pressupostos, quais sejam, indÃ-cios de autoria e certeza de materialidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A autoria e materialidade restaram demonstradas pelos depoimentos constantes nos autos de IPL, principalmente pela certidÃ£o de Ã³bito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oportuno lembrar que, para a decretaÃ§Ã£o/manutenÃ§Ã£o da prisÃ£o preventiva, o Â¿fumus comissi delictiÂ¿ deverÃ¡ estar acompanhado do "periculum libertatis" que pode ser definido como o risco concreto que a liberdade do agente poderÃ¡ gerar a sociedade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em suma, a liberdade do agente representa um abalo para a paz social, hÃ¡ um verdadeiro perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado e, consequentemente, um perigo a garantia da ordem pÃºblica; da ordem econÃ´mica; para a conveniÃªncia da instruÃ§Ã£o criminal ou para assegurar a garantia da aplicaÃ§Ã£o da lei penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando o caso em apreÃ§o, resta claro pelo modus operandi praticado pelo rÃ©u na execuÃ§Ã£o do crime, que culminou na morte da vÃ-tima, demonstra o alto grau de periculosidade do denunciado. Portanto, a concessÃ£o da liberdade in casu coloca em risco todo o corpo social, que ficarÃ¡ vulnerÃ¡vel a condutas delituosas como as praticadas pelo rÃ©u e o que Ã© pior, pode gerar novas vÃ-timas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, a segregaÃ§Ã£o cautelar do acusado Ã© imprescindÃ-vel para garantia da ordem pÃºblica; da ordem econÃ´mica; para a conveniÃªncia da instruÃ§Ã£o criminal; ou para assegurar a garantia da aplicaÃ§Ã£o da lei penal (CPP, art. 312), jÃ¡ que desarticula a reiteraÃ§Ã£o de atos delituosos praticados pelo rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ressalta-se para o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o qual se dÃ¡ sedimentado no sentido de que a prisÃ£o preventiva para garantia da ordem pÃºblica pode ser decretada para, Â¿entre outras coisas, evitar a reiteraÃ§Ã£o delitiva, assim resguardando a sociedade de maiores danos"1, alÃ©m de se caracterizar "pelo perigo que o agente representa para a sociedade como fundamento apto Ã manutenÃ§Ã£o da segregaÃ§Ã£o". Vejamos: Ementa: HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. PACIENTE CONDENADO PELA PRÃTICA DOS CRIMES DE TRÃFICO DE DROGAS E DE ASSOCIAÃÃO PARA O TRÃFICO. FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. LEGITIMIDADE. PRISÃO POR GARANTIA DA ORDEM PÃBLICA E PARA ASSEGURAR A APLICAÃÃO DA LEI PENAL. MOTIVAÃÃO IDÃNEA. ORDEM DENEGADA. I - A prisÃ£o cautelar foi decretada para garantia da ordem pÃºblica e aplicaÃ§Ã£o da lei penal, ante o fato de o paciente e demais corrÃ©us dedicarem-se de forma reiterada Ã prÃ¡tica do crime de trÃ¡fico de drogas. DaÃ- a necessidade da prisÃ£o como forma de desarticular as atividades da organizaÃ§Ã£o criminosa e para fazer cessar imediatamente a reiteraÃ§Ã£o da prÃ¡tica delitiva. II - Essa orientaÃ§Ã£o estÃ¡ em consonÃ¢ncia com o que vÃªm decidindo ambas as Turmas desta Corte no sentido de que a

periculosidade do agente e o risco de reiteraÃ§Ã£o delitiva demonstram a necessidade de se acautelar o meio social para que seja resguardada a ordem pÃºblica, alÃ©m de constituÃ-rem fundamento idÃ´neo para a prisÃ£o preventiva. III - Ademais, considerando que o rÃ©u permaneceu preso durante toda a instruÃ§Ã£o criminal, nÃ£o se afigura plausÃ-vel, ao contrÃ¡rio, revela-se um contrassenso jurÃ-dico, sobrevindo sua condenaÃ§Ã£o, colocÃ¡-lo em liberdade para aguardar o julgamento do apelo. IV - Habeas corpus denegado. (HC 115462, Relator(a):Â Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 09/04/2013, ACÃRDÃO ELETRÃNICO DJe-075 DIVULG 22-04-2013 PUBLIC 23-04-2013) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tais as circunstÃ¢ncias, considero que a prisÃ£o estÃ¡ em harmonia com a ideia de proporcionalidade, ou seja, a situaÃ§Ã£o do caso concreto demonstrou ser necessÃ¡ria e razoÃ¡vel a cautela ora questionada, sem atrito com os preceitos constitucionais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De outra forma, nÃ£o existe possibilidade de aplicaÃ§Ã£o de medida cautelar tÃ-pica ou atÃ-pica diversa da prisÃ£o, pois se fosse imposta, seria inadequada e insuficiente, jÃ¡ que a consequÃªncia imediata seria a liberdade e, conforme demonstrado na fundamentaÃ§Ã£o supra, ao menos nesse momento processual, estes nÃ£o possuem condiÃ§Ãµes de permanecer no convÃ-vio social sem acarretar abalo Ã ordem pÃºblica (CPP, arts. 282, Â§ 6Âº, 310, caput, II e 319). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isto posto, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado GLEYDSON LUIZ FERREIRA FIGUEIREDO, por entender ser necessÃ¡ria a manutenÃ§Ã£o da custÃ³dia preventiva, nos termos do art. 312 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, atualize a certidÃ£o de antecedentes criminais e dÃª-se vista ao MinistÃ©rio PÃºblico para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestaÃ§Ã£o sobre a necessidade de manutenÃ§Ã£o da custÃ³dia preventiva do rÃ©u, bem como o rol de testemunhas que irÃ£o depor em plenÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, intime-se a defesa para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar o rol de testemunhas que irÃ£o depor em plenÃ¡rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, conclusos. Â SalinÃ³polis-Pa, 05 de Novembro de 2021. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica da Comarca de SalinÃ³polis 1 HC 84.658/PE, rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ 03/06/2005. PROCESSO: 00016348920108140048 PROCESSO ANTIGO: 20101000789 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARGARETH DOS SANTOS NASCIMENTO A??o: Alvará Judicial em: 11/11/2021 REQUERENTE:ZIZI SILVA DA SILVA Representante(s): OAB 7801 - JACIEL DE MORAES PAPALEO PAES (ADVOGADO) OAB 19063 - PAULO GUILHERME DOS SANTOS PASSOS (ADVOGADO) OAB 20331 - ANDERSON DE ABREU BARROSO (ADVOGADO) REQUERENTE:EDISON MARCOS DA SILVA Representante(s): OAB 19063 - PAULO GUILHERME DOS SANTOS PASSOS (ADVOGADO) OAB 20331 - ANDERSON DE ABREU BARROSO (ADVOGADO) . DESPACHO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, XI, do Provimento nÂº 06/2006 - CJRMB, c/c art. 1Âº, do Provimento nÂº 06/2009 - CJCI. Intimo os requerentes por seu advogado, Dr. Paulo Guilherme dos Santos Passos - OAB/PA 19.063, para atÃ© o prazo do vencimento efetuar o pagamento das custas intermediarias, conforme boleto nos autos, expedido pela UNAJ de SalinÃ³polis. Tudo de acordo com a lei Estadual nÂº 8.328/2015 alterada pela lei 8.583/2017. . SalinÃ³polis, 10 de novembro de 2021 PROCESSO: 00033436320188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARGARETH DOS SANTOS NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:ANA MARIA CAVALCANTE FERREIRA Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM S A Representante(s): OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 24532-A - DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (ADVOGADO) . DESPACHO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, XI, do Provimento nÂº 06/2006 - CJRMB, c/c art. 1Âº, do Provimento nÂº 06/2009 - CJCI. Intimo o requerido por seu advogado, Dr. Denner de Barros E. Mascarenhas Barbosa - OAB/PA 24532/A, para atÃ© o prazo do vencimento efetuar o pagamento das custas intermediarias, conforme boleto nos autos, expedido pela UNAJ de SalinÃ³polis. Tudo de acordo com a lei Estadual nÂº 8.328/2015 alterada pela lei 8.583/2017. . SalinÃ³polis, 10 de novembro de 2021 PROCESSO: 00135719720188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MARGARETH DOS SANTOS NASCIMENTO A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:OSVALDINA MARIA DIAS MACHADO Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . DESPACHO ORDINATÃRIO Nos termos do art. 1Âº, Â§ 2Âº, XI, do Provimento nÂº 06/2006 - CJRMB, c/c art. 1Âº, do Provimento nÂº 06/2009 - CJCI. Intimo o requerido por seu advogado, Dr. AntÃ´nio de Moraes Dourado Neto, OAB/PE 23.255, para atÃ© o prazo do vencimento efetuar o pagamento das custas intermediarias, conforme boleto nos autos, expedido pela UNAJ de SalinÃ³polis. Tudo de acordo com a lei Estadual nÂº 8.328/2015 alterada pela lei 8.583/2017. . SalinÃ³polis, 10 de novembro de 2021 PROCESSO: 00145377320158140401 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY A??o: Processo Especial em: 11/11/2021 DENUNCIADO:JOSE DE RIBAMAR BRITO DA SILVA Representante(s): OAB 16199 - CASSIO ANDRE CORREA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 17204 - HUGO FERNANDO DE SOUZA ATAYDE (ADVOGADO) OAB 22884 - LUIZ ANTONIO FERREIRA MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE DE RIBAMAR CORREA DE SOUSA Representante(s): OAB 12233 - SEVERO ALVES DO CARMO (ADVOGADO) OAB 24538 - HILDEBRANDO SABA GUIMARÃES JUNIOR (ADVOGADO) DENUNCIADO:OTONIEL SILVA DA COSTA OU HELBET DION LIMA BRASIL Representante(s): OAB 19197 - AFONSO HENRIQUE REBELO FURTADO (ADVOGADO) DENUNCIADO:IVANILDO CRUZ DA COSTA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 8104 - SIMONE DO SOCORRO PESSOA VILAS BOAS (ADVOGADO) OAB 8707 - SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 6842 - JORGE OTAVIO PESSOA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSUE PENHA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7491 - MOACIR NUNES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 952 - ROSA VELOSO DIAS GIANNACCINI (ADVOGADO) OAB 14674 - RUANA SAMPAIO DOS SANTOS FREITAS (ADVOGADO) OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) OAB 21837 - OSMAR RAFAEL DE LIMA FREIRE (ADVOGADO) OAB 23041 - ERLLEN DA COSTA RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA:B. B. S. Representante(s): OAB 4560 - MARIA CHRISANTINA SA SOUZA (ADVOGADO) OAB 21273 - CARLOS AUGUSTO DAMOUS DE QUEIROZ (ADVOGADO) VITIMA:E. P. T. V. . RH Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando pedido de revogaÃ§Ã£o, dÃª-se vista ao MP para manifestaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SalinÃ³polis-Pa, 08 de Novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITA KOURY Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz de Direito, titular da Comarca de SalinÃ³polis PROCESSO: 00030474120188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente em: AUTOR: O. M. P. E. P. MENOR: N. V. F. S. MENOR: J. C. C. S. REQUERIDO: N. F. S.

COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL PROCESSO: 00001114520018140049 PROCESSO ANTIGO: 19971000105 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMILIO JOSE DE SOUSA PORTELA A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:BELFRIGO FRIGORIFICO LTDA. E D I T A LÂ D EÂ I N T I M A Ã Ã O D E S E N T E N Ã A Prazo 30 (trinta) diasÂ Â Â Â Â Â Â A Exma. Sra. Dra. LUISA PADOAN, JuÃ-za de Direito, respondendo pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Santa Izabel do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na forma da Lei etc. Â Â Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele notÃ-cias tiverem, que por esta Secretaria e JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial desta Comarca de Santa Izabel do ParÃ¡, sito - FÃ³rum local, Travessa Mestre Rocha, nÂº 1197, Bairro Centro, nesta Cidade, estÃ¡ sendo processado os termos da AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCAL, autuado sob o n. 0000111-45.2001.814.0049, movido pela FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL em desfavor de BELFRIGO FRIGORIFICO LTDA. E tendo em vista o que determinado pelo JuÃ-zo, pelo presente, FICA INTIMADA a parte Executada BELFRIGO FRIGORIFICO LTDA, como forma de celeridade processual, para os termos da sentenÃ§a proferida por este JuÃ-zo, cujo teor na integra Ã©: Â¿... SENTENÃA. ESTADO DO PARÃ ingressou com AÃ§Â¿o de ExecuÃ§Â¿o Fiscal em desfavor BELFRIGO FRIGORIFICO LTDA. Em 10.07.2020 o exequente peticionou nos autos, requerendo a desistÃªncia, e consequentemente, a extinÃ§Â¿o do processo sem resoluÃ§Â¿o do mÃ©rito, com base no art. 485, VIII, do CPC/2015. Ã o breve relatÃ³rio. Decido. A desistÃªncia consiste em faculdade processual conferida ao Autor e se atrela intimamente Ã amplitude do exercÃ-cio do direito de aÃ§Â¿o. Sobre o tema tem-se dispÂ¿e o art. 485, Â§ 4Âº CPC/2015: Â§ 4Âº Oferecida a contestaÃ§Â¿o, o autor nÂ¿o poderÃ¡, sem o consentimento do rÃ©u, desistir da aÃ§Â¿o. Assim, no presente caso verifica-se que autor apresentou pedido de desistÃªncia - fl. 97 e o rÃ©u nÂ¿o ofereceu contestaÃ§Â¿o, pelo que nÂ¿o hÃ¡ Ã³bice ao deferimento do pedido de desistÃªncia formulado. Pelo exposto, nos termos do art. 485, VIII do CÃ³digo de Processo Civil, HOMOLOGO o pedido de desistÃªncia formulado pelo autor para DECLARAR extinto o processo sem resoluÃ§Â¿o do mÃ©rito. Pelo princÃ-pio da causalidade responde pelas verbas de sucumbÃªncia aquele que deu causa Ã lide. Desta feita, custas processuais seriam devidas pelo Exequente, nos termos do art. 27 do CPC. Ocorre que por forÃ§a do art. 40, I, da Lei 8.328/2015 o Estado Ã© isento de custas. Desta feita, sem custas e sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Cientifique-se o exequente e, apÃ³s certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se, observadas as formalidades legais, dando-se baixa na distribuiÃ§Â¿o e no sistema Libra. Santa Izabel do ParÃ¡/PA, 11 de marÃ§o de 2021. TALITA DANIELLE COSTA FIALHO DOS SANTOS, JuÃ-za de Direito respondendo pela 1 Âª Vara CÃ-vel e Empresarial Empresarial de Santa Izabel do ParÃ¡...Â¿. E para que chegue ao conhecimento da mesma, mandou passar o presente edital com prazo de 30 (trinta) dias, que serÃ¡ afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Santa Izabel do ParÃ¡, aos dez dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um.Â Eu, _____, EmÃ-lio JosÃ© de Sousa Portela, Analista JudiciÃ¡rio, digitei, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento n. 006/2006. EmÃ-lio JosÃ© de Sousa Portela. Analista JudiciÃ¡rio PROCESSO: 00015138220048140049 PROCESSO ANTIGO: 200410013710 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): EMILIO JOSE DE SOUSA PORTELA A??o: Execução Fiscal em: 10/11/2021 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 12837 - PAULA PINHEIRO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:APIL AVICOLA LTDA.. E D I T A LÂ D EÂ I N T I M A Ã Ã O D E S E N T E N Ã A Prazo 30 (trinta) diasÂ Â Â Â Â Â Â A Exma. Sra. Dra. LUISA PADOAN, JuÃ-za de Direito, respondendo pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial da Comarca de Santa Izabel do ParÃ¡, Estado do ParÃ¡, na forma da Lei etc. Â Â Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele notÃ-cias tiverem, que por esta Secretaria e JuÃ-zo da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial desta Comarca de Santa Izabel do ParÃ¡, sito - FÃ³rum local, Travessa Mestre Rocha, nÂº 1197, Bairro Centro, nesta Cidade, estÃ¡ sendo processado os termos da AÃÃO DE EXECUÃÃO FISCAL, autuado sob o n. 0001513-82.2004.814.0049, movido pela FAZENDA PÃBLICA ESTADUAL em desfavor de APIL AVICOLA LTDA. E tendo em vista o que determinado pelo JuÃ-zo, pelo presente, FICA INTIMADA a parte Executada APIL AVICOLA LTDA, como forma de celeridade

processual, para os termos da sentenÃ§a proferida por este JuÃ-zo, cujo teor na integra Ã©: Â¿... SENTENÃA. Trata-se de AÃ§Â¿o de ExecuÃ§Â¿o Fiscal em que o Estado do ParÃ¡ pleiteia em face de APIL AVÃCOLA LTDA. Pela petiÃ§Â¿o de fl. 77, a parte autora requer a desistÃªncia do feito. Ã o relatÃ³rio. Decido. O inciso VIII do art. 485, do atual CÃ³digo de Processo Civil, assim como o antigo inciso VIII do art. 267, do antigo CÃ³digo de Processo Civil, prevÃª a possibilidade de extinÃ§Â¿o do processo sem resoluÃ§Â¿o de mÃ©rito, no caso da desistÃªncia do autor. Contudo, estÃ¡ condicionada ao decurso do prazo para a defesa do rÃ©u. Na presente demanda, ao considerar que o requerido nem sequer foi citado, nÂ¿o vislumbro Ã³bice ao deferimento do pedido, reconhecendo razÂ¿o bastante a ensejar a homologaÃ§Â¿o da desistÃªncia e julgar o processo sem resoluÃ§Â¿o de mÃ©rito, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC. Pelo princÃ-pio da causalidade responde pelas verbas de sucumbÃªncia aquele que deu causa Ã lide. Desta feita, custas processuais seriam devidas pelo Exequente, nos termos do art. 27 do CPC. Ocorre que por forÃ§a do art. 40, I, da Lei 8.328/2015 o Estado Ã© isento de custas. Desta feita, sem custas e sem honorÃ¡rios advocatÃ-cios. Recolha-se os mandados, caso expedidos, bem como proceda-se com a baixa de eventual bloqueio via RENAJUD. P.R.I.C DiligÃªncias necessÃ¡rias. Santa Izabel do ParÃ¡, 14/04/2021. Talita Danielle Costa Fialho dos Santos, JuÃ-za de Direito respondendo pela 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de Santa Izabel do ParÃ¡. SE NECESSÃRIO, SERVIRÃ CÃPIA DESTE(A) DESPACHO/DECISÂ¿O COMO MANDADO/PRECATÃRIA conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJ/CI 003/2009, devendo o Sr. Diretor Observar o disposto em seus nos artigos 3Âº e 4Âº.....Â¿. E para que chegue ao conhecimento da mesma, mandou passar o presente edital com prazo de 30 (trinta) dias, que serÃ¡ afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Santa Izabel do ParÃ¡, aos dez dias do mÃªs de novembro do ano de dois mil e vinte e um.Â Eu, _____, EmÃ-lio JosÃ© de Sousa Portela, Analista JudiciÃ¡rio, digitei, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento n. 006/2006. EmÃ-lio JosÃ© de Sousa Portela. Analista JudiciÃ¡rio

COMARCA DE MOJÚ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ

AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA - PROC. 0004773-04.2018.814.0031 ¿ REQUERENTE: JEOVA PERES DAS CHAGAS - (DEFENSORIA) - INTERDITANDO: AGOSTINHO PERES DE SENA

EDITAL

Posto isto, julgo PROCEDENTE o objeto da ação para decretar a interdição de AGOSTINHO PERES DE SENA, para todos e quaisquer atos da vida civil e nomeio para substituir o múnus de curatela o seu irmão, o Sr. JEOVÁ PERES DAS CHAGAS.

Expeça-se mandado para averbação no registro civil e edital que será publicado por três vezes no DJE/PA, com intervalo de dez dias.

Oficie-se ao EG. TRE/PA para eventual suspensão dos direitos políticos do interditando.

Sem honorários e custas pela parte autora. Fixo honorários periciais no valor de R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), a serem pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do Provimento Conjunto n. 010/2016 ¿ CJRMB/CJCI. Fixo ainda honorários advocatícios ao curador especial, Dr. Dalton de Carvalho Neto, OAB/PA n° 26.371, em R$ 800,00.

Transitada em julgado, arquivem-se estes autos com as anotações de praxe.

P. R. I. C. ciência ao MP e a DP.

Moju, 06 de outubro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL - PROC. 0000189-40.2000.814.0031 ¿ EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL - EXECUTADO: MADEIREIRA NUNES LTDA

Trata-se de demanda de execução fiscal proposta pela UNIÃO, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional, em face de MADEIREIRA NUNES LTDA, todos qualificados nos autos.

Os autos vieram conclusos.

É o relatório. Decido.

Após uma análise dos autos, o que se conclui é que se operou a prescrição intercorrente no presente feito em relação ao débito consubstanciada na certidão de inscrição de dívida ativa sob o registro da dívida

ativa n. 20 7 99 000745-61 que integra a presente exordial.

É que a prescrição é matéria de ordem pública e pode ser reconhecida em qualquer tempo e grau de jurisdição, até mesmo ex officio pelo juiz.

No caso, o feito executório foi cadastrado inicialmente/ajuizado em 04/09/2000, pelo que à hipótese incidia a regra original do inciso I do artigo 174 do CTN, antes da nova redação dada pela Lei Complementar n. 118/2005, de modo que, neste tema, somente a efetiva citação pessoal do devedor teria o condão de interromper a prescrição do crédito tributário:

¿¿Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I -pela citação pessoal feita ao devedor;

II-pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal¿¿

Estando a presente execução inserta na antiga norma do supracitado diploma legal, conforme se dessume dos autos físicos, há que se observar que a parte executada nunca chegou a ser pessoalmente citada para garantir o Juízo e manifestar-se acerca da ausência de citação válida, pelo que evidente se faz que a pretensão se encontra irremediavelmente prescrita.

Assevere-se que não é o caso de aplicação da Súmula nº 106 do Superior Tribunal de Justiça, visto que é cediço que o Princípio do Impulso Oficial não é absoluto, não sendo razoável a paralisação do feito por tanto tempo, faltando o exequente como seu dever de colaboração para a prática dos atos processuais.

A propósito, confira-se:

¿¿APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR APROXIMADAMENTE 6 (SEIS) ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. Sentença que reconheceu a prescrição da pretensão executiva fazendária. Paralisação do processo, por inércia do exequente, que só não acarretará prescrição do crédito tributário se os atos processuais não forem realizados exclusivamente em razão da morosidade dos mecanismos do Judiciário. Autos que ficaram paralisados por excessivo lapso temporal. Morosidade que não pode ser imputada exclusivamente ao Judiciário, mas em concorrência com o exequente. Inaplicabilidade, à espécie, do disposto no verbete sumular nº 106, do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que houve contribuição do credor na paralisação do processo. Precedentes. Inaplicabilidade do parágrafo 4º do artigo 40 da LEF. Execução fiscal ajuizada antes da vigência da Lei Complementar nº 118/05, época em que a distribuição não constituía marco interruptivo da prescrição, mas apenas a citação. Prescrição ocorrida entre a distribuição e a citação, que tem caráter originário, e não intercorrente, razão pela qual não depende de manifestação da Fazenda Pública para ser decretada. Súmula 264 desta Corte Estadual. Artigo 557, caput, do Código de Processo Civil. Negativa de Seguimento do Recurso (0175148-23.2000.8.19.0001 - Apelação Des. Alcides da Fonseca Neto - Julgamento: 31/08/2015 ¿Décima Primeira Câmara Cível)¿¿

Em face do exposto, JULGO EXTINTA a presente execução fiscal em relação ao débito consubstanciada na certidão de inscrição de dívida ativa sob o registro da dívida ativa n. 20 7 99 000745-61.

Sem custas. Sem honorários.

P. R. I. (à Fazenda Pública mediante remessa dos autos). Transitada em julgado, certifique-se e arquive-se.

Moju, 01 de setembro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

AÇÃO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL - PROC. 0004848-43.2018.814.0031 ¿ REQUERENTE: DIONEIA TRINDADE MARTINS - (Defensoria) REQUERIDO: SERGIO SIDNEY VILHENA FONSECA

DIONÉIA TRINDADE MARTINS ingressou com a presente AÇ¿O DECLARATÓRIA DE UNI¿O ESTÁVEL em face de SÉRGIO SIDNEY VILHENA FONSECA, ambos qualificados nos autos.

Narra a inicial que as partes conviveram em uni¿o estável por dezessete anos, tendo duas filhas em comum, existindo os seguintes bens a partilhar: um automóvel palio fiat fire 2003/2004, cor vermelha, chassi 9BD17146242363045 avaliado em R$ 8.000,00; uma motocicleta honda CG 125 fan es, 2012/2012, cor preta, chassi 9C2JC4120CR536612, avaliada em R$ 3.000,00; um terreno edificado, medindo 16x25m, totalizando 400m², localizado na Travessa Soledade com Firmino da Silva Santos, lote nº 01, quadra C.D, nº 414, Moju/PA, avaliado em R$ 60.000,00; um terreno localizado no Rio Moju ¿ Comunidade Piriá, raio de 500m a partir do ponto geodésico definido como latitude (S) 01º56¿38,9¿¿ e longitude (W) 48º49¿42,6¿¿, avaliado em R$ 50.000,00.

Recebida a inicial, foram arbitrados alimentos provisórios em 25% de um salário mínimo em favor das filhas dos litigantes.

Citado, o réu n¿o apresentou contestaç¿o.

Manifestou-se o MP pela procedência do pedido.

Assim exposto, DECIDO.

Como o réu n¿o ofertou resposta no prazo legal, decreto sua revelia e imponho-lhe a pena de confiss¿o ficta quanto a matéria de fato (CPC, art. 344), qual seja, a existência de uni¿o estável entre as partes durante 17 anos, a aquisiç¿o dos bens mencionados na inicial no decorrer da relaç¿o, e a capacidade do pai de prestar alimentos às suas filhas no patamar equivalente a R$ 29,4% de um salário mínimo.

Em tal situaç¿o, diante da ausência de requerimento para a produç¿o de prova, o CPC autoriza o julgamento antecipado da lide, nos termos do seu art. 355, inciso II.

E outra soluç¿o n¿o é possível sen¿o o acolhimento in totum das raz¿es e dos pedidos da requerente, já que sua narrativa embasa-se em matéria fática, robustecida pela confiss¿o ficta imposta ao requerido

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para:

1. Declarar a uni¿o estável existente entre DIONÉIA TRINDADE MARTINS e SÉRGIO SIDNEY VILHENA FONSECA por dezessete anos, finda em 23.05.2016, vez que na ocasi¿o da elaboraç¿o da petiç¿o inicial (23.05.2018) consta que as partes já estavam separadas há 02 anos;

2. Fixar a pens¿o alimentícia em 29,4% de um salário-mínimo, devida às filhas dos litigantes, cuja guarda será exercida pela m¿e, tendo o pai livre exercício do direito de visitas;

2.1 O pagamento da pens¿o alimentícia deverá ser realizado até o 5º dia útil de cada mês, mediante depósito na conta bancária 00020746-2, operaç¿o 001, agência 3420 da Caixa Econômica Federal, titularizada pela requerente;

3. Determinar a alienaç¿o dos bens mencionados na inicial, após prévia avaliaç¿o, oficial ou consensual, com subsequente partilha na proporç¿o de 50% para cada um dos ex conviventes;

3.1. Caso alguma parte queira se manter no domínio isolado de qualquer bem, deve indenizar a outra pela meaç¿o que lhe cabe;

3.2. Para a alienaç¿o ou pagamento da indenizaç¿o respectiva, com fulcro no art. 497 do CPC, fixo o prazo de 08 (oito) meses, findo o qual o possuidor passará a dever aluguéis à parte contrária pelo usufruto singular de bem comum, no valor mensal de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada item, passível de revis¿o mediante arbitramento.

Resolvo, assim, o mérito da demanda, na forma do art. 487, inciso I, do CPC.

Pelo princípio da sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa atualizado.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao MP e à Defensoria.

Transitada em julgado, encaminhem-se os autos à UNAJ, para o cálculo e recolhimento das custas, sob pena de inscriç¿o em dívida ativa e ulterior cobrança executiva.

Arquive-se, oportunamente, observadas as formalidades legais.

Moju, 01 de outubro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO: 0001263-85.2015.8.14.0031. DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ART. 16, INCISO IV, DA LEI Nº 10.826/03. RÉU: GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA. ADVOGADO: JOSÉ GODOFREDO RABELO FILHO - OAB/PA: 19743. VITIMA: A.C.

SENTENÇA

O Representante do Ministério Público ofereceu denúncia, em 14.05.2015, contra GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA, dando-o como incurso nas sanções punitivas do art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003.

Narra a peça acusatória que na manhã do dia 10.04.2015, por volta das 16h00min, policiais militares realizavam ronda neste Município quando avistaram e abordaram o acusado em via pública, na PA-150, Km Zero, em frente à Feira do Produtor Rural, Bairro Almir Gabriel, com ele encontrando um revólver calibre 38, com numeraç¿o adulterada, contendo três muniç¿es do mesmo calibre. Perante a autoridade

policial o réu teria confirmado que a arma era de sua propriedade e disse que estava com o referido objeto porque pretendia recuperar um aparelho celular da sua prima DAYANA que teria sido roubado por uma ¿¿gangue¿¿ do Bairro do Almir Gabriel.

Denúncia recebida.

O réu foi citado e ofertou resposta à acusaç¿o nos autos às fls. 12/13.

Durante a instruç¿o, foram ouvidas duas das testemunhas arroladas pela acusaç¿o e interrogado o réu, conforme termos e mídia de fls. 43/44 e 54/55.

O exame de balística foi realizado conforme o Laudo n. 2015.05.000224-BAL.

Em suas alegaç¿es derradeiras, o Representante do Ministério Público pugnou pela procedência da denúncia, uma vez comprovadas a autoria e materialidade do delito. Cumprindo seu mister, o advogado pugnou pela que fosse considerado que o acusado é réu confesso, demonstrou arrependimento, é jovem e trabalhador. Ao fim, rogou pela concess¿o do regime semiaberto uma vez que o acusado preenche os requisitos necessários.

É O RELATÓRIO.

DA FUNDAMENTAÇ¿O E DECIS¿O.

Imputou o Ministério Público a GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA a prática do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, por assemelhaç¿o, descrito no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003.

Da análise do conjunto probatório produzido no bojo dos autos, extrai-se comprovadas a autoria e a materialidade da conduta criminosa atribuída ao réu, só que pela prática, todavia, do crime previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003, conforme a seguir melhor explicito.

1 ¿ DA AUTORIA E MATERIALIDADE

O delito de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, por assemelhaç¿o, encontra-se descrito no art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, com a seguinte dicç¿o:

¿¿Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou muniç¿o de uso proibido ou restrito, sem autorizaç¿o e em desacordo com determinaç¿o legal ou regulamentar:

Pena ¿ reclus¿o, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

(...)

IV ¿ portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeraç¿o, marca ou qualquer outro sinal de identificaç¿o raspado, suprimido ou adulterado;¿¿

No caso vertente, no Laudo n. 2015.05.000224-BAL consta a descriç¿o do artefato como ¿¿uma arma de fogo tipo revólver, calibre 38, sem marca e n° de série aparentes, acabamento niquelado, ...¿¿, no qual n¿o restou comprovado se a numeraç¿o da arma de fogo foi raspada, suprimida ou adulterada e se eventual desgaste decorreu de aç¿o humana ou por influência do tempo.

Note-se que embora este Juízo tenha solicitado a complementaç¿o da referida perícia técnica para esclarecer a lacuna (fl. 43), a diligência restou inviável, diante da precedente remessa da arma ao Comando do Exército, conforme documentos de fls. 45/46.

Descabe, assim, a presunç¿o de que o desgaste é imputável ao réu, em favor do qual a dúvida sempre milita. Nesse sentido, veja-se:

¿¿PENAL. PORTE DE ARMA DE FOGO SEM NUMERAÇ¿O. SUPRESS¿O N¿O COMPROVADA PELA PERÍCIA TÉCNICA. RECLASSIFICAÇ¿O DA CONDUTA PARA O TIPO DO ARTIGO 14 DA LEI 10.826/2003. CORREÇ¿O DA DOSIMETRIA DA PENA. PRETENS¿O AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. IMPROCEDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. 1 Réu condenado por infringir o artigo 16, parágrafo único, inciso IV da Lei 10.826/200314, depois de ter sido preso em flagrante quando portava, andando na rua, um revólver calibre 38 sem numeraç¿o aparente. Constatou-se, ainda, que mantinha guardada em casa uma espingarda calibre 36 na mesma condiç¿o. 2 N¿o há prova cabal da adulteraç¿o da numeraç¿o de série das armas apreendidas, conforme concluiu o laudo pericial, impondo-se a reclassificaç¿o da conduta para o tipo mais ameno do artigo 14 da lei de regência. 3 Mantém-se a pris¿o preventiva quando subsistem os motivos que a justificaram. A confirmaç¿o da sentença no segundo grau de jurisdiç¿o os robustecem, também possibilitando a execuç¿o provisória da pena e, eventualmente, a concess¿o de benefícios. N¿o há incompatibilidade entre o regime inicial semiaberto e a negativa do direito de recorrer em liberdade, cabendo ao Juízo da Execuç¿o decidir sobre a detraç¿o penal. 5 Apelaç¿o conhecida em parte e, nesse ponto, parcialmente provida¿¿. (TJ-DF 20170710073957 DF 0007052-64.2017.8.07.0007, Relator: GEORGE LOPES, Data de Julgamento: 02/08/2018, 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicaç¿o: Publicado no DJE : 15/08/2018 . Pág.: 130/141)

Com o afastamento da conduta de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, por assemelhaç¿o, imp¿e-se a desclassificaç¿o da conduta para o tipo do art. 14 da Lei 10.406/2003.

Desse modo, a materialidade do delito restou comprovada pelo auto de apresentaç¿o e apreens¿o de fls. 11 dos r. autos do IPL, assim como pelo Laudo pericial n. 2015.05.000224-BAL juntado à fl. 20, espancando qualquer (inexistente) controvérsia quanto à existência da arma de fogo e ao fato de ter sido encontrada em poder do acusado, segundo unanimemente afirmaram as testemunhas arroladas pela acusaç¿o, em harmonia com as declaraç¿es prestadas pelo réu, o qual, desde a fase policial, confirmou a prática do ilícito do qual foi acusado.

Muito embora há tempos a confiss¿o tenha perdido ¿ se é que algum dia teve ¿ o status de ¿rainha das provas¿, sua importância ganha especial relevo quando em harmonia com os demais elementos do elenco probatório. Assim, a confiss¿o do acusado é prova segura de sua responsabilidade pelo fato que lhe foi imputado, havendo coincidência minudente com as circunstâncias já apuradas em relaç¿o ao fato criminoso.

As testemunhas-policiais WLADIMIR DE OLIVEIRA LEITE e RAIMUNDO JUNIOR MORAES, em juízo, prestaram relatos coerentes dando conta da prática do ocorrido conforme os termos descritos na denúncia. Discorreram que estavam realizando ronda neste Município, ocasi¿o em que avistaram o réu e outro indivíduo em uma motocicleta vermelha e embora estes tenham tentado empreender fuga do local foram interceptados em frente à Feira do Produtor Rural, momento em que se procederam à revista pessoal, encontrando em posse do denunciado a arma de fogo, calibre 38, raz¿o pela qual este fora preso em flagrante delito.

No particular, quadra referir que o fato de as testemunhas serem os policiais que participaram da diligência, por essa só condiç¿o, n¿o retira a credibilidade de suas declaraç¿es, consoante tem reiteradamente proclamado a jurisprudência, tanto mais no caso em apreço, ante a inequívoca confiss¿o do acusado.

Nesse sentido, vejam-se, entre muitos, os seguintes julgados:

¿(...) Processual Penal. Testemunha policial. Prova: exame. I. O Supremo Tribunal Federal firmou o

entendimento no sentido de que n¿o há irregularidade no fato de o policial que participou das diligências ser ouvido como testemunha. Ademais, o só fato de a testemunha ser policial n¿o revela suspeiç¿o ou impedimento. II. N¿o é admissível, no processo de habeas corpus, o exame aprofundado da prova. III. H. C. indeferido.¿¿ (STF - HC 76.557-6 ¿ RJ ¿ DJU de 02.02.2001, p. 73)

¿Processual Penal. Narcotráfico. Flagrante. Prova policial. Validade. Reiterada jurisprudência sobre a eficácia probatória dos testemunhos reiterados em juízo pelos policiais que flagraram a prática do crime.¿ (STJ ¿ RSTJ 110/384)

O laudo de balística n. 2015.05.000224-BAL, demonstra a potencialidade lesiva do armamento apreendido em poder do réu, atestando que se encontrava em condiç¿es de funcionamento, concretizando o perigo abstrato que a norma penal violada visa reprimir. Nesse sentido, trago a lume o seguinte julgado:

¿¿AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ARTIGO 14 DA LEI N. 10.826/2003. PERÍCIA DA ARMA.
COMPROVAÇ¿O DE SUA POTENCIALIDADE LESIVA. DESNECESSIDADE. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. 1. A Terceira Seç¿o deste Sodalício consolidou o entendimento de que o crime previsto no art. 14 da Lei 10.826/03 é de perigo abstrato, cujo objeto jurídico imediato é a segurança coletiva. 2. É irrelevante, portanto, a realizaç¿o de exame pericial para a comprovaç¿o da potencialidade lesiva do artefato, pois basta o simples porte de arma de fogo, ainda que desmuniciada (como no caso em apreço), em desacordo com determinaç¿o legal ou regulamentar, para a incidência do tipo penal. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1294551/GO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 19/08/2014)¿¿.

Ante todo o exposto, n¿o havendo a incidência de hipótese que exclua o crime ou isente o réu de pena, reputo plenamente comprovada assim a materialidade quanto a autoria do delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, praticado por GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileiro, natural de Moju, nascido no dia 27.03.1994, solteiro, RG n. 7412970, filho de Jackson Abreu Oliveira e Renata de Paula Rodrigues dos Santos, residente na Rua Lauro Sodré, s/n, próximo ao ¿¿Comercial do Conde¿¿, Bairro Alto, Moju/PA, raz¿o pela qual julgo parcialmente procedente a denúncia para condenar o réu nas penas do art. 14, caput, da Lei n. 10.826/2003.

2 ¿ DA INDIVIDUALIZAÇ¿O DA PENA

O réu agiu com culpabilidade normal à espécie.

N¿o registra antecedentes desabonadores.

N¿o há referência sobre sua conduta social e personalidade, donde se infere serem boa e ajustada, respectivamente.

Os motivos e as circunstâncias do crime n¿o lhe prejudicam.

As consequências extrapenais do delito n¿o extrapolam o que normalmente sucede.

A vítima é o próprio Estado, que de forma nenhuma contribuiu para a prática delituosa, tanto que recentemente lançou uma ampla campanha de desarmamento, fazendo ver que a conduta do acusado atenta contra a ordem pública.

Concluindo, à vista de tais circunstâncias judiciais, fixo a pena-base no mínimo legal, isto é, em 02 (dois) anos de reclus¿o e 10 (dez) dias-multa, calculados à raz¿o de 1/30 do salário mínimo vigente, pena essa que torno definitiva, eis que, em raz¿o da fixaç¿o no grau mínimo n¿o se aplicam as atenuantes. Também n¿o incidem agravantes e n¿o há causas de diminuiç¿o ou de aumento.

3 ¿ DEMAIS DETERMINAÇ¿ES

Fixo o regime inicial aberto para o cumprimento da pena, com fulcro no art. 33, §2º, alínea ¿¿c¿¿, do CPB.

Presentes os requisitos legais, substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, a saber, prestaç¿o de serviço à comunidade e interdiç¿o temporária de direitos, pelo mesmo tempo da pena original, na forma e condiç¿es a serem estabelecidas em audiência admonitória.

Diante do regime fixado para o cumprimento do restante da pena e a substituiç¿o ora deferida, tendo o réu respondido ao processo solto, autorizo o recurso em liberdade.

Proceda-se a restituiç¿o do aparelho de celular e da quantia apreendida ao acusado, lavrando-se auto de entrega e recebimento, pois n¿o foi demonstrado nem se pode presumir que foram adquiridos como proveito do crime.

Após o trânsito em julgado:

- lance-se o nome do réu no rol dos culpados;

- expeça-se a guia de execuç¿o para formaç¿o dos autos definitivos da execuç¿o da reprimenda, devendo a Sra. Diretora de Secretaria certificar o tempo durante o qual o condenado ficou preso provisoriamente;

- oficie-se à Justiça Eleitoral, para fins de suspens¿o dos direitos políticos do réu;

- oficie-se ao órg¿o encarregado da estatística criminal;

- façam-se as demais comunicaç¿es que se revelarem necessárias; e

- arquive-se.

Isento o réu do pagamento de custas, tanto que este fora dispensado do recolhimento da fiança que lhe fora arbitrada ante a sua hipossuficiência econômica.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público.

Moju, 14 de outubro de 2021.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

PROCESSO Nº00048874020188140031-AÇÃO PENAL: HOMICIDO QUALIFICADO: AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL- REPRESENTANTE: PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA, pronunciados **EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA e MATEUS LIMA GOMES**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO DATIVO, DR. JOSE GODOFREDO RABELO FILHO, OAB/PA Nº 19.743. PRONUNCIADA: PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA** REPRESENTANTE: **ADVOGADO, DR. HEBER DE SOUZA XAVIER, OAB/PA Nº23.010, VITIMA: C. D.T.** FINALIDAE: INTIMAR OS REPRESENTANTES DOS PRONUNCIADOS, SOBRE O TEOR DO ATO ABAIXO TRANSCRITO. **ATO ORDINATÓRIO** ANTE ao que dispõe o art. 93, inciso XIV da CF/88, art. 1º da Emenda Constitucional n. 45/2004, Art. 162, § 4º do

CPC. Provimento n. 006/2009-CJCI, Art. 1º, § 1º, inciso VII, visando à maior celeridade processual, concernente aos atos processuais de mero expediente sem caráter decisório, de ordem MM Juiz de Direito, intimar os representantes dos pronunciados **EDILSON DE JESUS CERBINO DA COSTA e MATEUS LIMA GOMES**, REPRESENTANTE: **ADVOGADO DATIVO, DR. JOSE GODOFREDO RABELO FILHO, OAB/PA Nº 19.743. PRONUNCIADA: PAULA RAQUEL CERBINO DA COSTA** REPRESENTANTE: **ADVOGADO, DR. HEBER DE SOUZA XAVIER, OAB/PA Nº23.010,** da Sessão do Tribunal do Juri, designada para o dia **24/02/2022, às 08h00min**.O referido é verdade e dou fé. Moju/PA, 10 de novembro de 2021.Vera Lucia N. Lobato. Auxiliar Judiciário, Matrícula TJE/PA nº 126.454. Secretaria Vara Única da Comarca de Moju/PA

COMARCA DE ACARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ACARÁ

RESENHA: 28/10/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE ACARA - VARA: VARA UNICA DE ACARA PROCESSO: 00036119620198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ADRIANA SANTOS A. DE MENDONCA A??o: Procedimento Comum Cível em: 03/11/2021 REQUERENTE:IZABEL MENDES PAES Representante(s): OAB 17446 - DRIELY TATYAYA COSTA DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 30348 - JOAO VITOR CHAVES MARQUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Â Â Â Â Â Â Pelo presente, fica intimada a parte autora, por meio de sua Advogada Dra. DRIELY TATYAYA COSTA DA FONSECA OAB 17.446, diante da InterposiÃ§Ã£o de Recurso de ApelaÃ§Ã£o a apresentar ContrarrazÃµes Ã ApelaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â AcarÃ¡, 03 de novembro de 2021. ADRIANA SANTOS ALVES DE MENDONÃA Auxiliar JudiciÃ¡ria MatrÃ-cula 166821 PROCESSO: 00056498120198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Procedimento Comum Cível em: 04/11/2021 AUTOR:LUIZ CEZAR BARBOSA DE ALENCAR Representante(s): OAB 7349 - JONILO GONCALVES LEITE (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ACARÁ. SENTENÃA LUIZ CEZAR BARBOSA DE ALENCAR, devidamente qualificada nos autos, por meio de advogado legalmente constituÃ-do, aforaram AÃÂ¿O DE OBRIGAÃÂ¿O DE FAZER A EFETIVAÃÂ¿O DO VÃNCULO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL C.C. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÃO e PEDIDO DE TUTELA DE URÃNCIA SATISFATIVA contra o MUNICIPIO DE ACARÃ-PA, aduzindo, em sÃ-ntese, que: I - a primeira autora ingressou no serviÃ§o pÃºblico municipal em 2005, onde permanece atÃ© a presente data exercendo o cargo de professor; II - nÂ¿o hÃ¡ registro de qualquer falta disciplinar nesse perÃ-odo; III - trata-se de relaÃ§Â¿o de trabalho firmada com o rÃ©u sustentada na boa-fÃ©; IV - buscaram por vÃ¡rias vezes solucionarÂ a questÂ¿o da estabilidade pelas vias administrativas. Finalizam pedindo a concessÂ¿o de liminar visando a imediata reintegraÃ§Â¿o dasÂ autoras com o pagamento devido, a citaÃ§Â¿o do rÃ©u e ao final a procedÃªncia do pedido. Acostaram os documentos. Despacho de citaÃ§Â¿o Ã s fls. 48 ManifestaÃ§Ã£o do municÃ-pio requerendo homologaÃ§Ã£o de acordo extrajudicial para efetivaÃ§Ã£o das servidoras Ã s fls. 49/55. Minuta de acordo Ã fl. 50. O RMP opinou Ã fls. 58/64. Ã o relatÃ³rio. Decido. A atuaÃ§Â¿o do Poder JudiciÃ¡rio no controle jurisdicional dos atos administrativos limita-se Ã anÃ¡lise da regularidade formal do procedimento e da legalidade do ato. NÂ¿o viola o princÃ-pio da separaÃ§Â¿o dos poderes o controle pelo Poder JudiciÃ¡rio de ato administrativo eivado de ilegalidade ou abusividade, o qual envolve a verificaÃ§Â¿o da efetiva ocorrÃªncia dos pressupostos de fato e direito, podendo o JudiciÃ¡rio atuar, inclusive, nas questÂ¿es atinentes Ã proporcionalidade e Ã razoabilidade. Ensina a jurisprudÃªncia: (...) Â¿Dados Gerais. Processo: Â AI 800892 BA. Relator(a): Â Min. DIAS TOFFOLI. Julgamento: Â 12/03/2013. ÃrgÂ¿o Julgador: Â Primeira Turma. PublicaÃ§Â¿o: DJe-084 DIVULG 06-05-2013 PUBLIC 07-05-2013.Parte(s): MIN. DIAS TOFFOLI. ESTADO DA BAHIA. MÃRCIO SANTOS NASCIMENTO.PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA.FABIANO SAMARTIN FERNANDES.EMENTA Agravo regimental no agravo de instrumento. Negativa de prestaÃ§Â¿o jurisdicional. NÂ¿o ocorrÃªncia. PrincÃ-pios da ampla defesa e do contraditÃ³rio. Ofensa reflexa. Controle judicial. Ato administrativo ilegal. Possibilidade. Precedentes. 1. A jurisdiÃ§Â¿o foi prestada pelo Tribunal de origem mediante decisÂ¿o suficientemente motivada. 2. A afronta aos princÃ-pios da legalidade, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditÃ³rio, dos limites da coisa julgada e da prestaÃ§Â¿o jurisdicional, quando depende, para ser reconhecida como tal, da anÃ¡lise de normas infraconstitucionais, configura apenas ofensa indireta ou reflexa Ã ConstituiÃ§Â¿o da RepÃºblica, o que nÂ¿o enseja o reexame da matÃ©ria em recurso extraordinÃ¡rio.3. NÂ¿o viola o princÃ-pio da separaÃ§Â¿o dos poderes o controle pelo Poder JudiciÃ¡rio de ato administrativo eivado de ilegalidade ou abusividade, o qual envolve a verificaÃ§Â¿o da efetiva ocorrÃªncia dos pressupostos de fato e direito, podendo o JudiciÃ¡rio atuar, inclusive, nas questÂ¿es atinentes Ã proporcionalidade e Ã razoabilidade.4. Agravo regimental nÂ¿o provido. DecisÂ¿o. A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. UnÃ¢nime. PresidÃªncia do Senhor Ministro Luiz Fux. 1Âª Turma, 12.3.2013.Â¿(...) g.n. (...) Â¿Dados Gerais.Â Processo: Â RE 634900 PI. Relator(a): Â Min. DIAS TOFFOLI. Julgamento: Â 02/04/2013. ÃrgÂ¿o Julgador: Â Primeira Turma. PublicaÃ§Â¿o: ACÃRDÂ¿O ELETRÃNICO DJe-096 DIVULG 21-05-2013 PUBLIC 22-05-2013. Parte(s): Â MIN. DIAS TOFFOLI.ESTADO DO PIAUÃ. PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÃ. PAULO ANTENOR

NOGUEIRA DE OLIVEIRA. JOSÃ LUSTOSA MACHADO FILHO. EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinÃ¡rio. Processo administrativo disciplinar. LegislaÃ§Â¿o infraconstitucional. Ofensa reflexa. Reexame de provas. Impossibilidade. Controle judicial. Ato administrativo ilegal. Possibilidade. Precedentes.1. A afronta aos princÃ-pios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditÃ³rio, dos limites da coisa julgada e da prestaÃ§Â¿o jurisdicional, quando depende, para ser reconhecida como tal, da anÃ¡lise de normas infraconstitucionais, configura apenas ofensa indireta ou reflexa Ã ConstituiÃ§Â¿o da RepÃºblica. 2. A eventual ofensa ao princÃ-pio da ampla defesa em processo administrativo disciplinar possui natureza eminentemente processual, o que enseja a anÃ¡lise prÃ©via da legislaÃ§Â¿o infraconstitucional pertinente e, tambÃ©m, nÂ¿o prescinde, no caso, do reexame dos fatos e das provas da causa. IncidÃªncia das SÃºmulas nÂºs 636 e 279/STF. 3. O controle pelo Poder JudiciÃ¡rio de ato administrativo eivado de ilegalidade ou abusividade nÂ¿o viola o princÃ-pio da separaÃ§Â¿o dos poderes, podendo-se aferir a razoabilidade e a proporcionalidade da sanÃ§Â¿o aplicÃ¡vel Ã conduta do servidor. 4. Agravo regimental nÂ¿o provido. DecisÂ¿o. A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, com as ressalvas do Senhor Ministro MarÃ§o AurÃ©lio. UnÃ¢nime. PresidÃªncia do Senhor Ministro Luiz Fux. 1Âª Turma, 2.4.2013.Â¿(...) g.n (...) Â¿Dados Gerais.Â Processo: Â AI 808598 SP. Relator(a): Â Min. LUIZ FUX. Julgamento: 13/05/2014. ÃrgÂ¿o Julgador: Â Primeira Turma. PublicaÃ§Â¿o: ACÃRDÂ¿O ELETRÃNICO DJe-101 DIVULG 27-05-2014 PUBLIC 28-05-2014. Parte(s): Â CLUBE ALTO DOS PINHEIROS. CARLOS LENCIONI. MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DE SÂ¿O PAULO. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DE SÂ¿O PAULO. Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. AÃÂ¿O CIVIL PÃBLICA. PERMISSÂ¿O DE USO DE BEM DE USO COMUM DO POVO. PEDIDO DE CESSAÃÂ¿O DE SEUS EFEITOS. LIMITES DA COISA JULGADA. MATÃRIA COM REPERCUSSÂ¿O GERAL REJEITADA PELO PLENÃRIO DO STF NO ARE NÂº 748.371. PRINCÃPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEPARAÃÂ¿O DOS PODERES E DA LEGALIDADE. CONTROVÃRSIA DE ÃNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. 1. Os princÃ-pios da ampla defesa, do contraditÃ³rio, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, quando debatidos sob a Ã³tica infraconstitucional, nÂ¿o revelam repercussÂ¿o geral apta a tornar o apelo extremo admissÃ-vel, consoante decidido pelo PlenÃ¡rio Virtual do STF, na anÃ¡lise do ARE nÂº 748.371, da Relatoria do Min. Gilmar Mendes. 2. O controle jurisdicional dos atos administrativos discricionÃ¡rios nÂ¿o viola o princÃ-pio constitucional da separaÃ§Â¿o dos poderes. Precedentes: RE 654.170, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 15/4/2013, e ARE 723.380, Rel. Min. Rosa Weber, Primeira Turma, DJe 1/8/2013. 3. O princÃ-pio constitucional da legalidade, quando debatido sob a Ã³tica infraconstitucional, revela uma violaÃ§Â¿o reflexa e oblÃ-qua da ConstituiÃ§Â¿o Federal decorrente da necessidade de anÃ¡lise de malferimento de dispositivo infraconstitucional, o que torna inadmissÃ-vel o recurso extraordinÃ¡rio, a teor da SÃºmula 636 do STF. 4. In casu, o acÃ³rdÂ¿o extraordinariamente recorrido assentou: Â¿AÃ§Â¿o Civil PÃºblica - PermissÂ¿o de uso de bem pÃºblico - Clube esportivo privadoÂ Pedido de cessaÃ§Â¿o de seus efeitos - PrincÃ-pio da Inafastabilidade da jurisdiÃ§Â¿o- IngerÃªncia do JudiciÃ¡rio (sic) na AdministraÃ§Â¿o PÃºblica - InocorrÃªncia- Possibilidade/necessidade para garantia do direito constitucional de aÃ§Â¿o- PertinÃªncia da aÃ§Â¿o - DecisÂ¿o - DecisÂ¿o em agravo de instrumento limitada Ã concessÂ¿o liminar- InexistÃªncia de preclusÂ¿o ou caso julgado - Legitimidade do MinistÃ©rio PÃºblico - Ato administrativo que nÂ¿o mais se justifica . Discricionariedade, de per si, nÂ¿o tem caracterÃ-stica absoluta de legalidade - Preliminares rejeitadas, apelaÃ§Â¿o provida, em parteÂ¿. 5. Agravo regimental DESPROVIDO. DecisÂ¿o. A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do relator. UnÃ¢nime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. PresidÃªncia do Senhor Ministro Marco AurÃ©lio. Primeira Turma, 13.5.2014.Â¿(...) O direito de aÃ§Â¿o, verificado pelo prisma constitucional, como garantia de acesso Ã justiÃ§a assegurado a todos (CF, art. 5Âº., XXXV)Â tem por conteÃºdo o devido processo legal, e a possibilidade de o Poder JudiciÃ¡rio aferirÂ a possÃ-vel lesÂ¿o ou ameaÃ§a de lesÂ¿o a direito legalmente assegurado. SÂ¿o deveres das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, expor os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade e boa-fÃ©, nÂ¿o formular pretensÂ¿es, nem alegar defesa, cientes de que sÂ¿o destituÃ-das de fundamento; nÂ¿o produzir provas, nem praticar atos inÃºteis ou desnecessÃ¡rios Ã declaraÃ§Â¿o ou defesa do direito; cumprir com exatidÂ¿o os provimentos mandamentais e nÂ¿o criar embaraÃ§os Ã efetivaÃ§Â¿o de provimentos judiciais, de natureza antecipatÃ³ria ou final, art. 77, do CPC. Ensina o art. 8Âº., do CPC: Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico , o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. O juiz dirigirÃ¡ o processo competindo-lhe velar pela rÃ¡pida soluÃ§Â¿o do litigio, art.139, II, do CPC. A todos, no Ã¢mbito judicial e administrativo, sÂ¿o assegurados a razoÃ¡vel duraÃ§Â¿o do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitaÃ§Â¿o, art. 5Âº., LXXVII, da

CF. Mister perfilhar o art. 443, I e II, do CPC. . O cidadÂ¿o tem fome e sede de justiÃ§a, justiÃ§a cÃ©lere e em tempo razoÃ¡vel, nÂ¿o Â¿Ã s pressasÂ¿, ou muito menos tardiamente. Absolutamente desnecessÃ¡ria a produÃ§Â¿o de prova oral no caso vertente, o que permite o julgamento antecipado da lide. Propugna o art. 355, I e II, do CPC, que o juiz julgarÃ¡ antecipadamente o pedido quando: Â Â¿I - nÂ¿o houverÂ necessidade de produÃ§Â¿o de outras provas; II - o rÃ©u for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e nÂ¿o houver requerimento de provaÂ¿(...)).Â¿ Preleciona JOSÃ CARLOS BARBOSA MOREIRA sobre o julgamento antecipado que: a)Â inexiste dÃºvida sobre os fatos relevantes para a soluÃ§Â¿o do litÃ-gio, mas controverte-se acerca de questÂ¿o de direito(v., da vigÃªncia da norma legal que se afirma aplicÃ¡vel Ã espÃ©cie, ou da interpretaÃ§Â¿o que se lhe hÃ¡ de dar, ou da constitucionalidade dela): para decidir, deve entÂ¿o o juiz resolver unicamente a quaestio juris; b)Â existe dÃºvida sobre um ou alguns dos fatos relevantes, mas essa dÃºvida Ã© talÂ que se pode dissipar pelo simples exame da prova documental constante dos autos , ou mediante alguma atividade instrutÃ³ria que dispense a realizaÃ§Â¿o de audiÃªncia(assim, a inspeÃ§Â¿o judicial de pessoa ou coisa). Ao contrÃ¡rio do que pode parecer Ã vista do teor literal do dispositivo(verbis Â¿sendo de direito e de fatoÂ¿), Ã© irrelevante, nesta segunda hipÃ³tese, que haja tambÃ©m dÃºvida sobre a quaestio iuris, ou apenas sobre a quaestio facti: desde que a soluÃ§Â¿o prescinda de ulterior atividade instrutÃ³ria, que exigisse a realizaÃ§Â¿o de audiÃªncia(v.g., prova testemunhal, depoimento pessoal da parte), os efeitos sÂ¿o idÃªnticos.Â¿(Novo Processo Civil Brasileiro, Ed. Forense, 19Âª. Ed., p. 98) Como Ã© cediÃ§o, estando presentes as condiÃ§Â¿es que ensejam o julgamento da causa, Ã© dever do juiz, e nÂ¿o mera faculdade, assim proceder. Nesse sentido pontifica a jurisprudÃªncia: Â¿O preceito Ã© cogente: Â¿conhecerÃ¡Â¿, e nÂ¿o, Â¿poderÃ¡ conhecerÂ¿: se a questÂ¿o for exclusivamente de direito, o julgamento antecipado da lide Ã© obrigatÃ³rio. NÂ¿o pode o juiz, por sua mera conveniÃªncia, relegar para fase ulterior a prolaÃ§Â¿o da sentenÃ§a, se houver absoluta desnecessidade de ser produzida prova em audiÃªncia.Â¿(RT621/166) Deve ser ressaltado que, o julgamento antecipado da lide quando a questÂ¿o proposta Ã© exclusivamente de direito, nÂ¿o viola o princÃ-pio constitucional da ampla defesa e do contraditÃ³rio, cf. assevera o aresto do STF-2Âª. Turma, AI 203.793-5-MG-AgRg, rel. Min. MaurÃ-cio CorrÃªa, j. 3.11.97, negaram provimento, v.u., DJU 19.12.97, p. 53. Â¿Inexiste cerceamento de defesa se os fatos alegados haveriam de ser provados por documentos, nÂ¿o se justificando a designaÃ§Â¿o de audiÃªnciaÂ¿ (STJ-3Âª. Turma, Resp 1.344-RJ, rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJU 4.12.89) O processo nÂ¿o Ã© um fim em si mesmo, nem tÂ¿o menos o apego Ã filigranas o seu princÃ-pio orientador. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Â¿es do CPC, competindo-lhe assegurar Ã s partes igualdade de tratamento, velar pela rÃ¡pida soluÃ§Â¿o do litÃ-gio; prevenirÂ ou reprimir qualquer ato contrÃ¡rio Ã dignidade da justiÃ§a. Ã o que propugna o art. 139,III, do CPC. CaberÃ¡ ao juiz, de ofÃ-cio ou Ã requerimento da parte, determinar as provas necessÃ¡rias Ã instruÃ§Â¿o do processo, indeferindo as diligÃªncias inÃºteis ou meramente protelatÃ³rias. O juiz conhecerÃ¡ diretamente do pedido, proferindo sentenÃ§a quando a questÂ¿o de mÃ©rito for unicamente de direito, ou sendo de direito e de fato, nÂ¿o houver necessidade de produzir prova em audiÃªncia, Ã© o que determina o art. 355, I, do CPC. A prova testemunhal Ã© sempre admissÃ-vel, nÂ¿o dispondo a lei de modo diverso. O juiz indeferirÃ¡ a inquiriÃ§Â¿o de testemunhas sobre fatos jÃ¡ provados por documento ou confissÂ¿o da parte, Ã© o que dispÂ¿e o art. 443, I, do CPC. Orienta a jurisprudÃªncia: (...) Â¿Dados Gerais. Processo: AI 3050760 PR Agravo de Instrumento - 0305076-0 Relator(a): Paulo Roberto Vasconcelos. Julgamento: 14/12/2005.ÃrgÂ¿o Julgador: 17Âª CÃ¢mara CÃ-vel. PublicaÃ§Â¿o: 20/01/2006 DJ: 7042. Ementa. AGRAVO DE INSTRUMENTO - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - DESNECESSIDADE DA PRODUÃÂ¿O DE PROVA PERICIAL - MATÃRIA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO - CONVENCIMENTO DO JUIZ - DECISÂ¿O MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Nos termos do art. 330 do CÃ³digo de Processo Civil, o juiz conhecerÃ¡ diretamente do pedido, proferindo sentenÃ§a quando a questÂ¿o de mÃ©rito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, nÂ¿o houver necessidade de produzir prova em audiÃªncia.2. Estando o processo suficientemente instruÃ-do e sendo as provas produzidas suficientes para formar o convencimento do Juiz, nÂ¿o hÃ¡ razÂ¿o para se determinar a produÃ§Â¿o de prova pericial. AcordÂ¿o. ACORDAM os Desembargadores integrantes da DÃ©cima SÃ©tima CÃ¢mara CÃ-vel do Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParanÃ¡, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.Â¿(...) (...)Â¿Dados Gerais. Processo: AMS 667 SP 0000667-83.2008.4.03.6111.Relator(a): JUIZ CONVOCADO ROBERTO JEUKEN. Julgamento: 04/04/2013. ÃrgÂ¿o Julgador: TERCEIRA TURMA. Ementa. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CENSO DO IBGE. RESULTADO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA - INOCORRÃNCIA - DESNECESSIDADE DE PRODUÃÂ¿O DE PROVA PERICIAL E TESTEMUNHAL. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUÃZO. RECURSO DESPROVIDO. 1. Caso em que a autora apelou, postulando a anulaÃ§Â¿o da sentenÃ§a, ao fundamento de que houve cerceamento de defesa, eis que foi impedida de comprovar os seus direitos mediante laudo

pericial e oitiva de testemunhas, nÂ¿o podendo o processo ser julgado antecipadamente sem a realizaÃ§Â¿o de tais provas. 2. Como se observa, a apelaÃ§Â¿o da autora nÂ¿o devolveu a esta Corte as questÂ¿es relacionadas aos possÃ-veis vÃ-cios ocorridos no Censo realizado pelo IBGE em 2007, restringindo-se a postular a anulaÃ§Â¿o da sentenÃ§a em razÂ¿o do nÂ¿o deferimento da provaÃ§Â¿o de provas, especialmente a pericial e testemunhal.3. Sem razÂ¿o a apelante, eis que o JuÃ-zo a quo, no exame das provas dos autos, constatou que a realizaÃ§Â¿o das provas requeridas pela autora seria desnecessÃ¡ria para a soluÃ§Â¿o da lide, motivadamente, sendo relevante considerar que o sistema judiciÃ¡rio brasileiro adotou o princÃ-pio do livre convencimento motivado, onde o magistrado obtÃ©m sua convicÃ§Â¿o das provas legalmente produzidas no curso da demanda, decidindo a causa de acordo com o seu livre convencimento, em decisÂ¿o devidamente fundamentada. 4. Ainda que a parte insista sobre a necessidade de tal diligÃªncia, nÂ¿o se pode considerar ilegÃ-tima a dispensa da produÃ§Â¿o de prova desnecessÃ¡ria Ã formaÃ§Â¿o da convicÃ§Â¿o do magistrado, que Ã© o destinatÃ¡rio da prova, nÂ¿o mero observador dos atos processuais. 5. Reputadas suficientes as provas produzidas no processo, ausente qualquer ofensa ao direito de defesa da autora, pois decidido dentro do espaÃ§o de livre convencimento do JuÃ-zo. 6. Precedentes. AcordÂ¿o. Vistos e relatados estes autos em que sÂ¿o partes as acima indicadas, decide a EgrÃ©gia Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 3Âª RegiÂ¿o, por unanimidade, negar provimento Ã apelaÃ§Â¿o, nos termos do relatÃ³rio e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.Â¿(...) grifo nosso Propugna o art. 37, Â§ 1Âº., da CF: (...) Â¿A administraÃ§Â¿o pÃºblica direta e indireta de qualquer dos Poderes da UniÂ¿o, dos Estados, do Distrito Federal e dos MunicÃ-pios obedecerÃ¡ aos princÃ-pios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiÃªncia e, tambÃ©m, ao seguinteÂ¿(...) A documentaÃ§Â¿o acostada aos autos demonstra que a autoras ingressaram no serviÃ§o pÃºblico municipal em 1998 e 2004 respectivamente, ou seja, hÃ¡ mais de 15Â anos. Consoante liÃ§Â¿o de HELY LOPES MEIRELLES: Â¿o Administrador PÃºblico estÃ¡, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e Ã s exigÃªncias do bem comum, deles nÂ¿o pode se afastar ou desviar, sob pena de praticar ato invÃ¡lido e expor-se Ã responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso" (Direito Administrativo Brasileiro, 27Âª ed., SÂ¿o Paulo: Malheiros, p. 86). A estabilidade Ã© o instituto que garante e concretiza a imparcialidade do servidor pÃºblico, vez que, mesmo sofrendo pressÂ¿es dos interesses particulares ou quando for alvo destas forÃ§as privadas, terÃ¡ ele a certeza de que nÂ¿o passarÃ¡ por retaliaÃ§Â¿es ou ameaÃ§as de ser despojado de seu vÃ-nculo com a AdministraÃ§Â¿o PÃºblica. Desta forma, nota-se que, sem a estabilidade de seus agentes, a AdministraÃ§Â¿o PÃºblica nÂ¿o realizaria seus propÃ³sitos e finalidades, pois, certamente estaria fadada Ã histeria dos desmandos de maus gestores e Ã s perseguiÃ§Â¿es dos servidores pÃºblicos. No caso vertente, Ã© possÃ-vel inferir facilmente que as autoras preencheram todos os requisitos constitucionais para a declaraÃ§Â¿o pelo Poder Executivo de sua estabilidade. Importante destacar que as autoras sempre exerceram a funÃ§Â¿o pÃºblica tal como servidoras pÃºblicas municipais fossem, sempre recebendo os seus vencimentos dos cofres municipais por mais de 20 anos. NÂ¿o consta a instauraÃ§Â¿o de Processo Administrativo Disciplinar instaurado contra as autoras, e nÂ¿o houve observÃ¢ncia Ã s regras comezinhas do contraditÃ³rio, ampla defesa e o devido processo legal. Assim, tem-se que a instauraÃ§Â¿o do procedimento administrativo deve ser motivada, requisito este que nÂ¿o pode ser reconhecido nos termos de uma portaria que nÂ¿o apresenta a exposiÃ§Â¿o ao menos resumida do fato imputado e a sua classificaÃ§Â¿o. Ou seja, era indispensÃ¡vel a tipificaÃ§Â¿o e o enquadramento legal desse fato.Â Ã preciso ressaltar mais uma vez que, a presente lideÂ foi analisada sob o enfoque dos preceitos constitucionais abaixo elencados: Â¿A lei nÂ¿o excluirÃ¡ da apreciaÃ§Â¿o do Poder JudiciÃ¡rio lesÂ¿o ou ameaÃ§a a direitoÂ¿(art. 5Âº., XXXV, da CF.) Â¿A lei nÂ¿o prejudicarÃ¡ o direito adquirido, o ato jurÃ-dico perfeito e a coisa julgadaÂ¿ . art. 5Âº., XXXVI, da CF.) Â¿Aos litigantes, em processo judicialÂ ou administrativo, e aos acusados em geral sÂ¿o assegurados o contraditÃ³rio e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.Â¿ (art. 5Âº.LV, da CF.) Â¿NinguÃ©m serÃ¡ privado da liberdadeÂ ou de seus bens sem o devido processo legalÂ¿. (art. 5Âº., da CF) ONUS DA PROVA DispÂ¿e o art. 373, I e II, do CPC, que o Ã´nus da prova incumbe: (...) Â¿I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao rÃ©u, quanto Ã existÃªncia de fato impeditivo, modificativo ou extintivoÂ do direito do autor.Â¿(...) grifo nosso O CÃ³digo de Processo Civil Ã© muito claro ao dispor acerca da distribuiÃ§Â¿o do Ã´nus da prova, como bem prescreve o art. 373, segundo o qual cabe ao autor a prova dos fatos constitutivos do seu direito, e ao rÃ©u a prova dos fatos modificativos, impeditivos e extintivos do direito do autor. Ensina a jurisprudÃªncia: (...) Â¿ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. APELAÃÂ¿O. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÃNCIA DE PROCEDIMENTO LICITATÃRIO. AUSÃNCIA DE PROVAS. ART. 10, , VIII, DA LEI NÂº 8.429/92. INCIDÃNCIA. ÃNUS DA PROVA. ELEMENTO VOLITIVO DISPENSÃVEL. SENTENÃA MANTIDA. APELAÃÂ¿O DESPROVIDA. 1. No caso presente, nÂ¿o hÃ¡ que se cogitar na ausÃªncia de provas a embasar eventual acolhida da postulaÃ§Â¿o

deduzida nos autos pelo autor, o MunicÃ-pio de Caxias - MA.2. In casu, verifica-se, na forma do que apontou o MM. JuÃ-zo Federal a quo, que "(...) nÂ¿o hÃ¡ como deixar de reconhecer o ato de improbidade administrativa originado da ausÃªncia de procedimento licitatÃ³rio para contrataÃ§Â¿o da empresa executora da obra" (fl. 194), acarretando a incidÃªncia ao caso em comento do disposto no art. 10, VIII,, da Lei nÂº 8.429/1992, sobretudo diante da certidÂ¿o que se encontra nos autos Ã fl. 17, no sentido de nÂ¿o ter sido "(...) encontrado por esta ComissÂ¿o Permanente de LicitaÃ§Â¿o registro documental e/ou arquivos magnÃ©ticos de procedimento licitatÃ³rio referente a Tomada de PreÃ§o 024/2003 que tem como objeto a recuperaÃ§Â¿o asfÃ¡ltica de 12,45 km no perÃ-metro urbano da cidade de Caxias/MA" (fl. 17). 3. Em face da referida certidÂ¿o de fl. 17, constitui Ã´nus da requerida, ora apelante, demonstrar que a licitaÃ§Â¿o em comento, efetivamente, foi realizada, o que acarreta a incidÃªncia ao caso em discussÂ¿o nÂ¿o do disposto no art. 333, I,, do CÃ³digo de Processo Civil, mas do estabelecido no art. 333, II, desse mesmo diploma legal. 4. Os atos de improbidade administrativa, na forma como descritos no art. 10, da Lei nÂº 8.429/92, podem ser punidos a tÃ-tulo de dolo ou culpa, em face do que nÂ¿o hÃ¡ que se perquirir necessariamente, no caso concreto, acerca da existÃªncia ou nÂ¿o do elemento volitivo, que se apresenta como dispensÃ¡vel nessa hipÃ³tese. 5. SentenÃ§a mantida. ApelaÃ§Â¿o desprovida.Â¿(...) (...)Â¿ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DANO AO ERÃRIO, ENRIQUECIMENTO ILÃCITO E LESÂ¿O AOS PRINCÃPIOS DA ADMINISTRAÃÂ¿O PÃBLICA. ART. 9Âº, 10, E 11 DA LEI 8429/1992. PENAS: PRINCÃPIO DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. RESSARCIMENTO. ÃNUS DA PROVA: ART. 333 DO CPC. VÃCIOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO: INOCORRÃNCIA. RAZÂ¿ES DISSOCIADAS: CONHECIMENTO PARCIAL. 1. MatÃ©ria estranha Ã lide e jÃ¡ sentenciada em outra aÃ§Â¿o, nÂ¿o deve ser conhecida. Aos litigantes nÂ¿o Ã© lÃ-cito inovar em sede recursal. Precedentes. 2. Ainda que a sentenÃ§a tenha se baseado na investigaÃ§Â¿o administrativa para a penalizaÃ§Â¿o do recorrido, nÂ¿o se tem por nulo o processo judicial, em face da regular instruÃ§Â¿o do feito, mormente pelo fato de que ao rÃ©u foi facultada, no momento processual prÃ³prio, a produÃ§Â¿o das provas que julgar necessÃ¡rias. 3. Restou incontroverso que o rÃ©u, aproveitando-se de sua condiÃ§Â¿o de presidente da comissÂ¿o executiva do processo seletivo para o ensino mÃ©dio, do 1Âº semestre de 2004, do SEFET/MG, criou um sistema paralelo de recolhimento de taxas de inscriÃ§Â¿o e do preÃ§o do manual do candidato (em detrimento do sistema regular previsto no edital, por meio da rede bancÃ¡ria e casas lotÃ©ricas), pelo qual atendia diretamente os interessados (cursinhos e candidatos), recebendo os valores em um caixa que instalara no ginÃ¡sio da instituiÃ§Â¿o.4. A sanÃ§Â¿o aplicada a quem incidiu na prÃ¡tica de ato Ã-mprobo deve guardar a devida proporcionalidade e razoabilidade com o fato praticado. Precedentes. Art. 12 da lei 8429/1992. 5. CondenaÃ§Â¿o do rÃ©u Ã restituiÃ§Â¿o dos valores indevidamente desviados, multa civil de 02 (duas) vezes o valor do dano e proibiÃ§Â¿o de contratar com o Poder PÃºblico ou receber benefÃ-cios ou incentivos fiscais ou creditÃ-cios, direta ou indiretamente, ainda que por intermÃ©dio de pessoa jurÃ-dica da qual seja sÃ³cio majoritÃ¡rio, pelo prazo de 03 (trÃªs) anos. 6. ApelaÃ§Â¿o parcialmente conhecida e, nesta parte, desprovidaÂ¿(...) Como Ã© cediÃ§o, o juiz Ã© o destinatÃ¡rio das provas, sendo certo que, diante da inexistÃªncia de um sistema probatÃ³rioÂ tarifÃ¡rio, ele possui a prerrogativa do livre convencimento motivado para fundamentar suas decisÂ¿es, o que se legitima, no caso especÃ-fico, por meio dos documentos apresentados pela autor. Orienta a jurisprudÃªncia: (...) Â¿Dados Gerais Processo: AI 2010217310 SE.Relator(a): DES. ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO. Julgamento: 01/03/2011.ÃrgÂ¿o Julgador: 1Âª.CÃMARA CÃVEL. Parte(s): Agravante: L " L DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS. Agravado: ESTADO DE SERGIPE. Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSO CIVIL - DECISAO QUE ENCERRA A FASE INSTRUTÃRIA - PRINCÃPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO - MAGISTRADO - DESTINATÃRIO DA PROVA - PROVAS SUFICIENTES PARA O JULGAMENTO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISAO UNÃNIME.-O julgador Ã© o destinatÃ¡rio da prova, cabendo-lhe a aferiÃ§Â¿o acerca da necessidade de sua realizaÃ§Â¿o. Assim, nÂ¿o hÃ¡ falar-se em preclusÂ¿o para o juiz, haja vista a possibilidade da determinaÃ§Â¿o, a qualquer tempo, da produÃ§Â¿o de provas necessÃ¡rias ao deslinde da controvÃ©rsia ou o encerramento da instruÃ§Â¿o, ante a formaÃ§Â¿o do seu convencimento sobre o feito.Â¿(...) (...) Â¿Dados Gerais. Processo: APC 20050111431175 DF. Relator(a): FLAVIO ROSTIROLA .Julgamento: 16/05/2007.ÃrgÂ¿o Julgador: 1Âª Turma CÃ-vel. PublicaÃ§Â¿o: DJU 12/06/2007 PÃ¡g. : 91.PROCESSO CIVIL E CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÃNCIA. JUIZ. DESTINATÃRIO DA PROVA. LIVRE CONVENCIMENTO. ANATOCISMO. RECÃLCULO DA DÃVIDA. JUROS SIMPLES.1.O CONVENCIMENTO DO JULGADOR PRESCINDE DA REALIZAÃÂ¿O DE TODAS AS PROVAS REQUERIDAS PELAS PARTES. IMPERATIVO QUE EXPONHA AS RAZÂ¿ES DE DECIDIR, CONFORME LIVRE CONVENCIMENTO, NOS MOLDES DO ART. 131, DO CÃDIGO DE PROCESSO CIVIL,. NÂ¿O SE ENCONTRA O MAGISTRADO, EM CONSEQÃÃNCIA, VINCULADO Ã TESE DAS

PARTES. ATEM-SE, TÂ¿O-SOMENTE, ÃS RAZÂ¿ES DE DECIDIR.2.DIANTE DO CONSTATADO ANATOCISMO, OS JUROS DA DÃVIDA EM COMENTO DEVEM SER RECALCULADOS DE MODO SIMPLES.3.APELO NÂ¿O PROVIDO.Â¿(...) Nos termos do art. 336 do CPC , Âcompete ao rÃ©u alegar, na contestaÃ§Â¿o, toda a matÃ©ria de defesa, expondo as razÂ¿es de fato e de direito, com que impugna o pedido do autorÂ, alÃ©m de juntar os documentos necessÃ¡rios Ã sua defesa. OÂ princÃ-pio da eventualidade estÃ¡ muito ligado Ã preclusÂ¿o. Se a parte nÂ¿o alegou tudo o que lhe era lÃ-cito aduzir, no instante processual adequado, pode ficar impedida de suscitar uma questÂ¿o relevante, em outra oportunidade, por ter ocorrido a preclusÂ¿o. Esta Ãºltima, aliÃ¡s, como lembra Enrico Tullio Liebman, serve para garantir justamente a regra da eventualidade(cf . JosÃ© Frederico Marques in "InstituiÃ§Â¿es de Direito Processual Civil", revista, atualizada e complementada por OvÃ-dio Rocha Barros Sandoval, 1Âª ed., Millennium Editora, 2000, Campinas Â SP) (...) Â¿No Estado democrÃ¡tico Ã© imperioso que os governantes e osÂ cidadÂ¿os estejam sempre imbuÃ-dos do sentimento jurÃ-dico. O desrespeito Ã ordem jurÃ-dica traz graves consequÃªncias, pois desmoraliza o princÃ-pio da autoridade, encarnado pelo Executivo, avilta o Poder Legislativo, que exprime os anseios de liberdade do povo, desmoraliza o JudiciÃ¡rio, atingindo a sua razÂ¿o de existir. No nosso sistema institucional, a garantia jurÃ-dica, em Ãºltima anÃ¡lise Ã© a concedida pelo JudiciÃ¡rio, Poder independente como os outros dois, com os quais deve atuar harmonicamente. No quadro descrito, o Poder JudiciÃ¡rio, no exercÃ-cio das suas atribuiÃ§Â¿es, nÂ¿o presta vÃªnia aos demais Poderes, nem dele as recebe, mas apenas Ã ConstituiÃ§Â¿o e Ã s leis que com ela se conformem. Cinge-se a fazer justiÃ§a sempre que, concretamente,Â seja invocada a tutela jurisdicional do Estado.Â¿ (MinistroÂ AntÃ´nio de PÃ¡dua Ribeiro, em cerimÃ´nia comemorativaÂ do primeiro aniversÃ¡rio do STJ). A anÃ¡lise dessas circunstÃ¢ncias concretas revelam a seguinte conclusÂ¿o: o servidor permanece hÃ¡ mais de 15(quinze) anos exercendo o cargo de boa-fÃ© sem qualquer questionamento por parte do Poder PÃºblico. Nesse caso, entendo que o transcurso do tempo determina que a declaraÃ§Â¿o de nulidade dos atos seja mitigada. HÃ¡ que se considerar, ainda, a idade desse servidor afetado pelo ato impugnado e as dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho e encontrarem novas formas de sustento de suas famÃ-lias. Assim, considerando o decurso de mais de 15 anos entre a investidura do autor e a presente data, Ã© imperioso que a soluÃ§Â¿o seja guiada pelos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da dignidade da pessoa humana. Ã imprescindÃ-vel levar em conta a boa-fÃ© das servidoras que se qualificaram ao longo desses anos para desempenhar com eficiÃªncia o serviÃ§o, caso contrÃ¡rio, nÂ¿o teriam permanecido tanto tempo. AlÃ©m disso, as servidoras depositaram confianÃ§a na inalterabilidade da situaÃ§Â¿o, uma vez que a AdministraÃ§Â¿o JudiciÃ¡ria permitiu a permanÃªncia dele por mais de duas dÃ©cadas. Trata-se de casos excepcionais em que a restauraÃ§Â¿o da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenÃ§Â¿o da situaÃ§Â¿o consolidada. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp. 445.860/MG, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 28.3.2014 e AgRg no Ag 1.397.693/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÃALVES, DJe 23.3.2012. Ensina a jurisprudÃªncias: (...)Â¿RECURSO ORDINÃRIO EM MANDADO DE SEGURANÃA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMPREGADOS PÃBLICOS DE FUNDAÃÂ¿O ESTADUAL. ADMISSÂ¿O. ANULAÃÂ¿O. DECADÃNCIA E PRESCRIÃÂ¿O. NÂ¿O OCORRÃNCIA. TRIBUNAL DE CONTAS. INTIMAÃÂ¿O DOS RECORRENTES PARA INTEGRAR O PROCESSO. AUSÃNCIA. CONTRADITÃRIO E CERCEAMENTO DE DEFESA OFENSA CARACTERIZADA. NULIDADE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO RECONHECIDA. MANUTENÃÂ¿O DAS CONTRATAÃÂ¿ES. CABIMENTO. DÃVIDA OBJETIVA ACERCA DA NECESSIDADE DE CONCURSO PÃBLICO NA ADMINISTRAÃÂ¿O INDIRETA NO PERÃODO DAS ADMISSÂ¿ES. EXISTÃNCIA RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRINCÃPIOS DA BOA-FÃ, DA CONFIANÃA E DA SEGURANÃA JURÃDICA. OBSERVÃNCIA. NECESSIDADE. RECURSO ORDINÃRIO PROVIDO. 1. NÂ¿o houve consumaÃ§Â¿o de prazo decadencial ou prescricional, no caso concreto, entre as contrataÃ§Â¿es dos Recorrentes e a instauraÃ§Â¿o do procedimento administrativo em que foram anuladas, pelo Tribunal de Contas estadual. 2. No entendimento consolidado deste Superior Tribunal de JustiÃ§a, a ausÃªncia de intimaÃ§Â¿o do interessado para integrar o processo instaurado, nas Cortes de Contas, com o objetivo de apurar a regularidade da admissÂ¿o em cargo ou emprego pÃºblicos, constitui ofensa ao contraditÃ³rio e Ã ampla defesa, causando a sua nulidade. InteligÃªncia da SÃºmula Vinculante n.Âº 03, do Supremo Tribunal Federal. 3. O fato de os Recorrentes terem manifestado recurso de embargos contra a decisÂ¿o que determinou a anulaÃ§Â¿o de seus contratos de trabalho, quando dela tomaram conhecimento por meios extraprocessuais, nÂ¿o supre a nulidade mencionada. O exercÃ-cio do contraditÃ³rio e da ampla defesa deve ser possibilitado durante o procedimento e nÂ¿o somente apÃ³s a prolaÃ§Â¿o da decisÂ¿o que repercutiu nos interesses individuais. 4. As contrataÃ§Â¿es anuladas ocorreram em dezembro de 1988 e no primeiro semestre de 1989, logo apÃ³s a promulgaÃ§Â¿o da ConstituiÃ§Â¿o da RepÃºblica de 1988, quando havia dÃºvida jurÃ-dica acerca da necessidade de concurso pÃºblico para a contrataÃ§Â¿o,

para cargos e empregos pÃºblicos, por parte das autarquias, fundaÃ§Â¿es pÃºblicas, seja de personalidade jurÃ-dica de direito pÃºblico ou de direito privado, de empresas pÃºblicas e sociedades de economia mista. A certeza da exigÃªncia de certame somente veio a ser consolidada com o julgamento do Mandado de SeguranÃ§a n.Âº 21.322/DF, pelo Supremo Tribunal Federal, em 03/12/1992, com a publicaÃ§Â¿o do acÃ³rdÂ¿o em 23/04/1993. 5. Diante da amplitude do questionamento existente acerca da necessidade do concurso, o Tribunal de Contas da UniÂ¿o fixou que a data da publicaÃ§Â¿o do referido acÃ³rdÂ¿o do PretÃ³rio Excelso seria o termo a partir do qual seriam tornadas nulas as admissÂ¿es de pessoal, na AdministraÃ§Â¿o Indireta Federal, convalidando aquelas anteriores, em entendimento ratificado, posteriormente, em precedentes do Supremo Tribunal Federal. Se fossem os Recorrentes empregados pÃºblicos no Ã¢mbito federal, as suas contrataÃ§Â¿es teriam sido convalidadas pela Corte de Contas da UniÂ¿o, a partir do leading case da Suprema Corte. 6. A dÃºvida existente acerca da exigÃªncia no concurso pÃºblico nÂ¿o era restrita ao Ã¢mbito da AdministraÃ§Â¿o Indireta federal, mas tambÃ©m se dava nos nÃ-veis estadual, distrital e municipal, pois decorria da interpretaÃ§Â¿o de regra constitucional aplicÃ¡vel a todos os entes federados, motivo pelo qual nÂ¿o Ã© caso de fazer distinÃ§Â¿o em relaÃ§Â¿o aos Recorrentes, por serem empregados de fundaÃ§Â¿o estadual. 7. O contexto no qual se deram as admissÂ¿es, bem assim a presunÃ§Â¿o de legalidade e legitimidade que acompanham os atos administrativos demonstram que, na perspectiva dos Recorrentes, seus contratos de trabalho estavam dentro da legalidade estrita, podendo se concluir que agiram de boa-fÃ© e criaram expectativa legÃ-tima e confianÃ§a acerca da regularidade de sua situaÃ§Â¿o funcional, a qual se consolidava, cada vez mais, nas suas perspectivas, com o decorrer do tempo. 8. Esta Corte Superior, alinhada Ã orientaÃ§Â¿o do Supremo Tribunal Federal, tem firmado posiÃ§Â¿o no sentido de dar estabilidade a situaÃ§Â¿es consolidadas com o tempo, quando a boa-fÃ©, a seguranÃ§a jurÃ-dica, a confianÃ§a, a razoabilidade e a proporcionalidade demonstrarem ser mais gravosa a sua dissoluÃ§Â¿o do que a sua manutenÃ§Â¿o e quando nÂ¿o houver prejuÃ-zo Ã parte contrÃ¡ria. Se a AdministraÃ§Â¿o procedeu Ã s contrataÃ§Â¿es e vinham os Recorrentes exercendo as suas atividades, Ã© porque havia necessidade da forÃ§a de trabalho, e ocorreria prejuÃ-zo imediato, para a prestaÃ§Â¿o dos serviÃ§os pÃºblicos, com os seus afastamento dos respectivos empregos, nos quais permanecem, exercendo suas funÃ§Â¿es, por mais de trÃªs dÃ©cadas. 9. Recurso ordinÃ¡rio provido, a fim de conceder integralmente a seguranÃ§a, para anular o ato coator praticado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e, tambÃ©m, anular o procedimento que culminou com a sua ediÃ§Â¿o.(STJ - RMS: 20534 RS 2005/0133106-6, Relator: Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Data de Julgamento: 18/05/2021, T6 - SEXTA TURMA, Data de PublicaÃ§Â¿o: DJe 02/06/2021)Â¿(...) (...)Â¿RECURSO ESPECIAL NÂº 1.509.206 - MT (2014/0333856-8) RELATOR : MINISTRO NAPOLEÂ¿O NUNES MAIA FILHO RECORRENTE : MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO RECORRIDO : JUARÃS SILVEIRA SAMANIEGO ADVOGADO : HELMUT FLÃVIO PREZA DALTRO - MT007285 DECISÂ¿O PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. EXONERAÃÂ¿O DE SERVIDOR DO JUDICIÃRIO DEPOIS DE 32 ANOS DE SERVIÃOS PRESTADOS. IMPOSSIBILIDADE. SITUAÃÂ¿O SOBRE A QUAL O TEMPO ESTENDEU O MANTO DA SUA JUSTA IMODIFICABILIDADE. RECURSO ESPECIAL DO MINISTÃRIO PÃBLICO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. 1. Trata-se de Recurso Especial fundado na alÃ-nea a do art. 105, III da ConstituiÃ§Â¿o Federal, interposto por MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, contra acÃ³rdÂ¿o proferido pelo egrÃ©gio TJMT, assim ementado: MANDADO DE SEGURANÃA. EXONERAÃÂ¿O DE SERVIDOR DO JUDICIÃRIO DEPOIS DE 25 ANOS DE SERVIÃOS PRESTADOS - LEGITIMIDADE PASSIVA DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL - CONFLITO APARENTE DE NORMAS - PRINCÃPIO DA LIVRE CONCORRÃNCIA AOS CARGOS PÃBLICOS (CONCURSO PÃBLICO) VERSUS PRINCÃPIOS DA SEGURANÃA JURÃDICA E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - CONVALIDAÃÂ¿O DO VÃNCULO DE TRABALHO POR INÃRCIA DO ESTADO - DIREITO LÃQUIDO E CERTO Ã REINTEGRAÃÂ¿O AO QUADRO DE SERVIDOR. SEGURANÃA CONCEDIDA EM PARTE. O Presidente do Tribunal de JustiÃ§a Ã© parte legÃ-tima para figurar no pÃ³lo passivo do mandado de seguranÃ§a por ter determinado concreta c especificamente a execuÃ§Â¿o do ato impugnado. A peculiaridade do caso em que o impetrante contratado temporariamente, antes da ConstituiÃ§Â¿o federal de 1988. permaneceu por mais de 25 anos prestando serviÃ§o no Poder JudiciÃ¡rio, impÂ¿e a prevalÃªncia dos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da dignidade da pessoa humana em face do princÃ-pio da livre concorrÃªncia aos cargos pÃºblicos (concurso pÃºblico). "Contudo, considerando as peculiaridades do caso concreto e diante da primazia da seguranÃ§a jurÃ-dica nas relaÃ§Â¿es de Direito PÃºblico, em contraste com a aplicaÃ§Â¿o pura e simples do principio da legalidade, Ã© salutar que se assegure a manutenÃ§Â¿o de situaÃ§Â¿es jurÃ-dicas colmatadas ex ope temporis, ainda que o ato administrativo tenha nascido de forma irregular." (STJ; RMS 29.970/PA) (fls. 680/681). 2. Nas razÂ¿es do seu Apelo Nobre, a recorrente aponta violaÃ§Â¿o dos arts. 1o. do Decreto

20.910/1932, 21 da Lei 4.717/1965, 54 da Lei 9.784/1999, 173 e 174 do CTN, 421 e 422 do CC. Aduz que a nÂ¿o ser possÃ-vel convalidar a permanÃªncia de servidores irregulares nos quadros do Poder JudiciÃ¡rio, nem em razÂ¿o do decurso do tempo. 3 Ã o relatÃ³rio. Decido. 4. A controvÃ©rsia dos autos diz respeito Ã possibilidade de reconhecer a estabilidade no serviÃ§o pÃºblico de Servidor PÃºblico que trabalha hÃ¡ mais de 25 anos no Poder JudiciÃ¡rio Estadual e que fora admitido antes da CF/88, sem concurso pÃºblico, tendo seu regime de trabalho celetista alterado para o estatutÃ¡rio por meio da LC 4/1990. 6. A Corte de origem indeferiu a pretensÂ¿o da FUNASA pelos seguintes fundamentos: O impetrante foi admitido no Poder JudiciÃ¡rio, em 01-09-1986, portanto, antes da ConstituiÃ§Â¿o federal de 1988, sob o regime celetista, para exercer o cargo de Oficial de JustiÃ§a JEAJ, conforme a Portaria nÂº 302/86. A partir de 01-03-1993, por meio da Portaria nÂº 098/93, seu regime de trabalho foi alterado para estatutÃ¡rio, com fulcro no art. 280 da LC nÂº 04/90 (fl. 63). (...). O impetrante requereu ao Conselho da Magistratura a averbaÃ§Â¿o, em sua ficha funcional, do perÃ-odo de 01-03-1983 a 29-08-1986 em que trabalhou na Prefeitura de CaarapÃ³/MS, bem como a declaraÃ§Â¿o da sua estabilidade no serviÃ§o pÃºblico, com base no art. 19 do ADCT (fls. 22/26-TJ). O Conselho da Magistratura, em 07-01-2011, deferiu o pedido de averbaÃ§Â¿o de tempo de serviÃ§o e indeferiu o de estabilidade excepcional (fl. 123-TJ). Dessa decisÂ¿o interpÃ´s recurso para o Tribunal Pleno (fls. 128/133-TJ), que foi desprovido em 16-02-2012 (fls. 153/157-TJ) e o acÃ³rdÂ¿o publicado em 13-03-2012 (fl. 159-TJ). Antes do julgamento do recurso pelo Tribunal Pleno (ato tido por ilegal), mais precisamente em: 23-05-2011, o contrato de trabalho do impetrante foi rescindido, com fulcro no Ato nÂº 508/2011. No entanto, os efeitos desse ato foram suspensos pelo deferimento da liminar no Mandado de SeguranÃ§a 97.479/2011, com isso, o servidor retornou Ã s funÃ§Â¿es na Comarca da Capital em 04-11 -2011 (fl. 197-TJ). Por meio do OfÃ-cio n. 431/2011-CRH, o servidor foi intimado e apresentou defesa no. Pedido de ProvidÃªncias nÂº 201/2011 (ID 235.053), instaurado com a finalidade de dar cumprimento Ã decisÂ¿o proferida pelo STJ na SuspensÂ¿o de SeguranÃ§a n. 2.493/MT e no MS 97479/2011, bem como facultar ao servidor exonerado pelo Ato nÂº 508/2011, o exercÃ-cio do contraditÃ³rio e da ampla defesa (fls. 191/192-TJ). O impetrado julgou, em 19-06-2012, o Pedido de ProvidÃªncias nÂº 201/2011 (ID 235.053), e determinou a imediata rescisÂ¿o do contrato temporÃ¡rio de trabalho, com a consequente exoneraÃ§Â¿o do impetrante (fls. 552/559-TJ). Dessa decisÂ¿o o impetrante teve ciÃªncia, cm 27-06-2012 (fl. 215-TJ), quando jÃ¡ estava em gozo da licenÃ§a para desempenho de mandato classista no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso, no perÃ-odo de 10-01-2012 a 31-12-2014 (fls. 199/204, 206-TJ). O presente Mandado de SeguranÃ§a foi impetrado, em 09-07-2012, contra o v. acÃ³rdÂ¿o do Recurso para o Tribunal Pleno contra decisÂ¿o do e. Conselho da i Magistratura nÂº 04/2011, por lhe ter sido negada a estabilidade prevista no art. 19 do ADCT (fls. 153/157). (...). NÂ¿o Ã© justo que um servidor admitido regularmente e de conformidade com a legislaÃ§Â¿o vigente Ã Ã©poca, possa ser exonerado depois de 25 anos de serviÃ§o prestado ao Poder JudiciÃ¡rio. Ã imprescindÃ-vel levar em conta a boa-fÃ© do servidor que se qualificou ao longo desses anos para desempenhar com eficiÃªncia o serviÃ§o, caso contrÃ¡rio, nÂ¿o teria permanecido tanto tempo. AlÃ©m disso, o servidor depositou confianÃ§a na inalterabilidade da situaÃ§Â¿o, uma vez que a AdministraÃ§Â¿o JudiciÃ¡ria permitiu a permanÃªncia dele por mais de duas dÃ©cadas. Exonerar o impetrante, que hoje estÃ¡ com 51 anos de idade, dos quais metade prestou serviÃ§o a este Tribunal, vai de encontro ao princÃ-pio da dignidade da pessoa humana (fls. 684/688). 7. No caso em comento, hÃ¡ a solidificaÃ§Â¿o de situaÃ§Â¿es fÃ¡ticas ocasionada em razÂ¿o do excessivo decurso de tempo do Servidor no cargo, de maneira que, a reversÂ¿o desse quadro implicaria inexoravelmente em danos desnecessÃ¡rios e irreparÃ¡veis ao recorrido; Ã© o que ocorre no caso dos autos, onde o autor tem 32 anos de serviÃ§o prestados ao Poder JudiciÃ¡rio. 8. Sendo assim, se estÃ¡ diante de um caso excepcional, em que a restauraÃ§Â¿o da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenÃ§Â¿o da situaÃ§Â¿o consolidada. A propÃ³sito: AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÃBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE POLICIAL RODOVIÃRIO FEDERAL. EXIGÃNCIA DE APROVAÃÂ¿O EM EXAME DE MOTORISMO. POSSE NO CARGO CONCEDIDA POR LIMINAR EM 1999. DECURSO DE MAIS DE 17 ANOS DESDE A CONCESSÂ¿O DA LIMINAR. SITUAÃÂ¿O SOBRE A QUAL O TEMPO ESTENDEU O MANTO DA SUA JUSTA IMODIFICABILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO SERVIDOR CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 1. A controvÃ©rsia dos autos diz respeito a possibilidade da permanÃªncia no cargo de Policial RodoviÃ¡rio Federal de candidato que tomou posse mediante liminar deferida em 1999, em razÂ¿o de sua reprovaÃ§Â¿o na prova de motorismo do concurso daquele ano. 2. Ã certo que a jurisprudÃªncia deste STJ Ã© rigorosamente torrencial e uniforme quanto Ã obrigatoriedade, tanto por parte dos candidatos quanto da AdministraÃ§Â¿o PÃºblica, de seguir fielmente as disposiÃ§Â¿es editalÃ-cias como garantia do princÃ-pio da igualdade, e sem que isso signifique qualquer submissÂ¿o a exigÃªncias de ordem meramente positivistas, de forma que a reprovaÃ§Â¿o do recorrente

em uma das etapas do concurso impÂ¿e sua eliminaÃ§Â¿o. 3. Contudo, hÃ¡ uma solidificaÃ§Â¿o de situaÃ§Â¿es fÃ¡ticas ocasionada em razÂ¿o do excessivo decurso de tempo entre o concurso de remoÃ§Â¿o e os dias atuais, de maneira que, a reversÂ¿o desse quadro implicaria inexoravelmente em danos desnecessÃ¡rios e irreparÃ¡veis aos agravados. 4. Caso excepcional em que a restauraÃ§Â¿o da estrita legalidade ocasionaria mais danos sociais do que a manutenÃ§Â¿o da situaÃ§Â¿o consolidada. Precedentes: AgRg no AREsp. 445.860/MG, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 28.3.2014 e AgRg no Ag 1.397.693/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÃALVES, DJe 23.3.2012. 5. Agravo conhecido para dar provimento ao Recurso Especial do Servidor a fim de assegurar sua manutenÃ§Â¿o definitiva no cargo de Policial RodoviÃ¡rio Federal (AREsp 883.574/MS, Rel. Min. NAPOLEÂ¿O NUNES MAIA FILHO, DJe 19.10.2017). Â² Â² Â² PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL. REMOÃÂ¿O A PEDIDO PARA ACOMPANHAR CÃNJUGE. MATÃRIA DE ORDEM PÃBLICA. FATO CONSUMADO. PRESERVAÃÂ¿O DA UNIDADE FAMILIAR. AUSÃNCIA DE PREQUESTIONAMENTO E FUNDAMENTOS INATACADOS. SÃMULAS 282 E 283 DO STF. MATÃRIA CONSTITUCIONAL. ANÃLISE. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÃNCIA JURISPRUDENCIAL NÂ¿O COMPROVADA. 1. NÂ¿o merece reforma a decisÂ¿o que nÂ¿o admite especial por ausÃªncia de prequestionamento no acÃ³rdÂ¿o atacado. 2. O fato de o acÃ³rdÂ¿o recorrido ter sido lavrado no julgamento de remessa necessÃ¡ria nÂ¿o exime a recorrente de cumprir os requisitos exigidos para inaugurar a instÃ¢ncia extraordinÃ¡ria, a exemplo do prequestionamento, o qual deve ser observado inclusive para a anÃ¡lise das questÂ¿es de ordem pÃºblica. 3. A ausÃªncia de menÃ§Â¿o no acÃ³rdÂ¿o recorrido do disposto nos arts. 38 da Lei Complementar n. 73/93 e 6Âº da Lei n. 9.028/95, sem a provocaÃ§Â¿o do tema nos aclaratÃ³rios, atrai a aplicaÃ§Â¿o, por analogia, da SÃºmula 282/STF. 4. No tocante Ã indigitada violaÃ§Â¿o do art. 36, III, da Lei n. 8.112/90 e Ã insurgÃªncia quanto ao dissÃ-dio na aplicaÃ§Â¿o do dispositivo invocado, constata-se que a matÃ©ria foi solucionada com fundamento na teoria do fato consumado e necessidade de preservaÃ§Â¿o da unidade familiar. 5. A ausÃªncia de impugnaÃ§Â¿o quanto Ã preservaÃ§Â¿o da famÃ-lia implica a incidÃªncia da SÃºmula 283/STF. 6. Ainda que assim nÂ¿o fosse, a extensÂ¿o do comando que protege a famÃ-lia demandaria anÃ¡lise de dispositivo constitucional - art. 226 da CF -, o que Ã© defeso na via especial. 7. AusÃªncia de cotejo analÃ-tico entre o acÃ³rdÂ¿o recorrido e os paradigmas invocados, nos moldes do art. 541 do CPC e 255 do RISTJ, a inviabilizar o acesso tambÃ©m pela alÃ-nea c do permissivo constitucional. 8. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 445.860/MG, 2T, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 28.3.2014). Â² Â² Â² PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÃBLICO. REMOÃÂ¿O A PEDIDO. REQUISITOS DO ART. 36, PARÃGRAFO ÃNICO, III, DA LEI 8.112/90. POSSIBILIDADE DE MITIGAÃÂ¿O. SITUAÃÂ¿O FÃTICA CONSOLIDADA. 1. Caso em que a agravante insurge-se contra o acÃ³rdÂ¿o a quo que, em atenÃ§Â¿o Ã teoria do fato consumado, manteve a remoÃ§Â¿o, a pedido, do agravado. 2. A sentenÃ§a que confirmou a antecipaÃ§Â¿o dos efeitos da tutela e julgou procedente a aÃ§Â¿o ordinÃ¡ria para determinar a remoÃ§Â¿o do agravado foi proferida em 2001, ou seja, hÃ¡ mais de dez anos, razÂ¿o pela qual, em respeito aos princÃ-pios da razoabilidade e proporcionalidade, deve ser mitigada a regra insculpida no art. 36, parÃ¡grafo Ãºnico, III, da Lei 8.112/90. Precedentes: REsp 674.679/PE, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 5/12/2005; AgRg no Ag 1.021.232/RJ, Rel. Ministro NapoleÂ¿o Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 3/8/2009; e AgRg no REsp 854.555/TO, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS), Sexta Turma, DJe 3/8/2011. 3. Agravo regimental nÂ¿o provido (AgRg no Ag 1.397.693/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÃALVES, DJe 23.3.2012). Â² Â² Â² ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÃBLICO FEDERAL. REMOÃÂ¿O PARA ACOMPANHAR O CÃNJUGE. NÂ¿O-ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 36, PARÃGRAFO ÃNICO, III, 'A', DA LEI 8.112/90. PECULIARIDADE. ANTECIPAÃÂ¿O DE TUTELA CONCEDIDA HÃ MAIS DE 12 ANOS. PRESERVAÃÂ¿O DA UNIDADE FAMILIAR. APLICAÃÂ¿O DA TEORIA DO FATO CONSUMADO. 1. A situaÃ§Â¿o fÃ¡tica estÃ¡ consolidada no tempo, haja vista que, por forÃ§a de decisÂ¿o antecipatÃ³ria de tutela recursal, foi deferida, hÃ¡ mais de doze anos a remoÃ§Â¿o do servidor. 2. Em respeito aos princÃ-pios da razoabilidade e proporcionalidade, a regra do art. 36, parÃ¡g. Ãºnico, III da Lei 8.112/90 deve ser mitigada no caso concreto, devendo ser aplicada a teoria do fato consumado. 3. A questÂ¿o tratada nos autos foi decidida sem a necessidade de afastamento da norma jurÃ-dica por inconstitucionalidade, sendo, portanto, desnecessÃ¡ria a observÂ¢ncia do que dispÂ¿e o art. 97 da ConstituiÃ§Â¿o Federal. 4. Agravo Regimental desprovido (AgRg no REsp 854.555/TO, Rel. Min. conv. DELLA GIUSTINA, DJe 3.8.2011). 9. Diante disso, nega-se seguimento ao Recurso Especial do MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO. 10. Publique-se. IntimaÃ§Â¿es necessÃ¡rias. BrasÃ-lia (DF), 20 de agosto de 2018. NAPOLEÂ¿O NUNES MAIA FILHO MINISTRO RELATOR (STJ - REsp: 1509206 MT 2014/0333856-8, Relator: Ministro NAPOLEÂ¿O NUNES

MAIA FILHO, Data de PublicaÃ§Â¿o: DJ 27/08/2018)Â¿(...) (...)Â¿RECURSO ESPECIAL NÂº 1.446.626 - MT (2014/0075471-1) RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE : MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO RECORRIDO : FRANCISCO ASSIS DO AMARAL ADVOGADO : ROBERTO ZAMPIERI ADMINISTRATIVO. CONTRATO TEMPORÃRIO DE TRABALHO. ESTABILIDADE. LONGO PERÃODO DE CONTRATAÃÂ¿O. PRESERVAÃÂ¿O DE RELAÃÂ¿ES JURÃDICAS. IMPOSSIBILIDADE VIOLAÃÂ¿O DA ORDEM LEGAL E CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. DECISÂ¿O Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÃRIO PÃBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento no artigo 105, III, a, da ConstituiÃ§Â¿o Federal, contra acÃ³rdÂ¿o do Tribunal de JustiÃ§a daquele Estado, nesses termos ementado (fl. 261): MANDADO DE SEGURANÃA INDIVIDUAL - ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL - SERVIDOR PÃBLICO - SERVIÃOS PRESTADOS POR MAIS DE 23 (VINTE E TRÃS) ANOS - REGIME ESTATUTÃRIO - RESCISÂ¿O DO VÃNCULO LABORAL POR ATO UNILATERAL DO PODER JUDICIÃRIO - 1. PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - REJEIÃÂ¿O - ATO PRATICADO PELA AUTORIDADE ACOIMADA DE COATORA - 2. DECADÃNCIA - ARTIGO 54 DA LEI N. 9.784/99 - IN APLICABILIDADE - 3. MÃRITO - PRETENDIDA A DECLARAÃÂ¿O DE ESTABILIDADE - NÂ¿O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTS. 19 DO ADCT E. 41 DA CONSTITUIÃÂ¿O FEDERAL, TAMPOUCO DO ART. 280 DA LC/MT N. 04/90 - IMPOSSIBILIDADE, CONTUDO, DE RESCISÂ¿O DA RELAÃÂ¿O DE TRABALHO JÃ CONSOLIDADA - ESTABILIZAÃÂ¿O LABORAL EM DECORRÃNCIA DA PREPONDERÃNCIA DOS PRINCÃPIOS DA SEGURANÃA JURÃDICA, DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O DA BOA-FÃ - CONVALIDAÃÂ¿O DO VÃNCULO TRABALHISTA POR INÃRCIA DO ESTADO - DIREITO LÃQUIDO E CERTO Ã MANUTENÃÂ¿O NO CARGO - REINTEGRAÃÂ¿O DETERMINADA - SEGURANÃA CONCEDIDA. 1. Se o Presidente desta Corte ordenou a rescisÂ¿o do contrato temporÃ¡rio do impetrante, sendo este o objeto da impetraÃ§Â¿o, o procedimento adotado para observÃ¢ncia da determinaÃ§Â¿o do Conselho Nacional de JustiÃ§a foi escolha da autoridade coatora, sendo legÃ-tima sua inclusÂ¿o no polo passivo da demanda. 2. "Se o ato indigitado de coator nÂ¿o declarou a nulidade do contrato de trabalho do impetrante, e sim o rescindiu pelo fato de ser precÃ¡rio, nÂ¿o hÃ¡ falar-se em decadÃªncia do direito de declarar a sua nulidade, pois a situaÃ§Â¿o de fato do autor nÂ¿o corresponde a tal circunstÃ¢ncia. (Precedentes: TJMT: MS's 59.440/2011, 60.411/2011 e 73.134/2011)". (TJMT - MS 60.833/2011). 3. NÂ¿o hÃ¡ tecnicamente como reconhecer a estabilidade ao servidor que nÂ¿o se enquadra nas hipÃ³teses dos arts. 19 do ADCT e 41 da Carta PolÃ-tica do Brasil, tampouco nas disposiÃ§Â¿es do art. 280 da LE/MT n. 04/90. Contudo, se a AdministraÃ§Â¿o PÃºblica permaneceu inerte por longo perÃ-odo, nÂ¿o pode rescindir o contrato de forma unilateral, porquanto inarredÃ¡vel a estabilizaÃ§Â¿o laboral em decorrÃªncia da preponderÃ¢ncia dos princÃ-pios da dignidade humana, seguranÃ§a jurÃ-dica e boa-fÃ©, convalidando-se, pois, o vÃ-nculo trabalhista por inÃ©rcia do Estado, devendo o impetrante ser reintegrado no cargo que ocupava, com direito ao recebimento dos subsÃ-dios relativamente Ã s prestaÃ§Â¿es que se venceram a contar da data do ajuizamento da inicial. (Precedentes: TJMT: MS's 75.172/2011 e 84.949/2008; STJ: RMS 25.652/PB). Sustenta a parte recorrente que o acÃ³rdÂ¿o estadual contrariou as disposiÃ§Â¿es dos artigos 421 e 422 do CÃ³digo Civil, 1Âº do Decreto nÂº 20.910/32, 21 da Lei nÂº 4.717/65, 54 da Lei nÂº 9.784/99 e 173 e 174 do CTN. ContrarrazÂ¿es Ã s folhas 380/403. JuÃ-zo prÃ©vio de admissibilidade Ã s folhas 406/409. O MinistÃ©rio PÃºblico Federal opinou pelo nÂ¿o conhecimento do recurso (fls. 425/430). Ã o relatÃ³rio. Passo a decidir. A pretensÂ¿o recursal comporta guarida. HÃ¡ de se ressaltar, a priori, que "a errÃ´nea valoraÃ§Â¿o da prova, a permitir a intervenÃ§Â¿o desta Corte na questÂ¿o, Ã© a jurÃ-dica, decorrente de equÃ-voco de direito na aplicaÃ§Â¿o de norma ou princÃ-pio no campo probatÃ³rio" (AgRg no AREsp 26.857/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 27/9/2013; AgRg no AREsp 501.581/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/08/2014, DJe 25/09/2014), razÂ¿o pela qual nÂ¿o hÃ¡ Ã³bices Ã cogniÃ§Â¿o ampla do presente recurso. Na origem, cuida-se de mandado de seguranÃ§a na qual buscada a estabilizaÃ§Â¿o de vÃ-nculo jurÃ-dico laboral com a AdministraÃ§Â¿o PÃºblica do Estado do Mato Grosso. Da leitura atenta do acÃ³rdÂ¿o recorrido, percebe-se que, a despeito de (a) nÂ¿o haver nulidade no ato de demissÂ¿o do impetrante, o qual foi contratado temporariamente por longo perÃ-odo de tempo, de (b) o impetrante nÂ¿o fazer jus Ã estabilidade extraordinÃ¡ria, de (c) a permanÃªncia do vÃ-nculo ensejar afronta Ã exigÃªncia constitucional do concurso pÃºblico, e de (d) o longo perÃ-odo de contrato nÂ¿o ensejar sua transmudaÃ§Â¿o, o Tribunal a quo decidiu por conceder estabilidade ao impetrante. A estabilidade foi concedida em razÂ¿o da (a) estabilizaÃ§Â¿o jurÃ-dica decorrente da decadÃªncia administrativa (art. 54 da Lei nÂº 9.784/99) e das normas previstas nos artigos 173 e 174 do CTN, 19 do ADCT, e, 7Âº, 183 e 191 da CF, dos (b) valores da funÃ§Â¿o social das relaÃ§Â¿es e da boa-fÃ© (art. 421 e 422 do CÃ³digo Civil), dos (c) princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da dignidade da pessoa humana. Salto aos olhos a impossibilidade da concessÂ¿o

da ordem, uma vez que nÂ¿o estÃ¡ caracterizado o ato ilegal, violador de direitos, tampouco a violaÃ§Â¿o de direito lÃ-quido e certo. NÂ¿o bastasse, os referidos princÃ-pios da seguranÃ§a jurÃ-dica e da dignidade da pessoa humana _ em seu mais alto grau de abstraÃ§Â¿o e generalidade _ nÂ¿o justifica, in casu, a derrocada das normas jurÃ-dicas proibitivas que estabelecem tese jurÃ-dica diametralmente oposta Ã quela que dimana do aresto objurgado. O caso dos autos tampouco enseja a aplicaÃ§Â¿o do artigo 54 da Lei nÂº 9.784/99 _ o qual foi contrariado pelo juÃ-zo a quo, visto que nÂ¿o houve a anulaÃ§Â¿o de ato administrativo pela AdministraÃ§Â¿o PÃºblica, mas apenas a ediÃ§Â¿o do competente ato demissÃ³rio. De igual forma, nÂ¿o hÃ¡ falar nos valores da boa-fÃ©, nem da funÃ§Â¿o social das relaÃ§Â¿es civis, visto que tais relaÃ§Â¿es estÂ¿o completamente delimitadas no Ã¢mbito do Direito PÃºblico _ que Ã© contrÃ¡rio Ã pretensÂ¿o estabelecida e ratificada. AliÃ¡s, nenhuma serventia possuem os artigos 173 e 174 do CÃ³digo TributÃ¡rio Nacional, o artigo 19 do Ato das DisposiÃ§Â¿es Constitucionais TransitÃ³rias ou os artigos 7Âº, XXIX, 183 e 191 do Texto Constitucional, sem que estejam delimitadas as premissas de fato para sua aplicaÃ§Â¿o, sem a fattispecie. Estabelece-se, desse modo, a violaÃ§Â¿o dos artigos de lei alegados, todos inaplicÃ¡veis Ã espÃ©cie e incapazes de escorar o decisÃ³rio combatido, bem com a manifesta contrariedade Ã exigÃªncia constitucional do concurso pÃºblico. Nos termos da jurisprudÃªncia cristalizada do Supremo Tribunal Federal Ã© indispensÃ¡vel o concurso pÃºblico para provimento de cargos e empregos pÃºblicos, conforme se depreende do enunciado da SÃºmula nÂº 685/STF: "Ã inconstitucional toda modalidade cie provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prÃ©via aprovaÃ§Â¿o em concurso pÃºblico destinado ao seu provimento, em cargo que nÂ¿o integra a carreira na qual anteriormente investido". A respeito: AÃ§Â¿o Direta de Inconstitucionalidade. 2. Arts. 68, 69 e 70 da Lei nÂº 8.269/2004, do Estado de Mato Grosso, que permitem o provimento de cargos efetivos por meio de reenquadramento. 3. ViolaÃ§Â¿o ao artigo 37, II, da ConstituiÃ§Â¿o da RepÃºblica, que dispÂ¿e sobre a exigÃªncia de concurso pÃºblico para a investidura em cargo ou emprego pÃºblico. 4. AÃ§Â¿o Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 3442, Relator (a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 07/11/2007, DJe-157 DIVULG 06-12-2007 PUBLIC 07-12-2007 DJ 07-12-2007 PP-00018 EMENT VOL-02302-01 PP-00155). HÃ¡ de se relembrar, outrossim, que a estabilizaÃ§Â¿o pretendida Ã© contrÃ¡ria a jurisprudÃªncia consolidada desta Corte Superior, forte no sentido de que "teoria do fato consumado visa preservar nÂ¿o sÃ³ interesses jurÃ-dicos, mas interesses sociais jÃ¡ consolidados, nÂ¿o se aplicando, contudo, em hipÃ³teses contrÃ¡rias Ã lei (...)" (REsp 1.189.485/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 28.6.2010; AgRg no REsp 1453357/RN, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 09/10/2014). Anote-se que em caso semelhante ao dos autos, esta Corte Superior jÃ¡ se manifestou no sentido de que a permanÃªncia de servidores contratados pelo Tribunal de JustiÃ§a do Estado de Mato Grosso, com fundamento no artigo 280 da Lei Complementar Estadual nÂº 04/90 _ que alterou o regime de trabalho de contrataÃ§Â¿o para o regime estatutÃ¡rio, afronta "(...) princÃ-pios constitucionais basilares, pois estar-se-ia permitindo a estabilidade sem obediÃªncia aos requisitos a ela inerentes, quer sob a forma de estabilidade ordinÃ¡ria (CF, art. 37, CF) ou extraordinÃ¡ria (ADCT, art. 19)". Eis a ementa do julgado: ADMINISTRATIVO. SERVIDORES CELETISTAS. PRETORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÃA DO ESTADO DO MATO GROSSO. CARGO TRANSFORMADO PARA PROVIMENTO EM COMISSÂ¿O EM VIRTUDE DE LEI. LEIS ESTADUAIS NÂº 5.686/90 E 6.046/92. CONCILIADORES. DEMISSIBILIDADE "AD NUTUM". CONVERSÂ¿O DO EMPREGO EM FUNÃÂ¿O PÃBLICA. ESTABILIDADES ORDINÃRIA OU EXTRAORDINÃRIA. INEXISTÃNCIA. ADCT, ARTS. 19 E CF/88, 37. 1. NÂ¿o contando o servidor celetista que nÂ¿o logrou aprovaÃ§Â¿o em concurso pÃºblico, ainda que seu contrato fosse por prazo indeterminado, com cinco anos de serviÃ§o pÃºblico continuado, nÂ¿o faz jus Ã estabilidade ordinÃ¡ria prevista na CF/88, Art. 37, II e nem Ã extraordinÃ¡ria do Ato das DisposiÃ§Â¿es Constitucionais TransitÃ³rias, Art. 19. 2. Assim, nÂ¿o hÃ¡ ilegalidade na exoneraÃ§Â¿o, ao arbÃ-trio da AdministraÃ§Â¿o, de servidores que exerciam o cargo de Conciliadores, antigos pretores transformados por forÃ§a da ediÃ§Â¿o da Lei Estadual nÂº 6.046/92. Recurso conhecido e nÂ¿o provido. Precedentes. (RMS 9.362/MT, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, DJ 09/11/1998, p. 125). Diante do exposto, com base no art. 557, Â§ 1Âº-A, do CPC, DOU PROVIMENTO ao RECURSO ESPECIAL. Publique-se. Intimem-se. BrasÃ-lia (DF), 10 de novembro de 2014. MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, Relator (STJ - REsp: 1446626 MT 2014/0075471-1, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de PublicaÃ§Â¿o: DJ 14/11/2014)Â¿(...) A inÃ©rcia da AdministraÃ§Â¿o PÃºblica, somada a passagem do tempo, Ã© segundo entendimento majoritÃ¡rio jurisprudencial em nÂ¿o se rescindir contrato de forma unilateral, em decorrÃªncia da preponderÃ¢ncia dos princÃ-pios da dignidade humana, seguranÃ§a jurÃ-dica e boa-fÃ©, convalidando-se, dessa forma, o vÃ-nculo trabalhista por inÃ©rcia do Ente PÃºblico Municipal, devendo as autoras serem reintegradas no cargo que ocupavam. DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, e tudo o mais que consta dos autos, julgoÂ PROCEDENTE o pedido,Â para: a)Â DECLARAR A ESTABILIDADE no serviÃ§o pÃºblico do

MunicÃ-pio de AcarÃ¡-PA, das autoras LUIZ CEZAR BARBOSA DE ALENCAR autora, devidamente qualificada nos autos; b) DETERMINAR o pagamento dos vencimentos e vantagens,Â corrigidos monetariamente; pelo IPCA, ou Ã-ndice legal em vigÃªncia, alÃ©m de juros de 1% a.m. a partir da citaÃ§Â¿o,Â e extinto o processo nos termos do art. 487, I, do CPC. Fixo os honorÃ¡rios advocatÃ-cios em 10%(dez por cento) sobre o valor da condenaÃ§Â¿o. Em caso de descumprimento, estabeleÃ§o a multa diÃ¡ria de R$ 1.000,00 (mil reais), a ser pago sob a responsabilidade pessoal do gestor pÃºblico municipal, responsÃ¡vel pelo cumprimento da ordem judicial, nos termos do art. 77, IV, c.c. o art. 139, IV, c.c. o art. 500, todos do CPC, limitada ao prazo de 30(trinta) dias, em favor do autor. SentenÃ§a sujeita a reexame necessÃ¡rio. Transcorrido o prazo de recurso voluntÃ¡rio, encaminhe-se os autos ao TJPA. Sob o pÃ¡lio da justiÃ§a gratuita. SERVE A PRESENTE DE MANDADO. P.R.I.C. Transitado em julgado proceda-se a baixa e arquive-se.(art. 203,Â§4Âº., do CPC) ACARÃ, ,04 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Â juiz de direito PROCESSO: 00026202320198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Execução de Alimentos em: 05/11/2021 REQUERENTE:I. D. D. C. Representante(s): VANESSA DIAS DOS SANTOS (REP LEGAL) REQUERIDO:CELIO COSTA DA SILVA. DESPACHO RH I - Considerando o teor da certidÃ£o Ã fl. 36, expeÃ§a-se ofÃ-cio a fonte pagadora com as observÃ¢ncias legais. Â AcarÃ¡, 05 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00008627720178140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 08/11/2021 DENUNCIADO:DANILSON FRANCISCO CARNEIRO VIANA Representante(s): OAB 24031 - WENDEL JOSÉ DE SOUZA MADEIRO (ADVOGADO) VITIMA:D. C. M. S. PROMOTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO RH I - Designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 10/02/2022 Ã s 08h. Â AcarÃ¡, 08 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00012045420188140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 VITIMA:C. E. S. S. DENUNCIADO:WELLITON ABREU DA SILVA. RH DECISÃO I - NOMEAÃÃO DE DEFENSOR DATIVO: II - Considerando que o denunciado nÃ£o constituiu advogado para o patrocÃ-nio de sua causa; III - Considerando que nÃ£o hÃ¡ DEFENSOR PÃBLICO titular nesta comarca, nem tÃ£o menos a designaÃ§Ã£o de substituto, mesmo que em carÃ¡ter precÃ¡rio; IV - Considerando os termos da legislaÃ§Ã£o vigente: a)Â art. 5Âº., LXXIV, da CF: Â¿o Estado prestarÃ¡ assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursosÂ¿ b) art. 1Âº., c.c. o art. 5Âº.,Â§3Âº., da Lei nÂº. 1060/50: Â¿Os poderes pÃºblicos federal e estadual, independentemente da colaboraÃ§Ã£o que possam receber dos municÃ-pios e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, concederÃ£o assistÃªncia judiciÃ¡ria aos necessitados, nos termos da LeiÂ¿. Â¿Nos municÃ-pios em que nÃ£o existirem SubseÃ§Ãµes da Ordem dos Advogados do Brasil, o prÃ³prio juiz farÃ¡ a nomeaÃ§Ã£o do advogado que patrocinarÃ¡ a causa do necessitadoÂ¿. c) art. 2Âº., Â§1Âº., c.c. o art. 22, Â§1Âº., da Lei nÂº. 8906/94: Â¿O advogado Ã© indispensÃ¡vel Ã administraÃ§Ã£o da justiÃ§a.Â¿ Â¿no seu ministÃ©rio privado, o advogado presta serviÃ§o pÃºblico e exerce funÃ§Ã£o socialÂ¿ Â¿a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorÃ¡rios convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbÃªnciaÂ¿ Â¿ o advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria PÃºblica no local da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, tem direito aos honorÃ¡rios fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.Â¿ Orienta jurisprudÃªncia: Â¿processo CNJ:0001817-97.2008.8.14.0053.NÃºmero do documento: 2014.04517571-91. NÃºmero do acÃ³rdÃ£o: 131.992. Tipo de Processo: ApelaÃ§Ã£o ÃrgÃ£o Julgador: 3Âª CÃMARA CÃVEL ISOLADA. DecisÃ£o: ACÃRDÂ¿O. Relator: ROBERTO GONCALVES DE MOURA. SeÃ§Ã£o: CÃVEL. Ementa/DecisÃ£o: EMENTA: ADVOGADO DEFENSOR DATIVO - AÃÂ¿O DE COBRANÃA DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS - ARTS. 22, Â§ 1Âº, DA LEI 8.906/94, E 138, Â§ 2Âº, DA CONSTITUIÃÂ¿O FEDERAL PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÃDICA DO PEDIDO E DE INEXISTÃNCIA DE DIREITO AO PAGAMENTO DE REMUNERAÃÂ¿O A DEFENSOR DATIVO. REJEITADAS MÃRITO. PEDIDO PROCEDENTE JUROS E CORREÃÂ¿O MONETÃRIA. OMISSÂ¿O SUPRIDA HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. CRITÃRIO DE FIXAÃÂ¿O. 1. Data de Julgamento: 10/04/2014. Data de PublicaÃ§Ã£o: 14/04/2014Â¿ Â¿Dados Gerais. Processo: Â AC 10529150018347001 MG. Relator(a): Fernando de Vasconcelos Lins (JD Convocado). Julgamento: Â 11/02/2016. ÃrgÃ£o Julgador: Â CÃ¢maras CÃ-veis / 5Âª CÃMARA CÃVEL. PublicaÃ§Ã£o: Â 22/02/2016. Ementa. APELAÃÂ¿O CÃVEL - EMBARGOS Ã EXECUÃÂ¿O - HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS - DEFENSOR DATIVO - NOMEAÃÂ¿ES ANTERIORES Ã VIGÃNCIA DO DECRETO NÂº 45.898/2012 - ADEQUAÃÂ¿O DOS VALORES Ã TABELA DA OAB/MG - REVOGAÃÂ¿O DAS TABELAS EDITADAS POR

RESOLUÃÂ¿O CONJUNTA - IMPOSSIBILIDADE - HONORÃRIOS SUCUMBENCIAIS - FIXAÃÂ¿O NOS TERMOS DO ART. 20, Â§ 4Âº, DO CPC - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - Com o advento do Decreto nÂº 45.898/2012, revelou-se imprescindÃ-vel o cumprimento do procedimento administrativo, pois a cobranÃ§a judicial dos valores devidos a tÃ-tulo de honorÃ¡rios do advogado dativo pressupunha a recusa do Estado de Minas Gerais ao pleito de pagamento formulado administrativamente. - A denÃºncia do ConvÃªnio de CooperaÃ§Ã£o MÃºtua firmado entre o Estado, o Tribunal de JustiÃ§a e a OAB/MG, que dava supedÃ¢neo Ã cobranÃ§a administrativa, todavia, obriga os defensores dativos ao ajuizamento de aÃ§Ã£o judicial. - O defensor dativo nomeado para atuar na defesa de autor ou rÃ©u pobre faz "jus" ao recebimento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios a serem suportados pelo Estado, a teor do artigo 272, da ConstituiÃ§Ã£o Estadual e artigo 10, da Lei Estadual 13.166/99. DecisÃ£o. DERAM PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.Â¿ DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, nomeio defensor dativo no presente processo o Dr. MARCOS JOSÃ SIQUEIRA DAS DORES OAB/PA 14870, para fins de assistÃªncia judiciÃ¡ria o denunciado e fixo os honorÃ¡rios advocatÃ-cios em R$ 1.000,00 (hum mil reais). Â Int. e dil. WILSON DE SOUZA CORRÃA Â juiz de direito PROCESSO: 00026202320198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Execução de Alimentos em: 08/11/2021 REQUERENTE:I. D. D. C. Representante(s): VANESSA DIAS DOS SANTOS (REP LEGAL) REQUERIDO:CELIO COSTA DA SILVA. DESPACHO I -- Intime-se o devedor a efetuar o pagamento nos termos do art. 523, e seguintes do CPC, com a advertÃªncia que nÃ£o efetuado o pagamento o montante da condenaÃ§Ã£o serÃ¡ acrescido de 10% (dez por cento), e a requerimento da exequente serÃ¡ expedido mandado de penhora e avaliaÃ§Ã£o; Â II -- Fixo os honorÃ¡rios advocatÃ-cios em 20 % (vinte por cento) sobre o valor da causa. ACARÃ, 08 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Juiz de Direito PROCESSO: 00043299320198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Procedimento de Conhecimento em: 08/11/2021 REQUERENTE:IVANILDA RAMOS DA SILVA ENVOLVIDO:ABEL DA SILVA SOUZA. DECISÃO Â Â Â Â Â IVANILDA RAMOS DA SILVA, por intermÃ©dio de seu patrono legalmente constituÃ-do, ajuizou AÃÃO DE DECLARAÃÃO E RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÃVEL POST MORTEM. Â Â Â Â Â Alega que viveu com o senhor ABEL DA SILVA SOUZA atÃ© sua morte em 31/10/2015. Do relacionamento tiveram 07 (sete) filhos: ALMIR DA SILVA SOUZA, IRINEIA DA SILVA SOUZA, ALINE DA SILVA SOUZA, LIENE DA SILVA SOUZA, ALICE DA SILVA SOUZA, CELY DA SILVA SOUZA e DELMA DA SILVA SOUZA. Â Â Â Â Â O de cujus nÃ£o deixou bens a partilhar ao que se constata da certidÃ£o de Ã³bito. O de cujus era servidor pÃºblico estadual, sendo professor vinculado a SEDUC-PA. Diante disso, requereu a declaraÃ§Ã£o de uniÃ£o estÃ¡vel post mortem. Â Â Â Â Â O RMP sustentou nÃ£o haver interesse no feito nos termos do art. 178 do CPC. Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â¿As partes tÃªm o direito de obter em prazo razoÃ¡vel a soluÃ§Ã£o integral do mÃ©rito, incluÃ-da a atividade satisfativaÂ¿ art. 4Âº. do CPC Â Â Â Â Â Â¿AQUELE QUE DE QUALQUER FORMA PARTICIPA DO PROCESSO DEVE COMPORTAR-SE DE ACORDO COM A BOA-FÃÂ¿ Art. 5Âº. do CPC Â Â Â Â Â Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Art. 8Âº. do CPC Â Â Â Â Â SÃ£o deveres das partes nos termos do art. 77, IV, do CPC, CUMPRIR COM EXATIDÃO AS DECISÃES JURISDICIONAIS, DE NATUREZA PROVISÃRIA OU FINAL, E NÃO CRIAR EMBARAÃOS Ã SUA EFETIVAÃÃO. Ensina o art. 8Âº., do CPC: Â Â Â Â Â Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Â Â Â Â Â O juiz dirigirÃ¡ o processo competindo-lhe velar pela rÃ¡pida soluÃ§Ã£o do litigio, art.139, II, do CPC. Â Â Â Â Â A todos, no Ã¢mbito judicial e administrativo, sÃ£o assegurados a razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitaÃ§Ã£o, art. 5Âº., LXXVII, da CF.Â Â Â Â Â Â Â Sobre o caso em tela, verifica-se atravÃ©s das provas documentais que a autora de fato conviveu com o de cujus e dessa relaÃ§Ã£o nasceram 07 filhos: ALMIR DA SILVA SOUZA (fl. 49), IRINEIA DA SILVA SOUZA (fl. 45), ALINE DA SILVA SOUZA (fl. 46), LIENE DA SILVA SOUZA (fl. 47), ALICE DA SILVA SOUZA (fl. 48), CELY DA SILVA SOUZA e DELMA DA SILVA SOUZA. Â Â Â Â Â Â Desse ponto, cabe asseverar que a uniÃ£o estÃ¡vel Ã© reconhecida em nosso ordenamento jurÃ-dico e possui efeitos similares ao casamento. O art. 1.723 do CC/02 preconiza: art. 1.723. Ã reconhecida como entidade familiar a uniÃ£o estÃ¡vel entre o homem e a mulher, configurada na convivÃªncia pÃºblica, contÃ-nua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituiÃ§Ã£o de famÃ-lia. Â Â Â Â Â Â Outrossim, os filhos SIDNEI MONTEIRO DE SOUZA, SIDNIL MONTEIRO DE SOUZA, SIVANILDO MONTEIRO DE SOUZA, SANDRO MONTEIRO DE SOUZA, SIDNIL MONTEIRO DE SOUZA, SIDENILDO MONTEIRO DE SOUZA, que sÃ£o filhos somente do de

cujus atestam a uniÃ£o estÃ¡vel de seu pai com a autora. Â Â Â Â Â Â Diante desses elementos se verifica que a autora possuÃ-a vÃ-nculo real, duradouro e com fins de constituiÃ§Ã£o de famÃ-lia com o de cujus. Evidentemente que nÃ£o sÃ³ pelos filhos do casal, mas por todo o conjunto de elementos trazidos aos autos, demonstra-se o enlace das partes envolvidas. A doutrina especializada corrobora com o tema: Atualmente nÃ£o hÃ¡ nenhuma diferenÃ§a no tratamento legislativo entre a uniÃ£o estÃ¡vel e o casamento. Mesmo que a uniÃ£o estÃ¡vel nÃ£o se confunda com o casamento, as entidades familiares formadas por ela sÃ£o equiparadas e merecem a mesma proteÃ§Ã£o. Outro ponto que gera muita polÃªmica Ã© a menÃ§Ã£o de Â¿um homem e uma mulherÂ¿ na definiÃ§Ã£o da uniÃ£o estÃ¡vel (CF, 226, Â§3Âº). Isso impediu, por muito tempo, o reconhecimento de uniÃ£o estÃ¡vel de pessoas do mesmo sexo. Foi necessÃ¡rio que o Supremo Tribunal Federal proclamasse a existÃªncia dos mesmos e iguais direitos e deveres Ã s uniÃµes homoafetivas. Com essa situaÃ§Ã£o clamando por soluÃ§Ã£o, a legislaÃ§Ã£o estabeleceu algumas formas de indenizar a mulher que pertencia a essa relaÃ§Ã£o. Por exemplo, a indenizaÃ§Ã£o por serviÃ§os domÃ©sticos ou a constituiÃ§Ã£o de uma sociedade de fato, no qual os companheiros eram considerados sÃ³cios e dividiriam o lucro com a separaÃ§Ã£o. (12 de marÃ§o de 2021. https://moraesmonteiro.com.br/uniao-estavel-o-que-significa-como-funciona/#:~:text=A%20Uni%C3%A3o%20Est%C3%A1vel%20%C3%A9%20uma%20rela%C3%A7%C3%A3o%20na%20qual%20um%20casal,o%20conceito%20de%20Uni%C3%A3o%20est%C3%A1vel.) Â Â Â Â Â Â Diante do exposto e do que mais consta, JULGO PROCEDENTE a aÃ§Ã£o nos termos do art. 487, I do CPC, para declarar o reconhecimento da uniÃ£o estÃ¡vel post mortem de IVANILDA RAMOS DA SILVA e ABEL DA SILVA SOUZA, em conformidade ao art. 1.723 do CÃ³digo Civil. Â Â Â Â Â Â Procedam-se as comunicaÃ§Ãµes e expedientes necessÃ¡rios ao cumprimento do ato. Â Â Â Â Â Â Transitado em julgado, proceda-se a baixa e arquivem-se os autos com observÃ¢ncia as formalidades legais. Â Â Â Â Â Â AcarÃ¡, 08 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Juiz de Direito PROCESSO: 00065499820188140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021 REQUERENTE:MARIA LUIZA FERREIRA DE SEIXAS Representante(s): OAB 6105 - RAIMUNDA DE NAZARETH CARVALHO AMORIN (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ACARÁ Representante(s): OAB 12921 - ABRAO JORGE DAMOUS FILHO (PROCURADOR(A)) . DESPACHO RH I - Intime-se a parte autora, para querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo legal. Â AcarÃ¡, 08 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00005504920108140076 PROCESSO ANTIGO: 201010002868 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Monitória em: 09/11/2021 REQUERIDO:MUNICIPIO DE ACARA (CAMARA MUNICIPAL DE ACARA) Representante(s): OAB 12921 - ABRAO JORGE DAMOUS FILHO (PROCURADOR(A)) EDUARDO CESAR TRAVASSO CANELAS (ADVOGADO) REQUERENTE:M.R.DOS S. ARAUJO - EPP (POSTO ACARAENSE) Representante(s): ADAILSON JOSE SANTANA (ADVOGADO) IVO SILVA COELHO (ADVOGADO) OAB 20775 - ANDRE NAZARENO BARROS (ADVOGADO) . DESPACHO RH I - Intime-se a parte exequente a se manifestar quanto a petiÃ§Ã£o Ã s fls. 247/251. ApÃ³s cls. Â AcarÃ¡, 09 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00007622020208140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021 VITIMA:A. K. S. S. AUTOR DO FATO:MANOEL ANTONIO LIMA DA SILVA. SENTENÃA ANA KARYNNA SANTOS DOS SANTOS, devidamente qualificado(a)s nos autos, por meio de advogado legalmente constituÃ-do, afor(ou)aram PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA contra MANOEL ANTONIO LIMA DA SILVA. Â O(s) autor(es) nÃ£o apresentou(ram) justificativa nem tÃ£o menos demonstrou(ram) qualquer interesse no prosseguimento do feito atÃ© a presente data. Consoante determina a legislaÃ§Ã£o vigente, deve a parte promover os atos e diligÃªncias que lhe competir no processo, nÃ£o abandonÃ¡-lo por mais de 30(trinta) dias, ou deixÃ¡-loÂ paralisadoÂ durante mais de 01(um) ano, por sua negligÃªncia. .A parte autora nÃ£oÂ demonstrou atÃ© a presente data qualquer interesse no andamento do processo. As informaÃ§Ãµes que devem instruir o processo Ã© um Ã´nus da parte autora, e a atividade judiciÃ¡ria nÃ£o deve se revestir de Ã³rgÃ£o investigatÃ³rio, o que lhe assoberba em muito face Ã s suas atribuiÃ§Ãµes legais naturais, ressaltando-se de outro lado que hÃ¡ Ã³rgÃ£o estatal para esse fim. NÃ£o se pode perder de vista, em hipÃ³teses como a presente, o princÃ-pio do impulso oficial. A propÃ³sito, pertinente Ã© a liÃ§Ã£o de JosÃ© da Silva Pacheco no "Curso de teoria geral do processo", Rio de Janeiro, Forense, 1985, p. 87: "De uma vista global do processo, porÃ©m, resulta claro que se a jurisdiÃ§Ã£o nÃ£o se move a menos que seja provocada pela aÃ§Ã£o da parte interessada, o que constitui o direito de aÃ§Ã£o, de demandar, de pedir a tutela jurisdicional, uma vez detonada a forÃ§a energÃ©tica da jurisdiÃ§Ã£o, ela se move ex officio. Ã o que estabelecem os arts. 262, in fine, e 125 do CÃ³digo de Processo Civil e o que se adota, de um modo geral,

no processo penal, com exceÃ§Ã£o do previsto no art. 60 do CÃ³digo de Processo Penal." O que se vÃª dos autos, como analisado, Ã© que houve, efetivamente, por parte do autor, total desinteresse no prosseguimento regular do processo, visto que descuidou de diligenciar as providÃªncias necessÃ¡rias no sentido de impulsionar o feito, visando Ã satisfaÃ§Ã£o do seu direito. A propÃ³sito: "O processo se desenvolve por impulso oficial e a sua extinÃ§Ã£o, nas hipÃ³teses previstas nos incisos II e III do art. 267 do CÃ³digo de Processo Civil, pressupÃµe a existÃªncia de ato que deva ser praticado pela parte".(Ap. nÂº 49.599, 2Âª CÃ¢mara Civil do TJSC , SÃ£o JoÃ£o Batista, Rel. Des. Newton Trisotto, in "Juris Plenum"). Ainda: "A extinÃ§Ã£o do processo por inÃ©rcia da parte autora sÃ³ deve ser julgada, quando o ato omitido, ao encargo daquela parte, importar em impossibilidade do prosseguimento da relaÃ§Ã£o processual". (JTA-SP 98/288). "A extinÃ§Ã£o do processo por abandono confina-se ao Ã¢mbito restrito dos casos em que o juiz nÃ£o tem como dar andamento ao feito sem a providÃªncia solicitada ao autor".(RT 575/167). "A extinÃ§Ã£o do processo, com base no n. III, do art. 267 do CÃ³digo de Processo Civil, pressupÃµe a inatividade do autor como causa da paralisaÃ§Ã£o do feito". (RT 469/97). A falta de interesse, por parte do autor, foi manifesta, nÃ£o restando ao julgador outra alternativa a nÃ£o ser, sem apreciar o mÃ©rito, extinguir o feito, tudo de acordo com o que lhe faculta o art. 267, da lei dos ritos. Confira-se a liÃ§Ã£o de HUMBERTO THEODORO JÃNIOR: "A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse, que Ã© a condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Presume-se, legalmente, essa desistÃªncia quando ambas as partes se desinteressam e, por negligÃªncia, deixam o processo paralisado por mais de um ano, ou quando o autor nÃ£o promove os atos ou diligÃªncias que lhe competir, abandonado a causa por mais de 30 dias. Â¿("Curso de Direito Processual Civil", vol. I, Forense, 25Âª ed., 1998, p. 310). Em consequÃªncia, com fundamento no art. 485, II e III, do CPC, julgo EXTINTO o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Custas na forma da lei. SERVE A PRESENTE DE MANDADO. P.R.I.C. e, certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais.(art. 203, Â§4Âº., do CPC) ACARÃ, 09 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORRÃA Â juiz de direito PROCESSO: 00017010520178140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021 AUTORIDADE POLICIAL:DEL DE POL CIVIL DR VITOR MARCELINO B COSTA VITIMA:V. E. S. S. C. AUTOR DO FATO:BENEDITO DO SOCORRO SILVA OLIVEIRA. DESPACHO I - Â¿As partes tÃªm o direito de obter em prazo razoÃ¡vel a soluÃ§Ã£o integral do mÃ©rito, incluÃ-da a atividade satisfativaÂ¿ art. 4Âº. do CPC Â¿Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a BOA-FÃÂ¿ Art. 5Âº. do CPC Este juÃ-zo trata os jurisdicionados dessa forma e Ã© assim que espera ser tratado. Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Art. 8Âº. do CPC SÃ£o deveres das partes nos termos do art. 77, IV, do CPC, cumprir com exatidÃ£o as DECISÃES JURISDICIONAIS, DE NATUREZA PROVISÃRIA OU FINAL, e NÃO CRIAR EMBARAÃOS Ã SUA EFETIVAÃÃO. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Ãµes do CPC, incumbindo-lhe velar pela duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, e com isso, DETERMINAR TODAS AS MEDIDAS INDUTIVAS, COERCITIVAS, MANDAMENTAIS OU SUB-ROGATÃRIAS NECESSÃRIAS para assegurar O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, inclusive nas aÃ§Ãµes que tenha por objeto prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, consoante dispÃµe o art. 139, II, IV, do CPC. I - PetiÃ§Ã£o pendente. ACARÃ, 09 de novembro de 2021.Â WILSON DE SOUZA CORREAÂ Â juiz de direito PROCESSO: 00040890720198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021 VITIMA:J. C. M. AUTOR DO FATO:ROBERTO PACHECO FELIZARDO JUNIOR. SENTENÃA JOSILENE CONCEIÃÃO MONTEIRO, devidamente qualificado(a)s nos autos, por meio de advogado legalmente constituÃ-do, afor(ou)aram PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA contra ROBERTO PACHECO FELIZARDO JUNIOR. Â O(s) autor(es) nÃ£o apresentou(ram) justificativa nem tÃ£o menos demonstrou(ram) qualquer interesse no prosseguimento do feito atÃ© a presente data. Consoante determina a legislaÃ§Ã£o vigente, deve a parte promover os atos e diligÃªncias que lhe competir no processo, nÃ£o abandonÃ¡-lo por mais de 30(trinta) dias, ou deixÃ¡-loÂ paralisadoÂ durante mais de 01(um) ano, por sua negligÃªncia. .A parte autora nÃ£oÂ demonstrou atÃ© a presente data qualquer interesse no andamento do processo. As informaÃ§Ãµes que devem instruir o processo Ã© um Ã´nus da parte autora, e a atividade judiciÃ¡ria nÃ£o deve se revestir de Ã³rgÃ£o investigatÃ³rio, o que lhe assoberba em muito face Ã s suas atribuiÃ§Ãµes legais naturais, ressaltando-se de outro lado que hÃ¡ Ã³rgÃ£o estatal para esse fim. NÃ£o se pode perder de vista, em hipÃ³teses como a presente, o princÃ-pio do impulso oficial. A propÃ³sito, pertinente Ã© a liÃ§Ã£o de

JosÃ© da Silva Pacheco no "Curso de teoria geral do processo", Rio de Janeiro, Forense, 1985, p. 87: "De uma vista global do processo, porÃ©m, resulta claro que se a jurisdiÃ§Ã£o nÃ£o se move a menos que seja provocada pela aÃ§Ã£o da parte interessada, o que constitui o direito de aÃ§Ã£o, de demandar, de pedir a tutela jurisdicional, uma vez detonada a forÃ§a energÃ©tica da jurisdiÃ§Ã£o, ela se move ex officio. Ã o que estabelecem os arts. 262, in fine, e 125 do CÃ³digo de Processo Civil e o que se adota, de um modo geral, no processo penal, com exceÃ§Ã£o do previsto no art. 60 do CÃ³digo de Processo Penal." O que se vÃª dos autos, como analisado, Ã© que houve, efetivamente, por parte do autor, total desinteresse no prosseguimento regular do processo, visto que descuidou de diligenciar as providÃªncias necessÃ¡rias no sentido de impulsionar o feito, visando Ã satisfaÃ§Ã£o do seu direito. A propÃ³sito: "O processo se desenvolve por impulso oficial e a sua extinÃ§Ã£o, nas hipÃ³teses previstas nos incisos II e III do art. 267 do CÃ³digo de Processo Civil, pressupÃµe a existÃªncia de ato que deva ser praticado pela parte".(Ap. nÂº 49.599, 2Âª CÃ¢mara Civil do TJSC , SÃ£o JoÃ£o Batista, Rel. Des. Newton Trisotto, in "Juris Plenum"). Ainda: "A extinÃ§Ã£o do processo por inÃ©rcia da parte autora sÃ³ deve ser julgada, quando o ato omitido, ao encargo daquela parte, importar em impossibilidade do prosseguimento da relaÃ§Ã£o processual". (JTA-SP 98/288). "A extinÃ§Ã£o do processo por abandono confina-se ao Ã¢mbito restrito dos casos em que o juiz nÃ£o tem como dar andamento ao feito sem a providÃªncia solicitada ao autor".(RT 575/167). "A extinÃ§Ã£o do processo, com base no n. III, do art. 267 do CÃ³digo de Processo Civil, pressupÃµe a inatividade do autor como causa da paralisaÃ§Ã£o do feito". (RT 469/97). A falta de interesse, por parte do autor, foi manifesta, nÃ£o restando ao julgador outra alternativa a nÃ£o ser, sem apreciar o mÃ©rito, extinguir o feito, tudo de acordo com o que lhe faculta o art. 267, da lei dos ritos. Confira-se a liÃ§Ã£o de HUMBERTO THEODORO JÃNIOR: "A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse, que Ã© a condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Presume-se, legalmente, essa desistÃªncia quando ambas as partes se desinteressam e, por negligÃªncia, deixam o processo paralisado por mais de um ano, ou quando o autor nÃ£o promove os atos ou diligÃªncias que lhe competir, abandonado a causa por mais de 30 dias. Â¿("Curso de Direito Processual Civil", vol. I, Forense, 25Âª ed., 1998, p. 310). Em consequÃªncia, com fundamento no art. 485, II e III, do CPC, julgo EXTINTO o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Custas na forma da lei. SERVE A PRESENTE DE MANDADO. P.R.I.C. e, certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais.(art. 203, Â§4Âº., do CPC) ACARÃ, 09 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORRÃA Â juiz de direito PROCESSO: 00051065420148140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:J. S. O. P. DENUNCIADO:EMERSON WEBERTON NUNES DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO I - NOMEAÃÃO DE DEFENSOR DATIVO: II - Considerando que nÃ£o hÃ¡ DEFENSOR PÃBLICO titular nesta comarca, nem tÃ£o menos a designaÃ§Ã£o de substituto, mesmo que em carÃ¡ter precÃ¡rio; III - Considerando os termos da legislaÃ§Ã£o vigente: a) art. 5Âº., LXXIV, da CF: Â¿o Estado prestarÃ¡ assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursosÂ¿ b) art. 1Âº., c.c. o art. 5Âº.,Â§3Âº., da Lei nÂº. 1060/50: Â¿Os poderes pÃºblicos federal e estadual, independentemente da colaboraÃ§Ã£o que possam receber dos municÃ-pios e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, concederÃ£o assistÃªncia judiciÃ¡ria aos necessitados, nos termos da LeiÂ¿. Â¿Nos municÃ-pios em que nÃ£o existirem SubseÃ§Ãµes da Ordem dos Advogados do Brasil, o prÃ³prio juiz farÃ¡ a nomeaÃ§Ã£o do advogado que patrocinarÃ¡ a causa do necessitadoÂ¿. c) art. 2Âº., Â§1Âº., c.c. o art. 22, Â§1Âº., da Lei nÂº. 8906/94: Â¿O advogado Ã© indispensÃ¡vel Ã administraÃ§Ã£o da justiÃ§a.Â¿ Â¿no seu ministÃ©rio privado, o advogado presta serviÃ§o pÃºblico e exerce funÃ§Ã£o socialÂ¿ Â¿a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorÃ¡rios convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbÃªnciaÂ¿ Â¿ o advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria PÃºblica no local da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, tem direito aos honorÃ¡rios fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado.Â¿ Orienta jurisprudÃªncia: Â¿processo CNJ:0001817-97.2008.8.14.0053.NÃºmero do documento: 2014.04517571-91. NÃºmero do acÃ³rdÃ£o: 131.992. Tipo de Processo: ApelaÃ§Ã£o ÃrgÃ£o Julgador: 3Âª CÃMARA CÃVEL ISOLADA. DecisÃ£o: ACÃRDÃO. Relator: ROBERTO GONCALVES DE MOURA. SeÃ§Ã£o: CÃVEL. Ementa/DecisÃ£o: EMENTA: ADVOGADO DEFENSOR DATIVO - AÃÃO DE COBRANÃA DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS - ARTS. 22, Â§ 1Âº, DA LEI 8.906/94, E 138, Â§ 2Âº, DA CONSTITUIÃÃO FEDERAL PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÃDICA DO PEDIDO E DE INEXISTÃNCIA DE DIREITO AO PAGAMENTO DE REMUNERAÃÃO A DEFENSOR DATIVO. REJEITADAS MÃRITO. PEDIDO PROCEDENTE JUROS E CORREÃÃO MONETÃRIA. OMISSÃO

SUPRIDA HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. CRITÃRIO DE FIXAÃÃO. 1. Data de Julgamento: 10/04/2014. Data de PublicaÃ§Ã£o: 14/04/2014Â¿ Â¿Dados Gerais. Processo: Â AC 10529150018347001 MG. Relator(a): Fernando de Vasconcelos Lins (JD Convocado). Julgamento: Â 11/02/2016. ÃrgÃ£o Julgador: Â CÂ¢maras CÃ-veis / 5Âª CÃMARA CÃVEL. PublicaÃ§Ã£o: Â 22/02/2016. Ementa. APELAÃÃO CÃVEL - EMBARGOS Ã EXECUÃÃO - HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS - DEFENSOR DATIVO - NOMEAÃÃES ANTERIORES Ã VIGÃNCIA DO DECRETO NÂº 45.898/2012 - ADEQUAÃÃO DOS VALORES Ã TABELA DA OAB/MG - REVOGAÃÃO DAS TABELAS EDITADAS POR RESOLUÃÃO CONJUNTA - IMPOSSIBILIDADE - HONORÃRIOS SUCUMBENCIAIS - FIXAÃÃO NOS TERMOS DO ART. 20, Â§ 4Âº, DO CPC - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - Com o advento do Decreto nÂº 45.898/2012, revelou-se imprescindÃ-vel o cumprimento do procedimento administrativo, pois a cobranÃ§a judicial dos valores devidos a tÃ-tulo de honorÃ¡rios do advogado dativo pressupunha a recusa do Estado de Minas Gerais ao pleito de pagamento formulado administrativamente. - A denÃºncia do ConvÃªnio de CooperaÃ§Ã£o MÃºtua firmado entre o Estado, o Tribunal de JustiÃ§a e a OAB/MG, que dava supedÂ¢neo Ã cobranÃ§a administrativa, todavia, obriga os defensores dativos ao ajuizamento de aÃ§Ã£o judicial. - O defensor dativo nomeado para atuar na defesa de autor ou rÃ©u pobre faz "jus" ao recebimento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios a serem suportados pelo Estado, a teor do artigo 272, da ConstituiÃ§Ã£o Estadual e artigo 10, da Lei Estadual 13.166/99. DecisÃ£o. DERAM PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.Â¿ DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, nomeio defensor dativo no presente processo o Dr. JONILO GONÃALVES LEITE, OAB-PA NÂº.7349, para fins de assistÃªncia judiciaria a(o) acusad(o)a, e fixo nos termos da tabela da SubseÃ§Ã£o da OAB-PA, os honorÃ¡rios advocatÃ-cios em R$ 1.000,00(mil reais), consoante o disposto na RESOLUÃÃO NÂº 19, DE 31 DE MARÃO DE 2015. Int. e dil. ACARÃ, 09 de novembro deÂ 2021.Â .Â WILSON DE SOUZA CORRÃA Â juiz de direito PROCESSO: 00060493220188140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Civil de Improbidade Administrativa em: 09/11/2021 AUTOR:PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARA Representante(s): OAB 12921 - ABRAO JORGE DAMOUS FILHO (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:JOSE MARIA DE OLIVEIRA MOTA JUNIOR. DESPACHO I - Â¿As partes tÃªm o direito de obter em prazo razoÃ¡vel a soluÃ§Ã£o integral do mÃ©rito, incluÃ-da a atividade satisfativaÂ¿ art. 4Âº. do CPC Â¿Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a BOA-FÃÂ¿ Art. 5Âº. do CPC Este juÃ-zo trata os jurisdicionados dessa forma e Ã© assim que espera ser tratado. Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Art. 8Âº. do CPC SÃ£o deveres das partes nos termos do art. 77, IV, do CPC, cumprir com exatidÃ£o as DECISÃES JURISDICIONAIS, DE NATUREZA PROVISÃRIA OU FINAL, e NÃO CRIAR EMBARAÃOS Ã SUA EFETIVAÃÃO. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Ãµes do CPC, incumbindo-lhe velar pela duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, e com isso, DETERMINAR TODAS AS MEDIDAS INDUTIVAS, COERCITIVAS, MANDAMENTAIS OU SUB-ROGATÃRIAS NECESSÃRIAS para assegurar O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, inclusive nas aÃ§Ãµes que tenha por objeto prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, consoante dispÃµe o art. 139, II, IV, do CPC. I - Defiro o requerido pelo RMP, no prazo legal. ACARÃ, 09 de novembro de 2021.Â WILSON DE SOUZA CORREAÂ Â juiz de direito PROCESSO: 00065903120198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021 VITIMA:M. A. F. ACUSADO:MIZAEL DOS SANTOS ABREU. DESPACHO I - NOMEAÃÃO DE DEFENSOR DATIVO: II - Considerando que nÃ£o hÃ¡ DEFENSOR PÃBLICO titular nesta comarca, nem tÃ£o menos a designaÃ§Ã£o de substituto, mesmo que em carÃ¡ter precÃ¡rio; III - Considerando os termos da legislaÃ§Ã£o vigente: a) art. 5Âº., LXXIV, da CF: Â¿o Estado prestarÃ¡ assistÃªncia jurÃ-dica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiÃªncia de recursosÂ¿ b) art. 1Âº., c.c. o art. 5Âº.,Â§3Âº., da Lei nÂº. 1060/50: Â¿Os poderes pÃºblicos federal e estadual, independentemente da colaboraÃ§Ã£o que possam receber dos municÃ-pios e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, concederÃ£o assistÃªncia judiciÃ¡ria aos necessitados, nos termos da LeiÂ¿. Â¿Nos municÃ-pios em que nÃ£o existirem SubseÃ§Ãµes da Ordem dos Advogados do Brasil, o prÃ³prio juiz farÃ¡ a nomeaÃ§Ã£o do advogado que patrocinarÃ¡ a causa do necessitadoÂ¿. c) art. 2Âº., Â§1Âº., c.c. o art. 22, Â§1Âº., da Lei nÂº. 8906/94: Â¿O advogado Ã© indispensÃ¡vel Ã administraÃ§Ã£o da justiÃ§a.Â¿ Â¿no seu ministÃ©rio privado, o advogado presta serviÃ§o pÃºblico e exerce funÃ§Ã£o socialÂ¿ Â¿a prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorÃ¡rios convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbÃªnciaÂ¿ Â¿ o advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria PÃºblica no local da prestaÃ§Ã£o de serviÃ§o, tem direito aos honorÃ¡rios fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo

Estado.Â¿ Orienta jurisprudÃªncia: Â¿processo CNJ:0001817-97.2008.8.14.0053.NÃºmero do documento: 2014.04517571-91. NÃºmero do acÃ³rdÃ£o: 131.992. Tipo de Processo: ApelaÃ§Ã£o ÃrgÃ£o Julgador: 3Âª CÃMARA CÃVEL ISOLADA. DecisÃ£o: ACÃRDÃO. Relator: ROBERTO GONCALVES DE MOURA. SeÃ§Ã£o: CÃVEL. Ementa/DecisÃ£o: EMENTA: ADVOGADO DEFENSOR DATIVO - AÃÃO DE COBRANÃA DE HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS - ARTS. 22, Â§ 1Âº, DA LEI 8.906/94, E 138, Â§ 2Âº, DA CONSTITUIÃÃO FEDERAL PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÃDICA DO PEDIDO E DE INEXISTÃNCIA DE DIREITO AO PAGAMENTO DE REMUNERAÃÃO A DEFENSOR DATIVO. REJEITADAS MÃRITO. PEDIDO PROCEDENTE JUROS E CORREÃÃO MONETÃRIA. OMISSÃO SUPRIDA HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. CRITÃRIO DE FIXAÃÃO. 1. Data de Julgamento: 10/04/2014. Data de PublicaÃ§Ã£o: 14/04/2014Â¿ Â¿Dados Gerais. Processo: Â AC 10529150018347001 MG. Relator(a): Fernando de Vasconcelos Lins (JD Convocado). Julgamento: Â 11/02/2016. ÃrgÃ£o Julgador: Â CÂ¢maras CÃ-veis / 5Âª CÃMARA CÃVEL. PublicaÃ§Ã£o: Â 22/02/2016. Ementa. APELAÃÃO CÃVEL - EMBARGOS Ã EXECUÃÃO - HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS - DEFENSOR DATIVO - NOMEAÃÃES ANTERIORES Ã VIGÃNCIA DO DECRETO NÂº 45.898/2012 - ADEQUAÃÃO DOS VALORES Ã TABELA DA OAB/MG - REVOGAÃÃO DAS TABELAS EDITADAS POR RESOLUÃÃO CONJUNTA - IMPOSSIBILIDADE - HONORÃRIOS SUCUMBENCIAIS - FIXAÃÃO NOS TERMOS DO ART. 20, Â§ 4Âº, DO CPC - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - Com o advento do Decreto nÂº 45.898/2012, revelou-se imprescindÃ-vel o cumprimento do procedimento administrativo, pois a cobranÃ§a judicial dos valores devidos a tÃ-tulo de honorÃ¡rios do advogado dativo pressupunha a recusa do Estado de Minas Gerais ao pleito de pagamento formulado administrativamente. - A denÃºncia do ConvÃªnio de CooperaÃ§Ã£o MÃºtua firmado entre o Estado, o Tribunal de JustiÃ§a e a OAB/MG, que dava supedÂ¢neo Ã cobranÃ§a administrativa, todavia, obriga os defensores dativos ao ajuizamento de aÃ§Ã£o judicial. - O defensor dativo nomeado para atuar na defesa de autor ou rÃ©u pobre faz "jus" ao recebimento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios a serem suportados pelo Estado, a teor do artigo 272, da ConstituiÃ§Ã£o Estadual e artigo 10, da Lei Estadual 13.166/99. DecisÃ£o. DERAM PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO.Â¿ DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, nomeio defensor dativo no presente processo o Dr. JONILO GONÃALVES LEITE, OAB-PA NÂº.7349, para fins de assistÃªncia judiciaria a(o) acusad(o)a, e fixo nos termos da tabela da SubseÃ§Ã£o da OAB-PA, os honorÃ¡rios advocatÃ-cios em R$ 1.000,00(mil reais), consoante o disposto na RESOLUÃÃO NÂº 19, DE 31 DE MARÃO DE 2015. Int. e dil. ACARÃ, 09 de novembro deÂ 2021.Â .Â WILSON DE SOUZA CORRÃA Â juiz de direito PROCESSO: 00071691320188140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021 VITIMA:E. O. S. AUTOR DO FATO:GEOVANDERSON MATIAS PANTOJA. SENTENÃA EDIANA DE OLIVEIRA SANTANA, devidamente qualificado(a)s nos autos, por meio de advogado legalmente constituÃ-do, afor(ou)aram PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA contra GEOVANDERSON MATIAS PANTOJA. Â O(s) autor(es) nÃ£o apresentou(ram) justificativa nem tÃ£o menos demonstrou(ram) qualquer interesse no prosseguimento do feito atÃ© a presente data. Consoante determina a legislaÃ§Ã£o vigente, deve a parte promover os atos e diligÃªncias que lhe competir no processo, nÃ£o abandonÃ¡-lo por mais de 30(trinta) dias, ou deixÃ¡-loÂ paralisadoÂ durante mais de 01(um) ano, por sua negligÃªncia. .A parte autora nÃ£oÂ demonstrou atÃ© a presente data qualquer interesse no andamento do processo. As informaÃ§Ãµes que devem instruir o processo Ã© um Ã´nus da parte autora, e a atividade judiciÃ¡ria nÃ£o deve se revestir de Ã³rgÃ£o investigatÃ³rio, o que lhe assoberba em muito face Ã s suas atribuiÃ§Ãµes legais naturais, ressaltando-se de outro lado que hÃ¡ Ã³rgÃ£o estatal para esse fim. NÃ£o se pode perder de vista, em hipÃ³teses como a presente, o princÃ-pio do impulso oficial. A propÃ³sito, pertinente Ã© a liÃ§Ã£o de JosÃ© da Silva Pacheco no "Curso de teoria geral do processo", Rio de Janeiro, Forense, 1985, p. 87: "De uma vista global do processo, porÃ©m, resulta claro que se a jurisdiÃ§Ã£o nÃ£o se move a menos que seja provocada pela aÃ§Ã£o da parte interessada, o que constitui o direito de aÃ§Ã£o, de demandar, de pedir a tutela jurisdicional, uma vez detonada a forÃ§a energÃ©tica da jurisdiÃ§Ã£o, ela se move ex officio. Ã o que estabelecem os arts. 262, in fine, e 125 do CÃ³digo de Processo Civil e o que se adota, de um modo geral, no processo penal, com exceÃ§Ã£o do previsto no art. 60 do CÃ³digo de Processo Penal." O que se vÃª dos autos, como analisado, Ã© que houve, efetivamente, por parte do autor, total desinteresse no prosseguimento regular do processo, visto que descuidou de diligenciar as providÃªncias necessÃ¡rias no sentido de impulsionar o feito, visando Ã satisfaÃ§Ã£o do seu direito. A propÃ³sito: "O processo se desenvolve por impulso oficial e a sua extinÃ§Ã£o, nas hipÃ³teses previstas nos incisos II e III do art. 267 do CÃ³digo de Processo Civil, pressupÃµe a existÃªncia de ato que deva ser praticado pela parte".(Ap. nÂº 49.599, 2Âª CÂ¢mara Civil do TJSC , SÃ£o JoÃ£o Batista, Rel. Des. Newton Trisotto, in "Juris Plenum"). Ainda: "A extinÃ§Ã£o do processo por inÃ©rcia da parte autora sÃ³ deve ser julgada, quando o ato omitido, ao encargo daquela

parte, importar em impossibilidade do prosseguimento da relaÃ§Ã£o processual". (JTA-SP 98/288). "A extinÃ§Ã£o do processo por abandono confina-se ao Ã¢mbito restrito dos casos em que o juiz nÃ£o tem como dar andamento ao feito sem a providÃªncia solicitada ao autor".(RT 575/167). "A extinÃ§Ã£o do processo, com base no n. III, do art. 267 do CÃ³digo de Processo Civil, pressupÃµe a inatividade do autor como causa da paralisaÃ§Ã£o do feito". (RT 469/97). A falta de interesse, por parte do autor, foi manifesta, nÃ£o restando ao julgador outra alternativa a nÃ£o ser, sem apreciar o mÃ©rito, extinguir o feito, tudo de acordo com o que lhe faculta o art. 267, da lei dos ritos. Confira-se a liÃ§Ã£o de HUMBERTO THEODORO JÃNIOR: "A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse, que Ã© a condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Presume-se, legalmente, essa desistÃªncia quando ambas as partes se desinteressam e, por negligÃªncia, deixam o processo paralisado por mais de um ano, ou quando o autor nÃ£o promove os atos ou diligÃªncias que lhe competir, abandonado a causa por mais de 30 dias. Â¿("Curso de Direito Processual Civil", vol. I, Forense, 25Âª ed., 1998, p. 310). Em consequÃªncia, com fundamento no art. 485, II e III, do CPC, julgo EXTINTO o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Custas na forma da lei. SERVE A PRESENTE DE MANDADO. P.R.I.C. e, certificado o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais.(art. 203, Â§4Âº., do CPC) ACARÃ, 09 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORRÃA Â juiz de direito P R O C E S S O : 0 0 0 7 8 3 1 7 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 7 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 09/11/2021 VITIMA:J. C. S. AUTOR DO FATO:ROSIVALDO VULGO BRANCO. SENTENÃA JUCIRENE CIDADE DOS SANTOS, devidamente qualificado(a)s nos autos, por meio de advogado legalmente constituÃ-do, afor(ou)aram PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA contra ROSIVALDO vulgo BRANCO. Â O(s) autor(es) nÃ£o apresentou(ram) justificativa nem tÃ£o menos demonstrou(ram) qualquer interesse no prosseguimento do feito atÃ© a presente data. Consoante determina a legislaÃ§Ã£o vigente, deve a parte promover os atos e diligÃªncias que lhe competir no processo, nÃ£o abandonÃ¡-lo por mais de 30(trinta) dias, ou deixÃ¡-loÂ paralisadoÂ durante mais de 01(um) ano, por sua negligÃªncia. .A parte autora nÃ£oÂ demonstrou atÃ© a presente data qualquer interesse no andamento do processo. As informaÃ§Ãµes que devem instruir o processo Ã© um Ã´nus da parte autora, e a atividade judiciÃ¡ria nÃ£o deve se revestir de Ã³rgÃ£o investigatÃ³rio, o que lhe assoberba em muito face Ã s suas atribuiÃ§Ãµes legais naturais, ressaltando-se de outro lado que hÃ¡ Ã³rgÃ£o estatal para esse fim. NÃ£o se pode perder de vista, em hipÃ³teses como a presente, o princÃ-pio do impulso oficial. A propÃ³sito, pertinente Ã© a liÃ§Ã£o de JosÃ© da Silva Pacheco no "Curso de teoria geral do processo", Rio de Janeiro, Forense, 1985, p. 87: "De uma vista global do processo, porÃ©m, resulta claro que se a jurisdiÃ§Ã£o nÃ£o se move a menos que seja provocada pela aÃ§Ã£o da parte interessada, o que constitui o direito de aÃ§Ã£o, de demandar, de pedir a tutela jurisdicional, uma vez detonada a forÃ§a energÃ©tica da jurisdiÃ§Ã£o, ela se move ex officio. Ã o que estabelecem os arts. 262, in fine, e 125 do CÃ³digo de Processo Civil e o que se adota, de um modo geral, no processo penal, com exceÃ§Ã£o do previsto no art. 60 do CÃ³digo de Processo Penal." O que se vÃª dos autos, como analisado, Ã© que houve, efetivamente, por parte do autor, total desinteresse no prosseguimento regular do processo, visto que descuidou de diligenciar as providÃªncias necessÃ¡rias no sentido de impulsionar o feito, visando Ã satisfaÃ§Ã£o do seu direito. A propÃ³sito: "O processo se desenvolve por impulso oficial e a sua extinÃ§Ã£o, nas hipÃ³teses previstas nos incisos II e III do art. 267 do CÃ³digo de Processo Civil, pressupÃµe a existÃªncia de ato que deva ser praticado pela parte".(Ap. nÂº 49.599, 2Âª CÃ¢mara Civil do TJSC , SÃ£o JoÃ£o Batista, Rel. Des. Newton Trisotto, in "Juris Plenum"). Ainda: "A extinÃ§Ã£o do processo por inÃ©rcia da parte autora sÃ³ deve ser julgada, quando o ato omitido, ao encargo daquela parte, importar em impossibilidade do prosseguimento da relaÃ§Ã£o processual". (JTA-SP 98/288). "A extinÃ§Ã£o do processo por abandono confina-se ao Ã¢mbito restrito dos casos em que o juiz nÃ£o tem como dar andamento ao feito sem a providÃªncia solicitada ao autor".(RT 575/167). "A extinÃ§Ã£o do processo, com base no n. III, do art. 267 do CÃ³digo de Processo Civil, pressupÃµe a inatividade do autor como causa da paralisaÃ§Ã£o do feito". (RT 469/97). A falta de interesse, por parte do autor, foi manifesta, nÃ£o restando ao julgador outra alternativa a nÃ£o ser, sem apreciar o mÃ©rito, extinguir o feito, tudo de acordo com o que lhe faculta o art. 267, da lei dos ritos. Confira-se a liÃ§Ã£o de HUMBERTO THEODORO JÃNIOR: "A inÃ©rcia das partes diante dos deveres e Ã´nus processuais, acarretando a paralisaÃ§Ã£o do processo, faz presumir desistÃªncia da pretensÃ£o Ã tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse, que Ã© a condiÃ§Ã£o para o regular exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o. Presume-se, legalmente, essa desistÃªncia quando ambas as partes se desinteressam e, por negligÃªncia, deixam o processo paralisado por mais de um ano, ou quando o autor nÃ£o promove os atos ou diligÃªncias que lhe competir, abandonado a causa por mais de 30 dias. Â¿("Curso de Direito Processual Civil", vol. I, Forense, 25Âª ed.,

1998, p. 310). Em consequÃªncia, com fundamento no art. 485, II e III, do CPC, julgo EXTINTO o processo, sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito. Custas na forma da lei. SERVE A PRESENTE DE MANDADO. P.R.I.C. e, certificado o trÂ¢nsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais.(art. 203, Â§4Âº., do CPC) ACARÃ, 09 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORRÃA Â juiz de direito PROCESSO: 00010410620208140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:E. C. C. DENUNCIADO:EDIVALDO DOS SANTOS MENDONCA AUTOR:AUTOR MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO I - Â¿As partes tÃªm o direito de obter em prazo razoÃ¡vel a soluÃ§Ã£o integral do mÃ©rito, incluÃ-da a atividade satisfativaÂ¿ art. 4Âº. do CPC Â¿Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a BOA-FÃÂ¿ Art. 5Âº. do CPC Este juÃ-zo trata os jurisdicionados dessa forma e Ã© assim que espera ser tratado. Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Art. 8Âº. do CPC SÃ£o deveres das partes nos termos do art. 77, IV, do CPC, cumprir com exatidÃ£o as DECISÃES JURISDICIONAIS, DE NATUREZA PROVISÃRIA OU FINAL, e NÃO CRIAR EMBARAÃOS Ã SUA EFETIVAÃÃO. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Ãµes do CPC, incumbindo-lhe velar pela duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, e com isso, DETERMINAR TODAS AS MEDIDAS INDUTIVAS, COERCITIVAS, MANDAMENTAIS OU SUB-ROGATÃRIAS NECESSÃRIAS para assegurar O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, inclusive nas aÃ§Ãµes que tenha por objeto prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, consoante dispÃµe o art. 139, II, IV, do CPC. I - Renovem-se as diligÃªncias para o dia 17.02.2022, Ã s 09h15min. ACARÃ, 10 de novembro de 2021.Â WILSON DE SOUZA CORREAÂ Â juiz de direito PROCESSO: 00016222120208140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:S. N. C. T. DENUNCIADO:PAULO SERGIO LEITE TOCANTINS. DECISÃO I -Â Neste momento aprecia-se apenas o juÃ-zo de admissibilidade da denÃºncia.Â Infere-se,Â na anÃ¡lise do mencionado instrumento acusatÃ³rio, que a conduta descrita encontra adequaÃ§Ã£o tÃ-pica no ordenamento jurÃ-dico vigente, como tambÃ©m nÃ£o hÃ¡Â causa extintiva da punibilidade, estando presentes as condiÃ§Ãµes de procedibilidade, os pressupostos processuais, nem tÃ£o menos hipÃ³tese de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, e estÃ£o plenamente atendidos os requisitos do art. 41 do CPP, alÃ©m de presentes os indÃ-cios suficientes de autoria e materialidade; II - Diante do acima exposto, RECEBO a DENÃNCIA em desfavor de PAULO SÃRGIO LEITE TOCANTINS,Â nos termos em que foi formulada. Intime-se o(s) acusado(s) e testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa para comparecerem a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o designada para o dia 17.02.2022 Ã s 09h15min; III - Defiro os requerimentos do RMP, constanteÂ Ã fl.; IV - Oficie-se Ã Autoridade Policial, se for o caso, requisitando a apresentaÃ§Ã£o do(s) preso(s); V - Ressalto que, em relaÃ§Ã£o Ã s testemunhas nÃ£o residentes na comarca, deve ser observado o disposto no art. 222 do CPP, com prazo de 10(dez) dias; VI - O servidor pÃºblico civil ou militar arrolado como testemunha deve ser requisitado perante a chefia imediata, nos termos do CPP; ACARÃ, 10 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Â juiz de direito PROCESSO: 00041916320188140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:L. S. C. DENUNCIADO:JOSIMAR RODRIGUES MOURA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DESPACHO I - Â¿As partes tÃªm o direito de obter em prazo razoÃ¡vel a soluÃ§Ã£o integral do mÃ©rito, incluÃ-da a atividade satisfativaÂ¿ art. 4Âº. do CPC Â¿Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a BOA-FÃÂ¿ Art. 5Âº. do CPC Este juÃ-zo trata os jurisdicionados dessa forma e Ã© assim que espera ser tratado. Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Art. 8Âº. do CPC SÃ£o deveres das partes nos termos do art. 77, IV, do CPC, cumprir com exatidÃ£o as DECISÃES JURISDICIONAIS, DE NATUREZA PROVISÃRIA OU FINAL, e NÃO CRIAR EMBARAÃOS Ã SUA EFETIVAÃÃO. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Ãµes do CPC, incumbindo-lhe velar pela duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, e com isso, DETERMINAR TODAS AS MEDIDAS INDUTIVAS, COERCITIVAS, MANDAMENTAIS OU SUB-ROGATÃRIAS NECESSÃRIAS para assegurar O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, inclusive nas aÃ§Ãµes que tenha por objeto prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, consoante dispÃµe o art. 139, II, IV, do CPC. I - Renovem-se as diligÃªncias para o dia 17.02.2022, Ã s 08h15min. ACARÃ, 10 de novembro de 2021.Â WILSON DE SOUZA CORREAÂ Â juiz de direito PROCESSO: 00057900320198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A):

WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:E. S. S. DENUNCIADO:MESSIAS TRINDADE RAFAEL AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO I - Â¿As partes tÃªm o direito de obter em prazo razoÃ¡vel a soluÃ§Ã£o integral do mÃ©rito, incluÃ-da a atividade satisfativaÂ¿ art. 4Âº. do CPC Â¿Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a BOA-FÃÂ¿ Art. 5Âº. do CPC Este juÃ-zo trata os jurisdicionados dessa forma e Ã© assim que espera ser tratado. Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Art. 8Âº. do CPC SÃ£o deveres das partes nos termos do art. 77, IV, do CPC, cumprir com exatidÃ£o as DECISÃES JURISDICIONAIS, DE NATUREZA PROVISÃRIA OU FINAL, e NÃO CRIAR EMBARAÃOS Ã SUA EFETIVAÃÃO. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Ãµes do CPC, incumbindo-lhe velar pela duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, e com isso, DETERMINAR TODAS AS MEDIDAS INDUTIVAS, COERCITIVAS, MANDAMENTAIS OU SUB-ROGATÃRIAS NECESSÃRIAS para assegurar O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, inclusive nas aÃ§Ãµes que tenha por objeto prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, consoante dispÃµe o art. 139, II, IV, do CPC. I - Renovem-se as diligÃªncias para o dia 17.02.2022, Ã s 10h00min. ACARÃ, 10 de novembro de 2021.Â WILSON DE SOUZA CORREAÂ Â juiz de direito PROCESSO: 00058498820198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ELIZALDO DA SILVA MARTINS VITIMA:J. S. R. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DECISÃO I -Â Neste momento aprecia-se apenas o juÃ-zo de admissibilidade da denÃºncia.Â Infere-se,Â na anÃ¡lise do mencionado instrumento acusatÃ³rio, que a conduta descrita encontra adequaÃ§Ã£o tÃ-pica no ordenamento jurÃ-dico vigente, como tambÃ©m nÃ£o hÃ¡Â causa extintiva da punibilidade, estando presentes as condiÃ§Ãµes de procedibilidade, os pressupostos processuais, nem tÃ£o menos hipÃ³tese de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, e estÃ£o plenamente atendidos os requisitos do art. 41 do CPP, alÃ©m de presentes os indÃ-cios suficientes de autoria e materialidade; II - Diante do acima exposto, RECEBO a DENÃNCIA em desfavor de ELIZALDO DA SILVA MARTINS,Â nos termos em que foi formulada. Intime-se o(s) acusado(s) e testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa para comparecerem a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o designada para o dia 17.02.2022 Ã s 09h45min; III - Defiro os requerimentos do RMP, constanteÂ Ã fl.; IV - Oficie-se Ã Autoridade Policial, se for o caso, requisitando a apresentaÃ§Ã£o do(s) preso(s); V - Ressalto que, em relaÃ§Ã£o Ã s testemunhas nÃ£o residentes na comarca, deve ser observado o disposto no art. 222 do CPP, com prazo de 10(dez) dias; VI - O servidor pÃºblico civil ou militar arrolado como testemunha deve ser requisitado perante a chefia imediata, nos termos do CPP; ACARÃ, 10 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Â juiz de direito PROCESSO: 00066296220188140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:C. S. E. S. DENUNCIADO:IVANEI DOS SANTOS CARNEIRO. DECISÃO I -Â Neste momento aprecia-se apenas o juÃ-zo de admissibilidade da denÃºncia.Â Infere-se,Â na anÃ¡lise do mencionado instrumento acusatÃ³rio, que a conduta descrita encontra adequaÃ§Ã£o tÃ-pica no ordenamento jurÃ-dico vigente, como tambÃ©m nÃ£o hÃ¡Â causa extintiva da punibilidade, estando presentes as condiÃ§Ãµes de procedibilidade, os pressupostos processuais, nem tÃ£o menos hipÃ³tese de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, e estÃ£o plenamente atendidos os requisitos do art. 41 do CPP, alÃ©m de presentes os indÃ-cios suficientes de autoria e materialidade; II - Diante do acima exposto, RECEBO a DENÃNCIA em desfavor de IVANEI DOS SANTOS CARNEIRO,Â nos termos em que foi formulada. Intime-se o(s) acusado(s) e testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa para comparecerem a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o designada para o dia 17.02.2022 Ã s 10h00min; III - Defiro os requerimentos do RMP, constanteÂ Ã fl.; IV - Oficie-se Ã Autoridade Policial, se for o caso, requisitando a apresentaÃ§Ã£o do(s) preso(s); V - Ressalto que, em relaÃ§Ã£o Ã s testemunhas nÃ£o residentes na comarca, deve ser observado o disposto no art. 222 do CPP, com prazo de 10(dez) dias; VI - O servidor pÃºblico civil ou militar arrolado como testemunha deve ser requisitado perante a chefia imediata, nos termos do CPP; ACARÃ, 10 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Â juiz de direito PROCESSO: 00066498720178140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:T. S. M. DENUNCIADO:VAGNER FRANCO NAZARE PANTOJA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO I - Â¿As partes tÃªm o direito de obter em prazo razoÃ¡vel a soluÃ§Ã£o integral do mÃ©rito, incluÃ-da a atividade satisfativaÂ¿ art. 4Âº. do CPC Â¿Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a BOA-FÃÂ¿ Art. 5Âº. do CPC Este juÃ-zo trata os jurisdicionados dessa forma e Ã© assim que espera ser tratado. Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade

da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Art. 8Âº. do CPC SÃ£o deveres das partes nos termos do art. 77, IV, do CPC, cumprir com exatidÃ£o as DECISÃES JURISDICIONAIS, DE NATUREZA PROVISÃRIA OU FINAL, e NÃO CRIAR EMBARAÃOS Ã SUA EFETIVAÃÃO. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Ãµes do CPC, incumbindo-lhe velar pela duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, e com isso, DETERMINAR TODAS AS MEDIDAS INDUTIVAS, COERCITIVAS, MANDAMENTAIS OU SUB-ROGATÃRIAS NECESSÃRIAS para assegurar O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, inclusive nas aÃ§Ãµes que tenha por objeto prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, consoante dispÃµe o art. 139, II, IV, do CPC. I - Renovem-se as diligÃªncias para o dia 17.02.2022, Ã s 08h30min. ACARÃ, 10 de novembro de 2021.Â WILSON DE SOUZA CORREAÂ Â juiz de direito PROCESSO: 00070092220178140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 VITIMA:E. C. S. D. DENUNCIADO:MISAEL PALMEIRA DE PAIVA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO I -Â Neste momento aprecia-se apenas o juÃ-zo de admissibilidade da denÃºncia.Â Infere-se,Â na anÃ¡lise do mencionado instrumento acusatÃ³rio, que a conduta descrita encontra adequaÃ§Ã£o tÃ-pica no ordenamento jurÃ-dico vigente, como tambÃ©m nÃ£o hÃ¡Â causa extintiva da punibilidade, estando presentes as condiÃ§Ãµes de procedibilidade, os pressupostos processuais, nem tÃ£o menos hipÃ³tese de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria, e estÃ£o plenamente atendidos os requisitos do art. 41 do CPP, alÃ©m de presentes os indÃ-cios suficientes de autoria e materialidade; II - Diante do acima exposto, RECEBO a DENÃNCIA em desfavor de MISAEL PALMEIRA DE PAIVA,Â nos termos em que foi formulada. Intime-se o(s) acusado(s) e testemunhas de acusaÃ§Ã£o e defesa para comparecerem a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o designada para o dia 17.02.2022 Ã s 08h45min; III - Defiro os requerimentos do RMP, constanteÂ Ã fl.; IV - Oficie-se Ã Autoridade Policial, se for o caso, requisitando a apresentaÃ§Ã£o do(s) preso(s); V - Ressalto que, em relaÃ§Ã£o Ã s testemunhas nÃ£o residentes na comarca, deve ser observado o disposto no art. 222 do CPP, com prazo de 10(dez) dias; VI - O servidor pÃºblico civil ou militar arrolado como testemunha deve ser requisitado perante a chefia imediata, nos termos do CPP; ACARÃ, 10 de novembro de 2021. WILSON DE SOUZA CORREA Â juiz de direito PROCESSO: 00075967820168140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:MESSIAS MACIEL DA CONCEICAO VITIMA:M. L. A. PROMOTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO I - Â¿As partes tÃªm o direito de obter em prazo razoÃ¡vel a soluÃ§Ã£o integral do mÃ©rito, incluÃ-da a atividade satisfativaÂ¿ art. 4Âº. do CPC Â¿Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a BOA-FÃÂ¿ Art. 5Âº. do CPC Este juÃ-zo trata os jurisdicionados dessa forma e Ã© assim que espera ser tratado. Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Art. 8Âº. do CPC SÃ£o deveres das partes nos termos do art. 77, IV, do CPC, cumprir com exatidÃ£o as DECISÃES JURISDICIONAIS, DE NATUREZA PROVISÃRIA OU FINAL, e NÃO CRIAR EMBARAÃOS Ã SUA EFETIVAÃÃO. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Ãµes do CPC, incumbindo-lhe velar pela duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, e com isso, DETERMINAR TODAS AS MEDIDAS INDUTIVAS, COERCITIVAS, MANDAMENTAIS OU SUB-ROGATÃRIAS NECESSÃRIAS para assegurar O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, inclusive nas aÃ§Ãµes que tenha por objeto prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, consoante dispÃµe o art. 139, II, IV, do CPC. I - Renovem-se as diligÃªncias para o dia 17.02.2022, Ã s 09h00min. ACARÃ, 10 de novembro de 2021.Â WILSON DE SOUZA CORREAÂ Â juiz de direito PROCESSO: 01501965920158140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WILSON DE SOUZA CORREA A??o: Cumprimento de sentença em: 10/11/2021 DENUNCIADO:LUIZ ALBERTO DOS SANTOS BARROS VITIMA:M. T. S. B. VITIMA:O. E. PROMOTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO I - Â¿As partes tÃªm o direito de obter em prazo razoÃ¡vel a soluÃ§Ã£o integral do mÃ©rito, incluÃ-da a atividade satisfativaÂ¿ art. 4Âº. do CPC Â¿Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a BOA-FÃÂ¿ Art. 5Âº. do CPC Este juÃ-zo trata os jurisdicionados dessa forma e Ã© assim que espera ser tratado. Â¿Ao aplicar o ordenamento jurÃ-dico, o juiz atenderÃ¡ aos fins sociais e Ã s exigÃªncias do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiÃªnciaÂ¿. Art. 8Âº. do CPC SÃ£o deveres das partes nos termos do art. 77, IV, do CPC, cumprir com exatidÃ£o as DECISÃES JURISDICIONAIS, DE NATUREZA PROVISÃRIA OU FINAL, e NÃO CRIAR EMBARAÃOS Ã SUA EFETIVAÃÃO. O juiz dirigirÃ¡ o processo conforme as disposiÃ§Ãµes do CPC, incumbindo-lhe velar pela duraÃ§Ã£o razoÃ¡vel do processo, e com isso, DETERMINAR TODAS AS MEDIDAS INDUTIVAS,

COERCITIVAS, MANDAMENTAIS OU SUB-ROGATÃRIAS NECESSÃRIAS para assegurar O CUMPRIMENTO DA ORDEM JUDICIAL, inclusive nas aÃ§Ãµes que tenha por objeto prestaÃ§Ã£o pecuniÃ¡ria, consoante dispÃµe o art. 139, II, IV, do CPC. I - Renovem-se as diligÃªncias para o dia 17.02.2022, Ã s 08h00min. ACARÃ, 10 de novembro de 2021.Â WILSON DE SOUZA CORREAÂ Â juiz de direito PROCESSO: 00056896320198140076 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: VITIMA: M. S. F. AUTOR: R. R. C.

COMARCA DE MUANÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MUANÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

O Dr. Luiz Trindade Júnior, Juiz de Direito Titular da Comarca de Muaná, Estado do Pará, faz saber a todos quantos virem ou tomarem conhecimento deste, etc...

Processo: 0004723-40.2016.814.0033 Ação Criminal de Tráfico de Drogas

Autora: A JUSTIÇA PÚBLICA

Réu: DADIEL CIRINO DE OLIVEIRA

1. FINALIDADE: INTIMAÇÃO do réu acima identificado acerca da sentença judicial, abaixo transcrita em parte, para querendo e no prazo de 05(cinco) dias, interpor recurso.

DISPOSITIVO DA SENTENÇA (transcrita em parte):

¿...**ANTE O EXPOSTO e o que mais consta dos autos julgo procedente a denúncia para CONDENAR o Réu DADIEL CIRINO DE OLIVEIRA, já qualificado, como incurso nas sanç¿es do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06.** Passo a dosimetria da pena em atenç¿o ao disposto art. 42, da Lei nº 11.343/2006 e artigos 59 e 68 do Código Penal.A culpabilidade do acusado denotou elevada reprovabilidade, tendo pleno conhecimento do caráter ilícito de sua conduta, mas ainda assim quis praticar o delito. Os antecedentes criminais n¿o s¿o maculados. Conduta social desfavorável. A Personalidade voltada para o crime, vez que demonstrou insensibilidade social ao praticar crime de natureza hedionda. Os motivos s¿o comum à espécie indicam que ele foi impelido pelo desejo de obtenç¿o de ganho sem esforço laborativo. As Circunstâncias do crime s¿o relevantes, pois estava guardando a droga em sua casa para venda. As Conseqüências do crime s¿o consideráveis, posto que o tráfico de drogas é fator de difus¿o, causando sérios e irreversíveis prejuízos à saúde pública e sendo considerado o carro-chefe de vários delitos. A situaç¿o financeira do réu é precária e a quantidade de substancia apreendida é razoável. (art. 42 da lei nº 11343/06), repercutindo diretamente na pena base.**Assim, levando-se em conta as condiç¿es e circunstâncias judiciais acima, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclus¿o e 100 (cem) dias-multa.** N¿o há atenuantes nem agravantes, nem casos de aumento ou diminuiç¿o, pois deixo de aplicar o § 4º do art. 33, da Lei de Drogas, por entender que o acusado se dedicava a essa atividade criminosa do tráfico, pois confessou que adquiria a droga em Belém e já foi preso anteriormente pelo mesmo crime. **PENA DEFINITIVAUltrapassadas as três fases, torno a pena definitiva em 05 (cinco) anos de reclus¿o e 100 (cem) dias-multa.Considerando a situaç¿o financeira do sentenciado, dispenso-o do pagamento da multa.**REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA**evando em consideraç¿o a quantidade de pena aplicada, fixo o regime inicial semiaberto para início do cumprimento da sanç¿o corporal (art. 33, §2º, ¿b¿, CP), em regime em penitenciária agrícola, industrial ou similar (art. 33, § 1º, ¿b¿ do C.P.)** INDENIZAÇ¿O DOS DANOS CIVISDeixo de fixar o valor mínimo para reparaç¿o dos danos causados pela infraç¿o, nos termos do art. 387, do CPP, porque o delito perpetrado atinge a todos, indistintamente.DA APELAÇ¿OConsiderando que o réu responde o processo em liberdade, deverá apelar nessa condiç¿o.DA SUBSTITUIÇ¿OIncabível a substituiç¿o por pena restritiva de direitos ou sursis, tendo em vista a quantidade da pena.Transitada em julgado a sentença, tomem-se as seguintes providencias:1) Expeça-se mandado de pris¿o e guia de execuç¿o para cumprimento da sentença.2) Seja lançada o nome do réu no rol dos culpados, nos termos do art. 393, II do CPP, bem como providenciar o registro no rol dos antecedentes criminais.2) Oficie-se à Justiça Eleitoral em atenç¿o ao art. 15, III da Constituiç¿o Federal;3) Expeça-se guia de execuç¿o definitiva.**Autorizo, por oportuno, a incineraç¿o da droga pela autoridade de polícia judiciária com participaç¿o do Ministério Público, cuja autoridade deverá enviar a este**

Juízo cópia do auto de incineraç¿o (art. 58, §1º c/c art. 32, §1º, da Lei de Drogas).Determino o perdimento em favor da Uni¿o dos bens encontrados com o acusado no momento da pris¿o em flagrante, descritos no auto de apresentaç¿o e apreens¿o de fl. 21 do IPL, pois os valores caracterizem produtos do crime. Determino a remessa dos valores para o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).Após, arquivem-se com as cautelas legais.P.R.I.Muaná, 16 de outubro de 2019.**LUIZ TRINDADE JUNIORJuiz de Direito¿**

E para que ninguém alegue desconhecimento, vai o presente edital publicado no átrio do Fórum local e no Diário da Justiça. Dado e passado nesta Comarca de Muaná (PA), aos dez dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um.

Jailson de Jesus Soares Tavares Diretor de Secretaria
Portaria 4885/2018-GHP

Lavrado de acordo com o art. 1º, § 3º do provimento nº 006/2006-CRMB, provimento nº 006/2009 e Ordem de Serviço nº 001/2009-DF/CM.

COMARCA DE SANTARÉM NOVO

SECRETARIA VARA ÚNICA DE SANTARÉM NOVO

Processo n. 0000842-64.2019.8.14.0093

Requerente: MARIA LAUDENICE DA SILVA ASSUNÇÃO

Advogado: ALANA ALDENIRA MENDES CHAGAS OAB/PA 26.373

Requerido: WILSON DE OLIVEIRA FILHO

Advogado: IGOR VALENTIN LOPES MIRANDA OAB/PA 17.032

DECISÃO Vistos, Tendo em vista o disposto no artigo 357 do Código de Processo Civil, passo a proferir decisão de saneamento e de organização do processo. I. Resolução das questões processuais pendentes: Não há questões processuais pendentes. II. Delimitação das questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória e especificação dos meios de prova admitidos: Nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil, para o julgamento do mérito, determino a produção de prova testemunhal, documental e depoimento das partes, conforme requerido em Contestação. III. Definição da distribuição do ônus da prova, conforme o preceituado no artigo 373 do Código de Processo Civil: À autora incumbe provar o dano que sofreu, os custos de sua recuperação e que o Requerido possui a responsabilidade em indenizá-la. (art. 373 I do CPC). Ao Requerido incumbe provar ausência do dano e que o ato ilícito não pode lhe ser imputado. IV. Delimitação das questões de direito relevantes para a decisão do mérito: a- Qual das partes, no dia 30/09/2016, por volta das 20h, trafegava de forma irregular e foi responsável pelo acidente ocorrido na Rodovia PA 438, próximo à Vila Pacujá. Sentido sede do Município de Santarém Novo/PA, localidade pau amarelo. b- Se no lugar e na hora do acidente a autora trafegava em desacordo com o Código de Trânsito Brasileiro, sem iluminação adequada para o período noturno e sem a devida segurança e no meio da rodovia PA 438 no momento do acidente. c- Se no momento do acidente o Requerido adentrou na contramão, em alta velocidade, causando uma colisão frontal com a carroça da autora. d- Quais foram as lesões e os tratamentos feitos pela autora e quais as sequelas originadas do acidente. e- Quais foram os danos ocorridos no veículo do Requerido. V. Designação da audiência de instrução: Deferida a produção de prova oral para a tomada de oitiva de testemunhas e depoimento das partes, designo audiência de instrução para o dia 15 de dezembro de 2021, às 13h30min. Nos termos do § 4º do artigo 357 do CPC, fixo o prazo comum de 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas, se quiserem, além daquelas já indicadas, sob pena de preclusão, com os requisitos estabelecidos no artigo 450 do CPC (nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho) e observado o limite quantitativo disposto no § 6º do citado artigo 357 também do CPC. Por força do disposto no artigo 445, caput, do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar por carta com aviso de recebimento a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da SANTARÉM NOVO Fórum Juiz Manoel B. da Rocha Pedregulho, Av. Francisco Martins de Oliveira, s/n Fórum de: Endereço: CEP: 68.720-000 Bairro: Centro Fone: (91)3484-1211 Email: 1santaremnovo@tjpa.jus.br Pág. 1 de 2 Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará SANTARÉM NOVO SECRETARIA DA VARA UNICA DE SANTAREM NOVO 00008426420198140093 20210144261222 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - DOC: 20210144261222 audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento. A inércia na realização da intimação importa desistência da inquirição da testemunha (CPC, artigo 455, § 3º). VI ¿ DISPOSIÇÕES FINAIS DO SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO Intimem-se as partes para, no prazo comum de 05 (cinco) dias, pedirem eventuais esclarecimentos ou solicitar ajustes à presente decisão de saneamento, nos termos do art. 357, §1º do CPC. Cumpra-se. Serve como mandado de intimação. Santarém Novo/PA, 20 de julho de 2020. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRÃO Juiz de Direito

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA 1ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Processo nº: 0000772-23.2008.8.14.0017 Requerente: MARIA NICANORA MARTINS DE MELO (ADV. Ignês Maria Costa Ferreira, OAB/PA 19.404) Requerido: ROSA OLÍMPIA MARTINS DE MELO DESPACHO DEFIRO o pedido de desarquivamento formulado pela requerente. Conceição do Araguaia/PA, 16 de março de 2020. MARCOS PAULO SOUSA CAMPELO Juiz de Direito respondendo cumulativamente pela 1ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia**.**

Proc. nº: **0000669-03.2001.8.14.0017. ATO ORDINATÓRIO.** AÇÃO DE EMBARGOS A EXECUÇÃO. Requerente: ROBERTO MOUSSA OBEID E OUTROS. Advogado: ROBERTA MOUSSA OBEID**, OAB/PA 29136.** Requerido: BANCO BRASIL SA. **¿**Pelo presente instrumento, extraído dos autos supramencionados, e com base no art. 234, § 2º, c/c com o art. 1º, §3º do Provimento nº 006/2006 ¿ CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 009/2006 ¿ CJCI, fica o advogado em epígrafe, devidamente intimado para devolver no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas** os autos 0000669-03.2001.8.8.14.0017, retirados com vista desta secretaria em 18/10/2019 e até o momento não devolvidos, na forma e sob as penas do previsto no art. 234, §2º do CPC e demais sanções legais cabíveis, por este ato.Conceição do Araguaia, 10 de novembro de 2021. _____**AL JARREAUX D¿CESARES VASCONCELOS DA SILVA BARBOSA), Diretor de Secretaria da 1ª Vara.**

Proc. nº: **0000137-23.2020.8.14.0017. ATO ORDINATÓRIO.** AÇÃO DE EXECUÇÃO. Requerente: BANCO BRASIL SA. Requerido: ROBERTO MOUSSA OBEID E OUTROS. Advogado: ROBERTA MOUSSA OBEID**, OAB/PA 29136. ¿**Pelo presente instrumento, extraído dos autos supramencionados, e com base no art. 234, § 2º, c/c com o art. 1º, §3º do Provimento nº 006/2006 ¿ CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 009/2006 ¿ CJCI, fica o advogado em epígrafe, devidamente intimado para devolver no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas** os autos **0000137-23.2020.8.14.0017**, retirados com vista desta secretaria em 18/10/2019 e até o momento não devolvidos, na forma e sob as penas do previsto no art. 234, §2º do CPC e demais sanções legais cabíveis, por este ato.Conceição do Araguaia, 10 de novembro de 2021. _____**AL JARREAUX D¿CESARES VASCONCELOS DA SILVA BARBOSA), Diretor de Secretaria da 1ª Vara.**

COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI

PROCESSO Nº: 0000867-32.2019.8.14.0011

CLASSE: APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

AUTOR: MANOEL GUIMARAES LOPES NETO

REU: INSS ¿ INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO: Dr. HAMILTON RODRIGUES PINTO OAB/SP 16.031

DESPACHO

Vistos etc.

Defiro o pedido formulado pelo requerente ás fl.69/72, dê-se vistas ao requerido para que apresente manifestaç¿o, concedo o prazo de 30 (trinta) dias.

Cumpra-se.

Cachoeira do Arari/PA, 22 de outubro de 2021.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari e Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO Nº: 0002103-03.2017.8.14.1979

CLASSE: REINTEGRAÇÃO / MANUNTENÇÃO DE POSSE

AUTOR: JANETE CLEMENTINA PAMPLONA

REU: VICENTE CELESTINO LEAL DE ALMEIDA

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO GILMAR DA SILVA LEÃO OAB/PA 7010

DESPACHO

Vistos hoje.

Trata-se de aç¿o de reintegraç¿o de posse com pedido de tutela de urgência, ainda n¿o concedida.

O advogado da parte autora, em sede de manifestaç¿o prevista nos artigos 350 e seguintes do CPC, manifestou-se pelo prosseguimento do feito, julgamento do mérito e concess¿o da tutela de urgência.

As partes instadas a indicarem as provas que pretendiam produzir. Nesse ínterim, foi certificado nos autos á fl.56 que o requerido n¿o mais reside no imóvel, pois mudou-se para Soure/PA.

Dessa forma, intime-se a parte autora a se manifestar no prazo de 10 dias, se já está na posse do referido imóvel, e assim, ocorrendo, portanto, a perda do objeto de reintegraç¿o de posse.

Na expediç¿o do mandado de intimaç¿o da parte autora, proceda a anexaç¿o da certid¿o do oficial de justiça, relativa à mudança do requerido para cidade de Soure/PA.

Expeça-se a Carta Precatória para a intimaç¿o pessoal da parte autora.

Intime-se via dje o autor da aç¿o, através do advogado constituído nos autos, bem como a Defensoria Pública que representa a parte autora.

Após decorrido o prazo, com ou sem manifestaç¿o façam os autos conclusos para análise.

Expeça-se o necessário.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Cachoeira do Arari, 28 de julho de 2021.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari e

Termo de Santa Cruz do Arari/PA.

Processo nº: **0000246-55.2007.8.14.0011.**

Autor: **Ministério Público do Estado do Pará**

Réu: **RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS, VULGO PEREMA.**

SENTENÇA

Vistos etc.

O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra **RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS, VULGO PEREMA,** já qualificados nos autos, atribuindo-lhe a prática do crime previsto nos artigos 213 e 214, c/c com o artigo 224, ¿a¿, 61, inciso II, ¿f¿, 3ª figura, e c/c com o artigo, 69, todos do CPB.

Segundo a denúncia, o réu abusava sexualmente da enteada, quando a genitora dela se ausentava da

residência do casal. Informou o RPM que os abusos se iniciaram quando a vítima tomava banho e o denunciado a observava, evoluindo a conduta para os atos libidinosos de apalpamento das partes íntimas e sexo oral.

Na inicial o RMP asseverou que o réu praticou conjunç¿o carnal com a vítima, restando comprovada a materialidade delitiva.

A denúncia foi recebida em 13 de setembro de 2007.

O réu foi devidamente citado.

Iniciada a instruç¿o, foi verificado que o réu n¿o apresentou a resposta a acusaç¿o. Em face do narrado, foi nomeado defensor dativo para o ato, tendo a resposta sido apresentada com a tese da negativa de autoria.

Realizada a audiência de instruç¿o e julgamento, foram inquiridas a vítima por duas vezes, mediante expediç¿o de Carta Precatória (sob os números: 0018417-05.2017.8.14.0401; 0008632-82.2018.8.14.0401) e a genitora da vítima (sob o número: 0008619-82.2018.8.14.0401). N¿o sendo colhido o depoimento do réu pelo reconhecimento da revelia.

Encerrada a audiência, foi aberto prazo para as alegaç¿es finais na forma escrita.

As partes apresentaram alegaç¿es finais na forma de memoriais escritos. Nesta seara, o Ministério Público, pugnou pela condenaç¿o do réu no inteiro teor da denúncia.

A Defesa Técnica, por seu turno, pugnou pela tese da inconsistência da prova produzida. Assim, requereu a absolviç¿o.

Feito os autos conclusos para a prolaç¿o de sentença.

É o que de importante havia a relatar; passo a fundamentar para, ao final, decidir.

É o Relatório. DECIDO.

A tramitaç¿o dos autos foi regular, estando o feito em ordem, nada havendo a sanear, outrossim, foram observados os princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, dessa forma, passo ao julgamento.

Primeiramente verifico n¿o ter operado a prescriç¿o, baseada na pena cominada em abstrato, para o crime**.**

Inicialmente, ressalto que a materialidade do fato n¿o está suficientemente comprovada pela prova carreada aos autos e de igual forma, n¿o há nos autos elementos suficientes de autoria em relaç¿o ao réu, consistentes a corroborar a condenaç¿o do requerido.

Trata-se de um suposto crime previsto nos artigos 213 e 214, c/c com o artigo 224, ¿a¿, 61, inciso II, ¿f¿, 3ª figura, e c/c com o artigo, 69, todos do CPB (capitulaç¿o a época dos fatos), onde a prova, consistente em depoimentos, na qual se sustentaria a condenaç¿o é divergente, conforme será explanado a seguir.

Depoimentos:

MARIA ARLETE SOARES (genitora da vítima): Alegou ter sido alertada por um mentor espiritual (pai de santo da Umbanda) de que a filha estava sendo abusada pelo padrasto. Diante do revelado, questionou a filha que confirmou ter sido abusada.

MARIA ARLENE SOARES MENDES: Depoimento colhido em dois momentos. Em síntese alegou ter sido vítima de abusos, sendo tais atos: a conjunç¿o carnal e atos libidinosos diversos da conjunç¿o carnal (sexo oral e toque nas partes íntimas).

O depoimento da vítima prestado em dois momentos distintos, apresenta incongruências, a colocarem sob dúvida a existência ou n¿o do crime.

Da análise dos elementos probatórios produzidos e constante nos autos, bem como o existente na fase de inquérito policial, verifica-se, a existência de conjunç¿o carnal, sem que ela seja conectada a suposta conduta do denunciado. No mesmo sentido, n¿o há elementos a respaldarem as alegaç¿es da prática de atos libidinosos diversos da conjunç¿o carnal.

No processo penal, quanto a distribuiç¿o do ônus probatório, persiste a regra de que a prova da alegaç¿o caberá, nos termos do artigo 155 do CPP, a quem a alegar, cabendo, portanto, a acusaç¿o a prova do fato crime e da autoria e demais elementos da conduta típica, ilícita e culpável. A defesa deverá provar os fatos que levem a extinç¿o ou modificaç¿o do poder punitivo estatal, dentre eles as causas a afastarem a antijuridicidade da conduta.

Relativamente ao delito de estupro de vulnerável, notadamente na modalidade de ato libidinoso diverso da conjunç¿o carnal e a exceç¿o da cópula anal, tal delito muitas das vezes n¿o deixa vestígio, apesar da prática de tais atos libidinosos constituírem crime. Nesse sentido tem se posicionado os Tribunais nacionais, inclusive, quando a caracterizaç¿o do crime, na ausência de exame de corpo de delito.

Contudo, tal entendimento n¿o deve ser aplicado ao caso sub judice.

Frise-se que, mesmo ao se considerar a palavra de vítima de estupro, atribuindo a ela a importância devida, em face de tais crimes serem praticados em situaç¿es nas quais na maioria dos casos, est¿o presentes apenas a vítima e o réu, a aplicaç¿o do jus puniendi e consequentemente, a condenaç¿o do réu, deve ser lastreada em um depoimento sem incongruências e, sendo possível, a condenaç¿o dar-se-á lastreada também em outros elementos de prova.

Dessa forma, a condenaç¿o baseada apenas no depoimento da vítima, deve ocorrer nas situaç¿es nas quais tal depoimento n¿o deixar dúvidas ao julgador quanto a ocorrência do crime e, portanto, na formaç¿o da livre convicç¿o motivada, prevista no artigo 155 do CPP.

Acontece que o verificado nos autos, é que todo o arcabouço probatório se resume ao depoimento da vítima em dois momentos do processo e que apresentam incongruências e divergência entre si, em muitos pontos relevantes dele e nos laudos de corpo de delito, que n¿o apontam para o denunciado como autor do delito.

Dentre tais pontos de divergência entre os depoimentos, podem ser citados: a existência ou n¿o da prática de sexo oral, a divergência quanto a época da coabitaç¿o da vítima com o suposto autor e quando tais atos libidinosos iniciaram, a existência ou n¿o de sangramento na suposta cópula.

Em certo momento de um dos depoimentos e que diverge do apresentado em outra oportunidade, a vítima alega, a existência de suposta gravidez a época, aventada por ela e a tia, fato n¿o corroborado pelo exame de corpo de delito feito a época da suposta ocorrência do delito.

Impende destacar que a existência ou n¿o de sangramento, gravidez ou a data inicial dos atos delituosos, n¿o s¿o elementos necessários a consumaç¿o do delito, também n¿o influindo no afastamento da autoria, sendo referenciados para trazer a lume a incongruência constante no depoimento da vítima, depoimento esse colhido em dois momentos distintos.

Ademais, o outro depoimento carreado aos autos é o da m¿e da vítima, que alega ter sabido do fato mediante recebimento de mensagem trazida por um mentor da umbanda (pai de santo), sobre a

ocorrência do suposto fato. Alegou que questionou a filha sobre a existência do suposto fato revelado pelo guia espiritual, sendo que a vítima confirmou o fato.

Destaca-se que dados apresentados no inquérito policial, informam que a genitora da vítima alegou em junho de 2006, que o suposto réu praticou conjunç¿o carnal com a vítima (fl. 07 dos autos e 04 do I.P) e a vítima alegou(à fl. 14 dos autos e 10 do I.P), que o suposto autor manteve com ela cópula, nesse citado mês de junho de 2006, tendo o laudo pericial sido emitido em setembro de 2006(fl. 32 dos autos e 27 do I.P), n¿o apontado cópula recente, existindo laudo (de fl. 33 dos autos e 28 do I.P) afastado cópula anal e, exames(à fl. 34 dos autos e 29, do I.P) afastado indícios de gravidez. Frise-se que todos os exames foram realizados em 20 de julho de 2006.

Por conseguinte, n¿o há nos autos elementos a comprovar cabalmente, por si, causa suficiente a condenar o denunciado, pois o conjunto probatório trazido aos autos n¿o é seguro a embasar a tese do RMP da existência dos delitos imputados ao réu, notadamente, considerando o presente no exame de corpo de delito e no depoimento incongruente da suposta vítima. Tais provas, ao invés de firmarem o convencimento do julgador, trazem no caso concreto, dúvidas sobre a existência dos crimes em comento.

Em síntese, se restar dúvida ao julgador, quanto ao acolhimento de uma das teses, bem como na análise da prova, cumpre no caso concreto, a aplicaç¿o do in dubio pro reo.

Diante da inconsistência dos depoimentos trazidos ao juízo, seja a corroborar alguma das teses apresentadas, seja pela acusaç¿o ou defesa, necessário no caso concreto, a aplicaç¿o do previsto no artigo 386 inciso VII do CPP.

Ademais, havendo inclusive, fundada dúvida quanto à existência do fato, urge em respeito, ao princípio ora citado, que o denunciado seja absolvido, nos termos do previsto no artigo 386 II, do CPP.

Portanto, n¿o há nos autos provas a ensejar a condenaç¿o do réu pelos crimes previstos nos artigos 213 e 214, c/c com o artigo 224, ¿a¿, 61, inciso II, ¿f¿, 3ª figura, e c/c com o artigo, 69, todos do CPB.

III ¿ DISPOSITIVO

Dessa forma, lastreado no exposto absolvo o réu **RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS, VULGO PEREMA,** já qualificado nos autos, dos crimes previstos nos artigos 213 e 214, c/c com o artigo 224, ¿a¿, 61, inciso II, ¿f¿, 3ª figura, e c/c com o artigo, 69, todos do CPB, baseado no expresso no artigo 386 incisos II e VII do CPP.

Transitada em julgado a sentença, proceda-se ao arquivamento e baixa dos autos.

Intime-se o RMP para ciência da sentença.

Intimem-se as partes.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Uma via desta decis¿o será utilizada como MANDADO, devendo ser cumprido por Oficial de Justiça.

Cumpra-se com urgência.

Cachoeira do Arari/PA, 13 de outubro de 2021.

Leonel Figueiredo Cavalcanti

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari/PA.

PROCESSO Nº: 0004247-68.2016.8.14.0011

CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

EXEQUENTE (s): SAMIRA ALCANTARA AZEVEDO, ANDREI ALCANTARA AZEVEDO E OUTROS

REPRESENTANTE: JOCILENE BARBOSA ALCANTARA

EXECUTADO: EDILAZIO LIMA AZEVEDO

SENTENÇA

TRATA-SE DE AÇ¿O EXECUÇ¿O DE ALIMENTOS proposta por **S.A.A E OUTROS**, devidamente qualificados, neste ato representados pela sua genitora **JOCILENE BARBOSA ALCÂNTARA** em face de **EDILAZIO LIMA AZEVEDO.**

Compulsando os autos verifico que as partes em audiência de conciliaç¿o transigiram de forma amigável e livre de vícios de consentimento conforme depreende-se da leitura do termo de fl.20.

Instado a se manifestar o Ministério Público exarou parecer favorável a homologaç¿o do acordo (retro).

É o Relatório.

Decido.

O dever de alimentar os filhos decorre da lei, conforme artigos 1.694 e seguintes do Código Civil. No que tange ao quantum devido, estatui o referido diploma legal, em seu art. 1.694, § 1º, verbis: ¿os alimentos devem ser fixados na proporç¿o das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada¿. Tenho, pois, que o pagamento do valor acordado em audiência, seja adequado para atender às necessidades do Requerente, estando dentro das possibilidades do alimentante.

Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado entre as partes.

Por conseguinte, declaro extinto o presente processo, com resoluç¿o do mérito, com fundamento no art. 487, III, ¿b¿ do NCPC.

INTIMEM-SE as partes;

CIÊNCIA ao Ministério Público;

Sem custas e honorários advocatícios.

Prestigiando o Provimento 003/2009 ¿ CJ que normatiza o procedimento que dispensa a elaboraç¿o de mandado de comunicaç¿o, em atenç¿o ao princípio constitucional da razoável duraç¿o do processo, bem como os princípios da eficiência, economia e celeridade processual, servirá o presente como **MANDADO/OFÍCIO.**

AUTORIZO que as intimaç¿es sejam feitas de forma eletrônica ¿ e-mail, WhatsApp, ou qualquer meio de serviços de telemática que o Sr. Oficial de Justiça de acordo com o caso concreto fazendo devida ponderaç¿o entenda como hábil para o bom e fiel cumprimento dos mandados.

Após o trânsito em julgado da presente decis¿o, cumpridas as formalidades legais e cautelas de estilo, arquivem-se.

P.R.I.C.

Cachoeira do Arari/PA, 22 de outubro de 2021.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de direito da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO Nº: 0002585-77.2019.8.14.1979

CLASSE: AÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: C. D. J. R. B.

REPRESENTANTE: LENICE DE OLIVEIRA RODRIGUES PAMPLONA

REQUERIDO: CRISTIANO DE JESUS PINHEIRO BORGES

SENTENÇA

TRATA-SE DE AÇ¿O DE ALIMENTOS PROPOSTA POR C.J.R.B e C.J.R.B neste ato representados por sua genitora **LENICE DE OLIVEIRA RODRIGUES PAMPLONA,** devidamente qualificadas, em desfavor de **CRISTIANO DE JESUS PINHEIRO BORGES.**

Em que pese o regular andamento da instruç¿o, compulsando os autos, verifico que o Oficial de Justiça certificou que deixou de intimar a parte autora pois n¿o localizou o endereço declinado na exordia, tendo inclusive questionado terceiros acerca do paradeiro da intimanda, contudo os moradores da regi¿o declararam desconhecer seu paradeiro (f.17), tornando inviável o cumprimento do mandado.

O processo se encontra parado há mais de 1 (um) ano sem interposiç¿o de manifestaç¿o da parte autora, denota-se a falta de interesse no prosseguimento do feito. N¿o restando motivos para persecuç¿o da instruç¿o processual, face a inércia da parte da requerente.

É a síntese do necessário.

Decido.

O Código de Processo Civil Brasileiro, em seu art. 485, II, estabelece que o processo deve ser extinto, sem resoluç¿o de mérito).

II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

Pois bem. In casu, o feito encontra-se paralisado, por inércia da parte, o processo encontra-se paralisado sem a interposiç¿o de qualquer petiç¿o.

Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resoluç¿o de mérito, com fundamento no art. 485, II, do Código de Processo Civil.

P.R.I.C.

Cachoeira do Arari (PA), 05 de outubro de 2021.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO Nº 0004750-21.2018.8.14.0011

CLASSE: GUARDA

REQUERENTE: ISAURA DO SOCORRO DA SILVA FEIO

REQUERIDO (s): CORIOLANO GANÇALVES FEIO NETO e GRACILENE ALVES ARAUJO

MENOR: K. A. F.

SENTENÇA

Vistos os autos. Trata-se de AÇ¿O DE GUARDA proposta por ISAURA DO SOCORRO DA SILVA FEIO por intermédio do Ministério Público, neste ato requerendo a guarda de seu neto: K.A.F. Narra a peça vestibular, que A requerente exerce a guarda de fato da assistida há aproximadamente 11 (onze) anos, aduzindo que ambos residem no mesmo domicílio. Relata, que a genitora do adolescente está de acordo com a guarda, relata que o genitor possui conduta relapsa com o assistido. Juntou documentos às fls.08/16. A Liminar foi deferida à fl.17, deferindo a guarda provisória ao requerente. Termo de guarda foi lavrado a fl.21. Houve a citaç¿o da genitora via editalícia (fl.28). Foi certificado à fl.28, ausência de manifestaç¿o da requerida. Realizou-se o relatório circunstanciado de intervenç¿o psicológica às fls. 15/16, com conclus¿o pelo deferimento da guarda para a requerente. O Ministério Público se manifestou pelo prosseguimento do feito e favorável ao pleito da requerente às fls.31/33. Vieram os autos conclusos. É a síntese necessária. Doravante, decido.
Inicialmente, entendo que a causa já está madura e pronta para julgamento, por isso, em respeito a primazia do mérito, passo a análise meritória da presente demanda.

O instituto da guarda encontra base legal tanto no Código Civil (CC) quanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cuja dessemelhança discorre em seu significado e objetivo.

No Código Civil, regula-se a guarda dentro do vínculo familiar, cuidando da proteç¿o dos filhos em duas circunstâncias fático-jurídicas, a saber, quando do reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento e no momento da separaç¿o dos pais (artigos 1.583 e seguintes da legislaç¿o substantiva civilista). Por outro lado, a guarda preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) objetiva assegurar o direito do menor, independentemente do âmbito relativo ao poder familiar, ante a ameaça ou violaç¿o de seus respectivos direitos, cuja base legal funda-se no artigo 33 da citada norma, in verbis:

Art. 33. A guarda obriga a prestaç¿o de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

§ 1º A guarda destina-se a regularizar aposse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoç¿o, exceto no de adoç¿o por estrangeiros.

§ 2º Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoç¿o, para atender a situaç¿es peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representaç¿o para a prática de atos determinados.

§ 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condiç¿o de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

A guarda de terceiros, com inclus¿o neste conceito dos avós, tios e demais parentes próximos, destina-se, em nível genérico, a regularizar a posse de fato ou, em sede cautelar ou incidental, embasar futuros procedimentos de tutela e adoç¿o. Inobstante, em circunstâncias que fogem à regra geral, visa suprir a ausência do genitor ou responsável.

Nesse sentido, o relatório da equipe multidisciplinar do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (retro), em parecer social evidência o vínculo sócio afetivo entre a requerente e o adolescente, assim como informa que aspectos de ordem biopsicossocial est¿o garantidos, a fim de resguardar a integridade física e psicológica do infante, n¿o há outra medida a n¿o ser o deferimento do pleito, por se tratar de interesse de sujeito em condiç¿o peculiar de desenvolvimento que necessita de cuidados que, a priori, est¿o sendo tutelados pelo guardi¿o.

Em se tratando de guarda de menor, o que se deve levar em conta s¿o os seus interesses, como quer o artigo 28, § 2º, do ECA, significando isto dizer que deve ele ficar com quem melhor dele pode cuidar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** o (s) pedido (s) formulado (s) na inicial para conceder a requerente, **ISAURA DO SOCORRO DA SILVA FEIO**, a guarda definitiva de seu neto: **KAIK ALVES FEIO** diante da existência dos pressupostos e requisitos de admiss¿o e, por consequência, **DECLARO** extinto o processo com resoluç¿o do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC).

Sem custas e honorários advocatícios, tendo em vista o benefício da justiça gratuita (§3º, artigo 99, do CPC).

INTIMEM-SE a guardi¿.

CIÊNCIA ao Ministério Público, pois, há interesse de menor envolvido.

Prestigiando o Provimento 003/2009 ¿ CJ que normatiza o procedimento que dispensa a elaboraç¿o de mandado de comunicaç¿o, em atenç¿o ao princípio constitucional da razoável duraç¿o do processo, bem como os princípios da eficiência, economia e celeridade processual, servirá o presente como **MANDADO/OFÍCIO.**

AUTORIZO, que as intimaç¿es sejam feitas de forma eletrônica ¿ e-mail, WhatsApp, ou qualquer meio de serviços de telemática que o Sr. Oficial de Justiça de acordo com o caso concreto fazendo devida ponderaç¿o entenda como hábil para o bom e fiel cumprimento dos mandados.

Após o trânsito em julgado, **ARQUIVEM-SE** os autos e expeça-se o competente Termo de Responsabilidade e Guarda Definitiva, dando baixa da distribuiç¿o no Sistema Libra.

P.R.I.C.

Cumpra-se com a devida urgência.

Cachoeira do Arari/PA, 15 de outubro de 2021.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de direito da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO Nº: 0003591-09.2019.8.14.0011

CLASSE: AÇÃO DE ALIMENTOS

REQUERENTE: I. L. N.

REPRESENTANTE: NILCIANE LAMEIRA NANHUM

REQUERIDO: MIDIEL BARBOSA NANHUM

SENTENÇA

TRATA-SE DE AÇ¿O DE ALIMENTOS PROPOSTA POR Y.L.N e OUTROS neste ato representados por sua genitora **NILCIANE LAMEIRA NANHUM,** devidamente qualificados, em desfavor de **MIDIEL BARBOSA NANHUM.**

Em que pese o regular andamento da instruç¿o, compulsando os autos, verifico que o Oficial de Justiça certificou que deixou de intimar a parte autora pois n¿o localizou o endereço declinado na exordial, tendo inclusive questionado terceiros acerca do paradeiro da intimanda, contudo os moradores da regi¿o declararam desconhecer seu paradeiro (f.18), tornando inviável o cumprimento do mandado.

O processo se encontra parado há mais de 1 (um) ano sem interposiç¿o de manifestaç¿o da parte autora, denota-se a falta de interesse no prosseguimento do feito. N¿o restando motivos para persecuç¿o da instruç¿o processual, face a inércia da parte da requerente.

É a síntese do necessário.

Decido.

O Código de Processo Civil Brasileiro, em seu art. 485, II, estabelece que o processo deve ser extinto, sem resoluç¿o de mérito).

II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

Pois bem. In casu, o feito encontra-se paralisado, por inércia da parte, o processo encontra-se paralisado sem a interposiç¿o de qualquer petiç¿o.

Diante do exposto, julgo extinto o processo, sem resoluç¿o de mérito, com fundamento no art. 485, II, do Código de Processo Civil.

P.R.I.C.

Cachoeira do Arari (PA), 15 de outubro de 2021.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO: 0000282-90.2019.8.14.1979

CLASSE: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ARARI

REPRESENTANTE: LAIZE GEMAQUE DA SILVA LOBATO TAVARES

EXECUTADO: ESPÓLIO DE FERNANDO ANTÔNIO LOBATO TAVARES

ADVOGADO: Dr. FERNANDO CARLOS PEREIRA CARNEIRO OAB/PA 11.887

ADVOGADO: Dr. BRUNO RENAN RIBEIRO DIAS OAB/PA 21.473

ADVOGADO: Dr. FERNANDO TOBIAS SANTOS GONÇALVES OAB/PA 11.482

ADVOGADO: Dr. PABLO TIAGO SANTOS GONÇALVES OAB/PA 11.546

ADVOGADO: Dr. PAULO HENRIQUE PEREIRA CARNEIRO OAB/PA 17.887

SENTENÇA

TRATA-SE DE EXECUÇ¿O DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL proposta pelo **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ARARI**, em face de **ESPÓLIO DE FERNANDO ANTÔNIO LOBATO TAVARES**, representado por **LAIZE GEMAQUE DA SILVA LOBATO,** com o fito de compelir o requerido a efetuar o pagamento do valor de R$ 35.420,83 (trinta e cinco mil quatrocentos e vinte reais e oitenta e três centavos), em funç¿o do julgamento das contas conforme a Resoluç¿o nº 12.037 de 15 de setembro de 2015 (Processo nº 670012008-00) do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará ¿ TCM/PA, referente a prestaç¿o de contas do exercício financeiro de 2008, que opinou pela reprovaç¿o das contas do de cujus, na condiç¿o de ex-prefeito do município de Santa Cruz do Arari/PA.O exequente no ato da propositura da inicial, acostou documentos de fls.13/33.

Aç¿o foi regularmente recebida à fl.33, sendo determinada a citaç¿o do executado.

Nessa senda, depreende-se que a parte executada foi regularmente citada e opôs Embargos à Execuç¿o, e posteriormente 3 aditamentos, os quais tramitam em apenso com a mesma numeraç¿o dos autos principais (0000282-90.2019.814.1979), em suma, alegando:

1. Preliminarmente a inépcia da exordial executória;

2. Preliminarmente a ilegitimidade ativa do município para executar multa imposta pelo TCM/PA;

3. Preliminarmente a Litispendência com o processo nº 0000262-02.2019.8.14.1979 em trâmite nesta Comarca;

4. Preliminarmente e alternativamente ao pedido de litispendência a conex¿o ente a presente a aç¿o e o processo nº 0000262-02.2019.8.14.1979.

5. No mérito arguiu as seguintes quest¿es: 5.1. A ausência de título executivo extrajudicial; 5.2. Ausência de certeza, exequibilidade e liquidez ¿ de reforma do julgamento feito pela Câmara Municipal de Santa Cruz do Arari/PA; 5.3. Nulidade de constriç¿o da meaç¿o da embargante.

É o relatório. Decido.

Em análise preliminar, o Executado, em sede de embargos à execuç¿o, argumentou a litispendência em raz¿o de repetiç¿o da presente aç¿o, nos autos de nº 0000262-02.2019.8.14.1979.

Passando a analisar de forma detida os argumentos apresentados, entendo que merecem prosperar, considerando que as aç¿es em comento, versam acerca de objeto idêntico, qual seja o julgamento das contas referentes ao exercício financeiro de 2008, apreciados inicialmente pela Resoluç¿o nº 12.037 de 15 de novembro de 2015/ Acórd¿o 27.628 de 15 de novembro de 2015 (ambos referentes ao Processo nº 670012008-00.

Seguindo a interpretaç¿o sistêmica do artigo 337, do CPC, em seus §§1º e 3º disp¿e:

Art. 337

§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz aç¿o anteriormente ajuizada.

(...)

§ 3º Há litispendência quando se repete aç¿o que está em curso.

Neste contexto fático ao consultar os autos, constato que o processo de nº 0000262-02.2019.8.14.1979, foi distribuído de forma antecedente à propositura da presente aç¿o, em 31/01/2019 às 15:46:38, e estes autos na data de 01/02/2019 às 10:25:46, neste cenário resta configurada a litispendência entre as aludidas aç¿es.

O sistema processual brasileiro n¿o tolera que uma mesma lide seja objeto de mais de um processo simultaneamente, nem que, após o trânsito em julgado, volte a mesma lide a ser discutida em outro processo. Existe, pois, litispendência quando se verifica no cotejo de dois feitos, a identidade das partes, do objeto e da causa de pedir.

Existe, deste modo, litispendência a macular o presente processo, a qual é causa da extinç¿o do processo sem julgamento de mérito, podendo ser conhecida e declarada de ofício pelo Juiz a qualquer momento, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 485, do Código de Processo Civil (CPC).

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO**, por reconhecer a litispendência com o feito de nº 0000262-02.2019.8.14.1979, nos termos do artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil (CPC). Sem custas, tendo em vista o benefício da justiça gratuita.

Sem condenaç¿o em custas e honorários advocatícios.

Prestigiando o Provimento 003/2009 ¿ CJ que normatiza o procedimento que dispensa a elaboraç¿o de

mandado de comunicaç¿o, em atenç¿o ao princípio constitucional da razoável duraç¿o do processo, bem como os princípios da eficiência, economia e celeridade processual, servirá o presente como **MANDADO/OFÍCIO.**

Deixo de proceder à oitiva no RMP, por analogia, em atenç¿o à Sumula 189/STJ.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo.

P.R.I.C.

Cachoeira do Arari (PA), 08 de novembro de 2021.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO: 0000282-90.2019.8.14.1979

CLASSE: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ARARI

REPRESENTANTE: LAIZE GEMAQUE DA SILVA LOBATO TAVARES

EXECUTADO: ESPÓLIO DE FERNANDO ANTÔNIO LOBATO TAVARES

ADVOGADO: Dr. FERNANDO CARLOS PEREIRA CARNEIRO OAB/PA 11.887

ADVOGADO: Dr. BRUNO RENAN RIBEIRO DIAS OAB/PA 21.473

ADVOGADO: Dr. FERNANDO TOBIAS SANTOS GONÇALVES OAB/PA 11.482

ADVOGADO: Dr. PABLO TIAGO SANTOS GONÇALVES OAB/PA 11.546

ADVOGADO: Dr. PAULO HENRIQUE PEREIRA CARNEIRO OAB/PA 17.887

SENTENÇA

TRATA-SE DE EXECUÇ¿O DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL proposta pelo **MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ARARI**, em face de **ESPÓLIO DE FERNANDO ANTÔNIO LOBATO TAVARES**, representado por **LAIZE GEMAQUE DA SILVA LOBATO,** com o fito de compelir o requerido a efetuar o pagamento do valor de R$ 35.420,83 (trinta e cinco mil quatrocentos e vinte reais e oitenta e três centavos), em funç¿o do julgamento das contas conforme a Resoluç¿o nº 12.037 de 15 de setembro de 2015 (Processo nº 670012008-00) do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará ¿ TCM/PA, referente a prestaç¿o de contas do exercício financeiro de 2008, que opinou pela reprovaç¿o das contas do de cujus, na condiç¿o de ex-prefeito do município de Santa Cruz do Arari/PA.O exequente no ato da propositura da inicial, acostou documentos de fls.13/33.

Aç¿o foi regularmente recebida à fl.33, sendo determinada a citaç¿o do executado.

Nessa senda, depreende-se que a parte executada foi regularmente citada e opôs Embargos à Execuç¿o, e posteriormente 3 aditamentos, os quais tramitam em apenso com a mesma numeraç¿o dos autos principais (0000282-90.2019.814.1979), em suma, alegando:

1. Preliminarmente a inépcia da exordial executória;

2. Preliminarmente a ilegitimidade ativa do município para executar multa imposta pelo TCM/PA;

3. Preliminarmente a Litispendência com o processo nº 0000262-02.2019.8.14.1979 em trâmite nesta Comarca;

4. Preliminarmente e alternativamente ao pedido de litispendência a conex¿o ente a presente a aç¿o e o processo nº 0000262-02.2019.8.14.1979.

5. No mérito arguiu as seguintes quest¿es: 5.1. A ausência de título executivo extrajudicial; 5.2. Ausência de certeza, exequibilidade e liquidez ¿ de reforma do julgamento feito pela Câmara Municipal de Santa Cruz do Arari/PA; 5.3. Nulidade de constriç¿o da meaç¿o da embargante.

É o relatório. Decido.

Em análise preliminar, o Executado, em sede de embargos à execuç¿o, argumentou a litispendência em raz¿o de repetiç¿o da presente aç¿o, nos autos de nº 0000262-02.2019.8.14.1979.

Passando a analisar de forma detida os argumentos apresentados, entendo que merecem prosperar, considerando que as aç¿es em comento, versam acerca de objeto idêntico, qual seja o julgamento das contas referentes ao exercício financeiro de 2008, apreciados inicialmente pela Resoluç¿o nº 12.037 de 15 de novembro de 2015/ Acórd¿o 27.628 de 15 de novembro de 2015 (ambos referentes ao Processo nº 670012008-00.

Seguindo a interpretaç¿o sistêmica do artigo 337, do CPC, em seus §§1º e 3º disp¿e:

Art. 337

§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz aç¿o anteriormente ajuizada.

(...)

§ 3º Há litispendência quando se repete aç¿o que está em curso.

Neste contexto fático ao consultar os autos, constato que o processo de nº 0000262-02.2019.8.14.1979, foi distribuído de forma antecedente à propositura da presente aç¿o, em 31/01/2019 às 15:46:38, e estes autos na data de 01/02/2019 às 10:25:46, neste cenário resta configurada a litispendência entre as aludidas aç¿es.

O sistema processual brasileiro n¿o tolera que uma mesma lide seja objeto de mais de um processo simultaneamente, nem que, após o trânsito em julgado, volte a mesma lide a ser discutida em outro processo. Existe, pois, litispendência quando se verifica no cotejo de dois feitos, a identidade das partes, do objeto e da causa de pedir.

Existe, deste modo, litispendência a macular o presente processo, a qual é causa da extinç¿o do processo sem julgamento de mérito, podendo ser conhecida e declarada de ofício pelo Juiz a qualquer momento, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 485, do Código de Processo Civil (CPC).

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO**, por reconhecer a litispendência com o feito de nº 0000262-02.2019.8.14.1979, nos termos do artigo 485, inciso V, do Código de Processo Civil (CPC). Sem custas, tendo em vista o benefício da justiça gratuita.

Sem condenaç¿o em custas e honorários advocatícios.

Prestigiando o Provimento 003/2009 ¿ CJ que normatiza o procedimento que dispensa a elaboraç¿o de mandado de comunicaç¿o, em atenç¿o ao princípio constitucional da razoável duraç¿o do processo, bem como os princípios da eficiência, economia e celeridade processual, servirá o presente como **MANDADO/OFÍCIO.**

Deixo de proceder à oitiva no RMP, por analogia, em atenç¿o à Sumula 189/STJ.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se com as cautelas de estilo.

P.R.I.C.

Cachoeira do Arari (PA), 08 de novembro de 2021.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO: 0004845-85.2017.814.0011

CLASSE: INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL

AUTOR: DEUSARINA DO NASCIMENTO LALOR

REU: BANCO B M G

ADVOGADO: Dr. GILVAN RABELO NORMANDES OAB/PA 17.983

DECIS¿O

Compulsando os autos verifico a presente aç¿o tramita no judiciário paraense há aproximadamente 3 (três) anos, sem que o requerido tenha sido pelo menos citado, por diversos motivos certificado nos autos, restaram infrutíferas as audiências outrora designadas.

Considerando a matéria objeto da aç¿o, deixo de designar a audiência de conciliaç¿o e mediaç¿o do artigo 334 do Código de Processo Civil (CPC), neste momento. Ademais, n¿o haverá qualquer prejuízo às partes, pois o CPC admite a conciliaç¿o ou mediaç¿o em qualquer fase processual, a exemplo do disposto no artigo 359 do NCPC.

CITE-SE o Requerido para apresentar Contestaç¿o no prazo legal, com as advertências do art.344 do CPC, no endereço informado à fl.45.

Com ou sem manifestaç¿o, devidamente certificado nos autos, retornem conclusos.

Expedientes necessários.

P.R.I.C.

Cachoeira do Arari /PA, 26 de outubro de 2021.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

Processo: 0001682-52.2013.8.14.1979

CLASSE: AÇ¿O PENAL ¿ PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

ACUSADO (s): WILSON ABIDON DOS SANTOS PARDAUIL, JOSE FERNANDO AMADOR LEAL E OUTROS

ADVOGADA: Dra. CORDOLINA DO SOCORRO FERREIRA RIBEIRO OAB/PA 6766

ADVOGADO: Dr. IVAN MORAES FURTADO JUNIOR OAB/PA 13.953

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ¿O E JULGAMENTO

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte um (14/10/2021), à hora designada, na sala de audiências da Comarca de Cachoeira do Arari, presente o(a) Exmo(a). Juiz(a) de Direito, Dr(a). LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI, via TEAMS. Foi declarada aberta a audiência do processo em epígrafe, verificou-se presença do Representante do Ministério Público Dr. GUILHERME CHAVES COELHO, via TEAMS. Presente o réu WILSON ABIDON DOS SANTOS PARDAUIL, acompanhado por seu advogado Dra. CORDOLINA DO SOCORRO FERREIRA RIBEIRO, OAB/PA nº. 6.766, e o réu PAULO LOBATO DE MATTOS acompanhado por seu advogado Dr. IVAN MORAES FURTADO JUNIOR, OAB/PA nº 13.953.

Pela ordem, a Defesa do réu PAULO LOBATO DE MATTOS juntou nos autos o pedido de prescriç¿o em relaç¿o ao réu e requereu de forma oral a prescriç¿o em relaç¿o a esse réu.

Dando prosseguimento nos trabalhos, constatou-se a presença das partes, e foram cientificados de que a coleta dos depoimentos será realizada por meio **audiovisual**, conforme autoriza o artigo 405, §1º, do CPP[1], sem transcriç¿o, e, independentemente de novas intimaç¿es, a mídia com a gravaç¿o ficará à disposiç¿o das partes a partir do primeiro dia útil seguinte à realizaç¿o deste ato. **Em ato contínuo**, passou-se a qualificaç¿o e interrogatório do apenas do réu WILSON ABIDON DOS SANTOS PARDAUIL (via TEAMS).

Dada a palavra ao RMP este se manifestou, de forma oral, favorável ao pedido de prescriç¿o do réu **PAULO LOBATO DE MATTOS.**

DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: **1) SENTENÇA PRESCRIÇ¿O em relaç¿o ao réu PAULO LOBATO DE MATTOS.** Compulsando os autos e o protocolo oral da defesa em audiência, verifico que ocorreu prescriç¿o da pretens¿o punitiva entre a data do recebimento da denúncia e o dia de hoje, vez que, nesse intervalo, já decorreu lapso temporal superior àquele fixado pela legislaç¿o vigente, em virtude da idade do

acusado ser superior a 70 anos e conforme art. 115, do CPB os prazos ser¿o reduzidos à metade. Sendo assim, o reconhecimento da extinç¿o da punibilidade faz-se necessário por se tratar de disposiç¿o cogente. Deve ser decretada de ofício pelo julgador, nos termos do art. 61, caput, do Código de Processo Penal. **Diante do exposto, tendo ocorrido no caso vertente a PRESCRIÇ¿O da pretens¿o punitiva do Estado, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de PAULO LOBATO DE MATTOS, nos termos do art. 110, c/c art. 115, c/c art. 109, IV, todos do Código Penal. 2) DECIS¿O.** Encerrada a instruç¿o concedo prazo sucessivo de 05 (cinco) dias para as partes apresentarem suas alegaç¿es finais. Vistas ao MP, após para as defesas dos demais réus. Retornando, conclusos para sentença.

Como nada mais houve, deu-se esta por encerrada, que vai devidamente assinada pelos presentes. Eu, _____Letícia Wanzeller e Silva (Assessora do Juiz ¿ Mat. 180513), o digitei e os presentes subscrevem.

Dispensadas as assinaturas do Juiz, do Promotor, do Advogado e do réu PAULO LOBATO DE MATTOS no Termo de Audiência devido a gravaç¿o dos depoimentos em mídia de áudio e vídeo.

ADVOGADO (A): _____

RÉU: _____

Processo: 0001243-65.2018.8.14.1979

CLASSE: AÇ¿O PENAL ¿ PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

DENUNCIADO: JONATA NERES CARDOSO

VÍTIMA: M. M. D. S.

ADVOGADO: Dr. CARLOS DE SOUZA GONÇALVES NETO OAB/PA 11.406-A

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ¿O E JULGAMENTO

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte (27/10/2020), à hora designada, na sala de audiências da Comarca de Cachoeira do Arari, na presença do(a) Exmo(a). Juiz(a) de Direito, Dr(a). LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI**.** Foi declarada aberta a audiência do processo em epígrafe, verificou-se presença virtual do representante do Ministério Público, Dr. Guilherme Chaves Coelho. Presente o réu JONATAS NERES CARDODO, via TEAMS, presente pessoalmente no fórum o advogado Dr. CARLOS DE SOUZA GONÇALVES NETO, OAB/PA nº. 11406-A/PA, nomeado para o ato.

Dando início aos trabalhos, constatou-se a presença das partes, e foram cientificados de que a coleta dos depoimentos será realizada por meio **audiovisual**, conforme autoriza o artigo 405, §1º, do CPP[1], sem transcriç¿o, e, independentemente de novas intimaç¿es, a mídia com a gravaç¿o ficará à disposiç¿o das partes a partir do primeiro dia útil seguinte à realizaç¿o deste ato. **Em ato contínuo**, passou-se ao interrogatório do réu JONATAS NERES CARDODO.

Dispensadas a assinatura da testemunha no Termo de Audiência devido a gravaç¿o dos depoimentos em mídia de áudio e vídeo.

A Defesa requereu a revogaç¿o de Pris¿o Preventiva do acusado. Ouvido o RMP este foi favorável ao

pedido.

DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: DECIS¿O. 1 ¿ Em relaç¿o ao pedido de revogaç¿o, defiro e **REVOGO A PRIS¿O PREVENTIVA DE JONATAS NERES CARDODO,** de acordo com o artigo 316, do CPP. No entanto, considerando as circunstâncias do fato, faz-se necessária a aplicaç¿o de medidas cautelares diversas da pris¿o. Diante do exposto, pelos fundamentos elencados, com arrimo nos artigos 282, 319 e 321, também do CPP**, DECIDO** por submeter o acusado às seguintes medidas cautelares:

a) Comparecer a todos os atos do processo para os quais tiver sido devidamente intimado;

b) Comparecimento mensal em Juízo, para informar e justificar suas atividades, devendo manter seu endereço atualizado;

c) Proibiç¿o de se ausentar da Comarca, por período superior a 08 (oito) dias, sem autorizaç¿o judicial;

d) Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, das 20:00 horas, até as 06:00 do dia seguinte, considerando que o agente possui residência fixa.

e) N¿O se embriagar ou se apresentar embriagado publicamente;

f) N¿O frequentar bares, boates, casas de jogos e congêneres.

g) N¿O se envolver em outro crime ou contravenç¿o penal.

h) N¿O portar armas.

Diante do exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA para JONATAS NERES CARDODO, nos termos do art. 310, inciso III c/c art. 321, ambos do CPP. Lavre-se Termo de Compromisso, fazendo constar a ressalva expressa que o descumprimento das medidas cautelares impostas resultará em nova ordem de pris¿o. Expeça-se Alvará de Soltura, se por outro motivo o indiciado n¿o estiver preso.

Intime-se o indiciado das medidas cautelares impostas. Dê-se ciência ao Ministério Público. Comunique-se a autoridade policial desta decis¿o. Na forma do provimento nº 003/2009-CJRMB-TJPA, cópia digitalizada desta decis¿o serve como ALVARÁ DE SOLTURA, MANDADO DE INTINÇ¿O e OFÍCIO A AUTORIDADE POLICIAL o qual deverá ser cumprido, se necessário, com o auxílio de força policial (art. 22, da § 3º, Lei nº 11.340/06).

2 - Concedo prazo sucessivo de 05 (cinco) dias para as partes apresentarem suas Alegaç¿es Finais. Vistas dos autos ao MP, com o retorno a Defesa. Após, conclusos para sentença.

3 ¿ Seguindo orientaç¿o do STJ, no sentido de que o advogado n¿o pode ser compelido a trabalhar gratuitamente em face da ausência de Defensor Público (STJ, AG do ARESP 729.318/PE, J. 17/05/2016), arbitro honorário no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) pelo ato em favor do advogado, Dr. CARLOS DE SOUZA GONÇALVES NETO, OAB/PA 11406-A/PA.

Como nada mais houve, deu-se esta por encerrada, que vai devidamente assinada pelos presentes. Eu, _____, (Letícia Wanzeller e Silva, Assessora do Juiz) o digitei, subscrevi.

_____

Juiz de Direito

_____

Advogado

COMARCA DE BAIÃO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BAIÃO

PROCESSO Nº 0006885-52.2017.814.0007 Despacho: Diante da revelia já decretada e, ademais, da habilitação do Município no processo, digam as partes se têm interesse na produção de outras provas, especificando-as e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. Cumpra-se e, após, conclusos. Baião/Pa, 26 de outubro de 2021 ASSINADA ELETRONICAMENTE

PROCESSO N.º 00016281220188140007 (AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C DANOS MORAIS)

REQUERENTE: CHALES HENRIQUE DE JESUS FREITAS (ADV. MIZAEL VIRGILINO LOBO DIAS, OAB/PA 18.312 e ADV. JOSELY RIANE BARBAGELATA, OAB/PA 18.001)

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BAIÃO

O Município de Baião apresentou contestação nos autos.

Intime-se a parte autora por meio do advogado, via DEJ, a fim de que oferte réplica à contestação, em 15 dias, especificando desde logo as provas que pretende produzir em audiência, se for o caso.

Intime-se o Município de Baião, por remessa de 15 dias, para que, se for o caso, especifique provas que pretende produzir em audiência.

Caso as partes tenham alegado direito municipal ou estadual, deverão, ambas, provar-lhes o teor nos autos, juntando cópias respectivas, conforme artigo 376, do CPC, também no prazo de 15 dias.

Cumpra-se.

Depois, conclusos rapidamente.

Serve como mandado para os devidos fins de direito.

Baião, 20 de maio de 2019.

WEBER LACERDA GONÇALVES

Juiz de Direito Titular

PROCESSO Nº 0000263-54.2017.814.0007
Despacho:
Diante da revelia já decretada e, ademais, da habilitação do Município no processo, digam as partes se têm interesse na produção de outras provas, especificando-as e justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento.
Cumpra-se e, após, conclusos.
Baião/Pa, 26 de outubro de 2021
ASSINADA ELETRONICAMENTE
BAIÃO

PROCESSO N.º 00083491420178140007 (AÇÃO DE COBRANÇA)

REQUERENTE: ALONSO PAES DE FREITAS ADV. CARLA DANIÉLEN PRESTES GOMES, OAB/PA 17.258

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BAIÃO

O Município de Baião apresentou contestação nos autos.

Intime-se a parte autora para que, em 15 dias, apresente réplica à contestação, especificando desde logo as provas que pretende produzir em audiência, se for o caso.

Intime-se o Município de Baião, por remessa de 15 dias, para que, se for o caso, especifique provas que pretende produzir em audiência.

Caso as partes tenham alegado direito municipal ou estadual, deverão, ambas, provar-lhes o teor nos autos, juntando cópias respectivas, conforme artigo 376, do CPC, também no prazo de 15 dias.

Cumpra-se.

Depois, conclusos imediatamente.

Serve como mandado para os devidos fins de direito.

Baião, 20 de maio de 2019.

WEBER LACERDA GONÇALVES

Juiz de Direito Titular

COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE

PROCESSO: 00035662720188140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 09/11/2021---VITIMA:J. D. B. S. DENUNCIADO:IRANILSON RIBEIRO NERES Representante(s): OAB 7674-A - LUIZ MARIO ARAUJO DE LIMA (DEFENSOR DATIVO) TESTEMUNHA:MARIA ELIZANGELA SILVA BASTO TESTEMUNHA:RAIMUNDO BENEDITO PEREIRA FERREIRA TESTEMUNHA:JOSE MILTON PENICHE DA CRUZ TESTEMUNHA:MARIA GEILSA PEREIRA FERREIRA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará VARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE Processo nº 0003566-27.2018.814.0109DECISÃO Considerando que a pauta de audiências desta Vara, em virtude das sucessivas remarcações decorrentes da pandemia, já alcançou o ano de 2022, a fim de evitar que eventual audiência a ser designada nestes autos com muita antecedência venha a ser novamente redesignada, determino o acautelamento destes autos em Secretaria pelo prazo de 90 (noventa) dias. Após, façam os autos conclusos para análise da manifestação de fl. 87.Garrafão do Norte-PA, 28 de outubro de 2021. SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE 007

PROCESSO: 00006405920078140109 PROCESSO ANTIGO: 200710005271 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021---EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA EXECUTADO:JOSE JURACI LINHARES DE LIMA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE Processo nº 0000640-59.2007.814.0109DECISÃO Vistos os autos. Tendo em vista o teor da certidão de fl. 103, cadastrei novamente no sistema decisão de fl.102 (código 25).Cumpra-se. Garrafão do Norte-PA, 09 de novembro de 2021. SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE Juíza de Direito Titular da Vara única de Garrafão do Norte

PROCESSO: 00012239720148140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021---EXECUTADO: ANTONIO CONCEICAO DA CRUZ- ME EXEQUENTE:IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURAIS E RENOVAVEIS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE Processo nº 0001223-97.2014.814.0109DECISÃO Vistos os autos. Tendo em vista o teor da certidão de fl. 65, cadastrei novamente no sistema decisão de fl. 61(código 25).Cumpra-se. Garrafão do Norte-PA, 09 de novembro de 2021. SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE Juíza de Direito Titular da Vara única de Garrafão do Norte

PROCESSO: 00004513720148140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021---EXECUTADO: ANTONIO CONCEICAO DA CRUZ EXEQUENTE:IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE Processo nº 0000451-37.2014.814.0109DECISÃO Vistos os autos.Tendo em vista o teor da certidão de fl. 99, cadastrei novamente no sistema decisão de fl. 95(código 25).Cumpra-se. Garrafão do Norte-PA, 09 de novembro de 2021.SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDEJuíza de Direito Titular da Vara única de Garrafão do Norte

PROCESSO: 00042201920158140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021---EXEQUENTE:FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO EXECUTADO:JOAQUIM VICENTE DA COSTA. Cumpra-se o item 2 do despacho de fl. 103.Após, conclusos para análise da petição de fl. 108.Em 04/11/2021.Silvia Clemente Silva Ataíde Juíza

de Direito

PROCESSO: 00015706720138140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021---EXEQUENTE:IBAMA INST BRAS DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS EXECUTADO:ANTONIO DA SILVA FERNANDES. Cumpra-se o despacho anterior. Em 4/11/2021Silvia Clemente Silva Ataíde Juíza de Direito

PROCESSO: 00018511820168140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA DO PIRIA Representante(s): OAB 22113 - ARIEL TORRES AGUIAR (ADVOGADO) . Vistos. Aguarde-se em cartório o julgamento do mérito do Agravo de Instrumento. Após, certifique-se e retornem conclusos. Cumpra-se. Silvia Clemente Silva Ataíde Juíza de Direito

PROCESSO: 00018091420198140060 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Execução Fiscal em: 09/11/2021---REQUERENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL REQUERIDO: F N COMERCIO DE MOVEIS LTDA. Cumpra-se o item 2 do despacho de fl. 28. Após, conclusos para análise da petição de fl. 22.Em 04/11/2021. SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE JUÍZA DE DIREITO

PROCESSO: 00015689720138140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA CLEMENTE SILVA ATAIDE A??o: Embargos à Execução Fiscal em: 09/11/2021---EXEQUENTE:IBAMA INST BRAS DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS EXECUTADO: ANTONIO EDSON FERREIRA COSTA. Rementam-se os autos à instância recursal, com as nossas homenagens. Cumpra-se. Em 04/11/2021.SILVIA CLEMENTE SILVA ATAÍDE JUÍZA DE DIREITO

PROCESSO: 00027845920148140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA BEATRIZ PEREIRA SANTOS A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DENUNCIADO:MARIA DE NAZARE BORGES OLIVEIRA Representante(s): OAB 26373 - ALANA ALDENIRA MENDES CHAGAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:JULIANA OLIVEIRA CARDOSO Representante(s): OAB 26373 - ALANA ALDENIRA MENDES CHAGAS (ADVOGADO) VITIMA:O. E. TESTEMUNHA:PM ANTONIO WAGNER GOMES FARIAS TESTEMUNHA:SDPM SIDNEY MOREIRA COSTA JUNIOR TESTEMUNHA:PM RENATO PEREIRA GOMES. ATO ORDINATÓRIO Fica INTIMADO (A) o(a) advogado(a) da ré MARIA DE NAZARÉ BORGES DE OLIVEIRA para ciência da expedição e assinatura digital, na data de 09/11/2021, dos ALVARÁS JUDICIAIS, referentes aos presentes autos e conforme discriminado no retrodespacho/sentença. Ficando ciente que a liberação para saque no banco correspondente se encontrará disponível em até 48h (quarenta e oito horas), sendo cancelado o respectivo Alvará automaticamente em caso de não levantamento dos valores até 15 (quinze) dias da data da liberação do saque, tudo conforme Portaria nº 4.174/2014-GP (TJPA). Por fim, fica CIENTE que o(s) Alvará(s) se encontra(m) disponível(is) no sistema LIBRA para impressão pelo(s) próprio(s) interessado(s), bem como pode ser recebido pessoalmente em Secretaria pela (o) beneficiária (o). (Art. 1º, § 2º, do Provimento 006/2006 - CRMB).Garrafão do Norte/PA, 10 de novembro de 2021.ANA BEATRIZ PEREIRA SANTOS Analista Judiciária

COMARCA DE BRAGANÇA

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA

RESENHA: 05/11/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANCA - VARA: 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANCA PROCESSO: 00003267320178140009 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE LEONARDO FROTA DE VASCONCELLOS DIAS A??o: Procedimento Comum Cível em: 05/11/2021 REQUERENTE:JOSE RIBAMAR GUIMARAES BRAGA Representante(s): OAB 20864-A - GILDO LEOBINO DE SOUZA JÚNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CIFRA SA Representante(s): OAB 40004 - RODRIGO SCOPEL (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S A Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LOURENCO (ADVOGADO) . SENTENÃA Vistos, etc. JOSÃ RIBAMAR GUIMARÃES BRAGA, qualificado e por intermÃ©dio de procurador legalmente constituÃ-do, impetrou a presente AÃÃO ANULATÃRIA DE OPERAÃÃO DE CRÃDITO C/C INDENIZAÃÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS COM PEDIDO DE ANTECIPAÃÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE EVIDÃNCIA E REPETIÃÃO EM DOBRO DO INDÃBITO em face de BANCO ITAÃ BMG CONSIGNADO S/A, BANCO PAN S/A, atualmente denominado BANCO PANAMERICANO S/A e BANCO CIFRA S/A, todos pessoas jurÃ-dicas de direito privado devidamente qualificadas. Alega o autor que celebrou com os requeridos contratos de emprÃ©stimo consignado em folha de proventos, os quais seriam nulos de pleno direito em virtude de nÃ£o ter recebido a segunda via dos Contratos, bem como pela nÃ£o apresentaÃ§Ã£o do Custo Efetivo Total do contrato pelas instituiÃ§Ãµes financeiras, de forma prÃ©via e apartada por meio de planilha, alÃ©m da existÃªncia de clÃ¡usulas ambÃ-guas e contraditÃ³rias nos Contratos, o que impediu o autor de ter acesso Ã s informaÃ§Ãµes plenas, adequadas e claras dos custos e possibilidade de acesso a outras ofertas mais vantajosas, ante a sua vulnerabilidade e hipossuficiÃªncia. Discorreu sobre o direito do consumidor e legislaÃ§Ã£o constitucional e infraconstitucional, bem como normativas do Sistema Financeiro Nacional, Conselho MonetÃ¡rio Nacional, Banco Central do Brasil, e outras aplicÃ¡veis Ã matÃ©ria.Â Requereu, ao final, dentre outros pedidos, a anulaÃ§Ã£o do contrato, e pagamento de danos morais e materiais em repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito; e como pedidos alternativos, a anulaÃ§Ã£o dos juros contratuais ou a aplicaÃ§Ã£o ao valor principal contratado da correÃ§Ã£o monetÃ¡ria com base na Taxa SELIC por meio de prestaÃ§Ãµes mÃ¡ximas de R$100,00 (cem reais). Juntou documentos. Em audiÃªncia nÃ£o houve conciliaÃ§Ã£o (fl. 185). O requerido BANCO ITAÃÂ BMG CONSIGNADO S/A apresentou contestaÃ§Ã£o e documentos (fls.187 a 286), alegando preliminarmente a inÃ©pcia da petiÃ§Ã£o inicial por nÃ£o ter identificado as clÃ¡usulas que pretende controverter e o valor que entende incontroverso, bem como inexistÃªncia de fundamentos por nÃ£o haver da narrativa na inicial uma conclusÃ£o lÃ³gica; e inexistÃªncia de consÃ³rcio passivo facultativo. No mÃ©rito, alega o contestante a validade do contrato, a inexistÃªncia de vÃ-cios, o amplo acesso do consumidor ao CET, a legalidade dos juros remuneratÃ³rios, encargos e multas,Â a inexistÃªncia de danos morais e materiais por repetiÃ§Ã£o de indÃ©bito, entre outros argumentos. Ao final, requereu a improcedÃªncia do pedido ou, em caso de condenaÃ§Ã£o, a compensaÃ§Ã£o com o crÃ©dito concedido ao autor. O requerido BANCO PAN S/A, atualmente denominado BANCO PANAMERICANO S/A, apresentou contestaÃ§Ã£o e documentos (fls.315 a 359), alegando preliminarmente haver limites para os efeitos da revelia. No mÃ©rito, alega o contestante a validade do contrato, a inexistÃªncia de vÃ-cios, inexistÃªncia de conduta irregular, a legalidade dos juros contratados, encargos e multas,Â a inexistÃªncia de danos morais e materiais, e o exercÃ-cio regular de direito, entre outros argumentos. Ao final, requereu a improcedÃªncia do pedido. O requerido BANCO CIFRA S/A apresentou contestaÃ§Ã£o e documentos (fls.287 a 313), alegando preliminarmente a ilegitimidade passiva do contestante, uma vez que o contrato pertenceria ao Banco ITAÃ BMGÂ Consignado por cessÃ£o de crÃ©dito. O autor manifestou-se Ã s fls. 364 a 382. Intimadas as partes para especificarem provas, informaram nÃ£o ter provas a produzir. Vieram os autos conclusos. Ã o relatÃ³rio que reputo necessÃ¡rio. Decido. Considerando a existÃªncia de matÃ©ria unicamente de direito para apreciaÃ§Ã£o na presente aÃ§Ã£o, apta para julgamento ante a desnecessidade de dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria, julgo de forma antecipada a lide, em consonÃ¢ncia ao artigo 355, I, do CPC. Passo Ã anÃ¡lise das preliminares arguidas pelo BANCO ITAÃ BMG CONSIGNADO S/A: Da inÃ©pcia da petiÃ§Ã£o inicial: O requerido aduziu a inÃ©pcia da petiÃ§Ã£o inicial por nÃ£o ter identificado as clÃ¡usulas que pretende

controverter e o valor que entende incontroverso, bem como por nÃ£o haver da narrativa na inicial uma conclusÃ£o lÃ³gica. No entanto, verifico que a petiÃ§Ã£o inicial preenche os requisitos estabelecidos nos arts. 319, 320 e 322 do CPC, pois tem causa de pedir e pedido lÃ³gicos e congruentes, com delimitaÃ§Ã£o certa do pedido. Em relaÃ§Ã£o Ã s clÃ¡usulas que pretende o autor controverter, estÃ£o correlacionadas Ã anÃ¡lise do mÃ©rito da aÃ§Ã£o, nÃ£o sendo portanto matÃ©ria preliminar. Assim, rejeito a preliminar apontada. Da inexistÃªncia de litisconsÃ³rcio passivo facultativo: Verifico que o autor indica a celebraÃ§Ã£o de contratos de emprÃ©stimo consignados com as instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias no polo passivo, havendo afinidade de questÃµes de fato e de direito, nos termos do art. 113, III, do CPC. Assim, rejeito a preliminar apontada. Passo Ã anÃ¡lise da preliminar arguida pelo BANCO PAN S/A, atualmente denominado BANCO PANAMERICANO S/A: Da limitaÃ§Ã£o aos efeitos da revelia: Na hipÃ³tese dos autos, nÃ£o vislumbro a revelia em desfavor do contestante, uma vez que a peÃ§a de defesa foi apresentada dentro do prazo legal, razÃ£o por que rejeito a preliminar apontada. Passo Ã anÃ¡lise da preliminar arguida pelo BANCO CIFRA S/A: Da ilegitimidade passiva do BANCO CIFRA S/A: Alega o contestante que o contrato indicado pelo autor teria sido celebrado junto ao Banco ITAÃ BMG. No entanto, Ã fl. 397 afirma que houve cessÃ£o de crÃ©dito referente ao contrato, razÃ£o por que o Banco CIFRA S/A Ã© legÃ-timo para integrar o polo passivo da causa. Assim, rejeito a preliminar e passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Do MÃ©rito: Tratam os autos de aÃ§Ã£o de anulaÃ§Ã£o de operaÃ§Ã£o de crÃ©dito em que a parte autora alega nÃ£o ter recebido das instituiÃ§Ãµes bancÃ¡rias as informaÃ§Ãµes adequadas acerca dos detalhes do Custo Efetivo Total do contrato de emprÃ©stimo para desconto consignado em folha, o que causou prejuÃ-zos ao consumidor por nÃ£o ter ficado ciente do valor real a ser pago aos Bancos, como danos morais e materiais pela perda de oportunidades de acesso a outras ofertas mais vantajosas. Ainda, requereu como pedidos alternativos, a anulaÃ§Ã£o dos juros contratuais ou a aplicaÃ§Ã£o ao valor principal contratado da correÃ§Ã£o monetÃ¡ria com base na Taxa SELIC, com pagamento pelo autor por meio de prestaÃ§Ãµes mÃ¡ximas de R$100,00 (cem reais). Importante, antes de adentrar no mÃ©rito da causa, discorrer acerca do conceito de Custo Efetivo Total, denominaÃ§Ã£o bancÃ¡ria para todos os encargos e despesas incidentes nas operaÃ§Ãµes de crÃ©dito contratadas. Consiste este no custo total da operaÃ§Ã£o, de forma detalhada, devendo constar expressamente no contrato celebrado para que o consumidor tenha ciÃªncia do valor real que deverÃ¡ pagar Ã instituiÃ§Ã£o credora. Na hipÃ³tese dos autos, o autor confirma a celebraÃ§Ã£o dos negÃ³cios jurÃ-dicos com os trÃªs Bancos requeridos, tendo estes antecipado os valores estabelecidos nos ajustes, com a obrigaÃ§Ã£o assumida pelo autor de ressarcir o capital com o implemento de juros (remuneraÃ§Ã£o) e taxas. No entanto, alega o autor a falta do repasse das informaÃ§Ãµes corretas em relaÃ§Ã£o ao Custo Efetivo Total dos contratos de emprÃ©stimo. Pois bem, o artigo 6Âº, III, do CDC, aduz que Ã© direito do consumidor a efetiva informaÃ§Ã£o sobre as caracterÃ-sticas, composiÃ§Ã£o, tributos e preÃ§o dos produtos e serviÃ§os ofertados. Na exordial, o autor, como consumidor, alegou desconhecer o Custo Efetivo Total das taxas aplicadas nos ajustes com as instituiÃ§Ãµes financeiras requeridas, pois estas informaÃ§Ãµes deveriam ter sido colocadas de forma clara, prÃ©via, e em planilhas prÃ³prias. No entanto, verifico que as informaÃ§Ãµes acerca do valor do contrato, das parcelas mensais a serem pagas pelo autor e custo total estÃ£o expressas nos prÃ³prios ajustes.Â O autor, como consumidor, teve acesso Ã informaÃ§Ã£o das condiÃ§Ãµes dos negÃ³cios jurÃ-dicos que anuiu de forma voluntÃ¡ria, estando os contratos escritos de forma clara e com caracteres ostensivos e legÃ-veis, conforme exige o artigo 53, Â§3Âº do CDC.Â Havendo nos contratos de emprÃ©stimo de forma escrita e expressa os custos da operaÃ§Ã£o, valores, e demais dados, e apresentadas ao consumidor, cumpridas estÃ£o as resoluÃ§Ãµes n. 3517 e 4.197 do Banco Central do Brasil, que dispÃµem sobre medidas de informaÃ§Ã£o, divulgaÃ§Ã£o e transparÃªncia relativas ao Custo Efetivo Total. Assim, vejo cumprida pelos requeridos a obrigaÃ§Ã£o de informaÃ§Ã£o, jÃ¡ que os dados almejados pelo consumidor, devidamente discriminados na inicial, estÃ£o presentes nos ajustes escritos. Neste sentido, o Superior Tribunal de JustiÃ§a decidiu em sede de Recurso Repetitivo que o montante dos juros remuneratÃ³rios praticados em sede de emprÃ©stimo deve ser consignado no prÃ³prio instrumento, conforme abaixo transcrito: BANCÃRIO. RECURSO ESPECIAL. AÃÃO REVISIONAL DE CLÃUSULAS DE CONTRATO BANCÃRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÃRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÃ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÃRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÃES IDÃNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÃÃO - JUROS REMUNERATÃRIOS 1 - Nos contratos de mÃºtuo em que a disponibilizaÃ§Ã£o do capital Ã© imediata, o montante dos juros remuneratÃ³rios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixaÃ§Ã£o da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros Ã mÃ©dia de mercado nas operaÃ§Ãµes da espÃ©cie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipÃ³tese, Ã© possÃ-vel a correÃ§Ã£o para a taxa mÃ©dia se for verificada abusividade nos juros

remuneratÃ³rios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acÃ³rdÃ£o recorrido, a abusividade na cobranÃ§a da taxa de juros, impÃµe-se a adoÃ§Ã£o da taxa mÃ©dia de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mÃºtuo bancÃ¡rio, celebrados apÃ³s a ediÃ§Ã£o da MP nÂº 1.963-17/00 (reeditada sob o nÂº 2.170-36/01), admite-se a capitalizaÃ§Ã£o mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ãnus sucumbenciais redistribuÃ-dos. (REsp 1112879/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÃÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 19/05/2010) (grifo nosso). Certamente, poderia ter sido adotada uma taxa de juros mais vantajosa para o consumidor, porÃ©m a hipÃ³tese dos autos estÃ¡ relacionada Ã alegaÃ§Ã£o da ausÃªncia da informaÃ§Ã£o correta sobre os dados da remuneraÃ§Ã£o do capital nos contratos celebrados entre o autor e o requerido, e nÃ£o sobre suposta abusividade de clÃ¡usulas, pois o requerente nÃ£o expressamente impugnou taxas de juros aplicadas pelos Bancos requeridos, nem indicou clÃ¡usulas especÃ-ficas. Ressalto a impossibilidade de conhecimento de questÃµes nÃ£o levantadas pela parte autora de forma especÃ-fica, na forma do enunciado 381-STJ (Â¿Ã vedado ao julgador conhecer, de ofÃ-cio, da abusividade das clÃ¡usulasÂ¿). O autor, ainda, nÃ£o indicou a existÃªncia do efetivo prejuÃ-zo material diante da informaÃ§Ã£o dos dados do ajuste no prÃ³prio corpo do instrumento de crÃ©dito, nÃ£o se podendo presumir que a existÃªncia de uma planilha em separado resultaria no melhor planejamento de sua vida financeira, uma vez que hÃ¡ no contrato assinado as informaÃ§Ãµes da taxa de juros aplicada, do valor e prazo das parcelas, alÃ©m do total a ser pago. Ainda, as parcelas a serem pagas sÃ£o fixas, e nÃ£o variÃ¡veis, cujo valor foi informado ao autor nos contratos celebrados com os requeridos. NÃ£o vislumbro, pois, defeitos ou vÃ-cios nos ajustes entre as partes, e consequentemente, ausentes os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil dos requeridos que ensejariam reparaÃ§Ã£o de danos, moral ou material. Em relaÃ§Ã£o aos juros praticados, nÃ£o entrevejo abusividade, nem vÃ-cios que ensejem anulaÃ§Ã£o, consoante SÃºmula 382 do STJ, que afirma que Â¿a estipulaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios superiores a 12% ao ano, por si sÃ³, nÃ£o indica abusividade.Â¿Â AlÃ©m disso, o STJ afastou a incidÃªncia de limitaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios nos contratos de mÃºtuo que tÃªm como parÃ¢metro as normativas dos arts.591 e 406 do CC. (AgRg no AREsp 602087/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÃAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 07/08/2015). Ainda, as instituiÃ§Ãµes financeiras sÃ£o regidas pela Lei 4.595/64, nÃ£o sendo aplicÃ¡vel a limitaÃ§Ã£o de juros de 12% (doze por cento) ao ano expressa na Lei de Usura, conforme SÃºmula 596 do Supremo Tribunal Federal. Da mesma forma, em relaÃ§Ã£o ao pedido alternativo de aplicaÃ§Ã£o aos contratos jÃ¡ celebrados Ã Taxa SELIC, o STJ vem adotando o entendimento de que Ã© inviÃ¡vel a utilizaÃ§Ã£o da taxa referencial do Sistema Especial de LiquidaÃ§Ã£o e CustÃ³dia - SELIC - como parÃ¢metro de limitaÃ§Ã£o de juros remuneratÃ³rios dos contratos bancÃ¡rios, conforme diversos precedentes (REsp 1394968/RS, Rel. Ministro MARCO AURÃLIO BELLIZZE, julgado em 29/09/2015, DJe 28/10/2015; REsp 1348900/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÃAS CUEVA, julgado em 30/04/2015). Do dispositivo Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS, extinguindo o feito com resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito na forma do artigo 487, I do CPC. Custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios pela parte autora, das quais fica isenta em decorrÃªncia dos benefÃ-cios da gratuidade da justiÃ§a. Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado, certifique-se e proceda-se ao arquivamento dos autos com a devida baixa processual. BraganÃ§a/PA, 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â JOSÃ LEONARDO FROTA DE VASCONCELLOS DIAS Â Juiz de Direito titular da 2Âª Vara CÃ-vel e Empresarial PROCESSO: 00009269420178140009 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: L. L. A. S. REPRESENTANTE: M. M. A. REQUERIDO: L. A. S. S. PROCESSO: 00017248920168140009 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: K. E. C. R. REPRESENTANTE: E. C. S. REQUERIDO: E. S. R. PROCESSO: 00037701720178140009 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: J. F. R. P. REPRESENTANTE: M. N. R. R. Representante(s): OAB 12499 - ROBERTA OLIVEIRA MOREIRA (DEFENSOR) OAB 24594 - ARETHUZE LIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO: J. A. P. PROCESSO: 00048152220188140009 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: J. V. C. L. G. Representante(s): OAB 16264 - FERNANDO EURICO LOPES ARRUDA FILHO (DEFENSOR) REQUERIDO: A. J. B. G. PROCESSO: 00063636320178140009 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: G. S. E. S. REQUERIDO: S. J. P. S.

P R O C E S S O : 0 0 6 3 9 6 9 7 3 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): FRANCISCO DANIEL BRANDAO ALCANTARA A??o: Embargos de Terceiro Infância e Juventude em: 13/05/2021---EMBARGADO:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 6558 - ATILA ALCYR PINA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 12610 - MILTON SOUZA FIGUEIREDO JUNIOR (ADVOGADO) EMBARGANTE:MARIA E M ROCHA ME Representante(s): OAB 14732 - DANIEL PENA SHESQUINI (ADVOGADO) EMBARGADO:JOSE JOAQUIM DIOGO Representante(s): OAB 4533 - LUIZ GUILHERME CONCEICAO DE ALMEIDA (ADVOGADO) EMBARGADO:ELLEM DE TASSIA DO NASCIMENTO VIEIRA Representante(s): OAB 10892 - BETANIA BENJAMIN DIAS DA PAZ (ADVOGADO) OAB 22649 - CARINA DA SILVA SOUZA (ADVOGADO) . DESPACHO 1. Considerando o recurso de apelaÃ§Ã£o formulado pela parte autora, fica intimada a parte demandada para, querendo, apresentar contrarrazÃµes no prazo de 15 (quinze) dias. 2. O prazo será¡ contado em dobro na hipÃ³tese de Defensoria PÃºblica/MinistÃ©rio PÃºblico ou Fazenda PÃºblica. 3. Intime-se via DJe/sistema. 4. ApÃ³s, Ã Superior InstÃ¢ncia. Â Â Â BraganÃ§a/PA, 13 de maio de 2021. Â Â Â Â FRANCISCO DANIEL BRANDÃ¿O ALCÃ¿NTARA Juiz de Direito da 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de BraganÃ§a/Ã¿

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BRAGANCA - VARA: VARA CRIMINAL DE BRAGANCA PROCESSO: 00001047620158140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIADO:ANTONIO MARIA PINHEIRO VITIMA:B. A. O. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:DANYLLO POMPEU COLARES. EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado ANTONIO MARIA PINHEIRO, brasileiro, filho(a) de MARIA DA CONCEICAO FERREIRA e NAO INFORMADO, nascido em 28/02/1960, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. INQUERITO - ART.129, Ã¿Â§9Ã¿Âº DO CP C/C ART. 7Ã¿Âº I DA LEI 11.340/06., nos autos do processo nÂº 0000104-76.2015.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00005016720178140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIADO:JOSAFA SOUSA DA SILVA VITIMA:J. F. S. DENUNCIADO:MANOEL EZEQUIEL DO ROSARIO MACENA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): DANIEL MENEZES BARROS (PROMOTOR(A)) . EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado JOSAFA SOUSA DA SILVA,MANOEL EZEQUIEL DO ROSARIO MACENA, brasileiro, filho(a) de MARIA JOSE SOUSA DE ALMEIDA,MARIA DO SOCORRO MACENA e ANTONIO DA SILVA SOUSA,NAO DECLARADO, nascido em NÃ¿Â¿O INFORMADO,04/07/1990, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. DENÃ¿Â¿NCIA - ART. 155, Ã¿Â§ 1Ã¿Âº E Ã¿Â§ 4Ã¿Âº, IV DO CP., nos autos do processo nÂº 0000501-67.2017.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00016434320168140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:P. V. S. S. DENUNCIADO:JOSE AUGUSTO CARDOSO DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA Representante(s): DANIEL MENEZES BARROS (PROMOTOR(A)) . EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado JOSE AUGUSTO CARDOSO DOS SANTOS, brasileiro, filho(a) de MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS e ANDRE CARDOSO DOS SANTOS, nascido em NÃ¿Â¿O INFORMADO, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas

sanÃ§Ãµes punitivas do art. DENÃ¿Â¿NCIA - ART. 155, CAPUT, DO CPB., nos autos do processo nÂº 0001643-43.2016.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00034659620188140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): KELLY BATISTA DA SILVA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 09/11/2021---VITIMA:M. S. E. S. DENUNCIADO:CLADEVAN DA SILVA DENUNCIADO:IVANILSON DA SILVA E SILVA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): SABRINA MAMEDE NAPOLEAO KALUME (PROMOTOR(A)) . EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado IVANILSON DA SILVA E SILVA, vulgo Â¿MALUQUINHOÂ¿, brasileiro, filho(a) de FERNANDO SALES DA SILVA e TEREZINHA DE JESUS DA SILVA, nascido em 31/01/1991, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 121, Â§2Âº, II e IV, do CPB, nos autos do processo nÂº 0003465-96.2018.814.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 09 de novembro de 2021. Aline Cysneiros Landim Barbosa de Melo JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00043475820188140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Procedimento Comum em: 09/11/2021---VITIMA:F. D. V. P. DENUNCIADO:MARCOS MAX MARTINS FERREIRA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO. EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado MARCOS MAX MARTINS FERREIRA, brasileiro, filho(a) de MARIA DE NAZARE MARTINS FERREIRA e MANOEL RIBAMAR DOS SANTOS, nascido em 11/03/1992, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. DENUNCIA - ARTIGO 155, CAPUT DO CPB., nos autos do processo nÂº 0004347-58.2018.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00059469520198140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:DANIEL MORAES DOS REIS DENUNCIADO:JOSE VICTOR FERNANDES DE JESUS DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO SERGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR (PROMOTOR(A)) . EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado DANIEL MORAES DOS REIS,JOSE VICTOR FERNANDES DE

JESUS, brasileiro, filho(a) de MARIA BENEDITA MORAES DOS SANTOS,MARIA DO SOCORRO FERNANDES DE JESUS e NAO DECLARADO,NÃ¿Â¿O INFORMADO, nascido em 14/12/1997,20/12/1999, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. DENÃ¿Â¿NCIA - ART. 14, CAPUT, DO CPB C/C ART. 180, CAPUT, DO CPB., nos autos do processo nÂº 0005946-95.2019.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00068075720148140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:M. A. C. M. DENUNCIADO:CARLOS ALEXANDRE DA SILVA LIMA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado CARLOS ALEXANDRE DA SILVA LIMA, brasileiro, filho(a) de JUSTINIANA DA SILVA LIMA e ANTONIO MARIA DA SILVA LIMA, nascido em 07/02/1981, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. VIOLÃ¿Â¿NCIA DOMÃ¿Â¿STICA CONTRA A MULHER (AMEAÃ¿Â¿A), nos autos do processo nÂº 0006807-57.2014.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00071074820168140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---VITIMA:M. H. R. S. DENUNCIADO:MARIA DAS DORES RODRIGUES DA SILVA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA Representante(s): DANIEL MENEZES BARROS (PROMOTOR(A)) . EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado MARIA DAS DORES RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, filho(a) de MARIA HELENA RODRIGUES DA SILVA e ANTONIO AMARO RODRIGUES DA SILVA, nascido em NÃ¿Â¿O INFORMADO, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. DENÃ¿Â¿NCIA - ART. 129, Ã¿Â§ 9Ã¿Âº, DO CPB C/C A LEI NÃ¿Âº 10.741/03., nos autos do processo nÂº 0007107-48.2016.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00091854420188140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 09/11/2021---AUTOR:MINISTERIO DO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): DANYLLO POMPEU COLARES (PROMOTOR(A)) DENUNCIADO:ANTONIO RAMOS DE AVIZ. EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da

publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado ANTONIO RAMOS DE AVIZ, brasileiro, filho(a) de MARIA RAMOS DE AVIZ e ANGELO ANTONI DE AVIZ, nascido em 04/02/1977, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. DENÃ¿Â¿NCIA - ART. 33, CAPUT, E ART. 35, CAPUT, DA LEI NÃ¿Âº 11.343/2006.NOTA: DESMEMBRADO DOS AUTOS DA AÃ¿Â¿Ã¿Â¿O PENAL 0000843-49.2015.814.0009., nos autos do processo nÂº 0009185-44.2018.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00148784320178140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Procedimento Comum em: 09/11/2021---VITIMA:M. E. S. G. DENUNCIADO:JORGE CRISTIANO SANTOS FRANCA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO. EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado JORGE CRISTIANO SANTOS FRANCA, brasileiro, filho(a) de MARIA MADALENA DOS SANTOS FRANCA e JOSIAS FERREIA SANTOS, nascido em 23/04/1987, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. DENUNCIA - ARTIGO 129 Ã¿Â§ 9 E ARTIGO 147 AMBOS DO CP C/C ARTIGO 7Ã¿Âº, INCISO I E II DA LEI 11.340/2006 DO CP., nos autos do processo nÂº 0014878-43.2017.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00149543820158140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 09/11/2021---DENUNCIADO:JONIELSON FURTADO FERREIRA DENUNCIADO:SUELY DA SILVA DE PINHEIRO VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): DANYLLO POMPEU COLARES (PROMOTOR(A)) . EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado SUELY DA SILVA DE PINHEIRO, brasileira, filho(a) de MARIA JOSÃ¿ PINHEIRO DE AVIZ, nascido em 12/03/1995, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. 33, da Lei nÂº 11.343/2006, nos autos do processo nÂº 0014954-38.2015.814.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 09 de novembro de 2021. Aline Cysneiros Landim Barbosa de Melo JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00149656720158140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em:

09/11/2021---DENUNCIADO:ANTONIO DILSON PORTILHO DA COSTA VITIMA:V. M. O. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:DANYLLO POMPEU COLARES. EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado ANTONIO DILSON PORTILHO DA COSTA, brasileiro, filho(a) de ALZIRA DA SILVA COSTA e CARIVALDO ANDRADE PORTILHO, nascido em 06/01/1975, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. DENÃ¿Â¿NCIA - ART. 129, Ã¿Â§9Ã¿Âº DO CPB C/C ART. 7Ã¿Âº, I DA LEI NÃ¿Âº 11.340/2006., nos autos do processo nÂº 0014965-67.2015.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00920088020158140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 09/11/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Representante(s): NADILSON PORTILHO GOMES (PROMOTOR(A)) DENUNCIADO:RONIVALDO CORREA DA SILVA VITIMA:I. E. S. S. . EDITAL DE CITAÃ¿Ã¿O (Prazo de 15 dias, contados da publicaÃ§Ã£o) A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, JuÃ-za de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de BraganÃ§a, Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo MinistÃ©rio PÃºblico, foi denunciado RONIVALDO CORREA DA SILVA, brasileiro, filho(a) de MARIA DE FATIMA CORREA DA SILVA e NAO INFORMADO, nascido em NÃ¿Â¿O INFORMADO, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanÃ§Ãµes punitivas do art. DENÃ¿Â¿NCIA - ART. 121, Ã¿Â§2Ã¿Âº, II C/C O ART. 14, II DO CPB., nos autos do processo nÂº 0092008-80.2015.8.14.0009, e, como nÃ£o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaÃ§Ã£o por escrito, atravÃ©s de Advogado ou Defensor PÃºblico, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspensÃ£o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderÃ¡ alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaÃ§Ãµes, especificar as provas pretendidas, juntar certidÃ£o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaÃ§Ã£o completa, com endereÃ§o para a devida intimaÃ§Ã£o das mesmas, ou comprometer-se a trazÃª-las independente de notificaÃ§Ã£o. BraganÃ§a - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO JuÃ-za de Direito PROCESSO: 00158978420178140009 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---VITIMA: Y. J. B. S. DENUNCIADO: A. A. S. V. AUTOR: M. P. E. P. **EDITAL DE CITAÇ¿O** (Prazo de 15 dias, contados da publicaç¿o). A Exma. Sra. Dra. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO, Juíza de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Bragança, Estado do Pará, no uso de suas atribuiç¿es legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo Ministério Público, foi denunciado ANTONIO ADSON DOS SANTOS VIANA, brasileiro, filho(a) de MARIA RODRIGUES DOS SANTOS e JOSE GONCALVES VIANA, nascido em N¿¿O INFORMADO, estando atualmente em local incerto e desconhecido, como incurso nas sanç¿es punitivas do art. DEN¿NCIA - ART. 217-A DO CPB., nos autos do processo nº 0015897-84.2017.8.14.0009, e, como n¿o foi encontrado para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, nos termos do Art. 361 do CPP, para que possa responder a acusaç¿o por escrito, através de Advogado ou Defensor Público, no prazo de 10 dias, nos autos do processo acima mencionado, sob pena de suspens¿o do processo e do prazo prescricional. Na sua Resposta Escrita, poderá alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas, juntar certid¿o de antecedentes criminais e arrolar testemunhas com sua qualificaç¿o completa, com endereço para a devida intimaç¿o das mesmas, ou comprometer-se a trazê-las independente de notificaç¿o. Bragança - PA, 9 de novembro de 2021. ALINE CYSNEIROS LANDIM BARBOSA DE MELO Juíza de Direito

COMARCA DE AURORA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AURORA DO PARÁ

RESENHA: 29/10/2021 A 05/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE AURORA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE AURORA DO PARA PROCESSO: 00000023820168140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:JURACI OLIVEIRA SANTIAGO Representante(s): OAB 22647 - EDINALDO DA SILVA ASSUNCAO (ADVOGADO) VITIMA:R. P. S. . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â PROCESSO NÂº: 0000002-38.2016.8.14.0100 DENUNCIADO: JURACY OLIVEIRA SANTIAGO ENDEREÃO: RUA SANTO ANDRÃ, S/N, BAIRRO NOVO HORIZONTE, CONCÃRDIA DO PARÃ/PA DEFENSOR DATIVO: LÃVIA VIDAL CABRAL - OAB/PA 26.945 SENTENÃA/MANDADO I.Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada ajuizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, em desfavor de JURACY OLIVEIRA SANTIAGO, pugnando pela condenaÃ§Ã£o pelo crime do art. 129, Â§9Âº, CPB, com incidÃªncia das regras da Lei 11.340/2006. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A DenÃºncia foi oferecida em 02/02/2016 (fls. 02/03), narrando, em sÃ-ntese, que no dia 24/12/2015, a vÃ-tima Reane Pantoja Soares teria sido agredida verbal e fisicamente por Juracy Oliveira Santiago, seu entÃ£o companheiro, o qual foi preso em flagrante delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Exame de corpo de delito realizado na vÃ-tima (fl. 14). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A DenÃºncia foi recebida em 11/02/2016 (fl. 113). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citado (fl. 122), o acusado apresentou Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o (fl. 128/130). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 26/11/2016, oportunidade em que foram ouvidas a vÃ-tima e duas testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico (fls. 163/165). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decretada a revelia do acusado (fl. 220). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em AlegaÃ§Ãµes Finais na forma de memoriais escritos, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do denunciado Ã s penas do crime do art. 129, Â§9Âº, CPB, com incidÃªncia das regras da Lei 11.340/2006 (fls. 223/224). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De igual forma, a Defesa em alegaÃ§Ãµes finais pugnou pelo reconhecimento da excludente de ilicitude da legÃ-tima defesa (fls. 230/231). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. II.Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A instruÃ§Ã£o criminal transcorreu regularmente, nÃ£o havendo vÃ-cios ou preliminares a serem analisadas, pelo que passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico imputa Ã acusada o crime do art. 129, Â§9Âº, CPB: Â LesÃ£o corporal Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saÃºde de outrem: Pena - detenÃ§Ã£o, de trÃªs meses a um ano. ViolÃªncia DomÃ©sticaÂ Â Â (IncluÃ-do pela Lei nÂº 10.886, de 2004) Â§ 9oÂ Se a lesÃ£o for praticada contra ascendente, descendente, irmÃ£o, cÃ´njuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relaÃ§Ãµes domÃ©sticas, de coabitaÃ§Ã£o ou de hospitalidade: (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.340, de 2006) Â Â Â Â Â Â Â Pena - detenÃ§Ã£o, de 3 (trÃªs) meses a 3 (trÃªs) anos. (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 11.340, de 2006) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez descrito o tipo penal imputado ao acusado, passo Ã anÃ¡lise da prova constante dos autos para verificaÃ§Ã£o da ocorrÃªncia, ou nÃ£o, do delito acima aduzido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade pode ser verificada por Auto de Exame de corpo de delito que apontou ofensa Ã integridade corporal da vÃ-tima (fl. 14). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Resta, no entanto, aferir-se sobre a autoria do delito e responsabilidade penal do acusado. As provas produzidas sÃ£o harmÃ´nicas no sentido de que o acusado Ã© autor do evento delituoso de violÃªncia contra pessoa que conviveu maritalmente, combatida pela Lei Maria da Penha. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A vÃ-tima esclareceu de forma suficiente os fatos narrando de forma segura e induvidosa que o acusado a golpeou com um soco no rosto durante uma discussÃ£o. Essa versÃ£o Ã© reforÃ§ada durante o depoimento da testemunha JÃ©ssica Soares dos Santos - filha do acusado e da vÃ-tima, tendo em vista relato de que foi informada por um terceiro de que sua mÃ£e teria sido agredida por seu pai, o ora acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma das policiais que atendeu Ã ocorrÃªncia - PM GessilÃ©ia Barbosa Tavares, confirmou que a vÃ-tima foi atÃ© a delegacia de polÃ-cia para relatar a agressÃ£o que sofreu, motivo pelo qual se deslocou atÃ© a casa onde o acusado estava, o qual teria confessado a agressÃ£o. Conta ainda que viu o rosto da vÃ-tima golpeado, o que teria sido indicado pela vÃ-tima como resultado do golpe desferido pelo acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto Ã tese de defesa referente Ã excludente de ilicitude da legÃ-tima Defesa, tenho que nÃ£o merece ser acolhida, ante a inexistÃªncia de elementos mÃ-nimos que corroborem a tese.Â Frisa-se que que cabia Ã Defesa

demonstrar de forma clara e indubitÃ¡vel a existÃªncia da referida excludente de ilicitude. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, observo que pelos depoimentos colhidos em instruÃ§Ã£o, e pelo laudo do exame de corpo de delito, ficou demonstrado de modo inequÃ-voco os atos praticados pelo denunciado, bem como sua intenÃ§Ã£o em atingir a integridade fÃ-sica da vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Demonstradas a materialidade e autoria, passo a analisar o tipo penal imputado: Art. 129, Â§ 9Âº, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A conduta do acusado subsumiu-se, integralmente, ao delito insculpido no artigo supracitado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A aÃ§Ã£o daquele provocou ofensas Ã integridade corporal da vÃ-tima, conforme citado acima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No mais, restou tambÃ©m provado o elemento subjetivo, consistente no Ã¢nimo doloso do acusado em causar lesÃ£o Ã vÃ-tima. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No que se refere ao Ã¢mbito domÃ©stico, nÃ£o hÃ¡ o que se questionar, uma vez que a vÃ-tima conviveu com o acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e examinado, percebe-se que o denunciado JURACY OLIVEIRA SANTIAGO deve ser condenado pelo crime descrito no art. 129, Â§9Âº, CPB. III.Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensÃ£o punitiva estatal, de modo CONDENO JURACY OLIVEIRA SANTIAGO, jÃ¡ qualificados nos autos, pelo pela prÃ¡tica do crime descrito no art. 129, Â§9Âº, CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã dosimetria da pena nos termos do art. 68 do CPB, o que faÃ§o na forma abaixo demonstrada. VI. DOSIMETRIA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA PRIMEIRA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, sob o Ã¢ngulo das circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CÃ³digo Repressivo PÃ¡trio, cumpre estipular a pena-base necessÃ¡ria e suficiente para a reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) a culpabilidade do rÃ©u, considerando o delito em questÃ£o, apresenta culpabilidade ofensiva, eis que se utilizou de forÃ§a fÃ-sica de forma repentina para causar lesÃµes Ã vÃ-tima; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) o rÃ©u nÃ£o possui antecedentes criminais (fl. 56), na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, no qual somente as sentenÃ§as condenatÃ³rias que nÃ£o sirvam para caracterizar a reincidÃªncia Ã© que caracterizam os antecedentes; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â c) acerca da conduta social, nada existe nos autos; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â d) quanto Ã personalidade, nÃ£o existe nos autos elemento qualquer que permita ao juiz avaliar a personalidade do agente; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â e) os motivos do crime nada apontam contra o acusado; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â f) as circunstÃ¢ncias nada apontam; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â g) as consequÃªncias do crime nada apontam; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â h) finalmente, o comportamento da vÃ-tima, em nada contribuiu ao delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao rÃ©u cabe abstratamente pena de detenÃ§Ã£o, de 3 (trÃªs) meses a 3 (trÃªs) anos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando as circunstÃ¢ncias judiciais, fixo a pena-base em 07 (sete) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA SEGUNDA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, verifico ausentes circunstÃ¢ncias agravantes ou atenuantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA TERCEIRA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, nÃ£o existem causas de diminuiÃ§Ã£o e de aumento de pena a serem analisadas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Desta feita, fica estabelecida a pena CONCRETA, DEFINITIVA e FINAL, para fins de fixaÃ§Ã£o do regime inicial, em 07 (sete) meses de detenÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O regime inicial do cumprimento de pena serÃ¡ o aberto, na esteira do regramento do artigo 33, Â§2Âº, letra Â¿cÂ¿ do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â IncabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o da pena por restritiva de direitos, eis que o crime em tela possui a violÃªncia intrÃ-nseca, bem como pelo disposto no artigo 17 da Lei nÂº 11.340/06 e nas SÃºmulas 536 e 588 do Superior Tribunal de JustiÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Todavia, pode o rÃ©u beneficiar-se do instituto da suspensÃ£o condicional da pena, prevista no artigo 77 do CÃ³digo Penal, eis que nÃ£o Ã© cabÃ-vel a substituiÃ§Ã£o por pena restritiva de direitos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por esse motivo, suspenso a execuÃ§Ã£o da pena pelo prazo de 02 (dois) anos. FicarÃ¡, entretanto, sujeito Ã s seguintes condiÃ§Ãµes, na esteira do artigo 78, Â§1Âº, do CÃ³digo Penal: I - PrestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade ou a entidades pÃºblicas consistente na atribuiÃ§Ã£o de tarefas gratuitas ao condenado, conforme as suas aptidÃµes, Ã razÃ£o de 1 (uma) hora de tarefa por dia de condenaÃ§Ã£o, fixadas de modo a nÃ£o prejudicar a jornada normal de trabalho; II - limitaÃ§Ã£o de fim de semana, consistindo no recolhimento do rÃ©u ao seu prÃ³prio lar, aos sÃ¡bados, domingos e feriados, durante o prazo estipulado para a pena privativa de liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade, haja vista que nÃ£o estÃ£o presentes os pressupostos da prisÃ£o cautelar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReparaÃ§Ã£o dos danos civis - O disposto no art. 387, inciso IV, do CÃ³digo de Processo Penal, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado no presente caso, visto nÃ£o haver, nos autos em tela, os elementos suficientes que comprovem a ocorrÃªncia de efetivo prejuÃ-zo Ã vÃ-tima, e permitam que o valor mÃ-nimo da indenizaÃ§Ã£o possa ser fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, por nada constar a respeito na denÃºncia, ao RÃ©u nÃ£o foi dado o direito de se defender sobre a reparaÃ§Ã£o dos eventuais danos causados. Com isso, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio constitucional do contraditÃ³rio e da ampla defesa, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado, caso contrÃ¡rio, haverÃ¡ nulidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante desta situaÃ§Ã£o, deve a vÃ-tima, caso deseje, ingressar na Ã¡rea cÃ-vel com a AÃ§Ã£o Civil ex delicto, visando a total liquidaÃ§Ã£o da presente sentenÃ§a condenatÃ³ria. V.Â

DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez certificado o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, providenciem-se:Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Remessa do Boletim Individual ao setor de estatÃ-sticas criminais; Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. ExpediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao TRE/PA para suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos do condenado durante a execuÃ§Ã£o da pena (art. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c o art. 15, III, CF/88); Â Â Â Â Â Â Â Â Â 3. DistribuiÃ§Ã£o do respectivo processo de execuÃ§Ã£o para o sistema SEEU; Â Â Â Â Â Â Â Â Â 4.Â ApÃ³s, designaÃ§Ã£o de audiÃªncia admonitÃ³ria por meio de Ato OrdinatÃ³rio, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se, quando da intimaÃ§Ã£o do sentenciado, se ele manifesta interesse em recorrer e se tem advogado(a) - nome e OAB, para apresentar o recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de Custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, comunique-se Ã DistribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente SentenÃ§a como mandado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡/PA FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 6 Â Â BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito PROCESSO: 00002167320098140100 PROCESSO ANTIGO: 20092000113 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:ENOQUE DOS SANTOS SILVA DENUNCIADO:FRANCISCO FERREIRA NETO VITIMA:F. L. DENUNCIADO:EVANDRO GOMES DE SOUSA DENUNCIADO:MARCOS GALVAO DE PAULA VULGO BARBUDINHO Representante(s): OAB 6510 - JULIO DE OLIVEIRA BASTOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCIVALDO PONTES DOS SANTOS Representante(s): OAB 29544 - ISAAC DOS SANTOS FARIAS (ADVOGADO DATIVO) DENUNCIADO:JILSON SILVA NASCIMENTO Representante(s): OAB 11356 - ROBERTO ANTONIO DOS SANTOS PANTOJA (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â

_____ PROCESSO NÂº 0000216-73.2009.8.14.0100 SENTENCIADO 01: FRANCIVALDO PONTE DOS SANTOS ADVOGADO DATIVO: FRANCIVALDO PONTES DOS SANTOS, OAB/PA NÂº 29.544 SENTENCIADO 02: JILSON SILVA NASCIMENTO ADVOGADO: ROBERTO ANTONIO DOS SANTOS PANTOJA - OAB/PA NÂº 11.356 DECISÃO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando certidÃ£o de tempestividade de fl. 782, e estando presentes, a priori, os demais pressupostos subjetivos e objetivos de admissibilidade recursal, recebo o apelo de FRANCIVALDO PONTE DOS SANTOS (fls. 759/781) e JILSON SILVA NASCIMENTO (fls. 727/745). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deve a Secretaria Judicial, intimar o Recorrido para oferecer contrarrazÃµes, no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em seguida, decorrido o prazo, com ou sem manifestaÃ§Ã£o ministerial, com migraÃ§Ã£o ao sistema PJE nos termos do art. 15 da Portaria nÂº 1304/2021-GP, sejam remetidos os autos ao Tribunal de JustiÃ§a do Estado, para apreciaÃ§Ã£o do recurso, com os nossos cumprimentos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Aurora do ParÃ¡ FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 1 Â Â Breno Melo da Costa Braga Juiz de Direito PROCESSO: 00003361420128140100 PROCESSO ANTIGO: 20122000183 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 VITIMA:R. C. R. S. DENUNCIADO:JONILSON CHAGAS RANGEL Representante(s): OAB 19061 - ANDERSON ALVES DE JESUS FREITAS (ADVOGADO) OAB 19098 - LUCIVALDO TEIXEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 19061 - ANDERSON ALVES DE JESUS FREITAS (ADVOGADO) OAB 19098 - LUCIVALDO TEIXEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA - PA - Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡Â 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â PROCESSO NÂº: 0000336-14.2012.8.14.0100 DENUNCIADO: JONILSON CHAGAS RANGEL, VULGO Â¿BOCAÂ¿ DEFENSOR DATIVO: HEYTOR DA SILVA E SILVA - OAB/PA NÂº 30.629 CAPITULAÃÃO PENAL: ART. 155, Â§4Âº, I, DO CPB SENTENÃA/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, deve a secretaria certificar nos autos o trÃ¢nsito em julgado da demanda tendo em vista o tempo transcorrido da sentenÃ§a atÃ© o presente momento sem a interposiÃ§Ã£o de recurso pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo que tratam os autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada na qual o rÃ©u JONILSON

CHAGAS RANGEL foi condenado, pelo cometimento do delito do 155, Â§4Âº, I, do CPB, Ã pena de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa formulou pedido de extinÃ§Ã£o da punibilidade do agente em razÃ£o da ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o retroativa (fls. 241/243). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, a prescriÃ§Ã£o Ã© uma das causas de extinÃ§Ã£o da punibilidade, prevista no art. 107, IV, do CÃ³digo Penal e nos arts. 109 a 119 do mesmo diploma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso da prescriÃ§Ã£o verificada depois do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, toma-se como base a pena concretizada na sentenÃ§a e os prazos fixados no art. 109 do CPB (art. 110, Â§1Âº, CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a rÃ©u foi condenado a 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusÃ£o, a pretensÃ£o punitiva estatal deveria ter sido exercida no lapso temporal mÃ¡ximo de 04 (quatro) anos (art. 109, V, CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, transcorreu mais de quatro anos entre a data do recebimento da denÃºncia (20/05/2014) e a sentenÃ§a condenatÃ³ria (25/08/2021), motivo pelo qual resta imperioso reconhecer a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva retroativa relativamente ao delito pelo qual o rÃ©u foi condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade de JONILSON CHAGAS RANGEL, qualificado nos autos, relativamente ao fato delituoso pelo qual foi condenado, com fundamento nos artigos. 107, IV, 109, V e 110, Â§1Âº, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na oportunidade, considerando a nomeaÃ§Ã£o do advogado HEYTOR DA SILVA E SILVA - OAB/PA NÂº 30.629 como defensor dativo do acusado durante audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento (fls. 227/228), arbitro, com fundamento no que estabelece o art. 22, Â§1Â°, do aludido Estatuto, o valor dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios em um salÃ¡rio mÃ-nimo, o que corresponde atualmente ao total de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), devendo a Secretaria Judicial certificar o valor dos honorÃ¡rios e a realizaÃ§Ã£o do trabalho pelo defensor constituÃ-do. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente SentenÃ§a, por cÃ³pia digitada, como mandado, conforme provimento 011/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Aurora do ParÃ¡ PROCESSO: 00005500520128140100 PROCESSO ANTIGO: 201220002856 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:RIDINEY DOS SANTOS SILVA Representante(s): OAB 30629 - HEYTOR DA SILVA E SILVA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:J. R. N. S. PROMOTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â

PROCESSO NÂº: 0000550-05.2012.8.14.0100 DENUNCIADO: RIDINEI DOS SANTOS SILVA ATUALMENTE CUSTODIADO EM CPASI - COLONIA PENAL AGRÃCOLA DE SANTA IZABEL DEFENSOR DATIVO: HEYTOR DA SILVA E SILVA, OAB/PA NÂº 30.629 CAPITULAÃÃO PENAL: ART. 155, Â§1Âº, DO CPB SENTENÃA/MANDADO I.Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes legais ofereceu denÃºncia contra RIDINEI DOS SANTOS SILVA, devidamente qualificado nos autos pela prÃ¡tica do delito previsto no artigo 155, Â§1Âº, do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A DenÃºncia foi oferecida em 26/08/2012 (fls. 02/03), narrando, em sÃ-ntese, que no dia 26/05/2012, por volta de 01h00min, o denunciado entrou no imÃ³vel da vÃ-tima JosÃ© Roberto Neblina Silva, e subtraiu 01 (um) notebook marca LG, 01 (um) Ã³culos de sol marca Vitalli, 01 (um) relÃ³gio de pulso marca Technos, 01 (um) laptop de brinque e algumas peÃ§as de roupa. Logo apÃ³s a fuga, o denunciado foi preso em flagrante delito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A DenÃºncia foi recebida em 08/05/2013 (fl. 04). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citado (fl. 28), o acusado apresentou Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o (fl. 34/35). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento em 19/04/2014, oportunidade em que foram ouvidas a vÃ-tima e uma testemunha arrolada pela AcusaÃ§Ã£o (CD MÃ-dia: fl. 55). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContinuaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o em 17/06/2021, ocasiÃ£o em que se realizou o interrogatÃ³rio do acusado (CD MÃ-dia: fl. 89). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em AlegaÃ§Ãµes Finais na forma de memoriais escritos, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o do RÃ©u, nos termos descritos na DenÃºncia (fls. 90/91). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, a Defesa apresentou suas alegaÃ§Ãµes finais tambÃ©m na forma de memoriais escritos, requerendo a absolviÃ§Ã£o do acusado por insuficiÃªncia de provas (fls. 93/99). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Fundamento para ao final decidir. II.Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A instruÃ§Ã£o criminal transcorreu regularmente, nÃ£o havendo vÃ-cios ou preliminares a serem analisadas, pelo que passo Ã anÃ¡lise do mÃ©rito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico imputa ao rÃ©u a prÃ¡tica do crime de furto previsto no art. 155, Â§1Âº, CÃ³digo Penal: Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia mÃ³vel: Pena - reclusÃ£o, de um a quatro anos, e multa. Â§ 1Âº - A pena aumenta-se de um terÃ§o, se o crime Ã© praticado durante o

repouso noturno. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da anÃ¡lise das provas, existentes nos autos, verifica-se que a materialidade ficou comprovada, nÃ£o pairando dÃºvidas quanto ao evento delituoso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A construÃ§Ã£o da materialidade se inicia quando a vÃ-tima - JosÃ© Roberto Neblina Silva - narra, tanto em sede policial como em juÃ-zo, que na data do fato o acusado lhe abordou e disse que iria lhe roubar. Momentos depois, encontrou sua casa revirada e com alguns bens subtraÃ-dos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vale ressaltar que a jurisprudÃªncia pÃ¡tria, ao tratar da valoraÃ§Ã£o da prova consistente no depoimento do ofendido, firmou-se no sentido de que a palavra da vÃ-tima, nos crimes contra o patrimÃ´nio, merece credibilidade, mormente quando amparada por outros elementos probatÃ³rios trazidos aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, presente nos autos Termo de ExibiÃ§Ã£o e ApreensÃ£o dos objetos furtados da casa da vÃ-tima (fl.14 - apenso), os quais foram devolvidos conforme Auto de Entrega (fl. 16 - apenso). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, entendo que a materialidade do crime estÃ¡ demonstrada, restando, no entanto, avaliar os elementos de provas produzidos que dizem respeito Ã autoria do delito e Ã responsabilidade criminal do acusado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s detida anÃ¡lise dos autos, tenho que ficou bem configurada a autoria delitiva de RIDINEI DOS SANTOS SILVA, o qual em seu interrogatÃ³rio se limitou a dizer que nada foi encontrado com ele no momento de sua prisÃ£o e que nÃ£o podia confirmar ou negar que entrou na casa da vÃ-tima para subtrair os objetos pois estava muito embriagado na data do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, a vÃ-tima JosÃ© Roberto Neblina Silva prestou depoimento em juÃ-zo confirmando os elementos de informaÃ§Ã£o colhidos na fase inquisitorial. A vÃ-tima narrou que momentos antes do crime o acusado lhe abordou dizendo Â¿hoje eu vou te roubar, vagabundoÂ¿ e que cerca de uma hora depois retornou para sua casa que estava toda bagunÃ§ada e logo sentiu falta de alguns itens como notebook. Conta ainda que observou movimentaÃ§Ã£o no quintal de sua casa em direÃ§Ã£o a uma Ã¡rea de mata, da qual o acusado saiu um tempo depois, na qual ainda foram encontrados alguns itens que lhes foram subtraÃ-dos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Frisa-se que o depoimento da vÃ-tima sÃ³ ratifica os elementos colhidos na fase inquisitorial, vez que nos depoimentos prestados pelas testemunhas (fls. 04/06 - apenso) em sede policial indicam que o acusado foi visto no local do crime e foram encontrados parte dos itens subtraÃ-dos no local onde se escondeu em Ã¡rea de mata. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, entendo que o conjunto probatÃ³rio conduz Ã conclusÃ£o inequÃ-voca de que o acusado RIDINEI DOS SANTOS SILVA Ã© o autor do delito de furto em exame. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a demonstraÃ§Ã£o de que o crime de furto foi cometido durante horÃ¡rio de repouso noturno, reconheÃ§o que deve incidir a causa de aumento do Â§1Âº, do art. 155, CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e examinado, percebe-se nitidamente que razÃ£o assiste ao MinistÃ©rio PÃºblico acerca da imputaÃ§Ã£o identificada na DenÃºncia e ratificada em sede de alegaÃ§Ãµes finais. O conjunto probatÃ³rio detidamente compilado Ã© suficiente para que se reconheÃ§a o ius puniendi de que Ã© titular o Estado. NÃ£o restou demonstrada a existÃªncia de causas que pudessem justificar a conduta do rÃ©u, excluir-lhe a culpabilidade ou, ainda, isentÃ¡-lo da aplicaÃ§Ã£o de pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em conclusÃ£o, restou demonstrada a materialidade, bem como a autoria e a responsabilidade de RIDINEI DOS SANTOS SILVA pela prÃ¡tica do crime do art. 155, Â§1Âº, CPB. III.Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a denÃºncia para CONDENAR o rÃ©u RIDINEI DOS SANTOS SILVA, jÃ¡ qualificado nos autos, com o incurso na sanÃ§Ã£o do artigo 155, Â§1Âº, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã dosimetria da pena nos termos do art. 68 do CPB, o que faÃ§o na forma abaixo demonstrada. IV.Â Â Â Â Â DOSIMETRIA DA PENA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA PRIMEIRA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, sob o Ã¢ngulo das circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CPB, cumpre estipular a pena-base necessÃ¡ria e suficiente para a reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: a)Â Â Â Â Â Quanto Ã culpabilidade do rÃ©u, tem-se desfavorÃ¡vel, pois entendo que excedeu o grau de reprovabilidade comum da conduta, tendo que vista que momentos antes abordou a vÃ-tima e ameaÃ§ou o cometimento do crime, o que demonstra maior grau de ousadia do agente; b)Â Â Â Â Â Como antecedentes, verifica-se que contra o Acusado nÃ£o existe sentenÃ§a condenatÃ³ria (SÃºmula 444, do STJ), com trÃ¢nsito em julgado, por crime anterior ao do presente processo, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. c)Â Â Â Â Â Poucos elementos foram coletados a respeito da conduta social do Acusado, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. d)Â Â Â Â Â NÃ£o existem nos autos quaisquer elementos plausÃ-veis para aferiÃ§Ã£o da personalidade do agente, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. e)Â Â Â Â Â Os motivos do crime acusados sÃ£o desfavorÃ¡veis pois objetiva lucro fÃ¡cil em detrimento do patrimÃ´nio alheio; f)Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias do crime se mostram desfavorÃ¡veis ao acusado tendo em vista que a subtraÃ§Ã£o ocorreu durante repouso noturno, no entanto deixa-se de valorar neste momento por se tratar de causa de aumento de pena que ainda serÃ¡ valorada; g)Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime tambÃ©m sÃ£o desfavorÃ¡veis por contribuir com a sensaÃ§Ã£o de inseguranÃ§a que tanto abala a populaÃ§Ã£o local; h)Â Â Â Â Â Do comportamento da vÃ-tima nada se tem a valorar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao rÃ©u cabe, abstratamente, a pena de reclusÃ£o de um a quatro

anos e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valorando tais circunstÃ¢ncias, fixo a pena base em 02 (dois) anos, 06 (seis) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA SEGUNDA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, verifico ausentes circunstÂ¢ncias agravantes ou atenuantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA TERCEIRA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA: presente a causa de aumento do repouso noturno (Â§1Âº, art. 155, CPB), motivo pelo qual majora a pena em um terÃ§o e passo a dosÃ¡-la em 03 (trÃªs) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, fica o rÃ©u definitivamente condenado, pelo crime de furto, Ã pena de 03 (trÃªs) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DetraÃ§Ã£o - Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal, eis que nÃ£o hÃ¡ nos autos informaÃ§Ãµes acerca do comportamento carcerÃ¡rio do acusado no perÃ-odo em que esteve preso provisoriamente. De fato, ofende o princÃ-pio constitucional da isonomia, insculpido no artigo 5Âº, da CF, exigir-se do condenado definitivo a comprovaÃ§Ã£o de que possui bom comportamento carcerÃ¡rio para que possa progredir de regime, enquanto ao sentenciado provisÃ³rio permite-se a progressÃ£o sem qualquer demonstraÃ§Ã£o de sua conduta durante o perÃ-odo em que permaneceu custodiado.Â Assim, com o fito de evitar tal distorÃ§Ã£o, e fazendo-se uma interpretaÃ§Ã£o sistÃªmica do ordenamento jurÃ-dico (artigo 112 da LEP), entendo que a aplicaÃ§Ã£o do disposto no artigo 387, Â§2Âº, do CPP, fica condicionada Ã comprovaÃ§Ã£o nos autos acerca do comportamento do acusado no estabelecimento prisional onde permaneceu detido. Ausentes, pois, documentos que atestem tal situaÃ§Ã£o, nÃ£o seria mesmo o caso de se progredir os rÃ©us de regime fixado nesta sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A pena privativa de liberdade do rÃ©u deverÃ¡ ser cumprida em regime aberto, nos termos do art. 33, Â§ 2Âº, Â¨cÂ¨ do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 44, do CÃ³digo Penal, elenca os requisitos necessÃ¡rios e indispensÃ¡veis para que o juiz possa levar a efeito a substituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade pela restritiva de direito. SÃ£o considerados requisitos cumulativos, ou seja, todos devem estar presentes para que possa realizar a substituiÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que o acusado preenche os requisitos elencados no art. 44 do CPB, substituo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito (art. 44 Â§ 2Âº do CPB, parte final), consistentes em: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â a) PrestaÃ§Ã£o de serviÃ§os Ã comunidade ou a entidades pÃºblicas consistente na atribuiÃ§Ã£o de tarefas gratuitas ao condenado, conforme as suas aptidÃµes, Ã razÃ£o de 1 (uma) hora de tarefa por dia de condenaÃ§Ã£o, fixadas de modo a nÃ£o prejudicar a jornada normal de trabalho, facultando ao condenado cumprir a pena substitutiva em tempo menor, porÃ©m, nunca inferior a 1 (um) ano (art. 46, Â§ 4Âº, do CP); Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â b) Na forma do art. 48, do CÃ³digo Penal, a segunda pena restritiva de direitos serÃ¡ uma limitaÃ§Ã£o de fim de semana, consistindo no recolhimento do rÃ©u ao seu prÃ³prio lar, aos sÃ¡bados, domingos e feriados, durante o prazo estipulado para a pena privativa de liberdade, isso em razÃ£o da inexistÃªncia de casa de albergado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Caso o rÃ©u esteja preso em cumprimento a outras condenaÃ§Ãµes penais, fica a efetivaÃ§Ã£o da substituiÃ§Ã£o da pena condicionada Ã deliberaÃ§Ã£o do JuÃ-zo da execuÃ§Ã£o, conforme estabelece o Â§5Âº do art. 44 do CÃ³digo Penal: Â¿Â§ 5Âº Sobrevindo condenaÃ§Ã£o a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execuÃ§Ã£o penal decidirÃ¡ sobre a conversÃ£o, podendo deixar de aplicÃ¡-la se for possÃ-vel ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Concedo ao rÃ©u o direito de apelar em liberdade, visto que se encontram ausentes os requisitos da prisÃ£o preventiva. (Art. 312, do CÃ³digo Penal). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReparaÃ§Ã£o dos danos civis - O disposto no art. 387, inciso IV, do CÃ³digo de Processo Penal, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado no presente caso, visto nÃ£o haver, nos autos em tela, os elementos suficientes que comprovem a ocorrÃªncia de efetivo prejuÃ-zo Ã vÃ-tima, e permitam que o valor mÃ-nimo da indenizaÃ§Ã£o possa ser fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, por nada constar a respeito na denÃºncia, ao RÃ©u nÃ£o foi dado o direito de se defender sobre a reparaÃ§Ã£o dos eventuais danos causados. Com isso, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio constitucional do contraditÃ³rio e da ampla defesa, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado, caso contrÃ¡rio, haverÃ¡ nulidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante desta situaÃ§Ã£o, deve a vÃ-tima, caso deseje, ingressar na Ã¡rea cÃ-vel com a AÃ§Ã£o Civil ex delicto, visando a total liquidaÃ§Ã£o da presente sentenÃ§a condenatÃ³ria. V.Â Â Â Â Â DISPOSIÃÃES FINAIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez certificado o trÂ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, providenciem-se:Â 1..Â Remessa do Boletim Individual ao setor de estatÃ-sticas criminais; 2.Â ExpediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao TRE/PA para suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos do condenado durante a execuÃ§Ã£o da pena (art. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c o art. 15, III, CF/88); 3. Consulta ao INFOPEN, e verificando que o acusado se encontra preso por outro processo, determino a expediÃ§Ã£o da guia de execuÃ§Ã£o definitiva e encaminhe-se ao JuÃ-zo competente. 4. Caso jÃ¡ se encontre em liberdade quando do trÂ¢nsito em julgado, distribua-se o respectivo processo de execuÃ§Ã£o para o sistema SEEU; 5.Â ApÃ³s, designaÃ§Ã£o de audiÃªncia admonitÃ³ria por meio de Ato OrdinatÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se, quando da intimaÃ§Ã£o do sentenciado, se ele manifesta interesse em recorrer e se tem advogado(a) - nome e OAB, para apresentar o recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de Custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â

ApÃ³s, comunique-se Ã DistribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente SentenÃ§a, por cÃ³pia digitada, como mandado, conforme provimento 011/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 09 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡/PA FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 8 Â Â BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito PROCESSO: 00007333920138140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:ADELSON DE NAZARE SOUZA SILVA Representante(s): OAB 30629 - HEYTOR DA SILVA E SILVA (ADVOGADO DATIVO) VITIMA:A. C. PROMOTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARAPA. Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÂ¢ncia Judicial Â TRIBUNAL DE JUSTIÃA - PA - Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡Â 1Âª InstÂ¢ncia Judicial Â PROCESSO NÂº: 0000733-39.2013.8.14.0100 DENUNCIADO: ADELSON DE NAZARÃ SOUZA SILVA ADVOGADO DO ACUSADO: HEYTOR SILVA, OAB/PA 30.629 CAPITULAÃÃO PENAL: ART. 306, CAPUT, CTB SENTENÃA/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, deve a secretaria certificar nos autos o trÃ¢nsito em julgado da demanda tendo em vista o tempo transcorrido da sentenÃ§a atÃ© o presente momento sem a interposiÃ§Ã£o de recurso pelas partes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo que tratam os autos de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada na qual o rÃ©u ADELSON DE NAZARÃ SOUZA SILVA foi condenado, pelo cometimento do delito do art. 306, caput, CPB, Ã pena de 01 (um) ano de detenÃ§Ã£o e suspensÃ£o ou proibiÃ§Ã£o de se obter a permissÃ£o ou a habilitaÃ§Ã£o para dirigir veÃ-culo automotor pelo mesmo prazo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A defesa formulou pedido de extinÃ§Ã£o da punibilidade do agente em razÃ£o da ocorrÃªncia de prescriÃ§Ã£o retroativa (fls. 137/138). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, o MinistÃ©rio PÃºblico tambÃ©m apresentou manifestaÃ§Ã£o pela extinÃ§Ã£o da punibilidade do rÃ©u pela prescriÃ§Ã£o retroativa da pretensÃ£o punitiva (fls. 139/140). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o relatÃ³rio. Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como Ã© cediÃ§o, a prescriÃ§Ã£o Ã© uma das causas de extinÃ§Ã£o da punibilidade, prevista no art. 107, IV, do CÃ³digo Penal e nos arts. 109 a 119 do mesmo diploma legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso da prescriÃ§Ã£o verificada depois do trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, toma-se como base a pena concretizada na sentenÃ§a e os prazos fixados no art. 109. CPB (art. 110, Â§1Âº, CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando que a rÃ©u foi condenado a 01 (um) ano de detenÃ§Ã£o, a pretensÃ£o punitiva estatal deveria ter sido exercida no lapso temporal mÃ¡ximo de 04 (quatro) anos (art. 109, V, CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, transcorreu mais de quatro anos entre a data do recebimento da denÃºncia (20/08/2013) e a sentenÃ§a condenatÃ³ria (24/06/2021), motivo pelo qual resta imperioso reconhecer a prescriÃ§Ã£o da pretensÃ£o punitiva retroativa relativamente ao delito pelo qual o rÃ©u foi condenado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade de ADELSON DE NAZARÃ SOUZA SILVA, qualificado nos autos, relativamente ao fato delituoso pelo qual foi condenado, com fundamento nos artigos. 107, IV, 109, V e 110, Â§1Âº, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquive-se com as cautelas legais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente SentenÃ§a, por cÃ³pia digitada, como mandado, conforme provimento 011/2009-CJRMB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Aurora do ParÃ¡ PROCESSO: 00014016320208140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:SERVIO CESAR FERNANDES SOUZA Representante(s): OAB 29544 - ISAAC DOS SANTOS FARIAS (ADVOGADO DATIVO) VITIMA:N. X. R. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÂ¢ncia Judicial Â

_____ PROCESSO NÂº 0001401-63.2020.8.14.0100 DENUNCIADO: SÃRVIO CESAR FERNANDES SOUZA DEFENSOR DATIVO: ISAAC DOS SANTOS FARIAS - OAB/PA nÂ° 29.544 DECISÃO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o ofertada pela defesa tÃ©cnica do acusado em epÃ-grafe, jÃ¡ qualificado nos autos, o qual se encontra denunciado pela prÃ¡tica, em tese, do delito descrito no art. 121, Â§3Âº, CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Compulsando os autos, observo nÃ£o ser caso de absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria do acusado constante da denÃºncia, jÃ¡ que, em sua defesa preliminar, nÃ£o observei estar presente quaisquer das hipÃ³teses do art. 397, do CÃ³digo de Processo Penal, motivo pelo qual, com arrimo no art. 399, jÃ¡ estando recebida a denÃºncia e,

considerando o perÃ-odo de pandemia decorrente do coronavÃ-rus Covid-19, o Tribunal de JustiÃ§a do Estado do ParÃ¡ emitiu as Portarias Conjuntas 5, 7, 8, 10 e 15/2020-GP-VP/CJRMB/CJCI, bem como a Portaria nÂ° 1.003/21-GP, e Portaria nÂ° 11.061/21-GP prorrogando a suspensÃ£o das atividades presenciais, por conta disso, deixo para a Secretaria Judicial designar a audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento por meio de Ato OrdinatÃ³rio no momento oportuno. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o acusado, seu defensor, o MinistÃ©rio PÃºblico (art. 370, Â§ 4Âº, do CPP) e, se for o caso, o querelante e o assistente da promotoria, para comparecerem Ã audiÃªncia supra. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se as testemunhas arroladas pela acusaÃ§Ã£o e pela defesa tÃ©cnica, caso estas nÃ£o tenham se comprometido a apresentÃ¡-las espontaneamente na audiÃªncia de instruÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Aurora do ParÃ¡ FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 1 Â Â Breno Melo da Costa Braga Juiz de Direito PROCESSO: 00014224420178140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:LUIS CARLOS PEREIRA LEAL Representante(s): OAB 30629 - HEYTOR DA SILVA E SILVA (DEFENSOR DATIVO) . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÂ¢ncia Judicial Â PROCESSO NÂº: 0001422-44.2017.8.14.0100 DENUNCIADO: LUIS CARLOS PEREIRA LEAL ENDEREÃO: RUA SÃO JOÃO, NÂº 210, BAIRRO APARECIDA, AURORA DO PARÃ ADVOGADO DATIVO: HEYTOR DA SILVA E SILVA - OAB/PA NÂº 30.629 SENTENÃA/MANDADO I.Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada ajuizada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, em desfavor de LUIS CARLOS PEREIRA LEAL, jÃ¡ qualificado, pugnando pela condenaÃ§Ã£o em razÃ£o do cometimento, em tese, do delito tipificado no art. 14 da Lei 10.826/2003. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A DenÃºncia foi oferecida em 23/07/2018 (fls. 02/03), narrando, em sÃ-ntese, que no dia 13/03/2017, por volta de 23h30min, no Â¿Posto GoiabeiraÂ¿, localizado na Avenida Bernardo SayÃ£o, em Aurora do ParÃ¡/PA, o denunciado foi preso em flagrante delito por portar ilegalmente uma arma de fogo de fabricaÃ§Ã£o caseira, calibre 28, em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal e regulamentar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve prisÃ£o em flagrante delito (fl. 05). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o de objeto (fl. 09). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A DenÃºncia foi recebida em 26/07/2018 (fl. 61). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Devidamente citado (fl. 64), o acusado apresentou Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o (fl. 66/67). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 13/11/2019, oportunidade em que foi ouvida a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, Marcelo Feitosa Rodrigues (Termo de audiÃªncia - fls. 115/116). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Oitiva da testemunha Arthur Barbosa Alves por carta precatÃ³ria (Termo de audiÃªncia - fl. 115) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContinuaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento em 09/06/2021, ocasiÃ£o em que foi ouvida a testemunha arrolada pelo MinistÃ©rio PÃºblico, Rosivaldo Ferreira Leite e foi decretada a revelia do acusado (Termo de audiÃªncia - fls. 134/137). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em AlegaÃ§Ãµes Finais na forma de memoriais escritos, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a absolviÃ§Ã£o do denunciado por insuficiÃªncia de provas (fls. 138/139). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De igual forma, a Defesa em seus memoriais escritos pugnou pela absolviÃ§Ã£o do acusado (fls. 141/143). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â o relatÃ³rio. Decido. II.Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A acusaÃ§Ã£o imputa ao acusado o crime previsto no art. 14 da Lei 10.826/2006: Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depÃ³sito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessÃ³rio ou muniÃ§Ã£o, de uso permitido, sem autorizaÃ§Ã£o e em desacordo com determinaÃ§Ã£o legal ou regulamentar: Pena - reclusÃ£o, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. ParÃ¡grafo Ãºnico. O crime previsto neste artigo Ã© inafianÃ§Ã¡vel, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do crime Ã© inconteste, conforme Auto/Termo de exibiÃ§Ã£o e apreensÃ£o de objeto (fl. 09) referente Ã arma de fogo, tipo caseira, calibre 28. Frisa-se que o crime imputado Ã© de perigo abstrato, sendo dispensÃ¡vel comprovaÃ§Ã£o de efetivo risco Ã seguranÃ§a pÃºblica, vejamos: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA. MEDIDA SÃCIO-EDUCATIVA. MATERIALIDADE. AUSÃNCIA DE LAUDO PERICIAL SOBRE A EFICIÃNCIA DA ARMA DE FOGO. IRRELEVÃNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME APROFUNDADO DO ACERVO FÃTICO-PROBATÃRIO E DE DILAÃÃO PROBATÃRIA EM SEDE DE HABEAS CORPUS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO-CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. 1. A ausÃªncia de laudo pericial da arma, apto a atestar a sua eficiÃªncia lesiva, nÃ£o prejudica a verificaÃ§Ã£o da materialidade delitiva, conquanto resulte do acervo probatÃ³rio a sua efetiva apreensÃ£o em poder do menor. 2. Paralelamente, tem-se que nÃ£o Ã© cabÃ-vel, na via estreita do habeas corpus, a anÃ¡lise da alegada insuficiÃªncia de provas da materialidade

para a aplicaÃ§Ã£o de medida sÃ³cio-educativa, pois tal exigiria um minucioso exame do acervo fÃ¡tico-probatÃ³rio. 3. AlÃ©m disso, nÃ£o se admite dilaÃ§Ã£o probatÃ³ria em sede de habeas corpus, devendo o impetrante instruir o processo com todas as peÃ§as que reputar necessÃ¡rias Ã formaÃ§Ã£o do convencimento do JuÃ-zo. 4. Ordem denegada (STJ - HC: 41332 RJ 2005/0013750-0, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 07/03/2006, T5 - QUINTA TURMA, Data de PublicaÃ§Ã£o: DJ 01.08.2006 p. 465) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, observo que pairam dÃºvidas quanto Ã autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã que durante a instruÃ§Ã£o processual nÃ£o foram colhidas provas capazes de apontar que o acusado LUIS CARLOS Ã© o autor do delito em exame. Registro que foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico - PM Marcelo Rodrigues Feitosa, PM Arthur Barbosa Alves e PM Rosivaldo Ferreira Leite, as quais afirmaram em juÃ-zo que nÃ£o se recordam de nada da data do fato. Considerando ainda que foi decretada a revelia do acusado, nada se tem de concreto durante a instruÃ§Ã£o processual. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpre anotar que, por inteligÃªncia do art. 155 do CPP, nÃ£o se pode fundamentar as decisÃµes exclusivamente nos elementos informativos colhidos durante a fase de investigaÃ§Ã£o. Nessa linha, ausentes elementos de provas produzidos em contraditÃ³rio judicial, a absolviÃ§Ã£o Ã© medida que se impÃµe, sob pena de ofensa aos princÃ-pios do devido processo legal e contraditÃ³rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim sendo, diante da ausÃªncia de provas sobre o evento criminoso, Ã© imperiosa a absolviÃ§Ã£o do acusado LUIS CARLOS PEREIRA LEAL da imputaÃ§Ã£o que lhe foi feita na peÃ§a acusatÃ³ria, conforme requerido pelo MinistÃ©rio PÃºblico e pela Defesa em alegaÃ§Ãµes finais. III.Â Â Â Â Â DISPOSITIVO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE O PEDIDO exposto na denÃºncia e em consequÃªncia absolvo, da imputaÃ§Ã£o do delito no art. 14 da Lei 10.826/2006, o acusado LUIS CARLOS PEREIRA LEAL, jÃ¡ qualificado, o que faÃ§o com fulcro no art. 386, V, do CÃ³digo de Processo Penal. Publique-se, registre-se e intime-se. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. ServirÃ¡ a presente sentenÃ§a como mandado. Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡/PA FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 4 Â Â BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito PROCESSO: 00017616620188140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:DIEGO SILVA GONCALVES Representante(s): OAB 26644 - ALFREDO DE JESUS SOUZA DO COUTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE ROBERTO LIMA PINHEIRO DENUNCIADO:JOSE FERNANDO DE ALENCAR JUNIOR DENUNCIADO:ALCEMIR DA SILVA AIRES Representante(s): OAB 21091 - FABIO JOSE FURTADO DOS REMEDIOS KASAHARA (ADVOGADO) OAB 26644 - ALFREDO DE JESUS SOUZA DO COUTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALESSANDRO MORAES AQUINO Representante(s): OAB 21091 - FABIO JOSE FURTADO DOS REMEDIOS KASAHARA (ADVOGADO) DENUNCIADO:KELLAYNE CRIS GOMES DE BRITO Representante(s): OAB 26945 - LÍVIA VIDAL CABRAL (ADVOGADO) VITIMA:J. S. C. VITIMA:R. C. S. . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â

_____ PROCESSO NÂº: 0001761-66.2018.8.14.0100 DENUNCIADO 01: JOSÃ ROBERTO LIMA PINHEIRO ENDEREÃO: PEM I - PRESÃDIO ESTADUAL METROPOLITANO I DEFENSOR DATIVO: LÃVIA VIDAL CABRAL, OAB/PA NÂº 26.945 DENUNCIADO 02: JOSÃ FERNANDO DE ALENCAR JUNIOR ENDEREÃO: RUA FRANCISCO PEDRO DE LIMA, NÂº 838, PRÃXIMO Ã ESCOLA SANTA RITA, BAIRRO SANTO ANTÃNIO, MÃE DO RIO/PA DEFENSOR DATIVO: LÃVIA VIDAL CABRAL, OAB/PA NÂº 26.945 DENUNCIADO 03: ALCEMIR DA SILVA AIRES ENDEREÃO: CPASI - COLONIA PENAL AGRÃCOLA DE SANTA IZABEL DEFESA: ALFREDO DE JESUS SOUZA DO COUTO, OAB/PA NÂº 26.644 DENUNCIADO 04:DIEGO SILVA GONÃALVES ENDEREÃO:RODOVIA ARTUR BERNARDES, PASSAGEM MIRAMAR, NÂº 515, BAIRRO TELÃGRAFO, BELÃM/PA DEFESA: ALFREDO DE JESUS SOUZA DO COUTO, OAB/PA NÂº 26.644 DENUNCIADO 05: ALESSANDRO MORAES AQUINO ENDEREÃO: RUA ESTRADA ALVES TEXEIRA, PRÃXIMO AO BANCO DA AMAZÃNIA, BAIRRO BOA ESPERANÃA, IGARAPÃ-MIRI/PA DEFESA: KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES, OAB/PA NÂº 26.494 DENUNCIADO 06: KELLAYNE CRIS GOMES DE BRITO ENDEREÃO: RUA OSCAR RAMALHO DE FARIAS, NÂº 65, AP 202, BL. 01, BAIRRO ROSA DOS VENTOS, PARNAMIRIM/RN, CEP 59141-280 DEFESA: ALFREDO DE JESUS SOUZA DO COUTO, OAB/PA NÂº 26.644 Considerando a identificaÃ§Ã£o de erro material na sentenÃ§a de fls. 859/865, entendo necessÃ¡ria sua republicaÃ§Ã£o em todos os seus termos, preservando-se todas as intimaÃ§Ãµes jÃ¡ realizadas e retificando-se tÃ£o somente no item Â¿IV.1Â¿ da dosimetria da pena o

nome do condenado de Â¿JOSÃ FERNANDO DE ALENCAR JUNIORÂ¿ para Â¿JOSÃ ROBERTO LIMA PINHEIROÂ¿, da seguinte forma: SENTENÃA/MANDADO I.Â Â Â Â Â RELATÃRIO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico do Estado do ParÃ¡, por intermÃ©dio de seu representante legal, no uso de suas atribuiÃ§Ãµes, com base no incluso auto de inquÃ©rito policial, ofereceu denÃºncia contra JOSÃ ROBERTO LIMA PINHEIRO; JOSÃ FERNANDO DE ALENCAR JUNIOR; ALCEMIR DA SILVA AIRES; DIEGO SILVA GONÃALVES; ALESSANDRO MORAES AQUINO e KELLAYNE CRIS GOMES DE BRITO, todos devidamente qualificados nos autos, pela prÃ¡tica, em tese, do delito tipificado no art. 157, Â§2Âº, I e II; art. 180, caput, c/c art. 29 e art. 288, parÃ¡grafo Ãºnico, todos do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A DenÃºncia foi oferecida em 26/04/2018 (fls. 02/05), narrando, em sÃ-ntese, que: Â¿Narram os autos de inquÃ©rito policial que, no dia 08 de abril de 2018, por volta das 19h30min, na Rual Almeida s/n, Bairro Aparecida, nesta cidade e comarca de Aurora do ParÃ¡, os denunciados JOSÃ ROBERTO LIMA PINHEIRO; JOSÃ FERNANDO DE ALENCAR JUNIOR; ALCEMIR DA SILVA AIRES; DIEGO SILVA GONÃALVES; ALESSANDRO MORAES AQUINO e KELLAYNE CRIS GOMES DE BRITO, previamente associados e com desÃ-gnio de vontades, foram presos em flagrante delito por terem, mediante violÃªncia e grave ameaÃ§a com emprego de 03 (trÃªs) armas de fogo, uma tipo revÃ³lver cal. 38. Â¿05 tirosÂ¿, uma Imbel Pistola cal. 380 nÂº 20771 e uma garruncha de fabricaÃ§Ã£o caseira, subtraÃ-do em proveito comum 01 (uma) televisÃ£o PANASONIC LCD, 32 polegadas, com controle remoto; 02 (dois) aparelhos celulares, sendo um LG, cor preta, modelo lanterninha; jÃ³ias (alianÃ§a e um cordÃ£o de ouro); 01 (um) relÃ³gio, 03 (trÃªs) colÃ´nias Loucuras de Humor (Natura) 75 ml; 01 (uma) colÃ´nia Linda Summer (O BoticÃ¡rio) 100ml; 01 (uma) colÃ´nia ANNY (O BoticÃ¡rio) 100ml; 01 (uma) colÃ´nia Acqua Fresca (O BoticÃ¡rio) 100ml; aproximadamente R$ 900,00 (novecentos reais) em dinheiro, pertencentes Ã s vÃ-timas JONALDO DE SOUZA CLARO e RAIMUNDA DA COSTA SILVA.Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Houve prisÃ£o em flagrante delito (fls. 06). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Auto de apreensÃ£o de objetos (fls. 10/11). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Auto/Termo de entrega (fl. 12). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Boletim de ocorrÃªncia policial (fls. 08/09). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Termo do condutor (fls. 15). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Depoimento das testemunhas (fls. 16/25). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A DenÃºncia foi recebida em 02/05/2018 (fl. 256). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Os acusados foram devidamente citados e apresentam Resposta Ã AcusaÃ§Ã£o: JOSÃ ROBERTO LIMA PINHEIRO (fls. 316/167 e 365/369); JOSÃ FERNANDO DE ALENCAR JUNIOR (fls. 345/346 e 365/369); ALCEMIR DA SILVA AIRES (fls. 306/307 e 365/369); DIEGO SILVA GONÃALVES (fls. 304/305 e 310); ALESSANDRO MORAES AQUINO (fls. 308/309 e 365/369) e KELLAYNE CRIS GOMES DE BRITO (fls. 318/319 e 320/336). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento para o dia 06/02/2019, oportunidade em que foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo MinistÃ©rio PÃºblico e foi realizado o interrogatÃ³rio dos rÃ©us DIEGO, JOSÃ FERNANDO, ALCEMIR, ALESSANDRO e KELLAYNE (CD MÃ-dia: fl. 533). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Laudo de perÃ-cia balÃ-stica (fls. 622/623). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ContinuaÃ§Ã£o da audiÃªncia de instruÃ§Ã£o em 19/11/2019, ocasiÃ£o em que foi realizado o interrogatÃ³rio do rÃ©u JOSÃ ROBERTO (CD MÃ-dia: fl. 797). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em AlegaÃ§Ãµes Finais na forma de memoriais escritos, o MinistÃ©rio PÃºblico requereu a condenaÃ§Ã£o dos rÃ©us DIEGO, JOSÃ ROBERTO, ALCEMIR, ALESSANDRO e KELLAYNE nos termos descritos na denÃºncia, e a absolviÃ§Ã£o de JOSÃ FERNANDO (fls. 798/802). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De igual forma os acusados apresentaram suas alegaÃ§Ãµes finais na forma de memoriais escritos requerendo a improcedÃªncia da denÃºncia: ALESSANDRO (fls. 811/819); DIEGO, ALCEMIR e KELLAYNE (fls. 827/829); JOSÃ ROBERTO (fls. 841/843) e JOSÃ FERNANDO (fls. 844/846). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que de importante havia a relatar, passo a fundamentar (art. 93, IX, CF), para, ao final, decidir. II.Â Â Â Â Â FUNDAMENTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â De inÃ-cio, cumpre ressaltar que se encontram presentes todos os pressupostos processuais e condiÃ§Ãµes da aÃ§Ã£o penal, pelo que possÃ-vel apreciar o mÃ©rito da pretensÃ£o punitiva delineada na DenÃºncia. II.1. DO CRIME DE ROUBO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Na peÃ§a acusatÃ³ria o MinistÃ©rio PÃºblico imputou aos acusados o crime de roubo majorado por concurso de agentes e com ameaÃ§a exercida com emprego de arma de fogo (art. 157, Â§2Âº, I e II, CPB). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inicialmente, cumpre esclarecer que embora com o advento da Lei 13.654/2018, o inciso I do Â§2Âº do art. 157 tenha sido revogado, e a majorante de uso de violÃªncia exercida com emprego de arma de fogo tenha passado a ser prevista no Â§2Âº-A, inciso I, do mesmo artigo, o acusado serÃ¡ julgado conforme as penas da redaÃ§Ã£o do Â§2Âº, inciso I, do art. 157, eis que era o vigente Ã Ã©poca dos fatos e Ã© mais favorÃ¡vel ao rÃ©u. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade do delito contra o patrimÃ´nio se encontra plenamente comprovada nos autos, nÃ£o pairando dÃºvidas quanto aos eventos delituosos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo que a construÃ§Ã£o da materialidade se inicia quando a vÃ-tima - Jonaldo de Souza Claro, narra que na data do fato, foi surpreendido quando indivÃ-duos entraram em sua residÃªncia, e mediante ameaÃ§a com emprego de arma de fogo, subtraÃ-ram itens como televisÃ£o, dinheiro em espÃ©cie, celulares e perfumes. Â Â Â Â Â

Â Â Â Â Â Â Vale ressaltar que a jurisprudÃªncia pÃ¡tria, ao tratar da valoraÃ§Ã£o da prova consistente no depoimento da ofendida, firmou-se no sentido de que a palavra da vÃ-tima, nos crimes contra o patrimÃ´nio, merece credibilidade, mormente quando amparada por outros elementos probatÃ³rios trazidos aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â In casu, verifico presente ainda nos Auto de apreensÃ£o de objetos (fls. 10/11) e Auto/Termo de entrega (fl. 12). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Restam, no entanto, avaliar os elementos de provas produzidos que dizem respeito Ã autoria do delito e Ã responsabilidade criminal dos acusados, procederei Ã anÃ¡lise conjunta, cotejando os fatos relacionados na denÃºncia com as provas coletadas nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em juÃ-zo, a vÃ-tima Jonaldo de Souza Claro, detalhadamente narrou que indivÃ-duos entraram em sua casa, sendo dois homens e uma mulhere, os quais o renderam com ameaÃ§a com emprego de arma de fogo, trancaram-no junto de sua famÃ-lia em um dos quartos da casa e subtraÃ-ram itens da casa. Registra ainda que os assaltantes nÃ£o estavam encapuzados, pelo o que foi possÃ-vel reconhecÃª-los quando foram detidos e conduzidos Ã delegacia de polÃ-cia civil. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, as testemunhas policiais - PM JÃºlio York Pereira da Costa e PM MÃ¡rcio Ribeiro Pantoja, de forma unÃ-ssona afirmaram que apÃ³s atender Ã ocorrÃªncia, puderam identificar por meio de gravaÃ§Ãµes de cÃ¢mera de seguranÃ§a de local prÃ³ximo o carro utilizado na fuga dos criminosos. Ato contÃ-nuo, informaram o veÃ-culo Ã s demais guarniÃ§Ãµes da polÃ-cia militar, sendo momentos depois realizada abordagem de suspeitos em MÃ£e do Rio/PA, com os quais foram encontrados dentro do veÃ-culo itens subtraÃ-dos da casa da vÃ-tima. Contam ainda que os autuados indicaram outros endereÃ§os, sendo que no primeiro foi encontrada uma motocicleta desmontada e com registro de furto, e no segundo outros dois acusados, alÃ©m de trÃªs armas de fogo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado JOSÃ FERNANDO somente negou a autoria do crime, dizendo que foi surpreendido com a polÃ-cia em sua casa e que nÃ£o conhece a vÃ-tima e os demais acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â JÃ¡ os acusados ALESSANDRO e ALCEMIR tÃ£o somente contaram que nÃ£o possuem qualquer envolvimento com o crime, asseverando que foi JOSÃ ROBERTO que levou os policiais atÃ© a casa onde estavam, sem saber, contudo, a motivaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por sua vez, em seu interrogatÃ³rio KELLAYNE afirmou que estava na estava na cidade a trabalho, mas decidiu passar a noite em razÃ£o de uma festa, mas que no dia seguinte, quando estava prestes a voltar para BelÃ©m apÃ³s ter contrato DIEGO, foi envolvida no crime por JOSÃ ROBERTO. Conta que JOSÃ ROBERTO pediu uma carona atÃ© BelÃ©m, solicitando ainda que parassem em Aurora do ParÃ¡ para buscar alguns pertences, oportunidade em que JOSÃ ROBERTO teria descido para realizar o assalto na casa e com o intuito de ir ao banheiro entrou na casa, momento em que JOSÃ ROBERTO a teria coagido Ã auxiliar no roubo recolhendo itens da casa e das vÃ-timas. Diz ainda que ficou assustada e que no carro com ela estavam DIEGO e JOSÃ ROBERTO, e que foram abordados momentos depois em MÃ£e do Rio. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O acusado DIEGO afirmou que estava na cidade somente para uma festa que acontecera e que retornaria a BelÃ©m com Kellayne, quem conheceu durante a festa. Diz que quando estavam prestes a viajar chegou JOSÃ ROBERTO, amigo da dona da casa onde estavam, pedindo carona e para buscar alguns pertences em Aurora do ParÃ¡, o que foi permitido. Conta ainda que quando chegaram na casa em Aurora do ParÃ¡, JOSÃ ROBERTO ordenou que KELLAYNE a acompanhasse para entrar na casa, e que na volta JOSÃ ROBERTO jÃ¡ trouxe alguns objetos como televisÃ£o e os colocou na mala do carro, mas adverte que nÃ£o sabia que foi realizado um roubo na casa e que nÃ£o conhecia JOSÃ ROBERTO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, JOSÃ ROBERTO afirma que quando foi preso estava em casa com sua esposa e que nÃ£o conhece os demais acusados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisandos os elementos de prova produzidos, observo que as versÃµes apresentadas por KELLAYNE, DIEGO e JOSÃ ROBERTO sÃ£o inverossÃ-meis e nÃ£o se harmonizam com os demais elementos de prova constantes nos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em verdade, cumpre asseverar que as provas produzidas durante a instruÃ§Ã£o nÃ£o deixam dÃºvidas de que os denunciados KELLAYNE, DIEGO e JOSÃ ROBERTO praticaram o crime de roubo, vez que foram presos em flagrante delito com objetos do crime, no veÃ-culo identificado como o utilizado para fuga do local do crime, foram reconhecidos pela vÃ-tima e apresentaram versÃµes que se contradizem e sem o mÃ-nimo de respaldo que lhes confiram credibilidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Nesse sentido, entendo que o conjunto probatÃ³rio demonstra de forma satisfatÃ³ria a autoria delitiva de KELLAYNE, DIEGO e JOSÃ ROBERTO do crime do art. 157, Â§2Âº, I e II, CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, verifico que nÃ£o existem elementos suficientes para condenar os acusados JOSÃ FERNANDO, ALCEMIR e ALESSANDRO pelo crime que lhes Ã© imputado, vez sÃ£o mencionados tÃ£o somente em depoimentos em sede policial, sem evidÃªncias de seus envolvimentos no crime. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a comprovaÃ§Ã£o de que os acusados KELLAYNE, DIEGO e JOSÃ ROBERTO se valeram do emprego de arma de fogo para execuÃ§Ã£o do crime de roubo, reconheÃ§o a incidÃªncia da causa de aumento do inciso I, Â§2Âº, do art. 157, CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a demonstraÃ§Ã£o de que o crime de roubo foi cometido em concurso de agentes, reconheÃ§o que deve incidir ainda a causa de aumento do

inciso II, Â§2Âº, do art. 157, CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, deve-se reconhecer que a acusada KELLAYNE deve ser beneficiada com a atenuante do art. 65, I, CPB, por ser menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato 08/04/2018.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico notÃ-cia nos autos de que o acusado JOSÃ FERNANDO havia falecido (fl. 718), o que se confirma por informaÃ§Ã£o extraÃ-da do sistema INFODIP, devendo-se entÃ£o reconhecer a extinÃ§Ã£o de sua punibilidade, nos moldes do art. 107, I, CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tudo bem visto e examinado, percebe-se nitidamente que razÃ£o assiste ao MinistÃ©rio PÃºblico. O conjunto probatÃ³rio detidamente compilado Ã© suficiente para que se reconheÃ§a o ius puniendi de que Ã© titular o Estado. NÃ£o restou demonstrada a existÃªncia de causas que pudessem justificar a conduta dos rÃ©us, excluir-lhes a culpabilidade ou, ainda, isentÃ¡-los da aplicaÃ§Ã£o de pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em conclusÃ£o, restou demonstrada a materialidade, bem como a autoria e a responsabilidade de JOSÃ ROBERTO LIMA PINHEIRO, DIEGO SILVA GONÃALVES e KELLAYNE CRIS GOMES DE BRITO, pela prÃ¡tica do crime do art. 157, Â§2Âº, I e II, CPB. II.2. DO CRIME DE RECEPTAÃÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico tambÃ©m imputou aos denunciados a conduta prevista no art. 180, caput, CPB: ReceptaÃ§Ã£o Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito prÃ³prio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fÃ©, a adquira, receba ou oculte:Â (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 9.426, de 1996) Pena - reclusÃ£o, de um a quatro anos, e multa.Â (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 9.426, de 1996) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez descrito o tipo penal imputado ao acusado, passo Ã anÃ¡lise da prova constante dos autos para verificaÃ§Ã£o da ocorrÃªncia, ou nÃ£o, do delito acima aduzido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A materialidade se encontra comprovada por meio de Auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o de objeto (fls. 10/11), em que consta a motocicleta apreendida em estado de desmanche e contendo restriÃ§Ã£o de roubo e furto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por outro lado, concluÃ-da a instruÃ§Ã£o processual, persistem dÃºvidas quanto Ã autoria delitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo que as provas constantes nos autos nÃ£o sÃ£o capazes de concluir pela autoria delitiva de quaisquer dos denunciados, tendo em vista a existÃªncia somente de menÃ§Ã£o por parte das testemunhas policiais de que o objeto com restriÃ§Ã£o de furto e roubo foi localizado em um dos endereÃ§os indicados pelo acusado JOSÃ ROBERTO, nÃ£o sendo possÃ-vel individualizar a conduta criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante da impossibilidade de delimitar a autoria delitiva, tenho que os denunciados devem ser absolvidos do crime do art. 180, caput, CPB. II.3. DO CRIME DE ASSOCIAÃÃO CRIMINOSA: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico tambÃ©m imputou aos denunciados a conduta prevista no art. 288, CPB: AssociaÃ§Ã£o Criminosa Art. 288. Â Associarem-se 3 (trÃªs) ou mais pessoas, para o fim especÃ-fico de cometer crimes:Â Â Â Â Â (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 12.850, de 2013)Â Â Â Â Â (VigÃªncia) Pena - reclusÃ£o, de 1 (um) a 3 (trÃªs) anos.Â Â Â Â Â (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 12.850, de 2013)Â Â Â Â Â (VigÃªncia) ParÃ¡grafo Ãºnico. Â A pena aumenta-se atÃ© a metade se a associaÃ§Ã£o Ã© armada ou se houver a participaÃ§Ã£o de crianÃ§a ou adolescente.Â Â Â Â Â (RedaÃ§Ã£o dada pela Lei nÂº 12.850, de 2013)Â Â Â Â Â (VigÃªncia) Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Conforme posiÃ§Ã£o firme do Superior Tribunal de JustiÃ§a, Â¿paraÂ caracterizaÃ§Ã£oÂ doÂ delito de associaÃ§Ã£o criminosa, indispensÃ¡vel a demonstraÃ§Ã£o de estabilidade e permanÃªncia do grupo formado por trÃªs ou mais pessoas, alÃ©m do elemento subjetivo especial consiste no ajuste prÃ©vio entre os membros com a finalidade especÃ-ficaÂ deÂ cometerÂ crimesÂ indeterminados.Â Ausentes tais requisitos, restarÃ¡ configurado apenas o concurso eventual de agentes, e nÃ£o o crime autÃ´nomo do art. 288 do CÃ³digo PenalÂ¿ (HC 374515/MS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJE 14.3.2017). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a referida posiÃ§Ã£o jurisprudencial, tenho que nÃ£o estÃ£o presentes no caso em apreÃ§o os requisitos para caracterizaÃ§Ã£o do delito de associaÃ§Ã£o criminosa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo que embora se atenda ao critÃ©rio numÃ©rico, nÃ£o existem elementos suficientes para afirmar que entre os acusados exista algum vÃ-nculo permanente e estÃ¡vel para o cometimento de crimes, sendo possÃ-vel tÃ£o somente afirmar a existÃªncia de concurso de agentes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, resta imperioso absolver os denunciados da imputaÃ§Ã£o do art. 288, CPB. III.Â Â Â Â Â DISPOSITIVO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido de condenaÃ§Ã£o constante na DenÃºncia com o fim de: a)Â Â Â Â Â CONDENAR o denunciado JOSÃ ROBERTO LIMA PINHEIRO, jÃ¡ qualificado na inicial, pela prÃ¡tica do crime capitulado no art. 157, Â§2Âº, I e II, CPB; e ABSOLVÃ-LO do crime do art. 180, caput, CPB, com base no art. 386, V, CPP, e do crime do art. 288, CPB, com fulcro no art. 386, II, CPP; b)Â Â Â Â Â CONDENAR o denunciado DIEGO SILVA GONÃALVES, jÃ¡ qualificado na inicial, pela prÃ¡tica do crime capitulado no art. 157, Â§2Âº, I e II, CPB; e ABSOLVÃ-LO do crime do art. 180, caput, CPB, com base no art. 386, V, CPP, e do crime do art. 288, CPB, com fulcro no art. 386, II, CPP; c)Â Â Â Â Â CONDENAR a denunciada KELLAYNE CRIS GOMES DE BRITO, jÃ¡ qualificada na inicial, pela prÃ¡tica do crime capitulado no art. 157, Â§2Âº, I e II, CPB; e ABSOLVÃ-LA do crime do art. 180, caput, CPB, com base no art. 386, V, CPP, e do crime do art. 288, CPB, com fulcro no

art. 386, II, CPP; d)Â Â Â Â Â ABSOLVER o denunciado ALCEMIR DA SILVA AIRES, jÃ¡ qualificado nos autos, das imputaÃ§Ãµes dos crimes previstos nos artigos 157, Â§2Âº, I e II, CPB, e art. 180, caput, CPB, com base no art. 386, V, CPP, e do crime do art. 288, CPB, com fulcro no art. 386, II, CPP e)Â Â Â Â Â ABSOLVER o denunciado ALESSANDRO MORAES AQUINO, jÃ¡ qualificado nos autos, das imputaÃ§Ãµes dos crimes previstos nos artigos 157, Â§2Âº, I e II, CPB, e art. 180, caput, CPB, com base no art. 386, V, CPP, e do crime do art. 288, CPB, com fulcro no art. 386, II, CPP f)Â Â Â Â Â EXTINGUIR A PUNIBILIDADE do acusado JOSÃ FERNANDO DE ALENCAR JUNIOR, jÃ¡ qualificado nos autos, da imputaÃ§Ã£o dos crimes dos art. 157, Â§2Âº, I e II; art. 180, caput, e art. 288, todos do CPB, nos moldes do art. 107, I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo Ã dosimetria da pena nos termos do art. 68 do CPB, o que faÃ§o na forma abaixo descriminada. IV.Â Â Â Â Â DOSIMETRIA DA PENA 1.Â Â Â Â Â Quanto ao acusado JOSÃ ROBERTO LIMA PINHEIRO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA PRIMEIRA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, sob o Ã¢ngulo das circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CPB, cumpre estipular a pena-base necessÃ¡ria e suficiente para a reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: a)Â Â Â Â Â Quanto Ã culpabilidade do rÃ©u Ã© normal Ã espÃ©cie, nada tendo a se valorar. b)Â Â Â Â Â Como antecedentes, verifica-se que contra o Acusado nÃ£o existe sentenÃ§a condenatÃ³ria (SÃºmula 444, do STJ), com trÃ¢nsito em julgado, por crime anterior ao do presente processo, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. c)Â Â Â Â Â Poucos elementos foram coletados a respeito da conduta social do Acusado, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. d)Â Â Â Â Â NÃ£o existem nos autos quaisquer elementos plausÃ-veis para aferiÃ§Ã£o da personalidade do agente, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. e)Â Â Â Â Â Os motivos do crime sÃ£o desfavorÃ¡veis, na medida em que, objetiva lucro fÃ¡cil, porÃ©m ilÃ-cito, tornando uma circunstÃ¢ncia negativa. f)Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias do crime se mostram desfavorÃ¡veis, considerando a violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio e a presenÃ§a de crianÃ§as no local; g)Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime tambÃ©m sÃ£o desfavorÃ¡veis por contribuir com a sensaÃ§Ã£o de inseguranÃ§a na populaÃ§Ã£o local; h)Â Â Â Â Â Do comportamento da vÃ-tima nada se tem a valorar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao rÃ©u cabe, abstratamente, a pena de reclusÃ£o de quatro a dez anos e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valorando tais circunstÃ¢ncias, fixo a pena base em 06 (seis) anos e 03 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA SEGUNDA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, observo a presenÃ§a da circunstÃ¢ncia agravante do art. 61, I, CPB (reincidÃªncia) - considerando certidÃ£o de antecedentes de fls. 851, motivo pelo qual agravo a pena, passando a dosÃ¡-la em 07 (sete) anos, 03 (trÃªs) meses e 15 (quinze) dias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA TERCEIRA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, verifico causa de aumento de emprego de arma de fogo (art. 157, Â§2Âº, I, CPB) e de concurso de agentes (art. 157, Â§2Âº, II, CPB), motivo pelo qual aplico aumento de 1/3 (um terÃ§o) e passo a dosar a pena em 09 (nove) anos e 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, fica o rÃ©u definitivamente condenado, pelo crime de roubo majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo, Ã pena de 09 (nove) anos e 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DetraÃ§Ã£o - Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal, eis que nÃ£o hÃ¡ nos autos informaÃ§Ãµes acerca do comportamento carcerÃ¡rio do acusado no perÃ-odo em que esteve preso provisoriamente. De fato, ofende o princÃ-pio constitucional da isonomia, insculpido no artigo 5Âº, da CF, exigir-se do condenado definitivo a comprovaÃ§Ã£o de que possui bom comportamento carcerÃ¡rio para que possa progredir de regime, enquanto ao sentenciado provisÃ³rio permite-se a progressÃ£o sem qualquer demonstraÃ§Ã£o de sua conduta durante o perÃ-odo em que permaneceu custodiado.Â Assim, com o fito de evitar tal distorÃ§Ã£o, e fazendo-se uma interpretaÃ§Ã£o sistÃªmica do ordenamento jurÃ-dico (artigo 112 da LEP), entendo que a aplicaÃ§Ã£o do disposto no artigo 387, Â§2Âº, do CPP, fica condicionada Ã comprovaÃ§Ã£o nos autos acerca do comportamento do acusado no estabelecimento prisional onde permaneceu detido. Ausentes, pois, documentos que atestem tal situaÃ§Ã£o, nÃ£o seria mesmo o caso de se progredir os rÃ©us de regime fixado nesta sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime de cumprimento de pena - Considerando art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea Â¿aÂ¿ e Â§ 3Âº, do CÃ³digo Penal, tenho que o regime mais adequado para o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena Ã© o fechado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SubstituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade - IncabÃ-vel ante o total da pena aplicada, bem como do disposto no art. 44, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SuspensÃ£o condicional da pena - Deixo de conceder, uma vez que a pena in concreto Ã© superior ao mÃ¡ximo previsto no art. 77 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Direito de recorrer em liberdade - Considerando que o rÃ©u responde ao processo em liberdade, assim deve permanecer antes do trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria, visto que se encontram ausentes os requisitos da prisÃ£o preventiva. (Art. 312, do CÃ³digo Penal), motivo pelo qual concedo o direito de apelar em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReparaÃ§Ã£o dos danos civis - O disposto no art. 387, inciso IV, do CÃ³digo de Processo Penal, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado no presente caso, visto nÃ£o haver, nos autos em tela, os elementos suficientes que comprovem a ocorrÃªncia de efetivo prejuÃ-zo Ã vÃ-tima, e permitam que o valor mÃ-nimo

da indenizaÃ§Ã£o possa ser fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, por nada constar a respeito na denÃºncia, ao RÃ©u nÃ£o foi dado o direito de se defender sobre a reparaÃ§Ã£o dos eventuais danos causados. Com isso, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio constitucional do contraditÃ³rio e da ampla defesa, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado, caso contrÃ¡rio, haverÃ¡ nulidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante desta situaÃ§Ã£o, deve a vÃ-tima, caso deseje, ingressar na Ã¡rea cÃ-vel com a AÃ§Ã£o Civil ex delicto, visando a total liquidaÃ§Ã£o da presente sentenÃ§a condenatÃ³ria. 2.Â Â Â Â Â Quanto ao acusado DIEGO SILVA GONÃALVES: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA PRIMEIRA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, sob o Ã¢ngulo das circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CPB, cumpre estipular a pena-base necessÃ¡ria e suficiente para a reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: a)Â Â Â Â Â Quanto Ã culpabilidade do rÃ©u Ã© normal Ã espÃ©cie, nada tendo a se valorar. b)Â Â Â Â Â Como antecedentes, verifica-se que contra o Acusado nÃ£o existe sentenÃ§a condenatÃ³ria (SÃºmula 444, do STJ), com trÃ¢nsito em julgado, por crime anterior ao do presente processo, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. c)Â Â Â Â Â Poucos elementos foram coletados a respeito da conduta social do Acusado, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. d)Â Â Â Â Â NÃ£o existem nos autos quaisquer elementos plausÃ-veis para aferiÃ§Ã£o da personalidade do agente, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. e)Â Â Â Â Â Os motivos do crime sÃ£o desfavorÃ¡veis, na medida em que, objetiva lucro fÃ¡cil, porÃ©m ilÃ-cito, tornando uma circunstÃ¢ncia negativa. f)Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias do crime se mostram desfavorÃ¡veis, considerando a violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio e a presenÃ§a de crianÃ§as no local; g)Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime tambÃ©m sÃ£o desfavorÃ¡veis por contribuir com a sensaÃ§Ã£o de inseguranÃ§a na populaÃ§Ã£o local; h)Â Â Â Â Â Do comportamento da vÃ-tima nada se tem a valorar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao rÃ©u cabe, abstratamente, a pena de reclusÃ£o de quatro a dez anos e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valorando tais circunstÃ¢ncias, fixo a pena base em 06 (seis) anos e 03 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA SEGUNDA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, inexistentes circunstÃ¢ncias agravantes ou atenuantes. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA TERCEIRA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, verifico causa de aumento de emprego de arma de fogo (art. 157, Â§2Âº, I, CPB) e de concurso de agentes (art. 157, Â§2Âº, II, CPB), motivo pelo qual aplico aumento de 1/3 (um terÃ§o) e passo a dosar a pena em 08 (oito) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, fica o rÃ©u definitivamente condenado, pelo crime de roubo majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo, Ã pena de 08 (oito) anos e 04 (quatro) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DetraÃ§Ã£o - Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal, eis que nÃ£o hÃ¡ nos autos informaÃ§Ãµes acerca do comportamento carcerÃ¡rio do acusado no perÃ-odo em que esteve preso provisoriamente. De fato, ofende o princÃ-pio constitucional da isonomia, insculpido no artigo 5Âº, da CF, exigir-se do condenado definitivo a comprovaÃ§Ã£o de que possui bom comportamento carcerÃ¡rio para que possa progredir de regime, enquanto ao sentenciado provisÃ³rio permite-se a progressÃ£o sem qualquer demonstraÃ§Ã£o de sua conduta durante o perÃ-odo em que permaneceu custodiado.Â Assim, com o fito de evitar tal distorÃ§Ã£o, e fazendo-se uma interpretaÃ§Ã£o sistÃªmica do ordenamento jurÃ-dico (artigo 112 da LEP), entendo que a aplicaÃ§Ã£o do disposto no artigo 387, Â§2Âº, do CPP, fica condicionada Ã comprovaÃ§Ã£o nos autos acerca do comportamento do acusado no estabelecimento prisional onde permaneceu detido. Ausentes, pois, documentos que atestem tal situaÃ§Ã£o, nÃ£o seria mesmo o caso de se progredir os rÃ©us de regime fixado nesta sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime de cumprimento de pena - Considerando art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea Â¿aÂ¿ e Â§ 3Âº, do CÃ³digo Penal, tenho que o regime mais adequado para o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena Ã© o fechado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SubstituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade - IncabÃ-vel ante o total da pena aplicada, bem como do disposto no art. 44, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SuspensÃ£o condicional da pena - Deixo de conceder, uma vez que a pena in concreto Ã© superior ao mÃ¡ximo previsto no art. 77 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Direito de recorrer em liberdade - Considerando que o rÃ©u responde ao processo em liberdade, assim deve permanecer antes do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria, visto que se encontram ausentes os requisitos da prisÃ£o preventiva. (Art. 312, do CÃ³digo Penal), motivo pelo qual concedo o direito de apelar em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReparaÃ§Ã£o dos danos civis - O disposto no art. 387, inciso IV, do CÃ³digo de Processo Penal, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado no presente caso, visto nÃ£o haver, nos autos em tela, os elementos suficientes que comprovem a ocorrÃªncia de efetivo prejuÃ-zo Ã vÃ-tima, e permitam que o valor mÃ-nimo da indenizaÃ§Ã£o possa ser fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, por nada constar a respeito na denÃºncia, ao RÃ©u nÃ£o foi dado o direito de se defender sobre a reparaÃ§Ã£o dos eventuais danos causados. Com isso, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio constitucional do contraditÃ³rio e da ampla defesa, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado, caso contrÃ¡rio, haverÃ¡ nulidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante desta situaÃ§Ã£o, deve a vÃ-tima, caso deseje, ingressar na Ã¡rea cÃ-vel com a AÃ§Ã£o Civil ex delicto, visando a total liquidaÃ§Ã£o da presente sentenÃ§a condenatÃ³ria. 3.Â Â Â Â Â Quanto Ã acusada KELLAYNE CRIS GOMES DE BRITO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA PRIMEIRA FASE DE

FIXAÃÃO DA PENA, sob o Ã¢ngulo das circunstÃ¢ncias judiciais do artigo 59 do CPB, cumpre estipular a pena-base necessÃ¡ria e suficiente para a reprovaÃ§Ã£o e prevenÃ§Ã£o do crime: a)Â Â Â Â Â Quanto Ã culpabilidade da rÃ© Ã© normal Ã espÃ©cie, nada tendo a se valorar. b)Â Â Â Â Â Como antecedentes, verifica-se que contra a Acusada nÃ£o existe sentenÃ§a condenatÃ³ria (SÃºmula 444, do STJ), com trÃ¢nsito em julgado, por crime anterior ao do presente processo, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. c)Â Â Â Â Â Poucos elementos foram coletados a respeito da conduta social da Acusada, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. d)Â Â Â Â Â NÃ£o existem nos autos quaisquer elementos plausÃ-veis para aferiÃ§Ã£o da personalidade da agente, razÃ£o pela qual nada se tem a valorar. e)Â Â Â Â Â Os motivos do crime sÃ£o desfavorÃ¡veis, na medida em que, objetiva lucro fÃ¡cil, porÃ©m ilÃ-cito, tornando uma circunstÃ¢ncia negativa. f)Â Â Â Â Â As circunstÃ¢ncias do crime se mostram desfavorÃ¡veis, considerando a violaÃ§Ã£o de domicÃ-lio e a presenÃ§a de crianÃ§as no local; g)Â Â Â Â Â As consequÃªncias do crime tambÃ©m sÃ£o desfavorÃ¡veis por contribuir com a sensaÃ§Ã£o de inseguranÃ§a na populaÃ§Ã£o local; h)Â Â Â Â Â Do comportamento da vÃ-tima nada se tem a valorar. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ao rÃ©u cabe, abstratamente, a pena de reclusÃ£o de quatro a dez anos e multa. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Valorando tais circunstÃ¢ncias, fixo a pena base em 06 (seis) anos e 03 (trÃªs) meses de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA SEGUNDA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, verifico a existÃªncia da circunstÃ¢ncia atenuante do art. 65, I, CPB (ser o agente menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato), razÃ£o pela qual reduzo a pena e passo a dosÃ¡-la em 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NA TERCEIRA FASE DE FIXAÃÃO DA PENA, verifico causa de aumento de emprego de arma de fogo (art. 157, Â§2Âº, I, CPB) e de concurso de agentes (art. 157, Â§2Âº, II, CPB), motivo pelo qual aplico aumento de 1/3 (um terÃ§o) e passo a dosar a pena em 06 (seis) anos, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Dessa forma, fica a rÃ© definitivamente condenada, pelo crime de roubo majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo, Ã pena de 06 (seis) anos, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DetraÃ§Ã£o - Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, Â§2Âº, do CÃ³digo de Processo Penal, eis que nÃ£o hÃ¡ nos autos informaÃ§Ãµes acerca do comportamento carcerÃ¡rio do acusado no perÃ-odo em que esteve preso provisoriamente. De fato, ofende o princÃ-pio constitucional da isonomia, insculpido no artigo 5Âº, da CF, exigir-se do condenado definitivo a comprovaÃ§Ã£o de que possui bom comportamento carcerÃ¡rio para que possa progredir de regime, enquanto ao sentenciado provisÃ³rio permite-se a progressÃ£o sem qualquer demonstraÃ§Ã£o de sua conduta durante o perÃ-odo em que permaneceu custodiado.Â Assim, com o fito de evitar tal distorÃ§Ã£o, e fazendo-se uma interpretaÃ§Ã£o sistÃªmica do ordenamento jurÃ-dico (artigo 112 da LEP), entendo que a aplicaÃ§Ã£o do disposto no artigo 387, Â§2Âº, do CPP, fica condicionada Ã comprovaÃ§Ã£o nos autos acerca do comportamento do acusado no estabelecimento prisional onde permaneceu detido. Ausentes, pois, documentos que atestem tal situaÃ§Ã£o, nÃ£o seria mesmo o caso de se progredir os rÃ©us de regime fixado nesta sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Regime de cumprimento de pena - Considerando art. 33, Â§2Âº, alÃ-nea Â¿bÂ¿ e Â§ 3Âº, do CÃ³digo Penal, tenho que o regime mais adequado para o rÃ©u iniciar o cumprimento da pena Ã© semi-aberto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SubstituiÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade - IncabÃ-vel ante o total da pena aplicada, bem como do disposto no art. 44, do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â SuspensÃ£o condicional da pena - Deixo de conceder, uma vez que a pena in concreto Ã© superior ao mÃ¡ximo previsto no art. 77 do CP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Direito de recorrer em liberdade - Considerando que a rÃ© responde ao processo em liberdade, assim deve permanecer antes do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria, visto que se encontram ausentes os requisitos da prisÃ£o preventiva. (Art. 312, do CÃ³digo Penal), motivo pelo qual concedo o direito de apelar em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ReparaÃ§Ã£o dos danos civis - O disposto no art. 387, inciso IV, do CÃ³digo de Processo Penal, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado no presente caso, visto nÃ£o haver, nos autos em tela, os elementos suficientes que comprovem a ocorrÃªncia de efetivo prejuÃ-zo Ã vÃ-tima, e permitam que o valor mÃ-nimo da indenizaÃ§Ã£o possa ser fixado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â AlÃ©m disso, por nada constar a respeito na denÃºncia, ao RÃ©u nÃ£o foi dado o direito de se defender sobre a reparaÃ§Ã£o dos eventuais danos causados. Com isso, em atenÃ§Ã£o ao princÃ-pio constitucional do contraditÃ³rio e da ampla defesa, nÃ£o hÃ¡ como ser aplicado, caso contrÃ¡rio, haverÃ¡ nulidade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante desta situaÃ§Ã£o, deve a vÃ-tima, caso deseje, ingressar na Ã¡rea cÃ-vel com a AÃ§Ã£o Civil ex delicto, visando a total liquidaÃ§Ã£o da presente sentenÃ§a condenatÃ³ria. V.Â Â Â Â Â PROVIMENTOS FINAIS 1.Â Â Â Â Â Considerando-se o disposto no art. 25 da Lei nÂº 10.826/2006 e o que determina o art. 1Âº da ResoluÃ§Ã£o 134 do CNJ, caso ainda nÃ£o tenha sido feito, providencie-se a imediata destinaÃ§Ã£o das armas de fogo apreendida ao Comando do ExÃ©rcito; Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Uma vez certificado o trÃ¢nsito em julgado desta sentenÃ§a, providenciem-se: 2.Â Â Â Â Â Remessa do Boletim Individual ao setor de estatÃ-sticas criminais; 3.Â Â Â Â Â ExpediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao TRE/PA para suspensÃ£o dos direitos

polÃ-ticos do condenado durante a execuÃ§Ã£o da pena (art. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c o art. 15, III, CF/88); 4.Â Â Â Â Â ExpediÃ§Ã£o da respectiva Guia Definitiva e encaminhamento ao juÃ-zo da execuÃ§Ã£o; 5.Â Â Â Â Â Nos termos do art. 91. II, Â¿aÂ¿ e Â¿bÂ¿, do CP, c/c art. 122, do CPP, no que atine a eventuais coisas apreendidas que nÃ£o constituam objeto de uso, porte, alienaÃ§Ã£o ou porte proibidos, ultrapassados 90 (noventa) dias do trÃ¢nsito em julgado e nÃ£o reclamadas elas nesse interstÃ-cio, seja a sentenÃ§a condenatÃ³ria ou absolutÃ³ria, determino que sejam elas vendidas em leilÃ£o, caso tenham conteÃºdo econÃ´mico viÃ¡vel, depositando-se o saldo Ã disposiÃ§Ã£o do JuÃ-zo de Ausentes (art. 744 e seguintes do NCPC), consoante dicÃ§Ã£o do art. 123, do CPP; 6.Â Â Â Â Â Em se tratando de objetos pessoais dos(as) acusados(as), cuja propriedade tenha sido devidamente comprovada por ele(a), e nÃ£o se constituam em objetos de uso, porte, posse ou alienaÃ§Ã£o proibidos, determino a devoluÃ§Ã£o ao(s) denunciado(s), em 48 (quarenta e oito horas), apÃ³s decorridos 90 (noventa dias) do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, o que faÃ§o com espeque no art. 123, do CPP, interpretado a contrario sensu; 7.Â Â Â Â Â A fim de dar efetividade aos itens Â¿1 e 2Â¿ supra, apÃ³s o transcurso do prazo de 90 (noventa dias) do trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a, publique-se edital, com prazo de 15 (quinze) dias, informando a apreensÃ£o dos bens constantes dos autos para que seja resguardado o direito Ã restituiÃ§Ã£o do ofendido (pelo crime), lesado (na coisa) ou de terceiro de boa-fÃ© (v.g. herdeiros); 8.Â Â Â Â Â NÃ£o aparecendo qualquer interessado decreto o perdimento dos bens descritos no auto de apresentaÃ§Ã£o e apreensÃ£o, e, por conseguinte, determino a sua doaÃ§Ã£o a uma das instituiÃ§Ãµes beneficentes desta comarca, o que deve ser feito mediante certidÃ£o de indicaÃ§Ã£o da instituiÃ§Ã£o e termo de entrega, a serem anexados nos autos, neles constando o nÃºmero de registro ou outro modo de identificaÃ§Ã£o dos bens); 9.Â Â Â Â Â Entrementes, caso os bens apreendidos acima referidos esteja inservÃ-vel ao fim a que se destina, devido ao seu considerÃ¡vel estado de deterioraÃ§Ã£o determino o que segue: a.Â Â Â Â Â que seja certificado nos autos o seu estado de conservaÃ§Ã£o, fazendo, quando possÃ-vel, registro fotogrÃ¡fico; b.Â Â Â Â Â apÃ³s, constado a imprestabilidade dos bens, o que inviabiliza, inclusive, qualquer doaÃ§Ã£o, a destruiÃ§Ã£o do(s) bem(ns) e certificaÃ§Ã£o nos autos do dia e do modo da execuÃ§Ã£o da destruiÃ§Ã£o; c.Â Â Â Â Â em se tratando de aparelho de telefonia celular, determino que seja comunicado Ã s operadoras de telefonia mÃ³vel celular o respectivo nÃºmero do IMEI para efeito de bloqueio do aparelho. d.Â Â Â Â Â quanto a eventual valor apreendido (dinheiro), passados os 90 (noventa) dias referidos no art. 122 c/c art. 123, ambos do CP, Ã© de se ver que deve ser ele recolhido ao Tesouro Nacional (parÃ¡grafo Ãºnico do art. 122 do CPP), ou ao JuÃ-zo dos Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Certifique-se, quando da intimaÃ§Ã£o dos sentenciados, se eles manifestam interesse em recorrer e se tÃªm advogado(a) - nome e OAB, para apresentar o recurso. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Isento de Custas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, comunique-se Ã DistribuiÃ§Ã£o e arquivem-se os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente SentenÃ§a como mandado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se e intime-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 09 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡/PA FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 18 Â Â BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito PROCESSO: 00032019720188140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Termo Circunstanciado em: 05/11/2021 AUTOR:SIMONE MORAIS CORREIA VITIMA:O. E. PROMOTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ JuÃ-zo de 1Âª InstÃ¢ncia Â

_____ PROCESSO NÂº: 0003201-97.2018.8.14.0100 INVESTIGADO: SIMONE MORAIS CORREIA DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â I - RELATÃRIO:Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de Termo Circunstanciado de OcorrÃªncia instaurado para apurar a infraÃ§Ã£o prevista no art. 310, CTB, que supostamente teria sido cometida no dia 11 de junho de 2018. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Remetidos ao MinistÃ©rio PÃºblico para adoÃ§Ã£o das providÃªncias pertinentes, tendo seu Representante opinado pelo arquivamento parcial do TCO, por falta de justa causa para o oferecimento da DenÃºncia (fls. 30/31). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã o que de importante hÃ¡ a relatar, passo a fundamentar (art. 93, IX, CF/88), para, ao final, decidir. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â II - FUNDAMENTAÃÃO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â O art. 28, do CPP, dispÃµe que, caso discorde do pedido de arquivamento, poderÃ¡ o Juiz encaminhar os autos ao procurador para que designe outro Promotor de JustiÃ§a para oferecer a denÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â No caso dos autos, observa-se que hÃ¡ elementos suficientes que indiquem a autoria delitiva da investigada em epÃ-grafe. Desse modo, hÃ¡ de se concordar com o MinistÃ©rio PÃºblico com o arquivamento do feito tendo em vista a inexistÃªncia de justa causa para oferecimento de aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como muito bem anunciou o TRIBUNAL DE

JUSTIÃA DO RIO GRANDE DO SUL, Â¿o parquet pode e deve fazer um juÃ-zo prÃ©vio em torno dos fatos antes de submete-lo ao crivo judicial. Isto nÃ£o corresponde, de modo algum, a afirmaÃ§Ã£o de estar o parquet dispondo da aÃ§Ã£o penal. Equivale a dizer que, revelando os fatos a atipicidade da conduta ou a ausÃªncia de provas, como na hipÃ³tese vertida, obrigatoriamente deverÃ¡ a acusaÃ§Ã£o se abster de oferecer denÃºncia, ou, se o fizer, deverÃ¡ o juiz rejeitÃ¡-la (artigo 43 do CPP).Â¿ Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, se o Parquet, com rigoroso acerto, promoveu pelo arquivamento, nÃ£o hÃ¡ porque determinar a remessa dos autos ao Procurador Geral de JustiÃ§a, na forma do art. 28 do CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Corroborando o entendimento supra, MIRABETTE assevera o seguinte: Â¿O arquivamento do inquÃ©rito cabe ao juiz, a requerimento do MinistÃ©rio PÃºblico. Este, de acordo com o princÃ-pio da obrigatoriedade, deve formular um juÃ-zo de valor sobre o seu conteÃºdo, para avaliar da existÃªncia, ou nÃ£o de elementos suficientes para fundamentar a acusaÃ§Ã£o. Caso nÃ£o encontre tais elementos (tipicidade do fato, indÃ-cios de autoria, condiÃ§Ãµes de procedibilidade ou de punibilidade, etc.), cumpre-lhe requerer ao juiz ao arquivamento.Â¿. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â III - CONCLUSÃO: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, com fulcro no art. 18 do CÃ³digo de Processo Penal Brasileiro, acolho o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO destes autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡ FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 2 Â Â BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito PROCESSO: 00033015220188140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:JOAO DE SOUZA CASTRO Representante(s): OAB 12063 - RAY SHANDY CAMPELO LOPES (ADVOGADO DATIVO) DENUNCIADO:MARIA IDAIANE MALCHER DE ANDRADE VITIMA:A. C. O. E. . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ JuÃ-zo de 1Âª InstÃ¢ncia Â

_____ PROCESSO NÂº: 0003301-52.2018.8.14.0100 SENTENCIADOS: JOÃO DE SOUZA CASTRO e MARIA IDAIANE MALCHER DE ANDRADE DECISÃO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Verifico que os sentenciados JOÃO DE SOUZA CASTRO e MARIA IDAIANE MALCHER DE ANDRADE foram regularmente intimados da sentenÃ§a condenatÃ³ria (fls. 215 e 219), mas apresentaram recurso de apelaÃ§Ã£o de forma intempestiva, motivo pelo qual deixo de receber o apelo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Determino Ã Secretaria Judicial que certifique o trÂ¢nsito em julgado da sentenÃ§a condenatÃ³ria em relaÃ§Ã£o a JOÃO DE SOUZA CASTRO e MARIA IDAIANE MALCHER DE ANDRADE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s, cumpram-se as disposiÃ§Ãµes finais da sentenÃ§a de fls. 204/209, devendo ser providenciado: a) IncineraÃ§Ã£o da substÂ¢ncia apreendida, caso ainda nÃ£o o tenha sido feito, devendo ser oficiado Ã autoridade policial para que adote as providÃªncias necessÃ¡rias, nos termos do art. 50, Â§Â§ 4Âº e 5Âº, da Lei 11.343/2006, e informe este juÃ-zo.Â b) Considerando-se o disposto no art. 25 da Lei nÂº 10.826/2006 e o que determina o art. 1Âº da ResoluÃ§Ã£o 134 do CNJ, caso ainda nÃ£o tenha sido feito, providencie-se a imediata destinaÃ§Ã£o da arma de fogo apreendida ao Comando do ExÃ©rcito; c) Remessa do Boletim Individual ao setor de estatÃ-sticas criminais; d) ExpediÃ§Ã£o de ofÃ-cio ao TRE/PA para suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos dos condenados durante a execuÃ§Ã£o da pena (art. 71, Â§ 2Âº, do CÃ³digo Eleitoral c/c o art. 15, III, CF/88); e) EXPEÃA-SE O MANDADO DE PRISÃO em desfavor dos sentenciados JOÃO DE SOUZA CASTRO e MARIA IDAIANE MALCHER DE ANDRADE, com lanÃ§amento no Banco Nacional de Monitoramento Prisional (BNMP), consoante dicÃ§Ã£o do art. 289-A, do CÃ³digo de Processo Penal e art. 3Âº, Â§ 2Âº, II, da ResoluÃ§Ã£o nÂº 137/2011-CNJ, bem como encaminhado aos Ã³rgÃ£os responsÃ¡veis por seu cumprimento; f) Conforme OfÃ-cio Circular nÂº 069/2018-CJCI, que autoriza a aplicaÃ§Ã£o dos termos da DecisÃ£o/OfÃ-cio Circular nÂº 12/2019-DAC/CJRMB, seja arquivado provisoriamente este processo; g) ApÃ³s o cumprimento da prisÃ£o do sentenciado, EXPEÃA-SE a Guia de ExecuÃ§Ã£o Definitiva e encaminhe-se ao JuÃ-zo competente. h)Â Â Â DestinaÃ§Ã£o do valor apreendido em atenÃ§Ã£o ao art. 63, I, Â§1Âº, da Lei nÂº 11.343/2006. Â i)Â Â Â Â Â IntimaÃ§Ã£o dos condenados, nos termos do art. 50, do CP e art. 686 do CPP, para efetuar o pagamento da pena de multa, que deve ser realizado no prazo de 10 (dez) dias, a contar do trÂ¢nsito em julgado, no Banco do Brasil S/A, agÃªncia MinistÃ©rio da Fazenda - cÃ³digo 4201-3, conta nÂº 170.500-8, em nome do Fundo PenitenciÃ¡rio Nacional - FUNPEN, identificando o referido depÃ³sito com o seguinte cÃ³digo 200.333.00001/005-X - Receitas de Multas de SentenÃ§as Penais (LEI PACOTE ANTICRIME - Lei nÂº 13.964/2019: Art. 2Âº O Decreto-Lei nÂº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com as seguintes alteraÃ§Ãµes: Â¿Art. 51. Transitada em julgado a sentenÃ§a condenatÃ³ria, a multa serÃ¡ executada perante o juiz da execuÃ§Ã£o penal e serÃ¡ considerada dÃ-vida de valor, aplicÃ¡veis as

normas relativas Ã dÃ-vida ativa da Fazenda PÃºblica, inclusive no que concerne Ã s causas interruptivas e suspensivas da prescriÃ§Ã£o).Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Por fim, considerando que o advogado nomeado como defensor dativo apresentou o recurso de forma intempestiva, nÃ£o deve ser certificado o cumprimento do mÃºnus. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Aurora do ParÃ¡/PA FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 3 Â Â Breno Melo da Costa Braga Juiz de Direito PROCESSO: 00038760220148140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:JUCIANA DOS SANTOS QUEIROZ Representante(s): OAB 6510 - JULIO DE OLIVEIRA BASTOS (ADVOGADO) VITIMA:R. M. S. A. . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â

PROCESSO NÂº: 0003876-02.2014.8.14.0100 SENTENCIADO: JUCIANA DOS SANTOS QUEIROZ DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Defiro o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico de fl. 160 e determino Ã Secretaria Judicial que designe audiÃªncia de justificaÃ§Ã£o por meio de ato ordinatÃ³rio em momento oportuno. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se a sentenciada. Â Â Â Â Â Â Â Â Â CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021 BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡ Â FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PROCESSO: 00041644220178140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 05/11/2021 FLAGRANTEADO:JORGE MACIEL MOREIRA VITIMA:A. C. O. E. . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â

PROCESSO: 0004164-42.2017.8.14.0100 INDICIADO: JORGE MACIEL MOREIRA SENTENÃA/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos os autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de inquÃ©rito policial em que foi indiciado o nacional JORGE MACIEL MOREIRA por haver cometido, em tese, o delito tipificado no art. 306 da Lei 9.503/97. Â Â Â Â Â Â Â Â Â O MinistÃ©rio PÃºblico, titular da aÃ§Ã£o penal, requereu a extinÃ§Ã£o da punibilidade em razÃ£o da morte do RÃ©u (fl. 56), tendo em vista a certidÃ£o de Ã³bito do indiciado e laudo de necrÃ³psia mÃ©dico-legal (fls. 57/60). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Com efeito, havendo nos autos documento comprobatÃ³rio de que o agente veio a Ã³bito, outro caminho nÃ£o hÃ¡ senÃ£o a declaraÃ§Ã£o da extinÃ§Ã£o da punibilidade, nos termos do art. 107, I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ante o exposto, reconheÃ§o extinta a pretensÃ£o punitiva do Estado, quanto ao acusado JORGE MACIEL MOREIRA, jÃ¡ qualificado nos autos, pela prÃ¡tica do crime capitulado no tipificado no art. 306 da Lei 9.503/97, e, por consequÃªncia, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE, nos moldes do art. 107, I, do CÃ³digo Penal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ esta sentenÃ§a como mandado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡ FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 1 Â Â BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito PROCESSO: 00049866020198140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 05/11/2021 DENUNCIADO:PEDRO AUGUSTO MARTINS VITIMA:M. C. S. PROMOTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â

PROCESSO NÂº: 0004986-60.2019.8.14.0100 DENUNCIADO: PEDRO AUGUSTO MARTINS DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo que o denunciado PEDRO AUGUSTO MARTINS ainda nÃ£o foi citado (fl. 122). Diante disso, RENOVE-SE o ato de citaÃ§Ã£o do denunciado no endereÃ§o constante nos autos (fl. 112). Deve o novo mandado de citaÃ§Ã£o ser distribuÃ-do para Oficial de JustiÃ§a diverso do Sr. Francisco de Oliveira Nascimento, em virtude do teor da Ãºltima certidÃ£o juntada aos autos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021 BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do

ParÃ¡ Â FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PROCESSO: 00054680820198140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 05/11/2021 DENUNCIADO:GILVANDO MOTA DA SILVA VITIMA:S. F. S. PROMOTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÂ¢ncia Judicial Â

_____

PROCESSO NÂº: 0005468-08.2019.8.14.0100 DENUNCIADO: GILVANDO MOTA DA SILVA DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Observo que o denunciado GILVANDO MOTA DA SILVA ainda nÃ£o foi citado (fl. 44). Diante disso, defiro o pedido do MinistÃ©rio PÃºblico e determino que se renove o ato de citaÃ§Ã£o do denunciado no endereÃ§o indicado pelo MinistÃ©rio PÃºblico (fl. 46). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 08 de novembro de 2021 BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡ Â FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PROCESSO: 00002048820118140100 PROCESSO ANTIGO: 20112000130 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 29/10/2021 VITIMA:E. S. R. S. VITIMA:J. F. S. DENUNCIADO:EUFRASIO SANTOS DA SILVA. Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÂ¢ncia Judicial Â

_____

PROCESSO NÂº: 0000204-88.2011.8.14.0100 DENUNCIADO: EUFRÃSIO SANTOS DA SILVA DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de aguardar a devoluÃ§Ã£o de mandado de citaÃ§Ã£o, acautele-se os autos em secretaria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 27 de outubro de 2021 BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡ Â FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PROCESSO: 00003405120128140100 PROCESSO ANTIGO: 201220001874 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 29/10/2021 DENUNCIADO:MANOEL RODRIGUES DE ANDRADE Representante(s): OAB 19098 - LUCIVALDO TEIXEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. VITIMA:P. C. A. VITIMA:A. C. A. . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ JuÃ-zo de 1Âª InstÂ¢ncia Â

_____ PROCESSO NÂº: 0000340-51.2012.8.14.0100 SENTENCIADO(A): MANOEL RODRIGUES DE ANDRADE ADVOGADO: LUCIVALDO TEXEIRA DOS SANTOS - OAB/PA NÂº 19098 DECISÃO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cuida-se de pedido da conversÃ£o da prisÃ£o determinada por ocasiÃ£o de cumprimento da sentenÃ§a condenatÃ³ria para prisÃ£o domiciliar formulado pelo sentenciado MANOEL RODRIGUES DE ANDRADE. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Alega, em sÃ-ntese, que tem idade avanÃ§ada com situaÃ§Ã£o de saÃºde grave, sem condiÃ§Ãµes de tratamento adequado em uma unidade penal (fls. 193/201). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Instado a se manifestar, o MinistÃ©rio PÃºblico opinou desfavoravelmente ao pedido de concessÃ£o de prisÃ£o domiciliar (fls. 246/248). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vieram os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Analisando a situaÃ§Ã£o, verifico certidÃ£o de trÂ¢nsito em julgado nos autos (fl. 189), bem como decisÃ£o determinando o cumprimento da sentenÃ§a condenatÃ³ria em seus termos, inclusive a expediÃ§Ã£o de carta de guia definitiva e seu encaminhamento para o juÃ-zo da execuÃ§Ã£o, assim que cumprido o mandado de prisÃ£o expedido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Encerrada a fase de conhecimento, tenho que este nÃ£o Ã© o momento para alterar as condiÃ§Ãµes de cumprimento da pena que foram fixadas na sentenÃ§a condenatÃ³ria, bem como para decidir acerca da possibilidade de concessÃ£o de prisÃ£o domiciliar para o condenado, conforme inteligÃªncia dos artigos 65 e 66 da Lei 7.210/84 e art. 674, CPP. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante disso, declaro a incompetÃªncia deste juÃ-zo para apreciar o pedido e determino a remessa dos autos ao juÃ-zo da execuÃ§Ã£o, assim que cumprido o mandado de prisÃ£o e expedida a respectiva guia de recolhimento definitiva. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I.C Â Â Â Â Â Â Â Â Â ServirÃ¡ a presente decisÃ£o como mandado. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 26 de setembro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡ FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 1 Â Â BRENO MELO DA COSTA

BRAGA Juiz de Direito PROCESSO: 00022812620188140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 29/10/2021 REPRESENTANTE:RENNAN VIANNA SANTOS DENUNCIADO:ADELINO DOS SANTOS NASCIMENTO. Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â

_____

PROCESSO NÂº: 0002281-26.2018.8.14.0100 DENUNCIADO: ADELINO DOS SANTOS NASCIMENTO DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de aguardar a devoluÃ§Ã£o de mandado de citaÃ§Ã£o, acautele-se os autos em secretaria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 27 de outubro de 2021 BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡ Â FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PROCESSO: 00036857820198140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 29/10/2021 DENUNCIADO:FRANCISCO ANDRADE PANTOJA DENUNCIADO:NILSON NEVES PANTOJA VITIMA:F. C. P. PROMOTOR:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ JuÃ-zo de 1Âª InstÃ¢ncia Â

_____ PROCESSO NÂº: 0003685-78.2019.8.14.0100 DENUNCIADO: FRANCISCO ANDRADE PANTOJA DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista a inexistÃªncia de Defensor PÃºblico lotado nesta comarca - apesar de vÃ¡rios ofÃ-cios comunicando o fato ao Defensor PÃºblico Geral deste Estado -, nomeio o(a) Dr(a). LIVIA VIDAL CABRAL, OAB/PA nÂº 26.945, para assumir a defesa tÃ©cnica do acusado em epÃ-grafe, na funÃ§Ã£o de defensor dativo, haja vista a inÃ©rcia processual, da defesa atÃ© a sentenÃ§a. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Quanto a esta possibilidade, trago Ã baila os seguintes julgados do Colendo SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÃA, vejamos: Â¿PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SENTENÃA PENAL. DEFENSOR DATIVO. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. ESTADO. RESPONSABILIDADE. ART. 472 DO CPC. VIOLAÃÃO. INEXISTÃNCIA. 1. A jurisprudÃªncia deste Superior Tribunal de JustiÃ§a Ã© no sentido de que a sentenÃ§a que determina o pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios ao defensor dativo, nomeado pelo juiz ao rÃ©u necessitado, constitui tÃ-tulo executivo judicial a ser suportado pelo Estado, quando inexistente ou insuficiente a atuaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica na respectiva Comarca. 2. NÃ£o hÃ¡ falar em violaÃ§Ã£o ao artigo 472 do CPC, porquanto o caso nÃ£o apresenta hipÃ³tese que obriga terceiro estranho Ã lide. 3. Recurso especial a que se nega provimento.Â¿ (STJ. Resp 875770 / ES. Rel. Min. Carlos Fernando Mathias. Segunda Turma. UnÃ¢nime. DJU de 04.08.2008). EMBARGOS DE DECLARAÃÃO EM HABEAS CORPUS. NARCOTRÃFICO. AUSÃNCIA DE OMISSÃO. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS DE ADVOGADO DATIVO. FIXAÃÃO PELO JUIZ DA CAUSA. EMBARGOS REJEITADOS. 1. A fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios advocatÃ-cios em razÃ£o da atuaÃ§Ã£o do Advogado como Defensor Dativo deve ser solicitada diretamente ao Juiz da causa. 2. Embargos de DeclaraÃ§Ã£o rejeitados.Â¿ (STJ. EDcl no HC 149080 / SC. Rel. Min. NapoleÃ£o Nunes Maia Filho. Quinta Turma. UnÃ¢nime. DJU de 06.09.2010). Â¿PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. NOMEAÃÃO DE DEFENSOR DATIVO. CONDENAÃÃO DO ESTADO NO PAGAMENTO DOS HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. POSSIBILIDADE. DEFENSORIA PÃBLICA. AUSENTE. 1. Deve o Estado arcar com o pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios ao defensor dativo, nomeado pelo juiz ao rÃ©u juridicamente necessitado, quando inexistente ou insuficiente Defensoria PÃºblica na respectiva Comarca. 2. Agravo regimental nÃ£o provido. (STJ. AgRg no Resp 685788 / MA. Rel. Min. Mauro Campbell. Segunda Turma. UnÃ¢nime. DJU de 07.04.2009).Â¿ Â¿EMBARGOS Ã EXECUÃÃO. DEFENSOR DATIVO. CONDENAÃÃO EM HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. ÃNUS DO ESTADO. I - O advogado nomeado defensor dativo, em processos em que figure como parte pessoa economicamente necessitada, faz jus a honorÃ¡rios, cabendo Ã Fazenda o Ã´nus pelo pagamento. Precedentes: Resp nÂº 493.003/RS, Rel. Min. JOÃO OTÃVIO DE NORONHA, DJ de 14/08/06; Resp nÂº 602.005/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 26/04/04; RMS nÂº 8.713/MS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 19/05/03 e AgRg no Resp nÂº 159.974/MG, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ de 15/12/03. II - Agravo regimental improvido.Â¿ (STJ. AgRg no Resp 1041532 / ES. Rel. Min. Francisco FalcÃ£o. Primeira Turma. DJU de 25.06.2008). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ex positis, Ã luz da orientaÃ§Ã£o jurisprudencial supra, bem como com arrimo no art. 34, XII, da Lei nÂº 8.906/94 (EOAB), arbitro, com fundamento no que estabelece o art. 22, Â§1Â°, do aludido Estatuto, o valor dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios em um salÃ¡rio mÃ-nimo, o que corresponde atualmente ao total de R$ 1.100,00 (mil e cem reais), devendo a Secretaria Judicial CERTIFICAR A ACEITAÃÃO DO

MÃNUS, O VALOR DOS HONORÃRIOS E EFETIVAÃÃO DO TRABALHO DO CAUSÃDICO para efeito de futura cobranÃ§a judicial em aÃ§Ã£o prÃ³pria. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o defensor dativo acima nominado para dizer se aceita o mÃºnus, o qual, em caso positivo, deverÃ¡ assumir a defesa do acusado, praticando todos os atos necessÃ¡rios Ã garantia dos direitos daquele. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 27 de outubro de 2021. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Vara Ãnica de Aurora do ParÃ¡/PA FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PÃ¡gina de 2 Â Â BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito PROCESSO: 00065642920178140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 29/10/2021 DENUNCIADO:FERNANDO BARRA PORTILHO VITIMA:A. C. O. E. . Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡ Tribunal de JustiÃ§a do Estado Vara Ãnica da Comarca de Aurora do ParÃ¡ 1Âª InstÃ¢ncia Judicial Â _____

PROCESSO NÂº: 0006564-29.2017.8.14.0100 DENUNCIADO: FERNANDO BARRA PORTILHO DESPACHO/MANDADO Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a necessidade de aguardar a devoluÃ§Ã£o de mandado de citaÃ§Ã£o, acautele-se os autos em secretaria. Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Aurora do ParÃ¡/PA, 27 de outubro de 2021 BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do ParÃ¡ Â FÃRUM JUIZ JOSÃ ANTÃNIO GONÃALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br PROCESSO: 00010811320208140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: DENUNCIADO: A. P. O. AUTOR: M. P. E. P. VITIMA: F. G. N. PROCESSO: 00026663720198140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Procedimento Comum em: DENUNCIADO: F. P. S. VITIMA: R. O. L.

AÇÃO PENAL

Processo nº 0000901-94.2020.8.14.0100

Tipo Penal: Art. 157,2º, II DO CPB.

Denunciado(a): MARCOS VINICIUS FERREIRA LIMA.

Vítimas: A. L. N. D. S.

Advogado: **FELIPE EDUARDO NASCIMENTO ROCHA- OAB/PA Nº 29.895**

ATO ORDINATÓRIO

Nos Termos do Provimento n. 006/2006-CJRM, combinado com o Provimento n. 006/2009-CJCI, **INTIME-SE**, através do Diário de Justiça Eletrônico, o advogado, **FELIPE EDUARDO NASCIMENTO ROCHA-OAB/PA Nº 29.895**, constituído do denunciado: MARCOS VINICIUS FERREIRA LIMA**,** para apresentar as razões da Apelação de seu patrocinado, no prazo legal.

Aurora do Pará, 28 de abril de 2021.

ROSA MARIA DOS SANTOS SILVA

Auxiliar Judiciário - Mat. 177628

PROCESSO Nº: 0000528-49.2009.8.14.0100

EMBARGANTE: GILBERTO RIBEIRO DA SILVA

Advogados: JOSÉ ASSUNÇÃO MARINHO DOS SANTOS FILHO ¿ OAB/PA Nº 11.714; CLÁUDIO FERNANDO MENDES DE SOUZA ¿ OAB/PA Nº 9.593

DECISÃO **EM EMBARGOS DE** DECLARAÇÃO

Vistos etc.

GILBERTO RIBEIRO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos, opôs Embargos de Declaração com efeito modificativo (fls. 230/234) à SENTENÇA proferida pelo Juízo (fls. 159/163).

Em síntese, alega o embargante omissão da sentença condenatória que supostamente não enfrentou todos as teses apresentadas pela defesa, relativas à contradição entre depoimento das testemunhas.

Vieram os autos conclusos para deliberação.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração constituem recurso hábil a sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição na decisão, excepcionalmente apresentando, como consequência de seu provimento, efeito modificativo.

No caso em exame verifico que foram tempestivamente opostos e reconheço a legitimidade recursal do embargante, bem como o interesse de recorrer e a via eleita. Regularmente processados, não há qualquer fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, estando preenchidos os pressupostos intrínsecos e extrínsecos da presente via recursal.

No mérito, contudo, observo que a decisão embargada não padece de qualquer dos vícios relacionados no art. 382 do Código de Processo Penal, e nem tampouco apresenta erro material ou de fato.

Vejamos o que o Doutrinador Aury Lopes Jr. ao discorre sobre os Embargos de Declaração:

Os embargos declaratórios servem para impugnar o ato decisório que não cumpra esses requisitos mínimos, permitindo que o juiz esclareça e até supra eventuais omissões. Mais do que isso, são os embargos declaratórios instrumentos a serviço da eficácia da garantia da motivação das decisões judiciais, pois as partes têm o direito fundamental de saber o que o juiz decidiu, como e por quê. (In Direito processual penal.16. ed. ¿ São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Pág. 1299).

Deste modo, verifica-se que o objetivo dos Embargos de Declaração é exibir o verdadeiro conteúdo da sentença, com uma função integrativa, impondo, quando necessário, a correção de qualquer obscuridade, contradição ou omissão.

Contudo, no presente caso, o embargante se limita a apresentar argumentos que objetivam rediscutir a matéria já analisada na sentença e são meramente procrastinatórios, o que demonstra a insatisfação do embargante quanto ao resultado do julgado. Esse objetivo não corresponde ao que se pretende com a oposição de embargos declaratórios, que devem atender às hipóteses de cabimento contidas no Art. 382

do Código de Processo Penal.

Em verdade, o embargante pretende, ao expor suas razões de insurgência, a revisão da sentença quanto ao seu mérito apreciado que lhe foi desfavorável, não tendo sido verificado na sentença a omissão ventilada, pois, da própria leitura do ¿decisum¿ não constam termos opostos, omissos, termos obscuros, decisões que se contrapõem ou mesmo que se contradizem, como é o exigido pelo referido dispositivo legal.

Nesse sentido, cumpre consignar no decreto condenatório, logo após a exposição de todas as provas testemunhais produzidas ¿ inclusive de defesa, foi assentado o entendimento de que restou provado ¿que o denunciado praticou o núcleo trazer consigo, constante do art. 33, caput, da Lei 11.343/2006, em circunstância que denota a prática da traficância, já que o álibi aventado pelo denunciado em sua auto defesa não se confirmou.¿, valendo-se do livre convencimento das provas produzidas em contraditório judicial (art. 155, CPP).

Dessa forma, em se tratando de mera discordância do decidido pelo Juízo, deveria ter manejado recurso de Apelação, meio processual previsto para o caso em tela. Inclusive, nessa toada segue toda impugnação do embargante quanto à decisão proferida, pois que dela, o que fez é simplesmente discordar no mérito.

Nesse sentido, cito a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA SUFICIENTEMENTE DECIDIDA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. ANÁLISE VEDADA. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado. Dessa forma, a pretensão de rediscutir matéria devidamente já analisada e decidida, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é inviável na via dos embargos de declaração.

2. Nos termos do disposto na Súmula n.º 356, o Supremo Tribunal Federal admite o prequestionamento ficto, mediante a simples oposição de embargos de declaração.

3. Embargos rejeitados.

(EDcl no REsp 882.876/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2008, DJe 04/08/2008) Destaque nosso.

Portanto, como acima sustentado, não se verifica qualquer omissão, contradição ou obscuridade, inclusive, há na sentença fundamentação o bastante a justificar o entendimento do Juízo, não tendo sido verificados tais requisitos para oposição de embargos declaratórios, se revestindo este recurso de mera insatisfação com o resultado, como já dito.

Ante o exposto, CONHEÇO dos Embargos de Declaração e LHES NEGO PROVIMENTO, ratificando a sentença impugnada em todos os seus termos.

P.R.I.C

Servirá a presente decisão como mandado.

Aurora do Pará/PA, 07 de julho de 2021.

GIORDANNO LOUREIRO CAVALCANTI GRILO

Juiz de Direito Substituto

COMARCA DE NOVA TIMBOTEUA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVA TIMBOTEUA

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA - VARA: VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA PROCESSO: 00033913020198140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Execução da Pena em: 10/11/2021 APENADO:ORLANDO PEREIRA FORTE SOBRINHO. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intime-se o apenado para este comparecer a Secretaria do JuÃ-zo para fins tomar ciÃªncia das condiÃ§Ãµes de cumprimento de prisÃ£o em regime aberto: 1.Â Â Â Â Â NÃ£o se ausentar da Comarca, por mais de 30 (trinta) dias sem prÃ©via autorizaÃ§Ã£o judicial; 2.Â Â Â Â Â Comparecer mensalmente a JuÃ-zo para justificar suas atividades Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Deve ainda o apenado ser advertido que o descumprimento injustificado de qualquer das condiÃ§Ãµes acarretarÃ¡ a revogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional da pena. ExpeÃ§a-se o que for necessÃ¡rio, Cumpra-se. Nova Timboteua, 20 de outubro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA - VARA: VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA PROCESSO: 00014106320198140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO HERNAN DE SOUZA Representante(s): OAB 23022 - ANDERSON NOGUEIRA SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o rÃ©u, descumpriu os termos da suspensÃ£o condicional do processo outrora deferida, REVOGO A SUSPENSÃO DO PROCESSO (fls. 23). Considerando que o rÃ©u nÃ£o apresentou defesa previa, intime-se o mesmo para que tome ciÃªncia da revogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional e apresente a defesa previa no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Levante-se a suspensÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o que for necessÃ¡rio, Cumpra-se. Nova Timboteua, 20 de outubro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua

RESENHA: 10/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA - VARA: VARA UNICA DE NOVA TIMBOTEUA PROCESSO: 00014106320198140034 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021 DENUNCIADO:ANTONIO HERNAN DE SOUZA Representante(s): OAB 23022 - ANDERSON NOGUEIRA SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) . DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tendo em vista que o rÃ©u, descumpriu os termos da suspensÃ£o condicional do processo outrora deferida, REVOGO A SUSPENSÃO DO PROCESSO (fls. 23). Considerando que o rÃ©u nÃ£o apresentou defesa previa, intime-se o mesmo para que tome ciÃªncia da revogaÃ§Ã£o da suspensÃ£o condicional e apresente a defesa previa no prazo legal. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Levante-se a suspensÃ£o do feito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o que for necessÃ¡rio, Cumpra-se. Nova Timboteua, 20 de outubro de 2021. OMAR JOSÃ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Ãnica da Comarca de Nova Timboteua

PROCESSO Nº. 0000904-58.2017.8.14.0034

AUTOS DE: OBRIGAÇÃO DE FAZER/TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO

AUTOR: MANOEL MARIA MORAES DOS REIS

PATRONO: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDOS: ANTONIO CARLOS LIMA DE MATOS e CARLOS WEMERSON DE OLIVEIRA MATOS

PATRONOS: JOÃO BOSCO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR OAB-PA 17.838 e TERCYO FEITOSA PINHEIRO OAB-PA 22.277

ATO ORDINATÓRIO

Em razão das atribuições que me são conferidas por Lei, por ato ordinatório e determinação judicial, ficam os Requeridos intimados, por intermédio de seus patronos, para efetuarem o pagamento das custas processuais pendentes que se encontram na Secretaria da Vara Única da Comarca de Nova Timboteua, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado, na forma da Lei Estadual de n.º 8.328/2015.

Nova Timboteua, 04 de novembro de 2021.

Francisco Ciriaco de Moura Filho

Analista Judiciário

Mat. 78662

0001410-63.2019.814.0034

RÉU: ANTONIO HERNAN DE SOUZA

CARLOS AUGUSTO DA SILVA, OAB/PA 16.900

DECISÃO Tendo em vista que o réu, descumpriu os termos da suspensão condicional do processo outrora deferida, REVOGO A SUSPENSÃO DO PROCESSO (fls. 23). Considerando que o réu não apresentou defesa previa, intime-se o mesmo para que tome ciência da revogação da suspensão condicional e apresente a defesa previa no prazo legal. Levante-se a suspensão do feito. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Nova Timboteua, 20 de outubro de 2021. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Nova Timboteua

PROCESSO Nº0001901-07.2018.814.0034

INVENTARIANTE: CREUZA MARIA OLIVEIRA DA COSTA

ADVOGADA: CÍRIA NAZARÉ DE DO SOCORRO BATISTA DOS SANTOS, OAB/PA 10.855

DESPACHO Intime-se a inventariante, nos termos do art. 103, CPC, para que manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Expeça-se o que for necessário. Cumpra-se. Nova Timboteua, 07 de outubro de 2021. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Nova Timboteua

COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 4 2 4 4 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Cri em: 17/02/2021---AUTORIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA/PA VITIMA: E. L. G. ACUSADO:SEBASTIÃO ROBSON FARIAS DA SILVA Representante (s): OAB 22.501 ¿ CÉSAR AUGUSTO BARBOSA CHIAPPETTA (ADVOGADO). SENTENÇA Trata-se de pedido de medida protetiva de Edinalva Lima Granjeira em face do ofensor Sebastião Robson Farias da Silva. Apresentado o pedido este Juízo determinou medidas em favor da ofendida. O representado foi regularmente intimado das vedações, conforme consta as fls.21, juntada ao IPL. È o relatório, DECIDO. Medidas protetivas é uma espécie de tutela de urgência e como tal tem sua aplicabilidade regulada pela lei processual civil. Sendo assim, após a decretação de sua vigência só poderá ser revogado por outra decisão ou recurso, senão vejamos: Art. 304. A tutela antecipada, concedida nos termos do, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso. § 1o No caso previsto no caput, o processo será extinto. Assim não havendo recurso em sentido estrito ou revogação da medida, está tornou-se estável. Determino o arquivamento dos autos mantendo as medidas protetivas em vigor até ulterior deliberação deste Juízo, na forma do art. 304, §1º, do NCPC, que aplico subsidiariamente. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo do Araguaia, 17 de fevereiro de 2021. ANTONIO JOSE DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 8 2 3 4 2 0 2 0 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/09/2021---FISCAL DA LEI:MINISTERIIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:EDUARDO SOARES SALES Representante(s): DEFENSORIA PÚBLICA (DEFENSOR) OAB 28885-A - ELIAS ALVES FERRO (ADVOGADO) OAB 7.973 - RENATA ORLANDO DE DEUS (ADVOGADO) VITIMA:T. M. A. DECISÃO R.H Eduardo Soares Sales, através de sua advogada, requereu a esse Juízo a desistência do Recurso de Apelação, fl. 104; Aduz a defesa que o réu já irá progredir de regime para o semiaberto em 26.10.2021, que há proposta de emprego garantida, e que diante a possibilidade do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará aumentar a pena, em busca de uma defesa mais benéfica ao réu, requer a desistência do Recurso de Apelação. Juntou documentos; Abriu-se vistas ao Ministério Público que se manifestou pela juntada da procuração nos autos e anuência do réu sobre a desistência do recurso impetrado. Intimada, a patrona juntou procuração assinada pelo réu e reiterou o pedido de desistência do recurso. Isto posto, ACOLHO o pedido da defesa de fls.120 e determino a expedição da guia de internação definitiva, a inscrição do nome do réu no rol de culpados e que seja comunicado a Justiça Eleitoral para suspensão dos direitos políticos. Publique-se, intime-se. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo, 24 de setembro de 2021 ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia

COMARCA DE ITUPIRANGA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ITUPIRANGA

Autos nº: 0005589-77.2013.8.14.0025

REQUERENTE: CLAUDIO DOS SANTOS LEITE

REQUERIDO: NILZA DE OLIVEIRA LEITE E OUTROS.

ADVOGADO: EDGARD FERREIRA LEITE, OAB/TO n. 899-A e OAB/PA n. 7109- B.

ADVOGADO: DANIEL SOARES DA SILVA OAB/PA 15.237

DESPACHO

1. Cumpra-se na integralidade a deliberação do termo de audiência de fl. 40, INTIMANDO os herdeiros do requerente, na pessoa do advogado constituído nos autos, através do DJe, para no prazo de 30 (trinta) dias, habilitarem-se no polo ativo da presente demanda, caso queiram o prosseguimento do feito, sob pena de extinção do feito.

2. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, CERTIFIQUE-SE e voltem os autos IMEDIATAMENTE conclusos.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 09 de novembro de 2018.

DANILO ALVES FERNANDES

Juiz de Direito

Processo: 0011702-04.2014.8.14.0028

REQUERENTE: GEOVANI VIANA PIVA

REQUERIDO: BRADESCO SEGURADORA

ADVOGADO: ALEXANDRO FERREIRA DE ALENCAR OAB/PA 16.436

ADVOGADA: THAINAH TOSCANO GÓES OAB/PA 18.854

ADVOGADA: LUANA SILVA SANTOS OAB/PA 16.292

ADVOGADA: MARILIA DIAS ANDRADE OAB/PA 14.351

ADVOGADO: BRUNO MENEZES COELHO OAB/PA 8770

DESPACHO

Vistos os autos.

1. Sobre o Recurso de Apelação interposto, CERTIFIQUE-SE sua tempestividade.

2. INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal.

3. Após, ENCAMINHEM-SE os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará para processamento, com nossas homenagens.

Serve o presente como MANDADO/OFÍCIO.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 20 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Itupiranga

Processo n.: 0002091-70.2013.8.14.0025

Exequente: BANCO BRADESCO

Executado: POSTO LAGO VERMELHO LTDA. E OUTRO

Advogado: FLÁVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA OAB/MA 9117-A

Advogado: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB/SP 128.341

DESPACHO

Vistos e etc.

Em pesquisa realizada no sistema SISBAJUS, verificou-se que não há instituições financeiras associadas à parte executada. Por conseguinte, DETERMINO:

1. INTIME-SE a parte exequente, por intermédio de seu patrono, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se quanto ao interesse no prosseguimento da demanda, indicando as providências necessárias ao andamento do feito, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

2. Após, retornem os autos IMEDIATAMENTE conclusos.

Serve o presente como MANDADO.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 19 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Itupiranga

Processo: 0000089-98.2011.8.14.0025

Réu: RAFAEL MARQUES DA SILVA, VANDILSON ABREU PIANO e JOSÉ SANTOS DA SILVA.

Advogado: DEFENSOR PUBLICO ESTADUAL

SENTENÇA

Vistos os autos.

Trata-se de ação penal instaurado em face RAFAEL MARQUES DA SILVA, VANDILSON ABREU PIANO e JOSÉ SANTOS DA SILVA, acusados da prática do delito tipificado no artigo 168, do CP.

Considerando que não fora oferecido denúncia. Não houve nenhuma causa de suspensão, interrupção ou impedimento da prescrição e, de lá para cá, transcorreram mais de quatro anos, é certo que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva.

Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de VANDILSON ABREU PIANO e JOSÉ SANTOS DA SILVA com relação ao crime noticiado nos autos, em razão do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fulcro nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c/c artigo 109, incisos VI, todos do Código Penal.

Em relação ao acusado RAFAEL MARQUES DA SILVA, considerando o término do período de 2 (dois) anos destinado à suspensão condicional do processo, sem que tenha havido a revogação do benefício concedido ao acusado, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de RAFAEL MARQUES DA SILVA, com esteio no artigo 89, §5º, da Lei 9.099/1995.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Ciência ao Ministério Público.

Por se tratar de sentença de extinção da punibilidade, dispensa-se a intimação pessoal do denunciado (Enunciado 105/FONAJE).

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Itupiranga/PA, 16 de agosto de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Processo: 0000140-51.2007.8.14.0025

EXEQUENTE: BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A

EXCUTADO: FRANCISCA DA SILVA LIMA

EXECUTADO: MARIA MADALENA RIBEIRO

ADVOGADO: ANA CRISTINA S. PEREIRA OAB/PA 3988

ADVOGADO: ALLAN PINGARILHO OAB/PA 9.238

ADVOGADA: CLÍSTENES VITAL OAB/PA 10.328

DESPACHO

Vistos e etc.

Da análise dos autos, observo a parte exequente pleiteou a realização de bloqueio de ativos financeiros das executadas, através dos sistemas SISBAJUD, INFOJUD e RENAJUD. Não obstante, compulsando os autos, verifico que a planilha de débitos na qual contém o valor atualizado da dívida, se encontra ilegível.

Em consequência, DETERMINO:

1. INTIME-SE a parte exequente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente planilha de débitos devidamente atualizada e legível, ou requeira o que entender de direito para o prosseguimento do feito.

2. Após, retornem os autos IMEDIATAMENTE conclusos.

Serve o presente como MANDADO.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 03 de novembro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Itupiranga

PROCESSO: 0000030-08.2014.814.0025

AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

RÉU: FABRICIO COSTA OLIVEIRA

ADVOGADO: CÂNDIDA HELENA DA ROCHA VASCONCELOS OAB/PA 18.799

VÍTIMA: O. E.

SENTENÇA

Vistos os autos.

Trata-se de ação penal pública instaurada em face de FABRICIO COSTA OLIVEIRA, acusado da prática do delito tipificado no artigo 306, do CTB.

Realizada audiência para oferecimento do benefício previsto no artigo 89 da Lei 9.099/1990, o denunciado aceitou expressamente a proposta de suspensão condicional do processo oferecida pelo Ministério Público, tendo cumprido integralmente todas as condições pactuadas.

Instado a se manifestar, o RMP pugnou pela extinção da punibilidade do acusado, ante o término do período de prova sem notícias de que a ré tenha infringido as condições pactuadas ou tenha cometido novas infrações penais (fl. 28).

É o relatório. Decido.

Estando presentes os requisitos autorizadores, diante do término do período de 2 (dois) anos destinado à suspensão condicional do processo, sem que tenha havido a revogação do benefício concedido ao acusado, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de FABRICIO COSTA OLIVEIRA, com esteio no artigo 89, §5º, da Lei 9.099/1995.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Ciência ao Ministério Público.

Por se tratar de sentença de extinção da punibilidade, dispensa-se a intimação pessoal do denunciado (Enunciado 105/FONAJE).

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Itupiranga/PA, 08 de agosto de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

PROCESSO: 0086571-10.2015.814.0025

AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

RÉU: MAURICIO SANTO DA SILVA

ADVOGADA: CÂNDIDA HELENA DA ROCHA VASCONCELOS AOB/PA 18.799

VÍTIMA: F.D.S.S.

DESPACHO

Vistos os autos.

Considerando o despacho de fls. 91, designando audiência para oitiva da testemunha, Claudiane de Souza Santos, para o dia 21/01/2021, na Comarca de Conceição do Araguaia,

DETERMINO:

a) ACAUTELE-SE os autos em secretaria até o retorno da carta precatória.

b) Após, ABRA-SE VISTAS ao RMP para apresentar alegações finais, no prazo legal, em seguida a defesa para a mesma finalidade.

c) Após, conclusos para sentença.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 25 de janeiro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Processo nº: 0002265-40.2017.8.14.0025

REQUERENTE: BANCO BRASIL S/A

ADVOGADO: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS OAB/MG 44.698

REQUERIDO: JOSIRENE GONÇALVES DE SOUZA

DESPACHO

Considerando a pesquisa de informações acerca do endereço do executado online, consoante se depreende do documento acostado à fl. 68 dos autos, determino:

1. INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo que entender de direito.

2. Transcorrido o lapso temporal, independentemente de manifestação, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 26 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Processo nº: 0061567-68.2015.8.14.0025

REQUERENTE: BANCO DO ESTADO DO PARÁ

ADVOGADA: MARIA ROSA LOURINHO OAB/PA 9127

REQUERIDO: SEBASTIÃO P. ALVES E OUTROS

DESPACHO

Considerando a realização de penhora online, consoante se depreende do documento acostado às fls. 117/123 dos autos, determino:

1. INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo que entender de direito.

2. Transcorrido o lapso temporal, independentemente de manifestação, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 26 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Processo nº: 0013567-21.2017.8.14.0025

EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA SA

ADVOGADO: JOSÉ FREDERICO FLEURY CURADO BROM OAB/PA 2489-A

ADVOGADO: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO OAB/PA 10.396

ADVOGADO: NORTON SERGIO LACERDA SILVA OAB/AC 2.708

ADVOGADA: JOSEANE DO SOCORRO DE SOUSA AMADOR OAB/PA 11.001

EXECUTADO: ELIONEIDE NICOLAU DE SOUSA

DESPACHO

Considerando que restou infrutífera a realização de penhora online, consoante se depreende do documento acostado à fl. 57 dos autos, determino:

1. INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo que entender de direito.

2. Transcorrido o lapso temporal, independentemente de manifestação, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 26 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Processo nº: 0005752-52.2016.8.14.0025

EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637-A

ADVOGADO; NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB/PA 15.201-A

EXECUTADO: ANTONIO PEREIRA DA SILVA

DESPACHO

Considerando a pesquisa de informações acerca do endereço do executado online, consoante se depreende do documento acostado à fl. 89 dos autos, determino:

1. INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo que entender de direito.

2. Transcorrido o lapso temporal, independentemente de manifestação, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 26 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Processo nº: 0005224-86.2014.8.14.0025

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL

ADVOGADO: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS OAB/PA 17.066

REQUERIDO: ALTINO RIBEIRO COSTA

DESPACHO

Considerando a realização de penhora online, consoante se depreende do documento acostado à fl. 61 dos autos, determino:

1. INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo que entender de direito.

2. Transcorrido o lapso temporal, independentemente de manifestação, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 26 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

Processo nº: 0005224-86.2014.8.14.0025

REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA

ADVOGADO: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS OAB/PR 8.123

ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637-A

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB/PA 15.201-A

REQUERIDO: I XAVIER DE SOUSA COMERCIO - ME

DESPACHO

Considerando a pesquisa de informações acerca do endereço do executado online, consoante se depreende do documento acostado à fl. 61 dos autos, determino:

1. INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo que entender de direito.

2. Transcorrido o lapso temporal, independentemente de manifestação, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Itupiranga/PA, 26 de outubro de 2021.

ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA

Juíza de Direito Titular da Vara única da Comarca de Itupiranga/PA.

COMARCA DE PONTA DE PEDRAS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PONTA DE PEDRAS

RESENHA: 11/11/2021 A 11/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE PONTA DE PEDRAS - VARA: VARA UNICA DE PONTA DE PEDRAS PROCESSO: 00029251220198140042 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIZANDRO DE JESUS GUEDES CAMPOS A??o: Procedimento Comum Cível em: 11/11/2021 REQUERENTE:RONALDO GEMAQUE Representante(s): OAB 5350 - MARIA DO SOCORRO RIBEIRO BAHIA (ADVOGADO) REQUERIDO:PAULO GUILHERME MEIRELES Representante(s): OAB 3584 - MIGUEL RIBEIRO BAIA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃRIO Processo nÃºmero: 0002925-12.2019.8.14.0042 Classe: AÃ§Ã£o de ReintegraÃ§Ã£o de Posse Requerente: RONALDO GEMAQUE Advogada: Dra. Maria do Socorro Ribeiro Bahia, OAB/PA 5.350 Requerido: PAULO GUILHERME MEIRELES Advogado: Dr. Miguel Ribeiro Bahia, OAB/PA 3.584 De acordo com Provimento nÂº 006/2009 CJCI e, tendo a parte Requerente apresentado alegaÃ§Ãµes finais em 20/10/2021, fica o Advogado da parte Requerida intimado para apresentar alegaÃ§Ãµes finais no prazo de 15 (quinze) dias. Ponta de Pedras/PA, 09 de novembro de 2021. Lizandro de Jesus Guedes Campos Diretor de Secretaria da Vara Ãnica de Ponta de Pedras/PA Mat. 166006

COMARCA DE NOVO REPARTIMENTO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE NOVO REPARTIMENTO

PROCESSO n° 0005780-17.2016.8.14.0123

AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA ANTECIPADA

REQUERENTE: MARIA DAS DORES FERREIRA

ADVOGADO: MAYCON MIGUEL ALVES OAB/PA 20.859

REQUERIDO: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO

ADVOGADO: GIOVANNY MICHAEL VIEIRA NAVARRO OAB/PA 12.479

Autos n. 0005780-17.2016.8.14.0123

Sentença

Fora requerido o cumprimento de sentença (fls. 87-92)

Intimada a requerida quedou-se inerte (fls. 93-94).

Promoveu-se então penhora de valores via sistema SISBAJUD, conforme cálculos do Autor (f. 100).

Novamente intimada sobre a constrição a requerida quedou-se inerte, já a parte autora pugna pela expedição de alvará de levantamento (fls. 104)

É o que importa relatar.

DECIDO.

Nota-se que após a constrição, que ora se converte em penhora, que a quantia é suficiente ao adimplemento integral da obrigação exequenda, sendo que nesta data promovi a transferência dos valores para conta judicial (minuta em anexo).

Diante do pagamento integral do débito em execução, não resta outra alternativa a este Juízo senão determinar a extinção do processo.

Em consequência com fundamento no art. 526, § 3º do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO para declarar satisfeita a obrigação de pagar quantia certa.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Tratando-se a presente de ação consumerista envolvendo idoso expeça-se o Alvará para levantamento do valor transferido a conta judicial, exclusivamente em nome da parte autora, consoante recomendação do Ministério Público no oficio n. 336/2020 MP/PJNR, de 20 de outubro de 2020, para levantamento em até 30 dias a contar da sua expedição.

No mais, em cumprimento a determinação de f. 81, remetam-se os Autos a UNAJ para cálculo das custas finais e intime-se o requerido para pagamento em 15 dias sob pena de inscrição em dívida ativa.

Efetuado o levantamento do alvará acima mencionado, ou transcorrido o prazo acima, sem manifestação, e certificado o pagamento das custas ou a inscrição do débito em dívida ativa, arquive-se.

Novo Repartimento/PA, 09 de novembro de 2021.

JULIANO MIZUMA ANDRADE

Juiz de Direito

COMARCA DE SOURE

GABINETE DA VARA ÚNICA DE SOURE

PROCESSO: 00079303220178140059 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/11/2021---DENUNCIADO:J. R. T. M. DENUNCIADO:BRUNO TRINDADE DOS SANTOS Representante(s): OAB 1896 - LUIZ DOS SANTOS MORAIS (ADVOGADO) OAB 19745 - MARCOS HENRIQUE MACHADO BISPO (ADVOGADO) DENUNCIADO:DIEGO FIGUEIREDO CORREA Representante(s): OAB 11406-A - CARLOS DE SOUZA GONCALVES NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:IVANILSON BATALHA BANDEIRA Representante(s): OAB 1896 - LUIZ DOS SANTOS MORAIS (ADVOGADO) OAB 1896 - LUIZ DOS SANTOS MORAIS (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Designo o Tribunal do JÃºri para a data de 10 de maio de 2022, Ã s 08:30 horas, a se realizar presencialmente no PlenÃ¡rio desta Comarca, bem como pelo link do Microsoft Teams: Â Â Â Â Â Â Â Â Â https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_N2UyMTZiNjgtNjdjNS00NjljLWExNjctNjBlY2U2MDk4YTRk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%22c00d530d-4135-46b5-ae21-96f0fd56ac6e%22%7d Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimem-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio, consignado que os jurados que estiverem com sintomas da COVID19, deverÃ£o informar este juÃ-zo com antecedÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soure, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO

PROCESSO: 01684295820158140059 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Inventário em: 09/11/2021---INVENTARIANTE:LUIS CARLOS PALHETA DA SILVA Representante(s): OAB 2203 - MANOEL JOSE MONTEIRO SIQUEIRA (ADVOGADO) INVENTARIADO:ESPOLIO DE RAIMUNDO CHAVES DA SILVA INTERESSADO:MARIA LUCIA PALHETA DA SILVA Representante(s): OAB 28103 - JOÃO VICTOR DA SILVA SABEL (ADVOGADO) INTERESSADO:LUCILEIA NASCIMENTO DA SILVA Representante(s): OAB 28103 - JOÃO VICTOR DA SILVA SABEL (ADVOGADO) INTERESSADO:JOSE LUIS PALHETA DA SILVA Representante(s): OAB 28103 - JOÃO VICTOR DA SILVA SABEL (ADVOGADO) INTERESSADO:LUCILEILA PALHETA DA SILVA Representante(s): OAB 28103 - JOÃO VICTOR DA SILVA SABEL (ADVOGADO) INTERESSADO:RAIMUNDO PALHETA DA SILVA Representante(s): OAB 28103 - JOÃO VICTOR DA SILVA SABEL (ADVOGADO) INTERESSADO:LUCILENE CORREA DA SILVA INTERESSADO:LUCIMERE DO SOCORRO PALHETA DA SILVA Representante(s): OAB 28103 - JOÃO VICTOR DA SILVA SABEL (ADVOGADO) INTERESSADO:HAROLDO PALHETA DA SILVA Representante(s): OAB 28103 - JOÃO VICTOR DA SILVA SABEL (ADVOGADO) INTERESSADO:HUMBERTO PALHETA DA SILVA Representante(s): OAB 28103 - JOÃO VICTOR DA SILVA SABEL (ADVOGADO) . DESPACHO Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando a possibilidade de conciliaÃ§Ã£o, bem como se tratar de demanda cuja decisÃ£o judicial provavelmente nÃ£o alcanÃ§arÃ¡ o deslinde da situaÃ§Ã£o fÃ¡tica familiar ora trazida, encaminhem-se os autos Ã ComissÃ£o SistÃªmica do E. TJPA para providÃªncias. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sem prejuÃ-zo do acima, determino que o inventariante apresente, em cinco dias, cÃ³pia da certidÃ£o de casamento do falecido, para que se comprove o regime patrimonial adotado, bem como certidÃµes atualizadas das propriedades dos bens imÃ³veis indicados. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Cumpra-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soure, 09 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Juiz ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO

PROCESSO: 00083697220198140059 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Boletim de Ocorrência Circunstanciada em: 04/11/2021---MENOR INFRATOR:INGRID MAURICIO DE MAURICIO VITIMA:O. E. . DECISÃ¿O INTERLOCUTÃ¿RIA Â Â Â Â Â Vistos, Â Â Â Â Â Trata-se de inquÃ©rito policial instaurado para apurar agressÃµes corporais no contexto de violÃªncia domÃ©stica.
Â Â Â Â Â Remetidos os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico, pugnou pelo arquivamento do presente inquÃ©rito

por falta de indiciamento. Â Â Â Â Â Ã¿ o breve relato. Decido. Â Â Â Â Â A justa causa, representada pela prova da materialidade do delito e pelos indÃ-cios de autoria, constitui condiÃ§Ã£o essencial para o exercÃ-cio do direito de aÃ§Ã£o na esfera penal. Sem ela, nÃ£o hÃ¡ como se iniciar o processo, por falta de substrato probatÃ³rio mÃ-nimo que embase a pretensÃ£o acusatÃ³ria. Â Â Â Â Â Com efeito, visa o inquÃ©rito policial apurar as infraÃ§Ãµes penais e sua autoria para formar o convencimento do MinistÃ©rio PÃºblico para oferecimento da aÃ§Ã£o penal. Â Â Â Â Â Assim, constatado pelo representante do MinistÃ©rio PÃºblico, pelas informaÃ§Ãµes contidas no procedimento administrativo, de que nÃ£o hÃ¡ elementos para oferecer a denÃºncia, cabe ao Ã³rgÃ£o ministerial requerer o arquivamento das investigaÃ§Ãµes. Â Â Â Â Â Por ser o MinistÃ©rio PÃºblico o titular da aÃ§Ã£o penal (CF/88, art. 129, inciso I), possui a prerrogativa de decidir se a aÃ§Ã£o penal deve ou nÃ£o ser oferecida, Ã luz dos elementos probatÃ³rios constantes nos autos, podendo, inclusive, requisitar diligÃªncias para elucidar os fatos. Â Â Â Â Â Dessa forma, em um processo penal que pretende ser acusatÃ³rio, entendo que em regra deverÃ¡ o magistrado apenas homologar o pedido de arquivamento do MP, resguardada a hipÃ³tese do art. 28 para situaÃ§Ãµes excepcionalÃ-ssimas, que nÃ£o Ã© o caso dos autos. Â Â Â Â Â Ante o exposto, homologo o requerimento do RMP e determino o imediato arquivamento do inquÃ©rito policial, com fundamento no art. 18, do CÃ³digo de Processo Penal e art. 129, inciso I, da ConstituiÃ§Ã£o Federal. Â Â Â Â Â Comunique-se Ã autoridade policial acerca desta decisÃ£o. Â Â Â Â Â ApÃ³s, arquivem-se Â Â Â Â Â Em 03 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Juiz ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO

P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 0 5 3 1 2 0 1 2 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:NORMELIA GONCALVES DE BRITO Representante(s): OAB 8002 - JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 11482 - FERNANDO TOBIAS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:FABRICIO WAQLEI BRITO DO MONTE Representante(s): OAB 1283 - FERNANDO DA SILVA GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:ROSSAN CRUZ DO MONTE Representante(s): OAB 22975 - ELZA MAROJA KALKMANN (ADVOGADO) OAB 25051 - AMERICO CARVALHO DA SILVA LEAL (ADVOGADO) . Vistos. NORMELIA GONÃ¿ALVES DE BRITO moveu AÃ¿Ã¿O DECLARATÃ¿RIA DE UNIÃ¿O ESTÃVEL POST MORTEM contra FABRICIO WARLEI BRITO DO MONTE e ROSSAN CRUZ DO MONTE, alegando, em sÃ-ntese, ter vivido em uniÃ£o estÃ¡vel com o de cujus RUFINO MARTINS DO MONTE, por um perÃ-odo de aproximadamente 29 (vinte e nove) anos, a qual findou com o falecimento deste em 26 de setembro de 2012. Alega ainda que da referida uniÃ£o tiveram um filho FABRICIO WARLEI BRITO DO MONTE, e que o de cujus deixou bens a serem partilhados. Nesse cenÃ¡rio, requereu a procedÃªncia do pedido para que fosse reconhecida post mortem a uniÃ£o estÃ¡vel em questÃ£o. Despacho Ã fl. 25, determinando a citaÃ§Ã£o dos requeridos para, querendo, contestarem a presente aÃ§Ã£o. CertidÃ£o de fl. 28, informando a citaÃ§Ã£o do primeiro requerido, bem como informando a impossibilidade de citaÃ§Ã£o do segundo requerido. Intimada o representante da Defensoria PÃºblica para manifestar sobre certidÃ£o negativa quanto a citaÃ§Ã£o do segundo requerido (fl. 29), este requereu a intimaÃ§Ã£o pessoal da autora (fl. 29v.), o que foi deferido por este juÃ-zo Ã fl. 30. Requerido FABRICIO WARLEI BRITO DO MONTE ofertou contestaÃ§Ã£o Ã fl. 31, alegando algumas contradiÃ§Ãµes sobre os bens informados na inicial, porÃ©m concordando com os demais termos. Com a contestaÃ§Ã£o juntou procuraÃ§Ã£o (fl. 32). Autora apresentou endereÃ§o atualizado do segundo requerido, requerendo a citaÃ§Ã£o do mesmo (fl. 33 e 35), o que foi deferido por este juÃ-zo (fl. 36), e cumprido pelo Oficial de JustiÃ§a, conforme certidÃ£o de fl. 39. Requerido ROSSAN CRUZ DO MONTE ofertou contestaÃ§Ã£o Ã s fls. 40/42, alegando, em apertada sÃ-ntese, que as alegaÃ§Ãµes na inicial sÃ£o inverÃ-dicas, visto que a uniÃ£o entre a autora e o de cujus nÃ£o perdurou por 29 (vinte e nove) anos, pois que o de cujus conviveu em uniÃ£o estÃ¡vel com a Sra. Sandra Maria da Silva, no perÃ-odo de 1974 atÃ© 1994, tendo constituÃ-do alguns patrimÃ´nios neste perÃ-odo. Sustentou, ainda, que a autora deixou de fora da presente aÃ§Ã£o o Sr. FERNANDO AUGUSTO, possÃ-vel filho do de cujus, bem como outros bens, pugnando ao final pela improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Com a contestaÃ§Ã£o juntou procuraÃ§Ã£o (fl. 43). AudiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento Ã fl. 56, na qual foram ouvidas testemunhas da autora e da parte requerida. Memoriais finas apresentados pela parte autora Ã fl. 65. Ã¿ O RELATÃ¿RIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Trata-se de aÃ§Ã£o de conhecimento pelo procedimento comum por meio da qual a autora objetiva o reconhecimento post mortem de uniÃ£o estÃ¡vel havida com o Sr. RUFINO MARTINS DO MONTE, falecido na data de 26 de setembro de 2012, deixou 02 (dois) herdeiros vivos e bens a partilhar. Na tentativa de ilidir a pretensÃ£o deduzida na inicial, os herdeiros, em sede de contestaÃ§Ã£o, o primeiro requerido concorda com o

perÃ-odo da uniÃ£o estÃ¡vel entre a autora e o de cujus, discordando quanto aos bens. Por sua vez, o segundo requerido discorda do perÃ-odo indicado da uniÃ£o estÃ¡vel, bem como discorda dos bens, requerendo a improcedÃªncia total da referida aÃ§Ã£o. Pois bem. A respeito dos requisitos configuradores da uniÃ£o estÃ¡vel, dispÃµe o artigo 1.723 do CÃ³digo Civil serem eles a convivÃªncia pÃºblica, contÃ-nua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituiÃ§Ã£o de famÃ-lia. Segundo Nelson Nery JÃºnior e Rosa Maria de Andrade Nery: Â¿[...] a lei qualifica a espÃ©cie de convivÃªncia que autoriza o reconhecimento da existÃªncia deÂ uniÃ£o estÃ¡vel (ou seja, casamento de fato) entre cÃ´njuges. O primeiro requisito Ã© a publicidade dessa convivÃªncia. Isto pressupÃµe que os companheiros (homem e mulher) queiram tornar conhecida de toda a gente a circunstÃ¢ncia de que vivem como se marido e mulher fossem, e que essa convivÃªncia se destina ao fim de constituir famÃ-lia. A fama do casal Ã© de que sÃ£o companheiros e isso hÃ¡ de ser notÃ³rio, de todos conhecido. Por isso, nÃ£o se considera pÃºblica a convivÃªncia equÃ-voca, de que nÃ£o se possa tirar a consequÃªncia da fama do casal. Ou seja: os atos por meio dos quais a convivÃªncia se manifesta nÃ£o hÃ£o de ser ocultos, secretos, clandestinos [...] a continuidade se verifica pela ausÃªncia de interrupÃ§Ã£o da convivÃªncia. Ou seja, os companheiros permanecem em convÃ-vio direcionado ao fim de constituir famÃ-liaÂ¿. (CÃ³digo Civil Comentado. 5. ed. SÃ£o Paulo: RT, 2007. p. 1087). Percebe-se, portanto, serem vÃ¡rios os requisitos enumerados pela doutrina para a caracterizaÃ§Ã£o daÂ uniÃ£o estÃ¡vel, dentre os quais se destacam a afetividade, a estabilidade e a convivÃªncia pÃºblica, duradoura e contÃ-nua. O requisito fundamental, porÃ©m, Ã© a finalidade de constituiÃ§Ã£o de famÃ-lia, em convivÃªncia como se casados fossem (more uxÃ³rio). A respeito desse requisito, ensina Milton Paulo de Carvalho Filho: Â¿[...] nÃ£o Ã© qualquer relaÃ§Ã£o amorosa que caracteriza aÂ uniÃ£o estÃ¡vel. Mesmo que celebrada em contrato escrito, pÃºblica e duradoura, com relaÃ§Ãµes sexuais, com prole, e, atÃ© mesmo, com certo compartilhamento de teto, pode nÃ£o estar presente o elemento fundamental consistente em desejar constituir famÃ-lia. Assim, o namoro aberto, a 'amizade colorida', o noivado, nÃ£o constituemÂ uniÃ£o estÃ¡vel. Ã¿ indispensÃ¡vel esse elemento subjetivo para a configuraÃ§Ã£o daÂ uniÃ£o estÃ¡vel. Para Zeno Veloso (op.cit.) Ã© absolutamente necessÃ¡rio que entre os conviventes, emoldurando sua relaÃ§Ã£o de afeto, haja esse elemento espiritual, essa affectio maritalis, a deliberaÃ§Ã£o, a vontade, a determinaÃ§Ã£o, o propÃ³sito, enfim, o compromisso pessoal e mÃºtuo de constituir uma famÃ-lia. A presenÃ§a ou nÃ£o deste elemento subjetivo serÃ¡ definida pelo juiz, diante das circunstÃ¢ncias peculiares de cada caso concretoÂ¿ (CÃ³digo Civil Comentado. Coord. Ministro Cezar Peluso. 6. ed. Editora Manole, 2012.p. 2007/2008). Expostas tais premissas, e voltando-se ao caso vertente, a anÃ¡lise das alegaÃ§Ãµes e dos elementos de prova constantes nos autos nÃ£o permite concluir a data exata e/ou mesmo aproximada que se deu o inÃ-cio da uniÃ£o estÃ¡vel aventada na inicial, nÃ£o podendo concluir este juÃ-zo que o fato da autora ter um filho com o de cujus, configura uniÃ£o estÃ¡vel, muito menos aceitar que a data do nascimento do filho servisse de referÃªncia para indicar a data do inÃ-cio da uniÃ£o estÃ¡vel entre aqueles. Isso porque, nÃ£o foram carreados aos autos documentos capazes de comprovar o perÃ-odo em que se iniciou a uniÃ£o estÃ¡vel entre a autora e o de cujus, os documentos juntados foram: carteira de identidade do de cujus, certidÃ£o de nascimento do filho e escritura de imÃ³vel adquirido pelo de cujus em 2012, nenhum capaz de indicar com precisÃ£o a data inicial da uniÃ£o estÃ¡vel. Vale ressaltar, que nem mesmo as testemunhas trazidas pela parte autora e ouvidas em juÃ-zo, foram capazes de indicar uma data aproximada do inÃ-cio da uniÃ£o estÃ¡vel aventada. Assim, considerando que a presente aÃ§Ã£o tem por finalidade precÃ-pua a declaraÃ§Ã£o do perÃ-odo de uniÃ£o estÃ¡vel entre a autora e o de cujus, vejo ser impossÃ-vel a indicaÃ§Ã£o de uma data inicial. Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, para tÃ£o somente declarar que a requerente mantinha uniÃ£o estÃ¡vel com o de cujus na data do falecimento dele, sendo impossÃ-vel indicar com precisÃ£o a data de inÃ-cio da referida uniÃ£o, nos termos do ar. 373, inc. I do CPC, por conseguinte EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÃ¿Ã¿O DE MÃ¿RITO nos termos do art. 487, inc. I do CPC. Sem custas, ante a gratuidade deferida neste ato. Publique-se, registre-se intimem-se todos. ApÃ³s formalidades legais, arquivem-se. Soure-PA, 09 de novembro de 2021. ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito titular da Vara Ã¿nica de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 2 5 9 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Usucapião em: 10/11/2021---REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO BARBOSA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11482 - FERNANDO TOBIAS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA JOSE ARGIVAE ENGELHARD. DESPACHO Â Â Â Â Â Considerando a

manifestaÃ§Ã£o de fl. 68, declino a competÃªncia para a JustiÃ§a Federal SubseÃ§Ã£o de BelÃ©m-PA. Â Â Â Â Â Deem-se as devidas baixas. Â Â Â Â Â Em 10 de novembro de 2021. Â Â Â Â Â Juiz ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO

P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 6 3 1 0 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 10/11/2021---DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:VICTOR ANTONIO BRITO FIGUEIREDO VITIMA:D. W. F. E. S. . SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Trata-se de aÃ§Ã£o penal em que consta nos autos que houve proposta de transaÃ§Ã£o penal/composiÃ§Ã£o civil pelo ilustre parquet, conforme termo de audiÃªncia, em que o acusado aceitou a transaÃ§Ã£o proposta pelo MinistÃ©rio PÃºblico. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Intimada a vÃ-tima, compareceu na secretaria do juÃ-zo informando que houve o devido cumprimento da transaÃ§Ã£o penal ofertada, vieram-se os autos conclusos. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ relatÃ³rio. Decido Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ vista dos documentos acostados Ã fl. 34, verifica-se que resta comprovado que o rÃ©u cumpriu com as condiÃ§Ãµes impostas. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isto, EXTINGO O PROCESSO com relaÃ§Ã£o ao rÃ©u VICTOR ANTONIO BRITO FIGUEIREDO, com julgamento do mÃ©rito, extinguindo a punibilidade desta nos termos do artigo 89, Â§5.Âº, da Lei 9.099/95. Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao M.P. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soure-PA, 10 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 6 6 0 7 5 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Termo Circunstanciado em: 10/11/2021---AUTOR DO FATO:DILCE MARIA PINHO LACERDA VITIMA:V. L. F. S. . Processo nÂ° 0006607-55.2018.8.14.0059 SENTENÃ¿A Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos etc, Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Tratam os presentes autos de procedimento criminal instaurado para apurar delito de menor potencial ofensivo, processado mediante aÃ§Ã£o penal pÃºblica condicionada a representaÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Transcorridos mais de 06 meses da data do fato, atÃ© o presente nÃ£o foi oferecida a necessÃ¡ria representaÃ§Ã£o, condiÃ§Ã£o de procedibilidade para a persecuÃ§Ã£o penal em juÃ-zo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Ã¿ o relatÃ³rio sucinto. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Decido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â A regra do art. 103 do CPB preceitua que ocorre a decadÃªncia do direito de queixa ou de representaÃ§Ã£o quando o agente deixa de oferecer essa condiÃ§Ã£o de procedibilidade no prazo de 06 (seis) meses, a contar da ciÃªncia de quem foi o autor da infraÃ§Ã£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Pois bem. No caso dos autos, transcorrido o prazo mencionado, a vÃ-tima nÃ£o apresentou representaÃ§Ã£o, sendo imperioso, portanto, o reconhecimento da extinÃ§Ã£o de punibilidade do autor do fato. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Diante do exposto, julgo extinta a punibilidade do(a) autor(a) do fato, de acordo com o que dispÃµe os arts. 103 e 107, item IV, ambos do CPB. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â P.R.I. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â DÃª-se ciÃªncia ao M.P. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Soure(PA), 10 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica da Comarca de Soure

P R O C E S S O : 0 0 0 9 4 6 6 1 0 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ACRISIO TAJRA DE FIGUEIREDO A??o: Representação Criminal/Notícia de Crime em: 10/11/2021---QUERELANTE:MARLY BARBOSA HAGE Representante(s): OAB 24637 - ALAYANE PAMPOLHA DOS SANTOS (ADVOGADO) QUERELADO:LINDA MARIA SILVA BARBOSA. DECISÃ¿O Ante a manifestaÃ§Ã£o retro acostada e a impossibilidade de composiÃ§Ã£o entre as partes, RATIFICO o recebimento da presente queixa crime acostado Ã fl. 21 e em consequÃªncia designo audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento a ocorrer de forma semipresencial no dia 31 de maio de 2022, Ã s 13:00 horas, por videoconferÃªncia, a se realizar na plataforma Microsoft Teams, cujos participantes remotos deverÃ£o acessar o seguinte link de acesso, com no mÃ-nimo de 05 (cinco) minutos de antecedÃªncia: Link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OGFhMjUzMGItMTk3Yi00ZjllLWFlNjAtYjQyYjgxZmIyNDg0%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225f6fd11e-cdf5-45a5-9338-b501dcefeab5%22%2c%22Oid%22%3a%221a663fd6-fcb8-40e3-b373-f31510b181dc%22%7d Na impossibilidade do participante nÃ£o conseguir do ato de forma remota, Ã© obrigatÃ³rio o comparecimento na sala de audiÃªncia deste FÃ³rum de Soure, para

participar da audiÃªncia. Consigno que nÃ£o Ã© obrigatÃ³rio baixar o aplicativo Teams, contudo, recomenda-se para melhorar a qualidade na conexÃ£o e transmissÃ£o, efetuando-se o download e instalaÃ§Ã£o do programa/aplicativo: Computador: https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app#desktopAppDownloadregion; Â Celular: https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app#office-SmsEmail-ntsjwrn; Â O acesso Ã© possÃ-vel tambÃ©m diretamente pelo browser do computador. O Guia prÃ¡tico para uso das ferramentas pode ser acessado pelo link: https://youtu.be/eLUAKe2MHJM. Intimem-se os acusados e seus defensores, as testemunhas arroladas pelo MP e pela defesa. Caso estejam presos os acusados, oficiar a SEAP (nÃ£o esquecer de enviar o ofÃ-cio juntamente com o e-mail), para que no dia e hora acima, apresente-o para a audiÃªncia, seja presencial ou por meio de videoconferÃªncia; Caso necessÃ¡rio, ExpeÃ§a-se Carta PrecatÃ³ria; CiÃªncia ao MinistÃ©rio PÃºblico. CÃ³pia desta servirÃ¡ como MANDADO, devendo todos os atos de comunicaÃ§Ã£o serem realizados, prioritariamente, de forma eletrÃ´nica. Cumpra-se Soure-PA, 10 de novembro de 2021. ACRÃSIO TAJRA DE FIGUEIREDO Juiz de Direito Titular da Vara Ã¿nica de Soure - PA

COMARCA DE PRIMAVERA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA

ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO ¿ Processo nº 0000964-30.2019.8.14.0044 - Requerente: MARIA NATALINA DE MELO SARMENTO, Advogado do requerente: Shirlene Ribeiro Rocha (OAB/PA nº 22505), Requerido: EDVALDO ARAUJO DE MENDONÇA, Advogado dativo: Arinaldo das Mercês Costa (OAB/PA 26.968). Eu, auxiliar judiciário abaixo descrito, lotada na secretaria judicial da comarca de Primavera e termo Judiciário de Quatipuru/PA, no uso de minhas atribuições legais, com fundamento no artigo 93, XVI, da Constituição Federal e no artigo 162, §4ºdo Código de Processo Civil, considerando que o presente caso se molda às hipóteses de atos de administração e/ou de mero expediente, sem caráter decisório, que admitem delegação pelo Magistrado, nos termos do disposto no art. 1º, §2º, inciso XV, do Provimento nº 006/2009, da CJCI. **Em cumprimento a deliberação em audiência de fl. 74. Fica o Requerido: EDVALDO ARAUJO DE MENDONÇA , Advogado dativo: Arinaldo das Mercês Costa (OAB/PA 26.968), devidamente intimado, para apresentar alegações finais no prazo legal.** Primavera/PA, 10/11/2021. Dilson Ferreira Maia ¿ Matrícula nº 14125, auxiliando e Secretaria a Vara Única da Comarca de Primavera/PA e Termo Judiciário de Quatipuru/PA, de ordem da Portaria nº 008/2021-GP.

Processo nº. 0004125-19.2017.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: ROSIVALDO SILVA DOS SANTOS. Processo nº. 0004125-19.2017.8.14.0044. DECISÃO Vistos, etc. Apraze-se audiência de instrução e julgamento conforme pauta de secretária. Expeça-se o necessário. Publique-se ¿ Registra-se ¿ Intime-se. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHAJuiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0004225-37.2018.8.14.0044. Termo Circunstanciado de Ocorrência. Autor do fato: MARIA ANTONIA PERES DA SILVA. Processo n. 0004225-37.2018.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte) dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021.JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA

Processo n. 0003568-32.2017.8.14.0044. Termo Circunstanciado de Ocorrência. Autor do fato: SEBASTIÃO DA SILVA COSTA. Processo n. 0003568-32.2017.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte) dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I.SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0001201-69.2016.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: SIDNEY RICARDO SILVA DOS SANTOS. Processo n. 0001201-69.2016.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte)dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito -

Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0004304-84.2016.8.14.0044. Termo Circunstanciado de Ocorrência. Autor/Vítima: LUIZ CARLOS DA SILVA GUIMARÃES e FRANCISCO ERISVALDO DOS SANTOS BARBOSA. Processo n. 0004304-84.2016.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte)dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0004145-39.2019.8.14.0044. Ação de Alimentos c/c Pedido de Fixação de Alimentos Provisórios. Requerentes: L.E.M.Q. e R.M.Q. Rep. Legal: ROBERTA DA CRUZ MELO - Advogado: Dr. CEZAR AUGUSTO REIS TRINADADE-OAB/PA-12.489. Requerido: WASHINGTON ALAN COSTA QUEIROZ. Processo n. 0004145-39.2019.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte)dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0000001-27.2016.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: RAIMUNDO NONATO RODRIGUES ABREU Processo n. 0000001-27.2016.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte) dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I.SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0067008-70.2015.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte)dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0000461-72.2020.8.14.0044. Pedido de Concessão de Medidas Protetivas de Urgência. Processo n. 0000461-72.2020.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte) dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0003105-22.2019.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: THIAGO ALESSANDRO COSTA COELHO. Processo n. 0003105-22.2019.8.14.0044. DECISÃO/MANDADO 1. **RECEBO** a denúncia oferecida pela representante do Ministério Público em todos os seus termos, em virtude de preencher os requisitos do artigo 41, do CPP, dando ao acusado como incurso nos crimes capitulado no artigo 129, caput, do Código Penal. 2. Nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal, CITE-SE O(s) denunciado(s) **THIAGO ALESSANDRO COSTA COELHO,** pessoalmente no endereço apresentado na Denúncia (e/ou onde se encontre custodiado), para, no prazo legal de 10 (dez) dias, apresentar(em) sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO, na qual poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretendem produzir e arrolar testemunhas até o número de 08 (oito), qualificando-as e requerendo que elas sejam intimadas se necessário (CPP, art. 396-A). 3. DEVE o Sr. Oficial de Justiça, inquirir o(s) denunciado(s) se pretende(m) constituir advogado particular, declinando o nome e os dados de contato (telefone, endereço, número da OAB), devendo o

Oficial de Justiça fazer constar de sua certidão tais dados fornecidos pelo(s) réu(s), ou se aceita(m) o patrocínio da Defensoria Pública. 4. **Cumpra(m)-se a(s) diligência(s) requerida(s) pelo Ministério Público;** 5. Após apresentação de RESPOSTA ESCRITA, voltem-me os autos conclusos, para os fins do art. 397, do CPP. 6. Dê-se ciência ao Ministério Público. **SERVIRÁ CÓPIA DESTA DECIS¿O COMO MANDADO conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3º e 4º**. P.R.I.C. Primavera, Pará, 04 de novembro de 2021. **JOSÉ JOCELINO ROCHA** Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA

Processo n. 0067008-70.2015.8.14.0044. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: ELINALDO FERNANDES DE SOUSA. - Advogado: Dr. CEZAR AUGUSTO REIS TRINDADE-OAB/PA-12.489. Processo n. 0067008-70.2015.8.14.0044 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro no prazo de 20 (vinte)dias. Em idêntico prazo, deverá registrar os ofícios expedidos pela secretaria judicial. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

Processo n. 0001163-14.2017.8.14.0144. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: CLEOMAR CONCEIÇÃO DA SILVA - Advogado: Dr. GEOVANO HONÓRIO SILVA DA SILVA-OAB/PA-15.9237. Processo n. 0001163-14.2017.8.14.0144 DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021.JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA

Processo n. 0002584-05.2018.8.14.0144. Ação Penal. Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Denunciado: LEANDRO SOUSA DA SILVA ¿ Advogado dativo: Dr. ARINALDO DAS MERCÊS COSTA-OAB/PA-26.968. Processo n. 0002584-05.2018.8.14.0144DESPACHO Cumpra-se conforme requerido pelo Ministério Público em manifestação retro. Cumpra-se. P.R.I. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO / OFÍCIO / CARTA PRECATÓRIA. Primavera, Pará, 4 de novembro de 2021. JOSÉ JOCELINO ROCHA Juiz de Direito - Titular da Comarca de Primavera e Termo Judiciário de Quatipuru/PA.

COMARCA DE CAMETÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ

RESENHA: 11/11/2021 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETA

P R O C E S S O : 0 0 0 1 0 3 1 9 6 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Execução de Alimentos em: 08/11/2021---EXEQUENTE:K. S. R. REPRESENTANTE:M. B. P. S. Representante(s): OAB 9560 - LUIS CARLOS DIAS DA GAMA (ADVOGADO) EXECUTADO:J. M. S. C. S. . PROCESSO NÂº 0001031-96.2016.814.0012 SENTENÃ¿A Vistos etc. Trata-se de aÃ§Ã£o de execuÃ§Ã£o de alimentos proposta por K. dos S. R. representado por sua genitora M.B.P. dos S. em face de J.M.do S. C. dos S., visando o recebimento de prestaÃ§Ãµes alimentÃ-cias devidas a partir do mÃªs de marÃ§o/2018. Cumprido o mandado, a exequente compareceu em juÃ-zo e comunicou o pagamento integral do dÃ©bito exequendo, conforme certidÃ£o de fl. 64. Diante do exposto, julgo extinto a presente, nos termos do art. 924, II, do CPC. Sem custas. Feito da justiÃ§a gratuita. CiÃªncia Ã DP e ao MP. P.R.I. Transitada em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 05 de novembro de 2021 JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 6 0 4 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Averiguação de Paternidade em: 08/11/2021---REQUERENTE:D. P. REPRESENTANTE:N. F. P. Representante(s): MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) REQUERIDO:J. F. C. . PROCESSO NÂº 0002660-42.2015.814.0012 SENTENÃ¿A. Trata-se de aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade proposta por D. dos P. representado por sua genitora N.F. dos P. em face de J.F.C. Regularmente citado, o requerido compareceu Ã audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o e concordou em se submeter a exame de DNA, devido a possibilidade de ser o genitor do requerente. Declarou, entretanto, que nÃ£o dispunha de condiÃ§Ãµes para arcar com eventuais custas do processo e da perÃ-cia, sendo-lhe deferida a gratuidade judiciÃ¡ria (fl. 22). No mesmo ato convencionaram que o investigado passaria aprestar alimentos provisÃ³rios ao investigante. Coleta do material genÃ©tico realizada em 04/05/2021, tendo as partes expressamente declarado que concordariam com o resultado da perÃ-cia (fl. 45/47). Decido. A coleta e anÃ¡lise de amostras biolÃ³gicas das partes foi realizada por LaboratÃ³rios Alpha, credenciado ao TJPA, sobrevindo laudo conclusivo de que o requerido J.F.C. `nÃ£o Ã© o pai biolÃ³gicoÂ¿ do autor da aÃ§Ã£o (fls. 45/47). O exame de DNA constitui prova cabal da existÃªncia ou nÃ£o de vÃ-nculo biolÃ³gico, sendo empregado em diversas demandas de investigaÃ§Ã£o de paternidade em razÃ£o de seu elevado grau de confiabilidade. Carlos Roberto GonÃ§alves (Direito civil brasileiro: direito de famÃ-lia. Vol 6. 14Âª ed. SÃ£o Paulo: Saraiva, 2017. p.473), citando Zeno Veloso, leciona que `a comparaÃ§Ã£o genÃ©tica atravÃ©s do DNA Ã© tÃ£o esclarecedora e conclusiva quanto as impressÃµes digitais que se obtÃªm na datiloscopia, daÃ- afirmar-se que o DNA Ã© uma impressÃ£o digital genÃ©ticaÂ¿, concluindo que `o exame de DNA Ã© hoje, sem dÃºvida, a prova central, a prova mestra na investigaÃ§Ã£o filial, chegando a um resultado matemÃ¡tico superior a 99,9999%Â¿. Assim, comprovado cientificamente atravÃ©s de prova pericial segura que o investigado nÃ£o Ã© o pai biolÃ³gico do investigante, e nÃ£o vislumbrando evidÃªncias nos autos de que as partes tenham convivido ou estabelecido vÃ-nculo afetivo paterno-filial, impÃµe-se a improcedÃªncia da aÃ§Ã£o. Nesse sentido: Ementa: INVESTIGAÃ¿Ã¿O DE PATERNIDADE. INVESTIGADO FALECIDO. PROVA DA PATERNIDADE. EXAME DE DNA. 1. Cabe ao julgador, de ofÃ-cio ou a requerimento da parte, determinar a produÃ§Ã£o das provas necessÃ¡rias Ã adequada instruÃ§Ã£o do processo. InteligÃªncia do art. 130 do CPC. 2. Tendo sido realizado o exame pericial hematolÃ³gico pelo mÃ©todo do DNA e sendo excluÃ-da a possibilidade de existÃªncia de liame biolÃ³gico, imperiosa Ã© a improcedÃªncia da aÃ§Ã£o, sendo tal prova tÃ©cnica suficiente. 3. Descabe repetir a realizaÃ§Ã£o do exame de DNA quando os exames feitos nÃ£o apresentam qualquer vÃ-cio, tendo atendido todas as normas tÃ©cnicas recomendadas, e vem firmado por profissional idÃ´neo. 4. Se o resultado Ã© conclusivo e nada depÃµe contra a sua idoneidade ou credibilidade, merece ser acolhida como segura a prova pericial levada a efeito no processo. Recurso desprovido. (ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel NÂº 70075366013, SÃ©tima CÃ¢mara CÃ-vel, Tribunal de JustiÃ§a do RS, Relator: SÃ©rgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 28/02/2018)

grifamos Ementa: APELAÃ¿Ã¿O CÃVEL. AÃ¿Ã¿O DE INVESTIGAÃ¿Ã¿O DE PATERNIDADE. EXAME DE DNA. VÃNCULO BIOLÃ¿GICO AFASTADO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REALIZAÃ¿Ã¿O DE NOVO EXAME DE DNA. INEXISTÃ¿NCIA DE VÃCIOS. INOCORRÃ¿NCIA/INDEFERIMENTO. VÃNCULO SOCIOAFETIVO NÃ¿O COMPROVADO. RECURSO CONHECIDO E NÃ¿O PROVIDO. Â 1. De acordo com os artigos 130 e 131 do CÃ³digo de Processo Civil, o Magistrado deve assegurar a produÃ§Ã£o das provas que considera necessÃ¡rias Ã instruÃ§Ã£o do processo, de ofÃ-cio ou a requerimento das partes, bem como apreciÃ¡-las livremente para a formaÃ§Ã£o de seu convencimento. 2. Em aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade, o exame de DNA Ã© prova suficiente para constataÃ§Ã£o da paternidade. 3. O inconformismo da parte quanto a conclusÃ£o expressa no laudo pericial nÃ£o autoriza a realizaÃ§Ã£o de novo exame de DNA, mormente quando nÃ£o demonstrado erro na sua realizaÃ§Ã£o. 4. NÃ£o comprovada a existÃªncia de vÃ-nculo biolÃ³gico ou socioafetivo, nÃ£o hÃ¡ que se falar em reforma da sentenÃ§a que julgou improcedente a aÃ§Ã£o de investigaÃ§Ã£o de paternidade. Â (TJMGÂ -Â ApelaÃ§Ã£o CÃ-vel Â 1.0271.11.009155-7/001, Relator(a): Des.(a) Bitencourt Marcondes , 8Âª CÃ¿MARA CÃVEL, julgamento em 29/05/2014, publicaÃ§Ã£o da sÃºmula em 09/06/2014) grifamos Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I,Â¿Â¿ do CPC. Consequentemente, fica o requerido desobrigado de continuar pagando pensÃ£o alimentÃ-cia ao requerente.. Sem custas. Sem honorÃ¡rios. Feito da justiÃ§a gratuita. P. R. I. DÃª-se ciÃªncia Ã DP e ao MP. ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado, arquivem-se. CametÃ¡/PA, 05 de novembro de 2021 JosÃ© Matias Santana Dias Juiz de Direito Titular da 2Âª Vara

P R O C E S S O : 0 0 0 5 1 8 6 1 6 2 0 1 4 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): RAIMUNDO MOREIRA BRAGA NETO A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/11/2021---REQUERENTE:HIGOR MARCAL LEITAO COSTA Representante(s): OAB 12363 - ENOCK DA ROCHA NEGRAO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. INTIMAÃ¿Ã¿O - Fica o autor INTIMADO que os autos estÃ£o em secretaria com vistas ordenada de quinze (15) dias, Ã s alegaÃ§Ãµes finais, conforme determinaÃ§Ã£o deste juÃ-zo. EXPEDIDO na forma da Lei, Provimento CJCI nÂº 006/2009. Dado e passado nesta Cidade de CametÃ¡/PA, aos cinco (05) dias do mÃªs de novembro (11) do ano de dois mil e vinte e um (2021). Raimundo Moreira Braga Neto - Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 6 1 6 4 7 7 1 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS A??o: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 11/11/2021---REQUERENTE:G. C. L. REPRESENTANTE:A. C. C. Representante(s): MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) OAB 17580 - ANA ROSA GONCALVES MENDES (ADVOGADO) OAB 27767 - MARCIA CARNEIRO WANZELER (ADVOGADO) REQUERIDO:L. C. L. . XVI SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÃ¿Ã¿O TERMO DE AUDIÃ¿NCIA DE CONCILIAÃ¿Ã¿O Data: 10/11/2021Â Â Â Â HorÃ¡rio: 9h15 Processo: 0061647-71.2015.8.14.0012 PRESENTES Juiz de Direito: Dr. JosÃ© Matias Santana Dias Promotor:Â Dr. Isaac Sacramento da Silva Advogada:Â DrÂª Ana Rosa GonÃ§alves Mendes, OAB/PA nÂº 17.580 Aberta a audiÃªncia, restou inviabilizada a conciliaÃ§Ã£o devido Ã ausÃªncia do executado que, embora tenha sido comunicado pelo oficial de justiÃ§a do ato, nÃ£o compareceu. A representante legal do exequente, por intermÃ©dio de sua advogada, afirmou que, embora o devedor tenha feito acordo para pagamento da dÃ-vida atrasada em dezembro de 2019, fl.74, e, alÃ©m disso, estÃ¡ em atraso em outras parcelas. Na oportunidade, reitera que o mesmo atualmente Ã© servidor da Prefeitura Municipal de CametÃ¡ e requer a juntada de cÃ³pia do decreto de nomeaÃ§Ã£o aos autos para que providenciem o desconto em folha no Ã³rgÃ£o em que o executado estÃ¡ vinculado, bem como prazo para apresentar a planilha atualizada da dÃ-vida. DeliberaÃ§Ã£o: Defiro o pedido de juntada e concedo prazo de 10 (dez) diasÂ para apresentaÃ§Ã£o da planilha atualizada do dÃ©bito, como tambÃ©m que a pensÃ£o possa ser descontada na fonte pagadora do devedor, a partir do primeiro pagamento a contar da intimaÃ§Ã£o. Oficie-se ao MunicÃ-pio de CametÃ¡/PA, determinando que, a partir da primeira remuneraÃ§Ã£o seguinte ao protocolo de recebimento do ofÃ-cio,Â efetue em folha de pagamento do requerido o desconto mensal correspondente a 22,5% (vinte e dois vÃ-rgula cinco por cento) do salÃ¡rio mÃ-nimo vigente no paÃ-s, seguindo os reajustes que ocorrerem, a tÃ-tulo de prestaÃ§Ã£o de alimentos arbitrados judicialmente em favor de seu filho G. C. de L., devendo a quantia equivalente ser depositada na conta poupanÃ§a n.Âº 000363331, mantida na agÃªncia 0807, OP 013 da Caixa EconÃ´mica Federal, de titularidade de ADRINA CARVALHO CURSINO (CPF 029.539.062-07), genitora da crianÃ§a. Complemente o Oficial de JustiÃ§a a certidÃ£o de fl. 91 para que conste se informou ou nÃ£o ao executado a data e hora da audiÃªncia.Â Serve o presente de

despacho-ofÃ-cio.

COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

RESENHA: 09/11/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS PROCESSO: 00000858720098140136 PROCESSO ANTIGO: 200910000675 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Ação Civil Pública Infância e Juventude em: 09/11/2021---REQUERENTE:MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS Representante(s): OAB 11063-B - HUGO LEONARDO DE FARIA (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:JOSEILTON DO NASCIMENTO OLIVEIRA Representante(s): OAB 7655 - MARCUS VINICIUS SAAVEDRA GUIMARAES DE SOUZA (ADVOGADO) . CERTIDÃ¿O CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por lei que efetivei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios do processo em epÃ-grafe, conforme abaixo descriminadas: I-Â Â Â Â Â Das aÃ§Ãµes destinadas ao Processo: Â ITENS SITUAÃ¿Ã¿O 1.01 Processo com prioridade legalÂ (Â) SimÂ (Â)NÃ£o Â 1.02 Sigilo processual: Â (Â) Sim, na capa do processoÂ (Â) NÃ£o ou Retirado Â 1.03 Folhas e numeraÃ§Ã£o cronolÃ³gica. a) nÃºmero de volumesÂ nÂºÂ _____ b) folhasÂ nÂº _____ c) anexos/apensos.Â nÂºÂ _____ Â 1.04 Retirada de petiÃ§Ãµes e documentos repetidos. Â 1.05 MÃ-dia digital no processo lacrada. Â 1.06 Desapensamento e arquivamento de autos apensos sentenciados. Â 1.07 Conflito de competÃªncia, peÃ§as obrigatÃ³rias: decisÃ£o de declÃ-nio de competÃªncia do juÃ-zo suscitado; decisÃ£o do juÃ-zo que suscita o conflito; petiÃ§Ã£o inicial; eventual petiÃ§Ã£o das partes ou manifestaÃ§Ã£o do MP que alegue a incompetÃªncia do juÃ-zo. Â 1.08 Processo apenso com numeraÃ§Ã£o individualizada cadastrado no Libra e distinta dos autos principais. Â 1.09 Ato Infracional: cadastrar vÃ-timas como Â¿InteressadosÂ¿ e excluir o nome das testemunhas. Â II - Das AÃ§Ãµes destinadas ao Sistema Libra: 2.01 AtivaÃ§Ã£o das partes em processos antigos. Â 2.02 RegularizaÃ§Ã£o da participaÃ§Ã£o no sistema Libra (CPF/CNPJ e EndereÃ§o com CEP) Provimento Conj. 005/2010: Polo ativo e Polo passivoÂ (Â) PrepostoÂ (Â) Terceiros InteressadosÂ (Â) Representantes legaisÂ (Â) AdvogadosÂ (Â) Â 2.03 Selecionado: segredo de justiÃ§a / sigilo processual e prioridades processuais. Â 2.04 Ajustada CLASSE, ASSUNTO e COMPETÃ¿NCIA, conforme os cÃ³digos existentes na tabela de competÃªncias disponibilizada no link: http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Portal- PJE/252244-Competencias-(Classes-X-Assuntos).xhtml Â 2.05 Desmarcada situaÃ§Ã£o de autos ARQUIVADOS. Â 2.06 Registro na tramitaÃ§Ã£o externa Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o (tipo de tramitaÃ§Ã£o: 123 - Remessa; Destino: 340512 - Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡).: a) nÃºmero de volumesÂ nÂºÂ _____ b) folhasÂ nÂº _____ _____ c) anexos/apensos.Â nÂºÂ _____ Â 2.07 Arquivada a duplicidade de documento ativo por nÃ£o conter a sentenÃ§a. Â 2.08 CertidÃ£o cadastrada no LIBRA e juntada aos autos fÃ-sicos. Â Â Â Â Â Nesta data encaminho os autos fÃ-sicos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o e VirtualizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ para digitalizaÃ§Ã£o, conforme os termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP, de 04 de setembro de 2020. Â Â Â Â Â CERTIFICO, por fim, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo de Trabalho do SDVP, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Â Â Â Â Â Nada mais, Ã© o que me cumpre certificar, Ã vista dos mencionados autos, aos quais me reporto e dou fÃ©.Â Antonio Cavalcante Soares AuxiliarÂ JudiciÃ¡rio 1ÂªÂ Vara CÃ-vel e Empresarial comarca CanaÃ£ dosÂ CarajÃ¡s/PA PROCESSO: 00000858720098140136 PROCESSO ANTIGO: 200910000675 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Ação Civil Pública Infância e Juventude em: 09/11/2021---REQUERENTE:MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS Representante(s): OAB 11063-B - HUGO LEONARDO DE FARIA (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:JOSEILTON DO NASCIMENTO OLIVEIRA Representante(s): OAB 7655 - MARCUS VINICIUS SAAVEDRA GUIMARAES DE SOUZA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse

ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00021519820138140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:VALE SA Representante(s): OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) OAB 17905 - ALEXANDRA DA COSTA NEVES (ADVOGADO) REQUERIDO:DIONISIO PEREIRA RODRIGUES Representante(s): OAB 25494-A - MANACÉS MOREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:JUDITE ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 25494-A - MANACÉS MOREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00021561320198140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:ANA TELMA PIRES ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 28813-A - WASHINGTON RENATO RODRIGUES AGUIAR BELÉM (ADVOGADO) REQUERIDO:DUCATI E SOARES LTDA Representante(s): OAB 22157 - CLEVERSON ALEX MEZZOMO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00021561320198140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:ANA TELMA PIRES ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 28813-A - WASHINGTON RENATO RODRIGUES AGUIAR BELÉM (ADVOGADO) REQUERIDO:DUCATI E SOARES LTDA Representante(s): OAB 22157 - CLEVERSON ALEX MEZZOMO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00024462820198140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:MAURENIA OLIVEIRA SANTOS Representante(s): OAB 13.235 - LAURA DELBONI ALVES TRAJANE (ADVOGADO) REQUERIDO:MM CAMPOS LTDA Representante(s): OAB 19871 - ALESSANDRA DIAS MARANHAO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o

intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 4 6 2 8 2 0 1 9 8 1 4 0 1 3 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:MAURENIA OLIVEIRA SANTOS Representante(s): OAB 13.235 - LAURA DELBONI ALVES TRAJANE (ADVOGADO) REQUERIDO:MM CAMPOS LTDA Representante(s): OAB 19871 - ALESSANDRA DIAS MARANHAO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 4 6 2 8 2 0 1 9 8 1 4 0 1 3 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:MAURENIA OLIVEIRA SANTOS Representante(s): OAB 13.235 - LAURA DELBONI ALVES TRAJANE (ADVOGADO) REQUERIDO:MM CAMPOS LTDA Representante(s): OAB 19871 - ALESSANDRA DIAS MARANHAO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 4 7 7 9 2 0 1 9 8 1 4 0 1 3 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Pedido de Providências em: 09/11/2021---REQUERENTE:JACIARA ALVES COSTA Representante(s): OAB 22405 - ANDRE LEAO PEREIRA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS PA. CERTIDÃ¿O CERTIFICO, em virtude das atribuiÃ§Ãµes a mim conferidas por lei que efetivei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios do processo em epÃ-grafe, conforme abaixo descriminadas: I-Â Â Â Â Â Das aÃ§Ãµes destinadas ao Processo: Â ITENS SITUAÃ¿Ã¿O 1.01 Processo com prioridade legalÂ (Â) SimÂ (Â)NÃ£o Â 1.02 Sigilo processual: Â (Â) Sim, na capa do processoÂ (Â) NÃ£o ou Retirado Â 1.03 Folhas e numeraÃ§Ã£o cronolÃ³gica. a) nÃºmero de volumesÂ nÂºÂ _____ b) folhasÂ nÂº _____ c) anexos/apensos.Â nÂºÂ _____ Â 1.04 Retirada de petiÃ§Ãµes e documentos repetidos. Â 1.05 MÃ-dia digital no processo lacrada. Â 1.06 Desapensamento e arquivamento de autos apensos sentenciados. Â 1.07 Conflito de competÃªncia, peÃ§as obrigatÃ³rias: decisÃ£o de declÃ-nio de competÃªncia do juÃ-zo suscitado; decisÃ£o do juÃ-zo que suscita o conflito; petiÃ§Ã£o inicial; eventual petiÃ§Ã£o das partes ou manifestaÃ§Ã£o do MP que alegue a incompetÃªncia do juÃ-zo. Â 1.08 Processo apenso com numeraÃ§Ã£o individualizada cadastrado no Libra e distinta dos autos principais. Â 1.09 Ato Infracional: cadastrar vÃ-timas como Â¿InteressadosÂ¿ e excluir o nome das testemunhas. Â II - Das AÃ§Ãµes destinadas ao Sistema Libra: 2.01 AtivaÃ§Ã£o das partes em processos antigos. Â 2.02 RegularizaÃ§Ã£o da participaÃ§Ã£o no sistema Libra (CPF/CNPJ e EndereÃ§o com CEP) Provimento Conj. 005/2010: Polo ativo e Polo passivoÂ (Â) PrepostoÂ (Â) Terceiros InteressadosÂ (Â) Representantes legaisÂ (Â) AdvogadosÂ (Â) Â 2.03 Selecionado: segredo de justiÃ§a / sigilo processual e prioridades processuais. Â 2.04 Ajustada CLASSE, ASSUNTO e COMPETÃ¿NCIA, conforme os

cÃ³digos existentes na tabela de competÃªncias disponibilizada no link: http://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Portal- PJE/252244-Competencias-(Classes-X-Assuntos).xhtml Â 2.05 Desmarcada situaÃ§Ã£o de autos ARQUIVADOS. Â 2.06 Registro na tramitaÃ§Ã£o externa Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o (tipo de tramitaÃ§Ã£o: 123 - Remessa; Destino: 340512 - Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡).: a) nÃºmero de volumesÂ nÂºÂ _____ b) folhasÂ nÂº _____ _____ c) anexos/apensos.Â nÂºÂ _____ Â 2.07 Arquivada a duplicidade de documento ativo por nÃ£o conter a sentenÃ§a. Â 2.08 CertidÃ£o cadastrada no LIBRA e juntada aos autos fÃ-sicos. Â Â Â Â Â Â Nesta data encaminho os autos fÃ-sicos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o e VirtualizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ para digitalizaÃ§Ã£o, conforme os termos da Portaria nÂº 1833/2020-GP, de 04 de setembro de 2020. Â Â Â Â Â CERTIFICO, por fim, que efetuei a conferÃªncia dos itens obrigatÃ³rios, de acordo com CHECK LIST apresentado pelo Grupo de Trabalho do SDVP, estando os presentes autos em regularidade para prosseguimento. Â Â Â Â Â Nada mais, Ã© o que me cumpre certificar, Ã vista dos mencionados autos, aos quais me reporto e dou fÃ©.Â Antonio Cavalcante Soares AuxiliarÂ JudiciÃ¡rio 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial comarca CanaÃ£ dosÂ CarajÃ¡s/PA PROCESSO: 00029477920198140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Pedido de Providências em: 09/11/2021---REQUERENTE:JACIARA ALVES COSTA Representante(s): OAB 22405 - ANDRE LEAO PEREIRA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS PA. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00037491420188140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:ANA ISIS ELOI PINHO Representante(s): OAB 5346 - LUDMILLA BARBOSA LIMA (ADVOGADO) OAB 23927-B - DANIELA MAYANA SILVA DE ARAUJO (ADVOGADO) KARLENE ELOI SANTANA (REP LEGAL) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00040251120198140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Procedimento Comum Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:ADEMIR DA CRUZ PEREIRA Representante(s): OAB 17137 - TATIANE REZENDE MOURA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00076557520198140136 PROCESSO

ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Tutela e Curatela - Nomeação em: 09/11/2021---REQUERENTE:AURIANA NUNES DE BRITO OLIVEIRA Representante(s): OAB 21915 - WERLEY MACIEL RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:DORIVAL TAVARES DE BRITO. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00090922520178140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Busca e Apreensão Infância e Juventude em: 09/11/2021---REQUERENTE:JOSE AUGUSTO VIANA SANTOS Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 28813-A - WASHINGTON RENATO RODRIGUES AGUIAR BELÉM (ADVOGADO) REQUERIDO:JAQUELINE CAZE DA SILVA. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00099528920188140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Mandado de Segurança Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:URSA SERVICOS EIRELI Representante(s): OAB 25466 - GIULIA ALMEIDA PRADO LORDEIRO SROCZYNSKI (ADVOGADO) OAB 26978 - ALEXANDRE LIMA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:OSEIAS LIMA DE PAULA. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 01144548420158140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Mandado de Segurança Cível em: 09/11/2021---REQUERENTE:CONSORCIO SD Representante(s): OAB 74.441 - VINICIUS MATTOS FELICIO (ADVOGADO) REQUERIDO:ROBSON FERREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO:SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS DE CANAA DOS CARAJAS. ATO ORDINATÃ¿RIO Ante a ampliaÃ§Ã£o do programa de digitalizaÃ§Ã£o e virtualizaÃ§Ã£o no Poder JudiciÃ¡rio do Estado do ParÃ¡, visando garantir maior celeridade e seguranÃ§a na tramitaÃ§Ã£o dos processos, beneficiando os jurisdicionados e todos os operadores do Direito. Com o intuito de dar continuidade Ã digitalizaÃ§Ã£o de todos os processos do acervo fÃ-sico, garantindo assim a implantaÃ§Ã£o do acervo 100% digital dessa 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, ENCAMINHO para que seja efetivada a migraÃ§Ã£o dos presentes autos para o Sistema PJE, nos termos da Portaria nÂº1304/2021 -GP desse ETJPA, DEVENDO ser procedido imediatamente o encaminhamento dos autos Ã Central de DigitalizaÃ§Ã£o do Sudeste do ParÃ¡ - Parauapebas. INTIMEM-SE as partes para tomarem conhecimento desta decisÃ£o. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, _____/_____/_____. Iorrane Augusto de O Silva Diretor de Secretaria Â 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s

PROCESSO: 00011879520198140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---ENVOLVIDO: G. C. S. REQUERENTE: C. T. C. C. PROCESSO: 00013475720188140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---ADOLESCENTE: B. G. N. S. ADOLESCENTE: G. S. VITIMA: D. P. C. PROCESSO: 00029301420178140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---AUTOR: M. P. E. P. ADOLESCENTE: P. E. S. B. PROCESSO: 00030298620148140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: P. M. C. C. Representante(s): OAB 11063-B - HUGO LEONARDO DE FARIA (ADVOGADO) REPRESENTANTE: J. G. A. REQUERIDO: A. A. S. Representante(s): OAB 8063-B - ANTONIO QUARESMA DE SOUSA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO: P. A. C. Representante(s): OAB 7655 - MARCUS VINICIUS SAAVEDRA GUIMARAES DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 20763 - GUILHERME LOPES DA SILVA (ADVOGADO) PROCESSO: 00030298620148140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---REQUERENTE: P. M. C. C. Representante(s): OAB 11063-B - HUGO LEONARDO DE FARIA (ADVOGADO) REPRESENTANTE: J. G. A. REQUERIDO: A. A. S. Representante(s): OAB 8063-B - ANTONIO QUARESMA DE SOUSA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO: P. A. C. Representante(s): OAB 7655 - MARCUS VINICIUS SAAVEDRA GUIMARAES DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 20763 - GUILHERME LOPES DA SILVA (ADVOGADO) PROCESSO: 00051026020168140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---ADOLESCENTE: I. S. S. PROCESSO: 00058139420188140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---SOCIO-EDUCANDO: W. S. S. Representante(s): OAB 20872-B - FERNANDO LUIZ GONÇALVES (ADVOGADO) PROCESSO: 00074649820178140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---INFRATOR: A. S. B. VITIMA: O. E. PROCESSO: 00087325620188140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---INFRATOR: R. L. M.

PROCESSO: 00001478820138140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANILO ALVES FERNANDES A??o: Procedimento Comum Cível em: 01/10/2021---REQUERENTE:B V FINANCEIRA S A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:PAULO SERGIO DE OLIVEIRA SILVA TERCEIRO:FIDC PCG BRASIL MULTICARTEIRA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIOÂ TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃÂ 1Âª VARA CÃVEL DA COMARCA DE CANAÃ¿ DOS CARAJÃS Processo nÂº 0000147-88.2013.8.14.0136Â SENTENÃ¿AÂ Trata-se de aÃ§Ã£o de busca e apreensÃ£o convertida em execuÃ§Ã£o de tÃ-tulo extrajudicial, com as partes jÃ¡ qualificadas nos autos. Ã¿ fl. 120 o autor requereu a desistÃªncia da aÃ§Ã£o. Ã¿ o que importava relatar. Passo a decidir. Preceituam os Â§Â§ 4Âº e 5Âº do artigo 485 do NCPC que a desistÃªncia da aÃ§Ã£o pode ser requerida atÃ© a sentenÃ§a. No entanto, se o pedido ocorrer posterior a apresentaÃ§Ã£o da contestaÃ§Ã£o, a desistÃªncia deverÃ¡ ter o consentimento do rÃ©u. Analisando os autos, verifico que o rÃ©u nÃ£o foi citado, nÃ£o se fazendo, assim, necessÃ¡ria a anuÃªncia sobre o pedido de desistÃªncia da aÃ§Ã£o. Diante do exposto, com fulcro no inciso VIII, art. 485 do NCPC, HOMOLOGO a desistÃªncia da aÃ§Ã£o e JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÃ¿Ã¿O DO MÃ¿RITO. Custas pelo autor. Â Sem honorÃ¡rios em razÃ£o da ausÃªncia de defesa. ApÃ³s o trÃ¢nsito em julgado, sem manifestaÃ§Ã£o, arquivem-se, com baixa na distribuiÃ§Ã£o. P.R.I.C. Nos termos dos Provimentos nÂºs 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA, servirÃ¡ esta sentenÃ§a, por cÃ³pia digitalizada, como MANDADO DE CITAÃ¿Ã¿O/INTIMAÃ¿Ã¿O. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, 28 de setembro de 2021. Danilo Alves Fernandes Juiz de Direito 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡s PROCESSO: 00039215320188140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANILO ALVES FERNANDES A??o: Procedimento Comum Cível em: 08/10/2021---REQUERENTE:NEILO ROBERTO SILVA FERNANDES Representante(s): OAB 22365 - IVANDERNILDO SILVA DE CASTRO (ADVOGADO)

REQUERIDO:CONSTRUTORA COSTA DO PARA LTDA Representante(s): OAB 16539-B - MARCOS TAVARES DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 1Âª VARA CIVEL DA COMARCA DE CANAA DOS CARAJÃS Processo n. 0003921-53.2018.8.14.0136 SENTENÃ¿A 1- RelatÃ³rio: Trata-se de aÃ§Ã£o que visa a condenaÃ§Ã£o por vÃ-cios na obra c/c pedido de antecipaÃ§Ã£o dos efeitos da tutela, ajuizada por Neilo Roberto Silva Fernandes em desfavor de Construtora Costa do ParÃ¡ LTDA. Narra a inicial que o autor adquiriu uma casa pelo programa Minha Casa Minha Vida da Caixa EconÃ´mica Federal pelo preÃ§o de R$ 90.000,00 (noventa mil reais). Aduz que passou a ocupar o imÃ³vel, quando constatou uma sÃ©rie de irregularidades e problemas de ordem tÃ©cnica no empreendimento, citou no segundo parÃ¡grafo Ã fl. 07). ExpÃµe que, alÃ©m das irregularidades, foi surpreendido com uma cobranÃ§a de R$ 7.000,00 (sete mil reais), dÃ-vida que desconhece e nÃ£o concorda em pagar em razÃ£o de o contrato assinado junto com a Caixa estabelecer valor Ãºnico de R$ 90.000,00 (noventa mil reais). Afirma que por diversas vezes solicitou que a requerida fizesse os reparos, inclusive por meio de notificaÃ§Ã£o extrajudicial, sem Ãªxito. Finaliza pedindo o que consta a partir da fl. 13. O autor juntou documentos Ã s fls. 17/65. Ã¿ fl. 66 esse JuÃ-zo decidiu. Verificando que a inicial nÃ£o atendia o disposto nos artigos 319 e 320, do CPC, determinando que o autor emendasse a inicial, pontuando 6 (seis) itens a serem emendados. Ã¿s fls. 67/129 o autor juntou emenda e documentos a inicial. Ã¿ fl. 130, esse JuÃ-zo decidiu indeferindo a liminar e agendou audiÃªncia de conciliaÃ§Ã£o, que ocorreu conforme termo Ã fl. 134, nÃ£o havendo transaÃ§Ã£o, foi aberto prazo para contestaÃ§Ã£o. ContestaÃ§Ã£o e documentos juntados Ã s fls. 143/170, oportunidade em que a requerida rechaÃ§ou os pedidos da exordial. Intimado para juntar rÃ©plica (fl. 161), o autor quedou silente conforme certidÃ£o Ã fl. 162. Intimadas para dizerem acerca de provas que pretendem produzir conforme fl. 163 e verso, as partes quedaram-se inerentes. Ã¿ o relatÃ³rio. Decido. II. Das preliminares: No que tange a impugnaÃ§Ã£o ao valor atribuÃ-do Ã causa, esse JuÃ-zo determinou fosse emendada a inicial para, alÃ©m de outros, para o autor atribuir valor correto Ã causa, o que se deu Ã s fls. 67/70. Ã¿ fl. 69, o autor pormenorizou acerca do valor da causa, abarcou o valor inerente ao dano moral, R$ 33.000,00 (trinta e trÃªs mil reais), e o valor do indÃ©bito de R$ 7.000,00 (sete mil reais), contudo, deixou de mencionar acerca do valor inerente aos danos materiais que pleiteia. Apesar de ter se referido a orÃ§amentos de R$ 13.000,00 (treze mil reais), de R$ 10.000,00 (dez mil reais), alÃ©m de R$ 100,00 (cem reais) no primeiro e segundo parÃ¡grafos Ã fl. 08 da inicial, quando do pleito de danos materiais ficou silente. Acerca da emenda da inicial, prescreve o CPC. Art. 321. O juiz, ao verificar que a petiÃ§Ã£o inicial nÃ£o preenche os requisitos dosÂ arts. 319 e 320Â ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mÃ©rito, determinarÃ¡ que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisÃ£o o que deve ser corrigido ou completado. ParÃ¡grafo Ãºnico. Se o autor nÃ£o cumprir a diligÃªncia, o juiz indeferirÃ¡ a petiÃ§Ã£o inicial. No caso vertente, ao intimar para o autor emendar a inicial, dentre outros, esse JuÃ-zo determinou claramente acerca do valor da causa (fl. 66). - Dar correto valor a causa, de acordo com o que determina os artigos 292 e seguintes do CPC/15. Contudo, conforme dito antes, apesar de citar atÃ© orÃ§amentos na fundamentaÃ§Ã£o, o autor, quando do pedido, nÃ£o atribuiu valor aos danos morais. Apesar de, em tese, haver valor de danos materiais que depende de perÃ-cia (danos nas Ã¡reas comuns), o valor inerente aos danos materiais na casa do se revelam nos orÃ§amentos jÃ¡ citados, nÃ£o tendo os mesmos sido contemplados quando da emenda em voga. NÃ£o obstante, de acordo com o disposto no art. 4Âº, do CPC, impÃµe-se dar expressÃ£o ao princÃ-pio da primazia do julgamento de mÃ©rito. Nesse sentido: 1. A nova sistemÃ¡tica processual inaugurada com o advento do CPC/2015 privilegia expressamente o princÃ-pio da primazia no julgamento de mÃ©rito. Logo, a extinÃ§Ã£o do processo sem resoluÃ§Ã£o do mÃ©rito Ã© medida anÃ´mala que nÃ£o se corrobora a efetividade da tutela jurisdicional (art. 4Âº, CPC/2015).Â¿ TJ/DFT - AcÃ³rdÃ£o 1151477, 07033062220188070005, Relator: SILVA LEMOS, 5Âª Turma CÃ-vel, data de julgamento: 13/02/2019, publicado no DJe: 11/03/2019. Assim, nÃ£o Ã© recomendado o indeferimento da inicial (Â§ Ãºnico do art. 321, do CPC), dado que o momento processual, bem como o julgamento sem mÃ©rito (primazia do julgamento do mÃ©rito), haja vista que hÃ¡ outros dois pleitos. Nesse diapasÃ£o, considerando que o autor deduziu dois pedidos, quais sejam: a- pedido de danos morais no valor de R$ 33.000,00 (trinta e trÃªs mil reais), b- pedido de indÃ©bito no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), rejeito a preliminar em deslinde. Quanto a ausÃªncia de pressupostos, de fato, da narraÃ§Ã£o dos fatos nÃ£o decorre logicamente a conclusÃ£o, entretanto, uma vez dirimido que se trata somente de dois pedidos, isto Ã© excluÃ-do o pleito de danos materiais, sanada estÃ¡ a questÃ£o. Assim, tambÃ©m rejeito a preliminar em voga. No que concerne a impugnaÃ§Ã£o a gratuidade judiciÃ¡ria, a requerida junta cÃ³pia do valor declarado Caixa EconÃ´mica Federal quando do pleito do financiamento do imÃ³vel, donde consta renda declarada em junho de 2015, no valor de R$ 3.976,01 (trÃªs mil, novecentos e setenta e seis reais e um centavo). Por seu turno, visando comprovar sua hipossuficiÃªncia financeira, o autor juntou cÃ³pia da

CTPS Ã s fls. 105/106, onde consta que fora admitido em 02/01/2017 e demitido em 30/04/2018, com salÃ¡rio de R$ 1.088,00 (um mil e oitenta e oito reais). Assim, o documento juntado pela requerida, datado de junho de 2015, nÃ£o Ã© suficiente para comprovar que o autor nÃ£o merece a gratuidade judiciÃ¡ria, haja vista o Ãºltimo emprego do autor ter ocorrido entre 01/2017 e 04/2018. Com essas consideraÃ§Ãµes, rejeito a impugnaÃ§Ã£o ao valor da causa.Â III. Do mÃ©rito: O cerne da questÃ£o consiste em desvendar se houve eventuais irregularidades na obra, (casa do autor, e Ã¡rea comum do condomÃ-nio onde se localiza este imÃ³vel), conduzem ao dever de a requerida indenizar por danos morais. Bem como se a requerida deve ressarcir ao autor o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a tÃ-tulo de indÃ©bito. Acerca das irregularidades, tenho que nÃ£o restou comprovadas. O autor, primeiro juntou inÃºmeras fotografias em preto e branco Ã s fls. 36/65, depois juntou outras fotografias coloridas Ã s fls. 71/83, contudo, nenhuma delas tem o condÃ£o de comprovar os supostos danos informados pelo autor, uma pelo fato de nÃ£o ser possÃ-vel atÃ© mesmo creditar que sÃ£o do imÃ³vel do autor, especialmente as que sÃ£o tiradas das paredes e tetos. Ainda, para comprovar suas afirmaÃ§Ãµes, caberia ao autor requerer a produÃ§Ã£o de outras provas, testemunhais que fossem, e ou reiterar a elaboraÃ§Ã£o de perÃ-cia, entretanto, conforme jÃ¡ mencionado, foi regularmente intimado para dizer se tinha provas a produzir (fl. 163 e verso), mas quedou-se silente (fl. 164). No que concerne ao pleito de indÃ©bito, embora esse JuÃ-zo tenha determinado a emenda da inicial. Cito Iipsis litteris. - Esclarecer a que se refere o valor de R$ 7.000,00 citado na inicial. Demonstrar documentalmente a origem do valor cobrado e sua natureza. Se entende que a cobranÃ§a Ã© indevida, apresentar os fundamentos jurÃ-dicos que embasam a pretensÃ£o. Por seu turno, o autor fez constar da emenda sobre o tema: Conforme mencionado na inicial, o autor foi surpreendido com o valor cobrado pela construtora de sete mil reais, caso nÃ£o pagasse o valor nÃ£o receberia. Entretanto, quanto foi assinado o contrato da compra no valor de noventa mil, nÃ£o foi mencionado o valor de 7 sete mil pela caixa econÃ´mica federal, dessa forma o autor entende que tal cobranÃ§a estÃ¡ alÃ©m do contrato pactuado entre a caixa econÃ´mica federal e o autor. NotÃ³rio que o autor somente e novamente informa que se trata de cobranÃ§a indevida, contudo, nÃ£o consegue expressar acerca da origem da cobranÃ§a, nem mesmo descreve os fundamentos jurÃ-dicos que embasa seu pleito. Sequer juntou comprovante de que tenha adimplido tal valor (boleto pago, recibo, etc). Nesse contexto, lamentavelmente, sequer Ã© possÃ-vel averiguar acerca da legalidade/legitimidade ou nÃ£o da suposta cobranÃ§a. Nessa medida, o autor nÃ£o se desincumbiu do dever de comprovar o fato constitutivo do direito que alegou possuir (art. 373, I, do CPC). IV- Dispositivo: Ante o exposto, arrimado no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais, motivo pelo qual extingo o feito com resoluÃ§Ã£o de mÃ©rito. Por conseguinte: CODENO o autor no dever de pagar eventuais custas processuais, e no dever de pagar honorÃ¡rios advocatÃ-cios que arbitro em 10% (dez por cento) calculados sobre o valor da causa, contudo, SOBRESTO sua exigibilidade pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsÃ£o do art. 98, Â§ 3Âº, do CPC. P. R. I,PROCESSO: 00077077120198140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANILO ALVES FERNANDES A??o: Procedimento Comum Cível em: 28/09/2021---REQUERENTE:MARIA APARECIDA MOREIRA PINTO Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) OAB 46.247 - GILMAR FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:NOVO SONHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 19633-B - AGEU DE SOUSA OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 27890 - LUANA FERNANDES DE ABREU (ADVOGADO) . PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ PODER JUDICIÃRIO DO ESTADO DO PARÃ 1Âª VARA CÃVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ¿ DOS CARAJÃS Processo nÂº 0007707-71.2019.8.14.0136 SENTENÃ¿A Trata-se de aÃ§Ã£o de obrigaÃ§Ã£o de fazer c/c indenizaÃ§Ã£o por danos morais ajuizada por MARIA APARECIDA MOREIRA PINTO em face de NOVO SONHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÃRIOS LTDA. As partes apresentaram acordo extrajudicial e pugnaram pela sua homologaÃ§Ã£o (fl. 129/133). Ã¿ o relato do essencial. Passo a decidir. Visando a soluÃ§Ã£o consensual do conflito e com fundamento no princÃ-pio da primazia do julgamento de mÃ©rito (arts. 3Âº, Â§ 2Âº, e 4Âº, do CPC), a homologaÃ§Ã£o do acordo Ã© medida que se impÃµe. O artigo 840 do CÃ³digo Civil reza que Â¿Ã© lÃ-cito aos interessados prevenirem ou terminarem o litÃ-gio mediante concessÃµes mÃºtuasÂ¿. Se a transaÃ§Ã£o recair sobre direitos contestados em juÃ-zo, serÃ¡ feita por escritura pÃºblica ou por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz (CC, artigo 842). Nesta hipÃ³tese, a cogniÃ§Ã£o judicial Ã© sumÃ¡ria, porquanto restrita Ã verificaÃ§Ã£o do preenchimento dos requisitos extrÃ-nsecos de validade do ato. O artigo 104 do CÃ³digo Civil preconiza que a validade do negÃ³cio jurÃ-dico requer agente capaz, objeto lÃ-cito, possÃ-vel, determinado ou determinÃ¡vel e forma prescrita ou nÃ£o defesa em lei. Na espÃ©cie vertente, em um juÃ-zo de delibaÃ§Ã£o, verifico que a transaÃ§Ã£o firmada entre as partes preenche os requisitos de validade do negÃ³cio jurÃ-dico. Em face do exposto e para os fins do artigo 515, inciso II, do CÃ³digo de Processo Civil, HOMOLOGO a transaÃ§Ã£o firmada entre as partes e JULGO EXTINTO o

processo com exame do mÃ©rito, com fulcro no art. 487, inciso III, letra b, do CPC. Custas e honorÃ¡rios advocatÃ-cios conforme transacionado. Transcorrido o prazo recursal, CERTIFIQUE-SE o trÃ¢nsito em julgado e, apÃ³s, ARQUIVE-SE, com baixa na distribuiÃ§Ã£o. P.R.I.C. Nos termos dos Provimentos nÂºs 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA, servirÃ¡ esta sentenÃ§a, por cÃ³pia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÃ¿Ã¿O. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s/PA, 27 de agosto de 2021. Danilo Alves FernandesÂ Juiz de DireitoÂ 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡sROCESSO: 00039645320198140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: --- AUTOR: M. P. E. P. REQUERIDO: M. A. F. M. ADOLESCENTE: J. E. M. C.

SENTENÇA

Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais ajuizada por MARIA APARECIDA MOREIRA PINTO em face de NOVO SONHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

As partes apresentaram acordo extrajudicial e pugnaram pela sua homologação (fl. 129/133).

É o relato do essencial. Passo a decidir.

Visando a solução consensual do conflito e com fundamento no princípio da primazia do julgamento de mérito (arts. 3º, § 2º, e 4º, do CPC), a homologação do acordo é medida que se impõe.

O artigo 840 do Código Civil reza que ¿é lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas¿.

Se a transação recair sobre direitos contestados em juízo, será feita por escritura pública ou por termo nos autos, assinado pelos transigentes e homologado pelo juiz (CC, artigo 842). Nesta hipótese, a cognição judicial é sumária, porquanto restrita à verificação do preenchimento dos requisitos extrínsecos de validade do ato.

O artigo 104 do Código Civil preconiza que a validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

Na espécie vertente, em um juízo de delibação, verifico que a transação firmada entre as partes preenche os requisitos de validade do negócio jurídico.

Em face do exposto e para os fins do artigo 515, inciso II, do Código de Processo Civil, **HOMOLOGO** a transação firmada entre as partes e **JULGO EXTINTO o processo com exame do mérito**, com fulcro no art. 487, inciso III, letra b, do CPC.

Custas e honorários advocatícios conforme transacionado.

Transcorrido o prazo recursal, **CERTIFIQUE-SE** o trânsito em julgado e, após, **ARQUIVE-SE**, com baixa na distribuição.

P.R.I.C.

Nos termos dos Provimentos nºs 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA, servirá esta sentença, por cópia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÇÃO.

Canaã dos Carajás/PA, 27 de agosto de 2021.

Danilo Alves Fernandes
Juiz de Direito
1ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás

PROCESSO: 00008841820188140136 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Cumprimento Provisório de Decisão em: 12/11/2021---REQUERENTE:GILVAN ROSA TEIXEIRA Representante(s): OAB 25980-A - JOÃO HENRIQUE GOMES CAMPÊLO (ADVOGADO) OAB 27890 - LUANA FERNANDES DE ABREU (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÃ¿RIO INTIME-SE a parte autora, via DJE, bem como seu patrono para que apresentem seus dados pessoais e bancÃ¡rios para expediÃ§Ã£o do respectivo alvarÃ¡ judicial, em cumprimento a decisÃ£o retro, no prazo de 05 dias, sob pena de preclusÃ£o. PUBLIQUE-SE. Â CanaÃ£ dos CarajÃ¡s Iorrane Augusto de O. Silva Diretor de Secretaria PROCESSO: 00063043820178140136 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DANILO ALVES FERNANDES A??o: Busca e Apreensão em: 01/10/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 7248 - ALLAN RODRIGUES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CDO CONSTRUTORA DANILO ORTIZ LTDA EPP. PODER JUDICIÃRIO TRIBUNAL DE JUSTIÃ¿A DO ESTADO DO PARÃ 1Âª VARA CÃVEL DA COMARCA DE CANAÃ¿ DOS CARAJÃS Processo nÂº 0006304-38.2017.8.14.0136 DESPACHO 1. Tendo em vista as informaÃ§Ãµes prestadas pelo DETRAN/PA Ã fl. 60, o extrato da pesquisa do RENAJUD Ã fl. 65, bem como as informaÃ§Ãµes proferidas pelo DENATRAN Ã fl. 71, VERIFICO que nÃ£o constam mais bloqueios provenientes deste juÃ-zo sobre o veÃ-culo objeto da lide. 2. Sendo assim, CERTIFIQUE-SE a secretaria o trÃ¢nsito em julgado da sentenÃ§a de fl. 53. 2. Sem mais requerimentos, ARQUIVE-SE. P.I.C. Nos termos dos Provimentos nÂºs 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA, servirÃ¡ esta decisÃ£o/despacho, por cÃ³pia digitalizada, como MANDADO DE CITAÃ¿Ã¿O/INTIMAÃ¿Ã¿O. CanaÃ£ dos CarajÃ¡s, 27 de setembro de 2021. Danilo Alves Fernandes Juiz de Direito 1Âª Vara CÃ-vel e Empresarial de CanaÃ£ dos CarajÃ¡sPROCESSO: 00308278220158140040 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): --- A??o: --- em: ---VITIMA: A. C. S. S.
AUTORIDADE POLICIAL: D. P. C. A. C. C. A.
INFRATOR: P. J. S. S. **SENTENÇA**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado na Comarca de Parauapebas/PA, para apurar a prática de ato infracional assemelhado ao crime de estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, do CPB.

Os autos foram remetidos a esta comarca pelo juízo de Parauapebas, tendo em vista que o infante reside nessa urbe, fl. 34.

Conforme consta dos autos, ao final da referida investigação constatou-se que o suposto autor seria menor de idade, eis que contava apenas com 11 (onze) anos de idade. PROCESSO: 00003813620148140136 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): IORRANE AUGUSTO DE OLIVEIRA SILVA A??o: Mandado de Segurança Cível em: 12/11/2021---IMPETRANTE:CORDEIRO REMOCOES GUINDASTES E TRANSPORTES EIRELI Representante(s): OAB 15361 - FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES (ADVOGADO) IMPETRADO:SECRETARIO DE FINANCAS DO MUNICIPIO DE CANAA DOS CARAJAS. ATO ORDINATÃ¿RIO INTIME-SE a parte autora, via DJE, para que apresente seus dados pessoais e bancÃ¡rios para expediÃ§Ã£o do respectivo alvarÃ¡ judicial, em cumprimento a decisÃ£o retro, no prazo de 05 dias, sob pena de preclusÃ£o. PUBLIQUE-SE. Â CanaÃ£ dos CarajÃ¡s Iorrane Augusto de O. Silva Diretor de Secretaria
Desta feita, considerando os relatos constantes dos autos, a RMP requereu a aplicação de medida de proteção, constante no inciso II, do art. 101, do ECA.

Determinada a realização de atendimento psicossocial pela equipe técnica do CREAS ao infante. Na mesma ocasião, foi determinada a notificação do menor Paulo Jorge dos Santos Sodré e de seus representantes legais, no entanto a mesma restou infrutífera, conforme se afere da certidão de fl.41.

Em parecer de fl.45, o RMP manifestou-se pelo arquivamento dos autos.

Despacho em fl. 47, determinando antes de arquivar os autos que fosse oficiado o CREAS, para juntar relatórios acerca da situação psicossocial e atendimentos que foram realizados com o infante em voga.

Relatório técnico nº261/2020 ¿ CREAS (fl.52), informando que fora realizada busca ativa, porém a família não foi localizada no endereço indicado e não obtiveram êxito nas ligações telefônicas.

Parecer ministerial, manifestando-se pela extinção da medida protetiva imposta a Paulo Jorge dos Santos Sodré, ante a perda do caráter socioeducativo, requerendo por fim o arquivamento dos presentes autos, fl. 54.

Esse é o relatório, passo a decidir.

Constata-se do exame dos autos que o fato foi cometido quando o menor contava com 11 anos de idade, e que hoje já tem 18 anos de idade.

Assim, diante da falta de observância do Princípio da Intervenção Precoce, não é possível aplicar ou continuar com a aplicação da medida protetiva quando está ainda era viável (na menoridade).

À vista do exposto, em sintonia com a manifestação do Ministério Público, **JULGO EXTINTO** o presente processo pela inviabilidade das medidas protetivas e pela falta de interesse processual.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Cumpridas as formalidades legais, **ARQUIVEM-SE OS AUTOS**.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Canaã dos Carajás, 31 de agosto de 2021.

_____

Danilo Alves Fernandes

Juiz de Direito

COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 2 2 3 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 5 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL SIDOU GRAÇA A??o: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 10/11/2021---REQUERENTE:BANCO BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA Representante(s): OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:A.J.D.S.S.

CERTIDÃO.

Certifico que o Advogado, embora regulamente intimado via diário de justiça, não apresentou manifestação no prazo legal.

ATO ORDINATÓRIO- De ordem deste Juízo e com fundamento legal no Provimento n° 006/2009-CJCI, expeço o presente ato ordinatório, a fim de intimar a parte exequente e o seu advogado, para que se manifestem acerca de seu interesse no prosseguimento do feito, indicando os meios cabíveis para tanto, devendo recolher previamente as custas referentes a diligência, porventura, requerida, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do § 1º do art. 485 do CPC, sob pena de extinção do processo sem análise do mérito. São Domingos do Capim (PA), 10 de novembro de 2021.

DANIEL SIDOU GRAÇA

Diretor de Secretária

Matrícula 191043 TJE/PA

Comarca de São Domingos do Capim - pa

PROCESSO Nº00013442920198140052

RÉU: JOSELAN LOPES DO NASCIMENTO, filho de Maria de Nazaré Lopes do Nascimento e pai n¿o declarado, residente e domiciliado na Quinta Rua, bairro Central, S¿o domingos do Capim-PA, CEP: 68635000.

VÍTIMA: VITORIA FERREIRA NUNES

SENTENÇA

Vistos e etc.

1. RELATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia **JOSELAN LOPES DO NASCIMENTO,** já qualificado/a nos autos, imputando-lhe a conduta delituosa descrita no artigo **147 do Código Penal, em situaç¿o de violência doméstica contra a mulher**, pela prática do fato delituoso devidamente descrito na peça vestibular acusatória.

Extrai-se dos autos de Inquérito Policial que no dia no dia 04.03.2019, por volta de 20h30, o denunciado ameaçou sua ex-namorada VITORIA FERREIRA NUNES.

A denúncia foi recebida em 12.03.2020, o réu foi citado e apresentou resposta à acusaç¿o.

Ratificado o recebimento da denúncia, por n¿o ser hipótese de absolviç¿o sumária, realizou-se audiência de instruç¿o e julgamento, onde foi procedida a oitiva da vítima, testemunhas e interrogatório do acusado, gravado em mídia digital constante nos autos.

Na fase do art. 402 do CPP, as partes nada requereram.

Em alegaç¿es finais orais o Ministério Público pugnou pela procedência da acusaç¿o e consequente condenaç¿o do/a denunciado/a.

A defesa técnica, por sua vez, apresentou alegaç¿es finais orais pugnando pela absolviç¿o do/ denunciado/a.

É o breve relatório. Decido.

2. FUNDAMENTAÇ¿O

Trata-se de aç¿o penal pública incondicionada oferecida pelo Ministério Público em face de **JOSELAN LOPES DO NASCIMENTO**, sob a acusaç¿o da pratica do crime previsto no artigo **147 do Código Penal,** tendo como vítima a pessoa de **VITORIA FERREIRA NUNES, sua ex-namorada**.

Passo a análise do mérito por inexistirem preliminares.

O ilícito pelo qual responde o acusado possui a seguinte redaç¿o:

Ameaça

Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena - detenç¿o, de um a seis meses, ou multa.

Parágrafo único - Somente se procede mediante representaç¿o.

Art. 61 - S¿o circunstâncias que sempre agravam a pena, quando n¿o constituem ou qualificam o crime.

II - ter o agente cometido o crime:

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relaç¿es domésticas, de coabitaç¿o ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

Encerrada a instruç¿o criminal, este Juízo, da análise minuciosa das provas coligidas nos autos, **se convenceu da prática do crime de ameaça pelo/a denunciado/a,** eis que a conduta praticada pelo/a ré/u se coaduna com o tipo legal previsto no artigo 147 do CP, uma vez que seus atos foram suficientes para intimidar a vítima de que viria a sofrer um mal injusto e grave por parte do/a ré/u.

Segundo Júlio Fabbrini Mirabete, Código Penal Interpretado, 2003, p. 1013, o crime de ameaça pode ser praticado ¿...por meio da palavra, ainda que gravada, pó escrito (carta ou bilhete), desenho, gesto ou qualquer outro meio simbólico (fetiches, bonecos etc), Pode ser direta, com promessa de mal à vítima, ou indireta ou reflexa, de promessa de mal a terceiro. Pode ser explícita, como a exibiç¿o de uma arma, oi implícita, encoberta.... Nada impe a ameaça à distância (por telefone e-mail etc) ou transmitida à vítima por terceiros. O importante é saber se a ameaça é idônea para influir na tranquilidade psíquica da vítima, bem jurídico protegido pelo art. 147...¿

A **materialidade** do crime de ameaça restou comprovada por meio do Boletim de Ocorrência, representaç¿o da vítima, bem como pela palavra da vítima perante a autoridade policial e em Juízo.

A **autoria do crime** também foi comprovada, considerando especialmente a palavra da vítima segura e precisa, recaindo na pessoa ora denunciada.

A vítima da ameaça relatou em Juízo, em suma, que:

que no dia do fato foi ameaçada pelo réu; que o réu, viu a vítima conversando com outra pessoa; que no momento proferiu palavras de ameaça e saiu para pegar uma faca; que a vítima correu e se escondeu na casa de um vizinho, que por isso o réu n¿o alcançou; que uma semana antes, o réu ameaçou dizendo que se a vítima n¿o reatasse com o réu, que iria matá-la; que atualmente, o réu n¿o lhe ameaçou mais porque a vítima mudou seu número de telefone; que algumas vezes o réu n¿o respeitou as medidas protetivas de manter a distância, mas que o réu n¿o procurou falar com a vítima nessas ocasi¿es; que após os fatos o réu n¿o mais procurou a vítima.

Franqueada a palavra ao advogado do réu: que na data dos fatos, já haviam rompido o relacionamento, mas o réu n¿o aceitava; que ainda hoje se sente ameaçada pelo réu; que no mesmo dia em que a vítima foi até a Delegacia da Mulher em Castanhal, o réu foi com sua m¿e até a casa da depoente, e que acredita que foi para lhe convencer de n¿o registrar a ocorrência.

Às perguntas da MMº Juíza, respondeu: que ainda tem necessidades das medidas protetivas; que atualmente está em outro relacionamento; que antes do rompimento com o réu, n¿o houve situaç¿es de violência durante o relacionamento; que o fato ocorreu a noite.

A genitora da vítima, MARIA DO ROSÁRIO FERREIRA VENANCIO, que presenciou os fatos, também confirma que o réu partiu para cima de sua filha com uma faca, ameaçando-a.

que estava em casa ouviu a vítima e réu discutindo do lado de fora; que, em seguida, o réu foi ¿entregar¿ a vítima para a m¿e; que ao chegar no quarto, ouviu a vítima gritar e o réu correndo com uma faca; que a depoente segurou o réu pela camisa e a depoente e o réu caíram no ch¿o; que após o réu cair; a vítima correu para a casa dos vizinhos que impediram o réu de alcançar a vítima; que durante o relacionamento da vítima e do réu, a vítima sempre foi triste, mas a vítima n¿o lhe contava muito sobre o relacionamento; que a vítima nunca relatou se sofreu ameaças e les¿es durante o relacionamento; que após os fatos narrados, o réu n¿o voltou a frequentar a casa da vítima, nem procurá-la; que n¿o ouviu se o réu proferiu as textuais narradas na DEPOL.

A testemunha FRANCISCO ELICLECIO MORAES BRAGA, também presenciou os fatos e relatou:

que presenciou a discuss¿o entre réu e vítima; que o réu teria conversado com a vítima para reatarem; que decidiram que n¿o reatariam; que o réu saiu e, após cerca de 5 minutos, o réu chegou com uma faca; que a m¿e da vítima ¿se embolou¿ com o réu para proteger a vítima; que a vítima correu para a casa dos vizinhos; que n¿o ouviu do réu, as ameaças narradas na denúncia.

Franqueada a palavra ao advogado do réu: que no dia dos fatos, o depoente ainda n¿o mantinha relacionamento amoroso com a vítima; que após os fatos, o réu n¿o voltou a procurar a vítima; nem tem conhecimento de que o réu seja agressivo com outros pessoais ou com a vítima.

O/A denunciado/a **JOSELAN LOPES DO NASCIMENTO** confessou durante o seu interrogatório judicial o cometimento do crime de ameaça e disse ter se arrependido. Sobre os fatos relatou, em suma, que:

que tem 38 anos**;** endereço 5ª rua, Centro S¿o Domingos do Capim, onde vive com m¿e; que tem um filho de 13 anos, que mora em S¿o Miguel do Guamá com a m¿e; que trabalha no CRAS como orientador social; que n¿o respondeu outros processos antes, mas que foi preso por motivo de interferir em uma briga de um amigo; que faz uso do medicamento PREDINIZONA, que faz acompanhamento para Hanseníase, mas já teve alta; teve COVID-19, mas já tomou vacina. **QUE** confessa que no dia dos fatos correu atrás da vítima com a faca; que no dia dos fatos réu e vítima ainda n¿o tinham rompido o relacionamento; que ficou fora de si quando a vítima contou que havia traído o réu; que era época de

carnaval e foi levar um abadá para a vítima participar da festa; que ao chegar, encontrou a vítima com o FANCISCO; que foi ¿entregar¿ a vítima para a m¿e; que n¿o discutiu com FRANCISCO nem este o ofendeu; que n¿o estava bêbado pois estava resolvendo coisas do bloco de Carnaval do qual era responsável; que n¿o sabe explicar o porquê ficou transtornado, pegou a faca e voltou; que no momento n¿o queria mais viver; que foi até a vítima, desceu da moto e entrou na casa; que a m¿e da vítima puxou o réu e os dois caíram; que a vítima entrou na casa dos vizinhos; que n¿o tentou invadir a casa dos vizinhos, pois conhecia já se conheciam e eram colegas; que n¿o ameaçou a vítima com as textuais narradas na denúncia; que é ¿muito homem¿ para assumir o que fez; que sempre se encontra com a vítima porque a cidade é muito pequena; que evita passar na rua da casa da vítima; que da última vez que se encontrou com a vítima foi por acaso e n¿o se aproximou dela; que realmente foi até a casa da vítima com uma tia desta, pois a ¿ficha tinha caído¿; que somente se envolveu em situaç¿o de briga depois para poder defender uma amiga que estava sofrendo violência de seu marido; que está muito arrependido e que n¿o aceita o que fez; que já tentou se matar por duas vezes depois do ocorrido, porque n¿o se perdoa;

Franqueada a palavra ao Promotor de Justiça, nada perguntou.

Franqueada a palavra ao defensor dativo, respondeu: que no dia do fato, ainda n¿o havia rompido com a vítima; que após o fato, voltou a casa da vítima para pedir perd¿o, porque reconheceu que tinha feito algo errado.

DA PALAVRA DA VÍTIMA

Vale ressaltar que a jurisprudência pátria, ao tratar da valoraç¿o da prova consistente no depoimento da ofendida, já se firmou no sentido de que a palavra da vítima, nos crimes que envolvem violência de gênero no âmbito doméstico e familiar, merece credibilidade, pois normalmente s¿o cometidos sem testemunhas, mormente quando amparada por outros elementos probatórios trazidos aos autos. Cita-se:

Ementa: APELAÇ¿O CRIME. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. VIAS DE FATO, DESOBEDIÊNCIA E AMEAÇA. PROVA. PALAVRA DA VÍTIMA E TESTEMUNHAS PRÓXIMAS. CONDENAÇ¿O MANTIDA. Pratica os delitos de desobediência e ameaça, além da contravenç¿o de vias de fato, o agente, que, em decorrência da separaç¿o conjugal, n¿o tolerada por ele, descumpre ordem judicial de n¿o se aproximar da vítima e profere ameaça de morte caso ela tenha outro relacionamento amoroso, bem como, puxando-lhe os cabelos e jogando-lhe um balde na cabeça. As palavras da vítima e de uma testemunha s¿o suficientes para a convicç¿o condenatória. APLICAÇ¿O DA LEI 11.340/06. COABITAÇ¿O. INEXISTÊNCIA. IRRELEVÂNCIA. Para efeito de aplicaç¿o da Lei Maria da Penha, irrelevante que réu e vítima estivessem separados por ocasi¿o dos fatos, sem coabitaç¿o, uma vez que os crimes praticados tiveram origem na relaç¿o mantida, porque o acusado estava insatisfeito com o seu término. Ademais, a Lei Maria da Penha abrange as relaç¿es íntimas de afeto, onde haja convivência ou tenha havido, independente de coabitaç¿o (artigo 5º, inciso III, da Lei n.º 11.340/06). AGRAVANTE. PREVALÊNCIA DA RELAÇ¿ES DOMÉSTICAS. Tendo o delito sido praticado em decorrência do abuso das relaç¿es domésticas, cabível a aplicaç¿o da agravante prevista no artigo 61, inciso II, letra `f, do Código Penal. Apelo improvido. (Apelaç¿o Crime Nº 70036894616, Primeira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Ribeiro de Oliveira, Julgado em 22/09/2010).

Aliás, o entendimento n¿o poderia ser diverso, na medida em que, em boa parte das vezes, os crimes contra a mulher no âmbito doméstico e familiar s¿o cometidos na clandestinidade.

DA AGRAVANTE

Considerando que o/a ré/u cometeu o crime com violência contra a mulher, nos termos da Lei Maria da Penha, é de rigor a aplicaç¿o da agravante prevista no art. 61, II, f do CP.

Assim, existindo harmonia entre os termos da denúncia e as declaraç¿es da vítima, a instruç¿o processual foi eficiente para revelar que o/a denunciado/a, foi o autor do crime ameaça descrito na inicial.

Assim, tenho que as ameaças foram injustas, ilícitas e deixaram a vítima com muito temor, ao ponto de ir até a polícia registrar o fato para as providências cabíveis, sendo seguro o quadro para a condenaç¿o do acusado, **n¿o se justificando a afirmaç¿o do acusado de que ainda n¿o tinham rompido o relacionamento e que por este motivo n¿o teve domínio da sua conduta.**

3. DISPOSITIVO

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE A PRETENS¿O PUNITIVA ESTATAL** para **CONDENAR** o/a ré/u **JOSELAN LOPES DO NASCIMENTO**, qualificado/a nos autos, pela prática do crime tipificado no artigo 147, caput, do CP (ameaça).

DOSIMETRIA DA PENA

Passo à dosimetria da pena, nos termos do artigo 68 do CP.

1ª FASE

Inicialmente analiso as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP:

1. A culpabilidade refere-se ao grau de censurabilidade do crime (intensa, média ou reduzida), ou seja, a reprovaç¿o social que o crime e o autor do fato merecem. De acordo com o enunciado contido na Súmula nº 19 deste E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará: ¿Na dosimetria basilar, a culpabilidade do agente diz respeito à maior ou menor reprovabilidade da conduta, n¿o se confundindo com a culpabilidade como elemento do crime, que é composta pela imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude do fato e exigibilidade de conduta diversa¿. **No caso, pelas informaç¿es constantes nos autos, tenho-a como normal a espécie.**

2. Os antecedentes criminais tratam da vida pregressa e do envolvimento do agente com fatos criminosos pretéritos, incidindo-se, ainda, o enunciado constante na Súmula nº 444 do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual: ¿É vedada a utilizaç¿o de inquéritos e aç¿es penais em curso para agravar a pena-base¿. No caso, **o réu n¿o possui antecedentes criminais.**

3. Quanto à conduta social do acusado, que se refere ao comportamento do réu perante a sociedade (no trabalho, na família, no bairro onde reside), **n¿o há elementos nos autos em seu desfavor.**

4. A personalidade do agente, que trata do seu caráter e deve ser comprovada nos autos ¿ em regra ¿ mediante laudo psicossocial firmado por profissional habilitado, **n¿o há elementos para avaliar.**

5. Os motivos do crime referem-se às influências internas e externas que levaram o agente a cometer no delito, **no caso, tem-se que, segundo dito pelo próprio réu, ficou transtornado por ver a vítima conversando com outro homem, sendo imperiosa a valoraç¿o negativa da circunstância judicial epigrafa.**

6. As circunstâncias do crime analisam o seu ¿modus operandi¿, ou seja, s¿o os elementos acidentais n¿o participantes da estrutura do tipo (como, por exemplo, em local ermo, quando do repouso noturno, com extrema violência, etc.). No presente caso, **é de se considerar negativamente o fato de ter o réu pegado uma faca para atingir a vítima, n¿o conseguindo ante a intervenç¿o da m¿e da vítima e vizinhos, vindo depois a fugir.**

7. As consequências do crime**,** que se referem à extens¿o dos danos ocasionados pelo delito, foram os inerentes ao tipo penal. **Nada tendo a se valorar.**

8. O comportamento da vítima **n¿o contribuiu para o cometimento do crime.** Acerca do tema, digno de transcriç¿o o teor da Súmula nº 18 deste E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará: ¿O comportamento da

vítima é circunstância judicial que nunca será avaliada desfavoravelmente, ou seja, ou será positiva, quando a vítima contribuiu para a prática do delito, ou será neutra, quando n¿o há contribuiç¿o¿.

Atendendo ao que determinam as referidas circunstâncias judiciais do/a ré/u, **duas delas negativa/s (motivos e circunstâncias), fixo a pena-base em 6 meses de detenç¿o**.

2ª FASE

Compenso a atenuante da confiss¿o com a agravante prevista no art. 61, II, f do CP, mantendo a pena intermediária em **06 meses de detenç¿o.**

3ª FASE

N¿o estando presentes causas que possam diminuir ou aumentar a pena, torno **DEFINITIVA A PENA APLICADA DE 06 MESES DE DETENÇ¿O.**

REGIME INICIAL

O/A ré/u deverá cumprir sua pena inicialmente em regime **ABERTO**, na forma do art. 33, § 2º, do Código Penal.

SUBSTITUIÇ¿O DA PENA

Como o crime foi cometido com grave ameaça à pessoa, **n¿o há como se converter** a pena em privativa de liberdade em restritiva de direitos (art. 44 do CP), por n¿o atender aos seus requisitos.

SUSPENS¿O CONDICIONAL DA PENA

Com relaç¿o a suspens¿o condicional da pena, prevê o art. 77 do CP:

Art. 77 - A execuç¿o da pena privativa de liberdade, n¿o superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

I - o condenado n¿o seja reincidente em crime doloso;

II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concess¿o do benefício;

III - N¿o seja indicada ou cabível a substituiç¿o prevista no art. 44 deste Código.

§ 1º - A condenaç¿o anterior a pena de multa n¿o impede a concess¿o do benefício.

~~**§ 2º - A execuç¿o da pena privativa de liberdade, n¿o superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de 70 (setenta) anos de idade. Erro! A referência de hiperlink não é válida.**~~**§ 2º A execuç¿o da pena privativa de liberdade, n¿o superior a quatro anos, poderá ser suspensa, por quatro a seis anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou raz¿es de saúde justifiquem a suspens¿o.**

E, segundo Enunciado 7 do FONAVID, ¿O sursis, de que trata o art. 77 do Código Penal, é aplicável aos crimes regidos pela Lei nº11.340/06, quando preenchidos os requisitos.¿

Conforme requisitos transcritos, é cabível a aplicaç¿o do SURSIS, nos termos do artigo 77 do Código Penal, raz¿o pela qual **suspendo a execuç¿o da pena pelo período de 02 anos**, devendo o/a ré/u no

período da suspens¿o cumprir as seguintes condiç¿es:

I) Proibiç¿o de frequentar determinados lugares, quais sejam: **a residência e local de trabalho da vítima;**

II) Proibiç¿o de ausentar-se da comarca onde reside, por mais de 01 mês, sem autorizaç¿o judicial;

III) Comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, a cada 02 meses, para informar e justificar suas atividades;

IV) N¿o cometer outros crimes ou delitos;

V) **Efetuar o pagamento de 6 cestas básicas, com valor mínimo de R$ 120,00 cada cesta, para entidade cadastrada no Fórum (APAE, Associaç¿o de Pais e Amigos dos Excepcionais ¿ rua padre José de Anchieta, n. 105, em S¿o Domingos do Capim, atendimento das 7h às 17h)e em prol dos jurisdicionados do município. Tem o réu o prazo de 6 meses para efetuar o pagamento, devendo trazer o comprovante da entrega ao estabelecimento, em Juízo para juntada aos autos.**

Fica o/a ré/u advertido/a de que a suspens¿o será revogada se, no curso do prazo, I) for condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso; II) frustrar, embora solvente, a execuç¿o da pena de multa ou n¿o efetuar, sem motivo justificado, a reparaç¿o do dano; III) descumprir as condiç¿es impostas.

DA DETRAÇ¿O PENAL (art. 387, §2º, do CPP)

O/A ré/u n¿o foi preso provisoriamente durante o presente feito, motivo pelo qual resta prejudicada eventual detraç¿o penal.

DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE

Considerando que o/a ré/u permaneceu solto durante toda a instruç¿o criminal, n¿o se afigura plausível, restringir sua liberdade para aguardar o julgamento de eventual recurso.

DA INDENIZAÇ¿O À VÍTIMA

Deixo de fixar indenizaç¿o mínima para a vítima, nos termos do art. 387, IV, do CPP, por n¿o haver observância do contraditório a respeito do tema.

DAS CUSTAS

Isento o/a ré/u das custas processuais, por n¿o ter condiç¿es financeiras para tanto, conforme preceitua o art. 40, inciso IV e VI da Lei 8.328/2015, Regimento das Custas do Pará (¿S¿o isentos do pagamento das custas processuais: ... IV ¿ o beneficiário da assistência judiciária gratuita; ... VI ¿ o réu pobre nos feitos criminais¿).

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Mantenho a nomeaç¿o o arbitramento de honorários advocatícios constante em ata de audiência, conforme Tabela da OAB, ao advogado Dr. LOURIVAL DE MOURA, inscrita na OAB/PA n. 23.379, a ser custeado pela Estado, diante da ausência de atendimento da Defensoria Pública na Comarca. Serve o presente como título executivo.

Do teor da presente sentença, intimem-se o Ministério Público, Assistente da Acusaç¿o (se houver); a Defesa, a vítima (art. 201, §2º do CPP), e o/a ré/u.

Caso reste infrutífera a intimaç¿o pessoal do/a condenado/a, determino, desde já, que se proceda sua intimaç¿o por edital, acerca desta decis¿o.

Transitada em julgado a presente decis¿o, lance-se o nome do condenado no rol de culpados e façam-se as anotaç¿es e comunicaç¿es pertinentes, especialmente ao Tribunal Regional Eleitoral para o fim de suspens¿o dos direitos políticos, nos termos do artigo 15, III, da Constituiç¿o Federal.

Expeça-se a competente guia de execuç¿o, com a documentaç¿o necessária, devendo ser encaminhadas à Vara de Execuç¿o de Penas e Medidas Alternativas do local de residência do sentenciado, para fins de fiscalizaç¿o da observância das disposiç¿es estabelecidas.

Após o cumprimento de todas providências necessárias, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

S¿o Domingos do Capim, 08.11.2021.

ADRIANA GRIGOLIN LEITE

Juíza de Direito Titular

PROCESSO Nº 00065251120198140052

SENTENÇA

Vistos e etc.

1. RELATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra **JAIRO DUARTE RODRIGUES,** qualificado/a nos autos, imputando-lhe a conduta descrita no art. **129 do CP, em situaç¿o de violência doméstica**.

A denúncia foi recebida, o/a ré/u foi citado/a e foi apresentada resposta escrita à acusaç¿o.

Realizada audiência de instruç¿o e julgamento, foram ouvidas as testemunhas da acusaç¿o e o/a ré/u foi interrogado/a. Na fase do art. 402 do CPP, as partes nada requereram.

Atualizados os antecedentes criminais do/a ré/u.

O Ministério Público, em alegaç¿es finais, pugnou pela ABSOLVIÇ¿O do/a ré/u, por falta de provas**.** E, de igual modo, manifestou-se a defesa **pela absolviç¿o por ausência de provas**.

Vieram os autos conclusos para julgamento.

É o relatório. Decido.

2. FUNDAMENTAÇ¿O

Conforme ensinamentos de **Eugênio Pacelli de Oliveira**, acerca do princípio da inocência, também chamado de estado ou situaç¿o jurídica de inocência, é imposto ao Poder Público a observância de duas regras específicas em relaç¿o ao acusado:

¿uma de tratamento, segundo a qual o réu, em nenhum momento do ¿iter persecutório¿, pode sofrer restriç¿es pessoais fundadas exclusivamente na possibilidade de condenaç¿o, e outra de fundo probatório, a estabelecer que todos os ônus da prova relativa à existência do fato e à sua autoria devem recair exclusivamente sobre a acusaç¿o. À defesa restaria apenas demonstrar a eventual presença de fato caracterizador de excludente de ilicitude e culpabilidade, cuja presença fosse por ela alegada.¿ (Curso de Processo Penal. 6ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. p. 32)

Em complemento, digno de nota a doutrina de **Renato Brasileiro de Lima:**

¿em sede processual penal, vigora o princípio da presunç¿o de inocência, por força do qual ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória (CF, art. 5º, LVII). Desse princípio deriva a denominada regra probatória, segundo a qual recai sobre a acusaç¿o o ônus de demonstrar a culpabilidade do acusado além de qualquer dúvida razoável. Essa regra probatória deve ser utilizada sempre que houver dúvida sobre fato relevante para a decis¿o do processo. Na dicç¿o de Badaró, cuida-se de uma disciplina do acertamento penal, uma exigência segundo a qual, para a imposiç¿o de uma sentença condenatória, é necessário provar, eliminando qualquer dúvida razoável, o contrário do que é garantido pela presunç¿o de inocência, impondo a necessidade de certeza.¿ (Código de Processo Penal Comentado. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 1033).

E, nos presentes autos, observa-se que n¿o foi produzida prova de autoria para justificar a condenaç¿o do/a acusado/a **JAIRO DUARTE RODRIGUES** na prática delitiva descrita na denúncia.

A vítima, que poderia esclarecer os fatos e reconhecer o acusado como o autor do delito, n¿o compareceu para depor em Juízo. Apesar de os policiais terem sido ouvidos em Juízo, esses n¿o presenciaram os fatos.

O/a acusado/a, interrogado/a perante a autoridade policial e em juízo, nega a pratica da conduta delituosa.

Dessa maneira, como n¿o foi produzida prova durante a instruç¿o criminal que pudesse corroborar os fatos asseverados na inicial, é de rigor a absolviç¿o do/a acusado/a, conforme manifestaç¿o da Defesa.

Nesse sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

¿... A aplicaç¿o da máxima in dubio pro reo é decorrência lógica dos princípios da reserva legal e da presunç¿o de n¿o culpabilidade e, como tal, exige juízo de certeza para a prolaç¿o do juízo condenatório, sendo que qualquer dúvida acerca da materialidade e autoria delitivas resolvem-se a favor do acusado. ...¿ (STJ, AgRg no AREsp 63.199/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 03/09/2013)

3. DISPOSITIVO

Diante do exposto, julgo improcedente a pretens¿o punitiva estatal, para absolver o/a ré/u **JAIRO DUARTE RODRIGUES** quanto aos fatos imputados na denúncia, nos termos do art. 386, VII, do CPP, em virtude da ausência de provas suficientes para a condenaç¿o.

Sem custas.

Intime-se o/a sentenciado/a, seu defensor, o Ministério Público e o assistente da acusaç¿o (se houver).

Comunique-se, por carta, a vítima, por seu representante legal.

Levantem-se eventuais mandados restritivos expedidos em desfavor do sentenciado/a.

Após o trânsito em julgado, procedam-se as anotaç¿es e comunicaç¿es de praxe.

P.R.I.C.

Oportunamente, arquivem-se.

S¿o Domingos do Capim (PA), 03/11/2021

ADRIANA GRIGOLIN LEITE

Juíza de Direito Titular

PROCESSO Nº 00013442920198140052
medida protetiva de urgencia
SENTENÇA

VITORIA FERREIRA NUNES, devidamente qualificada nos autos, vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, com incidência na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, ingressou com pedido de medidas protetivas de urgência em face de **JOSELAN LOPES DO NASCIMENTO**.

Foram deferidas liminarmente medidas de proteç¿o de urgência em favor da vítima, decis¿o liminar. O requerido foi devidamente intimado e n¿o interpôs contestaç¿o das medidas, conforme certificado.

Vieram-me os autos conclusos. É o **RELATÓRIO**. Decido.

DO MÉRITO

Depreende-se do disposto no artigo 355, II do Código de Processo Civil que o juiz julgará antecipadamente a lide, conhecendo diretamente do pedido quando ocorrer a revelia.

N¿o apresentada contestaç¿o pelo réu no prazo legal, embora ciente das medidas, deve ser decretada a sua revelia, Código de Processo Civil, artigo 344.

A revelia implica, como regra geral, a produç¿o de dois efeitos: a presunç¿o de veracidade dos fatos afirmados na inicial (efeito material) e a dispensa de intimaç¿o (efeito processual) conforme artigos 344 e 346, caput do Código de Processo Civil.

Esclareço, por oportuno, que, no tocante ao primeiro efeito, significa que há confiss¿o quanto à matéria de fato, mas n¿o de direito, de maneira que a revelia n¿o induz necessariamente à procedência da aç¿o. Ademais, a presunç¿o é relativa, por admitir prova em contrário, e aplica-se quando n¿o ocorrerem quaisquer das hipóteses do art. 345 do Código de Processo Civil.

Compulsando os autos, observo que, no caso concreto, aplica-se o efeito principal da revelia concernente à confiss¿o ficta quanto à matéria fática concernente aos direitos disponíveis e, como decorrência lógica, os fatos alegados pela autora na inicial têm-se por verdadeiros e independem de produç¿o de prova, Código de Processo Civil, artigo 374.

Pois bem, postas essas premissas, verifico que a presunç¿o quanto a matéria fática soma-se com os documentos carreados com a inicial e os depoimentos colhidos perante a autoridade policial. Ademais, analisando a matéria de direito, noto que também decorrem as consequências jurídicas afirmadas pela autora (Lei nº 11.340/2006, artigos 22 e seguintes), devendo ser as medidas cíveis e penais mantidas.

Ademais, ressalto que a satisfatividade em relaç¿o ao objeto da presente aç¿o cautelar foi alcançada, sendo, pois, a sua extinç¿o medida que se imp¿e, ressalvando que a decis¿o ora proferida n¿o faz coisa julgada material, mesmo porque as lides domésticas e familiares configuram relaç¿es jurídicas continuativas, aptas a perdurarem no tempo e passíveis de modificaç¿es em sua situaç¿o de fato e de direito.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE o pedido de aplicaç¿o de medidas protetivas de urgência** formulado pela requerente e, por conseguinte, **confirmo a decis¿o liminar para manter as medidas protetivas pelo prazo de 1 (um) ano** a contar da publicaç¿o desta decis¿o, **DECLARANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO**, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil.

Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverá ser comunicada a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Transcorrido referido prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência.

Sem custas nos termos do artigo 28 da Lei n. 11.340/06 c/c artigo 98 do Código de Processo Civil.

Intime-se a requerente e o requerido por via postal, com aviso de recebimento, preferencialmente virtual, no endereço informado nos autos, reputando-se válida a intimaç¿o encaminhada ao referido endereço independente do resultado da diligência, nos termos do artigo 274, parágrafo único do Código de Processo Civil.

Determino que a Secretaria promova todos os atos necessários ao regular cumprimento desta decis¿o.

Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se promovendo-se as baixas no sistema. Ciente o MP.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

S¿o Domingos do Capim, 08/11/2021.

ADRIANA GRIGOLIN LEITE

Juíza de Direito Titular

PROCESSO 0000161-86.2020.814.0052 - Processo Antigo: ------; Magistrado/Relator/serventuário: Adriana Grigolina Leite; Ação Penal: Art. 217-A, do CPB; Autor: Justiça Pública; Denunciado: D.S.D.A.; Advogado/Defensor Púiblico: ; Vítima: M.E.D.P.D.S; Rep. Legal: P.D.C.R.D.S.; DECISÃO 1- Trata-se de ação penal oferecida pelo Ministério Público do Estado do Pará em desfavor de D.S.D.A., filho de

R.N.A.A. e R.N.A.D.S, imputando-lhe a prática de delito tipificado no art. 217-A combinado com o art. 71, ambos do CP (estupro de vulnerável em continuidade delitiva). O réu foi citado por edital, sem qualquer manifestação. O processo encontra-se suspenso, e, em audiência de antecipação de prova, a vítima foi ouvida. O Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do réu, em nome da ordem pública e futura aplicação da lei penal. É o sucinto Relatório. DECIDO. 2 - Na presente ação penal imputa-se ao Réu a prática do crime de estupro de vulnerável (Art. 217-A, caput do CP) por, em tese, ter praticado atos libidinosos contra vítima menor de idade M.E.D.P.D.S., com menos de 12 anos de idade, na época dos fatos, de forma reiterada, aproveitando-se de ser a criança sua vizinha dos fundos. A decretação da prisão preventiva do réu fundamenta-se na presença dos pressupostos autorizadores da custódia cautelar, apontando haver nos autos fortes indícios de que o réu em liberdade poderá voltar a delinquir. Pois bem, o fumus comissi delicti é observável nos autos já que, tendo sido recebida a exordial, presente a justa causa para a ação penal, infere-se a existência da materialidade do crime e de indícios de autoria. No que concerne ao periculum libertatis, considerando todas as informações presentes nos autos, fica claro que no momento, a segregação cautelar do réu revelase extremamente necessária. Explico. Primeiramente, o crime em tela é de alta reprovabilidade, tendo em vista a idade da vítima. Além disso, consta nos autos informações de que o réu não fora encontrado nas várias tentativas de citação, levando-se a cabo a citação por edital. Dessa forma, em face da particularidade que marca a persecução penal dos crimes contra a dignidade sexual, em que os depoimentos testemunhais são de extrema relevância à busca da verdade; e considerando a elevada probabilidade de o réu se valha, do mesmo comportamento, para abusar de vítimas crianças e ameaçá-las; reputo prudente que fique recolhido ao cárcere. Sendo assim, como presentes os motivos concretos que ensejam a decretação de sua prisão preventiva, tal como exigido pelo artigo 312 do CPP, restando comprovada a existência do crime e os indícios suficientes de autoria; a decretação da prisão provisória é medida que ora se impõe em prol da vítima e da sociedade. Nesse sentido, cito jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDUTA REITERADA DURANTE VÁRIOS MESES. EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício. 2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime. 3. Hipótese na qual as instâncias ordinárias destacaram de forma suficiente a necessidade da prisão, ressaltando não só a gravidade ínsita do delito, cometido, em tese, de forma reiterada durante vários meses seguidos contra criança de apenas 9 anos de idade, prevalecendo-se do fato de esta ser sua enteada, mas também a circunstância de o paciente ter se evadido do distrito da culpa após o registro da ocorrência, tomando destino incerto e não sabido, o que ensejou inclusive a suspensão do processo na forma do art. 366 do Código de Processo Penal, somente vindo a ser preso em outro Estado da Federação. 4. Com efeito, ao acusado que comete delitos, o Estado deve propiciar meios para o processo alcançar um resultado útil. Assim, determinadas condutas, como a não localização, ausência do distrito da culpa, a fuga (mesmo após o fato) podem demonstrar o intento do agente de frustrar o direito do Estado de punir. 5. As circunstâncias que envolvem o fato demonstram que outras medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal não surtiriam o efeito almejado para a proteção da ordem pública. 6. O entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la. 7. Ordem não conhecida. (HC 434.764/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 12/04/2018) 3 - Ante o exposto, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DO ACUSADO D.S.D.A., filho de R.N.A.A. e de R.N.A.S., com base no preenchimento ¿ em concreto - dos pressupostos do artigo 312 do CPP, dentre os quais, a necessidade de se garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, em face da existência do crime e dos suficientes indícios de autoria. Deve o réu ser recolhido a um dos estabelecimentos prisionais do Estado do Pará, para tanto, SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA, a ser cumprido pela polícia judiciária. Deve a Secretaria incluir o mandado de prisão no Banco Nacional de

Mandados de Prisão ¿ BMNP do CNJ, devendo-se obedecer às disposições da Resolução nº 137/2011 ¿ CNJ. A validade do mandado de prisão corresponde ao prazo prescricional do delito segundo a pena em abstrato. Dê-se ciência ao Representante do Ministério Público. Não há Defensoria Pública na Comarca, razão pela qual deixo de intimá-la. Ciência a autoridade policial local. Em sendo cumprido o mandado de prisão, deverá o réu ser apresentado para audiência de custódia, conforme ditames legais. Cumpra-se. No mais, cumpra-se a decisão que determinou a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. São Domingos do Capim (PA), 08.11.2021. ADRIANA GRIGOLIN LEITE, Juíza de Direito, Titular da Comarca de São Domingos do Capim-PA.

PROCESSO 0004667-47.2016.814.0052 - Processo Antigo: ------; Magistrado/Relator/serventuário: Adriana Grigolina Leite; Ação Penal: Roubo Majorado; Autor: Justiça Pública; Denunciado: Cícero Rafael Ferreira de Jesus; Advogado/Defensor Púiblico: ; Vítima: M.M.S.L.D.F.; DECISÃO 1 - Considerando o teor do acórdão de fl. 147 e seguintes, que manteve a sentença condenatória como prolatada, deve a Secretaria proceder ao cumprimento das determinações finais da sentença de fl. 82 e s., certificando nos autos. 2 ¿ Considerando que o/a ré/u se encontrava preso/a quando prolatada a sentença; considerando que a pena aplicada foi em regime FECHADO; considerando que o réu se encontra em prisão domiciliar, segundo INFOPEN; deve a Secretaria expedir com urgência guia de execução definitiva e encaminhar a VEP competente. 3 ¿ Ciência ao MP. 4 ¿ Após, arquive-se com as baixas de estilo. Em São Domingos do Capim/PA, 03/11/2021. ADRIANA GRIGOLIN LEITE, Juíza de Direito Titular.

COMARCA DE PEIXE - BOI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PEIXE - BOI

COMARCA DE PEIXE-BOI

SECRETARIA JUDICIAL

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EM 10/11/2021

PROC. 0002602-20.2013.8.14.0041

AÇÃO: MANDADO DE SEGURANÇA

REQUERENTE: FÁBIO DA SILVA SANTOS

ADV. REQUERENTE: NATHALY SILVA PEREIRA, OAB-PA 15.853

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE Peixe-Boi

ADV. DA REQUERIDA: CID BENEDITO SACRAMENTO CUNHA, OAB-PA 15.805, JOSÉ GOMES VIDAL JÚNIOR, OAB-PA 14.051

DESPACHO

Vistos etc..

Providencia a Secretaria o devido cumprimento ao despacho do Juiz Auxiliar da Coordenadoria de Precatórios, de fls. 133-137, destes autos.

Após, certifique o que houver e retorne conclusos.

Cumpra-se com URGÊNCIA.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

Juíza de Direito Titular da Comarca de Peixe-Boi

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X01

PROC. 0001022-18.2014.814.0041

AÇÃO: EXECUÇÃO

EXEQUENTE: ITAPEVA II MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS

CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS

ADV. EXEQUENTE: FLÁVIO NEVES COSTA, OAB-PA 29.473-A

EXECUTADO: OSVALDO MOREIRA PAULINO

DESPACHO

Vistos, etc..

1 ¿ Considerando o teor do despacho de fl. 125, ausente qualquer manifestação pela empresa exequente (conforme certidão de fl. 128), e diante do que preconiza o artigo 485, §1º, do novo CPC, intime-se pessoalmente a parte exequente para responder à ordem prolatada por este juízo, no prazo de 05 (cinco) dias;

2 ¿ Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

3 ¿ Após, retornem os autos conclusos.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

Juíza de Direito Titular da Comarca de Peixe-Boi

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X02

PROC. 0000121-45.2017.8.14.0041

AÇÃO: ARROLAMENTO SUMÁRIO

REQUERENTE: MARIA EMÍLIA GADELHA SERRA, MARCOS ANTÔNIO CARDOSO GADELHA

ADV. REQUERENTE: CARLA SIQUEIRA BARBOSA, 6.686

REQUERIDO: OTTO PINTO GADELHA (DE CUJUS)

DESPACHO/ MANDADO

Vistos, etc..

Diante o protocolamento das petições de fls. 78-83 e 85-87, intime-se os requerentes para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

Juíza de Direito Titular da Comarca de Peixe-Boi

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X03

PROC. 0001684-74.2017.8.14.0041

AÇÃO: REGISTRO CIVIL (PEDIDO DE REGISTRO FORA DO PRAZO)

REQUERENTE: JOSÉ ASSIS DIAS LISBOA

ADV. REQUERENTE: WALLACE COSTA CAVALCANTE ¿ OAB-PA 9.734

DESPACHO

Vistos, etc..

Defiro o requerido pelo ¿Parquet¿ em fl. 66, e ato contínuo, intime-se o patrono do requerente, para, no prazo de 10 (dez) dias apresente o seu paradeiro, a fim de dar escorreito andamento da ação.

Escoado, certifique a Secretaria o que houver e remeta conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS COSTA

JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE PEIXE-BOI/PA

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X04

PROC. 0001685-59-2017.8.14.0041

AÇÃO: PEDIDO DE REGISTRO DE NASCIMENTO

REQUERENTE: JONAS DIAS LISBÔA

ADV. REQUERENTE: WALLACE COSTA CAVALCANTE ¿ OAB-PA 9.734

DESPACHO

Vistos, etc..

Diante da certidão de fl. 69, intime-se o patrono do requerente, para, no prazo de 10 (dez) dias apresente o seu paradeiro, a fim de dar escorreito andamento da ação.

Escoado, certifique a Secretaria o que houver e remeta conclusos.

Intime-se. Cumpra-se.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS COSTA

JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE PEIXE-BOI/PA

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X05

PROC. 0000164-74.2020.8.14.0041

AÇÃO: MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

AUTOR: JUSTIÇA PÚBLICA

REQUERENTE: ELIVÂNIA TRINDADE DO NASCIMENTO

REPRESENTADO: ANTÔNIO FLÁVIO DA SILVA E SILVA

VÍTIMA: M. D. D. S.

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de aplicação de medidas protetivas formalizado pela autoridade policial, por suposto crime cometido em detrimento de vítima mulher, na forma da Lei n° 11.340/06.

Deferido o pedido, foram estabelecidas medidas protetivas em face do ofensor.

Ao certificar a ofendida das referidas medidas, foi verificada a existência de procedimento de inquérito policial cuja numeração, processo nº. 0800069-74.2019.8.14.0041, onde esta manifestou não ter interesse na representação do agressor, além de o Parquet ter requerido o arquivamento, o que foi determinado por este juízo.

E tendo em vista a não continuidade também do referido procedimento inquisitorial, ou seja, sem o indiciamento do agressor, o Ministério Público, entendeu pelo também arquivamento deste procedimento de medida.

Este Juízo filia-se ao entendimento de que as medidas protetivas têm caráter satisfativo e prescindem da existência ou ajuizamento de outra Ação, razão pela qual, atingindo, de imediato, seu objetivo e exaurindo-se no cumprimento, devem ser, consequentemente arquivadas.

Neste sentido já entendeu o STJ:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1419421 GO 2013/0355585-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/04/2014) (grifei)

Deste modo, deferida a medida e após o seu cumprimento, qualquer outra discussão a respeito das consequências cíveis ou penais deverá ser feita através do ajuizamento das respectivas Ações no foro competente, sendo desnecessária a tramitação da presente medida, que já atingiu seu objetivo. Neste sentido:

LEI MARIA DA PENHA. MEDIDAS PROTETIVAS REQUERIDAS. INDEFERIMENTO. AÇÃO PRINCIPAL NÃO PROPOSTA. POSSIBILIDADE. 1- Tendo as medidas protetivas caráter eminentemente cautelar, não ajuizada ação principal, seja ela cível ou criminal, extingue-se o processo sem o julgamento do mérito, em face da ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular, revogando-se, por conseguinte, todas as restrições impostas ao suposto ofensor ou cessando a ameaça de sua decretação. 2- Conhecer da apelação interposta como sendo agravo de instrumento, negando-lhe provimento. (TJ-MG - APR: 10024102818531001 MG , Relator: Antônio Armando dos Anjos, Data de Julgamento: 18/12/2012, Câmaras Criminais Isoladas / 3ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 10/01/2013) (grifei)

Deste modo, não há razão para que os presentes autos permaneçam ativos em Secretaria, quando resta flagrante a ausência de interesse da vítima em dar seguimento ao fato com a competente instauração de processo criminal, ou mesmo de investigação policial.

Ante o exposto, em harmonia com o Ministério Público, Julgo Extinto o presente processo, na forma do art. 285, VI, do CPC. Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas legais e retirada do sistema.

P. R. I. C.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE PEIXE-BOI/PA

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X06

PROC. 0000442-75.2020.8.14.0041

AÇÃO: MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

AUTOR: AUTORIDADE POLICIAL

REQUERENTE: ANTÔNIA ARLENE GONÇALVES ANDRADE

REPRESENTADO: JOAQUIM FELIX DA SILVA

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de aplicação de medidas protetivas formalizado pela autoridade policial, por suposto crime cometido em detrimento de vítima mulher, na forma da Lei n° 11.340/06.

Deferido o pedido, foram estabelecidas medidas protetivas em face do ofensor.

Ao certificar a ofendida das referidas medidas, foi verificada a existência de procedimento de inquérito policial cuja numeração, processo nº. 0800125-44.2019.8.14.0041, onde esta, mesmo ciente da realização de audiência, manifestou renúncia tácita na representação do agressor, além de o Parquet ter requerido o

arquivamento, o que foi determinado por este juízo.

E tendo em vista a não continuidade também do referido procedimento inquisitorial, ou seja, sem o indiciamento do agressor, o Ministério Público, entendeu pelo também arquivamento deste procedimento de medida.

Este Juízo filia-se ao entendimento de que as medidas protetivas têm caráter satisfativo e prescindem da existência ou ajuizamento de outra Ação, razão pela qual, atingindo, de imediato, seu objetivo e exaurindo-se no cumprimento, devem ser, consequentemente arquivadas.

Neste sentido já entendeu o STJ:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1419421 GO 2013/0355585-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/04/2014) (grifei)

Deste modo, deferida a medida e após o seu cumprimento, qualquer outra discussão a respeito das consequências cíveis ou penais deverá ser feita através do ajuizamento das respectivas Ações no foro competente, sendo desnecessária a tramitação da presente medida, que já atingiu seu objetivo. Neste sentido:

LEI MARIA DA PENHA. MEDIDAS PROTETIVAS REQUERIDAS. INDEFERIMENTO. AÇÃO PRINCIPAL NÃO PROPOSTA. POSSIBILIDADE. 1- Tendo as medidas protetivas caráter eminentemente cautelar, não ajuizada ação principal, seja ela cível ou criminal, extingue-se o processo sem o julgamento do mérito, em face da ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular, revogando-se, por conseguinte, todas as restrições impostas ao suposto ofensor ou cessando a ameaça de sua decretação. 2- Conhecer da apelação interposta como sendo agravo de instrumento, negando-lhe provimento. (TJ-MG - APR: 10024102818531001 MG , Relator: Antônio Armando dos Anjos, Data de Julgamento: 18/12/2012, Câmaras Criminais Isoladas / 3ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 10/01/2013) (grifei)

Deste modo, não há razão para que os presentes autos permaneçam ativos em Secretaria, quando resta flagrante a ausência de interesse da vítima em dar seguimento ao fato com a competente instauração de processo criminal, ou mesmo de investigação policial.

Ante o exposto, em harmonia com o Ministério Público, Julgo Extinto o presente processo, na forma do art. 285, VI, do CPC. Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas legais e retirada do sistema.

P. R. I. C.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE PEIXE-BOI/PA

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X07

PROC. 0000705-10.2020.8.14.0041

AÇÃO: TCO ¿ TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA (AMEAÇA)

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO

AUTOR DO FATO: RAIMUNDO NONATO ARRUDA ROCHA

ADV. REQUERENTE: JOSÉ BRUNO TSONTAKIS MORAIS, 26.913

VÍTIMA: JOÃO PEREIRA DA SILVA NETO

SENTENÇA

Vistos, etc..

Tratam os presentes autos de procedimento criminal instaurado para apurar a suposta prática do(s) delito(s) previsto(s) no(s) artigo 147 do CPB, supostamente praticado por RAIMUNDO NONATO ARRUDA ROCHA contra JOÃO PEREIRA DA SILVA NETO em 23/08/2020.

Designada audiência preliminar (ata de fl. 35), não houve acordo/composição civil entre e as partes, e o ¿Parquet¿, entendeu pela possibilidade de decadência da ação ante a ausência de apresentação de queixa-crime pela vítima, constatado no próprio ato.

É o que importa relatar. Decido.

Como cediço, nos termos do art. 103, do CP, incidirá a decadência do direito de representação quando o agente deixar de oferece-la no prazo de 06 (seis) meses contados da ciência da autoria da infração.

No caso em exame, o prazo decadencial transcorreu sem qualquer manifestação da vítima, sendo imperioso, portanto, o reconhecimento da extinção da punibilidade dos autores do fato.

Diante do exposto, nos termos do art. 103 e 107, IV, ambos do CP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE PELA DECADÊNCIA em benefício de RAIMUNDO NONATO ARRUDA ROCHA, qualificada(s) nos autos, pela suposta prática da infração encartada nos artigos 147 do CPB, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Com o transito em julgado, arquive-se, dando-se baixa na distribuição.

Intime-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Peixe-Boi/PA, 30 de outubro de 2021.

ANÚZIA DIAS DA COSTA

Juíza de Direito Titular da Comarca de Peixe-Boi

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X08

COMARCA DE AUGUSTO CORREA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA

Processo: 0000441-48.2016.8.14.0068

Réu: Gracinaldo Fernandes Correa

Advogado: Luiz Cláudio de matos Santos, OAB/PA nº 7534

DECIS¿O

Em atenç¿o ao Laudo 2017.07.000038-BIO, encaminhado ao juízo no da 09/11/2021, minutos após o término da audiência de instruç¿o e julgamento realizada na mesma data, Determino vistas as partes, Ministério Público e Defesa Constituída do réu, para que no prazo de 5 dias, apresentem manifestaç¿es.

Com relaç¿o ao ofício encaminhado pelo CREAS nº 057/ - datado de 08/11/2021, REITERO a urgente necessidade de continuidade do atendimento as vítimas de violência sexual, pois se percebe a interrupç¿o no acompanhamento pela equipe técnica. Outrossim, ressalto, as vítimas do suposto abuso sexual, 4 (quatro) crianças à época, conforme relatado no ofício supracitado, demandam de acompanhamento, incluindo os familiares, que inevitavelmente precisam de apoio e auxílio diante da violência perpetrada.

Vale esclarecer, o requerimento endereçado ao CREAS é requerendo atuaç¿o com base em sua finalidade institucional (uma unidade pública da Assistência Social que atende pessoas que vivenciam situaç¿es de violaç¿es de direitos ou de violências), n¿o existindo qualquer pedido indicativo de desvio de finalidade.

Logo, reitere ofício ao CREAS do Munícipio de Augusto Corrêa/PA, para que envide esforços no acompanhamento e atendimento as vítimas e familiares desses fatos que envolvem crianças (à época) vítimas de abuso sexual.

Por fim, Determino a intimaç¿o do MP e Defesa para que se manifeste no prazo de 5 dias, quanto o laudo juntado.

Cumpra-se e Expeça-se o Necessário.

P.R.I

Augusto Corrêa/PA 10 de novembro de 2021

Angela Graziela Zottis

Juíza de Direito Titular da Comarca de Augusto Corrêa/PA

COMARCA DE BREVES

SECRETARIA DA 1ª VARA DE BREVES

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O(A) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PEDRO HENRIQUE FIALHO, MM(A) JUIZ(A) DE DIREITO RESPONDENDO PELA 1ª VARA CIVEL E PENAL, desta Comarca de Breves/PA., no uso de suas atribuições legais, etc.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente Edital de Citação virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Secretária da 1ª Vara, aos termos dos Autos de **Ação de Interdição - 0800163-52.2020.8.14.0010,** que a REQUERENTE: **RAIMUNDA DE NAZARÉ DO SOCORRO DIAS DEMES,** moveu em face de **REQUERIDO: SIDNEY VIEIRA DEMES,** pelo presente da conhecimento a quem interessar possa de que em 29 de setembro de 2021 foi proferido por este juízo Sentença que interditou o REQUERIDO: SIDNEY VIEIRA DEMES**, em virtude de do quadro de saúde CID. 10 F.73,** considerando-o relativamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil, em consonância com o disposto no art. 4º, inciso, III do Código Civil, nomeando como curadora a Sra. **RAIMUNDA DE NAZARÉ DO SOCORRO DIAS DEMES**. E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir este, que será publicado na Imprensa Oficial. Dado e passado nesta cidade de Breves-PA., aos 10 de novembro de 2021.

LAYANA BATISTA COSTA Analista Judiciário
Art. 1º, § 3ºdo Provimento nº 06/2006-CRJMB, de 10/10/2006

COMARCA DE CURUÇÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURUÇÁ

EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA

Processo nº 0103554-05.2015.8.14.0019 - Ação Penal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

SENTENCIADO: ANDERSON JUNIOR COUTO LIMA, brasileiro, paraense, natural de Curuçá/PA, nascido em 11/11/1995, filho de Nelma Couto Lima.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do Réu acima mencionado do inteiro teor da SENTENÇA exarada nos autos em epígrafe, cujo dispositivo, segue: SENTENÇA Vistos etc.O Ministério Público ofereceu denúncia contra ANDERSON JUNIOR COUTO LIMA, pelo crime descrito no art. 121, § 2º, inciso II e IV c/c artigo 14, II ambos do CPB, por ter ceifado a vida de ANTONIA DA COSTA GARCIA, mediante agressão física, fato este ocorrido no dia 23/08/2015, por volta das 19:00 horas, Bairro Novo - Terra Alta/PA. A denúncia foi recebida em 13 de outubro de 2015 (fls. 09/11). O(s) acusado(s) foi(ram) citado(s) pessoalmente. A(s) resposta(s) escrita(s) foi(ram) apresentada(s) às fls. 28/. No dia 08 de novembro de 2016, foi designada audiência de instrução e julgamento (fls. 30). Às fls. 17 dos autos, este juízo ratificou o recebimento da denúncia, designando audiência de instrução e julgamento, bem como revogou a prisão preventiva do acusado. Por ocasião da instrução processual, no dia 26/01/2017, foram inquiridas a testemunhas de acusação Antonia da Costa Garcia (fls.47), Luiz Otavio Saraiva dos Santos, Maria Lucilene Matos da Rocha, Keimila Roberta da Rocha Santos, e Ruilson Matos da Rocha (fls. 104/103). Após, foi realizada a qualificação interrogatório do acusado (fls. 169/170), oportunidade em que conformou em partes o alegado na exordial acusatória. Encerrada a instrução processual, as partes nada requereram em diligência. O Ministério Público, em alegações finais, pugna pela parcial procedência da denúncia, requerendo a condenação do acusado pelo crime de lesão corporal, tipificado no art. 129, §1, I do CPB (fls. 172/173). A defesa por sua vez, requereu a absolvição do acusado. É o relatório. Decido. Pelo que se depreende dos autos, induvidosamente, existiu um crime, cuja materialidade está provada através dos laudos juntados aos autos que descreve a lesão sofrida pela vítima. Compulsando os autos, verifico que não assiste razão o Órgão Ministerial ao pleitear pelo reconhecimento do crime tipificado no art. 129, §1, I, do CPB, diante de tudo o que fora exposto De acordo com as lesões sofrida pela vítima, conforme o seu depoimento constante nos autos, o qual especificou como os fatos ocorreram, informando que o acusado foi o autor das lesões e, aliado laudo pericial (lesão corporal) acostado às fls. 79, o qual informou que as agressões perpetradas não resultaram perigo de vida, contudo, resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias. O acusado em seu depoimento, negou os fatos descritos na denúncia. Pois bem, no caso concreto em comento, diante do que foi trazido aos autos, extrai-se a conclusão de que a vítima fora agredida fisicamente, com golpes de chutes após a vítima ir ao chão, sendo que tais golpes não evidenciaram o intuito de matar (morte). Em que pese as testemunhas arroladas na denúncia em seus depoimentos constantes nos autos, terem informado que não presenciaram os fatos, nota-se que as

mesmas por ocasião dos fatos, perante autoridade policial, narraram com clareza de como os fatos se deram, inclusive mencionando de que foi o próprio acusado o autor do delito. Consonante ao raciocínio do insigne processualista, apesar de ser impossível para o Juiz definir com exatidão a intenção do agente, visto que tal sentimento é de cunho estritamente subjetivo, devendo o Magistrado proferir decisão baseado nas provas colhidas nos autos. Sendo assim, este juízo considera a não ocorrência do animus necandi por parte réu, em vista que se realmente o acusado quisesse ceifar a vida da vítima, poderia ter desferidos outros golpes em regiões vitais, o que não foi o caso, pois se quer a vítima correu risco de vida. Destaco, não há o que se falar em legitima defesa, pois da forma de como os fatos foram trazidos aos autos, a vítima nenhum momento deu causa às agressões perpetradas pelo acusado, para que assim fosse reconhecida a excludente de ilicitude. Ante o exposto, comungando com o parecer ministerial, e por estar convencido que não ocorreu um crime doloso contra a vida, DESCLASSIFICO a imputação que foi feita inicialmente contra o acusado ANDERSON JUNIOR COUTO LIMA, para o crime previsto no art. 129, §1º, I do CPB, JULGANDO PROCEDENTE o pedido formulado na Denúncia para condenar o acusado nas penas do artigo em comento. DOSIMETRIA. Passo a dosimetria da pena em observância aos Art. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro. 1ª Fase. A culpabilidade do agente foi comprovada. Registra maus antecedentes criminais. A conduta social não demonstrada. Personalidade impossível proceder à análise da personalidade do agente, já que este Magistrado é leigo em assuntos de psicologia e/ou psiquiatria, não tem bases para poder formar um juízo, positivo ou negativo, da personalidade de uma pessoa. Os motivos do delito têm relação com motivo de uso de entorpecentes por parte do acusado, tendo o mesmo lesionado a vítima por motivos irrelevantes. As circunstâncias lhe são desfavoráveis, e as consequências foi o fato da vítima Mirian ter ficado por mais de 30 (trintas dias) incapacitada para as ocupações habituais. E, finalmente, a vítima não colaborou para o evento delituoso. Ponderadas, deste modo, as circunstâncias judiciais, fixo a pena-base em 04 (quatro) anos de reclusão. 2ª Fase Verifico não existirem circunstâncias atenuante ou majorantes, assim, mantenho a pena intermediária de 04 (quatro) anos de reclusão. 3ª Fase Não havendo causa de aumento ou diminuição da pena, torno-a definitiva em 04 (quatro) anos de reclusão. Regime: ABERTO, nos termos do artigo 33, § 2º, ¿c¿, do CP. Deixo de aplicar a detração prevista no § 2º, do art. 387 do Código de Processo Penal, visto o regime acima aplicado. Procedo à substituição da pena privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consubstanciada em PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, art. 43, inciso VI, do Código Penal, combinado com o art. 46, caput e parágrafo único, ambos do Código Penal. A pena restritiva de direitos imposta converter-se-á em privativa de liberdade se ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta - parágrafo 4º do art. 44 do Código Penal. Transitada em julgado: I - Voltem para a designação de audiência admonitória (art. 161 da LEP). II - Lance-se seu nome no livro Rol de Culpados. III - Comunique-se o TRE, na forma do artigo 15, inciso III da CF/88. Sem custas pelo réu. PRI e Cumpra-se. Curuçá/PA, 23 de junho de 2021. JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA Juiz de Direito, Titular da Comarca de Curuçá e Terra Alta/PA.

Endereço da sede do Juízo: FÓRUM ESCRIVÃO MANOEL DA CUNHA COUTO, SITO À RUA GONÇALO FERREIRA, 348, BAIRRO CENTRO ¿ CEP 68.750-000, CURUÇÁ/PA. Expediu-se o presente edital em 10.11.2021, o qual será afixado no local de costume deste Juízo e publicado no Diário da Justiça, nos termos do Art. 361 do CPB. Eu, _____ Patrícia Gomes de Brito, assino na forma do Provimento nº 06/09-CJCI e Art. 1º § 1º VII do Provimento 06/06-CJCRMB.

EDITAL DE INTIMAÇÃO SENTENÇA

Processo nº 0006268-61.2014.8.14.0019 - Ação Penal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

SENTENCIADO: MAYCON DA SILVA FERREIRA, brasileiro, paraense, natural de Belém/PA, nascido em 28.06.1988, filho de João Raimundo Rodrigues Ferreira e de Rosa Maria da Silva Ferreira.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do Réu acima mencionado do inteiro teor da SENTENÇA exarada nos autos em epígrafe, cujo dispositivo, segue: SENTENÇA. Vistos dos autos. O Ministério Público Estadual, representado pela Ilustre promotora de justiça, no uso de suas atribuições legais, ofereceu denúncia contra MAYCON DA SILVA FERREIRA e TADEU NADSON MIRANDA DOS SANTOS, como incursos nos Art. 157, §3º, parte final c/c art. 69, todos do CPB. De acordo com a denúncia contida nos autos, "no dia 14.07.2013, por volta das 22:30h, a vítima DANILO PACINHO DE SOUZA, estava saindo da casa de sua namorada, a nacional AMANDA BENTES DE ANDRADE, na companhia da mesma, conduzindo a motocicleta KANSAS 150, laranja. Momento em que estava chegando na esquina da Av. Paes de Carvalho, deparou-se com os denunciados, ambos armados com arma de fogo. O ora denunciado Maycon, lhe apontou uma arma de fogo e chegou batendo na sua namorada Amanda, e disse (textuais): ¿DESCE DA MOTO, DESCE DA MOTO¿. O denunciado Maycon bateu na vítima Amanda, e então Danilo empurrou ele. Nesta ocasião a vítima Amanda disse (textuais) ¿MAYCON, EU TO TE CONHECENDO¿, e ele respondeu (textuais): ¿ TU NÃO TA CONHECENDO NADA¿. Em seguida o ora denunciado Maycon desferiu dois tiros na vítima Amanda, e em seguida, o ora denunciado Tadeu desferiu dois tiros contra Danilo, momento em que a vítima caiu no chão. Foram subtraídos das vítimas 01 (um) aparelho celular Motorola, 01 (um) aparelho celular da marca LG rosa, e a quantia de R$ 80,00 (oitenta reais). Ao tomar conhecimento do fato, a autoridade policial saiu em diligência tomando as providências de praxe, onde não foi localizado os ora denunciados" (fls.02). A denúncia foi recebida foi recebida às fls. 07 dos autos, ocasião em que este magistrado decretou a prisão preventiva dos acusados. O acusado Maycon Ferreira fora citado por hora certa (fls. 79), ocasião em que apresentou a resposta escrita às fls. 96/98, através da Defensoria Pública. Após, este juízo ratificou o recebimento da denúncia, designando audiência de instrução e julgamento (fls. 99). Às fls. 103 dos autos o MP requereu a suspensão do processo com relação ao acusado Tadeu Nadson, sendo decretado por este juízo a suspensão e o prazo prescricional às fls. 109. Em audiência de instrução realizada no dia 120 dos autos, foram inquiridas 02 (três) testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Após, foi decretada a revelia do acusado Maycon Ferreira, em vista de encontrar-se à época em local incerto e não sabido. Encerrada a instrução processual, em alegações finais, o Ministério Público, requer a procedência total das acusações imputadas ao acusado, requerendo a condenação do mesmo pela prática do delito descrito no art. 157, §3º, parti final c/c art. 69, todos do CP. Por sua vez, em alegações finais, a defesa do acusado Maycon, através da Defensoria Pública, requereu a absolvição em vista de não haver prova de ter o réu concorrido para a infração penal É o relatório Passo a decidir. MATERIALIDADE. A materialidade encontra-se comprovada nos autos pela requisição de remoção cadavérica (fls. 10 dos autos IPL), bem como pelos depoimentos testemunhais constantes nos autos. Com relação aos pertences das vítimas, em que pese não haver nos autos indicativos de que o mesmo foram subtraídos, o crime de latrocínio restou consumado, nos moldes da Sumula nº 610 do STF, a qual diz: ¿Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não se realize o agente a subtração de bens da vítima¿. AUTORIA. Quanto a autoria do crime, esta restou claramente evidenciada, pois as testemunhas inquiridas perante este juízo, foram uníssonas em seus depoimentos, informando que

os acusados foram os autores do crime que culminou com a morte das vítimas. A testemunha Antônio da Rocha Andrade declarou: ¿que o declarante é pai da vitima Amanda; que no dia do fato encontrava-se na igreja com sua esposa quando foi acionado por sei enteado Nildo que lhe informou que sua filha tinha sido atirada, ocasião em que se dirigiu ate ao local e presenciou a sua filha caída no chão com o namorado Danilo, tendo em vista terem sido vítimas de baleamento; que a sua filha Amanda e o namorado Danilo foram levados para o hospital onde foram socorridos; que a sua filha veio a falecer no dia seguinte; que sua filha Amanda quando estava sendo levada para o hospital afirmou que os autores dos tiros teria sido Maycon; que afirma o declarante que roubaram de sua filha o celular e mais 45,00 reais; que perguntado se sabe o motivo do crime? O mesmo respondeu que acha que foi um assalto; que perguntado se sua filha falou sobre o outro elemento assaltante de nome Tadeu? O mesmo respondeu que não; que afirma o declarante que posteriormente Maycon matou Danilo nas proximidades da ponte do abade; que perguntado se conhecia Maycon e Tadeu? O mesmo respondeu que conhecia apenas Maycon; que perguntado se Maycon tinha alguma rincha com Danilo? O mesmo respondeu que não, apenas Tadeu tinha uma rincha com Danilo (...)¿. Em seguida, a testemunha Nildo Ferreira Bentes declarou: ¿que o declarante é irmão da vitima Amanda Andrade; que no dia do fato esteve no local e viu que sua irmã Amanda e seu namorado Danilo estavam caído no chão vitimas de tiros; que o declarante foi ate a igreja chamar o seu pai e voltaram para o local; que Amanda e Danilo foram socorridos e levados para o hospital e no caminho Amanda disse que o autor dos tiros era Maycon da Silva Ferreira; que perguntado qual o motivo do crime? O mesmo respondeu que foi um assalto, inclusive levaram o celular da Amanda e mais 45,00 reais; que perguntado se Amanda falou se Tadeu também atirou nos mesmos? O mesmo respondeu que não; que perguntado se conhecia Maycon? O mesmo respondeu que sim, inclusive morava perto de sua casa; que perguntado se conhecia Tadeu? O mesmo respondeu que sim; que afirma o declarante que sua irmã Amanda veio a falecer no dia seguinte do crime? Que perguntado sobre Danilo? O mesmo respondeu que foi morto no período de carnaval deste ano e acredita que foi Maycon que o matou (...)¿. Pois bem, há, portanto, irrefutável consonância entre as declarações das testemunhas em Juízo e o conjunto probatório, o qual restou claro sem sobra de dúvidas que a vítima Amanda quando a caminho do hospital informou à testemunha Antônio Rocha que tiveram os seus pertences subtraídos e que o autor do disparo de arma de fogo teria sido o acusado Maycon Ferreira, fato este ocorrido supostamente pelo fato da vítima Amanda ter reconhecido o acusado Maycon Ferreiro no momento da empreita criminosa. Em que pese não ter sido inquirida nenhuma testemunha ocular dos fatos, bem como o fato das testemunhas serem parentes da vítima Amanda, este foram prestados de forma segura e precisa, sem qualquer causa que a desqualifique, é suficiente para reconhecimento da autoria. In-casu: (TJPA-004338) CRIME DE ROUBO QUALIFICADO ¿ ART ¿ 157§ 2º Inc. II C/C 61, Inc. II ¿H¿ DO Código Penal Brasileiro. A Declaração da vítima, embora não seja testemunha, merece credibilidade, desde que segura e coerente, e principalmente quando aliada ao restante do conjunto probatório existente nos autos. A materialidade e a autoria realmente estão plenamente demonstradas nos autos pelas provas realizadas, merecendo até prova em contrário, credibilidade por parte desta corte assim, não havendo qualquer dúvida quanto a materialidade e a autoria do crime, confirma-se a sentença que muito bem analisou os elementos probatórios. Recurso reconhecido e improvido. Decisão unânime. (apelação criminal Nº 49151, 1ª Câmara Criminal Isolada do TJPA, Salinópolis, Rel. Desa. Rosa Maria Portugal Gueiros. J. 17.06.2003, unânime, DJE 03.07.2003). Assim, de acordo com o que foi apurado, dou o acusado como incursos no art. 157, § 3º, segunda parte, do CPB, pois no presente caso, houve a subtração, conforme depoimento constante nos autos e a morte da vítima Amanda, ou seja, latrocínio consumado. Isto posto, concluo. Não havendo excludente de ilicitude e sendo o réu culpável, JULGO PROCEDENTE a punição punitiva estatal para condenar MAYCON DA SILVA FERREIRA, já qualificado nos autos como incursos nas sanções do art. 157, § 3º, segunda parte, do Código de Processo Brasileiro. DOSIMETRIA DA PENA. Passo a dosimetria da pena em observância aos Art. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro. 1ª Fase: O Réu agiu com culpabilidade que extrapolou a espécie, portanto, reprovável, tendo em vista que o mesmo agiu com premeditação e frieza, sendo sua conduta merecedora de elevada censura. O Réu não possui antecedentes criminais, a serem analisadas a seu desfavor. Não foram coletados elementos relevantes acerca de sua conduta social e personalidade. O motivo do delito era obter lucro fácil e as circunstâncias do tipo não extrapolam a razão da previsão legal. A conduta teve maiores consequências, pois a vítima veio a óbito, sendo que não se pode cogitar sobre comportamento da vítima. Por fim, não existem dados para se aferir a situação econômica do Réu. Pena-base: fixo o grau de reprovabilidade, e a pena-base em 22 (vinte e dois) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa; 2ª Fase: Não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, assim, permanece a pena intermediária em 22 (vinte e dois) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa. 3ª Fase: Não há causas de aumento ou diminuição de pena, diante disso, torno-a definitiva em 22 (anos) anos de reclusão e 30 (trinta) dias-multa. Deixo de aplicar a detração prevista no § 2º, do art.

387 do Código de Processo Penal, visto que o acusado não chegou a ser preso pelo presente delito. Regime carcerário: fixo o regime de cumprimento da pena no regime FECHADO, com fundamento no artigo 33, § 2º, ¿a¿, do CPB. Pena de multa: ante as operadoras manejadas do artigo 59 do Código Penal e o princípio da proporcionalidade fixo a pena pecuniária definitiva em 30 (trinta) dias-multa, na razão de um trigésimo do salário-mínimo vigente à época do fato, considerando a situação econômica do réu, (artigo 60 do CPB). A correção monetária terá por termo inicial a data do cometimento do delito, sob pena de não se manter a força retributiva que da sanção se espera. Esse é o entendimento esposado na RTARGS nº 87/57 a qual me filio. Ante o montante da pena do réu e a natureza do delito de violência contra a pessoa, descabe mencionar a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, e nem tampouco a suspensão da pena ¿ "sursis". Mantenho a custódia cautelar do acusado, vez que até o presente momento o réu ainda encontra-se na qualidade de foragido, se quer chegou a ficar pelo no presente processo, bem como bem como visando garantir a aplicação da Lei Penal. Deixo de fixar o valor mínimo a vítima para a reparação dos danos causados pela infração, pois a interpretação do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, deve ser compatibilizada com o princípio da inércia da jurisdição. Sem pedido não pode o juiz condenar. Expeça-se guia de execução penal provisória do acusado e encaminhe a Vara de Execuções Penais competente para processar o feito, juntando os documentos de praxe. Intimem-se o via Edital, em vista de ter sido decretado a sua revelia. Intimem-se as partes (MP e DP). Com o trânsito em julgado, e após o cumprimento do mandado de prisão. Expeça-se guia de execução penal definitiva, juntando certidão de trânsito em julgado da mesma, bem como certidão de antecedentes criminais atualizada dos apenados e os documentos de praxe Comunique-se o TRE, na forma do artigo 15, inciso III da CF/88. Inclua o nome do apenado no rol dos culpados. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Curuçá/PA, 19 de outubro de 2021. JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA. Juiz de Direito, Titular da Comarca de Curuçá/PA e Terra Alta/PA.

Endereço da sede do Juízo: FÓRUM ESCRIVÃO MANOEL DA CUNHA COUTO, SITO À RUA GONÇALO FERREIRA, 348, BAIRRO CENTRO ¿ CEP 68.750-000, CURUÇÁ/PA. Expediu-se o presente edital em 10.11.2021, o qual será afixado no local de costume deste Juízo e publicado no Diário da Justiça, nos termos do Art. 361 do CPB. Eu, _____ Patrícia Gomes de Brito, assino na forma do Provimento nº 06/09-CJCI e Art. 1º § 1º VII do Provimento 06/06-CJCRMB.

COMARCA DE LIMOEIRO DO AJURU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE LIMOEIRO DO AJURU

RESENHA: 08/11/2021 A 10/11/2021 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE LIMOEIRO DO AJURU - VARA: VARA UNICA DE LIMOEIRO DO AJURU PROCESSO: 00032037720168140087 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIEGO GILBERTO MARTINS CINTRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 08/11/2021 DENUNCIADO:NAILSON DA SILVA BALIEIRO Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) VITIMA:E. S. S. PROCURADOR(A):KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES. Processo: 0003203-77.2016.814.0087 Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual Denunciado: Nailson da Silva Balieiro VÃ-tima: E.S.D.S. CapitulaÃ§Â¿o ProvisÃ³ria: Artigo 121, caput, do CÃ³digo Penal Brasileiro (fls.176-178). DECISÃO Â Â Â Â Â Â Â Â 1. Considerando o teor do ofÃ-cio nÂº 165/2020-DP/DI encaminhado Ã este JuÃ-zo pela Defensoria PÃºblica do ParÃ¡, do OfÃ-cio nÂº 195 / 2020- DP / DI, reafirmando a impossibilidade de atuaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica do Interior nos processos de Limoeiro do Ajuru, e que nÃ£o se obteve Ãªxito em contactar, a tempo, a Dra. JOSIELEM CARINA DE MORAES PANTOJA-OAB/PA 23.187, em observÃ¢ncia Ã s garantias constitucionais de razoÃ¡vel duraÃ§Ã£o do processo, contraditÃ³rio e ampla defesa, procedo a substituiÃ§Ã£o da Dra. JOSIELEM CARINA DE MORAES PANTOJA- OAB/PA 23.187, pelo Dr. REINILDO COELHO OLIVEIRA, OAB/PA nÂº29.827, para atuar na defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o causÃ-dico Dr. REINILDO COELHO OLIVEIRA, OAB/PA nÂº29.827, para que compareÃ§a Ã sessÃ£o do Tribunal do JÃºri acima designada. Ante a inexistÃªncia de Defensoria PÃºblica nesta Comarca e a necessidade de nomeaÃ§Ã£o de advogado a fim de assegurar a observÃ¢ncia das garantias constitucionais, devem ser fixados honorÃ¡rios em favor do advogado dativo. Nessa esteira de raciocÃ-nio trago julgados do Colendo Superior Tribunal de JustiÃ§a, vejamos: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SENTENÃA PENAL. DEFENSOR DATIVO. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. ESTADO. RESPONSABILIDADE. ART. 472 DO CPC. VIOLAÃÂ¿O. INEXISTÃNCIA. 1. A jurisprudÃªncia deste Superior Tribunal de JustiÃ§a Ã© no sentido de que a sentenÃ§a que determina o pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios ao defensor dativo, nomeado pelo juiz ao rÃ©u necessitado, constitui tÃ-tulo executivo judicial a ser suportado pelo Estado, quando inexistente ou insuficiente a atuaÃ§Ã£o da Defensoria PÃºblica na respectiva Comarca. 2. NÃ£o hÃ¡ falar em violaÃ§Ã£o ao artigo 472 do CPC, porquanto o caso nÂ¿o apresenta hipÃ³tese que obriga terceiro estranho Ã lide. 3. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ. Resp 875770 / ES. Rel. Min. Carlos Fernando Mathias. Segunda Turma. UnÃ¢nime. DJU de 04.08.2008). EMBARGOS DE DECLARAÃÂ¿O EM HABEAS CORPUS. NARCOTRÃFICO. AUSÃNCIA DE OMISSÂ¿O. HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS DE ADVOGADO DATIVO. FIXAÃÂ¿O PELO JUIZ DA CAUSA. EMBARGOS REJEITADOS. 1. A fixaÃ§Ã£o de honorÃ¡rios advocatÃ-cios em razÃ£o da atuaÃ§Ã£o do Advogado como Defensor Dativo deve ser solicitada diretamente ao Juiz da causa. 2. Embargos de DeclaraÃ§Ã£o rejeitados.(STJ. EDcl no HC 149080 / SC. Rel. Min. NapoleÃ£o Nunes Maia Filho. Quinta Turma. UnÃ¢nime. DJU de 06.09.2010). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. NOMEAÃÂ¿O DE DEFENSOR DATIVO. CONDENAÃÂ¿O DO ESTADO NO PAGAMENTO DOS HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. POSSIBILIDADE. DEFENSORIA PÃBLICA. AUSENTE. 1. Deve o Estado arcar com o pagamento de honorÃ¡rios advocatÃ-cios ao defensor dativo, nomeado pelo juiz ao rÃ©u juridicamente necessitado, quando inexistente ou insuficiente Defensoria PÃºblica na respectiva Comarca. 2. Agravo regimental nÂ¿o provido.(STJ. AgRg no Resp 685788 / MA. Rel. Min. Mauro Campbell. Segunda Turma. UnÃ¢nime. DJU de 07.04.2009). EMBARGOS Ã EXECUÃÂ¿O. DEFENSOR DATIVO. CONDENAÃÂ¿O EM HONORÃRIOS ADVOCATÃCIOS. ÃNUS DO ESTADO. I - O advogado nomeado defensor dativo, em processos em que figure como parte pessoa economicamente necessitada, faz jus a honorÃ¡rios, cabendo Ã Fazenda o Ã´nus pelo pagamento. Precedentes: Resp nÂº 493.003/RS, Rel. Min. JOÂ¿O OTÃVIO DE NORONHA, DJ de 14/08/06; Resp nÂº 602.005/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 26/04/04; RMS nÂº 8.713/MS, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, DJ de 19/05/03 e AgRg no Resp nÂº 159.974/MG, Rel. Min. FRANCISCO FALCÂ¿O, DJ de 15/12/03. II - Agravo regimental improvido. (STJ. AgRg no Resp 1041532 / ES. Rel. Min. Francisco FalcÂ¿o. Primeira Turma. DJU de 25.06.2008). Â Â Â Â Â Â Â Â Â Sendo assim, nos termos dos julgados retrocitados, e que, de acordo com o art. 34, inciso XII da Lei 8906/94-EOAB, a nomeaÃ§Ã£o de advogado nessas hipÃ³teses Ã© subsidiÃ¡ria, arbitro, com fundamento no que estabelece o art. 22, Â§ 1Â°, do mesmo Estatuto, o valor dos honorÃ¡rios advocatÃ-cios em R$ 6.275,21 (seis mil, duzentos e setenta e

cinco reais e vinte e um centavos), conforme seÃ§Ã£o XXIII - ADVOCACIA CRIMINAL - item 7 - 7.2.1 da Tabela de honorÃ¡rios AdvocatÃ-cios instituÃ-da pela ResoluÃ§Ã£o nÂº 09, de 27 de fevereiro de 2018 - OAB/PA, aplicada ao caso concreto em face de ausÃªncia de disposiÃ§Ã£o mais especifica. Â Â Â Â Â Â Â Â Â 2. P.D.J.E. ExpeÃ§a-se o necessÃ¡rio. Intime-se. Cumpra-se. Limoeiro do Ajuru (PA), 08 de novembro de 2021. DIEGO GILBERTO MARTINS CINTRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Limoeiro do Ajuru PROCESSO: 00032037720168140087 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): DIEGO GILBERTO MARTINS CINTRA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 10/11/2021 DENUNCIADO:NAILSON DA SILVA BALIEIRO Representante(s): OAB 26494 - KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES (ADVOGADO) VITIMA:E. S. S. PROCURADOR(A):KELVYN CARLOS DA SILVA MENDES. SENTENÃA Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Vistos, etc. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Adoto como relatÃ³rio o mesmo da decisÃ£o de PronÃºncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Submetido a julgamento o pronunciado NAILSON DA SILVA BALIEIRO, o douto Conselho de SentenÃ§a acolheu, por maioria de votos, a tese sustentada pelo MinistÃ©rio PÃºblico de homicÃ-dio simples contra o Sr. EZEQUIEL SOUZA DE SOUZA. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Como se vÃª, o JURI reconheceu a responsabilidade criminal do pronunciado pelo crime de HOMICIDIO SIMPLES contra a pessoa da vÃ-tima EZEQUIEL SOUZA DE SOUZA, estando o rÃ©u incurso nas penas do artigo 121, caput, do CP.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Passo a fixar a pena em relaÃ§Ã£o ao crime de homicÃ-dio simples: Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Considerando o que determina o Artigo 59 do CÃ³digo Penal Brasileiro, a CULPABILIDADE do rÃ©u Ã© reprovÃ¡vel, demonstrando menosprezo quanto Ã s autoridades pÃºblicas constituÃ-das, na medida em que cometeu o crime por voltas das 13h30. Constato que o rÃ©u Ã© portador de MAUS ANTECEDENTES, sendo reincidente, conforme certidÃ£o nos autos (fls.34, 174 e 279/281-V), todavia esta circunstÃ¢ncia serÃ¡ valorada na segunda fase, evitando-se bis in idem, conforme SÃºmula 241 do STJ. Sua CONDUTA SOCIAL considero normal. NÃ£o hÃ¡ elementos nos autos que permitam aferir sua PERSONALIDADE. Os MOTIVOS do crime sÃ£o desconhecidos. As CIRCUNSTÂNCIAS sÃ£o desfavorÃ¡veis ao rÃ©u, tendo em vista que mandou que CLARICE chamasse a vÃ-tima para que praticasse seu intento criminoso, qual seja, ceifar a vida do Ezequiel. As CONSEQÜÊNCIAS do crime sÃ£o normais ao tipo. O COMPORTAMENTO DA VÍTIMA nÃ£o contribuiu para o ocorrido. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Posto isto, fixo a PENA BASE em 10 anos de RECLUSÃO. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o existem atenuantes. PorÃ©m presente a agravante da reincidÃªncia, prevista no art. 61, I, do CP, pelo que agravo a pena em 01 ano de reclusÃ£o, passando a dosar a pena intermediÃ¡ria em 11 anos de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Inexistem causas de diminuiÃ§Ã£o e aumento de pena. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Fica, portanto, o rÃ©u NAILSON DA SILVA BALIEIRO CONDENADO a uma PENA DEFINITIVA de 11 anos de reclusÃ£o pelo crime de homicÃ-dio simples. DETERMINAÇÃO DO REGIME PRISIONAL INICIAL Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u foi condenado a uma de pena de 11 anos de reclusÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Assim, sendo o rÃ©u condenado a uma pena superior a 08 (oito) anos, em atenÃ§Ã£o ao art. 33, Â§2Âº, a, e Â§3Âº, do CP, verificando, ademais, existirem circunstÃ¢ncias judiciais desfavorÃ¡veis, as quais jÃ¡ foram analisadas, deve o rÃ©u começar a cumprir a pena no REGIME FECHADO. DETRAÇÃO Â Â Â Â Â Â Â Â Â O Â§2Âº, do art. 387, do CPP, impÃµe que o juiz realize a detraÃ§Ã£o quando da prolaÃ§Ã£o da sentenÃ§a. Compulsando os autos, verifico que o condenado nÃ£o ficou preso por este processo. Deste modo, deve o condenado começar a cumprir o restante da pena em regime FECHADO. ANÁLISE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS E APLICAÇÃO DO SURSIS Â Â Â Â Â Â Â Â Â Neste caso, o condenado nÃ£o satisfez as condiÃ§Ãµes previstas no art. 44 do CP. Verifico que o condenado nÃ£o preenche os requisitos para concessÃ£o desta benesse, vez que foi condenado a pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos e algumas circunstÃ¢ncias judiciais lhes sÃ£o desfavorÃ¡veis. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Da mesma forma, entendo que o sursis nÃ£o pode ser concedido, a teor do art. 77, caput, do CP, pois foi condenado a pena privativa de liberdade superior a 2 (dois) anos. Art. 77 - A execuÃ§Ã£o da pena privativa de liberdade, nÃ£o superior a 2 (dois) anos, poderÃ¡ ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: DESNECESSIDADE DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA Â Â Â Â Â Â Â Â Â O rÃ©u passou todo o processo em liberdade, estando atualmente solto por este processo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â NÃ£o hÃ¡ elementos para subsidiar o decreto preventivo. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Em razÃ£o disto, concedo ao condenado o direito de recorrer em liberdade. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Condeno o rÃ©u ao pagamento das custas processuais. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â ApÃ³s o trÂ¢nsito em julgado (CF, art. 5Âº, LVII): a)Â Â Â Â Â Lance-se o nome do rÃ©u no rol dos culpados (CPP, art. 393, II); b)Â Â Â Â Â Â ExpeÃ§a-se guia de execuÃ§Ã£o definitiva, remetendo-a ao JuÃ-zo competente.Â c)Â Â Â Â Â Oficie-se Ã JustiÃ§a Eleitoral para fins de suspensÃ£o dos direitos polÃ-ticos do condenado (CF/88, art. 15, III); d)Â Â Â Â Â Oficie-se ao Ã³rgÃ£o encarregado da EstatÃ-stica Criminal (CPP, art. 809, Â§ 3Âº); e)Â Â Â Â Â FaÃ§am-se as demais comunicaÃ§Ãµes de estilo; e f)Â Â Â Â Â Arquive-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â MinistÃ©rio PÃºblico e Defensor Dativo intimados nesta

sessÃ£o. Intime-se o acusado por edital, na forma do art. 392, VI, Â§1Âº, do CPP. DecisÃ£o Publicada. Registre-se. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â FÃ³rum da Comarca de Limoeiro do Ajuru, aos 10 de novembro de 2021, precisamente Ã s 13h04min. DIEGO GILBERTO MARTINS CINTRA Juiz de Direito, Presidente do Tribunal do jÃºri

COMARCA DE MÃE DO RIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

PROCESSO: 0007850-33.2018.814.0027

AÇÃO PENAL ¿ ART. 121, §2º, INCISO IV, DO CPB e ART. 244-B, DO ECA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉU: **VINICIUS DE SOUZA CORDEIRO**

ADVOGADO: DR. DASSAEW KLINSMANN DE VASCONCELOS ROCHA OAB/PA Nº 23.577

Vistos, etc.

1. Junte-se aos autos e promova-se a inserção do Relatório do processo no Libra.

2. Designo o dia 18.11.2021, a partir das 08:00 horas para realização da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri.

3. Providenciem-se as intimações necessárias e dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Mãe do Rio ¿ PA., 24 de agosto de 2021.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito

COMARCA DE PORTO DE MOZ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PORTO DE MOZ

Número do Processo: 0000401.2019.8.14.0075 Natureza: CONTRATOS ADMINISTRATIVOS **Juiz de Direito:** DR. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE **Requerente:** LUANA SENA E SILVA **Advogada:** DRA. DEELLEN LIMA DE FREITAS ¿ OAB/PA Nº 27476-A **Requerido:** MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ **Representante:** DR. NICANOR MORAES BARBOSA ¿ OAB/PA Nº 19.490 **Preposta:** DRA. IVANA GUERRA PONTES - OAB/PA Nº 27.802 **Juízo**: COMARCA DE PORTO DE MOZ **Data:** 06.11.2019 **Hora:** 09h00mim **TERMO DE AUDIÊNCIA ABERTA A AUDIÊNCIA**, constatou-se a presença das partes: autor (a), advogado (a) da parte, procurador e preposta do Município. De comum acordo, as partes solicitaram a suspensão do feito pelo prazo 90 (noventa) dias corridos, conforme preceitua artigo 313, inciso II, do Código de Processo Civil (CPC). Ato contínuo, o procurador do Município solicitou a juntada da carta de preposto e da contestação aos autos. Outrossim, as partes não desejam produzir mais provas em audiência de instrução e julgamento e requerem, quando possível, o imediato julgamento do feito. Assim sendo, o magistrado **DELIBEROU**: 01. **JUNTE-SE** aos autos a contestação e a carta de preposição apresentada pelo Município de Porto de Moz; 02. **SUSPENDA-SE** este processo no Sistema Libra (código 1015) pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos; 03. Finda a suspensão acima, **CONCEDO** o prazo de 15 (quinze) dias úteis para parte autora se manifestar sobre as preliminares e eventuais pontos controvertidos da contestação; **04**. Após, **CONCLUSOS** para sentença; 05. **SERVIRÁ** o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Nada mais havendo determinou o MM Juiz o encerramento do presente termo digitado e subscrito por mim _____ Edivânia Coelho Santos, auxiliar judiciário, digitei e subscrevi o presente termo Juiz de Direito: Autor (a): Advogado (a): Advogado (a): Preposto (a): Requerido:

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 00076694820198140075 Requerente: **MANOEL SAMI SERRA DA COSTA** Advogado: **FREDY ALEXEY SANTOS** Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007990-83.2019.814.0075 Requerente**: MANOEL SAMI SERRA DA COSTA** Advogado**: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12865-A** Requerido**: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO** 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de

direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009** . Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007409-68.2019.8140075 Requerente**: OSVALDIELSON DA SILVA SANTOS** Advogado**: FREDY ALEXEY SANTOS** Requerido**: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO** 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007610-60.2019.814.0075 Requerente: MARIA NÚBIA GOIS ALVAREZ DA SILVA Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA ° 12865-A Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009** . Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007576-85.2019.814.0075 Requerente: ISABEL SOARES DE ABREU Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12.865 Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de

direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009** . Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007610-60.2019.814.0075 Requerente: MARIA DO SOCORRO GONZAGA DE CARVALHO Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12865-A Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007651-27.2019.814.0075 Requerente: FRANCILENE MOREIRA DE ABREU Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12.865 Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0006176-70.2018.814.0075 Requerente: REGINALDO FERREIRA BARBOSA Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12.865 Requerido: MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas

as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007672-71.2017.814.0075 Requerente: ELIZANGELA GUEDES CARDOSO Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB N° 12865-A Requerido: MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0004158-76.2018.814.0075 DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007594-09.2019.814.0075 Requerente: EVANDRA MARIA MOREIRA TENÓRIO Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12865-A Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se

ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009** . Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007649-57.20198140075 Requerente: AMARILSON MUNIZ DOS SANTOS Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12865-A Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007593-24.2019.814.0075 Requerente: MARLA CRISTINA DE LIMA COSTA Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12865-A Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009** . Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007632-21.2019.814.0075 Requerente: TEREZINHA QUARIGUAZIL DA SILVA Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12.865-A Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de

Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007609-75.2019.814.0075 Requerente: LUCIANE DA SILVA GARCIA Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12.865-A Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009** . Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0004121-49.2018.814.0075 Requerente: ADABERICO PINHEIRO MALAQUIAS Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12.865-A Requerido: MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ- PREFEITURA MUNICIPAL DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007652-80.2017.814.0075 Requerente: SIDIANE CARDOSO DE FREITAS Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS OAB/PA N° 12.865-A Requerido: MUNICÍPIO DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às

partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009**. Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

Autos de Ação Ordinária de Cobrança Processo: 0007569-93.2019.814.0075 Requerente: JANETE SOARES TAVARES Advogado: FREDY ALEXEY SANTOS, OAB/PA N° 12.865-A Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ DESPACHO 1. Processo em ordem, na data de hoje. 2. Analisando os autos, entendo que o feito comporta julgamento antecipado do mérito, estando maduro para julgamento, nos termos do artigo 355 do Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria de direito e todas as provas necessárias ao julgamento da lide já se encontram nos autos, sendo prescindível, pois, a produção de outras provas. Assim, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Civil, dê-se ciência às partes do julgamento antecipado da lide. 3. Após, não havendo manifestação das partes, no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para sentença. **Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009** . Porto de Moz, 22 de outubro de 2021. **Rodrigo Silveira Avelar** Juiz de Direito Substituto respondendo pela Vara Única de Porto de Moz

COMARCA DE PRAINHA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRAINHA

PROCESSO Nº 00039135420178140090, AÇÃO LIMINAR (TUTELA PROVISÓRIA): REQUERENTE: CARLA PATRICIA RICAS JORGE LONDERO; DANDRA KAIM AO DR. DR. KLEHYDYFF ALVES DE MIRANDA OAB/PA 9640, CPF n° 566.311.622-20, com escritório profissional na Rua ANTÔNIO EVERTOSA n° 2442 - Pedreira, Belém/PA 9640, CEP 66085-757. E o AO DR. THIAGO ANDERSON REIS FERREIRA OAB/PA 11.784, VANESSA FRAZÃO CORRÊA FERREIRA, OAB 16618, ambos com endereço na Avenida Mendonça Furtado n° 3387, sala 08, bairro Aldeia, CEP: 68.404-050, Santarém/PA, REQUERIDO: GENÉSIO VENTURINE, AO DR. JOSÉ ORLANDO DA SILVA ALENCAR OAB/PA 8945, com escritório sito à Rua Barão do Rio Branco, 45, Prainha/PA, e o DR. ADILSON CORRÊA DA SILVA OAB/PA, 17.601, com Escritório sito à Rua Barão do Rio Branco, n° 44, Bairro Liberdade, CEP: 68.130.000, e o AO DR. ADAMÔR GIMARÃES MALCHER OAB/PA 5361, com escritório Profissional na Rua 1° de Maio n° 13 D, Bairro da Paz, CEP: 68.130.000, Prainha/PA. I N T I M A Ç Ã O J U D I C I A L, Através do presente, de ordem do Dr. SIDNEY POMAR FALCÃO, MM. Juiz de Direito Titular da Vara única da Comarca de Prainha, ficam Vossas Senhorias devidamente intimado **para comparecer à audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 03/02/2022, às 08:50hs**. Na sala de audiência no Prédio do Fórum desta Comarca de Prainha-Pá. Comarca de Prainha-Pá OBSERVANDO QUE:

1. A parte autora parte autora será intimada da audiência por meio de publicação no Diário Oficial através de seu procurador, dispensando-se a expedição de carta;

2. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a autora do dia, hora e local da audiência, dispensando-se a intimação do Juíza, na forma do artigo 455.

PROCESSO Nº 00039135420178140090, AÇÃO LIMINAR (TUTELA PROVISÓRIA): REQUERENTE: CARLA PATRICIA RICAS JORGE LONDERO; DANDRA KAIM AO DR. DR. KLEHYDYFF ALVES DE MIRANDA OAB/PA 9640, CPF n° 566.311.622-20, com escritório profissional na Rua ANTÔNIO EVERTOSA n° 2442 - Pedreira, Belém/PA 9640, CEP 66085-757. E o AO DR. THIAGO ANDERSON REIS FERREIRA OAB/PA 11.784, VANESSA FRAZÃO CORRÊA FERREIRA, OAB 16618, ambos com endereço na Avenida Mendonça Furtado n° 3387, sala 08, bairro Aldeia, CEP: 68.404-050, Santarém/PA, REQUERIDO: GENÉSIO VENTURINE, AO DR. JOSÉ ORLANDO DA SILVA ALENCAR OAB/PA 8945, com escritório sito à Rua Barão do Rio Branco, 45, Prainha/PA, e o DR. ADILSON CORRÊA DA SILVA OAB/PA, 17.601, com Escritório sito à Rua Barão do Rio Branco, n° 44, Bairro Liberdade, CEP: 68.130.000, e o AO DR. ADAMÔR GIMARÃES MALCHER OAB/PA 5361, com escritório Profissional na Rua 1° de Maio n° 13 D, Bairro da Paz, CEP: 68.130.000, Prainha/PA. I N T I M A Ç Ã O J U D I C I A L, Através do presente, de ordem do Dr. SIDNEY POMAR FALCÃO, MM. Juiz de Direito Titular da Vara única da Comarca de Prainha, ficam Vossas Senhorias devidamente intimado **para comparecer à audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 03/02/2022, às 08:50hs**. Na sala de audiência no Prédio do Fórum desta Comarca de Prainha-Pá. Comarca de Prainha-Pá OBSERVANDO QUE:

1. A parte autora parte autora será intimada da audiência por meio de publicação no Diário Oficial através de seu procurador, dispensando-se a expedição de carta;

2. Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a autora do dia, hora e local da audiência, dispensando-

se a intimação do Juíza, na forma do artigo 455.

PROCESSO Nº 00024642720188140090, AÇÃO PENAL FURTO, AUTOR: Ministério Público, RÉ: IANEILE DIS SANTOS ALVARENGA. DR. JACKSON PIRES CASTRO SOBRINHO OAB/PA 28.943. Com escritório sito Travessa Tancredo neves s/n, Bairro Centro ¿ CEP. 68.1300-000, Prainha/PA. I N T I M A Ç Ã O J U D I C I A L, Através do presente, de ordem do Dr. SIDNEY POMAR FALCÃO, MM. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Prainha, fica Vossa Senhoria devidamente intimada **para comparecer à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 15/02/2022, às 10:50hs**. Na sala de audiência no Prédio do Fórum desta Comarca de Prainha-Pá.

COMARCA DE SALVATERRA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALVATERRA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 8 6 1 4 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIVIA FORMIGOSA DE LIMA A??o: Reintegração / Manutenção de Posse em: 09/11/2021---REQUERENTE:BENEDITO ELY VALENTE DA CRUZ Representante(s): OAB 17835 - HUGO LEONARDO PADUA MERCES (ADVOGADO) OAB 19714 - BRUNO CABRAL PINHO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 23863 - VICTOR RUSSO FROES RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 23935 - JOAO VITOR PENNA E SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIO RAMOS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 19557 - TIAGO FERNANDO RAMOS DE OLIVEIRA MARTINS (ADVOGADO) REQUERIDO:HELIO ROBERTO GONCALVES Representante(s): OAB 19557 - TIAGO FERNANDO RAMOS DE OLIVEIRA MARTINS (ADVOGADO) ATO ORDINATÓRIO Considerando o teor do Provimento nº 006/2006-CJRMB, c/c art. 1º do Provimento nº 006/2009-CJCI, e de ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca Dr. Wagner Soares da Costa, intime-se a parte requerida por seus causídicos via DJE, para apresentar alegações finais no prazo legal. Salvaterra, 09/11/2021. Lívia Formigosa de Lima. Diretora de Secretaria. Provimento 006/2009-CJCI.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 7 9 0 4 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Ação Penal de Competência do Júri em: 03/11/2021---VITIMA:M. E. M. B. DENUNCIADO:JONAS LUCENA PENA Representante(s): OAB 8842 - MARCOS BAHIA BEGOT (ADVOGADO) AÇÃO PENAL Autos nº 0002790-47.2019.8.14.0091 Tipificação: art. 121, §2º, inciso VI, c/c art. 14, II, do Código Penal, e art. 163, §único do Código Penal Brasileiro - CPB e art. 147 do CP c/c art. 7º, incisos I e II, da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) Autor: Ministério Público Estadual Denunciado: JONAS LUCENA PENA, vulgo BUDEGA SENTENÇA 1 ¿ Relatório O Ministério Público Estadual ofereceu DENÚNCIA em face de JONAS LUCENA PENA, vulgo BUDEGA, já qualificado na inicial, imputando-lhe a prática do crime de tentativa de feminicídio, dano qualificado e ameaça, todos no contexto de violência doméstica. Segundo a denúncia, em 19/5/2019, por volta de 23h00min, o denunciado ingressou na residência da vítima, no momento em que ela tomava banho, e, se utilizando de um terçado, fez ameaças a ela, além de ter destruído vários bens no interior do imóvel, e, ainda, teria tentado matá-la. O denunciado desferiu 5 (cinco) golpes de terçado na vítima, os quais lhe atingiram o lado esquerdo da costa, o braço direito, o lado esquerdo de seu rosto e suas pernas. Após ter sido acionada, a polícia militar se dirigiu até o local e constatou que o réu estava proferindo ameaças contra a vítima, momento em que a guarnição ingressou no imóvel e efetuou a prisão do acusado. A denúncia foi recebida em 16/12/2019 (fl. 45). Resposta à acusação na fl. 57. A audiência de instrução e julgamento foi realizada no dia 12/5/2021, ocasião em que foram ouvidas a vítima, as testemunhas presentes, e interrogado o réu. Em memoriais escritos, o Ministério Público pugnou pela impronúncia do réu quanto a prática do delito de feminicídio na modalidade tentada, ante a ausência de animus necandi. Por outro lado, pugnou pela condenação do acusado pela prática dos delitos de dano qualificado, ameaça e violência doméstica. Em alegações finais, a Defesa do réu pugnou pela sua absolvição do delito de tentativa de feminicídio e, em caso de condenação, que se limitasse apenas ao delito de lesão corporal. Relatei o essencial. DECIDO. 2 ¿ Fundamentação Como dito, trata-se de ação penal pública incondicionada com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do réu suso mencionado, pela prática dos delitos tipificados art. 121, §2º, incisos VI, c/c art. 14, II, e art. 129, §9º, art. 147 e art. 163, § único, I, todos do CPB. O crime de homicídio traz a seguinte redação: Homicídio simples Art. 121. Matar alguém: Pena - reclusão, de seis a vinte anos A sua forma qualificada pelo parágrafo segundo do artigo acima, inciso VI, contém o seguinte teor: Feminicídio § 2° Se o homicídio é cometido: (...) VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: Pena - reclusão, de doze a trinta anos. Já o crime de dano qualificado está previsto no art. 163, parágrafo único, do CPB, e traz a seguinte redação: Dano qualificado Parágrafo único - Se o crime é cometido: I - com violência à pessoa ou grave ameaça; Pena - detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência. O crime de ameaça vem descrito no artigo 147 do CPB, que traz a seguinte redação: Ameaça Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. O delito de violência doméstica vem

insculpido no art. 129, §9º, do CPB, com a seguinte redação: Violência Doméstica § 9o Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. Como se sabe, a responsabilidade criminal de qualquer pessoa deve ser aferida a partir das provas produzidas durante o curso da instrução e que levem à conclusão de que o fato realmente existiu (materialidade) e de que o réu foi, efetivamente, a pessoa que o praticou (autoria). Para além disso, é preciso verificar se o fato constitui um fato típico, vale dizer, se a sua descrição se encaixa no contexto trazido pelo tipo de injusto previsto no artigo em referência, bem como se não se faz presente nenhuma causa excludente da antijuridicidade ou da culpabilidade. Vamos adiante. Quanto ao delito de tentativa de feminicídio A materialidade, vale dizer, a existência do crime de tentativa de homicídio qualificado, na modalidade feminicídio, consoante o próprio Ministério Público ressaltou em suas alegações finais, não ficou comprovada. Em verdade, consta nos autos que a vítima foi atingida por cinco golpes de terçado, o que lhe ocasionou lesões superficiais no corpo, conforme o laudo de exame de corpo de delito (fl. 9 do IP), mas não ficou demonstrado que houve tentativa de homicídio, eis que ausente o animus necandi pelo réu. Consoante bem asseverou o órgão ministerial, o denunciado teve todas as condições necessárias para chegar ao resultado morte, eis que por mais de uma vez esteve com a vítima, e, em que pese ter ficado sozinho com ela, mesmo estando na posse de um terçado, o acusado poderia ter facilmente consumado o homicídio, caso esta fosse realmente sua vontade, ou, ao menos tentado. Todavia, pelas provas produzidas nos autos, o que se nota é que o réu golpeou várias vezes a vítima, porém se utilizando da parte lateral do terçado, o que causou à ofendida várias escoriações pelo corpo. Logo, não há que se falar em tentativa de homicídio, ante a ausência de animus necandi por parte do réu, bem como a ação do denunciado não demonstra que ele agiu com o intento de matar a vítima, o que faz com que seja esvaziado o tipo penal de homicídio (feminicídio), na modalidade tentada. Por outro lado, quando se coteja a conduta do acusado com aquelas dos tipos penais indicados pelo MP, em suas alegações finais, a saber o delito de violência doméstica, ameaça e dano qualificado, tem-se que a ação do réu se adequa aos tipos insculpidos nos artigos 129, §9º; 147 e 163, parágrafo único, I, todos do CPB. Passo a analisar as condutas referentes aos artigos supracitados. Quanto a Violência Doméstica A materialidade vem consubstanciada no exame de corpo de delito (fl. 9 do IP) e no depoimento da vítima e testemunhas presenciais do fato, as quais confirmaram ter o réu desferido vários golpes na vítima, se utilizando da parte lateral do terçado, o que teria causado a ela algumas escoriações pelo corpo. A autoria também é inconteste e recai, invariavelmente, sobre a pessoa do denunciado, considerando que foi a pessoa colocada na cena do crime como o praticante dos golpes. O réu não confessou ter agredido a vítima. Em que pese não tenha ocorrido a confissão pelo acusado, no presente caso, há outros elementos de prova que nos fazem acreditar, seguramente, que o denunciado praticou a violência doméstica, em especial o depoimento, em juízo, da vítima, e o laudo de exame de corpo de delito. Diante disso, e considerando as provas produzidas nestes autos, constato que é atribuível ao réu a conduta estatuída no art. 129, §9º, do CPB, eis que a lesão corporal se deu contra sua ex-companheira, conforme relatado por ela no seu depoimento e testemunhado por pessoas que estavam no local e momento da ocorrência dos fatos. De todo o exposto, comprovada a materialidade e autoria quanto a prática delitiva, e não sendo aplicável ao réu nenhuma causa excludente da antijuridicidade ou da culpabilidade; deve o acusado, nos termos da lei, ser condenado à sanção prevista no sobredito artigo. Quanto a Ameaça A materialidade emerge dos depoimentos das testemunhas e da vítima, na esfera policial e repetidos harmonicamente em juízo. Além disso, os próprios policiais que efetuaram a prisão em flagrante disseram ter chegado na residência do vizinho da vítima, no momento em que o réu a ameaçava. A autoria é inconteste, eis que o réu foi apontado por todos (testemunhas e vítima) como a pessoa responsável por proferir ameaças em face da Sra. Maria Edilene. Portanto, ficou suficientemente provada a ação ameaçadora do réu em face da vítima, estando a conduta dele prevista como crime, nos termos do art. 147, do CP. Quanto ao Dano Qualificado A materialidade vem consubstanciada nos robustos elementos de informação colhidos ao longo da instrução processual, bem assim, e principalmente, através do laudo de constatação de danos a fl. 17 do IP e fotografias anexas a ele, além dos depoimentos das testemunhas e da vítima, e do relatório conclusivo da investigação policial. A autoria, por sua vez, aponta, invariavelmente, na direção do ora acusado, considerando que há nos autos, outras provas capazes de comprovar a autoria delitiva, notadamente os depoimentos das testemunhas presenciais dos fatos e, também, da vítima. Faticamente, portanto, é atribuível ao acusado a conduta estatuída no art. 163, § único, inciso I, do CPB. 3 ¿ Dispositivo Diante do exposto, e em consonância com a manifestação ministerial, IMPRONUNCIO o réu JONAS LUCENA PENA. Por outro lado, JULGO PROCEDENTE a denúncia para o fim de CONDENAR o réu JONAS LUCENA PENA pela prática dos crimes de lesão corporal no contexto de violência doméstica (art. 129, §9º, do CPB), dano qualificado (art. 163, parágrafo

único, do CPB) e ameaça (art. 147 do CPB). 4 ¿ Dosimetria Averiguadas as responsabilidades criminais do réu, passo a individualizar as penas, valendome, para tanto, das balizas previstas nos artigos 59 e 68 do Código Penal. 4.1 ¿ Violência Doméstica 4.1.1 ¿ Primeira Fase a) quanto a culpabilidade, entendida esta como sendo um juízo de reprovação (acima do normal) que recai sobre a conduta do agente, verifico que a ré agiu com culpabilidade normal à espécie; b) quanto aos antecedentes, verifico que o réu é tecnicamente primário; c) com relação a conduta social, não há, nos autos, elementos que tracem um perfil adequado do seu comportamento no meio em que vive; d) poucos elementos foram coletados acerca da personalidade do agente, razão pela qual não poderá ser valorada de modo a prejudicá-la; e) os motivos do crime, ou seja, o fator íntimo que desencadeou a ação criminosa, não ficaram bem delineados; f) as circunstâncias do crime, ou seja, o seu modus operandi, não se afastou do que comumente se verifica em casos quejandos; g) o crime não produziu consequências para a vítima; h) nada há que se valorar, negativamente, quanto ao comportamento da vítima. O crime de violência doméstica prevê, abstratamente, a pena de detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. Verificando a inexistência de circunstância judicial desfavorável, fixo a pena-base em 3 (três) meses de detenção. 3.1.3 ¿ Segunda Fase Não há circunstâncias agravantes, nem atenuantes, motivo pela qual mantenho a pena no patamar fixado na fase anterior. 3.1.4 ¿ Terceira Fase Na ausência de causas de aumento ou diminuição, torno definitiva a pena em 3 (três) meses de detenção. 3.2 ¿ Dano Qualificado 3.2.1 ¿ Primeira Fase i) quanto a culpabilidade, entendida esta como sendo um juízo de reprovação (acima do normal) que recai sobre a conduta do agente, verifico que a ré agiu com culpabilidade normal à espécie; j) quanto aos antecedentes, verifico que a ré é tecnicamente primário; k) com relação a conduta social, não há, nos autos, elementos que tracem um perfil adequado do seu comportamento no meio em que vive; l) poucos elementos foram coletados acerca da personalidade do agente, razão pela qual não poderá ser valorada de modo a prejudicá-la; m) os motivos do crime, ou seja, o fator íntimo que desencadeou a ação criminosa, não ficaram bem delineados; n) as circunstâncias do crime, ou seja, o seu modus operandi, não se afastou do que comumente se verifica em casos quejandos; o) o crime não produziu consequências para a vítima; p) nada há que se valorar, negativamente, quanto ao comportamento da vítima. O crime de dano qualificado prevê, abstratamente, a pena de detenção, de seis meses a três anos, e multa, além da pena correspondente à violência. Verificando a inexistência de circunstância judicial desfavorável, fixo a pena-base em 6 (seis) meses de detenção e o pagamento de 10 (dez) dias-multa. 3.2.3 ¿ Segunda Fase Não há circunstâncias agravantes, nem atenuantes, motivo pela qual mantenho a pena no patamar fixado na fase anterior. 3.2.4 ¿ Terceira Fase Na ausência de causas de aumento ou diminuição, torno definitiva a pena em 6 (seis) meses de detenção e o pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, levando-se em consideração a situação econômica do réu, observado o disposto no art. 60, do Código Penal. 3.3 ¿ Ameaça 3.3.1 ¿ Primeira Fase q) quanto a culpabilidade, entendida esta como sendo um juízo de reprovação (acima do normal) que recai sobre a conduta do agente, verifico que a ré agiu com culpabilidade normal à espécie; r) quanto aos antecedentes, verifico que a ré é tecnicamente primário; s) com relação a conduta social, não há, nos autos, elementos que tracem um perfil adequado do seu comportamento no meio em que vive; t) poucos elementos foram coletados acerca da personalidade do agente, razão pela qual não poderá ser valorada de modo a prejudicá-la; u) os motivos do crime, ou seja, o fator íntimo que desencadeou a ação criminosa, não ficaram bem delineados; v) as circunstâncias do crime, ou seja, o seu modus operandi, não se afastou do que comumente se verifica em casos quejandos; w) o crime não produziu consequências para a vítima; x) nada há que se valorar, negativamente, quanto ao comportamento da vítima. O crime de ameaça prevê, abstratamente, a pena de detenção, de um a seis meses, ou multa. Verificando a inexistência de circunstância judicial desfavorável, fixo a pena-base em 1 (um) mês de detenção. 3.3.3 ¿ Segunda Fase Não há circunstâncias agravantes, nem atenuantes, motivo pela qual mantenho a pena no patamar fixado na fase anterior. 3.3.4 ¿ Terceira Fase Na ausência de causas de aumento ou diminuição, torno definitiva a pena em 1 (um) mês de detenção. 4 ¿ Concurso de crimes Considerando que os crimes foram praticados em concurso material, procedo à soma das reprimendas para, enfim, condenar o réu à pena total de 10 (dez) meses de detenção. 5 ¿ Regime de Cumprimento de Pena Na esteira do que dispõe o art. 33, § 2°, alínea c, do Código Penal e o art. 33, § 3°, do mesmo diploma, fixo o regime inicial aberto. 6 ¿ Substituição da pena Não há se falar em substituição da pena para os sentenciados, porquanto não satisfeitos os requisitos objetivos previstos no artigo 44, I, do CPB. 7 ¿ Da suspensão condicional da pena Incabível, ante o não preenchimento do requisito contido no inciso art. 77, I, do CPB. 8 ¿ Indenização dos danos civis Com relação aos danos causados às vítimas, não houve pedido específico de indenização, impossibilitando assim qualquer discussão sobre o quantum, ou seja, não houve contraditório. Assim, não há como determinar o pagamento da indenização neste processo, sem prejuízo do ingresso com a respectiva ação no âmbito cível. 9 ¿ Direito de apelar em liberdade Concedo ao réu o direito de apelar em

liberdade, eis que inexistentes os requisitos para a decretação de sua prisão preventiva. 10 ¿ Bens e valores Verifico que no momento da prisão não foram apreendidos outros objetos, ou valores. 11 ¿ Efeitos específicos da condenação Não há efeitos específicos, nos termos do artigo 92, do CP. 12 ¿ Conclusão Por todo o exposto: Impronuncio o réu JONAS LUCENA PENA; Por outro lado, CONDENO o réu JONAS LUCENA PENA, à pena de 10 (dez) meses de detenção e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30º (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso, levando-se em consideração a situação econômica do réu, observado o disposto no art. 60, do Código Penal, pela prática dos crimes tipificados nos artigos art. 129, §9º, art. 147 e art. 163, § único, I, todos do CPB, a ser cumprido em regime inicial aberto, podendo o réu recorrer em liberdade; Condeno o acusado ao pagamento das custas deste processo. O réu não faz jus a qualquer benefício penal imediato. 13. Atos da Secretaria 1). Expeça-se mandado de intimação para o sentenciado, a fim de ser cientificado desta sentença, devendo ser informado do seu direito de recorrer, em liberdade, caso queira; 2. Intime-se a Defesa, via DJE; 3. Comunique a vítima (art. 201, §2º do CPP), encaminhando cópia desta sentença; 4. Vistas dos autos ao Ministério Público para que seja intimado desta sentença. Verificado o trânsito em julgado, certifique-se a respeito, efetuando em seguida as seguintes diligências: a) Oficie ao órgão encarregado da estatística criminal, informando da condenação do réu (CPP, art. 809); b) Lance o nome do réu no rol de culpados (artigo 5º, LVII, CRFB/88), para tanto, alterando junto ao Sistema Libra a situação do referido nacional; c) Informe à Justiça Eleitoral, por meio do Sistema ACOF, acerca da suspensão dos direitos políticos em decorrência de sentença penal condenatória transitada em julgado dos apenados, para que tomem as providências legais (artigo 15, III, CRFB/88 c/c artigo 72, §2º, Código Eleitoral c/c o art. 4º do Provimento Conjunto nº 001/2012 - CJRMB/CJI,); d) Façam-se as comunicações necessárias para fins de atualização dos antecedentes criminais do condenado junto à Diretoria de Identificação Enéas Martins da Polícia Civil deste Estado (Art. 809 do CPP); e) Não paga a multa, proceda-se na forma do art. 51 do Código Penal, com as alterações dadas pela Lei nº 9268/96; f) Providencie-se o necessário para a execução da pena (em autos próprios, SEEU) a ser acompanhada nesta própria comarca, arquivando-se em seguida o presente feito, e fazendo conclusos os autos próprios de execução penal para designação de audiência admonitória. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Salvaterra, 3 de novembro de 2021. WAGNER SOARES DA COSTA Juiz de Direito, titular de Salvaterra.

P R O C E S S O : 0 0 1 1 9 9 3 7 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): LIVIA FORMIGOSA DE LIMA Ação: Termo Circunstanciado em: 19/10/2021---AUTOR:FAGNER SARMENTO GOMES AUTOR:DAIANA SOUZA GOMES. EDITAL DE INTIMAÇÃO ¿ PRAZO 90 DIAS O Dr. WAGNER SOARES DA COSTA, Juiz de Direito Titular desta Comarca de Salvaterra, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER, aos que lerem este edital ou dele tomarem conhecimento, que, no Termo Circunstanciado nº 0011993-72.2015.8.14.0091 que tem como autor do fato o nacional FAGNER SARMENTO GOMES, brasileiro, natural Soure/PA nascido no dia 08/05/1989, portador do RG nº 6267159 PC/PA, CPF nº 014.855.522-57 filho de Ruth Rodrigues Sarmento e Ademilson Carlos Santos Gomes, foi proferida sentença aos 04/02/2020 pelo MM. Juiz de Direito, a qual DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE do Autor e, constando dos autos estar o Autor, em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente edital, com o prazo de 90 (noventa) dias, para INTIMÁ-LO dos termos da sentença mencionada e, ainda, cientificá-lo de que dispõe do prazo de 5 (cinco) dias, depois de decorrido o do presente edital, para se apresentar e poder recorrer da mesma, querendo, para a instância superior. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância ou desconhecimento, mandou expedir este edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Salvaterra, Estado do Pará, aos 19 (dezenove) dias do mês de outubro do ano de 2021 (dois mil e vinte um). Eu, _____ (Keully dos Santos Ferreira), Auxiliar de Secretaria, o digitei. LÍVIA FORMIGOSA DE LIMA Diretora de Secretaria. Provimento 006/2009-CJCI.

P R O C E S S O : 0 0 0 6 9 1 0 7 0 2 0 1 8 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 16/12/2019---AUTORIDADE POLICIAL:DELEGADO DE POLICIA CIVIL DE SALVATERRA DENUNCIADO:GABRIEL BALIEIRO PINHEIRO Representante(s): OAB 21503 - OLDEMAR PEREIRA ALVES (ADVOGADO) Autos nº...:0006910-70.2018.8.14.0091Acusado...:GABRIEL BALIEIRO PINHEIROTipificação:Art. 33 da lei 11.343/06 SENTENÇA 1 ¿ Relatório O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio da Promotoria de Justiça de Salvaterra, denunciou GABRIEL BALIEIRO PINHEIRO, imputando-lhe a conduta típica descrita

no art. art. 33 da lei 11.343/06. Diz a exordial, em apertada síntese, que no dia 06/11/2018, por volta de 00h00min, em via pública, mais especificamente na 5ª rua, bairro Piçarreira, neste município, PMs em ronda ostensiva teriam flagrado o denunciado portando 10 (dez) petecas de maconha, além da quantia em dinheiro no valor de R$-163,00. Posteriormente, dirigiram-se até a residência do réu, local em que foram encontrados 1 (um) tablete de maconha prensada e um celular Samsung, modelo J3. Levado preso, na delegacia se reservou ao direito de ficar em silêncio. Citado, apresentou defesa. A denúncia foi recebida em 11/03/2019. Foram realizadas três audiências, ocasiões em que foram ouvidas três testemunhas (dois policiais militares e JHONATA LUCAS DE JESUS SOUZA), bem como qualificado e interrogado o réu. Na fase do artigo 402, do CPP, as partes nada requereram. O MP, nos seus memoriais orais, entendeu provadas a autoria e materialidade, pugnado, assim, pela condenação do denunciado às penas do artigo 33 da lei de drogas. A defesa dativa, por sua vez, requereu a absolvição do réu ante a falta de provas. Relatei o essencial. 2 ¿ Fundamentação Como dito, trata-se de ação penal pública incondicionada com o objetivo de apurar a responsabilidade criminal do réu suso mencionado, pela prática do delito tipificado no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 ¿ tráfico de drogas, que traz a seguinte redação: Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa. O bem jurídico tutelado pela lei é a saúde pública. A vítima não é o usuário que adquire droga de traficante, mas é o Estado, especificamente a saúde pública. Portanto, no caso de se vender droga a alguém para consumo próprio, o adquirente não é a vítima do tráfico, mas, sim, o Estado (saúde publica) que figura como sujeito passivo imediato, eis que a conduta ¿adquirir para uso próprio¿ também constitui ato ilícito. A preocupação da lei na criminalização do tráfico não é a de evitar os males causados pela droga àqueles que a consomem, mas o de evitar o risco à integridade social que os entorpecentes acarreta (PACHECO, Gilberto Thums Vilmar, In Nova Lei de Drogas ¿ Crime, investigação e processo, 3ª Ed., São Paulo: Verbo Jurídico, p. 34.). A conduta de traficar, portanto, traduz a realização de qualquer dos 18 verbos, ou núcleos, previstos no artigo acima mencionado. Para além disso, no entanto, é preciso destacar a exigência da presença de um elemento subjetivo não explícito no tipo legal, qual seja, o objetivo de destinação de droga a terceiros. É evidente que alguns núcleos, por sua própria natureza, dispensam qualquer questionamento acerca da intenção do agente. Afinal, ninguém vende drogas a si mesmo. Outros, no entanto, carecem de comprovação do sobredito desígnio, a exemplo do núcleo guardar. Nesse aspecto, encontrada a droga com o agente a quem é imputada a conduto criminosa, é preciso averiguar a que título ele a guardava, portava, trazia consigo etc., a fim de evitar punições severas à condutas de pouco ou nenhuma lesividade à coletividade (como no caso do usuário). Pois bem, firmadas essas premissas, passo à análise do caso concreto. De acordo com os autos, os policiais militares, ANTÔNIO DA SILVA ARAÚJO e OSVALDO JULIO DA CONCEIÇÃO NUNES, ao revistarem o réu, encontraram em seu poder 10 (dez petecas) e 1 (um) tablete pesando aproximadamente 200 gramas de substância entorpecente, mais precisamente MACONHA, conforme laudo de constatação provisório de fl. 20 do IPL, além de um celular Samsung, modelo J3 e a quantia de R$-163,00. Tal fato foi confirmado em juízo pelos PMs ANTÔNIO e OSVALDO. O réu, no entanto, negou a posse da droga. Disse ele que a maconha foi plantada pelos policiais militares. Asseverou ser usuário, mas que a droga supostamente encontrada pelos milicianos não lhe pertencia. A testemunha JHONATA LUCAS DE JESUS SOUZA disse que o que foi encontrado com o réu era seu e que os policiais teriam forjado pra cima de GABRIEL, em virtude de não gostarem dele. A acusação afirma que o réu detinha a droga (maconha) para fins comerciais, amparado nas supostas denúncias anônimas recebidas pelos policiais militares responsáveis por sua prisão. Na hipótese, verifico que está ausente a materialidade do crime. Com efeito, se observa que está presente aos autos apenas o laudo de constatação provisório da droga (fl. 20 dos autos do IPL). Sabe-se que a lei determina que o laudo toxicológico definitivo é peça imprescindível para que seja apurada a materialidade do delito, não podendo a sentença se apoiar apenas no laudo de constatação para subsidiar a condenação. A jurisprudência do STJ já pacificou o entendimento de que, em regra, o laudo toxicológico definitivo é indispensável para a comprovação da materialidade do crime de tráfico de drogas. Contudo, excepcionalmente, admite-se laudo de constatação provisório como prova, caso revestido de certeza equivalente, quando produzido por perito oficial nos mesmos moldes do definitivo. Confira-se o precedente da Terceira Seção que pacificou o tema: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO. CONCLUSÃO PELA INSUFICIÊNCIA DAS PROVAS AMEALHADAS AOS AUTOS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Como já registrado na decisão agravada, o acórdão recorrido foi claro

ao ressaltar que o laudo toxicológico definitivo não havia sido juntado aos autos. Além disso, o Tribunal a quo considerou que os elementos informativos e as provas colhidas durante a instrução processual eram insuficientes para justificar a condenação dos ora agravados. 2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a falta da perícia toxicológica definitiva impõe a absolvição do acusado, por ausência de provas acerca da materialidade do delito, excepcionadas as hipóteses em que o laudo preliminar permite a obtenção do mesmo grau de certeza acerca da natureza do entorpecente. 3. Para alterar a conclusão manifestada no acórdão prolatado pelo Tribunal a quo, acerca da insuficiência de elementos aptos a justificar a condenação dos réus - entre os quais está inserido, por certo, o laudo de constatação provisória -, seria necessário o revolvimento do contexto fáticoprobatório amealhado aos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 547.888/BA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 12/12/2017) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DO LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DELITIVA. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. No julgamento do Eresp 1.544.057/RJ, em 26/10/2016, a Terceira Seção uniformizou o entendimento de que a ausência do laudo definitivo acarreta a absolvição do acusado, porque não comprovada a materialidade do crime de tráfico de drogas, ressalvados os casos em que o exame preliminar seja dotado de certeza idêntica ao do definitivo, certificado por perito oficial, em procedimento equivalente. 2. O Tribunal de origem absolveu os réus, em relação ao crime do art. 33, caput, da Lei n. 11.343/2006, tendo em vista a ausência do laudo definitivo, bem como por entender que, no caso, o laudo de constatação não está dotado de certeza idêntica ao de um definitivo. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1719958/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 03/09/2018) Na presente ação, o laudo de constatação provisório foi elaborado não por perito oficial, mas sim por investigadores da polícia civil, o que retira da situação em tela a possibilidade de aplicação da excepcionalidade atribuída pelo Superior Tribunal de Justiça aos casos quejandos, conforme exposto no julgado suso mencionado. Nesse diapasão, considerando que não houve a juntada de laudo toxicológico definitivo, a hipótese, portanto, é de absolvição, eis que ausente a prova da materialidade. "a falta desse laudo conduz à absolvição do acusado por falta de materialidade delitiva" (HC n. 350.996/RJ, relator Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, julgado em 24/8/2016, DJe 29/8/2016). 3 - Dispositivo Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na peça acusatória, razão pela qual ABSOLVO o réu GABRIEL BALIEIRO PINHEIRO, com fulcro no artigo 386, VII do CPP. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA em nome de GABRIEL BALIEIRO PINHEIRO, expedindo-se a comunicação à instituição em que ele se encontrar custodiado. Outrossim, quanto à atuação do advogado nomeado para a defesa do réu, é entendimento pacífico do STJ que são devidos pelo Estado honorários advocatícios quando não há Defensoria Pública na localidade. A respeito do tema, confiram-se os seguintes precedentes: (AgRg no AREsp n. 416.168/BA e REsp n. 1.413.379/MG). Esta comarca de Salvaterra não possui Defensor Público titular e não pode contar com a atuação de profissionais das cidades vizinhas, eis que nem mesmo Soure, comarca de segunda entrância, possui Defensor. Assim, forçoso se faz a nomeação de advogado dativo, sob pena de interrupção indefinida dos processos existentes nesta Vara. Posto isso e, com base na fundamentação suso, condeno o Estado do Pará ao pagamento de honorários advocatícios ao profissional Dr. Oldemar Pereira Alves, OAB/PA 21503, no valor de R$-700,00 (setecentos reais), pela apresentação das alegações finais do réu Gabriel Balieiro Pinheiro, podendo o causídico ingressar com a competente ação para buscar o recebimento do valor. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência, mediante vista, ao MP e à DP. Após o trânsito em julgado, intime-se o réu para retirar seus pertences apreendidos, bem assim, eventual numerário depositado, sendo autorizado, desde já, a expedição de alvará judicial em seu nome. Depois disso, dê-se baixa no sistema LIBRA e arquivem-se os autos. Cumpra-se. Salvaterra, 16 de dezembro de 2019. WAGNER SOARES DA COSTA Juiz de Direito, Titular de Salvaterra.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 6 0 5 1 6 2 0 1 8 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Auto de Prisão em Flagrante em: 13/11/2019---FLAGRANTEADO:DIMAS DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 21185 - ALAN DA SILVA SIDRIM (ADVOGADO DATIVO) Vistos, etc. Considerando a situação exposta, e ante o fato de a Defensoria Pública ultimamente não estar apresentando defesa de nenhum dos réus, inclusive aqueles que se encontram presos, nomeio como advogado dativo, apenas para a apresentação da Defesa Prévia do(a)(s) acusado(a)(s) DIMAS DA SILVA SANTOS, que deverá ser apresentada no prazo de 10 dias, o Dr. ALAN SIDRIM, OAB/PA 21.185, o qual deverá ser intimado, via DJE, ou pessoalmente quando de seu comparecimento à secretaria desta Vara. Caso possível, informe tal situação ao causídico via telefone, nos seguintes números: (91) 98199-3779 ou (91) 99964-5268.

Decorrido o prazo, retornem conclusos para decisão sobre os honorários advocatícios do defensor dativo, bem como para decisão acerca do recebimento da denúncia. Cumpra-se. Salvaterra, PA, 13 de novembro de 2019. WAGNER SOARES DA COSTA Juiz de Direito, titular de Salvaterra.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 6 0 5 1 6 2 0 1 8 8 1 4 0 0 9 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): WAGNER SOARES DA COSTA A??o: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 13/10/2021---DENUNCIADO:DIMAS DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 21185 - ALAN DA SILVA SIDRIM (ADVOGADO DATIVO). Vistos, etc. Na hipótese, retorno os autos à secretaria para as providências que forem necessárias. Cumpra-se. Salvaterra, 13 de outubro de 2021. WAGNER SOARES DA COSTA Juiz de Direito, titular de Salvaterra.

COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

PROCESSO: 0005224-75.2017.8.14.0124 ¿ AÇÃO PENAL. RÉU: ANDRE RODRIGUES DOS SANTOS (Adv. Carlos Henrique Miranda Barros OAB/PA 25.682-A). AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO. ATO ORDINATÓRIO. De ordem da Exma. Juíza de Direito Titular da Comarca, INTIME-SE a parte requerida, por meio de seus advogados, via DJE, para recolher custas finais pendentes, apuradas pela Unidade de Arrecadação Local, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de inscrição do valor em dívida ativa. São Domingos do Araguaia-PA, 10 de novembro de 2021. FLÁVIA CAROLINA RAMOS MENDONÇA RABÊLO ROCHA. Diretora de Secretaria. Mat. 88030.

COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

INTIMAÇÃO ADVOGADO.

PROCESSO: 0003424-45.2019.8.14.0058. Ação de Reintegração/Manutenção de Posse, distribuída em 18/10/2019, REQUERENTE: JACKSON SILVA DE SOUSA, REPRESENTANTE: Drª RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZETTI (ADVOGADA OAB/PA 25.676 ¿ A) REQUERIDO: ERYSVALDO BATISTA MELO. Desde já, considera-se o Requerente devidamente intimado através de sua advogada Drª RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZETTI OAB/PA 25.676 ¿ A, para no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas pendentes atualizadas, podendo imprimir 2ª via do boleto no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, módulo Arrecadação- Sistema de Emissão de Custas, Boleto nº 2021212564, nos termos do Despacho judicial abaixo transcrita: DESPACHO ¿Consultando o sistema LIBRA, percebe-se que as custas iniciais não fora, adimplidas integralmente. Determino a atualização das custas iniciais pendentes. Após, intime-se o autor para pagar no prazo de 15 (quinze) dias. Senador José Porfírio, 19 de outubro de 2021. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito

.

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 20 dias

PROCESSO 0800176-67.2021.8.14.0058 - AÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. ACUSADO: JOSÉ DA SILVA LEAL. OFENDIDA: M.L.D.S.L. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo fórum da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, tramitam os autos da ação de medidas protetivas de urgência sob o número 0800176-67.2021.8.14.0058, em face de JOSÉ DA SILVA LEAL, nascido aos 16/10/1968, sem mais qualificação nos autos, com endereço declarado como sendo Rua Henrique Dias, s/nº, bairro Linhares, Senador José Porfírio-PA. E como o mesmo não foi encontrado (a) para ser citado (a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 20 (vinte) dias (art. 256, inciso II, atendidos os requisitos do art. 257, ambos do CPC), a fim de, querendo, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias. Segue a decisão que, na íntegra, diz: ¿PROCESSO: 0800176-67.2021.8.14.0058. Nome: DELEGACIA DE POLICIA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO. Endereço: CENTRAL, 456, CENTRO, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. Nome: JOSE DA SILVA LEAL. Endereço: Henrique Dias, S/N, Linhares, SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA - CEP: 68360-000. ID: **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.** Vistos etc. A vítima MARIA LINDALVA DA SILVA LEAL, perante a autoridade policial, requereu medidas protetivas de proibição de contato e aproximação. Perante a Autoridade Policial, a vítima relatou que é constantemente ameaça e agredida pelo seu irmão, o agressor JOSÉ DA SILVA LEAL. Relata ainda que, seu irmão/agressor possui problemas psiquiátricos e que se recusa a tomar os medicamentos para tais problemas e quando ingere bebidas alcoólicas se torna agressivo, a ameaçando e agredindo. O agressor não reside com a vítima, mas quando está em crises vai até a sua residência, pelo que, a mesma requer tais medidas de proteção. Brevemente relatado. Decido. Verifico incidir sobre o fato a Lei nº 11.340/2006, pois a situação se amolda ao art. 1º daquela norma, tendo em vista que se trata de violência doméstica (art. 5º, do mesmo dispositivo). A plausibilidade jurídica da pretensão está evidenciada, pois as condutas

imputadas ao agressor estão previstas no art. 7º, da Lei nº 11.340/2006. Sendo assim, com esteio na fundamentação lastreada pela Lei nº 11.340/2006, decreto em desfavor de **JOSÉ DA SILVA LEAL**, as medidas protetivas de urgência listadas abaixo, as quais deverão ser observadas até que sobrevenha outra ordem judicial, sob pena de ser decretada sua PRISÃO PREVENTIVA, bem como de RESPONSABILIDADE CRIMINAL pelo art. 24-A, da mesma lei. a) proibição de manter contato com a vítima, dos seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, como telefone fixo, celular, e-mail, etc; b) proibição de o agressor se aproximar da vítima, em qualquer local, a uma distância mínima de 100 metros. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinações: 1) Oficiar a Delegacia de Polícia para: 1.a) comunicar à autoridade policial, remetendo cópia desta decisão para seu devido cumprimento. 1.b) encaminhamento ao Ministério Público do Inquérito Policial relacionado aos fatos. 2) Intime-se o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas. 2.1) Advirta-se, também, o agressor da possibilidade de decretação da PRISÃO PREVENTIVA e RESPONSABILIZAÇÃO CRIMINAL pelo art. 24-A, da Lei nº 11.340/06, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. 3) Intime-se, pessoalmente, a vítima. 4) Faça-se constar no mandado que o oficial de justiça fica autorizado cumprir o mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. 5) Comunique-se o Ministério Público. **As demais vias desta decisão servirão como mandado instrumento de comunicação à autoridade policial, intimação da vítima e para citação do agressor.** Senador José Porfírio-PA, datado eletronicamente. **Ênio Maia Saraiva.** Juiz de Direito. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE CITAÇÃO

Com prazo de 15 dias

PROCESSO 0800105-02.2020.8.14.0058 - AÇÃO PENAL. DENUNCIADOS: AINDA HANNA RIBEIRO DA SILVA E ANA PAULA DUARTE SODRÉ. O EXCELENTÍSSIMO SENHOR ÊNIO MAIA SARAIVA, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo fórum da comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, tramitam os autos da ação sob o número 0800105-02.2020.8.14.0058, em face de Ana Paula Duarte Sodré e AINDA HANNA RIBEIRO DA SILVA. Para esta última, por não ter sido encontrada ou localizada para ser citada pessoalmente no endereço declarado nos autos expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 15 (quinze) dias a fim de, querendo, apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias. Segue a denúncia ofertada pelo Ministério Público, recebida pelo juízo, a qual, na íntegra, diz: ¿ **EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO/PA. Processo nº: 0800105-2.2020.8.14.0058.** O Ministério Público do Estado do Pará, pelo Promotor de Justiça que esta subscreve, vem, perante V. Exa., no uso de suas atribuições constitucionais e legais e com fulcro no art. 41 do Código de Processo Penal, oferecer **DENÚNCIA** em desfavor de: **ANA PAULA DUARTE SODRÉ,** brasileira, solteira, natural de Santana/AP, nascida aos 02/12/2001, filho de Fabiana Duarte, residente e domiciliada na rua São Jorge, bairro Linhares, Senador José Porfírio/PA e, **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA,** brasileira, solteira, natural de Senador José Porfírio/PA, nascida aos 18/07/1998, filha de Altaciano Bezerra da Silva e Maria Ozilei da Silva Ribeiro, portadora do RG nº 7778381, residente e domiciliado na rua Central, s/nº, Bairro Central, Senador José Porfírio/PA**,** pelas razões fáticas a seguir expostas. **DOS FATOS.** Consta nos autos que no dia 18/11/2020, por volta das 22h, as denunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA**, na companhia dos adolescentes **LUCICLEY DUARTE SODRÉ** e **RAIMUNDO JOSÉ DIAS**, mediante violência, exercida com emprego de arma branca, tipo madeira, subtraíram a quantia de

R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e o aparelho celular da vítima José Flamarion Lopes de Araújo. Consoante restou apurado, o ofendido trafegava no veículo FIAT PALIO, cor vermelha, placa OTV 1865, momento em que nas proximidades do comercial do ¿Carlão¿ encontrou com a acusada **ANA PAULA DUARTE SODRÉ**. Depreende-se dos autos que Ana Paula convidou a vítima para tomar cerveja, ocasião em que esta afirmou que não possuía dinheiro, motivo pelo qual, na companhia de Ana Paula foram até a pousada Xingu, local em que pegou a quantia de R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais). Ato contínuo, a vítima e Ana Paula foram até o bar do Cuca beber cerveja e comer tira-gosto. Extrai-se dos autos que Ana Paula insistiu que a vítima comprasse uma ¿caixinha¿ de cerveja e fosse para a residência daquela. Ao chegar na residência de Ana Paula, o ofendido observou que havia várias pessoas desconhecidas bebendo, razão pela qual deixou o dinheiro e o celular no carro. Segundo restou apurado, ao adentrar na residência de Ana Paula, a vítima observou que ela e a codenunciada **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA** estavam consumindo drogas, ocasião em que decidiu ir embora. Ato contínuo, os adolescentes **LUCICLEY DUARTE SODRÉ** e **RAIMUNDO JOSÉ DIAS**, que se encontravam no local, em comunhão de esforços e unidade de desígnios com as codenunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA**, partiram para cima da vítima com um pedaço de madeira, desferindo vários golpes na cabeça do ofendido que chegou a adentrar no carro. Todavia, foi retirado do veículo pelos adolescentes e Ana Paula que continuaram a agredi-lo violentamente. Apurou-se ainda que as acusadas e os adolescentes danificaram o carro da vítima. Na sequência, as codenunciadas **ANA PAULA DUARTE SODRÉ**, **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA** e os adolescentes subtraíram o dinheiro e o celular que estavam no carro da vítima e empreenderam fuga. Após diligências, a guarnição da polícia militar conseguiu apreender os adolescentes e efetuar a prisão das denunciadas que confessaram parcialmente o cometimento dos crimes. **DA AUTORIA E DA MATERIALIDADE.** A autoria e a materialidade estão patentemente comprovadas através do depoimento dos policiais que realizaram a prisão das denunciadas, pelo depoimento da vítima e testemunhas, exame de corpo de delito, assim como, pela própria confissão parcial das denunciadas. **DO DIREITO.** Agindo do modo acima descrito, as denunciadas, **ANA. PAULA DUARTE SODRÉ** e **AIDA HANNA RIBEIRO DA SILVA,** cometeram o crime previsto no art. 157, § 3º, inciso I em concurso material com o crime de dano, art. 163 todos do Código Penal e corrupção de menores previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. **DO PEDIDO.** Ante o exposto, requer este órgão ministerial: 1- Seja a presente denúncia recebida em todos os termos, com a citação das denunciadas na forma do art. 396 do CPP, para acompanharem a ação penal até final sentença condenatória. 2- A intimação das testemunhas e vítima arroladas para que compareçam em juízo em data designada por V. Exa. de tudo ciente o Ministério Público. 3- Em diligência, sejam juntados os antecedentes criminais das denunciadas. **Rol de Testemunhas/vítima:** 1. José Flamarion Lopes de Araújo, (vítima); 2. ELIOCESAR DE SOUSA CONCEIÇÃO, PM; 3. CHRISTIANO JOSÉ GOMES COSTA, PM; 4. SMITH VELOSO LEITE, EPC; 5. MARLON ALVES PIMENTEL; 6. HELENILDO NASCIMENTO DA SILVA. Senador José Porfírio/PA, 10 de dezembro de 2020. **FABIANO OLIVEIRA GOMES FERNANDES.** Promotor de Justiça¿. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

PROCESSO Nº 0000007-65.2011.8.14.0058. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C TUTELA ANTECIPADA. REQUERENTE: CONSTRUNORTE CONSTRUÇÕES DO NORTE LTDA; REP. LEGAL: OSVALDO DE SOUZA OLIVEIRA (ADVOGADO: GERALDO COELHO RODRIGUES OAB/PA 13.609-B). REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

Trata-se de ação judicial em fase de cumprimento de sentença.

O requerente e seu advogado apresentaram 3 pedidos simultâneos de cumprimento de sentença: i) causídico, em nome próprio às fls. 393/395, exigindo o pagamento dos honorários sucumbenciais, no importe de R$ 2.000,00; ii) credor às fls. 395/397, pleiteando o pagamento de R$ 299.887,01, com decote de 50% para pagamento de honorários contratuais via precatório e iii) credor às fls. 404/405, requerendo o pagamento de R$ 30.117,69, com decote de 50% para pagamento de honorários contratuais via RPV.

Intimados os demandados nos termos do art. 535 do CPC, ambos apresentaram impugnação.

O Estado do Pará apresentou suas razões de impugnação às fls. 416/427, sustentando a inviabilidade de destaque dos honorários advocatícios contratuais.

O Município de Senador José Porfírio, por petição às fls. 426/438, impugnou sob o palio da ilegitimidade do credor e da inviabilidade do decote dos valores referentes aos honorário contratuais.

Manifestação do credor às fls. 442/444, propondo a regularidade do cumprimento de sentença.

É a síntese dos autos.

À vista do acórdão transitado em julgado (fls. 380/388), tem-se que o Estado do Pará e o Município de Senador José Porfírio foram condenados a pagar solidariamente ao credor o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), acrescido de juros e correção, além de honorários sucumbenciais no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais). A municipalidade foi também condenada a pagar ao credor o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), também majorado por juros e correção.

Por medida de economia processual, as impugnações vão ser apreciadas em uma única oportunidade.

DO DESTAQUE DOS HONORÁRIOS CONTRATUAIS

As condenações em face da Fazenda Pública seguem o disposto no art. 100 da Constituição Federal, que prevê regime de pagamento diferenciado ao credor, a depender da sua idade, do tipo e do valor do crédito exequendo.

A forma de pagamento consiste na expedição de precatórios ou de requisição de pequeno valor, quando se tratar de quantias de menor monta.

A CF, com a redação conferida pela EC 62/2009, veda a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago e obsta o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento como RPV.

A esse respeito, seguem as redações legais dos §§ 3º e 8º do art. 100 da CF:

Art. 100 [...]

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

[...]

§ 8º É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

A complementar o tema, o STF editou o enunciado nº 47, que permite o destaque dos honorários advocatícios:

Súmula vinculante 47

Enunciado

Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

No caso em apreço, se levantam os impugnantes contra o destaque dos honorários advocatícios contratuais.

Pois bem.

Analisando os autos, tem-se que os devedores são solidários quanto ao principal de R$ 100.000,00 - atualizado em R$ 299.887,01, tendo o advogado do credor pedido o destaque dos contratuais sobre o valor principal.

O valor condenatório restante, devido apenas pelo Município de Senador José Porfírio/PA é de R$ 10.000,00 e foi atualizado pelo credor em R$ 30.117,69, igualmente havendo pleito de destaque dos honorários contratuais.

Feitas tais considerações, deve-se pontuar que não há impedimento constitucional ao destaque dos honorários advocatícios, qualquer que seja a origem, desde que inserido no mesmo ofício requisitório de precatório ou RPV.

O próprio Estatuto da Advocacia prevê a possibilidade de separação do crédito devido ao advogado do valor a ser recebido pelo constituinte.

¿Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

(...)

§ 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.¿

A esse respeito, segue entendimento do pleno do TJPA:

AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. DESTAQUE DO CRÉDITO DO PRECATÓRIO OU RPV. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO A VEDAÇÃO DE FRACIONAMENTO (ART. 100, §8.ª, DA CF). NÃO CARACTERIZADA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. 1 - A determinação de destaque de honorários advocatícios contratuais do crédito objeto de Precatório ou RPV, para pagamento em separado, encontra-se de acordo com o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça sobre e das normas legais sobre a matéria (art. 22, §4.º, da Lei n.º 8.906/94; art. 8.º, §2.º, da Resolução nº 303 de 18/12/2019, do CNJ; e art. 6.º, §§1.º e 2.º, da Portaria n.º 2239/2011-GP do TJE/PA), no sentido de que os honorários constituem direito autônomo do causídico e podem ser destacados do crédito objeto do Precatório ou RPV; 2 - Não se cogita de afronta a vedação de fracionamento de Precatório ou RPV, estabelecida no art. 100, §8º, da Constituição Federal, face a determinação de destaque dos honorários contratuais, posto que não há expedição de Precatório ou RPV

individual em favor do advogado, mas somente o destaque dos honorários contratuais do valor objeto do Precatório ou RPV, expedido em nome do credor da Fazenda, para recebimento em separado pelo causídico à época do pagamento, sem que haja prejuízo ao agravante; 3 - A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de não inclusão dos honorários contratuais na estrita aderência do teor da Súmula Vinculante n.º 47, em nada beneficia a tese do agravante, pois não leva a conclusão de existência de inconstitucionalidade do destaque dos honorários contratuais de Precatórios ou Requisitórios de Pequeno Valor - RPV, por violação ao estabelecido no art. 100, §8°, da Constituição Federal, mas tão somente a inadmissibilidade de utilização da reclamação, para impor o destaque de honorários advocatícios contratuais, por inocorrência das hipóteses estabelecidas no art. 102, inciso I, alínea l, e no art. 103-A, §3.º, ambos da CF/88, ensejando a inexistência de óbice constitucional a aplicação das normas infraconstitucionais que regulam a matéria; 4 - Agravo interno conhecido, mas improvido à unanimidade. (2020.02027579-94, 214.424, Rel. LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO, Órgão Julgador TRIBUNAL PLENO DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2020-09-22, Publicado em 2020-09-22)

O que não se admite, por outro lado, é o decote do valor devido ao causídico, seja contratual, seja sucumbencial, em meio de pagamento individual ou diverso do seu cliente.

Em suma, tem-se que não há fundamento para obstar o decote da verba devida ao causídico, seja contratualmente, seja a título de sucumbência, desde que inserta no mesmo requisitório.

DA ILEGITMIDADE DO CREDOR

Aduz a municipalidade a ilegitimidade do credor em buscar o crédito firmado na sentença transitada em julgado, vez que a empresa estaria baixada voluntariamente perante a Receita Federal.

Os fundamentos trazidos pelo requerido não merecem amparo, vez que o status da pessoa jurídica perante o fisco tem relevância apenas para fins tributários, não importando na efetiva extinção da pessoa jurídica.

O Código Civil, ao tratar da natureza jurídica das pessoas jurídicas, adotou a teoria da realidade técnica, que dispõe reconhece que o ente tem atuação social, e que a sua personalidade provém da técnica jurídica.

A esse respeito, dispõe o art. 45 do Código:

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

São três os requisitos para a existência da pessoa jurídica: organização de pessoas ou bens, liceidade de propósitos ou fins e capacidade jurídica reconhecida por norma.

Assim, a situação cadastral da empresa perante a receita Federal do Brasil não guarda qualquer relação com a presente causa, não indicando a efetiva extinção da pessoa jurídica.

DOS OFÍCIOS REQUISITÓRIOS

Analisando os autos e sendo improcedentes as impugnações, devem ser os valores exequendos requisitados à fazenda pública para pagamento.

São 3 (três) as verbas em cobrança:

a) Valor atualizado de R$ 299.887,01 a título de condenação solidária do Estado do Pará e Município de Senador José Porfírio/PA, a ser destacado 50% da quantia em proveito do advogado da parte credora;

b) Valor atualizado de R$ 30.117,69 a título de condenação do Município de Senador José Porfírio/PA, a ser destacado 50% da quantia em proveito do advogado da parte credora;

c) Valor de R$ 2.000,00 a título de honorários sucumbenciais;

Quanto ao valor principal indicando no item A, considerando a condenação solidária do Estado do Pará e do Município de Senador José Porfírio, entendo que ambos os entes federados respondem pela integralidade da dívida, que tem natureza comum, devendo ser expedidos 2 ofícios requisitórios de precatório para cada ente, com o respectivo destaque dos honorários contratuais.

No que toca ao valor apontado no item B, que igualmente tem natureza comum, considerando o valor exigido e o limite estabelecido na Lei Municipal nº 240/2019, deve ser expedido requisitório de precatório em face do Município de Senador José Porfírio, com o respectivo destaque dos honorários contratuais.

Por fim, considerando o valor dos honorários sucumbenciais do item C, devem ser expedidos requisitórios de RPV ao Estado do Pará e ao Município de Senador José Porfírio, cada um no valor de R$ 1.000,00.

DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE AS IMPUGNAÇÕES.

Requisite-se o pagamento do débito principal por intermédio do Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do eg. TJPA (CPC, inciso I do § 3º do art. 535), expedindo-se precatório de natureza comum nos seguintes termos:

a) Ofício requisitório de precatório em desfavor do Estado do Pará no valor global de R$ 299.887,01 (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e um centavo), sendo R$ 149.943,50 em favor de CONSTRUNORTE - CONSTRUÇÕES DO NORTE LTDA e com o destaque de R$ 149.943,50 em proveito do advogado Geraldo Coelho Rodrigues, OAB/PA 13.609-B a título de honorários contratuais;

b) Ofício requisitório de precatório em desfavor do Município de Senador José Porfírio/PA no valor global de R$ 299.887,01 (duzentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e sete reais e um centavo), sendo R$ 149.943,50 em favor de CONSTRUNORTE - CONSTRUÇÕES DO NORTE LTDA e com o destaque de R$ 149.943,50 em proveito do advogado Geraldo Coelho Rodrigues, OAB/PA 13.609-B a título de honorários contratuais;

c) Ofício requisitório de precatório em desfavor do Município de Senador José Porfírio/PA no valor global de R$ 30.117,69 (trinta mil, cento e dezessete reais e sessenta e nove centavos), sendo R$ 15.058,84 em favor de CONSTRUNORTE - CONSTRUÇÕES DO NORTE LTDA e com o destaque de R$ 15.058,84 em proveito do advogado Geraldo Coelho Rodrigues, OAB/PA 13.609-B a título de honorários contratuais;

Expeça-se RPV em desfavor do Estado do Pará, requisitando-lhe o pagamento de R$ 1.000,00 (um mil reais) no prazo de dois meses, nos termos do inciso II do § 3º do art. 535 do CPC.

Expeça-se RPV em desfavor do Município de Senador José Porfírio/PA, requisitando-lhe o pagamento de R$ 1.000,00 (um mil reais) no prazo de dois meses, nos termos do inciso II do § 3º do art. 535 do CPC.

Esclareço que deixo de ordenar a intimação da entidade devedora para informar a existência de

débitos a compensar, uma vez que os § 9º e 10 do art. 100 da CF (introduzidos pela EC n. 62/2009) foram declarados inconstitucionais pelo Plenário do STF no julgamento das ADIs n. 4357 e 4425.

Publique-se.

Intimem-se o Estado do Pará e o Município, através de suas Procuradorias, por remessa dos autos.

Senador José Porfírio/PA, 09 de novembro de 2021.

Ênio Maia Saraiva

Juiz de Direito.

PROCESSO Nº: 0002702-79.2017.8.14.0058. AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. REQUERENTE: MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO. REQUERIDO: CARLOS JOSÉ DA SILVA (ADVOGADO: JOSÉ CARLOS JORGE MELÉM OAB/PA 43).

DESPACHO

Vistos, etc...

A recente alteração na Lei de Improbidade passou a dispor no art. 11, VI que configura ato de improbidade a falta com a obrigação de prestar contas, desde que o agente tenha condições de fazê-lo, se omitindo para ocultar irregularidades.

Ao autor cabe comprovar o fim específico do agente improbo, especialmente no que toca a ocultação de irregularidade.

Ante o exposto, intime-se o autor para que em 15 (quinze) dias informar se houve prestação de contas ou tomada de contas especial dos Convênios nº 229/2014 e 112/2015 perante o Tribunal de Contas dos Municípios, juntando os respectivos acórdãos e certidões de trânsito em julgado, se houver.

Após, voltem os autos conclusos.

Senador José Porfírio/PA, 10 de novembro de 2021.

Ênio Maia Saraiva

Juiz de Direito

PROCESSO N° 0011998-56.2018.14.0005. AÇÃO PENAL. DENUNCIADOS: JOSÉ AILTON BEZERRA, RAIMUNDO FREITAS DA SILVA E BENEDITO SALES DE FREITAS (ADVOGADA: RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZETTI OAB/PA 25.676-A).

SENTENÇA

Vistos e etc.

O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra os acusados BENEDITO SALES FREITAS, RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA, imputando-lhes a conduta delituosa descrita no art. 14, do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003).

Segundo narra a inicial, no dia 06 de setembro de 2018, por volta das 07h, a polícia civil se dirigiu até a região da Ressaca, neste município, a fim de apurar o crime de homicídio que teve como vítima o vereador Izoeldo Batista Guedes. Os policiais estavam à procura de Raimundo Freitas da Silva e Jose Ailton Bezerra, que ao serem localizados, confessaram o crime de homicídio e informaram a onde estava a arma de fogo utilizada no crime. A arma de fogo fora comprada por Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva, pela quantia de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Após diligências, os policiais encontraram: 01 (uma) carabina, calibre 16; 52 (cinquenta e duas) munições, calibre 16; 02 (duas) luvas cirúrgicas e 01 (uma) luva cor laranja nas proximidades da propriedade de Benedito Freitas.

Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18.

Recebimento da denúncia em 20 de setembro de 2018 (fls. 33/34).

Resposta à Acusação dos acusados Benedito Sales Freitas e Raimundo Freitas da Silva oferecida às fls. 73/76, bem como a do acusado José Ailton Bezerra às fls. 78/81.

Audiência de Instrução, na qual se colheu o depoimento das testemunhas Fernando Marcolino, Mhoabe Khayan Azevedo Lima e Hilder Alves da Silva, além do interrogatório do réu Benedito Sales Freitas (fls. 97/99).

Memoriais Finais apresentadas pelo Ministério Público às fls. 100/102, em que se sustentou a absolvição dos denunciados José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva, além da condenação de Benedito Sales Freitas pelo crime de previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003.

Às fls. 105/109, Memoriais Finais da defesa de José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva e Benedito Sales Freitas, requerendo a absolvição dos acusados, alegando-se a ausência de provas, outrossim, em caso de condenação, requereu-se a atenuante da confissão quanto ao réu Benedito Freitas, nos termos do art. 65, III, ¿d¿ do CPB.

Brevemente relatado. Decido.

A presente ação penal trata de acusação contra 3 (três) demandados como incursos as penas do crime previsto no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003:

¿Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido:

Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa¿.

A autoria e materialidade de porte ilegal de arma de fogo não restam devidamente comprovadas nos autos com relação aos réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva. Por outro lado, pende contra BENEDITO SALES a responsabilidade pelo delito.

A materialidade do crime está demonstrada pelo Auto / Termo de Exibição e Apreensão de Objeto à fl. 18, onde consta a apreensão da arma de fogo, do tipo espingarda, munições e luvas, na ocorrência policial que resultou na prisão dos réus.

Já a autoria, esta se perfaz pelos testemunhos colhidos e pela confissão.

De acordo com o depoimento da testemunha policial Fernando Cesar Marcolino da Silva Júnior, conforme consta em termo de audiência (fls. 97/99), declarou: ¿que tomou conhecimento do homicídio do

vereador; que foram até o local dos fatos para investigar tal crime; que após diligências os policiais civis localizaram uma arma de fogo que fora utilizada para praticar o homicídio; que a espingarda estava escondida debaixo de uma árvore desmontada, próxima à propriedade de Benedito Sales.¿.

De acordo com o depoimento da testemunha Mohab Khayan Azevedo Lima (fls. 97/99), o mesmo declara: ¿que após o homicídio, foi montada uma equipe e foi até a região da Ressaca, neste município; que no local do crime, foram feitas diligências para identificar os autores do crime; que a polícia foi informada que um dos suspeitos era Benedito Freitas; que o acusado Raimundo revelou ter escondido a arma de fogo e levou a polícia até o local em que haviam escondido; que a arma estava enterrada à aproximadamente a 03 km de distância da residência de Benedito; que a arma de fogo era do tipo espingarda.¿.

A testemunha Hilder Alves da Silva (fls. 97/99) afirmou em instrução: ¿que José Ailton foi quem informou a polícia onde a arma de fogo estava escondida; que a arma de fogo estava na região dos fundos da casa do acusado Benedito¿.

Em seu interrogatório (fls. 97/99), o réu Benedito Sales de Freitas afirma: ¿que a arma de fogo do tipo espingarda era de sua propriedade; que haviam munições, mas não sabe precisar a quantidade; que comprou a espingarda em uma propriedade próxima de sua residência; que a arma estava escondida próxima aos fundos de sua residência; que a arma estava escondida debaixo de um pé de árvore; que o filho do acusado foi quem escondeu a arma; que os demais acusados moravam com Benedito; que não foram os acusados que esconderam a arma¿.

José Ailton e Raimundo não foram localizados para interrogatório.

Sendo assim, observo do conjunto probatório e de tudo mais que compõe os autos, que não resta comprovado que os réus José Ailton Bezerra e Raimundo Freitas da Silva concorreram para a infração penal prevista no art. 14, caput, da Lei nº 10.826/2003.

Quando ao acusado Benedito Sales de Freitas, está cristalino que praticou o crime de porte ilegal de arma de fogo, previsto no art. 14, da Lei nº 10.826/2003.

A autoria está demonstrada em razão dos depoimentos policiais, que foram unânimes em afirmar que o réu BENEDITO mantinha sob a sua guarda a arma de fogo que fora localizada nas imediações de sua propriedade.

Durante o seu interrogatório, o réu BENEDITO confessou que a arma de fogo apreendida era sua, afirmando ainda que os demais acusados não esconderam a arma.

Portanto, provada a autoria e materialidade da infração penal e não existindo justificativas ou dirimentes em favor do réu BENEDITO SALES FREITAS, há de lhe ser aplicada as reprimendas do crime do 14, da Lei nº 10.826/2003.

Adentrando nas teses defensivas, não encontro amparo para seu acolhimento, vez que o conjunto probatório constante nos autos, especialmente a prova testemunhal e confissão colhidas em audiência, são suficientes para a condenação do demandado.

DA REINCIDÊNCIA

O réu BENEDITO SALES FREITAS tem contra si condenação criminal transitada em julgado, conforme processo nº 0003967-82.2018.8.14.0058, atualmente em execução definitiva de pena.

Os fatos tratados naquele feito são contemporâneos a estes ora julgados, pelo que não se configura a reincidência prevista no art. 61, I do CP, que essencialmente tem aplicação para crimes cometidos após a condenação originária.

Por outro lado, entendo que a presença de condenação transitada em julgado não apta a configurar reincidência ganha forma de maus antecedentes, a ser quantificado na dosimetria.

Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal para condenar BENEDITO SALES FREITAS, pelo crime do art. 14, da Lei nº 10.826/2003. Absolvo RAIMUNDO FREITAS DA SILVA e JOSÉ AILTON BEZERRA pela prática dos fatos ora tratado, com fundamento no art. 386, IV do CPP.

I - Da Dosimetria do réu BENEDITO SALES:

Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a culpabilidade do réu é normal à espécie. O réu é portador de maus antecedentes, conforme setença condenatória transitada em julgado na ação nº 0003967-82.2018.8.14.0058, pelo que valoro negativamente a circunstância confirme explanado na fundamentação acima. Sua conduta social e personalidade não foram aferidas nos autos. O motivo é aquele previsto no próprio tipo legal, pelo que valoro de forma neutra. Nada a valorar quando as circunstâncias do crime. As armas e muições foram apreendidas pela policia, nada havendo a valorar quanto as conseqüências do crime. O comportamento da vítima em nada concorreu para o crime.

Diante disso, fixo a pena base em 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e multa.

Não há agravante a ser valorada. Reconheço a atenuante descritas no art. 65, inciso III, ¿d¿, do CPB, pelo que atenuo a pena para 2 (dois) anos de reclusão, em atenção a Súmula 231 do STJ.

Não há circunstâncias de aumento ou diminuição de pena, pelo que fixo a pena em 2 (dois) anos de reclusão.

Estabeleço a multa ao condenado no importe de 10 (dez) dias-multa fixada na razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato.

Considerando a quantidade de pena aplicada, entendo por fixar o regime aberto.

Considerando o regime de pena aplicado, entendo que a detração não tem aptidão para beneficiá-lo.

Incabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, bem como o sursis, tendo em vista que o requerido é portador de maus antecedentes.

Disposições finais.

Defiro ao condenado BENEDITO SALES DE FREITAS o direito de recorrer em liberdade.

Deixo de fixar indenizaç¿o civil, nos termos do Art. 387, IV do Código de Processo Penal, devido ausência de contraditório específico.

Após o trânsito em julgado da decisão, procedam-se as comunicações de praxe e expeça-se Guia de Recolhimento Definitivo ao juízo das execuções penais.

Certificado pelo diretor de secretaria a ausência de recolhimento da pena de multa após o decurso do prazo de 10 (dez) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória, determino a extração de certidão da sentença - que deverá ser instruída com as seguintes peças: I - denúncia ou queixa-crime e respectivos aditamentos; II - sentença ou acórdão, com certidão do trânsito em julgado - e consequente encaminhamento em 05 (cinco) dias à Procuradoria Geral do Estado para fins de aplicação da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, consoante Provimento nº 006/2008- CJCI e art. 51, do Código Penal.

Em virtude da situação econômica do acusado, deixo de condená-lo às custas processuais.

Fixo honorários advocatícios à advogada Rutileia Emiliano de Freitas Tozetti, OAB/PA 25.676-A, no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), considerando que assumiu a defesa dos réus à partir da resposta à acusação, em razão da ausência da Defensoria Pública nesta comarca.

Publique-se. Registre-se.

Intimem-se os condenados.

Intime-se, pessoalmente, a defesa por se tratar de defensor dativo.

Ciência ao Ministério Público.

P.R.I.

Senador José Porfírio-PA, 10 de novembro de 2021.

Ênio Maia Saraiva

Juíza de Direito

PROCESSO Nº 0002747-49.2018.8.14.0058. AÇÃO PENAL. DENUNCIADO: EDINILSON ARAUJO DA COSTA (ADVOGADA: RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZETTI OAB/PA 25.676-A).

PRONÚNCIA:

O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra EDINILSON ARAUJO DA COSTA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, imputando-lhe o crime de homicídio tentado (art. 121, § 2º, incisos I e VI, § 2º-A, inciso II c/c art. 14, inciso II, do CPB), contra a vítima a vítima A.S.B.

Consta da denúncia que no dia 14.07.2018, por volta das 03:00h da manhã, o denunciado adentrou a boate ¿Night Mania¿, onde lá se encontrava a vítima A.S.B., sua ex-companheira. O acusado começou a insistir para conversar com a vítima e Alessandra saiu da boate, ficando em uma praça na companhia de seu primo Leonardo. Após, Edinilson chegou ao local, empurrando e derrubando a vítima, passando a arrastá-la pelos cabelos. A seguir, colocou uma arma branca do tipo ¿faca¿ em seu pescoço, dizendo que se a ofendida ela não ficasse com ele, não ficaria com mais ninguém e que os dois iriam juntos para o inferno. Nesse momento, segundo a peça exordial, a vítima implorou pela sua vida, ocasião em que Edinilson foi impedido de consumar o ato por interferência da guarnição da Polícia Militar que ali chegou.

Tem-se o exame de corpo de delito da vítima (fl. 23).

A denúncia foi recebida em 16.08.2018 (fl. 29), ocasião em que foi determinada a citação do acusado para apresentar resposta escrita.

Após devidamente citado (fl. 33v), a resposta à acusação foi apresentada pela defensora dativa nomeada (fls. 37/42), sustentando, desclassificação do tipo penal.

Em seguida, o juízo processante ratificou o recebimento da denúncia e determinou o prosseguimento do feito (fl. 43).

Às fls. 58/59, tem-se o termo de audiência de instrução e julgamento, na qual fora ouvida a vítima. Ausentes as testemunhas Osvaldo de Araújo Silva e Leonardo Tenório da Silva.

Em audiência de inquirição de testemunha (fls. 77/78 e fl. 160, respectivamente), foram ouvidas as testemunhas Elivaldo de Oliveira Barroso e Leonardo Tenório da Silva. À fl. 83 e 85, respectivamente, o parquet e a defesa desistiram da oitiva da testemunha Osvaldo de Araújo Silva.

As partes foram instadas a se manifestar nos termos do art. 402, do CPP, mas nada requereram.

Memoriais finais apresentados pelo Ministério Público (fls. 155/157), pugnando pela pronúncia do réu, nos termos da denúncia.

A defesa, por sua vez, ofereceu seus memoriais finais (fls. 163/168), requerendo a desclassificação para o crime de lesão corporal leve.

Brevemente relatado. Decido.

CAPITULAÇ¿O PENAL

A denúncia, lastreada pelas provas colhidas pelo Inquérito Policial, foi apresentada pelo Ministério Público Estadual, imputando ao acusado o crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e VI, § 2º-A, inciso II c/c art. 14, inciso II, do CPB, por ter tentado contra a vida de Alessandra Sanches Braga, no dia 14.07.2018, neste município, com o uso de arma branca do tipo faca.

MATERIALIDADE DELITIVA e INDÍCIOS DE AUTORIA

Inobstante a defesa argumentar que não existe comprovação da materialidade delitiva quanto ao crime de homicídio na sua forma tentada, entendo como suficientes as provas constantes dos autos, principalmente, pelo exame de corpo de delito da vítima (fl. 23).

O laudo técnico aponta para escoriações no ombro direito e joelho esquerdo, além de pequeno ferimento na região cervical anterior.

O ferimento cervical anterior corresponde com precisão à alegação de que o autuado empregou uma faca contra o pescoço da ofendida, conforme depoimentos de todos os que foram ouvidos em audiência.

Os indícios de autoria, por seu turno, ficam aparentes a partir dos depoimentos judiciais.

A vítima relatou (fl. 58): ¿que no dia dos fatos o acusado a encontrou no final de uma festa que ocorria na ¿Night Mania¿; que a depoente se recusou a conversar com acusado e ato contínuo, sentou-se em um banco da praça, instante em que o denunciado insistiu em conversar; que a depoente ligou para um amigo pedindo-lhe carona; que nesta ocasião, o acusado tomou o celular e o jogou no chão; que neste instante, a vítima percebeu que o acusado portava uma faca; que o acusado colocou a faca no pescoço da vítima e a ameaçou dizendo ¿que se não ficasse com ele, não ficaria com mais ninguém¿; que após tentativas de fuga da vítima; o acusado lançou uma pedra contra ela e pegou um pedaço de pau, momento em que apareceu a polícia militar e interveio.¿.

A testemunha Elivaldo Barroso, policial militar informou (fl. 77): ¿que estava em missão neste município, ocasião em que um cidadão o relatou que o acusado estava tentando matar a vítima; que a guarnição foi até o local indicado e se deparou com o acusado puxando a vítima com uma faca em seu pescoço próximo ao porto do rio; que o policial disparou um tiro de borracha contra o acusado; que neste momento o acusado soltou a faca e foi levado até a delegacia; que foi informado na Delegacia que o acusado respondia por crime de violência doméstica contra a mesma mulher; que a vítima apresentava hematomas pelo corpo .¿.

A testemunha Leonardo Tenório da Silva (fl. 160): ¿que no dia dos fatos o acusado chamou a vítima para conversar; que o acusado saiu alterado puxando a vítima em direção à uma escola; que a

testemunha foi atrás da vítima, momento em que solicitou que o acusado se acalmasse e deixasse para conversar com a vítima no outro dia, pois os dois estavam bêbados; que após perceber que ambos estavam calmos, a testemunha foi embora; que após esse momento, a vítima continuou na rua em companhia da ofendida e outras pessoas, momento em que o acusado retornou insistindo em conversar; que a vítima e o acusado aparentemente estavam se acertando, quando o depoente escutou a vítima falando em ligação que estava sendo perseguida por ele; que o acusado puxou uma faca e a direcionou ao pescoço da vítima; que o acusado afirmou que iria matar a vítima e se matar; ato contínuo, quando o acusado, após insistência dos presentes, jogou a faca no rio, passando a ameaçar a vítima com um pedaço de pau, momento em que foi contido pela polícia militar.¿.

Não obstante seja vedado ao magistrado a análise aprofundada do conteúdo probatório, entendo que restam preenchidos os requisitos para submeter o réu a julgamento pelo seu Juiz Natural, que é o Tribunal do Júri, competente constitucionalmente para julgar os crimes dolosos contra a vida, repisa-se, porque evidenciados no álbum processual materialidade delitiva e fortes indícios de autoria.

Quanto à qualificadora do inciso I, do § 2ª, do art. 121, do CPB, na modalidade motivo torpe, entendo que não se faz presente, vez que o agir do demandado não aparenta teor de imoralidade ou vergonha ou repulsa moral e social além das já capituladas no caput do art. 121 do CP. Em verdade, conforme abaixo será exposto, o suposto crime aparenta ter sido motivado por sentimento de possessividade sobre o corpo da mulher em um contexto de menosprezo à sua condição de mulher, configurando a hipótese da qualificadora do inciso VI daquele artigo, apenas.

Ante o exposto, não cabe falar na qualificadora do motivo torpe.

Por outro lado, as provas colhidas durante o curso do processo apontam para a qualificadora do art. 121, VI, § 2º-A, inciso II do CP.

O réu seria ex-companheiro da ofendida e na oportunidade, buscava a reconciliação, tendo dito que não aceitaria que a ofendida ficasse com outro homem além de si.

O caso em debate indica o que seria uma violência contra a mulher, em menosprezo a esta condição.

A construção social do patriarcado impele um papel de inferioridade à mulher, relegando seu corpo e sua vida à mera condição de propriedade do homem. Neste sentido, o Código Penal foi alterado especificamente para tipificar o crime de feminicídio, em proteção da mulher vítima de violência doméstica familiar ou em menosprezo ou discriminação a sua condição.

Assim, prospera a qualificadora do art. 121, VI, § 2º-A, inciso II do CP

Cumpre frisar que o simples fato de não se ter alcançado o resultado morte não desnatura a aparente finalidade íntima da agente, ou seja, seu animus necandi. Os depoimentos colhidos indicam que a consumação do delito só não ocorreu por circunstâncias alheias à vontade do autor do fato, visto a ação dos policiais militares que intervieram, inclusive com o emprego de arma não letal.

Em que pese a alegação da defesa, no sentido de que deve ser desclassificado o crime de homicídio para o crime de lesão corporal, uma vez que ausente o animus necandi na conduta do réu, comungo do entendimento que a desclassificação só poderá ser reconhecida, quando presente de forma incontroversa a sua necessidade, o que, no presente caso não vislumbro, devendo o julgamento de eventual desclassificação do crime ser submetida ao plenário do Tribunal do Júri.

Vige, nesta fase de juízo prelibatório, o princípio do `in dubio pro societate¿, uma espécie de resposta e contrapeso ao princípio `in dubio pro reo¿, impondo ao juiz um raciocínio de que, mesmo que não haja certeza, mas se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, deverá pronunciar o acusado, para que a própria sociedade, representada pelos jurados, decida sobre a condenação ou não do mesmo, tudo em conformidade com o disposto no artigo 5º, inciso

XXXVIII, da Constituição Federal.

Ante o exposto, e com fundamento no art. 413, do Código de Processo Penal, PRONUNCIO o réu EDINILSON ARAUJO DA COSTA, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inciso VI, § 2º-A, inciso II c/c art. 14, inciso II, do CPB, contra a vítima a vítima A.S.B.

Intime-se o réu.

Intime-se a defesa. Caso seja dativa, pessoalmente.

Ciência ao Ministério Público.

Publique-se e cumpra-se.

Senador José Porfírio/PA, 10 de novembro de 2021.

Ênio Maia Saraiva

Juiz de Direito

PROCESSO Nº 0000884-58.2018.8.14.0058. AÇÃO MONITÓRIA. REQUERENTE: INALDO BATISTA DE ALBUQUERQUE; I BATISTA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO: FELIPE WALLAN DA COSTA NAZARETH OAB/PA 25.071). REQUERIDO: CONSELHO ESCOLAR GILKA CABRAL (ADVOGADA: YASMIN PENA DE SOUSA ESCHRIQUE OAB/PA 22.791).

DECISÃO

Vistos,

Trata-se de cobrança em fase de cumprimento de sentença.

O réu foi intimado, contudo não pagou.

Na petição de fl. 171, o credor pugnou pelo bloqueio de ativos financeiros pelo sistema BACENJUD.

É a síntese dos autos.

Esgotados todos os meios de se localizar bens penhoráveis do réu, entendo viável a realização de bloqueio de valor porventura depositados junto a instituições financeiras.

Neste sentido:

¿PROCESSUAL CIVIL. LOCALIZAÇÃO DE BENS. ÔNUS DO AUTOR. CONSULTA AO INFOJUD. NÃO COMPROVAÇÃO DO ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. 1. A jurisprudência é firme no sentido de que é ônus da parte exequente localizar bens do devedor a fim de satisfazer a sua pretensão e indicá-los ao Juízo. A intervenção judicial mediante a expedição de ofícios e consulta aos sistemas INFOJUD e RENAJUD somente se justifica em caráter excepcional, quando e esgotados todos os meios disponíveis no sentido de localizar bens do executado passíveis de penhora. 2. O exequente não comprovou que, efetivamente, diligenciou, por exemplo, junto aos cartórios de registros de imóveis no intuito de encontrar bens do devedor que pudessem satisfazer o crédito em questão, não se configurando, portanto, o esgotamento de diligências apto a possibilitar a utilização do sistema INFOJUD. 3. A orientação supra transcrita deve ser mantida por seus próprios fundamentos, tendo em vista que o agravante não trouxe

novos argumentos que alterassem a conclusão nela contida, insistindo apenas nos já expostos em sua inicial. 4. Agravo interno conhecido e desprovido. (Agravo de Instrumento nº 2013.02.01.006268-5/ES, 7ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, Rel. José Antônio Neiva. j. 10.07.2013, unânime, e-DJF2R 22.07.2013).¿

DEFIRO o bloqueio de ativos junto ao SISBAJUD.

Havendo resultado positivo no bloqueio SISBAJUD, serve a tela de protocolo como termo de penhora, devendo a Secretaria intimar o devedor para que tome ciência da medida e oponha embargos/impugnação, se desejar.

Infrutífera a medida, vistas ao credor por 5 (cinco) dias para requerer o que entender de direito.

Publique-se.

Datado eletronicamente.

Ênio Maia Saraiva

Juiz de Direito

PROCESSO Nº 0001445-24.2014.8.14.0058. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. EXEQUENTE: IBAMA. EXECUTADO: J GOMES MADEIRAO DOS LAGOS LTDA ¿ MADEIRAO DOS LAGOS; CILENE PALHETA DE CARVALHO; JAILSO DOS SANTOS ALBUQUERQUE

DECISÃO

Vistos, etc...

Trata-se de execução fiscal ajuizada pelo IBAMA em face de J GOMES MADEIRAO DOS LAGOS LTDA.

O autor pugnou pelo bloqueio de ativos financeiros pelo sistema SISBAJUD, a restrição de veículos via RENAJUD e a inscrição dos devedores no SERASAJUD.

É a síntese dos autos.

Esgotados os meios de diligência na busca de bens aptos à garantia da dívida, entendo por deferir o pleito de busca de ativos via SISBAJUD.

O bloqueio de valores por meio digital depositados em instituições financeiras é medida executiva prevista no CPC (art. 854 do CPC).

Neste sentido:

¿PROCESSUAL CIVIL. LOCALIZAÇÃO DE BENS. ÔNUS DO AUTOR. CONSULTA AO INFOJUD. NÃO COMPROVAÇÃO DO ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. 1. A jurisprudência é firme no sentido de que é ônus da parte exequente localizar bens do devedor a fim de satisfazer a sua pretensão e indicá-los ao Juízo. A intervenção judicial mediante a expedição de ofícios e consulta aos sistemas INFOJUD e RENAJUD somente se justifica em caráter excepcional, quando e esgotados todos os meios disponíveis no sentido de localizar bens do executado passíveis de penhora. 2. O exequente não comprovou que, efetivamente, diligenciou, por exemplo, junto aos cartórios de registros de imóveis no intuito de encontrar bens do devedor que pudessem satisfazer o crédito em questão, não se configurando, portanto, o esgotamento de diligências apto a possibilitar a utilização do sistema INFOJUD. 3. A orientação supra

transcrita deve ser mantida por seus próprios fundamentos, tendo em vista que o agravante não trouxe novos argumentos que alterassem a conclusão nela contida, insistindo apenas nos já expostos em sua inicial. 4. Agravo interno conhecido e desprovido. (Agravo de Instrumento nº 2013.02.01.006268-5/ES, 7ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, Rel. José Antônio Neiva. j. 10.07.2013, unânime, e-DJF2R 22.07.2013).¿

Concluindo, DEFIRO o bloqueio de ativos via sistema SISBAJUD, conforme espelho anexo.

Havendo resultado positivo no bloqueio SISBAJUD, serve a tela de protocolo como termo de penhora, devendo a Secretaria intimar o devedor para que tome ciência da medida e oponha embargos/impugnação, se desejar.

Infrutífera a medida, vistas ao credor por 5 (cinco) dias para requerer o que entender de direito.

INDEFIRO a realização de bloqueio de transferência veicular via RENAJUD uma vez que a medida já foi realizada nos autos (fl. 136).

DEFIRO ainda a inscrição dos devedores no SERASAJUD, tudo como meio de constranger os demandados a pagarem a dívida ou indicar bens aptos à garantia do juízo.

Senador José Porfírio/PA, 03 de outubro de 2021.

Ênio Maia Saraiva

Juiz de Direito

PROCESSO Nº 0000944-94.2019.8.14.0058. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA CONCESSÇAI DE SALÁRIO MATERNIDADE / SEGURADO ESPECIAL. REQUERENTE: DILCIANE PIMENTEL ALMEIDA (ADVOGADO: HEVERTON DIAS TAVARES AGUIAR OAB/PA 19.089-A). REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

SENTENÇA

Vistos etc.

I - RELATÓRIO

Trata-se de ação ordinária ajuizada por DILCIANE PIMENTEL ALMEIDA em face do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ambos qualificados nos autos em epígrafe, por meio do qual a parte autora pretende a concessão de benefício previdenciário.

Alega a requerente, em síntese, a sua qualidade de segurada especial da Previdência Social, motivo que fundamentaria a concessão do benefício previdenciário pretendido, qual seja, o salário-maternidade, em virtude do nascimento de seu (a) filho(a).

O INSS foi citado, apresentando contestação às fls. 33/35, pugnando pela improcedência sob o fundamento de que a autora não demonstrou a condição de segurada especial.

Réplica às fls. 40/95.

O feito foi saneado à fl. 48.

Em audiência, foram colhidas as declarações da autora e tomados os depoimentos da(s)

testemunha(s) (fl. 78). Memoriais da parte autora prestados oralmente, pleiteando a procedência. Razões finais da autarquia previdenciária reiterando os fundamentos da contestação à fl. 82.

Após, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relatório. Decido.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Consoante a disciplina constitucional, a Previdência Social tem como um dos seus objetivos a proteção à maternidade, nos termos do art. 201, II da Carta Magna.

Visando implementar o aludido preceito normativo, o legislador infraconstitucional instituiu o benefício do salário-maternidade, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, regulamentado no art. 71 da Lei n. 8.213/91, verbis:

Art. 71. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

Todavia, o referido benefício somente pode ser concedido a quem ostente a qualidade de segurado do RGPS, na medida em que o sistema previdenciário brasileiro é de caráter contributivo, nos termos do art. 201, caput, da Constituição de 1988.

Ademais, é necessário que o segurado cumpra um período de carência, que, de acordo com o art. 24 da Lei n. 8213/91, ¿é o número de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências¿.

Para os segurados especiais especificados no art. 11, VII da Lei n. 8213/91, isto é, as pessoas que laboram nas atividades agropecuária, extrativista e de pesca artesanal em regime de economia familiar, o legislador houve por bem estabelecer um regime mais favorável, dispensando a comprovação de contribuições para efeito de carência.

Logo, para essa espécie de segurado, exige-se apenas a comprovação do trabalho rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses igual ao correspondente à carência respectiva. Nesse sentido é o teor do art. 39 da Lei n. 8213/91, abaixo transcrito:

Art. 39. Para os segurados especiais, referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, fica garantida a concessão:

I - de aposentadoria por idade ou por invalidez, de auxílio-doença, de auxílio-reclusão ou de pensão, no valor de 1 (um) salário mínimo, e de auxílio-acidente, conforme disposto no art. 86 desta Lei, desde que comprovem o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, igual ao número de meses correspondentes à carência do benefício requerido, observado o disposto nos arts. 38-A e 38-B desta Lei; ou

II - dos benefícios especificados nesta Lei, observados os critérios e a forma de cálculo estabelecidos, desde que contribuam facultativamente para a Previdência Social, na forma estipulada no Plano de Custeio da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para a segurada especial fica garantida a concessão do salário-maternidade no valor de 1 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício. (Incluído pela Lei nº 8.861, de 1994)

No que tange ao benefício do salário-maternidade, objeto da presente demanda, vale ressaltar que, inobstante a redação literal do parágrafo único do dispositivo acima transcrito, em verdade o período de trabalho rural a ser comprovado pela segurada especial é de 10 (dez) meses, e não de 12 (doze), como possa parecer. Isso porque o art. 25, III da Lei de Benefícios, com redação posterior, previu que o período de carência para as seguradas especiais, em relação ao salário-maternidade, é de apenas 10 (dez) meses, conforme segue:

Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

[...]

III - salário-maternidade para as seguradas de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 11 e o art. 13 desta Lei: 10 (dez) contribuições mensais, respeitado o disposto no parágrafo único do art. 39 desta Lei; e

Em suma, para que faça jus ao benefício previdenciário do salário-maternidade, a segurada deverá comprovar, a título de carência, o exercício de atividade rurícola no período de dez meses, imediatamente anteriores ao do início do benefício.

Nesse ponto, é de se ressaltar que a comprovação do aludido tempo de serviço demanda início de prova material, não se aceitando prova exclusivamente testemunhal, consoante o disposto no art. 55, §3º da Lei n. 8213/91, in verbis:

Art. 55 (Omissis) [...]

§ 3º A comprovação do tempo de serviço para os fins desta Lei, inclusive mediante justificativa administrativa ou judicial, observado o disposto no art. 108 desta Lei, só produzirá efeito quando for baseada em início de prova material contemporânea dos fatos, não admitida a prova exclusivamente testemunhal, exceto na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, na forma prevista no regulamento.

Frise-se que tal preceito normativo tem merecido firme aplicação da jurisprudência pátria, conforme se extrai da redação da Súmula 149 do STJ: ¿A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação de atividade rurícola, para efeito de obtenção de benefício previdenciário¿.

Além disso, as provas materiais trazidas à apreciação pelo requerente deverão ser contemporâneas aos fatos cuja prova se pretende, a teor da Súmula 34 da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais: ¿Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar¿.

Compulsando atentamente os documentos trazidos pela autora, observo que a dita parte não foi capaz de comprovar sua condição de segurada especial.

Com efeito, a fim de provar sua atividade rural, a autora juntou apenas o Termo de Autorização de Uso emitido pelo SPU referente a uma área rural emitido em nome de pessoa estranha ao feito (fl. 26). Apresentou ainda a certidão de nascimento da criança (fl. 24).

O documento da terra acostado é referente a terceiro alheio ao feito, aparentemente identificado como seu genitor, não tendo o condão, portanto, de suprir a necessidade de início de prova material da atividade rural alegada.

A prova oral produzida em audiência não é suficiente, por si só, para fundamentar a procedência da demanda, embora a autora e testemunha tenham depoimentos convergentes.

Em suma, não foi trazido pela parte autora início de prova material que sirva à prova de trabalho de labor rural em regime de economia familiar.

É pertinente ressaltar que o juízo negativo sobre a prova documental que aqui se faz não é um apego exagerado ao formalismo processual, tampouco ignorando a dificuldade da autora de fazer a prova de sua condição de segurado especial.

É que essa prova tem que se conjugar à prova oral e demais provas constantes nos autos para autorizar o deferimento do benefício. Entendo que no caso essa harmonia no acervo probatório não ocorreu.

Logo, a autora não logrou êxito em infirmar o ato administrativo de indeferimento do benefício.

Assim, diante do que se extrai dos autos e em virtude do que prescreve a Súmula 149 do STJ, penso que o pedido merece julgamento pela improcedência.

III - DISPOSITIVO

Isto posto, extingo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC/2015, para JULGAR IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial.

Condeno o(a) autor(a) nas custas e honorários de sucumbência, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, suspensa a exigibilidade, entretanto, em razão de ser o(a) autor(a) beneficiário(a) da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §§ 2º e 3º do CPC/2015.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.

Datado eletronicamente.

Ênio Maia Saraiva

Juiz de Direito

PROCESSO Nº 0000703-28.2016.8.14.0058. AÇÃO PENAL. DENUNCIADOS: EDNELTON JOSE DOS SANTOS; JOSE LEANDRO DE AZEVEDO (ADVOGADA: RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZETTI OAB/PA 25.676-A). E JOSE ATILES DE AZEVEDO

SENTENÇA.

JOSÉ LEANDRO DE AZEVEDO, ZECA URUBU, talvez EDNELTON JOSÉ DOS SANTOS e JOSÉ ATILES DE AZEVEDO, qualificados nos autos, foram denunciados no dia 22.06.2016, perante este Juízo, pela prática das condutas delituosas tipificadas pelos arts. 155, § 4º, inciso IV c/c art. 147 c/c art. 163, parágrafo único, inciso II e art. 349, todos do CPB.

Segundo relata a denúncia, no dia 13.09.2015, JOSÉ LEANDRO e EDNELTON, de comum acordo, com vontade livre e consciente, subtraíram um trator de esteira B7 da Marca FIAT, amarelo, da Fazenda Colorado do Norte, de propriedade do espólio de Luiz Rebelo Neto.

O trator foi subtraído utilizando-se de um caminhão de propriedade de JOSÉ LEANDRO AZEVEDO, marca VW, modelo 26220, da cor branca, de Jacundá/PA e levado até a propriedade rural do pai deste, JOSÉ ATILES DE AZEVEDO, residente na cidade de Jacundá, que prestou auxílio para tornar seguro o proveito do crime, oferecendo esconderijo à coisa furtada. Contudo, o caminhão levando o trator foi

avistado por diversas pessoas, de modo que foi possível localizar o produto do crime, bem como os furtadores, que foram devidamente identificados. Após a identificação de um dos acusados, Ednelton, vulgo Zeca Urubu, passou a ameaçar, causando temor, uma das testemunhas do furto, E. F. da S., com uso de uma arma de fogo, além de ter causado dano em um trator de propriedade deste, utilizando-se de substância inflamável.

A denúncia foi recebida em 23 de julho de 2016 (fls. 55).

A prisão preventiva de EDNELTON JOSÉ DOS SANTOS foi decretada à fl. 56.

EDNELTON foi citado por edital à fl. 65.

JOSÉ ATILES foi citado por edital, conforme fl. 101.

Resposta à acusação do réu José Leandro às fls. 104/111.

Não sendo caso de absolvição sumária, foi designada audiência de instrução e julgamento (fl. 116). Na oportunidade, o feito foi suspenso com relação a EDNELTON e JOSÉ ATILES, nos termos do art. 366 do CPP.

A testemunha Jurandir foi ouvida à fl. 134.

O Ministério Público desistiu das testemunhas Cídio e Rinaldo (fl. 146).

Às fls. 207, o Ministério Público desistiu das testemunhas Edmilson e Pedro.

O Ministério Público, em sede de memoriais finais, requereu a absolvição (fls. 221/222). A defesa aderiu ao pedido (fls. 224/230).

FUNDAMENTAÇÃO

Estando a ação suspensa com relação a ZECA URUBU, talvez EDNELTON JOSÉ DOS SANTOS e JOSÉ ATILES DE AZEVEDO, tenho que o feito tramita tão somente com relação a JOSÉ LEANDRO DE AZEVEDO, pelo que se passa-se a seu julgamento.

A justiça, ao sustentar numa das mãos a Balança em que pesa o direito, refere especificamente que a outra está a segurar a Espada para fazer valer este mesmo direito assegurado.

Imputa-se ao acusado JOSÉ LEANDRO DE AZEVEDO, devidamente qualificado nos autos, a prática do crime de FURTO MAJORADO, previsto no art. 155, § 4º, inciso IV do CP.

Observa-se que em nosso ordenamento jurídico vigora o princípio do livre convencimento, não estando o julgador adstrito a preconceitos legais na aferição das provas.

E na livre apreciação destas, afirma-o a Exposição de Motivos do Código de Processo Penal, que o Juiz formará, honesta e lealmente, a sua convicção.

No Processo Penal de hoje, vigora o Princípio da Verdade Real.

Tudo o que nele se faz tem a alta finalidade de obter, através dele, a representação mais fiel e mais segura da verdade objetiva.

Daí a lição do consagrado mestre Espíndola Filho, ao considerar o valor dos elementos do

Inquérito Policial na aferição da prova. Diz ele que:

Se, pelas falhas das pessoas, a cuja colaboração tiver que recorrer, não vir coroado de êxito os seus mais denotados esforços, no sentido de alcançar, produzida no sumário, a prova de que necessita, para proclamar a boa vazão da defesa ou a procedência da acusação, nada obsta, que antes de tudo, aconselha a que, sem a menor reserva, se valha da prova existente no inquérito, com o convencimento de ser ela a verdadeira, e que não foi anulada por fatos ou circunstâncias mais fidedignas na instrução criminal. Código de Processo Penal Brasileiro Anotado Furtado, I/258¿.

Constata-se que a presente Ação Penal não logrou êxito em comprovar a autoria dos delitos, visto que não foram produzidas provas aptas a indicarem a real participação do requerido no ato delitivo.

A única testemunha de acusação ouvida se tratou do policial Jurandir, que relatou em audiência que foi alertado por populares que Zeca Urubu teria furtado um trator (fl. 134).

Embora seja fidedigno o depoimento do policial, tem-se que não foi testemunha ocular do crime, sequer tendo realizado a prisão dos denunciados e se recordando tão somente da pessoa de Zeca Urubu, a quem atribuiu o furto por indicação de terceiros. Por fim, nada disse com relação a JOSÉ LEANDRO.

O papel do juiz é examinar todas as provas carreadas para os autos e que responsabilize o autor do crime para que se possa concluir pela solução mais justa e acertada.

Portanto, por tudo o que foi trazido até aqui, entendo que o acusado JOSÉ LEANDRO deve ser absolvido das acusações contra si imputadas, por absoluta falta de elementos probatórios que possam ensejar em uma condenação.

É como entendo.

Com esses fundamentos, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO, para, com fulcro no art. 386, V do CPP, ABSOLVER JOSÉ LEANDRO DE AZEVEDO, devidamente qualificado nos autos, das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória.

Transitada em julgado esta decisão e feitas as comunicações de estilo, SUSPENDAM-SE os autos até a prisão ou citação pessoal de ZECA URUBU, talvez EDNELTON JOSÉ DOS SANTOS e JOSÉ ATILES DE AZEVEDO.

Adotem-se todos os procedimentos de praxe em casos desta natureza.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Condeno o Estado do Pará ao pagamento de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a título de honorários advocatícios à Dra. RUTILEIA EMILIANO DE FREITAS TOZETTI, OAB-PA 25676-A, que patrocinou a defesa do réu JOSÉ LEANDRO DE AVEZEDO na condição de defensora dativa a partir da resposta à acusação em razão da inexistência de órgão da Defensoria Pública nesta Comarca.

Isento de custas.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

Senador José Porfírio/PA, 09 de novembro de 2021.

Ênio Maia Saraiva

Juiz de Direito

PROCESSO Nº 0002863-26.2016.8.14.0058. AÇÃO PENAL. DENUNCIADO: FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DOS SANTOS (ADVOGADA: SANDRA LORRANY PEREIRA CARVALHO OAB/PA 28.662).

SENTENÇA

Vistos, etc...

FRANCSICO DE ASSIS PEREIRA DOS SANTOS, qualificados às fls. 02/03, foi(ram) denunciado(s) no dia 26.10.2016 perante este Juízo, pela prática da(s) conduta(s) delituosa(s) tipificada(s) pelo(s) art(s). 129, § 9º do CP c/c art. 7º, I da Lei nº 11.340/06.

Segundo relata a exordial, o acusado e a ofendida G. M. de A. viviam em união estável desde os 12 anos desta. Durante este tempo, praticaram conjunção carnal por diversas vezes.

A denúncia foi recebida à fl. 39 em 21.11.2016.

Citado, o réu apresentou resposta à acusação por intermédio de defensor dativo às fls. 65/67.

Não sendo caso de absolvição sumária, foi designada data para realização de audiência de instrução e julgamento (fl. 68).

Na audiência de fl. 84, foI ouvida a testemunha JOSÉ DELCEMIR.

O órgão ministerial apresentou alegações finais orais pugnando pela absolvição, tendo a defesa anuído ao pleito (fls. 102/103 e 108/109, respectivamente).

É a síntese dos autos.

Fundamentação.

Trata-se de ação penal pública incondicionada, objetivando-se apurar no presente processo a responsabilidade criminal do denunciado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 129, § 9º do CP c/c art. 7º, I da Lei nº 11.340/06.

Na realidade, conforme simples leitura da denúncia e do inquérito que o segue, percebe-se que os fatos não são correspondentes ao crime de lesão corporal estabelecida no art. 129 do CP e sim a estupro de vulnerável, capitulado no art. 217-a do cp.

Embora a capitulação esteja gravemente equivocada, não antevejo que tal irregularidade aponte para qualquer nulidade, vez que o demandado se defende dos fatos contra si articulados e não contra a tipificação.

Pois bem, tratando-se de acusação por crime de estupro de vulnerável, entendo que a conjunção carnal está plenamente demonstrada.

O laudo de exame de corpo de delito sobre a vítima (fl. 44) aponta para a ruptura do hímen e aspecto de conjunção carnal antiga.

A idade da vítima à época dos fatos também está bem estabelecida, pois a notícia criminis tem surgimento com a denúncia do Disque Direitos Humanos em 07.02.2016 (fl. 15) e a ofendida nasceu em 27.06.2002 (fl. 32), no que se conclui que à época dos fatos, contava com 13 anos de idade.

Sendo pessoa menor de 14 anos à época do delito, supostamente vítima de violência sexual, tem-se

como atraída a incidência do art. 217-A do CP.

Entretanto, quanto à autoria do delito, nada restou comprovado.

O depoimento colhido em audiência da testemunha JOSÉ DELCEMIR apenas relata as ações dos órgãos policiais e do conselho Tutelar no atendimento do caso (fl. 84).

A vítima G. M. de A. não foi ouvida, como também nenhuma das testemunhas.

O réu, embora citado pessoalmente, se apresenta como revel no seguimento do processo, não sendo interrogado.

Desta feita, quanto ao crime de estupro de vulnerável, deve o réu ser absolvido por inexistir prova mínima da autoria.

A justiça ao sustentar numa das mãos a Balança em que pesa o direito, refere especificamente que a outra está a segurar a Espada para fazer valer este mesmo direito assegurado. Com esta premissa conduzirei este julgamento dentro do mais estrito cumprimento e a ordem sagrada da Magistratura a que fiz juramento.

Observa-se que em nosso ordenamento jurídico vigora o princípio do livre convencimento, não estando o julgador adstrito a preconceitos legais na aferição das provas. E na livre apreciação destas, afirma-o a Exposição de Motivos do Código de Processo Penal, que o Juiz formará, honesta e lealmente, a sua convicção.

No Processo Penal de hoje, vigora o Princípio da Verdade Real. Tudo o que nele se faz tem a alta finalidade de obter, através dele, a representação mais fiel e mais segura da verdade objetiva.

Daí a lição do consagrado mestre Espíndola Filho, ao considerar o valor dos elementos do Inquérito Policial na aferição da prova. Diz ele que:

¿Se, pelas falhas das pessoas, a cuja colaboração tiver que recorrer, não vir coroado de êxito os seus mais denotados esforços, no sentido de alcançar, produzida no sumário, a prova de que necessita, para proclamar a boa vazão da defesa ou a procedência da acusação, nada obsta, que antes de tudo, aconselha a que, sem a menor reserva, se valha da prova existente no inquérito, com o convencimento de ser ela a verdadeira, e que não foi anulada por fatos ou circunstâncias mais fidedignas na instrução criminal¿. ¿Código de Processo Penal Brasileiro Anotado Furtado, I/258¿.

O papel do juiz é examinar todas as provas carreadas para os autos e que responsabilize o autor do crime para que se possa concluir pela solução mais justa e acertada.

Portanto, por tudo o que foi trazido até aqui, entendo que o acusado deve ser absolvido das acusações contra si imputadas, por absoluta falta de elementos probatórios que possam ensejar em uma condenação. É como entendo.

Com esses fundamentos, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO, para, com fulcro no art. 386, V do CPP, ABSOLVER FRANCISCO DE ASSIS PEREIAR DOS SANTOS, devidamente qualificados nos autos, das imputações que lhes foram feitas na exordial acusatória.

Condeno o Estado do Pará ao pagamento de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) a título de honorários advocatícios à Dra. SANDRA LORRANY PEREIRA CARVALHO, OAB/PA 28.662, que patrocinou a defesa do réu na condição de defensora dativa a partir das alegações finais em razão da inexistência de órgão da Defensoria Pública nesta Comarca.

Transitada em julgado esta decisão e feitas as comunicações de estilo, arquivem-se os autos.

Adotem-se todos os procedimentos de praxe em casos desta natureza.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Isento de custas.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

Senador José Porfírio/PA, 09 de novembro de 2021.

Ênio Maia Saraiva

Juiz de Direito

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

O Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR, Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN, brasileiro, solteiro, nascido aos 02/09/1976, portador da CI/RG nº 740740 SSP/ES e do CPF nº 074.887.757-67, filho de Adilson Luiz Martin, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Maratizes, nº 250, bloco 02, apto. 1002, bairro Valparaíso, Serra-ES, porém por não ter sido possível ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 90 (noventa) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 11/12/2019, às fls. 317/322 dos autos da ação civil pública de indenização por dano material e moral coletivo causado ao meio ambiente nº 0000103-46.2012.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. Vistos, etc. Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará em face de PORBRÁS MADEIRAS LTDA., ADILSON LUIZ MARTIN, JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA PINHO, FREDERICO LUIZ TEIXEIRA MARTIN e FELIPE ANDRÉ TEIXEIRA MARTIN, visando, no mérito, a responsabilização civil ambiental para que os promovidos sejam condenados ao pagamento de indenização de danos morais coletivos e patrimoniais ou, alternativamente, à determinação para que os réus promovam o reflorestamento da área degradada ou outra região indicada pelo Ibama. Aduz a inicial que, conforme apuração no Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13 (fls. 19), em 2008 os réus infringiram norma prevista no art. 60 da Lei 9.605/98, bem como no art. 66, II e VII, do Decreto Federal 6.514/08, como indicado no auto de infração 527264-D (fls. 03). Relata o requerente que a Operação Arco Fogo, do Ibama, constatou funcionamento de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais em área de preservação permanente, na margem direita do rio Xingu, sem licença ou autorização, aplicando à ré Porbrás multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Afirma, ainda, que diante da constataç¿o administrativa, coube ao órg¿o ministerial demandar em busca da responsabilização civil dos requeridos, pelos danos à sociedade decorrentes de les¿o ao meio ambiente. Inicial com documentos às fls. 02/113-V. Petiç¿o inicial recebida em despacho às fls. 114. Contestaç¿o apresentada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, em defesa dos réus Porbrás, Felipe André, Frederico Luiz, José Maria de Oliveira e Adilson Luiz, defendendo a ilegitimidade passiva e a ocorrência de decadência quanto aos requeridos Felipe André, Frederico Luiz e José Maria, além da defesa de mérito. Contudo, nos instrumentos de representaç¿o às fls. 134/138 n¿o consta procuraç¿o legítima pelo promovido José Maria de Oliveira. Requerimento do Ministério Público às fls. 165, para fim de oficiar o Ibama a apresentar cópia integral dos procedimentos oriundos dos autos de infraç¿es administrativas

constantes às fls. 21/24. Audiência de conciliaç¿o realizada às fls. 179/180, na qual o Ministério Público requereu ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo ¿ SEMAT almejando esclarecer se houve desmatamento na área que funcionava o porto de embarque e desembarque, bem como para que haja indicaç¿o do prejuízo. Cópia digitalizada do Processo Administrativo do Ibama (fls. 183). Laudo Técnico Ambiental apresentado às fls. 185/189 pela SEMAT, indicando a existência de um caminho aberto na área da Porbrás até o rio Xingu, para embarque e desembarque de madeira, bem como a presença de resíduos de madeira e regeneraç¿o da vegetaç¿o no local, de modo a concluir que houve supress¿o da mata há muito tempo. Por fim, atesta o laudo que diante dos fatos provocados pelo fator humano, houve prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilizaç¿o do solo pelo contato direto com as chuvas e de eros¿o. Audiência de instruç¿o e julgamento realizada (fls. 191/193), ocasi¿o em que foi colhido o depoimento pessoal do promovido Adilson Luiz. Ofício da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS (fls. 198), indicando que a Licença de Operaç¿o ¿ LO nº 724/2008 n¿o abrangia autorizaç¿o para instalaç¿es portuárias, e que a Porbrás foi autorizada à atividade portuária somente por meio da Autorizaç¿o de Funcionamento ¿ AF nº 166/2012, vencida em 18/06/2013, e posteriormente, com a emiss¿o da Licença de Operaç¿o ¿ LO nº 8358/2014, cuja autorizaç¿o ocorreu até 20/03/2017. Ante a n¿o representaç¿o processual do réu José Maria, o Ministério Público pleiteou (fls. 199-V) sua citaç¿o por edital, o que foi realizado em 25/05/2016 (fls. 208), e na mesma manifestaç¿o requereu nova intimaç¿o à SEMAT para que indique o cálculo do dano ambiental alegado, afirmando que no laudo apresentado nos autos n¿o há como dimensionar o valor dos danos. Novo laudo emitido pela SEMAT às fls. 215/223, no qual restou atestado que a área de preservaç¿o permanente, desmatada na década de 90, foi vegetada novamente ou houve regeneraç¿o natural, conforme imagens obtidas nos anos de 2012 e 2015. Contestaç¿o apresentada às fls. 226 pelo curador especial do requerido José Maria, o dr. José Carlos Melém. Renúncia ao mandato (fls. 227) apresentada pela advogada do réu Porbrás (fls. 227/231). Renúncia ao mandato dos requeridos Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André (fls. 245/251). Alegaç¿es finais pelo Ministério Público às fls. 235/237, ratificando o pedido de condenaç¿o dos requeridos ao pagamento de danos morais e materiais. Raz¿es finais apresentadas às fls. 263/266 pela curadora especial do réu José Maria, aduzindo, em síntese, que este deixou de fazer parte da sociedade em 15/09/2011, pugnando pelo reconhecimento de decadência. O réu Felipe André foi intimado pessoalmente (fls. 307-V), mas n¿o constituiu novo procurador nem apresentou memoriais finais, conforme certid¿o às fls. 308. O promovido Frederico Luiz foi intimado por edital (fls. 311), porém, n¿o apresentou raz¿es finais nem constituiu novo advogado, conforme certid¿o às fls. 314. Os réus Porbrás e Adilson Luiz foram intimados às fls. 256, mas n¿o constituíram novo causídico nem apresentaram memoriais finais, conforme certid¿o às fls. 316. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relato. Decido. O art. 129, III, da Constituiç¿o Federal de 1988, atribui ao Ministério Público a legitimidade para promover aç¿es que visam a proteç¿o do patrimônio público e social, do meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, justificando, assim, a propositura da presente demanda. De antem¿o, tenho por bem registrar que reconheço a contestaç¿o dos réus Porbrás, Adilson Luiz, Frederico Luiz e Felipe André na peça juntada às fls. 127/133 pela advogada (dra.) Dominique de Nazaré dos S. Silva, uma vez que às fls. 134/138 constam as respectivas procuraç¿es. Quanto ao requerido José Maria, considerando que a advogada acima o englobou na peça contestatória, mas sem apresentar instrumento procuratório do réu em quest¿o, tenho que a contestaç¿o deste foi apresentada pelo curador especial (dr.) José Carlos Melém, às fls. 226. Antes de me apreciar o mérito, passo a analisar as preliminares arguidas. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. Em ambas as peças contestatórias, os defensores técnicos arguiram a ilegitimidade passiva dos réus José Maria, Frederico Luiz e Felipe André, sob a alegaç¿o de decadência pelo fato destes terem se desligado do quadro societário da ré Porbrás há mais de 03 (três) anos. Tal preliminar n¿o merece guarida, vez que a atuaç¿o do Ibama, constatando os danos, ocorreu no ano de 2008, quando os requeridos supraindicados ainda faziam parte do quadro societário da ré Porbrás, os quais se retiraram apenas no ano de 2011. Nesse aspecto, o art. 1.032 do CC determina a responsabilização dos sócios retirantes em até 02 (dois) anos, após a averbaç¿o da retirada da sociedade. Transcrevo: ¿Art. 1.032. A retirada, exclus¿o ou morte do sócio, n¿o o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigaç¿es sociais anteriores, até dois anos após averbada a resoluç¿o da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto n¿o se requerer a averbaç¿o¿. Ademais, a presente aç¿o foi distribuída no ano de 2012, de modo que, pelo exposto, resta clarividente a legitimidade passiva de todos os réus indicados na inicial. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. De igual forma, n¿o merece acolhida a pretensa preliminar de inépcia da inicial (fls. 128/129), eis que o autor indicou corretamente os alegados danos ao meio ambiente, fazendo menç¿o inicialmente e diligenciando acerca da complementaç¿o da apuraç¿o dos prejuízos ao meio ambiente, de modo que os réus tiveram amplas condiç¿es de apresentarem suas defesas, inclusive, pelos dados apontados pelos

procedimentos administrativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ¿ IBAMA. Ademais, a jurisprudência pátria é uníssona ao definir que os danos causados ao meio ambiente n¿o necessitam de valor específico indicado pelo autor, podendo, pois, ser arbitrado pelo julgador, respeitando-se a razoabilidade e proporcionalidade, a exemplo dos entendimentos a seguir: ¿ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS AMBIENTAIS. DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO MAR. INDENIZAÇ¿O. VALOR ARBITRADO DE FORMA RAZOÁVEL SEGUNDO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL A QUAO. REVIS¿O. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. É assente nesta Corte que somente é possível a reavaliaç¿o do quantum arbitrado a título de danos causados ao meio ambiente nos casos em que se afigure exorbitante ou irrisório, o que evidentemente n¿o se configura no caso dos autos. Portanto, incide na espécie, o óbice da Súmula 7/STJ. 2. Agravo regimental n¿o provido¿. (STJ - AgRg no AREsp: 222483 SP 2012/0180576-7, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 18/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicaç¿o: DJe 27/11/2014). ¿EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇ¿O CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DESMATAMENTO DE ÁREA DE FORMAÇ¿O CAMPESTRE SEM AUTORIZAÇ¿O DE ÓRG¿O AMBIENTAL. ÁREA RECUPERADA NATURALMENTE. OBRIGAÇ¿O DE INDENIZAR. PERTINÊNCIA. REPARAÇ¿O INTEGRAL. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. - O desmatamento de área de formaç¿o campestre sem autorizaç¿o de órg¿o ambiental e que causa danos significativos à vegetaç¿o deve ser sancionado, também, com a obrigaç¿o de pagar quantia em dinheiro. Precedente do STJ - A reparaç¿o do patrimônio ambiental deve ser a mais completa possível, abrangendo obrigaç¿es de indenizar e de n¿o fazer, para além da recuperaç¿o natural da área ao longo dos anos, circunstância que supriu t¿o somente a obrigaç¿o de fazer - O valor da indenização deve ser arbitrado de modo razoável e proporcional à extens¿o do dano¿. (TJ-MG - AC: 10400130022322001 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 08/10/2019, Data de Publicaç¿o: 15/10/2019). No mérito, vislumbro que o Processo Administrativo nº 1.23.003.000116/2009-13, originado pelo auto de infração expedido pelo IBAMA, acostado às fls. 19/69, e apresentado integralmente em mídia digital às fls. 183, constatou que a ré Porbrás estava com quantidade de madeira condizente à comprovada documentalmente, mas autuou a mesma por ¿fazer funcionar atividade de porto de embarque e desembarque de produtos e subprodutos florestais, em área de preservaç¿o permanente¿, sem a devida licença legal. Por ocasi¿o, foi-lhe aplicada multa administrativa no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Considero, pois, que o procedimento administrativo é prova inequívoca da ocorrência do dano causado pelo funcionamento de atividade portuária na sede da requerida Porbrás em área de preservaç¿o permanente, uma vez que está revestido de fé pública do agente de fiscalizaç¿o ambiental do IBAMA. Outrossim, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade ¿ SEMAS informou às fls. 198 que à época da ¿Operaç¿o Arco de Fogo¿ a ré Porbrás n¿o obtinha autorizaç¿o para instalaç¿es portuárias, uma vez que a LO nº 724/2008 n¿o abrangia tais atividades, as quais foram autorizadas somente em 2012. Nesse sentido, a própria ré Porbrás admitiu, em defesa junto ao IBAMA (fls. 87/88), o funcionamento irregular do local de embarque e desembarque de produtos, sustentando que n¿o tinha conhecimento da necessidade de obter licença específica para funcionamento de porto de embarque e desembarque de madeiras e seus derivados. S¿o os termos da promovida às fls. 87: ¿[...] se falhamos, n¿o foi por desrespeito à legislaç¿o vigente, mas sim porque ao longo destes anos todos n¿o tínhamos a menor idéia de que fosse necessário ter uma autorizaç¿o especial para um local que n¿o é um porto e que está colocado nos documentos que enviamos a cada ano para renovaç¿o da LO, e, portanto pensávamos que a licença seria válida também para embarque e desembarque de produtos¿. Tal argumento n¿o merece acolhida, vez que o art. 3º da Lei de Introduç¿o às normas do Direito Brasileiro é enfático ao dispor que ninguém poderá se eximir de obedecer a legislaç¿o, em sentido amplo, sob o fundamento de desconhecimento legal. In verbis: ¿Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que n¿o a conhece¿. Portanto, os réus violaram flagrantemente o disposto no art. 66 do Decreto nº 6.514/2008, a seguir transcrito: ¿Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorizaç¿o dos órg¿os ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milh¿es de reais)¿. Ato contínuo, a legislaç¿o atual preconiza que a responsabilidade do infrator/poluidor pelo dano ambiental é objetiva, como assevera o art. 14, § 1º, da Lei 6.938/81, uma vez que o meio ambiente é um bem amplamente protegido pela Carta Magna/88, conforme art. 225, sendo essencial à qualidade de vida da presente e futuras geraç¿es. A jurisprudência já é pacífica nesse mesmo sentido, tendo o Supremo Tribunal Federal já assinalado o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como a consagraç¿o constitucional de um direito de terceira dimens¿o. Portanto, sendo desnecessária a apuraç¿o de culpa, uma vez que apurada sob a modalidade do risco

integral. Vejamos como é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará acerca do assunto: ¿APELAÇ¿O CÍVEL. AÇ¿O CIVIL PÚBLICA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. REJEITADAS - RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS CAUSADOS. COMPROVAÇ¿O - DANO MATERIAL E REFLORESTAMENTO. PEDIDOS ALTERNATIVOS. NECESSIDADE DE ADEQUAÇ¿O - PRAZO DE SEIS MESES. APRESENTAÇ¿O DE PROJETO DE RECUPERAÇ¿O AO IBAMA. PRAZO PARA EXECUÇ¿O DO REFLORESTAMENTO. DETERMINADO PELO IBAMA. (...) 2- Há independência entre as esferas administrativa, civil e penal. Portanto, as decis¿es do Poder Judiciário n¿o est¿o vinculadas às conclus¿es adotadas em procedimento administrativo. Preliminar de sobrestamento do feito rejeitada; 3- A responsabilidade por violaç¿o do meio ambiente é objetiva, fundamentada na Teoria do Risco Integral, bastando a comprovaç¿o do nexo causal da aç¿o ou atividade desenvolvida pelo agente com o dano provocado, independentemente da existência de culpa; 4- De acordo com a extens¿o do dano, é possível subdividir o gênero dano ambiental, em duas espécies: dano patrimonial e dano extrapatrimonial ou moral. Há total independência entre a reparaç¿o do dano extrapatrimonial e do dano patrimonial; (...)¿ (TJPA 2017.04205724-17, 182.104, Rel. Celia Regina de Lima Pinheiro, Órg¿o Julgador 1ª Turma de Direito Público, Julgado em 2017-09-25, publicado em 2017-10-24) A conduta direta da empresa requerida, e a conduta, no mínimo indireta, dos sócios daquela à época, os quais n¿o agiram para impedir a prática ilegal, tornam todos legitimados a comporem o polo passivo da presente demanda, consoante arts. 2º e 3º, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, c/c art. 3º da Lei nº 6.938/81, os quais indicam como infratores todos aqueles que, direta ou indiretamente, tenham praticado atividade causadora de degradaç¿o ambiental. Embora nos autos haja comprovaç¿o de regeneraç¿o natural ou revegetaç¿o da área de preservaç¿o permanente desmatada para funcionamento do porto irregular, a aç¿o dos réus causou danos ambientais amplamente indicados pela SEMAT (fls. 185/189), dentre os quais: prejuízo ao curso d¿água, risco de impermeabilizaç¿o do solo pelo contato direto com as chuvas e de eros¿o, n¿o podendo, portanto, os ilícitos serem relevados pelo Poder Público, sobretudo pelo Judiciário. Assim, estando configurado o prejuízo, bem como o evidente nexo causal pela conduta dos requeridos, a reparaç¿o deve ser condizente com o dano provocado, já que n¿o se trata de simples reparaç¿o pessoal ou privada, mas de interesse coletivo ou mesmo geracional, impondo, dessa forma, a reparaç¿o pelos danos materiais e morais coletivos causados. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resoluç¿o do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) condenar os requeridos, solidariamente, a título de danos materiais coletivos, ao pagamento de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que será revertido ao Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca; B) condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento de dano moral coletivo ao meio ambiente e à coletividade no importe de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), devendo ser revestido ao Fundo Estadual dos Direitos Difusos, nos termos do art. 13, da Lei nº 7.347/85. Intime-se o Ministério Público, inclusive para informar acerca dos dados da conta corrente do Fundo Municipal do Meio Ambiente desta Comarca, bem como do Fundo Estadual dos Direitos Difusos. Intime-se o requerido José Maria de Oliveira Pinho, por meio de sua curadora especial, de forma pessoal. Intimem-se os demais requeridos nos últimos endereços cujas comunicaç¿es restaram frutíferas, expedindo-se cartas precatórias e/ou editais, se necessário. Custas pelos requeridos. Sem honorários (art. 128, § 5º, II, ¿a¿, da CF/88). Após o trânsito em julgado, proceda-se o necessário, arquivando-se ao final. Publique-se. Registre-se. Senador José Porfírio-PA, 11 de dezembro de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa. Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio.¿. Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2020. Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O Excelentíssimo Sr. Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio-PA Ênio Maia Saraiva, faz saber à nacional IRANI ALVES RODRIGUES, brasileira, nascida em 02/08/1956, portadora do CPF nº 305.041.712-91, filha de Júlia Maria de Jesus e de Manoel Alves de Oliveira, com endereço declarado nos autos como sendo Rua A, nº 17, Jardim Paraíso, Tucuruí-PA, que nos autos Do

procedimento de medidas protetivas de urgência nº 0800086-93.2020.8.14.0058, em 30/08/2021, foi prolatada sentença a qual, na íntegra, diz: ¿SENTENÇA. IRANI ALVES RODRIGUES, devidamente qualificada nos autos, alegando ser vítima de violência doméstica e familiar contra a mulher, com incidência na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, ingressou com pedido de medidas protetivas de urgência em face de PAULO RODRIGUES ALVES. Em decisão liminar, foram deferidas as medidas de proteção pretendidas pela requerente (id. 21030725). O requerido não foi localizado para citação pessoal (id. 21241884), sendo realizada a editalícia (id. 28231696). Regularmente citado, não apresentou contestação (id. 32765289). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Em razão da ausência de defesa tempestiva pelo requerido, embora devidamente citado, DECRETO A REVELIA, o que faço nos termos do art. 344 do CPC Entendo desnecessária a produção de provas em audiência, haja vista que o objeto dos presentes autos é tão somente a apreciação da manutenção e/ou revogação da medida protetiva de urgência. Tenho que a causa está suficientemente instruída para o seu julgamento, pelo que passo a sua apreciação nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil. A ocorrência traz a descrição da violência/grave ameaça sofrida pela vítima, a qual deu ensejo a decisão liminar concessiva das medidas protetivas de urgência, perdurando até o presente momento. Consigno que a medida protetiva prevista na lei nº 11.340/06 visa a garantia da ofendida que se encontra em situação de risco, resguardando, além de sua incolumidade física e psíquica, o direito de uma vida sem violência e com harmonia, solidariedade, respeito e dignidade, fundamentos esses que devem prevalecer dentro do âmbito familiar (parentes próximos ou pessoas com quem convive ou já conviveu). Assim, considerando o caráter protetivo da norma, prepondera em casos tais a palavra da vítima, que merece ser salvaguardada ante a alegada situação de violência/ameaça. Demais, anoto que as lides domésticas e familiares, por serem relações jurídicas continuativas, perduram no tempo e, por isso, são passíveis de modificações em sua situação de fato e de direito. Em vista disso, a sentença que as resolve não transita materialmente em julgado, ou seja, se porventura o requerido vier demonstrar posteriormente a imprescindibilidade de se aproximar e de manter contato com a vítima, as medidas poderão ser revistas. Como também se faz possível que a ofendida requeira a revogação das medidas concedidas. O novo CPC, claramente voltado à duração razoável do processo e a efetividade da tutela jurisdicional, permite que a tutela satisfativa seja veiculada de maneira antecedente, ou seja, em petição própria, antes da propositura da demanda principal (Artigo 303 do CPC). Ocorre que, se a medida assim requerida (de modo antecedente) e deferida, não for confrontada pela parte contraria pelo recurso cabível, qual seja o agravo de instrumento, ela se estabiliza, isto é, conservará os seus efeitos práticos, independentemente da complementação da petição inicial e da defesa do réu. No presente caso, conforme certificado nos autos, o requerido fora devidamente intimado da decisão antecipatória de tutela e não interpôs recurso de agravo de instrumento, razão pela qual tenho como estabilizado os efeitos da tutela de urgência e por via de consequência, procedo à extinção do processo. DISPOSITIVO Diante do exposto, em observância às regras processuais acima dispostas, reconheço a estabilização da tutela antecipada deferida no início do processo e mantenho as medidas protetivas já fixadas, o que faço nos termos do art. 304, caput, do CPC, e por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, de acordo com o art. 485, X do CPC. Intime-se a requerente, advertindo-a que eventual quebra das medidas protetivas, no transcurso do prazo supra determinado, deverá ser comunicada a autoridade policial como descumprimento de medidas protetivas. Transcorrido referido prazo deverá a requerente ingressar com novo pedido de medidas protetivas de urgência. Sem custas, nos termos do art. 28 da Lei Maria da Penha. Ciente o MP. Façam-se as comunicações necessárias. Certifique-se o trânsito em julgado, após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. INTIMEM-SE AS PARTES POR EDITAL. Serve a presente decisão de ofício/mandado/carta precatória, aos fins a que se destina, tudo nos termos dos Provimentos nº 003/2009 CJCI. Datado eletronicamente. Ênio Maia Saraiva Juiz de Direito¿. E como a parte acima qualificada não encontrada para ser pessoalmente intimada, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da referida sentença. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. AÇÃO PENAL. RÉUS: EVANDRO MOURA FERREIRA E ADJALMA SERRÃO PAZ. O Excelentíssimo Senhor ÊNIO MAIA SARAIVA, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber aos nacionais ADJALMA SERRÃO PAZ, vulgo ¿Deda¿, paraense de Portel, nascido em 15/02/1994, filho de Maria do Socorro Reis Serrão e de Domingos de Carvalho Paz, e EVANDRO MOURA FERREIRA, vulgo ¿Dico¿, paraense de Senador José Porfírio, nascido em 01/02/1995, filho de Maria Benedita Moura Ferreira, ambos com endereço declarado nos autos como sendo bairro Piquiá, nº 504, Senador José Porfírio-PA, do que não tendo sido possível a intimação pessoal de ambos, os quais encontram-se em lugar incerto e não sabido, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomarem ciência da sentença prolatada por este Juízo em 12/05/2021, à fl. 106 dos autos da Ação Penal nº 0067663-97.201517.8.14.0058, a qual, na íntegra, diz: ¿PROCESSO Nº 0067663-97.2015.8.14.0058. SENTENÇA. Compulsando os autos, verifico que há questão prejudicial de mérito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição pretensão executória vez que, considerando a pena em concreto estabelecida na sentença condenatória (fl. 77/81) e o marco inicial para aferição do prazo prescricional após a imposição da condenação, que é o trânsito em julgado para a acusação, não se tendo configurado qualquer das causas interruptivas da prescrição, transcorreu o prazo prescricional. Os sentenciados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ não iniciaram até a presente data o cumprimento das suas respectivas penas, tendo perdido a pena concretamente aplicada na sentença a sua força executória, pois não foi exercitada pelos órgãos estatais, nos prazos previstos no artigo 109 do Código Penal. Observo que quando a extinção da punibilidade for decretada após o trânsito em julgado, extingue-se a pretensão executória do Estado -imposição da pena-, remanescendo, no entanto, os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como lançamento do nome no rol dos culpados, incluindo a eventual reincidência, por razões de política criminal, ante a existência de pronunciamento do Estado-juiz, com trânsito em julgado da sentença, infirmando a culpabilidade do réu, se no caso for. Assim sendo, tendo havido a perda do Estado do direito aplicar efetivamente a pena, em decorrência da prescrição executória DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE imposta aos condenados EVANDRO MOURA FERREIRA e ADJALMA SERR¿O PAZ, relativamente ao presente processo, consoante artigo art. 107, inciso IV, 109, V, 110 § 1º, ambos do CPB e art. 66, II da Lei de Execução Penal, já que transcorridos os prazos previstos no artigo 109 do Código Penal, a contar do trânsito em julgado da sentença para a acusação, sem que o sentenciado iniciasse o cumprimento da sua pena. DECLARO, ainda, que permanecem os efeitos secundários da sentença condenatória, tais como o lançamento do nome do rol dos culpados, uma vez que a causa de extinç¿o ocorreu depois do trânsito em julgado da sentença condenatória. Oficie-se ao TRE/PA, comunicando-se lhe do teor da sentença de fl. 81, para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal c/c Súmula 09 do TSE. Expeça-se o contramandado de prisão no BNMP 2.0, recolhendo-se aquele(s) anteriormente(s) expedido(s) à(s) fl(s). 97 e 100. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. Façam-se as anotações necessárias. Arquive-se. Senador José Porfírio, 12 de maio de 2021. Ênio Maia Saraiva. Juiz de Direito¿. Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um). Eu, Elder Sávio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª entrância, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

COMARCA DE VIGIA

SECRETARIA DA VARA UNICA DE VIGIA

ATO ORDINATÓRIO

Ato Ordinatório regulamentado pelos provimentos nº 006/2006-CJRMBe006/2009-CJCI.

Pelo presente ato fica o advogado ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO, OAB/PA 9238 a proceder ao recolhimento de custas finais referente ao processo nº 0000221-37.2009.8.14.0063, AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TITULO EXTRA JUDICIAL que tem como EXEQUENTE BANCO DO ESTADO DO PARA S/A, EM EXECUTADO GUARIMÃ INDUSTRIA DE PESCADO LTDA. Informamos também, que o boleto das custas se encontra disponível no Sistema Libra cadastrado como CERTIDÃO doc. Nº 2021.00606291-80 e na contra capa dos autos físicos.

Vigia/PA, 10 de novembro de 2021.

_____
Augusto Jarte Amaral Noronha
Diretor de Secretaria

COMARCA DE VISEU

SECRETARIA DA VARA UNICA DE VISEU

DESPACHO (processo nº 0000002-90.2001.8.14.0064)

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADOS: BENEDITO MESSIAS DOS REMÉDIOS AZEVEDO RAMOS e ANTÔNIO EDSON MOREIRA DA SILVA
ADVOGADA DATIVA: DRª. SARA GISELE MELO DE OLIVEIRA - OAB/PA 29.103
VÍTIMA: SAMUEL ALVES TEIXEIRA

1. Considerando o cenário em que a Defensoria Pública se recusa a receber processos por ordem do Defensor que se encontra ausente da Comarca, nomeio o (a) Drª. **SARA GISELE MELO DE OLIVEIRA ¿ OAB/PA 29.103** como advogado (a) dativo (a) para que assuma a causa.
2. O arbitramento dos honorários será feito em conformidade com a Resolução nº 09/2018 ¿ OAB/PA, que atualiza os valores da tabela de honorários, em atenção ao §1º do art. 22 do EOAB, considerando que o advogado está recebendo o processo em sua reta final, é caso de média complexidade e não restam muitos atos que ensejem sua atuação.
3. **Intime-se, pessoalmente, o (a) advogado (a) para ciência dessa nomeação e assumir seu munus publicum e providencie o andamento do feito o rol de testemunhas de defesa para o Júri (art. 422, CPP)** ou levante algum impedimento legal para o encargo. Na oportunidade, intime-o do teor da decisão anterior.
Viseu-PA, 10 de Novembro de 2021.

Charles Claudino Fernandes Juiz de Direito

COMARCA DE ANAPU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ANAPU

RESENHA: 22/10/2021 A 09/11/2021 - SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ANAPU - VARA: VARA ÚNICA DE ANAPU PROCESSO: 00002017220188140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:I. S. S. REU:MARCELO SOARES DA SILVA Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE ANAPÃ Processo nÂ° 0000201-72.2018.8.14.0138 Processo nÂº 0000201-72.2018.8.14.0138. Autos de: AÃÃO PENAL. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Denunciado: Marcelo Soares da Silva. AudiÃªncia: InstruÃ§Ã£o e Julgamento. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO (VIDEOCONFERÃNCIA) Ao dia dezenove (19) do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 9h, por meio da VideoconferÃªncia, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito Dr. Manfredo Braga Filho, comigo Auxiliar JudiciÃ¡ria, Lucilene Silva de Souza que ao final subscreve. Feito o pregÃ£o via plataforma Microsoft Teams, verificou-se o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Presentes: - Membro do MinistÃ©rio PÃºblico: Dra. Aline Cunha da Silva. - Denunciado: Marcelo Soares da Silva.Â Â Â Â Â Â Ausentes: - Advogado: Dr. JoÃ£o Feliciano Caramuru dos Santos JÃºnior OAB/PA. 14.737. -Testemunhas do MP: Romildo Martins dos Santos, IsÃ©lia Santos dos Santos e Gelcione de Sousa Cunha. DECLARADA ABERTA A AUDIENCIA, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o: O MinistÃ©rio PÃºblico desiste da oitiva das testemunhas Romildo Martins dos Santos, IsÃ©lia Santos dos Santos e Gelcione de Sousa Cunha. DesistÃªncia homologada pelo JuÃ-zo. Em seguida, passou-se Ã qualificaÃ§Ã£o e ao interrogatÃ³rio do rÃ©u Marcelo Soares da Silva, na forma do art. 187 do CPP, dividindo-se em duas partes, sendo a primeira consistente na colheita de dados sobre o acusado, o qual procedeu por meio Ã¡udio visual. Qual o seu nome: Marcelo Soares da Silva. Tem apelido? Prejudicado.Â Qual a sua filiaÃ§Ã£o? CÃ©lia Macedo e Silva. Qual a sua idade? 35 (12.06.1986).Â Qual o seu estado civil? Solteiro. De onde Ã© natural? Rondon/PA. Qual a sua ocupaÃ§Ã£o: metalÃºrgico. CPF: 010.878.952-78. RG: 4556017 PC/PA. Â Qual o grau de instruÃ§Ã£o: ensino mÃ©dio completo. Qual o endereÃ§o de ResidÃªncia? Avenida Nossa Senhora Aparecida, nÂº 129, ao lado do Banco Bradesco, Anapu/PA. Possui filhos? Sim. 02 filhos menores. Possui VÃ-cios: NÃ£o. JÃ¡ foi preso ou processado? NÃ£o. O Juiz fez ao rÃ©u a leitura da denÃºncia, bem como a observaÃ§Ã£o de seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer em silÃªncio, sem que isso prejudique a sua defesa, bem como o direito de assistÃªncia da famÃ-lia, nos termos do art. 5Âº, incisos LV, LVII, LXIII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988, bem como de entrevista reservada com seus advogados. ApÃ³s, deu ciÃªncia dos termos da denÃºncia, deixando de proceder ao interrogatÃ³rio judicial do denunciado em virtude do exercÃ-cio do direito ao silÃªncio. Em seguida, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais orais, o qual foi procedido por meio Ã¡udio visual do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio, nos seguintes termos: O MinistÃ©rio PÃºblico requer a absolviÃ§Ã£o do denunciado. Em seguida, o MM. Juiz passou a proferir a seguinte SENTENÃA: i). Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada em que se imputa ao acusado Marcelo Soares da Silva, devidamente qualificados, a prÃ¡tica do crime previsto nos arts.129, Â§9Âº praticado no contexto da Lei 11.340/06.Â Realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento nesta assentada a vÃ-tima nÃ£o foi ouvida tendo em vista nÃ£o ter sido localizada para ser intimada, bem como as testemunhas arroladas na denÃºncia nÃ£o foram inquiridas tendo o MinistÃ©rio PÃºblico desistido de suas oitivas, em sede de alegaÃ§Ãµes orais o MinistÃ©rio PÃºblico pugnou pela absolviÃ§Ã£o do denunciado por ausÃªncia de provas para condenaÃ§Ã£o. As alegaÃ§Ãµes orais da defesa restaram prejudicadas em razÃ£o da ausÃªncia do Advogado na presente audiÃªncia, sem justificativa. Ã o breve relato do necessÃ¡rio. Passo a fundamentar e a decidir. Posto isso, por nÃ£o ter havido renovaÃ§Ã£o de provas em juÃ-zo, bem como a inexistÃªncia de exame de corpo delito em crimes que deixam vestÃ-gios. Decido. ABSOLVO o acusado MARCELO SOARES DA SILVA, com base no art. 386, VII, do CPP. Sem custas. Cientes os presentes.Â O MinistÃ©rio PÃºblico e o denunciado renunciam ao prazo recursal, se declarando cientes neste ato, bem como o MinistÃ©rio PÃºblico renuncia a intimaÃ§Ã£o pessoal por remessa dos autos. Certifico o transito em julgado. Arquivem-se os autos, dando-se baixa na sua distribuiÃ§Ã£o. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, o qual fica

dispensada a assinatura fÃ-sica dos presentes, conforme artigo 28 da Portaria Conjunta 10/2020 GP/CJCI/CRMB. Eu (Lucilene Silva de Souza), Auxiliar JudiciÃ¡ria, o digitei e subscrevi. Juiz: Denunciado: PROCESSO: 00002418820178140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:L. M. L. REU:JOAO DILSON PEREIRA LEANDRO Representante(s): OAB 26068-A - JACQUELINE MAXIMO FERNANDES CORREIA (ADVOGADO DATIVO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE ANAPÃ Processo nÂ° 0000241-88.2017.8.14.0138 Processo nÂº 0000241-88.2017.8.14.0138. Autos de: AÃÃO PENAL. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Denunciado: JoÃ£o Dilson Pereira Leandro. AudiÃªncia: InstruÃ§Ã£o e Julgamento. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO (VIDEOCONFERÃNCIA) Ao dia vinte e um (21) do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 13h, por meio da VideoconferÃªncia, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito Dr. Manfredo Braga Filho, comigo Auxiliar JudiciÃ¡ria, Lucilene Silva de Souza que ao final subscreve. Feito o pregÃ£o via plataforma Microsoft Teams, verificou-se o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Presentes: - Membro do MinistÃ©rio PÃºblico: Dra. Aline Cunha da Silva. - Advogada Dativa:Â Dra. Jacqueline MÃ¡ximo Fernandes Correia OAB/PA. 26068-A. -Testemunhas do MP: Luciano de Oliveira Pinto. Â Â Â Â Â Ausentes: - Denunciado: JoÃ£o Dilson Pereira Leandro.Â -Testemunhas do MP: Luiza Machado Leandro, Alyson Ferreira Silva e Henrique Geovane Damasceno Fonseca e Janilson Machado Leandro. Â DECLARADA ABERTA A AUDIENCIA, o MM. Juiz passou a proferir a seguinte deliberaÃ§Ã£o: Considerando que o rÃ©u JoÃ£o Dilson Pereira Leandro fora citado pessoalmente, apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o, mas nÃ£o fora intimado pessoalmente para comparecer Ã audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, pois nÃ£o atualizou seu endereÃ§o perante o Poder JudiciÃ¡rio, decreto a revelia do rÃ©u nos termos do artigo 367 do CPP, devendo o feito prosseguir independentemente de intimaÃ§Ã£o do acusado. Em seguida, o MM. Juiz passou a oitiva da testemunha arrolada na denÃºncia Luciano de Oliveira Pinto, compromissada e advertida na forma da lei, cujo teor foi gravado em mÃ-dia, havendo cÃ³pia integral nos autos, bem como outra arquivada em cartÃ³rio. O MinistÃ©rio PÃºblico desiste da oitiva das testemunhas Luiza Machado Leandro, Alyson Ferreira Silva e Henrique Geovane Damasceno Fonseca e Janilson Machado Leandro. DesistÃªncia homologada pelo JuÃ-zo. Em seguida, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais orais, o qual foi procedido por meio Ã¡udio visual do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio, nos seguintes termos: O MinistÃ©rio PÃºblico requer a absolviÃ§Ã£o do denunciado por insuficiÃªncia de provas para condenaÃ§Ã£o. Em seguida, foi dada a palavra a Defesa para alegaÃ§Ãµes finais orais, o qual foi procedido por meio Ã¡udio visual do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio, nos seguintes termos: A defesa requer a absolviÃ§Ã£o do denunciado pela insuficiÃªncia de provas para condenaÃ§Ã£o. Em seguida, o MM. Juiz passou a proferir a seguinte SENTENÃA PROFERIDA EM MEIO ÃUDIO VISUAL nos seguintes termos: i). Decido. Posto isso, por nÃ£o ter havido renovaÃ§Ã£o de provas em juÃ-zo ABSOLVO o acusado JOÃO DILSON PEREIRA LEANDRO, com base no art. 386, VII, do CPP. Sem custas. Cientes os presentes.Â O MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa renunciam ao prazo recursal, se declarando cientes neste ato, bem como o MinistÃ©rio PÃºblico renuncia a intimaÃ§Ã£o pessoal por remessa dos autos. Certifique-se o transito em julgado e arquivem-se os autos, dando-se baixa na sua distribuiÃ§Ã£o. Condeno o Estado do ParÃ¡ a pagar a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios em favor da advogada dativa, Dra. Jacqueline MÃ¡ximo Fernandes Correia OAB/PA. 26068-A., em razÃ£o da inexistÃªncia de Defensoria PÃºblica instalada nesta comarca. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, o qual fica dispensada a assinatura fÃ-sica dos presentes, conforme artigo 28 da Portaria Conjunta 10/2020 GP/CJCI/CRMB. Eu (Lucilene Silva de Souza), Auxiliar JudiciÃ¡ria, o digitei e subscrevi. Juiz: Advogada Dativa: PROCESSO: 00010013720178140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:V. L. S. DENUNCIADO:MARIO FERREIRA DA SILVA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE ANAPÃ Processo nÂ° 0001001-37.2017.8.14.0138 Processo nÂº 0001001-37.2017.8.14.0138. Autos de: AÃÃO PENAL. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Denunciado: MÃ¡rio Ferreira da Silva. AudiÃªncia: InstruÃ§Ã£o e Julgamento. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO (VIDEOCONFERÃNCIA) Ao dia vinte e um (21) do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 9h, por meio da VideoconferÃªncia, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito Dr. Manfredo Braga Filho, comigo Auxiliar JudiciÃ¡ria, Lucilene Silva de Souza que ao final subscreve. Feito o pregÃ£o via plataforma Microsoft Teams, verificou-se o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Presentes: - Membro do MinistÃ©rio PÃºblico: Dra. Aline Cunha da Silva. - Advogada Dativa:Â Dra.

Jacqueline MÃ¡ximo Fernandes Correia OAB/PA. 26068-A. -Testemunhas do MP: Eduardo Santos dos Santos. Â Â Â Â Â Ausentes: - Denunciado: MÃ¡rio Ferreira da Silva. Â -Testemunhas do MP: JosÃ© Marcelo Pinheiro de Oliveira, Valmir Lopes de Souza, Nelcina dos Santos Silva. DECLARADA ABERTA A AUDIENCIA, o MM. Juiz proferiu a seguinte deliberaÃ§Ã£o: Considerando que o rÃ©u MÃ¡rio Ferreira da Silva fora citado pessoalmente, apresentou resposta Ã acusaÃ§Ã£o, mas nÃ£o fora intimado pessoalmente para comparecer Ã audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento, pois nÃ£o atualizou seu endereÃ§o perante o Poder JudiciÃ¡rio, decreto a revelia do rÃ©u nos termos do artigo 367 do CPP, devendo o feito prosseguir independentemente de intimaÃ§Ã£o do acusado. Em seguida, o MM. Juiz passou a oitiva da testemunha, Eduardo Santos dos Santos, compromissada e advertida na forma da lei, cujo teor foi gravado em mÃ-dia, havendo cÃ³pia integral nos autos, bem como outra arquivada em cartÃ³rio. O MinistÃ©rio PÃºblico desiste da oitiva das testemunhas JosÃ© Marcelo Pinheiro de Oliveira, Valmir Lopes de Souza, Nelcina dos Santos Silva. DesistÃªncia homologada pelo JuÃ-zo. Em seguida, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais orais, o qual foi procedido por meio Ã¡udio visual do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio, nos seguintes termos: O MinistÃ©rio PÃºblico requer a absolviÃ§Ã£o do denunciado por insuficiÃªncia de provas para condenaÃ§Ã£o. Em seguida, foi dada a palavra a Defesa para alegaÃ§Ãµes finais orais, o qual foi procedido por meio Ã¡udio visual do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio, nos seguintes termos: A defesa requer a absolviÃ§Ã£o do denunciado pela insuficiÃªncia de provas para condenaÃ§Ã£o. Em seguida, o MM. Juiz passou a proferir a seguinte SENTENÃA PROFERIDA EM MEIO ÃUDIO VISUAL nos seguintes termos: i). Decido. Posto isso, por nÃ£o ter havido renovaÃ§Ã£o de provas em juÃ-zo ABSOLVO o acusado MÃRIO FERREIRA DA SILVA, com base no art. 386, VII, do CPP. Sem custas. Cientes os presentes.Â O MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa renunciam ao prazo recursal, se declarando cientes neste ato, bem como o MinistÃ©rio PÃºblico renuncia a intimaÃ§Ã£o pessoal por remessa dos autos. Certifique-se o transito em julgado e arquivem-se os autos, dando-se baixa na sua distribuiÃ§Ã£o. Condeno o Estado do ParÃ¡ a pagar a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios em favor da advogada dativa, Dra. Jacqueline MÃ¡ximo Fernandes Correia OAB/PA. 26068-A., em razÃ£o da inexistÃªncia de Defensoria PÃºblica instalada nesta comarca. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, o qual fica dispensada a assinatura fÃ-sica dos presentes, conforme artigo 28 da Portaria Conjunta 10/2020 GP/CJCI/CRMB. Eu (Lucilene Silva de Souza), Auxiliar JudiciÃ¡ria, o digitei e subscrevi. Juiz: Advogada Dativa: PROCESSO: 00017614920188140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:L. S. L. DENUNCIADO:JOANDERSON MAGALHAES PASSOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE ANAPÃ Processo nÂ° 0001761-49.2018.8.14.0138 Processo nÂº 0001761-49.2018.8.14.0138. Autos de: AÃÃO PENAL. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Denunciado: Joanderson MagalhÃ£es Passos. AudiÃªncia: InstruÃ§Ã£o e Julgamento. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO (VIDEOCONFERÃNCIA) Ao dia dezenove (19) do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 10h, por meio da VideoconferÃªncia, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito Dr. Manfredo Braga Filho, comigo Auxiliar JudiciÃ¡ria, Lucilene Silva de Souza que ao final subscreve. Feito o pregÃ£o via plataforma Microsoft Teams, verificou-se o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Presentes: - Membro do MinistÃ©rio PÃºblico: Dra. Aline Cunha da Silva. - Advogada Dativa: Dra. Jacqueline MÃ¡ximo Fernandes Correia OAB/PA. 26068-A. - Denunciado: Joanderson MagalhÃ£es Passos -Testemunhas do MP: Luiz Sousa LeitÃ£o acompanhado do Advogado Dr. Pedro Henrique Neres Machado OAB/PA. 9184. Â Â Â Â Â Ausentes: -Testemunhas do MP: Raimundo Nonato Pereira da Silva e Dione Cardoso da Silva. DECLARADA ABERTA A AUDIENCIA, o MM. Juiz passou a oitiva da vÃ-tima Luiz Sousa LeitÃ£o, cujo teor foi gravado em meio Ã¡udio visual, do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio. O MinistÃ©rio PÃºblico desiste da oitiva das testemunhas Raimundo Nonato Pereira da Silva e Dione Cardoso da Silva. DesistÃªncia homologada pelo JuÃ-zo. Em seguida, passou-se Ã qualificaÃ§Ã£o e ao interrogatÃ³rio do rÃ©u Joanderson Magalhaes Passos, na forma do art. 187 do CPP, dividindo-se em duas partes, sendo a primeira consistente na colheita de dados sobre o acusado, o qual procedeu por meio Ã¡udio visual. Qual o seu nome: Joanderson MagalhÃ£es Passos. Tem apelido? DadÃ¡. Qual a sua filiaÃ§Ã£o? RosÃ¡ria da Cruz e Joelson Silva Passos. Qual a sua idade? 34 (31.01.1987).Â Qual o seu estado civil? Solteiro. De onde Ã© natural? IpiaÃº/BA. Qual a sua ocupaÃ§Ã£o: Comerciante e agricultor. CPF: 12020.117.205-40 CTPS: 1280830010 MT/PA. Qual o grau de instruÃ§Ã£o: ensino fundamental incompleto. Qual o endereÃ§o de ResidÃªncia:Â Rua 2 Amigos, nÂº 03, Vila Manoel Baiano, zona rural de PacajÃ¡, PacajÃ¡/PA. Possui filhos? Sim. 02 filhos. 09 anos. Possui VÃ-cios: nÃ£o. JÃ¡ foi preso ou processado? Sim. O Juiz fez ao rÃ©u a leitura da denÃºncia, bem

como a observaÃ§Ã£o de seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer em silÃªncio, sem que isso prejudique a sua defesa, bem como o direito de assistÃªncia da famÃ-lia, nos termos do art. 5Âº, incisos LV, LVII, LXIII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988, bem como de entrevista reservada com seus advogados. ApÃ³s, deu ciÃªncia dos termos da denÃºncia, passando-se Ã segunda parte do interrogatÃ³rio, que trata dos fatos, aos quais passou a responder Ã s perguntas, cujo teor foi gravado por meio Ã¡udio visual, do qual consta cÃ³pia integral gravada em mÃ-dia, acostada nos autos, ficando outra arquivada em cartÃ³rio. Em seguida, o MM. Juiz passou a proferir o seguinte DESPACHO: i). Remetam-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegaÃ§Ãµes finais em memoriais escritos, na forma do artigo 411 e 403, Â§ 3Âº do CPP. ApÃ³s, vistas a Defesa Dativa, para, no prazo mÃ¡ximo de 5 (cinco) dias, apresentar alegaÃ§Ãµes finais em memoriais em favor do denunciado. ApÃ³s, conclusos para sentenÃ§a. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, o qual fica dispensada a assinatura fÃ-sica dos presentes, conforme artigo 28 da Portaria Conjunta 10/2020 GP/CJCI/CRMB. Eu (Lucilene Silva de Souza), Auxiliar JudiciÃ¡ria, o digitei e subscrevi. Juiz: Advogada Dativa: PROCESSO: 00022074120138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 DENUNCIADO:ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 15657 - MARCOS WAGNER ALVES TEIXEIRA (DEFENSOR) VITIMA:C. O. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUCIANO AUGUSTO ARAUJO DA COSTA - PROMOTOR DE JUSTICA. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Intime-se o rÃ©u por edital com prazo de 90 (noventa) dias. 2.Â Â Â Â Â ApÃ³s, havendo trÃ¢nsito em julgado, tornem os autos conclusos para expediÃ§Ã£o de mandado de prisÃ£o. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Anapu (PA), 22 de outubro de 2021.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Manfredo Braga Filho Juiz de Direito PROCESSO: 00031859720168140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 DENUNCIADO:ONEIA MOZIR DUARTE VITIMA:T. F. S. L. DENUNCIADO:MANOEL MESSIAS RODRIGUES DE SOUSA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE ANAPÃ Processo nÂ° 0003185-97.2016.8.14.0138 Processo nÂº 0003185-97.2016.8.14.0138. Autos de: AÃÃO PENAL. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Denunciado: Oneia Mozir Duarte e Manoel Messias Rodrigues de Sousa. AudiÃªncia: InstruÃ§Ã£o e Julgamento. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO (VIDEOCONFERÃNCIA) Ao dia dezoito (18) do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 12:30h, por meio da VideoconferÃªncia, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito Dr. Manfredo Braga Filho, comigo Auxiliar JudiciÃ¡ria, Lucilene Silva de Souza que ao final subscreve. Feito o pregÃ£o via plataforma Microsoft Teams, verificou-se o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Presentes: - Membro do MinistÃ©rio PÃºblico: Dra. Aline Cunha da Silva. - Advogada Dativa: Dra.Â Daniella Souza Da Silva OAB/TO. 7891. - Denunciado: Oneia Mozir Duarte e Manoel Messias Rodrigues de Sousa. -Testemunhas do MP: Tatiane Ferro da Silva Leite. Â Â Â Â Â Ausentes: -Testemunhas do MP: Flavio Alves Rego. DECLARADA ABERTA A AUDIENCIA, foi dada a palavra a Defesa Dativa para apresentaÃ§Ã£o de reposta a acusaÃ§Ã£o em relaÃ§Ã£o ao denunciado Oneia Mozir Duarte nos seguintes termos: A defesa se resguarda ao direito de apresentar a Defesa nas alegaÃ§Ãµes finais. Em seguida, o MM. Juiz passou a oitiva da vÃ-tima Tatiane Ferro da Silva Leite, cujo teor foi gravado em mÃ-dia, havendo cÃ³pia integral nos autos, bem como outra arquivada em cartÃ³rio. O MinistÃ©rio PÃºblico desiste da oitiva da testemunha Flavio Alves Rego. DesistÃªncia homologada pelo JuÃ-zo. Em seguida, passou-se Ã qualificaÃ§Ã£o e ao interrogatÃ³rio do rÃ©u Oneia Mozir Duarte, na forma do art. 187 do CPP, dividindo-se em duas partes, sendo a primeira consistente na colheita de dados sobre o acusado, o qual procedeu por meio Ã¡udio visual. Qual o seu nome: Oneia Mozir Duarte. Tem apelido? NÃ£o possui.Â Qual a sua filiaÃ§Ã£o? Creuza Mozer Duarte. Qual a sua idade? 24 (03.09.1997).Â Qual o seu estado civil? Solteiro. De onde Ã© natural? Novo Repartimento/PA. Qual a sua ocupaÃ§Ã£o: Lavrador. CPF: Prejudicado. RG: 6688511 PC/GO. Â Qual o grau de instruÃ§Ã£o: ensino fundamental incompleto. Qual o endereÃ§o de ResidÃªncia? Bairro Imperatriz ou Rua BrasÃ-lia nÂº 40, Av. TucuruÃ-, Novo Repartimento/PA. Possui filhos? NÃ£o. Possui VÃ-cios: maconha. JÃ¡ foi preso ou processado? Sim. O Juiz fez ao rÃ©u a leitura da denÃºncia, bem como a observaÃ§Ã£o de seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer em silÃªncio, sem que isso prejudique a sua defesa, bem como o direito de assistÃªncia da famÃ-lia, nos termos do art. 5Âº, incisos LV, LVII, LXIII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988, bem como de entrevista reservada com seus advogados. ApÃ³s, deu ciÃªncia dos termos da denÃºncia, deixando de proceder ao interrogatÃ³rio judicial do denunciado em virtude do exercÃ-cio do direito ao silÃªncio. Em seguida, passou-se Ã qualificaÃ§Ã£o e ao interrogatÃ³rio do rÃ©u Manoel Messias Rodrigues de Sousa, na forma do art. 187 do CPP, dividindo-se em duas partes, sendo a primeira consistente na colheita de dados sobre o acusado, o qual procedeu por meio Ã¡udio visual. Qual o seu

nome: Manoel Messias Rodrigues de Sousa. Tem apelido? Messias Qual a sua filiaÃ§Ã£o? JosÃ© Rodrigues de Sousa e Zelita Neres De Sousa. Qual a sua idade? 29.08.1995. Qual o seu estado civil? Solteiro. De onde Ã© natural? PacajÃ¡/PA. Qual a sua ocupaÃ§Ã£o: ajudante de pedreiro. CPF: 038.594.372-59. RG: 8265965 PC/PA. Â Qual o grau de instruÃ§Ã£o: ensino fundamental incompleto. Qual o endereÃ§o de ResidÃªncia? TravessÃ£o Assurini, 100 km de Altamira, Altamira/PA. Possui filhos? Sim. 03 filhos menores. Possui VÃcios: nÃ£o. JÃ¡ foi preso ou processado? Sim. O Juiz fez ao rÃ©u a leitura da denÃºncia, bem como a observaÃ§Ã£o de seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer em silÃªncio, sem que isso prejudique a sua defesa, bem como o direito de assistÃªncia da famÃlia, nos termos do art. 5Âº, incisos LV, LVII, LXIII, da ConstituiÃ§Ã£o Federal de 1988, bem como de entrevista reservada com seus advogados. ApÃ³s, deu ciÃªncia dos termos da denÃºncia, deixando de proceder ao interrogatÃ³rio judicial do denunciado em virtude do exercÃcio do direito ao silÃªncio. Em seguida, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais orais, o qual foi procedido por meio Ã¡udio visual do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio, nos seguintes termos: O MinistÃ©rio PÃºblico requer a absolviÃ§Ã£o dos denunciados por insuficiÃªncia de provas. Em seguida, foi dada a palavra a Defesa para alegaÃ§Ãµes finais orais, o qual foi procedido por meio Ã¡udio visual do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio, nos seguintes termos: A defesa requer a absolviÃ§Ã£o sumÃ¡ria dos denunciados. Em seguida, o MM. Juiz passou a proferir a seguinte SENTENÃA ORAL GRAVADA EM MEIO ÃUDIO nos seguintes termos: i). Decido. ABSOLVO os acusados ONEIA MOZIR DUARTE E MANOEL MESSIAS RODRIGUES DE SOUSA, com base no art. 386, VII, do CPP. Sem custas. Cientes os presentes.Â O MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa renunciam ao prazo recursal, se declarando cientes neste ato, bem como o MinistÃ©rio PÃºblico renuncia a intimaÃ§Ã£o pessoal por remessa dos autos. Certifique-se o transito em julgado e arquivem-se os autos, dando-se baixa na sua distribuiÃ§Ã£o. Condeno o Estado do ParÃ¡ a pagar a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a tÃtulo de honorÃ¡rios advocatÃcios em favor da advogada dativa, Dra.Â Daniella Souza Da Silva OAB/TO. 7891, em razÃ£o da inexistÃªncia de Defensoria PÃºblica instalada nesta comarca. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, o qual fica dispensada a assinatura fÃsica dos presentes, conforme artigo 28 da Portaria Conjunta 10/2020 GP/CJCI/CRMB. Eu (Lucilene Silva de Souza), Auxiliar JudiciÃ¡ria, o digitei e subscrevi. Juiz: Advogada Dativa: PROCESSO: 00034681820198140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:PEDRO OSMAR PINHEIRO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Acautelem-se os autos em secretaria no aguardo da realizaÃ§Ã£o da audiÃªncia. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Anapu (PA), 22 de outubro de 2021. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Manfredo Braga Filho Juiz de Direito Â PÃ¡gina de 1Â FÃ³rum de: ANAPUÂ Â Email: tjepa138@tjpa.jus.brÂ Â Â EndereÃ§o: Rua GoiÃ¡s S/NÂ CEP: 68.365-000Â Â Bairro: SÃO LUIZÂ Â Fone: (91)3694-1724 PROCESSO: 00044238320188140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Cumprimento de sentença em: 22/10/2021 REQUERENTE:AYMORE CREDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:LUSIMAR CAVALCANTE COSTA. Processo n.Âº 0004423-83.2018.8.14.0138 DECISÃO 1.Â Â Â Â Â CONHEÃO e dou PROVIMENTO aos embargos de declaraÃ§Ã£o de fl. 72/74, para o fim de: a)Â Â Â Â Â TORNAR SEM EFEITO a sentenÃ§a de fl. 68, em razÃ£o de a mesma homologar uma desistÃªncia nÃ£o requerida. 2.Â Â Â Â Â Em seguida, DEFIRO a busca e apreensÃ£o do veÃculo da marca/ modelo TOYOTA/HILUX CS 4X4 2.5 16V BRANCA, PLACA OBT8715, CHASSI 8AJDR22G8B4015188, ANO FABRICAÃÃO/MODELO 2011/2011, devendo o bem ser depositado em favor do requerente. 3.Â Â Â Â Â Deposite-se o bem em posse do fiel depositÃ¡rio indicado na peÃ§a inicial, devendo a parte autora ser oficiada para, no prazo mÃ¡ximo de 48 (quarenta e oito horas), retirar o veÃculo do local depositado, sob pena de devoluÃ§Ã£o do bem ao requerido (art. 3Âº, Â§ 13 do DL 911/69). 4.Â Â Â Â Â No prazo de 05 (cinco) dias, a parte requerida poderÃ¡ adimplir a integralidade da dÃvida pendente, incluindo as que se venceram atÃ© o presente momento, hipÃ³tese na qual o bem nÃ£o lhe serÃ¡ retirado ou, se jÃ¡ houver sido apreendido, ser-lhe-Ã¡ restituÃdo livre do Ã´nus. 5.Â Â Â Â Â Cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer contestaÃ§Ã£o no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execuÃ§Ã£o da liminar, nos termos do artigo 3Âº, Â§ 3Âº do DL 911/69. 6.Â Â Â Â Â Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado via DJE, para tomar ciÃªncia da presente decisÃ£o. Â Â Â Â Â Se for o caso, utilize-se a presente decisÃ£o/despacho como mandado/ofÃcio, ou qualquer outro documento necessÃ¡rio ao seu cumprimento, ficando as partes citadas/intimadas/cientes, pelo sÃ³ recebimento desta, dispensada a elaboraÃ§Ã£o de qualquer outro expediente. AnapÃº (PA), 21 de

outubro de 2021. MANFREDO BRAGA FILHO Juiz de Direito substituto, respondendo pela comarca de AnapÃº PROCESSO: 00050035020178140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 22/10/2021 VITIMA:O. E. REU:RONIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 22584 - PABLO BRUNNO SILVEIRA LIMA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO 1.Â Â Â Â Â Remetam-se os autos ao MinistÃ©rio PÃºblico para apresentaÃ§Ã£o de alegaÃ§Ãµes finais ou o que entender de direito. Â Â Â Â Â Â Â Â Â Anapu (PA), 22 de outubro de 2021.Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Â Manfredo Braga Filho Juiz de Direito PROCESSO: 00081282620178140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): MANFREDO BRAGA FILHO A??o: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 22/10/2021 VITIMA:A. G. C. VITIMA:R. A. O. VITIMA:M. C. D. DENUNCIADO:CLAUTILDES RIBEIRO DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. ESTADO DO PARÃ - PODER JUDICIÃRIO JUÃZO DE DIREITO DA COMARCA DE ANAPÃ Processo nÂ° 0008128-26.2017.8.14.0138 Processo nÂº 0008128-26.2017.8.14.0138. Autos de: AÃÃO PENAL. Autor: MinistÃ©rio PÃºblico Estadual. Denunciado: Clautides Ribeiro dos Santos. AudiÃªncia: InstruÃ§Ã£o e Julgamento. TERMO DE AUDIÃNCIA DE INSTRUÃÃO E JULGAMENTO (VIDEOCONFERÃNCIA) Ao dia dezenove (19) do mÃªs de outubro (10) de dois mil e vinte e um (2021), Ã s 11h, por meio da VideoconferÃªncia, onde se achava presente o MM. Juiz de Direito Dr. Manfredo Braga Filho, comigo Auxiliar JudiciÃ¡ria, Lucilene Silva de Souza que ao final subscreve. Feito o pregÃ£o via plataforma Microsoft Teams, verificou-se o seguinte: Â Â Â Â Â Â Â Presentes: - Membro do MinistÃ©rio PÃºblico: Dra. Aline Cunha da Silva. - Advogada Dativa: Dra. Jacqueline MÃ¡ximo Fernandes Correia OAB/PA. 26068-A. Â Â Â Â Â Â Ausentes: -Testemunhas do MP: Raquel Assis de Oliveira, Arlon GaviÃ£o de Carvalho e Marly Cardoso Dantas. DECLARADA ABERTA A AUDIÃNCIA, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para manifestaÃ§Ã£o: ExcelÃªncia o MinistÃ©rio PÃºblico se manifesta pela desistÃªncia da oitiva das testemunhas Raquel Assis de Oliveira, Arlon GaviÃ£o de Carvalho e Marly Cardoso Dantas. DesistÃªncia homologada pelo JuÃ-zo. Em seguida, foi dada a palavra ao MinistÃ©rio PÃºblico para alegaÃ§Ãµes finais orais, o qual foi procedido por meio Ã¡udio visual do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio, nos seguintes termos: O MinistÃ©rio PÃºblico requer a absolviÃ§Ã£o da denunciada por insuficiÃªncia de provas para condenaÃ§Ã£o. Em seguida, foi dada a palavra a Defesa para alegaÃ§Ãµes finais orais, o qual foi procedido por meio Ã¡udio visual do qual consta cÃ³pia integral acostada aos autos, bem como outro arquivada em cartÃ³rio, nos seguintes termos: A defesa requer a absolviÃ§Ã£o da denunciada pela insuficiÃªncia de provas para condenaÃ§Ã£o. Em seguida, o MM. Juiz passou a proferir a seguinte SENTENÃA: i). Trata-se de aÃ§Ã£o penal pÃºblica incondicionada em que se imputa a acusada Clautides Ribeiro dos Santos, devidamente qualificada, a prÃ¡tica do crime previsto nos art. 331 do CÃ³digo Penal.Â Ã o breve relato do necessÃ¡rio. Realizada audiÃªncia de instruÃ§Ã£o e julgamento nesta assentada fora vÃ-tima e as testemunhas arroladas na denÃºncia nÃ£o foram inquiridas desde a audiÃªncia anterior por nÃ£o terem comparecido embora devidamente intimadas tendo o MinistÃ©rio PÃºblico desistido de suas oitivas, o qual foi homologado por este JuÃ-zo, em sede de alegaÃ§Ãµes orais as partes pugnaram pela absolviÃ§Ã£o da denunciada por ausÃªncia de provas para condenaÃ§Ã£o, posto as provas nÃ£o terem sido renovadas em fase judicial. Passo a fundamentar e a decidir. Decido. Posto isso, por nÃ£o ter havido renovaÃ§Ã£o de provas em juÃ-zo ABSOLVO a acusada CLAUTIDES RIBEIRO DOS SANTOS, com base no art. 386, VII, do CPP. Sem custas. Cientes os presentes.Â O MinistÃ©rio PÃºblico e a Defesa renunciam ao prazo recursal, se declarando cientes neste ato, bem como o MinistÃ©rio PÃºblico renuncia a intimaÃ§Ã£o pessoal por remessa dos autos. Certifique-se o transito em julgado e arquivem-se os autos, dando-se baixa na sua distribuiÃ§Ã£o. Condeno o Estado do ParÃ¡ a pagar a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a tÃ-tulo de honorÃ¡rios advocatÃ-cios em favor da advogada dativa, Dra. Jacqueline MÃ¡ximo Fernandes Correia OAB/PA. 26068-A, em razÃ£o da inexistÃªncia de Defensoria PÃºblica instalada nesta comarca. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, o qual fica dispensada a assinatura fÃ-sica dos presentes, conforme artigo 28 da Portaria Conjunta 10/2020 GP/CJCI/CRMB. Eu (Lucilene Silva de Souza), Auxiliar JudiciÃ¡ria, o digitei e subscrevi. Juiz: Advogada Dativa: PROCESSO: 00017816920208140138 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): ---- A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: D. S. S. REU: I. G. S. AUTOR: M. P. E. P.

COMARCA DE ELDORADO DOS CARAJÁS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ELDORADO DOS CARAJÁS

PROCESSO: 00046874320168140018 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): TALITA VAZ ARAUJO A??o: Execução de Título Extrajudicial em: 10/11/2021---REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUDESTE PARAENSE SICREDI CARAJAS PA Representante(s): OAB 20916-A - ANDRE DE ASSIS ROSA (ADVOGADO) OAB 21365 - LORENA RAFAELLA GONÇALVES COUTO (ADVOGADO) REQUERIDO:CLEBER SOUSA PEREIRA REQUERIDO:CLEYTON SOUSA PEREIRA. ATO ORDINATÓRIO (Manual de Rotinas ¿ Processo Cível - TJEPA) Em atenção ao disposto no Manual de Rotinas ¿ Processo Cível, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em seu item 5.1, b, intime-se o requerente, através dos seus advogados, para recolher as custas pertinentes ao cumprimento da Carta Precatória nº 0800505-91.2021.8.14.0054, pertencente a Comarca de São João do Araguaia, no prazo de 15 (quinze) dias, caso ainda persista o interesse na diligência. (Cópia do Boleto em anexo). Eldorado do Carajás/PA, 10 de novembro de 2021. TALITA VAZ ARAUJO Diretora de Secretaria da Vara Única da Comarca de Eldorado do Carajás/PA Provimento 006/009 CJCI; 006/06-CJRMB art. 1°, § 3º

PROCESSO: 00014049020088140018 PROCESSO ANTIGO: 200820005757 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTU?RIO(A): JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 09/07/2021---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CHARLES ROBERTO PEREIRA PINTO Representante(s): OAB 1375B - CELIA CILENE DE FREITAS PAZ (ADVOGADO) OAB 5891 - JOAO MARCOS FREITAS NETO PAZ (ADVOGADO) OAB 1375B - CELIA CILENE DE FREITAS PAZ (ADVOGADO) OAB 5891 - JOAO MARCOS FREITAS NETO PAZ (ADVOGADO) VITIMA:M. J. O. 1. Considerando a inexistência de interposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado da sentença condenatória. 2. Expeça-se o respectivo Mandado de Prisão. 3. Realizada a prisão, expeça-se guia de execução definitiva e sua remessa à vara de execuções da comarca de Parauapebas. 4. Deixo de apreciar o pedido de conversão da prisão domiciliar de fls. 87/101, pois compete ao Juízo de Execução da Pena. 5. Cumpra-se. 6. Publique-se para ciência do advogado João Marcos Freitas Neto Paz, OAB/TO 5891. Eldorado dos Carajás/PA, 09 de julho de 2021. JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO Juíza de Direito Titular da Vara Única de Eldorado do Carajás

PROCESSO: 00014049020088140018 PROCESSO ANTIGO: 200820005757 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO A??o: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/10/2019---AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CHARLES ROBERTO PEREIRA PINTO Representante(s): OAB 1375B - CELIA CILENE DE FREITAS PAZ (ADVOGADO) OAB 5891 - JOAO MARCOS FREITAS NETO PAZ (ADVOGADO) OAB 1375B - CELIA CILENE DE FREITAS PAZ (ADVOGADO) OAB 5891 - JOAO MARCOS FREITAS NETO PAZ (ADVOGADO) VITIMA:M. J. O. SENTENÇA O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra o acusado CHARLES ROBERTO PEREIRA PINTO, imputando-lhe a conduta delituosa descrita no artigo 213 c/c 224, a do Código Penal Brasileiro, com redação anterior à lei nº 12.015/2009. Narra a inicial acusatória que (...) o Denunciado sobre promessa de casamento, constrangeu a menor Magali de Jesus Oliveira, a manter relações sexuais. O próprio acusado afirmou perante a autoridade policial à fl. 13, que manteve relações sexuais com a vítima. Ocorre excelência, que a

vítima não é maior de 14 anos, o que faz com que a violência seja presumida, e conforme posição do Supremo Tribunal Federal trata-se de presunção com caráter absoluto. (...) Inquérito policial às fls. 06-40. Laudo de exame de conjunção carnal, fl. 21. Certidão de nascimento da vítima fl. 22. Certidão positiva de antecedentes fl. 42. Porém, com registro apenas deste processo e de outro com a punibilidade extinta. Denúncia recebida na data de 16 de dezembro de 2008. Réu citado, fl. 45. Defesa Preliminar às fls. 46-49. Conforme termo de fl. 59, o réu, devidamente intimado, não compareceu à audiência de instrução, pelo que teve decretada sua prisão preventiva para garantia da aplicação da lei penal. O mandado de prisão foi cumprido na data de 16 de março de 2010, conforme fl. 62. O réu foi interrogado em juízo, conforme termo de audiência de fls. 67-70, oportunidade na qual foi revogada sua prisão preventiva. Também foram ouvidas duas testemunhas de defesa. Alegações finais do Ministério Público às fls. 75-76, na qual o parquet postulou pela condenação do réu nas penas do artigo 213, c/c 224, a, do Código Penal. Alegações finais da Defesa às fls. 78-79, em que o advogado requereu seja declarada a nulidade e arquivamento definitivo do processo pelo fato não constituir crime e, subsidiariamente, que o réu seja absolvido com fulcro no artigo 386, III, do CPP. Os autos vieram conclusos para sentença. É o relatório. Decido. Cuidam os presentes autos de ação penal pública movida contra o réu CHARLES ROBERTO PEREIRA PINTO, acusado da prática do crime de estupro descrito no artigo 213 c/c 224, a do Código Penal Brasileiro, com redação anterior à lei nº 12.015/2009. Quanto a preliminar de nulidade processual por ser o fato conduta atípica, verifico que a argumentação confunde-se com o mérito, devendo ser analisada a seguir. Passo ao mérito. A materialidade do crime está comprovada por meio do Laudo de exame de conjunção carnal, fl. 21, somado à prova oral colhida em juízo e em solo policial. Diante de todo o conjunto probatório trazido aos autos, verifico que a autoria é certa. Cabalmente o réu confirmou em juízo que manteve relações sexuais com a vítima no período de janeiro a março de 2008. Porém, como forma de defesa, argumentou que não tinha conhecimento de sua idade, acreditando ter ela mais de 17 anos. O fato é que no período apontado a vítima possuía exatos 14 anos, conforme certidão de nascimento de fl. 22. O desconhecimento da idade da vítima pode circunstancialmente excluir o dolo do acusado quanto à condição de vulnerável, mediante a ocorrência do chamado erro de tipo (art. 20 do CP). No entanto, não é esse o caso dos autos. A promessa de casamento feita pelo réu à vítima, conforme narrado por ela (fl. 16), por sua mãe (fl. 13) e irmã (fl.14), denotam que o acusado tinha conhecimento de sua idade, tanto que estava disposto a com ela casar ¿ forma costumeira de corrigir o erro ¿ para ver extinta sua punibilidade. Assim dispunha o inciso VII, do Artigo 107 do Código Penal: Extinção da punibilidade Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: VII - pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial deste Código; (Revogado pela Lei nº 11.106, de 2005) A negativa do réu, em juízo, quanto a essa promessa, é contraditória, posto que em solo policial, fl. 18, o acusado ressaltou na presença da genitora da menor que estaria disposto a casar com a mesma e assumir as reponsabilidades, bastando a justiça consentir o casamento. Ademais, em juízo, o réu admitiu que a vítima era virgem, o que põe em xeque a alegação de desconhecimento da menoridade. Ainda, a notícia do crime foi comunicada pela mãe da menor, sob o argumento de que não aprovava o namoro, justamente pelo fato de sua filha possuir 14 anos. Desse modo, hão há que se falar em consentimento da família, tendo em vista o curto período do relacionamento e a notícia do crime. Nesse contexto, a compleição física da vítima descrita pelo réu em juízo, por si só, não é suficiente para comprovar o seu desconhecimento quanto a elementar do tipo. A violência, no presente caso, de acordo com a lei vigente à época dos crimes, mais benéfica ao réu, é presumida, considerando que a vítima não era maior de 14 anos, conforme certidão de nascimento de fl. 10. Vejamos como dispunha o Código Penal: Art. 224 - Presume-se a violência, se a vítima: a) não é maior de catorze anos; Sobre essa presunção, a Terceira Seção do STF, no julgamento do EREsp nº 1.152.864/SC, relatora Ministra LAURITA VAZ (DJe de 01/04/2014), decidiu que a presunção de violência no crime de estupro cometido contra menores de 14 anos, prevista na antiga redação do artigo , alínea a, do é de natureza absoluta, de maneira que aquiescência da ofendida ou mesmo sua experiência com relação ao sexo não tem relevância jurídico-penal. Diante do exposto, julgo procedente em parte a pretensão punitiva estatal para condenar o réu CHARLES ROBERTO PEREIRA PINTO nas penas do artigo 213, parágrafo único, c/c 224, a do Código Penal, com redação anterior à lei nº 12.015/2009, todos do Código Penal Brasileiro. Nesse sentido, passo a realizar a dosimetria da pena: 1ª FASE: Circunstâncias judiciais (artigo 59, caput, do CPB) Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a culpabilidade do réu é inerente ao tipo. O réu não registra maus antecedentes. Sua conduta social não foi auferida nos autos por meio de laudo técnico necessário, assim como a sua personalidade. Os motivos, circunstâncias e consequências do crime são próprias do delito. O comportamento da vítima em nada contribuiu para a ocorrência do delito. Diante disso, fixo a pena base em 06 (seis) anos de reclusão, com base no dispositivo secundário do artigo 213 com a redação dada pela Lei. Nº 8.072/90, mais benéfica e vigente à época dos crimes. 2ª FASE: Circunstâncias legais (agravantes

e atenuantes) Milita em favor do réu a atenuante prevista no artigo 65, inciso III, d, do CPB, por ter confessado o crime, embora de forma qualificada. Porém, deixo de diminuir a pena, pois já fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ). Inexistem circunstâncias agravante. Assim, mantenho a pena intermediária em 06 (seis) anos de reclusão. 3ª FASE: Causas de aumento e diminuição da pena Não há causa de aumento ou diminuição de pena. Portanto, fixo a pena definitiva em 06 (seis) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial semi-aberto, consoante determina o art. 33, § 2º, b, do Código Penal Brasileiro. Deixo de realizar a detração, considerando que o tempo em que o réu permaneceu preso não alterará o regime inicial de cumprimento da pena. Deixo de fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando que não foram apurados os prejuízos sofridos pela ofendida. CONDENO o Réu do pagamento de custas processuais. CONCEDO ao Réu o direito de recorrer em liberdade, pois desde que se livrou soltou não houve qualquer intercorrência. Intime-se o acusado, pessoalmente, do inteiro teor desta sentença. Outrossim, intime-se o Ministério Público e a Defesa, pessoalmente. Comunique-se a vítima acerca do inteiro teor desta sentença, nos termos do artigo 201, § 2º, do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado desta sentença: Lance-se o nome do réu no rol dos culpados, observando-se as cautelas do art. 5º, inciso LVII da Constituição Federal. Comunique-se ao TRE para fins do art. 15, item III da CF/88, expedindo-se guia de recolhimento ao juízo das execuções penais. Comunique-se ao Cartório Distribuidor e ao Instituto de Identificação Criminal para fins de cadastro. Expeça-se Guia de execução definitiva. Publique. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Eldorado dos Carajás/PA, 11 de outubro de 2019. JULIANA LIMA SOUTO AUGUSTO Juíza de Direito Titular